ROLLO

1706

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1706 (ET)

ACTA DE APERTURA DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 20 de julio de 1998.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1997.

IDENTIFICACION DEL PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. Nro. 9714200 Ref. a: 87.500 flias. serán asentadas hasta fin de año. Fs. 01/01

OPERARIO/S: Cbo.2da. Sonia Mello. Sdo.1ra.Marlene Silva.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: ////////////////////

PREPARACION DOCUMENTAL:

CONTROL: Personal del A.G.I.I.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del acta, se procede a la iniciación de la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación

S.O.M.

Efraín Silva

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA - A.G.I.I. - República O. del Uruguay

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.

Cnel.

Dorval D. Rodríguez

DOCUMENTOS

D.G.I.D

AÑO 1997

Nº. DOCUMENTO 9714200
TIT: 87.500 fios. serão asentadas hasta fin do año
150029
971021
507482
505596

ZH 21/10

QUESTÃO AGRÁRIA

Ministro promete mais assentamentos

A violência no campo desvaloriza as terras

AE/ZH

Balanço: Jungmann garante que a meta do governo será superada

O ministro-chefe da Política Fundiária, Raul Jungmann, anunciou que até o final deste ano 87.550 famílias de sem-terra serão assentadas, ou seja, 7.550 a mais do que a meta estabelecida pelo governo para 1997. Até o momento, já foram assentadas 50.150 famílias. "A tendência agora, como aconteceu no segundo semestre do ano passado, é aumentar o ritmo dos assentamentos", disse o ministro. Jungmann usou o balanço para desfazer rumores de que o programa de reforma agrária estava emperrado e que, desta vez, o governo não iria conseguir cumprir suas promessas.

Pelos cálculos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em dois anos e 10 meses de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, já foram assentadas 155.106 famílias. Na campanha eleitoral de 1994, Fernando Henrique havia assumido o compromisso de assentar 280 mil famílias em quatro anos de governo (40 mil em 1995, 60 mil em 1996, 80 mil em 1997 e 100 mil em 1998). Este ano, já foram desapropriadas 2,312 milhões de hectares, contra 1,255 milhões do ano passado. A contabilidade final, no entanto, aponta uma queda na proporção entre o número de famílias assentadas e a quantidade de terras distribuídas.

Para os dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os dados divulgados pelo governo correspondem, em parte, à legalização de ocupação de fazendas que já ocorreram em 1997. Jungmann, com essa argumentação é improcedente. De acordo com ele, nos balanços oficiais feitos pelo Incra só são incluídas as novas famílias, embora algumas delas tenham sido assentadas em "projetos antigos". O ministro voltou a defender ainda a descentralização da reforma agrária, que, em seu ponto de vista, é uma forma de acelerar o processo de assentamento no país. O início desta descentralização está na criação dos conselhos de Reforma Agrária, nos Estados.

A crescente violência no campo, o novo Imposto Territorial Rural (ITR) e a estabilidade do Real estão desvalorizando as terras, segundo [illegible] e produtores [illegible] Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e do Ministério da Política Fundiária. A CNA calcula, baseando-se em dados da Fundação Getúlio Vargas, que a desvalorização da propriedade rural já chega a 50% desde a criação do Plano Real, há três anos. "A terra deixou de ser uma reserva de valor", admite Antônio Donizete Beraldo, chefe do Departamento Técnico e Econômico da CNA.

Para piorar a situação do latifúndio, o ITR sobre terra nua tem alíquota de 20% ao ano, ou seja, em cinco anos equivale ao preço total da propriedade. "É como se o proprietário comprasse a terra de novo", explica Beraldo. "Essa alíquota tem um caráter de confisco."

Doc. obscuro

01-01

9714200

Nº DOCUMENTO 9714201
TITULO *
PROCESO 518593
FECHA 971019
VISTO 507482
11399
65592
505596

XA4990

R POXBT 10-19 00418
icx amt exg

BRASIL-COLOMBIA
INVESTIGAN POLITICOS COLOMBIA QUE INCITARON INVASIONES BRASIL

Río de Janeiro, 19 oct (EFE).- La Policía Federal brasileña solicitó a la Policía Nacional de Colombia, por intermedio de la Interpol, que identifique a los políticos colombianos que incitaron a varios campesinos de ese país a invadir tierras fronterizas situadas en territorio brasileño.

La investigación fue solicitada originalmente por el capitán Gilvandro Motta, comandante de la Policía Militar en la ciudad brasileña de Tabatinga -separada de la ciudad colombiana de Leticia por el río Amazonas-, que tuvo que dirigir una operación para desalojar a los invasores colombianos del territorio brasileño.

En declaraciones a la Agencia Estado, Motta reveló que los políticos colombianos, que están en campaña para las elecciones municipales y regionales del 26 de octubre próximo, incitaron a varios pequeños agricultores de la ciudad de Leticia a invadir las tierras brasileñas.

El comandante de Policía Militar de Tabatinga explicó que los políticos colombianos aprovecharon el reciente acuerdo de revisión de la línea fronteriza -por el que Brasil aceptó ceder una franja de tierras de 40 kilómetros que figuraba como brasileña pero que, en realidad, pertenecía a Colombia- para incitar las invasiones.

En plena campaña electoral, varios aspirantes a la alcaldía y al concejo municipal de Leticia aseguraron a los pequeños agricultores que las tierras brasileñas, sin distinción, estaban disponibles para ser ocupadas.

Apoyados por los políticos, unos 500 campesinos colombianos invadieron el pasado jueves un área de 100 hectáreas de la localidad brasileña de Ipiranga y que pertenece al Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) de Brasil.

Los invasores, que llegaron a destruir unas 30 hectáreas de selva para preparar la tierra para el cultivo, decidieron regresar al territorio colombiano después de que Brasil enviara miembros de la Policía Militar, la Policía Federal y el Ejército al local invadido.

Los campesinos de acuerdo con Motta abandonaron el territorio brasileño pacíficamente y sin que fuera necesario el uso de la fuerza para persuadirlos.

"Los colonos son inocentes. Ellos fueron inducidos a invadir las tierras. Nosotros lo que queremos es investigar, en conjunto, quiénes fueron los responsables por la invasión", informó Motta a la Agencia Estado.

De acuerdo con el comandante de Policía Militar en Tabatinga, una vez que sean identificados los políticos que incitaron la invasión, sus nombres serán comunicados al Ministerio brasileño de Relaciones Exteriores para que éste tramite la respectiva nota diplomática de protesta. EFE

CM/IB/PG 01-01

9714201

Nº. DOCUMENTO 9714202
TITULO MST planea invadir haciendas hipotecadas
PROCESSO 150734
FECHA 971016
VISTO 507482
505596

MST planeja invadir fazendas hipotecadas

QUESTÃO AGRÁRIA

ESP 16/10

João Pedro Stedile afirmou, em palestra na Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, que o Movimento dos Sem-Terra pretende ampliar o número de ocupações em todo o País

SORAYA DE ALENCAR

O Movimento dos Sem-Terra (MST) quer ampliar as invasões, em todo o País, e planeja entrar em fazendas de grandes agricultores que têm dívida com o governo e não pagam. Segundo o coordenador do movimento João Pedro Stedile, "sempre que a base descobrir uma fazenda hipotecada, ela será invadida".

Em palestra na Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, ontem em *Brasília*, Stedile argumentou que os grandes produtores, principalmente os exportadores de café, laranja e soja, estão sendo beneficiados pela política do governo, enquanto os pequenos sofrem o castigo dos juros de 6,5% ao ano. "É mais do que pagam grandes produtores de outros países."

À vontade, falando para uma platéia repleta de sindicalistas, Stedile voltou a atacar o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. "O governo é mentiroso." Ele assegurou que, enquanto as informações oficiais garantem que a renda agrícola teve crescimento de 3,8% na última safra, na verdade houve uma perda de 7,5% no caso dos pequenos produtores.

Ganho — O resultado positivo divulgado pelo governo, afirmou Stedile, reflete o ganho obtido por todo o setor a partir do "benefício dado aos grandes". Esse benefício, segundo ele, ocorreu com o fim da cobrança do ICMS sobre as exportações. "O que o governo fez foi transferir os 17% do imposto para os grandes produtores e todos nós estamos pagando por isso."

Com duas audiências pedidas ao presidente Fernando Henrique Cardoso, "desde setembro e, até agora, não atendidas", o MST, segundo Stedile, insiste em que o governo tome providências para impedir uma "convulsão social, caso ocorram as previsões de seca, no Nordeste, e enchentes, no Sul", em conseqüência do fenômeno El Niño.

Liberdade — Em *Lins*, a juíza da 4ª Vara Cível, Ângela Martinez Heinrich, concedeu, anteontem à noite, liberdade provisória para o sindicalista João Francisco Carlota, do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, preso no sábado, acusado de levar armas para o MST do Pontal do Paranapanema.

JUÍZA CONCEDE LIBERDADE A SINDICALISTA

Ontem, o advogado Edilson Eduardo Orlandi pretendia apresentar documentos comprobatórios de residência e bons antecedentes dos outros três envolvidos, para requerer novamente a libertação. Ele responderá ao processo por porte ilegal de armas e formação de quadrilha em liberdade.

Em *Belém*, cerca de 110 famílias de sem-terra invadiram ontem uma área de propriedade do governo federal, próxima à Praia de Caripi, no município de Barcarena. Os invasores são liderados por João Rimundo Menezes, de 73 anos, o *Paraíba*, que preside ao mesmo tempo o Sindicato dos Fazendeiros na região e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A área fica próxima ao projeto de extração de alumínio das empresas Albrás e Alunorte, das quais a Companhia Vale do Rio Doce é sócia. Em *Alagoas*, os sem-terra invadiram a Fazenda Pacas, no município de Murici, a 59 quilômetros de Maceió. É a sexta ocupação de terra nos últimos 15 dias.

9714202

01-01

ARCHIVO

C. Político Biod

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
241000 NOVIEMBRE 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 230/B/ANA/997.-

CORREGIDO
F 18/2/98
Inic.:

I.- **EVALUACION**: Se omite

II.- **RESPONDE A**: Información obtenida por esta Agencia.

COPIA ORIGINAL

III.- **T E X T O**: Se adjunta:

FECHA 13/02/'98 INICIAL (SH)
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

IV.- **SINTESIS**: Se omite.

V.- **DISTRIBUCION**:

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

Por el Jefe del Dpto.II (ICIA) del E.M.E.

El Sub-Jefe:

CORONEL

RUBENS FRANCIA.-

9714203

F: 001/3

03 DIC. 1997

FECHA 13/02/'98 INICIAL (SH)

Procesado a Sirena DPX

OBSERVACIONES

- El día 13 de Noviembre de 1997 se realizó la Junta Nacional de CONFA donde se acordó comenzar un proceso para conformar la Estructura Organizativa del Grupo. Para ello se toma como base un proyecto que está siendo elaborado por los dirigentes **Humberto ROCCO** y **Nestor BELOMO**, el cual estaría pronto para el 22 de Noviembre.
En la fecha mencionada, se realizaría otra Junta nacional en donde sería presentado y discutido, además se vería en esa instancia el Documento de **Tabaré VAZQUEZ** y la posición a llevar al Plenario del Frente Amplio del 23 de Noviembre.
Por otro lado el dia 17 de Noviembre se llevó a cabo una reunión en el "Centro de Estudios Estratégicos 1815" entre dirigentes de CONFA y **Líber SEREGNI**, habiendo sido convocada por éste. A la misma concurrieron los dirigentes **León LEV, Víctor ROSSI, Lilián KETCHICHIAN** y **Ronald GRACIDE** y se habría realizado en el marco de otras reuniones similares previstas entre **SEREGNI** y los demás grupos que integran el F.A..
En principio **SEREGNI** expuso su preocupación por la falta de **Tabaré VAZQUEZ** en la presidencia del F.A. lo que ha provocado el funcionamiento de una Mesa Política inoperante, habiendo además existido un "proceso de liquidación" entre los grupos buscando espacios de poder que a su entender no lo resuelven las elecciones internas. siendo necesario un "timón" en la persona de **VAZQUEZ** y de ningún otro Organismo interno que se pueda formar para sustituirlo. Esto fue presentado y reclamado con urgencia, intentando buscar la forma de hacer volver a **VAZQUEZ** antes de que sea demasiado tarde y luego no haya tiempo de organizar esta fuerza política de cara a las Elecciones Nacionales del año 1999.

CORREGIDO
F__/__/__
Inic.:

ORIGINAL

- Manifiesta preocupación por la forma en que se va a realizar el Plenario del 23 de Noviembre. ya que el punto No. 3 que figura como orden del día que se refiere a la Reforma de la Educación y Ley de Inversiones van a enredar las discusiones existiendo posiciones polarizadas que deberían ser tratadas en otra oportunidad.

- **SEREGNI**, refiriéndose a un futuro un poco más lejano, manifiesta su desacuerdo con el PARTIDO SOCIALISTA que planteó elegir la fórmula presidencial del ENCUENTRO PROGRESISTA en un Congreso a realizarse entre Octubre y Noviembre del 98, argumentando que con esto se perdería fuerza electoral cuando en Elecciones Internas d todos los Partidos Políticos (Abril 1999) eligieran sus candidatos ya que cuando llegara esta instancia no habría nada que "elegir", ocasionando escasa concurrencia de frenteamplistas a las urnas, pudiendo influir ésto, desde punto de vista emotivo, para las Elecciones Nacionales.
Además según asesoramiento de politólogos, **SEREGNI** recomienda que deberían haber por lo menos 3 (tres) candidatos para las Elecciones Internas, aclarando que no tiene dudas del triunfo de **Tabaré VAZQUEZ,** pero si no está seguro de que **Nin NOVOA** fuera nuevamente el candidato a Vice.

- Otra preocupación puesta de manifiesto fue que las Elecciones Municipales son separadas de las Nacionales, por lo que el trabajo en el Interior tiene que ser mucho mayor ya que

lo que para la dirigencia del F.A. un delegado de Base es importante, para un Departamento puede no significar nada. Además puso como ejemplo fenómenos como **VILLANUEVA SARAVIA** (Cerro Largo) o la idea lanzada por el Diputado **PENADES** (Herrerismo) en lo referente a crear un lema accidental donde estuvieran Blancos, Colorados y Nuevo Espacistas para derrotar al F.A. en Montevideo.

ORIGINAL

003/3 9714203

FECHA 13,02,'98 INICIAL (SH)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

ARCHIVO

Archivo Público

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
241000 NOVIEMBRE 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 231/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Informacion obtenida por esta Agencia.

ORIGINAL

III.- **T E X T O:** Se adjunta:

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.
EJEMPLAR 002 - D.E.II
EJEMPLAR 003 - ARCHIVO

Doc. con fs. poco legibles

Por el Jefe del Dpto.II (ICIA) del E.M.E.
El Sub-Jefe:
CORONEL
~~RUBENS FRANCIA.~~

9714204

001/07

03 DIC. 1997

T E X T O:

Se adjunta fotocopia de Resumen del Plenario Departamental realizado el día Sábado [illegible] Octubre ppdo. en Colonia del Sacramento.

ORIGINAL

9714204

002

"Héctor Gómez"

RESUMEN DEL PLENARIO DEPARTAMENTAL REALIZADO EL SABADO 11 DE OCTUBRE EN COLONIA DEL SACRAMENTO

ASISTENCIA

Comités:
Colonia - Benedetto, Siedlecki
J. Lacaze - Verde
N. Helvecia - de Salterain
Ombúes - N. Geymonat, Rodriguez
Presidente G. Lima
Delegados de Base - Calcagno, Siniscalchi
Diputado Coll
Srios. de Finanzas y Organización
Asisten también como Ediles - Frache, Pittamiglio

Sectores:
Izquierda Abierta - Frache
MPP - Martínez
PS - Pittamiglio
VA - A. Gil

D 00001

ASUNTOS PREVIOS

1. Se informa de la finalización del escrutinio departamental de las Elecciones Internas del 28/9. (Se adjuntan cuadros)

2. Se da entrada a:
* carta de la Comisión del Barrio Otto Wulff
* Actas de las Asambleas de los Comités Encarnación Benítez y de Ombúes de Lavalle,
* propuesta de plan de trabajo elaborada por el Comité de J. Lacaze (se adjunta).

ORIGINAL

D 00001

ORDEN DEL DIA

1. Informe y propuestas de trabajo de la Secretaría de Finanzas
Se reparte copia del informe. Se aprueba la realización de un Activo de Finanzas el sábado 18 de octubre, hora 15:00 en el Comité de Colonia.

2. Informe del Diputado Coll
a) explica su ausencia a la sesión en que se votó el ajuste semestral de salarios y pasividades
b) comenta la situación actual en el Frente Amplio, el éxito de las elecciones del 28 de setiembre y la situación creada luego de la renuncia de Tabaré Vázquez a la presidencia. Enfatiza en la necesidad de trabajar sobre una actualización del Programa del FA y en la importancia de revalorizar la unidad de acción.

3. Informe del Coordinador de Bancada en la Junta Departamental (Frache)
Resalta como característica que se trabaja en forma individual con fallas en el trabajo como equipo. Invita a los frenteamplistas a participar y concurrir a las sesiones de la Junta Departamental.

Se resuelve proponer una evaluación desde los Comités y Sectores de la actuación de los representantes electos, ediles y diputado. Que se discuta como se ve el gobierno municipal de Colonia. Que esta evaluación sirva como base para le elaboración de respuestas y propuestas.

D 003 9714206

4. Propuesta de trabajo elaborada por la Mesa Politica presentada por el Presidente Dr. Lima

Plan de acción en el corto plazo:

a) realizar un trabajo de apoyo a las localidades y barrios donde los frenteamplistas manifestaron voluntad de organizarse el 28 de setiembre, por ej. Conchillas, Otto Wulff, El General, Florencio Sánchez. Intentar en esos lugares la formación de nuevos comités.

b) instrumentar una gira de la Mesa Politica (y todos quienes desean acompañarla) por todas las localidades del Departamento s fin de tener contacto con los frenteamplistas, las Juntas Locales, los medios de comunicación, etc.

c) realizar un nuevo Encuentro de Ediles locales y departamentales. Esta reunión podría realizarse el último sábado de noviembre en Tarariras. Nombrar una comisión para planificarla.

d) completar y fortalecer las secretarías departamentales

e) exhortar a realizar en cada localidad fiestas y reuniones de fin de año con el motivo de festejar el reciente éxito electoral.

ORIGINAL 2007

Se resuelve:

Hacer circular las propuestas de trabajo para que sean tratadas en los comités y sectores.
Fijar fecha para la realización de Plenarios Departamentales todos los primeros sábados de mes. Hacerlos rotativos en las ciudades del departamento, por orden alfabético, comenzando en Carmelo el 1 de noviembre.
Estudiar las posibilidades de incorporar al EP en este plan de trabajo.
Tener en cuenta, para el Encuentro de Ediles, a los que fueron electos en las localidades pero no fueron nombrados por el Intendente.
Convocar a la Mesa Politica para una reunión el martes 21 de octubre en Tarariras, a las 19:30
Frache se ofrece para el trabajo en la Secretaría de Organización y Lima propone a Aguiar para la Secretaría de Prensa y Propaganda.

2007

SE CONVOCA PARA EL PLENARIO DEPARTAMENTAL A REALIZARSE EL SABADO 1 DE NOVIEMBRE, A LAS 15:00 HORAS EN EL COMITE DE CARMELO

ORDEN DEL DÍA:

1) Propuestas de la Mesa Politica, del Comité de Juan Lacaze y del Plenario
2) Restitución de gastos de los ediles
3) Evaluación de la gestión de ediles y diputado y de la gestión de la IMC
4) Propuesta de la Secretaría de Finanzas (elaborada en el activo)

9714204

004

FRENTE AMPLIO - DEPARTAMENTAL COLONIA

ELECCIONES INTERNAS
28 de setiembre de 1997

ESCRUTINIO PRIMARIO

VOTOS EMITIDOS	3247
VOTOS ESCRUTADOS	3247

Circuito	PL. NACIONAL - BASES				PL. NACIONAL - SECTORES			
	Válidos escrut.	Anul	en blanco	Total Bases	Válidos escrut.	Anul.	en blanco	Total Sectores
Ombúes	70	15	15	100	98	2	0	100
Colonia 1	201	1	6	208	201	1	6	208
Colonia 2	273	8	22	303	284	8	11	303
Colonia 3	98	0	14	112	109	0	3	112
Colonia 4	129	1	8	138	133	1	4	138
Conchillas	41	0	1	42	40	0	2	42
NP 1	93	3	11	107	102	3	2	107
NP 2	116	1	7	124	114	1	9	124
NP 3	78	0	1	79	79	0	0	79
NP 4	70	2	8	80	72	2	6	80
Carmelo 1	62	1	1	64	62	1	1	64
Carmelo 2	209	0	15	224	223	0	1	224
Carmelo 3	82	2	15	99	94	2	3	99
Semillero	21	1	1	23	21	1	1	23
Tarariras	170	1	10	181	172	1	8	181
JL 1	198	0	3	201	197	0	4	201
JL 1A	272	11	28	311	288	11	12	311
JL 2	103	2	4	109	106	2	1	109
Rosario 1	196	2	7	205	199	2	4	205
Rosario 2	195	2	12	209	205	2	2	209
NH	271	2	8	281	272	2	7	281
Cufré	12	0	0	12	12	0	0	12
FS	32	0	3	35	35	0	0	35
TOTAL	2092	55	200	3247	3118	42	87	3247

ORIGINAL

9714204

PLENARIO NACIONAL - BASES								
Circuito	Sonia Calcagno	Marcelo Dalmás	Ana Guerrero	Alberto Leguna	José Luis Pittamiglio	Hugo Ruiz	Fabricio Siniscalchi	TOTAL
Ombúes	31	39	16	8	28	11	11	143
Colonia 1	57	27	29	132	75	94	57	471
Colonia 2	140	71	71	149	72	92	50	645
Colonia 3	39	17	13	65	17	54	14	219
Colonia 4	112	115	11	12	9	6	11	276
Conchillas	1	4	17	16	34	8	14	94
NP 1	34	25	62	18	62	4	51	256
NP 2	105	101	19	12	10	5	6	258
NP 3	67	09	8	3	12	2	8	169
NP 4	65	05	43	3	10	4	10	200
Carmelo 1	14	15	10	7	27	36	11	120
Carmelo 2	89	68	59	46	147	16	70	494
Carmelo 3	47	28	21	13	52	10	24	195
Semillero	13	7	11	1	12	4	11	59
Tarariras	121	88	48	10	49	8	56	380
JL 1	30	6	134	56	109	62	109	506
JL 1A	73	35	166	84	123	85	111	677
JL 2	20	15	76	9	64	14	55	253
Rosario 1	82	46	27	62	51	59	128	455
Rosario 2	09	34	37	59	54	55	134	442
NII	112	63	101	45	126	48	185	680
Cufré	5	0	9	2	12	1	7	36
FS	11	4	21	5	20		25	87
TOTAL	1336	941	1009	817	1175	679	1158	7115

PLENARIO NACIONAL - SECTORES									
Circuito	77	90	343	1001	2121	3040	Ci	POR	TOTAL
Ombúes	10	16	0	3	39	19	11	0	98
Colonia 1	36	38	7	28	19	21	52	0	201
Colonia 2	34	98	5	38	46	16	46	1	284
Colonia 3	5	19	0	7	21	8	49	0	109
Colonia 4	5	5	2	4	97	18	2	0	133
Conchillas	5	14	1	0	5	6	9	0	40
NP 1	4	51	0	6	19	5	17	0	102
NP 2	1	10	3	7	84	8	0	1	114
NP 3	0	7	1	1	69	0	1	0	79
NP 4	1	14	5	7	41	4	0	0	72
Carmelo 1	12	3	1	34	5	4	3	0	62
Carmelo 2	45	64	3	28	51	4	27	1	223
Carmelo 3	17	24	3	12	24	4	10	0	94
Semillero	0	8	1	1	8	1	2	0	21
Tarariras	15	35	18	4	88	9	2	1	172
JL 1	10	91	1	54	5	14	8	0	183
JL 1A	42	141	3	69	15	10	20	2	302
JL 2	7	73	0	13	2	7	4	0	106
Rosario 1	42	45	1	22	44	5	40	0	199
Rosario 2	38	54	0	16	32	11	53	1	205
NII	34	102	0	38	53	17	27	1	272
Cufré	3	8	0	0	0	0	1	0	12
FS	15	8	0	1	4	3	4	0	35
TOTAL	381	978	55	393	771	194	388	8	3118

ORIGINAL

9714204

ORGANIZACION:
Formar las comisiones en los destintos frentes.

ORGANIZACION - PROPAGADA - FINANZAS

Formar comisión o equipo de trabajo del Edil(integrada por Presidente S. de Oiorganización, además).
Ver su funcionamiento, (controlar su trabajo), vínculo permanente con Mesa. Intentar formar equipo de técnicos (Asesores).

Apuntar a la form,ción de los Comitú de Base en los Barrios.
Tratar de crear y dejar en funcionamiebto dos Comités para fin de ano.
Recomendamos:Villa Pancho por su importancia territorial y su alejamie to de la zona centrica.
Libertad - Tres Focos, porque ha sido el que ha funcionado regularmente (a pedido de sus militantes)

Iniviendo las posibilidades de organizar charlas, Planerios Abiertos, sobre temas especificos y diferentes jornadas que son habituales en el F.A.
Recomendamos la coordinación a nivel departamental y nacional.

Debe ser preocupación de ésta Comisión estar generando ideas y tareas, apuntando a la participación de la gente.
Invitar a los distintos sectores del F.A. a integrar la Mesa.
Estar informados y vinculados a todo lo que tiene que ver con la vida del pueblo, lo social (trabajo de la secretaría) a los trabajadores y j jóenes.
Rodear al responsable de la juventud como forma de apoyo permanente a tarea.
Definir formas de funcionamiento del E.P. con los sectores no frentist Las Distitas comisiones deben desarrollar un trabajo permanente y sus s cretarios son los responsables de trasladar a la Mesa sus discusiones y propuestas.

FINANZAS: Conformar la comisión
Abocarse a la realización del padrón de adherentes para llegar al 100% su cobranza.
Reuniones con el cobrador para trasladar los nuevos adherentes e intent que ésta integre la comisión.
Integrar comisión - recursos calificados: Dicha comisión la integrará P sidente, S. de Organización yS. de Finanzas.
C.R.: Debe realizar un trabajo delificado y dirigido para funcionamient del F.A.. Proponemos que ese aporte sea de $ 50 por mes. Por Grupo Politic Sabemos que la tarea del cobrador no es suficiente, la comisiión debe cutir las distintas formas de generar finanzas para el F.A.

PROPAGANDA: Formar la comisión
Resolver el tema del boletín informativo (quincenal o mensual)
Discutir las formas del Boletín (en la Comisión y con la Mesa)
Elaborar comunicados de prensa permanentes con los temas del momento.
Ver las posibilidades de hacer carteleras: donde también tratemos los d timos temas y donde el F.A. dé posición al respecto.
Dichas carteleras deben colocarse en lugares estratégicos.
Debe ser preocupación de esta Comisión el estar informado permanentemto a la población.
Ver las posibilidades , en lo inmediato, de tener en el local la pegas local, departamental y nacional.
Intentar hacer la solicitud para conseguirlos gratis y los que no se co sigan pedir recursos a finanzas y comprarlos.

ORIGINAL

9714204

007/07

1/2 13.08 cmil cTF

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
241000 NOVIEMBRE 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 232/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION**: Se omite

II.- **RESPONDE A**: Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O**: Se adjunta:

IV.- **SINTESIS**: Se omite.

V.- **DISTRIBUCION**:

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

Por el Jefe del Dpto.II (ICIA) del E.M.E.

El Sub-Jefe:

CORONEL

RUBENS FRANCIA.-

9714205

001/02

03 DIC. 1997

Den: Bios

T E X T O:

- Habiéndose realizado el Plenario Nacional del M.P.P. el día 16 de NOV. donde en el punto más alto alcanzaron a haber 200 personas, se obtuvo la siguiente información:

1- Se realizó un balance de la votación lograda por la C.I. en todo el país, nombrándose diferentes comisiones que elaboran un informe al respecto para luego hacer un documento que determine una estrategia a seguir en el futuro.
Se tomó posición con respecto a la idea de que se formara junto a los demás grupos de la Izquierda Radical un grupo político. lo cual fue rechazado, estableciéndose unicamente como Espacio de Coordinación.
Se debe destacar que el Senador SARAVIA y ZABALZA apoyaban la idea de que la C.I. continuara como grupo político con el M.P.P. dentro de él.

2- Hubo pronunciamiento con respecto al documento de TABARE VAZQUEZ estando en desacuerdo con los parágrafos de: "la autoexclusión para quienes no acaten las resoluciones", y en lo referente al "sistema de alianzas con otras fuerzas políticas". En general se estimó que era un **proyecto renovador" pero lejos de ser un "proyecto revolucionario"**.

3- Acordaron organizarse a todos los niveles e intensificar el trabajo en todas las Departamentales como M.P.P. o sea solucionar los problemas de la gente a través de los dirigentes locales informando posteriormente a la Central.

* ASENTAMIENTOS: **Ampliando el P.E.I.Nro.200 de fecha 27OCT97** se continúa la marcha del mismo acorde a lo planificado, siendo el próximo paso dar participación directa a los ediles del F.A. en Canelones.

*MOVILIZACIONES: A partir día 23NOV se comenzarán a movilizar los barrios de la zona comprendida entre R-8 y Avda.Gianatasio, donde se ubican Colonia Nicolich, Aeroparque, los Aromos, de forma de presionar a la I.M.C. para que consideren esta zona como Residencial y no como balneario, lo que rebajaría el importe de la contribución inmobiliaria.

ARCHIVO

Archivo C. Mujica

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
241000 NOVIEMBRE 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 233/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

ORIGINAL

III.- **T E X T O:** Se adjunta:

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.
EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

Doc. con fs. poco legibles

Por el Jefe del Dpto.II (ICIA) del E.M.E.

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO · Departamento II · REPUBLICA O. del URUGUAY

El Sub-Jefe:

CORONEL

RUBENS FRANCIA.-

9714206
03 DIC. 1997

001/026

T E X T O:

- Se obtuvo información que C.I. viene desarrollando un plan de trabajo enfocando al interior del país, a donde concurren dirigentes de dicha fracción a intensificar la actividad dado al resultado obtenido en las pasadas elecciones internas.
Dentro de ese plan se desarrollarán encuentros en Colonia el día 30 NOV. de todos los grupos de C.I., el 29 de Noviembre se trasladaría FERNANDO VAZQUEZ a Salto, y el 22 y 23 de Noviembre 2 o 3 dirigentes del 26M al Chuy.

- Se adjunta documentación obtenida de:

* "LIBERACION ESPECIAL" de [illegible]97.

* Articulo del CHE "Nuestro contemporáneo" de GERMAN SANCHEZ de " tricontinental" Nro.137 de JULIO/97.

* Documento "Material base para Encuentro del 26M de diciembre/97".

* Balance de lo actuado por el M26M.

COPIA ORIGINAL

9714206

002

15 de agosto de 1997

Liberación especial

Entrevista al Comandante Manuel Piñeiro

"MI MODESTO HOMENAJE AL CHE"

Por Luis Suárez Salazar, Ivettre Zuazo y Ana María Pelleón

Un tremendo aguacero estalla en el mismo instante del comienzo de la grabación. El ambiente es propicio para la broma. "Ustedes van a romper mi virginidad", nos advierte nuestro interlocutor, aludiendo al hecho de que si bien ha sostenido algunos encuentros periodísticos, es esta la primera vez en 30 años, que accede a ser entrevistado sobre Che Guevara.

Solicitudes ha recibido muchas, de colegas cubanos y extranjeros. La razón es que este hombre llamado Manuel Piñeiro y apodado "Barba Roja" en los años 60 por amigos y enemigos, es un testigo clave a la hora de reconstruir toda la trayectoria internacionalista del Che, desde 1959 hasta su asesinato en Bolivia, en 1967.

Durante aquellos años, Piñeiro fue nada más y nada menos que el jefe de la Dirección General de Inteligencia del Ministerio del Interior de Cuba, encargada, además de otras funciones, de los vínculos con los movimientos revolucionarios en el Tercer Mundo. Estaba en pleno apogeo la insurgencia liberadora. Entre sus múltiples tareas dentro de la dirigencia de la Revolución Cubana, el Che dedicaba energías a promover la solidaridad antimperialista y a prepararse para combatir en "otras tierras del mundo". En ello estuvo Piñeiro muy cerca de él.

El aval que le mereció aquel puesto lo había forjado

fundamentalmente en la Sierra Maestra, adonde llegó en mayo de 1957 tras una petición hecha al liderazgo del Movimiento 26 de Julio en la capital. Antes había sido uno de los dirigentes del M-26-7 en su provincia, Matanzas. De aquí debió emigrar a La Habana, "quemado" por sus actividades de sabotaje y propaganda, y arribó a las montañas orientales después de haber organizado varios envíos de armas para la Sierra.

Allí integró la Columna 1 comandada por Fidel. En marzo de 1958, pasó a la de Raúl Castro, que fundaría el II Frente Oriental "Frank País", donde le confiaron la Dirección de Personal e Inspección Territorial, la del Servicio de Inteligencia y la Policía Rebelde. Baja con el grado de Comandante. Participa en la fundación del Ministerio del Interior en 1961 y en el permanece hasta el 75: casi una década como responsable máximo del Viceministerio Técnico y, luego, de la Dirección General de Liberación Nacional.

En 1975 y por más de tres lustros, condujo el Departamento América del Comité Central del Partido Comunista de Cuba. De este Comité es miembro desde su surgimiento el 3 de octubre de 1965. Ese día justamente, Fidel hacía publica la carta de despedida del Che.

Hoy, a los 64 años de edad, con la barba y el cabello encanecidos, Piñeiro no abandona su afición -o su costumbre- por el trabajo hasta altas horas de la noche, lo mismo en el Comité Central, donde entra cada tarde poco después del mediodía, que en la sencilla terraza de su hogar, donde ahora nos reunimos. El "decorado" delata su ambiente natural de trabajo: manojos de publicaciones y documentos acerca de América Latina tapizan los muebles, al pie de una mesa plástica una lámpara, hamaca y mucho verde en el pequeño patio. Pero habría que decir también que en medio de todo este intenso bregar como revolucionario, ocupa un espacio privilegiado su familia: su compañera, la escritora marxista chilena Marta Harnecker, la hija de ambos, Camila, y su primogénito Manuel, quien es abogado.

Han transcurrido casi cuatro horas de diálogo y el, tan fresco como al principio, sólo ha faltado a una promesa que en definitiva hizo consigo mismo: ser escueto. Más no a la de esforzarse porque su memoria le permitiera toda la rigurosidad posible. Enhorabuena.

Luego de tantos años, conceder esta entrevista no es para él si no un homenaje, "mi modesto homenaje al Che Guevara".

¿Cuándo y en qué circunstancias conoció usted al Che?

MP: La primera vez que lo vi fue de pasada, al cruzarse nuestras Columnas luego del combate de Pino del Agua (10 de septiembre de 1957). Por otros combatientes, quienes hablaban de él con mucho respeto y cariño, ya sabía que era un argentino valiente, temerario, dotado de una gran preparación cultural y de sólidas ideas políticas.

Luego volví a encontrarlo en El Hombrito, otro lugar de la Sierra Maestra donde se hallaba su comandancia: armería, panadería, servicios médico y odontológico del cual el mismo era el dentista, con una tenaza por único instrumento. Coincidentemente con el día de hoy (10 de junio), yo tenía un tremendo dolor de muela, pero cuando iba en busca del Che oigo quejidos y gritos de un hombre y lo veo a el sujetando por la cabeza a un campesino y, tenaza en mano, extrayéndole una muela. Allí me dije: jamás caeré en las manos de este hombre. Esa imagen creo que no la olvidaré nunca.

Más allá del aquel impacto, ¿Qué impresión le causó su personalidad?

MP: La de un hombre sereno, de mucha confianza en sí mismo, que inspiraba respeto. Al principio podía parecer serio e introvertido, más una vez que se entraba en contacto personal con él se mostraba muy comunicativo, con un agudo sentido del humor, a menudo matizado de ironía. Pienso que por tener otra psicología, otra formación cultural, otra idiosincrasia, algunos compañeros no comprendían sus bromas, decían que los suyos eran chistes "argentinos", muy ácidos. En realidad, muchas veces llevaban un cierto tono crítico pero eran siempre efectivos y educativos, nunca de ofensa a ningún compañero, siempre apelando a su vergüenza personal.

¿Después del triunfo de la Revolución en que momento se reencuentra con el?

MP: El primero de Mayo del 59 el asistió al desfile de Santiago de Cuba, capital de la entonces provincia de Oriente. A la sazón yo era jefe de la Plaza Militar allí, así que lo recibí y sostuvimos una reunión en mi oficina del Cuartel Moncada. Pero mi relación estrecha con el Che se inicia en la segunda mitad de 1959.

¿Es entonces que comienzan a trabajar juntos en las actividades vinculadas con la solidaridad hacia las luchas revolucionarias en el Tercer Mundo?

MP: Si. En ese año me trasladan de Oriente a La Habana, para incorporarme a la fundación de las estructuras de seguridad e inteligencia que antecedieron a la creación, el 6 de junio de 1961, del Ministerio del Interior, cuyo jefe fue el Compañero Ramiro Valdés. Estas incipientes estructuras, y luego el Viceministerio Técnico del MININT -cuya jefatura me encomendaron-, tenían también que ver con la atención a dirigentes revolucionarios y políticos de otros países del Tercer Mundo, quienes venían a conocer la experiencia de la Revolución cubana, y lógicamente querían conversar con sus principales dirigentes, en primer lugar con Fidel y el Che. El les dedicaba su poco tiempo disponible, sobre todo las noches, como mismo hacia con cuanto campesino o combatiente rebelde, vinculado a él en la Sierra, le solicitara una entrevista. Las reuniones con esos dirigentes, en su mayoría latinoamericanos y caribeños, se extendían hasta bien avanzada la madrugada y a veces hasta la salida de los primeros rayos del sol. Se realizaban en casas de seguridad, en las sucesivas oficinas del Che en el Instituto Nacional de Reforma Agraria, el Banco Nacional, el Ministerio de Industrias y ocasionalmente en su casa.

¿En todas participaba usted?

MP: Casi siempre, si no, algún otro compañero encargado de la atención al visitante.

¿Qué más recuerda de aquellas reuniones?

MP: Invariablemente estaban "presididas" por un termo de agua caliente, una bombilla, mate y un tabaco en la boca del Che. Me llamo la atención siempre su capacidad de saber escuchar, su respeto por las opiniones de su interlocutor, aun cuando no coincidieran con las suyas. Sin embargo, esto no significaba que no expusiera sus puntos de vista, con argumentos muy convincentes. Aun sin conocer al visitante podía crear un clima de distensión, confianza y fraternidad que permitía a ambos dialogar directa y francamente.

Aunque permanecía al corriente de la situación política y del surgimiento de movimientos revolucionarios en el Tercer Mundo, en especial en América Latina, previo a los encuentros leía cuanto material poseyéramos sobre la realidad política, económica y social del país en cuestión. Era inexcusable no tener un mapa de éste encima de la mesa porque, como hombre de mucho detalle, le gustaba indagar analizando la geografía, la topografía del territorio, las características de la población

ORIGINAL

No. 004 9714206

rural, las formas de propiedad de la tierra; las luchas sociales y sus antecedentes, los movimientos campesinos, obreros, estudiantiles, las organizaciones políticas, el mundo intelectual... Era en extremo meticuloso buscando datos y cifras acerca de todos esos temas.

De forma pedagógica, y alejado de esquemas o dogmas, explicaba la experiencia revolucionaria cubana y dentro de ella no sólo la suya, sino la de otros líderes, como Fidel y Raúl Castro, Juan Almeida, Camilo Cienfuegos. No dejaba de señalarle al visitante que allí donde hubiera un resquicio para la actividad legal debía aprovecharse, pero sin hacerse ilusiones, teniendo muy presente lo indispensable de acumular fuerzas al máximo y prepararse militarmente para enfrentar la represión al movimiento popular y revolucionario, en cuanto este se convirtiera en un desafío peligroso al sistema imperante. Asimismo, los alertaba sobre la probable reacción agresiva del imperialismo ante los avances de las luchas revolucionarias. A veces también incursionaba en asuntos filosóficos y culturales.

Podría mencionar algunos de aquellos dirigentes latinoamericanos que vinieron a establecer contacto con el?

MP: Es imposible mencionarlos a todos, pero entre muchos recuerdo a los nicaragüenses Carlos Fonseca, Tomás Borges, Rodolfo Romero y el ex oficial del Ejército Somocista, Somarriba, quien encabezó un intento de lucha armada en Nicaragua -finalmente fallido y donde murieron los compañeros cubanos Omelio Hernández y Marcelo Fernández-. También recuerdo a los guatemaltecos Turcios Lima, John Sosa, Rolando Ramírez, Pablo Monzanto, Julio Cáceres (Patojo), amigo íntimo y muy querido por el Che, los peruanos Luis de la Puente Uceda, Héctor Bejar y Javier Heraud, los peronistas William Cooke y Alicia Eguren, los colombianos Fabio Vázquez (quien sería jefe del Ejército de Liberación Nacional), el dirigente guerrillero liberal Franco, los hermanos La Rota (fundadores en aquella época del Movimiento Obrero Estudiantil Colombiano) y el secretario general del PC de ese país, Gilberto Vieira, el secretario del PC uruguayo, Rodney Arismendi. Los principales dirigentes de los partidos socialista y comunista chilenos, en primer lugar Salvador Allende, entonces senador de la República, y Jaime Barrios, los principales dirigentes del PC venezolano, Fabricio Ojeda, y varios dirigentes haitianos y dominicanos...

En general, todos los líderes de la izquierda y de los partidos comunistas del continente, que pasaban por La Habana se entrevistaban con él. Hay que recordar que el Che participó en la Conferencia de Partidos Comunistas de América Latina, celebrada en Cuba en 1964.

¿Puede decirse que desde el propio triunfo de la Revolución ya empiezan a confluir la puesta en práctica de la política solidaria cubana hacia el continente, con la idea del Che de integrarse a la batalla liberadora en otros países de América Latina?

MP: No hay que olvidarse de dos cosas: desde *La historia me absolverá* Fidel manifiesta la vocación latinoamericanista de la Revolución, él mismo había participado en "El Bogotazo" en actividades de solidaridad con la lucha por la independencia de Puerto Rico, la soberanía de Las Malvinas, la recuperación del Canal de Panamá y en la fallida expedición de Cayo Confite para derrocar al dictador dominicano Leonidas Trujillo, Fidel se encuentra con un Che en quien ya existía esa misma voluntad, que venía marcado por su experiencia de la derrota del presidente Jacobo Arbenz en Guatemala, en 1954. En ese país el Che conoció a muchos líderes revolucionarios del continente, que fortalecieron sus sentimientos y convicciones antimperialistas y latinoamericanas.

Lo otro es que antes de partir para Cuba en el Granma, él le planteó a Fidel que tan pronto como pudiera liberarse de sus responsabilidades con la Revolución cubana, y fuera el momento mas oportuno, quería tener la libertad de integrarse a la lucha revolucionaria en otro país de Latinoamérica, preferiblemente Argentina. No dejo de estar alerta ante cualquier alternativa que representara alguna perspectiva de desarrollo del combate armado revolucionario, léase Nicaragua, Venezuela, Colombia, interesado siempre en la posibilidad de que pudiera ser aceptado como participante en las luchas de otros países.

Por ejemplo, desde fecha tan temprana como 1959, el Che le envía con un emisario cubano una nota al dirigente antisomocista nicaragüense Somarriba,

ORIGINAL
9714.206
005

donde le expresaba su disposición a unirse a la lucha tan pronto la columna guerrillera lograra crear condiciones en el territorio de esa nación. Aquel intento, para dolor del Che, fracasó.

¿Cómo concebía el Che el desarrollo y diseminación de la lucha revolucionaria en América Latina?

MP: Su concepción, con raíz en la guerra liberadora cubana, consistía en fundar una "columna madre" integrada por revolucionarios de varios países latinoamericanos, la cual, una vez superada la etapa de sobrevivencia, fogueados los combatientes; formados los cuadros de dirección, en su fase de desarrollo y crecimiento crearía las condiciones para el desprendimiento de otras columnas y así expandir el combate a otros países del continente, sobre todo hacia aquellos que se unieran al imperialismo en el intento de derrotar la causa popular.

Según demostró la experiencia cubana, el núcleo guerrillero original, bien dirigido, era el "motor chico" que accionando política y militarmente echaba a andar el "motor grande" de las masas. En eso se basaba la concepción continental y antimperialista del Che sobre la lucha armada revolucionaria. Es esencialmente política, militar, de masas y contradice esa interpretación reduccionista del "foco guerrillero", que se le ha adjudicado al Che. El hablaba de un foco insurreccional vinculado a las masas, no de un grupo pequeño de hombres armados que actúan divorciados del movimiento popular y en general del pueblo.

También dijo que no podía desarrollarse la lucha guerrillera en aquellos países donde los gobiernos fueran fruto de alguna forma de consulta popular y donde no se hubieran agotado las posibilidades de lucha cívica.

Debe resaltarse una idea básica del Che: no necesariamente tienen que existir todas las condiciones para comenzar la lucha revolucionaria, la propia lucha en su desarrollo las puede ir creando.

El Che, por tanto, no es responsable de las simplificaciones de la experiencia cubana y de sus concepciones, desarrolladas, aún con las mejores intenciones, por parte de algunos revolucionarios del continente.

¿En la preferencia del Che por Argentina está el origen de la guerrilla que comandó su compatriota Jorge Ricardo Masetti en 1963? ¿Cuál fue el papel del Che en ella?

MP: El Che lo había conocido como periodista en la Sierra Maestra. Después de enero del 59 Masetti regresó a Cuba; cumplió algunas misiones de apoyo a la revolución en Argelia con el Frente de Liberación Nacional (FLN), así que ya había adquirido cierta experiencia combativa; cursó escuelas militares en nuestro país y entonces el Che le dio la tarea de organizar una columna guerrillera cuya misión principal era instalarse en un territorio argentino fronterizo con Bolivia, específicamente Salta, con la idea de incorporarse en cuanto se lograra un mínimo de condiciones, para dirigir desde allí el foco de la lucha armada en Argentina. El prestó una dedicación especial a la preparación de ese destacamento, nombrado Ejercito Guerrillero de los Pobres, donde iñan junto a Masetti, entre otros compañeros, el cubano Hermes Pena (muerto en combate) y Alberto Castellanos, quien cayó prisionero y permaneció cuatro años en las cárceles argentinas sin que pudieran identificar su verdadera nacionalidad.

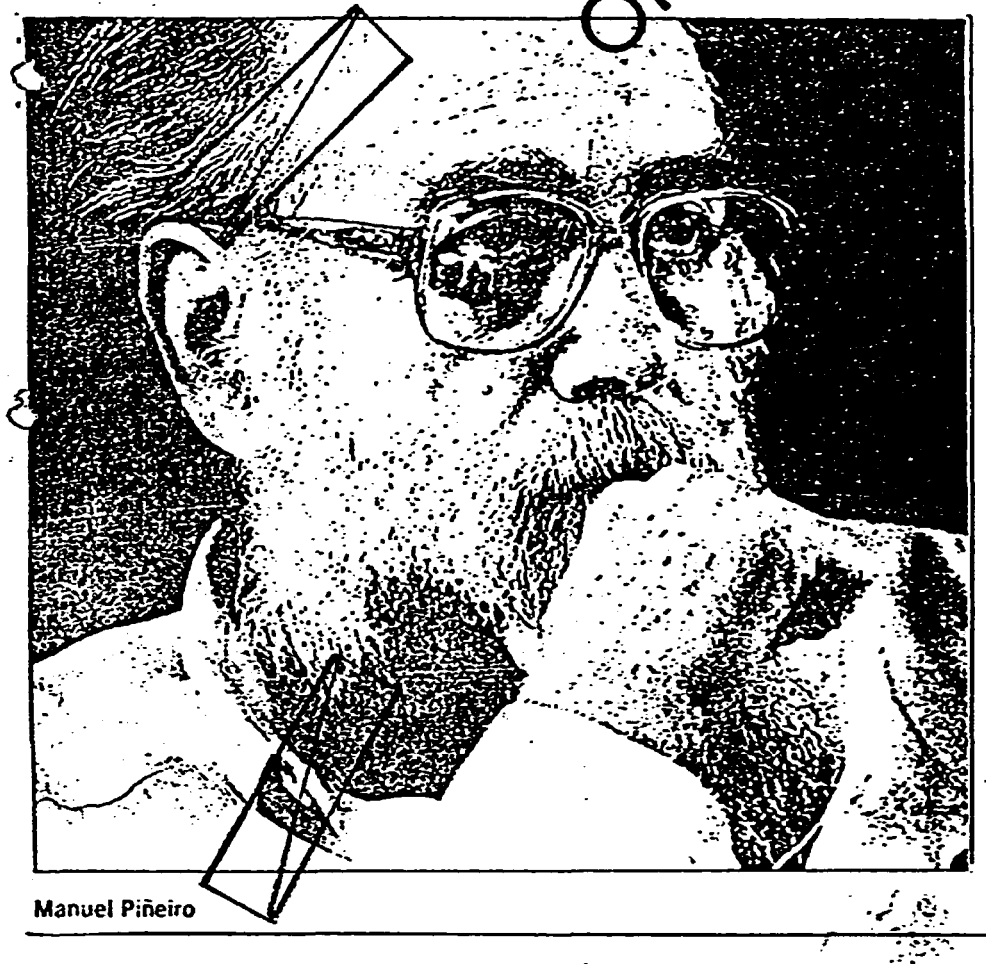
Cuando Masetti partió a Salta se le denominó Segundo, ¿aludía esto al hecho de que él la encabezaría solo temporalmente?

MP: Si, porque el Primero era el Che, ese era el significado del seudónimo de Masetti. El Che quería ser el iniciador, pero Fidel logró persuadido de que sólo ingresara a la Argentina luego de que una avanzada creara las condiciones, es decir, que no estuviera allí en la etapa más difícil y riesgosa de cualquier movimiento guerrillero, la de la sobrevivencia. En ésta, la guerrilla depende básicamente de sus propias fuerzas.

Este criterio tiene su antecedente en la política de cuadros que desarrolló Fidel en la Sierra Maestra. Siempre trató de conservar a los jefes intermedios que despuntaban como jefes de columna. Esta política se demostró justa en nuestra guerra. Fidel no quería que un cuadro de la experiencia y la estatura continental del Che se expusiera en la primera etapa de la lucha guerrillera.

Sin embargo, este esfuerzo contó con la solidaridad cubana.

MP: Era necesario establecer previamente una base de apoyo logístico desde la parte boliviana y para ello fueron designados los cubanos Abelardo Colomé Ibarra (Furry), hoy General de Cuerpo de Ejército, y José María Martínez Tamayo (Papi), quien murió años después en la guerrilla boliviana. Ellos se trasladaron a Bolivia para recibir a Masetti y su grupo, con la ayuda de los hermanos Peredo y Rodolfo Saldaña (miembros del PC boliviano), en coordinación con un grupo de compañeros a quienes nosotros enviamos a La Paz. A la par, los esposos William Cooke y Alicia Eguren se encargaban del respaldo en la Argentina por solicitud del Che, si bien no conocían totalmente los planes, ni la eventual participación del Che



Manuel Piñeiro

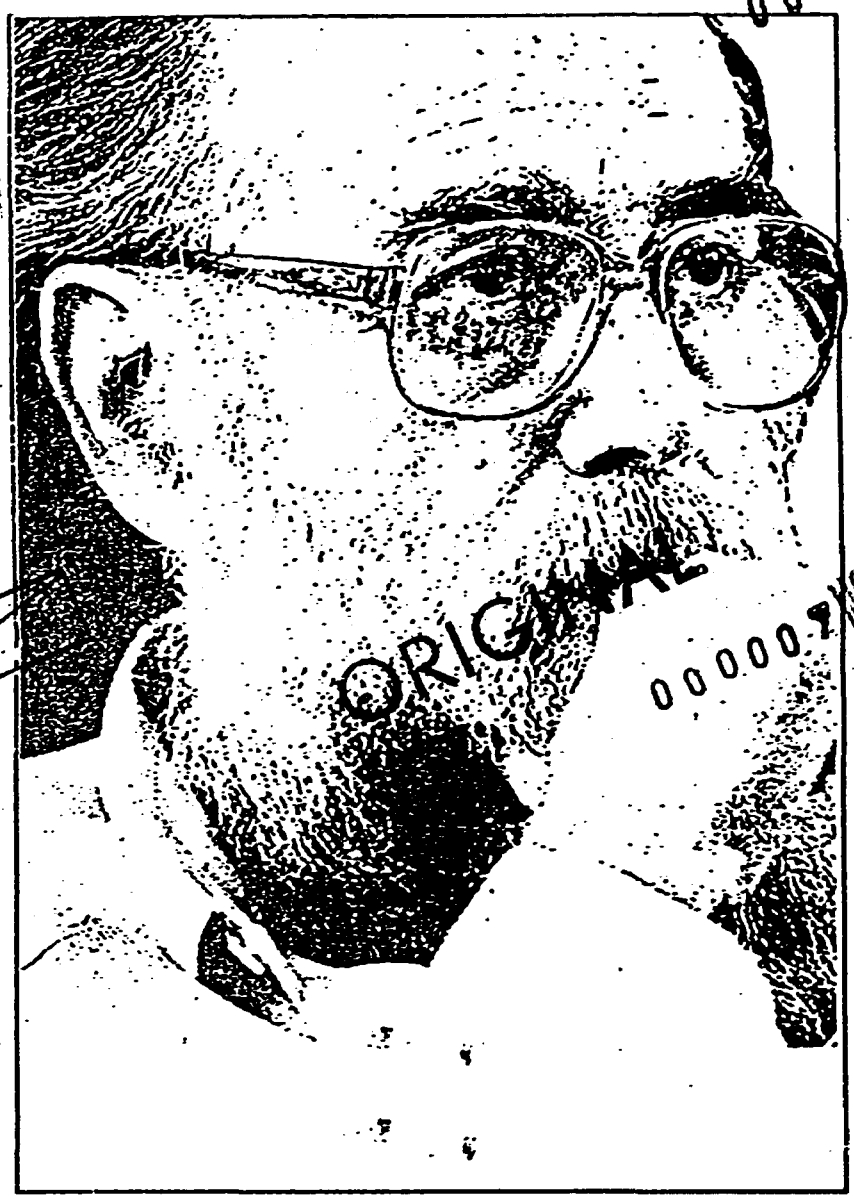
ORIGINAL
006
9714206

en ese movimiento guerrillero.

También habría que reconocer aquí la cooperación brindada en todo momento por la dirección del FLN argelino.

Finalmente, la insurgencia de Masetti fue descubierta y casi todos sus miembros murieron o desaparecieron, ¿qué efecto causó en Che tal desenlace?

MP: Un efecto profundamente emocional y humano: habían caído compañeros a quienes le unían muchos años de camaradería y lucha. Según expresó más de una vez, lo perturbaba la idea de que mientras eso ocurría, él se hallaba aquí, en una oficina. Cuando en abril de 1964 se perdió el contacto con Masetti. El Che hizo todos los esfuerzos posibles por aclarar las circunstancias de aquellos sucesos, por saber si había sobrevivientes, caso de existir, por reorganizados. En esos intentos tuvo la colaboración de William y Alicia; más tarde, otros amigos argentinos han seguido buscando los restos de Masetti y sus compañeros, tratando de reconstruir los acontecimientos, pero hasta ahora no se han podido hallar indicios de cual fue la forma en que culminó aquel intento guerrillero y las circunstancias de la muerte de Masetti.



Por esa misma época el Che estuvo muy atento a los empeños de insurgencia en Perú, ¿es cierto que fue este país otra de las alternativas valoradas por él antes de seleccionar Bolivia?

MP: Argentina, Perú, Bolivia... Todo formaba parte de su proyecto integrador para llevar adelante su estrategia de continentalizar la revolución.

Paralelamente a la Operación de Salta, un grupo de combatientes peruanos dirigidos por Alain Elías y entre quienes se encontraban Javier Heraud y Abraham Lamas, intentó comenzar en enero de 1963 la lucha armada, cuando entraron a Perú por la zona de Puerto Maldonado, fronteriza con Bolivia. Allí murió el joven poeta peruano Javier Heraud y otros compañeros. Ellos contaron con la ayuda de varios cuadros del PC boliviano, especialmente los hermanos Peredo, quienes les proporcionaron apoyo logístico y sirvieron como guías a su Columna para ingresar desde Bolivia a Perú. Años después el ELN reinicia la lucha bajo la dirección de Héctor Bejar, emergen también las guerrillas de Luis de la Puente Uceda y Guillermo Lobatón, líderes del Movimiento de Izquierda Revolucionaria. Con todos esos dirigentes peruanos el Che sostuvo reuniones previas.

Es decir, que en Perú había cierta organización y efervescencia popular, luchas sociales, ocurría la toma de tierras dirigida por Hugo Blanco; a la vez que era atractivo para el Che porque se hallaba mas cerca de Argentina. Además, en esa época, en Bolivia existía un gobierno democrático surgido de la revolución de 1952, que duró hasta 1964. Sin embargo, tanto el intento guerrillero del ELN como los del MIR, fueron destruidos, murieron Luis de la Puente Uceda (en noviembre del 65) y Lobatón (en enero del 66); Héctor Béjar ya había sido detenido en 1965 y golpeada la columna que dirigía.

¿Cómo reaccionó el Che ante todos estos reveses, que evidentemente aplazaban su proyecto continental?

MP: Se le veía muy impaciente. No dejó de explorar posibilidades de sumarse al combate armado en otros países, como Venezuela y Colombia. No obstante, no se dieron las condiciones favorables para recibir a un revolucionario de su talla política y militar, con las consecuencias que eso traería.

¿Cuándo empieza a pensar en Bolivia como un escenario de batalla y no sólo como una zona de apoyo? ¿Por qué se decide por este país?

MP: En 1964 el general Barrientos dio un golpe de Estado, y se abrió en Bolivia un período de intensa represión pero también de resistencia del movimiento popular, particularmente de los mineros y los estudiantes. Desde entonces el Che comienza a observar el desarrollo de los acontecimientos. Dos años mas tarde, estando en Tanzania, el Che decide enviar a Papi a Bolivia para evaluar la situación. Se confirma el criterio de que esa era la única opción disponible, en el sentido de que existían condiciones políticas mínimas y cuadros bolivianos con experiencia, quienes habían tomado parte en la ayuda a Masetti y a los guerrilleros peruanos, o sea eran gente fogueada y con una disposición político-ideológica a la solidaridad con cualquier movimiento revolucionario que se gestara en el área.

¿Cómo se perfilaba en el proyecto boliviano del Che su estrategia continental?

MP: En su perspectiva, esa guerrilla debía resultar una escuela de formación de cuadros latinoamericanos, sobre todo del Cono Sur -entre ellos argentinos, que pro-

ORIGINAL
007
9714206

piciara extender la lucha armada a otros países fronterizos. A la vez, le permitiría a él acumular fuerzas políticas y militares y esperar por la ocasión más oportuna para continuar hacia su país natal.

Ello dependería del desarrollo y crecimiento de la columna madre asentada en Bolivia. Sin ella, no era posible seguir hacia Argentina, donde también se había instalado una sanguinaria dictadura militar, apoyada por Estados Unidos y repudiada por los sectores más combativos del pueblo argentino.

De una manera realista, el Che analizó que si a partir de Bolivia surgían y evolucionaban otras columnas guerrilleras, conformadas por combatientes de diversas naciones del Cono Sur, ésto provocaría como reacción una alianza entre los gobiernos y los ejércitos de los países fronterizos, apoyados por el imperialismo. Ello contribuiría a la propagación de la lucha armada revolucionaria en la región, la cual se tomaría un escenario de cruentas, largas y difíciles batallas que más tarde o temprano llevarían a la intervención yanqui. Ese sería, por tanto, otro de los Viet Nam a los que el convoco en su histórico "Mensaje a los pueblos del mundo a través de Tricontinental".

¿Perteneciente exclusivamente al Che la idea original y el plan para Bolivia?

MP: Sí. La elección del lugar, los combatientes, el diseño y preparación de dicho plan, todo fue concebido por él. Lógicamente, Fidel ofreció todo el apoyo y la cooperación posibles. Nuevamente planteó que el Che no fuera en la avanzada, sino cuando esta ya se hubiera instalado y creado un mínimo de condiciones: la logística, el armamento, las redes urbanas de apoyo y la incorporación de algunos cuadros latinoamericanos en particular los bolivianos, así como que estos hubieran alcanzado conocimientos, adaptación al terreno, en fin, que la guerrilla hubiera superado la etapa de sobrevivencia. Pero el Che ya estaba deseoso de comenzar la lucha, sobre todo en un país como ese, vecino de aquel a donde deseaba llevar la batalla revolucionaria, Argentina.

Además, desde el punto de vista psicológico se sentía muy apremiado por el paso de los años. El sabía como nadie que le eran imprescindibles las condiciones físicas elementales para conducir un movimiento guerrillero; y que no le sería nada fácil la tarea de desarrollarlo en aquella coyuntura de América Latina, con Estados Unidos desplegando la desmovilizadora Alianza para el Progreso y toda una campaña contrainsurgente de ayuda a los regímenes del área, a los que suministraban armamentos, recursos financieros y entrenamiento a sus ejércitos. Querían evitar a toda costa la propagación del ejemplo de la Revolución Cubana.

Se ha dicho que luego de la divulgación de su carta de despedida, el Che sentía que había asumido el compromiso moral de no retornar a Cuba o volver a ocupar un cargo visible en la dirección de la Revolución...

MP: En mi opinión, con carta o sin ella el plan del Che era inamovible. Estaba decidido a cumplir con lo que él había diseñado como su objetivo histórico y estratégico: continentalizar la lucha antimperialista.

Si descontamos a Ciro Bustos, sólo quedaba otra argentina, Tania. ¿A que piensa que se debió la casi insignificante presencia de argentinos en la guerrilla boliviana?

MP: Bustos era un enlace que poseía una serie de vínculos y relaciones, transmitidas por el Che, para que contactara con argentinos de distintas organizaciones y los trasladara a la zona donde él opera en Bolivia. Al caer preso Bustos y convertirse en un delator -ofreciendo datos y dibujos identificativos del Che y los guerrilleros-, se "congela" Argentina. Recuerden también que al descubrir el Ejército la base guerrillera, todo el plan se desencadena de forma precipitada, la guerrilla tiene que moverse constantemente, y en esa etapa se hace muy difícil mantener los contactos con la base urbana y con el exterior.

Yo pienso que de no haber ocurrido eso, al conocer la presencia del Che en Bolivia, muchos cuadros y combatientes de las diversas fuerzas revolucionarias en el continente hubieran buscado el modo de acercarse y participar. La convocatoria del Che ejercía una gran influencia en muchos revolucionarios dentro y fuera de Latinoamérica.

¿Qué consideraciones le merece la versión difundida en el mundo, respecto a que la dirigencia política cubana abandonó al Che en Bolivia y no le ofreció el apoyo necesario para el éxito de su operación?

MP: Desde el mismo comienzo de la Revolución Cubana -y mucho antes, desde nuestras primeras guerras de independencia-, el imperio ha practicado una estrategia de división de las fuerzas revolucionarias: primero se echó a rodar la campaña de que la desaparición de Camilo fue obra y consecuencia de las contradicciones en el interior de la dirección revolucionaria; después hablaron de supuestas divergencias entre Raúl y Fidel; y luego entre Fidel y el Che. Así, montaron toda una campaña de desinformación que durá hasta nuestros días para tratar de generar confusión no sólo en Cuba, sino en el movimiento revolucionario latinoamericano y mundial, y en la opinión pública internacional. Uno de los ejes de esas campañas es este supuesto abandono a la guerrilla del Che, que se basa en el cuestionamiento del porqué no le mandamos un refuerzo militar para apoyarlo y ayudarlo a romper el cerco del Ejército boliviano.

Cualquiera que conozca las leyes de una guerrilla sabe que, en la fase inicial y más difícil, la columna está obligada a desplazarse constantemente para evitar las emboscadas del ejército enemigo, máxime si está en desventaja con éste. En esa fase la guerrilla depende de sus propias fuerzas, y del respaldo que puedan brindarle las redes urbanas, las cuales en aquel momento ya habían sido golpeadas. Por tanto, no era fácil enviar -como dicen- un refuerzo militar. Eso es pura fantasía.

¿Y también es una fantasía la comparación que se ha hecho entre la supuesta falta de apoyo al Che y los exitosos esfuerzos cubanos por sacar de Venezuela a los oficiales que se encontraban allí?

MP: Con absoluto conocimiento y responsabilidad afirmo que en Venezuela el Partido Comunista, el MIR y otras fuerzas revolucionarias (aunque habían sufrido algunas derrotas), conservaban estructuras clandestinas y recursos operativos que facilitaron la organización paciente y minuciosa de la operación de salida de esos compañeros. Esas circunstancias no concurrían en Bolivia.

Regresando al año 1965, usted estuvo muy ligado a los preparativos de la misión internacionalista cubana en el Congo, dirigida por el Che en ese año, ¿a su juicio, qué representó para él esta etapa en relación con su plan estratégico final?

MP: En ese entonces, aunque ciertamente se evidenciaba un auge revolucionario a nivel mundial, encabezado por el heroico pueblo vietnamita, y al calor de la Revolución Cubana, aun no existían condiciones mínimas para que el Che pudiera materializar su plan en Latinoamérica. Ante esto, y ante la solicitud de ayuda que había formulado a Cuba a través del Che, la dirección del Consejo Supremo de la Revolución del Congo, Fidel le propone como lo más útil ponerse al frente del grupo de asesores militares cubanos que marcharían a ese país africano, de modo que ésto le permitiera ganar tiempo acopiando experiencia, fogueándose nuevamente al igual que preparando a algunos de los cuadros y combatientes cubanos que lo acompañarían más tarde a Bolivia.

El Che asume la etapa del Congo como un escalón, una fase intermedia para prepararse con vistas a su meta definitiva y

008 9714206

aguardar a que la evolución de los acontecimientos en América Latina crearan condiciones políticas favorables para llevar a cabo sus planes estratégicos. Tanto es así, que en el momento de la salida del Congo el Che les pregunta a Harry Villegas, a Carlos Coello y a José María Martínez Tamayo, si estaban dispuestos a continuar la lucha junto a él en otro país, una lucha que sería larga, compleja y difícil. Estos compañeros formarían parte posteriormente de la guerrilla boliviana con los seudónimos Pombo, Tuma y Ricardo.

¿Cuál fue la participación del viceministerio que usted dirigía, en las delicadas operaciones para trasladar al Che y sus compañeros a Africa, luego regresar a Cuba y mas tarde salir hacia Bolivia?

MP: Nuestro organismo tuvo a su cargo toda la preparación técnica y operativa para la misión del Congo, la documentación, los itinerarios de viaje, las leyendas. A partir de nuestra embajada en Tanzania constituímos un grupo de apoyo encargado de la búsqueda de información y de la cooperación en el traslado de la logística desde ese país a la base del Che en el Con[illegible] al entrenamiento de los radistas, así como otras formas de enlace y comunicaciones con el Che.

A partir de la orientación de Fidel, el Viceministro Técnico del MININT respaldó al Che en todo cuanto el solicitaba en relación con la misión futura en Bolivia. Trabajamos en el aseguramiento de la documentación, la falsificación de pasaportes, las informaciones que el pedía sobre determinadas situaciones en el país de destino, el entrenamiento en distintas especialidades. (comunicaciones, métodos conspirativos).

Todos los detalles técnicos fueron elaborados por nuestros oficiales, pero cada paso era analizado y aprobado por el Che: las vías escogidas y quienes tomarían por ellas; como pasar inadvertidos por los aeropuertos, las características de estos y de las fronteras, el grado de control migratorio, cuales eran las horas y los días en los que había menos vigilancia de las autoridades. Para esto se realizó un estudio previo de la situación operativa, fronteriza y migratoria, y de los métodos aplicados por la contrainteligencia de los países por donde transitarían el Che y los demás combatientes.

Algún día, en el momento oportuno y conveniente, habrá que contar con mas detalles esta historia y reconocer a todos esos compañeros que trabajaron en aquellla operaciones, en las que no hubo una sola falla. Hacia Africa se movieron más de 140 cubanos y más de 20 para Bolivia, sin ser detectados por los órganos de espionaje yanqui, ni por los aparatos de seguridad de los países por donde transitaron. Se laboró con mucha meticulosidad, profesionalismo, compartimentación y sobre todo con una gran motivación por tratarse del Che y de quienes lo acompañaban.

Vivimos entonces días de mucha tensión; hablo por todo el equipo encargado de estas tareas. Sabíamos que un error de cualquier índole podía costar la vida de algún integrante de la misión. Eran horas de permanente vigilia y angustia hasta que recibíamos las señales confirmaban la llegada del Che y del resto del grupo a sus lugares de destino. Nunca olvidaré aquellos momentos, ni a ninguno de los compañeros que cumplieron anonimamente esa difícil tarea internacionalista.

¿Cual era el estado de animo del Che en los meses entre su regreso del Congo y su partida hacia Bolivia? El venía de una derrota africana...

MP: Bueno, una derrota cuyas causas explicó, haciéndose además una autocrítica, como era propio de su personalidad, de su ética. Pero siempre hay que recordar que el fue allí a trasmitir su experiencia y a asesorar, no a dirigir esa guerra de liberación nacional. Y en el lugar chocó con las condiciones subjetivales y religiosas, las contradicciones entre los dirigentes congoleños, la falta de experiencia combativa, una situación muy conflictiva sobre todo para la mentalidad de nuestros combatientes, que eran gente fogueada, con experiencia de lucha y querían no solo asesorar sino participar en el combate directo contra el enemigo. No fue fácil, lógicamente.

Por ello, el Che se incorporo directamente a las acciones combativas y estuvo dispuesto a llegar hasta las últimas consecuencias de sus actos. Sin embargo, las decisiones tomadas por la dirección congolesa y los gobiernos africanos, crearon una coyuntura donde no había otra alternativa que organizar su salida del Congo y el de otros muchos compañeros.

Respecto al estado moral del Che antes de salir hacia Bolivia, parecía un muchacho con juguete nuevo. Estaba eufórico, feliz porque se hallaba con el grupo que el había elegido y ya se habían entrenado. Se mostraba muy fraterno con los compañeros, aunque también muy disciplinado y exigente. Practicaban un plan riguroso de preparación física, militar y psicológica, lectura de documentos sobre el país; aprendizaje del quechua, clases de matemática -se preocupaba mucho por la superación cultural de los combatientes subordinados a el.

En abril de 1967, estando ya el Che en Bolivia, se publicó en un suplemento de nuestra Revista su Mensaje a los pueblos del mundo, sin embargo, según algunas versiones este no fue escrito en ese país sino en Cuba, ¿Qué información puede ofrecernos acerca de esto?

MP: Creo que efectivamente fue así, que lo escribió cuando se encontraba en el campo de entrenamiento en la provincia de Pinar del Río, antes de su salida para Bolivia en noviembre de 1966.

Resulta notorio que habiéndole dedicado el tantos esfuerzos intelectuales y prácticos al internacionalismo, no haya asistido a la histórica Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Asia, Africa y América Latina, en enero de 1966, ¿cuál sería el motivo?

MP: No pudo asistir porque cuando se efectuó la Conferencia Tricontinental el estaba en Tanzania. Pero allí recibió todos los materiales y una valoración de la reunión.

¿Qué impacto causó en usted la carta de despedida del Che?

MP: Ya sabía de ella antes de que fuera leída por Fidel en la presentación del primer Comité Central del Partido Comunista, en octubre del 65. No obstante, cada vez que la oigo o la leo me provoca un estremecimiento y me trae muchos recuerdos tanto del Che como de sus compañeros, pues los conocí a todos y a algunos me unían estrechos lazos personales y de trabajo.

¿Cuándo vio al Che vivo por ultima vez? ¿Pensó que sería la ultima?

MP: Lo vi en la madrugada del día que marchaba hacia el aeropuerto para su incorporación a la lucha guerrillera en Bolivia. Fue en una casa de seguridad donde sostuvo -creo- la última conversación con Fidel. Se hallaban también Raúl Castro y Vilma Espín. En la sala había un sofá y Fidel y Che estuvieron hablando allí solos, en voz baja, un tiempo muy prolongado.

No pensé que sería esa la ultima vez que lo vería, aunque quienes nos comprometemos en este tipo de lucha sabemos que en ella se triunfa o se muere. Eramos muy optimistas y teníamos mucha confianza en la decisión, la voluntad y la capacidad del Che, de los cubanos que lo acompañaban y de los bolivianos que habían sido probados en otras tareas, para conseguir su objetivo y poder sortear con habilidad todos los escollos que pudieran presentársele. De hecho, la guerrilla boliviana logro realizar varias acciones militares exitosas, causándole bajas y tomando prisioneros a soldados del Ejercito.

El Che no sentía -como han querido atribuirle- esa cierta mística hacia la muerte, aun si se hubiera quedado solo o con un

ORIGINAL
9714206

combatiente se habría esforzado por reorganizar la guerrilla y continuar la batalla. El no era un hombre que entregara su vida fácil a los enemigos y tampoco tenía vocación de *mártir*. La prueba está en que herido y con el fusil inutilizado, trata de escapar del cerco para reencontrarse con sus hombres. Nunca se sintió ni derrotado ni desmoralizado; sus ideas las defendía con su piel, sin importarle si le iba la vida en su empeño.

¿El Che se despidió de usted? ¿Cómo fue la despedida?

MP: Lo hizo en la casa de seguridad ya mencionada. Estaba contento, sonriente, ya se veía emprendiendo por fin la marcha hacia su ansiada meta.

Fue una despedida sencilla, él no era muy efusivo. Su emoción la llevaba internamente, había que saber descifrada. Pero como siempre, la expresión de su rostro trasmitía una gran fuerza y convicción.

¿Cómo le llegó la noticia de la muerte del Che?

MP: Por una radiofoto que recibí el 10 de octubre, donde aparecía el cadáver del Che en la lavandería. Llamé a Fidel y él vino a mi casa. Recuerdo la cara de Fidel, dubitativo, aunque le hallara a la foto algún parecido con el Che, no estaba muy convencido de que era él. Se marchó para su casa y estando allí, con la compañera Celia Sánchez le llevé una segunda radiofoto que me había llegado, la cual ya no dejaba lugar a dudas de que se trataba del Che. Ese momento quedó registrado en mi memoria como una fotografía inolvidable. En aquella habitación se hizo un gran silencio. Fidel envió a la compañera Celia a buscar a Aleida, la esposa del Che, quien se encontraba en una investigación en las montañas del Escambray, para darle personalmente la noticia. Luego llamó a otros compañeros de la dirección del Partido y comenzó a dar instrucciones acerca de como se debía trasmitir la información y preparar a nuestro pueblo para esa dura noticia.

Fue un impacto tremendo. Pero en estas misiones revolucionarias uno deja la vida debajo de la almohada.

¿Cuánto tiempo después se supo que había sobrevivientes?

MP: Al poco tiempo, cuando Pombo, Urbano y el ahora traidor Benigno logran romper el cerco, y específicamente Inti Peredo establece contacto con algunos militantes del Partido Comunista boliviano y del ELN, quienes los llevaron hasta la frontera con Chile. Siempre recuerdo con mucho cariño el papel desempeñado por Salvador Allende, en ese año presidente del senado chileno, quien a pesar de las críticas de la derecha brindó todo su apoyo y protección a los tres sobrevivientes. El le comunicó a nuestro embajador en Francia, Baudilio Castellanos, que trasladaría a los tres sobrevivientes a Tahití. Hacia allí viajó nuestro embajador, los llevó a Francia y de ahí a Cuba.

Igualmente hay que destacar la colaboración ofrecida por los partidos comunista y socialista chilenos, Beatriz Allende y entre otros muchos compañeros, la del periodista Elmo Catalán, quien luego caería en combate junto a Inti Peredo, tratando de reiniciar la lucha armada en Bolivia.

Recientemente usted pudo leer el testimonio del chileno Manuel Cabieses, publicado en la revista Liberación, sobre la llegada del Diario del Che a Cuba. ¿Qué opinión le merece?

MP: Es muy objetivo. Cabieses es un periodista serio y riguroso en sus análisis y trabajos periodísticos; además de un revolucionario muy consecuente, fraterno y solidario con Cuba y con los movimientos revolucionarios latinoamericanos.

Esta pregunta me hace evocar la participación de varios compañeros en la edición del "Diario" en otros idiomas: el italiano Feltrinelli, amigo de la Revolución cubana y admirador del Che; el francés Francois Maspero; Amaldo Orfila, de Siglo XXI en México, y el equipo de la revista "Rampart", en Estados Unidos. También a editores de otros países que bajo la coordinación de entonces presidente del *Instituto Cubano del Libro*, Rolando Rodríguez, hicieron un extraordinario esfuerzo por editar el Diario en Cuba y en todo el mundo, antes de que los servicios secretos norteamericanos pudieran publicar como querían, una versión apócrifa y falsa. Se ganó esa batalla.

¿Cuáles son sus valoraciones acerca de las biografías sobre el Che aparecidas en los últimos tiempos?

MP: Bueno, no las he leído todas, si algunos comentarios publicados en periódicos de América Latina, donde en particular uno de estos biógrafos, pretende presentar a un Che que sólo encama un símbolo puramente cultural -sobre todo entre la juventud-, despojado de su mensaje político-ideológico y de su ejemplo. Algunos -porque no todos muestran un balance negativo- enfatizan en que todas la tesis económicas, políticas y militares del Che han fracasado, que han perdido vigencia y que el rumbo tomado por la Revolución Cubana desvirtúa sus ideales. En mi opinión, si la Revolución Cubana hubiera abandonado los ideales del Che, no sería como sigue siendo un bastión de las luchas populares antimperialistas, anticapitalistas y por el socialismo, que se desarrollan en este mundo. Aún en las duras circunstancias de agresión económica, política e ideológica por parte del *imperialismo*, el pueblo cubano mantiene el heroísmo al que lo convocó el Che y lo convoca todos los días Fidel, al que llamó su "maestro y guía".

La demostración de que los ideales, el pensamiento, la acción y el ejemplo del Che no han fracasado y que trascienden con una proyección de futuro, es que cada día hay un interés creciente y consciente en Cuba y el mundo por estudiar su obra e interpretarla, recuperando la esencia de sus ideas tomando en cuenta las diferencias entre su momento histórico y éste.

En muchos países, las sociedades de consumo han querido convertido en una mercancía, sin embargo, la fuerza paradigmática del Che se impone por encima de estas intenciones, para *intranquilidad* de los triunfalistas neoliberales y los poderosos de este mundo.

Intentar reducido a un símbolo cultural es una vulgar simplificación. No creo que la atracción y la solidaridad que su figura concita hoy día en la juventud mundial, dentro del movimiento revolucionario y de los sectores progresistas y democráticos del planeta, respondan a esa estrecha percepción del legado del Che; sino que lo ven como un hombre con una tremenda fuerza moral, muy honesto, sensible, humano, capaz de acompañar su predica con sus actos; como un símbolo del *internacionalismo*, del antimperialismo, de la solidaridad; del genuino socialismo. *En fin, como un ejemplo para las actuales y futuras generaciones, que lo toman como bandera de intransigencia revolucionaria*, de los valores éticos y de la justicia social.

Creo que mientras existan oprimidos y opresores, injusticias sociales, dominación imperialista y también la esperanza en un mundo justo, fraternal y solidario entre los hombres y los pueblos, perdurará el pensamiento y el ejemplo del Che.

Por ello coincido con lo que afirmó Fidel el 12 de octubre 1987, en la velada por el XX aniversario de la caída en combate del Che y sus compañeros, "el Che vive más que nunca, está más presente que nunca y es un adversario del imperialismo mas poderoso que nunca".

ORIGINAL
010 9714206

Che

NUESTRO CONTEMPORÁNEO

Germán Sánchez

Rica en aportes de indudable vigencia para la concepción del verdadero socialismo, y para comprender la necesidad de este en Latinoamérica, la propia obra del Che contiene la mejor réplica a quienes hoy proclaman la defunción de su ideario, identificándola con el fin del socialismo.

¿POR QUÉ ES EL CHE NUESTRO CONTEMPORÁNEO? Sugiero concentrar nuestra atención en dos líneas principales: en primer lugar, la actualidad de sus aportes entre los años 1960 y 1965, respecto a una alternativa nueva para el socialismo en el mundo y, en segundo término, la vigencia de su pensamiento en torno a la necesidad de la revolución y el socialismo en América Latina y el Caribe. Sabemos que su contemporaneidad abarca otros muchos temas y escenarios; podríamos abordar una vez más la tremenda fuerza de su ejemplo de vida, sus proyecciones internacionalistas, su vocación y quehacer por la unidad de los pueblos del Tercer Mundo y otras muchas referencias a sus ideas y virtudes. Prefiero detenerme, sin embargo, en aquellas dos grandes áreas de su pensamiento y de su proceder revolucionarios.

Más aún, pues en estas nuevas coyunturas en que vivimos ahora en el mundo, muchos pretenden decretar la muerte y el olvido de su ideario. Esa amnesia es promovida por la ideología triunfalista del imperialismo frente a la reversión del socialismo en Europa. Y con ello quieren identificar también al Che, con el fin del socialismo, y se ufanan en proclamarlo cual si fuera una verdad incontrastable.

Si en 1967 dijeron que la prueba definitiva de que él estaba equivocado era su muerte física, hoy afirman que la razón inequívoca del anacronismo de sus ideas es la desaparición del socialismo en la URSS y en Europa del Este. En una y otra versión lapidaria, el ánimo de convertir al Che en una pieza de museo revela el temor que siguen suscitando su figura y sus ideas respecto al socialismo genuino, y no de aquel que pereció. Porque ocurre exactamente al revés: el socialismo que murió no fue el del Che. A este tema volveré después.

Me interesa antes subrayar la manipulación de que ha sido objeto desde 1967. Con él sucedió lo mismo que ha ocurrido con la Revolución cubana y con las grandes obras y conductores de nuestros pueblos. Su imagen ha sido distorsionada, y se ha querido también silenciar, mutilar o tergiversar su pensamiento tan subversivo por tantas razones.

Esto ha sido así no sólo desde el campo enemigo; a veces percibimos en ciertos sectores de la izquierda una desvalorización de las ideas del Che sobre la revolución y el socialismo y de su vigencia para nuestras batallas actuales, que resulta por supuesto más lamentable y dañina.

En la generación de esa otra imagen suya hubo, entre 1967 y 1971, una especie de explosión de ediciones de libros, artículos, ensayos y biografías. Sólo de este último género se llegaron a publicar 16 obras entre los años 1968 y 1971, todas ellas sumamente superficiales y muchas veces con fines comerciales, y otras claramente elaboradas por agencias especializadas en Estados Unidos.

Germán Sánchez, sociólogo, fue profesor de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de La Habana. Se desempeñó por muchos años como responsable de la sección de análisis del área América, en el Departamento de Relaciones Exteriores del Comité Central del Partido Comunista de Cuba. Actualmente es embajador de Cuba en Venezuela.

ORIGINAL
011
9714206

En aquel período proliferaron también estudios y trabajos por parte de los sectores revolucionarios y antimperialistas del mundo entero y especialmente en Latinoamérica, transformándose al Che en una especie de test para medir la conducta y las ideas de la izquierda. Pero en aquellos años e incluso hasta hace muy poco, fue más usado que interpretado correctamente por varios partidos, fuerzas y dirigentes de la izquierda. Más tarde empezó a disminuir la edición de estudios y la divulgación de obras alrededor del Che y de su pensamiento. Me refiero a un fenómeno mundial, donde el caso de Cuba es una excepción. A partir de 1977, a los diez años de conmemorarse su caída en combate en Bolivia, ocurre un curioso silenciamiento en torno a su obra. Ello perduró hasta 1987, cuando en conmemoración del XX aniversario tanto en América Latina como en otros países, incluso en Europa, en EEUU y en los demás continentes y muy particularmente en Cuba, el Che vuelve a retomarse, es descubierto en algunos casos, y empieza a utilizarse con más frecuencia por quienes querían encontrar respuestas a los problemas acumulados por el mundo contemporáneo, mucho más complejos que en los días de su muerte 20 años antes. Y hoy, en este XXX aniversario, estoy persuadido de que la vigencia del Che es todavía más notable, más importante.

En primer lugar es así porque pocos hombres en la historia de la humanidad han sido tan ejemplares y coherentes en su actividad teórica y en sus actos de vida y de fe. Pocos hombres en la historia de la humanidad y del movimiento revolucionario, han logrado tan magistral síntesis entre los hechos y el intelecto. Ese Che, el irreverente ante la sociedad burguesa, el que reexaminó sin esquemas los caminos más idóneos de la nueva sociedad, el que discrepó de los dogmas y estimuló la polémica fecunda de su tiempo, ese Che tan actual por tantos motivos no podrán anularlo nuestros enemigos. Ni quienes hablan de él en pasado y pretenden convertirlo en una leyenda pretérita, en una reliquia histórica —acaso, dicen, si el Che tuvo razón fue en parte y para su tiempo histórico, nunca para el presente. Tampoco quienes desde la izquierda escamotean su pensamiento y la vigencia de éste, al hablar del Che en futuro y alegar que, por sus virtudes, por representar un modelo del ser humano, por ser un hombre superior y formular ideas tan puras, es alguien del mañana pero nunca del presente.

Esos enfoques pueden conducir a la santificación de su figura y a la postergación de sus verdades hasta el infinito. Nuestra tarea, la de los revolucionarios de este Tercer Mundo y de todos los hombres sinceramente progresistas, es plantearnos a fondo y responsablemente por qué es válido el Che para hoy y qué áreas de sus pensamientos resultan vigentes.

Forjándose socialista

Ante todo, en sus concepciones sobre el socialismo podemos encontrar durante aquellos primeros años de la década del '60, una fuente sumamente significativa para responder y encontrar soluciones a nuestros problemas de hoy y a la vez para poder explicarnos más en serio las causas que provocaron la desintegración del socialismo en Europa.

En consecuencia, sería interesante recordar al detenernos en el Che pensador de las cuestiones del socialismo, cómo se engendraron sus ideas marxistas y antimperialistas; ir a las raíces de su formación. A los 17 años ya se había planteado la iniciativa y empezó a trabajar en la elaboración de un diccionario filosófico; estudió Medicina, mas nunca desatendió sus preocupaciones por la sociedad y los problemas de ésta. Aún antes de participar de algún modo en el proceso revolucionario de Guatemala en 1954, y sobre todo allí, leyó, él solo, sin intermediarios, sin manuales, a Marx, Engels, Lenin y a otros pensadores de aquel tiempo latinoamericano de luchas, algunos de ellos muy sobresalientes como José Ingenieros y otros hombres dignos de Nuestra América. Por consiguiente fue al marxismo de una manera directa, autónoma, sin torceduras, y cuando se incorporó al combate por la revolución en Cuba tenía ya una vasta cultura y como parte de ella, una preparación teórica en el marxismo, en el leninismo, y había logrado captar lo esencial de esa teoría revolucionaria.

Sin duda, fue decisiva en la evolución de su pensamiento su participación en la lucha por el poder en Cuba, desde que se incorporó en 1956 a los expedicionarios del Granma, y luego en las aceleradas y profundísimas transformaciones originadas en Cuba en poco tiempo, desde 1959 hasta el año 1962, y posteriormente en el inicio de la gestación de la nueva sociedad. Es curioso que cuando el Che se refiere al Moncada

012 971-206

en su diario de campaña en Bolivia, aquel 26 de julio, cuyo aniversario lo sorprendió en las montañas del país hermano, escribiera una frase de aquellas suyas precisas y extraordinariamente simbólicas: «el 26 de Julio, rebelión contra las oligarquías y contra los dogmas revolucionarios». Y se trataba de eso, ya no era sólo su apreciación sobre el Moncada, sino una percepción de lo que históricamente fue la Revolución y el socialismo cubanos en aquellos años: una rebelión contra el imperialismo, contra el sistema capitalista dominante, las oligarquías y, además, contra lo que se decía era la teoría marxista leninista entonces, por sectores de la izquierda de América Latina y del mundo.

Es importante a la hora de analizar la originalidad del pensamiento del Che, destacar precisamente el escenario cubano de aquellos años; ese tiempo explosivamente transformador de las realidades y de las ideas de nuestro continente. Y es sustancial tomar en cuenta en su formación, en su desarrollo, y en ese despliegue de las ideas del Che desde 1956, a Fidel, el conductor, el creador cimero de aquellas concepciones revolucionarias y el guía posterior de ese proyecto revolucionario en los hechos mismos. Fidel, a quien el Che consideró siempre su maestro.

Pero el Che no solamente vivió, conoció, participó y fue un protagonista excepcional de las luchas del pueblo cubano y por el avance de las ideas del socialismo en Cuba. Debemos recordar que fue uno de los primeros dirigentes cubanos que visitó los países del llamado «socialismo real» en los años '60, y uno de los primeros dirigentes cubanos en percatarse de los problemas que entonces ya presentaba ese socialismo en muchos de los países que él conoció directamente.

De manera que, cuando reflexionamos sobre la búsqueda en el Che de una alternativa socialista nueva a partir de una revolución nueva, tenemos que considerar esa realidad fecundante que lo incitó a crear y a ser original una y otra vez en nuestra Isla. Por una parte, él comparó los hechos del «socialismo real», en primer lugar con lo aprendido en sus estudios del marxismo genuino; desde esa óptica captó las desviaciones de tales procesos y los peligros estratégicos que venían acumulándose en ellos. En segundo lugar, contrastó el socialismo existente antes de 1959 con la experiencia práctica del proceso revolucionario y de lucha por el socialismo dirigido por Fidel. Por ello inquirió: «¿Por qué lo que es, es lo que debe ser?», y con esa pregunta tan obviamente intencionada avanzó hacia un firme teórico desde el cual pudo vislumbrar el verdadero camino del socialismo.

Esas percepciones y advertencias del Che están presentes en su obra teórica, en sus ideas políticas y sus realizaciones como miembro de la dirección revolucionaria —especialmente en su responsabilidad al frente del Ministerio de Industrias—, y todo ese caudal quedó plasmado de manera resumida y magistral en *El Socialismo y el Hombre en Cuba*, donde advirtió categóricamente sobre la posibilidad de la reversión del socialismo allí donde se abandonaran ciertos principios teóricos y éticos. Recordémoslo: «Persiguiendo la quimera de realizar el socialismo con la ayuda de las armas melladas que nos legara el capitalismo [...] se puede llegar a un callejón sin salida». Y lamentablemente, ese socialismo fue llevado allí.

En resumen, Che conoció, vivió y fue protagonista excepcional del proceso cubano, donde forjó sus convicciones sobre cuál debía ser el tránsito socialista verdadero, y por otra parte conoció los procesos reales del socialismo de su tiempo, las experiencias históricas y la ideología que los sustentaban. De la confrontación de ambos procesos, basándose en la interpretación cabal del marxismo y el leninismo y en una amplia cultura universal, surgieron sus conceptos socialistas.

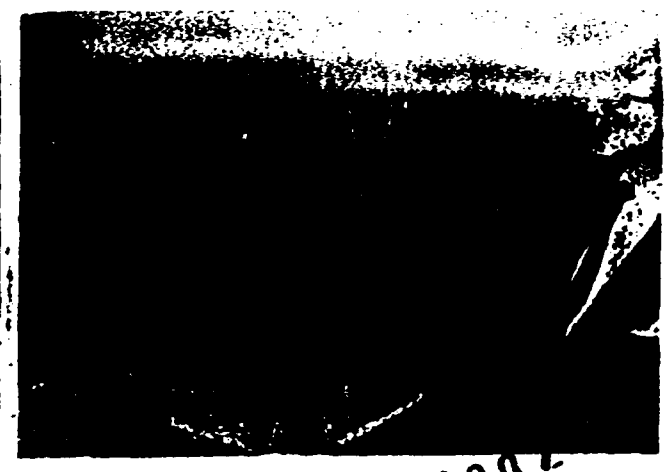
Principales aportes a la nueva concepción del socialismo

Lo primero a resaltar es el vínculo que estableció —como no ocurría en los países del «socialismo real»— entre la política, la ética y la economía, en el despliegue de la nueva sociedad.

El conocido reclamo suyo es el núcleo sustentador del verdadero socialismo: «el comunismo es un fenómeno de conciencia y no solamente un fenómeno de producción». Sus ideas, expuestas así de ese modo incisivo y cortante, invertían muchas veces los términos de la lógica del socialismo de otros países.

Y fue entonces que el Che suscitó una polémica pública sumamente importante —la cual es provechoso reexaminar una y otra vez— acerca de estos temas, que mantienen un valor fundamental para elaborar respuestas a las preguntas, retos y tareas que tiene por delante la construcción del socialismo en Cuba. Esa polémica del Che con otros dirigentes cubanos, con la presencia también de algunos teóricos del socialismo europeo como Charles Betelheim y Ernest Mandel, es la que por suerte

ORIGINAL
9714206
F. 013



nos permite captar con más coherencia su pensamiento en relación con el socialismo, pues al calor de aquel debate pudo exponer de una manera lúcida y muy rigurosa sus conceptos. Para él, la concepción de cómo desarrollar la economía y lograr la participación en ello de los hombres y mujeres, de los trabajadores, del pueblo, no podía de ningún modo sustentarse en el predominio de las relaciones mercantiles.

Para el Che jugar con el mercado de una manera tan irresponsable —lo que varios países socialistas hacían entonces— podía conducir, y efectivamente sucedió, a un precipicio sin salida. De ahí que una y otra vez él descarte como la vía idónea para llegar al socialismo y al comunismo el llamado socialismo de mercado. Se planteó, en consecuencia, inventar y aplicar —y efectivamente lo hizo— un nuevo sistema de dirección y planificación de la economía en Cuba, el llamado sistema presupuestario de financiamiento. Este no era meramente una concepción técnica; era, sí, un sistema técnico, pero fundamentado en una perspectiva sobre cómo debía llevarse adelante el socialismo verdadero. Precisamente un eje central de éste es la relación entre el sistema económico y la ética, entre la búsqueda de mayores niveles de progreso y eficiencia económica y lo que él llamó la creación del hombre nuevo.

Cuando evoca al hombre nuevo por supuesto se refería a un pueblo nuevo, a valores nuevos, a relaciones humanas totalmente inéditas. Y planteó, al revés de como formulaban muchos teóricos y dirigentes del socialismo, que no era posible esperar a la producción de las riquezas para formar a ese hombre nuevo, sino que éste tenía que salir del bregar diario por la creación y el desarrollo del nuevo socialismo y con esto, por cierto, no hizo sino repetir —aunque con sus palabras y estilo propios— lo que Carlos Marx había expuesto en la *Crítica del Programa de Gotha* en el siglo pasado.

El Che hilvanó también la economía y la ética con la política, y se planteó por ello el papel central del partido y de los dirigentes. El ejemplo como valor principal de un cuadro, de un partido, de los militantes para conducir al pueblo, desde el pueblo, como parte de éste y no por encima de él.

Asimismo relacionó la política, la economía y la ética con su concepción del internacionalismo. Este, insistía una vez, como un deber y una necesidad, como parte intrínseca de la edificación del socialismo; el internacionalismo; porque sin él no se podía ser revolucionario ni socialista verdaderos. ¿Y cuántos problemas confrontaba entonces el internacionalismo en muchos países socialistas, expresándose en ello las graves distorsiones aludidas? Creo que al exaltar la práctica internacionalista del Che debemos acompañarla también de lo que él pensaba sobre la solidaridad entre los pueblos. No sólo como ejemplo, sino en tanto que concepción universal de la lucha común de todos los pueblos para enfrentar y derrotar el imperialismo y para salir adelante, después, en la fundación de la nueva sociedad.

¿Es posible restarle un ápice de certeza a su idea —entre tantas veces insistió— de que el destino de las revo-

ORIGINAL
9714206
914

luciones populares en América Latina «está íntimamente ligado al desarrollo de nuestra Revolución»? Y agrega: «Cuba debe pagar un precio por el hecho heroico de constituir una vanguardia como nación.» En consecuencia, para él la responsabilidad internacionalista primera de los cubanos, junto a la defensa de la revolución es construir el socialismo rápido y bien; enfatizaba en «perfeccionar nuestra calidad de ejemplo» y exhortaba a «trabajar todos los días pensando en Nuestra América y en fortalecer más y más las bases de nuestro estado, su organización económica y su desarrollo político».

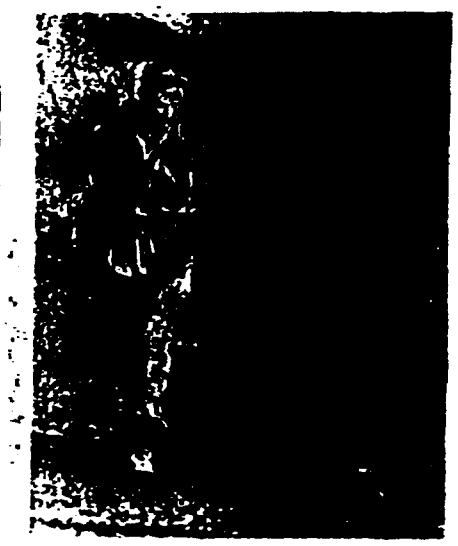
De ahí establece, finalmente, la relación entre el deber cotidiano individual en la creación de la nueva sociedad cubana y su significado para la solidaridad internacional, idea ésta, en mi opinión, insuficientemente subrayada en la divulgación de su pensamiento en nuestro país: «tenemos que darle a nuestro trabajo el sello de responsabilidad y de seriedad que entraña el ser espejo donde se miran todos los pueblos de América», pues «si Cuba gana, América entera habrá ganado esta pelea».

Che examinó y practicó el internacionalismo desde todos los ángulos y en sus acepciones más integrales, guiado por el precepto de que sin aquel no era posible el socialismo: «No puede existir socialismo, si en las conciencias no se opera un cambio que provoque una nueva actitud fraternal frente a la Humanidad.»

No hay duda de que éstos y muchos otros planteamientos suyos, algunos apenas esbozados en nuestra exposición, poseen una vigencia extraordinaria, para la corrección de errores y para mantener bien orientada la brújula en Cuba hoy, en la formidable escuela que es el Período Especial y luego, cuando se supere esta etapa y tengan que formularse algunas soluciones de más largo alcance. Diríamos, todas las tres matrices del Che están en las raíces de la Revolución cubana, en la vigencia de su socialismo. No hay duda: representan un potencial indispensable para su futuro.

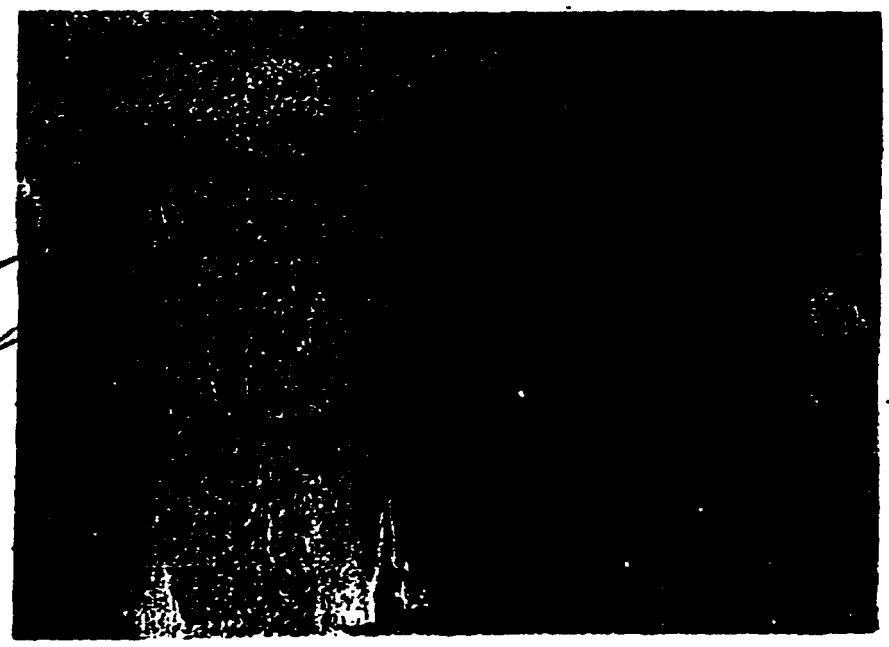
«La tarea de la construcción del socialismo en Cuba, debe encararse huyendo del mecanicismo como de la peste», nos aconsejó el Che y al experimentar aspectos del llamado «socialismo real» y copiar lo que el Che había desechado, criticado, o puesto al menos bajo sospecha, con signo de interrogación, simplemente nos equivocamos. Creo que ahí reside una de las razones de la convocatoria de Fidel para incorporar al Che con nosotros en esta batalla crucial por desarrollar y hacer viable el socialismo en Cuba, como concreción de la posibilidad cierta y de la única opción posible para conseguir la liberación de todos nuestros pueblos.

Sus ideas, por añadidura, nos aportan respuestas y pistas excelentes, actuales, para entender eso que deviene tan nodal en términos prácticos para todos los revolucionarios: las causas que originaron la disolución y la derrota del socialismo en Europa; e igualmente para reponernos de las consecuencias terribles de aquel experimento, que yo



ORIGINAL

015 9714206



encontrar formulaciones socialistas y por ende revolucionarias a las grandes confusiones y a las situaciones adversas suscitadas en el mundo con la caída de aquel socialismo. En esa tarea de investigación y de imaginación, la experiencia y el laboratorio que es hoy el socialismo cubano resultan imprescindibles. Sueños, obras y muchas ideas pioneras de éste pertenecen al Che y por eso tenemos que ir a él con la perspectiva de seguir utilizándolo en la creación de nuestro socialismo latinoamericano y caribeño, humanista, igualitario, solidario, heroico, democrático, uno que nazca de la cultura y de la historia nacional de cada pueblo.

¿Y es posible en el mundo de hoy ese socialismo?

El sistema capitalista a escala planetaria no ha solucionado en más de cuatro siglos de existencia los problemas de la humanidad. Al contrario, la tendencia ha sido empeorarlos: más de sus tres cuartas partes vive en condiciones de pobreza material y marginalidad cultural y política; terribles consecuencias ecológicas; serias y peligrosas limitaciones a la soberanía de la mayoría de los estados, entre otros.

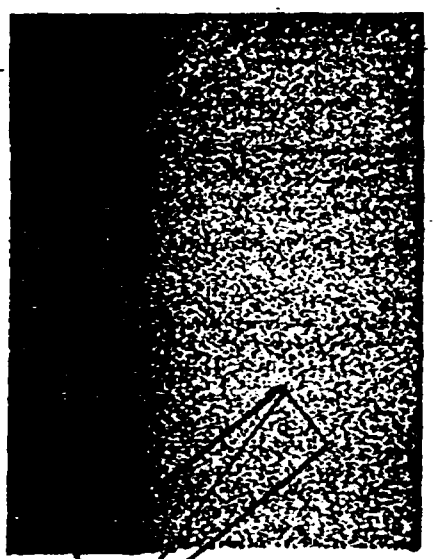
El escenario del presente —y quiero referirme aquí sólo al de América Latina y el Caribe, aunque puede generalizarse en muchos aspectos al resto del Tercer Mundo— es si acaso diferente, porque es peor a aquel de los '60 en que el Che luchó y sobre el cual pensó cuando interpretaba los problemas de los países subdesarrollados. Ahí ra-

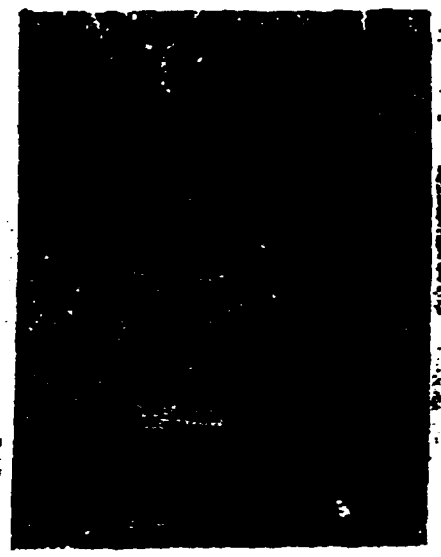
me atrevo a llamar socialismo falso, sin demeritar con ello los valores y hechos positivos que existieron, los cuales habrá justamente que decantar.

No basta con lamentarnos e incluso disponernos a seguir luchando, a dar toda nuestra voluntad, nuestro esfuerzo, nuestra sangre, nuestra inteligencia en función de nuestro ideal, sino que además debemos preguntarnos todos los hombres que compartimos la utopía socialista y creemos en ella, qué fue lo que sucedió en Europa, por qué se desintegró tan vergonzosamente ese socialismo.

Esa versión deformada que se autodenominó «socialismo real», se desintegró a consecuencia de múltiples y estratégicos errores cometidos desde finales de los años '20 —y que es urgente y fundamental desentrañar por los revolucionarios de todo el mundo—, muchos de los cuales el Che captó y advirtió de sus peligrosas consecuencias con excepcional agudeza y honestidad. Aquel socialismo pereció porque lo mataron los hombres y no de muerte natural, como se afirma por nuestros enemigos. Pero la caída de ese socialismo lejos de desmentir, confirma la certeza de los juicios del Che, de la utopía socialista original y hace más proverbial su papel de precursor latinoamericano —junto a Fidel— del socialismo verdadero.

Creo que uno de los deberes de los revolucionarios latinoamericanos y por extensión del mundo, es precisamente





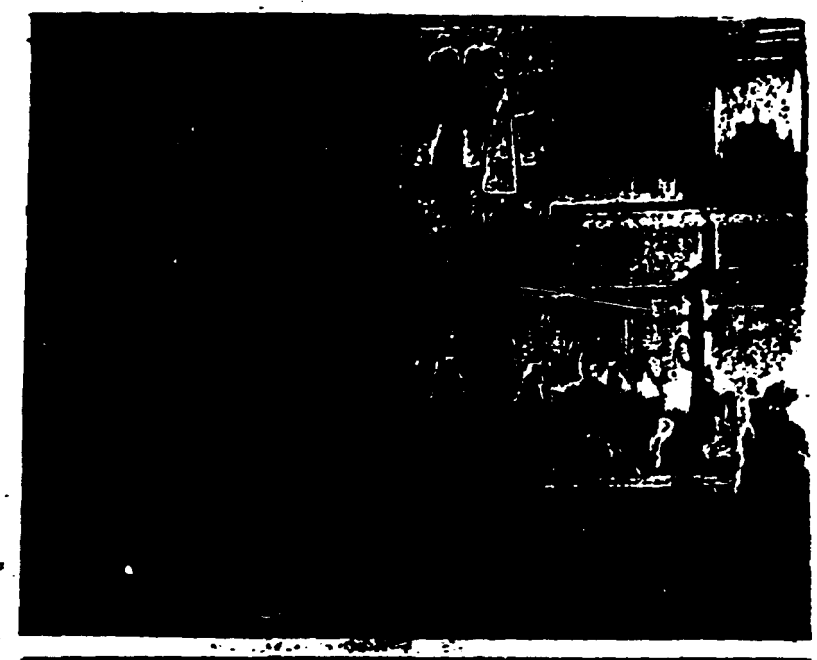
016 9714206

dica otro de los campos notables donde podemos hallar respuestas válidas del Che para los problemas de hoy en el Tercer Mundo y especialmente en Nuestra América.

La vigencia del Che es fundamental respecto a su interpretación del imperialismo y del subdesarrollo. Por ejemplo, aquella noción que ahora repetimos y repiten incluso los científicos sociales a veces sin hacerle honor a él —porque fue el primero en formularla—, de que *el subdesarrollo no es ni más ni menos* que el desarrollo distorsionado y que no es posible lograr el progreso para estos países, si no es con la ruptura de la lógica y de la dominación capitalista e imperialista. Esa conclusión ya es un lugar común, pero si se rastrea en los libros y revistas especializadas de entonces, veremos que el Che fue, tal vez, quien conceptualizó de manera más exacta este fenómeno del subdesarrollo.

Su interpretación sobre las estructuras y las luchas de clases en América Latina; el papel del Estado, el de la vanguardia; el carácter de la revolución (o revolución socialista, decía él, o caricatura de revolución, y hoy podríamos agregar: o revolución socialista o revolución frustrada); la relación entre la lucha armada y la participación del pueblo en ella; el papel fundamental de los cristianos; estos son entre otros enfoques claves de sus reflexiones acerca de la revolución en Nuestra América, muchos de las cuales perdurán y nos ayudan a valorar con luz propia —como él hizo en su tiempo— las nuevas realidades y experiencias de lucha popular.

A veces se ha tratado de reducir al Che a ciertos conceptos, como la llamada *teoría del foco*. De una imagen —*el foco guerrillero*— que él como médico utilizó cuando escribió el famoso libro *La Guerra de Guerrillas*, se quiso elaborar una teoría y adjudicársela. Cuando uno analiza a ciertos intérpretes suyos, o los seudointérpretes —pues a menudo eso es lo que son— observa que en primer lugar no conocen la inmensa mayoría de sus escritos sobre estos temas de la revolución en la América Latina. Se trató de simplificar además su pensamiento a un esquema caricaturesco: al plantearse que él solo sostenía una alternativa posible, la lucha armada, y el empleo en todo momento y circunstancia de ese método para poder alcanzar los objetivos revolucionarios.



ORIGINAL

017
60000
9714206

Hay múltiples ideas del Che que difieren y echan por el suelo tales versiones mendaces. El siempre señaló —y cito aquí una frase suya clave que trasluce la complejidad de su pensamiento sobre América Latina— que «la Revolución cubana ha mostrado una experiencia que no quiere ser única en América Latina» y incluso muchas veces recomendó en sus escritos y discursos que no se copiara a Cuba, que no se llevara fuera del lugar, del contexto y del tiempo la experiencia cubana a las realidades latinoamericanas.

En relación con la lucha armada, sostuvo que había que usarla y desarrollarla consecuentemente cuando se decidiera, pero que era preciso escoger las condiciones, pues no se podían forzar las circunstancias. Respetó y aceptó como válidas en el sendero de la lucha por el poder revolucionario y por la conquista de una nueva situación para llevar adelante la nueva sociedad, diversas formas de acción, de todo tipo. Salvador Allende una vez mostró en Chile el libro *La Guerra de Guerrillas*, dedicado a él por el autor, donde el Che decía, aproximadamente: a quien por otros caminos busca los mismos objetivos que se expresan en este libro.

Es cierto que rechazó con vehemencia la vía pacífica y opino que era correcto, pues con ese término —muy usado en aquel tiempo— se intentaba justificar una inacción estratégica. Además, porque en última instancia habrá que esperar a ver qué pueblo podrá obtener su verdadera liberación, finalmente, si no es recurriendo a las masas, las armas y la unidad, como resumió Fidel en alguna ocasión posterior.

En otras ocasiones se ha presentado al Che como un irreverente hacia todos los gobiernos latinoamericanos, un hombre que buscó siempre la subversión de estos a cualquier precio y de manera irracional. Cuando lo observamos hablar, como representante de la Revolución cubana, ante aquel público en Punta del Este, Uruguay, donde se discutió la tristemente célebre Alianza para el Progreso o Alianza para el Retroceso —como irónicamente la denominó él—, vemos que incluso luego de adoptarse el documento, llegó a manifestarle a aquellos gobiernos: no importa que esta alianza nos afecte a nosotros; no importa, si ello puede ser de algún beneficio para algunos de los pueblos latinoamericanos.

El Che estimuló las relaciones con los gobiernos que respetaran a Cuba, como fue con el uruguayo, el chileno, el brasileño, por supuesto el mexicano y otros. Respetó y ejercitó una política constructiva y amistosa hacia los gobiernos del continente, siempre y cuando aquellos respetaran las normas de convivencia, de autodeterminación y soberanía de nuestros países. Así pues, cuando practicamos esta política latinoamericana de hoy, no podemos afirmar que sea nueva: esa fue siempre la política de la Revolución cubana desde los primeros momentos, y el Che, guiado por Fidel, junto con los demás dirigentes de esta, fueron quienes la concibieron y la pusieron en práctica.

Dos, tres, muchos Che Guevara

A 30 años de la muerte del Che resurge el optimismo revolucionario en Nuestra América. Hace cinco años en Rosario, Argentina, en ocasión del 64 aniversario de su nacimiento, se reunió un grupo de más de 50 dirigentes de la izquierda latinoamericana y caribeña. Allí, a unas pocas cuadras del lugar donde nació Ernesto, lo recordamos en presente, vivo, celebrando su cumpleaños, terminamos incluso cantándole felicidades en una hermosa tarde en que sonreía junto a nosotros y tuvimos la sensación de que volvía a rebrotar con su fuerza, su radicalidad, su optimismo, en las jornadas latinoamericanas y caribeñas de hoy.

Sabemos que los escenarios han cambiado, que hay nuevas complejidades, muchas circunstancias adversas y otras favorables. Pero ser seguidores del Che no es repetirlo a él al pie de la letra. Asumir al Che es ser como él fue con sus precursores, estudiarlo y asimilarlo con respeto, seriedad y humildad, y a la vez no subirlo en un altar, ni trasplantar acríticamente todas sus ideas al presente; sí darle continuidad desde nuestros tiempos, desarrollar esas ideas que encierran tantas potencialidades para nuestras peleas de liberación actual. Más que ayer, es la hora de los hornos y hace falta más luz, más luchas, más voluntad, más iniciativa, más imaginación y más unidad entre los revolucionarios y los pueblos de nuestros tres continentes.

En la América del Che existen condiciones excepcionales para avanzar. El capitalismo excluyente, inhumano, empobrecedor y antinacional no dispone de soluciones para superar sus paradojas, aunque siga teniendo capacidad para reproducir su dominio ideológico y político, en gran medida por las propias debilidades de las fuerzas de la izquierda.

Nuestros pueblos latinoamericanos y caribeños no han dejado de pelear y resistir desde aquel 8 de octubre de 1967. Hemos tenido avances y éxitos, también derrotas, retrocesos, errores, crisis de relaciones entre movimientos sociales y políticos, problemas de organización, de dogmatismo y sectarismo; estrategias y tácticas no acertadas y otras dificultades, a las cuales debemos sumar las consecuencias internacionales negativas generadas por el final de la URSS y del bloque socialista europeo.

Pero los pueblos de Nuestra América tienen historia y creatividad suficientes para enfrentar estas adversidades y encontrar las vías propias de su liberación. Durante estos 30 años lo han probado en todas partes. Poseemos una izquierda más experimentada, diversa e influyente, que se expresa desde 1990 en el Foro de São Paulo. Poseemos la Teología de la Liberación, los movimientos cristianos de base y los demás movimientos sociales donde se manifiestan crecientemente todos los sectores populares.

Hemos acumulado experiencias de lucha armada y de carácter democrático; contamos con sectores nacionalistas entre los militares y en segmentos de la burguesía media. Hay aquí, en fin, una valiosísima cultura política y una historia de luchas que hacen de esta región un ámbito esperanzador. Y en ese complejo y duro bregar que tenemos por delante, el Guerrillero Heroico «tiene mucho que hacer todavía».

Nuestro mejor homenaje al Che podría sintetizarse si recordamos aquel estremecedor mensaje suyo a la *Tricontinental*, al expresar allí su internacionalismo y su tercermundismo. Hablo de aquella exhortación a crear dos, tres, muchos Viet Nam, que mantiene vigencia en su sentido de unidad, de solidaridad y de extender las luchas populares y liberadoras a todas partes; ese mensaje al que propongo agregar, en su honor, en este XXX aniversario: nuestro deber hoy, como revolucionarios y luchadores antiimperialistas es crear dos, tres, muchos Che Guevara, multiplicar sus ideas y su ejemplo de vida, con la certeza de que sólo así llegaremos hasta la victoria siempre. ☆

018 9714206

Material base para Encuentro del 26M de Diciembre/97

Situación Internacional

Introducción

Nuestra organización se apresta ha lograr una síntesis de lo actuado y para ello ubicar correctamente la situación internacional, en las grandes líneas en que se expresa la correlación de fuerzas entre las clases sociales en el mundo, es no solo necesario para el manejo político sino que para los militantes del 26 de Marzo imprescindible. Por ello es útil ubicar a nuestra organización como una fuerza en que su estrategia se continúa ubicando, en el gran combate liberador de los pueblos del mundo contra las fuerzas del capital imperialista, que someten y explotan a nuestro pueblo, a los pueblos americanos, y también a los de otros continentes.

Luego de la gran traición operada en la dirección del PCUS, a las fuerzas del socialismo a escala de su país y a nivel internacional, se ha abierto en el plano internacional un proceso en que el imperialismo triunfante, ha desatado durante estos años fuertes embates contra los pueblos y procesos revolucionarios que en diferentes grados lo combatían levantando una perspectiva superior de sociedad.

Este combate se ha desarrollado con singular heroísmo y en condiciones adversas por Cuba socialista, que ha logrado mantener la independencia, la revolución y su estado revolucionario, en el más fuerte embate contrarrevolucionario y anti-socialista de los últimos tiempos.

También es cierto, que luego del [illegible] imperialista operado sobre las ruinas del socialismo dependiente capitalismo, a pesar de que una larga caravana de filósofos, economistas, escritores de fuste, filántropos, politólogos y burócratas con importantes niveles de acceso a los medios principales de comunicación, han intentado con una óptica restringida y estrecha, señalar que la revolución socialista es imposible. O lo que es lo mismo, expresar que los cambios sociales revolucionarios, ya no son política e ideológicamente válidos a partir de la "implosión" del socialismo en la ex Unión Soviética.

Ante ello y por diversos motivos aparentes, durante ésta década hemos visto desviaciones generalizadas en las fuerzas provenientes del movimiento obrero y de liberación nacional.

Aunque luego de haber pasado la fuerza mayor de la ofensiva imperialista, la realidad empieza a mostrar síntomas más alentadores, a tal punto que lo contrario de lo que se pensaba a partir de una correlación de fuerzas adversa empieza a suceder hoy

Lo que empieza a acontecer, es que decididamente se abre una nueva situación, donde nuevas contradicciones emergen pautando situaciones nuevas.

No ha cesado la tendencia a una gran concentración del capital, ni tampoco al control por parte de éste de la economía, la política, la ideología de todos los países del mundo. La guerra y los procesos de paz están sujetos al desarrollo de estas situaciones. Los grandes monopolios mantienen sus inversiones en la industria armamentista, incorporando armas de alta sofisticación tecnológica, al tiempo que el armamento nuclear sigue desarrollándose en

las principales potencias capitalistas. Las Naciones Unidas O.N.U., empiezan a jugar un nuevo papel de servicio cada vez más notoriamente parcial, en la paz y en la guerra, a las principales potencias del orbe.

El hipotético planteo del fin de las ideologías de Fukuyama, lo ha continuado un cierto apetamiento de las políticas económicas neoliberales, así como también un resurgimiento muchas veces

9714206

ORIGINAL

00007

00009

espontáneo, de las luchas sociales de obreros y campesinos, en un mundo cada vez más interdependiente, sujeto a procesos de "globalización", pero también más inhumano, con más pobreza, hambre y miseria extendidas en las dos terceras partes de la humanidad.
Ello de por sí presenta un fin de siglo, de desocupación creciente, de violencia social, donde la forma política de la democracia controlada por fenómenos sociales que no controla, ni asume, tiende a desestabilizarse, aprisionada en sus propias contradicciones sociales y políticas
La deuda externa, se multiplica como parte del lastre de las políticas financieras de los centros de poder sobre nuestros países, impidiendo el desarrollo nacional y multiplicando nuestra dependencia.
La corrupción, los derechos humanos y la lucha contra el narcotráfico que se constituye en un rasgo relevante de la política de Estados Unidos para el mundo, en que está lejos de solucionar algún problema del mundo actual, pues en todo caso los acrecienta.
En estos últimos años, no sólo se han acelerado las contradicciones dentro del Grupo de los 7, para poner un ejemplo: los diversos intereses económicos entre la vieja Europa y los Estados Unidos, la temporal hegemonía económica de Alemania que ha recobrado una mejor posición luego de la reunificación capitalista y el recelo francés que viene de la historia de éste siglo.

Asia

A ello debe incorporarse la nueva situación de los países asiáticos, que con sus particularidades imponen una inmensa fuerza laboral barata en ascenso con áreas de un importante desarrollo tecnológico. Japón y su competencia con Estados Unidos, China y su reincorporación de Hong Kong, con un constante ascenso en su influencia internacional, la irresuelta unificación de Korea, la nueva situación de Viet Nam, dan un marco de expansión, al tiempo que de una atención constante de los centros de poder mundial sobre esta zona del mundo.

Medio Oriente

Los principales países capitalistas hegemonizados por Estados Unidos o Israel, mal que bien han logrado en un marco de tensiones y de guerras imponer su "solución" al control del petróleo en Medio Oriente. El proceso de paz entre palestinos e israelíes se ha frustrado, pero de todas formas no parece ello quitarle el sueño a la ultraderecha israelí que se ha consolidado en el poder con el gobierno de Nethanju, llevando la tensión y la guerra nuevamente al Líbano y a las zonas palestinas.
El fundamentalismo árabe es una nueva expresión política a tener en cuenta por sus fuertes respaldos económicos en algunos estados de la zona, así como su base histórica cultural concreta desarrollada a partir del Islam.
La agresión de las principales potencias imperialistas en los países Árabes, refuerza cada vez más éste fenómeno. En estos pueblos se genera en forma permanente un pensamiento y actitud, antiimperialista, antioccidental con fuertes matices religiosos.

Africa

En general cuando se habla de Africa, se piensa sólo en la selva y en el continente de raza negra, es la "idea" que han trasmitido al mundo las grandes potencias coloniales. Este continente suministraba mano de obra esclava al capitalismo en ascenso, de los siglos anteriores, donde los vestigios del mundo colonial son parte del presente en las postrimerías del siglo XXI. Con el triunfo de la revolución socialista de Octubre de 1917 y el fin de la II Guerra Mundial, en Africa se produjo un gran avance de la lucha por la liberación nacional, anticolonial y por el socialismo. El fin de la política del "apartheid" en Sud Africa, la liberación de Namibia, abriéndose

ORIGINAL
9714206

procesos democráticos. la caída de de Mobutu en el Zaire, ex Congo Belga, escenario de las luchas de Lumumba y el Che en el 60, muestran una nueva configuración política del continente. Allí existe un gran contraste económico social y hace previsible una fuerte inestabilidad social resultado de la explotación colonial de siglos y esos atrasos en el desarrollo económico. La guerra, la tensión y no la paz, parecen ser la constante en el área, disimulados muchas veces como conflictos tribales en la apariencia, tras ellos se encuentran los mercaderes del viejo y desarrollado mundo capitalista colonial y la mano del imperialismo norteamericano, defendiendo sus insaciables intereses.

África en el "nuevo" mundo globalizado, no parece estar destinada a cambiar sustancialmente su papel de proveedor de materias primas al mundo desarrollado, en realidad sustancialmente el escenario neo-colonial se mantiene.

América Latina

América Latina no es ajena, a la nueva situación internacional que se ha ido delineando en el plano internacional, con la particularidad, que en nuestro continente, se expresan en forma muy particular las contradicciones entre la política del principal país imperialista y los pueblos latinoamericanos.

El modelo neoliberal duramente impuesto por los grupos de poder locales y la política ejercida a través de los centros financieros internacionales, ha profundizado cada vez más el carácter de la dependencia, haciendo más insoportables las condiciones de vida de trabajadores y campesinos. Al tiempo que la franja de desocupados crecen, en forma permanente los problemas se hacen crónicos ante la dependencia al capital imperialista que actúa en el marco de una gran penetración política e ideológica. Los servicios que da la dependencia a las metrópolis en el exterior de nuestros países, se paga haciéndo más vulnerable nuestra soberanía, el estado y un conjunto de leyes que van transformando cada vez más a nuestros países en cotos privados del gran capital financiero internacional. Los tan agitados "cambios" en las políticas oficiales están siempre en función de ajustar la vieja superestructura política del mundo capitalista, tanto en los países ricos como los pobres. No hay cambios fuera de los intereses de las clases en pugna. Los "cambios" en el capitalismo de principios de siglo, o en el fin de siglo XX, sirven a la burguesía imperialista o a los pueblos sojuzgados por ésta. Este concepto demasiado "simple", para muchos intelectuales de éste siglo, debe ser tenido en cuenta por nosotros a cada paso, de nuestro accionar político.

El intento de desarrollar políticas regionales que tiendan a una integración del mercado, bajo los signos de la políticas neoliberales, ha sido una constante en el continente. Los escenarios más claros han sido el Nafta en América del Norte, y el Mercosur en el Sur que ha tenido como corolario lo que se llamó en su momento el "4 + 1", firmado en el "Jardín de las Rosas", en Washington ha marcado a fondo todo el sentido de las políticas comerciales y económicas regionales. Sobretodo han profundizado la dependencia con el exterior y no han propiciado un auténtico desarrollo nacional, sino que más bien lo han frustrado, desarticulándolo.

La tendencia creciente también en nuestros países ha sido, al tiempo que se implementa el desarrollo de la política neoliberal e imperialista, a la baja del salario, sujeto a la idea de "flexibilización laboral", el creciente desmantelamiento de las empresas del estado mediante la privatización de éstas.

El crecimiento de la desocupación y la miseria necesariamente trae en nuestros países una situación de enorme desestabilidad social, al tiempo que nuevos desafíos para la lucha de la izquierda.

Nuestra participación en el Foro de San Pablo, si bien es útil desde el punto de vista del encuentro con otras fuerzas de izquierda,

y democráticas del continente, el Foro de San Pablo, no ha trascendido de ello en un momento en que es particularmente complejo. La fuerza de la política imperialista en el continente, ha dado cada vez menos espacios para políticas de centro, que hagan posibles la coexistencia de la izquierda con la derecha dominante en el poder. Los ejemplos cubran, en el sentido que donde se han instrumentado políticas de derecha con coparticipación de la izquierda, la izquierda desaparece, lisa y llanamente. El ejemplo de Bolivia, Perú, Colombia, etc., muestran en forma clara lo sucedido. Debemos tenerlo en cuenta, por la amplia expectativa existente sobre Uruguay y la existencia de situaciones parecidas en la práctica del Frente Amplio. Es necesario aprender de lo bueno y de lo malo. Sobretodo que transitando tiempos tan difíciles lo que ha mantenido el rumbo como un faro ha sido, la revolución cubana.

ORIGINAL

El trabajo del 26M

Balance de lo actuado por el 26M.

La perspectiva de trabajo en la coyuntura.

Nuestra organización una vez más se prepara para enfrentar tiempos difíciles y complejos, tal vez de los más difíciles y complejos que hemos atravesado como fuerza política revolucionaria, que practica el antimperialismo con consecuencia, pero que hemos mantenido el rumbo a pesar de los abandonos, vacilaciones y renunciamientos tanto internos, como externos al 26M.

El trabajo del 26M, durante el año 97 ha estado caracterizado por un gran esfuerzo, por mantener todas las líneas de trabajo principales que hacen posible el mantenimiento y desarrollo del plan político.

Por eso es que cuando hablamos de una organización como la nuestra, debemos tener en cuenta: el desarrollo de nuestras finanzas, nuestra propaganda que cuenta con dos unidades fundamentales como la radio, y el diario "la Juventud", nuestro trabajo político nacional que tiene una estructuración en capital e interior por zonas, nuestro trabajo social que contempla policlínicos, centros lourdes y pioneros. También y en forma no menos importante el trabajo sindical y el de la Juventud del 26 de Marzo.

No es menos importante el trabajo de nuestras agrupaciones fuera del país, el trabajo que realizan nuestros compañeros en el exterior no es un fruto espontáneo, es también parte integrante del plan político que como tal debe tenerse en cuenta y desarrollarse. El trabajo de Liberación, que se desarrolla desde 1980, y nuestro trabajo de relaciones internacionales, es la alma de nuestra política. Durante años fuimos vilipendiados y agredidos por el enemigo y por toda clase de arrepentidos, que este era una trabajo innecesario, sin embargo ha garantizado y garantiza nuestra continuidad estratégica.

En los últimos tiempos hemos debido enfrentar, dificultades originadas por una importante baja de la producción de nuestros recursos financieros, que ha repercutido sensiblemente en una marcada disminución de nuestros gastos, y posibilidades políticas, con consecuencias importantes en el trabajo social. Ello no significa, que en esta época no se haya hecho nada, sino que, sencillamente se han encarado tareas apelando a la militancia con mucho menos fuerza económica, pero alcanzando muchas veces altos niveles de eficiencia en un marco político de gran exigencia política.

En esta etapa básicamente se ha mantenido el rumbo del 26 de Marzo y se han emprendido nuevas tareas. Hemos iniciado una nueva etapa del 26M, donde sucede lo que sucede siempre que se tensan las fuerzas y crece la exigencia individual y colectiva de los militantes.

Hubo quienes abandonando la confianza depositada en ellos, vacilan, pierden el rumbo, teorizan sobre nuevos rumbos, pretenden justificar sus graves errores, pero en los hechos con su actitud irresponsable y aventurera han querido malograr y desprestigiar, la vida del 26M y su respeto alcanzado, ante el pueblo uruguayo y las fuerzas políticas hermanas del Frente Amplio y la Corriente de Izquierda.

ORIGINAL
023 9714206

Lo único que han logrado es que la organización se fortalezca aún más y se depure. De éstos hechos no debemos avergonzarnos, somos una organización en lucha contra la oligarquía y el imperialismo. verguenza nos debería dar si nuestra organización no existiera quedando en manos de un grupo liquidacionista y de traidores.
La organización ha mantenido el rumbo, junto al pueblo oriental, junto al Frente Amplio y ha contribuido á desarrollar con toda su energía uno de los acuerdos políticos de mayor perspectiva política nacional hata el pueblo uruguayo, la Corriente de izquierda.

El internacionalismo es un pilar de nuestra ideología.

El 26M, nuestra organización, no sólo enfrentó la coyuntura de éste último año, mantuvo las ideas del internacionalismo proletario, homenajeó al Che en éste 30 aniversario de su caída en combate, como lo hemos hecho desde nuestro surgimiento. Emprendió una marcha difícil junto al Frente Amplio posterior al Congreso del 96, manteniendo un combate frontal con el neoliberalismo y el actual gobierno de coalición. En ese camino ha crecido el Frente Amplio, el conjunto de las fuerzas populares y también nuestra política, mientras algunos la combatían.

Nos orientan las ideas marxistas leninistas

El 26 de Marzo, nuestra organización ha navegado en los últimos tiempos, entre nuevas contradicciones y ha tenido que resolver nuevos problemas. Fieles a nuestra condición de que nuestra organización se orienta por los principios marxista leninistas, no nos hemos quedado repitiendo las grandes verdades de la ciencia social, los grandes logros del socialismo o los errores de otros. Sino que en la lucha diaria, con una práctica social que emana del trabajo colectivo, hemos buscado resolver los problemas de la izquierda nacional, en que buena parte son los nuestros. Hemos y seguimos defendiendo el socialismo y en las nuevas condiciones políticas nacionales, en ese marco debemos cambiar para seguir mejorando y avanzando en nuestro trabajo. Ello no es tarea de un día o un discurso sino que debe evaluarse en un período, donde hay muchas tareas emprendidas, algunas resueltas y otras que recomienzan todos los días. En la inmensidad de los problemas cotidianos, no se ha renunciado ni mucho menos, a las responsabilidades que surgen de integrar el Frente Amplio y la gran expectativa que ello recoge en el concierto latinamericano; el que una fuerza de izquierda nacional pueda acceder al gobierno y contribuir en forma efectiva, en la lucha contra el neoliberalismo.

El trabajo sindical del 26M. La tendencia

A la hora de intentar un balance político, debemos tener en cuenta el esfuerzo que se ha venido realizando en materia de unificación de las posiciones clasistas, en el movimiento obrero. La amplia unificación, de las posiciones más consecuentes dentro del movimiento obrero en lo que constituye la tendencia que fue integrada por más de una veintena de sindicatos y que obtuvo el primer lugar en posiciones en las primeras elecciones secretas del pit cnt. No debemos olvidarnos que ello fue impulsado por nuestros compañeros del sector de trabajadores, como una de las políticas principales hacia el movimiento obrero. Los primeros encuentros no pasaban de unos pocos sindicatos, hasta que tuvo un crecimiento progresivo. Este fue también un

ORIGINAL
024
9714206

gran acierto de esta etapa y un importante impulso para concretar, también avances en el movimiento político, en el Frente Amplio y en la Corriente de Izquierda.
El 26 de Marzo ha construido unidad para la lucha.
Los trabajadores de la naranja y su organización es otro de los grandes avances en éste período del trabajo sindical orientado por el 26M. La organización del Sudor, uno de los sectores de trabajadores más explotados del país, ha mostrado que es posible avanzar en lugares de muy difícil sindicalización; dónde la sindicalización clasista no pudo sostenerse en otras épocas.

La Radio y el Diario. Nuestra propaganda partidista

Tampoco en éste período nos podemos olvidar de lo que ha significado contar con una Radio y un diario. La 36 o Centenario, ha estado dándole diariamente información a los trabajadores al movimiento social, a los granjeros, a los jóvenes, a la universidad. Todo el que luche contra el neoliberalismo ha pasado por allí en forma solidaria, sin mirarle que piensa. Lo mismo aunque con una penetración diferente el diario, la Juventud. Han dado información, esperanza y demostrado que se puede servir al pueblo con pocos recursos.
Todo esto lo hemos desarrollado con cada vez menos compañeros de organización o de aparato. Por ello es que lo que urge hoy es continuar creciendo, necesitamos nuevos brazos, en las nuevas camadas de jóvenes y trabajadores con responsabilidad y sentido de organización.

Es necesario estudiar, para mejorar nuestra lucha.

En todo éste período será necesario atender, profundizar y desarrollar en las nuevas condiciones el trabajo político e ideológico, del 26 de Marzo. La construcción de una moral política, es lo que hizo en condiciones adversas de derrota reconstruir la vida orgánica de la organización y la posibilidad de su continuación histórica, hoy el frente del trabajo político ideológico reviste gran importancia. Sobre todo cuando en medio de las dificultades que describíamos al principio, hemos obtenido triunfos importantes, es necesario preguntarnos, porqué esto es así, sin necesidad de renunciar a nada, pero mejorando dentro de las posibilidades que tenemos nuestro trabajo en general y también en forma concreta. La preparación del cuadro del 26, no es, ni será de un día, es un proceso constante y será muchas veces, la mayoría de ellas, "con el agua y el barro en las rodillas", enfrentando problemas no resueltos, en las finanzas, en lo organizativo, en la propaganda y agitación política, en definitiva, en nuestra propuesta a los trabajadores y al pueblo. Los cuadros deben surgir de la lucha, comprometiéndose responsablemente todos los días con nuestra política, con nuestra organización y fundamentalmente con nuestro pueblo. Ese es el espíritu de lucha y de clase que necesitamos. El tipo de militante que debemos contribuir a desarrollar, con un criterio dinámico, debe ser un constructor de toda nuestra política, para ello debe saber expresarla pero por sobretodas las cosas construirla, defenderla y aguantar las dificultades, que no son pocas en este mundo.
Es necesario además profundizar en la experiencia de lucha de nuestro pueblo, y en nuestra propia historia política. El estudio de la historia nacional, en sus mejores vertientes nacionales, el Artiguismo, y el entronque con la lucha por el

socialismo, deberá impulsarse como forma permanente de incorporación de conocimientos, para el perfeccionamiento de nuestra práctica transformadora.
El estudio de la teoría marxista, es para el militante hoy más que necesaria, a los efectos de comprender los grandes problemas de ésta época. Marx, Engels, Lenin, Fidel y el Che deben encararse como los grandes constructores y artífices de la ideología y la política del proletariado y de los pueblos del mundo en ésta época. Es importante conocer en que condiciones se desarrollo su acción y pensamiento revolucionario, científico, fiel a la construcción de una sociedad comunista.
El conocimiento de la doctrina revolucionaria en el militante es una herramienta para transformar la realidad en forma concreta, conviene recordar que no es algo finito, sino que es un proceso que trasciende nuestras vidas. El estudio no es para recitar lo que se sabe de doctrina, sino para curar el enfermo. Lo nuestro es la sociedad capitalista y sus lacras sociales. Para ello debemos estudiar los militantes del 26M y además para ser mejores en la lucha, intransigentes con el enemigo de clase. La organización tiene una larga experiencia en estudio político ideológico para avanzar y saltar hacia adelante es necesario estudiar, capacitarnos, pues nuestra eficiencia en buena medida también depende de ello. Trabajo, estudio y compromiso con la lucha de nuestro pueblo, debe ser el eje de nuestra actividad.

026/026

9714206

Nº DOCUMENTO 9714207
TITULO Venezuela bombas
PROCEDENCIA SI8583
FECHA DE PROCEDENCIA 971016
VINCULACIONES 11140
67390

XQ2197

R SUCBT 10-16 00466
mun exg icx

VENEZUELA-BOMBAS
PIDEN DESTITUCION JEFE POLICIAL POR INEFICACIA ANTE ATENTADOS

Caracas, 16 oct (EFE).- Miembros del Congreso de Venezuela pidieron la destitución del director de la policía de seguridad del Estado (DISIP), Rafael Rivas, ante la incapacidad de ese cuerpo de atajar la ola de atentados con petardos que registra Caracas desde hace dos meses.

Enrique Ochoa, presidente de la subcomisión del Congreso que estudió el caso, dijo hoy que la petición al presidente de la República, Rafael Caldera, para que destituya a Rivas lleva implícita la necesidad de sanear y reestructurar la DISIP.

En los últimos dos meses, Caracas se ha visto sacudida por más de dos docenas de explosiones de petardos o de falsas alarmas de bomba por cuya autoría no hay actualmente nadie detenido.

Los incidentes han tenido lugar en lugares tan dispares como estaciones del Metro, la sede administrativa del Congreso, el Ministerio de Transporte y Comunicaciones y el hotel en el que el presidente de EEUU, Bill Clinton, pasó la noche durante su reciente vivita a Venezuela.

La personalización en Rivas del fracaso policial para descubrir a los terroristas se justifica porque al registrarse las primeras explosiones anunció que los autores estaban "plenamente identificados".

Posteriormente, la DISIP detuvo a varias personas, arbitrariamente, según organismos de defensa de los Derechos Humanos, que tuvo que dejar en libertad por falta de pruebas.

El despiste policial se reflejó en las declaraciones tanto de Rivas como de su inmediato superior, el ministro del Interior, José Andueza, que primero atribuyeron los incidentes a un propósito de desestabilización del sistema democrático y luego a un deseo de empañar la imagen del país durante la visita de Clinton, para volver de nuevo a la versión desestabilizadora.

Sin embargo, ambos funcionarios han mantenido la hipótesis de que los autores de estos hechos no pretenden causar daños personales o materiales sino "caldear" el ambiente y crear angustia entre los ciudadanos.

Aunque las versiones oficiales se han inclinado por atribuir las escaramuzas a "grupúsculos ultraizquierdistas", comentaristas políticos han planteado en la prensa la posibilidad de que los autores sean ex miembros, o incluso agentes en activo, de la DISIP.

Algunos diarios, que inicialmente mantuvieron una posición de neutralidad, variaron luego de actitud y consideraron que los terroristas estaban jugando con la policía como el gato con el ratón.

El "éxito" de los "petardistas" de Caracas parece haber contagiado a otros grupos del interior, los cuales colocaron esta semana pequeños artefactos en los estados Táchira y Zulia, al oeste del país y fronterizos con Colombia.

Mientras la presión ambiental aumenta, se repiten a diario los falsos avisos de colocación de bomba y la actuación de los artificieros de la policía para retirar y hacer detonar maletines o bultos sospechosos, olvidados o abandonados en lugares públicos.
EFE

01-01 9714207

DOCUMENTO 9714208
FILO Ola de atentados en Venezuela
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE PROCEDENCIA 970917
VINCULACIONES 1140
Venezuela 67300
V

ATAQUES CONTRA HOTELES Y LUGARES PUBLICOS

Venezuela: ola de atentados

Son pequeños artefactos caseros • Pero ya estallaron ocho en la última semana • Dos afectaron a lujosos hoteles • El gobierno no acierta a dar con los autores • Hay semejanzas con la ola terrorista que vivió Cuba

LUDMILA VINOGRADOFF
Caracas. Especial para Clarín

Una ola de bombas caseras en hoteles y lugares públicos viene sembrando el terror en la población venezolana. En el último mes han estallado quince artefactos, ocho de los cuales detonaron en la última semana ante el desconcierto de los organismos de seguridad, que no aciertan a determinar el origen de los ataques.

La última de las bombas fue colocada ayer en un sótano del hotel de cinco estrellas Tamanaco, en la capital venezolana, dentro de un maletín ejecutivo. Por prevención, las fuerzas de seguridad detonaron el artefacto en la calle. El lunes por la tarde había llegado a estallar otra en el vestíbulo del hotel Hilton, uno de los alojamientos más lujosos de Caracas. En este caso, el artefacto destruyó parcialmente un sector del lobby.

> Una desconocida Coordinadora Guerrillera Che Guevara se atribuyó los ataques a hoteles

La elección de hoteles como blancos de los atentados, sumada al hecho de que son explosivos de bajo poder que no están dirigidos a provocar víctimas, ha hecho que la policía repare en la similitud de estos atentados con la ola terrorista que afectó a Cuba en las últimas semanas. Pero, pese a esa presunción, los pesquisas carecen de una pista precisa que les permita identificar a sus autores y causas de los ataques.

Grupo desconocido

Hasta el momento, los organismos de seguridad están detrás de una autodenominada Coordinadora Guerrillera Ernesto Che Guevara, que se atribuyó los atentados contra los hoteles. Los integrantes de esta desconocida organización dejaron panfletos en los lugares atacados llamando a la desobediencia civil y a rechazar las medidas económicas del gobierno.

Las declaraciones contradictorias de las autoridades son una muestra de la desorientación que reina en el gobierno sobre el tema. Así, por ejemplo, mientras el titular de la Dirección de Inteligencia y Prevención de la Policía (Disip), Rafael Rivas Ostos, acusó a grupos anarquistas ya identificados por los ataques, el ministro de Defensa, Tito Rincón Bravo, aseguró que "en verdad ni siquiera sabemos cuáles son los móviles ni quiénes estarían actuando".

Más allá de los frustrados intentos golpistas a comienzos de los 90, Venezuela nunca tuvo movimientos guerrilleros importantes y los grupos radicales no tienen antecedentes de violencia. Ese hecho alimenta aún más el desconcierto general.

El único dato confiable que encontró aquí por ahora la policía, es un video de seguridad del Caracas Hilton, en el que se ve a dos personas en actitud sospechosa, que serán investigadas.

Además de estos hoteles, otros explosivos fueron colocados en el último mes en distintos sitios públicos de Caracas, como el tren subterráneo y los alrededores del Parlamento y de la Corte Suprema de Justicia. La ciudad de Maracaibo, capital del estado norteño de Zulia, también fue alcanzada por los ataques.

La ola de explosiones causó tal psicosis en la población que solamente el martes los escuadrones antibombas atendieron diez falsas alarmas.

"Cualquier paquetito que ven nos llaman... basura, maletines viejos y esas cosas", comentó Rivas Ostos antes de definir la situación como "una especie de guerra psicológica". La Guardia Nacional dispuso una vigilancia en las principales estaciones del subterráneo de Caracas, donde agentes provistos de armas largas se ubicaron en las bocas de entrada y salida de pasajeros. □

01-01.

9714208

* DOCUMENTO 9714209
TITULO Detenido presunto miembro grupo provoco ola explosiones
PROCEDENCIA SIBSB3
FECHA DE PROCEDENCIA 971025
VINCULACIONES 11140
67390

U

XA5349
R SUCBT 10-25 00310
amt exg eut

VENEZUELA-BOMBAS
DETENIDO PRESUNTO MIEMBRO GRUPO PROVOCO OLA EXPLOSIONES

Caracas, 25 oct (EFE).- La Policía venezolana informó hoy de la detensión del presunto miembro de un grupo que desde hace más de dos meses coloca, en Caracas, pequeños explosivos que no han causado víctimas pero han creado alarma social.

El general Francisco Belisario, jefe de la Policía Metropolitana (PM), identificó al detenido como Tony Rodríguez, de 29 años, y dijo que en su casa se encontraron 10 tubos de hierro de diferentes calibres como los usados para fabricar artefactos explosivos caseros.

El jefe policial añadió que en la casa de Rodríguez, situada en una populosa zona del este de Caracas, también encontraron propaganda subversiva de la Coordinadora Che Guevara, ropa militar y una pistola del calibre 9 milímetros.

Belisario declaró que el detenido fue entregado a la policía de seguridad del Estado (DISIP) al existir suficientes evidencias de que pertenece al grupo que ha colocado los explosivos.

Los objetivos del grupo han sido las estaciones del Metro, la sede administrativa del Congreso, el ministerio de Transporte y Comunicaciones y el hotel en el que pernoctó el presidente estadounidense, Bill Clinton, durante su reciente visita a Venezuela.

El jefe de la DISIP, Rafael Rivas, declaró la semana pasada que tenían identificados a los miembros del grupo terrorista y se excusó de no haberlos detenido porque, según afirmó, "están protegidos por importantes personas".

Parlamentarios de la oposición pidieron la destitución de Rivas y le acusaron de incapacidad para resolver el problema y hasta de tratar de proteger a ex miembros de la DISIP, los cuales, según han publicado algunos medios, serían los verdaderos autores de las explosiones.

En cualquier caso, todas las opiniones coinciden en que los autores de la ola de atentados no quieren causar víctimas ni daños materiales importantes y sólo pretenden crear intranquilidad entre la población. EFE
ep/rr/lul/arp

10/25/21-49/97

01-01

9714209

9714210

TEMA: Negocian desarme del Frente Unido André Castro

PROCEDENCIA S/ESS3

FECHA DE PROCEDENCIA 971028

VINCULACIONES 11140

66603

N

icx msp exg

SUBVERSIÓN Y TERRORISMO 28/10

NICARAGUA-REARMADOS
NEGOCIAN PROXIMO DESARME DEL "FRENTE UNIDO ANDRES CASTRO"

Managua, 27 oct (EFE).- El Gobierno de Nicaragua y el grupo armado "Frente Unido Andrés Castro" (FUAC), integrado por ex militares sandinistas, acordaron hoy reunirse nuevamente el 3 de noviembre próximo, con el fin de negociar las condiciones para el desarme de esa organización.

El ministro nicaragüense de Defensa, Jaime Cuadra, informó de que el FUAC tiene hasta esa fecha para "penetrar a los enclaves (zonas de paz)" y agregó que cuatro días antes, el 31 de octubre, "el gobierno recibirá una última comunicación sobre las demandas del grupo".

El pasado 9 de octubre representantes de ambas partes negociaron durante varias horas el establecimiento de los enclaves y las medidas de seguridad para los miembros del frente, entre otros asuntos.

El FUAC está dirigido por el ex capitán del ejército Edmundo Olivas, alias "Camilo Turcios", y lo integran aproximadamente 300 hombres, según fuentes oficiales.

El ministro Cuadra reiteró que "es cierto que las negociaciones van a paso lento, sin embargo son seguras y, lo más importante, tratamos de evitar más derramamiento de sangre".

El FUAC tiene su centro de operaciones en una zona del Caribe norte nicaragüense, precisamente donde el gobierno estableció las últimas zonas de paz.

"Camilo Turcios" dijo que, por el momento, el grupo que dirige quiere "permanente estabilidad social y de vida para los retirados del ejército", pero no quiso informar sobre sus demandas al gobierno, "por respeto a lo acordado con el ministro".

Cuadra afirmó que estas exigencias serán puestas en conocimiento del presidente de Nicaragua, Arnoldo Alemán. EFE

ESR/FM/LBB/MPV/PG

10/28/01-10/97

9714210

01.01

• DOCUMENTO 9714211
TITULO Muertos por grupo armado en norte de Nicaragua
PROCEDENCIA S18SP3
FECHA DE PROCEDENCIA 97103
VINCULACIONES 11140
66603

XE2317
U SUCBT 10-03 00148
msp exg icx

NICARAGUA-EMBOSCADA
EMPRESARIO Y MILITAR MUERTOS POR GRUPO ARMADO EN NORTE PAIS

Managua, 3 oct (EFE).- Un empresario agropecuario y un capitán del Ejército resultaron muertos, y otra persona herida, en una emboscada perpetrada por cuatro hombres armados en el norte de Nicaragua, informaron hoy fuentes militares.

El empresario Frank Rodríguez Montenegro y el capitán Francisco Acevedo Lara, jefe del puesto de mando del sexto comando militar del Ejército, fueron emboscados anoche por la banda armada unos ocho kilómetros al norte de Matagalpa, ciudad situada a 126 kilómetros de Managua.

El superviviente del ataque Luis Enrique Sequeira, que resultó herido de bala, confirmó a "Radio Nicaragua" que el grupo agresor lo integraban cuatro hombres.

Pese a que las antiguas guerrillas nicaragüenses han desarmado y desmovilizado a sus tropas, en el norte y el centro del país aún operan bandas de delincuentes armados. EFE
FM-mc/fr

10/03/17-09/97

01-01

9714211

Nº DOCUMENTO 9714212
TITULO Desbaratan en Chile fuga de terroristas
PROCEDENCIA PSOO25
FECHA DE PROCEDENCIA 971024
VINCULACIONES 11140
65709

J

Desbaratan en Chile una fuga de terroristas

SANTIAGO, Chile, 23 (Reuter).- Las autoridades chilenas descubrieron un túnel construido desde el exterior de un centro penal, donde en diciembre último se escaparon cuatro internos y donde presuntamente se planeaba otra fuga en este mes, informó hoy la prensa local.

El túnel fue construido en la Cárcel de Alta Seguridad, donde en diciembre se produjo una audaz fuga de cuatro ex guerrilleros, según fuentes de inteligencia citadas por el diario El Mercurio.

El hallazgo motivó el traslado el sábado de 16 internos a la cárcel de Colina II, quienes se declararon en huelga de hambre en protesta por el traslado.

Su protesta fue emulada por otros 43 reos de la Cárcel de Alta Seguridad y nueve mujeres internadas en el Centro Penitenciario Femenino, con lo que un total de 68 presos chilenos están en huelga de hambre en repudio por el traslado forzoso.

Según el diario chileno, la gendarmería (encargada de vigilar las cárceles) descubrió un plan de rescate de jefes políticos del ex insurgente Movimiento Mapu Lautaro, que operó durante el régimen militar del general Augusto Pinochet.

Una fuente de inteligencia dijo que tuvieron indicios de los planes de fuga por el clima distendido en el centro penal, al tiempo que encontraron escritos en las celdas de algunos internos que indicaban que se preparaba algo especial para octubre.

"La intencionalidad quedó al descubierto, se trataba de horadar desde afuera hacia adentro y luego ejecutar el plan (de fuga) sin que interviniesen los internos", dijo a la publicación una fuente de inteligencia no identificada.

CNacional 24/10

01-01

9714212

Nº DOCUMENTO 9714213
TITULO Policía fue advertida fuga de integrante ORP
PROCEDENCIA 150004
FECHA DE PROCEDENCIA 971009
VINCULACIONES 11140
66960
508504
507466

01-02

9714213

En una carta interceptada por la policía argentina, el recluso aspiraba a cumplir "el sueño de todo preso"

La Policía fue advertida de que la fuga del integrante de la ORP argentina podía producirse, tres meses antes de que ocurriera

La Policía argentina interceptó una carta del supuesto terrorista argentino Armando Alonso en el que éste daba a entender su propósito de evadirse de la Cárcel Central de Montevideo, donde estaba recluido, e informó de ella a la Policía uruguaya tres meses antes de que se produjera efectivamente la fuga, informó a **Búsqueda** el ministro del Interior, Didier Opertti.

Tras una investigación sobre el episodio, el gobierno se apresta a anunciar la aplicación de sumarios con separación de cargos para nueve funcionarios de la Jefatura de Policía montevideana, que incluyen a personal jerárquico y subalterno, según fuentes oficiales.

La aplicación de esas medidas seguirá a la destitución del entonces jefe de la Cárcel Central, Mac Miralles, removido simultáneamente a la dimisión del ex jefe de Policía, José Nalerio, acongojado por la "traición" de funcionarios que facilitaron la fuga. Tras la huída de Alonso —confeso miembro de la Organización Revolucionaria del Pueblo (ORP)— también se produjeron cambios en las dependencias más importantes del instituto policial.

Los detalles de las indagaciones oficiales sobre la evasión del activista argentino serán presentados hoy jueves a la Comisión de Seguridad Pública de Diputados por el ministro del Interior, Didier Opertti.

El secretario de Estado explicará los nuevos dispositivos policiales para combatir la seguridad ciudadana, así como su iniciativa de realizar la custodia perimetral de las cárceles con personal militar.

Al salir de esa comisión el jueves 18, el ministro había descartado categóricamente que se hubiera producido una advertencia de los servicios de inteligencia argentinos a sus similares uruguayos sobre una posible fuga de Alonso.

El ministro dijo a **Búsqueda** que informaciones contenidas en un memorándum entregado por el líder del Nuevo Espacio, Rafael Michelini, lo llevaron a dar una serie de pasos para verificar si realmente se había recibido un aviso desde Argentina sobre una posible evasión. Opertti dijo que confirmó buena parte de los datos recibidos.

Al entrevistarse con el jefe del Servicio de Inteligencia del Estado (SIDE) de Argentina, Opertti corroboró que no hubo advertencia alguna de ese organismo a su similar uruguayo. En cambio, sí le informó de la existencia de una "presunta carta" de Alonso, incautada en un procedimiento de la Policía argentina.

En su investigación, Opertti supo luego que el fiscal que sigue la causa de Alonso en Argentina, Guillermo Marijuan, había viajado en junio a Uruguay con el objetivo de poner esa presunta misiva en conocimiento del juez uruguayo Eduardo Cavalli, a cargo de las indagaciones a nivel local.

Opertti no consideró "relevante" el hecho de que no fuera informado sobre la existencia de la "presunta carta" de Alonso por entender que "rumores, avisos y previsiones sobre posibles fugas ocurren todo el tiempo en una cárcel y ello no constituye material que deba llegar hasta la mesa del ministro".

"Lo importante es que recibido el aviso, se adoptaron medidas inmediatas", subrayó.

● **La carta.** En los primeros días de junio la Policía recibió de manos del fiscal argentino Marijuan una transcripción mecanografiada de la presunta carta de Alonso, a la cual le falta la primera página. Ello impide conocer el destinatario.

De acuerdo al ministro, la carta describe en forma "detallada" la Cárcel Central y expresa la preocupación de Alonso por su propia situación económica y la de su familia.

Incluye el detalle de los honorarios del abogado ante las hipótesis de que se concediera su extradición o saliera en libertad, cosa que

Didier Opertti

no fue interpretado como el precio de la fuga.

Opertti señaló que en los párrafos finales Alonso alude a "la esperanza de todo preso" o "el sueño de todo preso" lo cual a su juicio transmite su voluntad de lograr la libertad.

En conocimiento de esa información las autoridades carcelarias dispusieron medidas especiales de vigilancia, según consta un asiento fechado el 24 de junio en el registro diario de actividades, señaló Opertti.

El ministro precisó que, sin apuntar el motivo de los movimientos, las jerarquías resolvieron "aumentar la vigilancia" y la "atención", al punto de cambiar algunas cerraduras de la cárcel.

Opertti hizo notar que esas medidas se mantuvieron en el tiempo e indicó que la investigación todavía en curso tratará de establecer la situación de la seguridad en el momento de la fuga.

Advirtió asimismo que hubo un espacio de tres meses entre el recibimiento de la "presunta carta" de Alonso y su fuga el 7 de octubre. Subrayó asimismo que no hubo aviso de ningún tipo en las semanas o días previos a la evasión.

La evasión del militante del ORP fue advertida seis horas después de que un funcionario pasara lista a las seis de la mañana. Cuando el carcelero lo nombró sintió desde el baño una voz masculina que le respondió "¡estoy acá!". Al mediodía se advirtió que Alonso ya no estaba en su celda.

Cuando fue detenido en la zona de la Aduana el 24 de diciembre de 1996, traía consigo un mapa del Puerto de Montevideo y documentos falsos. Luego de la acción policial, la Justicia argentina pidió su extradición en dos oportunidades.

Una vez detenido admitió su pertenencia a la ORP y declaró que al ser apresado esperaba a un contacto femenino que se identificaría al portar un periódico bajo el brazo.

Cordobés y de 36 años, el fugado Alonso declaró ante el juez Cavalli que su organización pretende alcanzar el poder para modificar las estructuras económicas pero negó participación en hechos de violencia.

02-02

9714213

FECHA 09/12/97 INICIAL (GS)

Procesado a Sistema D...

OBSERVACIONES

115

ARCHIVO

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
241315 NOVIEMBRE 1997

CORREGIDO
F 10/12/97
Inic.:

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 235/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

ORIGINAL

III.- **T E X T O:** Se adjunta Memorandum Nº 118/B/ANA/997

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

Por el Jefe del Dpto.II (ICIA) del E.M.E.

El Sub-Jefe:

CORONEL

RUBENS FRANCIA.-

9714214

03 DIC 1997

001/05

Montevideo, 19 de noviembre de 1997.-

MEMORANDUM Nro. 118/E/ANA/997

I.- **ASUNTO**: Declaraciones del Sacerdote Walter Raul PEREZ FOTI.

II.- **T E X T O**:

El 010CT97, se celebró una Misa en la Parroquia Nuestra Señora del Rosario de Pompeya -Helvecia 4293-, al cumplir 50 años de vida sacerdotal el padre Walter Raul PEREZ FOTI.

El Sacerdote PEREZ FOTI se desempeño como capellan de nuestro Ejército que participara de la Fuerza de Paz de la ONU en CAMBOYA y MOZAMBIQUE.

Al respecto el Sacerdote PEREZ FOTI, en el Diario "El Serrano" de C. Minas con fecha 060CT97 afirma entre otras:

ORIGINAL

DE CAMBOYA:

"...con el permiso del Ministro de Defensa y de la Alta Oficialidad del Ejército, el viaje a Camboya pudo concretarse. No exigí, ni pedí jamás un peso, me dieron las cosas más imprescindibles, como son botas, medias, capa de lluvia, insecticida, el plato para comer".

El artículo destaca que "...sus viajes en avión fueron pagos por la ONU y entregó 1.200 Nuevos Testamentos, más de 1.000 cruces y rosarios. CONAPROLE le donó 1.200 kgs. de leche en polvo, que nadie la quería porque nadie conoce la leche...".

Destaca que "...la mortalidad infantil era muy grande, la contaminación era pavorosa, porque el río Mekong es mucho peor que el Miguelete y Pantanoso en Montevideo y que el Conventos en Melo, mucho peor...".

Afirma "...que los uruguayos sienten el alejamiento de su hogar, por lo que sirvió a los soldados más como sicólogo o como amigo que como sacerdote, la razón era sencilla, un soldado no le podía decir a un Teniente o Capitán cómo se encontraba anímicamente, porque estos estaban en igual o peor circunstancia...".

FECHA 09/12/97 INICIAL
Procesado a Sistema DPY
OBSERVACIONES

DE MOZAMBIQUE:

Destaca que "...en una propuesta surgida desde Altos Jefes del Ejército accede a realizar su segundo viaje al exterior, para cumplir una misión similar a la anterior, pero esta vez en Mozambique...".

Su relación con las FF.AA. las define como "muy buenas, y que la alta Oficialidad de la Marina, la Fuerza Aérea, le solicitan que concurra a sus unidades, porque ven la necesidad de la tropa en lo referido a una presencia espiritual".

ORIGINAL

Al referirse a Juan Pablo II lo define como "un Supremo dirigente espiritual, que no se mete en política y nos habla siempre del Evangelio..."

Afirma que "desde hace cinco años vive como pensionista en el Cotolengo Don Orione y cuando puede otorga su ayuda a los enfermos y también asiste a las Unidades Militares".

FECHA 09/12/91 INICIAL (GS)
Procesado a Sistema DBX
OBSERVACIONES

Bodas de Oro Sacerdotales

Padre Walter Perez Foti: un misionero al servicio del prójimo

El miércoles próximo pasado, en la Parroquia Nuestra Señora de Pompeya, se celebró una Misa de Acción de Gracias, al cumplirse los 50 años de vida sacerdotal del padre **WALTER RAUL PEREZFOTI.** «Loprimero que tengo que decir, es agradecer a Dios el haberme llamado con la vocación sacerdotal. Es una gracia inapreciable, totalmente inmerecida» confiesa Pérez Foti. Sostiene que, lo único que Dios quiere de nosotros es la generosidad, disponerse a aceptar su voluntad y llamado, de un Padre amoroso «que quiere nuestro bien». Designado por el entonces Arzobispo de Montevideo, Monseñor Barbieri, el Padre Pérez llegó a Mariscala, el 21 de Marzo de 1954, desarrollando sus actividades hasta el 15 de Agosto de 1958. Recuerda que cuando llegó «tenía el campo orégano», porque durante muchos años había trabajado el Padre **LORENZO BASILE,** quien residía en la ciudadd de Aiguá. Además de sus obligaciones eclesiásticas, el Padre Pérez formó un grupo de jóvenes, a los que preparaba física y futbolísticamente durante la semana, descansando los sábados y el Domingo se jugaban los partidos, arbitrados por el propio Pérez con su equipo de gimnasia. Otra faceta de su personalidad fue la comunicación familiar: «muchas familias que no venían a la Iglesia me conocieron en su casa». Allí pudo conocer la idiosincracia de las mismas, la organización y como llevaban adelante sus hogares. En su afán de fomentar la amistad, afirma que «tengo muchos amigos que no son católicos, muchos amigos inclusive que son contrarios, pero nos apreciamos mutuamente. Entra después la sinceridad del Sacerdote que busca a Dios y a ellos llévalos a Dios».

SU VIVENCIA EN CAMBOYA

Un día en la vida de este Sacerdote, Dios inspiró su pensamiento y decide ofrecerse como voluntario para ir a Camboya, para acompañar « a esos miles de uruguayos que estaban tirados por allá, a miles de kilómetros». Con el permiso del Ministro de Defensa y de la Alta Oficialidad del Ejército, el viaje pudo concretarse. « No exigí, ni pedí jamás un peso, me dieron las cosas más imprescindibles, como son botas, medias, capa de lluvia, insecticida, el plato para comer....» Sus viajes en avión fueron pagos por la Organización de las Naciones Unidas (ONU) y entregó 1200 Nuevos Testamentos, más de 1000 cruces y Rosarios. CONAPROLE le donó 1200 kgs de leche en polvo, que nadie la quería «porque no conocen la leche». Destaca que las madres no les daban leche materna a sus bebés, sino un té preparado con una ramita adentro. «La mortandad infantil era muy grande, la contaminación era pavorosa, porque el río Mekong es mucho peor que el Miguelete y Pantanoso en Montevideo y que el Convento en Melo, mucho peor».

Tenían terminantemente prohibido ingerir comidas o bebidas provenientes de la población, limitándose a productos enlatados. El Padre Péres que siempre usó la sotana, inclusive con 45 grados de temperatura, afirma que sirvió a los soldados «más como sicólogo o como amigo, que como Sacerdote». La razón era sencilla: un soldado no le podía decir a un Teniente o Capitán cómo se encontraba anímicamente, porque estos estaban en igual o peor circunstancia. «El uruguayo parece hombre tan frío y sin embargo siente el alejamiento de su hogar, de su esposa, de sus hijos y me decía: «Padre, ¿ usted no extraña?,»

y les contestaba-»miren yo todavía no tengo ni esposa, ni hijos» ¿ Cómo todavía?, le replicaban los soldados, al tiempo que se sonreían, porque con sus 70 años, difícilmente ello se cumpliera.

EXPERIENCIA EN MOZAMBIQUE

En una propuesta surgida desde Altos Jefes del Ejército Nacional, el Padre Pérez accede a realizar su segundo viaje al exterior, para cumplir una misión similar a la anterior, pero esta vez en Mozambique. En ese lugar «me podía entender más con la gente», dado su conocimiento del portugués además de la similitud con nuestro idioma. Por un tema de pasaporte, su estadía no pudo extenderse más de 7 meses. Cuenta que «una de las obligaciones que me impuse, era limpiar las ollas de lo que quedaba de comida y repartirla especialmente a las viejitas y viejitos inválidos, que rodeaban el campamento, a siete u ocho cuadras». Le donaban el pan de la Panadería situada en el Campamento, y recuerda que «hasta 18 personas comían». El citado Sacerdote se hospedaba en la "Casa Parroquial de la Catedral de Inambane, gracias a los

ORIGINAL

FECHA 04/12/94 INICIAL (GS)
Procesado a Sistema
OBSERVACIONES
004
9714214

INFORMACION

NOTICIAS DE MARISCALA

Por Hebert
Méndez Acevedo
CORRESPONSAL

buenos oficios de un sacerdote joven de Cabo Verde. Su agenda estaba establecida así: : 6,45 hs oración en la Iglesia, 8,30 hs un jeep del Ejército transportaba al -Padre Pérez hasta el cámpamento, al que arribaba próximo a las 9.00 hrs, y salía a las 17,30 horas, rumbo a la catedral, para celebrar la misa sobre las 18,oo horas. En su espíritu anida todavía, la reminiscencia del agradecimiento de aquellas personas a las que alimentaba. En otro ángulo de la vida, en un Cuartel de Montevideo o del Interior, con los soldados que estuvieron en esos lugares es motivo de comentarios o de bromas como esta: ¿ Padre sigue siendo tan mentiroso?, y Pérez replica « Ustedes me enseñaron con el truco».

LAS FUERZAS ARMADAS Y EL COTOLENGO DON ORIONE

Su relación con las Fuerzas Armadas las define «como muy buenas». La alta oficialidad de la Marina, la Fuerza Aérea, le solicitan que concurra a sus unidades, porque ven la necesidad de la tropa en lo referido a una presencia espiritual.

«Yo estoy muy contento de poder servir».

Desde hace cinco años vive como pensionista en el Cotolengo Don Orione y cuando puede otorga su ayuda, ya que ayuda a los enfermos y asiste a las Unidades Militares. En el Cotolengo se encuentran niños, jóvenes y adultos discapacitados.

SU MENSAJE A LOS CRISTIANOS

En su mensaje a los fieles de la Parroquia destacó la unidad y la obediencia a la voz de Dios «que es por la Iglesia que nos dirige». Agregó la unidad al Párroco, cada uno con su carácter. «Jesús eligió hombres para dirigir la Iglesia y aunque éstos se equivoquen o no se porten como Jesús quisiera, EL dirige la Iglesia. Señaló a Juan Pablo II como « un Supremo dirigente espiritual» que no se mete en política y «nos habla siempre del Evangelio» y siguiendo sus directivas «la Iglesia sigue adelante». «Somos cristianos, hijos de Dios, hijos de la Iglesia por el bautismo y entonces tenemos que unirnos como familia. Es decir la familia de Dios, la familia de Cristo, de su Iglesia. ¿ Para qué ? Para que sirva de fermento» para que todos los hombres, mujeres y jóvenes encuentren a Dios « y en la salvación el fin nuestro es, conocimiento de la verdad, para ir realmente a gózar a Dios». Finalmente, agradeció de todo corazón a Dios el darle la vida, para cumplir sus bodas de oro

ORIGINAL
FECHA 09/12/94 INICIAL
Procesado a Sis...
OBSERVACIONES
E 005/05
9714214

ULTIMO MOMENTO

Hubo dos atentados en Cutral-Có

CUTRAL-CO, Neuquén (DyN).- La ciudad de Cultral-Có se vio sacudida a última hora de anoche, cuando dos bombas de fabricación casera fueron arrojadas contra los domicilios del líder del Frepaso en esa localidad Ramón Rioseco y del actual secretario de gobierno comunal, Jorge Angelloni.

Con una diferencia de diez minutos, dos bombas incendiarias de "tipo molotov" fueron arrojadas contra las puertas de sendas casas, aunque no hubo víctimas ni heridos.

La puerta principal de la vivienda de Rioseco resultó totalmente incendiada y efectivos policiales se hallaban a la medianoche realizando las primeras pericias en el lugar.

Rioseco, actual edil frepasista, había soportado este año otro incendio intencional en su casa. El dirigente posibilitó la victoria de la alianza UCR-Frepaso hace casi dos semanas, cuando cuatro días antes de los comicios para intendente local bajó su candidatura y manifestó su apoyo al postulante radical, Eduardo Benítez, finalmente electo jefe comunal de Cutral-Có.

El frepasista expresó anoche: "Estas cosas son de irracionales y lamento qu en democracia ocurran este tipo de hechos".

LN 9/10

Nº DOCUMENTO 9714215
TITULO Atentados en Cutral-Co
PROCEDENCIA 15025
FECHA DE PROCEDENCIA 971008
VINCULACIONES 11140
66960

01-01

9714215

Nº DOCUMENTO 9714216
TOMO Investigación ORP
PROCEDENCIA 150518
FECHA DE PROCEDENCIA 971016
VINCULACIONES 11140
66960
508504

EL PAIS

ACUSACIONES CRUZADAS ENTRE LA SIDE Y LA POLICIA

Pasan cosas raras en la ORP

Fuentes policiales y de inteligencia se endilgan culpas por los puntos oscuros de la causa que investiga a la misteriosa ORP.

Por R.K.

A la Organización Revolucionaria del Pueblo (ORP) se le encontró en una computadora un listado de personas a secuestrar, empezando por el hijo del vicepresidente Carlos Ruckauf e incluyendo a otros ricos y famosos. Sin embargo, todo aparece rodeado de sospechas: fuentes policiales argumentan que un servicio de inteligencia plantó las pruebas –entre otras, la lista de secuestrables– para inculpar a los detenidos, en tanto que hombres de inteligencia sostienen que la policía arregló con su par uruguaya la fuga del principal detenido, José Alonso, que salió caminando lo más campante de la Prisión Central de Montevideo. Para completar el cuadro, la Gendarmería hizo una pericia en la que se afirma que los explosivos encontrados fueron armados por alguien que estuvo en cursos del Ejército; hay detenidos del grupo con un dirigente trotskista, rosarino, de centroderecha y no aparecen ni las armas ni el dinero que tenía la Organización.

La investigación realizada por el informativo "24 horas" de Canal 9 puso al descubierto una larga serie de episodios que abren interrogantes sobre un grupo que se presenta como una especie de guerrilla de izquierda, pero que actuó principalmente en la realización de secuestros extorsivos.

En la computadora encontrada en un domicilio de la localidad de San Martín había un extenso listado, con datos, sobre las personas a secuestrar: El vicepresidente Carlos Ruckauf reconoció que la jueza María Romilda Servini de Cubría le advirtió sobre los peligros que corría su hijo. En la nómina también figuran Mauricio Macri, Roberto Alemann, Mariano Grondona y Francisco Soldatti.

"La ORP surgió del Movimiento Democrático Popular Antiimperialista (Modepa) y es de izquierda, aunque efectivamente pueden haber estado infiltrados", reconocen los hombres de la SIDE. Ex dirigentes del Modepa aceptan que tres de los detenidos militaron en esa fuerza en los '80, pero ninguno recuerda a Alonso, el que se fugó con ayuda policial y que, curiosamente, era el que cobraba las extorsiones.

Sin embargo, hay otros detalles que tampoco encajan en la historia oficial de la pesquisa. Por ejemplo, la pericia de la Gendarmería que acredita la presencia de gente "que estuvo en cursos del Ejército" en el armado de los explosivos encontrados.

O el hecho de que pese a que los integrantes de la ORP se manejaban en la clandestinidad más absoluta, "dejaron" una computadora con todos sus planes y otros elementos incriminatorios.

A siete años de la primera aparición de la ORP, el saldo es de cuatro detenidos, un prófugo extraño, se desconoce al jefe y el paradero de armas y dinero. El fiscal, Oscar Amirante, y la jueza, Servini de Cubría, coinciden en que "hay alguien más arriba", pero el misterio no se devela.

Capuchas, armas, panfletos. El enigma de la ORP

¿Izquierda infiltrada, o pantalla de servicios varios?

Fondo oscuro

9714216
01-01

Nº DOCUMENTO 9714217
TITULO Violentos disturbios en Argentina
PROCEDENCIA 30050
FECHA DE PROC: 97107
VINCULACIONES 11140
66960
520026
J

01-03

9714217

EL PAIS 17/10

Violentos disturbios de grupos de ultraizquierda en protesta por la visita

ESTALLIDO. *Manifestantes con los rostros cubiertos destrozan los cristales de un banco durante la violenta protesta contra la visita de Clinton (AP)*

BUENOS AIRES, 16 (AP).— La policía utilizó esta noche gases lacrimógenos para reprimir a manifestantes de ultraizquierda que atacaron con bombas molotov y piedras numerosos bancos y comercios en protesta por la presencia del presidente Bill Clinton.

"Fuera Clinton" y "Fuera Menem" fueron algunas de las pintadas que los manifestantes concretaron en distintos comercios cuyas vidrieras quedaron destrozadas, aunque no hubo saqueos.

Los incidentes ocurrieron poco después de iniciarse una marcha organizada por partidos políticos de izquierda en repudio a la presencia de Clinton. Unas 2.000 personas habían iniciado la marcha hacia un centro de exposiciones donde Clinton iba a ser agasajado por el presidente argentino Carlos Menem.

Un grupo que se desprendió de la columna mayor, con sus rostros cubiertos, arrojó bombas incendiarias contra el frente de una sucursal del Banco Roberts, mientras también fueron atacados e incendiados cajeros automáticos de otras entidades bancarias, entre ellas el Río.

Los jóvenes, asimismo, atacaron con distintos objetos numerosos comercios en la tradicional avenida Santa Fe hasta que fueron cercados por efectivos de seguridad para impedir que pudieran llegar hasta donde luego estarían Clinton y Menem.

■ AGRESION A PERIODISTAS

La policía cargó inmediatamente contra los atacantes y arrojó gases lacrimógenos para dispersarlos, pero igualmente siguieron lanzando piedras para cubrirse ante el avance de las tanquetas de la policía federal.

Imágenes de televisión mostraron, además, que algunos microbuses de transporte de pasajeros resultaron con sus vidrios destrozados, pero no se registraron lesionados.

Los manifestantes quemaron una bandera de los Estados Unidos y un cronista y un camarógrafo de un canal de televisión fueron atacados y golpeados para evitar que los agresores fueran filmados. Los reporteros recibieron lesiones menores en el rostro, según informes del canal 13 de televisión.

La policía no informó inmediatamente sobre detenidos, mientras realizaba otros procedimientos en busca de atrapar a los responsables del grupo Quebracho, Patria Libre, Partido Obrero y del Partido Comunista Revolucionario (PCR).

Estos grupos han sido protagonistas de otros episodios similares cuando se infiltraron en manifestaciones organizadas por partidos políticos opositores.

Terrorista empleaba teléfonos de policías

El terrorista argentino Jorgé Armando Alonso, que escapó de la Cárcel Central, se comunicaba con otros integrantes de su organización subversiva en Buenos Aires, utilizando teléfonos celulares de sus guardiacárceles.

Previo pago de 50 dólares por cada llamada, Alonso mantuvo durante los dos meses previos a su espectacular evasión —el domingo 7 de setiembre— fluidos contactos con otros componentes de la Organización Revolucionaria del Pueblo.

Los servicios de inteligencia de Argentina (SIDE) interceptaron las comunicaciones telefónicas de Alonso (cuya extradición estaba a punto de ser concedida por la Justicia uruguaya) y notificaron la situación a los investigadores uruguayos para que las mismas no fueran interrumpidas, en razón de la importancia que significaba conocer en detalle los planes que estaban siendo elaborados por el grupo guerrillero.

Por alguna causa hasta ahora no explicada, en cierto momento la algarabía escucha se interrumpió y casi inmediatamente se produjo la fuga que provocó una crisis.

9714217

02

P12 17/10

La marcha de repudio terminó en batalla campal con 206 detenidos

Iba a ser una manifestación pacífica de los partidos de izquierda. Pero grupos de Quebracho y Patria Libre incendiaron doce casas bancarias y rompieron vidrieras. Luego vino la represión.

Lo que pretendía ser una pacífica manifestación de protesta por la visita del presidente Bill Clinton al país, terminó en una batalla campal que se extendió a lo largo de 15 cuadras sobre la Avenida Santa Fe y se inició luego de que un grupo –autodenominado "Juventud por la Resistencia"–, que marchaba dentro de la pequeña columna de Quebracho y Patria Libre, comenzara a arrasar con las vidrieras y prender fuego a una docena de bancos. Unos quinientos policías apostados sobre la avenida, en la esquina de República Arabe Siria, corrieron el vallado que habían dispuesto y avanzaron sobre los manifestantes. El caos se generalizó y dejó 206 detenidos en las comisarías.

Los ánimos comenzaron a caldearse cuando, a las ocho y diez de la noche, la columna de los partidos y organizaciones de izquierda que habían convocado a un acto de repudio por la visita (ver aparte) llegó a la altura de Coronel Díaz y se encontró con que a algún pícaro comisario se le olvidó cortar el tránsito. Así, un bloque cerrado de manifestantes quedó frente a frente con un nutrido embotellamiento de autos y colectivos atestados de pasajeros. No había un solo policía a la vista que sirviera para ordenar el tránsito. Detrás de un cerco metálico instalado de lado a lado en el acceso al shopping Alto Palermo, los clientes del centro comercial observaban con humor la curiosa situación. Fue el comienzo de la batalla.

La primera vidriera en caer fue la del Banco Roberts, al 3100 de Santa Fe. Luego le seguirían las del Lloyds Bank, Banca Nazionale del Lavoro, Citibank, entre otros. Un grupo de veinte jóvenes con las caras cubiertas con pañuelos que se encolumnaban detrás de los militantes de Quebracho y Patria Libre bajo una pequeña bandera que los identificaba como "Juventud de la Resistencia", protagonizaron la mayoría de los destrozos a medida que la columna de los partidos políticos de izquierda avanzaba hacia Plaza Italia desde Pueyrredón.

Una vez liberada la avenida de autos, las columnas siguieron su recorrido hacia la plaza, pero partida en dos, ya que ante el tenor que estaban tomando los hechos la mayoría de las agrupaciones políticas encabezadas por Izquierda Unida decidieron tomar distancia de la vanguardia en la que estaban Quebracho, el Partido Comunista Revolucionario, Patria Libre, Resistencia Peronista y el grupo Juventud de la Resistencia.

Provistos de palos, piedras, bombas de estruendo e incendiarias del tipo molotov, este último grupo no perdonó ni un solo banco o local de comidas de cadenas extranjeras a lo largo de la avenida Santa Fe entre Coronel Díaz y Scalabrini Ortiz, mientras explotaban petardos, se encendían bengalas y quemaban muñecos con la imagen del Tío Sam.

En la esquina de República Arabe Siria, detrás de una valla de un metro ochenta de altura que cortaba Santa Fe a lo ancho, estaban dispuestos los grupos de choque de la Policía Federal. Un hidrante, dos tanquetas, 8 carros de asalto, dos autobombas y vehículos de apoyo no dejaban lugar a dudas: la marcha no avanzaría más allá y así se lo hicieron saber a los dirigentes políticos de izquierda. Mientras los líderes se retiraron a deliberar sobre los pasos a seguir, aparecieron una vez más los "jóvenes de la resistencia". Bastó con que arrojaran algunas piedras mediante hondas sobre la Guardia de Infantería para que se desatara la represión indiscriminada. El humo de los gases lacrimógenos inundó las calles de Palermo y la gente que habitualmente camina por la zona no tenía por dónde escapar.

Los bastones policiales llegaron a todos por igual, manifestantes, periodistas o presuntos revoltosos.

La calma retornó después de las nueve y media de la noche. Doscientos seis detenidos fueron alojados en las comisarías 21 y 23 bajo el cargo de disturbios en la vía pública. Graciela Fernández Meijide y Carlos "Chacho" Alvarez repudiaron los incidentes provocados por los grupos. "En la democracia no hay espacio para ellos", dijeron. Hilne de Bonafini, por suparte, condenó la represión policial y el maltrato que se dio a los detenidos. Y Floreal Gorini (PC-Izquierda Unida) dijo que "se trató de una provocación policial montada con los viejos métodos de los servicios de inteligencia".

Izquierda

Más de cuatro mil personas, que cubrían alrededor de siete cuadras, participaron ayer de la marcha de repudio por la visita de Bill Clinton al país. Convocada por un amplio arco de partidos y organizaciones de izquierda, se proponían llegar hasta el predio ferial de Palermo donde el presidente norteamericano compartía una cena con su par argentino, Carlos Menem. Los incidentes que se relatan aparte impidieron su culminación.

La marcha empezó en Pueyrredón y Santa Fe y partió rumbo a Plaza Italia. Participaron los partidos Comunista, Humanista, Obrero, Movimiento al Socialismo y Partido de Trabajadores por el Socialismo y las agrupaciones Patria Libre, Quebracho, Corriente Marxista Leninista, Corriente Clasista y Combativa, Resistencia Peronista y Correpi.

Uno de los 206 manifestantes detenidos ayer, tras los enfrentamientos en la avenida Santa Fe. *El pequeño grupo que se identificaba como "Juventud por la Resistencia" arremetió contra los bancos.*

03-03

03-03

97 14 217

P12 18/10

EL GRUPO SE DESVINCULA DE LOS INCIDENTES

"Ya no son de Quebracho"

Un líder de la organización toma distancia de los episodios del jueves a la noche. Los atacantes fueron una escisión de su grupo.

El jueves, después de un final con disturbios de la marcha organizada por partidos y organizaciones de izquierda en repudio por la visita de presidente norteamericano Bill Clinton al país, las organizaciones Quebracho y Patria Libre fueron señaladas una vez más como las responsables de convertir los actos de manifestación política en crónicas de violencia desenfrenada. Pero esta vez, a diferencia de otros episodios similares, ambas organizaciones se apresuraron a negar su participación en los sucesos anteriores a la represión policial, los cuales dejaron un tendal de vidrieras destrozadas y entidades bancarias incendiadas. *Eduardo Soares* integra la mesa de dirección del Movimiento Patriótico Revolucionario Quebracho, tal su nombre completo, que fue creado en 1993 en la ciudad de La Plata. Soares, abogado de 44 años, se incorporó en esta organización recientemente, luego de integrar bajo ese mismo sello la agrupación que conducía: "Peronismo que resiste".

–¿Cuál fue la participación de Quebracho en los incidentes del jueves?

–Durante la primera parte de la marcha, ninguna. Repudiamos toda la agresión contra comercios, sea del tipo que fueren, y todo ataque contra las personas, sea cual fuere su nivel social. Desmentimos toda participación de nuestros compañeros en la *rotura* de vidrios e incendios de las sucursales bancarias.

–Sin embargo las personas que atacaron los locales marchaban muy cerca de ustedes.

–En la cabeza de la columna estábamos, en este orden, el PTP, Patria Libre, nosotros y después un grupo denominado "Juventud por la Resistencia", tal como lo publicaron ustedes. Entre esa gente hay ex militantes de Quebracho, que se escindieron hace tres meses. Ya no forman parte de nuestra organización. Ya no son de Quebracho.

–¿Por qué se produjo esa escisión?

–Por sus diferencias con una nueva política de apertura destinada a llegar mejor a la clase media.

–Sin embargo integrantes de ese grupo destrozaron vidrieras previamente pintadas con aerosol por sus militantes, llama la atención la sincronía.

–Hicimos muchas pintadas, pero para que queden, al igual que otros grupos. Pero al romperse los vidrios desaparecieron nuestras consignas.

–¿Se convirtieron de repente en "chicos buenos"?

–*La noche del jueves* nuestro enfrentamiento fue con la policía, nos defendimos con palos, piedras y honderas de la agresión policial. Nos hacemos cargo de lo que realmente nos corresponde. El ataque a los cines durante el estreno de la película *Evita* de Alan Parker fue una acción decidida por la Mesa Nacional de Quebracho. Nos hacemos cargo de los cortes de ruta en Misiones, Córdoba y *Neuquén. También* de las acciones en La Plata durante el último paro general (dos colectivos fueron incendiados), y los choques con la policía en los puentes La Noria y Avellaneda, junto a otras agrupaciones políticas y sociales. Nosotros, cuando hacemos algo, lo decimos.

–Sin embargo, ustedes actúan como una organización semiclandestina.

–No somos una organización clandestina ni pretendemos serlo, salvo que el Gobierno nos ilegalice o nos persiga hasta tal punto que nos obligue a ello. Pero siempre estaremos en la resistencia y en la lucha. Somos nacionalistas revolucionarios. Reivindicamos todas las gestas de liberación ocurridas en los *últimos doscientos años* y particularmente la acción de las organizaciones revolucionarias de la década del setenta, por eso tanto Evita como el Che (Guevara) están simbólicamente identificados en la estrella federal y de ocho puntas que identifica nuestras banderas.

–¿Contemplan la posibilidad de la lucha armada?

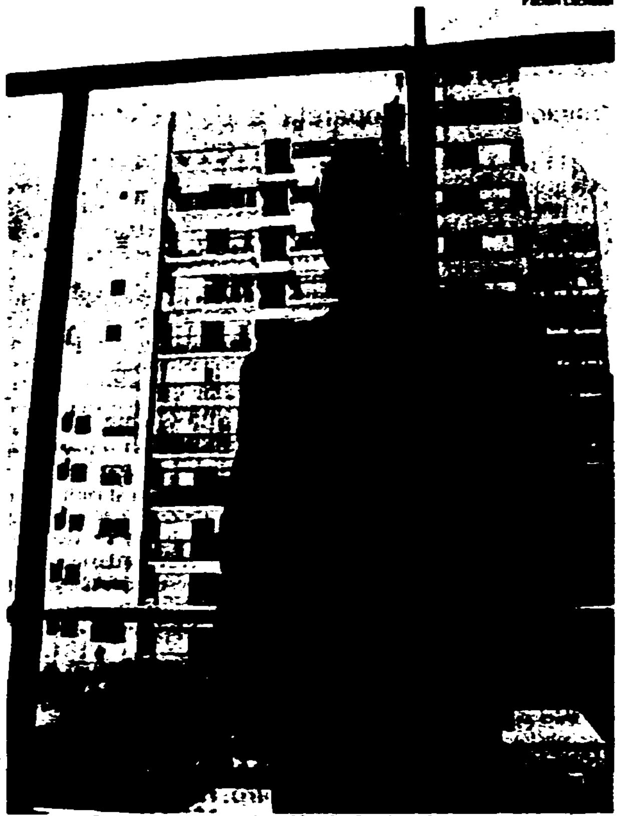
–Quebracho no se propone en ningún momento la lucha armada. Es más, algunos de nosotros provenimos de la experiencia montonera y sostenemos una posición autocrítica profunda sobre ese tema.

–Los dirigentes del Frepaso dijeron que no hay lugar para ustedes en la democracia.

–Bajo esta forma democrática no hay lugar para nosotros ni para otros diez millones de marginados.

Ataques: ***"El ataque a los cines durante el estreno de* Evita *fue una decisión nuestra. También los cortes de ruta en Misiones, Córdoba y Neuquén".***

Fabián Lochesel



Eduardo Soares, de la conducción de Quebracho.
"Nos hacemos cargo de lo que realmente nos corresponde."

"Sólo a hacer pintadas"

Humberto Tumini, secretario general de la Corriente Patria Libre, que también fue mencionada como protagonista de la destrucción de una docena de locales comerciales sobre la avenida Santa Fe, el jueves por la noche durante la marcha de repudio por la presencia de Bill Clinton en el país, negó enfáticamente la participación de sus militantes en esos hechos.

"Nuestros compañeros salieron de las columnas únicamente para hacer pintadas en contra de la visita de Clinton", dijo con evidente enojo. Según él, durante la marcha "los dirigentes que íbamos en la cabeza nos enteramos que algunos grupos cuya filiación desconocemos había comenzado a romper las vidrieras de los bancos". El líder de Patria Libre afirmó que nada podían hacer para impedir los ataques ya que "intervenir en un momento así podía generar una gran batahola entre los propios manifestantes".

El dirigente le dijo a **Página/12** que en este tipo de marchas suelen participar "una infinidad de grupos que no conocemos, por ejemplo yo no sé quiénes integran Juventud por la Resistencia, no sé quienes son". Agregó que las versiones sobre infiltración "son siempre vagas, hay que demostrarlo y no es tarea de los partidos políticos. Nosotros nos ocupamos de que no entren a nuestra *columna*, no nos metemos con lo que sucede afuera".

De todos modos, pese a negar la participación de su organización en los ataques a sucursales bancarias, Tumini manifestó que en la corriente "no repudiamos que a un grupo se le ocurra romper un banco. Nosotros no lo hacemos porque no estamos de acuerdo, si otro cree que debe hacerlo como una manifestación en contra de la visita de Clinton, corre por su cuenta".

VIOLENCIA

Desde el Teatro Cervantes, durante el acto en conmemoración del 17 de Octubre, el presidente Carlos Menem dijo que entre los que encabezaban la marcha de repudio a la visita del presidente Bill Clinton se encontraba un diputado del Frepaso, en alusión al actual candidato por la Izquierda Unida, [illegible] "Chacho" Alvarez, [illegible] anteanoche la violencia y acusar a los grupos que produjeron los desmanes de "no formar parte de la democracia" [illegible]

DOCUMENTO 97M218
TITULO Quebracho se desvincula de incidentes
PROCEDENCIA 150518
FECHA DE PROCEDENCIA 971018
VINCULACIONES 11140
66960
520026

✓

Doc. con partes oscuras

9714218

01-01

ARCHIVO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
022030DIC97

M E M O R A N D U M Nro.

E V A L U A C I O N : A-2

R E F E R E N T E A : COMEDOR Y MERENDERO PARA NIÑOS Y NECESITADOS

T E X T O : DIRECCION: QUERETARO 2224 (Barrio Municipal)

RESPONSABLE: MELO Chara

C.I.: 1.447.918-2

AUSPICIANTE DEL MISMO: VALERIO Miguel Angel

C.I.: 1.559.706-4

ORIGINAL

CORREGIDO
F 24/3/98
Inic.:

FECHA 13/3/98 INICIAL DK
Procesado a Sistema DIX
OBSERVACIONES

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

El Jefe de la División Biográfico y Antecedentes

Capitán

Norberto Devincensi

001/01

9714219
03 DIC. 1997

XQ2467

R POXBT 10-24 00472
asp exg eut

EL SALVADOR-SECUESTRO
FMLN NIEGA VINCULO SECUESTROS Y ACUSA A ARENA DE DESPRESTIGIO

San Salvador, 24 oct (EFE).- La ex guerrilla salvadoreña negó hoy estar vinculada con unos secuestros que actualmente investigan las autoridades y acusó al partido en el poder, la Alianza Republicana Nacionalista (ARENA, derecha), de "montar una campaña de desprestigio" en su contra.

El coordinador del ex grupo guerrillero Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), Salvador Sánchez Cerén, aseguró en una rueda de prensa que "nuestro partido no tiene nada que ver con estos secuestros", tras lo cual señaló que han pedido al Gobierno una "investigación profunda" de los mismos.

Informaciones difundidas hoy por la prensa local, en las que se cita como fuente a un funcionario de la Fiscalía General de la República (FGR), señalan que la vivienda donde se mantuvo secuestrados en 1991 a tres empresarios es propiedad de Raúl Granillo, conocido como "comandante Marcelo".

Según la prensa, Granillo fue dirigente del Partido Comunista Salvadoreño (PCS), una de las cinco organizaciones que integraban el FMLN, constituido como partido político tras la firma de los acuerdos de paz en 1992.

Sin dar mayores detalles, Sánchez Cerén confirmó que Granillo participó en el cese del enfrentamiento armado y la firma de los acuerdos de paz con el Gobierno, pero señaló que "cualquier militante de esa formación que resulte involucrado en esos casos deberá ser sometido a la justicia".

La Policía Nacional Civil (PCN) registró el jueves pasado la vivienda, ubicada en el poblado de San Marcos, cuatro kilómetros al sur de San Salvador, y descubrió "celdas subterráneas".

En ellas estuvieron secuestrados Guillermo Sol Bang, actual presidente de la Comisión Ejecutiva Hidroeléctrica del Rio Lempa (CEL), Kevin Salume y Nelson Antonio Machuca, en 1991.

La PNC capturó en las proximidades de la vivienda a María Carrillo Flores y a sus hijos, José Juan y Angela del Cármen Palacios Carrillo, por su presunta complicidad en el secuestro de los empresarios.

Según la prensa, en la vivienda fueron encontradas fotografías de los ex "comandantes" del FMLN Shafick Handal, Ana Guadalupe Martínez, Salvador Samayoa y Orlando Quinteros, varios de ellos abrazados con Diego Flores, encarcelado desde el pasado 24 de julio por ser autor intelectual del secuestro de dos jóvenes.

En esa misma fecha fueron detenidas otras doce personas presumiblemente vinculados con el secuestro de los jóvenes Andrés Suster, hijo del ex presidente de la telefónica estatal Saúl Suster y Harol Hill Dutriz, cometidos en 1995.

Al caso también ha sido vinculado el capitán de las Fuerzas Armandas de El Salvador Nelson Sosa, quien se encuentra bajo detención administrativa.

Sánchez Cerén criticó las informaciones de la prensa local y señaló que "ARENA está aprovechando todos estos aspectos para montar una campaña de desprestigo" en su contra, debido a que esa formación se perfila como la primera fuerza política de este país.
EFE

lpa/fod/fp/arp

10/24/23-21/97

01-01-

Nº DOCUMENTO 9714220
TITULO FMLN niega vinculo con secuestros
PROCEDENCIA S18SS3
FECHA DE PROCEDENCIA 971024
VINCULACIONES 11140
FMLN SO1170
SO7511

9714220

Nº DOCUMENTO 9714221
TITULO Partidos izquierda latinoamericana reciclan sus ideas
PROCEDENCIA 150004
FECHA DE PROCEDENCIA 971002
VINCULACIONES
514055

9714221

01-02

¿En qué andan hoy los herederos del marxismo en el continente?

Animados por recientes protestas sociales, los partidos de la izquierda latinoamericana reciclan algunas de sus viejas ideas

La izquierda latinoamericana se muestra estimulada. A ocho años de la desaparición del Muro de Berlín, un derrumbe que golpeó duramente el ánimo de su dirigencia, las fuerzas izquierdistas del continente han encontrado en el advenimiento de protestas como el movimiento insurgente de Chiapas en México o el de los "Sin Tierra" en Brasil, un acicate para anunciar la llegada de nuevas expresiones políticas y reciclar viejos conceptos: "revolución", "lucha de clases", "poder popular", "democracia alternativa", "imperialismo norteamericano", etcétera.

Con el internacionalismo como uno de sus viejos valores sobrevivientes al fracaso del "socialismo real", los principales partidos de la izquierda latinoamericana hicieron del Foro de San Pablo en los años '90 un ámbito de reflexiones y definiciones estampadas en documentos que reflejan, año tras año, en qué andan en estos tiempos los depositarios del marxismo en todas sus vertientes.

De todas formas, una resolución de su séptimo encuentro, celebrado entre el 31 de julio y el 3 de agosto en Brasil, demostró que hoy el socialismo es sólo una vía más de cambios para esas organizaciones, que admitieron iniciativas nacionalistas y democrático-populares.

"Las alternativas al neoliberalismo, entendido como una forma concreta del capitalismo imperialista, van desde las opciones nacionalistas y democrático-populares hasta las de perspectiva socialista", indicó.

En esta ocasión participaron del encuentro en Porto Alegre 158 delegados de 58 partidos procedentes de 20 países de América Latina y del Caribe. Entre ellos, estuvo el Frente Amplio uruguayo.

"Desde los gobiernos locales y estaduales hemos sido capaces de administrar grandes ciudades, combatir la corrupción y construir experiencias de participación. La propuesta del presupuesto participativo, tan exitoso en distintas ciudades de Brasil, en particular en Porto Alegre, y el proceso de descentralización en curso en Montevideo, marcan un camino que tiende a reducir el poder burocrático y construir espacios para avanzar en formas de participación y poder popular", señaló la declaración final.

● **La revolución.** La reunión del Foro celebrada en El Salvador en julio de 1996 anunció una suerte de revolución que fermenta. "Surgen y se organizan nuevos protagonistas sociales y se recomponen antiguos instrumentos de lucha, irrumpen gérmenes de nuevas formas de expresión política, de democracia y de construcción de poder popular determinados por la búsqueda de eliminar las intermediaciones y la suplantación social y política", relató su declaración.

Este año, la reunión volvió a atender el tema. "El crecimiento de nuevas formas organizativas, tanto sociales, civiles, barriales, rurales, sindicales, de jóvenes, de mujeres con visión de género y ciudadanas, son expresión nítida de un nuevo dinamismo político y organizativo de los pueblos. (...) Son una noción nueva de nuestros tiempos de cómo se prepara la gente para las tareas del ejercicio del poder", sostuvo.

El documento definió que "esta perspectiva coloca a la lucha de clases, a lo social, en el centro de nuestra actividad".

"Movimientos como los Sin Tierra y los agrarios de la CUT en Brasil, así como el movimiento insurgente de Chiapas, demuestran claramente esta tendencia de articular lo social con lo político", anunció.

El material contó que este año "los debates del Foro giraron alrededor del tema de la reforma y la revolución", donde hubo diferencias. Para unos, los cambios postulados deben incluirse en proyectos hacia "la superación definitiva del modelo de acumulación capitalista en su fase imperialista".

Para otros, "en esta fase es necesario priorizar la lucha democrática, la electoral y luchar por reformas que vayan minando la solidez del neoliberalismo".

"Existen también diferencias sobre la valoración de la lucha armada en esta etapa. En el Foro coexisten organizaciones que han optado por la lucha armada y otras que, sin practicarla, la consideran como una opción válida para determinados contextos y aun las que se oponen a esa forma de lucha", explicó.

"Las diferencias se basan en la inexistencia de un consenso en la valoración de las nuevas expresiones de lucha armada, y qué representan estas expresiones en esta fase de las luchas sociales", admitió el texto.

● **La democracia.** Según la izquierda latinoamericana, la organización social propuesta debe "asentarse en la más profunda democracia". Pero, al parecer, ello supone crear un sistema diferente al actual.

"La democracia alternativa que queremos construir supone crear los mecanismos que permitan a todo el pueblo participar en la definición e implementación de las políticas nacionales y ejercer el control sobre la gestión gubernamental", expuso el Foro este año.

La declaración apuntó que se deben "superar las múltiples distorsiones existentes entre los mecanismos participativos y representativos que distorsionan la voluntad ciudadana. Por medio de ellos se gesta una contradicción permanente entre el juego de exclusión política e inclusión política, donde la primera es la que se va imponiendo".

"Neoliberalismo y democracia son cada día más excluyentes", aseveró.

El Foro señaló que también "se precisa promover una efectiva democratización de los medios de comunicación masiva".

En 1996, el documento final había llamado a "forjar la verdadera democracia".

● **Imperialismo y Cuba.** A juicio de la izquierda continental, los cambios sociales que observa reciben "una respuesta de los centros financieros mundiales y del gobierno de los Estados Unidos", que buscan "profundizar sus alianzas políticas y económicas con los grupos de poder oligárquicos latinoamericanos a fin de cuestionar la viabilidad de la soberanía de los países".

La declaración afirmó que "el imperialismo norteamericano aspira a eternizar el *statu quo* para su beneficio exclusivo".

"Debemos unirnos más que nunca antes en la defensa de la soberanía nacional", señaló.

Las declaraciones emitidas también han mostrado simpatía y apoyo al régimen de Cuba. "Los avances de este último año se suman al desarrollo y la acumulación de otros procesos anteriores. La revolución cubana sigue demostrando que es posible gobernar y enfrentar la globalización neoliberal con un proyecto popular y sin abandonar el principio generador de nuestra lucha: el ser humano", indicó el Foro en agosto.

Un año antes, sostuvo que "la experiencia del pueblo y del gobierno cubano para recomponer su economía y sostener las conquistas sociales y políticas de la Revolución, es fundamental para los miembros del Foro".

9714221

1211

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
022200DIC97

M E M O R A N D U M Nro.

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A : ELECCIONES UNIVERSITARIAS (22-10-1997).-

T E X T O : SE ADJUNTAN: Art. de Prensa del DIARIO EL PAIS del 14-10-1997.-
Listas de todas las Facultades y en todos los ordenes.-

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO.-

El Jefe de la División Biográfico y Antecedentes

Capitán

Norberto Devincensi

0001/211 9714222

Dor. Bios

TODAS LAS OPCIONES DE LAS ELECCIONES UNIVERSITARIAS

Un total de 248 listas distribuidas entre egresados, docentes y estudiantes conforman la oferta para las próximas elecciones universitarias. En el siguiente cuadro les presentamos las 83 opciones de candidatos a la Asamblea General del Claustro, señalando en el caso de listas para docentes y egresados los tres primeros postulantes. Aparecen sólo con la identificación de número y lema —en el caso de que lo tengan— las listas para las Asambleas del Claustro y Consejos de cada Facultad y las listas para el orden estudiantil.

ORDEN DOCENTES

FACULTAD DE AGRONOMIA

LISTAS 340, 341 Y 342
Lema: ADUR.Transformación Universitaria.
1) Enrique Estramil
2) Jorge Bossi
3) Carlos Nuñez

LISTAS 358, 359 Y 360
Lema: ADUR Agronomía 1.
1) Héctor González
2) Marta Bianchi
3) Gonzalo Pereira

LISTAS 376, 377 Y 378
Lema: ADUR Agronomía.
1) Néstor Eulacio
2) Viviane Laffite
3) Ond Pedro De Hegedüs

LISTAS 382, 383 y 384
Lema: ADUR Agronomía - Corriente de opción por coherencia y responsabilidad.
1) César Basso
2) Luis Bisio
3) Nelson de Mello

FACULTAD DE ARQUITECTURA

LISTAS 349, 350 Y 351
Lema: ADUR Arquitectura
1) Juan Pedro Urruzola
2) Ingrid Roche
3) Angel Nogueira

LISTAS 352, 353 Y 354
Lema: ADUR Arquitectura
1) Hugo Gilmet
2) Laura Mazzini
3) Conrado Pintos

LISTAS 355, 356 Y 357
Lema: ADUR Arquitectura
1) Carlos Acuña
2) Felicia Gilboa
3) José Luis Parodi

FACULTAD DE CIENCIAS

LISTAS 337, 338 Y 339
Lema: ADUR Ciencias
1) Rodrigo Arocena
2) Gerardo Veroslavsky
3) Héctor Musto

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS

LISTAS 304, 305 y 306
Lema: Renovación estructural-Docentes independientes.
1) Mario Bucheli
2) César Cendoya
3) Flavio Piccioli

LISTAS 316, 317 Y 318
Lema: Autonomía, cogobierno y transformación.
1) Danilo Astori
2) Miguel Galmés
3) Alberto Tisnés

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

LISTAS 370, 371 Y 372
Lema: Docentes de la Facultad de Ciencias Sociales.
1) Gerónimo De Sierra
2) Teresa Porzecanski
3) Gustavo Bitlencourt

FACULTAD DE DERECHO

LISTAS 346, 347 Y 348
Lema: Pluralismo Universitario (ADUR)
1) Oscar Sarlo
2) María Inés Sapriza
3) Jorge Andregnette

LISTAS 388, 389 Y 390
Lema: Transparencia universitaria (ADUR).
1) María Celia Corral
2) Horacio Casinelli
3) Milton Ruibal

FACULTAD DE HUMANIDADES

LISTAS 310, 311 Y 312
Lema: Transformación Universitaria (ADUR).
1) Francisco Sanguinedo
2) Ruiz Pereyra
3) Nora Castro

LISTAS 313, 314 Y 315
Lema: Participación, igualdad y cambio (ADUR)
1) Ricardo Viscardi
2) Rodolfo Porrini
3) José Luis Rebellato

FACULTAD DE INGENIERIA

LISTAS 334, 335 y 336
Lema: Asociación de Docentes de la Facultad de Ingeniería. (ADUR ADFI)
1) Roberto Markarian
2) José Luis Genta
3) Gerardo Rodríguez

LISTAS 379, 380 Y 381
Lema: Por un orden docente, laico e independiente.
1) Blass Melissari
2) José Hantzis
3) Alberto Ponce Delgado

FACULTAD DE MEDICINA

LISTAS 391, 392, 393
Lema: Asociación de Docentes de Medicina.
1) Ricardo Roca
2) Luis Aiello
3) Gustavo Tamosiunas

LISTAS 394, 395 Y 396
Lema: Asociación de Docentes de Medicina
1) Ricardo Bernardi
2) Francisco Crestanello
3) Gaspar Catala

FACULTAD DE ODONTOLOGIA

LISTAS 322, 323 Y 324
Lema: ADUR FDUU
1) Alvaro Maglia
2) Hugo Calabria
3) Joaquín Doldan

FACULTAD DE PSICOLOGIA

LISTAS 373, 374 Y 375
Lema: Adur Sicología
1) Víctor Giorgi
2) Sylvia Castro
3) Carlos Pérez

FACULTAD DE QUIMICA

LISTAS 307, 308 Y 309
Lema: Comprometidos con el futuro (ADUR)
1) Oscar Ventura
2) Cecilia Fernández
3) Fernando Ferreira

LISTAS 328, 329 Y 330
Lema: Transformación en democracia (ADUR)
1) Beatriz Sienra
2) Washington Diano
3) Ana Cantera

FACULTAD DE VETERINARIA

LISTAS 301, 302 Y 303
Lema: Por la identidad de nuestra Facultad.
1) Juan Calvo
2) Elbio Pereira
3) Clara Larocca

LISTAS 331, 332 Y 303
Lema: Compromiso y trabajo para cambiar la Facultad.
1) Felipe Goiriena
2) Alicia Colombo
3) Diego Ibarra

LISTAS 319, 320 Y 321
Lema: Participación y transparencia (ADV ADUR)
1) Edgardo Rodas
2) Delma De Lima
3) María Gastel

LISTAS 364, 365 Y 366
Lema: Acción renovadora (ADV ADUR)
1) Enrique Bertullo
2) Angela Rista
3) Jacqueline Maisonnave

INSTITUTO NACIONAL DE ENFERMERIA

LISTAS 367, 368 Y 369
Lema: Resolviendo desafíos, formando para el futuro (ADUR)
1) Nidia Hernández
2) Elizabeth Bozzo
3) Jorge Venegas

ESCUELA DE BELLAS ARTES

LISTAS 361, 362 Y 363
Lema: ADUR Bellas Artes
1) José Alcana
2) Enrique Tomasini
3) Anhelo Hernández

ORDEN EGRESADOS

FACULTAD DE AGRONOMIA

LISTAS 534, 535 Y 536
Lema: Ingenieros Agrónomos.
1) Daniel Pagliano
2) Walter Arias
3) Enrique Estol

FACULTAD DE ARQUITECTURA

LISTAS 543, 544 Y 545
Lema: UNID-Universitarios Independientes.
1) Carlos Mautone
2) César Lousteau
3) Horacio Rodríguez

LISTAS 582, 583 Y 584
Lema: Sociedad de Arquitectos del Uruguay
1) José Luis Canel
2) Sergio Somoza
3) Amanda Tizze

FACULTAD DE CIENCIAS

LISTAS 507, 508 y 509
Lema: Por la defensa de los profesionales de Ciencias Básicas.
1) Adriana Dardanelli
2) Víctor Martínez
3) Magdalena Mandía

LISTAS 585, 586 Y 587
Lema: Las ciencias como protagonistas.
1) Marcelo Loureiro
Beatriz Yanicelli
Marcel Achkar

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS

LISTAS 504, 505 Y 506
Lema: Pluralismo participativo.
1) Beatriz Migliaro
2) Rufek Laporte
3) Samuel Bregman

LISTAS 513, 514 Y 515
Lema: Por el fortalecimiento y el futuro de la Universidad.
1) Martha Jauje Peluffo
2) Jorge Mahy García
3) Boris Forman Svarty

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

LISTAS 546, 547 Y 548
Lema: Ciencias Sociales para el desarrollo.
1) Cristina Fynn
2) Fernando Casanova
3) María del Carmen Canavessi

FACULTAD DE DERECHO

LISTAS 537, 538 Y 539
Lema: Por el derecho y la autonomía universitaria.
1) Ana María Olano
2) Horacio Muniz
3) Carlos Parodi

LISTAS 540, 541 Y 542
Lema: UNID-Universitarios Independientes.
1) Edward Keuylian
2) Margarita Reyes
3) José Luis Vera Yzeta

FACULTAD DE HUMANIDADES

LISTAS 525, 526 y 527
Lema: Colegio de Licenciados en Humanidades y Ciencias del Uruguay.
1) Pedro Carrau
2) Angel Cardozo
3) F. Pizzano

FACULTAD DE INGENIERIA

LISTAS 519, 520 y 521
Lema: Futuro Universitario. Creatividad
1) Juan Bartesaghi
2) Elías Pérez
3) Luis H. Meyer

LISTAS 522, 523 Y 524
Lema: Futuro universitario.
1) Adolfo Galleros
2) María Chiffiet
3) Julia Borrelli

LISTAS 573, 574 y 575
Lema: Unidad universitaria.
1) Alfredo Alcarraz
2) Nilda Medina
3) Susana Muñiz

FACULTAD DE MEDICINA

LISTAS 516, 517 Y 518
Lema: Sindicato Médico del Uruguay-Federación Médica del Interior.
1) Yamandú Sica
2) Italo Magni
3) Estela Puig

LISTAS 528, 529 Y 530
Lema: UNID-Universitarios Independientes.
1) Arturo Gómez Torelly
2) Gabriel Coral
3) HUgo Di Yorio

FACULTAD DE ODONTOLOGIA

LISTAS 552, 553 Y 554
Lema: Corporación de Protésicos Dentales.
1) Carlos Scagani
2) Cludia Perna
3) Alvaro Rosini

LISTAS 561. 562 Y 563
Lema: Odontólogos del Uruguay.
1) Juan Arruti
2) Leonardo Bruzzese
3) Manuel Saá

FACULTAD DE PSICOLOGIA

LISTAS 567, 568 Y 569
Lema: Autonomía y cogobierno.
1) Amelia Masse
2) Sylvia Arrambide
3) Teresa González

FACULTAD DE QUIMICA

LISTAS 555, 556 Y 557
Lema: Asociación de Química y Farmacia del Uruguay.
1) Carlos Volontiero
2) Carmen Villa
3) Alicia Cayota

LISTAS 576, 577 Y 578
Lema: Ingeniería Química.
1) José Sendín
2) Heraldo Bianchi

FACULTAD DE VETERINARIA

LISTAS 510, 511 Y 512
Lema: Por la profesión veterinaria (SMVU).
1) Juan Dagliotti
2) Carlos Sosa
3) María Pipiso

LISTAS 570, 571 Y 572
Lema: Sociedad de Medicina Veterinaria del Uruguay.
1) Washington Battro
2) Julio García Lagos
3) Joaquín Rossi

LISTAS 579, 580 Y 581
Lema: Veterinarios Independientes.
1) Daniel Orlando
2) Carlos Correa
3) Guillermo Lockhart

INSTITUTO NACIONAL DE ENFERMERIA

LISTAS 549, 550 Y 551
Lema: Integración y protagonismo.
1) Angela Scaroni
2) Susana Fernández
3) Mirta Patiño

BELLAS ARTES

LISTAS 558, 559 Y 560
Lema: Autonomía universitaria
1) Ana María Petrone
2) Nelly Gutiérrez
3) María Cristina Nieto

ORDEN ESTUDIANTES

FACULTAD DE AGRONOMIA

- **Asociación de Estudiantes de Agronomía (AEA-ASCEEP-FEUU) 104-105-106**
- **Corriente Gremial Universitaria 182-183-184**

FACULTAD DE ARQUITECTURA

- **Centro de Estudiantes de Arquitectura (ASCEEP-FEUU) 149-150-151**
- **Corriente Gremial Universitaria 176-177-178**

FACULTAD DE CIENCIAS

- **Centro de Estudiantes de Ciencias (CECIEN-ASCEEP-FEUU) 146-147-148**

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS

- **CECEA-ASCEEP-FEUU 116-117-118**
- **Foro Universitario 137-138-139**
- **Corriente Gremial Universitaria 179-180-181**

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

- **ASCEEP-FEUU-CECSO 158-159-160**

FACULTAD DE DERECHO

- **Foro Universitario 101-102-103**
- **Corriente Gremial Universitaria 173-174-175**
- **CED-FEUU-1916-1997 FREZELMI 134-135-136**
- **Centro Estudiantes de Derecho-FEUU 140-141-142**

FACULTAD DE HUMANIDADES

- **Ibero Gutiérrez - Centro de Estudiantes de Humanidades y Ciencias de la Educación - CEHCE-ASCEEP-FEUU 110-111-112**
- **CEHCE-FEUU- Movimiento de Participación Universitaria (MPU) 113-114-115**
- **CEHCE-ASCEEP-FEUU 167-168-169**

FACULTAD DE INGENIERIA

- **Centro de Estudiantes de Ingeniería CEI-FEUU 143-144-145**
- **Corriente Gremial Universitaria 188-189**

FACULTAD DE MEDICINA

- **AEM-ASCEEP-FEUU 122-123-124**
- **Por una Universidad Participativa 161-162-163**

FACULTAD DE ODONTOLOGIA

- **CEO-ASCEEP-FEUU 107-108-109**

FACULTAD DE PSICOLOGIA

- **CEUP-ASCEEP-FEUU 119-120-121**

FACULTAD DE QUIMICA

- **AEQ-ASCEEP-FEUU 125-126-127**

FACULTAD DE VETERINARIA

- **AEV-ASCEEP-FEUU 128-129-130**
- **NAEV - Nueva Agrupación de Estudiantes de Veterinaria 155-156-157**
- **Corriente Gremial Universitaria 185-186-187**

INSTITUTO NACIONAL DE ENFERMERIA

- **Unidad, Participación e Integración 131-132-133**

ESCUELA NACIONAL DE BELLAS ARTES

- **AEBA-FEUU 152-153-154**

14/10/97

EL PAIS

9714222

ORDEN DOCENTE

9714222

0003

0925[illegible]3

FACULTAD DE ARQUITECTURA

0004 9714222

FACULTAD DE ARQUITECTURA
ORDEN DOCENTE

349

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

LEMA: ADUR ARQUITECTURA

(Sistema preferencial de suplentes)

1.- Juan Pedro Urruzola Peralta

2.- Ingrid Ethel Roche Lowczy

3.- Angel Manuel Nogueira Sanchez

22 DE OCTUBRE DE 1997

0005 9714222

FACULTAD DE ARQUITECTURA
ORDEN DOCENTE

350

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA: ADUR ARQUITECTURA

(Sistema preferencial de suplentes)

1.- Angela Celia Perdomo Agoglia
2.- José Enrique Machado Comba
3.- Laura Estela Fernández Quinteiro
4.- Ernesto Domínguez Misa
5.- Marcelo Carlos Danza De León
6.- María Alicia Iglesias Peralta
7.- Graciela Gladys Lamoglie Moneta
8.- José Carmelo Pesce Infante
9.- Carlos Enrique Folco Belgbeder
10.- Nelson Raúl Velázquez Prieto
11.- Rafael Jorge Cortazzo Medina
12.- José Fernando Castro Grassano
13.- Eduardo Brenes Wittenberger
14.- Ethel Maibel Olivera Yannicelli
15.- Luis Andrés Zino Torrazza
16.- Juan Daniel Christoff Pinelli
17.- Juan Gustavo Scheps Grandal
18.- Gabriela Quintana Sanchez
19.- Evandro Fabio Santhou Calzavara
20.- William Rey Ashfield
21.- Ruben Francisco García Miranda
22.- Juan Carlos Apolo Núñez

22 DE OCTUBRE DE 1997

9714222

0006

FACULTAD DE ARQUITECTURA
ORDEN DOCENTE

351

CONSEJO DE FACULTAD

LEMA: ADUR ARQUITECTURA

(Sistema preferencial de suplentes)

1.- Fernando Javier De Sierra Brandon
2.- Mariela Russi Podestá
3.- José Carmelo Pesce Infante
4.- Nelson Raúl Velázquez Prieto
5.- Angel Manuel Nogueira Sanchez
6.- Pablo Alfredo Ligrone Fernández
7.- José Enrique Machado Comba
8.- Graciela Gladys Lamoglie Moneta
9.- Ernesto Domínguez Misa

22 DE OCTUBRE DE 1997

0007 9714222

FACULTAD DE ARQUITECTURA
ORDEN DOCENTE

352

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

LEMA: ADUR ARQUITECTURA

(Sistema preferencial de suplentes)

1.-Hugo Francisco GILMET DERMIT

2.-Laura María MAZZINI CASATROJA

3.-Conrado PINTOS RICCETTO

22 DE OCTUBRE DE 1997

0008 9714222

FACULTAD DE ARQUITECTURA
ORDEN DOCENTE

353

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA: ADUR ARQUITECTURA

(Sistema preferencial de suplentes)

1.- Héctor Juan BERIO LUCAS

2.- Alejandro BAPTISTA PEREYRA

3.- Esteban DIESTE FRIEDHEIM

4.- Julia BORONAT LEYMONIE

5.- Lucía M.del Rosario RUBIO PELLEGRINO

6.- Antonio GONZALEZ-ARNAO MONTERO

7.- María Cecilia LOMBARDO ORIBE

8.- Mario SPALLANZANI MESEGUE

9.- Juan Carlos FERREIRA RODRIGUEZ

10.- Wilson Alfonso OLVEIRA RAMOS

11.- Gricel Eugenia CAMPON DE DIEU

12.- María Julia GOMEZ PIÑEYRO

13.- Jorge NUDELMAN BLEJMAS

14.- Silvia Beatriz MONTERO VIERA

15.- Ana María APUD APUD

16.- M. del Rosario DOMINGUEZ CUOZZI

22 DE OCTUBRE DE 1997

0009

9714222

FACULTAD DE ARQUITECTURA
ORDEN DOCENTE

354

CONSEJO DE FACULTAD

LEMA: ADUR ARQUITECTURA

(Sistema preferencial de suplentes)

1.- Hugo Francisco GILMET DERMIT
2.- Andrés Aristides MAZZINI CASATROJA
3.- Conrado PINTOS RICCETTO
4.- Laura María MAZZINI CASATROJA
5.- Carmen CANOURA SANDE
6.- Julia BORONAT LEYMONIE
7.- Hector Juan BERIO LUCAS
8.- Esteban DIESTE FRIEDHEIM
9.- Mario SPALLANZANI MESEGUE

22 DE OCTUBRE DE 1997

0310 (A) 9714222

FACULTAD DE ARQUITECTURA
ORDEN DOCENTE

355

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

LEMA: ADUR ARQUITECTURA

(Sistema preferencial de suplentes)

1.- Carlos Alberto ACUÑA JAUREGUI

2.- Felicia GILBOA CEITEL

3.- José Luis PARODI AONSO

4.- Eduardo ARRALDE GARCIA

5.- Jorge Omar GALINDEZ BONELLO

6.- Salvador Bernardo SCHELOTTO GUILLAMON

22 DE OCTUBRE DE 1997

0010 (B) 9714222

FACULTAD DE ARQUITECTURA
ORDEN DOCENTE

356

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA: ADUR ARQUITECTURA

(Sistema preferencial de suplentes)

1.- Margarita Blanca CHAO FERNANDEZ
2.- Andrés RIDAO GONZALEZ
3.- Felicia GILBOA CEITEL
4.- Marcelo PAYSSE ALVAREZ
5.- Alvaro José PORTILLO RODRIGUEZ
6.- María Angélica CALONE TEXEIRA
7.- Noemí Lydia ALONSO FIRPI
8.- Myrna Josefina CAMPOLEONI GONZALEZ
9.- Graciela PEDEMONTE OTERO
10.- Duilio AMANDOLA REYNO
11.- Miguel Alfredo LEBRATO CABRERA
12.- Susana Rosa CARBALLAL MACHADO
13.- Roberto María LANGWAGEN SUAREZ
14.- Jesús María ARGUIÑARENA BURRUN
15.- José Luis SANCHO MIRANDA
16.- María Teresa RODRIGUEZ GOYENECHE
17.- Raúl VALLES BARRETO
18.- Orlando Sadi LASSUS NALIBER
19.- Daniel DE LA FUENTE GIANNECCHINI
20.- Luis Alberto OLAIZOLA PADRON
21.- Rosa Carolina MARTORELLI BERTHIER

22 DE OCTUBRE DE 1997

0011 9714222

FACULTAD DE ARQUITECTURA
ORDEN DOCENTE

357

CONSEJO DE FACULTAD

LEMA: ADUR ARQUITECTURA

(Sistema preferencial de suplentes)

1.- Jorge Romeo SCHINCA GASPARINI
2.- Ricardo Luis VIDART NARANCIO
3.- José Enrique NEIRO MAÑANA
4.- Julio César FERNANDES POMMERENCK
5.- Salvador Bernardo SCHELOTTO GUILLAMON
6.- Alvaro José PORTILLO RODRIGUEZ
7.- Walter Primero KRUK MIENOK
8.- Juan Pedro MASTRANGELO ROBA
9.- Eduardo ARRALDE GARCIA

22 DE OCTUBRE DE 1997

0512 9714222

092562

FACULTAD DE CIENCIAS

9714222

0013

FACULTAD DE CIENCIAS

ORDEN: DOCENTES

337

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

Lema: ADUR - Ciencias

Sistema Preferencial de Suplentes

1 - Rodrigo Arocena
2 - Gerardo Veroslavsky
3 - Héctor Musto
4 - Arturo Martí
5 - Carlos Alfuna
6 - Luis Acerenza
7 - Fabián Alvarez
8 - Julio Battistoni

0614

22 de octubre de 1997

9714222

FACULTAD DE CIENCIAS

ORDEN: DOCENTES

338

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

Lema: ADUR - Ciencias

Sistema Preferencial de Suplentes

1 - Alfredo Jones
2 - Eduardo Mizraji
3 - Henia Balter
4 - Julio Battistoni
5 - Hernán Carol
6 - Néstor Mazzeo
7 - Omar Gil
8 - Ana Denicola
- César Goso
10 - Lisette Gorfinkiel
11 - Carmen Viera
12 - Laura Coitiño
13 - Jorge Griego
14 - Melita Menhegel
15 - Arturo Martí
16 - Adriana Parodi
17 - Pablo Muniz
18 - Miguel Paternain
19 - Bettina Tassino
20 - Gabriela Bedó
21 - Ana Celia Silva
22 - Cora Chalar
23 - Sergio Martinez
24 - Carlos Altuna
25 - Ernesto Mordecki
26 - José Sotelo
27 - Marta Sergio
28 - Alicia De María
29 - Tabaré Gallardo
30 - Eliana Rodríguez
31 - Ismael Núñez
32 - Mario Piaggio
33 - Pedro Oyhantçabal
34 - Juan Fabián
35 - Gonzalo Tancredi
36 - Alba Bentos
37 - Daniel Conde
38 - Ciro Invernizzi
39 - Patricia Perruni
40 - Rafael Arocena
41 - Juan Arbiza
42 - Ricardo Ehrlich
43 - Mónica Marín
44 - Rodrigo Arocena

0015

22 de octubre de 1997

9714222

FACULTAD DE CIENCIAS

ORDEN: DOCENTES

338

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

Lema: ADUR - Ciencias

Sistema Preferencial de Suplentes

1 - Alfredo Jones
2 - Eduardo Mizraji
3 - Henia Balter
4 - Julio Battistoni
5 - Hernán Carol
6 - Néstor Mazzeo
7 - Omar Gil
8 - Ana Denicola
- César Goso
10 - Lisette Gorfinkiel
11 - Carmen Viera
12 - Laura Coitiño
13 - Jorge Griego
14 - Melita Menhegel
15 - Arturo Martí
16 - Adriana Parodi
17 - Pablo Muniz
18 - Miguel Paternain
19 - Bettina Tassino
20 - Gabriela Bedó
21 - Ana Celia Silva
22 - Cora Chalar
23 - Sergio Martinez
24 - Carlos Altuna
25 - Ernesto Mordecki
26 - José Sotelo
27 - Marta Sergio
28 - Alicia De María
29 - Tabaré Gallardo
30 - Eliana Rodríguez
31 - Ismael Núñez
32 - Mario Piaggio
33 - Pedro Oyhantçabal
34 - Juan Fabián
35 - Gonzalo Tancredi
36 - Alba Bentos
37 - Daniel Conde
38 - Ciro Invernizzi
39 - Patricia Perruni
40 - Rafael Arocena
41 - Juan Arbiza
42 - Ricardo Ehrlich
43 - Mónica Marín
44 - Rodrigo Arocena

0015

22 de octubre de 1997

9714222

FACULTAD DE CIENCIAS

ORDEN: DOCENTES

339

CONSEJO DE FACULTAD

Lema: ADUR - Ciencias

Sistema Preferencial de Suplentes

1 - Ricardo Ehrlich
2 - Martín Ubilla
3 - Mario Wschebor
4 - Rodolfo Gambini
5 - Rafael Arocena
6 - Juan Cristina
7 - Héctor Musto
8 - Daniel Panario
9 - Walter Ferrer
10 - Gonzalo Tancredi

22 de octubre de 1997

0016

9714222

092560

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS

0617 9714222

Facultad de Ciencias Económicas
y de Administración

316

Orden: DOCENTE

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

Lema: AUTONOMÍA, COGOBIERNO Y TRANSFORMACIÓN

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. ASTORI SARAGOSA, Danilo

2. GALMÉS LEONCINI, Miguel Ángel

3. TISNÉS MONESTIER, Alberto

4. CASSINELLI MUÑOZ, Horac io

5. PASCALE CAVALIERI, Ricardo

6. NAHUM LISBONA, Benjamín

7. ROSSI BAYARDO, Walter

8. REIG VERDIER, Nicolás Juan

9. RIVAS VIGLIETTI, Elsa Esther

22 de octubre de 1997

0018

9714222

Facultad de Ciencias Económicas y de Administración

317

Orden: DOCENTE

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

Lema: AUTONOMÍA, COGOBIERNO Y TRANSFORMACIÓN

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. Galmés Leoncini, Miguel Ángel
2. Pini Martínez, José Antonio
3. Rossi Bayardo, Walter
4. Dean Rivas, Juan Carlos
5. Rodríguez de Oliveira Rocha Octavio
6. Blanco González, Jorge Mario
7. Astori Saragosa, Danilo
8. Porteiro Dobal, Julio César
9. Reig Verdier, Nicolás Juan
10. Pignatta González, Alfredo
11. Milnitsky Zelmonovich, Sergio
12. Aemilius Pioli, Ignacio G.
13. Orrico Miraldi, César Mario
14. Comas Mérola, Javier Alberto
15. Nahum Lisbona, Benjamín
16. Rivas Viglietti, Elsa Esther
17. Mordecki Pupko, Ernesto
18. Antía Behrens, Fernando
19. Guinovart Firpo, Beatriz Rosa
20. Altmark Bureikus, Silvia
21. González Posse, Ernesto
22. Cassinelli Muñoz, Horacio
23. Grau Pérez Quintero, Carlos E.
24. Biasco Marino, Emilio
25. Moretti Bentancourt, Jorge A.
26. Vigorito Delgado, Andrea
27. Olesker Gerstenfeld, Daniel
28. Lecueder de San Vicente, Manon
29. Rocca González, José Antonio
30. De Luca Todaro, Roberto
31. Schvarz Sala, Ana Lía
32. Grossloff Dzimalkowski, Rosa
33. Tenzer Hertzdal, Simón Mario
34. Ramírez Addiego, Raúl Gabriel
35. Benvenuto Methol, Pablo
36. Rodríguez Llavayol, Ruben D.
37. Failache Nandín, César Omar
38. De León Schinca, Ofelia María
39. Vallarino Mouchantef, Hugo
40. Vidal Amodeo, Martha Susana
41. Espino González, Alma F.
42. Méndez Silva, Estela Inés
43. Álvarez Vaz, Ramón Fernando
44. Dutra Martínez, Gustavo A.
45. Gaudioso Minassián, Rossana I.

22 de octubre de 1997

0019 9714222

Facultad de Ciencias Económicas y de Administración

318

Orden: DOCENTE

CONSEJO DE FACULTAD

Lema: AUTONOMÍA, COGOBIERNO Y TRANSFORMACIÓN

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. Dean Rivas, Juan Carlos	6. Altieri Ignatczuk, L. Cristina	11. Edelman Flaquer, Hugo
2. Rossi Bayardo, Walter	7. Vigorito Delgado, Andrea	12. Grossloff Dzimalkowski, Rosa
3. Pascale Cavalieri, Ricardo	8. Perazzo Puppo, Jorge E.	13. Margulies Beer, Isaac
4. Barszcz Warzager, A. Sergio	9. Pereyra Rodríguez, Juan J.	14. Oddone Paris, Gabriel J.
5. Antía Behrens, Fernando	10. Moretti Bentancourt, Jorge	15. Scarone Delgado, Carlos

22 de octubre de 1997

0320 9714222

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS Y DE ADMINISTRACION

304

ORDEN DOCENTE
ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

LEMA:
"RENOVACION ESTRUCTURAL - DOCENTES INDEPENDIENTES"
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1- BUCHELI IBARRA, Mario
2 - CENDOYA IBAÑEZ, César Ariel
3 - PICCIOLI CALLEGARI, Flavio
4 - DAVRIEUX CELIO, Ariel Enrique
5 - PEREZ GOTUSSO, Estela Angela
6 - VILLARMARZO MARTINEZ, José Ricardo
7 - HEUER NOTAROBERTO, Federico
8 - BUGALLO MONTAÑO, Nydia Beatriz
9 - VISPO BASTON, Enrique

22 de octubre de 1997

0021

9714222

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS Y DE ADMINISTRACION

305

ORDEN DOCENTE
ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA:
"RENOVACION ESTRUCTURAL - DOCENTES INDEPENDIENTES"
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1 - DAVRIEUX CELIO, Ariel Enrique
2 - PICCIOLI CALLEGARI, Flavio
3 - GARCIA CERCHIARI, Cecilio
4 - BUENO PEREYRA, Carlos Adán
5 - PALMA PIEDEFERRI, Laura E.
6 - ESTEFANELL DE MARIA, Carlos Hugo
7 - MERMELSTEIN GENIS, José E.
8 - CICHEVSKI GROSS, Pablo
9 - PEREZ GOTUSSO, Graciela
10 - VISPO BASTON, Enrique
11 - MENDY MARQUEZ, Fabián Diego
12 - MONTONE CARAMICO, Luis F.
13 - HEUER MILLER, Federico Hermann
14 - GONZALEZ SATANOFF, Mónica Inés
15 - CAUMONT CLAVARIO, Jorge Pedro
16 - MORALES BOSCH, Ricardo Gustavo
17 - NOACHAS EISENBERG, Iael Hanna
18 - HEUER NOTAROBERTO, Federico
19 - CUNEO GATEOSO, Moris Eduardo
20 - BUGALLO MONTAÑO, Nyrdia Beatriz
21 - STANCATI SANSONE, Lizet N.
22 - CHILEWSKI KAC, Rafael
23 - ALFIE STOCHEK, Isaac
24 - CENDOYA IBAÑEZ, César Ariel
25 - DOMINGUEZ ALONSO, María Elvira
26 - BARRELLA ROSA, Humberto Pablo
27 - VILLARMARZO MARTINEZ, José Ricardo
28 - SAULEDA BORRAZAS, Luis Alberto
29 - DOTTA BARDIER, María Cristina
30 - PARDO DAVIDOFF, Moris
31 - CAMP LABADIE, María Teresa
32 - BARBIERI ESCAMILLA, Daniel
33 - CHIPITO ESCOBAL, José Luis
34 - RUGGIERO SCARPA, Graciela
35 - BONOMI DE AZEVEDO, Diego
36 - VAZQUEZ SIBILS, María Esther
37 - GERVASIO CIONE, Gerardo
38 - BONOMO ODIZZIO, Sandra Esther
39 - ABISAB RICCA, Alejandro Odel
40 - LO PRETE ELICHALT, Teresita Haydée
41 - MONTGOMERY FREITAS, Osvaldo
42 - XALAMBRI MEDICI, Adriana Teresa
43 - KIEDANSKI SCHEIN, Fabiana
44 - CHAPT PELUFFO, María Cristina
45 - DEPAULO MARTINEZ, Roberto Walter

22 de octubre de 1997

0022

9714222

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS Y DE ADMINISTRACION

ORDEN DOCENTE

306

CONSEJO DE FACULTAD

LEMA:
"RENOVACION ESTRUCTURAL - DOCENTES INDEPENDIENTES"
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1 - HEUER NOTAROBERTO, Federico
2 - CENDOYA IBAÑEZ, César Ariel
3 - VISPO BASTON, Enrique
4 - BUENO PEREYRA, Carlos Adán
5 - DAVRIEUX CELIO, Ariel Enrique
6 - PEREZ GOTUSSO, Graciela
7 - CAUMONT CLAVARIO, Jorge Pedro
8 - PALMA PIEDEFERRI, Laura E.
9 - PICCIOLI CALLEGARI, Flavio
10 - ALFIE STOCHEK, Isaac
11 - GARCIA CERCHIARI, Cecilio
12 - CHILEWSKI KAC, Rafael
13 - MENDY MARQUEZ, Fabián Diego
14 - MONTONE CARAMICO, Luis F.
15 - BUGALLO MONTAÑO, Nydia Beatriz

22 de octubre de 1997

0023

9714222

092559

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

9714222
0324

370

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

ORDEN: DOCENTES

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

LEMA: DOCENTES DE LA FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1 Gerónimo De Sierra Neves
2 Teresa Porzecanski Cohen
3 Gustavo Baltasar Bittencourt García
4 Alvaro Javier Gallardo Baroni
5 María Adela Pellegrino Frechou
6 José Pedro Rilla Manta
7 Enrique Mazzei Sasiain
8 Máximo Tulio Rossi Malán
9 María del Socorro García Percovich

22 de octubre de 1997.-

0025

9714222

371

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

ORDEN: DOCENTES

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA: DOCENTES DE LA FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1 Máximo Tulio Rossi Malán
2 Lincoln Juan Bizzózero Revelez
3 Francisco Eduardo Pucci Garmendia
4 Jorge Luis Lanzaro Peyre
5 Myriam Raquel Miljavila
6 Adriana Cassoni Errandonea
7 [illegible] Inés Moraes Vázquez
8 María Inés Iens Souto
9 María del Carmen Midaglia Souto
10 Roberto María Gallinal Gamundi
11 Marisa Carla Bucheli Anaya
12 María Adela Pellegrino Frechou
13 Diego Enrique Piñeiro Pagliere
14 Vicente Nicolás Bentancur Bernotti
15 Adela Claramunt Abbate
16 Héctor Eduardo Pastori Aresti
17 María Magdalena Camou Soliño
18 María Verónica Filardo García
19 Romeo Fernando Pérez Antón
20 José Pablo Bentura Alonso
21 Nidia Rossana Patrón López
22 Raquel Ester Pollero Beheregaray
23 Naina Pierri Estades
24 Constanza Beatriz Moreira Vivas
25 Patricia María Oberti Rual
26 Ruben Luis Tansini López
27 Daniel Enrique Rótulo Decuadra
28 Karina Elena Batthyany Dighiero
29 María Elena Laurnaga Arregui
30 Juan Carlos Fortuna Vera
31 Nora Nela Berretta Márquez
32 Leonardo Calicchio Pose
33 Martha Marques San Martín
34 Carlos Alberto Pareja Sanguinetti
35 Hugo Domingo de los Campos Baltasar
36 Andrés Pereyra De Luz
37 Lilia Ernesta Ferro Clericó
38 Pablo Hein Picó
39 Adolfo Garcé García
40 María Consuelo Raggio Aguilar
41 Marcel Edme Vaillant Alcalde
42 Raúl Julio Jacob Dannheisser
43 Rafael Paternain Rodríguez
44 Aldo Ulises Guerrini Riestra
45 María del Socorro García Percovich

22 de octubre de 1997.-

0326

9714222

372

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

ORDEN: DOCENTES

CONSEJO DE FACULTAD

LEMA: DOCENTES DE LA FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1 María del Rosario Aguirre Cuns
2 Luis Eduardo Bértola Flores
3 Gerardo Caetano Hargain
4 Alvaro Javier Forteza Galceran
5 Teresa Porzecanski Cohen
6 Marcelo Raúl Boado Martínez
7 María Inés Moraes Vázquez
8 Pedro Alejandro Narbondo Alvarez
9 María Inés Terra Ortiz
10 María del Carmen Terra Ortiz
11 Graciela Prat Granero
12 María del Carmen Varela Petito
13 Daniel Buquet Corleto
14 María Rosario Domingo Balestra
15 Silvia Orieta Rivero Rodríguez

22 de octubre de 1997.-

0027

9714222

092558

FACULTAD DE DERECHO

0328 9714222

FACULTAD DE DERECHO

ORDEN: DOCENTES

390

LEMA: **"TRANSPARENCIA UNIVERSITARIA - ADUR DERECHO"**

CONSEJO DE FACULTAD
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1.- Dr. Alberto PÉREZ PÉREZ
2.- Esc. Dr. Carlos LÓPEZ FERNÁNDEZ
3.- Dr. Jorge Luis ELIZALDE
4.- Dra. Orfilia FERNÁNDEZ
5.- Dr. Osvaldo MANTERO
6.- Esc. Teresita MERCADER
7.- Dr. Gonzalo FERNÁNDEZ
8.- Dr. Horacio CASSINELLI MUÑOZ
9.- Dr. Antonio GRILLE
10.- Dr. Mauricio BRIKMAN
11.- Esc. Mario FIRPO
12.- Esc. Alda GRADÍN
13.- Esc. Dr. Gonzalo URIARTE
14.- Dr. Enrique MACHADO
15.- Esc. Ana APAULAZZA

22 de Octubre de 1997

0029

9714222

FACULTAD DE DERECHO

ORDEN: DOCENTES

389

LEMA:"TRANSPARENCIA UNIVERSITARIA - ADUR DERECHO"

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE LA FACULTAD

1. - Dr. José Aníbal CAGNONI
2.- Esc. Orlando FIRPO
3.- Dr. Osvaldo MANTERO
4.- Esc. Alda GRADÍN
5.- Dr. Gonzalo URIARTE
6.- Esc. Dra. Gloria MYRIAM PORTO
7.- Dr. Milton RUIBAL
8.- Esc. Teresita MERCADER
.- Dr. Elbio LÓPEZ ROCCA
10.- Esc. Pablo REY
11.- Dr. Enrique MACHADO
12.- Dr. Luis MANZONI
13.- Dr. Benjamín ABULAFIA
14.- Esc. Ana APAULAZZA
15.- Esc. Graciela IRURETA
16.- Dr. Eduardo PESCE
17.- Dra. Ana SOLIVELLAS
18.- Dra. Olga DÍAZ
19.- Dra. María del Rosario ABERO
20.- Dr. Gonzalo FERNÁNDEZ
21.- Dr. Ricardo MANTERO
22.- Esc. Horacio RUBBO
23.- Esc. Maritza RIVAS
24.- Esc. Mabel RASINES
25.- Dr. Mauricio BRIKMAN
26.- Dr. Esc. Alejandro GRILLE
27.- Dra. Graciela PORTA
28.- Esc. Beatriz CRESPI
29.- Dr. Jorge ELIZALDE
30.- Dr. Alberto PÉREZ PÉREZ

22 de Octubre de 1997

0030

9714222

FACULTAD DE DERECHO

ORDEN: DOCENTES

388

LEMA: **"TRANSPARENCIA UNIVERSITARIA - ADUR DERECHO"**

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1.- Esc. María Celia CORRAL
2.- Dr. Horacio CASSINELLI MUÑOZ
3.- Dr. Milton RUIBAL DIBELLO
4.- Esc. Dra. Myriam PORTO
5.- Esc. Mario FIRPO
6.- Dr. Antonio GRILLE
7.- Esc. Pablo REY
8.- Dr. Ricardo MANTERO
9.- Esc. Augusto César BESSOUAT

22 de Octubre de 1997

0031 9714222

Facultad de Derecho

ORDEN DOCENTE **346**

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO DE LA UNIVERSIDAD

LEMA: "PLURALISMO UNIVERSITARIO (ADUR)"

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) Oscar SARLO ONETO
2) María Inés SAPRIZA ARIAS
3) Jorge ANDREGNETTE CAPURRO
4) Enrique GUERRA DANERI
5) Mario GARMENDIA ARIGON
6) Luis MELIANTE GARCE
7) Rosana Patricia SANZ LOPEZ
8) María del Rosario MINERVA RAVERA
9) Lauro ESTEVE MARTINEZ

22 de Octubre de 1997

0032 9714222

Facultad de Derecho

ORDEN DOCENTE **347**

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO
DE LA FACULTAD

LEMA: "PLURALISMO UNIVERSITARIO (ADUR)"

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) Didier OPERTTI BADAN; 2) Luis A. TORELLO GIORDANO; 3) Julio SCHWARTZ LEWO; 4) José Claudio WILLIMAN RAMIREZ; 5) Sara ALVAREZ USATEGUI; 6) Rafael BIURRUN BERNERON; 7) Ana María RANZETTI DOMINGUEZ; 8) Roberto Edison ZUNINI CESIO; 9) Juan Andrés RAMIREZ TURELL; 10) Juan RASO DELGUE; 11) Gustavo RODRIGUEZ VILLALBA; 12) Nicolás ETCHEVERRY ESTRAZULAS; 13) Luis BARRIOS CAMACHO; 14) Miguel Angel CACCIATORI RODRIGUEZ; 15) Carlos Alberto MATA PRATES; 16) Agustín CISA RODRIGUEZ; 17) Elsa MACCHIO ERCHI; 18) Ruben CORREA FREITAS; 19) Leda HUELMO CORREA; 20) Miguel LANGON CUÑARRO. 21) Manuel MERCANT LANDEIRA; .2) Alicia CASTRO RIVERA; 23) Dora SZAFIR SLOTOLOW; 24) Enrique AREZO PIRIZ; 25) Raúl CERVINI SANCHEZ; 26) Dardo PREZA RESTUCCIA; 27) Mario Enrique PAZOS DE VITA; 28) Nora GUARINONI VEZOLI; 29) Roberto PUIG PERONETTI; 30) Luis María SIMON OLIVERA; 31) María Isabel BLIXEN HELGUERA; 32) Juan José CALANCHINI URROZ; 33) María de las Mercedes PARTELLI SENSEVER; 34) Carlos R. BORDOLI ETCHEMENDI; 35) Jorge Walter ROSENBAUM RIMOLO; 36) Fulvio A. GUTIERREZ FERNANDEZ; 37) Héctor Jesús BABACE PETRONE; 38) Aldo LONG VALDEZ; 39) Susana Mabel KARLEN CANZANI; 40) Rosana Patricia SANZ LOPEZ; 41) María del Rosario REBELLATO CESPEDES; 42) Mirtha ZUNINO TORTEROLA; 43) María Graciela JARDI UHAGON; 44) Juan Carlos PEIRANO FACIO; 45) Eugenio XAVIER DE MELLO FERRAND.

22 de Octubre de 1997

0003 9714222

Facultad de Derecho

ORDEN DOCENTE **348**

CONSEJO DE FACULTAD

LEMA: "PLURALISMO UNIVERSITARIO (ADUR)"

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) Juan Pablo CAJARVILLE PELUFFO
2) Teresa GNAZZO CABRERA
3) Alejandro ABAL OLIU
4) Eduardo TELLECHEA BERGMAN
5) Maria WONSIAK ZABIELOWICZ
6) Edgar J. VARELA MENDEZ
7) Walter PARDIAS CAPELAN
8) Juan E. BLENGIO MASSOLO
9) Heber ARBUET VIGNALI
10) Roberto PUCEIRO RIPOLL
11) José Luis SHAW URIOSTE
12) Jaime BERDAGUER ESTRADER
13) Ricardo BRUM BISIO
14) Fernando URIOSTE BRAGA
15) Rafael BAYCE GARCIA LAGOS

22 de Octubre de 1997

0034 9714222

092557

FACULTAD DE HUMANIDADES

0035 9714222

FACULTAD DE HUMANIDADES Y
CIENCIAS DE LA EDUCACION

310

ORDEN: DOCENTES

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

LEMA: "ADUR HUMANIDADES -
TRANSFORMACION UNIVERSITARIA"

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. Francisco Sanguiñedo
2. Ruiz Pereyra
3. Nora Castro
4. Pedro Gatti
5. Sylvia Lago
6. Luis Delio
7. Mario Dotta
8. Jorge Medina Vidal
9. Dante Turcatti

22 de Octubre de 1997.

0006

9714222

FACULTAD DE HUMANIDADES Y
CIENCIAS DE LA EDUCACION

311

ORDEN: DOCENTES

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA: "ADUR HUMANIDADES -
TRANSFORMACION UNIVERSITARIA"

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. Marta Demarchi
2. Ana María Araujo
3. Sonia Romero
4. Arturo Bentancur
5. Diana Bianchi
6. Cristina Pintos
7. Juan Introini
8. Juan Andrés Bresciano
9. Derna Roca
10. Mario Dotta
11. Jorge Moreno
12. Dante Turcatti
13. Lourdes Peruchena
14. Clara Aldrighi
15. Eloisa Bordoli
16. Jorge Burone
17. Guillermo Milán
18. Libia Klempert
19. Fernando Aparicio
20. Alejandrina Da Luz
21. Juan Bernasa
22. Mario H. Otero
23. Vicente Cicalese
24. Juan A. Oddone
25. Jesús Caño Guiral
26. Renzo Pi Hugarte
27. Alba Mariani
28. Jorge Rasner
29. Tomás Sansón
30. Raul Gil
31. Hassan Mamari
32. Marcelo Perroni
33. Andrea Gayoso
34. Gloria Franco
35. Washington Benavidez
36. Aurelio Pastori
37. María Laura Martínez
38. Olga Belocón
39. Elba Bertoni
40. Ricardo Rivero
41. Luis Delio
42. Mariela Lembo
43. Pilar Zabalegui
44. Margarita Ulián
45. Irupé Buzzetti

22 de Octubre de 1997.

0037

9714222

FACULTAD DE HUMANIDADES Y
CIENCIAS DE LA EDUCACION

312

ORDEN: DOCENTES

CONSEJO DE FACULTAD

LEMA: "ADUR HUMANIDADES -
TRANSFORMACION UNIVERSITARIA"

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. Carlos Zubillaga
2. Blanca París
3. Luis Behares
4. Marta Demarchi
5. Cristina Pintos
6. Mónica Sans
7. Nydia Richero
8. Pablo Schwartz
9. Alción Cheroni
10. Cristina Gil
11. Sylvia Lago
12. Nora Castro
13. Alba Mariani
14. Ruiz Pereyra
15. Jorge Baeza

22 de Octubre de 1997.

0008

9714222

FACULTAD DE HUMANIDADES
Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

ORDEN DOCENTE

ASAMBLEA GENERAL
DEL CLAUSTRO

313

LEMA:
ADUR HUMANIDADES.
PARTICIPACION, IGUALDAD Y CAMBIO.

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. Ricardo Viscardi Capo
2. Rodolfo Porrini Beracochea
3. José Luis Rebellato Bacigalupe
4. Alvaro Rico Fernández
5. Beatriz Diconca Hernández
6. Esther Ruiz Piazze
7. Rogelio Mirza Bazerghi
8. Graciela Barrios Guida
9. Carlos Caorsi Pigurina

22 de Octubre de 1997

0039 9714222

FACULTAD DE HUMANIDADES
Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

ORDEN DOCENTE

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

314

LEMA:
ADUR HUMANIDADES.
PARTICIPACION, IGUALDAD Y CAMBIO.

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. Lucía Sala Fernández
2. Rodolfo Porrini Beracochea
3. José M. López Mazz
4. Ricardo Viscardi Capo
5. Beatriz Diconca Hernández
6. Alcides Beretta Curi
7. María Camou Soliño
8. Esther Ruiz Piazze
9. José Luis Rebellato Bacigalupe
10. Enrique Puchet Castellanos
11. Ana M. Rodríguez Ayçaguer
12. Eduardo Piazza Fojo
13. Oribe Cures Rodríguez
14. Eleonora Basso Gaschetto
15. Irene Madfes Rosenkranz
16. Miriela Lacuesta Sassett
17. María Teresa Sales Mourguiart
18. Graciela Sapriza Torres
19. Gabriela Campodónico Bolón
20. Roberto Bracco Boksar
21. Marisa Malcuori Ebole
22. José Seoane Seoane
23. Beatriz Gabbiani Ferreiro
24. Emilio Irigoyen Sánchez
25. Susana Rostagnol Dalmás
26. Mercedes Terra Bercianos
27. Virginia Orlando Colombo
28. Laura Fumagalli Dotti
29. Virginia Bertolotti Buscasso
30. Louise Von Bergen Gravin
31. Robert Calabria Díaz
32. Alvaro Rico Fernández
33. Miguel Andreoli Olivera
34. Sylvia Costa Taranto
35. Walter Martínez Bonilla
36. Gustavo Pereira Rodríguez
37. Leonel Cabrera Pérez
38. Daniel Malvasio Spinelli
39. Alejandro Rial Rial
40. Carmen Curbelo Salvo
41. Rosita Alonso Eloy
42. Héctor Massa Fazziño
43. Roque Faraone Calcavara
44. José Pedro Díaz Onofrio
45. José Pedro Barrán Montaldo

22 de Octubre de 1997

9714222

0940

FACULTAD DE HUMANIDADES
Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

ORDEN DOCENTE

CONSEJO DE FACULTAD

315

LEMA:
ADUR HUMANIDADES.
PARTICIPACION, IGUALDAD Y CAMBIO.

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. Juan Flo Garello
2. Graciela Barrios Guida
3. Rogelio Mirza Bazerghi
4. Alvaro Rico Fernández
5. Miguel Andreoli Olivera
6. Beatriz Gabbiani Ferreiro
7. Hugo Achugar Ferrari
8. Ana Frega Novales
9. Carlos Caorsi Pigurina
10. José M. López Mazz
11. Alma Pedretti Dagnino
12. Ana M. Rodríguez Ayçaguer
13. Carlos Demasi Herrera
14. Alcides Beretta Curi
15. Enrique Puchet Castellanos

22 de Octubre de 1997

0041 9714222

092556

FACULTAD DE INGENIERIA

0042 9714222

FACULTAD DE INGENIERIA

ORDEN: DOCENTES

336

CONSEJO DE FACULTAD

Lema: "Asociación de Docentes de la Facultad de Ingeniería - (ADUR - ADFI)"

Sistema Preferencial de Suplentes

1 - María Simón
2 - Atilio Morquio
3 - Luis Casamayou
4 - Jorge Martínez
5 - Arturo Lezama
6 - María Urquhart
7 - Ramón Méndez
8 - José Cataldo
9 - Heber Enrich
10 - Alvaro Brun
11 - José Vieitez
12 - Alvaro Gutiérrez
13 - Alvaro Díaz
14 - José Niederer
15 - Rafael Guarga

22 de octubre de 1997

0043

9714222

FACULTAD DE INGENIERIA

ORDEN: DOCENTES

335

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

Lema: "Asociación de Docentes de la Facultad de Ingeniería - (ADUR - ADFI)"

Sistema Preferencial de Suplentes

1) Benjamín Nahoum
2) María Viñas
3) Hermosinda Varela
4) Ricardo Siri
5) Rafael Canetti
6) Héctor Cancela
7) Gabriel Pisciottano
8) Raúl Ures
9) Gregory Randall
10) Ismael Piedra Cueva
11) Ariel Pérez
12) Mario Quintana
13) Carlos López
14) Julio Borghi
15) Patricia Gerla
16) Alcion Cheroni
17) Sandra Kahan
18) Claudia Lareo
19) Daniel Moretti
20) Daniel Schenzer
21) María del Rosario Curbelo
22) Ramón Sosa
23) Dina Wonsever
24) María Paz Echevarriarza
25) Alicia Fernández
26) Luis Silveira
27) Berardi Sensale
28) Eduardo Vedovatti
29) Ventura Nunes
30) Jorge Sotuyo
31) Iván López
32) Víctor Micenmacher
33) Elías Kaplan
34) Gustavo Crispino
35) Gonzalo Casaravilla
36) Mario González
37) AlfredoPiria
38) Julio Pérez
39) Hugo Valdenegro
40) Maicland Nalerio
41) Gustavo Drets
42) Eduardo Fernández
43) Melga Galisteo
44) Anabel Martin
45) Horacio Cassinelli

22 de octubre de 1997

0944

9714222

FACULTAD DE INGENIERIA

ORDEN: DOCENTES

334

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

Lema: "Asociación de Docentes de la Facultad de Ingeniería - (ADUR - ADFI)"

Sistema Preferencial de Suplentes

1 - Roberto Markarian

2 - José Luis Genta

3 - Gerardo Rodríguez

4 - Jorge Lewowicz

5 - Patricia Lema

6 - Juan Piquinela

7 - Carlos Anido

8 - Heber Freiría

9 - José Luis Massera

22 de octubre de 1997

0045 9714222

FACULTAD DE INGENIERIA
ORDEN: DOCENTE
ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

379

LEMA
"POR UN ORDEN DOCENTE, LAICO E INDEPENDIENTE"

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. Blas Melissari Costa
2. José Hantzis Goldfeld
3. Alberto Ponce Delgado
4. Washington García Pouquette
5. Jorge Carlos Caviglia Proto
6. Jaime Parada Papini
7. Adolfo Cutinella Mederos
8. Juan Carlos Cotignola Gelós
9. Julio César Granato Fossati

22 de octubre de 1997

0946 9714222

380

FACULTAD DE INGENIERIA
ORDEN: DOCENTE
ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA
"POR UN ORDEN DOCENTE, LAICO E INDEPENDIENTE"

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. José Hantzis Goldfeld
2. Washington García Pouquette
3. Jorge Carlos Caviglia Proto
4. Blas Melissari Costa
5. Gerardo Di Paolo Bustamante
6. Julio César Granato Fossati
7. Jaime Parada Papini
8. María del Rosario Casanova
9. Juan Carlos Cotignola Gelós
10. Adolfo Cutinella Mederos
11. Alberto Ponce Delgado
12. Lucio Cáceres Behrens

22 de octubre de 1997

0047

9714222

381

FACULTAD DE INGENIERIA
ORDEN: DOCENTE
CONSEJO DE FACULTAD

LEMA
"POR UN ORDEN DOCENTE, LAICO E INDEPENDIENTE"

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. Blas Melissari Costa
2. José Hantzis Goldfeld
3. Washington García Pouquette
4. Jorge Carlos Caviglia Proto
5. María del Rosario Casanova
6. Alberto Ponce Delgado
7. Jaime Parada Papini
8. Adolfo Cutinella Mederos
9. Julio César Granato Fossati
10. Lucio Cáceres Behrens

22 de octubre de 1997

0348

9714222

092555

FACULTAD DE MEDICINA

9714222

0049

AUTONOMÍA, COGOBIERNO,
PARTICIPACION PARA
EL CAMBIO

391

FACULTAD DE MEDICINA

ORDEN: DOCENTES

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

LEMA: **"ASOCIACION DE DOCENTES DE MEDICINA"**

(Sistema preferencial de Suplentes)

1 Ricardo Adolfo ROCA ROFFO
2 Luis Gonzalo AIELLO ASTARITA
3 Gustavo TAMOSIUNAS GORSKI
4 Hortensia Lucia D'ALBORA IBAÑEZ
5 Adelina Teresita BRASELLI DOMINGUEZ
6 José Francisco BRUNO CAMPAÑA
7 Gustavo PEREDA RODRIGUEZ
8 Nelson Julio REISSENWEBER
9 Heber José RODRIGUEZ SILVA

22 de octubre de 1997.-

0350 9714222

AUTONOMÍA, COGOBIERNO,
PARTICIPACION PARA
EL CAMBIO

392

FACULTAD DE MEDICINA

ORDEN: DOCENTES

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA: **"ASOCIACION DE DOCENTES DE MEDICINA"**

(Sistema preferencial de Suplentes)

1 Hugo Pablo BIELLI RODRIGUEZ
2 María Mirta RODRIGUEZ ESCANLAR
3 Ana María GARCIA D'APONTE
4 Luis Eduardo CARBAJAL ARRIAGA
5 Enrique MENDEZ GUIPPONE
6 Daniel Edison PARADA RABELLINO
7 Daniela Virginia LEIRS ROSSINI
8 Domingo ROSSI CARAMELLA
9 Carlos IKETZONARI APARICIARI
10 Víctor Fernando TONTO MUÑOZ
11 Sara Renee DUFAU FERNANDEZ
12 Mariela VACAREZZA CORSARI
13 Alba Virginia LARRE BORGES GARCIA
14 Leda Denise ROCHE LOWCZY
15 Jorge MEME GILLES
16 Plinio FERNANDEZ BRUNO
17 Ana María ACUÑA ZUÑIGA
18 Raquel ROSA SALOMON
19 Fernando TOMASINA GONZALEZ
20 Daniela DE BONI CROTTI
21 Iris Margot LARROSA VIDAL
22 Lilián DIAZ FILGUEIRA
23 Alvaro GIORDANO VICENTE
24 Graciela GONZALEZ REBAGLIATTI
25 Roberto VENTURA BROGNOLI
26 Elsa Adriana RODRIGUEZ GARCIA
27 María Nélida BESSONART REYES
28 Milka RADMILOVICH CABRERA
29 Omar ALONSO IBAÑEZ
30 María Del Rosario TUZZO GATTO
31 Alfredo ALVAREZ ROCHA
32 María Victoria GONZALEZ ELGUE
33 Ricardo BUZO DEL PUERTO
34 Graciela BRACH CANCELA
35 Aurora Elsa DELFINO ALBORNOZ
36 Walter RIVERO LUCAS
37 Norma CABALLERO LOURTET
38 Oscar Diver GIANNEO VIRROZ
39 José Aníbal MANFREDI CARABETTI
40 Sergio BORGUEZ CASAL
41 Ethel MEEROVICH ALVAREZ
42 Bolívar ESCUDERO LARROSA
43 Carlos María Eduardo SAVIO LARRIERA
44 Gladys OYHAMBURO FERNANDEZ
45 Lucía Beatriz BELGARO PERE

22 de octubre de 1997.-

0051 9714222

medicina 2000 **394**

FACULTAD DE MEDICINA

ORDEN: DOCENTES

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

LEMA: **"ASOCIACION DE DOCENTES DE MEDICINA"**

(Sistema preferencial de Suplentes)

1 Ricardo BERNARDI PAULOS
2 Francisco CRESTANELLO CANEPA
3 Gaspar CATALA VISCONTI
4 Oscar BALBOA APARICIO
5 Juan Carlos SCASSO BANFI
6 Nelson MAZZUCHI FRANTCHEZ
7 Gloria MENDOZA TEJEDOR
8 Luis BERGALLI CAMPOMAR
9 José Luis DIAZ ROSELLO

22 de octubre de 1997.-

0052 9714222

AUTONOMÍA, COGOBIERNO,
PARTICIPACION PARA
EL CAMBIO

393

FACULTAD DE MEDICINA

ORDEN: DOCENTES

CONCEJO DE FACULTAD

LEMA: **"ASOCIACION DE DOCENTES DE MEDICINA"**

(Sistema preferencial de Suplentes)

1 Ana María FERRARI CASTILLA
2 Luis Francisco CALEGARI COSTA
3 José Mario HIERRO QUINTANA
4 Enrique BARROS HERRERA
5 Miguel Angel MARTINEZ ASUAGA
6 Angel Manuel GOMES ALVAREZ
7 Jorge Eduardo TORRES CALVETE
8 Felipe SCHELOTTO GUILLAMON
9 Julio Asdrúbal SANGUINETTI ALFONSO
10 Blanca TASENDE PORTEIRO
11 Carolina SEADE FOURNIE
12 Mario GALLARRETA BARSAGHI
13 Elia Marguerite NUNES PASQUET
14 Griselda Margarita DE ARIDA VILA
15 Adriana Victoria BELLOSO GARCIA

22 de octubre de 1997.-

0053

9714222

medicina 2000 **396**

FACULTAD DE MEDICINA

ORDEN: DOCENTES

CONSEJO DE FACULTAD

LEMA: **"ASOCIACION DE DOCENTES DE MEDICINA"**

(Sistema preferencial de Suplentes)

1 Walter ALALLON VILLERO
2 Luis CARRIQUIRY BECOUR
3 Gonzalo ESTAPE CARRIQUIRY
4 Pablo AMBROSONI MIRO
5 Humberto CORREA RIVERO
6 Mario SCHIMCHAK ROGOFF
7 Juan Carlos BAGATTINI MARI
8 Mabel GONZALEZ DE SALICE
9 Raúl MEDINA MILANESI
10 Maria Gabriela ALGORTA RUSIÑOL
11 Misso GATEÑO YAFFE
12 Roberto DE BELLIS LOUZAN
13 Elbio ZEBALLOS ZAS
14 Carlos GOMEZ FOSSATI
15 Ricardo VOELKER ACOSTA

22 de octubre de 1997.-

0054 9714222

medicina 2000 **395**

FACULTAD DE MEDICINA

ORDEN: DOCENTES

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA: **"ASOCIACION DE DOCENTES DE MEDICINA"**

(Sistema preferencial de Suplentes)

1 Alicia LUCINSCHI IZQUIERDO
2 Carlos DOFFRECHOU POGGI
3 Luis CAZABAN CASAL
4 Luis RUSO MARTINEZ
5 Elena WARD PIERRI
6 Washington LAURIA MORGADES
7 Carlos MISA MELIA
8 Graciela LAGO FINSTERWALD
9 Anibal DUTRA DA SILVEIRA
10 Eduardo RUGNITZ RODRIGUEZ
11 Luis A. CARREROU PERRENG
12 Esther KUSMANSKY NATALCHUK
13 Alberto PIÑEYRO GUTIERREZ
14 Maria Cristina BAZET UGALDE
15 Luis FARAL COLLA
16 Pablo MUXI MARTINEZ
17 Alvaro PORTEIRO SCHEPS
18 Alvaro MARGOLIS HIRT
19 Luis PIÑEYRO GUTIERREZ
20 Juan CHIFFLET DE LODRON
21 Walter AYALA CANTERUCCI
22 Estrellita UGARTEMENDIA
23 Juan Carlos HERMIDA LAMARINA
24 Mario VARANGOT PARTIN
25 Amilcar CAGNOLI FREIRIA
26 Bremen DE MUCIO CEDRIANI
27 Daniel ALONSO DELLEPIANE
28 Rosalba VELAZQUEZ LOPEZ
29 Hernán PARODI ESTEVA
30 José SARALEGUI COLI
31 Mario OLAZABAL CALYETE
32 Carlos SERE SIERRA
33 Maria Cristina BELZARENA GARCIA
34 Mario MEDICI TRABAZO
35 Alberto VIOLA ALLES
36 Antonio ARAGO SILVA
37 Grisel RODRIGUEZ CUNS
38 Susana FAZZIO ROLLERI
39 Alberto ALGORTA VAZQUEZ
40 Richard WINS BIRABEN
41 Guido BERRO ROVIRA
42 Antonio MAIRAC PERDOMO
43 Luis GARCIA GUIDO
44 Néstor CAMPOS PIERRI
45 Mariana VARELA BASOVICH

22 de octubre de 1997.-

0055 9714222

ORDEN ESTUDIANTIL

0056 9714222

092564

FACULTAD DE AGRONOMIA

0057 9714222

TRABAJAMOS POR UNA FACULTAD MEJOR

104
105
106

90 AÑOS DE JOVENES HISTORIAS

0358 9714222

ENSEÑANZA

Este es el tema que nosotros, los estudiantes, consideramos de mayor importancia, ya que nuestra principal función en nuestra Facultad, es estudiar. En el último ENEA nos abocamos a discutir sobre este tema y el Plan de Estudios. Aquí mencionamos los principales problemas y las propuestas de solución que hemos encontrado.

PROBLEMAS	PROPUESTAS
*Excesiva carga horaria.	* Algunos exámenes libres y prácticos no obligatorios en algunas materias.
* Sobrecarga de evaluaciones, parciales, y exámenes repetitivos.	* Impulsar cursos exonerables, otros con parciales accesibles, y otros con exámenes integradores y profundos.
* "Sobredosis" de información y falta de jerarquización de los temas.	* Priorizar la formación y manejo de herramientas metodológicas.
* Cursos que no están en función de la carrera sino de la materia.	* Enfocar la materia desde el punto de vista de su ubicación en la carrera y su uso en la profesión.
* Talleres: actualmente son materias adicionales y no cumplen la función que les asigna el Plan de Estudios (integración de los conocimientos adquiridos en las diferentes disciplinas).	* Transformarlos en verdaderos espacios de integración como se pretende en el Plan de Estudios.

9714222

0059

PROBLEMAS	PROPUESTAS
* 5to. año no funciona como ciclo de Profundización y Síntesis como propone el Plan de Estudios, sino como un mero trámite para recibirse.	* Organizar 5to. año con diferentes paquetes optativos, con posibilidades reales de profundización y diversificación.
*Existencia de docentes sin formación pedagógica, dejando este aspecto librado a capacidades individuales.	* Implementar los cursos de formación pedagógica para docentes en forma obligatoria (ya aprobado por el Consejo, a partir de una propuesta de la AEA y la Unidad de Enseñanza).

INVESTIGACION

Este es un tema de fundamental importancia. Lo que diferencia a la Universidad de la Educación Secundaria, es la generación de conocimiento, lográndose éste a través de la investigación. Es importante saber que la Universidad realiza más del 80% de la investigación en este país

La postura de la AEA en este sentido es la de generar grandes líneas de investigación con objetivos claros, definidos por el Claustro y el Consejo. Esta posición está fuertemente limitada por la realidad presupuestal actual, ya que no se consigue financiamiento para grandes proyectos, sino para proyectos menores a través de convenios.

De todas maneras consideramos conveniente definir las políticas y líneas de investigación para buscar mediante pequeños proyectos ir consolidando proyectos de mayor importancia.

0360 9714222

EXTENSION

Este es uno de los aspectos en que la Facultad tiene un debe bastante importante. La Universidad pertenece a la sociedad, y por lo tanto debe volcar sus conocimientos al medio y detectar necesidades de éste. El proceso de extensión es muy delicado y debe llevarse adelante con mucha humildad y no con soberbia. La Facultad debe tomarlo como una instancia no de enseñanza, sino como una instancia de aprender en conjunto con productores e instituciones públicas y privadas.

Es muy importante continuar relacionándonos con diferentes instituciones y grupos de productores. Este mayor relacionamiento nos ayudará enormemente a definir los objetivos y enfoques que deben tener la investigación y la enseñanza de la Facultad de Agronomía.

Actualmente se están llevando adelante algunos proyectos de extensión (Paysandú, CRS, etc), debemos continuar con estos proyectos y crear otros nuevos. Es importante prestigiar ese trabajo.

Se ha formado recientemente una comisión para trabajar en éste tema, por lo que en breve se podrá discutir con mayor profundidad éste tema.

COMISION DE REELECCIONES DOCENTES

Se esta trabajando en la modificación del actual sistema de evaluación docente. Para ello hemos empezado por modificar la evaluación estudiantil (la que exigimos se incluya en el informe que los docentes presentan para su reelección); en 2 aspectos: su recepción y procesamiento (por fuera de las cátedras) y su contenido (preguntas claras y concretas formuladas por personas especializadas).

COMISION DE RELACIONES INTERNACIONALES

En virtud del actual proceso de integración política y económica que estamos enfrentando, en la AEA hemos visto la necesidad de estrechar lazos con

0061 9714222

estudiantes de Agronomía de la región motivados por la creciente necesidad de entendimiento intercultural. Para eso estamos relevando información sobre planes de estudio, políticas y líneas de investigación universitarias, realidades sociales e historia de otros paises; mediante intercambio de materiales y participación en congresos y otros eventos (cuando se puede). Todo esto contemplando nuestra inquietud como estudiantes, jóvenes y agentes sociales de tener un real conocimiento de otras realidades, mas allá de nuestras fronteras.

COMISION DE CURRICULUM

Esta comisión ha estado evaluando los cursos de 5º y analizando la coherencia que tienen los estudiantes en la elección de los cursos optativos. En esta discusión se ha destacado la urgencia de la evaluación del Plan de Estudios por parte de la facultad. Es que sin una revisión global, cualquiera de las alternativas planteadas para el último ciclo carecería de continuidad académica. A pesar de no contar aun con la evaluación se han detectado diversos puntos esenciales a mejorar y sugerido algunas modificaciones:

* Exigir que los plazos para el trabajo final se cumplan. Hoy se ofrecen tesis de mas de un año cuando no deberían exceder los 6 meses (en promedio la duración de los trabajos es de mas de 2 anos).
* Aportar mayor información sobre los cursos de 6° y los trabajo finales, permitiendo que los estudiantes tengan mejores posibilidades de elección.
* Formar a los docentes orientadores para que puedan desempeñar mejor su rol.
* Elaborar un marco que posibilite una mejor conexión entre 4º y 5º y entre este año y los postgrados.

Estos tres temas tocados anteriormente se refieren a los pilares básicos de la Universidad: Enseñanza, Investigación y Extensión. Aquí mencionamos algunos de otros temas en los cuales también trabajamos.

COMISION DE CANDOMBE

Como no todo es seriedad y trabajo en la AEA, sino que también nos gusta

0062 9714222

la diversión y la música, realizamos una rifa para comprar tambores. La plata ya está, así que en breve escucharás el vibrar de las lonjas, que alegrarán nuestras Jornadas de Discusión y ENEAs.

Porque consideramos que la música también es algo muy importante, realizamos un taller de candombe para que todo el mundo pueda hacer sonar sus ideas. Los tambores ya están, solo falta quien los haga sonar...

Nos juntamos cuando cae el sol, los viernes en la AEA.

COMISION DE DEPORTES

Sufrido y sentido por todos nosotros es el sedentarismo al cual nos lleva la carrera, mediante sus parciales y exámenes. Es por eso que en este sentido estamos organizando campeonatos y competencias junto con Bienestar Estudiantil. Los deportes son extremadamente variados, desde el deporte ciencia (ajedrez) hasta el truco para los que no queremos sudar ni estresarnos.

Nuestro proyecto a futuro es contar con una cancha en facultad para poder jugar al basquetball, volleyball, fútbol, etc.

Anotate en algunas de estas actividades que te vas a divertir.

COMISION DE PARQUES Y JARDINES

La facultad cuenta con un precioso parque, que fue pensado y diseñado por personas que sabían del tema. Hoy por falta de cuidados esta venido a menos. Esta comisión está trabajando para poder recuperarlo.

COMISION DE PASANTIAS

Esta comisión es exclusiva de la AEA. Algunos estudiantes frente al interés de tener más experiencias vivenciales en el medio se organizaron para realizar más actividades por fuera del ámbito curricular. Ya se realizó una pasantía en la Unidad Cooperaria de Cololó, con estudiantes de Uruguay y Argentina. En breve se estará realizando pasantías en Bañado de Medina, Colonia 19 de Abril (Paysandú) y en CALELCO (Canelones). Arrimáte y uníte a este "aprender haciendo".

0063 9714222

INTERNADOS EN LA FACULTAD DE AGRONOMIA

En estos últimos años, especialmente en el último, los internados de Facultad de Agronomía se han visto fuertemente cuestionados, fundamentalmente el de Paysandú.

Es nuestro interés y deber como estudiantes defenderlo. Han sido una conquista histórica de otros estudiantes que nos precedieron con fundamentos y objetivos que aún siguen vigentes.

El internado de Paysandú, que es el que corre peligro de ser cerrado, nos brinda la posibilidad de tener un contacto permanente con el medio, de ver ciclos productivos completos, colaborar en proyectos de investigación y otra serie de actividades de fundamental importancia en la formación del Ingeniero Agrónomo. El cuarto año en Paysandú es además, para nosotros los estudiantes, una experiencia de vida única.

Por eso frente a planteos concretos de eliminación del internado de Paysandú es que queremos ser muy firmes en su defensa. Defender los internados implica también una autocrítica muy fuerte. Desde hace muchos años se vienen generando incidentes muy graves provocados por algunos estudiantes.

Tenemos que ser muy firmes y serios a la hora de actuar frente a este tipo de acciones, para ser coherentes y estar moralmente aptos para defender los internados. Es extremadamente importante conservar algo que es de profunda importancia, producto de mucho trabajo a través de la historia.

FACULTAD DE AGRONOMIA EN LA REGIONAL NORTE

Como la mayoría debe saber, la Facultad de Agronomía dicta los cursos de 1º y 2º en Salto.

La AEA realizó su primer ENEA en Salto, en el año 1995, para discutir sobre los mismos. Las resoluciones que allí se tomaron aún se mantienen vigentes, ya que no se ha vuelto a discutir sobre el tema y además las condiciones generales no han tenido cambios grandes.

0364 9714222

Nuestra decisión en aquel momento fue mantener los cursos de 1º y 2º en Salto, dado que no existía ninguna oferta alternativa de Facultad. No sólo fue nuestra decisión, sino además nuestra acción, ya que defendimos la continuidad de dichos cursos, con mucha firmeza cada vez que algún grupo docente planteaba problemas con el hecho de tener que dictar cursos en Salto.

Hoy la Regional Norte Sede Salto, comienza a construir su propio edificio. Creemos que es el momento de retomar la discusión y generar propuestas alternativas válidas, de nivel terciario, de manera de potenciar realmente la descentralización.

Defendemos la descentralización de la Universidad, ya que genera polos culturales en el interior, que son benéficos para el país. Tenemos que pensar entre todos de que forma podemos llevarla adelante con nuestros magros recursos económicos.

Nuestros candidatos fueron elegidos por el 40% de los estudiantes de Facultad.

El 22, votá responsabilidad, ideas nuevas, compromiso.

AeA

104
105
106

0065

9714222

FACULTAD de AGRONOMÍA

104

Orden Estudiantil

Lema : "Asociación de Estudiantes de Agronomía
AEA - ASCEEP - FEUU".

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

Sistema preferencial de suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea General del Claustro:

1 - Gervasio PIÑEIRO
2 - Marcelo NOUGUÉ
3 - Gabriel ISOLA
4 - Javier TEXEIRA
5 - Gregorio MARTIRENA
6 - Walter OREGGIONI

22 de Octubre de 1997.

0366

9714222

FACULTAD de AGRONOMÍA 105

Orden Estudiantil

Lema : "Asociación de Estudiantes de Agronomía AEA - ASCEEP - FEUU".

ASAMBLEA del CLAUSTRO de FACULTAD

Sistema preferencial de suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea del Claustro de Facultad:

1 - Matías CARAMBULA
2 - Albana MELOGNIO
3 - Juan BERTOLINI
4 - Gabriel ISOLA
5 - Ana BENTANCOR
6 - Leandro LENA
7 - Ana ZAPATA
8 - Federico LLAMBÍ
9 - Tacuabé GONZÁLEZ
10 - Nandí GONZÁLEZ
11 - Franca BACIGALUPE
12 - Lucía SALVO
13 - Pablo LLOVET
14 - Alvaro MORAES
15 - Camilo VILARÓ
16 - Andrés BARILANI
17 - Marcelo FOSSATTI
18 - Gonzalo MOREIRA
19 - Mariana VILARÓ
20 - Alejandro CARBO
21 - Estela LABANDEIRA
22 - Inés FERREIRA
23 - José DURÁN
24 - Gonzalo FERREIRA
25 - Gonzalo SALVO
26 - Carolina MIRANDA
27 - Mariano BELTRÁN
28 - Virginia VIANA
29 - Alexandra MARTÍNEZ
30 - Alejandro TARIGO

0067

22 de Octubre de 1997.

FACULTAD de AGRONOMÍA 106

Orden Estudiantil

Lema : "Asociación de Estudiantes de Agronomía AEA - ASCEEP - FEUU".

CONSEJO DE FACULTAD

Sistema preferencial de suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para el Consejo de Facultad:

1 - Eduardo MÉNDEZ
2 - Adriana MATTEO
3 - Valentín PICASSO
4 - Lorenzo FRANCO
5 - Enrique ARRILLAGA
6 - Gregorio MARTIRENA
7 - Nandí GONZÁLEZ
8 - Leandro LENA
9 - Camilo VILARÓ

22 de Octubre de 1997.

9714222

9714222

FACULTAD DE ARQUITECTURA

0068

9714222

ceda **FACULTAD DE ARQUITECTURA**
ORDEN ESTUDIANTIL

149

Lema: Centro de Estudiantes de Arquitectura -ASCEEP-FEUU

Asamblea General del Claustro

(Sistema Preferencial de Suplentes)

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea General del Claustro

1 Sebastián Antolín RODRIGUEZ PIÑON
2 Bruno Eduardo MENDEZ GONZALEZ
3 Tania Verónica DORREGO CABRERA
4 Ximena RIOS FAVILLA
5 Pedro GIUDICE YAÑEZ
6 Sebastián Javier ALONSO BESSONART

22 de octubre de 1997

0069 9714222

ceda

FACULTAD DE ARQUITECTURA

ORDEN ESTUDIANTIL

150

Lema: Centro de Estudiantes de Arquitectura -ASCEEP-FEUU

Asamblea del Claustro de Facultad

(Sistema Preferencial de Suplentes)

Voto por la siguiente lista de candidatos para la

Asamblea del Claustro de Facultad

1 Bruno Eduardo MENDEZ GONZALEZ
2 María Renée LLOPART GUEVARA
3 Ana María GUERRA HASKOWEC
4 Paulo AMBROSONI ARAUJO
5 Fernando ERRANDONEA CASAS
6 Martín MOYANO STAMILE
7 Nancy BARRETO BORBA
8 Pablo Eduardo CORREA SOSA
9 Ariadna AGUERREBERE GONZALEZ
10 Fabián Alberto CARDOZO RODRIGUEZ
11 Marcelo Daniel ROUX EMMENEGGER
12 Fabricio Ricardo GALBARINI PARENTINI
13 Gregorio Miguel ROSSI BATTO
14 Nicolás GALLO CHATEL
15 Carolina GALVAN GABRIEL
16 Sergio Andrés SILVERA DIAZ
17 Ana Laura VAZQUEZ GRENNO
18 Guillermo Daniel DUTRA ALBURQUERQUE
19 Andrea BLANCO SUAREZ
20 José Mauricio CLARO GONZALEZ
21 Pilar IRURETA GOYENA BOCCHI
22 María Alejandra BARTESAGHI VILLARDINO
23 Diego MENDEZ GARCIA
24 Pablo Ignacio BERTINI SERENA
25 Sergio Daniel LOPEZ ROMERO
26 Beatriz ARPAYOGLOU CASSANELLO
27 Mónica Claudia FERRE CASTILLO
28 Maja Helena ALMADA FERREIRA
29 José Carlos MANGGIAROTTI FIERRO
30 María Fernanda GOYOS GERMAN

22 de octubre de 1997

0070 9714222

ceda

FACULTAD DE ARQUITECTURA

ORDEN ESTUDIANTIL

151

Lema: Centro de Estudiantes de Arquitectura -ASCEEP-FEUU

Consejo de Facultad

(Sistema Preferencial de Suplentes)

Voto por la siguiente lista de candidatos para el Consejo de Facultad

1 Pedro GIUDICE YAÑEZ
2 Patricia FLORES PELUFFO
3 Ana Cecilia GARMENDIA DIAZ
4 Carlos Marcelo DE LIMA TORIANI
5 Mateo JUANCHE CASTIÑEIRA
6 Federico Horacio MIRABAL PIETRA
7 Sebastián Javier ALONSO BESSONART
8 Leonardo ROCCO COLLAZO
9 Ernesto ECHENIQUE DIAZ

22 de octubre de 1997

0071 9714222

FACULTAD DE ARQUITECTURA

ORDEN ESTUDIANTIL

CGU

176

LEMA:

CORRIENTE GREMIAL UNIVERSITARIA

DISTINTIVO: *CONSTRUYENDO EL CAMBIO*

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1) Eugenio Fabregat
2) Luis Fernández
3) Mario Pereyra
4) Nicolás Li Calzi
5) Guiomar Montiel
6) Ana Mautone

0072

22 de octubre de 1997

9714222

FACULTAD DE ARQUITECTURA

ORDEN ESTUDIANTIL

CGU

177

LEMA:

CORRIENTE GREMIAL UNIVERSITARIA

DISTINTIVO: *CONSTRUYENDO EL CAMBIO*

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1) Rodolfo Romero
2) Oscar Yordi
3) Virginia Jauge
4) Jorge Ghisolfo
5) Nicolás Li Calzi
6) Ana Mautone
7) Mª Florencia Perillo
8) Dardo Santesteban
9) Carlos Pesce
10) Juliana Malcuori
11) Diego Lazcano
12) Mario Pereyra
13) Valeria Jauge
14) Adriana Sabatino
15) Pablo Reyes
16) Santiago de Tezanos
17) Rodrigo Barreto
18) Guiomar Montiel
19) Bruno Damasco
20) Alvaro Sanchez
21) Mª Candela Boix
22) Juan Souto
23) Gabriela Techeira
24) Federico Isabella
25) Luis Fernández
26) Eugenio Fabregat
27) Christian Mieldazis
28) Francisco Argul
29) Gabriel Lenzini
30) Gabriel Capoferri

22 de octubre de 1997

0073 9714222

FACULTAD DE ARQUITECTURA

ORDEN ESTUDIANTIL

CGU

178

LEMA:

CORRIENTE GREMIAL UNIVERSITARIA

DISTINTIVO: *CONSTRUYENDO EL CAMBIO*

CONSEJO DE FACULTAD

SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1) Jorge Ghisolfo
2) Rodolfo Romero
3) Oscar Yordi
4) Carlos Pesce
5) Ana Mautone
6) Mª Florencia Perillo
7) Juliana Malcuori
8) Dardo Santesteban
9) Diego Lazcano

22 de octubre de 1997

0074

9714222

092362

FACULTAD DE CIENCIAS

9714222

0075

lema: ***CECIEN ASCEEP FEUU***

Asamblea General del Claustro

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea General del Claustro

1- **Arley Camargo**
2- **Alejandro Zavala**
3- **Jorge Gascón**
4- **Gastón Petrocelli**
5- **Cecilia Britos**

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

22 de octubre de 1997

0076

9714222

FACULTAD de CIENCIAS
orden estudiantil
47

lema: *CECIEN ASCEEP FEUU*

Asamblea del Claustro de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para el Claustro de Facultad

1- Martín Graña
2- Miguel Arocena
3- Laura Almada
4- Vanessa Sosa
5- Mariana Meerhoff
6- Santiago Villalba
7- Martín Fraga
8- Ofelia Vieitez
9- Diego Viera
10- Laura Aspirot
11- Ximena Simón
12- Fabricio Terzaghi
13- Leticia Morales
14- Ximena Hernández
15- Mariana Pereira
16- Leonardo Lorenzo
17- Rodrigo Vargas
18- Javier Nogueira
19- Carlos Casaña

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

22 de octubre de 1997

0977

9714222

C-100

FACULTAD de CIENCIAS

orden estudiantil

148

lema: ***CECIEN ASCEEP FEUU***

Consejo de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para el Consejo de Facultad

1- **Adriana Migliaro**
2- **Gabriel García**
3- **Gonzalo Budelli**
4- **Silvia Viola**
5- **Juan Pablo Etcheverry**
6- **Florencia Realli**
7- **Carlos Bergero**
8- **Mariana Vadell**
9- **Mariana Vianna**

ASCEEP

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

FEUU

22 de octubre de 1997

0978

9714222

094960

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS

0079 9714222

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS Y DE ADMINISTRACION

ORDEN ESTUDIANTIL

fu 137

LEMA:

FORO UNIVERSITARIO (FU)

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

(Sistema preferencial de suplentes)

1) María Josefa MUSETTI FORMOSO
2) Ricardo José ACHER KRAMER
3) Heber Marcelo ESCANDA FREGEIRO
4) Daniela FERNANDEZ GOMEZ
5) Juan Carlos ISLAS MICHELENA
6) Pablo Andrés PERDOMO VILLAMAYOR

22 de octubre de 1997.

0080 9714222

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS
Y DE ADMINISTRACION

ORDEN ESTUDIANTIL

LEMA:

FORO UNIVERSITARIO (FU)

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO

(Sistema preferencial de suplentes)

1) Daniel Hugo TORRES LABORDE
2) Ana Claudia TAMBATI DIEZ
3) Hector Jesús BOUZON OLIVERA
4) Fernando VAZQUEZ CORBO
5) Claudia Soledad GHIORSI CUENCA
   Carlos Manuel GONZALEZ CICALA
7) Danilo Areste ROMAY TEJERA
8) Juan Carlos ISLAS MICHELENA
9) Jorge MENDEZ SANTURIO
10) Claudio Daniel SALVO CHIESA
11) Serrana CALVETE RANGUIS
12) Laura Estefania VIERA ESTEVES
13) Juan Alejandro MONTERO AVERO
14) Jesús SCHWEIZER CASTAING
15) Carolina SCHELOTTO FLORES
16) Patricia Gabriela YELPO CORTES
17) Carlos Haroldo FELIX MORGAN
18) Analía ALBERTI FERREIRA
19) Carolina CHIFFONE DASTE
20) Daniel Agustín IRIARTE BERIAU
21) Pablo LEAL PEREIRA
22) Federico CAMY ANTOGNAZZA
23) Graciela Cecilia YELPO CORTES
24) Mariela Pilar PEREZ BECERRA
25) Martín Miguel RUIZ CARDOZO
26) Alejandro GRILLI GARCIA DA ROSA
27) Marcelo Antonio YANNEO CATTANEO
28) María Soledad SANDE LACO
29) Verónica Andrea GALUSSO BOGGIANO
30) Manuel COBAS ETCHEGOIMBERRY

22 de octubre de 1997.

0361

9714222

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS
Y DE ADMINISTRACION

ORDEN ESTUDIANTIL

LEMA:

FORO UNIVERSITARIO (FU)

CONSEJO DE FACULTAD

(Sistema preferencial de suplentes)

1) Jorge Luis PONCE MORENO
2) Leonardo Ariel MARTIN RAGGIOTTO
3) María Josefa MUSETTI FORMOSO
4) Laura Janet MIRANDA RAMA.
5) Alejandro Jesús GRILLI GARCIA DA ROSA
6) Claudio Gastón BERNADA PATTI
7) Adriana MARTINEZ BRIAO
8) Miguel Angel ALEGRE TORRES
9) Marianela ACUÑA VIZCAYA

22 de octubre de 1997.

0382 9714222

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS Y ADMINISTRACION

ORDEN ESTUDIANTIL

CGU

179

LEMA:

CORRIENTE GREMIAL UNIVERSITARIA

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1) Carlos Mallo
2) Washington Ribeiro
3) Paola Queirolo
4) Pedro Buenafama
5) Luis Rodríguez
6) Eduardo Piaggio

22 de octubre de 1997

0383

9714222

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS Y ADMINISTRACION

ORDEN ESTUDIANTIL

180

CGU

LEMA:

CORRIENTE GREMIAL UNIVERSITARIA

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1) Fermín Boada
2) Pablo Ceiter
3) Mª José Bergeret
4) Timoteo Aparicio Saravia
5) Augusto Coelho
6) Claudio Federico Hornes
7) Washington Ribeiro
8) Carlos Mallo
9) Carmen Sánchez
10) Alejandro Arias
11) Juan Pablo Coronel
12) Silvana Alvarez
13) Virginia Porrás
14) Carolina Rodino
15) Leonardo Palleiro
16) Patricia Sosa
17) Mauricio Ochoa
18) Andrea Poulsen
19) Rossana Maresca
20) Virginia Antelo
21) Pedro Buenafama
22) Andrea Cattáneo
23) Verónica Pereira
24) Mónica Oronoz
25) Santiago Fleita
26) Luis Alberto Rodríguez
27) Enrique Fello

22 de octubre de 1997

0384

9714222

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS Y ADMINISTRACION

ORDEN ESTUDIANTIL

CGU

181

LEMA:

CORRIENTE GREMIAL UNIVERSITARIA

CONSEJO DE FACULTAD

SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1) Virginia Porrás
2) Karina Sosa
3) Fabiana Foti
4) Carmen Sánchez
5) Sebastián Rovira
6) Enrique Boada
7) Claudio Homes
8) Paola Queirolo
9) Augusto Coelho

22 de octubre de 1997

0085

9714222

FACULTAD de CIENCIAS
ECONOMICAS y de
ADMINISTRACION

116

orden estudiantil

ma: *CECEA ASCEEP FEUU*

asamblea general del claustro

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea General del Claustro

1- **Roberto Andrés Prieto**
2- **Andrés Dean**
3- **Melina Romero**
4- **Javier Varona**
5- **Carla Tuimil**
6- **Fernando Isabella**

ASCEEP **FEDERACION DE ESJUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY** FEUU URUGUAY

22 de octubre de 1997

0386

9714222

FACULTAD de CIENCIAS ECONOMICAS y de ADMINISTRACION

117

orden estudiantil

lema: *CECEA ASCEEP FEUU*

asamblea del claustro de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea del Claustro de Facultad

1- Verónica Durán
2- Pablo Cardozo
3- Sandra Figueroa
4- Guillemo Gonsalves
5- José Alonso
6- Tania Falero
7- Maria Jimena Pardo
8- Lercy Barros
9- María Alejandra Picco
10- Maria Natalia Antenucci
11- Martín Pereyra
12- Alvaro Fuentes
13- Fernando Díaz
14- Miguel Macellaro
15- Carla Tuimil
16- NataliaNollenberger
17- Martín Pons
18- Paola Azar
19- Mauricio Faroppa
20- Eva Szarfman
21- Sandra Rodríguez
22- Ana De Clemente
23- Juan Vöelker
24- Andrés Vigna
25- Virginia Peyrot
26- Lourdes Molina
27- Pablo de los Santos
28- Leonel Muinelo
29- Juan José Oteiza
30- Adriana Vernengo

ASCEEP

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

FEUU URUGUAY

22 de octubre de 1997

0387

9714222

FACULTAD de CIENCIAS ECONOMICAS y de ADMINISTRACION

118

orden estudiantil

' ma: ***CECEA ASCEEP FEUU***

consejo de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para el Consejo de Facultad

1- **Gustavo Rak**
2- **Víctor Gustavo González**
3- **Manuel Flores**
4- **Andrés Dean**
5- **María Ivone Perazzo**
6- **Lucía Caballero**
7- **Marcos Werner**
8- **José Alonso**
9- **Javier Correa**

ASCEEP

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

FEUU URUGUAY

22 de octubre de 1997

6388

9714222

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

9714222
0389

158

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

ORDEN: ESTUDIANTES

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

LEMA: ASCEEP-FEUU-CECSO

(SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1- **DIEGO BARRIOS**
2- **PABLO FERRER**
3- **SILVIA GALPERIN**
4- **CLAUDIA FLORES**
5- **DIEGO BARBOSA**
6- **SABRINA GESTO**

22 DE OCTUBRE DE 1997

0090 9714222

159

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

ORDEN: ESTUDIANTES

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA: ASCEEP-FEUU-CECSO

(SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES)

1-	NICOLAS BRUNET	11- JIMENA GUIRADO	21- CARLOS VELÀZQUEZ
2-	JOSÉ MORALES	12- ALEJANDRO MANNZONI	22- DIEGO BONILLA
3-	MARIA JOSÉ DOYENART	13- FERNANDO SALAS	23- PATRICIA RAMOS
4-	JAVIER BONIFACINO	14- VALERIA FACCINI DAY	24- MARIA JOSÉ ALLALA
5-	LEONOR SORIA	15- RAFAEL BEGA	25- MARIA FERNANDA CABRERA
6-	LEONARDO ELOLA	16- VALERIA MACHIN	26- SOLEDAD NUNES
7-	CAROLINA GARRONI	17- JANET FERNANDEZ	27- GRACIELA SANGUINETTI
8-	VALERIA LEIS	18- ANABELL PEREZ	
9-	CAROLINA PATRÓN	19- SERGIO DUFAU	
10-	BEATRIZ LOPEZ	20- YANELLA POSENTE	

22 DE OCTUBRE DE 1997

9714222

0391

160

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

ORDEN: ESTUDIANTES

CONSEJO DE FACULTAD

LEMA: ASCEEP-FEUU- CECSO

(SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES)

1- **SANTIAGO ZORRILLA DE SAN MARTIN**

2- **ALVARO CORONEL**

3- **MARIA JOSÉ ALVAREZ**

4- **WASHINGTON DUTRENIT**

5- **GERARDO MATTOS**

6- **EUGENIO JAURENA**

7- **ERNESTO ABDALA**

8- **FERNANDO MOREIRA**

9- **LUCIA SELIOS**

22 DE OCTUBRE DE 1997

0392 9714222

160

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

ORDEN: ESTUDIANTES

CONSEJO DE FACULTAD

LEMA: ASCEEP-FEUU- CECSO

(SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES)

1- **SANTIAGO ZORRILLA DE SAN MARTIN**

2- **ALVARO CORONEL**

3- **MARIA JOSÉ ALVAREZ**

4- **WASHINGTON DUTRENIT**

5- **GERARDO MATTOS**

6- **EUGENIO JAURENA**

7- **ERNESTO ABDALA**

8- **FERNANDO MOREIRA**

9- **LUCIA SELIOS**

22 DE OCTUBRE DE 1997

6692 9714222

UJ2JJU

FACULTAD DE DERECHO

0093 9714222

134 135 136

FREZELMI

Estudiantes Independientes

MAS PROPUESTAS EN MENOS PALABRAS

INTRODUCCION

Una elección universitaria no es una elección más, no es un acontecimiento que pase en forma desapercibida, como simple anécdota por la vida de los estudiantes y más aún en la realidad actual de encrucijada que vive la Facultad de Derecho.

Hoy no sólo está en nuestras manos la responsabilidad de elegir nuestras autoridades a los distintos órganos de cogobierno, sino que sin duda alguna estamos en condiciones de definir una posibilidad real de cambio que nos permita dar respuesta a la profunda crisis y desasosiego en que nos encontramos.

FREZELMI no va a dedicar estas líneas a dar respuesta a los ataques o mezquindades de otras agrupaciones; consideramos que estos son tiempos de propuestas para comenzar a trasnformar y revertir la caótica situación.

Consideramos que los estudiantes son lo suficientemente sabios como para evaluar nuestro trabajo y trayectoria, que nunca fue la de hacer buenos cumplidos, sino de concretar los anhelos de una mejor educación y formación para todos.

Por eso debemos hablar claro: hoy decimos que nuestra Facultad tiene apenas un 4% del presupuesto universitario, que no existen sillas suficientes en los salones, que muchos docentes no cumplen con el reglamento, que la evaluación a los mismos nunca fue publicada, que al comienzo de cada año las clases son superpobladas por la falta de docentes y salones, de la insuficiente cantidad de recursos humanos para atender nuestras necesidades (como en la Bedelía), de los deteriorados salarios del personal docente y no docente, y así podríamos seguir....

¿Pero de quién es la responsabilidad de todo esto?. La respuesta no se hace esperar, pues es lógico suponer ni a la caída del índice Down Jones, ni al Efecto Tequila, ni a la corriente del Niño.

La responsabilidad no es otra que la del gobierno de la última década en la Facultad. Un gobierno sustentado, dirigido y potenciado por la sociedad FORO-CGU.

Hoy FREZELMI es la única agrupación con capacidad de propuesta, trabajo concreto y reales fuerzas para transformar y construir nuevas realidades.

ASUNTOS DOCENTES

UNIFICACION DE CRITERIOS DE CORRECCION:

Cada año vemos como el tema de la nota adquiere nuevos significados. Hace años que un examen salvado holgadamente en una mesa , para otra es aplazado. Pues bien este año se suma la propuesta del Dr. Landoni de modificar el art. 10 del Reglamento de Cursos Librecontrolados (mayoritarios en Facultad), imponiendo como condición para "ganar" el derecho a dar examen con el profesor del curso, además de realizar más de la mitad de los parciales, llegar al promedio de 5.

Es por ello que urgentemente debemos exigir la unificación de criterios de corrección, ya que no podemos ni debemos depender del descriterio de los Institutos; puesto que de este depende el desarrollo de nuestras carreras.

BIBILIOGRAFIAS ACTUALIZADAS

Los Institutos al iniciar su ejercicio anual deben aportarnos una bibliografía actualizada, lo que nos dará la certeza de cual es efectivamente el material de consulta para una materia determinada.

DOCENTES DE APOYO

Como desde hace años continuamos reivindicando la implementación de clases de apoyo, (previas a los exámenes) beneficiando especialmente a los estudiantes que rinden en forma libre, que en su mayoría son los que trabajan y son eternamente relegados en esta Facultad. Este año se comenzó una experiencia limitada a los estudiantes de primer año en determinadas materias.

COMENTARIO Y ENTREGA DE EXAMENES

Esta es una vieja propuesta que consiste en que los exámenes escritos sean entregados por los docentes, en un acto público, en el cual se de la nota y se comenten los errores y puntos más importantes que se tomaron en cuenta en la corrección de los mismos. Así tendremos las garantías suficientes y la posibilidad de descubrir nuestros desaciertos, cumpliendo una función pedagógica.

CLASES AUDIOVISUALES

Estas posibilitarían que temas que no pueden ser abordados en el curso o incluso temas básicos que deben ser aprendidos de una forma absolutamente clara, puedan ser adquiridos por el estudiante de una forma amena y didáctica.

FREZELMI

6094

9714222

No es más que la aplicación de técnicas modernas de aprendizaje, las cuales creemos que ya es tiempo de comenzar a aplicar en nuestra casa de estudios.

SISTEMAS DE EVALUACION

Debemos aspirar, a través de la investigación, a transformar el sistema evaluativo de nuestra Facultad (tomadora de exámenes por excelencia) en donde pueda valer tanto un exámen (o un interno aprobado), como la resolución de un caso o una investigación jurídica elaborada y bien fundamentada.

Por eso proponemos fomentar la investigación a través la realización de monografías, el análisis crítico de textos, la discusión grupal; en resúmen la enseñanza activa.

TALLERES DE ACTUALIZACION EXTRACURRICULARES

Para profundizar en aquéllos puntos de las materias, que por su novedad o por la propia extensión de los programas, no son desarrollados debidamente en los cursos, proponemos la realización de estos talleres con una metodología eminentemente activa. Los mismos deberán estar dirigidos por docentes proporcionados por los respectivos Institutos.

EVALUACION DOCENTE

Hace tiempo (19 de Noviembre de 1992) FREZELMI logró que se aprobara en el Consejo de Facultad la realización institucional de la evaluación docente. En 1995 se llevó a cabo la misma con el trabajo activo de nuestra agrupación.

Hoy, después de dos años de realizada y pese al pedido del Claustro de que se hagan públicos sus resultados (a docentes y estudiantes), el Decano, al igual que en la nulidad del Plan Piloto, hizo oídos sordos a la solicitud.

Cinco años después volvemos a plantear la imperiosa necesidad de que la Facultad organice anualmente la evaluación docente. Lo que sin dudas será una contribución fundamental para la irrenunciable tarea de superación a la que ningún docente de nuestra Facultad podrá negarse.

PLAN DE ESTUDIOS

No es nuevo para nosotros decir que es necesaria una reforma del Plan de Estudios que rige a las carreras de Derecho.

No ha sido por cierto un slogan vacío, sino que hemos manifestado reiteradamente cuales deberían ser los nuevos contenidos, las distintas materias que deben integrarla y las formas de dictarlas.

Pero los que hoy gobiernan esta Facultad nunca han mostrado un atisbo de reforma y continuamos con un Plan anacrónico, enciclopédico y lejano de la realidad profesional.

¿CUAL ES NUESTRO OBJETIVO?

Obtener un egresado capaz de razonar jurídicamente ante las diversas y nuevas situaciones que se le creen en su actividad profesional, pero a su vez especializado en ciertas ramas del Derecho y por sobre todo con un fuerte contenido ético y una búsqueda constante de la justicia social.

¿COMO LOGRARLO?

Insertando más rapidamente a los estudiantes a través de la juridización de primer año, el repensar el rol de las materias sociales, la creación en primer año de un curso de metodología del estudio de las Ciencias Jurídicas y otro de Teoría General del Negocio Jurídico (aliviando así el contenido de Obligaciones).

El acercamiento de la teoría a la práctica lo pensamos a través del dictado en forma conjunta de los Derechos Procesales con las Técnicas Forenses (ya que hoy no son otra cosa que técnicas procesales) y de Talleres de Práctica de la Abogacía (en su aspecto sustancial), en cada una de las materias que uno elija.

Así mismo buscamos crear un Plan flexible en el que cada estudiante pueda elegir que materias cursará.

¿Como se concibe?. Estableciendo una columna vertebral de materias obligatorias, y una serie de materias opcionales (y no una sola como hoy) que comiencen a orientar al alumno hacia su postgrado.

NOTARIADO

Es importante no olvidar que los estudiantes de Notariado también pertenecen a la Facultad de Derecho y como tales, con su problemática particular, deben tenerse en cuenta a la hora de plantear propuestas.

Somos conscientes de que existe una realidad diferente en cuan régimen de los cursos Teórico Técnicos y Técnicas de Notariado, hace que tengan su problemática particular.Esta mucha vece desconocida para el resto de los estudiantes que eligen Abogacía.

• Así en estas materias de cursado obligatorio, con una exige que no tiene proporción con el tiempo de duración de las materias, de hacer un gran esfuerzo para aprobar el curso; cumpliendo con los trab exámenes que se corrigen de un día para el otro, además de los trab internos de una periodicidad agobiante.

• Además en los cursos Teórico-Técnicos el estudiante debe r obligatoriamente examen de la parte Teórica, que difícilmente se imp en su totalidad y la cual es postergada por la exigencia del práctico

• Otro problema que viven los estudiantes de Notariado, gene por la semestralización de los cursos, es lo que se refiere al exa sustitutivo (cuando no se logra la nota mínima de 6, para aprob práctico). Cuando el curso rinda en el primer semestre, hay un sólo per para aprobarlo (Julio), y así poder cursar las Técnicas del segu semestre. Se ha intentado subsanar esta situación estableciendo período especial en Agosto, pero tiene el inconveniente que se superp al comienzo de las materias del segundo semestre y sus respect exigencias.

NUEVAS PROPUESTAS

1)- Creemos que debería hacerse una evaluación del plan de mat de la carrera, otorgándole mayor importancia a aquellas que específicas de la misma, para lograr de esa forma que la parte importante sea brindada en forma completa y sustancial.

Ello no implicaría acortar los 2 años de duración del Ciclo Orient sino cambiar o quitar del plan materias que sean totalmente ajena ejercicio y a la función de la profesión de Escribano.

2)- Material en los internos

Pese a que algunos docentes ya permiten esta práctica, cree necesario impulsar con carácter general la misma. Ya que es abs admitir que en nuestra casa de estudios persistan en hacernos memo innecesariamente, trabando el razonamiento.

No demos lugar a los docentes que no piensan, ni espacio al sl de "copiadores de formularios", nosotros sabemos que no lo somos

3)- Horario de los internos

Sigue siendo práctica corriente la realización de internos fuer horario de los cursos respectivos, no podemos entender como nos pue perjudicar tan arbitrariamente. Por esto continuaremos bregando po eliminación.

RELACIONES LABORALES

Hemos apoyado desde el inicio la creación de la carrera. Nos co que falta mucho por hacer.

Desde ya le decimos que trabajamos activamente en el Claustro el Consejo en la equiparación de los títulos expedidos en nuestra Fac y la Católica, ya que:

En la Católica se expide el título de Analista en Relaciones Labor (2 años) y en nuestra Facultad el deTécnico, a pesar que lenge amo más de duración.

En el standard internacional el título de Analista es superior a Técnico.

La Católica prevé un título de Técnico para aquellas personas aún sin cumplir con el requisito del Bachillerato completo quieran obt formación en el campo de las relaciones laborales.

RELACIONES INTERNACIONALES

A pesar de que paulatinamente ha ido mejorando la inserció nuestros jóvenes egresados en el mercado laboral, esta no es n asomo satisfactoria. La respuesta debemos encontrarla no ya en la de oferta laboral, en un país que se ha abierto a la región y al mundo, en una carrera que sigue mostrando carencias en su estructura y e plantel docente. Es por eso que proponemos:

1)- Repensar la Licenciatura, teniendo en cuenta que nue egresados tienen una fuerte formación jurídica y política, pero manif

FREZELMI

6695

9714222

serias carencias en el área económica y del comercio internacional. Lo que resulta notorio cuando se los compara con los egresados de los institutos privados.

2)- Crear post-grados en las diversas orientaciones en que se divide la carrera; tratándo de no duplicar esfuerzos en relación a los diplomas para graduados que se ofrecen en las Facultades de Ciencias Económicas y de Ciencias Sociales.

3)- Superar el bajo nivel académico de las áreas económica y comercial, renovando el plantel docente; ya que es notorio el nivel de los docentes en el área jurídica es muy superior, sin dudas como reflejo natural al hecho de que nos encontramos en la Facultad de Derecho.

4)- Lograr que todas las materias puedan ser cursadas en dos horarios; ya que si bien se avanza en la carrera es lógico que los estudiantes asuman responsabilidades laborales. Lo que frecuentemente (y ante una falta de oferta horaria amplia) trae como consecuencia el paulatino abandono de la carrera.

5)- Reimpulsar la política de pasantías, buscando aprovechar la existencia de áreas dedicadas a los asuntos internacionales en diversas empresas, instituciones financieras, organismos estatales y no gubernamentales (sin mencionar las ya existentes en el MRREE).

6)- Dentro del nuevo plan de estudios deberá atenderse a la necesidad de la inserción de cursos de idiomas; pudiéndose establecer en forma opcional el cursado de Inglés, Francés y Portugués (éste último de suma importancia atendiendo al actual proceso de integración regional)

REGIONAL NORTE

Expresar el éxito de nuestra Facultad en Regional Norte sería redundante, no sólo en lo que se refiere al acceso a la educación de compañeros que no tienen los recursos necesarios para viajar y residir en Montevideo; sino también al evitar el desarraigo que lamentablemente sigue generando nuestra Universidad (pese a los esfuerzos descentralizadores en marcha), generando profesionales altamente capacitados para insertarse en su propio medio.

No obstante lo cual creemos que es hora de:

a)- Independencia para la toma de decisiones, para formular políticas de acuerdo a las necesidades genuinas de la región.

b)- Entendemos importante la realización de todas las gestiones necesarias para que existan otras materias opcionales, ampliando la oferta existente en la actualidad.

c)- Que se nombre un asistente del Coordinador para agilizar el trabajo y que resida en Salto.

d)- Instrumentar y apoyar seriamente el desarrollo de la carrera docente en la Regional, lo que evitaría innumerables inconvenientes (largos y agotadores viajes, clases que se extienden durante la jornada).

e)- Debemos marcarnos como meta a mediano plazo la anualización de determinadas materias que, desde el punto de vista pedagógico, resulta imposible que se dicten en forma semestral (cómo por ejemplo Obligaciones y Procesal).

f)- La coordinación de eventos académicos debe ser mucho más estoriba, tanto en los organizados por los Institutos, como en los que organice el CED.

BECARIOS

Este es un tema que ciertos sectores tratan de divorciar del presupuesto diciendo en panfletos que se preocupan de los estudiantes del interior, pero no son capaces de mover un dedo para lograr un mejor presupuesto para la Universidad, que permita:

1)- Incrementar las becas económicas y su monto (hoy irrisorio).

2)- La creación de nuevos hogares estudiantiles con el apoyo de las Intendencias Departamentales, el Gobierno Nacional, lo que permitiría el acceso y la permanencia en la Universidad para muchos compañeros del interior.

Cabe aclarar que la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (FEUU) ha luchado para que estas propuestas se hagan realidad. Lamentablemente el gobierno al dar en la Rendición de Cuentas "0 pesos" no permitió que se concretaran nuestras aspiraciones.

INVESTIGACION

La tarea investigativa es la que asegura el desarrollo de las ciencias, fomenta el espíritu crítico y ayuda a encontrar las respuestas a los nuevos problemas que se plantean. Por lo tanto debemos lograr que:

- La Sectorial de Investigaciones de la Universidad financie más proyectos de nuestra Facultad.
- Impulsar la línea de investigaciones estudiantiles, que siempre se ha frustrado por falta de rubros presupuestales.
- Incentivar en forma especial las investigaciones multidisplinarias, ya que en la realidad jurídica todo problema tiene una solución multifacética.
- Priorizar las investigaciones que tengan una importante relevancia social.

EXTENSION

La extensión es la herramienta que tiene la Universidad para relacionarse estrechamente con la sociedad en su conjunto. A través de ella trabaja para y con la sociedad, con el fin de buscar las soluciones que el país requiere.

Dentro de un Plan de extensión deben encararse distintas facetas:

- El trabajo en convenios con organismos públicos y no gubernamentales para la solución de las problemáticas que se generen en su seno o aquellas que son el centro de su preocupación.
- La difusión de los derechos que tienen los ciudadanos y habitantes, a través de charlas en comisiones barriales, cooperativas y asociaciones civiles.
- La atención a personas de escasos recursos a través de consultorios jurídicos gratuitos. Aspecto de rica tradición en nuestra Facultad, pero que debe profundizarse y extenderse en el interior del país de forma sistemática.
- Curricularizar los consultorios jurídicos barriales, para que los estudiantes cursen la Práctica Forense en un contacto mayor con la gente y sus realidades.
- El trabajo en consultorios multidisciplinarios, encarando así las problemáticas de los consultantes desde todos los aspectos, con asistentes sociales, psicólogos, profesionales de la salud, entre otros.

BIBLIOTECA

Desde hace años uno de los ejes de nuestras preocupaciones es el funcionamiento de la Biblioteca. Es así que ya hemos propuesto, y reiteramos aquí las siguientes ideas:

1)- Informalización del servicio de préstamos. Objetivo próximo a lograr gracias a que fue aprobada en el CED nuestra propuesta de invertir fondos gremiales en esta tarea.

2)- Centro de fotocopiado estudiantil en Biblioteca. Las actas del Consejo y de la Secretaría del centro de estudiantes no dejan mentir, hemos sido nosotros los que planteamos esta propuesta. Por eso sólo FREZELMI sabe el lugar y el tiempo en el que puede llevarse a cabo. En el salón junto a la escalera de Eduardo Acevedo y a partir de que el sótano de la Biblioteca se encuentre habilitado (año próximo).

BEDELIA

A medida que ha pasado el tiempo, muchas de las iniciativas que sobre mejora de la gestión de Bedelía hemos realizado, se han coronado con el éxito. Al no ser como otros debemos manifestar que esas propuestas surgieron de conversaciones con sus propios funcionarios y que su realización ha dependido fundamentalmente de ellos.

Ejemplo de todo esto ha sido la informalización de la mayor parte de la gestión, lo que ha redundado en una mayor agilidad en los trámites: la casi totalidad de los estudiantes tienen su ficha al día e ingresada a la base de datos, la inscripción a exámenes y cursos se realiza mediante computadora.

FREZELMI

0396

9714222

Si hoy no existen mayores avances, se debe a la falta de recursos económicos y humanos, por razones de corte presupuestal.

Superados estos problemas el próximo paso debería ser la autoinscripción por parte de los estudiantes a través de sistemas interactivos, por los cuales automáticamente se controlen las previas, y se distribuyan los estudiantes en las respectivas mesas. Con este sistema también se podrían otorgar instantáneamente los testimonios de las fichas de estudiantes.

EL COBRO DE MATRICULA: NO POR CAPRICHO DECIMOS NO

Estas son sólo algunas de las razones por las que decimos no:

A)- Es simplista pensar que el financiamiento de la Universidad se soluciona con el cobro de la matrícula.

B)- Se origina en una concepción individualista de Universidad, en la que se ve como único beneficiado al estudiante y afirman (alentados por las políticas neoliberales en boga) que se le debe devolver al Estado lo que este le da, a través de una contraprestación que llaman matrícula.

C)- La realidad es irrefutable en demostrar que la Universidad tiene un incuestionable contenido social que busca no solo beneficiar al estudiante, sino que pretende que todos y cada uno de los integrantes de la sociedad se beneficien de sus actividades: convenios con el sector productivo, con el Estado, atención odontológica, sicológica y jurídica gratuita, Hospital de Clínicas, etc.

D)- Ni siquiera es solución económica. El monto a obtenerse no superaría el 7% del presupuesto universitario.

E)- El destino de los fondos obtenidos no está claro, y ha cambiado constantemente en virtud de las inclemencias del devenir político (un día para becarios y al otro para sueldos).

F)- El presupuesto universitario se vería retaceado en el mismo monto que el producido, habida cuenta del aún no demostrado interés por la educación.

G)- Difícil implementación y fácil evasión. Es más fácil controlar los ingresos de aquel estudiante que trabaja, que los de aquel que vive de rentas o es mantenido por sus padres. Lo que se conseguiría en un impuesto a los sueldos y no a los ingresos del núcleo familiar.

H)- Opinable constitucionalidad. El art. 71 de la Const. declara de interés social la gratuidad de todas las ramas de la enseñanza. Luego de la instauración de la matrícula universitaria ¿ que impidiría que la Escuela Pública se vuelva paga?.

I)- Merma de la participación estudiantil en gremios, cogobierno, investigación y extensión. Suena ilógico sostener la bandera del Cogobierno y la participación y, a su vez, gravar a aquel órden que carece de capacidad contributiva propia.

J)- No puede tomarse a la matrícula como una herramienta para combatir a la no fehacientemente demostrada masificación.

K)- La respuesta no está en restringir, sino en adecuar administrativa y academicamente a la Universidad.

L)- No puede cobrarse dos veces por el mismo concepto. Con la creación del Fondo Solidario Universitario, los egresados devuelven a la Universidad todo lo que esta le ha brindado, en un momento en que el individuo está capacitado económicamente para hacerlo. Por lo tanto no es admisible que al tiempo de ser estudiante también pague.

M)- La matrícula no es una forma de distribuir más equitativamente la riqueza. La única solución es una reforma de fondo del sistema tributario, implantando el impuesto a la renta global, sobre la base de que el que tenga menos pague menos.

N)- La Universidad ha encarado una agresiva política de recuperación de costos a través de convenios con el sector público y privado, a nivel nacional e internacional. Estos convenios en la actualidad se acercan al millar y aseguran una entrada económica significativa.

MASIFICACION Y LIMITACIONISMO

Cada vez que se dice que la Universidad está masificada, inmediatamente se recurre a fórmulas limitacionistas. Presuponiendo que los efectos perniciosos de la supuesta masificación se deben a una cuestión cuantitativa y que la mejor forma de solucionarlos es reducir el número de estudiantes.

Ante esto debemos decir:

1)- La matrícula universitaria (número de estudiantes) se ha mantenido constante por más de 5 años, en el entorno de los 65.000.

2)- La explosión en el número de inscripciones vivida en el período inmediato a la restauración democrática, fue sensiblemente inferior a la vivida en los restantes países de Latinoamérica en ese mismo período, a modo de ejemplo en Brasil el fenómeno tuvo una expresión 14 veces superior.

3)- La población universitaria uruguaya se encuentra en una relación del 20% de la franja etaria juvenil, mientras que en los países desarrollados alcanza el 30% o más según la UNESCO.

4)- Los estudiantes universitarios representan el 2% de la población total, en tanto que en la Argentina el porcentaje se eleva al 3% y en países desarrollados alcanza al 4%.

5)- En la Facultad de Derecho el número de inscripciones ha tenido una tendencia al decrecimiento, la que se ha visto frenada por la oferta de nuevas carreras en la misma.

6)- No es malo que exista una mayor cantidad de estudiantes universitarios, ya que eso es índice de un mayor desarrollo intelectual y científico de un país.

7)- No puede negársele a nadie la formación intelectual y cívica que brinda la Universidad.

8)- La Sociedad exige cada vez mayores niveles de educación para acceder al mercado laboral, y la Universidad es un organismo capaz de brindarla.

9)- La integración exige entre otras cosas altos niveles de competitividad, lo que no se logra cerrando la Universidad a unos pocos.

Por todas estas razones nos oponemos al exámen de ingreso y a cualquier otra forma de limitacionismo encubierto, como la pérdida de calidad de estudiante y la creación de super materias filtro, insertas en el Plan Piloto de Privado 1 y en el muy mal recordado Plan Abal de cursos y exámenes.

88

FREZELMI

Estudiante Independiente

POR LA CALIDAD ACADEMICA

134 135 136

FACULTAD DE DERECHO

ORDEN ESTUDIANTIL

CGU **JVS** **173**

CENTRO ESTUDIANTES DE DERECHO

LEMA:

CORRIENTE GREMIAL UNIVERSITARIA

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1) Leonardo Colombo
2) Carlos Sierra
3) Juan Martín Nicola
4) Valeria Leis
5) Marcelo Maute
6) Alfredo Sucena

22 de octubre de 1997

0398

9714222

FACULTAD DE DERECHO

ORDEN ESTUDIANTIL

CGU **JVS** **174**

CENTRO ESTUDIANTES DE DERECHO

LEMA:

CORRIENTE GREMIAL UNIVERSITARIA

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1) Silvia Rosana García Paz
2) Pablo Daniel Lacasa Pereira
3) Diego Moreira
4) Silvana Sergio
5) Mª. Alexandra Vázquez Rodríguez
6) Pablo Chalar
7) Elisa Piedra Buena
8) Patricia Patrón
9) Sebastián Morales
10) Martín Castro
11) Florencia Gelabert
12) Paul Martínez
13) Cecilia Almeida
14) Chiara Radici
15) Patricia Ros
16) Alejandra Carballo
17) Verónica Morelli
18) Patricia De Nava
19) Ximena Fernández
20) Analía González
21) Carlos Muñoz
22) Silvia Rodríguez
23) Adela Mª del Pilar Planells
24) Gustavo Rodríguez
25) Mª. José Nin
26) Pablo García
27) Gabriel Bofill
28) Santiago González
29) Gustavo Sánchez
30) Andrés Abt

22 de octubre de 1997

0099 9714222

FACULTAD DE DERECHO

ORDEN ESTUDIANTIL

CGU JVS 175

CENTRO ESTUDIANTES DE DERECHO

LEMA:

CORRIENTE GREMIAL UNIVERSITARIA

CONSEJO DE FACULTAD

SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1) Daniel Olaizola
2) Andrés Abt
3) Juan Curbelo
4) Cecilia Helguera
5) Eloisa Villalba
6) Juliana Goñi
7) Verónica Vanrell
8) Martín Pérez Gomar
9) Daniel Apolo

22 de octubre de 1997

0100 9714222

Facultad de Derecho

ORDEN ESTUDIANTIL

134

Lema:
CED - FEUU - 1916 - 1997

Distintivo

FREZELMI

Frente Estudiantil Zelmar Michelini

Estudiantes Independientes

FEUU URUGUAY — JVS — 88

Asamblea General del Claustro

Voto por los siguientes candidatos
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) Ismael Blanco
2) Gastón Pongibove
3) Verónica Mariani
4) Martín Pérez
5) Diego Cánepa
6) Ricardo Amorín

22 de Octubre de 1997

0101 9714222

Facultad de Derecho

ORDEN ESTUDIANTIL

135

Lema:
CEB - FEUU - 1916 - 1997

Distintivo
FREZELMI
Frente Estudiantil Zelmar Michelini

Estudiantes Independientes

FEUU URUGUAY

IVS

88

Asamblea del Claustro de Facultad

Voto por los siguientes candidatos
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) Marcelo Vigo
2) Hugo Haedo
3) Marcelo Telechea
4) Carla Hernández
5) Valeria Castro
6) Ismael Blanco
7) Laura Calleros
8) Paola Llanes
9) Marcelo Martí
10) Juan Benenati
11) Boris Coimbra
12) Virginia Scasso
13) Adriano Balserini
14) Rodrigo Lillo
15) Santiago Fernández
16) Christian Gepp
17) Paola Frattini
18) Elisa Bilat
19) Eliana Muzio
20) Guillermo Nieves
21) Marcelo Mignone
22) Marcos Viola
23) Martín Pérez
24) Natalia Guasco
25) Laura Piriz
26) Julio Díaz
27) Mónica Rodríguez
28) Pablo Donnangello
29) Diego Cánepa
30) José Bessouat

22 de Octubre de 1997

0102 9714222

Facultad de Derecho

ORDEN ESTUDIANTIL

136

Lema:
CED - FEUU - 1916 - 1997

Distintivo

FREZELMI

Frente Estudiantil Zelmar Michelini

Estudiantes Independientes

FEUU URUGUAY

IVS 88

Consejo de Facultad

Voto por los siguientes candidatos
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) José Bessouat
2) Natalia Guasco
3) Guillermo Nieves
4) Gastón Pongibove
5) Marcelo Tellechea
6) Rodrigo Lillo
7) Marcelo Vigo
8) Laura Píriz
9) Pablo Donnangello

22 de Octubre de 1997

0103

9714222

JVS FACULTAD de DERECHO orden estudiantil 140

lema: *CENTRO ESTUDIANTES DERECHO - FEUU*
...stintivo: ***Unidad Estudiantil - 28***

asamblea general del claustro

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea General del Claustro

1- **Carlos Eduardo VARELA UBAL**
2- **Florencia LIZAZO GUBINSKI**
3- **Dalmiro OUTERELO GRAVIS**
4- ***Daniela MALFATTI CUNHA***
5- **Eduardo Alejandro NALBARTE MIGLIARO**
6- **Verónica ORTIZ CABRERA**

ASCEEP FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY FEUU

22 de octubre de 1997

0104

9714222

FACULTAD de DERECHO
orden estudiantil
141

lema: *CENTRO ESTUDIANTES DERECHO - FEUU*
distintivo: *Unidad Estudiantil - 28*

asamblea del claustro de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea del Claustro de Facultad

1- Daniela MALFATTI CUNHA
2- Veronica ORTIZ CABRERA
3- Florencia LIZAZO GUBINSKI
4- Diego Martin MORENO ESPINEIRA
5- Monica Anella BENAPRES YACOVAZO
6- Patricia Loreley ACEVEDO RODRIGUEZ
7- Ruben Ivan ERGUI BARRIENTOS
8- Jose PAOLINO ARANDA
9- Jose Gabriel TEJERA MARTINEZ
10- Maria Fernanda ALONSO DURAN
11- Natalia SUAREZ DEGASPERI
12- Daniel Haygazun SEMERJIAN
13- Carlos Eduardo VARELA UBAL
14- Dalmiro OUTERELO GRAVIS
15- Daniel Alejandro CARABALLO
16- Eduardo Alejandro NALBARTE

FACULTAD de DERECHO
orden estudiantil
142

lema: *CENTRO ESTUDIANTES DERECHO - FEUU*
distintivo: *Unidad Estudiantil - 28*

consejo de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Consejo de Facultad

1- Dalmiro OUTERELO GRAVIS
2- Ruben Iván ERGUI BARRIENTOS
3- Diego Martin MORENO ESPINEIRA
4- Patricia Loreley ACEVEDO RODRIGUEZ
5- Mónica Anella BENAPRES YACOVAZO
6- Daniela MALFATTI CUNHA

0105

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY
22 de octubre de 1997

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY
22 de octubre de 1997

9714222

FACULTAD DE DERECHO

ORDEN ESTUDIANTIL

JVS CENTRO ESTUDIANTES DE DERECHO

fU

101

LEMA:

FORO UNIVERSITARIO (FU)

DISTINTIVO:

Centro de Estudiantes de Derecho 1916 - 1997

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

(Sistema preferencial de suplentes)

1) GASTON TEALDI
2) ALBERTO MANINI
3) CARLOS MARTIN MIGUEZ
4) KAROLINA FEOLA
5) NATHALIE ROUILLER
6) AUGUSTO MONTESDEOCA

[redacted] 22 de octubre de 1997.

0106

9714222

FACULTAD DE DERECHO

ORDEN ESTUDIANTIL

CENTRO ESTUDIANTES DE DERECHO

FU 102

LEMA:

FORO UNIVERSITARIO (FU)

DISTINTIVO:

Centro de Estudiantes de Derecho 1916 - 1997

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO

(Sistema preferencial de suplentes)

1) DIEGO QUADRI
2) MARIA PAZ HERNANDEZ
3) HECTOR GOÑI
4) MANUEL LEONARDO SILVA
5) NOELIA RODRIGUEZ
6) SOLANGE PARENTE
7) ANA MEYER
8) LETICIA AGUIAR
9) JUAN PABLO SERIO
10) VERONICA FEOLA
11) JUAN ACUÑA
12) GABRIEL FERREIRO
13) RAUL FERNANDEZ
14) ANA PAULA DOS SANTOS
15) GABRIELA LAGIOIA
16) LAURA MENDEZ
17) ALICIA PERRONE
18) NOELIA PEREIRA
19) ANA CECILIA DEL RIVERO
20) MERCEDES BUZZO
21) MONICA MOREALE
22) JOSE GREGORIO MORA
23) RAUL MENENDEZ
24) NATALIA FLEITAS
25) HUGO COSTA
26) EMILIO MIKOLIC
27) SUSANA LOPEZ
28) LEONARDO REBOLEDO
29) MONICA DELGADO
30) IGNACIO SOBRAL

22 de octubre de 1997.

0207 9714222

FACULTAD DE DERECHO

ORDEN ESTUDIANTIL

JVS CENTRO ESTUDIANTES DE DERECHO

fu

103

LEMA:

FORO UNIVERSITARIO (FU)

DISTINTIVO:

Centro de Estudiantes de Derecho 1916 - 1997

CONSEJO DE FACULTAD

(Sistema preferencial de suplentes)

1) GERARDO MONTES
2) GASTON TEALDI
3) ANA MEYER
4) SOFIA BONINO
5) NATALIA NOGUEIRA
6) ASTRID ARAGONE
7) JOSE SANTIN
8) LEONARDO RODRIGUEZ
9) ROBERT SILVA

22 de octubre de 1997.

0108

9714222

0109 9714222

FACULTAD DE HUMANIDADES

Lema: C.E.H.C.E. - ASCEEP - FEUU

167

FACULTAD HUMANIDADES Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

ORDEN: ESTUDIANTES

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

Sistema Preferencial de Suplentes

1. Javier Royer
2. Alexis Capobianco
3. Gustavo Cabrera
4. Teresa Lamas
5. Federico Penino
6. Fernando Ferreira

22 de octubre de 1997

9 7 1 4 2 2 2

0110

Lema: C.E.H.C.E. - ASCEEP - FEUU

168

FACULTAD HUMANIDADES Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

ORDEN: ESTUDIANTES

CLAUSTRO DE FACULTAD

Sistema Preferencial de Suplentes

1. Javier Royer
2. Alexis Capobianco
3. Pablo García
4. Paola Piacenza
5. Washington Bonilla
6. Gabriela González
7. Alejandro Gortázar
8. Isabel Wschebor
9. Verónica Iglesias
10. Yamila Montenegro
11. Marcelo Rossal
12. Ana Jaureguy
13. Eugenia Urbina
14. Natalia Boero
15. Patricia Manzoni
16. Horacio Moreira
17. Valeria Viroga
18. Laura Matteo
19. Hector Veiga
20. Mónica Otero
21. Santiago Bangueses
22. Juan Godoy

22 de octubre de 1997

0111

Lema: C.E.H.C.E. - ASCEEP - FEUU

169

FACULTAD HUMANIDADES Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

ORDEN: ESTUDIANTES

CONSEJO DE FACULTAD

Sistema Preferencial de Suplentes

1. Alexis Capobianco
2. Gustavo Cabrera
3. Washington Bonilla
4. Teresa Lamas
5. Anibal Corti
6. Fernando Ferreira
7. Gabriela González
8. Nicolás Sosa
9. Verónica Iglesias

22 de octubre de 1997

9714222

Lema: C.E.H.C.E. - ASCEEP - FEUU

FACULTAD HUMANIDADES Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

ORDEN: ESTUDIANTES

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

Sistema Preferencial de Suplentes

1. Javier Royer
2. Alexis Capobianco
3. Gustavo Cabrera
4. Teresa Lamas
5. Federico Penino
6. Fernando Ferreira

22 de octubre de 1997

0112

9714222

Lema: C.E.H.C.E. - ASCEEP - FEUU

FACULTAD HUMANIDADES Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

ORDEN: ESTUDIANTES

CLAUSTRO DE FACULTAD

Sistema Preferencial de Suplentes

1. Javier Royer
2. Alexis Capobianco
3. Pablo García
4. Paola Piacenza
5. Washington Bonilla
6. Gabriela González
7. Alejandro Gortázar
8. Isabel Wschebor
9. Verónica Iglesias
10. Yamila Montenegro
11. Marcelo Rossal
12. Ana Jaureguy
13. Eugenia Urbina
14. Natalia Boero
15. Patricia Manzoni
16. Horacio Moreira
17. Valeria Viroga
18. Laura Matteo
19. Hector Veiga
20. Mónica Otero
21. Santiago Bangueses
22. Juan Godoy

22 de octubre de 1997

0213 9714222

Lema: C.E.H.C.E. - ASCEEP - FEUU

ASCEEP CEHCE FEUU FEUU 169

FACULTAD HUMANIDADES Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

ORDEN: ESTUDIANTES

CONSEJO DE FACULTAD

Sistema Preferencial de Suplentes

1. Alexis Capobianco
2. Gustavo Cabrera
3. Washington Bonilla
4. Teresa Lamas
5. Anibal Corti
6. Fernando Ferreira
7. Gabriela González
8. Nicolás Sosa
9. Verónica Iglesias

22 de octubre de 1997

0214 9714222

FACULTAD DE HUMANIDADES Y CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

110

Orden Estudiantil

ASCEEP

Asamblea General del Claustro

(Sistema Preferencial de Suplentes)

FEUU

Lema: Ibero Gutiérrez

Centro de Estudiantes de Humanidades Y Ciencias de la Educación

CEHCE - ASCEEP - FEUU

1- Líber Vique.
2- Carlos Schweizer.
3- Daniel Roselli.
4- Alejandro Demarco.
5- Leonardo Schinca.
6- Ethel Glückstern.

22 de octubre de 1997

0115 9714222

FACULTAD DE HUMANIDADES
Y CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

111

Orden Estudiantil

Asamblea del Claustro de Facultad

(Sistema Preferencial de Suplentes)

ASCEEP

Lema: Ibero Gutiérrez

Centro de Estudiantes de Humanidades
Y Ciencias de la Educación
CEHCE - ASCEEP - FEUU

FEUU

1- Laura Ramos.
2- Natalia Stalla.
3- Daniel Rocelli.
4- Macarena Carrocio.
5- Alex Borucki.
6- Juan Daguerre.
7- Federico Olsson.
8- Silvana Spagna.
9- Leonardo Schiaca.
10- Malcolm Veipi.
11- Carlos Schweiner.
12- Alejandro Demarco.
13- Liber Vique.
14- Martín Perez.
15- María Clara Arburúa.
16- Rafael Suarez.
17- Carolina Gómez.
18- Sylvia Acerenza.
19- Fabiana Reyes.
20- Cecilia Ponso.
21- Andrea Colombana.
22- Florencia Schiaca.
23- Daniel Iglesias.
24- Horacio Techera.
25- Ethel Glickstern.
26- Pablo Macos.
27- Leila Moreira.
28- Martín Matta.
29- Claudia Tellechea.
30- Mariano Prieto.

22 de octubre de 1997

0116

9714222

FACULTAD DE HUMANIDADES
Y CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

112

Orden Estudiantil

ASCEEP

Consejo de Facultad

(Sistema Preferencial de Suplentes)

FEUU

Lema: Ibero Gutiérrez

Centro de Estudiantes de Humanidades
Y Ciencias de la Educación
CEHCE - ASCEEP - FEUU

1- Líber Vique.
2- Alejandro Demarco.
3- Carlos Schweizer.
4- Leonardo Schinca.
5- Macarena Carrocio.
6- Martín Perez.
7- Silvana Spagna.
8- Pablo Macon.
9- Daniel Roselli.

22 de octubre de 1997

0217 9714222

FACULTAD DE HUMANIDADES Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

113

Orden ESTUDIANTIL

ORGANO: ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

LEMA: C.E.H.C.E. - FEUU - MOVIMIENTO DE PARTICIPACION UNIVERSITARIO (MPU)

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) Verónica GARCIA GOYOS.
2) Edgardo Gualberto PEREZ MONZILLO.
3) Gissell Lourdes DAISSON MOTTA.
4) Alejandro Andrés DI LORENZI BRUZZONE.
5) Leonel Ezequiel FERNANDEZ INVERSO.
6) Mirtha Elizabeth COITINHO MACHIARENA.

22 de Octubre de 1997.

0113

9714222

FACULTAD DE HUMANIDADES Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

114

Orden ESTUDIANTIL

ORGANO: ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA: C.E.H.C.E. - FEUU - MOVIMIENTO DE PARTICIPACION UNIVERSITARIO (MPU)

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) Josefa Venecia REMEDIO NETTO.
2) Gissell Lourdes DAISSON MOTTA.
3) Leonel Ezequiel FERNANDEZ INVERSO.
4) Laura Margarita CHAGAS CAETANO.
5) Alejandro Andrés DI LORENZI BRUZZONE.
6) Ulises Daniel BARBOSA ANTENORI.
7) Magdalena de los Milagros LORENZO PEREZ.
8) César Adrián ROSTAGNOL DE LOS SANTOS.
9) Edgardo Gualberto PEREZ MONZILLO.
10) Milton Jorge FIGAROLA GIMENEZ.
11) Laura BALDUCCI GOSLAN.
12) Valeria Elizabeth MAINZER ZEISSL.
13) César Javier DA COSTA DUTRA.
14) Jannette Beatriz REISFELD TRIGO.
15) Gloria Elena RODRIGUEZ TAMENDER.
16) Ana Beatriz CRUZ CABRAL.
17) Rosalía BASSI ESCALANTE.
18) María Griselda FRANCO JAUREGUIZAR.
19) Graciela GONZALEZ SOWERBY.
20) Claudio ARNAL VELAZQUEZ.
21) Andrea Alejandra BRANDON SABARROS.
22) Ana María SOSA GONZALEZ.
23) Lorena PIÑEYRO OLIVERA.
24) Marcelo Hernán SUAREZ BARNECHE.
25) Marta Isabel VALDEZ MONTEJO.
26) Yanelin BRANDON GARCIA.
27) Martín AMORIN CORREA.
28) Waldemar Gregorio VUKASICH.
29) Mirtha Elizabeth COITINHO MACHIARENA.
30) Carla María PEREYRA VERA.

22 de Octubre de 1997.

6119

9714222

FACULTAD DE HUMANIDADES Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

115

Orden ESTUDIANTIL

ORGANO: CONSEJO DE FACULTAD

LEMA: C.E.H.C.E . - FEUU - MOVIMIENTO DE PARTICIPACION UNIVERSITARIO (MPU)

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) Verónica GARCIA GOYOS.
2) Laura Margarita CHAGAS CAETANO.
3) Ulises Daniel BARBOSA ANTENORI.
4) Ana Beatriz CRUZ CABRAL.
5) Milton Jorge FIGAROLA GIMENEZ.
6) Josefa Venecia REMEDIO NETTO.
7) César Adrián ROSTAGNOL DE LOS SANTOS.
8) Gustavo Félix IBAÑEZ QUINTANA.
9) Jannette Beatriz REISFELD TRIGO.

22 de Octubre de 1997.

6120 9714222

IBERO GUTIERREZ

Centro de Estudiantes de Humanidades y Ciencias de la Educación
C.E.H.C.E. A.S.C.E.E.P. F.E.U.U

PLATAFORMA

1) Defensa del cogobierno y la autonomía

2) No a la matrícula

3) Posición contraria a cualquier tipo de limitacionismo

4) No a la actual reforma de Primaria, Secundaria y U.T.U.

5) El I.P.A. debe ser una verdadera institución terciaria. Es necesario que este sea asimilado a la Universidad de la República, porque por un lado, estamos en desacuerdo con las prácticas autoritarias represivas que el poder político a través del CO.DI.CEN. ejerce sobre los futuros docentes, por el otro es sustancial que la formación docente esté estrechamente vinculada con la labor de investigación.

6) Discusión en torno al papel prioritario que debe cumplir la Universidad de la República en el momento de regular y otorgar el reconocimiento de las universidades privadas.

7) Comenzar la discusión del tema presupuestal YA, con respecto a la Rendición de Cuentas del año '98. En esta discusión es esencial dejarle claro a los sectores populares que no queremos que el Presupuesto salga de un punto más del I.V.A., ni que lo siga pagando el pueblo, sino aquellos que se benefician del modelo económico imperante. En este sentido es necesario ser muy claros en las propuestas acerca de donde saldrán los recursos para la educación !! A no dormirse !!

8) Defensa incondicional de la libertad de cátedra.

9) Defensa incondicional de la calidad y el nivel académico.

10) Evaluación docente.

11) Abrir una discusión amplia del plan '91.

12) Potenciar y fortalecer el funcionamiento del Claustro de Facultad y de la Asamblea General del Claustro. Erradicar el asambleismo.

13) El mandato de los Consejeros debe ser reglamentado por vía estatutaria.

14) No a la acumulación de cargos.

15) Los Consejeros del Centro de Estudiantes que participen en la elaboración de las bases de concursos para becas, ya sea de la Facultad, mediante convenios con otras Instituciones públicas o privadas, o del Centro de Estudiantes, no podrán presentarse a dichas becas.

16) Estatuto:
   1) Autonomía de las Licenciaturas
   2) Mesa de delegados abierta, que todos los compañeros que concurran puedan expresarse libremente, como ha sido siempre la tradición de esta Facultad. Que la Mesa de Delegados instrumente los mandatos de las Licenciaturas y no decida temas de la Asamblea General.
   3) Plebiscitar el Estatuto.

9714222

0121

17) Reglamentar el funcionamiento de la Asamblea General.
1) Llevar actas de la Asamblea General
2) Que la mesa de la Asamblea sea elegida por la misma.

18) Democratizar la información del Cogobierno y del Federal de la F.E.U.U. utilizando las carteleras.

19) Democratizar la información de concursos y becas para estudiantes. Cristalinidad y transparencia en las mismas.

20) Cumplir la ordenanza para la provisión de cargos de Grado 1 de la Facultad que en su Art. 4 sostiene: "(...) el 50% de los cargos docentes de Grado 1 correspondiente a cada servicio (Instituto, Departamento o sección), será reservado para estudiantes...".

21) Reactivar las Comisiones Asesoras de Area de todas las Licenciaturas, con participación de todos los delegados estudiantiles.

22) Procurar la participación con el fin de que los estudiantes sientan la problemática de la Facultad, que tanto incide en su vida académica.

23) Exigir que el idioma no sea una previatura.

24) Cumplimiento de las prácticas docentes de la Opción Docencia, en la Enseñanza Pública (Cumplimiento del Convenio).

25) Estudio de la implementación de un servicio de apoyo a estudiantes de Secundaria en la preparación de exámenes del área humanística.

26) Incentivar las diversas manifestaciones culturales con un sentido amplio, realizando jornadas, exposiciones, talleres, encuentros de estudiantes, apoyando iniciativas individuales y/o colectivas, dándoles la cobertura necesaria para su puesta a punto.

0122

9714222

092550

FACULTAD DE INGENIERIA

9714222

0123

FACULTAD DE INGENIERÍA 143

Orden Estudiantil

Lema:
Centro de Estudiantes
de Ingeniería
C.E.I. - F.E.U.U.

Asamblea General del Claustro

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1- Ernesto Bonilla

2- Alejandro Ribeiro

22 de octubre de 1997

0124 9914222

FACULTAD DE INGENIERÍA 144

Orden Estadiantil

Lema:
Centro de Estudiantes
de Ingeniería
C.E.I. - F.E.U.U.

Asamblea del Claustro de Facultad

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. Federico Lecumberry
2- Rafael Grompone
3- Jorge Visca
4- Guadalupe Artigas
5- Fiorella Haim
6- Lorena Etcheverry
7- Raúl Martínez
8- Julián Oreggioni
9- Mónica Aira
10- Raúl Canales
11- Pablo Fervenza
12- Diego Flores
13- Gabriel Cestau
14- Pablo Magano
15- Gabriel Rey
16- Javier Alliaume
17- Gonzalo Damonte
18- David Reina
19- Leandro Portela
20- Cecilia Fernández
21- Gonzalo Zorrilla de San Martín
22- Martín Pedemonte
23- Daniel García
24- Diego Simak
25- Walter Medvedeo
26- Gabriel Firme
27- Leonardo Steinfeld
28- Lucía Lafourcade
29- Gonzalo Torres
30- Leonardo Martínez

22 de octubre de 1997

9714222

0125

FACULTAD DE INGENIERÍA 145

Orden Estadiantil

Lema:
Centro de Estudiantes
de Ingeniería
C.E.I. - F.E.U.U.

Consejo de Facultad

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1- Gabriel Arambillete

2- Rodrigo Arizaga

3- Adrián Santos

4- Andrea Delgado

5- Diego Vallespir

6- Santiago Rivas

7- Mario Machado

8- Nicolás Sanguinetti

9- Javier Alliaume

22 de octubre de 1997

0126 9714222

FACULTAD DE INGENIERIA

ORDEN ESTUDIANTIL

CGU CEI **188**

LEMA:

CORRIENTE GREMIAL UNIVERSITARIA

DISTINTIVO: *CENTRO DE ESTUDIANTES DE INGENIERIA*

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1) Carla Pivel
2) Miguel Castro
3) Marcelo de los Santos
4) Ignacio Gomez
5) Sergio Moraez
6) Alberto Ponce

22 de octubre de 1997

0127

FACULTAD DE INGENIERIA

ORDEN ESTUDIANTIL

CGU CEI **189**

LEMA:

CORRIENTE GREMIAL UNIVERSITARIA

DISTINTIVO: *CENTRO DE ESTUDIANTES DE INGENIERIA*

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO

SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1) Ariel Alvarez Gebelin
2) Kristian Wedolowski
3) Pablo Castiglioni
4) Bernardo Rex
5) Sergio Nuñez Moraes
6) Santiago Zeballos
7) Agustin Cobas
8) Guillermo Castiglioni
9) Francisco Goriero
10) Diego Olave
11) Felipe Mendivil
12) Ignacio Durand
13) Pablo Canceia
14) Marcos Galan
15) Felipe Burgueño
16) Inés Corrente
17) Adriana Giaconi
18) Santiago Gutiérrez
19) Ignacio Gomez
20) Miguel Castro
21) Raul Domínguez
22) Carla Pivel
23) Marcelo de los Santos
24) Pedro Carlevaro
25) Martín López
26) Pablo Prato
27) Marcos Gonzalez
28) Leonardo Weigel
29) Luis Azevedo
30) Julio Morere

22 de octubre de 1997

9714222

Oficina de Trabajo

Programa de Inserción Laboral

Centro de Estudiantes de Ingeniería
Julio Herrera y Reissig 565- 1°subsuelo del IMFIA
Tel/fax.: 718353. Fax.: 715446. e-mail: oftrab@fing.edu.uy
URL: http://www.fing.edu.uy/~oftrab/

22 de Octubre de 1997

Sr./a. Ingeniero/a.

Desde 1994 hemos estado desarrollando un Programa de Inserción Laboral para estudiantes de ingeniería. El mismo tiene como objetivo fundamental, facilitar la inserción laboral de los estudiantes, a fin de complementar la actividad académica con la práctica técnico-profesional.

En el transcurso de estos tres años de gestión, la Oficina de Trabajo ha ido evolucionando, en base a la experiencia recabada, logrando así brindar un servicio ágil, eficiente y ajustado a las necesidades del mercado laboral.

Hoy nos dirigimos a Ud., con la finalidad de poner a su disposición este servicio. Así cuando detecte la necesidad de incorporar personal a su equipo de trabajo, puede contar con estudiantes altamente capacitados en cada área específica de la ingeniería, con muchas ganas de trabajar y superarse.

A tales efectos, la Oficina de Trabajo, cuenta con una Base de Datos, muy completa de estudiantes de ingeniería, donde Ud. podrá encontrar, la persona que mejor se adecua a sus necesidades, a un costo muy reducido.

Sin otro particular, quedando a su entera disposición, saludamos muy atte.

Oficina de Trabajo.

0128

9714222

FACULTAD DE MEDICINA

0129 9714222

FACULTAD de MEDICINA

orden estudiantil 122

lema: ***AEM ASCEEP FEUU***

distintivo: ***Una responsabilidad que no admite indiferencia***

asamblea general del claustro

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea General del Claustro

1- **HORACIO BOTTI ALSINA**
2- **IGNACIO OLIVERA MANGADO**
3- **JUAN MANUEL JONES PEREZ**
4- **JULIO LABORDE BERGER**
5- **ALEJANDRO POSSAMAI TORRES**
6- **SEBASTIAN DRAGO ANTUNEZ**

ASCEEP **FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY** FEUU

22 de octubre de 1997

0130

9714222

FACULTAD de MEDICINA
orden estudiantil
123

lema: *AEM ASCEEP FEUU*
distintivo: *Una responsabilidad que no admite indiferencia*

Asamblea del Claustro de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea del Claustro de Facultad

1- EDUARDO FERREIRA GUIDO
2- JORGE ROMERO DE AZEVEDO
3- SERGIO PAZ BRAVO
4- HORACIO BOTTI ALSINA
5- XIMENA CARRERA GARESE
6- MARIANA GUIRADO ARNABAL
7- DIEGO TOUYA OLSEN-BOJE
8- MARGARITA WSCHEBOR PELLEGRINO
9- XIMENA AGUIRREZABAL MUÑOZ
10- MARIANO VELAZQUEZ RAMOS
11- RICARDO PEREYRA RIESTRA
12- LAURA GARRE CASTRO
13- RODRIGO BECERRA BACHINO
14- PABLO BURGUEÑO FERNANDEZ
15- ANIBAL MARTINEZ BORGES
16- CARLA PALLARES BARRIOS
17- JONATHAN CONTARDI DERIGO
18- JIMENA ZORRILLA FERRES
19- ANDREA PITALUGA SANCHEZ
20- ALEJANDRO POSSAMAI TORRES
21- FABIAN MARTINEZ VERGARA
22- LUISA VASSILE MOREIRA
23- PEDRO ARRARTE BONOMI
24- HORACIO MENDEZ LOPEZ
25- GABRIELA PIRIZ ETCHEVERRY
26- FAUSTO MADRID KARLEN
27- SEBASTIAN DRAGO ANTUNEZ
28 MARTIN REBELLA FISCHER
29- FEDERICO BALDIAN VELAZCO
30- NICOLAS SGARBI LOPEZ

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

22 de octubre de 1997

0131

FACULTAD de MEDICINA
orden estudiantil
124

lema: *AEM ASCEEP FEUU*
distintivo: Una responsabilidad que no admite indiferencia

consejo de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para el Consejo de Facultad

1- ZAIDA ARTETA DALCHIELE
2- ALVARO DANZA GALDO
3- MARTIN REBELLA FISCHER
4- NICOLAS SGARBI LOPEZ
5- ANTONIO LUSTEMBERG GIASSANTI
6- LEONELLA LUZARDO DOMENICHELLI
7- JUAN MANUEL JONES PEREZ
8- LUIS NUÑEZ MILAN
9- CLAUDIO SILVERI FAJARDO

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

9714222

ESCUELAS DEPENDIENTES de
FACULTAD de MEDICINA

orden estudiantil 161

lema: *POR UNA UNIVERSIDAD PARTICIPATIVA*

Asamblea General del Claustro

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea General del Claustro

1- **Daniel Panasiuk Méndez**
2- **Natalie Bello Medina**
3- **Alicia Rocío Turrión Laborde**
4- **Silvia Lourdes Guillén Tejera**
5- **Ana Laura González De Souza**
6- **Crixia Liara Ruiz Clavijo**

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

22 de octubre de 1997

0132

9714222

ESCUELAS DEPENDIENTES de FACULTAD de MEDICINA

orden estudiantil

162

lema: *POR UNA UNIVERSIDAD PARTICIPATIVA*

Asamblea del Claustro de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea del Claustro de Facultad

1- David Bazán Fontes
2- Rafael Alejandro D'Arcangelo
3- Maira Rodriguez Clavijo
4- Maria Taño Rodriguez
5- Fausto Enrique Ahlers Gallo
6- Luana Noel Vázquez Del Pino
7- Enriqueta Curbelo Duro
8- Sylvia Sosa Bordoli
9- Isabel Bo Cabrera
10- Ketty Rodriguez Rodriguez
11- Crixia Ruiz Clavijo
12- Marcela Delgado Cavaliere
13- Glides Castro Saviotti
14- Ruth Donat Forastier
15- Silvia Guillén Tejera
16- Maria Rodriguez Acosta
17- Maria Barrios Romero
18- Yamila Emilia Bondad Norciglia
19- Flavia Migliónico Falcone
20- Silvana Santini González
21- Laura Paniagua Castillos
22- Guillermo Rodriguez
23- Elsa Fernández Martinez
24- Laura Prieto Ferreira
25- Maria Souberbielle Larrama
26- Silvia Velazco Olivera
27- Gladys Idiart González
28 Maria Hernández Rivero
29- Viviana Minervini Felgueiras
30- Fiorella Pucciarelli Canzani

ASCEEP

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

22 de octubre de 1997

0133

ESC. DEPEN DIENTE DE FAC DE MEDICINA

ESCUELAS DEPENDIENTES de FACULTAD de MEDICINA

orden estudiantil

163

lema: *POR UNA UNIVERSIDAD PARTICIPATIVA*

Consejo de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para el Consejo de Facultad

1- Flavia Migliónico Falcone
2- Fiorella Pucciarelli Canzani
3- Lorena Fernández Sánchez
4- David Bazán Fontes
5- Clara Costa Pereyra
6- Glides Castro Saviotti
7- Fernando Patiño Lema
8- Oscar De León Doello
9- Maira Rodriguez Clavijo

ASCEEP

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

22 de octubre de 199

9714222

094354

FACULTAD DE ODONTOLOGIA

9714222

0134

FACULTAD de ODONTOLOGIA
orden estudiantil 107

lema:CEO ***ASCEEP FEUU***

Asamblea General del Claustro

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea General del Claustro

1- **Gabriel Tapia**
2- **Martín Pippo**
3- **Javier Castro**
4- **Manuel Vico**
5- **Carolina Ferreira**
6- **Sebastián Maurente**

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

22 de octubre de 1997

0135

9714222

FACULTAD de ODONTOLOGIA
orden estudiantil 108

lema: ***CEO ASCEEP FEUU***

Asamblea del Claustro de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea del Claustro de Facultad

1-	LUCIANO BENTANCOR	16-	GONZALO BALDJIAN
2-	MANUEL VICO	17-	ALESSIA MOLINARI
3-	JAVIER CASTRO	18-	LAURA PEREZ
4-	GUSTAVO ZULAMIAN	19-	LAURA BAEZ
5-	PABLO PEREZ	20-	DANIEL GARRIDO
6-	FLORENCIA PEQUERA	21-	JUAN PEDRO FASOLI
7-	CARLOS SILVA	22-	ANA CORREA
8-	LUIS ARROYO	23-	GERARDO VERDIER
9-	SEBASTIAN MAURENTE	24-	CAROLINA BALTRONS
10-	LAURA BUELA	25-	VALERIA PICCO
11-	SILVIA PETRONE	26-	MARCIA SEVERGNINI
12-	GUSTAVO FERNANDEZ	27-	VALERIA LEITES
13-	ALICIA BARREIRA	28	MARIANA SEOANE
14-	GERMAN SACARELO	29-	GABRIEL SCORNAJENGCHI
15-	JAVIER BASS	30-	MARIELA GARCIA

ASCEEP **FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY** FEUU

22 de octubre de 1997

0136 9714222

FACULTAD de ODONTOLOGIA
orden estudiantil 109

lema: ***CEO ASCEEP FEUU***

Consejo de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para el Consejo de Facultad

1- JOSE MANUEL VICO
2- PABLO MARTIN PIPPO
3- CARLOS SILVA
4- ROSANA ROCCO
5- FLORENCIA PEQUERA
6- LEONARDO CAMARGO
7- SEBASTIAN MAURENTE
8- GUSTAVO FERNANDEZ
9- CAROLINA FERREIRA

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

22 de octubre de 1997

0137 9714222

0138

FACULTAD DE PSICOLOGIA

9714222

FACULTAD de PSICOLOGIA
orden estudiantil 121

lema: *CEUP ASCEEP FEUU*

Consejo de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para el Consejo de Facultad

1- Gabriel Picos Reissig
2- Fernando Martín Acquarone Pan
3- Mariana Drago Antúnez
4- Gustavo Durán Mari
5- Ignacio Revello Olivieri
6- Silvia Cristina Gadea García
7- Oscar Nelson Olivera Arellano
8- María Alejandra Gutierrez Gallo
9- Fernando Carlos Olivera Rodriguez

ASCEEP FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY FEUU

22 de octubre de 1997

0139

9714222

FACULTAD de PSICOLOGIA
orden estudiantil
120

lema: *CEUP ASCEEP FEUU*

Claustro de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para el Claustro de Facultad

1- Lidia Guadalupe Cabrera Bueno
2- Mariana Drago Antunez
3- Gustavo Durán Mari
4- Silvia Cristina Gadea Garcia
5- Ignacio Revello Olivieri
6- Marcelo Pablo Valverde Pouso
7- Pablo Salvador Catenaccio Soto
8- Guido Juan Campiglia Gaguardini
9- Flavio Edaru Viglietti Airaldi
10- Mariana Libertad Alberti Guarnerio
11- Paribanú Freitas De León
12 Raúl Fernando Solá Etchemendy
13- Ximena Macarena Mendez Barbato
14- Gabriela Laura Gadea Garcia
15- Fernando Carlos Olivera Rodriguez
16- Giancarlo Luciano Martelletti Barcelo
17- Marcela Isabel Cal Prunell
18- Ernesto Gabriel Etturri Magallanes
19- Laura Gessy Ballini
20- Jenny Rosa Prieto Bossi
21- Patricia Martinez Bustos
22- Luis Pablo Fernandez Velazco
23- Leonardo Martin Dorony Saturno
24- Javier Antonio Grotuiz Scarella

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

FACULTAD de PSICOLOGIA
orden estudiantil
119

lema: *CEUP ASCEEP FEUU*

Asamblea General del Claustro

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea General del Claustro

1- Gonzalo Damián Cammarota Pérez
2- Alvaro Ernesto Asti Barreiro

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

0140

22 de octubre de 1997

9714222

092552

FACULTAD DE QUIMICA

0141 9714222

FACULTAD de QUIMICA 125

orden estudiantil

lema: ***AEQ ASCEEP FEUU***

asamblea general del claustro

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea General del Claustro

1- **Javier Piriz**
2- **Alejandro Nario**
3- **Alejandro Sosa**
4- **Marcel Portugau**
5- **Patricia Carabelli**

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

22 de octubre de 1997

0142

9714222

FACULTAD de QUIMICA
orden estudiantil
126

lema: *AEQ ASCEEP FEUU*

asamblea del claustro de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea del Claustro de Facultad

1- Javier Piriz
2- Federico Pedemonte
3- Ruben Baltasar
4- Patricia Carabelli
5- Daniel Paz
6- Patricia Sopeña
7- Rosario Parodi
8- Mauricio Vega
9- Enrique Vila
10- Verónica Skerl
11- Sebastián Suarez
12- Norberto Miranda
13- Valeria de Angeli
14- Sebastián Herrera
15- Natalia Burgueño
16- Ximena Otegui
17- Victoria Barzilai
18- Pablo Herrera
19- Beatriz Arizaga
20- Ana Forischi
21- Alejandra Hermida
22- Gustavo Cabrera
23- Alejandra Benitez
24- Natalia Garcia
25- Martin Hernandez
26- Pablo Torres
27- Valeria Villar
28- Gustavo Galarza

ASCEEP FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY FEUU

22 de octubre de 1997

143

FACULTAD de QUIMICA
orden estudiantil
127

lema: *AEQ ASCEEP FEUU*

consejo de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Consejo de Facultad

1- José Chiazzaro
2- Javier Lezcano
3- Rodrigo Harispe
4- Patricia Revello
5- Néstor Salvatore
6- Luis González
7- Pablo Correa
8- Natalia Medero
9- Soledad Roselli

ASCEEP FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY FEUU

22 de octubre de 1997

9714222

032551

FACULTAD DE VETERINARIA

9714222

0144

FACULTAD de VETERINARIA

orden estudiantil

128

lema: ***AEV ASCEEP FEUU***

distintivo: *El compromiso que a todos nos une*

Asamblea General del Claustro

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea General del Claustro

1- **Fila, Danilo**
2- **Román, Javier**
3- **Passarini, José**
4- **Birriel, Ignacio**
5- **Navarro, Gastón**
6- **Ferreira, Gonzalo**

ASCEEP

FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY

FEUU

22 de octubre de 1997

0145

9714222

FACULTAD de VETERINARIA **orden estudiantil** 129

lema: *AEV ASCEEP FEUU*
distintivo: *El compromiso que a todos nos une.*

Asamblea del Claustro de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea del Claustro de Facultad

1-	Passarini, José	16-	Fila, Danilo
2-	Birriel, Ignacio	17-	Rodriguez Moreno, Ana
3-	Acosta, Líber	18-	García Lagos, Federico
4-	Roman, Javier	19-	González, Cristina
5-	Pedrana, Graciela	20-	Fontes, Ernesto
6-	Nogueira, Enrique	21-	Britos, Gonzalo
7-	Solari, Gustavo	22-	Spignola, Verónica
8-	Riccetto, Mauricio	23-	Ferreira, Gonzalo
9-	Gómez, Walter	24-	Solari, Marcelo
10-	Fumagalli, Fernando	25-	Pi, Alvaro
11-	Guerra, Juan José	26-	Romero, Verónica
2-	Campaña, Sebastián	27-	Aguilar, Gabriela
13-	Kelbauskas, Leticia	28-	Russi, Virginia
14-	Geremias, Virginia	29-	Varela, Rosario
15-	Bordalecou, Facundo	30-	Borlido, Claudia

ASCEEP FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY FEUU

22 de octubre de 1997

0146

FACULTAD de VETERINARIA **orden estudiantil** 130

lema: *AEV ASCEEP FEUU*
distintivo: *El compromiso que a todos nos une.*

Consejo de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para el Consejo de Facultad

1- Passarini, José
2- Román, Javier
3- Rodriguez Moreno, Ana
4- Birriel, Ignacio
5- Acosta, Líber
6- Nogueira, Enrique
7- Navarro, Gastón
8- Pedrana, Graciela
9- Gómez, Walter

ASCEEP FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY FEUU

22 de octubre de 1997

9714222

Facultad de Veterinaria
Orden: Estudiantes

155

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

Lema: NAEV - Nueva Agrupación de Estudiantes de Veterinaria

Distintivo: Agrupación "Dr. Marco Podestá"

(Sistema preferencial de Suplentes)

1.- Ariel Londinsky

2.- Deiner Farias

3.- Fernando Macedo

4.- María Eugenia Olmedo

5.- Karina Galliazzi

6.- Mauricio Nicoletti

22 de Octubre de 1997.-

9714222

0147

Facultad de Veterinaria
Orden: Estudiantes

156

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

Lema: NAEV - Nueva Agrupación de Estudiantes de Veterinaria

Distintivo: Agrupación "Dr. Marco Podestá"

(Sistema preferencial de Suplentes)

1.- Claudia Silveira	11.- Amira Benzión	21.- Margarita Affonso
2.- Patricia Richieri	12.- Miguel Galarraga	22.- María Eugenia Olmedo
3.- Juan José Buzzo	13.- Alvaro Clavijo	23.- Rafael Bermúdez
4.- Javier López Davyt	14.- Richard Núñez	24.- José Herrmann
5.- Deiner Farias	15.- Rossana Oribuela	25.- Karina Galliazzi
6.- Mariana Bailon	16.- Eduardo Silveira	26.- Esteban de Souza
7.- Martín Richero	17.- Fernando Macedo	27.- Alicia Bugayov
8.- Mauricio Nicoletti	18.- Milton Cattáneo	28.- Federico Sapriza
9.- Alberto Scarpa	19.- Mario Suarez	29.- Rodolfo Brazeiro
10.- Osvaldo Rojas	20.- Ariel Londinsky	30.- Pedro Dartayete

22 de Octubre de 1997.-

0148

Facultad de Veterinaria
Orden: Estudiantes

157

CONSEJO DE FACULTAD

Lema: NAEV - Nueva Agrupación de Estudiantes de Veterinaria

Distintivo: Agrupación "Dr. Marco Podestá"

(Sistema preferencial de Suplentes)

1.- Sebastián Fernández
2.- José Enrique Herrmann
3.- Milton Cattáneo
4.- Claudia Silveira
5.- Javier López Davyt
6.- Margarita Affonso
7.- Martin Richero
8.- Rafael Bermúdez
9.- Maykha Espinal

22 de Octubre de 1997.-

9714222

FACULTAD DE VETERINARIA

ORDEN ESTUDIANTIL

LEMA:

CORRIENTE GREMIAL UNIVERSITARIA

DISTINTIVO: AGRUPACION 23 DE NOVIEMBRE DE 1903
CGU-VETERINARIA

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1) Walter Páez Aguilar
2) Teodoro Acosta
3) Edelmar Siqueira
4) Julia Acosta
5) Fabricio Cal
6) Pablo Díaz

22 de octubre de 1997

0149

9714222

FACULTAD DE VETERINARIA

ORDEN ESTUDIANTIL

CGU

186

LEMA:

CORRIENTE GREMIAL UNIVERSITARIA

DISTINTIVO: AGRUPACION 23 DE NOVIEMBRE DE 1903
CGU-VETERINARIA

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO

SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1) Carlos Silva
2) Andrea Cariuccio
3) Ignacio Devincenzi
4) María Angélica Posadas
5) Gonzalo Simone
6) Gabriel Aguirre
7) Luisa Meirelles
8) Mauricio Allani
9) María José Irazoqui
10) Gabriel Gómez
11) Sebastián Nin
12) Cecilia Varzi
13) José Luis Borrelli
14) Walter Páez
15) Gabriela Batista
16) Natalia Pizzatti
17) Nicolás Achard
18) Mariana Rodríguez
19) Martín Alonzo
20) Andreína Caputto
21) María Pía Bidegain
22) Matilde Ottonello
23) Fernando Zabalo
24) Catherine Bonilla
25) Alejandro Morales
26) Ana Carina Tourn
27) Juan Cabara
28) Julia Acosta
29) Daniela Tambasco
30) Pablo Díaz

22 de octubre de 1997

FACULTAD DE VETERINARIA

ORDEN ESTUDIANTIL

CGU

187

LEMA:

CORRIENTE GREMIAL UNIVERSITARIA

DISTINTIVO: AGRUPACION 23 DE NOVIEMBRE DE 1903
CGU-VETERINARIA

CONSEJO DE FACULTAD

SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES

1) Sebastián Nin
2) Marcelo Laroche
3) Walter Páez
4) Ignacio Devincenzi
5) Carlos Silva
6) Marcelo Tarrech
7) Nelson García
8) Ignacio Beriao
9) Pablo Díaz

22 de octubre de 1997

9714222

ORDEN DE EGRESADOS

9714222

0151

092564

FACULTAD DE AGRONOMIA

0152 9714222

FACULTAD DE AGRONOMIA

534

ORDEN: EGRESADOS
LEMA: "INGENIEROS AGRONOMOS"

VOTO por los Ingenieros Agrónomos que se indican para integrar la
ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) DANIEL PAGLIANO

2) WALTER ARIAS

3) ENRIQUE ESTOL

4) JORGE DE ACEBEDO

5) PABLO FUREST

6) GONZALO ARROYO

22 de Octubre de 1997

9714222

0153

FACULTAD DE AGRONOMIA

536

ORDEN: EGRESADOS
LEMA: "INGENIEROS AGRONOMOS"

VOTO por los Ingenieros Agrónomos que se indican para integrar el
CONSEJO DE FACULTAD
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) ROBERTO VAZQUEZ PLATERO

2) ATILIO NARANCIO

3) EMIGDIO LAZBAL

4) MARTIN AGUIRREZABALA

5) JORGE DE ACEBEDO

6) DANIEL VARELA

7) A. ENRIQUE LLANES

8) GABRIEL CALDEVILLA

9) WALTER CARDOZO

0154

FACULTAD DE AGRONOMIA

535

ORDEN: EGRESADOS
LEMA: "INGENIEROS AGRONOMOS"

VOTO por los Ingenieros Agrónomos que se indican para integrar la
ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) GONZALO CIBILS	11) ANDRES GANZABAL	21) ILZA SERGIO
2) A.ENRIQUE LLANES	12) HECTOR TARALLO	22) WALTER ARIAS
3) ENRIQUE ESTOL	13) MARTA FRANCIS	23) HUGO CARDOZO
4 ALTER HILL	14) ALEJANDRO CASAMAYOU	24) ALVARO BAZZINO
5) PEDRO QUEHEILLE	15) JUAN MOLFINO	25) DANIEL VARELA
6) HORACIO RUSSELL	16) ALICIA CROSARA	26) WALTER CARDOZO
7) JUAN P. CARNELLI	17) NOLBERTO MODERNEL	27) GONZALO ARROYO
8) BENJAMIN BARREIRO	18) JACOBO PIÑEYRUA	28) DANIEL PAGLIANO
9) JORGE DE ACEBEDO	19) GABRIEL CALDEVILLA	29) ALBERTO FOSSATI
10) FELIX FUSTER	20) FRANCISCO MAZZITELLI	30) DIEGO PAYSSÉ

9714222

092563

FACULTAD DE ARQUITECTURA

0155

9714222

FACULTAD DE ARQUITECTURA

ORDEN: EGRESADOS

582

LEMA: **"SOCIEDAD DE ARQUITECTOS DEL URUGUAY"**

Voto por los siguientes candidatos arquitectos para miembros titulares y suplentes (sistema preferencial de suplentes) para la ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA.

1.- José Luis CANEL RODRIGUEZ
2.- Sergio SOMOZA OROZCO
3.- Amanda TIZZE LAVAGNA
4.- Francisco BONILLA MARCOS
5.- Perla COPPOLA BURAGLIO
6.- María Carmen BRUSCO PAYSSE

0156

22 de Octubre de 1997

9714222

FACULTAD DE ARQUITECTURA

ORDEN: EGRESADOS

584

LEMA: **"SOCIEDAD DE ARQUITECTOS DEL URUGUAY"**

Voto por los siguientes candidatos arquitectos para miembros titulares y suplentes (sistema preferencial de suplentes) para el CONSEJO DE LA FACULTAD DE ARQUITECTURA.

1.- Norberto CUBRIA MIGUEL
2.- Gonzalo ALTAMIRANO ABELLA
3.- Maria Rosa SORIA LOMBARDI
4.- Elena SVIRSKY STALOVICH
5.- Artigas DURAÑONA PICUN
6.- Eneida DE LEON
7.- Elena MAZZINI CASATROJA
8.- Hugo PEREZ RODRIGUEZ

22 de Octubre de 1997

0157

FACULTAD DE ARQUITECTURA

ORDEN: EGRESADOS

583

LEMA: **"SOCIEDAD DE ARQUITECTOS DEL URUGUAY"**

Voto por los siguientes candidatos arquitectos para miembros titulares y suplentes (sistema preferencial de suplentes) para el ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE LA FACULTAD DE ARQUITECTURA.

1.- Artigas DURAÑONA PICUN
2.- Alvaro LOPEZ GIRALDI
3.- Francisco BELTRAME ECHEVERRIA
4.- Arquimedes MANTA ARES
5.- Flor del Valle CALCAGNO VIGNA
6.- Sergio FLORIO MARTIGANI
7.- Marcelo AGUIAR PARDO
8.- Sara ABDALA SOUTO
9.- Eneida DE LEON
10.- José Luis OLIVERA VIGLIOLA
11.- Cliver ARMAND-UGON BERGER
12.- Gerardo PEREZ SOSA
13.- Hebert ICHUSTI ARAMUNI
14.- Maria Josefina PANDOLFO RENDO
15.- Maria Carmen BRUSCO PAYSSE
16.- Carla FEDER SVIRSKY
17.- Rodolfo JUANCHE GONZALEZ
18.- Diego RICHERO RODRIGUEZ
19.- Mónica PENNA GONZALEZ
20.- José Luis CANEL RODRIGUEZ
21.- Sylvia DOMINGORENA VINCENT
22.- Leonel MARTINEZ
23.- Aldo D'AGOSTO CASELLI
24.- Marta BONGIOVANNI PASO
25.- Anahi RICCA MONDON
26.- Juan Francisco VESPA SOSA
27.- Gloria Griselda BARRIOS CAMACHO
28.- Rosa LICHTENSZTAJN JEDLINA
29.- Mirna SIERRA VALLADARES
30.- Adolfo PIERI STORNI

22 de Octubre de 1997

9714222

Facultad de Arquitectura

Orden: EGRESADOS

543

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

Lema: «UNID - UNIVERSITARIOS INDEPENDIENTES»

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) **Arq. Carlos Maulone**
2) **Arq. César Loustau**
3) **Arq. Horacio Rodríguez Pardiño**
4) **Arq. Lorenzo Finocchio**
5) **Arq. Ana María Ruggia**
6) **Arq. H. Enrique Benech**

0158

22 de Octubre de 1997

9714222

Facultad de Arquitectura
Orden: EGRESADOS

544

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO
DE LA FACULTAD DE ARQUITECTURA

Lema: «UNID - UNIVERSITARIOS INDEPENDIENTES»

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) Arq. Humberto Bellora
2) Arq. Viviana Pesce
3) Arq. Óscar Fernández
4) Arq. Iris Mina de Bettinelli
5) Arq. Jorge Pérez Muñiz
6) Arq. Marcelo Fabani
7) Arq. Julio C. Zuppardi
8) Arq. Julio Villar Marcos
9) Arq. Susana Pascale
10) Arq. Pedro Rodríguez Costas
11) Arq. Juan A. Crispo Capurro
12) Arq. Salomón Chonowski
13) Arq. Armando Barbieri
14) Arq. Hugo Barbieri
15) Arq. Juan C. Mas Braga
16) Arq. Dinorah Costas
17) Arq. Claudio Villanueva
18) Arq. Mabel Norbis
19) Arq. Gonzalo Vidal
20) Arq. Guillermo Rodríguez Reborati
21) Arq. Ramiro Ruibal
22) Arq. Jorge Curzio
23) Arq. Ruben Prates
24) Arq. Alejandro Acosta y Lara
25) Arq. Alberto Guertein
26) Arq. León Feder
27) Arq. Mario A. Facello
28) Arq. Marcelo de Vita
29) Arq. Óscar Mezzottoni
30) Arq. Juan J. Casal Rocco

22 de Octubre de 1997

0159

Facultad de Arquitectura
Orden: EGRESADOS

545

CONSEJO DE FACULTAD

Lema: «UNID - UNIVERSITARIOS INDEPENDIENTES»

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) Arq. Lorenzo Finocchio
2) Arq. J. Perla Estable
3) Arq. César Loustau
4) Arq. Raúl Perazzo
5) Arq. Adolfo Pozzi
6) Arq. Luis García Pardo

22 de Octubre de 1997

9714222

092562

FACULTAD DE CIENCIAS

0100 9714222

Universidad de la República
Facultad de Ciencias
Secretaría de Asuntos Estudiantiles
Unidad de Ciencia y Desarrollo

ENCUESTA A LOS PROFESIONALES EGRESADOS DE FACULTAD DE CIENCIAS.

Setiembre de 1997

Con esta encuesta, la Facultad de Ciencias busca conocer mejor la situación de sus egresados; para ofrecerles mayor apoyo en su desempeño profesional, para trabajar por el reconocimiento de las profesiones científicas, y para actualizar la formación que ofrece a sus estudiantes.

A la Facultad le interesa especialmente conocer el panorama laboral de sus egresados, y las relaciones entre su desempeño profesional y su formación académica.

Por ello, la Facultad agradece a cada uno de sus egresados, la atención que brinde al cuestionario que sigue.

A. Datos personales

1. Nombre completo:.....

2. Edad: ☐☐

3. Sexo: 1.M ☐ 2.F ☐

4. Estado civil: 1.soltero/a ☐ 2.casado/a ☐
3.divorciado/a ☐ 4.viudo/a ☐
5.pareja ☐

5. Número de hijos: ☐☐

6. Edad de cada hijo: 1°. ☐☐ 5°. ☐☐
2°. ☐☐ 6°. ☐☐
3°. ☐☐ 7°. ☐☐
4°. ☐☐ 8°. ☐☐

B. Formación Académica.

B.1.Facultad de Ciencias

7. Licenciatura en:.....

0161 9714222

8. Año de ingreso: ☐☐☐☐

9. Año de egreso: ☐☐☐☐

B.2.Otro estudio universitario de grado

10. Título:.....

11. Año de egreso: ☐☐☐☐

12. Institución y país que entregó el título:.....

B.3.Diploma de posgrado

a. 13. Título de Master: .....

14. Especialidad:.....

15. Año de obtención del título: ☐☐☐☐

16. Institución y país que entregó el título:.....

b. 17. Título de Doctor: .....

18. Especialidad:.....

19. Año de obtención del título: ☐☐☐☐

20. Institución y país que entregó el título:.....

B.4.Otros cursos o especializaciones

a. 21. Nombre: .....

22. Año de finalización: ☐☐☐☐

23. Institución y país de realización:.....

b. 24. Nombre:.....

25. Año de finalización: ☐☐☐☐

26. Institución y país de realización:.....

0162 9714222

c. 27. Nombre:.....

28. Año de finalización: ☐☐☐☐

29. Institución y país de realización:.....

C. Situación laboral

Considere todo tipo de actividad, no sólo las relacionadas con la profesión.

30. ¿Trabaja o ha trabajado en los últimos 6 meses? 1.SI☐ 2.NO☐

31. Especificar:

32. Empresa o Institución	33. Trabajo público o privado (*)	34. Carga horaria semanal	35. Tipo de actividad (**)

36. (*) Marcar con una cruz si es trabajo honorario.
(**) Escriba el literal correspondiente a:
a. Profesional, directamente relacionada con su título
b. Docente en educación media
c. Docente en otras instituciones de carácter terciario
d. Docente en la Universidad
e. Semitécnico (actividad científica relacionada con su título, para la cual no es necesario el título de grado)
f. Otros

37. Para los que marcaron a) en el numeral 35, indicar las áreas a las que se vincula su trabajo profesional (máximo 3 opciones):

educación	[]	medio ambiente	[]
técnicas	[]	biotecnología	[]
básicas	[]	otros	

38. Para los que marcaron d) en el numeral 35, explicar brevemente en qué consiste su trabajo.

.....

.....

0163

9714222

39. Sus actividades vinculadas con la carrera, ocupan:

a. todo su tiempo laboral ☐
b. 3/4 partes de su tiempo laboral ☐
c. 1/2 de su tiempo laboral ☐
d. 1/3 de su tiempo laboral ☐

40. Los ingresos totales mensuales que percibe por trabajo directamente relacionado con su diploma en Ciencias, se encuentran en la franja de:

a. menos de $U 2.000 ☐
b. entre $U 2.001 y $U 5.000 ☐
c. entre $U 5.001 y $U 10.000 ☐
d. más de $U 10.000 ☐

41. Marcar, según su importancia (del 1=menor, al 3=mayor), los principales problemas de inserción laboral que enfrentan los graduados en Ciencias:

a. falta de oportunidades de empleo ☐
b. no reconocimiento de la profesión ☐
c. el perfil profesional no está en concordancia con los requerimientos del mercado laboral ☐
e. salarios no acordes a la profesión ☐
d. la formación brindada por la Facultad no es suficiente ☐

42. ¿Qué áreas del conocimiento, debería priorizar una Licenciatura en Ciencias?

1.....
2.....
3.....
4.....

43. Las diversas actividades propuestas en la Facultad, le habilitaron para presentar:

a. artículos y ponencias	si☐	no☐	lo básico☐	lo inicial☐
b. proyectos de investigación	si☐	no☐	lo básico☐	lo inicial☐
c. informes c/análisis estadísticos	si☐	no☐	lo básico☐	lo inicial☐

44. Nos interesa conocer sus sugerencias para encarar la solución a los problemas de la profesión.

.....
.....
.....

0164 9714222

45. De la lista siguiente, ¿cuáles deben ser, a su entender, las características primordiales de un docente de una Facultad de Ciencias?
Indicar valorando desde 1=menor a 3=mayor.

1. solvencia de conocimiento	1	2	3
2. realizar actividades de extensión	1	2	3
3. asistencia regular a clase	1	2	3
4. asistencia regular a consulta con los estudiantes	1	2	3
5. transmisión de la información con claridad	1	2	3
6. realizar investigación científica	1	2	3
7. utilizar recursos didácticos (video, transparencia, reproducciones, etc.)	1	2	3
8. facilitar la participación del estudiante	1	2	3
9. plantear el tema sin adecuarlo necesariamente al nivel de los estudiantes	1	2	3
10. vincular el contenido de los exámenes parciales con los temas del curso	1	2	3

46. ¿Qué comentario desea agregar sobre su experiencia educativa en la Facultad?

.....
.....
.....
.....
.....

47. ¿A qué dirección le enviamos materiales de la Facultad?

.....

48. ¿Cómo nos comunicamos con Usted?

1.fax: ☐☐☐☐☐☐☐

2. teléfono ☐☐☐☐☐☐☐

3. E.mail .....

Gracias por su colaboración

0165 9714222

FACULTAD DE CIENCIAS

585

ORDEN: EGRESADOS

Distintivo: LAS CIENCIAS COMO PROTAGONISTAS EN EL URUGUAY

Asamblea General del Claustro

(Sistema preferencial de suplentes)

1. Marcelo Loureiro Barrella (Lic. en Cs. Biológicas)
2. Beatriz E. Yannicelli de Olivera (Lic. en Cs. Biológicas)
3. Marcel Elías Achkar Borras (Lic. en Geografía)
4. Ana Laura Martino Carretta (Lic. en Cs. Biológicas)
5. Fabio Centurión Castelgrande (Lic. en Cs. Biológicas)
6. Enrique R. Peluffo Panizza (Lic. en Cs. Biológicas)

0166

22 de Octubre de 1997

9714222

C O

FACULTAD DE CIENCIAS

587

ORDEN: EGRESADOS

Distintivo: LAS CIENCIAS COMO PROTAGONISTAS EN EL URUGUAY

CONSEJO de FACULTAD

(Sistema preferencial de suplentes)

1. Bernardo R. Bertoni Jara (Lic. en Cs. Biológicas)
2. Gabriela Duarte Gavirondo (Lic. en Cs. Biológicas)
3. Javier R. García Alonso (Lic. en Cs. Biológicas)
4. Beatriz E. Yanricelli de Olivera (Lic. en Cs. Biológicas)
5. Gonzalo J. Bello Bentancor (Lic. en Cs. Biológicas)
6. Gisela Beldarrain Martinez (Lic. en Cs. Biológicas)
7. Fabio Centurión Castelgrande (Lic. en Cs. Biológicas)
8. Mariana Cosse Larghero (Lic. en Cs. Biológicas)
9. Ana Laura Martino Carretta (Lic. en Cs. Biológicas)

22 de Octubre de 1997

0167

FACULTAD DE CIENCIAS

586

ORDEN: EGRESADOS

Distintivo: LAS CIENCIAS COMO PROTAGONISTAS EN EL URUGUAY

ASAMBLEA del CLAUSTRO DE FACULTAD

(Sistema preferencial de suplentes)

1. Laura A. Quintana Aramburu (Lic. en Cs. Biológicas)
2. Mariana Cosse Larghero (Lic. en Cs. Biológicas)
3. Marcel Elías Achkar Borras (Lic. en Geografía)
4. Claudia D. Piccini Ferrin (Lic. en Cs. Biológicas)
5. Patricia M. Cortazzo Indico (Lic. en Cs. Biológicas)
6. Soledad Arocena Ponce de León (Lic. en Cs. Biológicas)
7. Rodolfo E. Vögler Santos (Lic. en Cs. Biológicas)
8. Ana Laura Martino Carretta (Lic. en Cs. Biológicas)
9. Ma. de las Mercedes Paradiso Giles (Lic. en Cs. Biológicas)
10. Adriana P. Pollini Fernandez (Lic. en Cs. Biológicas)
11. Enrique R. Peluffo Panizza (Lic. en Cs. Biológicas)
12. Silvia M. Villar Arias (Lic. en Cs. Biológicas)
13. Maria Cecilia Scorza Arlo (Lic. en Cs. Biológicas)
14. Marcelo Loureiro Barrella (Lic. en Cs. Biológicas)
15. Bernardo R. Bertoni Jara (Lic. en Cs. Biológicas)
16. Diego Marcos Mendizabal Sanguinetti (Lic. en Cs. Biológicas)
17. Enrique M. Boccardo Pierulivo (Lic. en Cs. Biológicas)
18. Inés Ponce de León Tadeo (Lic. en Cs. Biológicas)
19. Karim E. Armele Areco (Lic. en Cs. Biológicas)
20. Yamandú H. Marin Gutierrez (Lic. en Cs. Biológicas)
21. Oscar M. Galli Beduchaud (Lic. en Cs. Biológicas)
22. Virginia I. Cardozo Zuribí (Lic. en Cs. Biológicas)

22 de Octubre de 1997

9714222

Sr. Egresado de la Facultad de Ciencias

- Las únicas listas gremiales son las que llevan el lema "Por la defensa de los Profesionales en Ciencias Básicas" y sus números son 507, 508 y 509.
- Desde la creación de la Facultad el Orden Egresados ha votado unido bajo este lema.
- Son las únicas listas integradas con profesionales de todas las carreras de facultad, sin exclusiones.
- Hemos votado unidos bajo este lema por:
  - *Profesionalización de las carreras, realizando los gestiones pertinentes.*
  - *Ingreso a la Caja de Profesionales Universitarios*
  - *Priorizar el acceso de nuestros profesionales a las fuentes laborales*
  - *Mejorar la calidad de la enseñanza de grado y posgrado.*

EN SUMA: POR LA DIGNIFICACION PROFESIONAL Y POR FUENTES LABORALES, VOTE LAS UNICAS LISTAS GREMIALES

507 **508** **509**

Lema: "Por la defensa de los Profesionales en Ciencias Básicas"

FACULTAD DE CIENCIAS

ORDEN: EGRESADOS

507

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

Sistema Preferencial de Suplentes

1 - Adriana Dardanelli De Lucía (Biología)
2 - Víctor Martínez Luaces (Matemática)
3 - Magdalena Mandiá Bica (Geología)
4 - Adriana Blanco Rodríguez (Ocenografía Biológica)
5 - Pablo Mones Fernández (Biología)
6 - Raúl Somma Moreira (Biología)

22 de octubre de 1997

0168

9714222

Lema: "Por la defensa de los Profesionales en Ciencias Básicas"

FACULTAD DE CIENCIAS

ORDEN: EGRESADOS

508

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

Sistema Preferencial de Suplentes

1 - Miguel Angel Pravia Raposo (Biología)
2 - Florencia Irigoin Costa (Bioquímica)
3 - Daniel Pedro Forni Breccia (Ocenografía Biologica)
4 - Walter Raúl Heinzen Marziotto (Geología)
5 - Carlos Casini D'Errico (Biología)
6 - Adriana Da Silva Tavares (Biología)
- Dora Ruchansky Goldstein (Bioquímica)
8 - Magdalena Mandiá Bica (Geología)
9 - Ana María Barbieri Sesto (Matemática)
10 - Raúl Eduardo Somma Moreira (Biología)
11 - Ema Vico Rosa (Geografía)
12 - Beatríz Grucci González (Biología)
13 - Carlos Gómez Rifas (Geología)
14 - Elina Ordoqui Fernández (Bioquímica)
15 - Pablo Mones Fernández (Biología)
16 - Gabriela Silva Ubilla (Bioquímica)
17 - Leonardo De La Fuente (Bioquímica)
18 - Lucrecia Covelo (Biología)
19 - Francisco Santurión Piccininno (Biología)
20 - Alejandro Spiritoso Soriano (Biología)

22 de octubre de 1997

Lema: "Por la defensa de los Profesionales en Ciencias Básicas"

FACULTAD DE CIENCIAS

ORDEN: EGRESADOS

509

CONSEJO DE FACULTAD

Sistema Preferencial de Suplentes

1 - Ruben Agrelo Beheregaray (Biología)
2 - Paul Moizo Marrubio (Biología)
3 - Rosa Navarro Conde (Geología)
4 - Víctor Martínez Luaces (Matemática)
- Carlos Casini D´errico (Biología)
6 - Adriana Blanco Rodríguez (Ocenografía Biológica)
7 - Nelly Camporeale Calzada (Matemática)
8 - María Franca Rodríguez (Biología)
9 - Carlos Gómez Rifas (Geología)

0169

22 de octubre de 1997

9714222

092560

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS

0170 9714222

FACULTAD DE
CIENCIAS ECONOMICAS
Y DE ADMINISTRACION

513

ORDEN: EGRESADOS

LEMA:
POR EL FORTALECIMIENTO Y EL FUTURO DE LA UNIVERSIDAD

Asamblea General del Claustro
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. MARTHA JAUGE PELUFFO
2. JORGE MAHY GARCIA
3. BORIS FURMAN SVARTY
4. JULIO FORNARO ALDABALDE
5. ALFREDO ASTI CARLI
6. HUGO MARTINEZ QUAGLIA

22 de octubre de 1997

0171

9714222

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS Y DE ADMINISTRACION

514

ORDEN: EGRESADOS

LEMA:
POR EL FORTALECIMIENTO Y EL FUTURO DE LA UNIVERSIDAD

Asamblea del Claustro de Facultad
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. MARIA C. DEL CASTILLO MASSAFERRO
2. MIGUEL MUZIO VARELA
3. CARLOS ALVAREZ GIAMBRUNO
4. GABRIEL SLEPAC GRUDZIEN
5. DARDO ARIGON BACHINI
6. ALVARO BERTRAN WINS
7. CARLOS FERNANDEZ RAPETTI
8. MILTON BREZZO MACERA
9. JUAN GONELLA PAEZ
10. MARCELO CORREA PEREZ
11. ENIQUE BARRENECHEA ROVELLA
12. ELSA SAMACOITZ OROMI
13. GLADYS MARTINEZ GONZALEZ
14. MARIA CASTRO LOPEZ
15. BEATRIZ ESTELA SORIA
16. WALTER CHIESA RINDERKNECHT
17. SERGIO BARINDELLI ONETTO
18. ALFREDO ESTELLANO BALLETA
19. MILTON IBARRA DE LEON
20. LUIS LACRUZ SCANAROTTI
21. EDUARDO MAGGIOLI PEREZ
22. MARIANA PIAZZA CHOCA
23. MARIA LUCINSCHI IZQUIERDO
24. GRAZIELA ROMITI VINELLI
25. TERESA BORTOLI ESTELLANO
26. LILIANA CAMAROTTA CALDARELLO
27. EDUARDO FURMAN GRUDZIEN
28. JUPITER PEREZ PEREZ
29. JULIO VICARIO CALLICCHIO
30. JOAQUIN RAGNI TABAREZ

0172

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS Y DE ADMINISTRACION

515

ORDEN: EGRESADOS

LEMA:
POR EL FORTALECIMIENTO Y EL FUTURO DE LA UNIVERSIDAD

Consejo de Facultad
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1. HORACIO OREIRO PADULA
2. GONZALO TALAMAS LUCINSCHI
3. GUSTAVO SAMACOITZ OROMI
4. TOMAS POLGAR BOSCOVITZ
5. JACK CONJESKI MERJNSKI
6. POMPEYO RAGNI HERNANDEZ
7. JAVIER REBELLATO MARTINEZ
8. MARIO MALDINI CASTELLINI
9. ELBIO SCARONE DELGADO

22 de octubre de 1997

9714222

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS Y DE ADMINISTRACION

ORDEN DE EGRESADOS

LISTA **504**

Lema: **PLURALISMO PARTICIPATIVO**

VOTO POR LA PRESENTE LISTA Y SUS RESPECTIVOS CANDIDATOS

Organo a integrar: ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

Sistema preferencial de Suplentes

1- Beatriz MIGLIARO
2- Rubek LAPORTE
3- Samuel BREGMAN
4- Rosario PINTOS GIGENA
5- Luz CARLEVARO
6- María Fernanda SAUCEDO

22 de Octubre de 1997

0173

9714222

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS Y DE ADMINISTRACION

ORDEN DE EGRESADOS

LISTA **505**

Lema: **PLURALISMO PARTICIPATIVO**

VOTO POR LA PRESENTE LISTA Y SUS RESPECTIVOS CANDIDATOS

Organo a integrar: **ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD**

Sistema preferencial de Suplentes

1 - Herberto Saucedo
2 - César Rodríguez Batlle
3 - Conrado Hughes Alvarez
4 - Estela Benítez Campari
5 - Fredy Mayer
6 - Raquel Arzúa
7 - Elena Píriz
8 - Héctor Manduca
9 - Heber Arévalo
10 - Alicia Torres
11 - Andrés Sanguinetti
12 - Gonzalo Echeverría
13 - José Carlos López
14 - Angela Medina
15 - David Baranowicz
16 - Gabriela Laporte
17 - María Adela Basso
18 - Carlos Gómez Díaz
19 - Eduardo Zaidensztat
20 - Ignacio Frechou
21 - Agapito Alvarez Viera
22 - Alex Frydman
23 - Rosario Savio
24 - Rosario Blanco
25 - Juan Antonio Chiarino
26 - Ricardo Requena
27 - Andrés Fortunati
28 - Raúl Descalzi
29 - Rosario Berriel
30 - Miguel Levy

22 de Octubre de 1997

0274 9714222

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS Y DE ADMINISTRACION

ORDEN DE EGRESADOS

LISTA **506**

Lema: **PLURALISMO PARTICIPATIVO**

VOTO POR LA PRESENTE LISTA Y SUS RESPECTIVOS CANDIDATOS

Organo a integrar: CONSEJO DE FACULTAD

Sistema preferencial de Suplentes

1- Daniel MATHÓ
2- Daniel NAVARRO
3- Dora PACIELO RINALDI
4- Enrique ITURBURU
5- Osvaldo TOSCANO
6- Pedro SPIELMANN
7- Humberto CAPOTE
8- Dina BARROS DE SANGUINETTI
9- Roberto ACLE

22 de Octubre de 1997

9714222

0275

U.A.N.L.

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

0176 9714222

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

546

ORDEN EGRESADOS

Lema: Ciencias Sociales
para el desarrollo

Asamblea General del Claustro

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la
Asamblea General del Claustro

1. A.S. Beatriz Cristina FYNN
2. Soc. Fernando CASANOVA LARROSA
3. A.S. María del Carmen CANAVESSI
4. Lic. Salvador CARDARELLO
5. A.S. Estela GODOY GAMARRA
6. Soc. Gustavo LEAL FUENTES

22 de octubre de 1997

0177 3714222

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

547

ORDEN EGRESADOS

Lema: Ciencias Sociales
para el desarrollo

Asamblea del Claustro de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para la Asamblea del Claustro de Facultad

1. A.S. Eduardo ARCAUS
2. Soc. Marcelo CAGGIANI GIL
3. A.S. Rodolfo MARTINEZ
4. Soc. Walter MENENDEZ CHARBONNIER
5. A.S. Gustavo MACHADO
6. Soc. Gabriel CORBO MIRANDA
7. A.S. Mirta MACEDO
8. A.S. Alejandro CASAS
9. A.S. Eduardo BALIAN
10. Lic. Agustín SILVA ARRUE
11. A.S. Miriam LAUTARET
12. Soc. Javier PEREIRA BRUNO
13. A.S. Fernanda METHOL
14. Soc. Laura LATORRE REOLON
15. A.S. Julio GONZALEZ
16. Soc. Claudia ROMANO
17. A.S. Claudia IRIBARNE
18. A.S. Mariela DIPOLITO
19. A.S. Silvana NIEVES
20. Lic. Manuel PEREZ BRAVO
21. A.S. Vilma ACHERITOGARAY
22. Soc. María del Carmen MENENDEZ
23. A.S. Irene FERNANDEZ
24. Soc. Gustavo LEAL
25. A.S. Mariela SOLARI
26. Soc. Fernando CASANOVA
27. A.S. Gloria GUELMAN
28. A.S. Ileana SOUST
29. A.S. Ana Laura CAFARO
30. Lic. Ana Inés PEREZ GUIDOBONO

22 de octubre de 1997

0178 9714222

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

548

ORDEN EGRESADOS

Lema: Ciencias Sociales
para el desarrollo

Consejo de Facultad

Sistema Preferencial de Suplentes

Voto por la siguiente lista de candidatos para el Consejo de Facultad

1. A.S. Rosa DI BONO
2. Soc. Leopoldo FERNANDEZ
3. Lic. Ernesto CASTELLANO CHRISTY
4. A.S. Inés SUAREZ
5. A.S. Leo BENTOS
6. Soc. Julio CALZADA MAZZEI
7. A.S. Eduardo BALIAN
8. Soc. Laura LATORRE REOLON
9. A.S. Eduardo ARCAUS

22 de octubre de 1997

0179 9714222

092558

FACULTAD DE DERECHO

0180 9714222

Facultad de Derecho

Orden: EGRESADOS

540

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

Lema: «UNID - UNIVERSITARIOS INDEPENDIENTES»

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) **Dr. Edward Keuylian**

2) **Dra. Esc. Margarita Reyes Galván**

3) **Dr. José Luis Vera Izeta**

4) **Esc. Graciela María Tchakirian**

5) **Dra. Bethel Rodríguez**

6) **Esc. Ángel Arour**

22 de Octubre de 1997

0181

9714222

Facultad de Derecho
Orden: EGRESADOS

541

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE LA FACULTAD DE DERECHO

Lema: «UNID - UNIVERSITARIOS INDEPENDIENTES»

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) **Dra. Esc. Roxana Tejera Orende**
2) **Dr. Esc. Gabriel Souto**
3) **Dr. Nelson Duarte**
4) **Dr. Pablo Hübner**
5) **Esc. Roberto Callender Rospide**
6) **Dr. Indio Alejandro Borche**
7) **Dr. Hugo Weyler Merello**
8) **Dr. Enrique Risso Abadie**
9) **Esc. Regina Tochetto**
10) **Esc. Alejandro Artucio Molles**
11) **Dra. Sylvia Usher**
12) **Esc. Alvaro Duarte**
13) **Dra. María Elsa Rodríguez**
14) **Dra. Elba Pereyra**
15) **Dra. Leda Ramírez Calleros**
16) **Esc. Juan C. González Laborde**
17) **Dr. Jorge E. Maeso**
18) **Dr. Humberto R. Alfaro Mendoza**
19) **Esc. Ruben J. Volonté**
20) **Dra. Susana Nandin**
21) **Dr. Víctor Lissidini**
22) **Esc. Adriana Aramburu**
23) **Dr. Luis García Decuadra**
24) **Esc. Ana María Elhordoy**
25) **Dr. Raúl R. Menza**
26) **Dr. Alberto F. Cairo Sola**
27) **Dr. Bembollo Prieto**
28) **Esc. Alicia Lanzola**
29) **Dr. Eduardo W. Beltrán**
30) **Dra. Casilda Echevarría**

22 de Octubre de 1997

0182

Facultad de Derecho
Orden: EGRESADOS

542

CONSEJO DE FACULTAD

Lema: «UNID - UNIVERSITARIOS INDEPENDIENTES»

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) **Dra. Marjorie Raquel Werner**
2) **Dr. Salvador Brasca**
3) **Dr. José Luis Rios**
4) **Esc. Ramiro Tourreilles**
5) **Dr. Juan Carlos Gabito**
6) **Dr. Carlos Orihuela Tafernaberry**
7) **Esc. Susana Chao Peña**
8) **Dr. Pedro Achard**
9) **Dr. Daniel Hugo Martins**

22 de Octubre de 1997

9714222

FACULTAD DE DERECHO

ORDEN: EGRESADOS

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

537

Lema:
Por el Derecho y la Autonomía Univesitaria

Sistema Preferencial de Suplentes

1) Esc. Ana María Olano Fulgraff
2) Dr. Horacio Muniz Durand
3) Esc. Carlos Eduardo Parodi Rafuls
4) Dra. Beatriz Rovira Otero
5) Esc. Enrique Daniel Ballestrino Laporte
6) Dr. Rodolfo Canabal Díaz

22 de octubre de 1997

0183 9714222

FACULTAD DE DERECHO

ORDEN: EGRESADOS

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

538

Lema:
Por el Derecho y la Autonomía Univesitaria

Sistema Preferencial de Suplentes

1) Dra. Martha Abella De Fuentes
2) Esc. Vicente Cremanti Casas
3) Dr. Danilo Gariazzo Lara
4) Esc. Rudolf Buchner Dutine
5) Dra Liliana Cella Castro.
6) Esc. Alicia Delva Brusciani Gómez
7) Dr. Carlos Enrique Dubra Sowerby
8) Esc. Marcelo De La Fuente Lantean
9) Dr. Enrique Román Echeverría Cóppola
10) Esc. Atilio Luis Dall'Orso Odino
11) Dra. Graciela Zaccagnino Vassallucci
12) Esc. Beatriz Lara Rodriguez
13) Dr. Carlos Alberto Brum Etchegaray
14) Esc. Sara Ethel Castro Estevez
15) Dra. María del Carmen Bessio Pereira
16) Esc. Beatriz María Freire Muniz
17) Traduc. Pca. Alejandra Pérez Faverio
18) Esc. Pablo Rivera Ramentol
19) Dra. María Magdalena Piazza Millán
20) Esc. Ricardo Arostegui Aguiar
21) Dr. Héctor Manuel Erosa Garat.
22) Esc. Teresita María Salsamendi Esquiros
23) Dr. Hoenir Marcel Sarthou Calzavara
24) Esc. Carlos Marcos Keuylian Suhr
25) Dra. Blanca Grisel Arizeta Paipo
26) Esc. Carlos Melgar Giordano
27) Dra. Ana María Brian Nougreres
28) Esc. Juan Antonio Da Misa Rial
29) Dra. María Sara Paysse Rossi
30) Esc. Enrique José Crispino Nicolini

22 de octubre de 1997

0184 9714222

FACULTAD DE DERECHO

ORDEN: EGRESADOS

CONSEJO DE LA FACULTAD

539

Lema:
Por el Derecho y la Autonomía Univesitaria

Sistema Preferencial de Suplentes

1) Dr. Osvaldo Ximenez Strazzarino
2) Esc. Margarita María Cleffi Rodríguez
3) Dr. Juan Carlos Garín Passarelo
4) Esc. Jaime Pérez Jaim
5) Dr. Ronald Herbert
6) Esc. Mónica Margarita Curbelo Yon
7) Dr. Washington Alberto Puppo Lombardo
8) Esc. Susana María Zuloaga Foti
9) Dr. Elbio Eduardo Neyra Vila

22 de octubre de 1997

0185 9714222

092557

FACULTAD DE HUMANIDADES

0186 9714222

FACULTAD DE HUMANIDADES Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

525

ORDEN: EGRESADOS

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

LEMA:"Colegio de Licenciados en Humanidades y Ciencias del Uruguay"

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1.Pedro Carrau

2.Angel Cardozo

3.Fátima Pizzano

4.Daniela Bouret

5.Margarita Larriera

6.Ana Saravia

0187

22 de octubre de 1997.-

9714222

FACULTAD DE HUMANIDADES Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

526

ORDEN: EGRESADOS

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA : "Colegio de Licenciados en Humanidades y Ciencias del Uruguay".

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1.Cristina Montalbán
2.Angel Cardozo
3.Margarita Larriera
4.Helena Arrospide
5.Leticia Folgar
6.Nelly Da Cunha
7.Rossana Campodónico
8.Daniel Beluchi
9.Vania Markarian
10.Ana Saravia
11.Gladys Mabel Alvarez
12.Susana Cavellini
13.Daniela Bouret
14.Juan Labraga
15.Margarita Goday
16.Isabel Ezcurra
17.Iris Mendez
18.Luz Diez
19.Alvaro De Giorgi
20.Leonel Ferrando
21.María C.Ferrer
22.Amneris Piñero
23.Pedro Carrau
24.Sylvia De Bellis
25.Luis Irureta
26.Mariano Pioli

22 de octubre de 1997

0188

FACULTAD DE HUMANIDADES Y CIENCIAS DE LA EDUCACION

527

ORDEN : EGRESADOS

CONSEJO DE FACULTAD

LEMA:"Colegio de Licenciados en Humanidades y Ciencias del Uruguay"

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1.Fátima Pizzano
2.Amneris Piñero
3.Alvaro De Giorgi
4.Sylvia De Bellis
5.Rossana Campodónico
6.Raquel Erramouspe
7.Susana Burguez
8.Mario Consens
9.Luz Diez

22 de octubre de 1997

9714222

092556

FACULTAD DE INGENIERIA

0189

FACULTAD DE INGENIERIA

575

ORDEN: EGRESADOS

CONSEJO DE FACULTAD

LEMA: UNIDAD UNIVERSITARIA

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) - Martha Carámbula (Ingeniero Químico)
2) - Washington Durán (Ingeniero Químico)
3) - Alicia Raffaele (Ingeniero Químico)
4) - Gualberto Trelles (Ingeniero Químico)

22 de Octubre de1997.-

0190 9714222

C O

FACULTAD DE INGENIERIA (574)

ORDEN: EGRESADOS

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA: UNIDAD UNIVERSITARIA

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) - Gualberto Trelles (Ingeniero Químico)
2) - Martha Carámbula (Ingeniero Químico)
3) - Nilda Medina (Ingeniero Químico)
4) - Alicia Raffaele (Ingeniero Químico)
5) - Ana Robles (Ingeniero Químico)
6) - Hugo Oxoby (Ingeniero Químico)
7) - Washington Durán (Ingeniero Químico)
8) - Miguel Zunino (Ingeniero Químico)

22 de Octubre de1997.-

0191

O

FACULTAD DE INGENIERIA (573)

ORDEN: EGRESADOS

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

LEMA: UNIDAD UNIVERSITARIA

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) - Alfredo Alcarraz (Ingeniero Químico)
2) - Nilda Medina (Ingeniero Químico)
3) - Susana Muñiz (Ingeniero Químico)
4) - Ana Robles (Ingeniero Químico)

22 de Octubre de1997.-

9714222.

FACULTAD DE INGENIERIA

EGRESADOS

503

LEMA:

INGENIERIA DE HOY
PARA LA CONSTRUCCION DEL URUGUAY

Voto para el:

CONSEJO DE FACULTAD

a:

(Sistema preferencial de suplentes)

1. Ing. Ind. **Alvaro Delacoste**
2. Ing. Ind. **Asdrúbal Carranza**
3. Ing. Agrim. **Walter Muinelo**
4. Ing. Sist. **Schubert Gallo**
5. Ing. Elec. **Martín Ponce de León**
6. Ing. Quím. **Rafael Piriz**
7. Ing. Civil. **Alejandro Rossi**
8. Ing. Agrim. **Liliana Arhancet**
9. Ing. Ind. **Alberto Ortega**

22 de Octubre de 1997

9714222

0192

FACULTAD DE INGENIERIA

EGRESADOS

502

LEMA:

INGENIERIA DE HOY
PARA LA CONSTRUCCION DEL URUGUAY

Voto para la:

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

o:

(Sistema preferencial de suplentes)

1.	Ing .Ind.	Félix Azar	16.	Ing .Elec.	Ernesto Achkar
2.	Ing. Civil	Raúl Brusco	17.	Ing. Agrim.	Gastón Pereira
3.	Ing. Comp.	Félix Pimentel	18.	Ing. Sist.	Enrique Massonnier
4.	Ing. Quim.	Víctor Cristar	19.	Ing. Quim.	Alicia Carassus
5.	Ing. Mec.	Daniel Martínez	20.	Ing. Civil	Ricardo Magnone
6.	Ing. Agrim.	Joaquín Guijarro	21.	Ing. Elec.	Marcelo Alvarez
7.	Ing. Elec.	Pablo Chavarría	22.	Ing. Elec.	Anapaula Carranza
8.	Perito	Ariel Picardo	23.	Ing. Mec.	Juan Pedro Costa
9.	Ing. Civil	Julio Ricaldoni Carve	24.	Ing. Ind.	Gianfranco Premuda
10.	A/P	Ricardo Schreiber	25.	Ing. Elec.	Alejandro Scopelli
11.	Ing. Quim.	Osiris Paez	26.	Ing. Comp.	Aníbal Alvarez Frías
12.	Ing. Mec.	Osvaldo Tabacchi	27.	Ing. Ind.	Juan Grompone
13.	Ing. Agrim.	Leonardo Bulanti	28.	Ing. Agrim.	Jorge Rabin
14.	Ing. Elec.	Gonzalo Casas	29.	Ing. Civil	Hugo Roda
15.	Ing. Civil	Héctor Burone	30.	Ing. Ind.	Jaime Jerusalmi

22 de Octubre de 1997

9714222

0193

FACULTAD DE INGENIERIA

EGRESADOS

501

LEMA:

INGENIERIA DE HOY
PARA LA CONSTRUCCION DEL URUGUAY

Voto para la:

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

o:

(Sistema preferencial de suplentes)

1. Ing. Civil **Raúl Boado**
2. Ing. Agrim. **Ever Irisity**
3. Ing. Ind. **Enrique Sallés**
4. Ing. Quim. **Washington Durán**
5. Ing. Ind. **Walter Dura**
6. Ing. Sist. **Daniel Gascue**

22 de Octubre de 1997

9714222

0194

FACULTAD DE MEDICINA

9714222

0105

Facultad de Medicina
Orden: Egresados

528

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

Lema: Unid - Universitarios Independientes
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1 - Arturo Gómez Torelly
2 - Gabriel Casal
3 - Hugo Di Yorio
4 - Julio Correa Hors
5 - César de Lima
6 - Carlos Cuculic Arrieta

22 de octubre de 1997

0196

9711222

Facultad de Medicina
Orden: Egresados

530

CONSEJO DE FACULTAD

Lema: Unid - Universitarios Independientes
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1 - Juan Carlos Canesa Montero
2 - Alberto Chiarino Darnaud
3 - Héctor Puppo Touriz
4 - Mauricio Mirmer Rutstein
5 - José Mera Penedo
6 - Juan Di Giovanni Bruno
7 - Clemente Sazbon Sazbon
8 - Luis Felipe Algorta De León
9 - Roberto Masliah Galante

22 de octubre de 1997

Facultad de Medicina
Orden: Egresados

529

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

Lema: Unid - Universitarios Independientes
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1 - Fernando Acle	11 - José Rostkier	21 - Gerardo Eguren
2 - Adiz Gloria Sosa	12 - Carlos Albano	22 - Gonzalo Fernández
3 - Celia de Pró Paseggi	13 - Eduardo Figueredo	23 - Jorge Vázquez Netto
4 - Joaquín Montero	14 - Gustavo Martorano	24 - Luis Eduardo Vázquez Villamayor
5 - Dante Motta	15 - Alicia Mintegui	25 - Carlos Testoni
6 - Jorge Bermúdez Belbussi	16 - Jorge Chapper	26 - Güelfo Rufener
7 - Juan Iruleguy Rompani	17 - Mario Gomensoro	27 - Silvia Milano
8 - José Cougett	18 - Alvaro Berrutti	28 - Pedro Wolozsyn
9 - Sergio Orsi	19 - Gonzalo Amoroso	29 - Oscar Pedro Acosta
10 - Ramón Balás	20 - Ruben De María	30 - Jorge Mautone Frugone

0197

22 de octubre de 1997 9714222

FACULTAD DE MEDICINA
ORDEN: EGRESADOS
ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

516

LEMA
SINDICATO MEDICO DEL URUGUAY - FEDERACION MEDICA DEL INTERIOR

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1 YAMANDU SICA BLANCO

2 ITALO A. MOGNI SERRA

3 ESTELA B. PUIG QUIRUJA

4 LUIS R. GRIECO MELLAGRANA

5 ROBERT LONG VARANGOT

6 JUAN CARLOS MACEDO ORCASBERRO

22 de Octubre de 1997

0198 9714222

517

FACULTAD DE MEDICINA
ORDEN: EGRESADOS
ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

'EMA

SINDICATO MEDICO DEL URUGUAY - FEDERACION MEDICA DEL INTERIOR

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1 RAMON C. NEGRO ADAMI
2 PEDRO LOSANTOS MARQUEZ
3 PROBO PEREIRA DA SILVA
4 ANA GABRIELA DE LEON GONZALEZ
5 WASHINGTON BERMUDEZ SANTOS
6 ALEJANDRO N. CUESTA HOLGADO
. JOSE IGNACIO LICHA VILA
8 JULIO ALVES CARRERA
9 ANA TOMASCO PATIÑO
10 ALBERT CASAMAYOU DEL PINO
11 JORGE D'AVENIA REGIS
12 JOSE PEDRO GONZALEZ MURACCIOLE
13 ANDREA SIMEONE OLANO
14 CECILIA GOMEZ WASERSZTEIN
15 INES VIDAL CORTINAS
16 BARRET DIAZ POSE
17 LUCIA ARZUAGA GILBOY
18 MARIA AMELIA COLL VIDAL
19 MA. CRISTINA MAYADO CAPALDA
20 RUBEN GINDEL BEITLER
21 WINSTON ABASCAL BELOQUI
22 ANDRES MONTAÑO PAZ
23 MARTHA PATIÑO ALBERRO
24 SANTIAGO GUEREQUIZ GARCIA
25 ALICIA CERES VERDIER
26 WILSON ROBERTO VESCIA GARCIA
27 DANIEL DIAZ SUAREZ
28 MAURICIO AYCAGUER MARTINI
29 MAURICIO ARDUS CASTRO
30 MARIA ROSA REMEDIO GIORDANO

22 de Octubre de 1997

0199

9714222

518

FACULTAD DE MEDICINA
ORDEN: EGRESADOS
CONSEJO DE FACULTAD

LEMA
SINDICATO MEDICO DEL URUGUAY - FEDERACION MEDICA DEL INTERIOR

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1 JORGE LORENZO OTERO
2 SILVIO RIOS FERREIRA
3 CARLOS MONTEJO DUARTE
4 ITALO URUGUAY RUSSI MAINE
5 MILKA BENGOCHEA MONTERO
6 HERMANN GONZALEZ YOSI
7 JOSE G. ZURMENDI CAPUANO
8 RODOLFO PANIZZA DA MISA
9 IGNACIO LEZAMA JOOS

22 de Octubre de 1997

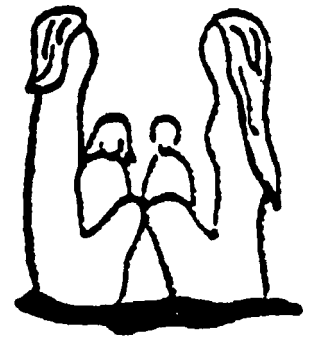
0200 9714222

SOMOS.... Organización no gubernamental (ONG) sin fines de lucro, fundada el 8 de Noviembre de 1995, integrada por un equipo multidisciplinario (Psicológico, Educacional, Social, Familiar y Jurídico) en coordinación con Instituciones Públicas y Privadas.

SOMOS.... pretende enfrentar como problema específico la amenaza de la vida por un sistema violento, en niños, niñas y jóvenes que, junto con su familia y comunidad han incorporado la violencia como forma válida de comunicación y relacionamiento.

Creemos imprescindible que, como prevención de la Violencia (Maltrato Infantil y Abuso Sexual) se instrumenten medidas de acción en favor de la Educación y Salud Sexual en niños, niñas y jóvenes.

SOMOS....



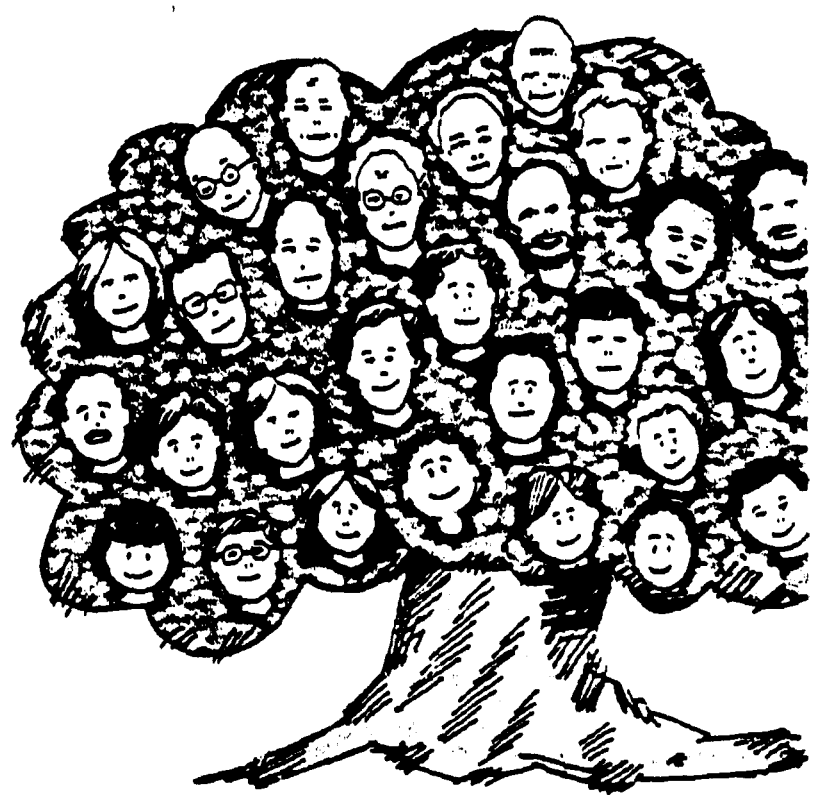
O.N.G.

Maltrato Infantil
Abuso Sexual
y Salud Sexual Popular

Av. 18 de Julio 2095 Apto. 208
Radio Aviso Tels. 924.924, 922.292
Códigos 6159, 6168

APOYA:
UNICEF URUGUAY

0201



Juntos y Unido
POR EL AMOR
A LA VIDA

SOMOS....

9714222 O.N

Entendemos por Violencia Familiar todo acto de fuerza física, verbal, coerción, privación comprometedora de la vida u omisión dirigida hacia uno o más individuos, que cause daño físico o psicológico, humillación o privación de la libertad.

Sentimos la necesidad comprometida y responsable de decirles que: difícilmente encontre[illegible]lguna familia o grupo humano que no esté dentro de las consideraciones sobre violencia en nuestra sociedad.

Sólo juntos
y unidos por el amor
seguiremos adelante.

Reconociendo
LA VIOLENCIA

- ✔ Chantaje emocional.
- ✔ Humillación, menosprecio.
- ✔ Descalificación emocional e intelectual.
- ✔ Discriminación.
- ✔ Autoritarismo.
- ✔ Castigo físico.
- ✔ Sometimiento.
- ✔ Generar miedo y culpa.
- ✔ Abandono.
- ✔ Acariciar a un niño/a en sus zonas privadas, sin su consentimiento.
- ✔ Acariciar a un niño/a en sus zonas privadas, con su consentimiento mediante el chantaje, engaño o seducción del adulto.
- ✔ El silencio, el insulto y la violencia verbal.
- ✔ Violación.
- ✔ Prostitución infantil.
- ✔ Incesto.
- ✔ Presión social ejercida sobre niños y niñas en el momento de su iniciación sexual.

Todos estos hechos violan los derechos de niños/as y jóvenes, de sus familias no posibilitando los procesos individuales, sociales y colectivos, como el respeto por el cuerpo, la valoración de sí mismo, de los otros, la identidad, la capacidad de dar y recibir amor, la posibilidad de sentir, la paternidad responsable y la convivencia solidaria y respetuosa en pareja, en familia y en comunidad. 0202

Áreas de acción

● ATENCIÓN DIRECTA

- ✔ Detectar la situación, problema, clarificación y seguimiento de la misma.
- ✔ Participación en talleres de niños de 4 a 13 años en situación de violencia.
- ✔ Abordaje familiar.

● PREVENCIÓN

- ✔ Promoción de los derechos del niño.
- ✔ Sensibiliz[illegible]uciones, organizaciones y cor[illegible]ad en violencia familiar, [illegible]exual y salud sexual.
- ✔ Conocimiento y respeto de su propio cuerpo, Ets, Sida, embarazo precoz, condición madre soltera y planificación familiar.

● ATENCIÓN JURÍDICA

- ✔ Asesoramiento puntual en derecho penal, derecho de familia y en materia de menores.

9714222

092552

FACULTAD DE QUIMICA

0203

9714223

FACULTAD DE QUIMICA Y FARMACIA

577

ORDEN: EGRESADOS

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA: INGENIERIA QUIMICA

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) - Enrique Morales (Ingeniero Químico)
2) - Carlos Pesok (Ingeniero Químico)
3) - José Sendín (Ingeniero Químico)

22 de Octubre de1997.-

FACULTAD I E QUIMICA Y FARMACIA

576

ORDEN: EGRESADOS

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

LEMA: INGENIERIA QUIMICA

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) - José Sendín (Ingeniero Químico)
2) - Heraldo Bianchi (Ingeniero Químico)

22 de Octubre de1997.-

0304

9714222

FACULTAD DE QUIMICA
Y FARMACIA

578

ORDEN: EGRESADOS

CONSEJO DE FACULTAD

LEMA: INGENIERIA QUIMICA

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) - Heraldo Bianchi (Ingeniero Químico)
2) - Enrique Morales (Ingeniero Químico)
3) - José Sendín (Ingeniero Químico)

Lema: "Asociación de Química y Farmacia del Uruguay"

FACULTAD DE QUIMICA

ORDEN: EGRESADOS

555

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

Sistema Preferencial de Suplentes

1 - Carlos Volonterio Rolando Q. F.
2 - Carmen Inés Villa Silva Q. F.
3 - Alicia Cayota Mendizábal Q. F.
4 - Silvia Ripoll Novoa Q. F.

0205

22 de Octubre de 1997.-

22 de octubre de 1997
9714222

Lema: "Asociación de Química y Farmacia del Uruguay"

FACULTAD DE QUIMICA

ORDEN: EGRESADOS

557

CONSEJO DE FACULTAD

Sistema Preferencial de Suplentes

1 - Rosa Isabel Eiraldi San Martín Q. F.

2 - Yolanda Sardi Marna Q. F.

3 - Mirtha Mónica Galán Pérez Q. F.

4 - Elizabeth M. Alberto Urrutia Q. F.

5 - Beatriz Bidegain Bianchi Q. F.

6 - Edelma María Ros Castro Q. F.

7 - Grisel Ivonne Fernández Pena Q. F.

8 - Susana Raquel Pertuso Rocco Q. F.

9 - Herta Schapira Kleingesicht Q. F.

22 de octubre de 1997 0206

Lema: "Asociación de Química y Farmacia del Uruguay"

FACULTAD DE QUIMICA

ORDEN: EGRESADOS

556

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

Sistema Preferencial de Suplentes

1) Miriam Yoli Gómez Vila Q. F.
2) María Del Lourdes Mallo Onetto Q. F.
3) Beatriz Elena Bidegain Bianchi Q. F.
4) María Lourdes Russo Pacheco Q. F.
5) Carlos Volonterio Rolando Q. F.
6) Alvaro Rolando Pereyra Veloz Q. F.
7) Herta Schapira Kleingesicht Q. F.
8) Diego Brito Ballek Q. F.
J) María Eugenia Vivero Gil Q. F.
10) María Esther Díaz Rodríguez Q. F.
11) María Isabel Vázquez Rodríguez Q. F.
12) Pedro Dellepiane Lamarque Q. F.
13) Lis María Zoppis Ibarburu Q. F.
14) Alicia María Galbarini Bozzo Q. F.
15) Nora Beatriz Gerpe Martínez Q. F.
16) María Esther Píriz Zuasnábar Q. F.
17) Celia Happel Carbia Q. F.
18) Susana Raquel Pertuso Rocco Q. F.
19) Claudia Marisa Toledo Delfino Q. F.
20) Ivonne Pombo Alvarez Q. F.
21) José Alberto Morales Gamarra Q. F.
22) Edelma Ros Castro Q. F.
23) Myriam de Oliveira Madeira Villegas Q. F.
24) Alicia Cayota Mendizábal Q. F.
25) Silvia Ripoll Novoa Q. F.
26) Carmen Inés Villa Silva Q. F.

22 de octubre de 1997

9714222

092551

FACULTAD DE VETERINARIA

0207 9714222

C

FACULTAD DE VETERINARIA

ORDEN: EGRESADOS

570

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

Lema:
SOCIEDAD DE MEDICINA VETERINARIA DEL URUGUAY

(Sistema preferencial de Suplentes)

1. Washington Battro
2. Julio García Lagos
3. Joaquín Rossi
4. Hugo Fontaíña
5. Luis Delucchi

Montevideo, octubre 22 de 1997

0303

O

FACULTAD DE VETERINARIA

ORDEN: EGRESADOS

571

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

Lema:
SOCIEDAD DE MEDICINA VETERINARIA DEL URUGUAY

(Sistema preferencial de Suplentes)

1. Joaquín Rossi
2. Luis Albornoz
3. Mario Alvarez
4. Carla Faliveni
5. Isabel Pereira
6. Carmela Dos Santos
7. Rodolfo Azaretto
8. Guillermo Piferrer
9. María Magdalena Recoba
10. Jorge Slavica
11. Carlos Grela
12. Hugo Martínez Cal
13. Carlos Moron
14. Alvaro Olivera
15. Hugo Fontaíña
16. Mauren Guadalupe
17. María Nela González
18. Alvaro Tura
19. Alejandro Costa
20. Alejandro Berrosteguieta
21. Daniel Salada
22. Rafael Díaz Bove
23. Hugo Trípodi
24. Ramón Juambelz
25. Francisco Muzio
26. Hugo Betancour
27. Emilio Javier Acosta
28. Juan Manuel Zapata
29. Daniel Alza
30. Omar Landeira

Montevideo, octubre 22 de 1997

9714222

FACULTAD DE VETERINARIA
ORDEN: EGRESADOS

572

CONSEJO DE FACULTAD

Lema:
SOCIEDAD DE MEDICINA VETERINARIA DEL URUGUAY

(Sistema preferencial de Suplentes)

1. Alejandro Costa
2. Alejandro Berrosteguieta
3. Mario Alvarez
4. Isabel Pereira
5. Alvaro Olivera
6. Daniel Rossi
7. Luis Delucchi
8. Antonio Carámbula
9. Daniel Alza

Montevideo, octubre 22 de 1997

0209

O

FACULTAD DE VETERINARIA

ORDEN: EGRESADOS

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO

LEMA: ***VETERINARIOS INDEPENDIENTES***

(Sistema preferencial de suplentes)

1 Daniel F. ORLANDO

2 Carlos CORREA

3 Guillermo LOCKHART

4 Oscar FERREIRA

5 Fernando NOVOA

6 Ariel M. FERNANDEZ COIROLO

22 de Octubre de 1997.-

9714222

FACULTAD DE VETERINARIA

ORDEN: **EGRESADOS**

CONSEJO DE FACULTAD

LEMA: ***VETERINARIOS INDEPENDIENTES***

(Sistema preferencial de suplentes)

1 Gabriel MARURI

2 J. R. LARROSA BOREAN

3 Gabriela IRIBAR

4 D. Alvaro FERNANDEZ

5 Adolfo BORTAGARAY

6 Daniel F. ORLANDO

7 Luis BARTZABAL

8 Tabaré SOBRERO

9 Marcela LOPEZ PEDRAGOSA

0210

FACULTAD DE VETERINARIA

ORDEN: **EGRESADOS**

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD

LEMA: ***VETERINARIOS INDEPENDIENTES***

(Sistema preferencial de suplentes)

1 Tabaré SOBRERO

2 Guillermo DE NAVA SILVA

3 Gabriel MARURI

4 D. Alvaro FERNANDEZ

5 Daniel F. ORLANDO

6 Gabriela IRIBAR

7 Alvaro BARTZABAL

8 Ariel M. FERNANDEZ COIROLO

9 Bibiana CUÑARRO

10 José L. SANABRIA

11 Adolfo BORTAGARAY

12 J. R. LARROSA BOREAN

13 Carolina JAUNSOLO DEBONI

14 Ana Ma. DE LOS SANTOS

15 Jorge SUPPARO

16 Ricardo MIGNONE

17 Fernando OTERO CAMA

18 Fernando NOVOA

19 Oscar FERREIRA

20 Guillermo LOCKHART

9714222

FACULTAD DE VETERINARIA

ORDEN EGRESADOS

510

LEMA:

POR LA PROFESION VETERINARIA (S.M.V.U.)

ASAMBLEA GENERAL DEL CLAUSTRO
(SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES)

1 JUAN ANTONIO DOGLIOTTI

2 CARLOS SOSA PRIETO

3 MARIA VICTORIA REPISO

4 JORGE BALTAR

5 CRISTINA RIOS ALVAREZ

6 RUBEN BERRETTA

Voto por la presente lista de candidatos

22 de octubre de 1997

0211/211

FACULTAD DE VETERINARIA

ORDEN EGRESADOS

511

LEMA:

POR LA PROFESION VETERINARIA (S.M.V.U.)

ASAMBLEA DEL CLAUSTRO DE FACULTAD
(SISTEMA PREFERENCIAL DE SUPLENTES)

1 MARIA VICTORIA REPISO

2 SUSANA BOEZIO

3 JUAN ANTONIO DOGLIOTTI

4 DANIEL RICCI

5 CARLOS SOSA PRIETO

6 DARDO RODRIGUEZ

7 HECTOR GARCIA PINTOS

8 CRISTINA RIOS ALVAREZ

9 HERMINDA ENART GULARTE

10 MARIA DEL CARMEN ALONSO

11 JUAN FRANCISCO GARCIA

12 CARLOS ENRIQUE PEREYRA

13 RUBEN BERRETTA

14 RONALD TRENCHI

15 RICARDO FACCIO

16 JUAN CARLOS ARAMBILLETE

17 CARLOS GUERRERO

18 JUAN A. SANCHEZ MENDEZ

19 JORGE BALTAR

Voto por la presente lista de candidatos

22 de octubre de 1997

9714222

Nº. DOCUMENTO 9714227
TITULO SITUACION DEL EMPLEO EN COLOMBIA
PROCEDE 180890
FECHA DE 31/10/97
VINCULADOS 11846 65963
10184 507513
11413
11322 507604
11165
01-18
9714227

XA3936

U ECOBT 10-09 00512
exg mun icx

FRANCIA-TRABAJO (Previsión)
JOSPIN QUIERE QUE AGENTES SOCIALES PACTEN SEMANA LABORAL

París, 9 oct (EFE).- El Gobierno francés tratará de que los sindicatos y la patronal negocien la reducción de la semana laboral a 35 horas en la conferencia nacional sobre salarios, empleo y tiempo de trabajo que comenzará mañana, viernes, en París.

A pesar de las diferencias que enfrentan a los agentes sociales, el gobierno de izquierda (socialistas, comunistas y verdes) de Lionel Jospin confía en que se llegue a un acuerdo que permita reducir el desempleo, que alcanza al 12,5 por ciento de la población activa.

La patronal y los sindicatos coinciden en la necesidad de buscar soluciones al paro masivo, pero difieren en las condiciones de reducción de la semana laboral de las 39 horas actuales a 35, propuesta que figuraba en el programa electoral de la izquierda en junio pasado.

La poderosa Confederación Nacional del Patronato Francés (CNPF) rechaza las peticiones sindicales de acortar la semana laboral sin merma de salario y la posibilidad de que el Gobierno pueda hacerla aprobar por ley.

Para la CNPF esa medida perjudicaría a la economía y llevaría, incluso, al cierre de empresas que atraviesan por dificultades financieras, lo que generaría todavía mayor desempleo.

Desde el Gobierno, tanto la ministra de Trabajo, Martine Aubry, como Jospin no son partidarios de que se reduzca la semana laboral y se mantengan los ingresos salariales.

Pero si el mismo Jospin calificó tal posibilidad de "antieconómica", los sindicatos argumentan que lo contrario implicaría un recorte del poder adquisitivo que perjudicaría el consumo y frenaría el crecimiento económico.

En un claro signo de advertencia al Gobierno, los sindicatos mayoritarios convocaron el miércoles una huelga de 24 de horas en la Sociedad Nacional de Ferrocarriles franceses (SNCF) y en los transportes públicos de París.

Sin embargo, el desafío sindical no logró la participación masiva de los trabajadores y sólo un 30 por ciento de ellos se sumó a la protesta que apenas tuvo incidencia en el funcionamiento de los transportes públicos.

El Partido Comunista, defensor del eslógan "35 horas semanales pagadas como 39", ha respaldado claramente la postura de los sindicatos, en abierto desacuerdo con los socialistas, fuerza mayoritaria en el Gobierno.

En el lado político adverso, la oposición de conservadores, liberales y centristas está dividida sobre la cuestión y se limita simplemente a abogar por medidas de flexibilización del mercado de trabajo.

Así, los principales líderes de la oposición, que se oponen a cualquier reducción del horario semanal sin el consiguiente recorte de sueldo, han evitado pronunciarse sobre la reunión en espera de los resultados.

El presidente francés, Jacques Chirac, se congratuló el pasado viernes en la cumbre franco-italiana de la declaración conjunta adoptada por Jospin y su colega, el primer ministro de izquierda italiano, Romano Prodi, en favor de la reducción de la semana

9714227

laboral a 35 horas.

En las reuniones previas a la celebración de la Conferencia, los agentes sociales y el Gobierno llegaron ya a acuerdos de principio en los que la reducción de jornada se aplicará de forma diferente en las pequeñas y medianas empresas. EFE

xb/aj/mcd/ik

10/09/09-06/97

9714227

DP5488

U ECOBT 10-10 00386
mun exg icx

FRANCIA-EMPLEO
COMIENZA CONFERENCIA SOBRE EMPLEO, SALARIO Y TIEMPO LABORAL

París, 10 oct (EFE).- La Conferencia sobre el Empleo, los Salarios y el Tiempo de Trabajo, que reune a representantes del Gobierno francés, la patronal y los sindicatos del país, comenzó hoy, viernes, en el palacio de Matignon, sede del Ejecutivo.

Se trata de "lanzar espacios de negociaciones con el objetivo central que necesita el país, el empleo", explicó minutos antes entrar a Matignon el primer ministro socialista Lionel Jospin.

En el centro de los debates, que deben concluir hacia las 18.00 horas (16.00 GMT), se encuentra la propuesta socialista de reducir el horario laboral a 35 horas sin modificar los salarios, para impulsar la creación de puestos de trabajo.

Junto con Jospin, se encuentran los ministros de Economía, Dominique Strauss-Khan; del Empleo, Martine Aubry; y del Presupuesto, Christian Sautter.

La patronal está representada por el Consejo Nacional de la Patronal (CNPF), las Confederaciones Generales de Pequeñas y Medianas Empresas (CGPME), la Unión Profesional Artesanal (UAP), la Unión Profesional de las Profesiones Liberales (UNAPL) y las organizaciones agrícolas representadas en la FNSEA.

Participan asimismo los cinco principales sindicatos franceses: Confederación General de Trabajadores (CGT), Confederación Francesa Democrática del Trabajo (CFDT), Fuerza Obrera (FO), Confederación Francesa de Trabajadores Cristianos (CFTC) y Confederación General Francesa de Cuadros (CFE-CGC).

El presidente de las CGPME, Lucien Refuffel, dijo haber venido a Matignon "esencialmente para decir no a una ley" sobre las 35 horas.

"Tenemos argumentos" importantes y quizá haya una puerta de salida para las "PME". Las Confederaciones vienen a "discutir con la mayor tranquilidad posible, a pesar de la relativa angustia que nos paraliza la garganta", agregó.

Louis Viannet, secretario general de la CGT, piensa que esta reunión debe aportar medidas "concretas y positivas", pistas que lleven "verdaderamente a otra política del empleo".

Según el secretario general de Fuerza Obrera, Louis Blondel, la patronal no estará sin duda "muy conciliadora", pero "vamos a poder influenciarla".

También poco antes de entrar a la reunión, Nicole Notat, secretaria de la CFDT, reconoció que "las cosas estaban tensas", pero expresó su deseo de que la reunión sea "decisiva" porque asi lo esperan los parados, los trabajadores y la opinión en general.
EFE

lg/pz/jff

10/10/08-11/97

9714227

07

Aísla a Francia plan antidesempleo

París - Mientras el primer ministro francés Lionel Jospin, los sindicatos y los empresarios se preparan para la reunión de hoy en que la se discutirá la reducción de la semana laboral a 35 horas, la idea de que esta política pueda ayudar a reducir el desempleo está desatando fuertes críticas en toda Europa.

Un gran número de economistas y empresarios sostienen que la reducción de la semana laboral de 39 horas, no tendrá impacto alguno sobre la tasa de desempleo francesa, de 12,5 por ciento. En cambio, **el efecto sería el de incrementar los costos laborales como horas extra, reducción de productividad y beneficios en muchas empresas, y haría de Francia una economía menos competitiva.**

Por el contrario, quienes impulsan la iniciativa, entre ellos los sindicatos franceses y belgas, y los comunistas italianos argumentan que se **preservarán los empleos existentes por reducción de horas trabajadas y que bajará el desempleo, ya que las empresas deberán contratar a nuevos empleados que trabajarán las horas suplementarias.**

Lionel Jospin sufrió, este miércoles, la huelga que organizaron los trabajadores del transporte para presionar al ala izquierda de su gobierno a cumplir con las promesas electorales, por lo que la reunión de hoy será una prueba política crucial.

Sin embargo, a nivel europeo, **Francia aparece aislada en esta posición en vistas a la conferencia sobre desempleo que tendrá lugar en**

Escribe
Alan Friedman
Especial de
International Herald Tribune
para Ambito Financiero

Luxemburgo el mes entrante.

Según un funcionario europeo, cuando la ministra de Empleo francesa, Martine Aubry, lanzó la propuesta de 35 horas en una reunión con sus pares de la Unión Europea, no tuvo ningún respaldo.

«Si fuera adoptada como política generalizada, crearía dificultades a las empresas, aumentando sus costos», sostuvo Padraig Flynn, Comisionado Europeo para Asuntos Sociales. Agregó que «la reducción puede ser útil sólo en algunos casos específicos, y cuando hay acuerdo entre empresas y sindicatos, y teniendo en cuenta las consecuencias sobre la competitividad».

Eric Chaney, economista de Morgan Stanley en París, afirmó que **«no es posible reducir las horas sin afectar la competitividad de las empresas francesas a menos que se recorten los salarios reales»**.

Para Jean Gandois, presidente de la CNPF (confederación patronal) los altos costos laborales y un mercado laboral extremadamente rígido son las verdaderas razones por las que Francia aparece como incapaz de crear nuevos puestos de trabajo.

«No creo que una ley deba imponer una semana laboral de 35 horas o de cualquier otra duración», aseguró. La visión, tanto de economistas como de analistas políticos, es que Lionel Jospin deberá echarse atrás con su promesa electoral. Lionel Jospin ha dejado entrever que podría impulsar una solución no legislativa, permitiendo que, caso por caso, empresas y sindicatos puedan negociar las reducciones de horas individualmente.

Sin embargo, incluso la izquierda es escéptica al respecto. El secretario general del sindicato de ferroviarios dijo por «Radio France» que «un gobierno de izquierda no es en sí mismo una garantía de mejoras significativas para los trabajadores».

Este debate, tan sensible políticamente no está restringido a Francia. En Italia, la idea de forzar una semana laboral de 35 horas es una de las plataformas de los comunistas, que ayer terminaron de derribar al gobierno de Romano Prodi.

AF 10-10

9714227

05

XA4441

R ECOBT 10-13 00514
mun exg icx

FRANCIA-EMPLEO
PARLAMENTO APRUEBA PRIMERA LEY SOCIALISTA

París, 13 oct (EFE).- La ley del plan empleo-jóvenes se convirtió hoy, lunes, en el primer texto de ley del nuevo Gobierno socialista francés aprobado con carácter definitivo por la Asamblea Nacional, con 170 votos a favor, diez en contra y dos abstenciones.

La ley contó con el apoyo de socialistas, comunistas, radicales y verdes, y con la oposición de los grupos parlamentarios de la minoría conservadora formada por Reagrupación para la República (RPR) y Unión para la Democracia Francesa (UDF).

El debate parlamentario sobre esta ley presentada por la ministra del Empleo, Martine Aubry, se caracterizó por su rapidez.

El texto pasó el jueves en segunda lectura por el Senado sin que sus miembros lo examinasen, por lo que la Asamblea Nacional no tuvo que añadir ninguna modificación a las ya aportadas el 7 de octubre en primera lectura.

Esta ley constituye la primera parte de la estrategia del Gobierno socialista francés para crear empleo.

Gracias a ella se quiere dar acceso al mundo laboral a 350.000 jóvenes de 18 a 26 años en el marco de contratos-empleo de cinco años.

El segundo gran capítulo del proyecto gubernamental socialista es el proyecto de ley para la reducción del horario laboral a 35 horas sin reducción salarial antes del año 2.000.

Anunciado el viernes en la Conferencia Nacional sobre los Salarios, el Empleo y el Tiempo Laboral, este texto todavía no redactado recibió hoy lunes un duro golpe con la dimisión del presidente de la patronal francesa, Jean Gandois.

El presidente del CNPF dejó su cargo por considerarse un "negociador" y no un "matador", como el que en su opinión necesitarán las empresas francesas para defenderse de ese nuevo proyecto de ley socialista.

Gandois aseguró que "las empresas no van a tener otra posibilidad que la de luchar muy duro, sin piedad" y que "el diálogo social se va a interrumpir".

Ni el Gobierno ni la ministra del Empleo comentaron su decisión, ya que tanto Matignon como Aubry dijeron no tener nada que decir sobre el funcionamiento interno de una organización.

El Partido Socialista francés lamentó, no obstante, la decisión de Gandois, porque estimó "hoy es la hora de la negociación, no de la guerra".

Según explicó a la televisión LCI el ex presidente de la Comisión europea, Jacques Delors, Gandois no podía continuar al frente del CNPF "en el clima de guerra fría desatado por algunas cabezas de la patronal".

Para Delors, Gandois, de 67 años, a la cabeza de la patronal francesa desde 1994, es un hombre "de una gran apertura a lo social".

El ex presidente expresó asimismo su inquietud por la actitud del CNPF que "crea en Francia un mal clima en un momento en que todos los países europeos tienen que hacer frente a la mayor mutación que hemos conocido desde el fin de la guerra".

Para el secretario general de la Confederación General de Trabajadores (CGT), Louis Viannet, la dimisión de Gandois "augura

mal, muy mal, lo que puede ocurrir en la evolución de los meses futuros".

El ex ministro de Educación conservador Francois Bayrou estimó que la dimisión del presidente de la patronal es un "triple mal signo", para la empresa, para el método gubernamental y para el futuro de las relaciones sociales. EFE

lg/mc/rt

10/13/19-42/97

9714227.

04

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDE
FECHA
VINCU

DP6082

R ECOBT 10=13 00593
icx mun exg

EUROPA-EMPLEO (Análisis)
UTOPIA Y POLEMICA DE LAS 35 HORAS SEMANALES

Por Ramón Luis Acuña

Madrid. 13 oct (EFE).- El trabajo es la idea fija de los europeos: o tienen demasiado o no tienen ninguno.

Francia innova otra vez y proyecta repartirlo: contra viento y marea va adelante con las 35 horas semanales.

No se puede decir que esta decisión haya logrado la unanimidad ni dentro ni fuera del país, los empresarios franceses se han encolerizado con el anuncio del primer ministro Lionel Jospin de instaurar por ley la semana de 35 horas a partir del año 2000 y la prensa europea fustiga este propósito.

Para el periódico británico "The Independent", las 35 horas semanales son un "eslogan anticuado" porque tal como van las cosas, según un minucioso estudio citado por la publicación, sólo la mitad de los trabajadores activos de Europa tendrán un empleo a tiempo completo en el año 2010.

En realidad. toda Europa está de acuerdo en una cosa: el divorcio entre el trabajo y el empleo para toda la vida ha sido consumado y no hay posibilidad de reconciliación.

Otra certeza de los economistas: el crecimiento económico solo, aunque sea sostenido, no es suficiente para generar puestos de trabajo.

Ante estos nuevos axiomas, todos los países echan su cuarto a espadas y ensayan fórmulas más o menos felices.

Francia asegura que puede reducir de 39 a 35 horas la semana laboral sin recortar los salarios y los observadores se preguntan cómo. Objetivo prioritario francés: liberar puestos de trabajo para otros trabajadores. Nueva pregunta: ¿cómo?

El diario italiano "Corriere della Sera" se ha puesto a la cabeza de la manifestación contra las 35 horas sosteniendo que reducir el tiempo de trabajo no crea empleo y que es mejor incentivar en cambio la formación profesional y la movilidad.

"Cuidado: con las 35 horas semanales las empresas pueden tener la tentación de automatizar más la producción y de destruir aún más puestos de trabajo", dicen otros lúcidamente, como el diario sueco Dagens Nyheter.

Son sólo dos ejemplos en el mar de críticas que ha levantado la audaz iniciativa francesa, suscitadora de un sinfín de discusiones en la perspectiva de la cumbre de los Quince sobre el empleo del 20 y 21 de noviembre próximo.

Con la izquierda en el poder en Francia ni en 1936 ni en 1981 se han desgajado nuevos empleos con la disminución de la duración semanal del trabajo, se argumenta en todas partes.

Pero ya los trabajadores de dos países sueñan con alcanzar la nueva utopía: Francia e Italia.

El europeo medio sabe que su esperanza de vida ha aumentado extraordinariamente pero también es consciente de que no puede disfrutarla: cada vez trabaja más tiempo para no perder su empleo.

Las 35 horas semanales francesas se presentan como un remedio general pero ya en muchas partes de Europa se habían abordado soluciones particulares, y cada país ensaya una u otra fórmula.

Se trabaja 35 horas semanales desde 1995 en el sector siderúrgico de Alemania, que empieza a implantar también la media

9714227

jornada para los mayores de 55 años.

En Dinamarca se consiguió reducir el paro de 12.3 a 8 por cien entre 1993 y 1997 con distintos sistemas: readaptación, formación permanente e incluso... rotación entre parados y asalariados.

En Bélgica, el "patrón de patrones" francés, Jean Gandois, que tanto se opone a las 35 horas en Francia. implantará en su empresa Cockerill Sambre en 1999 la semana de 37 horas de trabajo, pagadas 34, a cambio de 17 días de vacaciones suplementarias.

Pero la "solución-milagro" del paro parece tenerla el comisario europeo para Asuntos Monetarios, Yves-Thibault de Silguy, para quien no hay duda alguna que el efecto benéfico de la llegada del euro generará -ni más ni menos- que doce millones de puestos de trabajo en Europa. EFE

Rla/jmc

10/13/18-18/97

09

9714227

XH9419

U ECOBT 10-13 00528
mun icx

ESPAÑA-ECONOMIA
SINDICATOS PIDEN REDUCIR A 35 HORAS SEMANA LABORAL

Madrid, 13 oct (EFE).- Los sindicatos mayoritarios pidieron hoy al Gobierno español seguir el ejemplo de Francia y reducir a 35 horas la semana laboral para ayudar a combatir el desempleo.

El sindicato procomunista Comisiones Obreras (CCOO) afirmó en un comunicado. difundido hoy, que la decisión del Gobierno francés de reducir la jornada laboral a 35 horas semanales a partir del año 2000 ha abierto un debate "que será inevitable abordar en el resto de países de la Unión Europea".

Según CCOO, el rechazo del Gobierno español a la propuesta francesa es "incomprensible", al situarse "a la defensiva ante un reto que exige una posición más abierta y responsable" de las instituciones europeas, los empresarios y los sindicatos.

La iniciativa francesa pretende, dijo CCOO, acompañar las declaraciones formales en torno al fomento de empleo de propuestas concretas, por lo que consideró imprescindible recuperar alguna de las ideas del Libro Blanco de Jacques Delors, el ex presidente de la Comisión Europea, como aumentar las inversiones hasta el 23 o el 24 por ciento del PIB para crear más puestos de trabajo.

También el secretario general del sindicato socialista Unión General de Trabajadores (UGT), Cándido Méndez, afirmó hoy que "el Gobierno debe reflexionar seriamente sobre la conveniencia de reducir la jornada laboral en nuestro país como mecanismo para generar empleo".

Lo que debe hacer el Gobierno español, es aprender de las iniciativas emprendidas por Francia, "ya que hasta ahora ha sido incapaz de generar empleo", dijo Méndez, y opinó que "el Gobierno socialista francés está desarrollando iniciativas muy interesantes que deben de ser observadas por España con interés y respeto".

El líder sindical recordó que "UGT ya tiene una vía abierta con la patronal para tratar la redistribución del tiempo de trabajo, es decir, la reducción de la jornada a 35 horas y la eliminación de las horas extraordinarias para generar empleo".

En caso de llegar a un acuerdo con los empresarios, Méndez afirmó que "vamos a reclamar al Gobierno que reforme la legislación para que la reducción de jornada se aplique con carácter general, ya que es una medida que se debe tomar, sobre todo si tenemos en cuenta que el desempleo en España duplica a la media comunitaria".

En España el desempleo afecta al 20 por ciento de la población activa.

También Pedro Vaquero, portavoz de política social y empleo de Izquierda Unida (IU), tercera fuerza política española, defendió hoy la reducción, por ley, de la jornada laboral a 35 horas semanales, al considerar que si se deja la medida sólo en manos de la negociación colectiva, "se va a quedar en agua de borrajas".

Según Vaquero, IU ha presentado una interpelación urgente en este sentido para que el Congreso inste al Gobierno a redactar un proyecto de ley en este sentido en el plazo de tres meses.

Para el diputado de IU, esta medida, junto con la reducción de las horas extraordinarias, es "necesaria y de carácter urgente", ya que "la reforma laboral no está dando los frutos convenientes y esperados" en cuanto a la creación de empleo.

10

9714227

Indicó, además, que esta iniciativa es "tímida", ya que el objetivo final de la Confederación Europea de Sindicatos es lograr que la jornada laboral quede en 32 horas semanales. EFE
nal/Hma

10/13/19-54/97

10/13/19-57/97

9714227

11

Los empresarios franceses estan de luto y en pie de guerra

Tras la renuncia de su presidente, la entidad que agrupa a la patronal francesa anunció la adopción de una "línea dura" para combatir "sin tregua" el proyecto socialista de reducir a 35 horas la semana laboral. Los empresarios dicen que Jospin los "traicionó".

Página 12

Por Eduardo Febbro
Desde París

El Patronato Francés está al borde de una crisis de nervios. La decisión tomada el viernes pasado por el gobierno socialista de Lionel Jospin de reducir a 35 horas el período legal de la semana laboral a partir del 1° de enero del 2000 provocó un terremoto sin precedentes en los círculos empresariales de Francia. Hecho inédito en la historia del país, la poderosa agrupación de los patrones, el Centro Nacional del Patronato Francés –CNPF– perdió su presidente el lunes y ayer esbozó la línea dura que adoptará para combatir "sin tregua" el proyecto socialista.

Jean Gandois, líder del centro patronal donde están los mejores amigos del presidente Carlos Menem, abandonó la agrupación que dirigía desde 1994 con un sentimiento de fracaso personal. Un sector patronal le reprocha no haber sabido oponerse con todas las armas de su rango a la nueva norma laboral. La patronal francesa, que esperaba sólo una concertación nacional sobre las 35 horas, se encontró con que el dispositivo iba a ser introducido mediante una ley. En vez de la flexibilización que tanto reclaman los liberales, Jospin, cumpliendo con una de las principales promesas electorales, presentó un programa mixto: concertación sancionada mediante una ley. El Patronato Francés considera hoy que los socialistas lo traicionaron, que el principio de las 35 horas es aberrante y que en ningún país de Europa se ha probado que la reducción de la semana laboral haya servido para crear empleos.

El clima de trinchera que reina en Francia no tiene precedentes. Ni siquiera en 1981, luego de la victoria del socialista François Mitterrand, el Centro Nacional del Patronato Francés había adoptado una posición tan dura. La medida de lo que le espera al gobierno está perfectamente graduada en las declaraciones del renunciante: "Soy más bien un negociador antes que un asesino", dijo Gandois haciendo referencia a la guerra a la que el Patronato va a lanzarse para frenar la instauración de las 35 horas semanales. El círculo de dirigentes hace un análisis radicalmente opuesto al del gobierno. Para el Patronato, pasar de 39 horas semanales a 35 sin pérdida de salario sólo puede acarrear un incremento del costo de la mano de obra, la disminución de la productividad y un bloqueo mayor del mercado laboral. La ley anunciada por Jospin va en contra de todas las prácticas liberales defendidas por la patronal, en especial la demanda de una mayor flexibilización. La actitud combativa del Patronato y la renuncia de su dirigente se explica en mucho por la metodología del proyecto de ley. En vez de ser un texto de orientación general, de impulso y de incitación, el primer ministro cortó por lo sano y presentó un proyecto que torna obligatorio el paso a las 35 horas en el año 2000. "Una calamidad" que puso al Patronato al rojo vivo y al gobierno en una situación delicada.

La ministra de Trabajo francesa, Martine Aubry, habla en el Parlamento frente a Lionel Jospin.

El gobierno se ha puesto firme con su decisión de reducir la semana laboral. Los empresarios trinan.

Como él mismo se definió, Gandois era, entre todos, un "patrón de diálogo", más bien consensual y opuesto a cualquier defensa a ultranza de los corporativismos. Su papel al frente del Patronato Francés era esencial en las negociaciones sociales, tanto más cuanto que, en Francia, las grandes decisiones se toman mediante una serie de negociaciones entre los actores sociales del país. En ese contexto y de cara a los sindicatos, el CNPF y su presidente son piezas claves del intercambio social. Precisamente, una de las primeras armas que el CNPF va a sacar es la ruptura del diálogo social: se acabaron los pactos multisectoriales consensuados. Ahora se avecina, según los términos de Gandois, un mano a mano "asesino". El hombre que lo reemplazará organizará la batalla contra la ley. La ira del Patronato Francés es tanto más feroz cuanto que la institución que los agrupa se siente víctima de un "complot socialista". Presentes en la Conferencia sobre el trabajo, los salarios y los horarios donde se anunció la reducción de la semana laboral, los dirigentes patronales aseguran que no se esperaban nunca una "ley obligatoria, con una fecha límite para su aplicación". La guerra total prometida por los círculos empresariales augura difíciles momentos para el gobierno de Jospin. A su manera, el renunciante presidente del CNPF era "un aliado" de los socialistas y compartía con Jospin el gusto por "el diálogo fértil". Quien lo reemplazará va a representar la línea liberal de la derecha que perdió en mayo las elecciones legislativas anticipadas. Quedan pocas dudas de que en Francia gobierna la izquierda. El domingo, las familias adineradas del exclusivo distrito 16 de París manifestaron en la calle en "defensa de la familia" para protestar por la supresión de las ayudas sociales que el Estado otorgaba a quienes empleaban sirvientas. Ayer son los patrones quienes, con un lenguaje de guerra civil y amenazas de todo tipo, se sienten víctimas del socialismo.

Guerra: ***El clima de trincheras no tiene precedentes. Ni siquiera luego de la victoria de Mitterrand, el Patronato Francés adoptó una posición tan dura.***

P12 1510
9714227
12

DF6472

R ECODT 10-16 00354
mun icx

ESPAÑA ECONOMIA
EMPRESARIOS RECHAZAN REDUCCION JORNADA LABORAL

Zaragoza (España), 16 oct (EFE).- La principal organización empresarial española expresó hoy su oposición a que en España se reduzca la jornada laboral a 35 horas semanales, para ayudar a combatir el desempleo, el principal problema económico del país.

El presidente de la Confederación de Organizaciones Empresariales Españolas (CEOE), José María Cuevas, afirmó en Zaragoza (nordeste español), que la reducción de la jornada laboral para combatir el desempleo es "sólo un experimento que aumenta los costos de las empresas y pone en peligro su competitividad".

Cuevas destacó la buena marcha de la economía española y expresó su satisfacción porque, dijo, desde que la patronal logró en mayo un acuerdo de la reforma laboral con los sindicatos, se han creado 300.000 nuevos puestos de trabajo indefinidos.

Sin embargo, consideró que para crear más empleo, más que reducirse la jornada laboral, se deben crear "mejores condiciones" para que la economía española siga creciendo.

El presidente de la principal agrupación empresarial española entraba así al debate abierto en España desde que el Gobierno francés anunció la semana pasada que reducirá la jornada laboral a 35 horas semanales a partir del año 2000, "sin bajar los sueldos".

Los sindicatos mayoritarios de España han pedido al Gobierno del presidente José María Aznar seguir el ejemplo de Francia, pero el ministro de Industria, Josep Piqué, ya descartó el pasado sábado que se vaya a considerar esa iniciativa.

Cuevas afirmó que la medida anunciada por el presidente francés, Lionel Jospin, es "más un experimento que una realidad", y añadió que esta idea es la mayoritaria en Europa.

A su juicio, la reducción del tiempo de trabajo "no sería una garantía" para conseguir aumentar el empleo, ya que esta fórmula "sólo" es útil para intentar que el empleo no se destruya.

Los sindicatos, sin embargo, creen que la propuesta francesa ha abierto un debate "que será inevitable abordar en el resto de países de la Unión Europea", por lo que han pedido al Gobierno reflexionar seriamente la conveniencia de aplicar esta medida.

En España el desempleo afecta a algo más del 20 por ciento de la población activa. EFE
NAL/HMA/JMA

10/16/20-50/97

9714227

EL 65% DEL EMPRESARIADO ESTÁ EN CONTRA DE LA IDEA DE REDUCIR EL HORARIO

Chirac rechazó propuestas de Jospin

El presidente francés tensionó la cohabitación con el socialismo al manifestar su oposición a una reducción de la semana laboral a 35 horas

El presidente francés, Jacques Chirac, arremetió ayer por segunda vez en dos días contra sendas decisiones del primer ministro socialista Lionel Jospin, tensando así de nuevo la cohabitación entre el conservador jefe del Estado y su gobierno de izquierdas.

Chirac aprovechó un desplazamiento oficial a provincias para criticar en Clermont-Ferrand (centro de Francia) la decisión de Jospin de legislar la reducción de la semana laboral a 35 horas e implantarla, a partir del año 2000, en las empresas con más de 10 trabajadores.

El proyecto del gobierno sólo puede hacerse "a través del diálogo y la concertación"

Si el miércoles Chirac expresó "reservas" en el consejo de ministros semanal por la ley de emigración que acababa de aprobar el gabinete de Jospin (socialistas, comunistas y verdes), el presidente francés censuró abiertamente ayer la iniciativa reductora del tiempo de trabajo.

Ante numerosos pequeños y medianos empresarios de varios países europeos reunidos en el "Salón Europartenariado", Jacques Chirac descalificó implícitamente el proyecto que piensa imponer el gobierno al señalar que acortar la semana laboral sólo puede hacerse "a través del diálogo y de la concertación".

A sólo tres días del inesperado anuncio de dimisión del presidente del Consejo Nacional del Patronato Francés (CNPF), Jean Gandois, en protesta por la iniciativa de Jospin, Chirac sintonizó de hecho con la mayoría del empresariado al decir que "la aspiración natural a trabajar menos horas no debe comprometer la competitividad de las empresas francesas".

PRIMERA BATALLA

A la vez que censuraba una medida de gobierno y abría lo que el diario Le Monde calificó de "una de las primeras verdaderas batallas de la cohabitación", Jacques Chirac hacía suya la actitud contraria a la semana de 35 horas que, según una encuesta del diario económico La Tribune, rechaza el 65% de los empresarios.

Al mismo tiempo, recuperó espacio político frente a un indeseado, pero escrupulosamente respetado, gabinete surgido de las elecciones parlamentarias del pasado mes de junio que él mismo provocó al disolver innecesariamente la Asamblea Nacional (cámara baja) un año antes del fin de la legislatura. *(EFE)*

14 9714227

Europa, el desempleo y la tentación de las 35 horas

El Parlamento Europeo rechazó ayer por poco margen la semana laboral de 35 horas, promovida por Francia y aceptada por Italia. Detrás de la idea hay un desempleo de 40 millones de personas.

La semana laboral de 35 horas divide a Europa, aunque por ahora no demasiado estruendosamente. El país en el que más revuelo produjo fue Francia, donde el gobierno socialista de Lionel Jospin trató de introducirla en una conferencia de sindicatos y patrones que terminó con gritos de guerra de clase por parte de estos últimos. El gobierno centroizquierdista de Romano Prodi en Italia aceptó las 35 horas como parte de un compromiso con el partido Refundación Comunista para entrar a la moneda única europea (el euro), pero ese acuerdo regirá solamente por el año y pico que queda para la inauguración del euro y no para el año 2001, que es cuando se espera que se aplicará la medida. Ayer, las 35 horas estuvieron bajo consideración en el Parlamento Europeo –que no tiene poderes resolutivos–; la votación favoreció ajustadamente al no, por 237 votos contra 229, y el 20 y 21 de noviembre tendrá lugar en Luxemburgo una cumbre europea sobre el empleo que se espera que toque este tema.

La propuesta de las 35 horas –en contraste con las 40 actuales– es un intento de redistribuir el trabajo existente, en un continente donde el desempleo afecta a 40 millones de desempleados, con países cuyas tasas de desocupación no bajan del doble dígito y que en algunos casos –como España– llegan al 22 por ciento. El gobierno de Jospin ha sido el más activo en este frente, agregando a las 35 horas un plan para crear 350.000 empleos públicos para los jóvenes, y aun así cumplir con los requisitos de entrada al euro, que postulan un déficit público no superior al 3 por ciento del Producto Bruto Interno. Hasta hace poco, la posibilidad de cuadrar este círculo parecía irreal, pero un informe de la semana pasada de la Comisión Europea habla de una recuperación y adelanta tasas de crecimiento tales que casi todos los candidatos al euro podrían entrar en la fecha prevista –el 1º de enero de 1999–, dejando al resto la posibilidad de integrarse después. Aun así, las patronales europeas rechazan en general las 35 horas, y en todo caso prefieren que la medida se decida en negociaciones bilaterales entre el capital y los sindicatos.

Las patronales sostienen que la semana de 35 horas aumentaría el costo del trabajo y mellaría la competitividad exterior de las empresas, favoreciendo su traslado a países de salarios más bajos. Martin Bangemann, comisario europeo de Industria, no ahorró adjetivos para la iniciativa francesa, calificando la reducción de jornada como "un veneno para el empleo". Criticó además "la hipocresía" de los sindicatos y de los políticos que afirman que su prioridad es bajar el desempleo "mientras hacen exactamente lo contrario de lo que se debe hacer". No obstante, es cierto que la semana laboral se ha venido reduciendo progresivamente desde las 70 u 80 horas del siglo pasado sin que el resultado fuera una catástrofe. A esto se contesta que las reducciones fueron siempre el resultado de grandes expansiones económicas, cuando la demanda de empleo sobraba y no faltaba. Pero, por otra parte, también es cierto que no hay ninguna evidencia empírica para probar los efectos negativos del plan, simplemente porque no se lo ha ensayado nunca en una escala nacional. Por el momento, las experiencias se limitan a acuerdos parciales entre sindicatos y patronos en Alemania y Holanda, a los que estaría por sumarse Austria, donde una serie de grandes compañías industriales han acordado semanas de unas 34 horas con ligeras reducciones salariales.

Que este debate florezca al borde de la moneda única no parece accidental. El euro despierta grandes desconfianzas en el continente, y no sólo entre los votantes. El motivo es que la moneda única no implica un país único, y por lo tanto no supone que se podrá compensar la situación de los países menos favorecidos con impuestos tributados en aquellos de mayor desarrollo. Y, como el euro implica que los gobiernos no podrán acudir a sus tradicionales resortes de maniobra, las 35 horas parecen una alternativa.

AFP

Romano Prodi (izq.) tuvo que aceptar a regañadientes la semana de 35 horas para el año 2001.

Pero Lionel Jospin la impulsa sin retaceos, y le agrega un plan de empleo para 350.000 jóvenes.

9714227 2210

Nº [illegible]0
TITULO
PROC[illegible]
FEC[illegible]

DP8282

R ECOBT 10-30 00366
mun

ESPAÑA=CUMBRE EMPLEO
GOBIERNO ESTUDIA REFORMAR DESEMPLEO SIN REDUCIR SUBSIDIOS

Madrid, 30 oct (EFE).- El Gobierno español estudia reformar la protección al desempleo incentivando la búsqueda de trabajo y combatiendo más el fraude, y aplicando medidas especiales para los afectados sin reducir las ayudas a los desempleados.

Así lo afirmaron hoy los ministros españoles de Economía, Rodrigo Rato, y de Trabajo, Javier Arenas, al presentar las propuestas que llevará España a la Cumbre Europea del Empleo, que se celebrará en Luxemburgo el 20 y 21 de noviembre.

Los ministros insistieron en que la reforma no pasa, en ningún caso, por una reducción de las ayudas a los desempleados, porque "no es adecuado decir que la protección social desincentiva la búsqueda de empleo", dijo Rato, quien añadió que la subvención es un instrumento de solidaridad "que el Gobierno respalda".

El Gobierno estudia también elevar las aportaciones a los fondos de desempleo para los trabajadores con contratos temporales, medida que, según Arenas, podría aprobarse a finales de año con el fin de fomentar el empleo estable.

Con el mismo objetivo de incentivar el trabajo estable, España propondrá en la Cumbre del Empleo bonificar los contratos estables, especialmente entre los colectivos más desfavorecidos, y el impulso del contrato indefinido a tiempo parcial, para el que el Gobierno estudia rebajas impositivas.

El ministro de Trabajo, sin embargo, insistió en que su Gobierno no es partidario de reducir la jornada laboral mediante una norma legal, como se ha propuesto en Francia e Italia, sino que la reordenación del tiempo de trabajo debe producirse a través de la negociación colectiva, según la situación de cada empresa.

Rato explicó que la mejor política social que puede hacerse es la creación de empleo, aunque precisó que en este terreno el Gobierno no debe actuar como empleador, sino poniendo las condiciones para que se creen puestos de trabajo.

Entre esas condiciones citó la creación de marcos fiscales y de estabilidad que incentiven la contratación, así como la eliminación de trabas y rigideces en el mercado laboral.

Para Rato, que también es vicepresidente segundo del Gobierno, las pequeñas y medianas empresas deben ser objeto de una atención especial, dado que la mayor tasa de empleo se crea en ese sector.
EFE

Nal/Hma/jpg

10/30/20-14/97

9714227

16

XH9921

U POXBT 10-31 00592
mun exg icx

ESPAÑA-ECONOMIA
AZNAR DECLARA NO ES PARTIDARIO DE REDUCIR LA JORNADA LABORAL

Tokio, 31 oct (EFE).- El presidente del Gobierno español, José María Aznar, declaró hoy que no es partidario de reducir la jornada laboral, pero sí que las empresas ajusten sus horarios a las necesidades de producción.

En la última jornada de su visita oficial a Japón, Aznar abrió el viernes su agenda con un encuentro organizado por las Cámaras de Comercio de ambos países, ante cuyos representantes habló acerca del debate que se da en toda Europa sobre la reducción de la jornada laboral, después que en Francia se aprobara que fuera de 35 horas semanales.

El jefe del Ejecutivo español afirmó que "no creo que reduciendo la jornada laboral y pagando a los trabajadores lo mismo que se les pagaba antes de reducirla se vaya a crear empleo. Más bien pienso lo contrario".

Afirmó que no tiene iniciativa alguna para reformar la jornada laboral en su país, pero sí para que aquellas empresas que tengan que ajustar sus horarios laborales de producción lo puedan hacer.

Con carácter general, dijo que no es partidario de modificar la jornada laboral "y mucho menos si no produce consecuencias salariales", y agregó que sí defiende la "flexibilidad y adaptabilidad de las jornadas a las condiciones de producción y competencia de las empresas".

Recordó que el vicepresidente económico y ministro de Hacienda español, Rodrigo Rato, y el ministro de Trabajo, Javier Arenas, presentaron el jueves en Madrid la propuesta española con vistas al Consejo Europeo extraordinario sobre empleo.

Aznar aseguró que esa cumbre comunitaria debe ratificar la marcha de los socios de la UE hacia la moneda única, refrendar las políticas macroeconómicas de estabilidad y la idea sobre que la disciplina económica no es contradictoria sino básica para el crecimiento económico y para la creación de empleo.

Expresó también su opinión que es la flexibilización en torno a la empresa lo que puede crear mayores condiciones de trabajo.

Reconoció que el desempleo es un "problema serio", aunque destacó que la creación de puestos de trabajo en su país "no tiene parangón" en Europa, como lo prueba el hecho que la mitad de los empleos que se prevé crear en la UE el año que viene serán en España.

En su intervención ante los empresarios, el presidente del Gobierno habló de la reforma laboral consensuada en España por los agentes sociales como de la más importante en la Historia del país y subrayó que se ha conseguido en medio de la "paz social".

Insistió Aznar en que su Gobierno seguirá impulsado una política reformista y liberalizadora, de la que habrá pruebas en las próximas semanas en los sectores del gas e hidrocarburos.

Sobre las relaciones entre España y Japón, Aznar dijo que habrá nuevas acciones de cooperación económica y cultural.

Confirmó que los Reyes de España, Juan Carlos y Sofía, vendrán a Japón en los próximos meses para asistir a los Juegos Olímpicos de invierno que se celebrarán en Nagano y en marzo lo hará el Príncipe de Asturias, Felipe de Borbón, para estar presente en la Expo-consumo de Tokio, la feria con la que España pretende

(1)

9714227

fomentar su imagen en el país nipón.

Manifestó que en el siglo XXI los políticos tendrán menos importancia que las organizaciones sociales y dijo de sí mismo que sólo estará en los primeros años del próximo siglo.

También comentó que se ha enterado que el sonido del apellido Aznar significa en japonés "la promesa que se cumple mañana".

Los presidentes del Comité de Cooperación Empresarial Hispano-Japonés, Adrián Piera y Minoru Inouye, también intervinieron en este encuentro, que en su edición décimonovena ha sido convocado para estudiar reformas financieras, la manera de mejorar las relaciones y las posibilidades de cooperación. EFE

JGB/DSP/GTP

10/31/02-43/97

9714227

Nº DOCUMENTO 9714228
FOLIO SITUACION ECONOMICA DE LOS PAISES DEL EX BLOQUE SOVIETICO
PROCESADO 150025
261094
11876 11320
11169 11311
11116
66861 507944 507667
504504 507186 507355
66170 507183

TEMEN NUEVAS DEVALUACIONES EN EL EX BLOQUE SOVIÉTICO

Europa oriental se perfila como

LA PRÓXIMA VÍCTIMA

Con déficit del 5 al 6% del PBI, Hungría, Ucrania y Eslovaquia son los más expuestos a seguir los pasos de los países del sudeste asiático

LONDRES, VARSOVIA Y KIEV (The Economist) - La actualidad en Europa del Este no deja de ser apasionante. Ocho años después de la caída del muro de Berlín y seis desde que se desintegró la Unión Soviética, la mayor parte de las economías de la región denota un crecimiento interesante. Quizá demasiado dinámico. El crecimiento económico es bueno, pero en dosis excesivas puede transformar en pesadilla las fantasías de prosperidad. México aprendió esa lección en diciembre de 1994, cuando la abrupta caída de su peso provocó una profunda depresión económica. En mayo último, una crisis monetaria puso fin inesperadamente al boom en la República Checa. Y las economías de Tailandia y de otras naciones del sudeste asiático se debaten contra el virus cambiario.

The Economist en LA NACION

Ahora, varios países de Europa oriental dan la impresión de encaminarse en esa dirección. En la infografía que acompaña esta nota, la columna final de la tabla brinda una medida realista -dentro de un máximo eventual de 12- de cuántos de los indicadores de alarma temprana están destellando. Un país registra 0, 1 ó 2 en cada indicador, y luego esos registros se suman. Esto sugiere que Estonia, Letonia, Lituania, Polonia, Eslovaquia y Ucrania pudieran verse expuestas a un crisis de tipo de cambio. Solamente Hungría y tal vez la República Checa *parecen más sólidas*.

Campanas de alarma

Las áridas estadísticas económicas, sin embargo, ofrecen menos motivos de optimismo. Por el contrario, sugieren que las campanas de alarma estarían doblando ahora a través de Europa oriental. Cuando las crisis cambiarias golpearon a México y Tailandia, ambos países tenían déficit de la cuenta corriente de entre 7 y 8% del PBI. Ese es un precedente ominoso: 18 de las 26 economías ex comunistas tenían déficit de la cuenta corriente por encima del 7% del PBI en 1996, y algunas pasaban del 10 *por ciento*. Por *sí solo*, un déficit considerable de la cuenta corriente no pronostica una crisis monetaria. Pero hay que ver de dónde viene el dinero. Si su déficit de cuenta corriente es financiado con fondos eventuales a corto plazo en lugar de serlo por inversión extranjera directa a largo plazo, un país se torna vulnerable a repentinas fugas de capital. Eslovaquia, Estonia, Lituania y la República Checa parecen todas exageradamente dependientes del *hot money*.

Si una moneda comienza a tambalearse, las reservas de divisas extranjeras se constituyen en la primera línea de defensa del Banco Central. Hungría y Polonia tienen munición en cantidad. Tailandia tenía también muchas reservas extranjeras en la víspera de su crisis. Se evaporaron rápidamente cuando el baht tailandés se vio sometido a un severo ataque.

Cuanto más se ha elevado el tipo de cambio en términos reales, mayor es el riesgo de que arremetan los especuladores. La mayor parte de los países de Europa del Este ata su moneda a una (o a una combinación) de las principales divisas. Pero como quiera que su tasa de inflación es más alta que en los Estados Unidos o en Alemania, su tipo de cambio real ha subido, aunque desde niveles subvaluados. Sólo Hungría, que ha conocido una gran devaluación desde 1994, parece menos expuesta a esa prueba. Todas las otras monedas han tenido ganancias reales de entre el 20 y el 100% frente al marco alemán en los tres últimos años.

Un país cuyo déficit de cuenta corriente refleja un importante déficit de presupuesto es muy probable que se vea en serias dificultades para mantener su tipo de cambio. Con este criterio, los más grandes contraventores son Hungría, Ucrania y Eslovaquia, todas las cuales registran déficit de presupuesto del 5 al 6% del PBI. Las previsiones polacas de un déficit de presupuesto del 3% de su PBI en 1997 se han visto favorecidas por la inclusión de las privatizaciones en curso. Si se las desglosa, como debería ser, el déficit real de presupuesto asciende al 6,5 por ciento. Otro síntoma de dificultades inminentes está en el *crecimiento monetario* acelerado. Eso es susceptible de incentivar un consumo exagerado. La rápida expansión del crédito bancario es un indicio de esa burbuja de precio y activos, y a través de Europa oriental los préstamos han crecido demasiado rápido.

(Traducción de Jorge Ortiz Baril)

¿Los siguientes de la fila?

	Déficit en cuenta corriente como % del PBI, 1997	Aumento de la tasa del cambio real *	Balance del presupuesto como % del PBI 1997	Riesgo cambiario 1=bajo 12=alto
Polonia	6,6	20	-3,0	8
Rep. Checa	9,8	19	-2,0	6
Eslovaquia	10,4	21	-4,6	10
Hungría	4,2	10	-5,1	5
Estonia	13,7	60	-1,0	9
Letvia	9,5	59	+0,1	9
Lituania	9,0	62	-1,9	11
Ucrania	3,9	103	-6,1	8
México, 1994	7,0	13	-0,9	10
Tailandia, 1996	8,0	26	+2,3	7

Fuente: EIU, FMI, Datastream/IVC. * En el curso de los tres últimos años, monedas europeas contra el marco alemán; peso mexicano contra el dólar; baht contra el yen

LA NACION

01-01

9714228

9714229
SITUACION EN ALEMANIA
150090
201091
11876 11413 11332
200145 11414
11164 11737
11161 95432
11165 11802

Alemania debate su futuro educativo

A siete años de la unificación, la economía y la educación aparecen en el mismo plano de discusión pública

Por Gabriela Litre
(Enviada especial)

BERLIN.- Desde el Cono Sur, a menudo miramos al llamado Primer Mundo para encontrar soluciones o para recorrer caminos que otros transitaron hace años. Pero más de una vez el Viejo Continente se sacude este almidonado papel de modelo, se vuelve sobre sí mismo y se critica con una ferocidad que lo obliga a replantear hasta sus bases ancestrales. Alemania es un ejemplo.

Allí, una de las recetas que la llevaron a encabezar la lista de potencias europeas, su sistema educativo, está siendo duramente cuestionado como consecuencia de la más alta tasa de desempleo de los últimos 60 años, que equivale al 11 por ciento, según datos oficiales.

Entre los jóvenes, la cifra ha crecido hasta el 9,6 por ciento, una tasa baja en comparación con otros países, pero igualmente preocupante para Alemania. Todos los ojos por igual, oficialistas o de la oposición, centran sus miradas azoradas en el régimen impositivo -cuya reforma, propuesta por el canciller Helmut Kohl como respuesta al desempleo, fracasó el viernes último en el Parlamento-, en la flexibilización laboral, en el recorte del gasto público y en el sistema educativo.

La economía y la educación aparecen en el mismo plano de discusión por el simple hecho de que aquí el éxito de una no puede entenderse sin el de la otra.

Más controversia que modelos

Ayer, la ministra de Educación argentina, Susana Decibe, pudo comprobar, luego de múltiples reuniones puntillosamente cronometradas que forman parte de un programa de intercambio de ideas organizado por el Parlamento germano, que en este momento Alemania ofrece más controversia que modelos de perfección en el área educativa.

El debate, que ha adquirido tono electoralista -los comicios presidenciales se realizarán el año próximo- es sólo uno de los paralelos que podrían establecerse con la compleja situación de la educación en la Argentina.

Otra comparación: en Alemania, cada uno de los dieciséis Estados federales se hace cargo del sostenimiento económico de las escuelas, uno de los sueños más acariciados por el ministro de Economía, Roque Fernández, y por la titular de la cartera educativa.

En nuestro país, la transferencia de las escuelas a las provincias es relativamente nueva y la mayoría de los gobernadores, presionados por las cuentas en rojo de sus terruños, ya dejaron en claro que la mejora del sueldo básico promedio de los docentes -alrededor de 300 pesos- no es uno de sus principales objetivos.

Por su parte, el Gobierno, que controla las arcas, ya les ha dicho que sólo recibirán el incremento de los fondos de la recaudación fiscal si comprometen a reformar los estatutos docentes y garantizan un aumento para los maestros.

En Alemania sucede exactamente lo contrario: con más de 1000 años de tradición federal, sus Estados defienden con celo las áreas de su competencia, que son casi todas, incluida la educación.

Aunque también existen fondos coparticipables y nacionales, cada Estado maneja su propio dinero en una proporción importante en comparación con la que retiene el gobierno federal. Esto les otorga poder de decisión y la posibilidad real de llevar a cabo las reformas educativas que prefieren. La figura del ministro de Educación nacional no existe aquí y en su lugar funciona la Conferencia Permanente de Ministros de Educación de los Estados Federales, que debe votar por unanimidad aquellas decisiones que puedan tener alcance nacional.

La falta de recursos

Los alemanes también protestan por la falta de recursos para la educación. Luego de la unificación, que mañana cumple siete años, volvieron a formar parte del país los llamados "nuevos Estados", aquellos que durante años vivieron en un régimen socialista y que ahora se encuentran imposibilitados de alcanzar por sí solos la calidad educativa que les exige la Alemania occidental.

El gobierno federal los subvenciona, lo que suele provocar resquemores en los Estados de la ex República Federal de Alemania. Por otra parte, los directores e inspectores de escuelas de Berlín oriental fueron despedidos hace cuatro años y reemplazados por otros con "mentalidad más creativa". Los maestros conservaron sus puestos, pero antes debieron aprobar cursos de actualización.

Otro punto importante de comparación con la Argentina: aquí los gremios docentes también protestan. Al punto de que la ministra de Educación de Berlín, Ingrid Stahmer, llegó una hora tarde al almuerzo que compartió ayer con Decibe -algo inusitado para las costumbres germanas-, porque una manifestación de maestros y estudiantes cortó el tránsito y provocó un embotellamiento.

Normas

BERLIN (De una enviada especial).- En el sector oriental de esta ciudad las reformas educativas se reflejan, incluso, en el paisaje.

Junto con los nuevos edificios construidos para recibir el año próximo a las autoridades del gobierno federal circulan grupos de alumnos y maestros que aprenden normas de tránsito en sus bicicletas, con cascos, en calles que antes dividía el muro.

La reforma educativa impulsada en la región oriental tiende a incorporar en las escuelas la noción de democracia, de respeto y el resurgimiento de la creatividad.

10/01/17

01-14

9714229

EF8053

U FOXBT 10-02 00627
mun exg icx

RFA-REUNIFICACION (Previsión)
LOS ALEMANES UNIDOS, PERO CON MENTALIDADES DISTINTAS

Berlín, 2 oct (EFE).- Han pasado siete años desde la desaparición de la República Democrática de Alemania (RDA) y los ciudadanos de aquel país siguen siendo practicamente unos desconocidos para sus compatriotas del lado occidental.

La caída del muro terminó con la separación física de dos estados, pero en la Alemania de hoy aún permanecen otro tipo de fronteras entre las mentalidades de uno y otro lado.

Las respuestas obtenidas en todo el territorio alemán en la última encuesta del Instituto de Estudios de Opinión "EMNID", durante los últimos quince días, confirman que todavía existen los "wessis" (occidentales) y los "ossis" (orientales), tal como se refieren los unos a los otros en tono despectivo.

Mientras nueve de cada diez germanorientales han viajado, por lo menos una vez, a la parte occidental, sólo la mitad de los ciudadas de ese lado han estado en el este de Alemania, según una encuesta del instituto "Emnid", entre 2.977 personas.

Tanto los alemanes del este como los del oeste se muestran practicamente de acuerdo en que su mayores preocupaciones futuras son el desempleo, la falta de puestos de formación laboral y las cargas impositivas.

Con respecto a qué sentimiento tienen los alemanes del oeste con respecto a los del este y viceversa, el 67 por ciento de los occidentales contestó sentirse solidario, mientras un 48 por ciento de germanorientales respondió con términos como envidia, enfado o rechazo.

Esta solidaridad no ha impedido que la coalición gubernamental entre cristianodemócratas (CDU) y liberales (FDP) aprobara ayer, miércoles, rebajar, a partir de 1999, el llamado "impuesto solidario", para financiar la reconstrucción en el este de Alemania, del 7,5 por ciento al 5,5 por ciento.

Durante 1997 y gracias a esta carga impositiva, los nuevos estados federados surgidos de la reunificación, Mecklemburgo Antepomerania, Brandemburgo, Turingia, Sajonia y Sajonia Anhalt, han recibido 26.800 millones de marcos (16.750 millones de dólares).

Todo este dinero no ha caído en saco roto y hoy, aunque en las economías y mentalidades persistan las diferencias, el gran cambio sufrido en las regiones de la antigua RDA es evidente.

Desde hace siete años, al este de Alemania han ido a parar cerca de un millardo de marcos (625.000 millones de dólares) que, entre otras cosas, han servido para construir o renovar 5.000 kilómetros de vía ferrea y otros 11.000 de carreteras.

También se han saneado unos 4.2 millones de viviendas y en una gran mayoría de las ciudades, el aspecto de las fachadas, los letreros de las calles e incluso los automóviles son similares a los del lado occidental.

Pese a que en el este se reconocen estos beneficios, consideran una actitud arrogante y paternalista de sus conciudadanos occidentales el recordarles a menudo que les están financiando.

Este resentimiento es incluso parte del discurso político de algunos líderes germanorientales, que se quejan ante sus votantes de los malentendidos con sus colegas del oeste.

"La gente no sabe que nosotros también pagamos el impuesto solidario. Muchos piensan que el dinero va de un bolsillo a otro: Sale de uno del oeste y entra en uno del este", decía recientemente el primer ministro de Sajonia, Kurt Biedenkopf.

Ante el séptimo aniversario de la reunificación, el canciller federal, Helmut Kohl, insistió ayer en que la reconstrucción de Alemania oriental continua siendo la prioridad principal del gobierno.

Kohl hizo un balance positivo y equiparó a todos los alemanes al señalar que tanto los del este como los del oeste habían realizado durante estos últimos años "un gran esfuerzo incomparable".

Al canciller tampoco se le olvidaron las cifras en su discurso y recordó a todos que Alemania occidental ha ayudado a la oriental con casi un millardo de marcos, además de hacerse cargo de las deudas de la RDA por valor de otros 354.000 millones de marcos (194.400 millones de dólares). EFE

ea/co

10/02/15-07/97

02

9714229

Se rebelan ahora sindicatos en Alemania

Ambito Financiero, Buenos Aires, martes 7 de octubre de 1997

Bonn (EFE) - Los sindicatos alemanes dieron ayer por terminada su política de «moderación salarial», mantenida en los últimos tres años para las negociaciones de los convenios colectivos, provocando un firme rechazo de las asociaciones patronales.

Klaus Zwickel, presidente del poderoso sindicato metalúrgico IG Metall, que cuenta con 3 millones de afiliados, abrió el fuego al afirmar que se «se ha acabado la política de moderación salarial, ya que ésta no puede mantenerse de manera duradera».

Las subas salariales de los últimos años han estado por debajo de las aumentos de producción, de las exportaciones y de las ganancias patronales y, por lo tanto, existe «una gran necesidad de recuperación», dijo el sindicalista.

El presidente de la Confederación Alemana de Sindicatos (DGB), **Dieter Schulte**, se mostró más moderado al sostener que «es posible mantener la política de moderación salarial si ésta es recompensada con creación de nuevos puestos de trabajo». Sin embargo, **la nueva postura de IG Metall, el sindicato más poderoso de Europa, podría arrastrar al gremialismo alemán hacia una confrontación con los empresarios.** El presidente del opositor Partido Socialdemócrata (SPD), **Oskar Lafontaine**, ha venido animando a los sindicatos para que éstos exijan «claras subas salariales» para 1998, que es un año de elecciones generales.

Lafontaine afirmó que ya no se puede continuar con la política de «congelamiento salarial, ya que de esa forma no se puede reactivar la economía alemana».

• Conversaciones

Las primeras conversaciones para los nuevos convenios 1998 comienzan hoy entre el Sindicato de Servicios Públicos (OTV), el de Empleados (DAG) y la Patronal (gobierno) para los 3,2 millones de trabajadores del sector.

Los dos gremios han puesto como meta principal de la negociación el asegurar los puestos de trabajo pero, a la vez, pedirán reducciones de la semana laboral, en la actualidad de 38,5 horas, sin ninguna pérdida de salarios.

Esta última petición fue rechazada ayer hoy por el ministro del Interior, **Manfred Kanther**, jefe negociador por la parte gubernamental, al señalar que las partidas para los servicios públicos, en los presupuestos del Estado, son de por sí muy altas y será necesario recortarlas.

Ambas partes, aun antes de sentarse a la mesa de negociaciones, se mostraron convencidos de que no van a llegar a ningún acuerdo y que será necesario nombrar a un mediador independiente para que interceda.

La patronal también señala que la inflación se mantendrá en 1998 estable en torno de 1,75% si se acuerdan subas salariales bajas como las de 1996/97.

Igualmente destacan que, según las últimas estimaciones, que Alemania cerrará este año con una media de desempleo de 4,45 millones de personas, 150.000 más de lo que se calculaba.

Las declaraciones de Zwickel fueron duramente criticadas por el gobierno de **Helmut Kohl**, que se preguntó «si el sindicalista, en lugar de anunciar el fin de la moderación, estaba proponiendo acabar con el sentido común de la política sindical».

Otros acusaron al presidente socialdemócrata Lafontaine «de irresponsable y de inmiscuirse ilegalmente en la política tarifaria entre sindicatos y patronal».

9714229

4090C

DESNIVELES SOCIALES Y XENOFOBIA

Furia, frustración y odio

Los extranjeros son vistos como una amenaza laboral. Y los grandes partidos copian el discurso de la ultraderecha

ANALISIS

Berlín
Especial para Clarín

En campaña electoral desde hace unas semanas en el estado de Hamburgo, los candidatos de los partidos tradicionales sintieron de cerca el ánimo de los votantes de los barrios más pobres.

Una mujer le propuso al candidato del Partido Socialdemócrata, según publicó un diario berlinés, que "suban a todos los africanos a un avión y abran las puertas en el océano". Otra señora le dijo al candidato demócrata cristiano que "envíen a los extranjeros a los países de donde vinieron".

En tiempos de precariedad o de inseguridad económica, con niveles de pobreza y de desempleo nunca vistos, la problemática de los extranjeros y los peticionantes de asilo se estableció con fuerza en la política alemana. Según las encuestas, es la tercera preocupación de los alemanes, después de la desocupación y la criminalidad.

Alemania, en realidad, no escapa a una crisis que se da en Europa y en otros países, que soportan el acelerado empobrecimiento de vastos sectores sociales y una acuciante desocupación.

Pero los ocho millones de extranjeros que viven en Alemania, en buena parte desde que en los años 50 el país tenía necesidad de llevar a cabo su milagro económico, son vistos hoy por parte de la población y de los políticos populistas como una amenaza para el mercado laboral del país.

El potencial voto de la extrema derecha alemana está estimado actualmente en un 10 por ciento

Tras la alegría popular y el fervor patriótico que siguieron a la caída del Muro de Berlín en 1989 y a la unificación del Este con el Oeste en 1990, Alemania sufrió transformaciones profundas tanto en los viejos y ricos estados occidentales como en los nuevos estados federados de la ex República Democrática Alemana (RDA).

La Alemania occidental virtió más de un billón de marcos en la reconstrucción de los nuevos estados ex comunistas y se privatizaron más de 15.000 empresas. La transformación se concretó con una rapidez asombrosa. La ola de subsidios y de inversiones volcadas al este del país fue tan lejos que en Brandeburgo, un estado que bordea Berlín, se subsidió hasta la reparación de los baños en los restaurantes.

Los occidentales financiaron la reconstrucción con nuevos impuestos y cargas sociales para cajas estatales, ya en quiebra, que se vieron inundadas con más jubilados, desocupados y peticionantes de ayuda social.

El nivel de vida de los alemanes orientales mejoró aceleradamente. Y hoy ganan alrededor del 72% de lo que cobran sus compatriotas occidentales y consumen dos tercios del promedio occidental. Si el curso actual de la economía sigue su curso normal, en el año 2000 podrán gozar, según las previsiones, de una infraestructura similar a la del oeste.

Las divisiones, sin embargo, siguen presentes. Y en algunas regiones del este alemán, las altas expectativas respecto de la democracia y el libre mercado se tornaron en frustración o derivaron en un fenómeno preocupante: el afianzamiento de una extrema derecha que pregona "Alemania para los alemanes".

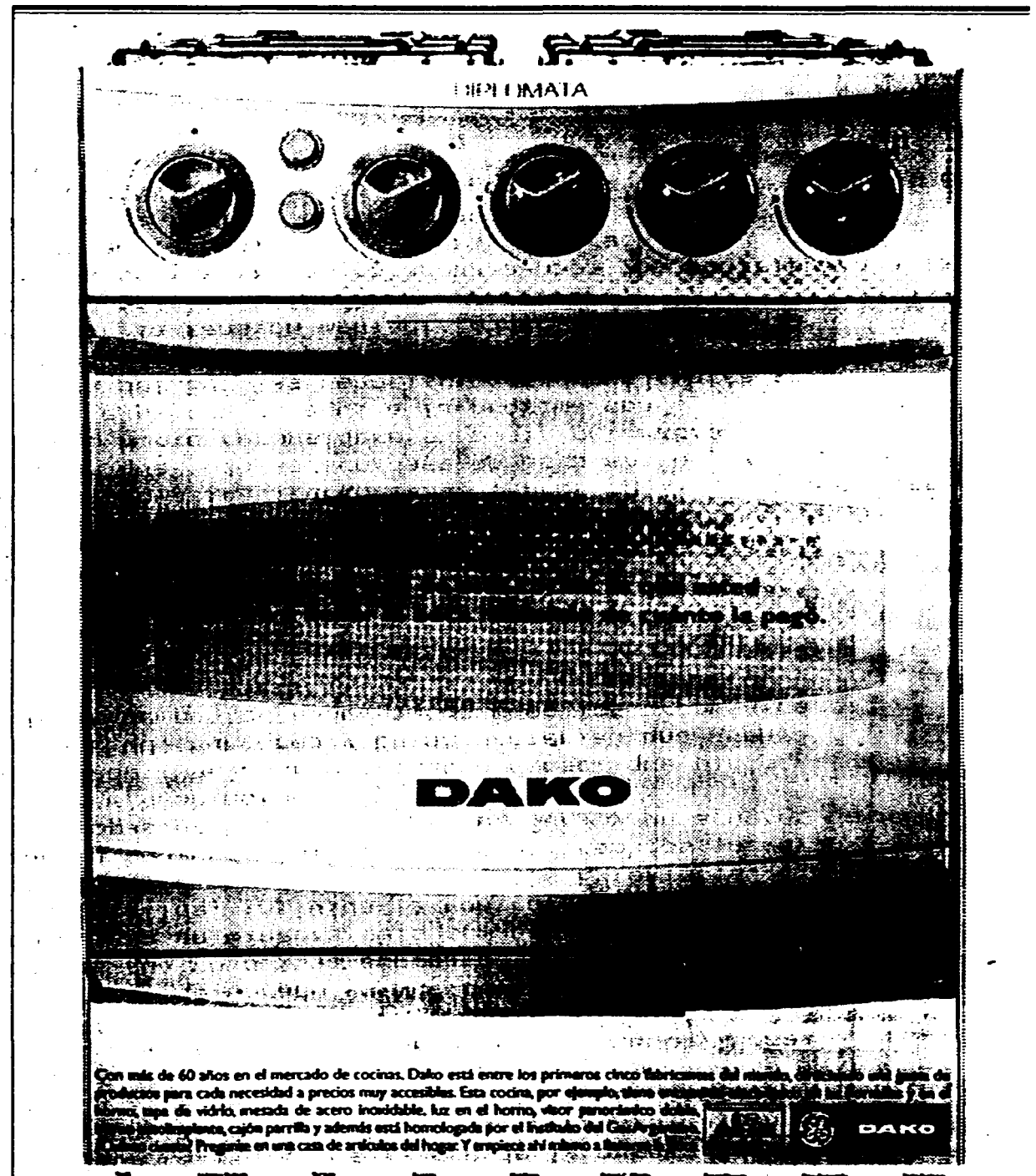
El potencial voto de la extrema derecha alemana está estimado en un 10%, que sin embargo no se traduce en las elecciones debido a sus divisiones en grupúsculos y partidos sin alcance nacional.

La tendencia que la izquierda y las organizaciones humanitarias ven como preocupante es otra: el discurso de la derecha está siendo copiado peligrosamente por los partidos tradicionales y recibe el apoyo de quienes sienten robados sus derechos por los miles de extranjeros y peticionantes de asilo que cada año llegan al país.

A nivel nacional, el posible candidato a canciller por la oposición socialdemócrata utilizó tonos populistas para pedir la deportación "inmediata" de los extranjeros delincuentes. En Hamburgo, donde un partido de extrema derecha no pudo ingresar al Parlamento por apenas 500 votos, la socialdemocracia hizo campaña con consignas como "ley y seguridad".

El problema es cierto. Alemania no puede permitirse, como afirma la derecha, acoger a medio Africa y a media ex URSS. Tampoco puede permitirse, advierte la izquierda, combatir el problema con tonos populistas y nacionalistas que puedan desatar odios o resentimientos racistas.

Por ello, las elecciones de Hamburgo, en las que los partidos tradicionales perdieron votos con ese discurso, podría traducirse en un llamado de alerta para el establishment.



9714229

A 10 AÑOS DE LA REUNIFICACION

DESNIVELES SOCIALES Y XENOFOBIA

Furia, frustración y odio

Los extranjeros son vistos como una amenaza laboral. Y los grandes partidos copian el discurso de la ultraderecha

ANALISIS

Berlín
Especial para Clarín

En campaña electoral desde hace unas semanas en el estado de Hamburgo, los candidatos de los partidos tradicionales sintieron de cerca el ánimo de los votantes de los barrios más pobres.

Una mujer le propuso al candidato del Partido Socialdemócrata, según publicó un diario berlinés, que "suban a todos los africanos a un avión y abran las puertas en el océano". Otra señora le dijo al candidato demócrata cristiano que "envíen a los extranjeros a los países de donde vinieron".

En tiempos de precariedad o de inseguridad económica, con niveles de pobreza y de desempleo nunca vistos, la problemática de los extranjeros y los peticionantes de asilo se estableció con fuerza en la política alemana. Según las encuestas, es la tercera preocupación de los alemanes, después de la desocupación y la criminalidad.

Alemania, en realidad, no escapa a una crisis que se da en Europa y en otros países, que soportan el acelerado empobrecimiento de vastos sectores sociales y una acuciante desocupación.

Pero los ocho millones de extranjeros que viven en Alemania, en buena parte desde que en los años 50 el país tenía necesidad de llevar a cabo su milagro económico, son vistos hoy por parte de la población y de los políticos populistas como una amenaza para el mercado laboral del país.

El potencial voto de la extrema derecha alemana está estimado actualmente en un 10 por ciento

Tras la alegría popular y el fervor patriótico que siguieron a la caída del Muro de Berlín en 1989 y a la unificación del Este con el Oeste en 1990, Alemania sufrió transformaciones profundas tanto en los viejos y ricos estados occidentales como en los nuevos estados federados de la ex República Democrática Alemana (RDA).

La Alemania occidental virtió más de un billón de marcos en la reconstrucción de los nuevos estados ex comunistas y se privatizaron más de 15.000 empresas. La transformación se concretó con una rapidez asombrosa. La ola de subsidios y de inversiones volcadas al este del país fue tan lejos que en Brandeburgo, un estado que bordea Berlín, se subsidió hasta la reparación de los baños en los restaurantes.

Los occidentales financiaron la reconstrucción con nuevos impuestos y cargas sociales para cajas estatales, ya en quiebra, que se vieron inundadas con más jubilados, desocupados y peticionantes de ayuda social.

El nivel de vida de los alemanes orientales mejoró aceleradamente. Y hoy ganan alrededor del 72% de lo que cobran sus compatriotas occidentales y consumen dos tercios del promedio occidental. Si el curso actual de la economía sigue su curso normal, en el año 2000 podrán gozar, según las previsiones, de una infraestructura similar a la del oeste.

Las divisiones, sin embargo, siguen presentes. Y en algunas regiones del este alemán, las altas expectativas respecto de la democracia y el libre mercado se tornaron en frustración o derivaron en un fenómeno preocupante: el afianzamiento de una extrema derecha que pregona "Alemania para los alemanes".

El potencial voto de la extrema derecha alemana está estimado en un 10%, que sin embargo no se traduce en las elecciones debido a sus divisiones en grupúsculos y partidos sin alcance nacional.

La tendencia que la izquierda y las organizaciones humanitarias ven como preocupante es otra: el discurso de la derecha está siendo copiado peligrosamente por los partidos tradicionales y recibe el apoyo de quienes sienten robados sus derechos por los miles de extranjeros y peticionantes de asilo que cada año llegan al país.

A nivel nacional, el posible candidato a canciller por la oposición socialdemócrata utilizó tonos populistas para pedir la deportación "inmediata" de los extranjeros delincuentes. En Hamburgo, donde un partido de extrema derecha no pudo ingresar al Parlamento por apenas 500 votos, la socialdemocracia hizo campaña con consignas como "ley y seguridad".

El problema es cierto. Alemania no puede permitirse, como afirma la derecha, acoger a medio Africa y a media ex URSS. Tampoco puede permitirse, advierte la izquierda, combatir el problema con tonos populistas y nacionalistas que puedan desatar odios o resentimientos racistas.

Por ello, las elecciones de Hamburgo, en las que los partidos tradicionales perdieron votos con ese discurso, podría traducirse en un llamado de alerta para el establishment.

EUROPA

KOHL SOLO CONTRA TODOS

Tiene 67 años y lleva 16 al frente del país más poderoso de la UE. Pero Kohl no se cansa. A pesar de la crisis económica alemana y las críticas de la oposición, se presentará a la reelección en 1998 y luchará porque sus compatriotas renuncien a su seña de identidad: el marco

MICHELE GEORGE

TODOS LOS ESPECIALISTAS DE LA «Aldea federal» están de acuerdo: el canciller Helmut Kohl es un hombre sensible, incapaz de disimular sus sentimientos y sus estados de ánimo. Por tanto, para conocerlo es mejor mirarle que escucharle. Es por eso que el pasado 13 de septiembre, cuando, acompañado de su esposa, Hannelore, llegó a la terraza del hostal Am Weinberg, donde había invitado a una audiencia a periodistas y responsables políticos para el ritual de la *rentrée* («prohibidos los instrumentos de trabajo», según se indicaba en la invitación), todos los expertos en lenguaje corporal se dispusieron a tomar notas.

Primera señal: el canciller avanza con paso decidido, seguro, demostrando un gran equilibrio. Este coloso —mide 1,93 metros y pesa entre 110 y 130 kilos, según la temporada— tiene un aire sorprendentemente ágil y da la impresión de ser una masa de energía que se abre paso a gran velocidad.

Sin embargo, el color rojizo de su rostro denotaba cansancio y esa noche, aseguran los expertos, tenía una mirada tenebrosa. El diagnóstico: está en pie de guerra. Le encanta. Una breve alocución lo confirma: «Tengo una buena noticia: el gallo ha vuelto al gallinero...». La campaña de 1998 ha empezado y promete ser apasionante.

De hecho, es una apuesta. Desde el próximo mes de abril, Helmut Kohl quiere ratificar la Unión económica y monetaria europea. Una operación esquizofrénica para el pueblo alemán, quien, tras el fracaso del nazismo, se forjó dos identidades: el marco, símbolo del renacimiento económico del país y Europa, la patria de recambio. ¿Cómo sacrificar la primera por la segunda?

Otro reto fundamental son las elecciones generales de septiembre de 1998, en las que pretende, a sus 67 años y tras 16 años en el poder, conquistar un quinto mandato como canciller. Kohl detesta cualquier referencia a Bismark: «¡El no tenía ninguna necesidad de hacerse elegir!», suele comentar.

El dirigente alemán tiene un programa ambicioso en un momento en que el índice de paro (11,4 por ciento) es muy elevado —él mismo lo reconoce—, el marco se debilita frente al dólar y en toda Alemania llueven críticas al Gobierno.

«El canciller del pasado»

«Nada funciona», reza el titular de la revista *Der Spiegel*. «Los años de plomo del canciller», afirma *Die Zeit*. Bien es verdad que los dos grandes semanarios de Hamburgo no han sido nunca muy amables con Helmut Kohl, quien se niega a conceder entrevistas. La semana pasada fue el periódico de Munich *Die Süddeutsche Zeitung* el que titulaba «El canciller del pasado» para comentar el discurso del 9 de septiembre en el Bundestag. Se le describía como «débil, cansado y recordando sus viejas victorias».

En Bonn, el partido social-demócrata (SPD) ha mostrado un enorme bañador con la inscripción «Le deseamos al canciller unas largas vacaciones». «Si el canciller de la unidad gana la batalla del euro, saldrá bien parado. Pero después se acabó, le diremos hasta luego y gracias», pregona Joschka Fischer, el brillante líder de los Verdes.

«Mis adversarios ganan siempre en los sondeos y yo en las elecciones», repite impávido Kohl. De hecho, durante sus 50 años de vida política —empezó en 1947 con 17 años, fundando la Junge, Unión de jóvenes demócrata-cristianos, en su ciudad natal de Ludwigshafen— ha trepado, uno a uno y con muchas dificultades, los peldaños del poder. Y en cada elección, incluyendo la última de 1994, se le ha dado por derrotado, acabado, sin fuerzas... Pero en todas las ocasiones ha salido elegido.

Sin embargo, hay algo en él que no gusta a sus compatriotas. Después de tantos años, se siguen riendo de su acento del Palatinado, sus costumbres rutinarias de pequeño burgués provinciano que se va todos los fines de semana a su modesta casa de Oggersheim y que pasa sus vacaciones en el mismo hotel de tercera categoría a orillas del lago Wolgang.

Helmut Kohl espera conquistar en 1998 su quinto mandato como canciller.

«Se parece a esa imagen que todos tenemos de nosotros mismos y que de-

05 9714229

AMIGOS PARA SIEMPRE

Kohl mantiene relaciones privilegiadas con todos los jefes de Estado. Se tutea con Clinton y Yeltsin. Esto se debe al respeto que infunde el poder de la economía alemana. Pero él ha sabido dar la imagen de un gigante que inspira confianza. Va con su carácter: es una persona alegre para el que la ideología no existe. Sólo existen los hombres. Y los años a la cabeza del land de Renania-Palatinado le han convencido de que los problemas se solucionan si se discuten ante un buen un vaso de vino. «Su secreto está en la alquimia de las relaciones humanas». Sabe crear relaciones personales afectivas, cuenta su amigo Jacques Delors, antiguo presidente de la Comisión Europea.

«El ritual es siempre el mismo: descorchamos una botella de vino, bebemos, nos tuteamos. Y la amistad está sellada». Los pactos así firmados son sinceros: Kohl, que tiene la lágrima fácil, lloró desconsoladamente en el funeral de François Mitterrand. Nadie entiende cómo dos seres tan distintos llegaron a entenderse, pero todo el mundo sabe que se lo pasaban muy bien juntos. Esta red de jefes de gobierno, «amigotes», le permite hacer preguntas como la que le hizo a Felipe González: «¿Cómo un hombre tan inteligente como tú puede ser socialista?».

Cuando cayó el Muro de Berlín, recibió el apoyo inmediato de Bush y llamó a Gorbachov para asegurarle que, en contra de los rumores difundidos por la Stasi (la temida Policía secreta de Alemania del Este), el pueblo alemán no iba a asaltar ningún cuartel ruso. ■

«MIS ADVERSARIOS GANAN SIEMPRE EN LOS SONDEOS, PERO YO EN LAS ELECCIONES», REPITE EL CANCILLER

testamos», analiza uno de sus partidarios. «Sin embargo, eso explica que sepa tomarle tan bien el pulso al país». A este personaje tan intuitivo le apoyan, de hecho, miles de contactos personales discretos, como sus antiguos compañeros de colegio o de partido, sacerdotes —es profundamente católico—, directores de empresas, sin olvidar los que frecuentan la sauna de Oggersheim.

Trabaja igual que come

La otra clave de esta resistencia pertinaz a la mala suerte es su enorme energía: «Trabaja igual que come, es decir, una barbaridad», dice uno de sus colaboradores, además de ser un verdadero lince en las maniobras políticas.

Helmut Kohl, exceptuando algunos trabajos sin importancia durante su juventud, ha vivido por y para la CDU (Unión Cristiano-Demócrata). La ha presidido siempre. En 1982, cuando era líder de la oposición en el Bundestag, se situaba en primera línea para observar las disensiones en el interior del SPD, que ocasionaron el desplome de las alianzas y la caída del canciller Helmut Schmidt. Fue así como llegó al poder. Y sigue manejando con mano de hierro todos los hilos de la CDU.

Helmut Kohl saca muy a menudo su agenda de direcciones personales para llamar él mismo a cargos desconocidos o responsables locales de Hesse o de Baden-Württemberg. Y todos los contestatarios o los sospechosos de convertirse en disidentes han visto cómo terminaban sus carreras políticas. «Parece un gigante, porque ha decapitado a todos los que le rodean», critica un diputado del partido social demócrata (SPD).

Lo cierto es que uno de los puntos fuertes de Helmut Kohl es su red de relaciones personales. Sus contactos no son sólo en Alemania. En su agenda están los teléfonos particulares de todos los dirigentes de las principales potencias del mundo, a los que no duda en tutear. Esto se debe al poder y, en parte, al terror que inspira la economía del coloso alemán, pero también al carácter bonachón del canciller.

Kohl es un hombre alegre que no comparte el malestar existencial de sus compatriotas y a quien le gustaría que la fiesta nacional alemana no se celebrase un triste 4 de noviembre, sino un 14 de julio, con bailes y orquestas. Y cuando se le pregunta cómo se enfrenta, al llegar la noche, al final de su carrera, responde: «Por la noche tengo una sola preocupación: vaciar la nevera».

Después de las reuniones políticas, Kohl se gana a sus contrincantes con sus confidencias. Rusos y franceses escuchan la historia del tío Walter (caído en 1914), del hermano Walter (muerto en 1944) y del hijo mayor, que también se llama Walter.

A los americanos les habla sobre todo de las chocolatinas que repartían los soldados de Estados Unidos. También mima a sus amistades con pequeños regalos como la charcutería del Palatinado o con cartas por sus cumpleaños. Lionel Jospin ya recibió una felicitación el 12 de julio...

Kohl supo rebajar la rivalidad entre los dos gigantes europeos, Francia y Alemania, por medio de su amistad con François Mitterrand. El, que nunca perdona a nadie, absolvió al antiguo presidente galo por su visita a Berlín Este en diciembre de 1989 y por sus declaraciones inútiles sobre la frontera Oder-Neisse, que nadie en Alemania quería sacar a relucir.

La alquimia no funciona, por ahora, con Jacques Chirac, que cometió la equivocación de no advertirle de la realización de las pruebas nucleares ni de la eliminación del servicio militar. Sin embargo, Francia es un país fundamental para que la Unión Europea, en la que el canciller es el rey, salga adelante. Kohl aprendió de Konrad Adenauer, su padre espiritual, a ganarse a los franceses: «Basta con duplicar el tamaño de su bandera tricolor y tocar tres veces La Marsellesa».

Alejado de la realidad

No hay duda de que cuando Helmut desvalija la nevera por las noches, recuerda con satisfacción que cuando llegó al poder en 1982, los jóvenes alemanes, guapos e inteligentes, se echaban a la calle para protestar contra la instalación de los euromisiles. Pero él no cedió.

La izquierda y los intelectuales alemanes se oponían a la reunificación con sus vecinos del Este. Pero Kohl tampoco perdió el control de la situación. En 1994, el Bundeswehr (el ejército alemán), desfiló por los Campos Elíseos; hoy interviene en Bosnia. Alemania se ha convertido en un país *normal*. Por eso está convencido de tener siempre razón, aunque tenga enfrente a todo el mundo.

«Ahí está el problema. Ya no tiene los pies en la tierra, no escucha a nadie y está alejado de la realidad», confiesa uno de sus allegados. De hecho, lejos de las grandes maniobras geopolíticas, el problema de Alemania es terriblemente prosaico: crisis económica y paro. Algo que nunca ha sido su especialidad.

«Nos hace falta un canciller que sepa algo de economía», se lamenta públicamente Wendelin Wiedekind, director de Porsche, que no es precisamente un izquierdista. También se le reprocha, con razón, haberse equivocado en las previsiones del coste de la reconstrucción de Alemania del Este.

No ha sabido sacar partido a la bonanza de los años 80 para acometer reformas-estructurales indispensables, declaran con indignación sus detractores. Y no sabe gestionar la crisis. Para enfrentarse a la angustia del paro, el canciller responde: «Alemania no es un parque de atracciones».

La reforma fiscal, anunciada desde hace tanto tiempo, sigue atascada en el Bundestag, y Richard von Weizsäcker, el antiguo presidente de la república, acaba de anunciar públicamente que no seguirá en la CDU. El motivo: «Este partido está paralítico y totalmente desprovisto de ideas». Hay muchos síntomas que evidencian esta situación: la rebelión anti-euro de la CDU en Baviera, las críticas abiertas de Kurt Biedenkopf, el ministro-presidente del CDU de Sajonia... Hay algo que se está desintegrando en el seno de la coalición gubernamental. ■

© L'Express

06

9714229

XG9837

U FOXBT 10-15 00553
icx exg mun

RFA-CONGRESO CDU
PARTIDO KOHL CLAUSURA CONGRESO CON MANIFIESTO PROGRAMATICO

Leipzig (RFA), 15 oct (EFE).- La Unión Cristianodemócrata (CDU) del canciller federal, Helmut Kohl, clausuró hoy, miércoles, su IX Congreso con la aprobación del llamado "Manifiesto de Leipzig", que servirá de base programática para la campaña electoral del próximo año, y con nuevos ataques a la oposición.

En su discurso de clausura, Kohl exhortó a los delegados a "poner rumbo hacia el siglo XXI" y dejó claro que su partido ha demostrado que podrá ganar las próximas elecciones generales del 27 de septiembre de 1998, ya que es capaz de cerrar filas para afrontar los retos del futuro.

Pese al talante electoralista de sus palabras, el canciller insistió en que el congreso de Leipzig no debe ser entendido como un pistoletazo de salida para la campaña de las generales, ya que hasta entonces todavía habrá que afrontar varios comicios regionales.

En su "Manifiesto de Leipzig", la CDU se propone defender tres metas: aumento de puestos de trabajo, mejora del sistema de educación y la defensa incondicional del euro, de acuerdo al calendario y criterios de convergencia previstos.

"Trabajo para todos", es el lema del capítulo dedicado al empleo, cuya meta expresa es aumentar sensiblemente el número de puestos de trabajo, mediante la reducción de horas extraordinarias, flexibilización del mercado laboral y moderación salarial.

En cuanto a la educación escolar, el documento propugna, entre otras cosas, incrementar el número de escuelas que impartan clases mañana y tarde, contra la tradicional jornada exclusivamente matinal.

En el capítulo dedicado a Europa se insiste en que la política monetaria del futuro Banco Central Europeo deberá seguir el ejemplo del Bundesbank, orientado claramente hacia una política de estabilidad.

Con respecto a las reformas institucionales de la Unión Europea (UE), los delegados cristianodemócratas se manifiestan a favor de incrementar el sistema de mayorías cualificadas en el Consejo Europeo.

El invitado de honor de la tercera y última jornada del congreso fue el ministro federal de Finanzas, Theo Waigel, presidente del partido hermano de los socialcristianos bávaros (CSU), quien pronunció un discurso centrado en defender la política gubernamental de cara al euro y en atacar a la oposición socialdemócrata.

Acompañado por los aplausos de los 1.001 delegados que acudieron a Leipzig, Waigel calificó de "retrógrada y dañina para el bienestar social" la política económica del Partido Socialdemócrata Alemán (SPD) y en especial la línea defendida por su presidente, Oskar Lafontaine.

Para Waigel, el discurso político de Lafontaine de exigir

9714229

07

aumentos salariales es "lo más tonto que se ha proclamado en la economía alemana en las últimas décadas", y sólo puede conducir a un mayor desempleo.

Con orgullo citó el ministro los pronósticos presentados ayer por la Comisión Europea, según los que la mayor parte de los miembros de la UE podrán participar desde un principio en la moneda única europea.

"Hemos exportado estabilidad", aseguró Waigel para insistir en su tesis de que el fracaso de la Unión Económica y Monetaria acarrearía consecuencias impredecibles, entre ellas la pérdida de puestos de trabajo en Alemania.

Antes de clausurar el congreso, los delegados aprobaron además una moción cuyo objetivo es mejorar la seguridad ciudadana, que entre otros aspectos, recoge el incremento de medidas de prevención contra la delincuencia y una mayor lucha contra el crimen organizado. EFE

ih/ig/ma

10/15/12-27/97

08

9714229

XA4924

R POXBT 10-19 00659
MUN

RFA-CANCILLER (Previsión)
KOHL INSISTE EN QUE SI GANA PERMANECERA AL FRENTE GOBIERNO

Bonn, 19 oct (EFE).- El canciller alemán, Helmut Kohl, salió al paso de las voces en su partido que exigen su retirada prematura y reafirmó hoy, domingo, su intención de permanecer al frente del Gobierno hasta el año 2002, siempre y cuando gane las elecciones del próximo año.

En declaraciones al programa "Bonn-Direkt" de la segunda cadena de la televisión pública, Kohl subrayó: "la situación está completamente clara. Tenemos un candidato a canciller que es canciller y desea seguir siéndolo y que además luchará por cada voto".

La discusión en torno a la permanencia de Kohl al frente de la Cancillería se desató a raíz de unas declaraciones que él mismo realizó esta semana a una cadena de televisión privada, en las que nombró al jefe del grupo parlamenario de su partido, Wolfgang Schaeuble, como su candidato preferido a sucederle "en un futuro".

La propuesta realizada al término del IX Congreso de su partido, la Unión Cristianodemócrata (CDU), aunque no ante los delegados, cayó como una bomba entre sus propios correligionarios y los partidos de la coalición gubernamental, socialcristianos bávaros (CSU) y liberales (FDP).

A la vista de las reacciones de más de un compañero de filas, que interpretó el anuncio como deseo de no agotar toda una nueva legislatura, lo que por algunos fue calificado como peligro para la campaña, Kohl se vio obligado a dejar claro que en caso de ser reelegido, se mantendrá al frente de la Cancillería hasta el 2002.

No obstante, este manifiesto no ha podido frenar el debate desencadenado por él mismo y a lo largo de este fin de semana, han vuelto a surgir voces críticas, pero también de apoyo.

Así, el vice-jefe del grupo parlamentario y uno de los principales críticos de Kohl, Heinar Geissler, se mostró partidario de un relevo anticipado.

En declaraciones al dominical "Bild am Sonntag", Geissler afirmó que "un cambio anunciado sólo tiene sentido si este se produce pronto. De lo contrario, se corre el peligro de fracasar en el propósito".

En términos similares se pronunció el jefe de la fracción cristianodemócrata en el gobierno regional de Baden-Württemberg, Günther Oettinger, quien además señaló que sólo se pueden ganar elecciones futuras si el sucesor de Kohl ha tenido tiempo suficiente para mostrar su perfil como canciller.

Mientras algunos correligionarios han visto en la actuación de Kohl un desatino, no sólo por tomar decisiones sin consultar con el resto de la directiva del partido, sino también por poner en peligro la victoria electoral con candidatos de reserva, también ha habido los que le apoyan.

El diputado Friedbert Pflueger, por ejemplo, afirmó no entender la avalancha de críticas. "En muchas ocasiones se le había acusado de no promover a un sucesor. Ahora que lo hace, muchos se siguen quejando", afirmó.

Por otro lado, Kohl dejó hoy también claro que no tiene previsto hacer una remodelación de Gobierno, en un intento de dar carpetazo a los rumores acerca de que el canciller podría

09 9714229

aprovechar el cese a finales el año del ministro de Correos y Telecomunicaciones, Wolfgang Boetsch, para un cambio más amplio.

En los medios de comunicación se han barajado en los últimos días tantas variantes sobre posibles futuros cambios, que los nombres de los ministros y "ministrables" parecían más dignos de un boleto de "quinielas" que de un Gabinete de Gobierno.

Kohl aseguró que no habrá más cambio que el ya acordado, lo que significa que con la retirada del cristianosocial Boetsch, cuyo ministerio desaparece por quedar privatizado Correos, la CSU recibirá una compensación por perder una cartera.

Esta compensación podría limitarse a que los socialcristianos obtengan el ministerio de Obras Públicas, cuyo titular, Klaus Toepfer, ha recibido una oferta para trabajar en la Secretaría del Clima de las Naciones Unidas.

Si bien el canciller no quiso confirmar defintivamente este canje, entre otras cosas porque -como dijo- todavía no hay decisión, sí admitió que sería el más lógico.

En caso de realizarse así, ningún otro ministro tendría que temer por su cargo, ya que simplemente se trataría de un corrimiento de sillas. EFE

ih/co/hm

10/19/15-14/97

9714229

Cambios en la Alemania unificada

El aumento en la desocupación y el gasto público han transformado la imagen de locomotora de la economía europea y mundial con la que Alemania hubo de concretar su reunificación incruenta. Ahora aparece otra Alemania, con más problemas económicos y sociales y dificultades a la hora de adaptarse a un esquema de unificación europea que, paradójicamente, se lleva a cabo bajo la hegemonía germana.

Lejos de los festejos de 1989 y el optimismo de 1990, la economía alemana, sobrecargada por los costos de su crecimiento hacia adentro y el acomodamiento a las pautas de la unificación monetaria de Europa, empuja sobre el modelo estatal exigiendo reformas y ajustes de envergadura.

El problema actual es la creciente disparidad en los niveles de actividad y la regresividad en la distribución del ingreso. La pérdida de empleos o la falta de absorción de mano de obra hizo trepar el índice de desocupación por encima del 18% en la parte oriental y está en el 9% en la occidental. Son las cifras más altas desde la Segunda Guerra Mundial; 4,5 millones de alemanes que buscan trabajo, mucho más de lo que los programas estatales pueden contener. En este punto, el Estado social, sustentado durante las últimas décadas sobre el compromiso entre empresarios y sindicatos y seguros sociales garantizados, se encuentra en el atolladero. Para liberales y conservadores es el momento de desmontar sus bases, hipertrofiadas por los altos costos laborales y el gasto público. Para la oposición socialdemócrata, de iniciar un nuevo acuerdo socioeconómico y replantear las exigencias de Maastricht.

En esta meseta de turbulencias, el canciller Helmut Kohl cumple quince años de gobierno y se lanza a un quinto mandato, con la idea de llegar al fin de siglo al frente de una Alemania convertida en motor de la Europa unificada. Aun a costa de que ese proyecto dificulta encarar los crecientes problemas sociales.

Es que, a pesar de su capacidad productiva y financiera, Alemania no puede escapar a las tendencias que, con diferencia de grado, afectan a las economías europeas: el aumento de los gastos sociales y de los desequilibrios presupuestarios y el desafío que implica adecuar su presupuesto público y su política monetaria a los parámetros del proyecto de unificación europea. Alemania cuenta además con el handicap de los costos de la unificación, políticamente exitosa, pero que obligó a realizar ajustes e inversiones de magnitud y a absorber una economía tan atrasada como la heredada del Este.

11

C-1010 9714229

TD0122

R VARBT 10-28 00231
mun exg icx

RFA-PARLAMENTO
EL TRASLADO DEL PARLAMENTO ALEMAN A BERLIN YA TIENE FECHA

Berlín, 28 oct (EFE).- La cámara de Diputados del Parlamento alemán (Bundestag) se trasladará definitivamente a Berlín en julio y agosto de 1999, según una información publicada hoy, martes, por el diario berlinés "Der Tagesspiegel", confirmada en círculos parlamentarios de Bonn.

La presidenta del "Bundestag", Rita Süssmuth, presentará mañana a la comisión parlamentaria de presupuestos los planes concretos de la mudanza.

Los diputados, los diferentes grupos parlamentarios y 860 trabajadores de la administración de la cámara aprovecharán el habitual periodo vacacional del verano de 1999 para mudarse a la capital alemana.

El cambio quedará finalizado en la primavera del 2000 y en caso de que no esten terminados las obras de las nuevas oficinas y despachos está previsto utilizar los edificios del ministerio de Justicia y de la Fiscalía del Estado de la antigua República Democrática Alemana (RDA).

Además se procederá al alquiler de 600 habitaciones para otras posibles necesidades del Parlamento, una medida extraordinaria que también será aprobada por la comisión de presupuestos, según señala el diario.

El ministerio de la Construcción presentará proximamente en Bonn una exposición denominada "Construcción de viviendas federales en Berlín" donde se informará sobre las opciones de residencia en la capital alemana para los empleados del Gobierno y del Parlamento. EFE
ea/hm

10/28/17-07/97

9714229

XU6842

R ECOBT 10-30 00470
mun exg icx

RFA-FINANZAS (Resumen)
OPOSICION CRITICA A WAIGEL POR NUEVO BLOQUEO PRESUPUESTARIO

Bonn, 30 oct (EFE).- La oposición alemana, tanto socialdemócratas como verdes, criticaron hoy, jueves, el anuncio del ministro federal de Finanzas, Theo Waigel, de decretar un nuevo bloqueo presupuestario, que calificaron de "fracaso de la política económica del Gobierno de Bonn".

"Es evidente que el ministro ya no sabe cómo evitar el derrumbamiento de los presupuestos de 1997", señaló el portavoz en política presupuestaria del grupo parlamentario socialdemócrata Karl Diller.

"El Gobierno está con el agua hasta el cuello", comentó, por su parte, el experto presupuestario de los Verdes, Oswald Metzger.

El portavoz económico del grupo parlamentario cristianodemócrata, Adolf Roth, en cambio, defendió la medida de Waigel y aseguró que con esta iniciativa el Gobierno hace patente su decisión de "cumplir estrictamente el criterio del déficit" para el acceso a la moneda única europea.

Ante el peligro de que la falta de ingresos fiscales erosione aun más las arcas públicas alemanas, Waigel ordenó hoy prohibir todo gasto no comprometido, en lo que ha supuesto el segundo bloqueo presupuestario del año.

Según informó un portavoz de su ministerio, con esta medida Waigel persigue evitar excederse en el déficit previsto en los presupuestos generales de este año.

A partir de ahora y hasta finales de año no se aprobará ningún gasto, por muy reducido que sea, para el que no exista ya un compromiso previo, precisó el citado portavoz.

La medida se ha hecho necesaria a la vista de que los expertos financieros han calculado una sensible merma en los ingresos fiscales, cuyas cifras se darán a conocer en el próximo 11 de noviembre.

Los seis principales institutos de estudios económicos, que el pasado martes presentaron su informe de otoño, ya advirtieron al Gobierno de que las arcas públicas ingresarán este año 16.000 millones de marcos (9.140 millones de dólares) menos de lo previsto.

El primer bloqueo presupuestario, decretado el pasado 4 de junio, preveía que todo gasto superior al millón de marcos (570.000 dólares) debía ser aprobado explícitamente por el propio ministro.

Con la nueva iniciativa, Waigel busca ahorrar en lo que queda de año en torno a mil millones de marcos (571 millones de dólares), lo que, unido al primer bloqueo, eleva el esfuerzo de contención a 3.000 millones de marcos (1.710 millones de dólares).

Waigel señaló que con su decisión pretende frenar la llamada "fiebre de diciembre", el mes en el que los organismos públicos agotan su presupuesto para evitar recortes al año siguiente.

Desde hace cinco años, el bloqueo presupuestario se ha convertido en práctica habitual del Gobierno para evitar la erosión de gastos.

En julio, Waigel se vio, además, obligado a presentar un presupuesto adicional para tapar los diversos agujeros financieros que el fuerte incremento del desempleo y la falta de ingresos

fiscales abrieron en el erario público. EFE
ih/jmi/dv

10/30/16-31/97

9714229

14-14

Nº DOCUMENTO 9714230
TITULO ALEMANIA:
OP5278

SE APRUEBA LA PRODUCCION DEL EUROCAZA

V181-93
181097
11876
200145
C019
11853
11302
C0184
11356
11163
11164

RFA-ARMAMENTO (ampliación)
CONSEJO DE MINISTROS ALEMAN APRUEBA PRODUCCION SERIE EUROCAZA

Bonn, 8 oct (EFE).- El Consejo de Ministros alemán aprobó hoy, miércoles, la adquisición de 180 aviones del tipo "Eurocaza 2000", lo cual tendrá un costo de cerca de 23.000 millones de marcos (unos 13.000 millones de dólares), propuesta que debe ser ratificada por el Bundestag (Parlamento federal).

El ministro federal de Defensa, Volker Ruehe, explicó a sus compañeros de gabinete que, tras nueve años de planificación y desarrollo, el nuevo avión de combate europeo ha alcanzado una madurez técnica que permite comenzar con la producción en serie.

La última palabra sobre el Eurocaza en Alemania la tendrá, sin embargo, el Bundestag (cámara baja del Parlamento) que tendrá que aprobar la decisión del gobierno federal en una fecha aun no determinada dentro de esta sesión de otoño.

El gobierno de Bonn habia pospuesto durante años la decisión acerca del "Eurocaza 2000" -un proyecto conjunto de España, Alemania, Gran Bretaña e Italia- debido a que algunos sectores políticos alemanes tenían reservas con respecto a los costos de ese avión del combate.

En diciembre del año pasado, el ministerio de Defensa consiguió reducir el precio de cada aparato sin armamento de los 140 millones de marcos (80 millones de dólares) que pedían los constructores a 125,4 millones marcos (69,7 millones de dólares).

En el presupuesto de defensa para 1998 están destinados 847 millones de marcos para cubrir los costos del Eurocaza.

La oposición del Partido Socialdemócrata (SPD) y Los Verdes afirmaron, en diversas ocasiones, que votarán en contra del proyecto en el Bundestag y hace dos semanas un directivo del Partido Liberal (FDP), socio minoritario de la coalición de gobierno, dijo que algunos diputados liberales podrían votar también en contra.

La coalición de gobierno cuenta en el Bundestag con una mayoría de sólo seis votos.

Sin embargo, el gobierno confía en lograr una amplia mayoría para el proyecto en el Bundestag e incluso los más optimistas dentro de la Unión Cristianodemócrata (CDU), del canciller Helmut Kohl, y la Unión Cristianosocial (CSU), del ministro de Finanzas Theo Waigel, creen que algunos socialdemócratas votarán a favor.

Según Waigel y Ruehe, la financiación del Eurocaza está asegurada y correrá a cargo del presupuesto del ministerio de Defensa.

No obstante, el Tribunal Federal de Cuentas ha criticado los planes de financiación, ha advertido sobre el peligro de que al final terminen apareciendo costos adicionales multimillonarios y ha puesto en duda la necesidad militar del proyecto.

Los parlamentos de Madrid y de Londres aprobaron ya comenzar la construcción en serie del Eurocaza, en octubre del año pasado.

La fase de desarrollo la ha costado a Bonn más de 8.000 millones de marcos (unos 5.300 millones de dólares) y 18.000 puestos de trabajo en Alemania dependen del éxito del proyecto.

Alemania participa en el proyecto con 30 por ciento, Gran Bretaña tiene el 37,5 por ciento, Italia el 19,5 y España el restante 13 por ciento.

9714230.

En principio se construirán 620 aparatos de los cuales Gran Bretaña ha pedido 232, Alemania 180, Italia 121 y España 87 y ya hay otras noventa opciones para comprar eurocazas por parte de diversos países.EFE
rz/rg/cg/jff

10/08/10-55/97

02

9714230

TD0252

U POXBT 10-30 00274
mun exg icx

RFA-EUROCAZA
COMISIONES PARLAMENTARIAS APRUEBAN COMPRA AVION COMBATE EUROPEO

Bonn, 30 oct (EFE).- Las comisiones parlamentarias competentes dieron hoy, jueves, sus permisos y aprobaron la adquisición y producción en serie del avión europea de combate "Eurocaza 2000" para el Ejercito del Aire aleman.

El Eurocaza es un proyecto conjunto en el que participan Alemania, España, Gran Bretaña e Italia y están previstas su entrega y operatividad para el año 2002.

Tras el consentimiento de las comisiones y la aprobación dada por el Gobierno de Bonn, el pasado día 8, la compra del aparato y su construcción en serie están pendientes ya sólo de la aprobación por el pleno del Parlamento alemán que lo debatirá a finales del próximo mes de noviembre.

La coalición gubernamental cristianodemócratd-liberal está segura de sacar el proyecto adelante con la mayoría de votos de que dispone en el Parlamento.

En principio se construirán 620 Eurocazas 2000 de los cuales Gran Bretaña adquirirá 232, Alemania 180, Italia 121 y España 87, y existen ya otras 90 opciones de compra por parte de diversos países.

Alemania tiene presupuestados 23.100 millones de marcos (12.833 millones de dólares) para los 180 aviones , cuyo coste por unidad está calculado en 125,4 millones de marcos (69,7 millones de dólares).

Sin embargo, el Tribunal Federal de Cuentas (BRH) hace otros cálculos y afirma que la adquisición de los 180 aparatos tendrá un coste real de entre 87.000 y 90.000 millones de marcos (unos 50.000 millones de dólares).

En contra de lo que afirma el ministerio de Defensa, el tribunal señala que el precio de los aviones de combate no es de 125,4 millones de marcos sino de 162,5 millones de marcos (90,3 millones de dólares). EFE
rg/m

10/30/18-32/97

9714230

03-03

Nº DOCUMENTO 9714231

ALEMANIA RECHAZA PETICION DE IRAN PARA REANUDAR CONTACTOS BILATERALES

FB1701

U POXBT 10-05 00273
mun exg

ALEMANIA-IRAN
BONN RECHAZA PETICION TEHERAN PARA CONVERSACIONES BILATERALES

Berlín, 5 oct (EFE).- El gobierno alemán ha desestimado una petición del iraní para llevar a cabo conversaciones bilaterales que conduzcan a remediar la actual crísis entre ambos países, informó hoy, domingo, el portavoz del ministerio alemán de Exteriores, Martin Erdmann.

En opinión de las autoridades alemanas, para que pueda darse un encuentro de este tipo hay que solucionar primero el asunto de la vuelta de los embajadores de la Unión Europea (UE) a Teherán.

Los problemas entre Bonn y Teherán se remontan al pasado 10 de abril con la sentencia del caso "Mykonos" de un tribunal alemán, que consideró a la dirección de los servicios secretos iraníes culpable de participar en el asesinato de cuatro opositores kurdos en un restaurante de Berlín en 1992.

El gobierno iraní declaró entonces "persona non grata" al embajador alemán en Teherán, que junto al resto de sus colegas de la UE abandonó la capital iraní.

Erdmann señaló que el contencioso implica a toda la Unión Europea, mientras que el gobierno iraní sigue considerándolo asunto "de naturaleza bilateral", según informó desde Teherán la agencia estatal de noticias "Irna".

El portavoz alemán de exteriores añadió que hace dos semanas, en Nueva York, los ministros de Exteriores europeos volvieron a dejar patente su solidaridad con Alemania y reiteraron que el retorno a Irán de sus representantes está condicionada al del embajador de Bonn.

Erdmann dijo que, "vuelven todos, o no regresa ninguno" y recordó que si en Nueva York no hubo una reunión de la "terna" de la UE con el ministro de Exteriores iraní, Kamal Charrasi, se debió a que éste no mostró ningún interés. EFE
ea-wm/ddp

10/05/18-11/97

01-01

9714231

Nº UOR 9714232
AUSTRIA: CONFLICTOS LABORALES
[18793
21109+
1816 [1327
65201 1164
FB2022 1413 1165
U ECOBT 10-16 00612
Viun

AUSTRIA-PENSIONES
EN PELIGRO PAZ SOCIAL POR ENFRENTAMIENTO GOBIERNO-SINDICATOS

Por Joaquín Rábago
Viena, 16 oct (EFE).- El enfrentamiento entre Gobierno y Sindicatos debido a la reforma de las pensiones proyectada por la coalición socialdemócrata-popular de Viena pone por primera vez en peligro el sistema de cooperación entre empresarios, trabajadores y Gobierno, clave de la paz social en este país.

La Confederación Austriaca de Sindicatos dijo el miércoles un nada disimulado "no" al recorte de las pensiones propuesto por el Gobierno, según el cual las reformas previstas son, sin embargo, totalmente imprescindibles para garantizar la supervivencia del sistema en beneficio de las próximas generaciones.

La principal manzana de la discordia estriba en el cambio que se trata de introducir en el sistema de cálculo de las pensiones de los trabajadores por cuenta ajena: hasta ahora se basan en los ingresos medios de los quince años mejor retribuídos.

El Gobierno en un principio proyectaba ampliar esa base de cálculo hasta veinte años y finalmente se ha puesto de acuerdo en dejarla en dieciocho, lo que significa lógicamente que el futuro jubilado cobrará menos que si continuase el sistema actual.

Al mismo tiempo, la Coalición quiere acabar gradualmente con el generoso sistema de jubilaciones anticipadas actual - Austria es un país de jubilados prematuros- , que supone una carga suplementaria para el sistema.

También trata de poner coto a los privilegios de los 700.000 funcionarios de un sistema como el austriaco que se ha caracterizado siempre por su poderosa y omnipresente burocracia, equiparando su generoso sistema de jubilaciones al del resto de los trabajadores: hasta ahora, en su caso, se calcula el monto de la jubilación por su último sueldo, lógicamente el más alto.

Los sindicatos acusan al Gobierno de intentar imponer precipitadamente unas reformas contra los intereses de los trabajadores, que no pueden aceptar sin más ese recorte de las prestaciones que reciben, exigen que el saneamiento del presupuesto no se haga sólo a costa suya y piden al Gobierno a cambio nuevas medidas fiscales.

La coalición que preside el socialdemócrata Viktor Klima argumenta a su vez que el bajo índice de natalidad en este país y una esperanza de vida cada vez más elevada ponen en peligro aquí, como en otras partes, el cada vez más precario equilibrio entre trabajadores activos y jubilados.

Así, cifras en la mano, señalan que mientras que en 1956 las pensiones reprsentaban, con 30.000 millones de chelines anuales (unos 2.400 millones de dólares al cambio actual), en torno al 6 por ciento de la renta nacional, en la actualidad llegan al 14 por ciento (243.000 millones de chelines o unos 19.440 millones de dólares).

De seguir las cosas como hasta ahora, tal y como pretenden los sindicatos, las pensiones supondrían en el año 2030 alrededor de 630.000 millones de chelines (unos 50.400 millones de dólares) o el equivalente del 20 por ciento de la renta nacional, algo dificilmente financiable.

El Gobierno, que considera haber cedido considerablemente,

entre otras cosas aplazando hasta el año 2003 los primeros pasos de la reforma, está dispuesto a forzar una votación parlamentaria si finalmente no se llega a un acuerdo con los sindicatos, lo que entraña un alto riesgo para el canciller Klima.

Veintisiete paralamentarios socialdemócratas proceden directamente de los sindicatos y otros diecisiete han dicho que votarán sólo a favor del nuevo sistema si la Confederación Sindical le da finalmente luz verde, con lo que esos votos contrarios, unidos a los de la oposición, podrían impedir la aprobación de la ley en el Parlamento.

En ese caso, el país se habría vuelto prácticamente ingobernable y, como titula hoy de forma sensacionalista el diario de mayor tirada del país, el Neue Kronenzeitung, la única salida sería la convocatoria de nuevas elecciones anticipadas. EFE

JR/mlb/ik

10/16/08-33/97

9714232

XB7856

R ECOBT 10-21 00558
mun exg icx

AUSTRIA-LABORAL
CONVENIO DA A EMPRESAS MAS LIBERTAD PARA SUBIDAS SALARIALES

por Joaquín Rábago
Viena, 21 oct (EFE).- Tras el acuerdo alcanzado sobre flexibilización de jornada laboral en la industria del metal, empresarios y trabajadores austriacos han convenido también por primera vez en dejar a las empresas del sector mayor margen de maniobra para sus subidas salariales.

A última hora del lunes, los interlocutores sociales del metal firmaron en efecto un convenio colectivo que establece una subida del 2.7 por ciento para los salarios mínimos del sector y de un 2.1 por ciento para el resto: los que superan los fijados por convenio.

En ambos casos se trata de aumentos salariales claramente por encima del nivel de inflación, que es con un 1 por ciento, según datos también del lunes, el más bajo de Europa con excepción del de Suiza.

La novedad del acuerdo salarial es que por primera vez las subidas podrán negociarse individualmente en cada empresa y permite diferentes subidas entre las distintas categorías de empleados.

Así, por ejemplo, una empresa podrá establecer una subida general salarial de sólo un 1.9 por ciento, aunque como contrapartida deberá dedicar el 0,5 por ciento de la masa salarial a subidas individuales de forma que se beneficien sobre todo las mujeres y los jóvenes.

El convenio afectará a más de 250.000 trabajadores y empleados de la industria siderometalúrgica y tiene carácter indicativo para otros sectores, según dijo a EFE un portavoz de prensa del sindicato del metal.

Actualmente negocian, empresarios y sindicatos de la industria química, papelera , cristal, alimentación, así como cerámica, y se cree que al menos la química adoptará una solución similar a la del sector metalúrgico.

El acuerdo alcanzando se considera un éxito del diálogo social entre trabajadores y empresarios, actualmente sometido a fuertes tensiones por las desavenencias sobre las reformas de pensiones propuesta por el Gobierno.

Trabajadores, empleados y funcionarios no aceptan las futuras reducciones de sus pensiones que entraña la propuesta gubernamental de utilizar la media salarial de los últimos 18 años en lugar de los 15 como hasta ahora como base de cálculo.

Según los expertos, el nuevo convenio ha sido posible gracias a la aceptación anterior por los sindicatos de una flexibilización de la semana laboral, actualmente de 38,5 horas.

Ese acuerdo permite a las empresas prolongar la semana laboral hasta las 45 horas en función de la cartera de pedidos siempre y cuando en otras temporadas "más débiles" se compense al trabajador con una reducción de jornada.

Por otro lado, las grandes empresas austriacas de distintos sectores, desde el del acero hasta el agroalimentario o del automóvil, así como la mayor parte de las papeleras, están acordando recortes de la semana laboral.

En muchos casos, la semana laboral media de los trabajadores

9714232

de plantilla es de sólo 33.6 horas, algo posible sólo porque esas empresas han consguido que sus máquinas no paren nunca, ni siquiera sabados y domingos, lo que exige turnos suplementarios, pero por lo general de menor duración.

Esa reducción negociada de la semana laboral va acompañada en algunos casos de recortes salariales proporcionales, aunque en parte de las empresas se han mantenido los salarios anteriores.

Si los sindicatos austriacos han dado luz verde a la reducción del tiempo de trabajo con recortes salariales es porque ello puede contribuir, en su opinión, a salvar empleos en muchas empresas y a crear nuevos puestos de trabajo, en otros casos. EFE

JR/jf/jff

10/21/08-16/97

97/4233
GRECIA - TURQUIA : MANIOBRAS MILITARES TURCAS PROVO-
CAN TENSIONES
S18593
221097
11846 11533 11399
66080 68890
501672 514142 11164
11163 508062

TD9584
R POXBT 10-13 00402
mun exg icx

GRECIA-TURQUIA
ATENAS CALIFICA DE "PROVOCACION" VIOLACIONES SU ESPACIO AEREO

Atenas, 13 oct (EFE).- El Gobierno griego calificó hoy, lunes, de provocación las violaciones de su espacio aéreo llevadas a cabo en las últimas 24 horas por aviones del Ejército turco mientras tenían lugar las maniobras militares "Nikiforos II", que realizan Grecia y Chipre conjuntamente en el sudeste del mar Egeo.

El viceministro griego de Asuntos Exteriores, Yanos Kranidiotis, adelantó hoy en Atenas que protestará por la conducta de Turquía, que desde la madrugada de ayer ha violado el espacio aéreo griego en numerosas ocasiones, como ocurrió en 1974, cuando tropas turcas invadieron el norte de Chipre.

Kranidiotis afirmó que dicha actitud "por supuesto que afecta al espíritu de (el acuerdo de) Madrid", alcanzado en julio pasado y en el que ambos países se comprometieron a evitar actos provocativos.

El ministró puntualizó que Grecia no seguirá este ejemplo y añadió que "Nikiforos II" es una maniobra militar anunciada con gran anticipación, como lo hacen otros países, mientras que las violaciones turcas del espacio aéreo griego son un acto político carente de respeto.

La Embajada de Grecia en Ankara presentó hoy una protesta al Gobierno turco por las más de 60 violaciones por parte de cazabombarderos turcos cometidas en la Región de Información de Vuelos de Atenas (FIR), al este de Creta, en el espacio entre las islas de Rodas y Karpathos, así como en ciertas áreas del espacio aéreo del mar Egeo.

El portavoz oficial del Gobierno griego, Dimitris Repas, por su parte, afirmó hoy que los vuelos de los aviones militares griegos sobre Chipre "son legales" como parte de "Nikiforos II" y de la Doctrina de Defensa Común mantenida con la isla contra la amenaza turca.

Tanto Grecia como Chipre tienen "todo el derecho a defender sus intereses", añadió Repas en referencia a la Doctrina de Defensa Común y la instalación del sistema antimisiles ruso S300 en Chipre en junio de 1998.

Repas señaló que Grecia confía en que se logren mejorar las relaciones greco-turcas durante la Conferecia Interbalcánica, que se celebrará en la isla de Creta los próximos 3 y 4 de noviembre.

En el encuentro se espera que se produzca una entrevista entre el primer ministro griego, Costas Simitis, y su colega turco, Mesut Yilmaz, señaló el portavoz, quien añadió que "el espíritu de (el acuerdo de) Madrid" necesita un reflejo en el campo político.

Simitis se reunirá mañana, martes, en Atenas con el presidente chipriota, Glafkos Cleridis, para tratar esta situación. EFE
afb/ep/pgl

10/13/14-43/97

01-06

9714233

XH9446

U POXBT 10-14 00479
icx mun exg

TURQUIA-CHIPRE
TURQUIA PREPARA UNAS MANIOBRAS CONJUNTAS CON TURCOCHIPRIOTA

Ankara, oct 14 (EFE).- Turquía organizará para los primeros días de noviembre unas maniobras con los turcochipriotas en respuesta a las realizadas por Grecia con fuerzas grecochipriotas y que han suscitado una fuerte tensión en la zona, se anunció hoy, martes, en Ankara.

Medios diplomáticos interpretan estos hecho como que Turquía trata de equiparar el estatuto de lo que para Atenas y la Unión Europea es zona de ocupación turca de Chipre, con el de la República de Chipre, Estado miembro de la ONU.

Ankara ha rechazado la propuesta del negociador especial estadounidense para Chipre, Richard Holbrooke, el hombre que logró los acuerdos de paz de Bosnia de Dayton, que había pedido a Turquía que desistiera de esos juegos de guerra.

Las maniobras "Toros 97", conjuntas de Turquía y la llamada República Turca del Norte de Chipre, tendrán lugar en la zona norte de la Isla y en el Mediterráneo oriental.

En 1974, tras un golpe militar de la extrema derecha ultranacionalista griega, Turquía desembarcó en Chipre para proteger a la minoría turca, 20 por ciento de la población, pero perpetuó y transformó en ocupación ilegal la intervención inicial, que tenía fuertes asideros legales, según la ONU.

Desde entonces, se han sucedido 23 años de negociaciones infructuosas entre las comunidades turca y griega de Chipre, la primera protegida por unos 30.000 soldados turcos y la segunda aliada de hecho a Grecia, aunque la República de Chipre es un país no alineado.

Las tensiones han venido creciendo en torno a las maniobras conjuntas griegas y greco-chipriotas "Nikiforos 97" que tendrían que concluir hoy en aguas y espacio aéreo de la zona, al haber acusado Turquía a los aviones griegos de violar el espacio aéreo de la República Turca del Norte de Chipre.

Los cazas turcos efectuaron ayer, lunes, un mínimo de 50 despegues para interceptar en el espacio aéreo turcochipriota a los aparatos griegos e impedirles la "violación" del espacio aéreo turco-chipriota.

Atenas insiste en la interpretación jurídica internacional de que los aviones invitados por las autoridades del único Estado de Chipre internacionalmente reconocido, el grecochipriota, tiene derecho a volar sobre toda la isla.

La prensa griega ha comunicado que 120 aparatos, 60 griegos y otro tanto turcos, volaron el lunes "ala con ala" sobre el mediterráneo en lo que fue lo más parecido a una situación bélica entre aviones de ambos países desde marzo de 1987.

Medios militares turcos advirtieron a países extranjeros que con motivo de las maniobras "Nikiforos 97" podrían tener lugar incidentes imprevistos.

Tras haber ultimado sus conversaciones con medios oficiales turcos, Holbrooke comentó el lunes que "esta pugna de maniobras" no sirve más que para malgastar nervios y dinero, y apeló a turcos y griegos para que se esforzaran en disminuir las tensiones en Chipre.

Turquía insiste en culpar a Grecia por las tensiones actuales

y se niega a posponer o cancelar las maniobras "Toros 97". EFE
Dt-Jfe/ll

10/14/15-20/97

XG9833

R POXBT 10-15 00157
icx exg mun

CHIPRE-TURQUIA
FINALIZAN MANIOBRAS MILITARES CONJUNTAS "NIKIFOROS 97"

Atenas, 15 oct (EFE).- El presidente de Chipre, Glafcos Clerides, dijo hoy, miércoles, al termino de las maniobras militares entre su pais y Grecia que "así demostramos a Turquía que funciona la doctrina de defensa común".

Los ejercicios "Nikiforos 97" comenzaron el pasado domingo en el sudeste del Mediterráneo y provocaron tensión con Turquía, cuyos aviones cometieron casi 200 violaciones de la denominada Región de Control de Vuelos (FIR) de Atenas.

Las autoridades turcas preparan maniobras militares con la autoproclamada república del norte de Chipre, liderada por Rauf Denktash, el próximo noviembre.

El primer ministro griego, Costas Simitis, declaró ayer que Atenas y Nicosia están dispuestos a reexaminar su política de defensa si se adopta la propuesta de Clerides de desmilitarizar la isla, donde hay 35.000 efectivos del Ejército turco en el norte de la misma, invadida en 1974 por Turquía. EFE
afb/ig/ma

10/15/11-13/97

9714233

XJ2518

U POXBT 10-17 00451
mun exg icx

TURQUIA-GRECIA/CHIPRE
ANKARA DESCARTA EXISTA "CRISIS" GRECIA Y MANTIENE MANIOBRAS

Ankara, 17 oct (EFE).- Turquía rebajó hoy, viernes, la tensión que mantiene con Grecia tras las maniobras militares griegas en Chipre y descartó que exista una "crisis", al tiempo que mantuvo sus programados ejercicios militares con los turcochipriotas pese a que las presiones de Estados Unidos para que los anule.

La Unión Europea (UE), sobre todo, y EEUU consideran que Chipre es un estado con una zona de ocupación (turcochipriota) al norte, después de que el Ejército turco llegó en 1974 a la isla para proteger a la minoría turca contra un golpe de la extrema derecha griega.

Atenas subraya que el Gobierno central de Chipre tiene derecho a hacer maniobras militares con quien quiera, pero señala que si los turcos insisten en realizar sus ejercicios con los habitantes de la zona de ocupación llamada República Turca del Norte de Chipre, serán ilegales.

"No evaluamos (la situación) como crisis", declaró Ilhan Kilic, comandante de la Fuerza Aérea de Turquía, quien se jactó de la escasa preparación demostrada por los griegos durante los pasados ejercicios militares.

Efectivos griegos y grecochipriotas efectuaron esta semana las maniobras "Nikiforos 97" en el sudeste del Mediterráneo, a las que Turquía respondió con violaciones de la zona de control de vuelos de Atenas, sobre zonas cuya soberanía griega contesta Ankara.

Grecia denunció que esta semana interceptó aviones turcos que se acercaron a un aparato en el que se desplazaba el ministro de Defensa griego, Akis Chojachopulos, que hacía una visita a Chipre.

Sin embargo, fuentes del Estado Mayor General de Turquía dijeron en Ankara que no tienen información sobre tal incidente.

Turquía afirmó que Grecia violó la prohibición de vuelos militares sobre Chipre propuesta por EEUU por lo que, ya que "la parte griega ha echado a perder la moratoria", Ankara "no se considera ya atada" a ella, en palabras del portavoz de Asuntos Exteriores, Omer Akbel.

Atenas sigue aferrándose a la tesis, internacionalmente vigente, de que el espacio aéreo de Chipre está en manos del Gobierno central de esa República, ya que la "zona turca" no ha sido reconocida como Estado por ningún otro país.

Ankara reiteró que realizará las maniobras militares con los turcochipriotas programadas para noviembre, pese a que EEUU instó al Gobierno turco a cancelarlas o posponerlas.

Según Kilic, los pilotos griegos han probado durante las maniobras "Nikiforos 97" que sólo son capaces de acertar uno de cada diez objetivos, ya que "fallaron el 90 por ciento".

Subrayó que los pilotos turcos son los mejores de Europa y que en el norte de Irak, en sus combates contra los campamentos de la guerrilla kurda, utilizan desde hace 15 años bombas reales, en condiciones de auténtico peligro, contra un enemigo dotado de misiles tierra aire. EFE

Dt-Ja/mz

05

9714233

10/17/14-07/97

EA5952

R POXBT 10-22 00472
mun exg icx

GRECIA-TURQUIA/EEUU
ATENAS SATISFECHA CON DECLARACIONES HOLBROOKE

Atenas, 22 oct (EFE).- El gobierno griego expresó hoy su satisfacción por las declaraciones formuladas por el mediador norteamericano, Richard Holbrooke, que corrigió las del Departamento de Estado, sobre las violaciones aéreas turcas en el Mar Egeo.

El ministro de defensa griego, Akis Tsohatzópulos, declaró hoy, miercoles, en Atenas que Holbrooke comprobó que "se encuentra dentro de la realidad y de la verdad, que sigue los hechos y que realmente está en condiciones de tener un conocimiento objetivo de los hechos".

Según evidencias presentadas por la parte griega ante la OTAN, la Unión Europea (UE) y la ONU, cazabombarderos turcos siguieron muy de cerca al avión militar C130 que transportaba a Tsohatzópulos desde Chipre a Grecia el pasado miércoles, después de una maniobras militares conjuntas entre Grecia y Chipre.

Holbrooke declaró que no duda de que dicho incidente haya ocurrido y que es un error del Departamento de Estado el no haberlo reconocido publicamente.

"No tengo dudas de que ocurrió y se trata de una acción provocativa porque "no se puede jugar a los cochecitos en el aire", declaró, mientras que reiteró la postura de los Estados Unidos de que los aviones militares de los dos paises (Turquia y Grecia) no deben de volar armados.

Tsohatzópulos añadió que con estas declaraciones Holbrooke recuperó su credibilidad como mediador, mientras que el portavozoficial griego, efectividad del mediador "se verá con la práctica".
efectividad del mediador "se verá con la práctica".

Akis declaró que tras la infornación sobre los hechos ante los ministros de Defensa de la OTAN y del Secretario General de la OTAN, Javier Solana, las acciones turcas en el Mar Egeo serán asunto de discusión en la próxima reunión de la Alianza.

Por otro lado, durante un sesión informativa del ministerio de Defensa griego a los agregados militares de los países de la OTAN en Atenas, el representante de Turquía declaró que "Chipre se está armando en forma exagerada" y que por eso, Turquía reacciona de dicha manera.

La compra del sistema antimisiles rusos S-300 por Chipre hizo responder a Turquía que lo impedirá a toda coste, lo cual a su vez llevó a Estados Unidos a obtener la promesa de Nicosia de que su instalación será para, fines de 1998, si es que antes no se ha experimentado un progreso en la solución del conflicto de la ocupación turca en Chipre.

Costas Bikas, portavoz del ministerio de Asuntos Exteriores griego, declaró que la postura de Turquia se ha endurecido ante la proximidad de las negociaciones de adhesión de Chipre a la UE, previstas para la primavera de 1998, a la que se opone Ankara.

Por otro lado, se confirma la reunión que mantendrán el primer ministro griego, Costas Simitis, y su homólogo turco, Mesut Yilmaz, en Creta el próximo 3-4 de noviembre, al margen de la Conferencia Interbalcánica.

Repas afirmó hoy que no hay preparado ningún acuerdo con la parte turca en relación con Creta.EFE
afb/ddp

06-06

9714233

9714234

VISITA DE LA REINA SOFIA A GUATEMALA : ESPAÑA

78893
14097
11816 66097 11399
50453 11148 11164

TD9641

U PDXBT 10-14 00580
msp

GUATEMALA-ESPAÑA (Previsión)
REINA ESPAÑA COMIENZA VISITA A "PAIS ESTRELLA" COOPERACION

Guatemala, 14 oct (EFE).- La rina Sofía comienza hoy un apretado programa de trabajo en Guatemala, donde España desarrolla un esfuerzo de cooperación para ayudar a dar estabilidad a la paz que vive el país luego de 36 años de guerra civil.

España destina este año 18 millones de dólares a la realización en Guatemala de muy variados programas de cooperación dirigidos tanto a dotar de infraestructuras básicas a zonas deprimidas como a contribuir a reconstruir los sistemas judicial y de seguridad.

La reina recibió ayer en el aeropuerto de La Aurora la cordial bienvenida que le ofreció el presidente Alvaro Arzú, junto a su esposa y miembros de su gabinete. como los ministros de Relaciones Exteriores, Eduardo Stein, y de Cultura, Augusto Vela.

Doña Sofía está acompañada en esta visita de trabajo por el secretario de Estado para la Cooperación Internacional y para Iberoamérica, Fernando Villalonga. responsable del departamento que comcreta la contribución española para la pacificación guatemalteca.

Villalonga dijo a EFE que la especial atención que recibe Guatemala por parte de la cooperación española se fundamenta en la firma de la paz efectuada en Madrid el año pasado por el gobierno y la guerrilla.

Considera el secretario de Estado que todos los programas de cooperación que desarrolla España en este país centroamericano están "muy vinculados a la paz", tanto los destinados a la mejora de condiciones de vida y educación como los encaminados a la consolidación del Estado de derecho.

Los programas para apoyar la desmovilización y la reinserción social y laboral de la guerrilla están consensuados por las fuerzas políticas españolas, indicó, y España tiene la ventaja sobre otros países de contar con una experiencia y "un modelo político exportable, por coincidencia de coordenadas".

La cooperación española en Guatemala, dijo Villalonga, es "completa y redonda" y cuenta con el apoyo de "una embajadora de lujo", como es la reina Sofia, que "ha demostrado repetidas veces su sensibilidad" para estos temas.

La reina dedica hoy su primera actividad a conocer sobre el terreno los trabajos realizados para dotar a la humilde aldea de Paxcamán. a 500 kilómetros de la capital, de agua potable y de un sistema de letrinas del que se obtiene abono para los cultivos de la zona.

Esta actuación es similar a otras que realiza la Agencia Española de Cooperación Internacional, muchas de ellas situadas en zonas remotas del país en donde se pretende contribuir a la demovilización de las guerrillas.

De la humilde Paxcamán la reina, acompañada de la primera dama de Guatemala, Patricia Escobar, pasará a conocer, a escasos kilómetros, las restauraciones que se llevan a cabo en los imponentes templos mayas del parque de Tikal, una de las zonas con mayores atractivos turísticos del país.

Doña Sofía visitará las obras ya concluidas de restauración del Templo Gran Jaguar, considerado un símbolo de las señas de

identidad del pueblo de Guatemala, y también las que se realizan en el Templo V, cuyas estructuras también estaban seriamente deterioradas.

La reina, que comenzará hoy la jornada a las cinco de la mañana, tiene previsto recorrer durante tres días los lugares más representativos de la labor en la que España, en colaboración con el gobierno de Guatemala y con diversas ONGs, invertirá hasta el año 2000 cerca de cincuenta millones de dólares.

La importancia de las cantidades asignadas y la calidad de los proyectos en realización llevaron al embajador de España en Guatemala, Victor Fagilde, a calificar a este país como "la estrella" de la cooperación española en el mundo.- EFE

fo/eoo/lm

10/14/08-59/97

02

9714234

TD9782

U ECOBT 10-17 00620
mun

GUATEMALA-ESPAÑA (Previsión)
LA REINA DE ESPAÑA CONCLUYE VIAJE CENTRADO EN LA COOPERACION

Por Emilio Oliva

Guatemala, 17 oct (EFE).- La reina Sofía de España concluye hoy en Guatemala una visita de trabajo de cuatro días, a lo largo de los cuales ha dado un visible espaldarazo a la labor que en Guatemala realiza su país en el campo de la cooperación.

En opinión del secretario de Estado para la Cooperación Internacional y para Iberoamérica, Fernando Villalonga, la reina, con su especial empeño en apoyar esta actividad, "se ha convertido en la cooperante número uno de España".

Durante este viaje, en jornadas de trabajo que han comenzado a las cinco de la mañana, la soberana ha escuchado peticiones y problemas, ha estrechado vínculos con la comunidad indígena maya y ha conocido sobre el terreno y en la práctica lo que España hace en Guatemala para apoyar su paz recién conseguida.

Villalonga, que ha acompañado a doña Sofía en este viaje, expresó a EFE su satisfacción por el resultado obtenido, que él centra en la labor de sensibilización de la opinión pública que consigue la reina con su apoyo personal.

Además, el responsable de la cooperación española destacó "la abnegación y la dedicación que ponen en su trabajo solidario" los muchos jóvenes implicados en los distintos programas que realiza en Guatemala la Agencia Española de Cooperación Internacional.

Durante sus tres días de actividad en Guatemala doña Sofía ha visitado las obras civiles que realiza la cooperación española, ha inaugurado otras centradas en la restauración del patrimonio cultural y ha dado su apoyo a los programas destinados a la formación y a los más débiles, los niños y los ancianos.

En buena parte de su viaje la soberana estuvo acompañada por su anfitriona, la primera dama guatemalteca, Patricia Escobar de Arzú.

La rein española viajó en su primer día de estancia en Guatemala, el martes, hasta Tikal, en donde la cooperación española ha contribuido a rescatar y asegurar el futuro de uno de los más importantes tesoros de la civilización maya.

En las localidades de Paxcamán y Pacajá, en puntos opuestos del país, la Reina repasó el proceso recorrido para dotar de agua corriente y saneamientos a quinientas familias.

Este tipo de obra se ha repetido en catorce puntos de Guatemala, contribuyendo en algunos casos a fijar poblaciones en puntos ecológicamente importantes o de valor estratégico de cara a preservar la paz firmada en Madrid el año pasado entre el gobierno y la guerrilla.

En la segunda ciudad del país, Quetzaltenango, y en la localidad de Totonicapán, doña Sofía conoció las obras que constituyen, en palabras del director de proyectos de la AECI en Guatemala, José Antonio González, el "buque insignia" de la cooperación española en este país.

Allí, la reina tuvo la oportunidad de conocer, dialogar y recibir los elogios de dos de los más repetados, influyentes y carismáticos líderes indígenas mayas, Rigoberto Quemé y Benjamín Son Turnil.

La reina vivió también momentos emocionados rodeada de los

9714234

niños acogidos en el Hogar Rafael Ayau, en el que la madre Inés, una dinámica monja de la Iglesia Católica Ortodoxa Antioqueña, realiza la dificil labor de criar y educar a pequeños huérfanos y abandonados.

En la joya arquitectónica que es la ciudad de Antigua Guatemala, que hace dos siglos fuera capital de este país, doña Sofía inauguró el Centro Iberoamericano de Formación destinado a llevar a cabo seminarios y encuentros dirigidos a profesionales destacados de toda el área centroamericana.

Orgullosa de la labor de este centro de la AECI, situado en un restaurado colegio de la Compañia de Jesús, su directora, Pilar Parra, dijo a la reina que "la formación es, en realidad, la cooperación con mayúsculas".

En la cena de despedida que el presidente, Alvaro Arzú, y su esposa ofrecieron ayer a la reina, doña Sofía calificó de "inolvidable" este viaje a Guatemala que a media mañana de hoy toca a su fin.- EFE

fod/eoo/lm

10/17/09-03/97

04-04 9714234

Nº FOLIO 9714235
OTAN: ACUERDO LUSO-ESPAÑOL ENCAMINA LA INTEGRACIÓN ESPAÑOLA A LA ORG.
18593
011091
10876 508062 11164
50473 01005
XW7715 66843 11163 11399/
R FOXBT 10-01 00639
mun icx

OTAN-ESPAÑA
ACUERDO CON PORTUGAL DESPEJA CAMINO ESPAÑA ESTRUCTURA MILITAR

Por María Luisa González
Maastricht (Holanda). 1 oct (EFE).- El acuerdo alcanzado hoy, miércoles, en Maastricht entre España y Portugal, despeja el camino para la integración española en la estructura militar de la OTAN al solucionar una de las principales exigencias planteadas por el Gobierno de Madrid para dicha incorporación.

"España y Portugal han llegado a un acuerdo total y absoluto", anunció en una conferencia de prensa en la ciudad holandesa de Maastricht, el ministro español de Defensa, Eduardo Serra, acompañado por su colega portugués, Antonio Vitorino, con quien mantuvo hoy dos reuniones para afinar los últimos detalles.

Los ministros de Defensa de la Alianza Atlántica iniciaron hoy una sesión informal y regular de dos días en la mencionada localidad.

Serra explicó que el acuerdo no introduce "cambios sustanciales" respecto al esquema que había sido propuesto por los especialistas militares de la OTAN, que se mantiene practicamente igual, con un enclave que constituyen Canarias, sus aguas territoriales y 50 millas marinas más, en total 62 millas marinas (poco más de 100 kilómetros), que quedarán bajo mando español.

Portugal pidió que se establecieran garantías de que sus islas no se verán afectadas por la nueva delimitación de los dos mandos estratégicos de la OTAN, el Europeo (SACEUR), ubicado en Mons (Bélgica) y el Atlántico, situado en Norfolk (Virginia, EEUU).

Los ministros citaron en concreto las Islas Salvajes a las que se garantizará su ubicación atlántica ya que se veían levemente afectadas por el perímetro de las 50 millas marinas que se agregan a las aguas territoriales canarias para formar el enclave del SACEUR en esa zona.

A petición también de Lisboa, ambas partes han acordado un "intercambio de información mutua", sobre el que no entraron en detalles.

"Los intereses de España y de Portugal fueron totalmente salvaguardados en este acuerdo", destacó Vitorino, que rehusó entrar en detalles técnicos sobre su contenido.

Para el ministro portugués la "plataforma común" acordada hoy entre su país y España es una "prueba de madurez" de ambos países y "una prueba de confianza como vecinos y como aliados".

Como "una prueba de responsabilidad entre aliados" fue calificado también el acuerdo por fuentes diplomáticas, que destacaron que despeja el principal obstáculo existente hasta ahora para la integración de España en la estructura militar.

España había pedido como contrapartida para su integración en ella recibir un mando subregional con control sobre todo el territorio nacional, incluidas las islas Canarias y sus aguas, que están en zona geografica atlántica, dependiente del mando de EEUU y por derivación del cuartel regional portugués de Oeiras.

Serra señaló hoy que, en cuanto a las demandas sobre Canarias, después de este acuerdo "no hay ningún problema para la integración".

El ministro había expresado anteriormente durante su intervención en la sesión de esta mañana con sus colegas de la

OTAN el deseo de que la nueva estructura militar esté concluida para diciembre, "momento en el que España podría ser miembro de la estructura militar".

El secretario general de la OTAN, Javier Solana, también se mostró optimista de que España pueda anunciar en diciembre su integración, tras declararse "muy satisfecho" del acuerdo alcanzado.

"Todos los esfuerzos serán hechos para que en diciembre exista una nueva estructura y España pueda anunciar su entrada", dijo Solana a los periodistas.

El acuerdo alcanzado hoy debe ser redactado por los técnicos de ambos países y sometido a la aprobación del Comité Militar (integrado por los jefes de estado mayor de los 16 países de la OTAN), además de al escrutinio de los otros aliados, a los que será presentado como una plataforma hispanoportuguesa.

Vitorino citó a Enmanuel Kant para responder a la pregunta de quien había cedido más en esta negociación para señalar que "cuando se llega a un acuerdo entre dos partes no se sabe al final en que idioma se está hablando". EFE

mlg/co

10/01/18-39/97

02-02

9714235

Nº DOCUMENTO 9714236
TITULO LISTANA : NEGOCIACIONES POR GIBRALTAR
PROCEDENCIA S8393
FECHA DE PROCEDENCIA 3/10/97
VINCULACIONES 11876 S08062
S07513 11164
S07529 11399
S01689
65890

01-04

9714236

ESPAÑA-ESTADOS UNIDOS
MATUTES NO PEDIRA MEDIACION EEUU EN CONTENCIOSO GIBRALTAR

Madrid, 30 oct (EFE).- El ministro español de Asuntos Exteriores, Abel Matutes, negó hoy que durante su visita a Washington vaya a pedir la mediación estadounidense en el contencioso hispano-británico sobre Gibraltar.

Poco antes de partir hacia la capital norteamericana, donde participará mañana, viernes, en el III Foro España-EEUU, el jefe de la diplomacia española dijo a EFE que "en ningún momento he hablado de mediación de EEUU ante Londres".

Días antes de la Cumbre de la OTAN de Madrid, celebrada en julio pasado, el Reino Unido anunció su intención de vetar el ingreso de España en la estructura militar de la Alianza Atlántica si Madrid no levanta las restricciones navales y aéreas sobre Gibraltar.

Al ser preguntado hoy sobre el levantamiento de esas restricciones, Abel Matutes precisó que "va a depender de que se avance en este proceso de recuperación de soberanía por parte de España. Si no se avanza se mantendrán las restricciones, tanto si les gusta a los británicos como si no".

"Si los británicos deciden vetar cualquier reforma de la OTAN o llevar este conflicto bilateral al escenario de la OTAN, desde luego no será porque lo hagamos nosotros, sino que está dentro de las decisiones tomadas por Gran Bretaña", dijo el ministro.

España reclama la soberanía del Peñón, territorio situado al sur de la Peninsula Ibérica conquistado por las tropas británicas en 1704 y que está en manos del Reino Unido desde el Tratado de Utrecht de 1713.

Este tratado estipula que si Londres renuncia a sus derechos coloniales sobre Gibraltar, España asumirá de nuevo su soberanía.

Abel Matutes señaló que durante su estancia en Washington, donde se entrevistará con la secretaria de Estado, Madeleine Albright, expondrá "la situación tal y como lo vemos los españoles sobre la posición de nuestro país respecto a Gibraltar, al igual que se ha hecho con Alemania, Holanda, Francia y Bélgica".

"Esta posición -dijo- consiste en que somos partidarios de profundizar en el diálogo con los británicos para avanzar el proceso de devolución de soberanía a España y cumplir el mandato dado por la ONU al Reino Unido y a España".

El ministro español participará en Washington en el III Foro hispano-norteamericano, en el que empresarios, legisladores, académicos y políticos dialagorán sobre las relaciones entre España y Estados Unidos, así como sobre la manera de impulsar los ya significativos intercambios comerciales.

Estados Unidos es, después de la Unión Europea, el principal socio comercial de España. Los intercambios comerciales bilaterales superan los 10.000 millones de dólares.

El primer Foro España-EEUU se celebró en Sevilla, en noviembre de 1995, con el fin de profundizar en el conocimiento mutúo de ambos países y de contribuir al desarrollo del mercado trasatlántico.

Un año después, en noviembre de 1996, se celebró el segundo Foro en la ciudad española de Toledo, durante el cual se creó el Consejo España-EEUU para afianzar la cooperación entre ambos

países en el campo económico, empresarial, comercial, científico y cultural. EFE
ja/ev/chg/jpg

10/30/13-46/97

9714236

02

DP8457

B FOXBT 10-31 00783
mun exg icx

EEUU-MATUTES (resumen)
EEUU Y ESPAÑA RENUEVAN ACUERDO DEFENSA Y HABLAN GIBRALTAR

Washington, 31 oct (EFE).- Estados Unidos y España acordaron hoy renovar sin modificaciones el actual acuerdo de cooperación militar, mientras que Washington mostró "comprensión" sobre la posición de Madrid respecto al contencioso de Gibraltar.

La secretaria norteamericana de Estado, Madeleine Albright, instó a España y al Reino Unido a que se reúnan "pronto" para resolver de forma directa el contencioso sobre Gibraltar, informaron fuentes oficiales.

Un portavoz del Departamento de Estado, que habló con EFE bajo la condición del anonimato, explicó que Albright había pedido esta reunión durante la entrevista que mantuvo con el ministro español de Asuntos Exteriores, Abel Matutes, con quien se vio hoy.

"La secretaria (de Estado) urgió a los dos países ha que se reúnan pronto, antes de la próxima reunión (de la OTAN) de diciembre para hablar del contencioso", agregó el portavoz.

Matutes declaró tras su encuentro con Albright que "ambas partes hemos coincidido en que no procede una renegociación del acuerdo porque nos parece satisfactorio".

La decisión significa en la práctica que el actual acuerdo de defensa, que regula la presencia militar de EEUU en las bases de Rota (Cádiz) y Morón de la Frontera (Sevilla), queda prorrogado automáticamente otro año más a partir del 4 de noviembre.

Preguntado si la inclusión de España en la estructura militar de la OTAN podría requirir una modificación de este acuerdo, Matutes contestó tajantemente: "En absoluto. No modifica para nada este acuerdo, lo que hace es reforzar más nuestros vínculos".

El ministro español, que también mantuvo una larga entrevista con Sandy Bergen, consejero de Seguridad Nacional de la Casa Blanca, afirmó también que había explicado a la Administración Clinton la posición española respecto a Gibraltar.

"No he venido a solicitar ninguna mediación -dijo Matutes-. Hemos explicado nuestra posición y puedo decir que lo han entendido perfectamente, al igual que la gran mayoría de nuestros aliados".

Matutes pidió flexibilidad al Reino Unido para buscar una solución común al Peñón, colonia británica en suelo español desde 1713, ya que expresó que España ha mostrado ya con creces flexibilidad y paciencia hasta ahora.

Anteriormente, el ministro había dejado claro que el Gobierno español no levantará las restricciones que tiene impuestas respecto al Peñón hasta que el Reino Unido no haga concesiones en el área de la soberanía, algo que Londres rechaza por el momento.

Repitió, nuevamente, que la reforma de la OTAN no debe ser "rehén" del contencioso de Gibraltar, y manifestó su disposición a seguir negociando el asunto independientemente de que la Alianza Atlántica apruebe en diciembre su nueva estructura militar.

"Lo deseable es que británicos y españoles sigamos hablando y resolvamos estas diferencias, sin que afecte a la OTAN", recalcó.

En vísperas de la pasada reunión de la OTAN en Madrid en julio, el secretario del Foreign Office británico (ministro de Asuntos Exteriores), Robin Cook, anunció su intención de vetar el ingreso de España en la estructura militar aliada, si no eran

levantadas las restricciones aéreas y navales sobre Gibraltar.

Respecto a Cuba, Matutes aseguró que Estados Unidos no había solitícado que el régimen de Fidel Castro sea apartado de las Cumbres Iberoamericanas, cuya próxima reunión tendrá lugar en la isla venezolana de Margarita a principios de noviembre próximo.

Matutes explicó que con motivo de ese encuentro se reunirá con su colega cubano, Roberto Robaina, y dijo que es "previsible" que se anuncie proximamente un nuevo embajador español en La Habana "de las características de (José) Coderch", al que Cuba retiró el benplácito hace algunos meses por unas declaraciones sobre la oposición democrática cubana.

En relación con el nuevo embajador de EEUU en Madrid, puesto que esta vacante desde julio, Matutes dijo que Albright había mostrado su intención de acelerar el asunto.

"Nosotros deseamos también que sea nombrada cuanto antes esa persona que todos sabemos esta propuesta por al Administración" Clinton, agregó Matutes sin referirse a Ed Romero, un empresario hispano que se afirma es el cantidado elegido.

Matutes asistió hoy en Washington a la apertura del tercer foro del Consejo EEUU-España que fue inagurado por el vicepresidente norteamericano, Albert Gore, quien resaltó las buenas y excelentes relaciones a todos los niveles entre ambos países.

Gore agregó que España es "un ejemplo" para muchos países y entre ellos citó a los del Este de Europa, y abogó por un incremento de los lazos de amistad entre ciudadanos estadounidenses y españoles, especialmente en el área docente y educativa.

El vicepresidente segundo y ministro de Economía español, Rodrigo Rato, tiene previsto intervenir mañana, sábado, ante el Consejo, cuyas reuniones se trasladarán a Nueva York para mentener allí varias sesiones de trabajo hasta el próximo lunes. EFE

RMI/MLA/JMA

10/31/23-42/97

9714236

04 - 04

DOCUMENTO 9714237

ESPAÑA : LIDER CATALAN PUJOL MANTIENE APOYO AL GNO ESPAÑOL

J0191
D1091
11870 4169
10703
11302 11303

XH9267

U FOXBT 10-07 00392

mun icx

ESPAÑA-GOBIERNO

LIDER CATALAN SE COMPROMETE CON AZNAR A MANTENER ESTABILIDAD

Madrid, 7 oct (EFE).- El lider regional de Cataluña, Jordi Pujol, se comprometió hoy con el presidente del Gobierno español, José María Aznar, a seguir apoyando su gestión para mantener la estabilidad política en España, informaron fuentes de la Presidencia.

Tras una reunión de cuatro horas y media en el Palacio de la Moncloa, Pujol y Aznar dejaron claro que quieren mantener la estabilidad, ya que ninguno de los dos desea "un adelanto de las convocatorias electorales", dijeron las fuentes.

El Gobierno conservador de Aznar quiere mantener hasta el año 2000 el actual pacto de gobierno con los nacionalistas catalanes de Convergencia i Unió (CiU), que encabeza Pujol, y le preocupa un eventual adelanto de los comicios en esa región, previstas para 1999, ya que ello podría afectar a la estabilidad de su Ejecutivo.

Pujol declaró tras el encuentro, que éste había sido "positivo y constructivo" y que "la estabilidad política ha dado muy buenos resultados desde el punto de vista del progreso general, del económico y social y de la inserción de España en el mundo y, definitivamente, en Europa".

Las fuentes de la Presidencia destacaron el clima de entendimiento en el que se desarrolló la conversación y la describieron como una charla "más propia de dos colaboradores empeñados en impulsar un proyecto común, que de dos negociadores".

Señalaron también que el Gobierno contará con el apoyo de CiU a los presupuestos para 1998, cuyas negociaciones han fortalecido el pacto de gobierno entre el gobernante Partido Popular (PP) y CiU.

Pujol destacó la necesidad de "profundizar" en "varias cuestiones" con el Gobierno y anunció que Aznar y él se han emplazado a una entrevista que se celebrará "antes de Navidad" en la que se concretarán las nuevas peticiones en materia de traspasos de competencias pendientes al gobierno regional.

En la reunión de hoy, Aznar y el presidente de la Generalitat de Cataluña (gobierno regional), también coincidieron en las positivas perspectivas que tiene España para entrar en enero de 1999 en el proyecto de creación de la moneda única europea.

Tras el último encuentro entre ambos líderes, el pasado 16 de mayo, Pujol anunció que condicionaba el mantenimiento de su apoyo al Gobierno a que desde Madrid "nos lo pongan fácil", en referencia al cumplimiento de los compromisos asumidos por Aznar sobre el traspaso de competencias a las autoridades autonómicas catalanas. EFE

NAL/HMA/GTP

10/07/21-18/97

01 - 01

9714237

Nº. DOCUMENTO 9714238
TITULO ESPAÑA: GIRA DE DIPUTADOS ESPAÑOLES PARA CAMPAÑA ANTI-ETA
PROCEDENCIA 58593
FECHA DE PROCEDENCIA 301097
VINCULACIONES 11876 11148 67380
507513 507623 507466
507410 507631 11169
XQ2205 R FOXBT 10-16 00626 11677 66967
mun exg icx

MEXICO-ESPAÑA/ETA (Previsión)
DIPUTADOS ESPAÑOLES DICEN QUE ETA NO REPRESENTA A PUEBLO VASCO

México, 16 oct (EFE).- Diputados españoles se entrevistaron hoy con legisladores y autoridades de México para explicar que la banda terrorista ETA no representa al pueblo vasco y recalcar que en España existen todas las garantías democráticas que deslegitiman el uso de la violencia.

La comisión de parlamentarios, que se ha entrevistado hoy con diputados y senadores y también lo hará con miembros del Gobierno mexicano, pretende sensibilizar a la opinión pública de este país sobre la necesidad de que no haya compromiso alguno con los terroristas.

La misión está formada por diputados del gobernante Partido Popular (PP); del Partido Socialista Obrero Español (PSOE), la principal fuerza opositora; de Izquierda Unida (IU); del Partido Nacionalista Vasco (PNV), que gobierna en Euskadi; de Convergencia i Unio (CIU), en el poder en Cataluña, y de Eusko Alkartasuna.

El diputado del PP Julio Padilla, portavoz de esta comisión, manifestó a EFE que "el Gobierno español tiene la pretensión de interesar la cooperación jurídica internacional y evitar que pueda haber santuarios, facilidades o comprensiones en al ámbito mexicano" hacia ETA.

"Hemos trasladado a los legisladores mexicanos una visión clara de lo que significa en este momento el fenómeno terrorista de ETA y les hemos explicado que en este punto hay una absoluta coincidencia de todos los grupos politicos", señaló.

"El Gobierno tiene el respaldo de todos los grupos parlamentarios", destacó Padilla, quien recordó que el viaje de los parlamentarios españoles a Venezuela y México representa un paso más en la lucha contra el terrorismo, intensificada tras el asesinato de un concejal vasco secuestrado por ETA en agosto pasado.

Por su parte, la diputada del PNV Margarita Uribe resaltó que en delegación parlamentaria están representadas las distintas fuerzas politcas vascas "para demostrar que la mayor parte de los representantes del pueblo vasco rechazamos la violencia".

"Hacemos una apuesta firme y decidida para que sea posible la solución de la violencia, siempre desde la perspectiva de que quienes la ejercen abandonen las armas", recalcó la parlamentaria vasca.

Uribe apuntó que en los encuentros mantenidos hasta ahora les ha soprendido constatar que en algunos sectores sobrevive "una cierta idea mítica de lo que pudo representar en su día de lucha revolucionaria el movimiento etarra".

A estas personas "nos hemos esforzado en explicarles que al pueblo vasco no le representa en estos momentos ETA; nuestro modelo de país es otro, y siempre estará basado en la fuerza que cada partido tengamos en las urnas", agregó.

La representante del Partiudo Nacionalista Vasco comentó que las extradiciones de presuntos terroristas "nunca podrán ser objeto de acuerdos politicos".

"El Estado mexicano tiene sus propias leyes; de producirse extradiciones serán porque proceden jurídicamente conforme a la normativa internacional", puntualizó Uribe.

01-09

9714238

México es el país de Latinoamérica donde reside el mayor número de presuntos miembros de ETA (alrededor de 200, según fuentes periodísticas).

El diputado socialista Luis Alberto Aguiriano destacó que a pesar de las diferencias que existen entre las fuerzas políticas españolas en otras cuestiones, "todos coincidimos en lo fundamental: España tiene todas las garantías democráticas y, por lo tanto, no hay la más mínima justificación para el uso de la violencia".

Aguiriano resaltó que España es uno de los países con más alto nivel de libertades y descentralización política", y recordó que "incluso el grupo terrorista ETA tiene un brazo político (Herri Batasuna) que se presenta a las elecciones y recibe un apoyo minoritario".

"Hemos venido a explicarle al pueblo mexicano que no hay la más mínima justificación para el uso de la violencia en un país en el que cualquier opción política pueda presentarse a las elecciones y defender las ideas que quiera". EFE

MF/M/SC/ddp

10/16/18-59/97

9714238

TD7780

U FOXBT 10-17 00574
mun

MEXICO-ESPAÑA (Previsión)
DIPUTADOS ESPAÑA: EN GOBIERNO MEXICO NO HAY COMPRENSION A ETA

México, 17 oct (EFE).- Un grupo de diputados españoles de diferentes partidos, en su mayoría del País Vasco, han constatado durante su viaje a México que el Gobierno de este país ni comprende ni tiene ninguna simpatía hacia la forma de actuar de la organización terrorista ETA.

En declaraciones a EFE los parlamentarios españoles, que también visitaron esta semana Venezuela, resaltaron que han encontrado en las autoridades mexicanas una coincidencia total con el argumento que ellos expusieron en el sentido de que en un Estado de Derecho no cabe defender la ideas por medio de la violencia.

La comisión de parlamentarios se entrevistó ayer, jueves, con legisladores mexicanos, con el secretario (ministro) de Gobernación, Emilio Chuayffet, y con el procurador general de la República, Jorge Madrazo.

El objetivo de su visita, que concluye hoy, viernes, ha sido explicar que la banda terrorista ETA no representa al pueblo vasco y recalcar que en España existen todas las garantías democráticas que deslegitiman el uso de la violencia.

La misión está formada por diputados del gobernante Partido Popular (PP); del Partido Socialista Obrero Español (PSOE), la principal fuerza opositora; de Izquierda Unida (IU), del Partido Nacionalista Vasco (PNV), que gobierna en Euskadi; de Convergencia i Unio (CIU), en el poder en Cataluña, y de Eusko Alkartasuna.

En la tarde del jueves también celebraron una reunión privada con columnistas y directivos de algunos de los principales medios de comunicación mexicanos, con quienes mantuvieron "un interesante debate" acerca del sistema democrático español y la deslegitimación de los actos terroristas, según explicaron.

El diputado del PP Julio Padilla, portavoz de la comisión, manifestó a EFE que "los líderes de opinión mexicanos con los que nos hemos entrevistado han protagonizado una reunión muy viva".

"Creemos que hemos cumplido nuestro objetivo, que se resume en decir que nadie que comprenda o asista a ETA o a su entorno político puede ignorar que los terroristas son beligerantes con la paz de España y con los intereses del pueblo".

En este sentido, el diputado de Izquierda Unida José Navas señaló que "en el encuentro con los forjadores de la opinión pública mexicana hemos detectado algunos elementos de juicio sobre el problema terrorista que han servido para un interesante debate".

"Nosotros hemos explicado lo que supone para el pueblo vasco y el resto del Estado español la pervivencia del fenómeno de la violencia y hemos dejado claro que nuestra democracia está equiparada con las más avanzadas del mundo", dijo el representante de IU.

Por su parte, el diputado del Convergencia i Unio Manuel Silva expresó que es importante reconocer la preocupación de México por hacer valer la defensa de su soberanía y la reivindicación del derecho de asilo y agregó que estas dos cuestiones no se contradicen con la condena de la violencia terrorista.

Además, el parlamentario de Izquierda Unida Jose Navas recalcó

9714238

que "efectivamente hay ciudadanos que no disfrutan de sus derechos fundamentales: son los que no pueden expresar ideas distintas a las que defiende la organización terrorista, los que no tienen la seguridad de que al día siguiente seguirán vivos".

Los parlamentarios españoles puntualizaron que no le piden a ETA que renuncie a sus ideas políticas pero sí que se incorpore al proceso democrático "porque ningún asesinato terrorista conseguirá una conquista política", recalcaron.

"Seguir incidiendo en esa estrategia del terror sólo les conducirá a un mayor aislamiento", manifestó José Navas.- EFE

mf/lm

10/17/09-02/97

04

9714238

DP7525

U POXBT 10-25 00399
amt icx

ESPAÑA-LATINOAMERICA
DELEGACION SENADO ESPAÑA VIAJA VENEZUELA Y R.DOMINICANA

Madrid, 25 oct (EFE).- Una delegación del Senado español, encabezada por su presidente, Juan Ignacio Barrero, viajó hoy a Venezuela, en una gira que la llevará también a la República Dominicana, países con los que se desea estrechar las relaciones parlmanetarias e intensificar la cooperación antiterrorista.

La misión senatorial partió hoy, sábado, hacia a Caracas, en una visita que se produce en unas circunstancias de especial relevancia para Iberoamérica, ya que en noviembre próximo se celebrará, precisamente en isla Margarita (Venezuela), la VII Cumbre Iberoamericana de Jesfes de Estado y de Gobierno.

El presidente del Senado español explicó a EFE que defenderá en ambas naciones la necesidad de estrechar los lazos parlamentarios, como pilar esencial para apuntalar aún más la cohesión de la Comunidad Iberoamericana de Naciones.

También alentará a las autoridades de los dos países a intensificar la cooperación antiterrorista y les informará, como ya lo hicieran recientemente parlamentarios españoles, sobre el terrorismo de la banda ETA.

República Dominicana y, especialmente, Venezuela son refugios para numerosos etarras reclamados por la Justicia española.

En Venezuela, país que visitará a invitación del Congreso de ese país, la delegación senatorial española será recibida por el presidente Rafael Caldera.

Los senadores, representantes de todos los partidos políticos españoles, se entrevistarán con los presidentes del Senado, Cristobal Fernández Dalo, y de la Cámara de Diputados, Ramón Guillermo Avaledo, así como con los de las comisiones parlamentarias de Política Exterior, y con el canciller, Miguel Angel Burelli.

Además de reunirse con el Grupo de Amistad Parlamentaria Venezuela-España y con la nutrida colonia española en Venezuela, la misión senatorial visitará Mérida y el Estado de Bolívar.

El miércoles próximo, el presidente del Senado español y la delegación que le acompaña viajarán a República Dominicana, donde serán recibidos por el presidente Leonel Fernández.

Barrero se reunirá además con los presidentes del Senado, Amable Aristy, y de la Cámara de Diputados, Rafael Peguero, así como con el ex presidente Joaquín Balaguer y con el líder del PRD (Partido Revolucionario Dominicano), José Francisco Peña Gómez.

El presidente Barrero pronunciará asimismo un discurso ante la sesión plenaria del Senado dominicano.

El viernes, día 31, la delegación senatorial emprenderá viaje de regreso a España. EFE
chg/me/iff

10/25/10-59/97

9714238

XQ2605

R POXBT 10-29 00441
amt exgu

ESPAÑA-VENEZUELA
COMPRENSION Y APOYO ENCONTRO BARRERO EN VISITA A VENEZUELA

Caracas, 28 oct (EFE).- El presidente del Senado español, Juan Ignacio Barero, manifestó hoy su satisfacción por los lazos que unen a España y Venezuela, al término de una visita donde planteó la realidad del terrorismo de ETA y el espíritu de hispanidad que debe guiar a la Cumunidad Iberoamericana.

Barrero, que visita Venezuela al frente de una delegación del Senado español, fue recibido en Caracas por el presidente venezolano, Rafael Caldera, así como por las autoridades del Congreso venezolano y del grupo de amistad de los dos países.

El parlamentario informó en una rueda de prensa de que el lunes pasado, durante su conversación con el mandatario venezolano, se trató de forma general el asunto de las extradiciones de algunos presuntos miembros de la banda terrorista ETA que residen en Venezuela.

Barrero añadió que tanto Caldera como el resto de las personalidades con las que se reunió le expresaron su "comprensión, apoyo y necesidad" de resolver las acciones pendientes relacionadas con las extradiciones.

"Hemos encontrado comprensión al problema y estoy seguro que (Venezuela) va a hacer todo lo posible para que esa extradición solicitada se resuelva lo antes posible", expresó Barrero.

La visita de la delegación senatorial española forma parte de la labor informativa que sobre el terrorismo etarra desarrollan actualmente el Gobierno y el Parlamento de España en el extranjero.

En Venezuela residen unos 25 presuntos etarras, que fueron aceptados entre 1984 y 1990 por un compromiso entre Madrid y Caracas.

En junio de 1996, España pidió la extradición de tres de ellos, pero la justicia venezolana aún no se ha pronunciado al respecto.

Durante su visita a Venezuela, Barrero también reiteró la necesidad de "institucionalizar" las Cumbres Iberoamericanas a través del apoyo parlamentario, para consolidar la Comunidad Iberoamericana de Naciones.

Esta visita a Venezuela se produce en vísperas de la VII Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno Iberoamericanos, que se celebrará del 7 al 9 de noviembre en la isla de Margarita.

La delegación senatorial española viajará este miércoles a República Dominicana, donde Barrero será recibido por el presidente Leonel Fernández.

República Dominicana y Venezuela son países refugio para miembros de la banda terrorista ETA, algunos de los cuales son reclamados por la justicia española.

En República Dominicana, la delegación española se entrevistará con el presidente del Senado, Amable Aristy Castro, y de la Cámara de Diputados, Rafael Pesquero Méndez, con el ex jefe del Estado, Joaquín Balaguer, y con el dirigente socialdemócrata José Francisco Peña Gómez.

El viernes, día 31, la delegación senatorial emprenderá viaje de regreso a España. EFE
mm/arp

06

9714238

DP8277

R POXBT 10-30 00378
amt

ESPAÑA-ETA
ESTUDIAN VIAJE A URUGUAY Y R.DOMINICANA PARA EXPLICAR ETA

Madrid, 30 oct (EFE).- La delegación parlamentaria española que viajó este mes a México y Venezuela para informar de la realidad de la banda terrorista ETA estudia hacer un viaje de las mismas características a Uruguay y República Dominicana.

Esta fue una de las cuestiones que los integrantes de esa comisión plantearon hoy al presidente del Congreso español, Federico Trillo, en una reunión en la que le informaron de las gestiones que hicieron en México y Venezuela, informó a EFE el presidente de la comisión de Justicia e Interior, Julio Padilla.

Según el diputado del gobernante Partido Popular, todos los grupos parlamentarios hicieron un balance positivo de este tipo de iniciativas y coincidieron en la necesidad de continuarlas.

Los miembros de la comisión parlamentaria indicaron que en sectores políticos, diplomáticos y en los medios de prensa de México y Venezuela se reconoció que había una distorsión en la imagen que la opinión pública tenía del fenómeno terrorista.

Los diputados integrantes de la delegación, que corresponden a fuerzas políticas de todo tipo de tendencias, defendieron ante sus interlocutores un denominador común: la falta de justificación de las acciones de ETA y el hecho de que en España hay una normalización democrática que permite defender cualquier tipo de ideología sin recurrir a la violencia.

Padilla hizo hincapíe en la repercusión positiva del viaje y destacó que en México, destacados articulistas se hicieron eco de la unidad de las fuerzas políticas españolas frente al terrorismo.

Para el diputado del PP, uno de los mensajes transmitidos en esta misión fue "la continuidad" de esta posición común frente a ETA, independientemente de quien gobierne en España.

El diputado socialista Luis Alberto Aguiriano insistió en este mismo asunto y dijo que, a pesar de que se mantienen las discrepancias en asuntos puntuales, es "muy beneficioso" que se transmita esa imagen real de estar de acuerdo en lo fundamental.

Para José Navas, de Izquierda Unida, tercera fuerza política española, la continuación de estas iniciativas resulta precisa para paliar la "desinformación" que sobre el fenómeno terrorista se tiene en esos países.

Tanto en México y Venezuela como en Uruguay y República Dominicana hay etarras perseguidos en España por delitos relacionados con el terrorismo. EFE
BB/Hma/jpg

10/30/18-54/97

07

9714238

XH9881

U POXBT 10-30 00529
mun exg icx

R.DOMINICANA-ESPAÑA
PRESIDENTE SENADO ESPAÑOL DESEA EXPULSION DE ETARRAS

Santo Domingo, 29 oct (EFE).- El presidente del Senado español, José Ignacio Barrero, expresó hoy su deseo porque el Gobierno dominicano entregue a las autoridades españolas a dos integrantes de la banda armada ETA, que se encuentran residiendo en República Dominicana.

Barrero se reunió, por separado, con el presidente dominicano, Leonel Fernández, y con el presidente del Senado dominicano, Amable Aristy Castro.

El legislador español destacó la decisión de las autoridades dominicanas cuando a la solicitud de España accedieron a la repatriación, hace casi tres meses, de Eugenio Etxebeste (Antxon), Ignacio Arcama Mendía (Macario) y José María Gantxegui (Peio).

En Santo Domingo permanecen en condición de custodiados los etarras Angel Iturbe Abasolo (Ikula) y Belén González Peñalba (Carmen), quienes hasta el 9 de agosto estuvieron viviendo con los otros tres miembros de la organización terrorista.

"Hay países que lo han entendido, precisamente la República Dominicana es uno de ellos, nosotros los españoles lo agradecemos", expresó Barrero.

El senador español rechazó las acciones violentas de los etarras porque "la democracia de España es una democracia muy avanzada en la que uno puede expresarse libremente, (..) no hay ninguna justificación para que exista gente que mata por la espalda".

Agregó que los etarras "no son lo que ellos pretenden ser: luchadores por una libertad que existe (..) son simplemente terroristas, asesinos".

Sobre la entrega de los dos etarras que aún viven en Santo Domingo dijo que "justamente desearíamos que siguieran el mismo camino" de los tres ya entregados.

Agradeció al Gobierno dominicano "su sensibilidad y su acción positiva respecto a los terroristas de ETA" entregados a las autoridades españolas.

El presidente del Senado español llegó hoy a Santo Domingo, en visita oficial, con la intención de mostrar a las autoridades dominicanas el "verdadero rostro de ETA".

El Gobierno dominicano ha mostrado su disposición a colaborar con España en su lucha antiterrorista y las últimas imágenes transmitidas por televisión de los atentados de ETA impactaron en la opinión pública y provocaron manifestaciones en contra de la violencia terrorista ante la Embajada de España en Santo Domingo.

Barrero tras su llegada, visitó el Senado dominicano en donde se reunió con los legisladores de este país.

En un discurso reconoció la necesidad porque los países iberoamericanos fortalezcan sus lazos de amistad, cooperación técnica, financiera y cultural como formas de asegurar su identidad.

Juan Ignacio Barrero, en cabeza de la delegación senatorial, llegó a Santo Domingo procedente de Venezuela, donde antes de partir expresó su confianza en que la justicia de aquel país acelerará los procesos de extradición de tres presuntos miembros de la banda terrorista ETA.

08

9714238

En Santo Domingo, donde permanecerá hasta el viernes, mantendrá reuniones con el presidente de la Cámara de Diputados, Rafael Peguero Mendez, y con los dirigentes de la oposición, el ex presidente Joaquín Balaguer y José Francisco Peña Gomez.

Entre los senadores que acompañan a Barrero se encuentran Inmaculada de Boneta, de Eusko Alkartasuna y portavoz del Grupo Mixto, Joseba Zubia, del Partido Nacionalista Vasco, y Pío García Escudero, portavoz del Grupo Popular. EFE

RM/AC/GTP

10/30/00-08/97

09-08

9714238

Nº. DOCUMENTO 9714239
TITULO ESPAÑA : GIRA ASIATICA DE AZNAR
PROCEDENCIA 518593
FECHA 31-10-97
VIDEO 11816 (1161
507573 (1164
507328
66224
11148
11899

01-10 9714239

DP7700

U FOXBT 10-26 00649
mun icx

ESPAÑA-ASIA
AZNAR INICIA GIRA PARA REFORZAR PRESENCIA Y CAPTAR INVERSION

Madrid, 26 oct (EFE).- El presidente del Gobierno español, José Maria Aznar, comienza hoy su primera gira a Asia, que le conducirá a Kazajistán y Japón, donde intentará reforzar la presencia, política, económica y cultural de España, así como captar nuevas inversiones para este país.

Aznar, inicia esta noche su periplo asiático con una estancia de poco más de 24 horas en Kazajistán, desde donde viajará a Japón, país que visitará hasta el día 31 próximo.

Según fuentes oficiales, el objetivo básico del viaje es reforzar la presencia de España desde el punto de vista político, económico y cultural en una zona donde hasta ahora es escasa.

Durante su estancia, el lunes próximo en la capital de Kazajistán, Alma Ata, Aznar se entrevistará con el presidente de esta República ex soviética, Nursultán Nazarbayev.

Durante esta visita se firmarán dos acuerdos bilaterales, uno de cooperación financiera y otro de carácter cultural que, entre otros aspectos, pretende impulsar la enseñanza del castellano.

Aznar, que viaja acompañado de una treintena de hombres de negecocios españoles, mantendrá una reunión con empresarios de ambos paises.

El presidente del Gobierno español quiere respaldar su interés por penetrar en la la economía de ese país, con un considerable potencial de crecimiento y con ingentes recursos energéticos y mineros.

En Kazajistán, un país surgido tras la desparición de la Unión Soviética que se encuentra en pleno proceso de reformas, ya están presentes empresas españolas como la petrolera Repsol y Asturiana de Zinc.

El Producto Interior Bruto (PIB) de ese país ha mejorado el último año después de varios ejercicios negativos y cuya inflación en 1996 fue del 39,1 por ciento.

Pese a ello, Kazajistánc, con una dimensión cinco veces mayor a España, tiene un balanza comercial favorable con España, ya que el pasado año España importó por valor de 6,2 millones de dólares y exportó por un montante de 4,8 millones de dólares.

El martes, día 28, el jefe del Ejecutivo español se trasladará a Japón, aunque el programa oficial empezará al día siguiente con un desayuno de trabajo con los presidentes de los siete grandes bancos nipones.

Asimismo, se reunirá con los presidentes de las nueve compañías más importantes de intermediación comercial y con los de las quince firmas que tienen inversiones en España, al tiempo que celebrará un seminario de empresarios de ambos paises.

En esos foros, Aznar explicará la situación económica de España, sus buenas perspectivas con la entrada en el "euro" y su condición de plataforma hacia Iberoamérica, a fin de captar más inversiones y aumentar los intercambios comerciales.

Con una economía basada en el sector industrial y de servicios, Japón es el segundo país del mundo en Producto Interior Bruto (PIB), el noveno proveedor español, su décimo cliente y posee una renta por habitante de 36.500 dólares, el triple de la que tiene España.

02 9714239

Las exportaciones japonesas a España fueron el pasado año de 436.000 millones de pesetas (unos 2.900 millones de dólares) , por unas importaciones de 155.000 millones (unos 1.000 millones de dólares).

En el aspecto político, la agenda del presidente incluye una audiencia con el Emperador Akihito y una entrevista con el primer ministro, el liberal Ryutaro Hashimoto, entre otras entrevistas.

En el plano cultural, Aznar recibirá el doctorado "honoris causa" por la Universidad Sofía de Tokio y acudirá a la Sociedad Hispánica de Japón, que tiene 60.000 socios, a la "Japan Foundation", centro difusor de la lengua y la cultura japonesa.

Su equivalente español, el Instituto Cervantes, carece de sede en Japón, aunque el Gobierno estudia su posible apertura.

El presidente Aznar viajará acompañado de su esposa, Ana Botella, así como de los secretarios de Estado de Política Exterior, Ramón de Miguel; de Comercio, José Manuel Fernández Norniella, y el de Comunicación, Miguel Angel Rodríguez.

A la etapa japonesa de este viaje se incorporará el ministro de Industria, Jospe Piqué, que estará de gira por Indonesia, Singapur y China.EFE

jgb/me/jff

10/6/11-03/97
XX/XX/XX-XX/XX

9714239

XR1078
U POXBT 10-27 00571
icx mun exg

KAZAJISTAN-ESPAÑA (Previsión)
AZNAR IMPULSA INTERCAMBIOS ECONOMICOS EN CUMBRE ALMA-ATA

Alma Ata, 27 oct (EFE).- El presidente del Gobierno español, José María Aznar, aprovechó una reunión hoy, lunes, con el líder de Kazajistán, Nursultán Nazerbáyev, para pactar la apertura de una Embajada en los respectivos países, impulsar los intercambios académicos y buscar un aumento en el comercio bilateral.

En su primer desplazamiento oficial a Asia, Aznar llegó hoy a Kazajistán, dentro de su viaje a Japón, con el objetivo de intentar que se incremente la presencia española en este continente.

En el caso de Kazajistán es escasa, por lo que las vías para lograrlo pasan por fomentar los contactos políticos, económicos y culturales.

Para la primera vertiente, Aznar y Nazarbáyev anunciaron la apertura en el transcurso de 1998 de sendas Embajadas en Madrid y Alma Ata, que en el caso de España deberá aprobar el Consejo de Ministros.

En el ámbito económico, ambos gobernantes, junto al primer ministro kazajo Nurlán Balguimbayev, asistieron al comienzo de un seminario con empresarios de ambos países, destinado a explorar cauces para hacer negocios.

La balanza comercial es ligeramente desfavorable a España, que el año pasado importó por valor de 6,2 millones de dólares (unos 900 millones de pesetas) y exportó por un montante de 4,8 millones de dólares (unos 750 millones de pesetas).

En ese encuentro, José María Aznar animó a los empresarios a"aprovech
dispone a entrar en la futura moneda común europea, el "euro", y
dispone a entrar en la futura moneda común europea, el "euro", y
en Kazajistán se lleva a cabo un proceso de reformas liberalizadoras para que el país funcione como una economía de mercado.

Aznar destacó la estabilidad económica de España y que, a pesar de ser uno de los países que más inversión extranjera recibe, también invierta dinero en otros países, como lo prueba el hecho de que el año pasado la cantidad supuso más de 4.000 millones de dólares(unos 600.000 millones de pesetas).

El jefe del Ejecutivo español está convencido de que existen posibilidades en ámbitos como la energía, las comunicaciones, la agricultura o la construcción, todo ello con la idea de que Kazajistán sea "socio privilegiado de España" y "el núcleo de la presencia española en Asia Central", que este viaje quiere incrementar.

En apoyo de este deseo, los dos Gobiernos estudiarán la perspectiva de establecer comunicación aérea directa entre ambos países.

La primera visita de un presidente del Gobierno español servirá, según el presidente Nazarbáyev, para "dar un impulso importante" a las relaciones bilaterales, después de que en su viaje oficial a Madrid, en 1994, se firmaran otros acuerdos, como el fomento y protección recíproca de inversiones.

Por su parte, Balguimbayev respaldó esa idea al afirmar que "queremos ver a España como un importante socio", puesto que, al margen de lo que pueda aportar la propia economía española, sirve como plataforma para negocios con Iberoamérica.

Desde el punto de vista cultural, los dos países firmaron hoy un convenio de cooperación, con el que se desea aumentar el intercambio de profesores y estudiantes y fomentar la enseñanza del castellano.

Por lo pronto, la capital kazaja alberga estos días una exposición de aguafuertes, grabados y litografías de autores contemporáneos, que clausuró Aznar, quien obsequió a Nazarbayev con una guitarra española.

La estancia de Aznar en Kazajistán, de poco más de 24 horas, terminará mañana martes, ya que continuará viaje hacia Japón, donde permanecerá hasta el día 31 con la idea de captar inversiones de las poderosas empresas niponas. EFE
jgb/dsp/wm dlh

10/27/15-15/97

04

9714239

XF7165
U POXBT 10-28 00720
mun exg icx elp

JAPON-ESPAÑA (Previsión)
AZNAR INTENTA POTENCIAR EN TOKIO EXPORTACIONES ESPAÑOLAS

Por Ana Alcaraz
Tokio, 28 oct (EFE).- El incremento de las exportaciones españolas a Japón es uno de los principales objetivos de la visita que inicia hoy el presidente del Gobierno, José María Aznar, primera en seis años de un jefe del Ejecutivo español al gigante asiático.

La balanza comercial hispano-japonesa sigue mostrando un claro desequilibrio en favor de Japón, cifrado en 2.202 millones de dólares en 1996 por lo que, según los especialistas, queda todavía mucha labor promocional por hacer y sus efectos no surtirán hasta un medio o largo plazo.

Si bien Japón no se ha recuperado todavía de la crisis que sufrió hasta el pasado año, sus indicadores económicos confirman al país como la segunda potencia económica del planeta y ofrecen a España un enorme potencial de intercambios.

Comparar los indicadores económicos de ambos países arroja resultados sorprendentes. Así, el Producto Interior Bruto (PIB) de España es tan sólo un 9,4 por ciento del japonés (482.400 millones de dólares frente a 5,1 billones de dólares), y el banco más pequeño con cuyos representantes se reunirá Aznar tiene unos depósitos equivalentes al 70 por ciento del PIB español.

Las actividades del presidente del Gobierno español para la mejora de las relaciones comerciales incluyen encuentros de trabajo con el Ministro de Comercio Internacional e Industria, Mitsuo Horiuchi; así como con los presidentes de las principales empresas comercializadoras y los ocho mayores bancos japoneses.

Aznar presidirá, asimismo, el Seminario sobre Economía Española, organizado por el diario económico Nihon Keizai Shimbun (Nikkei), así como la reunión del Comité Bilateral de Hombres de Negocios, que se celebra cada dos años.

Según la oficina comercial española en Tokio, durante el primer semestre de este año la balanza comercial ha mostrado un comportamiento similar al anterior: frente a los 86.273 millones de pesetas que exportó España a Japón en el periodo enero-junio, los japoneses colocaron en nuestro mercado productos por valor de 234.111 millones de pesetas.

Además de este desequilibrio en cifras, una gran proporción de las exportaciones españolas corresponde a productos japoneses manufacturados en España, como los vehículos Nissan. Esta partida encabezó en 1996 la lista de productos españoles más vendidos en Japón, y se tradujo en 300 millones de dólares.

Otro importante capítulo de exportaciones es el de productos naturales españoles, como pescados y mariscos, comprados e importados a Japón directamente por empresas japonesas.

Sin embargo, en opinión del consejero comercial de la Embajada de España, Manuel Aranda, se está gestando un cambio en el panorama empresarial hispano-japonés por cuanto las exportaciones de diversos sectores tradicionales controladas por empresas españolas disfrutan de un crecimiento muy fuerte desde el pasado año.

Lideró esta tendencia el aceite de oliva, cuyas exportaciones experimentaron un aumento del 277 por ciento en 1996 y alcanzaron

los 45,3 millones de dólares.

Otros sectores que crecen imparablemente son el del calzado (+32,5 por ciento), con ventas de 42,4 millones de dólares, y el del mueble, que con un avance del 24,3 por ciento se cifró en 22 millones de dólares.

En opinión de Aranda, uno de los principales obstáculos para la entrada de productos españoles en el complejo mercado japonés es que España es todavía poco conocida entre los importadores y consumidores nipones.

A este problema se añade que el empresario español ve a Japón como un mercado muy lejano, de manera que centra sus esfuerzos en países más cercanos.

Para aliviar estos problemas, la Secretaría de Estado de Comercio español ha diseñado un conjunto de estrategias llamado "Plan Japón 2.000", con un presupuesto de más de 4.000 millones de pesetas.

Según los analistas, los efectos de este plan surgirán a medio y largo plazo, y en 1998 las estadísticas de comercio bilateral no mostrarán aún cambios en términos generales.

Se notará, eso sí, -dicen- el sostenido crecimiento de las exportaciones de aceite y la consolidación de la entrada de los productos cítricos, que consiguieron el pasado septiembre la luz verde de las autoridades fitosanitarias niponas.

En el aspecto político, Aznar se entrevistará con el Primer Ministro Ryutaro Hashimoto, y con el Canciller, Keizo Obuchi, y será recibido en audiencia por el emperador Akihito.

La última visita oficial a Japón de un presidente del Gobierno español fue la de Felipe González durante el verano del año 1991.
EFE

AA/CD/gv

10/28/09-38/97

9714239

XF7169
R POXBT 10-28 00602
mun exg icx elp

ESPAÑA-JAPON (documentación)
AMISTAD Y DESEQUILIBRIO BALANZA EN RELACIONES ESPAÑA-JAPON

Madrid, 28 oct (EFE).- Las relaciones de España con Japón han discurrido por un cauce de amistad y entendimiento mutuo, especialmente tras el ingreso español en la Comunidad Económica Europea (1986), que ha llevado aparejado un incremento de los intercambios comerciales.

Los contactos bilaterales protagonizados por personalidades de uno y otro país sirven como ejemplo del acercamiento diplomático.

Entre los viajes de alto nivel figuran, por parte española, los efectuados por los Reyes Juan Carlos y Sofía en 1980 y 1989, año este último en que asistieron a los funerales del Emperador Hirohito.

También han viajado a Japón la infanta Elena, hija mayor de los Reyes, que en 1986 inauguró junto al heredero japonés, Naruhito, una exposición sobre El Greco, asi como el Príncipe Felipe en 1990, y la infanta Cristina, que en 1992 inauguró la exposición pictórica "Belleza del Realismo Español: Bodegones".

También en 1992, la Reina Sofía inauguró el festival "España en Tokio".

El anterior presidente del Gobierno Felipe González viajó oficialmente dos veces a Japón, una en 1985 y otra en 1991.

Por parte nipona, destacan las visita oficial realizada en 1994 por los emperadores Akihito y Michiko en 1994, que habían estado en España en 1985 como Príncipes herederos, asi como los viajes de los Príncipes Takamado (1991), el Príncipe heredero Naruhito (1992) y el Primer Ministro Yasuhiko Nakasone (1987).

Las visitas fueron especialmente amplias en 1992, con ocasión de las celebraciones del V Centenario del Descubrimiento de América.

RELACIONES COMERCIALES

La "fiebre" japonesa por invertir en España impulsó las relaciones comerciales, que se incrementaron notablemente tras el ingreso de España en la Comunidad Económica Europea en 1986.

Nissan Motor Company, Yamaha, Honda, Hitachi, Sanyo, Mitshubishi y Fujitsu son algunas de las 160 empresas niponas instaladas actualmente por todo el territorio español.

La balanza comercial con Japón, actualmente el noveno provedor español y décimo cliente, registró en los últimos años un continuo y creciente déficit para cuya corrección fue necesario motivar el interés del exportador español mediante el "Plan Japón" (cooperación tecnológica, comercial, inversora y turística).

El plan comenzó en marzo de 1993, con la inauguración de la exposición permanente de productos españoles en Ikebukuro (Tokio), a través de la Organización Oficial Promotora de Importaciones de Manufacturas (MIPRO) y el Instituto de Comercio Exterior de España (ICEX), el cual destinó unos 5.000 millones de pesetas para el cuatrienio 1993-1996.

La principal exportación española al país asiático son los automóviles, fabricados en España por la multinacional nipona Nissan, que han desplazado a los pescados, crustáceos, moluscos y productos naturales, del primer puesto que ocuparon durante décadas.

07 9714239

Pero una gran proporción de las exportaciones españolas corresponde a productos japoneses manufacturados en España, como los vehículos Nissan, o como ocurre con los pescados y mariscos, comprados e importados a Japón directamente por empresas japonesas.

Aparte siguen en importancia los minerales, el aceite de oliva, calzado, pieles y cueros y sus manufacturas, productos químicos y fundición de hierro y acero y muebles.

Las principales importaciones en España de productos japoneses consisten en productos químicos, calderas, maquinaria y aparatos eléctricos, automóviles e instrumentos de óptica y relojería.

La balanza comercial hispano-japonesa sigue mostrando un claro desequilibrio en favor de Japón, cifrado en 2.202 millones de dólares en 1996 por lo que, según los especialistas, queda todavía mucha labor promocional por hacer y sus efectos no surtirán hasta un medio o largo plazo. EFE

doc /g

10/28/12-28/97

XC8319

U POXBT 10-31 00591
icx mun

JAPON-AZNAR (Previsión)
RESULTADOS CONCRETOS Y PERSPECTIVAS DE MAYOR PRESENCIA

Tokio, 31 oct (EFE).- La gira por Kazajistán y Japón que terminó hoy viernes el presidente del Gobierno español, José María Aznar, concretó algunos resultados tangibles y la percepción de que se han dado pasos para hacer más notable la presencia política, económica y cultural de España en ambos países.

La primera estancia oficial de Aznar en Asia se salda con algunas decisiones, como el anuncio de apertura de una Embajada en Alma Ata (Kazajistán) en 1998, la celebración de reuniones anuales con el primer ministro japonés y la existencia de un Instituto Cervantes en Tokio a partir de 1999.

Desde el punto de vista económico, un treintena de empresarios españoles han coincidido con el jefe del Ejecutivo en Alma Ata y otros setenta en la capital japonesa, todos ellos para intentar aprovechar las oportunidades que ofrece el expansivo mercado asiático.

Al término de su estancia en Tokio, Aznar compareció ante la prensa para hacer balance de su gira y se mostró satisfecho porque el objetivo era, en el caso de Kazajistán, establecer la presencia española y, en el de Japón, promover una relación privilegiada.

El lunes pasado, Aznar llegó a la capital kazaja, donde nunca había puesto los pies un jefe del Ejecutivo español.

Después de poco más de 24 horas de estancia, la conclusión fue que Madrid y Alma Ata intercambiarán embajadas y que, a partir de ahora, empresarios españoles de diversos sectores tendrán opción a participar en la política de privatizaciones que lleva a cabo el Gobierno de Nursultán Nazarbayev.

La estancia en Japón ha sido más prolongada, y marcada por tres líneas de acción: diálogo político, relación económica y empresarial y difusión y cooperación cultural.

En lo político tuvo lugar el acuerdo de que los primeros ministros se entrevistarán al menos una vez al año, circunstancia que también se dará con los ministros de Asuntos Exteriores y sus secretarios de Estado, mientras se procederá a intercambios de funcionarios.

España, que ha respaldado a Japón para que ocupe un asiento no permanente en el Consejo de Seguridad de la ONU en el período 1989-99, obtuvo a su vez el respaldo nipón para hacerlo en el bienio 2003-04.

En lo económico, Aznar se ha reunido con banqueros, intermediarios, inversores en España y empresarios de otros sectores, a los que ha explicado la bonanza económica de su país, su estabilidad y sus perspectivas tras la entrada en el "euro", el 1 de enero de 1999.

Ha expuesto la reforma laboral consensuada por los agentes sociales y se ha mostrado partidario de la flexibilidad en las empresas y en los mercados, todo ello no sólo para captar inversiones japonesas en España, sino también para que compañías de ambos países lleven a cabo proyectos conjuntos.

Los sectores químico, de telecomunicaciones y de automoción son los susceptibles de convertirse en preferentes en esa relación económica, apuntó hoy Aznar, quien destacó que ha apreciado en sus interlocutores un alto interés por España y constancia de su

09

9714279

credibilidad.

El otro eje de actuación es la cultura y su principal manifestación será la apertura en Tokio en 1999 de una sede del Instituto Cervantes, organismo encargado de difundir la cultura española e hispánica.

Ese mismo año, o al siguiente, se celebrará una gran exposición de pintura española, aunque antes tendrán lugar otras iniciativas.

Una de ellas será la celebración de tres ferias económicas que, con el nombre de "Expoconsumo", se desarrollará en marzo en la capital japonesa, con la presencia del Príncipe de Asturias, don Felipe, heredero del Trono español.

Un mes antes, en febrero, los Reyes viajarán a Japón para asistir a los Juegos Olímpicos de invierno, en Nagano. EFE

jgb/cd/jdl

10/31/09-35/97

10 - 10

9714239

Nº. DOCUMENTO P714240
TITULO ESPAÑA: EL HERRI BATASUNA JUZGADO POR COLABORAR CON ETA.
PROCEDENCIA 150090
FECHA 201091
VINCULACIONES 11846 11164
50403 11213
515512
501410
66239

ATENTADOS DE LA ETA EN EL TRASFONDO

Herri Batasuna en el banquillo

Luego de la recusación planteada por su defensa el lunes de la semana pasada, la Mesa Nacional del partido vasco Herri Batasuna (HB) asistió ayer al inicio del juicio que el Tribunal Supremo español lleva en su contra, por presunta colaboración con banda armada y apología del terrorismo. Mientras se desarrollaba el proceso, la ETA hirió gravemente en Bilbao a un policía frente al Museo Guggenheim de esa ciudad, que será inaugurado el sábado próximo por el rey Juan Carlos. El sábado pasado, la organización vasca había detonado un coche bomba en San Sebastián, donde se realizaban las competencias mundiales de ciclismo, dejando tres guardias civiles heridos.

El ministro del Interior español, Jaime Mayor Oreja, había expresado el domingo pasado su "certitud moral y política de que HB es ETA y ETA es HB". Ese mismo día, varios miles de independentistas vascos se manifestaron en Bilbao contra el proceso contra Herri Batasuna con consignas como "Viva la ETA militar", mientras el día anterior se había registrado un atentado en San Sebastián. Luego del primer día del juicio contra HB, con otro hecho violento a cuestas, se puede comprobar que, por lo menos, el proceso alteró la susceptibilidad de la ETA, y que podrían ocurrir nuevos atentados en respuesta a él.

Ayer, en Bilbao, un policía resultó herido de bala cuando intentaba identificar a los ocupantes de una furgoneta, que estaban descargando macetas frente al Museo Guggenheim de esta ciudad. Las macetas, doce en total, disimulaban en su interior granadas activables a distancia, por lo cual se atribuyó el intento de atentado a la ETA, ya que suele atacar con este tipo de armas. "Hemos evitado una verdadera masacre", estimó el consejero vasco de Interior, Juan María Atutxa.

Mientras tanto, en Madrid, comenzó ayer el juicio contra la Mesa Nacional del partido vasco Herri Batasuna, acusado de "colaboración con banda armada" por difundir un video de la ETA en la campaña electoral de principios del año pasado. El proceso durará por lo menos una semana, y la fiscalía pedirá ocho años de prisión para cada uno de los 26 miembros de HB. Las partes civiles acusadoras, representadas por la Asociación de Víctimas del Terrorismo (AVT), reclamará hasta 22 años. La defensa de HB, luego de presentar una recusación rechazada contra el juez que lleva adelante la causa por "falta de imparcialidad", sigue alegando que hay "errores de procedimiento" y pidió el traslado del juicio al País Vasco por "falta de garantías" en la capital española. Hoy tendrán la respuesta.

P12410

01-02

9714240

DP6967

R POXBT 10-20 00508
MUN ICX

ESPAÑA-ETA
HB NIEGA RELACION CON ETA PARA DIFUNDIR UN VIDEO DE LA BANDA

Madrid, 20 oct (EFE).- La coalición independentista vasca Herri Batasuna (HB) negó hoy haber actuado como "portavoz" de ETA en la difusión de un video electoral con propaganda de la banda terrorista y de dos comunicados jutificando sendos asesinatos.

Asi lo aseguró Adolfo Araiz, uno de los 23 miembros de la Mesa Nacional (dirección) de HB que están siendo juzgados en el Tribunal Supremo español, en el que hoy comenzó el interrogatorio de los acusados.

Araiz negó que HB tuviera relación ni reunión alguna con ETA para la difusión de un vídeo que les envió la banda, y aseguró que no han actuado como "portavoces" en este caso.

Con los interrogatorios se reanudó el juicio en el que el fiscal pide ocho años de cárcel para cada uno de los dirigentes de HB por colaboración con banda armada, por difundir con ocasión de la campaña electoral de 1996, un vídeo de ETA y dos comunicados tras los asesinatos del dirigente socialista vasco Fernando Múgica y del ex presidente del Tribunal Constitucional Francisco Tomás y Valiente.

HB intentó difundir el video de propaganda de ETA en los espacios gratuitos que le correspondian en radio y TV con motivo de las elecciones generales de marzo de 1996.

La coalición, considerada el brazo político de ETA, difundió también sendos comunicados de la banda terrorista justificando los asesinatos de Múgica y Tomás y Valiente.

Hoy declararon Jon Idígoras, Juan Carlos Rodríguez y Adolfo Araiz, que negaron su intervención en la elaboración del vídeo y que responsabilizaron al entonces encargado de comunicación de HB, Roberto Sampedro, ya fallecido, de la redacción de los comunicados referidos.

El juicio se reanudó después de que el Tribunal Supremo notificase el auto en el que resuelve las cuestiones preeliminares planteadas la semana pasada y desestimase la petición de los abogados de HB de suspenderlo o de celebrarlo en el País Vasco.

En el auto de hoy, el Tribunal admitió la peticiónde HB de que el Nobel de la Paz argentino Adolfo Pérez Esquivel y el dirigente del Sinn Fein Alex Maskey hagan informes sobre la conveniencia de la negociación en los procesos de paz.

Idígoras y Rodríguez respondieron sólo a las preguntas de sus abogados y negaron haber intervenido en la confección del vídeo de ETA.

Añadieron que el 5 de febrero de 1996 la Mesa acordó por mayoría la difusión del vídeo, pero no estaban todos los integrantes de la dirección y aclararon que no todos estuvieron de acuerdo, aclararon.

Araiz -que declaró vestido con toga por su condición de abogado- insistió en que "ese vídeo no lo hizo HB, sino que fue remitido a HB en nombre de ETA. Es decir, fue una iniciativa fomentada por ETA y no tuvimos ni reuniones ni relación con ETA para llevarlo a cabo".

Dijo no recordar si los etarras encapuchados que aparecen en el vídeo divulgando propuestas de ETA apuntaban con pistolas a la cámara, pero si que "se hacía una lectura de la alternativa

democrática como propuesta de paz".

A preguntas del fiscal, negó que el vídeo fuera un primer paso para forzar al Estado a una amnistía y a la salida del País Vasco de las "fuerzas españolas", con la amenaza de que ETA seguiría matando. EFE

nal/gv/SM

10/20/15-56/97

02-02

9714240

Nº DOCUMENTO 9714241
TEMA: EXPANSION: EL PAIS VASCO ARDANZA INICIA GIRA POR CONO SUR
518593
201091
11876 11148 11399
201513 201466
TD0155 11303 66960
U PQXBT 10-29 00686
mun

URUGUAY-PAIS VASCO
ARDANZA INICIA EN MONTEVIDEO GIRA POR EL CONO SUR

Por Ana Mengotti
Montevideo, 29 oct (EFE).- El presidente del Gobierno regional del País Vasco (norte de España), José Antonio Ardanza, inicia hoy en Uruguay una gira por el Cono Sur que incluye también Argentina y tiene como objetivo estrechar los vínculos con dos países con un fuerte componente de población de origen vasco.

En Uruguay, un país de poco más de 3,2 millones de habitantes, el 60 por ciento de las familias tiene entre sus cuatro primeros apellidos uno vasco y se estima que hay 735.000 personas nacidas o con raíces en el País Vasco en todo el territorio uruguayo.

El "lehendakari" (presidente) Ardanza, que ya estuvo en este país en la década de los 80, tendrá ocasión de establecer contacto con los representantes de los centros vascos de Uruguay y hasta de inaugurar uno nuevo, el "Gure Baserria", en el departamento (provincia) de Lavalleja.

Sin embargo, el programa de la visita está dirigido a impulsar el comercio y la cooperación entre Euskadi (País Vasco) y Uruguay más que a estrechar lazos con los vascos que residen en este país, entre los cuales hay algunos presuntos integrantes de la organización terrorista ETA.

En mayo de 1992 la policía uruguaya allanó el restaurante "La trainera" de Montevideo y detuvo a más de una decena de personas presuntamente vinculadas a ETA, la mayoría de las cuales están hoy en libertad y siguen residiendo en Uruguay.

Tras la llamada "Operación Dulce", España solicitó la extradición de ocho de los detenidos pero sólo obtuvo la de tres de ellos: Luis María Lizarralde Izaguirre, Jesús María Goitia Unzurrunzaga y Miguel Ibáñez Oteiza.

Los tres fueron entregados a España el 24 de agosto de 1994 en medio de los más violentos incidentes registrados en Uruguay desde que el país recuperó la democracia en 1985.

Los sucesos del Filtro, como se conoce en Uruguay a los enfrentamientos que tuvieron lugar entre opositores a la extradición y fuerzas del orden con el resultado de un muerto y decenas de heridos, afectaron la imagen de los vascos en Uruguay, según reconocen sus representantes.

Directivos de uno de los centros vascos de Montevideo se lamentaron en recientes declaraciones al diario "El Observador" de que los medios de comunicación sólo se hacen eco del terrorismo y no de las informaciones positivas que genera Euskadi.

En vísperas de la visita del "lehendakari" el Gobierno regional vasco publicó esta semana avisos pagados en la prensa uruguaya en los que se hace hincapié en la fortaleza de la economía vasca, en la vocación internacional de Euskadi y en su compromiso con la cooperación para el desarrollo.

Además de reunirse con el presidente de Uruguay, Julio María Sanguinetti, Ardanza, que viaja acompañado por integrantes de su gabinete, empresarios y periodistas, se entrevistará durante su visita con seis de los ministros uruguayos además de con los presidentes de las cámaras parlamentarias y líderes políticos.

El programa incluye también una intervención en el Parlamento y visitas a la secretaría administrativa del Mercado Común del Sur

(MERCOSUR) y al antiguo Cabildo de Montevideo, donde será declarado "ciudadano ilustre" de la ciudad.

El otro título que recibirá en Uruguay es el de "Vasco del año", distinción concedida por el Centro Euskaro de Montevideo, quien el pasado año se la entregó al ex "lehendakari" Carlos Garaicoechea.

En la agenda del "lehendakari" se incluye también un desayuno de trabajo con empresarios, actos protocolarios ante los monumentos al general José Gervasio Artigas, héroe nacional de Uruguay, y Bruno Mauricio de Zabala, vasco de Durango y fundador de Montevideo, y una recepción ofrecida en su honor por el embajador de España, Joaquín María de Aristegui.

La nota cultural de la visita está constituida por un concierto que el grupo musical vasco Oskorri ofrecerá el viernes.

El sábado Ardanza visitará los departamentos (provincias) uruguayos de Maldonado y Lavalleja, donde tendrá reuniones con autoridades y empresarios locales.

En Punta del Este, centro turístico situado en el departamento de Maldonado, el "lehendakari" se embarcará para conocer la Isla de Lobos, una de las principales reservas de lobos marinos del mundo, y en Minas, capital de Lavalleja, presidirá una "concentración de la colectividad vasca" antes de inaugurar el centro Gure Baserria.- EFE

ar/lm

10/29/09-41/97

02

9714241

XM1876
U POXBT 10-30 00234
sur exg nis icx

URUGUAY-PAIS VASCO
SANGUINETTI, PRIMER RECEPTOR DISTINCION VASCA "AL BUEN AMIGO"

Montevideo, 30 oct (EFE).- El presidente de Uruguay, Julio María Sanguinetti, se convertirá hoy en el primer receptor de la distinción vasca "Lagun onari", que en español significa "Al buen amigo", informaron a EFE fuentes del Gobierno regional vasco.

Durante una recepción que hoy ofrece Sanguinetti en honor del presidente del Gobierno regional del País Vasco (norte de España), José Antonio Ardanza, éste hará entrega al gobernante uruguayo de esa distinción para personalidades extranjeras instituida en 1996.

Sanguinetti, por su parte, condecorará a Ardanza, que ayer comenzó una visita oficial a Uruguay de cuatro días de duración, con la Medalla de la República Oriental del Uruguay.

Ardanza visitó por primera vez Uruguay en 1988 durante la primera presidencia (1985-1990) de Sanguinetti, quien, ya como ciudadano particular, visitó en 1993 el País Vasco y se reunió con el jefe del Gobierno vasco en la ciudad de Vitoria, sede del Gobierno regional.

Sanguinetti y Ardanza se entrevistaron ayer, poco después de la llegada del "lehendakari" a Montevideo, una ciudad donde dijo sentirse "como en familia".

Ardanza afirmó que, entre otras cosas, habló con su "viejo amigo" Sanguinetti del Museo Guggenheim, inaugurado este mes en Bilbao, y dijo que había notado al presidente uruguayo, cuya afición por las artes plásticas es conocida, "enterado y enamorado" de ese centro artístico. EFE
ar/pgl

10/30/15-09/97

9714241

XH9905

U PDXBT 10-30 00738
mun exg icx

URUGUAY-PAIS VASCO
ARDANZA PIDE A ETA QUE "DEJE DE MATAR Y SECUESTRAR"

Montevideo, 30 oct (EFE).- El presidente del Gobierno regional del País Vasco (norte de España), José Antonio Ardanza, instó hoy a la organización terrorista ETA, a la que definió como "la última secuela de la dictadura", a dejar "de una vez de matar, de secuestrar y de hacer política haciendo uso de la violencia".

En discurso pronunciado en el Cabildo de Montevideo, donde fue declarado "ciudadano ilustre" de la ciudad, y en respuesta a las palabras del intendente (alcalde), Mariano Arana, Ardanza, que el miércoles expresó el malestar que le produce hablar de ETA fuera del País Vasco, hizo referencia al terrorismo y la violencia y al "llamamiento permanente" de la sociedad vasca para que cesen.

"Hubiéramos deseado y así nos esforzamos en conseguirlo que también el planteamiento violento, la defensa de las ideas políticas por medio de la violencia, hubieran quedado enterrados en el Valle de los Caídos aquel 20 de noviembre (de 1975), día en que murió el dictador (general Francisco Franco)", afirmó el "lehendakari" (presidente) del Gobierno autónomo vasco.

También subrayó que "Euskadi (País Vasco) es una nación que aunque no sea un estado tiene derecho a ser reconocido como tal país con su propia identidad".

Ardanza inició el miércoles una visita oficial de cuatro días a Uruguay con los objetivos de estrechar las relaciones con las autoridades del país, impulsar la participación de empresas vascas en proyectos de infraestructura y afianzar los lazos con los vascos o descendientes de vascos.

Hoy se reunió con los ministros de Economía y Finanzas, Luis Mosca; Turismo, Benito Stern; Industria y Energía, Julio Herrera, y Transporte y Obras Públicas, Lucio Cáceres, para respaldar las gestiones que están haciendo los empresarios vascos que le acompañan.

Además, intercambió condecoraciones con el presidente de Uruguay, Julio María Sanguinetti; asistió a una recepción en su honor y visitó la sede del antiguo cabildo de Montevideo, donde fue declarado ciudadano ilustre por el intendente Arana.

El intendente, de quien Ardanza señaló que probablemente tenga vínculos familiares con Sabino Arana, fundador del Partido Nacionalista Vasco, destacó la importante aportación de los vascos a la construcción de la identidad nacional uruguaya.

También manifestó su rechazo a la violencia terrorista "proceda de donde proceda y tenga el signo que tenga", así como su solidaridad con las víctimas.

El discurso de Arana, de la coalición de izquierdas Frente Amplio, fue el de mayor contenido político de los pronunciados hasta ahora por los interlocutores de Ardanza en Montevideo, quienes sin duda han tenido en cuenta a la hora de elaborarlos una frase pronunciada por el "lehendakari": "no tengo costumbre de hacer publicidad gratuita a ETA cuando salgo del País Vasco".

Tras destacar que si en su alocución sólo hiciese referencia a los fuertes vínculos que unen al País Vasco con Uruguay, traicionaría sus convicciones, el intendente Arana aludió a una "cuestión dramática", el "flagelo del terrorismo", que afecta a toda la Humanidad.

04

9714241

"Nos solidarizamos con las víctimas inocentes, con sus familiares, con sus correligionarios y con sus amigos, pero sobre todo nos solidarizamos con todo un pueblo que se merece la paz y la armonía", dijo Ardanza en el único acto de su visita en el que hasta ahora ha estado presente la bandera española, junto a la ikurriña (vasca) y la uruguaya.

Al hablar de la violencia en respuesta a Arana, Ardanza se refirió también a la que él sufrió cuando era niño como consecuencia de la conculcación de las libertades y la prohibición de los signos de identidad vasca durante el régimen de Franco (1939-1975).

El "lehendakari" relató con vehemencia como él, hijo de una familia de nacionalistas vascos, no hablaba otra lengua que el euskera hasta los cuatro años y como la escuela se transformó para él en un "infierno", porque le prohibían hablarla y no sabía otra.

"Se me prohibía hablar mi idioma. Con sangre, con sufrimiento y con desdenes tuve que aprender el idioma castellano, el cual hoy me siento muy satisfecho de conocer porque es un idioma universal", subrayó, para agregar que "ojalá que supiera otros como el inglés, el francés o el chino".

Ardanza afirmó que hoy la sociedad vasca es "sana", que vive en un estado de derecho y en democracia, que "sabe perfectamente cuales son los valores éticos que deben soportar la convivencia".

La inmensa mayoría de los vascos, por lo menos un 90 por ciento, dijo, piensan así.

"Yo espero que pronto llegue el día que los vascos podamos ver la luz del entendimiento y el reencuentro. Espero que ese día esté próximo", concluyó. EFE

AR/GTP

10/30/20-46/97

9714241

XM1889

U PDXBT 10-30 00361
nis sur exg icx

URUGUAY-PAIS VASCO
ARDANZA Y SANGUINETTI INTERCAMBIARON CONDECORACIONES

Montevideo, 30 oct (EFE).- "El pueblo vasco tiene una musculatura fuerte para poder mirar el futuro con ilusión y esperanza", dijo hoy el presidente del gobierno regional del País Vasco, José Antonio Ardanza, al referirse a la "lacra" que padece "por los últimos restos de la dictadura y el fascismo".

Ardanza, en su segundo día de visita oficial a Uruguay, habló al entregar la condecoración "Al buen amigo" al presidente uruguayo, Julio María Sanguinetti.

La comida ofrecida por el jefe de Estado uruguayo al jefe del gobierno vasco estuvo precedida de la ceremonia de intercambio de condecoraciones, donde Ardanza recibió la "Medalla de la República Oriental del Uruguay".

Tras recibir la distinción que el gobierno regional del País Vasco instituyó en 1996 para personalidades extranjeras, Sanguinetti se refirió a la "identidad uruguaya, que es una amalgama de pueblos, que encontraron aquí un remanso de paz y tolerancia".

El presidente uruguayo destacó la "impronta vasca indeleble" que existe en el país, desde "el origen mismo".

Sanguinetti añadió que comprendía "la mortificación" de Ardanza "cuando lo único que se le pregunta siempre es por la violencia, la intolerancia, el odio y la intransigencia".

Destacó que para afrontar eso, "hoy está el Museo Guggenheim, de Bilbao", que "marca la fe y la esperanza del pueblo vasco", por lo que dijo, "habrá un motivo más para visitarlo y recorrerlo".

Por su parte el presidente del gobierno regional vasco agradeció "la extraordinaria y calurosa acogida que he recibido en Uruguay, un país del cual en 1988 ya me había llevado un gratísimo recuerdo".

Ardanza resaltó la cantidad de uruguayos con ascendencia vasca y se refirió a los sufrimientos de su pueblo al hablar de la violencia.

Insistió que "son los últimos restos de la dictadura y el fascismo y confío que podremos superarlos rápidamente".

Asimismo, señaló que "en cada salida llevamos una mochila que estamos acostumbrados y habituados a cargarla", en referencia a la violencia que acompaña a los vascos.

José Antonio Ardanza concluyó que "la musculatura fuerte del Pueblo Vasco facilitará poder mirar el futuro con ilusión y esperanza". EFE

ar/apl
/pgl

10/30/15-25/97

10/30/18-46/97

10/30/18-54/97

97142 41

06-06

Nº. DOCUMENTO 9714242
TITULO ESPAÑA: ELECCIONES EN GALICIA.
PROCEDENCIA 150090
FECHA 21/09/97
VIÑETAS 11876 11641
50473
11437
11303
11164

01-17

9714242

Entrevista a Manuel Fraga Iribarne

Galicia terminó con su aislamiento histórico

La región busca una dimensión internacional propia

Por Rolando Rivière
(Corresponsal en Europa)

Fraga: *"Que sepan todos nuestros paisanos que desde la Xunta estamos trabajando en favor de una Galicia para todos los gallegos. Los que están aquí y los que algún día tuvieron que afrontar la diáspora".*

MADRID, 14.- Es el único de los políticos españoles venidos del franquismo que se mantiene en actividad notoria. Ocupó diversos cargos durante la dictadura, el último como ministro de Información y Turismo, y luego como embajador en Londres, hasta 1975.

Seguramente intentó, dentro del régimen de ese implacable comisario de pueblo que era caudillo, abrir algunos mínimos cauces para una transición hacia un sistema representativo que se veía imparable. Muerto el dictador, Fraga, odiado más por la extrema derecha que por sus antagonistas políticos, honrado hasta la exasperación, contribuyó de manera imprescindible en el difícil rodaje de la democracia.

Nacido en Villalba, Lugo, hace 75 años, amante del dominó y de su trabajo como catedrático, autor de unos cuarenta libros, hiperactivo y gallego visceral, será, según todas las encuestas, reelegido presidente de la Xunta al frente del Partido Popular, del que fue fundador. Entonces, se llamaba Alianza popular.

En las elecciones regionales gallegas habrá más de 60 mil votantes posibles desde la Argentina y unos 30 mil desde Uruguay.

Fin de un aislamiento

-Ha sido reelegido y aspira a una nueva reelección. ¿Galicia ha logrado todo lo que esperaba para su autonomía?

-Mentiría si dijese que estoy completamente satisfecho con lo que hemos hecho en estos casi ocho años de gobierno. Me gustaría haber hecho más, pero creo que el esfuerzo realizado ha sido enorme. Galicia estaba aislada del resto de la península ibérica y se detectaba un cierto complejo de inferioridad respecto de los demás. Hemos construido nuevas carreteras interiores, están a punto de finalizarse las dos autovías de enlace con la Meseta y la construcción de algunos tramos constituye la mayor obra de ingeniería civil de la historia de España.

Se ha mejorado el abastecimiento energético, hemos perfeccionado la educación, conseguimos mejorar la sanidad pública y gratuita. Galicia ha recuperado su orgullo y está en las mejores condiciones para entrar en el tercer milenio.

-La autonomía gallega y la Unión Europea. ¿Aportes posibles del Tratado de Maastricht o escollos para los intereses gallegos?

-Indudablemente, cualquier proceso de integración implica una serie de renuncias, pero en el caso de Galicia los pros superan a los contras. Si bien es cierto que algunos de nuestros sectores productivos, como pesca, ganadería y construcción naval, fundamentalmente, sufrieron en sus propias carnes los ajustes iniciales, las ventajas de entrar en un mercado de 325 millones de consumidores superan con creces los inconvenientes.

-¿Qué ocurrió para que los gallegos emigraran teniendo tantas riquezas en sus tierras y tanta en su mar? ¿Es Galicia un enigma histórico, geográfico?

-Como usted bien dice, abundan las riquezas naturales. Si a ello añadimos el carácter abnegado y trabajador de nuestra gente, encontramos una combinación perfecta. Sin embargo, estábamos separados del resto de España por una pronunciada cadena de montañas, y de Portugal, por las fronteras políticas. Sin vías de comunicación para enviar nuestros productos al exterior. Ante esta situación, nuestros paisanos optaron por emigrar a otros países. Y así lo hicieron, en un flujo que no cesó hasta bien entrada la mitad de este siglo.

Diálogo e integración

-La llegada de Aznar al frente del partido que usted fundó y del gobierno hizo conjeturar que brindaba posibilidades menos rígidas de manejar al partido. Está más cerca del liberalismo que de un conservadurismo autoritario, que usted parecía encarnar como ex ministro de Franco. ¿La reflexión incurre en estereotipos inexactos o usted cambió sustancialmente hacia fines de la década de los 70?

-No soy la persona más apropiada para responder a esa cuestión, aunque me parece que su apreciación no se corresponde exactamente con la realidad. Si en algo se ha distinguido la formación política que me honro haber fundado es por su capacidad de diálogo y de integración. Por haber sido capaces de aglutinar en un gran partido interclasista -por eso se llama Popular- a toda clase de gentes con un único objetivo: trabajar a favor del desarrollo del país, en paz y libertad, con oportunidades para todos.

-En la Argentina habrá unos 63 mil votos posibles para las elecciones gallegas a través de consulados o por correo. En Uruguay, se calculan en unos 30 mil. ¿Los intereses gallegos en la Argentina se verían afectados por los resultados de los comicios autonómicos del próximo 19?

-Prefiero que eso lo enjuicien los lectores. Sólo me permito decir que el Partido Popular es el único que ha hecho un programa serio de gobierno. Las relaciones con países hermanos, como la Argentina, juegan un papel esencial en nuestro proyecto político. Más allá de intenciones programáticas, están los hechos institucionales y personales que hemos fomentado entre Galicia y la Argentina.

Que sepan todos nuestros paisanos que desde la Xunta estamos trabajando en favor de una Galicia con sitio para todos los gallegos. Los que estamos aquí y los que algún día tuvieron que afrontar la diáspora. Nos disponemos a afrontar un nuevo mandato, luego del apoyo dispensado en los dos anteriores, para seguir construyendo una comunidad moderna. Mi compromiso es firme. Y pondré toda mi experiencia y el prestigio que pueda haber alcanzado como profesor y político al servicio de Galicia.

Que el lector no sospeche parcialidad en el cronista. Sucede que el personaje de estas elecciones, el gran personaje que dijo, no hace mucho, que a los 75 años hay que ir preparándose para "el bien morir", es Fraga Iribarne.

A tal punto que la coalición de izquierdas encabezada por los socialistas (Felipe González aprovechó la campaña gallega para anunciar que no se presentará en los próximos comicios nacionales) se ve como aletargada o resignada a una derrota que anuncian los sondeos.

LNISIO

9714242

02

Fraga Iribarne, favorito en Galicia

Por Rolando Rivière
(Corresponsal en Europa)

Tendencias: a pesar de los ataques de la oposición, el candidato del Partido Popular se perfila como ganador en los comicios de mañana.

SANTIAGO DE COMPOSTELA, 17.- Se han dicho de todo durante la campaña para las elecciones autonómicas de Galicia, que concluye hoy y que empezó el 3 de octubre último.

Alfonso Guerra, ex vicepresidente del gobierno de Felipe González, acusó al Partido Popular de Fraga Iribarne, en el poder desde hace ocho años, de estar vinculado con el narcotráfico gallego y recibir apoyo de esa mafia local.

Fraga respondió a la temeraria acusación, que no aportó ningún *dato concreto*, que se trataba de una "bellaquería". Otro socialista, Luis Yáñez, propuso reabrir las tumbas de la Guerra Civil y buscar responsabilidades. Algo que resultaría complicado si se reabren todas las tumbas y no las de un solo lado. Sin olvidar que la transición ejemplar de España a la democracia se hizo sobre un pacto de silencio que benefició al país. Incluyendo a los propios socialistas, entre los que no sería raro hallar algunos de remoto origen falangista.

Este juego de espectros y amenazas responde a la desesperación ante una certidumbre: el Partido Popular volverá a ganar y según los sondeos obtendrá por tercera vez la mayoría absoluta en el Parlamento gallego: entre 40 y 44 diputados sobre un total de 75.

Podría perder algunos votos en Pontevedra, Ourense y La Coruña, pero los acrecentaría sensiblemente en Lugo, la cuarta provincia de Galicia (29.240 kilómetros cuadrados; desocupación: 200.000; electores posibles en torno a 2.400.000. incluidos los gallegos en el exterior; ingreso per cápita de acuerdo con el producto interno bruto equivalente al 83% del resto de los españoles y a un 63% del europeo).

La oposición

Abel Caballero encabeza el grupo del Partido Socialista Gallego, en una coalición que incluye a los "verdes" y Esquerda Unida.

Xosé Manuel Beirás, del Bloque Nacionalista Gallego, de orígenes comunistas en los años setenta, reconvertido a la socialdemocracia, es el líder mejor calificado inmediatamente después de Fraga.

Caballero disfruta de una opacidad que poco han iluminado los exabruptos de Guerra o la mesa de tres patas sugerida por Yáñez.

Quizás un galleguista como Alfonso Rodríguez Castelao, ministro de la república en el exilio, que intervino en la redacción del Estatuto de Autonomía, médico, dibujante, escritor, que murió en Buenos Aires (1960), apenas citado por una oposición tan inclinada a los recuerdos del pasado, habría tenido argumentos más contundentes para arrancarle al incansable Fraga una tajada de sus próximos cuatro años de poder. ¿Quién se acuerda de Castelao? Este cronista.

Las elecciones de pasado mañana sólo ofrecen una incógnita interesante: si los nacionalistas de Beirás arrebatan el segundo puesto al conjunto articulado por el PSOE gallego. Otra, modestamente meteorológica: ¿habrá buen tiempo? "Gallegos de lluvia y calma", decía Miguel Hernández.

Golpe

MADRID, 17 (ANSA).- El ex jefe de gobierno y secretario del Partido Socialista Español (PSOE) Felipe González denunció hoy vínculos del Partido Popular (PP) con algunas "operaciones golpistas".

En un discurso pronunciado en La Coruña, Galicia, donde hoy terminó la campaña electoral por las regionales, González reveló un intento de golpe realizado en 1985 y hasta ahora desconocido.

03

9714242

El voto en la Argentina

Los gallegos residentes en la Argentina, que constituyen la colectividad más numerosa en el extranjero, **ya emitieron su voto para elegir al nuevo gobierno regional de Galicia**, a pesar de que los comicios se realizan hoy, domingo. El escrutinio de los sufragios de estos "residentes ausentes" se realizará entre el lunes y el martes próximos en Galicia.

Según el sistema electoral español, los residentes ausentes votan por correo. "No existe una urna", explicó a Clarín Ramón Iribarren, jefe de prensa de la Embajada española.

En todo el país residen 98.000 gallegos, de los cuales 53.144 tienen derecho a voto. Pero, según consideró Iribarren, se espera un índice de participación del 30 al 35 por ciento. El voto no es obligatorio.

La emisión de los sufragios se realizó esta semana por correo, directamente al colegio electoral donde el interesado está inscripto o al Consulado. Este, como una suerte de notario, recogió los sufragios y los envió el martes pasado en una valija diplomática a España para su escrutinio.

Los emigrados representan el 10 por ciento del padrón electoral de Galicia, lo cual explica la gran importancia que se otorga al voto del exterior en los resultados finales.

Después de Argentina, las comunidades emigradas más importantes son las de Suiza (35.593), Uruguay (29.269), Venezuela (20.265), Brasil (18.490), Alemania (14.732), Francia (14.339), Gran Bretaña (10.897) y Estados Unidos (6.504).

Los tres candidatos principales en los comicios de hoy, el conservador Manuel Fraga, el socialista Abel Caballero y el nacionalista José Manuel Beiras, pasaron por Buenos Aires en busca de respaldo electoral.

Clarín 29/10

04 9714242

Las elecciones de hoy en Galicia, un test para el gobierno español

Se elige a 75 diputados para el Parlamento autonómico; ganaría Fraga Iribarne

Por Rolando Rivière
(Corresponsal en Europa)

SANTIAGO DE COMPOSTELA, 18.- Si un turista extranjero hubiese llegado en pleno ardor de la campaña política para las elecciones autonómicas gallegas no sabría si eran autonómicas o si se trataba de las generales.

Felipe González acusaba al Partido Popular (PP) de Galicia de haber estado no solamente implicado en el frustrado golpe de Estado del 23 de febrero de 1981, sino en un intento de matar al rey el día de la fuerzas armadas de 1985.

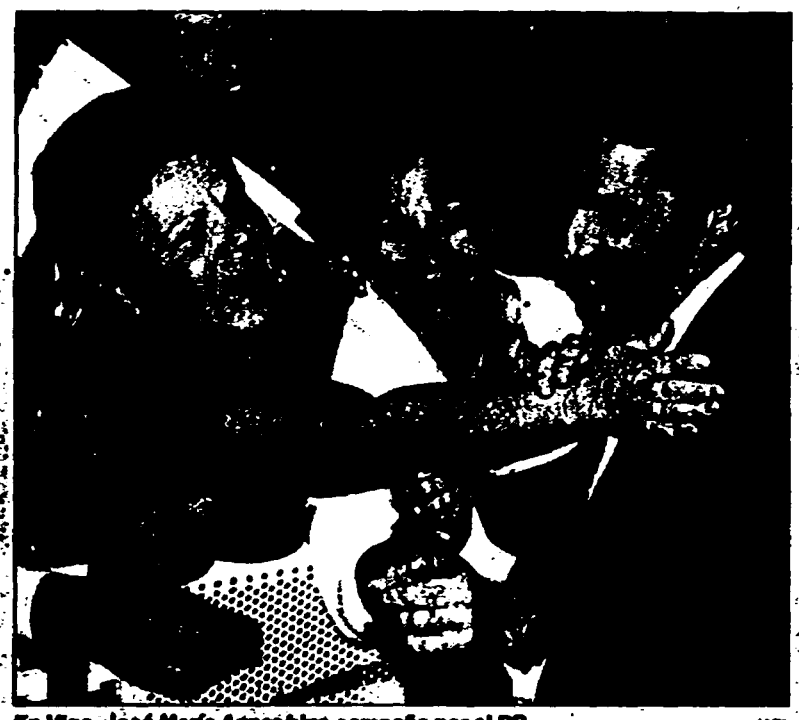
El vocero del gobierno de Aznar, Miguel Angel Rodríguez, replicaba que había perdido el juicio y el propio Aznar decía en el cierre de campaña del PP en Vigo que, si los habían acusado de golpistas, narcotraficantes y dictadores podían haberles atribuido también la muerte de Manolete o la derrota de la Armada Invencible.

¿Un prenuncio?

Fraga Iribarne, candidato por tercera vez para la presidencia de la Xunta, cree que estos comicios serán un prenuncio de los resultados para las elecciones generales dentro de tres años. La ministra de Medio Ambiente, Isabel Tocino, no.

En el pabellón de deportes de Riazor, el nacionalista gallego Beirás pronosticaba que los 5000 gaiteros que promete reunir Fraga para festejar su anunciada victoria se quedarán sin trabajo.

Mientras los socialistas, con su candidato Abel Caballero y el actual secretario general del PSOE, Joaquín Almunia, que podrían tener que disputar el segundo puesto a las huestes del inteligente Beirás, clamaban en Pontevedra por lo que calificaron de "uno de sus mayores retos".



En Vigo, José María Aznar hizo campaña por el PP (AP)

Nuestro inefable Julio Anguita, líder de Izquierda Unida que acaba de pulverizar y secretario del Partido Comunista, aspirante al 1,1% de electores, daba una lección de anatomía asegurando que "nadie es el ombligo del mundo".

Geografía de posibilidades

Se calcula que el Partido Popular tiene medio millón de afiliados, de los cuales cien mil están en Galicia.

De los 75 diputados que serán elegidos mañana para el Parlamento gallego, 24 se pelearán en La Coruña (los sondeos les dan 12 contra 6 ó 7 de la coalición socialista, y 5 o 6 del Bloque Nacionalista, BNG); 22 en Pontevedra (12/13 para el PP, 4/5 para la coalición socialista y 5 para el BNG); 15 en Lugo (8/9 para el PP, 3 de la coalición encabezada por el PSOE y 3 BNG) y 14 en Ourense (8 PP, 3/4 la coalición PSOE y 2/3 BNG).

Pero mientras en Ourense con 13.000 votos se consigue una banca, en La Coruña hacen falta 23.000.

Galicia siempre se ha inclinado a la derecha y Fraga, aunque está claramente cansado, renguea visiblemente y ya no tiene el estilo de otros tiempos, por fortuna continúa siendo la figura política por antonomasia para los gallegos.

Hasta el punto de que en otro tipo de fervores recordó que Cervantes y Saavedra eran apellidos gallegos y poco faltó, como recordaba con alguna malevolencia amable Alfonso Rojo en El Mundo, para que descubriera que el inventor de Alonso Quijano, en definitiva, bien podría se oriundo de Vigo.

Se votó en la Argentina

Una mayoría de los gallegos censados en la Argentina votaron por el candidato del Partido Popular a la Junta de Galicia, Manuel Fraga Iribarne, estimaron fuentes de la comunidad gallega a la agencia EFE, en Buenos Aires.

Según el censo actual, 58.000 gallegos residentes en la Argentina estaban en condiciones de votar en estas elecciones, pero únicamente lo hizo un 30 o un 35 por ciento del total, según la opinión de las mismas fuentes.

El 25 por ciento de los gallegos residentes en el exterior de Galicia con capacidad de votar (calculados en 2.500.000) viven en la Argentina, según el censo del 31 de diciembre de 1976.

Los gallegos tuvieron plazo hasta el día 12 para votar en los tres consulados de España en la Argentina (Buenos Aires, Córdoba y Rosario) y hasta ayer para enviarlo por correo certificado. Voceros de la comunidad gallega estimaron que cerca del 50 por ciento del voto de los gallegos residentes en nuestro país será para el partido de Fraga Iribarne.

El Guggenheim de Bilbao

BILBAO, 18 (Reuter).- El rey Juan Carlos de España inauguró hoy, con fuertes medidas de seguridad, el nuevo museo de arte Guggenheim, pocos días después de que la policía frustró un complot del grupo separatista vasco ETA para hacer detonar una bomba durante la ceremonia.

El rey y otros dignatarios llegaron al moderno edificio en momentos en que unos 500 separatistas vascos realizaban una manifestación de protesta contra el museo, que consideran un símbolo del imperialismo norteamericano.

9714242

DP6880

B POXBT 10-19 00204
mun icx

ESPAÑA-ELECCIONES GALICIA (ampliación)
DATOS OFICIALES CONFIRMAN VICTORIA PP CON MAYORIA ABSOLUTA

Santiago de Compostela (España), 19 oct (EFE).- El conservador Partido Popular (PP) venció hoy por mayoría absoluta en las elecciones regionales de Galicia, según datos oficiales.

Los datos ofrecidos, con el 72,5 por ciento de los votos escrutados, por el consejero de Presidencia del gobierno de Galicia (Xunta), Dositeo Rodríguez, señalan que el PP, actualmente en el ejecutivo regional, ha obtenido el 51 por ciento de votos, lo que le da 41 escaños de los 75 que componen el parlamento autonómico.

Manuel Fraga, por lo tanto, se mantendrá en la presidencia de la Xunta por un tercer mandato con el apoyo de la mayoría absoluta que tiene desde 1989, aunque el PP pierde dos escaños.

El Bloque Nacionalista Galego (BNG) se convierte en la segunda fuerza política de la región al obtener un 25,2 por ciento de votos, que le dan 19 escaños, seis más que los 13 que tenía hasta ahora.

Los socialistas sufren un retroceso ya que la coalición formada por el Partido Socialista Galego (PSG-PSOE) con Esquerra Galega y los ecologistas de Os Verdes logró un 19,3 por ciento de votos, que le dan 15 escaños, cuatro menos que los 19 que obtuvo en 1993, cuando se presentaron en solitario. EFE

NAL/GV/JMA

10/19/20-13/97

06

9714242

DP6840

U POXBT 10-19 00726
mun icx

ESPAÑA-ELECCIONES GALICIA (Perfiles)
A LOS 74 AÑOS, FRAGA BUSCA TERCER MANDATO EN GALICIA

Santiago de Compostela (España), 19 oct (EFE).- A sus 74 años, Manuel Fraga aspira a conseguir hoy en Galicia su tercer mandato como presidente del Gobierno regional (Xunta) de esta comunidad autónoma del noroeste de España.

Sus dos principales rivales enlos comicios regionales de hoy son el socialista Abel Caballero y el nacionalista Xosé Manuel Beiras.

Tras ocho años al frente del Ejecutivo gallego, Fraga es nuevamente candidato por el Partido Popular (PP), y, a lo largo de los últimos quince días de campaña, recorrió todos los rincones de Galicia en busca de los votos que le aseguren la reelección.

Respaldado por unos sondeos que le son favorables, el líder gallego demostró en esta campaña, frente a quienes critican su edad, que siguen teniendo una energía similar a la de hace casi 50 años, cuando empezó su carrera política -en 1951- como secretario general del Instituto de Cultura Hispánica.

Doctor en Derecho y licenciado en Ciencias Políticas y Económicas, Manuel Fraga Iribarne, que nació el 23 de noviembre de 1922 en Villalba (Lugo), fue procurador en Cortes, y también consejero nacional del Movimiento, partido único durante el franquismo.

En 1962, ocupó el cargo de ministro de Información y Turismo, y en 1973, fue nombrado embajador de España en el Reino Unido.

Dos años más tarde, tras morir el general Francisco Franco, Fraga asumió el puesto de vicepresidente para Asuntos del Exterior y Ministro de Gobernación en el primer Gobierno de la Monarquía del Rey Juan Carlos.

Elegido en 1977 secretario general de Alianza Popular (AP), y dos años después presidente del partido, por el que fue diputado, fue miembro de la ponencia que redactó la Constitución española.

En las elecciones de 1982, que llevaron a los socialistas al poder en España, propugnó la formación de lo que llamó "la mayoría natural" frente a la alternativa socialista, y, junto al Partido Demócrata Popular, la Unión Liberal y otros tres partidos regionalistas, logró que Coalición Popular consiguiera 195 escaños, pasando a ser la segunda fuerza política del país.

Fue jefe de la oposición conservadora hasta 1986, y un año después inició el proceso de su sucesión a nivel nacional, que culminó en marzo de 1990 con la elección de José María Aznar como presidente del rebautizado Partido Popular (PP).

Fraga, que ya había decidido centrar su carrera política en Galicia, ganó las elecciones autonómicas en esta región en 1989, con una ajustada mayoría, que incrementó cuatro años después, al conseguir 43 diputados de los 75 que componen el parlamento.

Quiere ahora revalidar estos resultados, aunque debe contar con dos rivales en su camino: el candidato de la coalición del Partido Socialista Galego-PSOE, Esquerda Unida y Os Verdes, Abel Caballero, y el del Bloque Nacionalista Galego, Xosé Manuel Beiras.

Caballero, nacido en Ponteareas (Pontevedra) el 2 de septiembre de 1946, ha sido el único ministro gallego de los sucesivos Gobiernos del socialista Felipe González.

07

9714242

Presidente del PSOE (Partido Socialista Obrero Español) de Galicia, es el más joven de los tres principales candidatos y fue discípulo, en la Universidad de Santiago, de Beiras, su actual adversario nacionalista.

Catedrático de Teoría Económica, Abel Caballero Alvarez, diputado por Pontevedra en el Congreso, ha compaginado la política con la docencia. Durante años, estuvo vinculado al sector de su partido que era fiel a Alfonso Guerra, vicesecretario general del PSOE hasta el pasado mes de junio.

El que fue ministro de Transportes del Gobierno socialista, es un hombre madrugador y clásico en el vestir. Su principal afición es la lectura, especialmente los textos históricos.

Xosé Manuel Beiras Torrado, el candidato nacionalista a la presidencia de la Xunta de Galicia, nació el 7 de abril de 1936 en Santiago de Compostela, y se licenció en Derecho por la Universidad compostelana en 1957. También estudió Economía en Madrid, París y Londres.

Catedrático de Estructura Económica y profesor en la Facultad de Ciencias de la Información de la Universidad de Santiago, el candidato del BNG, que fue militante del Partido Socialista Gallego de 1963 hasta 1977, es autor de varios libros sobre Galicia.

Diputado por el Bloque Nacionalista Galego en el Parlamento de Galicia desde las elecciones autonómicas de noviembre de 1985, es también desde hace casi tres años portavoz nacional del partido.

Beiras se define asimismo como "político, pero no de carrera", y se muestra convencido de que hoy no se quedará atrás a la hora del recuento de votos. EFE

eb/rla

10/19/14-46/97

DP6882

U FOXBT 10-19 00520
 mun icx

ESPAÑA-ELECCIONES/GALICIA (biografía)
MANUEL FRAGA REVALIDA CON MAYORIA CINCO DECADAS VIDA POLITICA

Santiago de Compostela (España), 19 oct (EFE).- La victoria en las elecciones de hoy dió al conservador Manuel Fraga un tercer mandato como presidente del gobierno regional de Galicia (Xunta) y prolongó por cuatro años más una extensa carrera política que comenzó hace casi cinco décadas.

A sus 74 años, el único político todavía en activo con cargos en el franquismo, la transición y la democracia española, Fraga obtuvo el respaldo del 51 por ciento de los votos de los gallegos por lo que seguirá al frente de la Xunta hasta el año 2001.

A la Xunta llegó en 1989 como retirada política a su región natal tras dejar la presidencia del Partido Popular (PP) en manos de José María Aznar, actual jefe del gobierno español, después de haber pilotado la reconducción de la derecha española del franquismo a la democracia.

Tras ocho años al frente del Ejecutivo gallego, Fraga decidió nuevamente ser candidato por el PP, y, a lo largo de los últimos quince días de campaña, recorrió todos los rincones de Galicia en busca de los votos que le asegurasen la reelección.

Respaldado por unos sondeos que siempre le fueron favorables, el líder gallego demostró en la campaña, frente a quienes critican su edad, que sigue teniendo una energía similar a la de hace casi 50 años, cuando empezó su carrera política -en 1951- como secretario general del Instituto de Cultura Hispánica.

Doctor en Derecho y licenciado en Ciencias Políticas y Económicas, Manuel Fraga Iribarne, que nació el 23 de noviembre de 1922 en Villalba (Lugo), fue procurador en Cortes, y también consejero nacional del Movimiento, partido único durante el franquismo.

En 1962, ocupó el cargo de ministro de Información y Turismo, y en 1973, fue nombrado embajador de España en el Reino Unido.

Dos años más tarde, tras morir el general Francisco Franco, Fraga asumió el puesto de vicepresidente para Asuntos del Exterior y Ministro de Gobernación en el primer Gobierno de la Monarquía del Rey Juan Carlos.

Elegido en 1977 secretario general de Alianza Popular (AP) -predecesora del PP-, y dos años después presidente de este partido, por el que fue diputado, fue miembro de la ponencia que redactó la Constitución española.

En las elecciones de 1982, que llevaron a los socialistas al poder en España, propugnó la formación de lo que llamó "la mayoría natural" frente a la alternativa socialista, y, junto al Partido Demócrata Popular, la Unión Liberal y otros tres partidos regionalistas, logró que Coalición Popular consiguiera 195 escaños, pasando a ser la segunda fuerza política del país.

Fue jefe de la oposición conservadora hasta 1986, y un año después inició el proceso de su sucesión a nivel nacional, que culminó en marzo de 1990 con la elección de José María Aznar como presidente del rebautizado Partido Popular (PP).

Fraga, que ya había decidido centrar su carrera política en Galicia, ganó las elecciones autonómicas en esta región en 1989, con una ajustada mayoría, que incrementó cuatro años después, al conseguir 43 diputados de los 75 que componen el parlamento.

09

9714242

Hoy consiguió revalidar estos resultados con una nueva abrumadora victoria, con la que los gallegos decieron mayoritariamente que continúe siendo su presidente. EFE
EB/GV/JMA

10/19/20-26/97

9714242

DP6898

B POXBT 10-19 00547
mun icx

ESPAÑA-ELECCIONES/GALICIA (previsión)
FRAGA REVALIDA MAYORIA CON FUERTE AVANCE DE LOS NACIONALISTAS

Santiago de Compostela (España), 19 oct (EFE).- El presidente de la Xunta (gobierno regional) de Galicia, Manuel Fraga, revalidó por tercera vez consecutiva la mayoría absoluta en las elecciones gallegas de hoy, en la que los nacionalistas se convirtieron en la primera fuerza de oposición, desplazando a los socialistas.

Con más del 98 por ciento de los votos escrutados, el Partido Popular (PP) de Fraga llevaba el 51,6 por ciento de los votos, lo que le supone 41 de los 75 escaños de que se compone el parlamento regional, dos menos que en las elecciones de hace cuatro años.

El conservador PP obtuvo la mayoría absoluta de escaños en cada una de las cuatro provincias de Galicia.

Por su lado, el Bloque Nacionalista Galego (BNG) de Xosé Manuel Beiras, que se enfrentaba por segunda vez en unas elecciones a Fraga, obtuvo un 25,5 por ciento de votos, que le dan 19 escaños, seis más que los 13 que tenía hasta ahora.

De este modo, los nacionalistas de Beiras desplazan a los socialistas de Abel Caballero como segunda fuerza política en el Gobierno regional gallego, quienes, aliados con Esquerda Unida y los ecologistas de Os Verdes, obtienen un 19,3 por ciento de votos, lo que se traduce en 15 escaños.

Estos son cuatro menos que los 19 que los socialistas lograron en 1993, cuando se presentaron en solitario a las elecciones.

En estos comicios, a los que estaban convocados 2.565.131 electores, de los que cerca del 10 por ciento son residentes en el extranjero, se registró una abstención de en torno al 33,7 por ciento, algo menos al 35,8 por ciento de las elecciones de 1993.

Sin embargo, los resultados finales no se sabrán hasta el próximo miércoles, cuando se escruten los votos de los no residentes, que suman 232.067, y que en su mayoría corresponden a Argentina (60.420 personas), Suiza (35.593), Uruguay (29.769), Venezuela (20.265), Brasil (18.490), y Alemania (14.732).

El presidente de la Diputación de La Coruña, el "popular" Augusto César Lendoiro, afirmó que el escrutinio de los votos de los emigrantes, en todo caso, mejorarán los resultados del PP.

Desde el PP se ha destacado también el hecho de que estas elecciones son las primeras que se celebran en España desde la victoria del este partido en los comicios generales de 1996.

El coordinador general del PP, Angel Acebes, afirmó que la victoria de Fraga sugiere que los socialistas "pueden dejar de convertirse en alternativa" en Galicia y, a nivel nacional, suponen "un respaldo" a la "gestión eficaz" de José María Aznar al frente del Gobierno español.

Al reconocer su victoria, el propio Fraga, de 74 años, dio las gracias al "pueblo gallego por la confianza que han vuelto a depositar en nosotros" y dijo que el triunfo supone "una responsabilidad que aceptamos gustosos".

Los resultados de la jornada electoral, que se celebró con total normalidad, fue interpretada por los socialistas como un resultado del "auge del nacionalismo" que hay en toda España.

El candidato socialista, Abel Caballero, asumió "toda la responsabilidad" de la derrota y pidió a "todas las fuerzas progresistas" analizar estos resultados para sacar consecuencias.

//

9714242

Por su parte, los "vencedores morales" del día, los nacionalistas del BNG, calificaron de "históricos" estos resultados, que les llevan a convertirse, quince años después de la fundación de su partido, en el principal de la oposición a Fraga. EFE

HMA/GV/JMA

10/19/21-33/97

9714242

LA ERA AZNAR

Un severo test aprobado

ANALISIS

Por
JUAN CARLOS ALGAÑARAZ
Corresponsal en **Madrid**

¿Hasta dónde el triunfo en Galicia es atribuible al fuerte arrastre popular de **Manuel Fraga Iribarne**, lleno de energía al filo de los 75 años, o al Partido Popular? Esta era la pregunta que se formulaban anoche muchos comentaristas políticos para valorar con exactitud la medida en que incide la elección gallega en el paisaje político español.

La pregunta no es ociosa: la elección gallega fue **el primer desafío electoral para los populares** desde el triunfo de José María Aznar hace poco más de un año y medio, y esta victoria supone un test sobre el poderío del PP para el futuro.

Para cualquiera que conozca la política gallega está claro que el Partido Popular tiene una estructura muy bien organizada y un **férreo control de su electorado**. Estas son virtudes que pueden extenderse a otros fortines de los populares y que confirman su consolidación como primera fuerza política.

"Lo que es bueno para Galicia es bueno para España", recomendó Fraga, seguro de que el Partido Popular capitalizará el triunfo ante el conjunto de los electores españoles.

La experiencia ha sido negativa para los socialistas que comprometieron toda su artillería electoral, con **Felipe González a la vanguardia**, para apoyar a una coalición progresista, con disidentes de Izquierda Unida y los ecologistas, que es muy probable que se replantee ante nuevos desafíos electorales.

Por lo menos, los socialistas aspiraban a seguir como principal fuerza opositora, pero su retroceso **los confina a un desvaído tercer puesto**.

El fuerte avance de los nacionalistas gallegos es un fenómeno para reflexionar y que afecta al conjunto de la cultura política española, que continúa produciendo este tipo de expresiones.

Un ejemplo es el regionalismo canario, que gobierna en la comunidad autónoma y ya se proclama nacionalista.

CL 2010

9714242

EL PAIS

Los gallegos votan: un residente en Uruguay es candidato a diputado

Treinta mil residentes en Uruguay están habilitados para votar en las próximas elecciones para elegir el nuevo Parlamento de Galicia, un cuerpo que resolverá quien será el presidente de la Xunta, un cargo ocupado por Manuel Fraga Iribarne que procura su segunda reelección.

Los gallegos residentes en nuestro país podrán participar en esas elecciones. Hasta el 12 de octubre podrán hacerlo votando personalmente en el consulado. En caso contrario dispondrán de plazo hasta el 18 de octubre para sufragar mediante correo certificado gratuito.

***POSTULANTE.** Fernández, candidato a diputado gallego, y Ferrón, representantes del PSOE en Uruguay*

José Antonio Fernández es el primer residente en Uruguay que puede convertirse en diputado del Parlamento de Galicia.

Fernández ocupa el cargo de Secretario General del Partido Socialista Obrero Español en Uruguay y afirma que los comicios pueden marcar un giro en la política gallega.

■ *UN CAMBIO DE RUMBO*

"Esta elección puede marcar un cambio de rumbo en de Galicia. Nos encontramos con Manuel Fraga, actual presidente, y candidato nuevamente por el Partido Popular que en estos momentos carece de un programa que permita llevar a Galicia por el camino del desarrollo", afirmó.

El candidato uruguayo del PSOE, señaló que "Galicia está atravesando problemas, se está eliminando puestos de trabajo y los gallegos están emigrando, no hacia el interior, sino a otras regiones dentro de España".

Agregó que el Partido Socialista (PSOE) en una coalición con los verdes y con Izquierda Unida "se presenta como una alternativa de renovación a efectos de instaurar un gobierno progresista en Galicia que pueda realizar las reformas que llevó a cabo Felipe González a nivel de la nación".

Según Fernández, durante el gobierno del PSOE en España se han creado diversos beneficios para los españoles en el exterior: viajes para la tercera edad que permiten vacaciones en España a un costo módico, pensiones asistenciales para la ancianidad de carácter no contributivo, reformas en la ley civil facilitando la adquisición o recuperación de la nacionalidad, creación del consejo de residentes y del consejo general de la migración por el que se eligen en las circunscripciones consulares órganos representativos de los españoles residentes.

■ *LA PLATAFORMA DEL PSOE*

En estos momentos el Partido Socialista de Galicia apunta fundamentalmente a los siguientes aspectos:

- Cobertura sanitaria para aquellos gallegos que carecen de recursos suficientes.
- La creación de un consejo de la galleguidad para que se plantee específicamente la situación de los gallegos residentes en el exterior.
- Programas específicos para retornados y descendientes a través de ayudas a efectos de facilitar a quien lo desee la instalación en Galicia.
- Ampliación de becas de estudio y del intercambio universitario.
- Potenciación de la Lengua y de la cultura en la emigración.
- Agilitar los trámites para solicitar las prestaciones para los gallegos residentes en el exterior.

"Aspiramos a que no haya gallegos de segunda por el hecho de residir fuera de España", afirmó Fernández.

9714242

La derecha triunfó en Galicia

Santiago de Compostela, España, agencias

El conservador Partido Popular (PP) logró este domingo una neta victoria en las elecciones regionales gallegas, conservando su mayoría absoluta con el 51,6% de la votación, según resultados oficiales.

El gubernamental PP logró 41 de los 75 escaños del Parlamento de Galicia, de acuerdo al 98,2% de los votos escrutados.

El miércoles será conocido el resultado oficial del 100% de la votación, incluyendo los votos de los gallegos radicados en América Latina, esencialmente el sufragio de 60.420 votantes en Argentina, 29.769 en Uruguay, 20.265 en Venezuela y 18.490 en Brasil.

Este era el primer test electoral para el gubernamental Partido Popular desde su llegada al poder en España, en mayo de 1996, y al lograr el 51,6% de la votación otorgó al líder derechista y ex ministro franquista Manuel Fraga Iribarne, 74 años, su tercera elección consecutiva a la presidencia de la "Xunta", el gobierno autónomo de Galicia.

Fraga, que desde 1989 dirige la "Xunta", será ayudado por el Parlamento gallego [illegible]

La jornada no fue el triunfo del PP ni la victoria de Fraga, pero el [illegible] neta ventaja que le sacó a los socialistas el independentista Bloque Nacionalista Gallego (BNG) que, por primera vez se ubicó [illegible] segunda fuerza política en la región, con el 25,5% de la votación y 19 escaños contra el 18,67% y 13 escaños logrados hace cuatro años.

El Partido Socialista fracasó en su fórmula sin precedentes de presentarse a las elecciones gallegas en el seno de una coalición izquierdista reagrupando a ecologistas y disidentes comunistas.

Obtuvo sólo 15 escaños y el 19,3% de la votación, habiendo perdido cuatro diputados. Los analistas atribuyen la desventaja socialista a la "moderación" que ha exhibido el BNG en sus tesis separatistas durante los últimos años.

Con relación a las anteriores elecciones, estas cifras reflejan un leve retroceso del PP que en 1993 había obtenido el 52,21% de los votos y 43 escaños contra el 23,47% y 19 escaños del Partido Socialista, entonces indiscutible segunda fuerza política regional.

Estos resultados "demuestran una vez más la enorme confianza del pueblo gallego en Manuel Fraga", declaró un responsable del PP, Juan Casares, al conocerse la victoria de los conservadores.

"Estos resultados reflejan un respaldo a la labor de Manuel Fraga y al proyecto de futuro del PP, habiéndose producido un rotundo fracaso" de la coalición impulsada por los socialistas, dijo por su parte el Coordinador General del Partido Popular, Angel Acebes.

El interno Fraga no pudo ocultar su satisfacción.

"El pueblo gallego ha renovado su confianza en el PP. Estamos conscientes de la inmensa responsabilidad que pesa sobre nuestros hombros y serviremos a Galicia hasta el límite de la extenuación", declaró Fraga, Ex-ministro franquista y fundador de la Alianza Popular, ancestro del PP. Fraga gobierna Galicia desde 1989 y durante su campaña mantuvo su tradicional tono severo para subrayar sus éxitos políticos y rechazar las críticas adversarias, aunque a veces lo atenuo para no ahuyentar el voto juvenil dudoso.

Estas elecciones fueron precedidas de una dura campaña, marcado por incisivos discursos socialistas, acusando esencialmente a sus adversarios conservadores de estar ligados a los narcotraficantes de la región, que utilizan Galicia como puerta de entrada de la cocaína latinoamericana destinada al consumo ilegal europeo.

También los socialistas recordaron insistentemente el pasado franquista de Fraga y a los militares franquistas autores del frustrado golpe de Estado del 23 de febrero de 1981.

Situada al norte de Portugal, Galicia (2,5 millones de habitantes) es una de las tres "comunidades históricas" de España, junto al País Vasco y a Cataluña, así como una importante cuna de emigrantes.

Más de 1,3 millones de españoles de origen gallego viven fuera de Galicia, 330.000 de los cuales residen en Argentina, 100.000 en Venezuela, 95.000 en Brasil, 36.000 en Uruguay, 9.500 en Panamá y 3.000 en Cuba.

Un total de 232.067 gallegos emigrantes estaban inscritos fuera de España para estas elecciones, que han sido las quintas elecciones autonómicas que se celebran en Galicia desde 1981.

Los socialistas fueron los grandes derrotados en estas elecciones, ocupando el tercer puesto detrás del Partido Popular y del Bloque Nacionalista Gallego.

15

LR 20-10

9714242

Menem admite que la Alianza puede ganar las legislativas del domingo

• Página 25

UN HOMBRE DE INFINITAS CONTRADICCIONES POLÍTICAS PERO RESPETADO POR LA POBLACIÓN *GALEGA*

El fenómeno Fraga envuelve a Galicia

El líder conservador, que obtuvo el domingo una nueva victoria abrumadora en la comunidad autónoma, ha hecho del noroeste de la península ibérica su feudo inexpugnable

POR THOMAS LYFORD-PIKE
de la redacción de EL OBSERVADOR

Ya nadie discute que el presidente de la Xunta de Galicia, Manuel Fraga Iribarne, gobernará por un tercer período la comunidad autónoma gallega. Al frente del gobierno del tradicional reducto conservador, Fraga sobrevivió las mareas contrarias del período socialista (1982-1996) y ahora navega con más fuerza que nunca en las amigables aguas del gobierno del Partido Popular (PP) de José María Aznar.

En las elecciones del domingo renovó la mayoría absoluta, lo que le permitirá gobernar la Xunta gallega hasta el siglo XXI, el objetivo prioritario que nunca calló.

Fraga es un personaje único en la política española. En algunos mitines de la última campaña, blandía un libro ante el público y explicaba con tono a la vez expeditivo y didáctico: "Los demás tienen un programa de gobierno, pero nosotros tenemos 26 tomos". Es dudoso que muchos gallegos se hayan dado a tal clase de enciclopédica lectura antes de

"Los demás tienen un programa de gobierno, pero nosotros tenemos 26 tomos"

reflexionar si entregaban su voto a don Manuel.

Tampoco resultaría fácil encontrar a algún ciudadano común que realmente haya leído los 12 libros blancos del programa de gobierno que presentó Fraga en 1989, en sus primeras elecciones gallegas, o con los nueve tomos que recogen su llamada Propuesta de Administración Unica.

Pero a este hombre que cumplirá 75 años el próximo 23 de noviembre, "el decano de la política española", le fascinan las hazañas numéricas, las cifras mastodónticas, las marcas más inverosímiles por absurdas que puedan llegar a parecer. Cada fin de año, el gabinete difunde un resumen detallado sobre la actividad en los últimos 12 meses.

CIFRAS ESPECTACULARES

El balance consiste siempre en una sucesión de dígitos espectaculares: decenas de inauguraciones, centenares de discursos, miles de audiencias, decenas de miles de kilómetros... Cualquier desmesura es imaginable en Fraga, hasta recorrer uno a uno todos los ministerios en un solo día.

El mismo contó en una ocasión que, recién llegado a Londres como embajador, en 1973, decidió atenerse a una norma de cortesía diplomática, que nunca nadie cumplía, y visitó uno por uno a todos sus colegas. Concluyó la gira con el representante de la isla de Tonga. El hombre estuvo a punto de derramar lágrimas de emoción porque era la primera vez que otro embajador se acordaba de su existencia. El ritmo de comidas y cenas de trabajo en la Embajada del reino en Londres era tal que ningún cocinero duraba.

En esta campaña repitió mil veces que no le bastaba una simple victoria. Quería "la mayoría más grande", una "goleada", "arrasar" a sus adversarios.

De esa desmesura han nacido sus gestos y frases más célebres, como la famosa "la calle es mía", que él jura no haber pronunciado nunca, o la temeridad de llamar "mis prisioneros" a los líderes de la oposición democrática que, como ministro de la Gobernación, ordenó detener en vísperas del 1° de mayo de 1976.

JOYAS RETÓRICAS

Incluso a una personalidad como él los años le han infundido mayor templanza pero, aun así, en los últimos días han vuelto a oírsele verdaderas joyas retóricas: en más de una ocasión repitió que los socialistas son responsables de que "todos los pederastas hayan venido a España pensando que esto es Jauja" tras haberse retirado del Código el delito de corrupción de menores.

Un hombre de contradicciones, Fraga calificó a Fidel Castro como "el hombre que más daño ha hecho a Galicia después de Almanzor", el caudillo árabe que robó las campanas de la catedral de Santiago. Tres años más tarde, se abrazaba con el comandante en el aeropuerto de La Habana.

El fallecimiento de su esposa Carmen Estévez, en 1996, le dejó visibles secuelas, y hoy, su poco tiempo libre lo dedica casi enteramente a los nietos.

Sorprende ascenso del nacionalismo gallego

El ascenso del nacionalismo en Galicia era uno de los temas que centraba ayer los comentarios sobre las elecciones autonómicas gallegas que ganó el domingo, con mayoría absoluta, el Partido Popular (PP).

Escrutados los votos de los electores gallegos, el conservador Manuel Fraga volverá a ser presidente de la Xunta, mientras se disparan las especulaciones sobre lo que parece un imparable avance de los nacionalistas en esta comunidad autónoma.

El presidente del gobierno español, José María Aznar, afirmó ayer que los resultados de las elecciones en Galicia "garantizan una sólida estabilidad" y son "positivos para el resto de España".

"Lo importante es que se puede seguir realizando" el proyecto político de futuro del PP "que

Para el gobierno, el avance nacionalista sólo responde al descalabro del socialismo

beneficia a todos", dijo Aznar.

Para las fuentes del gobierno, el avance del Bloque Nacionalista Gallego (BNG) no supone "un auge del nacionalismo" sino que responde al "descalabro del PSOE".

El BNG logró en los comicios 19 escaños en el Parlamento gallego. Esto supone seis diputados más de los que tenía desde las últimas elecciones autonómicas, hace cuatro años.

De hecho, fue la única de las tres principales fuerzas políticas que disputaban estas elecciones en aumentar el número de escaños. El PP, si bien revalidó su mayoría absoluta, obtuvo 41 escaños, dos menos que en los comicios de 1993.

El candidato del BNG, Xosé Manuel Beiras, consideró ayer que "el objetivo primordial está alcanzado". El mismo, según Beiras, es "la consolidación del proyecto de nacionalismo que representa el bloque".

El avance del BNG suscitó gran satisfacción entre las demás fuerzas nacionalistas de las diversas comunidades de España. *(EFE)*

16-

9714242

España: preocupa auge nacionalista

Madrid (EFE) - El ascenso del nacionalismo y la derrota de la coalición de izquierda liderada por el PSOE fueron los principales ejes de análisis de la aplastante victoria lograda el domingo por el conservador Partido Popular (PP) en las elecciones autonómicas gallegas, en las que el Bloque Nacionalista Gallego (BNG) desplazó a los socialistas como primera minoría.

El triunfo del caudillo conservador **Manuel Fraga Iribarne** -quien iniciará un tercer mandato como presidente de la Xunta (gobierno regional) con mayoría absoluta- y el ascenso del BNG dispararon las especulaciones sobre lo que parece un imparable avance de los nacionalistas en esta comunidad autónoma, y varios funcionarios en Madrid no ocultaron su temor por lo que dieron en llamar efecto Pujol, en referencia al líder catalán que pide anteponer las cuestiones regionales a los esfuerzos por plegar a España a la unión monetaria europea.

El BNG logró 19 escaños de los 75 que forman el Parlamento de Galicia, 6 más que los que tenía desde las últimas elecciones autonómicas, hace cuatro años. De hecho, fue la única de las tres principales fuerzas políticas que disputaban estas elecciones en aumentar el número de escaños. Su candidato, **Xosé Manuel Beiras**, consideraba ayer que su objetivo primordial de «consolidar el proyecto de nacionalismo que representa el Bloque» está «plenamente alcanzado».

• Cuarta fuerza

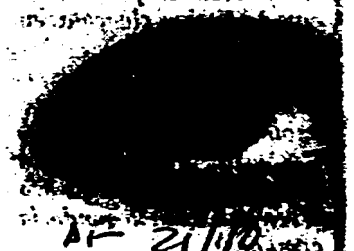
El BNG se convierte en la cuarta fuerza autonomista-nacionalista que se destaca en España, después del Partido Nacionalista Vasco (PNV) que tiene 28 por ciento en el País Vasco; Convergencia i Unió (CiU), que cuenta con 45 por ciento en Cataluña, y la Coalición Canaria (CC), con 50 por ciento en las Islas Canarias.

La gran elección del Bloque, que contiene fuerzas que van desde la izquierda más radical hasta el nacionalismo de centro derecha -y que logró en las últimas elecciones generales dos diputados en el Parlamento español- suscitó gran satisfacción entre las demás fuerzas nacionalistas de las comunidades de España.

Convergencia i Unió, que con sus 16 diputados en el Parlamento de Madrid respalda el gobierno de **José María Aznar**, destacó que Galicia se suma ahora a las otras comunidades históricas con nacionalismos fuertes. Los líderes de CiU reclamaron que se acepte la realidad plurinacional de España y se descarten propuestas como la del presidente de Castilla-León, **Juan José Lucas (PP)**, para reformar la ley electoral con el fin de evitar que los nacionalistas se erijan en árbitros de la situación política española. El presidente de la Generalitat catalana (gobierno regional), **Jordi Pujol**, consideró que en las elecciones gallegas quedó demostrado el resurgimiento de los valores nacionalistas.

El presidente de la comunidad de Extremadura, **Juan Carlos Rodríguez Ibarra**, se declaró partidario de un pacto entre PP y PSOE si persiste «la proliferación de partidos nacionalistas» que amenace la gobernabilidad de España.

CARTELES LUGARES



AP 21/10

14-11

9714242

Nº. DOCUMENTO 9714243
TITULO ESPAÑA: SITUACION DE PSOE
PROCEDENCIA 160090
FECHA DE PRODUCCION 27/09/1
11876
207573
15932
80052
11830
11864
01-04
9714243

LOS COMICIOS PRESIDENCIALES DEL AÑO 2000

Felipe González se retira de la carrera electoral

Dijo que no se postulará en las próximas elecciones • Dejó el gobierno el año pasado, pero es el político más popular • Aznar podría llamar a comicios anticipados para fortalecer su posición

Madrid
EFE, AP y AFP

En una decisión que puede alterar dramáticamente el panorama político español, el ex jefe del Gobierno y ex secretario general del Partido Socialista Obrero (PSOE), Felipe González, anunció que no será candidato a las próximas elecciones previstas para el año 2000.

"Voy a darle un disgusto y una alegría al PP", dijo el lunes por la noche durante un mitin electoral en Orense (Galicia), en referencia al Partido Popular del actual jefe del Gobierno conservador, José María Aznar, quien lo derrotó el año pasado por una escasa mayoría de votos.

"La alegría es que no me presento a las próximas elecciones y el disgusto es que voy a recorrer España para explicar lo que hoy he explicado aquí", agregó luego de referirse a los "abusos" del gobierno de Aznar.

González, de 55 años, sigue siendo el político más popular. Permaneció durante 14 años en la presidencia del Gobierno (1982-1996) y abandonó el pasado mes de mayo la dirección del PSOE, cargo que ocupó durante 23 años.

Pese a que las elecciones están previstas

> Antiguos ministros socialistas reaccionaron con sorpresa ante el anuncio de González

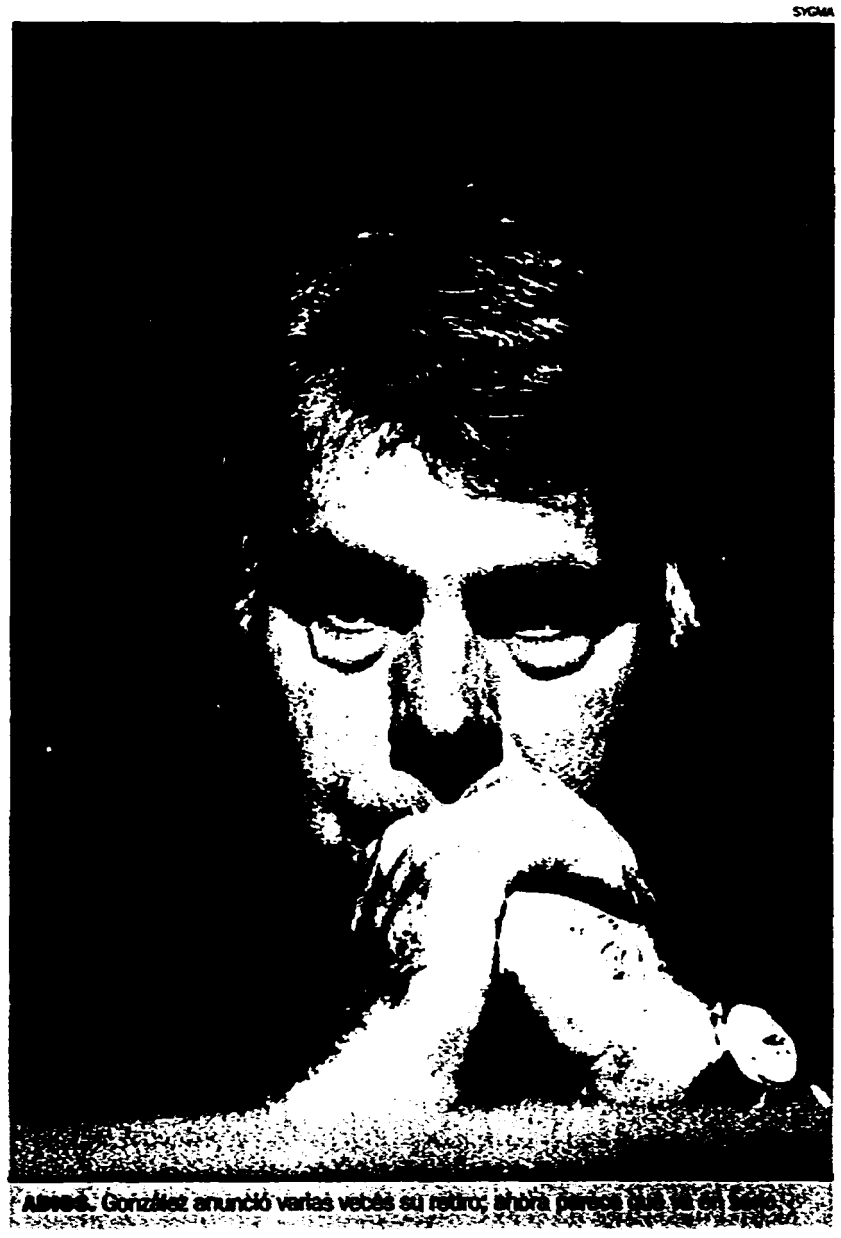
para dentro de algo menos de tres años, [illegible] conocerse la decisión de González, [illegible]r podría adelantar la convocatoria para fortalecer su posición parlamentaria.

La posición política de Aznar, a la inversa de la de González, dista mucho de ser cómoda: está atado a los catalanes, cuyo apoyo parlamentario le es vital, y a una serie de partidos minoritarios que completan su soporte. El llamado a elecciones anticipadas puede ser para el actual jefe de gobierno un bumerán, como le ocurrió al presidente francés Jacques Chirac. Urgido por el afán de ampliar la base de su gobierno, Chirac terminó cayendo electoralmente a manos de los socialistas. Con o sin Felipe González, el PSOE es un hueso duro de roer: en los últimos comicios llegó detrás del PP por sólo un puñado de votos.

El sucesor de González al frente del PSOE, su ex ministro de Trabajo Joaquín Almunia, quien podría ser el eventual adversario de Aznar en las próximas elecciones, recibió con disgusto el anuncio de González.

"Yo, lo que debo pedir a todos los militantes del partido, incluido Felipe González, es que, por favor no sigan con ese tema, que respeten las reglas del partido. El partido tomará la decisión cuando lo creamos conveniente", dijo el actual líder del PSOE.

SYGMA



Adiós. González anunció varias veces su retiro; ahora parece que va en serio.

Ante la insistencia de los periodistas, un sonriente y distendido Almunia, quien se encuentra también en Galicia para apoyar la campaña electoral de su partido, comentó esta mañana que le dijo a González que "se calle", y que el ex presidente del Gobierno le respondió que acataría su pedido.

Polémica

Al ser consultado González, no dudó en responder que "Almunia es el secretario general y tiene la autoridad para decirlo", y prefirió no seguir con la polémica que generó su anuncio del lunes.

González viene hablando de su retirada desde hace mucho tiempo. El 22 de junio cumplió por primera vez su amenaza durante el 34° Congreso del PSOE, cuando ungió como su sucesor a Almunia.

Varios responsables y antiguos ministros socialistas reaccionaron también con sorpresa ante el anuncio, pero no lamentaron la decisión del ex presidente del Gobierno.

El otrora segundo y popular dirigente de los socialistas, Alfonso Guerra, subrayó que "él sabrá por qué lo ha hecho, por qué ha dicho eso y asumirá su responsabilidad", una intepretación lacónica y ambigua sobre las palabras de quien fue su amigo y compañero más cercano en el partido y en el gobierno durante 20 años.

Para otros dirigentes, el anuncio es sencillamente incomprensible. "Es como dejar a Ronaldo en el banco de suplentes", estimó el ex ministro de Trabajo José Antonio Griñán, en referencia a la estrella brasileña de fútbol. Como portavoz del PSOE en el Congreso de los Diputados fue el único en lamentar "un placer innecesario a Aznar". □

PERFIL

Un político clave para España

Enfundado en su extraordinaria personalidad y poder de comunicación, Felipe González dirigió durante casi 14 años el rumbo de la política española como jefe de gobierno.

Su perfil de líder carismático y creíble le garantizó la victoria en cuatro elecciones generales consecutivas. Pero, salpicado por denuncias de corrupción y tolerancia al terrorismo de Estado, el "encantador de serpientes" fue vencido en los comicios de marzo de 1996.

Casado con la diputada Carmen Romero, abogado y padre de tres hijos, Felipe, como lo llama calurosamente el pueblo español, nació en Sevilla hace 55 años. Llegó al poder en 1982 enarbolando las banderas del Partido Socialista Obrero Español (PSOE).

Desde que era un adolescente caminó por los laberintos de la política española. Y fue en 1977 cuando un joven y melenudo Felipe González se lanzó a liderar al PSOE en la primera elección parlamentaria de la democracia española. Perdió ante el mago de la transición, Adolfo Suárez, quien le volvió a ganar en los comicios de 1979.

Pero en las elecciones generales de 1982, diez millones de votos lo llevaron directamente al Palacio de la Moncloa, donde permaneció durante 13 años, cinco meses y un día; todo un récord para un jefe de gobierno europeo, que sólo ha logrado superar su amigo, el canciller alemán Helmut Kohl.

Felipe González no solo condujo a los socialistas desde la clandestinidad hasta los comienzos de la transición democrática. Además, supo crear su propia era y convertirse en un estadista admirado en todo el mundo.

La "era Felipe González" produjo en sus primeras etapas una España moderna y enriquecida. Llevó al país hasta las puertas de la Comunidad Europea. Pero su era terminó ahogada en una ola de escándalos.

En junio anunció su alejamiento de la conducción del PSOE, un cargo crucial que ejerció durante 23 años y que le sirvió de base a su liderazgo y a su permanencia en el poder por casi tres lustros.

9714243
el0810

LA SITUACION EN ESPAÑA

Un paso atrás teñido por los escándalos

ANALISIS

Por
RUBEN GUILLEMI
De la Redacción de Clarín

Resulta difícil creer que el político más popular de España va a cerrar los ojos al enorme respaldo cosechado en más de un cuarto de siglo de actividad política para decir definitivamente adiós al poder a los 55 años.

Pero no hay demasiados elementos para sospechar que esta despedida sea sólo una maniobra política.

Luego de 14 años como presidente del gobierno español, González perdió las elecciones del año pasado por apenas 300.000 sufragios sobre nueve millones de votantes.

Aunque aún mantiene intacta su popularidad, vive jaqueado por los escándalos políticos que debilitaron su gobierno: acusaciones por la financiación ilegal de su partido, la formación de grupos paramilitares antiterroristas y otros resonados casos de corrupción.

En junio, la necesidad de poner nuevas caras en el Partido Socialista Obrero Español (PSOE) chocó con la realidad de que no hay ninguna figura de su carisma ni estatura política. Felipe dejó la secretaría general del PSOE en manos de un hombre poco conocido en el exterior pero de su confianza, el ex ministro de Trabajo Joaquín Almunia, economista vasco de 49 años.

¿Quién sería entonces el mejor candidato para derrotar a Aznar en las elecciones, que en principio están previstas para el año 2000?

Si la eventual candidatura de Almunia parece hoy débil, el PSOE tiene otras figuras que no fueron salpicadas por los escándalos, como el ex canciller Javier Solana, actual secretario general de la OTAN.

Aunque todavía no se habla de candidatos, tampoco se puede descartar un cambio de opinión de González, apelando al remanido "si el partido y el pueblo lo piden". Sin embargo, los analistas sospechan que Felipe mantendrá su promesa de no postularse.

Los adversarios de González continúan guardando bajo sus ropas la daga de los escándalos que debilitaron al gobierno socialista, listos para blandirlos ante un eventual anuncio de candidatura.

Las acusaciones, que hoy siguen en un tono casi menor en los estrados judiciales, pueden resultar una pendiente muy difícil de remontar si surgen nuevas pruebas en medio de una campaña electoral.

02

9714243

"QUE PRESENTEN UNA ALTERNATIVA Y ME VOY PARA CASA", DIJO EL ALCALDE DE LA CORUÑA, PACO VÁZQUEZ

El socialismo español se resquebraja

El fin de semana la cúpula del PSOE se sumergió en la autocrítica y pese a que el secretario general socialista gallego presentó la renuncia, finalmente fue ratificado por amplia mayoría

La división presidió los debates mantenidos el fin de semana por los socialistas españoles de Madrid y Galicia, reunidos unos para renovar sus cargos y otros para examinar las causas de la debacle electoral sufrida el domingo de la semana pasada en la región de Galicia.

El consejo nacional del Partido Socialista de Galicia (PSG-PSOE) examinó las causas de la derrota electoral sufrida en los comicios, en los que el Partido Popular (PP) logró 41 escaños, frente a 19 del Bloque Nacionalista Gallego (BNG) y 15 de la coalición formada por la alianza PSG-PSOE, Izquierda Unida y los ecologistas Los Verdes.

Para el PSOE, la recuperación comenzará donde se inició la debacle, en Madrid

La división parecía presidir el debate del máximo órgano entre congresos de los socialistas gallegos, ante el cual el candidato a la presidencia del gobierno regional de Galicia, Abel Caballero, ofreció la renuncia a todos sus cargos, aunque el verdadero dilema era decidir la continuidad del secretario general de esa formación, Francisco Vázquez.

Vázquez asumió en primera persona la responsabilidad del resultado electoral y puso su cargo a disposición del partido.

"Que presenten una alternativa y me voy para casa", dijo el también alcalde de La Coruña desde hace 18 años a los críticos, divididos entre los que exigen su dimisión inmediata y los partidarios de una salida menos traumática.

En la madrugada de ayer, finalmente, Vázquez logró ser ratificado, con un 63% de los votos, en su cargo al frente de la dirección de los socialistas gallegos.

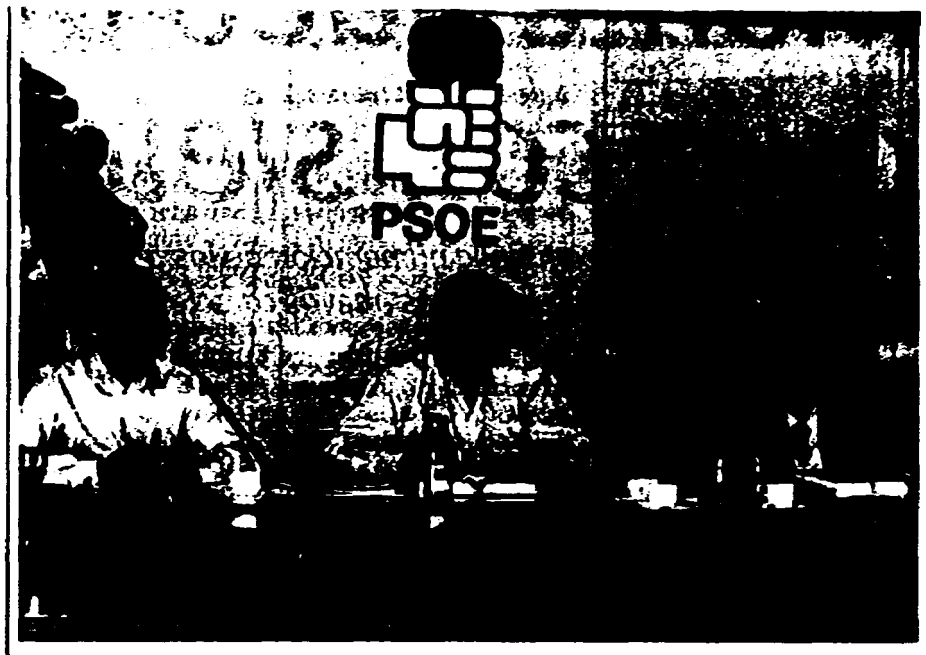
A pesar de este apoyo, las diferentes voces del partido coincidieron en la necesidad de un cambio de rumbo de los socialistas gallegos para reconquistar el electorado.

En Madrid, el VIII Congreso de la Federación Socialista Madrileña (FSM), que desde el viernes se celebra en la localidad de Alcorcón no logró conseguir una candidatura unitaria de integración entre las corrientes enfrentadas.

Así, finalmente se presentaron dos listas, una "renovadora", encabezada por hombres de confianza del ex presidente del gobierno, Felipe González –que ayer se acercó hasta el Congreso–, que en Madrid encabeza Jaime Lissavetzky en la secretaría regional y la ex ministra Cristina Alberdi como presidenta.

La otra candidatura, la "guerrista", es afín al ex vicesecretario general de los socialistas Alfonso Guerra, que hoy lidera José Acosta como secretario regional y Juan Barranco como presidente.

Al clausurar el congreso madrileño, el secretario general del PSOE, Joaquín Almunia, auguró que la recuperación del gobierno por parte de los socialistas en toda España comenzará en la Comunidad de Madrid, donde se inició a mediados de los ochenta, y aseguró que la recuperación empezará "en un lugar tan vivo y crítico como Madrid". *(EFE)*



Almunia no quiere reformas e impulsa la descentralización

El secretario general del PSOE, Joaquín Almunia, declaró que se opone a cualquier reforma electoral destinada a frenar a los cada vez más poderosos partidos nacionalistas y rompió una lanza a favor de la descentralización en España.

"Los ciudadanos no pueden vivir con la sensación de que sólo se puede entender España desde el tirón centrífugo", declaró Almunia durante el congreso regional de los socialistas.

Los socialistas fueron los "protagonistas de primera línea" de la descentralización en España y son "la única fuerza política que puede dar una coherencia de conjunto a ese afán legítimo de que el poder no esté sólo en manos del gobierno del centro", añadió.

Almunia efectuó las declaraciones una semana después de las elecciones regionales en Galicia que convirtieron al Bloque Nacionalista Gallego (BNG) en la segunda fuerza política de la región, después del Partido Popular (PP, en el poder en Madrid) y delante de la coalición de izquierda constituida en torno al PSOE.

Almunia temió en aquel momento que los electores "empezaran a considerar que sólo las formaciones nacionalistas pueden defender los intereses de sus territorios" y ayer en Canarias moderó esas declaraciones.

Otro responsable socialista, Juan Carlos Rodríguez Ibarra, fue más lejos y propuso una reforma electoral para frenar la presencia de diputados nacionalistas en el Parlamento en Madrid, presencia, que, según el socialista, impide que los partidos "españoles" alcancen mayorías absolutas.

Los nacionalistas están en el poder en el País Vasco, en Cataluña y en el archipiélago canario. El Partido Nacionalista Vasco tiene cinco de los 350 escaños del Congreso de los Diputados en Madrid, la coalición catalana Convergéncia i Unió 16 y la Coalición Canaria dos. *(EFE)*

SALVADOR LIVIO S.A. AGASAJO AL EQUIPO DE COMPETICION BBB EN PIRIAPOLIS.

Compartiendo un momento de la fiesta, Cr. Sr. Federico Secchi Gte. Importación, Sr. Rubén Livio Presidente de SALVADOR LIVIO S.A., Sr. Martín Basso Piloto Oficial del equipo BBB, e Ing. Sr. José Luis Basso Presidente de BASSO S.A.

Días pasados, en los salones del Argentino Hotel de Piriápolis, SALVADOR LIVIO S.A. ofreció un magnífico cóctel que contó con la presencia de directivos de la misma, de BASSO S.A. fabricante de las afamadas Válvulas BBB de Argentina, directivos de la Asociación Uruguaya de Volantes, organizadores de la competencia, preparadores del medio y una numerosa concurrencia allegada al deporte automovilístico. El motivo principal de la reunión, fué la bienvenida al equipo de competición BBB que participó en la carrera de F-3 sudamericana realizada dentro de un circuito callejero llevado a cabo el 19 de octubre en la ciudad de Piriápolis. Competición que por su importancia fué declarada de Interés Nacional. Pero no menos importante, ha sido la presencia de éstos coches equipados con la reconocida calidad de las válvulas BBB para motores standard y de competición. Recientemente BASSO S.A. ha sido distinguida con el galardón internacional de control de calidad I.S.O. 9001, como premio a su alto valor de calidad en todos sus productos. Una marca que exporta a EE.UU. aproximadamente 50.000 válvulas de competición por mes y provee mundialmente en forma total a prestigiosas marcas de automóviles, entre ellas Peugeot y Citröen como equipo original. Hecho que además, marca pautas significativas en nuestro medio, ya que SALVADOR LIVIO S.A. como Representante Exclusivo para Uruguay, contribuye con su eficiente servicio a una mayor y mejor comercialización de las mismas. Porque es una empresa importadora líder en el campo automotor, con más de 60 años de experiencia en la comercialización de repuestos, accesorios y partes de carrocería de afamadas marcas a nivel mundial. Siendo hoy el mayor importador y el que más brinda atención y servicio diferencial, permanentemente los 365 días del año. Pero más allá del área comercial, SALVADOR LIVIO S.A. también ha estado siempre junto a sus clientes y atento a sus inquietudes. Y así quedó nuevamente demostrado en ésta reunión. Una oportunidad para estrechar vínculos y un aporte más para continuar no sólo brindando una preferencial atención, sino también marcas y productos confiables al alcance de sus clientes

9714243

Nº. DOCUMENTO 97/4244
TITULO : ESPAÑA : CASO FILESA (FINANCIACION ILEGAL PSOE)
PROCEDE: EFE 1:30 90
FECHA: 29/10/97
VINCULADO: 18846
20513
11926
11164

XH9825

U FOXBT 10-28 00345
mun icx

ESPAÑA-FILESA
DIMITE SENADOR PSOE CONDENADO POR FINANCIACION ILEGAL PARTIDO

Barcelona (España), 28 oct (EFE).- El dirigente socialista José María Sala, condenado hoy por su implicación en la financiación irregular del PSOE, anunció que dimitará de sus cargos como senador y diputado del parlamento regional de Cataluña.

Sala, que compareció ante los periodistas tras conocerse la sentencia del Tribunal Supremo sobre el caso Filesa, leyó un comunicado en el que reafirmó su inocencia y calificó de "desmesurada" la pena de tres años de cárcel dictada contra él.

El senador, que pertenece a la rama catalana del Partido Socialista Obrero Español (PSOE), indicó que no iba a responder a las preguntas de los periodistas.

Antes de este anuncio, el abogado de Sala, José María Cánovas Delgado, indicó que su cliente iba a presentar un recurso ante el Tribunal Constitucional contra la sentencia del Supremo.

Fuentes del Tribunal Supremo indicaron hoy que Sala no iba a ir a la cárcel ya que la condena que le afecta es una suma de dos penas -una de un año de prisión por asociación ilícita, y otra de dos años por falsedad de documento mercantil- y ninguna de las dos supera los dos años y cuatro meses que obligan al encarcelamiento.

El "caso Filesa", sobre financiación irregular del PSOE a través de una trama de empresas, estalló hace más de seis años, cuando los socialistas estaban en el Gobierno en España, pero la causa no llegó a juicio hasta septiembre.

En su sentencia, notificada hoy, el Supremo condenó a ocho de los once acusados en la causa, entre ellos Sala y el ex diputado socialista Carlos Navarro.

Contra este último, el tribunal dictó una pena de once años de cárcel por asociación ilícita, dos delitos de falsedad continuada en documento mercantil y un delito contra la Hacienda Pública.

Tras conocerse la sentencia, el secretario general del PSOE, Joaquín Almunia, afirmó que su partido acata la decisión judicial aunque calificó de "desproporcionadas" las penas dictadas.

Por su parte, el vicepresidente primero del Gobierno, Francisco Alvarez Cascos, pidió a los socialistas "la explicación política que no dieron en su momento" respecto a este asunto. EFE
NAL/EB/GTP

10/28/20-53/97

01-04

9714244

Sentencia arruinó cumpleaños de líder del PSOE

MADRID, 28 (EFE).— Los dirigentes socialistas fueron sorprendidos por la sentencia mientras celebraban el 91 cumpleaños de su presidente, Ramón Rubial.

El líder del PSOE, Joaquín Almunia, afirmó que su partido acata la sentencia del caso Filesa pero cree "desproporcionadas" las penas dictadas.

En rueda de prensa en la sede del Partido Socialista Obrero Español, Almunia criticó "la anormal instrucción y desarrollo del proceso", que, en su opinión, "ha permitido mantener viva durante demasiados años una línea de crítica al PSOE".

Según el secretario general socialista, esto "se ha utilizado como arma para hacer daño a la imagen y al honor del partido, con independencia de la realidad de los hechos". El dirigente socialista José María Sala anunció que dimitirá de sus cargos como senador y diputado del parlamento regional de Cataluña.

La sentencia ha causado "sorpresa y conmoción" en el Partido Socialista Catalán (PSC), ya que no se esperaba una pena tan elevada, según han reconocido fuentes de la rama catalana del PSOE cuyos dirigentes se reunieron con el primer secretario, Narcís Serra, y con el propio Sala.

Desde el Gobierno, el vicepresidente primero, Francisco Alvarez Cascos, dijo que ahora los responsables socialistas tienen que dar "la explicación política que no dieron en su momento".

Alvarez Cascos prefirió no valorar la sentencia judicial, aunque señaló que "los que han ido construyendo la doctrina en virtud de la cual no había responsabilidades políticas si, previamente, no se habían deslindado las responsabilidades penales, son los que en este momento deben dar una explicación".

El portavoz del grupo popular, Luis de Grandes, consideró que la sentencia prueba la existencia de la financiación ilegal del PSOE y que "se trata de un juicio a un comportamiento colectivo", mientras que para el presidente de la Xunta (Gobierno regional) de Galicia, Manuel Fraga, también del Partido Popular, es un "caso claro y patente de que hubo quien utilizó las ventajas del poder".

El líder de la coalición procomunista Izquierda Unida (IU), Julio Anguita, estimó que la sentencia resuelve que el PSOE, a cuyos más altos cargos echó de menos entre los condenados, se benefició de una "extorsión" para financiarse

02

9714244

Culminó el juicio por el caso Filesa

Duras condenas para dirigentes del PSOE

Ocho fueron hallados culpables de crear empresas para financiar las campañas electorales del partido de Felipe González

MADRID, 28 (EFE).- El caso Filesa, uno de los mayores escándalos surgidos durante el mandato de los socialistas en España, culminó hoy al considerar el Tribunal Supremo que se financió irregularmente al Partido Socialista Obrero Español (PSOE) y fueron condenados ocho de los once acusados en la causa, entre ellos un senador y un ex diputado pertenecientes al partido.

Más de seis años después de que un contable de operaciones financieras, el chileno Carlos van Schowen, denunció el caso, el tribunal determinó hoy que los socialistas condenados constituyeron en 1987 un conglomerado de sociedades anónimas "cuyo fin primordial era la creación de fondos económicos necesarios para hacer frente a los gastos del PSOE originados por las campañas electorales".

Los condenados

El Tribunal Supremo dictó las condenas: tres años de prisión para el senador José María Sala y once para el ex diputado Carlos Navarro, ambos del PSOE.

En su sentencia, de 104 páginas, el Tribunal Supremo condenó asimismo a Sala a seis años de inhabilitación y le impuso una multa de aproximadamente 2300 dólares.

Las penas fueron resueltas por los delitos de falsedad en documento mercantil y asociación ilícita.

Navarro resultó condenado a once años de prisión y seis de inhabilitación.

Además, se dispuso aplicarle una multa de casi 1,7 millón de dólares por asociación ilícita, por dos delitos de falsedad continuada en documento mercantil y por un delito contra la Hacienda Pública.

Multa e inhabilitación

El Tribunal Supremo impuso a los ex responsables del entramado de Filesa -mediante el cual se financió irregularmente al PSOE- Luis Oliveró y Alberto Flores sendas penas de diez años de cárcel, seis de inhabilitación y una multa de 1,7 millón de dólares por los mismos delitos imputados a Carlos Navarro.

La ex coordinadora de las finanzas del partido socialista Aída Alvarez y Miguel Molledo, consejero delegado de la empresa Distribuidora Express, fueron condenados a dos años, cuatro meses y un día de prisión.

También, al pago de una multa de aproximadamente 700.dólares cada uno por falsedad continuada en un documento mercantil.

Por último, Juan Antonio Molina Vivas, ex presidente de la empresa Enasa, y Eugenio Marín García, ex director general de Cepsa, fueron sentenciados a seis meses de cárcel por apropiación indebida con especial gravedad.

Posible apelación

Fuentes del Tribunal Supremo explicaron que con estas penas tendrían que ingresar en prisión Navarro, Oliveró, Flores, Aída Alvarez y Molledo, pero aclararon que el trámite preceptivo supone que el ingreso no sea inmediato, ya que tienen la posibilidad de apelar a la sentencia dada a conocer hoy.

El Tribunal Supremo absolvió a otros tres acusados: el presidente y el vicepresidente de la empresa Elsan, Luis Sánchez Marcos y Francisco Javier Iglesias, respectivamente, y al ex responsable de la empresa ABB Julio Calleja.

La sentencia pronunciada hoy por el Tribunal Supremo es la primera que se dicta en España en un caso relevante de financiación irregular de partidos políticos.

En esta ocasión, además, se trata de un partido que estaba en el poder cuando ocurrieron los hechos ahora juzgados.

Supuesto asesoramiento

Todo empezó a principios de esta década, con la denuncia del contable Carlos van Showen.

Dos diarios españoles -El Periódico y El Mundo- publicaron el 29 de mayo de 1991 que tres sociedades controladas por personas próximas al PSOE -los grupos empresariales Filesa, Malesa y Time Export- habían recibido importantes sumas de dinero de grandes bancos y empresas por tareas de asesoramiento que nunca se concretaron.

Según la denuncia presentada por el constructor Christian Jiménez, basada en las afirmaciones de Van Showen, estos pagos se utilizaron posteriormente para la financiación del PSOE.

Comenzó entonces el largo recorrido judicial del caso Filesa, que, entre incidentes, informes y la derrota electoral de los socialistas, envueltos en escándalos de corrupción, llegó por fin, en marzo de 1996, a juicio ante el Tribunal Supremo, la máxima autoridad judicial del país.

Escrito anulado

En diciembre de 1996, la Sala Segunda del Tribunal Supremo abrió juicio contra 26 imputados, pero siete meses después, anulado un escrito de acusación del Partido Popular (PP) -en el gobierno-, rebajó el número de acusados, excluyendo del banquillo al ex responsable económico del PSOE Guillermo Galeote.

Finalmente, el 3 de septiembre de 1997 comenzaron a declarar los acusados, que negaron los delitos que se les imputaban.

Testigos de peso

En este juicio, que duró un mes, compareció en calidad de testigo el ex presidente del gobierno socialista Felipe González, en su condición de secretario general del PSOE en los años en que se produjo la supuesta financiación ilegal de su partido (1987-1991).

También declaró como testigo el ex vicepresidente del Ejecutivo Alfonso Guerra, pero, al igual que González, negó que hubiera tenido conocimiento de la creación y las operaciones del grupo empresarial Filesa.

Una disculpa pedida a toda España

Por Rolando Rivière
(Corresponsal en España)

MADRID, 28.- Todavía, hasta que se pronuncie el Tribunal Constitucional al que han recurrido, no se harán efectivas las penas dispuestas por el Tribunal Supremo contra ocho de los once imputados por el llamado caso Filesa.

Entre los inculpados están el senador Jusep María Sala, del Partido Socialista de Cataluña, y el ex diputado Carlos Navarro. Aunque el senador no vaya a la cárcel, suponemos que abandonará su banca en el Senado.

En la edición de LA NACION del 23 de septiembre registrábamos las declaraciones de Felipe González y de Alfonso Guerra, presidente y vicepresidente del gobierno, respectivamente, al momento de nacer Filesa, ante el tribunal.

Coincidieron en ignorar el entramado de las empresas creadas para costear los gastos de propaganda de su partido.

Felipe no negó la existencia de la presunta financiación, más bien advirtió que no le constaba. Añadió que se había enterado por la prensa. Sin embargo, ya se sabe que a la prensa el poder no le da ni crédito ni aprecio.

Las cien páginas que contienen la condena señalan que a mediados de 1987 "se inició un conglomerado de sociedades cuyo fin primordial era la creación de fondos económicos necesarios para hacer frente a los gastos generales del PSOE para las elecciones europeas".

Excusas ante todos

La reacción del partido ante la noticia llegó por la tarde.

Mientras se conocía la condena, el PSOE celebraba el 91° cumpleaños de su presidente honorario, Ramón Rubial, uno de esos dirigentes históricos, que se afilió al partido en 1923, padeció la cárcel y estará al menos estupefacto por la trayectoria de los presuntos herederos de Pablo Iglesias.

En la sede de los socialistas, en la calle Ferraz, Joaquín Almunia, su actual secretario general, leyó un comunicado: "La ejecutiva federal del Partido Socialista quiere pedir excusas a todos los ciudadanos y en especial a los militantes y votantes socialistas que con esta sentencia puedan ver lesionada su confianza en un partido que siempre ha querido y sigue queriendo hacer de la honradez en la gestión de los intereses públicos una de sus señas de identidad.

"El hecho de que la financiación de los partidos no haya sido siempre transparente -prosigue- no nos disculpa. Y, consecuentemente, reafirmamos de nuevo ante los ciudadanos el compromiso personal y político de todos los miembros de la dirección del PSOE para evitar en el futuro hechos que pongan en peligro esa confianza."

El documento intenta explicar que no ha admitido que esos hechos hubiesen alguna vez ocurrido.

Uno de los condenados, Eugenio Marín, deberá indemnizar a los accionistas de la empresa petrolera Cepsa por más de un millón y medio de dólares.

Por su parte, el ex diputado Carlos Navarro, Luis Olivero y Alberto Flores tendrán que hacer otro tanto con una cifra similar por "delito contra la Hacienda Pública" de manera solitaria o mancomunada.

Ello gracias a que Filesa, entidad fantasma, cobraba a varias empresas por informaciones que nunca suministró o, llegado el caso de hacerlo, lo hacía en forma errónea.

Entre los ocho acusados está Aída Alvarez, ex coordinadora de finanzas del PSOE cuando Guillermo Galeote era el tesorero. Alvarez era propietaria de Distribuidora Express, empresa que integraba el grupo Filesa.

La nada tácita admisión de culpas por parte de Almunia, que hace poco mandó a callar a Felipe, revela que esta sentencia, sea cual fuere su futuro en el Tribunal Constitucional, calará hondo en ciertos políticos que creen en la impunidad como una condición añadida a su carácter representativo.

9714244

XH9840

U POXBT 10-29 00258
exg icx mun

ESPAÑA-FILESA
BARRERO: SENTENCIA FILESA DEMUESTRA JUSTICIA ESPAÑA DECIDE

Caracas, 28 oct (EFE).- El presidente del Senado español, Juan Ignacio Barrero, afirmó hoy en Caracas, que la sentencia del "caso Filesa" sobre financiación irregular al PSOE demuestra que en España la justicia decide.

"Es una sentencia importante. Lo primero que quiero expresar, naturalmente, es el respeto a una decisión judicial. No podía ser de otra manera", señaló Barrero, del Partido Popular, en rueda de prensa.

El Tribunal Supremo condenó hoy a los responsable socialistas José María Sala y Carlos Navarro a tres y once años de cárcel, respectivamente, por su implicación en el "caso Filesa", en el que se ha investigado la presunta financiación irregular del Partido Socialista Obrero Español (PSOE) cuando estaba en el poder.

Barrero, que encabeza una misión del Senado español que visita Venezuela, añadió que la sentencia del caso Filesa "va a ayudar a que la credibilidad española aumente a partir de este momento".

"La sentencia es necesaria para la propia justicia. Se demuestra que la justicia en España es cierta. Que puede ser lenta, que puede tomar tiempo dictar una resolución -a veces por problemas técnicos y de personal-, pero que al final la justicia decide", puntualizó el presidente del senado.

"Tenemos que respetar esa decisión, en la que al final, un tribunal imparcial ha decidido", concluyó Barrero.

En el caso Filesa se investigó la creación y operaciones del grupo empresarial del mismo nombre, a través del cual, supuestamente, se efectuaban las operaciones encubiertas para financiar los gastos electorales del PSOE. EFE
MM/GTP

10/29/01-31/97

04-04

9714244

Nº. DOCUMENTO 9714245
TITULO FRANCIA: PRESUPUESTO DE LA SEGURIDAD SOCIAL
578593
24098
11816 11164
6<963 11161
11332
11327
11831

01-03 9714245

DF8006

U ECOBT 10-28 00650
mun exg icx

FRANCIA-PRESUPUESTO (Previsión)
SEGURIDAD SOCIAL DIVIDE GOBIERNO Y DESATA IRAS OPOSICION

París, 28 oct (EFE).- El debate parlamentario del plan presupuestario de la Seguridad Social para 1998 enfrenta al Ejecutivo con la oposición conservadora y amenaza con romper la cohesión de la coalición gubernamental de izquierdas encabezada por el socialista Lionel Jospin.

Los acalorados debates sobre el proyecto de financiación continuaron hoy, martes, en la Asamblea Nacional (Cámara de Diputados), tras la intensa jornada del lunes, en la que el Gobierno quedó atrapado durante horas entre fuegos cruzados de críticas, las de la oposición conservadora y las de sus aliados comunistas.

La ministra de Empleo y Solidaridad, la socialista Martine Aubry, se quedó prácticamente sola en su defensa del "plan Jospin" para el "enderezamiento" de la Seguridad Social en 1998.

Los puntos del proyecto que más controversias han desatado son los que prevén una reforma de la política familiar que tendrá en cuenta los recursos de las familias para la concesión de subsidios y una drástica reducción de las ayudas para el cuidado de los niños a domicilio.

La reforma también incluye la imposición de los ingresos procedentes del ahorro y el traspaso de las cotizaciones para seguro de enfermedad de los asalariados a la "Contribución Social Generalizada" (CSG), impuesto creado en 1990 y que se aplica a todos los ingresos, con excepción de los sociales.

La reforma de la política familiar trazada por los socialistas supone una aproximación al sistema asistencial practicado en los países sureños de la Unión Europea (España, Italia y Grecia), ya que entraña una reducción de los gastos sociales y tiene en cuenta los recursos familiares a la hora de conceder ayudas, por lo que da prioridad a los sectores más desfavorecidos.

Puesta en práctica en 1945 para levantar a un país desgarrado por la última gran guerra, la política familiar se distinguía hasta ahora en Europa por una voluntad igualitarista, universal y natalista, ya que ofrecía subsidios independientemente de la renta familiar, según recuerda hoy el diario "Liberation".

Según Aubry, su restrictivo plan presupuestario se ve obligado a subsanar los "errores heredados de la derecha", por lo que prevé una reducción de dos tercios del déficit del "régimen general", es decir, lograr que el déficit de 33.000 millones de francos (5.700 millones de dólares) previsto para 1998 sea de 12.000 millones de francos (2.000 millones de dólares).

A juicio de la "superministra" -cuyas iniciativas reformistas en el campo laboral levantan fuertes polémicas tanto en Francia como en el resto de la Unión Europea (UE)-, el recorte de las prestaciones sociales debe hacerse a costa de "la supresión de las ventajas desproporcionadas acordadas para algunos y reorientar las ayudas hacia los más modestos".

Se trata de "garantizar la seguridad social y sanitaria a todos los franceses sobre la base de la justicia", subrayó Aubry.

Bruno Bourg-Broc, diputado del opositor partido neogaullista Agrupación por la República (RPR), apuntó que el plan "se contradice con la Ley Fundamental, ya que impone una

discriminación entre las familias" y barajó la posibilidad de recurrir al Tribunal Constitucional.

De acuerdo con esta facción, el proyecto de reforma familiar conllevará la desaparición de 20.000 empleos en el sector de la asistencia familiar.

Numerosos legisladores de la también opositora coalición centroliberal Unión para la Democracia Francesa (que engloba el Partido Radical, la Democracia Liberal y Fuerza Democrática) se expresaron en términos muy similares.

En opinión de Alain Boquet, presidente del grupo comunista en la Asamblea, el principio de traspaso de las cotizaciones para seguro de enfermedad a la CSG supone "fiscalizar la seguridad social".

Los diputados, que continuarán mañana, miércoles, el debate del proyecto, deberán votar el próximo 4 de noviembre. La oposición se pronunciará en contra y los comunistas optarán por la abstención o el voto negativo al polémico plan elaborado por sus actuales aliados en el Ejecutivo (intregrado por socialistas, comunistas y verdes). EFE

MCR/AJ/pz/jff

10/28/12-08/97

03-03

9714245

TITULO
DOCUMENTO 9714246
PROCEDENCIA
LO FRANCIA: HUELGA DE CAMIONEROS
FECHA DE
PROCEDENCIA 18593
VINCU
FECHA DE PROCEDENCIA 31.09.1
VINCULACIONES 11676 11103
6.963 11202
11413 11164
XB8258
U ECOBT 10-31 00591
mun

FRANCIA-CAMIONEROS
DIALOGO CONTRARRELOJ MIENTRAS AVANZA CUENTA ATRAS PARA HUELGA

París, 31 oct EFE).- Sindicatos y patronal del sector de transportes reanudaron hoy, viernes, un difícil diálogo que puede prolongarse toda la noche, mientras avanza la cuenta atrás para la acción indefinida de bloqueo de las carreteras con la que amenazan los camioneros franceses a partir del domingo.

La reunión de hoy, que comenzó hacia las 17.30 hora local (16.30 GMT) en el ministerio de Transportes, es decisiva y todo apunta a que será la última ronda de negociación a tenor de las palabras de la UFT, la principal organización patronal del gremio, que advirtió de que esta noche presentará "la última propuesta".

Desde que comenzó el diálogo, se han celebrado cuatro reuniones en las que, al cabo de treinta horas, se sigue sin llegar a un acuerdo.

El tenso ambiente que prevalece entre los bandos y las escasas posibilidades de que logren un acuerdo llevó al ministro de Transportes, el comunista Jean-Claude Gayssot, a irrumpir en la reunión para llamar a sindicatos y empresarios a alcanzar una tregua que conduzca a la desconvocatoria de la huelga.

Gayssot ofreció a las partes la presentación en breve de un proyecto de ley encaminado a "introducir una mejor autoregulación" de la profesión de los transportes por carretera y les instó a "hacer prueba de buena voluntad para no paralizar el país".

La UFT dio anoche un portazo al abandonar bruscamente la mesa de negociaciones por considerar que los sindicatos insultaban a la patronal, lo que obligó al ministerio de Transportes a presionar sobre las partes para que hoy retornaran a la mesa negociadora.

"Nuestras propuestas constituyen un esfuerzo considerable, ya que conllevan un alza salarial de un 21,5 por ciento (escalonada) en un período de tres años", subrayó un representante de la UFT.

El último incremento salarial propuesto por la patronal comporta 120.000 francos anuales garantizados para 200 horas mensuales, a más tardar el 31 de diciembre del año 2000, para la categoría más alta de conductores de camiones.

Las mejoras afectan sobre todo el alza prevista para los conductores de camiones de larga distancia, que podría ser de un 5 por ciento desde el próximo 1 de noviembre.

"Estamos dispuestos a dialogar hasta el final. Es necesario evitar un conflicto que será nefasto y muy duro para todo el país", declaró Jean-Louis Amato, representante de la pequeña federación patronal UNOSTRA.

Sin embargo, la última oferta empresarial puesta sobre la mesa no fue muy bien acogida por algunos líderes sindicales, como Jean-Pierre Prou, portavoz del sindicato Confederación General de Trabajo (CGT), quien indicó que "los empresarios negocian para que haya una huelga e intentan con sus propuestas que Francia quede paralizada a partir del domingo".

Los sindicatos siguen reclamando el establecimiento de un tope de la jornada laboral, lo que sólo puede lograrse, según ellos, mediante una transparencia de la remuneración y una reducción del tiempo de trabajo.

Al mismo tiempo, exigen que el incremento salarial sea del 7 por ciento de forma inmediata.

01-03

De llevarse finalmente a cabo, la huelga del próximo domingo tendría lugar un año después de que los camioneros de Francia bloqueasen las carreteras durante doce días, lo que supuso la paralización del país.

El conflicto, que debería inmovilizar en primer lugar el tráfico de camiones, amenaza con afectar, al igual que el pasado año, no sólo la actividad económica en Francia, sino también la de numerosos países europeos.

Muchos franceses, ante el temor de la huelga, han comenzado a acaparar carburante hasta el punto de que numerosas gasolineras, sobre todo en la región de Marsella (sureste de Francia) han agotado sus reservas. EFE

MCR/AJ/GCF/M

10/31/19-52/97

9714246

XB8256

DP8339

U POXBT 10-31 00359
icx mun exg

FRANCIA-TRANSPORTES
PATRONAL Y SINDICATOS APLAZAN NEGOCIACION PARA EVITAR HUELGA

París, 31 oct (EFE).- Los delegados de la patronal y de los sindicatos de camioneros franceses reanudarán en la mañana de hoy las negociaciones para tratar de evitar la huelga convocada para el próximo domingo por los conductores de camión.

Según un comunicado de prensa del ministerio francés de Transportes, los contactos quedaron interrumpidos en la madrugada del viernes después de una larga sesión negociadora, tras la decisión de la UFT, principal patronal del transporte por carretera, de abandonar temporalmente la mesa de negociación.

La UFT puso fin a tres horas de discusión en el citado ministerio para protestar, según sus representantes, contra "los insultos intolerables" que han recibido por parte de los sindicatos.

Los camioneros, que reclaman un aumento salarial y una mejora de sus condiciones laborales, ya se han preparado para llevar a cabo la huelga y para bloquear los puntos neurálgicos del país con sus vehículos, tras el fracaso de las anteriores reuniones.

Los sindicatos han llegado a un acuerdo para reclamar un aumento salarial progresivamente, con un 5 por ciento en enero de 1998, un 3,5 por ciento en 1999 y un 4,5 por ciento en el año 2000, y rechazan la restructuración de sus horarios.

Por su parte, la patronal se declara dispuesta a un aumento salarial moderado, pero reclama en contrapartida más flexibilidad sobre el horario laboral de los camioneros para ajustarse más a las necesidades de las empresas.

El bloqueo de las negociaciones ha suscitado gran preocupación en Francia, donde muchos automovilistas se han precipitado en los últimos días a las estaciones de servicio para aprovisionarse de combustible, por temor a una escasez de carburante en caso de una eventual huelga.

En una huelga similar convocada en noviembre del año pasado, que se prolongó durante varios dias, los camioneros bloquearon la red viaria y causaron grandes pérdidas económicas a numerosos sectores industriales y agrícolas europeos.

La Comisión Europea y los países vecinos ya han pedido a las autoridades francesas que, en caso de huelga, faciliten el tránsito de camiones extranjeros para evitar un colapso del transporte de mercancías en buena parte de Europa. EFE
XB/AI/FP/JMA

10/31/02-14/97

03. 03

9714246

Nº. DOCUMENTO 9714247
TITULO FRANCIA: FUGA DE EMPRESARIOS A GRAN BRETAÑA
PROCEDE 150027
061097
11876
65963
30529
11161
91981
11017

Previsible: huyen del avance del sindicalismo y buscan más libertad

Fuga de empresarios franceses a Gran Bretaña por altos costos

París - Quizás una de las diferencias más evidentes entre la «vieja» y la «nueva» izquierda europeas pueda encontrarse en el contraste del trato a los empresarios por parte del gobierno socialista francés de Lionel Jospin y el avasallante «nuevo laborismo» del británico Tony Blair. Las vacilaciones y la reticencia de Jospin para definir medidas económicas que atraigan al capital están haciendo que muchos hombres de negocios crucen el Canal de la Mancha en busca de las mejores oportunidades que les ofrece la legislación británica.

Escribe
Aline de Coantré
Especial de
EUROPE WORLD REPORT
para AmbitoFinanciero

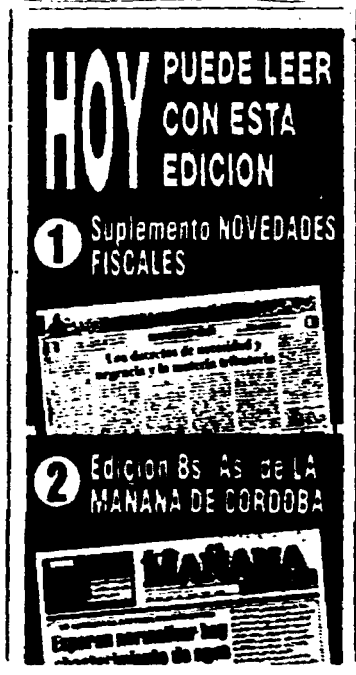
El malestar de los empresarios con los socialistas, manifestado en un encuentro mantenido en la ciudad británica de Ashford -una de las paradas del famoso eurotúnel que une a Francia y el Reino Unido- puede atribuirse a la supuesta falta de voluntad de Jospin para volver más atractivas las inversiones de riesgo en Francia, reveló la revista norteamericana «Businessweelo».

El pasado 22 de setiembre la asociación empresaria Growth Plus presentó al gobierno francés 25 propuestas que incluyen desde la eliminación de las cargas sociales para algunos casos hasta la reducción impositiva para empresas con menos de 10 empleados. Pero las iniciativas fueron desoídas y, según la revista, la fuga de cerebros empresarios se acentuará si París sigue ignorando la voz de sus inversores.

Lionel Jospin

Las medidas adoptadas o anunciadas por el gobierno socialista están acentuando esa tendencia. Desde que asumió el poder, Jospin subió de 36,6 por ciento a 41,6 por ciento la carga fiscal a las empresas con una facturación superior a 8 millones de dólares anuales, y los empresarios temen que detenga la privatización del sistema jubilatorio, que según algunos analistas puede terminar quebrándose para el año 2005.

Cont. en pág. 31



01-02

9714247

En Francia los empresarios huyen

Viene de Contratapa

Para comprender la naturaleza de las críticas basta con citar el ejemplo de **Oliver Cadic**, el empresario que convocó al cónclave de Ashford. Después de 14 años dirigiendo una empresa de productos electrónicos creada por él mismo, Cadic calculó cuál sería su situación financiera bajo las leyes británicas y llegó a la conclusión de que la ganancia líquida lograda por su compañía InfoElec en 1995, de 80.000 millones de dólares, habría sido de 300.000 millones si estuviese instalado en las tierras de la reina Isabel y el príncipe Carlos.

Esto lo impulsó a mudarse el 18 de setiembre del año pasado e inaugurar una asociación llamada «Francia Libre... Para Hacer Negocios» (FLPHN), a través de la cual estimuló a otros empresarios a que sigan su ejemplo. El encuentro de Ashford sirvió para celebrar el primer cumpleaños de FLPHN y superó incluso las expectativas del anfitrión. Los empresarios reunidos en Gran Bretaña no sólo se manifestaron en contra de los altos impuestos, la rígida legislación laboral y los perjuicios que provoca a los negocios una burocracia como la francesa; también están cansados de ser tratados como los culpables de todos los males de la sociedad.

«Vivimos en un sistema marxista», exclama **Jean-Pierre Letouzet**, presidente de la empresa de sistemas de ingeniería RGA Systemes. «Francia jamás fue capitalista. No estamos preparados para la globalización y estamos naufragando», coincide **Jean-Noel Mermet**, gerente de Frenger, una consultora para empresas francesas instaladas en Londres. Mermet se mudó a Gran Bretaña hace 14 años, y ni siquiera considera volver a su patria.

Los consejos de Frenger parecen tener buena recepción. Durante el primer semestre de este año el número de solicitudes de información aumentó a 120, por lo que la consultora está adaptando sus servicios para atender también los requerimientos de las PyMEs. Mermet amenaza:

«Es apenas el comienzo, porque cada vez más personas descubrirán que no pueden hacer negocios en un clima hostil». Y las ciudades británicas no están dispuestas a desaprovechar las eventuales oportunidades que puedan presentárseles.

Franck Feret, propietario de un servicio de ambulancias en Francia con 80 empleados, aprendió en Ashford que podría reducir sus costos 15 por ciento contratando personal en Gran Bretaña. Allí los empleadores gastan 10,2 por ciento de los salarios en cargas sociales, mientras que en Francia 46 por ciento de los sueldos encuentra el mismo destino.

Aeropuertos

Viene de pág. 20

El Presidente me encargó una evaluación de ese estudio. Completé éste en el segundo semestre de ese año y elevé mi informe al Presidente hacia fines del mismo. Ni el estudio ni mi evaluación le costaron un solo centavo al contribuyente. Entretanto gastamos millones de dólares en consultoras externas, que no han llegado a formular ninguna recomendación o propuesta definida acerca de la solución del problema.

La propuesta anteriormente esbozada nos permitirá contar con un aeropuerto de primera clase, como cabecera del país y terminal del Mercosur. No debemos perder la oportunidad. La «era de la aviación» está en plena marcha. La infraestructura aeroportuaria para participar en ella está retrasada. Corremos el riesgo de no poder aprovechar el extraordinario progreso de la actividad aérea que se avecina, manteniéndonos así en un oscuro segundo plano en cuanto al desarrollo aeronáutico.

02-02

9714247

Nº. DOCUMENTO 9714248

TITULO FRANCIA: EL PTE CHIRAC VISITA RUSIA

PROCE... 518193

FE... 301097

VI... 11876

05963

301294

11148

11399

01-02

9714248

FB2450

U POXBT 10-30 00633
exg mun icx

RUSIA-FRANCIA (Previsión)
COOPERACION ECONOMICA Y COMERCIAL CENTRA VISITA JOSPIN

Por Miguel Bas

Moscú, 30 oct (EFE).- Desarrollar la cooperación económica y comercial de Rusia y Francia es el objetivo prioritario de la visita que inicia hoy, jueves, a Rusia el primer ministro francés, Lionel Jospin.

En la primera visita que realiza fuera de la Unión Europea (UE), Jospin tiene previsto entrevistarse con su colega ruso, Viktor Chernomirdin, y con el presidente Boris Yeltsin.

Una de las principales actividades de su estancia en Moscú será la tercera sesión de la comisión intergubernamental ruso-francesa para la cooperación económica y tecnológica de primeros ministros, creada hace dos años.

Valeri Nesterushkin, portavoz del ministerio de Asuntos Exteriores de Rusia, subrayó que la agenda de las negociaciones ruso-francesas incluye cuestiones referentes al "desarrollo de la cooperación privilegiada entre ambos países", así como medidas para "dar un nuevo impulso a todo el conjunto de relaciones bilaterales".

El diplomático ruso informó de que las partes se proponen estudiar las posibilidades para "duplicar en los próximos años el volumen del intercambio comercial", y "concederán especial atención" a la ampliación de la colaboración en esferas tales como la construcción aeronáutica, las investigaciones espaciales, la energía nuclear, el complejo agropecuario, la medicina y otras".

Como resultado, durante la visita de Jospin se prevé firmarvarios acu
Este año se calcula que el comercio ruso-francés será de 3.200

Este año se calcula que el comercio ruso-francés será de 3.200 millones de dólares, en comparación con los 2.860 millones del año pasado.

Mijaíl Fradkov, ministro de Relaciones Económicas Exteriores de Rusia, declaró hoy a la agencia Interfax que este año las exportaciones rusas a Francia alcanzarán los 1.760 millones dólares y las importaciones los 1.450 millones de dólares.

El ministro indicó que la demanda estable de productos rusos permite pronosticar un crecimiento de las exportaciones, al tiempo que Moscú está interesada en "ampliar la exportación de maquinaria, equipos y productos acabados, y no sólo de materias primas".

El crecimiento de las importaciones desde Francia, sobre todo de equipos industriales, está relacionado directamente con la eficacia de las dos nuevas líneas de crédito que París concedió a Rusia por un valor total de casi 800 millones de dólares.

A cuenta de la primera de ellas, de cerca de 300 millones de dólares, el Gobierno de Rusia decidió financiar la construcción de instalaciones para el suministro de agua potable a la capital rusa.

Los fondos también se emplearán para el desarrollo del sistema de telecomunicaciones, la producción de medicamentos y componentes de alimentos infantiles, así como para la compra de motores "Renault" para la fábrica de automóviles moscovita que produce los turismos "Aleko".

La segunda línea de crédito, de unos 500 millones de dólares, está destinada a la financiación de proyectos en la industria petrolera.

La parte francesa expresó especial interés por la construcción de un segundo terminal en el puerto de Novorossiysk (a orillas del mar Negro), con una capacidad para quince millones de toneladas de crudo al año, y por la reconstrucción de la refinería de Novoufimsk, en la república rusa de Bashkiria.

El volumen total de las inversiones francesas en la economía rusa se valora actualmente en unos 310 millones de dólares.

En Rusia funcionan unas 600 empresas mixtas con un capital total de 500 millones de dólares.

Por su parte, las empresas rusas fundaron en Francia más de 20 sociedades anónimas mixtas, con un capital de 260 millones de dólares.

Durante la visita de Jospin, la parte rusa insistirá también en la "influencia favorable" que tendrá para los vínculos económicos bilaterales el ingreso de Rusia en la Organización Mundial del Comercio (OMC), la realización del acuerdo de cooperación entre Rusia y la Unión Europea (UE), y el levantamiento de las actuales restricciones para las exportaciones rusas a los países de la UE. EFE

mb/mar/ik

10/30/13-20/97

02-02

9714248

Nº DOCUMENTO 9714249
TITULO IRLANDA: ELECCIONES Y SITUACION POLITICA
PROCEDENCIA 100090
FECHA DE [illegible] 311091
VINCULACIONES 11876 80052 11202
66196 11164
11437 11426

TD9275
R FOXBT 10-06 00403
exg mun

IRLANDA-GOBIERNO
GOBIERNO IRLANDES ANTE GRAVE CRISIS POR ESCANDALO

Dublín, 6 oct (EFE).- El primer ministro irlandés, Bertie Ahern, se entrevistará hoy, lunes, con la viceprimer ministra y líder del Partido Demócrata Progresista (DP), Mary Harney, para intentar superar la crisis gubernamental por los escándalos en torno al titular de Asuntos Exteriores, Ray Burke.

La crisis se debe al descubrimiento de irregularidades en la emisión de once pasaportes irlandeses al árabe Kalid bin Mahfouz, a cambio de una promesa para que éste invirtiera cien millones de dólares en Irlanda en 1990, cuando Burke -del Partido Fianna Fail- era ministro de Justicia.

Esto afecta a la estabilidad del Gobierno ya que Bertie Ahern, líder del Fianna Fail (FF), no había informado a Harney de la situación, teniendo en cuenta que la líder del DP había expresado -desde el comienzo hace unos meses de las negociaciones para formar Gobierno con el FF- la necesidad de que existiera mutua confianza.

Harney, que declaró que la coalición entre su partido y el FF sólo podía funcionar "si se basaba en la mutua confianza", constantemente recalcó durante el proceso de las negociaciones entre los dos partidos que el "pilar de este Gobierno de coalición se basaba en la plena confianza que ambos líderes se profesaban".

Durante la reunión de hoy, los dos dirigentes intentarán recobrar la confianza de su Gobierno y decidirán el futuro de Burke, que no sólo se enfrenta al descubrimiento de los"pasaportes por dinero" s libras (unos 48.000 dólares) como donativo político.
libras (unos 48.000 dólares) como donativo político.

Los líderes de los partidos políticos unionistas de Irlanda del Norte se niegan a negociar con Burke por lo menos "hasta que su buen nombre sea restablecido" e incluso fuentes próximas al partido nacionalista Social Demócrata y Laborista del Ulster (SDLP) han expresado su temor ante la posibilidad de que el ministro de Asuntos Exteriores no pueda concentrarse debidamente en las negociaciones del proceso de paz en Irlanda del Norte.

Para salvar la credibilidad y la estabilidad del Gobierno de coalición que únicamente cuenta con cuatro meses de vida, los observadores afirman que Ahern se tiene que deshacer de su ministro de Asuntos Exteriores, y que es sólo una cuestión de cuándo lo va a hacer, más que una posibilidad.

El primer ministro irlandés declaró hoy a la prensa que varias investigaciones están en marcha en este momento y que prefiere no hacer ningún comentario por ahora aunque no descarta la posibilidad de emitir un comunicado cuando concluyan. EFE
PS/vg/ah/mlr

10/06/13-37/97

9714249.

01-13

TD9326

U POXBT 10-07 00362
mun exg icx

IRLANDA-CRISIS (Aampliación)
DIMITE MINISTRO EXTERIORES POR ESCANDALO VENTA PASAPORTES

Dublín, 7 oct (EFE).- El ministro de Asuntos Exteriores irlandés, Ray Burke, dimitió hoy, martes, a consecuencia del escándalo sobre su implicación en la venta de pasaportes a un banquero árabe.

La figura de Burke había recibido igualmente un serio revés este fin de semana después de que el ministro admitiera que había recibido una donación de 30.000 libras (48.000 dólares) de un constructor de Dublín para su campaña política.

Burke, de 54 años y quien aseguró que ha sido objeto de una campaña difamatoria, anunció después de asistir a un funeral por su hermano Sean, fallecido la semana pasada, que renuncia también a su escaño en el Parlamento irlandés ("Dail").

Dublín anunció anoche que el ministro de Justicia, John O'Donoghue, sustituiría hoy al titular de Exteriores al frente de la delegación del Gobierno irlandés que asiste a la reanudación de las conversaciones de paz sobre el futuro de Irlanda del Norte, para que Burke asistiera al funeral por su hermano.

Los líderes de los partidos políticos unionistas de Irlanda del Norte se negaban a negociar con Burke por lo menos "hasta que su buen nombre se viera restablecido".

Incluso fuentes cercanas al Partido Socialdemócrata Laborista (SDLP, nacionalista moderado) del Ulster habían expresado su temor ante la posibilidad de que el ministro de Exteriores no pudiera concentrarse en las negociaciones del proceso de paz.

El fin de semana pasada el nombre de Burke se vio implicado en las irregularidades descubiertas en la emisión de once pasaportes irlandeses al árabe Kalid Nib Mahfouz, a cambio de una promesa de que éste invirtiera cien millones de dólares en Irlanda en 1990, cuando el ministro, del partido Fianna Fail, era titular de Justicia.

El escándalo en torno a Burke hizo que surgieran las dudas acerca de la estabilidad del Gobierno de coalición irlandés formado por el Fianna Fail del primer ministro Bertie Ahern y los Demócratas Progresistas, encabezados por Mary Harney.

El escándalo sobre Burke obligó ayer, lunes, a una reunión de ambos líderes, a cuyo término la líder demócrata progresista insistió en que no existen fisuras en la coalición y el Gobierno, que apenas lleva cuatro meses en el poder, está "intacto". EFE
mv/pgl

10/07/14-01/97

9714249

02

TD9424

R FOXBT 10-08 00624
mun

IRLANDA-GOBIERNO
AHERN NOMBRA A ANDREWS NUEVO MINISTRO DE ASUNTOS EXTERIORES

Dublín, 8 oct (EFE).- El hasta ahora ministro de Defensa irlandés, David Andrews, de 62 años de edad, será el nuevo titular de Asuntos Exteriores en sustitución de Ray Burke, quien dimitió el martes en relación con un escándalo sobre venta de pasaportes, anunció hoy, miércoles, el primer ministro, Bertie Ahern.

Andrews, del Fianna Fail, ya había ocupado entre 1992 y 1993 este cargo, clave dentro del Gobierno irlandés al encabezar la delegación de su país en el proceso de paz para Irlanda del Norte.

Precisamente ha sido la importancia de este cargo lo que ha llevado a Ahern a no dilatar el nombramiento de un nuevo ministro, debido al momento clave en el que se encuentran las conversaciones multipartitas de paz sobre el futuro del Ulster que se celebran en Belfast y cuya fase crucial comenzó ayer, martes.

El nuevo ministro de Asuntos Exteriores, con treinta años de experiencia parlamentaria, ya había encabezado la representación de su país en series previas de las conversaciones de paz en Belfast.

Para sustituir a Andrews en la cartera de Defensa ha sido designado Michael Smith, hasta ahora secretario de Estado de Ciencia y Tecnología, puesto que pasará a ser ocupado por Noel Tracy.

Al aceptar el cargo, Andrews rindió homenaje a su antecesor y criticó los "rumores" que habían obligado a dimitir a una persona con un "historial intachable" de más de veinte años al servicio del país.

Burke presentó ayer su dimisión tras las informaciones de los últimos días que le implicaban en las irregularidades descubiertas en la emisión de once pasaportes irlandeses al árabe Kalid Bin Mahfouz, a cambio de una promesa de que este empresario invirtiera cien millones de dólares en Irlanda en 1990, cuando el ministro, del partido Fianna Fail, era titular de Justicia.

Igualmente, la figura de Burke había sufrido un serio revés tras admitir que había recibido una donación de 30.000 libras irlandesas (48.000 dólares) de un constructor de Dublín para su campaña política hace ocho años.

El hasta ahora ministro de Asuntos Exteriores, uno de los hombres de confianza del jefe de Gobierno, indicó en un comunicado hecho público ayer que renunciaba también a su escaño como diputado en el Parlamento irlandés ("Dail").

Ello supone un fuerte contratiempo para Ahern, líder del partido Fianna Fail y cuyo Gobierno de coalición con los Demócratas Progresistas de Mary Harney se encuentra en minoría en el Parlamento.

Ahern se ve ahora en la necesidad de convocar unas elecciones parciales en la circunscripción electoral del norte de Dublín por la que Burke era diputado, en un momento en el que las encuestas indican que la oposición encabezada por el partido Fine Gael podría hacerse con la victoria.

Ello debilitaría las posibilidades de supervivencia del Gobierno en caso de una moción de censura en el "Dail", donde el Ejecutivo de Ahern, con sólo cuatro meses de antiguedad, se sostiene gracias al apoyo de cuatro independientes.

9714249

03

Esta perspectiva se hace aún más preocupante para el primer ministro si se consideran las divisiones que se registran dentro del Fianna Fail y que podrían haber precipitado la caída del propio Burke.

Las divisiones se hicieron evidentecon el nombramiento de la catedrática de Derecho norirlandesa Mary McAleese como la candidata del partido para las elecciones presidenciales del próximo día 30, designada en perjuicio del gran favorito, el ex primer ministro Albert Reynolds.

Según Sean Ryan, senador del Partido Laborista, "muchos creen que detrás de la crisis actual se encuentran los partidarios de Reynolds, que han distribuido material dañino a la prensa con afán de venganza".

Además de la candidatura de Andrews, se barajaba la posibilidad de los nombramientos como ministro de Asuntos Exteriores de la ministra de Empresas Públicas, Mary O'Rourke, el titular de Asuntos Sociales, Dermot Ahern, y el responsable de Sanidad, Brian Cowen. EFE

ps/mv/ah/mlr

10/08/16-54/97

9714249

XG9830

R POXBT 10-15 00526
icx exg mun

IRLANDA-CRISIS
PRIMER MINISTRO IRLANDES LUCHA POR MANTENER PARTIDO UNIDO

Por Paloma Santolaria

Dublín, 15 oct (EFE).- El primer ministro irlandés y líder del Fianna Fail, Bertie Ahern, ha tenido que invitar a integrarse en el Gobierno a diputados de esta formación partidarios de su rival Albert Reynolds, en un intento por cicatrizar viejas rencillas y presentar un frente unido ante el electorado.

Ahern lucha por mantener la unión del Fianna Fail a sólo 15 días para las elecciones presidenciales irlandesas y la candidata de este partido, Mary McAlesee, ha perdido tres puntos en la intención de voto, aunque sigue siendo clara favorita, según el sondeo publicado hoy, miércoles, por el diario "The Irish Times."

Tras la dimisión la semana pasada del ministro de Exteriores, Ray Burke, al verse envuelto en un escándalo relacionado con la venta de pasaportes a millonarios extranjeros, Ahern confió esa cartera a David Andrews, uno de los hombres de confianza de Albert Reynolds, a la sazón ex primer ministro.

Con la dimisión de Burke y su prematura retirada de la política, Ahern perdía a uno de sus más destacados colaboradores y se enfrentaba a viejos rivales en el seno del Fianna Fail.

El senador laborista Sean Ryan recogió recientemente ciertos rumores que circulan en el Parlamento, cuando afirmó que "muchos (en la cámara) piensan que la actual crisis se debe a la acción de los partidarios de Albert Reynolds, que han repartido un material dañino a la prensa en un afán de venganza."

Reynolds aspiraba a la candidatura del Fianna Fail a la Presidencia de la República de Irlanda, que no logró pese a la campaña de sus seguidores, cuyos esfuerzos no convencieron a los militantes del partido, que prefirieron apoyar a Mary McAlesee.

Asimismo, los observadores consideran que Ahern ha tenido que enfrentarse en los últimos días a dos golpes que, incluso por separado, podrían haberle despojado de la dirección del Fianna Fail y acabado con el actual Gobierno.

Ahern ha tenido que ganarse de nuevo la confianza de la líder de los Demócratas Progresistas, Mary Harney, con la que comparte el poder desde hace cuatro meses.

Tras varias reuniones con Ahern, Harney reafirmó "la solidez del gobierno de coalición" y la confianza entre los dos lideres, que, dijo, "es la base de las buenas relaciones entre los dos partidos y del buen funcionamiento de este Ejecutivo".

Pero tras resolver el problema de la confianza y lealtad entre ambos lideres, y de nombrar para la cartera de Exteriores a uno de los hombres fuertes de Reynolds, el primer ministro se enfrenta al enrarecido ambiente que se respira en los pasillos del Parlamento de Dublín.

Por el momento, Ahern ha solventado la crisis al entregar el ministerio de Exteriores a David Andrews y asignar a Michael Smith y Noel Tracey (todos partidarios de Reynolds) los Ministerios de Defensa y Ciencia y Tecnología, respectivamente.

El primer ministro, que empieza a ser conocido como "el zorro", es consciente de que la imagen de un partido dividido puede suponer el golpe de gracia que pondría fin a su incipiente carrera política, señalan los observadores.

05

9714249

Por ello, dicen los analistas, un fracaso en las elecciones presidenciales podría interpretarse como un voto de castigo del electorado, cada vez menos tolerante ante ciertas actitudes e indecisiones de sus políticos. EFE

ps/fpa/ig/ma

10/15/11-00/97

9714249

IRLANDA

Mujeres disputan la Presidencia

CUATRO DE LOS CINCO CANDIDATOS a la Presidencia de la República de Irlanda –en las elecciones del jueves 30– son mujeres. Una entre ellas es Rosemary Brown, una cantante que había emigrado y regresó desde Alabama. Aunque la autoridad del presidente es más ceremonial que efectiva –en un sistema de gobierno en que el poder político está en el primer ministro– la disputa es bastante más que un *"concurso para elegir a la madre nacional"* (según William Montalbano, en *Los Angeles Times*).

Pero todas ellas no sólo hablan bien en público sino que aparecen comprometidas y como un símbolo de la rápida modernización en uno de los países más conservadores de Europa. Y aunque apenas tiene tres millones y medio de habitantes es bastante activo en el mundo occidental, no sólo por sus lazos con Irlanda del Norte, la conflictiva región en disputa con Gran Bretaña, sino por los 40 millones de estadounidenses que tienen raíces irlandesas.

La mera presencia de estas candidatas es el detalle más significativo de las elecciones, entre otras cosas por las características patriarcales de la sociedad irlandesa en que la política fue siempre cosa de hombres. Pero es poco probable que el único candidato varón obtenga demasiados votos y suceda a Mary Robinson, quien renunció para acceder al Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. Es un sargento retirado de la policía, Derek Nally, activista de movimientos cívicos, que lanzó su candidatura recién el 1 de octubre.

De las cuatro, la que probablemente sea elegida es Mary McAleese (46), profesora de derecho y vicerrectora de una universidad en Belfast (capital de Irlanda del Norte), donde nació y vive. De una manera u otra, ella representa a las corrientes que se cruzan en un país marcado por los cambios; la Irlanda pobre, orgullosa y provinciana está desapareciendo aparentemente. A pesar de ello, McAleese se opone al divorcio y al aborto, aunque hace campaña por los derechos de los homosexuales; y aspira a que las mujeres sean ordenadas en igualdad de condiciones con los sacerdotes.

Según las encuestas, la que va segunda en las preferencias es Mary Banotti (58), integrante del Parlamento Europeo y única con experiencia política previa, soltera rica, además, del célebre dirigente Michael Collins, uno de los jefes militares del Ejército Republicano Irlandés (IRA), que se enfrentó a Gran Bretaña. Banotti es la preferida por las feministas, entre otras cosas por ser madre divorciada, algo que en Irlanda se considera todavía un baldón. Aunque todos los partidos políticos apoyaron el plebiscito que autorizó el divorcio –en 1995–, la medida fue aprobada por un estrecho margen: 50,3 por ciento contra 49,7 por ciento.

Las otras dos candidatas, Adi Roche (42) y Rosemary Browne (45), son un símbolo del nuevo país, la primera, y baluarte del rígido tradicionalismo católico, la segunda, pero tienen pocas chances de llegar al cargo. A pesar del peso del catolicismo, el ingreso de Irlanda en la Unión Europea (UE), en 1973, marcó un período de cambios históricos, con un asombroso crecimiento debido a la expansión comercial, a la ayuda de la UE y de un torrente de inversiones extranjeras. La renta per cápita es igual a la de Gran Bretaña y se revirtió la emigración por razones económicas.

Buenos Aires 24-10

9714249

07

Una nueva presidenta

Los irlandeses van a las urnas

Marie Noelle Valles

Dublín, AFP

Unos 2,65 millones de irlandeses se preparan a elegir hoy una nueva presidenta entre cinco candidaturas —con un sólo hombre, dado ya por los sondeos como perdedor— para suceder a Mary Robinson, quien dio una dimensión internacional inédita a una presidencia irlandesa carente de poder político.

Robinson había prometido "desempolvar" una función que hasta su llegada fue exclusivamente masculina, honorífica y poco concreta. Ahora, con 52 años, abandona el cargo para ejercer el de Alta Comisaria de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, *al que fue recientemente nombrada.*

Además de 6.500 viajes efectuados en sus siete años en el cargo —entre los que destacan varios a Africa, continente que nunca había pisado un presidente irlandés— Robinson, abogada feminista, defendió al Tercer Mundo, a los marginados por el crecimiento económico de su país y luchó por la reconciliación de las dos Irlandas (ella es católica y está casada con un protestante).

Su éxito es la razón de la avalancha de candidaturas para la elección del jueves y propició la campaña electoral más disputada de la historia de Irlanda.

La favorita para su sucesión es Mary McAleese, de 47 años de edad, candidata del mismo partido que Robinson, el Fianna Fail (centro derecha), a quien el último sondeo de este miércoles otorga el 37% de la intención de voto.

Frente a esa orfunda de Belfast, nacionalista y católica tradicionalista, la diputada europea Mary Banotti, de 58 años, divorciada y liberal, representa al Fine Gael (centro derecha, oposición). Cuenta con una amplia experiencia en la defensa de los derechos cívicos, una de las componentes esenciales de la función presidencial.

Muy por detrás, según las encuestas, llegan Rosemary Scallon, de 46 años de edad, una cantante que ganó el concurso de Eurovisión en 1970 bajo el pseudónimo de Dana, y la representante de los laboristas y de los verdes, Adi Roche, de 42 años, cuya popularidad cayó bastante durante la campaña electoral.

El único representante masculino es el policía jubilado Derek Nally, de 60 años.

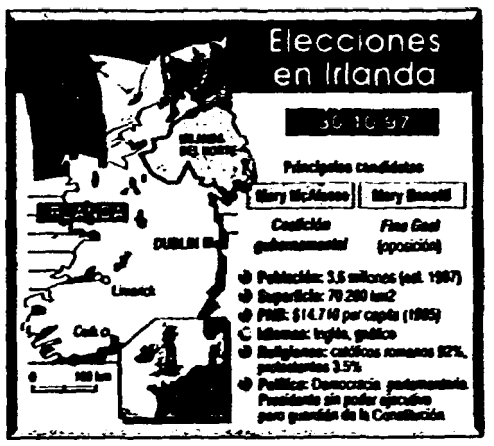
Por el sistema de "voto único transferible" que rige estos comicios presidenciales en Irlanda, los resultados de los candidatos secundarios son cruciales para el resultado final, al expresar los electores una lista de sus preferencias en el caso de que su primera elección no esté en cabeza.

No se espera ninguna mayoría absoluta en el primer recuento de votos que se efectuará el viernes, de tal manera que todo se decidirá con el traspaso de preferencias.

Por su proximidad de posturas y de ideología en las cuestiones morales, McAleese debería beneficiarse con los votos de Scallon, que sus oponentes apodan "candidata del Papa".

Banotti por su lado recibirá los de Roche y buena parte de los de Nally. Pero eso no le bastará, según las encuestas, para arrebatar la victoria a McAleese, cuya campaña fue un modelo de eficacia.

Todo el equipo del Fianna Fail, un partido que durante mucho tiempo fue hegemónico en Irlanda, se volcó con una novata en política animada por un extraordinario afán de victoria.



Mary McAleese es la candidata favorita

Dublín, agencias

La candidata del Fianna Fail, partido en el poder en Irlanda, Mary McAleese, parece ser de nuevo la favorita en las elecciones presidenciales del jueves, con el 37% de las intenciones de voto, según un sondeo publicado ayer en el diario Irish Times.

Mary Banotti (Fine Gael, oposición), su principal rival en estos comicios, en los que compiten cuatro mujeres y un hombre, sigue perdiendo distancia con respecto a McAleese, no superando el 24%, es decir cinco puntos menos que en la última encuesta del instituto MBI.

La candidata del partido laborista y de los verdes, Adi Roche, alcanza por primera vez la cuarta posición, con el 7% de intenciones de voto, detrás de Rosemary Scallon, alias Dana, que obtendría el 8%.

El policía jubilado Derek Nally es el último de la lista con el 4% de la confianza de los electores en este sondeo, realizado el pasado lunes.

Por otro lado, los indecisos alcanzan ya el 20%, aumentando de siete puntos con respecto al sondeo anterior.

Aunque se la da como vencedora en los sondeos por cuarto día consecutivo, McAleese no ganará sin duda en el primer recuento, que empezará el viernes.

El traspaso de votos de otros candidatos menos favorecidos le otorgarían el 60% frente al 40% de Banotti.

Estos comicios siguen un sistema de "voto único transferible": los electores expresan sus preferencias en una lista para que los votos de los candidatos llegados en segundo lugar puedan sumarse en el recuento final a los votos de los candidatos llegados primeros.

9714249

08

QUEJAS POR EL DÍA ELEGIDO PARA LOS COMICIOS PRESIDENCIALES DE AYER

El oficialismo es favorito en Irlanda

Una catedrática de Derecho, que no pudo votar por residir en Irlanda del Norte, paradójicamente es quien tiene mayores posibilidades de ser elegida

Más de dos millones y medio de irlandeses estaban habilitados ayer para acudir a las urnas para elegir al octavo presidente en la historia de Irlanda, en comicios en los que aparece como clara favorita Mary McAleese, apoyada por el partido gubernamental Fianna Fail.

Los colegios electorales estuvieron abiertos doce horas, aunque debido las peculiaridades del sistema electoral irlandés, el recuento no comenzará hasta hoy y los resultados definitivos se conocerán mañana.

Los ciudadanos se concentraron ante diversas dependencias del gobierno en protesta por la decisión del Ejecutivo de convocar las elecciones para un día jueves y no viernes, lo que dificulta a muchos ejercer su derecho al voto, ya que residen en lugares alejados de donde están registrados como electores.

La favorita logró superar luchas internas y críticas por su supuesto apoyo al Sinn Fein

Cuatro de los cinco candidatos acudieron temprano a votar en sus respectivos colegios electorales y, curiosamente, la gran favorita, Mary McAleese, no pudo hacerlo, ya que como residente en Irlanda del Norte no tiene la condición de elector.

La otra candidata que tampoco reside en la República de Irlanda, la cantante Dana, quien en los últimos años ha vivido en EEUU, dijo que sí estaba registrada como votante. Dana, conocida por sus posiciones ultracatólicas, sufragó en un colegio de Dublín a los pocos minutos de la apertura de los centros.

Los otros candidatos ejercieron su derecho al sufragio en los colegios electorales próximos a sus domicilios.

Mary Banotti, a la que apoya el Fine Gael, primer partido de la oposición, y que aparece en segundo lugar tras McAleese según las encuestas, también ejerció el sufragio en Dublín, mientras que la candidata apoyada por el Partido Laborista, Adi Roche, lo hizo en la ciudad de Cork (sureste de Irlanda).

El único hombre que compite en estos comicios, el ex policía y candidato independiente Derek Nally, votó en un colegio del Condado de Wexford, al oeste de Irlanda.

El primer ministro irlandés y líder del Fianna Fail, Bertie Ahern, votó en Duncondra, al norte de Dublín, y el líder de la oposición y ex jefe del gobierno, John Bruton, lo hizo al norte de la capital irlandesa.

Los observadores indicaron que el buen tiempo reinante en la República de Irlanda animaría a los ciudadanos a acudir a las urnas.

Los pronósticos son muy favorables a McAleese, una candidata que, dado que reside en Belfast, en principo fue recibida con reticencia por los irlandeses. Sin embargo, McAleese logró superar las disputas internas en el Fianna Fail y las acusaciones vertidas contra ella sobre su simpatía por el Sinn Fein, brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA).

Quienes apoyan la candidatura de McAleese estimaron ayer que una victoria suya implicaría un triunfo para quienes opinan, y defienden, que un irlandés es un irlandés, independientemente del lugar de Irlanda de que proceda, sea el norte o el sur de la isla.

Su triunfo pondría de relieve la paradoja de un sistema que permite a un irlandés del norte presentarse como candidato al máximo cargo público de la República de Irlanda, y al mismo tiempo le niega el voto por tener residencia en la capital del Ulster, Belfast. *(En base a EFE y Reuters)*

Atentado sin víctimas en Londonderry

Un edificio de oficinas del gobierno en la nacionalista ciudad de Londonderry fue dañado por una explosión ayer, después de que un hombre enmascarado dejara una bomba en una bolsa.

Un portavoz de la Policía de Irlanda del Norte señaló que no hubo heridos por el ataque.

La Policía aseguró que un hombre enmascarado armado con una pistola entró en el edificio de la segunda ciudad más importante de la provincia a última hora de la mañana de ayer y dejo una bolsa, diciendo a los empleados que contenía una bomba.

Unos 15 minutos más tarde se escuchó una pequeña explosión en la zona. Expertos del ejército británico en la desactivación de bombas acordonaron la zona en un gran despliegue posterior de seguridad.

La explosión ocurrió en vísperas de la visita a Irlanda del Norte de la primera dama de Estados Unidos, Hillary Clinton. Hace casi dos años, ella y el presidente Bill Clinton hicieron una triunfal visita a Londonderry, alimentando las esperanzas de un definitivo fin a décadas de conflicto.

El Ejército Republicano Irlandés (IRA) detuvo las hostilidades en julio en su campaña para poner fin al gobierno británico en Irlanda del Norte, pero un grupo disidente, The Continuity *IRA*, sigue oponiéndose a los esfuerzos de paz y el mes pasado detonó un coche bomba al sur de Belfast. *(Reuters)*

9714249

EUROPA

Irlandeses vão às urnas para eleger mulher

Se confirmados os prognósticos, Mary McAleese deve ganhar as eleições presidenciais no país

DUBLIN — Dos cinco candidatos na eleição para presidente da República da Irlanda, realizada ontem, quatro foram às urnas logo cedo, mas a grande favorita nas pesquisas, a professora de Direito Mary McAleese, não teve direito a votar porque mora em Belfast, na vizinha província britânica da Irlanda do Norte (Ulster), onde nasceu.

Se forem confirmados os prognósticos baseados em pesquisas, McAleese será a primeira chefe de Estado da Irlanda nascida no Ulster. A Constituição do país determina jurisdição sobre a província britânica, que considera parte de seu território, por isso os moradores da região têm o direito à cidadania irlandesa.

A terceira colocada nas pesquisas, Rosemary *Dana* Scalon *(ver quadro)*, também nasceu na Irlanda do Norte e reside no exterior — Estados Unidos — porém está registrada no país como eleitora.

Quatro mulheres concorrem ao cargo, ocupado até setembro por Mary Robinson, que renunciou pouco antes de completar a gestão de sete anos, para assumir em novembro a função de alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

McAleese está na disputa pelo partido governista, Fianna Fail, de centro-direita, e tem como principal adversária Mary Banotti, do oposicionista Fine Gael — também de centro-direita. No começo da campanha McAleese enfrentou resistência do eleitorado porque a oposição procurou mostrá-la como simpatizante do Sinn Fein, braço político do Exército Republicano Irlandês (IRA), grupo armado que luta pela integração do Ulster à Irlanda, o que ela negou veementemente.

Os colégios eleitorais abriram das 9 às 21 horas. Estão habilitados a votar 2,7 milhões de irlandeses, mas até o fim do dia o governo não tinha previsões sobre a abstenção.

Pelo sistema irlandês, os eleitores têm de apontar a ordem de preferência para os cinco candidatos, relacionados em ordem alfabética na cédula. Os últimos colocados têm seus votos transferidos para os primeiros. Como a margem de diferença entre a primeira e a segunda candidata deve ser grande, a julgar pelos dados das últimas pesquisas, os resultados poderão ser conhecidos amanhã.

Estudantes universitários protestaram diante de vários órgãos do governo pelo fato de as eleições terem sido convocadas para quinta-feira em vez de sexta, o que os impediu de viajar para seu local de origem, onde estão registrados como eleitores.

O sistema parlamentarista da Irlanda não reserva poderes políticos para o presidente, mas Robinson desempenhou um papel importante como embaixadora internacional de seu país.

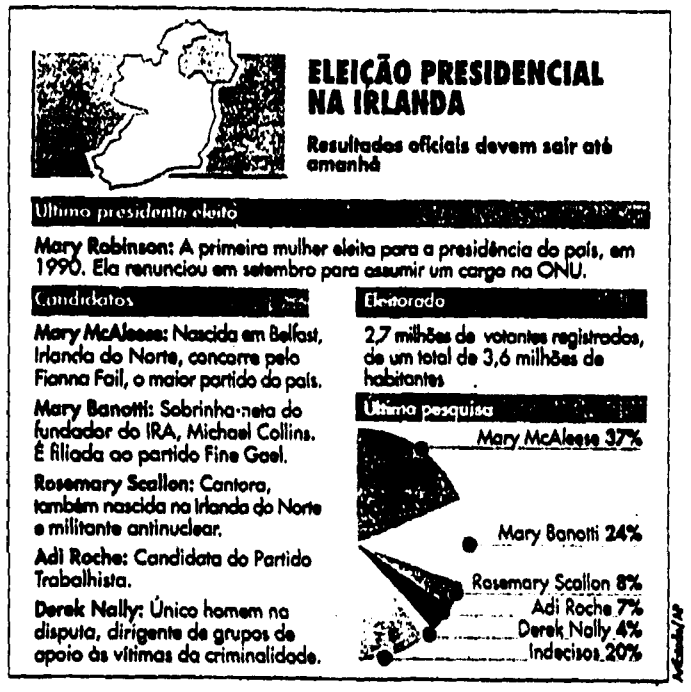
FAVORITA NASCEU NA IRLANDA DO NORTE

Atentado — Um homem armado e mascarado deixou ontem uma bolsa num edifício público de Londonderry, na Irlanda do Norte, anunciou que continha uma bomba e fugiu.

A explosão ocorreu 20 minutos depois e não causou vítimas, pois todo o prédio foi esvaziado a tempo. Nenhuma organização reivindicou o atentado.

Mais de 3 mil pessoas já morreram na Irlanda do Norte desde a década de 1970, quando estourou o conflito entre as comunidades protestante — favorável à permanência do País na Grã-Bretanha — e católica, que lutam pela integração da região à República da Irlanda.

Ontem a primeira-dama dos Estados Unidos, Hillary Clinton, visitou Dublin, capital da Irlanda, e hoje irá a Belfast, na Irlanda do Norte, onde participará de cerimônia em homenagem a uma ativista pela paz que morreu recentemente. (France Presse, Reuters e EFE)



Associated Press

McAleese, em Dublin: estudantes criticam antecipação do pleito

9714249

XD3227

U POXBT 10-31 00525
mun exg icx

IRLANDA-ELECCIONES (Previsión)
CANDIDATA GOBIERNO SE PERFILA GANADORA COMICIOS PRESIDENCIALES

Por Paloma Santolaria

Dublín, 31 oct (EFE).- La candidata gubernamental a la Jefatura del Estado irlandés, Mary McAleese, se perfila como la clara ganadora de los comicios presidenciales celebrados el jueves, de acuerdo con los datos de las primeras poyecciones oficiales.

Cuando el recuento oscila entre el 10 y el 30 por ciento, según cada uno de los 29 centros de cómputo, McAleese cuenta con un 46 por ciento de los votos, seguida de Mary Banotti, a la que apoya el Fine Gael, primer partido de la oposición, con un 29 por ciento.

A continuación, ya muy distanciados, están la cantante Dana, con un 11 por ciento, la candidata laborista, Adi Roche, con un 9 por ciento, y el ex policía y candidato independiente Derek Nally, el único varón que aspiraba a la Presidencia irlandesa, con un 5 por ciento.

El escrutinio comenzó a las 09.00 GMT de hoy y se calcula que la participación podría rondar entre un 55 y un 60 por ciento, la más baja registrada en unos comicios de este tipo.

Dado que la participación ha sido menor de lo esperado, se considera que el escrutinio irá rápido, de modo que los resultados finales se darán a conocer a las 20.00 GMT de hoy.

Según los observadores, McAleese, catedrática de Derecho de la Universidad de Belfast y desconocida hasta hace algunas semanas por los irlandeses, parece haberse ganado el apoyo del electorado, a pesar de los obstáculos con que se encontró en el camino.

McAleese, que de seguir a este ritmo el recuento será proclamada esta tarde presidenta de la República de Irlanda, logró superar las rencillas aparecidas en el partido que la apoyó en su candidatura, el gubernamental Fianna Fail, así como las acusaciones sobre sus simpatías por el Sinn Fein, brazo político de la banda terrorista IRA.

Los comentaristas destacan que estas acusaciones sobre sus simpatías por los republicanos norirlandeses son las que, al final, darán el triunfo a McAleese y la convertirán en el octavo presidente de la República de Irlanda.

McAleese será la segunda mujer que desempeñe la Presidencia de Irlanda tras Mary Robinson, quien dimitió el pasado septiembre para hacerse cargo de la Alta Comisaría de Naciones Unidas para los Derechos Humanos.

Los partidos políticos consideran que la participación ha oscilado entre el 55 y el 59 por ciento, bastante inferior al 64 por ciento registrado en las elecciones de 1990.

El ritmo de participación se mantuvo lento durante toda la jornada del jueves, aunque los observadores consideraban que aumentaría entre las 17.00 y las 21.00 GMT, que son las horas en que los irlandeses suelen regresar del trabajo.

Sin embargo, los observadores comentaron que pese a que el día amaneció despejado, por la tarde comenzó a llover y bajó la temperatura, lo que unido a la huelga de los taxistas de Dublín, pudo haber sido otro factor importante a la hora del retraimiento de los ciudadanos para acudir a las urnas. //

9714249

La declaración oficial de los resultados no se espera hasta última hora de esta tarde, aunque, según va el escrutinio, podría adelantarse.

De ser proclamada oficialmente ganadora de los comicios, Mary McAleese tomará posesión de su cargo oficialmente el próximo 11 de noviembre, en una ceremonia que se celebrará en el castillo de Dublín. EFE

PS/fpa/ig/pq

10/31/12-32/97

97 14 249

DP8454

U POXBT 10-31 00524
mun exg icx

IRLANDA-ELECCIONES (biografía)
MARY MCALEESE, DEL ANONIMATO A LA PRESIDENCIA IRLANDESA

Dublín, 31 oct (EFE).- Mary McAleese, una desconocida para los irlandeses hasta hace apenas dos meses, cuando fue designada candidata de la coalición gubernamental, ha sido elegida nueva presidenta de la República de Irlanda hasta el año 2004.

McAleese, cuyo nombre de soltera era Mary Lenegham, nació en Belfast (Ulster, Reino Unido) el 27 de junio de 1951, la mayor en el seno de una familia de nueve hermanos de padre irlandés y de madre norirlandesa.

La familia de McAleese regentaba un "pub" en el área de Belfast Fall, denominado "Long Bar", que se vio obligada a abandonar tras una serie de ataques violentos contra el establecimiento a principios de los años 70, trasladándose a Rostrevor, en el condado de Down, también en el Ulster.

Estudió en la escuela de Falls Road y cursó la carrera de derecho en la Universidad de Belfast, donde se graduó con honores en 1973.

Paso el examen del colegio de abogados al año siguiente ejerciendo la profesión como abogado criminal y familiar.

En 1975 fue nombrada profesora de derecho criminal en el Trinity Colege de Dublín.

Un año más tarde contrajo matrimonio con Martin McAleese, un contable que más delante se graduó como dentista, viendo los primeros 12 años de su matrimonio en Co Meath, en Irlanda, hasta que en 1987 se trasladó de nuevo a Rostrevor.

Del matrimonio nacieron tres hijos, dos de ellos gemelos de 12 años de edad.

En 1979 trabajó la Radiotelevisión Estatal Irlandesa como periodista de temas de actualidad, presentando varios programas e incluso algunos para la BBC.

En 1987 fue nombrada directora del Instituto Profesional de Estudios Legales de Irlanda del Norte, puesto que ha mantenido hasta ahora.

Igualmente, desde 1994, es vicecanciller de la Queens University de Belfast, la primera mujer que ocupa dicho puesto.

Poliglota, domina varios idiomas, incluido el castellano, así como el lenguaje para mudos, al tener un hermano que padece esa minusvalía.

Miembro de la delegación de la Iglesia Católica en el Foro para la Nueva Irlanda, creado en 1984, el pasado año formo parte de la comisión de representantes de la Iglesia Católica que negociaron los itinerarios de los desfiles protestantes en el Ulster.

En el momento de su elección McAleese ostentaba igualmente los cargos de directora del Canal 4 de televisión del Ulster, de Nother Ireland Electricity y Belfast Royal Group.

McAleese, que tomará posesión el próximo 13 de noviembre, llegó a la campaña como la "clónica" de Mary Robinson, presidenta que dimitió del cargo en septiembre para ocupar el cargo de Alta Comisaría de los Derechos Humanos en las Naciones Unidas.

Apodada durante la campaña electoral por los observadores políticos como "el as de la baraja" del primer ministro y líder del partido Fianna Fail, Bertie Ahern, su candidatura fue aceptada a regañadientes por la líder del Partido Demócrata Progresista y viceprimer ministro, en el gobierno de coalición, Mary Harney.

El buen hacer durante toda la campaña y el impacto del lema: "tender puentes", le han permitido alcanzar una sonada victoria, anunciada hoy, a pesar de la las acusaciones sobre sus presuntas simpatías por el partido Sinn Fein (rama política de la organización terrorista IRA), vertidas por sus adversarios. EFE

LR/JMA

10/31/23-28/97

13-13

9714249

Nº. DOCUMENTO 9714250
TITULO ITALIA : CRISIS POLITICA
PROCEDENCIA 180090
FECHA DE PROCEDENCIA 17091
VINCULADOS 11818 11837
DF 604 11332
515 432
11164
11302

01-46

9714250

EF8028

U FOXBT 10-01 00639
exg mun icx

ITALIA-CRISIS (Previsión)
PRODI ADMITE MAYORIA PARLAMENTARIA HA ENTRADO EN CRISIS

Por Carlos Gosch

Roma, 1 oct (EFE).- El primer ministro italiano, Romano Prodi, admitió hoy, durante una reunión con los líderes sindicales, que la mayoría parlamentaria en la que se apoya su gobierno de centro-izquierda ha entrado en crisis, tras la decisión de los comunistas de votar en contra de los Presupuestos de 1998.

Los representantes sindicales añadieron que Prodi mostró su determinación de no modificar el proyecto de ley de Presupuestos, que incluye un ajuste de 25 billones de liras (14.700 millones de dólares), aprobado el pasado domingo por el ejecutivo.

La oposición de Refundación Comunista a las medidas económicas, duramente criticada por las centrales sindicales, deja al gobierno sin mayoría necesaria en la Cámara de los Diputados.

"Es evidente que sobre estos Presupuestos, el gobierno ha dejado de tener su mayoría", afirmó el portavoz parlamentario de Refundación, Oliviero Diliberto.

La coalición gubernamental del "Olivo" dispone de mayoría absoluta en el Senado, pero precisa de la ayuda de los comunistas para alcanzarla en la Cámara.

El futuro del ejecutivo formado por Prodi en mayo del pasado año se decidirá en un debate parlamentario en el que se comprobará si el primer ministro dispone aún de la mayoría necesaria para seguir gobernando.

Esta solución fue propuesta por la oposición conservadora del "Polo de las Libertades", reacio a presentar una moción de censura para abrir una crisis que pondría el peligro el ingreso de Italia en la unión monetaria europea.

Prodi se entrevistará en las próximas horas con el presidente de la República, Oscar Luigi Scalfaro, para explicarle la difícil situación política creada por la posición de los comunistas.

Fuentes del "Olivo" rechazaron que el primer ministro pueda presentar su dimisión durante la entrevista con Scalfaro, una posibilidad que el líder del "Polo", el magnate Silvio Berlusconi, consideró la más lógica "en un país serio".

Al ser preguntado por los periodistas sobre la suerte de su gobierno, Prodi aseguró que está "haciendo de todo" para evitar la crisis, una posibilidad que los mercados han tomado ya en serio, causando notables caídas en la Bolsa de Milán.

Un día más tarde de haber puesto en las manos de Dios la salvación del gobierno, el líder comunista, Fausto Bertinotti, lanzó hoy un desafío a Prodi durante su visita a Bruselas.

"Si el gobierno retira los Presupuestos estamos dispuestos a dialogar", dijo Bertinotti al anunciar una oferta que deja poco margen de maniobra al primer ministro.

La posición de dureza de los comunistas contrasta con la actitud de las principales centrales sindicales (la comunista-socialista CGIL, la democristiana CISL y la socialista UIL), que estaban negociando con el gobierno el recorte de las pensiones hasta que la situación política obligó hoy a suspender las negociaciones.

"Si la iniciativa de Refundación provoca una crisis de gobierno, Bertinotti tendrá que asumirse una grave responsabilidad", dijo el secretario general de la UIL, Piero Larizza.

Los partidos políticos ya han empezado a prepararse ante la posible caída del gobierno.

El Partido Democrático de la Izquierda (PDS, el principal del "Olivo") ha advertido que si Prodi dimite la salida debe ser la convocatoria de elecciones generales para el próximo mes de diciembre, solución contra la que se han pronunciado los grupos ex democristianos del "Polo".

Berlusconi no ha querido adelantarse a los acontecimientos y se remitió a la decisión que adoptarán los líderes del "Polo" en el momento oportuno.

La crisis de la mayoría parlamentaria ha sido providencial para el magante, cuyo liderazgo en el "Polo" había sido puesto en entredicho por sus aliados, una discusión que ha quedado aplazada por los acontecimientos políticos.

Pero lo más paradójico es que pueden ser precisamente los comunistas los que causen la caída del primer gobierno con mayoría de la izquierda de la historia de la República italiana, según destacaban hoy los comentaristas. EFE

CGM/mlr

10/01/16-12/97

02

9714250

PUEDE CAER EL GOBIERNO DE CENTROIZQUIERDA

CL 0210

Se complica la crisis en Italia

JULIO ALGAÑARAZ
Roma. Corresponsal

El gobierno de centroizquierda italiano del premier Romano Prodi **se encontraba anoche al borde de la caída**, jaqueado por la decisión de los poscomunistas del PDS, primer partido de la coalición oficialista, y los ortodoxos de Refundación Comunista, de votar contra la crucial ley de presupuesto, dejando al gobierno sin la imprescindible mayoría parlamentaria.

La crisis política se instaló ayer abruptamente tras una reunión de los parlamentarios de Refundación Comunista que convalidaron la línea dura de sus líderes, el secretario general Fausto Bertinotti, y el presidente Armando Cossutta.

El presidente de la República, Oscar Scalfaro, Prodi y el líder del PDS, Massimo D'Alema, se movilizaron anoche para evitar que la crisis política se transforme en un conflicto institucional. Italia es un país con régimen parlamentario: **sin una mayoría en las Cámaras, el gobierno debe renunciar.**

Tanto el primer ministro Prodi como el líder del PDS dijeron que no aceptarán un cambio en la composición de la actual mayoría de centroizquierda, por lo que si Refundación Comunista insiste en retirar su apoyo parlamentario –imprescindible en la Cámara de Diputados– Scalfaro deberá convocar a elecciones generales anticipadas, en medio de una gran crisis.

El conflicto se inició el lunes después que el gobierno presentó al Parlamento el presupuesto general para 1998, que contempla **recortes en el gasto social y aumentos de impuestos para reducir el déficit en 15.000 millones de dólares.**

El gobierno de Prodi y de su superministro de Economía, Carlo Azeglio Ciampi, obtuvieron en sus 16 meses de gestión un notable éxito, al reducir en 1997 a menos de la mitad (del 6,8% al 3%) el déficit del presupuesto nacional. Y por otro lado, la inflación descendió en los últimos meses a un ritmo del 1,4 por ciento.

Los éxitos económicos permitieron a Italia garantizarse el ingreso en la Unión Monetaria Europea, que dará vida el 1° de enero de 1999 al euro, la moneda única.

De allí que la decisión de Refundación Comunista de desatar una crisis mayúscula, que puede hundir al primer gobierno dominado por los ex comunistas en la historia de la República, sonó como un pistoletazo en el teatro.

"No estamos dispuestos a votar esta ley del presupuesto. No hay márgenes de negociación si el gobierno no retira el proyecto", afirmó anoche Fausto Bertinotti.

Prodi le respondió que **"Bertinotti sabe que el proyecto de ley no puede ser retirado"**. D'Alema dijo que "se pueden discutir temas de política económica", pero no pulverizar una ley de presupuesto que tiene el propósito de asegurar el ingreso de Italia en la unión monetaria.

Ayer, en dos municipios del centro del país, comenzó a funcionar experimentalmente el cambio de la lira italiana por flamantes euros, la nueva moneda. La novedad fue recibida con entusiasmo por los pobladores y algunos gritaron, contentos: **"¡Estamos en Europa"**.

El euro bajará las tasas de interés y creará un ambiente de estabilidad en Europa, con mayor crecimiento de la economía y la ocupación, dicen los expertos.

El nombre de Ciampi se menciona como alternativa a Prodi, si llega a caer el gobierno. El conflicto revitaliza a la oposición de derecha en crisis, con su líder Silvio Berlusconi, muy cuestionado. □

03

97142503

VETAN EN ITALIA EL PRESUPUESTO PARA ENTRAR EN EL EURO

Los neocomunistas de la discordia

Refundación Comunista amenaza dejar al gobierno italiano sin mayoría y torpedear la entrada a la moneda única europea.

Las demandas de austeridad del euro, la moneda única europea que debe entrar en vigor a partir de 1999, hicieron entrar ayer en una minicrisis a la coalición de gobierno en Italia. El motivo es el presupuesto de 1998, que aspira a reducir el déficit a un 2,8 por ciento del producto nacional –un poco menos que el techo de admisibilidad del 3 por ciento estipulado para los países que quieran ingresar en el euro–, y cuya consecuente reducción del gasto en unos 3000 millones de dólares provocó el rechazo del partido Refundación Comunista, de cuyo apoyo parlamentario depende el gobierno. Pero el primer ministro, Romano Prodi, no dio su brazo a torcer, afirmando que "el diálogo está abierto, pero no retiro la ley de finanzas para 1998", con lo que dejó sin explicar cómo saldrá de su encerrona.

De alguna manera, esta minicrisis se asemeja a las que ya vivieron Alemania y Francia, con las dificultades para hacer cuadrar los compromisos políticos de sus respectivos gobiernos –no aumentar los impuestos en el caso de Bonn, aumentar los gastos sociales en el de París– con las demandas euromonetarias. Pero la singularidad del caso italiano radica en la presencia, dentro de la ecuación de gobernabilidad, de Refundación, creado en 1991 por un grupo disidente de izquierda clásica cuando el Partido Comunista Italiano se reestructuró a sí mismo como una fuerza política socialdemócrata y se denominó Partido Democrático de la Izquierda (PDS). Pío de Gregorio, economista de NatWest Markets en Milán, opinó que los comunistas han aumentado sus acciones para lograr un compromiso al margen de Prodi, que impulsaría su influencia como un partido que el gobierno no puede ignorar. Y Ornello Viteli, profesor de Economía de la Universidad La Sapienza de Roma, consideró que "el electorado del líder de Refundación, Fausto Bertinotti, está compuesto de jubilados y trabajadores industriales que están esperando ciertas medidas. Refundación ha llegado a un punto en el que no puede ceder".

Los dos principales puntos de discordia entre los comunistas y el gobierno son el rechazo de este último a la reducción del horario laboral con paridad de salario para impulsar el empleo - y a las propuestas de un relanzamiento del Instituto para la Reconstrucción Industrial a fin de beneficiar el deprimido sur. Pero, según muchos comentaristas, la crisis obedece a una competencia dentro de la izquierda italiana. El diario *Il Messaggero* editorializó que "es una crisis que parece difícil de entender, originada por un partido... que votó recientemente en favor de recortes de 100 billones de liras (58.000 millones de dólares) y ahora no aceptará una reducción de cinco billones de liras (3000 millones de dólares) en pensiones y servicios de bienestar social. Pero –agrega el diario– es más fácil de entender cuando uno considera que estamos enfrentados con un partido que quiere saldar cuentas dentro de la izquierda".

Medidas: ***"El electorado de Refundación está compuesto de jubilados y trabajadores que esperan ciertas medidas, y sus líderes no pueden ceder".***

Por el momento, la hoja de ruta de aquí a diciembre, cuando el Parlamento debe votar el presupuesto, no está clara. Por una parte, la oposición del "Polo de la Libertad" (centroderecha) renunció a presentar una moción de censura contra Prodi y se limitó a reclamar que el primer ministro comparezca ante la Cámara de Diputados para explicar los alcances de la crisis política. Giorgio Bogi, ministro de relaciones con el Parlamento, prometió que el debate se realizará pronto. Por otro lado, el Polo dijo también que no apoyará al gobierno, si bien el frente de centroderecha presenta fuertes divisiones y algunos de sus líderes consideran "irresponsable" una conducta que lleve a la disolución del gobierno.

El presidente Oscar Luigi Scalfaro, que tiene el poder de disolver el Parlamento en caso de crisis y de convocar a nuevas elecciones, aseguró ayer que "hay tiempo para discutir sobre una posible crisis" e invitó a los políticos del gobierno a "actuar de manera responsable". Por su parte, Prodi afirmó que "no estoy para nada preocupado" y pospuso la discusión sobre los temas sociales para después, "cuando no se hable más de crisis", descartando así la formación de una nueva mayoría. Pero hasta entonces, la entrada italiana al euro estará en la cuerda floja.

¿Qué le puede ofrecer Romano Prodi a Refundación Comunista para que abandone su tesitura?
Sólo una discusión, cuando ya no se hable de crisis, porque "el presupuesto '98 no se retira".

792 0210

9714250

04

COALICIÓN LOS LEGISLADORES COMUNISTAS SIGUEN SIN ACEPTAR LA LEY DE PRESUPUESTO QUE ENVIÓ EL EJECUTIVO

Italia vive la "crisis más loca del mundo"

La mayoría parlamentaria que sostiene al gobierno sigue poniendo entre la espada y la pared al primer ministro, Romano Prodi, quien intenta desesperadamente evitar una ruptura

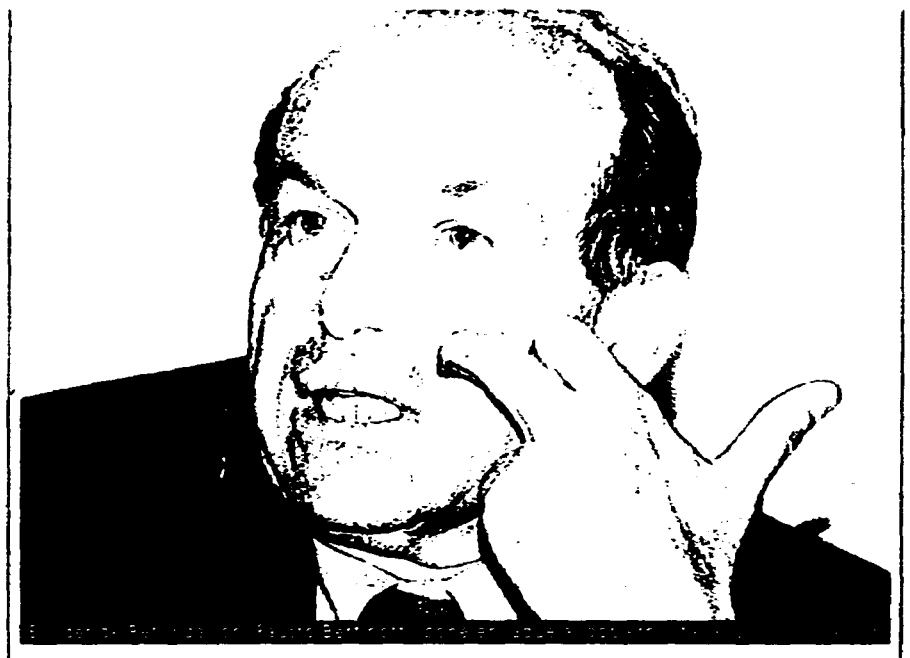
El primer ministro italiano, Romano Prodi, admitió ayer, durante una reunión con líderes sindicales, que la mayoría parlamentaria en la que se apoya su gobierno de centro-izquierda entró en crisis, tras la decisión de los legisladores comunistas de votar en contra de la Ley de Presupuesto para 1998.

No obstante, el mandatario expresó que haría "todo lo que se encontraba a su alcance" para evitar una ruptura a partir de lo que no dudó en llamar "la crisis más loca del mundo".

Los representantes sindicales afirmaron que Prodi mostró su determinación de no modificar el proyecto de Ley de Presupuesto, que incluye un ajuste de 25 billones de liras (US$ 14.700 millones), aprobado por el Ejecutivo el pasado domingo.

La oposición de Refundación Comunista a las medidas económicas, duramente criticada por las centrales sindicales, deja al gobierno sin la mayoría necesaria en la Cámara de Diputados.

"Es evidente que sobre el presupuesto proyectado, el gobierno dejó de tener mayoría", afirmó el portavoz parlamentario de Refundación, Oliviero Diliberto.



La coalición gubernamental del Olivo dispone de mayoría absoluta en el Senado, pero precisa de la ayuda de los comunistas para alcanzarla en Diputados.

DEBATE PARLAMENTARIO

El futuro del Ejecutivo formado por Prodi emanado del pasado año se decidirá en un debate parlamentario en el que se comprobará si el primer ministro cuenta con el apoyo necesario para continuar al frente del Gobierno.

Esta solución fue propuesta por la oposición conservadora Polo de las Libertades, reacia a presentar una moción de censura para abrir una crisis que pondría en peligro el ingreso de Italia en la unión monetaria europea.

Prodi se entrevistó ayer con el presidente de la República, Oscar Luigi Scalfaro, a quien le explicó el difícil momento político que atraviesa el país, y con quien estudió las posibles salidas a la crisis.

Al término de la reunión, mantenida en el Palacio del Quirinal (sede de la Presidencia), se hizo público un comunicado oficial que se limita a informar la celebración de la entrevista.

En tanto, Fausto Bertinotti, el líder de Refundación declaró a la cadena de televisión RAI-1 que "el gobierno cae por sí solo", porque hace una política distinta de aquella para la cual lo eligió el pueblo. "Hace una política moderada en vez de reformista", dijo.

"El presupuesto debe cambiarse", dijo Bertinotti, cuyo partido se queja de que de las más de 20 modificaciones que propuso, el gabinete no aceptó ninguna. *(Efe)*

Berlusconi rechaza la censura al gobierno en aras del euro

La oposición de centro-derecha parece dispuesta a evitar una crisis del gobierno, que perdió la mayoría en el Parlamento, porque unas elecciones ahora pueden perjudicar el ingreso de Italia en la moneda única europea, objetivo que casi todo el espectro político italiano apoya.

El Polo de la Libertad renunció ayer a presentar una moción de censura contra el Ejecutivo presidido por Romano Prodi, que ha perdido el apoyo de Refundación Comunista (PRC), opuesto a los presupuestos adoptados por

Prodi no está preocupado porque la situación se maneja con "seriedad y coherencia"

el gabinete de ministros y que debe aprobar el Parlamento.

"En nombre de todo el grupo del Polo de la Libertad pido al presidente Prodi que venga inmediatamente a la Cámara para que explique el alcance de la crisis política" y que "se abra un debate exhaustivo", dijo Silvio Berlusconi, líder de la coalición de centro-derecha.

Según Berlusconi, la situación se precipitó y abrió una fase de grave confusión política, hasta el punto de perjudicar el desarrollo de la dialéctica parlamentaria y de "suscitar desconcierto en la opinión pública y una repercusión preocupante en los mercados financieros".

La oposición prefirió que Prodi, que dirige la coalición del Olivo, cuyo principal componente es el Partido Democrático de la Izquierda (PDS, ex comunista), explique el "estado de su mayoría", haga su valoración y saque sus conclusiones.

Los Verdes, socios del Olivo, no descartan que, de llegarse a la crisis, se convoque un gobierno "técnico" guiado por el superministro de Economía, Carlo Azeglio Ciampi, que ya fue primer ministro en un anterior gabinete del mismo carácter.

"Cuando Ciampi fue presidente del Consejo gobernó bien", opinó el diputado verde Marco Boato, para quien aquel gabinete comenzó a garantizar la salida del país del "túnel del 92 y la devaluación".

Pese a la pérdida de la mayoría parlamentaria, Prodi declaró ayer "no estar preocupado" porque la situación se maneja "con seriedad y coherencia".

El gobierno responderá "pronto" sobre la situación política y dentro de la mayoría después de que haga una rápida evaluación con todos sus componentes, informó ayer el ministro de las relaciones con el Parlamento, Giorgio Bogi, y añadió que el Ejecutivo "tomó nota de la decisión del PRC y evaluará si todavía existen condiciones para continuar el trabajo en común" *(EFE)*

9714250

05

U FOXBF 10-02 00588
mun exa

ITALIA-CRISIS (Previsión)
INTENTOS CONTACTOS POLITICOS PARA EVITAR LA CAIDA DEL GOBIERNO

Roma, 2 oct (EFE).- Los líderes políticos italianos mantienen intensas reuniones para evitar la caída del Gobierno, después de que Refundación Comunista (PRC) decidiera votar en contra de los Presupuestos y provocara un descenso en la bolsa, que hoy, jueves, continuó a la baja en la apertura.

El primer ministro, Romano Prodi, que comparecerá ante el Parlamento el próximo martes, dijo anoche que el PRC, hasta ahora aliado de la coalición gubernamental de centro-izquierda "El Olivo", había provocado la "crisis más loca del mundo".

El proyecto de Ley de Presupuestos incluye un ajuste de 25 billones de liras (14.700 millones de dólares) con el que el Ejecutivo pretende recortar el déficit público y llegar a la moneda única europea en el grupo de cabeza.

"No permitamos que se nos escape el euro", advirtió el ministro de Economía, Carlo Azeglio Ciampi, después de que la Bolsa de Milán perdiese ayer un 3 por ciento y hoy abriera con un descenso del 0,85 por ciento, y la lira se debilitase por la crisis que puede hacer caer el Gobierno y provocar la convocatoria de elecciones anticipadas.

Massimo D'Alema, líder del Partido Democrático de la Izquierda (PDS, excomunista), principal componente del "Olivo", intentará convencer a su ex camarada, Fausto Bertinotti, líder del PRC, de no provocar una crisis en un momento tan delicado y cuando hasta los sindicatos han hecho un esfuerzo para negociar con el Gobierno las restricciones presupuestarias.

En una editorial de portada, el diario "La Repúbblica", que acusa a los comunistas de "irresponsabilidad", asegura que "debe quedar claro (que) no es un partido sobre el Presupuesto o las pensiones el que se está jugando, sino un desafío mucho más amplio entre el reformismo europeo elegido por el 'Olivo', el PDS y el sindicato, y el antagonismo tardocomunista de Refundación".

La posibilidad de conjurar la crisis "in extremis" está vinculada a que Bertinotti obtenga algún cambio en los Presupuestos, pero que éste no le haga perder la "cara" a Prodi, que ha asegurado no modificará el proyecto de Ley.

El portavoz del Grupo Parlamentario de Izquierda Democrática, Fabio Mussi, se mostró favorable a que el PRC entre a formar parte del Gobierno y dijo hoy que se busca "abrir puertas" cuando están todas cerradas, pero advirtió que "nadie puede pedirle al gobierno que retire el proyecto de Presupuestos. Bertinotti no puede querer humillar a Prodi".

Si el PRC quisiese sentarse a la mesa de negociaciones para revisar un programa de largo alcance "sería un paso importante para el país y para la izquierda. Lo que pedimos es responsabilidad", añadió el jefe del grupo paralmentario.

Es una "crisis muy, muy difícil y peligrosa, razón por la cual se debe hacer todo, por parte de todos, para evitarla", dijo también hoy el ministro de Correos y Telecomunicaciones, Antonio Maccanico, al tiempo que excluyó la posibilidad de que se retire la "piedra de la discordia". "Esto me parece imposible, es una exigencia inaceptable", precisó.

El diario "L'Unitá", portavoz durante años del extinto Partido Comunista Italiano, del que proceden tanto el PDS como el PRC, dedica su página central a la crisis y señala que la posición adoptada por el PRC no la encabeza su líder, Bertinotti, sino la "eminencia gris" de los comunistas, Armando Cossuta, "verdaderamente" tras la "operación crisis".

"L'Unitá" recuerda la trayectoria de Cossuta desde 1956 hasta hoy, y sostiene que la crisis es una "operación política" que responde "perfectamente a la idea" del dirigente de la confrontación permanente con el PDS por la hegemonía de la izquierda, mientras que el disenso programático es sólo algo "instrumental". EFE

so/tcr/mlr

10/02/12-57/97

06 97142501

XG9486

U POXBT 10-03 00630
icx exg mun

ITALIA-CRISIS (previsión)
CRECE LA POSIBILIDAD DE COMICIOS ANTICIPADOS

por Silvia Odoriz

Roma, 3 oct (EFE).- Crece la posibilidad de que se convoquen elecciones anticipadas si el primer ministro italiano, Romano Prodi, no consigue, antes del martes, evitar la caída del Gobierno por la negativa de Refundación Comunista (PRC) a apoyar su proyecto de Ley de Presupuestos.

La fecha electoral podría ser el 30 de noviembre, adelantó el diario turinés "La Stampa", y el canal 5 de televisión del magnate de las comunicaciones y líder del frente de centro derecha, Silvio Berlusconi, emitió una encuesta según la cual su formación política, el Polo de la Libertad, ganaría a la actual coalición gobernante de izquierda, el Olivo.

Según el sondeo, de realizarse ahora mismo las elecciones parlamentarias, el Polo sacaría el 41,1 por ciento de los votos, y el Olivo el 38,8 por ciento.

El PRC, con cuyo apoyo parlamentario gobierna el Olivo y al retirárselo desdencadena la crisis, sacaría el 11,1 por ciento, mientras la secesionista Liga del Norte, dirigida por Umberto Bossi, obtendría un nueve.

Tras una reunión de las fuerzas del Polo, Berlusconi, líder de Forza Italia, reiteró que "no ayudará al Gobierno" y que no teme a las elecciones, mientras su socio Giafranco Fini, de la neofascista Alianza Nacional, tampoco teme a las urnas y sostiene que la coalición tendrá una "sola voz" ante la crisis.

Los legisladores del Partido Democrático de Izquierda (PDS, excomunistas), liderado por Massimo D'Alema, y principal componente del Olivo, tras cinco horas de debates decidieron por unanimidad que debe buscarse un acuerdo con el PRC y reafirmaron que, de caer el Ejecutivo, hay que convocar elecciones.

Pero el líder del PRC, Fausto Bertinotti, asegura que o el Gobierno retira y rehace los Presupuestos, o se va a la crisis, pese a que hasta el sindicato más importante del país, la comunista-socialista CGIL, está dispuesto a los sacrificios que comporta la reducción del déficit por debajo del tres por ciento del Producto Interior Bruto (PIB) para que Italia pueda ingresar, con los países de cabeza, en la moneda única europea.

"Es inmoral ceder a ciertas exigencias", declaró Prodi al diario económico "Il Sole 24 Ore".

El presidente del Ejecutivo tiene cita con el Parlamento el próximo martes para verificar la mayoría con que cuenta en el Legislativo, sesión en la que deberá decidirse si se convocan o no elecciones.

Muchos diputados temen que en Italia ocurra lo que le pasó al presidente francés, Jacques Chirac, que convocó elecciones para reforzar su posición ante las negociaciones para la moneda única, y le salió "el tiro por la culata".

En los discursos de los diputados de la izquierda se percibió preocupación e incógnita por el voto y algunos expresaron gran desasosiego por lo que denominaron "efecto Chirac".

"Sólo un loco no estaría preocupado ante las cuartas elecciones en cinco años", dijo Fabio Mussi, portavoz del grupo parlamentario de Izquierda Democrática, al referirse a los debates de los diputados.

Según el senador Giorgio Mele, portavoz de la fracción más a la izquierda del PDS, la hipótesis más discutida, si no hay elecciones anticipadas, sería la formación de un Gobierno técnico.

La atención de los analistas está puesta hoy en el presidente de Italia, Oscar Luigi Scalfaro, que insta a las partes a que no se tire todo por la borda cuando Italia está a la puerta del euro, y se preguntan si el jefe del Estado favorecerá, como hizo cuando el centro-derecha perdió la mayoría parlamentaria, un Gabinete "técnico" como el de 1995 a 1996 de Lamberto Dini, actual ministro de Asuntos Exteriores.

Scalfaro se reunió con el gobernador del Banco de Italia, Antonio Fazio, para saber cuáles serían las consecuencias de una crisis de la lira tras el nerviosismo demostrado por la Bolsa de Milán cuando se supo la posibilidad de la caída del Gobierno, lo que provocó una pérdida del 3 por ciento el miércoles, aunque ayer el descenso fue de sólo un 0,56 y hoy abrió al alza. EFE

so/tcr/ma

10/03/12-14/97

07

9714250

XA3653

U PDXBT 10-05 00621
mun exg

ITALIA-CRISIS (Previsión)
PRODI, ENTRE LA ESPADA Y LA PARED, SE REUNE CON NEOCOMUNISTA

Por Silvia Odoriz

Roma, 5 oct (EFE).- El primer ministro italiano, Romano Prodi, se reunirá mañana con el líder del partido Refundación Comunista (PRC), Fausto Bertinotti, en un último intento por evitar la caída de su gobierno, pero las exigencias del dirigente neocomunista impedirían el ingreso de Italia en la moneda única europea.

El PRC "eleva el precio", afirma hoy el diario "L'Unitá", y llegará a la cita con una exigencia "difícilmente aceptable" por la coalición gobernante de centro izquierda "Olivo".

Los neocomunistas quieren acordar un "programa de acción" de un año que se centre en la lucha contra el desempleo, la defensa del estado del bienestar, en especial en cuanto a no modificar las jubilaciones, la intervención a favor del desarrollo de la región sur, el cambio de niveles en las privatizaciones, además de, por supuesto, las modificaciones al proyecto de ley de Presupuestos.

Justamente la negativa del PRC a secundar al gobierno, a quien le presta su apoyo parlamentario, en la aprobación del proyecto del Presupuesto, es lo que desencadenó la crisis.

Pero los analistas políticos sugieren que detrás de los planteamientos del PRC está "no sólo la falta de realismo económico", sino su rechazo del "estado burgués y democrático, que, de acuerdo con el marxismo, es siempre instrumento de opresión", opina hoy Barbara Spinelli en el diario "La Stampa" de Turín.

Prodi, por su parte, marca los confines del campo de juego y reitera que si no hay posibilidad de acuerdo serán los italianos, con su voto, los que decidan sobre este desencuentro en el seno de la coalición de centro izquierda, crisis que él mismo ha denominado como la "más loca del mundo".

Todo el espectro político del Olivo pide unánimente a los neocomunistas entrar en razones, y el presidente del país, Oscar Luigi Scalfaro, se ha indignado por este empeño en "arruinarlo todo" en aras de intereses particulares cuando Italia se prepara a cumplir los requisitos de ingreso en el euro con una economía viable al proyecto europeo.

Bertinotti explicó hoy a la prensa que propondrá a Prodi un programa progresista, de un año de duración, que invierta la tendencia del presupuesto presentado por el gobierno, porque aunque acusen al PRC de impedir que Italia entre en Europa, "los que pagan son siempre los mismos".

Este argumento, añadió, es el instrumento que se utiliza siempre como chantaje ante cualquier reclamación justa de los trabajadores y, en cambio, para el PRC "una idea justa de Europa es que sea compatible con la eliminación del desempleo, el mejoramiento de la sanidad, y la defensa de las pensiones".

A la reunión del gobierno y PRC, mañana por la tarde, asistirán además de Prodi y Bertinotti, el vicepresidente del Consejo, Walter Veltroni; el ministro de Economía, Carlo Azeglio Ciampi, y Tiziano Treu, titular de Trabajo, y por los neocomunistas Armando Cossuta y Nerio Nesi.

El líder del principal partido del Olivo, Massimo D'Alema, del Partido Democrático de Izquierda (PDS-ex comunista) incluso tiene previsto hablar por teléfono hoy con su ex camarada Bertinotti en un esfuerzo por convencer al dirigente de no hacer caer a este gobierno.

Pero la oposición de centro derecha El Polo de la Libertad, cuyo líder es Silvio Berlusconi, ya ha adelantado que no ayudará al gobierno a impedir la crisis y que no teme que se vaya a elecciones anticipadas.

Prodi debe presentarse el martes próximo ante la Cámara de diputados y verificar si cuenta con la mayoría para seguir gobernando.

Además de una convocatoria a elecciones parlamentarias anticipadas, la cuarta en cinco años, se baraja también la formación de un "gobierno técnico" para evitarlas, como ocurrió cuando perdió la mayoría el gobierno de Berlusconi.

Pero a lo que Prodi se ha comprometido es a "hacer todo lo posible" para impedir la crisis, pero sin acordar "soluciones chapuzas". EFE

so jla/pgl

10/05/16-18/97

08

9714250

XD2667

U FOXBT 10-06 00580
mun exg icx

ITALIA-CRISIS (Previsión)
REUNION PRODI-BERTINOTTI DECIDIRA SI CAE O NO GOBIERNO ITALIANO

Roma, 6 oct (EFE).- La reunión hoy, lunes, entre el primer ministro italiano, Romano Prodi, y el líder del Partido Refundación Comunista (PRC), Fausto Bertinotti, para buscar un compromiso que impida la caída del Gobierno se presenta difícil y con grandes incógnitas debido a las exigencias de los comunistas.

Las delegaciones de Prodi y Bertinotti se reunirán en el palacio Chigi a las 16.00 hora local (14.00 GMT), y del resultado de las conversaciones dependerá la reconfirmación del Gobierno del primer ministro en la sesión de la Cámara de diputados de mañana, martes.

Aunque la "manzana de la discordia" son los presupuestos, que los comunistas de Refundación se niegan a apoyar, el fondo de la cuestión, según los analistas, es que PRC quiere hacer caer el Gobierno para marcar distancias con su antiguo compañero, el Partido Democrático de Izquierda (PDS-ex comunista) y principal socio del Ejecutivo.

La prensa destaca hoy que crece oposición a la convocatoria de elecciones, especialmente después de la experiencia de Francia, donde a su presidente, Jacques Chirac, le salió el "tiro por la culata" y ganó la izquierda con la que ahora debe "cohabitar".

Las perspectivas de ganar unas eventuales elecciones de la coalición de centro-Izquierda "Olivo", en el gobierno, se basan en que en el Polo de la Libertad, la coalición de centro-derecha liderada por Silvio Berluscolini, aumenten las divisiones o que se produzca un cambio en las preferencias de los electores.

Las elecciones de 1996 las ganó el Olivo con un "pacto de renuncia" con el PRC, que no está en el gobierno, pero según una encuesta publicada hoy por el diario milanés "Corriere della Sera", unas elecciones celebradas ahora darían el 37,1 por ciento de los votos al Olivo, 11,4 por ciento a PRC, 40,4 por ciento para el Polo, 9,6 por ciento para la secesionista Liga del Norte, y un 1,5 por ciento para el radical Marco Pannella.

El Olivo necesitaría aumentar un 4 por ciento de votos para poder gobernar en solitario que de obtenerlos sería un verdadero referéndum de apoyo al ingreso de Italia en la moneda única europea.

Los líderes del PDS, Massimo D'Alema, y del Polo, Berlusconi, favorecen la convocatoria a elecciones si cae el Gobierno.

Berlusconi, en una entrevista hoy con "la Reppublica" señala que podría conformarse un gobierno de coalición amplia, y admite que "hay conversaciones" con la Liga del Norte para reproducir el pacto de "renuncia" que hizo el Olivo con Refundación Comunista, lo que de lograrse, unas eventuales elecciones darían el triunfo al centro-derecha.

Pero todos coinciden en que si hay crisis de gobierno, Italia perdería credibilidad internacional precisamente en el momento en que la economía empieza a despuntar, y se prepara a ingresar, entre los países de avanzada, en la moneda única, con lo que desde las inversiones hasta los proyectos de integración europea sufrirían un retroceso.

No se trata sólo del proyecto de Ley de Presupuesto, que Bertinotti quiere cambiar y no sólo retocar, sino que abarca desde la escuela hasta la privatización.

"Para evitar la crisis se necesita una señal de cambio de tendencia", afirma Bertinotti en una entrevista al diario "L'Unitá".

"Nuestro problema, afirma, es como ingresar en Europa salvaguardando los elementos esenciales de la tutela social existente, encauzar una política económica y social que de respuesta positiva a las dificultades de los sectores populares".

El PRC le propondrá al Gobierno un programa para un año, pero Prodi ha dicho que prefiere ir a elecciones que llegar a soluciones "chapuzas" y que hay límites que no pasará.EFE
so/ig/pq

09

9714250

TD9337

U PQXBT 10-07 00764
mun exg icx

ITALIA-CRISIS (Ampliación)
PRODI NO ABRE CRISIS GOBIERNO: EJECUTIVO DISPUESTO A SEGUIR

Roma, 7 oct (EFE).- El primer ministro italiano, Romano Prodi, dijo hoy en la Cámara de Diputados que el Gobierno está dispuesto a "seguir adelante" y pidió al aliado Partido Refundación Comunista que siga apoyando al Ejecutivo de centro izquierda y "no transforme una crisis política en una crisis de Gobierno".

Prodi, que abrió en la Cámara baja el debate parlamentario en el que se verificará si su Ejecutivo cuenta con mayoría suficiente para seguir gobernando, dijo que el Gobierno está dispuesto a negociar "cualquier modificación" del estado de bienestar social.

Sin embargo, advirtió que no está dispuestos a que las eventuales modificaciones supongan renunciar a los objetivos que el Ejecutivo se ha propuesto para lograr que Italia entre en la Europa de la moneda única.

Este debate parlamentario se celebra debido a la oposición de Refundación Comunista a apoyar el proyecto de ley de presupuestos para 1998, debido a que contempla, entre otras, un recorte del gasto social -sistema de pensiones, sanidad y asistencia social- por valor de cinco billones de liras (2.940 millones de dólares).

En un discurso que duró más de una hora, Prodi, líder de la coalición Olivo, repasó los 500 días de gobierno de centro izquierda y afirmó que el Ejecutivo salido de las elecciones de abril de 1996 "es consciente de haber recibido de los electores un mandato para el saneamiento económico" y llevar a Italia a la Europa del Euro.

Según Prodi, "el país no entendería después de tantos sacrificios un abandono de esta política y volver a la inestabilidad económica y financiera".

"No es justo -añadió- que por nuestras incomprensiones (entre Olivo y Refundación) el país pague un precio alto e injustificado. La crisis política puede transformarse en crisis de Gobierno, que sería la crisis más loca del mundo. El país no entendería esta crisis, ya que no quiere dar marcha atrás".

El primer ministro reconoció que el estado social del bienestar es la "conquista más grande del siglo veinte", pero reiteró que "si queremos ser poderosos en el futuro es obligatorio reformar el gasto social" y que en ese campo "no podemos ceder".

Ante las críticas de los aliados comunistas, Prodi dijo que no entiende cómo hace algo más de un año le dieron el voto de confianza para un programa de Gobierno que contemplaba esa reforma, y ahora amenazan con hacer caer al Ejecutivo.

El proyecto de ley de presupuestos de la discordia incluye un ajuste presupuestario por valor de 25 billones de liras (14.700 millones de dólares) para asegurar la entrada de Italia en la moneda única europea, y medidas para reducir el déficit público por debajo del tres por ciento del Producto Interior Bruto (PIB), exigido para acceder al Euro.

El Gobierno pretende recortar el gasto público en 15 billones de liras (8.820 millones de dólares). De esa cifra, cinco billones (2.940 millones de dólares) pretende recortarlos del sistema de pensiones, de la sanidad y de asistencia social.

Refundación Comunista se niega a aceptar el recorte de las pensiones y para apoyar los presupuestos exige al Gobierno que

9714250

acepte las siguientes propuestas: reducir la jornada de trabajo a 35 horas semanales, como forma de luchar contra el paro, eliminar los porcentajes que tienen que pagar los italianos para acceder a prestaciones sanitarias y la defensa de las pensiones.

También exige una lucha más decidida contra el fraude fiscal y medidas para la recuperación económica del deprimido sur.

Prodi hoy se mostró dispuesto a abrir un debate entre las partes sociales para que estudien eventuales modalidades para reducir la jornada de trabajo, así como conceder beneficios fiscales para aquellas empresas que reduzcan los horarios.

En materia sanitaria se mostró dispuesto a estudiar la eliminación de algunos porcentajes sanitarios. También se dijo dispuesto a convertir al actual Instituto para las Reconstrucción Industrial (IRI) en una gran agencia para el desarrollo del sur.

Esta gran agencia coordinaría los proyectos económicos y de desarrollo para las regiones sureñas.

El discurso, dirigido al díscolo aliado comunista, no levantó el entusiasmo de los diputados de Refundación. Su presidente, Armando Cossutta, dijo que "indudablemente se ha producido un esfuerzo mayor respecto ayer (cuando calificaron las propuestas de Prodi como "inadecuadas", pero no hay grandes novedades".

Tras el discurso de Prodi, intervendrán los dirigentes de todos los partidos políticos. La derecha insiste en que el Gobierno debe caer, ya que no existe una mayoría de poder.

Refundación Comunista no ha desvelado cuál será su posición, y según el diputado gubernamental verde Mauro Paissan, si los comunistas insisten en que no apoyarán los presupuestos, Prodi se limitará a tomar nota e inmediatamente presentará su dimisión. EFE

JL/pgl

10/07/16-01/97

11

9714250

XW7816

U FOXBT 10-07 00796
exg mun icx

ITALIA-CRISIS (Previsión)
PRODI SIGUE CON "ESPADA DAMOCLES" COMUNISTAS SOBRE GOBIERNO

Por Juan Lara
Roma, 7 oct (EFE).- El Gobierno italiano de Romano Prodi continúa adelante, aunque la espada de Damocles del aliado Partido Refundación Comunista sigue pendiendo sobre su cabeza al reiterar hoy, martes, el líder comunista, Fausto Bertinotti, que no votarán los Presupuestos de 1998, lo que dejaría al Ejecutivo sin mayoría.

Los votos de los 34 diputados de Refundación Comunista son necesarios para que la coalición gubernamental de centro izquierda Olivo disponga de la mayoría absoluta en la Cámara de Diputados.

El voto negativo de Refundación o la retirada de la confianza supondría la caída del Gobierno Prodi, formado hace poco más de un año (lleva 500 días en el poder) y cuyo principal partido es el Democrático de la Izquierda PDS (heredero del ex comunista PCI).

La negativa de Refundación a apoyar el proyecto de ley de presupuestos del estado para 1998 -al considerar que daña a las clases más pobres, recorta las pensiones, la sanidad y el estado de bienestar social y no tiene en cuenta al deprimido sur- abrió una crisis política que ha estado a punto de convertirse en crisis de Gobierno.

Prodi acudió hoy a la Cámara de Diputados a un debate para verificar si su Ejecutivo seguía disponiendo de una mayoría suficiente para seguir gobernando, y no se descartaba que vista la postura intransigente de Refundación se abriera la crisis de Gobierno. Prodi, sin embargo, dijo con rotundidad que está dispuesto a "seguir adelante", hizo un llamamiento a Refundación para que le "seguir adelante", hizo un llamamiento a Refundación para que le siga apoyando y como prueba de buena voluntad se mostró dispuesto a negociar el estado de bienestar, pero siempre que no suponga renunciar a los objetivos que se ha propuesto el Ejecutivo para lograr que Italia entre en la Europa de la moneda única.

"El país no entendería después de tantos sacrificios (para entrar en Europa) un abandono de esta política y volver a la inestabilidad económica y financiera. No es justo que por nuestras incomprensiones el país pague un precio alto e injustificado. La crisis política puede transformarse en crisis de Gobierno, que sería la crisis más loca del mundo", afirmó Prodi.

Los presupuestos de la discordía incluyen un ajuste por valor de 25 billones de liras (14.700 millones de dólares) para asegurar la entrada de Italia en la moneda única europea y medidas para reducir el déficit público por debajo del 3 por ciento del Producto Interior Bruto (PIB), exigido para acceder al Euro.

El Gobierno pretende recortar el gasto público en 15 billones de liras (8.820 millones de dólares). De esa cifra, cinco billones (2.940 millones de dólares) pretende recortarlos del sistema de pensiones, de la sanidad y de asistencia social.

Refundación Comunista rechaza ese recorte y para apoyar los presupuestos exige al Gobierno que acepte, entre otras, la reducción de la jornada de trabajo a 35 horas semanales, la eliminación de los porcentajes que tienen que pagar los italianos para acceder a prestaciones sanitarias y la defensa de las pensiones, "que no se tocan", dijo Bertinotti.

También exige una lucha más decidida contra el fraude fiscal y medidas para la recuperación económica del deprimido sur.

12

9714250

Prodi se mostró dispuesto hoy a abrir un debate entre las partes sociales para que estudien la redución del horario de trabajo, así como conceder beneficios fiscales para aquellas empresas que reduzcan los horarios.

En materia sanitaria se mostró dispuesto a estudiar la eliminación de algunos porcentajes sanitarios. También se dijo disponible a convertir al actual Instituto para las Reconstrucción Industrial (IRI) en una gran agencia para el desarrollo del sur.

Esta gran agencia coordinaría los proyectos económicos y de desarrollo para las regiones sureñas.

La respuesta de Bertinotti cayó como un jarro de agua fria: "votaremos contra esos presupuestos".

"No hemos recibido respuestas a las propuestas que hemos hecho. Votaremos contra estos presupuestos. Con esa política económica Prodi no puede contar con la actual mayoría", dijo Bertinotti.

No obstante, dejando una puerta abierta, agregó que lo que piden no es imposible. "No decimos tomar o dejar, pero al menos que el Gobierno asuma alguna de nuestras propuestas", afirmó.

Tras conocer la posición de Refundación, la oposición conservadora y la secesionista Liga Norte pidieron la dimisión de Prodi alegando que ya no existe mayoría y que cerrar los ojos y pensar que no ocurre nada es absurdo.

La derecha abogó por la inmediata convocatoria de elecciones generales, pero si no fuera posible estaría dispuesta, según dijo su líder, Silvio Berlusconi, a participar en un gobierno de amplia mayoría, con un tiempo de duración establecida, encargado de "llevar al país a la Europa de la moneda única".

Massimo D'Alema, líder del PDS, rechazó esa idea e insistió en que el Gobierno debe seguir adelante.

Dirigentes del Olivo esperan que de aquí a que se voten los presupuestos -a mediados de diciembre-, el Gobierno y Refundación lleguen a un acuerdo que evite la caida. EFE

JL/CO/pgl

10/07/19-51/97

XD2702

U FOXRT 10-07 00646
mun exg icx

ITALIA-CRISIS (Previsión)
DEBATE PARLAMENTARIO DECIDIRA SUERTE DEL GOBIERNO DE PRODI

Por Carlos Gosch

Roma, 7 oct (EFE).- El fracaso en las negociaciones mantenidas en las últimas horas entre la coalición gubernamental italiana de centro-izquierda del "Olivo" y sus aliados comunistas hace que la suerte del Gobierno se decida en el debate parlamentario de esta tarde en la Cámara de los Diputados.

Refundación Comunista (PRC) insistió hoy en su rechazo al proyecto de ley de Presupuestos para el próximo año, pero no decidirá si retira definitivamente su apoyo al Ejecutivo hasta que escuche el discurso del primer ministro, Romano Prodi.

El presidente del Gobierno explicará cuál es la situación política creada por la decisión de Refundación, que deja al "Olivo" sin mayoría absoluta en la Cámara.

"Hemos dirigido un llamamiento apasionado a Prodi para que en su declaración de hoy permita que se reanude el diálogo, pero pienso que no será acogido", dijo el responsable económico del PRC, Nerio Nesi.

Ni los comunistas ni sus aliados del "Olivo" han cerrado la puerta a un acuerdo "in extremis", pero sus diferencias se mantienen al término de una mañana de frenéticas reuniones.

Las posiciones no se han movido un milímetro desde que la larga entrevista mantenida el lunes entre el primer ministro y el líder del PRC, Fausto Bertinotti, terminara sin un acuerdo para evitar la crisis del Gobierno formado en mayo del pasado año.

La dirección de los comunistas respaldó hoy la línea de su secretario general, que anoche consideró "inadecuadas" las propuestas del primer ministro para que Refundación aceptara el proyecto de los Presupuestos, que prevé un ajuste de 25 billones de liras (14.700 millones de dólares) para asegurar la entrada del país en la moneda única europea.

Los líderes del "Olivo" coincidieron en que su mano sigue tendida a los comunistas, pero se mostraron firmes en defender las principales líneas del programa del Gobierno.

Tampoco hubo sorpresas en la reunión mantenida por los representantes de la oposición conservadora del "Polo de las Libertades", que insistieron en que la coalición no será el salvavidas de Prodi.

Los conservadores que lidera el magnate Silvio Berlusconi se remitieron también al discurso de Prodi para anunciar su posición ante la posible crisis del Ejecutivo.

La mayoría parlamentaria decidirá tras el debate, que comenzará a las 15.15 (13.15 GMT) si somete las declaraciones de Prodi a la votación de los grupos.

Según el análisis ofrecido hoy por la prensa italiana, el principal obstáculo que separa al Gobierno y a los comunistas se centra en las pensiones y parece insalvable.

El ejecutivo prevé en los Presupuestos un ahorro de 4,5 billones de liras (2.646 millones de dólares) en el gasto de las pensiones, objeto de una reforma en fase de discusión con los sindicatos.

Las reformas deberían centrarse en las pensiones pagadas a los trabajadores que se han jubilado con menos de 65 años, pero los comunistas se niegan a aceptar una modificación en este apartado.

Por el contrario, el Ejecutivo y Refundación estaban cerca de alcanzar un acuerdo respecto a las otras dos exigencias presentadas por los comunistas a Prodi: la jornada laboral de 35 horas y la creación de una agencia dedicada a fomentar el empleo público en el sur del país.

El "Olivo" y Refundación insisten en que la pelota está en el tejado ajeno, en un intento por evitar presentarse ante la opinión pública como los responsables de la que sería la crisis de Gobierno más impopular de las últimas décadas.

Si los comunistas aseguran que la última palabra la tiene Prodi, sus aliados del centro-izquierda han reiterado los llamamientos a la responsabilidad de Refundación, para que no pongan en peligro la entrada de Italia en el euro.

La oposición conservadora se muestra dispuesta a ayudar para que la inestabilidad política no haga perder a Italia el tren de la unión monetaria, pero sin servir de bastón al Gobierno.

La mayoría parlamentaria ha entrado en un callejón del que sólo podrá salir en el debate de esta tarde, aunque es posible que salga hecha añicos. EFE

CGM/tcr/pq

14

9714250

10/07/12-21/97

El ex capitán Adolfo Scilingo está en prisión preventiva en España
• Página 26

ROMANO PRODI ESTÁ DISPUESTO A NEGOCIAR LA REFORMA SOCIAL SI NO SE ALTERA EL EQUILIBRIO FINANCIERO

La incertidumbre sigue gobernando Italia

Una jornada dedicada al debate parlamentario no arrojó ningún resultado, centrándose todas las esperanzas en las sesiones previstas para hoy, que sólo prometen más y más discursos

POR MARTIN SAETTONE
de la redacción de EL OBSERVADOR

Una vez más los italianos se fueron a dormir anoche sin tener demasiado claro en manos de quién recae el poder en la agitada península, que ya vio pasar 56 gobiernos en tan sólo 52 años.

La incertidumbre sobre el futuro del Ejecutivo de Romano Prodi persistía anoche después de una jornada de debates en la Cámara de Diputados que no permitió aclarar la situación en el seno de la mayoría de centroizquierda italiana.

Los comunistas, cuyos votos son indispensables en el recinto de Diputados, confirmaron su determinación de votar contra el proyecto de ley de Presupuesto del gobierno, a pesar de que el presidente del Consejo ofreció algunas concesiones sobre las propuestas comunistas en materia social.

La crisis política suscitada por los desacuerdos entre los partidos de la coalición gubernamental podría desencadenar la caída del gobierno, que necesita el respaldo comunista para su supervivencia.

UNA TÍMIDA ESPERANZA

Sin embargo, el secretario nacional del Partido de la Refundación Comunista (PRC), Fausto Bertinotti, dejó una puerta abierta a la

Romano Prodi se declaró dispuesto a discutir la reforma del Estado social

negociación al afirmar que las propuestas de su partido no eran "para tomar o dejar", y pidió a Prodi que acepte "por lo menos una propuesta significativa".

Al término de una jornada de idas y venidas, Prodi anunció que esta mañana se presentará ante el Senado y luego informará de la situación al presidente de la República, Oscar Luigi Scalfaro.

Para mañana jueves está previsto que Prodi vuelva a presentarse ante la Cámara de Diputados.

Los emisarios del gobierno y los comunistas volverán a reunirse hoy a primera hora para hallar un acuerdo que evite la caída del gobierno, situación que ninguna de las formaciones políticas desea realmente.

LA DERECHA PIDE RENUNCIAS

La oposición de derecha, que rindió homenaje a la "dignidad" del discurso de Romano Prodi, pidió su renuncia para que se forme un gobierno ampliado.

El actual Ejecutivo de centroizquierda y centroderecha excluye a los secesionistas de la Liga del Norte y a los comunistas, y debería permitir que Italia "no desperdicie sus posibilidades" de participar en la moneda única europea, el euro, declaró Gianfranco Fini, jefe de la Alianza Nacional (AN, neofascista).

El debate de ayer en la Cámara comenzó después del anuncio de los comunistas de que votarán contra el presupuesto de austeridad si no es enmendado. Las medidas de rigor que contiene dicho proyecto de ley deben permitir que Italia ingrese en el euro a partir del 1º de enero de 1999.

EL DISCURSO DE PRODI

En su discurso introductorio del debate, Prodi se declaró dispuesto a discutir la reforma del Estado social, siempre y cuando no ponga en entredicho el equilibrio de su ley de Finanzas y su objetivo prioritario, es decir, la incorporación de Italia a la Unión Económica y Monetaria Europea (UEM).

En ese sentido, hizo una propuesta innovadora sobre el sistema de jubilaciones, el más costoso de Europa, que quiere reformar a pesar de la fuerte oposición comunista.

También propuso reflexionar sobre un sistema de prejubilación para los trabajadores manuales de la industria que permita aplicar el trabajo a tiempo parcial subvencionado, como funciona en Alemania.

Respecto de la reducción del tiempo de trabajo, uno de los caballos de batalla de los comunistas, propuso una ley-marco que daría paso a la creación de una conferencia trienal basada en el modelo francés.

El líder del Partido de Refundación Comunista había exigido compromisos claros a favor de "una reducción de la jornada laboral" de 40 a 35 horas semanales en los próximos tres años, así como estímulos para la creación de empleo en el sur de Italia, la zona más desfavorecida, la lucha contra la evasión fiscal y el mantenimiento del actual sistema de jubilación.

(En base a AFP, EFE y Reuter)

Prodi no quiere dar por perdida la batalla

Reunión clave entre Prodi y Luigi Scalfaro

Para última hora de ayer se esperaba una reunión entre el primer ministro italiano, Romano Prodi, y el presidente Oscar Luigi Scalfaro, en la que el primero informaría al jefe de Estado sobre el debate parlamentario celebrado ayer en la Cámara de Diputados.

Fuentes allegadas a Prodi indicaron que existían posibilidades ciertas para que la cita, pactada en principio para hoy, se adelantara y tuviese lugar en la noche de ayer, vistas las magras alharacas que cosechó el jefe de gobierno en Diputados.

Prodi pondrá personalmente sobre aviso a Scalfaro de lo discutido en la cámara tras la oposición del partido aliado Refundación Comunista (PRC) de apoyar el proyecto de ley gubernamental de presupuestos para 1998.

De realizarse la reunión mañana, el jefe del gobierno confirmó que antes de reunirse con Scalfaro concurrirá al Senado

Scalfaro se opone a la disolución del Parlamento e insiste en defender a Prodi

para asistir al debate que se celebrará en esa cámara sobre el mismo tema.

Scalfaro, cercano a los demócratacristianos del Partido Popular Italiano (PPI), que integra el gobierno, no está a favor de la disolución del Parlamento y podría, según fuentes gubernamentales, pedir a Prodi que se presente una vez más ante las cámaras para verificar si sigue contando con la mayoría mediante un voto de confianza en el caso de que persista el actual impasse.

El presidente del Consejo dijo ayer ante la Cámara de Diputados que la ley de Presupuesto 1998 es "coherente" con los compromisos adquiridos con los electores y las fuerzas políticas de centro e izquierda que lo apoyan desde hace un año y medio.

En tanto, el líder del PRC, Fausto Bertinotti, cuestionó el apoyo a un gobierno que privilegia los resultados macroeconómicos y subrayó que "el balance económico está bien, pero el balance social no tanto". *(AFP)*

9714250

Refundación Comunista bloquea la entrada de Italia al euro

El partido neocomunista italiano insiste en cambiar el presupuesto que garantiza la entrada del país a la moneda única europea. El gobierno de Romano Prodi, que depende del apoyo de esa formación, está por lo tanto al borde de la crisis, y podría no sobrevivir.

Refundación Comunista redobló ayer su apuesta. El partido neocomunista italiano, fundado en disidencia con la decisión del viejo PC de convertirse a la socialdemocracia (y pasar a llamarse Partido de la Izquierda Democrático, o PDS), reafirmó ayer que votará en contra del proyecto de presupuesto del gobierno de Romano Prodi, que depende del apoyo de RC y podría caer como consecuencia de la decisión de esta formación política. Pero los alcances de la posición de RC van mucho más lejos que una simple caída del gobierno, ya que el presupuesto vetado por los neocomunistas representa el esfuerzo italiano por cumplir los requisitos de entrada a la moneda única europea (el euro) en 1999, lo que ahora podría verse demorado.

La negativa de Refundación a apoyar el presupuesto para 1998 –al considerar que daña a las clases más pobres, recorta las pensiones, la sanidad y el Estado de bienestar social y no tiene en cuenta al deprimido sur– abrió una crisis política. Prodi acudió ayer a la Cámara de Diputados a un debate para verificar si su Ejecutivo seguía disponiendo de una mayoría suficiente para seguir gobernando, y no se descartaba que vista la postura intransigente de Refundación se abriera la crisis de gobierno. Prodi, sin embargo, dijo sin rodeos que está dispuesto a "seguir adelante", hizo un llamamiento a Refundación para que lo siga apoyando y como prueba de buena voluntad se mostró dispuesto a negociar el Estado de bienestar, pero siempre que no suponga renunciar a los objetivos que se ha propuesto el Ejecutivo para lograr que Italia entre en la Europa de la moneda única.

"El país no entendería después de tantos sacrificios (para entrar en Europa) un abandono de esta política y volver a la inestabilidad económica y financiera. No es justo que por nuestras incomprensiones el país pague un precio alto e injustificado. La crisis política podría transformarse en crisis de gobierno, que sería la crisis más loca del mundo", afirmó Prodi.

AFP

Romano Prodi (izquierda) y su viceprimer ministro Walter Veltroni ayer en la Cámara de Diputados.

"La crisis política podría transformarse en crisis de gobierno, que sería la crisis más loca del mundo."

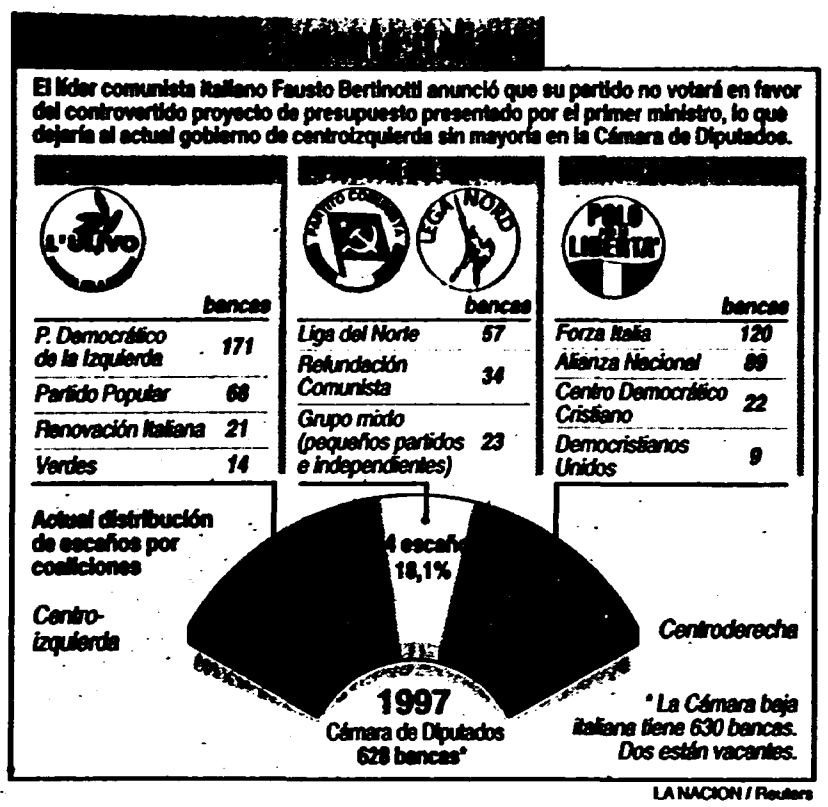
Los presupuestos de la discordia incluyen un ajuste por valor de 14.700 millones de dólares para asegurar la entrada de Italia en la moneda única y medidas para reducir el déficit público por debajo del 3 por ciento del Producto Bruto Interno, exigido para acceder al euro. El gobierno busca reducir el gasto público en 8820 millones de dólares. De esa cifra, 2940 millones serían recortados del sistema de pensiones, de la sanidad y la asistencia social. Refundación rechaza ese recorte y para apoyar los presupuestos exige al gobierno que acepte, entre otras, la reducción de la jornada de trabajo a 35 horas semanales, la eliminación de los porcentajes que tienen que pagar los italianos para acceder a prestaciones sanitarias y la defensa de las pensiones, que –según dijo Fausto Bertinotti, líder de RC– "no se tocan". También exige una lucha más decidida contra el fraude fiscal y medidas para la recuperación económica del sur del país. Sin embargo, Bertinotti dejó una puerta abierta a la negociación al decir que las propuestas de su partido no eran "para tomar o dejar".

Tras conocer la postura de Refundación, la oposición conservadora y la secesionista Liga del Norte pidieron la dimisión de Prodi, alegando que ya no existe mayoría y que cerrar los ojos y pensar que nada ocurre es absurdo; también se pronunciaron por la convocatoria a elecciones anticipadas. Massimo D'Alema, líder del PDS, rechazó esa idea e insistió en que el gobierno debe seguir adelante.

P12 0890

16

9714250



LA NACION / Reuters

Fausto Bertinotti (Reuter)

Sigue la crisis de gobierno en Italia; mañana es el día clave

Intransigencia: los comunistas reiteraron su desacuerdo con el presupuesto; el jueves habrá otro debate crucial.

ROMA, 7 (ANSA).- El premier italiano Romano Prodi, en un nuevo intento para salvar la mayoría política que apoya a su gobierno, se reunirá mañana con el presidente Oscar Luigi Scalfaro, a fin de examinar la dramática crisis planteada por el partido de la Refundación Comunista (PRC).

Este se opone desde hace días a la ley presupuestaria para 1998 propiciada por el gobierno, que para ser aprobada en la Cámara de Diputados necesita los votos de los diputados del PRC.

Tras un debate parlamentario en el que presentó sus propuestas de compromiso ante las exigencias del PRC, Prodi aún no ha logrado la aprobación de sus aliados de izquierda, que no forman parte de la coalición gubernamental del Olivo y la apoyan desde el exterior.

Paolo Manca, jefe de la bancada de Renovación Italiana (el grupo centrista del Olivo, liderado por el canciller Lamberto Dini), dijo hoy a última hora que Prodi esperaba "definir un compromiso en el plazo de 48 horas", tras el fracaso de los intentos de mediación llevados a cabo hasta el momento.

El miércoles por la mañana, Prodi se presentará ante el Senado (donde el Olivo posee mayoría propia, sin el PRC) y posteriormente subirá al Palacio del Quirinal para entrevistarse con Scalfaro, aunque no le presentará su renuncia.

De este modo, el premier volverá a presentarse ante la Cámara de Diputados el jueves, para exponer a los legisladores si existe o no un acuerdo para la aprobación del presupuesto.

El debate celebrado hoy había sido requerido la semana pasada por la oposición de centroderecha, luego de que el PRC anunció su oposición a la ley de presupuesto y exigió al gobierno que la retirara para modificar sus líneas esenciales.

Demasiados recortes

El PRC -agrupación que reúne la parte del Partido Comunista Italiano que no aceptó el vuelco reformista del Partido de la Izquierda Democrática (PDS)- estima que el presupuesto contiene demasiados recortes a los programas sociales y no incluye suficientes medidas para crear ocupación.

Más en detalle, los comunistas exigen que Prodi proponga una ley por la que se establezca que a partir del año 2000 se pase a la semana laboral de 35 horas con igualdad de salario, que el Estado emplee directamente a decenas de miles de personas en el sur del país y que no se toquen las pensiones de vejez.

En su discurso ante la Cámara, sin embargo, Prodi volvió a subrayar que en su opinión "no podemos volver atrás y no tenemos el derecho de renunciar a los objetivos que nos hemos fijado", y le recordó al PRC que habían aprobado "las líneas generales del presupuesto que fueron votadas en el pasado mes de julio".

"Pido una vez más a la mayoría y a las fuerzas que apoyan al gobierno que no vuelvan inútiles los resultados logrados hasta ahora, arrojando al país en una situación difícil y en una crisis que en todo caso no podría sino alejar a los italianos de aquello a lo que tienen el derecho de querer y tener: un país guiado por un gobierno responsable", dijo Prodi.

Pero el líder del PRC, Fausto Bertinotti, respondió con intransigencia al jefe de gobierno. "Señor presidente del Consejo -le expresó-, si usted tiene un mensaje de certeza dígalo ahora, si usted piensa que las pensiones a la vejez en la industria no se tocan o tiene certeza sobre el empleo de los jóvenes en el Sur, dígalo".

Los analistas coinciden en que, con el paso de los días y las horas, nada parece haber cambiado esencialmente en el duelo entre gobierno y PRC, entre Prodi y Bertinotti.

Ambos mantienen sus posiciones de principio a medida que se va estrechando el margen de maniobra para definir un acuerdo que le salve la vida al gobierno.

Es así que Gianfranco Fini, líder de la derechista Alianza Nacional, invitó hoy a Prodi a "intentar mantener algo de claridad" en lo que describió cómo "un choque entre dos programas económicos alternativos" que "no debe ser ni escamoteado ni minimizado", antes de pedirle que entregue su renuncia.

LN 0810

17

9714250

TD9420

U ECOBT 10-08 00661
exg mun icx

ITALIA-CRISIS (Previsión)
CAIDA DEL GOBIERNO PRODI ALEJARIA A ITALIA DEL EURO

Por Carlos Gosch

Roma, 8 oct (EFE) - La caída del gobierno de Romano Prodi, que puede ocurrir mañana, jueves, alejaría a Italia de su objetivo de entrar en el primer grupo de países que accederán a la moneda única europea, cuando se encuentra a un paso de conseguirlo.

Esta opinión, sostenida estos días por los ministros del área económica del ejecutivo de centro-izquierda, ha sido suscrita por el presidente de la Comisión Europea, Jacques Santer, y ha llevado a Prodi a afirmar que su gobierno se enfrenta con "la crisis más loca del mundo".

La Cámara de los Diputados decidirá mañana con una votación si el primer ministro sigue contando con la mayoría necesaria para gobernar.

El resultado depende de la posición del Partido de Refundación Comunista (PRC), aliado de la coalición gubernamental de centro-izquierda del "Olivo", que abrió la pasada semana una crisis política al anunciar su rechazo al proyecto de ley de Presupuestos para 1998 aprobado por el ejecutivo.

Prodi tiene tiempo hasta mañana para encontrar un acuerdo que salve a su gobierno -que precisa los votos de los comunistas para alcanzar mayoría absoluta en la Cámara-, sin renunciar a las medidas económicas indispensables para estar en el euro.

El gobierno del "Olivo" convirtió la entrada de Italia en la moneda única europea en el objetivo principal de su programa y en sus quinientos días de vida ha dado pasos de gigante para conseguirlo.

Prodi y sus ministros han recordado estos días que cuando llegaron al poder, en mayo de 1996, Italia no cumplía los criterios fijados por el Tratado de Maastricht para acceder al euro.

Desde entonces, el déficit público ha pasado del 7 por ciento del Producto Interior Bruto (PIB) a cerca del 3 por ciento exigido para ingresar en la moneda europea, mientras que el índice de inflación se redujo del 4,5 por ciento a menos del 2 por ciento y la lira regresó al Sistema Monetario Europeo (SME), después de cuatro años de ausencia.

Para lograr estas cifras, el gobierno italiano no ha dudado en recurrir a un terapia de choque para frenar el déficit, a base de una serie de ajustes, por un valor total de 120 billones de liras (70.560 millones de dólares), e impuestos especiales, como la llamada "tasa para Europa".

El ejecutivo de Prodi adoptó el pasado año un ajuste presupuestario para 1997 sin precedentes por valor de 62 billones de liras (36.455 millones de dólares), que contó con el apoyo de los comunistas.

Este ajuste fue completado en marzo pasado con otras medidas correctivas por valor de 15,5 billones de liras (9.114 millones de dólares), con las que el gobierno espera cerrar el año con un déficit equivalente al 3 por ciento del PIB.

Sin embargo, las previsiones económicas señalaban que, sin nuevas medidas correctivas, el déficit italiano se dispararía el próximo año por encima de la cifra exigida por el Tratado de Maastricht.

Este peligro obligó a Prodi a adoptar un nuevo ajuste para 1998, esta vez de 25 billones de liras (14.700 millones de dólares), con medidas que prevén recortes en el gasto público por valor de 15 billones (8.820 millones de dólares) y nuevas entradas por 10 billones (5.880 millones de dólares).

De esos 15 billones, el gobierno prevé recortar 5 billones (2.940 millones de dólares) del gasto social, cantidad repartida entre el sistema de pensiones, sanidad y asistencia social.

En esta ocasión, los comunistas se han negado en redondo a dar los votos necesarios para que las medidas del gobierno sean aprobadas, tras considerar que los trabajadores italianos ya han hecho demasiados esfuerzos y que como contrapartida ha empeorado la situación social del país.

"El país no entendería, después de tantos sacrificios (para entrar en la moneda única), que se abandonara esa política", afirmó Prodi al abrir el martes el debate parlamentario que decidirá la suerte de su gobierno.

El ejecutivo italiano puede morir en nombre de Europa, pero si los comunistas decidieran ese destino provocarían la crisis más impopular de las últimas décadas con la que se abriría una fase de incertidumbre política a pocos meses del examen para entrar en la moneda única. EFE

CGM/jf/mlr

9714250

P5363

U POXBT 10-09 00222
mun exg icx

ITALIA-CRISIS (Ampliación)
PRODI PRESENTA NUEVAS PROPUESTAS ECONOMICAS A COMUNISTAS

Roma, 9 oct (EFE).- El primer ministro italiano, Romano Prodi, hizo hoy nuevas propuestas económicas a sus aliados de Refundación Comunista durante en su discurso de hoy en la Cámara de los Diputados.

Las ofertas de Prodi se centran en el sistema de pensiones, la reducción de la jornada laboral, la creación de una agencia destinada a fomentar el empleo en el sur del país y el gasto sanitario.

Las propuestas en estos puntos habían sido exigidas por los comunistas para mantener su apoyo al gobierno.

El primer ministro instó a los aliados de Refundación a no frustrar a los italianos rechanzado las propuestas.

"No hay duda que para concretar nuestras convicciones necesitamos el consenso del Parlamento y sobre de nuestra la mayoría, incluido el suyo y el de su grupo", dijo Prodi, dirigiéndose personalmente al líder de Refundación, Fausto Bertinotti.

"De usted depende las respuestas que se puedan dar al enfermo crónico para que no pague las prestaciones sanitarias al parado del sur y al trabajador de Brescia", añadió el primer ministro.

Tras el discurso del primer ministro, el debate se suspendió por una hora y se reanudará para la votación, de la que Prodi dijo que "sacaré las conclusiones pertinentes", en alusión a que un resultado negativo le obligará a dimitir como jefe del ejecutivo.

EFE

B POXBT 10-09 00302
mun exg icx

ITALIA-CRISIS (Ampliación)
COMUNISTAS RECHAZAN PROPUESTAS ECONOMICAS DE PRODI

Roma, 9 oct (EFE).- El Partido de Refundación Comunista (PRC) consumó hoy su ruptura con el gobierno de centro-izquierda de Romano Prodi, al rechazar las propuestas económicas efectuadas por el jefe del ejecutivo durante el debate que se celebra en la Cámara de los Diputados.

Los comunistas expresaron un "juicio negativo" al discurso de Prodi, en un documento presentado a la Cámara.

La coalición gubernamental del "Olivo" precisa del apoyo de Refundación para contar con mayoría absoluta en la Cámara, por lo que si Refundación se pronuncia en contra de Prodi en la votación que se efectuará al término del debate, el primer ministro se verá obligado a dimitir.

"Escuchadas las palabras del presidente del gobierno se expresa un juicio negativo sobre el discurso pronunciado por el primer ministro sobre el proyecto de ley de Presupuestos presentada por el ejecutivo y la política económica que contiene", señala el documento de los comunistas.

El PRC abrió la pasada semana una crisis política con su decisión de votar contra los Presupuestos aprobados por el ejecutivo para 1998, lo que obligó a convocar este debate para verificar si Prodi cuenta aún con una mayoría suficiente para seguir gobernando.

En su discurso de esta mañana, el primer ministro amplió sus propuestas a Refundación sobre pensiones, sanidad y empleo, pero las ofertas han sido consideradas insuficientes por los comunistas.

Tras la intervención de Prodi, el debate se interrumpió durante una hora y se reanudó después con las intervenciones de los grupos parlamentarios sobre la intención de voto, aún en curso.

Cuando concluyan se procederá a votar lo que el primer ministro consideró en su discurso una "moción de confianza" al ejecutivo.

Prodi anunció que si pierde la votación dimitirá ante el presidente de la República, Oscar Luigi Scalfaro. EFE

CGM/jff

9714250

19

XQ1894

U POXBT 10-09 00704
MUN

ITALIA-CRISIS/RUPTURA
COMUNISTAS PROVOCAN PROFUNDA RUPTURA EN LA IZQUIERDA

Por Carlos Gosch
Roma, 9 oct (EFE).- La decisión del Partido de Refundación Comunista (PRC) de forzar la caída del ejecutivo progresista de Romano Prodi ha provocado una profunda ruptura en la izquierda italiana, que por primera vez dominaba el gobierno del país.

"Es una fractura histórica dificilmente reparable", afirmó el vicepresidente del gobierno, Walter Veltroni, del Partido Democrático de la Izquierda (PDS, ex comunistas).

Veltroni aseguró que la ruptura de los neocomunistas con la coalición del "Olivo" -cuyo principal partido es el PDS- es "una de esas cosas que quedarán en la historia de la izquierda italiana".

En la víspera del debate que decidió hoy el final del gobierno de centro-izquierda formado por Prodi en mayo del pasado año, el filósofo Norberto Bobbio había advertido que una crisis "significaría el final de la izquierda italiana, que no volvería a ganar las elecciones nunca más".

Contra el optimismo generalizado que llevaba a pensar que los comunistas jamás provocarían la caída del primer gobierno con mayoría de ministros de la izquierda de la historia de la República, algunos observadores habían anunciado el peligro de un "ajuste de cuentas" entre los hijos del viejo Partido Comunista Italiano (PCI).

La disolución del PCI, en 1991, dio origen a un divorcio entre la corriente mayoritaria, que pasó a formar el PDS, y una minoría "ortodoxa", que se negó a abandonar el comunismo y se escindió para crear el PRC.

Los herederos del histórico PCI acercaron sus posiciones para medirse unidos a la derecha en las elecciones de 1994, pero "la alegre máquina de guerra de la izquierda", como definió el entonces líder del PDS, Achille Occhetto, a la coalición de "Los Progresistas", fue derrotada por el centro-derecha liderado por el magnate Silvio Berlusconi.

Después de apoyar al gobierno de independiente de Lamberto Dini que sucedió en diciembre de 1994 al breve ejecutivo de Berlusconi, el PDS cambió de estrategia y se acercó al centro, para formar la coalición del "Olivo", con un candidato a primer ministro capaz de recibir los votos del electorado moderado, el economista católico Romano Prodi.

El "Olivo" se impuso a los conservadores de Berlusconi en las elecciones generales de abril de 1996, pero la coalición sólo obtuvo la mayoría absoluta en el Senado, por lo que Prodi pudo formar su gobierno gracias al apoyo dado por los 35 representantes de Refundación en la Cámra de los Diputados.

El líder de los comunistas, Fausto Bertinotti, comentaba pocos días después del triunfo electoral del "Olivo", ante un grupo de corresponsales extranjeros, que si bien su partido apoyaría la formación de un ejecutivo del centro-izquierda, la estabilidad del nuevo gobierno no sería un objetivo prioritario para Refundación.

Lo que pocos podía imaginar es que Bertinotti justificara sus advertencias en un momento en el que Italia se encuentra a un paso de cumplir las exigencias para formar parte del grupo de vanguardia de la moneda única europea, tras el profundo saneamiento económico aplicado por Prodi, gracias al apoyo de los comunistas.

Refundación ha retirado su ayuda al gobierno del "Olivo" cuando éste se disponía a afrontar la recta final de su carrera para llegar al euro, con unas medidas económicas más suaves que las adoptadas en los meses anteriores para reducir el déficit.

Los comunistas señalaron al anunciar su rechazo a los Presupuestos aprobados por el gobierno para 1998 que las clases más débiles no podían seguir cargando con el peso de la entrada en la moneda única, pero su justificación no ha convencido ni siquiera a los sindicatos de izquierda.

Las centrales negociaban con el ejecutivo algunas de las medidas para reducir el déficit, como la reforma de las pensiones, y han sido atacadas estos días por Bertinotti, quien acusó a los líderes sindicales de hacer demasiadas concesiones a Prodi.

Por su parte, los comunistas han recibido una lluvia de críticas que les acusan de falta de responsabilidad y que anuncian su futuro aislamiento.

"Me pregunto, ¿cómo es posible que Bertinotti no vea que su decisión de provocar ahora una crisis es gravísima?", afirmó Bobbio en una entrevista publicada hoy por "L'Unitá", el diario del PDS.

Bobbio subrayó que la decisión de los comunistas confirma "una constante de la historia de la izquierda italiana, que en los momentos difíciles se divide para facilitar el camino a la derecha". EFE
CGM/ddp

9714250

XQ1921

U POXBT 10-09 00397
mun exq icx

ITALIA-CRISIS
SCALFARO COMIENZA MAÑANA CONSULTAS FORMACION NUEVO GOBIERNO

Roma, 9 oct (EFE).- El presidente italiano, Oscar Luigi Scalfaro, comenzará mañana, viernes, las consultas para la formación de un nuevo gobierno, que sustituya al de Romano Prodi, que hoy presentó su dimisión, tras retirarle la confianza su aliado el Partido Refundación Comunista.

Las consultas comenzarán a las 17.30 hora local (15.30 GMT) y Scalfaro recibirá primero al presidente del Senado, Nicola Mancino, y después al de la Cámara de Diputados, Luciano Violante.

Las consultas proseguirán el sábado, cuando el jefe del Estado recibirá a los dirigentes del grupo mixto de la Cámara y del Senado y a los líderes de los partidos nacionalistas del Alto Adigio (sur del Tirol) y del Valle de Aosta, de Refundación Comunista y de la secesionista Liga Norte.

El lunes reanudará las consultas recibiendo a los líderes de la coalición de centro izquierda Olivo, de Renovación Italiana (aliada del Olivo) y del Polo de las Libertades, la coalición de centro derecha que encabeza el ex primer ministro Silvio Berlusconi.

Las consultas concluirán el martes, cuando Scalfaro se reunirá con los ex jefes de Estado Giovanni Leone y Francesco Cossiga.

Una vez concluidas las consultas, Scalfaro decidirá si encarga la formación de un nuevo gobierno a un político o a una personalidad que no milite en partido alguno (para formar el llamado "gobierno técnico", de independientes) o si por el contrario disuelve el Parlamento y convoca elecciones.

Scalfaro no es partidario de convocar elecciones mientras no se demuestre que el Parlamento es incapaz de crear una nueva mayoría en torno a un nuevo candidato a formar Gobierno.

La mayor parte de los dirigentes del Olivo abogan por la convocatoria de elecciones generales anticipadas, mientras que la derecha conservadora que lidera Berlusconi está dispuesta a formar parte de un gobierno de amplia mayoría parlamentaria, con un tiempo de duración preestablecido, que se encargue de que Italia se integre en el grupo de cabeza de la moneda única.

El mundo de las finanzas se ha decantado por un gobierno de amplia mayoría o un ejecutivo "técnico" presidido por una persona de gran prestigio, que no pertenezca a partido político alguno.

El nombre que más suena es el de Carlo Azeglio Ciampi, actual ministro del Tesoro, independiente que procede de la Banca de Italia, de la que fue gobernador.

Ciampi ya fue primer ministro del Ejecutivo formado el 28 de abril de 1993 y que duró un año. EFE

JL/ah/ddp

10/09/18-58/97

97142 50

21

XQ1896

U POXBT 10-09 00777
 MUN EXG ICX

ITALIA-CRISIS/DIMISION (previsión)
PRIMER GOBIERNO MAYORIA IZQUIERDA HUNDIDO POR NEOCOMUNISTAS

Por Juan Lara

Roma, 9 oct (EFE) - El primer gobierno con mayoría de izquierda de la república italiana cayó hoy 500 días después de su formación por la negativa del aliado Partido Refundación Comunista a aceptar los recortes al sistema de pensiones, sanidad y asistencia social previstos en los presupuestos para 1998.

Romano Prodi, de 56 años, prestigioso economista de tendencia democristiana, líder de la coalición Olivo -cuyo principal partido es el ex comunista Democrático de la Izquierda, PDS- se vio obligado hoy a arrojar la toalla ante la intransigencia de los neocomunistas a aceptar los presupuestos, preparados con el objetivo -según dijo el primer ministro dimisionario- de "llevar a Italia a la moneda única europea".

Prodi formó gobierno el 17 de mayo de 1996 tras el pacto de renuncia entre el Olivo y Refundación, que suponía el apoyo de los neocomunistas en el Parlamento pero no la entrada en el Ejecutivo.

En este poco más de un año de mandato, en varias ocasiones los comunistas ortodoxos pusieron al Gobierno en las cuerdas, pero al final siempre se llegó a ese típico "acuerdo in extremis a la italiana" que evitaba la crisis, acuerdo que hoy no se produjo.

El polémico proyecto de ley de presupuestos que ha llevado a la dimisión a Prodi incluye un ajuste por valor de 25 billones de liras (14.700 millones de dólares) y medidas para reducir el déficit público por debajo del 3 por ciento del Producto Interior Bruto (PIB), exigido para acceder al Euro.

M El Gobierno Prodi pretendía recortar el gasto público en 15 billones de liras (8.820 millones de dólares). De esa cifra, cinco billones (2.940 millones de dólares) saldrían del recorte del sistema de pensiones, de la sanidad y de asistencia social.

Refundación Comunista lo rechazó y para apoyar los presupuestos exigió al Gobierno que aceptara, entre otras, la reducción por ley de la jornada de trabajo a 35 horas semanales, la eliminación de los porcentajes que tienen que pagar los italianos para acceder a prestaciones sanitarias y que no se tocaran las pensiones.

También exigió una lucha más decidida contra el fraude fiscal y medidas para la recuperación económica del deprimido sur.

Para evitar la crisis, Prodi aceptó hoy algunas de las exigencias sobre pensiones y gasto sanitario y la creación de una agencia para fomentar el empleo del sur del país, que se subvencionaría con los dineros de la privatización de la empresa pública de telecomunicaciones Telecom.

La respuesta de los neocomunistas cayó como un jarro de agua fría: "hemos pedido seguridades y se nos ha dicho 'no', se nos ha respondido con inversiones, pero no con propuestas serias sobre pensiones y horario de trabajo. Todo han sido evasivas", dijo Fausto Bertinotti, líder de Refundación consumando la ruptura.

Tras comprobar que la ruptura era un hecho, Prodi anunció su dimisión, afirmando "estoy sereno y tranquilo".

Las críticas del Olivo a Refundación no se hicieron esperar. El vicepresidente del Gobierno, Walter Veltroni, número dos del PDS, afirmó que la ruptura con los neocomunistas será "muy dificil

9714250

de sanar".

"La izquierda habria unido su nombre al ingreso en Europa, al saneamiento del pais y al relanzamiento del empleo y a la reforma del Estado. Sin embargo, ha sido un partido de izquierda el que ha interrumpido este camino de manera irresponsable. La única obsesión de Refundación, como se ha demostrado, era hacer caer al Gobierno. Estoy amargado. Han sido muchos meses para salvar al pais y ahora todo se interrumpe por la irresponsabilidad de Refundación, que tendrá que dar cuentas al pueblo", dijo con dureza Veltroni.

Si Veltroni está amargado, para el Olivo en general es un día "triste, de dolor", como reconoció Massimo D'Alema, líder del PDS y la ministra para la Familia, Livia Turco, que abandonó la Cámara de Diputados llorando como una magdalena.

Tras la dimisión, la palabra pasa al Jefe del Estado, Oscar Scalfaro, que no es partidario de convocar nuevos comicios mientras no se demuestre que el Parlamento es incapaz de crear una nueva mayoria en torno a un nuevo candidato a formar Gobierno.

El vicepresidente Veltroni y la mayor parte de los dirigentes del PDS abogan por la convocatoria de elecciones generales anticipadas ("lo nuevo lo decidirán los electores", dijo Veltroni), mientras que la derecha conservadora que lidera Silvio Berlusconi se ha mostrado dispuesta a formar parte de un gobierno de amplia mayoria parlamentaria, con un tiempo de duración preestablecido y cuyo objetivo sea "llevar Italia a la Europa de la moneda única".

La secesionista Liga Norte apoya comicios generales, con la esperanza de pescar en rio revuelto, mientras que los partidos de centro que forman parte del Olivo, entre ellos el del ministro de Exteriores, Lamberto Dini, no ven con malos ojos una nueva mayoria de Gobierno, de la que quedaria excluida Refundación. EFE

JL/ddp

10/09/15-54/97

9714250

Cayó el gobierno italiano de Prodi

Roma, de nuestras agencias

El gobierno de centroizquierda italiano del premier Romano Prodi cayó ayer por el rechazo del Partido de la Refundación Comunista (PRC), aliado externo de la coalición oficialista Olivo, a votar el proyecto de ley de presupuesto para 1998.

Prodi entregó su renuncia al presidente, Oscar Luigi Scalfaro, quien tras aceptarla iniciará mañana consultas políticas con todos los partidos políticos.

La administración ordinaria del Estado quedará interinamente a cargo de Prodi hasta que se forme un nuevo gobierno.

Scalfaro, como jefe del Estado puede llamar a otra personalidad, miembro o no del Parlamento, a la formación de un nuevo gobierno con mayoría alternativa o uno "técnico", o bien disolver las cámaras y llamar a elecciones anticipadas.

La caída del gobierno Prodi marcó la culminación de un enfrentamiento entre el PRC y la coalición del Olivo —integrada por el Partido Democrático de Izquierda (PDS), el Partido Popular (PPI) y fuerzas menores— sobre el contenido de la ley presupuestaria.

Fausto Bertinotti, el combativo líder del PRC, anunció la semana pasada que su partido no aceptaba el proyecto presentado por el gobierno, y planteó una serie de exigencias para que su partido concediera su aprobación al presupuesto.

Para los comunistas, Prodi debía comprometerse de manera clara en varios puntos, entre ellos la semana laboral de 35 horas a igualdad de salario para el año 2000, congelamiento de la reforma de las jubilaciones e intervención directa del Estado para crear empleos, sobre todo en el sur del país.

Durante varios días, los dirigentes del gobierno y del PDS multiplicaron las mediaciones para intentar mantener de pie la mayoría. El martes Prodi, en un discurso de aclaración de la situación política ante la Cámara, señaló las primeras aperturas hacia los comunistas.

En esa ocasión y una vez más en la sesión de ayer jueves, el premier de centro-izquierda propuso al PRC una serie de medidas de compromiso.

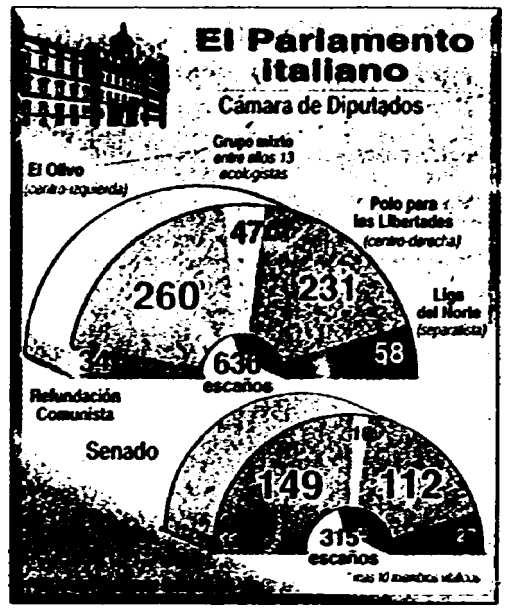
Entre ellas se destacaron la suspensión de la reforma jubilatoria para los trabajadores de la industria, una ley marco para lanzar el debate entre las partes sociales sobre la reducción del horario de trabajo y la creación de una agencia para el trabajo financiada a través de las privatizaciones.

Prodi hizo ayer su último llamado a los comunistas diciéndoles que "ha llegado el momento de la responsabilidad: hoy interpretaré vuestro voto como un voto de confianza, y si resulta negativo sacaré inmediatamente las consecuencias".

Pero el PRC consideró insuficientes estas concesiones: "Sus palabras no nos han convencido", respondió el jefe de la bancada comunista, Oliviero Diliberto.

Los poscomunistas presentaron una moción en

El gobierno de centroizquierda italiano del premier Romano Prodi cayó ayer. El premier renunció. (AFP)



la que afirmaban que "el gobierno ha decidido rechazar las propuestas razonables, concretamente realizables y sinceramente reformadoras presentadas por Refundación Comunista".

Tras la presentación de la renuncia de Prodi, la secretaría de la presidencia anunció que Scalfaro debe ahora examinar la situación política, para decidir cuál será el próximo paso.

Según la Constitución italiana, es el presidente quien disuelve las cámaras.

El jefe del Estado no está obligado a cumplir este paso sólo porque un primer ministro pierde su mayoría durante la legislatura. El primer mandatario puede designar una personalidad (perteneciente a cualquier fuerza política) para que intente obtener la mayoría en el Parlamento, antes de considerar que no es posible un nuevo gobierno y llamar entonces a elecciones.

Scalfaro, cercano al Partido Popular (ex democristianos de izquierda) no ha escondido en los últimos días que, antes de llegar a la disolución de las cámaras, explorará toda posibilidad alternativa para constituir una mayoría en el Parlamento.

Según los observadores, las hipótesis que excluyen las elecciones son dos: un gobierno integrado por el mayor número de fuerzas políticas (el llamado ejecutivo de "amplia alianza") o un gabinete sin pertenencia partidaria (ejecutivo "técnico").

En ambos casos, el gobierno tendría objetivos prefijados (aprobar el presupuesto, asegurar el ingreso en el Euro) y un tiempo de vida limitado.

Silvio Berlusconi, líder del Polo de centro derecha, se dijo favorable a la creación de "un gobierno de gran coalición" y sostuvo que "la solución justa y adecuada para nuestro país es una gran coalición para lograr entrar en Europa y hacer las reformas".

Precisando su propuesta, el ex premier dijo que es necesario "un gobierno de amplio acuerdo y a tiempo determinado, que cumpla con puntos muy bien definidos: el ingreso en Europa" (o sea la adhesión de la lira al euro, NDR) "el saneamiento de las finanzas públicas, las reformas y la reconstrucción del estado de derecho".

Por su parte, Gianfranco Fini, líder de Alianza Nacional —segunda fuerza del Polo— subrayó que la coalición opositora debe "definir una posición unitaria que logre unir la preocupación por el ingreso en Europa con la fidelidad a los principios del bipolarismo".

Las elecciones "son una de las posibilidades, pero no la única", comentó Fini.

El comunista que hizo caer a la centroizquierda

Roma, agencias

Radical, obstinado y decidido, Fausto Bertinotti, líder del Partido de la Refundación Comunista (PRC) y protagonista de la crisis política italiana que culminó ayer con la renuncia del jefe del gobierno, Romano Prodi, estuvo siempre a la izquierda.

Bertinotti estuvo a la izquierda como funcionario de la Confederación General de los Trabajadores (CGIL) y en todos los movimientos políticos en los que militó: el PSI (Partido socialista) el PSIUP (Partido Socialista de Unidad proletaria) y el PCI (Partido comunista).

El líder del PRC mantuvo como punto de referencia constante a Karl Marx. "Marx es una aventura intelectual extraordinaria", dice Bertinotti, lo que no esconde una fuerte curiosidad de su parte por el pensamiento y la experiencia cristiana: el líder comunista es un atento lector de L'Osservatore Romano.

Nacido en Milán el 22 de marzo de 1940, Bertinotti es hijo de un ferroviario que fue también su "educador político". En 1960, en Novara, descubrió en los movimientos juveniles lo que ahora llama "la gran política": la lucha contra el gobierno democristiano del momento y contra la realización del congreso del MSI (Movimiento social italiano, neofascista). Cuatro años después empezó su actividad política a tiempo completo.

Su militancia "oficial" comienza como sindicalista en el gremio textil dentro de la CGIL que culminó poco tiempo después, cuando se convierte en secretario provincial de los obreros textiles.

En 1968 descubre lo que en su opinión "motiva y decide la política: la relación con los trabajadores".

En 1971 deja el PSIUP para entrar en el Partido Comunista. Bertinotti transcurre diez años en la secretaría general de la CGIL piamontesa y la lidera durante el violento choque que en 1980 opuso el sindicato a la Fiat.

En 1985 fue electo secretario confederal de la CGIL y se traslada a Roma, donde comienza a tomar distancia del líder sindical Bruno Trentin, hasta separarse formalmente del sindicato en 1991.

Mientras tanto el PCI se había transformado en el Partido Democrático de Izquierda (PDS), una transformación definida por Bertinotti "un verdadero desastre".

Bertinotti pone manos a la obra junto con el líder comunista Pietro Ingrao para "realizar un desplazamiento hacia la izquierda".

Pero la operación fracasó cuando el PDS decidió apoyar el gobierno "técnico" de Carlo Azeglio Ciampi y en 1993 fue "inevitable" su pase al PRC, que el 24 de enero de 1994 lo eligió como secretario general.

Desde entonces, el "obstinado opositor" trabaja para no relegar a Refundación Comunista a la simple oposición, hasta el apoyo al gobierno de centroizquierda de Romano Prodi.

La convivencia fue siempre difícil y con mucha participación de Bertinotti, hasta la ruptura definitiva de ayer.

Fausto Bertinotti, líder del Partido de la Refundación Comunista (PRC) y protagonista de la crisis política.

24 LR 10/10

9714250

CRISIS POLITICA EN ITALIA

UN CHOQUE IDEOLOGICO EN LA IZQUIERDA

Enfrentamiento entre las dos ramas del ex PCI

JULIO ALGAÑARAZ
Roma. Corresponsal

En un juego de palabras con el término "sinistra" (izquierda), los italianos bautizaron ayer "guerra siniestra" el conflicto que parece haber estallado entre los sectores de izquierda después que los comunistas hicieron caer al gobierno de Romano Prodi, dominado por sus "parientes" inscriptos ahora en la socialdemocracia y el reformismo europeo.

La "guerra siniestra" amenaza con provocar resultados desastrosos luego que el sueño de la victoria de la Coalición del Olivo del 21 de abril de 1996 se convirtió en una abrupta pesadilla apenas un año y medio después.

Prodi asistió ayer al derrumbe de la mayoría parlamentaria que sustentaba su gobierno a causa de fuertes disensos con Refundación Comunista, fuerza política con la que tuvo que acordar compromisos para poder gobernar.

Refundación Comunista logró casi el 10% de los votos en las elecciones de 1996, conquistando 34 diputados y 11 senadores gracias al mutuo apoyo con los "parientes" de izquierda en los colegios electorales.

La división del PCI

Los neocomunistas surgieron como una de las dos ramas en que se dividió el viejo PCI, el partido comunista más grande de Occidente, cuando se disolvió a principios de 1992.

El heredero mayor fue el PDS (Partido Democrático de la Izquierda), cuyo jefe actual es Massimo D'Alema. El PDS abandonó la herencia comunista, se incorporó a la Internacional Socialista y se integró total y rápidamente con el reformismo europeo del británico Tony Blair o el francés Lionel Jospin.

Desde el nacimiento de las dos formaciones, el enfrentamiento ha sido crónico y se trasladó al movimiento sindical.

El PDS enlazó alianzas con las fuerzas de izquierda moderadas (verdes, grupos socialistas y católicos) y también con importantes sectores centristas, ex democristianos y de vieja matriz liberal.

El resultado fue la Coalición del Olivo, que con el católico Romano Prodi mandó a la oposición a la derecha liderada por Silvio Berlusconi.

Refundación no formó parte de esa coalición de centroizquierda, pero la apoyó para lograr la mayoría parlamentaria. Desde ese momento, no hubo paz para Prodi con los nostálgicos del comunismo que encarna Fausto Bertinotti y que ayer desataron una crisis terminal.

El peligro es que ahora estalle una guerra abierta que rompa las alianzas locales. La izquierda controla casi todas las grandes ciudades y la mayoría de los municipios, cuyas autoridades deben renovarse en diciembre. Y ese riesgo se traslada a los sindicatos, lo que podría causar daños devastadores al movimiento gremial en un momento muy delicado. □

ANTECEDENTES

Desde 1994 se sucedieron cuatro primeros ministros

En poco más de tres años, Italia tuvo cuatro primeros ministros. Pasó de una alianza de derecha encabezada por Silvio Berlusconi a la coalición de centroizquierda de Romano Prodi, que ayer cayó.

- En las elecciones generales de marzo de 1994 resultó ganadora la alianza de derechas Polo de la Libertad, de la cual participaba Forza Italia de Silvio Berlusconi. Este "zar" de los medios de comunicación juró el 11 de mayo de ese año como primer ministro.
- Siete días más tarde, después de una semana intensa a la caza de votos en el Parlamento, Berlusconi logró el vital visto bueno del Parlamento.
- En julio, Berlusconi debió retirar un polémico decreto ley conocido como "salvacorruptos" para poder permanecer en el poder. El decreto no contaba con el apoyo parlamentario.
- Con la popularidad en baja y vapuleado por denuncias de corrupción y por problemas con los aliados de la coalición, Berlusconi sufrió en noviembre un golpe demoledor: la más multitudinaria "Marcha sobre Roma" de la historia, contra su política económica.
- Una investigación judicial por abuso de poder se convierte en otro golpe letal para Berlusconi. Además, los 105 diputados de la Liga Norte se pasaron a la oposición. Contra las cuerdas, el premier presentó su renuncia al presidente Oscar Scalfaro el 22 de diciembre.
- Scalfaro se rehúsa a llamar a elecciones anticipadas y nombra en enero de 1995 a Lamberto Dini como premier.
- La incertidumbre política en la península arrastra la lira hasta los abismos récord.
- En una decisión prevista, Dini renunció el 11 de enero de 1996.
- El 2 de febrero de ese año, Scalfaro nombró como premier a Antonio Maccanico, ex senador de origen liberal.
- Maccanico fracasó en su gestión para formar gobierno y renunció el 15 de febrero.
- En las elecciones parlamentarias del 21 de abril de 1996 resultó ganadora la Coalición del Olivo (de centroizquierda) de Romano Prodi.
- Prodi no logra mantener el vital apoyo de su aliado en el Parlamento, Refundación Comunista, y ayer presentó su renuncia al presidente.

9714250

Se anuncia hoy en Noruega el Nobel de la paz entre 130 aspirantes

• Página 23

PERDIDO EL EJECUTIVO, LA PRIORIDAD DEL PRESIDENTE ES AHORA SALVAR EL CAMINO HACIA LA MONEDA ÚNICA

Los comunistas forzaron caída de Prodi

En medio de una cruda lucha entre las fuerzas de izquierda, Romano Prodi presentó su renuncia al presidente Oscar Luigi Scalfaro desatando un nuevo terremoto político a la italiana

POR RAÚL BARIÑO
de la redacción de EL OBSERVADOR

El primer gobierno con mayoría de izquierda de la República italiana cayó ayer, 500 días después de su formación a raíz de la negativa del aliado Partido Refundación Comunista, de aceptar los recortes al sistema de pensiones, salud y asistencia social previstos en los presupuestos para 1998.

Los comunistas italianos, finalmente optaron por hacer caer al primer gobierno de centro-izquierda de la posguerra, provocando un verdadero terremoto político en el país.

El presidente, Oscar Luigi Scalfaro, que ayer mismo "tomó nota" de la renuncia del presidente del Consejo, Romano Prodi, le pidió que permanezca en forma interina en el cargo, mientras realiza una serie de consultas políticas para evitar la disolución del Parlamento. Prodi, de 56 años, es un prestigioso economista de tendencia demócrata-cristiana líder de la coalición Olivo que gobernó Italia en los últimos 17 meses.

Scalfaro comenzará en breve una ronda con los principales líderes de la izquierda y la derecha

Pocas horas antes de visitar a Scalfaro, el jefe del gobierno italiano había renunciado ante la Cámara de Diputados, tras el firme rechazo de los comunistas al proyecto de ley presupuestal para 1998, grupo al que había tratado de retener para evitar la crisis.

SE BUSCA LÍDER

Dirigentes políticos, tanto de la derecha como de la izquierda, serán citados en los próximos días por el presidente Scalfaro para tratar de evaluar las condiciones para dar nuevamente el "trabajo" a una personalidad capaz de sostener una mayoría en el Congreso.

El Partido de Refundación Comunista (PRC), que sostenía con su apoyo parlamentario al gobierno, aunque sin integrarlo, rechazó el proyecto de ley de presupuesto así como las nuevas propuestas de carácter social planteadas ayer por Prodi, lo que provocó la caída del gobierno.

En una sesión dramática, Prodi había prometido ante la Cámara de Diputados aperturas en los cuatro puntos de divergencia con los comunistas: jubilaciones, enseñanza, salud y reducción del tiempo de trabajo e invitó a los comunistas a apoyar a la mayoría.

Los comunistas italianos, que mantuvieron ayer su negativa a apoyar el proyecto de ley de presupuestos para 1998, dieron sus razones a Romano Prodi: "Sus palabras no nos han convencido", dijo el portavoz del Partido de Refundación Comunista, Oliviero Diliberto al responderle al primer ministro durante el debate celebrado en la Cámara de Diputados. Otros legisladores coincidieron en que la actitud de los comunistas no hace otra cosa que –como en casos anteriores– dejar el camino abierto a la derecha.

El presidente Scalfaro, que dispone de la facultad de disolver las dos cámaras del Congreso y de nombrar un nuevo gobierno, podría invitar a Prodi, tal como lo prevé el régimen parlamentario italiano, a formar un nuevo gobierno con nuevos aliados, aunque esto hoy parece poco probable tras la traumática ruptura.

Otra posibilidad, que al parecer Scalfaro había descartado hasta ahora, es la de convocar a elecciones anticipadas, lo que modificaría el panorama político italiano poniendo en el centro de la crisis el ingreso de Italia en el grupo de países fundadores de la moneda única europea.

El duelo entre los ortodoxos comunistas del PRC y los ex comunistas del Partido Democrático de la Izquierda (PDS), de tendencia socialdemócrata, y el mayor partido de la coalición gubernamental, sobre el futuro de la política económica del país, ha sido mal recibido por la opinión pública y la prensa italianas.

El diario más representativo de las tendencias de izquierda en Italia, *Il Manifesto*, tituló "Hagámonos daño", mientras el líder del PDS, Massimo D'Alema, declaró que "los comunistas prefirieron defender sus propios intereses que aquellos del país. Es un día triste para nosotros". *(En base a Reuter, AP, AFP y EFE)*

Análisis
LOLA GALÁN •

El obstáculo insalvable

Italia vive horas de incertidumbre. A un paso de alcanzar la cima en el trabajoso ascenso hacia la unión monetaria europea, un obstáculo que parecía menor bloqueó definitivamente el camino al euro a la sexta potencia económica mundial.

El pequeño obstáculo se llama Partido de Refundación Comunista. Un grupúsculo capitaneado por políticos trasnochados para unos, un verdadero partido de izquierdas para otros, que con sus 35 diputados en la Cámara baja se ha convertido en árbitro de la situación política.

Al secretario general de Refundación Comunista, Fausto Bertinotti, no parecen impresionarle, sin embargo, ni Europa, ni la moneda única. "Los trabajadores han hecho ya muchos esfuerzos para entrar en la moneda única", ha declarado el líder del PRC, antes de anunciar que su grupo no votará a favor de la ley Finanziaria 1998. "Los 25 mil millones de liras (unos US$ 24.500 millones) que en total pretende ahorrar el gobierno no representan nada más que el 10% de la evasión fiscal en este país", añade. Y va un poco más lejos. "Ya basta de asustar con el euro. Si en la UE se pone en marcha una moneda común, Italia no puede quedar excluida. Otra cosa es que se pretenda únicamente extender el área del marco a toda la Unión".

Pertrechado con estas razones, y con la queja esencial de que el Ejecutivo no ha tomado decisiones serias para promover el empleo en un país con un más que respetable índice de desempleo –el 12% de la población laboral– Fausto Bertinotti se ha enfrentado a toda la clase política y a los grandes patrones y ha dicho un "no" rotundo a la ley.

La Bolsa de Milán bajó el miércoles –día del estallido de la crisis política– nada menos que tres puntos enteros y el país se estremeció de punta a punta, pero Refundación Comunista permaneció inconmovible.

Armando Cossutta, el presidente del partido, un viejo comunista de los tiempos de Enrico Berlinguer, se mostró desafiante una vez más: "¿La Bolsa? La detesto con toda mi alma", contestó con toda naturalidad a un grupo de periodistas que le interrogaban sobre las graves consecuencias de la crisis frente por frente a la sede financiera. •Servicio Cinco Días/El País de Madrid.

26

9714250

EL SANEAMIENTO DE LA ECONOMÍA FUE EL OBJETIVO DEL EJECUTIVO DE PRODI

Quinientos días con la mente en el euro

El centroizquierdista Ejecutivo italiano logró desde el año pasado recortar el déficit público, reducir la inflación y reinsertar a la lira dentro del Sistema Monetario Europeo

El primer ministro renunciante de Italia, Romano Prodi, dedicó los 500 días de actividad de su gobierno de centroizquierda al objetivo prioritario de lograr el ingreso de su país en el primer grupo de la moneda única europea.

El Ejecutivo de Prodi comenzó su actividad el 18 de mayo del año pasado con el juramento de los ministros ante el presidente de la República, Oscar Luigi Scalfaro, un mes después del triunfo de la coalición del "Olivo" en las elecciones generales.

Entre los ministros de Prodi se destacaba la presencia de los ex presidentes de dos gobiernos técnicos, Lamberto Dini, como titular de Asuntos Exteriores, y Carlo Azeglio Ciampi, del Tesoro.

Pero la gran designación de Prodi fue la del ex fiscal símbolo de la operación *mani pulite* contra la corrupción, Antonio Di Pietro, en la cartera de Obras Públicas, a la que renunció seis meses después, cuando los fiscales de Brescia le abrieron una investigación por un supuesto delito de tráfico de influencias.

El jefe del primer gobierno con mayoría de ministros de la izquierda anunció en su discurso de investidura que su objetivo principal era sanear la economía para que Italia pudiera acceder al euro y obtuvo el voto de confianza parlamentario gracias al apoyo del Partido de Refundación Comunista (PRC).

Prodi y sus ministros recordaron estos días que cuando llegaron al poder, Italia estaba fuera de los parámetros exigidos por el tratado de Maastricht para formar parte de la Unión Monetaria Europea (UME).

BUENA NOTA

Desde mayo de 1996 hasta ahora, el déficit público italiano pasó del 7% del PBI al 3% exigido para acceder al Euro y el índice de inflación se redujo del 4,5% al 1,5%, mientras que la lira volvió al Sistema Monetario Europeo (SME) luego de cuatro años de ausencia.

Para llegar a estas cifras, el gobierno recurrió a una política de choque para frenar el déficit, basada en una serie de ajustes e impuestos especiales, como la denominada "tasa para Europa".

El gobierno de Prodi adoptó el año pasado un ajuste presupuestario de US$ 36.500 millones, una cifra sin precedentes en Italia. Este ajuste fue complementado en marzo con otras medidas correctivas con las que el gobierno espera cerrar el año con un déficit equivalente al 3% del PBI.

Sin embargo, los pronósticos señalaban que, sin nuevas medidas correctivas, el déficit se dispararía el año próximo por encima de lo permitido por el Tratado de Maastricht.

Este "peligro" obligó a Prodi a adoptar un nuevo ajuste para 1998, de casi US$ 15.000 millones, que fue incluido en el proyecto de Ley de Presupuesto para el año próximo, medida que provocó la ruptura definitiva con los comunistas.

Los aliados de Refundación ya habían dado un serio alerta a Prodi en abril, cuando se negaron a dar su voto para que la Cámara de Diputados aprobara la misión italiana en Albania, que salió adelante gracias al apoyo de la oposición conservadora.

El gobierno número 55 de la historia de la República murió defendiendo el ingreso de Italia en la moneda única europea, pero la crisis a la que abrió paso la renuncia de Prodi amenaza ahora con alejar al país del euro cuando estaba a un paso de lograrlo.

CONFIANZA EUROPEA

El presidente de la Comisión Europea, Jacques Santer, dijo ayer en Bruselas que espera que la crisis política italiana no afecte los esfuerzos del país para participar en la unión continental.

En una declaración efectuada después de conocer la renuncia del primer ministro, Santer dijo: "No quiero ni puedo pronunciarme sobre los asuntos políticos internos de un Estado miembro de la Unión Europea", pero explicó que espera que se encuentre una rápida solución a la crisis que no afecte los "destacables" esfuerzos de Prodi. *(En base a EFE)*

CLAVES

- **OBJETIVO.** El gobierno se fijó desde su arribo al poder, en mayo del año pasado, la meta de insertar a Italia entre el grupo de las primeras naciones encuadradas en el marco de la moneda única europea.
- **HERENCIA.** Al asumir el poder, Prodi encontró "otra" Italia a la que hizo mención en estos días recordando que en esa época el país estaba alejado de los parámetros requeridos por el Tratado de Maastricht para pasar a ser parte de la unión monetaria continental.
- **LOGROS.** El gobierno de centro izquierda consiguió desde 1996 hasta ahora reducir el déficit público del 7% al 3% del PBI, dentro de los parámetros de la Unión Europea y disminuir la inflación de 4,5% al 1,5%. Además, logró colocar a la Lira en el Sistema Monetario Europeo después de 4 años al margen.
- **RECORTE.** Otro ajuste económico logró disminuir el Presupuesto del Estado en más de US$ 36.000 millones, una cifra sin precedentes en Italia que permitirán cerrar el año con un déficit equivalente al 3% del PBI.

E.O. 10/10

27

9714250

DR5557

U FOXBT 10-10 00631
mun exq icx

ITALIA-CRISIS (Resumen)
"OLIVO" RECIBE CON FRIALDAD PROPUESTA DE COMUNISTAS

Por Carlos Gosch

Roma, 10 oct (EFE).- La coalición de centro-izquierda del "Olivo" recibió hoy con frialdad la propuesta de sus ex aliados de Refundación Comunista de formar un nuevo gobierno, aunque evitó rechazarla completamente.

La oferta, lanzada por el líder comunista, Fausto Bertinotti, veinticuatro horas después de haber forzado la dimisión del ejecutivo de Romano Prodi, coincidió con el comienzo de las consultas del presidente de la República, Oscar Luigi Scalfaro, para buscar una salida a la crisis.

Los dirigentes del "Olivo" han advertido que no ampliarán las concesiones sobre política económica hechas por Prodi a los comunistas durante el debate parlamentario que condujo a su dimisión y que ahora es imposible abrir una nueva fase de negociaciones al respecto.

La posición que se perfilaba hoy en el centro-izquierda era la de exigir a los comunistas que acepten el proyecto de ley de Presupuestos para 1998 que provocó la retirada del apoyo de Refundación al gobierno.

Bertinotti señaló que su partido no renuncia a sus exigencias sobre pensiones, sanidad y empleo, por lo que su propuesta cuenta con escasas posibilidades de prosperar en las actuales condiciones.

"Si Bertinotti ha cambiado totalmente de idea es su problema, no el mío", afirmó con frialdad Prodi al responder a la oferta de sus ex aliados desde Estrasburgo, donde participó en una reunión del Consejo de Europa.

"Si Bertinotti ha cambiado sus apreciaciones, discutamos. Pero si piensa que se puede volver a empezar una negociación, la propuesta no es seria", señaló el vicepresidente del gobierno dimisionario, Walter Veltroni.

Los dirigentes del "Olivo" han querido dejar claro que ahora ya sólo están dispuestos a escuchar de los comunistas su arrepentimiento por haber provocado la que Prodi bautizó como "la crisis más loca del mundo".

"Creo que es justo tomar en serio la nueva posición de Refundación Comunista, aunque es difícil esconder el estupor", dijo Cesare Salvi, portavoz parlamentario del Partido Democrático de la Izquierda (PDS, el principal del "Olivo").

El líder de la oposición conservadora, Silvio Berlusconi, aseguró que si el "Olivo" y Refundación llegaran ahora a un acuerdo para formar un nuevo gobierno sería "una payasada" que haría aparecer a Italia como "un país de opereta" ante la comunidad internacional.

"Si hay un cambio de opinión serio en Refundación Comunista, está bien. Pero ahora no hay espacio para jugadas tácticas, sólo para decisiones serias", dijo el secretario general del PDS, Massimo D'Alema.

Las palabras de D'Alema revelan el temor a que los comunistas pretendan sólo lavar su imagen ante la opinión pública italiana, tras haber provocado la caída de un gobierno que se disponía a concluir el saneamiento de la economía para que el país accediera al euro, un objetivo que ha costado grandes sacrificios a los italianos.

Si la oferta de Refundación es rechazada, es probable que los comunistas acusen al "Olivo" de haber perdido una ocasión para que el centro-izquierda siguiera en el poder.

Los comunistas han sido atacados con dureza desde las páginas de los principales diarios del país por haber causado la crisis de gobierno más impopular que se recuerda en Italia.

Indro Montanelli invitó hoy a los italianos desde la portada del milanés "Corriere della Sera" a aislar a los comunistas y a la secesionista Liga Norte en las próximas elecciones.

"Quien no quiera el caos tiene esta vez en sus manos el arma para prevenirlo: contribuir con su voto a aislar y marginar a las dos fuerzas que lo llevan en la sangre: la Liga y Refundación", señaló el decano de los periodistas italianos.

El diario romano "La Repubblica" escribió en su análisis de la crisis que "para sobrevivir, Bertinotti debía aceptar una mutación de la naturaleza arcaica de Refundación" y que, en cambio, "ha preferido preservar esa naturaleza, sacrificando todo, la política, la lógica, la alianza y quizá el futuro". EFE

CGM/PL

28

9714250

EL PRESIDENTE SIGUE LA RONDA DE CONSULTAS PARA FORMAR GOBIERNO

Scalfaro entre propuestas y presiones

Dirigentes de Refundación Comunista están dispuestos a apoyar un Ejecutivo con un programa pactado presidido por el renunciante Prodi

La Liga Norte pidió ayer al jefe del Estado italiano, Oscar Luigi Scalfaro, que convoque a elecciones generales y el Partido de la Refundación Comunista (PRC), que hundió al gobierno de Romano Prodi, se mostró dispuesto a respaldar nuevamente al líder de la coalición de centro izquierda Olivo para primer ministro.

Tras provocar el jueves la caída del Gobierno de centro-izquierda de Prodi al no apoyar el proyecto de presupuestos para 1998, los comunistas italianos ofrecieron ayer a Scalfaro, su particular receta para "salir de la crisis" política: están dispuestos a apoyar "por un año" al mismo Gobierno, aseguraron los miembros del PRC de Fausto Bertinotti.

Para la Liga Norte, la única salida a la crisis es la convocatoria a elecciones anticipadas

Pero la iniciativa del PRC no alteró los planes de Scalfaro, quien prosiguió ayer la ronda de consultas iniciadas el viernes, con las fuerzas políticas para buscar una salida a la crisis de gobierno.

Ayer le tocó el turno al grupo mixto de la Cámara de Diputados y del Senado, a los partidos nacionalistas del Valle de Aosta y del Alto Adigio, a Refundación Comunista y a la secesionista Liga Norte.

Los dirigentes de Refundación le comunicaron al jefe de Estado que están dispuestos a apoyar un gobierno con un programa pactado, presidido nuevamente por Prodi y compuesto por los mismos ministros.

IDONEIDAD PARA GOBERNAR

Bertinotti, líder de los neocomunistas, dijo que la mayoría parlamentaria que hasta ahora formaban el Olivo y Refundación sigue siendo "idónea" para marcar el rumbo de Italia.

Bertinotti precisó que los presupuestos aprobados por el Gobierno para 1998 –a los que se opusieron frontalmente los comunistas, obligando a Prodi a la dimisión– tendrían que ser modificados y que un proyecto de ley para la reducción del horario de trabajo a 35 horas semanales –otra de las exigencias de Refundación– sería "un buen punto de partida". La propuesta de Bertinotti ya fue recibida con "frialdad" por el Olivo, que parece descartar en estos momentos un acuerdo con los comunistas.

La ronda de consultas de ayer concluyó con la Liga Norte. A la cita con el jefe del Estado no acudió el líder secesionista, Umberto Bossi, y la delegación fue presidida por los jefes del grupo liguista en la Cámara de Diputados y el Senado, Domenico Comino y Francesco Speroni.

La consulta apenas duró diez minutos y los liguistas, según informaron después, dijeron a Scalfaro que no apoyarán a ningún partido para formar un eventual gobierno de mayoría que se encargue de aprobar los presupuestos del año próximo, que propicie el ingreso de Italia en la Europa de la moneda única. Para la Liga, la única salida son elecciones anticipadas (las anteriores se celebraron en abril de 1996). *(En base a EFE y AFP)*

Berlusconi asegura que maneja a la oposición

El líder de la oposición italiana, Silvio Berlusconi, afirmó ayer que su renuncia a ser candidato a primer ministro en posibles futuras elecciones "no es un paso atrás" y que prefiere ser el "director" de toda la coalición conservadora: el que está detrás manejando todos los hilos.

"Ya ejerzo de líder de Forza Italia (su partido) y del Polo de las Libertades (coalición conservadora). Soy el director de toda la coalición, exactamente lo mismo que Massimo D'Alema en el Olivo", dijo Berlusconi en referencia a que el secretario del Partido Democrático de la Izquierda (PDS) es quien lleva las riendas de la coalición de centro izquierda, mientras que del Gobierno se encargó Romano Prodi.

Según Berlusconi, si el secretario del PDS se presentara para presidente del Gobierno él también se vería obligado a ser candidato, "pero como estoy convencido de que en caso de elecciones volverá a presentarse Romano Prodi, nosotros lo que tenemos que buscar es una persona más prestigiosa que el primer ministro renunciante".

Berlusconi, que participó en un mitin de su partido en la ciudad de Roncadelle, reconoció que el actual comisario europeo Mario Monti tiene todos los requisitos para ser el candidato de la derecha: "Es muy competente y sería capaz de devolver a Italia el prestigio que ha perdido debido a esta crisis", explicó.

No obstante, añadió que hasta tanto no se sepa la decisión del jefe de Estado, Oscar Luigi Scalfaro, para poner fin a la crisis abierta el jueves, "no moverá fichas".

El anuncio de Berlusconi de no presentarse cayó como "un balde de agua fría" entre las bases de su partido, que ayer le pidieron que recapacitara, ya que sin él la derecha no gana.

El líder derechista, mientras tanto, se prepara para la cita que mantendrá mañana con Scalfaro, enmarcada en las consultas para solucionar la crisis.

Ayer dijo que si se vota con la actual ley electoral el partido vencedor no lograría la mayoría absoluta y tendría que someterse al "chantaje" de los dos extremos (en referencia al PRC y a la secesionista Liga Norte, a los que calificó de "antisistema".

Sería una situación como la actual y por ello, Berlusconi insistió en que le sugerirá a Scalfaro que la salida es la formación de un nuevo gobierno apoyado por una amplia mayoría, con un tiempo de duración preestablecido, y que se encargue de aprobar austeros presupuestos para el año próximo. "Si no pasa esta propuesta, Forza Italia no le teme a las elecciones", dijo Berlusconi. *(En base a EFE y Reuter)*

9714250

TD9610

U POXBT 10-13 00641
mun exg icx

ITALIA-CRISIS (Resumen)
"OLIVO" Y COMUNISTAS A UN PASO DE ACUERDO PARA RESOLVER CRISIS

Por Carlos Gosch
Roma, 13 oct (EFE).- La coalición de centro-izquierda del "Olivo" y Refundación Comunista están a un paso de alcanzar un acuerdo para recomponer la mayoría parlamentaria que apoyaba hasta el pasado jueves al gobierno, afirmó hoy el primer ministro dimisionario, Romano Prodi.

El anuncio de Prodi se produjo al término de una intensa jornada de negociaciones para remediar la crisis del ejecutivo de centro-izquierda abierta por los comunistas con su decisión de votar en contra del proyecto de ley de los Presupuestos Generales para el próximo año.

El optimismo del primer ministro dimisionario fue respaldado por el secretario general de Refundación, Fausto Bertinotti, quien anunció que su partido apoyará finalmente los Presupuestos.

"Puedo decir que estamos cerca de una conclusión y que soy optimista sobre la posibilidad de que mañana (martes) lleguemos a una conclusión definitiva", dijo Prodi, tras informar al presidente de la República, Oscar Luigi Scalfaro, de las conversaciones con los comunistas.

Las negociaciones para recomponer la mayoría parlamentaria se abrieron después de que los comunistas ofrecieran al "Olivo" un programa de gobierno de un año de duración, veinticuatro horas más tarde de forzar la dimisión de Prodi.

El anuncio oficial sobre el resultado de las negociaciones se hará mañana, día en el que Scalfaro concluye las consultas mantenidas desde el pasado viernes para buscar una salida a la crisis.

Prodi puntualizó que el proyecto de los Presupuestos, que contiene un ajuste de 25 billones de liras (14.700 millones de dólares) para asegurar el acceso de Italia al euro al que se habían opuesto los comunistas, se mantendrá sin cambios fundamentales.

"Votaremos los Presupuestos, pero al final habrá alguna modificación", señaló Bertinotti.

El primer ministro dimisionario afirmó que el virtual acuerdo sobre el programa de gobierno, que podría prolongarse durante más de un año, permitirá a Italia seguir el saneamiento económico para formar parte del grupo de vanguardia de la moneda única europea.

"El país puede reanudar su marcha hacia Europa", dijo Prodi, quien precisó que será Scalfaro el que decidirá si le envía al Parlamento para verificar la recomposición de la mayoría que apoyaba a su ejecutivo desde mayo de 1996 hasta el pasado jueves.

Prodi no quiso adelantar el contenido del acuerdo que su coalición está a punto de suscribir con Refundación, pero fuentes cercanas a las negociaciones señalaron que prevé la reducción de la jornada laboral a 35 horas semanales, siguiendo el modelo francés.

Esta era una de las principales demandas económicas que los comunistas habían hecho al gobierno, que previsiblemente incluirá la reducción del horario laboral en un proyecto de ley que acompañará a los Presupuestos.

Esta solución permite a Refundación obtener una contrapartida por volver a apoyar al "Olivo", mientras que el ejecutivo obtendrá los votos para que los Presupuestos sean aprobados por el Parlamento sin cambiar los recortes del gasto necesarios para que el déficit público se sitúe en 1998 por debajo del 3 por ciento del Producto Interior Bruto (PIB) exigido para acceder al euro.

La introducción progresiva en los próximos años de las 35 horas semanales adelanta una nueva batalla política del gobierno con la oposición conservadora del "Polo de las Libertades" y la patronal Confindustria, que consideran que la reducción de la jornada laboral restará competitividad a las empresas italianas.

Tras ser recibidos por Scalfaro en el Palacio del Quirinal (sede de la Presidencia de la República), la delegación del "Polo" señaló que la paz que el "Olivo" y Refundación se disponen a firmar no será duradera ni servirá para resolver los problemas del país.

El "Polo" había propuesto a Scalfaro la formación de un gobierno de amplia mayoría parlamentaria para asegurar la entrada de Italia en la moneda europea.

Los conservadores anunciaron que, a partir de mañana, la influencia de los comunistas será mayor. EFE
CGM/pgl

30

9714250

TD9575

U POXBT 10-13 00736
mun exg

ITALIA-CRISIS (Previsión)
LUZ AL FINAL DEL TUNEL, PERO GRANDES RIESGOS SI NO HAY ACUERDO

por Silvia Odoriz
Roma, 13 oct (EFE).- La coalición El Olivo pidió hoy, lunes, al jefe del Estado italiano, Oscar Luigi Scalfaro, la reconfirmación del gobierno de Romano Prodi y le expuso la posibilidad de recomponer la mayoría de centro-izquierda si llega pronto a un compromiso programático con los comunistas.

"Hemos indicado un camino para la solución de la crisis", declaró Fabio Mussi, tras las consultas de Scalfaro con El Olivo para la formación de un nuevo Gobierno después de que Refundación Comunista (PRC) provocara su caída la semana pasada al rechazar el proyecto de Ley de Presupuestos para 1998.

El proyecto prevé un déficit menor al 3 por ciento del Producto Interior Bruto (PIB) y le abre a Italia las puertas del "euro".

El camino para salir de la crisis pasa para El Olivo, coalición de centro-izquierda, porque el PRC apruebe el texto del Presupuesto expuesto por Prodi ante el Parlamento en su último esfuerzo por evitar la caída de su Gobierno.

En un principio los comunistas se negaron a aceptarlo, aunque una vez abierta la crisis propusieron un pacto programático que permita al Olivo recomponer su mayoría parlamentaria.

La crisis "más loca del mundo", como la llamó Prodi cuando se desencadenó, tiene algunas otras posibles soluciones, como la convocatoria de nuevas elecciones (las cuartas en cinco años) o la formación de un Gobierno de amplia base, como la que promueve el centro-derecha de la coalición del Polo de las Libertades, liderada por el ex primer ministro Silvio Berlusconi.

Scalfaro sabe, y por eso se resiste a esta solución, que unas elecciones parlamentarias ahora inevitablemente retardarían el ingreso de Italia, entre los países pioneros, en la moneda única europea, uno de cuyos requisitos principales, además de la austeridad en el gasto público, es la estabilidad política.

Si no se lograse un acuerdo entre Refundación y El Olivo, el país se encontrará en una situación "muy difícil", predijo Mussi, jefe del grupo parlamentario del Partido Democrático de Izquierda (PDS, ex comunistas) y uno de los seis legisladores del Olivo que se reunieron con Scalfaro.

La coalición gobernante expresó a Scalfaro su preocupación en el caso de no alcanzar el acuerdo con el PRC, cuyo líder Fausto Bertinotti, ha dicho que un proyecto de Ley para regular el horario de trabajo a 35 horas semanales sería "un buen punto de partida".

El Olivo considera que se debe aprobar el Presupuesto y en su contexto el "gobierno podrá proponer leyes" sobre otras materias importantes de política económico-social que preocupan al PRC.

A la reunión, que comenzó a las 10.00 hora local (08.00 GMT) en el palacio presidencial del Quirinal, asistieron por el PDS Mussi y Cesare Salvi; por el grupo Popular y Democrático, Leopoldo Elia y Sergio Mattarella, y por los Verdes, Maurizio Pieroni y Mauro Paissan.

Scalfaro también recibió hoy al grupo de Renovación Italiana, socio del Olivo, y liderada por Lamberto Dini, ministro de Asuntos

9714250

Exteriores.

A su vez, el Polo inició una reunión antes de visitar por la tarde a Scalfaro en la que definirá su posición, adelantada ya por Berlusconi, que favorece la formación de un gobierno de base amplia que le permita a Italia entrar en Europa.

Sin embargo, uno de los socios del Polo, Gianfranco Fini, del partido Alianza Nacional, se ha declarado más favorable a unas elecciones anticipadas.

Cualquiera sea el compromiso entre el Olivo y el PRC, será "a costa de la dignidad política" de uno de los dos, y alguno deberá explicar por qué se acepta hoy lo que se rechazó ayer, indicó hoy Fini al entrar en la reunión de la coalición de centro-derecha.

Si la "reconsideración" de Bertinotti es un retroceso sobre todas sus ideas, el gobierno puede ir adelante, pero si por el contrario el ejecutivo se aleja del mercado y piensa entrar en Europa con "dirigismos varios", mejor que haya elecciones, opinó el jefe de la poderosa "Confindustria" (patronal), Innocenzo Cipolletta.

Pese a la "pipa de la paz" presentada por el PRC al Olivo, las relaciones entre la izquierda siguen tirantes, como lo demostró ayer la marcha por la Paz celebrada en Asis, Umbria, en la que tanto Mássimo D'Alema, líder del PDS, y Bertinotti asistieron pero a prudente distancia uno del otro y sin intercambiar palabras.

Nadie ha vuelto a sacar a relucir el asunto de las pensiones, principal piedra de la discordia entre el PRC y el gobierno, pero el asunto sigue pendiente y en 48 horas, tiempo que ha dado El Olivo para negociar con los neocomunistas, deberá resolverse presumiblemente en el marco del pacto programático que ofrecen los comunistas. EFE

so/ig/pgl

10/13/12-56/97

9714250

Histórica reunión entre Tony Blair y Gerry Adams en Belfast

• Página 29

LA MAYORÍA PARLAMENTARIA SERÁ RECOMPUESTA POR UN PLAZO MÍNIMO DE UN AÑO

Inminente solución a la crisis italiana

El primer ministro anunció ayer que firmará hoy un pacto con sus aliados comunistas para que apoyen el nuevo presupuesto, que le permitirá continuar normalmente en el poder

POR THOMAS LEFORD PIKE
de la redacción de EL OBSERVADOR

El renunciante primer ministro italiano, Romano Prodi, dijo ayer que su gobierno provisional estaba cerca de lograr un acuerdo con sus aliados comunistas y confirmó que no habría más cambios al presupuesto de 1998.

"Puedo decir que estamos cerca de una conclusión y que soy optimista sobre la posibilidad de que mañana (por hoy) lleguemos a una conclusión", dijo Prodi, tras informar al presidente Oscar Luigi Scalfaro de las conversaciones con los comunistas.

Si el acuerdo se concreta, el gobierno centroizquierdista de Prodi probablemente regresará a ejercer plenamente el poder.

Por su parte, el líder del partido Refundación Comunista, Fausto Bertinotti, expresó su esperanza de que el acuerdo con el gobierno está al alcance de la mano.

"Mañana anunciaremos el eventual y esperado acuerdo", dijo Bertinotti, quien no dio más detalles sobre el pacto.

"El país puede reanudar su marcha hacia Europa", señaló el primer ministro Prodi

El anuncio de Prodi se produjo al término de una intensa jornada de negociaciones para remediar la crisis del Ejecutivo, abierta por los comunistas con su decisión de votar en contra del proyecto de ley de los Presupuestos Generales para el próximo año.

El optimismo del primer ministro dimisionario fue respaldado por el secretario general de Refundación, Fausto Bertinotti, quien anunció que su partido apoyará finalmente los Presupuestos.

Las negociaciones para recomponer la mayoría parlamentaria se abrieron después de que los comunistas ofrecieran al Olivo un programa de gobierno de un año de duración, tras forzar la dimisión de Prodi.

El anuncio oficial sobre el resultado de las negociaciones se hará hoy, cuando Scalfaro concluya las consultas mantenidas desde el viernes pasado para buscar una salida a la crisis.

Prodi puntualizó que el proyecto de los Presupuestos, que contiene un ajuste de 25 billones de liras (US$ 14.700 millones) para asegurar el acceso de Italia al euro, al que se habían opuesto los comunistas, se mantendrá sin cambios fundamentales.

CLAVES

- **ACUERDO.** El primer ministro italiano, Romano Prodi, aceptó firmar un acuerdo con sus aliados de la Refundación Comunista, éste, mantendrá su coalición en el gobierno.
- **UN AÑO.** Aunque no se conocieron detalles del pacto, fue anunciado que el mismo asegurará la mayoría parlamentaria por un año.
- **COMUNISTAS.** Fausto Bertinotti, líder de Refundación Comunista, sorprendió a Italia con un ofrecimiento de diálogo a Prodi efectuado el viernes pasado, luego de hacer caer su gobierno el jueves.
- **SCALFARO.** El presidente italiano mantuvo reuniones con todos los sectores políticos en el palacio presidencial del Quirinal.
- **EUROPA.** El apoyo de los comunistas al presupuesto para 1998 permitirá a Italia proseguir con sus reformas de cara a la entrada en el primer grupo que se acogerá al sistema de moneda única europea o euro.
- **RECORTES.** De unos US$ 14.700 millones será el monto total de las reformas propuestas por el gobierno de Prodi para alcanzar un déficit menor al 3% del presupuesto, condición acordada en Maastricht.
- **SEMANA LABORAL.** Uno de los reclamos de los comunistas, la reducción de la jornada laboral semanal a 35 horas, fue aceptada por el gobierno de Prodi, la misma se implementará de forma progresiva en los próximos años.
- **CONSERVADORES.** Las fuerzas de centro derecha se oponen a la reducción de la jornada semanal porque creen que reducirá la competitividad de las empresas.

"Votaremos los Presupuestos, pero al final habrá alguna modificación", señaló Bertinotti.

El primer ministro dimisionario afirmó que el virtual acuerdo sobre el programa de gobierno, que podría prolongarse durante más de un año, permitirá a Italia seguir el saneamiento económico para formar parte del grupo de vanguardia de la moneda única europea.

"El país puede reanudar su marcha hacia Europa", dijo Prodi, quien precisó que Scalfaro decidirá si le envía al Parlamento para recomponer la mayoría que lo apoyaba desde mayo de 1996 hasta el jueves pasado. *(EFE y Reuter)*

Reducirán trabajo semanal a 35 horas

El primer ministro de Italia, Romano Prodi, no quiso adelantar el contenido del acuerdo que su coalición está a punto de suscribir con Refundación, pero fuentes cercanas a las negociaciones señalaron que se reducirá la jornada laboral a 35 horas semanales, siguiendo el modelo francés.

Esta solución permite a Refundación obtener una contrapartida por volver a apoyar al Olivo, mientras que el Ejecutivo obtendrá los votos para que los Presupuestos sean aprobados por el Parlamento sin cambiar los recortes del gasto necesarios para que el déficit público se sitúe en 1998 por debajo del 3% del Producto Interno Bruto (PBI) exigido para acceder al euro.

La introducción en los próximos años de las 35 horas semanales adelanta una nueva batalla política del gobierno con la oposición conservadora del Polo de las Libertades y la patronal Confindustria, que consideran que la reducción de la jornada laboral restará competitividad a las empresas italianas.

Tras ser recibidos por Scalfaro en el Palacio del Quirinal (sede de la Presidencia de la República), la delegación del Polo señaló que la paz que el Olivo y Refundación se disponen a firmar no será duradera ni resolverá los problemas del país.

El Polo había propuesto a Scalfaro la formación de un gobierno de amplia mayoría parlamentaria para asegurar la entrada de Italia a la moneda europea. *(En base a AFP y EFE)*

EF8197

U POXBT 10-14 00643
mun exg icx

ITALIA-CRISIS (Previsión)
PACTO DE GOBIERNO ENTRE "OLIVO" Y COMUNISTAS CIERRA CRISIS

Por Carlos Gosch

Roma, 14 oct (EFE).- La crisis política en Italia quedó resuelta hoy, martes, con el pacto de gobierno alcanzado por la coalición de centro-izquierda del "Olivo" con Refundación Comunista para asegurar estabilidad al Ejecutivo de Romano Prodi.

El Gobierno ha logrado recomponer su mayoría parlamentaria, rota el pasado jueves con la decisión de los comunistas de votar en contra del proyecto de ley de los Presupuestos para 1998, con un acuerdo que prevé la reducción de la jornada laboral a 35 horas semanales como principal novedad.

"No hay ningún vencedor. Ha ganado Italia y el sentido común", dijo Prodi tras anunciar hoy al presidente de la República, Oscar Luigi Scalfaro, el acuerdo que le permitirá seguir gobernando al frente del Ejecutivo de centro-izquierda formado en mayo del pasado año.

Scalfaro, que se había reservado la decisión de aceptar la dimisión presentada por Prodi el pasado jueves, rechazó hoy la renuncia e invitó al primer ministro a presentarse ante las Cámaras para que certifiquen la recomposición de la mayoría parlamentaria, en un debate que se celebrará durante los próximos días.

La solución de la crisis aleja el peligro de que Italia pierda el tren de la unión monetaria europea y permitirá al Gobierno concluir en los próximos meses su tarea de saneamiento económico.

Scalfaro afirmó tras reunirse con Prodi que la convocatoria de unas elecciones generales hubiera supuesto un hecho "extremadamente negativo" en este momento para Italia.

El presidente de la República, que desde el primer momento se había opuesto a disolver las Cámaras a pocos meses del examen que decidirá los países que accederán al euro, es señalado hoy como uno de los grandes triunfadores de la crisis.

El pacto de gobierno con los comunistas se limita en principio a un año de duración, aunque Prodi señaló que el objetivo final es ampliarlo después.

Los comunistas se han comprometido a apoyar los Presupuestos, que incluyen medidas de ajuste por valor de 25 billones de liras (14.700 millones de dólares), indispensables para que el déficit público italiano se situe el próximo año por debajo del tres por ciento del Producto Interior Bruto exigido para acceder al euro.

La Comisión Europea confirmó hoy que sin medidas de reducción, el déficit italiano no respetará en 1998 el parámetro fijado por el Tratado de Maastricht.

A cambio del apoyo a los Presupuestos, el Gobierno se dispone a adoptar un proyecto de ley para reducir el horario laboral a 35 horas semanales a partir del 2001.

Los comunistas han obtenido además el compromiso de que las pensiones que perciben los obreros que se jubilan anticipadamente no se verán afectadas por la reforma actualmente en discusión, así como una reducción en los recortes del gasto social previstos por el ajuste presupuestario.

El acuerdo fue alcanzado al término de unas intensas negociaciones, iniciadas después de que el "Olivo" aceptara la oferta de Refundación para negociar un programa de gobierno, efectuada sólo veinticuatro horas más tarde de que los neocomunistas forzaran la "crisis más loca del mundo" -según la definió Prodi- y la más impopular que se recuerda en Italia.

La reducción del horario laboral, siguiendo el modelo adoptado en Francia, se ha convertido en la clave para recomponer la alianza del gobierno, pero su aplicación ya ha sido duramente criticada por la oposición conservadora del "Polo de las Libertades" y la patronal Confindustria.

Los conservadores, que habían apostado por un gobierno de amplia mayoría parlamentaria como solución a la crisis, reiteraron hoy que la paz firmada por los socios del Ejecutivo no será duradera.

El acuerdo entre el "Olivo" y Refundación ha servido además para cerrar una fractura en la izquierda italiana que se había anunciado "histórica".

"Estamos muy contentos. La solución hallada representa un paso hacia adelante muy importante, que situa al tren de Italia y de su gobierno en la vía justa", dijo el líder de Refundación Comunista, Fausto Bertinotti. EFE

CGM/ah

10/14/13-12/97

34

9714250

XR0846

U FOXRT 10-14 00670
icx mun exq

ITALIA-CRISIS (Previsión)
REDUCCION HORAS TRABAJO PUEDE SER MANZANA ENVENENADA "OLIVO"

Por Silvia Odoriz

Roma, 14 oct (EFE).- La reducción del horario laboral, una de las bases del acuerdo con los neocomunistas para superar la crisis de gobierno, puede convertirse en la "manzana envenenada" de la coalición italiana del Olivo por el rechazo de las grandes y medianas empresas y el poco entusiasmo de los sindicatos.

La primera reacción ha sido la de la patronal Confindustria que hoy, martes, se reune con Prodi para discutir su acuerdo con Refundación Comunista que le permitirá a la coalición de centro-izquierda del Olivo mantener la mayoría parlamentaria y seguir gobernando.

La Cámara de Diputados dará el próximo jueves su voto de confianza al gobierno de Prodi que así podrá contar de nuevo con la mayoría que le asegura Refundación Comunista tras el acuerdo alcanzado.

A cambio de que los neocomunistas apoyen el proyecto de ley de los Presupuestos de 1998, el pacto incluye, entre otros puntos, la reducción del horario laboral a 35 horas semanales a partir del 2001 y el compromiso de que las pensiones que reciben los obreros que se jubilan anticipadamente no se verán afectadas por la reforma actualmente en discusión.

Esta Ley, una vez adoptada, le permitirá a Italia entrar en el grupo de cabeza en la moneda única europea porque asegura un déficit menor al 3 por ciento del Producto Interior Bruto (PIB).

Pero si los empresarios están preocupados por el compromiso alcanzado entre Prodi y los neocomunistas para darle continuidad a este 55 gobierno de la República, los sindicatos no parecen demasiado exultantes con el acuerdo y temen que la reducción de la semana laboral pueda ser un nuevo factor de desempleo y que, a la postre, sea peor el remedio que la enfermedad.

Los tres líderes de los mayores sindicatos italianos, los de izquierda de la CGIL (el más poderoso), el socialista CISL y el democristiano UIL, valoraron hoy el acuerdo como "confuso y embarullado".

Sergio D'Antoni, del CISL, dijo que este acuerdo sirve para superar la crisis, pero que deberá esclarecerse tanto el capítulo de las pensiones como el de la reducción de la semana laboral.

Natali Forlane, secretario confederal del CISL, pronosticó que "con este acuerdo se terminará con que se trabajará más".

Sergio Cofferati, del CGIL, al referirse a las 35 horas precisó que la "ley es útil si secunda pero no sustituye la contratación colectiva".

Para el dirigente de esa misma central sindical Giuseppe Casadio, el proyecto de reducción de la jornada laboral puede ser un "instrumento precioso o crear dificultad", según la legislación.

"Una acción legislativa que incentive y sostenga es preciosa, pero una que ponga obstáculos o rigidez en la contratación puede crear problemas", puntualizó.

En el sector empresarial, así como en la derecha italiana, la respuesta ha sido casi unánime en contra de la reducción del horario laboral.

El presidente de los industriales de Turín, Francesco Devalle, predijo que creará dificultades en las relaciones entre empresas y sindicatos y que sólo es admisible en un ámbito de "libre contratación entre sindicatos y representantes de la patronal".

"Ninguna experiencia de reducción horaria ha producido éxitos desde el punto de vista de la ocupación", añadió Devalle al explicar que el resultado será sólo un aumento del costo del trabajo, y los empresarios quizás prefieran una máquina a un nuevo empleado.

El vicedirector del Banco de Italia, Pierluigi Ciocca, en un libro de reciente aparición dedicado al desempleo advierte que la reducción de la jornada laboral generalmente se ha producido en tiempos de fuerte crecimiento económico y bajo índice de paro, factores que "hoy están claramente ausentes".

El influyente diario financiero "Il Sole 24 Ore" comparó la reducción del horario laboral con "repartirse la piel del oso antes de cazar al animal", ya que el oso lo representa el ingreso de Italia al "euro", y su "piel" la fuerte reducción del costo del dinero que eso significará.

El periódico añade que durante años Italia ha debido competir con el extranjero teniendo entre los pies el balón de un dinero caro, y ahora que le llega el alivio, deberá hacerlo con otro, esta vez el del mayor costo del trabajo. EFE

9714250

sn/cp dlh

P12/410

EL COMUNISMO AHORA APOYA AL GOBIERNO

Refundación italiana

Después de ser el blanco de críticas universales, Refundación Comunista aceptó el presupuesto de entrada al euro a cambio de la semana laboral de 35 horas y otras reformas.

La "crisis más loca de la historia de Italia", como la bautizó el primer ministro Romano Prodi, pareció llegar a su fin ayer con un acuerdo entre los comunistas, responsables de la caída del gobierno, y la coalición gubernamental de centroizquierda. Aunque los contenidos del acuerdo no fueron hechos públicos, fuentes cercanas a la negociación dijeron que el partido Refundación Comunista había aceptado votar a favor de la ley de presupuesto para 1998 a cambio de que la coalición instrumentara la reducción de la semana laboral a 35 horas antes del año 2000 y de la exclusión de algunas categorías de trabajadores de los recortes en el campo de las jubilaciones. El "sí" comunista al presupuesto relanza a Italia entre los países fundadores de la moneda única europea (el euro), ya que los recortes que contiene –que los comunistas rechazaron y ahora aceptan– son imprescindibles para que Italia cumpla los requisitos de ingreso fijados por el tratado de Maastricht, que estipula un techo del 3 por ciento del déficit respecto del Producto Bruto Interno (PBI).

"El país podrá emprender su camino hacia Europa y nuestra economía, su camino hacia la recuperación", dijo Prodi ayer después de reunirse con el presidente Oscar Luigi Scalfaro. El primer ministro, que aseguró estar "muy optimista", anunció que hoy comparecerá ante el Parlamento para presentar los acuerdos establecidos con los comunistas y reiteró que la ley de presupuesto "no será modificada". Prodi dijo que el acuerdo se basa en un programa "para 1998, pero evidentemente involucra decisiones y proyectos de largo alcance". Fausto Bertinotti, líder de Refundación, sostuvo que consideraba "probable y posible" el acuerdo, y anticipó que votará a favor de la ley. Como resultado del entendimiento, la coalición centroizquierdista del Olivo pidió a Scalfaro que el gobierno saliente de Prodi volviera a solicitar la confianza del Parlamento. Pero la posible reducción del horario de trabajo no fue bien recibida entre los empresarios, que temen "la influencia de las decisiones tomadas en Francia" (ver recuadro), según afirmó Giorgio Fossa, de la Confederación Nacional de Industriales.

Una serie de reuniones "secretas" entre líderes de la mayoría y los comunistas, responsables de la caída del gobierno, dominaron la jornada política en Italia, tras la sorprendente y espectacular reconciliación anunciada en la mañana. Cuatro días después de haber provocado la caída del primer gobierno de centroizquierda de la posguerra, al negarse a aprobar el presupuesto, Bertinotti se reunió de urgencia con Enrico Micheli, secretario general del primer ministro. La ruptura de Refundación con la mayoría suscitó fuertes polémicas y críticas entre los comunistas y la izquierda, que calificaron la movida como "un grave error político". La presión de la militancia, así como de los sindicatos metalmecánicos del norte del país, tradicionalmente cercanos a Refundación, y que ayer desfilaron en Roma a favor del diálogo, fueron determinantes para resolver las discrepancias con el gobierno de centroizquierda. "Prevaleció el sentido común", comentó Massimo D'Alema, líder del poscomunista Partido Democrático de la Izquierda (PDS), principal socio de la coalición.

Después de la caída del gobierno, la derecha liberal de Silvio Berlusconi se había pronunciado por un gabinete de coalición nacional para llevar a Italia al euro. Esa posición había sido rechazada por el Olivo, ya que un gobierno sostenido por Berlusconi habría implicado un acento todavía más austero a la política económica. Ayer, por lo tanto, el Polo de las Libertades de Berlusconi criticó el acuerdo y denunció que el gobierno "ahora es aún más de izquierda". Por su parte, el líder posfascista Gianfranco Fini, que estaba a favor de elecciones anticipadas, dijo que el acuerdo entre el Olivo y RC será "a costa de la dignidad política" de uno de los dos, y alguno deberá explicar por qué se acepta hoy lo que se rechazó ayer.

Innocenzo Cipoletta, jefe de la poderosa Cofindustria (patronal), fue otro de los líderes empresarios que censuró los acuerdos. Dijo que, si la "reconsideración de Bertinotti es un retroceso sobre todas sus ideas, el gobierno puede ir adelante, pero si por el contrario el Ejecutivo se aleja del mercado y piensa entrar en Europa con "dirigismos varios", es mejor que haya elecciones.

Curiosamente, los mercados parecieron pensar distinto, esta vez, a los líderes empresarios, ya que la Bolsa de Valores de Milán reaccionó positivamente a los anuncios, cerrando con un alza del 2,83 por ciento. El motivo es que la convocatoria a elecciones anticipadas era en el fondo la carta más peligrosa y desestabilizante para la entrada al euro, que debe producirse el 1° de enero de 1999: hubiera implicado una campaña, desgaste, incertidumbre y una casi segura corrida internacional contra la lira.

Opción: ***Las elecciones anticipadas eran la peor opción, porque hubieran demorado la entrada al euro y causado una casi segura corrida contra la lira.***

Prodi entra ayer a hablar con el presidente Scalfaro.
Llevaba una carta de triunfo: el apoyo de los comunistas.

Grito de guerra patronal

Mientras en Italia la promesa de llegar a la semana laboral de 35 horas antes del 2000 garantizaba la resurrección del gobierno de centroizquierda (ver nota principal), en Francia la misma propuesta, lanzada por el gobierno socialista de Lionel Jospin, produjo ayer la renuncia en señal de protesta de Jean Gandois, jefe de los empleadores franceses. Gandois, quien el fin de semana acusó al gobierno y los sindicatos de urdir un complot para quitarles poder a los empleadores, dijo que las empresas librarán "una batalla despiadada" contra los planes del gobierno. Los economistas dijeron que la sorpresiva renuncia y las sugerencias de Gandois de que el cuerpo de empleadores de la CNPF tomará una posición más severa es un mal presagio para Jospin. "Ante las perspectivas de lo que podemos llamar una derrota, he decidido presentar mi renuncia ante el Consejo Ejecutivo –dijo Gandois en rueda de prensa–. La asociación de patrones y las compañías no tienen otra opción que luchar contra esta decisión. Sólo pueden elegir luchar una batalla muy dura y despiadada. Todo el diálogo social será interrumpido", vaticinó (o amenazó). Al describirse "más como un negociador que como un asesino", Gandois agregó: "No pienso tener el perfil que necesitarán para defender a las empresas en los próximos meses". En 1981, ante el programa de nacionalización de François Mitterrand, los empresarios protagonizaron una masiva fuga de capitales.

S.E.CH.E.E.P.
9714250

REFUNDACIÓN COMUNISTA CONSIGUIÓ LA REDUCCIÓN DE LA SEMANA LABORAL A 35 HORAS

Final para "la crisis más loca del mundo"

El primer ministro Romano Prodi firmó un acuerdo con los neocomunistas de Fausto Bertinotti que le permitirá seguir en el poder e impulsar reformas presupuestales para 1998

A cinco días de haber derribado el gobierno italiano, los comunistas hicieron la paz ayer con el primer ministro Romano Prodi y prometieron que ayudarán a mantener el país encarrilado rumbo a la unión monetaria europea.

"Con enorme satisfacción declaro a Italia lista para Europa", dijo el jefe del gobierno, Romano Prodi, en conferencia de prensa posterior a la firma del acuerdo. "No hay ganadores ni perdedores, ganó Italia", agregó.

Sin embargo, los analistas coincidieron en que el verdadero vencedor de la batalla fue Prodi, que salió ratificado tras el compromiso de los comunistas de apoyar su política económica austera. Esta permitirá a Italia reducir su déficit y alcanzar los parámetros establecidos por el tratado de Maastricht.

"No hay ganadores ni perdedores, ganó nuestro pais", fueron las palabras de Prodi

El líder de Refundación Comunista, Fausto Bertinotti, se reunió con Prodi ayer para ultimar los detalles del arreglo.

"Hemos logrado un acuerdo que dure un año, quizá más", dijo el jefe comunista a los reporteros.

Bertinotti subrayó que el acuerdo no implica la inclusión de ministros comunistas y que, como en el pasado, será un sostén sólo parlamentario. Sin embargo, los comunistas serán "sistemáticamente" consultados, según el pacto divulgado ayer a la prensa.

Por su parte, el portavoz de los comunistas, Oliverio Diliberto, dijo que "se logró mejorar significativamente la ley presupuestal, que ahora será austera pero equitativa".

Las pocas modificaciones concedidas a la ley incluyen sobre todo la disminución del horario de trabajo a 35 horas semanales antes del año 2001.

Pero la reducción del horario laboral puede convertirse en la "manzana envenenada" de la coalición italiana del Olivo por el rechazo de las grandes y medianas empresas y el poco entusiasmo de los sindicatos.

La primera reacción fue la de la patronal Confindustria que ayer se reunió con Prodi para discutir su acuerdo con Refundación Comunista.

A cambio de que los neocomunistas apoyen el proyecto de ley de los presupuestos de 1998, el pacto incluye, entre otros puntos, el compromiso de que las pensiones que reciben los obreros que se jubilan anticipadamente no se verán afectadas por la reforma actualmente en discusión.

Esta ley, una vez adoptada, le permitirá a Italia entrar en el grupo de cabeza en la moneda única europea porque asegura un déficit menor al 3% del Producto Bruto Interno (PBI).

La Cámara de Diputados dará el próximo jueves su voto de confianza al gobierno de Prodi que así podrá contar de nuevo con la mayoría que le asegura Refundación Comunista tras el acuerdo alcanzado. *(En base a EFE, AFP y AP)*

9714250

37

Italia: un acuerdo de Prodi y los comunistas superó una falsa crisis

La izquierda se conformó con una hipotética reducción de la semana laboral

Por Julio Crespo
(Enviado especial)

ROMA, 14.- ¿No pasó nada? Después de más de 15 días en que la actividad del gobierno se mantuvo en suspenso, después de cientos de horas de negociaciones, de discursos y de gestos aparentemente definitivos, después de miles de páginas de diarios y revistas que registraron cada cambio de opinión, después de que el jefe de gobierno presentó su dimisión, todo vuelve al punto de partida.

La crisis se mantuvo siempre en el ámbito de la clase política, más precisamente de la izquierda. Mientras en el Parlamento aún resonaban las encendidas declaraciones de principios, el público se encogía de hombros, sin entender qué era lo que estaba en juego para justificar la caída de un gobierno.

Realismo en los mercados

Un dato significativo para entender hasta qué punto la conmoción no salió nunca del espacio comprendido entre el Quirinal -asiento de la presidencia- y el palacio de Monte Citoro -sede del Parlamento- es que, aun cuando se discutían medidas que podían afectar el equilibrio del presupuesto, los mercados se mantuvieron estables.

La baja en la Bolsa del fin de semana fue inmediatamente compensada por una suba posterior, y no llegó a haber un campo propicio para los especuladores. Después de un ligero tropiezo, la lira continuó su lento ascenso con respecto al dólar y al marco y las tasas de interés se mantuvieron apenas un cuarto de punto por encima de las de Alemania.

¿Cómo explicar esta figura de contradanza en que después de giros y cambios de posiciones los bailarines vuelven a ocupar exactamente el mismo lugar, aunque tal vez ya no con tanta gracia y elegancia? La respuesta combina una conclusión pesimista con un dato que abre las puertas al optimismo.

La conclusión pesimista es que, aun después de las reformas iniciadas hace cinco años, la política italiana no abandona ciertos vicios de la vieja partidocracia en que una fuerza minoritaria podía determinar un cambio de gobierno (desde la posguerra hasta hoy se registraron 55 de esos cambios). Pero esta vez, el giro que tomaron los acontecimientos permiten expectativas optimistas. Porque el público -entendiendo por este término tan amplio desde los empresarios hasta las organizaciones obreras, la comunidad financiera, la prensa y las organizaciones no partidarias- reaccionó con unánime disgusto ante una jugada que, además de terminar con un gobierno que cuenta con un nivel alto de aprobación, amenazaba con interrumpir el proceso de integración de Italia en Europa a través del ingreso en la futura unidad monetaria europea a partir del año 2000.

Refundación Comunista, el partido que, con su negativa a votar la ley financiera por consideraría lesiva a los intereses de los trabajadores, había forzado al jefe de gobierno, Romano Prodi, a presentar su renuncia, encontró que su actitud era criticada, no ya desde el centro, no ya desde la izquierda moderadá, sino desde dentro de sus propias filas. La reacción para evitar una ruptura entre las izquierdas movilizó a los obreros metalmecánicos de Brescia, a las asociaciones de mujeres y a las mismas bases del partido.

Como al principio

Como consecuencia, Fausto Bertinotti, secretario de Refundación, que pocos días antes había denunciado la reducción del sistema de pensiones y otros aspectos de la ley financiera que habían sido aceptados por las organizaciones sindicales, terminó por admitir prácticamente todo el contenido de la ley a cambio de la módica promesa de una reducción -todavía hipotética- de la semana de trabajo a 35 horas para el año 2001.

El cambio para el ingreso de Italia a la unidad monetaria europea queda así despejado. En cuanto al futuro del gobierno, habrá que ver qué giro toma, a partir de ahora, el acuerdo entre la coalición de centro izquierda y Refundación Comunista. La lección de estos últimos quince días parece obvia: es peligroso intentar una maniobra política cuando va en contra de los intereses de la mayoría.

38 9714250

XG9836

U POXBT 10-15 00592
icx exg mun

ITALIA-GOBIERNO (Previsión)
PRODI PIDIO CONFIANZA Y OPOSICION PREPARA GRAN MANIFESTACION

Por Juan Lara

Roma, 15 oct (EFE) - El primer ministro italiano, Romano Prodi, pidió hoy, miércoles, a la Cámara de Diputados el voto de confianza en medio de las críticas de la oposición conservadora, que ha convocado una manifestación para el ocho de noviembre contra los presupuestos de 1998.

Prodi, de 56 años, líder de la coalición de centro-izquierda El Olivo, no tendrá problemas para lograr la confiaza, tras el nuevo pacto con Refundación Comunista, que el pasado día nueve le retiró su apoyo y le obligó a presentar la dimisión después de 500 días de Gobierno.

Los votos de los 34 diputados comunistas son imprescindibles para que El Olivo tenga mayoría absoluta en la cámara baja.

En su discurso de hoy, Prodi dijo que el pacto con Refundación no tiene una duración preestablecida y que la recomposición de esa mayoría parlamentaria supone reemprender "con determinación el camino hacia la Europa de la moneda única" y asegurar a los socios europeos que Italia es un país "responsables y de confianza".

Sobre el pacto, indicó que los comunistas se comprometen a votar el proyecto de ley de presupuestos para 1998 (el que hace una semana rechazaron), que estipula un ajuste presupuestario de 14.700 millones de dólares.

Este ajuste fue considerado vital por Prodi para lograr que el déficit público se situe en 1998 por debajo del tres por ciento del Producto Interior Bruto, necesario para acceder al Euro.

Agregó que el Gobierno presentará antes de enero próximo un proyecto de ley para reducir el horario de trabajo a 35 horas semanales desde enero de 2001. Esta reducción sólo se aplicará en empresas con más de 15 empleados.

También "retocará" los presupuestos para que casi 300 millones de dólares que se iban a recortar del gasto público se obtengan en la "lucha contra a la evasión fiscal".

El Gobierno se comprometió además a no tocar las pensiones que perciben los obreros y quienes hacen trabajos "equivalentes", que era una de las exigencias de Refundación.

Para Prodi, con el nuevo pacto "no hay vencedores ni vencidos" y la única vencedora es Italia, a lo que la oposición contestó con un abucheo.

En las próximas horas hablarán los líderes de las fuerzas políticas. El voto se espera para mañana, jueves. Después, el primer ministro acudirá al Senado, donde El Olivo tiene mayoría absoluta.

La reacción de la derecha conservadora al pacto con Refundación no se ha hecho esperar. El líder Silvio Berlusconi considera que Prodi ha salido de esta "semana de pasión" muy debilitado, que está "totalmente en manos de los comunistas" y que los presupuestos del 98 han quedado diezmados.

Los conservadores han convocado una manifestación para el ocho de noviembre en Roma, en la plaza de San Juan de Letrán, donde tradicionalmente hasta ahora se concentraban masivamente la izquierda y los sindicatos.

Si la oposición critica el nuevo pacto -entre otras cosas porque ha impedido formar un gobierno de amplia mayoría, como abogaba y del que pretendía tomar parte-, los empresarios lo ha hecho por la concesión de las 35 horas de trabajo semanal.

Giorgio Fossa, presidente de Confindustria, afirmó que la reducción a 35 horas supone que el coste del trabajo se incremente un 10 ó 12 por ciento.

La Confindustria se reunirá el próximo jueves para decidir si bloquean los convenios colectivos que actualmente se negocian.

Para Sergio Cofferatti, líder de la CGIL, una ley que reduce los horarios de trabajo "es útil sólo si secunda los convenios colectivos, pero no si los sustituye".

"Aunque el pacto no dice nada, se supone que la reducción se hará sin que se reduzca una lira de la nómina", dijo Pietro Lariza, de la central socialista UIL. EFE

jl/ig/ma

39

9714250

10/15/12-22/97

XG9856

U POXBT 10-15 00648
mun exg icx

ITALIA-GOBIERNO (Previsión)
OPOSICION ACUSA A PRODI DE HABERSE ENTREGADO A COMUNISTAS

Por Carlos Gosch

Roma, 15 oct (EFE).- El primer ministro italiano, Romano Prodi, afirmó hoy, miércoles, que su Gobierno de centro-izquierda ha salido reforzado de la crisis política, mientras que la oposición conservadora le acusó de haberse entregado a los comunistas.

Prodi compareció hoy en la Cámara de los Diputados para pedir un voto de confianza para su ejecutivo, un día después de que la crisis que le obligó a dimitir el pasado jueves quedara cerrada con un nuevo pacto de gobierno entre la coalición del "Olivo" y Refundación Comunista.

La Cámara, que certificará mañana, jueves, la recomposición de la mayoría parlamentaria dando su voto de confianza a Prodi, fue hoy testigo de la paz entre la coalición gubernamental y sus aliados, expresada en el abrazo en el que se fundió el primer ministro, tras su discurso, con el líder de los comunistas, Fausto Bertinotti.

En un gesto simbólico, Refundación accedió, por primera vez, a firmar la moción de confianza al gobierno presentada por el "Olivo".

La decisión de los comunistas de apoyar el proyecto de Presupuestos para el próximo año -que habían rechazado el pasado jueves, provocando la caída del ejecutivo- centró el debate parlamentario.

Prodi ilustró a la Cámara el acuerdo con los comunistas, cuyas principales novedades son la reducción de la jornada laboral a 35 horas semanales y el compromiso del ejecutivo a consultar con Refundación las cuestiones más significativas.

"Refundación Comunista ha sabido y querido acoger la invitación a no interrumpir su apoyo al esfuerzo que estamos haciendo para llevar a Italia a participar, desde el primer momento, en la moneda única europea", dijo el primer ministro.

Prodi se mostró "confortado" por los datos económicos logrados por su gobierno y recordó que, según las previsiones de la Comisión Europea, Italia respetará los principales criterios para acceder al euro.

La coalición del "Polo de las Libertades" ha asegurado que el pacto que ha resuelto la crisis está destinado a aumentar la influencia en el gobierno de los comunistas, que han demostrado que pueden obligar a dimitir a Prodi en cualquier momento.

El líder conservador, Silvio Berlusconi, habló ante los periodistas del peligro de un "gobierno rojo", cuyos genes "proceden de Moscú".

Su principal aliado, el presidente de la derechista Alianza Nacional (AN), Gianfranco Fini, señalaba que el eje del gobierno "se ha movido hacia la izquierda", porque "esta crisis ha demostrado que Refundación es determinante no sólo numéricamente, sino, sobre todo, políticamente".

Los conservadores han anunciado una batalla contra las medidas presupuestarias del gobierno, que prevén un ajuste de 25 billones de liras (14.700 millones de dólares) para asegurar la entrada en la moneda única, y se disponen a convocar una manifestación nacional en Roma.

Por otro lado, el "Polo" se ha sumado a los ataques de los empresarios contra la reducción del horario laboral a partir del año 2001, principal conquista de Refundación en su negociación con el gobierno.

Berlusconi calificó de "fenomenal error" la implantación de las 35 horas semanales, mientras que el presidente de la patronal Confindustria, Giorgio Fossa, la definía como "un precio demasiado caro" pagado para evitar el peligro de que la crisis desembocara en unas elecciones anticipadas.

Prodi trató de calmar los ánimos en su discurso y afirmó que la reducción del horario de trabajo se llevará a cabo contando con los sindicatos y la patronal.

"Precisamente el peso que las fuerzas sociales tendrán en la aplicación de la reducción del horario laboral marca una de las mayores diferencias entre la línea elegida por el gobierno de Jospin en Francia y la que pretendemos seguir en Italia", subrayó el primer ministro.

Con la excepción de la obligada intervención de Prodi, el resto de los líderes políticos desertaron de un debate parlamentario que marcará el comienzo de una nueva etapa en el gobierno de centro-izquierda formado en mayo del pasado año, pero cuyo resultado está ya decidido. EFE

CGM/ah/hm

10/15/17-00/97

9714250

40

XG9874

U POXDT 10-16 00342
icx exg mun

ITALIA-GOBIERNO (Ampliación)
PRODI NIEGA GIRO A LA IZQUIERDA DE SU EJECUTIVO

Roma, 16 oct (EFE).- El primer ministro italiano, Romano Prodi, negó hoy que su gobierno se haya "movido a la izquierda" por su pacto con Refundación Comunista para cerrar la crisis, al intervenir en un debate en la Cámara de los Diputados.

Prodi solicitó ayer el voto de confianza para su gobierno de centroizquierda, y hoy replicó a los grupos parlamentarios.

"No nos hemos movido hacia la izquierda", dijo el primer ministro al negar que el acuerdo con Refundación, basado en reducir la jornada laboral a 35 horas semanales, provoque un cambio en el programa de su gobierno.

Prodi respondió así a las críticas de la coalición conservadora del Polo de las Libertades, que le acusaron de haberse entrehado a los comunistas para seguir en el poder.

Tras la intervención del primer ministro tomaron la palabra los portavoces parlamentarios para anunciar su intención de voto.

El debate en la Cámara se cerrará con el voto de confianza al gobierno, que Prodi obtendrá tras la recomposición de la mayoría parlamentaria formada por su coalición del Olivo y los comunistas.

El voto certificará el final de la crisis abierta hace una semana al decidir Refundación rechazar el proyecto de los Presupuestos para el próximo año, lo que provocó la dimisión de Prodi.

La dimisión fue rechazada después por el presidente de la República, Oscar Lugi Scalfaro, después del acuerdo alcanzado el martes para recomponer la mayoría que apoya al gobierno, en el que Refundación se compromete a apoyar los Presupuestos.

Prodi señaló en su intervención que el ejecutivo "no ha cambiado su naturaleza y su significado".

"El programa es idéntico, la mayoría es la misma, el gobierno es claramente de centro-izquierda", aseguró.

También hizo un llamamiento a las partes sociales y todos los grupos parlamentarios para reanudar la discusión sobre el saneamiento económico acometido por el gobierno para que Italia acceda a la moneda única europea.

Prodi expresó su esperanza de que pueda alcanzarse "en un breve plazo" un acuerdo con los sindicatos y la patronal sobre los recortes en el gasto social. EFE
cgm/ma

10/16/08-15/97

9714250

XG9920

U FOXBT 10-16 00744
mun exg icx

ITALIA-GOBIERNO (previsión)
TRAS SEMANA PASION GOBIERNO HUNDIDO POR COMUNISTAS VOLVIO PODER

Por Juan Lara
Roma, 16 oct (EFE) - El primer gobierno de izquierda de la historia italiana, hundido hace una semana por los comunistas y reflotado por ellos mismos tras conseguir que Romano Prodi aceptase reducir por ley el horario de trabajo a 35 horas semanales -esgrimido como bandera- recuperó hoy todo su poder.

El Parlamento dio hoy el voto de confianza a Prodi, líder de la coalición de centro izquierda Olivo y presidente del Gobierno formado hace casi año y medio, cerrando así la crisis abierta el pasado día 9, cuando el aliado partido Refundación Comunista retiró el apoyo al Ejecutivo, tras acusarle de dañar con sus medidas económicas a las clases más desfavorecidas.

El cierre de la crisis, propiciado por el nuevo pacto entre el Olivo y Refundación, da luz verde a la aprobación de los austeros presupuestos del Estado para 1998 -que se habían convertido en la manzana de la discordia- y allana la entrada de Italia en la Europa de la moneda única.

Refundación no aceptó los previstos recortes a la sanidad, pensiones y asistencia social por valor de casi tres mil millones de dólares -incluidos en los presupuestos- y en nombre de las clases más desfavorecidas hundió al Gobierno, en medio del estupor de esas mismas clases, que no entendieron cómo un partido de izquierdas acababa con un Ejecutivo del mismo signo.

Ante la presión, Refundación decidió no cerrar todas las puertas y tendió una mano a Prodi y al Olivo, dispuestos a afrontar nuevas elecciones a sabiendas de que ponían en peligro la entrada de Italia en la moneda única, debido a que la incertidumbre política imposibilitaría alcanzar los parámetros de Maastricht.

Los comunistas enarbolaron la bandera de las 35 horas semanales de trabajo a partir del año 2001 y la de "no tocar" las pensiones de los obreros, lo que podía ser aceptado por Prodi. Esa aceptación servía a Refundación para "lavar su imagen" y dar marcha atrás sin que pudiera decirse que se había rendido.

Pero por otra parte suponía un triunfo: sin su consentimiento no había gobierno de izquierda, es decir se confirmaba que tiene peso y que el comunismo no ha muerto en Italia.

A pesar de todo, el pacto -según se afirma en ambientes políticos y económicos- ha sido la mejor solución política en estos momentos, ya que aleja el fantasma de unas elecciones anticipadas que nadie deseaba, evita perder el tren hacia Europa y apuntala el incipiente bipolarismo político, que se habría acabado de aceptarse la idea del gran gobierno de amplia mayoría propuesto por la derecha berlusconiana, en la oposición.

Y es que nada más dimitir Prodi, Silvio Berlusconi propuso ese gran ejecutivo apoyado por todas las fuerzas, con la excepción de los comunistas. Aliados centristas del Olivo, como Renovación Italiana, el partido del ministro de Exteriores, Lamberto Dini, también estaban de acuerdo con formar otra mayoría de poder.

Ese gran gobierno suponía en realidad el renacimiento de la desaparecida Democracia Cristiana y la vuelta a los pactos de gobernabilidad, donde los partidos ofrecían estabilidad a cambio

9714250

de favores, "comenzando por los de la justicia", según afirmó el diario "La Repubblica", en clara referencia a Berlusconi, actualmente sometido a tres juicios por presunta corrupción.

El seco "no" del Partido Democrático de la Izquierda (PDS, el más importante del Olivo), a esa nueva mayoría, anunciando que, de no llegarse a acuerdo alguno con Refundación, la única salida serían las elecciones, evitó la vuelta a los tiempos del pentapartido y al final del bipolarismo que se pretende implantar en Italia.

También ayudó el "no" de Alianza Nacional, el partido ex neofascista aliado de Berlusconi. Su líder, Gianfranco Fini, defensor acérrimo del bipolarismo, sabe que de ello depende su supervivencia, pues un acuerdo de Berlusconi con los partidos centristas supondría en poco tiempo dejarles de nuevo fuera del arco parlamentario.

Por ello, la firmeza del Olivo ha impedido a Refundación adjudicarse la etiqueta de "izquierda auténtica" y ha demostrado a los mercados financieros -que nunca creyeron en la crisis- y a los aliados europeos que Prodi es capaz de realizar una rigurosa política de saneamiento económico y de defender el estado de bienestar.

La oposición conservadora sale de la crisis de nuevo derrotada y, lo que son las paradojas, en vez de caer Prodi, lo ha hecho Berlusconi, que ha anunciado que no se presentará a candidato a primer ministro en eventuales comicios.

Sus problemas con la justicia lo impiden: tiene pendientes 52 audiencias con la justicia (de los tres juicios). Un eventual gobierno suyo no aguantaría viendo a su presidente salir y entrar de los tribunales. EFE

JL/hm

10/16/17-54/97

9714250

XG9927

U POXBT 10-16 00282
mun exg icx

ITALIA-GOBIERNO (ampliación)
SENADO DIO VOTO CONFIANZA A ROMANO PRODI

Roma, 16 oct (EFE) - El Senado italiano dio hoy el voto de confianza al Gobierno de Romano Prodi, cerrándose así la crisis de Ejecutivo abierta el pasado día 9 cuando el primer ministro dimitió tras retirarle el apoyo parlamentario el aliado Partido Refundación Comunista.

El "sí" del Senado se produjo después de que hoy también la Cámara de Diputados diera la confianza al primer gobierno con mayoría de izquierda de la historia italiana.

El voto de confianza del Senado se daba por descontado visto que la coalición gubernamental Olivo cuenta con mayoría en la Cámara Alta y tenía además el apoyo de Refundación Comunista, con quien ha vuelto a pactar.

Votaron a favor 168 senadores y en contra 64. La mayoría necesaria era 117.

Durante su intervención ante el Senado, Prodi reiteró que de esta crisis "sale reforzado" y "más maduro" su Ejecutivo y rechazó que el Olivo se haya "marxistizado", en referencia a que el pacto alcanzado con Refundación Comunista no supone "una mayor inclinación hacia la izquierda" de su Gabinete y del Olivo.

El sí del Senado supone la luz verde definitiva para el Gobierno Prodi, hundido hace una semana por los comunistas y reflotado por ellos mismos tras conseguir -mediante un pacto- que Prodi aceptase reducir por ley el horario de trabajo a 35 horas semanales y no tocar las pensiones de jubilación de los obreros.

Por su parte, Refundación Comunista se comprometió a votar los presupuestos del estado para 1998, que contemplan un ajuste presupuestario de 14.700 millones de dólares -necesarios para asegurar la entrada de Italia en la moneda única europea- y de los que casi tres mil millones pretende ahorarrlos el Gobierno recortando el sistema de bienestar social. EFE

JL/hm

10/16/19-17/97

XG9890

U POXBT 10-16 00608
icx exg mun

ITALIA-GOBIERNO (Previsión)
PRODI OBTIENE VOTO DE CONFIANZA PARA SEGUIR GOBERNANDO

Por Carlos Gosch

Roma, 16 oct (EFE).- El primer ministro italiano, Romano Prodi, obtuvo hoy, jueves, el voto de confianza de la Cámara de los Diputados para seguir gobernando, tras negar que el acuerdo con los comunistas para resolver la crisis haya provocado un giro a la izquierda de su ejecutivo.

La Cámara aprobó la moción de confianza con 319 votos a favor, 285 en contra y dos abstenciones, y certificó así la recomposición de la mayoría parlamentaria formada por la coalición gubernamental del Olivo y el Partido de Refundación Comunista (PRC), cuya ruptura había obligado a dimitir hace una semana a Prodi.

El primer ministro dedicó la mayor parte de su réplica a los grupos parlamentarios a responder a las acusaciones de entregarse a los comunistas para seguir en el poder, hechas estos días por la oposición conservadora del Polo de las Libertades.

Prodi aseguró que el pacto alcanzado el pasado martes con Refundación, que prevé reducir la jornada laboral a 35 horas semanales y el compromiso del Gobierno de consultar con los comunistas los asuntos más importantes, "no ha cambiado la naturaleza ni el significado" del ejecutivo.

"El programa es idéntico, la mayoría es la misma, el Gobierno es claramente de centroizquierda", afirmó.

Los portavoces del Polo insistieron, al anunciar su voto en contra de la moción de confianza, en que el "eje del Gobierno se ha trasladado a la izquierda".

"Refundación podrá ejercer, más que ayer, su condicionamiento, imponiendo sus ideas, que, ciertamente, no son liberales ni democráticas", dijo el portavoz de Forza Italia (el movimiento del líder conservador, Silvio Berlusconi), Beppe Pisanu.

Lamberto Dini, titular de Exteriores y líder del centrista Renovación Italiana, advirtió que su partido vigilará cómo se comportan los comunistas para evitar un cambio de la línea política del gabinete.

El primer ministro anunció que el Gobierno sale de esta crisis con una mayoría parlamentaria reforzada, para continuar su labor de saneamiento económico, encaminada a que Italia entre en el grupo de cabeza de la moneda única europea.

En este sentido, Prodi señaló la necesidad de que las medidas presupuestarias, que incluyen un ajuste de 25 billones de liras (14.700 millones de dólares) para asegurar el acceso al euro, sean aprobadas lo antes posible.

También hizo un llamamiento a las partes sociales y los grupos de la oposición para completar el saneamiento económico, en nombre del "interés del país".

La oposición de los comunistas a los Presupuestos fue la que originó "la crisis más loca del mundo" -como la definió Prodi-, y quedará definitivamente archivada con el voto de confianza que el ejecutivo obtendrá del Senado mañana, viernes.

El líder comunista, Fausto Bertinotti, al renovar durante el debate el apoyo al Gobierno, anunció que su partido está dispuesto ahora a contribuir al objetivo del ingreso en la moneda única.

La reducción del horario laboral, clave del acuerdo con el que Prodi logró salvar su gobierno, irrumpió con fuerza en el debate y amenaza con desatar una nueva batalla política.

El primer ministro subrayó hoy en la Cámara durante aquél que el Gobierno acordará con sindicatos y empresarios la aplicación de las 35 horas semanales para el año 2001, en un intento de aplacar las iras de los empresarios.

La patronal Confindustria y la oposición conservadora han coincidido en que la reducción del horario no servirá para crear empleos, y que restará competitividad a las empresas italianas, que verán aumentar sus costes de producción.

El presidente del grupo Fiat, Cesare Romiti, invitó a Prodi a revisar el acuerdo de las 35 horas semanales, porque "en ninguna parte del mundo existe una relación positiva entre la reducción del horario y la creación de nuevos puestos de trabajo". EFE

cgm/ig/ma

10/16/12-28/97

45

9714250

ACUERDO ENTRE LOS ALIADOS DE CENTROIZQUIERDA

Punto final a la crisis en Italia

El Parlamento dio su voto de confianza al gobierno • El premier superó de esta manera la crisis provocada por sus aliados comunistas • Prodi acordó reducir la semana laboral a 35 horas • Malestar empresarial

JULIO ALGAÑARAZ
Roma. Corresponsal

Con un amplio voto de confianza de las dos ramas del Congreso italiano, el gobierno de centroizquierda del primer ministro Romano Prodi **superó definitivamente ayer la crisis** iniciada hace una semana con el retiro de la mayoría parlamentaria de los difíciles aliados de Refundación Comunista.

En el Senado, la moción de confianza al gobierno fue aprobada por 168 votos a favor y 64 en contra. Pocas horas antes, los diputados la habían aprobado por 319 contra 285 votos.

Prodi dijo ante el Parlamento que las conclusiones formales de la crisis política, que en algún momento pareció poner en peligro los planes de Italia de ser miembro fundador de la moneda única europea, se usarán como experiencia para un nuevo período en el país. "Esta crisis nos dejó más fuertes y maduros", afirmó el primer ministro italiano.

"La crisis más loca del mundo", como la calificó, exasperado, Prodi, fue emparchada con un acuerdo de cuatro puntos en el que sobresale la promesa del gobierno de promover la aprobación de **una ley que reduce la semana laboral a 35 horas.**

La ley se inspira en una norma similar aprobada en Francia por el gobierno liderado por el socialista Lionel Jospin y que provocó una dura reacción de los sectores empresariales.

Reacción empresarial

En Italia, los empresarios de la federación de "Confindustria" reaccionaron anunciando **el congelamiento de las negociaciones para renovar los contratos colectivos**, debido a que el aumento del costo laboral, según los patrones, podría llegar al 8 o al 10 por ciento.

> La crisis estalló cuando Refundación Comunista rechazó el proyecto de ley de presupuesto de 1998

Refundación Comunista hizo estallar la crisis la semana pasada anunciando que votaría contra el proyecto de ley de presupuesto 1998 presentado al Parlamento por el gobierno de centroizquierda, cuyo principal partido son los poscomunistas del Partido Democrático de Izquierda (PDS) de Massimo D'Alema.

Los poscomunistas y los neocomunistas de Refundación, liderados por Fausto Bertinotti, estaban por iniciar entre sí una guerra abierta. Los partidos de la oficialista coalición del Olivo –PDS, verdes ecologistas, ex democristianos y liberales– amenazaron con provocar elecciones generales anticipadas para consumar una "vendetta" contra los comunistas.

Las reacciones fueron tan grandes que Refundación Comunista tuvo que dar marcha atrás, buscando y obteniendo un arreglo que le permitiera **votar finalmente la ley de presupuesto** presentada por Prodi pero "sin perder la cara".

"Un triunfo comunista"

El líder del centroderecha, Silvio Berlusconi, afirmó que el resultado de la crisis demuestra que el gobierno de centroizquierda ha **"quedado en manos de los comunistas".**

Prodi, un economista católico de 58 años, negó anoche ante el Senado que el gobierno "haya girado hacia la izquierda".

La crisis italiana adquirió rápidamente una dimensión europea por el peligro de que la inestabilidad política pudiera comprometer el ingreso de la Península en el sistema de moneda única europea, el euro.

El gobierno de Prodi logró un éxito notable al reducir en 1997 del 6,8 por ciento al 3 por ciento el déficit fiscal, bajando además el ritmo de inflación al 1,4 por ciento. Este saneamiento financiero permitió a los socios europeos anunciar esta semana que **Italia está en condiciones de entrar a la moneda única.**

El acuerdo con los comunistas asegura al gobierno de Prodi una estable mayoría parlamentaria hasta fines de 1998. □

SUPER POZO ACUMULADO:
$102.000
BINGO CABALLITO
ROSARIO 744

46 - 46

9714250

Nº DOCUMENTO 9714251
TITULO ITALIA : PERFIL DE
PROCEDENCIA 78893
FECHA DE [illegible] 091094
[illegible]CULACION 1184
10+604
15432
1164
80052

FAUSTO BERTINOTTI LIDER DE REFUNDACION COMUNISTA

01-03

9714251

DP5437

R FOXBT 10-10 00607
MUN

ITALIA-CRISIS (perfil)
BERTINOTTI, UN OPOSITOR NATO, EL HOMBRE QUE HA HUNDIDO PRODI

Por Juan Lara
Roma, 9 oct (EFE) - Como un opositor nato y un marxista convencido está considerado Fausto Bertinotti, el líder de Refundación Comunista, el partido que retiró hoy la confianza a Romano Prodi, propiciando la caída del primer gobierno con mayoría de izquierda de la historia de la república italiana.

El vicepresidente dimisionario del gobierno, Walter Veltroni, número dos del ex comunista Partido Democrático de la Izquierda (PDS), no ha dudado en considerarlo un "irresponsable" y las críticas a Refundación han sido de lo

"La izquierda habría unido su nombre al ingreso de Italia en Europa, al relanzamiento del empleo y a la reforma del Estado. Sin embargo, ha sido un partido de izquierda a interrumpir este camino de manera irresponsable. La única obsesión de Refundación era hacer caer al Gobierno", dijo Veltroni.

Sin embargo, Bertinotti no se dio por aludido y así tras conocer la dimisión siguió firme en su postura: "hemos pedido seguridades y se nos ha dicho 'no', se nos ha respondido con inversiones, pero no con propuestas serias sobre pensiones y horario de trabajo. Todo han sido evasivas. No podemos permitir que paguen los de siempre, las clases más desfavorecidas, entre ellas los pensionistas".

Fausto Bertinotti nació en Milán el 22 de marzo de 1940, hijo de un ferroviario, que fue quien le adoctrinó en política.

En 1964 entró en el mundo sindical y cinco años después es ya uno de los dirigentes más importantes de la central sindical de tendencia comunista socialista CGIL. En 1985 es elegido para la secretaria nacional del sindicato, el más importante de Italia, que cuenta con tres millones de afiliados. Antes, en 1971 entró en el Partido Comunista de Italia (PCI).

Carlos Marx es su punto de referencia y considera el marxismo una aventura intelectual estraordinaria.

Su rebelde espíritu marxista le opone a la dirección del sindicato y en 1991 lidera el grupo "Ser sindicato", una escisión de la central sindical surgida en el congreso celebrado ese año en Rímini.

Tras el cambio del PCI en Partido Democrático de la Izquierda, en el congreso celebrado el 3 de febrero de 1991 en Rímini, Bertinotti entra en este nuevo partido liderado en esos momentos por Achille Occhetto, pero pronto comienza a disentir.

En 1993 abandona el PDS y se inscribe en Refundación Comunista (PRC), partido escindido del viejo PCI en 1991 y que preside el veterano comunista Armando Cosutta.

Un año más tarde es elegido secretario general del PRC, partido que tras las elecciones de abril de 1996 suscribe un pacto de renuncia con el Olivo, que estable el apoyo parlamentario al Gobierno pero no la entrada de los neocomunistas en el Ejecutivo Prodi.

En los 500 días de Gobierno Prodi, Refundación amenazó en numerosas ocasiones con hacerlo caer, siempre por considerar que el programa político del Olivo iba a favor del gran capital y era liberal, pero siempre, en el último minuto cedió para evitar la

9714251

crisis de Ejecutivo.

En abril de este año, sin embargo, ya enseñó las garras de lo que era capaz de hacer. Bertinotti y sus 34 diputados -los que daban la mayoría absoluta al Gobierno- se negaron a dar su voto a favor de la misión militar italiana a Albania.

El Gobierno Prodi logró sacarla adelante gracias a la derecha, que votó a favor para que Italia no hiciera el ridículo ante la ONU, que le había encargado guiar la misión para pacificar el llamado "país de las águilas" tras la fraudulenta quiebra del sistema bancario.

Hoy, Bertinotti, tras retirar la confianza, demostró lo que siempre ha dicho, que "entre las dos izquierdas (el Olivo y Refundación) existe una gran divergencia estratégica". El Gobierno preparó esos austeros presupuestos en nombre de Europa y Refundación lo hundió en nombre de los pensionistas y del deprimido sur. EFE

JL/PL

10/10/00-46/97

9714251

Nº DOCUMENTO 9714252
TITULO ITALIA: PERFIL DEL PRIMER MINISTRO ROMANO PRODI
578593
091094
CLASIFICACION 11876
607604
575432
11164
80052

01-03 9714252

XQ1924

R POXBT 10-10 00787
MUN

ITALIA-CRISIS (Perfil)
PRODI, UN MODERADO ACERCA ITALIA A EUROPA Y CAE POR COMUNISTAS

Roma, 9 oct (EFE).- El "Profesor" como se conoce a Romano Prodi, el primer ministro italiano en funciones desde que hoy cayó su gobierno víctima de las exigencias de los neocomunistas para que se desmarcara de su política reformista de austeridad, es un político moderado que ha presidido el 55 gobierno de la república.

Nacido en Scandiano, en la provincia norteña de Reggio Emilia, el 9 de agosto de 1939, Prodi es un católico practicante que proviene de la izquierda de la desaparecida Democracia Cristiana y que según afirman algunos especialistas ha liderado el mejor gobierno que ha tenido Italia en mucho tiempo.

Jurista de profesión, especializado en economía, Prodi ha llevado a Italia a las puertas de la moneda única europea con una política de austeridad y reformas que el socio parlamentario de la coalición "Olivo", el Partido Refundación Comunista (PRC), se ha negado a secundar.

El PRC rechazó hoy el proyecto de ley de Presupuestos para 1998, amparado en que no puede aceptar la reforma al estado social, especialmente la reducción de las pensiones, propuestas por el gabinete Prodi -pese a que estaban pactadas con los sindicatos de izquierda- y le retiró la confianza al primer gobierno de la historia de Italia de mayoría de izquierda.

Prodi deja el país bien encaminado económicamente, con una inflación apenas mayor al uno por ciento (1,4 por ciento), una lira estable, y la perspectiva de cumplir con los parámetros de Maastrich que le permita entrar en la primera tanda dentro del "euro".

Eso será posible si se logra aprobar un Presupuesto que, como el que Prodi había mandado al parlamento, prevea un déficit menor al tres por ciento del Producto Interior Bruto.

La trayectoria de este hombre "docto" de talante serio, sin carisma, y que algunos consideran "aburrido", se caracterizó en su campaña electoral por las frases inacabadas y la crispación que le producía que lo interrumpiesen.

Pese a la falta de "encanto" para las masas, logró arrastrar las aguas hacia el caudal del Olivo en las elecciones de abril de 1996, en detrimento del ex primer ministro conservador Silvio Berlusconi, que pretendía reconquistar el gobierno perdido.

Durante algunos años, el economista Prodi que se había especializado en esta materia en la "London School of Economics" y en Stanford, EEUU, tras licenciarse en derecho en la Universidad Católica de Milán, presidió la editorial "Il Mulino" y en dos ocasiones estuvo al frente del Instituto para la Reconstrucción Industrial (IRI), el primer consorcio de empresas de Italia.

Cuando Prodi se hizo cargo en noviembre de 1982 del IRI, minado por el endeudamiento, dijo que se encontraba con "más deudas que la Argentina", pero siete años después, cuando abandonó el puesto, dejó al consorcio italiano con un activo con 625 millones de dólares de activo.

Llamado nuevamente para salvar al IRI en 1993 por el entonces primer ministro y ex presidente del Banco de Italia, Carlo Azeglio Ciampi -que en este gobierno ha sido ministro de Economía de Prodi-, el "profesor" debió afrontar con celeridad la

9714252

02

privatización de algunas de sus empresas para paliar la crítica situación que atravesaba el consorcio con pérdidas superiores a los 2.750 millones de dólares.

Esta trayectoria técnica había sido interrumpida por una sola incursión de tipo política, cuando en el democristiano Giulio Andreotti lo nombró ministro de Industrias de su gabinete en calidad de independiente en 1978/9.

Pero en 1995, Prodi decide entrar de lleno en la política un año después del colapso de la Democracia Cristiana, amparado por el Partido Popular italiano, su sucesora.

Prodi accede a la política con el objetivo de guiar una coalición que englobe las fuerzas de centro-izquierda que sirvan de alternativa al Polo de la Libertad liderado por Silvio Berlusconi.

El ingreso de este hombre en la política, para el que la "moderación" es una palabra clave, reabrió en Italia el juego de las coaliciones, y en la de Prodi se unieron el ala izquierda de la antigua Democracia Cristiana, el Partido Democrático de Izquierda (ex comunista), los Verdes, y los pequeños grupos surgidos de la desaparación del Partido Socialista.

Pero para gobernar necesitó el apoyo parlamentario del PRC, un socio incómodo con el que se logró un "Pacto de Renuncia" por el que éste no ingresaba en el gobierno pero le daba los votos en el Parlamento, hasta que hoy el juego se rompió y Prodi dimitió ante el presidente de la república, Oscar Luigi Scalfaro.

Casado y con dos hijos, Prodi es un apasionado del ciclismo, en especial de la bicicleta de montaña, y se dice que su amor por este deporte le nació tras una peregrinación a Santiago de Compostela.

Su campaña electoral la hizo a lo largo y ancho del país en tren y autobus de pueblo en pueblo y no en avión privado y la basó en los contactos personales con la gente, siempre acompañado por su lugarteniente, Walter Veltroni, hasta hoy el vicejefe del gobierno. EFE

so/ddp

10/10/00-32/97

9714252

Nº DOCUMENTO 9714253
TITULO ITALIA: ELECCIONES EN LA PADANIA
PROCEDENCIA 950930
FECHA DE [illegible] 301091
VINCULACIONES 11816
501604
11437
11900
11164

01-11

9714253

XWB094

R FOXBT 10-23 00678
mun

ITALIA-SEPARATISMO
"ELECCIONES PADANAS" NUEVO DESAFIO DE LA LIGA NORTE A ROMA

Por Carlos Gosch

Roma, 23 oct (EFE).- La separatista Liga Norte se dispone a desafiar de nuevo al gobierno italiano con las "elecciones" que celebrará el próximo domingo para designar a los representantes del "parlamento padano".

El líder de la Liga, Umberto Bossi, ha convocado a estas consultas a "más de 20 millones de personas" de la Padania, la rica zona de la Italia septentrional que los separatistas proclamaron como "república federal" durante la "fiesta de la independencia" celebrada hace un mes.

En un intento por restar importancia a la nueva provocación de la formación de Bossi, el Ejecutivo italiano sostiene que estas "elecciones" son, en realidad, una votación interna de un partido político.

No obstante, el primer ministro, Romano Prodi, ha advertido que, si la Liga pretende dar un carácter anticonstitucional a las consultas, el gobierno pedirá la intervención de la magistratura.

"Llamamos a más de veinte millones de personas a pronunciarse por su libertad", ha repetido con insistencia el líder de la Liga durante las últimas semanas.

Los liguistas han imprimido millones de papeletas con los nombres de los 1.176 candidatos pertenecientes a más de 40 grupos que se presentarán a los 200 escaños del "parlamento padano".

Los votantes podrán depositar sus papeletas desde las siete de la mañana a las diez de la noche en uno de los 22.000 puestos electorales que la Liga instalará a lo largo de las regiones septentrionales.

Los partidos abarcan, sobre el papel, un amplio espacio político, desde la lista de los "Comunistas padanos" hasta la "Derecha padana", aunque su inspiración en la línea oficial marcada por Bossi es evidente.

"Forza Padania", clara adaptación del movimiento "Forza Italia" de Silvio Berlusconi; "Demócratas Europeos-Trabajo Padano", encabezada por el ex alcalde de Milán Marco Formentini; "Católicos Padanos" y "Unión de Mujeres Padanas" son otros de los nombres de los grupos que aspiran a estar representados en el "parlamento".

Las dos únicas excepciones a estas listas "cien por cien padanas" son el veterano líder radical Marco Pannella, quien con su candidatura quiere defender la supuesta legitimidad de estas elecciones, y el diputado del grupo mixto Nando Dalla Chiesa, que pretende advertir con su presencia del peligro secesionista.

La Liga Norte no sólo ha organizado la elección de los representantes del "primer parlamento libre de la Padania", sino que además ha comenzado a buscar fondos destinados a la compra de una nueva sede para su "cámara legislativa".

Miles de padanos han recibido estos días en sus buzones una carta escrita en nombre del "gobierno provisional de la república federal de la Padañia" en el que se solicita "una subvención para la adquisición de la sede del parlamento".

En la carta se recuerda al "querido conciudadano" el "compromiso moral" de colaborar económicamente en la compra de la sede, para que sus nombres "figuren entre los de millones de patriotas que desafiaron y abatieron la tiranía" romana.

Los dirigentes de la Liga esperan una masiva participación en estas "elecciones" y han movilizado a 70.000 personas para escrutar los votos.

Por si las previsiones fallaran, un industrial de Rovigo (a 80 kilómetros de Venecia) y candidato de la lista "Forza Padania", Antonio Costato, ha decidido fomentar por su cuenta la participación, ofreciendo ha 10.000 liras (6 dólares) a cada joven de su ciudad que acuda a votar el domingo.

Para participar en la consulta será necesario tener 16 años cumplidos y presentar un documento "italiano o padano" en las casetas electorales, a las que podrán acudir "todos los residentes en la Padania de al menos cinco años de edad", explicó el "número dos" de la Liga, Roberto Maroni, ex ministro del Interior.

La Liga presenta estas "elecciones" como una prueba de que los separatistas están dispuestos a pasar "de las palabras a los hechos", como proclamó Bossi al clausurar la "fiesta de la independencia" en Venecia el pasado 14 de septiembre.

Los liguistas esperan que la participación a las votaciones del domingo supere a la de las manifestaciones del pasado mes -que fue menor de lo esperado-, pero se han comprometido a adoptar algunas medidas para impedir que se pueda votar más de una vez.
EFE

CGM/CO

02

9714253

DF7517

U FOXBT 10-25 00624
mun exg icx

ITALIA-SEPARATISMO (Previsión)
LIGA CONVOCA A VEINTE MILLONES VOTANTES A "ELECCIONES PADANAS"

Por Carlos Gosch

Roma, 25 oct (EFE).- La separatista Liga Norte ha convocado a veinte millones de votantes de las regiones septentrionales italianas a las "elecciones" que se celebrarán mañana, domingo, para designar a los representantes del "parlamento padano".

La Liga presenta a los votantes una completa oferta electoral formada por 43 listas, todas ellas rigurosamente "padanas", que, al menos en sus nombres, abarcan un amplio espacio politico, desde los "comunistas padanos" hasta la "derecha padana".

Los participantes de estas votaciones "virtuales" -según la denominación de los diarios italianos- deberán elegir a los 200 miembros del "parlamento" de entre los 1.146 candidatos que se presentan a la convocatoria.

Los votos podrán ser depositados de las siete de la mañana a las diez de la noche en uno de los 22.000 puestos electorales instalados a la largo y ancho de la Padania. la rica zona de la Italia septentrional bañada por el río Po que la Liga proclamó "república federal independiente" hace un mes en Venecia.

Podrán participar en estas "elecciones" todos los "residentes en la Padania" que hayan cumplido dieciseis años.

"Nosotros hemos elegido la vía 'gandhiana' de la no violencia, pero ahora ha llegado el momento de pasar la palabra al pueblo", afirmó el líder de la Liga, Umberto Bossi, en vísperas de las "elecciones".

Bossi explicó que el "parlamento padano" elegido mañana deberá adoptar una "constitución" que propondrá dos caminos: "la secesión o la confederación con Italia".

El dirigente separatista sigue adelante en sus provocaciones al Gobierno italiano, pero sin cerrar del todo la puerta al diálogo con Roma, con una calculada ambiguedad que le lleva después a exigir "un referéndum sobre la autodeterminación" del norte del país organizado "por las Naciones Unidas".

El ejecutivo de centro-izquierda que preside Romano Prodi mantiene que las "elecciones padanas" no son más que un "asunto interno" de un partido político, en un intento por minimizar el nuevo desafío de la Liga.

"No son un asunto interno de un partido, son un asunto de la Padania", respondió Bossi, dispuesto a crear problemas al gobierno, que se debate entre la necesidad de no convertir en mártires a los separatistas y la demanda de de la opinión pública italiana de que defienda la unidad del país.

"El gobierno no puede fingir que no ve que Bossi ha preparado unas elecciones que parecen tales", escribió el ensayista político Giovanni Sartori en un artículo publicado hoy en la portada del primer diario italiano. el milanés "Corriere della Sera".

Sartori señala que el ejecutivo tenía el deber de haber prohibido la utilización del suelo público para celebrar las "elecciones padanas" y recuerda que los partidos efectuan sus votaciones internas "en su casa" y no en la calle, como la Liga.

"Un Estado de derecho deber hacer que se respete el derecho", afirma el duro articulo del "Corriere della Sera".

La falta de control sobre el número de votantes permitirá a Bossi presentar estas "elecciones" como una muestra del apoyo del "pueblo de la Padania" a sus tesis separatistas, al margen de la participación real en las urnas.

Decenas de manifestaciones organizadas por formaciones de la izquierda y la derecha se celebrarán durante el fin de semana en el norte de Italia para responder al separatismo de la Liga.

Los jóvenes de la coalición gubernamental de centro-izquierda del "Olivo" han organizado unas "contraelecciones" en Milán. una iniciativa en la que ha anunciado su participación el último premio Nobel de Literatura. el autor y actor teatral Dario Fo.

Por su parte. la organización universitaria de la derechista Alianza Nacional (AN) ha convocado una irónica manifestación en la capital lombarda para reclamar "la secesión del ducado de Milán de la Padania", a la que sus participantes acudirán vestidos con trajes del siglo XVI. EFE

CGH/meg/iff

03

9714253

10/25/10-01/97

Italia no quiere a separatistas

Padania va hoy a las urnas, pero el gobierno italiano de centroizquierda no lo reconoce

Roma, de nuestras agencias

El gobierno italiano definió ayer como "no democráticas" las "elecciones" convocadas para hoy por la Liga Norte en Padania, la entidad territorial de la que el partido de Umberto Bossi pide la independencia, que no es reconocida por las leyes italianas.

Para la cita electoral la Liga hizo imprimir 20 millones de papeletas y fueron admitidas 43 listas, con más de 1.100 candidatos.

"Todo está tranquilo para mañana... E incluso prevemos que será un lindo día", destacó uno de los principales líderes del partido secesionista, Roberto Maroni, ex ministro del Interior y considerado como el premier del llamado "Gobierno de la Padania".

Según los proyectos "liguistas", el objetivo del "Parlamento de la Padania" que saldrá de las urnas será el de promover una "Constitución" que prevé a su vez una doble opción: o una "Padania libre y soberana" o una "Padania confederada a Italia".

Bossi anunció que después de los "comicios" el partido nordista promoverá "una política que desoriente al régimen, para abrir nuevos espacios en su interno".

La "Padania", entidad que hasta ahora no existía en los manuales de geografía italiana, incluye según la Liga la entera cuenca del río Po, que cruza el norte de la península de oeste a este.

En el frente opuesto, fueron numerosos los partidos nacionales que anunciaron para mañana manifestaciones y contramanifestaciones que contrasten a los "comicios" de Bossi.

Según un sondeo de opinión difundido ayer, el 64 por ciento de los italianos sabe que organizó las llamadas elecciones, que son consideradas "sin valor alguno" por el 53 por ciento, "bastante artificiales" por el 21 por ciento y "bastante reales" por otro 12 por ciento.

Por otra parte, un comunicado difundido por la oficina del premier Prodi destacó que "las votaciones convocadas para el domingo por la Liga Norte no son elecciones democráticas, tal cual prevé la Constitución y las leyes".

Estos comicios son "una iniciativa partidaria, de la que no puede surgir ninguna institución representativa de la voluntad popular", concluyó el comunicado del gobierno.

En cuanto a la coalición de centro-izquierda Olivo, que apoya al gobierno Prodi, dijo que los comicios convocados por Bossi son "una farsa".

Interrogado si las declaraciones del gobierno no eran demasiado 'duras', Bossi respondió que esas afirmaciones le parecían "de todo, pero no duras".

En algunas regiones del norte, como Veneto (uno de los centros de la Padania), el aparato electoral de la Liga es imponente y cuenta, por ejemplo, con unas 10.000 simpatizantes que se han movilizado para organizar los "comicios", cuyo costo global será de unos 55.000 dólares, según informó el partido de Bossi.

La coalición de centro-izquierda Olivo, que apoya al gobierno Prodi, dijo que los comicios convocados por Bossi son "una farsa".

04

9714253

XJ2868

U POXBT 10-26 00641
mun

ITALIA-SEPARATISMO (Previsión)
LIGA NORTE PROVOCA A ROMA CON SUS "ELECCIONES PADANAS"

Por Carlos Gosch

Roma, 26 oct (EFE).- La separatista Liga Norte dio hoy un nuevo paso en su estrategia de provocación al gobierno italiano con las "elecciones" celebradas en las regiones septentrionales del país para designar a los representantes del"parlamento de la Padania".

Unas votaciones "absolutamente nulas desde el punto de vista institucional", según reiteró hoy el ministro del Interior, Giorgio Napolitano, a las que, sin embargo, sus promotores se esforzaron en dar un valor histórico.

El gobierno de centro-izquierda que preside Romano Prodi ha tratado de minimizar la iniciativa de los separatistas, aunque ha advertido que pedirá la intervención de la magistratura si la Liga pretende convertir estas "votaciones internas de partido" en un atentado contra la Constitución.

"Hoy nace el parlamento padano constituyente con un sólido apoyo popular", proclamó el líder de la Liga, Umberto Bossi, durante su "jornada electoral", haciendo caso omiso de las advertencias de Roma.

Bossi, que había convocado al voto a veinte millones de habitantes de la Padania (la rica zona del norte de Italia bañada por el río Po), aseguró que la participación en las "elecciones" era "superior a toda expectativa", aunque algunas informaciones señalan que la afluencia a las "urnas" estuvo lejos de ser espectacular.

La Liga desplegó 20.000 casetas electorales por todo el norte del país para designar a los 200 representantes del futuro "parlamento", de entre un millar de candidatos presentados por 43 listas, que ibas desde los "comunistas padanos" hasta la "derecha padana".

Los "parlamentarios" deberán redactar una "constitución", que será sometida después a referéndum y planteará dos opciones: la independencia de la Padania o la confederación con Italia.

Los "interventores" de la Liga se mostraron severos con su líder, al que obligaron a buscar un documento antes de dejarle votar en una caseta de Varese, a 55 kilómetros de Milán.

El dirigente separatista explicó que estas "elecciones" están "en mitad del camino hacia un gran cambio", que comenzó hace poco más de un año con la "marcha de la independencia de la Padania" y que tuvo su anterior paso en la proclamación de la "república federal padana" hecha por por Bossi hace un mes en Venecia.

"Me llegan señales de una gran afluencia al voto, superior a cualquier expectativa, a pesar del silencio de los medios informativos. El pueblo padano está convirtiéndose en un pueblo verdaderamente tenaz", afirmó Bossi en la tarde de hoy al ser preguntado por la participación.

El número dos de la Liga, Roberto Maroni, presidente del "gobierno provisional padano", se sumaba al júbilo para anunciar que a partir de estas votaciones "nada podrá ser como antes".

"Desde mañana hablar de Padania o de independencia es un hecho

político, no subversivo", dijo Maroni, que fue ministro del Interior en el gobierno presidido por Silvio Berlusconi en 1994.

Napolitano había insistido poco antes en que de estas votaciones "no puede nacer ninguna institución representantiva de la voluntad del pueblo", mientras que el líder de la derechista Alianza Nacional (AN), Gianfranco Fini, aseguraba que la iniciativa de la Liga no es más que "una carnavalada".

Algunas casetas electorales de Cremona y Monza (región de Lobardía) sufrieron daños provocados por jóvenes de grupos de extrema izquierda, según denunciaron los militantes liguistas.

En Milán coincidieron varias manifestaciones en respuesta al secesionismo defendido por la Liga en sus votaciones.

Las juventudes de la coalición gubernamental de centro-izquierda del "Olivo" celebraron unas "contraelecciones", durante una convocatoria que contó con la participación del reciente Premio Nobel de Literatura, el autor y actor teatral Dario Fo.

A las iniciativas en contra de la secesión se sumó la "porno-estrella" Blondie, padana de nacimiento, pero firme defensora de la unidad de Italia, que se plantó en la Piazza San Babila de la capital lombarda con una bandera nacional. EFE

CGM/SC dlh

10/26/17-19/97

9714253

TD0085

R POXBT 10-27 00453
exg mun

ITALIA-SEPARATISMO
LIGA: HAN VOTADO SEIS MILLONES NORTEÑOS "ELECCIONES PADANIA"

Roma, 27 oct (EFE).- Roberto Maroni, número dos de la secesionista Liga Norte, aseguró hoy, lunes, que en las "elecciones" celebradas el domingo para designar el "Parlamento de la Padania" votaron más de seis millones de personas.

"En total han votado 6.032.406 padanos y los votos válidos son el 98 por ciento. Ha sido la manifestación pacífica más grande que se ha realizado en los últimos cincuenta años", dijo Maroni en Milán, donde tiene su sede central la Liga Norte.

El que fuera ministro de Interior en el Gobierno de Silvio Berlusconi manifestó que el escrutinio de los votos todavía no ha concluido y que los "diputados padanos" serán proclamados el próximo miércoles o el jueves.

Maroni, que es "presidente provisional del Gobierno de la Padania" (el "estado" independiente que la Liga pretende crear con las regiones septentrionales italianas), agregó que según los primeros escrutinios en la región del Véneto (Venecia) va ganando la lista "Leoni Padani", formada por el ala más radical del movimiento secesionista.

Detrás de los "leones padanos" van los "Católicos vénetos". Maroni, riendo, dijo que seguramente algunos "padanos" -término acuñado por la Liga para denominar a todos los "ciudadanos de Padania"- echan en falta la vieja Democracia Cristiana.

En las regiones de Lombardia (Milán) y Piamonte (Turín) van en cabeza los "Liberales Democráticos", lista que lidera el ex ministro liguista Vito Gnuti, y los "Democráticos Europeos", del ex alcalde liguista de Milán, Marco Formentini.

El "Parlamento de la Padania" estará compuesto por 210 parlamentarios, cuya misión, según reiteró hoy Maroni, será la de preparar la "Constitución Padana".

El presidente de esa "asamblea constituyente" decidirá en los próximos días si se sustituye o no al actual "Gobierno provisional".

Ante el aluvión de críticas sobre la participación en esos "comicios", considerados como "consulta interna, sin valor jurídico, por el Gobierno italiano, Maroni afirmó que las cifras son esos más de seis millones y que quien diga lo contrario "que lo demuestre".

Maroni recordó que a estas "elecciones" se presentaron más de un millar de candidatos, incluidos en 43 "listas". Para el voto, la Liga montó 22.000 "colegios electorales", distribuidas por las plazas de las principales ciudades norteñas.

Respecto al millonario número de votantes, la ex presidenta de la Cámara de Diputados y ex dirigente de la Liga Norte, Irene Pivetti, dijo hoy en Roma que no creía en esa cifra y que tal vez se trata de "cinco millones de fantasmas".

El ministro de Industria, Pierluigi Bersani, por su parte, señaló que con la Unión Europea "se cae por su propio pie cualquier hipotésis de ruptura del país".

La gran mayoría de los dirigentes políticos afirmaron que las "elecciones" han sido "carnavalescas". EFE
JL/mlr

07

9714253

XD3082

U POXBT 10-27 00665
mun exg icx

ITALIA-SEPARATISMO (Previsión)
CRITICAS POR COMICIO CARNAVALESCO Y ADVERTENCIA MAS AUTONOMIA

por Silvia Odoriz

Roma, 27 oct (EFE).- Las elecciones celebradas por la Liga Norte, consideradas nulas por el Gobierno de centro-izquierda y un "carnaval fuera de tiempo" por sus antiguos socios de la derecha, son una llamada de atención sobre la necesidad de una mayor autonomía regional, opinan ciertos políticos de la derecha.

Franco Frattini, diputado de "Forza Italia", dijo hoy, en un programa de televisión, que las elecciones de ayer para el "parlamento de la Padania" (región del valle del Po) renueva la necesidad de "tener referendos consultivos" sobre la forma del Estado, tal como proponen el Piamonte, el Veneto y la Lombardía.

"Preguntémosle a todos y tengamos el coraje de hacer elecciones y reformas verdaderas, porque de lo contrario la protesta del Norte, tarde o temprano, estallará. Y en tal caso seremos todos culpables de no haber dado respuestas políticas, sino sólo policiales", advirtió el legislador de la coalición de centro derecha "Polo de la Libertad".

Las consultas propuestas por Frattini son para promover autonomías especiales en todas las regiones, empezando por el Norte que es el más preparado, para luego seguir con el Centro y el Sur.

El ministro del interior, Giorgio Napolitano, aseguró que de iniciativas como las de las elecciones padanas "no puede nacer ninguna institución de tipo democrático" puesto que nada tiene que ver con la representatividad del voto popular y de todas las posiciones políticas en las que éste se articula.

El líder de la Liga, Umberto Bossi, votó en Varese, a 56 kilómetros de Milán, y afirmó que "Roma está lejísimos, como si no existiese".

El Gobierno, que no empleó la policía para impedir que las papeletas fueran depositadas en las 22.000 casetas electorales, dejó claro que, aunque éstas son unas elecciones absolutamente nulas desde el punto de vista constitucional, recurrirá a la Magistratura si la Liga intenta convertir estas elecciones "internas de partido" en un atentado contra la Carta Magna.

Gianfranco Fini, líder de la derechista Alianza Nacional, consideró las elecciones, cuyo escrutinio continuará hoy, como un "carnaval fuera de tiempo".

En Milán, junto a las casetas de los liguistas, la izquierda montó sus propias "contraelecciones", como las organizadas por los jóvenes de la coalición gubernamental de centro-izquierda del Olivo en la plaza San Babilia para elegir el "gran Consejo de la Tierra de los Cacos".

No faltaron adhesiones a las contramanifestaciones de la izquierda, entre ellas las del reciente Premio Nobel de Literatura, Darío Fo, y su esposa, la actriz Franca Rame.

Las pretensiones separatistas de la Liga han sido recientemente contestadas con grandes manifestaciones de la izquierda en pro de la unidad de Italia.

Roberto Maroni, ministro del interior del Gobierno de Silvio Berlusconi, del que la Liga fue aliado, y actual "primer ministro del gobierno provisional de la Padania", anunció que habían

08

9714253

concurrido entre 5 y 5,2 millones de padanos a votar.

La prensa destacó hoy la falta de control sobre las cifras de participación que maneja la Liga, pero calculó que podrían haber votado hasta dos millones de personas, aunque gran parte de ellas más como protesta contra el Ejecutivo que como reafirmación separatista, con lo que la asistencia sería menor que el apoyo con que cuenta en el Parlamento, el 10,1 del electorado italiano.

Según un sondeo publicado hoy por el diario milanés "Corriere della Sera", como reacción a la separatista Liga se ha incentivado el sentimiento "nacional" de los ciudadanos.

Así, en el Noroeste, aquellos que se sienten "sobre todo italianos" han aumentado en un 0,7 por ciento en octubre respecto a mayo de este año (del 54,8 al 55,5); en el noreste, un 8,4 por ciento (del 35,3 al 43,7); en el Centro un 6,5 por ciento (del 55,8 al 62,3) y en el Sur y las Islas un 3,7 por ciento (del 54,5 al 58,2).

Los elegidos del millar de candidatos de 43 listas que comprenden desde "Comunistas padanos" hasta la "Derecha padana" deberán redactar una constitución, que luego será sometida a referéndum, y que ofrecerá la opción de la independencia de Padania o la confederación con Italia. EFE

so/tcr/pq

10/27/12-55/97

9714253

XD3139

U FOXBT 10-29 00645
mun exg icx

ITALIA-SECESIONISMO (Previsión)
LIDERES LIGA SE NIEGAN SER INTERROGADOS FISCAL ACUSA ILEGALIDAD

Por Juan Lara

Roma, 29 oct (EFE).- La cúpula de la secesionista Liga Norte se niega a ser interrogada por el fiscal de Verona, Guido Papalia, que le acusa de atentar contra la integridad de Italia, de asociación antinacional y de crear una organización militar con objetivos políticos, delitos castigados con cadena perpetua.

Umberto Bossi, líder de la Liga, ha afirmado que "si Papalia quiere hablar" con los liguistas, "nosotros no tenemos interés alguno en charlar con él" y ha retado al fiscal: "si se atreve, que nos lleve ante un tribunal, allí el pueblo juzgará".

De igual manera que Bossi se ha expresado Roberto Maroni, número dos de la Liga y "presidente" del "gobierno provisional de la Padania" (el estado independiente que quieren crear en el norte de Italia), quien ha denunciado un "juicio político" por parte de la magistratura, "que pretende juzgar ideas y no hechos ilegales".

Papalia, el fiscal que sigue todas las manifestaciones secesionistas de la Liga, ya ha anunciado que si Bossi y los 43 liguistas más que pretende interrogar no se presentan pedirá al Parlamento que permita al juez instructor que ordene que la cúpula de la Liga sea llevada ante él conducida por la policía.

Dos días después de las "elecciones para el parlamento de Padania" organizadas por la Liga Norte, Papalia ha convocado a 44 dirigentes secesionistas para ser interrogados a partir del próximo 5 de noviembre.

Además de Bossi y Maroni, también han sido convocados los que fueran ministros en el Gobierno de Silvio Berlusconi Vito Gnutti, Giancarlo Pagliarini y Francesco Speroni; el ex alcalde de Milán Marco Formentini, los diputados Mario Borghezio y Enrico Cavalieri y Alberto Mazzonetto y Corinto Marchini, jefes de los "camisas verdes".

Los "camisas verdes" son oficialmente el servicio de orden de la Liga, aunque la fiscalía de Verona lo considera una organización militar con objetivos políticos, jerárquicamente organizada y adiestrada "para un eventual empleo colectivo en acciones de violencia", pero también "para asustar a los contrarios y reducir al silencio a los disidentes".

Según el magistrado, los "camisas verdes" - embrión de la futura "policía padana", la llamada ya por los liguista "Guardia Nacional Padana"- son muy peligrosos porque ya se han encontrado numerosas armas, legalmente reconocidas, y munición en las casas de algunos de sus miembros".

Las leyes italianas prohiben cualquier tipo de organización paramilitar.

Las acusaciones de Papalia contra la cúpula liguista están castigadas con cadena perpetua: atentado contra la integridad del estado, atentado contra la Constitución, asociación antinacional, organización militar con objetivos políticos. Según el fiscal, en todos los actos que ha realizado la Liga en los últimos meses existen indicios de comportamiento ilegal.

Papalia se refería a las "elecciones" convocadas el pasado domingo en las regiones septentrionales, la proclamación de la "independencia de la Padania" en Venecia, las ofensas al Jefe del Estado y a la bandera nacional y la creación del "gobierno" y "parlamento de la Padania".

Bossi pidió en Venecia ante varios miles de seguidores hace varias semanas que arrojaran la bandera nacional al cubo de la basura y dijo que había encargado varias toneladas de papel higiénico con los colores de la enseña italiana.

El dirigente liguista Alberto Mazzonetto acusó hoy a Papalia de estar a las órdenes "del totalitarismo estalinista" del ministro de Interior, Giorgio Napolitano.

"Papalia es un siervo de la izquierda", aseguró Mazzonetto, quien agregó que ellos, como ciudadanos, pueden proponer el cambio de forma de estado.

Para Papalia la situación es otra. Según el fiscal, la Liga promueve acciones con el objetivo de destruir el sentimiento nacional y exhorta a sus militantes a pasar de las palabras a los hechos.

Bossi insiste en que el objetivo de la Liga es crear una república en el norte de Italia, que piensa "ir hasta el fondo" y que "es mejor ir a la cárcel que vivir entre el fango". EFE

JL/ig/pq

10

9714253

TD0258

R POXBT 10-30 00319
mun exg icx

ITALIA-SECESIONISMO
PARTIDO EX ALCALDE MILAN FORMENTINI VENCE "ELECCIONES PADANIA"

Roma, 30 oct (EFE) - El partido "Democráticos Europeos", liderado por el ex alcalde liguista de Milán, Marco Formentini, ganó las "elecciones padanas", informó hoy Roberto Maroni, número dos de la secesionista Liga Norte y "primer ministro de Gobierno provisional de la Padania".

"Padania" es el nombre que la Liga Norte ha dado al "estado" independiente que pretende crear con las regiones septentrionales italianas.

Según Maroni, las "elecciones al Parlamento de la Padania" celebradas el pasado día 26, convocadas por la Liga, fueron ganadas por el partido de Formentini, que obtuvo el 21,45 por ciento de los votos y se adjudicó 50 de los 200 "escaños" de la cámara legislativa "padana".

El partido "Liberales Democráticos", de Vito Gnutti -que fue ministro de Industria en el Gobierno de Silvio Berlusconi, cuando la Liga era aliada del ex primer ministro conservador- fue el segundo más votado, con el 21,22 por ciento de los votos, que le dan 45 escaños.

A estos dos partidos siguieron, según Maroni, los grupos "Católicos Padanos", "Leones Padanos", "Derecha Padana", "Padania liberal y libertaria" y "Comunistas Padanos", que lograron 19, 15, 14, 12 y 5 escaños, respectivamente.

El resto de los escaños se lo repartieron pequeñas listas locales, entre ellas la del radical Marco Pannella, el "único grupo italiano" que logró escaños: uno.

Maroni, que fue ministro de Interior en el gobierno de Berlusconi, informó de que el "nuevo Parlamento", que preparará "la Constitución padana", tomará posesión el próximo 9 de noviembre en el castillo de Chignolo Po, en la provincia norteña de Pavia.

En las "elecciones padanas", que no tienen validez y fueron consideradas por el Gobierno de Roma como una consulta interna de la Liga Norte, y como una "carnavalada" por los partidos políticos, votaron, según Maroni, más de seis millones de norteños, cifra puesta en duda por el Ejecutivo italiano y por todas las fuerzas políticas. EFE
JL/hm

10/30/20-07/97

11- 11

9714253

Nº DOCUMENTO	9714254
TITULO	ITALIA FIRMA
FECHA D-	261097
RECULACI	8870
	507604
	11005
	11997
	11165

ACUERDO DE SCHENGEN SOBRE LIBRE CIRCULACION DE PERSONAS

9714254

01-03

BD3989

U CEEBT 10-26 00714
mun exg icx

ITALIA-SCHENGEN (Previsión)
ITALIA SE UNE A SCHENGEN CON RETICENCIAS DE PAISES DEL ACUERDO

Por Carlos Gosch

Por Carlos Gosch

Roma, 26 oct (EFE).- Italia se incorporó hoy, domingo, al Acuerdo de Schengen sobre la libre circulación de personas, en medio de los temores de algunos países por la posibilidad de que se convierta en una puerta de acceso a Europa de la inmigración clandestina.

Las autoridades italianas han respondido a las reticencias recordando, durante los últimos días, que han sido reforzados los dispositivos de seguridad de las fronteras externas de la nueva zona ampliada de Schengen, más allá de las exigencias del propio Acuerdo.

El viceministro del Interior, Giannicola Sinini, señaló que, después de haber recibido la autorización del Comité de Schengen para incorporarse al acuerdo, Italia puso en marcha un sistema de control contra la inmigración clandestina en las regiones de Sicilia, Calabria, Puglia (sur) y Friuli (norte).

Este sistema ha permitido hasta ahora impedir la entrada al país de 55.000 clandestinos, "lo que demuestra que funciona", añadió Sinisi.

Las autoridades italianas han destacado además los acuerdos firmados con algunos países del sur del Mediterráneo sobre readmisión de inmigrantes clandestinos y colaboración policial.

Para incorporarse al área europea de libre circulación, Italia ha tenido que superar los obstáculos de países como Alemania y Holanda, que han mostrado su preocupación por tener como frontera exterior a las costas meridionales italianas, destino de una activa inmigración clandestina gestionada por organizaciones mafiosas.

El ministerio del Interior italiano ha subrayado que, lejos de "exportar" criminalidad y clandestinos, la entrada en el área de libre circulación reforzará la colaboración policial de Italia con el resto de los países de Schengen, lo que tendrá efectos positivos en la lucha contra las organizaciones mafiosas.

Los temores de que Italia se transforme en una "Puerta de Occidente" empleada por los inmigrantes de los países del norte de Africa y de Oriente Medio para alcanzar el rico Norte de Europa son "concretos y fundados", según el diario romano "La Repubblica".

Los datos citados por el rotativo señalan que en lo que va de año han entrado en Italia 60.000 clandestinos, de los que sólo un diez por ciento han sido expulsados del país.

Los visados concedidos por Italia a los inmigrantes procedentes de países que no forman parte de la UE servirán para circular libremente por el resto de los países del área de Schengen.

El gobierno italiano ha invertido 40 millardos de liras (23,5 millones de dólares) en conectar sus 189 consulados y embajadas de todo el mundo con el sistema informático central de datos de Estrasburgo, que en tiempo real autorizará o negará cualquier petición de visado.

Los aeropuertos italianos suspendieron hoy domingo los controles a los viajeros que lleguen o salgan hacia España,

02

Alemania, Luxemburgo, Portugal, Bélgica y Francia; mientras que la aplicación de la medida fue retrasada por problemas técnicos para los viajes a otro país del Acuerdo, Holanda.

Este es el primer paso del proceso de integración de Italia, que continuará hasta marzo con la eliminación de las fronteras marítimas y terrestres.

La entrada en el Acuerdo de Schengen significa que los italianos dejarán de ser tratados como "ciudadanos de segunda categoría en Europa", afirmó el primer ministro, Romano Prodi, al participar anoche en una fiesta celebrada en el aeropuerto de su ciudad natal de Bolonia (norte del país), para celebrar el ingreso del país en el área de libre circulación.

Prodi señaló que la incorporación a Schengen es "un nuevo paso adelante" del país en su proceso de integración en Europa y que el próximo será la entrada en la moneda única europea.

"Celebramos algo importante. Italia entra en el grupo de países más unidos y más fuertes de Europa que ya desde hace muchos meses no utilizan documentos para pasar sus fronteras", afirmó el primer ministro.

El aeropuerto romano de Fiumicino fue escenario de otras celebraciones, en las que se festejó la salida del primer pasajero con destino a un país del área de Schengen y la llegada a la capital italiana del primer viajero procedente de la zona de libre circulación.

"Sabemos que estamos bajo observación y que algunos países han mostrado desconfianza hacia nosotros, por eso estamos trabajando al máximo", dijo el responsable de seguridad del aeropuerto romano, Mario Esposito, quien señaló que la vigilancia ha sido reforzada con más de un centenar de agentes de policía. EFE

cgm/jm

10/26/10-40/97

9714254

Nº DOCUMENTO 97/4255
TITULO ITALIA : LA
PROCEDENCIA S/8193
FECHA DE PRODUCCION 231091
ANOTACIONES 11816
207604
11202
11437
11164

COMISION BICAMERAL APRUEBA QUE EL JEFE DE ESTADO SEA ELEGIDO POR LOS CIUDADANOS

01-02

9714255

XD3033

U FOXBT 10-23 00671
mun exg icx

ITALIA-REFORMAS (Previsión)
COMISION BICAMERAL APRUEBA JEFE ESTADO SEA ELEGIDO CIUDADANOS

Por Juan Lara

Roma, 23 oct (EFE).- La Comisión Bicameral que prepara la reforma de la Constitución italiana ha aprobado que el jefe del Estado, que hasta ahora era nombrado por el Parlamento, sea elegido directamente por los ciudadanos para un periodo de seis años.

La aprobación de este apartado ha dividido a la mayoría en el poder. A favor de los nuevos poderes del jefe del Estado votó el Partido Democrático de la Izquierda (PDS, el más importante de la coalición Olivo), mientras que el Partido Popular y los Verdes votaron en contra junto al aliado Refundación Comunista.

Esta división en la mayoría parlamentaria es la primera que se produce tras la crisis de Gobierno desatada el pasado día 9, cuando el primer ministro, Romano Prodi, se vio obligado a dimitir al retirarle la confianza Refundación Comunista. Una semana después se recompuso el pacto.

Refundación Comunista ya ha anunciado que "dará batalla" (obstruccionismo parlamentario) contra los nuevos poderes del jefe del Estado, pues alega que el sistema presidencialista supone el final de la democracia y que con esta reforma puede llegar a presidente de la República cualquier "iluminado populista".

Al final el texto pasó, al votar junto al PDS el Polo de las Libertades, la coalición conservadora que lidera Silvio Berlusconi.

El futuro jefe del Estado italiano será elegido directamente por los ciudanos por un periodo de seis y no por el Parlamento, como hasta ahora, que lo hacía para siete años. A presidente de la República podrá aspirar cualquier ciudadano italiano que tenga como mínimo 40 años.

Su candidatura deberá estar respaldada por parlamentarios, consejeros regionales o provinciales o por 500.000 ciudadanos. Si ninguno de los candidatos logra el 50 por ciento más uno de los votos se irá a una segunda vuelta.

El presidente representa la unidad de la nación, preside el Consejo Supremo de Política Exterior y de la Defensa y nombra al primer ministro teniendo en cuenta los resultados electorales. Para limitar sus poderes, no será jefe del Ejecutivo.

El futuro Parlamento dará automáticamente la confianza al Ejecutivo salido de unas elecciones. Un día después de presentado el programa de Gobierno una quinta parte de los diputados podrá ya presentar un moción de censura.

El jefe del Estado podrá disolver el Parlamento y convocar comicios anticipados sólo en el caso de dimisión del Gobierno, pero las Cámaras no podrán ser disueltas en el primer año de legislatura.

La Comisión Bicameral fue creada en enero de este año y está compuesta por 35 senadores y 35 diputados.

El pasado 30 de junio aprobó el borrador del proyecto de reforma de la Carta Magna, que contempla también que el futuro Parlamento sea más ligero que el actual: de 630 diputados se bajará a 400 y de 315 senadores a 200.

También prevé referendos populares, que podrán ser convocados siempre que los pidan 800.000 ciudadanos, 300.000 más que ahora.

La nueva Italia se aproximará al modelo federalista, al dotar a las regiones de autonomía financiera y tributaria y autorizar a los gobiernos regionales a intervenir en cuestiones de la Unión Europa (hasta ahora tienen prohibido abrir delegaciones en Bruselas).

Sin embargo, el Gobierno central mantiene -según el proyecto- importantes competencias que reducen drásticamente el federalismo que propugna la secesionista Liga Norte.

El pasado mes de julio comenzaron a presentarse enmiendas al proyecto (varios miles) y en septiembre la Comisión Bicameral comenzó a debatirlas.

Está previsto que el texto definitivo pase al pleno del Senado y al de la Cámara de Diputados, para una primera lectura, en enero de 1998.

Se espera que para el otoño del año que viene las dos cámaras somentan el nuevo texto a una segunda lectura.

Una vez cumplidos estos trámites, el texto se sometará a un referendo popular en la primavera de 1999. Si se aprueba comenzará la que ya se ha llamado "Segunda República Italiana".

Pero antes los parlamentarios tendrán que haber aprobado la nueva ley electoral y la reforma de la justicia, dos obstáculos que dividen fuertemente a las dos coaliciones -Olivo y Polo- y en los que se centrará la futura batalla parlamentaria. EFE

JL/tcr/pq

02-02

9714255

FR2367

U FOXBT 10-28 00228
exg mun icx

BULGARIA-ITALIA
SCALFARO EN VISITA A SOFIA CENTRADA EN UE Y COOPERACION

Sofía, 28 oct (EFE).- El presidente de Italia, Oscar Luigi Scalfaro, llegó hoy martes a Sofía para una breve visita oficial, que Bulgaria espera sirva para apuntalar su candidatura de ingreso en la Unión Europea (UE).

Durante sus siete horas de estancia en Sofía, Scalfaro se entrevistará con su colega búlgaro, Petar Stoyanov, y con el primer ministro, Ivan Kostov, líder derechista que en los meses que lleva al frente del Gobierno ha impulsado la aproximación de Bulgaria a Occidente y su distanciamiento de Rusia.

Italia ha sido uno de los países comunitarios partidarios de iniciar las negociaciones de ampliación de la UE con todos los posibles candidatos, pero en una reunión de este fin de semana dio muestras de aproximarse a la postura general de tratar sólo con los cinco aspirantes propuestos en julio por la comisión europea.

La comisión propuso entonces a la República Checa, Polonia, Hungría, Eslovenia y Estonia, pero el resto de los aspirantes, como Bulgaria, intentan conseguir una negociación más amplia antes de la reunión del Consejo Europeo de diciembre, en la que debe tomarse la decisión definitiva.

Bulgaria espera también que la visita de Scalfaro sirva para reanimar la cooperación económica y comercial bilateral, ya que en la época comunista Italia llegó a ocupar el primer lugar en el intercambio comercial de Bulgaria con Occidente. EFE
SF-Ja/jac/ik

10/28/10-46/97

Nº DOCUMENTO 9714256
TITULO ITALIA: EL FTE
PROCEDENCIA 57893
FECHA DE [illegible] 28094
CULACIONES 11816
507604
65373
111148
11399

ITALIANO OSCAR LUIGI SCALFARO VISITA BULGARIA

514142

01-01

9714256

Nº DOCUMENTO 9714257
TITULO ITALIA: REFORMA JUDICIAL
PROCEDENCIA SUB 593
FECHA DE RECEPCION 29/09/1
CIRCULACION 11876
50+604
11164
66239

01-03

9714257

TD0125

R FOXBT 10-28 00728
mun

ITALIA-JUSTICIA
COMISION BICAMERAL VOTA ESPINOSO TEMA REFORMA SISTEMA JUDICIAL

Roma, 28 oct (EFE) - La Comisión Bicameral parlamentaria que prepara la reforma de la Constitución dio hoy un primer sí a la separación de las carreras de jueces y fiscales, uno de los puntos claves de la reestructuración del sistema judicial, que enfrenta a la derecha de Silvio Berlusconi y a la izquierda gubernamental.

La reforma del sistema judicial está considerada como el punto más espinoso con el que se enfrenta la comisión bicameral y que de nuevo puede abrir una brecha en la mayoría en el poder, vista las diferencias que separan al ex comunista Partido Democrático de la Izquierda (PDS), el más importante de la coalición gubernamental Olivo, del aliado Partido Popular (PPI, ex Democracia Cristiana).

Lo que separa a los dos grupos más importantes del Olivo es la reforma del Consejo Superior de la Magistratura, CSM, la máxima autoridad autodisciplinaria de la magistratura.

El PPI apoya, al igual que el conservador Polo de las Libertades, la coalición de Silvico Berlusconi (en la oposición), que se incluya en la reformada Constitución que el CSM consta de dos secciones, una de los jueces y otra de los fiscales.

También apoyan esa propuesta el pequeño grupo Socialistas Italianos y algunos diputados del grupo mixto.

Por su parte, el PDS y sus aliados Verdes y Refundación Comunista mantienen que en el caso de que se lleguen a separar las carreras de los jueces y de los fiscales (los comunistas son contrarios) y se decidan crear dos secciones dentro del CSM se debe hacer mediante una ley ordinaria y no incluirlo en la Constitución.

Todas las partes están firmes en sus posturas y el voto final de la comisión bicameral dependerá de los votos de los seis parlamentarios de la Liga Norte, visto el equilibrio entre las dos partes enfrentadas.

La comisión bicameral está compuesta por 70 parlamentarios, 35 diputados y 35 senadores.

La Liga Norte está dispuesta a votar la propuesta del Polo de las Libertades, visto que Berlusconi dijo hoy que votarán la enmienda presentada por los secesionistas norteños referentes a la elección directa por parte del pueblo de los fiscales.

Berlusconi insistió en la necesidad de separar las carreras de jueces y fiscales alegando que es la única manera de lograr la imparcialidad de los jueces.

"Hasta ahora los jueces y los fiscales trabajan juntos, en el mismo palacio de justicia, van a cenar juntos y son todos amigos. Ese estrecho contacto permite que los fiscales puedan influir de manera natural en los jueces", dijo Berlusconi.

Massimo D'Alema, líder del PDS y presidente de la comisión bicameral, aprovechó la ocasión para arrojar una flecha envenenada al líder de la derecha: "Berlusconi tiene una pasión arrolladora por la justicia, un tema que en sí es secundario".

Sin nombrarlo, D'Alema se refería a los problemas que el ex primer ministro tiene con la justicia: Berlusconi está siendo actualmente juzgado por tres casos de presunta corrupción. El líder de la derecha, además, ve en los fiscales a sus enemigos y considera que son los culpables de que los jueces le hayan sentado en el banquillo de los acusados.

En ambientes políticos progresistas se asegura que el interés de Berlusconi por separar las carreras es para "controlar" a los jueces.

A este respecto, Antonio Di Pietro, ex fiscal símbolo de la lucha contra la corrupción y ex ministro de Obras Públicas con el Olivo, advirtió hoy que si existe una maniobra para amordazar a la magistratura, "tendrán en mí a un gran opositor".

El hecho de que el PPI se haya distanciado del PDS es visto en ambientes políticos como la manera de "marcar su propia autonomía" respecto a los ex comunistas.

Aunque el voto sobre la justicia es muy importante, sobre todo para ver la solidez del Olivo, la reforma del sistema judicial tendrá que superar todavía un largo camino.

La comisión bicameral fue creada en enero de este año y el 30 de junio aprobó el proyecto de reforma de la constitución en sentido federal, que contempla, entres otras, que el Jefe del Estado sea elegido directamente por los ciudanos.

El pasado mes de julio comenzaron a presentarse enmiendas al proyecto de reforma aprobado y en septiembre se inició el debate. Está previsto que el texto definitivo pase al pleno del Senado y de la Cámara de Diputados, para una primera lectura, en enero de 1998.

Para el otoño de 1998 se espera que las dos cámaras sometan el texto aprobado a una segunda lectura. Después se someterá a un referendo popular, previsiblemente en la primavera de 1999. Tras aprobarse, comenzará la que ya se llama "segunda República". EFE

JL/hm

02

9714257

TD0181

R POXBT 10-29 00345
mun exg

ITALIA-JUSTICIA
APROBADA DIVISION DE JUECES Y FISCALES EN ORGANO MAGISTRATURA

Roma, 29 oct (EFE).- La comisión del Parlamento italiano encargada de reformar la Constitución aprobó hoy, miércoles, la división del Consejo Superior de la Magistratura (CSM) en dos secciones, una para los jueces y la otra para los fiscales.

La reforma del órgano de gobierno de los magistrados italianos fue aprobada gracias a la ruptura registrada en la votación dentro de la coalición gubernamental de centro-izquierda del "Olivo".

La mayor parte de los representantes del Partido Popular (PPI, ex democristianos) se unieron a la oposición conservadora del "Polo de las Libertades" para votar a favor de la división del CSM.

La decisión del PPI fue calificada "un error que tendrá consecuencias políticas", por el líder del Partido Democrático de la Izquierda (PDS, el principal del "Olivo"), Massimo D'Alema, quien preside la comisión, formada por 70 representantes de la Cámara de los Diputados y el Senado.

La división del CSM estaba considerada como un primer paso para alcanzar la separación de las carreras de jueces y fiscales, objetivo defendido por el líder del "Polo", Silivio Berlusconi, quien recibió con gran satisfacción el resultado de la votación.

"Es un gran éxito para todos los ciudadanos y un paso adelante en la construcción de un estado de Derecho", dijo Berlusconi -imputado en varios procesos judiciales-, que sostiene que la separación de las carreras es el único modo de lograr la imparcialidad de los jueces.

La decisión de la comisión bicameral fue criticada por los integrantes del CSM, así como por otros representantes de la magistratura.

La reforma constitucional, que tendrá que ser examinada por el Parlamento, prevé que tres quintos de los miembros de cada una de las dos secciones del CSM sean elegidos por los jueces y los fiscales, mientras que el Senado designará a los dos quintos restantes -frente a la proporción actual de un tercio-.

Por otro lado, la comisión bicameral rechazó una propuesta para introducir la elección popular de los fiscales que había sido presentada por la separatista Liga Norte, que no participó en la votación posterior sobre el CSM. EFE

CGM/mlr

10/29/17-10/97

9714257

03-03

Nº DOCUMENTO 9714258
TITULO DATOS Y GENERALIDADES DE MOLDAVIA
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 201094
ANOTACIONES 11876
507352
11650

01-02

9714258

Hipotesis de conflicto: *Moldavia (Besarabia)*

Reliquia de un pacto inicuo

Por obra de nazis y comunistas, desde 1939 Rumania permanece separada de la parte de su territorio quizá más representativa de su espíritu nacional

Se lo ha llamado "la mayor intriga de que se tenga conocimiento en la historia de la diplomacia". Tan durísima definición mereció el pacto alemán-soviético del 23 de agosto de 1939, firmado en el Kremlin, bajo la mirada sonriente de Stalin, por Joachim von Ribbentrop, canciller alemán, y Vyacheslav Molotov, comisario del pueblo para asuntos exteriores de la Unión Soviética.

Por
Narciso Binayán
Carmona

En virtud del acuerdo, Estonia, Letonia y Lituania fueron incorporadas a la URSS; Polonia fue dividida entre la URSS y Alemania, y Rumania perdió Besarabia. Si bien los tres países bálticos han recuperado tanto su libertad como su independencia, la frontera oriental polaca ha quedado firme según el acuerdo y Besarabia sigue separada de Rumania.

Hace mucho tiempo que cayó vencido el régimen nazi -1945-, y mucho menos, bajo el peso de sus "contradicciones internas", el soviético -1991-; pero los efectos del acuerdo perduran (1). Ello, en virtud de la habilidad acrobática con que Stalin logró conservar como enemigo de Alemania desde 1941 lo que había ganado como amigo entre 1939 y 1941. Incluso, el canciller era y siguió siendo el mismo, Molotov. Von Ribbentrop tuvo menos suerte.

Con la boca abierta

El pacto de 1939 tenía dos partes: una pública, de no agresión, y una secreta. La primera permitió al gobierno de la Alemania nazi comenzar la Segunda Guerra Mundial al invadir Polonia, el 1º de septiembre de 1939, un poco más de una semana después de firmada.

El embajador Ulrich von Hassell escribió en su diario que al enterarse del acuerdo había quedado "con la boca abierta", y luego vio claramente "que los rusos han hecho el pacto con nosotros para alentarnos a llevar a Europa a la guerra" (2). La parte secreta sólo se conoció después.

En lo que hace a Rumania, decía: "La parte soviética ha demostrado interés en Besarabia. La parte alemana declara su total desinterés por estas regiones".

Besarabia es la actual República de Moldavia -hasta 1991, la República Socialista Soviética de Moldavia- y su destino comenzó a perfilarse gradualmente.

Hubo primero una suave sugestión -desmentida por Molotov- del titular del PC rumano (en diciembre de 1939) y luego el mismo canciller soviético recordó, también suave y sugestivamente, ante el Soviet Supremo, que entre la URSS y Rumania existe "un problema no solucionado: el problema de Besarabia" (29 de marzo de 1940).

Muy poco después, las cosas se precipitaron. Sin plantearlo aún, el asunto fue discutido entre Berlín y Moscú, y el embajador alemán, Von Schulenburg, sugirió que para moderar el impacto el gobierno soviético podría devolver el tesoro rumano que había sido enviado a Rusia durante la Primera Guerra Mundial y nunca reintegrado. Molotov se negó. "Rumania ha explotado ya bastante a Besarabia", dijo.

Finalmente, la cosa explotó.

El 26 de junio de 1940, Molotov presentó al embajador rumano en Moscú, G. Davidescu, un ultimátum para que se cediera en el plazo perentorio de 24 horas Besarabia y parte de Bucovina.

Afirmaba que, en 1918, Rumania, "aprovechando la debilidad militar de Rusia, desprendió... una parte de su territorio, Besarabia, pisoteando la antigua unidad de Besarabia, poblada principalmente por ucranios", e indicaba que el reclamo por Bucovina era "en medida insignificante" una indemnización de la "gran pérdida" causada por los 22 años de dominación rumana en Besarabia.

Con gran sentido de la oportunidad, la URSS presentó la intimación tres semanas después de la evacuación inglesa en Dunkerque y a los cinco días de la rendición de Francia -aliada de Rumania- ante Alemania.

Por lo demás, el mismo mes, Estonia, Letonia y Lituania recibieron ultimátum mucho más duros, y ya en julio formaban parte de la URSS.

En esta situación, Rumania no podía hacer otra cosa que ceder y entregó el territorio comprendido entre los ríos Dniester y Pruth y el Mar Negro. "Por error", hubo algunos muertos. Así han quedado las cosas desde entonces.

Moldavia, es decir Besarabia (amputada la costa con la ciudad de Ce-

Moldavia, una isla latina

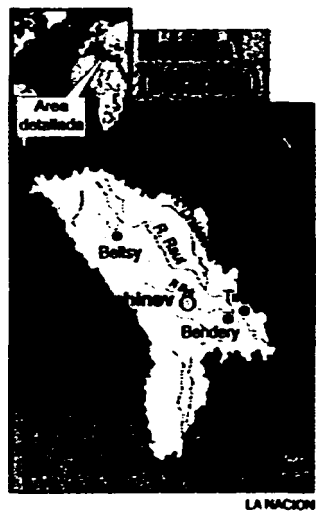
Moldavia, o sea Besarabia, es, como todo el mundo rumano, una isla latina en un océano eslavo (glosando libremente una definición ajena). No es, generalmente, ni bastante recordado ni suficientemente conocido este enorme bloque de latinos en la parte más oriental de los Balcanes, lindante con Ucrania, y, Mar Negro por medio, con el Cáucaso.

Teniendo en cuenta la realidad resulta muy original -ridículo aparte- que la Constitución de 1994 mantenga, ya caído el poder soviético, la ficción de que el idioma sea "la lengua moldava, que utiliza la grafía latina". Es original, puesto que esa lengua no existe, es simplemente rumano.

La sintaxis, estructura y la mayor parte del vocabulario del rumano son latinos. "Nopte buna" (buenas noches), "la revedere" (adiós), "parinte" (padres), "sora" (hermana), "camosa" (camisa), "porc" (cerdo), "carbune" (carbón), "piatra" (piedra), "domnul" (señor), "doamna" (señora), y así interminablemente.

En un terreno tan nacionalista como la cocina, esto queda confirmado por el plato más típico de la cocina rumana, la "mamaliga" o polenta. Rumanísima, tanto como el queso de oveja y el asado de cordero. Todos aparecen indicados como característicos de la "cocina moldava" ("URSS 88", Novosti, Moscú, Pág. 32).

Nada se dice de latinidad, y menos de Rumania. Y lo mismo vale para sus canciones típicas, las "doina". Cosas de la época soviética.



LA NACION

Un nombre saltarín

Así como el Río de la Plata se llama de tal manera por la plata que está en los Andes y no en su chata y líquida geografía, el hombre de Besarabia no viene de su dinastía local, la del norte del mundo rumano, Moldavia, sino por la del Sur, la de los Basaraba.

Estos saltos no son tan raros, ya que Escocia, por ejemplo, se llama así por Irlanda; Tadjikistán, tierra persa, por una pirueta que involucra a la tribu árabe de Tay, ajena a la región, y así sucesivamente.

Alguna razón habrá que ab one estos fenómenos radicales, pero habría que buscar mucho para hallarla.

La dinastía Basaraba es famosa en la historia, como lo fue, en su tiempo, en el plano de la noticia, a causa de su hijo más ilustre, Vlad el Empalador, el que originó la leyenda de Drácula. Como suele ocurrir, la palabra "Besarabia" no es rumana; Basarab I (1310-1359) era un príncipe de origen mongol, tataranieto de Juchi, hijo de Genghis Khan, cuyo padre, Tihomir, afianzó su poder en la comarca (según investigación del doctor Szabolcs de Vajay).

Lo curioso acá es que el nombre haya saltado de la sureña Valaquia a la parte norte de la norteña Moldavia.

tatea Alba), tiene 33.700 km2 y 4.400.000 habitantes, de los cuales el 64,5 por ciento es rumano y el 28,9 por ciento, eslavo (rusos, ucranios, búlgaros).

Ahora bien, la historia de Besarabia nada tiene en común ni con Rusia ni con Ucrania. Ocupada, como todas las tierras rumanas, por tribus turcas y desde 1241 hasta fines del siglo XIII por los mongoles, fue liberada con la fundación del principado de Moldavia por la dinastía de los Mushat, en la segunda mitad del siglo XIV.

Este Estado comprendió desde el delta del Danubio hasta el Dniester y por el Sur limitaba con otro principado rumano, ligeramente anterior, el de Valaquia (ver recuadro).

Su historia fue agitada, tempestuosa y de guerras seculares, ya que por el Sur comenzaron, desde 1369, las incursiones otomanas, y por el Norte siguieron las de los mongoles a partir del khanato de Crimea. Sin embargo, aunque como vasallos, los dos principados lograron mantener su autonomía hasta la independencia, conquistada en el siglo pasado, en 1877.

Vlad y Esteban

Los dos principados fueron los únicos Estados de los Balcanes que lograron mantenerse libres del control directo de los otomanos, y ello, gracias al valor y a la energía de dos grandes príncipes: el terrible Vlad el Empalador (1456-1462), en Valaquia (ver recuadro), y Esteban el Grande (1457-1504), en Moldavia.

Esta situación excepcional surgió de dos batallas en que vencieron a los turcos, en 1462 y en 1475, respectivamente.

Esteban el Grande derrotó también al rey de Polonia, Juan Alberto, que quiso colocar a su hermano en el trono rumano (batalla de Codrul Cosminuii, 1497).

Caballerescamente, el cronista polaco Jan Dugiosz escribió de Esteban: "Hombre digno de admiración... el más digno al que puedan confiarse la dirección y gobierno del mundo".

Rusia no llegó a limitar con Moldavia hasta la segunda participación de Polonia (1793), y sólo en 1812 logró, por primera vez, anexársela.

Los censos rusos de 1817, 1858 y 1862 indican porcentajes de 86, 66 y 51 de rumanos con un crecimiento sostenido de ucranios.

Sin embargo, cuando en 1918 la región se reintegró a Rumania, los rumanos seguían siendo dos tercios de la población, y así quedó.

Durante los años del poder soviético la comunicación entre Bésarabia y Rumania fue escasísima.

Luego de 1991, la situación se revirtió, pero "no hay ninguna perspectiva de revisión fronteriza". Esto se escribió en 1979 y Rumania no formula reclamos.

Sin embargo, en 1984, me dijeron en Bucarest que en Besarabia hay tantas o más historias y rumanidad que en la misma Rumania. "No la olvidamos" (palabras particulares). Rumania no reclama nada por ahora. Por ahora.

---

(1) Karelia, a la que se refirió una nota anterior, no está mencionada explícitamente.

(2) "Vom Andern Deutschland" (De la otra Alemania), notas escondidas cuando su autor, conservador y demócrata, fue detenido y luego ejecutado por su participación en el atentado contra Hitler, en 1944

02-02

9714258

Nº DOCUMENTO 97/4259
TITULO NORUEGA: NUEVO GOBIERNO CONSERVADOR ENCABEZADO POR K. MAGNE BONDEVIK
PROCEDENCIA 18193
FECHA DE PROCEDENCIA 10/09/97
CIRCULACION 11876
07629
11302
11164

DP6423

U POXBT 10-16 00118
mun exg icx

NORUEGA-GOBIERNO
LIDER DEMOCRISTIANO PRESENTA SU GOBIERNO DE CENTRO

Oslo, 16 oct (EFE).- Eljefe del partido democristiano noruego, Kjell Magne Bondevik, presentó hoy al rey Harald V la composición del gabinete que ha formado con el Centro y el liberal Venstre, tras la dimisión del socialdemócrata Thorbjorn Jagland.

El nuevo gabinete, que dirige Bondevik, está compuesto de seis miembros del partido Cristiano Demócrata, seis del Centro, y cuatro del Venstre, e incluye a nueve mujeres, según la lista presentada al Monarca.

Bondevik, de 50 años, ha sido ministro de Educación y Exteriores en anteriores gobiernos conservadores, y en las recientes elecciones del 15 de septiembre consiguió aumentar a 25 sus 13 escaños anteriores. EFE

mvs/rs

10/16/10-33/97

9714259 i

Nº DOCUMENTO 97/4260
TITULO POLONIA : ENTRA EN VIGOR LA NUEVA CONSTITUCION QUE REFUERZA EJECUTIVO Y DEBILITA PTE
PROCEDENCIA 5/8/93
FECHA DE [illegible] 17/09/1
VINCULACIONES 11876
66861
11302
11064
XR0928

U POXBT 10-17 00504
icx mun exg

POLONIA-CONSTITUCION (Previsión)
NUEVA CARTA MAGNA REFUERZA EJECUTIVO Y DEBILITA A PRESIDENTE

Varsovia, 17 oct (EFE).- La Constitución democrática, aprobada en marzo pasado que hoy, viernes, entra en vigor en Polonia y que afectará al nuevo Gobierno, refuerza el Ejecutivo y debilita las prerrogativas del jefe del Estado.

Pese a haber sido el primer país del Este en comenzar el proceso de reformas, Polonia es el último Estado poscomunista que estrena Carta Magna, pues hasta ayer regía la estalinista de 1952, que, con retoques de la etapa democrática, recibía el nombre de "pequeña Constitución".

Será esta media tarde, en la nueva andadura constitucional, cuando el presidente polaco, Aleksander Kwasniewski, designe oficialmente al candidato a primer ministro, Jerzy Buzek.

Según la Carta Magna, fruto del consenso de siete fuerzas parlamentarias y de ocho años de transición, el nuevo primer ministro, a quien corresponde en exclusiva la elección de todos sus colaboradores, dispone de dos semanas desde su ratificación para completar el gabinete.

La investidura se llevará a cabo el próximo lunes, en la sesión inaugural del nuevo legislativo resultante de las elecciones del 21 de septiembre pasado.

En caso de resultar infructuoso su intento, si los diputados desean sustituir al primer ministro designado deben presentar un nuevo candidato.

Conforme a esta Constitución, el presidente de la nación pierde su prerrogativa de nombrar a los ministros de Defensa, Interior y Asuntos Exteriores, como solía hacer desde 1989, y su veto queda debilitado, ya que puede revocarse en el Congreso con tres quintos de los votos y no dos tercios como hasta ahora.

Además, la máxima autoridad del Estado pierde el derecho a vetar la ley de presupuestos generales.

El presidente designa al primer ministro, quien, a su vez, le propone la composición del Gobierno.

El jefe del Estado también puede disolver el Parlamento, tras el tercer intento fallido de formar Gobierno o cuando la cámara baja no apruebe la ley de presupuestos en el plazo previsto.

En el referéndum del 28 de mayo pasado, en el que participó el 40 por ciento del electorado, los polacos aprobaron la nueva Constitución por un 55 por ciento de votos a favor.

Los dirigentes de la Acción Electoral de Solidaridad (AWS), representantes del integrismo católico, dijeron entonces a sus electores que cuando ganaran los comicios, como así ha sucedido, cambiarían la ley fundamental del Estado.

El líder de AWS, Marian Krzaklewski, jefe también del sindicato Solidaridad, aseguró que su Gobierno conducirá a la ratificación pendiente del Concordato con la Santa Sede, la confesionalidad del Estado en la Carta Magna y la prohibición del aborto.

La Iglesia católica tiene una posición distinta, y, según declaró recientemente el secretario de la Conferencia Episcopal polaca, Tadeusz Pieronek, "los gobernantes ya no pueden lanzar consignas sobre giros bruscos o transformaciones fundamentales,pues esos cambios

"Queremos aclarar -agregó el obispo- que consideramos más

"Queremos aclarar -agregó el obispo- que consideramos más

importante para el nuevo Gobierno no la ratificación del Concordato, sino la aprobación de los presupuestos generales del Estado para 1998". EFE
ga/ir/acm dlh

9714260

01-01

10/17/15-36/97

Nº DOCUMENTO	9714261
TITULO	POLONIA : SE MOVILIZAN LOS PARTIDOS POLITICOS
PROCEDENCIA	518593
FECHA DE [illegible]	131091
VINCULACION	11816
	66861
	515422
	11164

01-04

9714261

FBI601

R FOXBT 10-04 00654
mun exg

POLONIA-WALESA
EX PRESIDENTE LANZA PROPIO PARTIDO, PARA NO SER OLVIDADO

Por Jorge Ruiz Lardizábal

Varsovia, 4 oct (EFE).- En un nuevo intento por recuperar el protagonismo político, perdido en 1995 al fracasar en las elecciones presidenciales, Lech Walesa ha fundado su propio partido, la "Democracia Cristiana de la III República".

Los representantes del nuevo partido depositaron ayer, viernes, en el tribunal regional de Varsovia los documentos indispensables, incluida una lista con mil firmas, para registrar oficialmente la nueva organización.

Desde 1980 hasta 1995 Walesa dominó la política polaca, primero como líder del sindicato Solidaridad y luego como presidente de la República.

Hasta la caída del comunismo en 1989 fue el único dirigente apoyado por todos los grupos que combatían al régimen totalitario y después de esa fecha el hombre que decidía quién gobernaba en Polonia.

En las elecciones de 1989 arrollaron solo los candidatos de la oposición avalados por una foto con Walesa, mientras que otros opositores, sin la foto, fracasaron.

En 1990 Walesa se presentó como candidato a presidente y derrotó a todos sus rivales, incluidos los que salieron de la oposición anticomunista, como Tadeusz Mazowiecki.

Sin embargo, como le advirtió su asesor Adam Michnik, hoy director del diario "Gazeta Wyborcza", la Presidencia sería un dificilísimo examen que podría suspender.

El mandato presidencial de Walesa fue una larga serie de fracasos que le robaron la simpatía de la inmensa mayoría del pueblo.

Para ser presidente, Walesa prometió repartir el patrimonio del Estado, a razón de 10.000 dólares por ciudadano, pero no cumplió la promesa, porque era imposible, y muchos no se lo perdonaron.

Con colaboradores que trataron de controlar la policía, los servicios de inteligencia y el ejército, Walesa fue abandonado por todos sus antiguos compañeros de lucha, que descubrieron en él una amenaza para la democracia.

Ya en 1993 trató de montar su propio partido, el Bloque Reformador (BBWR), pero como consiguió apenas el 5,5 de los votos, desilusionado, le dio la espalda.

Walesa llegó a las presidenciales de 1995 muy debilitado políticamente, sin el apoyo del sindicato Solidaridad que fundó en 1980 y enfrentado a los que lucharon junto a él en el pasado.

También se deterioró su imagen de buen cristiano y hombre honesto, porque varios de sus ocho hijos fueron procesados por delitos cometidos bajo los efectos del alcohol y él mismo fue acusado de no haber pagado el impuesto por el millón de dólares que le pagó Warner Brothers por llevar su biografía a la pantalla.

Lo que más debilitó su posición fue la acusación, hecha por sus ex compañeros de lucha, como el anticomunista Antoni Macierewicz, que fue ministro de Interior, de que había sido confidente a sueldo de la policía comunista a la que informaba sobre lo que hacían sus colegas del Astillero de Gdansk, donde era electricista.

El ex comunista Aleksander Kwasniewski derrotó en las presidenciales a Walesa por sólo 300.000 votos, pero suficientes para quitarle la Jefatura del Estado.

Su reacción de odio y rencor hacia Kwasniewski, la rabieta del niño al que le quitaron el juguete preferido, también le restó puntos.

Las encuestas dicen que Walesa es uno de los políticos que despierta menos confianza entre los polacos, pero él sueña con el protagonismo y tras la victoria de la Acción Electoral de Solidaridad (AWS) en las elecciones del 21 de septiembre, trató de convertirse en padrino del nuevo gobierno y de la coalición que lo sostendrá.

Declaró que aceptaría el cargo de primer ministro, pero como nadie se hizo eco de su propuesta, invitó a los líderes anticomunistas a su cumpleaños, pero el invitado principal, Marian Krzaklewski, jefe de AWS, no acudió.

La fundación del nuevo partido es, quizás, el último intento de Walesa de reconquistar el protagonismo y, según declaró, quiere hacerlo consiguiendo el apoyo del 52 por ciento de los polacos que no fue a las urnas.

Sin embargo, los observadores coinciden en que su proyecto fracasará, porque busca la división de la derecha agrupada en AWS y, en definitiva, hace el juego a los ex comunistas. EFE

rlz-wm/pgl

02

10/04/16-35/77

97142611

FB1899

R POXBT 10-13 00618
exg mun icx

POLONIA-PARTIDOS
RENOVACION EN LOS PARTIDOS QUE PERDIERON ELECCIONES

Por Jorge Ruiz Lardizábal

Varsovia, 13 oct (EFE).- Los líderes de los partidos políticos polacos que perdieron las elecciones generales del pasado 21 de septiembre, han empezado este fin de semana a pagar la derrota con sus cargos.

El mayor perdedor, el Partido Campesino Polaco (PSL), que de los 132 diputados que tenía se quedó en 27, destituyó de la presidencia a Waldemar Pawlak, que había sido su líder incuestionable.

Ese cambio puede significar una apertura del PSL a las reformas en la agricultura, indispensables ante la entrada de Polonia en la Unión Europea y, hasta ahora, paralizadas por la anterior dirección política.

El nuevo presidente del PSL, Jaroslaw Kalinowski, dijo que quiere contribuir a las reformas, aunque todavía no está claro si conducirá a su agrupación hacia la fórmula democristiana o centroizquierdista, porque las dos corrientes cuentan con fuerzas similares.

También cambiará la cúpula de la Unión del Trabajo (UP, socialistas), única fuerza de izquierda que nació de Solidaridad, porque, con 40 diputados en el anterior Legislativo, esta vez no superó la barrera del 5 por ciento de los votos y se quedó fuera del Parlamento.

UP, organización que todos consideran muy honesta, pero con un programa utópico, ha sufrido un golpe tan grande que su recuperación parece imposible y muchos comentaristas opinan que se desintegrará y sus militantes alimentarán las filas de la liberal Unión de la Libertad (UW) y de la Alianza de la Izquierda Democrática (SLD, ex comunistas).

Los comentaristas también opinan que se desintegrará el Movimiento para la Reconstrucción de Polonia (ROP, nacionalista), liderado por el ex primer ministro Jan Olszewski.

La obtención de sólo seis escaños en el Congreso, resultado muy por debajo del que esperaban los líderes de ROP, ha provocado una ruptura entre sus dos alas, la católica nacionalista y la social nacionalista.

Antoni Macierewicz, líder de la primera corriente, acusó a Olszewski de haber "diluido el carácter católico y nacionalista del partido, provocando así su derrota".

En la práctica Olszewski ha sido suspendido en sus cargos por el grupo radical, que tiene la mayoría, pero no ha aceptado la decisión calificándola de ilegal y seguramente todo terminará en los tribunales que tendrán que dirimir a quién corresponde el poder legal en ROP.

Otra organización que ha vivido el correspondiente terremoto postelectoral es la Unión de la Política Real (UPR, ultraliberales), que tampoco superó la barrera del 5 por ciento de los votos y carece de representación parlamentaria.

El fundador del partido, Janusz Korwin-Mikke, dimitió de su cargo de presidente y ha sido sustituido por otro político de ideas similares, Stanislaw Michalkiewicz, que según los observadores tampoco conseguirá hacer de UPR una fuerza

97142611

03

importante.

Los analistas señalan que en un país tan acostumbrado a la ayuda social del Estado, como lo es Polonia después de casi medio siglo de régimen comunista y solo ocho años de capitalismo, las ideas ultraliberales y la consigna de que el Estado desaparezca de toda actividad económica y social no tienen futuro.

Asimismo, habrá importantes cambios en la cúpula de la Alianza de la Izquierda Democrática, ya que, a pesar de haber conseguido casi un millón y medio de votos más que en las elecciones de 1993, perdió el poder.

Numerosos miembros y simpatizantes de esa organización creen que el resultado habría sido mucho mejor de no haber tenido como líder a Jozef Oleksy, que en 1995 tuvo que dimitir del cargo de primer ministro, acusado oficial y públicamente de haber colaborado con el espionaje ruso.

Otra figura de esa agrupación que podrá ser relegada a un segundo plano es Wlodzimierz Cimoszewicz, el primer ministro saliente que fue jefe de la campaña electoral de los ex comunistas y cuya arrogancia, según muchos, hizo perder numerosos votos. EFE

rlz/jac/ik

10/13/12-03/97

9714261

FB1551

R VARBT 10-04 00277
icx mun exg

POLONIA-GOBIERNO
SOLIDARIDAD ELIGE A SU CANDIDATO A PRIMER MINISTRO

Varsovia, 4 oct (EFE).- El profesor Andrzej Wiszniewski, ingeniero electricista y ex rector de la Academia Politécnica de Wroclaw, es el candidato de la Acción Electoral de Solidaridad (AWS) para primer ministro.

Según informan hoy, sábado, los medios de comunicación polacos, la decisión fue tomada por el presidente de Solidaridad y de la AWS, Marian Krzaklewski, tras una conversación telefónica que tuvo con Wiszniewski, que estaba en la República de Africa del Sur.

El candidato a primer ministro es un desconocido para los principales dirigentes de la AWS, como el católico integrista Marian Pilka, el agrarista Artur Balasz y el ex gobernador de Gdansk Maciej Plazynski, de quien también se hablaba como posible jefe del nuevo Gobierno.

El ex presidente de Polonia Lech Walesa, informado sobre la candidatura de Wiszniewski, preguntó muy sorprendido "¿y quién es?".

Wiszniewski participó en la lucha de la oposición anticomunista polaca en los años 1981-1989, pero no en la fuerza principal, que era el sindicato Solidaridad, sino en una de sus ramificaciones, la extremista "Solidaridad Combativa", liderada por el matemático Kornel Morawiecki, profesor de la Universidad de Wroclaw.

Según Barbara Labuda, que fue dirigente de Solidaridad Clandestina en Wroclaw, "Wiszniewski fue muy activo, pero al vincularse a una rama radical del movimiento anticomunista combatió también a todos los que perseguían un acuerdo entre el régimen y sus adversarios para llegar a la democracia".

Wiszniewski fue candidato de la AWS a senador en las recientes elecciones generales polacas, pero no consiguió el mandato, derrotado por otras dos personalidades de la provincia de Wroclaw. EFE

rlz/mar-op

10/04/08-49/97

Nº DOCUMENTO 9714262
TITULO POLONIA: SITUACION POLITICA / FORMACION DEL NUEVO GOB
EXISTENCIA 578593
FECHA DE [illegible] 31/09/94
CIRCULACION 11876
66861
05432
11164
11302

9714262

DP4899

R POXBT 10-05 00596
icx mun exg

POLONIA-GOBIERNO
AUN NADIE SABE QUIEN GOBERNARA EN POLONIA

Por Jorge Ruiz Lardizábal

Varsovia, 5 oct (EFE).- Dos semanas después de las elecciones generales, ganadas por la derechista Acción Electoral de Solidaridad (AWS), nadie sabe quién gobernará en Polonia.

En la Polonia democrática, nacida en 1989, se sigue la tradición de los tiempos del comunismo, cuando al frente del Gobierno era colocado un político de segunda o tercera categoría.

Jamás, en los casi 50 años de comunismo, el jefe del partido comunista encabezó un Ejecutivo, porque prefería gobernar desde el Buró Político que le daba el poder auténtico, sin figurar, al mismo tiempo, como responsable de los posibles fracasos del Gobierno.

La negativa de Marian Krzaklewski, presidente del sindicato Solidaridad y de la AWS, ganadora de las elecciones parlamentarias del pasado 21 de septiembre, a ocupar la jefatura del nuevo Gobierno confirma que los olíticos de primera línea no quieren quemarse.

Leszek Balcerowicz, presidente de la Unión de la Libertad (UW), el más probable socio de la AWS en la formación del nuevo Gobierno, señaló que esa negativa amenaza con la existencia de centros de poder decisivos fuera del Ejecutivo.

Confirma ese temor la elección por parte de la AWS como candidato suyo a primer ministro del profesor Andrzej Wiszniewski, ingeniero electricista y ex rector de la Academia Politécnica de Wroclaw, pero hombre prácticamente desconocido en la política.

Todo parece indicar que Krzaklewski quiere gobernar desde la sombra, como ya lo hizo en su momento Lech Walesa, cuando en 1989 la oposición barrió a los comunistas y, siendo el hombre fuerte del país, aunque sin otro cargo que el de presidente del sindicato Solidaridad, eligió a Tadeusz Mazowiecki como primer ministro.

Walesa optó por Mazowiecki, porque su posición era mucho menos fuerte que la de otros líderes de la oposición anticomunista, como Jacek Kuron, con muchos años de cárcel en su biografía, o Bronislaw Geremek, con un gran prestigio internacional.

Pero eligió a Mazowiecki, sobre todo, porque sabía que era un hombre sin facilidad de palabra y pensaba que podría manejarlo a su antojo.

Es cierto que su cálculo fue erróneo, porque Mazowiecki se dio a conocer como un gran político, primero en Polonia y luego con su misión de la ONU para los derechos humanos en la antigua Yugoslavia, tambien a nivel internacional.

Mazowiecki no se dejó manejar y Walesa jamás se lo perdonó, y en cuanto pudo lo apartó del poder para reemplazarlo por un político desconocido, el liberal Jan Bielecki, del que él mismo dijo que era de la tercera liga.

Posteriormente ocupó la jefatura del Gobierno Hanna Suchocka, como "solución aceptable por todos", mujer muy bien preparada pero figura de segunda línea sin un sólido respaldo en la clase política.

También la izquierda, cuando recuperó el poder en 1993, tras una breve etapa en la que fue primer ministro Waldemar Pawlak, jefe del Partido Campesino Polaco, se dedicó a gobernar con ayuda de figuras de segundo orden.

El actual presidente de Polonia, Aleksander Kwasniewski, aunque su Alianza de la Izquierda Democrática ganó las elecciones de 1993, no encabezó el Gobierno porque prefería tener su cuenta personal "limpia" para poder saltar al sillón del jefe del Estado, que conquistó en 1995.

Krzaklewski parece seguir sus huellas, porque tampoco quiere "quemarse" en el Gobierno con miras a conseguir la Presidencia de la República en el año 2000.

La prudencia de los máximos líderes ante la aceptación de las responsabilidades que impone la jefatura del Gobierno parece justificada por el hecho de que, hasta ahora, ni un solo primer ministro ha salido del cargo con buenas notas y, desde 1989, es decir, en apenas ocho años, ya ha habido en Polonia siete primeros ministros. EFE

rlz/mar/jdl

02

9714262

XR0721

U POXBT 10-07 00167
icx mun exg

POLONIA-GOBIERNO
SOLIDARIDAD Y LIBERALES FORMARAN EL NUEVO GOBIERNO

Varsovia, 7 oct (EFE).- Tadeusz Syryjczyk, dirigente de la liberal Unión de la Libertad (UW), aseguró hoy, martes, que el nuevo gobierno de Polonia será formado por su partido y la Acción Electoral de Solidaridad (AWS), que ganó las elecciones parlamentarias del 21 de septiembre.

"El Partido Campesino Polaco (PSL) y el Movimiento para la Reconstrucción de Polonia (ROP) podrán ser útiles en la labor parlamentaria, como aliados en cuestiones concretas", dijo Syryjczyk.

"Si alguien toma en consideración al ROP como aliado es poco serio, porque tienen solo seis diputados", añadió Syryjczyk aludiendo a declaraciones hechas por el presidente de AWS, Marian Krzaklewski en la televisión, sobre la posibilidad de incorporar a esa organización a la coalición gubernamental.

El encuentro que celebraron ayer los presidentes de AWS y UW, Marian Krzaklewski y leszek Balcerowicz, fue definido por Syryjczyk como "positivo", pero añadió que serán necesarias varias reuniones más. EFE.

rlz dlh

10/07/16-15/97

9714262

XW7912

R POXBT 10-13 00259
mun exg

POLONIA-GOBIERNO
SOLIDARIDAD REVELARA PROXIMOS DIAS CANDIDATO JEFE GABINETE

Varsovia, 13 oct (EFE).- El líder de la Acción Electoral de Solidaridad (AWS), vencedora de las elecciones celebradas el pasado 21 de septiembre, Marian Krzaklewski, anunció hoy, lunes, que en un plazo de tres días presentará al candidato para primer ministro.

Krzaklewski reanudará esta tarde las negociaciones con el líder de la Unión de la Libertad (UW), Leszek Balcerowicz, según aseguraron a EFE fuentes de esta formación política.

La AWS y la UW negocian en la actualidad los terminos exactos de la coalición entre ambos así como la esfera de poder que tendrá cada agrupación política en el futuro gobierno.

El presidente de Polonia, Aleksander Kwasniewski, insistió en que encomendará la misión de formar gobierno sólo a un candidato "altamente cualificado y capaz de recabar el apoyo del Parlamento".

Uno de los dirigentes de UW y presidente de la comisión de exteriores parlamentaria, Bronislaw Geremek, comentó a EFE que mañana mismo podría hacerse pública la identidad del nuevo primer ministro.

Geremek excluyó la posibilidad de que él mismo o la ex jefe de Gobierno Hanna Suchocka, como ministra de Asuntos Exteriores, tal y como aseguraban algunos expertos políticos, vayan a estar presentes en el nuevo Ejecutivo.

Hace tres semanas se celebraron las elecciones generales que dieron el triunfo a la derecha y desde entonces se llevan a cabo las negociaciones para la formación del Gabinete.

La coalición que gobernaba anteriormente entre la Alianza de la Izquierda (SLD) y el Partido Campesino (PSL), tardó 24 días en llegar a un acuerdo. EFE

ga/co

10/13/15-52/97

04

9714262

XA4602

U POXBT 10-15 00342
exg mun icx

POLONIA-GOBIERNO (Semblanza)
BUZEK CANDIDATO A PRIMER MINISTRO DE COALICION GUBERNAMENTAL

Varsovia, 15 oct (EFE).- Jerzy Buzek, de 60 años, profesor de la Academia Politécnica de Silesia, es el candidato oficial a primer ministro de Polonia por la coalición gubernamental que integran la derechista Acción Electoral de Solidaridad (AWS) y la liberal Unión de la Libertad (UW).

La aparición de su nombre entre los candidatos a jefe del Gobierno sorprendió a la élite política polaca porque era un "total desconocido", aunque en los últimos días era evidente que tenía más probabilidades de conseguir el cargo que sus rivales, por su acusado centrismo.

Buzek se dio a conocer como coordinador jefe del grupo de expertos de la AWS.

"Me gustaría que mi esposo fuese primer ministro, porque eso significaría que al fin ha sido reconocida su competencia", declaró a la prensa su esposa, Ludgarda, doctora en química en el Instituto de Gliwice, de la Academia de Ciencias de Polonia.

El pasado verano, Buzek, su esposa y su hija, Agata, viajaron a España para pasar sus vacaciones, y fue allí donde el profesor se enteró, por la llamada telefónica que le hizo el presidente de la AWS, Marian Krzaklewski, de que era el principal candidato a nuevo jefe del Gobierno polaco.

Buzek habla inglés, alemán y ruso, se graduó en la Academia Politécnica de Gliwice como ingeniero químico, y obtuvo el doctorado en 1979.

La familia Buzek vive en Gliwice, ciudad silesiana situada a 300 kilómetros de la capital, en un piso de 70 metros cuadrados y posee dos automóviles, un Dacia de 23 años, que utiliza Agata, y un Volkswagen Passat de 16 años.

Los observadores ponen de relieve que Buzek será el primer miembro de la Iglesia Evangélica de Augsburgo que gobernará Polonia, dato singularmente curioso porque lo hará en nombre de la AWS, organización profundamente católica, y en un país en el que los evangélicos no rebasan el medio millón de fieles.

Buzek, persona totalmente nueva en la política y del que se dice que es sumamente prudente y moderado, ganaba como profesor 3.800 zlotys al mes (unos 1.050 dólares), cifra que ahora aumentará a 8.600 zlotys (unos 2.500 dólares). EFE

rlz/mar/ik

10/15/12-19/97

05

9714262

XR0867

R POXBT 10-15 00543
icx mun

POLONIA-GOBIERNO
PRIMER MINISTRO DESIGNADO FORMARA GABINETE CUANTO ANTES

Varsovia, 15 oct (EFE).- Jerzy Buzek, un profesor de la Politécnica de Silesia de 57 años, designado hoy, miércoles, candidato oficial a primer ministro, aseguró tras su nombramiento que formará Gobierno cuanto antes.

El anuncio de la candidatura a jefe del gabinete se produce 24 días después de la celebración de comicios generales en Polonia, en los que venció la Acción Electoral de Solidaridad (AWS), bloque conservador que gobernará en coalición con la Unión de la Libertad (UW).

Buzek fue elegido por el líder del histórico sindicato, Marian Krzaklewski, y con el apoyo de los 157 votos a favor, frente a 8 abstenciones, que el grupo parlamentario de la AWS emitió hoy.

El nuevo primer ministro dijo a los diputados del bloque vencedor de las elecciones que las prioridades de su gabinete serán la seguridad de los ciudadanos y de las familias, así como la atención social a los más necesitados, aunque sin olvidar el anhelo de Polonia de ingresar en la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) y en la Unión Europea (UE).

Anunció que también reorganizará la atención sanitaria y la Policía y reforzará en profundidad los servicios especiales.

Además, Buzek se propone garantizar la competitividad de la economía nacional, así como educar a las nuevas generaciones en la tradición nacional y en el acceso a una Europa moderna.

El presidente de Polonia, Aleksander Kwasniewski, será informado esta tarde de la decisión de la coalición para que, según la "pequeña Constitución" todavía vigente dos días más, encomiende a Buzek la tarea de formar el nuevo Ejecutivo.

Buzek se dio a conocer recientemente como coordinador jefe del grupo de expertos de la Acción Electoral de Solidaridad en la campaña electoral y, pese a su pertenencia a la Iglesia Evangélica de Augsburgo, la jerarquía católica calificó de "buena nueva" la noticia de su designación.

Los obispos polacos esperan del nuevo Gobierno paz, desarrollo, colaboración y buenas relaciones con los vecinos, indicó el Primado de Polonia, Jozef Glemp, al término de la 291 Conferencia Episcopal.

Los observadores hacen hincapié en que Buzek será el primer no católico, que no es ateo o agnóstico, en gobernar Polonia, algo curioso porque lo hará en nombre de la AWS, organización profundamente católica, y en un país en el que los evangélicos no sobrepasan el medio millón.

Como profesor de Química de la Politécnica de Silesia, Buzek vivía hasta ahora en Gliwice (provincia de Katowice) con su esposa, Ludgarda, y su hija Agata, domicilio que no pensaban cambiar ni cuando en los comicios pasados fue elegido diputado de la lista nacional de la AWS.

Esta designación, sin embargo, no agrada a todos y la prensa local tacha hoy a Buzek de "desconocido" y sindicalista "de segunda fila", pero amigo personal del jefe de Solidaridad, Marian Krzaklewski.

La maniobra de este último se considera en los medios un intento de gobernar desde la sombra sin los riesgos que implica el estar al frente del Ejecutivo, dado que Krzaklewski proyecta sus ambiciones hacia el sillón de la Presidencia de la nación.

El ex jefe del Estado y primer dirigente del sindicato libre, Lech Walesa, dijo al respecto que el primer ministro debería ser un político con experiencia y, aún mejor, alguien que ya hubiese formado parte de alguno de los cinco gobiernos democráticos, "pues no tenemos tiempo para experimentos". EFE
ga/jr/acm dlh

10/15/16-25/97

06

9714262

XR0905

R POXBT 10-16 00574
ick mun

POLONIA-GOBIERNO
BUZEK: ESTABILIDAD POLITICA Y APOYO SOCIAL OBJETIVOS GABINETE

Por Gemma Aizpitarte

Varsovia, 16 oct (EFE).- El jefe de Gobierno electo de Polonia, Jerzy Buzek, asegura que los objetivos prioritarios de la coalición entre la Alianza Electoral de Solidaridad (AWS) y la Unión de la Libertad (UW) son afianzar la estabilidad política y recabar el apoyo social.

En una entrevista emitida hoy, jueves, por radio, Buzek anunció la formación de su equipo en un plazo de diez días, mientras que, en declaraciones publicadas en el diario "Zycie Warszawy", afirmó que su grupo tiene un buen programa económico.

Buzek, de 57 años y profesor de química en la Politécnica de Silesia (suroeste de Polonia), es el candidato conjunto de la AWS y la UW, que forman el bloque conservador.

"La composición del Ejecutivo debe reflejar el resultado de las elecciones" del 21 de septiembre pasado, dijo Buzek, si bien el futuro jefe del Ejecutivo no precisó las carteras ministeriales que se reserva para el bloque conservador.

Hizo hincapié en la independencia de su gestión al informar de que las decisiones ordinarias del gabinete no serán acordadas con el líder de la Acción Electoral de Solidaridad, Marian Krzaklewski, aunque precisó que "ciertas consultas serán necesarias".

El nuevo jefe del Gobierno, quien recibió el miércoles pasado la aprobación del presidente de Polonia, Aleksander Kwasniewski, será presentado al Parlamento dentro de cuatro días, en la sesión inaugural de la nueva legislatura.

A cambio de aceptar a Buzek, la Unión de la Libertad tendrá uno de los dos cargos de viceprimer ministro y la cartera de Finanzas, dos puestos que ocupará casi con total seguridad una sola persona: su líder, Leszek Balcerowicz.

El otro viceprimer ministro puede ser Ewa Lewicka, del sindicato Solidaridad, que se ocupa de los problemas del sistema de la seguridad social, y podría también encargarse de la cartera de Trabajo.

No obstante, sobre el resto de la composición del Ejecutivo sólo hay meras conjeturas.

La Acción Electoral de Solidaridad reclama las carteras de Educación y Asuntos Exteriores, departamento este último que el apuntado por algunos medios como seguro candidato, Bronislaw Geremek, desmintió a EFE que vaya a ocupar, como tampoco parece que lo acepte la ex primera ministra Hanna Suchocka.

En esa organización de Solidaridad no hay una opinión unitaria sobre si ceder a su futuro aliado de Gobierno también el Ministerio de Defensa, según fuentes cercanas a este bloque.

En cambio, los diarios polacos coinciden hoy en señalar que el reparto de ministerios entre los dos grupos de la coalición no será fácil, por problemas de protagonismo personal y las ambiciones de ciertos políticos.

Buzek consideró que la situación económica de Polonia no es buena, "pese a las alegres valoraciones de la coalición (de izquierda) saliente".

Explicó que "la mejor prueba es el déficit comercial. Nos estamos endeudando rápidamente, como en los tiempos de (Edward) Gierek (secretario del Partido Comunista en la década de los 70), y la deuda de aquella época nos pesa hasta hoy".

Para finales de este ejercicio, los economistas calculan que el déficit comercial de Polonia será de 17.800 millones de dólares.

Según Buzek, el nuevo gabinete deberá afrontar el serio problema de reanimar las exportaciones polacas, así como de reestructurar la economía para que sea competitiva.

Su programa se basa en la descentralización, la reorganización del sector minero -cuyos problemas conoce bien como residente en Silesia-, un nuevo sistema de pensiones y jubilaciones y la reforma de la atención sanitaria y la educación. EFE

ga/wr/acm dlh

07

9714262

10/16/15-02/97

XR0932

U FOXBT 10-17 00139
icx mun exg

POLONIA-GOBIERNO
PRESIDENTE DESIGNA OFICIALMENTE A BUZEK COMO PRIMER MINISTRO

Varsovia, 17 oct (EFE).- El Presidente de Polonia, Aleksander Kwasniewski, designó hoy, viernes, a Jerzy Buzek como candidato oficial al cargo de primer Ministro y le encomendó la formación del nuevo Gobierno.

Kwasniewski aceptó a Buzek horas después de que entrara en vigor la nueva Constitución democrática aprobada este año, que recorta las prerrogativas del jefe del Estado y refuerza en cambio las del Ejecutivo.

Buzek es el candidato de la coalición formada por la Alianza Electoral de Solidaridad (AWS), bloque conservador, con la Unión de la Libertad (UW), un partido de centro.

El jefe del Gabinete designado recibirá la ratificación del cargo el próximo lunes durante la sesión inaugural del nuevo Parlamento, y dispondrá de dos semanas de plazo para completar su equipo. EFE.

ga dlh

10/17/16-12/97

08

9714262

FB2370

R POXBT 10-28 00203
exg mun icx

POLONIA-GOBIERNO
BALCEROWICZ DIRIGIRA SEGUNDO PLAN REFORMAS EN NUEVO GABINETE

Varsovia, 28 oct (EFE).- El "padre" de las reforma económica polaca que comenzó hace ocho años, Leszek Balcerowicz, será ministro de Finanzas en el nuevo Gobierno del primer ministro designado, Jerzy Buzek.

Balcerowicz será también viceprimer ministro y ocupará los cargos que tuvo en el primer Gobierno democrático de Tadeusz Mazowiecki, según lo reveló esta madrugada Buzek al término de una reunión de la coalición.

Los nuevos componentes del Gabinete serán presentados en las próximas horas al presidente Alexandr Kwasniewski y jurarán sus cargos el viernes.

Las elecciones del pasado 21 de septiembre dieron el triunfo al bloque conservador de la Acción Electoral de Solidaridad (AWS), que gobernará en coalición con el partido de centro Unión de la Libertad (UW).

Buzek adelantó que en el nuevo gabinete el bloque vencedor se queda con ocho ministerios, entre ellos Interior, Economía, y Tesoro, además de con las presidencias del Comité de Integración Europea, el Centro de Estudios Estratégicos, y los servicios especiales.

Para su aliado, la UW, quedan las carteras de Asuntos Exteriores, Cultura, Defensa, Transporte, y Justicia, según un reparto proporcional al éxito electoral. EFE
ga/jac/ik

10/28/12-32/97

09

9714262

XR1122

R POXBT 10-29 00282
icx mun exg

POLONIA-GOBIERNO
BUZEK PRESENTO COMPOSICION GABINETE AL PRESIDENTE

Varsovia, 29 oct (EFE).- El primer Ministro designado, Jerzy Buzek, presentó hoy, miércoles, la composición del nuevo Gabinete al Presidente de la nación, Aleksander Kwasniewski.

Tal como Buzek dió a conocer ayer, el líder de la Unión de la Libertad y "padre" de las reformas económicas, Leszek Balcerowicz, digiriá como viceprimer ministro y titular de Finanzas la segunda etapa del proceso de cambios que experimenta Polonia desde hace ocho años.

La jura de los cargos de los nuevos ministros se prevé para el viernes, señaló el portavoz presidencial.

El gobierno lo forman la coalición del bloque conservador Alianza Electoral de Solidaridad (AWS), vencedor de las elecciones generales del pasado 21 de septiembre, con el partido de centro, la Unión de la Libertad (UW).

Buzek concluye la misión de formar gobierno dos días antes de la conclusión del plazo de dos semanas que le concede la nueva Constitución democrática, en vigor desde hace doce días.

El jefe del Gobierno explicó que la demora en conseguir un equipo de colaboradores se debió a la negativa de la AWS a aceptar para las carteras de Cultura y Transporte a los candidatos de la UW, quienes hoy renunciaron a integrar el gabinete.

De las 15 carteras ministeriales, seis han sido para la UW y nueve para la AWS, que entre sus ministros tiene a cuatro sindicalistas de Solidaridad.

Entre los ocho ministros sin cartera, figura como jefe del Comité Científico Andrzej Wiszniewski, que fue uno de los candidatos a jefe de gobierno.

Del Gabinete repiten Leszek Balcerowicz, Janusz Onyszkiewicz -Defensa- y Jacek Janiszewski -Agricultura- en los mismos cargos, mientras que a la ex primer Ministro Hanna Suchocka ha correspondido Justicia. EFE
ga-wm dlh

10/29/16-51/97

10

9714262

FB2496

U POXBT 10-31 00276
exg mun

POLONIA-GOBIERNO
PRIMER MINISTRO Y GABINETE JURARON LOS CARGOS

Varsovia, 31 oct (EFE).- El primer ministro polaco, Jerzy Buzek, y los ministros de su Gabinete juraron hoy, viernes, sus cargos ante el presidente de la República, Aleksander Kwasniewski, en una ceremonia celebrada a primera hora de la tarde en el Palacio de Namiestnikowski de Varsovia.

"Después de cuatro años vuelve un Gobierno de Solidaridad, que reafirma la tradición cristiana de nuestra nación y que aplicaremos en nuestra gestión", dijo Buzek, que preside el nuevo Gobierno de la coalición formada por el partido de centro Unión de la Libertad (UW) y la Acción Electoral de Solidaridad (AWS), bloque conservador vencedor de las elecciones del pasado 21 de septiembre.

De las 15 carteras ministeriales, seis son de la UW y nueve de la AWS, que entre sus ministros incluye a cuatro sindicalistas de Solidaridad.

Buzek consiguió formar el Gobierno tres días antes de cumplirse el plazo de dos semanas que le concede la nueva Constitución democrática, en vigor desde el pasado día 17.

A la fórmula oficial de juramento de lealtad al país y respeto a las leyes, tanto Buzek como la mayoría de ministros de la AWS añadieron: "con la ayuda de Dios".

Kwasniewski señaló que el éxito de Polonia radica en que pese a la sucesión de numerosos Gobiernos en poco tiempo, la línea política y las reformas han sido consecuentes.

El Primer Ministro manifestó que a su Gabinete le espera una gran tarea para integrar cuanto antes a Polonia en la OTAN y en la Unión Europea (UE).

La coalición decidió anoche que la presentación del Gabinete para someterse al voto de confianza del Parlamento y el discurso de Buzek con el programa de Gobierno será el próximo jueves o el viernes. EFE
ga/mar/ik

10/31/13-22/97

11-11

9714262

DOCUMENTO 9714263
TITULO REINO UNIDO:
110483
14/09/97
11616
107528
107466
11899
11164
11461
21981
MISION COMERCIAL URUGUAYA VISITA LONDRES para captar ~~BIRMINGHAM~~ inversiones

ECONOMIA

Ramos recibirá mañana la habilitación oficial de Japón a la carne uruguaya
• Página 16

Ministros de Economía del Mercosur participan en foro de marketing
• Página 15

NUEVA ACTIVIDAD ORGANIZADA POR EL INSTITUTO URUGUAY XXI

Mosca preside misión comercial a Londres

Acompañado de representantes de las cámaras empresariales, el ministro realizará el próximo jueves una exposición de la situación y perspectivas uruguayas ante potenciales inversores británicos

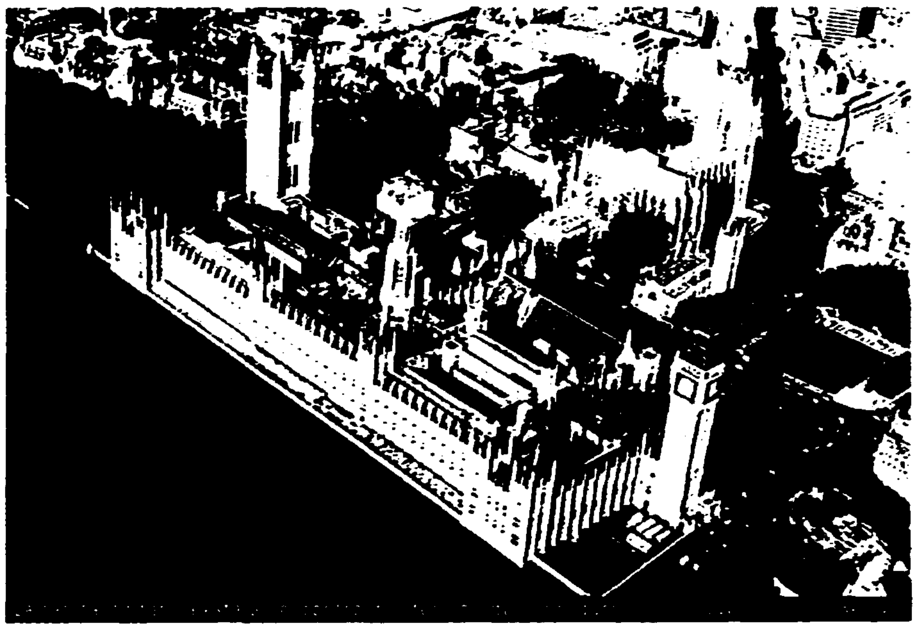
POR JUAN PABLO CORREA
DE LA REDACCIÓN DE EL OBSERVADOR

En el marco de una nueva ofensiva destinada a la captación de inversores extranjeros en el país, el ministro de Economía y Finanzas, Luis Mosca, viajó a Londres donde realizará una presentación sobre la situación de la economía uruguaya y la inserción del país en la región, acompañado de presidentes de cámaras empresariales, representantes de una quincena de firmas y autoridades del Banco República, el Instituto Nacional de Carnes y la Administración Nacional de Puertos.

El secretario de Estado realizará el próximo 16 una exposición sobre la situación y perspectivas de la economía uruguaya y su inserción en la región en el centro de convenciones Canning House de Londres.

La delegación uruguaya también visitará la ciudad industrial de Birmingham

La delegación uruguaya además de visitar la capital británica se desplazará a la estratégica ciudad de Birmingham, centro de radicación de las más importantes industrias británicas.



MISIÓN DE URUGUAY XXI

La misión es organizada por Uruguay XXI, el organismo creado por el gobierno el año pasado, que funciona bajo la presidencia ejecutiva de la directora de Comercio Exterior, Lilián Arbiza, y que tiene entre sus principales cometidos la tarea de promoción del comercio exterior uruguayo. Esta entidad está integrada además por las principales cámaras empresariales y los ministerios de Economía y Finanzas y Relaciones Exteriores.

El Instituto Uruguay XXI ya ha desarrollado otras acciones,ß también destinadas a incrementar las opciones de inversión de empresarios extranjeros en países como Sudáfrica y Japón, lugares a los que representantes oficiales han acompañado a empresarios facilitando los contactos a nivel público y privado.

Entre las empresas que integran la delegación se destacan Comercial Tacuarembó Limitada, Metzen & Sena, Paylana SA, United Distillers, Carrau y Cía, Parma Importaciones SA y Mayfer SA.

También viajaron al Reino Unido el presidente de la Cámara de Industrias, Diego Balestra, y el de la Cámara Nacional de Comercio, Ambrosio Bertolotti.

OFICINA EN LONDRES

Por su parte, Dante Buonomo y Carlos Barbé, directores del Banco República, realizarán sondeos respecto a la posibilidad de abrir una oficina de la entidad en Londres.

Buonomo dijo a *El Observador* que existe la firme intención de abrir una oficina que operaría con tres funcionarios y que tendría como cometido brindar apoyo a los exportadores uruguayos que operan en el mercado del Reino Unido.

Agregó que se pretende tambien con la oficina aumentar el contacto del banco con el mercado financiero europeo. No obstante, Buonomo indicó que no está previsto que esta nueva dependencia del BROU no realizará actividades en el mercado de cambios.

Los directores del BROU tratarán en Londres de confirmar la instalación de una agencia del banco

Por su parte, el vicepresidente de la Administración Nacional de Puertos, Augusto Montesdeoca, visitará en tres días idéntica cifra de puertos británicos y expondrá con datos la situación de los puertos uruguayos.

La representación viaja acompañada de integrantes de la Cámara de Comercio Uruguayo-Británica y de la embajada del Reino Unido en Montevideo, que han concertado una serie de entrevistas con varias decenas de firmas británicas.

BALANZA PARA URUGUAY

La balanza comercial bilateral es favorable a Uruguay. En 1996 las exportaciones uruguayas al Reino Unido llegaron a los US$ 86 millones.

De esta cifra US$ 42 millones correspondieron a ventas realizadas por frigoríficos, US$ 15 millones a textiles, US$ 12 a productos agrícolas y US$ 6 millones a ganado en pie.

El año pasado las compras de bienes británicos realizadas por importadores uruguayos llegaron a US$ 52 millones.

En los primeros cinco meses de 1997 las ventas uruguayas subieron un 15% en relación al mismo período de 1996 y las compras lo hicieron un 48%.

DESAYUNO DE TRABAJO

Al regreso de esta nueva misión en el exterior, el ministro Mosca tiene previsto realizar un desayuno de trabajo con representantes de empresas interesadas en realizar contactos con el Reino Unido con fines comerciales.

La gira londinense continuará en Alemania en la Feria de la Alimentación de Colonia

La delegación oficial uruguaya, más los titulares de las cámaras empresariales, tienen previsto continuar la gira en Alemania, donde participarán en la tradicional Feria Anual de la Alimenta-

CLAVES

- **NUEVA MISIÓN.** El ministro Luis Mosca viajó a Londres acompañado de los presidentes de la Cámara de Industrias y de Comercio para realizar el día 16 una presentación sobre la economía uruguaya.
- **SUCURSAL.** Paralelamente, directores del Banco República realizarán sondeos en relación a la posibilidad de abrir una oficina del banco estatal en la capital británica y el vicepresidente de ANP presentará la reforma portuaria uruguaya.
- **EMPRESAS.** Entre las empresas uruguayas que visitan Londres y la importante ciudad industrial de Birmingham se destacan Metzen & Sena, Paylana, Carrau y Cía y United Distillers.

01-01
9714263

ENTO 9714264
TULO REINO UNIDO: LA CONFERENCIA CON DE LA INDUSTRIA BRITANICA (CBI) ORGANIZA SEMINARIO EN ARG.
1500 90
08/09
1184 4399
50152 11078
66960 1461
XU6193
U ECOBT 10-07 00587
mun

R.UNIDO-ARGENTINA (Previsión)
CONFERENCIA DESTACA OPORTUNIDADES INVERSION EN ARGENTINA

Londres, 7 oct (EFE).- Las profundas reformas económicas emprendidas en Argentina y su presencia en el Mercado Común del Sur (Mercosur) hacen de ella un lugar atractivo para las inversiones británicas, se destacó hoy, martes, en un seminario organizado por la Confederación de la Industria Británica (CBI).

La conferencia, titulada "Argentina: oportunidades comerciales en una economía regional", contó con la intervención del ministro argentino de Relaciones Exteriores, Guido di Tella, y el titular de Economía, Roque Fernández.

Por parte británica asistieron destacados representantes del nuevo Gobierno laborista, como el secretario de Estado del Tesoro, Alistair Darling, y el presidente de la CBI, Colin Marshall.

Al hacer la presentación, Marshall destacó el buen crecimiento de la economía en América Latina, por lo que Argentina presenta unas condiciones idóneas para atraer al inversor del Reino Unido, cuya presencia en la nación sudamericana ocupa el septimo lugar, después de Italia, Francia, Chile, Canadá, España y Estados Unidos.

Las oportunidades de inversión en Argentina se ven favorecidas por la mejora en las relaciones diplomáticas entre los dos países desde que éstas fueron restablecidas en febrero de 1990, interrumpidas hasta entonces por la guerra de las islas Malvinas, que enfrentó a argentinos y británicos en 1982.

En tal sentido, el canciller argentino subrayó el deseo de su país de mejorar aún más estas relaciones, con intercambio de visitas de destacados ministros de ambos Gobiernos.

Di Tella se refirió en particular al trauma que supuso en su país la hiperinflación de finales de los años ochenta, por lo que ahora, añadió, la "gente tiene alergia a la inflación" y el país está comprometido con la estabilidad económica.

También subrayó que Argentina se presenta atractiva por ser miembro del Mercosur, el mercado común más importante del cono sur, y porque América Latina "es vista en todo el mundo con otros ojos" en comparación con los años setenta.

Por su parte, el ministro argentino de Economía, Roque Fernández, hizo en la conferencia una panorámica de los cambios puestos en práctica desde la llegada al Gobierno del presidente de Argentina, Carlos Menem, en 1989.

En tal sentido, Fernández dijo que se desreguló la economía, ya que había una gran intervención estatal, se liberalizó el comercio, se dió luz verde a la reforma de la seguridad social, hubo una reforma monetaria con el plan de convertibilidad, por la que un peso equivale a un dólar, se dió independencia al Banco Central, y se puso en práctica el plan de privatizaciones.

En opinión del secretario argentino de Minería e Industria, Alieto Guadagni, el sector minero tendrá a finales de los años noventa un gran interés para los extranjeros, ya que se han establecido leyes que favorecen la inversión.

Por parte argentina también participaron el secretario de Industria, Comercio y Minería, Alieto Guadagni, el embajador argentino en Londres, Rogelio Pfirter.

Desde 1994, dos años después de que Argentina y el Reino Unido reanudaran sus relaciones diplomáticas, las inversiones británicas crecieron considerablemente.

Ese año, las inversiones británicas se situaron en los 434 millones de dólares; en 1995 fueron de 430 millones de dólares, en 1996 ascendieron a los 652 millones de dólares y para el periodo 1997-2001 se calcula que llegarán a los 1.767 millones de dólares, según datos facilitados por la CBI.

Es especialmente destacable el número de bancos británicos con representación en Argentina, como Barclays Bank, Couttz Bank, Midland Banck, Standard Chatered Banck y West Merchant Bank Limited, según la misma fuente.EFE

vg/jmi/dv

10/07/15-19/97

01-02

9714264

Reunión con la Confederación Británica de la Industria

Fernández busca una cumbre Mercosur-UE

El posible acontecimiento, que abarcaría temas económicos, fue tratado por el ministro en la entrevista que mantuvo con su par británico, Gordon Brown

Por Graciela Iglesias
(Corresponsal en Europa)

LONDRES.- Durante su encuentro con su par británico Gordon Brown, Roque Fernández analizó ayer las perspectivas de una relación más estrecha entre el Mercosur y la Unión Europea, especialmente teniendo en cuenta que los dos países tendrán las presidencias rotativas de las uniones aduaneras en el primer semestre de 1998.

Fernández indicó que las cancillerías argentina y británica se encuentran a la búsqueda de realizar en Londres "una cumbre económica" con el auspicio de los dos bloques comerciales.

El titular del Palacio de Hacienda dijo, en tanto, haber revisado con Brown los programas de cooperación bilateral, entre ellos los contactos que mantiene desde 1992 el Banco Central argentino con el Banco de Inglaterra.

Negó que la Argentina vaya a seguir por el momento el camino trazado por Gordon Brown, quien cedió al Banco de Inglaterra el control directo de las tasas de interés.

"Nuestra relación con el Central británico ya ayudó a que reestructuráramos nuestras reglas y regulaciones -recordó el ministro-, de la misma forma que lo hicieron las sugerencias que recibimos de la Reserva Federal y del Bundesbank."

"Y hay que destacar estos vínculos, porque cuando estuvimos en medio de una crisis como la del tequila, estas instituciones pudieron explicar a la comunidad internacional qué tipo de sistema bancario tenemos en la Argentina", agregó.

Temores británicos

Fernández, en tanto, reconoció la inquietud de los inversores ingleses por el crecimiento del déficit de la cuenta corriente de la balanza de pagos de nuestro país, pero dijo contar con un plan para reducir gastos en caso de agudizarse este problema.

"Hemos colocado una cláusula de contingencia en el presupuesto donde, de subir el déficit de cuenta corriente a un nivel más alto del 3 por ciento del producto bruto interno (PBI), podríamos posponer algunas obras públicas. Esto lo hemos escrito en el presupuesto y forma parte del acuerdo firmado con el FMI", dijo Fernández.

En la edición de ayer, LA NACION había adelantado las inquietudes de varios operadores de la City londinense, que veían en el déficit de la cuenta corriente la única debilidad de una economía que, en general, consideran sana.

Cuando, al término de su alocución en la Confederación Británica de la Industria, se consultó al ministro sobre el particular, lejos de negarlo, confirmó la existencia de una "mala impresión".

"Sí, es cierto. Usted está totalmente acertada -indicó a LA NACION Fernández-. El Fondo Monetario Internacional (FMI) también está preocupado por ese tema".

El ministro señaló, sin embargo, que no creía que esto fuese un problema, "porque hay un enorme caudal de ingresos de capital en la Argentina, pero sé que mucha gente en la City (londinense) parece recibir una muy mala señal por la gran medida del déficit".

Explicó que esta situación se debe "a que muchas decisiones en los años 95 y 96 fueron pospuestas porque muchos empresarios querían ver qué pasaba con la economía argentina. Creo que el porcentaje de crecimiento de las importaciones terminará siendo hacia el año 2000 de entre 10 y 15 por ciento y no el 24 por ciento que estamos viendo ahora".

Finalizó diciendo que el Gobierno seguiría la situación "muy de cerca" y que tomaría medidas "de ser necesario".

Inversiones

El titular de Hacienda indicó que se congelarían inversiones por 400 millones de dólares de cumplirse ese escenario y, si bien evitó mencionar qué obras quedarían paralizadas, aclaró que "no vamos a dejar ningún puente a medio construir, pero sí pararemos aquellos a los que todavía no les pusimos el primer ladrillo".

Sobre la posibilidad de que se coloque un impuesto a los combustibles (en particular a la gasolina) a instancias del Fondo Monetario Internacional, Fernández negó terminantemente que esto vaya a ocurrir, por más que confirmó que un equipo del organismo internacional así lo sugirió durante una visita a Buenos Aires hace dos meses.

"También se habló de la posibilidad de incrementar los impuestos para financiar la construcción de caminos y de vincular el aumento de los salarios de los maestros, entre otras cosas -indicó-. Pero no hay nada de eso en nuestros planes y mucho menos un impuesto a la gasolina".

Fernández no descartó, sin embargo, que se vayan a hacer cambios en la política fiscal, pero advirtió que esto ocurrirá "tras discutirlo con el Congreso, quizás en 1998" y que esas modificaciones no se aplicarán hasta 1999.

Oportunidades y patentes

Para sorpresa de muchos, el jefe de la Tesorería británica, Alistair Darling, instó a sus compatriotas a invertir en nuestro país reconociendo que, en comparación con los EE.UU. y otras naciones europeas, Gran Bretaña había sacado un tímido provecho de las privatizaciones.

"Yo urjo a quienes aún no han invertido en la Argentina a hacerlo de inmediato -señaló el ministro-. Porque la ventaja está para el que llega primero y no para el que busca lo que queda más tarde".

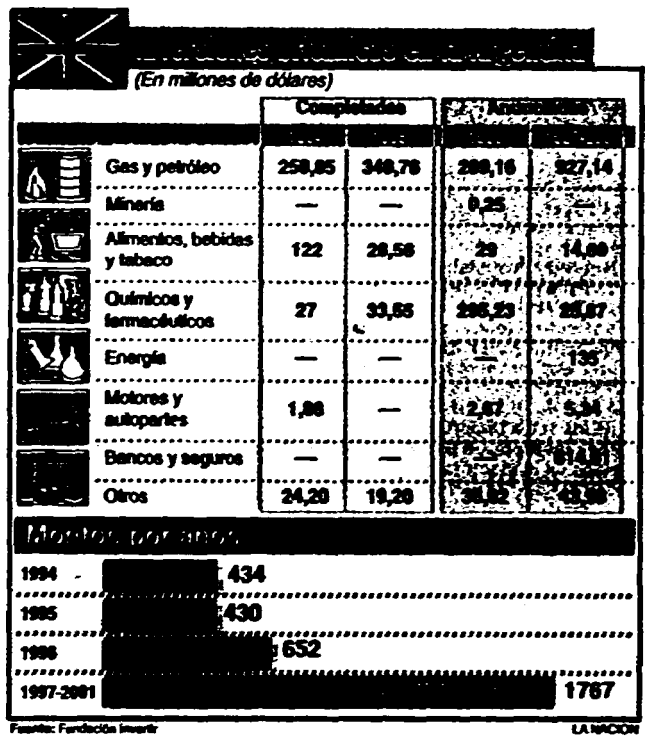
También abundaron los elogios de boca del ministro de Comercio, lord Clinton-Davis, quien destacó que nuestro país es el segundo más importante para los británicos en materia de inversiones en América latina, después de Brasil.

Patentes

Esto no impidió, sin embargo, que expresara la preocupación de su gobierno por la ley de patentes imperante en nuestro país alineándose así por completo con la posición mantenida hasta ahora por EE.UU.

"Yo creo que es necesario ser francos. Si bien respetamos los intentos del gobierno argentino por tener en cuenta las reglamentaciones de la Organización Mundial del Comercio, el actual borrador de legislación que se encuentra en el Congreso no responde a esas necesidades", advirtió.

"No quiero parecer un exagerado, pero creo que, de contar con una ley más apropiada, un gran número de empresarios británicos se sentirían más alentados", dijo Darling.



Inversiones en suba

Las inversiones de empresas del Reino Unido en la Argentina para el período 1997-2001 alcanzarán un monto global que superará los U$S 1767 millones.

Esta cifra surge de un informe realizado por la Fundación Invertir, que detalla que durante 1996 el monto de inversiones británicas fue un 51 por ciento superior al de 1995, y que en el período comprendido entre 1994 y el año 2001 el total superará los 3283 millones de dólares.

En el sector energético se han concretado anuncios que prometen un mayor desarrollo. Shell Argentina invertirá casi 1000 millones de dólares en sus operaciones argentinas durante el período 1996-2001; British Gas lleva desembolsados U$S 231 millones, y Babcock Energy LTD prometió inversiones por 135 millones de dólares en el período 1997-1999.

Otro sector que ha recibido una gran afluencia de inversiones fue el bancario, donde el Hong Kong & Shanghai Banking adquirió el Roberts SA de Inversiones en una suma cercana a los U$S 600 millones.

También el área de químicos goza de un presente fructífero. El monto total de inversiones proyectado por la empresa ICI PLC es de 311,5 millones de dólares por desembolsar entre 1995 y el año 2001.

Los capitales británicos también miran la industria alimentaria local. En 1994, Cadbury Schweppes compró el 80% de Stani en U$S 80 millones y en 1995 invirtió 20 millones de dólares en su nueva planta de chocolates.

LN 0810

02-02

9714264

Nº DOCUMENTO 9714265
TITULO REINO UNIDO: CONVERSACIONES DE PAZ CON EL SINN FEIN
PERTENENCIA 110090
FECHA DE [illegible] 2/1097
CIRCULACIONE 11876 SIS 432
50759
66196
51471
11879
01-22
9714265

La difícil paz: *Tropas británicas en Belfast, en 1969*

IRLANDA DEL NORTE

Por fin están hablando

Las conversaciaciones multilaterales y sus resultados

LAS NEGOCIACONES MULTILATERALES sobre el futuro de Irlanda del Norte comenzaron finalmente esta semana, congregando por primera vez a enconados enemigos. Cinco minutos antes del comienzo de la reunión, una bomba de 180 kilos estalló en una aldea de mayoría protestante. Los agentes de seguridad culparon al "Consejo del Ejército de Continuidad", un facción separada que se opone a la tregua del Ejército Republicano Irlandés (IRA). Tras una ansiosa demora, los Unionistas de Ulster, el partido protestante más importante, accedió de mala gana a participar en las conversaciones, que también incluyen al Sinn Fein, brazo político del IRA. Los bandos están profundamente divididos. Los nacionalistas, en su mayoría católicos romanos, quieren en última instancia unirse al resto de Irlanda, mientras que la mayoría de los protestantes insiste en continuar unida a Gran Bretaña. Un vistazo a la gente, los asuntos y las perspectivas:

LOS ACTORES PRINCIPALES

LOS NACIONALISTAS (extremistas son los "republicanos"): el líder de Sinn Fein, Gerry Adams, que comprometió a su organización a la no violencia; y John Hume, dirigente del Partido Social Democrático y Partido Laborista.

LOS UNIONISTAS: David Trimble, líder de los Unionistas de Ulster, dijo que participaría en las conversaciones sólo para poner de manifiesto el "carácter facista" de los dirigentes nacionalistas de línea dura del Sinn Fein. El dirigente del Partido Unionista Democrático, Ian Paisley, predicador que boicotea las conversaciones, y el jefe del Partido Unionista Progresivo, David Ervine, quien representa a algunos de los grupos paramilitares protestantes más temidos.

GRAN BRETAÑA: la secretaria de Irlanda del Norte, Mo Mowlam, quien dice que "el *statu quo* no es una opción".

IRLANDA: El ministro de Relaciones Exteriores, Ray Burke, un nacionalista a la antigua que busca la unidad irlandesa mediante el consentimiento de una mayoría en Irlanda del Norte.

ESTADOS UNIDOS: El presidente George Mitchell, ex jefe de la mayoría del Senado de Estados Unidos, cuya tenaz mediación ha mantenido al proceso con vida.

LOS PUNTOS DIFÍCILES

EL DECOMISO DE LAS ARMAS. Los gobiernos de Gran Bretaña e Irlanda crearon un equipo para supervisar la destrucción de las armas terroristas, en poder tanto de católicos como de protestantes. El IRA dice que entregará sus armas sólo cuando las partes logren una solución política obligatoria para todos; los unionistas sostienen que no van a acordar nada hasta que el IRA entregue parte de su arsenal.

LA UNIDAD IRLANDESA. Los unionistas quieren preservar, e incluso fortalecer los vínculos de Ulster con Gran Bretaña. El Sinn Fein quiere dar a la República de Irlanda una voz más decisiva en los asuntos de la provincia, hasta que Gran Bretaña se retire y se logre la unidad irlandesa.

LA CONTINUIDAD DEL IRA: Aunque se cree que el grupo está demasiado debilitado para sostener una campaña terrorista significativa, todavía puede causar problemas, como lo hizo la semana pasada. Los unionistas sospechan que no podría operar sin un cierto apoyo tácito del IRA. ■

02
9714265

EF8055

R POXBT 10-02 00403
exg mun

ULSTER-PAZ
LIDER UNIONISTA DESCONFIA DE EVOLUCION PROCESO NEGOCIADOR

Brighton (R. Unido), 2 oct (EFE).- El líder del Partido Unionista del Ulster (UUP), David Trimble, expresó hoy, jueves, su desconfianza acerca de una evolución favorable del proceso negociador para Irlanda del Norte.

En declaraciones a la prensa durante un descanso de las sesiones de la Conferencia anual del Partido Laborista británico, a la que asiste como observador, Trimble afirmó que "es difícil ver cómo se puede obtener un resultado positivo del proceso actual debido a la manera en que se está construyendo".

"Soy realista sobre esta cuestión. Uno se tiene que preguntar cuáles son las perspectivas para un acuerdo que implique a todos los partidos (presentes en el proceso negociador) y creo sinceramente que tales perspectivas no son muy altas", manifestó Trimble.

Los partidos políticos británicos implicados en el proceso de paz para el Ulster comienzan a partir del próximo lunes en el castillo de Stormont de Belfast una serie de negociaciones sustanciales bajo la presidencia del ex senador estadounidense George Mitchell.

Hace algo más de una semana, el Partido Unionista del Ulster y sus aliados, el Partido Democrático del Ulster (UDP) y el Partido Unionista Progresista (PUP), accedieron, tras largos debates internos, a sentarse ante la misma mesa de negociación en la que estarán los representantes del Sinn Fein, brazo político de la banda terrorista IRA.

Sin embargo, el Partido Unionista Democrático (DUP, radical), del reverendo Ian Paisley, y los Unionistas del Reino Unido (UKU), de Robert McCartney, reafirmaron su decisión de no acudir al proceso negociador, pese a las gestiones realizadas sobre todo por la ministra británica para Irlanda del Norte, Mo Mowlan.

En sus declaraciones a la prensa, Trimble indicó que su formación estará en Stormont "para ver cómo podemos avanzar en nuestro objetivo: reforzar la unión, compensar el déficit democrático y velar porque los derechos del pueblo de Irlanda del Norte se protejan adecuadamente".

"Perseguiremos estos objetivos durante todo este proceso, o en otro, o bajo cualquier otra circunstancia", subrayó Trimble, quien insistió en que "no querría alimentar esperanzas (...); sería una crueldad si esas esperanzas se desvanecen".

"Las conversaciones son un medio para llegar a un fin. Estamos muy comprometidos con el proceso político y esperamos con ansia ver si hay algún resultado positivo de la totalidad del proceso, pero no hay nada sagrado en el actual proceso de conversaciones", manifestó Trimble. EFE

fpa/ep/mlr

10/02/15-32/97

9714265

03

FB1588

R POXBT 10-04 00317
mun exg

ULSTER-PAZ
TRIMBLE AUSENTE APERTURA NEGOCIACIONES POR VIAJE EEUU

Londres, 4 oct (EFE).- El líder del Partido Unionista del Ulster, David Trimble, viajó hoy, sábado, a EEUU, y no podrá asistir al inicio, previsto para el próximo 7 de octubre, de las negociaciones sobre el futuro de la provincia británica de Irlanda del Norte.

Fuentes de su partido en Belfast restaron hoy importancia al hecho de que Trimble no se encuentre en la mesa de negociaciones cuando éstas comiencen, justo 16 meses después de haber sido acordada su celebración.

"El próximo martes es sólamente el inicio de un largo proceso", afirmaron.

Trimble viajó a EEUU acompañado de sus adjuntos John Taylor y Jeffrey Donaldson, ambos diputados del Parlamento de Westminster.

El acto más destacado de esta visita a Estados Unidos será la reunión que mantendrá en la Casa Blanca, el 6 de octubre, con destacados miembros de la Administración Clinton.

También podría tener lugar un encuentro con el propio presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, aunque este extremo no está confirmado.

Trimble se dirigirá también el próximo día 6 en Washington a los miembros del Club Nacional de Prensa, y se reunirá con congresistas y miembros del subcomité de relaciones internacionales del Senado.

Un día después, Trimble y sus acompañantes mantendrán conversaciones con representantes del Departamento de Estado y el Comité Internacional de la Cámara de Representantes.

Según Donaldson, además de explicar la posición unionista en el proceso de paz, "aprovecharemos la ocasión para equilibrar la propaganda del Sinn Fein dirigida a Washington y presentar una positiva imagen del unionismo".

Un portavoz del Sinn Fein (brazo politico del IRA, Ejército Republicano Irlandés) en Belfast manifestó hoy que a su formación no le preocupa la ausencia de Trimble de la mesa de negociaciones.

"Esperamos que mientras David Trimble está en EEUU, la gente le presione para que participe en las negociaciones y permita que funcionen", añadió. EFE
PC/rml/pgl

10/04/15-15/97

04

9714265

XD2694

U FOXBT 10-07 00628
mun exg icx

ULSTER-PAZ (Previsión)
LAS CONVERSACIONES DE PAZ ENTRAN EN SU ETAPA CRUCIAL

Belfast (R. Unido), 7 oct (EFE).- Las conversaciones multipartitas de paz sobre el futuro del Ulster, que se renudan hoy martes en Belfast, entran en una etapa crucial con la presencia tanto de unionistas como de nacionalistas.

Después de 16 meses de preámbulos, por primera vez desde el nacimiento de la República de Irlanda y la creación de Irlanda del Norte, los unionistas y los republicanos se sientan cara a cara para debatir el futuro de la provincia británica.

Hasta ahora y desde su comienzo, en junio del año pasado, las negociaciones se habían detenido en cuestiones de procedimiento.

Los distintos partidos acuden a dialogar habiendo dejado claro que no darán su brazo a torcer, fácilmente, y mientras los nacionalistas del Sinn Fein reiteran su intención de lograr el fin del mandato británico, los unionistas se declaran dedididos a mantener la provincia bajo soberanía del Reino Unido

En los últimos días, la polémica ha rodeado al Sinn Fein, brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA), en las conversaciones, en particular después de que el "número dos" de esta formación, Martin McGuinness, dijera este fin de semana que su grupo no iba a permitir que se "consolide la partición de la isla".

El líder del Partido Democrático del Ulster (UDP), Gary McMichael, al que se relaciona con los grupos paramilitares protestantes, declaró que en estas negociaciones al Sinn Fein "se le arrastrará grite o patalee" a la realidad.

"Desde luego mi partido no está en estas conversaciones para que el Sinn Fein nos saque fuera de la Unión", manifestó antes de reconocer que los unionistas en la mesa cuentan con un "pesado deber", hecho aún más difícil por la ausencia de formaciones como el Partido Democrático Unionista (DUP), del reverendo Ian Paisley, o los Unionistas del Reino Unido (UKU).

La principal formación unionista, el Partido Unionista del Ulster (UUP), sí estará presente después de varias semanas de incertidumbre, aunque su líder, David Trimble, no encabezará la delegación al encontrarse en Washington.

A su llegada al castillo de Stormont en Belfast, donde se desarrolla el diálogo por la paz, McGuinness expresó su esperanza en que éste pongan fin al conflicto de la isla y en que "pueda haber un acuerdo democrático".

John Alderdice, líder del Partido de la Alianza, que pretende levantar puentes entre unionistas y republicanos, instó a todas las formaciones presentes a dejar de un lado los intereses de partido y a negociar.

Alderdice expresó su satisfacción porque, aúnque ha llevado mucho tiempo, el diálogo va a entrar en una etapa crucial.

Las conversaciones que comienzan hoy se llevarán a cabo en tres áreas. En la primera de ellas se intentará fijar una estructura interna para Irlanda del Norte, con la participación de los partidos que asisten al diálogo y el Gobierno británico, pero no el irlandés.

En el área segunda, todos los presentes en la mesa de negociaciones, incluidos los Gobiernos de Londres y Dublín,

05

9714265

debatirán las relaciones entre el Ulster y la República de Irlanda.

El área tercera albergará sólo a los Gobiernos de Irlanda y el Reino Unido, que debatirán un nuevo acuerdo entre sus países.

A lo largo de la primera jornada los partidos se limitarán a presentar sus posiciones y no se espera nigún tipo de progreso.

En declaraciones a la prensa, el secretario de Estado para Irlanda del Norte, Paul Murphy, advirtió ayer que el Gobierno británico "no espera milagros" de estas conversaciones y señaló que queda por delante "un arduo camino" para llegar a un acuerdo.

El diálogo multipartito debe finalizar en mayo del año que viene con un acuerdo sobre el Ulster que se someterá a referéndum en la provincia.

Entre las delegaciones presentes en Stormont existe la creencia de que será necesario más tiempo, algo que el Gobierno del primer ministro laborista británico, Tony Blair, puede conceder si se producen signos reales de progreso. EFE

mv/mcd/pq

10/07/11-47/97

EA5749

R POXBT 10-07 00111 06
mun exg icx

9714265

IRLANDA DEL NORTE TONY BLAIR NO ESTUVO PRESENTE EN LA PRIMERA JORNADA DE TRABAJO

Viejos enemigos retoman diálogo de paz

Los republicanos (católicos-minoritarios) y los unionistas (protestantes-mayoritarios) del Ulster se sentaron a la mesa de negociaciones en Stormont por primera vez desde 1921

Los viejos enemigos católicos y protestantes iniciaron ayer unas conversaciones de paz para tratar de poner fin a un conflicto de 28 años en Irlanda del Norte y a tres cuartos de siglo sin diálogo.

Por primera vez desde que la isla fue dividida en 1921, los líderes unionistas y nacionalistas se sentaron a la misma mesa en busca de vías que los conduzcan a la paz.

"Creo que el primer encuentro fue un éxito. La atmósfera era de negocios y trabajo, y no hubo expresiones de confrontación", declaró a la prensa el ministro británico para la región, Paul Murphy.

En las tres reuniones de ayer se discutieron respectivamente la reforma institucional necesaria para un gobierno autónomo en el Ulster, las relaciones entre el Ulster y la República de Irlanda y las relaciones entre el gobierno de Londres y Dublín.

El primero de los encuentros contó con la presencia, además de las partes, del representante del gobierno británico. El representante de Dublín, el ministro de Justicia John O'Donoghue, participó de la tercera reunión.

El primer ministro británico, Tony Blair, no estuvo presente, a diferencia de la reunión que marcó el lanzamiento de las conversaciones en junio pasado.

TRIMBLE DE GIRA

Tampoco acudió a la cita el líder de los unionistas, David Trimble, quien está en medio de una gira por Estados Unidos para contrarrestar "la campaña promocional" del Sinn Fein, brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA), según explicó el negociador unionista Steven King.

En varias ocasiones anteriores el líder del Sinn Fein, Gerry Adams, viajó a Estados Unidos en busca de apoyo económico y político de la comunidad irlandesa en ese país.

Trimble expresó, en entrevista con la cadena CNN, que es necesario un alto el fuego definitivo en Irlanda del Norte, "algo que hasta ahora el Sinn Fein y el IRA no han discutido".

Por su parte, Martin McGuinness, número dos del Sinn Fein, dijo que "la política británica es la raíz del conflicto en nuestro país y por tanto el asunto a discutir en estas negociaciones". *(En base a Reuter y AP)*

"Matar a 600 personas" para terminar con el IRA

El diputado conservador Alan Clark, conocido por sus salidas de tono, afirmó ayer que bastaría con "matar a 600 personas" de una sola vez para deshacerse del paramilitar Ejército Republicano Irlandés (IRA).

Durante un debate, coincidiendo con el congreso de su partido en Blackpool (norte de Inglaterra), sobre el mejor medio para solucionar el problema del IRA, Clark afirmó que "la única solución es matar a 600 personas en una sola noche y después dejar que las Naciones Unidas, Bill Clinton y el resto hagan una escena y habríamos acabado con el tema por los próximos 20 años".

Ayer comenzaron en Stormont cerca de Belfast, en el Ulster, las conversaciones multilaterales sobre el futuro de la región, en las que participa el Sinn Fein, brazo político del IRA. *(AFP)*

07 9714265

Negocian la paz en Irlanda del Norte

Progreso: el ministro británico para el Ulster fue optimista sobre las conversaciones, en las que también participó el Sinn Fein.

BELFAST, 7 (Reuter).- Protestantes y católicos iniciaron hoy conversaciones de paz para tratar de poner fin al conflicto que hace 28 años los enfrenta en Irlanda del Norte.

Por primera vez, desde que la isla fue dividida en 1921, los líderes unionistas y nacionalistas se sentaron a la misma mesa en busca de vías que los conduzcan a la paz.

"No hay dudas de que hoy se realizaron progresos", dijo el ministro británico para Irlanda del Norte, Paul Murphy, al concluir la primera de lastres sesiones programadas, donde se trataron cuestiones de política interna en de la provincia.

"Creo que el primer encuentro fue un éxito. No hubo expresiones de confrontación. Fue una reunión en la que, de ningún modo, reinó el rencor", declaró Murphy a la prensa.

El partido Sinn Fein, brazo político del IRA, manifestó a los críticos extremistas en la reunión que perseguía una "Irlanda Unida", pero que estaba dispuesto a escuchar las propuestas de sus oponentes.

"Consideramos que la política británica es la raíz del conflicto en nuestro país y por lo tanto es el asunto por discutir en estas negociaciones", expresó Martin McGuinness.

La presencia del Sinn Fein en las reuniones contribuyó a que el Partido Democrático Unionista (DUP), del reverendo Ian Paisley y el partido Unionistas del Reino Unido (UKU) hayan abandonado las conversaciones.

Por su parte, Gary McMichael, líder del Partido Democrático de Ulster, ala política de la proscripta Asociación de Defensa de Ulster, dijo que 30 años de "agresiones republicanas" no han podido obligar al territorio a fundirse a la República de Irlanda.

"Está claro que la mayoría del pueblo de Irlanda del Norte considera que la unión (a Gran Bretaña) es el mejor camino para todos en general", planteó McMichael en su propuesta.

Peligro en las sombras

Aunque los grupos militantes rivales acatan una tregua, otros más extremistas operan en las sombras.

En un recordatorio del tipo de violencia que desde hace años domina la provincia, Jeffrey Donaldson, uno de los principales negociadores unionistas, recibió un paquete-bomba que la policía pudo desactivar.

Las negociaciones multipartidarias finalizarán en mayo de 1998 con un acuerdo sobre el Ulster que se someterá a referendum en la provincia.

LN 08/10

9714265

08

XQ1991

R POXBT 10-10 00264
MUN EXG ICX

ULSTER-PAZ
BLAIR: AUN QUEDA UN LARGO CAMINO EN EL PROCESO DE PAZ

Londres, 10 oct (EFE).- Aún queda "un camino muy largo por recorrer" en el proceso de paz sobre el futuro de Irlanda del Norte, afirmó hoy, viernes, en Estrasburgo el primer ministro británico, Tony Blair.

Blair, quien se encuentra en Estrasburgo para participar en la cumbre del Consejo de Europa, se reunió hoy con su homólogo irlandés, Bertie Ahern, para analizar el proceso de paz en el Ulster.

En declaraciones a los medios británicos tras la entrevista, el primer ministro británico expresó su satisfacción por que los delegados unionistas y nacionalistas se hubieran sentado a dialogar para lograr un acuerdo político sobre el futuro de la provincia.

"La historia nos enseña a ser cautelosos acerca de Irlanda del Norte pero estamos dedicándole toda nuestra energía y compromiso porque creemos que está ahí y tenemos que aprovechar esta oportunidad", reiteró Blair.

Por su parte, el jefe de Gobierno irlandés describió su conversación con Blair como "excelente".

La reunión de hoy es la primera que ambos ministros celebran desde que comenzó esta semana la fase crucial de las conversaciones multipartitas de paz en Belfast, a la que por primera vez concurren representantes del Sinn Fein (brazo político del Ejército Republicano Irlandés) junto a delegados unionistas.

"Creo que existe un claro entendimiento entre los Gobiernos irlandés y británico acerca de que queremos ver avanzar en el proceso de paz. Estamos complacidos con los progresos obtenidos hasta ahora, pero queda un camino muy largo por delante y por supuesto cada paso es delicado", explicó Blair. EFE

mv/gr/ddp

10/10/16-32/97

97142 65

09

DP5895

U POXBT 10-12 00594
icx MUN

ULSTER-PAZ (Previsión)
EL PRIMER MINISTRO BRITANICO SE REUNIRA CON ADAMS EN STORMONT

Londres, 12 oct (EFE).- El primer ministro británico, Tony Blair, se desplazará mañana a Belfast para asistir a la nueva ronda de conversaciones de paz sobre el Ulster, donde se reunirá por primera vez con el líder del Sinn Fein, Gerry Adams.

Según fuentes de las negociaciones de paz, Blair podría estrechar la mano de Adams, la primera vez en los tiempos modernos en que un primer ministro británico lleve a cabo un gesto similar con un líder del brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA).

Blair dialogará con los delegados de los principales partidos representados en las conversaciones de paz, que se celebran en el castillo de Stormont, en Belfast y, según las fuentes, el primer ministro está decidido a tratar a Adams igual que al resto.

No obstante, el Gobierno pretende no agitar las iras de los diputados unionistas, pro británicos, y evitará que cualquier posible apretón de manos con Adams se produzca en público.

La principal formación unionista, el Partido Unionista del Ulster (UUP), liderada por David Trimble, se sumó a las conversaciones multipartitas, cuya fase sustantiva se abrió el pasado septiembre, sólo a regañadientes, después de que se conociera que el Gobierno británico autorizaba la integración del Sinn Fein en el proceso de paz.

El Sinn Fein recibió la autorización después de que el IRA anunciara el pasado 19 de julio un alto el fuego.

La decisión final de Trimble de entrar en las conversaciones fue acogida con enfado por un gran sector del UUP, que podrían aprovechar la reunión entre Blair y Adams para volver a exigir el abandono del proceso de paz.

Según las fuentes, hasta tal punto está preocupada la oficina del primer ministro en Downing Street por evitar suspicacias entre los unionistas que la visita de Blair se aplazó a esta semana pese a haber estado prevista para la anterior.

El aplazamiento se produjo después de que los funcionarios británicos se dieran cuenta de que Trimble no iba a estar en las negociaciones la semana pasada por encontrarse en Washington, donde se reunió con el presidente estadounidense, Bill Clinton.

Blair, según las fuentes, espera que sus reuniones con los partidos norirlandeses contribuya a impulsar el proceso de paz, en un clima de optimismo después de que la semana pasada se lograran progresos.

Un portavoz del Sinn Fein afirmó ayer que aunque esta formación no había recibido información por anticipado acerca de una posible reunión con el primer ministro, si se confirmaba que Blair iba a dialogar con los partidos en Stormont ellos también esperaban estar presentes.

"No veo razón para creer otra cosa", informó el portavoz de Gerry Adams.

La decisión de Blair de reunirse con el líder del Sinn Fein ha recibido ya los primeros ataques de los diputados conservadores, cuyo portavoz para Irlanda del Norte, Andrew Mackay, calificó la medida de "prematura, por decir lo mínimo".

Según Mackay, el Sinn Fein aún debe probar sus intenciones democráticas, ya que el alto el fuego del IRA lleva relativamente poco tiempo en vigor.

"Quisiera recordarle a Blair que el presidente Clinton le estrechó la mano a Adams en Belfast y poco después el (anterior) alto el fuego se acabó con la bomba en los 'Docklands' de Londres", el 9 de febrero de 1996", puntualizó el portavoz.

El líder del Partido Liberal Demócrata, Paddy Ashdown, afirmó que Blair "tiene razón" en estrecharle la mano a Adams si está convencido de que el líder del Sinn Fein ha rechazado sinceramente la violencia.

Las conversaciones multipartitas, con la presencia de representantes unionistas y del Sinn Fein, deben finalizar el próximo mayo con un acuerdo sobre el Ulster que se someterá a referéndum en la provincia. EFE

mv/tcr/jmc

10/12/14-55/97

10

9714265

.XW7917

U FOXBT 10-13 00643
mun exg

ULSTER-PAZ (Previsión)
"CLIMA CONSTRUCTIVO" EN REUNION ENTRE TONY BLAIR Y GERRY ADAMS

Belfast (R. Unido), 13 oct (EFE).- La histórica reunión mantenida hoy, lunes, entre el primer ministro británico, Tony Blair, y el líder del Sinn Fein, Gerry Adams, se desarrolló en un "clima constructivo", según afirmó la oficina del jefe de Gobierno, Downing Street.

La reunión es la primera que se celebra entre un primer ministro británico y un líder del Sinn Fein, brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA), desde 1921, con la independencia de Irlanda.

La conversación en el castillo de Stormont (Belfast), se prolongó durante quince minutos y Blair, como se había anunciado, estrechó la mano de Adams, aunque no se permitió el acceso de las cámaras para inmortalizar el momento.

Blair se había desplazado a Stormont, sede de las negociaciones de paz sobre el futuro del Ulster, para reunirse con todas las partes implicadas en el proceso de paz.

Al abandonar el edificio, el primer ministro afirmó que se había registrado un "progreso genuino" de cara al logro de un acuerdo de paz duradero.

Según Blair, todas las partes implicadas en las negociaciones muestran "un alto grado de puntos comunes", por lo que si existe buena voluntad entre todas las partes no hay razón por la que no se pueda llegar a un acuerdo.

A todos ellos, reveló, les había insistido en que "todos los que están aquí deben estar comprometidos con el principio de la no violencia. Cualquiera que se aparte de este principio no estará en estas conversaciones".

Blair evadió confirmar si había estrechado la mano de Adams durante su conversación con el líder del Sinn Fein, al afirmar que "le traté como trataría a cualquier otro ser humano. Lo que es importante en la situación de Irlanda del Norte es que nos tratemos los unos a los otros como seres humanos".

Posteriormente, Downing Street confirmó que el histórico apretón de manos se había producido y Blair había estrechado también la mano del jefe de la delegación del Sinn Fein en Stormont, Martin McGuinness.

Por su parte, Adams expresó su esperanza en que el proceso de paz conduzca a una Irlanda unida y Blair sea el último primer ministro británico con jurisdicción sobre el Ulster.

Con anterioridad, Adams había descrito las conversaciones como "la mejor oportunidad para la paz y para lograr la justicia y la libertad".

Aunque el Gobierno británico había puesto todo el cuidado en restar importancia a la reunión entre Blair y Adams para evitar la ira de la comunidad unionista, nada más abandonar el castillo de Stormont el primer ministro tuvo que escuchar los primeros insultos.

Mientras intentaba visitar un centro comercial en una zona protestante, Blair fue abucheado por un centenar de personas, que le increparon como "traidor" mientras un grupo de jóvenes agitaba una bandera del Reino Unido.

Horas antes, mientras visitaba la ciudad de Londonderry, el primer ministro había expresado su intención de "afrontar riesgos"para lograr la

Varios diputados unionistas habían criticado a lo largo del

Varios diputados unionistas habían criticado a lo largo del
día de hoy la decisión de Blair de reunirse con Adams.

El portavoz de seguridad del Partido Unionista del Ulster (UUP, el principal de la comunidad protestante norirlandesa), Ken Maginnis, afirmó que es "degradante para el primer ministro reunirse con un terrorista recalcitrante".

En declaraciones a la BBC, Maginnis señaló que el IRA ha utilizado el alto el fuego que estableció el pasado 19 de julio "para reagruparse y redesplegarse".

Por su parte, el líder de los Unionistas del Reino Unido (UKU), Robert McCartney, manifestó que "la dirección de un Gobierno que ha corrompido la democracia está dando un barniz de respetabilidad a la totalidad de un proceso totalmente fraudulento que tan solo intensificará las expectativas de la gente decente para que luego se vengan abajo".

Tanto el UKU como el Partido Democrático Unionista (DUP), del reverendo Ian Paisley, se niegan a participar en el proceso negociador por entender que beneficia principalmante al IRA y al Sinn Fein, con el que se niegan a dialogar. EFE
mv/co

10/13/17-11/97

//

XG9790

U POXBT 10-13 00571
icx exg mun

ULSTER-PAZ (Previsión)
ENCUENTRO HISTORICO LIDER SINN FEIN Y PRIMER MINISTRO

Belfast (R. Unido), 13 oct (EFE).- Tony Blair se reúne hoy, lunes, con el líder del Sinn Fein (brazo político del IRA), Gerry Adams, en un encuentro histórico, pues se trata del primer jefe del Ejecutivo británico que dialoga con un líder republicano norirlandés desde hace más de setenta años.

La reunión, que se celebrará esta tarde a puerta cerrada en el castillo de Stormont de Belfast, será la primera de ese estilo desde que en 1921 el entonces primer ministro Arthur Lloyd George, y el líder republicano y cofundador del IRA, Michael Collins, firmaron el Tratado que establecía la partición de Irlanda.

Según el acuerdo suscrito por Lloyd George y Collins, Irlanda quedaba dividida en un Estado Libre (independiente) al sur, mientras que en el norte seis condados de mayoría protestante permanecían unidos a la Corona británica.

El encuentro entre Blair y Adams tendrá lugar en el curso de la visita del primer ministro al castillo de Stormont, donde conversará con todos los dirigentes políticos que participan en el proceso negociador para Irlanda del Norte.

El Ministerio británico para Irlanda del Norte confirmó hoy que Blair dialogará durante diez minutos con el Sinn Fein y con el resto de los partidos implicados en las conversaciones sobre el futuro del Ulster, así como con el presidente de este foro, el ex senador de EEUU George Mitchell.

Sin embargo, los reporteros gráficos y de televisión no podrán captar el previsible e histórico apretón de manos entre Blair y Adams, pues no se autorizó el acceso de las cámaras al recinto en ese momento, informó la Televisión Independiente británica (ITV).

El portavoz de seguridad del Partido Unionista del Ulster (UUP, el principal de la comunidad protestante norirlandesa), Ken Maginnis, dijo que es "degradante para el primer ministro reunirse con un terrorista recalcitrante."

En declaraciones a la BBC, Maginnis señaló que el IRA ha utilizado el alto el fuego que estableció el pasado 19 de julio "para reagruparse y redesplegarse."

Por su parte, el líder de los Unionistas del Reino Unido (UKU), Robert McCartney, manifestó que "la dirección de un Gobierno que ha corrompido la democracia está dando un barniz de respetabilidad a la totalidad de un proceso completamente fraudulento que tan solo intensificará las expectativas de la gente decente para que luego se vengan abajo".

El UKU y el Partido Democrático Unionista (DUP, radical), del reverendo Ian Paisley, se han negado a participar en el proceso negociador para Irlanda del Norte por entender que beneficia sobre todo los intereses del IRA y del Sinn Fein, con el que se niegan a dialogar.

Además, Paisley se mostró muy crítico con la iniciativa de Blair de entrevistarse con Adams, y señaló que "hay un atormentado grito de repugnancia por la acción del primer ministro".

Blair llegó esta mañana a la base aérea norirlandesa de Aldergrove, de donde viajó en helicóptero a la ciudad de Londonderry, la segunda en importancia de la provincia, en la que visitó una fábrica.

12

9714265

Luego se reunió durante algunos minutos con miembros de las fuerzas de seguridad y del Ejército de guarnición en el Condado de Armagh, tras el que emprendió viaje a Belfast.

Entretanto, el diario "The Times" publica hoy una entrevista con Gerry Adams, quien recomendó a Blair que supere rápidamente "los obstáculos" que interfieren el diálogo entre todas las partes en Irlanda del Norte.

Adams también subrayó que la diferencia entre el anterior Gobierno conservador y el actual Ejecutivo laborista liderado por Blair es "como la noche y el día". EFE

fpa/ig/ma

10/13/11-46/97

9714265

Página/12

Tony y Gerry rompieron un gran tabú en Irlanda

Por Marcelo Justo
Desde Londres

El apretón de manos más simbólico del proceso de paz en Irlanda del Norte transcurrió ayer en el mayor de los secretos. Por primera vez en 75 años un primer ministro británico se reunía con el *máximo* dirigente del ala política del IRA, el Sinn Fein. Y, sin embargo, a diferencia de otros bien publicitados saludos en situaciones que parecían insolubles -De Klerk y Nelson Mandela en Sudáfrica, el primer ministro israelí Yitzhak Rabin y Yasser Arafat–, la reconciliación simbolizada en el encuentro de las manos de Tony Blair y el republicano Gerry Adams no ocurrió en público y generó una inmediata ofensiva sobre el líder laborista que por primera vez desde su victoria el 1° de mayo fue abucheado en las calles del Reino Unido.

El viaje de un día del primer ministro Tony Blair a Irlanda del Norte mostró a las claras las dificultades que todavía tiene que sortear el proceso de paz para alcanzar una solución duradera. El propósito manifiesto de la visita era que el primer ministro tuviera una reunión privada de unos 10 minutos con cada uno de los ocho participantes en las negociaciones multipartitas que se reanudaron el pasado 15 de septiembre con la participación de Sinn Fein. La razón real era que Tony Blair pudiera romper el tabú que prohibía un encuentro entre un mandatario británico y un representante político del proscripto IRA, organización que se plantea como doble objetivo la expulsión de las tropas británicas de Irlanda del Norte y la unificación con la República de Irlanda.

Las presiones por parte de los unionistas norirlandeses y de la prensa británica obligaron al primer ministro a elegir una reunión que transcurriera al amparo de los muros del Castillo de Stormont, escenario de las conversaciones multipartidarias, sin cámaras que registraran para la posteridad el histórico momento. A la salida de la reunión la pregunta que le hicieron los periodistas reflejó la que quemaba los labios de todo el país: ¿le había dado la mano a Gerry Adams? El primer ministro no recurrió a evasivas. "Traté a Gerry Adams y a los miembros de Sinn Fein del mismo modo que trato a cualquier ser humano. Y creo que lo importante de esta situación acá en Irlanda del Norte es que nos tratemos todos como seres humanos. Tenemos dos caminos muy claros. O seguimos con el odio, la desesperación y los asesinatos, tratando a la gente como si no fueran humanos, o podemos tratar de resolver las diferencias mediante la negociación, la discusión y el debate", dijo.

El premier británico tuvo oportunidad de comprobar poco después que su iniciativa no cuenta con el beneplácito de una influyente porción de la comunidad unionista protestante. En un paseo por un centro comercial de la capital, Belfast, Blair, acostumbrado a las ovaciones que recibe en Inglaterra, Escocia y Gales, debió padecer el primer abucheo desde su victoria electoral. El repudio fue orquestado por el sector duro de los unionistas, que boicotea las negociaciones multipartitas, y que acusa a Blair de vender Irlanda del Norte a la República de Irlanda. Para ellos también la ocasión no podía estar más cargada de simbolismo. El último encuentro entre un premier británico –Lloyd George– y un líder republicano –Michael Collins– llevó a la partición de Irlanda en 1921.

Entre los unionistas que participan de las conversaciones multipartidarias la reacción fue desigual. "Lo siento mucho por él, que se encuentra en una situación en la que cree que es necesario hacer esto", dijo David Trimble, líder del Partido Unionista del Ulster. Perolos grupos armados unionistas, durante años enemigos jurados del IRA, fueron los que dieron menor importancia al asunto.

P12/410
14
9714265

Histórico encuentro de Tony Blair con el líder del ala política del IRA

Escribe
Rafael Ramos
LA VANGUARDIA
para Ambito Financiero

Belfast - En una histórica visita a Belfast, el primer ministro británico, Tony Blair, estrechó ayer la mano de Gerry Adams, el líder del Sinn Fein -el brazo político del IRA-, como símbolo de su compromiso para «reemplazar el odio, la desesperación y la muerte por el debate, el diálogo y la negociación».

Pero, al rato, en un ejemplo del resentimiento insuperable que reina en Irlanda del Norte, un grupo de alrededor de cien protestantes radicales abucheó y acorraló a Blair en un centro comercial de Belfast, obligándolo a abandonar precipitadamente la zona.

• Casi clandestino

*Por primera vez en 76 años, desde el encuentro entre **Lloyd George y Michael Collins**, un primer ministro de Gran Bretaña se vio cara a cara con un personaje asociado directamente con el grupo guerrillero del IRA. Pero el encuentro de ayer fue casi clandestino y ni las cámaras de televisión ni los fotógrafos pudieron captar el momento para la historia.*

Tony Blair no ha querido que la imagen de su apretón de manos con Gerry Adams pudiera ser utilizada para exacerbar los ánimos unionistas protestantes, opuestos visceralmente al diálogo con el Sinn Fein. Tampoco quiso que la imagen se volviera en contra si las negociaciones de Stormont fracasan o el IRA rompe nuevamente el alto el fuego. Por eso prohibió la presencia de periodistas.

*Blair, antes de ir a Stormont para la entrevista con los dirigentes del Sinn Fein y demás partidos políticos que participan en el proceso de paz, acudió a la ciudad de Londonderry, una fortaleza nacionalista, donde fue recibido por el líder del moderado Partido Socialdemócrata y Laborista (SDLP) **John Hume**, y al barrio protestante de Portadown, en Belfast, donde el máximo dirigente del Partido Unionista del Ulster, **David Trimble**, le rindió los honores.*

Trimble pidió a Blair que «dejara bien claro al Sinn Fein que no le va a dar una tercera oportunidad para el diálogo».

Las visitas pretendieron simbolizar la firme voluntad del gobierno británico de acercarse a las dos comunidades enfrentadas en el Ulster, entender sus razones y patrocinar un compromiso equitativo.

En Stormont, el complejo de edificios en las afueras de Belfast donde se celebran las negociaciones, Blair se reunió con cada una de las once delegaciones participantes en el proceso de paz.

Adams comentó a Blair que esperaba que fuera el último premier británico con jurisdicción en Irlanda, a lo que el ministro respondió que no había que dejar pasar esta oportunidad.

Interrogado por los periodistas, Blair dijo que había tratado a Adams y a los dirigentes del Sinn Fein «como a cualquier ser humano. Lo importante es que nos tratemos todos como tales».

Pág 25 Ambito Financiero, Buenos Aires, martes 14 de octubre de 1997

9714265

XG9803

U POXBT 10-14 00499
icx exg mun

ULSTER-PAZ
COMENTARISTAS DESTACAN ABUCHEOS BLAIR TRAS APRETON MANOS ADAMS

Londres, 14 oct (EFE).- Los comentaristas y la prensa británica en general destacan hoy, martes, los abucheos e insultos que un grupo de unionistas dedicó anoche al primer ministro, Tony Blair, por haberse reunido en Belfast con el líder del Sinn Fein, Gerry Adams, al que estrechó la mano.

El gesto de Blair, que ha sido calificado de histórico por los observadores, pues supone la primera vez en 76 años que un jefe del Gobierno británico dialogaba cara a cara con un dirigente republicano, desagradó profundamente a los sectores más duros del movimiento unionista norirlandés, que lo interpreta como una especie de "traición."

La histórica reunión entre Blair y Adams, cuyo partido es el brazo político de la banda terrorista IRA, se desarrolló en un clima constructivo, afirmó la oficina del jefe de Gobierno.

La conversación en el castillo de Stormont duró 15 minutos y Blair, como se había anunciado, estrechó la mano de Adams, aunque no se permitió que hubiera cámaras para inmortalizar el momento.

El diario "The Times" comenta que unos cien airados unionistas increparon duramente a Blair durante su recorrido por un centro comercial del este de Belfast tras haberse reunido con Adams.

Los unionistas le gritaban a Blair "traidor", "escoria" o "verguenza", y le decían "amante del Sinn Fein, tus manos están manchadas de sangre", destaca el "Times."

Al caldearse el ambiente, los guardaespaldas de Blair hicieron entrar al primer ministro en una entidad bancaria, que abandonó al poco rato para continuar el recorrido, escoltado por 50 policías.

El diario indica que Blair trataba de mantener un aspecto relajado y sonriente, pero "parecía aturdido" cuando emprendió el regreso al castillo de Stormont de Belfast, donde se había reunido con Adams y con el resto de los representantes de los partidos políticos norirlandeses que concurren al proceso negociador para el Ulster.

En un editorial, el periódico "The Daily Telegraph" critica la la reuniónde Blair y Adams, y dice que "fue otra estación en el Vía Crucis del declive británico."

Lo ocurrido es que "los líderes políticos de un pequeño grupo de fanáticos armados en la periferia del Reino Unido, que cuentan con el apoyo de una pequeña minoría de la comunidad minoritaria, están recibiendo ahora un tratamiento equiparable al de los dirigentes de los partidos con una trayectoria democrática impecable", señala el "Telegraph."

El rotativo subraya que "por encima de todo, este apretón de manos es un testimonio de la incapacidad de la elite política británica de posguerra para manifestar su poder."

Blair se desplazó a Stormont, sede de las negociaciones de paz sobre el futuro del Ulster, para reunirse con todas las partes implicadas en el proceso de paz.

Al abandonar el edificio, el primer ministro afirmó que se había registrado un "progreso genuino" de cara al logro de un acuerdo de paz duradero.

Según Blair, todas las partes implicadas en las negociaciones muestran "un alto grado de puntos comunes", por lo que si existe

---

buena voluntad entre las mismas no hay razón por la que no se pueda llegar a un acuerdo. EFE
fpa/ma

10/14/09-27/97

16

9714265

FB2143

R POXBT 10-19 00276
mun exg

IRLANDA-ULSTER
LA UNIFICACION DE ISLA DEBE RESULTAR LIBRE DECISION CONJUNTA

Dublín, 19 oct (EFE).- El primer ministro irlandés, Bertie Ahern, destacó hoy, domingo, que la unificación de la isla de Irlanda solamente puede ser el resultado de "la libre decisión y la resolución conjunta" de los pueblos del Norte y Sur de la frontera.

En un intento de tranquilizar a los unionistas del Ulster, cuando las negociaciones multipartitas hacia un acuerdo político para la provincia británica atraviesan un momento crítico, Ahern manifestó ante los miembros de su partido Fianna Fail, que si la unidad puede adivinarse "no existe ya interés egoísta alguno por nuestra parte".

"Nuestro sentido de la integridad se refiere actualmente más a la población que al territorio", afirmó en un homenaje al patriota irlandés Wolfe Tone, celebrado en el condado de Kildare.

"Tenemos un país cada vez más atractivo que ofrecer a todos los pueblos de Irlanda, ya sea en términos de crecimiento económico o inversión externa, un lugar en la Unión Europea (UE) y una comunidad de intereses en amplias áreas. Además nuestra sociedad es más pluralista y tolerante que nunca", añadió.

Ahern reiteró que deseaba comunicar a los partidos unionistas del Ulster que "no existe absolutamente intención alguna por nuestra parte de comprometernos en la locura de tratar de coaccionar a una mayoría del Norte a favor de una Irlanda unida contra su voluntad".

Según el primer ministro irlandés, las negociaciones multipartitas son las más importantes de los últimos 75 años "y su objetivo es sustituir o superar los fracasos del pasado".

"No existe alternativa real, excepto la de encontrar un acuerdo y continuar en la mesa de la negociación hasta que se logre", concluyó. EFE
PC/CO/11

10/19/15-36/97

H

9714265

EUROPA

Irlanda: Frente a Frente Pero en la Mesa de Diálogo

■ Aunque a regañadientes, los protestantes norirlandeses aceptaron finalmente dialogar cara a cara con los católicos y las posibilidades de una paz definitiva aumentaron considerablemente. El proceso es frágil y llevará tiempo.

¿La última bomba?: el atentado no pudo evitar que se iniciaran las conversaciones.

TIME

Presencia católica: el líder del Sinn Fein Gerry Admas (izq.)

BELFAST.— La explosión de una bomba de 180 kilos en un pueblo de mayoría protestantes cercano a la capital de Irlanda del Norte no fue sorpresa para nadie, aunque ocurrió en forma prácticamente simultánea al inicio de históricas conversaciones de paz entre católicos y protestantes. Tampoco sorprendió que algunos políticos protestantes radicales, temerosos de lo que surja de las tratativas, pidieron de inmediato la suspensión de las mismas.

Lo sorprendente fue que las conversaciones siguieran adelante según lo pactado, enfrentando por primera vez en una mesa de diálogo a los líderes católicos del Sinn Fein —brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA) empeñado en que el ejército británico abandone Irlanda del Norte— con los dirigentes protestantes del Unionismo. Que esto pudiera ocurrir fue un triunfo para la paciencia, la persistencia —y Estados Unidos, que auspician un amplio proceso de paz.

ODIO A LA GUERRA

Las conversaciones demuestran además cuánto ha cambiado en Irlanda del Norte en los últimos cinco o seis años. Lo que es más importante: los 1.600.000 habitantes de la provincia, tanto protestantes como católicos, han terminado por odiar la propia guerra de odios y exigen la paz, con lo cual los terroristas decidieron que después de todo es posible que se beneficien más dialogando que matando. Pero además, la amplia mayoría parlamentaria de la que disfruta el gobierno británico de Tony Blair dejó a los unionistas recalcitrantes del Ulster sin el virtual veto que tuvieron sobre cualquier iniciativa de anteriores gobiernos británicos para cambiar el estatuto de la convulsionada provincia.

En el pasado, los unionistas protestantes podían ignorar cualquier iniciativa de diálogo, pero ahora su delegación a las conversaciones está encabezada por el propio David Trimble, líder del Partido Unionista del Ulster (UUP), la agrupación política protestante más grande e importante. Durante años, Trimble —igual que otros dirigentes del UUP— rehusaron hasta considerar la iniciativa de compartir una mesa de negociación con el Sinn Fein. Pero en agosto pasado el gobierno de Blair anunció que el cese del fuego anunciado por el IRA era auténtico, lo que permitía la participación del Sinn Fein en conversaciones políticas respaldadas por Londres y Dublín bajo la presidencia del ex senador norteamericano George Mitchell. ¿En estas condiciones, estaban los unionistas dispuestos a marginarse del proceso de paz?

Todo hacía prever que sí, especialmente el pasado ultra de Trimble. Siendo un joven profesor de derecho en la Universidad de Queen's en Belfast a fines de los años 60, se unió a un grupo político menor, Vanguardia, que criticaba al demasiado blando frente a los nacionalistas católicos. Trimble coqueteó con diversos otros grupos protestantes extremistas antes de hacer las paces con el UUP y llegar al Parlamento como uno de sus candidatos en 1990. Escaló posiciones rápidamente basándose en su reputación de militante duro. Cuando llegó a la presidencia de su partido, el ala moderada del mismo creyó que había llegado la hora de abandonar cualquier esperanza de que alguna vez pudiera hablarse de transacciones y acuerdos de paz.

UN LIDER CAMBIADO

Pero EL LIDER ha cambiado. Una vez consagrado presidente del UUP, Gran Bretaña y Estados Unidos se aliaron en un esfuerzo por lograr que superara sus estrechas miras provincianas. Utilizando un procedimiento que había resultado exitoso en el caso de Gerry Adams, líder del Sinn Fein, hicieron que conociera nuevos horizontes. Para Trimble, que solía vanagloriarse de no haber puesto un pie fuera del Reino Unido en toda su vida, fue toda una experiencia. Visitó Estados Unidos, un país del que siempre desconfiaron los unionistas por considerarlo bastión proirlandés y apoyo del IRA. Trimble pudo tomar café con el Presidente Bill Clinton y dialogar con parlamentarios norteamericanos a los que el UUP siempre había considerado enemigos el unionismo. Hoy, Trimble distribuye copias del Libro de Actas del Congreso norteamericano donde figura un discurso de homenaje a la tradición irlandesa protestante en Estados Unidos. El autor del discurso, de ancestros irlandeses pero católicos, es el senador Ted Kennedy... Trimble viajó también a Sudáfrica con delegados del UUP para participar en una conferencia internacional sobre resolución de conflictos.

El líder del UUP todavía desconfía del Sinn Fein y sigue siendo profundamente unionista. Antes de las conversaciones afirmó que estaba dispuesto a dialogar con el Sinn Fein para revelar al público la naturaleza "fascista" de los republicanos católicos. Pero el hecho de que haya aceptado el diálogo ya es señal de cambio y adelanto, como puntualiza David Ervine, del también protestante Partido Unionista Pro-

Tuvo que decir que sí: el protestante unionista Trimble.

gresista (PUP) del Ulster. Trimble no está dispuesto a abandonar el principio cardinal: Irlanda del Norte está y debe seguir estando unida a Londres.

Aunque sigue sosteniendo que el cese del fuego del IRA es una maniobra, el líder del UUP se convenció de que el peso moral de llevar adelante las conversaciones con vistas a un arreglo de paz había caído en la cancha de los unionistas. "Si nos hubiéramos mantenido al margen esperando el fracaso de las posibilidades de llegar a la paz", explica.

PROGRESO SORPRENDENTE

En lo político, el pueblo del Ulster se manifiesta a favor de que las conversaciones de paz se realicen sin exclusiones. El fracaso en febrero de 1996 del primer cese del fuego dispuesto por el IRA deprimió profundamente a un pueblo cansado del sangriento conflicto. Luego de ello y durante meses los sentimientos sectarios volvieron a salir a la superficie, temiéndose un reinicio generalizado de los disturbios y hasta su transformación en una guerra civil a gran escala. Pero las esperanzas renacieron luego del segundo anuncio de cese del fuego realizado por el IRA en julio, avalado por Londres como una decisión seria y acompañado por el anuncio de las actuales negociaciones. Los protestantes del Ulster comenzaron a presionar en pro de la participación y los partidos no podían ignorar lo que por entonces era voz populi.

Tony Blair también contribuyó a impulsar a Trimble hacia la mesa de diálogo. El Primer Ministro británico ya había advertido a los católicos republicanos que si querían participar en las negociaciones sobre el futuro de Irlanda debía lograr que el IRA mantuviera el cese del fuego y aceptara respetar los principios democráticos. Así ocurrió. Entonces, Blair dedicó su atención a los protestantes unionistas. "Lo que muchos unionistas siguen sin entender es que si no participábamos una solución política", explica John Taylor, segundo de Trimble.

Por eso fue que, a pesar de esa "última bomba" terrorista, Trimble estaba presente en la primera ronda de diálogo. "Esto hubiera sido imposible hace sólo un par de años", comentó luego Mo Mowlam, la Secretaria de Estado británico para Asuntos de Irlanda del Norte. Ahora, la propia militancia de los partidos unionistas quiere que éstos participen del proceso que se inicia. Y esto, para Irlanda del Norte, es el que es un progreso sorprendente.

EP 1910

9714265

TD9876

U POXBT 10-20 00241
 exg mun

ULSTER-PAZ
UNIONISTAS SE RETIRAN TRAMO NORTE-SUR CONVERSACIONES

Belfast (R. Unido), 20 oct (EFE).- El Partido Unionista del Ulster (UUP) se retiró hoy, lunes, del denominado tramo norte-sur de las conversaciones sobre el futuro de Irlanda del Norte debido al enfrentamiento que ha mantenido con los representantes de la República de Irlanda en ese foro.

El UUP, el principal partido de la comunidad protestante norirlandesa, anunció su marcha de la mesa de negociación tras mantener sus representantes una dura polémica con los del Gobierno de Dublín sobre ciertos aspectos de la Constitución irlandesa.

El líder del UUP, David Trimble, y sus colaboradores abandonaron la sala del castillo de Stormont de Belfast, donde se celebran las conversaciones, después de considerar que el ministro irlandés de Asuntos Exteriores, David Andrews, no había sido capaz de establecer un compromiso para comenzar un proceso de cambio de los artículos dos y tres de la Constitución de la República de Irlanda.

Dichos artículos consideran a Irlanda del Norte como una zona irredenta de la República de Irlanda, al tiempo que se aboga por la unificación de la isla, lo que a juicio de los unionistas es algo "abominable."

En declaraciones a la prensa, Andrews afirmó que "no podemos establecer ningún compromiso hasta que no lleguemos al meollo de las negociaciones."

El jefe de la diplomacia irlandesa señaló que, "desde luego, el contenido de los artículos dos y tres se discutirá durante la fase sustantiva de estas conversaciones." EFE

fpa/mlr

10/20/17-11/97

19

9714265

XG0012
U POXBT 10-21 00233
icx exg mun

ULSTER-PAZ
UNIONISTAS REGRESAN MESA NEGOCIACIONES FUTURO ULSTER

Belfast (R. Unido), 21 oct (EFE).- Los representantes del Partido Unionista del Ulster regresaron hoy, martes, a la mesa de las negociaciones sobre el futuro político de esta provincia británica, después de haberlas abandonado el lunes, por discrepancias con la delegación del Gobierno de Irlanda.

La decisión de reincorporarse a las conversaciones fue tomada porque éstas forman parte del llamado primer tramo, que se centra en el futuro político del Ulster, por lo que el Gobierno de Irlanda no está representado y sólo participan funcionarios británicos y delegados de los partidos del Ulster.

El UUP, el principal partido de la comunidad protestante norirlandesa, anunció su marcha de la mesa de negociación tras mantener sus representantes una dura polémica con los del Gobierno de Dublín sobre ciertos aspectos de la Constitución irlandesa.

El líder del UUP, David Trimble, y sus colaboradores dejaron el castillo de Stormont, en Belfast, donde se celebran las conversaciones, después de considerar que el ministro irlandés de Exteriores, David Andrews, no había sido capaz de establecer un compromiso para comenzar un proceso de cambio de los artículos 2 y 3 de la Constitución de la República de Irlanda.

En esos artículos se considera a Irlanda del Norte una zona irredenta de la República de Irlanda, y abogan por la unificación de la isla, lo que es algo "abominable" según los unionistas. EFE
lr/fpa/ig/ma

10/21/08-24/97

9714265

Gesto de Blair por la paz en Irlanda

Tony Blair protagonizó un hecho histórico al estrechar la mano de Gerry Adams. El primer ministro británico y el líder del Sinn Fein, brazo político del IRA, conversaron brevemente en Belfast restableciendo un contacto interrumpido en 1921.

Blair goza de gran popularidad y se encuentra desplegando iniciativas políticas destinadas a producir grandes y profundos cambios, quizá sólo comparables por su dimensión a los promovidos por el gobierno conservador de Margaret Thatcher. En el terreno más espinoso, el joven líder parece tener muy claras las opciones y así lo ha declarado: "Estamos frente a una opción simple: o continuamos con la violencia y las matanzas o dirimimos nuestras diferencias mediante la discusión". Pero esta última vía no parece sencilla de transitar.

La apuesta de Blair no causa la simpatía de muchos protestantes de Belfast, pero en cambio el líder de los conservadores británicos, William Hague, se mostró optimista con el proceso de paz que se lleva adelante en relación con Irlanda del Norte. También el gobierno de Dublín apoya y patrocina las negociaciones.

Irlanda del Norte cuenta con una presencia militar de alrededor de 18.000 soldados británicos desde que, a finales de los años sesenta, estalló la violencia del IRA. Esta agrupación pretende la unificación del norte de la isla con el Estado Libre de Irlanda, mientras que los sectores pro británicos sólo conceden realizar un referéndum sobre el futuro de Irlanda del Norte, de mayoría protestante, excluyendo a los habitantes de la república del sur, mayoritariamente católica.

Más allá de la espinosa cuestión de la soberanía, lo cierto es que el proceso tiene como sostén el respeto del cese del fuego acordado hace más de dos meses. En este sentido, el gesto de Blair debe ser interpretado como una forma de profundizar dicho compromiso y de impedir una vuelta a la escalada de violencia.

Si bien las negociaciones son complejas, se avanza en la creación de un marco institucional que permita un gobierno compartido de ambas Irlandas, de forma tal que se ampare la convivencia pacífica. Este camino busca eludir y postergar la solución del problema de la soberanía.

El gesto de Blair intenta, a través de un apretón de manos, impedir que se concrete un acto de violencia que podría clausurar la posible resolución pacífica de uno de los conflictos más antiguos de Europa, que ya causó más de 3.200 muertos. Y la paz bien justifica el riesgo tomado por el premier británico.

9714265

XJ2803

R POXBT 10-25 00365
mun exg

ULSTER-PAZ
LIDER UNIONISTA AFIRMA UNIDAD NACIONAL NO ES NEGOCIABLE

Belfast (R. Unido), 25 oct (EFE).- El líder del Partido Unionista del Ulster (UUP), David Trimble, afirmó hoy, sábado, que la unidad nacional británica no es negociable, con lo que subrayó el compromiso de su formación por mantener a Irlanda del Norte dentro de la Corona.

En un discurso durante el congreso anual del UUP, que se celebra en la ciudad norirlandesa de Newcastle (Condado de Down), Trimble subrayó que no se puede renegociar la situación del Ulster dentro del Reino Unido.

Trimble, quien dirige el principal partido de la comunidad protestante norirlandesa, señaló que no tenía objeción alguna a que se adoptara un acuerdo de cooperación entre Irlanda del Norte y la República de Irlanda sobre aspectos prácticos y pragmáticos, para lo cual no hace falta construir ninguna estructura elaborada.

"El problema -dijo Trimble- es que los nacionalistas (norirlandeses) quieren algo que dé validez al sentimiento de identidad. Es un problema psicológico que no se va resolver con la creación de estructuras cada vez más complejas para fines prácticos."

El líder del UUP manifestó que "necesitamos que los nacionalistas nos digan, de forma realista, qué satisfaría sus necesidades y trataremos de llegar a un acuerdo, pero que no les quepa duda de que no aceptaremos nada que socave los derechos del pueblo de Irlanda del Norte", la mayoría de cuya población es protestante.

Asimismo, subrayó que si el UUP hubiera seguido el camino del Partido Unionista Democrático (DUP, radical), del reverendo Ian Paisley, y de los Unionistas del Reino Unido (UKU), de Robert McCartney, de no acudir a las conversaciones de Stormont sobre el futuro de la provincia, el proceso de paz se habría colapsado.

Recientemente, el UUP se retiró de una las fases del proceso negociador (que se celebra en el castillo de Stormont de Belfast), la que se refiere al diálogo entre el norte y el sur de la isla.

Para los representantes del UUP era inaceptable conversar con los delegados del Gobierno irlandés -otro de los protagonistas de las conversaciones de Stormont- mientras en la Constitución de la República de Irlanda se siga considerando al Ulster como un territorio irredento, lo que para los unionistas es algo "abominable", según manifestaron entonces. EFE

fpa/Pam dlh

22-22

9714265

LA INMIGRACION EN GRAN BRETAÑA

Ola de gitanos en Inglaterra

Tres mil gitanos están varados en el puerto de Dover • Llegaron de Eslovaquia y la República Checa, donde son maltratados • Pidieron asilo • En Londres los acusan de aprovecharse del Estado de bienestar británico

MARIA LAURA AVIGNOLO
Londres. Corresponsal

Los británicos reaccionaron con paranoia racista por la llegada de 3.000 gitanos de Eslovaquia y la República Checa al puerto de Dover y lanzaron una campaña en esos dos países para frenar el éxodo, con el argumento de que no serán bienvenidos. Los jefes de las familias están siendo interrogados por las autoridades migratorias mientras sus esposas e hijos están alojados en pensiones pagadas por el Estado británico, cuya cuenta ya supera el millón y medio de dólares diarios.

En el pasado, Gran Bretaña recibió y rechazó 140 pedidos de refugiados de Eslovaquia y la República Checa (que integraron la ex Checoslovaquia). La oposición conservadora exige ahora que se les imponga una visa obligatoria para prevenir futuras llegadas.

En ómnibus y a través del ferry, los gitanos comenzaron a llegar el sábado con una historia de persecución en sus espaldas. Huyen de los maltratos y el racismo de sus países, donde son atacados por los "skinheads" y algunos hasta han sido quemados vivos. También hubo casos de adolescentes secuestrados para una red de tráfico de prostitución internacional.

¿Emigrantes económicos?

Adolf Hitler asesinó a millones de gitanos pero aún queda un millón en Rumania, la República Checa y Eslovaquia. La migración hacia Gran Bretaña se habría producido tras la emisión de un documental checo sobre los beneficios del Estado de bienestar del Reino Unido.

Según los británicos, los gitanos no son perseguidos sino emigrantes económicos que pretenden "robar" del Estado de bienestar. El Estado está obligado a darles una casa, colegio a sus hijos y otorgar al jefe de familia 125 dólares semanales hasta que el asilo sea aceptado o rechazado.

Para el gobierno del nuevo laborismo es un caso sensible: pretende diferenciar entre los genuinos perseguidos y los emigrantes económicos. Pero para evaluarlo tiene a los burócratas de migraciones, cargados de prejuicios e ignorancia.

Los gitanos que llegan no tienen dinero y son negociantes de autos, plomeros o carpinteros. Pero el Ministerio del Interior les ha advertido que "no son bienvenidos".

Michail, uno de los gitanos que han pedido asilo, contó al periódico Daily Mail las razones por las que se fue de su país. "Nuestros hijos no pueden ir al colegio en Eslovaquia porque son insultados y agredidos. Mi hija se estaba ahogando en la pileta del colegio y la preceptora blanca no hizo el menor intento de salvarla. Yo soy techista y cuando llamaba a la oficina de empleo, me decían que había trabajo. Cuando llegaba y veían que era gitano, me respondían que no había más vacantes. Estamos huyendo del prejuicio", contó.

Pero él continúa siendo interrogado por Migraciones en Dover. □

Permisos y rechazos

Gran Bretaña sólo ha otorgado asilo a 2.240 personas en 1996 y 28.000 pedidos han sido rechazados y los solicitantes fueron deportados. Estas cifras resultan ridículas en comparación con los 297.099 refugiados por año que acepta Alemania.

DOCUMENTO 9714266
TITULO GRAN BRETAÑA: OLA DE GITANOS INVADE LA ISLA
150024
241091
11816 11169
501529 11165
11991
507944
504504
01-01
9714266

Nº DOCUMENTO 9714267
TITULO GRAN BRETAÑA:
578095
191094
11810
501529
11161
514142
11164

EL GNO NO AUMENTARA LOS IMPUESTOS POR EL EURO

11849

01-03

9714267

DP6838

R ECOBT 10-19 00614
mun

R.UNIDO-EURO
BLAIR SE NIEGA A AUMENTAR IMPUESTOS PARA PAGAR PRECIO

Por Paloma Caballero

Londres, 19 oct (EFE).- El rechazo a un aumento de impuestos para compensar la rebaja de los tipos de interés que exige la moneda única, parece ser el principal motivo de la oposición al euro del primer ministro, Tony Blair, según los analistas.

El canciller alemán Helmult Kohl, que se reunirá mañana con Blair en la residencia de descanso de Chequers, puede ser el primer interlocutor europeo en conocer directamente las intenciones británicas.

Aunque se espera un anuncio oficial contrario a la inclusión del Reino Unido en el núcleo de cabeza de la moneda única en enero de 1999, la confusión aumentó hoy domingo, cuando el ministro de Sanidad, Frank Dobson, declaró a la cadena pública de televisión BBC que "nada está excluido".

Dobson, cuyas manifestaciones contrastan claramente con las de fuentes próximas al ministerio de Economía y Finanzas, admitió sin embargo que era "improbable" que el Reino Unido se sume a la moneda única antes de las próximas elecciones generales en el año 2002.

En reuniones celebradas durante la semana pasada Blair fue informado por su ministro de Economía y Finanzas, Gordon Brown, del coste a pagar por integrarse en la UEM (Union Económica y Monetaria), bien mediante una subida de impuestos de 20.000 millones de libras (unos 32.000 millones de dólares) o mediante el recorte de proyectos públicos del Gobierno. Diversos rumores indicaban en las últimas semanas divergencias sobre la integración en la UEM de dos amigos que se conocen desde hace catorce años, cuando ambos eran jóvenes diputados laboristas.

"Nada es más dañino para un Gobierno que las divisiones entre el primer ministro y el responsable de la Economía y las Finanzas", afirmó ayer el portavoz de la cartera en el Partido Conservador, Peter Lilley, que exigió un anuncio claro ante el Parlamento.

Aunque Blair y Brown intentaron acabar con los rumores al sugerir el ministro en una entrevista al periódico "The Times", publicada ayer, que el Reino Unido no desea estar en el núcleo del euro durante la actual legislatura, los expertos esperan ver la reacción mañana, lunes, de la City.

Una mayor fortaleza de la libra originada por el supuesto fin de las especulaciones, preocupa a los exportadores británicos, que atraviesan un período de bonanza.

Brown, uno de los ministros del Gabinete más favorable a la integración en la moneda única, se reunió por última vez con Blair el pasado jueves para repasar las implicaciones financieras analizadas durante los últimos cinco meses por su ministerio.

Según el informe, la economía británica posee características muy diferenciadas de la continental con un avance de años de la primera respecto a la segunda.

Para los analistas del ministerio de Brown, si se recortan los tipos de interés británicos a los niveles continentales, medida apropiada para economías más deprimidas, puede desencadenarse una explosión inflacionaria que no se podría controlar sólo con la

9714267

devaluación.

Pero Blair y su ministro desean evitar que suceda lo mismo que cuando las continuas especulaciones sobre la participación británica en el mecanismo de cambio europeo destruyeron las relaciones entre la entonces primera ministra Margaret Thatcher y su ministro Nigel Lawson y llevaron por último a la derrota electoral.

Ellos están de acuerdo en que dirán "sí" al euro cuando se den las circunstancias no solamente económicas sino también de política interna que permitan ganar el referéndum prometido al electorado sobre su disposición a remplazar la libra -símbolo nacional- por la moneda única.

De momento, el terreno es árido pues los "tories" intentan recuperar votos con una clara oposición a la integración en Europa y, si el Ejecutivo laborista no se viera respaldado en la consulta popular sobre el euro, difícilmente podría seguir gobernando con la confianza actual. EFE

PC/msr/pq/rla

10/19/14-23/97

9714267

N° DOCUMENTO 9714268
TITULO Reino Unido.
PROCE 150027
FECHA 041097
VINCULAC. 11816 504D9 11802 11164 11165 11599 11830
Reformas programadas por el gno de Blair
9714268
01-02
CL0410

EL NUEVO LABORISMO

ANUNCIAN UN ÁMBICIOSO PROGRAMA REFORMISTA

Gran Bretaña: Blair lanzó un cambio radical en la educación

Destinará 100 millones de dólares para entrenar a los maestros • Y 1.400 millones para la reconstrucción de 2.300 escuelas • Pero el plan pone fin a la universidad gratuita • Piensa duplicar así la población estudiantil

MARIA LAURA AVIGNOLO
Londres. Corresponsal

El primer ministro Tony Blair, utilizando todos los recursos de su retórica y su carisma, presentó en el congreso laborista de Brighton su "revolución educativa", un plan con el que pretende democratizar el sistema de enseñanza en un país donde apenas el 12 % de los jóvenes accede a la universidad y donde el 40 % de los chicos entre 7 y 11 años no sabe leer ni escribir.

Lo novedoso del plan presentado por Blair es que esa revolución no estará financiada por el Estado sino que será fruto de una "sociedad compasiva", es decir, una sociedad en la cual los ciudadanos deberán cuidarse unos a los otros.

"Digo con toda honestidad: ustedes pueden tener la revolución educativa, la revolución de la salud, la revolución del estado de bienestar, pero eso significa opciones duras", dijo Blair en una de las frases espectaculares pronunciadas en el histórico congreso, el primero en 18 años en que el líder del partido es también primer ministro. El Congreso fue clausurado el viernes en Brighton, versión británica de Mar del Plata.

Blair se refería a decisiones como las de poner fin a la universidad gratuita. Según el nuevo proyecto cada estudiante deberá pagar (según sus condiciones económicas) alrededor de 1.500 dólares anuales. Con esto el nuevo laborismo espera duplicar la población estudiantil universitaria.

Blair anunció también ante los delegados del Partido Laborista que se destinarán 100 millones de dólares para el entrenamiento de maestros y 1400 millones para la reconstrucción de 2300 escuelas.

Sus propuestas fueron aprobadas por los delegados laboristas pero muchos no terminan de deglutir las reformas como la de la educación universitaria paga o el plan para que los desempleados regresen compulsivamente al trabajo. El miedo de los militantes históricos del laborismo es que el partido pierda para siempre su línea ideológica y sea reemplazada por un modelo que ellos no entienden del todo y en el que, presienten, no tendrán el menor control.

El primer ministro advirtió también que el Estado sólo financiará las pensiones de los más pobres. Los demás deberán usar los fondos privados para financiar su vejez. El servicio de salud gratuito, que está en la ruina, también será privatizado.

No obstante su despliegue oratorio y gestual, Blair no logró imponer al súper ministro Peter Mandelson en el comité ejecutivo del Partido. Tanto la vieja como la nueva guardia partidaria rechazaron la propuesta.

Mandelson, un súper experto en relaciones públicas que fue uno de los principales artífices del triunfo del nuevo laborismo en las pasadas elecciones del 1° de mayo, nunca pudo, en cambio, mejorar la desprestigiada imagen que tiene dentro del partido, donde es considerado como un manipulador desideologizado.

[illegible]

Esta derrota y el triunfo del izquierdista Ken Livingstone en lugar de Mandelson ha sido el peor traspié de Tony Blair en los cinco meses que lleva en el poder.

A pesar de contar con el 93% de apoyo popular, la derrota de Mandelson debe ser leída como un mensaje: el carismático premier no tiene "un cheque en blanco" entre los militantes que, al parecer, quieren un equilibrio entre los modernizadores pragmáticos y los que defienden la línea socialista de la vieja guardia.

El mensaje más fuerte de Blair en este congreso partidario fue el de la modernización y el de generar la esperanza de poder lograrla, un éxito después de 18 años de absoluto control conservador sobre la energía transformadora de la sociedad.

La "nueva actitud" que debe ponerse en marcha para lograr la modernización de la sociedad británica deberá encararse, según estimó Blair, como una "revolución tranquila".

"Debemos rescatar los viejos valores británicos para una nueva confianza británica", sugirió Blair, al reclamar la construcción de esta nueva sociedad "compasiva" y este "nuevo modelo de nación del siglo XXI".

"El 1° de mayo fue el comienzo pero no el final", agregó el primer ministro, que ya ha demostrado tener la aspiración de que el laborismo se quede como mínimo doce años en el poder. "No hay que dormirse en los laureles porque ellos no están muertos: sólo durmiendo", advirtió, en relación al derrotado Partido Conservador. □

"Como los carritos"

El obrero ex sindicalista y actual viceprimier laborista, John Prescott, fue muy duro con los conservadores en el congreso de Brighton. Con su habitual sarcasmo, sostuvo: "Los tories son como los carritos del supermercado. Pueden ir a la izquierda o a la derecha, pero nunca hacia adelante".

Parte oscura

Cambios económicos y sociales

DESEMPLEO. El gobierno del nuevo laborismo propuso al sector privado que sea el instrumento principal para la creación de empleos que beneficiarán a 90.000 jóvenes menores de 25 años. A cambio, las empresas recibirán un subsidio estatal de 1.200 dólares por cada joven al que ofrezcan entrenamiento. Reclamó a los líderes europeos la construcción de una "tercera vía", entre la vieja izquierda y la derecha tradicional, para acabar con la desocupación.

MADRES SOLTERAS. Decidió que 88 mil madres solteras vuelvan al trabajo obligatorio para terminar con la dependencia que tienen del Estado. Sus hijos serán cuidados por "clubes" que se financiarán con un impuesto único que deberán pagar los nuevos dueños de las empresas privatizadas.

VIVIENDAS. Impulsará la construcción de "casas municipales", que serán financiadas con dineto del sector privado y alquiladas a precios accesibles a las familias de menores recursos.

CODIGO DE ETICA. Blair impuso serias restricciones a los regalos, viajes y negocios que pueden hacer los funcionarios de su gobierno, tras haberse descubierto que uno de sus ministros vendió acciones de una empresa petrolera y colocó el dinero en un paraíso fiscal. Pensaba, además, diferenciarse de los escándalos sexuales que sumieron en una grave crisis al gobierno de su antecesor, John Major. Pero en agosto le estalló una bomba cuando su canciller, Robin Cook, abandonó a su esposa y partió de vacaciones con su joven secretaria.

BANCO DE INGLATERRA. Le dio independencia operativa en el primer día de su gestión, para fijar la tasa de interés.

POLITICA EXTERIOR. Reconcilió a Gran Bretaña con Europa y abrió el camino para el muchas veces cuestionado ingreso de Inglaterra a la moneda única continental el euro, en 1999. Anunció que seguirá objetivos también defendidos por el FMI, como no apoyar a los países donde existe corrupción.

IRLANDA. Logró encaminar el proceso de paz en Irlanda del Norte. Obtuvo un alto al fuego del IRA.

02-02
9714268

Nº DOCUMENTO 9714269
TITULO REINO UNIDO
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 151097
VINCULACIONES 11846
50+529
11302
J151732
11164

ANALISIS DEL GOLPE DE BLAIR

XM1018

U FOXBT 10-01 00376
mun exg icx

R.UNIDO-LABORISTAS
PLANES REFORMA BLAIR AFRONTAN CRITICAS ALA IZQUIERDISTA

Brighton (R.Unido), 1 oct (EFE).- El primer ministro británico y líder del Partido Laborista, Tony Blair, afrontó en el tercer día del congreso anual laborista, las críticas del ala socialista a sus planes de reducir beneficios sociales, obligar a los trabajadores a completar su pensión futura e introducir tasas universitarias desde 1998.

"Tendremos que aceptarlos porque es el líder y cuenta con la mayoría. Eso es la democracia, pero van a venir tiempos muy difíciles y la gente nos va a pedir explicaciones", manifestó hoy a EFE un sindicalista londinense y miembro del partido participante en el congreso.

El rechazo del ala izquierdista al recorte del seguro que reciben un millón de madres solas y dos millones de niños, así como a la introducción de una tasa universitaria de 1.000 libras (unos 1.600 dólares) y a autofinanciar las pensiones puede quedarse en simbólico tras aprobarse reformas internas que impiden echar abajo decisiones del liderazgo, práctica que en el pasado dividió al laborismo.

Blair recordó en declaraciones a la BBC que "escucharemos a todos, pero el Gobierno debe gobernar".

El líder laborista añadió que los opositores a dichas reformas deberían decirle de dónde sacará el dinero para mejorar el sistema escolar, las Universidades, elevar su número de estudiantes y alcanzar la meta del pleno empleo para el siglo XXI.

Sin embargo matizó que dejarían de pagar tasas los estudiantes que, justificadamente, no pudieran hacerlo.

El ministro de Economía y Finanzas, Gordon Brown, insistió ante el grupo "Tribuna" (integrado por socialistas tradicionales) en la necesidad de las medidas que permitan "trabajar juntos para que existan oportunidades y prosperidad para todos".

Por su parte, la ministra de Seguridad Social, Harriet Harman, manifestó hoy que "un millón de británicos ven su pensión mínima completada con el seguro de pensionista porque la estatal no es suficiente".

Respecto a otra de las aspiraciones de la izquierda tradicional, la nacionalización de los ferrocarriles, el ministro de Trasportes y viceprimer ministro, John Prescott, indicó que "en el futuro necesitaremos legislar para llevar nuestros objetivos a la práctica, poniendo por delante el interés público y asegurando que la industria proporcione la calidad de servicio que los clientes requieren".EFE

PC/ig/pq

01-02

9714269

Un agente del cambio

GRAN BRETAÑA

La hora de Tony

Una mezcla de compasión al estilo Diana y dureza tipo Thatcher ha aumentado aún más su popularidad

POR STRYKER MCGUIRE

PIENSEN QUE SE TRATA DE LA DIANIficación de Tony Blair. La capacidad del Primer Ministro británico para encontrar las fuentes de emotividad de su país después de la muerte de la Princesa Diana le dieron el tipo de empuje que generalmente los jefes de gobierno sólo logran declarando la guerra. La popularidad de Blair se ha incrementado hasta un nivel tan alto que un diario de Londres dijo que se ha convertido "en el político democrático más popular de la historia".

La conexión de Blair con Diana no finalizó con su funeral. La semana pasada, cuando se dirigió a la audiencia en la conferencia anual del Partido Laborista en Brighton, el espíritu de la princesa se filtró sutilmente entre sus palabras. El Primer Ministro señaló que Gran Bretaña "ha prohibido el mal de las minas terrestres", una clara alusión a la campaña antiminas promovida por Diana. Y se refirió a esta época como una "época de dar", lo que no pudo evitar que la gente recordara las ya legendarias obras de caridad de Diana.

Por primera vez en 30 años el Partido Laborista tiene un líder que es más que bienvenido, tanto entre los ingleses decentes que habitan en los barrios de las afueras, que adoran a la reina y que van a la iglesia, como entre los sindicalistas y su partido evidentemente socialista. Esto le otorga una base amplia de atractivo político que se resume en una frase de su discurso de la semana pasada: "compasión con filo". El eco thatcheresco en esa frase es deliberado. La baronesa Thatcher, quien cumplirá 72 años la semana próxima, ya no es una presencia importante en la política británica, pero su legado de dureza política y reforma económica tiene aún inmensa influencia. Combinando un gran atractivo para la Gran Bretaña de Diana —a la que no tuvo reparos en llorar tras su muerte y en su funeral— con la determinación de acero de Thatcher, Blair se ha creado para sí mismo un puente político muy popular. Según Kenneth Minogue, de la Escuela de Economía de Londres, es "parte de la nueva Gran Bretaña sensible, combinada con la dureza de la Thatcher".

Los más escépticos hacia Blair pueden estremecerse de sólo pensarlo, pero éstas son palabras dulces para los que rodean al Primer Ministro. Le consideran artífice y beneficiario de la "callada revolución" de Gran Bretaña, como lo expresó la semana pasada un asesor, haciéndose eco de otra frase del discurso de una hora de duración pronunciado por Blair: "Recuerden esto: 1997 es el año en que Gran Bretaña cambió", afirma esta fuente. "Blair es el agente de este cambio, y los británicos están listos para esto".

Sí, pero *¿qué* cambio? La estrategia de Blair presupone que la elección de mayo, cuando los laboristas arrasaron con los *tories* (Partido Conservador) y ganaron una mayoría de 178 escaños en la Cámara de los Comunes, fue la manifestación visible de una transformación oculta que está teniendo lugar en el país. En una circunstancia poco común para Gran Bretaña, país que tiende a evitar este tipo de cuestiones, existe ahora un debate sobre dos temas: en qué tipo de nación se ha convertido y qué le gustaría llegar a ser.

Pese a todos los beneficios que los años de Thatcher llevaron a muchos británicos, éstos fueron también un período de deconstrucción: los sindicatos perdieron poder, las instituciones estatales fueron privatizadas y el énfasis de Thatcher en el individuo les pareció a algunos que amenazaba a las nociones tradicionales de sociedad y comunidad. Cuando Blair tomó el poder, el Partido Laborista tenía una lista de cosas que quería hacer: 2.200 millones de libras esterlinas adicionales para escuelas y hospitales el año próximo, un salario mínimo nacional, clases sociales más reducidas, una reforma constitucional histórica que diera a Escocia un parlamento y a Gales una asamblea menos poderosa, y un auténtico empuje a la paz en Irlanda del Norte. Lo que no tenían los laboristas era una manera de empaquetar todo esto de forma que se transmitiera al país una idea de lo que se trataba y de lo que representaba el candidato a Primer Ministro. Eso, decidió el equipo de Blair, sería la tarea de su discurso en la conferencia del partido.

A mediados del verano, Blair se fue de vacaciones a Toscana. Junto con sus estrategas, ya había comenzado a diseñar una visión de lo que sería esta "nueva Gran Bretaña" de la que no paraban de hablar y de cómo se reflejaría en su discurso. Junto a la piscina de la villa de un amigo suyo, Blair comenzó a delinear las líneas maestras de su mensaje, incluida la noción de que Gran Bretaña es "una nación modelo del siglo XXI". Mejorado después por un equipo de escritores, el discurso terminó con este contenido en Brighton: lo que se necesita en esta nueva Gran Bretaña son "viejos valores británicos, pero una nueva confianza británica. Nunca podremos ser los más grandes. Puede que nunca volvamos a ser los más poderosos. Pero podemos ser los mejores. El mejor lugar donde vivir. El mejor lugar para criar hijos, el mejor lugar donde llevar una vida satisfactoria, el mejor lugar donde envejecer".

Lo que permitió a Blair llevar a cabo con éxito este discurso puede resumirse en una palabra: Diana. Y el caso es que el Primer Ministro no estaba particularmente ligado a la princesa. Pero un fin de semana después de las elecciones, Diana llevó a sus niños a Chequers, la casa de campo de Blair, para que jugaran al fútbol con los hijos de Tony. Eso explicaría, tanto como cualquier otra cosa, por qué la mañana en que murió Diana la voz de Blair se quebró en la palabra "los niños" cuando habló emotivamente de su muerte. Esas primeras palabras, pronunciadas en el gélido aire a las afueras de una iglesia en el distrito rural en que tiene una casa, tuvieron la mayor audiencia de su carrera. Aunque algunos pusieron objeciones a su ejecución, su lectura del Libro de los Corintios en el funeral de Diana le pareció a la mayoría de la gente como preparada y apropiada. Entre esos dos momentos, sus esfuerzos por lograr un funeral para el pueblo destinado a la mujer a la que llamó "la princesa del pueblo" le ganaron una aprobación casi universal.

Hubo una cosa, sobre todo, que los estrategas de Blair aprendieron del fenómeno Diana. "Hubo un inconfundible deseo de comunidad", dijo uno de sus asesores. Esa palabra significa mucho para Blair; desde sus primeros días en política ha escrito y hablado sobre la importancia de la comunidad y a veces lo ha hecho con fervor religioso. Sus principales asesores creen que su uso del pensamiento comunitario es uno de sus puntos fuertes.

Tienen razón. La amarga verdad es que Blair todavía no se ha ocupado de las cuestiones realmente difíciles que dominarán su mandato: establecer cuál es la relación de Gran Bretaña con la Unión Europea, la reforma del estado del bienestar, la mejora de los niveles de capacitación. Para decirlo de la forma más suave, no está claro de qué manera su hábil oratoria y su toque emotivo le ayudarán cuando tenga que tomar difíciles decisiones políticas, como tendrá que hacer. Una cosa está clara: no será entonces tan popular como lo es ahora. El fenómeno Diana le ha ayudado a escalar alturas que marean. Pero no le va a ayudar siempre.

Con SUZANNE MILLER *en Londres*

02-02

9714269

XD2652

R POXBT 10-06 00234
mun exg icx

R.UNIDO-CONSERVADORES
DESCIENDE AL 22 POR CIENTO EL APOYO A LOS "TORIES".

Londres, 6 oct (EFE).- El Partido Conservador británico se dispone a celebrar mañana su congreso anual cuando una nueva encuesta revela que su apoyo electoral ha descendido al 22 por ciento, mientras los laboristas alcanzan el 60 por ciento.

Según el sondeo de la firma Gallup publicado hoy por el "The Daily Telegraph", los laboristas, en el Gobierno, logran un ascenso de 16 puntos, desde los comicios del pasado 1 de mayo, y los conservadores pierden nueve puntos desde esa cita electoral.

Gallup, que no especifica el número de consultados, elaboró la encuesta durante el pasado mes de septiembre.

En visperas del congreso conservador que se inaugura mañana en la localidad inglesa de Blackpool, William Hague, líder del Partido Conservador, asegura hoy en el diario "The Times" que su organización política trabaja duro desde la oposición para emprender reformas importantes

Hague añade que quiere que el Partido Conservador, que sufrió una aplastante derrota en las últimas elecciones generales, sea una oposición eficaz, con objetivos claros y positivos.

El dirigente conservador prometió la puesta en marcha de un programa destinado a conocer los deseos de la gente, con la que el partido quiere estar "más en contacto".

Para ello, líderes partidarios dialogarán con hombres de negocios, representantes religiosos y de las minorías étnicas para conocer sus respectivos puntos de vista. EFE
vg/tcr/pq

10/06/09-28/97

Nº DOCUMENTO 97/4270
TITULO REINO UNIDO:
REFERENCIA 150090
FECHA DE REFERENCIA 151091
CLASIFICACION 11816 11164
CIRCULACION 304529 80052
515432
66606
11837

CONGRESO DEL PARTIDO CONSERVADOR Y SITUACION DEL MISMO.

9714270

01-12

CONSERVADORES BRITANICOS

El camino de los dinosaurios

Por Marcelo Justo
Desde Londres

El Partido Conservador más antiguo del planeta, el que dominó la política británica del siglo XX, inicia hoy su congreso anual contemplando por primera vez la posibilidad de su propia desaparición. Desmoralizados por la humillante derrota del 1° de mayo, los conservadores congregados en la ciudad balnearia de Brighton, al sur de Londres, se enfrentan al lapidario diagnóstico de una encuesta que los sitúa a años luz del New Labour de Tony Blair y al funesto presagio de un informe del Think-Tank que fundó Margaret Thatcher en 1975. "Si se mantiene la tendencia actual, el Partido Conservador dejará de existir para cuando lleguemos a las próximas elecciones", alerta el informe del Centre for Policies Studies.

La encuesta de Gallup, publicada ayer por el ultraconservador matutino *Daily Telegraph*, coloca a los tories a más de 35 puntos de distancia del gobernante laborismo. Según la encuesta, el laborismo ganó 16 puntos en las preferencias del público desde las elecciones generales mientras que los conservadores descendieron en 8 puntos y apenas retienen la confianza de un 21 por ciento de electorado. Aún peor, mientras que el líder laborista Tony Blair goza de una popularidad del 93 por ciento, sólo un seis por ciento de los británicos opina que el nuevo jefe conservador, William Hague, tiene las condiciones para ser primer ministro.

El informe del Centre for Policies Studies tiene un efecto más demoledor a largo plazo. Según éste, el partido perdió todo contacto con la generación de entre 18 y 45 años que constituye hoy apenas el 20 por ciento de la militancia. Mientras que en 1949 la Rama Juvenil Partidaria, los Young Conservatives (que formarían los sucesivos gobiernos del thatcherismo), sumaba 160 mil militantes, la cifra actual en toda Gran Bretaña no supera los 3 mil activistas. El partido tampoco atrae a las mujeres que "además parecen sentir una fuerte aversión a hacer cualquier tipo de contribución". Los nuevos militantes tienen un promedio de entre 50 y 55 años. Y, ni siquiera allí, los conservadores pisan tierra firme. A menos que el partido se someta a una reforma interna radical, vaticina el informe, estos militantes también tirarán la toalla desalentados por la impotencia en que están sumidos los otrora todopoderosos conservadores.

> **Informe:** ***"Si se mantiene la tendencia actual, el Partido Conservador dejará de existir para cuando lleguemos a las próximas elecciones".***

Curiosamente el nuevo líder, William Hague, es una excepción a la gerontocracia que amenazaría la supervivencia misma del partido. A los 36 años es el líder conservador más joven que hayan tenido los tories y propone un cambio copernicano en su organización. Tal como reclama el informe del Centre for Policies Studies, la reforma interna busca dar una participación directa a los militantes en la elección del líder y en la generación de la política partidaria. Pero por el momento los británicos no confían en Hague. La encuesta de Gallup es terminante: identifican a su juventud con la inmadurez, no con la vitalidad.

Divididos y sin un líder que inspire esperanzas, la desorientación de los conservadores se puede apreciar en el camino que recomienda tomar el Centre for Policies Studies. La propuesta resulta impensable para el partido de la "dama de hierro", Margaret Thatcher, y sería seguramente increíble para el que lideraba Winston Churchill, el otro gran líder conservador de este siglo: que los conservadores se conviertan en el hogar natural de negros, gays y mujeres.

9120710

02

9714270

XD2698

U POXBT 10-07 00603
mun exg icx

R.UNIDO-CONSERVADORES (Previsión)
PRIMER CONGRESO EN LA OPOSICION EN 20 AÑOS, CON APOYO A HAGUE

Blackpool (R.Unido), 7 oct (EFE).- El Partido Conservador británico inició hoy, martes, en la ciudad de Blackpool, su primer congreso en la oposición en casi 20 años bajo el lema "un futuro renovado" y con el anuncio de que su líder, William Hague, recibió el apoyo del 70 por ciento de los 350.000 votos emitidos.

El resultado de la votación interna sólo era conocido hasta la apertura del congreso por el presidente del partido, Cecil Parkinson, y por el propio Hague, quien pidió a los delegados valentía para abordar las reformas internas necesarias.

Hague, que fue recibido por los miembros de su partido, de pie, con una cerrada ovación, destacó que no desea de los delegados un "cheque en blanco" sino su punto de vista en los seis principios básicos de sus propuestas de reforma: unidad, descentralización, democracia, implicación, integridad y apertura.

Si recibe el apoyo que espera a la modernización del partido, distribuirá un documento que servirá de base a las discusiones de su formación política durante los próximos seis meses.

El documento, que necesitó seis borradores previos, propone, entre otras cosas, que el líder "tory" cuente con la capacidad de expulsar o suspender a los diputados o miembros que lleven al partido al desprestigio y que un comité de ética examine y efectúe recomendaciones al consejo dirigente.

En el documento propone medidas para asegurar que resulten elegidas más mujeres diputadas, la publicación del origen de donaciones de más de 5.000 libras (unos 8.000 dólares) y el rechazo de las aportaciones extranjeras, y la integración de los jóvenes en un órgano llamado "Futuro Conservador".

Otros proyectos son la elaboración de una lista nacional de afiliados, que según algunos responsables pueden llegar al millón, la fusión en una junta de gobierno de 12 o 14 figuras destacadas (el presidente y un vicepresidente serían designados por Hague) de las actuales tres alas del partido: diputados, profesionales de la sede central y los voluntarios integrados en la "Unión Nacional".

También prevé la celebración de un congreso nacional de circunscripciones y presidentes locales que representan al voluntariado conservador.

El debate sobre las propuestas de Hague fue abierto hoy por la última ministra de Educación y Empleo del Gobierno de John Major, Gillian Shepard, actualmente portavoz "tory" en la Cámara de los Comunes.

"Nuestro partido sufrió una terrible derrota porque los electores creyeron que estábamos divididos entre nosotros y alejados de ellos por arrogancia. En la oposición, el partido debe estar unido, disciplinado y con principios", manifestó con rotundidad.

Los conservadores perdieron las elecciones el pasado 1 de mayo por una mayoría aplastante del Partido Laborista, cuyo líder, Tony Blair, fue nombrado primer ministro.

Hague, que se dirigió por vez primera a un congreso "tory" cuando contaba 16 años, calificó el actual de uno de los congresos más imporantes "en la historia del Partido Conservador porque haremos el inventario de nuestra terrible derrota electoral y comenzaremos el camino hacia la recuperación".

Dos destacadas miembros del partido, la ex diputada Angela Rumbold, y Julie Kirkbride, que consiguió escaño en el Parlamento de Westiminster en las últimas elecciones, pidieron hoy al partido que impulse la presentación de candidatas femeninas en las elecciones.

"En la selección de candidatos en las circunscripciones debería establecerse que el 50 por ciento fueran mujeres, lo que daría a los electores igual número de opciones para ambos sexos", manifestó a la BBC Rumbold, ex vicepresidenta del partido.

Dichas medidas ya fueron introducidas por el Partido Laborista, en el poder, y son estudiadas actualmente por el Partido Liberal Demócrata. EFE

PC/tcr/pq

63

9714270

10/07/13-04/97

TD9419

R POXBT 10-08 00572
mun

R.UNIDO--CONSERVADORES
LA MODERNIZACION DEL PARTIDO OBJETIVO DEL CONGRESO CONSERVADOR

Blackpool (R.Unido), 8 oct (EFE).- La modernización del Partido Conservador británico que pretende impulsa su líder, William Hague, tal y como lo hizo con los laboristas el ahora primer ministro, Tony Blair, pasó la prueba de fuego en su congreso anual, que se celebra en Blackpool.

Las reformas, impulsadas por Hague, fueron defendidas hoy, miércoles, por el presidente del grupo parlamentario conservador en el Parlamento, el Comité 1922, Archie Hamilton, que recordó al pleno de la asamblea que la derrota en las últimas elecciones, fue debida a las diferencias y luchas internas del partido.

"Hague ha indicado, como prioridad de su liderazgo, que aprendamos la lección de la fuerte derrota sufrida en las elecciones de mayo y en la reconstrucción del partido", dijo Hamilton.

Una reconstrucción que implica que "por primera vez los tres pilares del Partido Conservador -la sede nacional (Central Office), la Unión Nacional (circunscripciones) y el Partido Parlamentario (diputados) queden unificados", explicó.

Los oradores pidieron a los conservadores que, al igual que han apoyado a su líder con un 80 por ciento de los votos, den ahora el mismo respaldo a sus reformas "por radicales que éstas sean".

La reforma del Partido en una estructura monolítica, que aglutine a sus diferentes organizaciones independientes bajo un solo organismo de gobierno, es la más difícil de asimilar para las bases, que dudan que sea el sistema más indicado para democratizar su funcionamiento.

Esta reforma contempla, como último objetivo, que el líder del Partido pueda ser elegido por todos los miembros del mismo y no solamente por el comité parlamentario, integrado por los miembros del Partido Conservador que ocupan un escaño en la Cámara de los Comunes.

Hamilton recordó que el objetivo final de las reformas es que "todos y cada uno de los miembros del nuevo Partido Conservador tenga voto en las futuras elecciones para líder".

Por su parte, el vicepresidente conservador, Archie Norman señaló que el objetivo no es "crear nuevos comités y escribir nuevas normas y reglamento", sino crear un nuevo Partido "capaz de captar nuevamente el voto de los ciudadanos".

Entre los objetivos para alcanzarlo destacó la captación de nuevos miembros, hasta doblar el número actual, fijar cuotas del 25 por ciento de candidatos de sexo femenino, atendiendo a sus méritos, así como la revitalización de las juventudes conservadoras, para "alcanzar un partido abierto a todas las ideas y debates, pero intolerante con la falta de honradez".

Advirtió sobre la presencia y la posible oposición de los sectores más tradicionalistas del Partido, "todos esos que se oponen a las reformas y que se sienten intranquilos por los cambios", a los que, no obstante, dijo comprender.

Como en ocasiones anteriores, el Partido Conservador británico se prepara y adopta medidas para afrontar una reforma y modernización, como consecuencia de una gran derrota, tal y como ocurrió tras las de 1906 y 1945.

La primera de ellas tuvo como consecuencia la creación de la figura de presidente del Partido y una reforma radical del funcionamiento de su sede central (Central Office), así como la formación del Comité 1922, un poco más tarde.

La derrota en las elecciones de 1945 provocó una restructuración total del sistema de financiación de los conservadores, animando a las asociaciones locales a que recaudasen fondos y captasen nuevos miembros.

Como consecuencia de ello, el número de afiliados pasó en tres años de uno a dos millones y también se llenaron las cajas del Partido. EFE

LR/CO/mlr

10/08/16-36/97

04

9714270

XD2736

U POXBT 10-08 00602
mun exg icx

R.UNIDO-CONSERVADORES (Previsión)
"TORIES" DEBATEN INTEGRACION EUROPEA Y REFORMAS DEL PARTIDO

Blackpool (R.Unido), 8 oct (EFE).- El Partido Conservador británico, que celebra esta semana su congreso anual en la localidad inglesa de Blackpool, debate hoy, miércoles, el espinoso asunto de la integración europea y propuestas para emprender reformas radicales en la organización política.

La moneda única europea, asunto que ha causado profundas divisiones en el partido en la oposición, será analizado por el portavoz de Asuntos Exteriores del partido, Michael Howard.

Según adelantaron los comentaristas, Howard, ex ministro del Interior, recalcará que los conservadores se oponen "en un futuro próximo" a la incorporación del Reino Unido a la moneda única, cuya entrada en vigor está prevista para el 1 de enero de 1999.

Se espera que los "euroescépticos" del partido brinden un pleno apoyo al discurso de Howard, aunque insistirán seguramente en la necesidad de que se descarte por completo la moneda única porque supondría abandonar una parte de la soberanía del país.

El debate sobre Europa es considerado vital para saber hasta qué punto los conservadores podrán superar las divisiones internas y poder presentarse como una oposición eficaz y con perspectivas para volver al poder en las próximas elecciones generales, previstas para dentro de unos cinco años.

Sin embargo, tal posibilidad sufrió hoy un serio revés con la publicación de un sondeo de opinión en el periódico "The Guardian", que indica que uno de cada diez británicos considera que los "tories" tardarán unos diez años en volver al poder.

El sondeo, elaborado por la firma ICM para dicho rotativo, indica que el líder "tory", William Hague, tiene una dura tarea por delante para renovar al partido tras el desastre electoral del pasado mes de mayo, cuando varios ministros del anterior Gobierno conservador perdieron sus escaños.

ICM entrevistó a 1.211 adultos en todo el país el pasado 6 de octubre, un día antes del comienzo del congreso anual del partido.

Además, la encuesta reveló que el 50 por ciento de los encuestados consideraron que los laboristas harán una buena labor en materia económica, frente al 22 por ciento de los conservadores y el 6 por ciento de los liberales demócratas.

En los debates de hoy también se analizarán los recientes consultas populares en Escocia y Gales que dieron el visto bueno a la formación de un Parlamento propio escocés con potestad para variar los impuestos y una Asamblea autonómica galesa.

Los conservadores condenaron estas consultas por considerar que la decisión del Gobierno laborista de brindar una mayor autonomía a Escocia y Gales puede suponer el comienzo del fin de la desintegración del Reino Unido.

También se analizará el programa titulado "Nuestro partido, anteproyecto para el cambio", que contiene una serie de propuestas para emprender reformas radicales, como la elección del líder de la organización política.

Hasta ahora sólo los diputados "tories" pueden votar al líder, pero William Hague desea que todos los miembros del partido tengan la palabra a la hora de tomar una decisión sobre el liderazgo.

Los debates de hoy se han visto eclipsados por la polémica en

05 9714270

torno a los comentarios de dos miembros del partido, Alan Clark, ex ministro de Industria y Comercio, y Norman Tebbit, ex presidente del partido.

Clark señaló ayer en un encuentro con la prensa que para acabar con la violencia del Ejército Republicano Irlandés (IRA) había que matar a 600 personas en una noche, mientras que Tebbit dijo que la sociedad multicultural de Gran Bretaña motiva divisiones en el país.

En declaraciones hoy a la BBC, Hague dijo que los ataques contra la sociedad multicultural están "fuera de moda" y advirtió que, quien no quiera ser parte de los cambios en el partido, debería abandonarlo.- EFE

vg/ig/pq

10/08/09-13/97

9714270

XQ1918

R FOXBT 10-09 00620
mun

R.UNIDO-CONSERVADORES
PORTILLO PROPONE VISION MAS HUMANITARIA CONSERVADORES

Blackpool (Reino Unido), 9 oct (EFE).- El ex ministro británico de Defensa Michael Portillo considera que una de las llaves para el resurgimiento de los conservadores es presentar ante el electorado una visión más humanitaria de las cuestiones sociales.

En una conferencia pronunciada por el ex ministro en el Centro de Estudios de Política, con motivo del Congreso Anual del Partido Conservador, Portillo presentó su visión de una formación política más compasiva, con una mayor tolerancia hacia todos los sectores de la sociedad, como forma de conseguir de nuevo el apoyo de los votantes.

En un sorprendente giro de su tradicional rigidez de ideas, el ex ministro, que perdió su escaño en las elecciones de mayo ante el candidato laborista Stephen Twigg, uno de los diputados que ha reconocido su homosexualidad, se pronunció por un tratamiento más permisivo para las "indiscreciones de tipo sexual".

Portillo cree necesario hacer una distinción entre las acciones que indican una inmoralidad de naturaleza financiera, o cualquier otra violación de la confianza pública, y aquellas vinculadas únicamente a problemas de la vida personal.

"Las violaciones de la confianza pública o inmoralidades financieras deben conducir a la dimisión", dijo.

Añadió que "los problemas privados e indiscreciones sexuales no deberían normalmente conducir a poner fin a la carrera de una persona. Podremos tener menos consideración hacia alguien que tiene debilidades en su vida privada, se puede dejar de apoyarle o reelegirle, pero no debemos obligarles a que abandonen sus puestos por esos motivos".

Al hacer un análisis de las razones de la derrota de su partido en las últimas elecciones, Portillo dijo estar convencido de que los conservadores deben aceptar como propios algunos de los cambios fundamentales sufridos por la sociedad británica en los últimos 20 años.

Por primera vez, reconoció la necesidad de aceptar algunos de estos cambios y puso como ejemplo el Parlamento escocés.

Al respecto, Portillo dijo estar dispuesto a aceptarlo ya que "fue su decisión y debemos asumirla hasta que la experiencia les lleve a un cambio de opinión. Nuestro interés y nuestra obligación es clara, ofrecer nuestra colaboración para que esa cámara funcione".

Recordó, no obstante, los peligros del nacionalismo, por lo que recomendó "hacer lo menos atractivos posible los planes de los nacionalistas, que intentarán utilizar dicha institución para promover el separatismo y la disolución de la unión".

Asimismo, puso en duda la validez del hasta ahora "dogma de fe" institucional de los conservadores, la primacía de la familia tradicional como unidad familiar, reconociendo la "magnífica" labor que hacen algunas madres y padres solteros, así como las parejas que deciden vivir unidas sin contraer matrimonio.

"Creemos que los niños se desarrollan mejor en el seno de una familia tradicional estable, pero admiramos a las numerosas personas que realizan un magnífico trabajo criando a sus hijos solos. Lo importante es que estas personas reconozcan sus responsabilidades", dijo.

"Nos guste o no, mucha gente opta por no casarse y, a pesar de ello, crean familias estables con hijos".

El Partido Conservador "nunca rechaza el mundo tal como es. La tolerancia es parte de la tradición conservadora", dijo Portillo, cuyas palabras han sorprendido a los observadores por romper con su imagen de representante de la línea dura, y pueden enfrentarle a los que fueron sus mentores, entre ellos la ex primera ministra Margaret Thatcher.

La ex primera ministra, defensora acérrima de lo que considera los valores morales tradicionales conservadores, ha manifestado en privado su malestar por la decisión del líder conservador, William Haque, de compartir habitación con su prometida, Ffion Jenkins, durante la celebración del Congreso Anual de los conservadores, que finaliza el viernes. EFE

LR/ah/ddp

01

97142701

XA3950

U POXBT 10-09 00587
exg mun icx

R.UNIDO-CONSERVADORES (Previsión)
CONSERVADORES REITERAN SU OPOSICION A LA MONEDA UNICA

Blackpool (R.Unido), 9 oct (EFE).- El portavoz de economía del Partido Conservador británico, Peter Lilley, reiteró hoy, jueves, la oposición de su partido a la entrada de la libra esterlina en la moneda única, que "no conviene por el momento" a los intereses de Gran Bretaña.

Tal como se esperaba, el portavoz de Economía evitó excluir de forma efectiva la entrada del Reino Unido en la Unión Monetaria, o fijar un plazo para hacerlo, siguiendo la nueva dirección marcada por el líder conservador, William Hague, que habla ahora de no entrada "en un futuro previsible".

En su alocución, Lilley agradeció la presencia en la tribuna de honor de la ex primera ministra Margaret Thatcher, de quien dijo que era la persona que creó la "actual prosperidad" del Reino Unido, y que fue recibida con una ovación cerrada de cuatro minutos.

Tras analizar brevemente las razones de la derrota conservadora en las últimas elecciones, que atribuyó a las divisiones internas del partido, Lilley lanzó una advertencia para "mantener la cautela antes de embarcarnos en cualquier aventura monetaria europea".

Calificó la posible entrada del Reino Unido en la Unión Monetaria como "la decisión monetaria más importante que el país nunca ha tenido que tomar, mucho más importante que el regresar al patrón oro en 1925".

Explicó que tanto entrar en el patrón oro como hacerlo en el Mecanismo de Cambios, en 1990, eran medidas reversibles, mientras que "la entrada en la moneda única es una medida que pretende ser irrevocable".

Para los conservadores, tal como precisó Lilley, esa decisión no puede ser tomada "a menos que estemos totalmente convencidos de que es buena para el país, no solamente en el momento actual, pero de forma indefinida", debido a su irreversibilidad.

Lilley, considerado uno de los euroescépticos del partido, destacó las diferencias existentes en los ciclos económicos del Reino Unido con el resto de los países que podrían entrar en la primera fase de la moneda única, especialmente en las relaciones laborales - Gran Bretaña no firmó la Carta Social-, y en los sistemas financieros.

"Nadie puede decirnos cuánto tiempo pasará antes de que desaparezcan esas diferencias, por lo que si no es en el mejor interés de gran Bretaña el unirse ahora, sería ilógico fijar una fecha para unirse a la misma", precisó Lilley.

Antes de comprometerse con la moneda única, los conservadores quieren ver si ésta funciona, "ver si sobrevive a una recesión, si realmente implica un sistema impositivo centralizado y una redistribución de ingresos entre países tal como afirman algunos", dijo el portavoz conservador de Economía, que aprovechó la ocasión para atacar al Gobierno laborista en este tema.

"El Gobierno está pensando cómo lanzar a este país en la Moneda única. Abiertamente admiten que su principal motivo es político. Gordon Brown (el ministro de Economía) lo ve como una forma de evitar una situación embarazosa con sus diputados sobre política monetaria. Prefiere dar el poder a 14 banqueros extranjeros antes

9714270

08

que dejarlo a los 400 diputados laboristas", dijo.

El discurso de Lilley, a pesar de su oposición a la entrada de la libra en la moneda única, muestra la suavización de la postura oficial conservadora, que hasta ahora consistía en descartar cualquier consideración del asunto en los proximos diez años.

"La cuestión no está en si queremos estar fuera para siempre, sino si queremos entrar para siempre", dicen los conservadores ante la posibilidad de un referéndum sobre la moneda única, algo que no descartan los laboristas.

La cautela y la moderación parecen ser ahora el camino que se marcan los conservadores en este asunto. EFE

!r/mcd/ik

10/09/12-30/97

09

9714270

XA0050

U FOXRT 10-10 00628
exg mun icx

R.UNIDO-CONSERVADORES (Previsión)
HAGUE PIDE PARTIDO CONSERVADOR MAS TOLERANTE Y COMPASIVO

Blackpool (Reino Unido), 10 oct (EFE).- El líder del Partido Conservador, William Hague, clausuró hoy el Congreso Anual de su partido, con un dramático llamamiento a la tolerancia y a la compasión para con los menos favorecidos.

Hague desveló ante los delegados su idea de un conservadurismo popular, que se preocupa por la pobreza, por los menos favorecidos y por los oprimidos, y con una actitud más tolerante y liberal hacia las familias atípicas y a las indiscreciones sexuales de los políticos.

El deseo de Hague es presentar un renacido Partido Conservador que muestre a los electores que "realmente se proecupa por los demás" y hacer olvidar la visión de un partido arrogante y anticuado.

"Quiero hablaros de un conservadurismo abierto que se preocupa, que es tolerante, que cree que la libertad es más que pura economía, que cree que la libertad no termina en la tienda de la esquina. Quiero hablaros de un conservadurismo democrático y popular que está dispuesto a demostrar que se preocupa por los demás", dijo el líder conservador.

Tras un congreso en el que consiguió carta blanca blanca para iniciar la modernización de su partido, tal como hicieron los laboristas en los últimos 10 años para crear el "nuevo laborismo" de Tony Blair, Hague insistió en la necesidad de actualizarse "sin perder los principios fundamenales conservadores muy válidos", para recuperar la confianza del electorado.

"Quiero apoyar a la familia, pero no vamos a recetar cómo cada persona debe conducir su vida", un reflejo de las palabras pronunciadas la jornada anterior por Michael Portillo, ex ministro de defensa, y delfín de la ex primera ministra, Margaret Thatcher.

En esa ocasión Portillo había señalado que los conservadores habían sido derrotados en mayo por su falta "de sensibilidad a los problemas sociales, con un leguaje de economía y altas finanzas cuando la autoestima y el puesto de trabajo de las personas estaba en juego".

En su discurso de cierre del congreso, donde no faltaron los ataques a los laboristas, Hague dijo estar decidido a utilizar la autoridad conseguida, con el apoyo mayoritario recibido de los congresistas, para llevar a cabo la reforma radical de las estructuras de su partido para transformarlo en otro con una imagen más acorde con la realidad social del país.

Calificó los referéndos para el Parlamento escocés y la Asamblea galesa, convocados por los laboristas, como "grandes errores" que, dijo, sólo conducirían "a la destrucción de nuestra Constitución".

"Aceptamos que los escoceses y los galeses se han pronunciado -añadió-, por lo que nos presentaremos a esas elecciones y pondremos todos nuestros medios para evitar que los separatistas rompan el Reino Unido".

Señaló que el Partido Conservador quiere una Europa "fuerte y próspera" en la que Gran Bretaña juegue un papel vital, "conjuntamente con nuestros socios, para derribar las barreras al libre mercado".

Hague se pronunció por la apertura de la Unión Europea a otros estados y dijo que desea "una Europa que abrace los países del centro y este" del continente "y no las deje fuera", pero advirtió que no había que dejarse llevar por el optimismo y recordar que "Europa no es una nación y no debe aspirar a serlo".

Hague señaló que su postura sobre la entrada en la moneda única, decisión que consideró la "más importante" que deberá tomar el Reino Unido, era de "no entrada de la libra en el futuro previsible", pero prometió libertad de voto a sus diputados cuando llegue el momento.

Precisó no obstante que la voz final la tendría el pueblo, ya que la entrada en la moneda única debería ser decidida "por un referéndum claro".

Calificó en su discurso como de "gran error" la entrada de la libra esterlina en el Mecanismo de Cambios del Sistema Monetario Europeo, que se vio obligada a abandonar tras el miércoles negro, por lo que "no debemos permitir que pueda ocurrir una cosa similar". dijo Hague. EFE

LR/tcr/il

10/10/11-58/97

10

9714270

EL CONGRESO PARTIDARIO DECIDIO UN CAMBIO DE RUMBO

Gran Bretaña: los conservadores salen a recuperar terreno

Tras 18 años de capitalismo salvaje, se plantean dar una imagen "light" • Pondrán más acento en lo social • Igual que el laborismo

MARIA LAURA AVIGNOLO
Londres. Corresponsal

Después de 18 años de capitalismo salvaje, que el 1° de mayo lo llevó a la derrota electoral ante el nuevo laborismo de Tony Blair, el Partido Conservador decidió en el congreso partidario que terminó este fin de semana plantearse para el futuro una imagen "light", con **más interés en lo social**, para poder recuperar el peso político que ha ido perdiendo aceleradamente.

En el congreso celebrado en Blackpool los conservadores se apropiaron de la palabra "compasión", un término que parece acuñado por los políticos británicos de fin de siglo. Los tories, en efecto, decidieron construir un "nuevo conservadurismo popular compasivo", a imagen del nuevo laborismo, que también está construyendo una "sociedad compasiva". La consigna ahora es **"lo económico no es lo único importante, sino la gente"**.

En la realidad de los hechos, el viejo establishment conservador trató de encontrar un nuevo discurso para enfrentar al ultraderechista Tony Blair, como ellos lo califican.

El resultado fue insólito. El ultrathatcherista y antieuropeista Michael Portillo fue quien propuso la **defensa de la multiculturalidad, de las madres solteras y de los gays**, argumentando que el abusivo ataque efectuado durante el gobierno de Margaret Thatcher contra estas minorías llevó a los conservadores a una clamorosa derrota.

Estas palabras, puestas en boca de Portillo, daban la impresión de que el viejo Partido Conservador se hubiera travestido, porque no hubo peor racista que él durante la gestión conservadora.

Dos sectores

La conferencia enfrentó claramente a dos sectores. Por un lado estaban los viejos tories, los **ultrathatcheristas que nadan en busca de un aire nuevo** que los deje ser elegidos nuevamente en el Parlamento británico despues de la brutal derrota de mayo. Por otro lado se ubicó una **nueva fuerza que encarna el flamante premier** William Hague, aunque a éste aún le falta carácter y experiencia.

Thatcher le rogó al joven Hague, que reemplazó a John Mayor como líder conservador tras la derrota electoral, que se casara antes de la conferencia con su novia, Fiona Jenkins, y que no conviviera en ella en el mismo hotel para no irritar a los militantes más conservadores. Hague sonrió divertido, como si estuviera hablando con su abuela. Le explic: **"Los tiempos han cambiado y es la nueva forma de probar si un matrimonio funciona"**. Fiona, su novia galesa, fue la real novedad de la conferencia .

En esta cohabitación entre dinosaurios y travestidos políticos, el nuevo líder tory William Hague trató de imponer su nueva línea política ante un partido dividido en feudos y con las heridas aún sangrantes por la derrota.

El futuro del partido deberá estar fundado en "la libertad, la educación, la compasión y el concepto de Nación".

En un claro distanciamiento con la obsesión de los conservadores por la economía y los negocios a expensas de los individuos, Hague dijo que su visión es la de "un Partido Conservador tolerante, que cree que **la libertad es mucho más que la economía, que la libertad no se mide en la caja registradora"**.

Su conservadurismo popular "va a escuchar con compasión y, aunque tiene las raíces en la tradición, va a abrazar el futuro".

"Va a ser un conservadurismo que aprendió de sus errores. No vamos a ser partido de poder. Vamos a ser **un partido de principios** y en los años que vienen seremos el único partido con principios", dijo Hague.

El líder conservador atacó al nuevo laborismo con rudeza y lo acusó de hacer una política "sin conciencia, sin valores y sin consistencia". □

El crepúsculo de los 'tories'

El jefe de los conservadores, William Hague, no puede hacer nada bien. Pero ahora él es todo lo que tienen

CUANDO LOS 'TORIES' (conservadores) eligieron a William Hague para sustituir a John Major como líder del partido, parecía el mejor rival disponible contra Tony Blair. Era joven, atrevido y ambicioso y lo que le faltaba en experiencia de liderazgo le sobraba en entusiasmo. Con su buen humor y una novia fotogénica, prometió hacer revivir al golpeado partido.

No tuvo mucha suerte. Cuatro meses después que los conservadores sufrieran su peor derrota en las urnas desde 1906, la caída continúa. En vísperas de la conferencia del partido de esta semana, la popularidad de los conservadores había caído a un 25 por ciento. Los miembros del partido se han reducido de 3 millones en la década de los años 50, a menos de 400.000 hoy. Y no están rejuveneciendo. La edad media de sus miembros está entre los 62 y 65 años. Muchos miembros importantes del partido están ahora cuestionando en público si Hague es el hombre adecuado para dar la imagen fresca que necesitan. "Los conservadores se han promovido activamente como un partido de cerveza y cricket en una era en la que los ídolos son la Coca-Cola de dieta y los patines de ruedas", afirma un informe reciente del Centro de Estudios Políticos, realizado por un grupo de jóvenes miembros.

ROBIN MAYER—LFI

No es Tony Blair: *Hague y su novia en un carnaval afrocaribeño*

El principal fallo de Hague es que no es un Tony Blair. A los 36 años es ocho años menor que el muchacho maravilla de los laboristas, pero su calvicie y su frente ancha no le dan una imagen juvenil al lado de Blair. Hague se unió al Partido Conservador a los 15 años; un año después dio su primer discurso, que fue muy aclamado, en la conferencia del partido. (Blair, entre tanto, tocaba en una banda de *rock* en Oxford). El ex representante Julian Critchley afirma: "William Hague debe de ser el joven más viejo en cautiverio".

Y no parece poder hacer nada bien. Su sugerencia de que el aeropuerto Heathrow fuera rebautizado en memoria de la Princesa Diana fue una bomba; los británicos parecen poco dispuestos a asociar a Diana con un lugar tan carente de alma. Los especialistas en relaciones públicas le han echado la culpa a todo, desde los cocteles que se tomó en un carnaval afrocaribeño hasta el hecho de llevar una gorra de béisbol con su propio nombre. "Es como decir: 'Aquí está la foto de un joven líder y le hemos puesto una gorra' ", dice el ex asesor de Margaret Thatcher, Harvey Thomas. La propia Dama de Acero arremetió contra Hague por reservar una habitación de hotel con su novia, Ffion Jenkins, en la conferencia del partido de esta semana.

Por ahora, el liderazgo de Hague está asegurado. "Ha tomado el poder en una época increíblemente difícil y hay que darle una oportunidad", dijo el ex ministro Phillip Oppenheim. "Pero el problema es que no hay alternativa".

WILLIAM UNDERHILL *en Londres*

12-12

9714270

Nº DOCUMENTO 9714271
TITULO ANALISIS DEL REFERENDUM AUTONOMICO QUE TRIUNFO EN ESCOCIA
180163
011097
11810
501529
11055
11164
01-02
9714271

OPINION

HISTORIA CON 'H' MINÚSCULA

Olvídese de 'Braveheart'. El silencioso referendo de Escocia fue una victoria de los pragmáticos

POR STRYKER MCGUIRE

NUNCA SUBESTIME EL PODER DE un británico —o una británica— para conseguir palabras gloriosas de un escocés ansioso de independencia. En 1320, con la esperanza de contener las agresiones del rey Eduardo I de Inglaterra ("el martillo de los escoceses"), los barones de Escocia redactaron una carta para el Papa Juan XXII. Su declaración fue escrita en un latín pulido, probablemente por el abad, para exhortar a Eduardo a "dejarnos a nosotros los escoceses en paz... en esta pobre Escocia, más allá de la cual no existe *ningún* lugar donde vivir".

Mayor autonomía: *Celebrando la victoria*

Siglos más tarde, otro martillo de los escoceses, Margaret Thatcher, inspiró sentimientos similares con sus resueltos puntos de vistas unionistas. En 1989, los dirigentes escoceces se reunieron en Edimburgo para llevar a cabo una Convención Constitucional formal, primer paso hacia el establecimiento de su propio parlamento. El presidente del comité ejecutivo de la convención, Canon Kenyon Wright, dijo en clara referencia a la Primer Ministra británica: "¿Y qué si esa otra voz que todos conocemos tan bien responde diciendo, 'Decimos que no y nosotros somos el estado'? Bien, decimos que sí... y nosotros somos el pueblo".

Contra el telón de fondo de un lenguaje tan rico y de tantos resentimientos, ¿por qué, entonces, hubo apenas un golpe de tambor y el sonido de una gaita, cuando hace dos semanas, los escoceses fueron finalmente a las urnas y se dieron a sí mismos un parlamento? En primer lugar, la devolución —en este caso, la transferencia de poder de Londres a Escocia— fue una conclusión inevitable. Fue asegurada cuando Tony Blair y su Partido Laborista obtuvieron una rotunda victoria en las elecciones del 1° de mayo. Aunque Blair no fuera un ardiente partidario de la devolución, sabía que no podía obstaculizar la marcha de Escocia hacia una mayor autonomía (el Partido Conservador post Thatcher pensó que podía y perdió en todos los distritos electorales de Escocia).

Un par de semanas antes del referendo sobre la devolución, fui a Arbroath para ver lo que decía y pensaba la gente acerca de las votaciones. La abadía, que descansa en el terreno más prominente del pueblo, es hoy una ruina de arenisca roja. A su alrededor, se desarrolló un popular centro de veraneo con edificios de colores pastel. La biblioteca del pueblo, custodiada por una estatua de Robert Burns, tiene una gran cantidad de información acerca de la Declaración de Arbroath. Sin embargo, no había programada una sola manifestación por el referendo, no se veía un cartel, en pro o en contra. Andrew Welsh, parlamentario del Partido Nacional Escocés que representa al área de Westminster, me dijo: "Lo mejor que tiene la historia es que estamos a punto de hacerla de nuevo". Y lo hizo, pero silenciosamente.

Hubo una época en la que la devolución provocaba mucho más ruido y furia de las que provocó este año. En 1979, los escoceses votaron en un referendo similar. Votaron para decidir sobre algo llamado el Acta Escocesa. Quienes se molestaron en ir a las urnas lo aprobaron por un estrecho margen, pero las reglas eran tales que la baja asistencia negaba la victoria. Las campañas por el "Sí" en ese entonces fueron un desorden, marcadas por lineamientos partidistas con propósitos enfrentados. Algunos querían la devolución. Otros buscaban cínicamente rescatar al Partido Laborista del colapso. De acuerdo con Esther Roberton, cofundadora de la campaña por el "Sí" de 1997, Escocia Hacia Adelante, "para ellos, se trataba de evitar que el gobierno terminara en desorden".

La derrota fue para muchos escoceses una especie de Vietnam. "Fue una experiencia traumática, muy dolorosa", dice Andy Myles, actual jefe ejecutivo de los Demócratas Liberales Escoceses. Myles, como muchos miembros de su generación, dejó a un lado la política durante un tiempo. Como escribió el editor del periódico Independent, de Londres, Andrew Marr, en su libro "La batalla por Escocia", el principio de la década de los años 80 fue una Era Glacial para los gobernantes locales. Algunos encontraron nuevas salidas a sus talentos y fueron responsables del brillante florecimiento de las artes y las letras escocesas. Durante un tiempo, la tendencia principal del periodismo en Escocia se apartó de los asuntos locales; sólo la revista Crann Tara y más tarde la Radical Scotland, de Kevin Dunion, tocaban el tema.

Cuando la Era Glacial terminó, la generación del 79 sustituyó el pragmatismo por la desilusión. Buscó trascender los partidos políticos, para no acabar empantanada en ellos. Andy Myles ayudaría a escribir el informe sobre la Convención Constitucional que sirvió como borrador al informe oficial de Blair para el parlamento escocés. Kevin Dunion, ahora director de Amigos de la Tierra de Escocia, se unió a Escocia Hacia Adelante, de Esther Roberton. El dirigente del Partido Nacional Escocés, Alex Salmond, puso a un lado sus diferencias con el Partido Laborista para ayudar a lanzar con los Demócratas Liberales, una efectiva campaña tripartita por el "Sí". Y esta vez, sin la intervención de los nombres desacreditados de las votaciones de 1979, ganaron.

Si lo hicieron sin mucha fanfarria, se debió también a que muchos de los militantes de 1997 se propusieron concentrarse en objetivos concretos, haciendo historia, con "h" minúscula. La devolución tiene menos que ver con separarse de Gran Bretaña que con desenredar las cosas: 1000 años de historia contenciosa, instituciones extraterritoriales, sistemas legales y educativos distintos. "No se trata sólo de nacionalismo al estilo de 'Braveheart' ", dice el subsecretario general del Congreso de Sindicatos Escoceses, Bill Spears, otro miembro de la generación del 79. "Se trata de intentar salir adelante con cosas que no están unidas". Estas palabras podrían no ser gloriosas, pero son elocuentemente apropiadas, puesto que describen exactamente lo que Escocia está empezando a hacer.

02-02
9714271

Nº DOCUMENTO 9714272
TITULO RUMANIA: MANIFESTACION OPOSICION ULTRA EX COMUNISTA
PROCEDENCIA 618593
FECHA DE PRODUCCION 221094
CIRCULACIONE 11876
507656
11103
11164
11165
11302

01-02

9714272

XR1019

R POXBT 10-22 00457
icx mun exg

RUMANIA-OPOSICION
PRIMERA MANIFESTACION OPOSICION ULTRA Y EX COMUNISTA

Bucarest, 22 oct (EFE).- Unos dos mil ultranacionalistas y ex comunistas se manifestaron hoy, miércoles, en Bucarest contra el gobierno dirigido por el cristianodemócrata Victor Ciorbea, por primera vez tras la victoria de los reformistas rumanos en las elecciones generales del año pasado.

La manifestación fue organizada por "La Asociación para Bucarest", que reúne el Partido de la Democracia Social (PDSR) del anterior presidente Ion Iliescu, el Partido Socialista del Trabajo (PST), sucesor del ex partido comunista, el ultranacionalista Partido Rumanía Grande (PRG) y el Partido de los Jubilados de Rumanía (PJR).

Los participantes, en su mayoría ancianos nostálgicos del comunismo, gritaron lemas antirreformistas y antigubernamentales, como "¡Abajo el Gobierno traidor!" o "¡Dimisión!"

El senador ultranacionalista Corneliu Vadim Tudor, presidente del PRG, acusó al gobierno de coalición entre los cristianodemócratas, socialdemócratas y liberales de haber "arruinado" la economía rumana y de haber vendido el país a "los capitalistas del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial".

La manifestación tuvo lugar en la céntrica Plaza de la Revolución, a unos metros de las tiendas de campaña donde unos noventa "revolucionarios" se encuentran en el decimoquinto día de huelga de la hambre.

Los "revolucionarios" protestan contra la decisión tomada el pasado 22 de septiembre por el gobierno de Ciorbea de poner término a los privilegios de los cuales se beneficiaron durante el anterior gobierno de Iliescu por haber participado en la caída del régimen comunista de Nicolae Ceausescu en diciembre de 1989.

Según el proyecto de ley enviado al Parlamento, tan sólo obtendrán facilidades económicas los heridos y los descendientes (viudos, niños y padres) de los fallecidos en 1989.

Los "participantes activos", que salieron a la calle en la revolución, pero que no han sido heridos ni detenidos, serán galardonados con la "Cruz del Héroe de la Revolución Anticomunista".

"La mayor gratificación para los que siguen con vida la constituye el hecho de haber quedado vivientes para ver que el sacrificio de los martirios tuvo sentido", explicó el actor y ministro de Cultura Ion Caramitru.

Con cada día de protesta se añaden nuevas reinvindicaciones a la lista de los "revolucionarios" que siguen en la plaza a pesar del frío de los últimos días.

Así, en la lista presentada hoy se solicitan privilegios suplementarios como, entre otros, que el Estado les asegure "propiedades equivalentes a 40 hectáreas de tierra y diez hectáreas de bosques", electricidad, calefacción y teléfonos gratuitos, cien litros mensuales de gasolina así como una pensión de 500 dólares mensuales.

A la protesta de los huelguistas de hambre de Bucarest se sumaron en los últimos días "revolucionarios" de otras once ciudades del país. EFE

9714272

02-02

FB2244
R POXBT 10-23 00076
exg mun icx

R.CHECA-POLITICA
PRESIDENTE HAVEL NO ACEPTA RENUNCIA TITULAR DE EXTERIORES

Praga, 23 oct (EFE).- EL presidente checo, Vaclav Havel, rechazó hoy jueves la dimisión presentada por el ministro de Asuntos Exteriores, Josef Zieleniec, quien también renunció a su cargo de vicepresidente del Partido Democrático Ciudadano.

Zieleniec declaró en una rueda de prensa que renunciaba por mantener diferencias con su partido sobre la elección del nuevo ministro del Interior.EFE
rm/ik

10/23/09-48/97

Nº DOCUMENTO 9714273
TITULO R-CHECA: CRISIS EN EL GABINETE
PROCEDENCIA SCB93
FECHA DE [illegible] 24/09/97
VINCULACIONES 11816
50/504
11302
11164

9714273

01-02

FB2287

U POXBT 10-24 00231
exg mun icx

R.CHECA-POLITICA
NUEVO TITULAR DE EXTERIORES ES INDEPENDIENTE Y EX DISIDENTE

Praga, 24 oct (EFE).- El independiente Jaroslav Sedivy será nombrado la semana próxima nuevo ministro checo de Asuntos Exteriores, en sustitución de Josef Zieleniec quien renunció el jueves.

El presidente checo, Vaclav Havel, hizo el anuncio anoche tras entrevistarse con el primer ministro, Vaclav Klaus, quien le convenció de aceptar la renuncia de Zieleniec.

Este presentó su dimisión como ministro y como vicepresidente del gubernamental partido Democrático Ciudadano (ODS) por estar en desacuerdo con la designación del nuevo ministro del Interior, Jindrich Vodicka, y por haber sido apartado de decisiones relativas a la financiación del partido.

Sedivy, actual embajador checo en Bruselas, será el miembro de más edad del Gabinete checo, ya que tiene 68 años.

El nuevo ministro, que se graduó en la Facultad de Filosofía de la Universidad Carolina y es experto en estudios eslavos, fue expulsado del Partido Comunista en 1970 por su oposición a la invasión soviética de 1968 y pasó 18 meses en la cárcel.

Tras cumplir la condena, Sedivy fue obrero forestal, conductor de camiones y limpiaventanas hasta los cambios políticos de 1989.

El nombramiento de Sedivy, signatario junto con Havel de la Carta 77, fue saludado por todas las fuerzas políticas checas, incluso el mayor partido de la oposición, la Socialdemocracia, que le calificó de "diplomático capaz y seguro".EFE
rm/ik

10/24/09-04/97

9714273

02-02

Nº DOCUMENTO 9714274
TITULO SUECIA : AUMENTAN LAS EXPORTACIONES HACIA AMERICA LATINA
PROCEDENCIA 18793
FECHA DE PROCEDENCIA 27/10/97
CIRCULACIONE 11876
67226
11677
11409
11161
11399
01-02
9714274

XQ2531

R ECOBT 10-27 00384
amt exq icx

SUECIA-AMERICA
AUMENTO DE EXPORTACIONES SUECAS A CENTROAMERICA Y SURAMERICA

Estocolmo, 27 oct (EFE).- Las exportaciones suecas a centroamérica y surámerica han tenido un fuerte incremento en los primeros siete meses de 1997, según un estudio hecho por la dirección Nacional de Estadisticas de Suecia (SCB), informó hoy un portavoz del organismo a EFE.

Kaisa Ben-Dahere, funcionaria de la División de Comercio Exterior de la SCB declaró a EFE que "el valor de las exportaciones suecas a centroamérica y surámerica aumentaron un 28 por ciento en el periodo enero-julio de 1997 mientras que el total de las exportaciones desde Suecia aumentaron tan sólo un 8 por ciento.

Ben-Dahere indicó que "los países de América Central y del Sur representan un 2,4 por ciento del total de las exportaciones suecas en comparación con un 2,0 por ciento para igual periodo de 1996". Durante los primeros siete meses del año esas exportaciones alcanzaron los 1.140 millones de dólares.

Kaisa Ben-Dahere señaló a EFE que "las estadísticas presentadas se refieren exclusivamente a exportaciones desde Suecia y no consideran la exportación de empresas suecas establecidas en América Latina a otros paises de la región".

Los mercados más expansivos para las empresas suecas son México y Colombia, a los que las exportaciones de este pais escandinavo aumentaron un 95 y 72 por ciento respectivamente.

El primer cliente comercial de Suecia de América Latina es Brasil, que ocupa el lugar 26 en el conjunto de mercados para las exportaciones suecas.

Brasil absorbió un incremento de las exportaciones suecas en el primer semestre de 1997 del orden de un 18 por ciento, y el total exportado a ese país es de 370 millones de dólares para el periodo enero-julio.

El sector de las telecomunicaciones es el más expansivo en las exportaciones suecas a América del centro y del sur al lograr un incremento de 120 millones de dólares, lo que representa un 52 por ciento del valor exportado.

Otros sectores que experimentaron un gran crecimiento fueron los de equipos eléctricos, repuestos y componentes para motores así como papel.

El total de las exportaciones Suecas durante el periodo enero-julio de 1997 ascendió a 48.000 millones de dólares mientras que las importaciones representaron 37.000 millones de dólares.

Por orden de importancia los clientes de Suecia en suramérica son Brasil, Argentina, México, Colombia, Chile, Venezuela, Perú y Bolivia. EFE

mc/ddp

10/27/19-31/97

9714274
02-02

Nº DOCUMENTO 9714275
TITULO ANALISIS DEL MERCADO DE ARMAS MUNDIAL
16593
14109+
16816 6592
11019 10184
6589 10022
30+294 10034
10195 6+847
01-04
9714275

XG9811

R VARBT 10-14 00610
icx exg mun

R.UNIDO-ARMAS
COMERCIO ARMAMENTO AUMENTO OCHO POR CIENTO EN 1996

Londres, 14 oct (EFE).- El comercio internacional de armas sumó unos 40.000 millones de dólares en 1996, que supone un 8 por ciento de aumento en términos reales, según el informe anual del "International Institute for Strategic Studies" (IISS) británico.

El Instituto, un centro independiente para el estudio de los conflictos militares, señala que después de años de declive desde 1987, el incremento en la compraventa de armas "es claro ahora" tras un bienio consecutivo de crecimiento.

El volumen de comercio de armas se elevó de 36.900 millones de dólares en 1995 a 39.900 en 1996, dice el informe "El Equilibrio Militar 1997-98", incremento que achaca a la incertidumbre creada por el final de la Guerra Fría en la seguridad internacional.

También destaca que el comercio de armas está "aun un 60 por ciento por debajo de los niveles" alcanzados durante los últimos años de enfrentamiento diplomático entre Estados Unidos y Rusia.

Los mayores crecimientos en la adquisición de armas, señala el IISS, se han dado en Oriente Medio, que continúa como el mayor mercado regional para equipos de Defensa con casi el 40 por ciento de las compras en todo el mundo, y el este de Asia.

Las tensiones habidas en el noreste asiático y Oriente Medio a lo largo del año son en parte responsables de esta tendencia, así como el aumento de los precios del petróleo que ha permitido a los Estados del golfo Pérsico financiar los pedidos presentados luego de la guerra del Golfo en 1991.

A ello se añade la modernización registrada en el este de Asia y, más recientemente, en América Latina, que ha permitido una demanda sostenida en esas regiones. Por contra, en Europa y EEUU la tendencia es a reducir los gastos de Defensa.

Los principales proveedores mundiales de armamento son, como en años anteriores, Estados Unidos, Reino Unido y Francia, que en 1996 registraron fuertes incrementos en sus exportaciones en el sector de Defensa.

Para EEUU y el Reino Unido, estas alzas se debieron sobre todo a la mayor demanda de equipamiento militar aeroespacial, que se elevó, respectivamente, a 10.800 y 8.000 millones de dólares.

Por países, el mayor importador de armas en 1996 fue Arabia Saudí, que adquirió 9.000 millones de dólares en equipos, casi tres veces más que su inmediato seguidor, Egipto.

Tanto Japón como el Reino Unido, China, Taiwan, Corea del Sur y Kuwait destinaron más de mil millones de dólares a la compra de armas, mientras que Israel y Turquía quedaron sólo ligeramente por debajo de esa cantidad.

El acontecimiento con más influencia para el control de armas en 1997, recuerda el informe, ha sido la cumbre rusoestadounidense del pasado marzo, cuando el presidente estadounidense Bill Clinton y su homólogo ruso, Boris Yeltsin, llegaron a un acuerdo sobre el Tratado de Reducción de Armas Estratégicas (START).

Acerca de Rusia, el informe señala que la principal amenaza a las Fuerzas Armadas de este país "no ha sido militar, sino financiera", ya que "una grave falta de recursos económicos" ha generado retrasos y dificultades para realizar reformar urgentes.

El informe recuerda también la decisión de ampliar la OTAN,

9714275

"que es más probable que se impulse en base a lo que se puede permitir desde un punto de vista económico que en base a lo que se perciba como necesario" desde el punto de vista militar.

En América Latina, señala el informe, el principal reto a las fuerzas de seguridad son aún los grupos guerrilleros, "con unos objetivos menos políticos y más vinculados al crimer organizado y el tráfico de drogas".

Aunque esa región es uno de los mercados de armamento más reducidos, el gasto sumó 1.600 millones de dólares el año pasado, el mayor desde 1991, debido a un cambio en la política de EEUU, que ahora permite a las empresas de ese país la venta de armas convencionales a América Latina. EFE

mv/ma

10/14/11-43/97

9714275

XG9812

U FOXBT 10-14 00592
icx exg mun

R.UNIDO-ARMAS/LATINOAMERICA
MAYOR GASTO EN COMPRA DE ARMAS DESDE 1991

Londres, 14 oct (EFE).- El gasto en compra de armas en América Latina en 1996 se elevó a 1.600 millones de dólares, el mayor desde 1991, según el informe anual del "International Institute for Strategic Studies" (IISS) británico.

El Instituto, un centro independiente para el estudio de los conflictos militares, señala que aunque la región es uno de los mercados más reducidos en el sector del armamento, un cambio en la política de EEUU permite ahora a las empresas de ese país la venta de armas convencionales a América Latina, lo que ha desencadenado ese aumento.

Son competidores de Estados Unidos, señala el informe "The Military Balance 1997-98", y dirigen su atención a este mercado, Rusia y Bielorrusia, a los que Perú y Colombia han encargado aviones de combate y helicópteros.

Para el informe, el principal reto a las fuerzas de seguridad en América Latina son aún los grupos guerrilleros, "con unos objetivos menos políticos y más vinculados al crimen organizado y el tráfico de drogas".

Las disputas entre Estados son pocas y poco susceptibles de provocar algo más que escaramuzas acerca de cuestiones fronterizas y de inmigración ilegal, considera.

"The Military Balance" señala que aunque se incrementa el control político de los Ejércitos, "se necesita hacer mucho para reformar las Fuerzas Armadas".

"Gran parte de los Ejércitos latinoamericanos están organizados y equipados para hacer frente a unas amenazas externas que están en disminución antes que a grupos armados con objetivos políticos y vínculos con el crimen organizado", destaca el informe.

El IISS, que critica la falta de transparencia general en los presupuestos de Defensa de los gobiernos iberoamericanos, con la excepción de Chile, opina que para combatir a esos grupos son más necesarios unos niveles altos de entrenamiento, de moral y de servicios de espionaje que unos caros sistemas defensivos.

En general, añade, "parece destinarse demasiado dinero" de los presupuestos de Defensa a la paga y las pensiones de los militares en activo y retirados.

La situación, en conjunto, parece exacerbarse en algunos pasos "por la corrupción entre la Policía y las fuerzas de seguridad".

En Brasil comenzó la aplicación del Plan Nacional de Defensa, que reconoce que las mayores amenazas para la seguridad nacional son el tráfico de drogas y el crimen organizado internacional, recuerda el informe, pero la compra de 87 tanques "Leopard 1A1" a Bélgica y 91 tanques "M60A3" a EEUU "no parece consistente con esa política".

Los progresos del "Plan Horizonte" colombiano para constituir formaciones más moviles y con mejor entrenamiento con el objetivo de luchar contra la guerrilla y el narcotráfico, según el IISS, han sido "decepcionantes".

La incapacidad de Colombia de contener la actividad rebelde ha tenido su efecto en los países vecinos, en particular Venezuela, que ha reforzado su presencia militar en la zona fronteriza en

9714275

• 10.000 hombres.

Chile y Argentina, principales proveeedores latinoamericanos de tropas para las operaciones de paz de la ONU, continuaron en 1996 sus "modestos" programas de modernización de sus equipos.

La posibilidad de que resurjan los conflictos fronterizos entre Ecuador y Perú ha disminuído al mejorar sus relaciones gracias al desarrollo de conversaciones sobre la disputa.

En Guatemala, dice el IISS, se han anunciado desmovilizaciones de soldados a raíz del acuerdo de paz entre el Gobierno y el grupo guerrillero Unidad Revolucionaria Nacional de Guatemala (URNG) en diciembre pasado.

La violencia disminuyó en el enfrentamiento entre el Gobierno y el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), aunque no se ha logrado llegar a un acuerdo, agrega el informe. EFE

mv/ig/ma

10/14/11-56/97

04-04

9714275

Nº DOCUMENTO 9714276
TITULO CRISIS ASIATICA
PROCEDENCIA 180990
FECHA DE PRECIA 311097
VINCULACIONE 11836
501667
65941
507488
501618

CAIDA DE LAS BOLSAS

10034 11161
501595
514643
501593
501638

■ EL MILAGRO ASIÁTICO SE DESVANECE

Inestabilidad financiera golpea a Malasia

La falta de confianza de los inversores en el mercado malayo tras la brusca caída de su moneda determinó una progresiva huida de capitales que afecta sus perspectivas de crecimiento económico

POR MARIANA MARTINEZ
de la redacción de EL OBSERVADOR

Tras lograr en los últimos diez años espectaculares niveles de crecimiento y un lugar privilegiado entre los "tigres del sudéste asiático", la economía malaya atraviesa hoy por una aguda crisis financiera a raíz de la desconfianza de los inversores internacionales en los mercados cambiarios de toda Asia.

La espiral bajista en que están envueltas las monedas de la región desde mediados de julio

El ringgit malayo perdió 27% de su valor y la Bolsa bajó 40% en lo que va del año

cuando el *baht* tailandés fue el primero en sucumbir ante la presión del mercado –especialmente tras la decisión del gobierno de liberar su moneda–, alentó la retirada de los capitales golondrina, frente a la percepción de que el milagro asiático está llegando a su fin.

La crisis tailandesa marcó la dirección de los mercados asiáticos y a la debilidad de su moneda le siguió la caída del peso, el *ringgit* de Malasia, el dólar de Singapur y la *rupia* de Indonesia, lo que hundió a la región en un verdadero caos financiero.

Si bien la "crisis del arroz" golpeó fuerte a las economías asiáticas, la malaya muestra algunos signos de solidez, pero, según analistas económicos, este estado de bonanza no se prolongará por mucho tiempo.

Los mercados financieros están anunciando la antesala de un enlentecimiento de las tasas de crecimiento económico que en los últimos años resultaron superiores al 8% de crecimiento anual del Producto Bruto Interno (PBI), y la única interrogante es si ésta será más o menos aguda.

La economía malaya es muy vulnerable a factores externos ya que depende críticamente de mercados internacionales y de la inversión extranjera, dependencia que se remonta por lo menos a diez años atrás.

A lo largo de la década de 1980, Malasia vivió –al igual que sus pares de la región–, el denominado "milagro económico" del sudéste asiático que se plasma en elevadas tasas de crecimiento sustentadas en crecientes tasas de ahorro interno y fuerte ingreso de capitales externos gracias a la confianza de los inversores internacionales.

Hoy la retirada de los capitales golondrina puede jugarle a Malasia una mala pasada.

Como indicador, cabe evaluar la evolución de inversiones extranjeras en el período enero-julio de 1997 frente al mismo período de 1996. Este indicador es claramente negativo, registrando 6.285 millones de *ringgits* en el primer semestre de 1997, frente a 17.056 millones de ringgits en igual período de 1996, es decir, una caída del 63%.

Ya en 1996 la tasa de inversión privada abandonó bruscamente las tasas de incrementos superiores al 25% que venían caracterizando a esta economía situándose en un 7%.

En lo que va del año, el ringgit se devaluó 27% con respecto al dólar, al tiempo que en el mercado de valores, el índice compuesto de la Bolsa de Kuala Lumpur (la mayor del ASEAN, compuesto por Indonesia, Brunei, Vietnam, Laos, Camboya, Myadmar, Filipinas y Singapur, y la cuarta de Asia tras Tokio, Hong Kong y Taiwan) cayó desde marzo más de 40%.

Las medidas adoptadas por el primer ministro Mahathir Mohamad para hacer frente a la depreciación del *ringgit* –amenazas a los especuladores, eliminación de las restricciones de la venta de valores adquiridos mediante préstamo y suspensión de proyectos de infraestructura (estas dos últimas eliminadas en setiembre)–, no recibieron el apoyo de los inversores.

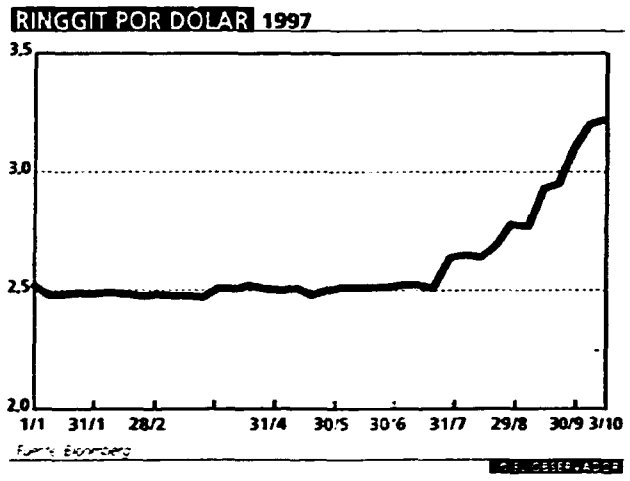
Estos catalogaron las medidas como mucho más procupantes para la evolución futura de la economía malaya que el ajuste, anticipado, de determinadas variables macroeconómicas.

Sin embargo, las intenciones del gobierno de poner orden a los desequilibrios macroeconómicos abren una ventana de optimismo en un momento crítico.

Para la mayoría de los economistas, Malasia puede recuperar una senda de crecimiento estable –se maneja una tasa de crecimiento de PBI en el entorno de 7% para 1997, frente al 8.4% de 1996– gracias a que, conjuntamente con Singapur, la malaya, es una de las economías más sólidas del continente asiático.

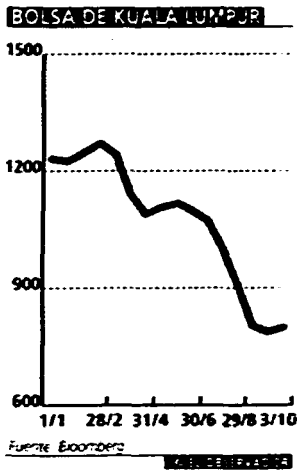
Para lograrlo, Malasia deberá recuperar la confianza de los capitales externos y eliminar la especulación del mercado cambiario, lo que es todo un desafío.

RINGGIT POR DOLAR 1997



Fuente: Bloomberg

BOLSA DE KUALA LUMPUR



Fuente: Bloomberg

9714276

01-19

Tailandia y Filipinas anuncian medidas para frenar la crisis

BANGKOK, 14 (EFE y AFP).- El Gobierno de Tailandia aprobó este martes un recorte presupuestario de 2.800 millones de dólares para tratar de cumplir con las condiciones impuestas por el Fondo Monetario Internacional (FMI) para otorgar su ayuda financiera

Al término de la reunión del gabinete se anunció también que, como medida adicional, se elevarán los impuestos a los productos de importación considerados de lujo, lo que puede suponer unos ingresos de cèrca de 1.000 millones de dólares para las arcas estatales.

Para cumplir con las condiciones impuestas por el FMI tras la concesión de los 17.200 millones de dólares de apoyo económico, Tailandia tiene que lograr un superávit presupuestario equivalente al uno por ciento del Producto Interior Bruto (PIB).

Menos drásticas fueron las medidas anunciadas por el Gobierno con el objetivo de revitalizar la crítica situación del sector financiero, una de las cuestiones que más preocupa a los inversores extranjeros.

En este sentido, el Gobierno indicó que se crearán dos agencias nacionales encargadas de la protección de los acreedores y ahorradores, y además, se ha comprometido a modificar la actual legislación sobre la quiebra.

Tailandia adeuda más de 90.000 millones de dólares a la banca extranjera, de los cuales el 70 por ciento corresponde a créditos obtenidos por el sector privado.

Ante la situación de crisis, el Gobierno tailandés ordenó el pasado mes de agosto la suspensión de las operaciones de 58 entidades financieras declaradas insolventes.

Por su parte, el Banco Nacional de Tailandia ha hecho público su deseo de disponer de facultades adicionales para poder sustituir a los gestores y responsables de algunas entidades financieras que considera carecen de conocimientos suficientes.

Filipinas

EP 1570

El Banco Central filipino anunció este martes un endurecimiento del control de las transacciones de divisas efectuadas por los bancos del archipiélago, con el fin de limitar la especulación con el peso.

El vicegobernador de la autoridad monetaria, Alberto Reyes, señaló que los bancos deberán comprometerse a aceptar un inventario de todos sus contratos a plazo, incluyendo las transacciones anuladas.

La anulación ficticia de contratos a plazo ha sido utilizada con profusión por los bancos filipinos para poder comprar dólares sin superar, en su contabilidad, los topes legales de fondos en divisas extranjeras.

02

9714276

REPERCUSIONES EN LA BOLSA DE BUENOS AIRES

Una semana signada por el TEMBLOR ASIÁTICO

El recinto porteño no escapó al comportamiento adverso del resto de los mercados del globo

Por Rolando Holz

Un comportamiento adverso mostraron los papeles privados en el recinto de negociación, a lo largo de la semana última. El índice Merval acumuló un retroceso del 4,31% en el período, al tiempo que el Burcap, mostrando un comportamiento totalmente diferente respecto de las semanas precedentes, cedió el 6,08 por ciento.

Esta situación confirma una vez más que la divisoria de aguas entre los dos indicadores es clara y por otra parte hasta permite suponer que las especies que solamente cotizan en el mercado doméstico, operan como una reacción, respecto de lo que sucede en el principal mercado del mundo. En los momentos cuando Wall Street, operó con solidez, las ADR argentinas fueron las que lideraron las mejoras. En las últimas cinco ruedas, en cambio, las especies que cotizan en Nueva York fueron las más perjudicadas. En consecuencia, los papeles que solamente cotizan en el mercado doméstico fueron una mejor cobertura.

La explicación de este fenómeno hay que buscarla en los inversores que muestra cada especie. En general, podría suponerse que las acciones que únicamente operan en la Bolsa porteña están en manos de inversores locales, sin importar su magnitud. Ellos se resistieron a desprenderse de sus tenencias en momentos de fuertes bajas. En cuanto al volumen de los negocios, hay que señalar que el mismo no se contrajo en una proporción como era de esperarse; por el contrario, el jueves último se observó un muy alto volumen de negocios en la operatoria asistida por computadora (Sinac).

Desde el punto de vista de los resultados individuales de las empresas, es difícil evaluar cuál tuvo un buen comportamiento y cuál no.

En general, sólo se puede hacer mención a que las menores bajas se produjeron en las acciones que solamente cotizan en Buenos Aires.

Onda expansiva

El mercado bursátil argentino fue nuevamente víctima, al igual que hace tres años con el efecto tequila, de un hecho que sucedió en otro país, en este caso una región: El sudeste de Asia. El mundo presenta una sobreliquidez y ello ha provocado que los inversores de los mercados centrales salgan de allí, para intentar obtener una renta mayor en otra región del planeta.

El mayor inconveniente es que cuando alguna situación imprevista afecta a algún país, la orden de venta se produce en la mayoría de los mercados denominados emergentes.

A diferencia de cuando se desató el tequila, hoy en día los fondos acumulados entre las administradoras de jubilación privada y los fondos comunes de inversión superan los $ 15.000 millones. Ello es una cifra considerable como para ponerle el pecho al mercado, en caso de ser necesario. La pregunta del millón será determinar si los diferentes agentes del mercado estarán dispuestos a socorrer al mercado de capitales.

La mayoría de los banqueros ha dicho que en este momento el sistema financiero argentino está verdaderamente sólido como para hacer frente a un eventual "tequilazo". Todo indica que ha llegado el momento de verificarlo. Lo sucedido en la semana última en Hong Kong no debe ser considerado como un hecho aislado en sí mismo. Ello es el rebote de lo que sucedió hace dos meses con las crisis de otras naciones de la región, como Tailandia y Filipinas. Japón fue uno de los países que auxilió a a sus "vecinos", pero la economía nipona está lejos de atravesar por su mejor momento. Por otro lado, Hong Kong parecería estar "pagando" el costo de la transferencia de dominio de Gran Bretania hacia China.

Cuando se desata la crisis, los inversores salen de acciones (equities) y rápidamente buscan la cobertura en los bonos norteamericanos. Por ese motivo se produjo una simultánea baja de las Bolsas con alza en el precio de los bonos y, por ende, baja en la tasa implícita. El mayor inconveniente será determinar hasta qué punto seguirá avanzando la "onda expansiva". Con lo que se vio hasta ahora es difícil determinar cuál es el punto actual de la crisis.

En momentos como éste, lo más recomendable es no dejarse llevar por el pánico y tratar de operar en forma racional. Asimismo, hay que tener en cuenta que la estrategia que seguramente desarrollen los grandes inversores, los institucionales y los fondos, es totalmente diferente respecto del pequeño inversor.

Los operadores más experimentados recomiendan comprar cuando todos venden, pero ello sólo es válido para los más grandes que, generalmente, tienen "resto" para promediar hacia abajo. En el caso del inversor de pequeña dimensión, lo aconsejable sería permanecer quieto, tanto si está comprado, así como también si está líquido. En momentos de alta turbulencia como la actual, es más fácil hacer una mala operación que una buena, por tal motivo debe prevalecer la cautela y el raciocinio, antes que el primer impulso.

LN 2610

03

9714276

CRISIS EN ASIA: CORREGIR EL RUMBO Y CERRAR FILAS

Por José Luis Machinea

PARA LA NACION

El contexto internacional se ha presentado favorable para la Argentina en los últimos años. Prueba de ello son la abundante liquidez, el elevado crecimiento del producto y del comercio internacional, las relativamente bajas tasas de interés nominales y, finalmente, una considerable mejora en los términos del intercambio de la Argentina, superior al 20% entre 1990 y 1996. Hasta hace unos meses era razonable prever que este escenario se mantendría más allá de lo que nos queda de este siglo. Si bien éste sigue siendo el escenario más probable, hay algunos hechos que han generado cierta incertidumbre en los últimos meses y en particular en la última semana, y que tienen, al menos, una cosa en común: su ubicación en el sudeste asiático.

Por un lado, a pesar de las perspectivas levemente optimistas de comienzos de año, Japón no consigue salir de la recesión en la que se debate desde principios de esta década; por el otro, el resto de los países del sudeste asiático, desde el 2 de julio, cuando Tailandia devaluó el baht por presiones especulativas, ha tenido -con escasas excepciones- que devaluar sus monedas en un contexto de fuertes bajas de sus mercados de capitales, de aumento de las tasas de interés y de dificultades en los sistemas financieros. La "ola" llegó a países relativamente cercanos, como Nueva Zelanda, ejemplo de reformas estructurales y elevado superávit fiscal, que tuvo que devaluar alrededor de un 10% en los últimos meses.

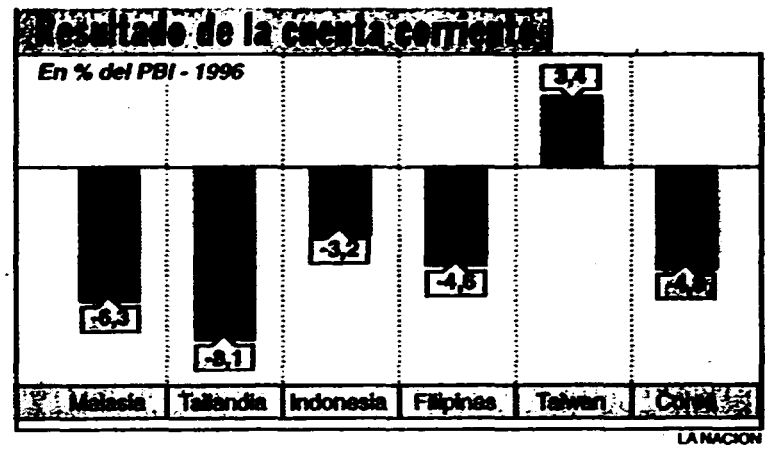
Es evidente que los problemas en algunos de estos países se explican por la fuerte interrelación de sus economías, de manera tal que la caída de alguna de sus monedas tiene claro impacto sobre los otros. Más allá de esta interrelación, nos interesa evaluar si hay elementos comunes que puedan explicar ese comportamiento y qué experiencia podemos obtener para el caso argentino.

Algo en común

Rasgos comunes de estas economías: a) altas tasas de crecimiento durante muchos años (la tasa promedio ponderada de crecimiento de Malasia, Tailandia, Indonesia, Filipinas, Taiwan y Corea entre 1980 y 1996 fue del 7,4% anual); b) elevados déficit en cuenta corriente, con excepción de Taiwan (ver gráfico); c) precio alto de las propiedades como consecuencia de una especulación en el mercado inmobiliario financiada con crédito hipotecario, y d) superávit en las cuentas públicas, nuevamente con excepción de Taiwan.

En la última semana, Hong Kong, que quedó con una moneda apreciada respecto de las de sus vecinos, también sufrió un embate especulativo hasta ahora resistido mediante un fuerte aumento de las tasas de interés.

Durante la última semana, la especulación afectó las bolsas de Europa, Estados Unidos y América latina, en este último caso en especial las del Brasil, la Argentina y México, en ese orden. Mientras que para explicar la caída de las bolsas del mundo desarrollado, la interrelación de estas economías con el sudeste asiático parece haber sido un factor más relevante que el puro "efecto contagio", lo inverso es cierto en el caso de América latina. Prueba de ello es que, tal como lo mencionáramos, mientras en los países desarrollados la caída en el precio de las acciones se daba juntamente con el aumento en el precio de los bonos, en América latina y, en especial, en los tres países mencionados, disminuía tanto el precio de las acciones como el de los bonos. La contrapartida de este movimiento fue que los fondos se movieron hacia activos financieros más seguros ("flight to quality"), básicamente los bonos del Tesoro de los países desarrollados.



Antes de evaluar en qué situación esto puede afectar la economía argentina, permítasenos hacer unas consideraciones respecto de lo que estamos presenciado en el sudeste asiático. En primer lugar, es claro que pueden darse fuertes déficit en la cuenta corriente con equilibrio o superávit de las cuentas públicas (Chile en 1981 y el caso del sudeste asiático en la actualidad); en segundo lugar, el superávit fiscal, si bien ayuda, no evita las especulaciones en el mercado de cambios; en tercer lugar, cuanto mejor la situación en la cuenta corriente, menor el riesgo de corrida cambiaria (véase el caso de Taiwan, que sólo devaluó el 3% en los últimos meses). Respecto de este último tema, y más allá de la discusión que podamos tener los economistas, lo que es claro es que, de acuerdo a quienes forman opinión en los mercados, el déficit en cuenta corriente importa, por lo cual decir que "los que hablan de la importancia del déficit en cuenta corriente no entienden nada", más allá de mostrar intolerancia, es intentar pelearse con una realidad incontrastable.

Finalmente, es evidente que la posición de quienes creyeron ver en los problemas del sudeste asiático una oportunidad para América latina -recordando aquella apreciación de que la enfermedad de la "vaca loca" iba a favorecer la exportación de carne argentina- es totalmente equivocada. En este sentido, el "flight to quality" parece ser más un vuelo directo a Estados Unidos que al resto de los mercados emergentes.

¿Cómo está la economía argentina en este escenario? Por un lado, se puede argumentar que: a) no tenemos una burbuja en el mercado inmobiliario comparable con la de Asia, ya que en la Argentina los precios de las propiedades no experimentaron un aumento muy importante; b) la competitividad -si bien todavía insuficiente- ha mejorado en los últimos años como consecuencia del aumento de la productividad y la reducción de los impuestos al trabajo; c) el déficit en cuenta corriente es preocupante, pero no lleva años como en el sudeste asiático; d) aunque mucho es lo que queda para progresar en términos de supervisión bancaria, como muestra la experiencia del Banco Crédito Provincial, el sistema financiero está más sólido en términos de instituciones y entidades financieras que hace tres años; e) la Bolsa argentina subió durante el año la mitad de la mexicana y un tercio de la brasileña y no parece sobrevaluada.

Preocupa el déficit fiscal

Por otro lado, es preocupante que en un contexto de fuerte recuperación del nivel de actividad el déficit fiscal sea superior al 1,6% del producto y, en especial, que tengamos un déficit en cuenta corriente alto y creciente. Aquí importa más la tendencia que el nivel y, al respecto, estamos proyectando un déficit en cuenta corriente de 3,7% del producto para este año y del 4,5% para el año que viene.

Volviendo al comienzo de esta nota, es probable que los acontecimientos del sudeste asiático no lleguen a alterar las grandes tendencias de la economía internacional, pero, en todo caso, es evidente que la volatilidad de los mercados será parte del mundo que nos tocará vivir en los próximos años. Para enfrentar esa realidad es necesario, de una vez y finalmente, adoptar las medidas apropiadas para tener una economía menos vulnerable.

Además, es necesario seguir detenidamente los acontecimientos en Hong Kong, teniendo en cuenta que ésta es una de las pocas economías en el mundo con un sistema de convertibilidad como el argentino, de manera tal que si llegara a haber una alteración cambiaria -aunque no creo que ése sea el escenario más probable- los ojos del mundo financiero se moverán hacia nuestro país. Si ése llegara a ser el caso, será necesario cerrar filas en defensa de la estabilidad, que hoy por hoy significa convertibilidad.

El autor es economista y consultor de empresas.

9714276

04

Tokio también cayó 2,4%. Analistas anticipan un derrumbe de 25% esta semana

Con un fuerte derrumbe de 4% abrió ayer la Bolsa de Hong Kong, augurando otra jornada difícil en los mercados mundiales. Tokio cayó 2,4% arrastrado por las preocupaciones sobre la crisis que se extiende en el sudeste asiático. Los analistas anticipan una semana complicada, con bajas de hasta 25% en las acciones en Hong Kong, que podrían extenderse a las Bolsas asiáticas y europeas. En Wall Street, tras una caída de 4% en dos días, los inversores esperan con ansiedad los datos sobre el costo laboral, y el discurso de Alan Greenspan el miércoles.

Con fuerte baja de 4% abrió ayer la Bolsa de Hong Kong

Hong Kong (Reuters, EFE) - Con una fuerte baja de 4% abrió hoy la Bolsa de Hong Kong, en medio de una jornada marcada por la incertidumbre y el temor luego del terremoto de la semana pasada. Los analistas pronostican que esta semana continuará el derrumbe en todas las Bolsas del sudeste asiático.

Los vaticinios fueron también confirmados por el desempeño del principal índice de la Bolsa de Tokio, el Nikkei, que comenzó negociándose en baja a 2,4 por ciento.

Hong Kong (Reuters, EFE) - Con una fuerte baja de 4% abrió hoy la Bolsa de Hong Kong, en medio de una jornada marcada por la incertidumbre y el temor luego del terremoto de la semana pasada. Los analistas pronostican que esta semana continuará el derrumbe en todas las Bolsas del sudeste asiático.

Los vaticinios fueron también confirmados por el desempeño del principal índice de la Bolsa de Tokio, el Nikkei, que comenzó negociándose en baja a 2,4 por ciento. La caída de Hong Kong desde el denominado «jueves negro» -región considerada anteriormente una isla de estabilidad- ha desencadenado una sensación de incertidumbre en todos los mercados internacionales y especialmente en los emergentes, que podrían ser los nuevos blancos.

BALANCE

	Jueves	Viernes	Acumulado
Hong Kong	-10,4	+6,9	-4,2
San Pablo	-8,1	-3,0	-11,2
Buenos Aires	-4,9	-4,2	-9,3
Francfort	-4,8	+1,8	-2,8
México	-4,5	-2,7	-7,4
París	-3,4	-0,3	-3,7
Londres	-3,1	-0,4	-3,5
Tokio	-3,0	+1,2	-1,8
Wall Street	-2,3	-1,7	-4,0

• Perspectivas

Asimismo, las perspectivas para esta semana siguen siendo pesimistas en Hong Kong, que inició un derrumbe en las acciones de todos los mercados del mundo el jueves, cuando el principal índice de región cerró con una baja de 10,41 por ciento.

Los analistas prevén una semana complicada para las acciones en Hong Kong y vaticinan pérdidas de hasta 25 por ciento.

El secretario del Tesoro de Estados Unidos, Robert Rubin, descartó ayer una asistencia a las economías asiáticas lideradas por su país, tal como lo hiciera durante la crisis de México, enfatizando en cambio un trabajo junto con los gobiernos asiáticos, al igual que con el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial. Aseguró que juntos desarrollarán un paquete para aliviar la crisis financiera de la región.

«En México teníamos un programa de apoyo que dependía principalmente de los Estados Unidos. Eso no sucederá en este caso. Los participantes clave serán el FMI y el Banco Mundial», dijo ayer por la cadena de televisión ABC.

A pesar de la recuperación técnica del índice Hang Seng en la última sesión del viernes, en la que cerró con una suba de más de 6%, el temor se mantiene entre los inversores.

Para algunos expertos, la rápida intervención del viernes con una masiva entrada de capital -aumentando los intereses para mantener la paridad de 7,8 dólares hongkoneses por dólar estadounidense-, no ha logrado evaporar la preocupación.

«Lo más probable es que el Hang Seng caiga entre 20% y 25%, siguiendo la tónica de los mercados emergentes», manifestó Marc Faber, agente de Bolsa especializado en la región asiática.

Faber cree que la Bolsa de Hong Kong caerá al menos 3.000 puntos en las próximas sesiones.

«La recuperación es temporaria, sólo hay que fijarse en la debilidad que están mostrando los valores del sector inmobiliario», señaló Faber.

Como consecuencia de la caída durante el «jueves negro», hay vaticinios aun más pesimistas, como las que apuntan que el Hang Seng se establecerá en el nivel de los 8.000 puntos, justamente la mitad del que tenía antes del inicio de la fiebre vendedora y los ataques al dólar hongkonés.

Los mercados asiáticos continuaban perturbados por la alta volatilidad, incluyendo a Tokio, donde los exportadores están preparándose para una mayor caída a causa de nuevos trastornos en Hong Kong.

Los pronósticos indican que la tendencia negativa seguirá a lo largo de toda esta semana.

Los estrategas de inversiones opinan además que el fantasma de un contagio mundial acosa nuevamente a los mercados emergentes.

En América latina, el índice brasileño Bovespa cayó 11,2% en dos días y el país parece estar listo para unos días tumultuosos, según Ian Campbell, jefe de economía de mercados emergentes de ABN AMRO Hoare Govett, en Amsterdam.

Algunos analistas advirtieron el fin de semana que si la paridad del dólar de Hong Kong con la moneda de Estados Unidos se rompe, la Argentina podría enfrentar serios problemas.

«La Argentina tiene un sistema cambiario similar y será un blanco atractivo para los especuladores», dijo Charles Blitzer, jefe de mercados emergentes de Donaldson Lufkin & Jenrette.

Los pronósticos se vieron confirmados durante la apertura de la Bolsa de Japón hoy, cuando el índice principal, el Nikkei, perdía más de 2 por ciento.

El promedio de Nikkei estaba abajo en 430,37 -2,48%-, negociándose a 16.933,37, apenas comenzada la sesión; arrastrado debido a la incertidumbre en Asia y a la caída del viernes en el índice industrial Dow Jones en Nueva York.

TENSION POR EL TEQUILA ASIATICO

Wall Street no cree que sea el fin de la fiesta

Escribe
Philip Bonell
Especial de
Bloomberg

Nueva York - El derrumbe de los mercados asiáticos no parece presentar una amenaza al récord de 15 años de alza en Wall Street, pero analistas e inversores esperan un mercado de acciones más volátil en los próximos días.

Las noticias desde Asia coincidirían con la difusión mañana del índice de costos laborales en el tercer trimestre, que analistas prevén habrá crecido cerca de 0,8 por ciento. Ambos factores aumentan la ansiedad de los mercados frente al discurso que el titular de la Reserva Federal estadounidense, Alan Greenspan, dará el miércoles para evaluar la marcha de la economía y el comportamiento de las tasas de interés.

«¿Es éste el fin del mercado alcista? Definitivamente, no», opina Byron Wien, director de estrategia de portfolio en Estados Unidos de Morgan Stanley, Dean Witter, Discover & Co. «Pero una volatilidad extrema no es un buen signo. No podría decir si se trata de una dosis de confusión o un sentimiento realmente negativo», concluyó.

En Estados Unidos las acciones cayeron la semana pasada después de que la crisis en Hong Kong aumentara el temor de un «crack» bursátil global, y los inversores también sospecharon que la debilidad asiática pueda influir en los pronósticos de ganancias de las empresas informáticas, que venden en Asia muchos de sus productos.

El Dow Jones cayó 4 por ciento, la mayor caída desde la crisis que siguió al «lunes negro» de 1987, cuando el Dow registró bajas de hasta 100 puntos.

Pero a pesar de las turbulencias algunos inversores se mantienen optimistas.

«Estaremos a salvo, de eso no hay duda», dice Bill O' Hearn, un administrador de fondos de McKinley Capital Management. «La razón por la cual la gente vende sus acciones es porque se vuelve emocional.»

• Camino libre

Analistas creen que la tormenta desatada en Hong Kong comenzará a los inversores de que la Reserva Federal no subirá las tasas este año, dejando el camino libre a los bonos. Además, la crisis de las monedas asiáticas reduciría la presión inflacionaria de Estados Unidos -principal preocupación de Greenspan- debido a una previsible caída de sus exportaciones.

Pero el Departamento de Trabajo espera un aumento en los costos laborales en los últimos tres meses de 0,8 por ciento, el mismo aumento que el registrado en el trimestre anterior, lo que resultaría en una proyección de 2,9 por ciento anual. Hace pocas semanas, Greenspan había advertido que dada la fortaleza del mercado laboral y las inevitables presiones salariales, la economía de EE.UU. parecía estar en una vía «insostenible».

Para la ex colonia, la crisis recién empieza

Escribe
Philip Bowring
Herald Tribune
para Ambito Financiero

Hong Kong - La crisis que recién comienza a desarrollarse en Hong Kong será una severa prueba para medir el nivel de cohesión interna y su autonomía financiera con respecto a Pekín.

La paridad cambiaria entre el dólar de Hong Kong y la moneda estadounidense puede resistir al igual que el peso argentino con el mismo sistema de convertibilidad resistió la debacle financiera de México. Pero el costo será mucho más alto de lo que la mayoría de los ciudadanos más ricos de Hong Kong están dispuestos a pagar.

Mientras tanto, China parece tener puntos de vistas encontrados con respecto a la difícil situación de Hong Kong.

Esta crisis no es sorpresiva ni irracional. Hong Kong no tiene un déficit en su cuenta corriente, pero tiene todos los demás problemas que socavaron las monedas y los mercados del sudeste asiático -especialmente el excesivo crecimiento del crédito a los sectores financieros e inmobiliarios, alimentados por el ingreso masivo de capital-.

Siete años de crecimiento en el crédito a un nivel que duplica el crecimiento del Producto Bruto Interno llevó a los precios de propiedades en Hong Kong a niveles que excedían los picos de Japón.

Una mayor presión sobre la oferta coincidiendo con un aumento en el crédito significó que más de 5% del PBI fuera directamente a los bolsillos de un grupo de inversores inmobiliarios.

Las nuevas autoridades se dan cuenta de que Hong Kong no sólo enfrenta el problema de una caída en los precios de los activos. A raíz de las devaluaciones en el sudeste asiático, la economía enfrenta ahora nuevos riesgos por un exceso de los costos. El turismo cayó precipitadamente y muchas industrias de servicios podrían trasladarse a Singapur, Tokio, Shanghai, Sydney, Bangkok y cualquier lugar donde los costos son mucho menores.

Hong Kong debe desinflarse. La única pregunta es si lo logrará abandonando el sistema de convertibilidad o manteniéndolo por medio de tasas de interés más altas y una masiva reducción en los precios de las acciones.

• Burbuja

Pekín está en una encrucijada. Parece reconocer que Hong Kong ha tenido una burbuja que necesitaba desinflarse, es consciente de los fracasos en todas partes por defender a las monedas y estaría renuente a comprometer sus propios recursos para defender la riqueza de su pequeño enclave, que goza de autonomía financiera. Por otra parte, abandonar el sistema de cambio fijo tan pronto después de recuperar la región afectaría gravemente su imagen.

Pekín estará más involucrado en los asuntos de Hong Kong, quiera o no. Si mantiene el tipo de cambio fijo, será en parte atribuido al apoyo de las propias reservas de China. Si libera la moneda, se asumirá que lo hizo bajo la aprobación de Pekín.

De todas formas, es la gente de Hong Kong, y no los inversores bursátiles quienes tendrán la decisión en sus manos con respecto a la moneda.

Si cae la convertibilidad debemos prepararnos para ver masivas pérdidas de los bancos internacionales. Si no, veremos el derrumbe de los inversores inmobiliarios.

Hong Kong podría gozar de un breve interludio de paz, ayudado por la visita del presidente chino Jiang Zemin a Estados Unidos. Pero hasta ahora, sólo hemos visto el primer acto de la obra.

9714276

05

El "efecto dragón" volvió a azotar ayer a los mercados

Hong Kong tuvo otro día negro al caer 6%; fuertes bajas en Bolsas regionales

La Bolsa de Hong Kong volvió ayer a sufrir una nueva fuerte caída, del 5,8%, que arrastró a los demás mercados asiáticos y europeos, así como Wall Street. Las ruedas bursátiles latinoamericanas también sintieron el impacto, y registraron importantes bajas.

En Hong Kong, el índice Hang Seng —principal indicador bursátil— perdió 646,14 puntos a 10.498,20, debido a la preocupación sobre la solidez de la paridad fija del dólar local con el dólar norteamericano. Con esta nueva caída, la Bolsa de la ex colonia clausuró la sesión a un nivel cercano al del "jueves negro" de la semana pasada, cuando perdió 10,4 % en una sola jornada.

Según analistas como Simon Tam, de Sansoon Securities, "es muy difícil prever cuál será la evolución del Hang Seng, pero puede caer a 9.000, 8.000 e incluso 7.000 puntos".

En la Bolsa de Tokio, ya deprimida por el mal desempeño del viernes en Wall Street, la baja fue del 1,9% y los inversores seguían desalentados por la persistencia de la crisis de los mercados asiáticos y el escándalo de las comisiones pagadas a la mafia nipona por ciertas empresas cotizadas en la Bolsa.

En Corea del Sur reinaba el pesimismo. La Bolsa de Seúl cerró en baja de 3,28%, a pesar de los esfuerzos del presidente Kim Young-Sam para tranquilizar a los medios económicos. En sus tres últimas sesiones, Seúl ha perdido el 12,46%. Por otra parte, la moneda surcoreana, el won, sufrió una fuerte caída, terminando la jornada a 939,90 por un dólar norteamericano, contra 920,30 al comenzar la sesión.

Las bolsas europeas fueron hoy de nuevo víctimas de la tempestad monetaria que está azotando el sudeste asiático a raíz de la nueva caída de la bolsa de Hong Kong. París, Bruselas, Madrid, Francfort, Milán y Londres operaban todas en baja, influidas por la situación asiática pero también por la flexión del viernes en Wall Street.

El nerviosismo reinó ayer en la mayoría de los mercados, particularmente en los brasileños, donde las caídas marcaron nuevos récords.

❑ Wall Street y las Bolsas regionales

Diez años y diez días después, la Bolsa de Nueva York volvió ayer a sufrir una fuerte caída, enmarcada en la corriente de acomodamientos y corridas desatadas por la Bolsa de la isla asiática que semanas atrás volviera al dominio chino. Sin embargo, a diferencia del 19 de octubre de 1987, cuando la Bolsa se desmoronó 22,6%, las nuevas reglas de interrupción de operaciones limitaron la caída a sólo el 7,18 por ciento, y el nuevo "crash" suscitó preocupación pero no alarma.

Al superar una caída de 550 puntos, las autoridades de la Bolsa de Nueva York (NYSE) suspendieron por segunda en el mismo día las operaciones y el índice Dow Jones se fijó en 554,26 puntos, con una caída del 7,18%, que lo situó en 7.161, 15 puntos. La nueva suspensión por una hora decidida por las autoridades de la NYSE significó un tácito cierre de los negocios bursátiles del lunes.

Es la primera vez que se recurre al mecanismo de las suspensiones desde que la regla se adoptó a continuación de la pesadilla del lunes negro de octubre de 1987, cuando el Dow Jones cayó 508 puntos, un 22,6 por ciento, a 1.738,74 puntos.

El vocero de la Casa Blanca, Mike McCurry, informó en el lapso entre la primera y la segunda interrupción de la Bolsa de Nueva York que el presidente había sido informado sobre la evolución de los mercados por el secretario del Tesoro, Robert Rubin. McCurry dijo que "el presidente estuvo viendo los mercados y analizó las evoluciones (bursátiles) del día. El presidente confía en la sólida base de la economía norteamericana (...) y pienso que hay que mantener la calma", agregó. Las Bolsas latinoamericanas acompañaron también las bajas en un clima de nerviosismo.

El índice líder Merval de la Bolsa de Buenos Aires sufrió ayer la pérdida más grave desde que se implantó el Plan de Convertibilidad en 1991, al caer 13,73%, arrastrado por la crisis bursátil internacional. El indicador de capitalización quebró en descenso la barrera psicológica de los 700 puntos, al cerrar en 680 puntos, envuelto en una ola de ventas impulsada por el nerviosismo de los operadores.

Otros mercados emergentes, como México y Santiago de Chile, sufrieron severas bajas, las más importantes desde las crisis de 1987. En el caso de la primera, la pérdida de valores ascendió al 13,34%, y algo más moderada fue la chilena, aunque dio igualmente lugar a tildar como "lunes negro" la jornada de ayer.

También las Bolsas brasileñas cerraron con fuertes bajas: mientras Río de Janeiro perdió un 13,1%, São Paulo cayó 14,97%.

La Bolsa uruguaya operó sin recoger a la caída mundial

Lejos de acusar repercusiones de la que fueron las fuertes caídas de las cotizaciones en los principales mercados de valores mundiales registradas ayer, las operaciones en la Bolsa de Valores de Montevideo (BVM) quedaron al margen de cualquier sacudón. Mientras el nerviosismo primó en la víspera en los principales mercados bursátiles mundiales, para la rueda tradicional uruguaya el de ayer "fue simplemente un día más", graficó Edgardo Núñez, gerente general de la BVM, en declaraciones a LA REPUBLICA.

El jerarca de la Bolsa señaló, aludiendo a la pequeñez del mercado de valores uruguayo y al origen de los títulos que en él operan, que es muy difícil que las agitaciones [illegible] en los principales mercados [illegible] alguna forma las operaciones [illegible]

Las operaciones en la [illegible] una cifra total cercana a [illegible] que surje de un mayor [illegible] en Bonos del Tesoro [illegible] 1.150.000, Eurobonos [illegible] Obligaciones Negociables [illegible] US$ 42.900 y Obligaciones [illegible] más de US$ 8.000.

96

9714276

XA5487

U ECOBT 10-28 00454
icx mun exg

BOLSA-CHINA
CHINA VE PELIGRAR SU ECONOMIA POR CRISIS HONG KONG

Pekín, 28 oct (EFE).- Las empresas chinas que tenían previsto empezar a cotizar en la Bolsa de Hong Kong han decidido retrasar su entrada, dada la volatilidad actual de este mercado de valores, informó hoy el periódico "China Daily".

La Corporación Nacional de Aviación de China (CNAC), uno de los gigantes del país, la carbonera Yanzhou, la química Sichuan y la China World Trade Center, entre otras, han pospuesto su proceso de capitalización, ya que "es un mal momento para nuevas entradas", señaló al periódico Shanel Wang, del Banco de Valores Chinos de Ultramar.

La decisión se produce apenas dos días después de que el presidente chino, Jiang Zemin, en la víspera de su viaje a Estados Unidos, restase importancia a las fluctuaciones de la Bolsa hongkonguensa.

Jiang, que calificó de "naturales" los vaivenes que Hong Kong ha sufrido desde el pasado "jueves negro", en que perdió en un solo día 1.211 puntos en una caída sin precedentes, dijo también que "ningún inversor sensato debería perder su confianza en el futuro económico de China o de Hong Kong, sólo por las fluctuaciones temporales de sus mercados".

Pero el optimismo oficial, que ha querido transmitir la idea de que los desequilibrios del Sudeste Asiático nunca afectarían a la China del imparable crecimiento económico, no ha predicado con el ejemplo y parece dispuesto a dejar que su gallina de los huevos de oro se le escape de las manos.

De hecho, según analistas extranjeros, a China podría interesarle hasta cierto punto que Hong Kong perdiese protagonismo, dejando así paso al surgimiento de nuevos centros financieros, cuyo bastión sería Shanghai, un logro cien por cien chino.

Ayer, tras una ligera recuperación el pasado viernes, el índice Hang Seng volvió a cerrar en límites cercanos a los del jueves, en los 10.498,20 puntos, con unas pérdidas del 5.6 por ciento frente al viernes. El desplome de la Bolsa ha provocado un ligero efecto dominó que llega hasta Europa o incluso Estados Unidos, donde Madrid y Nueva York registraron notables descensos.

La crisis financiera asiática alcanza en mal momento a Pekín, tras un XV Congreso del Partido Comunista que tuvo como uno de sus ejes centrales la reforma de las empresas estatales chinas.

Jiang dijo entonces que su gobierno daría paso a una serie de cambios en la estructura empresarial que contemplarían entre otras fórmulas la capitalización de las firmas a través de su entrada en Bolsa.

Si la crisis en Hong Kong se prolonga, como lo ha hecho en otros países del sudeste asiático desde el pasado verano, los problemas podrían extenderse a otros muchos campos de la economía y China tendría que tomar decisiones a las que está poco acostumbrada, demostrando la viabilidad de su propuesta de "un país, dos sistemas", ideada por Deng Xiaoping y ofertada a Taiwán para la reunificación. EFE
BR/IB/PG

07 . . 9714276

XU6765

B ECOBT 10-28 00634
mun exg icx

BOLSA-HONG KONG (Previsión)
NUEVA CAIDA HISTORICA DEL HANG SENG, QUE BAJA 13,7 POR CIENTO

Por Ilaria María Sala
Hong Kong, 28 oct (EFE).- La bolsa de valores de Hong Kong registró una nueva caida histórica con un descenso del 13,7 por ciento al cerrar hoy, martes, en 9.059 puntos tras unas pérdidas de 1.439 puntos respecto a la sesión del lunes.

Pese a que Hong Kong había sobrepasado la barrera de los 9.000 puntos antes de la interrupción para el descanso de media mañana, el índice Hang Seng se recuperó algo y terminó levemente por encima de los 9.000 puntos.

Las pérdidas acumuladas por el índice Hang Seng en lo que va de mes rondan el 30 por ciento. El volumen de intercambios fue de 25.236 millones de dólares honkongueses, unos 3.277 millones de dólares.

Los analistas habían anunciado fuertes bajas para esta semana, incluso superiores al 20 por ciento en el índice Hang Seng, y el desplome del lunes en Wall Street y los demás mercados han corroborado la tendencia a la baja en el Sudeste Asiático.

Aunque el jefe del gobierno de esta región, Tung Chee-hwa, defendió hoy la fortaleza de la economía honkonguesa y dijo que "no hay razones para el pánico", esta plaza no ha recuperado la confianza.

Tung Chee-hwa convocó hoy a su gabinete para examinar el comportamiento de la bolsa, que al cierre se recuperó un poco, aunque el pánico apresó a los corredores, que vendieron masivamente.

"Creo que los mercados van para arriba y para abajo. Lo que ha ocurrido el martes es una reacción a lo que pasó ayer en el resto del mundo, sobre todo en Nueva York", señaló Tung Chee-hwa.

El dirigente honkongués expresó su convencimiento en que lo que está sucediendo sea pasajero e indicó: "No hay razones para el pánico. La economía va bien en Hong Kong. La economía va muy bien en China".

Una de las principales cuestiones es dilucidar los efectos que sobre la economía de China puede tener la devaluación del dólar de Hong Kong, máxime cuando algunos expertos consideran que la moneda china, el yuan, está por debajo de su valor real, lo que favorece las exportaciones.

Por el contrario, las exportaciones de Hong Kong se han visto perjudicadas por la depreciación de las monedas de los países vecinos, cuyos precios resultan más atractivos que los de la divisa honkonguesa, sobre cuya devaluación ya se han pronunciado los analistas.

No obstante, Tung Chee-hwa afirmó que "de devaluación ni hablar", y añadió que los ataques especulativos contra la moneda de Hong Kong han terminado.

El sector que mayores pérdidas acumuló hoy fue el bancario, con unas pérdidas del 16,21 por ciento que los analistas atribuyen a los altos tipos de interés.

El índice de empresas chinas "Acciones-H" cerró a 719 puntos, 87 menos que en la jornada anterior, con unas pérdidas del diez por ciento.

Las "fichas rojas" de empresas chinas afiliadas a la bolsa de

Hong Kong cerraron hoy a 1.665 puntos, 295 puntos por debajo de la última sesión y con un descenso del 15 por ciento.

El dólar se compró a 7,727 y se vendió a 7,737 en el mercado de divisas honkongués.

A pesar de las perspectivas al comienzo de esta jornada -la de mayores pérdidas en la historia del índice Hang Seng-, el secretario de Finanzas, Donald Tsang, había asegurado que en Hong Kong no sucedería lo mismo que en el mercado de Nueva York, cuya actividad se interrunpió el lunes en dos ocasiones.

El presidente de la bolsa de Hong Kong, Edgar Chan, advirtió hoy: "Como ustedes saben, nuestro mercado es un mercado abierto, nosotros aprendimos la lección de hace diez años. Lo que ha sucedido en Nueva York es diferente. Su sistema es especial".

Por ello -añadió-, "no hay razón para cerrar el mercado de valores".

Todos los analistas han coincidido en calificar el día de hoy como una jornada de pánico y han destacado las repercusiones de los mercados internacionales en esta fiebre vendedora.

Howard Georges, de "South China Brokerages", dijo que los corredores han anticipando "más sangre en Wall Street, razón por la que Hong Kong está tan débil". EFE

ims/Alf/fp/pz/dv

10/28/11-29/97

09

9714276

XU6764

U ECOBT 10-28 00234
mun exg

BOLSAS-CHINA/HONG KONG
CHINA REITERA HONG KONG RESOLVERA CRISIS BOLSA POR SU CUENTA

Pekín, 28 oct (EFE).- China reiteró, hoy, martes que no acudirá en ayuda de Hong Kong para resolver la crisis financiera y superar el desplome de su bolsa, desencadenada la semana pasada, y que arrastró a los principales mercados de valores del mundo.

El portavoz del ministerio de Asuntos Exteriores, Tang Guoqiang, afirmó hoy, en una rueda de prensa, en Pekín, que las subidas y bajadas de los precios de las acciones son "normales" en todas las bolsas del mundo.

"Las bases económicas de Hong Kong son estables, su administración financiera es buena y sus reservas de divisas son suficientes" para superar la crisis, añadió.

La Bolsa de Valores de Hong Hong registró un nuevo descenso hoy, de un margen de 12 por ciento, y se situó por debajo de la barrera de los 10.000 puntos, en una situación más grave aún que la del "jueves negro" de la semana pasada, cuando comenzó el desplome perdiendo 1.211 puntos en un solo día.

"Creemos que la Región Administrativa Especial de Hong Kong es capaz de mantener la prosperidad de la región y la estabilidad del mercado financiero", dijo Tang, reiterando lo manifestado por Pekín el jueves pasado, apenas comenzada la crisis.

Diversas empresas chinas que tenían previsto empezar a cotizar sus acciones en la Bolsa de Hong Kong han decidido retrasar su entrada, dada la volatibilidad de este mercado de valores, según medios de prensa oficiales. EFE
pg/cg/dv

10/28/11-16/97

9714276

Ayer, al cierre, en Wall Street. Las caras [illegible] lo dicen todo; apenas horas antes se temía otro día negro (AP)

El análisis de la noticia

Qué significa esta crisis

Por Germán Sopeña

Lo que sucede de Tokio a Londres y de Nueva York a Buenos Aires es, probablemente, la primera gran crisis mundial de la economía globalizada.

Así lo describieron ayer a La Nacion varios banqueros extranjeros de primera línea, en clara evidencia de la preocupación que se transmite, con la inmediatez de las pantallas electrónicas, a cualquier rincón del mundo en el cual se toman decisiones económicas.

La inquietud supera situaciones coyunturales, circunstancias electorales, gobiernos liberales o socialdemócratas y hasta urgencias políticas locales. Como un típico huracán, el viento que arrancó en

Continúa en Econ., Pág. 3, Col. 1

[illegible]

Buenos Aires	▲	+6,07
Wall Street	▲	+4,71
Londres	▼	-1,78
Francfort	▼	-8,04
Madrid	▼	-4,37
París	▼	-4,27
Tokio	▼	-4,3
Hong Kong	▼	-13,7
Singapur	▼	-7,59
Malasia	▼	-6,64
México	▲	+11,88
Caracas	▲	+0,27
Chile	▼	-0,59
Perú	▲	+2,3
Brasil	▲	+6,42

LA NACION

2910

9714276

//:

Qué significa esta crisis

Continúa de la Pág. 1, Col. 4

la sorpresiva debilidad de los mercados asiáticos sacude a todo el mundo aumentando la sensación de que no hay, como sí sucede con los pronósticos meteorológicos, fotos satelitales que permitan precaverse contra la intensidad de lo que se viene.

Los principales analistas económicos de todo el mundo respiraron algo ayer, cuando Wall Street se hizo eco del firme mensaje de confianza de Bill Clinton y levantó arrastrando en su movimiento alcista a la mayoría de las bolsas latinoamericanas, Buenos Aires incluida.

Pero ninguno de ellos ha perdido la incómoda sensación que deriva de encontrarse frente a esa primera gran crisis mundial con las incógnitas que produce todo lo que es nuevo.

"Esta crisis es más profunda de lo que pensábamos -dijo ayer a LA NACION Mike Smith, titular en Buenos Aires del banco más grande del mundo, el Hong Kong Shanghai Banking Corp (HSBC), testigo clave del terremoto- porque es de las que ponen tan nervioso a todo el mundo que los argumentos racionales vuelan por la ventana".

Otro banquero consultado ayer por LA NACION, que prefirió mantener el anonimato, sostuvo que "lo de México en el '94 fue apenas un anticipo de lo que puede suceder ahora si esto sigue por unos días más".

Después de ayer

Todos los agentes económicos y los dirigentes de gobierno del mundo entero esperan que el respiro de Wall Street de ayer haya marcado un retorno a una calma más duradera. Pero nadie arriesga en este momento pronósticos de tipo racional porque advierten que el mundo globalizado enfrenta con nerviosismo lo que parece ser un ajuste de valores bursátiles e inmobiliarios cuya sobrevaluación es difícil de medir.

Donde todos coinciden es en señalar como un hecho incontestable que los precios del metro cuadrado de construcción en Hong Kong habían alcanzado niveles desmesurados y que parecen haber sido el origen de este nuevo episodio de turbulencias en Asia que terminó por adquirir características de problema mundial.

El ciclo de ascenso y caída de los valores se resume, así, en el siguiente encadenamiento básico:

- Durante años de progreso económico, los precios de los inmuebles -favorecidos por el escaso terreno disponible en Hong Kong, como en Tokio, Singapur, Taiwan o Corea del Sur- crecieron sin cesar.
- La abundante liquidez de capital internacional, que se mueve hoy por el mundo con la rapidez de una tecla oprimida en la computadora, se destinó, en gran medida, a financiar más y más inversiones especulativas en activos inmobiliarios.
- Ante la percepción de una sobrevaluación inmobiliaria, la ruptura del ciclo produce un achicamiento brutal del crédito disponible, con la consecuente suba de las tasas de interés -más de cinco veces en pocas horas en Hong Kong- y el temor a una devaluación de la moneda que, a su vez, produce más salida de fondos hacia el exterior.

Visto desde aquí

Muchos analistas ven en este nuevo ejemplo la repetición cíclica de un fenómeno que ya se vivió en Estados Unidos. "Es lo mismo que se produjo en los años '80 con la especulación inmobiliaria de ahorro y préstamo (*savings and loans*) que terminó en un gigantesco agujero bancario absorbido por toda la economía", recordó ayer el banquero y ex embajador argentino en la UN Emilio Cárdenas.

Otro banquero, con voz más crítica, sostuvo que "los bancos siguen prestando dinero en forma irresponsable cuando abunda la liquidez".

Semejantes temblores no son desconocidos en la historia argentina anterior a la hiperinflación.

Lo que en el mundo asombra y preocupa, en la Argentina era una práctica casi común. Pero erradicadas esas malas costumbres desde la puesta en marcha de la ley de convertibilidad, una crisis de este tipo -como sucedió con el efecto tequila- puede tener siempre un particular impacto en la Argentina por la rigidez de su esquema del peso atado al dólar.

Mike Smith, del HSBC, cree, empero, que la Argentina está en una posición relativa bastante buena. "No es Hong Kong porque aquí los activos no están sobrevaluados, ni los inmobiliarios ni los bursátiles".

La misma impresión tiene Enrique Ruete Aguirre, del Banco Roberts: "En realidad, toda esta crisis se debe a una sobrevaluación de valores inmobiliarios en Asia y de valores accionarios en Wall Street. Ese no es el problema de la Argentina y, por lo tanto, lo que sucede aquí es sólo el reflejo de la inquietud mundial. Yo creo que hoy Wall Street dio una respuesta positiva y que Hong Kong debería seguir mañana (por hoy) esta tendencia".

Pero la Argentina no está al abrigo de sobresaltos derivados de la escena económica mundial.

Así, uno de los mejores indicios que pudieron escucharse, sólo horas después de una elección, provino del secretario de Hacienda del Gobierno de Buenos Aires, Adalberto Rodríguez Giavarini, que aconsejó mantener un canal de consulta permanente entre el gobierno argentino y el brasileño frente al panorama mundial.

Además de la buena noticia que llegó desde Washington indicando que el FMI había acordado con la Argentina, el verdadero complemento de largo plazo sería, para todos los observadores económicos, saber que gobierno y oposición pudieran acelerar las numerosas reformas pendientes que se necesitan para eliminar los flancos débiles de la economía.

9714276

CRISIS BURSÁTIL

■ HONG KONG FUE EL ÚLTIMO TIGRE ASIÁTICO EN SUCUMBIR ANTE LA CRISIS

Claves para entender qué pasó en Asia

La inestabilidad financiera que se inició tras la devaluación del baht tailandés desató una corrida en las bolsas asiáticas e imprimió un duro golpe a las principales plazas mundiales

CRONOLOGÍA DEL SUDESTE ASIÁTICO

JULIO

2 Confrontada desde unas semanas antes a una grave crisis económica, Tailandia decide dejar flotar su moneda, el bath, que se devalúa en un 18% en los mercados financieros extranjeros.

11 Filipinas deja a su vez flotar el peso, después de que éste cayera en un 6,4%, a 28,08 pesos por dólar.

16 El primer ministro malayo, Mahathir Mohamad, acusa al financiero estadounidense George Soros de manipular entre bastidores los movimientos especulativos causantes de la caída de las monedas locales

28 Dimite el gobernador del Banco Central tailandés, Rerngchai Marakanond.

AGOSTO

5 Tailandia y el Fondo Monetario Internacional (FMI) concluyen un acuerdo sobre un plan de saneamiento económico y financiero. El FMI desbloquea un fondo de emergencia de 17.200 millones de dólares.

11 El ringgit malayo toca fondo alcanzando su nivel más bajo (-3,5%) desde 41 meses antes.

12 El dólar singapurí cae a su nivel más bajo en tres años frente al dólar estadounidense.

14 Indonesia se ve obligada a su vez a renunciar a defender la paridad de la rupia con el dólar.

SETIEMBRE

20 Acogida reservada del G7 a la iniciativa japonesa de instalación de un mecanismo específicamente asiático para contrarrestar eventuales nuevas crisis monetarias.

28 La rupia indonesia alcanza el más bajo nivel histórico al cotizarse a 3,125 unidades por dólar.

OCTUBRE

8 Indonesia se coloca voluntariamente bajo tutela del FMI.

14 El dong vietnamita queda devaluado de facto en cerca de 5%.

15 Dimisión del ministro de Finanzas tailandés, Thanong Bidaya.

20 Empiezan manifestaciones diarias reclamando la renuncia del primer ministro de Tailandia, Chavalit Yongchaiyudh.

23 El índice Hang Seng, principal indicador de la Bolsa de Hong Kong, registra su mayor baja en diez años (-10,4%) arrastrando en su caída las bolsas del sudeste asiático (Sydney, Singapur, Tokio) y las bolsas europeas (Londres -3%, Francfort -4,66%, París -3,42%, Madrid -2,49%).

24 En la Bolsa de Hong Kong, el índice Hang Seng se inscribe promediada la jornada en alza de 4,5%, mientras que en Singapur el índice Strait Times limita sus nuevas pérdidas a 0,9% (14,62 puntos).

La bolsa de Tokio cierra en alza de 1,2% progresando el índice Nikkei en 212,19 puntos.

Promediada la jornada, la Bolsa de Sydney registra una baja de 3,2% y la de Kuala Lumpur de 1,1%.

En Bangkok, la Bolsa retrocede en 2,8% durante la primera parte de la sesión.

27 El índice Hang Seng vuelve a caer, esta vez 5,8%, y arrastra en baja a las restantes Bolsas del mundo. Wall Street cae 7,18%, México 13,34%, San Pablo 15% y Buenos Aires 13,73%.

La volatilidad en el mercado bursátil y un abrupto incremento de las tasas de interés en el mercado monetario para contener la especulación contra la moneda local fueron las dos vías por las cuales se hizo explícita en Hong Kong la crisis monetaria del sudeste asiático, en cuyo marco el índice bursátil Hang Seng perdió cerca de un tercio de su valor a lo largo de las siete últimas sesiones.

En medio de una profunda preocupación por el sistema cambia-

La Bolsa hongkonesa perdió más de un tercio de su valor en las últimas siete sesiones

rio que vincula el dólar de Hong Kong (HK$) con el billete verde de Estados Unidos, los inversores sufrieron grandes pérdidas.

Hong Kong es la única economía de la región cuya moneda está anclada a la de EEUU. La crisis financiera de 1983 impulsó a las autoridades de la que en ese momento era colonia británica –en julio de 1997 pasó a órbita china- a establecer un sistema de tipo de cambio fijo de su moneda frente al dólar estadounidense

A lo largo de la década de 1980, Hong Kong junto con el resto de los países del sudeste asiático vivió el denominado "milagro económico", que se plasmó en elevadas tasas de crecimiento sustentadas en crecientes tasas de ahorro.

A excepción de Filipinas (cuya única alternativa para obtener capitales era el financiamiento del FMI y del BM, debido a la incertidumbre política de la época), los restantes países asiáticos sustentaron su crecimiento en base al fuerte ingreso de capitales y a las elevadas tasas de ahorro interno.

Pero en los últimos meses, la percepción de que el milagro asiático está llegando a su fin provocó descalabros en las economías de la región. La espiral bajista en que están envueltas las monedas asiáticas- lo que incrementa el peso de la deuda pública en dólares- hipoteca su crecimiento económico futuro.

ATAQUES ESPECULATIVOS

La semana pasada, la divisa de Hong Kong fue blanco de ataques especulativos que llevaron al gobierno a tomar medidas que catapultaron al alza las tasas de interés, tras lo cual se derrumbaron los valores bursátiles.

Según los analistas, para superar la crisis será necesario que la divisa hongkonesa se libere de las presiones especulativas que exigen al gobierno mantener las tasas de interés más elevadas que en el resto de la región.

El gobierno de Hong Kong puso de manifiesto su compromiso respecto al sistema cambiario. "No tenemos ninguna necesidad política ni económica para dar término a la fijación del dólar nacional", aseguró el secretario de Asuntos Financieros, Donald Tsang.

Estos argumentos fueron respaldados desde los más diversos sectores. El financista George Soros, defensor de los regímenes de tasa fija, dijo que el hecho de mantener la confianza es prioridad número uno en un centro de servicios financieros como Hong Kong.

Chi Lo, economista de Deutsche Morgan Grenfell opinó que "si se rompiera el vínculo monetario, este lugar se convertiría en un castillo de naipes".

En tanto, el gobernador de Hong Kong, Tung Chee-hwa, dijo que los especuladores que atentaron contra la moneda local –factor desencadenante de la caída bursátil– se han replegado. Con esta base, Tung reforzó su actitud optimista respecto a la Bolsa de Hong Kong, y dijo que "no hay razones para el pánico".

"La volatilidad del mercado de Hong Kong se produjo a causa de los mercados extranjeros, y se trata de un factor temporal e inevitable", dijo ayer Tung en rueda de prensa. "De hecho, los que vinieron a especular contra nuestra moneda en el mercado de divisas más bien se están retirando, así que ahora la divisa se puede estabilizar", agregó el mandatario.

El gobernador de Hong Kong también se mostró partidario del tipo de cambio fijo, que "fue sumamente útil para nosotros durante los últimos 14 años".

LA ECONOMÍA EXPUESTA

Pero si la crisis en Hong Kong se prolonga, como viene sucediendo en otros países del sudeste asiático, los problemas podrían extenderse a otros muchos campos de la economía.

"Hong Kong estuvo muy expuesta y su competitividad se vio mitigada por las devaluaciones que tuvieron lugar en la región", dijo un estratega bancario. "Hay un problema de tipo estructural, ya que la economía esta cada vez más atada a China y a la región", agregó.

Así mismo, los sectores inmobiliario y bancario –pilares básicos de la economía– se han convertido en una verdadera amenaza para Hong Kong. Las fluctuaciones del mercado inmobiliario debilitan la solidez del sistema bancario. Del total de préstamos otorgados por la ban-

Los sectores inmobiliario y bancario se convirtieron en una amenaza para la economía

ca, más de la mitad está destinada a la compra de vivienda.

Por lo pronto, los bancos han reducido sus pronósticos de crecimiento para este año al 5% o incluso menos, en comparación con los anteriores pronósticos del 5,5%. Así mismo, los economistas anticipan menos compras de viviendas y menores gastos de consumo.

Las empresas chinas que tenían previsto empezar a cotizar en la Bolsa de Hong Kong han decidido retrasar su entrada, dada la volatilidad actual de este mercado de valores, informó ayer el periódico "China Daily".

La Corporación Nacional de Aviación de China, la carbonera Yanzhou, la química Sichuan y la China World Trade Center, entre otras, han pospuesto su proceso de capitalización, ya que "es un mal momento para nuevas entradas", señaló Shanel Wang, del Banco de Valores Chinos de Ultramar. (*Producción, Eva Szafman*)

EP 2910

13.

07142-76

DP8228

U ECOBT 10-30 00300
icx mun exg

SUDESTE ASIATICO-CRISIS
TAILANDIA ADVIERTE EXPANSION REGIONAL CRISIS SI EEUU NO APOYA

Bangkok, 30 oct (EFE).- El Gobierno tailandés advirtió hoy jueves que la expansión mundial de la crisis financiera que afecta al sudeste asiático dependerá, en gran medida, del apoyo que Estados Unidos y la Unión Europea presten a la región.

El viceprimer ministro de Tailandia, Virabongsa Ramangkura, dijo hoy que "Estados Unidos debe apoyar más al sudeste asiático si quiere evitar que la crisis afecte a Wall Street y también a Europa".

Varios gobiernos sudasiáticos han calificado de "pobre" la respuesta de Estados Unidos y la Unión Europa a la crisis monetaria que comenzó el pasado dos de julio cuando Tailandia optó por dejar fluctuar su moneda nacional, el bat.

"Los Estados Unidos y el Grupo de las Siete Naciones Industrializadas se protegerán de los problemas financieros si cambian su actitud respecto a los problemas que estamos viviendo en esta región", preciso Virabongsa.

Experto economista y responsable del desarrollo de las medidas impuestas a Tailandia por el Fondo Monetario Internacional (FMI), Virabongsa consideró que "si la economía de la región se viene abajo, todos sufrirán las consecuencias".

El viceprimerministro tailandés instó también a los Estados Unidos y la UE a brindar su apoyo para la creación de un Fondo Monetario Asiático, aunque Washington y Bruselas consideran que su creación podría entrar en conflicto con las funciones del FMI. "Quizá como una región exportadora, pero lo cierto es que también
como una región exportadora, pero lo cierto es que también
importamos gran cantidad de sus productos y servicios" indicó Ramangkura.

Durante la última reunión del FMI, celebrada el pasado mes de septiembre en Hong Kong, Tokio propuso la creación de un fondo regional de 100.000 millones de dólares para recuperar la estabilidad financiera en esta zona del mundo. EFE
mfr/ams/Alf/pz/jdl

10/30/09-33/97

97142761

Las bolsas asiáticas levantaron cabeza

Tras dos fuertes caídas los mercados de Asia retomaron la senda alcista, pero los analistas no aseguran que las subas se prolonguen por mucho tiempo

Desde Tokio hasta Sydney, los mercados de valores asiáticos comenzaron ayer a recuperarse de la golpiza que recibieron entre el lunes y el martes y, siguiendo los pasos alcistas de Wall Street, experimentaron fuertes ganancias encabezadas por el avance de 18,82% en el índice de la Bolsa de Hong Kong.

Esta vez en sentido positivo, la Bolsa hongkonesa comandó la tendencia de las bolsas asiáticas. Tras avanzar más que nunca en su historia, el índice Hang Seng culminó a 10.765,30 unidades ayer, revirtiendo las pérdidas por 13% que acumuló la jornada previa.

Los ánimos en la Bolsa se calmaron al apreciar la mejora de los valores en Nueva York. Los especialistas atribuyeron la escalada del Hang Seng a los precios ascendentes de influyentes acciones, como las de la compañía HSBC y la inmobiliaria Cheung Kong.

A excepción del mercado de Bangkok (amenazado por los problemas políticos que atraviesa Tailandia y por la intensa depreciación de su moneda, el bath), las restantes bolsas del sudeste asiático siguieron la trayectoria de Hong Kong.

Los inversores asiáticos no ocultan su sonrisa

Aunque el índice Nikkei de Tokio no pudo recuperar totalmente las pérdidas por 4,26% que sufrió el martes, el indicador de los 225 principales valores japoneses –apuntalado por el alza del Dow Jones y el Hang Seng y por las ganancias de las acciones del sector bancario– terminó ayer 3,34% en alza a 16.857,04 unidades.

Los analistas subrayaron que la recuperación de la víspera fue un movimiento de ajuste técnico, que no puede ser interpretado como un automático fortalecimiento del mercado.

La debilidad bursátil está ligada a la preocupación por la marcha de la economía nipona que, luego de haber entrado en una fase de recuperación en febrero de 1996, enlenteció su ritmo en abril del presente año a raíz del aumento del impuesto al consumo.

Japón, cuyo desempeño económico está ligado a sus exportaciones, se verá afectado si la crisis financiera de la región se prolonga por un período de tiempo mayor, dijeron los especialistas.

A pesar del satisfactorio resultado bursátil de ayer, el primer ministro nipón, Ryutaro Hashimoto, declaró estar preocupado por las repercusiones negativas de la agitación bursátil sobre la economía.

En tanto, en Sydney la Bolsa cerró 6,2% en alza a 2.442,8 puntos.

La Bolsa de Manila terminó la sesión ganando 4,3%, la de Singapur escaló 3,59% y la de Kuala Lumpur lo hizo 2,34%.

FUTURO INCIERTO

Sin embargo, entre los inversores cundió un clima de cautela sobre la sustentabilidad de las ganancias bursátiles del sudeste asiático, luego del derrumbe de las sesiones previas.

La posibilidad de un rebrote especulativo contra el dólar hongkonés también mantiene abatido el ánimo de los agentes financieros.

"Debido a la incertidumbre que pesa sobre el sector bancario y a los ataques contra el dólar de Hong Kong no existen garantías de estabilidad en la región", señaló el director de cuentas de una empresa de valores europea.

15

9714276

XA5686

U ECOBT 10-31 00545
icx mun exg

BOLSAS-HONG KONG/CHINA
CHINA REITERA DESPLOME BOLSAS ES UN FENOMENO TEMPORAL

Pekín, 31 oct (EFE).- Destacados economistas chinos reiteraron hoy que el desplome de la Bolsa de Hong Kong, que volvió a abrir esta mañana con una nueva caída de 240,15 puntos, es un fenómeno temporal y que esa región está "más sólida que antes".

"Aunque el dólar de Hong Kong se ha visto afectado por los especuladores durante la semana pasada, el desplome de la Bolsa es sólo un fenómeno pasajero y la región se va a fortalecer con el desarrollo económico del interior de China", dijo en Pekín Alexander Au Siu-kee, vicepresidente y jefe ejecutivo del Banco de Hang Seng.

Para Au Siu-kee "la economía de Hong Kong se mantiene sana desde su devolución a China el pasado primero de julio, y la posición de la Región Administrativa Especial (RAEHK), es incluso ahora más importante como centro de finanzas internacionales, ya que 80 de los 100 principales bancos del mundo siguen operando ahí".

El economista, recientemente nombrado profesor honorario de la Universidad de China en Pekín, afirmó que las "reformas económicas que tienen lugar en este país consolidarán, sin duda, la posición financiera de Hong Kong, que se beneficia también de su situación geográfica".

"No sólo Hong Kong saldrá adelante de esa tormenta pasajera, sino que contribuirá a que China representa cada vez un papel más importante en el mundo de las finanzas", agregó.

Las declaraciones de Au Siu-kie coinciden con las realizadas ayer, jueves, por el prestigioso economista chino Xiao Zhouji, quien achacó "a influencias exteriores el desplome de mercados de valores de Hong Kong".

Para este experto, de la Universidad de Pekín, "no hay ninguna razón interna para que China y Hong Kong tengan fuertes caídas en sus bolsas. Las graves fluctuaciones de los últimos días son anormales e irracionales", agregó.

Recordó Xiao que Hong Kong "está blindada" para superar cualquier tormenta en sus bolsas y que su principal seguro son sus 80.000 millones de dólares en divisas.

"Estas influencias son simplemente un fenómeno temporal y el mercado sin duda resurgirá, basándose en el crecimiento de Hong Kong y a sus estrechos vínculos económicos con el resto de China", subrayó.

Ambos economistas coinciden con los pronósticos del presidente chino, Jiang Zemin, quien señaló poco antes de iniciar su visita a Estados Unidos (del 26 de octubre al 2 de noviembre), que "una de las prioridades de su Gobierno será fomentar las relaciones comerciales con Hong Kong".

"La cooperación económica entre Pekín y Hong Kong es de suma importancia para consolidar la política de un país, dos sistemas, aplicada en esa región", dijo Jiang, en un seminario celebrado en Pekín.

Hong Kong es el principal inversor del mundo en Pekín. El año pasado esa región destinó una partida de 10.000 millones de dólares para el desarrollo de 5.181 proyectos en esa capital, de los que una parte importante fueron a parar a infraestructuras y al sector

inmobiliario.

Por su parte, China, que está convencida de que Hong Kong resolverá la crisis por su propia cuenta, alcanzó un volumen de intercambios comerciales con el exterior de 227.300 millones de dólares durante los primeros nueve meses de este año, lo que representa un incremento del 13,7 por ciento respecto al mismo periodo de 1996.

Las exportaciones fueron en ese periodo de 128.900 millones de dólares mientras que las importaciones se situaron en los 98.400 millones de dólares. EFE

FJC/IB/PG

10/31/04-00/97

97 14 276

TD0290

R VARBT 10-31 00581
icx mun exg

SUDESTE ASIATICO-CRISIS (Crónica)
¿EXISTIO EL MILAGRO ECONOMICO ASIATICO O FUE UN ESPEJISMO?

Por Miguel F. Rovira

Bangkok, 31 oct (EFE).- Durante décadas muchos jefes de Estado del sudeste asiático han recitado la letanía de que "nuestra región no puede permitirse lujos como la democracia y los derechos políticos y humanos".

"El desarrollo económico es nuestra prioridad", han repetido una y otra vez el presidente Suharto de Indonesia y los primeros ministros de Malasia y Singapur, Mahathir Mohamad y Goh Chok Thong, respectivamente.

Ahora afloran serios problemas económicos y no son pocos los que se preguntan si en el sudeste asiático se ha producido el milagro económico del siglo XX o simplemente los llamados "tigres asiáticos" han perdido sus colmillos.

El espectacular crecimiento económico alcanzado por esta región entre los años ochenta y mitad de los noventa ha intrigado a expertos en política y economía.

Para algunos, la clave de ese crecimiento ha sido la tendencia hacia los regímenes autoritarios combinada con una genuina cultura empresarial y la explotación de su enorme fuerza laboral.

"El rechazo de los gobiernos de la región a proteger a su gente es, a mi juicio, la principal explicación de porqué las economías del sudeste asiático han crecido rápidamente", dijo Jim Rower, autor del libro "Asia Rising".

Otros analistas han argumentado que lo sucedido en el sudeste asiático no es más que el resultado de la intervención y el buen planteamiento económico de sus gobiernos.

Pero ahora que se ha agudizado la crisis también existe la teoría de que lo ocurrido es un fenómeno natural.

"El crecimiento económico de estos países se debe simplemente al hecho de que estaban demasiado subdesarrollados y a la gran expansión de las economías ricas durante la década de los 80", señaló Steven Charles, un economista de Bangkok.

La recesión económica de Occidente a mediados de la pasada década obligó a muchas compañías a buscar un abaratamiento de los costos en los países del sudeste asiático, donde la abundante y disciplinada mano de obra suponía un gran atractivo.

Las economías del sudeste asiático comenzaron el año pasado a dar señales de desaceleración económica.

El Banco Asiático para el Desarrollo (BAD) pronosticó este mismo mes que en 1997 Tailandia crecerá un 1,6 por ciento y el país que más lo hará llegará a un 5,7 por ciento, porcentajes aún altos en comparación a los registrados en Occidente.

A medida que las economías de la región ceden y en los mercados de valores se intuye que ha finalizado la era del vertiginoso crecimiento, la atención se vuelca sobre los cimientos económicos, particularmente sobre la deuda que han contraído.

"El escenario no es de color rosa porque resulta obvio que una gran parte del crecimiento de esta zona se ha apoyado sobre su masiva deuda", apuntó un analista económico de una misión diplomática europea en Bangkok.

La deuda externa de Tailandia se sitúa en torno a los 90.000 millones de dólares mientras que la de Indonesia se calcula que

9714276

asciende a unos 55.000 millones, cifras que muchos analistas consideran muy altas.

El pasado mes de julio los mercados de divisas dijeron basta. La moneda tailandesa, el bat, cayó en picado y arrastró consigo a la de Filipinas, Indonesia, Malasia e, incluso, a la de Singapur.

Tailandia ha tenido que solicitar al FMI ayuda económica por valor de 17.200 millones de dólares, Malasia ha suspendido la mayor parte de sus proyectos de infraestructura e Indonesia recibirá asistencia económica para poner en orden su devastada economía.

"En tres años, más o menos, sabremos si el milagro económico fue realmente un espejismo", apuntó Rowner en su libro.- EFE

mfr/ams/lm

10/31/09-26/97

19-19

9/14276

Nº DOCUMENTO 9714277
TITULO RUSIA AFIANZA SU MERCADO DE ARMAS EN ASIA
PROCEDENCIA 578593
FECHA DE PROCEDENCIA 041097
VINCULACIONES 11876
07294
00034
507638
507594
11163
11019
11191
11399
01-03
9714277

XR0720

U PDXBT 10-07 00598
icx mun exg

RUSIA-INDIA (Previsión)
MOSCU VENDE MAS ARMAS A INDIA Y PROPONE ALIANZA COMERCIAL ASIA

Moscú, 7 oct (EFE).- Rusia concretó hoy, martes, multimillonarios contratos de venta de armas a India y propuso a este país formar, junto a Rusia y China, una alianza comercial asiática.

El presidente ruso, Borís Yeltsin, recibió al ministro de Defensa de India, Mulayam Yadaw, que negocia en Moscú nuevos contratos multimillonarios para la compra de moderno armamento ruso, y dio su visto bueno para intensificar la cooperación militar con Nueva Delhi.

"Con India tenemos magníficas relaciones, que no ensombrece ningún tipo de problemas", declaró Yeltsin ante Yadaw y su colega ruso, Igor Serguéyev, quienes explicaron al "número uno" del Kremlin los contratos que negocian durante la actual visita del político indio.

Además, el primer viceprimer ministro ruso, Anatoli Chubais, expuso al titular indio de Hacienda, Palanjapan Chidambaram, la iniciativa de Moscú para que Rusia, India, China y las antiguas repúblicas centroasiáticas soviéticas formen una asociación comercial asiática, que calificó de "importante tarea geopolítica".

Las tensiones que Rusia tiene con Occidente por los planes de ampliación de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) y su rivalidad política con Estados Unidos por su protagonismo mundial obligan a Moscú a impulsar sus relaciones con los gigantes asiáticos del sur, como India y China.

India, considerada por Rusia su "socio estratégico", es consumidor tradicional de armamento ruso y el único país con el que Moscú tiene suscrito un programa de cooperación militar hasta el año 2000 valorado en unos 10.000 millones de dólares, que Serguéyev y Yadaw acordaron ayer, lunes, extender al siglo XXI.

Según fuentes militares rusas, Yadaw negocia ante todo la adquisición de cazabombarderos MIG-29 y de modernos sistemas de cohetes antiaéreos S-300 PMU-1 y "Tunguska", sin parangón en el mundo y llamados a formar el esqueleto del sistema de defensa aérea de su país.

Asimismo, India desea comprar dos submarinos de la serie 877, valorados en 800 millones de dólares cada uno, el portaaviones ruso "Almirante Gorshkov", seis fragatas antisubmarino y helicópteros de combate KA-30 para su Marina de Guerra.

En noviembre pasado, Moscú y Nueva Delhi firmaron un contrato para la venta de 40 modernos cazas rusos SU-30 hasta el año 2000 y de la licencia de su producción en India, valorado en 1.800 millones de dólares.

En marzo de 1996, Rusia aceptó por 300 millones de dólares ayudar a India a modernizar sus aviones de combate de fabricación rusa MIG-21 y espera que Nueva Delhi le proponga hacer lo mismo con ocho submarinos tipo Kilo de su Marina de Guerra y le compre aviones cisterna IL-78.

Entre 1990 y 1996, India importó armamento ruso por valor de 3.500 millones de dólares.

De acuerdo con expertos de Rusia, los armamentos rusos conforman ahora un 80 por ciento de la Fuerza Aérea india, un 75

9714277

de su Marina de Guerra y un 60 por ciento del Ejército de Tierra.

Además, durante la visita a Moscú del primer ministro de India, Deve Gowda, en marzo pasado, Rusia prometió reanudar el cumplimiento del polémico contrato para la venta a Nueva Delhi de siete motores para los cohetes portadores indios.

No obstante, Moscú renunció a vender a India la tecnología de producción de estos motores, bajo presiones de Estados Unidos, donde levantó ampollas la firma del citado contrato.

"India es nuestro socio estratégico, por ello le ofrecemos nuestros mejores armamentos y tecnologías, algunos de ellos con exclusividad", comentó el director adjunto del monopolio estatal ruso para la venta de armas, Rosvooruzhenie, Oleg Sidorenko.

Añadió que Moscú también se comprometió a no vender armas a Pakistán, el rival regional de India patrocinado por Estados Unidos. EFE

si/acm dlh

10/07/15-56/97

9714277

Nº DOCUMENTO 97/4278
TITULO SITUACION EN AFGANISTAN
PROCEDENCIA IS0163
FECHA DE PROCEDENCIA IS1091
CIRCULACIONES 11876
20466
01689
11612
11833
6538 90
11164
11163
01-03
9714278

AFGANISTAN

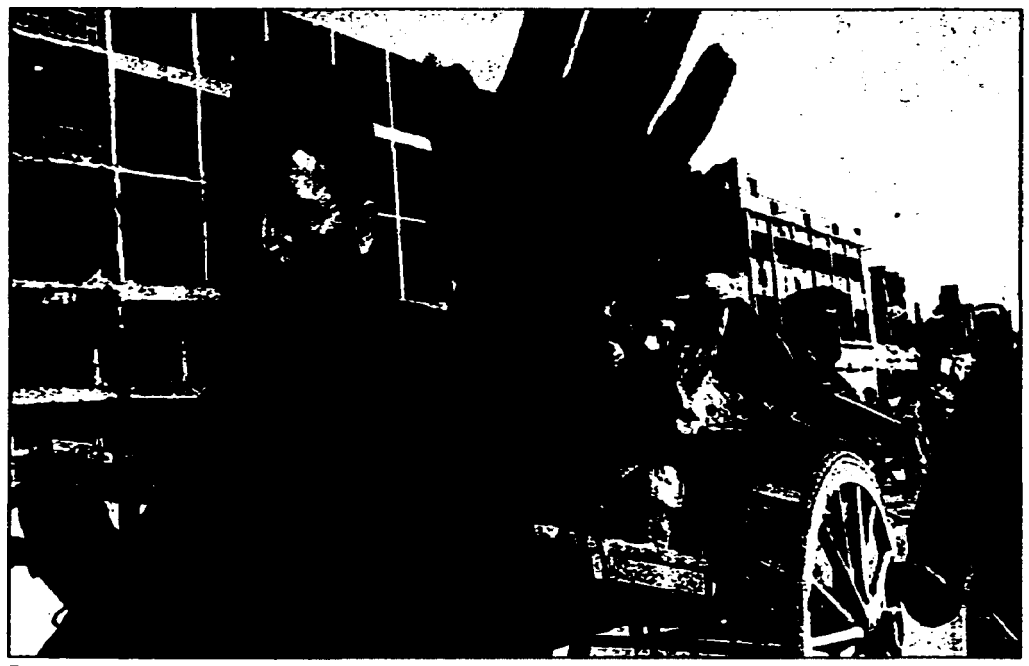
Una mano amiga

¿De dónde vienen los talibanes? ¿Cómo financian su campaña para imponer un estado islámico?

POR STEVE LEVINE

RESPLANDECIENTE EN SU TURBANTE, amplia bata blanca y barba gris meticulosamente peinada, el sultán Amir no se diferencia de un anciano tribal. En Afganistán, donde practica su profesión, viste como todos, en el equivalente local a camisa y corbata. Dentro de su propio campo especializado, Amir es una leyenda: un veterano agente de la inteligencia paquistaní, preparado por expertos boinas verdes en Carolina del Norte. Sus admiradores lo llaman Imán ("líder espiritual"). Se ganó el sobrenombre hace 15 años en un puesto del desierto al lado de la frontera, donde preparó a jóvenes guerrilleros *mujadín* para que resistieran la ocupación soviética de Afganistán. Sus discípulos lo trataban casi con veneración religiosa. Algunos de sus combatientes llegaron a ser el núcleo del Talibán, la facción armada que salió de la oscuridad hace tres años y ahora controla la mayor parte de Afganistán.

Los estudiantes de Amir todavía aplican sus lecciones. La semana pasada, fuerzas talibanes intensificaron el sitio sobre Mazar-e Sharif, el último bastión grande de la oposición armada. El secretario general de NU, Kofi Annan, rogó para que se aplicara una tregua con el fin de evacuar a los trabajadores de los organismos internacionales de ayuda, junto con millares de refugiados de guerra de Tajik atrapados en el fuego cruzado. Los líderes talibanes se negaron. Tras meses de sangrientos retrocesos y avances, no tenían intención de poner en peligro la posibilidad de una victoria concluyente. Entretanto, en un hospital para mujeres de Kabul, la policía talibán arrestó a un representante de la Comisión Europea junto con otros 18 trabajadores de ayuda y periodistas, incluso a William Shawcross, quien más tarde escribió un relato de primera mano sobre el incidente para NEWSWEEK.



Prohibido: *Los mullahs no permiten que un hombre tome fotografías de mujeres*

La historia del surgimiento de los talibanes ha sido principalmente una cuestión de conjeturas y rumores públicos. Ahora una detallada investigación llevada a cabo por NEWSWEEK ha rastreado los misteriosos orígenes del grupo y las fuentes ocultas de apoyo. Nuestro reportaje expuso la verdad detrás de sospechas previamente no confirmadas de que el Talibán —una fuerza militar afgana sin precedentes en sus tácticas, resistencia, modernidad y efectividad— fue creado con planificación, dinero y armas provenientes del extranjero. La historia incluye una alianza estratégica entre un fanático religioso tuerto y uno de los terroristas más buscados del mundo. El enredo incluye también un duelo entre constructores rivales de un oleoducto. Aunque no se encontraron lazos directos entre los talibanes y los servicios de espionaje de Estados Unidos, el grupo ha disfrutado del respaldo completo de los dos amigos principales de Washington en la región, Islamabad y Riad. Pero se ha convertido en una fuerza que no responde a nadie más que a una pequeña y secreta camarilla de afganos teócratas, encabezados por un aislado *mullah* llamado Mohammed Omar.

Las raíces de los talibanes se remontan a principios de la década pasada. Muchos de los miembros más fanáticos que se entrenan bajo las órdenes del Imán provenían de las escuelas religiosas de las aldeas. Esos jóvenes son llamados comúnmente *talibanes* (estudiantes). Algunos de estos guerreros de elite fueron integrados dentro de las fuerzas existentes del mujahedin. Otros formaron unidades especiales de combate comandadas por líderes religiosos, fuera del antiguo sistema de tribus. La CIA, que envió en forma encubierta cientos de millones de dólares para armar, capacitar y abastecer la resistencia antisoviética, nunca discriminó entre grupos seculares y religiosos. A medida que transcurría la guerra, Arabia Saudita envió dinero para construir nuevas escuelas del Corán en áreas de refugiados. Las filas de estudiantes y religiosos guerreros habían crecido por millares en 1992, cuando el régimen de Kabul respaldado por Moscú cayó. Los muchachos volvieron a sus aldeas. Pero conservaron un sentido de propósito especial y unidad en caso de que fueran llamados de nuevo a pelear.

El llamado vino abruptamente en 1994. La ayuda norteamericana para Islamabad se había agotado, después que los soviéticos regresaran a casa en 1989. Pakistán necesitaba nuevas fuentes de ingresos. Benazir Bhutto, entonces primera ministra de Pakistán, trazó un plan para reabrir la antigua Ruta de la Seda desde Karachi al Asia Central, a lo largo de Afganistán. A ella no parecía preocuparle mucho que gran parte del campo intervenido era dominado por bandidos locales. El 29 de octubre un convoy de 29 a 30 camiones con medicamentos y alimentos salió de la frontera con Pakistán y se dirigió a Turkmenistán por la sureña ciudad afgana de Kandahar. Amir iba a la cabeza de la procesión. Si estaba esperando

FOTOS RASTAS POR DAVID TURNLEY - DETROIT FREE PRESS BLACK STAR

02
9714278

problemas, no ha quedado totalmiente en claro, pero los encontró. Un guerrero local llamado Niyaz Wayand se apoderó de la caravana. El propio Amir fue golpeado. Al enterarse de lo que le sucedió a su antiguo amigo, una banda de estudiantes armados decidió rápidamente salir en su búsqueda. Dominaron al jefe guerrero y soltaron a los paquistanís. Después, hartos de esos bandidos, se dispusieron a capturar Kandahar. Su líder era un predicador musulmán de un solo ojo de nombre Mullah Omar.

La inesperada victoria electrizó a los afganos. La antigua escuela del Corán de los mujahedines había estado soñando con salvar a Afganistán de la anarquía. Ahora tomaron rumbo a Kandahar. Pakistán, ansioso de tener más influencia en el Afganistán sin ley, abrió un canal de ayuda al movimiento en formación. Los refuerzos incluyeron decenas de experimentados choferes de tanques y pilotos, y dos asesores militares encubiertos. Uno de ellos era Amir, asignado bajo la fachada diplomática a la ciudad occidental de Herat.

Aturdidos por sus victorias, los guerreros comenzaron a ignorar las pautas de Islamabad. En marzo de 1995, contrariando corteses advertencias de funcionarios de la inteligencia paquistaní, los talibanes se dispusieron a capturar Kabul.

Los talibanes apenas sobrevivieron. Pero Arabia Saudita y los Emiratos Arabes Unidos comenzaron a enviar nueva ayuda, equipando a las tropas de Omar con vehículos todoterreno y otros elementos vitales. Riad se transformó en la principal fuente de financiamiento para los talibanes y el encargado de los pagos era Turki bin Faisal. El jefe de la inteligencia saudí acostumbraba a reunirse en Riad con altos emisarios talibanes. A mediados de 1996, los saudíes se abstuvieron de pagar. En agosto el grupo estaba en bancarrota y desesperado.

Pero de pronto volvieron a nadar en dinero y confianza. El 27 de septiembre, los talibanes entraron en Kabul. Los ex comandantes mujahedines allegados a los talibanes dicen que la bonanza se produjo gracias a la cortesía de Osama bin Ladin, un saudita extremista buscado por el Departamento de Justicia de Estados Unidos por sospechas de que financió varios grandes atentados terroristas, incluso el camión-bomba que estalló frente a los cuarteles militares estadounidenses en Khobar, Arabia Saudita. Fuentes afganas y occidentales dicen que el regalo de Ladin a Omar asciende a tres millones de dólares. Actualmente, bin Landin, que según se dice es dueño de unos 300 millones de dólares de la empresa constructora de su familia, vive con un séquito de 160 miembros en Kandahar como uno de los amigos íntimos clave de Omar.

Hasta la caída de la capital afgana, Washington parecía poco preocupado sobre el crecimiento de los talibanes. Algunos funcionarios de nivel medio del Departamento de Estado aplaudieron la campaña del movimiento por el imperio de la ley y el orden, a pesar de la posición de los mullahs sobre los derechos de la mujer. A otros burócratas les preocupaba el papel del grupo en el comercio regional del opio. De acuerdo con altos funcionarios occidentales antidrogas y afganos cercanos a los talibanes, el opio ha sido siempre una fuente vital de ingresos para el grupo, que recibe millones de dólares en impuestos y otras contribuciones de los jefes locales de la droga. De todas formas, los narcotraficantes y los supremacistas masculinos son ubicuos en la región. ¿Y qué puede hacer Estados Unidos para detenerlos?

Hasta ahora, Washington se ha abstenido de reconocer al gobierno talibán. Pese a los contactos oficiales del entonces subsecretario de Estado Robin Rafel y otros, los ejecutivos de empresas han estado sirviendo como principal conducto con Kabul. La firma estadounidense Unocal está decidida a construir un juego de oleoductos a un costo de 4.500 millones de dólares para transportar gas natural y crudo desde Turkmenistán a Pakistán por Afganistán; la semana pasada anunció planes para comenzar a capacitar afganos para trabajos en la construcción. Como están las cosas, la política estadounidense en Afganistán probablemente va a ser delineada significativamente por la política del oleoducto.

"Claro, algo está pasando", dice un agente de la CIA con años de experiencia en operaciones en la región. "Y se está haciendo exactamente en la forma en que lo hicimos nosotros antes con los afganos, con el apoyo de saudíes y paquistanís. ¡Pero esta vez nosotros no estamos haciendo nada!" . No es que parezca molesto por la sugerencia de la participación de la CIA. Por el contrario, comunica una sensación de frustración porque no le dejan incorporarse al juego. Y nadie puede estar seguro si éste seguirá.

Con Christopher Dickey *en París y* Gregory L. Vistica *en Washington*

Días oscuros en Kabul: *Un taxi tirado por caballos (arriba); acusado de espiar para la oposición armada, un hombre espera en un edificio abandonado que sirve de prisión.*

9714278123

03-03

Nº DOCUMENTO 9714279
TITULO AUSTRALIA: SE AUTORIZA LA EXPLOTACION DE LA MAYOR MINA DE URANIO DEL MUNDO
PROCEDENCIA SB193
FECHA DE PRESENTACION 080197
VINCULACIONES 11876
307474
11406
11164

XQ1840

R ECOBT 10-08 00494
MUN EXG ICX

AUSTRALIA-ECONOMIA
AUTORIZADA LA EXPLOTACION DE LA MAYOR MINA DE URANIO DEL MUNDO

Canberra, 8 oct (EFE).- El Gobierno australiano ha autorizado hoy, miércoles, la explotación de la mayor mina de uranio del mundo, situada en el Parque Nacional de Kakadu (Territorio del Norte) y, que según las prospecciones, podría producir en sus 28 años de vida estimada unos veinte millones de toneladas de uranio.

Esta decisión, anunciada hoy por el ministro de Recursos Naturales y Energía, Warwick Parer, permitirá a la empresa "Energy Resources of Australia" (ERA) proceder con los planes de extracción en el depósito de Jabiluka, tras varios años de paralización por motivos legales y medioambientales.

Las estimaciones apuntan a que la mina, ubicada en un parque declarado Patrimonio de la Humanidad, contiene cerca de veinte millones de toneladas de mineral de uranio, suficientes para producir 90.000 toneladas de dióxido de uranio, y que transformado en energía eléctrica equivaldría a las necesidades australianas de veinte años.

Energy Resources of Australia tiene previsto invertir unos 52,5 millones de dólares en el proyecto, aunque no se han facilitado datos sobre la producción anual estimada.

Si los datos obtenidos a partir de las prospecciones son correctos, Jabikula se convertirá en la mayor mina de uranio del mundo en explotación, y permitirá doblar el porcentaje de exportaciones australianas de este mineral en el mercado mundial del diez al veinte por ciento.

Australia cuenta en la actualidad con el 30 por ciento de los depósitos mundiales de uranio, pero sus exportaciones representan sólo el diez por ciento del mercado mundial.

El Gobierno australiano, ante la oposición política y ecologista al proyecto, ha destacado los beneficios que traerá a la economía del país, con un aumento de 4.500 millones de dólares (EEUU) en el Producto Nacional Bruto, y ha asegurado que se destinarán 160 millones de dólares a los aborígenes de la zona.

Además, las autoridades australianas han afirmado que se adoptarán las medidas de control necesarias frente al riesgo de desvio para uso militar, de acuerdo con los convenios suscritos por el país.

Según la oposición australiana y los ecologistas, el Gobierno de coalición liberal-conservador de John Howard "pone por delante los intereses del sector minero frente a los de la sociedad australiana".

Con una superficie cercana a los dos millones de hectáreas, Kakadu es el parque nacional más visitado de Australia, y destaca por su importante población de cocodrilos y sus muestras de arte aborigen rupestre, además de ser muy popular por haberse rodado en su interior escenas de la película Cocodrilo Dundee.

La Sociedad Protectora de la Vida Salvaje, que ha amenazado con bloquear los trabajos en la mina, indicó que el proyecto producirá veinte millones de toneladas de desechos altamente radiactivos.

Los propietarios tradicionales de la tierra donde se encuentra el depósito de uranio, el pueblo aborigen Mirrar Gundjehmi, han denunciado en el Tribunal Federal la validez del título de

propiedad de la empresa ERA por considerar que la mina está dentro de sus tierras. EFE
cr/Alf/CHS/ddp

01-01

9714279

Nº DOCUMENTO 97/4280
TITULO AUSTRALIA-14.- AMPLIA REMODELACION MINISTERIAL
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PRECEDENCIA 05/09/97
VINCULACION 11816
507474
11164
11302
FB1663

R VARBT 10-05 00285
icx mun exg

AUSTRALIA-POLITICA
AMPLIA REMODELACION GOBIERNO TRAS DIMISION MINISTROS

Canberra, 5 oct (EFE).- Tres nuevas carteras ministeriales, cinco nuevos ministros y varios traspasos de responsabilidades entre ministerios, es el resultado de la remodelación del Gobierno australiano efectuada hoy, domingo, tras la dimisión de tres ministros por falsas reclamaciones de dietas parlamentarias.

Estos cambios representan la mayor reforma del Gobierno de coalición liberal-conservador de John Howard desde que éste ganó las elecciones en marzo de 1996, después de catorce años de gobiernos laboristas.

Según el Primer Ministro, "serán el equipo definitivo con el que me presentaré a las próximas elecciones en 1999". El período de Gobierno en Australia es de tres años.

Los cambios han mantenido la representatividad acordada tras las elecciones entre los dos partidos de la coalición, y de un total de 30 carteras ministeriales el Partido Nacional, de tendencia conservadora, ocupa cinco mientras que las restantes son para los liberales de Howard.

Entre las nuevas carteras creadas destaca la de ministro especial de Estado, que bajo responsabilidad directa del primer ministro se encargará de la Convención Constitucional sobre la República y de la Propiedad Nativa, derechos de los aborígenes en relación sobre la propiedad de la tierra.

Las otros dos carteras ministeriales son producto de la división de otra anterior, con el resultado de un nuevo ministro para Deportes y Turismo, que se encargará especialmente de los Juegos Olímpicos de Sydney, y otro de Desarrollo Regional, Territorios y Municipios.

El Ministerio de Servicios Administrativos, que se encargaba de supervisar el funcionamiento de las dietas parlamentarias, ha sido eliminado y sus competencias repartidas entre varios ministerios. EFE
cr/ntc/mar-op

10/05/11-41/97

9714280

01-01

Nº DOCUMENTO 9714281
TITULO SITUACION EN CAMBOYA
PROCE 578593
FECH 271091
11876 659411
504606 11164
501889
11820
524560
XA3327

R POXBT 10-01 00422
mun exg

ONU-CAMBOYA
ANNAN RESPALDA FORMULA ASEAN PARA SOLUCION PACIFICA DE CRISIS

Naciones Unidas, 30 sep (EFE).- El secretario general de la ONU, Kofi Annan, dijo hoy que respaldará la fórmula propuesta por la ASEAN, la organización regional del sureste asiático, para una salida pacífica y democrática a la crisis en Camboya provocada por el enfrentamiento entre los dos primeros ministros.

El primer ministro depuesto, el príncipe Norodom Ranaridh, dijo que el secretario general le prometió ejercer sus buenos oficios para lograr un pronto cese de hostilidades, garantías para el regreso a Phnom Penh de los dirigentes opositores y unas elecciones justas y libres en mayo del año próximo.

Ranaridh afirmó que había solicitado garantías de la ONU sobre el respeto a los derechos humanos y en el proceso electoral, incluído el envío de técnicos y observadores electorales.

Señaló que la fórmula de entendimiento que respalda ahora el secretario general fue propuesta por "los tres amigos" (Indonesia, Filipinas y Tailandia) en nombre de la ASEAN.

Se mostró confiado en que se logre un acuerdo, porque la economía camboyana depende en un 60 por ciento del exterior y no puede mantenerse en las presentes condiciones de aislamiento motivado por el golpe de estado dirigido por el segundo primer ministro, Hun Sen.

Hun Sen se reunió posteriormente con el secretario general, y al salir de la reunión, que calificó de constructiva, dijo que está dispuesto a permitir el regreso a Pnomh Penh de los políticos que huyeron, y que de hecho muchos ya han regresado.

Se mostró también dispuesto a que sea la ONU las que brinde garantías a los que regresan, y también a que la ONU coordine a los observadores de las elecciones del próximo año.

Pero condicionó esa participación a que se reconozca el asiento de Camboya en la ONU, mientras que el Comité de Credenciales decidió que el asiento permanezca vacío por ahora, hasta que se resuelva la crisis política en ese país.

En cuanto al principe Ranaridh, dijo que se había marchado sin despedirse de él dos días antes de que comenzara la lucha, y lo acusó de haber tramado su asesinato, y de mantener contactos ilegales con la guerrilla extremista de los jémeres rojos, buscando una alianza militar con ellos.

Dijo que el principe Ranaridh puede regresar cuando quiera a Pnonh Penh, que no tiene ningún problema personal con él aunque sí con los tribunales, que están fuera de su jurisdicción, y que mientras no sea condenado puede participar en las elecciones.

En cuanto a la posibilidad de una reunión con Ranaridh, Hun Sen dijo que no tiene tiempo para hablar con él en Nueva York, aunque está dispuesto a recibirle en Pnonh Penh. EFE

jsd/fjo/arp

10/01/00-56/97

01-06

9714281

XJ2066

U POXBT 10-02 00217
mun exg icx

FILIPINAS-CAMBOYA
PRIMER MINISTRO CAMBOYA GARANTIZA REGRESO EXILIADOS POLITICOS

Manila, 2 oct (EFE).- El primer ministro de Camboya, Hun Sen, garantizó hoy la seguridad de los seguidores del derrocado coprimer ministro, príncipe Norodom Ranaridh, si deciden regresar al país, anunciaron fuentes oficiales filipinas.

El ministro de Asuntos Exteriores de Filipinas, Domingo Siazon, dijo que Hun Sen hizo esa declaración ante ministros de Exteriores de la Asociación de Naciones del Sureste de Asia (ASEAN) que participan en una sesión de la Asamblea General de la ONU, en Nueva York.

Las Naciones Unidas dejaron vacante el asiento de Camboya en la ONU ante la crisis política iniciada en ese país en julio pasado.

"Tenemos un acuerdo que dice que cuando los políticos exiliados decidan regresar les garantizará su seguridad la oficina de las Naciones Unidas en Camboya", dijo Siazon.

Sin embargo, el príncipe no se unirá a los 20 altos cargos del partido monárquico de Camboya, que lidera Ranaridh, que pretenden volver al país, añadió.

"Ranaridh quiere regresar a casa pero no le gusta el sistema donde sería condenado", señaló Sizon.

Siazon es uno de los miembros de una comisión de la ASEAN, formado por Birmania, Brunei, Filipinas, Indonesia, Laos, Malasia, Singapur, Tailandia y Vietnam, encargada de buscar una solución pacífica al conflicto camboyano.

vg/ntc/jal

02

9714281

XC7950

R POXBT 10-16 00308
icx mun exg

CAMBOYA-OPOSICION
DEPUESTO PRIMER MINISTRO CAMBOYA PIDE PROCESAMIENTO HUN SEN

Bangkok, 16 oct (EFE).- El príncipe Norodom Ranaridh reclamó hoy jueves el procesamiento de su rival, el primer ministro de Camboya, Hun Sen, a quien acusa de haber ejecutado a docenas de seguidores monárquicos tras el golpe de Estado del pasado mes de julio.

En un comunicado hecho público en Bangkok, un día después de que funcionarios de la ONU descubriesen los cadáveres de dos altos cargos del Gobierno, el príncipe Ranaridh señaló que la comunidad internacional debe emprender de inmediato una investigación sobre las ejecuciones cometidas por las tropas del comunista Hun Sen.

Funcionarios de Naciones Unidas en Phnon Penh, confirmaron que los dos cadáveres son los de los generales Chea Sambat y Kroeun Yoeum, jefe de seguridad del movimiento monárquico y vicesecretario del Ministerio de Defensa, respectivamente.

Los cuerpos de las víctimas fueron localizados en fosas excavadas a unos cuarenta kilómetros al norte de la capital camboyana y mostraban claras señales de haber sido torturados.

A una de las víctimas, según reveló un funcionario de la ONU, le habian sido amputados en vida los dos brazos, mientras que el otro cadáver apareció con las cuencas oculares vacías.

Los funcionarios de la ONU que descubrieron los cadáveres fueron detenidos el miércoles por la policía durante aproximadamente una hora.

Además de los dos cadáveres descubiertos, la ONU tiene evidencias de que, al menos, otros 45 miembros y seguidores del movimiento monárquico fueron ejecutados y enterrados en distintos lugares de los contornos de la capital.

La mayor parte de las ejecuciones se presume fueron cometidas por la guardia de Hun Sen, el actual hombre fuerte de Camboya, quien compartía el cargo de primer ministro con el príncipe Ranaridh hasta el cruento golpe de Estado del pasado mes de julio en que fue depuesto el hijo del rey de Camboya, Norodom Sihanuk.
EFE

mfr/ntc/Alf/jdl

10/16/10-35/97

03

9714281.

DP7520

U POXBT 10-25 00276
mun exg icx

CAMBOYA-MONARCA
REY SIHANUK ABANDONA CAMBOYA SIN SOLUCIONAR CRISIS POLITICA

Bangkok, 25 oct (EFE).- El rey Norodom Sihanuk de Camboya, abandonó hoy, sábado, su país y emprendió viaje a China, en aparente respuesta al caso omiso mostrado por el Gobierno a su llamamiento en favor del inicio de negociaciones entre las dos fuerzas políticas en conflicto.

La repentina decisión del monarca, se produjo tras la audiencia condedida el jueves al primer ministro Hun Sen, quien por tercera vez en apenas tres meses, le reiteró que consideraba innecesario entablar negociaciones para resolver la crisis política desatada en julio con el golpe de Estado.

El monarca propuso que en las conversaciones partipase junto al primer ministro los alrededor de 20 diputados monárquicos que continúan en el exilio desde el golpe de Estado, perpetrado el pasado mes de julio por Hun Sen contra el tambien primer ministro, el príncipe Norodom Ranariddh, hijo del rey Sihanuk.

Sihanuk, de 74 años, había regresado a Camboya desde China hace un par de años y residía en la localidad norteña de Siem Reap, dedicado a la meditación y las ceremonias budistas.

Algunos días antes de su partida, el monarca, que ha hecho pública su frustración ante su incapacidad para cambiar el rumbo político que lleva Camboya, manifestó que no deseaba continuar siendo garante por más tiempo de la seguridad de su país.

"Carezco de poder y medios para asegurar la integridad territorial de mi país", señaló esta misma semana en un comunicado.

Sihanuk, que lleva varios años sometido al cuidado de los médicos chinos, reveló también esta semana que su adivino, el mismo que le pronosticó la caída del príncipe Ranaridh, le había vaticinado el inminente estallido de una guerra. EFE

mfr/Alf/meg/jff

10/25/10-29/97

04

9714281

XA5364

U POXBT 10-26 00354
mun exg

CHINA-SIHANUK
SIHANUK REGRESA A PEKIN TRAS FRACASAR EN MEDIACION CONFLICTO

Pekín, 26 oct (EFE).- El rey de Camboya, Norodom Sihanuk, regresó anoche a Pekín tras fracasar en su gestión para hallar una solución a la guerra civil que vive su país tras el golpe de Estado que derrocó a su hijo, el príncipe Norodom Ranaridh, informó hoy la agencia Xinhua.

Sihanuk y su esposa, la reina Monique, fueron recibidos en el aeropuerto de esta capital por el viceministro chino de Asuntos Exteriores, Tang Jiaxuan, y los embajadores de Camboya, Khek Sysoda, y de Corea del Norte, Chu Chang Jun, agregan las fuentes.

El monarca camboyano, de 74 años de edad, recibe tratamiento médico en Pekín desde que fue operado de un cáncer de próstata en un hospital militar de la capital china hace varios años.

La repentina decisión de Sihanuk de regresar a China se produjo tras la audiencia concedida el pasado jueves al primer ministro Hun Sen, quien por tercera vez en apenas tres meses le reiteró que consideraba innecesario entablar negociaciones para resolver la crisis política desatada en julio último en Camboya con el golpe de Estado.

El monarca, que fue despedido en el aeropuerto por Hun Sen y el otro coprimer ministro, Ung Huot, señaló en una rueda de prensa que no sabe cuándo regresará a Camboya.

"Te deseo toda la suerte en la defensa de la nación", dijo el monarca camboyano a Hun Sen.

Hun Sen, oficialmente segundo primer ministro camboyano, derrocó al hijo de Sihanuk, el príncipe Norodom Ranaridh, el pasado 6 de julio tras dos días de sangrientas luchas en el país asiático.

Ung Huot, entonces ministro de Asuntos Exteriores camboyano, sustituyó en el cargo al príncide Ranaridh, pero Sihanuk continúa reconociendo a su hijo como legítimo coprimer ministro de Camboya.

Días antes de su partida a Phnom Penh, el pasado 29 de agosto, el monarca pidió en Pekín "un alto el fuego" e instó a las partes enfrentadas a buscar mediante el diálogo "una solución pacífica para acabar con la tragedia" que divide al pueblo camboyano.

Sihanuk, que ha reconocido su frustración ante su incapacidad para cambiar el rumbo político que lleva Camboya, manifestó que no deseaba continuar siendo garante por más tiempo de la seguridad de su país. EFE

pgn/fmr/arp

10/26/04-58/97

9714281
9714281

XJ2908

R POXBT 10-27 00366
mun exg icx

CAMBOYA-POLITICA
HUN SEN JUSTIFICA GOLPE Y EVITA CONTESTACION CLAUSURA CONGRESO

Bangkok, 27 oct (EFE).- El primer ministro de Camboya, Hun Sen, concluyó hoy, lunes, el congreso del Partido del Pueblo (CCP), con un llamamiento a la unidad interna y la justificación del golpe de Estado del pasado mes de julio.

En la clausura del congreso de su partido, que ha durado tres días y en el que han participado 222 delegados, Hun Sen defendió el cruento golpe del pasado mes de julio por el que depuso a su principal rival y coprimer ministro, el príncipe Norodom Ranaridh.

Por su parte, el secretario de Estado para la Información y miembro del comité central del partido, Khieu Kanarith, negó en rueda de prensa los rumores acerca de luchas internas dentro del partido.

En los círculos más moderados del Partido del Pueblo han surgido en los últimos dos meses síntomas de cierto descontento por las consecuencias generadas por el golpe de Estado, entre ellas la suspensión de parte de la ayuda internacional, que representa un 60 por ciento del presupuesto nacional.

La violenta acción contra el príncipe Norodom Ranaridh y sus seguidores del movimiento monárquico causó la suspensión de una buena parte de la ayuda económica internacional, una grave recesión económica y el bloqueo del ingreso de Camboya en la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático (ASEAN).

Durante su intervención, Hun Sen atribuyó a enemigos políticos, que no identificó, los rumores sobre divisiones en el Partido del Pueblo.

El principal tema debatido durante el congreso fue la estrategia del partido ante las elecciones generales previstas para mayo de 1998.

Khanarith, señaló al respecto que el CPP confía en obtener al menos 73 escaños de los 126 que componen el Parlamento.

El Partido del Pueblo justificó por medio de un comunicado los combates librados el pasado mes de julio y aseguró que fueron necesarios para evitar el retorno al poder de la guerrilla extremista Jemer Rojo.

En este sentido, Hun Sen acusó al príncipe Ranaridh de importación ilícita de armas y de negociar alianzas políticas y militares con los jemeres rojos.

Durante el último año y medio, el Partido del Pueblo, creado por los militantes y miembros del antiguo Gobierno comunista, ha dado entrada en sus filas a destacados ex dirigentes del Jemer Rojo. EFE

mfr/Alf/gr

10/27/16-43/97

06-06

9714281

Nº DOCUMENTO	9714282
TITULO	CHINA: CEUU
PROCEDENCIA	078893
FECHA DE [illegible]CIA	071097
VINCULACION	11616
	07638
	68890
	07897
	11163

PRESIONA SOBRE VENTA DE ARMAS A IRAN

11019
11936
11163

XA3822

R POXBT 10-07 00437
icx mun exg

EEUU-CHINA
CONGRESO URGE CASA BLANCA PRESIONE CHINA SOBRE VENTA ARMAS IRAN

Washington, 7 oct (EFE).- Un comité de la Cámara de Representantes de EEUU instó hoy, martes, a la Casa Blanca a que presione a China para que este país paralice la venta de armas nucleares a Irán.

El Congreso de Estados Unidos "necesita saber que China se ha comprometido a mantener un comportamiento responsable para la no proliferación de armas nucleares más allá de sus fronteras, incluyendo todas las armas convencionales y de destrucción masiva".

Así se expresó Benjamin Gilman, representante republicano y presidente del Comité de Asuntos Exteriores de la Cámara Baja del Congreso norteamericano, quien también dijo que el Gobierno del presidente Bill Clinton debería de asegurarse del comportamiento de China, antes de anunciar que ese país coopera en la prevención de la expansión del armamento nuclear.

Clinton recibirá al presidente chino, Jiang Zemin, el próximo 29 de octubre en Washington, y se espera que en esa ocasión, el presidente de EEUU atestigue que ese país ha dejado de vender armas nucleares a Pakistán e Irán, una de las naciones consideradas como "terrorista" por el departamento de Estado.

Según los expertos, si una declaración de ese tipo llega a realizarse durante la reunión entre los dos líderes, ello provocará que las empresas norteamericanas que venden reactores nucleares a China hagan negocios multimillonarios.

Sin embargo, las sugerencias de Gilman no han sido apoyadas por expertos como el ex diplomático Robert Galluci por considerar que "no se pueden cambiar las reglas a mitad del juego".

Galluci, que negoció el programa para la congelación del armamento nuclear de Corea del Norte, sugirió que esa certificación podría ser un paso para conseguir acuerdos futuros con China sobre la paralización de ventas de armamento nuclear a Irán.

Asimismo sugirió que EEUU podría denegar las licencias de exportación de tecnología nuclear norteamericana a China si se obtienen pruebas de que esa nación ha violado los compromisos sobre la no proliferación de armas de destrucción masiva y nucleares.

El Gobierno norteamericano ha señalado en varias ocasiones que no tiene pruebas de que China haya violado ese acuerdo que se alcanzó en mayo de 1996 y ha subrayado que ese país ha legislado en materia de exportación para prevenir la proliferación de tecnología nuclear de doble uso.

Estados Unidos y China alcanzaron un acuerdo en 1985 sobre cooperación nuclear, por el que Washington permitió que su industria nuclear vendiese a China, si ese país se comprometía a no ayudar a otros países a construir una bomba nuclear.

El departamento de Estado acusó hace varios meses a China de estar vendiendo tecnología y armamento nuclear a países como Pakistán e Irán. EFE
EMM/esc/rt

10/07/19-51/97

01-01

9714282

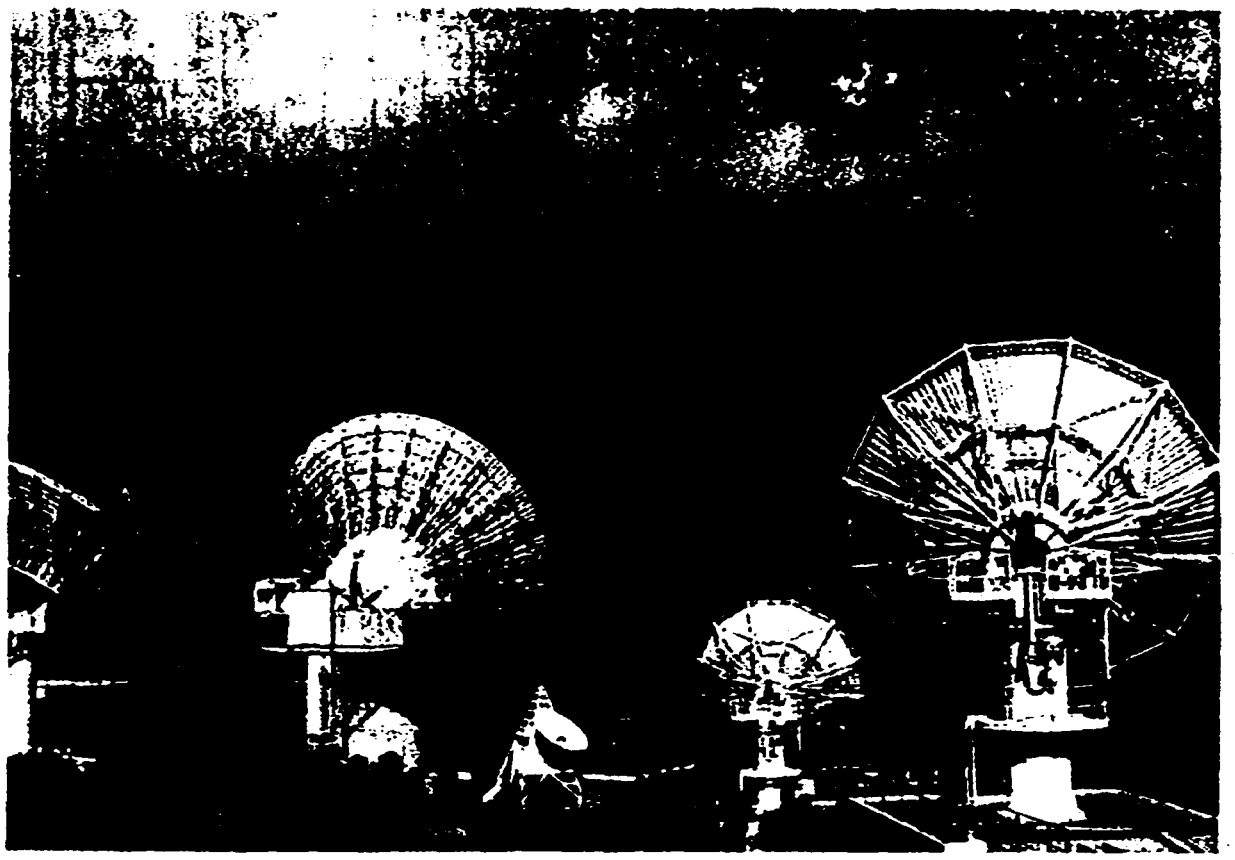
Nº DOCUMENTO 9714283
TITULO CHINA: FACTOR
PROCEDENCIA A0090
FECHA DE PROCEDENCIA 19/09/97
VINCULACIONES 11676
501638
11165
11161
11413
11612
9714283

la Mañana

El bienestar social en la República de China

La calidad de vida en la República China ha mejorado considerablemente en los últimos años, conforme el país ha ido desarrollándose

Por Chin Chuan Yeh



El gobierno ha iniciado de forma gradual, paso a paso, diversos programas de bienestar social, y la asistencia médica es una de las políticas prioritarias. A fin de eximir a nuestro pueblo del miedo a la enfermedad y eliminar obstáculos para poder proporcionar asistencia médica, el gobierno tras superar muchas dificultades, puso en práctica el 1º de marzo de 1995 el Programa Nacional de Seguro Médico.

Antes de que existiera este programa, ya había 10 planes de seguros públicos en la República China, incluyendo el seguro para los *extranjeros. Sin embargo, estos pla*nes de seguros estaban destinados a personas de profesiones específicas y sus primas y prestaciones eran diferentes. En aquella época, se calculaba que unos 8,5 millones de personas no estaban cubiertos por ningún plan de seguro médico, y la mayoría de ellos eran ancianos y personas de salud delicada, que son los que más necesitan la asistencia médica. Esta es la razón principal de que se pusiera en práctica el Programa Nacional de Seguro Médico en nuestro país. Transcurridos dos años, el programa ha dado cobertura a casi ocho millones de personas y la cifra total de asegurados es ahora más de 20 millones, lo que supone una tasa del 96%, que se acerca mucho al objetivo. Por otra parte, el programa de gobierno ha integrado con éxito varios planes de seguro médico que ya existían y proporciona una asistencia médica adecuada e igual a todos los asegurados.

EFICAZ FUNCIONAMIENTO

Gracias a una gestión y un funcionamiento eficaces, la tasa de cobro de primas alcanza el 95,56% y mantiene un equilibrio financiero. Los subsidios médicos para enfermos hospitalizados y los que no requieren hospitalización fueron aumentados para mejorar la calidad de la asistencia médica. Por otro lado, a fin de equilibrar los recursos médicos entre las zonas urbanas y rurales, se han incrementado los honorarios por diagnóstico de los médicos en las áreas insulares y de montaña y no es necesario que los pacientes abonen parte del importe. La Organización de Mantenimiento de la Salud de Taiwán (HMO) ha conseguido proporcionar asistencia médica básica para los residentes en estas zonas. Además, 300.000 personas que disponen de un certificado de grave enfermedad están plenamente cubiertos por el programa y no tienen que abonar nada. "Proteger al indefenso, un equilibrio financiero y la mejora de la calidad de la asistencia médica", son objetivos que pueden lograrse a través del Programa Nacional de Seguro Médico.

El éxito del Programa Nacional de Seguro Médico proporciona asistencia médica adecuada a nuestro pueblo. Según una encuesta, el nivel de satisfacción es del 70%. También es un buen ejemplo para aquellos países que han iniciado o están a punto de iniciar un programa nacional de seguro médico. Demuestra que la puesta en práctica de este programa fue una decisión oportuna y que cuenta con el apoyo de la población. Basándonos en estos sólidos cimientos, debemos seguir evaluando y mejorando el Programa Nacional de Seguro Médico, recabando opiniones y estudiando las actuales condiciones para hacer que este programa sea un sistema económicamente independiente y con recursos propios, reforzando el mecanismo de control de los costes médicos, reduciendo despilfarros en la asistencia médica y convirtiendo el sistema de seguro en un sistema básico para fomentar el compromiso de la gente. A través de estos esfuerzos, podemos incrementar la eficacia de la gestión, lograr un desarrollo estable para seguir protegiendo la salud de las personas y mejorar el sistema de bienestar social de la China.

CRECIMIENTO ECONÓMICO

En la última década, la tasa de crecimiento económico de Taiwan ha ido descendiendo progresivamente y ha caído desde un crecimiento que se expresaba en cifras de dos dígitos en 1987, hasta apenas un 6% el año pasado. A excepción de la electrónica, todos los sectores han experimentado una recesión. Mucha gente ha empezado a perder confianza y a algunos les preocupa las perspectivas de Taiwan.

La recesión económica no carece de motivos. Hace unos 10 años, la economía de Taiwan orientada a la exportación llamó la atención de los países con una economía en vías de desarrollo. Intentaron copiar las prácticas de Taiwan hace 40 años mejorando el clima para las inversiones y ofreciendo desgravaciones fiscales para atraer a los inversores extranjeros hacia los sectores orientados a la exportación. Debido a su mano de obra abundante y barate, que es la ventaja competitiva más importante en los sectores dedicados a la exportación, estos países se hicieron rápidamente con los mercados de exportación de Taiwan y llevaron al ocaso a los sectores de la República de China orientados a la exportación. Las fábricas de Taiwan cambiaron su ubicación una detrás de la otra y encontraron su segunda juventud en los países con una economía en vías de desarrollo. El impulso que multiplicó las exportaciones de Taiwan durante 30 años fue perdiendo fuerza. El auge económico empezó a ponerse de manifiesto en Tailandia, Malasia, la China Continental y en otros países con una economía en vías de desarrollo.

Si se compara Corea del Sur con Taiwan, los dos países comparten las características de ser muy dependientes de las marcas, canales de marketing, conocimientos y materias primas japonesas. Tras el auge económico de Taiwan y de Corea del Sur, Japón cosechó más excedentes, ganó mayor competitividad y mejoró su nivel industrial.

Cambio DURAZNO
NOCK S.A.
Casa Central: 25 de Mayo 481 ☎ 953450 - 962640
Suc. Durazno: Artigas 599 - ☎ 4455 - 4456
Suc. Las Piedras: Roosevelt 590 ☎ 43300 - 45995

DOLAR	PESO ARG.	REAL
9,70	9,65	8,65
9,83	9,83	9,15

01/05
9714283

XU6297

R ECOBT 10-10 00531
MUN EXG

CHINA-EMPLEO
ESTADO AFRONTA RETO DESEMPLEO POR REFORMA EMPRESAS ESTATALES

Por Claudia Gutiérrez

Pekín, 10 oct (EFE).- El gobierno chino afronta un serio problema de desempleo y malestar social en su restructuración masiva de las empresas estatales, anunciada en septiembre durante el XV Congreso del Partido Comunista Chino (PCCh).

Las quiebras, fusiones, adquisiciones y la formación de sociedades anónimas obligarán a tomar duras medidas con muchos trabajadores de este país, de 1.200 millones de habitantes.

Diez millones ya se han visto afectados por el paro, la mayoría jóvenes sin formación, y los departamentos estatales no encontraron aún cómo controlar ese creciente desempleo, reconocen las autoridades.

Tampoco saben cómo reabsorber el exceso de mano de obra en las empresas públicas y el campo, donde la mecanización agrícola ha llenado de inmigrantes las ciudades en los últimos años.

Además, la restructuración implica nueva tecnología y equipos que mejoran la eficacia y reducen la necesidad de empleados.

Atraidos por la seguridad del trabajo, la vivienda, la atención médica y las pensiones que ofrece el sector estatal, muchos chinos prefieren las compañías públicas a las privadas.

El gobierno estudia un sistema nacional de seguridad social que abarque todos los sectores, de forma que se pierda el miedo a romper el cordón umbilical que ha alimentado a la mayor parte de la sociedad desde la fundación de la Nueva China en 1949.

También promueve un cambio en la mentalidad tradicional, heredada del sistema económico de planificación central, para que la gente se haga más independiente y busque trabajo en el sector privado o establezca su propio negocio.

El número de funcionarios en las instituciones del Estado superó en junio los 25 millones, un millón más que a finales de 1996, lo que representa una importante presión para las finanzas públicas.

La quiebra de cientos de empresas en todo el país ha dado lugar a protestas de los trabajadores y se habla de muchas compañías estatales incapaces de pagar los sueldos a sus empleados.

Nuevos centros vocacionales y de formación pretenden mejorar la calidad de la mano de obra y ofrecer nuevas oportunidades de empleo, en un país donde la riqueza de recursos humanos obliga a promover las industrias de mano de obra, tecnología e inversión intensiva.

El gobierno dará prioridad al sector de servicios, en especial a las finanzas, información y turismo, que requieren mucha mano de obra.

También a los grandes proyectos de construcción para ocupar a la enorme cantidad de agricultores que, debido a la poca productividad de los cultivos y sus ingresos bajos, emigran a los centros urbanos.

La proliferación de empresas rurales ha servido para industrializar el campo y mantener a una buena parte de ese excedente de campesinos lejos de las ciudades, lo que permite a su vez desarrollar el sector agrícola.

Los analistas señalan que la mejor fórmula para solucionar el problema sería la apertura de los mercados al exterior, hoy muy limitada y que obstruye la entrada de China en la Organización Mundial del Comercio (OMC).

02

97142831

El Estado se quedará con unas 1.000 empresas claves y, aunque mantendrá el control sobre la mayoría, dará oportunidad a los empleados e inversores nacionales y extranjeros para que compren sus acciones, que se convertirán en sociedades anónimas. EFE
cg/pz/dv

10/10/09-09/97

03

9714283

XC7952

R VARBT 10-16 00497
icx mun exg

CHINA-RELIGION
GOBIERNO DEFIENDE PROTECCION DE LA LIBERTAD RELIGIOSA

Pekín, 16 oct (EFE).- El Consejo de Estado de China publicó hoy un documento de 10.000 caracteres en defensa de la libertad religiosa en el país, en el que anuncia además el deseo del gobierno de mejorar sus relaciones con el Vaticano.

El texto resalta que la República Popular China protege en su Constitución y en sus leyes la libertad de creencias y actividades religiosas, al tiempo que cifra en cien millones la población que practica el budismo, taoismo, islamismo, catolicismo o protestantismo.

Señala que las organizaciones religiosas en China, obligadas a registrarse con las autoridades, manejan sus asuntos de forma independiente, organizan servicios y editan publicaciones, aunque el país sigue el principio de separar la religión de la educación.

"Todas las religiones tienen el mismo estatus y coexisten de forma armoniosa en China, donde no se conocen las disputas de este tipo y donde se promueve el respeto de las minorías étnicas, lenguas, costumbres y hábitos, en contra de la discriminación", afirmá el llamado "Libro Blanco".

El documento agrega que "nadie podrá usar la religión para participar en actividades que afecten al orden público, pongan en peligro la salud o interfieran en el sistema educativo del Estado, además de que las organizaciones y asuntos religiosos no están sujetos a ningún dominio extranjero".

Explica que, en la guerra del Opio de 1840, "protestantes y católicos fueron usados por el colonialismo e imperialismo como herramienta de agresión contra China".

"En la guerra de 1900, en la que aliados de ocho potencias atacaron China, muchos misioneros sirvieron de guía, intérpretes y agentes de información, participaron en la matanza de civiles chinos y robaron dinero y propiedades", afirma también.

Agrega que, "tras la fundación de la República Popular (en 1949), el Vaticano emitió varias encíclicas papales instigando a los conversos contra el nuevo poder del pueblo".

El Libro Blanco reconoce que el gobierno chino desea mejorar sus relaciones con el Vaticano, siempre que cancele sus relaciones diplomáticas con Taiwan, reconozca a la República Popular como único gobierno legal de China y no interfiera en los asuntos internos de este país.

"El gobierno chino se opone a cualquier intento de dividir el país a lo largo de líneas étnicas y el uso de cualquier fanatismo para separar a la población, el país, dañar la unidad entre los diversos grupos étnicos o la participación en actividades ilegales y terroristas consideradas como de tipo religioso", afirma el documento emitido por el Consejo de Estado.

Advierte que "la represión de los delitos por los órganos judiciales del país no tiene nada que ver con la religión y nadie en China es castigado por sus creencias religiosas".

"Desde los años 80 -agrega- algunas organizaciones perniciosas han surgido en el país, involucradas en actividades ilegales y criminales bajo la excusa de la religión".

El texto señala finalmente que "algunos pretenden ser seres sobrenaturales y han herido o matado a personas, o realizado actividades promiscuas, defraudado dinero o propiedades". EFE
cg/jdl

04

9714283

China o la angustia cultural

Los obreros de la Fábrica de Transistores número 2 de Zigong estaban en huelga debido a los bajos salarios —14 dólares al mes— y la irregularidad con que los recibían. El anuncio de que esa empresa fue declarada en quiebra por un Tribunal local, provocó la explosión.

Trescientos huelguistas se echaron a la calle y varios centenares de vecinos los apoyaron; el número de manifestantes llegó a mil.

La quiebra de su empresa supone para cualquier obrero chino no sólo la pérdida del trabajo sino, lo que es más grave, la pérdida de la vivienda, el servicio médico y la escolarización de sus hijos, responsabilidades que corresponden al Estado empresario, mientras hay empresa.

Sichuan ha sido una de las primeras provincias chinas que puso en práctica las palabras del presidente Jiang Zemin: "Vamos a permitir que las empresas que pueden, floten; y las demás se hundirán por sus propios medios".

Jiang se refería al plan del Gobierno: declarar en quiebra las empresas estatales sin esperanza de adaptarse a la "economía de mercado socialista" puesta en marcha por Deng Xiaoping.

Este verano se registraron protestas y en China eso es una señal dramática. China enfrenta una desocupación gravísima, que sólo se podrá atenuar si pone en marcha resortes de seguridad social que apaguen un incendio de pobreza que arrasa.

Este martirio y la consiguiente inestabilidad social son sacrificios inevitables, si el país quiere mantener el ritmo de crecimiento económico: 10% mantenido en los últimos cinco años.

China necesita integrarse en la economía mundial a través de la Organización Mundial del Comercio (OMC).

En consecuencia, en el plan estratégico del Estado para los próximos cinco años, expuesto en el XV Congreso del PCCh, figura entre las máximas prioridades adaptar al pensamiento local los términos "capitalismo" y "privatización". Esto se traduce como "racionalización" y "fusiones", adquisiciones, formación de sociedades anónimas, cotización en bolsa y ... quiebras.

El Estado se propone mantener 1.000 empresas claves que aportan el 85% de los ingresos fiscales. Las demás, ahogadas por los préstamos recibidos y pendientes de pago en los principales bancos chinos (antes banca especializada y ahora banca de orientación comercial) se venderán al mejor postor o serán liquidadas.

Jiang Zemin señaló que los trabajadores chinos deben empezar a pensar en forma más independiente; deben confiar en el sector privado; deben establecer su propio negocio. Esto sucede después de 48 años durante los cuales esos 1100 millones de personas aprendieron a pensar todo lo contrario. Vivieron en total dependencia, dentro de un sistema que, apodado "beneficencia de la cuna a la tumba", les cubría, mal que bien, todas las necesidades, trabajando a la manera en la cual trabajan los empleados públicos.

No tienen preparación ni hábitos de trabajo.

El primer ministro, Li Peng, reconoció lealmente que los trabajadores despedidos van a tener dificultades.

También reconoció asombrosamente, en su discurso del 1° de octubre, día de la fiesta nacional china, que el orden público se encontraba en una situación "indeseable" en algunas regiones del país.

Nadie asimila entre nosotros las protestas chinas con el levantamiento en Chiapas.

EP 19-10

05-05

9714283

DP7357

U FOXBT 10-24 00304
mun exg

CHINA-NORUEGA
REY HARALD V SE REUNE CON PRESIDENTE JIANG ZEMIN

Pekín, 24 oct (EFE).- El rey Harald V de Noruega se reunió en esta capital con el presidente chino, Jiang Zemin, con quien trató sobre las buenas relaciones entre ambos países y su deseo de estrechar los intercambios bilaterales, se informó hoy.

Harald V, primer jefe de estado noruego que visita China, llegó a Pekín el pasado miércoles acompañado de su esposa, la reina Sonja, el ministro noruego de Exteriores, Knut Vollebaek, y un grupo de empresarios, y permanecerá en visita oficial hasta el próximo día 31.

Jiang ofreció ayer al monarca una ceremonia en el Gran Palacio del Pueblo de la capital china, sede de la legislatura, antes de tratar sobre las relaciones bilaterales, iniciadas en 1954.

El presidente citó un proverbio chino para expresar que "la distancia no afecta el entendimiento mutuo y los pueblos que viven a miles de kilómetros de distancia pueden aun ser vecinos", y agregó que ambos países valoran su soberanía, su independencia nacional y su libertad, "que han conseguido tras una larga lucha".

Después de la reunión, el rey Harald y Jiang Zemin acudieron al acto de firma de cinco acuerdos de cooperación entre la Comisión Estatal de Ciencia y Tecnología de China, el ministerio de Agricultura y la Sociedad China de Museos con la Agencia Noruega para el Desarrollo de la Cooperación.

Por la tarde, Harald V se entrevistó con el viceprimer ministro encargado de finanzas, Zhu Rongji, que subrayó que Noruega tiene importantes ventajas en energía hidroeléctrica, industria petrolera, navegación, química y protección medioambiental y que afirmó estar satisfecho con el ritmo de desarrollo de la cooperación bilateral.

Zhu expuso al monarca la situación económica que vive China y su estrategia de desarrollo y apuntó que las economías de ambos países son complementarias, por lo que existen amplias posibilidades de cooperación. EFE
cg/fp/nd

10/24/02-57/97

Nº DOCUMENTO	9714284
TITULO	CHINA : SZ
PROCEDENCIA	S18593
FECHA DE PROCEDENCIA	24/09/97
ANOTACIONES	1846
	S07529
	S04619
	1148
	11399

PIZ JIANG ZEMIN VISITA NORUEGA

01-01

9714284

Nº DOCUMENTO 9714285
TITULO CHINA: VISITA DE JIANG ZEMIN A LOS EEUU
15090
31091
11816 X148 11409 67274 11166
50638 11349 11161, 513643
65890 11245 11935 11884
XG0023
U,FOXBT 10-21 00583
icx exg mun

CHINA-EEUU (previsión)
JIANG Y CLINTON BUSCARAN TERRENO COMUN PARA ALIANZA

Por Claudia Gutiérrez

Pekín, 21 oct (EFE).- En la cumbre del próximo 29 de octubre en Washington, Jiang Zemin y Bill Clinton buscarán un terreno común que permita trazar una alianza estratégica similar a la de China con Rusia, en el sentido de crear una línea directa de comunicación sobre asuntos regionales e internacionales.

Será la primera parte de una cumbre que no terminará hasta que Clinton venga a China en 1998, pero en la que se definirán los términos de sus intercambios de cara al siglo XXI.

El presidente chino, que viajará a Washington el día 26, y hará escala en Honolulu, propondrá a Clinton una nueva fase de crecimiento en sus relaciones, y el establecimiento de una línea directa entre ambos para intercambiar opiniones de forma regular sobre asuntos de interés regional y global, se informó oficialmente en Pekín.

La campaña de propaganda política que rodea en China el viaje de Jiang, el primero de un jefe de Estado de este país a EEUU en los últimos doce años, responde al interés del presidente de regresar envuelto en un aura de poder que le consolide como máximo dirigente, comentó a EFE una fuente diplomática.

Pero los analistas políticos afirman que Estados Unidos no desea un liderazgo demasiado fuerte en China, donde vive un cuarto de la población mundial.

Según los expertos, Jiang quiere que Clinton reconozca a China como una potencia en Asia y que sea su nexo clave en la zona, ya que el acuerdo de cooperación militar entre Estados Unidos y Japón se mira en Pekín con recelo, y a juicio de las autoridades chinas no ha quedado claro su alcance.

Jiang se asegurará de que Washington se ajusta a los tres comunicados conjuntos ya firmados, que prohiben los contactos políticos con Taiwan o la venta de armas a la isla.

Además, Clinton buscará la promesa de Pekín de que no venderá armas o tecnología nuclear a países como Irán o Pakistán, para poder poner en práctica el Acuerdo sobre Cooperación Nuclear Pacífica suscrito en 1985.

Un portavoz del ministerio de Exteriores chino dijo hoy, al comentar la reciente visita a Pekín de Robert Einhorn, adjunto a la Secretaría de Estado de EEUU encargado de los asuntos nucleares, que "China desea llegar a un acuerdo porque se dan las bases, este país tiene un gran mercado y Estados Unidos dispone de tecnología avanzada".

Agregó que "una ampliación en la esfera de cooperación impulsará las relaciones económicas y comerciales", asunto que primará en la reunión de Clinton y Jiang, ya que China registró un superávit comercial el año pasado con EEUU de 40.000 millones de dólares y podría sobrepasar los 44.000 en 1997.

Washington pide una mayor apertura de los mercados chinos para reducir esa diferencia, lo que aceleraría de paso el acceso de China a la Organización Mundial del Comercio (OMC).

También se podría revisar la semana próxima el levantamiento del embargo a las ventas militares impuesto por Estados Unidos a China tras la sangrienta represión de Tiananmen en 1989.

01-28
9714285

Jiang y Clinton hablarán, además de medio ambiente, de las varias veces aplazadas conversaciones cuatripartitas entre China, EEUU, y ambas Coreas para la pacificación de estos dos países.

Su programa incluirá los derechos humanos, con la posible promesa del presidente chino de que firmará la Convención Internacional sobre Derechos Sociales y Económicos, y reabrirá el diálogo al respecto con Estados Unidos.

En cuanto a la petición de que Jiang libere a disidentes como gesto pacificador, el presidente afirmó que su puesta en libertad depende del sistema judicial, y explicó que no son prisioneros políticos, sino personas que han violado la ley criminal. EFE

cg/meg/ma

10/21/10-42/97

9714285

Visita crucial del presidente chino a Estados Unidos

Asher Bolande
Pekín, AFP

El presidente chino, Jiang Zemin, partió de Pekín ayer para realizar una visita de Estado de ocho días a Estados Unidos, cuyo objetivo es consagrar su imagen de dirigente supremo y abrir una nueva era en las difíciles relaciones con Washington.

Esta es la primera visita de un número uno chino a Estados Unidos desde la que realizó Deng Xiaoping en 1979.

Jiang Zemin viaja acompañado por su mujer, Wang Yiping, y por el ministro chino de Relaciones Exteriores, Qian Qichen.

El primer ministro chino, Li Peng, y el viceprimer ministro, Zhu Rongji, despidieron al número uno chino en una ceremonia celebrada en el Palacio del pueblo de Pekín.

Jiang Zemin debía llegar ayer a Honolulu (Hawaii), isla en la que visitará un monumento dedicado a los soldados norteamericanos que murieron en Pearl Harbor, durante el ataque japonés del 7 de diciembre de 1941. Luego viajará a Williamsburg, Washington, Filadelfia, Nueva York, Boston y finalmente Los Angeles.

La cumbre entre los presidentes Jiang y Bill Clinton está prevista para el 29 de octubre en Washington.

Seis grupos han realizado llamamientos para manifestarse, el 29 de octubre en Washington, contra la visita del dirigente chino.

Las presiones sobre el respeto de los derechos humanos en China vienen de todos lados. El disidente chino Bao Ge envió, por su parte, una carta pública al ministerio chino de Justicia para reclamar la liberación de 12 prisioneros políticos.

Bao Ge, que vive en Shangai, tras haber estado tres años encerrado en un campo, pide la liberación de seis disidentes de Pekín y de seis otros de Shangai.

"Pensamos que ningún ciudadano que haya reivindicado pacíficamente opiniones políticas diferentes debiera estar detenido o perseguido", dice el texto en uno de sus párrafos.

A lo largo de ese viaje, Jiang va tener que enseñar la mejor cara del gobierno chino a sus interlocutores mientras examinan, entre otros temas, el desequilibrio de los intercambios comerciales, la cooperación china con Irán en el terreno nuclear, Taiwan —principal tema de discordia— y la cuestión de los derechos humanos. Durante el viaje que realizó en 1979, Deng consiguió seducir a los norteamericanos gracias a su espontaneidad, escribía esta semana el diario New York Times, estimando que Jiang con su personalidad formal y su rigidez tendrá más dificultades. La víspera de su salida, Jiang anunció que China firmaría la Convención Internacional sobre los Derechos Económicos, Sociales y Culturales, una de las dos Cartas de la ONU de defensa de los derechos humanos.

"Con esta decisión, Pekín acepta explícitamente la legitimidad de un control internacional de la situación de los derechos humanos en China", explicó un responsable chino.

Los dirigentes del Estado comunista esperan mucho de ese viaje sobre todo en lo comercial e industrial.

50 años de relación entre ambos países

Pekín, AFP

Estados Unidos dedicó recursos considerables a la defensa de China durante la segunda Guerra Mundial, pero las relaciones se envenenaron rápidamente después de la derrota del gobierno nacionalista frente a los comunistas en 1949.

He aquí una cronología de los principales acontecimientos que marcaron las relaciones sino-norteamericanas desde que el Partido Comunista fundó la República Popular China en 1949:

1950 - Corea del Norte invade Corea del Sur y provoca una ofensiva de la ONU dirigida por Estados Unidos. China apoya a Corea del Norte y comienzan las hostilidades entre Pekín y Washington.

1965 - Estados Unidos envía tropas al sur de Vietnam y las relaciones con Pekín, que apoya el régimen comunista de Vietnam del Norte, empeoran poco a poco.

1971 - [illegible] para [illegible] de Seguridad Nacional, viaja en secreto a Pekín.

1972 - Visita histórica del presidente Nixon a China en febrero, donde se reúne con Mao Zedong y conversa con el primer ministro Chu En Lai sobre la normalización de las relaciones sino-norteamericanas.

1973 - Estados Unidos y China intercambian oficinas de enlace en Pekín y en Washington.

1975 - El presidente Gerald Ford visita China en diciembre y se entrevista con el viceprimer ministro Deng Xiaoping ya que Mao se encuentra enfermo.

1979 - China y Estados Unidos acuerdan lazos diplomáticos el 1º de enero que comprometen a Washington a mantener únicamente relaciones no oficiales con Taiwan.

A finales de enero, Deng Xiaoping, el nuevo número uno del régimen, viaja a Estados Unidos y se entrevista con el presidente Jimmy Carter.

1984 - El presidente Ronald Reagan realiza una visita oficial a China, donde se reúne con el primer ministro Zhao Ziyang y con Deng Xiaoping.

1985 - El presidente chino Li Xiannian viaja a Estados Unidos invitado por el presidente Reagan.

1989 - El presidente norteamericano George Bush visita China. La brutal represión por parte del ejército chino de las manifestaciones democráticas de Tiananmen ocurridas el 4 de junio enrarecen las relaciones entre los dos países. Estados Unidos impone sanciones a las ventas de armamento, a la cooperación en materia de energía nuclear y a los intercambios de visitas entre los dos ejércitos.

1993 - Encuentro entre los presidentes Jiang Zemin y Bill Clinton al margen de la cumbre del Foro de Cooperación Económica del Asia Pacífico (APEC) en Seattle. China y Estados Unidos reemprenden el diálogo militar.

1994 - El presidente Bill Clinton renuncia a vincular la cláusula de la nación más favorecida (MFN) con los progresos realizados por China en materia de derechos humanos.

1995 - Washington permite al presidente taiwanés que viaje en visita "no oficial" a Estados Unidos en junio, lo que provoca la retirada temporal del embajador chino en Estados Unidos.

1996 - En marzo se producen las maniobras militares chinas de intimidación a Taiwan, antes de que éste celebre sus primeras elecciones presidenciales democráticas. Estados Unidos envía dos portaviones para aplacar la tensión en la zona.

Jiang Zemin y Bill Clinton se reúnen en Manila en la cumbre del APEC y aceptan intercambiar visitas de Estado a finales de 1997 y comienzos de 1998.

Es. ilegible

03

9714285 !

XA5377

R POXBT 10-26 00545
icx exg mun

TAIWAN-CHINA/EEUU
RELACION TAIWAN CON ESTADOS UNIDOS Y CHNA NO ES TRIANGULAR

Por Francisco Luis Perez
Taipei, 26 oct (EFE).- El Gobierno de Taiwán, tras conocer los puntos fundamentales del discurso que se cree pronunciará Bill Clinton en la reunión con su homólogo chino Jiang Zemin, insistió en que EE.UU. no debe considerar sus relaciones con Taiwán y China como un triángulo.

En un mensaje radiado por La Voz de América el pasado viernes, Clinton indicó los puntos principales que se tratarían en su reunión con Jiang Zemin, la próxima semana.

Las declaraciones radiadas provocaron en Taiwán una serie de reacciones marcadas por la preocupación y la esperanza de que la cumbre no afecte los intereses del país.

El Parlamento pidió ya la pasada semana una acción inmediata para que la cumbre Clinton-Jiang no suponga "la venta de Taiwán", aunque Taipei afirma que se han recibido promesas de que no se afectarán los intereses del país.

El nuevo representante de Taiwán en Estados Unidos, Stephen Chen, ya se ha entrevistado con algunos miembros de la Cámara de Representantes y del Senado americano y les ha comunicado el mensaje de Taipei.

"Las relaciones de Estados Unidos con Taiwán y China son paralelas, no forman un triángulo", dijo Chen al líder republicano Trent Lott, del Estado de Mississippi.

El primer ministro taiwanés, Vincent Siew, por su parte, se mostró crítico ante los planes de Clinton de integrar a China Popular en el sistema internacional.

"Nuestro ambiente político y la dirección que está tomando nuestra democratización es más similar a Estados Unidos que a China. La República de China está más cualificada que Pekín para recibir la ayuda de Estados Unidos en su intento de entrar en el sistema internacional", dijo Siew.

Los puntos esenciales del discurso no se desvían de las promesas recibidas de Clinton, y la reafirmación de que hay una sóla China no supone ninguna novedad, añadió el primer ministro.

Algunos miembros del Gobierno indicaron hoy que Clinton debe tomar nota del abismo entre la calurosa acogida de Washington a Jiang y las protestas del pueblo estadounidense ante la próxima visita del líder chino.

También resaltaron que no creen que haya variado la postura de Washington sobre que la disputa entre Taipei y Pekín deba ser resuelta por medios pacíficos.

El portavoz del organismo gubernamental encargado de las relaciones con China, Hu Ke-sheng, dijo alegrarse de que se intensifiquen los contactos de Pekín y Washington, y de la visita de Jiang a Estados Unidos porque "contribuirá a fomentar la estabilidad y prosperidad en la región de Asia y el Pacífico y en el estrecho de Formosa".

El ministro de Asuntos Exteriores taiwanés, Jason Hlu, que fue embajador en Washington, mostró también su optimismo ante la cumbre y aseguró que el acercamiento de Estados Unidos y China no

04

9714285

tiene por que afectar negativamente a Taiwán.

El portavoz del Gobierno, David Lee, aclaró que difiere de manera radical la interpretación de Pekín y Taipei sobre una sóla China, ya que para Pekín esa China es la República Popular y para Taipei es una China democrática, libre y próspera.

El legislador Chang Hsu-cheng, del opositor partido independentista, indicó que Taiwán debe mantenerse alerta ante las maniobras chinas en Estados Unidos porque Pekín quiere convencer a Washington para que apoye su política de "reunificación rápida" y convertir a Taiwán en un obstáculo a las relaciones entre China y Estados Unidos. EFE

flp/ntc/ma

10/26/11-19/97

05

9714285.

EUA

Clinton recebe Zemin em casa

Líder chinês destaca importância das relações entre os dois países

KAREN LOWE
AFP/Honolulu

Às vésperas do encontro entre o presidente da China, Jiang Zemin, e seu colega norte-americano, Bill Clinton, o presidente russo, Boris Yeltsin, anunciou, em Moscou, que fará uma visita ao gigante da Ásia no próximo mês. O líder quer incrementar negócios bilaterais com a nação comunista. O convite foi feito pelo presidente chinês.

Yeltsin e Zemin reforçarão sua cooperação para manter a paz e a estabilidade tanto regional como mundial. Também deverão conversar sobre uma nova política internacional.

O chefe de Estado da China desembarcou domingo em Honolulu, no Havaí, para cumprir a primeira escala da visita de uma semana aos Estados Unidos. O encontro com Clinton está marcado para amanhã, em Washington.

"Durante minha visita falarei a fundo com o presidente Clinton sobre as relações China-Estados Unidos e as principais questões internacionais de interesse mútuo", disse Zemin. "Também me reunirei com pessoas de vários setores nos Estados Unidos e verei com meus próprios olhos as conquistas econômicas e sociais norte-americanas", continuou.

Os Estados Unidos esperam que a China se comprometa a limitar a venda de armas para o Irã

No último sábado, o jornal Washington Post, citando representantes norte-americanos, havia anunciado que o acordo sino-americano já estava concluído desde quarta-feira passada. Segundo esse acordo, a China se compromete a limitar sua cooperação nuclear e a venda de armas para o Irã, especialmente de mísseis balísticos.

O acordo permitirá a Clinton autorizar a exportação para a China de alta tecnologia norte-americana em matéria de centrais nucleares.

Os dois chefes de Estado tratarão também das questões comerciais, pois os Estados Unidos querem reduzir seu déficit comercial com a China que, nos primeiros oito meses deste ano, chegou a US$ 31 bilhões, contra US$ 24,2 bilhões no mesmo período de 1996.

Espera-se que o encontro resulte numa série de contratos com empresas norte-americanas. Segundo o Ministério de Comércio dos Estados Unidos, se todos os contratos previstos até o momento forem fechados, o total será de US$ 3 bilhões, incluindo uma encomenda chinesa de 30 aviões à Boeing.

A visita de Jiang Zemin é a primeira de um chefe de Estado chinês aos EUA desde 1979, quando Deng Xiaoping circulou por várias cidades americanas.

O DIÁLOGO

97142851

06

Diluvio de críticas en la calle y 21 salvas en la sede del Gobierno

EL PRESIDENTE CHINO RECIBIDO A CAÑONAZOS EN LA CASA BLANCA

El presidente Bill Clinton invitó a su colega chino Jiang Zemin para una entrevista privada anoche, antes de su reunión formal de hoy, con la esperanza de que el toque personal ayude a reducir la amplia brecha de sus posiciones políticas. En la cumbre de hoy, Jiang será recibido en la Casa Blanca con un saludo de 21 cañonazos. En las calles, enfrentará un diluvio de críticas a su gobierno.

WASHINGTON (Servicio de "USA Today" exclusivo para EL PAIS). — La presencia de Jiang en Estados Unidos ha suscitado diversas manifestaciones populares de rechazo, debido a las denuncias de violaciones de los derechos que se formulan contra el régimen chino, a partir de la sangrienta represión ocurrida en la Plaza Tiananmen contra estudiantes que reclamaban la apertura democrática.

En los temas comerciales, el gobierno de Estados Unidos ha ejercido presión sobre el de China para que acepte la apertura de su mercado a productos extranjeros, aplicando menores aranceles, en lo que constituye también una condición para impulsar el ingreso de ese país asiático a la Organización de Comercio Mundial (OCM).

El régimen chino quiere incorporarse a la OCM para asegurarse acceso continuado al Estados Unidos y otros mercados externos.

■ ANUNCIOS CON REPERCUSION

El ministro de Comercio de Estados Unidos, William Daley, estuvo hace pocas semanas en Beijing sin lograr avances sustancias en las negociaciones comerciales. Daley sostuvo que el déficit comercial de Estados Unidos con China creció 10 por ciento en agosto para llegar a un récord de US$ 5.200 millones y advirtió que esa tendencia no puede proseguir.

Puntualizó que se impone una acción de China para abrir su mercado y admitir mayor volumen de importaciones.

En similar sentido se manifestó el presidente Clinton en declaraciones que efectuó el pasado viernes. "Debemos tener la oportunidad de competir plena y justamente en el mercado de China como ésta compite sin limitaciones en nuestro mercado", expresó Clinton.

Ante las críticas de Estados Unidos, Jiang envió como avanzada una misión comercial de 23 personas que logró los siguientes acuerdos por US$ 4.000 millones, en un intento por convencer a Clinton:

- **Una operación por US$ 200 millones para adquirir 18.000 juegos de componentes de General Motors destinado a armar dos tipos de vehículos en China.**
- La constitución de una empresa mixta entre General Motors y Yuejin Motors destinada a producir 150.000 motores por años, con una inversión de US$ 250 millones.
- **Un memorándum de entendimiento por US$ 160 millones para la adquisición de dos generadores de General Electric. El contrato no se firmó, pero el anuncio fue anticipado para que coincidiera con la visita de Jiang.**
- Alianza entre Kerr-McGee, de Oklahoma y China National Offshore Oil, por la cual se buscarán hidrocarburos en el Golfo de México.
- **Acuerdo de cooperación con Atlantic Richfield de Los Angeles para el desarrollo de tres fuentes de gas natural en China.**
- Se espera la firma de un contrato por más de US$ 1.500 millones con Boeing que permitirá a China adquirir aviones comerciales a reacción de alcance medio.

■ COMPETENCIA DE HOLLYWOOD

En su visita a Estados Unidos, Jiang tiene mayores dificultades con la industria cinematográfica que en las negociaciones con el gobierno.

Jiang enfrenta inesperados adversarios: los actores Brad Pitt y Richard Gere, protagonistas de películas sobre temas que desagradan al régimen chino.

Las películas sitúan en el primer plano de atención de los estadounidenses la situación de los derechos humanos en China y el dominio que ejerce este país sobre Tibet.

Las dos producciones cinematográficas que se exhiben con éxito en miles de salas en Estados Unidos enfocan lo que grupos defensores de los derechos humanos han denunciado desde hace tiempo como una situación abusiva por parte del régimen comunista.

Una película del director Martin Scorsese tendrá su estreno en diciembre. Relata la vida de Dalai Lama, el líder espiritual de Tibet que debió irse al exilio en 1959 a raíz del control ejercido por China.

El vocero de Sony Pictures, Peter Wilkes, indicó que las fechas de estreno de las películas no fueron fijadas por razones políticas para coincidir con la "cumbre" entre Clinton y Jiang. "Tenemos un cronograma artístico y no político", precisó.

Por su parte, el presidente de la Asociación de la Industria Cinematográfica, Jack Valenti, manifestó que "nosotros queremos que la gente compre entradas y vea las películas, pero no buscamos inclinar a la opinión pública en ningún sentido político".

En la película "Red Corner", Gere interpreta el papel de un empresario estadounidense a quien se tiende una trampa para que aparezca involucrado en un crimen y es objeto de violencia en una cárcel de China.

En "Seven years in Tibet", Pitt asume el papel de un alpinista austriaco quien forja amistad con el Dalai Lama.

En esta visita, Jiang tendrá que luchar con los dos famosos actores para conseguir la atención del público.

9714205

Clinton y Jiang Zemin: comercio, derechos y armas

WASHINGTON (Reuters).— Los siguientes son algunos de los temas que dominarán la cumbre de esta semana entre el presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, y su colega chino Jiang Zemin.

■ DERECHOS HUMANOS

— Funcionarios estadounidenses dicen abiertamente que el gobierno chino practica la represión política e impone severas restricciones a la libertad de expresión y asociación. El portavoz de la Casa Blanca, Mike McCurry, usó la semana pasada el término "sistema totalitario". Washington brinda refugio a disidentes chinos y se negó a dificultar la organización de protestas en contra de Jiang durante esta visita. Por su parte, el gobierno chino dice que necesita disciplina social y política para lograr el desarrollo económico. Beijing sostiene que los "autodenominados disidentes" son criminales que violan las leyes chinas y defiende la idea de que el concepto de derechos humanos varía de una cultura a otra.

■ COMERCIO

— El déficit comercial de Estados Unidos con China alcanzó en agosto la cifra récord de 5.200 millones de dólares mensuales y los economistas pronostican que la cifra llegará a 50.000 millones este año. Las autoridades estadounidenses demandan un mayor acceso al mercado chino para igualar el flujo de productos que ingresan al mercado estadounidense provenientes de China. Antes de la cumbre, China entró en una euforia de compra de productos estadounidenses. La condición comercial de China como **Nación Más Favorecida** es revisada cada año, lo que provoca la irritación de Beijing.

***DANZA.** El presidente chino contempla a una bailarina luciendo un atuendo colonial, durante una recepción en el histórica localidad de Williamsburg (AP)*

■ ARMAS NUCLEARES

— Estados Unidos se ha quejado durante mucho tiempo de la disposición de China a exportar armas relativamente sofisticadas y tecnología nuclear a países que no son del agrado de Washington, especialmente Irán. China dijo este mes que suspendería las ventas a Irán de misiles que pudieran constituir una amenaza para las embarcaciones militares estadounidenses en la región del Golfo Pérsico. Bajo las leyes estadounidenses, el presidente tiene que certificar al Congreso que China no está involucrada en proliferación de armas nucleares antes de que Estados Unidos pueda venderle tecnología de energía nuclear avanzada. Las grandes compañías estadounidenses han cabildeado en el gobierno de Estados Unidos para que se les permita ingresar en el multimillonario mercado, que ayudaría a eliminar el desequilibro de la balanza comercial.

■ EL TIBET

— Los nacionalistas tibetanos y el líder espiritual del Tíbet, el Dalai Lama, gozan de un amplio respaldo en Estados Unidos, especialmente en los medios periodísticos. El elemento tibetano será prominente en las manifestaciones de protestas planeadas para la visita de Jiang. La secretaria de Estado, Madeleine Albright, prometió designar un "coordinador especial" para la política de Estados Unidos en el Tíbet, para el 1 de noviembre. China objeta las críticas extranjeras a su política en el Tíbet, diciendo que el área ha sido parte integral de China por cientos de años.

■ TAIWAN

— El respaldo de Estados Unidos a Taiwan fue el tema dominante en las relaciones entre Beijing y Washington durante los últimos 40 años, pero es probable que quede relegado a un segundo plano en la visita de Jiang. Algunos diplomáticos dicen que ninguna de las partes quiere concentrar su atención en el futuro de la isla, que China considera una provincia renegada fuertemente armada por Estados Unidos.

■ OTROS TEMAS

— Se espera que ambas partes acuerden establecer una "línea de emergencia" entre los dos presidentes y cooperar en la lucha contra las drogas y otros crímenes internacionales. Asimismo, es probable que Estados Unidos se comprometa a colaborar con los esfuerzos del gobierno chino para combatir la contaminación ambiental.

EP 2910

9714285

08

CUMBRE DERECHOS HUMANOS Y LIBERTADES EN EL CENTRO DE LAS CONVERSACIONES

Bill Clinton y Jiang Zemin cara a cara

En un gesto para romper el hielo antes de la cumbre entre los presidentes de EEUU y China a celebrarse hoy en Washington, anoche los dos líderes se reunieron fuera de lo programado

POR RAUL FELD
de la redacción de EL OBSERVADOR

La cumbre entre el presidente de EEUU, Bill Clinton, y su colega chino, Jiang Zemin, que se celebrará hoy en Washington no se espera que aporte demasiados resultados concretos, pero ambas partes tienen un marcado optimismo respecto a que la reunión marque el principio de una nueva era de diálogo y distensión entre las dos naciones.

Mientras diversos grupos pro derechos humanos se preparan para recibir con protestas al líder chino cuando hoy visite la Casa Blanca, tanto Jiang como Clinton toman precauciones para que la cumbre sea un éxito histórico.

La reunión oficial de hoy durará sólo 90 minutos, y es el centro de la gira de ocho días de Jiang por EEUU, que empezó el domingo en Hawai y comprende escalas-homenaje en muchos lugares de este país.

La Casa Blanca lleva varios días preparando el terreno para que el cónclave sea un éxito: Clinton pronunció el viernes un discurso para defender su política "pragmática" de cooperación con China, y fuentes de este país multiplicaron las declaraciones en el mismo sentido.

Clinton formó parte –cuando era candidato a la Presidencia– del amplio sector de opositores al acercamiento de EEUU a China, pero después de llegar al poder optó por una postura más "pragmática".

El sector de la sociedad estadounidense que se opone a la apertura hacia Beijing comprende desde grupos ultraconservadores y movimientos preocupados por la falta de libertad religiosa y por los abortos forzados en el país asiático, hasta sindicalistas que denuncian la fabricación masiva de productos en las cárceles.

También están quienes se inquietan por el desequilibrio comercial con China, quienes piden la independencia del Tibet o los que pierden el sueño pensando en la venta de armamento nuclear chino a países como Irán.

China, según encuestas publicadas estos días, sustituyó a Rusia como el país que más inquieta a los estadounidenses. El 46% lo considera como un "problema serio" para EEUU, porcentaje que trepa al 73% entre los influyentes.

UN ERROR PELIGROSO

En un discurso sobre China, Clinton afirmó que quienes pretenden aislar al país que será la primera potencia económica en el próximo siglo y que alberga a la cuarta parte de la población mundial, cometen un error "peligroso" tanto por motivos de seguridad como económicos.

Clinton afirmó que EEUU no piensa dejar de insistir ante China sobre la importancia de los derechos humanos, aunque aclaró que no hay que dejar de avanzar en la construcción del diálogo. Opinó que la mejor manera de democratizar China es abrirla a otros valores, otros productos y otra cultura.

El presidente estadounidense y Jiang coincidieron en que están decididos a que esta cumbre, considerada visita de Estado, marque el principio de una nueva era de "cooperación" entre los dos países. *(En base a AP y Reuters)*

Encuentro previo para la distensión

El presidente de EEUU, Bill Clinton, invitó a su par de China, Jiang Zemin, a visitar la Casa Blanca anoche para un encuentro informal con el objetivo de lograr un acercamiento personal entre ambos, antes de su prevista reunión formal de hoy.

"El presidente estudia la posibilidad de invitar al presidente Jiang para una visita privada a la Casa Blanca como preámbulo y para conocerse un poco, antes de su reunión oficial", dijo en la tarde de ayer una fuente de la Casa Blanca.

Al cierre de esta edición, no se conocía si Jiang aceptó la invitación.

Jiang llegó el lunes por la noche a la histórica zona de Williamsburg, Virginia, en la segunda escala de su visita de ocho días a EEUU. Arribó a la base aérea de Langley, procedente de Honolulu, Hawai, donde comenzó la primera visita oficial de un líder chino a Estados Unidos desde la represión de las protestas estudiantiles de 1989 en la plaza de Tiananmen en Beijing.

Durante las 17 horas que permanecerá en el estado de Virginia, el presidente chino, un estudioso de la historia de Estados Unidos, visitará la zona colonial de Williamsburg, una ciudad museo que conserva el aspecto que tenía hace 200 años, en la época de los próceres George Washington y Thomas Jefferson.

El líder chino, de 71 años, viajó a Washington ayer en la tarde.

Su agenda no contemplaba compromisos anoche: "Dependerá de los dos mandatarios, de cómo se sienten, y de si quieren reunirse", dijo un funcionaro de EEUU. Jiang está alojado en la residencia para huéspedes en Washington, frente a la Casa Blanca. *(Reuters)*

ANÁLISIS
MARTÍN SARTHOU

Mucho más que una cumbre

La reunión de esta tarde en la Casa Blanca entre Bill Clinton y Jiang Zemin no quedará en el recuerdo como una cumbre más. Eso, claro está, si el presidente Clinton aprovecha la histórica oportunidad y, al igual que algunos de sus antecesores, está dispuesto a que haya un antes y un después del face to face.

La visita de Richard Nixon a China abrió la puerta a un nuevo relacionamiento sino-estadounidense. La de Deng Xiaoping a Estados Unidos marcó el establecimiento formal de relaciones diplomáticas y, junto a Jimmy Carter, el desarrollo de una estrategia para contener a la entonces todavía amenazante Unión Soviética. Esas dos reuniones entre líderes chinos y estadounidenses jugaron un papel trucial en el desarrollo de un nuevo orden político mundial.

Clinton y Jiang tienen sobre la mesa la decisión de un nuevo relacionamiento mutuo basado en la cooperación. De echarse a andar, el nuevo giro podría provocar un tremendo impacto en la coyuntura mundial en los próximos 40 o 50 años.

Además, son dos líderes excepcionales: Clinton fue reelecto "con honores" y su popularidad es tan grande que no hay escándalo político que parezca ponerlo en apuros. Jiang, consiguió en 8 años ser el hombre inamovible en el poder en Beijing y viene de ser el protagonista estelar de uno de los actos de poder más cargado de simbolismo en los últimos años: sustituyó la bandera del imperio británico en Hong Kong por la de China.

Jiang ya estableció un nuevo y renovado relacionamiento estratégico nada menos que con Rusia y con Francia que, más allá de apuntar a las cuestiones militares y económicas, va de lleno a incomodar a EEUU y a generarle divisiones con sus ex aliados. La estrategia China no es la de tener en la Casa Blanca un enemigo, sino la de debilitar políticamente a Estados Unidos y sus intentos de presionar a Beijing.

Estados Unidos sigue siendo la única superpotencia mundial, pero su posición de fuerza ya no es la misma desde el fin de la Guerra Fría dado que el ojo de las naciones del mundo está puesto en el desarrollo económico y en el comercio.

En esta coyuntura de fin de siglo, los ex aliados de Estados Unidos son hoy sus principales competidores económicos y los enemigos de siempre pueden convertirse en aliados de extrema importancia.

CR 2910
9714285
09

Congreso de EE.UU. resiste el pacto nuclear con China

Washington (Reuters, EFE, ANSA, DPA) - **La aplicación de un acuerdo de cooperación nuclear firmado entre China y Estados Unidos en 1985, decidida el miércoles por el presidente Bill Clinton, ha provocado fuertes resistencias en medios parlamentarios de Washington, que podrían llegar a impedir su concreción.**

Paralelamente, y mientras las empresas estadounidenses involucradas desplegaban una intensa estrategia de «lobby» para no perder un negocio valuado en 60.000 millones de dólares, **la propia Agencia Central de Inteligencia (CIA) se sumó a la polémica al difundir un informe que revela que Pekín construyó una planta de armas químicas en Irán.**

Para poder comprar tecnología nuclear a empresas norteamericanas, China debió comprometerse por escrito a impedir su transferencia a países como Irán, Irak, Siria y Pakistán.

«La nueva fábrica fue construida por el Grupo Químico e Industrial de Nanchino, una de las tres empresas chinas contra las cuales el gobierno estadounidense habia impuesto sanciones en mayo por la venta de armas prohibidas a Irán», dijo el diario «The Washington Times» citando un informe de la CIA.

La revelación coincidió con una reunión muy tensa entre Jiang y representantes del Congreso estadounidense, que tendrá que ratificar dentro de un mes los compromisos anunciados el miércoles por Clinton.

Por ahora, **la iniciativa parece cosechar sólo críticas en el Congreso.**

«No podemos confiar en la palabra de un régimen que tiene una tradición de promesas incumplidas», dijo **Nancy Pelosi**, legisladora por California.

«Antes de inundar China de tecnología nuclear tenemos que insistir en que haya compromisos públicos, tangibles e inequívocos, que el Congreso pueda evaluar», dijo **Edward Markey**, diputado de Massachusetts.

Jiang enfrentó incómodas preguntas ayer por la mañana cuando se reunió con 45 parlamentarios, entre ellos el jefe de la bancada republicana del Senado, **Trent Lott**, y el presidente de esa Cámara, **Newt Gingrich**, en una cita a puertas cerradas. «Hemos expresado nuestra opinión en forma clara y con lenguaje muy directo», dijo Lott.

Según «The Washington Times», la planta construida por los chinos en Irán fabricará partes de vidrio especial necesarias para producir armas químicas. Los trabajos se terminaron en junio pero China tiene que enviar algunas materias primas imprescindibles para comenzar la producción. Irán, según los servicios secretos estadounidenses, posee 2.000 toneladas de armas químicas, incluyendo gases nerviosos usados durante la Guerra del Golfo de 1991. **La industria nuclear de los Estados Unidos atraviesa una seria crisis, y se cree que el plan chino de construir 50 reactores en los próximos 20 años -y hasta 150 en 40 años- podría salvarlo del colapso.**

Las empresas que se verían beneficiadas si el Congreso apoya la iniciativa de la Casa Blanca son Westinghouse, General Electric y ABB, entre otras.

Además, el acuerdo representa una buena oportunidad para que Estados Unidos reduzca el abultado desequilibrio comercial que acumula con China y comience a penetrar más fuertemente ese mercado de 1.200 millones de habitantes.

China es el país que registra un mayor superávit en el comercio con Estados Unidos, acumulando 5.200 millones de dólares en agosto y 30.000 millones en 1996.

En otro gesto destinado a mejorar las relaciones bilaterales en el plano comercial -pese a desacuerdos políticos en temas como derechos humanos, democracia y Taiwán- funcionarios chinos firmaron ayer un contrato para comprar 50 aviones fabricados por Boeing por un precio de u$s 3.000 millones.

Presiones sobre Hollywood

Melbourne, Australia (Reuters) - **El presidente de los Estados Unidos, Bill Clinton, logró que la casa cinematográfica Metro-Goldwyn-Mayer (MGM) retrasara el estreno de una película crítica con Pekín para impedir que éste coincida con la cumbre que mantuvo el miércoles con su colega de China, Jiang Zemin, admitió ayer un socio del estudio.**

Clinton solicitó personalmente a MGM que postergara el estreno del film «Red Corner» hasta después de su encuentro en Washington con Jiang, dijo la firma australiana Seven Network Ltd.

La película, protagonizada por el actor estadounidense **Richard Gere** -un duro crítico de China y de su tutela sobre el Tibet-, debia estrenarse la semana pasada en Estados Unidos, pero recién hoy llegará a los cines estadounidenses.

Jiang sostuvo su reunión con Clinton el miércoles y culminó ayer el tramo oficial de su visita de ocho días a los Estados Unidos.

«Bill Clinton y el gobierno chino entablaron contactos con MGM por separado para solicitar una demora en el estreno de la película», dijo un portavoz de Seven Network, la empresa que controla 50 por ciento de MGM.

«Tengo entendido que se trató de una llamada directa de la Casa Blanca», agregó.

9714285

DP8152

U POXBT 10-29 00283
mun exg icx

EEUU-CHINA
CLINTON AUTORIZA VENTA TECONOLOGIA NUCLEAR A CHINA

Washington, 29 oct (EFE).- El presidente de EEUU, Bill Clinton, autorizó hoy a las compañías estadounidenses vender reactores nucleares para uso civil a China, al término de la cumbre que celebró esta mañana con su colega chino, Jiang Zemin.

Hasta ahora, las compañías estadounidenses no podían entrar en ese mercado, mientras el presidente no asegurara al Congreso que el material vendido a China no se iba a desviar hacia países como Irán o Pakistán, que Washington considera peligrosos.

Un portavoz de la Casa Blanca, que informó sobre el acuerdo a la prensa bajo condición de anonimato, dijo que Clinton ha quedado convencido de que China no pasará esa tecnología estadounidense a países como Irán, que podrían utilizarla para fabricar misiles con los que atacar a los buques de EEUU.

"Hemos recibido garantías satisfactorias de que China no está ayudando y no ayudará a otros estados a derarrollar armas nucleares", dijo el portavoz.

El acuerdo podría ser el resultado concreto más importante de la cumbre, en que la parte china se ha comprometido también a comprar 50 reactores comerciales Boeing por valor de 3.000 millones de dólares, y se ha decidido que Clinton visitará China el año que viene.

El mercado en que podrán penetrar las compañías nucleares estadounidenses es potencialmente de 60.000 millones de dólares ya que el desarrollo chino exige una inversión enorme en nuevas fuentes de energía y se calcula que el gigante asiático construirá en los próximos 40 años un centenar de centrales.

Los acuerdos concluidos hoy permitirán reducir del fortísimo déficit comercial que EEUU tiene con China, que va camino de superar al que tiene con Japón y que este año podría alcanzar los 44.000 millones de dólares. EFE

DM/RCF/JMA

10/29/20-51/97

9714285

XA5607

U POXBT 10-30 00556
icx mun exg

EEUU-CHINA
JIANG PROPONE A EEUU DEJAR A UN LADO DIFERENCIAS INSALVABLES

Washington, 29 oct (EFE).- El presidente chino, Jiang Zemin, propuso hoy en la Casa Blanca que Washington y Pekín dejen a un lado sus diferencias insalvables y que se "concentren en lo que tienen en común" para hacer progresar la paz, la seguridad, la prosperidad o la protección del medioambiente.

Jiang hizo estas declaraciones durante la cena de Estado que el presidente estadounidense, Bill Clinton, le ofreció en la Casa Blanca, horas después de que ambos airearan durante una rueda de prensa sus diferencias sobre la cuestión de los derechos humanos y la democracia.

Clinton también hizo una diplomática y esperanzada referencia al tema en su propio brindis, cuando expresó el deseo de que "nuestros hijos opinen que nosotros les dimos en nuestra época un nuevo sentido al llamamiento que hizo Abraham Lincoln en favor de la libertad".

Jiang, que se precia de conocer la cultura de EEUU, es capaz de recitar el famoso discurso de Gettysburg en que Lincoln hizo su llamamiento en favor de "un gobierno del pueblo, por el pueblo y para el puelo" y de la libertad en el mundo.

Clinton, por ello, empezó su brindis agradeciendo el interés de Jiang por la historia de este país, y en particular por un discurso que habla de "garantizar la libertad".

El presidente hizo un repaso a la historia de las relaciones entre EEUU y China y a la milenaria tradición china, congratulándose de la reciente "transformación" económica de China, que la ha "acercado al mundo y le ha proporcionado un mayor liderazgo en el concierto de naciones".

Clinton expresó el deseo de que China se convierta en "una potencia global y en un socio responsable", porque..."al otro lado del milenio hay una comunidad que está naciendo, y que esperamos sea pacífica en todos los sentidos de la palabra".

Concluyó con un llamamiento a "realzar el destino común" de Estados Unidos y China.

Jiang empezó su brindis rindiendo "tributo" a los líderes de EEUU y China que en los últimos 25 años han tenido "el valor" primero de establecer y, luego, de ampliar la relación bilateral entre Washington y Pekín, a pesar de los problemas que han ido surgiendo.

Jiang animó a los líderes de hoy a seguir ese ejemplo, y a utilizar algunas diferencias como "motor para un mayor esfuerzo", resolver "gradualmente otras mediante el diálogo entre iguales", y "dejar a un lado" las que sean insalvables para "centrarse en lo que se tiene en común".

Washington y Pekín, dijo Jiang, tienen la misión de "desarrollar una asociación constructiva y estratégica... Este es un nuevo comienzo para dos grandes naciones que tendrán una responsabilidad mayor en el futuro del mundo".

La cooperación entre EEUU y China, añadió, es importante para ambos países, para Asia y para el mundo en general.

Jiang, muy sonriente, pronunció parte del discurso -las últimas frases- en inglés, mientras Clinton le escuchaba con semblante serio y habló con voz ronca y cansada, tropezando varias

9714285

veces.

El líder chino ha sido recibido en Washington con los máximos honores, inclusive la cena de Estado, que reunió en la Casa Blanca a dirigentes de las principales empresas de EEUU y del mundo de la política.

Mientras se celebraba lo que es considerado el mayor evento social del año, en otros lugares de Washington seguían las protestas de numerosos grupos que consideran que, sea cual sea la importancia de mantener un diálogo con una potencia como China, no procede honrar al líder de un país que viola los derechos humanos.
EFE

DM/EMM/PG

10/30/03-52/97

9714285

OPINION

Por un acuerdo estratégico

por ANTHONY LAKE*
Servicio del Globe Viewpoint, especial para El Observador

China tendrá un enorme papel en la determinación del estilo de cooperación o conflicto del próximo siglo. El mayor interés de Estados Unidos es ver que nuestras relaciones con esta nación promuevan lo primero, no lo último.

Así, en tanto que el presidente Bill Clinton con toda seguridad hablará de la cuestión de los derechos humanos y otras que dividen a Estados Unidos de China cuando se reúna con el presidente Jiang Zemin esta semana, la cumbre se concentrará más en los intereses estratégicos comunes, particularmente la estabilidad en el este de Asia, que unen a los dos países.

Pocas naciones asiáticas tienen un mayor interés en la estabilidad regional que China. Externamente, comparte fronteras terrestres con 14 estados y fronteras marítimas con otros seis. Como anfitrión a mis anfitriones durante una visita a Beijing el año pasado, Estados Unidos comparte esta preocupación, por lo cual hemos reafirmado la alianza entre EEUU y Japón, que ha mantenido el orden en la región en los últimos 50 años, permitiendo así que eche raíces la prosperidad.

Internamente, China debe contender con múltiples fuentes de inquietud. Y Beijing debe también preocuparse sobre el reto, día tras día, de satisfacer las crecientes expectativas del pueblo. La cuestión es cómo hacerlo.

Especialmente en Estados Unidos, las perspectivas sobre el propio futuro de China están agudamente divididas.

De un lado están los pesimistas, una alianza de aquellos a la derecha y a la izquierda. Mencionando la historia china de venta de peligrosas armas y tecnología a Irán y Pakistán, sus políticas económicas proteccionistas y su récord de violaciones de los derechos humanos, ven en una pujante China la principal amenaza para los intereses estadounidenses.

Del otro lado están los optimistas. Ellos dicen que al avanzar económicamente, Beijing necesariamente evolucionará en una dirección política positiva.

Soy un "agnóstico" en este sentido. Representar a China como el enemigo probablemente sea una profecía autocumplible. Asumir la eventual evolución de ésta hasta convertirse en una democracia de mercado es complacencia.

Aunque China definirá su propio destino, nuestras acciones pueden influir las decisiones que tome.

Primero que nada, nosotros en Estados Unidos debemos restaurar el consenso doméstico que ha guiado el enfoque de América hacia China por una buena parte del último cuarto de siglo: una política de participación y diálogo estratégico, no contenimiento o confrontación.

El diálogo debe basarse en el respeto. Por nuestra parte, debemos comprender no sólo la presión que enfrenta Beijing ahora, sino el peso de la historia sobre las percepciones chinas, incluyendo sus antiguas preocupaciones sobre la unidad y la estabilidad. Muchos estadounidenses, por ejemplo, vieron el regreso de Hong Kong a China el pasado julio como causa de extraordinario temor. Ciertamente, hay mucho todavía de qué preocuparse. Pero para casi todos los chinos señaló la histórica corrección de un antiguo error.

El respeto también demanda que seamos claros mutuamente. Cuando China escenificó ejercicios militares en los estrechos de Taiwán en la primavera de 1996, enviamos una clara señal –en la forma de dos portaaviones– de que cualquier uso de la fuerza tendría graves consecuencias. Pero también reiteramos, muy claramente, nuestro compromiso hacia nuestra política de "una sola China".

El verdadero diálogo es lo que buscará EEUU en esta cumbre. Un profundo acuerdo estratégico, a pesar de las diferencias menores, será el elemento crítico para construir un orden pacífico para el futuro de Asia y en consecuencia del mundo.

**Anthony Lake fue asesor de Seguridad Nacional para el presidente Bill Clinton de 1993 a 1996 y es el arquitecto de la política de "involucramiento estratégico" de la administración Clinton hacia China.*

Es ilegible

14

97142851

FB2425
U POXBT 10-29 00799
mun exg

EEUU-CHINA (Resumen)
CLINTON Y JIANG AIREAN DIFERENCIAS PERO CELEBRAN RELACION

por Delia Millán
Washington, 29 oct (EFE).- Los presidentes de EEUU y China, Bill Clinton y Jiang Zemin, se reunieron hoy para formalizar una nueva relación entre sus países, aunque no pudieron evitar la dedicación de mucha energía a tratar sus diferencias sobre el asunto de los derechos humanos.

Los dos políticos ofrecieron esta tarde una animada rueda de prensa que seguramente fue un reflejo de las animadas conversaciones que tuvieron ayer y hoy en la Casa Blanca.

El objetivo declarado de esta cumbre entre China y Estados Unidos es establecer una relación amplia y directa al más alto nivel; un diálogo entre grandes potencias similar al que existía entre Washington y Moscú durante la guerra fría.

Pero igual que pasaba entonces, la cumbre de hoy se ha saldado con una larga serie de acuerdos de cooperación y con la confirmación de un desacuerdo profundo sobre cuestiones fundamentales como los derechos humanos y la democracia.

El momento más tirante de la rueda de prensa fue cuando se preguntó a ambos líderes sobre Tiananmen, y Jiang defendió la represión brutal del movimiento pro democracia chino, ante un Clinton que mantenía el semblante muy serio.

"Si un país de 1.200 millones de personas no disfruta estabilidad no puede abrirse como lo está haciendo ahora China... hemos llegado a la conclusión de que la actuación con que se contestó a aquel trastorno político fue correcta", dijo Jiang.

Cuando le tocó el turno de contestar a la pregunta, Clinton declaró que obviamente los puntos de vista respecto a aquel acontecimiento "son muy distintos".

La mejor manera de preservar la "estabilidad" de un país, dijo, es construyéndola "sobre la diversidad". Tiananmen ha impedido que China lograra el apoyo internacional "que hubiera obtenido de otra manera".

La visita de Jiang, y sobre todo el hecho de que sea recibido con todos los honores, ha creado mucha división en la opinión pública de EEUU, y en los últimos días se han multiplicado las protestas, los debates en el Congreso, y los artículos en la prensa muy críticos con el régimen de Pekín.

Mientras los dos presidentes estaban reunidos en la Casa Blanca, una extraña y variopinta coalición de sindicalistas, cristianos, defensores de la independencia del Tibet, o miembros de Amnistía Internacional, denunciaban a gritos en la calle todo tipo de abusos cometidos en China.

El actor Richard Gere, el más famoso de los oradores, que habló en nombre de quienes piden la independencia del Tibet, afirmó que es mentira que haya una nueva China, porque en ese país se cometen las mismas barbaridades que hace 50 años.

Consciente del ambiente que hay en EEUU, Clinton habló muy firmemente en favor de los derechos humanos desde el inicio de la rueda de prensa, e invitó a Jiang, quien mañana visitará los lugares sacros de la democracia estadounidense en Filadelfia, a tomar buena nota.

"Se que su país tiene más milenios que nosotros siglos -dijo

9714285

Clinton- pero en 200 años hemos llevado a cabo un experimento democrático" digno de atentión, los derechos humanos que se identificaron hace dos siglos en Filadelfia "no son propios de Estados Unidos o de los occidentales, son universales".

Opinó que China está actualmente "en el lado equivocado de la Historia" y que para que ese gigante asiático aproveche plenamente su potencial, no debe tenerle miedo a la libertad.

Jiang, por su parte, insistió en todo momento sobre el hecho de que China y EEUU tienen una cultura, una historia y una sociedad muy distintas, y afirmó que la relación entre ambos debe basarse en el "respeto mutuo y la no injerencia".

Al comentar el problema de Taiwán, Jiang se reservó el derecho a hacer uso de la fuerza.

Pese a que sobre cuestiones humanitarias Clinton y Jiang mantienen claramente un diálogo de sordos, se han entendido muy bien sobre otros muchos asuntos.

Entre los resultados de la cumbre destaca un acuerdo por el que se permite que las empresas de EEUU puedan vender a China tecnología para la construcción de centrales nucleares de última generación, otro para la venta de 50 aviones Boeing, y uno de cooperación militar, principalmente marítima.

Asimismo, acordaron cooperar para reabrir el diálogo entre las dos Coreas, para preparar a China a ingresar en la Organización Mundial de Comercio (OMC), y en la lucha antidrogas.

Clinton reiteró el apoyo a la política de "una sola China", se pronunció a favor de un diálogo entre Pekin y el Tibet, y dijo que la cuestión de Taiwán le corresponde resolverla a los chinos.

Pero el logro principal es que se ha institucionalizado el diálogo al más alto nivel: Clinton viajará a China el año que viene, y los dos líderes pondrán en funcionamiento un teléfono rojo.

Clinton, que suele tener dificultades para lograr que la opinión pública de su país centre la atención en temas internacionales, -los periodistas estadounidenses acostumbran a preguntar mucho sobre asuntos internos- parece estar teniendo más éxito con Jiang.

En la rueda de prensa conjunta, sólo se habló de China.EFE

Dm/mla/ib/nd

10/29/23-49/97

9714285

DP8164

U POXBT 10-29 00501
mun exg icx

EEUU-CHINA/RESULTADOS
PRINCIPALES ACUERDOS Y DISCREPANCIAS EN CUMBRE CLINTON-JIANG

Washington, 29 oct (EFE).- Los presidentes de EEUU y China, Bill Clinton y Jiang Zeming, respectivamente, anunciaron hoy como principales resultados de la cumbre celebrada en la Casa Blanca los siguientes:

- Mantener contactos regulares de alto nivel entre ambos gobiernos. El presidente Bill Clinton viajará a China el próximo año dentro de esta nueva línea de cooperación.

- Crear un "teléfono rojo" para que los dos presidentes tengan comunicación directa.

- Permitir que las empresas de EEUU puedan vender a China tecnología para la construcción de centrales nucleares de última generación.

Para ello, era necesario que el Gobierno asegure que Pekín no suministrará esta tecnología a países poco seguros, "expresamente Irán", dijo Clinton.

- Aumentar la cooperación política entre Washington y Pekín en el camino hacia las conversaciones de paz entre las dos Coreas.

- Incrementar el diálogo con Taiwán. El final último de estos contactos "corresponde decidirlo a los propios chinos", señaló Clinton.

- EEUU aumentará su cooperación para la reforma del sistema legal y judicial chino. La formación de abogados, jueces y fiscales sería uno de los principales aspectos.

- Ambos países también darán un impulso a su cooperación en la lucha contra el crimen organizado, especialmente el narcotráfico y el tráfico de personas.

Clinton mencionó la posibilidad de que EEUU pueda abrir en Pekín una oficina de la DEA, su agencia antidrogas.

- También se acordó firmar mañana jueves el acuerdo para la venta a China de 50 reactores comerciales Boeing por valor de unos 3.000 millones de dólares, lo que asegurará "decenas de miles de puestos de trabajo", dijo Clinton.

Esta es la mayor compra de la historia de la aviación comercial china.

- Washington y Pekín también lograron un acuerdo sobre cooperación marítima militar, que permitirá gestionar incidentes bilaterales, al garantizar un aumento de la comunicación entre ambas marinas de guerra.

- Jiang y Clinton también acordaron cooperar para que China pueda entrar en la Organización Mundial de Comercio (OMC), y para ello Pekín dejó claro que quiere participar tan pronto como sea posible en el Acuerdo sobre Tecnología de la Información.

La participación en este acuerdo es una de las condiciones que Washington quiere que Pekín cumpla antes de intentar ingresar en la OMC.

En el capítulo de los reproches, las diferencias comerciales y sobre derechos humanos se llevaron la palma:

- Bill Clinton también pidió una mayor apertura de los mercados chinos. "China puede competir libremente en EEUU, por lo

9714285

que nuestros bienes y servicios deberían poder competir libremente en China", agregó.

-Clinton consideró que "el Gobierno chino está en el lado equivocado de la historia", mientras que Jiang defendió la represión sangrienta de la plaza de Tiananmén en 1989.

El presidente chino recalcó que ambos países tienen diferentes historias, tradiciones culturales y niveles de desarrollo económico, lo que hace que "los conceptos de democracia, libertad y derechos humanos sean relativos a la situación de cada país".

EFE

RCF/MLA/JMA

10/29/21-56/97

9714285

XC8298

U POXBT 10-30 00580
icx mun exq

CHINA-EEUU
CHINA CONSOLIDA ASOCIACION "ESTRATEGICA" CON EEUU Y RUSIA

Por Lúcas Zárate

Pekín, 30 oct (EFE).- China expresó hoy jueves su beneplácito por la asociación "constructiva y estratégica" que acaba de establecer con EEUU, pero un portavoz de su Ministerio de Exteriores subrayó que la asociación del mismo tipo que mantiene desde el año pasado con Rusia es igualmente importante.

"Ambas relaciones estratégicas, la de China con Rusia y la China con EEUU, son una exigencia de la época, pues se aproxima un nuevo siglo y el mundo entero desea tener un siglo lleno de esperanza", dijo el portavoz Tang Guo Qiang en una conferencia de prensa.

En la misma reunión con periodistas chinos y extranjeros Tang anunció oficialmente la próxima visita a China del presidente ruso, Boris Yeltsin, entre el 9 y el 11 de noviembre, durante la cual éste y el gobernante chino, Jiang Zemin, celebrarán su quinta reunión cumbre.

De esta manera, en menos de dos semanas, el máximo jerarca chino se habrá reunido con los máximos líderes de las dos superpotencias del planeta y por primera vez desde la Segunda Guerra Mundial China disfrutará simultáneamente de relaciones bilaterales fluidas tanto con Estados Unidos como con Rusia.

El año pasado, tras dos reuniones cumbres entre Jiang y Yeltsin, Rusia y China, otrora rivales y enemigos, decidieron lanzar a un nuevo nivel sus relaciones bilaterales y Pekín definió el evento como el ingreso en una "nueva asociación constructiva y estratégica con miras al siglo XXI".

Paradójicamente, el acercamiento entre Pekín y Moscú fue estimulado por lo que China consideró entonces un bloqueo diplomático de Estados Unidos, que pretendía, según Pekín, conformar un frente unido de naciones con el fin de frenar su expansión económica y política.

Fue así como Yeltsin, que cuando en 1990 anunció su marcha del Partido Comunista soviético fue considerado por Pekín como "el enemigo público número uno", se benefició del pragmatismo de la política exterior china.

La actual visita de Jiang a Estados Unidos y la reunión cumbre que celebró ayer con su colega norteamericano, Bill Clinton, representan sin embargo un giro sin precedentes en la historia de las relaciones entre los dos países, según han coincidido en señalar tanto la prensa occidental como la china.

Tang afirmó que tras dicha reunión cumbre China y EEUU han llegado a la concepción común de que para defender los intereses de los dos países y para estimular la paz y el desarrollo del mundo, "ambos Estados deben reforzar su colaboración y establecer una relación constructiva y estratégica con miras al siglo XXI".

En cuanto a la decisión del año pasado de los máximos dirigentes de China y Rusia de establecer una asociación del mismo tipo, el portavoz señaló que ello también "corresponde a los intereses de los pueblos de ambos países y a los intereses fundamentales de todo el mundo".

Agregó que la próxima cumbre entre Jiang y Yeltsin impulsará aún más el desarrollo de la "asociación estratégica" entre ambos países y tendrá un impacto positivo sobre la actual situación mundial y las relaciones internacionales.

Durante la visita de Yeltsin, Pekín y Moscú anunciarán un acuerdo en torno a la demarcación de la sección oriental de su frontera, que durante décadas obstaculizó el desarrollo de sus relaciones bilaterales, así como su voluntad de seguir colaborando en la frontera noroccidetal china, región potencialmente inestable y con problemas étnicos, de subdesarrollo y, sobre todo, de auge del integrismo musulmán.

Asimismo, ambas partes emitirán una declaración conjunta, firmarán varios acuerdos de cooperación e instalarán el Comité Chino-Ruso de Amistad, Paz y Desarrollo. EFE

pg/meg/jdl

10/30/12-14/97

19

9714285

XA5650

R POXBT 10-30 00340
mun exg

EEUU-CHINA
EEUU ADVIERTE PELIGRO DE ACUERDO NUCLEAR SI CHINA NO CUMPLE

Washington, 30 oct (EFE).- El gobierno de Estados Unidos advirtió hoy que, si Pekín no cumple su parte del acuerdo que permite a compañías norteamericanas vender tecnología nuclear a China, el trato entre los dos países estará en peligro.

El portavoz del Departamento de Estado norteamericano, James Rubin, explicó que "los chinos saben que cualquier acción que no sea conforme a sus obligaciones y promesas hacia nosotros haría peligrar la cooperación nuclear con Estados Unidos".

El acuerdo es el resultado tangible más importante de la cumbre que celebraron el miércoles pasado en Washington el presidente estadounidense, Bill Clinton, y su homólogo chino, Jiang Zemin, y permite a los constructores estadounidenses de reactores nucleares penetrar en un mercado potencial de 60.000 millones de dólares.

Hasta ahora, EEUU prohibía la venta de tecnología nuclear a China, incluso para uso civil, por miedo a que el régimen de Pekín la pasara después a Irán, Pakistán u otros países que puedan amenazar la seguridad estadounidense.

Pero en la cumbre, la parte china se comprometió a no vender la tecnología que le llegue de Estados Unidos a esos países y Clinton levantó la prohibición.

La decisión del presidente ha sido muy bien recibida en empresas como Westinghouse o ABB, deseosas de sacar provecho del desarrollo energético que conocerá China en los próximos 20 años, pero ha sido acogida con recelo en el Congreso y por la prensa.

Durante la visita que Jiang hizo hoy al Congreso, los líderes del Legislativo le explicaron lo mucho que les preocupa que los avances nucleares de este país terminen en manos de Irán u otros países similares.

Por su parte, el diario "The New York Times" pidió en un editorial que la Casa Blanca exija a China garantías de que cumple lo tratado y que amenace con suspender el trato en caso contrario.

Rubin dijo hoy que los chinos saben que el acuerdo peligra si no cumplen sus cláusulas, y explicó que las dos partes han firmado un acuerdo de intercambio de visitas e información que permitirá controlar el cumplimiento del acuerdo. EFE

Dm/rcf jla/nd

10/30/21-44/97

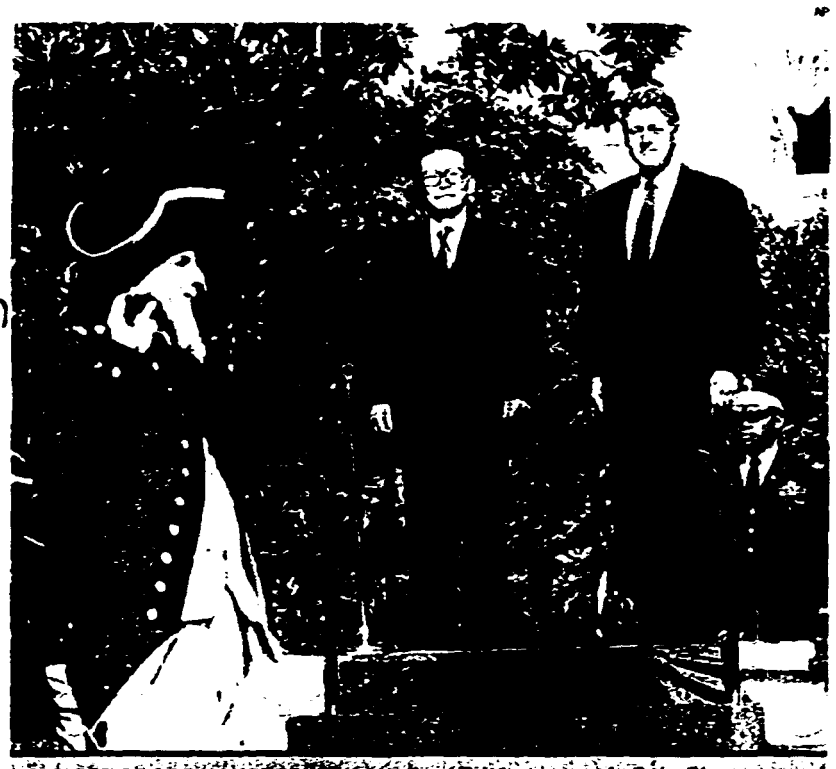
9714285

LAS RELACIONES CHINO-ESTADOUNIDENSES

LA CUMBRE EN WASHINGTON

Bill Clinton aprobó la venta de tecnología nuclear a China

Son reactores atómicos • La condición es que Beijing no traslade esa tecnología a países que integran la "lista negra" de EE.UU., como Irán, Pakistán e Irak • No hubo acuerdo sobre el tema derechos humanos



Con todos los honores, Clinton y Jiang Zemin, ayer en la Casa Blanca.

ANA BARON
Washington. Corresponsal

Estados Unidos venderá reactores nucleares a China, a condición de que Beijing no transfiera esa tecnología a países que integran la "lista negra" de Washington, entre ellos Irán, Pakistán e Irak.

Este es el logro más tangible de la cumbre celebrada ayer en Washington entre el presidente estadounidense, Bill Clinton, y su par chino, Jiang Zemin. La contracara fue una inédita discusión pública sobre derechos humanos, tema sobre el que hubo un profundo desacuerdo.

Este acuerdo, que incluye el objetivo de detener la proliferación de armas nucleares, especialmente en la región del golfo Pérsico, permitirá que el pacto de cooperación nuclear chino-estadounidense firmado en 1985 y suspendido en 1989 tras la masacre de la Plaza Tienanmen de Beijing, entre en vigor nuevamente.

Clinton se comprometió a certificar que China ya no está exportando tecnología nuclear particularmente a Irán y a Pakistán. Estados Unidos, entonces, le podrá vender a China reactores y tecnología por valor de miles de millones de dólares. Más aún, China se comprometió a comprarle a Estados Unidos 50 jets de la empresa Boeing por valor de 3.000 millones de dólares, lo que se considera una de las operaciones más importantes de la historia china.

"Esto será muy importante para la creación de nuevos puestos de trabajo en Estados Unidos", declaró Clinton durante la conferencia de prensa que dieron luego en forma conjunta.

Subrayando la importancia de la relación bilateral para la seguridad de la región del Pacífico, ambos líderes se pusieron de acuerdo para realizar reuniones cumbre regularmente y tener un "teléfono rojo" para consultas de urgencia. Clinton irá a China el año que viene.

Bajo banderas chinas y norteamericanas que flameaban conjuntamente, Clinton recibió ayer en la Casa Blanca a Jiang con todos los honores: 21 cañonazos y una banda militar entonando los dos himnos nacionales. Pero una vez terminado el ceremonial de la cálida recepción, Clinton no dudó en plantearle a Zemin su preocupación por los derechos humanos.

Todos los pueblos tienen que ser "tratados con dignidad y tienen que tener derecho a expresar sus opiniones", dijo Clinton. Por su parte, Jiang le recordó a Clinton la importancia que tenía para China que Estados Unidos respete su soberanía.

De acuerdo a Zemin, la masacre de Tiananmen sucedió porque el gobierno chino decidió que para seguir adelante con las reformas económicas y la apertura había que poner fin a los disturbios sociales y a la inestabilidad política generada por las manifestaciones estudiantiles. "No se puede gobernar a 1.200 millones de personas si no hay estabilidad política y social" dijo.

"Yo no estoy de acuerdo con esa visión", observó por su parte Clinton, afirmando que lo que había pasado en Tiananmen era simplemente inaceptable y que si China quería ingresar en el siglo XXI debería respetar las diferencias de opiniones en el seno de su sociedad. "Creo que en algunos temas China está del lado correcto pero en otros está del lado equivocado. Uno de ellos es el tema de los derechos humanos", señaló Clinton. Agregó que "en Estados Unidos la prensa había sido muy negativa con él, con su familia y con su gobierno", y que, "sin embargo, sigo aquí y la economía de Estados Unidos está más fuerte que nunca".

> China se comprometió a comprarle a EE.UU. 50 jets de la empresa Boeing por 3.000 millones de dólares

Clinton aclaró que China todavía no calificaba para ingresar en la Organización Mundial del Comercio, ya que aún tiene que abrir más sus mercados, ni tampoco para obtener el status de nación más favorecida en el terreno comercial de una forma automática todos los años.

Otro tema que creó tensión durante la reunión fue Taiwán. De acuerdo a Zemin, Taiwán es un tema clave en la relación de Estados Unidos y China. Pero Clinton indicó que Estados Unidos seguirá defendiendo la política de una sola China y que el problema entre Taiwán y China debe ser resuelto entre chinos.

Durante la conferencia de prensa un periodista les preguntó a ambos cómo veían la relación entre China y Rusia. Zemin dijo que no había problema, que él era amigo tanto de Yeltsin como de Clinton. Clinton señaló: "Durante la Guerra Fría, a nosotros nos alegraba cuando China y la Unión Soviética se peleaban, pero ahora las cosas han cambiado mucho." □

Un tema espinoso

"China no puede excluir el uso de la fuerza para recuperar Taiwán", aseguró ayer Jiang Zemin. El presidente chino se refirió así a la isla nacionalista, que Beijing reivindica como parte de su territorio. Para EE.UU., el tema debe resolverse entre chinos.

21

ANALISIS DE SISTEMAS
3 AÑOS

PROFESORADO EN INFORMATICA
4 AÑOS

LICENCIATURA EN SISTEMAS
5 AÑOS

UNIVERSIDAD ARGENTINA JOHN F. KENNEDY

Bme. Mitre 1411 - Cap. Fed.
Edison 3243, Martínez, San Isidro
Informes: De 9.30 a 20 hs.

Aranceles mensuales para el Ciclo Académico 1998:
1º año y Doctorados: $ 133.- • 2º año $ 137.-
3º año $ 142.- • 4º año $ 146.- • 5º y 6º año $ 151.-

SE INFORMA A LOS CONSORCIOS

LOS COOPROPIETARIOS DEL EDIFICIO SITO EN LA CALLE ARROYO Nro 887 DE ESTA CAPITAL FEDERAL INFORMAN POR ESTE MEDIO QUE LA ADMINISTRACION PARODI S.R.L. COMPUESTA POR SU TITULAR HORACIO E. PARODI (L.E. 7.585.129) , APODERADOS ROBERTO E. PARODI (D.N.I. 13.853.982) Y HORACIO EUDORO PARODI (D.N.I. 11.632.424) CON DOMICILIO EN SU MOMENTO EN LAVALLE Nro 1750 PISO 8vo "B" DE ESTA CAPITAL, SE LOS HA DESTITUIDO POR GRAVES IRREGULARIDADES EN SUS FUNCIONES DE ADMINISTRADORES DEJANDO CONSTANCIAS QUE DICHAS DENUNCIAS Y COMPROBANTES DE LAS MISMAS SE ENCUENTRAN ANTE LA JUSTICIA PENAL EN EL JUZGADO DE INSTRUCCION Nro 3, SECRETARIA Nro 118, DEL SEÑOR JUEZ DOCTOR GUSTAVO KAAN, SECRETARIA DOCTORA MARISA MURADO -

FE
GARRAHAN
384-9500

CHARGE S.A. DE CAPITALIZACION Y AHORRO PARA FINES DETERMINADOS
PLAN AUTOCREDITO: OBISPO ABEL BAZAN Y BUSTOS Nº 630 - 5300 - LA RIOJA (R.R.)
INFORMA A SUS SUSCRIPTORES EL RESULTADO DEL SORTEO LOTERIA NACIONAL DEL DIA 25/10/97

ORDEN:	1º PREMIO	Nº DE SORTEO 198
ORDEN:	2º PREMIO	Nº DE SORTEO 074
ORDEN:	3º PREMIO	Nº DE SORTEO 424
ORDEN:	4º PREMIO	Nº DE SORTEO 145
ORDEN:	5º PREMIO	Nº DE SORTEO 279

EL DIRECTORIO.

97142859

Aportes indiscretos

Por M.F.C.

Desde que ganó la reelección en 1996, Bill Clinton ha sido acusado de que su campaña aceptó dinero de China. El Departamento de Justicia y dos comisiones del Congreso están investigando denuncias acerca de que el gobierno chino intentó influir en la elección. China, naturalmente, ha rechazado la acusación. Trascendió ayer que en el encuentro privado que Clinton y Jiang Zemin tuvieron el martes a la noche, el presidente oriental aseguró a Clinton que su gobierno no había intentado ejercer ningún tipo de influencia. Según un funcionario de la administración Clinton, Jiang se comprometió a cooperar en las investigaciones que se están haciendo sobre el tema. Documentos de la Casa Blanca revelaron que algunos funcionarios chinos asistieron a una grabación del discurso semanal que Clinton transmite por radio a instancias de un donante asiático norteamericano de la campaña. Se cree que algunas figuras que intervinieron en la operación de captación de fondos para la campaña, se han ido a China. Funcionarios del Departamento de Justicia han dicho que el regreso de estos "fund raisers" sería necesario para contestar algunas preguntas.

712 3010

9714285

XC8323

U POXBT 10-31 00387
icx mun exg

CHINA-DERECHOS HUMANOS
DERROTA DERECHOS HUMANOS EN CUMBRE CHINA-EEUU DICEN ACTIVISTAS

Pekín, 31 oct (EFE).- Los derechos humanos "salieron derrotados" de la cumbre China-EEUU debido a la falta de acuerdo comparable a los alcanzados en los terrenos nuclear o comercial, afirmó la organización "Human Rights Watch/Asia" en nota de prensa distribuida hoy viernes a las agencias extranjeras en Pekín.

El director ejecutivo de la organización, Sidney Jones, señala que las reiteradas y abiertas referencias del presidente chino, Jiang Zemin, "al rechazo de China a permitir que nadie interfiera en sus asuntos internos" subrayan este fracaso y el hecho de que no se haya logrado "ningún progreso sustantivo" sobre derechos humanos.

Jones dice que la causa de los derechos humanos en China sufrió un duro golpe porque no hubo acuerdos concretos sobre el asunto comparables al acuerdo de venta de tecnología nuclear, al establecimiento de una línea directa presidencial o al acuerdo de venta de aviones Boeing a China.

"La ausencia de cualquier mención a la liberación de prisioneros, al acceso al sistema de prisiones de China o incluso la visible conformidad con el actual acuerdo de trabajo en prisiones fue sorprendente", agrega Jones.

Para el director de la organización, otro signo de derrota de los derechos humanos es el hecho de que no se hiciera ningún anuncio de una estrategia para avanzar en ese apartado, comparable al apoyo expresado por el presidente de EEUU, Bill Clinton, al acceso de China a la Organización Mundial de Comercio si Pekín mejora el acceso a sus mercados.

Otro importante revés a los derechos humanos es la afirmación de Clinton de que la mejor manera de tratar el asunto es hacerlo "personal y directamente", "como si el tema debiera ser sacado de la esfera pública y dejado en manos de la impasible diplomacia", dice Jones.

El jefe de "Human Rights Watch/Asia" dice que pese a las numerosas afirmaciones de Clinton a Jiang sobre libertad y apertura política, la administración Clinton fracasó claramente en garantizar una mejora concreta en materia de derechos humanos antes de la cumbre.

No obstante, añade que Clinton tiene la oportunidad de revertir este fracaso en su próximo viaje a China, programado en 1998, y que se debe usar la negociación de la fecha de la visita para forzar a China a "producir más en el terreno de la liberación de prisioneros y del acceso a su sistema de prisones antes de que la visita se realice". EFE

pg/pp/jdl

10/31/10-57/97

9714285

XA5743

U POXBT 10-31 00320
mun exg

EEUU-CHINA
WASHINGTON NOMBRA UN COORDINADOR ESPECIAL PARA EL TIBET

Washington, 31 oct (EFE).- La secretaria norteamericana de Estado, Madeleine Albright, nombró hoy un coordinador especial para el Tíbet, al día siguiente de que el presidente chino, Jiang Zemin, abandonara Washington, donde celebró una cumbre con su colega de EEUU, Bill Clinton.

Según el portavoz del Departamento de Estado, James Rubin, el coodinador será Gregory Craig, de 52 años, antiguo ayudante del senador Robert Kennedy y actual jefe de la Oficina de Planificación Política.

Agregó que Craig seguirá ocupando su cargo en el Departamento de Estado, pero además se encargará de la nueva misión, cuyo principal objetivo es "promover de forma general la protección de los derechos humanos en China" y preservar el "legado religioso y cultural único que tienen los tibetanos".

Además, el coordinador intentará "promover un diálogo sustancial entre el Gobierno chino y el Dalai Lama -el exiliado líder espiritual del Tibet- o sus representantes", informó Rubin.

Con este nombramiento, Albright responde a una petición del Congreso de EEUU, que le había dado de plazo hasta el 1 de noviembre para designar un coordinador para el Tíbet.

Los defensores de los derechos del Tíbet fueron quienes participaron con más vehemencia en las protestas que se celebraron esta semana en Washington, con ocasión de la visita de Jiang.

Cuando ayer, jueves, visitó el Congreso, el presidente chinoescuchó t religiosas en el Tíbet y la situación de los derechos humanos en religiosas en el Tíbet y la situación de los derechos humanos en China en general.

Jiang rechazó estas críticas en un discurso pronunciado ante la Sociedad de Asia en Washington, donde afirmó que los habitantes del Tíbet no viven bajo la opresión china, "sino en la felicidad y la satisfacción".

"Fueron nuestras reformas democráticas las que emanciparon al millón de esclavos del Tibet", una región que "ahora se está desarrollando con prosperidad y vive en la felicidad y la satisfacción", destacó. EFE
dm/rcf/acm/nd

10/31/21-38/97

9714285

24

XC8315

U VARBT 10-31 00563
icx mun exg

CHINA-TIBET
CHINA REFUERZA CAMPAÑA DEFENSA DEL TIBET FRENTE A CRITICAS

Por Julia Cebrián
Pekín, 31 oct (EFE).- El viaje a EEUU del presidente chino, Jiang Zemin, ha desencadenado una intensa campaña de los medios de comunicación locales que insisten estos días en el buen trato que se da a los tibetanos y los muchos avances de esta "región" desde su "liberación".

Aportando largos informes históricos, Pekin trata de demostrar que el Tibet siempre ha sido parte del país y negar hasta los símbolos más genuinos de la identidad tibetana, situando su verdadero origen en China.

Según la agencia oficial Xinhua, hasta el "hada" (un tipo de pañuelo de seda que los tibetanos regalan tradicionalmente como muestra de aprecio y respeto), tuvo su origen en China central durante la dinastía Tang (618-907).

La agencia argumenta que la seda no es un artículo que se produzca fácilmente en el Tibet, "donde siempre se ha utilizado más la lana" y sí lo es, sin embargo, en China.

"Documentos históricos -señala la agencia oficial china- prueban que en 1253, el líder budista Basba se reunió en la actual provincia china de Gansu, con Kublai Khan, soberano mongol que fundó unos años después la dinastía Yuan y dominó toda China. Cuando Basba volvió al Tibet en 1265, el emperador le obsequió con un buen número de 'hadas', que Basba distribuyó entre los lamas y los funcionarios tibetanos".

Este sería un nuevo argumento irrefutable sobre la falsedad de la llamada "identidad tibetana", vienen a explicar los medios de comunicación chinos, que, por otro lado, han bombardeado estos días a todo aquel que quiera hacerse eco con largos comunicados sobre la "benéfica influencia de China" sobre el Tibet.

Las fuentes oficiales chinas señalan que en la región hay absoluta libertad religiosa e, incluso, su presencia es creciente.

Así, aseguran, "en el Tibet hay hoy 1.787 centros de actividades religiosas, frente a los 300 de 1951, se han restaurado templos y fomentado el arraigo del budismo tibetano, cuya influencia en el mundo es hoy mayor que nunca".

Evidentemente, estos análisis no mencionan que, tal vez, haya tenido algo que ver con esta expansión exterior del budismo tibetano el exilio forzoso de muchos de sus creyentes y del própio líder máximo del Tíbet -espiritual y hasta político- el Dalai Lama, refugiado en la India hace casi cuarenta años, desde la "liberación" de la hoy región autónoma china por el Ejército maoísta.

"En el Tibet se celebran actualmente más fiestas religiosas que antes -afirma Xinhua- y los que profesan la fe tibetana ocupan importantes cargos políticos en la Administración de la región".

"Además -agrega- se han fomentado las peregrinaciones y se ha elegido, según estricto protocolo religioso, al undécimo Panchen Lama".

De este modo, las autoridades chinas pretenden contrarrestar las críticas y denuncias reiteradas que, en todo el mundo, se vierten contra el sometimiento del pueblo tibetano, cuyo undécimo Panchen Lama elegido por el Dalai en 1995, se encuentra en

9714285

paradero desconocido desde entonces y ha sido sustituido por otro "niño-lama" designado y entronizado por Pekín.

Con motivo de la histórica cumbre entre Jiang Zemin y Bill Clinton, la organización internacional "Médicos por los derechos humanos" publicó un informe sobre torturas probadas e indiscriminadas entre la población tibetana.

Asimismo, en Estados Unidos se han sucedido las manifestaciones de repulsa por la política represiva del gobierno central chino en el Tibet y por la falta de respeto hacia los derechos humanos en cada ciudad por la que ha pasado Jiang. EFE

br/jdl

10/31/08-33/97

9714285

Los acuerdos y desacuerdos

DDHH

No hubo acuerdo entre EEUU y China, por las denuncias de violaciones a los DDHH cometidas por el gobierno comunista de Pekín.

NUCLEAR

Se aplicará el acuerdo sobre la cooperación nuclear de 1985. Clinton certificará que China no transferirá tecnología nuclear a países que puedan utilizarla para desarrollar armas, como Irán. Estados Unidos podrá vender a China reactores nucleares por miles de millones de dólares.

RELACIONES BILATERALES Y SEGURIDAD

Reuniones regulares a distinto nivel se producirán entre los dos gobiernos y los jefes de Estado se encontrarán anualmente y se dispondrá una línea telefónica para los contactos de emergencia.

Un acuerdo entre las dos marinas militares permitirá una mejor gestión de los accidentes en el mar y los encuentros entre las naves de guerra de los dos países.

Aumentará el intercambio de información entre las dos fuerzas armadas. Se reiteró el acuerdo de 1994 con el que China se compromete a no vender misiles a Irán, Irak, Pakistán y Corea del Norte.

COMERCIO

Gran contrato entre Pekín y la Boeing, para la adquisición de 50 aviones por 3.000 millones de dólares, el mayor jamás realizado por China en este sector.

El contrato sirve para reequilibrar los intercambios bilaterales, donde Estados Unidos tiene un déficit de 44.000 millones de dólares.

Pero sigue aún vigente el problema de los impuestos aduaneros chinos que Estados Unidos quiere ver abolidos antes de apoyar el ingreso de Pekín en la OMC (Organización Mundial de Comercio).

ASISTENCIA LEGAL Y LUCHA CONTRA LA CRIMINALIDAD

Estados Unidos asistirá al desarrollo del sistema legal chino, con la formación de abogados, fiscales y jueces.

Los dos países aumentarán la cooperación en la lucha contra la droga, el tráfico ilegal de inmigrantes y el reciclaje; por su parte, las respectivas embajadas abrirán oficinas antidroga.

AMBIENTE

No hubo acuerdo en relación con el efecto invernadero —China produce anhidrido carbónico a ritmo creciente y Estados Unidos es el mayor productor mundial de anhidrido carbónico—.

Se incrementará la transferencia de tecnología útil para crear energía limpia, reducir la contaminación urbana y proporcionar electricidad en las zonas rurales.

COREA DEL NORTE

Estados Unidos y China utilizarán su influencia para hacer volver a los norcoreanos a la mesa de las tratativas cuadripartitas que lleven a una paz definitiva en la península coreana.

TAIWAN

Estados Unidos reitera la política de "una China" que reconoce sólo al gobierno de Pekín, pero seguirán vendiendo armas a Taiwán, exhortando al mismo tiempo a las dos partes para que vuelvan a las negociaciones.

Nueva York boicotea al presidente chino

Nueva York, agencias

Mientras el mundo de los negocios se agitaba para recibir al presidente chino Jiang Zemin en Nueva York, donde es esperado, los manifestantes preparaban sus pancartas y los responsables políticos locales su boicot en protesta por los ataques contra los derechos humanos en China.

El presidente chino, que no visitará ninguno de los barrios asiáticos de Nueva York, debe permanecer hasta la mañana del sábado en esta metrópoli, desde donde se dirigirá a Boston (noreste).

Tanto el alcaldes Rudolph Giuliani como el gobernador George Pataki y los dos senadores del estado rechazaron una invitación para asistir a una cena en la noche del viernes.

Giuliani tiene "graves preocupaciones con respecto a la política de derechos humanos en China", explicó su portavoz, Colleen Roche.

Por su lado, el portavoz de Pataki, Zenia Mucha, invocó "conflictos en su agenda" debido a las elecciones locales del 4 de noviembre.

Uno de sus asistentes declaró sin embargo al New York Times, pidiendo el anonimato, que "esta cuestión (de los derechos humanos) era verdaderamente un problema para él, como para millones de norteamericanos".

Los senadores Alfonse D'Amato y Patrick Moynihan también anunciaron que boicotean la cena, por lo que el ex presidente George Bush será al parecer el único político norteamericano de alto rango que se entrevistará en privado con el presidente chino, en el marco de un desayuno.

En cambio, como ya ocurrió en Washington en la noche del miércoles, la crema y nata del mundo de los negocios se atropellaba para entrevistarse con el presidente chino, aunque ningún detalle sobre el nombre de los participantes en las diferentes citas ha sido dado a conocer. Jiang Zemin debe en particular visitar a los responsables de IBM, de ATandT y de Lucent Technology, en Nueva York y en el vecino estado de New Jersey.

El actor Richard Gere junto a disidentes.

Los defensores de los derechos humanos, algunos de los cuales siguen al presidente chino desde su primera escala norteamericana, en Hawaii, han previsto manifestaciones en Wall Street en la mañana del viernes, cuando Jiang Zemin dé el tradicional campanazo que marca la apertura de la bolsa, así como durante la cena de gala en su hotel, por la noche.

La decisión del mandatario chino de evitar los barrios chinos de la ciudad provocó reacciones encontradas que reflejan la diversidad de opiniones en esta comunidad.

Si bien los inmigrantes más antiguos son mayoritariamente cantoneses y apoyan a Taiwan, las nuevas generaciones proceden sobre todo del sur de China y, pese a que gozan del asilo político, siguen siendo leales a Pekín, como lo demostraron las manifestaciones de alegría por la vuelta de Hong Kong a China.

La CIA lanzó un misil

Washington, agencias

Los archivos secretos de la CIA lanzaron ayer un misil contra los acuerdos recién alcanzados por los presidentes estadounidenses y chino, Bill Clinton y Jiang Zemin, respectivamente, pues un informe difundido ayer reveló que China construyó una planta de armas químicas en Irán.

"La nueva fábrica fue construida por el Grupo Químico e Industrial de Nanchino, una de las tres empresas chinas contra las cuales el gobierno estadounidense había impuesto sanciones en mayo por la venta de armas prohibidas a Irán", escribió el diario conservador Washington Times.

La revelación coincidió con una reunión muy tensa entre Jiang y una representante del Congreso estadounidense, que pondrá en marcha el rechazo de un lote de compromisos anunciados el miércoles por el presidente Clinton hacia China.

Clinton reconoció oficialmente que China se comprometió a no ayudar a Irán y Pakistán en la producción de armas nucleares y cuando el Congreso apruebe este acuerdo las compañías estadounidenses podrán comenzar a vender reactores nucleares a los chinos.

Intereses de miles de millones de dólares están en juego y Clinton destacó el miércoles que Estados Unidos cooperará con China a pesar de las diferencias sobre derechos humanos.

"El acuerdo es útil para nuestra seguridad nacional y para la economía. Es lo *justo* que hay que hacer para Estados Unidos", dijo el mandatario.

En el Congreso, algunos parlamentarios del Partido del presidente reaccionaron furiosos. "No nos podemos confiar en la palabra de un régimen que tiene una tradición de promesas no mantenidas", dijo Nancy Pelosi, de California.

Encaja con todas las recetas.

El vino fino más vendido en Uruguay viene en Tetrabrik, un envase más práctico y seguro para acompañar con más sabor a sus platos preferidos.

SANTA TERESA

VINO PARA COMBINAR

LR 31-10.

9714285

XU6880

U ECOBT 10-31 00586
mun exg icx

EEUU-CHINA (Previsión)
JIANG SE REUNE CON ELITE EMPRESAS EEUU EN MECA CAPITALISMO

Nueva York, 31 oct (EFE).- El presidente de China, Jiang Zemin, quien trata de modernizar la economía del mayor país comunista del mundo, visitó hoy la "meca del capitalismo" y se reunió con la élite del mundo empresarial y financiero de Estados Unidos.

Sonriente, Jiang tocó la campana de apertura de la sesión en la bolsa de Nueva York (NYSE), que, como otras plazas financieras, ha acusado el golpe del desplome del mercado de Hong Kong, la antigua colonia británica que China recuperó en junio pasado.

"Estamos muy gratificados de que haya acudido al NYSE", dijo su presidente, Richard Grasso, quien acompañó a Jiang en el balcón de la bolsa donde ondeaban la bandera roja de China y la de EEUU.

Grasso y los ejecutivos de "titanes" financieros y empresariales como Goldman Sachs, Philip Morris y Ford, fueron informados por los principales asesores económicos del líder chino de que la privatización y la edificación de un sistema financiero "seguro y eficaz" avanzan en China.

La visita de Jiang a Wall Street simbolizó el caráter económico de su estancia en Nueva York, una de las últimas etapas de su gira de una semana por Estados Unidos.

Pero las protestas por las violaciones de los derechos humanos en China, que han jaloneado sus desplazamientos por la geografía estadounidense, le siguieron a Nueva York.

Las máximas autoridades del estado y la ciudad de Nueva York, el Gobernador George Pataki y el alcalde Rudolph Giuliani, boicotearon a Jiang en protesta por la represión en China, en cuyas cárceles hay al menos 2.000 prisioneros políticos.

Unos 300 manifestantes, armados con la bandera de Tibet -territorio invadido por las tropas comunistas chinas en 1950 y ocupado desde entonces- y cateles que denunciaban la represión del régimen comunista de Pekín contra los disidentes, se congregaron cerca del edificio de la bolsa.

Otra manifestación de grupos defensores de los derechos humanos estaba planeada ante el hotel céntrico de Manhattan donde Jiang se aloja y donde hablará ante un centenar de miembros de la "crema y nata" del mundo financiero y empresarial estadounidense durante una cena esta noche.

En Washington y otras etapas de su gira, Jiang ha defendido la sangrienta represión del movimiento estudiantil pro democracia en la plaza de Tiananmen en 1989, y ha rechazado de plano las críticas del presidente Bill Clinton y otros políticos por las continuas violaciones de los derechos humanos en China.

Estas violaciones no parecen preocupar en absoluto al mundo empresarial de EEUU que ve en China un mercado de 1.300 millones de consumidores, con un potencial de lucro tremendo.

IBM, el mayor fabricante de computadoras del mundo, y AT&T, número uno de las telecomunicaciones de EEUU y su brazo tecnológico Lucent Technologies, recibieron con los brazos abiertos a Jiang y sus asesores en Nueva York y la vecina Nueva Jersey.

Durante su estancia en Washington, China firmó un pedido de aviones por 3.000 millones de dólares con Boeing, y se anunció un acuerdo que permitirá a las compañías de EEUU pujar por jugosos contratos para construir centrales nucleares en China.

Además, unas tres decenas de líderes empresariales de EEUU, de los más diversos sectores, se codearon con Jiang en la cena de gala que le ofreció Clinton en la Casa Blanca.

La única nota política de la agenda de Jiang en Nueva York fue su desayuno con el ex presidente de EEUU, George Bush.

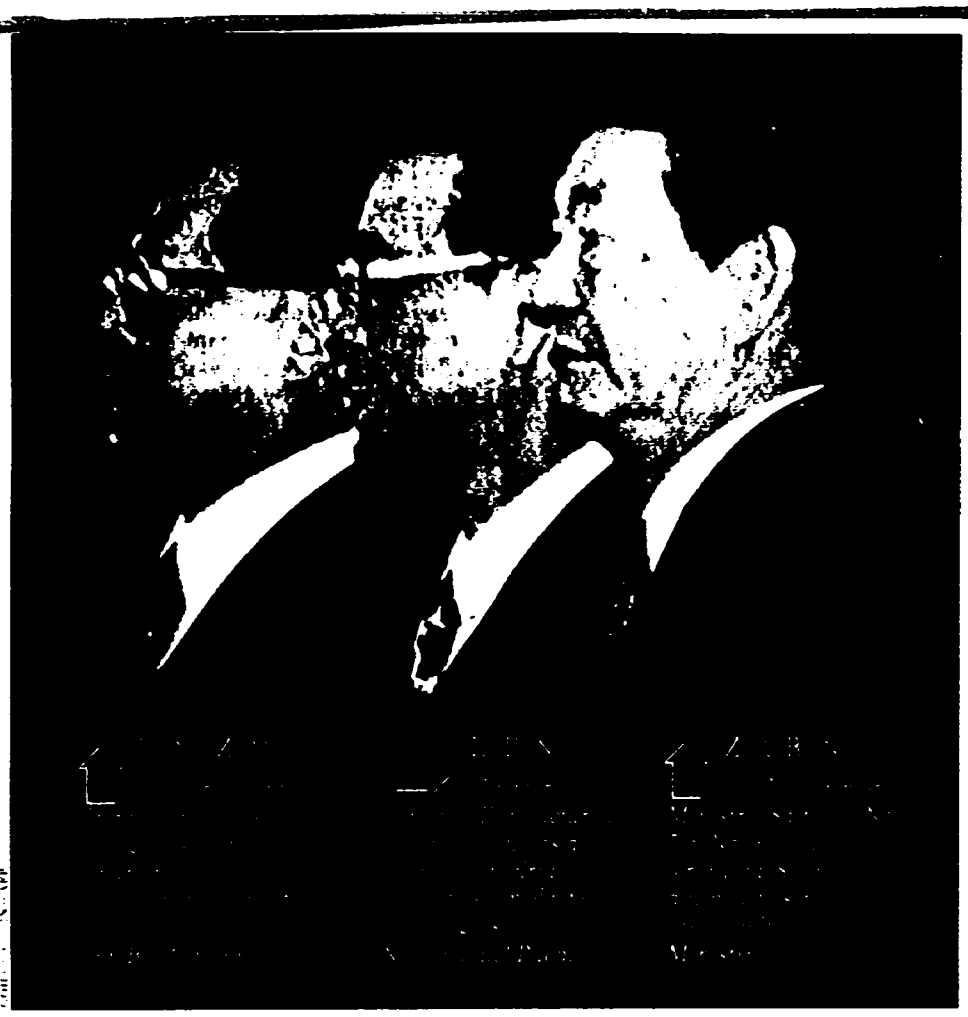
Jiang, que saldrá para Boston mañana sábado, se iba a reunir en Nueva York con miembros de la comunidad china, pero decidió evitar el famoso barrio de "Chinatown" donde conviven en un delicado equilibrio los sentimientos pro Pekín y pro Taiwan. EFE
AL/GCF/dv

10/31/19-17/97

0714285

28-28

Nº DOCUMENTO 9714286
TÍTULO SITUACION POLITICA CHINA (REFORMAS)
PROCEDENCIA 180090
FECHA DE PROCEDENCIA 24/6/97
VINCULACIONES 11016
501636
11164
11302
515432
01-06
9714286



EL HOMBRE FUERTE

Toma de poder en China

Jiang ha consolidado su influencia en el gobierno. ¿Puede ahora hacer una revolución económica?

POR GEORGE WEHRFRITZ

QIAO SHI SABÍA QUE HABÍA SIDO PURgado incluso antes de que contaran los votos. La semana pasada, en un estrado del Gran Salón del Pueblo, el presidente del parlamento, de 72 años, deslizó su papeleta electoral en una caja roja estampada con un martillo y una hoz. Entonces, en un momento captado por la televisión nacional, el tercer funcionario en la jerarquía comunista agitó la mano en señal de despedida. Al hacerse el escrutinio Qiao, considerado el dirigente más liberal de China, no apareció en el nuevo Comité Central del Partido Comunista, de 193 miembros, ni tampoco el general Liu Huaqing, el máximo comandante militar. En cambio, los delegados del XV congreso del partido sorprendieron a los diplomáticos occidentales al elegir a los aliados del presidente Jiang Zemin. E indicaron más apoyo al aprobar su ambicioso plan de vender miles de empresas estatales.Ocho meses después de la muerte del líder Deng Xiaoping, Jiang ha consolidado su poder. Se ha deshecho de sus dos mayores rivales del Politburó, ambos veteranos de una dirección colectiva que en el pasado censuró todas sus medidas. Eso sólo deja a dos pesos pesados del Politburó al lado de Jiang, el primer ministro Li Peng y el viceprimer ministro Zhu Rongji. La salida de Liu excluye al Ejército Popular de Liberación del poderoso Comité Permanente, mientras Qiao deja una vacante en la presidencia del Congreso Nacional del Pueblo. "Jiang obtuvo lo que quería", dice Wang Chi, de la Universidad de Georgetown de Washington. "No hay una segunda voz" en la dirección política de China.

Las aspiraciones autoritarias de Jiang son incompatibles con la modernización de la economía que espera crear. Hasta cuando exhortó al congreso a que adoptara su programa económico la semana pasada, exigió absoluta lealtad de los 56 millones de miembros del partido y atacó la "liberación burguesa", expresión en código para referirse a la democracia multipartidista y el imperio de la ley. Como Deng, Jiang parece fascinado por los mercados libres y poco dispuesto a aceptar el cambio político necesario para que funcionen.

Sin embargo, la estrategia de Jiang depende de las reformas económicas más radicales impulsadas por una potencia comunista. Propone disminuir el papel del gobierno en la economía china mediante bancarrotas, fusiones e incluso privatización. El plan renuncia al control estatal de todo, con excepción de algunos miles de empresas "estratégicas". Forzaría a otras 100.000 a depender de sí mismas.

En algunos aspectos, el plan simplemente reconoce realidades económicas. Las penurias son una forma de vida para la mayoría de las 118.000 empresas industriales estatales. Muchas han reducido los salarios, forzado a trabajadores de sólo 35 años de edad a jubilarse y comenzaron a pagar a sus trabajadores salarios de hambre para que se quedaran en sus casas, tácticas que disfrazan el desempleo, que se cree es del 30 por ciento en algunas ciudades. Se calcula que 30 millones de trabajadores urbanos enfrentan la posibilidad de despidos con la reestructuración propuesta por Jiang, pero dejar sin empleo a tanta gente podría exacerbar el malestar que ya existe en toda China. En 1994 la deuda de las empresas estatales era de 96.000 millones de dólares, equivalente a 18 veces las ganancias anuales.

Cualesquiera que sean los riesgos que acechan en el plan económico de reforma, la viabilidad política de Jiang no parece en duda. En el pasado había sido ridiculizado como "calienta-asientos"; la semana pasada, un alto funcionario del gobierno estadounidense dijo que "claramente no se trataba de una figura de transición". Su audaz estrategia ha hecho surgir expectativas de que llegará a Washington en octubre, a fin de tener una reunión cumbre con el presidente Bill Clinton, preparado para hacer concesiones en áreas que hasta ahora han eludido a los negociadores: proliferación nuclear, derechos humanos y comercio. "Está poniendo en evidencia su confianza; está envalentonado", dijo otro miembro del gobierno en Washington. Jiang quiere ser percibido como otro Mao u otro Deng. Podría estar listo para una larga carrera. Pero si de veras espera seguir las huellas de los grandes líderes chinos fallecidos, deberá finalmente enfrentarse a un punto principal: la redefinición del socialismo chino.

CON MELINDA LIU *en Washington*

9714286
02

XDZ078

R FOXBT 10-18 00237
mun exg icx

CHINA-REFORMAS
REFORMAS POLITICAS ANTES DEL 2010 SIN COPIAR MODELO OCCIDENTAL

Pekín, 18 oct (EFE).- China impulsará las reformas políticas del país otorgando un mayor poder a la Asamblea Nacional Popular (ANP, legislativo) antes del año 2010, pero sin copiar el modelo occidental.

Según informa hoy, sábado, el Diario del Pueblo, órgano de prensa del Partido Comunista Chino (PCCh), "el sistema de la ANP será reforzado y perfeccionado para poder garantizar plenamente su autoridad".

El rotativo añade que para el año 2010 se habrá constituido un sistema legal con características chinas, en el que quedará trazado el límite entre las prácticas del pasado y el actual modelo capitalista occidental.

También destaca que todas las personas son iguales ante la ley y que ningún individuo ni organismo público o privado tiene derecho a violar la legislación.

"El principio del imperio de la ley es un requisito para el establecimiento pleno de una economía socialista de mercado y garantizar la estabilidad nacional", indica.

Al citar las reformas políticas el periódico se refiere en todo momento al presidente chino, Jiang Zemin, pese a que la máxima autoridad legislativa del país es el presidentre de la ANP, Qiao Shi, quien deberá de dejar su cargo en marzo próximo.

Qiao, de 73 años, quien no renovó su asiento en el comité permanente del PCCh, verdadero órgano de poder chino, durante el XV congreso comunista chino, se destacó en los últimos años por pedir más autoridad para la ANP. EFE
pgp/msr

10/18/06-13/97

9714286

03

XA5164

U POXBT 10-22 00581
icx mun exg

CHINA-REFORMAS
REFORMAS PODRIAN DESESTABILIZAR EL PAIS

Por Javier Cortines

Pekín, 22 oct (EFE).- China, que ha iniciado un proceso imparable de reformas, afronta el reto de la desestabilización si no se toman medidas a tiempo para canalizar el desarrollo económico, que amenaza con dejar en el paro a millones de personas que creían hasta hace poco en la superprotección del Estado.

La reconversión de las empresas estatales y la cada vez mayor presencia del sector privado en la economía, pende como una espada de Damocles sobre la nación más poblada de la Tierra, que con sus 1.224 millones de habitantes alberga a un 22 por ciento de la población mundial.

Aunque la consigna del presidente chino, Jiang Zemin, es de que "todo está atado y bien atado", los analistas políticos temen de que el fuerte "tirón económico" que disfruta este país acabe rompiendo la cuerda de la estabilidad y obligue a tomar al Gobierno "decisiones fuera de su programa".

Jiang, consolidado como el hombre fuerte del país tras el XV Congreso del Partido Comunista Chino (PCCh), celebrado en Pekín el pasado mes de septiembre, ha apostado por las reformas "con características chinas" siguiendo los principios socialistas del fallecido dirigente Deng Xiaoping.

Este será uno de los retos de Jiang, que se entrevistará en Washington la próxima semana con el presidente Bill Clinton, para estudiar, según portavoces del gobierno, estrategias conjuntas para garantizar "la paz y estabilidad mundial".

Jiang viaja a Estados Unidos con el aval de ser el presidente de una de las naciones que registra uno de los crecimientos económicos más altos del mundo, un 10 por ciento del Producto Interior Bruto (PIB) durante los últimos cinco años.

Pero también lleva en su equipaje un problema que hasta hace poco tiempo no existía en el país, el desempleo, que según cifras oficiales alcanzó a finales del año pasado a 8,9 millones de personas en las ciudades, un 6,6 por ciento de la población activa en los centros urbanos, y la incógnita de como se "restructurará la hacinada" Administración china.

Los esfuerzos realizados desde hace una década por reducir "la agobiante" plantilla de la Administración y mejorar su eficacia han sido un fracaso, según estadísticas facilitadas por las propias autoridades.

En 1982, se puso en marcha un programa de tres años por el que las organizaciones que dependían del Consejo de Estado, uno de los órganos más importantes del país, redujo su plantilla de 51.000 a 30.000 empleados.

La restructuración más importante se llevó a cabo entre 1988 y 1993, cuando se redujo en un 20 por ciento el número de funcionarios del Gobierno, que era de dos millones.

Sin embargo, lo que se consiguió por un lado se perdió por otro, señala un informe publicado hoy por la prensa local, y el personal despedido fue "recolocado" en instituciones alternativas y siguieron viviendo de las arcas del Estado.

El especialista Zhang Gengfu, decano de la Universidad del Pueblo de China, ha reconocido que el Gobierno ha cometido errores

04

9714286

en su política de "centralización de poderes" y que el "sobreempleo en las empresas estatales" ha restado eficacia a la economía del país."

Para Zhang, las anunciadas reformas en la Administración afectarán a muchos sectores e instituciones del país con la correspondiente repercusión en las estructuras del poder, por lo que será "una tarea ardua y complicada".

Su diagnóstico, a pesar del reto que lleva consigo, está en línea con el pensamiento de Jiang Zemin, quien señaló en el congreso del PCCh que a partir de ahora se descentralizará el poder para dar una mayor autonomía al sector industrial, siguiendo los principios de "unidad, simplicidad y eficacia". EFE

FJC/LUL/PG

10/22/04-34/97

05

9714286

XC8188

U POXBT 10-24 00158
icx mun exg

CHINA-DEMOCRACIA
REELEGIDO PRESIDENTE LIGA DEMOCRATICA CHINA

Pekín, 24 oct (EFE).- El matemático chino Ding Shisun fue reelegido como presidente del Comité Central de la Liga Democrática China (LDC), que agrupa a partidos no comunistas de este país y está formado por 130.000 miembros, informó hoy la agencia oficial Xinhua.

Ding, ex presidente de la Universidad de Pekín entre 1984 y 1989, fue designado en noviembre de 1996 por primera vez jefe de la Liga Democrática, compuesto en su mayoría por intelectuales,.

La Liga Democrática y el Partido Gong (Interés Público) son las dos formaciones políticas no comunistas más importantes del país que han sido toleradas por el Partido Comunista chino (PCCh), que, según sus dirigentes, desea escuchar opiniones divergentes.

La reelección se celebró anoche en Pekín en un cónclave del Comité Central de la Liga Democrática, que se espera aumente su presencia en el país a medida que se profundice en las reformas que tienen lugar en China. EFE
fjc/jdl

10/24/10-47/97

06-09

9714286

XB7380

U PDXBT 10-08 00159
icx mun exg

CHINA-MILITAR
CHINA CONSTRUIRA AVIONES CAZA RUSOS EN 1998, SEGUN PRENSA

Tokio, 8 oct (EFE).- China comenzará a fabricar aviones caza Sukhoi 27SK el próximo año bajo un contrato de licencia con Rusia, afirma hoy miércoles la prensa japonesa.

En una información fechada en Washington, el rotativo Sankei Shimbun cita a especialistas en asuntos militares chinos de Canadá para decir que China construirá veinte aviones anuales los próximos 15 años.

La información la obtuvo el instituto a través del Comandante en Jefe de las Fuerzas Aéreas de Rusia, Piotr Deinekin. El Sankei añade que China se comprometió a no vender los cazas a otros países.

Además de los aparatos fabricados en China, Pekín acordó adquirir otros 55 aviones Sukhoi 27SK de Rusia, continúa el Sankei, aunque según otras autoridades militares rusas.

El acuerdo al respecto se formalizará durante la visita que tiene previsto realizar a China el presidente ruso, Boris Yeltsin, el próximo mes, concluye el diario japonés. EFE
CD/jdl

10/08/06-16/97

Nº DOCUMENTO	9714287
TITULO	CHINA CONSTRUIRA AVIONES CAZA RUSOS SUKHOI 27 A PARTIR DE 1998.
[illegible]	28193
FECHA [illegible]	08109/
[illegible] CULACION	11616
	501638
	11019
	11658
	11331
	11163
	501294

01-01

9714287

Nº DOCUMENTO 9714288
TITULO PTE CHINO
PROCEDENCIA STE 573
FECHA DE RECEPCION 091097
VINCULACION 11816
507638
507487
507488
65890

ZEMIN APOYA REUNIFICACION COREANA

11879
11164

XA3921

U POXBT 10-09 00357
icx mun exg

CHINA-COREA
PRESIDENTE CHINO APOYA REUNIFICACION PENINSULA COREANA

Pekín, 9 oct (EFE).- El presidente chino, Jiang Zemin, manifestó hoy su deseo, en una carta enviada al dirigente norcoreano Kim Jong Il, de que su pueblo busque la "reunificación pacífica del país y dé un impulso a la estabilidad en la Península coreana".

En un mensaje de felicitación a Kim Jong Il por su nombramiento ayer como secretario general del Partido de los Trabajadores de Corea del Norte, Jiang expresó su confianza en que "el pueblo norcoreano continúe por el camino de la construcción de la patria y la reunificación".

Jiang, presidente y secretario general del Comité Central del Partido Comunista Chino (PCCh), elogió, asimismo, al máximo dirigente norcoreano por su liderazgo al frente del país estalinista.

"Desde que el camarada Kim Il Sung falleció hace tres años, la población de Corea del Norte se ha mantenido unida en torno al Comité Central del PTC bajo tu mandato y ha cumplido con la herencia del camarada Kim Il Sung", indicó Jiang en su misiva.

Agregó que, "con voluntad de hierro y una fuerte determinación, la población de Corea del Norte ha superado todo tipo de dificultades".

Por otra parte, la embajada de Corea del Norte en Pekín, en un comunicado oficial, señala que el nombramiento de Kim Jong Il como secretario general del PTC, responde al deseo de la población por haber convertido el partido en una fuerza veterana revolucionaria.

Respecto a las relaciones entre China y Corea del Norte, Jiang Zemin señaló que la "consolidación y desarrollo de las relaciones de amistad y cooperación entre Pekín y Pyongyang responde al interés fundamental de ambos partidos, países y poblaciones, y es además de gran importancia para promover la paz, estabilidad y el desarrollo en la Península de Corea".

China intenta, junto con Estados Unidos y las dos coreas, organizar unas reuniones cuatripartitas que se han visto aplazadas en numerosas ocasiones, para buscar la firma de un tratado de paz en la Península de Corea, dividida al término de la Segunda Guerra Mundial.

Tras el conflicto civil (1950-53) ambas coreas firmaron solamente un armisticio en la aldea fronteriza de Pamunjon, situada en el paralelo 38, por lo que continúan en estado de guerra técnica. EFE

CG/JRR/PG

10/09/04-14/97

9714288

01-01

Nº DOCUMENTO 9714288
TITULO PTE CHINO
PROCEDENCIA STE573
FECHA DE [illegible] ACI 09IC97
VINCULACIONES 11E14
S01638
S07487
S07488
I6589P

ZEMIN APOYA REUNIFICACION COREANA

10879
W164

XA3921

U POXBT 10-09 00357
icx mun exg

CHINA-COREA
PRESIDENTE CHINO APOYA REUNIFICACION PENINSULA COREANA

Pekín, 9 oct (EFE).- El presidente chino, Jiang Zemin, manifestó hoy su deseo, en una carta enviada al dirigente norcoreano Kim Jong Il, de que su pueblo busque la "reunificación pacífica del país y dé un impulso a la estabilidad en la Península coreana".

En un mensaje de felicitación a Kim Jong Il por su nombramiento ayer como secretario general del Partido de los Trabajadores de Corea del Norte, Jiang expresó su confianza en que "el pueblo norcoreano continúe por el camino de la construcción de la patria y la reunificación".

Jiang, presidente y secretario general del Comité Central del Partido Comunista Chino (PCCh), elogió, asimismo, al máximo dirigente norcoreano por su liderazgo al frente del país estalinista.

"Desde que el camarada Kim Il Sung falleció hace tres años, la población de Corea del Norte se ha mantenido unida en torno al Comité Central del PTC bajo tu mandato y ha cumplido con la herencia del camarada Kim Il Sung", indicó Jiang en su misiva.

Agregó que, "con voluntad de hierro y una fuerte determinación, la población de Corea del Norte ha superado todo tipo de dificultades".

Por otra parte, la embajada de Corea del Norte en Pekín, en un comunicado oficial, señala que el nombramiento de Kim Jong Il como secretario general del PTC, responde al deseo de la población por haber convertido el partido en una fuerza veterana revolucionaria.

Respecto a las relaciones entre China y Corea del Norte, Jiang Zemin señaló que la "consolidación y desarrollo de las relaciones de amistad y cooperación entre Pekín y Pyongyang responde al interés fundamental de ambos partidos, países y poblaciones, y es además de gran importancia para promover la paz, estabilidad y el desarrollo en la Península de Corea".

China intenta, junto con Estados Unidos y las dos coreas, organizar unas reuniones cuatripartitas que se han visto aplazadas en numerosas ocasiones, para buscar la firma de un tratado de paz en la Península de Corea, dividida al término de la Segunda Guerra Mundial.

Tras el conflicto civil (1950-53) ambas coreas firmaron solamente un armisticio en la aldea fronteriza de Pamunjon, situada en el paralelo 38, por lo que continúan en estado de guerra técnica. EFE
CG/JRR/PG

10/09/04-14/97

9714288

01-01

Nº DOCUMENTO 9714289
TITULO CHINA: GOBIERNO PIDE PRUDENCIA ANTE EL ACUERDO DE DEFENSA JAPON - EEUU
PROCEDENCIA S1E893
FECHA DE PROCEDENCIA 091097
VINCULACIONES 11E76 11005
10763E 001 EE9
65890
66224
11163

XH9348

R POXBT 10-09 00350
mun exg icx

CHINA-SEGURIDAD
GOBIERNO PIDE PRUDENCIA ACUERDO DEFENSA JAPON-EEUU

Pekín, 9 oct (EFE).- China urgió hoy a Japón y Estados Unidos a "actuar con prudencia" al poner en práctica su tratado de Defensa, cuya explicación ayer por un funcionario japonés considera "oscura y poco convincente".

"Japón ha repetido en numerosas ocasiones que el ámbito del tratado de cooperación no se ha ampliado, ni va dirigido a un tercer país, pero ha sido incapaz de definir geográficamente la 'situación circundante' a la que se refiere en el documento", indicó en una rueda de prensa Shen Guofang, portavoz del Ministerio chino de Asuntos Exteriores.

China ha mostrado un fuerte rechazo a la revisión de dicho tratado entre Japón y Estados Unidos, por considerar una provocación la posible inclusión en el mismo de las aguas territoriales de Taiwán, asunto que este país reclama como "de carácter interno" que no admite injerencias del exterior.

El viceministro adjunto de Exteriores japonés, Minolu Tanbu, se reunió ayer en Pekín con su homólogo chino, Tang Jiaxuan, para exponer los términos del acuerdo de cooperación.

"Japón dejó claro que limitará la política de defensa a su territorio, respetará los tres principios no nucleares de su Constitución y obedecerá a la Carta de la ONU y demás normas del derecho internacional", afirmó Shen.

La "situación circundante" incluida en el nuevo tratado, no corresponde a un concepto geográfico, sino a la naturaleza de los eventos que podrían afectar a la paz y seguridad de Japón, indicó el viceministro nipón, quien agregó que "Japón nunca usará la fuerza fuera de su territorio".

Explicó que su país no apoya el concepto de "dos chinas" o la independencia de Taiwán, considerada por China como una provincia rebelde.

"La opinión del Gobierno chino es que el tratado bilateral entre Japón y Estados Unidos surgió en las condiciones históricas específicas de la Guerra Fría, por lo que, al haber cambiado la situación internacional, debería mantenerse dentro del marco bilateral", afirmó Shen.

"Esperamos que ambas naciones respeten la preocupación de los países vecinos de Asia y consideren la tendencia general de paz y estabilidad en la región de Asia-Pacífico", concluyó el portavoz.
EFE

cg/ga/11

9714289

10/09/13-50/97

01-01

Nº DOCUMENTO 9714290
TITULO CHINA: AUMENTA LA INVERSION EXTRANJERA
PROCEDENCIA SIBS93
FECHA DE PROCEDENCIA 04109H
VINCULACION 11876
507638
91981
11161

FB1548

U ECOBT 10-04 00221
icx mun exg

CHINA-INVERSION
INVERSION EXTRANJERA EN CHINA SUPERA 27.000 MILLONES DOLARES

Pekín, 4 oct (EFECOM).- La inversión foránea en China continuó creciento este año si bien el número de proyectos de capital mixto y la inversión contractual registraron un fuerte descenso, se informó hoy, sábado.

Según un informe del Ministerio de Comercio Exterior y Cooperación Económica (MOFTEC), la inversión extranjera en China durante los ocho primeros meses de este año alcanzó los 27.800 millones de dólares, un 6 por ciento más que en igual período de 1996.

Sin embargo, el número de proyectos de riesgo compartido (capital chino-extranjero) disminuyó en un 24 por ciento, mientras que la inversión foránea contractual durante ese período fue de 29.900 millones de dólares, un 43 por ciento menos que de enero a agosto de 1996, agrega el informe.

El pasado año, la inversión extranjera en China alcanzó los 41.700 millones de dólares, frente a los 37.000 millones de dólares de 1995 y los 31.000 millones de dólares de 1994.

El informe destaca que el fuerte incremento de la inversión directa durante los pasados años demuestra la creciente confianza de los inversores extranjeros en este país.

Además, por primera vez este año una buena parte de esa inversión exterior ha sido dirigida a las provincias centrales y occidentales de China y no sólo a la costa oriental, la más desarrollada del país. EFECOM
pgp/cg-op

10/04/07-26/97

01-01

9714290

XY6688

U POXBT 10-27 00192
icx mun exg

ONU-CHINA
CHINA FIRMA CONVENIO DERECHOS ECONOMICOS, SOCIALES Y CULTURALES

Naciones Unidas, 27 oct (EFE).- China firmó hoy el Convenio Internacional sobre Derechos Económicos, Sociales y Culturales adoptado unánimemente por la Asamblea General de la ONU el 16 de diciembre de 1966 y que entró en vigor el 3 de enero de 1976.

Este Convenio, al igual que el referente a Derechos Civiles y Políticos y los dos Protocolos Opcionales, emanan de la Declaración Universal de los Derechos Humanos y tienen el propósito de otorgar obligatoriedad legal a su observancia.

El Convenio sobre Derechos Económicos, Sociales y Culturales tiene el propósito de promover y proteger el derecho al trabajo en condiciones justas y favorables; el derecho a la protección social, a un nivel adecuado de vida y a los más altos niveles posibles de bienestar físico y mental: y el derecho a la educación y el disfrute de los benificios de libertad cultural y progreso científico.

El embajador chino, Qin Huasun, visitó al secretario general de la ONU, Kofi Annan, para informarle de la decisión de su Gobierno de firmar ese Convenio, y para hacer constar su protesta de que Taiwán (República de China) aparece como firmante del mismo. EFE

JSD/LUL/PG

10/27/23-30/7
XX/XX/XX-XX/XX

Nº DOCUMENTO 9714291
TITULO CHINA Y LA ONU FIRMAN ACUERDO SOBRE DERECHOS ECON, SOCIALES Y CULTURALES
PROCEDENCIA 28593
FECHA DE PROCEDENCIA 24091
VINCULACIONES 11816
504638
501889
11005
11245

11205

9714291

01-01

XU6061

R ECOBT 10-01 0027B
mun exg

CHINA-COMERCIO
BRASIL ES PRINCIPAL SOCIO COMERCIAL DE CHINA EN LATINOAMERICA

Pekín, 1 oct (EFE).- Brasil se convirtió entre enero y junio pasado en el principal socio comercial de China en Latinoamérica, con un volumen bilateral de 144 millones de dólares, seguido de Panama y Chile, con 105 y 93 millones respectivamente, informó hoy miércoles la Administración General de Aduanas de China.

En cuanto a las importaciones, el principal cliente de este gigante asiático es también Brasil, al que compró por valor de 60 millones de dólares, siendo Perú el segundo con 52 millones y Chile con cerca de 49 millones de dólares.

Por su parte, China exportó en el primer semestre a Panamá productos por valor de 105 millones de dólares, siendo el principal destino en Latinoamérica, por delante de Brasil y Chile, con cifras de 84,5 y 44,8 millones respectivamente.

En Asia, Japón encabeza la lista de socios comerciales de China, con un volumen de 4.718 millones de dólares entre enero y junio, seguido de la Región Administrativa Especial (RAE) de Hong Kong, con la que suma 4.519 millones.

El tercero de sus socios asiáticos es Corea del Sur, cuyo comercio bilateral en el semestre alcanzó 2.011 millones de dólares.

Respecto a las exportaciones en el continente asiático, el principal cliente de China es Hong Kong, a quien vendió por valor de 3.890 millones de dólares, por delante de Japón, destino de 2.290 millones de dólares en productos y de nuevo la República de Corea, a la que exportó por valor de 760.000 millones.

Las importaciones a China de enero a junio llegaron en primer lugar de Japón, al que compró bienes por 2.428 millones de dólares, seguido de Taiwan y de Corea del Sur, ambos con una cifra de algo más de diez millones de dólares. EFE
cg/jf/dv

10/01/09-37/97

Nº DOCUMENTO 9714292
TITULO CHINA Y SUS RELACIONES COMERCIALES CON LATINOAMERICA
PROCEDENCIA 15090
FECHA DE PRECEDENCIA 211097
VINCULACIONES 11876 11399
501688
11677
11609
11161

01-06

9714292

- Fb. poco legible -

Nuevo avance de los lazos entre China y Uruguay

por Shou Xi

El destacado político uruguayo, Dr. Julio María Sanguinetti, realizó una visita a China entre el 20 y 24 de abril de 1997. Esta fue su tercera visita a nuestro país; las dos anteriores las hizo en 1988 y 1993 en calidad de presidente y ex presidente del país, respectivamente.

El presidente Sanguinetti dedica grandes esfuerzos al desarrollo de la amistad y la cooperación con China. En su primer mandato presidencial llevó las relaciones entre ambos países a una nueva etapa estableciendo relaciones diplomáticas con China.

Pese a la lejanía geográfica, los intercambios bilaterales se remontan a 1920, año en que este país sudamericano acreditó la primera delegación diplomática en Beijing. Después de la fundación de la Nueva China, estos intercambios han registrado un desarrollo rápido y estable, en particular con el establecimiento de relaciones diplomáticas en 1988.

Los intercambios comerciales y económicos constituyen una parte importante de los vínculos chino-uruguayos. En 1996, el volumen del comercio bilateral fue de 126 millones de dólares, de los cuales, 50 millones correspondieron a las exportaciones chinas, con un aumento del 21,8 por ciento, y 69 millones de dólares a las importaciones, con una caída del 19,5 por ciento y un saldo todavía favorable a Uruguay. China importa de Uruguay lana, pescado congelado y cuero. Como el mayor comprador de la lana en Uruguay, China importa cada año desde 1991 más de 30.000 toneladas de este producto. Por su parte, China exporta al país sudamericano vestidos, textiles y otros artículos de la industria ligera, así como pequeñas máquinas-herramientas e instrumentos de ferretería, mercancías que son de buena aceptación entre los clientes de la región por su calidad y precios razonables.

En la actualidad, los intercambios comerciales están ampliándose a otros campos. Ambos lados han llevado a cabo pequeños proyectos de cooperación en la pesca y la industria alimentaria china ha invertido en Uruguay un total de 300.000 dólares para establecer 3 compañías mixtas o exclusivamente chinas, mientras que en China se encuentran 9 proyectos con inversiones uruguayas por un total de 1,36 millones de dólares. Sin embargo ello está todavía en un nivel muy bajo, sobre todo, considerando el nivel alcanzado por ambos países en los terrenos diplomático y político.

Las economías de ambos países pueden complementarse en muchos aspectos. Uruguay dispone de excelentes condiciones para el desarrollo de la agricultura, la ganadería y la silvicultura, mientras que China tiene larga historia de desarrollo agrícola y ricas experiencias en materia de cultivos. La cooperación entre ambos países en este terreno tiene buenas perspectivas. Por otra parte, como dinámico miembro del Mercado Común del Cono Sur (Mercosur), Uruguay sirve como puente para las mercancías y capitales destinados a América del Sur por su ventajosa posición geográfica y buenas infraestructuras. Mediante este puente China puede abrir amplios mercados. Por ello, existen grandes potenciales para promover la inversión y la cooperación económica entre ambos países.

El presidente Sanguinetti dijo en su entrevista con el Presidente Jiang Zemin que su gobierno da la máxima prioridad al desarrollo de los lazos con China. En lo referente a la participación china en la cooperación con el Mercosur, Sanguinetti expresó el deseo de ayudar a las empresas chinas a entrar a este mercado.

Estimó que Uruguay puede ser una puerta de acceso al mencionado bloque comercial.

La parte china aprecia mucho los esfuerzos del mandatario uruguayo para promover la amistad y la cooperación entre China y Uruguay y toda la región latinoamericana. El presidente Jiang subrayó que China da mucha importancia al desarrollo de la amistad y la cooperación con los países sudamericanos y expresó su deseo de que se logren grandes éxitos en la cooperación bilateral después del establecimiento de canales de diálogo entre China y el Mercosur.

La delegación de empresarios uruguayos que acompañó al presidente Sanguinetti en su gira en China realizó amplios contactos con empresarios chinos para discutir la posibilidad de ampliar el comercio y la cooperación económica, sobre todo para establecer acuerdos de inversión conjunta en ambos países.

Para acrecentar los vínculos comerciales y económicos, los dos gobiernos suscribieron una serie de acuerdos que abarcan el comercio, la cooperación económica y tecnológica, la protección de inversiones, la cooperación agropecuaria y pesquera, y los acuerdos de cuarentena de animales y vegetales. Con la reciente visita del Presidente Sanguinetti a China, ambas partes firmaron un acuerdo sobre el establecimiento de una empresa mixta en Uruguay dedicada a montar camionetas de fabricación china, un acuerdo sobre el control sanitario de la carne exportada a China y un convenio de cooperación entre la televisión china y el buró estatal de radio de Uruguay. Estos tres nuevos documentos de cooperación servirán como nuevas garantías para promover los vínculos chino-uruguayos.

Estamos convencidos de que con la visita del Presidente Sanguinetti, las relaciones de amistad y cooperación entre China y Uruguay se desarrollarán a un nuevo nivel.

El encuentro de los presidentes chino y uruguayo, Sr. Jiang Zemin y Dr. Julio María Sanguinetti; en abril de 1997 en Beijing

ED . 1-10

02

9714292

XB7518

U ECOBT 10-13 00281
icx amt exo

CHINA-LATINOAMERICA
BRASIL, CHILE Y PERU ENCABEZAN LISTA SOCIOS COMERCIALES CHINA

Pekín, 13 oct (EFE).- Brasil, Chile y Perú encabezan la lista de principales socios comerciales de China en Latinoamérica durante el primer semestre de 1997, según datos oficiales publicados hoy en Pekín por la Administración General de Aduanas.

El volumen comercial entre China y Brasil sumó 878,6 millones de dólares entre enero y junio pasado, con un descenso del 1,4 por ciento respecto al mismo periodo de 1996.

Chile y China intercambiaron productos por valor de 432,8 millones de dólares, lo que elevó el comercio bilateral un 13,6 por ciento respecto al primer semestre del año pasado.

Perú, tercer socio comercial de China, intercambió con este país productos por valor de 382,5 millones de dólares de enero a junio, 3,2 por ciento más que entre los mismo meses de 1996.

En cuanto a las exportaciones de Latinoamérica a China, Brasil es primera con unas ventas de 412 millones de dólares, un 35 por ciento menos que de enero a junio del año pasado, mientras que Perú aumentó sus envios a China un 22,7 por ciento hasta alcanzar 348 millones de dólares.

En tercer lugar se encuentra Chile, que exportó a este gigante asiático bienes por un total de 215, 2 millones de dólares, un ligero ascenso del 6 por ciento sobre el primer semestre del año pasado.

Por otra parte, el mejor destino de los productos chinos en Latinoamérica, Brasil, compró en el primer semestre de 1997 por valor de 466,5 millones de dólares, un 82 por ciento más que de enero a junio de 1996.

China vendió a Panamá productos por valor de 356,3 millones de dólares y a Chile por un total de 217,6 millones entre enero y junio, un 77 y 13,6 por ciento respectivamente sobre el mismo periodo del año pasado. EFE
cg/mlb/jdl

10/13/06-41/97

9714292

03

XA4729

R ECOBT 10-17 00304
icx mun exg

CHINA-LATINOAMERICA
COMERCIO BILATERAL SUPERARA 7.000 MILLONES DOLARES EN 1997

Pekín, 17 oct (EFE).- El comercio entre China y Latinoamérica podría superar 7.000 millones de dólares a finales de 1997, frente a 6.700 en 1996, según datos de la Administración de Aduanas de este país, se informó hoy.

El comercio bilateral alcanzó 4.956 millones de dólares entre enero y agosto pasados, un incremento del 18 por ciento sobre el mismo período de 1996.

Del total, las exportaciones chinas sumaron 2.737 millones, un 43 por ciento más que en los ocho primeros meses de 1996, mientras las importaciones fueron de 2.200 millones, un 2,4 por ciento menos.

Brasil continúa como primer socio comercial de China en la zona, con un volumen de 1.500 millones de dólares, de los que 686 millones fueron exportaciones y 846 importaciones.

Entre los productos que exporta China, la mayor parte son maquinaria y equipos, electrodomésticos y textiles, mientras que el país mantiene una gran demanda de productos marinos, petroquímicos, celulosa y minerales de Latinoamérica.

Según los expertos chinos en comercio exterior, todavía existe un gran potencial para la mejora del intercambio bilateral, por lo que las perspectivas de crecimiento son optimistas y prometedoras.

Agregaron que, hasta el año pasado, 24 países latinoamericanos habían establecido 195 empresas en China, dedicadas a los sectores de explotación de recursos, agricultura, ganadería, ensamblaje de automóviles, servicios médicos, construcción de proyectos y restaurantes, entre otros.

Aunque la inversión de China en América Latina es escasa, aumentará con el crecimiento sostenido y rápido de la economía, favorecida por el retorno de Hong Kong a su soberanía.

Los expertos consideran muy bueno en su conjunto el clima económico de América Latina, con una competitividad internacional fortalecida, sobre todo después de superar la crisis financiera de México. EFE

CG/FMR/PG

10/17/03-16/97

04

9714292

XQ2237

R ECOBT 10-17 00332
icx amt exg

CHINA-LATINOAMERICA
MEXICO NO DESEA INTEGRACION FRACCIONADA DE LATINOAMERICA

Pekín, 17 oct (EFE).- El embajador de Mexico en Pekin, Luis Wybo Alfaro, dijo hoy que mientras Latinoamérica no se una en lo político, fácilmente se la puede fracturar en lo económico o incluir de forma dispersa en un ámbito de hegemonía continental, en su proceso de integración.

Wybo dijo estas palabras en un seminario clausurado hoy en Pekin sobre "La integración de América Latina y la globalización".

El embajador mexicano acusó a la llamada "Iniciativa de las Américas" de "pretender absorber a la mayoría de los países latinoamericanos en el núcleo hegemónico norteamericano, excluyendo a aquellos de nuestro ámbito que no cumplan las condiciones de Washington".

Para los latinoamericanos, que ya están "integrados socio culturalmente", dijo, los parámetros de integración deben ser primero políticos para tener una América Latina fuerte.

El diplomático subrayó que "concretaremos la integración de Latinoamérica por la vía de una comunidad entre nuestros países que nos permita ser más fuertes y determinar libremente nuestro propio desarrollo".

Destacó que América Latina necesita un nuevo orden internacional en el que las relaciones en lo político, comercial, financiero y tecnológico con los países desarrollados sean "justas, equitativas y de beneficio mutuo".

Alfaro se refirió a la "globalización" económica para criticar que esta iniciativa deja al mundo en desarrollo en una posición de "cautiverio" financiero y tecnológico.

Para el embajador mexicano, la transformación económica con tintes neoliberales hace que "una gran variedad de sociedades económicas en el mundo estén siendo anexionadas violentamente a una monocultura económica occidental dominada por actores poderosos, cuya motivación es simplemente maximizar los beneficios de su inversión".

Subrayó que América Latina, al igual que el resto de los paises del tercer mundo, "merece vivir en un ambiente económico mundial favorable" y debe estar alerta para no verse arrastrada hacia una "integración económica fraccionada y dispar". EFE
cg/EO/CGR

10/17/02-17/77

9714292

DS

XB7864

U ECOBT 10-21 00282
AMT ICX EXO IBS

CHINA-ECUADOR
DELEGACION ECUATORIANA LLEGA A QUITO PARA FOMENTAR COMERCIO

Pekín, 21 oct (EFE).- Una delegación del Gobierno ecuatoriano tiene previsto llegar hoy a Pekín para fomentar el comercio bilateral entre ambos países y asistir a la séptima reunión de la Comisión Mixta Económica y Comercial sino-ecuatoriana.

Gonzalo Salvador, subsecretario político de la Cancillería, encabeza la delegación, que negociará durante los próximos dos días con la parte china un acuerdo destinado a atraer las inversiones de este país a Ecuador.

Según declaró antes de partir para Pekín, Quito intentará promover el comercio con China, ya que esta nación se ha "transformado de un mercado emergente en un mercado principal".

Ecuador quiere abrir sus puertas a la inversión de este gigante asiático ya que el país latinoamericano ofrece a los extranjeros casi las mismas ventajas que a los nacionales, según han declarado las autoridades.

Salvador, que se reunirá con la delegación china presidida por Wang Zhi Quan, director del Departamento de las Américas y Oceanía del MOFTEX (ministerio de Comercio y Cooperación con el Exterior), intentará convencer a los chinos de que inviertan en su país en los sectores de la minería, petróleo y plantas eléctricas.

"El objetivo de esta reunión es explorar las posibilidades de inversión china en Ecuador", dijeron a EFE fuentes relacionadas con la citada comisión.

El comercio bilateral entre China y Ecuador se mantuvo en los últimos años en torno a los 67 millones de dólares con un balance favorable al país latinoamericano.

Las ventas chinas a Ecuador están encabezadas por los productos textiles, zapatos, juguetes y herramientas mientras que las de Quito se limitan prácticamente al banano aunque también exporta a este país mariscos y flores.EFE

fjc/jff

10/21/09-54/97

9714292

06-06

DOCUMENTO 97/4293
TITULO CHINA ABRE
PROCEDENCIA 78793
17097
1/6/96
20/638
91981
11409
4399

A INVERSORES EXTRANJEROS EL SECTOR ENERGETICO (PETROLEO Y GAS)

DP5636

R ECOBT 10-11 00196
mun exg icx

CHINA-PETROLEO
CHINA ABRE A INVERSION EXTRANJERA INDUSTRIAS PETROLEO Y GAS

Pekín, 11 oct (EFE).- China anunció la apertura, por primera vez, de parte de su gigantesca industria del petróleo y gas a la inversión extranjera, se informó hoy oficialmente.

El anuncio coincide con la celebración del XV Congreso Mundial del Petróleo (CMP), que comenzará mañana en Pekín y sus sesiones se extenderán hasta el próximo día 16.

El consorcio "China National Star Petroleum Corp" abrirá 13 de sus campos de petróleo y gas a las empresas foráneas para su exploración, prospección y producción, declaró su vicepresidente, Zhou Baixiu, quien puntualizó que la compañía ahora sólo espera la aprobación del Gobierno.

"Esos campos tendrán una producción anual total de más de 120 millones de toneladas de crudo y gas", dijo Zhou sin dar más detalles.

Nueve de los campos de gas y petróleo, la mayoría de los cuales ya fueron explorados, están situados en el Mar del Este de China, y los otros cuatro están en la provincia de Sichuan, suroeste del país.

China es el quinto productor mundial de crudo. En 1995 este país extrajo de sus pozos 149 millones de toneladas y se espera que que para el año 2010 alcance los 200 millones de toneladas.
EFE

pgp/mlb/rs

10/11/07-08/97

01-04

9714293 |

XU6507

R ECOBT 10-17 00540
mun exg

CHINA-PETROLEO
EXPERTOS PREVEN AUMENTO IMPORTANTE PRODUCCION MUNDIAL CRUDO

Pekín, 17 oct (EFE).- Expertos de todo el mundo concluyeron en Pekín, tras cinco días de debates sobre las tendencias futuras de la industria del petróleo, que los precios del crudo no variarán en términos reales en los próximos 15 años y que la demanda aumentará a casi 100 millones de barriles diarios.

Clarence Eidt, presidente del programa científico del XV Congreso Mundial del Petróleo (CMP), que se ha desarrollado en Pekín esta semana, destacó ayer durante la clausura, que en el foro ha quedado patente el "deseo de lograr el desarrollo sostenido mundial de esta industria".

Por su parte Kenneth Derr, presidente de la multinacional Chevron de Estados Unidos, aseguró que en el mundo se vive con anticipación el crecimiento del sector y aludió a la previsión de Venezuela de duplicar su producción hasta el año 2006 mientras que Petrobas de Brasil espera aumentarla un 50 por ciento.

También destacó que China, país anfitrión del congreso, se perfila como "una nueva estrella en la escena global del petróleo".

Los representantes de países en desarrollo hablaron de la necesidad urgente de que organizaciones internacionales y los países industrializados les presten asistencia en fondos y tecnología y señalaron que, en zonas ricas en petróleo como Africa o La India, la industria se ha estancado por falta de inversiones.

Por otra parte, la compañía Forasol-Foramer y la multinacional petrolera Elf, ambas francesas, anunciaron el desarrollo de una nueva generación de máquinas capaces de excavar pozos de 3.000 metros en el agua, a 2.000 metros de profundidad en 45 días, con una reducción del 46 por ciento de los costes, lo que sienta la base para un enorme avance de la industria petrolera submarina en el siglo XXI, según los expertos.

La compañía petrolera Petrobras de Brasil espera este año batir la marca de perforación submarina hasta 1.709 metros, "logro que ampliará el desarrollo submarino de la industria mundial", afirmó Dirk van der Meer, presidente del CMP.

La producción de petróleo submarino ha representado hasta ahora un tercio del total internacional, proporción que aumentará en gran medida en el próximo milenio, según van der Meer.

Según expertos del sector, los mercados de crudo de Latinoamérica tendrán un futuro prometedor en el siglo XXI, asociado con nuevos retos y destacaron que los gobiernos en la zona están cambiando del dominio estatal hacia la democracia, los mercados competitivos y el acceso a la tecnología.

Agregaron que las nuevas tecnologías serán uno de los medios que utilicen los inversores para ofrecer mejores servicios a bajo coste para la exploración y producción de gas natural y productos petroleros, conseguir una gestión más eficaz y lograr el acceso a las reservas energéticas a menor precio.

Con el lema "La tecnología y la globalización de la industria del petróleo en el siglo XXI", al XV CMP asistieron desde el pasado domingo hasta el viernes 5.500 representantes de 90 países, entre ellos ministros o responsables de Petróleo y Energía de 20 naciones y 68 compañías.

02

9714293

El foro mundial, creado en Londres en 1993 cuenta con 58 naciones miembro, entre las que se encuentran las mayores productoras y consumidoras de crudo, como Arabia Saudí, Omán, Egipto, Argelia, Kuwait, Estados Unidos, Rusia, Japón, Venezuela, Uruguay, Máxico, Argentina, Brasil, España, Cuba, Perú, Alemania y Canadá. EFE

cg/mlb/dv

10/17/10-05/97

9714293

XU6501

R ECOBT 10-17 00154
mun exg

CHINA-PETROLEO
CHINA ES CUARTA POTENCIA MUNDIAL EN REFINADO DE CRUDO

Pekín, 17 oct (EFE).- China ha conseguido una capacidad anual de refinado de crudo de 210 millones de toneladas situándose en el cuarto puesto mundial en ese apartado, informó hoy "The China Economic Times".

La producción anual de etileno, gas utilizado como sintetizador en componentes orgánicos, se eleva a 3,94 millones de toneladas, con lo que China mantiene la posición anterior en el "ranking" mundial.

Estas cifras reflejan., según los expertos del sector, el rápido crecimiento de esa industria en este país desde que se fundó la Corporación Petroquímica China (CPC) en 1983.

En 1996, la citada corporación refinó 175 millones de toneladas de crudo, un 80 por ciento del total del país, y 2,95 millones de toneladas de etileno (un 75 por ciento).

China ha desarrollado su propia infraestructura para el procesamiento de petróleo, indicó Sheng Huaren, director general de la CPC.EFE

fjc/jf/dv

10/17/08-16/97

9714293

04-04

TD9886

U ECOBT 10-21 00281
icx mun exg

CHINA-INVERSION
DESCENSO INVERSION EXTRANJERA OBLIGA TOMAR MEDIDAS ATRACTIVAS

Pekín, 21 oct (EFE).- China volverá a permitir la importación libre de impuestos de equipos de capital para determinados proyectos después de que su prohibición en abril de 1996 haya contribuido al descenso de la inversión, se informó hoy.

Entre enero y septiembre pasados la inversión directa de las compañías extranjeras en China fue de 27.820 millones de dólares, un aumento del 6,4 por ciento que supone la tasa más baja de los últimos años, según cifras del Buró Estatal de Estadísticas (BEE).

Qiu Xiaohua, portavoz del BEE, señaló que la medida se volverá a tomar en breve, cubrirá una inversión mínima de unos 30 millones de dólares e incluirá los proyectos de tecnología avanzada, como centrales de energía en el sector de infraestructuras, aunque advirtió que la inversión no puede seguir creciendo al ritmo de los últimos años.

China ha sido, con la llegada de 5.164 millones de dólares en 1996, uno de los principales destinos mundiales de la inversión exterior en los tres últimos años.

El descenso se debe, según la prensa local, en parte a la política estatal de controlar la inversión extranjera en bienes raices de lujo y hoteles mientras promueve la destinada a agricultura, infraestructura e industria.

A finales de junio se desarrollaban en China 4.411 proyectos extranjeros, un 45,2 por ciento del total, por primera vez por delante de las empresas mixtas, lo que muestra la preferencia de las compañías extranjeras por el manejo de sus negocios sin socios locales.

Durante el primer semestre Hong Kong, Japón, Taiwán, Estados Unidos, Corea del Sur, Singapur, las Islas Vírgenes, Reino Unido, Alemania y Francia, fueron los principales inversores extranjeros en este país.- EFE
cg/lm

10/21/04-15/97

Nº DOCUMENTO	97/4294
TITULO	CHINA: DESCIENDE LA INVERSION EXTRANJERA
PROCEDENCIA	518593
FECHA DE PROCEDENCIA	211097
VINCULACION:	11816
	501638
	91981
	11161
	11164

97142941

01-01

Nº DOCUMENTO 9714295
TITULO ANALISIS DE LA SITUACION CHINA
PROCEDENCIA CS0004
FECHA DE PROCEDENCIA 021091
CLASIFICACION 11876 S0+638 11164 11163 11161
65890 S14643 11320
9714295
01-02

En la nueva correlación de fuerzas que ya comenzó a tejerse, la irrupción del gigante de Asia daría lugar a otra bipolaridad cargada de tensiones

China, que se perfila como nuevo superpoder para llenar vacío suscita tanto interés comercial como recelo político en su propia región y en el mundo

...cribe Luis Lecaldare

En la provincia central ...Hubei, sobre el río Yang ...e Kiang, la República ...opular China está cons...uyendo la represa de ...es Gargantas, que cos...rá 25 mil millones de ...ólares y comenzará a ge...erar energía en el año ...003. Cuando esté en ple...o funcionamiento, en el ...009, será la usina hidro...léctrica más grande del ...undo. Esta obra es un ...ímbolo de la China del ...uturo, un país aún subde...sarrollado pero en proceso de convertirse en potencia económica y militar de primer rango.

Con 9,6 millones de km² y 1.200 millones de habitantes, el gigante asiático —comunista desde 1949— muestra hoy el exitoso resultado de las audaces reformas de signo capitalista emprendidas por Deng Xiaoping a partir de 1978. En la nueva China, los postulados mandatos van de la mano de medidas económicas liberales en una experiencia *sui generis* que Deng bautizó "economía de mercado socialista".

Deng murió en febrero, a los 92 años, y su sucesión se resolvió en setiembre a favor de Jiang Zemin, un tecnócrata de 71 años cuya supremacía fue consolidada por el XV Congreso del Partido Comunista Chino (PCCh), realizado a mediados de setiembre. A la vez de ratificar a Jiang en su triple condición de jefe de Estado, del partido y de las Fuerzas Armadas, los 2.048 delegados asistentes al congreso acordaron *profundizar* las *reformas*, hincándole ahora el diente a las empresas públicas que van a ser privatizadas, fusionadas o cerradas, según sea el caso.

● **Aporte occidental.** Así, en nombre de la eficiencia, cae otro tabú. Las empresas estatales comprenden 148 mil fábricas, con 115 millones de empleados, de los cuales unos 22 millones son excedentarios y 9 millones ya han sido despedidos. El sector público fue responsable en 1996 de 47% de la producción, pero quince años antes lo era del 80%. Su deuda ascendió a casi 60 mil millones de dólares a fines del último ejercicio. La dirigencia china considera que el proceso de achicamiento del Estado deberá intensificarse en el próximo lustro.

Una fuente de la cancillería uruguaya destacó a Búsqueda la alta tasa de crecimiento de China el

Deng Xiaoping

Jian Zemin

año pasado, situada en 9,7%, y señaló que "todo el desarrollo se está haciendo con el dinero y la tecnología de los países occidentales atraídos por las oportunidades comerciales que ofrece el mayor mercado del planeta".

El crecimiento de la economía es el más alto del mundo desde hace tiempo. Pero el país todavía tiene 150 millones de desocupados y subempleados, 27% de analfabetos y 58 millones de personas sumidas en la pobreza absoluta.

De todos modos, según pronostica el Banco Mundial, al paso que va, China será en el 2020 "el segundo importador y exportador del mundo, así como una respetable potencia financiera".

● **Preocupación.** Pero el progresivo fortalecimiento de China y el giro nacionalista de su política exterior suscitan inquietud en Asia. El presidente filipino, Fidel Ramos, habla directamente de la "amenaza china" y Japón ha expresado preocupación ante los planes militares de Pekín.

China compró armas a Rusia por U$S 6 mil millones desde 1991. Jiang ha exhortado a los militares a alcanzar la excelencia tecnológica, mientras el ministro de Defensa, Chi Haotian previno que su gobierno no descarta el uso de la fuerza para recuperar la soberanía sobre Taiwan.

En ese sentido, el científico político Alphonse E. Max dijo a Búsqueda que EE.UU. probablemente siga "apoyando la independencia de Taipei, temiendo que una taiwanización de China continental, después de la incorporación de Hong Kong, afecte todo el sistema defensivo de Asia y la zona del Pacífico, además de acelerar aun más el ritmo de la economía china".

Pekín, mientras tanto, niega tener planes expansionistas. Ha dicho que la modernización de su ejército (3 millones de hombres) sólo persigue "actualizar el equipamiento, para encarar una defensa efectiva".

Pero las hipótesis de conflicto abundan. En marzo, el politólogo norteamericano Martin Weinstein, de la Universidad de Nueva York, dijo durante una conferencia dictada en Montevideo que "si hay una tercera guerra mundial, será protagonizada por EE.UU. y China".

El Pentágono y la CIA han hecho juegos de guerra en computadores, previendo la eventualidad de un enfrentamiento sino-norteamericano, escribió Martin Walker en "The Guardian", y en todos los casos ganó China. El *test* de la CIA situó el posible choque en el 2005, cuando el programa modernizador de las FF.AA. chinas haya terminado.

Entretanto, según Max, los rusos elaboran una "estrategia que asigna gran importancia a EE.UU." como aliado suyo en un eventual conflicto bélico con China. Moscú teme, señaló, que la "cúpula de Pekín no resista la tentación de recuperar los territorios perdidos por China" a manos del zarismo el siglo pasado. En este contexto, "Washington, aplicando la política del balance de poder —o sea la de pactar con la segunda potencia en el área contra la agresividad de la primera— aparece, una vez más, como el aliado natural del Kremlin".

● **Flexibilidad y rigidez.** En un discurso pronunciado el 10 de setiembre en la American University, el presidente norteamericano, Bill Clinton, destacó que su país desea que China sea "estable, abierta y esté en paz con sus vecinos". En junio, EE.UU. renovó a China la cláusula de nación más favorecida, pese a que no ha habido progresos en la política interna china sobre derechos humanos, un tema que tanto desvela a Washington. Pero los intereses de las grandes corporaciones norteamericanos pesan de modo decisivo en las relaciones sino-estadounidenses.

El XV Congreso del PCCh confirmó la flexibilidad en materia económica y la rigidez en el plano político: contrariamente a lo esperado, no se anunció ninguna medida democratizadora.

Clinton estima, empero, que ya habrá ocasión de "ocuparnos sinceramente y cara a cara (con Jiang) de nuestras diferencias en cuanto a derechos humanos y libertad religiosa". Dijo, asimismo, que "sentamos juntos a una mesa brinda más posibilidades de lograr progresos que acusarnos el uno al otro a través del Pacífico".

El ex secretario de Estado norteamericano Henry Kissinger y la ex primera ministra británica Margaret Thatcher coinciden en indicar que, tarde o temprano, la apertura económica determinará también la apertura política en China.

En la nueva correlación de fuerzas que va tejiéndose en el mundo, el vacío que dejó la URSS puede ser colmado por China durante los próximos años. Ello daría lugar a una bipolaridad cargada de tensiones, con un alto potencial conflictivo, o bien a una era de pacífica convivencia entre los grandes centros de poder.

La secretaria de Estado norteamericana, Madeleine Albright, estima que "más allá de las opciones políticas que hagamos, China va a ser una fuerza creciente en Asia y en los asuntos mundiales. La historia de este siglo demuestra la sabiduría de traer al redil a un poder de esa magnitud para que sea un partícipe responsable del sistema internacional, en vez de empujarlo al desierto del aislacionismo".

9714295
Busq 0210
02-02

Nº DOCUMENTO 9714296
TITULO SINDICAL ED
PROCEDENCIA 16593
FECHA DE PROCEDENCIA 16/09/
VINCULACIONES 11846
504593
11413
504487
504638
DP4912

HONG KONG

11461
11464

B POXBT 10-05 00327
icx mun exg

HONG KONG-MANIFESTACION
DEROGACION LEYES LABORALES HONG KONG SERA LLEVADA ANTE OIT

Hong Kong, 5 oct (EFE).- Unas doscientas personas se manifestaron hoy domingo en Hong Kong para protestar por la derogación de dos leyes laborales, queja que pretenden llevar ante la Organización Internacional de los Trabajadores (OIT), en Ginebra.

Las leyes laborales derogadas se refieren a las negociaciones colectivas y a la actividad sindical.

Los manifestantes, miembros de la Federación de Sindicatos de Trabajadores de Hong Kong (FSTHK), advirtieron que llevarían sus protestas ante el Comite de Sindicatos de Europa, ante la gira que hará el jefe del ejecutivo hongkonés, Tung Chee-hwa, a ese continente.

El presidente de la Confederación de Sindicatos, Lee Cheuk-yan, que fue miembro del comité legislativo elegido en 1995 y eliminado por Pekín cuando China tomó posesión de la hasta entonces colonia británica el pasado primero de julio, dijo que continuaría la lucha por los derechos sindicales.

"Vamos a interponer una protesta formal ante la Organización Internacional de los Trabajadores, en Ginebra, que hasta ahora ha mostrado ser de confianza", dijo Lee a EFE.

"El Gobierno ha usado el pretexto de 'proteger la armoniosa relación laboral que existe en Hong Kong' para desechar leyes aprobadas por la legislatura previa, elegida de forma democrática, y esto sólo muestra cual es su definición de 'relación armoniosa'", añadió.

Trini Leung, del comité de Enlace Internacional de la FSTHK, dijo que las protestas también seguirán a nivel local para advertir a los trabajadores y a los miembros del gobierno de la necesidad de grupos que garanticen los derechos básicos de los trabajadores de Hong Kong.

La manifestación de hoy reunió a un grupo menor del esperado por los organizadores, lo que Leung señaló como causado por la presión de las autoridades.

"La verdad es que, desde el traspaso, el número de personas que interviene en una manifestación ha bajado mucho. La presión de las Autoridades, aunque se niega, ciertamente se ha dejado notar", dijo Leung. EFE
ims/ntc/jdl

10/05/11-31/97

9714296

01-04

XH9298

R POXBT 10-08 00417
icx mun exg

HONG KONG-OPOSICION
ANUNCIO INVERSION 11 BILLONES DOLARES IRRITO A OPOSICION

Hong Kong, 8 oct (EFE).- El anuncio de una inversión de 11,3 billones de dólares en los próximos cinco años hecho hoy ante el Parlamento por el jefe del Ejecutivo de la Región Administrativa Especial de Hong Kong, Tung Chee-hwa, irritó a la oposición, que destacó la falta de alusiones a la Democracia en su discurso.

La comparecencia de Tung Chee-hwa, con motivo de los 100 días de su investidura tras el traspaso a China de la soberanía de la ex colonia británica, estuvo salpicada de promesas de estabilidad y prosperidad, ligadas al estrechamiento de las relaciones con China, aunque los grupos de oposición le reprocharon sus omisiones políticas.

El jefe del Ejecutivo expuso en una larga intervención sus proyectos de desarrollo económico, para los que dijo existen partidas presupuestarias que cifró en 995 millones de dólares para el próximo ejercicio económico y que, precisó, ascenderían a 2.400 millones anuales a partir del año 2001.

Tung Chee-hwa indicó que una de las principales prioridades de su mandato será resolver el acuciante problema de la vivienda.

En ese sentido, anunció el reforzamiento del plan de construcción de 85.000 nuevas viviendas al año, con el que, señaló, se pretende conseguir que para el 2007 el 70 por ciento de los habitantes tenga una residencia propia.

Tras insistir reiteradamente en que el ex enclave británico continuará siendo un buen lugar para las inversiones, afirmó que "cada peldaño que ascendamos hoy marcará el curso de la próxima década".

El jefe del Ejecutivo se refirió a los proyectos de mejora de infraestructuras viarias y ferroviarias y destacó la creación de un parque tecnológico para promover el desarrollo científico y económico.

El presidente del Partido Democrático de Hong Kong, Martin Lee, expresó su total desacuerdo con la intervención y aseguró que Tung Chee-hwa "vive en un mundo distinto, no está en contacto con las ansias democratizadoras de los habitantes de Hong Kong".

Emily Lau, líder del partido de la Frontera, por su parte, declaró a EFE que le había molestado profundamente su "despreocupación por los Derechos Humanos" y añadió que "deliberadamente trata de despolitizar Hong Kong".

El Reino Unido traspasó el pasado 30 de junio la soberanía de Hong Kong a China en virtud de los acuerdos de 1984, suscritos por ambos países durante el mandato de la entonces primera ministra Margaret Thatcher.

Los acuerdos pusieron fin a 156 años de régimen colonial, aunque bajo la premisa de que se mantenga el actual sistema político, social y económico durante los próximos 50 años. EFE
ims/Alf/ep/ll

10/08/16-03/97

9714296

02

XC7935

R POXBT 10-15 00140
icx mun exg

HONG KONG-COREA
HONG KONG CONCEDE AYUDA DE 948.000 DOLARES A COREA DEL NORTE

Hong Kong, 15 oct (EFE).- Las autoridades de Hong Kong concedieron una ayuda de 7,3 millones de dólares honkoneses (unos 948.000 dólares) para paliar la hambruna que afecta Corea del Norte, informaron hoy miércoles fuentes oficiales.

Los fondos serán entregados a través de tres organizaciones benéficas que visitaron el estado comunista en agosto pasado.

El Comité Asesor del Fondo de Socorro a Desastres de Hong Kong indicó su preocupación "por las continuas penurias que han causado las inundaciones y las sequías en Corea del Norte durante los últimos años".

El Comité informó de que otros dos préstamos, valorados en 3,2 millones de dólares fueron concedidos a Corea del Norte en los dos últimos años por las organizaciones "Médicos Sin Fronteras" y "Cruz Roja de Hong Kong". EFE
ims/pp/ntc/meg/jdl

10/15/10-24/97

9714296

XU6474

R ECOBT 10-16 00155
mun exg

CHINA-INVERSIONES
HONG KONG INVIERTE 10.500 MILLONES DOLARES EN PEKIN

Pekín, 16 oct (EFE).- Las inversiones directas de Hong Kong en Pekín totalizaron los 10.560 millones de dólares entre enero y finales de agosto de este año, informó hoy la prensa local.

De esta suma 5.850 millones de dólares se invirtieron en el sector inmobiliario, lo que representó un 63 por ciento del capital total destinado a esta industria, agregó el rotativo Today's Bejing Daily.

El informe económico añade que Pekín tiene en la actualidad veinte hoteles, por un valor de 20 millones de dólares cada uno, construidos con capital de Hong Kong.

Un multimillonario de la ex colonia británica, dice el diario, ya llegó a un acuerdo con la firma china "Legend Group" mediante el cual se ha puesto en funcionamiento en este país la mayor empresa de teclados de ordenadores de Asia.

El volumen de intercambios comerciales entre Pekín y Hong Kong alcanzó los 762 millones de dólares en 1996. EFE
fjc/jf/dv

10/16/09-26/97

97142961

04-04

Nº DOCUMENTO 9714297
TITULO elecciones CHINA - TAIWAN
PROCEDENCIA 518193
FECHA DE PROCEDENCIA 21097
VINCULACIONES 11876
507638
514648
65890
10184
507513 11161
66151 c1399
501599 11164
501660 11148
91981

01-12

XB7304

U POXBT 10-03 00567
icx mun exg

TAIWAN-PEKIN (Previsión)
GOBIERNO DE TAIWAN BUSCA REANUDAR CONVERSACIONES CON PEKIN

Taipei, 3 oct (EFE).- El Gobierno de Taiwán se dispone a reanudar sus conversaciones con China, interrumpidas por Pekín en junio de 1995, tras el viaje que hizo aquel año a Estados Unidos el presidente taiwanés, Lee Teng-hui.

Esta decisión de Taiwán responde a la propuesta que hiciera el presidente chino, Jiang Zemin, durante la apertura del XV Congreso Nacional del Partido Comunista el 12 de septiembre pasado, y que recientemente reafirmaron el primer ministro chino, Li Peng, y el ministro de Asuntos Exteriores, Qian Qichen.

En aquella oportunidad, el dirigente chino instó a las autoridades de Taipei a reunudar las conversaciones directas en el contexto "de que, al existir sólo una China, se puede negociar todo".

Aunque China, para conseguir la reunificación, "no renunciará jamás al uso de la fuerza si fuera necesario", agregó Jiang Zemin.

El primer ministro taiwanés, Vincent Siew, volvió ayer a reiterar el deseo de que se prosigan tanto los diálogos "Koo-Wang" como el resto de las negociaciones entre ambos gobiernos, pero sin "condiciones previas".

"Koo-Wang" se refiere al primer diálogo que sostuvieron ambos países en abril de 1993 en Singapur.

En aquella ocasión, la parte china estaba encabezada por Koo Chen-fu, presidente de la Fundación para los Intercambios del Estrecho y la taiwanesa, por Wang Daohan, presidente de la Asociación para las Relaciones del Estrecho.

El pasado mes de septiembre, a través de un libro blanco sobre Taiwán, la Cámara de Comercio estadounidense de Taipei criticó fuertemente la política de este país respecto a China por no hacer nada para acelerar sus contactos con Pekín.

"Nosotros expresamos nuestra postura como empresarios. Los contactos entre las dos partes del estrecho de Formosa son vitales para las multinacionales que quieren acceder al mercado emergente de la Gran China", dijo Jeffrey Williams, presidente de la Cámara.

El Gobierno taiwanés teme que adelantar el establecimiento de relaciones con Pekín pueda afectar la seguridad nacional, aunque esta vez Siew indicó que Taiwán quiere ayudar a "elevar el nivel de vida de los 1.200 millones de compatriotas que viven en China".

Para ello, el primer ministro apeló por una mayor oferta de inversiones en beneficio de China a cambio de que Pekín no fuerce a Taipei a negociar una reunificación rápida.

La presión china sobre los aliados políticos de Taipei en la Asamblea General de la ONU hizo que ni Panamá, ni Guatemala, ni Haití, ni Malaui, entre otros, hablaran a favor de Taiwán, como, al parecer, habían prometido a las autoridades de Taipei.

Sin embargo, la inclusión de Taiwán en el Pacto de Seguridad firmado por Estados Unidos y Japón, el pasado 23 de septiembre, y la resolución del Senado estadounidense que urge al Gobierno a suministrar a Taiwán el más sofisticado sistema de defensa contra misiles, han servido para compensar las victorias políticas de Pekín.

China continental considera a Taiwán una "provincia rebelde" y exige la reunificación, a la que Taipei está dispuesta una vez que

9714297

"las dos Chinas" alcancen el mismo grado de libertad y prosperidad económica de que goza la isla.

El principio de que hay sólo una China es interpretado por Pekín como que sólo existe la República Popular China y que Taiwán está bajo su soberanía.

Por el contrario, Taipei lo interpreta como que "hay una China histórica y cultural -que hoy está dividida en "dos entidades políticas autónomas y soberanas"-, y que busca "la reunificación futura con libertad, democracia y prosperidad". EFE

flp/ams/jdl

10/03/09-36/97

9714297

XG9590

R POLBT 10-07 00260
icx exg mun

CHINA-TAIWAN
GOBIERNO CHINO CONDENA VISITA VICEPRESIDENTE TAIWAN A EUROPA

Pekín, 7 oct (EFE).- El Gobierno chino condenó la visita que el vicepresidente de Taiwan, Lien Chan, comenzó hoy, martes, a varios países europeos y que podría incluir una escala en España.

"Esta visita podría destruir las relaciones entre Pekín y esos países", dijo hoy en rueda de prensa el portavoz del ministerio de Asuntos Exteriores, Shen Guofang.

Shen subrayó que "en el mundo hay una sola China y Taiwan es parte de ella", al tiempo que mostró su esperanza en que "esos países europeos adopten una actitud prudente".

Lien salió ayer de Taipei hacia Holanda y tiene previsto visitar Islandia y otros países europeos, no especificados.

En su camino de regreso a Taiwan podría hacer una escala en España y Singapur, dijeron en Taipei fuentes del Gobierno.

Lien, quien realiza una visita calificada de privada a Europa, viaja acompañado del ministro sin Cartera, Hsu Li-teh, y de varios funcionarios.

Pekín ha advertido últimamente a Taiwan de que no permitirá ningún movimiento independentista en la isla y que para ello no descarta el uso de la fuerza si fuera necesario.

China considera a Taiwan una provincia rebelde y propone a Taipei una reunificación pacífica bajo la fórmula de "un país, dos sistemas" aplicada en el caso de la colonia británica de Hong Kong, cuya soberanía pasó a Pekín el pasado uno de julio.

En el Congreso del Partido Comunista Chino celebrado del 12 al 17 de septiembre, el presidente Jiang Zemin señaló que Pekín desea contactos de alto nivel a ambos lados del estrecho, como paso previo a "la reunificación de la patria". EFE

fjc/ma

10/07/10-28/97

04

9714297

XB7384

R POXBT 10-08 00286
mun

CHINA-TAIWAN
PEKIN DESACONSEJA PAISES EUROPEOS RECIBIR DIRIGENTE TAIWANES

Pekín, 8 oct (EFE).- La gira extra oficial que realiza estos días el vicepresidente de Taiwán, Lien Chen, a varios países europeos ha provocado una respuesta firme del Gobierno chino, que suspendió unas reuniones previstas en Pekín entre un empresario de Islandia y funcionarios locales.

Lien Chen salió ayer de Taipei con destino a Holanda, Islandia y otras capitales europeas que no han sido especificadas, y su viaje podría incluir una escala privada en España, gira contra la que ya se ha manifestado Pekín.

"Esa visita podría destruir las relaciones entre Pekín y esos países", dijo ayer en una rueda de prensa el portavoz del ministerio chino de Asuntos Exteriores, Shen Guofang.

China ha prometido una fuerte reacción si cualquier nación europea ofrece un visado a Lien, lo que "perjudicará" sus relaciones diplomáticas con Pekín.

La gira del dirigente taiwanés, quien anunció su deseo de hacer escala en España antes de regresar a la isla considerada por China como una "provincia rebelde", se produce días antes de la llegada a Shanghai y Pekín de Josep Piqué, ministro español de Industria y Energía, quien visitará el país asiático la primera semana de noviembre.

Piqué se entrevistará con varios ministros chinos, con quienes tratará sobre el intercambio económico y comercial entre los dos países e inaugurará varios proyectos españoles en China.

Durante su estancia de un día y medio en ambas ciudades chinas, el ministro presidirá la clausura de un Seminario sobre Industria Española con la asistencia de empresas españolas y chinas.

Esta actividad sigue a la reunión plenaria del Comité Hispano-Japonés en Tokio el próximo día 31, que estará dirigida por el presidente del Gobierno español, José María Aznar. EFE
cg/ga/jdl

10/08/08-03/97

05

9714297

XB7429
U POXBT 10-09 00328
icx exg mun

CHINA-TAIWAN
PEKIN AMENAZA ISLANDIA POR VISITA VICE PRESIDENTE TAIWAN

Pekín, 9 oct (EFE).- El Gobierno de Pekín advirtió hoy a Islandia de que será responsable de "todas las consecuencias" de la visita del vicepresidente taiwanés, Lien Chan, a ese país europeo, cuya acogida "ha dañado los sentimientos del pueblo chino".

"Recibir a Lien ha supuesto una intromisión en los asuntos internos de China", dijo hoy en una rueda de prensa el portavoz del ministerio chino de Asuntos Exteriores, Shen Guofang, quien agregó que Pekín ya ha protestado "vigorosamente" a través de canales diplomáticos ante el Gobierno de Reikiavic.

Lien Chan comenzó el pasado martes una gira de carácter privado por varios países europeos, que no han sido especificados, lo que despertó una una fuerte reacción de Pekín, como cada vez que el Gobierno taiwanés pretende tener cualquier forma de presencia internacional.

Para las autoridades de China, Taiwan es una "provincia rebelde".

Lien antes de partir de Taipei manifestó su deseo de hacer una escala en España y Singapur, en su viaje de regreso a Taiwán.

Tras advertir a las naciones europeas de las consecuencias que traería conceder un visado al vice presidente taiwanés, Shen Guofang anunció que Pekín ha decidido cerrar el consulado de Liberia en Hong Hong, ya que ese país reconoce a China y Taiwan.

"El Gobierno de Liberia está creando dos chinas", agregó Shen, confirmando la firmeza con la que Pekín está dispuesto a actuar con las naciones que mantengan relaciones con Taipei.

La postura de China respecto a Taiwan quedó claramente definida tras el Congreso del Partido Comunista, celebrado en Pekín del 12 al 18 de septiembre, en el que el presidente Jiang Zemin reiteró que el único destino de "la provincia rebelde es el regreso a la madre patria".

Las autoridades de Pekín proponen, como un primer paso a la reunificación, reuniones de alto nivel a ambos lados del estrecho para, en una etapa posterior, aplicar la fórmula de "un país, dos sistemas", como se hizo en Hong Kong, cuya soberanía pasó a China el pasado 1 de julio. EFE
fjc/jdl

10/09/09-31/97

9714297

06

XS8640

U POXBT 10-10 00272
ICX MUN EXG

TAIWAN-DIA NACIONAL
TAIWAN NO CEDE PRESION CHINA Y SIGUE CAMPAÑA INTERNACIONAL

Taipei, 10 oct (EFE).- El presidente de Taiwán, Lee Teng-hui, pidió a Pekín hoy viernes, durante su discurso en conmemoración de la principal festividad nacional taiwanesa, "una actitud más pragmática" y que afronte la realidad de que Taiwán y China tienen dos gobiernos independientes.

El presidente Lee reiteró que Taiwán no cesará en su campaña de "participar activamente en organizaciones y actividades internacionales para que todo el mundo reconozca la realidad de la existencia y desarrollo de la República de China" en Taiwán.

Con respecto a las relaciones Taipei-Pekín, el mandatario taiwanés reafirmó su compromiso por la reunificación con la China continental, pero bajo los principios de "libertad, democracia y prosperidad".

Lee señaló también que Taiwán reducirá sus efectivos militares, pero adquirirá sistemas defensivos avanzados para proteger la seguridad nacional".

"Defendemos los esfuerzos por mantener la seguridad y prosperidad regional. Estamos dispuestos a cooperar con otros países de la zona Asia-Pacífico para fomentar la seguridad y estabilidad regional", agregó Lee.

Este año, como no solía suceder antes, no ha venido ningún jefe de Estado o Gobierno a participar en las celebraciones, que consisten en un desfile militar y en actuaciones de diversos grupos frente al Palacio Presidencial.

La fiesta nacional, conocida popularmente como "doble diez", por celebrarse precisamente el 10 del mes diez, conmemora el día en que se declaró la República Nacionalista China tras 267 años de la dinastía Ching y el aniversario se celebraraba en China hasta la llegada al poder de los comunistas en 1949. EFE
flp/ams/meg/jdl

10/10/08-53/97

9714297

01

XB7562

U POXBT 10-14 00261
icx mun exg

CHINA-TAIWAN
PEKIN PIDE A TAIWAN NEGOCIACIONES SOBRE REUNIFICACION

Pekin, 14 oct (EFE).- China pidió a Taiwan entablar negociaciones políticas lo antes posible para acabar con las tensiones a ambos lados del estrecho y preparar el camino a la "reunificación de la patria".

En su edición de octubre, la revista "Relaciones a Través del Estrecho", que recoge la postura oficial del gobierno, recuerda el compromiso del presidente Jiang Zemin de "formentar los contactos a alto nivel entre China y Taipei para lograr la reunificación pacífica del país."

Pekín "nunca reconocerá al Ejecutivo de Taipei como un gobierno legítimo", añade la nota, con lo que rechaza lo que, para Taiwan, es una condición previa para cualquier negociación.

La publicación advierte de que no "permitirá que ninguna potencia extranjera interfiera en los asuntos internos chinos y que la cuestión de la reunificación es algo que deben resolver los pueblos de ambos lados del estrecho".

China considera a Taiwan como una provincia rebelde y ha amenazado incluso con intervenir militarmente si las corrientes independentistas cobran fuerza en la isla.

En el pasado Congreso del Partido Comunista Chino (PCCh) celebrado del 12 al 18 de septiembre, el presidente Jiang Zemin, destacó entre las prioridades de China en los proximo cinco años la reunificación con Taiwan.

Taiwan sigue siendo la última espina clavada en la espalda del gran dragón asiático tras la devolución de Hong Kong, el pasado primero de julio, a la soberanía china después de permanecer 156 años como una colonia británica, a lo que seguirá la integración de Macao -secular colonia portuguesa- en 1999. EFE
fjc/jdl

10/14/05-48/97

08

9714297

XA4577

R POXBT 10-15 00622
icx mun exg

TAIWAN-PEKIN
TAIPEI QUIERE QUE PEKIN HAGA OFERTA NEGOCIACIONES VIA OFICIAL

Taipei, 15 oct (EFE).- El primer ministro taiwanés, Vincent Siew, dijo hoy que su país no puede decidir unilateralmente la fecha de inicio de las negociaciones entre Taipei y Pekín, y se quejó de que todas las ofertas de China siempre se hacen a través de los medios de comunicaciones y no por la vía oficial.

En el próximo número de la revista de la Asociación para las Relaciones a través del Estrecho (ARATS, en inglés), el organismo chino encargado de las relaciones con Taipei publicará un artículo sobre la postura de Pekín respecto a las negociaciones políticas.

Los puntos fundamentales del artículo, titulado "Pronto comienzo de las negociaciones para impulsar el desarrollo de las relaciones entre las dos partes del estrecho", han aparecido ya en la agencia oficial de noticias china "Xinhua" y en la edición internacional del "Diario del Pueblo".

Pekín quiere que los organismos de China y Taiwán, encargados de las relaciones mutuas, discutan el protocolo de las negociaciones políticas.

Taiwán aceptó la semana pasada la inclusión de los temas políticos en las conversaciones entre las dos partes del Estrecho, para lo que Siew instruyó al Consejo de los Asuntos de China Continental para que preparara las futuras negociaciones.

El primer ministro taiwanés insistió que en las negociaciones con Pekín se dará prioridad a la seguridad y dignidad nacional, y no sólo a la conveniencia técnica o económica.

"Si China abandona su mentalidad hegemónica no será difícil el mejoramiento de las relaciones entre las dos partes del Estrecho", dijo Siew en referencia a la insistencia China en considerar el Gobierno de Taipei como un mero gobierno local.

La postura oficial del Gobierno de Taiwán con respecto a Pekín es de "no tener prisa", y de que "la reunificación es un objetivo a largo plazo, que se debe alcanzar en varias etapas, y sólo bajo la democracia, libertad y distribución equitativa de la riqueza".

Chu Feng-chih, legislador del partido gobernante Kuomintang, sugirió una movilización de todos los grupos privados de las naciones amigas de Taiwán en Europa y América para impulsar la participación taiwanesa en el escenario internacional, con el fin de recibir más apoyo extranjero y frenar así la presión de China.

Recientes sondeos de opinión en Taiwán, y los resultados de las últimas elecciones, muestran que casi un ochenta por ciento de la población está a favor del mantenimiento de la situación actual de "independencia" sin declararla formalmente.

La última reforma constitucional del pasado mes de julio dejó abierta la posibilidad de que se apruebe una ley que regule el derecho al plebiscito, que podría utilizarse para respaldar la independencia de hecho o el derecho de la isla.

Algunos analistas taiwaneses no descartan que la última oferta de iniciar el diálogo bajo tres "acuerdos" -la aceptación del principio de que sólo hay una China, la igualdad en lasnegociaciones y no permit posible el comienzo de un sendero largo y sinuoso.

09

9714207

posible el comienzo de un sendero largo y sinuoso.

El presidente chino, Jiang Zemin, en la apertura del XV Congreso Nacional del Partido Comunista el mes pasado, instó a las autoridades de Taipei a reanudar las conversaciones directas en el

contexto "de que al existir sólo una China se puede negociar todo".

China continental considera a Taiwán una "provincia rebelde" y exige la reunificación, a la que Taipei está dispuesta una vez que las dos Chinas alcancen el mismo grado de libertad y prosperidad económica de que goza ya la isla.

El principio de que hay sólo una China es interpretado por Pekín como que existe la República Popular China y que Taiwán está bajo su soberanía.

Por el contrario, Taipei lo interpreta como que "hay una China histórica y cultural -que hoy está dividida en dos entidades políticas autónomas y soberanas"-, y que busca "la reunificación futura con libertad, democracia y prosperidad". EFE

FLP/AMS/PG

10/15/03-53/97

9714297

10

XQ2342

R ECOBT 10-20 00167
 MUN EXG ICX

TAIWAN-PEKIN
INVERSIONES DE TAIWAN EN CHINA CONTINUAN PESE OPOSICION GOBIERNO

Taipei, 20 oct (EFE).- Un total de 853 empresas taiwanesas han legalizado sus inversiones en China por un monto de 3.700 millones de dólares, tras acogerse a una amnistía que permitía la inscripción de las inversiones ilegales hasta el 30 de septiembre, informó hoy, lunes, el ministerio de Economía taiwanés.

Las mismas fuentes dijeron tener datos de otras 700 compañías que tienen inversiones ilegales.

A pesar de las numerosas advertencias gubernamentales sobre los peligros de una excesiva dependencia del mercado chino, las inversiones de Taipei en la China continental continúan creciendo.

Estas cifras superan las de otra amnistía en 1994, en la que se legalizaron unas 806 inversiones por un monto total de 2.000 millones de dólares.

Las compañías taiwanesas que tengan inversiones ilegales en China pueden sufrir multas de cinco millones de dólares locales (170 mil dólares estadounidense) hasta que las retiren o las legalicen. EFE

flp/Alf/jmi/ddp

10/20/13-31/97

9714297

XB7860

R ECOBT 10-21 00260
mun exg icx

TAIWAN-CHINA
EL COMERCIO DE TAIWAN, CADA VEZ MAS DEPENDIENTE DE CHINA

Taipei, 21 oct (EFE).- El comercio de Taiwán es cada vez más dependiente de China, según datos divulgados hoy, martes, por el propio Gobierno de Taipei.

La oficina taiwanesa de Contabilidad y Presupuestos informó hoy de que un 11,7 por ciento de las importaciones chinas proceden de Taiwán, a quien Pekín considera "una provincia rebelde".

Este dato coloca a Taiwán como el segundo suministrador internacional de China, detrás de Japón, que aporta un 21,6 por ciento de sus importaciones, y por delante de Estados Unidos, que vende el 11,6 por ciento de todo lo que China importa.

Según el ministerio taiwanés de Economía, las inversiones ilegales de este país en China muestran un crecimiento continuo a pesar de que el Gobierno de Taipei hace lo posible por evitarlo.

Toda la información oficial parece indicar que el comercio bilateral entre China y Taiwán está cada vez más integrado.

Según el profesor Bai Fangqi, del Instituto de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Tamkang, en Taipei, Taiwán y China mantienen una relación de "inverso paralelismo" respecto de la existente entre Estados Unidos y Cuba.

"Estados Unidos no permite, por motivos políticos, que Cuba comercie con sus empresarios; y Taiwán hace lo mismo con respecto a China", comenta Bai, para quien, a largo plazo, estas medidas no son muy realistas.

A pesar de que la integración económica entre China y Taiwán es cada vez más visible, el Gobierno de Taipei sigue controlando los contactos comerciales de este país con China porque, a su juicio, afectan a la seguridad nacional. EFE

flp/fp/pz/jff

10/21/09-01/97

9714297

12-12

XCB196

U POXBT 10-27 00158
icx mun exg

COREA-EEUU
COREA SUR INICIA MANIOBRAS MILITARES CONJUNTAS CON EEUU

Seúl, 27 oct (EFE).- Tropas surcoreanas iniciaron hoy lunes las maniobras militares conjuntas "Foal Eagle" con soldados de las bases estadounidenses instaladas en este país, bajo protestas norcoreanas.

En los ejercicios militares, que se realizarán hasta el 6 de noviembre, toman parte unos 33.000 soldados surcoreanos de los ejércitos de Tierra y Aire, y los militares estadounidenses, con la movilización del portaviones Independence.

Las maniobras levantaron las protestas inmediatas de la vecina Corea del Norte.

En un despacho de la agencia Oficial de Noticias Norcoreana recibido en Tokio, la secretaría norcoreana del Comité para la Reunificación Pacífica de la Patria criticó los ejercicios tachándolos de provocación.

"Las maniobras son un ejercicio de guerra para un ataque a la mitad norte de Corea. Es una amenaza abierta contra nosotros, además de una declaración de guerra", afirmó la nota de prensa.
EFE

CD/jdl

10/27/07-58/97

Nº DOCUMENTO 9714298
TITULO COREA SUR : MANIOBRAS CONJUNTAS CON EEUU
REFERENCIA 818193
FECHA DE REFERENCIA 27/10/97
CIRCULACION 11076
SDT 488
6550
11333
11163

9714298

01-01

TD0090

R CULBT 10-28 00264
icx exg mun

COREA-POLITICA
OPOSICION PRESENTA KIM DAE JUNG CANDIDATO UNICO PRESIDENCIA

Seúl, 28 oct (EFE).- Dos partidos de la oposición surcoreana presentarán a Kim Dae Jung como candidato común a las elecciones presidenciales que se celebrarán en este país el mes de diciembre, informó hoy, martes, la agencia de noticias Yonhap.

El acuerdo se alcanzó anoche en una reunión entre Kim Dae Jung, presidente del Congreso Nacional para una Nueva Política (CNNP), el mayor de la oposición, y Kim Jong Pil, presidente de los Liberal Demócratas Unidos (LDU), ambos hasta hoy candidatos de sus respectivas formaciones a los comicios del 18 de diciembre.

Según el pacto, ambos partidos pretenden revisar la Constitución antes de diciembre de 1999 para reemplazar el sistema presidencial actual por uno parlamentario.

Al parecer existe el compromiso de que si Kim Dae Jung logra la victoria en las próximas elecciones de diciembre, Kim Jong Pil será primer ministro con derecho además a nombrar y destituir ministros, señala Yonhap.

Kim Dae Jung reconoció haber finalizado las negociaciones para presentar un candidato único aunque aplazó hasta el día 3 de noviembre el anuncio oficial del acuerdo y su contenido.

Si se confirma el pacto, a las elecciones presidenciales surcoreanas se presentarán cuatro rivales.

Los otros son Lee Hoi Chang, presidente del partido gubernamental Nueva Corea (PNC); Rhee In Je, ex gobernador de Kyonggi que creará un nuevo partido en noviembre; y Cho Soon, ex alcalde de Seúl y líder del pequeño grupo opositor Partido Demócrata (PD).

Los sondeos de opinión dan una clara ventaja a Kim Dae Jung, con un 35 por ciento de las simpatías populares.- EFE

CD/lm

10/28/05-43/97

DOCUMENTO 9714299
TEMA COREA : KIM DAE JUNG CANDIDATO UNICO DE LA OPOSICION
FECHA 28/10/97
HORA 11:16
MATRICULA 507488
11837
11437
80012

0164

9714299

01-01

Nº DOCUMENTO 9714300
TITULO SITUACION EN COREA DEL NORTE, KIM JONG IL FUE NOMBRADO SEC. GRAL DEL P.T.
PROCEDENCIA M0080
FECHA DE PROCEDENCIA 23-10-97
VINCULACIONES 11816 11163 11650
507487
11164
11676
11165

9714300

01-08

XB7396

U POXBT 10-08 00608
icx mun exg

COREA-KIM (Previsión)
KIM JONG IL ASUME PODER SECRETARIA GENERAL PARTIDO UNICO

Por Carlos Domínguez

Tokio, 8 oct (EFE).- Kim Jong Il accedió hoy formalmente a la más alta jerarquía del régimen norcoreano al ser nombrado secretario general del Partido de los Trabajadores, tres años y tres meses después de la muerte de su padre, Kim Il Sung, en los que apenas se le ha visto en público.

La designación de Kim, de 55 años de edad, se produjo en una reunión conjunta del Comité Central del partido único y de la Comisión Central Militar del Ejército, según un despacho de la Agencia Central Norcoreana (KCNA).

La agencia oficial distribuyó un comunicado en el que se confirma la designación de Kim Jong Il "de forma unánime", medida aprobada por el partido, los ministerios, las instituciones nacionales y otras organizaciones del país.

"Es la expresión de la fe y deseo inquebrantables de nuestro pueblo para que esté al frente del partido y la revolución, y lograr una unidad más firme de todo el partido, el Ejército y el pueblo", señala la nota de la KCNA en la que se añade que de esta forma se realizará la ideología revolucionaria autárquica "juche" acuñada por su padre, fundador de Corea del Norte.

Su nombramiento culmina un largo proceso de sucesión del poder desde que murió el 8 de julio de 1994 su padre -oficialmente de un ataque cardíaco- a los 82 años, muerte que levantó en el vecino régimen capitalista de Corea del Sur múltiples conjeturas sobre las desavenencias y rivalidades entre padre e hijo.

De las pocas cosas que se conocen de este hermético estado comunista situado entre China y Corea del Sur, se sabe que Kim Jong Il había sido criado para suceder algún día a su padre, el "amado líder" que dirigió el país casi cinco décadas.

Corea del Norte declaró un luto nacional de tres años en respeto por la muerte del fundador del país, finalizado hace tres meses, período en el que los 24 millones de habitantes del país han sufrido estrecheces económicas y una aguda escasez de alimentos que les ha puesto al borde de la hambruna.

En estos tres años la secretaría general del partido y la presidencia del Estado, los dos máximos cargos del país, han estado vacantes, sin que más allá de sus fronteras se supiera cuándo el hijo del gran líder los ocuparía para completar así el rosario de cargos que concentran en sus manos todo el poder de ese país.

En abril de 1993 asumió la presidencia de la Comisión de Defensa Nacional que le dio el control total de un Ejército de 1,1 millones de soldados, que es la principal amenaza a la estabilidad de Asia Oriental y una pesadilla para Japón.

El anuncio se produce dos días antes del 52 aniversario de la creación del Partido de los Trabajadores, el 10 de octubre, fecha en la que se creía que Kim Jong Il podría hacerse con los dos cargos que aún no poseía y completar la primera sucesión dinástica de un país comunista que se produce en el mundo.

En el meteórico ascenso de Kim Jong Il al lado de su padre, se llegó a crear una versión oficial de su nacimiento, el 16 de febrero de 1942, en un campo militar secreto anti japonés en el

9714300

02

monte Paektu, el más alto y "sagrado" del país, pese a que historiadores rusos aseguran que fue a comienzos de los 40 en algún campo militar soviético de Javarosk, en donde su padre buscó refugio de la persecución del Ejército Imperial nipón.

Según fuentes de Seúl, el líder norcoreano estuvo detrás del atentado que en 1983 costó la vida en la capital birmana, Rangún, a 18 altos funcionarios surcoreanos, y ordenó personalmente derribar el avión de las líneas aéreas surcoreanas sobre el mar Andaman, en 1987, en el que murieron 115 personas, para boicotear los Juegos Olímpicos de Seúl de 1988.

Amante del cine -se dice que posee una filmoteca de 20.000 títulos- Kim Jong Il tiene dos hijas tras haberse casado tres veces, una de ellas, con una actriz de su país. EFE

CD/jdl

10/08/10-37/97

97143001

XB7401
U POXBT 10-08 00764
icx mun exg

COREA NORTE-KIM (Documentación)
BREVE CRONOLOGIA DE COREA DEL NORTE DESDE SU NACIMIENTO

Tokio, 8 oct (EFE).- Cronología de los momentos claves de la historia de Corea del Norte desde su fundación, después de la Segunda Guerra mundial:

15 agosto 1945.- Corea se libera del poder colonial de Japón.

10 octubre 1945.- Se funda en Partido de los Trabajadores de Corea del Norte.

9 septiembre 1948.- Se funda la República Popular Democrática de Corea con Kim Il Sung como primer ministro. (En agosto 15 del mismo año se proclama la República de Corea del Sur con Syngman Rhee como presidente.)

6 junio 1950.- Estalla la guerra de Corea entre el Norte apoyado por el bloque soviético y el Sur por EEUU.

27 julio 1953.- Se firma el armisticio.

Octubre 1966.- El Partido de los Trabajadores de Corea del Norte funda su presidencia y elige a Kim Il Sung como secretario general.

4 julio 1972.- Las dos Coreas anuncian un "Comunicado Conjunto Norte-Sur" en el que estipulan que el proceso de unificación debe estar basado en la autodeterminación, ser pacífico y garantizar la unidad nacional.

27 diciembre 1972.- La Asamblea Suprema Popular adopta una nueva constitución y elige a Kim Il Sung como jefe de Estado.

Septiembre 1973.- Eligen a Kim Jong Il, hijo de Kim Il Sung, como secretario del partido encargado de la propaganda y director adjunto del Departamento de Orientación y Guía del partido oficial.

11 febrero 1974.- Kim Jong Il es elegido miembro del Comité Político del Comité Central del partido único y nombrado sucesor de su padre.

10 a 14 octubre 1980.- Se celebra el VI Congreso del PT.

Kim Jong Il es elegido miembro de la cúpula del "Presidium del Politburó", secretario y miembro del Comité de Asuntos Militares.

1 enero 1990.- Japón y Corea del Norte sostienen la primera ronda de conversaciones en Pyongyang para normalizar relaciones diplomáticas.

4 a 7 septiembre 1990.- Tiene lugar la primera ronda de conversaciones entre primeros ministros de las dos Coreas en Seíl.

17 septiembre 1991.- Corea del Norte y Corea del Sur son aceptadas en las Naciones Unidas.

13 diciembre 1991.- Se celebra la quinta ronda de conversaciones entre primeros ministros de las dos Coreas, en Seúl.

Las dos Coreas firman un acuerdo de reconciliación, no agresión, intercambios y coperación.

24 diciembre 1991.- Kim Jong Il es nombrado comandante supremo del Ejército Popular de Corea del Norte.

31 diciembre 1991.- Las dos Coreas firman una declaración conjunta para la desnuclearización del península coreana.

5 noviembre 1992.- Se rompe la octava ronda de conversaciones para la normalización de relaciones entre Japón y Corea del Norte.

Febrero 1993.- Corea del Norte rechaza inspecciones de la Agencia Internacional de Energía Atómica en dos localidades no

9714300

04

declaradas en Yongbyon.

12 marzo 1993.- Corea del Norte anuncia su decision de retirarse del Tratado de No Proliferación Nuclear (NPT).

9 abril 1993.- Kim Jong Il es elegido presidente del Comité Nacional de Defensa.

11 mayo 1993.- El Consejo Nacional de Seguridad de las Naciones Unidas adopta una resolución en la que urge a Corea del Norte reconsiderar la decisión de retirarse del NPT.

17 junio 1994.- El ex presidente de Estados Unidos Jimmy Carter se reúne con el president Kim Il Sung y acuerdan preparar una reunión cumbre entre las dos Coreas.

8 julio 1994.- Muere Kim Il Sung de ataque cardíaco a la edad de 82 años. Se decreta luto nacional de tres años.

21 octubre 1994.- Corea del Norte y EEUU firman en Ginebra un acuerdo nuclear, según el cual Washington y sus aliados darán a Pyongyang dos reactores de agua ligera y 500.000 toneladas de aceite pesado al año a cambio de que ese país suspenda su programa de desarrollo nuclear.

9 marzo 1995.- Se crea la Organización para el Desarrollo de Energía en la Península Coreana (KEDO en sus siglas inglesas).

Julio/agosto 1995.- Fuertes lluvias e inundaciones masivas destruyen las cosechas en Corea del Norte, país que hace una llamada de socorro a la ONU.

16 abril 1996.- EEUU y Corea del Sur proponen conversaciones cuatripartitas junto a Corea del Norte y China para lograr una acuerdo permanente de paz en la península coreana.

Julio 1996.- Nuevamente temporales de lluvia causan graves daños a la agricultura del país.

12 febrero 1997.- El secretario del partido único, Hwang Yang Jop, pide asilo político en la embajada surcoreana de Pekín.

8 julio 1997.- Se declara concluido el luto oficial de tres años por la muerte del fundador del país, el presidente Kim Il Sung.

22 agosto 1997.- Japón y Corea del Norte acuerdan en Pekín reanudar las negociaciones para normalizar sus relaciones diplomáticas y permitir que viudas japonesas de norcoreanos visiten Japón.

8 octubre 1997.- Kim Jong Il es nombrado Secretario General del Partido de los Trabajadores de Corea del Norte. EFE

gr-cd/jdl

10/08/11-35/97

05

9714300.

Nuevo "hombre fuerte" en Corea del Norte

EE.UU. CONFIA QUE KIM JONG-IL ACELERE EL PROCESO DE PAZ

El gobierno estadounidense "confía" en que Kim Jong-Il, electo ayer secretario general del Partido de los Trabajadores de Corea del Norte, acelere el proceso de paz en la península coreana, en el que participan también China, Estados Unidos y Corea del Sur. Kim Jong-Il, de 55 años , deberá afrontar la alarmante situación alimentaria que atraviesa su país, producto de dos años de inundaciones y otro de sequías.

DE PADRE A HIJO. *Kim Jong-Il (tercero por la izquierda) fue electo secretario general del Partido de los Trabajadores de Corea del Norte. Es la primera vez en la historia del comunismo, que se traspasa el poder de padre a hijo (AP)*

WASHINGTON (Servicio de "USA Today" exclusivo para EL PAIS). — Kim Jong Il, de 55 años, enigmático hijo del fallecido dictador fundador, Kim Il Sung, asume hoy plenos poderes en Corea del Norte como cabeza de uno de los pocos regímenes comunistas que quedan en el mundo, en momentos en que ese país asiático es castigado por la aguda escasez de alimentos, a raíz de la cual, millones de personas sufren de desnutrición y sus vidas corren riesgo. El miércoles, Kim fue designado oficialmente líder del Partido de los Trabajadores de Corea, tres años después del fallecimiento de su progenitor. Es la primera vez en la historia del comunismo, que se traspasa el poder de padre a hijo.

Para la mayor parte del mundo Kim es —para decirlo con palabras de Winston Churchill— "un misterio envuelto dentro de un enigma". Ha tenido escasos contactos con figuras de Occidente, pero se reúne con dirigentes políticos de China comunista, Japón y Camboya, así como del Partido Comunista de Rusia.

Su padre lo designó sucesor en 1980 y después de haber desempeñado diversas funciones, accedió al cargo de Comandante del Ejército de 1:100.000 hombres, en 1992. Tras el fallecimiento de Kim Il Sung, comenzó a consolidar su poder y ha realizar una tímida apertura hacia Occidente.

■ FIGURA CLAVE EN DECISIONES

Don Oberdorfer —quien durante muchos años fue corresponsal internacional de "The Washington Post" y es autor de reciente libro sobre la historia coreana— afirma que "alguien estuvo tomando las decisiones en Corea del Norte desde 1994, cuando falleció Kim Il Sung. Los allegados a Kim afirman que él tomó todas las decisiones".

Entre esas decisiones aparecen el acuerdo con Naciones Unidas para cambiar el potencial nuclear bélico de Corea del Norte por reactores atómicos para uso civil; el pedido de disculpas a Corea del Sur por haber enviado un submarino espía que encalló; solicitar ayuda alimentaria al exterior; permitir el ingreso a Corea del Norte de funcionarios de organizaciones de ayuda humanitaria y de algunos periodistas de Estados Unidos.

Kim no ha formulado ningún comentario público sobre un tema clave: la necesidad de reformar el ineficiente sistema comunista de producción que está basado en una economía de planificación centralizada.

Ningún jerarca del gobierno de Estados Unidos ha tenido contactos directos con Kim. Quien estuvo más cerca de Kim fue un alto funcionario del Departamento de Estado, durante una recepción realizada en Pyongyang, la capital norcoreana, en 1996, para celebrar el cumpleaños del gobernante.

Los servicios de inteligencia de Estados Unidos han analizado numerosos videos, así como artículos de corte propagandístico publicados en el diario oficial norcoreano, para obtener indicios de la política que seguirá Kim. En un artículo, Kim señala: "no tenemos intención de considerar a Estados Unidos como nuestro enemigo declarado. Esperamos normalizar las relaciones con Estados Unidos".

■ MAQUINARIA DE PROPAGANDA

El régimen estalinista de Corea del Norte ha mantenido a los ciudadanos virtualmente al margen de la influencia de otras culturas. Los habitantes han sido modelados por una maquinaria de propaganda que resulta impresionante, aún si se la mide por parámetros comunistas.

Los engranajes de propaganda siempre proclamaron que el padre de Kim fue el "máximo líder que ha existido en el mundo", en tanto de él afirman que logró el mejor puntaje en la historia del golf y es capaz de leer cuatro líneas de un libro a la vez. Según la leyenda oficial, el día que nació Kim, en una cabaña en el Monte Paedku, se formó un doble arco iris.

Entre las realizaciones de Kim figuran un libro de 300 páginas sobre diferentes aspectos de la historia cinematográfica, titulado "Sobre la Teoría del Cine". Hay opiniones coincidentes en el sentido de que el cine le apasiona.

Se le atribuye a Kim el secuestro de un director cinematográfico de Corea del Sur y su esposa, en 1978, y el acto terrorista de 1983 en Birmania, que provocó la muerte de la mayoría de los integrantes del gabinete de Corea del Sur.

También dirigió el programa nuclear de su país que derivó en una situación de alta tensión con Corea del Sur en 1994.

Se sabe que se casó dos veces y tiene un hijo. Los servicios de inteligencia estadounidenses indicaron que sufre de diabetes, aunque la enfermedad está controlada.

En el último año, Kim fue más visible, habiendo aparecido varias veces por televisión, visitando a pequeñas comunidades y unidades militares, y dando "consejos al instante" como hacía su padre.

Pero, la mayoría de los norcoreanos y del mundo ni siquiera ha podido escuchar su voz.

SEMANA

9714300

XA5056

R POXBT 10-20 00207
mun exg

COREA-EEUU
EXPERTOS INSPECCIONARAN POR PRIMERA VEZ HAMBRUNA COREA NORTE

Washington, 20 oct (EFE).- Un grupo de estadounidenses va a entrar en Corea del Norte por primera vez para inspeccionar la forma en que el Gobierno norcoreano está gastando los millones de dólares que EEUU le ha enviado en concepto de ayuda de emergencia, informó hoy el Departamento de Estado.

El portavoz del Departamento, James Rubin, dijo que, de esta forma, Estados Unidos espera obtener valiosa información que le permita tener un mejor conocimiento del problema.

El equipo de expertos estará integrado por siete funcionarios pertenecientes, entre otros organismos, al Departamento de Estado, la Agencia para el Desarrollo Internacional (AID) y los Centros para el Control de la Enfermedad (CDC).

Rubin subrayó que espera que esta visita proporcione al Gobierno de Estados Unidos la información necesaria para valorar en toda su amplitud la gravedad de la situación de hambruna en Corea del Norte.

El régimen comunista de Pyongyang ha sido siempre reacio a recibir en su país a extranjeros, pero en los últimos meses ha iniciado una ligera apertura permitiendo la entrada de cooperantes internacionales que viajan al país para paliar los daños derivados en buena parte de las malas cosechas y las inundaciones de 1996.
EFE

mla/emm/fp/rt

10/20/20-12/97

04

9714300

Norcorea confía en ganar una guerra

Desertor: un militar que escapó de Corea del Norte dice que su país cree que puede conquistar a Corea del Sur si provoca 20.000 bajas en las tropas norteamericanas estacionadas allí.

WASHINGTON, 22 (AP).- Corea del Norte piensa que puede ganar una guerra contra su vecino del Sur si logra causar unas 20.000 bajas entre las fuerzas norteamericanas durante las primeras fases del combate, dijo un desertor norcoreano.

Choi Joo-Hwai, un coronel que desertó al Sur en 1995, dijo a un panel del Congreso de Estados Unidos que los dirigentes del Norte pensaron que un alto número de bajas norteamericanas volcaría la opinión pública en contra de la defensa de Corea del Sur.

Choi, considerado el militar norcoreano de mayor rango en desertar al Sur, expresó que los dirigentes de su país no consideran el desarrollo tecnológico militar norteamericano como un factor que les impida atacar a los 37.000 soldados estacionados en el Sur.

"Si se inicia la guerra en la península coreana, el principal blanco del Norte serán las fuerzas norteamericanas destacadas en el Sur y en Japón -dijo Choi por intermedio de un intérprete-. Esa es la razón por la que el Norte ha apurado sus programas de misiles."

Agregó que el dirigente norcoreano Kim Jong Il piensa que si su nación causa "más de 20.000 bajas en la región, entonces Estados Unidos se retirará y Corea del Norte ganará la guerra".

Además de las tropas destacadas en Corea del Sur, hay 45.000 efectivos norteamericanos estacionados en Japón.

Estados Unidos está comprometido con la defensa de Corea del Sur en caso de un ataque. Las fuerzas norteamericanas lucharon junto con las del Sur en su guerra contra el Norte, entre 1950 y 1953, y desde entonces permanece en la península un importante contingente norteamericano.

Las estimaciones sobre las posibles bajas varían demasiado. El general Gary Luck dijo al Congreso en 1995, cuando comandaba las fuerzas en la península, que calculaba que se perderían unos 100.000 soldados norteamericanos, además de producirse un millón de muertos en ambos bandos, en caso de una guerra con el Norte.

Asalto intensivo

La destrucción de la economía norcoreana y la falta de energía que enfrenta el país han llevado a muchos analistas militares occidentales a dudar de que la nación comunista sea capaz de conducir una larga campaña en contra del Sur.

Sin embargo, los norcoreanos podrían optar por un rápido asalto masivo con artillería y cohetes contra Seúl, además de utilizar fuerzas anfibias y destacamentos especiales para penetrar en el país vecino y atacar las bases norteamericanas en Japón con misiles balísticos, a fin de evitar el envío de refuerzos.

Choi dijo que Kim considera que sus fuerzas podrían tomar el Sur si logran mantener a raya los refuerzos norteamericanos durante 20 o 30 días.

El militar agregó que Corea del Norte cuenta con misiles superficie-superficie de largo alcance, unos mil kilómetros, y que tiene en desarrollo otra arma de este tipo, llamada Taepodong, con un alcance de 5000 kilómetros, lo cual pondría a su alcance el extremo oeste de Alaska.

Estados Unidos ha tratado de negociar con Corea del Norte la reducción de su programa misilístico, además de sus exportaciones de armamento a Egipto y otras naciones del Medio Oriente. Los norcoreanos rompieron las negociaciones en agosto, luego de la deserción de funcionarios de alto nivel.

LN 2310

9714300

08-08

XB7526

R POXBT 10-13 00285
icx mun exg

FILIPINAS-RAMOS
PRESIDENTE DE FILIPINAS EMPRENDE GIRA POR SUDESTE ASIATICO

Manila, 13 oct (EFE).- El presidente de Filipinas, Fidel Ramos, emprendió hoy lunes una gira de cinco días por el sudeste asiático que le llevará a Hong Kong, Birmania y Laos, y en la que pretende entrevistarse con la líder de la oposición birmana, la premio Nobel de la Paz Aung San Suu Kyi.

En Hong Kong, Ramos participará en el VI Encuentro Asia-Pacífico del Foro Económico Mundial y se entrevistará con el jefe del Ejecutivo de la Región Administrativa Especial, Tung Chee Hwa.

Ambos dirigentes tienen previsto tramitar la repatriación del filipino Alfredo Tiongco, sospechoso de ser el jefe de la red de narcotráfico en Filipinas, que fue detenido por las autoridades hongkonesas en septiembre pasado.

El presidente filipino será el primer jefe de Estado que visite Birmania y Laos -los días 15 al 17-, desde que ambos países fueron aceptados en julio pasado en la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático (ASEAN), integrada además por Brunei, Filipinas, Indonesia, Malasia, Singapur, Tailandia y Vietnam.

La UE ha excluido a Birmania de todos los proyectos de cooperación con la ASEAN debido a las violaciones de los derechos humanos perpetradas por la Junta Militar que gobierna el país desde 1988.

En Birmania, Ramos se reunirá con el primer ministro, Than Shwe, y con el presidente de Laos, Nouhak Phoumsavanh a fin de buscar nuevas fórmulas que mejoren las relaciones políticas y económicas entre ambos países.

El mandatario filipino expresó la semana pasada su deseo de entrevistarse con la dirigente d ela oposición y premio Nobel de la Paz Aung San Suu Kyi -fundadora en 1988 de la Liga Nacional para la Democracia en Birmania- pero hasta el momento no se ha confirmado si tal reunión podrá ser posible. EFE
pp/ams/ga/jdl

10/13/09-01/97

Nº DOCUMENTO 9714301
TITULO FILIPINAS: GIRA ASIATICA DEL PTE RAMOS
PROCEDENCIA XB7593
FECHA DE PROCEDENCIA 151097
CIRCULACION 11646
65941
504479
504593
504610
524560
11148
11399

9714301

01-03

XC7934

R POXBT 10-15 00261
icx mun exg

FILIPINAS-BIRMANIA
PRESIDENTE RAMOS LLEGA A BIRMANIA, SEGUNDO PAIS DE SU GIRA

Rangún, 15 oct (EFE).- El presidente de Filipinas, Fidel Ramos, que llegó hoy a Birmania para una visita oficial de dos días, es el primer jefe de Estado que visita este país tras su admisión el pasado mes de julio, a la vez que Laos, en la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático (ASEAN).

El mandatario filipino, que viajó desde Hong Kong, fue recibido en Rangún por el primer ministro y jefe de la Junta Militar birmana, Than Shwe, con el que firmará un acuerdo para combatir el narcotráfico, otro de intercambios comerciales y un proyecto de cooperación técnica y explotación forestal, entre otros.

En Hong Kong, durante el VI Encuentro Asia-Pacífico del Foro Económico Mundial, el presidente Ramos y el primer ministro de Singapur, Goh Chok Tong, defendieron ayer martes la decisión del ingreso de Birmania en la ASEAN, pese a que la Unión Europea (UE) y Estados Unidos acusan a la Junta Militar de violar los derechos humanos.

EEUU y la UE exigen la liberación de los presos políticos, el fin de los arrestos de los disidentes y la fijación de una fecha para la celebración de unas elecciones generales democráticas, pero la ASEAN sostiene que un diálogo constructivo y permanente con los militares que gobiernan Rangún puede llevarles a promover reformas democráticas en el país.

La ASEAN, fundada en 1967, está integrada por Brunei, Filipinas, Indonesia, Malasia, Singapur, Tailandia y Vietnam.

Tras su visita a Birmania, Ramos viajará a Laos donde se entrevistará con el presidente, Naohak Phounmsavanh, para concluir así su gira por el sudeste asiático. EFE
vg/ams/ga/jdl

10/15/10-09/97

9714301

02

XA4801

R POXDT 10-18 00308
mun exg

FILIPINAS-SUDESTE ASIATICO
PRESIDENTE RAMOS RESALTA IMPORTANCIA DE VINCULOS PAISES ASEAN

Subic (Filipinas), 18 (EFE).- El presidente de Filipinas, Fidel Ramos, dijo hoy sábado al regresar de su gira por el sudeste asiático, que los vínculos de Filipinas con los países vecinos serán de gran importancia para el futuro del país.

"Nuestra seguridad depende en gran medida de nuestra solidaridad con ellos. Nuestro progreso económico mejorará una vez que los países del sudeste asiático estemos más integrados", señaló Ramos en el discurso a su vuelta a Filipinas tras una gira de cinco días a Hong Kong, Birmania y Laos.

"La solidaridad entre los países sudasiáticos, la integración económica y la cooperación, sólo es posible con el constante contacto e interacción a todos los niveles de la Sociedad y de la estructura política", agregó.

Durante la estancia de Ramos en Birmania y Laos se firmaron tres acuerdos, el primero, para combatir el narcotráfico, el segundo de cooperación técnica y explotación forestal, y el tercero, de intercambio comercial.

Ramos es el primer jefe de Estado que visita Birmania tras haber sido admitida, junto a Laos, en la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático (ASEAN) en julio pasado.

El presidente filipino dijo que la gira por estos países había sido "justo a tiempo" por lo cercano que está la próxima conferencia de los ministros de la ASEAN que se celebrará en diciembre en Kuala Lumpur.

La reunión, indicó Ramos, va "tratar temas tan importantes como el bienestar a largo plazo y el futuro de nuestra región".

Aparte de la crisis política de Camboya originada tras el golpe de Estado en junio pasado, los países de sudeste asiático -principalmente Tailandia, Indonesia, Malasia y Filipinas, sufren una fuerte crisis monetaria.

La ASEAN, fundada en 1967, está integrada -además del ingreso reciente de Birmania y Laos- por Brunei, Filipinas, Indonesia, Malasia, Singapur, Tailandia y Vietnam. EFE

vg/ams/msr/pq

03-03

10/18/10:42/97

9714301

Nº DOCUMENTO 9714302
TITULO FILIPINAS: CONVERSACIONES DE PAZ ENTRE EL GNO Y LOS REBELDES MUSULMANES
PROCEDENCIA 78593
FECHA DE PROCEDENCIA 211091
VINCULACIONES 11674
65941
11830
11612
11339
11819
11302
11164

9714302

01-03

XB7525

U POXBT 10-13 00380
icx mun exg

FILIPINAS-MUSULMANES
EN PELIGRO CONVERSACIONES PAZ GOBIERNO Y REBELDES MUSULMANES

Manila, 13 oct (EFE).- Las conversaciones de paz entre el Gobierno de Manila y el principal grupo rebelde musulmán Frente Moro de Liberación Islámica (FMLI) están en peligro si la guerrilla continúa con las ejecuciones públicas de presuntos delincuentes, informaron hoy lunes fuentes militares.

El ministro filipino de Defensa, Fortunato Abat, advirtió que el Gobierno hará todo lo posible para acabar con tales actos anticonstitucionales, pero primero el asunto tendrá que ser canalizado a través del Equipo Negociador, compuesto por representantes del Gobierno y del FMLI.

"Vamos a llevar este caso a las próximas conversaciones de paz. Esto debe ser analizado rigurosamente, porque, de otra forma, sería una violación del acuerdo de cese de las hostilidades que se firmó en julio pasado", agregó Abat.

El pasado lunes, dos hombres, uno cristiano y otro musulmán, fueron fusilados en público por el FMLI en el poblado sureño de Masiu, en la isla de Mindanao, unos 800 kilómetros al sur de Manila, tras ser declarados culpables de robo y asesinato.

Unas dos mil personas fueron obligadas a presenciar el acto, efectuado en aplicación de la ley islámica (Sharia).

"El FMLI no ha cometido ningún delito por ejecutar a dos criminales", dijo Al Hadj Murad, subjefe de operaciones militares del grupo rebelde.

Por su parte, el jefe del Tribunal Supremo de Justicia de Filipinas, Andrés Narvasa dijo que la familia del musulmán asesinado podría presentar cargos contra el FMLI, al igual que lo hizo la familia del cristiano.

El domingo pasado, a pesar de que el presidente de Filipinas condenó tales actos, el FMLI anunció que el próximo viernes, al menos cinco personas serán fusiladas condenadas por el mismo tribunal islámico.

Los condenados a muerte, entre ellas una mujer y su amante, fueron acusadas de robo y adulterio.

El Gobierno de Manila y el FMLI tienen previsto firmar en los próximos días 12 y 13 de noviembre un acuerdo formal de alto el fuego.

El FMLI nació de una escisión del Frente Moro de Liberación Nacional (FMLN), después de que éste firmara la paz con el Gobierno en septiembre del año pasado.

El FMLI lucha por la creación de un Estado independiente confesional islámico en la isla meridional de Mindanao, donde se concentra el grueso de la minoría musulmana del archipiélago filipino. EFE

pp/ams/meg/jdl

10/13/08-35/97

9714302

02

XB7872

R POXBT 10-21 00327
mun exg icx

FILIPINAS-MUSULMANES
GOBIERNO FILIPINO INICIA CONVERSACIONES DE PAZ CON FRENTE MORO

Cotabato (Filipinas), 21 oct (EFE).- Un equipo negociador del Gobierno y otro de rebeldes musulmanes del Frente Moro de Liberación Islámica (FMLI) iniciaron hoy, martes, nuevas conversaciones de paz en la isla de Mindanao.

Ambas partes han acordado suspender sus operaciones militares para evitar un aumento de la tensión en la zona, tras el cerco por soldados gubernamentales del principal campamento rebelde de Abubakar, en la provincia de Maguindanao, situada a 800 kilómetros al sur de Manila.

La base del FMLI ha sido rodeada durante los dos últimos días por unidades del Ejército filipino por lo que cientos de habitantes de la zona evacuaron la zona por temor a un enfrentamiento armado.

El vicepresidente del FMLI, Ghadzali Jaafar, dijo que los dos equipos negociadores pueden mostrar optimismo ya que esperan llegar a un acuerdo satisfactorio para alcanzar la paz.

El Ejército, sin embargo, advirtió que se encuentra preparado para un eventual enfrentamiento con el FMLI si los rebeldes siguen violando la Constitución de Filipinas.

El comandante de la Sexta División de Infantería, general Raul Urgello, lanzó una advertencia a los separatistas musulmanes antes de iniciarse hoy las negociaciones en la universidad católica de Notre Dame, en Ciudad Cotabato.

"Hemos desplegado tropas porque hemos prometido defender la Constitución" manifestó Urgello, quien añadió que "si quieren guerra entonces tendremos guerra, si quieren un alto el fuego, entonces tendremos un alto el fuego".

La tensión se ha incrementado en las últimas dos semanas tras la ejecución pública de dos supuestos criminales por un pelotón de fusilamiento del FMLI, que aplicó una condena a muerte de un tribunal islámico.

Posteriomente, el día 14, dos mercenarios extranjeros resultaron muertos cuando trataron de asaltar la comandancia de la Sexta División de Infantería.

Tres soldados resultaron muertos además de los dos musulmanes, que portaban un pasaporte egipcio y otro de Arabia Saudí. EFE
pp/Alf/meg/jff

10/21/11-58/97

03-03

97143021

XB7389

R PDXBT 10-08 00273
icx mun exg

FILIPINAS-CONSTITUCION
PIDEN TRIBUNAL RECONSIDERE SU DECISION CAMBIO CONSTITUCION

Manila, 8 oct (EFE).- El grupo Iniciativa Popular para la Reforma, Modernización y Acción (PIRMA, en tagalo) pidió hoy miércoles al Tribunal Supremo que reconsidere su decisión de desechar la petición para enmendar la Constitución.

PIRMA -que significa firma- pretende cambiar los límites constitucionales a los períodos de gobierno de algunos funcionarios, especialmente el del presidente, Fidel Ramos.

La Constitución limita a un único mandato de seis años el período de gobierno del presidente, sin posibilidad de ser reelegido.

Esta campaña motivó una gran manifestación organizada por la Iglesia Católica filipina y la ex presidenta Corazón "Cory" Aquino en contra de la enmienda de la Constitución el pasado día 21 de septiembre, que contó en Manila con la participación de cerca de un millón de personas.

La solicitud de PIRMA argumenta que la resolución del Tribunal, el pasado 23 de septiembre, fue inconstitucional porque la decisión se tomó a pesar del empate entre los miembros del Tribunal.

El Tribunal Supremo votó 8 a 5, pero, al estar uno de los miembros del Tribunal ausente, y cometerse luego un error en el recuento, la votación habría sido en otro caso de 7 a 7. Por lo que PIRMA considera que debería anularse esa votación.

Según PIRMA la Constitución exige una mayoría de los votos, de los catorce miembros del Tribunal, para declarar nula la solicitud presentada.

El grupo pretende reavivar la campaña de los seguidores de Ramos para que el presidente pueda presentarse a una reelección.

Sin embargo, Ramos reafirmó que abandonaría la presidencia cuando acabe su período de mandato, en junio de 1998. EFE
vg/ntc/ams/meg/jdl

10/08/09-35/97

Nº DOCUMENTO	9714303
TITULO	FILIPINAS :
SERIE ESPECIAL	S181-93
FECHA DE RECEPCION	16/09/97
FOLIACION Nº	11816
	65941
	11802
	11437
	11164

REFORMA CONSTITUCIONAL POR LA REELECCION

97143031

01-03

XC7896

U POXBT 10-14 00276
icx mun exg

FILIPINAS-CONSTITUCION
TRIBUNAL SUPREMO CIERRA DEFINITIVAMENTE VIA A REELECCION

Manila, 14 oct (EFE).- El Tribunal Supremo de Filipinas rechazó hoy definitivamente la iniciativa popular que pretendía enmendar el mandato único presidencial recogido en la Constitución, y que hubiera permitido al actual presidente, Fidel Ramos, presentarse a la reelección en mayo de 1998.

Los miembros del Tribunal votaron trece a cero en contra de la petición y estimaron que la solicitud de Iniciativa Popular para la Reforma, Modernización y Acción (PIRMA, en tagalo), "no contiene argumentos sustanciales para derogar la resolución en cuestión y reabrir el tema".

La solicitud de PIRMA reunió 5,8 millones de firmas de apoyo a la eliminación de los límites constitucionales a los períodos de mandato de algunos funcionarios electos, entre ellos el del presidente.

El Tribunal había rechazado ya en tres ocasiones las peticiones de PIRMA, anagrama que significa firma, con el argumento de que no existen leyes que permitan a "una iniciativa popular" solicitar la enmienda de la Constitución.

La campaña de PIRMA causó una crisis política que motivó una serie de manifestaciones, encabezadas por la Iglesia Católica filipina en toda la nación, y que el pasado día 21 de septiembre reunió en Manila a cerca de un millón de personas.

El presidente Ramos eliminó las dudas sobre su posición ante las elecciones presidenciales de mayo de 1998 al afirmar, la víspera de las manifestaciones, que no se presentaría a los comicios.

En Filipinas perdura el temor a un prolongado mandato presidencial tras la experiencia de los gobiernos de Ferdinand Marcos, quien en 1972 decretó la ley marcial para mantenerse en el poder hasta que fue desalojado en 1986. EFE
vg/ntc/Alf/ga/jdl

10/14/11-45/97

02

9714303

XB7681

R FOXBT 10-16 00240
mun exg icx

FILIPINAS-PRESIDENCIALES
PARTIDOS OPOSICION PRESENTARAN FRENTE COMUN ELECCIONES 1998

Manila, 16 oct (EFE).- Tres partidos de la oposición filipina han acordado presentar un candidato común a las próximas elecciones presidenciales de mayo de 1998, con un programa económico populista y la eliminación de una propuesta antiterrorista, que temen podría conducir a arrestos ilegales.

El Partido de las Masas de Filipinas (PMP, en tagalo), del electo vicepresidente Joseph Estrada, la Coalición Nacional del Pueblo (NPC, en inglés), del presidente del Senado, Ernesto Maceda, y el Laban (Lucha), del senador Edgardo Angara, formarán la coalición Lucha de las Masas Patrióticas de Filipinas (LAMMP, en tagalo).

El candidato de la coalición sería Joseph Estrada, considerado como favorito en las próximas elecciones, aunque el LAMMP decidirá quien será su candidato oficial el 27 de noviembre próximo.

La coalición ha dejado fuera de sus filas a otros candidatos populares, como la senadora Miriam Santiago, que perdió por una ligera diferencia ante el presidente, Fidel Ramos, en las elecciones de 1992, o la senadora Gloria Macapagal Arroyo, cuya popularidad es similar a la de Estrada.

Santiago podría presentarse como la candidata de su partido, Partido de Reforma Popular, mientras que Arroyo es considerada como una posible candidata del partido gobernante, la coalición LAKAS-NUCD (Fuerza-Unión Nacional de Demócratas Cristianos), que teme que sus actuales candidatos carezcan de posibilidades electorales. EFE

id/pp/ntc/Alf/jff

10/16/11-58/97

9714303

03-03

Nº DOCUMENTO 9714304
TITULO INDIA: CRISIS EN EL GOBIERNO DE UTTAR PRADESH
PROCEDENCIA 18593
FECHA DE PRECEDENCIA 221097
VINCULACIONES 11816
007594
11870
11164
11302

XA5144
U POLBT 10-21 00338
ICX mun exg

INDIA-POLITICA
NUEVA DELHI IMPONE ADMINSTRACION DIRECTA SOBRE UTTAR PRADESH

Nueva Delhi, 21 oct (EFE).- El gobierno indio de Nueva Delhi ha depuesto hoy al gobierno de Uttar Pradesh (norte) y ha impuesto la adminsitración directa sobre este estado, el de mayor extensión del país, gobernado por el partido nacionalista hindú Bharatiya Janata (BPJ), se informó hoy en esta capital.

El gobierno de Uttar Pradesh del BPJ superó hoy mismo una moción de confianza en una turbulenta sesión parlamentaria que terminó en una verdadera batalla de puñetazos y lanzamiento de sillas y micrófonos, incidentes que hicieron que el presidente indio, Inder Kumar Gujral cancelase una visita prevista a Francia y Alemania.

El gobierno indio pidió a Kumar Gujral que destituya también a los 425 miembros del parlamento de Uttar Pradesh, una decisión que no sería novedosa, ya que el gobierno central ya ha impuesto en el pasado la admnistración directa en estados como Punjab o Cachemira, generalmente justificada por situaciones de extrema violencia o corrupción.

El BPJ, principal fuerza de oposición india y acusado de excitar sentimientos racistas y xenófobos, había advertido de que organizaría acciones de protesta en todo el país si Nueva Delhi intervenía en Uttar Pradesh, ya que muchos observadores creen que la coalición federal central intenta apartar al partido nacionalista del poder.

De hecho, el primer ministro está sometido a presiones de sus socios gubernamentales, tanto del partido socialista como del minoritario Frente Unico del Partido Congreso I, para tomar medidas contra el partido nacionalista.

Los incidentes en el parlamento de Uttar Pradesh comenzaron cuando el presidente Kalyan Singh propuso someterse a una moción de confianza después de que el partido Bahujan Samaj, defensor de las castas inferiores, retirase el apoyo a su gobierno, acusándolo precisamente de discriminación contra estas castas.

Pese a perder este apoyo, el gobierno consiguió suficientes votos gracias al apoyo de los 222 diputados del BPJ, aunque los debates previos a la votación dieron lugar a una auténtica batalla campal de enorme agresividad. EFE.

--/fjo/CGR

10/21/23-19/97

01-02

9714304

XH9617

U POXBT 10-22 00368
mun exg icx

INDIA-CRISIS
GOBIERNO SE ECHA ATRAS EN INTERVENCION CONTRA NACIONALISTAS

Nueva Delhi, 22 oct (EFE).- El gobierno de la India anuló hoy, miércoles, su decisión de imponer la administración directa en el estado más populoso del país, Uttar Pradesh, atendiendo así una solicitud sin precedentes por parte del presidente de la nación, K. R. Narayanan, según agencias indias.

Las medidas aprobadas anoche por el gabinete del primer ministro Inder Kumar Gujral hubieran supuesto la destitución del gobierno estatal que preside la formación nacionalista hindú, el Partido Bharatiya Janata (PBJ).

El PBJ se confirmó ayer como partido gobernante en Uttar Pradesh, que con sus 140 millones de habitantes es el estado más importante de la India, al ganar una moción de confianza en una sesión marcada por forcejeos e intercambios de puñetazos entre sus diputados y los de la oposición.

Estos últimos abandonaron la cámara en la capital estatal, Lucknow, tras la intervención de la policía y antes de la votación, en que el "ministro principal" del estado, Kalyan Singh, recibió los votos de 222 de los 425 miembros de la cámara, con ningún voto en contra.

La moción de confianza fue necesaria después de que el Partido Bahujan Samaj, que representa a los hindúes de baja casta, se retirase el pasado fin de semana de su coalición con el PBJ, alegando que este último partido había incumplido los acuerdos para compartir el poder con su socio menor.

A nivel nacional, el PBJ supone la fuerza política más grande, pero queda excluido de la coalición actuamente gobernante en Nueva Delhi, que se compone de 14 formaciones de toda índole y cuyo integrante más importante es el Partido del Congreso, de carácter centrista y que está enfrentado con el PBJ.

Fue el Partido del Congreso que impulsó la decisión original del gobierno central, de destituir al gobierno estatal del PBJ en Uttar Pradesh, imponer la administración directa, disolver el parlamento estatal y convocar nuevas elecciones.

La ideología nacionalista del PBJ también produce rechazo entre los miembros de la minoría musulmana de la India, que se cifra en unos 120 millones de personas.

Algunos analistas creen que la marcha atrás que el gobierno nacional ha dado hoy, ante la intervención del presidente, demuestra la fragilidad de la coalición gobernante en la India. EFE
ae-wm/ddp

10/22/16-57/97

9714304.

02-02

Nº DOCUMENTO 9714305
TITULO INDIA: EL MINISTRO DE AGRICULTURA VISITA PERU
PROCEDENCIA 18593
FECHA DE PRECEDENCIA 07/09/1
VINCULACIONE 11876
20+594
66867
111498
11399

R POXBT 10-07 00219
amt exo

PERU-INDIA
MINISTRO INDIO EN VISITA OFICIAL VIAJO A NORTE PERUANO

Lima, 7 oct (EFE).- El ministro de Agricultura de la India, S. Byenugopalachari, llegó hoy, martes, a Lima, en visita oficial a Perú, y de inmediato viajó a Piura, en el norte del país, en compañía de su homólogo peruano, Rodolfo Muñante.

El ministro indio está acompañado por dos funcionarios de su ministerio, L. Ramarao y S. Kjoshi, según informó el jefe de la cancillería de la embajada de la India en Lima, Sanjil Ranjan.

El diplomático dijo que la visita de Byenugopalachari se vincula con la cooperación y los lazos de amistad entre ambos países, que se han estrechado e incrementado, señaló, a partir de la visita que hizo en mayo pasado a la India el presidente peruano, Alberto Fujimori.

Recordó que el Indian Agricultural Risearch había suscrito con el ministerio de Agricultura peruano convenios de tecnología agrícola.

Dijo que en Piura, el ministro indio visitará campos de cultivo de arroz y otras gramíneas, así como de banano, para observar las técnicas que se emplean y ver la posibilidad de lograr un intercambio de tecnologías y experiencias agrícolas.

Byenugopalachari tiene previsto viajar al departamento andino del Cusco, al sureste de Lima, y al selvático de San Martín, al noreste de esta capital.

En Lima visitará el centro de investigación de la patata, según dijo Ranjan. EFE
LAA/MPV/jpg

01-01

9714305

Nº DOCUMENTO 9714306
TITULO INDIA - PAKISTAN
PROCEDENCIA JTB.193
FECHA DE PRECEDENCIA 080197
VINCULACION 11816
207.594
207636
11.400
12000

SITUACION EN CACHEMIRA

11163

XH9163

U POLBT 10-02 00248
icx mun exg

INDIA-PAKISTAN
EJERCITO INDIO DIO MUERTE 51 SOLDADOS PAQUISTANIES

Nueva Delhi, 2 oct (EFE).- El ejército indio disparó hoy, jueves, contra las posiciones de los soldados paquistanies al otro lado de la frontera en el estado norteño de Yamy y Cachemira y dió muerte a 51 miembros de las fuerzas de Islamabad, informó la agencia estatal india PTI.

Los soldados lanzaron este ataque en represalia por los disparos que el ejército de Islamabad hizo, ayer, miércoles, contra las posiciones indias, causando la muerte de una mujer y un niño, según fuentes militares.

Estas mismas fuentes agregaron que los soldados indios destruyeron 84 bunkers y dañaron parcialmente otros 40.

Unos 20 militares paquistanies perdieron la vida en el distrito de Kupwara, otros 19 en el distrito de Uri y doce más en el área de Nowgam. afirmó un portavoz militar.

Este es el último de los incidentes entre los ejércitos indio y paquistaní, que desde hace años libran una guerra de desgaste a lo largo de la frontera que separa a ambos países en la zona de Yami y Cachemira.

El pasado martes, los soldados paquistanies disparon contra las posiciones indias y dieron muerte a unos 20 civiles en la población de Kargil, según fuentes oficiales indias.

El primer ministro indio, Inder Kumar Gujral, se reunió durante la pasada noche con altos mandos militares para revisar la la situación en la frontera de Yami y Cachemira, territorio que la India y Pakistán se disputan desde hace 50 años, y que ha sido la causa de dos de las tres guerras que han librado ambos países desde entonces. EFE

9714306

01-02

XB7399

U POXBT 10-08 00406
icx mun exg

INDIA-CACHEMIRA
EJERCITO INDIO EMPIEZA RETIRADA DE VARIAS CIUDADES CACHEMIRES

Nueva Delhi, 8 oct (EFE).- El Ejército indio comenzó a retirar efectivos de varias ciudades del estado norteño de Yamu y Cachemira (Y-C), casi ocho años después de desplegarse en la zona para hacer frente a la revuelta separatista musulmana.

Según fuentes militares, la retirada de las tropas "en fases", había comenzado por las ciudades de Srinagar, Baramulla y Anantnag, todas situadas en la región de Cachemira, bastión de los secesionistas islámicos, y seguirá en Kupwara y Pulwama.

La policía local de Yamu y Cachemira, reemplazará al ejército en las ciudades abandonadas por los soldados, y se harán cargo de la seguridad y el orden, según las fuentes citadas.

Esta retirada no quiere significa que el ejército abandonará la región cachemirí, pues los soldados serán reinstalados en las zonas rurales próximas y estarán a disposición del gobierno local, listas para presentarse en los núcleos urbanos si hiciera falta en muy poco tiempo, añadieron las fuentes.

Farooq Abdullah, ministro Jefe del Gobierno de Y-C, afirmó que si la medida tenía éxito, harían los mismo en otras partes del Estado.

El anunció de la retirada de los soldados coincidió con la aprobación por el parlamento regional de la ley antiterrorista "Jammu and Kashmir Disturbed Areas Bill, 1997".

La ley, con vigencia de un año, fue presentada en el parlamento cachemirí por Farooq Abdullah el lunes, y reemplaza a otra similar promulgada en 1992 que expiraba el mes en curso.

De acuerdo con Abdullah, el objetivo era que las fuerzas del ejército pudieran concentrar sus esfuerzos en sellar el borde fronterizo con Pakistán, y evitar así la filtración de militantes.

Los observadores interpretan la medida como el esfuerzo del gobierno federal indio por restaurar la normalidad política en este estado, azotado por una sangrienta ola de violencia secesionista desde finales de 1989.

El gobierno de Nueva Delhi acusó a Pakistán -su más declarado enemigo- de financiar y apoyar a los grupos secesionistas en Yamu y Cachemira, el único estado indio con mayoría de población musulmana.

Islamabad negó tales acusaciones, pero expresó su apoyo moral y político a los grupos secesionistas, algunos de los cuales luchan por la independencia otros por la anexión del estado a la República Islámica de Pakistán.

Tras la independencia del imperio británico en 1947, los dos países libraron dos guerras por el control de Yamu y Cachemira, dos tercios de cuyo territorio pertenecen a la India y el resto a su vecino Pakistán. EFE
ic/meg/jdl

10/08/11-08/97

9714306

62-02

Nº DOCUM... 9714307
TITULO EEUU Y EL REINO UNIDO ABOGAN POR UN DIALOGO INDIA - PAKISTAN
Nº EDFN 518593
FECHA DE P... 081097
VINCULACIONES 11816 11819
63890 11400
507529 11399
507594
507636

FB1494

R POXBT 10-02 00352
mun exg

PAKISTAN-INDIA
EEUU REITERA OFERTA AYUDA AL DIALOGO PAISES ASIATICOS

Nueva York, 2 oct (EFE).- La secretaria de Estado norteamericano, Madeleine Albright, reiteró hoy ante su colega paquistaní, la disposición de Estados Unidos de ayudar a la India y Pakistán para que ambos países puedan resolver sus diferencias por la vía de la negociación.

Pakistán ha expresado su interés en que EEUU medie en la disputa que le enfrenta a la India sobre Cachemira, al sur del país, pero el Gobierno indio ha dejado muy claro que no quiere ninguna mediación.

Ambos países iniciaron este año un diálogo sobre esta disputa y otros motivos de tensión bilateral, pero la reunión que celebraron los primeros ministros de la India, Inder Kumar Gujral, y Pakistán, Nawaz Sharif, en Nueva York la semana pasada no dió ningun resultado.

Los dos países se han acusado mutuamente por los combates en Cachemira, los cuales han causado la muerte de 40 personas.

La marcha del diálogo indio-paquistaní centró la reunión de Albright con el ministro de Asuntos Exteriores de Pakistán, Gohar Ayub Jan, dijo un funcionario estadounidense.

Albright dijo a su homólogo paquistaní que "haremos lo posible" para ayudar a los dos países en su diálogo aunque "no tenemos ninguna intención de interferirnos en las conversaciones", precisaron las fuentes.

Por otra parte, Ayub Jan instó a Albright a resolver cuanto antes la cuestión de los cazas F-16 que EEUU vendió hace años a Pekistán pero que nunca le entregó a causa de la preocupación del Congreso estadounidense por el programa nuclear paquistaní.

Se sospecha que tanto Pakistán como la India (que hizo una prueba atómica en los años 70) ya tienen armas nucleares o están en condiciones de fabricarlas en cualquier momento.

El tema de los F-16 y las tensiones entre Pakistán y la India, sin duda, volverán a plantearse cuando Albright visite los dos países el próximo mes, que será la primera visita del jefe de la diplomacia de EEUU a la región en quince años.

Albright también se reunió hoy en Nueva York con su colega Lakshman Kadirgamar de Sri Lanka, que quiere que el Departamento de Estado declare como grupo terrorista al movimiento rebelde Tamil, lo que le impediría recaudar fondos en EEUU. EFE
al/jrr/arp

10/02/21-40/97

9714307.

01-02

TD9393

R POXBT 10-08 00280
mun exg icx

PAKISTAN-ISABEL II
REINA INGLATERRA INSTA A RESOLVER DIFERENCIAS PAKISTAN E INDIA

Nueva Delhi, 8 oct (EFE).- La reina Isabel II de Inglaterra que se encuentra de visita oficial en Islamabad, instó a Pakistán y a la India a seguir adelante con los diálogos para resolver las diferencias que empujaron a estos países a librar tres guerras desde la independencia del imperio británico en 1947.

Al dirigirse esta mañana a una sesión conjunta del parlamento federal paquistaní, la reina subrayó el beneficio que reportaría a más de 1.000 millones de personas que habitan en la India y Pakistán, unas relaciones amistosas entre ambos países.

"Reconciliación llevará tiempo, pero el esfuerzo debe ser hecho. Estoy convencida de que merecerá la pena", subrayó Isabel II.

En el discurso que duró diez minutos la soberana no hizo referencia al asunto de Cachemira, el territorio norteño que la India y Pakistán se disputan desde la independencia, y causa de dos de las tres guerras que libraron desde entonces.

"Gran Bretaña, como un amigo de ambos, sólo puede instar a un nuevo espíritu de apertura y entendimiento, de dedicación a soluciones pacíficas", subrayó Isabel II ante los legisladores paquistaníes.

La reina comenzó ayer una visita oficial a Pakistán, con la que Londres quiere participar en el 50 aniversario de la indepedencia de este país del imperio británico que tuvo lugar el 14 de agosto de 1947.

El viaje de la reina, que no había vuelto a Pakistán desde 1961, fue calificado por las autoridades de Londres e Islamabad como una oportunidad para estrechar las relaciones bilaterales entre los dos países.

Isabel II que viaja acompañada de su marido, el Duque de Edimburgo, visitará varias ciudades paquistaníes antes de emprender viaje a la India el domingo. EFE

ic/ga

10/08/12-39/97

9714307

02-02

XA3624

R POXBT 10-05 00316
mun exg

INDONESIA-FUERZAS ARMADAS
SUHARTO PIDE A FUERZAS ARMADAS IMPIDAN DESESTABILIZACION

Bangkok, 5 oct (EFE).- El presidente Suharto de Indonesia advirtió hoy, domingo, a las Fuerzas Armadas que deben estar preparadas para evitar nuevos disturbios y rebrotes de violencia a consecuencia de los conflictos internos, según una emisión captada en la capital tailandesa.

Con motivo del día de las Fuerzas Armadas, Suharto señaló en su discurso que la institución castrense tiene que mejorar su política, estrategia y procedimientos para impedir la amenaza de la desestabilizaci n.

Suharto, que a sus 76 años no da señales de que vaya a jubilarse en un futuro próximo o tenga intenciones de suavizar su autoritarismo, instó a los militares a emplear medios persuasivos en vez de represivos, para de esta forma mantener en lo más bajo posible la cifra de víctimas a causa de la violencia.

Durante los últimos tres años, Indonesia ha visto crecer rápidamente la violencia motivada por conflictos de carácter religioso, étnico y político.

La capital, Yakarta, fue el pasado año escenario de los más violentos disturbios ocurridos en las últimas dos décadas.

Además, ciudades de la isla de Java, Sumatra, Timor Oriental y de las provincias de Irian Jaya y Kalimantán se han visto sacudidas por sangrientos ataques contra la minoría cristiana y las comunidades de origen chino.

El presidente de Indonesia, que en su discurso ya no culpó a los grupos comunistas de intentar desestabilizar Indonesia, manifestó que el problema es muy complejo y obedece a razones de tipo economico-social.

Aunque Suharto está considerado el "padre del desarrollo" por muchos indonesios, otros lo critican por no hacer nada para evitar la notable disparidad en la distribución de la riqueza.

Según algunos analistas, la crisis económica que afecta a Indonesia, cuya moneda nacional ha perdido en los últimos meses cerca del 50 por ciento de su valor frente al dólar, puede dar pie a un incremento de la tensión social. EFE

mfr/wdp/mar/pgl

10/05/13-02/97

Nº DOCUMENTO 9714308
TITULO INDONESIA: ... CRISIS POLITICA Y ECONOMICA
PROCEDENCIA 18593
FECHA DE PROCEDENCIA 30/09/97
VINCULACIONES 11876 11302
20595 80052
11830 50615
11161 50474
11164

9714308

01-07

DP5058

U ECOBT 10-06 00208
mun exg icx

INDONESIA-ECONOMIA
SUHARTO CONVOCA REUNION URGENTE TRAS DESPLOME DE LA RUPIA

Yakarta, 6 oct (EFE).- El presidente de Indonesia, Suharto, convocó hoy, lunes, una reunión urgente con los ministros responsables de las áreas económicas para tratar de evitar un colapso financiero motivado por la baja cotización de la rupia frente al dólar, informaron fuentes oficiales.

Suharto se entrevistó con el gobernador del Banco Nacional y con los ministros de Finanzas, Comercio e Industria pocas horas después de que la moneda nacional, la rupia, batiese un nuevo mínimo histórico frente al dólar.

La rupia perdió hoy lunes más de un cinco por ciento de su valor y llegó a cotizarse a 3,845 unidades por dólar antes de recobrarse y llegar a las 3,730 unidades por dólar, tras la intervención del banco central.

El secretario de Estado de Economía, Murdiono, señaló que el gobierno acometerá esta misma semana medidas drásticas para evitar que continúe la depreciación de la rupia, que ha perdido en los dos últimos meses cerca del 50 por ciento de su valor frente al dólar.

Otras monedas de la región han sufrido también nuevas caídas, como el dólar de Singapur, que se cotizó a 1,55 unidades por dólar; el ringit de Malasia, a 3,38; el bat de Tailandia, a 37; y, el peso de Filipinas, a 35 unidades por dólar.EFE
mfr/fl/ntc/jf/jff

10/06/11-19/97

9714308

02

XQ1843

U ECOBT 10-08 00522
mun

INDONESIA-ECONOMIA
INDONESIA PIDE AYUDA FINANCIERA FMI Y BM ANTE CRISIS DE RUPIA

Por Jenny Grant

Jakarta, 8 oct (EFE).- Indonesia ha anunciado hoy, miércoles, que ha solicitado al Fondo Monetario Internacional (FMI) y al Banco Mundial (BM) ayuda financiera para frenar la gran depreciación de la rupia.

Las autoridades de Yakarta confirman así que su economía necesita ayuda para evitar una mayor crisis económica, originada por las turbulencias monetarias que afectan a las divisas de la región del sudeste de Asia desde hace tres meses.

"Aunque las reservas de divisas de Indonesia permanecen a un buen nivel, el Gobierno está buscando fondos de apoyo a largo plazo de las instituciones internacionales, incluído el FMI", declaró el ministro de Finanzas, Mar'ie Muhammad.

No obstante, puntualizó que las reservas de divisas de Indonesia son suficientes para los próximos cinco meses.

El conjunto de ayudas representan una "medida de precaución" y el Gobierno retirará fondos sólo si son necesarios, añadió.

"Deben tomar la ayuda, no hay otro camino. La supervivencia de la región está en juego", señaló Christianto Wibisono, miembro del Centro Indonesio de Datos Empresariales.

El analista añadió que era probable que el FMI impusiera condiciones restrictivas en cualquier ayuda financiera, como la eliminación de la corrupción en el gobierno, una gestión transparente y ofertas abiertas.

"El FMI impondrá condiciones estrictas al igual que hicieron en Tailandia. Será un conjunto de ayudas típico, pero con la exigencia de transparencia en la gestión", dijo Wibisono.

Tailandia recibió una ayuda internacional de 17.200 millones de dólares el pasado mes de julio, tras la devaluación de hecho del bat tailandés, origen de la crisis monetaria en la región.

Según Wibisono, la crisis monetaria está "más allá de la economía", afectada por factores psicológicos.

La rupia indonesia ha perdido cerca del 60 por ciento de su valor frente al dólar desde comienzos de año.

El Banco de Indonesia ha intervenido en su mercado de divisas en dos ocasiones en lo que va de semana y ha gastado unos 300 millones de dólares para apoyar la rupia, que ha alcanzado mínimos históricos que sobrepasaron, el pasado lunes, los 3.800 unidades por dólar.

La cotización de la moneda indonesia cerró hoy a 3.680 rupias por dólar.

El gobernador del banco central indonesio, Soedradjad Djiwandono, dijo hoy que las reservas de divisas ascendían a 20.500 millones de dólares, y que otros dos mil millones son disponibles en préstamos contingentes.

Yakarta también pide al FMI y al BM que ayuden a fortalecer el sector financiero del país, mientras Suharto ha nombrado al economista Widjojo Nitisastro como coordinador entre las instituciones económicas del país que obtendrán el paquete de ayudas.

El Gobierno, en un comunicado, insta a los ministros y a las instituciones a que "protejan las reservas de bienes esenciales y

que mantengan la estabilidad de los precios".

Algunos analistas indicaron que la tasa de inflación sobrepasará los dos dígitos en diciembre próximo.

El gobierno hara "todo lo posible para evitar un tipo de cambio excesivamente inestable y la depreciación de la rupia", y buscará la puesta en práctica de "un sistema de tipo de cambio libre", agrega el comunicado oficial. EFE

jg/pp/ntc/Alf/jf/ddp

10/08/14-48/97

03

9714308

XC8022

R POXBT 10-20 00326
icx mun exg

INDONESIA-ELECCIONES
SUHARTO MUESTRA "CAUTELA" ANTE SEPTIMA NOMINACION PRESIDENCIA

Yakarta, 20 oct (EFE).- El presidente Suharto de Indonesia ha asegurado que acepta "con cautela" su séptima nominación como candidato oficial del Golkar, el partido gobernante, y afirma que espera que sea un nombramiento "genuino", indica hoy el diario Yakarta Post.

El presidente del Golkar, Harmoko, dijo que Suharto era "el mejor hijo de la nación" por lo que opinó que debe ocupar la Presidencia de Indonesia entre 1998 y el 2003.

"Espero que su confianza no sea falsa, porque, si así fuera, yo podría ser acusado de obstruir la sucesión y ser un obstáculo al proceso de regeneración", dijo Suharto en la noche del domingo al finalizar el 33 aniversario de la fundación del Golkar.

Suharto fue nominado el jueves pasado como candidato del Golkar para otro mandato de cinco años.

Los críticos del gobernante indonesio le han acusado varias veces de no querer dejar la Presidencia tras las próximas elecciones de marzo de 1998, y añaden que la única duda que existe es sobre el candidato a la vicepresidencia.

Los candidatos más probables a ese cargo serían el ministro de Información, Raden Hartono, el de Investigación y Tecnología, Jusuf Habibie, y el de Planificación y Desarrollo Nacional, Ginandjar Kartasasmita.

El líder indonesio, sin embargó, señaló que su trabajo consistía ahora en "suavizar" el camino para el próximo presidente de esta nación de 200 millones de habitantes, y mostró su oposición a ser convertido en símbolo de culto, algo que, afirmó, "va en contra de los principios religiosos".

Suharto, que accedió al poder tras contener un golpe de Estado como jefe de Estado Mayor contra el primer presidente del país, Sukarno, en octubre de 1965, es uno de los más veteranos jefes de Estado del mundo.

La Asamblea Consultiva del Pueblo (MPR), cuyos mil miembros eligen al presidente y vicepresidente de la nación y formula las políticas que seguirá el Gobierno, nombró a Suharto como presidente en funciones en 1967, y como presidente, al año siguiente. EFE
jg/Alf/jdl

10/20/08-05/97

9714308

XU6726

R ECOBT 10-27 00213
mun exg

MALASIA-INDONESIA
GOBIERNO MALASIO ACUDE AL RESCATE DE LA ECONOMIA DE INDONESIA

Yakarta, 27 oct (EFE).- Malasia contribuirá con una ayuda financiera de 1.000 millones de dólares a la rehabilitacion de la quebrantada economía de Indonesia, anunció hoy, lunes, el ministro malasio de Finanzas, Anwar Ibrahim.

La ayuda económica fue el principal punto de la entrevista mantenida hoy lunes en Yakarta entre Ibrahim y el presidente de Indonesia, Suharto.

Ibrahim, quien a su vez ocupa la vicepresidencia del Gobierno malasio, indicó en rueda de prensa, que los términos del compromiso serán discutidos con su colega indoneso.

El secretario indoneso de Economía, Muerdiomo, precisó que el paquete ofrecido por Malasia, otra de las economías surasiáticas afectadas por la tormenta bursátil y monetaria, es adicional a la ayuda económica solicitada por Indonesia al Fondo Monetario Internacional (FMI).

Las autoridades monetarias de Indonesia y el FMI negocian una ayuda económica, que, según los analistas, puede situarse en torno a los 4.000 y 6.000 millones de dólares.

Indonesia, que dispone de una reservas cercanas a los 20.000 millones de dólares y adeuda al menos 55.000 millones de dólares a la banca extranjera, atraviesa serios problemas de solvencia desde que su moneda nacional, la rupia, se ha depreciado casi un 50 por ciento.EFE

mfr/Alf/pz/dv

10/27/11-49/97

9714308

OK

XC8284

R ECORT 10-30 00584
icx mun exg

INDONESIA-SUHARTO
AUSTRALIA OFRECE AYUDA ECONOMICA INDONESIA CONDICIONADA AL FMI

Yakarta, 30 oct (EFE).- El presidente de Indonesia, Suharto, cuenta ya con una ayuda de 10.000 millones de dólares de Singapur y otras menores, como la de Malasia, mientras Australia y Japón condicionan su apoyo económico a que el país cumpla los requisitos del FMI.

Parte de las exigencias del FMI afectan directamente a negocios regentados por familiares del presidente indonesio.

A título de ejemplo, el hijo menor de Suharto, Hutomo "Tommy" Mandala Putra, responsable único del proyecto del coche nacional, obtuvo el pasado mes de agosto un préstamo de 690 millones de dólares de la banca pública y privada y cuenta con excepcionales ventajes fiscales.

El Gobierno de Australia ha mostrado su "apoyo regional" a Indonesia al ofrecer una ayuda financiera como parte del conjunto de ayudas que el Fondo Monetario Internacional (FMI) le ha prometido.

No obstante, el primer ministro australiano, John Howard, destacó que la ayuda estará "sujeta a las condiciones establecidas para Indonesia" por el FMI.

"Nuestra oferta está redactada en términos de una aproximación general al Fondo Monetario Internacional, y forma parte de un apoyo inicial o parte de un acuerdo de crédito de reserva", dijo Howard tras entrevistarse el miércoles con Suharto.

Por otra parte, la ayuda de 10.000 millones de dólares que Singapur ha ofrecido a Indonesia puede evitar a Suharto tener que plegarse a las condiciones impuestas por el Fondo Monetario Internacional (FMI) para dar curso a su apoyo económico.

Mientras, el primer ministro de Japón, Ryutaro Hashimoto, dijo que Tokio también está dispuesto a proveer fondos "con la condición de que Indonesia acepte los programas de ayuda del FMI".

Hashimoto mantuvo el miércoles una conversación telefónica con Suharto en la que ambos trataron sobre la posible ayuda que Japón pudiera ofrecer para paliar los actuales problemas financieros de Indonesia.

"Tenemos que resolver estos problemas uno a uno, eso es muy importante. Sin estabilizar las divisas asiáticas, la actual confusión en los mercados financieros no terminará", afirmó Hashimoto.

Ambas propuestas siguen al ofrecimiento, como préstamo de reserva y para fortalecer las reservas de divisas indonesias, de unos 10.000 millones de dólares por parte de Singapur.

Malasia, por su parte, ofreció la pasada semana una ayuda de unos mil millones de dólares a Indonesia.

Desde Washington, el FMI informó que las conversaciones con Yakarta "progresan favorablemente" y "aproximándose a un acuerdo" para un conjunto de ayudas financieras.

Sin embargo, Suharto dijo que Yakarta no busca la ayuda financiera del FMI, sino sólo su asistencia técnica.

Algunos analistas opinaron que las propuestas de ayuda de Malasia y de Singapur podrían obstaculizar las conversaciones y quitar fuerza a cualquier condición que el FMI pretenda incluir en su ayuda.

06

9716308

Howard, por el momento, no ha querido precisar cuánto dinero ofrecerá Australia.

Según Howard, para Australia es importante que la economía de Indonesia se vea "fortalecida", dado que es un mercado de cerca de 200 millones de habitantes.

Indonesia exportó bienes por valor de unos 1.200 millones de dólares a Australia en 1996, mientras que las exportaciones australianas a Indonesia fueron de unos 2.530 millones de dólares.

El presidente indonesio, en un comunicado, ha aclarado que su Gobierno no ha pedido dinero al FMI.

"No malinterpretéis, no estamos pidiendo ningún dinero. Hemos comenzado nuestro propio programa de reformas y lo único que hemos hecho es pedirle al FMI que los revise, ya que ellos tienen una larga experiencia en estos asuntos", dijo Suharto. EFE

jg/ams/Alf/pz/jdl

10/30/09-00/97

01-01

9714308

XH9139

R POXBT 10-01 00292
icx mun exq

IRAK-KURDOS
GRUPO KURDO IRAQUI ANUNCIA NUEVOS ATAQUES CONTRA KURDOS TURCOS

El Cairo, 1 oct (EFE).- El Partido Democrático del Kurdistán (PDK) iraquí anunció hoy, miércoles, que sus combatientes han iniciado la segunda fase de sus operaciones contra los guerrilleros del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK) turco, que tienen sus bases en Irak.

La emisora de radio "La voz del Kurdistán", portavoz del PDK, que encabeza Masud Barazani, afirmó que, con pocas horas de diferencia, iniciaron ataques contra el PKK en diversas zonas montañosas del norte de Irak.

Las fuerzas del PDK están limpiando de combatientes del PKK esas áreas del norte del país y han capturado armas, equipos de comunicaciones y grandes cantidades de comida y medicinas en las posiciones abandonadas por los guerrilleros kurdos turcos, que se retiran hacia las zonas más inaccesibles de las montañas, informó la emisora del PDK.

Este anunció del PDK se produce en el noveno día de operaciones de las Fuerzas Armadas turcas contra la guerrilla separatista del PKK en territorio de Irak.

Las fuerzas combinadas de la infantería y la aviación turca atacan, desde la semana pasada, las bases de los guerrilleros kurdos turcos en el norte de Irak, situadas cerca de la frontera con Turquía.

Según fuentes turcas, sus operaciones se iniciaron a solicitud del PDK, que pidió apoyo artillero para luchar contra los guerrilleros del PKK.

El PKK está aliado en Irak a la Unión Patriótica del Kurdistán (UPK), el otro gran partido kurdo iraquí, que encabeza Jalal Talabani y que se disputa con el grupo de Barazani el dominio de la zona norte del país.

Unos 24 millones de kurdos habitan en un área que comprende parte de Turquía, Irak, Irán y Siria.

De ellos, 12 millones residen en Turquía, unos 4 millones en Irak, 7 millones en Irán y cerca de un millón en Siria. EFE
cho/gr/ll

10/01/17-02/97

Nº DOCUMENTO	97/4309
TITULO	IRAK: CONFLICTO EN EL KURDISTAN
PROCEDENCIA	S18-94
FECHA DE PROCEDENCIA	26/10/94
VINCULACIONES	11816
	50+596
	25470
	20442
	6470

50+597 11164
11819
68841
S16232
11163

01-12

9714309

XH9211

R PDXBT 10-06 00347
mun exg icx

SIRIA-TURQUIA
RESPONSABLE SIRIO EXIGE RETIRADA INMEDIATA TROPAS TURCAS IRAK

Damasco, 6 oct (EFE).- El secretario general adjunto del partido "Baaz", en el Gobierno de Siria, Abdalá al-Ahmar, invitó hoy, lunes, a Turquía a que retire inmediatamente las tropas que envió al norte de Irak hace más de dos semanas.

En una alocución que pronunció con motivo del 24 aniversario de la "guerra de octubre" o guerra árabe-israelí de Yom Kippur, Al-Ahmar pidió que Turquía se abstenga de "violar la soberanía y la integridad territorial de Irak" y que "respete las relaciones de buena vecindad y los lazos históricos con los Estados árabes".

"La invasión y la agresión turca contra el norte de Irak representa una violación a la unidad del territorio iraquí y ayuda Israel a imponer su hegemonía en la región", opinó el responsable sirio, quien se refirió a las repetidas incursiones que efectúa Turquía en el norte de Irak con el fin de destruir las bases del grupo rebelde kurdo-turco Partido de los Trabajadores del Kurdistán.

La última de esas incursiones comenzó hace más de dos semanas.

Al-Ahmar consideró que "la alianza turco-israelí representa una amenaza para la seguridad árabe y de Siria en particular, además de ser una amenaza para el proceso de paz", en referencia a la cooperación militar entre Turquía e Israel y las maniobras conjuntas que tienen previsto llevar a cabo junto con los Estados Unidos en los próximos meses.

La cooperación militar turco-israelí ha sido muy criticada por varios países árabes, especialmente Siria y Egipto.

Al-Ahmar estimó necesario "desarrollar la capacidad defensiva militar de Siria para hacer frente a toda eventual agresión" y llamó a reforzar la "lucha y el apoyo de la resistencia (contra Israel) en el sur del Líbano, el Golán, Gaza y Cisjordania".

Reiteró, asimismo, que "la paz es una opción estratégica para Siria al tiempo que Israel no está preparada para esta paz, sino que obra por la rendición" de los árabes.

El responsable sirio invitó a los países árabes a boicotear la Conferencia Económica para Oriente Medio y el Norte de Africa prevista para noviembre próximo en la capital qatarí, Doha, con la participación de Israel. EFE
su/feb/ep/ddp

9714309

10/06/15-53/97

02

XA4335

R POXBT 10-12 00286
mun exg

IRAN-IRAK
MINISTRO EXTERIORES IRANI PIDE RETIRADA TURCA NORTE DE IRAK

Teherán, 12 oct (EFE).- El ministro iraní de Asuntos Exteriores, Kamal Jarazi, solicitó la rápida retirada de las fuerzas militares turcas del norte de Irak, donde combaten contra los guerrilleros kurdos del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK).

En declaraciones que publica hoy, domingo, el diario oficial iraní "Abrar", Jarazi recalca que Irán apoya el mantenimiento de la integridad territorial iraquí.

El responsable de la diplomacia iraní apunta, asimismo, que su país "vigila atentamente" el desarrollo de los acontecimientos en la zona, aunque precisa que "los ataques de Turquía al norte de Irak no ponen en peligro la seguridad nacional de Irán".

Para Jarazi, la "vía de la negociación" es la mejor fórmula para solucionar el conflicto entre Tuquía e Irak, por lo que pide que los soldados turcos abandonen el territorio del país vecino.

El PKK, que tiene sus bases en el norte de Irak, lucha desde 1984 contra las autoridades de Ankara para establecer un estado independiente para los 12 millones de kurdos que viven en el sureste de Turquía, en una guerra no declarada que se calcula que ha costado unas 30.000 vidas.

Hace tres semanas, al mismo tiempo que se iniciaba la ofensiva turca contra los combatientes del PKK, Irán realizó varios ataques aéreos contra bases de los Muyajedin Jalk (MKO), oposición armada iraní, en el sureste iraquí.

Estos ataques supusieron una advertencia por parte de EEUU a Bagdad y Teherán de que no violen las zonas de exclusión aérea impuestas en el norte y el sur iraquíes, además del envío acelerado del portaviones estadounidense "Nimitz", junto con otros seis barcos de guerra, al golfo Pérsico, donde hoy se unieron al resto de la flota de este país que vigila la zona. EFE

bs/cho/co/rt

10/12/15-34/97

03

9714309

XJ2372

U POXBT 10-13 00332
mun exg icx

IRAK-KURDOS
ENFRENTAMIENTOS ENTRE FACCIONES KURDAS IRAQUIES

El Cairo, 13 oct (EFE).- Fuertes enfrentamientos armados se registraron hoy, lunes, en el norte de Irak entre las dos principales facciones kurdas iraquíes, el Partido Democrático del Kurdistán (PDK) y la Unión Patriótica del Kurdistán (UPK).

La agencia de noticias egipcia MENA, que cita a un portavoz de la ONU en Bagdad, informa de que los enfrentamientos se producen casi un año después de que, el 31 de octubre de 1996, ambos grupos alcanzaran un acuerdo de alto el fuego en Ankara.

La semana pasada, fracasó en Lodres una reunión entre las dos organizaciones armadas kurdas iraquíes auspiciada por Estados Unidos, Reino Unido y Tuquía para tratar de tender puentes entre ellas.

El PDK, encabezado por Masud Barazani y apoyado por las autoridades de Bagdad, y la UPK, que lidera Jalal Talabani, se disputan la hegemonía en el Kurdistán iraquí.

Según varias emisoras de radio de la zona captadas en El Cairo, las noticias procedentes del norte de Irak no mencionan bajas en ninguno de los dos bandos, que se acusan mutuamente de haber iniciado las hostilidades.

Actualmente, el PDK controla la ciudad de Arbil, situada unos 300 kilómetros al norte de Bagdad, que arrebató a los guerrilleros de la UPK el año pasado con el apoyo del Ejército iraquí.

La UPK controla la ciudad de Suleimaniya, unos 250 kilómetros al noreste de Bagdad y cerca de la frontera con Irán.

El estallido de los combates ha coincidido con el inicio de la retirada de las tropas turcas que invadieron el pasado 20 de septiembre el norte de Irak para atacar los campamentos de los guerrilleros separatistas kurdos turcos del Partido de los Trajadores del Kurdistán (PKK).

Según las informaciones de los militares turcos, más de 800 combatientes del PKK han muerto en la operación, mientras el Ejército turco ha registrado 15 muertos y 56 heridos entre soldados y guardias rurales kurdos fieles a Ankara.

Las milicias del PDK también han colaborado con las tropas turcas en la lucha contra los querrilleros del PKK, que en la actualidad son aliados de la UPK. EFE
cho/mz

10/13/15-51/97

04

9714309

XB7673

U POXBT 10-16 00283
mun exg icx

IRAK-KURDOS
GOBIERNO IRAQUI PIDE FIN COMBATES ENTRE KURDOS

El Cairo, 16 oct (EFE).- El viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, ha pedido que pongan fin a sus combates las dos principales facciones kurdo-iraquíes, el Partido Democrático del Kurdistán (PDK) y la Unión Patriótica del Kurdistán (UPK), y que entablen un diálogo bajo patrocinio iraquí.

En unas declaraciones difundidas hoy, jueves, por la Agencia de Noticias de Irak (INA), Aziz manifestó que "esperamos que respondan las dos partes a nuestros consejos y entablen el diálogo bajo patrocinio del Estado".

Casi un año después de que ambos grupos alcanzasen un alto el fuego en Ankara, el 31 de octubre de 1996, esta semana las dos facciones rivales han reanudado sus combates en el norte de Irak donde se disputan el control del Kurdistán.

Actualmente, el PDK -liderado por Masud Barzani- controla la ciudad de Arbil, situada unos 300 kilómetros al norte de Bagdad, que arrebató a los guerrilleros de la UPK -de la que es jefe Yalal talabani-el año pasado con ayuda del Ejército iraquí.

La UPK controla la ciudad de Suleimaniya, a unos 250 kilómetros al noreste de Bagdad y cerca de la frontera con Irán.

Ambas ciudades, las principales del Kurdistán iraquí siguen fuera de la zona de combates, y los enfrentamientos se libran ahora en un área circular entre Shaqlawa (noreste del Kurdistán) y la localidad de Hach Omran, cercana a la frontera con Irán, según fuentes de la ONU en Irak, citadas hoy por la prensa árabe.

El norte iraquí está fuera del control del régimen iraquí que preside Sadam Husein, desde que Estados Unidos y sus aliados en la Guerra del Golfo, en 1991 decretaron una zona de exclusión aérea al norte del paralelo 35, so pretexto de proteger a la minoría kurda iraquí contra posibles ataques de Bagdad. EFE

feb/jff

10/16/09-15/97

9714309

XH9506

R POXBT 10-17 00463
mun exg icx

IRAK-KURDOS
VIOLENTOS COMBATES FACCIONES KURDAS CON PARTICIPACION TURQUIA

El Cairo, 17 oct (EFE).- Los combates que han estallado esta semana en el norte de Irak entre las dos facciones rivales kurdo-iraquíes, la Unión Patriótica del Kurdistán (UPK) y el Partido Democrático del Kurdistán (PDK) han continuado más violentos en las últimas horas.

Según informan hoy, viernes, fuentes de la oposición iraquí, los combatientes de la UPK que dirige Yalal Talbani han bombardeado ayer, por vez primera, con seis misiles tierra-tierra de corto alcance "GRAD" de fabricación rusa, el cuartel general del PDK en Sararush, en las afueras de la ciudad de Salahedín.

Este ataque de las fuerzas de la UPK, del cual no se sabe si ha causado victimas, parece haber sido una respuesta a los bombardeos que efectuó la Fuerza Aérea turca contra posiciones de la UPK en la localidad de Husein Soor, en apoyo al PDK.

En un comunicado remitido esta tarde a EFE, la "Iraqui Broadcasting Corporation" (IBC) órgano de la oposición iraquí, informó de que el misil "GRAD" ha sido hasta ahora el arma más destructiva y que por primera vez ha sido utilizado en los combates entre kurdos en Irak.

Mientras tanto, 90 tanques y vehiculos blindados turcos han cruzado el río Zab al sur de Aqra el jueves, en lo que constituye la incursión más profunda que efectúan las fuerzas turcas en territorio iraquí, según el comunicado, fechado en Arbil, unos 300 kilómetros al norte de Bagdad, y que el PDK controla desde que sus combatientes se la arrebataron a la UPK el año pasado.

Esta fuerza turca que llegó hasta una distancia de unos 9 kilómetros al norte de la aldea de Harir, trata de proteger el estratégico cruce de las carreteras de Hamilton y Aqra, vital para mantener las posiciones del PDK en Shaqlawa y Salahudín.

Esta incursión turca se efectúa pocos días después de que Ankara anunciara el inicio de la retirada de sus soldados tras la última operación que efectuó en el norte de Irak contra los rebeldes kurdo-turcos del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK).

Ayer, la IBC informaba de que dos centenares de tanques de la Guardia Republicana de Irak se han movilizado hacia el Kurdistán iraquí, en la zona de Majmur, unos 30 kilómetros al suroeste de la ciudad kurda de Arbil.

Mientras el PDK (al que apoya el régimen iraquí y que en estos momentos está aliado con Ankara), controla la ciudad de Arbil, la UPK, (ahora aliado de la guerrilla turco-kurda del PKK), controla la de Suleimaniya, unos 250 kilómetros al noreste de Bagdad, cerca de Irán.

Ambas ciudades, las principales del Kurdistán iraquí siguen fuera de la zona de combates.

El norte de Iraq está fuera del control del régimen iraquí que preside Sadam Husein, desde que Estados Unidos y sus aliados en la Guerra del Golfo, en 1991, decretaron una zona segura y de exclusión aérea al norte del paralelo 35 con el fin de proteger a la minoria kurda iraquí contra posibles ataques de Bagdad. EFE

feb/qr/ll

06

9714309.

XH9571

R POXBT 10-21 00370
icx mun exg

IRAK-KURDOS
FACCIONES KURDAS DAN BUENA ACOGIDA PROPUESTA PAZ IRAQUI

Dubai (EAU), 21 oct (EFE).- Las dos facciones kurdas iraquíes, la Unión Patriótica del Kurdistán (UPK) y el Partido Democrático del Kurdistán (PDK), han acogido favorablemente una propuesta iraquí para negociar la paz, informa hoy el diario saudí "Al Sharq Al Ausat".

"Ya era hora de que el Gobierno iraquí se ofreciera para mediar entre las dos partes. Consideramos bienvenido todo intento de pacificación para resolver el conflicto en el Kurdistán, pero es demasiado pronto para juzgar" esta mediación, dijo el líder del PDK, Masud Barazani, al periódico.

En declaraciones al mismo diario, Jalal Talabani, líder de la UPK, señaló que su grupo "aprecia" la postura de Bagdad de querer poner fin a los enfrentamientos entre las dos facciones que se disputan la hegemonía en el Kurdistán iraquí.

Barazani vinculó la aceptación de la mediación del régimen de Bagdad a la necesidad de que la UPK respete el alto el fuego y se retire de las zonas que arrebató al PDK la semana pasada.

Por su parte, Talabani indicó que su grupo había declarado un alto el fuego unilateral y que el PDK había admitido este cese de hostilidades ayer, domingo.

El dirigente de la UPK criticó la intervención de Turquía en territorio iraquí y responsabilizó a Ankara de "los enfrentamientos entre las facciones kurdas".

Talabani hizo, asimismo, un llamamiento a EEUU para que presione al Gobierno turco para que ponga fin a sus incursiones en Irak contra la guerrilla separatista kurda turca del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK) y, en las últimas fechas, contra los combatientes de la UPK.

La UPK y el PDK iniciaron fuertes enfrentamientos armados el pasado 13 de octubre, tras casi un año de tregua acordada por ambos grupos en Ankara.

El inicio de los combates coincidió con el anuncio de la retirada de las tropas turcas que habían atacado durante varias semanas los campamentos del PKK en el norte de Irak y se produjo tras fracasar una reunión en Londres entre las dos facciones.

El Kurdistán iraquí está fuera del control del régimen de Bagdad, desde que EEUU y sus aliados en la guerra del golfo Pérsico declararon en 1991 una zona de exclusión aérea so pretexto de proteger a la minoría kurda de este país contra posibles ataques de las tropas del régimen de Sadam Husein. EFE
ad/cho/ll

10/21/15-31/97

et

9/14309

XH9596

R POXBT 10-22 00228
mun exg icx

IRAK-KURDOS
VIOLACIONES DEL ALTO EL FUEGO ENTRE FACCIONES KURDAS

El Cairo, 22 oct (EFE).- Las dos principales facciones kurdas iraquíes, enfrentadas en el norte del país, han roto en varias ocasiones el alto el fuego que aceptaron a finales de la semana pasada, informa hoy, miércoles, la agencia egipcia MENA.

Las últimas violaciones tuvieron lugar anoche y esta madrugada en la zona de Shaklava, precisa la agencia, que cita testigos de los hechos y recuerda que en esa población se produjeron algunos de los más duros combates durante los últimos enfrentamientos.

La Unión Patriótica del Kurdistán (UPK), que encabeza Yalal Talabani, y el Partido Democrático del Kurdistán (PDK), liderado por Masud Barazani, iniciaron el pasado 13 de octubre unos fuertes enfrentamientos tras casi un año de tregua.

En estos combates, la UPK ocupó algunas posiciones y poblaciones que estaban en poder del PDK, y esta última organización exige que se sus rivales se retiren a las líneas anteriores al inicio de los enfrentamientos.

Pese a estas violaciones del alto el fuego, ambas facciones kurdas han acogido favorablemente la propuesta de diálogo hecha por las autoridades iraquíes, que se han ofrecido para mediar entre ellas.

El norte iraquí está fuera del control del régimen de Bagadad, que encabeza Sadam Husein, desde el final de la guerra del golfo Pérsico de 1991, cuando se estableció una zona de exclusión para la defensa de los kurdos. EFE
cho/meg

10/22/12-50/97

XB7997

R POXBT 10-23 00217
mun exg icx

EGIPTO-TURQUIA
EGIPTO DEFIENDE INTEGRIDAD IRAK ANTE ZONA SEGURIDAD TURCA

El Cairo, 23 oct (EFE).- Egipto defiende la integridad territorial iraquí, ante el anuncio hecho por Turquía de que establecerá una "zona de seguridad" dentro de Irak para evitar la acciones de la guerrilla turca kurda del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK).

Según declaró hoy, jueves, a los periodistas en El Cairo el ministro de Asuntos Exteriores egipcio, Amro Musa, "todo lo que pueda amenazar la seguridad territorial de Irak es algo que Egipto no consentiría o con lo que no simpatizaría o manifestaría su acuerdo".

"Las teóricas zonas de seguridad sirven más para provocar enfrentamientos que para prevenirlos. Yo no creo que esto sea positivo", dijo Musa al referirse al establecidmiento de esta franja, reconocida ayer por las autoridades de Ankara.

Musa aclaró que, las autoridades egipcias no habían tratado "todavía" con las turcas este asunto, que diversos observadores y organizaciones han considerado ya como un nuevo foco de tensión en Oriente Medio.

El pasado 13 de octubre, al término de la última operación en el norte de Irak contra los guerrilleros del PKK, que luchan para establecer un estado independiente en el Kurdistán turco, el general Kazim Betir declaró que permanecerían en territorio iraquí "pequeñas unidades" de las Fuerzas Armadas de Turquía. EFE
cho/gr/jpg

10/23/17-30/97

09

XB8014

U PDXBT 10-23 00236
mun exg icx

IRAK-TURQUIA
LIGA ARABE CONDENA ZONA SEGURIDAD TURCA EN EL NORTE DE IRAK

El Cairo, 23 oct (EFE).- La Liga Arabe condenó hoy, jueves, la creación de una zona de seguridad por parte de Turquía en el norte de Irak, para evitar la acciones de la guerrilla turca kurda del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK).

Según informa la agencia iraquí INA, un responsable de la Liga Arabe indicó que la acción de Turquía, reconocida ayer por las autoridades de Ankara, es "una repetición de lo que hace Israel en el sur de Líbano", donde ese país mantiene ocupada una franja de más de 1.000 kilómetros cuadrados.

El ministro de Asuntos Exteriores egipcio, Amro Musa, también criticó hoy la creación de esa zona de seguridad, que, según dijo, puede servir "más para provocar enfrentamientos que para prevenirlos", al tiempo que el grupo Dawa Islamiya (Divulgación Islámica), de la oposición iraquí en el exilio, también manifestó su desacuerdo con la acción turca.

La fuente de la Liga Arabe de INA, a la que no identifica, indicó que es "una agresión a la soberanía de un país árabe, que creará más violencia y tensión en la región sin solucionar los problemas de Turqía con los kurdos" y repercutirá en la seguridad y tabilidad de Oriente Medio al poner en peligro las "futuras relaciones entre árabes y turcos".

Para esa fuente, podría suceder que, al contrario de lo que se pretende, se cree una "zona insegura", como sucede en el sur de Líbano, "donde no ha dado seguridad a Israel". EFE

cho/gr/jpg

10/23/19-04/97

10

XR1053

R POXBT 10-23 00330
icx mun exg

IRAK-TURQUIA
OPOSICION IRAQUI CRITICA FRANJA SEGURIDAD TURCA EN IRAK

Damasco, 23 oct (EFE).- El partido opositor iraquí Dawa Islamiya (Divulgación Islámica), criticó hoy, jueves, la creación por parte de Turquía de una franja de seguridad en el norte de Irak, que transcurre desde la frontera con Irán a la de Siria.

Según un comunicado facilitado hoy a EFE desde Damasco por este grupo, Turquía ha organizado una "zona similar a la 'franja de seguridad' establecida por la 'entidad sionista' (Israel) en el sur del Líbano".

Para este partido, cuyo líder, Mohamed el Asfi, tiene su sede en Teherán aunque cuenta con oficinas en Damasco y Beirut, esta decisión se ha adoptado bajo los auspicios de "la alianza turco-sionista" y supone un "nuevo peligro para la seguridad" en Oriente Medio.

Asimismo, el grupo recuerda que el establecimiento de esta franja, reconocida ayer por las autoridades de Ankara, según informaron diversas emisoras árabes de la zona, se produce después de la última invasión turca del norte de Irak, para atacar los campamentos de los kurdos turcos del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK).

Para este partido, esta medida se enmarca dentro de los intentos de "dividir Irak y convertirlo en una segunda Palestina", por lo que responsabilizaron al grupo kurdo iraquí Partido Democrático del Kurdistán (PDK), en la actualidad aliado con Ankara, de facilitar el camino para ese fin.

La instauración de esta franja también supone, consideró la Dawa Islamiya, "un peligro serio para Siria e Irán", países con los que limitaría esta zona establecida por Turquía.

Turquía mantiene acuerdos militares con Israel, que han sido muy criticados por la práctica totalidad de los países islámicos, que ven en ellos un peligro para la estabilidad de Oriente Medio.

Al término de su último ataque en el norte de Irak contra los guerrilleros del PKK, que luchan para establecer un estado independiente en el Kurdistán turco, el jefe de la operación turca, general Kazim Betir, declaró que permanecerían en territorio iraquí "pequeñas unidades" de sus Fuerzas Armadas. EFE
cho/ep dlh

10/23/16-41/97

//

XH9139

R POXBT 10-01 00292
icx mun exq

IRAK-KURDOS
GRUPO KURDO IRAQUI ANUNCIA NUEVOS ATAQUES CONTRA KURDOS TURCOS

El Cairo, 1 oct (EFE).- El Partido Democrático del Kurdistán (PDK) iraquí anunció hoy, miércoles, que sus combatientes han iniciado la segunda fase de sus operaciones contra los guerrilleros del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK) turco, que tienen sus bases en Irak.

La emisora de radio "La voz del Kurdistán", portavoz del PDK, que encabeza Masud Barazani, afirmó que, con pocas horas de diferencia, iniciaron ataques contra el PKK en diversas zonas montañosas del norte de Irak.

Las fuerzas del PDK están limpiando de combatientes del PKK esas áreas del norte del país y han capturado armas, equipos de comunicaciones y grandes cantidades de comida y medicinas en las posiciones abandonadas por los guerrilleros kurdos turcos, que se retiran hacia las zonas más inaccesibles de las montañas, informó la emisora del PDK.

Este anunció del PDK se produce en el noveno día de operaciones de las Fuerzas Armadas turcas contra la guerrilla separatista del PKK en territorio de Irak.

Las fuerzas combinadas de la infantería y la aviación turca atacan, desde la semana pasada, las bases de los guerrilleros kurdos turcos en el norte de Irak, situadas cerca de la frontera con Turquía.

Según fuentes turcas, sus operaciones se iniciaron a solicitud del PDK, que pidió apoyo artillero para luchar contra los guerrilleros del PKK.

El PKK está aliado en Irak a la Unión Patriótica del Kurdistán (UPK), el otro gran partido kurdo iraquí, que encabeza Jalal Talabani y que se disputa con el grupo de Barazani el dominio de la zona norte del país.

Unos 24 millones de kurdos habitan en un área que comprende parte de Turquía, Irak, Irán y Siria.

De ellos, 12 millones residen en Turquía, unos 4 millones en Irak, 7 millones en Irán y cerca de un millón en Siria. EFE
cho/gr/ll

10/01/17-02/97

Nº DOCUMENTO 97/4309
TITULO IRAK : CONFLICTO EN EL KURDISTAN
PROCEDENCIA SIS-SB
FECHA DE PROCEDENCIA 26/10/97
VINCULACIONES 11816 SOT 597 11164
SOT 596 11819
D 5470 68841
D 4612 S16232
-6490 11163

01-12

9714309

XH9211

R PDXBT 10-06 00347
mun exg icx

SIRIA-TURQUIA
RESPONSABLE SIRIO EXIGE RETIRADA INMEDIATA TROPAS TURCAS IRAK

Damasco, 6 oct (EFE).- El secretario general adjunto del partido "Baaz", en el Gobierno de Siria, Abdalá al-Ahmar, invitó hoy, lunes, a Turquía a que retire inmediatamente las tropas que envió al norte de Irak hace más de dos semanas.

En una alocución que pronunció con motivo del 24 aniversario de la "guerra de octubre" o guerra árabe-israelí de Yom Kippur, Al-Ahmar pidió que Turquía se abstenga de "violar la soberanía y la integridad territorial de Irak" y que "respete las relaciones de buena vecindad y los lazos históricos con los Estados árabes".

"La invasión y la agresión turca contra el norte de Irak representa una violación a la unidad del territorio iraquí y ayuda Israel a imponer su hegemonía en la región", opinó el responsable sirio, quien se refirió a las repetidas incursiones que efectúa Turquía en el norte de Irak con el fin de destruir las bases del grupo rebelde kurdo-turco Partido de los Trabajadores del Kurdistán.

La última de esas incursiones comenzó hace más de dos semanas.

Al-Ahmar consideró que "la alianza turco-israelí representa una amenaza para la seguridad árabe y de Siria en particular, además de ser una amenaza para el proceso de paz", en referencia a la cooperación militar entre Turquía e Israel y las maniobras conjuntas que tienen previsto llevar a cabo junto con los Estados Unidos en los próximos meses.

La cooperación militar turco-israelí ha sido muy criticada por varios países árabes, especialmente Siria y Egipto.

Al-Ahmar estimó necesario "desarrollar la capacidad defensiva militar de Siria para hacer frente a toda eventual agresión" y llamó a reforzar la "lucha y el apoyo de la resistencia (contra Israel) en el sur del Líbano, el Golán, Gaza y Cisjordania".

Reiteró, asimismo, que "la paz es una opción estratégica para Siria al tiempo que Israel no está preparada para esta paz, sino que obra por la rendición" de los árabes.

El responsable sirio invitó a los países árabes a boicotear la Conferencia Económica para Oriente Medio y el Norte de Africa prevista para noviembre próximo en la capital qatarí, Doha, con la participación de Israel. EFE
su/feb/ep/ddp

9714309

10/06/15-53/97

02

XA4335

R POXBT 10-12 00286
mun exg

IRAN-IRAK
MINISTRO EXTERIORES IRANI PIDE RETIRADA TURCA NORTE DE IRAK

Teherán, 12 oct (EFE).- El ministro iraní de Asuntos Exteriores, Kamal Jarazi, solicitó la rápida retirada de las fuerzas militares turcas del norte de Irak, donde combaten contra los guerrilleros kurdos del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK).

En declaraciones que publica hoy, domingo, el diario oficial iraní "Abrar", Jarazi recalca que Irán apoya el mantenimiento de la integridad territorial iraquí.

El responsable de la diplomacia iraní apunta, asimismo, que su país "vigila atentamente" el desarrollo de los acontecimientos en la zona, aunque precisa que "los ataques de Turquía al norte de Irak no ponen en peligro la seguridad nacional de Irán".

Para Jarazi, la "vía de la negociación" es la mejor fórmula para solucionar el conflicto entre Tuquía e Irak, por lo que pide que los soldados turcos abandonen el territorio del país vecino.

El PKK, que tiene sus bases en el norte de Irak, lucha desde 1984 contra las autoridades de Ankara para establecer un estado independiente para los 12 millones de kurdos que viven en el sureste de Turquía, en una guerra no declarada que se calcula que ha costado unas 30.000 vidas.

Hace tres semanas, al mismo tiempo que se iniciaba la ofensiva turca contra los combatientes del PKK, Irán realizó varios ataques aéreos contra bases de los Muyajedin Jalk (MKO), oposición armada iraní, en el sureste iraquí.

Estos ataques supusieron una advertencia por parte de EEUU a Bagdad y Teherán de que no violen las zonas de exclusión aérea impuestas en el norte y el sur iraquíes, además del envío acelerado del portaviones estadounidense "Nimitz", junto con otros seis barcos de guerra, al golfo Pérsico, donde hoy se unieron al resto de la flota de este país que vigila la zona. EFE
bs/cho/co/rt

10/12/15-34/97

03

9714309

XJ2372

U POXBT 10-13 00332
mun exg icx

IRAK-KURDOS
ENFRENTAMIENTOS ENTRE FACCIONES KURDAS IRAQUIES

El Cairo, 13 oct (EFE).- Fuertes enfrentamientos armados se registraron hoy, lunes, en el norte de Irak entre las dos principales facciones kurdas iraquíes, el Partido Democrático del Kurdistán (PDK) y la Unión Patriótica del Kurdistán (UPK).

La agencia de noticias egipcia MENA, que cita a un portavoz de la ONU en Bagdad, informa de que los enfrentamientos se producen casi un año después de que, el 31 de octubre de 1996, ambos grupos alcanzaran un acuerdo de alto el fuego en Ankara.

La semana pasada, fracasó en Lodres una reunión entre las dos organizaciones armadas kurdas iraquíes auspiciada por Estados Unidos, Reino Unido y Tuquía para tratar de tender puentes entre ellas.

El PDK, encabezado por Masud Barazani y apoyado por las autoridades de Bagdad, y la UPK, que lidera Jalal Talabani, se disputan la hegemonía en el Kurdistán iraquí.

Según varias emisoras de radio de la zona captadas en El Cairo, las noticias procedentes del norte de Irak no mencionan bajas en ninguno de los dos bandos, que se acusan mutuamente de haber iniciado las hostilidades.

Actualmente, el PDK controla la ciudad de Arbil, situada unos 300 kilómetros al norte de Bagdad, que arrebató a los guerrilleros de la UPK el año pasado con el apoyo del Ejército iraquí.

La UPK controla la ciudad de Suleimaniya, unos 250 kilómetros al noreste de Bagdad y cerca de la frontera con Irán.

El estallido de los combates ha coincidido con el inicio de la retirada de las tropas turcas que invadieron el pasado 20 de septiembre el norte de Irak para atacar los campamentos de los guerrilleros separatistas kurdos turcos del Partido de los Trajadores del Kurdistán (PKK).

Según las informaciones de los militares turcos, más de 800 combatientes del PKK han muerto en la operación, mientras el Ejército turco ha registrado 15 muertos y 56 heridos entre soldados y guardias rurales kurdos fieles a Ankara.

Las milicias del PDK también han colaborado con las tropas turcas en la lucha contra los guerrilleros del PKK, que en la actualidad son aliados de la UPK. EFE

cho/mz

10/13/15-51/97

04

9714309

XB7673

U PDXBT 10-16 00283
mun exg icx

IRAK-KURDOS
GOBIERNO IRAQUI PIDE FIN COMBATES ENTRE KURDOS

El Cairo, 16 oct (EFE).- El viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, ha pedido que pongan fin a sus combates las dos principales facciones kurdo-iraquíes, el Partido Democrático del Kurdistán (PDK) y la Unión Patriótica del Kurdistán (UPK), y que entablen un diálogo bajo patrocinio iraquí.

En unas declaraciones difundidas hoy, jueves, por la Agencia de Noticias de Irak (INA), Aziz manifestó que "esperamos que respondan las dos partes a nuestros consejos y entablen el diálogo bajo patrocinio del Estado".

Casi un año después de que ambos grupos alcanzasen un alto el fuego en Ankara, el 31 de octubre de 1996, esta semana las dos facciones rivales han reanudado sus combates en el norte de Irak donde se disputan el control del Kurdistán.

Actualmente, el PDK -liderado por Masud Barzani- controla la ciudad de Arbil, situada unos 300 kilómetros al norte de Bagdad, que arrebató a los guerrilleros de la UPK -de la que es jefe Yalal talabani-el año pasado con ayuda del Ejército iraquí.

La UPK controla la ciudad de Suleimaniya, a unos 250 kilómetros al noreste de Bagdad y cerca de la frontera con Irán.

Ambas ciudades, las principales del Kurdistán iraquí siguen fuera de la zona de combates, y los enfrentamientos se libran ahora en un área circular entre Shaqlawa (noreste del Kurdistán) y la localidad de Hach Omran, cercana a la frontera con Irán, según fuentes de la ONU en Irak, citadas hoy por la prensa árabe.

El norte iraquí está fuera del control del régimen iraquí que preside Sadam Husein, desde que Estados Unidos y sus aliados en la Guerra del Golfo, en 1991 decretaron una zona de exclusión aérea al norte del paralelo 35, so pretexto de proteger a la minoría kurda iraquí contra posibles ataques de Bagdad. EFE

feb/jff

10/16/09-15/97

9714309

XH9506

R POXBT 10-17 00463
mun exg icx

IRAK-KURDOS
VIOLENTOS COMBATES FACCIONES KURDAS CON PARTICIPACION TURQUIA

El Cairo, 17 oct (EFE).- Los combates que han estallado esta semana en el norte de Irak entre las dos facciones rivales kurdo-iraquíes, la Unión Patriótica del Kurdistán (UPK) y el Partido Democrático del Kurdistán (PDK) han continuado más violentos en las últimas horas.

Según informan hoy, viernes, fuentes de la oposición iraquí, los combatientes de la UPK que dirige Yalal Talbani han bombardeado ayer, por vez primera, con seis misiles tierra-tierra de corto alcance "GRAD" de fabricación rusa, el cuartel general del PDK en Sararush, en las afueras de la ciudad de Salahedín.

Este ataque de las fuerzas de la UPK, del cual no se sabe si ha causado víctimas, parece haber sido una respuesta a los bombardeos que efectuó la Fuerza Aérea turca contra posiciones de la UPK en la localidad de Husein Soor, en apoyo al PDK.

En un comunicado remitido esta tarde a EFE, la "Iraqui Broadcasting Corporation" (IBC) órgano de la oposición iraquí, informó de que el misil "GRAD" ha sido hasta ahora el arma más destructiva y que por primera vez ha sido utilizado en los combates entre kurdos en Irak.

Mientras tanto, 90 tanques y vehículos blindados turcos han cruzado el río Zab al sur de Aqra el jueves, en lo que constituye la incursión más profunda que efectúan las fuerzas turcas en territorio iraquí, según el comunicado, fechado en Arbil, unos 300 kilómetros al norte de Bagdad, y que el PDK controla desde que sus combatientes se la arrebataron a la UPK el año pasado.

Esta fuerza turca que llegó hasta una distancia de unos 9 kilómetros al norte de la aldea de Harir, trata de proteger el estratégico cruce de las carreteras de Hamilton y Aqra, vital para mantener las posiciones del PDK en Shaqlawa y Salahudín.

Esta incursión turca se efectúa pocos días después de que Ankara anunciara el inicio de la retirada de sus soldados tras la última operación que efectuó en el norte de Irak contra los rebeldes kurdo-turcos del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK).

Ayer, la IBC informaba de que dos centenares de tanques de la Guardia Republicana de Irak se han movilizado hacia el Kurdistán iraquí, en la zona de Majmur, unos 30 kilómetros al suroeste de la ciudad kurda de Arbil.

Mientras el PDK (al que apoya el régimen iraquí y que en estos momentos está aliado con Ankara), controla la ciudad de Arbil, la UPK, (ahora aliado de la guerrilla turco-kurda del PKK), controla la de Suleimaniya, unos 250 kilómetros al noreste de Bagdad, cerca de Irán.

Ambas ciudades, las principales del Kurdistán iraquí siguen fuera de la zona de combates.

El norte de Iraq está fuera del control del régimen iraqui que preside Sadam Husein, desde que Estados Unidos y sus aliados en la Guerra del Golfo, en 1991, decretaron una zona segura y de exclusión aérea al norte del paralelo 35 con el fin de proteger a la minoría kurda iraquí contra posibles ataques de Bagdad. EFE feb/gr/ll

06

9714309.

XH9571

R POXBT 10-21 00370
icx mun exg

IRAK-KURDOS
FACCIONES KURDAS DAN BUENA ACOGIDA PROPUESTA PAZ IRAQUI

Dubai (EAU), 21 oct (EFE).- Las dos facciones kurdas iraquíes, la Unión Patriótica del Kurdistán (UPK) y el Partido Democrático del Kurdistán (PDK), han acogido favorablemente una propuesta iraquí para negociar la paz, informa hoy el diario saudí "Al Sharq Al Ausat".

"Ya era hora de que el Gobierno iraquí se ofreciera para mediar entre las dos partes. Consideramos bienvenido todo intento de pacificación para resolver el conflicto en el Kurdistán, pero es demasiado pronto para juzgar" esta mediación, dijo el líder del PDK, Masud Barazani, al periódico.

En declaraciones al mismo diario, Jalal Talabani, líder de la UPK, señaló que su grupo "aprecia" la postura de Bagdad de querer poner fin a los enfrentamientos entre las dos facciones que se disputan la hegemonía en el Kurdistán iraquí.

Barazani vinculó la aceptación de la mediación del régimen de Bagdad a la necesidad de que la UPK respete el alto el fuego y se retire de las zonas que arrebató al PDK la semana pasada.

Por su parte, Talabani indicó que su grupo había declarado un alto el fuego unilateral y que el PDK había admitido este cese de hostilidades ayer, domingo.

El dirigente de la UPK criticó la intervención de Turquía en territorio iraquí y responsabilizó a Ankara de "los enfrentamientos entre las facciones kurdas".

Talabani hizo, asimismo, un llamamiento a EEUU para que presione al Gobierno turco para que ponga fin a sus incursiones en Irak contra la guerrilla separatista kurda turca del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK) y, en las últimas fechas, contra los combatientes de la UPK.

La UPK y el PDK iniciaron fuertes enfrentamientos armados el pasado 13 de octubre, tras casi un año de tregua acordada por ambos grupos en Ankara.

El inicio de los combates coincidió con el anuncio de la retirada de las tropas turcas que habían atacado durante varias semanas los campamentos del PKK en el norte de Irak y se produjo tras fracasar una reunión en Londres entre las dos facciones.

El Kurdistán iraquí está fuera del control del régimen de Bagdad, desde que EEUU y sus aliados en la guerra del golfo Pérsico declararon en 1991 una zona de exclusión aérea so pretexto de proteger a la minoría kurda de este país contra posibles ataques de las tropas del régimen de Sadam Husein. EFE
ad/cho/ll

10/21/15-31/97

et

9714309

XH9596

R POXBT 10-22 00228
mun exg icx

IRAK-KURDOS
VIOLACIONES DEL ALTO EL FUEGO ENTRE FACCIONES KURDAS

El Cairo, 22 oct (EFE).- Las dos principales facciones kurdas iraquíes, enfrentadas en el norte del país, han roto en varias ocasiones el alto el fuego que aceptaron a finales de la semana pasada, informa hoy, miércoles, la agencia egipcia MENA.

Las últimas violaciones tuvieron lugar anoche y esta madrugada en la zona de Shaklava, precisa la agencia, que cita testigos de los hechos y recuerda que en esa población se produjeron algunos de los más duros combates durante los últimos enfrentamientos.

La Unión Patriótica del Kurdistán (UPK), que encabeza Yalal Talabani, y el Partido Democrático del Kurdistán (PDK), liderado por Masud Barazani, iniciaron el pasado 13 de octubre unos fuertes enfrentamientos tras casi un año de tregua.

En estos combates, la UPK ocupó algunas posiciones y poblaciones que estaban en poder del PDK, y esta última organización exige que se sus rivales se retiren a las líneas anteriores al inicio de los enfrentamientos.

Pese a estas violaciones del alto el fuego, ambas facciones kurdas han acogido favorablemente la propuesta de diálogo hecha por las autoridades iraquíes, que se han ofrecido para mediar entre ellas.

El norte iraquí está fuera del control del régimen de Bagadad, que encabeza Sadam Husein, desde el final de la guerra del golfo Pérsico de 1991, cuando se estableció una zona de exclusión para la defensa de los kurdos. EFE

cho/meg

10/22/12-50/97

XB7997

R POXBT 10-23 00217
mun exg icx

EGIPTO-TURQUIA
EGIPTO DEFIENDE INTEGRIDAD IRAK ANTE ZONA SEGURIDAD TURCA

El Cairo, 23 oct (EFE).- Egipto defiende la integridad territorial iraquí, ante el anuncio hecho por Turquía de que establecerá una "zona de seguridad" dentro de Irak para evitar la acciones de la guerrilla turca kurda del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK).

Según declaró hoy, jueves, a los periodistas en El Cairo el ministro de Asuntos Exteriores egipcio, Amro Musa, "todo lo que pueda amenazar la seguridad territorial de Irak es algo que Egipto no consentiría o con lo que no simpatizaría o manifestaría su acuerdo".

"Las teóricas zonas de seguridad sirven más para provocar enfrentamientos que para prevenirlos. Yo no creo que esto sea positivo", dijo Musa al referirse al establecidmiento de esta franja, reconocida ayer por las autoridades de Ankara.

Musa aclaró que, las autoridades egipcias no habían tratado "todavía" con las turcas este asunto, que diversos observadores y organizaciones han considerado ya como un nuevo foco de tensión en Oriente Medio.

El pasado 13 de octubre, al término de la última operación en el norte de Irak contra los guerrilleros del PKK, que luchan para establecer un estado independiente en el Kurdistán turco, el general Kazim Betir declaró que permanecerían en territorio iraquí "pequeñas unidades" de las Fuerzas Armadas de Turquía. EFE
cho/gr/jpg

10/23/17-30/97

09

9714309

XB8014

U POXBT 10-23 00236
mun exg icx

IRAK-TURQUIA
LIGA ARABE CONDENA ZONA SEGURIDAD TURCA EN EL NORTE DE IRAK

El Cairo, 23 oct (EFE).- La Liga Arabe condenó hoy, jueves, la creación de una zona de seguridad por parte de Turquía en el norte de Irak, para evitar la acciones de la guerrilla turca kurda del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK).

Según informa la agencia iraquí INA, un responsable de la Liga Arabe indicó que la acción de Turquía, reconocida ayer por las autoridades de Ankara, es "una repetición de lo que hace Israel en el sur de Líbano", donde ese país mantiene ocupada una franja de más de 1.000 kilómetros cuadrados.

El ministro de Asuntos Exteriores egipcio, Amro Musa, también criticó hoy la creación de esa zona de seguridad, que, según dijo, puede servir "más para provocar enfrentamientos que para prevenirlos", al tiempo que el grupo Dawa Islamiya (Divulgación Islámica), de la oposición iraquí en el exilio, también manifestó su desacuerdo con la acción turca.

La fuente de la Liga Arabe de INA, a la que no identifica, indicó que es "una agresión a la soberanía de un país árabe, que creará más violencia y tensión en la región sin solucionar los problemas de Turquía con los kurdos" y repercutirá en la seguridad y tabilidad de Oriente Medio al poner en peligro las "futuras relaciones entre árabes y turcos".

Para esa fuente, podría suceder que, al contrario de lo que se pretende, se cree una "zona insegura", como sucede en el sur de Líbano, "donde no ha dado seguridad a Israel". EFE

cho/gr/jpg

10/23/19-04/97

10

9714309

XR1053

R POXBT 10-23 00330
icx mun exg

IRAK-TURQUIA
OPOSICION IRAQUI CRITICA FRANJA SEGURIDAD TURCA EN IRAK

Damasco, 23 oct (EFE).- El partido opositor iraquí Dawa Islamiya (Divulgación Islámica), criticó hoy, jueves, la creación por parte de Turquía de una franja de seguridad en el norte de Irak, que transcurre desde la frontera con Irán a la de Siria.

Según un comunicado facilitado hoy a EFE desde Damasco por este grupo, Turquía ha organizado una "zona similar a la 'franja de seguridad' establecida por la 'entidad sionista' (Israel) en el sur del Líbano".

Para este partido, cuyo líder, Mohamed el Asfi, tiene su sede en Teherán aunque cuenta con oficinas en Damasco y Beirut, esta decisión se ha adoptado bajo los auspicios de "la alianza turco-sionista" y supone un "nuevo peligro para la seguridad" en Oriente Medio.

Asimismo, el grupo recuerda que el establecimiento de esta franja, reconocida ayer por las autoridades de Ankara, según informaron diversas emisoras árabes de la zona, se produce después de la última invasión turca del norte de Irak, para atacar los campamentos de los kurdos turcos del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK).

Para este partido, esta medida se enmarca dentro de los intentos de "dividir Irak y convertirlo en una segunda Palestina", por lo que responsabilizaron al grupo kurdo iraquí Partido Democrático del Kurdistán (PDK), en la actualidad aliado con Ankara, de facilitar el camino para ese fin.

La instauración de esta franja también supone, consideró la Dawa Islamiya, "un peligro serio para Siria e Irán", países con los que limitaría esta zona establecida por Turquía.

Turquía mantiene acuerdos militares con Israel, que han sido muy criticados por la práctica totalidad de los países islámicos, que ven en ellos un peligro para la estabilidad de Oriente Medio.

Al término de su último ataque en el norte de Irak contra los guerrilleros del PKK, que luchan para establecer un estado independiente en el Kurdistán turco, el jefe de la operación turca, general Kazim Betir, declaró que permanecerían en territorio iraquí "pequeñas unidades" de sus Fuerzas Armadas. EFE
cho/ep dlh

10/23/16-41/97

11

9714309

XH9813
R POXBT 10-28 00332
icx mun exg

IRAK-KURDOS
UPK DENUNCIA BOMBARDEO TURCO CON NAPALM Y BOMBAS DE RACIMO

El Cairo, 28 oct (EFE).- El grupo kurdo iraquí Unión Patriótica del Kurdistán (UPK) denunció que la aviación turca había atacado hoy, martes, los alrededores de la ciudad de Shaqlava con bombas de napalm y de racimo, prohibidas por las convenciones internaconales.

En un comunicado remitido a EFE en El Cairo, la UPK, que encabeza Yalal Talabani, señala que el ataque causó numerosos muertos y heridos entre la población civil y los guerrilleros de este grupo y de las pequeñas milicias kurdas con las que está aliado.

Además, el bombardeo, que duró una hora, también destruyó viviendas y causó grandes daños en diversos cultivos, indica la nota.

En su escrito, la UPK, que se disputa con el Partido Democrático del Kurdistán (PDK), que encabeza Masud Barazani, la hegemonía en el Kurdistán iraquí, solicita a los países árabes, grandes potencias y organismos internacionales que presionen a Turquía para que deje de atacar el norte de Irak, al tiempo que denuncia el "uso indiscriminado de armas prohibidas" por ese país.

En la actualidad, la UPK está aliada con el grupo separatista kurdo turco Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK), que intenta crear un estado independiente en el extremo oriental de Turquía.

Las tropas turcas finalizaron el pasado 13 de octubre una operación de más de tres semanas contra las bases del PKK en el norte de Irak y, al terminar, crearon una "zona de seguridad" en el área, que ha sido muy criticada por algunos estados y organizaciones árabes.

Turquía ha pedido a la UPK que rompa su alianza con el PKK y, desde el 13 de octubre, ofrece apoyo aéreo al PDK en los combates que las dos facciones kurdas iraquíes iniciaron en esa fecha, tras casi un año de tregua.

El 17 de octubre los dos grupos acordaron un alto el fuego, pero ha sido constantemente interrumpido y la intervención de la aviación de Turquía contra el PKK ha sido diaria, según diversas fuentes, que también señalaron que los aparatos turcos utilizaban bombas de napalm y de gran potencia, prohibidas internacionalmente. EFE
cho/]]

10/28/17-29/97

12-12

9714309.

Nº DOCUMENTO 9714310
TÍTULO IRAK: CRISIS DE LOS OBSERVADORES Y SITUACION GRAL.
FECHA 16DO90
FECHA DESCLASIFICACION 31IO97
11816 S01889 11164
S01596 S01294
65890 11903
S01591 65963
-65841 11163
01-30
9714310

MUNDO

ORIENTE MÉDIO

O ditador precisa de amigos

Saddam Hussein busca aliados para combater inimigo iraniano

TALAL TOHME
AFP/Dubai

O Iraque tentava ontem encontrar aliados entre seus vizinhos, insistindo que o Irã representa uma ameaça à região, exatamente como fez na década passada, quando os dois países entraram em guerra. Desta vez, contudo, a estratégia não deve funcionar. O Iraque pede a retirada da proibição de sobrevoar a zona de exclusão aérea, ao norte e ao sul do país, para poder se defender dos bombardeios iranianos. Durante a guerra Irã-Iraque (1980-88), Bagdá conseguiu que os países do Golfo Pérsico financiassem suas ações e que os países ocidentais armassem seu exército, preocupados com os perigos de uma possível exportação da revolução islâmica iraniana.

"O presidente iraquiano Saddam Hussein aposta na hostilidade dos ocidentais com o Irã, mas duvido que possa tirar proveito disso", disse o diretor do centro dos Emirados Árabes Unidos para estudos estrátegicos em Abu Dhabi, Jamal Sanad al Suaidi. Segundo Suaidi, Saddam "não poderá obter uma flexibilização da posição ocidental, especialmente dos EUA".

Bagdá afirmou que enviou caças para perseguir oito aviões iranianos que bombardearam duas províncias iraquianas na fronteira. Teerã reconheceu ter atacado uma base dos Mujahedin (Combatentes do Povo), opositores iranianos estabelecidos no Iraque. Washington alertou ontem o governo de Teerã que as incursões sobre território iraquiano podem representar riscos para seus pilotos.

"Os iraquianos procuram justificativas para apoiar seu pedido de levantamento das sanções", considerou Terry Taylor, reitor-

BANCO DE DADOS/ZH

Saddam: *interesses num conflito*

adjunto do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres. "Mas não acreditam que se levante a zona de exclusão aérea", concluiu. O Departamento de Estado americano afirmou que Bagdá deve respeitar as proibições de sobrevoar o território da zona de exclusão.

EUA e Grã-Bretanha proíbem a aviação iraquiana de sobrevoar o território ao norte do paralelo 36 e ao sul do paralelo 33. Essas medidas foram adotadas para proteger de possíveis bombardeios iraquianos as populações curdas e xiitas. "Saddam pode tentar convencer o mundo da ameaça iraniana, mas não deve ter sucesso nessa missão", disse Taylor, revelando que Bagdá tentou se reconciliar com Teerã. Mas esse ataque iraquiano "demonstra que há algo mais grave, algo que preocupa Teerã".

O Irã afirmou que suas incursões aéreas foram em "represálias a ações terroristas" realizadas nos últimos dias no território iraniano pelos Mujahedin, que mataram e feriram "inúmeros civis iranianos". Bagdá e Teerã acolhem grupos opositores ao governo do país vizinho. A guerra entre os dois países foi precedida de inúmeros conflitos na fronteira. "Saddam Hussein quer explorar a operação iraniana para mostrar a seu povo que os Estados Unidos lhe impedem de defender seu território", mas o país pode ir muito longe no conflito com o Irã, completou Suaidi.

Ao mesmo tempo em que busca aliados externos para enfrentar os aiatolás, Saddam elimina os inimigos internos. Pelo menos quatro oficiais suspeitos de conspirarem contra o ditador foram executados na semana passada no Iraque, denunciou ontem um membro da oposição iraquiano. Em um comunicado divulgado em Londres, o general Wafic Samarrai, ex-chefe dos serviços secretos militares do Iraque, refugiado no estrangeiro, afirmou que vários militares dos serviços secretos e das forças especiais foram mortos no final da semana passada, depois de serem acusados de conspirar e tentar matar Saddam Hussein, quando o ditador se dirigia ao palácio de Uja, na sua cidade natal de Takrit.

De acordo com o comunicado, foram mortos os generais Faruk Falch al Ali e Fawzi Mahmud Samarrai, das forças especiais, o tenente-coronel Ali Ahmed Mohammad Samarrai, dos serviços secretos, e o oficial de segurança Abdel Wahab Salah al Darwish.

02
9714310

DP4587

U POXBT 10-02 00488
mun exg icx

ONU-IRAK
DENUNCIAN QUE BAGDAD IMPIDIO TRES NUEVAS INSPECCIONES

Naciones Unidas, 2 oct (EFE).- La Comisión Especial de la Organización de la ONU en Irak desveló hoy que tres de sus inspecciones en distintos lugares fueron impedidas por las autoridades de Bagdad durante la última semana.

La acción motivó una protesta del presidente de la comisión, el australiano Richard Butler, al viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, mientras hoy mismo Irak solicitó ante la 52 Asamblea General de la ONU el fin del embargo internacional.

Dos de las inspecciones frustradas se produjeron el 27 y el 29 de septiembre pasado en los alrededores de Bagdad, donde los inspectores buscaban depósitos de armas, y la segunda de ellas incluyó un incidente con uno de los helicópteros que aporta la Fuerza Aérea chilena.

Los iraquíes intentaron decomisar las fotos captadas al sobrevolar Tikrit, donde ocurrió el incidente, aunque no se informó de cual era el objetivo de los inspectores.

Esto motivó una llamada telefónica directa de Butler a Aziz, en la que se acordó poner en libertad a la tripulación del helicóptero, que había sido retenida, y, en una reunión conjunta, examinar la película.

El embajador chileno en la ONU, Juan Somavía, que preside este mes el Consejo de Seguridad, dijo hoy que los intentos de coartar la supervisión de los helicópteros se ha convertido en parte "del esfuerzo sistemático de Irak" para impedir las inspecciones.

Fuentes de la Comisión Especial indicaron que el equipo de inspectores, un grupo aproximado de 20 personas que vuelve hoy a Nueva York, tuvo que ser retirado de los lugares designados ante la negativa iraquí a permitir que cumplieran su labor.

La reciente obstrucción de las inspecciones, que se agrega a otras similares a mediados del mes pasado, será puesta en conocimiento del Consejo a mediados de este mes.

En esa fecha, la Comisión debe presentar su informe para otra revisión periódica de las sanciones impuestas a Irak por su invasión a Kuwait, en 1990.

Mientras, el ministro iraquí de Asuntos Exteriores, Mohamed Said al Sahaf, afirmó hoy que su país ha cumplido todas las obligaciones que le fueron impuestas y que ahora corresponde al Consejo de Seguridad levantar el embargo.

Said al Sahaf expresó que "es un hecho confirmado la plena aplicación de las obligaciones sustantivas impuestas a Irak, y que pese a todos los rumores Irak no tiene armas, equipos, maquinarias o materiales prohibidos".

Agregó que el sistema de observación establecido por la Comisión Especial y la Organización Internacional de Energía Atómica funciona eficazmente desde agosto de 1994 en todo el país.

"El embargo total impuesto a Irak es el más amplio y cruel impuesto por el Consejo de Seguridad en toda su historia; abarca y afecta, en teoría y en práctica, todo aspecto de la vida", dijo Al Sahaf.

Al Sahaf afirmó que el alivio resultante de la fórmula "petróleo por alimentos" es "temporal y modesto" ya que satisface sólo una proporción mínima de las necesidades iraquíes, y que además hace frente a los obstáculos planteados por EEUU y Gran Bretaña. EFE

JSD/LPD/JRR/JMA 03

9714310

XA3515

U FOXBT 10-03 00358
mun exg icx

EEUU-IRAN
CASA BLANCA INSISTE EN RESPETO ZONAS DE EXCLUSION AEREA IRAK

Washington, 3 oct (EFE).- La Casa Blanca insistió hoy, viernes, en que EEUU hará respetar las zonas de exclusión aérea en Irak, después de que el Pentágono decidió acelerar el envío de un portaaviones al Golfo Pérsico.

"Aplicaremos de forma estricta las zonas de exclusión establecidas para asegurar el cumplimiento de las resoluciones de la ONU", dijo el portavoz presidencial, Mike McCurry.

Aun así, el portavoz intentó calmar el ambiente, al recordar que el portaaviones "Nimitz" y su grupo naval de escolta ya tenían previsto llegar al Golfo, sólo que se ha adelantado su viaje.

Las noticias sobre el envío apresurado del "Nimitz" tras la incursión que aviones de Irán hicieron el pasado lunes contra bases de grupos opositores iraníes en el sur de Irak, provocó el nerviosismo en los mercados financieros de Nueva York: el petróleo tuvo un fuerte aumento y la bolsa de Wall Street bajó de forma considerable.

McCurry aseguró que "no relacionaría necesariamente" ambos hechos, al insistir en que el portaaviones ya estaba encaminado hacia la zona, y lo único que ha hecho el Pentágono es eliminar la escala en el puerto de Singapur y acelerar su llegada.

El "Nimitz", que tiene un desplazamiento de 73.000 toneladas y embarca a unos cincuenta cazas F-14 y cazabombarderos F-18, llegará al Golfo Pérsico hacia mediados de este mes, según informó un portavoz del Pentágono.

EEUU tiene en estos momentos en el Golfo a cinco destructores, tres fragatas lanzamisiles y dos dragaminas, pero no dispone de un portaaviones.

Washington ha advertido a Irán que atacará y derribará sus aeronaves militares si vuelven a entrar en espacio aéreo iraki y aparentemente los ataques no han vuelto a realizarse.

El portavoz de la Casa Blanca insistió en que la activa presencia militar estadounidense en la zona está destinada a cumplir con las responsabilidades adoptadas con la comunidad internacional en la aplicación de las resoluciones de la ONU.

Naciones Unidas impuso sendas zonas de restricción de vuelos militares en el norte y el sur de Irak tras la guerra del Golfo, en 1991, para impedir que las tropas de Sadam Husein atacaran a los grupos rebeldes chiíes (sur) y kurdos (norte) del país. EFE
rcf/esc/rt

10/03/19-55/97

9714310

04

FB1758

U POXBT 10-07 00416
mun exg

EEUU-IRAK/IRAN
EEUU ADVIERTE IRAK E IRAN REPRESALIAS SI VUELAN ZONA EXCLUSION

Washington, 7 oct (EFE).- Irak e Irán recibieron hoy una advertencia por parte de la Casa Blanca que señala a Bagdad y a Teherán que todo avión que viole las zonas iraquíes de exclusión aérea tendrá que enfrentarse a las represalias de EEUU y de sus aliados.

"Si en el futuro se producen violaciones de las zonas de exclusión aérea, esos aviones se expondrán a las acciones de la aviación de la coalición internacional que se encarga de hacer respetar esas medidas existentes desde después de la Guerra del Golfo Pérsico", afirmó hoy Samuel Berger, asesor de seguridad nacional del presidente de EEUU, Bill Clinton.

Berger, que se refería a la coalición integrada por Estados Unidos, Francia y Gran Bretaña, precisó que la advertencia era válida no sólo para los aviones iraquíes, sino también para posibles incursiones de la aviación de Irán.

Samuel Berger se refería a los ataques efectuados el pasado 29 de septiembre por las fuerzas aéreas de ese país en contra de las bases que en Irak mantienen los "Muyahidines del Pueblo", que son el principal grupo opositor al Gobierno de Teherán.

El asesor de Clinton señaló que se habían producido incursiones de riesgo de aviones iraníes en territorio de Irak.

"En respuesta a esa situación, se ha producido alguna actividad de laviación iraquí que podría haber sido una violación de las zonas de exclusión aérea", añadió.

Las zonas de exclusión aérea decretadas por la ONU en espacio aéreo de Irak afectan al norte, en donde se encuentra el núcleo principal de las poblaciones kurdas, y al sur del país, como medida de prevención adoptada tras la invasión iraquí de Kuwait que provocó la Guerra del Golfo Pérsico hace siete años.

Por otra parte, el Pentágono informó hoy de que los aviones norteamericanos aumentaron en los últimos días las misiones de patrulla en la zona de exclusión aérea del sur iraquí en respuesta a las incursiones aéreas de Irak e Irán.

Como consecuencia de esas incursiones iraníes, el Pentágono decidió adelantar el traslado del portaaviones "Nimitz" desde el Indico al Golfo Pérsico con objeto de reforzar la posición militar norteamericana en la zona.

El portavoz del Pentágono, Michael Doubleday, indicó que el presidente iraquí, Sadam Husein, parece haber decidido comprobar la capacidad de reacción de EEUU en la zona de exclusión aérea del norte y del sur del país.

Estados Unidos "ha explicado claramente" que tiene la intención de hacer respetar las zona de exclusión aérea en Irak, dijo Berger, quien aseguró que para ello Washington "hará todo lo que sea necesario". EFE

emm/mla/fjo/arp

10/07/22-40/97

05

9714310

TD9518

U POXBT 10-10 00533
mun

EEUU-IRAK (Previsión)
EEUU AMENAZA IRAK CON REPRESALIAS SI NO CESAN VUELOS

Por Juan Ramón Romero

Washington, 10 oct (EFE).- Estados Unidos lanzó hoy una severa advertencia a Irak para que cesen sus vuelos en la zona de exclusión aérea y ha amenazado al presidente Sadam Hussein con tomar represalias como las adoptadas tras la Guerra del Golfo.

Aviones iraquíes que perseguían a aparatos iranies que habían entrado en Irak acosando a grupos rebeldes, desafiaron la prohibición de volar por debajo del paralelo 33.

Este paralelo marca la zona de exclusión aérea establecida y controlada por EEUU, Francia y Gran Bretaña para preservar a Kuwait de una nueva agresión como la que en 1991 provocó la guerra del Golfo.

"Los pilotos iraquíes deberán atenerse a las consecuencias", declaró hoy el secretario de Defensa de Estados Unidos, William Cohen, quien aseguró que se intensificarán las patrullas en la zona de prohibición de vuelos y advirtió al presidente iraquí que "intentando jugar con Estados Unidos" asume un gran riesgo.

El portavoz del departamento de Defensa, Kenneth Bacon, ha hecho notar que Estados Unidos ha situado en la zona bombarderos y buques con capacidad para disparar misiles "Tomahawk" de largo alcance y que pueden repetirse las represalias de 1993 y 1996.

El portaviones "Nimitz", una flota de buques de guerra y cerca de 250 aviones de combate estarán situados a finales de esta semana en un area del Golfo Pérsico cerca de Irak.

Aunque en las últimas 24 horas no se han detectado vuelos iraquíes por debajo del paralelo 33, Estados Unidos ha tomado precauciones que exceden la capacidad de derribar a los aviones que infrinjan la prohibición.

El área en conflicto, próxima a Kuwait, es la frontera irano-iraquí entre las ciudades de Ahraz y Basrá.

Los aviones iraquíes que han sobrevolado esa zona perseguían a otros aparatos de Irán que penetraron en su territorio para castigar las bases de guerrilleros muyahidines asentadas en el sur de Irak.

"Tenemos en el Golfo una poderosa fuerza militar lista para proteger nuestros intereses", ha declarado el portavoz de Defensa.

Kenneth Bacon recordó que "en el pasado hemos utilizado todo tipo de medios militares, incluyendo misiles Tomahawk, para proteger nuestros intereses y estamos capacitados para volver a hacerlo en el futuro".

Desde que concluyó la Guerra del Golfo, en 1991, Estados Unidos ha disparado en varias ocasiones misiles de crucero contra Irak.

En 1993 lo hizo contra un planta dedicada a la fabricación de componentes para el enriquecimiento de material nuclear. Posteriormente, en 1996, contra objetivos de la defensa aérea en el sur de Irak.

El Departamento de Estado, por su parte, ha informado también hoy de que Washington proyecta ejercer cuantas presiones pueda en el seno de las Naciones Unidas con el fin de que se tomen las medidas más enérgicas posibles contra Irak.

El Consejo de Seguridad de la ONU debatirá el próximo dia 16 un informe sobre los incidentes que han ocasionado las interferencias iraquíes en la inspección de armamento.

Según el portavoz del departamento de Estado, James Rubin, Estados Unidos quiere trabajar intensamente con las Naciones Unidas para enviar un claro mensaje a Sadam Hussein en el sentido de que mientras no se cumplan los requerimentos establecidos tras la Guerra del Golfo, no se levantarán las sanciones que se han impuesto al país.- EFE

jrr/lm

06

9714310

FB1862

U POXBT 10-12 00264
 mun exg

EEUU-GOLFO
PORTAAVIONES EEUU LLEGA GOLFO REFORZAR VIGILANCIA SUR IRAK

Dubai, 12 oct (EFE).- El portaaviones "Nimitz" y otros seis barcos de guerra estadounidenses llegaron hoy, domingo, a las aguas del golfo Pérsico para reforzar la vigilancia de la zona de exclusión aérea en el sur de Irak.

"El portaaviones lleva a bordo a 5.500 marines y los otros barcos de guerra a 2.000 marines", dijo a EFE, en declaraciones telefónicas desde Bahrein, el capitán Gordon Hume, portavoz de la Marina estadounidense en el Golfo.

El "Nimitz", que lleva 50 aviones de combate F-14A y F/A-18, tenía previsto llegar a la zona a finales de octubre, pero EEUU ordenó que adelantase su llegada tras los ataques que la aviación iraní llevó a cabo en septiembre pasado contra bases de la oposición iraní en el sur de Irak.

EEUU, Francia y Reino Unido tienen ya desplegados aviones de combate en el Golfo para vigilar la zona de exclusión aérea que establecieron en el sur de Irak, en 1992, para proteger a la población musulmana chií, opositora al régimen de Bagdad, de posibles ataques de la aviación iraquí.

Washington ha amenazado a Irán con derribar sus aviones si violan de nuevo la zona de exclusión aérea.

Por otra parte, los países árabes del Golfo están preocupados por el aumento de la tensión en la zona debido a los bombardeos iraníes de bases de la oposición iraní en el sur de Irak, y a la rápida reacción de EEUU.

Los Estados árabes de la zona tienen acuerdos de cooperación militar con EEUU, pero al mismo tiempo tratan de preservar sus relaciones con Irán, especialmente después de la llegada al poder en agosto pasado del moderado presidente iraní, Mohamad Jatami.
EFE

ad/fa/ah/jpg

10/12/12-50/97

9714310

07

FB1969

U POXBT 10-15 00368
mun exg

ONU-IRAK
AZIZ AFIRMA INSPECTORES ONU ACTUAN BAJO INFLUENCIA EEUU

Naciones Unidas, 14 oct (EFE).- En vísperas de una demanda de EEUU al Consejo de Seguridad para que refuerce las sanciones contra Irak, el viceprimer ministro de ese país, Tarek Aziz, pidió el levantamiento de esas medidas y acusó a los inspectores de la ONU de actuar bajo influencia estadounidense.

EEUU ha indicado que pedirá al Consejo que imponga restricciones a los viajes de los funcionarios iraquíes y sus familiares porque, según el informe de la Comisión Especial, Irak continuó obstaculizando las inspecciones y existen serias dudas respecto a su programa de armas biológicas.

Pero Aziz afirma en su carta que Irak ha cumplido plenamente las obligaciones que le fueron impuestas tras la guerra del Golfo.

Responde en detalle a las acusaciones contenidas en el último informe de la Comisión Especial, atribuyendo las dificultades que han surgido respecto a algunas inspecciones a lugares sensibles a que los inspectores de la ONU actúan bajo influencia de los EEUU, en especial los norteamericanos.

Aziz menciona los vuelos de los aviones U2 y otros diversos medios utilizados por EEUU para espiar constantemente a Irak e interferir la labor de la Comisión.

Se refiere específicamente al estadounidense Charles Duelfer, vicepresidente de la Comisión Especial, y a un compatriota suyo, Scott Ritter, jefe de un equipo de inspectores de la ONU que tuvo dificultades con las autoridades iraquíes en junio.

Respecto a las denuncias sobre el programa de armas biológicas, afirma Aziz que la Comisión llegó a la conclusión de que apenas había comenzado sus actividades en 1990, el lugar utilizado para experimentos en al Hakam fue distruído, y pregunta por qué se empeñan en presentarlo como una amenaza actual a la seguridad de la región.

Afirma también que los informes del presidente actual de la Comisión, el australiano Richard Butler, al igual que los de su predecesor, el sueco Rolf Ekeus, entremezclan de forma confusa el pasado con el presente para impedir que se distingan los factores positivos de los negativos.

"En caso de que se mantenga el desequilibrio, de que Irak continúe cumpliendo pero que el Consejo no cumpla sus obligaciones de acuerdo con las resoluciones, la situación se volverá absolutamente inaceptable", amenaza Aziz en su carta. EFE
jsd/fjo/nd

10/15/00-54/97

9714310

08

LA LUCHA POR LOS HIDROCARBUROS

Petroleras francesas en Irak

Dos empresas están a punto de firmar con Bagdad un acuerdo para extraer petróleo • Violarían el embargo impuesto por la ONU • Una de las compañías ya hizo inversiones en Irán, en abierto desafío a EE.UU.

Dubai, Emiratos Arabes Unidos
AP y AFP

En abierto desafío a las sanciones impuestas hace siete años por las Naciones Unidas, **Irak otorgará concesiones petroleras a dos grandes empresas francesas**, dijo ayer un importante funcionario del Ministerio del Petróleo iraquí.

Bagdad "está a punto" de firmar acuerdos con la compañía francesa Elf Aquitaine para los yacimientos Majnun, y con Total S.A. para los yacimientos petrolíferos de Nahr Umar, en el sudeste del país, dijo el director general de Planificación en el Ministerio del Petróleo, Faleh Al Khayat, que asiste en Dubai a una conferencia sobre gas y petróleo.

"Estas negociaciones están en una etapa muy, muy avanzada", dijo Al Khayat, sin entrar en detalles.

Elf Aquitaine y Total serían las primeras empresas francesas que firman acuerdos petroleros con Irak desde que las Naciones Unidas impusieron sanciones a ese país por haber invadido Kuwait, en agosto de 1990.

La ocupación iraquí de Kuwait, que se prolongó siete meses, terminó con la intervención de fuerzas aliadas en la guerra del Golfo.

La ONU pone como condición para el levantamiento de las sanciones que Irak destruya sus misiles de largo alcance y todas las armas de destrucción masiva.

La controversia que surge ahora con Irak guarda similitudes con el conflicto desatado hace veinte días entre Washington y Francia, cuando la misma empresa francesa Total anunció una inversión por 2.000 millones de dólares en Irán.

En el caso de Irán, el embargo que pesa sobre ese país ha sido impuesto en forma unilateral por Estados Unidos y no por la ONU, por lo que París defendió la inversión sosteniendo que **los franceses no se regían por leyes estadounidenses**.

La declaración realizada ayer por el funcionario del Ministerio iraquí del Petróleo confirmó las versiones emitidas la semana pasada por las dos compañías francesas, en el sentido de que se estaban negociando los contratos aunque por ahora no se había firmado nada.

En referencia al contrato, la empresa Total dijo que estaba dispuesta a firmarlo, pero que se atendría a las sanciones de la ONU, por lo que presumiblemente no empezará a extraer petróleo hasta que esas sanciones sean levantadas.

En el caso de la Elf se ha mostrado más renuente a firmar el acuerdo mientras las sanciones sigan vigentes, pero un portavoz de la compañía dijo la semana pasada que se quiere firmar ese pacto lo más pronto posible.

Irak firmó otros acuerdos

El caso de las empresas francesas no sería el primero de petroleras extranjeras que enfrentan el embargo. Irak ya suscribió acuerdos de concesiones petroleras con consorcios rusos y chinos, y Al Khayat dijo que su país está conversando **con más de 40 compañías petroleras internacionales** sobre concesiones a otorgar luego que la ONU levante sus sanciones, aclarando que ninguna de ellas es de Estados Unidos.

La política iraquí, añadió, es asignar concesiones petroleras y contratos industriales a compañías de países que apoyen el alivio o el levantamiento de las sanciones de la ONU contra Irak. □

Un espinoso antecedente: Irán

La noticia sobre inversiones extranjeras en Irak podría desatar un **enfrentamiento similar al que estalló en setiembre** entre Washington y París, cuando se anunciaron inversiones en Irán.

Aquel anuncio de empresarios franceses generó una dura guerra de declaraciones entre el gobierno de Bill Clinton y el del premier Lionel Jospin, quien advirtió que **las leyes estadounidenses no rigen para los franceses**.

En el caso de Irán, ese país soporta un embargo unilateral estadounidense que incluye sanciones a las empresas extranjeras que inviertan allí.

Desde que asumió, en agosto, el presidente iraní, Mohamed Jatami, presionado por la urgente necesidad de divisas, **Teherán inició una lenta serie de reformas**, que incluye un discurso mucho más conciliador hacia Israel y Occidente, y mayor libertad de prensa.

Irán e Irak tienen en común su abierto enfrentamiento con EE.UU. y el hecho de contar con uno de los suelos más ricos en combustibles.

Las urgencias de ambos países con economías colapsadas por el embargo, se combina con la necesidad de las empresas petroleras occidentales de incrementar sus provisiones de combustibles ante la creciente demanda.

9714310

09

FB2187

U POXBT 10-21 00423
mun exg

IRAK-ONU
EEUU ACEPTA POSPONER SEIS MESES NUEVAS SANCIONES A IRAK

Naciones Unidas, 20 oct (EFE).- Estados Unidos aceptó hoy posponer seis meses la imposición de nuevas sanciones a Irak por obstaculizar la labor de los inspectores de desarme de la ONU, pero no estaba claro que esta concesión sea suficiente para vencer la oposición de Rusia y Francia a castigos adicionales a Bagdad.

EEUU, líder de la facción "dura" contra Irak en el Consejo de Seguridad, quiere que las nuevas sanciones entren en vigor automáticamente en seis meses, a menos que Irak coopere plenamente con los inspectores encargados de desmantelar sus programas de armas de destrucción masiva, dijeron fuentes diplomáticas.

Según las fuentes, Francia y Rusia, que tienen derecho de veto como miembros permanentes del Consejo, no han aceptado todavía la formula de compromiso propuesta por EEUU.

Francia no quiere sanciones adicionales contra Irak, ahora o dentro de seis meses, señalaron las fuentes.

La secretaria norteamericana de Estado, Madeleine Albright, se puso en contacto con sus colegas francés y ruso para tratar de llegar a una formula de compromiso.

"Vamos a trabajar para tratar de conseguir el máximo apoyo para la resolución más fuerte posible", dijo James Rubin, portavoz del Departamento de Estado, quien abogó por mantener la unidad del Consejo de Seguridad en la cuestión iraquí.

Las sanciones propuestas por EEUU y Gran Bretaña incluían una prohibición de viajar al extranjero a dirigentes y funcionarios iraquíes y a miembros de la policía y fuerzas armadas.

EEUU y Gran Bretaña propusieron el proyecto de resolución con estas sanciones después de que Richard Butler, presidente de la Comisión especial de la ONU encargada del desarme iraquí, informase la semana pasada de que Irak continúa poniendo trabas a la labor de los inspectores.

Se prevé que las negociaciones entre los miembros del Consejo continuarán sobre la propuesta de aplazar seis meses la eventual entrada en vigor de las sanciones adicionales.

John Weston, embajador de Gran Bretaña ante la ONU, dijo hoy que no habría ninguna votación antes del próximo miércoles.

Nizar Hamdún, embajador de Irak ante la ONU, dijo que le parece increíble que el Consejo discuta nuevas sanciones cuando debería hablar del levantamiento de las existentes, y declaró que, según cuál sea el desenlace de las discusiones, Bagdad decidirá si mantiene o no su cooperación con la Comisión especial.

Anteriormente Hamdún había advertido a Butler que Bagdad suspendería su cooperación con la Comisión si el Consejo reforzaba el regimen de sanciones vigente contra Irak desde 1990 y que incluye el embargo a sus exportaciones de petróleo. EFE
AL/FJO/ND

10/21/00-05/97

9714310

10

XH9573

U POXBT 10-21 00200
mun exg icx

EGIPTO-IRAK
GOBIERNO EGIPCIO RECHAZA IMPOSICION NUEVAS SANCIONES IRAK

El Cairo, 21 oct (EFE).- El Gobierno de Egipto comunicó hoy, martes, oficialmente al del Reino Unido su rechazo al proyecto de imponer nuevas sanciones a Irak, informa la agencia egipcia MENA.

El adjunto del ministro de Asuntos Exteriores para las Relaciones Multilaterales, Sayed Kasem Al Misri, se reunió con el embajador británico en El Cairo, David Eliott Blatherwick, y le indicó que la Administración de este país está a favor de "reducir los sufrimientos del pueblo iraquí".

Egipto fue informado por el Reino Unido, a través de su embajador en El Cairo, de la intención de ese país y de EEUU de proponer nuevas sanciones a Irak.

Estados Unidos y el Reino Unido habían propuesto en la ONU reforzar las sanciones a Irak si persistía su obstrucción a los inspectores de las Naciones Unidas que verifican el desarme de ese país, mientras que Rusia y Francia, que tienen derecho de veto en el Consejo de Seguridad, rechazan estas medidas.

Aunque el Consejo de Seguridad de la ONU no discutió ayer la posible imposición de nuevas sanciones al régimen de Bagdad, el presidente de turno del organismo, el chileno Juan Somavía, indicó que la discusión del asunto había quedado en suspenso. EFE
cho/ll

10/21/16-12/97

9714310

XA5200

R POXBT 10-22 00482
icx mun exg

ONU-IRAK
RESOLUCION PROPUESTA CONDENA PERO NO CASTIGA INCUMPLIMIENTOS

Naciones Unidas, 22 oct (EFE).- El proyecto de resolución sobre Irak que el Consejo de Seguridad de la ONU discutió hoy y probablemente aprobará mañana, condena la falta de cooperación del gobierno iraquí con las inspecciones de la Comisión Especial de la ONU, pero no impone nuevas sanciones.

Aunque el proyecto, elaborado por los técnicos de las delegaciones en disputa, está aún sujeto a enmiendas y a la aprobación de los gobiernos, es evidente que la imposición de restricciones de viaje a los dirigentes iraquíes y sus familiares no será aplicada por el momento, y tendrá que ser discutida de nuevo en abril de 1998.

Gran Bretaña y EEUU intentaron la semana pasada que, ante el informe de la Comisión Especial el 6 de octubre de que las autoridades iraquíes habían negado nuevamente acceso a sitios que pretendía inspeccionar, se actuara contra los funcionarios iraquíes responsables de los incidentes.

Pero Irak, por intermedio de su embajador en la ONU, Nizar Hamdún, advirtió al presidente de la Comisión Especial, Richard Butler, que en caso de nuevas sanciones le sería muy difícil mantener su cooperación.

Rusia, con apoyo de Francia, China, Egipto y Kenia, afirmó que las medidas adicionales serían contraproducentes y se opuso a ellas, proponiendo una resolución para mantener sin cambio el régimen de sanciones impuestas a Irak en 1990 por su invasión de Kuwait.

Fuentes del Consejo opinaron que las amenazas iraquíes de cesar su cooperación con la Comisión Especial fortalecieron la demanda norteamericana de nuevas sanciones, pero agregaron que las llamadas de Washington a las capitales de los países que se oponían a ellas tuvieron el efecto contrario.

Lo cierto es que el embajador norteamericano en la ONU, Bill Richardson, se vio obligado a posponer para dentro de seis meses la entrada en vigor de las nuevas sanciones si continuaba el incumplimiento iraquí, y finalmente tuvo que aceptar hoy una resolución enérgica en palabras pero carente de repercusión.

La resolución decide que las negativas de Irak a cooperar constituyen una violación flagrante de las resoluciones pertinentes, demanda plena cooperación y en particular que Irak permita "acceso inmediato, incondicional e irrestricto" a todas las zonas, instalaciones, equipos, documentación y medios de transporte que los equipos de la ONU deseen inspeccionar.

Solicita al presidente de la Comisión Especial que en futuros informes incluya un anexo evaluando el cumplimiento por Irak de la resolución 1115 y, en caso de incumplimiento, "expresa la firme intención" de adoptar restricciones a los viajes de los funcionarios iraquíes y miembros de las fuerzas armadas responsables o que participen en las obstrucciones.

Decide también comenzar a elaborar, en consulta con la Comisión Especial, una lista de las personas que serían afectadas por las restricciones de viaje, y aplaza la revisión de las sanciones a Irak hasta después del próximo informe de la Comisión Especial, esperado el 11 de abril de 1998. EFE

12

0714310

DP7327

U POXBT 10-23 00559
mun exg icx

ONU-IRAK (ampliación)
APROBADA AMENAZA SANCIONES A IRAK CON CINCO ABSTENCIONES

Naciones Unidas, 23 oct (EFE).-Con las abstenciones de Rusia, Francia, China, Egipto y Kenia, que se opusieron a nuevas sanciones a Irak, el Consejo de Seguridad aprobó hoy, con sólo 10 votos a favor, una resolución que expresa "la firme intención" de imponerlas dentro de seis meses si Irak continúa impidiendo inspecciones.

La resolución aprobada hoy es similar, aunque más enérgica, que la 1115 que fue aprobada por unanimidad el 21 de junio pasado, en la que el Consejo expresó disposición a adoptar medidas contra los funcionarios iraquíes responsables de impedir las inspecciones de la Comisión Especial o no cooperaran con ella.

Los representantes de los cinco países que se abstuvieron, de los cuales tres (Rusia, Francia y China) son miembros permanentes y su voto en contra hubiera constituído veto, coincidieron en señalar que la abstención fue debida a objeciones técnicas que hubieran podido superarse si los proponentes de la resolución hubieran estado dispuestos a discutir enmiendas.

En su discurso antes de la votación, el embajador británico, John Weston, señaló que el proyecto de resolución que se discutía, condena la falta de cooperación iraquí con las inspecciones de la Comisión Especial pero no impone las medidas que había amenazado en la resolución 1115 pese a que según el informe de la Comisión Especial cinco inspecciones fueron frustradas en septiembre y hubo otras interferencias.

Subrayó que la resolución decide que las negativas de Irak a cooperar constituyen una violación flagrante de las resoluciones pertinentes, demanda plena cooperación y en particular que Irak permita "acceso inmediato, incondicional e irrestricto" a todas las zonas, instalaciones, equipos, documentación y medios de transporte que los equipos de la ONU deseen inspeccionar.

Solicita al presidente de la Comisión Especial, Richard Butler, que en futuros informes incluya un anexo evaluando el cumplimiento por Irak de la resolución 1115 y, en caso de incumplimiento, "expresa la firme intención" de adoptar restricciones a los viajes de los funcionarios iraquíes y miembros de las fuerzas armadas responsables o que participen en las obstrucciones.

Decide también comenzar a elaborar, en consulta con la Comisión Especial, una lista de las personas que serían afectadas por las restricciones de viaje, y suspende la revisión de las sanciones a Irak hasta después del próximo informe de la Comisión Especial, señalado para el 11 de abril de 1998.

Precisamente fue la elaboración de esa lista la principal objeción de Rusia y de los otros cuatro países que se abstuvieron en la votación, por considerar que implica una condena contra los que sean incluídos en esa lista, antes de que el Consejo decida dentro de seis meses si se justifica o no imponer esa sanción.

Rusia también objetó la descripción de las obligaciones de Irak respecto a la Comisión Especial que constan en esa resolución, y pidió que fuera reemplazada por los párrafos pertinentes de la resolución 1115.

Los cinco países coincidieron también en que la resolución debía contener el reconocimiento de la Comisión Especial y de la

9714310

Organización Internacional de Energia Atómica de que se han logrado sustanciales progresos para asegurar que Irak no disponga en el futuro de las armas que le fueron prohibidas.

EEUU y Gran Bretaña decidieron rechazar las enmiendas propuestas por Rusia y someter la propuesta a votación, aunque no obtuviera el respaldo unánime que consideraban deseable pero no imprescendible. EFE

JSD/PL

10/23/21-55/97

9714310

XB7971
U POXBT 10-23 00289
mun exg icx

IRAK-ONU
JORDANIA DESAPRUEBA NUEVAS SANCIONES ONU A IRAK

Amán, 23 oct (EFE).- Jordania se opone a que la ONU imponga nuevas sanciones a Irak, como ha puesto de manifiesto el jefe de la diplomacia jordana, Fayez Tarawneh, en unas declaraciones que hoy publica el diario "Al Aswaq", de la capital hachemí.

"El Gobierno jordano considera inapropiado que el Consejo de Seguridad aprueba sanciones adicionales para Irak", dijo Tarawneh al mencionado diario.

Las eventuales "nuevas sanciones solo sumentarán los sufrimientos del pueblo de Irak y complicarán la situación", opinó.

El ministro jordano hizo un llamamiento a la ONU y a Bagdad para que llegen a "un acuerdo que ayude a hallar una solución o un entendimiento sobre los asuntos pendientes".

"Jordania, siempre exhortó Irak a responder a las gestiones de la ONU, para romper el estancamiento actual", señaló.

El ministro aludía a un proyecto de resolución, promovida por EEUU y Gran Bretaña, para prohibir viajes de dirigentes iraquíes y sus familias, aplicable "automáticamente" en un plazo de seis meses si Irak vuelve a obstruir las inspecciones de expertos de la Comisión Especial de la ONU encargada del desmantelamiento de las armas de destrucción masiva de Irak (UNSCOM)

La oposición de Rusia, respaldada por Francia, China, Egipto y Kenia, obligó a EEUU a renunciar a su intento de imponer nuevas sanciones a Irak en una resolución que votará hoy el Consejo de Seguridad y que condenará de nuevo la falta de cooperación de Bagdad con los expertos de la UNSCOM.

Irak advirtió esta semana que si la ONU le impone nuevas sanciones, dejará de cooperar con la UNSCOM.

En junio pasado, el Consejo de Seguridad aprobó la resolución 1.115, que amenaza a Irak con nuevas sanciones si no coopera totalmente con la UNSCOM en la inspección del armamanento iraquí.
EFE

am/feb/jff

10/23/10-35/97

9714310

15

XJ2949

R FOXBT 10-28 00345
mun exg icx

O.MEDIO-PRIMAKOV
RUSIA QUIERE QUE IRAK MUESTRE FLEXIBILIDAD RELACIONES CON ONU

Amán, 28 oct (EFE).- Rusia quiere que el régimen iraquí, que preside Sadam Husein, muestre "flexibilidad" en sus relaciones con los inspectores de la ONU que supervisan el desmantelamiento de las armas de destrucción masiva de ese país, dijo el ministro ruso de Exteriores, Yevgueny Primakov, a las autoridades jordanas.

Según declaró a EFE un alto cargo jordano, Primakov dijo al primer ministro de este país, Abdul Salam Majali, que "Rusia espera que Irak demuestre flexibilidad en sus relaciones con la Comisión Especial de la ONU".

"Esperamos que Irak evite ir hacia un enfrentamiento con los inspectores (de la Comisión Especial) y facilite su misión, porque esto puede ayudar a los esfuerzos rusos en los foros internacionales para avanzar hacia el levantamiento del embargo" impuesto a ese país tras la guerra del golfo Pérsico, dijo el ministro ruso, según esa fuente.

La posibilidad de que las autoridades iraquíes decidan congelar sus relaciones con la Comisión de la ONU fue una de las cuestiones principales tratadas en las conversaciones entre Primakov y las autoridades jordanas.

El Parlamento iraquí recomendó el domingo a los dirigentes del país la congelación de estas relaciones, en respuesta a la última resolución del Consejo de Seguridad de la ONU, del pasado miércoles, que amenazaba a Irak con nuevas sanciones si seguía con las trabas al trabajo de los inspectores de Naciones Unidas.

Rusia, junto con varios países, entre ellos Francia y China, se abstuvieron en la votación de la resolución, pero no hicieron uso de su derecho de veto en el Consejo de Seguridad.

El rey Husein de Jordania manifestó hoy su preocupación por la actitud iraquí, que se espera que se haga oficial en pocas horas, ya que se encuentran reunidos el Consejo del Mando Revolucionario y la dirección del Partido Baaz, que gobierna Irak, bajo la presidencia de Sadam Husein, para adoptar una decisión definitiva.

"No sé dónde nos conducirán los nuevos acontecimientos y la declarada reacción" de Irak, dijo el monarca jordano en una conferencia de prensa conjunta con el presidente de Yemen, Ali Abdulá Saleh. EFE

am/cho/mz

10/28/16-45/97

16

9714310

XH9857

U POXBT 10-29 00590
icx mun exg

IRAK-ONU (ampliación)
IRAK NO ROMPERA CONTACTO UNSCOM PERO SI CON LOS EXPERTOS EEUU

El Cairo, 29 oct (EFE).- Irak decidió hoy, miércoles, mantener sus contactos con la Comisión Especial de la ONU (UNSCOM) encargada del desmantelamiento de las armas de destrucción masiva de Irak, pero decidió suspender sus tratos con los expertos norteamericanos que integran la UNSCOM.

El mando iraquí decidió mantener la cooperación con la UNSCOM "a fin de dar la oportunidad a los países que han expresado posturas equilibradas y justas en el Consejo de Seguridad de la ONU -Francia, Rusia y China- y otros, para que puedan obrar para conseguir el levantamiento, en un plazo breve, de las sanciones impuestas a Irak".

Según la Agencia de Noticias de Irak, INA, esta decisión fue anunciada tras dos días de reuniones que celebró el Consejo del Mando de la Revolución que preside el mandatario iraquí, Sadam Husein, para examinar las recomendaciones que presentó el pasado fin de semana el Parlamento iraquí, en las que aconseja a las autoridades del país congelar sus contactos con la UNSCOM.

Estas recomendaciones respondían a la resolución 1134, promovida por EEUU y Gran Bretaña, que adoptó la semana pasada el Consejo de Seguridad de la ONU -con abstenciones de Francia, Rusia y China- y que amenaza a Irak con imponer sanciones adicionales a las ya vigentes desde 1990, si Bagdad obstruye las misiones de los inspectores de la UNSCOM en este país.

Esta resolución, la adoptó el Consejo de Seguridad de la ONU, después de que el jefe de la UNSCOM, Richard Butler, le informara de que las autoridades iraquíes obstruyeron en varias ocasiones las misiones de los inspectores de la Comisión en este país.

"El Consejo del Mando de la Revolución decidió mantener la cooperación constructiva con la UNSCOM para que pueda seguir con sus misiones sin por lo tanto exagerar o tomar medidas arbitrarias y en el contexto del respeto de la soberanía de Irak, y su seguridad nacional", afirma el comunicado del mando iraquí al final de sus reuniones.

El Consejo del Mando de la Revolución "decidió dejar de tratar con los ciudadanos norteamericanos que sean miembros de la UNSCOM o que operan en el marco de las actividades de la Comisión Especial", añade el comunicado reproducido por INA.

"Pediremos a los norteamericanos que se encuentren en Irak, abandonar el territorio iraquí en un plazo de una semana a partir de la fecha en la que comunicaremos nuestra decisión al Consejo de Seg+ridad de la ONU", añade el comunicado.

Asimismo, acusó a Estados Unidos de utilizar el Consejo de Seguridad de la ONU y la UNSCOM "como cobertura para fines de espionaje y agresión contra nuestro país, recurriendo a la provocación de situaciones de crisis y a excusas infundadas, para obtener que el Consejo de Seguridad mantenga el embargo injusto impuesto a nuestro país y pueblo" desde hace mas de siete años.

El Consejo del Mando de la Revolución expresó su esperanza de que Estados Unidos revise su "estúpida y agresiva política contra Irak".

Esta decisión del mando iraquí parece responder a las advertencias hechas en los últimos días por Francia y Rusia -que

Irak considera como países amigos- al igual de Estados Unidos, de que la decisión de Bagdad de romper los contactos con la UNSCOM puede tener consecuencias graves.

El mando iraquí manifestó en su comunicado su "rechazo de la resolución 1134 del Consejo de Seguridad de la ONU", y afirmó que las recomendaciones formuladas por el Parlamento iraquí serán tomadas en consideración por las autoridades competentes iraquíes "para tomar las medidas necesarias en caso de que surjan nuevos acontecimientos".

El comunicado, emitido con un tono firme, iba dirigido al pueblo de Irak, los países árabes y las fuerzas armadas iraquíes.
EFE

nq/feb/11 /f

9714310

DP8190

B FOXBT 10-30 00378
mun exg icx

ONU-IRAK (ampliación)
CONSEJO CONDENA INTENTO DE IRAK DE CONDICIONAR COOPERACION

Naciones Unidas, 29 oct (EFE).- El Consejo de Seguridad de la ONU condenó y declaró inaceptable hoy la decisión del Gobierno de Irak de tratar de imponer condiciones a su cooperación con la Comisión Especial, "evitando así que cumpla sus responsabilidades" de acuerdo con las resoluciones pertinentes.

En la declaración, leída por su presidente en nombre del Consejo, el embajador chileno Juan Somavía, el Consejo recuerda sus demandas en la resolución 1134, aprobada la semana anterior, de que Irak coopere plenamente con las resoluciones pertinentes, que constituyen la norma vigentes para el cumplimiento iraquí.

"El Consejo de Seguridad condena la decisión del Gobierno de Irak de tratar de imponer los términos de cumplimiento con su obligación", dijo Somavía, y reiteró que el Consejo demanda que Irak coopere con la Comisión "sin condiciones o restricciones".

Recordó también al Gobierno de Irak su responsabilidad de "garantizar la seguridad del personal de la Comisión Especial y sus equipos de inspección".

Irak afronta "graves consecuencias" si no cumple de inmediato y plenamente sus obligaciones, afirmó el Consejo, que se mostró "decidido a asegurar el cumplimiento rápido y completo" por Irak de sus resoluciones.

Tanto el embajador británico, John Weston, quien propició junto con EEUU esta declaración de condena, como el embajador egipcio, Nabil El Araby, uno de los cuatro que se abstuvo, destacaron que el Consejo actuó hoy con rapidez, unanimidad y contundencia.

La declaración del Consejo es contestación a una carta del viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, en la que se afirmaba que Irak seguirá cooperando con la Comisión Especial con la condición de que los norteamericanos no participen en inspecciones o entrevistas y sean retirados de Irak en un plazo de siete días a partir de mañana, jueves.

El embajador iraquí en la ONU, Nizar Hamdun, que esta mañana entregó la carta de Aziz al presidente del Consejo, dijo posteriormente que la condena y las amenazas a Irak "no ayudarán a resolver la situación y son contraproducentes".

Sin embargo, Hamdum dejó abierta la puerta a una negociación, al afirmar que lo que su Gobierno desea es que se aclare cuándo van a terminar las inspecciones y cuándo van a levantarse las sanciones impuestas a su país en 1990 por la invasión de Kuwait.
EFE

JSD/FP/JMA

10/30/00-05/97

18

9714310

XY6721

R POXBT 10-29 00330
icx mun exg

ONU-IRAK
SUSPENSION TEMPORAL Y PARCIAL ACTIVIDADES COMISION ESPECIAL

Naciones Unidas, 29 oct (EFE).- El presidente de la Comisión Especial para Irak, Richard Butler, anunció hoy la suspensión temporal y parcial de actividades ante la demanda iraquí de que retire al personal norteamericano de Irak, que calificó de "inaceptable"..

Butler dijo que la suspensión incluye las actividades sobre el terreno en Irak, fundamentalmente las inspecciones, y también la visita de una misión iraquí a la ONU en Nueva York, y de la que él pensaba efectuar a Bagdad la semana próxima.

Señaló Butler que el Consejo de Seguridad discutirá posteriormente hoy la situación planteada por la demanda iraquí, la que señaló viola el acuerdo firmado por Irak para que la Comisión Especial pudiera cumplir su mandato de supervisar el desarme no convencional.

Afirmó que la Comisión Especial cuenta con 160 empleados permanentes, de los cuales 60 están en Nueva York y 100 en Irak, y que de esos 100 la mayoría son chilenos, que están a cargo de los helicópteros, hay otros de diversas nacionalidades, y sólo diez son norteamericanos.

Señaló también que los empleados de la Comisión, que son claramente insuficientes para la labor que desempeña, son elegidos por su capacidad profesional y no por su nacionalidad, y que han demostrado una y otra vez su imparcialidad y ecuanimidad en el desempeño de sus responsabilidades.

Destacó que en la carta enviada por el viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, al Consejo, en la que notifica la decisión de su Gobierno de mantener las relaciones con la Comisión siempre que retire a sus empleados norteamericanos de Irak, se establece plazo de una semana para que salgan del país.

Manifestó que espera que antes de que se cumpla ese plazo se resuelva el problema, pero que de todas formas se ha ordenado la suspensión de actividades en el terreno y se adoptarán todas las medidas apropiadas para garantizar la seguridad de los afectados.

"La ONU no puede permitir que ningún país ponga condiciones a la puesta en marcha de las resoluciones que le afectan", dijo Butler. EFE

jsd/Pam

10/29/20-43/97

9714310

XA5565

R POXBT 10-29 00188
icx mun exg

EEUU-IRAK
EEUU CALIFICA DECISION IRAQUI SOBRE AMERICANOS "INACEPTABLE"

Washington, 29 oct (EFE).- La Casa Blanca calificó hoy, miércoles, de "inaceptable" la decisión de Irak de solicitar a las Naciones Unidas que vete a los estadounidenses para la realización de misiones de inspección en este país.

Según dijo hoy Anne Luzzatto, portavoz de la Casa Blanca, la pretensión del Gobierno de Bagdad es "inaceptable" porque, entre otras cosas, "Irak no puede decir a las Naciones Unidas quién debe participar en los equipos de inspección".

La petición iraquí fue realizada el martes en las Naciones Unidas por su embajador, Nizar Hamdoon.

La Casa Blanca, según Luzzatto, espera que el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas reaccione con firmeza y pronto antes estas demandas inaceptables.

La asamblea iraquí se manifestó el pasado fin de semana a favor de que el régimen de Sadam Husein suspendiera las actividades de la Comisión Especial de la ONU que investiga en ese país el desarrollo o producción de armas de destrucción masiva (nucleares, químicas o bacteriológicas).

El Gobierno de Bagdad afronta sanciones internacionales derivadas de su invasión de Kuwait en 1990. EFE

mla/rcf/rt

20

9714310

XQ2624

U POXBT 10-29 00438
mun exg

IRAK-EEUU/FRANCIA
PARIS CREE "INACEPTABLE" DECISION BAGDAD SOBRE ESTADOUNIDENSES

París, 29 oct (EFE).- El Gobierno francés lamentó hoy, miércoles, "profundamente" y calificó de "inaceptable" la decisión de Bagdad de expulsar a los expertos estadounidenses en misión de inspección en Irak.

Según un comunicado del Ministerio francés de Asuntos Exteriores, la expulsión de los inspectores estadounidenses de la Comisión Especial de las Naciones Unidas Encargada del Desarme en Irak (UNSCOM) es "inaceptable e incompatible con las decisiones del Consejo de Seguridad (de la ONU), que cuentan con la total solidaridad de Francia".

"Sólo una cooperación sin reservas con la comisión especial podría traducir efectivamente la intención declarada por Irak", agrega la nota.

El Gobierno francés recuerda que dicha colaboración "constituye el paso previo e indispensable para la reintegración de Irak en la comunidad internacional", tras la invasión de Kuwait en 1990.

El Consejo del Comando de la Revolución (CCR), la más alta instancia del poder en Irak, presidida por Sadam Husein, dio hoy una semana de plazo a los inspectores estadounidenses de la comisión para que abandonen el país.

No obstante, el CCR no siguió la propuesta planteada este fin de semana por la Asamblea iraquí, en la que se incitaba a suspender las actividades de la comisión que investiga el desarrollo o producción de armas de destrucción masiva (nucleares, químicas o bacteriológicas). Sin romper los contactos con las Naciones de Irak, Nizar Hamdoon, presentó hoy ante la ONU el veto contra de Irak, Nizar Hamdoon, presentó hoy ante la ONU el veto contra los miembros estadounidenses, lo que la Casa Blanca calificó de "inaceptable".

Fuentes iraquíes justificaron la medida como una protesta ante el papel desempeñado por Estados Unidos en la adopción de la resolución 1134, que amenaza Irak con un endurecimiento de las sanciones decretadas en 1990.

Del centenar de funcionarios extranjeros que trabajan en estos momentos en Irak una decena son estadounidenses, según portavoces de la ONU.

Fuentes diplomáticas en París indicaron que el Consejo de Seguridad quiere "conceder a Irak la posibilidad de dar marcha atrás", por lo que prepara una "severa advertencia".

Esta advertencia no será la única, pues la víspera París y Moscú previnieron a las autoridades de Bagdad contra todo intento de desafiar el trabajo de la ONU.

La diplomacia francesa subrayó que la reacción de París a la posición iraquí se produjo tan sólo unas horas después de que ésta se hiciese pública y fue la primera de un miembro permanente del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

La portavoz de la Casa Blanca Anne Luzzatto destacó, por su parte, que en ningún caso "Irak puede decir a las Naciones Unidas quién debe participar en los equipos de inspección". EFE
lg/acm /nd

9714310

21

DP8297

U POXBT 10-30 00691
mun exg icx

ONU-IRAK (resumen)
EEUU ADVIERTE A IRAK POR PROHIBIR ENTRADA MIEMBROS DE COMISION

Naciones Unidas, 30 oct (EFE).- La decisión iraquí de prohibir hoy la entrada a dos miembros de la Comisión Especial de la ONU encargada de desmantelar las armas de destrucción masiva iraquíes fue respondida por EEUU con una advertencia de que "cumplirá con la voluntad internacional".

"Hay toda una serie de posibilidades que podemos estudiar para asegurar el cumplimiento por parte de Irak" de las normas de la ONU, afirmó el portavoz de la Casa Blanca, Mike McCurry.

Irak disparó el primer cartucho del nuevo enfrentamiento que mantiene contra el Consejo de Seguridad de la ONU al prohibir la entrada al país de dos miembros, estadounidenses, de dicha Comisión que retornaban como parte de la rotación regular del personal.

El presidente de la Comisión Especial, el australiano Richard Butler agregó que otro norteamericano, empleado de la Organización Internacional de Energía Atómica (OIEA), se solidarizó con sus compatriotas y regresó con ellos a Bahrein en el mismo avión en que viajaron a Bagdad.

Precisamente hoy comenzó el plazo de siete días señalado por Irak para que salgan del país los diez miembros norteamericanos de la Comisión Especial que se encuentran en Bagdad, y que a partir de la fecha no podrán participar en inspecciones u otras actividades sobre el terreno.

El presidente del Consejo, el embajador chileno Juan Somavía, dijo que recibió la comunicación de Butler sobre el incidente en el aeropuerto de Bagdad, que fue distribuida a los miembros, pero no comentada porque está pendiente para mañana una comparecencia del presidente de la Comisión Especial.

El Consejo reaccionó el miércoles con extraordinaria rapidez y unanimidad a la carta en la que el viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, comunicó la decisión de su Gobierno de no permitir que los norteamericanos participen en los trabajos de la Comisión Especial y expulsarlos del país en plazo de siete días.

Estados Unidos lanzó hoy una velada amenaza a Irak por los problemas que plantea a la misión de control de armas de Naciones Unidas y advirtió de que "cumplirá la voluntad internacional".

Aunque el portavoz de la Casa Blanca, Mike McCurry, sólo aludió a "una serie de posibilidades que podemos estudiar para asegurar el cumplimiento por parte de Irak" de las normas de la ONU, indicó que la decisión iraquí tendrá "serias consecuencias".

Recordó que en el pasado "hemos demostrado de varias formas cómo podemos cumplir la voluntad de la comunidad internacional".

El portavoz presidencial fue prudente al no amenazar claramente con una respuesta militar, sino que destacó que "estamos muy satisfechos porque ha habido una respuesta multilateral a esta violación de las resoluciones" del Consejo de Seguridad de la ONU.

Por su parte, el Ministerio ruso de Asuntos Exteriores advirtió hoy de que cualquier operación militar contra Irak sería recibida "de forma muy negativa" en Moscú. Rusia condena la decisión d
agravamiento de las relaciones entre Bagdad y la Comisión Especial
agravamiento de las relaciones entre Bagdad y la Comisión Especial
sea utilizado como pretexto para alguna acción de fuerza contra Irak", indicó un portavoz de Exteriores a la agencia "Interfax".

9714310

Moscú reclamó hoy mismo a Bagdad que normalice sus relaciones con la Comisión Especial y cumpla todos sus compromisos en materia de desarme si quiere que la ONU levante las sanciones que pesan sobre Irak desde la invasión de Kuwait, en agosto de 1990, y la guerra del Golfo Pérsico (enero-febrero de 1991) y no dicte nuevas.

Asimismo, Egipto expresó su firme oposición a una operación militar contra Irak y pidió que la crisis actual sea tratada de manera razonable y sin recurrir a la opción militar.

"Las acciones militares tendrán graves consecuencias, esperamos que todas las partes tomen esto en consideración, porque la crisis no es muy difícil de resolver", estimó Osama el-Baz, asesor político del presidente egipcio, Hosni Mubarak.

Por su parte, el secretario general de la Liga Arabe, Esmat Abdel Meguid, lamentó la decisión iraquí, porque hace más difícil que la ONU levante pronto las sanciones a Irak.

Los inspectores de la Comisión Especial deben certificar que Irak ha cumplido todas las resoluciones de la ONU de 1991, que ordenaron a Bagdad la suspensión del desarrollo de este tipo de armas y la destrucción de todos los sistemas necesarios para la investigación EFE

MZ/JMA

10/30/21-26/97

23

9714310

XA5643

U POXBT 10-30 00607
icx mun exg

ONU-IRAK (Previsión)
IRAK NIEGA INGRESO A DOS NORTEAMERICANOS DE COMISION ESPECIAL

Por José Sobrino

Naciones Unidas, 30 oct (EFE).- El primer cartucho del nuevo enfrentamiento entre Irak y el Consejo de Seguridad de la ONU fue disparado hoy temprano al prohibir Bagdad la entrada al país de dos miembros de la Comsión Especial que retornaban como parte de la rotación regular del personal.

Al informar al Consejo de Seguridad de este incidente, el presidente de la Comisión Especial, el australiano Richard Butler, agregó que otro norteamericano, empleado de la Organización Internacional de Energía Atómica (OIEA), se solidarizó con sus compatriotas y regresó con ellos a Bahrain en el mismo avión en que viajaron a Bagdad.

Precisamente hoy comenzó el plazo de siete días señalado por Irak para que salgan del país los diez miembros norteamericanos de la Comisión Especial que se encuentran en Bagdad, y que a partir de la fecha no podrán participar en inspecciones u otras actividades sobre el terreno.

El presidente del Consejo, el embajador chileno Juan Somavía, dijo que había recibido la comunicación de Butler sobre el incidente en el aeropuertos de Bagdad, que fue distribuida a los miembros, pero no comentada porque está pendiente para mañana una comparecencia del presidente de la Comisión Especial.

El Consejo reaccionó ayer con extraordinaria rapidez y unanimidad a la carta en la que el viceprimer iraquí, Tarek Aziz, comunicó la decisión de su Gobierno de no permitir que los norteamericanos participen en los trabajos de la Comisión Especial y expulsarlos del país en plazo de siete días, a partir de hoy.

En la declaración presidencial leída por Somavía, que requiere el consenso de todos los miembros, el Consejo condenó esa decisión, la calificó de inaceptable, y advirtió de graves consecuencias si el Gobierno de Bagdad persiste.

La reacción reflejó la posición manifiesta de las capitales de los países miembros y de sus embajadores ante la ONU, que coincidieron en opinar que el Gobierno de Sadam Hussein parece haberse equivocado nuevamente al interpretar la falta de unanimidad en la resolución aprobada la semana pasada, por la que diez países votaron a favor y otros cinco se abstuvieron.

Esa resolución reiteraba la amenaza, ya mencionada por otra resolución en abril, de que si Irak persiste en obstaculizar las inspecciones de la Comisión Especial para asegurar que se ha despojado de todas las armas de destrucción en gran escala, se prohibirán los viajes a otros países de los funcionarios responsables excepto en misión diplomática y con autorización.

La resolución, que fue promovida por EEUU y Gran Bretaña, suspendió también hasta dentro de seis meses, cuando se concretaría la amenaza, las revisiones periódicas de las sanciones a Irak, y motivó una resolución de la Asamblea Nacional iraquí recomendando suspender la cooperación con la Comisión Especial.

Pero el Consejo Revolucionario, advertido de los riesgos que implicaba esa decisión por los países que se abstuvieron en la votación del Consejo (Rusia, Francia, China, Egipto y Kenia), decidió limitarse a excluir a los norteamericanos de los trabajos

9714310

de la Comisión Especial y expulsarlos del país.

El Consejo de Seguridad, según estas fuentes, no puede permitir que el cumplimiento de sus resoluciones sea condicionado por los países afectados, aunque considera que la postura iraquí no es tan grave como si hubieran cancelado totalmente la cooperación con la Comisión Especial.

De inmediato la Comisión Especial suspendió sus trabajos y las reuniones proyectadas con los iraquíes para coordinar actividades, y aunque entre bambalinas se intensificaban los esfuerzos para encontrar una solución aceptable para Irak, el Consejo y la Comisión Especial, se especula sobre la posibilidad de nuevas sanciones a corto plazo, e incluso no se descarta totalmente alguna acción militar. EFE

jsd/rt

10/30/19-25/97

9714310

XH9901

R POXBT 10-30 00367
mun exg icx

IRAK-ONU
EGIPTO SE OPONE A OPERACION MILITAR CONTRA IRAK

El Cairo, 30 oct (EFE).- Egipto ha expresado su firme oposición a una operación militar contra Irak en respuesta a la decisión iraquí de prohibir a los inspectores estadounidenses pertenecientes a la Comisión Especial de la ONU (UNSCOM) encargada del desarme de Irak, que sigan operando en su territorio.

Egipto pidió también que la crisis actual sea tratada de manera razonable y sin recurrir a la opción militar.

"Las acciones militares tendrán graves consecuencias, esperamos que todas las partes tomen esto en consideración, porque la crisis no es muy difícil de resolver", estimó Osama el-Baz, asesor político del presidente egipcio, Hosni Mubarak.

El-Baz hizo sus declaraciones a los periodistas, tras la reunión que mantuvo el presidente Mubarak con el subsecretario de Estado norteamericano para Oriente Medio, Martin Endyk.

"No es un problema muy grande, y se puede resolver por medio de un entendimiento", estimó El-Baz en alusión a la decisión anunciada ayer por el mando iraquí de romper los contactos y la cooperación con los miembros estadounidenses de la UNSCOM y de expulsarlos de su territorio.

Baz reaccionaba a las insinuaciones hechas por algunos responsables europeos y norteamericanos, que no descartan el recurso a una operación militar contra Irak para obligarlo a respetar las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU.

Por su parte, el secretario general de la Liga Arabe, Esmat Abdel Meguid, lamentó esta tarde la decisión iraquí y estimó que hace más difícil que la ONU levante pronto las sanciones impuestas a Irak desde 1990.

"A medida que Irak cumple con las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU, aumentan las posibilidades de levantar el embargo internacional impuesto al país", subrayó Abdel Meguid en declaraciones a los periodistas, tras su reunión en el Cairo con el ministro de Asuntos Exteriores ruso, Yevgueny Primakov.

Abdel Meguid reveló que Primakov le manifestó su inquietud por la decisión iraquí y estimó que esta decisión traerá mas dificultades a Bagdad en cuanto a la perspectivas de acabar con las sanciones internacionales que sufre desde hace más de siete años.

Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia, al igual que la ONU criticaron la decisión del mando iraquí, que consideran "inaceptable". EFE
nq/feb/qr/ll

9714310

XJ3024

U POXBT 10-31 00531
mun exg icx

IRAK-ONU (Previsión)
PRIMAKOV AFIRMA RUSIA SE OPONE ACCIONES MILITARES CONTRA IRAK

El Cairo, 31 oct (EFE).- El ministro ruso de Asuntos Exteriores, Eugueni Primakov, afirmó hoy, viernes, en El Cairo que Rusia se opone rotundamente a cualquier acción militar contra Irak en el conflicto que actualmente enfrenta a ese país con la ONU.

En una conferencia de prensa que ofreció en El Cairo al finalizar una gira de una semana por Oriente Medio, en la que ha expuesto las nuevas propuestas rusas para tratar de reactivar el paralizado proceso de paz de la zona, Primakov apuntó que está dispuesto a mediar entre la ONU y Bagdad.

"Estamos en contra del uso de la fuerza contra Irak, especialmente después de que algunas voces hayan sugerido, sobre todo en el Reino Unido, acciones militares. Tenemos serias objeciones a eso", recalcó.

Sin embargo, el ministro ruso instó al régimen iraquí, que encabeza Sadam Husein, a que reconsidere su decisión de excluir a los representantes estadounidenses de la Comisión Especial de la ONU encargada de supervisar la eliminación de las armas de destrucción masiva de Irak.

"Creo que la decisión iraquí no es la mejor y me parece que Irak debe hacer caso de nuestra sugerencia y cambiar su postura", insistió.

El jefe de la diplomacia rusa reaccionaba así a la decisión adoptada el miércoles por las autoridades iraquíes de rechazar a los expertos estadounidenses en las actividades que lleva a cabo la Comisión Especial de la ONU dentro de Irak.

El rechazo lo justificaron como una medida de protesta por la que consideran política de hostilidad de EEUU hacia Irak y por la continua insistencia de Washington en que se deben mantener las sanciones impuestas por la ONU a ese país hace siete años, cuando ocupó Kuwait.

Primakov afirmó que estaría dispuesto a mediar en el actual conflicto entre el Gobierno de Bagdad y las Naciones Unidas, si es requerido para hacerlo.

"Hoy regreso a Moscú y estaré listo para viajar a Bagdad si recibo instrucciones en este sentido del presidente (ruso), Boris Yeltsin", indicó.

De este modo respondía a diversas informaciones procedentes de la ONU, en Nueva York, que señalan que Primakov podría ser designado por la organización internacional para mediar en este conflicto, considerado el más serio desde que se creó la Comisión Especial después de la guerra del golfo Pérsico, en 1991.

Primakov hizo de mediador en el conflicto del golfo Pérsico que se inició con la ocupación de Kuwait por los iraquíes en agosto de 1990, pero sus esfuerzos ante Sadam Husein fracasaron y una coalición internacional, encabezada por EEUU, expulsó a los iraquíes del rico emirato petrolífero.

El ministro ruso criticó la decisión iraquí de rechazar a los expertos en armas estadounidenses y señaló que esta opción "no es adecuada, sobre todo tras la aparición de indicaciones positivas en el Consejo de Seguridad (de la ONU) de que se podrían cerrar varios expedientes relativos a las actividades de la Comisión Especial".

27

9714310

Irak ha tomado ya medidas y solicitado a dos de los especialistas estadounidenses que regresen a Bahrein, el emirato del golfo Pérsico donde la Comisión Especial tiene su base.

También han afirmado los iraquíes que no temen a ningún ataque militar y han insistido en que no permitirán a los expertos de EEUU tomar parte en las actividades de la Comisión Especial de desarme dentro del país. EFE

nq/cho/jal

10/31/11-14/97

9714310

FB2509

U POXBT 10-31 00648
icx mun exg

ONU-IRAK (Previsión)
IRAK PREPARADO PARA LO PEOR Y CONSEJO DISPUESTO A ACTUAR

Naciones Unidas, 31 oct (EFE).- Irak afirma que está "preparado para lo peor", es decir, para un nuevo ataque de EEUU, quien parece más interesado en plasmar en una resolución la condena unánime de la ONU a la prohibición iraquí de que participen estadounidenses en los trabajos de la Comisión Especial.

Tras restablecer el consenso multilateral contra Irak, que tendía recientemente a resquebrajarse debido a los intereses económicos y políticos de algunos países, EEUU desea que la unanimidad, recuperada gracias a la actitud del presidente iraquí, Sadam Hussein, despeje el camino para futuras represalias.

Aunque los miembros del Consejo de Seguridad de la ONU opinan mayoritariamente que la decisión de Sadam Hussein perjudica a Irak, porque sin inspecciones se prolongarán indefinidamente las sanciones que le fueron impuestas en agosto de 1990 por su invasión de Kuwait, algunos han expresado su preocupación por la posibilidad de que se reanuden las hostilidades.

Los que así piensan opinan también que es recomendable que el Consejo actúe lo más rápidamente posible para convencer a Irak de que la decisión que ha adoptado será contraproducente para obtener el alivio de las sanciones a corto o medio plazo, y que a la larga las consecuencias pueden ser realmente graves.

Francia ha manifestado que la única solución posible a la crisis depende de Irak, de que de marcha atrás a su planteamiento, y con ese propósito parece probable que en las próximas horas se presente un proyecto de resolución que en caso de obtener respaldo unánime sería sometido hoy mismo a votación.

Pero si no se logra el consenso para actuar de inmediato, el proceso puede prolongarse, porque a partir de la medianoche de hoy China presidirá el Consejo, y este país ha rechazado reiteradamente autorizar medidas de fuerza en caso de amenazas a la paz que no puedan resolverse por medios pacíficos.

Por otra parte, Rusia, que junto con China, Francia, Egipto y Kenia, se abstuvo la semana pasada de dar su visto bueno a la resolución que advertía que dentro de seis meses podría aprobarse la prohibición de viajes a los funcionarios iraquíes que obstaculicen las inspecciones, ha reiterado su oposición al uso de la fuerza en Irak.

En una declaración en El Cairo, el ministro ruso de Asuntos Exteriores, Yevgeny Primakov, reiteró la oposición de su país a la imposición de nuevas sanciones, y especialmente a una resolución que declare a Irak culpable de grave violación del acuerdo de alto el fuego que puso fin a las hostilidades en 1991, lo que autorizaría la reanudación de la Guerra del Golfo.

La declaración de hace dos días del actual presidente del Consejo, el chileno Juan Somavía, reveló que existe consenso entre los miembros al afirmar que son "inaceptables" las condiciones que pretende imponer Irak a la Comisión Especial encargada de supervisar su desarme no convencional y al advertir de "graves consecuencias" si persiste en esa actitud.

El presidente de la Comisión Especial, el australiano Richard Butler, que de inmediato canceló las inspecciones y las reuniones

con las autoridades iraquíes, incluído su viaje a Bagdad, informó de que ayer "no se permitió la entrada en Irak" a dos miembros de la Comisión Especial y uno de la Organización Internacional de Energía Atómica (OIEA), que son estadounidenses.

"Esta decisión fue adoptada por Irak unas ocho horas después de que el Consejo aprobase la declaración de fecha 29 de octubre", señaló Butler en su carta al Consejo, y agregó que esa medida se aparta, adelanta y amplía las anticipadas en la carta del viceprimerminitro iraquí, Tarek Aziz, de la misma fecha.

En esa carta, Aziz exigía que los funcionarios estadounidenses abandonasen Irak en un plazo de siete días a contar desde las 23:00 horas GMT del 29 de octubre.

El Consejo discutía hoy la situación tras escuchar un informe de Butler y del jefe del equipo de la OIEA en Irak, Garry Dillon, y el departamento de Conferencias de la ONU fue advertido de que debe estar preparado para una posible reunión formal del Consejo esta misma noche. EFE

isd/rml

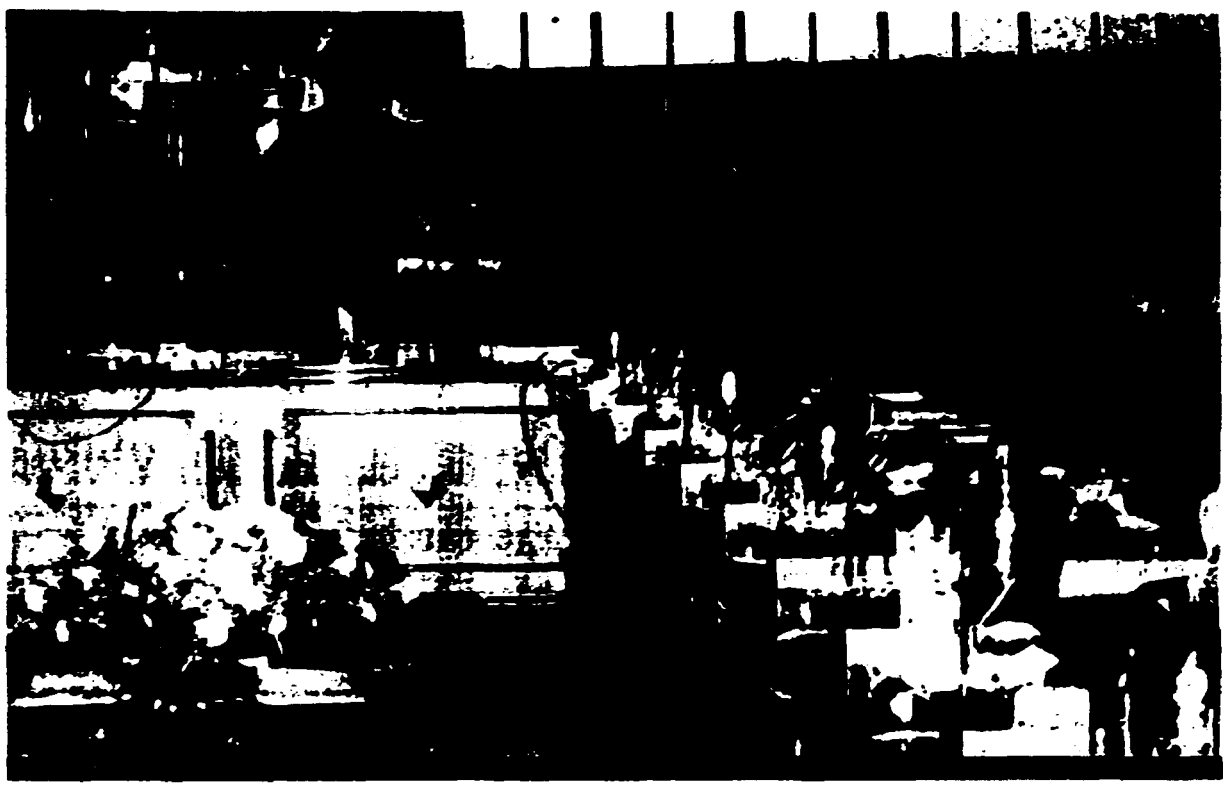
29

9714310

MEDIO ORIENTE LOS ENVIADOS DE NACIONES UNIDAS VERIFICABAN EL DESARME DE LAS FUERZAS ARMADAS IRAQUÍES

Irak no cede ante advertencia de la ONU

Sadam Hussein no cambia su posición respecto a los observadores que ordenó expulsar del país y confía en que un Consejo de Seguridad dividido no le aplique nuevas sanciones



RESUMEN

- **EXPULSIÓN.** Irak expulsó de su territorio a 10 observadores estadounidenses de la misión de la ONU para el desarme de sus fuerzas militares, Unscom. Otros 90 enviados permanecen en el país árabe.
- **CONFIANZA.** El gobierno iraquí confía en que el Consejo de Seguridad de la ONU no logrará la unanimidad necesaria para aplicarle nuevas sanciones por su medida.
- **DIVISIÓN.** En el Consejo de Seguridad de la ONU, Rusia, Francia y China son partidarias de una postura más flexible frente a Irak. Por otra parte, Estados Unidos y Gran Bretaña instan a medidas más de fondo.
- **SUSPENSIÓN.** El encargado de la Comisión de las Naciones Unidas para el Desarme de Irak, Richard Butler, anunció la suspensión de sus actividades hasta que se defina la situación en torno a los estadounidenses.

El gobierno de Irak continuaba confiado ayer en que la división del Consejo de Seguridad le ahorre nuevas represalias por la expulsión de los inspectores estadounidenses de la Unscom, la misión de la ONU que verifica su desarme. Al mismo tiempo advirtió que estaba preparado para "un enfrentamiento militar" si fuera necesario.

"El Consejo de Seguridad debe sustraerse a la hegemonía norteamericana; es un deber que incumbe a los países con derecho a veto de esta instancia", afirmó el diario Babel, dirigido por el hijo del presidente Sadam Hussein.

La prensa iraquí, ignoró la declaración del Consejo de Seguridad, aprobada por unanimidad de los quince miembros el miércoles, que advierte a Bagdad de las "graves consecuencias" de su decisión.

Los periódicos defienden la decisión de Bagdad de expulsar a los norteamericanos que trabajan para la Comisión Especial de la ONU sobre el Desarme Iraquí (Unscom).

"Se trata de una posición valiente frente a la actitud injusta de Estados Unidos", escribe el periódico oficial Al Qadisiya, subrayando que va dirigida directa y únicamente contra Estados Unidos, sin que Bagdad quiera romper con la UNSCOM.

"Se trata de una posición fuerte y equilibrada y expresa la negativa a permitir que Estados Unidos adopte decisiones injustas con Irak", añadió el periódico.

GRAVES CONSECUENCIAS

El miércoles, sin embargo, el Consejo de Seguridad rehizo su unidad para lanzar una severa advertencia a Bagdad sobre las "graves consecuencias" de su decisión. Rusia, Francia y China, tres de los cinco miembros permanentes del Consejo, sumaron sus voces a las de norteamericanos y británicos.

Estas "consecuencias" no son precisadas, pero no descartan ni el uso de la fuerza ni sanciones adicionales, explicaron fuentes diplomáticas.

La ambigüedad sobre las "consecuencias" permitió la posición unitaria de los 15 países del Consejo. Si hubieran intentado precisar las próximas medidas y su grado de represalia, probablemente se habrían dividido, añadieron las fuentes.

Rusia y Francia –que son con Beijing los miembros del Consejo partidarios de la flexibilidad con Irak– habían intervenido con firmeza ante los iraquíes para hacerles comprender que no lograrían dividir al Consejo en pleno pulso.

París, Beijing y Moscú se habían abstenido el jueves pasado en la votación de la resolución 1134, que prevé la prohibición de viajar a los responsables iraquíes que obstaculicen el trabajo de inspección de la Unscom.

EXPULSIÓN CON PLAZO

Bagdad ha dado de plazo hasta el 5 de noviembre para que los 10 inspectores norteamericanos de la Unscom abandonen Irak.

Por su parte la Comisión especial de las Naciones Unidas para el desarme de Irak (Unscom) suspendió ayer sus actividades, conforme a la decisión adoptada la víspera por su jefe, Richard Butler, anunció un responsable.

Naciones Unidas advirtió a Irak que su postura puede arrojar "graves consecuencias"

"Conforme a las instrucciones del jefe de la Unscom, Richard Butler, hemos suspendido nuestras actividades", declaró el adjunto especial al director del Centro de supervisión y verificación de la Unscom en Bagdad, Alan Dacey.

El miércoles, Butler anunció la suspensión provisional de las tareas de la Comisión en Irak, por primera vez desde la creación de esta instancia en 1991, y añadió que también anuló su previsto viaje a Bagdad.

Cuando finalice la misión de la Unscom, las sanciones contra Irak serán levantadas. *(En base a AFP y EFE)*

No se descartan medidas militares

Gran Bretaña dijo ayer que no se pueden descartar medidas militares contra Irak si Bagdad no cumple con las inspecciones de armas por parte de las Naciones Unidas.

"El resto del mundo no puede quedarse con los brazos cruzados mientras Irak desarrolla sus armas de destrucción masiva", declaró a la BBC el viceministro británico de Relaciones Exteriores, Derek Fatchett.

"Habrá una respuesta seria, una que esté a la altura de la acción", agregó.

Al ser consultado sobre la posibilidad de una respuesta militar, Fatchett respondió: "A estas alturas no descartamos ninguna opción".

"Necesitamos ser firmes. Necesitamos continuar nuestro mensaje. Estamos decididos con lo que decimos y no vamos a permitir que Irak se arme nuevamente", expresó.

Fatchett formuló las declaraciones un día después que el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas censuró la decisión de Bagdad de prohibir la participación de estadounidenses en los equipos internacionales de inspectores de armas.

El Consejo prometió que Irak enfrentará "consecuencias graves" si persiste en esta actitud.

La ONU envió los equipos de inspectores a Irak tras la guerra del Golfo Pérsico en 1991, en una misión para desmantelar el arsenal iraquí, condición clave para el término de las sanciones que enfrenta Bagdad por su invasión a Kuwait en agosto de 1990. Irak reclama a Kuwait como una provincia escindida. *(Reuters)*

Cuando la situación parece no tener arreglo, prueba con un arreglo de MAJA.

Si entre los dos sigue habiendo algo, no hay nada que un arreglo de MAJA no pueda componer
Inténtalo. Envíale uno de nuestros arreglos
El resultado es sorprendente, inmediato y reconciliador
Si no ocurre nada olvídate. ¡no valía la pena!

El buen gusto en flor

B. Amorín y Durazno Tel: 91 38 87 Envíos a todo el mundo Abierto las 24 horas. Correo electrónico MAJA @ CS.COM.UY

30 - 30

9714310

Nº DOCUMENTO 9714311
TITULO IRAN JATAMI
PROCEDENCIA S8593
FECHA DE PROCEDENCIA 21097
VINCULACIONE 11816
30597
11164
11302
11161

IRAN-SOCIEDAD CIVIL
JATAMI INTENTA IMPULSAR CAMBIO HACIA UNA SOCIEDAD CIVIL

01-02

9714311

U FOXBT IO-21 00602
mun exg icx

IRAN-SOCIEDAD CIVIL
JATAMI INTENTA IMPULSAR CAMBIO HACIA UNA SOCIEDAD CIVIL

por Beatriz Salas

Teherán, 21 oct (EFE).- El presidente iraní, Mohamed Jatamí, ha puesto en marcha varias iniciativas para promover una "sociedad civil" en Irán, como la de pedir la opinión de los estudiantes sobre una nueva legislación y las relaciones internacionales, que anunció hoy, martes, el Ministerio de Educación.

Sin embargo, sus pasos son hasta ahora tímidos, según algunos observadores, en un país con un poder multipolar y copado por dirigentes religiosos, donde los radicales islámicos ya han manifestado que se opondrán a una apertura social.

Durante la campaña para las elecciones del pasado 23 de mayo, Jatami ofreció a los jóvenes, mujeres y sectores progresistas el establecimiento de una "sociedad civil", lo que estos tomaron como una promesa de paso paulatino de una sociedad religiosa a otra más laica.

Estas promesas le sirvieron para conseguir el voto de esos sectores, que lo consideraron un "pragmático" que podía incrementar las libertades, llevar a cabo mejoras sociales y abrir las relaciones internacionales.

El 3 de agosto, en su toma de posesión de la Presidencia, Jatamí reiteró que su Gobierno procuraría "cohabitar pacíficamente con todos los países", en concreto con los de la Unión Europea, con la que Irán mantiene un conflicto diplomático, aunque advirtió, en referencia a Estados Unidos, que "la manipulación" de algunos, constituye un obstáculo a "las relaciones pacíficas".

Entre los componentes de su gabinete nombró a algunos progresistas para los cánones iraníes, e incluso el ministro de Cultura y Orientación Islámica, Ataola Mojayerani, escandalizó a los conservadores al proponer conversaciones directas con EEUU.

Posteriormente, designó a Masumeh Ebtekar vicepresidenta y responsable de la Protección del Medio Ambiente y a Zahra Shojai, -que era presidenta del Consejo Social y Cultural de la Mujer- Jefa del Centro para Asuntos de la Mujer, con lo que daba paso a uno de los sectores que le apoyó en las elecciones: las mujeres.

Ahora, el Gobierno iraní pide, según un anuncio hecho por el viceministro de Educación, Rahim Ebadi, la opinión de los estudiantes sobre cuál es la nueva legislación que consideran necesaria y los medios que creen convenientes para "establecer la seguridad en la región" y evitar la "debilidad que muestran los países de la zona".

Ebadi, según publica hoy el diario iraní "Salam", también aludió a la presencia de fuerzas extanjeras en el golfo Pérsico y la necesidad de "expulsar a los enemigos de la zona".

Estas referencias, dirigidas a EEUU, según algunos observadores, pueden atribuirse a la necesidad de contentar a los sectores conservadores, pese a que el fundamento de la cuestión sería cómo solucionar los problemas con los países con los que Irán tiene conflictos.

Jatamí tiene en cierto modo a su favor al también moderado Akbar Hashemi Rafsanyani, su antecesor en la Presidencia y que en la actualidad encabeza el consejo consultivo que asesora al ayatola Ali Jamenei, que ostenta el máximo cargo religioso y político del país.

Como obstáculo, está el Parlamento, de mayoría conservadora islámica.

La prensa conservadora advierte que "los principales valores religiosos deben seguir imperando en Irán", pese a las esperanzas occidentales de que "el Gobierno luche contra otros centros de poder para conciliarse con EEUU, finalizar el caso palestino y dar a las gentes libertades inmorales", como señalaba esta semana el diario radical "Yomhure Islami".

El periódico apuntaba que la prensa extranjera "trata de desesperanzar al pueblo afirmando que los jóvenes están decepcionados porque, dos meses y medio después de tomar el poder, el nuevo Gobierno no permite libertades para oir música ni deja que se cometan inmoralidades como en tiempos del Sha". EFE

bs/cho/mz

9714311

02-02

Nº DOCUMENTO 9714312
TITULO ARG: CRISIS DE LAS PETROLERAS
PROCEDENCIA 10090
FECHA DE RECEPCION 31/10/97
ANOTACIONES 11616 SO1294
SO1591 SO1529
65890 66151
65963 11404
11903 11077
01-16
9714312

TEHERAN Y OCCIDENTE

POLEMICA INVERSION DE UNA PETROLERA

Estados Unidos y Francia se enfrentan por Irán

La empresa francesa Total invertirá US$ 2.000 millones en Irán • EE.UU. dice que viola una ley y amenaza con sanciones • París replicó que las leyes de Washington no rigen en Francia

Washington y París
EFE, ANSA, AFP y Reuter

Washington y París terminaron ayer enredados en un creciente conflicto diplomático, a raíz de un acuerdo petrolero de 2.000 millones de dólares firmado este domingo entre la empresa francesa Total y el gobierno iraní.

Estados Unidos amenazó con sanciones y París respondió que las leyes estadounidenses no rigen en territorio francés.

Amparado en una polémica legislación, la ley D'Amato, que prohíbe a las firmas extranjeras invertir en el área energética iraní, Washington cargaría sobre la empresa Total por negociar con la república islámica, considerada junto a Libia por la administración Clinton como **"dos de los más peligrosos patrocinadores del terrorismo en el mundo"**.

Sin vínculo diplomático alguno, la política estadounidense respecto de Irán ha sido la de asfixiar su economía. La relación de los países europeos respecto de Teherán es bien distinta.

Los gobiernos del Viejo Continente no tienen intenciones de romper sus vínculos económicos con un país que cuenta con las reservas de gas más grandes del mundo después de Rusia.

La atención de la Unión Europea hacia Irán se incrementó en los últimos meses con la llegada al poder iraní del presidente Mohammed Jatami, un moderado con iniciativas de apertura hacia Occidente.

REUTER

FIRMA POLEMICA. Una estación de servicio de la empresa Total, en París.

> "Esto no es más que el principio del proceso, vendrán más inversiones", dijo el canciller iraní

En una muestra más de las tensiones entre Washington y Teherán, el Pentágono amenazó ayer al gobierno islámico con derribar los aviones iraníes que incursionen en la zona de exclusión aérea en el sur de Irak (ver página 37).

Un acuerdo muy importante

El choque diplomático entre Francia y los Estados Unidos se desató el domingo cuando la empresa Total firmó con la Compañía Petrolera Nacional Iraní un proyecto de explotación por 2.000 millones de dólares en el yacimiento iraní de Pars del Sur, situado en el Golfo Pérsico.

En la operación participan la petrolera rusa Gazprom, y Petronas, de Malasia, con el 30 por ciento cada una.

La gigantesca inversión de la empresa petrolera Total, la séptima en importancia en el mundo, encendió la luz de alerta en Washington, que no tardó en anunciar la aplicación de **"cualquier medida apropiada" contemplada bajo la ley D'Amato**.

El mismo primer ministro francés, Lionel Jospin, salió al cruce de la amenaza estadounidense. Y en un programa de televisión declaró que "las leyes norteamericanas se aplican en los Estados Unidos, no en Francia".

Detrás de la queja oficial francesa se alineó la de la Comisión Europea. "Espero que Estados Unidos reflexione seria y largamente sobre la conveniencia de tomar acciones contra Total en aplicación de la ley D'Amato", dijo ayer Leon Brittan, el comisario europeo en Comercio Exterior. Y agregó que la iniciativa de Total "es una decisión comercial autónoma que la compañía francesa está legalmente autorizada a tomar".

También se sumaron declaraciones de diversos grupos económicos que se mostraron "en contra de cualquier medida punitiva universal, ya que infligen más perjuicios a las empresas y asalariados estadounidenses que a las empresas extranjeras sancionadas", afirmó ayer Wally Wolkman, un economista de la Cámara de Comercio en Washington.

"Vendrán más empresas"

El canciller iraní, Kamal Jarazi, declaró ayer en Nueva York que está convencido que detrás de Total otras empresas harán inversiones. "No es más que el principio del proceso", aseguró.

Washington abrió el lunes una investigación para determinar si el contrato cerrado el domingo expone a la petrolera Total a sanciones. "Nosotros aplicaremos la ley", dijo ayer el vocero de la Casa Blanca, Mike McCurry. El presidente Clinton puede aplicar sanciones comerciales o financieras, como privar a Total de créditos de exportación. Pero, en Nueva York, el portavoz del Departamento de Estado, James Rubin, declinó decir cuáles serán las sanciones.

> "Nosotros aplicaremos la ley", dijo la Casa Blanca, pero no se aclaró cuáles pueden ser las sanciones

Si Washington avanza contra Total, cualquier medida que se aplique dará lugar a una confrontación con los europeos, opinó John Lichtblau, presidente de la Fundación para la Investigación en la Industria petrolífera.

Para Lichtblau, "los europeos están muy enfrentados a la ley D'Amato. Las sanciones contra Total, una empresa que se beneficia del apoyo del conjunto de los países europeos, podrían provocar muchas fricciones transatlánticas".

Fuentes de la administración Clinton dijeron que Washington puede abandonar la idea de sancionar a Total, en la medida en que los aliados europeos modifiquen su actitud con Irán. □

ANALISIS

Por
RUBEN GUILLEMI
De la Redacción de **Clarín**

El choque de dos políticas

Desde París a Washington comenzaron a saltar ayer los primeros chispazos entre dos políticas opuestas hacia el régimen islámico iraní: la inflexible ley D'Amato estadounidense, que castiga a los empresarios que hagan importantes inversiones en la nación persa, y el "diálogo crítico" de los países europeos, que propicia relaciones políticas y comerciales.

El tercer protagonista es el gobierno iraní que asumió en agosto pasado y que, presionado por la urgente necesidad de capitales, está encarando una apertura a fuego lento muy bien vista por los ojos occidentales. Estados Unidos y Europa se disputan esta lenta reforma como la mejor prueba del éxito de sus políticas.

Pero desde ayer París y Washington llevaron la disputa casi al terreno de una pulseada. **"Nadie puede aceptar que Estados Unidos apruebe una ley de alcance global"**, dijo el primer ministro francés Lionel Jospin. "Si fuese así, dejaríamos de ser una nación independiente", señaló.

El vocero de Clinton habló del fracaso de la política europea porque **"no ha habido ningún cambio de actitud del régimen iraní** que continúa apadrinando el terrorismo".

Aunque Estados Unidos, Francia e Irán hablan fundamentalmente en términos políticos, el nudo de la crisis son millones de dólares: los que pierde Irán con uno de los suelos más generosos en combustibles mientras su economía está colapsada, y los que pierde la industria mundial privada de invertir en este país, segunda reserva mundial de petróleo y de gas.

El dilema que enfrenta a Washington con sus aliados europeos es: ¿cuánto tiempo más se puede resistir la presión de la creciente demanda de petróleo?

El presidente Clinton transita por una peligrosa cuerda de equilibrista en la que se asoma la crisis diplomática, por un lado, la presión industrial, por otro, y a su derecha, el rugiente frente interno, nada dispuesto a que el mandatario haga concesiones al régimen islámico.

9714312
02

TEHERÁN Y OCCIDENTE

THIERRY DESMAREST, PRESIDENTE DE LA EMPRESA FRANCESA

"Europa nos apoya"

Paris. Le Monde
Especial para Clarín

Thierry Desmarest es el presidente de Total, la empresa que acaba de firmar un importante contrato para invertir en Irán, a pesar de las amenazas de sanciones de EE.UU. Asegura que están en todo su derecho de invertir en Teherán y que el gobierno francés y toda Europa respaldan la decisión.

–¿Para qué correr con el riesgo de sanciones?

–Oriente Medio concentra dos tercios de las reservas mundiales de petróleo y un tercio de las de gas. Una compañía petrolera no puede tener una estrategia a largo plazo sin explorar y afirmarse en esta zona. Para Total se trata de algo visceralmente cultural: nacimos allá y hemos establecido allí posiciones importantes. Pero debemos alimentar nuestra cartera. Irán es un actor mundial esencial: posee, él solo, cerca del 10% de las reservas de petróleo y cerca del 20% de las de gas. Queremos crecer en ese país a pesar de un contexto particular en el que las sanciones estadounidenses disuaden de invertir a varias sociedades. Pero pensamos usar nuestra libertad de emprendimiento.

–La elección de sus socios, como el ruso Gazprom, ¿es política o netamente económica?

–Es un poco política en el sentido de que las compañías estadounidenses no están autorizadas a venir. Pero también es una cuestión de oportunidad. La meta es contar con socios sólidos, más que hacer cálculos políticos.

–¿Les temen a las represalias estadounidenses?

–Según las reglas francesas, europeas e internacionales tenemos derecho a invertir en Irán. Existe incluso una ley francesa que nos prohíbe sometemos a legislaciones extraterritoriales de EE.UU. Estamos en nuestro derecho cuando decidimos invertir en Irán. Las autoridades estadounidenses, bajo la presión de determinado número de "lobbies", implementaron una legislación que amenaza con sanciones a las empresas que invierten en Irán y Libia. Hemos analizado la naturaleza de estas sanciones y no tienen ninguna consecuencia real para Total.

–¿Cuáles son esas sanciones?

–Si el presidente de EE:UU. declara que una empresa es condenable, puede aplicar dos sanciones de una lista de seis penalidades de naturaleza financiera o comercial. Puede, por ejemplo, privar a la sociedad de acceso a créditos de exportación estadounidenses. Nosotros no los obtenemos desde hace años. Puede aplicar sanciones comerciales, pero creo que se trata de un problema delicado.

–Antes de firmar ¿recibió apoyo a nivel francés y europeo?

–Absolutamente. Recibimos respuestas muy claras en todos los niveles reconociendo que estamos en todo nuestro derecho. Contamos incluso con el apoyo del gobierno francés. El jefe de Estado, así como el primer ministro, han manifestado claramente su oposición a toda forma de extraterritorialidad. Tenemos también apoyo a nivel europeo.

–¿No tiene miedo de que su empresa sea sospechada de financiar al terrorismo?

–Esas historias de financiación del terrorismo son absurdas. Irán produce 3,6 millones de barriles de petróleo por día. Decir que la producción complementaria de hidrocarburos que sobrevendrá como resultado de este nuevo campo dentro de cuatro años permite a Irán financiar acciones terroristas, no tiene sentido. Sobre todo cuando este país obtiene ganancias mayores con sus producciones actuales. □

9714512

03

EE.UU. BAJA LA PRESION A EUROPA CON RESPECTO A IRAN

Total, no iba a tener éxito

Francia y sus socios europeos parecen haber inclinado a su favor la disputa con Washington sobre la firma del contrato de la empresa Total con Teherán, lo que abre la vía a la penetración de las compañías extranjeras en el mercado iraní de los hidrocarburos. Después de que la Unión Europea llamara a Washington a "pensarlo dos veces" antes de correr el riesgo de entrar en un conflicto comercial en torno de la inversión de 2000 millones de dólares en Irán, la empresa rusa estatal Gasprom –otro socio en el acuerdo– dijo que Moscú respaldaba la posición francesa, mientras el silencio de Alemania, Gran Bretaña y Francia ponía al descubierto la falta de cualquier apoyo a la posición norteamericana, que amenaza con sanciones contra cualquier compañía que invierta en el Irán islámico. Madeleine Albright, secretaria de Estado norteamericana, admitió que "hay un límite a la capacidad de persuasión (norteamericana) por falta de medios de presión".

La nueva actitud norteamericana podría abrir la vía a un compromiso con los Quince, como lo reclamó el comisario europeo de Política Comercial Leon Brittan, quien estimó que "la solución correcta es alcanzar un arreglo negociado" entre EE.UU. y la Unión Europea respecto de ese tema antes del 15 de octubre para ponerse de acuerdo sobre las reglas de inversión en los países sensibles, y evitar así la aplicación de las leyes estadounidenses Helms Burton (sobre Cuba) y D'Amato (Libia e Irán) que penalizan a las empresas estadounidenses y extranjeras que realizan inversiones en esos países. Pero los expertos petrolíferos ya consideran el contrato Total como un éxito. Según Nicolas Sarkis, director de la revista *Petróleo y Gas árabes*, "se trata de un proyecto gigantesco, uno de los más importantes en el golfo. Hay actualmente 11 grandes proyectos ofrecidos a las empresas extranjeras, que no pudieron ser cerrados hasta ahora a causa de las dudas de europeos y japoneses, muy sensibles a las presiones estadounidenses".

En todo caso, la situación refleja un creciente hartazgo de Europa ante las medidas extraterritoriales del Congreso norteamericano sobre lo que otros países pueden o no hacer en sus relaciones con Estados como Irán. Comentando la disputa sobre Total, un embajador europeo declaró que "me temo que mi gobierno y los otros gobiernos europeos van a tener una respuesta pavloviana", rechazando todo intento norteamericano de imponer sanciones. "Sólo espero que nuestros gobiernos se cuiden de lo que dicen", agregó.

Es que Francia puede lograr beneficios muy importantes al desafiar a Estados Unidos sobre Irán, ya que el acuerdo de Total es la inversión más grande desde la revolución islámica de 1979 en ese país. Y las inversiones no sólo fluyen a Irán sino también a Irak, país con el que Total anunció el lunes que estaba listo a llegar a un acuerdo apenas las Naciones Unidas levanten su embargo. El petróleo, se ve, sigue atrayendo.

04

97143 12

TEHERAN Y OCCIDENTE

LOS RECURSOS ENERGETICOS DE IRAN E IRAK

Dos joyas para las petroleras

Irán tiene las reservas de gas más grandes del mundo después de Rusia • E Irak, las segundas de petróleo • Los empresarios creen que la política de EE.UU. va a contramano de la globalización de la economía

Londres, The New York Times
Especial para Clarín

En cualquier noche de los últimos tres años, quienquiera que visitara Bagdad, la capital iraquí, podía cruzarse con importantes ejecutivos de la compañía petrolera francesa, Total SA, en el salón de entrada del lujoso hotel Al-Rasheed, en donde tenían suites permanentes.

De manera similar, en Teherán, también es habitual la presencia de expertos petroleros franceses en los elegantes restaurantes del Shemiran, el suburbio septentrional de la capital iraní en donde el aire es más limpio y las petroleras de distintos países mantienen a sus ejecutivos en "villas" equipadas con piscinas.

"¿Cómo puede una petrolera importante del mundo ignorar a Irán o Irak? Irán cuenta con las reservas de gas más grandes del mundo después de Rusia. E Irak tiene la segunda reserva de petróleo del mundo después de Arabia Saudita", asegura Walid Khadduri, editor ejecutivo de Middle East Economic Survey, un prestigioso boletín de noticias sobre temas energéticos con sede en Chipre.

Sentido común

"Las petroleras están en el negocio de explorar, descubrir, producir y comprar petróleo y gas", indicó Khadduri, en alusión al importante acuerdo gasífero que Total firmó con Irán el domingo. "Es como su razón de ser. Desde el punto de vista de una petrolera, el hecho de mantener relaciones con estos dos gigantes es una estrategia elemental, por no mencionar al sentido común", agregó.

Expertos de la industria petrolera coinciden en que si bien en este momento el mundo tiene una provisión de petróleo suficiente, la curva de demanda para el futuro está aumentando. Esto sucede porque economías en crecimiento como las de China e India siguen expandiéndose, lo cual supone un mayor consumo de electricidad, autos nuevos en las calles y mejores estándares de vida, con más artefactos en el hogar, que consumen lógicamente más energía. Conscientes de todo esto, las petroleras buscan entonces forjar vínculos con gigantes como Irán e Irak.

Según los expertos, el principal atractivo de Irak es que posee 110.000 millones de barriles de reservas comprobadas de petróleo. Esto lo coloca justo detrás de Arabia Saudita. De manera similar, varias compañías petroleras están apuntando a Irán.

A medida que aumenta la cantidad de países, incluyendo a aliados de Estados Unidos, que estiman que las sanciones económicas estadounidenses los perjudican, queda cada vez en mayor evidencia que los dictados de EE.UU. tienen poca resonancia, en especial porque van a contramano de la globalización de la economía mundial, un concepto fomentado también por Washington.

Más acuerdos

Mehdi Verzi, importante analista de petróleo para Kleinwot Benson, un grupo inversor de Londres, explicó: "No se puede ignorar a un país como Irán con 60 millones de habitantes y tres veces las reservas comprobadas de gas de los Estados Unidos."

Ejecutivos de la industria petrolera comentaron que hay probablemente igual número de compañías petroleras negociando con Irán que con Irak. Un alto funcionario de una importante petrolera que quiso permanecer en el anonimato afirmó que "pueden estar seguros de que están conversando y concretando acuerdos". □

9714312

05

TEHERAN Y OCCIDENTE

POLEMICA INVERSION PETROLERA EN EL GOLFO PERSICO

A. poco legible

Rusia se suma a la puja de EE.UU. y Francia por Irán

Washington amenazó con sanciones por una inversión de Francia en Irán • El presidente de Rusia, Boris Yeltsin, exigió a los EE.UU. que no interfiera • Una de las tres empresas involucradas en el acuerdo es rusa

París, Teherán y Moscú
AP, Reuter y AFP

Las amenazas de los Estados Unidos de sancionar a la petrolera francesa Total por hacer negocios con Irán provocaron ayer airadas quejas del presidente ruso, Boris Yelstin, quien llamó a Washington a mantenerse alejado del contrato cerrado entre la firma gala y el gobierno de Teherán.

Yelstin se sumó así al enfrentamiento diplomático entre los Estados Unidos y la Unión Europea (UE), divididos por la política exterior a seguir respecto de Irán.

Mientras los Estados Unidos exigen a los aliados europeos que aislen a Irán por considerarlo, junto con Libia, "el principal promotor del terrorismo en el mundo", la Unión Europea mantiene con la república islámica un "diálogo crítico" que contempla las relaciones políticas y económicas.

Francia mantiene su política

A pesar de los reiterados pedidos de Washington para que los europeos cambien su actitud respecto de Irán, Francia dejó en claro ayer que continuará con el diálogo crítico.

"Nuestra actitud con Irán, que es la misma que sigue la Unión Europea, es bien conocida: es una política de diálogo crítico sin complacencias", dijo ayer el vocero de la cancillería francesa, Jacques Rummelhardt. Esto significa, agregó, que "criticaremos a la república islámica cuando sea necesario".

Las diferencias entre Washington y París quedaron en evidencia el domingo pasado cuando la empresa Total, asociada con las petroleras Gazprom, de Rusia, y Petronas, de Malasia, cerraron un acuerdo de explotación petrolífera con la Compañía Petrolera Nacional Iraní, en una inversión de 2.000 millones de dólares.

> "Tanto Rusia como Francia e Irán son Estados independientes", dijo el presidente ruso

Según la llamada ley D'Amato, de los Estados Unidos, las tres empresas pueden ser sancionadas por hacer negocios con "el enemigo". Desde un prinicipio, Francia respaldó a Total. Y el mismo premier francés, Lionel Jospin, dijo que "las leyes estadounidenses se aplican en los Estados Unidos, no en Francia".

"No daremos un paso atrás"

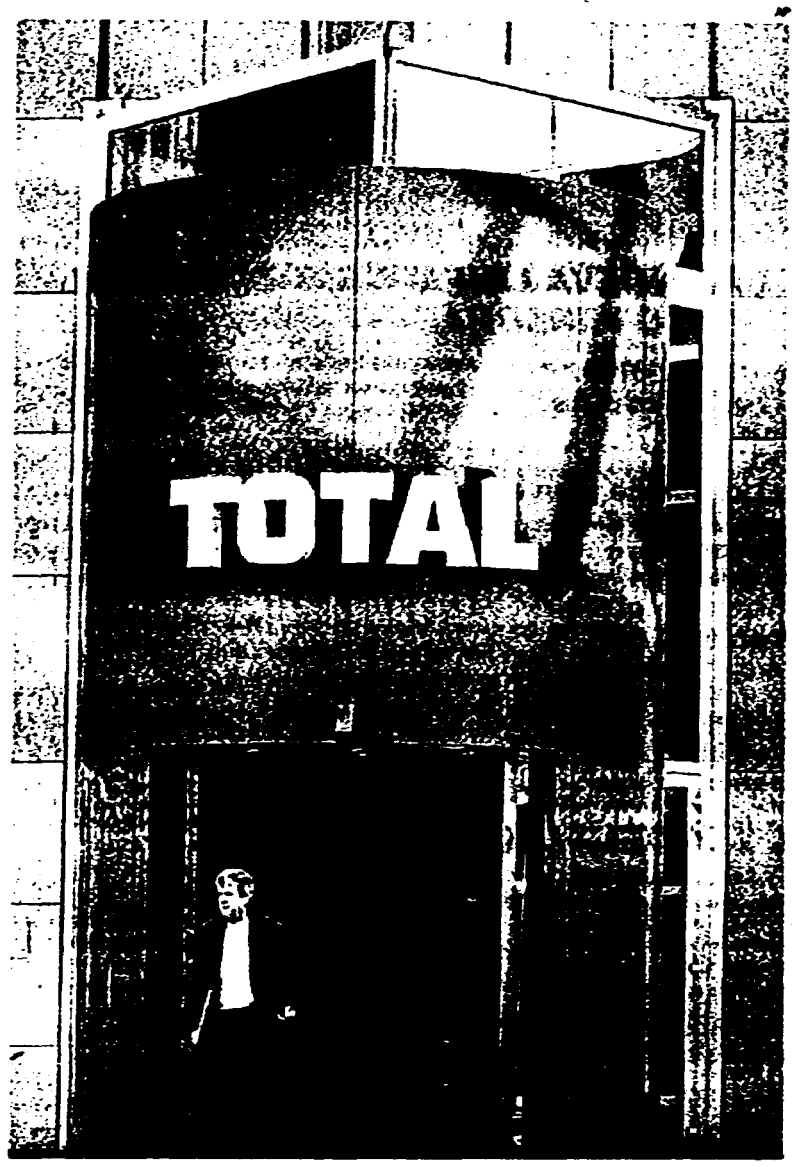
Yelstin dijo ayer que comparte el punto de vista francés. Enfatizó que Rusia, Francia e Irán son estados independientes y agregó que los intentos de otros de dictar cuáles documentos firmar y cuáles no, no está permitido.

"Hemos firmado un acuerdo y no daremos ningún paso atrás", dijo Yeltsin.

La inversión de Total en el yacimiento de Pars del Sur, en el golfo Pérsico, es la mayor que se registra en Irán desde el triunfo de la revolución islámica, en 1979.

El presidente iraní, Mohammed Jatami, dio la bienvenida a los capitales extranjeros y a la transferencia de tecnología, ya que "son un complemento de la economía nacional y un paso más hacia el crecimiento económico".

"Si somos capaces de desarrollar nuestros lazos científicos, económicos y técnicos con otros países, los políticos también se verán obligados a adaptar sus demandas a los intereses de los pueblos", dijo Jatami durante la Feria Internacional de Teherán, de la que participaron 1.100 empresas de 78 países y 1.172 firmas locales.



EN EL OJO DE LA TORMENTA. Una agencia de Total, en un suburbio de París.

Entre los interesados en invertir en Irán, figura otra empresa petrolera francesa, Elf Aquitaine.

A través de su vocero, Thomas Saunders, la compañía confirmó ayer que busca convenir acuerdos petroleros con Irán e Irak, pero sin transgredir las sanciones impuestas por las Naciones Unidas a Bagdad y sin perder de vista la actitud de Estados Unidos hacia Teherán.

Actualmente Elf está en negociaciones con Teherán para la producción en el yacimiento petrolífero de Doroud. El vicepresidente de Elf, Jean-Luc Vermeulen, explicó que si bien "ninguna ley nos prohíbe trabajar en Irán, tenemos considerables intereses en Estados Unidos y necesitamos ser extremadamente cautelosos acerca de la actitud de Washington". □

OPINION

The New York Times
Especial para Clarín

Políticas equivocadas

El contrato por 2 mil millones de dólares para la explotación de un yacimiento gasífero en Irán, firmado por la empresa Total de Francia, Gazprom de Rusia y Petronas de Malasia, es doblemente infortunado. Por un lado, proveerá nuevos fondos a un gobierno que exporta terrorismo, desarrolla armas nucleares y boicotea los esfuerzos de paz entre Israel y el mundo árabe.

Por otra parte, el contrato puede disparar la primera aplicación del Acta de Sanciones Irán-Libia, una desafortunada legislación estadounidense que apunta a imponer sanciones a las compañías extranjeras que hagan negocios con Irán o Libia.

El Acta de Sanciones, ideada por el senador Alfonse D'Amato, de Nueva York, y firmada por el presidente Bill Clinton el año pasado, tiene como objetivo forzar a Europa para que alinee su política hacia Irán con la de Estados Unidos. Pero en vez de cumplir este objetivo está separando a Estados Unidos de Europa. Washington y París deberían estar hablando de cómo modificar las inaceptables políticas iraníes, pero en cambio se hallan inmersos ahora en una ruidosa e improductiva disputa sobre los intentos del Congreso de EE.UU. por legislar más allá de sus fronteras.

Esta pelea transatlántica se produce, además, en momentos en que Irán comienza a dar signos de reconsiderar su política tras la reciente elección del moderado Mohamed Jatami como presidente. Occidente debería estar enviando señales coordinadas de que Irán se podría asegurar una creciente inversión internacional y el fin de las sanciones estadounidenses si abandona su peligroso comportamiento.

En esta situación, Washington debe mantener la mayor presión posible sobre Francia para que restrinja su comercio con Teherán. Sin embargo, la ley D'Amato ensombrece esa posibilidad porque cambia el eje de la argumentación de la peligrosa conducta iraní, hacia la interferencia legislativa estadounidense en los asuntos soberanos de sus aliados.

0714312

Exigen boicotear a petrolera Total por su acuerdo con Irán

París (Reuter, EFE, ANSA, DPA) - No sólo la presión legal y diplomática de los Estados Unidos amenaza ahora el mayor contrato de Irán con una compañía extranjera desde la Revolución Islámica de 1979. La organización francesa SOS-Atentados llamó ayer a la población a boicotear los productos y servicios de la empresa petrolera Total, que firmó con Teherán un multimillonario contrato para la explotación de un gigantesco yacimiento de gas natural.

En una carta abierta publicada ayer por el diario «Libération», la presidenta de la organización, Françoise Rudetzki, denunció el contrato por el cual Total invertirá 2.000 millones de dólares en el desarrollo del campo gasífero de South Pars, en aguas de Irán.

«Nosotros, las víctimas del terrorismo, en memoria de los que han sido salvajemente asesinados por orden de la República Islámica de Irán, llamamos a un boicot de los productos de Total y a la preferencia por los de sus competidores», dijo Rudetzki.

• Primera condena

Con este llamado, la organización se convierte en la primera en Francia en condenar el contrato y se suma al descontento de Estados Unidos que, mediante la ley D'Amato-Kennedy, busca sancionar a las empresas que inviertan en Irán, país al que acusa de ser el principal promotor del terrorismo internacional.

Rudetzki llamó a la ciudadanía a firmar esta petición de boicot que será entregada en breve a la dirección de Total, para que revalúe su posición respecto de sus acuerdos comerciales con ese país.

Rudetzki lamentó también la firma del contrato de Total con Irán en 1995 para la explotación del campo petrolero de Sirri, al tiempo que se cuestionó sobre el «derecho moral» de la empresa para invertir en el sector petrolero iraní.

SOS-Atentados llamó así a imponer un embargo económico a ese país, al indicar que se debe exigir con medidas urgentes a los «Estados terroristas que cesen de armar, financiar y sostener el terrorismo internacional».

«El terrorismo golpea todos los días y Francia y los franceses están particularmente afectados desde hace 11 años» con un saldo de 292 muertos y varios centenares de heridos.

Estos actos, dijo, dieron inicio hace once años con una ola de atentados «comandados por Irán» que ocasionaron la muerte de 13 personas y lesiones a tres centenares más. La presidenta de la organización acusó a Irán de apoyar al grupo proiraní Hizbollah, de rehusarse a retirar la «fatwa» (decreto religioso) que condenó a muerte al escritor Salman Rushdie y del asesinato a cientos de opositores en todo el mundo y en especial en Francia, país que brinda derecho de asilo.

Mientras las empresas petroleras estadounidenses temen estar perdiendo a manos de sus competidoras europeas mercados tan importantes como el de Irán –que dispone de las segundas reservas mundiales de hidrocarburos–, más compañías de Europa se muestran interesadas en invertir en la República Islámica.

Se calcula que las sanciones comerciales de los Estados Unidos contra varios países del mundo les costaron a sus empresas unos 19.000 millones de dólares el año pasado.

• En estudio

En una carrera por ganar la adjudicación de alguno de los 11 proyectos energéticos que fueron abiertos a los capitales extranjeros por Teherán en 1995, el consorcio petrolero francés Elf-Aquitaine anunció ayer que está estudiando la posibilidad de invertir en Irán y, en caso de que se levanten las sanciones internacionales, también en Irak.

Según fuentes petroleras de Teherán, la industria canadiense Bow Valley también está buscando un contrato de 212 millones de dólares para el desarrollo de los yacimientos de Balal.

Por otra parte, empresas de Italia, que por medio de la industria Snamprogetti cofinanciaron la construcción de la refinería de Bandar Abbas –una de las mayores y más modernas del mundo–, están estudiando nuevas iniciativas en la región.

97143121

TEHERAN-OCCIDENTE

Otra presión de EE.UU. a Irán

Washington envió un portaaviones al golfo Pérsico • Es para impedir que cazas iraníes sobrevuelen Irak • Ya habían advertido que los aviones podían ser derribados • Subió el crudo y temblaron los mercados

ANA BARON
Washington. Corresponsal

En una verdadera demostración de fuerza, Estados Unidos decidió ayer enviar el portaaviones "Nimitz" hacia el golfo Pérsico para impedir que Irán siga atacando blancos iraquíes que violan la zona de exclusión aérea impuesta después de la Guerra del Golfo, en 1991.

La decisión de Washington incrementó las tensiones en el Golfo, una región que suministra la tercera parte de la producción mundial de petróleo, y provocó un efecto inmediato en las cotizaciones del precio del crudo y en el cierre de los mercados financieros.

El anuncio se produce tres días después de que el Pentágono advirtió a Irán que las incursiones en la zona de prohibición de vuelo en el sur de Irak "pone en peligro a los pilotos iraníes".

El portavoz del Pentágono, Kenneth Bacon, había indicado el martes que Estados unidos se mantendría firme en la aplicación de dicha medida de prohibición.

Los precios del oro negro para venta futura se dispararon ayer a su nivel más alto de los últimos ocho meses. Así, el petróleo para entrega en noviembre trepó hasta los 99 centavos en el New York Mercantile Exchange y cerró a 22,76 dólares el barril, el mayor precio logrado desde el 19 de febrero.

> La tensión se incrementó en el Golfo, que tiene gran parte de la producción mundial de petróleo

La evolución de los mercados de valores y de bonos dio un brusco vuelco negativo debido a la fuerte suba del petróleo y sus derivados.

El temor al impacto inflacionario de este fenómeno originó una ola vendedora en el mercado de bonos de Nueva York con el consiguiente aumento de las tasas de interés y en la Bolsa de Valores, invirtiendo de golpe las ganancias sustanciales de la primera mitad de la sesión. Con todo, la Bolsa cerró con moderadas ganancias tras una sesión de fuertes altibajos.

Viaje de una semana

El secretario de Defensa, William Cohen, ordenó que el "Nimitz", un portaaviones que tiene 50 aviones F-14 y 18 F-18 a bordo, se desplace a toda velocidad hacia el Golfo esquivando una escala prevista en Singapur. Se calcula que de esa manera llegará a destino en una semana, cuatro días antes de lo planeado.

El "Nimitz" encabeza una flota integrada por otros seis buques de guerra. El objetivo de su desplazamiento es reforzar las fuerzas que ya se encuentran en la región: cinco destructores, tres fragatas y dos buques antiminas que cuentan con 2.298 marinos.

"Las fuerzas que ya tenemos en el Golfo son significativas, pero la flexiblidad del grupo del portaaviones será muy ventajosa", dijo Cohen.

La zona de exclusión aérea fue impuesta después de la guerra entre Irán e Irak (1990-1991) para proteger a los chiítas iraquíes de la Fuerza Aérea Iraquí.

Pero "Estados Unidos quiere dejar bien en claro su derecho a impedir que extranjeros ingresen en el espacio aéreo iraquí", explicó Judith Kipper, la experta en Oriente Medio del prestigioso Centro de Estudios estratégicos e internacionales, con sede en Washington.

"El envío del portaaviones es un indicador de que Estados Unidos no tolerará más ataques iraníes en el territorio iraquí", agregó.

La flota que acompaña al "Nimitz" está integrada por dos cruceros, un destructor, una fragata, un submarino y un buque de apoyo logístico. □

9714312

08

DP5108

R PDXBT 10-06 00273
mun exg icx

EEUU-IRAN
EXPERTOS EEUU VISITARAN FRANCIA, RUSIA Y MALASIA POR ACUERDO

Washington, 6 oct (EFE).- Estados Unidos enviará en breve especialistas a Francia, Malasia y Rusia para determinar si los acuerdos alcanzados por dichos países con Irán pueden ser objeto de sanciones, en cumplimiento de la legislación norteamericana.

El portavoz del Departamento de Estado, James Rubin, indicó hoy que dichas visitas pretenden conocer los términos de los acuerdos alcanzados con Irán y determinar si las actividades de empresas de los citados países con Teherán son sancionables o no.

La iniciativa estadounidense de enviar expertos a dichos países se anuncia después de que la empresa petrolera Total y una coalición de socios de Rusia y Malasia anunciaran la conclusión de la mayor inversión extranjera en Irán desde la revolución de 1979.

Según la legislación estadounidense, Washington puede imponer sanciones contra cualquier empresa extranjera que invierta más de 20 millones de dólares anuales en el sector energético de Irán o Libia.

En tal sentido, Rubin indicó que todavía no existe una decisión de EEUU sobre una eventual imposición de sanciones a dichos países.

El grupo francés Total tiene una participación del 40 por ciento en el acuerdo alcanzado hace una semana con la compañía petrolera rusa Gazprom y con la malaya Petronas, estas dos últimas con un 30 por ciento, respectivamente.

Las citadas empresas desean participar en la explotación de las reservas de gas natural de Irán, en una operación valorada en 2.000 millones de dólares.

La Unión Europea (UE) ya anunció su intención de recurrir a la Organización Mundial del Comercio (OMC) si EEUU decide imponer sanciones como resultado de dicho acuerdo. EFE
CM/FRB/BH/JMA

10/06/20-34/97

09

9714312

XH9205

R POXBT 10-06 00222
mun exg icx

IRAN-EEUU
TEHERAN: CONTRATO CON "TOTAL" ENVIA AL ABISMO LA LEY D'AMATO

Teherán, 6 oct (EFE).- El ministro iraní de Asuntos Exteriores, Kamal Jarazi, ha elogiado la firma de un contrato millonario para la exploración de gas con la empresa petroquímica francesa "Total" que, dijo, "envia al abismo la ley extraterritorial D'Amato".

En declaraciones que publica hoy, lunes, la prensa local, Jarazi expresa que "firmar este contrato es decirle un gran 'No' a Estados Unidos y a sus inaceptables normas en la escena internacional".

Para el ministro iraní, este contrato "es un gran triunfo para ambos, Europa e Irán", y "es un inicio de una nueva era para la firma de mayores acuerdos en el futuro".

La ley D'Amato, de 1996, impone sanciones a cualquier compañía que invierta más de 40 millones de dólares anuales en Irán o Libia.

Por otro lado, el jefe de la diplomacia iraní invitó a Alemania a que inicie un diálogo con Irán con vistas a mejorar las relaciones entre los dos países, tensas desde abril pasado.

"El problema es de naturaleza bilateral y ambas partes deben sentarse a discutirlo en la mesa de negociaciones", recalcó.

Las relaciones entre la Unión Europea e Irán se deterioraron después de que en abril pasado un tribunal de Berlín relacionara a dirigentes iraníes con el asesinato de cuatro disidentes kurdos iraníes en 1992 en el restaurante "Mykonos" de esa ciudad. EFE
bs/fa/ddp

10/06/13-48/97

10

9714312

XH9205

R POXBT 10-06 00222
 mun exg icx

IRAN-EEUU
TEHERAN: CONTRATO CON "TOTAL" ENVIA AL ABISMO LA LEY D'AMATO

Teherán, 6 oct (EFE).- El ministro iraní de Asuntos Exteriores, Kamal Jarazi, ha elogiado la firma de un contrato millonario para la exploración de gas con la empresa petroquímica francesa "Total" que, dijo, "envia al abismo la ley extraterritorial D'Amato".

En declaraciones que publica hoy, lunes, la prensa local, Jarazi expresa que "firmar este contrato es decirle un gran 'No' a Estados Unidos y a sus inaceptables normas en la escena internacional".

Para el ministro iraní, este contrato "es un gran triunfo para ambos, Europa e Irán", y "es un inicio de una nueva era para la firma de mayores acuerdos en el futuro".

La ley D'Amato, de 1996, impone sanciones a cualquier compañía que invierta más de 40 millones de dólares anuales en Irán o Libia.

Por otro lado, el jefe de la diplomacia iraní invitó a Alemania a que inicie un diálogo con Irán con vistas a mejorar las relaciones entre los dos países, tensas desde abril pasado.

"El problema es de naturaleza bilateral y ambas partes deben sentarse a discutirlo en la mesa de negociaciones", recalcó.

Las relaciones entre la Unión Europea e Irán se deterioraron después de que en abril pasado un tribunal de Berlín relacionara a dirigentes iraníes con el asesinato de cuatro disidentes kurdos iraníes en 1992 en el restaurante "Mykonos" de esa ciudad. EFE
bs/fa/ddp

10/06/13-48/97

10

9714312

XJ2303

U FOXBT 10-10 00316
 mun exg icx

IRAN-EEUU
MINISTRO EXTERIORES IRAN CREE "IMPOSIBLE" DIALOGO CON EEUU

Teherán, 10 oct (EFE).- El ministro iraní de Asuntos Exteriores, Kamal Jarazi, afirmó que el diálogo con Estados Unidos será "imposible" mientras Washington siga con su política "hostil" hacia la República Islámica.

"Hasta que EEUU no frene su política hostil a Irán, será imposible para Teherán negociar con las autoridades norteamericanas", dijo Jarazi en una entrevista difundida anoche por la televisión estatal iraní.

El concepto de nuevo orden mundial lanzado por Estados Unidos en los últimos años no lo comparte Irán, explicó Jarazi tras subrayar que "el orden mundial debe englobar a todas las naciones y basarse en principios fundamentales".

Explicó que el apoyo de Irán a la lucha del pueblo palestino "es un principio fundamental y constante de nuestra política".

Tras la elección en mayo pasado del nuevo presidente de Irán, el moderado Mohamed Jatamí, el gobierno de Estados Unidos afirmó que su política hacia Irán no ha cambiado y que "la pelota está en el tejado de Irán", subrayando que corresponde a Teherán dar señales de que su comportamiento político ha cambiado si desea abrir una etapa de diálogo.

Irán es uno de los países incluidos en la "lista negra" de enemigos de Estados Unidos, que considera que sus autoridades favorecen y patrocinan a los terroristas y los actos de terrorismo internacional.

Las autoridades norteamericanas también consideran que el gobierno de Teherán, que financia a grupos de guerrilleros que luchan contra la ocupación israelí en el sur de Líbano, está obstaculizando el proceso de paz en Oriente Medio.

El propio Jatami, tras su victoria electoral, descartó la posibilidad de mejorar las relaciones con Washington por considerar que "este no es el buen momento" y expresó su convencimiento de que "Estados Unidos es la fuente misma del problema".

EEUU aprobó en 1996 una ley que limita las inversiones extranjeras en los sectores de la energía de Irán y de Libia. EFE
bs/feb/jal

10/10/12-26/97

9714312

DP5874

R ECOBT 10-12 00226
icx mun exg

EEUU-IRAN
GRUPO "SHELL" NEGOCIA CONSTRUCCION GASODUCTO EN IRAN

Washington, 12 oct (EFE).- El grupo británico-holandés "Shell" negocia con el Gobierno de Irán la construcción de un gasoducto que atraviese el norte de este territorio, informó hoy, domingo, el diario "The Washington Post".

El periódico, que cita fuentes diplomáticas, informa de que el proyecto es el segundo en magnitud de los multimillonarios que negocia el Gobierno de Teherán.

Según los datos del diario, la construcción del gasoducto posibilitaría la exportación de gas desde la república de Turkmenistán hacia Turquía y el occidente europeo.

El informe periodístico indica que el proyecto con "Shell" es el segundo en importancia que negocia Irán después del propuesto por la compañía francesa "Total", que desea invertir 2.000 millones de dólares en la exploración de gas en las costas iraníes.

Este proyecto desató la reacción de Washington, que recordó a las naciones europeas que EEUU podría tomar represalias económicas para evitar la inversión de capitales extranjeros en Irán.

El asunto es analizado por el Gobierno de Washington y sus homólogos de la Unión Europea para evitar una confrontación.

En el caso de "Shell", según publicó hoy el diario "The Washington Post", probablemente no habría problemas porque el tendido atravesaría territorio iraní pero las inversiones no serían para explotar recursos petroleros de esta nación. EFE

frb/jmi/jmc

10/12/13-05/97

9714312

XQ2176

R POXBT 10-15 00309
icx mun exg

EEUU-IRAN
EEUU TODAVIA NO HA DADO LUZ VERDE GASODUCTO PARA NORTE IRAN

Washington, 15 oct (EFE).- Estados Unidos está todavía estudiando el proyecto de la compañía angloholandesa Shell de construir un gasoducto desde Turkmenistán que atravesaría el norte de Irán, se informó hoy.

El portavoz del departamento de Estado, James Rubin, recordó hoy que ese proyecto es examinado bajo la ley estadounidense que desde 1996 prohibe las inversiones extranjeras en los sectores energéticos de Libia e Irán, dos países considerados por EEUU como terroristas.

Esa ley, rechazada por la Unión Europea (UE) por su carácter extraterritorial, prevé sanciones a las compañías que inviertan más de 40 millones de dólares en esos dos países.

"No ha habido luz verde, ni oscura ni clara, a ese proyecto. Estados Unidos no ha aprobado la construcción de ningún gasoducto que atraviese Irán", dijo Rubin.

Hace una semana el ministro de Asuntos Exteriores de Turkmenistán, Boris Chijmuradov, se entrevistó con los subsecretarios de Estado, Strobe Talbott, y de Comercio, Stuart Eizenstat, y señaló que había percibido una señal esperanzadora por parte de las autoridades norteamericanas hacia ese proyecto, que está valorado en 2.500 millones de dólares.

La compañía angloholandesa Shell está negociando la construcción de un gasoducto que transportaría gas natural desde esa antigua república soviética hasta Europa y Turquía, y en su trazado se prevé que pase por el norte de Irán.

Además de éste, hay otro proyecto europeo de gran envergadura, como es el de la compañía francesa Total, que tiene previsto invertir más de 2.000 millones de dólares en el sector del gas en Irán.

"Estados Unidos no ha autorizado ningún gasoducto que pase por Irán y estudiará con mucho cuidado cualquier proyecto de ese tipo. Esa es nuestra posición, y nuestra preferencia es que el petróleo del mar Caspio llegue a los mercados europeos por rutas que no sean iraníes", añadió. EFE

EMM/mla/fp/CGR

10/15/21-32/97

9714312

FB2034

U ECOBT 10-16 00464
mun exg icx

EEUU-IRAN
EEUU INVESTIGA ACUERDO GAZPROM Y GOLDMAN SACHS EN IRAN

Washington, 16 oct (EFE).- Estados Unidos está investigando si el acuerdo que prevén la empresa rusa Gazprom y el banco norteamericano Goldman-Sachs cae bajo el ámbito de la ley que sanciona las inversiones energéticas en Irán y Libia, se informó hoy, jueves.

El motivo de ese minucioso análisis se debe a que la empresa rusa, con actividades en el sector del gas natural, es socia de la francesa Total y de Malaysia Petronas que han anunciado una inversión superior a los 2.000 millones de dólares en Irán y que están siendo investigadas por Washington.

"Los abogados están analizando este caso, pues podría haber algún riesgo" en el caso de que el banco privado Goldman-Sachs llegase a cerrar un acuerdo con Gazprom el próximo mes de noviembre tal como se ha anunciado, dijo hoy el portavoz adjunto del departamento de Estado, James Foley.

En Estados Unidos hay una ley desde 1996 que sanciona a las empresas extranjeras que realicen inversiones superiores a los 40 millones de dólares en los sectores energéticos de Liba e Irán, a los que el departamento de Estado tiene en su "lista negra" de naciones terroristas.

Para Washington son países que además de promover el terrorismo, dificultan las negociaciones de paz de Oriente Medio y, en el caso concreto de Irán, está adquiriendo material nuclear.

En la actualidad la Unión Europea (UE), que no acepta la extraterritorialidad de esa y otras leyes norteamericanas, y EEUU negocian para evitar un nuevo enfrentamiento de carácter económico.

Por el momento, Washington no ha seguido adelante con el anuncio que realizó a principios de este mes de que enviaría a Rusia, Francia y Malasia diferentes equipos de expertos para que evaluásen ese posible acuerdo, aunque el portavoz dijo no conocer los motivos.

La UE y EEUU, que este miércoles no lograron ponerse de acuerdo sobre sus diferencias durante las conversaciones mantenidas en Bruselas, se reunirán la próxima semana en Paris, al margen de la reunión de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) para discutir ese ley y la Helms-Burton, que refuerza el embargo contra Cuba.

El departamento de Estado también estudia el proyecto de inversiones de 2.500 millones de dólares que prevé la compañía angloholandesa Shell de construir un gaseoducto desde Turkmenistán que atravesaría el norte de Irán y que transportaría gas natural hasta Europa y Turquía.

La política norteamericana de intentar aislar a Teherán es rechazada por otros Gobiernos y empresas ya que están viendo perjudicadas sus oportunidades de negocio con ese país.

Los expertos económicos critican "por inconsistente" esa política, pues si no es Goldman, cualquier otro banco hará ese negocio y porque además el Fondo Monetario Internacional (FMI), en que EEUU tiene una gran peso político, está presionando a Rusia para que consiga financiación en los mercados internacionales. EFE
CMM/EO/ND

14

9714312

XA5658

R POXBT 10-30 00271
mun exg

EEUU-IRAN
D'AMATO DICE EEUU DEBE ENDURECER SANCIONES IRAN-LIBIA

Washington, 30 oct (EFE).- El presidente del comité de Banca del Senado de Estados Unidos, Alfonse D'Amato, declaró hoy que Washington debe considerar un endurecimiento de las sanciones contra aquellos que hagan negocios con Libia e Irán.

"Pienso que ha llegado el momento de revisar la ley que lo regula, no para relajarla sino para endurecerla", agregó D'Amato en una reunión para examinar el contrato que la empresa rusa "Gazprom" ha firmado para la explotación de campos de gas en Irán.

La ley actual, que ha sido denunciada públicamente por países aliados de Washington como la Unión Europea (UE), prohibe a los bancos estadounidenses conceder créditos de más de 10 millones de dólares a las empresas que violen sus cláusulas.

También contempla sanciones a todas aquellas compañías extranjeras que inviertan más de 20 millones de dólares anuales en el sector energético iraní.

El senador republicano propuso que la ley sea enmendada para prohibir cualquier tipo de ayuda o asistencia a aquellas empresas extranjeras que cooperen con el régimen de Teherán.

El Departamento de Estado está investigando "Gazprom", la compañía francesa "Total SA" y la malasia "Petronas" por su contrato de 2.000 millones de dólares con Irán.

D'Amato consideró que no hay duda de que este acuerdo viola la ley estadounidense y que, por tanto, "Gazprom" debe perder aquellos créditos o garantías que le había ofrecido el Export-Import Bank de EEUU, un banco oficial norteamericano.

El Ex-Im Bank firmó un acuerdo de principios en 1994 para conceder hasta 750 millones de dólares en garantías bancarias a "Gazprom" para comprar equipos norteamericanos. EFE
RMI/MLA/JLM/ND

10/30/22-41/97

9714312

XB8253

U POXBT 10-31 00301
mun exg icx

RUSIA-FRANCIA
JOSPIN APOYA RECHAZO RUSO A AMENAZAS EEUU POR PROYECTO IRANI

Moscú, 31 oct (EFE).- El primer ministro francés, Lionel Jospin, declaró hoy que su país apoya el rechazo de Rusia a las amenazas de Estados Unidos de castigar a las compañías que cooperan en un importante proyecto para la extracción de gas natural en Irán.

Este proyecto, en el que cooperan empresas de Francia, Rusia y Malasia, "es un asunto comercial que atañe a compañías interesadas y a nadie más", declaró Jospin en una conferencia en Moscú, donde se encuentra en visita oficial para impulsar la cooperación.

El jefe del gobierno francés rechazó el carácter exterritorial de las sanciones impuestas por EEUU a las compañías que cooperan con Irán, país al que Washington acusa de apoyar el terrorismo internacional.

Las limitaciones impuestas por Estados Unidos al comercio con Irán "no pueden extenderse a compañías extranjeras, entre ellas francesas y rusas", declaró.

Insistió en que el gobierno de Francia "se guía por el sentido común y el beneficio comercial y respalda la participación de las compañías nacionales en dicho proyecto".

"No existen normas internacionales que permitan vetar las relaciones de las compañías francesas y rusas con los círculos de negocios iraníes", sentenció Jospin.

El acuerdo para la asimilación del yacimiento en la plataforma iraní del golfo Pérsico, cuyas reservas de gas natural se valoran en ocho billones de metros cúbicos, fue firmado a finales de septiembre pasado por un monto de 2.000 millones de dólares.

Los suscriptores son la compañía francesa "Total", con una participación del 40 por ciento, el monopolio ruso de gas "Gazprom" y la empresa "Petronas" de Malasia, ambos con 30 por ciento.

El gobierno de Rusia rechazó categóricamente las presiones de Washington con motivo de dicho proyecto y aseguró que defenderá firmemente los intereses de la compañía rusa. EFE
si/M

10/31/19-26/97

9714312

16-16

XB8253

U FOXBT 10-31 00301
mun exg icx

RUSIA-FRANCIA
JOSPIN APOYA RECHAZO RUSO A AMENAZAS EEUU POR PROYECTO IRANI

Moscú, 31 oct (EFE).- El primer ministro francés, Lionel Jospin, declaró hoy que su país apoya el rechazo de Rusia a las amenazas de Estados Unidos de castigar a las compañías que cooperan en un importante proyecto para la extracción de gas natural en Irán.

Este proyecto, en el que cooperan empresas de Francia, Rusia y Malasia, "es un asunto comercial que atañe a compañías interesadas y a nadie más", declaró Jospin en una conferencia en Moscú, donde se encuentra en visita oficial para impulsar la cooperación.

El jefe del gobierno francés rechazó el carácter exterritorial de las sanciones impuestas por EEUU a las compañías que cooperan con Irán, país al que Washington acusa de apoyar el terrorismo internacional.

Las limitaciones impuestas por Estados Unidos al comercio con Irán "no pueden extenderse a compañías extranjeras, entre ellas francesas y rusas", declaró.

Insistió en que el gobierno de Francia "se guía por el sentido común y el beneficio comercial y respalda la participación de las compañías nacionales en dicho proyecto".

"No existen normas internacionales que permitan vetar las relaciones de las compañías francesas y rusas con los círculos de negocios iraníes", sentenció Jospin.

El acuerdo para la asimilación del yacimiento en la plataforma iraní del golfo Pérsico, cuyas reservas de gas natural se valoran en ocho billones de metros cúbicos, fue firmado a finales de septiembre pasado por un monto de 2.000 millones de dólares.

Los suscriptores son la compañía francesa "Total", con una participación del 40 por ciento, el monopolio ruso de gas "Gazprom" y la empresa "Petronas" de Malasia, ambos con 30 por ciento.

El gobierno de Rusia rechazó categóricamente las presiones de Washington con motivo de dicho proyecto y aseguró que defenderá firmemente los intereses de la compañía rusa. EFE
si/M

10/31/19-26/97

9714312

16-16

Nº DOCUMENTO 9714313
TITULO IRAN: JATAMI NOMBRA A ZAHRA SHOJAI COMO CONSEJERA PRESIDENCIAL
PROCEDENCIA FBIS
FECHA DE PROCEDENCIA 16/09/97
VINCULACIONE 11616
507597
11502
11164

FB2116

U FOXBT 10-18 00178
mun exg

IRAN-MUJER
MOHAMAD JATAMI NOMBRA A UNA MUJER COMO CONSEJERA PRESIDENCIAL

Teherán, 18 oct (EFE).- El presidente iraní, Mohamad Jatami, nombró hoy, sábado, a Zahra Shojai consejera presidencial, lo que la convierte en la tercera mujer iraní en acceder a un puesto del nuevo Gobierno de la República Islámica, informó la agencia de noticias iraní, IRNA.

Zahra Shojai, que hasta ahora era presidenta del Consejo Social y Cultural de la Mujer de Irán, fue nombrada también Jefe del Centro para Asuntos de la Mujer.

Jatamí, que tomó el poder en Irán en agosto pasado, había nombrado a Masumeh Ebtekar vicepresidente y responsable de la Agencia de Protección del Medio Ambiente.

Por otra parte, el ministro iraní de Cultura, Ataolá Mohajerani, nombró a Azama Nuri viceministra de Cultura para Asuntos Legales y Parlamentarios.

Jatami ganó por mayoría absoluta las elecciones presidenciales de mayo pasado con un programa de reformas y aperturismo que animó a los jovenes y a las mujeres de este país conservador a votar en busca de cambios en la política interior del régimen islámico que Gobierna Irán desde 1979. EFE

ad/fa/co/hm

10/18/17-07/97

01-01

9714313

Nº DOCUMENTO 9714314
TITULO IRAN BUSCA RESTABLECER RELACIONES CON ALEMANIA
PROCEDENCIA S78593
FECHA DE PROCEDENCIA 040797
VINCULACIONES 11800
20497
500145
11299
11400

9714314

04-02

XH9241

R POXBT 10-07 00431
mun exg icx

IRAN-ALEMANIA
IRAN ESPERA SIN PRISAS ABRIR NEGOCIACIONES CON ALEMANIA

Teherán, 7 oct (EFE).- Irán no tiene ninguna prisa y espera, pese a la negativa germana, abrir negociaciones bilaterales con Bonn para normalizar las relaciones entre los dos países, según declaró el portavoz del Ministerio de Asuntos Exteriores iraní, Mahmud Mohamadi.

Mohamadi indicó que esperarán "a que Bonn compense sus poco amigables medidas, que traicionaron y decepcionaron a su tradicional amigo, Irán", para entablar las conversaciones, según señala la prensa local de hoy, martes.

Consideró, asimismo, que la respuesta alemana a su propuesta de iniciar conversaciones bilaterales para la normalización "muestra las contradicciones en la política exterior germana", pues recordó que el ministro de Exteriores de ese país, Klaus Kinkel, en la reciente Asamblea General de la ONU, dijo que Alemania estaba dispuesta a conversar con Irán.

Estos mismos diarios instan hoy a las autoridades iraníes a que insistan en la apertura de negociaciones para la normalización con Alemania.

Las relaciones entre Alemania e Irán están muy deterioradas desde que un tribunal alemán responsabilizó el pasado abril a la dirección de los servicios secretos de Irán del asesinato, en 1992, de cuatro dirigentes opositores kurdos iraníes en el restaurante "Mykonos" de Berlín.

El Gobierno iraní declaró entonces "persona non grata" al embajador alemán en Teherán, que junto al resto de sus colegas de la UE abandonó la capital iraní.

El Gobierno alemán desestimó, el pasado domingo, una petición del iraní para llevar a cabo conversaciones bilaterales, ya que considera que el contencioso implica a toda la Unión Europea.

El diario oficial "Iran News", que manifiesta su sorpresa por el rechazo germano a las conversaciones, recalca en su editorial de hoy que el Gobierno Iraní tiene "el deber" de insistir hasta conseguir la normalización de las relaciones con Alemania.

"El sentido común debe prevalecer y Alemania debe enviar representantes a Teherán o invitar a los iraníes a conversar" sobre las relaciones entre ambos países, manifiesta el diario.

En la misma linea, el periódico radical islámico "Yomhure Islami" insiste en la necesidad de conversaciones bilaterales con Alemania y afirma que "los países de la Unión Europea estan listos para regresar a Teherán y esperan a que los alemanes resuelvan sus problemas con nosotros".

Por su parte, scbre las relaciones comerciales, la agencia Irna divulgó una entrevista con el responsable de la Cámara de Comercio Irano-Alemana, Matias Budenberg, en la que afima que, en los últimos cicno meses, las exportaciones iraníes a Alemania se han incrementado en un 20 por ciento y las alemanas a Irán en un 50 por ciento. EFE

bs/cho/meg

10/07/12-50/97

02 - 02

9714314

mun exg

IRAN-LIBANO
JATAMI OFRECE A HARIRI AYUDA PARA RECONSTRUCCION DE LIBANO

Teherán, 26 oct (EFE).- El presidente iraní, Mohamed Jatamí, ofreció hoy al primer ministro libanés, Rafic Hariri, la ayuda de Irán para la reconstrucción de Líbano, al tiempo que le manifestaba su deseo de reforzar las relaciones entre los dos países.

Hariri, que inició ayer una visita de cuatro días a Irán, se reunió hoy con Jatamí, que le indicó también que se debe ocupar, "especialmente", de los libaneses que viven en el sur del país bajo la ocupación israelí.

Jatamí culpó a Israel de la "inestabilidad y la tensión" en Oriente Medio y dijo que espera que la próxima reunión de la Organización de la Conferencia Islámica, que se celebrará en diciembre en Teherán, dé la oportunidad a los países musulmanes de manifestar su apoyo a Líbano.

Por su parte, Hariri indicó que "la cooperación de nuestros dos países contra los agresores (israelíes) refuerza los lazos entre Teherán y Beirut".

El primer ministro libanés, que se había entrevistado previamente con el primer vicepresidente iraní, Hasan Habibi, apuntó que las conversaciones con los dirigentes de Irán habían sido "constructivas".

La visita de Hariri, considerada muy importante en Irán, es la primera de un alto cargo del Gobierno libanés a este país desde la revolución islámica iraní de 1979.

Irán tiene una gran influencia sobre la población chií libanesa, que supone un tercio de los 3,2 millones de habitantes de ese país.

El grupo Hizbulá (Partido de Dios), la principal guerrilla libanesa que lucha para expulsar a Israel de la franja de más de 1.000 kilómetros cuadrados que ocupa en el sur de Líbano, es chií y se considera que recibe sus suministros de Irán. EFE
bs/ad/cho/sc dlh

10/26/17-24/97

Nº DOCUMENTO 9714315
TITULO IRAN / OFRECE
PROCEDENCIA 98593
FECHA DE [illegible]CIA 260197
VINCULACIONES 1816
501597
66330
11399

AYUDA PARA LA RECONSTRUCCION DE LIBANO

9714315

01-01

Nº DOCUMENTO 97/4316
TITULO IRAN: MANIOBRAS NAVALES CON FUERZAS AMERICANAS EN LA ZONA Y FACTOR MILITAR
PROCEDENCIA LONDRES
FECHA DE PROCEDENCIA 20/10/97
VINCULACIONES 11/97
507/97
65890
11333
11329
11/97
507/97
11163

XA4348

R POXBT 10-12 00261
mun exg

IRAN-EEUU
IRAN ACUSA A EEUU DE TRATAR DE VIGILAR SUS MANIOBRAS NAVALES

Teherán, 12 oct (EFE).- Irán considera que la llegada hoy, domingo, a aguas del golfo Pérsico del portaaviones estadounidense "Nimitz" y seis buques de guerra que lo acompañan, es un intento por parte de Estados Unidos de vigilar las maniobras navales que su Armada lleva a cabo cerca de la frontera marítima con Kuwait.

Según informa hoy, domingo, la agencia iraní IRNA, el almirante Ashkbous Danehkar indicó que Irán "ha tomado todas las precauciones y medidas para asegurarse de que las últimas tácticas navales de combate no se vean expuestas al enemigo".

El sábado, 50 barcos de guerra iraníes, dos submarinos de construcción rusa y varios aviones iniciaron unas maniobras cerca de la línea de separación marítima con Kuwait, según informó IRNA.

Las autoridades de Teherán descartaron el martes pasado que estos ejercicios y la llegada del portaviones "Nimitz" puedan provocar fricciones militares entre Estados Unidos e Irán.

Una veintena de barcos de guerra con 20.000 militares estadounidenses están destacados en la zona del golfo Pérsico, y a ellos se han unido hoy el "Nimitz" y los seis buques que lo acompañan, que pretenden reforzar el cumpliento de la exclusión aérea sobre el sur de Irak.

El "Nimitz" fue enviado al Pérsico antes de lo previsto, tras un ataque aéreo iraní contra bases de la oposición armada de ese país en el sureste de Irak a finales del mes pasado.

Estados Unidos ha advertido a Bagdad y Teherán de que deben respetar la zona de exclusión aérea, o corren el riesgo de que sus aviones sean atacados por los aparatos norteamericanos. EFE
ad/cho/co/rt

10/12/17-41/97

01-06

97143 16

Movimientos en el Golfo Pérsico

IRAN EN MANIOBRAS AERONAVALES MIENTRAS SE APROXIMA EL "NIMITZ"

PORTAAVIONES. *El gigantesco buque de guerra norteamericano "Nimitz" navega en maniobras por el Golfo Pérsico*

Las fuerzas aeronavales iraníes comenzaron el sábado maniobras importantes en las aguas del norte del Golfo Pérsico, indicó la agencia oficial IRNA. Se trata de los ejercicios navales más importantes organizados por el ejército iraní en esa parte del golfo.

DUBAI, Emiratos Arabes Unidos, 11 (AP).— Irán inició hoy unas maniobras aeronavales de gran envergadura, días antes de la llegada al golfo Pérsico de un grupo de combate norteamericano encabezado por el portaaviones Nimitz.

La región se mantiene en tensión desde el 29 de septiembre, en que dos bases de insurgentes iraníes en el sur de Irak fueron bombardeadas por aviones de combate de Irán, violando una zona de veda de vuelos impuesta por los aliados occidentales.

Estados Unidos le ordenó al Nimitz navegar al golfo dos semanas antes de la fecha en que tenía previsto llegar. Washington le advirtió a Irán e Irak, que envió dos aviones de combate antes de la incursión iraní, que podría haber represalias si se volviera a violar la veda de vuelos.

También hoy, el jefe del comando Central de Estados Unidos en la región, general Anthony Zinni, visitó Qatar, continuando con una gira por países del golfo que incluyó Bahrein, Arabia Saudita y los Emiratos Arabes Unidos.

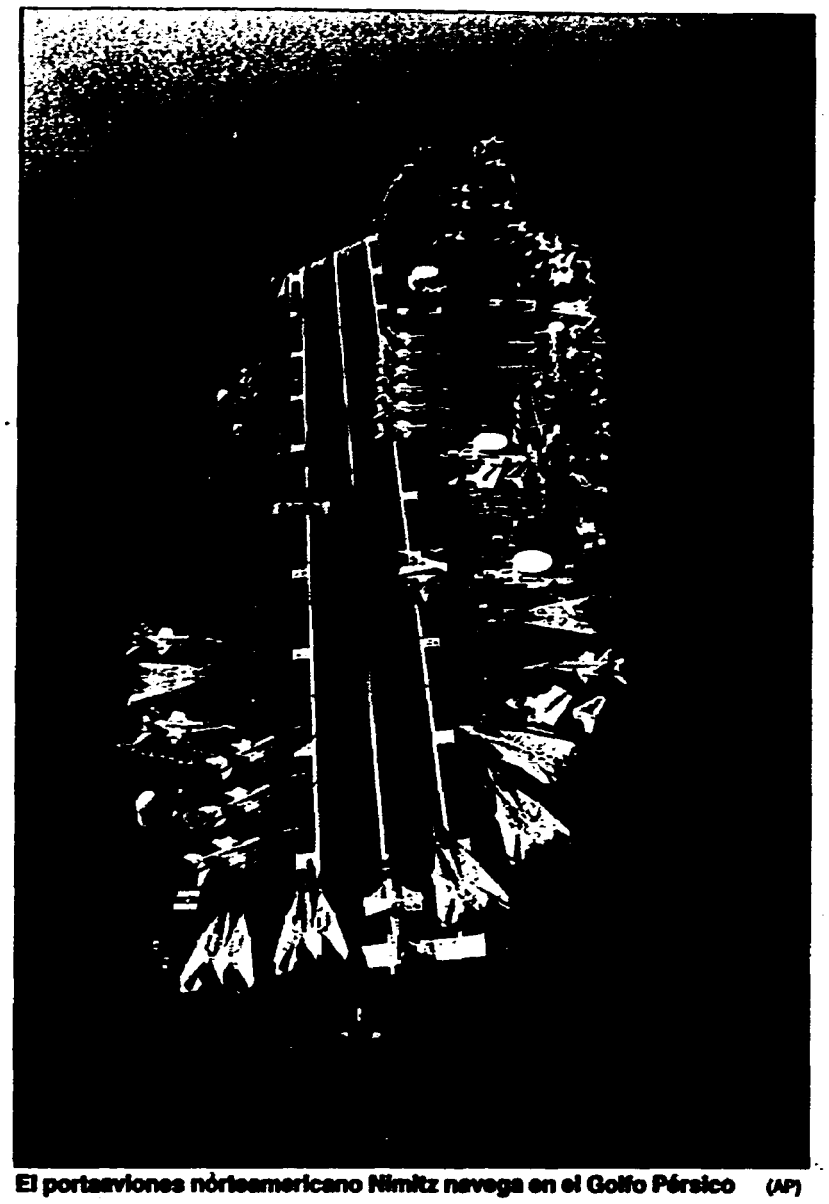
Fuentes navales norteamericanas dijeron que el grupo de combate del Nimitz de varios navíos debe llegar al golfo en cuestión de días, en pleno desarrollo de las maniobras iraníes de 10 días.

La televisión iraní mostró el desplazamiento de barcos, helicópteros y submarinos hacia la zona de los ejercicios, de unos 24.000 kilómetros cuadrados.

El objetivo de las maniobras, dijo la televisión, es desplegar la capacidad de Irán y acrecentar su fuerza... ante el asalto de los extranjeros".

La agencia oficial iraní IRNA informó que en las maniobras, denominadas Victoria-8, participarían más de 50 navíos, incluso dos submarinos construidos en Rusia y veintenas de aviones y helicópteros.

9714316



El portaaviones norteamericano Nimitz navega en el Golfo Pérsico (AP)

Irán acusó a EE.UU. de invadir sus aguas

TEHERAN, 14 (AP).- Irán acusó hoy a un destructor y a un avión de reconocimiento de los Estados Unidos de espiar las maniobras de la armada iraní en el Golfo Pérsico y manifestó haberles advertido que abandonaran el área, aunque la marina norteamericana negó que hubiera algún incidente.

Fuentes navales iraníes, que hablaron con la condición de guardar el anonimato, dijeron que el destructor USS Kincaide y un avión de reconocimiento S-3 se retiraron de la zona de las maniobras después de haber sido advertidos.

Sin embargo, un vocero de la Quinta Flota norteamericana, con sede en Bahrein, aseguró "carecer de indicios de que ocurrieran ambos incidentes".

"El Kincaide se encontraba en el puerto de Bahrein desde el lunes último por la tarde", señaló el comandante Gordon Hume.

El Kincaide forma parte de una flotilla de siete unidades navales que llegaron el domingo último al Golfo. El S-3 es uno de los 75 aviones asignados al portaaviones Nimitz, el buque insignia de la flotilla norteamericana.

Jurisdicciones

Las tensiones en la zona del Golfo Pérsico aumentaron desde el 29 de septiembre último, cuando fueron atacadas por aire dos bases de la oposición iraní en Irak.

Esos ataques violaron la zona de exclusión aérea patrullada por los Estados Unidos y sus aliados. Irak despachó dos de sus aviones para perseguir a los atacantes, violando a su vez el área de restricción.

En respuesta, Washington ordenó al Nimitz que no hiciera una escala de cortesía en Singapur y que se dirigiera a toda máquina al Golfo Pérsico, dos semanas antes de lo planeado.

LN 15/10

03(A)

9714316

XH9507

R POXBT 10-17 00216
icx mun exg

IRAN-MANIOBRAS
IRAN CONCLUYE UNA SEMANA EJERCICIOS NAVALES GOLFO PERSICO

Teherán, 17 oct (EFE).- Irán ha concluido hoy, viernes, una semana de ejercicios militares navales en el Golfo Pérsico en los que participaron más de cien embarcaciones de guerra, informó la agencia de noticias iraní, IRNA.

En estas maniobras, que estuvieron marcadas por la tensión surgida tras las repetidas acusaciones iraníes de que la marina estadounidense en el Golfo Pérsico espiaba sus maniobras, participaron 50 barcos, entre los cuales había destructores, submarinos y barcos con misiles, además de cien lanchas motoras, y al menos 18 aviones y 20 helicópteros.

Esos ejercicios coincidieron con la llegada al Golfo del portaaviones estadounidense "Nimitz" para reforzar la vigilancia de la zona de exclusión aérea del sur de Irak, que fue violada en septiembre por ataques de la aviación de Irán contra bases de la oposición iraní en el territorio iraquí.

Irán acusó esta semana a los barcos de guerra que acompañan al Nimitz, y a los aviones de reconocimiento estadounidenses, de introducirse en la zona donde se estaban desarrollando las maniobras para espiar.

Teherán acusó también a un barco de guerra británico de aproximarse a la zona de ejercicios para vigilar las maniobras iraníes.

Estados Unidos tiene a 20.000 soldados y varios barcos desplegados en la zona. EFE
ad/feb/gr/11

10/17/17-46/97

03(3)

9714316

XB7628

U POXBT 10-15 00177
mun exg icx

IRAN-MILITAR
IRAN PRUEBA CON EXITO NUEVO AVIONDE GUERRA SIN PILOTO

Teherán, 15 oct (EFE).- Irán ha probado con éxito durante los ejercicios militares que lleva a cabo en el Golfo Pérsico un avión de guerra sin piloto de frabricación local, declaró el portavoz de la marina iraní, Ashkbus Danekar.

El avión, que no puede ser detectado con radares, "ha servido para completar las capacidades ofensivas y defensivas de las fuerzas navales iraníes", dijo Danekar, citado hoy por la agencia iraní IRNA.

Añadió que el aparato puede llevar a cabo misiones de reconocimiento y es capaz de detectar otros aviones sin piloto dentro de su alcance, sacar fotografías y transmitir información sobre su posición, movimientos y velocidad.

El Ejército iraní inició el sábado pasado maniobras navales de diez días en las aguas del golfo Pérsico e Irán anunció en septiembre pasado que había iniciado la producción de su primer avión de combate.

Estas noticias coinciden con el aumento de la tensión en el Golfo por las acusaciones iraníes contra las fuerzas navales de EEUU en la zona, de espiar sus ejercicios militares. EFE
ad/fa/jff

10/15/09-32/97

04

XA4854

R FOXBT 10-18 0022B
mun exg

IRAN-ARMAMENTO
TEHERAN DICE ES CAPAZ PRODUCIR BARCOS CON LANZADORAS MISILES

Teherán, 18 oct (EFE).- Irán desveló que es capaz de diseñar y producir pequeños barcos con lanzadoras de misiles, y que ha progresado en la producción de pequeños submarinos tácticos, informó hoy, sábado, la agencia iraní, IRNA.

La noticia se publica pocos días después de que Irán anunciara que fabrica aviones de combate, así como un avión de reconocimiento que no puede ser detectado con radar.

El almirante Ali Akbar Ahmadian, citado por IRNA, afirmó el viernes, al término de una semana de ejercicios navales iraníes, que sus fuerzas son capaces de diseñar y producir pequeños barcos con lanzadoras de misiles.

Añadió que espera que estos nuevos barcos sean utilizados en los próximos ejercicios militares, sin especificar cuándo se celebrarían.

Mientras tanto, el comandante de las fuerzas de misiles de Irán, almirante Mohamad Razi Hadayeq, afirmó que el sistema de misiles iraní "Qaree", que ha sido mejorado después de varios años de operación, ha convertido a la república islámica en "el poder de misiles más importante de la zona".

Los países árabes de la zona y Estados Unidos, que mantiene 20.000 soldados y varios barcos de guerra en el Golfo Pérsico, temen la capacidad militar de Irán, porque las señales conciliatorias del gobierno moderado de Mohamad Jatami han ido en paralelo con las advertencias iraníes sobre su capacidad militar.
EFE.

ad/fa/mpv/11

10/18/18-08/97

9714316

XY6576

R POXBT 10-20 00392
mun exg icx

RUSIA-IRAN
IRAN COMPRARA RUSIA METALES ESPECIALES PARA SU PROGRAMA MISILES

Washington, 20 oct (EFE).- Un centro secreto de producción de metales de Rusia e Irán concluyeron hace un mes un acuerdo por el que Teherán comprará metales especiales como acero de alta calidad y chapa especial para su programa de construcción de misiles de largo alcance, se publicó hoy.

El diario "Washington Times", citando un informe secreto del Servicio Central de Información (CIA) norteamericano, informó hoy de que el Centro Científico y de Producción Ruso (Inor) había realizado entrega de esos metales aleados a Irán.

Durante la visita que el vicepresidente de los EEUU, Albert Gore realizó a Rusia en septiembre pasado, el primer ministro ruso, Viktor Chernomyrdin, le dió garantías de que Rusia no estaba vendiendo armas ni material para su construcción a Irán.

Esas mismas garantías obtuvo el subsecretario de Estado de los EEUU, Strobe Talbott, cuando viajó a Rusia a principios de este mes para analizar con las autoridades de ese país los asuntos relacionados con el armamento.

Aún después de esas garantías, persistieron los rumores de que Rusia estaba vendiendo armamento a Irán.

Estados Unidos considera a Irán como un país enemigo, al que incluye en la "lista negra" del departamento de Estado por ser una nación que promueve el terrorismo y por bloquear el proceso de paz en Oriente Medio.

Desde 1996 también existe una ley norteamericana que sanciona las inversiones extranjeras superiores a los 40 millones de dólares en los sectores energéticos de Irán y Libia.

Los congresistas de Estados Unidos están presionando a la Casa Blanca para que imponga sanciones a las empresas rusas y a las entidades gubernamentales que han participado en esa venta.

La empresa rusa Inor vendió a la Organización de Industrias de Defensa Iraní (OIDI) 620 kilógramos de esos materiales a un precio de 48.000 dólares, y en el acuerdo se incluye la oferta de dar "tratamiento térmico" para que ese material pueda ser procesado después por los iraníes, dice el periódico.

Los iraníes también compraron otros 240 kilógramos de una aleación de acero conocida como "21HKMT" por la que pagaron a Rusia 24.000 dólares, y que según los informes de la CIA, serán utilizados por Irán para construir los misiles de largo alcance.

Fuentes oficiales norteamericanas, citadas por el diario bajo el anonimato, dijeron que hay varios países muy preocupados por la construcción de esos misiles (Shahab-3 y Shahab-4). EFE
EMM/Pam

10/20/13-24/97

9714316

06-06

FB2165
R POXBT 10-19 00262
mun exg

IRAN-AFGANISTAN
GOBIERNO IRANI PROPUGNA NEGOCIACIONES ACABAR GUERRA AFGANISTAN

Teherán, 19 oct (EFE).- El Gobierno de Irán propugna la negociación "entre los diferentes grupos que luchan en Afganistán" para acabar con la guerra civil en este país, según dijo hoy, domingo, el portavoz del ministerio iraní de Asuntos Exteriores, Mahmud Mohamadi.

Por otra parte, Mohamadi también condenó las matanzas "de inocentes" ocurridas en Argelia.

Según una nota del ministro difundida por la emisora nacional "Radio Irán", este país, al que se considera como un apoyo de las milicias que luchan contra el Gobierno impuesto por los Talibán en Kabul, "continúa sus esfuerzos para llevar la paz a Afganistán".

"Hacemos un llamamiento para que se lleve a cabo un esfuerzo serio y actualizado de todos los países de la región para poner término al problema de Afganistán", añade el escrito.

Sobre el reciente anuncio de los Talibán de que podrían negociar la paz con otros grupos, el texto de Mohamadi precisa que "Irán siempre ha hecho énfasis en la no injerencia de otros países en los asuntos internos de Afganistán y en la necesidad de negociación entre las distintas facciones rivales".

En diferentes discursos de dirigentes iraníes, estos han tildado a los Taliban de "salvajes y falsos musulmanes".

Respecto a la situación en Argelia, a cuyo Gobierno la prensa extremista islámica iraní ha atribuido en ocasiones la responsabilidad de las matanzas, Mohamadi indica en su escrito que los asesinatos de hombres, mujeres y niños son "un acto inhumano" y pide a los países musulmanes y organizaciones internacionales que adopten medidas para prevenirlos. EFE
bs/cho/co/ll

10/19/18-39/97

Nº DOCUMENTO	9714317
TITULO	IRAN: EL GNO PROPUGNA NEGOCIACION PARA LA PAZ EN AFGANISTAN
PROCEDENCIA	SIBTRS
FECHA DE PROCEDENCIA	19/10/97
CIRCULACIONE	11816
	30+SP1
	SO+4b1
	11819
	11830

U612

9714317

01-01

XJ2248
U POXBT 10-08 00223
mun exg icx

IRAN-AFGANISTAN
TEHERAN ENTREGARA A OPOSITORES AFGANOS 20 AVIONES IRAQUIES

El Cairo, 8 oct (EFE).- Irán entregará a las facciones afganas opositoras al grupo Talibán, que controla Kabul, 20 aviones de guerra que Irak envió a Teherán durante la guerra del Golfo Pérsico y que las autoridades iraníes se niegan a devolver.

Según afirmaron "fuentes afganas y diplomáticas", contactadas por el diario árabe internacional Al Hayat, Irán entregará estos aparatos "Mig-21" a las milicias del ex presidente de Afganistán Burhanedin Rabani, que lucha junto con otras facciones afganas para expulsar a Talibán de Kabul.

Al Hayat afirma hoy que Irán, que no reconoce al Gobierno del grupo radical Talibán, ha repintado los 20 aparatos militares iraquíes con la bandera de Afganistán.

Las autoridades iraquíes enviaron a Irán más de 140 aviones militares y civiles antes del inicio de los ataques aéreos de la coalición que Estados Unidos lideró en 1991 para liberar Kuwait de la ocupación iraquí.

Irán se niega a devolver esos aparatos a Irak y pide que el Gobierno iraquí pague indemnizaciones por las pérdidas iraníes durante la sangrienta guerra que ambos países libraron entre 1980 y 1988.

A finales de septiembre pasado, Irak pidió ayuda a la ONU para recuperar sus aviones y acusó a Irán de utilizar esos aparatos después de repintarlos, lo que consideró como una "grave violación" del derecho internacional. EFE
fa/jal

10/08/10-24/97

Nº DOCUMENTO 97/4318
TITULO IRAN ENTREGA AL GRUPO TALIBAN 20 AVIONES DE COMBATE IRAQUIES
PROCEDENCIA 28593
FECHA DE PRECEDENCIA 081097
VINCULACIONES 11816 11191
501397 11858
501596 501869
501467
11163

9714318

01-01

Nº DOCUMENTO 9714319
TITULO IRAN: SEGUN
PROCEDENCIA 98193
FECHA DE PROCEDENCIA 021097
VINCULACIONE 11816
20591
11163
11831
11333

LA OPOSICION IRANI, LAS MANIOBRAS MILITARES DE SET. PASADO FUERON UN FRACASO

XJ2074

U POXBT 10-02 00227
mun exg icx

IRAN-MANIOBRAS
OPOSICION IRANI ASEGURA QUE FRACASARON MANIOBRAS MILITARES

El Cairo, 2 (EFE).- El Consejo Nacional de la Resistencia de Irán (CNRI) aseguró hoy, jueves, que las maniobras militares que durante el mes pasado se llevaron a cabo en su país, y que el Gobierno consideró las mayores realizadas en el Golfo Pérsico, "fueron un fracaso" y "no alcanzaron ninguno de sus objetivos".

En un comunicado remitido hoy a EFE, el CNRI, el mayor grupo de la oposición, señala que en las maniobras participaron 50.000 soldados y no 200.000, como dijeron portavoces militares del régimen islámico, lo que hace que no fueran más importantes que otros ejercicios realizados en años anteriores.

Además, la oposición asegura que entre los participantes se produjeron 200 bajas, sin precisar si fueron muertos o heridos, y que el principal fin de los ejercicios era "preparar a las Fuerzas Armadas para una confrontación con (la guerrilla) el Ejército Nacional de Liberación a la puertas de la capital iraní".

Irán concluyó el pasado domingo estas maniobras, en las proximidades de Teherán, en las que el Gobierno de la República Islámica dijo que habían participado 200.000 soldados y se había probado el primer avión de combate de construcción iraní.

Los medios de comunicación iraníes no mostraron imágenes del aparato y, según diversos especialistas, Irán no tiene capacidad para construir un avión de guerra sin la ayuda de otros países.
EFE

cho/mz

10/02/19-08/97

01-01

Nº DOCUMENTO 9714320
TITULO ALIANZA EEUU-JAPON
PROCEDENCIA 130855
FECHA DE PROCEDENCIA 091097
VINCULACIONES 11848 501638
05890
06224
11005
11163

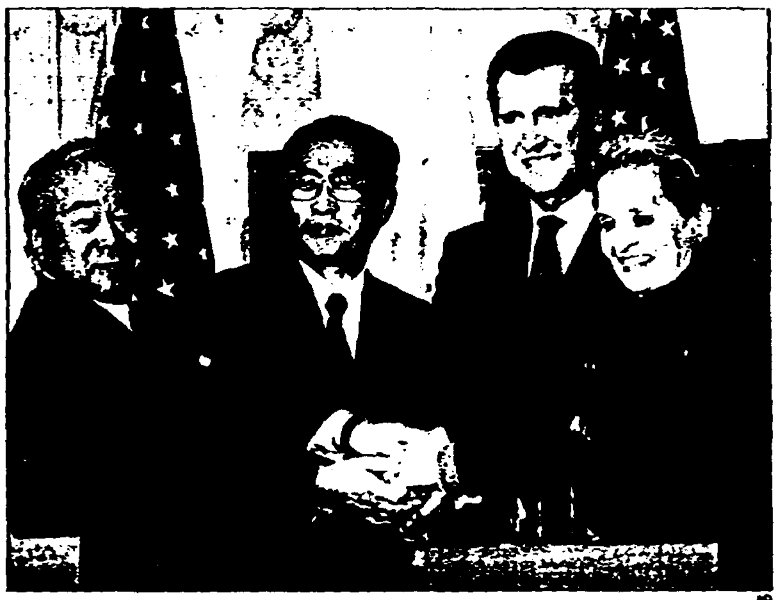
9714320

01-02

Preocupa la alianza de seguridad entre Estados Unidos y Japón

El acuerdo entre ambas naciones introduce modificaciones en su alianza sobre seguridad.. Esto ha causado inquietud en algunos vecinos del país asiático y mucha irritación en China. Los diplomáticos norteamericanos optaron por una política de ambigüedad a la hora de las precisiones. Funcionarios de los dos países niegan que los nuevos convenios estén dirigidos contra cualquier tercer país. En realidad lo están, aunque no en forma explícita.

POR ROGER FONTAINE
CORRESPONSAL EN WASHINGTON



REUNION. Kyuma, Obuchi, Cohen y Albright sellan el acuerdo de seguridad en Nueva York. AP

WASHINGTON. Después de dos años dolorosamente *lentos de* negociaciones, los Estados Unidos y Japón han revisado las bases de su tratado de seguridad de 1960, que no ha sido alterado desde 1978. Aunque diplomáticos y militares de ambos países procuran atenuar el impacto de los cambios, otros, particularmente en Asia, ven esto como un importante, si no ominoso, giro en la naturaleza de la alianza.

Previamente, los Estados Unidos habían sido el bando dominante, responsable por la seguridad de Asia, e incluso jugaba el papel más importante en la defensa del archipiélago japonés —algo que Washington asumió en forma unilateral inmediatamente después de la finalización de la Segunda Guerra Mundial. El rol de las autodesignadas Fuerzas de Auto Defensa (FAD) de Tokio ha sido, hasta ahora, mínimo en Japón, e inexistente fuera de sus aguas territoriales.

Los nuevos lineamientos, sin embargo, están modificando todo eso gracias al estímulo estadounidense y a un creciente sentimiento en *Japón de que* debería asumir una mayor participación militar en el mundo si es que desea convertirse en *"una nación normal."* Las FAD, que combinan fuerzas de aire, tierra y mar, deberán cumplir con los siguientes requisitos firmados en el nuevo acuerdo:

- Compartir una perfeccionada capacidad de actividades de inteligencia con los Estados Unidos.
- Realizar operaciones de barreminas en aguas internacionales.
- Participar en misiones de rescate por aire y mar.
- Proporcionar apoyo logístico a las fuerzas norteamericanas.
- Colaborar en la evacuación de civiles de posibles zonas de guerra.
- Facilitar libre acceso de su espacio aéreo y puertos *marítimos* a los militares estadounidenses.

Las nuevas pautas son el resultado de varios factores. Primero, los japoneses fueron humillados por no participar en la Guerra del Golfo Pérsico, mientras que su contribución de 13.000 millones de dólares *a la causa* aliada inspiraron más desprecio que gratitud. Segundo, los funcionarios norteamericanos arribaron a la convicción, después de la pulseada con Corea del Norte en la primavera de 1994, de que en caso de una guerra, nadie podía estar seguro de que *los japoneses* pudiesen ser aliados útiles. Tercero, la intimidación de China a Taiwan el año pasado no hizo más que agregar una sensación de urgencia a la reevaluación de los acuerdos sobre seguridad.

El nuevo esquema de compartir responsabilidades refleja también el hecho de que la presencia militar norteamericana en Asia se ha visto reducida desde el fin de la guerra de Vietnam y todavía no han terminado. En los últimos años, Estados Unidos recortó los gastos de defensa en todos los niveles. Perdió bases de avanzada en las Filipinas y en breve *cerrará* una importante base aérea en Okinawa. Como resultado de esto, Washington se ha vuelto más militarmente dependiente de Tokio. A la fecha hay 100.000 efectivos norteamericanos asignados en Asia, pero una vez que el problema de la unificación coreana haya quedado resuelto, los expertos creen aquí que esa cantidad podría ser reducida a 60.000, o menos.

Los nuevos lineamientos han causado alguna preocupación en Asia (y hasta en Japón) donde el recuerdo de la actividad militar de Japón en la Segunda *Guerra* Mundial todavía está fresco. Algunos países, como Corea del Sur, se muestran claramente nerviosos ante la posibilidad de una mayor presencia militar japonesa; otro no oculta su irritación. China ha hecho conocer abiertamente su punto de vista de que tal medida es un intento *más* por *"contener"* a China —una intención que Estados Unidos y Japón niegan enfáticamente.

A Pekín le preocupa también que el nuevo acuerdo esté dirigido a la defensa de Taiwan, por cuya seguridad el gobierno japonés ha expresado recientemente alguna preocupación. Esto también es inaceptable para los chinos continentales que consideran a la isla una provincia renegada y, por lo tanto, un asunto interno de China.

Funcionarios norteamericanos y japoneses niegan vigorosamente que los nuevos acuerdos sobre seguridad estén dirigidos contra cualquier tercer país. En realidad lo están, aunque no en forma explícita. En cambio, Japón y Estados Unidos han elegido el camino de la *"ambigüedad calculada,"* según la definición de Robert Manning, un experto de Washington en asuntos de Asia, donde los adversarios potenciales no pueden tener la seguridad de lo que ambos países harán juntos. Se aplica también a Taiwan, cuyos dirigentes no tienen garantías acerca de *cuál será* el apoyo aliado en caso de que opten por declarar la independencia, un motivo de guerra para Pekín.

Dejando de lado a Taiwan, los expertos en asuntos de defensa creen que China, *como amenaza* real en Asia, se halla a décadas de distancia. Señalan *también*, sin embargo, que otra amenaza está más en la mente de los negociadores: Corea del Norte. Este último retazo de stalinismo tiene preocupados a los nuevos aliados. Si estallara la guerra en la península, los 37.000 efectivos norteamericanos, el grueso dentro del radio de alcance de la artillería norcoreana, necesitarían urgentes refuerzos, lo cual *haría vital* el papel de Japón en el conflicto. Los barreminas japoneses y transportes de abastecimientos cumplirían una función importante. Lo mismo ocurriría con las misiones de rescate por aire y mar, sin mencionar el acceso total de las fuerzas norteamericanas a las terminales aéreas y marítimas de Japón.

Aunque los Estados Unidos han estado preocupados por la amenaza que emana desde Pyongyang desde hace un tiempo, los funcionarios japoneses comparten esa inquietud desde no hace mucho. Una causa de la preocupación es que los servicios de inteligencia de ambos países han confirmado que Corea del Norte, no obstante sus crecientes penurias económicas, muestra una febril actividad en el desarrollo de dos sistemas de misiles, el más avanzado de los cuales puede alcanzar a casi todo Japón. Temen además que el Norte disponga también de algunos artefactos nucleares, y desertores del régimen de Kim Jong-il advirtieron que Pyongyang está asimismo dispuesto a golpear a Japón con armas químicas. ◆

Traducción de José Trepat

9714320

02-02

XG9570

R POXBT 10-06 00216
icx exg mun

JAPON-POLITICA
INCERTIDUMBRE POR POSICION DEL PRIMER MINISTRO

Tokio, 6 oct (EFE).- El primer ministro japonés Ryutaro Hashimoto es víctima de intrigas partidarias que amenazan con frenar sus planes de reforma, y su posición en el poder es cada vez más precaria, según analistas políticos locales.

Desde el polémico nombramiento de un político corrupto en su nuevo Gobierno el pasado 11 de septiembre, y su dimisión a los once días, el prestigio de Hashimoto en su propio Partido Liberal Democrático (PLD), decrece día a día, según el diario Yomiuri Shinbun.

Añade que en el PLD hay grupos de oposición que se disponen a frenar la privatización de los correos, las cajas postales y las aseguradoras postales, lucrativos servicios que dependen del ministerio de Correos y Telecomunicaciones y cuya venta constituye una de las bases de la reforma de Hashimoto.

Según el Yomiuri, uno de los hechos más inquietantes de la actual ola de oposición partidaria al primer ministro es la propuesta de su propio Consejo de Reforma Administrativo de disminuir en un 20 por ciento los funcionarios, aunque Hashimoto había prometido realizar una drástica reestructuración de los ministerios sin recortar los puestos de trabajo.

Hashimoto, concluye el diario, no da señales de defenderse a pesar de que se hacen mas fuertes las campañas de oposición dentro de su propio partido. EFE

gr/ma

10/06/07-37/97

Nº DOCUMENTO 9714321
TITULO JAPON: CRISIS POLITICA POR SIT. ECONOMICA.
PROCEDENCIA 18593
FECHA DE RECEPCION 24/09/97
CALIFICACION 1180
66224
11164
11161
11302
11B32

9714321

01-02

XA3771

R POXBT 10-07 00282
 icx mun exg

JAPON-POLITICA
OPOSICION BOICOTEA DELIBERACION PRESUPUESTOS POR ESCANDALO

Tokio, 7 oct (EFE).- Los tres principales partidos de la oposición japonesa boicotean desde hoy la deliberación de los presupuestos por negarse el mayoritario Liberal Demócrata (PLD) a que un empresario declare en el Parlamento sobre su presunta financiación a políticos del partido del gobierno.

Tras la ausencia de los diputados de los partidos Shinshinto, Demócrata y Taiyo en la sesión de interpelación del comité presupuestario de la Cámara Baja, el primer ministro japonés, Ryutaro Hashimoto, presidente del PLD, se mostró partidario a que el Juichi Izui sea interrogado en el Legislativo a cerca de los pagos hechos a seis políticos liberal demócratas.

"Debe saberse si es verdad o no las alegaciones (de Izui) y si es necesario, que se le interrogue", afirmó en su residencia oficial.

El liderazgo de Hashimoto al frente del gobierno sufre un notable deterioro desde que nombró ministro de Coordinación y Dirección a un condenado por la justicia, Koko Sato, y por las acusaciones del empresario Izui, encartado por la fiscalía por repartir sobornos, que han salpicado a varios políticos del PLD.

En una rueda de prensa celebrada el mes pasado, Uzui aseguró que entregó dinero a seis legisladores del partido del gobierno, entre ellos el ex canciller Michio Watanabe, los presidentes del consejo de investigación política y consejo general, Taku Yamasaki y Yposhihiro Mori, respectivamente, y al actual ministro de Asuntos Exteriores y ex vicepresidente del PLD, Keizo Obuchi.

Los tres partidos de la oposición advirtieron que mantendrán su boicoteo a las deliberaciones presupuestarias hasta que Izui aparezca en el Parlamento para ofrecer su testimonio del escándalo de financiación de políticos. EFE
CD/JLM/PG

10/07/03-18/97

9714321

02-02

DOCUMENTO 9714322
[illegible] JAPON - EE UU
[illegible] STE193
[illegible] 28/09/97
[illegible] 11876
[illegible] 66224
65890
11161
11400

DISPUTA COMERCIAL NAVIERA

11399

01-08 / 9714322

TD9783

U ECOBT 10-17 00638
mun icx exg

EEUU-JAPON (Previsión)
EEUU Y JAPON AL BORDE DE OTRA IMPORTANTE DISPUTA COMERCIAL

Washington, 17 oct (EFE).- Estados Unidos y Japón se encuentran hoy al borde de otra importante disputa comercial al prohibir las autoridades marítimas de Washington que los barcos nipones puedan tocar desde ahora puertos norteamericanos.

La decisión fue adoptada el jueves por la Comisión Marítima de Estados Unidos, una organización gubernamental independiente, después de que los propietarios de barcos nipones no pagaran multas de cuatro millones de dólares que tienen pendientes.

El presidente de EEUU, Bill Clinton, de gira por América Latina, tiene la autoridad para dejar en suspenso esta decisión por razones de seguridad o interés nacional pero, por el momento, no se ha querido pronunciar al respecto.

En una rueda de prensa en Argentina Mike McCurry, portavoz de la Casa Blanca, rehusó predecir cuál será la posición que adoptará Clinton respecto a este contencioso, ya que dijo que primero es necesario tener toda la información del caso.

"No quiero especular en un tema de esta importancia", dijo McCurry, quien señaló que hoy, viernes, habrá una reunión de alto nivel en la Casa Blanca para estudiar el contencioso y decidir acciones que eviten una guerra comercial con Tokio.

A la reunión asistirán, entre otros, la representante de Comercio Exterior, Charlene Barshefsky, y el secretario del Tesoro, Robert Rubin, así como representantes de la Comisión Marítima.

Si no se resuelve pronto el asunto, los analistas consideran que puede afectar a los grandes almacenes estadounidenses que en estas fechas intentan acumular productos, en especial televisores o radios, con vistas a las fiestas navideñas.

Los armadores japoneses debían haber pagado ayer, miércoles, los cuatro millones de dólares en multas pero informaron a la Comisión Marítima de EEUU que no tenían intención de hacerlo, a pesar de las consecuencias que ello pudiera acarrear.

Las multas fueron impuestas hace tiempo después de que no llegaran a ninguna parte las conversaciones entre ambos países para la apertura de las operaciones portuarias en Japón que, según los norteamericanos, son discriminatorias para los extranjeros.

Las sanciones, 100.000 dólares por cada buque japonés que tocara puerto en EEUU a partir del pasado cuatro de septiembre, debían haber sido impuestas en abril pero fueron pospuesta ante la promesa de las autoridades japoneses de que tomarían medidas inmediatas sobre los asuntos en disputa.

La decisión de la Comisión Marítima de EEUU produjo una reacción negativa de Wall Street, cuyo índice general descendió 119 puntos ante la posibilidad de que se inicie una guerra comercial entre ambas superpotencias por esta disputa portuaria.

Harold Creel, presidente de la Comisión Marítima, explicó que la junta directiva de la misma aprobó por unanimidad la decisión de pedir al Servicio de Guardacostas que impida el acceso de buques mercantes japoneses a puertos estadounidenses y, si ya están atracados, que sean retenidos hasta nueva orden.

A preguntas de los periodistas, Creel declaró que no estaba seguro de cuándo entrarán en vigor estas decisiones pero añadió

02 9714322

que hoy, viernes, enviará sendas cartas al respecto al secretario de Transporte y al Servicio de Guardacostas.

Los armadores japoneses rechazan el pago de las multas por considerar que la institución que tiene jurisdicción es la Asociación de Transportes en Puertos (JHTA en inglés), un órgano independiente que regula los servicios portuarios.

Steve Clemons, vicepresidente del Instituto de Economía Estratégica, subrayó que la postura de los armadores japoneses complica mucho la disputa comercial y no descartó que las autoridades de Tokio tomen medidas para solucionar pronto el conflicto.

"Lo que quieren los armadores con esta decisión es forzar la mano al gobierno (nipón)", recalcó Clemons, quien estimó que el problema tiene más una dimensión política que marítima.

Las firmas niponas envueltas en la disputa son Mitsui O.S.K. Lines Ltd, Nippon Yusen KK y Kawasaki Kisen Kaisha Lta.- EFE

rmi/mlb/lm

10/17/09-03/97

9714322

03

XU6508

R ECOBT 10-17 00390
mun exg

JAPON-EEUU
NAVIERAS PONDERAN PAGO MULTAS EEUU EN DISPUTA COMERCIAL

Tokio, 17 oct (EFE).- Tres navieras japonesas están valorando la posibilidad de pagar los 4 millones de dólares que deben a la Comisión Marítima de EEUU en derechos especiales por atracar sus cargueros en aquel país, aplicados en represalia porque Japón no abre sus servicios portuarios a la competencia extranjera.

Debido a la dimensión ha tomado la última disputa comercial entre ambos países, al prohibir Washington a los barcos japoneses arribar a sus puertos, los tres mayores armadores del país sopesan también la posibilidad de dirigir sus cargueros a otros destinos para evitar tales multas, dijeron fuentes de la industria.

El ministro de Transportes, Takao Fujii, criticó hoy la decisión estadounidense por haber sido tomada durante las negociaciones para liberalizar los servicios portuarios en Japón, cuya nueva ronda se celebra en Washington desde el día 10.

La Asociación nipona de Armadores se sumó a Fujii en su crítica, y pidió prudencia al gobierno de EEUU y a su Comisión Marítima debido a la delicada naturaleza de las negociaciones que se llevan a cabo.

Fuentes del sector comentaron que si Washington y Tokio no logran una vez más resolver la disputa, las multas de la Comisión Marítima norteamericana durarán mucho tiempo, lo que podría llevar a que Japón imponga también sanciones y prohiba a los barcos con bandera estaduonidense llegar a sus puertos.

Al menos tres navíos de Kawasaki Kisen Kaisha (KKK), Nippon Yusen Kaisha (NYK) y Mitsui O.S.K. Lines, tienen previsto llegar a puertos estadounidenses el viernes, cuatro el sábado y unos el domingo.

Los armadores deben darse prisa para tomar una decisión puesto que las autoridades de EEUU estudian la posibilidad de detener o no a sus buques ya atracados y en proceso de descarga, añadieron las fuentes.

Desde septiembre los armadores nipones deben pagar 100.000 dólares cada vez que uno de sus barcos llega a puertos de EEUU en concepto de gravámenes especiales que la Comisión Marítima impuso tras fracasar las negociaciones para facilitar las operaciones de descarga en Japón, que Washington considera discriminatorias.

Las facturas atrasadas impagadas y acumuladas por tales conceptos suponen un total de 4 millones de dólares.

Las sanciones habían sido pospuestas en abril porque Tokio se comprometió a tomar medidas inmediatas, algo que en la práctica no se produjo, pese a que Washington accedió a nuevas negociaciones.
EFE

CD/mlb/dv

10/17/10-53/97

9714322

04

XG0009

R ECOBT 10-21 00304
mun exg icx

EEUU-JAPON
ACUERDO A CONFLICTO PUERTOS SE ULTIMARA EL MARTES

Washington, 20 oct (EFE).- Estados Unidos y Japón ultimarán el próximo martes el principio de acuerdo para solucionar el conflicto sobre el acceso a los puertos marítimos, se anunció hoy, lunes.

Las negociaciones continuaron hoy para perfilar la solución establecida el pasado viernes, y el acuerdo final podría anunciarse el martes, confiaron varias fuentes.

"Esperamos lograr un acuerdo definitivo muy pronto", avanzó el portavoz del Departamento de Estado, James Rubin.

El subsecretario de comercio de EEUU, Stuart Eizenstat, y el embajador japonés en Washington, Kunihijo Saito, están dirigiendo las conversaciones.

La Comisión Marítima de EEUU está a la espera de un anuncio formal para anular su decisión de la semana pasada de prohibir a los buques mercantes nipones atracar en puertos norteamericanos.

El presidente de la Comisión, Harold Creel, declaró a la prensa que necesitaba más información sobre el alcance y también insistió en que los armadores japoneses deben pagar las multas que les fueron impuestas por cuatro millones de dólares.

El origen del conflicto está en que en los puertos japoneses se producen lo que EEUU considera que son prácticas restrictivas de la libre competencia que encarecen las operaciones de los extranjeros.

Según Washington, la asociación que agrupa a las empresas de estibadores japoneses realiza un monopolio en los puertos de ese país, lo que condiciona el precio de las operaciones portuarias.

Ante la continuación de esas prácticas, la Comisión Marítima estableció las multas, y como los armadores no pagaron las sanciones, este organismo decidió la semana pasada prohibir la entrada de los buques nipones a los puertos de EEUU.

"Cuando se logre el acuerdo, estaremos muy atentos para asegurarnos de que se aplica satisfactoriamente", señaló Bruce Dombrowski, un abogado de este organismo federal. EFE

RCF/BH/PL

10/21/00-28/97

9714322

05

XU6611

R ECOBT 10-21 00225
mun exg

EEUU-JAPON
COMISION EEUU ESPERA RESPUESTA JAPON SOBRE MULTAS A BUQUES

Washington, 21 oct (EFE).- La Comisión Marítima Federal norteamericana espera una respuesta de Japón sobre el pago de cuatro millones de dólares en multas, antes de decidir si prohibe el atraque de barcos nipones en puertos de EEUU.

El presidente de dicha comisión, Harold Creel, indicó hoy, martes, que en la reunión celebrada esta mañana no se tomó una decisión sobre esta disputa comercial entre ambos países, a la espera de que Japón responda a la solicitud de pago de dichas multas.

Ambos países alcanzaron el viernes un acuerdo de principio en este contencioso, aunque la cuestión de las multas impuestas por EEUU todavía está por resolver.

En opinión de EEUU, en los puertos japoneses se llevan a cabo prácticas restrictivas de la libre competencia, que encarecen las operaciones de los buques extranjeros.

Según Washington, la asociación que agrupa a las empresas de estibadores japoneses detenta el monopolio en los puertos del país, lo que condiciona el precio de las operaciones portuarias, entre un 25 y un 100 por cien más caras que en otros países.

Ante el mantenimiento de dichas prácticas, la Comisión Marítima impuso multas a las tres principales compañías navieras japonesas pero, ante la negativa de los armadores a abonarlas, decidió la semana pasada prohibir la entrada de los buques nipones en los puertos de EEUU. EFE

cm/mla/gcf/dv

10/21/18-32/97

9714322

XG0199

U ECOBT 10-27 00256
mun exg icx

EEUU-JAPON
ACUERDO MULTASCIERRA CRISIS SOBRE ACCESOS PORTUARIOS

Washington, 27 oct (EFE).- La Comisión Marítima de EEUU y varias navieras japonesas lograron hoy un acuerdo sobre las multas a los mercantes nipones que pone un punto final a la crisis comercial sobre el acceso a los puertos marítimos, se anunció hoy, lunes.

Las navieras acordaron pagar 1,5 millones de dólares sobre el total de multas, que asndía a 4 millones de dólares, impuesto por la Comisión Marítima debido a las restricciones que los mercantes estadounidenses tenían que afrontar en las operaciones portuarias en Japón.

"Estamos satisfechos. Este acuerdo abrirá el comercio en los puertos japoneses y liberalizará el acceso a las empresas estadounidenses", declaró el presidente de la Comisión, Harold Creel.

La aprobación de la Comisión Naviera de estos términos dio vía libre al acuerdo general sobre las operaciones en los puertos nipones, pendiente de la resolución de las diferencias sobre las sanciones a las empresas japonesas.

El portavoz del Departamento de Estado, James Rubin, consideró que el contenido de este acuerdo es "consistente" con los términos que defendía el Gobierno.

Añadió que el acuerdo promoverá "la competencia y mayor eficacia" en las actividades portuarias japonesas, cuya actual regulación impide a los mercantes extranjeros elegir libremente las empresas de servicios portuarios.

La Comisión Marítima prohibió a finales de septiembre laentrada de me las navieras no quisieron pagar los 4 millones de dólares de
las navieras no quisieron pagar los 4 millones de dólares de
multas acumulados por los buques. EFE

rcf/Dm/jmi/PL

10/27/20-39/97

9714322

07

XC8215

U ECOBT 10-28 00284
icx mun exg

JAPON-EEUU
TOKIO CRITICA ACUERDO MULTAS Y EXIGE DIALOGO A WASHINGTON

Tokio, 28 oct (EFE).- El gobierno japonés criticó hoy la decisión tomada ayer por la Comisión Marítima estadounidense de cobrar multas a navieras japonesas, y exigió a Washington que intente solucionar esta crisis mediante el diálogo político.

La crisis por el proteccionismo portuario de Japón, acusado de dar un trato preferencial a navieras niponas frente a extranjeras, concluyó ayer en Washington después de que tres armadores nipones acordaran pagar 1,5 millones de dólares en multas, una cifra rebajada frente a los cuatro millones inicialmente impuestos por la Comisión.

El Gobierno nipón calificó hoy este acuerdo de "lamentable" en un comunicado firmado por el Secretario de Prensa de la Cancillería, Hiroshi Hashimoto.

"Es lamentable que la Comisión Marítima Federal haya optado por cobrar las multas, a pesar de que está a punto de darse el primer paso para reformar las normativas portuarias", afirma el texto.

El comunicado subraya que el Gobierno ha dialogado tanto con Washington como con las instituciones y empresas japonesas implicadas en un intento por mejorar las prácticas portuarias.

La cancillería expresa su satisfacción por los acuerdos alcanzados con Washington respecto a la reforma de las normativas portuarias, aunque critica la negativa estadounidense de retirar las sanciones.

En opinión de Tokio, estas multas "constituyen una violación del Tratado de Amistad, Comercio y Navegación entre Japón y Estados Unidos, y su materialización podría tener efectos negativos sobre las relaciones comerciales nipo-estadounidenses".

Mediante el comunicado, Tokio "requiere al Gobierno estadounidense participe en consultas bilaterales con Japón, en cumplimiento del artículo 24 del Tratado". EFE
AA/CD/mlb/jdl

10/28/07-53/97

9714322

08-08

XC8215

U ECOBT 10-28 00284
icx mun exg

JAPON-EEUU
TOKIO CRITICA ACUERDO MULTAS Y EXIGE DIALOGO A WASHINGTON

Tokio, 28 oct (EFE).- El gobierno japonés criticó hoy la decisión tomada ayer por la Comisión Marítima estadounidense de cobrar multas a navieras japonesas, y exigió a Washington que intente solucionar esta crisis mediante el diálogo político.

La crisis por el proteccionismo portuario de Japón, acusado de dar un trato preferencial a navieras niponas frente a extranjeras, concluyó ayer en Washington después de que tres armadores nipones acordaran pagar 1,5 millones de dólares en multas, una cifra rebajada frente a los cuatro millones inicialmente impuestos por la Comisión.

El Gobierno nipón calificó hoy este acuerdo de "lamentable" en un comunicado firmado por el Secretario de Prensa de la Cancillería, Hiroshi Hashimoto.

"Es lamentable que la Comisión Marítima Federal haya optado por cobrar las multas, a pesar de que está a punto de darse el primer paso para reformar las normativas portuarias", afirma el texto.

El comunicado subraya que el Gobierno ha dialogado tanto con Washington como con las instituciones y empresas japonesas implicadas en un intento por mejorar las prácticas portuarias.

La cancillería expresa su satisfacción por los acuerdos alcanzados con Washington respecto a la reforma de las normativas portuarias, aunque critica la negativa estadounidense de retirar las sanciones.

En opinión de Tokio, estas multas "constituyen una violación del Tratado de Amistad, Comercio y Navegación entre Japón y Estados Unidos, y su materialización podría tener efectos negativos sobre las relaciones comerciales nipo-estadounidenses".

Mediante el comunicado, Tokio "requiere al Gobierno estadounidense participe en consultas bilaterales con Japón, en cumplimiento del artículo 24 del Tratado". EFE
AA/CD/mlb/jdl

10/28/07-53/97

9714322

08-06

XU6134

R ECOBT 10-03 00160
mun exg

JAPON-ECONOMIA
GOBIERNO PROMETE MEDIDAS PARA REDUCIR IMPOSICIONES

Tokio, 3 oct (EFE).- El ministro de Finanzas Hiroshi Mitsuzuka, anunció que el gobierno acelerará la aplicación de medidas de liberalizacion y reforma de las imposiciones, con el fin de reactivar la economía local.

Después de aclarar que el calendario previsto por el gobierno para la recuperación económica no había variado, Mitsuzuka reiteró que la agilización de las reformas era necesaria para reanimar la actividad empresarial.

Una de las medidas enunciadas por el titular de Finanzas, fue la reforma de la ley de tráfico de empresas, cuya imposición, según analistas, podría bajar del actual 37 por ciento hasta homologarse con el 35 por ciento usado en Estados Unidos.

El portavoz del gobierno, Kanezo Muraoka, anunció que el gobierno considera urgente y una de las principales tareas del actual gabinete, la aplicación de las medidas propuestas para la reforma económica y la creación de otras directrices si fuese necesario. EFE

gr/cg/dv

10/03/08-59/97

Nº DOCUMENTO 9714323
TITULO JAPON CRISIS
PROCEDENCIA BS0090
FECHA DE PROCEDENCIA 191097
VINCULACIONES 11816
86224
11881
11382
TOL-MSCA

ECONOMICA

9714323

01-05

XU6337

R ECOBT 10-13 00282
mun exg

JAPON-COMERCIO
EXCEDENTE COMERCIAL NIPON CRECIO 68 POR CIENTO EN AGOSTO

Tokio, 13 oct (EFE).- El excedente comercial de Japón creció un 68,0 por ciento en agosto respecto al mismo mes de 1996 hasta situarse en 912.600 millones de yenes (unos 7.670 millones de dólares) debido al aumento de las exportaciones, se informó hoy.

Según un informe del Ministerio de Finanzas, el superávit de comercio nipón ha crecido en los últimos cinco meses consecutivos, debido a que el debilitamiento del yen japonés frente al dólar ha otorgado mayor competitividad a los productos japoneses en mercados exteriores.

Paralelamente, el aumento del impuesto sobre el consumo que entró en vigor en Japón el pasado mes de abril ha desencadenado el enfriamiento de las importaciones.

El estudio agrega que el excedente por cuenta corriente subió un 77,7 por ciento y se situó en 817.800 millones de yenes (6.872 millones de dólares). Este indicador ha crecido también en los últimos cinco meses, y todos los aumentos superaron el 50 por ciento.

Japón exportó en agosto productos valorados en 3,8 billones de yenes (alrededor de 32.151 millones de dólares), lo que supone un crecimiento del 13,8 por ciento.

Subieron especialmente las exportaciones de automóviles (+41,3 por ciento) e instrumentos ópticos (+19,1 por ciento).

El aumento de las importaciones fue menor, del 3,4 por ciento, lo que se tradujo en 2,91 billones de yenes (unos 24.478 millones de dólares).

Crecieron las importaciones de aviones y componentes electrónicos, y bajaron las de ropa.

El Gobierno japonés mantuvo su opinión de que este desequilibrio comercial es coyuntural, ligado al debilitamiento del yen y al reciente aumento impositivo, por lo que la balanza de comercio y cuenta corriente volverán a estabilizarse. EFE 9714323

AA/CD/mlb/dv 02

Japón al filo de la navaja

La economía de Japón está enferma. En este diagnóstico concuerdan propios y extraños. En lo que difieren es en cómo curarla. Los japoneses quieren acudir a su tradicional remedio casero: exportar más. Pero los demás países industrializados, y especialmente los Estados Unidos, advierten que depender demasiado de mayores exportaciones, presumiblemente estimuladas por una excesiva depreciación del yen, llevaría al resurgimiento de los grandes desequilibrios externos que tanto conflicto han creado.

Sugieren, en cambio, que es hora de que Japón haga lo necesario para estimular la demanda interna, un consejo que el gobierno japonés no parece muy inclinado a seguir. Mientras tanto, sin el gran motor de la economía asiática —que es Japón— funcionando a pleno régimen, recrudece la incertidumbre sobre la recuperación de las demás economías de la región de su reciente traspié, y se plantean interrogantes acerca del efecto de una posible recesión en Japón sobre la economía global.

POR CLAUDIO CAMPUZANO
CORRESPONSAL EN NUEVA YORK

Hace unas pocas semanas, poco antes de la reunión en Hong Kong del Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional, cuando parecía que no podía haber más malas noticias de las economías asiáticas, sacudidas por la racha de crisis financieras de los "tigres" de la región, Japón reveló que su economía no sólo se había contraído en el segundo trimestre de este año, como se temía, sino que había entrado en picada. El gobierno japonés había anticipado una caída en ese trimestre, porque los consumidores se habían apurado a comprar bienes de consumo durables antes del aumento del 1° de abril del impuesto a las ventas, de 3 a 5%. Pero la declinación, que se había estimado en aproximadamente un 6%, resultó ser en realidad de más del 11% en términos anuales.

Lo que esto implica es que la economía japonesa estaba dejando de crecer en ese período. Ahora parece poco probable que se cumpla el pronóstico oficial del gobierno de un crecimiento de cerca del 2% en el año fiscal que acaba en marzo de 1998.

Remedios ineficaces

Las esperanzas de una recuperación económica quedaron frustradas, y el yen y el Nikkei, el índice de la bolsa de valores de Tokio, volvieron a caer. Los temores de que la economía esté en camino a un estancamiento se concretaron la semana pasada en "Tankan," la influyente encuesta trimestral del Banco de Japón, que mostró que la confianza que tienen los empresarios industriales japoneses en la economía de su país se ha deteriorado agudamente en setiembre, por primera vez en un año, y que el pesimismo entre empresarios no industriales también ha aumentado notablemente.

Lo que esto parece indicar es que la decisión de ir adelante con una compresión fiscal antes de que los consumidores recuperaran la confianza en el futuro había sido errada, y que el daño causado por los trastornos financieros es más duradero y más serio que lo que se imaginaba. Los mercados de bienes raíces y de valores japoneses se desmoronaron hace más de seis años y el país ha estado debatiéndose desde entonces casi al borde de la recesión sin que los sucesivos remedios intentados hayan surtido efecto.

El sudeste de Asia representa casi un 40% del comercio exterior de Japón. Sus exportaciones a la región son mayores que sus exportaciones a los Estados Unidos, y el sudeste de Asia también absorbe la mayor cantidad de los créditos extranjeros del sistema financiero japonés. A primera vista, para ambas cosas esa región no parece ser un buen mercado para Japón en el futuro inmediato: su capacidad de compra está disminuida y su necesidad de crédito restringida. Pero, para Japón, la moneda tiene otra cara.

Los titanes industriales japoneses han esparcido por el sudeste de Asia miles de fábricas. El valor de sus inversiones se vio deteriorado recientemente debido a la devaluación de muchas divisas de la región. Pero a largo plazo está crisis puede ser el tónico que ayude a la salud de las operaciones japonesas en Asia.

Las debilitadas divisas del sudeste de Asia hacen ahora más competitivo en el mundo lo que la industria japonesa produce allí. Por tanto, esto es un nuevo y poderoso incentivo para que los japoneses hagan exactamente lo que lo que los gobiernos de esos países le han estado pidiendo que hiciera: explotar la región, no sólo como mercado, sino como base de lanzamiento para exportar productos, hechos con capital japonés y mano de obra local, a mercados de América del Norte y Europa.

Preocupación de los EE.UU.

Este nuevo enfoque no se aplica sólo a productos de bajo costo unitario. Mitsubishi Motors Corp., que el año pasado produjo 66.000 vehículos en Tailandia, sufrió una seria disminución en sus ventas cuando el gobierno dejó flotar el bath el 2 de julio y sobrevino la devaluación de la moneda tailandesa, con el impacto adicional de un 20% en el costo de importar materiales de Japón y de servir una deuda estimada en 500 millones de dólares de su operación en Tailandia. Sin embargo,

03

9714323

un mes después Mitsubishi cerraba una operación para ampliar su inversión en una de sus fábricas de Tailandia en unos 200 millones de dólares, manifestando su gerente general allí que "nuestra meta es hacer de Tailandia una base completamente equipada para exportar al mundo entero." También una expansión de sus exportaciones desde Tailandia es lo que planea Komatsu Inc., el mayor productor japonés de maquinaria de construcción.

Estas perspectivas de exportación por empresas japonesas desde bases industriales en países del sudeste de Asia con monedas devaluadas se sumaría al mucho mayor empuje que tendrían las propias exportaciones japonesas con un yen debilitado. Estados Unidos, uno de los blancos específicos de una campaña japonesa de mayores exportaciones, ya ha manifestado su alarma por cómo esto ampliaría, posiblemente, el déficit norteamericano en su intercambio comercial con Japón, que ya este año se espera sea de más de 65.000 millones de dóla-

La economía japonesa "está operando como un avión bimotor del que sólo funciona uno de sus motores," fue la acertada figura de Guillian Tett, escribiendo en el Financial Times.

res, aproximadamente un 20% más que el año pasado. En parte esto refleja la debilidad del yen, que ha caído frente al dólar casi un 50% en los dos últimos años. El propio embajador de Japón en Washington, Kunihico Saito, ya admitió que "han aumentado las señales de preocupación por parte de los Estados Unidos."

Pol[illegible]ticas duras

[illegible]ecretario del Tesoro de los [illegible]s Unidos, Robert Rubin, [illegible]ouble en quien el estilo diplomático fluye de su propia naturaleza de cortés, y su segundo, el [illegible] secretario Lawrence Summers, viene de círculos académicos en los que se elude la brusquedad en las discusiones. Pero, [illegible] reciente visita a Tokio amenazan causado un impacto mucho mayor con sus críticas a la política económica japonesa que algunos otros visitantes oficiales norteamericanos más altisonantes.

Ya [illegible]antes, en la reunión del Banco Mundial y el FMI en [illegible] Rubin y Summers [illegible] habían mostrado firmes [illegible] nes sobre la situación en Japón y serias críticas al proceso de [illegible] queda[illegible] soluciones en que [illegible] estaba empeñado el primer ministro Hashimoto. Y encontraron en los ministros de Finanzas del Grupo de los Siete que [illegible] estaban presentes en la reunión, quienes en conjunto le advirtieron de manera bastante áspera al gobierno japonés que "evitase el crecimiento basado en las exportaciones [illegible] característi-

Mientras tanto, las perspectivas son de que Japón se siga debatiendo entre aplicar nueva medicación a su economía o acudir al viejo remedio conocido de forzar un incremento de las exportaciones [illegible], la aplicación del viejo remedio y una mayor devaluación del yen parecen ser lo más probable, con sus concomitantes conflictos sobre balanzas comerciales que afectarían negativamente el impulso hacia una liberalización del comercio mundial.

Pero no debe terminar en eso la preocupación por los efectos de la salud económica de Japón sobre la economía global. No puede terminar en eso cuando el enfermo es, por su tamaño, la segunda economía en el mun[illegible]

04

9714323

DP6809

U FOXBT 10-19 00277
icx mun exg

JAPON-ECONOMIA
REPRESENTANTE GOBIERNO RECONOCE POR PRIMERA VEZ ESTANCAMIENTO

Tokio, 19 oct (EFE).- La economía japonesa se encuentra estancada, dijo hoy, domingo, el director general de la secretaría de estado de Dirección y Planificación Económica (EPA), Koji Omi, convirtiéndose así en el primer miembro del gobierno que reconoce una realidad denunciada, hace semanas, por el sector privado.

"Aunque la EPA ha reivindicado en sus últimos informes que la economía muestra una recuperación moderada, mi opinión es que se encuentra en una fase de estancamiento", afirmó en un programa de la televisión pública NHK.

En sus informes de septiembre y octubre, el gobierno hizo una ligera revisión a la baja de sus optimistas predicciones, aunque mantuvo que la actividad económica nipona sigue en vías de recuperación, pese al pesimismo mostrado por economistas privados y empresarios.

Omi señaló que, entre las medidas que el gobierno estudia para reactivar la economía nipona, está la abolición del impuesto de transacciones bursátiles, uno de los factores a los que se achaca la marcha atrás de los mercados japoneses, que no levantan cabeza en contraposición de la buena marcha de los occidentales.

Además, las medidas que se podrían anunciar en noviembre incluyen reducciones fiscales en transacciones inmobiliarias, que agravan la situación de los créditos morosos, pues no animan la venta de edificios e inmuebles que tienen la banca en concepto de hipotecas y por tanto empeoran el riesgo de devolución de créditos.

Sin embargo, el director general de EPA está en contra de que el gobierno otorgue reducciones de los impuestos sobre la renta y emita más deuda del estado para animar el consumo, tal como pretenden los líderes empresariales japoneses. EFE
CD/cg

10/19/09-05/97

05-05

9714323

Nº DOCUMENTO 9714324
TITULO JAPON Y RUSIA
PROCEDENCIA 28.93
FECHA DE PROCEDENCIA 311091
ACLARACIONES 11676
66224
201294
12000
11399

EXISTEN SOLUCIONAR CONFLICTO DE LAS ISLAS KURILES

9714324

01-02

FB2489

U POXBT 10-31 00361
exg mun icx

JAPON-RUSIA
HASHIMOTO PIDE A YELTSIN SOLUCION CONFLICTO KURILES

Tokio, 31 oct (EFE).- El primer ministro japonés, Ryutaro Hashimoto, pidió hoy viernes al presidente ruso, Boris Yeltsin, que comparta sus esfuerzos para lograr un acuerdo en la disputa territorial sobre las islas Kuriles, que mantiene enfrentados a ambos países desde hace más de 50 años.

Un día antes de partir hacia Siberia, donde este fin de semana celebrará una reunión extraoficial con el jefe de Estado ruso, Hashimoto hizo llegar un mensaje a Yeltsin por medio del presidente de la Cámara Alta de Rusia, Yegor Stroyev, quien efectuó una visita de trabajo a Tokio.

El Primer Ministro nipón expresó su determinación de hacer los esfuerzos necesarios para poner fin al enfrentamiento territorial, vigente desde que las tropas de la antigua Unión Soviética invadieron las islas Kuriles (al norte de Japón y al este de Rusia) al final de la II Guerra Mundial.

Hashimoto dijo a Stroyev que "lo que ha ocurrido en este siglo debe solucionarse en este mismo siglo", y se mostró esperanzado en que se avance hacia la solución de este conflicto durante la próxima entrevista con Yeltsin.

Esta primera cumbre no oficial se celebrará en Krasnoyarsk (Siberia Oriental) sin programa oficial porque, según el secretario del Gabinete nipón, Kanezo Muraoka, su objetivo fundamental es potenciar la amistad personal y la confianza mutua de ambos líderes.

Se espera que durante las nueve horas que pasarán juntos, Hashimoto y Yeltsin hablen sobre cooperación financiera, intercambios empresariales y problemas internacionales, y que el jefe de Gobierno japonés invite a su anfitrión a repetir la experiencia la próxima primavera en Japón.

La lucha por la soberanía de las islas Kunashiri, Etorofu, Shikotan y el grupo de islotes Habomai, llamadas Kuriles del Sur por Rusia y Territorios del Norte por Japón, ha impedido que ambos países firmaran un tratado de paz tras la II Guerra Mundial, por lo que todavía están en guerra técnica.

En 1956, la entonces Unión Soviética ofreció la devolución de Shikotan y de las Habomai, pero se retractó después al conocer la revisión del pacto de Defensa firmado por Japón y Estados Unidos, en el que se consideraba a la URSS como un potencial peligro para la estabilidad de la zona asiática. EFE
aa/cd/mar/ik

10/31/11-01/97

9714324.

02-02

Nº DOCUMENTO 9714325
TITULO MALASIA : VISITA DEL PTE MAHATIR BIN MOHAMAD
[illegible] 1500090
[illegible] 061091
JULIA [illegible] 11899 11161 11164
11848
20466
66960

XA3388

R VARBT 10-01 00285
sur exo

URUGUAY-MALASIA
SANGUINETTI RECIBIO PRIMER MINISTRO DE MALASIA

Montevideo, 1 oct (EFE).- El presidente de Uruguay, Julio María Sanguinetti, se reunió hoy con el primer ministro de Malasia, Mahatir Bin Mohamad, quien realiza una visita de Estado de dos días.

El jefe del Gobierno de Malasia llegó hoy a Montevideo, acompañado de 50 empresarios de su país, interesados en concretar negocios bilaterales con sus colegas de Uruguay.

Bin Mohamad llegó al aeropuerto internacional de Carrasco poco después del mediodía, donde fue recibido por el ministro interino de Relaciones Exteriores, Carlos Pérez del Castillo.

Por la tarde, el visitante fue recibido por el presidente Sanguinetti, con quien dialogó sobre temas bilaterales, además de realizar un análisis de los resultados de la visita del gobernante uruguayo a Malasia, tras lo cual se inició un importante proceso de intercambio comercial y empresarial.

Tras el primer encuentro con Sanguinetti, Bin Mohamad acudió al Palacio Legislativo para reunirse con el presidente en ejercicio del Parlamento, Hugo Fernández Faingold, y el de la Cámara de Diputados, Carlos Baraibar.

Paralelamente, los empresarios malayos realizaron con sus colegas uruguayos una ronda de negociaciones.

Los inversores de Malasia tienen interés en participar en negocios inmobiliarios, distribución de gas, minería y extracción de oro, telecomunicaciones, actividad marítima, portuaria, recambios para la automoción, saneamiento y agua potable.

Mañana jueves, segundo día de la visita, el jefe de Gobierno visitante desarrollará una amplia agenda protocolaria con ofrendas florales en el Mausoleo al Prócer uruguayo José Gervasio Artigas, visita a la Suprema Corte de Justicia y recepción de llaves de la ciudad de Montevideo en la Intendencia (Alcaldía) Municipal. EFE
apl/fmr/arp

10/01/23-51/97

01-09

9714325

La Mañana

POLITICA

Llega el Primer Ministro malayo

EN esta jornada arriba a Uruguay el primer ministro de Malasia, Mahathir Bin Mohamad, quien visita oficialmente nuestro país hasta el día de mañana. El gobernante malayo viene acompañado por una delegación de unos 150 empresarios de los sectores de la construcción, industria, hotelería, ingeniería marina, petróleo, telecomunicaciones, automotriz, farmacéutico, agropecuario, de la madera y de servicios financieros.

La visita de Mahathir Bin Mohamad, quien ya estuvo en Uruguay en noviembre de 1995, sigue a la realizada a Malasia por el presidente Julio María Sanguinetti, en julio de 1996 y a la que el Rey de ese país asiático, sultán Yan di-Pertuan Agong Tuanku Ja'afar, hizo a Uruguay en setiembre de 1995.

El primer ministro malayo se entrevistará hoy con el presidente Sanguinetti, visitará el Parlamento y asistirá a una cena de gala ofrecida en su honor.

Mañana, depositará una ofrenda floral ante el monumento al general José Artigas, visitará la Suprema Corte de Justicia y recibirá las llaves de la ciudad de Montevideo.

Desde 1995, ambos Gobiernos practican una política de acercamiento mutuo, que, según el embajador de Uruguay en Malasia, Nicolás Moreno, se ha reflejado ya en un aumento del intercambio comercial bilateral.

Además de los dirigentes malayos, han visitado Uruguay diversas delegaciones empresariales de ese país del sodeste asiático que manifestaron interés en participar en los proyectos de infraestructura en los que están empeñados los países del Cono Sur con vistas a reforzar su integración, como es el puente Colonia-Buenos Aires.

MALASIA EN LA ACTUALIDAD

Malasia es un país de relativa dimensión económica, integrado en la Asean, junto a Indonesia, Brunei, Vietnam, Laos, Camboya, Myadmar, Filipinas y Singapur.

País rico en recursos naturales, Malasia dispone de abundantes reservas de petróleo y gas natural. La agricultura tiene también importancia en la estructura económica de ese país.

En cuanto a la demanda de inversión con respecto al PBI, durante los últimos cinco años, esta se ha mantenido por encima del 40%. La tasa de crecimiento económico registrada por Malasia en mismo período ha sido superior al 8% anual del PBI, es decir, entre las más altas del mundo.

Durante 1996, la renta per cápita alcanzó los U$S 4.466, un 11,7% más que el año anterior en términos nominales, colocando al país en el tramo superior de los países en vías de desarrollo y por encima de los umbrales definidos por la OCDE.

LM A-10

3714325

02

Visita oficial de dos días; interesan numerosos sectores

LLEGA EL PRIMER MINISTRO DE MALASIA CON INVERSORES

El primer ministro de Malasia llega hoy acompañado por representantes de 50 de los conglomerados empresariales más importantes de ese país, quienes plantearon interés en invertir en infraestructura física, distribución de gas, extracción de oro, turismo, vivienda, telecomunicaciones, industria de autopartes, industria química y farmacéutica, y gestión portuaria.

Este mediodía llega a nuestra capital el primer ministro de Malasia, Mahathir Bin Mohammad, para una visita oficial de dos días que tendrá un fuerte énfasis en lo político y lo económico. Con esta visita, el Dr. Mahathir corresponde a la realizada por el presidente Sanguinetti a su país en julio del año pasado.

Mahathir viene acompañado por varios ministros, legisladores y representantes de unas 50 empresas malayas de los sectores de la construcción, minería, maquinaria y equipos, hotelería y turismo, y pesca, que participarán en reuniones de negocios con empresarios uruguayos.

El dignatario arribará al Aeropuerto Internacional de Carrasco sobre las 11:55 horas, donde será recibido por el ministro interino de Relaciones Exteriores, Carlos Pérez del Castillo. En horas de la tarde se hará presente en el Edificio Libertad, oportunidad en la que se realizará la ceremonia protocolar de bienvenida y tendrá la primera reunión de trabajo con Sanguinetti.

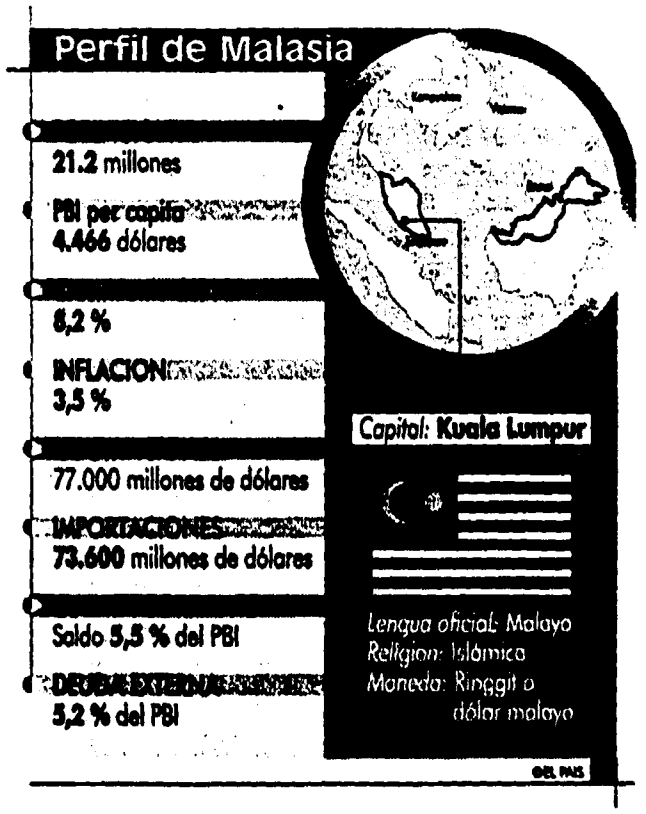
Posteriormente, el primer ministro malayo se dirigirá al Palacio Legislativo para participar en una reunión con el presidente en ejercicio del Senado, Hugo Fernández Faingold, y con el presidente de la Cámara de Diputados, Carlos Baraibar.

En horas de la noche, Mahathir y su comitiva serán agasajados por el Presidente de la República con una cena, culminando con ella la actividad oficial de la primera jornada.

Mientras tanto, la agenda para mañana prevé la colocación de una ofrenda floral ante el monumento al general José Artigas, una visita a la Suprema Corte de Justicia y posteriormente, el intendente de Montevideo, Mariano Arana, le entregará las llaves de la ciudad.

Casi la totalidad de los empresarios que acompañan al primer ministro representan a los más importantes conglomerados malayos, interesados en invertir en los sectores de infraestructura física, distribución de gas, inmobiliario turístico, inmobiliario de vivienda, químico-farmacéutico, minería y extracción de oro, telecomunicaciones, naviero y administración portuaria, autopartes, y saneamiento y agua potable.

Con el objetivo de adelantar en la concreción de inversiones, los empresarios malayos realizarán esta tarde una ronda de negocios con sus colegas uruguayos, la cual cuenta con la organización del Instituto Uruguay XXI. El encuentro tendrá lugar desde las 18:30 horas en el Victoria Plaza Hotel.



9714325

DP4563

R ECOBT 10-02 00438
mun exg icx

URUGUAY-MALASIA
ACUERDAN IMPULSAR COMERCIO, INVERSIONES Y EMPRESAS MIXTAS

Montevideo, 2 oct (EFE).- El presidente del Uruguay, Julio María Sanguinetti, y el primer ministro de Malasia, Mahatir Mohamad, coincidieron en su voluntad de incrementar las relaciones comerciales, las inversiones y la creación de empresas mixtas, informaron hoy portavoces oficiales.

El primer ministro malayo inició el miércoles una visita oficial de dos días a Montevideo acompañado por cincuenta y seis empresarios para incrementar las relaciones bilaterales y analizar las posibilidades de inversión y negocios.

Mahatir Mohamad se comprometió a "fomentar y apoyar" a las empresas de su país que inviertan en Uruguay.

"Tengo confianza en que el sector privado de Malasia va a traer a las relaciones con Uruguay la misma intensidad y habilidad que le ha ayudado a transformar la economía malaya en una de las más dinámicas de Asia", afirmó el primer ministro.

En la delegación de Mahatir Mohamad figuran empresarios de los sectores minería, turismo, químico-farmaceútico, infraestructura física, inmobiliario, distribución de gas, entre otros.

Los empresarios malayos asistieron a una presentación a cargo de funcionarios de equipo económico del gobierno sobre los proyectos de infraestructura pública para los que se busca inversores, y además participaron en una ronda de negocios con similares uruguayos.

Coincidiendo con la visita de Mahatir Mohamad, la empresa uruguaya Seinco y la malaya Putra cerraron un acuerdo para la creación de una empresa de riesgo compartido, destinada a la transferencia de tecnología.

Seima es una empresa que se dedica a la ingeniería en la área sanitaria para el tratamiento de agua potable y residual industrial, y Putra trabaja en el mismo sector pero con inversiones.

El acuerdo establece que la firma uruguaya enviará técnicos, especialmente ingenieros, a Kuala Lumpur para crear y exportar plantas potabilizadoras de agua, informó Jorge De la Gamba, director de Seinco.

En principio la empresa mixta tendrá como objetivo hacer negocios en Malasia, pero con la posibilidad de ampliar sus actividades a otros países del sudeste asiático y Africa.

Uruguay exporta hacia el mercado malayo caracoles marinos, pescado, cueros y cítricos, y actualmente se negocia para colocar pastas congeladas, carne ovina, quesos y vinos.

La pasada semana representantes de la Malasian Electric Corporation visitaron Montevideo en procura de colocar electrodomésticos.

En 1995, últimos datos disponibles, Uruguay exportó a Malasia por 17 millones de dólares e importó por 6 millones.

El primer ministro malayo, que recibió en la jornada la llave de Montevideo, finaliza hoy su visita a Uruguay y viaja a Argentina para continuar su gira por el Cono Sur americano. EFE

JF/CHS/JMA

03

9714325

Premier malayo en pos de aumentar comercio

Según estaba programado, arribó en la víspera a nuestro país el primer ministro de Malasia, Mahathir Bin Mohammad, y se entrevistó con el presidente Julio María Sanguinetti para concretar proyectos de inversión.

De acuerdo con lo informado por fuentes confiables, en la entrevista ambos "manifestaron su voluntad de aumentar el flujo comercial y concretar inversiones directas, aunque aún no hay nada concreto".

Mahathir llegó acompañado de una delegación de empresarios que ayer mismo protagonizaron una primera ronda de conversaciones con sus colegas uruguayos, cuyo objetivo es ampliar el intercambio comercial en volumen y en rubros.

El primer ministro se entrevistó además con el presidente interino del Senado, Hugo Fernández Faingold, y de la Cámara de Diputados, Carlos Baraibar. En ningún caso, Mahathir aceptó hablar con los periodistas e incluso se suspendió una conferencia de prensa inicialmente prevista en su agenda.

La visita profundiza el acercamiento de ambas naciones, iniciado al influjo de la gestión del embajador uruguayo en Kuala Lumpur, Nicolás Moreno. En este período el rey de Malasia, Yan di-Pertuan Agong Tuanku Ja'afar, visitó Uruguay y en julio de 1996, Sanguinetti viajó a ese país.

El gobierno y los empresarios malayos están interesados en realizar inversiones directas en varios sectores como el turístico, minería, químico-farmacéutico, infraestructura física, inmobiliario, distribución de gas, etc., mientras industriales uruguayos pretenden ampliar el comercio hacia el país asiático, actualmente favorable a Uruguay.

En 1995 Uruguay exportó a Malasia por 17,2 millones de dólares e importó por 6,1 millones, según datos oficiales.

Uruguay le vende a Malasia caracoles, pescado, cueros y cítricos. Empresarios compatriotas aguardan que la visita de Mahathir y la ronda de negocios sirva para comenzar la venta de alimentos envasados, carne, madera de pino, pastas enfriadas, derivados de miel y hortalizas.

Mahathir realiza una gira por el cono sur americano en momentos en que la moneda de su país, el ringitt, registró una de las mayores caídas desde la crisis financiera asiática —llamada efecto monzón— que comenzó a principios de julio pasado.

El primer ministro fue agasajado anoche por Sanguinetti con una cena de honor en el Edificio Independencia, a la cual asistieron los principales líderes políticos y empresariales uruguayos.

En la jornada de hoy, Mahathir visitará la Suprema Corte de Justicia y luego recibirá las llaves de la ciudad de manos del intendente Mariano Arana, en ceremonia a realizarse en la sede de la comuna.

Sobre las 16 horas, el Dr. Mahathir partirá desde el Aeropuerto Internacional de Carrasco hacia Argentina, segunda etapa de su periplo sudamericano.

COMERCIO. *La visita iniciada ayer por el primer ministro de Malasia, Mahathir Bin Mohammad, apunta a estrechar lazos*

EP 0210

05

9714325

■ MAHATIR MOHAMAD

"Uruguay es atractivo para inversiones"

Al concluir su visita el primer ministro de Malasia destacó que, pese a algunos problemas de infraestructura, el país puede convertirse en la puerta de entrada de capitales a la región

Malasia no percibe a Uruguay aislado sino como centro de la región más poblada de América del Sur, lo que le otorga particular atractivo como centro de radicación de inversiones. Así lo dijo ayer poco antes de partir hacia Argentina el primer ministro de ese país asiático, Mahatir Mohamad, quien señaló que, pese a tener problemas de infraestructura, Uruguay "puede transformarse en un verdadero nodo de esta región".

Mohamad restó importancia a la crisis financiera que está sufriendo su país

"No debemos considerar al Uruguay como un mercado único en sí mismo sino como un verdadero centro para toda la región", opinó.

"Existen problemas de infraestructura, pero el gobierno se está ocupando del tema", dijo Mohamad refiriéndose así a las obras en carreteras, a la construcción del puente Colonia-Buenos Aires y al tendido de gasoductos.

El gobernante dijo que los empresarios y funcionarios uruguayos con los que se reunió le destacaron la importancia de que Malasia invierta en infraestructura, en puertos y en energía.

"Se identificaron áreas en las que Malasia y Uruguay pueden actuar juntas y también cómo incrementar el comercio", explicó ayer en conferencia de prensa.

Mohamad, quien ayer recibió las llaves de la ciudad de Montevideo de manos del intendente Mariano Arana, restó importancia a la crisis financiera que atraviesa su país asegurando que la economía real malaya se encuentra en buena forma. "Muchas naciones han pasado por fluctuaciones financieras y nosotros simplemente estamos tratando de adaptarnos a esa situación", explicó.

CIUDAD SATÉLITE

Respecto al proyecto de construcción de una ciudad satélite detrás del Cerro de Montevideo explicó que se han encontrado dificultades financieras para la concreción de esta iniciativa, pero aseguró que su gobierno la sigue impulsando. Admitió que se han cambiado los planes iniciales y que seguramente no sea la compañía originalmente prevista la que se haga cargo de las obras. De todas formas, indicó que en caso de que se advierta que algunas partes de los planes iniciales son viables se llevarán a cabo.

Mohamad se despidió con [illegible]

Mohamad comprometió "un apoyo moral total" a los inversores que se involucren en el proyecto.

"Tengo confianza en que el sector privado de Malasia va a traer a las relaciones con Uruguay la misma intensidad y habilidad que le ha ayudado a transformar a la economía malaya en una de las más dinámicas de Asia", señaló el primer ministro

Aunque la intensificación de los contactos entre Uruguay y Malasia no han dado resultados demasiado concretos en lo que refiere a inversiones directas, sí se ha producido una intensificación del intercambio comercial bilateral. Por otra parte, se estima que la visita de Mohamad puede provocar la agilización de las tratativas, tendentes a concretar inversiones malayas particularmente, en el sector hotelero, la construcción, la energía, la industria automotriz y la forestación.

De los más de 50 empresarios que acompañaron a Mohamad en su visita a Uruguay, 15 pertenecían al sector inmobiliario que se percibe como uno de los más atractivos para los capitales malayos.

Coincidiendo con la visita de Mohamad, la empresa uruguaya Seinco y la malaya Putera cerraron un acuerdo para la creación de una empresa de riesgo compartido, destinada a la transferencia de tecnología.

La empresa uruguaya se dedica a la ingeniería en el área sanitaria para el tratamiento de agua potable y residual industrial y Putera trabaja en el mismo sector pero realizando inversiones.

9714325

06

URUGUAYOS MIRANDO A ASIA

Los malayos: el regreso

Primero llegó una avanzadilla de empresarios en 1994. Al año siguiente, sus exóticos reyes con un nutrido séquito. En 1996, el propio presidente Julio Sanguinetti encabezó una misión político-empresarial que regresó con promesas de inversiones que incluían nuevas ciudades, carreteras, puertos y hasta un puente sobre la bahía de Montevideo. Llegó el mundial juvenil y Malasia se incorporó definitivamente al imaginario nacional como un lugar promisorio. Esta semana, 57 empresarios malayos y su primer ministro, en febriles reuniones en Montevideo, renovaron las ilusiones.

La visita del primer ministro de Malasia, Mahatir Bin Mohamad, y su numerosa comitiva empresarial a Montevideo fue de apenas un día y medio, entre el miércoles 1° y el jueves 2. Más allá de las expectativas, Nicolás Moreno, embajador de Uruguay en Malasia, y Carlos Garramón, cónsul honorario de Malasia en Uruguay, coincidieron en señalar a tres que los empresarios uruguayos deberán mostrar más agresividad para competir por la inversión extranjera en sus proyectos o para colocar sus productos en ese lejano país.

La estrategia gubernamental es lograr que Uruguay sea para la Asean -organización económica regional que integran Malasia, Indonesia, Brunei, Vietnam, Laos, Camboya, Myanmar, Filipinas, Singapur y Tailandia- la puerta de entrada al Mercosur y que Malasia cumpla el mismo papel para los países de la región.

Malasia es una monarquía constitucional y se define como país democrático. El primer ministro malayo que visitó Uruguay gobierna el país desde hace 16 años. El embajador de Uruguay en Kuala Lumpur, Nicolás Moreno, define el sistema como una "democracia disciplinaria"

Ofertas y demandas

El sueño de una imponente ciudad satélite malaya detrás del Cerro, en Punta Yeguas, y el puente que atravesaba la bahía de Montevideo quedaron atrás. El consorcio Mekar Idaman, que compró 270 hectáreas en ese lugar, cambió de gerencia y de planes. Contrató a una consultora estadounidense que la desalentó. *"La construcción fue descartada porque no hay mercado. Se está redefiniendo un proyecto mucho menos ambicioso, para un segmento más bajo de ingresos. Quizás hubo un error de concepto de compra de esa tierra porque la gente no quiere ir a vivir al Cerro, sino al este"*, indicó Garramón.

Tampoco se mantiene el proyecto de este mismo consorcio de postularse para construir el puente Colonia-Buenos Aires y la ruta 1. El mismo grupo obtuvo la construcción del acceso oeste a la ciudad de Buenos Aires.

Pero otros son ahora los proyectos de inversión que empresarios malayos y uruguayos han estado discutiendo.

El ministro de Transporte, Lucio Cáceres y el canciller Álvaro Ramos expusieron frente a los empresarios malayos las bases de las 15 licitaciones más importantes a nivel internacional que Uruguay ofrecerá. Entre ellas figuran la remodelación del aeropuerto de Carrasco, la construcción de la ruta del Tren de la Costa, obras de saneamiento, puentes y carreteras y la construcción de una ciudad satélite muy sofisticada, dirigida a sectores medios y altos en Colonia.

Según Garramón, las prioridades de los empresarios son las privatizaciones, las concesiones de obra pública, el sector inmobiliario, los desarrollos turísticos y el ensamblaje de productos electrónicos, automóviles, motos y bicicletas.

Viajeros

En el capítulo malayo la iniciativa del gobierno parece concluida y la acción está ahora en man- de los empresarios. *"La volunta- política está, pero los ejecutores deben- esencialmente del sector privado, ti- que tiene más agresividad"*, di- Garramón.

Bin Mohamad y los empres- rios comenzaron su gira en Cub- siguieron por Chile donde se co- gregaron en total un millar d- empresarios de ambos países, tocaron Uruguay y ya se encue- tran en Argentina.

En todos esos lugares *"les d- habían propuesto una larga lista de p- bilidades de inversión"*, obser- Garramón. *"Vienen de Mongo- están yendo el mes que viene p- Yugoslavia y hace dos meses hicie- una gira por Africa. Esto depe- entonces, de los uruguayos"*, agregó.

La euforia de los auspicios- comienzos se ha entibiado. Pa- Moreno, no hay que esperar res- tados espectaculares de l- emprendimientos realizados en- sudeste asiático, que son a med- no y largo plazo. La política de l- Cancillería y de Sanguinetti -a- ró- es diversificar los mercados.

Según Garramón, la lejan- entre Uruguay y Malasia hace q- las relaciones se desarrollen de- poco y que comience a haber u- interés inversor es *"muy significa- vo"*. Pero aclaró: es una misión *"totalmente exploratoria"*.

Empresario, pujante y freidor

El comercio de Uruguay co- Malasia ha tenido, más allá de l- relatividad de las cifras, un crec- miento explosivo. En 1994 se ve- dieron productos uruguayos p- 300.000 dólares (y se importó p- 5,9 millones) y en los dos año- siguientes las colocaciones tre- ron a 17 y 11 millones de dóla- respectivamente.

Se exportan a Malasia naranj- mandarinas y limones, huevas d- pescado fecundadas para la repr- ducción, cuero de bovino y des- chos de cobre.

"Han llegado todos estos product- Pero ¿por qué? Porque estas empres- fueron, invirtieron su dinero, su tiemp- y consiguieron el mercado. El asunto- que hay que ir; hay que mostrar la p- ducción", subrayó Moreno.

El embajador en Malasia (qu- además representa a Uruguay e- Tailandia, Indonesia y Brunei) relató que el 25 de agosto, par- celebrar el día de la independen- cia de Uruguay, además de real- zar la tradicional recepción, toldi- los jardines de la embajada e- Kuala Lumpur (llovía torrencial- mente) y sirvió a los invitados pro- ductos del país. *"Trajimos carne- postres, pescados, muestras de cerve- el señor Máximo Fernández, de Fripur- fue hasta Malasia, y freía su propio pe- cado y se lo hacía probar a la gente. ¡Es- es un empresario! ¡Y los de las naran- jas, igual!"*. ■ LAURA BONILLA

Al momento de la microf. esta foja tiene inform. cortada.

07

9714325

Arana: los malayos hicieron una propuesta con los pies en la tierra

El intendente opinó por primera vez sobre la promocionada inversión en la zona oeste

Mariano Arana inauguró obras en el Zonal 13 y recorrió la zona de Camino Santos y Behering con los vecinos. (Fotos: Washington Rodríguez)

El intendente municipal de Montevideo, Mariano Arana, dijo que los representantes de la delegación de Malasia que recientemente visitaron nuestro país le presentaron una propuesta "mucho más acotada, realista y con los pies sobre la tierra", para construir un barrio en la zona oeste del departamento destinado a los sectores populares de la población.

El jefe comunal realizó sus comentarios luego de recorrer las obras de mejoramiento realizadas por el municipio en el Zonal 13.

Arana se reunió con los vecinos ayer al mediodía en la intersección de camino Santos y Behering para anunciar la regularización del asentamiento San Antonio y la apertura de la guardería La Rayuela.

A pesar del mal tiempo y la persistente lluvia numerosos vecinos acompañaron al intendente en su recorrido por el barrio.

❑ **Propuesta acotada y realista**

El intendente capitalino comentó a **LA REPUBLICA** que hace un tiempo cuando "en las primeras páginas de algunos diarios apareció con bombos y platillos la construcción de la ciudad satélite detrás del Cerro, nosotros ya habíamos hablado cinco veces con esta gente, pero hasta que las cosas no quedan firmadas jamás nos gusta hablar".

Concretamente, Arana sostuvo que "hay que decirle a la gente, sin alharacas y con la mayor veracidad posible, lo que podemos esperar los montevideanos de propuestas que, en muchos casos, vienen de iniciativas públicas a nivel nacional o departamental y a nivel privado, tanto sea de nuestro país o desde el exterior".

"Ahora no tengo ningún problema en comunicar públicamente que ellos estuvieron con nosotros y que plantearon una propuesta mucho más acotada, más realista y con los pies sobre la tierra, destinada efectivamente a sectores populares, de bajos y medianos ingresos".

"En cuanto a la propuesta concreta, hasta tanto no tengamos en nuestro poder los planos firmados y el compromiso firme de que va a tener viabilidad, no corresponde hacer otro tipo de manifestaciones", subrayó.

❑ **Un megaproyecto que no lo es tanto**

De esta manera el jefe comunal capitalino opinó por primera vez públicamente sobre un tema que meses atrás se transformó en uno de los motores de la afirmación del gobierno nacional sobre el desarrollo futuro del país.

Se manejaron luego de la visita del presidente de la República, Julio María Sanguinetti a Malasia, inversiones multimillonarias en la zona de atrás del Cerro y la creación de una "ciudad satélite".

Se habló de complejos de viviendas, centros comerciales y puerto de yates.

El anuncio impactante, generó un incipiente debate político en el que se le cuestionaba al Poder Ejecutivo, por no consultar a la Intendencia Municipal de Montevideo en la instrumentación de un proyecto de fuerte impacto en la capital.

Luego de la reciente visita del primer ministro malayo, en retribución a la de Sanguinetti, las cosas parecen haber quedado en su verdadera dimensión y el proyecto, aunque importante, parece ser bastante más modesto en inversiones y en impacto, de lo que se había anunciado en un principio.

Finalizó encuesta por Aedes

La encuesta para de- desarrollaron su traba- de los Centros Comu-

9714325

08

En un encuentro de exportadores con el primer ministro malayo Mahathir bin Mohamad

Menem pide a Malasia que compre más aquí

El presidente Carlos Menem llamó a los empresarios a hacer crecer el intercambio comercial con los países del sudeste asiático, al reclamar un aumento de las importaciones asiáticas luego de indicar que sólo 0,22% del total de las compras de esa región es de productos argentinos.

La queja presidencial tuvo lugar durante la inauguración del Encuentro Nacional de Exportadores Argentinos (que organizó la fundación Export-Ar) destinado a países de la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático (ASEAN), que tuvo lugar en la Bolsa de Comercio, con la presencia del primer ministro de Malasia, Mahathir bin Mohamad; el ministro de Economía, Roque Fernández; el canciller Guido Di Tella y el Secretario General de la ASEAN, Dato Ajit Singh.

Menem dijo que luego de su viaje a Malasia en 1995 decidió promover «una nueva orientación de nuestra política exterior hacia Malasia». No obstante, marcó el camino que queda por recorrer al señalar que el intercambio entre la Argentina y los países de la ASEAN (Brunei, Filipinas, Indonesia, Malasia, Singapur, Tailandia, Vietnam y las recientemente admitidas Laos y Myanmar) «representa una ínfima parte del potencial existente, si bien ya hemos quebrado la incomunicación entre nuestros respectivos países».

• Crecimiento

«El ingreso per cápita de la Argentina pasó de u$s 2.000 en 1989 a cerca de u$s 9.000 en la actualidad, lo que indica un crecimiento sostenido» señaló el jefe de Estado. Entre otras cifras resaltó que «en 1995 el PBI de los países de la ASEAN alcanzó los u$s 635.000 millones, y en ese mismo año el PBI del Mercosur fue de u$s 900.000 millones».

Sin embargo, remarcó el «atraso» de la balanza comercial del Mercosur y destacó que la región «tiene que exportar más y abrir nuevos mercados, sobre todo en el rubro de la alimentación».

Indicó que se podría realizar «una simetría entre lo que es Malasia para la ASEAN y la Argentina para el Mercosur» y señaló a este mercado como «un interlocutor válido para analizar iniciativas de negocios entre las regiones, para lo cual promovimos el Consejo de Negocios ASEAN-Mercosur».

En relación con las inversiones extranjeras en la Argentina entre 1990 y 1995 el Presidente resaltó que «se registró una tasa de crecimiento promedio de 25% anual, nivel sólo superado por China, mientras que Malasia se ubicó tercero con 22% anual seguido por Chile, Tailandia, Singapur y México».

Con anterioridad, Mahathir bin Mohamad también destacó la posición relevante que ocupa la Argentina en el intercambio comercial de la ASEAN con el Mercosur. «La permanente presencia de la Argentina en la ASEAN se hace sentir, pues su comercio ha excedido los u$s 800 millones, es decir 14% del comercio total de la ASEAN con Latinoamérica en 1996», dijo el primer ministro malayo.

Mohamad señaló a su país como «un campo ideal para que los empresarios argentinos puedan radicar sus operaciones y aprovechen el potencial de la ASEAN».

Asimismo, elogió el desarrollo comercial de la Argentina en los últimos cinco años «con registros promedio récord de 10,4% anual de crecimiento que alcanzó los u$s 47,6 mil millones en 1996», y resaltó que durante ese mismo año el volumen de comercio de los países de la ASEAN con la Argentina se incrementó en 30,4%, llegando a u$s 6 mil millones.

Por su parte, el canciller Di Tella se refirió a los jefes de gobierno argentino y malayo como «los dos mandatarios que más pesan en la transformación y en las posibilidades de hacer realidad la estrategia de acercar aun más el Mercosur con la ASEAN».

Página 25 Ámbito Financiero, Buenos Aires, lunes 6 de octubre de 1997

09-09

14325

Nº DOCUMENTO 9714326
TITULO NEPAL : JURA
PROCEDENCIA STB193
FECHA DE PROCEDENCIA 07/09/97
VINCULACIONES 1187G
10103 507602
11164
11302

NUEVO PRIMER MINISTRO

icx exg mun

NEPAL-PRIMER MINISTRO
SURYA BAHADUR THAPA ASUMIE JEFATURA GOBIERNO NEPAL

Nueva Delhi, 7 oct (EFE).- Surya Bahadur Thapa, del Partido Nacional Democrático (PND, derechista), juró hoy martes su cargo de primer ministro del Gobierno de Nepal, cuatro días después de que un gabinete de coalición entre dicha fuerza y el partido comunista perdiera un voto de confianza en el Parlamento.

Bahadur Thapa, encabezará un Gobierno del que formarán parte el partido derechista Nepal Sadbhavana Party, y el centrista Partido del Congreso de Nepal.

Según la emisora oficial nepalí, con Bahadur Thapa, juraron su cargo ante el rey Birendra otros cinco ministros, cuatro de ellos del PND, y el quinto miembro del Nepal Sadbhavana Party.

Thapa retuvo para sí 17 carteras, incluída la de Defensa, pero se espera que muchas de ellas se las adjudique a miembros del Partido del Congreso de Nepal, en una próxima ampliación del gabinete.

Este el el cuarto primer ministro que asume el poder en el reino himalayo desde las elecciones generales de 1994, en las que ningún partido obtuvo la mayoría necesaria para gobernar en solitario.

El sábado, el Gobierno de coalicición del PND y del Partido Comunista de Nepal (Marxista Leninista Unido), encabezado por Lokendra Bahadur Chand, del Partido Nacional Democrático, perdió un voto de confianza después de que 14 diputados de su propia fuerza política le retirasen el apoyo.

Tras la caída del gobierno Bahadur Thapa envió una carta al monarca informándole de su derecho a formar uno nuevo, y le adjuntaba un documento firmado por 107 legisladores que apoyaban su administración.

La Constitución de Nepal dice que quien aspire al cargo de primer ministro debe contar con el apoyo de al menos 103 legisladores en la Cámara Baja que tiene 205 escaños.

Después de tres décadas, durante las que el rey gozó de poder absoluto, una revuelta popular restauró en 1990 la monarquía parlamentaria, y desde entonces la vida politica nepalí está presidida por la inestabilidad. EFE

ic/meg/ma

01-01

9714326

Nº DOCUMENTO 9714327
TITULO SINGAPUR COMPRA MISILES TIERRA - AIRE RUSOS
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PRICE NCIA 181091
VINCULACIONE 11876
510660
11019
11103
504294

TD9699

R VARBT 10-15 00177
mun exg icx

SINGAPUR-ARMAS
MISILES RUSOS PARA LAS FUERZAS ARMADAS SINGAPURENSES

Singapur, 15 oct (EFE).- Singapur ha adquirido por primera vez armamento de fabricación rusa para dotar a sus Fuerzas Armadas de un sistema portátil de misiles tierra-aire, informó hoy miércoles el Ministerio de Defensa de esta ciudad-estado.

El sistema de defensa, del modelo IGLA, se complementará con otros sistemas de similares prestaciones y adquiridos previamente a Estados Unidos, Gran Bretaña y Rusia, y que se hallan ya en el arsenal de las Fuerzas Armadas singapurenses.

"Su facilidad de desplazamiento y manejo cumple con nuestros requisitos", señaló en rueda de prensa Teo Chee Hean, viceministro de Defensa, durante la demostración acerca de las prestaciones de los misiles rusos.

El Ministerio de Defensa declinó revelar el costo del sistema de misiles y cuántos proyectiles van a recibir de Rusia.

Singapur, que recientemente recibió dos submarinos de fabricación sueca, ha comprado hasta ahora la mayor parte de su armamento en Estados Unidos, de donde proceden sus escuadrillas de aviones de combate F-16 y bombarderos.

cp/mfr/ntc/ga

10/15/14-08/97

01-01

9714327.

Nº DOCUMENTO 9714328
TITULO Graves enfrentamientos en Sri Lanka
PROCEDENCIA C' 150015
FECHA DE PROCEDENCIA 941094
VINCULACIONES 10876
5014462
U464. Cont int.

EL MUNDO

7/10

Graves enfrentamientos en Sri-Lanca

Casi 200 muertos en graves combates entre las fuerzas de seguridad y los Tigres de Liberación de la Patria Tamil

CERCA de 200 personas murieron, entre guerrilleros tamiles y fuerzas de seguridad, en el norte y este de Sri Lanka (ex Ceilán), en los combates entre los dos bandos, dijeron ayer lunes fuentes oficiales.

NUEVA DELHI, (EFE).- Los más graves fueron en la región norteña de Vanni, cuando los soldados intentaron ayer avanzar hacia la zona que controlan los Tigres de Liberación de la Patria Tamil, el mayor grupo rebelde que lucha por la secesión del norte y este de la isla.

Según fuentes militares, más de 150 tamiles murieron y otros 200 resultaron heridos, cuando los separatistas trataron de frenar el avance del Ejército por la carretera de Mankulam a Oddsuddan, en la región de Vanni.

Las fuerzas de Colombo perdieron 34 soldados en la ofensiva, y antes habían tratado de conquistar la ciudad de Puliyankulam, plaza fuerte de los rebeldes, situada en otra carretera. En otro enfrentamiento, los Tigres Tamiles lograron anteanoche el control de un puesto policial en el distrito oriental de Ampara, y dieron muerte a ocho agentes e hirieron a otros 15.

Esta ofensiva del Ejército contra la guerrilla en la región de Vanni forma parte de la operación iniciada el 13 de mayo en el norte de la isla.

Más de 20.000 soldados participan en la operación "Victoria segura" cuyo objetivo es arrebatar a los rebeldes el control de la carretera que une Vavuniya, ciudad a 254 kms. al norte de Colombo, con Jafna, en el extremo norte de la isla.

Tanto Vavuniya como Jafna, separadas por cien kilómetros, están en poder del Ejército, aunque unos 60 de la carretera que las une atraviesa territorios controlados por los rebeldes.

"Victoria segura" es la última de una serie de ofensivas del Ejército contra los tigres tamiles, desde que éstos rompieron unilateralmente el diálogo de paz con el Gobierno en 1995.

La guerrilla inició la lucha por la secesión en 1983 alegando que los tamiles, un 17, 6 por ciento de la población concentrados en el norte y este de la isla, son discriminados por el Gobierno de la mayoría cingalesa, el 75 por ciento de la población.

Según el Gobierno, más de 50.000 personas han muerto en la lucha por una patria independiente tamil.

LANZAMIENTO DE CAMPAÑA

El ejército lanzó una campaña en mayo para capturar la carretera entre Vavuniya, controlado por el gobierno, y Kilinochchi, más hacia el norte, en un intento de asegurar una ruta hacia la norteña península de Jaffna.

En otro ataque de los rebeldes en el distrito oriental de Amparai, siete policías murieron cuando guerrilleros de los Tigres de Tamil ocuparon su puesto en un poblado de la región poco después de la medianoche, dijo la policía.

Agregó que decenas de guerrilleros atacaron el puesto policial en el poblado de Aranthalawa, en el distrito de Amparai, minutos después de la medianoche del domingo, dijo la policía.

Añadió que 16 policías más resultaron heridos y que tres estaban desaparecidos.

Los guerrilleros incendiaron el puesto policial y huyeron después a una zona selvática cercana a Aranthalawa, ubicada a 200 kilómetros al este de la capital Colombo.

Los Tigres de Liberación Tamil Eelam luchan por una patria autónoma para la minoría tamil en el norte y este de Sri Lanka. El gobierno calcula que la guerra de guerrillas que empezó en 1983, ha cobrado más de 50.000 vidas. Según la guerrilla, la cifra de víctimas ser más elevada.

01-01

9714328

XC7886

R FOXBT 10-14 00282
icx mun exg

TAILANDIA-GOBIERNO
PRIMER MINISTRO CEDE CONTROL ECONOMIA A PARTIDO ALIADO

Bangkok, 14 oct (EFE).- El primer ministro de Tailandia, Chavalit Yongchaiyudh, ha otorgado el control absoluto de los asuntos económicos al segundo mayor partido de la coalición de Gobierno, el Partido del Desarrollo (Chat Pattana), lo que la prensa atribuye hoy a una intensa presión política.

Yongchaiyudh, quien ha admitido previamente carecer de especialistas capacitados para resolver la crisis económica, anunció el lunes que el viceprimer ministro, Korn Darabansi, presidirá los consejos celebrados por los responsables de las carteras de Economía. Finanzas y Comercio.

Darabansi, un desconocido entre los sectores empresariales y financieros del país, es el sobrino el ex primer ministro, Chatichai Choonhavan, jefe del Chat Pattana, segunda mayor formación de las seis que apoyan al Gobierno.

La elección de Darabansi ha sido vista como una victoria del Partido del Desarrollo, formación que durante las últimas semanas ha incrementado su presión con el propósito de forzar una remodelación del gabinete.

Yongchaiyud, en declaraciones a la prensa, ha dicho que las responsabilidades de Darabansi no afectarán a las encomendadas a su colega el viceprimer ministro Virabongsa Ramangkura, responsable del seguimiento de las condiciones impuestas por el Fondo Monetario Internacional para facilitar su ayuda financiera.

La economía de Tailandia, considerada una de las más boyantes de Asia hasta el pasado año, experimenta una profunda crisis como consecuencia, entre otros factores, del endeudamiento y la pérdida de competitividad de muchos de sus productos.

La crisis económica ha llevado al Gobierno de Tailandia a solicitar al FMI, más de 17.200 millones de dólares de ayuda financiera. EFE

mfr/Alf/ga/jdl

10/14/08-16/97

Nº DOCUMENTO 9714329
TITULO TAILANDIA: GOBIERNO
PROCEDENCIA SIBE93
FECHA DE PROCEDENCIA 29/10/97
VINCULACIONES 11816
50766?
11164
11161
11302

POLITICA Y ECONOMICA

50801
11103
11163

9714329

01-15

XU6392

R ECOBT 10-14 00354
mun exg

TAILANDIA-ECONOMIA
GOBIERNO RECORTA 2.800 MILLONES DOLARES GASTO DE ACUERDO FMI

Bangkok, 14 oct (EFE).- El Gobierno de Tailandia aprobó hoy, martes, un recorte presupuestario de 2.800 millones de dólares para tratar de cumplir con las condiciones impuestas por el Fondo Monetario Internacional (FMI) para otorgar su ayuda fianciera.

Al término de la reunion del gabinete se anunció también que, como medida adicional, se elevarán los impuestos a los productos de importación considerados de lujo, lo que puede suponer unos ingresos de cerca de 1.000 millones de dólares para las arcas estatales.

Para cumplir con las condiciones impuestas por el FMI tras la concesión de los 17.200 millones de dólares de apoyo económico, Tailandia tiene que lograr un superávit presupuestario equivalente al uno por ciento del Producto Interior Bruto (PIB).

Menos drásticas fueron las medidas anunciadas por el Gobierno con el objetivo de revitalizar la crítica situación del sector financiero, una de las cuestiones que mas preocupa a los inversores extranjeros.

En este sentido, el Gobierno indicó que se crearán dos agencias nacionales encargadas de la protección de los acreedores y ahorradores, y además, se ha comprometido a modificar la actual legislación sobre la quiebra.

Tailandia adeuda mas de 90.000 millones de dólares a la banca extranjera, de los cuales el 70 por ciento corresponde a créditos obtenidos por el sector privado.

Ante la situación de crisis, el Gobierno tailandés ordenó el pasado mes de agosto la supensión de las operaciones de 58 entidades financieras declaradas insolventes.

De las 33 entidades financieras que continuan en activo, tan sólo una veintena sobrevivirá a la crisis económica que atraviesa el país, según manifestaron a EFE fuentes del sector bancario.

Por su parte, el Banco Nacional de Tailandia ha hecho público su deseo de dispones de facultades adicionales para poder sustituir a los gestores y responsables de algunas entidades financieras que considera carecen de conocimientos suficientes.

La Bolsa de Valores de Bangkok reaccionó sin entusiasmo al anuncio del aguardado conjunto de medidas, que, de acuerdo a algunos analistas, pueden diluirse debido a la influencia de factores políticos. EFE
mfr/alf/jf/dv

10/14/11-14/97

9714329.

02

XC8021

U POXBT 10-20 00483
icx mun exg

TAILANDIA-CRISIS POLITICA
GABINETE AMENAZA DIMITIR PARA FORZAR RENUNCIA PRIMER MINISTRO

Bangkok, 20 oct (EFE).- Los 48 ministros del Gobierno de Tailandia han anunciado su dimisión mañana martes para forzar la renuncia del primer ministro, Chavalit Yongchaiyud.

Los ministros exigen la renuncia o una nueva remodelación del Gabinete con la reasignación de funciones, según explicaron hoy tras la reunión mantenida anoche por los jefes de las seis formaciones politicas que integran el Gobierno de coalición.

Esta es la estrategia emprendida por el Partido del Desarrollo (Chat Pattana) en contra de primer ministro, del Partido Nueva Aspiración (NAP).

Durante las últimas semanas, el Partido del Desarrollo, la segunda mayor formación del bloque gubernamental, ha aumentado su presión sobre el primer ministro para tratar de que este renuncie en favor de su líder, el veterano político y ex primer ministro, Chatichai Choonhavan

Los partidos de la coalición, según comunicaron en rueda de prensa, consideran que la permanencia de Yongchaiyudh al frente del Gobierno aumentará los problemas económicos y políticos por los que atraviesa el país.

La renuncia en bloque, que será remitida el martes al primer ministro de forma oficial, coincide con la dimisión del ministro de Finanzas, Thanong Bidaya, experto economista sin militancia política y elegido por Yongchaiyudh para acometer las reformas económicas consideradas necesarias para enderezar la situación del país, cuya moneda ha registrado acusados descensos frente al dólar.

La decisión adoptada por Thanong Bidaya, el segundo ministro de Finanzas que presenta su dimisión en los diez meses que Yongchaiyud lleva al frente del Gobierno, obedece a la repercusión de las decisiones de la política en los asuntos económicos.

"La política sigue dominando la economía, y si en Tailandia no conseguimos dar prioridad a la economía sobre la política, nunca resolveremos los problemas económicos que padece el país", manifestó Bidaya en rueda de prensa.

El primer ministro revocó el pasado jueves el impopular decreto de subida de los productos derivados del petróleo, aprobado dos días antes, y una de las medidas consideradas esenciales por Bidaya para cumplir con las condiciones impuestas por el Fondo Monetario Internacional (FMI) para conceder su ayuda financiera.

Tailandia, que atraviesa una profunda crisis económica, se halla bajo la supervisión del FMI desde que el pasado agosto solicitó a esa institucion internacional alrededor de 17.200 millones de dólares.

Diversos analistas han asegurado que, si las demandas del Partido del Desarrollo no son aceptadas, esta formación esta dispuesta a abandonar la coalición, lo que provocaría la caída del Gobierno.

De acuerdo a informaciones difundidas por la televisión, el primer ministro, ha negado que tenga intenciones de presentar su dimisión.

A pesar de las cartas de dimisión firmadas por los 48

9714329

ministros, muchos analistas, creen que resulta improbable que el primer ministro, Chavalit Yongchaiyud, esté dispuesto a abandonar su beligerante postura. EFE
mfr/Alf/jdl

10/20/07-38/97

04

9714329

DP6935

R ECOBT 10-20 00095
mun exg icx

TAILANDIA-MONEDA
BAT CAE EN PICADO IMPULSADA POR DIMISION MINISTRO DE FINANZA

Bangkok, 20 oct (EFE).- La moneda tailandesa, el bat, cayó hoy en picado tras el anuncio sobre la renuncia del titular de Finanzas, Thanong Bidaya, y la amenaza de dimision presentada por los 48 miembros del Gabinete.

Al inicio de la jornada, el bat batió otro nuevo record histórico a la baja al cotizarse frente al dólar a 38,15 unidades.

Los analistas atribuyeron el acusado descenso a la inestabilidad política producto de las luchas intestinas entre los seis partidos del Gobierno de Coalición.EFE

mfr/Alf/cg/rs

10/20/05-41/97

05

9714329

XB7850

R POXBT 10-21 00193
mun exg icx

TAILANDIA-CRISIS
MOVILIZACIONES POPULARES PARA EXIGIR RENUNCIA PRIMER MINISTRO

Bangkok, 21 oct (EFE).- Empresarios, intelectuales, estudiantes, oficinistas y obreros rodearon hoy martes la Casa del Gobierno tailandés para exigir la renuncia del primer ministro, Chavalit Yongchaiyudh, al que responsabilizan de la crisis económica.

En torno a un millar de personas se manifestaron hoy por segundo día consecutivo para reclamar la dimisión de Yongchaiyudh, cuya renuncia también ha sido exigida por los 48 ministros del Ejecutivo, que han amenazado con abandonar hoy en bloque el Gabinete.

Según *informaciones* publicadas por la prensa de hoy, el Partido Chat Pattana, segunda mayor formación de entre las seis coaligadas para gobernar, se ha asegurado la gestión de todas las carteras relacionadas con los asuntos económicos.

El lider del Partido Chat Pattana, el veterano político Chatichai Choonhavan, fue depuesto de ese cargo en 1991 y acusado de "inusualmente rico" por los militares que perpetraron un golpe de Estado.

La moneda nacional cayó de nuevo en picado marcando otro histórico récord a la baja, después de que ayer los mercados descontarán la dimisión del titular de Finanzas Thanong Bidaya.
EFE

mfr/Alf/jff

10/21/07-49/97

06

9714329

XB7865

U POXBT 10-21 00558
mun exg icx

TAILANDIA-CRISIS (Previsión)
CONTINUA LA PRESION PARA FORZAR RENUNCIA PRIMER MINISTRO

Por Miguel F. Rovira

Bangkok, 21 oct (EFE).- Por segundo día consecutivo, cerca de un millar de tailandeses -empresarios en su mayoría- se han echado a las calles de Bangkok para pedir la dimisión del primer ministro, Chavalit Yongchaiyudh.

Estas protestas populares coinciden con el pulso que los 48 ministros del Gobierno mantienen con el primer ministro cuya renuncia han exigido para no presentar la dimisión en bloque.

Ministros y manifestantes responsabilizan a Yongchaiyudh de los problemas económicos que atraviesa el país.

La Casa del Gobierno, situada en el centro de Bangkok, estuvo rodeada desde primeras horas del martes por grupos de empresarios, intelectuales, estudiantes, oficinistas y obreros, que visiblemente irritados, gritaron insultos contra el primer ministro.

Al mismo tiempo, en el interior de la Casa de Gobierno, el primer ministro Chavalit Yongchaiyud, se entrevistaba con el ministro alemán de Asuntos Exteriores, Klaus Kinkel, quien no pudo ser recibido el lunes debido a las reuniones de crisis mantenidas por el jefe del Ejecutivo con sus socios de la coalición de Gobierno.

Los 48 miembros del Gabinete firmaron el domingo sus cartas de renuncia con la finalidad de forzar la caída del primer ministro o una amplia remodelación del Ejecutivo y una nueva distribución de las responsabilidades.

Según publica hoy la prensa, el Partido Chat Pattana, segunda mayor formación de entre las seis que forman el Gobierno de Coalición, se aseguró en dicha reunión la gestión de todas las carteras relacionadas con los asuntos económicos.

El líder del Partido Chat Pattana (Partido del Desarrollo), el veterano político Chatichai Choonhavan, ocupó el cargo de primer ministro hasta que fue depuesto en 1991 mediante un golpe de Estado y acusado de enriquecimiento ilícito.

La incertidumbre política ha provocado otra caída de la moneda nacional, el bat, que hoy martes marcó un nuevo record histórico a la baja, tras el notable descenso del lunes, atribuido a la dimisión del ministro de Finanzas, Thanong Bidaya.

Tailandia, considerada hasta el pasado año una de las economías mas prometedoras del Sudeste Asiático, atraviesa una grave crisis económica que ha desembocado en una gran inestabilidad política.

La presión sobre Yongchaiyudh, que desde hace algunas semanas sigue una política errática, aumentó considerablemente esta semana cuando suspendió el decreto de subida de los precios de los derivados del petroleo.

El ya ex ministro de Finanzas se ha quejado de la injerencia de la política en los asuntos económicos y reiteró que la anulada subida de los combustibles era la única fórmula viable para aumentar los ingresos del Estado y cumplir asi con las condiciones impuestas por el Fondo Monetario Internacional (FMI).

Después de gastar alrededor de 28.000 millones de dólares de las reservas nacionales en la defensa del bat, Tailandia solicitó

07

9714329

en septiembre al FMI una ayuda económica por valor de 17.200 millones de dólares.

Los problemas económicos de Tailandia provienen de su endeudamiento con el exterior y la pérdida de competitividad de sus exportaciones, según los analistas.

Tailandia adeuda a la banca extranjera, alrededor de 90.000 millones de dólares, y del total, el 70 por ciento corresponde a empréstitos solicitados por el sector privado.

El gobierno de Tailandia suspendió en septiembre las operaciones de 58 compañías financieras por su incapacidad para afrontar el pago de sus deudas. EFE

mfr/Alf/meg/jff

10/21/10-03/97

9714329

XJ2643

R POXBT 10-21 00396
mun exg icx

TAILANDIA-CRISIS
MINISTROS ENTREGAN DIMISIONES Y ESPERAN DECISION JEFE GABINETE

Bangkok, 21 oct (EFE).- El primer ministro de Tailandia, Chavalit Yongchaiyudh, recibió hoy, martes, las cartas de renuncia de los 48 miembros de su Gabinete, que tratan de forzar su dimisión, aunque se desconoce la decisión que éste adoptará.

Los viceprimeros ministros y ministros, entregaron sus dimisiones durante la reunión en la Casa de Gobierno, en cuyas inmediaciones se concentraron hoy alrededor de un millar de personas para solicitar la dimisión de Yongchaiyudh.

La dimisión en bloque del Gabinete, afirman los observadores políticos, deja la vía libre al Partido para el Desarrollo (Chart Pattana) para nombrar un nuevo Gobierno.

Según informaciones de la prensa local, el Partido para el Desarrollo, encabezado por el veterano político, Chatichai Choonhavan, se ha asegurado el control de todas las carteras relacionadas la economía.

La reunión de Gabinete concluyó sin indicios de que exista un avance sobre la composición del nuevo Gobierno o de que el primer ministro haya considerado la posibilidad de dimitir.

Yongchaiyudh, que es también titular de Defensa, parece haber perdido el respaldo de los militares y, según informa el diario Bangkok Post, el comandante supremo de las Fuerzas Armadas, general MongKol Amporphisit, ha pedido también su renuncia.

"En estas circunstancias resulta difícil que siga encabezando el Gobierno", declaró el general Amporphisit.

Sin embargo, los sondeos realizados por emisoras de radio señalan que la población se muestra escéptica a que la supuesta remodelación ministerial resuelva los graves problemas económicos y estabilice la situación política.

Los 48 miembros del Gabinete, formado por los seis partidos que integran el Gobierno de coalición, firmaron sus cartas de renuncia el pasado domingo pocas horas después de que el ministro de Finanzas, Thanong Bidaya, presentase su dimisión.

Tailandia, que hasta el pasado año estuvo considerada una de las economías más prometedoras del sudeste asiático, solicitó el pasado septiembre 17.200 millones dólares al Fondo Monetario Internacional (FMI) para evitar el colapso de su sistema financiero.

Durante la reunión de hoy, el Gabinete aprobó cinco decretos para rehabilitar a las 58 sociedades financieras suspendidas por el Gobierno por su insolvencia.

La deuda exterior de Tailandia se eleva a 90.000 millones de dólares, un 70 por ciento de la cual corresponde a préstamos solicitados por el sector privado. EFE
mfr/Alf/mz

10/21/14-04/97

09

9714329

XB7844

R ECOBT 10-21 00078
mun exg icx

TAILANDIA-MONEDA
MONEDA TAILANDIA CONTINUA DESPLOME DEBIDO A CRISIS POLITICA

Bangkok, 21 oct (EFE).- La moneda tailandesa, el bat, marcó hoy, martes, otro nuevo mínimo histórico debido a la incertidumbre que rodea el futuro del primer ministro, Chavalit Yongchaiyudh, y su Gabinete.

El bat, que ya ha perdido más del 40 por ciento de su valor desde agosto, se cotizó frente al dólar a 38,3 unidades, y según los analistas, caerá aun más a causa de la crisis política. EFE
mfr/ntc/cg/jff

10/21/06-09/97

9714329

XC8057

U POXBT 10-22 00580
icx mun exg

TAILANDIA-CRISIS (Previsión)
EJERCITO NO INTERVIENE PERO RETIRA APOYO AL PRIMER MINISTRO

Por Miguel F. Rovira

Bangkok, 22 oct (EFE).- A pesar de su tradición golpista, el Ejército tailandés no ha tomado de momento partido en la actual crisis política, aunque parece que el primer ministro, Chavalit Yongchaiyudh, no dispone ya del apoyo de las Fuerzas Armadas.

Con un historial de 17 golpes de estado, el Ejército parece no querer inmiscuirse en la política, aunque, si lo está haciendo, según algunos analistas, es de un modo más sutil que en el pasado.

El comandante en jefe de las Fuerzas Armadas, general Mongkol Amporphisit, según recoge hoy el diario Bangkok Post, ha solicitado la dimisión del primer ministro para abrir un cauce a la estabilidad política.

"En las circunstancias presentes, le va a resultar difícil seguir encabezando el Gobierno", ha señalado el general Mongkol, considerado hasta hace poco uno de los más leales seguidores del primer ministro.

Yongchaiyudh, brillante ex comandante en jefe del Ejército hasta que en 1991 decidió renunciar a su carrera militar para dedicarse a la política, sufre ahora la presión de los militares, cuya influencia no ha mermado.

Los 48 miembros del gabinete presentaron ayer su dimisión en bloque para forzar la renuncia del primer ministro, que no parace dispuesto a abandonar el cargo.

Según la prensa local, durante una reunión mantenida el martes a última hora de la noche, el primer ministro propuso declarar el "estado de emergencia", medida, que según los diarios, fue bloqueada por los altos mandos de las Fuerzas Armadas.

"Esa medida empeorará aún más la situación", ha declarado el jefe del Ejército, general Chetta Thanajaro, uno de los destacados mandos que asistió a dicha reunión.

Con la aplicación de esa medida, y siempre según las mencionadas fuentes, se pretendía acallar las manifestaciones que desde el pasado lunes protagonizan en Bangkok miles de personas -muchos de ellos empresarios- que exigen la dimisión de Yongchaiyudh.

Sin embargo, el Gobierno negó hoy miércoles haber considerado la posibilidad de decretar el "estado de emergencia" por considerar que tan sólo una pequeña minoría de tailandeses se han sumado a las protestas callejeras.

"La reunión entre el primer ministro y los mandos de las Fuerzas Armadas y la Policía tuvo como objetivo revisar la situación e intercambiar puntos de vista acerca de los últimos acontecimientos", señalaron a EFE fuentes gubernamentales que pideron el anonimato.

Alrededor de medio millar de personas se manifestaron el miércoles por tercer día consecutivo frente a la Casa del Gobierno para pedir la dimisión de Yongchaiyudh, pese a que el Ejecutivo pidió hoy que no continuaran las concentraciones de protesta

A pesar de la opinión negativa que algunos sectores castrenses tienen sobre el sistema democrático, la mayor parte de los observadores, descartan la posibilidad de un golpe de Estado o el que los generales opten por apoyar a la oposición.

11

9714329

"Los militares no confían en la eficacia de la oposición, y eso quizá explique su decisión de mantenerse neutrales", comentó un diplomático europeo.

Para algunos analistas, el único motivo que puede provocar la intervención de los militares es la existencia de una potencial confrontación entre el pueblo y las fuerzas políticas.

El último golpe de estado fue perpetrado en 1991 contra el Gobierno encabezado por el veterano político, Chatichai Choonhavan, actual jefe del Partido del Desarrollo (Chat Pattana), y al que acusaron de enriquecimiento ilícito.

En mayo de 1992, las tropas tailandesas aplastaron las manifestaciones prodemocráticas en las que murieron alrededor de 50 personas. EFE

mfr/Alf/meg/jdl

10/22/10-49/97

9714329

XC8118

U POXBT 10-23 00492
icx mun exg

TAILANDIA-CRISIS (Previsión)
EL GOBIERNO DE TAILANDIA, AMENAZADO POR LUCHAS INTERNAS

Por Miguel F. Rovira

Bangkok, 23 oct (EFE).- El asediado primer ministro tailandés, Chavalit Yongchaiyudh, puede perder hoy mismo el apoyo de un partido clave en la coalición que lo mantiene en el poder.

El líder del Partido del Desarrollo, Chatichai Choonhavan, convocó hoy a los más destacados miembros de su formación para evaluar las consecuencias que puede acarrear una ruptura de la coalición gubernamental tailandesa.

Este partido está estudiando su presencia en el Gabinete a instancias de los líderes empresariales y sindicales, que acusan al jefe del Gobierno de la preocupante situación económica por la que atraviesa el país.

Alrededor de medio millar de manifestantes se concentraron hoy frente a la residencia de Chatichai Choonhavan para pedirle que retire a su partido de la coalición.

En círculos diplomáticos de Bangkok se tiene la impresión de que la amenaza planteada por el Partido del Desarrollo no es sino un intento de asegurarse el mayor número de carteras en un próximo Gobierno, toda vez que los 48 ministros del anterior dimitieron el pasado martes.

El Partido de Desarrollo, pues, condiciona su permanencia en el bloque gubernamental a un amplio reajuste ministerial.

"De no producirse una completa remodelación, y que sea aceptable, continuarán los problemas económicos", señalaron fuentes de este partido.

El ministro del Interior, Snoh Thienthong, "número dos" del mayoritario Partido Nueva Aspiración, que encabeza el jefe del Gobierno, Chavalit Yongchaiyudh, indicó que la disolución del Parlamento era la mejor vía para resolver las luchas por las carteras ministeriales.

"El primer ministro -añadió- está considerando seriamente la posibilidad de devolver el poder al pueblo para estabilizar la situación política y económica".

Según los analistas, estas luchas internas han contribuido a la caída de la moneda nacional, el bat, que con una cotización cercana a las 40 unidades frente al dólar ha puesto la economía al borde del desastre.

Las mismas fuentes estiman que el coste económico de la crisis política, desatada por la dimisión del ministro de Finanzas, Thanong Bidaya, el pasado domingo, día 21, se eleva ya a los 180.000 millones de bat (unos 4.700 millones de dólares).

El clima de incertidumbre también preocupa a la banca extranjera. Uno de sus representantes, que prefirió no ser identificado, comentó a EFE que "en estos momentos no hay nadie que diriga las finanzas o se encargue de gestionar el paquete de ayuda económica solicitado al Fondo Monetario Internacional".

También las Fuerzas Armadas siguen de cerca la situación. Según el comandante en jefe del Ejército, general Chetta Thanajaro, "lo que se decida debe hacerse pronto porque cualquier retraso dañará aún más la economía".

Tailandia, que en septiembre solicitó 17.200 millones de dólares al FMI, debe a la banca extranjera unos 90.000 millones,

9714329

cifra que ha aumentado notablemente a causa de la depreciación del bat, que ha caido hasta un 58 por ciento respecto del dólar desde el pasado mes de agosto. EFE

mfr/fp/meg/jdl

10/23/09-15/97

9714329

XU6817

R ECOBT 10-29 00449
mun exg

TAILANDIA-DEUDA
BANCA EXTRANJERA AMENAZA CON EXIGIR PAGO DEUDA VIA JUDICIAL

Por Miguel F. Rovira

Bangkok, 29 oct (EFE).- Los acreedores extranjeros amenazaron hoy, miércoles, con exigir judicialmente a las entidades financieras tailandesas la devolución de préstamos vencidos el año pasado por valor de 31.250 millones de dólares.

"Algunos bancos acreedores creen que ha llegado el momento de adoptar medidas drásticas, preferentemente la judicial", indicó David Proctor, presidente de la Asociación de la Banca Extranjera en Tailandia.

El Ejecutivo tailandés suspedió, el pasado agosto, las operaciones de 58 entidades financieras debido a su insolvencia, y que en conjunto adeudan 5.000 millones de dólares a la banca internacional.

La situación, según fuentes del sector bancario, puede empeorar el próximo mes de diciembre, cuando vence el plazo de devolución de otros de 20.000 millones de dólares concedidos adicionalmente años atrás por las entidades extranjeras a algunos bancos tailandeses.

De los más de 90.000 millones de dólares que Tailandia adeuda a la banca internacional, unos 71.000 millones corresponden a deudas contraídas por el sector privado, y el 40 por ciento mediate créditos a corto plazo.

"Los acreedores extranjeros se sienten seriamente preocupados con el reembolso de los créditos", afirmó Proctor.

Tailandia, que según el Banco Nacional dispone ahora de unas reservas de unos 29.600 millones de dólares, debe mantenerlas entre los 23.000 y 24.000 millones para cumplir con las condiciones impuestas por el Fondo Monetario Internacional (FMI).

Después de gastar infructuosamente cerca de 23.400 millones en la defensa de la moneda nacional, el bat, Tailandia solicitó en septiembre al FMI una ayuda financiera por valor de 17.200 millones de dólares.

A pesar de la ayuda económica del FMI, algunos analistas, están convencidos de que Tailandia no tiene otra alternativa que la de declarar una moratoria de la deuda si no consigue llegar a un acuerdo de renegociación con la banca extranjera.

La Asociación de la Banca de Tailandia solicitó la mediación del Gobierno en la creación de un comité formado por los representantes de los 150 acreedores internacionales y las 250 entidades tailandesas atrapadas por las deudas.

La mayor parte de los bancos de Tailandia, según confirmaron a EFE fuentes del sector, mantienen en secreto su ratio de créditos morosos para evitar asi una estampida de los inversores.

No obstante, la ocultacion ha minado profundamente la confianza en la bolsa de Valores de Bangkok y sobre todo el sistemo financiero del país.

"Muchos son los bancos tailandeses que establecen en un siete por ciento el ratio de los créditos morosos, dato que nadie cree, ni incluso yo", sentenció Banthoon Lamsam, presidente del Thai Farmers Bank, la tercera mayor entidad bancaria de Tailandia. EFE

mfr/Alf/cg/dv

9714329

10/29/12-29/97

15 15

Nº DOCUMENTO 9716330
TITULO TAIWAN PUSEA APOYO EN EUROPA Y SE REUNE CON EE.UU. POR LA OMC
S18193
131097
11676
S14643
10184
6x670
S10821

11161
11164
11399

TD9230

R POXBT 10-03 00256
mun exg icx

TAIWAN-EUROPA
MIEMBROS GOBIERNO TAIWAN PREFIEREN BUSCAR APOYO EN EUROPA

Taipei, 3 oct (EFE).- Políticos taiwaneses consideraron hoy viernes que sería más beneficioso para su país lograr estrechar sus relaciones con Europa que seguir con la actual política de buscar aliados diplomáticos en Latinoamérica y Africa.

Una delegación de diputados de diferentes grupos políticos, que regresó el pasado jueves de una gira de dos semanas por Alemania y Francia, señalaron que Taiwán debería reforzar sus relaciones con Europa.

"Cuando la China continental amenazó a Taiwán, el Parlamento Europeo condenó la acción de Pekín, lo que demuestra que ese parlamento puede apoyar la posición taiwanesa", dijo el diputado Hung Chi-chan, del Partido Demócrata Progresista.

Wang Chi-chan, jefe de la delegación y miembro del partido gobernante en Taiwán, el Kuomitang, mostró además su apoyo a que sea un consorcio franco germano el que construya la línea de ferrocarril de alta velocidad que una las ciudades de Taipei y Kaoshiung.

El contrato de la obra daría a la constructora el derecho a operar la línea durante 30 años, lo que, según Huang, contribuirá a que Francia y Alemania se preocupen más por la seguridad de Taiwán y de sus inversiones en ella.

Los partidos taiwaneses de la oposición han criticado la política exterior del Gobierno hacia Latinoamérica y la falta de apoyo a Taiwán ante la Asamblea General de las Naciones Unidas por parte de Panamá, Guatemala, Haití y Malaui, tal como habían prometido anteriormente a Taipei.

Taiwán tiene en la actualidad 30 aliados diplomáticos, catorce de ellos en América. EFE
flp/ntc/ga

10/03/13-25/97

01-03

9714330

FB1664

U POXBT 10-05 00238
mun exg icx

TAIWAN-EUROPA
VICEPRESIDENTE TAIWANES VISITA CUATRO PAISES EUROPEOS

Taipei, 5 oct (EFE).- El vicepresidente taiwanés, Lien Chan, da un golpe diplomatico a Pekín con su viaje de esta noche a Europa, donde visitará Islandia, Bélgica, Holanda y Francia, informaron en Taipei fuentes cercanas al gobierno.

La línea aérea taiwanesa China Airlines confirmó que Lien Chan saldrá esta noche en uno de sus vuelos con destino a Bangkok y Amsterdam.

Fuentes oficiales afirman que Lien visitará Islandia y será condecorado con sendos doctorados "honoris causa" en Holanda y Bélgica antes de ir de vacaciones a Francia.

Aunque todavía no hay confirmación oficial, no se descartan visitas a Noruega y Singapur.

Además de vacaciones, el viaje de Lien se inscribe en el marco de los contactos universitarios, con los que el régimen taiwanés intenta evadirse del cerco diplomático al que lo somete Pekín.

En 1995, como primer ministro, Line visitó Austria, Hungría y la República Checa, y se entrevistó con el presidente checo, Vaclav Havel.

Durante ese viaje tenía previsto visitar España pero debido a la fuerte reacción contraria de Pekín, hubo de suspenderse esa parte del itinerario de la gira, de la que se espera una fuerte reacción por parte de Pekín en contra de este viaje.

China considera a Taiwán una "provincia renegada" y se opone fuertemente a cualquier intento taiwanés de establecer relaciones diplomáticas o de entrar en organismos internacionales, especialmente en la ONU. EFE

flp/wdp jla/ddp

10/05/13-54/97

02

9714330

XA4401

U ECOBT 10-13 00166
icx mun exg

TAIWAN-ESTADOS UNIDOS
SE INICIA MAÑANA RONDA NEGOCIACIONES ECONOMICAS TAIWAN Y EE.UU

Taipei, 13 oct (EFE).- La nueva ronda de negociaciones entre Taiwán y Estados Unidos sobre las condiciones de entrada de Taipei en la Organización Mundial del Comercio (WTO, en inglés) comenzará mañana 14 de octubre, informaron hoy fuentes del Ministerio taiwanés de Economía.

Estados Unidos quiere una mayor transparencia en los procedimientos de compras y en las licitaciones del Gobierno de Taipei, así como la reducción de las tasas aduaneras, y la apertura del mercado taiwanés en los sectores agrícolas, de seguros, bursátil, de telecomunicaciones y los servicios.

La última ronda de negociaciones tuvo lugar en enero pasado, y llegó a un punto muerto tras la decisión estadounidense de no aceptar un consenso previo en materia agrícola.

Taiwán ha completado las negociaciones bilaterales con 21 de los veintiseis miembros de la WTO, que las habían pedido como condición previa para aceptar la admisión de la isla en la organización. EFE

flp/ams/fmr/CGR

10/13/03-32/97

9714330

03-03

DOCUMENTO 9714331
TAIWAN: SITUACION ECONOMICA - LABORAL
376393
181097
11876
19643 11161
11413 11302
11320 11164
TD9139
R VARBT 10-01 00491
icx mun exg

TAIWAN-LABORAL (Crónica)
POBLACION NO PARECE FELIZ CON JORNADA LABORAL DE 5 DIAS

Por Francisco Luis Pérez

Taipei, 1 oct (EFE).- La semana laboral de cinco días, algo considerado normal en los países occidentales, es un objetivo reciente de las autoridades de Taiwán, al menos para los empleados públicos, pero este colectivo prefiere trabajar más para incrementar sus ingresos.

Cuando se empezó a considerar la implantación de ese período laboral, los empresarios taiwaneses mostraron de inmediato su preocupación y algunos analistas económicos comentaron que "hay que esperar hasta que la renta per cápita llegue a los 20.000 dólares anuales", lo que supondría unos cuantos años más de trabajo los sábados.

Además, habría que "cambiar" las costumbres de los trabajadores del sector público, supuestos beneficiarios del día de descanso extra.

Durante los dos últimos años, y para animar a los trabajadores gubernamentales a que se tomaran sus vacaciones anuales, que oscilan entre una y tres semanas, el Gobierno incluso ofreció una ayuda económica de 400 dólares para los que viajaran al extranjero durante al menos tres días.

A pesar del incentivo, los taiwaneses encuentran más atractivo ganar algo más de dinero. Yang Kuang-chi, un funcionario del gobierno municipal de Taipei, prefiere "trabajar y cobrar las horas extraordinarias".

Las autoridades también han propuesto establecer dos sábados libres al mes a cambio de transladar varias fiestas nacionales al fin de semana cuando entre en vigor una nueva normativa sobre las vacaciones de los funcionarios.

Esta reducción de la semana laboral supondrá 85 días no laborables al año, que se dividen en 52 domingos, 24 sábados y nueve fiestas nacionales.

La jornada laboral en Taiwán, que es de cinco días y medio a la semana en fábricas y oficinas, públicas y privadas, y de siete días en los negocios familiares, ha ayudado a que el país tenga unas reservas de 90.000 millones de dólares y una renta per capita, en 1996, de 11.696 dólares.

Taiwán ocupa, además, el séptimo puesto en cuanto a crecimiento económico a nivel mundial en lo que va de año, según las últimas estadísticas oficiales.

La existencia por kilómetro cuadrado urbano de más de veinte tiendas llamadas de conveniencia, que trabajan 24 horas al día, y una jornada mercantil que se extiende desde las 9:30 o 10:00 hasta las 22:00 horas dan la sensación de que las ciudades no duermen.

Los únicos tres días de vacaciones colectivas transcurren durante la celebración del Año Nuevo Lunar, celebrado recientemente y equivalente en Taiwán a las fiestas navideñas.

La población suele prepararse para las festividades y hace provisión de alimentos. Y es que todo, todo, cierra durantes esos días. Fábricas, comercios, diarios y recogida de basuras parecen no existir.

Cuando salen al extranjero, especialmente a Europa, los taiwaneses se extrañan ante los horarios de trabajo, en particular

9714331
01-03

el de las tiendas.

Julia Lee, una estudiante de idiomas que estuvo en Madrid el verano último, comentó que "es un país maravilloso, pero de dos a cinco de la tarde no puedes comprar nada".- EFE

flp/ntc/pz/lm

10/01/09--10/97

02 9714331

BF6661

R ECOBT 10-18 00418
icx mun exg

TAIWAN ECONOMIA
CRISIS FINANCIERA SUDASIATICA COMIENZA A AFECTAR A TAIWAN

Taipei, 18 oct (EFE).- La moneda local y el índice de la Bolsa de Taipei sigue desplomándose hoy, sábado, ante las políticas financieras del Gobierno y el desafío de grupos empresariales al control de los contactos comerciales y de transporte con China.

La bolsa de Taipei cayó más de 120 puntos en los primeros veinte minutos de la jornada de hoy, con la persistente depreciación del dólar taiwanés frente al dólar estadounidense.

El nuevo dólar de Taiwán alcanzó el pasado viernes, su cotización más baja en diez años, al igual que la bolsa que llegó al punto más bajo en los últimos ocho meses.

El Banco Central abandonó su política de apoyo a la moneda local que le llevó a cambiar más de 5.000 millones de dólares de sus divisas de reserva.

El gobernador del Banco del Central dijo que no hay motivo de alarma porque "los fundamentos de la economía taiwanesa son sólidos" y "la moneda local no está sobrevalorada como la de Tailandia, Malasia e Indonesia".

Sin embargo, los pequeños inversores locales, que controlan el noventa por ciento del mercado de valores, tienen pánico y esto, sin duda, afectará las posibiliades del partido Kuomintang -en el poder desde 1949- de ganar las elecciones que se celebrarán a finales de noviembre.

El ministro de Finanzas dijo que son los especuladores extranjeros los que han desencadenado el pánico, pero el creciente desafío a la política financiera y económica del Gobierno, ha contribuido a la desconfianza en la capacidad del mismo para controlar la economía del país.

El Gobierno taiwanés no sólo ha sido fuertemente criticado por las cámaras de comercio de Estados Unidos y la Unión Europea, sino también por Chang Fa, amigo personal del presidente Lee Teng-hui.

"El Gobierno está utilizando la seguridad nacional como una excusa", dijo Chang Fa, presidente del grupo "Evergreen", que controla la compañía más grande de transporte de contenedores en Taiwán, de la línea aérea "Eva", y que tiene grandes inversiones en Panamá.

Tres poderosos empresarios taiwaneses y más de 400 miembros del Comité Central del Kuomintang desafiaron públicamente la semana pasada, la política oficial del presidente Lee y del Gobierno de no establecer lazos directos de comunicación y comercio con la China continental, por temor a afectar la seguridad nacional.

Taiwán insiste en que los "tres lazos directos" no son un tema meramente económico sino que están muy ligados a la seguridad económica, y podría repercutir negativamente en el actual impulso gubernamental a las inversiones privadas de Taiwán en los países amigos de América Latina. EFE

flp/va/cg

10/18/07 59/77

03-03

$714331

Nº DOCUMENTO 9714332
TITULO TAIWAN: ES NOMBRADA LA PRIMER EMBAJADORA TAIWANESA EN EL CARIBE
PROCEDENCIA 78593
FECHA D[illegible] 15094
VINCULACI[illegible] 11816
14643
11164
11399

XJ2438

R POXBT 10-15 00326
asp exg

TAIWAN-LATINOAMERICA
NOMBRADA PRIMERA EMBAJADORA TAIWANESA PARA EL CARIBE

Taipei, 15 oct (EFE).- El Comité Central Permanente del Partido Nacionalista Chino (Kuomintang o KMT) aprobó el nombramiento de Katherine Chang como embajadora de Taiwán en los países caribeños de San Cristóbal y Nieves y en Dominica, informaron hoy, miércoles, fuentes oficiales en Taipei.

Chang, actual directora general de la Oficina Cultural y Económica de Taipei en Seattle (Estados Unidos), es la primera mujer que alcanza el rango de embajadora de Taiwán.

La nueva embajadora reemplazará a Steve Hsu, embajador de Taiwán en todos los países caribeños que mantienen relaciones diplomáticas con Taipei.

Hsu se mostró crítico ante varios aspectos de la política de su Gobierno en el Caribe y anunció su intención de retirarse tras la ruptura de relaciones diplomáticas con el estado caribeño de Santa Lucía.

Taiwán, que mantiene relaciones diplomáticas con sólo treinta naciones, cuenta con catorce aliados políticos en América Latina y el Caribe.

China considera a Taiwán una "provincia rebelde" y se opone a que Taipei participe en organizaciones internacionales estatales y que mantenga relaciones diplomáticas con otros países.

El Gobierno de Taipei exige que se reconozca la existencia de dos entidades políticas soberanas -una en China continental y otra en Taiwán- como punto de partida para entablar las negociaciones destinadas a la futura unificación, que debe realizarse bajo los principios de "libertad, democracia y prosperidad".

China consiguió este año arrebatar a Taiwán dos aliados políticos, las Bahamas y Santa Lucía, y presionó a los gobiernos de Panamá y Guatemala, que no hablaron a favor de Taipei en la última sesión de la Asamblea General de la ONU.

Sin embargo, Taiwán cosechó un gran triunfo diplomático con el viaje que realizó el presidente Lee Teng-hui en septiembre pasado a América Central y del Sur, donde se invitó a Taiwán a participar en el Sistema de Integración Centroamericano y se firmaron numerosos acuerdos de cooperación económica. EFE
flp/ams/mz

10/15/14-14/97

9714332

XA5030

R POXBT 10-20 00164
exg mun icx

TIMOR ORIENTAL-ONU
CONVERSACIONES OBISPO XIMENES BELO Y RAMOS-HORTA EN AUSTRIA

Viena, 20 oct (EFE).- El obispo de Timor Oriental Carlos Felipe Ximenes Belo y el coordinador del Frente Timorense de Liberación Nacional en el exilio, José Ramos-Horta, participan esta semana en Austria en un diálogo sobre esa antigua colonia portuguesa ocupada por Indonesia.

Bajo los auspicios de las Naciones Unidas, se celebra desde hoy lunes hasta el jueves en el palacio de Krumbach, Baja Austria, la tercera ronda del diálogo internacional sobre Timor Oriental, territorio ocupado por Indonesia en 1975 y anexionado al año siguiente.

El obispo Ximenes Belo y Ramos-Horta fueron galardonados con el Premio Nobel de la Paz y al recibirlo en diciembre de 1996 denunciaron el genocidio masivo cometido por Indonesia contra la población de Timor Oriental.

Según la organización defensora de los derechos humanos Amnistía Internacional, desde la invasión los indonesios han aniquilado a la tercera parte de los habitantes de Timor Oriental.
EFE

ChW/jac/ik

10/20/08-49/97

Nº DOCUMENTO	9714333
TITULO	REUNION CNRT
PROCEDENCIA	18009p
FECHA DE PROCEDENCIA	31/094
VINCULACIONES	11076
	501595
	501889
	11830
	11164

LOS LIDERES DEL TIMOR ORIENTAL Y LA ONU Y ANALISIS GRAL

01-03

9714333 1

mun exg

TIMOR ORIENTAL-ONU
OBISPO XIMENES BELO Y RAMOS HORTA: REUNION POSITIVA EN AUSTRIA

Viena, 23 oct (EFE).- El obispo Carlos Felipe Ximenes Bello, de Timor Oriental, y el coordinador del movimiento Fretilín en el exilio, José Ramos-Horta, ambos premiados con el Nobel de la Paz 1996, coincidieron en calificar de "muy positiva" una reunión sobre Timor Oriental que finalizó hoy, jueves, en Austria.

Bajo el patrocinio de Naciones Unidas, se celebró la tercera ronda del diálogo internacional sobre Timor Oriental -territorio de una antigua colonia portuguesa ocupado en 1975 por Indonesia, que se la anexionó al año siguiente-, que tuvo lugar en el palacio de Krumbach, en la región de Baja Austria.

"El diálogo tendrá un efecto muy positivo en la población de Timor Oriental", señaló Ximenes Belo en la conferencia de prensa al finalizar la reunión, mientras que Ramos-Horta afirmó que la reunión en Austria "ha sido una enorme contribución para proseguir con el diálogo".

En estas conversaciones participaron representantes del movimiento de resistencia y del gobierno de Indonesia, quienes, tras horas de discusiones a puerta cerrada, firmaron la "Declaración Final del Palacio de Krumbach de 1997".

En ella, se acordó la construcción de un centro cultural que, según fuentes periodísticas, deberá ser una fundación con sede en París (aunque oficialmente el lugar se acordará en próximas reuniones) encargada de llevar a cabo proyectos en Dili (capital de Timor Oriental), en el campo de la protección de los derechos humanos, del fomento de la cultura y de la educación en la lengua portuguesa.

Además, en esa declaración, los 34 participantes advierten de la urgente necesidad de tomar medidas para proteger los derechos de las mujeres y de los menores, y expresan "su gran preocupación por la escalada de la violencia en Timor Oriental".

Asimismo, los representantes del "All Inclusive Intra East Timorese Dialogue (AIEDT)" se comprometen a buscar por todos los medios soluciones "que lleven a una paz duradera y a apoyar la continuación de las negociaciones tripartitas".

Para fomentar ese diálogo, se acordó que los exiliados de Timor Oriental participantes de esta reunión podrán visitar su país, así como invitar a sus colegas que viven allí a reunirse con ellos en Australia, Portugal y Macao.

Estas reuniones -en Austria se celebraron dos anteriores: en junio de 1995 y en marzo de 1996- se organizan con el fin de mejorar la situación en el Timor Oriental y de apoyar las conversaciones entre Portugal, Indonesia y el secretario general de las Naciones Unidas.

Hasta que Timor Oriental alcance su independencia, desde el punto de vista del derecho internacional, la anexión efectuada por Indonesia no es válida y Portugal sigue teniendo a su cargo su administración.

Según Ramos-Horta, la única solución capaz de garantizar la paz en Timor Oriental es la realización de un referéndum sobre su independencia, que debería llevarse a cabo bajo los auspicios y la observación de las Naciones Unidas. EFE

wr/co

wr/co

10/23/17-11/97

9714333

02

TIMOR ORIENTAL

Un genocidio olvidado

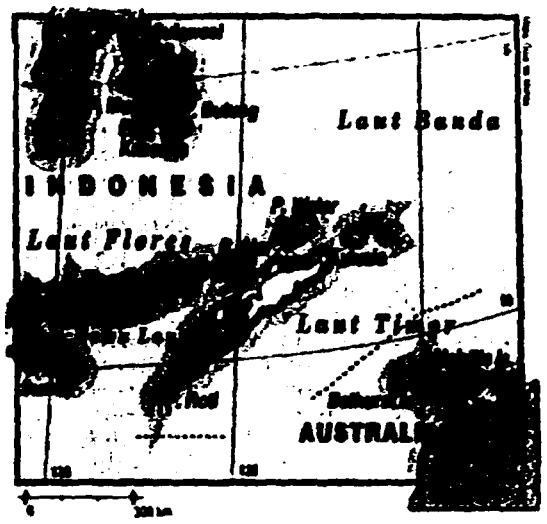
Se necesitó un premio Nobel –el de la Paz, en 1996– para que la atención se dirigiera hacia una pequeña isla en el Mar de Arafura donde los indonesios han practicado sistemáticamente, desde 1975, una política de matanza y persecuciones.

ERNESTO ALAZRAKI

TIMOR DEL ESTE, la excolonia portuguesa de 700 mil habitantes, se debate, 22 años después de la sangrienta ocupación por Indonesia, entre la lucha armada y la esperanza de una posible solución negociada que la antigua metrópoli busca protagonizar y capitalizar para sí.

Desde la invasión, en diciembre de 1975, mucha sangre ha corrido en esa pequeña isla ubicada en el mar de Arafura, entre Java y el continente australiano. Tanto ha costado el proceso de anexión que el número de desaparecidos y asesinados por el régimen de Suharto llega, según los cálculos más morigerados, a 250 mil isleños. De ellos, 60 mil sólo durante el primer año de ocupación.

Petróleo y geopolítica fueron los elementos de cálculo para que las principales superpotencias permitieran a Jakarta consumar el mayor genocidio en este siglo: el 44 por ciento de la población fue aniquilado. La plataforma marítima de Timor escondía una cantidad de petróleo suficiente para que Australia comenzara, hacia la primera mitad de los años setenta, a presionar en favor de un mayor protagonismo de Indonesia en la vida política de la isla. Desde Canberra, el Ministerio de Minerales y Energía había manifestado en más de una ocasión su molestia por el obstáculo que significaba la débil e improductiva presencia de Portugal en esa zona para delimitar con exactitud el área marítima de explotación. La Revolución de los Claveles, en 1974, terminó con la influencia de Lisboa en la isla, propiciando los preparativos para la inminente independencia de Timor.



EL MUNDO LIBRE CERRÓ LOS OJOS. A ello se sumó la devolución de un importante favor que Occidente debía a Suharto. Este, además de quedarse con el poder real en el país –dejando a Ahmed Sukarno como un presidente meramente nominal– y de asesinar a no menos de 700 mil comunistas, había permitido utilizar las profundas aguas del norte de Timor Oriental a los submarinos nucleares estadounidenses que pululaban en los mares de Indochina, intentando escapar de los radares soviéticos. Era el momento en que el "mundo libre" estaba en pánico tras el imparable ascenso comunista en toda la región: durante 1975 Camboya, Laos y Vietnam ingresaban a la "zona roja" en sus dos versiones, soviética y china. La contrapartida en la zona estuvo dada por la intensificación de la presencia política y militar occidental en los bastiones que le iban quedando. El más fiel y sólido de éstos era Indonesia, que obtuvo el placet para quedarse con Timor.

Así se desprende de la versión del periodista estadounidense Allan Nairn, quien le recordó a Henry Kissinger –durante una conferencia de prensa hace algunos meses– su estadía en Jakarta junto al entonces presidente Gerald Ford el día anterior a la invasión. El exsecretario de Estado sólo atinó a tartamudear cuando Nairn –víctima de los golpes del ejército indonesio en 1991 durante una sangrienta represión masiva a plena luz del día– exhibió documentos secretos "desclasificados" que demuestran fehacientemente la participación directa de Estados Unidos en la decisión de invadir la isla.

Es que para emprender su aventura anexionista Suharto había realizado una extensa gira de sondeo por Estados Unidos, Japón –el mayor inversor en Indonesia–, Canadá, Irán –influyente en el mundo musulmán del que Indonesia es el país más poblado– y Yugoslavia, un referente, entonces, de los países no alineados. Después del viaje, la invasión era sólo cuestión de tiempo.

Ese círculo de complicidades lo cerró, en 1989, la Iglesia Católica. El entonces secretario general del Vaticano, cardenal Adolfo Casarolli, ordenó que no se enviaran al secretario general de la ONU las cartas de obispos de Africa, América y Europa en las que se pedía la realización de un referéndum en Timor Oriental; un dato más de la realidad es que la minoría católica de Indonesia (3 por ciento de la población) fue uno de los sectores de apoyo al régimen que más ganó en influencia.

TODO CAMBIA. Paradójicamente, la desaparición del mundo bipolar y las victorias electorales de partidos comprometidos con el desmantelamiento de los viejos imperios coloniales propician el resurgimiento de los procesos de descolonización que quedaron congelados por la división ideológico-económica de la guerra fría. Estados Unidos y Gran Bretaña han comenzado a emitir señales favorables a la desocupación de Timor por Indonesia. Uno de los que lo dijo fue Robin Cook, el nuevo secretario del Foreign Office, en su reciente visita a Jakarta, indicando la conveniencia de que Indonesia respete las resoluciones del Consejo de Seguridad sobre Timor Oriental. La nitidez del mensaje indujo al líder de la resistencia timoresa en el exilio, José Ramos-Horta, a sostener que *"la situación internacional está a nuestro favor"*. El cambio en la temperatura política internacional desestima equívocos: en un telegrama fechado el 21 de julio de 1975, Gordon Dugger, 22 años atrás importante colega de Cook en el Foreign Office británico, señalaba: *"Está en los intereses británicos que Indonesia debe absorber el territorio* (de Timor) *tan pronto y discretamente como sea posible"*.

Después que el régimen de Suharto hizo el trabajo sucio para que Australia –su principal socio en el entrenamiento militar– pudiera lanzarse de lleno a la explotación de la codiciada reserva petrolífera de Timor –y dada la desaparición de la "amenaza comunista" en la zona–, la idea de la autodeterminación de los timoreses ya no implica un riesgo para nadie. El único que la rechaza es el propio Suharto, quien se niega a una eventual retirada –además de haber convertido a aquella región en una de las provincias de su país–, pero como en otros conflictos de larga data, el nuevo contexto mundial coloca a antiguos invasores en la disyuntiva de abandonar posiciones que conquistaron con el auspicio de las mismas fuerzas que hoy reclaman su democratización.

LA PROPUESTA DE RAMOS-HORTA. El líder de la resistencia en el exilio y premio Nobel de la Paz de 1996 propuso, hace apenas semanas, un alto al fuego que alcance tanto a las fuerzas de ocupación como a las actividades guerrilleras del Frente de Liberación de Timor Oriental (FRETILIN). La reclusión en una cárcel de Jakarta, en condiciones deplorables, del jefe militar de esa organización, Xanana Gusmão, llevó a Nelson Mandela a solicitar su liberación por razones humanitarias, en ocasión de su última visita a la capital indonesia. Y esa intervención forma parte del nuevo contexto mencionado por Ramos-Horta cuando convocó a sus compatriotas combatientes a abandonar la lucha armada. Solamente así, dijo, podrá presionarse a los ocupantes para que cesen su actitud intransigente.

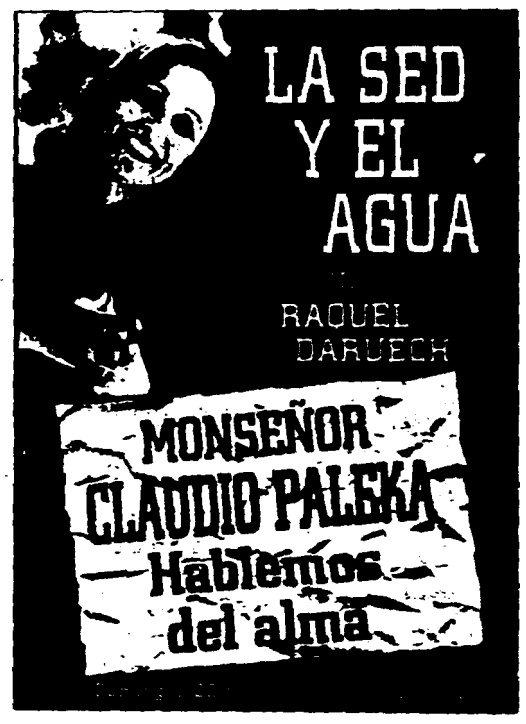
La iniciativa busca –según declaró a Radio Renascença de Lisboa el 3 de octubre– jaquear a Indonesia desde una posición incuestionable (por moderada) y capitalizar de ese modo los buenos oficios que las potencias occidentales han comenzado a ejercer en el plano diplomático. La propuesta de paz –publicada por el diario irlandés The Irish Times a mediados de setiembre– prevé la participación de fuerzas multilaterales de paz como garantía de su cumplimiento a cabalidad, considerando el rechazo del gobierno de Indonesia a finalizar las hostilidades contra la población civil. Asimismo, incluye el establecimiento de áreas protegidas para que los guerrilleros puedan encontrarse con sus familiares sin temor a ser atacados.

Ramos negó que abdicara de bandera alguna, argumentando que la iniciativa surgió tras *"una larga reflexión y muchos meses de consideración y estudio"* acerca de las nuevas condiciones internacionales para la resolución del conflicto. Por su parte –y favorable a los independentistas–, la exmetrópoli portuguesa también ha comenzado a jugar sus cartas en el asunto. Lisboa exige ahora a la Unión Europea (UE) que las relaciones económicas del bloque con la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático (ASEAN, de la que Indonesia es miembro) se condicionen a un compromiso visible de Jakarta para modificar la situación de Timor. Se suma a una demanda anterior de grupos solidarios con Timor –vía Internet– para que no se consuman productos indonesios.

Pero aquel planteo portugués –porque el segundo es de difícil implementación– está generando escozor entre los "tigres". La ASEAN denunció en Jakarta que la UE introdujo *"asuntos extraños como la cuestión de Timor Este"* en las relaciones interregionales. En Hong Kong, la influyente Far Eastern Economic Review editorializó que la insistencia de Portugal en condicionar el diálogo entre la UE y la ASEAN *"es un mal presagio para las relaciones entre las dos regiones"* Fuentes diplomáticas de la UE en Asia sostuvieron a dicha revista que *"Portugal ha roto una regla no escrita de la Unión que prohíbe mezclar preocupaciones nacionales con prioridades multilaterales"*.

A pesar de todo, el gobierno de Antonio Gutierres ha logrado introducir "la cuestión de Timor" en la agenda europea para el sudeste asiático. Ambos bloques tienen previsto reunirse en Singapur en febrero de 1998 para emitir una declaración de buena voluntad y delinear un plan económico de acción conjunta. La elaboración del borrador para aquella declaración se ha atrasado debido al paciente trabajo de lobby desarrollado por la diplomacia lusitana en los pasillos de Bruselas. Y el papa Juan Pablo II revisó la posición anterior de la Iglesia cuando le dijo, recientemente, al obispo resistente de Timor y también Nobel de la Paz de 1996, Carlos Ximenes Belo, que considera su trabajo en favor de la paz como *"un escudo y una protección"* para los timoreses.

Igual que en el Sahara Occidental y el Levante, las condiciones internacionales para el fin de la ocupación indonesia en Timor Oriental parecen ser más propicias que hace diez años. ■



03-03

9714333

XC8114

R ECOBT 10-23 00352
icx mun exg

VIETNAM-ECONOMIA
PROBLEMAS ECONOMIA: COMPETITIVIDAD, CONSUMO Y CORRUPCION

Hanoi, 23 oct (EFE).- La baja competitividad de los productos nacionales frente a los de importación, el bajo poder adquisitivo del mercado interior y la corrupción son los tres "puntos débiles" de la economía de Vietnam, según el Gobierno de Hanoi.

El primer ministro vietnamita, Phan Van Khai, ha advertido en una reunión del Gabinete que esos tres aspectos de la economía del país han incidido negativamente en el crecimiento económico del presente ejercicio y que podrían repercutir nuevamente el próximo año.

No obstante, Phan Van Khai consideró "globalmente positivos" los resultados económicos de Vietnam durante el presente año con un crecimiento del Producto Interior Bruto hasta septiembre del nueve por ciento.

Para el máximo dirigente vietnamita, "estos tres problemas pueden minar el desarrollo económico nacional en el presente y en el futuro, si no se afrontan a tiempo".

Tras una reunión de dos días del Gobierno, Khai hizo un llamamiento para "tener en cuenta esas situaciones" a la hora de trazar los objetivos para el próximo año.

En los sectores pesquero, agrícola y forestal, el incremento ha sido del 4,8 por ciento respecto al mismo período del año anterior, mientras que la producción de alimentos se calcula en 30.600.000 toneladas, 1.400.000 más que en 1996.

En lo que va de año, el valor de las exportaciones vietnamitas suma 9.000 millones de dólares, lo que representa un 24 por ciento por encima de 1996, mientras la inflación ha oscilado entre el 4 y el 5 por ciento.

En relación a la corrupción, el régimen comunista de Hanoi ha sido testigo este año de los mayores escándalos de toda su historia.

Cerca de un centenar de funcionarios han sido condenados a largas penas en prisión y, por lo menos cuatro, a muerte, en tanto se aguarda el esclarecimiento de otro caso de esta naturaleza destapado en marzo pasado, y a cuyos responsables se acusa de la "evasión" de cientos de millones de dólares.

En la reunión del miércoles pasado, Phan Van Khai acusó a altos dirigentes, sin mencionar sus nombres, de "hacer la vista gorda" ante manifestaciones de ese tipo y, en algunos casos, hasta de tomar parte en ellos. EFE
ap/Alf/pz/jdl

Nº DOCUMENTO 9714334
TITULO VIETNAM: COMPETITIVIDAD, CONSUMO Y CORRUPCION SON LOS MAYORES PROBLEMAS ECON.
PROCEDENCIA STATE
FECHA DE PROCEDENCIA 231097
VINCULACIONES 11876
507674
11161
11164

9714334

01-01

Nº DOCUMENTO 97/4335
TITULO VIETNAM Y
PROCEDENCIA 518>93
FECHA DE PROCEDENCIA 09/09/1
11876
>07614
6>890
11006
XU6260
R ECOBI 10109 00355
man exg

EEUU FIRMARAN ACUERDO COMERCIAL EN 1998

11161
11399

VIETNAM-ESTADOS UNIDOS
ACUERDO COMERCIAL EEUU-VIETNAM SERA FIRMADO EN 1998

Hanoi, 9 oct (EFE).- El tratado comercial entre Vietnam y Estados Unidos será firmado el año próximo, al carecer aún de ciertos requisitos que deben ser estudiados por ambas partes, indicó hoy, jueves, la prensa local.

El vice primer ministro y ministro de Asuntos Exteriores vietnamita, Nguyen Manh Cam, según cita el diario Saigon Times, declaró que el acuerdo "será firmado el próximo año si se hacen esfuerzos positivos".

Manh Cam dijo que desde el total establecimiento de relaciones entre Hanoi y Washington, en agosto de 1995, y pese a no existir un acuerdo comercial, los intercambios bilaterales aumentaron de forma sensible.

Las declaraciones de Manh Cam se producen ante la presencia de Daniel McLangline, ayudante del secretario de Comercio de Estados Unidos, en el país.

McLangline llegó el miércoles pasado a Hanoi para continuar con las negociaciones sobre el acuerdo, confirmó la embajada estadounidense en Hanoi.

El representante de Washington, que está a cargo de 98 agencias exportadoras, tiene previsto reunirse hoy con representantes del Ministerio de Comercio, directivos económicos vietnamitas y empresarios de ambas naciones.

El enviado americano presentará ante la Casa Blanca un informe sobre las regulaciones vietnamitas respecto al comercio y otras políticas del sector, según ha conocido EFE.

Fuentes de la Camara de Comercio e Industria de Vietnam indicaron que un nuevo proyecto sobre el tratado comercial fue presentado ante Washington el lunes pasado.

Los intercambios comerciales entre Vietnam y EE.UU. ascendieron a cerca de 700 millones de dólares, mientras que las inversiones estadounidenses en el país indochino alcanzaron unos mil millones de dólares.

El inicio de la política de apertura de Vietnam en el terreno económico, a finales de la pasada década, a traído al país beneficios en el terreno económico, comercial y de cooperación, remarcó Manh Cam.

El vice primer ministro declaró también que Vietnam se integrará, "en breve plazo", en el foro de Cooperación Económico de Asia y el Pacífico (APEC) y en la Organización Mundial de Comercio (OMC), para lo que se realizan en estos momentos "activas negociaciones". EFE

ap/ntc/jf/dv

10/09/09-45/97

01-09

97 14 335

Nº DOCUMENTO 9714336
TITULO VIETNAM E IRAK
PROCEDENCIA SYE593
FECHA DE P[illegible]NCIA 151094
[illegible]CULACI[illegible] 11846
SOT614
SOT596
11399
11005

#ACUERDAN AMPLIAR SUS RELACIONES

1161

XH9461

R ECOBT 10-15 00235
icx mun exg

VIETNAM-IRAK
IRAK Y VIETNAM ACUERDAN AMPLIAR LAZOS BILATERALES

Hanoi, 15 oct (EFE).- Irak y Vietnam han acordado hoy, miércoles, en Hanoi aumentar los intercambios comerciales entre ambos países, informaron fuentes oficiales.

Las delegaciones, que negociaron los tratados, estuvieron encabezadas por los viceprimeros ministros vietnamita, Nguyen Cong Ian, e iraquí, Mohammed Al Zubeidi.

El representante de Bagdad declaró que ambos Gobiernos se preparan para la ejecución de amplios programas de cooperación, especialmente en los sectores de la agricultura, el petróleo y el comercio.

Según el acuerdo, Irak dedicará 10.000 hectáreas de tierra al cultivo del arroz y cederá un campo petrolífero, cuyas reservas se estiman en 2.000 barriles de crudo, para que sea explotado por una empresa mixta.

En la reunión también se acordaron inversiones iraquíes para la producción de té vietnamita, que será destinada íntegramente al mercado del país árabe, y en la construcción de la primera refinería con que contará el estado indochino, precisaron las fuentes.

Zubeidi, que llegó el martes pasado a Vietnam para una visita oficial de seis días, fue recibido por el primer ministro, Phan Vanm Khai, y tiene previsto reunirse también con el presidente, Tran Duc Loc, y el secretario general del Partido Comunista, Do Muoi.

En lo que va de año, Vietnam ha exportado a Irak productos por valor de 58 millones de dólares, indicaron miembros de la Cámara de Comercio e Industria. EFE
ap/ntc/gr/ll

10/15/14-46/97

01-01

9714336

SUBVERSIÓN
Y
TERRORISMO

Nº DOCUMENTO 9714337
TITULO Buscan ideólogo FARC
PROCEDENCIA S18SP3
FECHA DE [illegible] 971003
VINCULACION 11140
FARC
Colombia

XE2314

R POXBT 10-03 00298
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
TRES BATALLONES TRAS IDEOLOGO "FARC" EN MONTAÑAS CENTRO PAIS

Bogotá, 3 oct (EFE).- Tres batallones del Ejército de Colombia persiguen al ideólogo de la guerrilla Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), Guillermo León Isaza, alias "Alfonso Cano", en una región montañosa del centro del país, informaron hoy fuentes militares.

Cano se puede encontrar en esa región con miembros del "estado mayor" de las FARC y unos 400 hombres para dar las últimas instrucciones ante los comicios regionales y municipales del día 26 de este mes, dijo una de las fuentes.

El jefe rebelde es buscado en el "Cañón de Las Hermosas", en la cordillera central andina colombiana, en jurisdicción del municipio de Chaparral, departamento del Tolima, precisaron los informantes del Ejército colombiano.

El comandante de la VI Brigada Militar, coronel Góndola Bautista Sandoval, dijo que las operaciones de sus tropas en la zona están encaminadas a dar captura al actual ideólogo de las FARC.

Tras "Alfonso Cano" se encuentran patrullas de los batallones "Rooke", "Caicedo" y "Contraguerrillas Número 6 Pijaos".

Las FARC, junto al Ejército de Liberación Nacional (ELN), anunciaron en abril pasado una campaña de sabotaje de las elecciones municipales y regionales, y amenazaron de muerte a los candidatos a esos comicios.

De la persecución contra "Cano" se ha informado precisamente un mes después de que el Ejército, apoyado por aviones de combate y helicópteros artillados de la Fuerza Aérea, emprendiera una gran ofensiva contra las FARC en el sur del país.

Desde el pasado 3 de septiembre, unos 4.000 hombres realizan la "Operación Destructor" en la región del Yarí, limítrofe entre los departamentos del Guaviare, Meta y Caquetá, donde se concentraban miembros del "estado mayor" de las FARC, entre ellos Pedro Antonio Marín, alias "Manuel Marulanda Vélez" y "Tirofijo".
EFE

RRM/mmg/fr

10/03/16-40/97

01-01

9714337

DOCUMENTO 9714338
FILO Ejercito colombiano afirma causó muertes a 561 guerrilleros
EVIDENCIA S18593
FECHA DE PROCEDENCIA 971003
VINCULACIONES UNO
65592
S01782
V S14397
S14583

XE2312

R POXBT 10-03 00399
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
EJERCITO AFIRMA CAUSO MUERTE A 561 GUERRILLEROS Y DETUVO A 712

Bogotá, 3 oct (EFE).- El Ejército de Colombia dio muerte a 561 guerrilleros y detuvo a otros 712 en lo que va de año, informó hoy el comandante de la institución, general Mario Hugo Galán, en respuesta a una solicitud de la Fiscalía General que solicitaba el desglose de las personas puestas a disposición de la justicia.

En un comunicado de prensa, Galán dio un parte de guerra pormenorizado para aclarar las cifras ofrecidas de 1.600 capturados dadas a conocer el pasado sábado por el comandante de las Fuerzas Militares, general Manuel José Bonett.

El comandante del Ejército advirtió, no obstante, de que estos datos no tienen en cuenta las operaciones de la Fuerza Aérea y la Marina.

Según el general Galán, desde el 1 de enero y hasta el jueves, el Ejército realizó 1.430 operativos en todo el país contra la subversión y grupos de delincuencia organizada.

De los 561 guerrilleros muertos, el informe detalla que 352 eran de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), 187 del Ejército de Liberación Nacional (ELN) y 22 del Ejército Popular de Liberación (EPL).

Además, murieron otras 36 personas vinculadas a la delincuencia común en enfrentamientos con los soldados, con lo que la cifra de caídos ante el Ejército en lo que va de año fue de 597.

De los 1.787 detenidos en diversas operaciones militares, 712 son insurgentes (411 de las FARC, 277 del ELN y 24 del EPL), 412 pertenecen a la delincuencia organizada (395 por narcotráfico), 651 son delincuentes comunes y doce de "otros grupos" que el comunicado no especifica, enumeró el jefe del Ejército.

El Fiscal General de Colombia, Alfonso Gómez, pidió el lunes al general Bonett que desglosara la cifra de 1.600 detenidos por las Fuerzas Militares que él mismo anunció la semana pasada, toda vez que el Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF, protector de la niñez) le solicitó un informe sobre número de menores puestos a disposición de esta entidad en el país.

Gómez, que no se mostró en desacuerdo con la cifra dada por Bonett sino que pidió claridad de nombres, fechas de detención y despachos a los que fueron puestos a disposición los capturados, agregó que, según sus datos, hay menos guerrilleros detenidos este año.

El informe del general Galán agrega que durante las operaciones contraguerrilleras se han decomisado 384 fusiles, 1.057 armas cortas, 790 granadas, dos ametralladoras, tres morteros, 434 equipos de radiocomunicación y tres lanzagranadas.
EFE

LDO/mmg/fr

10/03/16-26/97

9714338

01-01.

• DOCUMENTO 9714339
TITULO Captura cabecilla de FARC
PROCEDENCIA 51853
FECHA DE PROCEDENCIA 97/06
VINCULACIONES 11140
65982
FARC

DP5015

U POXBT 10-06 00219
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
MUERTO REBELDE Y CAPTURADO CABECILLA EN REUNION CON CIVILES

Bucaramanga (Colombia), 5 oct (EFE).- Un guerrillero de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) fue muerto hoy por el Ejército, que capturó a otro, supuesto cabecilla de una red urbana del mismo grupo, cuando se reunían con varios civiles en una zona rural del nordeste del país.

Entre los asistentes a la cita convocada por los rebeldes se encuentra un candidato a la Alcaldía del municipio de Arboletes, en cuyos alrededores fueron sorprendidos por tropas de la V Brigada del Ejército.

Fuentes castrenses informaron de la muerte del guerrillero "Fernando" y la detención de Wilson Jaimez Ardila, al que acusan de ser jefe de las milicias en la ciudad de Cúcuta, capital del departamento de Norte de Santander, al que pertenece Arboletes.

Un tercer guerrillero se dio a la fuga, agregaron las fuentes.

El candidato citado por las FARC fue identificado como Oscar Lizcano Carvajal, que acudió junto a otras dos personas, entre ellas un periodista, informó la Cadena Radial Colombiana (Caracol).

Al menos 200 aspirantes a las próximas elecciones regionales y municipales, que se celebrarán el 26 de octubre, han sido secuestrados por las FARC y el Ejército de Liberación Nacional (ELN) y obligados a renunciar, aunque el temor ha causado la retirada de mil candidatos en todo el país. EFE

IFS/GTP

10/06/01-27/97

01-01

9714339

• DOCUMENTO 9714340

• TITULO Paramilitares colombianos en crisis

• E 518593

• C 97 1006

• CULA 11140
65592

01-02 9714340

XE2449

U POXBT 10-06 00673
mun icx

COLOMBIA-MATANZAS (Previsión)
PARAMILITARES EN CRISIS POR MATANZAS SEGUN ANALISTAS

Por Arturo Menéndez Vall-Serra

Bogotá, 6 oct (EFE).- La reciente matanza de once miembros de una comisión judicial colombiana puso en evidencia los vínculos de grupos paramilitares con el narcotráfico y puede precipitar una crisis de esas organizaciones armadas, opinaron hoy varios analistas.

Por primera vez, los "paras" atacaron el viernes abiertamente a miembros del Ejército y a otros funcionarios estatales, lo que puede ocasionar, según fuentes oficiales, graves problemas para un eventual proceso de paz e incluso la ruptura del estado mayor de las llamadas "autodefensas", que lidera Carlos Castaño.

El comisionado del Gobierno para explorar la posibilidad de una negociación de paz, José Noé Ríos, dijo que "sería muy preocupante" si se confirma el vínculo entre los paramilitares y los narcotraficantes "porque agregaría una dificultad más al proceso de reconciliación que se está procurando construir".

Ríos agregó que en sus conversaciones previas con varios jefes paramilitares éstos le habían manifestado claramente que "no tenían vínculos con el narcotráfico".

El dirigente del gubernamental Partido Liberal Max Alberto Morales, mediador entre portavoces de las Autodefensas del Magdalena Medio y el Gobierno, anunció que renunciará a su labor si se producen nuevos hechos como el sucedido el pasado viernes.

Varios comentaristas políticos opinaron que la crisis puede causar una ruptura entre los diferentes grupos paramilitares o de autodefensas.

La matanza se produjo poco después de que la comisión judicial realizara un trámite de expropiación en la hacienda "El Alcaraván", en San Carlos de Guaroa, 120 kilómetros al sureste de Bogotá, y es la prueba que vincula a paramilitares y narcotraficantes de la región, según las autoridades de Colombia.

La finca, en la que el pasado 24 de mayo se habían hallado narcóticos, armas, equipos de radio, vehículos y cartas de navegación , es propiedad de Gustavo Adolfo Soto, presunto narcotraficante del cartel del Llano sobre quien pesa orden de detención.

El jefe de las Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá (ACCU), Carlos Castaño, anunció hace dos semanas que ampliará la presencia de esos grupos paramilitares al sur y este del país para hacer frente a la guerrilla.

Además, advirtió de que se producirán más matanzas como la de Mapiripán, pueblo situado también en los Llanos Orientales donde hace dos meses los paramilitares dieron muerte al menos a 30 personas.

En un comunicado divulgado el domingo, Castaño aceptó la posibilidad de que uno de sus grupos haya perpetrado la matanza del viernes pasado, y agregó que, si se confirma esa autoría, los hombres que atacaron a la comisión judicial deberán entregarse a las autoridades.

Para la Presidencia, la Fiscalía General y otras autoridades de Colombia, no hay duda de que el crimen de los funcionarios de la Fiscalía, detectives, policías y militares fue cometido por paramilitares pagados por el cartel del Llano.

Este grupo narcotraficante, según la Policía, surgió al amparo de la poca vigilancia en el este del país porque los esfuerzos de las autoridades estaban concentrados en desmantelar los carteles de la droga de Medellín y Cali.

Los comentaristas consideran hoy que la matanza del viernes es una respuesta de los traficantes de droga a la decisión del Gobierno de aplicar una reciente ley de expropiación de bienes de los delincuentes para hacer reforma agraria.

En los Llanos Orientales, fronterizos con Venezuela, se libra una batalla irregular entre guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y las organizaciones paramilitares por el control territorial.

Según fuentes de la Policía, ambos grupos pretenden también obtener los beneficios económicos del "gramaje", un "impuesto" que cobran a cultivadores, procesadores y traficantes de coca y cocaína por prestarles seguridad.

Este fin de semana, en un radio de 60 kilómetros entre San Carlos de Guaroa y San Juan de Arama, en el departamento del Meta, la violencia paramilitar y guerrillera causó la muerte de 28 funcionarios del Estado.

Once de los fallecidos eran los miembros de la comisión judicial y el resto, 17 policías, murieron en una emboscada de las FARC. EFE

AMV/AM/mmg/fr

02-02

9714340

Los guerrilleros colombianos reivindican la lucha guevarista

Por **José Luis Varela**

Bogotá, AFP

El Ejército de Liberación Nacional (ELN), una de las dos grandes agrupaciones guerrilleras en Colombia, con 6.000 hombres en armas, reivindica su lucha insurgente bajo la inspiración guevarista, aunque analistas consideran que los ideales del legendario guerrillero argentino cada vez están más desvirtuados.

En efecto, el ELN, segundo movimiento guerrillero en importancia en el país, se califica a sí mismo como guevarista e inclusive da el nombre del líder argentino a uno de sus 39 frentes de combate.

Alvaro Castillo Granada, un librero-historiador que está considerado como el más importante estudioso de Ernesto Guevara en Colombia, opinó, en una entrevista concedida a la AFP, que el ELN podría reivindicar la ideología del Che en la medida que mantiene una guerra de guerrillas, pero considera que esta agrupación se ha alejado de su pensamiento por el tipo de acciones terroristas que realiza.

Para Castillo, "la guerrilla utiliza la imagen del Che de la misma manera que también se utiliza en Colombia o en otros países la imagen de Túpac Amaru, Simón Bolívar o Fidel Castro, todos ellos personajes que hacen parte del santoral de los subversivos".

El analista indica que la relación de Guevara con la guerrilla colombiana -con más de 40 años de antigüedad- no fue tan fuerte por una tendencia de ésta a un cierto aislacionismo.

"La guerrilla colombiana siempre fue autosuficiente en un buen sentido, ya que siempre se preparó en otros países pero no aceptó con facilidad que otros vinieran de afuera a participar de su lucha".

En ese sentido, indicó que la relación de Guevara con la subversión colombiana se pudo circunscribir a un hipotético encuentro en 1966 con Manuel Marulanda Vélez -alias Tirofijo, actual jefe de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC).

"Es una historia que no ha podido confirmarse, y que nació de la versión de unos periodistas que iban a entrevistar a Tirofijo y a quienes se les dijo que si hubieran llegado 15 minutos antes se hubieran encontrado con el Che Guevara", dice Castillo, quien agrega que de todos modos en el caso del argentino, como en el de otros grandes personajes hay testimonios que lo ubican en varios sitios al mismo tiempo.

Para Castillo, Colombia no fue realmente una referencia importante para el Che, que mencionaba al país como poseedor de una guerrilla exitosa sin que por ello hubiese pensado seguir allí su camino político.

"Esto se debió en gran parte a que consideró que Colombia era un país demasiado estratégico para Estados Unidos por su cercanía con el canal de Panamá, y por esa razón pensó que nunca se permitiría un movimiento guerrillero de gran envergadura", agregó Castillo.

¿Cómo se ve la figura del Ché Guevara a 30 años de su muerte? "El fenómeno del Che se ha revitalizado mucho en los últimos cinco años, cambiando la tendencia que se vio durante la celebración de sus 25 años de muerto, que en Colombia pasó casi inadvertida", dice Castillo.

La Rep. 7/10

• DOCUMENTO 9714341
TITULO los guerrilleros colombianos reivindican lucha guevarista
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE PROCEDENCIA 971007
VINCULACIONES 11140
65592
U 514593
501782

01-01.

9714341

Nº DOCUMENTO 9714342
TITULO Asesinan miembros comisión de paz
PO(E) 518593
FECHA 971007
ARTICULA 1114O
65592

XQ1825

U POXBT 10-07 00169
icx mun exg

COLOMBIA-VIOLENCIA
ASESINADOS TRES MIEMBROS COMISION DE PAZ DE URABA

Bogotá, 7 oct (EFE).- Tres miembros de la Comisión de Paz de Urabá, que habían sido secuestrados unas horas antes, aparecieron hoy asesinados en un paraje rural de esta región situada al noroeste de Colombia, informaron las autoridades.

La Policía de Apartadó, principal localidad de Urabá, atribuyó el triple crimen a guerrilleros del V Frente de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) que actúan en esa zona.

Los tres comisionados fueron secuestrados en la pequeña localidad de San José, cercana a Apartadó, y sus cadáveres, que presentaban varios orificios de bala, fueron encontrados en una zona vecina conocida como La Cristalina.

Entre las tres víctimas mortales se encuentra Ramiro Correa, presidente del comité de la Corporación para la Vida, Justicia, y Paz de la Diócesis de Apartadó.

Los otros dos asesinados fueron identificados como Bernardo Aguirre y Argemiro Espinosa, considerados también como "trabajadores de la paz y la convivencia" en Urabá. EFE
RRM/JRR/CGR

10/07/22-14/97

01-01

9714342

DOCUMENTO 9714343
Colombia. guerrilla - ofensiva Ejército
S18SP3
971010
1114 0
GSSP7
DARE

XE2600

R FOXBT 10-10 00364
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
MAYOR OFENSIVA EJERCITO: UN SOLO GUERRILLERO CAPTURADO

Bogotá, 10 oct (EFE).- La mayor ofensiva contraguerrillera del Ejército de Colombia en los últimos años, desarrollada durante un mes con miles de soldados en las selvas del Yarí, en el sur del país, dejó como resultado un solo rebelde capturado, según un informe oficial divulgado hoy.

La llamada "Operación Destructor" comenzó a principios de septiembre pasado, en momentos en que arreciaban las críticas porque los grupos guerrilleros colombianos habían asestado duros golpes a las tropas gubenamentales, que parecían haber perdido la iniciativa.

Más de 3.000 soldados, con apoyo de bombarderos de la Fuerza Aérea, ocuparon una región de unos mil kilómetros cuadrados, en la que habían sido localizados, según fuentes militares, varios de los más importantes cabecillas de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC).

De acuerdo con el informe presentado por el ministro de Defensa, Gilberto Echeverri a una comisión de la Cámara de Representantes, en la "Operación Destructor" se gastaron 84.000 cartuchos, 326 bombas y 35 cohetes.

Las autoridades admiten en el documento que los resultados se limitan a un solo guerrillero capturado -el informe no habla de rebeldes muertos-, dos avionetas destruídas y dos campamentos de las FARC desmantelados, en los que se decomisaron cien toneladas de alimentos.

El informe no dice qué pasó con los jefes guerrilleros que estaban "cercados", conforme a lo dijeron durante la ofensiva fuentes militares citadas por la prensa colombiana.

Según Echeverri, "el objetivo fundamental de la operación se resume en atacar al Secretariado (máxima autoridad) de la organización narcoterrorista FARC, en su propio asentamiento: Llanos del Yarí, para neutralizar sus planes políticos, armados y financieros, y consolidar esta área considerada por el grupo subversivo como zona de retaguardia estratégica".

El ministro entregó el informe a solicitud de parlamentarios que querían saber los resultados reales de la mayor ofensiva lanzada por el Ejército colombiano contra la guerrilla en varios años, a un costo todavía no establecido.

La Defensoría del Pueblo denunció que en el curso de la operación los bombardeos aéreos afectaron a viviendas, ganado y sembradíos de civiles de la región. EFE

AM/fr

10/10/14-02/97

01-01

9714343

Nº DOCUMENTO 9714344
TITULO FARC-Gobierno - desmilitarización de 5 zonas
PROCEDENCIA S18SP3
FECHA DE PRODUCCION 971010
VINCULACIONES 11140
65592
514593

XL7142

U POXBT 10-10 00380
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA (Ampliación)
FARC PIDE DESMILITARIZAR CINCO ZONAS 120 DIAS PARA DIALOGO PAZ

Bogotá, 10 oct (EFE).- La guerrilla Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) pidió la desmilitarización de cinco municipios durante 120 días para un eventual diálogo de paz, en un comunicado que llegó hoy a la Agencia EFE en Bogotá por correo electrónico.

La declaración subraya que la "comandancia" de las FARC está "muy interesada" en buscar caminos para la paz, pero exige al Gobierno garantías para una reunión.

Los municipios que la guerrilla pide desmilitarizar, todos de gran extensión territorial y situados en el sur de Colombia, son La Uribe (antigua sede del mando de las FARC), Mesetas, Vista Hermosa y La Macarena, en el departamento del Meta, y San Vicente del Caguán, en el Caqueta.

El comunicado afirma que la retirada de los militares de los cinco municipios "puede generar condiciones para un acuerdo de paz, estable y duradero" y dar lugar a una asamblea constituyente.

Las FARC, que según distintas fuentes tiene entre 7.000 y 12.000 hombres armados y presencia en dos terceras partes del territorio colombiano, anuncian que están dispuestas a dialogar con representantes del Congreso, la Justicia, el Ejecutivo y sectores interesados en la paz.

La desmilitarización pretende, según la guerrilla, abrir "un escenario para nuestros encuentros, que podría servir también para conversar" con quienes quieren la paz.

Las FARC insisten en pedir a los ciudadanos colombianos que no voten en las elecciones municipales y regionales del próximo 26 de octubre porque, agregan, "el poder político en Colombia no es democráticamente elegido".

Según la guerrilla, se engaña al país y a la comunidad internacional con la "farsa" electoral, como califican las FARC a los comicios de octubre.

El comunicado explica que la "incoherencia y la falta de seriedad" del Gobierno actual, que preside el liberal Ernesto Samper, lleva a considerar su propuesta de negociaciones de paz de hace dos meses como maniobra de distracción que conducirá a una nueva frustración.

Las FARC dicen que se proponen desmontar la "dictadura" de "'gamonales' (caciques) y politiqueros corruptos y violentos".

El grupo rebelde comenzó el 18 de abril pasado un sabotaje al actual proceso electoral, en el que el 26 de octubre se elegirá a alcaldes y concejales municipales y a gobernadores y diputados departamentales. EFE

AMV/AM/mmq

01-03

9714344

XE2610

U POXBT 10-10 00438
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
GOBIERNO EVALUA PROPUESTA FARC PARA RESPUESTA OFICIAL

Bogotá, 10 oct (EFE).- El Gobierno de Colombia evalúa la propuesta divulgada hoy por la guerrilla para desmilitarizar cinco grandes municipios del país durante 120 días, anunció el asesor presidencial para la paz, José Noé Ríos.

Ríos dijo que, tras un detenido análisis del comunicado de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), se dará a conocer una reacción gubernamental y "una respuesta oficial" .

La organización guerrillera, en una nota enviada por correo electrónico a la Agencia EFE, consideró posible celebrar diálogos con la sociedad civil, el Congreso, la Justicia y el propio Ejecutivo para buscar caminos que conduzcan a la paz.

Ríos calificó de "muy importante" que las FARC hayan hecho este pronunciamiento y que definan los municipios que consideran que se deben desmilitarizar.

"Debemos analizar con mucho detenimiento el comunicado. Voy a someterlo a conocimiento del presidente colombiano, Ernesto Samper, y del ministro del Interior, Carlos Holmes Trujillo, dijo Ríos.

El asesor presidencial declaró también que el Ejecutivo reitera "claramente" que está vigente la iniciativa gubernamental del 9 de septiembre plasmada en un documento sobre la posibilidad de negociaciones para un acuerdo marco para la paz.

Añadió que el Gobierno está "absolutamente dispuesto" a que, si las guerrillas de las FARC "dan su conformidad", se entre a definir una zona de distensión y las medidas de seguridad para que las conversaciones se celebren "sin traumatismo".

Además, dijo que se darán las necesarias "garantías jurídicas y procedimentales" para que en la zona que se desmilitarice se puedan llevar a cabo las negociaciones sin perturbaciones.

Los municipios en los que la guerrilla pide la retirada de los soldados, todos de gran extensión territorial, son La Uribe (antigua sede del mando de las FARC), Mesetas, Vista Hermosa y La Macarena, en el departamento del Meta, y San Vicente del Caguán, en el Caquetá, todos en el sur del país.

Ríos consideró, por otra parte, que resulta contradictoria la insistencia de la guerrilla en pedir a los ciudadanos que no voten en los comicios locales y regionales del 26 de octubre, porque lo que Colombia requiere, según el asesor de Samper, es "fortalecer el sistema democrático".

Por su parte, el precandidato oficialista a la Presidencia de la República, Horacio Serpa, afirmó que, "si el asunto (la petición de las FARC) es serio", él es partidario de aceptar la propuesta rebelde.

Serpa, quien fue ministro del Interior durante los tres primeros años del mandato de Samper, afirmó, sin embargo, que los mensajes de las FARC "son confusos", pero insistió en su respaldo sobre la base de que la oferta guerrillera sea "seria". EFE
AMV/mmg/fr

10/10/15-14/97

02

9714344

XF2623

U FOXBT 10-10 00530
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA (Previsión)
RECIBIDA CON CAUTELA PROPUESTA GUERRILLERA DESMILITARIZACION

Bogotá, 10 oct (EFE).- Las autoridades de Colombia recibieron hoy con cautela la propuesta guerrillera de desmilitarizar 46.888 kilómetros cuadrados, el cuatro por ciento del territorio nacional, durante cuatro meses para iniciar unos eventuales diálogos de paz.

Fuentes gubernamentales consideraron como contradictorio que las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) hablen de llegar a la paz con un acuerdo político mientras dinamitan sedes de candidatos a las elecciones locales y regionales del próximo día 26, y amenazan, secuestran y asesinan a civiles y policías.

El país espera señales reales de la voluntad de los guerrilleros sobre los diálogos de paz, destacaron hoy las fuentes allegadas al Gobierno.

La propuesta de las FARC, enviada por su "comisión internacional", señala que si hay condiciones para los diálogos el acuerdo de paz tendrá que surgir de una posterior asamblea constituyente.

El comunicado guerrillero, que llegó por correo electrónico hoy a la Agencia EFE en Bogotá, pide que se tenga "un escenario para nuestros encuentros", que "podría servir" para conversar sobre la paz con la sociedad civil y los tres poderes estatales.

La zona propuesta comprende los municipios de La Uribe (antigua sede del mando superior de las FARC situada 120 kilómetros al sur de Bogotá), Mesetas, Vista Hermosa y La Macarena, en el departamento del Meta, y San Vicente del Caguán, en el Caquetá.

El asesor presidencial para la paz, José Noé Ríos, dijo hoy que habrá una respuesta oficial, pero consideró contradictoria la petición de desmilitarizar una zona para hablar y el interés que dicen tener los rebeldes para buscar caminos hacia la paz con la actitud de sabotaje que asumieron frente a las elecciones de octubre.

El precandidato presidencial y ex ministro de Gobierno (Interior) Horacio Serpa declaró que respalda la propuesta de las FARC si es "seria", y denunció la existencia de informaciones sobre un compló para derrocar al presidente colombiano, Ernesto Samper, instalar en el cargo al vicepresidente, Carlos Lemos, y convocar una Asamblea Constituyente.

La denuncia de Serpa, que fue ministro de Samper, fue apoyada por el asesor presidencial, Alfredo Molano, quien declaró a una emisora de radio que hay poderosos intereses económicos y políticos tras la supuesta conspiración, que, según él, cuenta con el apoyo de la guerrilla al esperar ésta participar en una Constituyente.

Las FARC, según distintas fuentes, tienen entre 7.000 y 12.000 hombres armados y presencia en dos terceras partes del territorio colombiano.

Recientes hechos de violencia, atribuidos a las guerrillas de las FARC y del Ejército de Liberación Nacional (ELN), enturbiaron el ambiente político y acentuaron las críticas a sus acciones, pero también a las autoridades por su incapacidad para contener los actos violentos.

Ríos destacó como "muy importante" la precisión de los lugares en los que las FARC proponen la retirada de la fuerza pública, aunque advirtió de que una decisión así sólo se adoptará tras evaluar aspectos estratégicos, y reiteró la oferta de garantías del Gobierno para los diálogos.

Las FARC insistieron hoy en pedir a los ciudadanos que no voten, tras seis meses en los que han saboteado el proceso electoral por considerarlo una "farsa". EFE

AMV/mmg/fr

03-03

9714344

10/10/12:54/97

Nº DOCUMENTO 9714345
TEMA FARC rechazan sean terroristas.
S18593
971009
11140
65592
514593

XE2560

R POXBT 10-09 00303
mun exg icx

COLOMBIA-TERRORISMO
FARC RECHAZA SEAN TERRORISTAS Y JUSTIFICA MATANZA 17 POLICIAS

Bogotá, 9 oct (EFE).- La guerrilla Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) negó hoy que sea un grupo terrorista, y calificó de "acto de guerra" la matanza de 17 policías el sábado pasado en el sur del país.

El portavoz de las FARC en México, Marcos Calarcá, declaró desde la capital mexicana a la emisora de radio Caracol en Bogotá que su organización es política y militar y condena el terrorismo "independientemente del origen que tenga".

Sobre la decisión adoptada ayer por el Gobierno estadounidense de calificar de terrorista a las FARC, Calarcá dijo que forma parte de una campaña para "deslegitimar" a esa guerrilla y "recortarle" los espacios de acción en el exterior "en la medida en que el mundo se está dando cuenta de la realidad colombiana".

El portavoz consideró "una acción de guerra" la emboscada en la que murieron 17 policías en San Juan de Arama, 110 kilómetros al sur de Bogotá, aunque afirmó que desconocía "cómo ocurrió".

Negó que la organización rebelde use minas contra personas, y diferenció a los terroristas de esa guerrilla en que los primeros sólo pretenden hacer daño indiscriminadamente mientras que las FARC están enmarcadas dentro de un objetivo.

Calarcá negó también que el objetivo de la guerrilla sea causar terror o hacer daño, y consideró "otra cosa" la colocación de bombas en una sede política porque, a su juicio, "hay un objetivo".

Sobre si las razones de las acciones violentas de las FARC eran matar o extorsionar, Calarcá dijo que hay que tener en cuenta que ese no es "únicamente el objetivo", sino que hay que tomar en cuenta "también el marco en el que se vienen desarrollando (sus actos)".

En relación con el atentado que le costó la vida al senador liberal Jorge Cristo, el portavoz de la guerrilla se limitó a responder que "no fueron las FARC las que lo asesinaron". EFE
AMV/mmq/fr

10/09/16-43/97

01-01
9714345

XA3961

U POXBT 10-09 00237
icx mun exg

COLOMBIA-ATENTADO
AL MENOS TRES MUERTOS Y OCHO HERIDOS EXPLOSION BOMBA CARRETERA

Bogotá, 9 oct (EFE).- Dos policías y un civil murieron y otras ocho personas resultaron gravemente heridas hoy por la explosión de una bomba colocada en la carretera que une Cali y el puerto de Buenaventura, en el suroeste de Colombia, informó la Policía.

Los dos policías murieron al intentar desactivar el artefacto explosivo, que estaba colocado en un cono de los que usa de forma habitual la policía para los controles de tráfico.

Con anterioridad, se habían producido varias explosiones en el mismo lugar que obligaron a la suspensión del tráfico entre Cali, la segunda ciudad más grande de Colombia, y el principal puerto sobre el océano Pacífico.

Según fuentes de la Policía, el acto terrorista fue perpetrado por un frente de la guerrilla Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), que dinamitó el tramo de la única vía que comunica el centro del país con el puerto.

El civil muerto fue alcanzado por la violenta explosión, que dejó totalmente destrozado su cuerpo y los de los dos policías, que pertenecían a una unidad especializada en desactivar explosivos.

Los seis civiles heridos son conductores de camiones que se encontraban en el lugar de los hechos, y fueron trasladados junto con los dos policías también lesionados a centros médicos en Buenaventura.

La explosión de la bomba causó heridas en el tórax y los miembros inferiores a varios de los heridos, según un portavoz médico. EFE

AMV/mmg/rt

10/09/15-34/97

DOCUMENTO 9714346
Colombia - atentados
971010
518593
11140
65592
514593
501782

01-03

9714346

XE2555

R FOXBT 10-09 00371
mun exg icx

COLOMBIA-BOMBAS
ESTALLA BOMBA EN SEDE PRECANDIDATO PRESIDENCIAL HORACIO SERPA

Barrancabermeja (Colombia), 9 oct (EFE).- Dos bombas hicieron explosión hoy en las sedes del precandidato presidencial colombiano Horacio Serpa y de Edgar Bueno, un aspirante local, en Barrancabermeja, sin causar víctimas, y otras dos fueron desactivadas, informó la Policía.

En dicha localidad, situada 220 kilómetros al norte de Bogotá y donde tiene gran influencia la guerrilla Ejército de Liberación Nacional (ELN), se encuentra la principal refinería de petróleo de Colombia.

Serpa, ex ministro del Interior, miembro del Partido Liberal (en el Gobierno) y el más caracterizado defensor del presidente colombiano, Ernesto Samper, es oriundo de este municipio petrolero, donde tiene una de sus principales sedes políticas.

Según el coronel Joaquín Correa, comandante de la Policía en la zona, las cargas explosivas ocasionaron daños materiales en varias edificaciones pero no víctimas.

Correa calificó la situación de orden público en la ciudad como "normal", pese al estallido de las dos bombas.

La ciudad y la refinería, propiedad de la Empresa Colombiana de Petróleos (Ecopetrol), una compañía estatal, se encuentran militarizadas.

Las bombas desactivadas estaban colocadas en las sedes de un candidato a la alcaldía municipal y otro a la Gobernación del departamento de Santander, donde se encuentra el municipio petrolero.

Las explosiones registradas esta nadrugada se han producido el mismo día en que comienza en Barrancabermeja un cese de actividades en el que participan trabajadores petroleros y del transporte.

Las autoridades colombianas informaron también del estallido en la población de Aguachica, 390 kilómetros al norte de Bogotá, de dos bombas en sedes políticas de aspirantes locales a cargos de elección popular para los comicios del 26 de octubre.

Aguachica es escenario frecuente de violencia guerrillera y paramilitar.

Colombia celebrará elecciones para alcaldes y concejos en 945 de sus 1.071 municipios, y en 32 departamentos para gobernadores y diputados a las asambleas.

Decenas de bombas han estallado en varias ciudades colombianas en las últimas semanas, que las autoridades atribuyen a las guerrillas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y ELN, que anunciaron en abril pasado un plan de sabotaje de los comicios. EFE
AMV/mmg/fr

10/09/16-08/97

9714346

02

DP5531

R FOXBT 10-10 00158
MUN EXG ICX

COLOMBIA-BOMBAS
TRES MUERTOS EN ATENTADO CON BOMBA EN EL NORTE DEL PAIS

Bogotá, 10 oct (EFE).- **Dos civiles y un policía murieron en un atentado de la guerrilla en la población de Tamalameque, en el norte de Colombia,** informaron hoy emisoras de radio.

El ataque se produjo anoche al paso de un grupo de policías en esa población, del departamento del Cesar, en donde actuan grupos guerrilleros y paramilitares.

Las guerrillas de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y del Ejército de Liberación Nacional (ELN), este último comandado por el ex sacerdote español Manuel Pérez, arreciaron desde la semana pasada sus ataques en varias zonas del país.

Los dos grupos subversivos vienen realizando un plan de sabotaje a las elecciones desde mayo pasado, que comprende amenazas, secuestros y asesinato de candidatos a los comocios locales del próximo 26 de octubre, y atentados con bombas a sedes políticas y ataques contra intregrantes de la policía y las fuerzas militares. EFE

AMV/SM

10/10/12-21/97

03-03

9714346

Nº DOCUMENTO 9714347
TITULO FARC llama a construir Poder Popular
PROCEDENCIA 150014
FECHA DE [illegible] 971011
VINCULACIONES 11140
65SP2
514 SP3

01-03 9714347

EL MUNDO

Las FARC llaman al pueblo colombiano a no votar y empezar la construcción de un verdadero Poder Popular

En un comunicado de difusión internacional, el Secretariado de las FARC colombianas se refieren al inminente proceso electoral a realizarse en dicho país.

Al tiempo que llaman a no participar en la elecciones del 26 de octubre, convocan a una Asamblea Constituyente y un gobierno de Reconciliación y Reconstrucción Nacional. A Continuación, reproducimos el mencionado comunicado.

Las **FARC-EP** en sus 33 años de lucha política al lado de los pobres, ha hecho distintos llamamientos para que el pueblo vote por los candidatos de su preferencia. Sin embargo las elecciones en Colombia han sido desvirtuadas, amañadas, manipuladas y corrompidas por la oligarquía y sus politiqueros. Esta oligarquía de liberales y conservadores, desde hace más de 50 años, mediante la violencia del Estado ha desarrollado un siniestro plan de exterminio físico de la oposición democrática, con el que ha liquidado el derecho a elegir y ser elegidos libremente por que los favorecidos con los votos de la oposición han sido asesinados, impidiendo que se cumpla las

aspiraciones de quienes votan por representantes alternativos al bipartidismo.

Además, la oligarquía a empeñado las gestiones de gobierno a los usureros dueños del gran capital nacional y extranjeros, a los narcotraficantes y a los latifundistas que financian las costosas campañas electorales.

A hecho de estas verdaderas ferias de populismos y demagogia, llenas de promesas que jamas se cumplen, y carentes de garantías que obliguen a la materialización de los programas haciendo de la mentira y la doble moral instrumento de uso cotidiano porque quienes una vez elegidos solo se preocupan por robar del presupuesto público para agrandar su patrimonio personal.

Carnaval electoral

La compra de votos, el trasteo de electores, la doble cedulación, el nepotismo, el cambio de urnas, la utilización de cédulas de difuntos, el chantaje del voto a cambio de la permanencia en un empleo, el aumento de los votos después del cierre de las urnas se han consolidado en el país como practica comunes en un vergonzoso carnaval orquestado y manipulado sin ningún pudor por los grandes medios de comunicación propiedad de los mismos oligarcas.

Por ello, el poder político en Colombia **no es «democráticamente elegido»** ni su mandato es legítimo y no es justo continuar engañando al país ni a la Comunidad Internacional con semejante farsa.

Por estas razones, **llamamos al pueblo colombiano a no votar en las próximas elecciones del 26 de octubre.** Lo convocamos a reunirse en cabildos y asambleas municipales y empezar la construcción de un poder nacido de la entraña popular.

Causa noble y justa

Más adelante, el comunicado de las FARC puntualiza sus objetivos políticos en sustitución de los actos comiciales que califican de demagógicos y carentes de absoluta legitimidad. En particular, el doble discurso mantenido por los gobernantes colombianos a la hora de proponer «diálogo» a las guerrillas.

Las altas cortes de la justicia, terciario de mala manera con criterios cavernarios simplemente para echarle mas leña a la candela. El país sabe que en Colombia para las autoridades hace rato no existen delitos políticos y como también que Guerrilleros Bolivarianos no estamos reclamando el perdón de un Estado Terrorista, porque nuestra causa es justa y es noble. Las FARC-EP somos pueblo en armas en lucha por la Paz y la Justicia Social que el Estado, su Régimen político y la oligarquía que hoy personifican y que encarna Ernesto Samper, le han negado violentamente al país.

Nueva Colombia

Si la Nueva Colombia puede hacerse realidad por la vía de los acuerdos políticos tanto mejor para todos y por eso desde siempre hemos planteado y luchado por salidas incruentas a la profunda crisis existente. Al señor Samper le propusimos, desde su posición como presidente la iniciación de un proceso que buscara la reconciliación. Pero se negó y a cambio nos declaro la guerra en tres oportunidades.

Cada vez que le propusimos despeje de áreas para sentarnos a conversar, las zonas señaladas fueron inmediatamente objeto de operativos y copamientos por parte de nuevas unidades militares.

Tanta incoherencia y falta de seriedad gubernamentales inducen a concluir que la propuesta de conversar a estas alturas del periodo presidencial solo sean de nuevo maniobras de distracción y mansanilladas electorales sin futuro ni proyección que solo traerán una nueva frustración al pueblo que anhela fervientemente la paz.

Exigir garantías

A la Comisión Nacional de Conciliación, a los Gremios de la Producción, a la Iglesia, a la Cruz Roja Internacional, a los Partidos Políticos, a los Sindicatos y a sus Centrales, a los Estudiantes, a los Artistas e Intelectuales, a los Gobiernos de amigos de la solución política, a todos aquellos que han manifestado su interés de dialogar con la Comandancia de las FARC-EP para buscar los caminos de la paz, les comunicamos que también estamos muy interesados en ello, pero es necesario que le exijan al gobierno garantías para reunirnos.

El despeje por 120 días de las áreas de los municipios de la Uribe, Mesetas, Vista Hermosa, la Macarena (Meta) y San Vicente del Caguán (Caquetá) seria el escenario para nuestros encuentros, que podría servir también para conversar con los represeptantes de cada una de las tres ramas del poder público.

Estamos convencidos que una posibilidad de tal naturaleza puede generar las condiciones para un acuerdo de paz, estable y duradero, germinado de una **ASAMBLEA CONSTITUYENTE** que proporcione las herramientas para la construcción de la nueva Colombia, de la Colombia que hemos propuesto resumida en la Plataforma de los Diez Puntos para un **Gobierno de Reconciliación y Reconstrucción Nacional**, de la Colombia tolerante, digna, soberana, democrática y con justicia social.

¡DIA DEL GUERRILLERO HEROICO!
SECRETARIADO DEL ESTADO MAYOR CENTRAL DE LAS FARC-EP.
Montañas de Colombia, octubre 8 de 1997

-02 9714347

Barranquilla
Cartagena
CORDILLERA
Medellín
Bucaramanga
océano
pacífico
Cauca
Magdalena
Meta
Orinoco
Bogotá
Buenaventura
Cali
Villavicencio
Neiva
Pepayan
Guaviare
Mocoa
Pasto
Caquetá
Putumayo

9714347

DOCUMENTO 9714348
TITULO Enfrentan Guerilleros y Ejercito
FE - 971012
FECHA 971012
HORA 1140
PAGINAS 6SSP2
ELN

DP5973

U POXBT 10-12 00413
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
OCHO GUERRILLEROS MUERTOS Y CINCO SOLDADOS HERIDOS EN COMBATE

Bogotá, 12 oct (EFE).- Ocho guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) murieron hoy en un combate con el Ejército en Puerto Rico, este del país, en el que resultaron heridos cinco soldados, informaron fuentes castrenses.

En otras acciones subversivas, un grupo aún sin identificar asesinó a un concejal de Ginebra (oeste), y el Ejército de Liberación Nacional (ELN) dinamitó de nuevo el oleoducto Caño Limón-Coveñas, el más importante del país, y secuestró con fines extorsivos al alcalde de una población oriental.

El enfrentamiento entre las FARC y el Ejército en Puerto Rico formó parte de la ofensiva contraguerrillera que realiza la Séptima Brigada en esa zona del país, y en la cual murieron otros seis insurgentes del mismo grupo grupo el pasado viernes.

Según lugareños del área de combates, las bajas en la guerrilla fueron más, pero no se puede definir la cantidad por la costumbre de los subversivos de recoger a sus muertos y heridos para impedir comunicados positivos de su contraparte.

Presuntos subversivos a bordo de dos camionetas abrieron fuego contra el concejal de Ginebra y candidato a la reelección José Amán Eusse, que murió en el acto.

Varios concejales de la misma zona occidental han sido asesinados en las últimas dos semanas, como parte del anunciado sabotaje de las FARC y el ELN a las elecciones regionales y locales del próximo 26 de octubre.

En el cumplimiento del sabotaje, los dos grupos han asesinado desde abril a 53 alcaldes o concejales y 34 candidatos a sucederlos, han secuestrado a más de 220 y obligado a renunciar a cerca de 1.200.

En uno de los pocos secuestros de alcaldes, el frente Adonai Ardila del ELN retuvo hoy al gobernante de Panqueba (este), Marco León Leal, por cuya liberación ha pedido 100 millones de pesos (185.000 dólares).

El frente 30 de las FARC liberó hoy a tres aspirantes a la alcaldía y cuatro al concejo de Dagua (oeste), a los que mantuvo secuestrados durante cuatro días, y les entregó una nueva amenaza a los candidatos de declararlos "objetivos militares" si no renuncian.

Un comando nororiental del ELN hizo detonar una carga de dinamita en el kilómetro 15 del oleoducto Caño Limón-Coveñas, a la altura de Cubará, frontera con Venezuela, produciendo un derrame de petróleo aún sin cuantificar, que obligó a la suspensión del bombeo.

En lo que va de año, se han producido 53 atentados contra el ducto, de 780 kilómetros, con lo que se ha sobrepasado el promedio anual de detonaciones desde que fue inagurado en 1986, que era de 40. EFE.

LDO/PL

9714348

01-01

DOCUMENTO 9714349
TITULO Paramilitares absueltos por bomba avión
FUENTE SIISP3
FECHA DE 97/10/14
VINCULACION 11140
65 582

XM1440

R POXBT 10-14 00363
mun exg icx

COLOMBIA-PARAMILITARES
LIDERES PARAMILITARES ABSUELTOS POR BOMBA AVION MATO 107

Bogotá, 14 oct (EFE).- Los hermanos Fidel y Carlos Castaño Gil, fundadores del principal grupo paramilitar de Colombia, fueron absueltos hoy por un juez por el atentado con bomba en un avión de la aerolínea colombiana Avianca en 1989, que causó 107 muertos.

Un juez "sin rostro" (anónimo, por motivos de seguridad) de Bogotá decidió archivar los expedientes contra los Castaño Gil por las acusaciones de terrorismo, suministro de explosivos, homicidio y siniestro, y ordenó cancelar las órdenes de captura contra ambos por el mismo caso.

La sentencia judicial, que fue divulgada hoy a los periodistas en Medellín, donde se realizaron parte de los interrogatorios a los testigos del caso, establece que el único responsable intelectual del atentado fue el fallecido jefe del cartel de esta ciudad del noroeste, Pablo Escobar.

La bomba explosionó en pleno vuelo el 27 de noviembre de 1989, y el aparato cayó sobre terrenos del municipio de Sopha, en el centro de Colombia, al norte de la capital, Bogotá.

Ambos jefes paramilitares fueron implicados en el suceso en 1993 por un testigo que declaró bajo anonimato y que, según la sentencia, refirió acusaciones hechas por terceras personas y al que nunca más se pudo localizar.

La inocencia de los Castaño Gil fue defendida por los testimonios de los integrantes del brazo armado del cartel de Medellín Carlos Mario Alzate, "El arete"; Gustavo Adolfo Gutiérrez, "Maxwell"; Carlos Aguilar Gallego, "Muora"; John Jairo Velázquez Vázquez, "Popeye", y Otoniel de Jesús González Franco, "Soto".

Estos coincidieron en que las acusaciones contra los jefes paramilitares formaban parte de un plan de Escobar para hacerlos aparecer como implicados en varios atentados de los que sólo él era el autor.

Fidel y Carlos Castaño Gil fundaron en la década pasada las Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá (ACCU), en esas regiones del noroeste del país, después de que la guerrilla secuestrara a su padre, un ganadero de la zona, y tras pagar un rescate por su libertad fue asesinado.

Ambos se encuentran prófugos de la justicia, aunque según unas declaraciones de Carlos Castaño, su hermano murió hace tres años en algún lugar de la selva del Darién, en la frontera con Panamá.
EFE

IFS/ITN/pgl

10/14/19-02/97

01-01

9714349

Nº DOCUMENTO 9714350
TITULO denuncian ejército rojo japonés adiestra guerrilleros
PROCEDENCIA 51893
FECHA DE PROCEDENCIA 971014
VINCULACIONES 11140
65592
514593
519435

XM1407

R FOXBT 10-14 00342
mun exg icx

COLOMBIA-TERRORISMO
DENUNCIAN EJERCITO ROJO JAPONES ADIESTRA A GUERRILLEROS

Bogotá, 14 oct (EFE).- Terroristas del Ejército Rojo japonés adiestran desde hace siete meses a rebeldes de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) en atentados suicidas, coches bomba, captura de rehenes, manejo de misiles y preparación de asaltos, informa hoy el diario bogotano "El Tiempo".

El periódico agrega que la Policía colombiana ha identificado a Akira Nihei, Kozo Okamoto y Kazuo Tohira como algunos de los quince integrantes del Ejército Rojo al servicio de las FARC.

La detención de un guerrillero que participó en un reciente ataque en el que murieron 17 policías permitió confirmar las advertencias del Gobierno japonés sobre la presencia de terroristas nipones en Colombia, según fuentes policiales no identificadas por el diario.

El guerrillero, identificado como Efraín Walteros, tenía dos grabaciones que pensaba enviar a sus familiares, en las que dice que está "cansado y acabado de correr de un lado para otro", y les cuenta lo difícil que le resulta el entrenamiento que le imparten unos "chinos".

Después de ser capturado, Walteros explicó a la Policía que los "chinos" son terroristas del Ejército Rojo japonés que llegaron hace siete meses a los Llanos Orientales de Colombia, e identificó en fotografías a Nihei, Okamoto y Tohira.

Según la misma información, los japoneses ayudaron a trazar un plan de atentados para el próximo día 26, cuando en Colombia se celebran elecciones municipales y regionales, y proyectan introducir en este país sudamericano un cargamento de misiles tierra-aire para derribar aviones que fumigan cultivos ilícitos.

Walteros reveló que las FARC pretenden dinamitar estaciones de televisión y cuarteles policiales el día de las elecciones e instalar retenes en carreteras como parte de su campaña de sabotajes contra los comicios.

En abril pasado, el director del Departamento Administrativo de Seguridad (DAS, policía secreta colombiana), general Luis Enrique Montenegro, dio la primera voz de alerta sobre la presencia de terroristas del Ejército Rojo, también conocido como Brigada Internacional Anti-imperialista. EFE
AM/mmo/pgl

10/14/13-34/97

01-01.

9714350

XQ2193

R POXBT 10-16 00271
mun exg icx

COLOMBIA-ARGENTINA
"ELN" ADMITE ARGENTINO MUERTO QUISO VER "COMO ES LA GUERRILLA"

Bogotá, 16 oct (EFE).- Un jefe del rebelde Ejército de Liberación Nacional (ELN) de Colombia admitió que el ciudadano argentino Gustavo Abel Cabezas, muerto el pasado 17 de agosto en una operación militar, "quería ver cómo era la guerrilla" para escribir sobre ella, informa hoy la prensa local.

Sin embargo, para el comandante de la III Brigada Militar con sede en Cali, general Julio Eduardo Charry, Cabezas era "un terrorista internacional" que llegó al país 8 de agosto y murió en un combate cerca de la localidad de Jamundí, en el suroeste colombiano.

En declaraciones a la emisora "RadioNet" de Cali que reproducen hoy algunos diarios, el "comandante Gonzalo" dijo que Cabezas, quien tenía 37 años, formaba parte "de una comisión de la guerrilla, pero no portaba armas y sólo quería conocer la forma de operar de la insurgencia colombiana".

Según el relato del jefe del "frente José María Becerra", que actúa en el sur del departamento del Valle y hacia el norte del departamento del Cauca, Cabezas "quiso conocer más de cerca cuál era la experiencia de la guerrilla colombiana" y explicó que, al parecer, "tenía como deseos de escribir unos artículos, unos libros".

El "comandante Gonzalo" dijo, sin embargo, que, "particularmente, nunca hablé con él", y agregó que, "desafortunadamente, no fue mucho el tiempo que estuvo acá".

El ciudadano argentino "andaba en plan de charla, y ahí se dio la muerte de ese señor. El no estaba en plan de combate, no era combatiente ni militante. Andaba con el grupo. De hecho eso fue lo que originó que cayera en medio de las balas", manifestó el dirigente rebelde colombiano. EFE

RRM/mmg/ddp

10/16/14-22/97

Nº DOCUMENTO	9714351
TITULO	ELN admite argentino muerto quiso ver la guerrilla por dentro
PROCESO	S18553
FECHA	971016
ARTICULACIÓN	11140
	65592
✓	501782

05-05

9714351

Nº DOCUMENTO 9714352
TITULO Los guerrillas esta clase
PROCEDENCIA T del M
FECHA 971010
VINCULACION 11110
65592
EEUU
EARE
EMN

01-02

9714352

COLOMBIA

Las guerrillas están ahora en la mira de Estados U

El departamento de Estado norteamericano incluyó a las FARC y el ELN en la lista de las 30 principales organizaciones terroristas del mundo. Las autoridades lo consideraron una respuesta a la ola de atentados de los últimos días, con un saldo de 50 muertos. La subversión y los paramilitares amenazan las elecciones regionales y municipales del 26 de octubre. Samper anunció medidas de orden público. Observadores internacionales llegarán al país.

POR DIANA CALDERÓN
CORRESPONSAL EN COLOMBIA

RAMPA. Los grupos guerrilleros colombianos figuran entre las 30 principales organizaciones terroristas del mundo, según los Estados Unidos.

BOGOTA. Las guerrillas de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y del Ejército de Liberación Nacional (ELN) integran, desde esta semana, la lista donde figuran las 30 principales organizaciones terroristas del mundo. La decisión de los Estados Unidos significa un duro golpe para la imagen de la subversión a nivel internacional. Pero, principalmente, significa que serán perseguidos los apoyos financieros y materiales para esas agrupaciones.

El Congreso de los Estados Unidos aprobó en 1996 una ley contra el terrorismo, luego del atentado contra un edificio federal en Oklahoma, en el cual murieron 168 personas. Esta ley castiga hasta con 10 años de cárcel a quienes colaboren con organizaciones terroristas.

La decisión norteamericana se produjo por las denuncias de la Policía ante la comunidad internacional del incremento de atentados en los últimos días. Esta semana, el departamento del Meta se convirtió en un escenario de asesinatos de miembros de la Fuerza Pública. Una comisión judicial fue atacada por grupos paramilitares pagados por la mafia tras su regreso de practicar un procedimiento de extinción de dominio. Once personas murieron. Un día después, 17 policías fueron asesinados por guerrilleros de las FARC durante un recorrido de vigilancia.

A los dos días, fueron asesinados tres líderes de derechos humanos, integrantes de la Comunidad de San José de Apartado en el Urabá antioqueño. Esta zona se había declarado de neutralidad en marzo de este año. Y como si fuera poco, la guerrilla dinamitó una de las principales carreteras de acceso al Puerto de Buenaventura, que mueve la mayor parte del café de exportación, con un saldo de dos muertos y 15 heridos.

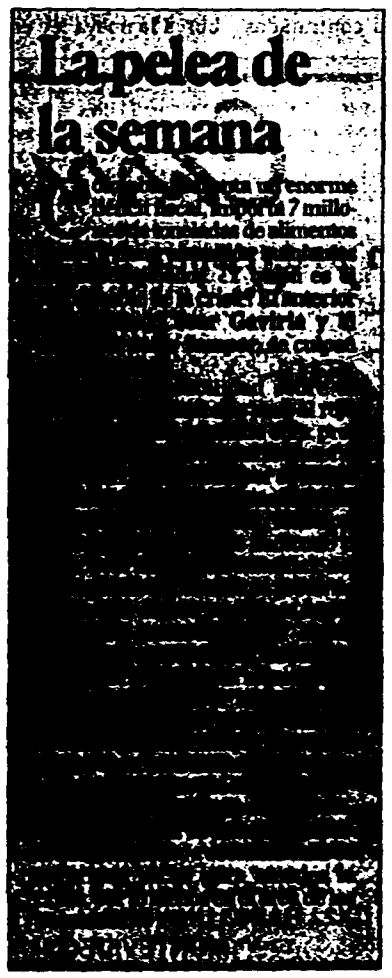
El propio comandante de las Fuerzas Armadas, Manuel José Bonnet Locarno, víctima de otro atentado en días pasados, ha advertido que se esperan nuevos y peores actos de terrorismo en las próximas semanas. La guerrilla anunció que continuará con la intimidación a los candidatos de las elecciones regionales y municipales del próximo 26 de octubre. Ya renunciaron 1030 aspirantes y la registraduría reconoció esta semana que no habrá elecciones en 126 de los 1077 municipios del país.

El presidente Ernesto Samper realizó dos reuniones extraordinarias con sus ministros, miembros de las Fuerzas Armadas y gobernadores del país para enfrentar la situación de orden público y garantizar las elecciones.

Entre las medidas, el Presidente anunció la conformación de una brigada móvil, conformada por 1400 hombres de las Fuerzas Armadas, para aumentar la vigilancia. En el aspecto económico se destinarán 400 millones de dólares al Ejército para apoyar acciones como la "Destructor," que desde hace mes y medio persigue a los cabecillas de la guerrilla.

Por su parte, la Fiscalía y el Das iniciaron procedimientos judiciales para extinguir el dominio de todas las propiedades de la guerrilla como una medida para desvertebrar la parte económica de la subversión.

La canciller María Emma Mejía confirmó, además, que 50 veedores internacionales desembarcarán en el país. La Organización de Estados Americanos (OEA) enviará a 30 comisionados de naciones latinoamericanas; las Naciones Unidas a miembros de España, México, Venezuela y Costa Rica, y las organizaciones No Gubernamentales vigilarán el desarrollo y resultado del Mandato por la Paz, por el cual cada uno de los colombianos podrá marcar en una tarjeta su voto por la paz.



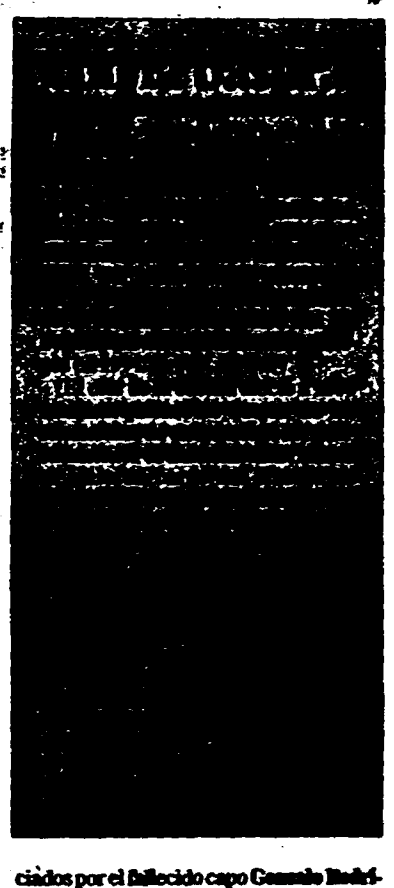
Narcos y paramilitares

El asesinato de una comisión judicial de la Fiscalía General en momentos en que desarrollaban un procedimiento de extinción de dominio en la propiedad del narcotraficante Gustavo Adolfo Soto García, volvió a poner sobre el tapete la relación de los narcotraficantes y paramilitares.

Las investigaciones advierten que Soto García, miembro del Cartel de los Llanos, habría pagado a los paramilitares para que asesinaran a los miembros de la comisión judicial con el propósito de impedir la diligencia en su finca, *El Alcaraván*.

Los miembros de la Fiscalía ya habían sido amenazados en una diligencia anterior. Cinco investigadores fueron asesinados cuando iban a decomisar unas propiedades del Cartel de Medellín.

No es nueva la alianza entre narcotraficantes y paramilitares. Una retrospectiva de los atentados por parte de grupos paramilitares o de autodefensas a miembros de la Fiscalía y de su Cuerpo Técnico de Investigaciones (CTI) arroja un hecho revelador por sus características. Se trata de la masacre a la comisión judicial en La Rochela en 1989, cuando 13 investigadores fueron acribillados por investigar el crimen de 19 co- merciantes por los paramilitares del Magdalena Medio, financiados por el fallecido capo Gonzalo Rodríguez Gacha.



El propio Fiscal General, Alfonso Gómez Méndez, recordó a Tiempo del Mundo, más de una víctima por cuenta de esa alianza mortal: *"Los asesinos de Luis Carlos Galán fueron entrenados por Rodríguez Gacha en Puerto Boyacá. A la juez que le dictó el auto de detención a Pablo Escobar, le asesinaron al padre. La justicia ha estado en la mira de los paramilitares"*

El gobierno, sin embargo, no reconoce la alianza. Tal vez, porque le da credibilidad a los líderes de las autodefensas, Carlos Castaño y Ramón Isaza, quienes niegan la relación con el narcotráfico y anuncian que los responsables serán entregados a la Justicia. ◆

R. OSCOSA

02-02

9714352

Nº DOCUMENTO 9714353
TITULO Argentinos adiestran a la guerrilla en Colombia
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE PUBLICACION 971018
CIRCULACION 11140
65592
501782
66960

Sábado 18 de octubre de 1997

Argentinos adiestran a la guerrilla en Colombia

Instructores: lo confirmó la policía en Bogotá; un comandante del ELN dijo que Gustavo Cabezas tenía "estrechos vínculos" con el grupo...

BOGOTA, 17 (AFP).- La policía confirmó hoy la presencia de extranjeros en la filas de la guerrilla colombiana tras revelarse en medios de prensa que un chileno dirige una columna del Ejército de Liberación Nacional, (ELN, guevarista), que opera en el sudoeste del país.

El comandante operativo de la policía, general Alfredo Salgado, dijo que las agencias de seguridad tratan de identificar plenamente a ciudadanos de Alemania, la Argentina, España, Japón y Perú que estarían adiestrando a los rebeldes en el manejo de armamento sofisticado, fabricación de coches bomba y planeamiento de atentados.

El telenoticiero Nacional difundió la declaración de un hombre con claro acento chileno, que se presentó como "comandante Rafa" y jefe de una columna del ELN en el departamento de Valle, según el cual la guerrilla de Colombia cuenta con la asesoría de "varios ciudadanos de otros países de América latina y Europa".

De acuerdo con el "comandante Rafa", "Colombia, hoy día, se ha convertido en la vanguardia de la revolución latinoamericana, el lugar donde se han dado los saltos más importantes".

El guerrillero chileno habló con el telenoticiero después de que el ELN entregara a delegados de la Cruz Roja Internacional y a periodistas de un telenoticiero local a dos soldados que había secuestrado en el Valle.

Cabezas y el ELN

Las fuerzas militares colombianas denunciaron hace dos meses que el argentino Gustavo Abel Cabezas, que murió en una operación antiguerrillera ejecutada en el municipio vallecaucano de Jamundí, pertenecía al ELN, aunque sus familiares negaron tal aseveración.

Pero el "comandante Rafa" admitió que Cabezas "tenía estrechos vínculos" con el ELN, al tiempo que aseguró que las marxistas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), el principal grupo rebelde del país, también cuenta con "asesoría extranjera".

Esta semana el Departamento Administrativo de Seguridad (DAS, policía secreta) aseguró que unos 15 terroristas del Ejército Rojo de Japón instruyen a las FARC en el manejo de misiles tierra-aire y equipos de comunicación por satélite, la fabricación de explosivos y la captura de rehenes.

9714353

DF6784

R SUCBT 10-19 00346
mun exq icx

COLOMBIA-ELECCIONES
FARC DESMIENTE PERMITIRA COMICIOS Y ACUSA MILITARES CONFUSION

Medellín (Colombia), 18 oct (EFE).- La guerrilla de las FARC desmintió hoy que haya cambiado su postura en contra de la celebración de elecciones municipales y regionales del próximo fin de semana y acusaron al Ejército de crear confusión.

En una nota distribuida a la prensa, la tercera que se conoce en los dos últimos días firmada por las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), remitida al diario "El Colombiano", de la ciudad de Medellín, reiteran que su campaña contra los comicios es "indeclinable: es el saboteo total".

Según este nuevo comunicado, los dos anteriores, conocidos el viernes y hoy en distintos puntos del sur y suroccidente del país, son falsos y obra de "la inteligencia militar", que busca confundir a la opinión.

En el primero de ellos, firmado por los comandantes del "Bloque Sur" de las FARC, se anunció la decisión de "permitir el desarrollo normal de las elecciones" en la vasta zona del sur de Colombia donde operan las columnas bajo su mando.

Su contenido fue recibido con cautela por el presidente, Ernesto Samper, quien declaró que, de confirmarse su autenticidad, se trataría de una noticia muy positiva, dado que la campaña de terror de las FARC en esa zona del país con secuestros y asesinatos de candidatos ha llevado a las autoridades regionales a pedir el aplazamiento de los comicios.

El máximo mandatario de Colombia señaló que había sido comprobada la autenticidad del primer comunicado y de un segundo, conocido hoy, en el que se reiteraba lo dicho pero referido al suroeste del país.

Desde abril pasado, cuando las FARC anunciaron su oposición a la realización de campaña políticas, junto con el Ejército de Liberación Nacional (ELN), han dimitido más de 1.200 candidatos a los comicios del 26 de octubre próximo, tras el asesinato de unos 35 y el secuestro de más de 200 de ellos.

Por su parte, el comandante de las Fuerzas Militares, el general Manuel José Bonett, calificó hoy de "perrada" los dos primeros comunicados, que coincidieron con sendos anuncios de las FARC y el ELN de la realización de "paros armados" en días previos a las elecciones. EFE

IFS/IB/JMA

10/19/00-31/97

DOCUMENTO 97143541
TITULO FARC acusa militares de crear confusión en las elecciones
E 5185P3
971019
ULACIÓN 1140
65SP2
✓ 5145P3

01-01

97143541

Crece la tensión en Colombia y en el gobierno del presidente Ernesto Samper.

Sabotaje total: la consigna de las FARC-EP

"Boicot total", dijo la guerrilla.

Quito, agencias

Un comunicado enviado por fax a la redacción de ANSA en Quito, firmado por el "Bloque Sur" de las Fuerzas Armadas Revolucionarias y el Ejército del Pueblo (FARC-EP), reiteró el "sabotaje total" de esas organizaciones guerrilleras a las elecciones colombianas del 26 de octubre.

En el comunicado, las FARC-EP reiteran su llamado a la población "para que no vote y que se reúna en Cabildos y Asambleas municipales para construir un poder nacido de la entraña popular".

El comunicado enviado por fax está fechado en las "montañas del Caquetá" y es firmado por el Bloque Sur de las FARC-EP.

Los guerrilleros desmintieron una información, que atribuyeron a la inteligencia militar de Colombia, mediante la cual se afirmaba que las FARC-EP permitirán el normal desarrollo de las elecciones en el sur del Huila, Caquetá y Putumayo.

"La posición de las FARC-EP con relación a las próximas elecciones continúa siendo indeclinablemente la misma: saboteo total", señaló el comunicado.

República 21/10

DOCUMENTO 97 14355
TITULO Sabotaje total: la consigna de las FARC-EP
150023
97 1021
11140
65592
SU4SP3

01-01

9714355

XH9631

U POXBT 10-22 00227
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
TRES PRIMEROS CAPTURADOS POR LAVADO ACTIVOS GUERRILLEROS

Bogotá, 22 oct (EFE).- La Fiscalía General de Colombia dictó hoy orden de captura contra tres ex empleados bancarios acusados de facilitar el "blanqueo" de dineros provenientes de la guerrilla en las selvas del sur del país, informaron hoy fuentes judiciales.

La orden de captura se dictó contra los ex gerentes del Banco Ganadero (hoy con capital español del Banco Bilbao Vizcaya) en Puerto Asís (cerca de los límites con Ecuador) Heliodoro Casanova y de Florencia Juan Carlos Polanco y afecta también al ex cajero de esta última institución y población Luis Alberto García.

Estos tres ex empleados bancarios están acusados de permitir transacciones entre aquellas dos ciudades, a pesar de estar prohibido por haberse detectado un origen guerrillero del dinero.

Según las fuentes, los movimientos bancarios se realizaron entre el 30 de mayo y el 3 de julio de 1996, y alcanzaron a 1.510 millones de pesos (1,5 millones de dólares de ese año).

La Fiscalía abrió causa en su contra por los presuntos delitos de recepción, legalización, ocultamiento de bienes adquiridos con dinero procedente de actividades ilegales y falsedad en documento privado.

En la zona donde fueron realizadas las transacciones actúa el Bloque Sur de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), y hasta hace poco la comandancia general del mismo grupo subversivo. EFE

LDO/GTP

10/22/20-20/97

DOCUMENTO 9714356
110 Capturan a "blanqueador" de dinero proveniente de la guerrilla
528583
971022
11140
65592

9714356

10-10

Nº DOCUMENTO 97M357
TITULO Amenazas de la guerrilla a políticos colombianos
ROLE S18SP3
FECHA 971023
MARCULACIÓN 1140
6SSP2
501972
S14SP3

KA3330

R SUCBT 10-01 00270
amt run

COLOMBIA-VIOLENCIA
GUERRILLA AMENAZA CONGRESISTAS DEBATEN CONTRATOS PETROLEROS

Bogotá, 30 sep (EFE).- El Ejército de Liberación Nacional (ELN), amenazó hoy en un comunicado a los congresistas que apoyen la reforma de los contratos con la multinacional British Petroleum Exploration (PB) señalando que ellos y sus familias "tendrán el honor de ser objetivos militares".

El Representante a la Camára. Julio César Rodríguez, que preside una subcomisión que evalúa los contratos con la multinacional británica, dijo que las amenazas del ELN no son la mejor forma de contribuir al debate sobre el tema.

El comunicado de la guerrilla, que llegó a la oficina de Rodríguez, en el Capitolio Nacional, dice que "si usted apoya el cambio del contrato del piedemonte con la BP, tendrá el honor de ser, con su familia, objetivo militar. ELN".

La modificación del contrato de asociación entre el Estado colombiano y la compañia extranjera significaría, según algunos analistas, una mayor rentabilidad para esta empresa.

British Petroleum considera que el hidrocarburo que debe tenerse en cuenta en la participación sobre los yacimiento debe ser el gas y no el petróleo cuando el primero es más abundante.

Los contratos suscritos establecen que el petróleo es el hidrocarburo que debe tenerse en cuenta, lo que a juicio de la BP hace poco rentable la explotación de algunos yacimientos.

El parlamentario afirmó que el Congreso ha sido amplio en el estudio y el debate del tema petrolero.

Además, anunció que presentará una proposición en la que invitará a la guerrilla para que elimine de sus objetivos militares al sector energético y para realizar un debate sobre la política petrolera con todos los sectores. EFE
amv/lul/arp

10/01/01-41/97

01-03

9714357

FB1424

R FOXBT 10-01 00279
mun exg

COLOMBIA-GUERRILLA
AMENAZAS GUERRILLA LLEGAN A CANDIDATOS DE LA CAPITAL

Bogotá, 30 sep (EFE).- Algunos candidatos a una junta administradora local (JAL) de una zona de la capital colombiana, presentaron hoy su renuncia por amenazas de los grupos guerrilleros, informaron medios locales.

Las renuncias son de los aspirantes a la Junta de Sumapaz, una zona deprimida, en donde la guerrillos han tenido muchos años una gran influencia.

La localidad fue un lugar de tránsito y abastecimiento obligado para los guerrilleros entre Bogotá y el municipio de La Uribe, en el Meta, en donde estuvo el secretario mayor de las rebeldes Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC).

El comando superior de las FARC fue obligado a salir de La Uribe, 100 kilómetros al sur de Bogotá, el 9 de diciembre de 1990 por el Ejército, día en el que los colombiano votaron por la convocatoria a una Asamblea Nacional Constituyente.

Las renuncias se produjeron tras de las advertencias de varios miembros de las FARC a los candidatos, indicaron las fuentes.

Desde mayo pasado, las FARC y el también grupo rebelde Ejército de Liberación Nacional, que comanda el ex sacerdote español Manuel Pérez, anunciaron el sabotaje a los comicios y desde entonces han amenazado a candidatos en cerca de 80 municipios, que han renunciado a sus aspiraciones.

El ministro del Interior, Carlos Holmes Trujillo, reconoció hoy la existencia de problemas de orden público en varios municipios del país y ratificó la suspensión de las elecciones en algunos de ellos.

La oposición al gobierno, encabezada por el senador conservador Fabio Valencia Cossio, dijo que no permitir elecciones en un sólo municipio colombiano por las amenazas de la subversión, significa entregar el país a la guerrilla. EFE

AMV/ib/nd

9714357

XM1703

R POXBT 10-23 00456
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
BOICO A ELECCIONES CON BLOQUEO TRANSPORTE, AMENAZAS Y BOMBAS

Bogotá, 23 oct (EFE).- La guerrilla de Colombia intensificó su sabotaje a los comicios regionales y locales del próximo domingo con el bloqueo del transporte intermunicipal en el noroeste y el suroeste del país, atentados contra comercios, comisarías y sedes políticas, y amenazas a candidatos y funcionarias electorales.

Según informaciones divulgadas hoy, integrantes de las Milicias Bolivarianas, células urbanas de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), detonaron anoche un petardo de mediano poder en una comisaría de Medellín (noroeste) que no causó víctimas pero sí grandes destrozos.

En Barranquilla (noroeste), comandos urbanos del Ejército de Liberación Nacional (ELN) explosionaron dos pequeñas bombas en sendos locales comerciales de un sector residencial que produjeron también daños y pérdidas económicas de consideración.

Además, el Bloque Sur de las FARC lanzó dos bombas de mortero contra la casa fiscal del Ejército en Florencia (selvas del sur), que no causaron víctimas.

El mismo grupo destruyó mediante un petardo la sede de la Fiscalía en Puerto Rico, en la misma región del sur de Colombia.

En los departamentos de Nariño, Putumayo (limítrofes con Ecuador) y Cauca, todos en el suroeste, al menos 20.000 personas no pueden utilizar cada día los transportes intermunicipales porque sus dueños se niegan a prestar servicio por amenazas de las guerrillas.

En Cocorná (noroeste), el frente Carlos Buitrago del ELN instaló un retén clandestino en la carretera que une Bogotá con Medellín y tras detener el tráfico varias horas, quemó tres autobuses y cuatro automóviles particulares.

En 23 poblaciones de los departamentos de Cundimarca y Tolima (centro), las FARC hacen circular panfletos amenazantes contra los candidatos a alcaldías y concejos que aún no han renunciado a sus aspiraciones en los que les recuerda que serán declarados "objetivos militares".

Por amenazas similares, hoy renunciaron todos los candidatos a la alcaldía y el concejo de El Palmar (nordeste), así como siete aspirantes al cabildo de El Hato, en la misma zona.

En el departamento de Bolívar (noroeste), el ELN secuestró a un registrador local (encargados de la infraestructura electoral) e hizo renunciar a otro.

Desde que en abril pasado las FARC y el ELN anunciaron su sabotaje de las elecciones, han muerto 51 alcaldes y concejales y 37 candidatos a sucederlos, fueron secuestrados más de 220 y obligados a renunciar a cerca de 1.900.

Las guerrillas colombianas han destruido 17 sedes locales de la Registraduría del Estado Civil, y obligaron a renunciar a diez de sus titulares y a más de 6.000 jurados de votación en varias partes del país.

Esta situación obligó a cancelar formalmente los comicios en once de las 1.071 poblaciones de Colombia, mientras en otras 121 no hay candidatos. EFE

LDO/mmg/pgl

03-03

9714357

Nº DOCUMENTO	9714358
TITULO	Atentado contra Comandante de las Fuerzas Militares de Colombia
PROCEDENCIA	30050
FECHA	971023
VINCULACION	11140
	65582
✓	514583
	501782

02-04

9714358

XQ1718

U POXBT 10-02 00646
mun exg icx

COLOMBIA-ATENTADO (Resumen)
MAXIMO JEFE MILITAR SOBREVIVE ATENTADO TERRORISTA

Santa Marta (Colombia), 2 oct (EFE).- El comandante de las Fuerzas Militares de Colombia, general Manuel José Bonett, salió hoy ileso de un atentado cuando estalló una de las, al menos, tres bombas colocadas supuestamente por guerrilleros en una carretera del norte del país.

El presidente Ernesto Samper condenó el atentado y dijo que se responderá con firmeza a la intimidación de "la criminalidad organizada y de la subversión".

Asimismo, el gobernante advirtió que esa lucha contra la violencia y el terrorismo "no tendrá cuartel ni dará tregua hasta que no veamos reducidos a estos sectores que atentan contra nuestras instituciones sometidos a la ley y la voluntad del querer mayoritario de todos los colombianos".

En esa acción terrorista, sin embargo, falleció un civil identificado como Rafael Ignacio Zúñiga Vives, primo del alcalde de Santa Marta, Edgardo Vives, y cuatro escoltas resultaron heridos.

Bonett viajaba acompañado del comandante de la I División del Ejército, el también general Iván Ramírez, quien le recibió en el aeropuerto "Simón Bolívar" de Santa Marta, capital departamental del Magdalena, en el litoral caribe colombiano.

La caravana se desplazaba entre el balneario El Rodadero y Santa Marta cuando una explosión sacudió a los vehículos.

El coche de los dos altos mandos resultó parcialmente destruido pero los dos generales salvaron su vida gracias a que el vehículo era blindado, dijo el alcalde de Santa Marta.

El propio general Bonett relató que escuchó un ruido ensordecedor y aunque no vio nada "pensé en que el vehículo había rodado, pero el general Ramírez me dijo 'nos dieron, nos dieron'".

El conductor, con gran pericia, logró sacar el semidestruido vehículo con los dos oficiales, según el relato del general Bonet a los periodistas: "con las llantas quemadas, echando humo, las puertas abiertas, sin vidrios, la tapa del baúl levantada, nos llevó a la sede de la Brigada".

El general Bonett viajó a Santa Marta para participar en un foro sobre Notariado y Registro en la Quinta de San Pedro Alejandrino.

"Estoy muy contento ahora. Mi madre (Albertina) no sabía en qué estado me encontraba y entró en conmoción. Ahora ya está bien. Mis preocupaciones eran mi mamá y mi mujer, sin embargo, ahora pasamos el susto y vamos para adelante con más fuerza", subrayó el alto militar.

La madre del alto oficial, Albertina Locarno de Bonett, que vive en Santa Marta, sufrió una crisis nerviosa, tuvo que recibir asistencia médica y se recuperó al enterarse que su hijo salió ileso del atentado.

El general Bonett dijo que no vio nada y atribuyó la acción "a personas a las que hay que considerar delicuentes" y añadió que "cuando un grupo recurre a este tipo de actuaciones es porque está en su final".

Para el oficial, la acción fue "posiblemente" obra de guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) "en reacción a la operación contra ese grupo en el Yarí", sur del país.

La acción terrorista tuvo lugar, además, en el marco de una escalada de violencia declarada de las guerrillas, que amenazaron el pasado mes de abril con no permitir la celebración de las elecciones municipales y regionales del próximo 26 de octubre.

El procurador general del país, Jaime Bernal Cuéllar, se mostró "preocupado" por el atentado contra el alto militar y pidió "mayor protección" contra los funcionarios en el país.

El presidente Ernesto Samper, el ministro de Defensa, Gilberto Echeverri, otros miembros del Gabinete ministerial y altos mandos, felicitaron al general Bonett por salir ileso del atentado y le expresaron su solidaridad.

El general Bonett es el tercer comandante del Ejército que sufre un atentado, pero también el tercer oficial que se salva en esas acciones terroristas, desde 1985.

El general Rafael Zamudio Molina sobrevivió en 1985 a un atentado en Bogotá y en 1988, también resultó ileso, en una acción similar, el general Manuel Jaime Guerrero Paz, entonces ministro de Defensa, a la salida de su despacho, cuando estalló un coche-bomba. EFE

RRM/SC/ddn

02

97 14358

Las FARC casi matan al líder militar colombiano

El general Manuel Bonett se salvó de un ataque con explosivos

BOGOTA, 2 (AP).- El general Manuel José Bonett, comandante de las fuerzas armadas y máximo jefe militar de este país, sobrevivió hoy, milagrosamente ileso, a un atentado con explosivos perpetrado por las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), donde murió una persona.

Bonett y el jefe castrense de la ciudad de Santa Marta iban en un automóvil BMW blindado, desde el aeropuerto, en las afueras de la ciudad, hasta la sede de la primera división del ejército cuando estalló una carga explosiva.

"Mi vida estuvo en peligro y mi auto quedó totalmente destruido", admitió Bonett en una conferencia de prensa en la sede de la primera división. "La explosión fue tan fuerte que una parte de un cerro se vino al suelo".

Tres cargas habían sido distribuidas en un radio de ocho metros, cerca de un cerro que bordea la carretera que conduce del aeropuerto Simón Bolívar a Santa Marta, pero sólo una estalló al paso de los vehículos. Las dos restantes fueron desactivadas horas después del atentado.

Comunicado de las FARC

Las FARC, por medio de sus voceros anónimos, se atribuyeron de inmediato el ataque mediante llamadas telefónicas a distintos medios de comunicación. Las fuentes de la organización terrorista indicaron que se trató de "una represalia" por la ofensiva que las fuerzas militares realizan en varias zonas de Colombia.

El grupo armado, que es la narcoguerrilla más poderosa del continente, ha realizado en los últimos tiempos varias acciones en conjunto con el Ejército de Liberación Nacional (ELN), la segunda banda subversiva más importante de Colombia, para impedir las elecciones regionales del 26 del actual y desestabilizar institucionalmente al país.

En los últimos dos meses, cientos de candidatos a gobernador, intendente y concejal han sido secuestrados o muertos por la insurgencia, como parte de un plan de intimidación para que los postulantes renuncien a sus nominaciones y los comicios no puedan realizarse.

El ataque de hoy contra Bonett, de 58 años, se registró cerca de la capital del departamento de Magdalena, 600 kilómetros al norte de Bogotá. El atentado cobró la vida de Rafael Zuñiga, primo del candidato a la intendencia de Santa Marta, que pasaba casualmente por el lugar en el momento de las explosiones.

Pero ni Bonett ni el general Iván Ramírez Quintero, comandante de la primera división, resultaron heridos. Bonett fue nombrado jefe de las fuerzas armadas el 25 de julio último.

En la zona donde se registró el atentado contra el alto jefe militar operan guerrilleros de las FARC y del ELN.

Casi un milagro

El conductor del vehículo en el que viajaba el jefe castrense logró maniobrar y sacó el automóvil del lugar del atentado con las llantas quemadas, echando humo, con las puertas abiertas y sin la tapa del baúl.

Si bien el blindaje ayudó a salvar la vida del militar, el hecho de que saliera ileso del ataque se considera casi milagroso.

"Veníamos hablando con el general Ramírez y escuché la explosión. El automóvil se sacudió y Ramírez gritó que nos habían acertado -contó Bonett a los periodistas-. Pero el conductor sacó el vehículo como pudo y nos salvamos".

El intendente de Santa Marta, Edgardo Vives, afirmó que Bonett logró salvarse porque viajaba en un vehículo blindado. "Las bombas habían sido enterradas en la carretera -sostuvo Vives-. Hay muy poca defensa contra algo así, excepto un blindado extremadamente sólido".

Bonett sostuvo que "las operaciones de mis tropas no se van a detener por este atentado, sino que se aumentarán", aunque también indicó que los intentos de instaurar un proceso de pacificación con la guerrilla "también deben continuar".

Comicios trascendentes

Corresponde señalar que, también hoy, Karen de Harf, esposa del ex ministro de Comercio Exterior Morris Harf, resultó milagrosamente ilesa de un atentado cometido por la guerrilla en el norte de Bogotá.

Las elecciones del 26 de este mes tienen una trascendencia singular, porque demostrarán el auténtico poder de una guerrilla que intenta impedirlas.

Hasta el momento, las autoridades han admitido que los comicios no podrán realizarse en el diez por ciento de los más de mil municipios colombianos, por muerte, secuestro o deserción de candidatos.

Si Bonett hubiera perecido en el ataque, a las dimisiones en masa de los postulantes a cargos electivos se hubiera sumado el temor generalizado de la población por el poder de la guerrilla.

Además, ya existen casi dos millones de desplazados en varias regiones colombianas, debido a que los pobladores huyen de la violencia desatada por los insurgentes, los parapoliciales y las tropas del ejército.

Acusación

BOGOTA, 2 (AP).- El presidente colombiano, Ernesto Samper, podría enfrentar un nuevo proceso ante el Congreso por acusaciones de enriquecimiento ilícito con dinero de los carteles de la droga.

La denuncia fue presentada a la Comisión de Acusaciones de la Cámara de Representantes por la Fiscalía General de la Nación.

Según la acusación, Samper recibió fondos de empresas fachada del Cartel de Cali por intermedio de terceros cuando era ministro de Desarrollo Económico, en 1991.

03

9714358

10/23/19-42/97

XH9649

U FOXBT 10-23 00353
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
DADO DE BAJACOORDINADOR ATENTADO CONTRA JEFE MILITAR

Santa Marta (Colombia), 23 oct (EFE).- El Ejército colombiano dio de baja hoy al cabecilla del frente 19 de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), Jáider José González, acusado de coordinar el fallido atentado contra el comandante de las Fuerzas Militares, general Manuel José Bonnet.

Portavoces castrenses informaron de que González, alias "Giovanni" murió al enfrentarse contra una patrulla rural de la II Brigada en las afueras del balneario caribeño de Santa Marta, cuando los militares buscaban a una persona secuestrada que pensaban estaba retenida en esa zona.

Inicialmente los integrantes de la patrulla no sabían a quién habían dado de baja tras un corto intercambio de disparos, pero algunos documentos halladas en el sitio del enfrentamiento y la posterior confrontación de las huellas dactilares dieron como resultado la identificación del cabecilla guerrillero.

Según informaciones de la inteligencia militar, "Giovanni" fue quien coordinó la colocación de dos cargas de dinamita en la carretera de acceso a Santa Marta, sitio de paso obligado de Bonnet, para realizar una visita el 2 de octubre.

En la operación subversiva estalló sólo una de las cargas, que destruyó el automóvil en el que viajaban Bonnet y el comandante de la II División del Ejército con sede en la misma ciudad, general Iván Ramírez, pero ambos resultaron ilesos.

La pericia del chofer del vehículo, que lo pudo conducir hasta la base militar, distante un kilómetro del luygar del atentado a pesar de tener las ruedas (llantas) rotas, salvó a los generales del posterior ataque de retaguardia que intentó rematarlos.

En la acción subversiva, cuya autoría se atribuyó luego el Bloque Caribe de las FARC, murió un civil que pasaba casualmente por el sitio donde estaban ubicadas las cargas de dinamita en el momento de su explosión mediante un dispositivo a control remoto.

De acuerdo con las fuentes, "Giovanni" recibió la orden de atentar contra Bonnet y Ramírez de parte de los comandantes del Bloque Caribe, en represalia por la "Operación Destructor" que por esos días cumplía el Ejército contra la dirigencia máxima de las FARC en las selvas del sur del país. EFE

LDO/GTP

10/23/19-42/97

04-04

9714358

AMÉRICA LATINA

Zero Hora 6/10/97

Guerrilhas convulsionam Colômbia

Às vésperas das eleições, intensificam-se as ações violentas de grupos armados na nação sul-americana

FOTOS JUÃO

NILSON MARIANO
Enviado Especial/zh

A ofensiva de grupos guerrilheiros para boicotar as eleições municipais na Colômbia pode preocupar o mundo, alarmar os vizinhos da América Latina e estarrecer a Organização das Nações Unidas (ONU), mas não chega a surpreender os 30 milhões de colombianos. Formadas a partir de 1948, as guerrilhas vêm conflagrando o país em ações de variados calibres – desde invasões de quartéis do exército até explosões de carros-bomba nas grandes cidades. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e outras organizações tentam impedir as eleições marcadas para 26 de outubro. Trinta candidatos já foram mortos, 200 seqüestrados e mais de mil foram forçados a renunciar. Não há garantias de que os 1.069 municípios possam renovar as prefeituras e as câmaras de vereadores.

Criadas em 27 de maio de 1964, as Farc capitaneiam os ataques guerrilheiros contra o governo de Ernesto Samper. Núcleos do Exército Popular de Libertação (EPL) e do Exército de Libertação Nacional (ELN), que recusaram a anistia de 1990, engrossam a insurreição. Mas haveria outros 17 grupos em armas. Segundo a revista Diners, de maio deste ano, o serviço de inteligência do exército colombiano detectou mais 17 guerrilhas. Todas são minúsculas, com no máximo 300 militantes. Algumas, como a Organização de Libertação de Putumaio (OLP), dispõe de apenas 20 combatentes.

Não há confirmação ou desmentido sobre a revelação da Diners. O Alto Comissariado de Paz registrou, no ano passado, 1.252 ações guerrilheiras na Colômbia – sabotagens, assaltos, enfrentamentos, emboscadas, ataques e seqüestros. O Comissariado atribuiu 96 desses crimes a pequenas células.

Gerardo Ardila Serrano, 53 anos, ex-dirigente do Movimento 19 de abril (M-19), talvez a organização mais atrevida que operou no país, acha que algumas das 17 guerrilhas são fachadas para acobertar os crimes de paramilitares. Formados em 1982, os *paras* vêm aterrorizando a Colômbia, usando a tática de culpar os guerrilheiros pelos massacres. Mas Gerardo Serrano não duvida da existência de várias milícias. "É mais fácil criar um grupo guerrilheiro do que um partido político na Colômbia", observa ele. "Mas são muito pequenos, surgem e logo desaparecem."

A Colômbia sempre oscilou entre dois grandes partidos – o Liberal e o Conservador. Nunca houve terceira opção partidária. Os focos guerrilheiros começaram a brotar como cogumelos a partir de 1948, quando foi assassinado o candidato à Presidência da República Jorge Eliezer Gaitán, um liberal de idéias socialistas. O Partido Liberal se revoltou, armando milícias para enfrentar os conservadores. Na época, essas guerrilhas eram chamadas de bandoleiras.

Na década de 50, a maioria das bandoleiras se desmobilizou. As que se mantiveram ativas foram estimuladas pela Revolução Cubana (1959) e os ventos comunistas vindos da ex-União Soviética. As Farc surgiram em 1964. O atual líder desse grupo, Manoel Marulanda Vélez, inspirou-se nas bandoleiras liberais de 48. Em 1970, nasceu o ousado M-19, que assaltou um quartel de Bogotá, invadiu a embaixada da República Dominicana e o Palácio da Justiça. Em 1990, o M-19 depôs armas e aceitou voltar à legalidade. As Farc recusaram as propostas de paz e agora intensificam os ataques contra o governo tentando boicotar as eleições municipais.

Nº DOCUMENTO 9714359
TÍTULO Guerrilla Colombiana
PÁG. E 30050
FECHA 971023
VINCULACI 11140
65592
514593
501782
514397

9714359

OS FOCOS GUERRILHEIROS

Baseada em informes secretos do exército, a revista Diners divulgou a lista de 17 novos e pequenos grupos guerrilheiros que estariam atuando na Colômbia. Muitos são facções do Movimento 19 de Abril (M-19) e do Exército de Libertação Nacional (ELN):

❑ *Raízes por Colômbia (RPC)* – Facção do M-19. Defende os direitos dos negros, na localidade de Água Branca, em Cali

❑ *Exército Republicano pela Independência do Caribe (Erica)* – Pretende separar o litoral do país. Age desde 1993, com 70 combatentes

❑ *Organização de Libertação de Putumaio (OLP)* – Os 20 ou 30 membros lutam pela independência do Estado de Putumaio, desde 1993

❑ *Movimento 26 de Abril* – Facção do M-19. Os 40 militantes defendem os plantadores de café

❑ *Forças Populares de Libertação Nacional (FPLN)* – Atua no Vale de Aburrá, com 40 homens, há três anos

❑ *Comando Miliciano Revolucionário (CMR)* – Também age no Vale de Aburrá, com 30 homens, desde 1992

❑ *Comandos Revolucionários Populares (CRP)* – Apareceram em 1992, com o apoio do ELN, na região de Sucre.

❑ *Exército Popular de Libertação (EPL)* – Dissidência do velho EPL. Os 120 homens atuam em Santanderes, Magdalena e Nariño, há seis anos

❑ *Exército Revolucionário Guevarista (ERG)* – Surgiu em 1993, como facção do ELN. Os cem militantes agem em Chocó e Antióquia

JÚLIO CORDEIRO/ZH

Vítimas: ações guerrilheiras deixa vítimas pelo caminho

❑ *Comando Sur Alvaro Ulcué Chocué (Auch)* – Atua em Tolima e Cauca, com 30 homens, desde 1991, em defesa dos indígenas

❑ *Organização Revolucionária Povo Armado (Orpa)* – Tem 30 homens atuando em Risaralda, Caldas e Antióquia, desde 1992

❑ *Forças de Integração Bolivariana (FIB)* – Facção do ELN. Está em Cundinamarca e Pereira, com 45 homens, há dois anos

❑ *Comando Armado Popular (CAP)* – Apresentou-se em 1996, em Medellín, como milícia urbana

❑ *Exército Revolucionário do Povo (ERP)* – Detectado em 1994, em Tolima e Quindío, com 350 homens. Deriva do ELN

❑ *Forças Armadas Revolucionárias Indigenistas do Pacífico (Farip)* – Lutam desde 1994, com 80 integrantes

❑ *Movimento Jorge Eliezer Gaitán (Jega)* – Originou-se do ELN, em 1987. Age em Cundinamarca, Risaralda e Caldas

❑ *Movimento Jaime Batemán Cayón (MJBC)* – Desmembrou-se do M-19, em 1990. Os 120 homens agem em Cauca, Valle, Tolima e Quindío

9714359

Entrevista: *Marco León Calarcá*

As Farc atuam desde 1964

AP/DI

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) vêm convulsionando o país desde maio de 1964. Maior grupo guerrilheiro em atividade na América Latina, as Farc mobilizam entre 10 mil e 12 mil homens. Um integrante da comissão internacional das Farc, Marco León Calarcá, ressaltou que a organização pretende assumir o governo com um projeto de reconstrução nacional. Calarcá concedeu a entrevista do México, por intermédio da Internet. Os principais trechos:

Zero Hora – As Farc têm quantos combatentes? Quais as áreas da Colômbia onde atuam?

Marco León Calarcá – A informação sobre o número de combatentes é reservada. Temos 60 frentes e cobrimos toda a geografia nacional. Nossa tática é a guerra de guerrilhas móvel. Não fazemos a defesa do território, mas há amplas áreas onde exercemos a nossa influência. Em algumas, as Farc são a autoridade política e militar.

ZH – Como as Farc alistam os combatentes? É verdade que há crianças de 11 e 13 anos entre as tropas?

Calarcá – O ingresso é absolutamente voluntário. Decorre de uma decisão livre e individual. Ocorre entre os 15 e os 30 anos de idade.

ZH – Os colombianos enfrentam uma onda de violência, patrocinada pelo exército, pelos paramilitares, pelos narcotraficantes e pela guerrilha. Grupos de direitos humanos informam que 38% das mortes são de responsabilidade dos guerrilheiros.

Calarcá – A guerrilha não é a causa da violência, é conseqüência das imposições violentas do sistema, do regime, do estado e dos diferentes governos colombianos, dirigidos pelo império dos Estados Unidos. Somos resposta, estamos exercendo o direito de lutar, inclusive pela via armada, em defesa dos direitos fundamentais dos colombianos.

ZH – Como as Farc obtêm dinheiro, armas e uniformes?

Calarcá – O principal ingresso é o imposto pela Nova Colômbia, que se cobra de todas as pessoas ou empresas com capital equivalente a US$ 1 milhão. Também se cobra das empresas, nacionais e estrangeiras, que pagam o imposto de guerra exigido pelo governo.

ZH – As Farc também cobram imposto sobre a produção de cocaína e outras drogas?

Calarcá – Não. Isto é uma campanha para desmoralizar a nossa organização.

ZH – O que pretendem as Farc?

Calarcá – Assumir o poder, com e para o povo colombiano. Estamos conscientes de que somente com a maioria da população conseguiremos construir uma nova Colômbia, com paz, democracia, dignidade, soberania e socialismo. Temos uma proposta de governo de reconstrução e reconciliação nacional (Nilson Mariano).

03

9714359

COLOMBIA BAJO FUEGO

Entre la paz y la muerte

La paz se discute, los muertos se acumulan: ocho policías y seis guerrilleros murieron cuando las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y el Ejército de Liberación Nacional (ELN) tomaron ayer la localidad de Caicedo, en el noroeste de Colombia. Los trescientos guerrilleros entraron el miércoles por la noche y destruyeron los edificios principales de la ciudad, aunque continúan los combates en el casco urbano. En España, la ministra de Relaciones Exteriores colombiana, Emma Mejía, obtuvo ayer el apoyo del gobierno español al proceso de paz impulsado por el presidente Samper, y junto con el canciller de ese país, Abel Matutes, rechazó la propuesta del candidato presidencial, Juan Manuel Santos, que excluye, como lo pide la guerrilla, la participación de Samper.

La solución a una violencia de treinta años en Colombia parece cada vez más lejana. El presidente Samper, en el séptimo intento de paz de los últimos doce años, pide que lo esperen hasta después de las elecciones, lo que significa prácticamente un desafío a la guerrilla izquierdista y los grupos paramilitares, que acentuaron notablemente sus ataques para evitar que se produzcan. Al mismo tiempo, ante la alternativa, propuesta por el candidato presidencial oficialista, Juan Manuel Santos, de excluir al primer mandatario de un hipotético diálogo de paz, el gobierno reacciona considerando que se trata de un complot, cuando los mismos terroristas afirman que, mientras él esté en el poder, no habrá posibilidad de sentarse a charlar. En esta curiosa "guerra entre propuestas de paz", el gobierno español apoyó la posición de Samper por medio de su canciller, Abel Matutes. Luego de una entrevista con su par colombiana, Emma Mejía, ambos rechazaron toda propuesta que "excluya la institucionalidad democrática". "Es inaceptable y muy peligroso que esta iniciativa excluya al gobierno", agregó Mejía. Santos había obtenido el apoyo del escritor Gabriel García Márquez y del ex premier español Felipe González.

Mientras se discute cuál proyecto es el que vale, la guerrilla continúa con el boicot a las elecciones del 26 de este mes. Ayer, las FARC y el ELN tomaron la localidad de Caicedo, en el departamento de Antioquía, dejando catorce muertos entre policías y terroristas. El combate continúa en el casco urbano, y en Medellín –capital del departamento– confirmaron que tropas de refuerzo se dirigieron a la ciudad para apoyar a los policías. Los terroristas intentaron atacar, además, dos localidades cercanas a Caicedo, pero no lograron avanzar y huyeron.

Desde España, Mejía declaró que el presidente estaba dispuesto a desmilitarizar las zonas conflictivas del país durante 120 días para iniciar el diálogo, pero la guerrilla considera que el mandato de Samper es ilegítimo. Para colmo, el Congreso colombiano recibió nuevas pruebas contra el presidente sobre la supuesta financiación de su campaña política con dinero del narcotráfico, por la que ya había sido investigado en 1995 y 1996. Mientras la imagen del mandatario sigue cayendo y la guerrilla continúa demostrando su gran poder, se podría decir que con Samper no habrá negociación de paz. Pero sin Samper, tampoco.

JUD
CASA 2 PLANTAS
EDICTO: El Juzgado Nacional Primera
en Alsina 1418, 2º, comunica por 2 d
autos "Verticinque Natalio J. c/Camus,
martillero Don Manuel Lastra (tel. 412-
27 de octubre de 1997 a las 9,20 hs. e
Cap. Fed., lo siguiente: el inmueble s
Pcia. de Bs. As., frente a calle ALEM,
parcela 19-c, que anexados forman
Sec.D, Manz. 1, parc.20a, matríc. 34
Comisión: 3%. El saldo de precio (70%
es de aprobado el remate. No procede
dó de indisponibilidad de los fondos. L
bien a subastar son a cargo del compr
en la ciudad de Bs. As. Según constat
CUPADO, es un edificio de 2 plantas c
unidades (P.B y P.A.); c/u. con 2 dorm
y lavadero. Buen estado general de co
res. En caso de fracasar la subasta po
drá a la venta con base de $ 17.250. S
SIN BASE (f. 90 v.). Deuda c/Tierras a
lidad a f. 50 $ 1.936,38 al 18-3-97; obr
exhibirá de 10 a 12,30 hs. los días 20 y
octubre de 1997. Dolores Miguens. Se

P12 17/10

04

9714359

Colombia podrá medir el poder real de las guerrillas

Los grupos armados intentarán frustrar las elecciones del próximo domingo como muestra de su dominio

Por Enrique Comellas
(Enviado especial)

BOGOTA, 22.- Este domingo, el gobierno liberal del presidente Ernesto Samper afrontará una de las pruebas más difíciles de su gestión, que cerrará la campaña proselitista más violenta de la década y medirá con realismo la validez institucional del país. Ese día, 105.000 aspirantes a 18.000 cargos públicos medirán fuerzas en 1071 municipios, en comicios regionales que la narcoguerrilla tiene el propósito de impedir.

Las Fuerzas Armadas de Revolucionarias de Colombia (FARC), de carácter marxista-leninista y el Ejército de Liberación Nacional (ELN), de concepción foquista-guevarista, iniciaron en junio último una boicot a las elecciones en sus zonas de influencia, para debilitar el sistema democrático y lograr el reconocimiento como fuerza dominante en esas áreas. La ofensiva incluyó asesinatos de dirigentes políticos, secuestros masivos de candidatos y atentados dinamiteros contra sedes partidarias.

Cargos sin candidatos

Como resultado, más de 1300 postulantes a cargos electivos renunciaron a sus nominaciones, 180 municipios se quedaron sin candidatos y 1.100.000 colombianos no podrán ejercer su derecho al voto. La guerrilla acaba de declarar, el domingo próximo "día de paro armado". Desestimando las versiones que indicaban que el plan contra las elecciones había sido cancelado, el vocero internacional de la FARC, Marcos Calcalá, aclaró que el programa de sabotajes "sigue en marcha".

Los colombianos elegirán 32 gobernadores, más de 1000 intendentes, concejales y diputados a las asambleas legislativas provinciales. Y lo que está en juego no es el resultado de una pulseada entre oficialistas y opositores con vistas a los comicios presidenciales del año próximo, sino la medida del auténtico poder que en Colombia ha llegado a tener la insurgencia. Esa medida quedará de manifiesto en la cantidad de municipios donde las elecciones no podrán realizarse.

Tres flagelos

Hasta el momento, más de 4 mil personas se negaron a aceptar sus nombramientos como jurados en las mesas de votación por temor a integrar la lista de cientos de asesinados. La Organización de Estados Americanos (OEA) envió 50 observadores internacionales, en un esfuerzo por tratar de garantizar la realización de los comicios en las zonas conflictivas de las fuerzas armadas y de la policía. Se cree que en algo más del diez por ciento de los municipios no habrá elecciones y que la jornada del 26 puede llegar a ser una de las más violentas de la historia de Colombia.

La amenaza a la democracia colombiana incluye a los grupos parapoliciales que intentan frenar la expansión subversiva mediante el terror. Agrupados en las denominadas "autodefensas", los parapoliciales integran un ejército clandestino de 6 mil mercenarios contratados por empresarios para protegerse de los guerrilleros. Están liderados por Carlos Castaño Gil, que acaba de ser llamado a juicio criminal por la Fiscalía como presunto autor intelectual del asesinato de un senador de izquierda, Manuel Cepeda Vargas.

En su reciente visita a Colombia, el zar antidrogas de los Estados Unidos, Barry McCaffrey, calificó a las autodefensas de "bandas de criminales", y advirtió que "pueden convertir a este país en una nueva Bosnia". Al enumerar los "tres flagelos" que sufre Colombia, McCaffrey dijo que "el primero son los 15.000 guerrilleros de la FARC y del ELN, el segundo son las armas compradas con dinero del narcotráfico y el tercero son los 6 mil paramilitares, responsables también de masacres y secuestros". Nada sintetiza mejor la situación colombiana.

La guerrilla atrae a la gente

Mientras tanto, la violencia guerrillera se sucede en los departamentos de Atioquia, Boyacá, Caquetá, César, Huila, Nariño, Norte de Santander y Putumayo, posiblemente los más conflictivos. Parece una violencia en constante expansión. Ayer, el jefe de los mandos militares de Colombia, el general Manuel José Bonett, mostró a McCaffrey un mapa de una región del Guaviare y le dijo que el ejército había logrado allí "terminar con la narcoeconomía, creando un problema mayor". McCaffrey quedó sorprendido. "Es que ciento mil personas quedaron sin nada que hacer y ahora es posible que se metan a las guerrillas", aclaró el militar.

9714359

OS

LA CRISIS COLOMBIANA

UN ESCENARIO DE VIOLENCIA CRECIENTE

Colombia, camino de ser "la Bosnia sudamericana"

Lo denunciaron grupos de derechos humanos • Cada año hay 30.000 muertes violentas • Y el Estado está jaqueado • La guerrilla y los paramilitares amenazan los comicios del domingo

PABLO BIFFI
Enviado especial

Defensores de los derechos humanos y la prensa llamaron a evitar que Colombia se convierta en "la Bosnia de Sudamérica" como consecuencia de la ola de sangre que baña al país, con más de 30.000 muertos anuales en hechos de violencia y el asesinato de los candidatos a las elecciones municipales del domingo.

El diario *El Espectador*, entre otros influyentes medios colombianos, remarcó ayer el alerta lanzado por el Comité de Abogados para la Defensa de los Derechos Humanos, una entidad con enorme prestigio, no sólo local sino internacional.

"Para evitar que Colombia se transforme en una Bosnia en Sudamérica, la Comisión de Derechos Humanos de la OEA va a investigar en Colombia la situación de los derechos humanos", dijo ayer el diario.

El informe que comparó a Colombia con una futura Bosnia, el país de los Balcanes donde esta década hubo una guerra generalizada que desintegró al gobierno y causó 200.000 muertos, se respaldó en datos escalofriantes de la situación nacional, que se combinan con una situación social explosiva, con el 47% de la población en pobreza extrema y más de 1.700.000 niños trabajando a nivel de esclavos, muchos de ellos en la prostitución.

Según ese reporte, en Colombia se cometen cada día diez asesinatos políticos, se tortura a una persona cada 24 horas, hay una desaparición forzada cada dos días y muere una persona por día en riñas callejeras.

La violencia tiene tal magnitud que organismos independientes estiman que el índice de muertes violentas es cuatro veces más alto que el promedio latinoamericano, cerca de diez veces superior al de los

> El índice de muertes violentas es cuatro veces más alto que el promedio en Latinoamérica

Estados Unidos y cien veces más alto que en países europeos o asiáticos.

"La muerte se ha banalizado de tal manera que hoy, a diferencia de lo que ocurría hace 40 o 50 años, ya ni siquiera se registra como un hecho grave, sino como algo más de la vida cotidiana", dijo a Clarín el analista Eduardo Pizarro, director del Instituto de Estudios Políticos de la Universidad Nacional.

Según un estudio del Centro de Estudios sobre Desarrollo Económico de la Universidad de los Andes, en la última década murieron de manera violenta cerca de 250.000 personas, la gran mayoría en los últimos años, en coincidencia con el auge de la actividad guerrillera y de los paramilitares. Según el ejército, en lo que va de 1997 murieron 643 guerrilleros (un promedio de 2,5 por día), dos miembros de las fuerzas de seguridad y un civil cada 24 horas; y un paramilitar cada tres días.

Y es por eso que a Pizarro no le sorprende el apelativo de "Bosnia sudamericana". "Aquí el Estado no colapsó como en Bosnia, pero parcialmente lo ha hecho, al punto de que el presidente reconozca que las fuerzas de seguridad están perdiendo la guerra con los insurgentes."

Agregó que "esta situación se expresa en la pérdida por parte del Estado del monopolio de las armas, del control territorial frente a la guerrilla, narcos y paramilitares, que desafían la autoridad nacional".

Esta semana el jefe antidrogas de los EE.UU., Barry McCaffrey, estimó que el gobierno colombiano perdió el control del 40 por ciento de su territorio.

Este es el telón de fondo de las elecciones de gobernadores, intendentes y legisladores del domingo. Las guerrillas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia y Ejército de Liberación Nacional anunciaron que boicotearán los comicios.

Las FARC, el grupo insurgente más poderoso del país, decretó desde hoy un "paro armado". Inmediatamente, los paramilitares, sospechados de recibir apoyo de las fuerzas armadas y dinero narco, advirtieron que no se harían responsables por la vida de ciertos candidatos considerados por ellos "infiltrados de la guerrilla".

La respuesta al cruce de amenazas no demoró: 25 candidatos a alcalde fueron asesinados y unos 1.200 postulantes renunciaron atemorizados a la campaña.

> "El presidente reconoció que está perdiendo la guerra con la insurgencia", dijo un analista

Anoche el ejército dijo que desbarató un plan guerrillero para impedir los comicios consistente en un ataque dinamitero contra el subte de Medellín y la fuga de insurgentes de la cárcel de esa ciudad.

Consideradas las elecciones más violentas de los últimos 50 años, más de un millón doscientas mil personas no tendrán candidatos para elegir y en algunos estados, como en Caquetá, por ejemplo, el 80% de los fiscales del comicio anunciaron que no se presentarán por temor a represalias, según datos oficiales de la Registraduría Nacional. □

ANTECEDENTES

Estadística escalofriante

La violencia se ha convertido en una pesadilla para los colombianos. La guerrilla, los paramilitares, las fuerzas de seguridad y los narcotraficantes son los principales responsables de esta escalada que alcanzó cifras escalofriantes:

- Cada 24 horas, diez personas son asesinadas por motivos políticos.
- Por lo menos una persona es torturada cada día.
- Cada 48 horas se registra una desaparición forzada.
- Cerca de 250 mil personas murieron en circunstancias violentas en los últimos diez años.
- Cada año hay 30.000 muertes violentas. El índice es cuatro veces mayor que el del resto de Latinoamérica, diez veces más grande que en los Estados Unidos y cerca de cien veces más alto que en países europeos.

9714359

06-06

Nº DOCUMENTO 9714360
TITULO "Paro armado" de la guerrilla colombiana
FECHA 150024
FECHA DE 971020
CLASIFICACION 11140
65982
514583
501782

EN POCAS PALABRAS

"Paro armado" de la guerrilla en Colombia

■ Las fuerzas armadas de Colombia fueron colocadas en alerta máximo al comenzar hoy el "paro armado" de las organizaciones guerrilleras (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia y Ejército de Liberación Nacional), que anunciaron su decisión de bolcotear las elecciones del próximo domingo. Ayer concluyeron las campañas públicas de los 100.000 candidatos a gobernadores, alcaldes, diputados estaduales y concejales municipales, quienes podrán realizar actos proselitistas hasta el viernes en locales cerrados. Se estima que las elecciones no podrán celebrarse en un centenar de los 1.072 municipios por la ofensiva guerrillera. **(ANSA)**

Clari 2010

02-01

9714360

R VARBT 09-23 00461
amt exg

SUBVERSIÓN Y TERRORISMO

COLOMBIA-GUERRILLA
EJERCITO SOSPECHA JEFE GUERRILLERO BURLO CERCO MILITAR

Bogotá, 22 sep (EFE).- **El guerrillero Jorge Briceño, alias "Mono Jojoy", comandante militar de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) pudo haber burlado el cerco que el Ejército y la Fuerza Aérea mantienen hace 18 días en las selvas del sur del país,** admitieron hoy portavoces castrenses.

A Briceño se le interceptaron hace una semana comunicaciones por radio en las que desesperadamente pedía refuerzos al Bloque Sur de las FARC para repeler la ofensiva militar contra el Secretariado General del grupo en la región selvática de Yarí.

Según los últimos datos de la inteligencia militar, "Mono Jojoy" se trasladó la semana pasada a la zona sureña de El Caguán, donde el Bloque Sur mantiene constantes enfrentamientos con tropas de la IV División del Ejército, y desde allí se perdió su rastro.

En Florencia, cerca de la zona de combates, se encuentra desde hoy el comandante del Ejército, general Mario Hugo Galán, para coordinar la avanzada contra el Secretariado, máxima dirigencia de las FARC, cuya cabeza es el septuagenario Pedro Marín, alias "Manuel Marulanda" o "Tirofijo".

Hace una semana, fuentes castrenses aseguraron que en la zona de enfrentamientos se encontraban acorralados por lo menos "Tirofijo", "Mono Jojoy" y Joaquín Gómez, comandante del Bloque Sur de las FARC.

En Yarí, la Sierra de la Macarena y las selvas aledañas hay 4.000 efectivos del Ejército y la Fuerza Aérea con 30 aviones y helicópteros artillados en una misión, según el comandante de las Fuerzas Militares, general Manuel José Bonnet, tiene como objetivo la captura de los cabecillas de las FARC.

Bonnet aseguró la semana pasada que la operación, denominada "Destructor", es de largo aliento y durará por lo menos todo lo que resta de 1997, lo que fue ratificado por el ministro de Defensa, Gilberto Echeverri.

Hace nueve días, el Secretariado General de las FARC condicionó su respuesta a una propuesta de paz presentada el 9 de septiembre por el presidente, Ernesto Samper, al cese de la operación "Destructor".

La propuesta, que incluye diálogo sin condiciones, establecimiento de zonas de distensión, suspensión de órdenes de captura para los negociadores y veeduría internacional para el proceso de paz, fue calificada de "poco clara" por el portavoz de las FARC en México, Marcos Calarcá, un día antes de la exigencia del Secretariado.

Desde que la operación "Destructor" comenzó el pasado 4 de septiembre, las FARC han reaccionado con ataques a varias poblaciones del centro y el noroeste de Colombia, y hoy sembraron de minas antipersonales lugares estratégicos de cuatro poblaciones de la zona Caribe.

Las FARC instalaron por lo menos seis campos minados en Naranjal, Mina Seca, Sudán y Pueblo Rico, lo que ha llenado de intraquilidad a los habitantes de esos municipios noroccidentales. En el último de ellos fue minado hasta el cementerio. EFE
ldo/jlm/arp

09/23/01-58/97

DOCUMENT 9714361
LO Ejército sospecha guerrillero burlo cerco militar
E S18SP3
97-1023
OLAE 11140
9714361

01-01

XQ2177

R FOXBT 10-15 00285
icx amt exg

COLOMBIA-GUERRILLA
UN SOBOFICIAL Y DOS SOLDADOS SECUESTRADOS POR LAS FARC

Bogotá, 15 oct (EFE).- **Un suboficial y dos soldados colombianos fueron secuestrados por rebeldes guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), en dos acciones en el centrooeste y en el suroeste de Colombia, informaron hoy fuentes castrenses.**

Portavoces del Comando del Ejército precisaron que los soldados Alexander Benavides y Holmes Astaiza Galíndez, que disfrutaban de un permiso, fueron secuestrados hoy en una carretera entre las ciudades de Cali y Dagua.

Benavides y Astaiza fueron obligados por un grupo de insurgentes a apearse del autobús en el que viajaban y a acompañarles a una zona montañosa.

En otro caso similar, el suboficial Rubén Darío Pino Sabogal fue secuestrado también por las FARC en una carretera entre los departamentos de Quindío y Tolima.

Según testigos, el suboficial Pino Sabogal fue obligado a acompañar a los guerrilleros que hicieron detener el vehículo en un retén rebelde.

Las fuentes del Comando del Ejército dijeron que los guerrilleros no han presentado ninguna exigencia por la puesta en libertad de los militares.

El secuestro más célebre de militares se registró el 30 de agosto de 1996 cuando las FARC retuvieron a un total de 54 soldados y seis suboficiales tras el ataque y destrucción de la base de selva del Ejército "Las Delicias", en un paraje remoto limítrofe entre los departamentos amazónicos del Caquetá y el Putumayo.

Por otra parte, los sesenta militares del Ejército y diez infantes de la marina, secuestrados en enero, fueron liberados en la localidad de Cartagena del Chairá, el 15 de junio pasado, tras negociaciones con el Gobierno en las que se incluyó la retirada de tropas de un área de más de 13.000 kilómetros durante 32 días. EFE
RRM/JLM/CGR

10/15/21-36/97

Nº DOCUMENTO 9714362
TITULO Colombia - secuestros
PROCESADO S18SP3
FECHA DE [illegible] 971029
CULACIÓN 1140
6552
S145P3
501782

9714362

01-02

XL7398

U FDXBT 10-29 00188
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
GUERRILLA SECUESTRA A ONCE EMPLEADOS ECOPETROL

Bogotá, 29 oct (EFE).- Once empleados de la Empresa Colombiana de Petróleo (Ecopetrol), entre sindicalistas y directivos, fueron secuestrados por el Ejército de Liberación Nacional (ELN), informaron hoy fuentes de la V Brigada del Ejército.

Efectivos de contraguerrilla de esa unidad encontraron hoy cerca de la localidad de Aguachica, en el nordeste de Colombia, los vehículos en los que se movilizaban los secuestrados hacia la estación de producción de Ayacucho.

Entre los retenidos se encuentran los sindicalistas Emiliano Jiménez y Amadeo Jalabe, de la Unión Sindical Obrera, los directivos de Ecopetrol Johny Cubillo y Ulipiano Carvajal, así como el contratista Yamid Vaca y otros seis trabajadores.

Según las fuentes, en el mismo sitio los rebeldes instalaron el martes un retén ilegal en la vía y hoy se registraron combates con hombres del frente "Camilo Torres Restrepo" del ELN.

En el desarrollo de los enfrentamientos murió un guerrillero y fue herido un soldado.

Las mismas fuentes señalaron que en la zona se encontró un campo minado, con cuatro artefactos explosivos de cinco kilos cada uno. EFE

ifc/mmo

02-02

9714362

Nº DOCUM. 9714363
TITULO Militares asesinados en atentados de la guerrilla
PROCE. SUBS3
FECHA DE PROCEDENCIA 971028
VINCULACIONES 1140

01. 11 9714363

U FOXBT 10-04 08540
mun exg icx

COLOMBIA-VIOLENCIA (resumen)
23 MUERTOS Y 14 HERIDOS EN SENDOS ATAQUES ULTIMAS 24 HORAS

Bogotá, 4 oct (EFE).- Un total de 23 personas entre policías, fiscales y militares murieron y 14 más resultaron heridas en dos ataques atribuidos a la guerrilla y a paramilitares en las últimas 24 horas en el departamento colombiano del Meta, este del país.

En el último de los hechos, ocurrido hoy, fueron abatidos 12 policías de una patrulla integrada por 21 agentes emboscada por las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), que causaron heridas al menos a cuatro más, confirmaron fuentes de la dirección de la Policía en Bogotá.

El ataque ocurrió cerca de la población de San Juan de Arama, en un paraje conocido como Alto de la Bodega, y entre las víctimas mortales se encuentran los dos oficiales que estaban al mando de la unidad, y un suboficial.

Los heridos fueron trasladados a un centro hospitalario de Villavicencio, capital del Meta, donde es evaluado su estado de salud.

Las autoridades, por el momento, desconocen el paradero de los cinco patrulleros restantes.

En la misma región, a la que da nombre el río Ariari, fue sorprendida el viernes una caravana de al menos 30 personas, compuesta por miembros del Cuerpo Técnico de Investigaciones de la Fiscalía, del Ejército y la Policía secreta.

Once personas, entre fiscales, policías y militares, murieron mientras otros diez fueron heridos cuando los vehículos en los que se desplazaban, cerca a la aldea de San Carlos de Guaroa, entraron en un campo minado y minutos después fueron atacados con armas de fuego por un grupo de 50 hombres.

Aunque en un principio este hecho fue atribuido a las FARC, el director del CTI, Pablo González, señaló que los atacantes eran paramilitares.

La comitiva judicial había visitado antes la finca "El Alcaraván", de propiedad del presunto narcotraficante Gustavo Adolfo Soto García, con el fin de decomisarla e iniciar los trámites para la extinción del dominio sobre la misma, por estar señalada como fruto de enriquecimiento ilícito.

Según uno de los supervivientes, que habló bajo la condición del anonimato con un informativo de televisión, pese a que se pidió ayuda al Ejército tras el ataque, sobre las 14.00 horas locales (19.00 GMT), los refuerzos no llegaron hasta las primeras horas del sábado.

"Esperamos a que vinieran a rematarnos", dijo el testigo en una dramática declaración.

El presidente colombiano, Ernesto Samper, condenó hoy el asesinato de los miembros de esa comitiva judicial.

"Lo que hemos vivido esta semana con el atentado al general Bonett (Manuel, comandante de las Fuerzas Militares), el ataque a la comisión de la Fiscalía y los atentados al oleoducto" son señales que "la guerrilla y los generadores de la violencia le tienen miedo a la paz", expuso Samper.

El mandatario advirtió que este tipo de actos sólo logra "aislar aún más a los violentos" de la mayoría de los colombianos.

La delegada de la Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos en Colombia, la diplomática española Almudena Mazarrasa, también condenó el ataque a la comisión judicial.

"Sin importar quién es el autor, es un acto muy condenable", señaló Mazarrasa tras advertir que la Justicia "es una de las instituciones a las que más hay que respetar".

La diplomático dijo sentirse "muy preocupada" por la situación en Colombia, porque, "no se está respetando ninguno de los derechos, y menos el de la vida". EFE

IFS/GTP

10/04/22-25/97

02 9714363

DP4862

U FOXBT 10-05 00327
mun exg icx

COLOMBIA-VIOLENCIA
EMBOSCADA DEJA 17 MUERTOS Y 4 HERIDOS, CONFIRMA POLICIA

Bogotá, 4 oct (EFE).- A un total de 17 ascendió el número de muertos que dejó hoy una emboscada guerrilletra contra una patrulla policial en la que quedaron heridos otros cuatro policías, confirmó hoy la Dirección General de esta institución.

La acción, atribuida a las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), se registró cerca al municipio de San Juan de Arama, en el departamento del Meta, este del país, cuando la patrulla se desplazaba en dos vehículos por una zona rural conocida como Alto de la Bodega.

Varias cargas de dinamita enterradas en el camino fueron accionadas al paso de las camionetas donde se movilizaban los 21 policías.

Al menos 200 guerrilleros que los esperaban, procedieron luego a rematar a las víctimas con disparos de armas de larga distancia.

Entre los muertos se encuentran dos subtenientes, al mando de la unidad, y un cabo primero.

Los heridos, dos de ellos de gravedad, fueron trasladados al Hospital de Villavicencio y, posteriormente, a un centro asistencial de la Policía en Bogotá.

En la misma región, a la que da nombre el río Ariari, fue sorprendida el viernes una caravana judicial, de al menos 30 personas, compuesta por miembros del Cuerpo Técnico de Investigaciones de la Fiscalía, y del Ejército y la Policía secreta.

Once personas, entre fiscales, policías y militares, murieron mientras otras diez resultaron heridas cuando los vehículos en los que se desplazaban, cerca a la aldea de San Carlos de Guaroa, entraron en un campo minado y fueron atacados con armas de fuego por un grupo de 50 hombres.

Aunque en un principio, este atentado fue atribuido a las FARC, el director del CTI, Pablo González, señaló que los atacantes eran paramilitares.

La comitiva judicial había visitado la finca "El Alcaraván", de propiedad del presunto narcotraficante Gustavo Adolfo Soto García, con el fin de decomisarla e iniciar los trámites para la extinción del dominio sobre la misma, por estar señalada como fruto de enriquecimiento ilícito. EFE

9714363

03

XE2506

R POXBT 10-08 00175
mun exg icx

COLOMBIA-BOMBAS
EXPLOTAN ARTEFACTOS EN DOS SEDES POLITICAS DE BOGOTA

Bogotá, 8 oct (EFE).- Dos bombas de bajo poder explotaron esta madrugada en la capital colombiana frente a dos sedes de políticos locales, sin causar víctimas pero sí destrozos materiales, informaron hoy las autoridades.

Los artefactos estallaron en el centro de Bogotá, en una zona en donde se concentran la mayoría de las sedes de campaña de los candidatos a cargos de elección popular, las oficinas centrales de varios precandidatos a la Presidencia de la República y los directorios políticos de los partidos Liberal y Conservador.

En las últimas semanas, decenas de bombas de bajo y mediano poder de destrucción han sido activadas en sedes de aspirantes a los comicios regionales y locales que se celebrarán en Colombia el día 26 de este mes, tanto en Bogotá como en otras ciudades.

Un consejo de ministros convocado por el presidente colombiano, Ernesto Samper, adoptó ayer, martes, medidas para prevenir atentados contra sedes políticas y candidatos, así como para reforzar la vigilancia en las principales ciudades. EFE

AMV/SC/fr

10/08/13-53/97

9714363

FB1855

R FOXBT 10-11 00456
mun exg

COLOMBIA-GUERRILLA
EL ELN ASESINO DOS MILITARES, UN CANDIDATO Y LIDER CIVICO

Bogotá, 11 oct (EFE).- La guerrilla Ejército de Liberación Nacional (ELN) de Colombia asesinó hoy, sábado, a dos militares, un candidato a alcalde y un líder cívico en el noroeste y el nordeste del país, y secuestró a un alcalde, un candidato y un conductor en las mismas zonas, informaron fuentes castrenses.

Por su parte, el Frente 37 de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) se adjudicó el atentado con bomba perpetrado hoy en Cartagena contra una sede política, en el que murió el experto antiexplosivos de la Policía Carlos Agudelo cuando intentaba desactivar el artefacto.

Un cabo y un soldado del Batallón Nutibara que se encontraban de descanso viajaban de civiles en una motocicleta entre las poblaciones de Betulia y Concordia (noroeste), cuando fueron interceptados por hombres armados que se identificaron como miembros del frente "Che Guevara" del ELN.

Los militares fueron retenidos por los guerrilleros, que abandonaron la moto unos kilómetros más adelante. Los cadáveres de sus cautivos aparecieron dos horas después en las inmediaciones de Concordia.

En El Bagre (noroeste), el frente José Antonio Galán del ELN asesinó al candidato a la alcaldía César Tulio Bonilla por negarse a renunciar a su aspiración, como lo han exigido este grupo y las FARC desde abril pasado como parte de su sabotaje a las elecciones regionales y locales del próximo 26 de octubre.

En la misma acción resultó herida de gravedad la esposa de Bonilla.

El líder cívico de Floridablanca (nordeste) Alfonso Candela fue asesinado por otro reducto de las FARC cuando viajaba en compañía de sus dos hijos menores de edad por los alrededores de esa localidad.

La Compañía Cimarrón del ELN sacó de su propia casa al alcalde de Zaragoza (noroeste), John de Jesús Arango, y minutos más tarde retuvo en otros lugares de la población al ex candidato al cargo Víctor Darío Perlaza y a su conductor.

El mismo ELN secuestró en Acarí (nordeste) al único candidato a la alcaldía que no había renunciado por las amenazas guerrilleras, Henry Alfonso Avendaño.

Como parte de su anunciado sabotaje a los comicios, las FARC y el ELN han asesinado desde abril a 52 alcaldes y concejales y a 34 candidatos a sucederlos, además de secuestrar a más de 220 y obligado a renunciar a cerca de 1.300.

Por otra parte, el Ejército capturó cerca de Bogotá a dos cabecillas de la red de apoyo logístico del Bloque Central de las FARC, identificados como Ariel Martínez, alias "El Negro", y Yodalis Camacho ("Katherine"), quien tenía antecedentes por trabajar como enfermera de los frentes 19 y 21 de esa guerrilla.

Según las fuentes militares, los dos aprehendidos mantenían comunicación directa con los máximos dirigentes de las FARC para el suministro de material de intendencia a los frentes de ese grupo en el noroeste del país. EFE

LDD/cc/jpg

9714363

XA4349

R POXBT 10-12 00214
mun exg

COLOMBIA-POLICIA
LA GUERRILLA ASESINO A 153 POLICIAS EN 1997

Bogotá, 12 oct (EFE).- El director de la policía colombiana, general Rosso José Serrano, asegura que en lo transcurrido de 1997 han muerto 153 de sus hombres en acciones guerrilleras.

En una entrevista que publica hoy, domingo, el diario "El País", de Cali (oeste del país), Serrano explica que la citada institución ha sufrido 35 ataques en sus instalaciones en diferentes poblaciones del país, así como 55 asaltos a patrullas, 24 tomas de municipios y 10 emboscadas.

De los 153 policías muertos este año por la guerrilla, 92 han sido asesinados por las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y 61 por el Ejército de Liberación Nacional (ELN), dijo Serrano.

Además de estas cifras, en las que se incluyen un total de 228 uniformados heridos, el jefe policial señala que se han presentado 83 hostigamientos, de ellos 38 de las FARC, 44 del ELN y uno del Ejército Popular de Liberación (EPL).

Para combatir el delito, incluido el de los subversivos, Serrano anuncia que la Policía invertirá próximamente 20 millones de dólares en materia de inteligencia.

"La mejor inteligencia policial de Latinoamérica la vamos a tener nosotros mediante la preparación de nuestros hombres en alianzas con agencias internacionales e incorporación de tecnología punta", subraya Serrano. EFE

LDO/CO/rt

10/12/17-49/97

06

9714363

DP5973

U POXBT 10-12 00413
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
OCHO GUERRILLEROS MUERTOS Y CINCO SOLDADOS HERIDOS EN COMBATE

Bogotá, 12 oct (EFE).- Ocho guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) murieron hoy en un combate con el Ejército en Puerto Rico, este del país, en el que resultaron heridos cinco soldados, informaron fuentes castrenses.

En otras acciones subversivas, un grupo aún sin identificar asesinó a un concejal de Ginebra (oeste), y el Ejército de Liberación Nacional (ELN) dinamitó de nuevo el oleoducto Caño Limón-Coveñas, el más importante del país, y secuestró con fines extorsivos al alcalde de una población oriental.

El enfrentamiento entre las FARC y el Ejército en Puerto Rico formó parte de la ofensiva contraguerrillera que realiza la Séptima Brigada en esa zona del país, y en la cual murieron otros seis insurgentes del mismo grupo grupo el pasado viernes.

Según lugareños del área de combates, las bajas en la guerrilla fueron más, pero no se puede definir la cantidad por la costumbre de los subversivos de recoger a sus muertos y heridos para impedir comunicados positivos de su contraparte.

Presuntos subversivos a bordo de dos camionetas abrieron fuego contra el concejal de Ginebra y candidato a la reelección José Amán Eusse, que murió en el acto.

Varios concejales de la misma zona occidental han sido asesinados en las últimas dos semanas, como parte del anunciado sabotaje de las FARC y el ELN a las elecciones regionales y locales del próximo 26 de octubre.

En el cumplimiento del sabotaje, los dos grupos han asesinado desde abril a 53 alcaldes o concejales y 34 candidatos a sucederlos, han secuestrado a más de 220 y obligado a renunciar a cerca de 1.200.

En uno de los pocos secuestros de alcaldes, el frente Adonai Ardila del ELN retuvo hoy al gobernante de Panqueba (este), Marco León Leal, por cuya liberación ha pedido 100 millones de pesos (185.000 dólares).

El frente 30 de las FARC liberó hoy a tres aspirantes a la alcaldía y cuatro al concejo de Dagua (oeste), a los que mantuvo secuestrados durante cuatro días, y les entregó una nueva amenaza a los candidatos de declararlos "objetivos militares" si no renuncian.

Un comando nororiental del ELN hizo detonar una carga de dinamita en el kilómetro 15 del oleoducto Caño Limón-Coveñas, a la altura de Cubará, frontera con Venezuela, produciendo un derrame de petróleo aún sin cuantificar, que obligó a la suspensión del bombeo.

En lo que va de año, se han producido 53 atentados contra el ducto, de 780 kilómetros, con lo que se ha sobrepasado el promedio anual de detonaciones desde que fue inagurado en 1986, que era de 40. EFE.

LDO/PL

10/12/22-25/97

07

9714363

XQ2196

R POXBT 10-16 00188
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
SEIS POLICIAS MUERTOS EN OCUPACION REBELDE A PUEBLO NOROESTE

Bogotá, 16 oct (CFE).- Al menos seis policías colombianos murieron hoy mientras una cantidad no precisada de agentes y de civiles resultaron heridos tras la ocupación de la localidad de Caicedo, en el noroeste del país, por la guerrilla, informaron las autoridades.

El gobernador del departamento de Antioquia, Alvaro Uribe Véles, dijo en Medellín que el municipio de Caicedo, en su territorio, sufrió, además, "mucha destrucción" por la toma rebelde del Ejército de Liberación Nacional (ELN).

La ocupación se inició el miércoles por la noche cuando los rebeldes ingresaron al pueblo, cortaron las comunicaciones, asaltaron algunas entidades bancarias, destruyeron otras edificaciones oficiales y atacaron con fuego nutrido y explosivos el cuartel de la Policía.

Los combates se registraron en las entradas del pueblo y en el casco urbano y el enfrentamiento prosigue hoy, dijo general Alfredo Salgado Méndez, de la Policía.

En Medellín, Uribe Vélez confió en que con el envío de los refuerzos de la Policía y de la IV Brigada del Ejército se restablezca el orden público en ese municipio. EFE

RRM/ddp

10/16/15-41/97

08

9714363

XA4776

U SUCBT 10-18 00208
mun exg

COLOMBIA-GUERRILLA
MUERTOS 2 SOLDADOS Y 9 GUERRILLEROS EN COMBATES

Medellín (Colombia), 17 oct (EFE).- Dos soldados del ejército colombiano y nueve guerrilleros murieron hoy en combates cerca de la localidad de Caicedo (noroeste), donde el jueves murieron ocho policías en un ataque de rebeldes, informaron fuentes castrenses.

Los enfrentamientos se produjeron entre fuerzas del Batallón Nutibara, de la IV Brigada del Ejército, con sede en la ciudad de Medellín, y guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), la principal organización rebelde del país.

Según fuentes de la IV Brigada, los combates tuvieron como escenario una zona rural de Caicedo, concretamente un paraje conocido como "La Vuelta de la Oreja", al que acudieron las tropas al conocer que los guerrilleros habían quemado hoy un vehículo de servicio público.

Las tropas atacadas, apoyadas por unidades de la Fuerza Aérea, participan en la zona una operación de persecución de la columna que atacó el jueves de madrugada el casco urbano de Caicedo.

Durante la "toma" de la localidad, que se prolongó durante doce horas, fue destruido el puesto de Policía, inaugurado hacía un mes, la Alcaldía, la sede de la Registraduría (ente que expide los documentos de identidad y organiza los comicios), así como la Iglesia. EFE

ifs/fp/arp

10/18/02-48/97

09

9714363

XE2829

R POXBT 10-20 00267
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
DOS SOLDADOS MUERTOS POR BOMBA Y SABOTAJE ELECTORAL FRUSTRADO

Bogotá, 20 oct (EFE).- Dos soldados murieron y otros dos resultaron heridos al estallar hoy una carga explosiva en la pista de aterrizaje de la población de La Macarena, en las selvas del sur de Colombia, mientras el Ejército frustró una operación de sabotaje electoral en el norte, informaron fuentes castrenses.

Una patrulla antiguerrillera realizaba un patrullaje rutinario en el aeropuerto de La Macarena, que es también la calle principal del municipio, cuando a su paso fue activada una bomba en la pista de tierra.

La explosión originó la muerte en el acto de dos soldados, mientras otros dos fueron trasladados al hospital local con graves heridas.

Nadie se ha atribuido la autoría del hecho, pero La Macarena es zona de influencia del Bloque Sur de la guerrilla Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC).

En Maicao y Pelaya (norte del país), otra unidad contraguerrillera se anticipó a una ofensiva del Ejército de Liberación Nacional (ELN) que intentaba evitar las elecciones regionales y locales del próximo 26 de octubre, y logró confiscar un arsenal preparado para ese sabotaje.

Según las mismas fuentes, fueron decomisados 40 fusiles, granadas de fragmentación y cerca de 3.000 proyectiles, pero no hubo detenciones.

Además, durante una operación policial y militar denominada "Plan Democracia" en todo el país, fueron detenidas 624 personas con cuentas pendientes con la justicia, entre ellas un guerrillero del ELN identificado como José Edgar Restrepo.

La detención de Restrepo se produjo en la localidad occidental de Buga cuando repartía panfletos entre la población. EFE

LDO/SC/fr

10/20/15-09/97

10

9714363

SUBVERSIÓN
Y
TERRORISMO
29-10-97

XL7365
R POXBT 10-28 00166
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
MUEREN POLICIA Y DOS REBELDES, Y DIEZ SECUESTRADOS LIBERADOS

Bogotá, 28 oct (EFE).- Un policía y dos guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) murieron anoche en combates cerca del municipio de Yaguará, sur del país, mientras diez personas fueron liberadas en el noroeste, informaron hoy fuentes oficiales.

Los combates del lunes se registraron en una zona rural de Yaguará, en el departamento del Huila, en un sitio conocido como El Espejo, donde la patrulla policial fue sorprendida por las FARC.

De las diez personas dejadas en libertad hoy por el Ejército de Liberación Nacional (ELN), cinco son empleados de la Registraduría, que organiza las elecciones en Colombia, y el resto inspectores de Policía.

La retención de los funcionarios de la Registraduría se había producido el domingo cerca de la localidad de El Peñón, en el departamento de Santander, con el propósito de impedir que se presentaran a puestos de votación de los comicios locales y regionales celebrados el mismo día. EFE
ifs/mmg

10/28/15-18/97

11-11

9714363

La guerrilla colombiana no aceptó el voto de paz

Grupos de las FARC y el ELN volaron sistemas de energía

Por Enrique Comellas
(Enviado especial)

EL DORADO, Meta, Colombia, 28.- A 48 horas de la derrota sufrida a manos de la ciudadanía, la insurgencia colombiana volvió a atacar en siete departamentos para tratar de demostrar que sólo perdió un combate, aunque sea el más importante de todos ellos.

Grupos combinados de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y del Ejército de Liberación Nacional (ELN) volaron once torres centrales de transmisión de energía y dejaron a ocho millones de personas temporalmente a oscuras. Contra esta violencia votó el pueblo de Colombia el domingo.

Los colombianos vencieron el miedo y ésa fue la génesis del triunfo liberal (con el 60 por ciento de los sufragios en la elección para gobernadores) y de la consolidación democrática. Es posible que el virtual fracaso del "paro armado" haga reconsiderar a la insurgencia sus planes y la acerque a una mesa de concertación, porque diez millones de sufragios por la paz no pueden ser ignorados aun por el más obcecado de los movimientos guerrilleros.

Pero todos esos votos no sirven para afirmar que la influencia de la guerrilla sucumbió ante una máquina de aniquilación.

Un total de 359 poblaciones, que representan el 10,5 por ciento de los municipios del país, se quedaron sin candidatos a intendencias y a concejos regionales; los postulantes renunciaron por presiones de la guerrilla. De esa cifra, 159 localidades perdieron sus aspirantes a los gobiernos locales y a las representaciones legislativas distritales.

Las dimisiones se extendieron a 18 de los 32 departamentos colombianos, aunque la presencia militar neutralizó la ofensiva guerrillera en toda la jornada electoral. Las FARC y el ELN fueron vencidos en el ámbito político, pero en dos meses de escalada demostraron tener fuerza suficiente para sus propósitos terroristas.

No fue un triunfo decisivo

Las matanzas, los asesinatos y secuestros y la más reciente voladura de gran parte del sistema de energía demuestran que el diálogo de paz sólo será posible si este gobierno, o el que le suceda, considera el fenómeno de la insurgencia en su dimensión más aproximada.

El comandante general de las fuerzas armadas, general Manuel José Bonett, indicó que el resultado de los comicios es "un triunfo de todo el mundo sobre la delincuencia organizada en guerrillas". Es cierto, pero no es un triunfo decisivo.

Sorprendió la asistencia a las urnas en su conjunto, pero existen cifras que señalan una sensible reducción de votantes en municipios que quedaron sin aspirantes por obra de la intimidación y que hoy pueden considerarse sin Estado.

En los Llanos Orientales, zona de influencia del ELN, la presión de la insurgencia actuó como arma eficaz. El Dorado, tomada como ejemplo por este invitado, señala con crudeza esa realidad. Sólo dos personas, entre las 900 en condiciones de acudir a las urnas, tuvieron el valor de hacerlo. Hoy están atrincheradas en sus casas y no quieren dar testimonio de una determinación que puede costarles la vida.

Los departamentos de Meta, Bolívar, Nariño, Caquetá, Huila y Putumayo fueron los más afectados por la masiva retirada de políticos, que también alcanzó a Caldas, Chocó, Guaviare, Cundimarca, Cesa, Norte de Santander, Santander, Risaralday Valle. La incertidumbre dominó las elecciones por la deserción de aspirantes.

En la ciudad de San Pablo, por ejemplo, al sur del departamento de Bolivar, sólo 637 personas de las 8116 inscriptas hace un mes se presentaron en las mesas de votación. Hubo casos absurdos de intendentes elegidos por un solo voto, donde ni siquiera los candidatos que aún restaban se animaron a asistir al cuarto oscuro.

En Sumapaz, la localidad 20 de Bogotá y el distrito rural de la gran metrópoli colombiana, las elecciones no se realizaron debido a una intimidación guerrillera que ni siquiera la presencia de tres batallones de la contrainsurgencia del ejército pudo superar.

Es una realidad que acompaña al gran pronunciamiento del pueblo colombiano contra cuatro décadas de violencia y que debe ser tenida en cuenta a la hora de considerar con acierto la situación de este país.

• DOCUMENTO 9714364
TITULO Guerrilla Colombiana no aceptó voto de paz
F 150025
971029
1140
65582
514593
501782

01-01

9714364

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA 150090 -
FECHA DE PROCEDENCIA 24/10/97 -
FOLIACIONES 11921
65592.
11164 - 11202
11163

LA CRISIS COLOMBIANA

OFENSIVA GUERRILLERA CONTRA LAS ELECCIONES DEL DOMINGO

Colombia: secuestran a 2 observadores de la OEA

Tenían que fiscalizar las elecciones del domingo • Fueron capturados por un grupo guerrillero • La canciller se ofreció a ser canjeada por los rehenes • Anoche comenzó un "paro armado"

PABLO BIFFI
Enviado especial

Si algo faltaba para complicar aún más el enrarecido clima electoral en Colombia, dos miembros de la misión de observadores internacionales de la OEA y un funcionario colombiano de Derechos Humanos fueron secuestrados ayer por la guerrilla del Ejército de Liberación Nacional.

El incidente es de tal gravedad que la canciller María Emma Mejía y el resto del gabinete del presidente Ernesto Samper se ofrecieron en lugar de los funcionarios secuestrados si ello servía para garantizar sus vidas.

"Cualquiera de nosotros (los ministros) podría ser canjeado por ellos, yo misma –dijo la canciller–, porque es imposible que la comunidad internacional perciba que aquí en Colombia ni siquiera se respeta el carácter sagrado que tiene un observador internacional."

Los secuestrados son el chileno Raúl Martínez, el guatemalteco Wilfredo Marroquín, y el colombiano Juan Diego Ardila, miembro de la Comisión de Derechos Humanos del departamento de Antioquia. Fueron interceptados ayer al mediodía por una columna del frente Carlos Buitrago del ELN, la segunda guerrilla más poderosa del país, cuando transitaban en una camioneta por el municipio de San Carlos en el oeste del departamento de Antioquia, cuya capital es Medellín.

> El paro armado guerrillero incluye el bloqueo del transporte y sabotaje de servicios públicos

La OEA reclamó desde Washington la inmediata liberación de los secuestrados y un vocero de ese organismo dijo a Clarín que es el peor incidente que enfrenta esa organización desde el final de la Guerra Fría (Ver "Un hecho...).

El gesto de la canciller y el resto del gabinete no fue inocente. La situación internacional de Colombia es delicada, a raíz de los constantes tironeos con los Estados Unidos por la lucha con el narcotráfico, y por las críticas de los organismos de derechos humanos internacionales por las denuncias de violaciones a los derechos humanos que se cometen en el país.

El secuestro de los dos observadores y del funcionario colombiano muestra en toda su magnitud la capacidad de la guerrilla colombiana para cumplir con su objetivo de impedir el normal desarrollo de los comicios. Y además ayudará para que el temor de los colombianos ante las amenazas de guerrilla y paramilitares emerja con más fuerza, de cara a las elecciones del domingo.

Patrullaje. Fotos de líderes guerrilleros en las calles de Bogotá.

La comitiva de la OEA, que forma parte de un grupo de 40 observadores de la organización encabezada por el argentino Santiago Murray, estaba monitoreando la región, considerada una de las más conflictivas en el marco de las elecciones del próximo domingo, en las que se elegirán 32 gobernadores, más de 1.000 alcaldes y unos 500 diputados locales.

El ELN, que cuenta con unos 5.000 hombres en armas y es llamada la "guerrilla petrolera" por sus permanentes ataques a oleoductos, le entregó un comunicado al chofer de la comitiva en el que se adjudicaban el secuestro y en el que anunciaban que sólo serían liberados la semana próxima cuando finalice un "paro armado" que comenzó anoche y que consiste en la interrupción del transporte, retenes en las rutas y el sabotaje de los servicios públicos.

Este secuestro, considerado "inusual y gravísimo" por voceros de la OEA, es una síntesis acabada del descontrol que reina en amplias zonas del país. Y como nunca antes en la historia electoral de Colombia, el temor ante las represalias de la guerrilla o de los grupos paramilitares, provocó una avalancha de renuncias de candidatos: además de los casi 300 postulantes a alcalde, unos 10.000 aspirantes a concejales se retiraron de la contienda.

A través de panfletos, las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, la mayor guerrilla del país con más de 10.000 hombres en armas, anunciaron ayer que los candidatos en 23 municipios de Cundinamarca, el departamento en el que se encuentra Bogotá, serán "objetivos militares" el próximo domingo si no renuncian a la contienda. Esos municipios se encuentran a poco menos de 150 kilómetros de la capital colombiana.

Ese miedo sigue operando para que aumente el número de renunciantes. Ayer, otros 17 candidatos de municipios del departamento de Santander dijeron "no va más", ante las amenazas del ELN.

El desbande de candidatos provoca situaciones sin precedentes que debilitarán aún más a la ya golpeada democracia colombiana. En varios municipios no se realizarán los comicios por falta de garantías, en otros sus habitantes no tendrán por quién votar, y en los más, pese a que se realicen las elecciones, habrá que esperar hasta el 1º de enero para saber si los ganadores se animarán a asumir sus cargos.

En sitios como Putumayo, al sur del país y con fuerte presencia de las FARC, los 4 candidatos a gobernador renunciaron y abandonaron Mocoa, la capital. Pese a que los habitantes de Putumayo podrán votar por ellos, porque no fueron dados de baja, es posible que los cuatro estén deseando no triunfar en los comicios.

Si algunos candidatos piensan seguir adelante pese al riesgo que corren sus vidas, más de 10.000 se retiraron. Desde el 14 de agosto, cuando venció el plazo para inscribir candidaturas, 925 listas de candidatos a Concejos Deliberantes fueron retiradas de las elecciones. Si se considera que las listas tiene entre doce y quince aspirantes, la barrera de los 10.000 renunciantes se supera con facilidad.

> Debido al miedo, el gobierno premiará con US$ 500.000 al municipio con mayor presentismo

Pero el miedo no sólo alcanza a los candidatos. Los fiscales de cada mesa se enfrascaron en una dura pelea con el gobierno nacional para que el Estado les otorgue un seguro de vida para cumplir con sus obligaciones. Y lo lograron: los 350.000 jurados de votación que fiscalizarán las 55.000 mesas en todo el país tendrán un seguro de vida equivalente a 8.500 dólares en caso de muerte.

Y si los candidatos y fiscales de mesa tienen temor, lo mismo sienten los votantes. Para lograr que la abstención no se haga sentir como siempre en este país, tanto el gobierno nacional como algunos gobiernos departamentales ofrecieron lo que la prensa ha dado en llamar la "Feria del Dinero": 500.000 dólares de regalo para el municipio que registre el índice más alto de presentismo, y 100.000 dólares para la localidad de Antioquia que cumpla con la misma condición. □

01-04-
9714365

XH9831

U POXBT 10-28 00292
mun exg icx

COLOMBIA-SECUESTRO
OEA REITERA PETICION LIBERACION OBSERVADORES ELECTORALES

Washington, 28 oct (EFE).- El Consejo Permanente de la OEA reiteró hoy su exigencia de una pronta liberación de dos funcionarios internacionales secuestrados el jueves pasado por el Ejército de Liberación Nacional (ELN), que visitaban Colombia como observadores internacionales a las elecciones del domingo 26.

En su reunión de hoy, el Consejo Permanente de la OEA aprobó por unanimidad una declaración en la que reitera su "más enérgica condena" por la retención de la que son víctimas Raúl Martínez y Manfredo Marroquín -chileno y guatemaletco-, así como el ciudadano colombiano Juan Diego Ardila, que los acompañaba cuando fueron scuestrados.

"Tales hechos -indica la declaración, constituyen una abierta y manifiesta violación de las inmunidades que protegen a estos funcionarios internacionales y es una afrenta moral a la Misión de Solidaridad en que estaba comprometido este grupo de observadores".

Al mismo tiempo, la OEA "hace un llamamiento a la más pronta e incondicional liberación de sus rehenes, con pleno respeto de su integridad personal y hace llegar su completa solidaridad a sus familias".

En la misma sesión, el embajador de Colombia ante la OEA, Fernando Cepeda Ulloa, reiteró la "honda preocupación" de su Gobierno por la "insólita acción" del grupo guerrillero y expresó su gratitud a la entidad y a otros organismos internacionales por su "gesto de solidaridad".

Cepeda afirmó que la de su país es una "democracia brutalmente amenazada" y en este sentido reconoció que la tarea de observación electoral se llevó a cabo en "circunstancias poco amables, por decir lo menos".

Otros embajadores expresaron su solidaridad con el Gobierno colombiano y reiteraron, en el transcurso del Consejo, la necesidad porque se libere rápidamente a los rehenes. EFE
MLA/RMI/GTP

10/28/21-35/97

02

9714365

XE3083

R POXBT 10-28 00434
mun exg icx

COLOMBIA-ELECCIONES
GUERRILLA ELN ACUSA DE PARCIALIDAD A OBSERVADORES DE LA OEA

Bogotá, 28 oct (EFE).- La guerrilla colombiana Ejército de Liberación Nacional (ELN) anunció hoy su disposición a liberar "prontamente" a los dos observadores de la OEA que secuestró el jueves pasado, al tiempo de acusar de falta de neutralidad al conjunto de veedores de ese organismo en los comicios del domingo.

El ELN, en una carta dirigida al secretario general de la OEA, el ex presidente de Colombia César Gaviria (1990-1994), dijo además que esa organización atiende "los intereses del imperialismo de los Estados Unidos" y que su actual dirigente es uno de los responsables de la guerra civil que vive el país.

"La neutralidad no se autoproclama, se la reconocen las partes enfrentadas", manifiesta la misiva, leída hoy por el guerrillero Francisco Galán a través de la emisora RadioNet desde la cárcel de Itagüí, en el noroeste colombiano, donde permamece preso.

El ELN afirma en ella que los dos veedores (observadores) en su poder, el chileno Raúl Martínez y el nicaragüense Manfredo Marroquín, junto con el funcionario colombiano Juan Diego Ardila, no están secuestrados, sino "retenidos".

La organización guerrillera reitera su "voluntad para continuar en los esfuerzos para construir un proceso de solución política del conflicto interno" y pide a Gaviria, a la OEA, "y por su intermedio a la comunidad internacional, no inmiscuirse en los asuntos internos (de Colombia) mediante observaciones o veedurías solicitadas por una sola de las partes enfrentadas".

La carta, de fecha 26 de octubre y firmada por los principales dirigentes del ELN, el ex sacerdote español Manuel Pérez, Nicolás Rodríguez y Antonio García, expresa también que "toda acción facilitadora internacional para la paz (...) deberá ser convenida y solicitada por el Gobierno y la insurgencia".

El ELN agrega que "la soberbia del establecimiento", que se negó a suspender las elecciones locales y regionales, fue la razón del "paro armado" y "en esas circunstancias ocurrió la retención de los observadores de la OEA".

La misma guerrilla califica de intervencionista la presencia de delegados de la Organización de Estados Americanos (OEA) en las elecciones y "el reforzamiento de una noción equivocada y perversa de lo que es la democracia".

Los rebeldes del ELN insisten, como justificación para su lucha armada, en que "la guerra integral y su hija expósita, la guerra sucia", acabó con "toda posibilidad de oposición".

En la cárcel de Itagüí comenzaron hoy, a las 8.00 horas locales (14.00 GMT), las conversaciones para liberar a los delegados de la OEA, después de que el lunes se suspendieran los contactos con quienes los tienen secuestrados debido a problemas en la comunicación por radio. EFE

AMV/fr

10/28/14-58/97

03

97 14365

TD0205

U FOXBT 10-30 00725
mun

COLOMBIA-SECUESTRO (Previsión)
ELN Y GOBIERNO, COMPROMETIDOS PARA LIBERAR OBSERVADORES OEA

Medellín (Colombia), 30 oct (EFE).- El Gobierno de Colombia y la guerrilla Ejército de Liberación Nacional (ELN) anunciaron el miércoles que han llegado a un acuerdo para que dos observadores de la Organización de Estados Americanos (OEA) sean liberados por el grupo rebelde.

Los dos observadores de los comicios que se celebraron el pasado domingo en Colombia, el chileno Raúl Martínez y el guatemalteco Manfredo Marroquín, permanecen desde hace una semana en poder del ELN tras ser tomados cautivos en una carretera del departamento de Antioquia.

El delegado de la Oficina del Alto Comisionado de Paz de la Presidencia de la República, José Noé Ríos, declaró que el acuerdo se logró tras contactos directos, a través de la radio, con los máximos comandantes de esa guerrilla.

En las conversaciones participaron Ríos, miembros de las Comisiones de Conciliación Nacional (CCN) y Facilitadora de Paz de Antioquia y los jefes guerrilleros Manuel Pérez, ex sacerdote español y comandante máximo del ELN, Antonio García y Nicolás Rodríguez Bautista, alias Gabino.

Los tres insurgentes fueron contactados radialmente por Francisco Galán y Felipe Torres, otros dos jefes de ese grupo alzado en armas que están presos en la cárcel de Itagüí, localidad vecina a Medellín, que actuaron de mediadores.

Las partes anunciaron que Martínez, Marroquín y el colombiano Juan Diego Ardila, un funcionario de la Gobernación de Antioquia secuestrado junto a los dos observadores internacionales, serán liberados en un punto aún no revelado por razones de seguridad.

Para la entrega de los cautivos se acordó, además, la presencia de miembros de la Oficina Presidencial de Paz, de las comisiones que han gestionado la liberación y del Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR), entre otras organizaciones.

Según el documento suscrito en la misma cárcel después de varios días de contactos y conversaciones, para el sábado, día previsto para la puesta en libertad de los delegados de la OEA y el funcionario local, se decidieron "normas de comportamiento con el cese de operaciones ofensivas de la fuerza pública y del ELN" en la zona.

Los tres retenidos fueron obligados a acompañar a rebeldes del frente "Carlos Alirio Buitrago" del ELN cuando casualmente llegaron a un retén levantado por los guerrilleros en una carretera cerca de la localidad de Granada.

Inicialmente el ELN pidió el repliegue militar total de los municipios de Granada, Cocorná, San Luis y Guarne, todos del departamento de Antioquia, en la zona donde se produjo su retención.

Para la comprobación del cese de hostilidades, tanto del Ejército colombiano como de esa guerrilla, previamente recorrerán la zona comisiones de la CCN y de la OEA, según se estipuló en el acuerdo leído en la cárcel por el jefe insurgente Freancisco Galán.

El consejero Ríos explicó que no se trata de una "desmilitarización" ni de una concesión del Gobierno a la guerrilla sino que se suscribió un documento "de carácter humanitario" para continuar la gestión de la puesta en libertad de los retenidos.

"En otras palabras, no ha habido contraprestación de ninguna naturaleza, no ha habido un negocio sino una determinación de procedimientos", subrayó el delegado presidencial.

A Martínez y Marroquín, integrantes de un grupo de 36 observadores de la OEA para los comicios regionales y municipales celebrados el domingo pasado en Colombia, se les ha permitido enviar mensaje a sus familias "desde las montañas".

Ríos informó de que el último contacto realizado por los mediadores con los secuestrados fue ayer y que éstos están "en perfectas condiciones".

Por su parte, el coordinador de la misión de 36 observadores de la OEA, Santiago Murray, expresó su "profundo agradecimiento a las autoridades nacionales y a la Comisión de Conciliación Nacional por las gestiones realizadas para la liberación".

Los padres del chileno Martínez, Ismenia Bernal y Raúl Martínez, llegaron el martes a Colombia y al recibir la noticia del acuerdo para la liberación de los retenidos expresaron su "alivio".

Estamos "muy agradecidos con quienes intervinieron para que todo salga bien", dijo emocionada Ismenia Bernal, qiuen junto a su esposo visitó el miércoles la histórica iglesia de "El Divino Niño" en la zona centro-sur de Bogotá.

El secuestro de los observadores y del funcionario colombiano de la Oficina de Derechos Humanos de la Gobernación de Antioquia fue condenado por distintas entidades internacionales ante la "violación de las inmunidades a delegados" de organismos pacifistas multilaterales.- FFE

RRM/lm

04-04

9714365

ARCHIVO

PRIORIDAD

111.

Walter Ruben Santoro Baraçabal

Nació y vivió toda su vida en Santa Lucía. Es viudo, tiene 75 años (nació el 29 de abril de 1922) dos hijos varones y tres nietos. De los nueve hermanos queda viva una hermana de 92 años, farmacéutica de Santa Lucía, medalla de oro de la facultad ("una de las cosas que me torturaba: ser medalla de oro") otra que es medica de 82 años casada con un paraguayo, piloto de aviación en la Guerra del Chaco, derribó al jefe de la aviación boliviana. Es héroe nacional ("mi cuñado quedó marcado: puede hablarle de hoy hasta mañana de la guerra"). Manya perdido, en su escritorio tiene bien guardada una fotocopia de un artículo, con una foto y una leyenda donde dice que Luis Alberto de Herrera era socio de Peñarol. "Miren: la prueba de que Herrera era de Peñarol. Esto enloquece a Lacalle y a Volonté".

ORIGINAL

FECHA 08/12/97 INICIAL CS1

Procesado a Sistema DEX

OBSERVACIONES

CORREGIDO
R 12/97
1515
dm

001/01 9714366

05 DIC. 1997

Montevideo 26/11/97

Iglesias pidió prudencia ante el ingreso de fondos

La Nación Digital Pg 11ª

El presidente del BID recomendó profundizar las reformas financieras en América latina para evitar posibles crisis

MONTEVIDEO (EFE).- El presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), el uruguayo Enrique Iglesias, recomendó ayer profundizar las reformas financieras y prudencia ante el auge del ingreso de capitales en América latina, para evitar crisis como la mexicana, por el "efecto tequila".

Iglesias hizo sus afirmaciones durante una videoconferencia desde Washington con los asistentes al "Seminario sobre armonización bancaria, liberalización financiera y movimientos de capitales en el marco de un área integrada", que se celebra en Montevideo.

El encuentro está organizado por el Centro de Formación para la Integración Regional (Cefir), con sede en la capital uruguaya, y el Instituto para la Integración de América latina y el Caribe (Intal), con sede en Buenos Aires, como parte del programa de formación Unión Europea-Grupo de Río.

Profundizar reformas

El presidente del BID destacó que 23 de los 26 países que integran el banco han impulsado reformas financieras en los últimos años "con diferentes grados de éxito, pero es necesario profundizarlas.

"Se debe ampliar el proceso de integración con especial atención a los mercados financieros, en la búsqueda de mercados globales", afirmó Iglesias.

Otras de las prioridades, según el presidente del BID, debe ser "encarar reformas de nueva generación que abarquen préstamos, cuentas y tipos de regulación".

El economista uruguayo destacó que "el auge y boom" del ingreso de capitales en América latina, que pasó de entre 30.000 y 40.000 millones de dólares en los primeros años de la década del noventa a 70.000 millones en 1996, "debe llevar a medidas de equilibrio".

"Los capitales tienen ahora gran volatilidad, y en momentos de auge es cuando se debe tener previsiones, evitar la euforia y cuidar el equilibrio con políticas fiscales y monetarias seguras y una estructura bancaria sólida", aseguró Iglesias.

Entrada de divisas

El presidente del BID destacó que en la región "hay más de un criterio o teoría; algunos países, como Colombia y Chile aplican medidas de control para el ingreso de divisas, y otros dan libertad completa".

El economista destacó que esa volatilidad de los capitales es la que actualmente afecta y crea problemas a los países del sudeste asiático.

Al dirigirse a economistas y técnicos de América latina y Europa presentes en la reunión, Iglesias catalogó de "fundamental" la supervisión en el sistema bancario y la "formación de supervisores bancarios" para prevenir las inestabilidades "porque la región no está en condiciones de afrontar los costes de otras crisis como las vividas últimamente".

El uruguayo, que está al frente del BID desde 1987, exhortó a buscar "más coordinación regional y legislativa para la integración financiera a pesar de las diferencias" y destacó que en ello "la Unión Europea tiene una experiencia muy interesante para brindar".

Iglesias destacó además la necesidad de que los sistemas bancarios de la región "se modernicen y adapten a la realidad regional con nuevos productos y rebaja en los costes".

El presidente del BID señaló que el 90 por ciento de las empresas latinoamericanas son pequeñas y medianas, "pero, sin embargo, sólo entre el 5 y el 7 por ciento de ellas tienen servicios en las plazas financieras".

En el seminario de Montevideo participan funcionarios, técnicos y expertos de la Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, México, Panamá, Perú, Uruguay y Venezuela, además de varios europeos.

El encuentro fue inaugurado por el ministro de Economía y Finanzas uruguayo, Luis Mosca, y está presidido por Henning Christophersen, presidente del Consejo de Gobernadores del Instituto Europeo de Administración Pública (IEAP).

La banca y la integración; la cooperación monetaria en Europa y en América latina; coordinación de políticas monetarias y el papel de los bancos centrales; los mercados y los servicios financieros son algunos de los asuntos que se analizan en la reunión de Montevideo, que finalizará pasado mañana.

Nº. DOCUMENTO 9714367
TITULO Iglesias pidio prudencia reformas financieras y prudencia ante ingreso fondos
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 07/10/97
VINCULACION 5001 B7
11677

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9714367

Nº. DOCUMENTO 9714368
TITULO Centroamerica solicitará a comunidad donante BID 39,5 millones de dolares
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 07/10/97
VINCULACIONES 500187
65549

ENTRADO
CRUZADO

XY6402

R ECOBT 10-08 00302
icx asp eut exg

CENTROAMERICA-BID
REGION SOLICITARA A COMUNIDAD DONANTE 39,5 MILLONES DE DOLARES

Guatemala, 7 oct (EFE).- El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) informó hoy de que Centroamérica solicitará a la comunidad de países donantes un total de 39,5 millones de dólares para la ejecución de proyectos regionales de desarrollo.

La solicitud será hecha el próximo 23 de octubre en Bruselas durante la reunión del Grupo Consultivo Regional de Centroamérica, organizada por el BID, informó la representante de la entidad financiera, Waleska Pastor, en rueda de prensa.

La cartera de proyectos de los países de la región, expuesta en la citada reunión, incluye las áreas de electrificación, que necesita 17,5 millones de dólares; transportes, con requerimientos por 4,5 millones de dólares, e hidrocarburos, por 1,7 millones de dólares.

También hay un renglón de proyectos de salud, por 7,2 millones de dólares; integración, 4,1 millones de dólares, y reforma institucional, 4,5 millones, agregó Pastor.

De acuerdo con el BID, Centroamérica necesita para explotar sus potencialidades de desarrollo una economía armonizada, una legislación uniforme, la unificación de patentes y servicios, así como de la eliminación de barreras arancelarias y migratorias.

Además, de la coordinación de políticas macroeconómicas y de un mercado eléctrico unificado e interconectado.

Los países que integran el Grupo Consultivo Regional para Centroamérica empezaron a apoyar los esfueros de integración económica del área en 1990 y dos años después integraron formalmente el foro.

El Grupo, formado por el Fondo Monetario Internacional, el BID, Banco Mundial y agencias de cooperación de países europeos, se reunió por primera vez en 1993 para cooperar en proyectos prioritarios de interconexión eléctrica, formación de recursos humanos, desarrollo de la ciencia y la tecnología y el manejo del medio ambiente, recordó el BID. EFE
ES/LBB/BH/PG

10/08/01-50/97

01-01

9714368

Nº. DOCUMENTO 9714368
TITULO Centroamerica solicitara a comunidad donante BID 39,5 millones de dolares
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 07/10/97
VINCULACIONES 500187
65549

ENTRADO
CRUZADO

XY6402

R ECOBT 10-08 00302
icx asp eut exg

CENTROAMERICA-BID
REGION SOLICITARA A COMUNIDAD DONANTE 39,5 MILLONES DE DOLARES

Guatemala, 7 oct (EFE).- El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) informó hoy de que Centroamérica solicitará a la comunidad de países donantes un total de 39,5 millones de dólares para la ejecución de proyectos regionales de desarrollo.

La solicitud será hecha el próximo 23 de octubre en Bruselas durante la reunión del Grupo Consultivo Regional de Centroamérica, organizada por el BID, informó la representante de la entidad financiera, Waleska Pastor, en rueda de prensa.

La cartera de proyectos de los países de la región, expuesta en la citada reunión, incluye las áreas de electrificación, que necesita 17,5 millones de dólares; transportes, con requerimientos por 4,5 millones de dólares, e hidrocarburos, por 1,7 millones de dólares.

También hay un renglón de proyectos de salud, por 7,2 millones de dólares; integración, 4,1 millones de dólares, y reforma institucional, 4,5 millones, agregó Pastor.

De acuerdo con el BID, Centroamérica necesita para explotar sus potencialidades de desarrollo una economía armonizada, una legislación uniforme, la unificación de patentes y servicios, así como de la eliminación de barreras arancelarias y migratorias.

Además, de la coordinación de políticas macroeconómicas y de un mercado eléctrico unificado e interconectado.

Los países que integran el Grupo Consultivo Regional para Centroamérica empezaron a apoyar los esfueros de integración económica del área en 1990 y dos años después integraron formalmente el foro.

El Grupo, formado por el Fondo Monetario Internacional, el BID, Banco Mundial y agencias de cooperación de países europeos, se reunió por primera vez en 1993 para cooperar en proyectos prioritarios de interconexión eléctrica, formación de recursos humanos, desarrollo de la ciencia y la tecnología y el manejo del medio ambiente, recordó el BID. EFE
ES/LBB/BH/PG

10/08/01-50/97

01-01

9714368

ARCHIVO

1/7

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SUB DIRECCION DE EXTERIOR

Montevideo, 5 de diciembre de 1997.

SEÑOR SUB DIRECTOR DE INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

COPIA Nº 16

Adjunto remito a usted a los efectos que estime pertinente Sumario de Información - Dpto. II Nº 9714369.

Saluda a usted atentamente,

El Sub Director de Exterior de la D.G.I.D.

Cnel.

Pedro R. BARNEIX

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL · DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA · República O. del Uruguay · SUB DIRECTO

001(A)/07

9714369

09 DIC. 1997

cb

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB-DIRECCION EXTERIOR

DEPARTAMENTO II

SUMARIO DE INFORMACION

PERIODO: 14NOV97 AL 30NOV97

COPIA Nº 16

TEMARIO

I.- AMERICA DEL SUR

A.- ARGENTINA

B.- COLOMBIA/VENEZUELA

II.- ASIA

A.- GOLFO PERSICO

III.- BLOQUES ECONOMICOS

A.- 2DA. REUNION DE MINISTROS DE INTERIOR O JUSTICIA DEL MERCOSUR BOLIVIA Y CHILE

001(B) 9714369

COPIA N° 16

I.- AMERICA DEL SUR

A.- ARGENTINA

SENADO APRUEBA PROYECTO DE LEY QUE TRANSFIERE REPRESA DE SALTO GRANDE A ESTADOS

El Senado Argentino aprobó un proyecto de ley mediante el cual se transfiere la represa binacional de SALTO GRANDE a los Gobiernos de ENTRE RIOS y CORRIENTES.

Dicho proyecto prevé que la administración de la mencionada represa pasará en forma gradual a las referidas provincias, quedando completada la transferencia en el año 2.000.

Tras su aprobación, por parte del Senado, la iniciativa será tratada en la Cámara de Diputados.

COPIA N°. 16

El Presidente CARLOS MENEM manifestó que vetaría el proyecto, en caso de que éste sea aprobado, alegando acuerdos internacionales entre ambos países.

Por su parte, las autoridades uruguayas expresaron "sorpresa" y "preocupación" mediante una nota oficial presentada ante el Gobierno Argentino.

Ante la eventualidad de la privatización de la represa de SALTO GRANDE, las autoridades provinciales de CORRIENTE y ENTRE RIOS procuraron controlar las negociaciones pertinentes, quitándole al Gobierno nacional el control sobre el complejo hidroeléctrico, mediante el peso político que tienen en el Senado los partidos provinciales.

Es factible que la instancia en la Cámara de Diputados sea planteada después que asuma la próxima legislatura el 10 de diciembre, dada la transcendencia del tema.

La situación planteada en la represa de SALTO GRANDE obedecería más a conflictos internos entre el Gobierno Argentino y las provincias involucradas, que a cuestiones de carácter internacional.

De todas maneras no sería la primera vez que los gobiernos provinciales toman el control de negociaciones que involucran otros estados, existiendo antecedentes en la materia.

Factores de carácter económico, como ser la captación de recursos derivados de las privatizaciones, y políticos, en lo que se refiere a la reafirmación del sistema federal, inciden para que en temas perimetrales, como el de la referida represa, muchas veces surjan

COPIA Nº 16

controversias con el Gobierno central.

Se considera no obstante que los tratados internacionales vigentes entre URUGUAY y ARGENTINA no serán modificados y de concretarse dicha transferencia, la eventual privatización del sector argentino de SALTO GRANDE, no gravitará sustancialmente en las relaciones entre ambos países.

B.- <u>COLOMBIA/VENEZUELA</u>

<u>CONFLICTO FRONTERIZO</u>

La frontera entre COLOMBIA y VENEZUELA, de 2.219 Kmts. de longitud, es escenario frecuente de incidentes debido a ataques de la guerrilla colombiana en territorio venezolano, acusaciones de incursiones de la Guardia Nacional venezolana en COLOMBIA y por la actividad de grupos de narcotraficantes.

COPIA N°. 16

El pasado 24 de noviembre, el gobernador del departamento colombiano de CESAR, MAURICIO PIMIENTO denunció que unos 40 militares venezolanos incursionaron en el municipio colombiano de MANAURE, en la zona fronteriza, quienes según la denuncia, maltrataron a sus moradores y efectuaron tres detenciones.

Por su parte, el Ministro de Defensa venezolano, TITO RINCON, negó que efectivos del Ejército hayan incursionado en territorio colombiano, aunque admitió la detención de tres ciudadanos colombianos durante una operación efectuada en la región de SIERRA DE PERIJA, extremo occidente de VENEZUELA.

RINCON informó que en la zona se efectúa una operación denominada "Sierra 10", en la que participan fiscales del Ministerio Público y se informa a las autoridades colombianas.

Los efectivos han destruído 130 hectáreas de amapola, lo que constituyó un grave golpe para el narcotráfico.

Según informaron autoridades colombianas, una reunión de gobernadores de las regiones fronterizas con VENEZUELA prevista para el mes de diciembre, fue aplazada, definiéndose en el mes próximo una nueva fecha para la reunión.

Por su parte, el Presidente venezolano RAFAEL CALDERA manifestó a la opinión pública que no establecerá contacto con las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) sin el consentimiento del gobierno colombiano.

COPIA Nº 16

Paralelamente, supuestos miembros de las FARC atacaron una estación de policía en la región de DARIEN (territorio panameño), ubicada a 300 Kmts. de la ciudad de PANAMA, matando a un policía e hiriendo a otros dos.

A su vez, el embajador de ESTADOS UNIDOS en PANAMA, WILLIAMS HUGHES, manifestó que su gobierno está dispuesto a brindar apoyo con equipos y entrenamiento para solucionar la situación en DARIEN.

La Ministra de Relaciones Exteriores de COLOMBIA, MARIA EMMA MEJIA, anunció que el gobierno analizará la situación en la zona de frontera con PANAMA.

Asimismo, PANAMA decidió invertir 6 millones de dólares para crear y dotar una unidad de policía para un plan en la zona de DARIEN.

COPIA N° 16

La situación en la zona fronteriza entre COLOMBIA y VENEZUELA se caracteriza por su permanente inestabilidad, dominada de litigios no resueltos, donde el factor económico juega un importante rol en virtud de la riqueza del sub-suelo en hidorcarburos y sus derivados.

La incursión en territorio venezolano de narco-guerrilleros provenientes de COLOMBIA incrementa periódicamente esta inestabilidad creando situaciones de fricción entre ambos gobiernos que no han encontrado fórmulas para controlar estos problemas.

En lo referente a PANAMA, las consecuencias de los ataques por parte de las FARC, pueden ser más complejos en virtud de que este país tiene que presentar un escenario de estabilidad política a los efectos de no obstaculizar la transferencia de soberanía del Canal Interoceánico.

COPIA Nº 16

II.- ASIA

A.- GOLFO PERSICO

REGRESO DE INSPECTORES DE UNSCOM A IRAK

La situación en el GOLFO PERSICO comenzó a normalizarse tras la firma de un acuerdo ruso-iraquí, llevado a cabo en MOSCU.

En dicho acuerdo, IRAK se comprometió a permitir el regreso de los miembros de la Comisión Especial (UNSCOM) de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), con fecha 20 de noviembre.

Rusia, por su parte, contribuirá activamente a que IRAK de cumplimiento de las correspondientes resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU, para el levantamiento lo antes posible de las sanciones contra IRAK y, en primer lugar, a la aplicación del párrafo 22 de la resolución 687 del Consejo de Seguridad, el cual prevé acabar con el embargo petrolero impuesto en 1990 en cuanto se demuestre el desmantelamiento de todas las armas de destrucción masiva.

COPIA Nº 16

El Viceprimer Ministro iraquí, TAREK AZIZ, solicitó al Secretario General de la ONU, KOFI ANNAN, que sustituya al avión espía norteamericano "U-2", que sobrevuela el espacio aéreo iraquí con motivo de las misiones de vigilancia de la ONU, por otro aparato de un país neutral.

Asimismo, exigió recomponer la Comisión Especial con el fin de permitir una "representación equilibrada" de los cinco países permanentes del Consejo de Seguridad.

Esta propuesta fue presentada por el Embajador ruso ante la ONU, SERGUEI LAVROV, en el Consejo de Seguridad, aunque ha sido rechazada por la mayoría del Consejo Directivo de UNSCOM, la resolución final será tomada por el Consejo de Seguridad.

Por su parte, ESTADOS UNIDOS manifestó su rechazo a cualquier modificación de dicha Comisión y de los procedimientos con que actúan. También exige el libre acceso de los inspectores de UNSCOM a cualquier lugar del país, incluyendo los palacios presidenciales.

Esta exigencia fue rechazada por el Gobierno iraquí, quién accedió a la instalación en estos palacios de diplomáticos y expertos internacionales exceptuando a los inspectores de UNSCOM, alegando que esos "lugares soberanos" no están incluidos

COPIA Nº 16

COPIA Nº 16

en la resolución de la ONU de 1991, relativa a la misión de UNSCOM.

La aceptación por parte de IRAK de la propuesta rusa, dejó en evidencia la incapacidad del Consejo de Seguridad de lograr una fórmula de consenso.

El éxito diplomático ruso y la falta de apoyo por parte de los países miembros del Consejo de Seguridad a ESTADOS UNIDOS, podría llevar a un gradual levantamiento de las sanciones económicas y del embargo petrolero impuestos por la ONU.

005 9714369

COPIA Nº 16

III.- BLOQUES ECONOMICOS

A.- 2ª REUNION DE MINISTROS DEL INTERIOR ~~O JUSTICIA DEL~~ MERCOSUR, BOLIVIA Y CHILE.

El 20 y 21 de noviembre del corriente se llevó a cabo en Punta del Este la 2ª Reunión de Ministros del Interior o Justicia del Mercosur, Bolivia y Chile. Participaron de la misma el Ministro de Justicia de BRASIL, IRIS REZENDE, y los de Interior de ARGENTINA, CARLOS CORACH; BOLIVIA, GUIDO NAYER PARADA; CHILE,CARLOS FIGUEROA SERRANO; PARAGUAY, MIGUEL RAMIREZ, Y URUGUAY, DIDIER OPERTTI.

COPIA Nº 16

Simultáneamente a la reunión se desarrolló un Seminario organizado por el Ministerio del Interior uruguayo y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). En el mismo, se abordaron temas enfocados hacia el Mercosur como "El delito y la violencia", "El crimen organizado", "Propuestas de una red de información automatizada en los países asociados" y "Compatibilización normativa y coordinación institucional en materia de procuración y administración de Justicia Penal".

Durante los dos días de reuniones se discutieron diversos temas, siendo los común denominadores la globalización de las actividades de parte del crimen organizado y la consigna de que sin seguridad no hay posibilidad de desarrollo económico o social.

El principal resultado de esta reunión fue la creación de una unidad de trabajo especial con el objetivo de elaborar un plan para garantizar la seguridad en la zona de la "triple frontera", enclave entre ARGENTINA, BRASIL y PARAGUAY. El plan, que deberá estar listo para la reunión de ministros que se celebrará en BUENOS AIRES el próximo 27 de marzo, no sólo abarcará aspectos de la lucha contra la delincuencia, sino también aspectos aduaneros, migratorios, bancarios y financieros. Por esa razón, sus integrantes no serán solo efectivos de las fuerzas de seguridad, sino también funcionarios de los ministerios del Interior, Justicia, Relaciones Exteriores, Economía y Comercio, Direcciones de Migración y Aduanas y Bancos Centrales de ARGENTINA, BRASIL Y PARAGUAY. Por su parte, BOLIVIA, CHILE y URUGUAY contarán con un representante cada uno en la unidad.

Por otra parte, los ministros también acordaron crear un sistema de intercambio de información sobre delitos, que permita facilitar el acceso eficiente y oportuno a la

COPIA N° 16

información.

Asimismo, y a instancias del ministro boliviano quien fue que presentó la propuesta, se formará un grupo de trabajo para elaborar un plan de seguridad regional ciudadana. Dicho plan analizaría, entre otros asuntos, la armonización de legislaciones nacionales en relación a la sanción de delitos como el terrorismo, el narcotráfico, el robo de vehículos, el lavado de dinero, y el tráfico de armas y explosivos.

El otro acuerdo alcanzado en la reunión hace referencia a la promoción de acciones en cada uno de los seis países con la finalidad de lograr que los parlamentos respectivos aprueben el protocolo de asistencia jurídica mutua en asuntos penales que fuera suscrito el pasado año.

COPIA N° 16

La reunión que se llevó a cabo en Punta del Este evidencia lo avanzado que en políticas de integración se encuentran los países del Cono sur americano. En temas tan acuciantes como los tratados, es de considerable importancia la toma conjunta de decisiones.

Mas allá de todo lo acordado, habrá que esperar para observar si en la práctica los mismos se reflejan. Temas claves como los de la "triple frontera" requieren de decisiones que se caracterizen por su solidez, ya que las que toman los que están al frente de grupos delictivos o fundamentalistas si las tienen.

[redacted] 007/07 9714369

Nº. DOCUMENTO 97 M370
TITULO Iglesias podría ser reelecto por tercer período en 1997
PROCEDENCIA 150090
FECHA 26/10/97
VINCULADOS 500187
507466.

ENTRADA
CRUCE

9714370

01-04

DP4827

U ECOBT 10-04 00237
mun exg icx

BID-PRESIDENTE
URUGUAYO IGLESIAS CON MUCHAS POSIBILIDADES DE SER REELECTO

Montevideo, 4 oct (EFE).- El economista uruguayo Enrique Iglesias tiene "muchas posibilidades" de ser reelegido en 1998 para un tercer mandato como presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), afirmó hoy en Montevideo el senador uruguayo Jorge Gandini.

El legislador formó parte de la delegación uruguaya que asistió a la Asamblea Anual de la Organización de Naciones Unidas (ONU) que se celebró esta semana en Nueva York, y en la que se entrevistó con Iglesias.

El dirigente uruguayo -también ex ministro de Relaciones Exteriores- asumió por primera vez la presidencia del BID en 1987 y cinco años después fue reelegido.

"Iglesias tiene el respaldo unánime de los países que integran el banco y seguramente permanecerá en el cargo por otro período", afirmó el senador uruguayo, integrante del Partido Nacional o "Blanco" al que también pertenece el presidente del BID, y que forma parte de la coalición de gobierno en Uruguay.

Enrique Iglesias, nacido en España pero residente desde niño en Montevideo, fue ministro de Relaciones Exteriores en el primer gobierno del actual presidente uruguayo, Julio María Sanguinetti (Partido Colorado 1985-90), y dejó el cargo tras ser elegido presidente del BID.

Durante su gestión el banco amplió el tipo de préstamos a los países latinoamericanos, apoyando los llamados créditos sociales para mejorar la salud, educación, vivienda y microempresas, entre otros. EFE

JF/GCF/GTP

10/04/20-01/97

9714370

02

■ ANUNCIOS DEL SENADOR GANDINI A SU REGRESO DE LA ASAMBLEA DE LAS NACIONES UNIDAS

Iglesias puede ser reelecto en el BID

La candidatura del canciller Alvaro Ramos para presidir en 1998 la Asamblea de la ONU cuenta con amplio apoyo, en particular de los países que forman el Grupo de Rio

El Dia 04/10/97 Pg 5

El presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), el uruguayo Enrique Iglesias, cuenta con firmes posibilidades de ser reelecto el próximo año para continuar en el cargo para un tercer período, anunció ayer a su regreso de Estados Unidos el senador blanco Jorge Gandini (Manos a la Obra).

Gandini, que formó parte de la delegación uruguaya a la Asamblea anual de la Organización de Naciones Unidas (ONU) que culminó esta semana en Nueva York, dijo que "seguramente" Iglesias continuará al frente del BID y que para ello cuenta con el "respaldo unánime" de los países miembros de ese organismo.

Iglesias asumió por primera vez la Presidencia del BID en 1987 y fue reelegido para un segundo período cinco años después.

El senador blanco y el resto de la delegación uruguaya se reunió en Washington con Iglesias. Durante una cena, el presidente del BID presentó una "visión optimista" sobre la evolución de la economía uruguaya y de la región y subrayó la "importancia" de la coalición de gobierno, lo que le da "estabilidad política" al Uruguay, dijo Gandini.

La delegación uruguaya a la ONU la encabezó el canciller Alvaro Ramos y la integraron además los senadores Carlos Julio Pereyra (MNR) y Luis Brezzo (Foro Batllista) y los diputados Washington Abdala (Foro Batllista), Iván Posada (Nuevo Espacio) y José Gallo (Frente Amplio).

Gandini dijo que la delegación uruguaya desarrolló una "diplomacia pragmática" y destacó la posición del país en contra del levantamiento, por parte de Estados Unidos, de la prohibición de vender armas a América Latina, que había sido impuesta por el ex presidente Jimmy Carter en 1977.

El senador blanco agregó que la candidatura del canciller Ramos para presidir en 1998 la Asamblea de la ONU cuenta con amplio apoyo, en particular de los países que forman el Grupo de Rio. El próximo año ese cargo le corresponde a América Latina y el Caribe.

"Traigo la convicción de que el próximo año tendremos a dos uruguayos ocupando lugares clave en el concierto internacional", sostuvo Gandini.

9714370

PRESIDENCIA

Iglesias será elegido por tercera vez en el BID

No aparece ningún candidato alternativo para el organismo

El Obs 26/10/94 P.5

La candidatura de Enrique Iglesias para presidir por un tercer período el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), se terminó de fortalecer en los últimos días al no aparecer ningún otro candidato alternativo, dijeron en Washington a *El Observador* fuentes de esa institución

Iglesias, según las fuentes, cuenta con el apoyo unánime de los países miembros del organismo y su candidatura será nuevamente aprobada sin ninguna oposición.

El ex canciller durante el primer gobierno de Julio María Sanguinetti, asumió por primera vez la presidencia del BID en 1987 y fue reelegido por unanimidad para un segundo período de cinco años. Iglesias apoya con entusiasmo la implementación del diálogo social con empresarios y trabajadores y que recientemente instaló el gobierno.

A principios de mes, Iglesias fue internado sorpresivamente en Brasil para someterse a una operación a la vesícula de la que le extrajeron algunos cálculos.

Tras su recuperación, el jerarca presentó el pasado miércoles el informe anual sobre progreso económico y social en América Latina. En el informe se destacan las ventajas comparativas que en materia educativa tienen, con respecto al resto de los países de América Latina, Uruguay, Argentina y Chile.

El documento realiza un balance positivo de la pasada década de ajustes en América Latina, pero estima que aún quedan muchos déficits en materia social y que falta mucho para la adecuación del marco regulatorio y la supervisión de los sectores financieros.

04-04

9714370

XA3994

R PUXBT 10-09 00182
Icx mun exg

ONU-DESARME
PRIMERA COMISION INICIA LUNES DISCUSION INICIATIVAS DESARME

Naciones Unidas, 9 oct (EFE).- La Primera Comisión de la ONU sobre Desarme y Seguridad Internacional iniciará el próximo lunes el debate sobre una serie de iniciativas encaminadas a equilibrar los procesos de desarme nuclear y control de armas convencionales con las preocupaciones de seguridad nacional e internacional.

El presidente de la Comisión, Mothusi Nkgowe, de Botsuana, dijo que el programa de trabajo, aprobado hoy, se desarrollará en dos etapas, la primera para abordar las cuestiones de desarme y seguridad internacional, y la segunda para tratar la racionalización del trabajo.

Nkgowe dijo que tras el debate general, previsto entre los días 13 y 24 de octubre, se discutirán los distintos asuntos, entre el 27 y el 31 de octubre, para posteriormente considerar las propuestas y someterlas a votación del 5 al 18 de noviembre.

Se espera que la cuestión del desarme nuclear predomine en el debate, aunque también se discutirá sobre armas convencionales, desarme y seguridad regional, medidas de incremento de la confianza y mecanismos de desarme. EFE

jsd/fp/CGR

10/09/23-56/97

Nº. DOCUMENTO 9714371
TITULO Primera Comision ONU inicia 13/OCT/97 debate. con iniciativas desarme
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PRODUCC. 09/10/97
VINCULACIONES 501888
11293

ENTRADO
CRUZADO

9714371

01-01

FB1915

U POXBT 10-13 00223
mun exq

ONU-DESARME
MEXICO AFIRMA DEBE SUPERARSE PARALISIS CUESTION NUCLEAR

Naciones Unidas, 13 oct (EFE).- México destacó hoy la necesidad de superar la parálisis que sufre la Conferencia de Desarme en la cuestión fundamental del desarme nuclear, en su intervención ante la primera comisión, encargada de "desarme y seguridad internacional".

El embajador mexicano, Antonio de Icaza, mencionó los notables progresos logrados durante el último año en control y reducción de armamentos, pero lamentó la falta de consenso en torno a las prioridades y objetivos en asuntos de seguridad y desarme actuales y con vistas al siglo XXI.

"Se requiere en primer término un compromiso inequívoco con la eliminación de las armas nucleares por parte de todos los estados", dijop Icaza, quien abogó por un programa con etapas claramente definidas en que vayan tomándese las medidas unilaterales, bilaterales y multilaterales que sean necesarias.

"Son cada vez más las voces, incluso dentro de los estados poseedores de armas nucleares, que exigen un mundo libre de esas armas", dijo Icaza, quien consideró que es responsabilidad de todos responder a ese reclamo.

"Mientras no alcancemos un consenso en torno a los principios y objetivos en materia de desarme y seguridad en esta era de la postguerra fría, nuestra prioridad es la acordada en el Documento Final de 1978, la abolición de las armas nucleares", resaltó Icaza. EFE.

jsd/fjo/nd

10/13/21-31/97

Nº. DOCUMENTO 9714372
TITULO Mexico afirma que debe haber mejor consenso para desarme. cuestion nuclear.
PROCEDENCIA 518593
FECHA 13/10/97
VINCULACION 501888
11287
507623

ENTRADO
CRUZADO

9714372

01-01

Nº. DOCUMENTO 9714373
TITULO Annan señala Dpto Desarme ONU responde a petición Asamblea
PROCEDE 518593
FECHA 15/10/97
VINCU 501888
11293

ENTRADO 4
CRUZADO

FB1991

R POXBT 10-15 00402
icx mun exg

ONU-DESARME
ANNAN SEÑALA DEPARTAMENTO DESARME RESPONDE A PETICION ASAMBLEA

Naciones Unidas, 15 oct (EFE).- El secretario general de la ONU, Kofi Annan, recordó hoy, miércoles, a la Asamblea General que su propuesta para crear un Departamento de Asuntos de Desarme responde al mandato de la resolución 37/99 aprobada el 13 de diciembre de 1982.

Con una carta remitida al máximo órgano de Naciones Unidas, Annan quiso resaltar la importancia de la creación del citado departamento.

Annan destacó en su nota que el final de la guerra fría ha abierto oportunidades para realizar esfuerzos internacionales más decisivos en la esfera del desarme.

Agregó que, pese a los progresos logrados para limitar las armas químicas y biológicas y evitar la proliferación de las nucleares, el armamento de destrucción a gran escala sigue teniendo importancia primordial.

Opinó también que deben continuarse los esfuerzos para limitar la posesión de armas nucleares, así como para conseguir su eliminación completa en el plazo más breve posible.

Al mismo tiempo, la comunidad internacional está cada vez más preocupada por la propagación de las armas convencionales, especialmente las minas terrestres y las armas ligeras, cuya utilización está especialmente extendida en los conflictos regionales y subregionales, subrayó el responsable de la ONU.

Annan señaló que al aprobar los últimos dos presupuestos bienales, la Asamblea prestó atención prioritaria a los esfuerzos para la reducción sistemática y progresiva de las armas de destrucción masiva, con el objetivo final de su eliminación completa.

Recordó también que en la resolución "51/45 C", del 10 de diciembre de 1996, la Asamblea decidió convocar un cuarto período extraordinario de sesiones dedicado al desarme en 1999, cuyo programa y objetivos debería ser consensuado.

Según dicha resolución, ese período extraordinario de sesiones "brindaría la oportunidad de examinar, desde una perspectiva más acorde con la situación internacional actual, los aspectos más críticos del proceso de desarme y podría determinar el rumbo futuro de las actividades en materia de desarme, control de armamentos y otras cuestiones afines de la seguridad".

"Si la Asamblea decide convocar ese período extraordinario de sesiones, un cometido prioritario del Departamento sería prestar asistencia a los estados miembros" en esta materia, aseguró Annan.

El secretario general afirmó, no obstante, que la Secretaría de la ONU en Ginebra continuará aportando personal y servicios a la Conferencia de Desarme como hasta ahora. EFE

jsd/rml

10/15/19-43/97

01-01

9714373

Nº. DOCUMENTO 9714374
TITULO Director gral OPAQ pide Moscu ratificacion tratado prohibicion armas quimicas
PROCEDENCIA 518593.
FECHA 16/10/97
VIA/CU1 11019
11293
503293
501294

ENTRADO
CRUZADO

FB2030

R POXBT 10-16 00330
mun exg icx

RUSIA-DESARME
PIDEN MOSCU RATIFIQUE TRATADO PROHIBICION ARMAS QUIMICAS

Nueva York, 16 oct (EFE).- El director general de la Organización para la Prohibición de las Armas Químicas, José Mauricio Bustani, pidió a Rusia que ratifique el acuerdo internacional para la destrucción de este tipo de armamento.

En declaraciones al diario "The New York Times", Bustani subrayó que Rusia debe ratificar el Acuerdo sobre la Prohibición y Destrucción de Armas Químicas en un plazo de dos semanas o, de lo contrario, quedará excluída de las decisiones importantes que pueda adoptar el sistema de verificación.

Además, consideró que la Convención, que fue firmada inicialmente por 99 países -de los cuáles sólo 32 lo han ratificado hasta ahora-, quedará "significativamente debilitada" si el Gobierno ruso no da este paso.

"No conseguiremos la universalidad si no se incluye a Rusia" y, en este caso, se "anulará el objetivo" de la Convención, dijo Bustani, un experto brasileño en temas de armamento que dirige esta nueva organización que controlará la destrucción de las armas químicas.

El responsable de la organización añadió que si Rusia no ratifica ahora el Tratado tendrá pocos incentivos para hacerlo después.

A su juicio, una decisión de Moscú en favor de la ratificación puede influir en la de otros países como Ucrania, Irán o Pakistán, y alcanzar cierto "impacto" en Oriente Medio.

Según explicó, en diciembre próximo debe celebrarse una conferencia internacional para establecer métodos de verificación, pero para ello hace falta que los estados ratifiquen el tratado y proporcionen información detallada de las armas químicas que poseen.

El mayor arsenal de armas químicas lo posee Rusia, mientras que Estados Unidos ocupa la segunda posición en este tipo de armamento.

Entre los estados firmantes del Tratado, figuran las cinco potencias nucleares (Rusia, Estados Unidos, Francia, Reino Unido y China) además de India, que reconoció poseer armas de este tipo después de haberlo negado durante años.

Entre los que no han ratificado el acuerdo se encuentran Irán, Israel y Vietnam. EFE

ag/rml

10/16/18-03/97

9714374

01-01

XV2398
R VARBT 10-22 00209
mun exg icx

MEXICO-SIP/RESOLUCIONES
SIP ELOGIA TRIBUNALES HONDURAS, COSTA RICA Y EEUU APOYO PRENSA

Guadalajara (México), 22 oct (EFE).- La asamblea de la SIP, reunida desde el sábado en la ciudad mexicana de Guadalajara, expresó hoy su "profunda satisfacción" por las decisiones judiciales adoptadas en Costa Rica, Honduras y EEUU para frenar la intrusión de los gobiernos en materia de libertad de expresión.

El documento de resoluciones aprobado por la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) en su última sesión, subraya que "estas decisiones demuestran que el poder judicial es el guardián de los derechos humanos, incluyendo la libertad de expresión, y representan una inspiración para los defensores de la democracia en todo el continente".

La Corte Suprema de Justicia de Costa Rica dejó sin efecto restricciones a la información en materia electoral y desaprobó la colegiación obligatoria para los periodistas, mientras que la Corte Suprema de Honduras permitió el enjuiciamiento de funcionarios municipales que bloquearon la difusión pública de información del gobierno.

Asimismo, la Corte Suprema de Estados Unidos rechazó unánimemente los esfuerzos del Congreso y del presidente norteamericano, Bill Clinton, para imponer más controles a las publicaciones electrónicas de los que existen para los medios impresos. EFE
mf/mmb jla

10/22/19-09/97

Nº. DOCUMENTO 9714375
TITULO 53 Asamblea SIP reunida desde 18/oct/97 al 22/oct/97 en Guadalajara
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCESO 23/10/97
VINCULACION 1288
507613

ENTRADO
CRUZADO

9714375

01-04

XY6626

U VARBT 10-22 00325
mun exg icx

MEXICO-SIP/PANAMA
SIP SATISFECHA POR SOLUCION CASO PERIODISTA GUSTAVO GORRITI

Guadalajara (México), 22 oct (EFE).- La asamblea de la Sociedad Interamericana de Prensa, reunida desde el sábado en Guadalajara (México), acordó hoy dirigirse al presidente de Panamá, Ernesto Pérez Balladares, para expresarle su complacencia por la solución del "caso Gorriti".

La resolución aprobada en esta asamblea de la SIP, a la que asistieron 500 representantes de los principales medios escritos del continente, destaca que las autoridades panameñas accedieron a regularizar la situación laboral y migratoria de este periodista peruano, director asociado del diario "La Prensa", a quien en agosto pasado le habían revocado el permiso de trabajo.

La Sociedad Interamericana de prensa recordó hoy que el presidente Pérez Balladares se ha comprometido a presentar ante la Asamblea Legislativa un proyecto de ley que derogará las normas restrictivas a las libertades de expresión y prensa.

Por ello, la 53 asamblea general de esta organización periodística exhortó al poder legislativo panameño para que tramite de la manera más rápida posible esta inicitiva, "y así Panamá ingrese pronto en la honrosa lista de los países donde existen plenas libertades de expresión y prensa".

Según el informe sobre Panamá debatido estos días en Guadalajara, los medios de comunicación social de ese país se enfrentan a una profusa, "y a menudo confusa", legislación que afecta seriamente al ejercicio del periodismo.

En algunos casos se trata de normas que facultan al Ministerio de Gobierno y Justicia para imponer sanciones por la vía administrativa, sin las garantías de un proceso legal, y en otros de disposiciones que autorizan a funcionarios para impedir la circulación de cualquier medio por considerar que puede perturbar el orden público.

Además, existen normas que requieren "idoneidad" certificada por las autoridades para ejercer el periodismo y ambiguas leyes de carácter penal sobre delitos contra el honor, contra la personalidad del Estado y contra la economía nacional. EFE
mf/m/arp

10/22/23-35/97

02

9714375

XE2909

U VARBT 10-22 00440
mun exg icx

SIP-ASAMBLEA
SIP PIDE LEY IMPIDA PRESCRIBAN CRIMENES CONTRA PERIODISTAS

Guadalajara (México), 22 oct (EFE).- La asamblea de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), reunida desde el sábado en la ciudad mexicana de Guadalajara, pidió hoy a los parlamentos de los países americanos que aprueben leyes que establezcan que los crímenes contra periodistas no prescriben.

La SIP considera que debe adoptarse este principio cuando se trate de delitos perpetrados para impedir el ejercicio de la libertad de información y de expresión o cuando tengan como objeto obstruir la acción de la justicia.

Asimismo, la asamblea general instó a que se prohiban las amnistías, indultos o perdones a favor de los responsables de estos crímenes.

Entre las resoluciones aprobadas en este foro figura también una apelación a los congresos nacionales a fin de que perfeccionen las legislaciones para posibilitar el procesamiento y condena de los autores intelectuales de los asesinatos contra quienes ejercen el derecho a la libertad de expresión.

Esta organización periodística propuso que los poderes legislativos impulsen reformas o interpretaciones constitucionales para que las leyes que regulan los estados de excepción o sitio no permitan ni autoricen restricciones o limitaciones a la cobertura periodística y la libertad de prensa.

La 53 asamblea general de la SIP acordó solicitar que (en los países que lo requieran) se establezca la prohibición legal de que los responsables de delitos contra los medios de comunicación y contra periodistas en el ejercicio de sus funciones profesionales sean juzgados en tribunales militares o especiales.

También demandó a los gobiernos de México, Colombia y Guatemala que presten la debida colaboración a la Comisión Interamericana de los Derechos Humanos en relación con la investigación de los asesinatos de los periodistas Víctor Manuel Oropeza, Guillermo Cano Isaza, Carlos Lajud Catalán, Héctor Félix Miranda, Irma Flaquer Azurdia y Jorge Carpio Nicolle.

Al respecto, la Sociedad Interamericana solicitó a los presidentes de México, Ernesto Zedillo; Guatemala, Alvaro Arzú, y Colombia, Ernesto Samper, así como a las respectivas fiscalías, que agilicen o desbloqueen las investigaciones en torno a estos homicidios.

En su conferencia del pasado mes de julio en la capital de Guatemala, la SIP elaboró un proyecto denominado "Crímenes sin castigo contra periodistas", para luchar contra la impunidad en este tipo de delitos.

Además, la 53 asamblea de la SIP, que concluye hoy, emplazó a todos los Estados miembros de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) a que, en su conferencia general del próximo día 21 en París, aprueben la resolución presentada por Uruguay sobre los crímenes impunes contra periodistas. EFE

mf/fr

10/22/19-45/97

97143751

SIP condena y exige aclaración de 11 asesinatos de periodistas

GUADALAJARA, México (Reuters) - El asesinato de 11 periodistas en cinco países, abusos gubernamentales de poder y proyectos para criminalizar la difusión de la información hostigaron este año a la prensa del continente americano.

El sombrío panorama formó parte de un informe divulgado ayer por la 53 Asamblea General de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP).

Delegados de 25 países del continente se reunieron en la ciudad mexicana de Guadalajara y presentaron sus respectivos informes sobre la libertad de prensa e información, posteriormente aprobados por la asambleas.

El informe final estableció que 11 periodistas fueron asesinados este año en América Latina, cuatro de ellos en Colombia, tres en México, dos en Guatemala, uno en Argentina y otro en El Salvador.

El saldo elevó los asesinatos de periodistas a 179 en los últimos nueve años, según datos de la SIP.

El informe sobre Argentina afirmó que sigue sin ser esclarecido el asesinato del fotógrafo José Luis Cabezas, perpetrado el 25 de enero, y que un número sin precedentes de agresiones y amenazas a periodistas "hirieron el pleno ejercicio de la libertad de prensa".

Agregó que el gobierno del presidente Carlos Menem anunció en 1993 la creación de una comisión investigadora de ataques y amenazas a periodistas, pero que hasta el momento no existe ninguna información sobre la misma.

En Brasil, la SIP sostuvo que el Congreso analiza una ley sobre llamados delitos de imprenta, que prevé castigos indemnizatorios sin límite, tanto para los medios como contra los periodistas.

La asamblea se solidarizó con un pronunciamiento de 108 diarios, 800 revistas, 290 emisoras de radio y 247 estaciones de televisión en Brasil que condenaron la iniciativa.

04-04

9714375

Nº. DOCUMENTO 9714376
TITULO FAO en Dia Mundial Alimentacion, 150 paises solidarizan contra hambre.
PROCEDENCIA 513593
FECHA DE 16/10/97
VINCULACI 12601

ENTRADO
CRUZADO

01-04 9714376

XBTTIS

U POXBT 10-16 00749
mun exg icx

FAO-ALIMENTACION (Previsión)
INVERTIR EN SEGURIDAD ALIMENTARIA, LEMA CELEBRACION 150 PAISES

Por Silvia Odoriz
Roma, 16 oct (EFE).- Bajo el lema de "Invertir en la seguridad alimentaria", la FAO celebra hoy, jueves, en 150 países, el día Mundial de la Alimentación, ocasión en la que el papa Juan Pablo II abogó por la solidaridad internacional contra el hambre y criticó la globalización.

La celebración incluirá, el próximo domingo, la retransmisión a todo el mundo de "Telefood", coordinada desde Roma por la televisión pública italina RAI y que contará con la participación de famosos, con el objetivo de sensibilizar a la opinión pública sobre el hambre y hacer un llamamiento a la generosidad internacional para combatirlo.

El jugador brasileño de fútbol Ronaldo, que actualmente milita en el Inter de Milán, recordará a la audiencia que "si tienes hambre de pequeño no puedes pensar, ni estudiar, ni siquiera correr y jugar al fútbol. Simplemente no tienes ninguna oportunidad".

También ofrecerán un mensaje la actriz italiana Gina Lollobrigida, el cineasta italiano Franco Zeffirelli y el actor inglés Jeremy Irons.

En el programa se retransmitirá también, simultáneamente desde Roma y La Habana, un concierto de gala que será presentado por la actriz y modelo Isabella Rosellini, e intervendrán el cantante italiano Andrea Bocelli y el tenor español José Carreras, entre otros.

En los actos celebrados hoy en la sede de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) intervinieron su director general, Jacques Diouf, el rey de Nepal, Birendra Bir Bikram Shah Dev, el ministro italiano de Asuntos Exteriores, Lamberto Dini, y el observador de la Santa Sede ante la FAO, monseñor Alois Wagner, que leyó el mensaje del Papa.

Juan Pablo II destacó que la obtención de resultados concretos en la lucha contra el hambre y la desnutrición está cada vez más vinculada, no sólo a las decisiones políticas y técnicas, sino al cambio de actitudes y formas de vida de las personas, las comunidades y gobiernos.

Es necesario proveer un constante y adecuado nivel de seguridad alimentaria, y para ello hay que encontrar la forma de compartir realmente los recursos a fin de que cada uno sea "responsable" por su vecino, ya sea persona, comunidad, nación o estado, dijo el Papa al recordar que en la relación entre los pueblos y la solidaridad internacional "dar" es mejor que "tener".

El Pontífice se quejó de que ciertas formas de asistencia internacional se vinculan, cada vez más, a una "visión limitada de la globalización", a riesgo de ignorar la realidad de hombres y mujeres tanto en la ciudad como en el campo que permanecen excluidos de la economía mundial, de la asistencia organizada, y hasta de los beneficios derivados de su propio trabajo.

El jefe de la diplomacia italiana, por su parte, destacó que la malnutrición es el elemento clave dentro del problema general de la pobreza y que combatirla para erradicarla es un deber moral y político.

02 9714376

Este, añadió, es uno de los objetivos del Plan de Acción de Roma para crear un marco político y las condiciones para optimizar la inversión pública y privada, y alentar un justo y permanente desarrollo del sistema alimenticio, rural y de recursos humanos para contribuir a la seguridad alimentaria.

En este sentido, Dini destacó la importancia esencial que tiene el papel de la mujer y el enorme beneficio que reporta invertir en su educación, ya que el 80 por ciento de toda la producción alimentaria la realizan las mujeres y en algunas partes de Africa el 60 por ciento de los hogares lo encabezan mujeres.

El rey de Nepal, por su parte, destacó la ironía de que la falta de alimentos afecte de forma permanente a los países en desarrollo, en los que mueren 18 millones de personas cada año, mientras la producción agrícola mundial, si fuese justamente distribuida, sería suficiente para proveer el doble del mínimo necesario per cápita para nutrir diariamente a toda la población mundial.

Si la seguridad alimentaria es el objetivo, para lograrlo debe convertirse en un hecho concreto para todos, y para ello se necesita aumentar sustancialmente la producción agrícola y mejorar el acceso a la alimentación, dijo el director general de la FAO.

Diouf subrayó que la mayor parte de lo que se invierte en agricultura proviene del sector privado, cuyos agentes, agricultores, comerciantes, artesanos y empresarios, y todos los involucrados en la producción y distribución de alimentos en los países más pobres, representan las tres cuartas partes de las inversiones.

Pero el sector público deberá proveer la cuarta parte restante, calculada en unos 41.000 millones de dólares, para crear y mantener las condiciones que hagan ventajosa la actividad privada en la agricultura, señaló. EFE

so/ah/hm

10/16/16-27/97

9714376

El OBS 16/10/97 P.21

■ DÍA MUNDIAL DE LA ALIMENTACIÓN

Llamado a invertir en la producción

La FAO exhorta a combatir la pobreza apostando a la producción de alimentos en una serie de jornadas a nivel planetario

Se celebra hoy el día mundial de la Alimentación en todo el mundo con distintos actos que destacarán el tema de la jornada: invertir en seguridad alimentaria.

La fecha elegida coincide con la de fundación de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO), y busca sensibilizar a la opinión pública.

Con motivo de la fecha, el director general de la FAO, Jacques Diouf, declaró que "queremos subrayar la necesidad de crear condiciones e incentivos que promuevan la inversión de los sectores tanto privado como público para incrementar el suministro de alimentos, y garantizar un acceso equitativo de todos a los alimentos disponibles. Todos los sectores de la sociedad civil deben trabajar unidos para que logremos el objetivo de lograr alimentos para todos".

La FAO calcula que se necesitarán US$ 160.000 millones para lograr el aumento de la producción que es preciso conseguir en los países en desarrollo durante los próximos 15 años. Esa inversión se debería repartir en US$ 86.000 millones en la producción primaria, US$ 43.000 millones en instalaciones de procesamiento, almacenamiento, distribución y comercialización y US$ 37.000 millones para servicios de apoyo e infraestructura. La FAO advierte que la asistencia externa para la agricultura viene descendiendo, por lo cual los gobiernos deberán trabajar en conjunto con los agricultores y los empresarios privados para lograr los cuantiosos fondos de inversión.

El 19 de octubre se realizarán emisiones especiales por televisión, en tanto el 21 de octubre se realizará la ceremonia oficial en la sede de las Naciones Unidas.

9714376

04-04

Nº. DOCUMENTO 9714377
TITULO Paises Africanos exportadores petroleo aumentaran presencia mercado Int
PROCEDENCIA S18593
FECHA DE 15/10/97
VINCULACION 11209
10022

ENTRADO
CRUZADO

01-03

9714377

XU6438

R ECOBT 10-15 00497
mun exg

CHINA-PETROLEO
AFRICA AUMENTARA PRESENCIA EN MERCADO MUNDIAL

Pekín, 15 oct (EFE).- Los países petroleros de Africa, que son el segundo exportador mundial de crudo detrás de los del Golfo Pérsico, aumentarán su presencia en el mercado internacional, anunció hoy Dirk van der Meer, presidente del Congreso Mundial del Petróleo (CMP), cuya décimoquinta edición terminará mañana, en Pekín.

El presidente añadió que, además de Nigeria, Túnez, Argelia y Libia, otras naciones del continente africano, con unas extracciones de 350 millones de toneladas,en 1996, que suponen el 10,4 por ciento del total mundial, se unirán al grupo de países productores de crudo.

Ali Al-Naimi, ministro de Petróleo y Recursos Minerales de Arabia Saudí, dijo que su país continuará con la política de satisfacer la demanda global tanto en condiciones normales como extremas.

Arabia Saudí, mayor productor y exportador mundial de crudo, con unas ventas el año pasado de 51.000 millones de dólares, tiene unas reservas probadas de 263.000 millones de barriles, un 26 por ciento del total mundial.

"Asia importará de Oriente Medio casi el 90 por ciento de su demanda en el año 2010, por lo que se deben considerar medidas para asegurar el suministro en la región, como la creación de reservas en casos de interrupción temporal de los envíos", señaló Kazuya Fujime, del Instituto de Economía Energética de Japón.

Añadió que los mayores productores de crudo en Asia, China e Indonesia, serán importadores a principios del siglo XXI.

"El avance tecnológico será clave en la industria mundial del petróleo para afrontar importantes retos en el siglo XXI", dijo Philippe Jaffre, presidente de la multinacional francesa Elf Aquitaine.

Jaffre explicó que las nuevas tecnologías no sólo permitirán reducir los costes, sino descubrir y producir nuevas reservas de crudos no convencionales, en lugares como la zona Artica.

Agregó que las empresas todavía derrochan dos tercios de sus presupuestos de exploración en la excavación de "agujeros secos".

Brasil ha acelerado el desarrollo de su industria petrolera para reducir la importación de crudo y tratar de autoabastecerse en un futuro no muy lejano, anunció Carlos de Aguiar Teixeira, gerente de la compañía de petróleo Petrobras.

El gobierno brasileño promulgó, el pasado 6 de agosto, una ley que puso fin al monopolio de la empresa estatal Petrobras, para crear una nueva configuración a partir del año próximo a través de la Agencia Nacional del Petróleo, autorizada para importar y exportar, aprobar las inversiones y coordinar la producción nacional.

Según Teixeira, Petrobras produjo en 1996 una media de 888.500 barriles diarios de crudo y 26,8 millones de metros cúbicos de gas natural, pero el país necesita importar un promedio de 494.000 barriles diarios y 353.000 barriles de productos derivados.

"La demanda mundial de gas muestra buenas perspectivas de expansión, por ser una fuente de energía limpia comparada con otros combustibles fósiles", declaró Olivier Appert, del Instituto

02

9714377

Francés de Petróleo, "por lo que hará falta una importante inversión de capital para su producción, transporte y almacenamiento", añadió.EFE

cg/cg/dv

10/15/11-34/97

9714377

XU6355

U ECOBT 10-13 00104
mun exg

PETROLEO-OPEP
PRECIO CRUDO OPEP VOLVIO A SUBIR A 20,3 DOLARES

Viena, 13 oct (EFE).- El precio del crudo de los miembros de la Organización de Países Exportadores de Petróleo OPEP ha vuelto a subir considerablemente la semana pasada, hasta situarse en 20,3 dólares, comunicó hoy la secretaría de la OPEP en Viena.

En la última semana de septiembre la cesta de crudo que comprende siete tipos de petróleo alcanzó los 19,34 dólares.

El mes pasado, el precio medio de la cesta de crudos de la OPEP fue de 18,16 dólares; en agosto fue de 18,06 dólares y de 17,86 en julio, mientras la Organización aspira a obtener un precio de 21 dólares. EFE

ChW/mlb/dv

10/13/11-57/97

Nº. DOCUMENTO 9714378
TITULO Precio Crudo OPEP volvio a subir 20,3 dolares
PROCEDEN 518553
FE 13/10/97
VI 516371

ENTRADO
CRUZADO

9714378

10-10

XG0187

U ECOBT 10-27 00117
icx exg mun

OPEP-PETROLEO
BARRIL BAJO LIGERAMENTE A 19,20 DOLARES LA SEMANA PASADA

Viena, 27 oct (EFECOM).- El precio del barril de crudo de la Oranización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) bajó la pasada semana a 19,20 dólares, según comunicó hoy, lunes, en Viena, el secretariado de la organización.

Durante la segunda semana de octubre el barril (de 159 litros) de crudo OPEP se había cotizado en 19,36 dólares.

En septiembre, la cotización de la cesta de siete tipos de crudo alcanzó una media de 18,16 dólares, mientras que en el mes anterior, agosto, ese promedio fue de 18,06 dólares, frente a 17,86 en julio, y 17,37 dólares en junio.

La OPEP aspira a obtener un precio estable de 21 dólares por barril de crudo. EFE
wr/cg/ma

10/27/12-31/97

Nº. DOCUMENTO OEP 9714379
TITULO Barril bajo ligeramente a 19,20 dolares la semana pasada
PROCEDE 318583
FE 27/10/94
VI 516371

ENTRADO
CRUZADO

9714379

01-01

XW7722

R VARBT 10-02 00144
mun exq

NUCLEAR-OIEA
MEXICO Y PERU ENTRE LOS 11 NUEVOS ESTADOS JUNTA GOBERNADORES

Viena, 2 oct (EFE).- México y Perú se encuentran entre los once nuevos estados que han sido elegidos por la XLI Conferencia General para integrar la Junta de Gobernadores del Organismo Internacional para la Energía Atómica (OIEA), integrada por un total de 35 países.

La XLI Conferencia General de la OIEA, que está reunida en su sede de Viena desde el pasado lunes, se clausurará mañana, viernes.

Junto a México y Perú fueron elegidos como nuevos miembros Ghana, Hungría, Italia, Corea del Sur, Marruecos, Pakistán, Eslovania, Suecia y Vietnam.

Los restantes 24 paises son: Argentina, Australia, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Colombia, Cuba, República Checa, Francia, Alemania, India, Japón, Malasia, Namibia, Holanda, Nueva Zelanda, Portugal, Rusia, Suráfrica, Túnez, Emiratos Arabes Unidos, Reino Unido y Estados Unidos. EFE

arh/co

10/02/16-40/97

Nº. DOCUMENTO 9714360
TITULO XLI Conf. Gral OIEA reunida en Viena del 29/sep/97 al 03/oct/97
PROCEDENCIA SE 8593
FECHA DE 03/10/97
VINCULACI 523709
11046
65201.
50487.

ENTRADO
CRUZADO

9714380.

01-03

XA3478

U POXBT 10-03 00175
exg mun icx

OIEA-IRAK
ORGANISMO ATOMICO PIDE A IRAK ACCESO A INSTALACIONES NUCLEARES

Viena, 3 oct (EFE).- El Organismo Internacional de la Energía Atómica (OIEA) reiteró hoy viernes su petición urgente a Irak de que permita a esa organización controlar sus instalaciones nucleares.

Los delegados de la 41 Conferencia General del OIEA aprobaron por mayoría una resolución en la que "lamentan" que Irak no haya facilitado todas las informaciones deseadas a sus inspectores y exhortan a ese país a que entregue de inmediato todos los datos mantenidos en secreto y todos los equipos que puedan relacionarse con armas nucleares.

El delegado iraquí rechazó la "injusta decisión" que prolongará las sanciones impuestas por la ONU a su país a causa de la invasión de Irak a Kuwait en 1990, pues no se suprimirán por completo hasta que Bagdad ofrezca todas las informaciones sobre su programa de armamento y haya destruido todas las armas de aniquilación masiva.

El desarme iraquí es vigilado rigurosamente por la ONU, pero Irak ha impedido reiteradas veces el acceso de los inspectores a sus instalaciones militares. EFE
chw/ia/ik

10/03/12-07/97

97 14380

XA3475

R POXBT 10-03 00225
exg mun icx

OIEA-REUNION
OIEA CONDENA A COREA DEL NORTE POR FALTA DE COOPERACION

Viena, 3 oct (EFE).- El Organismo Internacional de la Energía Atómica (OIEA) criticó hoy viernes a Corea del Norte por no haber cumplido su obligación de informar acerca de sus instalaciones nucleares y exhortó al país a una cooperación más amplia.

El OIEA, que celebra en Viena su 41 Conferencia General, aprobó, con la abstención de diez países, China entre ellos, una resolución en la que lamenta el incumplimiento de importantes detalles de los acuerdos firmados por el país asiático.

Corea del Norte ya no es miembro del OIEA, pero sigue adherido al Tratado de no Proliferación de Armas Nucleares y ha suscrito con el organismo atómico varios pactos sobre garantías y control nucleares.

Estados Unidos y Corea del Sur figuran entre los países que participan en la financiación de un programa de ayuda internacional para sustituir los reactores de grafito norcoreanos, que producen residuos utilizables para armas nucleares, por dos reactores más modernos de agua ligera.

La Unión Europea se ha declarado dispuesta a prestar apoyo para suministrar petróleo a Corea del Norte a fin de garantizar el abastecimiento de energía hasta que los nuevos reactores puedan ponerse en marcha.

Según subrayaron fuentes diplomáticas en la conferencia de Viena, dicho programa de ayudas depende de que Corea del Norte cumpla los compromisos contraídos. EFE
chw/ia/ik

10/03/11-16/97

9714380

XQ1997

R POXBT 10-10 00244
MUN EXG ICX

ONU-NUCLEAR
VEINTITRES ESTADOS RATIFICARON CONVENCION RESIDUOS RADIACTIVOS

Viena, 10 oct (EFE).- Veintitrés países han firmado hasta el momento la Convención Internacional sobre la gestión segura de residuos radiactivos y combustible usado, informó hoy, viernes, en Viena la Secretaría del Organismo Internacional de la Energía Atómica (OIEA).

En un comunicado de prensa, el OIEA señala que para la entrada en vigor de la citada convención, abierta desde el 29 de septiembre pasado a la firma de los 124 países miembros de ese organismo internacional, se requiere la ratificación de un mínimo de 25 Estados.

Hasta el momento, el documento ha sido suscrito por Alemania, Eslovaquia, Eslovenia, Estados Unidos, Finlandia, Francia, Gran Bretaña, Hungría, Indonesia, Irlanda, Kazajistán, Líbano, Lituania, Luxemburgo, Marruecos, Noruega, Polonia, República Checa, República de Corea, Rumanía, Suecia, Suiza y Ucrania.

El acuerdo incluye el compromiso de los Estados de establecer y mantener una legislación reguladora que adopte las medidas de seguridad recomendadas por el OIEA, tanto en el almacenamiento, como en el transporte de residuos radiactivos procedentes de instalaciones nucleares civiles.

Fuentes diplomáticas dijeron a EFE que, con esta convención, se espera que los países de Europa Central y del Este, que preocupan a los occidentales por no tener las mismas normas de seguridad, se comprometan a actualizar su legislación nacional y elevar el nivel técnico de seguridad de la gestión de desechos radiactivos. EFE
wr/acm/ddp

10/10/17-16/97

Nº. DOCUMENTO 9714381
TITULO Veintitres estados firmaron acuerdo sobre gestion segura residuos radiactivos
PROCEDENCIA 518593
FECHA 10/10/97
VINCU 523703

ENTRADO
CRUZADO

9714381

01-01

XA5039

R POXBT 10-20 00220
exg mun icx

OIEA-ISRAEL
NUEVO DIRECTOR OIEA, A FAVOR ORIENTE MEDIO DESNUCLEARIZADO

Viena, 20 oct (EFE).- El próximo director general del Organismo Internacional de la Energía Atómica (OIEA), el egipcio Mohamed el Baradei, expresó hoy lunes su esperanza de que llegue un día en que haya un Oriente Medio libre de armas nucleares.

El Baradei dijo en una conferencia de prensa en la sede del OIEA, a cuyo frente sucederá el 1 de diciembre al sueco Hans Blix, que Israel ha cambiado de posición y está dispuesto a renunciar a su fuerza de disuasión nuclear si previamente se le dan garantías de paz y seguridad suficientes.

Desde el punto de vista del OIEA, hace falta un régimen de medidas de supervisión y control muy estrictas para que un día se vuelva realidad "un Oriente Medio sin armas de destrucción masiva como las nucleares", añadió.

Por su parte, el director general saliente, Blix, se refirió a las necesidades energéticas crecientes de los países en vías de desarrollo como China o la India, que hasta ahora se satisfacen con las energías tradicionales como el carbón o el petróleo.

Blix advirtió del peligro de que sigan aumentando las emisiones de dióxido de carbono con consecuencias negativas como "el efecto invernadero" y abogó por el recurso alternativo a la energía nuclear, ya que las llamadas "renovables" como la solar, la eólica o la biomasa son demasiado cas por el momento. EFE
jr/ia/ik

10/20/11-54/97

Nº. DOCUMENTO 9714382
TITULO Nuevo director OIEA, expresa esperanza Medio Oriente desnuclearizado.
PROCEDENCI 513593
FECHA DE 20/10/97
VINCUL 523709
65841

ENTRADO
CRUZADO

9714382

01-01

TD0067

U VARBT 10-24 00267
mun exg

OIEA-COREA
OIEA VE POCOS AVANCES EN CONVERSACIONES CON COREA DEL NORTE

Viena, 24 oct (EFE).- El Organismo Internacional para la Energía Atómica (OIEA) ha percibido "pocos avances" en las conversaciones mantenidas con dirigentes de Corea del Norte a lo largo de esta semana y que concluyeron hoy, viernes, en la sede del Organismo en Viena.

Según manifestó David Kyd, portavoz del OIEA, por el momento apenas se han registrado avances, tras unas conversaciones en las que estuvieron presentes cinco representantes del gobierno de Pyongyang y que se desarrollaron "de manera muy trabajosa".

Las conversaciones entre el Organismo Internacional para la Energía Atómica y los representantes del país asiático se reanudarán el próximo mes de noviembre en Corea del Norte.

El objetivo del OIEA es que se llegue a un acuerdo para que se efectúen controles más intensivos sobre el programa atómico norcoreano.

La labor de los tres inspectores de la OIEA en Corea del Norte se ha limitado hasta el momento a recibir las declaraciones oficiales de Pyongyang al respecto de que las dos centrales que, según los acuerdos bilaterales alcanzados con los Estados Unidos, debían haber sido desactivadas, lo han sido de manera efectiva.

Corea del Norte es uno de los países que se ha negado a firmar el acuerdo de salvaguardias de la OIEA, organismo al que ha dejado de pertencer.

El país asiático es uno sobre los que recae la sospecha de haber fabricado armas atómicas. En 1994 se comprometió a desactivar sus dos reactores de grafito y una planta de reenriquecimiento, pero Corea del Norte se ha negado siempre a aprobar una inspección de sus plantas nucleares por parte de los expertos de la OIEA. EFE
arh/mlr

10/24/17-40/77

Nº. DOCUMENTO 9714383
TITULO OIEA no ve resultados en las conversaciones mantenidas con Corea del Norte
PROCEDENCIA SIS 593
FECHA DE PRODUCCIÓN 24/10/97
VINCULACIONES 523708
507487

ENTRADO
CRUZADO

9714383

04-01

XU6362

R ECOBT 10-13 00298
mun exg

OMC-PROTESTA
LANZAN CAMPAÑA CONTRA POLITICA GLOBALIZACION DE LA OMC

Ginebra, 13 oct (EFE).- Una plataforma de grupos populares, indígenas, sindicalistas y marginales anunció hoy, lunes, el lanzamiento de una Acción Mundial de los Pueblos contra los libres intercambios y la Organización Mundial de Comercio (OMC).

Cuatro portavoces de esta agrupación anunciaron el inicio de una campaña de movilizaciones y de desobediencia civil no violenta que se concretará en febrero durante una conferencia de tres dias en la que se espera la participación de 300 representantes de todo el mundo.

Uno de los focos principales de la protesta será la Segunda Conferencia ministerial de la OMC, en mayo de 1998, que coincidirá con el cincuenta aniversario del precursor de esta organización, el GATT.

Pero también denunciaron otros acuerdos de liberalización comercial como APEC (la Conferencia Económica en Asia-Pacífico), la Unión Europea, el Tratado de Libre Comercio de Norteamérica, Mercosur, etc.

La Acción Mundial de los Pueblos (AMP) ha puesto su acento en luchar contra la OMC porque este organismo "es la herramienta más poderosa para imponer la globalización en todo el mundo", según Sergio Hernández, uno de los organizadores.

La AMP considera que la globalización económica impone una política neo-liberal peligrosa que margina aun más a los pueblos más débiles en beneficio de empresas multinacionales.

Para luchar contra el fenómeno el grupo anunció la adopción de una "actitud de enfrentamiento no violento" ya que las tácticas de persuasión organizada no tiene ningún impacto positivo "ante estas organizaciones tendenciosas y no democráticas".

Hernández dijo que no se trata de hacer una distinción entre el Norte (industrializado) y el Sur (subdesarrollado) ya que "la miseria de la globalización económica envuelve tanto al Norte como al Sur en este nuevo desorden mundial". EFE

jbg/mc/dv

10/13/15-31/97

Nº. DOCUMENTO 9714384
TITULO Diversos grupos lanzan campaña contra política globalización de la OMC.
PROCEDENCIA S18593
FECHA DE 13/10/97
VINCULO S10824
11376
11702

ENTRADO
CRUZADO

9714384

01-01

Nº. DOCUMENTO 9714386
TITULO OMC inicia proceso incorporación Andorra.
PROCEDENCIA S13593
FECHA DE PRODUCCION 22/10/97
VINCULACIONES S10821.
S14999

ENTRADO
CRUZADO

9714386

01-02

XU6618

R ECOBT 10-22 00378
amt exg eut

OMC-ANDORRA
OMC ACUERDA INICIAR PROCESO INCORPORACION DE ANDORRA

Ginebra, 22 oct (EFE).- La Organización Mundial de Comercio (OMC) acordó hoy, jueves, formar un grupo de trabajo para negociar el acceso de Andorra, un pequeño territorio independiente entre España y Francia, como miembro de pleno derecho.

El Consejo General de la OMC, principal órgano de gobierno de este organismo internacional, escuchó en su reunion de hoy la petición de Andorra de incorporarse al grupo de 124 paises que en conjunto se constituyen en reguladores de los intercambios comerciales internacionales.

El embajador de Andorra ante las Naciones Unidas, Juli Minoves-Triquell, presentó formalmente la solicitude en nombre de su país en un discurso pronunciado en inglés, francés y español, las tres lenguas oficiales de la OMC.

El embajador definió a Andorra como "un país que siempre ha sido de gente libre" y añadió que su economía se está preparando para la economía global del siglo XXI.

"Queremos ser miembros de pleno derecho de la organización con el fin de cointribuir, en la medida en que podamos, al desarrollo del nuevo orden económico mundial", dijo Juli Minoves-Triquell.

En un memorandum presentado a la OMC, Andorra argumenta tres razones principales para unirse al organismo : reforzar su posición como estado soberano, consolidar su participación activa en la comunidad internacional y evitar el riesgo de aislamiento.

Para Andorra, acceder a la OMC permitirá reforzar su posición futura como industria de servicios financieros y de servicios en general, aumentar su acceso a mercados europeos y no europeos y participar en un foro donde discutir "con todos los jugadores en el juego del comercio mundial".

La petición de Andorra fue inmediatamente apoyada por Argentina y la Unión Europea que pidieron un procedimiento de acceso acelerado.

Pero Estados Unidos, que también expresó su apoyo a la incorporación de Andorra a la OMC, mostró escepticismo ante la posibilidad de que ésta se haga de forma acelerada.

Una fuente diplomática explicó esta posición de Estados Unidos diciendo :"no me extraña a la vista del apoyo caluroso mostrado por la Unión Europea y de las relaciones "particulares" que hay entre ésta y Estados Unidos".

Un portavoz de la OMC se limitó a decir que en este organismo "todos los paises reciben el mismo trato al margen de su dimensión y de su volumen de comercio". EFE

jbg/CHS/dv

10/22/15-28/97

9714386

01-02

SECRETO

ORIGINAL

119

Hoja de
Copia de
m.p.s.

Ejemplares
5/5

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Montevideo, 05 de Diciembre de 1997.-

MEMORANDUM Nro. 9714387. /BUS/97
DE: Señor Jefe del Departamento III
PARA: Señor Jefe del Departamento I
ASUNTO:
REFERENCIA: E.E.I. Nro.9713667

TEXTO:

000002

- En el día de la fecha se concurre a OMA ubicada en la calle Ciudadela No. 1229, 1er. piso, para recabar información referente al "Encuentro de la Cultura Afrouruguaya". Estando previsto entre los días 7 y 14 de Diciembre, el mismo por razones económicas solo se realizará los días 12, 13 y 14 de Diciembre entre las 09:00 y las 24:00.

- Dicho encuentro se realizará en OMA, en los diferentes salones, ya que se llevarán a cabo conferencias, talleres y variadas actividades.

- El costo total sería $U 500, y por día $U 200.

- Se adjuntan programas y ficha de inscripción referente al 1er. encuentro Afrouruguayo.

9714387
18 DIC. 1997

001/09

000002

Doc. con fs. ilegibles

DISTRIBUCION : Original - Jefe del Departamento I.
Copia 1 - Jefe del Departamento III
- Archivo Sección Búsqueda

1

Dpto. Bios

Primer Encuentro de la Cultura Afroargentina para el Cono Sur

El Tambor

Eterna Vigencia

Contenido y Programación

Sábado 13

9:30 a 11.30 hs El Candombe y la Comparsa (Su historia y realidad social) (Foro)

Taller de Percusión *11:30 a 12:30 hs*

12:30 a 13.30 hs Tiempo Libre

Taller de Danza *13:30 a 14:30 hs*

14:30 a 16 hs Mujer Negra, cultura y Resistencia (Conferencia)
La Mujer en la Comparsa (Conferencia)

Taller de Personajes típicos (Gramillero, Mama vieja, Escobero) *16 a 17:30 hs*

17:30 a 18 hs Tiempo libre

Religiones Afro (Foro)
Los vínculos del Candombe con la Religión) (Demostración rítmica)
Danza de los Orixás (Exhibición) *18 a 21 hs*

18:30 a 20 hs Espectáculo de Candombe

002 9714387

Domingo 14

Taller de Percusión ⟨ *10 a 11 hs* ⟩

⟨ *11 a 12:30 hs* ⟩ *Aula abierta (Danza, Personajes típicos, Percusión)*
con la participación de todos los asistentes al
"PRIMER ENCUENTRO DE LA CULTURA AFROURUGUAYA PARA EL CONO SUR"

Final del Evento

Despedida con Tambores en Barrio Palermo
⟨⟨ *19 hs* ⟩⟩

Culturas dominantes no son aquellas que tienen más para decir y mostrar, sino aquellas que tienen mayor capacidad y posibilidades para circular y hacerse conocer.
Quienes pertenecemos a culturas diferenciadas, tenemos mucho para decir y mostrar. Para proponer, aportar y debatir.
Esta América, que por un lado se intenta globalizar homegeniezándola, por otro avanza inexorablemente hacia la verdadera integración.
Los Afrouruguayos somos parte de este avance.
Por eso este Primer Encuentro de la Cultura Afrouruguaya para el Cono Sur.
Compartiendo nuestros conocimientos y vivencias reafirmamos nuestra identidad y con ella la dignidad que ha demostrado nuestro Tambor en su
ETERNA VIGENCIA.

Informes e inscripciones
Complejo Multicultural Mundo Afro - Ciudadela 1229 piso1 Mercado - Central C.P. 11000
Tel: (0598 2) 916 8779 - Telefax: (0598 2) 915 0247 - E - mail: mundafro@chasque.apc.org
Montevideo Uruguay

Organiza: MUNDO AFRO

Auspicia: Departamento de Cultura I.M.M.

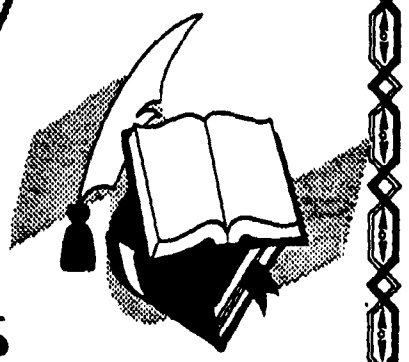
004 9714387

Primer Encuentro de la Cultura Afrouruguaya para el Cono Sur

El Tambor

Eterna Vigencia

MUNDO AFRO



12 al 14 *diciembre 1997*

Complejo Multicultural Mundo Afro

004 *Montevideo Uruguay* 9714387

Primer Encuentro de la Cultura Afroargentina para el Cono Sur

El Tambor

Eterna Vigencia

Contenido y Programación

Viernes 12

Acreditaciones ⋖9 a 10:30 hs⋗

⋖10:30 a 11:30 hs⋗ Palabras de Bienvenida
Video Institucional Mundo Afro
(Significado del Programa de Desarrollo de Org. Mundo Afro)
Funcionamiento del Seminario

Proceso Socioeconómico y Político de la Esclavitud (Conferencia)⋖11:30 a 13 hs⋗

⋖13 a 14 hs⋗ Tiempo Libre

Taller Danza⋖14 a 15 hs⋗

⋖15 a 17 hs⋗ Aspectos organizativos y culturales de los Afroamericanos (Foro)

Tiempo Libre ⋖17 a 17:30 hs⋗

⋖17:30 a 19 hs⋗ Taller de Personajes Típicos.
(Gramillero, Mama Vieja, Escobero)

Barrio Reus al Sur (Ansina) (Video/foro) ⋖19 a 20:30 hs⋗

⋖20:30 a 22 hs⋗ TiempoLibre

Espectáculo de Candombe⋖22 a 01 hs⋗

9714387
005

Actividades artísticas

- Espectáculos de Candombe

Servicios

- Cobertura médica
- Información permanente

Shopping

- Libros
- Cuadernillos de educación e información Afro
- Tambores y talines
- Material de apoyo
- Souvenirs
- Tarjetería y papelería

MUNDO AFRO

Informes e inscripciones

Organizaciones Mundo Afro
Ciudadela 1229 Piso 1 Mercado Central - C.P. 11000
Tel: (0598 2) 916 8779 Telefax: (0598 2) 915 0247
E - mail: mundafro@chasque.apc.org
Montevideo - Uruguay

Organiza: MUNDO AFRO

Auspicia: Departamento de Cultura I.M.M.

006

MUNDO AFRO

Montevideo Uruguay

9714387

Culturas dominantes no son aquellas que tienen más para decir y mostrar, sino aquellas que tienen mayor capacidad y posibilidades para circular y hacerse conocer. Quienes pertenecemos a culturas diferenciadas, tenemos mucho para decir y mostrar. Para proponer, aportar y debatir. Esta América, que por un lado se intenta globalizar homegeniezándola, por otro avanza inexorablemente hacia la verdadera integración.

Los Afrouruguayos somos parte de este avance.

Por eso este Primer Encuentro de la Cultura Afrouruguaya para el Cono Sur.

Compartiendo nuestros conocimientos y vivencias reafirmamos nuestra identidad y con ella la dignidad que ha demostrado nuestro Tambor en su ETERNA VIGENCIA.

Talleres

- Personajes típicos del Candombe y la Comparsa.
- Danza (candombe, afros, etc.)
- Percusión (la técnica del tambor afrouruguayo y su ritmo)

Exhibiciones

- Danzas de los Orixás
- Los vínculos del Candombe con la Religión (demostración ritmica)

Conferencias

- Proceso Socioeconómico y político de la Esclavitud
- Mujer Negra, Cultura y resistencia
- La Mujer en la Comparsa

Foros

- El Candombe y la Comparsa (Su historia y realidad social)
- Aspectos organizativos y culturales de los Afroamericanos
- Religiones Afro

Video/foros

- Barrio Reus al Sur (Ansina)
- Video Institucional (Significado del Programa de Desarrollo de Mundo Afro

E 007

9714387

Primer Encuentro de la Cultura Afroperuana en Chile
El Tambor - Eterno Viajero

Cat. 1 - Total del Encuentro (Incluye):		Cat. 2 - Por día (Incluye): 001	
Talleres	Carpeta	Talleres	Carpeta
Conferencias	Certificado de asistencia	Conferencias	Certificado de asistencia
Foros y Video/foros	Cobertura médica de	Foros y Video/foros	Cobertura médica de
Actividades varias	Emergencia	Actividades varias	Emergencia
Exhibiciones	$ 500.00	Exhibiciones	$ 200.00 (por día)
Espectáculos		Espectáculos	

Ficha de Inscripción

Apellido _____ Nombre _____ Edad _____

Doc. de Ident. Nº _____ Dirección _____

Código Postal _____ Tel/fax. Part. _____ Tel/fax. Trab. _____ Ocupación _____

Ciudad _____ Dep. o Prov. _____ País _____

Se inscribe en : Cat. 1 ○ Cat. 2 ○ Aclarar qué día o días_____/_____

Se abonará el 50% del costo total al momento de la inscripción.

Firma .....

Cierre inscripciones 5/12/1997.

Por ampliación de información: Ciudadela 1229 piso 1 Mercado Central C.P. 11000,
Tel. 916 8779 Telefax: 915 0247 E - mail: mundafro@chasque.apc.org

Favor de llenar en letra de imprenta

○ Nota: Estudiantes y Adherentes de Mundo Afro con la targeta al día, 10 % de descuento

Ficha de Inscripción

Apellido _____ Nombre _____ Edad _____

Doc. de Ident. Nº _____ Dirección _____

Código Postal _____ Tel/fax. Part. _____ Tel/fax. Trab. _____ Ocupación _____

Ciudad _____ Dep. o Prov. _____ País _____

Se inscribe en : Cat. 1 ○ Cat. 2 ○ Aclarar qué día o días_____/_____

Se abonará el 50% del costo total al momento de la inscripción.

001 008 Firma 971387

Por ampliación de información: Ciudadela 1229 piso 1 Mercado Central C.P. 11000,
Tel. 916 8779 Telefax: 915 0247 E - mail: mundafro@chasque.apc.org

Favor de llenar en letra de imprenta

[redacted]

Para conocer y reforzar las raíces que soportan nuestra identidad cultural.

INTERIORICÉMONOS

DICIEMBRE

VIERNES 12

CONFERENCIAS

Proceso socioeconómico y político de la esclavitud
Romero Rodríguez

spectos organizativos y culturales de los afroamericanos
epresentantes de la red de información afroamericana de Paraguay, Brasil, Argentina y Uruguay.

TALLERES

Personajes típicos: gramillero, mama vieja, escobero

Danza: afro y candombe
Virginia y Vilma Carrizo

Audiovisuales- Videos

Artistas Plásticos

Espectáculo de candombe:
Dominó

SABADO 13

CONFERENCIAS

El candombe y la comparsa
Eduardo Da Luz - Néstor Silva - José De Lima

Mujer Negra, cultura y resistencia
Beatriz Ramírez

La mujer en la comparsa
Chabela Ramírez

Religión Afro
Armando Ayala

TALLERES

Percusión
Sergio Ortuño-Miguel Camargo-Fernando (Lobo) Núñez-

Danza
Virginia y Vilma Carrizo

Personajes típicos: escobero, mama vieja, gramillero

Demostración rítmica: ***Los vínculos del candombe con la religión***

Exhibiciones: ***Danza de los Orixás***

Armado de tambor
Juan Velorio

Artistas plásticos
Silvia Segundo

Espectáculo de candombe

DOMINGO 14

Aula Abierta de Danza, Percusión y Personajes Típicos con los participantes del seminario

Devolución grupal

Artistas plásticos

Despedida con tambores del Barrio Palermo - Gustavo Oviedo

EL TAMBOR ETERNA VIGENCIA

COSTO TOTAL: $ 500
COSTO POR DÍA: $ 200

INFORMES E INSCRIPCIONES TELS.: 915 02 47 - 916 87 79

009/09

9714387

Nº. DOCUMENTO 9714388
TITULO Dtor gral OMC (abogo x un mundo unido, sin discriminaciones)
PROCEDENCIA SIBSIS
FECHA DE PROCEDENCIA 02/10/97
VINCULACIONES 510821

ENTRADO
CRUZADO

01-02

9714388

DP4603

R POXBT 10-03 00427
mun exg icx

OMC-COMERCIO
RUGGIERO POSTULA UN MUNDO UNIDO Y REGLAS GLOBALES

Santiago de Chile, 2 oct (EFE).- El director general de la Organización Mundial de Comercio (OMC), Renato Ruggiero, abogó hoy por un mundo unido y reglas globales "y no discriminatorias" que rijan el intercambio.

Ruggiero se encuentra de visita en Chile y hoy participó en un foro sobre el papel de la OMC en el proceso de liberalización del comercio mundial, organizado por la Confederación de la Producción y el Comercio, uno de los gremios empresariales más importantes del país, y la Cámara de Comercio de Santiago.

También participó en la reunión del Consejo de Cooperación Económica del Pacífico (PECC), que finaliza hoy en la capital chilena y que reunió a más de mil delegados de toda la región.

Ruggiero propugnó el crecimiento del comercio mundial en un mundo unido y se manifestó partidario de globalizar el regionalismo abierto "como un camino para que los países en desarrollo avancen hacia el progreso y la prosperidad".

Destacó la evolución que ha experimentado el comercio mundial en los últimos años, que alcanzó 3,2 trillones de dólares desde 1990, "la suma más alta que se ha logrado en la historia del comercio".

En ese ámbito, resaltó el apoyo de las nuevas tecnologías al desarrollo comercial, lo que llevará hacia la economía electrónica, "en un hecho sin precedentes".

Desde 1950 el flujo comercial ha aumentado 14 veces y con el objeto de que se siga expandiendo calificó como "indispensable" la integración a la red comercial global, de naciones que están al margen de ella.

La OMC, creada en 1995 en sustitución de la Ronda de Aranceles y Comercio (GATT), aglutina a unos 50 países, minetras que otros 29 negocian su ingreso en ella.

Ruggiero señaló que la cantidad actual es insuficiente "porque se necesita una organización fuerte que apoye a los países en desarrollo y a las economías en transición".

Negó que existan contradicciones entre el crecimiento del comercio mundial y la liberalización financiera, ya que ambas variables no se contraponen y pueden actuar mutuamente en beneficio del progreso económico globalizado.

En ese sentido, Ruggiero indicó que es necesario seguir eliminando las trabas que se oponen al libre comercio o la expansión de los servicios financieros.

Se manifestó contrario a incluir los temas laboral y medioambiental en acuerdos de libre comercio y reconoció que "el sistema de comercio no puede solucionar todos los problemas del mundo".

"Lógicamente todos queremos que haya mejores relaciones laborales en el mundo y se cumplan las normativas ambientales, pero eso no compete sólo al sistema de comercio. Es parte de un tema más global y del gobierno mundial", concluyó. EFE -
MM/GCF/JMA

10/03/00-39/97

9714388

02-02

<U6265

R ECOBT 10-09 00213
 mun exg

OMC-LOGO
PRESENTAN NUEVO "LOGO" DE LA ORGANIZACION MUNDIAL COMERCIO

Ginebra, 9 oct (EFE).- La Organización Mundial de Comercio (OMC) presentó hoy, jueves. su nuevo logotipo que identificará al organismo en documentos, correspondencia y publicaciones.

El logo es el mismo que tuvo la conferencia ministerial de la OMC en Singapur, en diciembre de 1996, y fue cedido gratuitamente a la organización por parte del gobierno de Singapur.

Representa una especie de bola del mundo con seis arcos de distintos colores que se unen siguiendo los objetivos de la OMC para lograr armonía y prosperidad en el comercio mundial.

Los arcos se integran en una composición dinámica pero no se unen lo que significa que los paises se unen para establecer alianzas estratégicas pero mantienen su independencia.

El logo, escogido entre 200 originales presentados en una competición gubernamental, fue diseñado por una empresa de Singapur encabezada por la diseñadora Su Yeang, que partició en el presentación del grafismo.

Renato Ruggiero, director general de la OMC, dijo que el logo "representa la naturaleza fuerte y dinámica del sistema multilateral de comercio, un sistema que sigue creciendo y prosperando".

"Representa también otro paso en el establecimiento de nuestra organización sobre un fundamento firme y duradero", dijo también Ruggiero. EFE

jbg/jmi/dv

10/09/15-15/97

Nº. DOCUMENTO 9714389
TITULO Nuevo "logo" para la OMC
PROCEDENCIA S18593
FECHA 09/10/97
VINCU S10821

ENTRADO
CRUZADO

9714389

01-01

ARCHIVO

1/2

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.

FECHA: 05/DIC/97

ORIGEN: Dpto.I (Int.) Campo Sicosocial. Sector Derechos Humanos.

DESTINO: Dpto.III

ASUNTO: Acto con motivo del 49º aniversario de la Declaración Universal de los Derechos Humanos.

ANEXO: Se adjunta artículo de prensa. (La República 05/12/97.

ORIGINAL

INFORMACION DISPONIBLE:

- El próximo domingo 07 a la hora 11:00 se realizará en el Parque Rodó un acto durante el cual se llevarán a cabo actividades relacionadas con la violación de los derechos humanos en América Latina y el mundo. En dicho acto participarán los integrantes de la Mesa Política y el Secretario Ejecutivo del Frente Amplio, así como los militantes de los Comités de la zona y la Coordinadora "B".

INFORMACION SOLICITADA:

1) Cantidad aproximada y actitud de los presentes.
2) Identificación de concurrentes.
3) Seguridad, si hay.
4) Desarrollo del evento. En caso de producirse un oratorio: quién hizo uso de la palabra y qué temas se desarrollaron.
5) Información exacta del lugar del acto.
6) Algún otro dato de interés.-

001/02

9714390
05 DIC. 1997

EP anuncia actividad por DDHH

Con motivo del 49° aniversario de la Declaración Universal de los Derechos Humanos, la bancada parlamentaria y la comisión de DDHH del Frente Amplio realizarán esta tarde una conferencia de prensa en el Palacio Legislativo.

La actividad por los derechos humanos —aprobada por la Mesa Política del FA— incluirá un acto el próximo domingo en el parque Rodó. Esta tarde los parlamentarios y dirigentes de la coalición de izquierda leerán una proclama en la cual se reitera la necesidad del cumplimiento del artículo 4° de la Ley de Caducidad.

En la declaración de tres páginas se reivindica el cumplimiento de los derechos civiles, políticos, económicos y sociales. El texto señala que el Estado debe velar por la erradicación de la desocupación, la pobreza, el crecimiento de la marginalidad. La conferencia se realizará a las 16 horas en la sala de Prensa del Palacio Legislativo.

En tanto en el acto del domingo en el parque Rodó —cuyo comienzo está previsto para las 11 horas— se leerá esta proclama y se realizarán actividades relacionadas con la violación de los derechos humanos en América Latina y el mundo.

Participarán los integrantes de la Mesa Política y el secretariado ejecutivo del Frente Amplio, así como los militantes de los Comités de la zona y la Coordinadora "D". La actividad convocada por el Frente Amplio se producirá en momentos que el diputado de Asamblea Uruguay, Víctor Semproni, se encuentra preparando el cuestionario para la interpelación que realizará en la Cámara de Representantes al ministro de Defensa Nacional, Raúl Iturria, por el tema desaparecidos. Esta iniciativa, resuelta luego de que el secretario de Estado no respondiera a las preguntas de Semproni en el plazo estipulado, es apoyada por el Nuevo Espacio. Los cinco votos de ese sector aseguran que la interpelación prospere en el Parlamento, porque sumados a los 31 votos del EP superan los 33 requeridos por la Constitución.

ORIGINAL

Ilegible

Nº 902/02 LA REPUBLICA
05/DIC 197

9714390

XW8068

R ECOBT 10-22 00141
mun exg

OMC-REUNIONES
LOS DIPLOMATICOS DE LA OMC PREOCUPADOS POR EXCESO DE REUNIONES

Ginebra, 22 oct (EFE).- La Organización Mundial del Comercio (OMC) celebró 2.340 reuniones en 1996, lo que equivale a un promedio de diez diarias, según datos del propio organismo.

El Consejo General acordó en su reunión de hoy, miércoles, tratar de reducir el número de estas reuniones y coordinarlas mejor, a pesar del aumento de los nuevos asuntos a considerar en la ya repleta agenda de la organización.

La abultada agenda de trabajo supone un problema para muchos países pequeños, con una representación diplomática limitada, que a veces deben atender a más de una reunión al mismo tiempo.

Las actuales directrices contemplan que sólo se pueden desarrollar dos reuniones oficiales simultáneamente, algo que a veces no se respeta para dar salida al trabajo acumulado en la agenda de trabajo. EFE

jbg/mc/co

10/22/15-25/97

Nº. DOCUMENTO 9714391
TITULO Preocupa a diplomáticos OMC exceso de reuniones
PROCEDENCIA 51853
FECHA DE ... 22/10/97
VINCUL... 51082

ENTRADO
CRUZADO

9714391

01-01

Nº. DOCUMENTO 9714392
TITULO OMC defenderá a países pobres de inseguridad económica países subdesarrollados
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 27/10/97
VINCULACIONES 510821

ENTRADO
CRUZADO

01-02

9714392

mun exg icx

OMC-PAISES POBRES
DEFIENDEN NECESIDAD ABRIR MERCADOS A PAISES MENOS AVANZADOS

Ginebra, 27 oct (EFE).- La Organización Mundial del Comercio (OMC) defendió hoy, lunes, la necesidad de que los países industrializados abran sus mercados a las naciones menos desarrolladas para que puedan superar su marginación económica.

La OMC celebra hoy y mañana una reunión ministerial de alto nivel, junto a otras cinco organizaciones interncionales, con el objetivo de favorecer la integración de los 48 países menos avanzados (PMA) en el comercio interncional, a través de medidas que promuevan sus exportaciones.

El director general de la OMC, Renato Ruggiero, indicó en una conferencia de prensa que ya hay países que han decidido ofrecer un trato preferencial a los productos de los países menos avanzados y que existen signos positivos que hacen ver su futuro con esperanza.

Los países de la Unión Europea (UE) y Estados Unidos, entre otros, tienen previsto adoptar medidas que ofrezcan un acceso preferencial a sus mercados de las exportaciones procedentes de los PMA, que deberían entrar en vigor a comienzos del año próximo, explicó.

Asimismo, expresó su opinión de que no es imposible que las tarifas aduaneras a que están sometidos los productos de este grupo de naciones seán eliminadas el próximo siglo.

Ruggiero también destacó la importancia de que, por primera vez, diversas organizaciones internacionales hayan unido sus esfuerzos para estudiar los problemas de los PMA en relación con el comercio y hacer propuestas.

Esta reunión ha sido organizada por la OMC, la Conferencia de Naciones Unidas para el Comercio y el Desarrollo (UNCTAD), el Fondo Monetario Internacional (FMI), el Banco Mundial (BM), el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y el Centro de Comercio Internacional (CIC).

Los PMA se enfrentan a una serie de problemas importantes que afectan a numerosos aspectos de la vida de los 550 millones de personas que viven en ellos, entre otros, la pobreza, la nutrición, la educación, la mortalidad infantil o la salud.

Además estos países sólo representan el 0,5 por ciento del comercio mundial y las inversiones extranjeras directas no superaron el año pasado el 1,8 por ciento del total, recordó el secretario general de la UNCTAD, Rubens Ricupero.

Sin embargo, expresó su esperanza en que para el próximo siglo se conviertan en economías muy dinámicas y agregó que con esta reunión se quieren ofrecer resultados "prácticos y concretos" encaminados en esa dirección, entre otros conseguir una mayor apertura de los mercados para sus exportaciones.

También destacó la necesidad de que los PMA profundicen en las reformas políticas y económicas, aumenten y diversifiquen su produción y calidad, asi como destacó que en estas naciones está surgiendo una comunidad de negocios capaz de defender sus intereses.

De igual forma es necesario propiciar que estos países tengan acceso a las nuevas tecnologías,porque cuando los PMA tienencontacto con ellas y sienten más integrados, agregó Ricupero. EFE
sienten más integrados, agregó Ricupero. EFE

cr/pz/ddp

10/27/15-05/97

9714392

01-02

XA5694

R ECOBT 10-31 00170
icx mun exg

OMC-CANDIDATOS
EX MINISTRO TAILANDES CANDIDATO A LA DIRECCION DE LA OMC

Bangkok, 31 oct (EFE).- El ex viceprimer ministro de Tailandia Supachai Panitchpakdi presentará, en los próximos días, su candidatura a la dirección general de la Organización Mundial de Comercio (OMC), informaron hoy fuentes gubernamentales tailandesas.

Por el momento, el único candidato a la sucesión de Renato Ruggiero, que debe concluir en mayo de 1999 su mandato al frente de la OMC, es el actual ministro de Relaciones Exteriores de Brasil, Luiz Felipe Lampreia.

Sin embargo, el diario "The Journal of Comerce" informó días pasados que también el primer ministro y titular de Comercio de Nueva Zelanda, Mike Moore, así como la ministra de Comercio de Malasia, Rafidah Aziz, tienen previsto presentar sus candidaturas.

La elección previa del director general de la OMC en 1994-1995, supuso una batalla política entre las regiones, y en la que finalmente ganó el candidato de la Unión Europea (UE), el italiano Renato Rugiero, sobre el coreano Chul Su Kim, ministro de Comercio.
EFE

MFR/AMS/FMR/PG

10/31/04-42/97

Nº. DOCUMENTO 9714393
TITULO Ex - ministro tailandes, presentara candidatura direccion OMC
PROCEDENCIA 516593
FECHA DE [illegible] 31/10/97
VINCUL[illegible] 510821
507667

ENTRADO 1/4
CRUZADO

9714393

01-01-

XG9829

R VARBT 10-15 00237
icx exg mun

RFA-SECTAS
HOTEL NIEGA INSTALACIONES A IGLESIA DE LA CIENCIOLOGIA

Berlín, 15 oct (EFE).- Uno de los más afamados hoteles de la capital alemana, el "Kempinski", ha negado el uso de sus instalaciones, "por motivos de seguridad", a la "Iglesia de la Cienciología".

La anulación de la reserva de unos salones donde esta quería celebrar el 28 de octubre una conferencia "Por la libertad de religión" estuvo basada, según un portavoz del hotel, en que tal reunión no era buena para el nombre del establecimiento y que amanezaba la seguridad de los clientes.

La polémica "iglesia", no reconocida en Alemania como comunidad religiosa, ha convocado también en esa fecha una manifestación por el centro de Berlín, a la que espera asistan unas 30.000 personas de todo el mundo, según fuentes de la organización.

La "Iglesia de la Cienciología" está considerada en Alemania como asociación mercantil con ánimo de lucro y por tanto no participa de la legislación fiscal para comunidades religiosas.

La organización, que podría contar en este país con unos 100.000 adeptos, se siente discriminada y en anuncios de prensa en influyentes medios de EEUU ha llegado a comparar su "persecución" en Alemania con la sufrida por los judíos durante el nazismo.

Desde su implantación en Alemania en 1970, esta organización ha sido denunciada al menos en una docena de libros que la acusan de estafa, robar a sus seguidores, amenazar a sus oponentes y de infiltrarse en los grandes sectores empresariales del país. EFE

ea/ig/ma

10/15/10-40/97

Nº. DOCUMENTO 9714394
TITULO Hotel en RFA niega instalaciones a Iglesia Cienciología
PROCEDENCIA S18593
FECHA DE [illegible] 27/10/97
VINCULACI 12773
500145

ENTRADO
CRUZADO

01-02

9714394

TD0083

R VARBT 10-27 00208
exg mun

RFA-SECTAS
MANIFESTACION DE IGLESIA CIENCIOLOGIA POR "LIBERTAD RELIGIOSA"

Berlín, 27 oct (EFE).- Más de un millar de miembros de la secta Iglesia de la Cienciología, llegados desde diversos lugares de Europa, se manifestaron hoy, lunes, por el centro de Berlín bajo el lema "Por la libertad religiosa en Alemania".

Durante la marcha, que transcurrió sin incidentes, la Policía mantuvo aislado a un grupo de unas 30 personas que proferían gritos contra los manifestantes.

La Iglesia de la Cienciología, que nació en EEUU, pide desde hace años su reconocimiento como comunidad religiosa a las autoridades alemanas, que la consideran una asociación mercantil con ánimo de lucro, por lo que no puede acogerse a la legislación para comunidades religiosas.

La organización, que cuenta según las estimaciones con unos 100.000 adeptos en Alemania, ha publicado anuncios en varios periódicos estadounidenses en los que afirma que la "persecución" de que es objeto por parte de las autoridades alemanas es comparable a la sufrida por los judíos durante el nazismo.

Desde su implantación en Alemania en 1970, la Iglesia de la Cienciología ha sido denunciada en una docena de libros que la acusan de estafar y robar a sus seguidores, amenazar a sus oponentes, e infiltrarse en los grandes sectores empresariales del país. EFE

ea/mlr

10/27/16-57/97

9714394

02-02

Nº. DOCUMENTO 9714395
TITULO B'NAI B'RITH RENUEVA DESEO DE TRABAJAR POR LA PAZ
PROCEDENC 15 0021
FECH 01/01/97
VINCUL 11210
507466
11245

ENTRADO
CRUZADO

9714395

01-02

B'NAI B'RITH RENUEVA DESEO DE TRABAJAR POR LA PAZ

UY NOT 01/01/97 Pág 5

Con motivo del comienzo del año 5758, B'Nai B'Rith Uruguay renovó sus deseos de seguir trabajando "en aras de la paz y el respeto por los derechos humanos". Paralelamente, continuará laborando "en aras de cultura y servicios en la capital y en el interior, principalmente en las áreas de educación y de salud, y en la difusión de valores jóvenes y maduros de nuestras artes".

B'NAI B'RITH: PERMANENTE COMPROMISO CON EL PROJIMO

La llegada de los días austeros (tamin Noraim) el advenimiento del Año Nuevo (Rosh Hashaná), y 10 días después, Iom Kipur (el Día del Perdón) nos enmarca en un período que todos denominamos de reflexión, pero que tanto en lo individual como en lo colectivo, debe ser muy profunda, y compartida entre todos los seres humanos, cuando de analizar el medio ambiente y la convivencia se trata.

Consideramos que la reflexión de Rosh Hashaná impone varias obligaciones. La obligación moral de asumir la responsabilidad de actuar diariamente y sin desmayos pensando en el prójimo, con un compromiso cierto y tangible frente a la sociedad en la cual vivimos a diario, y frente a toda la humanidad. La obligación de reflexionar con mucha franqueza sobre las limitaciones que hemos tenido en lo realizado, y que deberíamos sobrellevar en el accionar a acometer en el futuro inmediato, sobre la base de la definición más profunda de la palabra solidaridad.

La obligación de no cejar en ningún instante en una lucha sin tregua por un universo de paz y fraternidad entre todos los pueblos. La obligación, al fin, de no dejarnos vencer por la catarsis del mal, y tener la fuerza de convicción necesaria para comprometernos, desde el gesto más pequeño al accionar más trascendente, a construir sociedades más justas y mejores; a mirar hacia el pasado para aprender a no repetir errores, al tiempo que absorber lo positivo para proyectarlo con más fuerza y más logros hacia el futuro más promisorio.

154 AÑOS DE SERVICIO

A pocos días de cumplir 154 años de servicio, con integrantes en 56 países del orbe, B'nai B'rith se siente absolutamente comprometida con los pensamientos que hemos desgranado en los párrafos anteriores, y fundamentalmente, con lo que significa la asunción de compromisos comunitarios, así como la responsabilidad de llevarlos adelante.

Queremos seguir marcando nuestra pauta de desarrollo de obras de toda índole en todos los campos posibles, sea salud, sea educación, sean en los grandes centro urbanos, sean en la alejadas zonas rurales. Desempeñar el rol que le corresponde a una Organización No Gubernamental como B'nai B'rith, con asiento en Naciones Unidas, marcando pautas y caminos de convivencia armoniosa y defensa de los derechos humanos de los habitantes de este planeta. El mundo debe avanzar hacia la eliminación del fraticidio entre pueblos, del terrorismo indiscriminado contra civiles, de las hambrunas vergonzantes y despiadadas. Necesitamos un compromiso colectivo serio para enfrentar flagelos tan diversos, pero tan contundentes a la hora de destruir al ser humano. Ese es el compromiso ético y moral de B'nai B'rith, renovado en esta instancia trascendente para toda la nación judía , como es el advenimiento de un nuevo año, una nueva era que culmina, instancias trascendentes en la historia del judaísmo: hemos celebrado los primeros 100 años del Primer Congreso Sionista, que cimentó el sueño del fundador del movimiento, Theodoro Herzl, y comenzamos a partir de este año 5758 que se inicia, a celebrar la cristalización de ese sueño: 50 años del Estado de Israel. Una celebración que se desarrolla en el marco de un proceso de paz en Medio Oriente, que ha consolidado el relacionamiento entre Estados (entre Israel y Egipto e Israel y Jordania) pero que tiene un largo camino aún para recorrer con sus vecinos palestinos.

PAUTAS ESPERANZADORAS

Los acuerdos de Oslo marcaron pautas esperanzadoras, pero el incumplimiento básico de lo establecido en dichos Acuerdos en cuanto al compromiso de eliminar el flagelo terrorista, pone en jaque constantemente la vigencia, tanto de Oslo I como de Oslo II. Medio Oriente necesita de todos sus habitantes, y éstos necesitan una imprescindible convivencia para desarrollarse en bienestar y en prosperidad. Con esa mira y ese anhelo, comienza un nuevo año, con la mente puesta, por parte de todos los factores involucrados, en lograr avances imprescindibles, en un proceso que hoy transita por un camino de dificultades.

En el marco de su tarea de servicio a toda la sociedad, B'nai B'rith renueva sus bríos para seguir trabajando en aras de la paz y el respeto por los derechos humanos, al tiempo que en el Uruguay, la rama local de la Organización, continúa y continuará trabajando en aras de cultura y servicio en la capital y en el interior, en los marcos educativos y de salud, y en la difusión de valores jóvenes y maduros de nuestras artes, brindándoles la oportunidad de destacarse dentro y fuera del país, como en el caso del Premio Fraternidad, creado por B'nai B'rith en 1982, y cuyo último ganador, el director y actor Roberto Suárez, lo usufructúa en estos momentos, en un viaje de estudios y trabajo a Israel y Europa. Con el ánimo retemplado para la tarea de servicio, objetivo central de nuestro quehacer, elevamos nuestros anhelos para que podamos seguir desarrollando generosamente la misma, en pos de un universo de fraternidad y concordia.

B'nai B'rith Uruguay

02-02

9714395

XE2258

R VARBT 10-01 00342
msp exg icx

GUATEMALA-MOON
GOBIERNO GUATEMALTECO ORDENA 90 MIEMBROS SECTA ABANDONEN PAIS

Guatemala, 1 oct (EFE).- El Gobierno de Guatemala comenzó a pedir que abandonen el país a los 90 miembros de la secta Moon que hacen proselitismo en su territorio, informó hoy el director guatemalteco de Migración, Edgar Montes.

El primer grupo de "moonies", cuyo número no fue precisado, recibió el martes de la Dirección General de Migración la respectiva notificación para que salgan de Gautemala, dijo Montes a EFE.

A partir de ese momento, tienen 72 horas para cumplir la orden, agregó el director de Migración, para quien la medida no es producto de la presión ejercida por la Iglesia Católica u otros sectores sociales.

"La ley es la ley, y ésta establece las sanciones contra quienes la hayan violado", puntualizó Montes, al explicar que los miembros de la secta, en su mayoría japoneses, entraron en el país como turistas y no hicieron el trámite para cambiar el estatus migratorio que les permita dedicarse a otra actividad.

Según el alto cargo gubernamental, tras recibir la notificación los miembros de la Asociación del Espíritu Santo para la Unificación de los Cristianos ya no podrán hacer nada para evitar su salida.

Los integrantes de la secta Moon, por su parte, afirman que el Ministerio de Gobernación les ha extendido licencias para continuar en el país durante cinco años.

La Iglesia Católica ha censurado el proselitismo de los ciudadanos asiáticos, quienes se encuentran en Guatemala desde junio pasado e intentan captar adeptos en plazas públicas y edificios privados del centro de la capital.

Uno de sus principales centros de reunión era la Plaza de la Constitución, ubicada frente al Palacio de Gobierno y la Catedral Metropolitana, donde interceptaban a parejas de cónyuges y les ofrecian casarlos bajo los principios de su fe.

Según Montes, el Estado de Guatemala no "tiene nada contra" ninguna secta religiosa, ya que la Constitución de su país garantiza la libertad de cultos.

Una medida similar de expulsión ha sido aplicada a los seguidores del reverendo coreano Sung Myung Moon por las autoridades migratorias de otros países centroamericanos. EFE
ES/rsm/mmg/fr

10/01/20-56/97

Nº. DOCUMENTO 9714396
TITULO Gobierno Guatemalteco ordena 90 miembros Secta moon abandonen país
PROCEDENCIA S18593
FECHA DE [illegible] 04/10/97
VINCULACI- 13135
66097

ENTRADO
CRUZADO

01-02

9714396

XA3594

R POXBT 10-04 00336
mun exg icx

GUATEMALA-MOON
RECURSO DE AMPARO DETIENE EXPULSION DE RELIGIOSOS ASIATICOS

Guatemala, 4 oct (EFE).- Un recurso de amparo presentado ante la justicia de Guatemala ha detenido temporalmente la expulsión de los misioneros de la secta Moon, ordenada el pasado martes por la Dirección de Migración, reconoció hoy, sábado, el Gobierno.

La acción judicial, iniciada por directivos de la Federación de Familias para la Paz Mundial y la Unificación, alega que la medida en su contra atenta contra sus derechos de igualdad ante la ley.

También afirma que viola sus derechos a la defensa, expresión del pensamiento, proceso justo, permanencia en el país y libertad de religión.

Según el director de Migración, Edgar Montes, 90 misioneros de la secta fundada por el reverendo coreano Sung Myung Moon figuran en sus registros de entrada en el país en calidad de turistas.

El grupo de asiáticos, en su mayoría japoneses, empezaron el pasado martes a recibir sus respectivas notificaciones para que abandonen el país al considerar las autoridades que violaron la Ley de Migración, aseguró el funcionario.

Montes aclaró que los "moonjes" no cumplieron los trámites para cambiar su estatus de turista por otro que les permitiera dedicarse al proselitismo religioso.

La notificación daba a los misioneros un plazo de 72 horas para abandonar el país, pero como respuesta estos interpusieron ayer, viernes, una acción de amparo ante la Sala Segunda de la Corte de Apelaciones.

La Iglesia Católica, la principal y más dura crítica de la secta Moon, respaldó la decisión de las autoridades contra el grupo religioso.

El Arzobispo Metropolitano, Próspero Penados, censuró las "mentiras" utilizadas por los asiáticos para entrar en el país y dedicarse a atraer fieles.

"Mintieron, por lo tanto deben irse", sentenció el máximo jerarca de la Iglesia Católica guatemalteca, para quien los postulados de la secta son "blasfemias".

La Asociación del Espíritu Santo para la Unificación de los Cristianos considera a su guía espiritual, el reverendo Moon, como el nuevo mesías, lo cual, según Penados, no puede ser admitido.
EFE

ES/rsm/gr/ddp

9714396

02-02

FB1672
U RELBT 10-05 00250
mun exg

BRASIL-PAPA
VATICANO CONSIDERA MISA RIO UNA DE LAS MAYORES CELEBRADAS PAPA

Río de Janeiro, 5 oct (EFE).- El portavoz del Vaticano, Joaquín Navarro-Valls, afirmó a EFE que la misa campal celebrada hoy por la mañana por el Papa Juan Pablo II en Río de Janeiro es una de las mayores a las que ha asistido el Pontífice.

"No tengo total seguridad para decir si es la más multitudinaria, pero sí puedo decir que es una de las mayores celebradas por cualquier Papa en la historia de la Iglesia Cctólica", destacó Navarro-Valls, al confirmar la presencia de un millón y medio de personas.

"Es necesario recordar que la misa que celebró el Santo Padre en París, el pasado agosto, también fue considerada como una de las mayores celebradas por un pontífice y a ella asistieron 1.200.000 personas", agregó.

El portavoz del Vaticano destacó que no se produjo ningún incidente durante el multitudinario evento religioso y felicitó a las autoridades de Río de Janeiro por la organización.

Igualmente calificó como "normal" la presencia de numerosos policías y soldados en un evento de este tipo, "porque es necesario que alguien organice a tantas personas".

En su cuarto y último día de visita a Río de Janeiro, el Papa presidió esta misa campal en un altar que fue improvisado sobre el Monumento a los Héroes de la II Guerra Mundial.

La ceremonia, que se celebró en el parque "Aterro do Flamengo", abligó a las autoridades a cerrar todas las vías y accesos al centro de la ciudad, por lo que los fieles sólo pudieron llegar mediante el servicio metropolitano o a pie. EFE
CM/Ar/frl/jla/ddp

10/05/15-05/97

Nº. DOCUMENTO 9714397
TITULO Misa Papa en Río de Janeiro convoca millon y medio de personas
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 05/10/97
VINCULACI... 500777-
507482.

ENTRADO
CRUZADO

9714397

01-03

FB1697

U RELBT 10-05 00709
mun exg

BRASIL-PAPA (Primer resumen)
MULTITUDINARIA JORNADA FINAL DE JUAN PABLO II EN RIO JANEIRO

Río de Janeiro, 5 oct (EFE).- Una multitud calculada por el Vaticano en un millón y medio de fieles participó hoy en la jornada final de la visita del papa Juan Pablo II a Río de Janeiro, donde entre el jueves y este domingo presidió el "II Encuentro Mundial del Papa con las Familias".

"No tengo total seguridad para decir si es la más multitudinaria, pero sí puedo decir que es una de las mayores celebradas por cualquier Papa en la historia de la Iglesia Católica", dijo a EFE el portavoz Vaticano, el español Joaquín Navarro-Valls, al confirmar ese número.

Tras felicitar a las autoridades cariocas por la organización del evento y destacar que no se registraron incidentes, el portavoz recordó que la misa que el Santo Padre celebró en París, el pasado agosto, también fue considerada una de las mayores, con la asistencia de 1.200.000 personas.

La misa campal en el parque "Aterro do Flamengo" puso fin al II Encuentro Mundial del Papa con la Familia, que comenzó el jueves, cuando Juan Pablo II llegó a Río de Janeiro, y se dividió en varios eventos, en los cuales el Pontífice defendió insistentemente el modelo tradicional de familia.

Juan Pablo II reiteró en su homilía algunas de las ideas que ha venido degranando en su tercer viaje brasileño: la familia como base de la sociedad humana "que no puede ser sustituída por ninguna otra", y su indisolubilidad, y los peligros que afronta.

Y entre las amenazas de la familia citó los intentos de equiparar las uniones de hecho entre homosexuales a los matrimonios, el divorcio, el aborto y la pobreza.

La misa se sumó al elenco de concentraciones millonarias que Karol Wojtyla, durante su pontificado de 19 años, ha congregado a lo largo de los 80 viajes fuera de Italia.

Entre estas también destacan las multitudinarias de Fátima, Czestochowa, Buenos Aires, Calcuta, Ciudad de México, Bogotá, Lima, Santiago de Chile, y sobre todo Manila, en enero de 1995, donde acudieron, a la Jornada Mundial de los Jóvenes, una masa estimada en 4 millones de fieles.

El Papa, que se ha mostrado en Río en mejor forma física que en su anterior viaje, a París, el pasado agosto, finalmente sintió los estragos de cuatro días de gran actividad y prefirió dejar el "Aterro do Flamengo" en una limosina y no en el "papamóvil", como estaba previsto.

En estos cuatro días, al menos once supuestos narcotraficantes han muerto en Río de Janeiro en enfrentamientos con la policía, que no ha informado de bajas en sus filas.

El pasado viernes, miembros del Batallón de Policía Forestal informaron de que fue encontrado un supuesto "campamento" de narcotraficantes instalado a sólo 500 metros de la residencia arzobispal de Río de Janeiro, donde el Papa II estuvo alojado.

Las muertes, confirmadas por fuentes hospitalarias, fueron registradas en varias incursiones en "favelas" (barriadas marginales) efectuadas por agentes del III Batallón de la Policía Militar de Méier, al mando, precisamente desde el jueves, del coronel Marcos Paes, conocido por su férrea disciplina.

9714397

02

El portavoz vaticano también reveló que fue informado por las autoridades de que el incidente ocurrido ayer durante uno de los recorridos del Papa no estuvo vinculado a la visita.

"La policía nos informó hoy de que no se trató de ninguna explosión", subrayó, en alusión al amago de incendio provocado por un jubilado que protestó así por la amenaza de ser desalojado del apartamento que alquila, situado en una de las calles por las que pasó el "papamóvil".

Todos los pormenores de la visita fueron seguidos de cerca por tres funcionarios del Gobierno cubano que viajaron a Río de Janeiro para aprender cómo se organiza un viaje papal.

El portavoz vaticano dijo que esos emisarios de La Habana se reunieron con miembros del Vaticano encargados de cuidar de asuntos como la alimentación, el alojamiento y las comunicaciones en las visitas que organiza el Pontífice.

Juan Pablo II tiene previsto viajar en enero de 1998 a Cuba, que es el único país latinoamericano que el Papa aún no conoce. El viaje a la isla comenzó a ser discutido el año pasado, cuando el presidente cubano, Fidel Castro, efectuó una visita oficial a Roma.

Aprovechando su estancia en la Ciudad Eterna para participar en un encuentro del Fondo de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), en noviembre de 1996, el presidente cubano se entrevistó con el Papa y formalizó la invitación para que viaje a la isla. EFE

ar/cm/rml/ddp

10/05/17-56/97

LUSA
NOTÍCIAS

04 DEZ 97 - 23:39

Angola: Regresso de Eduardo dos Santos a Angola condiciona visita de Albright

Luanda, 04 Dez (Lusa) - A visita da secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, a Angola, prevista para o próximo dia 12 está condicionada ao regresso a Luanda do presidente angolano, José Eduardo dos Santos, disse à Agência Lusa fonte oficial.

Segundo a fonte, caso o Presidente angolano não tenha regressado do Brasil, onde se encontra em convalescença, devido a uma operação ao tendão de Aquiles, a que foi submetido no passado dia 18, Madeleine Albright não se deslocará a Luanda.

A fonte realçou que a Presidência de Angola está a tentar fazer coincidir a visita de Albrigth com um encontro entre o presidente angolano e o líder da Unita Jonas Savimbi.

A secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, visitará Angola no quadro da sua primeira digressão por África, a partir do próximo dia 8.

A governante dos Estados Unidos deverá visitar igualmente a Etiópia, Uganda, Ruanda, República Democrática do Congo, África do Sul e Zimbabué.

Lusa/fim

© 1996 Lusa
Comentários e Sugestões para Agência Lusa

Nº DOCUMENTO 9714399
TITULO Ref. Situación en Angola.
PROCEDENCIA
FECHA DE PROCEDENCIA
VINCULACIONES 11876
10022
507470
514336
507889
11164
11830
526262

LUSA
NOTÍCIAS

05 DEZ 97 - 00:11

Angola: FLEC-FAC materializa ameaças com ataques armados

Cabinda, Angola, 04 Dez (Lusa) - A flec-fac, uma das faccoes independentistas cabindas, queimou entre o passado dia 02 e hoje, 14 viaturas civis em tres accoes armadas, disse à agencia lusa fonte militar.

O substituto do porta-voz militar do comando das faa em Cabinda, major Santos, referiu à Lusa que destas accoes resultou ainda a morte de uma pessoa.

Os ataques ocorrem dias depois da frente de libertacao do enclave de Cabinda-forcas armadas de Cabinda, liderada por Nzita Tiago, e a flec-renovada, de Antonio Bento, terem ameacado que iriam reatar os ataques armados em prol da luta que manteem pela independencia do enclave.

No primeiro ataque, registado, terca-feira, na area do Maiombe, a flec-fac queimou um autocarro e duas viaturas civis.

O segundo, quarta-feira, ocorreu às 08:30 de Angola (07:30 de Lisboa) quando um grupo de guerrilheiros, numa composicao nao quantificada, interceptou e queimou cinco viaturas civis a 16 quilometros de Buco-Zau, norte de Cabinda.

Nesta accao resultou ainda a destruicao de um autocarro da empresa de transportes publicos do enclave (etp) e de um camiao-cisterna pertencente a um privado e na morte de um guarda da agencia bancaria daquele municipio.

Finalmente, o terceiro ataque verificou-se hoje de manha, às 08:25 de Angola, a apenas sete quilometros da capital provincial.

Nesta accao, um grupo de sete guerrilheiros da flec-fac interceptou e queimou seis viaturas civis nos arredores de Chiazi.

O reatar dos ataques armados foi justificado quarta-feira à agencia lusa, por fonte do estado-maior da flec-renovada, como "prova de demonstracao de forca", face ao fracasso dos contactos com o governo angolano sobre uma solucao pacifica da questao Cabinda.

Contudo, direccionando os ataques contra alvos civis, aquelas duas faccoes correm o risco de alienar o apoio que alegam ter das populacoes.

Uma terceira faccao independentista, o forum democratico de Cabinda, nao tem expressao militar significativa.

Lusa/fim

© 1996 Lusa
Comentários e Sugestões para Agência Lusa

LUSA
NOTÍCIAS

05 DEZ 97 - 00:28

Angola: Encontro Eduardo dos Santos/Jonas Savimbi em 1998 - rádio ecclesia

Luanda, 04 Dez (Lusa) - O encontro entre o presidente angolano, Jose' Eduardo dos Santos, e o lider da unita, Jonas Savimbi, apenas se devera' realizar em 1998, mas ainda nao ha' data marcada, anunciou hoje em Luanda a emissora privada radio Ecclesia.

A emissora, que cita fonte proxima da presidencia angolana, adianta como razoes de mais este adiamento do encontro - cuja realizacao foi revelada à agencia Lusa no passado dia 12 de novembro - o periodo de festas que se aproxima e a ausencia de Jose' Eduarco dos Santos no Brasil.

De acordo com a radio Ecclesia, o presidente angolano "nao esta' totalmente recuperado e, consequentemente, nao se encontrará no pais".

Jose' Eduardo dos Santos deslocou-se ao Brasil para ser operado ao tendao de aquiles, tendo a operacao decorrido satisfatoriamente, de acordo com declaracoes do proprio Chefe de Estado, por ocasiao de uma entrevista dada via telefone à radio nacional de Angola, no passado dia 19 de novembro.

Na ocasiao, Jose' Eduardo dos Santos revelou que esperava estar nos primeiros de dezembro em Luanda, e que acertaria entao com Jonas Savimbi a data da realizacao do novo encontro.

A realizacao de um encontro entre Eduardo dos santos e Savimbi tem conhecido varios adiamentos.

A ultima vez que os dois homens se encontraram foi a 01 de Marco de 1996, em Libreville.

A delegacao da unita em Luanda, contactada pela agencia Lusa, afirmou nao ter ainda recebido nenhuma informacao oficial sobre o encontro, mas uma fonte que solicitou o anonimato reconheceu que era "previsivel" o adiamento, "dada a ausencia do presidente no Brasil".

Lusa/fim

© 1996 Lusa
Comentários e Sugestões para Agência Lusa

LUSA

NOTÍCIAS

05 DEZ 97 - 01:14

RDCongo: Kinshasa proíbe actividades de sete ONG no leste do país

Kinshasa, 04 Dez (Lusa) - O governo congolês (ex-Zaire) ordenou hoje a cessação de actividades a sete organizações de ajuda humanitária que operam na parte leste do país, exigindo também que os seus funcionários abandonem a região.

As organizações, entre as quais a "World Vision", receberam ordens para deixar a província do Kivu Norte a pretexto de "não trazerem nehuma contribuição importante" para a região, refere a ordem do Ministério do Interior.

Em Outubro, o governo de Kinshasa ordenou igualmente a interrupção de actividades do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR), quando este desenvolvia no leste do país uma das suas maiores operações.

Na altura, o ministro do Interior, Mwenze Kongolo, acusou o ACNUR de interferir na política interna do país.

O Kivu Norte é uma das áreas onde alegadamente as tropas do actual presidente Laurent Kabila terão massacrado milhares de refugiados hutus ruandeses.

Lusa/fim

© 1996 Lusa

Comentários e Sugestões para Agência Lusa

04

9714399

News

ANGOP
27 Novembro

COMISSAO CONJUNTA ANALISA HOJE AJUDA HUMANITARIA

LUANDA, 27/11 (ANGOP) - A COMISSAO CONJUNTA (CC) - ORGAO SUPERVISOR DO PROCESSO DE PAZ ANGOLANO - REUNE-SE HOJE, EM LUANDA, PARA UMA ABORDAGEM DO ACTUAL ESTADO DAS AJUDAS HUMANITARIAS EM TODO o PAIS.

A SESSAO, A SER PRESIDIDA PELO REPRESENTANTE ESPECIAL DO SECRETARIO-GERAL DA ONU EM ANGOLA, ALIOUNE BLONDIN BEYE, E QUE CONTARA COM A PRESENCA DO MINISTRO ANGOLANO DA REINSERCAO SOCIAL, ALBINO MALUNGO, FARA O BALANCO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS ESTE ANO.

NA ULTIMA REUNIAO DO GENERO, REALIZADA HA CERCA DE DOIS MESES, FICOU ACORDADO QUE AS AJUDAS AOS DESMOBILIZADOS E REFUGIADOS DE GUERRA DEVERIAM SER INTENSIFICADAS.

NA OCASIAO, O MINISTRO ALBINO MALUNGO MANIFESTOU A SUA INSATISFACAO FACE AS CONSTANTES MOVIMENTACOES DOS EX-MILITARES DA UNITA DAS ZONAS DETERMINADAS PELA MONUA.

OS PARTICIPANTES DEDICARAM IGUALMENTE PARTICULAR ATENCAO A EXISTENCIA DE UM NUMERO CONSIDERAVEL DE CIDADAOS RWANDESES NO LUAU, PROVINCIA DO MOXICO (LESTE), QUE PENETRARAM NO TERRITORIO ANGOLANO COM O APOIO DA UNITA.

UNITA MOVIMENTA TROPAS E MODERNIZA MEIOS BELICOS

LUANDA, 27/11 (ANGOP) - A UNITA INTENSIFICOU A

05

9714399

MOVIMENTACAO DOS SEUS MILITARES E MEIOS BELICOS EM ALGUMAS REGIOES DO PAIS, DENUNCIOU HOJE O ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORCAS ARMADAS ANGOLANAS (FAA).

FONTE DO EMG DAS FAA DISSE A ANGOP QUE ALEM DESSAS MOVIMENTACOES, QUE OCORREM PRINCIPALMENTE NAS PROVINCIAS DO BIE (CENTRO), KUANDO-KUBANGO (SUDESTE), UIGE (NORTE) E LUNDA-NORTE (NORDESTE), A UNITA ESTA A MODERNIZAR O SEU MATERIAL DE GUERRA.

ADIANTOU QUE ESTA ATITUDE DO MOVIMENTO DE JONAS SAVIMBI COMECOU A REGISTAR-SE DESDE QUE O CONSELHO DE SEGURANCA DA ONU DECRETOU A APLICACAO DE NOVAS SANCOES A ESTA ORGANIZACAO, DEVIDO AO INCUMPRIMENTO DAS SUAS OBRIGACOES CONSIGNADAS NO PROTOCOLO DE LUSAKA.

"AVIOES DE PROVENIENCIA DESCONHECIDA VIOLARAM, NOS ULTIMOS 15 DIAS, POR MAIS DE 80 VEZES, O ESPACO AEREO NACIONAL, EM OPERACOES DE APOIO LOGISTICO E MATERIAL A UNITA", DISSE.

A LOCALIDADE DE ANDULO (PROVINCIA DO BIE), DE ACORDO COM A FONTE, CHEGA A RECEBER MAIS DE 10 VOOS/DIA, CUJA MISSAO E DESCARREGAR MATERIAL DE GUERRA, QUE ESTA A SER MONTADO EM VIATURAS DE COMBATE.

"AINDA NESSA REGIAO, A UNITA CONCENTROU UM NUMERO INDETERMINADO DE MERCENARIOS DE RACA BRANCA QUE, PARA ALEM DE PRESTAREM ASSESSORIA MILITAR, ESTAO PRONTOS PARA DESENCADEAR ACCOES OFENSIVAS CONTRA POSICOES DAS TROPAS GOVERNAMENTAIS", DENUNCIOU.

A FONTE DO EMG DAS FAA REFERIU AINDA A CONCENTRACAO, AO LADO DE MILITARES DA UNITA, DE TROPAS DO EX-PRESIDENTE DO ZAIRE, ACTUAL REPUBLICA DEMOCRATICA DO CONGO, MOBUTU SESE SEKO, NOS LOCALIDADES DE MANGANDO (PROVINCIA DE MALANGE) E KIMBELE (UIGE).

O MESMO SUCEDE EM CABINDA, ONDE EX-MILITARES DE MOBUTU E DO DEPOSTO PRESIDENTE DA REPUBLICA DO CONGO, PASCAL LISSOUBA, ESTAO A ORGANIZAR-SE AO LADO DAS FORCAS COLIGADAS DA UNITA E DA FLEC, COM O PROPOSITO DE ATACAREM OBJECTIVOS GOVERNAMENTAIS.

AS PROVINCIAS DO CUNENE E HUILA TAMBEM FORAM REFERENCIADAS PELA FONTE DO ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORCAS ARMADAS ANGOLANAS COMO SENDO DAS MAIS INSTAVEIS QUANTO A SITUACAO MILITAR.

MINISTRO DA COMUNICACAO SOCIAL GARANTE LIBERDADE DE IMPRENSA

LUANDA 27/11 (ANGOP) - O MINISTRO DA COMUNICACAO SOCIAL, HENDRICK VAAL NETO, DISSE HOJE EM LUANDA QUE O EXERCICIO PLENO DA LIBERDADE DE IMPRENSA NAO DEVE AFECTAR OS OUTROS DIREITOS, POIS SOFRE LIMITES IMPOSTOS PELA PROPRIA LEI.

O GOVERNANTE FEZ ESTA CONSTATACAO QUANDO DISSERTAVA SOBRE A "LIBERDADE DE IMPRENSA E SEGURANCA DO JORNALISTA", NO COLOQUIO CONSAGRADO AO "PLURALISMO E ISENCAO DA INFORMACAO EM ANGOLA".

DURANTE A SUA COMUNICACAO, O MINISTRO AFIRMOU QUE EM ANGOLA AS GARANTIAS LEGAIS AO EXERCICIO DA LIBERDADE DE IMPRENSA ESTAO CONSAGRADAS NA LEI CONSTITUCIONAL E ENCONTRAM EXPRESSAO PRATICA NO DIA-A-DIA.

CITOU COMO EXEMPLOS O SURGIMENTO DE CERCA DE 100 PUBLICACOES PERIODICAS E QUATRO ESTACOES DE RADIO PRIVADAS REGISTADAS NOS ULTIMOS CINCO ANOS NO PAIS.

O MINISTRO SUSTENTOU QUE O ESTADO ANGOLANO NAO TEM QUALQUER INTERFERENCIA NO PERFIL EDITORIAL DE NENHUM DESSES MEIOS DE DIFUSAO, NEM LHOS IMPOE, POIS OS UNICOS LIMITES AO PLENO EXERCICIO DAS SUAS FUNCOES SAO A LEI, A MORAL E A DEONTOLOGIA DO JORNALISMO.

VAAL NETO CRITICOU OS JORNALISTAS MAIS OUSADOS DA LIBERDADE DE IMPRENSA, OS QUAIS NO EXERCICIO DAS SUAS ACTIVIDADES INSURGEM-SE CONTRA O ESTADO PELOS SEUS INSUCESSOS NA VIDA PROFISSIONAL, NAO POUPANDO ATE COLEGAS.

QUANTO A SEGURANCA DOS JORNALISTAS, O GOVERNANTE DISSE QUE O ESTADO, ATRAVES DOS ORGAOS INSTITUIDOS, SEMPRE PUGNOU PELA INTEGRIDADE FISICA DOS PROFISSIONAIS DE COMUNICACAO SOCIAL, DESDE QUE

ESTES APRESENTEM INTIMACAO AS AUTORIDADES SOBRE ACTOS DE PRESSEGUICAO.

ENTRETANTO, ALGUNS INTERVENIENTES ADVOGARAM A NECESSIDADE DE SURGIMENTO DE MAIS PUBLICACOES E A INSENCAO DE DIREITOS ALFANDEGARIOS NA IMPORTACAO DE MATERIAL GRAFICO, POR FORMA A PROPORCIONAR MAIOR DIVERSIDADE DE OPINIOES.

O COLOQUIO, PROMOVIDO PELO CONSELHO NACIONAL DE COMUNICACAO SOCIAL (CNCS), DECORRERA ATE SABADO E VISA ANALISAR A ACTUACAO DOS ORGAOS DE DIFUSAO MASSIVA NACIONAIS NO ACTUAL CONTEXTO SOCIO-POLITICO DO PAIS.

PLURALISMO E ISENCAO DA INFORMACAO NACIONAL EM DEBATE

LUANDA, 27/11 (ANGOP) - GOVERNANTES, REPRESENTANTES DE PARTIDOS POLITICOS, RELIGIOSOS, SOCIEDADE CIVIL E JORNALISTAS INICIARAM HOJE, EM LUANDA, UM DEBATE SOBRE O "PLURALISMO E ISENCAO DA INFORMACAO EM ANGOLA".

OS PARTICIPANTES AO COLOQUIO VAO ANALISAR A ACTUACAO DOS ORGAOS DE DIFUSAO MASSIVA NACIONAIS NO ACTUAL CONTEXTO SOCIO-POLITICO E PERSPECTIVAR ACCOES SUSCEPTIVEIS DE UMA INFORMACAO ISENTA E DINAMICA FACE AO PROCESSO DE PACIFICACAO DO PAIS.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE COMUNICACAO SOCIAL (CNCS), SEBASTIAO MICOLO, AO DISCURSAR NA SESSAO DA ABERTURA DO ENCONTRO, APELOU AOS DELEGADOS DE 12 PROVINCIAS PARA UMA ABORDAGEM PROFUNDA DOS 11 TEMAS INSCRITOS E APROVEITAREM AS CONCLUSOES QUE DELE SAIREM.

ACRESCENTOU QUE A AGENDA DO COLOQUIO CONTEMPLA O PONTO DE VISTA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL SOBRE A TEMATICA, DO QUAL O CNCS COMPARTILHA A CONVICCAO DE QUE PLURALIDADE E ISENCAO INFORMATIVA SAO UNIVERSAIS.

"A ESTABILIDADE NA TERRA EM PAZ, PROSPERIDADE, LIBERDADE, DEMOCRACIA E SOLIDARIEDADE TAMBEM PRECISAM DE UMA INFORMACAO PLURAL E ISENTA", DISSE.

SEBASTIAO MICOLO CONGRATULOU-SE COM A MISSAO DE

VERIFICACAO DO PROCESSO DE PAZ ANGOLANO (MONUA), PELA PARTICIPACAO DE ALGUNS DIPLOMATAS NA SESSAO DE ABERTURA DO ENCONTRO, CUJOS PAISES INTEGRAM O ORGAO DAS NACOES UNIDAS.

O COLOQUIO, CUJO ENCERRAMENTO ESTA PREVISTO PARA SABADO, FOI PROMOVIDO PELO CNCS, UM ORGAO CRIADO EM 1992 E INTEGRADO POR 17 MEMBROS INDICADOS PELOS DIFERENTES PARTIDOS POLITICO, GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL, NO QUADRO DO MULTIPARTIDARISMO.

A "LIBERDADE DE IMPRENSA E SEGURANCA DO JORNALISTA", "JORNALISMO: IDENTIDADE E SACERDOCIO", "PROPAGANDA HOSTIL, SEUS EFEITOS NO PROCESSO DE PACIFICACAO", ENTRE OUTROS TEMAS, FIGURAM DO PROGRAMA DO SEMINARIO.

Home | Welcome | Art & Culture | News | Calendar | Development
Politics | Internet Directory | Business & Economics | Reference | What's New

[redacted] • [redacted] • [redacted] • [redacted] • [redacted]
[redacted] • Internet Directory • [redacted] • [redacted]
News

ANGOP
29 Novembro

DELEGADOS AO COLOQUIO EXORTAM O GOVERNO E A UNITA A CONCLUIREM A APLICACAO DO PROTOCOLO DE LUSAKA

LUANDA, 29/11 (ANGOP) - O COLOQUIO SOBRE O "PLURALISMO E ISENCAO DA INFORMACAO EM ANGOLA" REALIZADO PELO CONSELHO NACIONAL DE COMUNICACAO SOCIAL (CNCS) TERMINOU HOJE, EM LUANDA, CUJOS DELEGADOS EXORTARAM O GOVERNO E A UNITA A CONCLUIREM A APLICACAO DO PROTOCOLO DE LUSAKA.

OS PARTICIPANTES APELARAM, IGUALMENTE, O GOVERNO E A UNITA A HONRAREM OS COMPROMISSOS CONSTANTES DO PROTOCOLO DE LUSAKA SOBRE A PROPAGANDA HOSTIL, COM VISTA O SEPARAR OS SEUS MECANISMOS DA INFORMACAO LIVRE, PRINCIPIO CONSAGRADO NA LEI CONSTITUCIONAL.

CONSTA AINDA DO DOCUMENTO FINAL ELABORADO DO ENCONTRO, RECOMENDACOES AO GOVERNO E A SOCIEDADE CIVIL PARA DEDICAREM MAIOR ATENCAO A VIDA E A ACTIVIDADE DOS JORNALISTAS.

O DOCUMENTO REFERE TAMBEM NO "ITEM" SOBRE OS JORNALISTAS, A NECESSIDADE DE SE SUPERAREM A DIVERGENCIA A VOLTA DO ESTATUTO DA CLASSE ATRAVES DA APRESENTACAO DE UMA NOVA PROPOSTA CONCRETA AO EXECUTIVO.

A ELABORACAO DE UMA ESCALA SALARIAL CONDIGNA A PROFISSAO DE JORNALISTA E A CRIACAO DE UM INSTITUTO SUPERIOR DE JORNALISMO, PARA FORMACAO DOS PROFISSIONAIS DA COMUNICACAO SOCIAL, SAO ENTRE OUTRAS RECOMENDACOES QUE SE LEEM NO REFERIDO DOCUMENTO.

NO PONTO REFERENTE A LIBERDADE DE IMPRENSA E

SEGURANCA DO JORNALISTA, O DOCUMENTO REFERE A NECESSIDADE DE SE PROCEDER A REVISAO DA LEI DE IMPRENSA E DO ESTATUTO DO JORNALISTA.

NESTE "ITEM", OS PARTICIPANTES SOLICITARAM O APOIO DO ESTADO NO SURGIMENTO DE NOVOS TITULOS E EMISSORAS DE RADIO E A LIBERALIZACAO DE CANAIS TELEVISIVOS.

OS PROFISSIONAIS PEDEM TAMBEM O APOIO DO ESTADO NA CONCESSAO DE CREDITOS BONIFICADOS E ISENCAO DE DIREITOS ALFANDEGARIOS E IMPOSTOS NA IMPORTACAO DO MATERIAL E EQUIPAMENTO NECESSARIO AO FUNCIONAMENTO DOS MEIOS DE COMUNICACAO SOCIAL (MCS).

DE ACORDO COM O DOCUMENTO FINAL, OS PARTICIPANTES CONSIDERAM IMPERATIVO MAIOR EFICIENCIA OPERACIONAL POR PARTE DA MISSAO DE OBSERVACAO DAS NACOES UNIDAS EM ANGOLA (MONUA), ENQUANTO FONTE EQUIDISTANTE DE INFORMACOES CREDIVEIS SOBRE O PROCESSO DE PAZ.

OS DELEGADOS DEFENDERAM, IGUALMENTE, A NECESSIDADE DO ALARGAMENTO DO ESPACO NOS MEIOS DE COMUNICAO SOCIAL (MCS) AS LINGUAS NACIONAIS E A PROMOCAO DE UMA POLITICA CULTURAL GLOBAL EM QUE TODA A SOCIEDADE SE IDENTIFIQUE NUM PROJECTO NACIONAL COMUM.

SOBRE A RADIO E TELEVISAO COMO ORGAOS DE INFORMACAO E CULTURA, OS PARTICIPANTES RECOMENDARAM MAIOR ATENCAO A PRODUCAO DE PROGRAMAS NACIONAIS, PARA EVITAR A ACTUAL EXCESSIVA DIVULGACAO DE TEMAS ESTRANGEIROS.

AINDA NESTE "ITEM", OS DELEGADOS CONSIDERAM SER NECESSARIO UM MELHOR APROVEITAMENTO PELA RADIO E TELEVISAO DAS PONTENCIALIDADES CULTURAIS DE ANGOLA PARA SUA PROJECCAO NO EXTERIOR.

OS PARTICIPANTES AO ENCONTRO REFEREM, NO DOCUMENTO FINAL, A NECESSIDADE DE SE INTRODUZIR NA RADIO E TELEVISAO PROGRAMAS EDUCATIVOS ANGOLANOS E DA AFRICANIDADE, COM MAIOR ATENCAO NO SEU CARACTER CIVICO E MORAL.

O PRESIDENTE DO CNCS, SEBASTIAO MICOLO, QUE ENCERROU O ACTO AFIRMOU-SE SATISFEITO PELOS

RESULTADOS OBTIDOS DO COLOQUIO REALIZADO DE 27 A 29 DO CORRENTE MES.

SEBASTIAO MICOLO, DURANTE O SEU PRONUNCIAMENTO, PROMETEU AOS PARTICIPANTES QUE O ORGAO QUE DIRIGE TUDO FARA PARA CUMPRIMENTO DA RECOMENDACOES RESULTANTES DO REFERIDO COLOQUIO.

Home | Welcome | Art & Culture | News | Calendar | Development
Politics | Internet Directory | Business & Economics | Reference | What's New

12

9714399

U.S-Angola US Envoy Calls For Speedy Peace In Angola

COMTEX NewswireThursday, December 04, 1997 1:00:00 PM

LUSAKA, Zambia (PANA, 12/04/97) - Reverend Jesse Jackson, President Bill Clinton's special envoy to Africa, said here Thursday that peace in Angola is key to the overall longterm stability in the Southern African region which, he said, held great economic potential on the continent.

Addressing reporters at the Lusaka International Airport at the end of his two-day visit to Zambia, Jackson called on neighbouring states and the international community to assist in the efforts to restore peace to Luanda.

He said that the Southern African region generally and Angola itself needs to reconstruct the communications and other development infrastructure like ports. This, he said, could only be done in an atmosphere of peace in the former portuguese colony.

Jackson said that he had been assured by the Zambian government that it had nothing to do with the alleged arms shipments through the country to the former rebel Unita movement of Jonas Savimbi.

Some Zambian opposition parties have accused President Frederick Chiluba's government of allowing the export of military weapons to Savimbi's Union for the Total Independence of Angola which had fought a bloody civil war with Angolan government troops since independence in 1975.

The government has denied the charge and Chiluba said this week that government has deployed security surveillance at all the country's airports to prevent their use by foreign aircraft which some people had suspected of ferrying arms to Angola.

The United Nations Security Council has slapped economic and travel sanctions, among others, on Unita to force the movement to comply with the 1994 Lusaka U.N-brockered peace protocol intended to restore lasting peace to the territory.

The accords provide for, among others, an immediate ceasefire, disarming of the Unita fighters and excess government troops and establishment of a national singular army comprising both factions.

United Nations observers in Angola including US government representatives have accused Unita of reneging on its commitment to the accords.

Jackson, who had earlier visited Kenya was on a mission to promote democracy and trade in the two countries. He had private discussions with Chiluba, opposition leaders and a cross section of the civil society representatives, including officials incharge of Zambia's privatisation programme initiated by government in 1992.

Jackson Thursday reiterated his appeal to the the Zambian government to initiate dialogue with the opposition on the contentious republican constitution, the electoral process and others which he said he found to be the source of great anxienty and apprehension among Zambians.

Jackson, an African American veteran human rights campaigner, was recently appointed by Clinton as his special envoy charged with deepening U.S-African relations.

His duty includes assisting African governments that have embraced the new democratic and economic reform to consolidate the institutions.

Political and diplomatic observers noted Thursday that Jackson's decision to visit Nairobi and Lusaka could be an indication of Washington's concern about apparent abuse of universally acceptable democratic principles.

He stressed in Lusaka Thursday that democracy was based on free participation by all citizens and nobody needed to be excluded from the process for whatever reason. This was understood by some political analysts as a veiled reference to Zambia's new constitution which bars certain categories of citizens from participation in politics and aspiring for the republican presidency.

Chiluba's government had in 1996 ammended the constitution to prevent first generation Zambians from becoming president and also bans traditional chiefs from politics unless they resign their traditional posts.

it had effectively barred former President Kenneth Kaunda, who had migrant Malawian parents, from challenging Chiluba in the disputed 1996 elections.

Kaunda is currently on an international tour to campaign for economic and political ostracisation of the Chiluba government in protest against what he claims is an +apartheid+ constitution and unfair practices during the November 1996 elections.

By Musengwa Kayaya, PANA Staff Correspondent

-0-

Copyright 1997

LUSA NOTÍCIAS

05 DEZ 97 - 01:34

EUA/Angola: Albright convida Savimbi a reunir-se consigo em Luanda

Washington, 04 Dez (Lusa) - A secretária de Estado norte-americana vai reunir-se em Luanda com o líder da UNITA, Jonas Savimbi, a 12 de Dezembro próximo, disse hoje fonte do Departamento de Madeleine Albright.

"Nós encorajámo-lo a vir a Luanda, que é, do nosso ponto de vista, o local apropriado para um tal encontro", disse um responsável do Departamento de Estado sob anonimato.

Todavia, parece pouco provável que Savimbi vá a Luanda, já que por razões de segurança tem-se esquivado a sair do seu feudo, em Andulo, no centro de Angola.

Segundo a mesma fonte, "as hipóteses são muito pequenas" de Savimbi ir a Luanda.

Madeleine Albright incluiu Angola no seu périplo africano que começa a 08 de Dezembro próximo, e onde deverá chegar a 12 de Dezembro.

A secretária de Estado norte-americana, que realiza a sua primeira viagem a África desde a sua nomeação em Janeiro último, prevê deslocar-se ainda à Etiópia, Uganda, Ruanda, República Democrática do Congo (RDC, ex-Zaire), República Sul-Africana e Zimbabué.

Lusa/fim

© 1996 Lusa
Comentários e Sugestões para Agência Lusa

Albright invites Savimbi to meet in Luanda

Reuters World ReportFriday, December 05, 1997 12:09:00 AM

Copyright 1997 Reuters Ltd. All rights reserved.@bThe following news report may not be republished or redistributed, in whole or in part, without the prior written consent of Reuters Ltd.

WASHINGTON, Dec 4 (Reuters) - Secretary of State Madeleine Albright has asked Angola opposition leader Jonas Savimbi to meet her in the capital Luanda on a trip to Africa next week but officials said on Thursday they did not expect him to agree.

Albright begins her first tour of Africa as secretary of state next Monday and is due to visit Angola on Dec 12 to try and shore up the shaky peace process there.

"We have extended an open invitation to Dr. Savimbi. We would very much encourage him to come to Luanda," which Washington considers the "appropriate venue" for the meeting, a senior U.S. official told reporters.

But the official, noting "we have had this experience before," acknowledged the odds of Savimbi making the trip from his stronghold in the Angolan countryside were "rather low."

Albright's predecessor, Warren Christopher, asked Savimbi -- who heads the UNITA movement that the United States once backed with arms and money in a civil war against a Marxist-led government -- to meet in Luanda on a 1996 trip.

But Savimbi rejected that request, saying he did not feel safe in the capital. During that trip, two senior U.S. officials made a detour to see Savimbi outside Luanda after Christopher met Savimbi's rival, Angolan President Eduardo Dos Santos.

The official said on Thursday there were no plans for any U.S. officials to see Savimbi in his stronghold, Andula. Albright hoped to meet in Luanda with Dos Santos and with UNITA officials who are participating in Angola's government of national unity.

The U.N. Security Council in October unanimously voted to impose air and travel sanctions against Angola's UNITA (Union for the Total Independence of Angola) movement and close its offices abroad as punishment for flouting peace accords.

Diplomats said the sanctions were aimed at preventing UNITA from obtaining arms abroad, purchasing them through its offices in various countries and then flying them into the vast areas it still controls.

The United States was a guarantor of the 1994 peace treaty aimed at ending Angola's civil war.

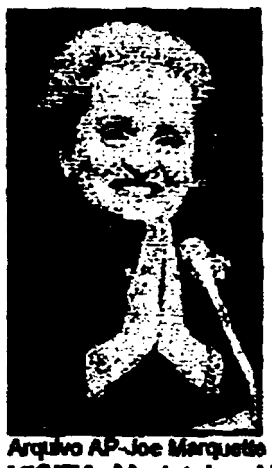
Washington also has concerns about the Angolan government, which recently intervened militarily in the neighboring Republic of Congo where it helped overthrow President Pascal Lissouba, a former ally of UNITA.

In addition to Angola, Albright plans to visit Ethiopia, Uganda, Rwanda, Democratic Republic of Congo, South Africa and Zimbabwe. REUTERS

DIÁRIO DE NOTÍCIAS 5 de Dezembro de 1997

Queixas cruzadas em Angola

UNITA acusa Governo de ter morto 20 militantes seus e Governo de Luanda responsabiliza-a pelo desaparecimento de vários oficiais das FAA



Arquivo AP-Joe Marquette

VISITA. Madeleine Albright estará em Luanda no próximo dia 12

A Comissão Conjunta que acompanha o cumprimento do Protocolo de Lusaca debateu ontem as alegadas violações dos direitos humanos em Angola, mas as investigações prosseguem ainda e os resultados não serão divulgados para já. O mediador do processo de paz, Alioune Beye, na conferência de imprensa que se seguiu à reunião, recusou-se a entrar em pormenores sobre os casos debatidos, acrescentando apenas que os resultados serão divulgados em data a marcar pela Comissão Conjunta. "Encontramo-nos num Estado soberano, de direito, que tem os seus tribunais, e o papel da Monua é acompanhar as investigações que estão a ser feitas relativamente aos casos de Malanje, Cafunfo e Andulo", referiu ainda.

Nos casos de Malanje (provincia do mesmo nome) e Cafunfo (Lunda Norte), a UNITA acusa o Governo de ter morto mais de 20 militantes seus, enquanto no caso de Andulo (Bié) é o Governo que acusa a UNITA de estar por detrás do desaparecimento de vários oficiais das Forças Armadas Angolanas que acompanhavam os trabalhos de registo e desmobilização de ex-militares do movimento de Jonas Savimbi.

No próximo dia 12, Luanda receberá a visita da secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, que debaterá com o Presidente José Eduardo dos Santos o andamento do processo de paz, informou o Departamento de Estado, em Washington. Albright inicia no dia 8 uma digressão por África que a levará à Etiópia, Uganda, Ruanda, República Democrática do Congo, África do Sul e Zimbabwe.

◀ ANTERIOR SEGUINTE ▶

17

9714399

LUSA
NOTÍCIAS

05 DEZ 97 - 10:30

Africa: Human Rights Watch denuncia abusos de novos dirigentes

Nova Iorque, 05 Dez (Lusa) - A organização Human Rights Watch (HRW) denuncia hoje, no seu relatório anual, as violações dos direitos humanos cometidas pela nova geração de alguns dirigentes africanos.

Esses dirigentes procuram "justificar em termos politicos as violações dos direitos humanos, como temporariamente necessárias para reconstruir o seu país recentemente libertado de regimes repressivos", afirma a organização no relatório.

"Esta forma camuflada de repressão encontrou adeptos entre a nova geração de dirigentes na Etiópia, Eritreia, Ruanda e República Democrática do Congo", sublinha a HRW.

A organização considera que os governantes desses países utilizam "essencialmente uma versão reciclada do partido único" para justificar o controlo estreito da "liberdade de expressão, de reunião e de associação" e fiscalizar as instituições democráticas.

A Human Rights Watch condena nomeadamente os massacres cometidos no Ruanda e na República Democrática do Congo. "Na RDCongo, as forças governamentais ajudadas por soldados provenientes do Ruanda, Uganda e Angola mataram milhares de civis, sobretudo refugiados ruandeses, na guerra contra o presidente Mobutu Sese Seko e a favor de Laurent-Désiré Kabila", afirma.

Sobre este assunto, a organização assinala que os responsáveis politicos na Europa e nos Estados Unidos da América mostram "miopia moral para com as violações dos direitos cívicos e politicos e os massacres de civis" na RDCongo.

"Estiveram muito apressados em minimizar as discussões sobre estas violações, para iniciar as discussões sobre a exploração dos vastos recursos minerais da RDCongo", acrescenta a HRW.

A Human Rights Watch sublinha, no entanto, que a comunidade internacional conseguiu com êxito atenuar abusos dos direitos humanos no Quénia e na Zâmbia e mantem pressão para o regresso à democracia na Nigéria.

"Apesar de notícias desencorajantes dos países que apareceram na primeira página dos jornais em 1997, muitos países africanos continuam a fazer progressos, embora às vezes tímidos, no sentido do estabelecimento ou da consolidação de governos democráticos", assinala ainda o relatório.

Lusa/Fim

SECRETO ORIGINAL

ARCHIVO VR 8106 5/ R.Bt.

Hoja de
Copia de

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Montevideo, 07 de Diciembre de 1997.-

MEMORANDUM Nro. 9714400 /BUS/97
DE: Señor Jefe del Departamento III
PARA: Señor Jefe del Departamento I
ASUNTO: 49 ANIVERSARIO DE LOS DERECHOS HUMANOS
REFERENCIA: E.E.I. Nro.9714390

000002

TEXTO:

- En el día de la fecha se concurre al Parque Rodó en las intersecciones de Antonio Rodriguez y Gonzalo Ramirez, dónde se realizó el acto convocado por el Frente Amplio, en conmemoración del 49 Aniversario de la Declaración de los Derechos Humanos.

ORIGINAL

- El mismno previsto para las 11:00 horas, dió comienzo a las 12:00, con una cantidad apróximada de 100 personas siendo su actitud totalmente pacífica.

- Se pudo constatar la presencia de:
Helio SARTHOU
Julio CALCAGNO
Juan José RAMOS
Federico GORGOROSO

- Hizo uso de la palabra Julio CALCAGNO: el cuál se refirió al tema de los desaparecidos y la Ley de Caducidad, aduciendo lo ya reiterado tantas veces, por ejemplo que el Frente Amplio es el único partido que apoya a los familiares de los desaparecidos, no reclamando el encarcelamiento de los militares involucrados, sino que piden saber donde estan los detenidos desaparecidos.

000002

- Haciendo mención que el Presidente de la República derivó este tema a manos del Tribunal Militar. Y esta a su vez no satisface el reclamo de los familiares, manifestando que se cumpla el art. 4to. (el destino de los desaparecidos).

- También hizo mención sobre el liberalismo económico, fondo monetario y el banco mundial.

CO... DO
F 18,2,98
Inic.: Sm

0001|009

FECHA 19/12/97 INICIAL TE
Procesado a Sistema DPY
OBSERVACIONES

9714400
08 DIC. 1997

DOC. en su totalidad poco legible

SECRETO

- Se pudo apreciar una cartelera con fotografías de desaparecidos, existiendo un solo cartel precario que decía: MARY LUPPI, DESAPARECIDA EN EL AÑO 1976 EN LA ARGENTINA".

-También existía una mesa para recabar firmas para no privatizar UTE.

- Contando con la presencia de Chico MENDEZ, quien ejecutó algunos temas de canto popular.

- Se obtuvo información sobre un acto a realizarse en la sala ZITARROSA (EX-CINE REX) con entrada a $U 10, prevista para el día miércoles 10 del corriente a la hora 20:00, sobre los Derechos Humanos.

- No se detectó seguridad.
- Se pudieron detectar las siguientes matrículas:

  11.292 Médico (Fiat UNO)
  867.640 Montevideo (VW)
  807.004 Placida (Kombi)

Se adjuntan folletos del F.A., AUTE - PIT CNT y oratoria leída en dicho acto.

- Finalizando este acto a la hora 13:00.

000002

ORIGINAL

000002

DISTRIBUCION : Original - Jefe del Departamento I.
Copia 1 - Jefe del Departamento III
- Archivo Sección Búsqueda

002

9714400

FECHA 19/12/97 INICIAL TE
2

a Sistema DPX

RVACIONES

- Se pudo apreciar una cartelera con fotografías de desaparecidos, existiendo un solo cartel precario que decía: MARY LUPPI, DESAPARECIDA EN EL AÑO 1976 EN LA ARGENTINA".

-También existía una mesa para recabar firmas para no privatizar UTE.

- Contando con la presencia de Chico MENDEZ, quien ejecutó algunos temas de canto popular.

- Se obtuvo información sobre un acto a realizarse en la sala ZITARROSA (EX-CINE REX) con entrada a $U 10, prevista para el día miércoles 10 del corriente a la hora 20:00, sobre los Derechos Humanos.

- No se detectó seguridad.
- Se pudieron detectar las siguientes matrículas:

11.292 Médico (Fiat UNO)
867.640 Montevideo (VW)
807.004 Florida (Kombi)

Se adjuntan folletos del F.A., AUTE - PIT CNT y oratoria leída en dicho acto.

- Finalizando este acto a la hora 13:00.

000002

ORIGINAL

000002

DISTRIBUCION : Original - Jefe del Departamento I.
Copia 1 - Jefe del Departamento III
- Archivo Sección Búsqueda

002

9714400

FECHA 19/12/97 INICIAL TE
2

D. a Sistema DPX

RVACIONES

En el 49 aniversario de la Declaración de los Derechos Humanos

En el 49 aniversario de la Declaración Universal de los Derechos Humanos el Frente Amplio confirma, hoy, su ideario.-Nuestra actitud no es adhesión verbal a un texto ideal. Es compromiso de acción.De prédica constante. De militancia por un Uruguay más justo. De lucha -junto a otros pueblos- por un nuevo orden económico internacional.

Como expresa el propio preámbulo de la Declaración de Naciones Unidas, "consideramos esencial que los Derechos Humanos sean protegidos por un régimen de derecho, a fin de que el hombre no se vea compelido al supremo recurso de la rebelión contra la tiranía y la opresión".

Documentos de Naciones Unidas informan que nunca, como hoy, el mundo tuvo mayor riqueza concentrada y jamás fue más extensa la dimensión de la pobreza.La riqueza acumulada por 358 personas (trescientas cincuenta y ocho) supera a los ingresos del 45% de toda la población mundial. Ochocientos millones de seres humanos padecen hambre. El abismo entre el ingreso por persona en los países desarrollados del sur se triplicó en los últimos 30 años. En los últimos 15 años esa polarización económica ha crecido entre los países y dentro de cada país. En América Latina, decenas de miles de niños viven en las calles; hay casi 100 millones de niños desnutridos y 110 millones de personas sobreviven por debajo de la línea de pobreza.-

El liberalismo económico multiplica la desocupación, desvirtúa la seguridad social, arrasa con los derechos sociales. Para el liberalismo económico, flexibilización salarial significa trabajadores de rodillas y en silencio.El Frente Amplio tiene proyectos y reclama la creación de fuentes de trabajo como principio elemental del derecho a la vida.Para los propagadores del liberalismo económico (como el Fondo Monetario, o el Banco Mundial) las políticas de ajuste son una exigencia. Cuidar las consecuencias de esas políticas es sólo un consejo cínico.Luchar, hoy, contra el neoliberalismo, es alinearse en la defensa de los derechos humanos. Porque -como dijo Emilio Frugoni- no hay peor tiranía que la miseria.

Hoy se hace más necesaria que nunca la lucha por la vivienda, por la salud, por una educación para la libertad y no para formar sumisos engranajes del mercado, la lucha para que la economía esté al servicio del hombre y no el hombre al servicio de la economía; la lucha para que los adelantos y los avances tecnológicos pasen a servir a la sociedad toda y no sean sólo un medio para afirmar -al servicio de pocos- el sometimiento de las mayorías.

En el mundo de hoy, las fortunas de los grandes capitalistas, el oro de los traficantes de armas, la plata de los señores de la droga tienen -como contracara- el dolor de masas enormes de excluídos. Hay millones de marginados porque en la economía y en las grandes decisiones del mundo deciden quienes no cumplen con los derechos humanos. "Los dolores de hoy -corresponde reiterarlo- son las libertades que faltan".Nuestra lucha por los derechos humanos es la acción y la prédica constantes contra la marginación y la pobreza. La lucha por un pueblo cada vez más libre en una democracia más generosa.

ORIGINAL

003

9714400

Y es, también, la lucha por la verdad sobre los Detenidos-Desaparecidos.

Cada vez que se plantea el tema de los Detenidos-Desaparecidos se responde que pretendemos provocar enfrentamientos.

Eso es falso. Ni el Frente Amplio ni quienes reivindican el derecho fundamental de saber qué pasó y dónde están sus seres queridos reclamamos, hoy, cárcel para quienes han cometido crímenes de lesa humanidad. No pretendemos perseguir a quienes -al margen de la ley- fueron perseguidores.

No sostenemos eso, porque respetamos la ley, y su respaldo en un plebiscito.
Otros -no el Frente- votaron la impunidad. Pero, como demócratas, respetamos el pronunciamiento popular. Lo hacemos, asimismo, porque si algo impulsó la lucha contra la dictadura en Uruguay fue la defensa de los principios constitucionales y legales. No pedimos cárcel. Planteamos que se debe respetar la propia ley de impunidad que, en su artículo 4°, ha sido desvirtuada.

Lo que debió ser una investigación fue encargada, por el Presidente Sanguinetti, a un Tribunal Militar. Y, complicidad sobre complicidad, esa investigación fue una farsa. A los interrogados ni siquiera se les planteó repreguntas, ni se efectuó careo alguno con quienes tenían pruebas en su contra.

Los que defendieron la impunidad y el voto amarillo sostuvieron que esa ley permitiría llegar a la verdad. "Esta ley no es hacer justicia" afirmaron textualmente, "pero es mucho mejor a que se permita a los militares guardar silencio eterno sobre situaciones aberrantes. La verdad tiene que saberse. Se les tiene que decir a los familiares qué fue lo que sucedió".
Esto dijeron.Esto es lo que está escrito.Y eso es lo que exige nuestro pueblo.
La Comisión de Derechos Humanos del Frente Amplio y los legisladores del Frente hemos planteado, además, con respaldo jurídico, que, al margen de los aspectos penales, la ley establece la investigación administrativa. No le quita al Ejecutivo la obligación de reabrir la investigación sobre los desaparecidos cada vez que así se plantee o aparezcan hechos nuevos.
El Poder Ejecutivo debe acatar la ley.Debe cumplir con el objetivo de la investigación administrativa. Está obligado a investigar qué paso con los niños robados a sus padres.

Es imprescindible saber qué pasó. Conocer la verdad. Apoyar a los familiares en la exigencia de un derecho esencial e irrenunciable: saber dónde están sus seres queridos.Debemos multiplicar -con apoyo de todos los compañeros- nuestra acción. Hasta llegar a la verdad. Porque sólo a partir de la verdad será posible alcanzar una paz auténtica. Ya se ha dicho: no es posible edificar la democracia sobre una ciénaga.

La Comisión de Derechos Humanos del Frente y el Frente Amplio íntegro, saludamos todos los esfuerzos hacia la paz. Hemos acompañado y estaremos, en todo instante, en la lucha por los derechos humanos, en toda su extensión. En ellos, integramos nuestro ideario.Concretándolos -en la prédica y en la acción primero, en la realidad de la vida después-, construiremos un país y una humanidad mejor. Más libre. Más justa.

¡ Esa es, compañeros, nuestra convocatoria a la acción y, desde la solidaridad, a la victoria!.

Montevideo,5 de diciembre de 1997
FRENTE AMPLIO

ORIGINAL

004 9714400

GRACIAS

URUGUAY

POR ESTA COSECHA

-1997-

ES TIEMPO DE CAMBIOS

NO QUEDES

AFUERA!

ORIGINAL

005

9714400

1999 PROXIMA COSECHA

El 28 de setiembre de 1997, 140.000 uruguayos, adherentes al Frente Amplio, elegimos los máximos organismos de dirección a nivel nacional, y en Montevideo además el organismo de dirección Departamental.

La preparación, desarrollo y resultado de esta instancia inédita y ejemplar de participación democrática y popular, nos exime de mayor comentario.

Como decíamos antes del acto electoral; las puertas del Frente Amplio están abiertas a todos los uruguayos que aspiran cambios para un Uruguay que brinde una vida digna a quienes trabajan y producen, que no otra cosa es la Patria.

Pero no podemos engañarnos, los muros de contención a cualquier cambio progresista se han de levantar a cada paso. Basta como muestra el cerco económico y los bajos ataques políticos de los señoritos de voz engolada contra el gobierno comunal de Montevideo.

VAMOS A SER GOBIERNO PARA CAMBIAR DE VERDAD

No tenemos dudas, el 99 ha de ser imparable el paso arrollador del pueblo con su voto Frenteamplista.

Y si bien este será un hito histórico e insoslayable, hemos de tomar conciencia que los cambios serán entre todos... o no serán.

REAFIRMANDO EL PASADO, PROYECTANDO EL FUTURO

PARA ESTO:

- - Debemos encontrar creativamente caminos de vínculo y participación de cada frenteamplista para acrecentar y fortalecer la organización popular.
No hay muro que pueda detener el paso de un pueblo organizado.

- - Debemos dotar a nuestra organización de un poderío económico que nos permita afrontar las instancias que han de venir.
"Poderoso caballero es Don Dinero"
No financian a nuestro Frente Amplio ni banqueros ni transnacionales.
Sólo la multiplicación de los miles de modestos y sacrificados aportes de cada adherente lo hará posible; y así ha de ser.

Tu comité te espera.
Para incidir, decidir y cambiar,
no faltes a la cita.

006 9714400

[redacted]

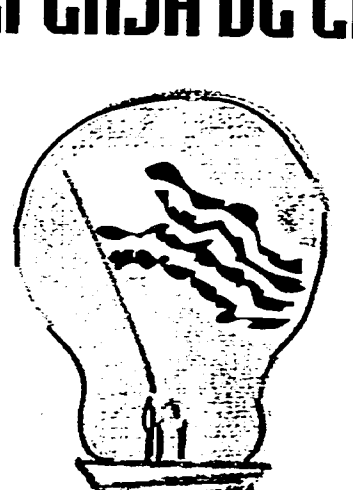
Sí

A LA EMPRESA PUBLICA

Ponéla firma

ORIGINAL

EN DEFENSA DE LA UTE



9714400

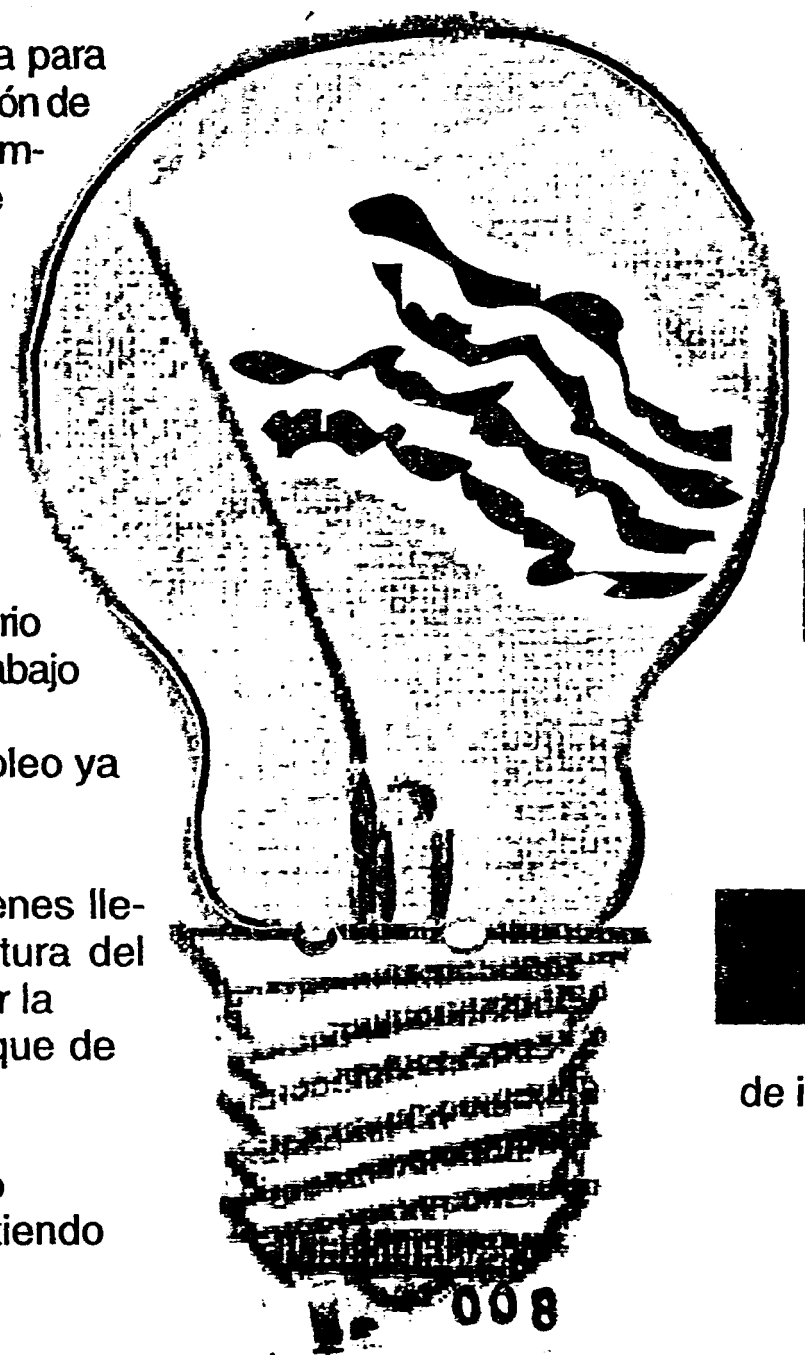
- AUTE inició la campaña para derogar la ley de privatización de UTE como lo aprobó la Asamblea General de Setiembre de 1996.

- Se hace un esquive al plebiscito de 1992 sobre la ley de Empresas Públicas rechazada por 3 de cada 4 ciudadanos.

- La ley de Marco Regulatorio cuestiona la fuente de trabajo de 8000 trabajadores incrementando el desempleo ya existente.

- Según la visión de quienes llevan adelante la reestructura del Ente es necesario reducir la plantilla y liquidar el Parque de Vacaciones de Minas.

- Cuestiona a UTE como Empresa Pública , permitiendo privatizar sectores.



- La tarifa será más cara y diferente según donde se habite.

- Cuestiona las obras productivas como la electrificación rural.

- Cuestiona la soberanía del País no permitiendo el autoabastecimiento energético, fundamental para el desarrollo productivo.

- Las empresas multinacionales ya expresaron su voluntad de inversión ante la licitación para la nueva central de generación en el litoral de 240 MW.

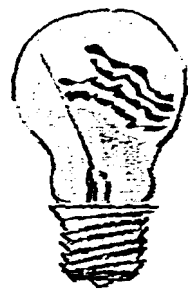
ORIGINAL
ORIGINAL
008
9714400

- Se desconoce que UTE tiene los recursos humanos, económicos y técnicos para construir una central que solucione la realidad de la demanda energética (360 MW).

- Se perderían 100 millones de dólares al año que UTE aporta a rentas generales para salud, vivienda y educación.

- El compromiso asumido es juntar como mínimo 15 mil adhesiones antes del 14-12-97.

Enfrentar el Marco Regulatorio, ES EL DESAFIO HISTORICO y tarea de todos.



Para retirar papeletas, consultas e informes:
924 3334 - 924 3351- 924 3347

AUTE **PIT CNT**

009/009

9714400

ESTADO MAYOR GENERAL
2da. DIVISION
República O. del Uruguay

ARCH. 70

SEÑOR
Capitan de Fragata (CG) Jorge SARAVIA
PRESENTE
S/D

1/26

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISION

RESUMEN SEMANAL

Nro. ORIGINAL 43/97

RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

Doc. en su totalidad poco legible.

PERIODO DEL 25 DE NOVIEMBRE AL 01 DE 1997.-

9714403
09 DIC. 1997

001(A)/026

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISION
RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

RESUMEN Nº 47/97 010800P DIC 97

SITUACION INTERIOR

1.- COMPONENTE MILITAR

a.- Ministerio de Defensa.-

(a) Cajas Paraestatales.-

(LA REPUBLICA - 25/XI/97 - Pág. 10).-
El diputado forista Alejo FERNANDEZ CHAVEZ confirmó que *"el actual proyecto de ley modificativo de las Cajas Paraestatales no cuenta con el apoyo de la mayoría de los integrantes de la bancada colorada, lo que permite afirmar que esa ley, así como fue presentada, no saldrá"*.
La Comisión de Seguridad Social de Diputados recibió al Directorio del BPS, y confirmó que la no inclusión de las Cajas Militar y Policial en el nuevo régimen implica una perdida de 230 millones de dólares para el Estado.-

(LA REPUBLICA - 26/XI/97 - Pág. 02).-
El diputado del Nuevo Espacio Gabriel BARANDIARAN reclamó al Poder Ejecutivo una definición sobre el proyecto de ley, remitido por el propio gobierno al Parlamento, de modificación de las Cajas Militar y Policial.
A través de un pedido de informes, BARANDIARAN adelantó su preocupación por una serie de iniciativa *"que vienen vulnerando el espíritu con que fue creada la ley de reforma de la seguridad social en el tema concreto de las Cajas Militar y Policial"*.
La iniciativa que reformó el régimen previsional del país fue apoyada en el Parlamento por los partidos Colorados, Nacional y el Nuevo Espacio.

ORIGINAL

(b) Asamblea Uruguay propone interpelación al Ministro ITURRIA.-

(EL OBSERVADOR - 26/XI/97 - Pág. 04).-
El sector liderado por el senador Danilo ASTORI, Asamblea Uruguay, propondrá en la reunión de la Agrupación Nacional Parlamentaria del Frente Amplio llevar adelante la interpelación al Ministro de Defensa Nacional, Raúl ITURRIA, por el tema de los desaparecidos, según aseguraron fuentes de la coalición de izquierda.
Las fuentes estimaron que se designará como miembro interpelante al diputado Victor SEMPRONI. Este legislador ha realizado reiteradas gestiones ante ITURRIA sobre el tema.-

(c) **Plan de patrullaje.-**

(BUSQUEDA - 27/XI/97 - Pág. 01).-
Los ministros del Interior y de Defensa tienen a estudio un plan de patrullaje en las zonas donde se encuentran ubicadas embajadas y residencias de diplomáticos acreditados en el país, a cargo de efectivos de las Fuerzas Armadas, confirmaron fuentes gubernamentales.
La medida, parte del esfuerzo oficial por mejorar los estándares de seguridad pública, fue puesta en conocimiento de medio centenar de embajadores, jefes de misión y representantes de organismos internacionales a mediados de octubre por el subsecretario de Relaciones Exteriores, Carlos PEREZ DEL CASTILLO.-

(d) **Militares y Policías retirados.-**

(LA JUVENTUD - 29/XI/97 - Pág. 02).-
El Diputado del Nuevo Espacio Gabriel BARANDIARAN cursó un pedido de informes al Ministerio de Economía y Finanzas y a la Oficina de Planeamiento y Presupuesto indagando si se han realizado estimaciones sobre el costo que significará al país la no realización de medidas correctivas a la normativa vigente referidas al Servicio de Retirados Policiales y de las Fuerzas Armadas.
BARANDIARAN solicitó las proyecciones de los ingresos por aportes, del total de egresos por pasividades, de las transferencias de rentas generales a realizarse al Servicio de Retirados Policiales y de las Fuerzas Armada desde el presente año hasta el año 2000. Además consultó sobre la evaluación prevista o estimada de la cantidad de activos retirados en cada una de las cajas mencionadas para el mismo periodo.-

ORIGINAL

b.- **Fuerzas Armadas.-**

(a) **Desaparecidos.-**

(LA REPUBLICA - 01/XI/97 - Pág. 11).-
Declaraciones del Capitán de Navío (R) Gastón SILBERMAN. (Ver Anexo "ALFA").-

(1) Armada.-

(a) **Rescate de un marinero herido.-**

(EL OBSERVADOR - 27/XI/97 - Pág. 09).-
Un helicóptero Wessex de la Aviación Naval rescató a un marinero herido del bugue mercante Columbos Florida. El tripulante del mercante alemán

se accidentó al caer dentro de la bodega y sufrió un grave traumatismo de tórax. Inmediatamente luego de ser rescatado, fue trasladado a un sanatorio de Montevideo.-

(b) **Pescadores desaparecidos.-**

(EL PAIS - 28/XII/97 - Pág. 14).-
Dramática búsqueda de pescadores desaparecidos en playa del Cerro. (Ver Anexo "BRAVO").-

(b) **Imprimen sello por los 180 años.-**

(EL PAIS - 01/XII/97 - Pág. 27).-
Con motivo del lanzamiento de un sello conmemorativo del 180 aniversario de la Armada Nacional se realizó una ceremonia alusiva en el Museo Naval en la cual el Vicepresidente de la Administración Nacional de Correos, Julio GUIDA, hizo entrega a los Sres. Oficiales asistentes del correspondiente *"Sobre primer día de emisión"* donde lucía el matasello correspondiente al escudo de la Armada y como motivo filatélico la cañonera *"General Artigas"*.
Presidieron la mesa la Licenciada Cristina MONTALBAN, asesora del Museo Naval (Centro de Estudios Históricos Navales y Marítimos), Julio GUIDA, C/F Alvaro DE LA FUENTES y C/C Rafael FARIELO, Oficial de Relaciones Públicas de la Armada.-

ORIGINAL

(2) Ejército.-

(a) **Ascensos en el Ejército.-**

(LA REPUBLICA - 25/XI/97 - Pág. 03).-
El Presidente de la República, Julio Maria SANGUINETTI, requirió nombres de diez coroneles para ascensos en el Ejército. (Ver Anexo "CHARLIE").-

(b) **Reunión de comandantes.-**

(EL OBSERVADOR - 25/XI/97 - Pág. 05).-
Con la presencia del Comandante en Jefe del Ejército uruguayo, Tte. Gral. Raúl MERMOT, se inauguró en Ecuador la XXII Conferencia de Ejércitos Americanos (CEA), una reunión que tiene por objetivo lograr *"una mejor defensa de la paz, la democracia y la libertad en la región"*.
La sesiones se realizaron en el balneario de Salinas.
Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Chile, Canadá, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela participaron en la reunión como

miembro de la CEA.
En la misma se trataron asuntos relacionados con la participación de los ejércitos en el desarrollo de los países, así como acciones en la cooperación para la seguridad de las naciones y la paz internacional en el marco de una sociedad democrática.-

(c) **Participación del Ejército en conflictos internos.-**

(BUSQUEDA - 27/XI/97 - Pág. 10, 11 y 60).-
El Ejército anunció que en el futuro evaluará *"cuidadosamente"* su participación en conflictos internos. (Ver anexo "DELTA").-

(d) **Ejército colaborará en abastecimiento de agua.-**

(LA REPUBLICA - 30/XI/97 - Pág. 04).-
El Ejército Nacional, Obras Sanitarias del Estado (OSE) y la Comisión de Vecinos de Villa *"La Montañesa"*, de Ruta 34 km 44.500 del departamento de Canelones, firmaron un convenio por el cual se iniciarán trabajos para abastecer a los vecinos de la zona, informó el Departamento de Relaciones Públicas del Comando General del Ejército.
El Ejército Nacionalizará el zanjado de la obra proyectada, que abarcará 4.700 metros, y el abastecimiento de agua se realizará con el aporte en usufructo del tanque y la perforación existente en el pedido del Grupo de Artillería Antiaérea Nº1.
El comunicado, firmado por el Jefe del Departamento, Coronel Francisco VERA, agregó que este compromiso asumido por el Ejército se realiza en el marco de las actividades de acción comunitaria y apoyo al desarrollo nacional.-

ORIGINAL

(3) Fuerza Aérea.-

(a) **Arriban más helicópteros Dauphin.-**

(LA MAÑANA - 25/XI/97 - Pág. 27).-
Llegó a Montevideo al primero de los dos helicópteros Dauphin adquirido en Francia por la Fuerza Aérea con destino a transporte VIP.
Los aparatos fueron adquiridos a un costo de U$S 9.500.000 tras una licitación convocada por el Ministerio de Defensa Nacional y en la que participaron varias empresas aeronáuticas.-

c.- **Ministerio del Interior.-**

(a) **Porte de armas.-**

(EL OBSERVADOR - 28/XI/97 - Pág. 08).-
Un seminario sobre la problemática de las armas de fuego y los menores, derivó en un enfrentamiento

entre el subsecretario del Ministerio del Interior, Washington BALO, y un grupo de jueces de menores sobre la aplicación de la Ley de Seguridad Ciudadana y la gestión de la cartera de Estado.
La Jueza Miriam MUSSI dijo en el juzgado que *"se incautan todos los días armas de fuego a menores de 12 años que las compran en la feria"*.
El Ministro del Interior advirtió sobre el peligro que significa la cantidad de armas de fuego que tienen en su poder los ciudadanos y reveló que según las cifras del Servicio de Material y Armamento de las Fuerzas Armadas existen 536.746 registradas, incluidas las de las fuerzas policiales y militares. Señaló que no se tiene idea sobre la cantidad de ellas que fueron adquiridas en forma ilegal.-

2.- **COMPONENTE SICOSOCIAL**

a.- **Derechos Humanos.-**

(1) Desaparecidos.-

(a) **Reunión con el obispo GALIMBERTI.-**

(MATE AMARGO - 26/XI/97 - Pág. 21).-
Representantes de Madres y Familiares de Detenidos Desaparecidos se reunieron con el obispo de San José Pablo GALIMBERTI.
El obispo informó del resultado de las gestiones mediadoras que llevó a cabo en los últimos meses, para buscar una fórmula que permitiera conocer la verdad acerca d los desaparecidos durante la dictadura. Los familiares por su parte le notificaron de las reuniones mantenidas, con idéntico fin, en la Comisión de Derechos Humanos de la OEA.-

ORIGINAL

(b) **Pedido de GARZON por desaparecidos.-**

(LA REPUBLICA - 27/XI/97 - Pág. 03).-
La Fiscal Célida BASSO devolvió al Juez Rolando VOMERO la solicitud del juez español Baltasar GARZON, en la que pedía información sobre las investigación realizadas en el país en torno a los cuerpos sin vida aparecidos en las costas uruguayas entre marzo de 1976 y diciembre de 1983.
Según fuentes judiciales, VOMERO se abocará a dicha investigación de inmediato, aunque no se espera la obtención de resultados positivos puesto que el primer pedido de informes que envió GARZON ni siquiera llegó a la suprema Corte de Justicia al ser vetado por el Ministerio de Relaciones Exteriores que alegó vicios de forma.
Una vez que se cumplan estos trámites por parte de la sede judicial para que surja una posición sobre el fondo del asunto.-

9714403
005

3.- **COMPONENTE MARITIMO**

a.- **Puertos.-**

(1) **Puerto de Nueva Palmira.-**

(ULTIMAS NOTICIAS 29/XI/97 - Pág. 09).-

El 11 de diciembre próximo se iniciarán las obras de dragado en el puerto de Nueva Palmira, que demandarán una inversión de 750 mil dólares y a tres meses de tareas que estarán a cargo de una empresa especializada argentina.

Las obras se enmarcan en la política de mejoramiento de los puertos del litoral oeste de nuestro país, emprendida por la Administración Nacional de Puertos.

Las obras permitirán que los accesos a los muelles del puerto palmirense alcancen una profundidad de 9.5 metros.

(2) **Puerto de Piriápolis.-**

(EL PAIS 2/XII/97 - Pág. 20).-

El Ministro de Transporte y Obras Públicas, Ing. Lucio CACERES anunció que el 12 de diciembre será inaugurado oficialmente el Puerto de Piriápolis, ya parcialmente habilitado para operaciones de embarcaciones deportivas.

También está trabajando la empresa Buquebús en la terminación de las obras de amarre de sus naves, con lo cual se posibilitará el ingreso del ferry a Montevideo.

(3) **Visita y Acuerdos con puerto de Gante.-**

(EL OBSERVADOR 2/XII/97 - Pág. 21).-

Las autoridades del puerto de la ciudad de Gante (Bélgica) y la Administración Nacional de Puertos (ANP) firmaron un acuerdo de cooperación, el cual establece que ambos organismos han de impulsar planes de cooperación, tendientes al desarrollo portuario, con particular incidencia en las áreas técnicas y comercial que permitan un estrecho relacionamiento entre los puertos de Gante y Montevideo, así como de Bélgica, la Unión Europea (UE) y Uruguay.

Durante el acto se convino establecer un mutuo intercambio de información técnica sobre infra y superestructura que permita proyectar a los puertos, haciéndolos más atractivos a los usuarios y a potenciales inversores.

Por otra parte se efectuarán estudios en los sectores exportadores e importadores para evaluar la posibilidad de intercambiar sus productos a través de ambos puertos.

En el marco de la visita se realizó también el

ORIGINAL

3.- **COMPONENTE MARITIMO**

a.- **Puertos.-**

(1) **Puerto de Nueva Palmira.-**

(ULTIMAS NOTICIAS 29/XI/97 - Pág. 09).-

El 11 de diciembre próximo se iniciarán las obras de dragado en el puerto de Nueva Palmira, que demandarán una inversión de 750 mil dólares y a tres meses de tareas que estarán a cargo de una empresa especializada argentina.

Las obras se enmarcan en la política de mejoramiento de los puertos del litoral oeste de nuestro país, emprendida por la Administración Nacional de Puertos.

Las obras permitirán que los accesos a los muelles del puerto palmirense alcancen una profundidad de 9.5 metros.

(2) **Puerto de Piriápolis.-**

(EL PAIS 2/XII/97 - Pág. 20).-

El Ministro de Transporte y Obras Públicas, Ing. Lucio CACERES anunció que el 12 de diciembre será inaugurado oficialmente el Puerto de Piriápolis, ya parcialmente habilitado para operaciones de embarcaciones deportivas.

También está trabajando la empresa Buquebús en la terminación de las obras de amarre de sus naves, con lo cual se posibilitará el ingreso del ferry a Montevideo.

(3) **Visita y Acuerdos con puerto de Gante.-**

(EL OBSERVADOR 2/XII/97 - Pág. 21).-

Las autoridades del puerto de la ciudad de Gante (Bélgica) y la Administración Nacional de Puertos (ANP) firmaron un acuerdo de cooperación, el cual establece que ambos organismos han de impulsar planes de cooperación, tendientes al desarrollo portuario, con particular incidencia en las áreas técnicas y comercial que permitan un estrecho relacionamiento entre los puertos de Gante y Montevideo, así como de Bélgica, la Unión Europea (UE) y Uruguay.

Durante el acto se convino establecer un mutuo intercambio de información técnica sobre infra y superestructura que permita proyectar a los puertos, haciéndolos más atractivos a los usuarios y a potenciales inversores.

Por otra parte se efectuarán estudios en los sectores exportadores e importadores para evaluar la posibilidad de intercambiar sus productos a través de ambos puertos.

En el marco de la visita se realizó también el

ORIGINAL

Seminario "Marketing y logistica portuaria: la experiencia de los Centros de Distribución Comercial en Puertos Libres", que contó con el auspicio del Centro de Navegación.

b.- Puentes.-

(1) Puente a Buenos Aires genera polémica.-

(EL OBSERVADOR 26/XI/97 - Pág. 05).-

Una decisión de la bancada de Senadores del Partido Nacional de no votar en esta legislatura el Tratado entre Argentina y Uruguay para la construcción del puente Colonia-Buenos Aires molestó a los colorados, quienes reclamaron de sus socios en la coalición de gobierno un cambio de actitud.

Los senadores blancos decidieron, a pedido del herrerista Carlos GARAT y de Carlos Julio PEREYRA, miembros de la Comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara Alta, postergar hasta el próximo año la definición en el Senado sobre el Tratado para la construcción del puente binacional.

Tanto GARAT como PEREYRA argumentaron en la bancada que la Comisión no cuenta con los elementos suficientes para pronunciarse sobre la obra, en especial en cuanto a su viabilidad económica y el impacto ambiental que tendrá en el departamento de Colonia.

El representante del Foro Batllista en la Comisión de Asuntos Internacionales, Américo RICALDONI, dijo que la decisión de la bancada del Partido Nacional lo tomó "absolutamente por sorpresa" y aseguró que en una reunión de coordinadores, los legisladores blancos se habían comprometido a votar el tratado antes del receso parlamentario, que comienza el 15 de diciembre.

Fuentes del Partido Nacional, dijeron que la Armada Nacional también está elaborando un informe sobre el puente y en principio las conclusiones "no serían favorables" a la construcción de la obra.

Representantes de la Armada Nacional han concurrido a la Comisión del Senado a explicar aspectos técnicos de la obra.

En agosto la Comisión binacional recibió ofertas de ocho consorcios integrados por más de 30 empresas de primer nivel mundial, representantes de 15 países, que se presentaron a la precalificación de ofertas para el llamado a licitación para la construcción del puente.

La Comisión Binacional prevé que la obra quede terminada en el 2003, y se estima que demandará una inversión de U$S 1.000 millones.

ORIGINAL

(2) **Rechazan Puente Colonia-Buenos Aires.-**

(LA JUVENTUD 25/XI/97 - Pág. 05).-
El Plenario Nacional del Frente Amplio ante la eventual votación en el Plenario del Senado del Tratado con la República Argentina para la construcción del proyectado Puente Colonia-Buenos Aires y **considerando** que de los estudios realizados hasta el presente sobre la viabilidad económica, la generación del empleo en la obra, el impacto económico y social sobre el territorio uruguayo, el nivel de inversiones complementarias a realizar en el país y el impacto ambiental y sobre el régimen del Río de la Plata, se generan serias dudas sobre la obra y sus consecuencias para el país.
Que no se puede votar el Tratado sin que existan informes definitivos que se entiendan imprescindibles para votar a favor o en contra; **que en consecuencia,** si el Senado aborda la consideración del Tratado en el mes de diciembre el Frente Amplio votará negativamente el Tratado, sin perjuicio de continuar considerando el tema cuando la Cámara de Diputados deba tratarlo.
Exigirá, desde todos sus ámbitos de actuación, las medidas en relación a ordenamiento territorial, saneamiento, salud, educación, preservación de la identidad cultural nacional y regional, así como del patrimonio natural e histórico, que den respuesta adecuada a las implicancias, para la región, de una obra de esa naturaleza.

(EL OBSERVADOR 27/XI/97 - Pág. 11).-
El puente inconveniente.
(Ver Anexo "ECHO").

(LA MAÑANA 27/XI/97 - Pág.04).-
Parece cosa de locos. (Ver Anexo "FOXTROT").-

(LA MAÑANA 1/XII/97 - Pág.04).-
El puente: primero el país.
(Ver Anexo "GOLF").-

ORIGINAL

(3) **Artículo por artículo.-**

(EL PAIS 28/XI/97 - Pág. 09).-
La Comisión de Asuntos Internacionales del Senado de la República aprobó comenzar a estudiar artículo por artículo el proyecto de ley del Tratado para la construcción del puente Colonia-Buenos Aires a partir de la próxima sesión del colectivo parlamentario.
El senador colorado Américo RICALDONI, fue el único legislador que votó en contra, considerando que será "una pérdida de tiempo" al recordar que los tratados internacionales no se pueden modificar: se aprueban

o se rechazan como un todo.
"El puente se hará a la larga o a la corta, por este Parlamento o el que viene", sentenció el senador forista.

(4) **Inversores molestos por demoras.-**

(LA MAÑANA 1/XII/97 - Pág. 05).-

El Senado debió haber aprobado el informe referido a la construcción del futuro puente Colonia-Buenos Aires.
El tema se difirió sin fecha y este es el momento en que bien puede quedar todo sin resolución hasta el próximo período legislativo del año 1998.-
El lider herrerista, Luis Alberto LACALLE, dijo rotundamente que él está a favor que esa obra se lleve adelante cuanto antes para bien del país.
Admitió que está dentro de los derechos de los legisladores reclamar mayor información técnica pero que, a su juicio, "esta es una actitud partidista local", dado que GARAT responde a intereses del departamento de Colonia y que no se justifica otra nueva demora.
No bien se conoció el destino que había tenido la iniciativa en la Cámara Alta se tensaron las relaciones entre los sectores oficiales actuantes y los representantes de las empresas internacionales invitadas a participar en la presentación de proyectos de la obra del puente Colonia-Buenos Aires.
Según calificados voceros de las empresas multinacionales, había creado "no solo un enorme malestar, sino la pérdida de la debida credibilidad en la forma en que actúan algunos representantes legislativos y, por consiguiente, en lo que pueda hacer el gobierno en bien del país y de los inversores que confían en el Uruguay como país serio y seguro".
El procedimiento tras la aprobación por los respectivos gobiernos se resuelve abriendo los tres sobres que cada una de las empresas presenta ajustado al estilo en uso internacionalmente.
El primero es el que contendrá las referencias. Con ellos se excluye automáticamente a quienes no posean la idoneidad requerida, ni la experiencia probada.
El segundo sobre es el que contiene todos los detalles, hasta el más mínimo, referente a la parte técnica del proyecto: consideraciones respecto a la altura en cada tramo, la extensión, las cabeceras, las corrientes y el tránsito fluvial, la altura de las embarcaciones, etc.
Y el tercero y último, contiene todo lo referente a la ingeniería financiera: las garantías ofrecidas,

ORIGINAL

montos de inversiones y el plazo de retorno de la inversión de riesgo requerida por la importantísima obra, así como la forma de recuperarlo, entre las cuales están los costos del peaje que deberán pagar los usuarios del puente.

" c.- **Varios.-**

(1) **Hidrovía.-**

(EL PAIS 1/XII/97).-
El Presidente de la Comisión Permanente de Transporte de la Cuenca del Plata, Licenciado Ricardo DOS SANTOS manifestó: "Creo que lo esencial de la IV Reunión del Comité Jurídico de la Hidrovía ha sido el análisis básicamente de dos puntos: uno relacionado con la posible creación de una Bandera Unica para la Hidrovía y el otro es la capacidad reglamentaria y de internalización en los países, de los reglamentos por parte del Comité Intergubernamental de la Hidrovía (CIH).
Dentro de la búsqueda de soluciones surgió de parte de la delegación uruguaya al CIH, la idea de la creación de un Registro Unico y una Bandera Unica en la Hidrovia.
Esto tiene una serie de implicancias legales para los armadores de cada país especialmente en lo que tiene que ver con la creación de un Registro Unico, el registro de la propiedad y todos los aspectos impositivos y laborales que eso implica.
El segundo tema que se consideró fueron las potestades que tiene el CIH para reglamentar y sobre todo para disponer sanciones y en esto sí los juristas han sido unánimes en la interpretación que el CIH lamentablemente por alguna clase de error u omisión en su creación, no está expresamente facultado ni a producir reglamentos ni mucho menos sancionar faltas.
Ello evidencia dos interpretaciones: o en el momento de la creación los países no quisieron asignarle esas funciones a sus delegados o simplemente los omitieron por algún error involuntario, el hecho concreto es que esas funciones el CIH no las tiene.
Esto debiera ser salvado o con nuevas funciones que se les encarguen al CIH o la creación de alguna clase de organismo que sea el Administrador de la Hidrovía Paraguay-Paraná, que ése si tenga potestades reglamentarias sancionatorias y ejecutivas. Que sea el organismo que pueda disponer que lo que se ha aprobado en un reglamento sea cumplido y pueda a su vez imponer las sanciones a quienes no cumplan o lo infringen.
Lo que sí se analizó y se llegó a la conclusión que el órgano dependiente del CIH que es la Comisión del Acuerdo tendría algunas funciones en cuanto al

FIGNAL

establecimiento de algunos tipos de normas pero no lo suficientemente amplio como para hablar de sanciones.
Las funciones del CIH son básicamente de promoción, de seguimiento y de fiscalización sobre el proceso de avance de la Hidrovía lo que claramente demuestra que no es de una acción legislativa.

(2) **Centro de Navegación inauguró centro de capacitación**

(EL OBSERVADOR 2/XII/97 - Pág. 20).-
El Centro de Navegación, con el apoyo de GTZ -el fondo de ayuda del gobierno alemán-, la Administración Nacional de Puertos y el Sistema Nacional de Formación Naval (Sinafod), inauguró un nuevo Centro de Capacitación y una Sala de Conferencias.
El Presidente del Centro, Américo DEAMBROSI, señaló durante el acto la formación de 15 instructores uruguayos bajo la metodología Trainmar para la realización de cursos de capacitación y anunció las actividades previstas para el próximo año, entre las que se destacan los cursos de: Trabajador portuario calificado, Técnico de Agenciamiento, Técnico Portuario, todo dentro de la metodología de Sinafod.
También manifestó que antes de fin de año se presentarán los cursos dentro del programa Trainmar.

ORIGINAL

EXTERIOR

1.- ARGENTINA.-

a.- Fuerzas Armadas.-

(CLARÍN 25/XI/97 - Página 09).-

El Presidente Carlos MENEM descalificó el 24 de noviembre al Diputado Juan Pablo CAFIERO por su oposición a otorgar un aumento del gasto militar.

MENEM se involucró en su carácter de Comandante en Jefe de las Fuerzas Armadas, en la polémica desatada en torno a las declaraciones de CAFIERO.

El Presidente en un comunicado manifiesta su "reconocimiento" a las Fuerzas Armadas, "a su silenciosa abnegación y al patriótico sacrificio con el que han participado en el cambio estructural de las Instituciones argentinas".

"La política de Defensa del Gobierno es no tener política de Defensa", expresó el Diputado, agregando, que "las acciones erráticas del oficialismo han llevado a considerar inoportuna la propuesta de aumento del Presupuesto militar".

CAFIERO antepuso al incremento militar las "apremiantes urgencias de la sociedad", citando la situación de los jubilados y la crisis educativa.

b.- Visita a Israel.-

(CLARÍN 01/XII/97 - Página 14).-

El Ministro de Defensa, Jorge DOMÍNGUEZ, visita Israel en compañía de un grupo de Oficiales y se dispone a cubrir el programa de actividades de su visita Oficial de una semana de duración.

El 1 de diciembre se reunirá con su par de Defensa israelí, Isaac MORDEJAJ después de pasar revista a una Guardia Militar de Honor.

DOMÍNGUEZ visitará además varias Empresas Militares israelíes.

c.- Fallecimiento del Jefe de la Casa Militar.-

(CLARÍN 27/XI/97 - Página 06).-

Un final abrupto tuvo el 27 de noviembre la gira del Presidente Carlos MENEM por México, cuando el Jefe de la Casa Militar, el Brigadier Juan Carlos PONCE falleció como consecuencia de un ataque cardíaco que sufrió en el mismo Hotel donde se alojó la comitiva presidencial.

d.- Canal del Beagle.-

(CLARÍN 25/XI/97 - Página 12).-

Cerca de 300 personas presenciaron el 24 de noviembre el primer izamiento de la Bandera

ORIGINAL

Argentina en el hito más austral de la frontera con Chile, ubicado a orillas del Canal del Beagle, en el Parque Nacional de Tierra del Fuego y a 25 Kilómetros de Ushuaia.

El Concejal Hugo PONZO explicó, que el objetivo del Acto fue "identificar el punto donde comienza el territorio argentino para los Buques que cruzan el sector por el Canal del Beagle ".

PONZO y su equipo de colaboradores trabajaron durante 20 dias para construir el mástil, ubicado a 54º 53'Latitud Sur y a 69º 68'Longitud Oeste.

El hito 26 está erigido en su sitio de reserva del Parque Nacional, al que es casi imposible acceder por via terrestre.

El Concejal también señaló que "el mástil permitirá corregir mucha cartografia argentina", que ubica en forma incorrecta la frontera de Chile.

e.- Congreso Internacional Terrorismo.-

(CLARÍN 01/XII/97 - Página 18).-

El Ministro del Interior, Carlos CORACH, abrirá el 1 de diciembre el Primer Congreso Internacional de Terrorismo, que con el auspicio del Gobierno argentino reunirá a especialistas de diversos paises y tendrá a los Atentados contra la Embajada de Israel y la AMIA como obligados temas de análisis.

Especialistas europeos, estadounidenses e israelíes estudiarán con sus pares argentinos las acciones tendientes a tratar de neutralizar el accionar del terrorismo internacional.

ORIGINAL

f.- Pesca.-

(CLARÍN 25/XI/97 - Página 23).-

El Gobierno argentino duplicará el área de veda pesquera para la merluza hubsii o común y decretará durante diciembre el paro biológico (la prohibición de captura) para el principal recurso pesquero de Argentina.

Las dos resoluciones intentan reducir la depredación y proteger los ejemplares juveniles.

La suspensión de los permisos de pesca de merluza será de 30 dias para los bugues congeladores y de 15 días para los buques fresqueros, a partir del 1º y el 15 de diciembre, respectivamente.

Con respecto a la zona de veda permanente del área de desove y de población de ejemplares juveniles, que es de 110.000 Km2. También se le pedirá a Chubut y Santa Cruz que instalen una zona de veda en el Golfo San Jorge.

Desde enero se limitará el nivel de capturas, obligando a los barcos a realizar paradas biológicas obligatorias en los Puertos durante varios días.

La merluza hubsii es la especie de mayor impacto económico y social. La industria se ha

9714403

013

construido sobre la base de su explotación en función de su abundancia.

En exportaciones mueve 300 millones de dólares y 230.000 toneladas.

g.- Represas.-

(CLARÍN 27/XI/97 - Página 29).-

La Cámara de Senadores aprobó y giró a Diputados un Proyecto de Ley por el que el Estado argentino cede a Entre Ríos el 70% y a Corrientes el 30% de la totalidad de los derechos y obligaciones sobre la mitad de la Represa de Salto Grande (el resto es de Uruguay).

La usina genera recursos de unos 100 millones de pesos anuales.

h.- Triple Frontera.-

(CLARÍN 28/XI/97 - Página 02).-

En una medida de corte politico, el Gobierno concretará en las próximas semanas la creación de un Consulado en Ciudad del Este, Paraguay, como una forma de aumentar la presencia argentina en la conflictiva Zona de Triple Frontera donde se registran movimientos de grupos terrorismos islámicos.

La decisión fue tomada luego de que Paraguay y el Brasil se negaron a intensificar los controles tipartitos en esa área formada por las ciudades de Puerto Iguazú (Argentina), Foz do Iguacu (Brasil) y Ciudad del Este (Paraguay).

Actualmente, existe un Comando fronterizo tripartito pero el Gobierno argentino se quejó de que las policías paraguayas y brasileñas no ponen el mismo empeño que los argentinos en las tareas de control.

ORIGINAL

i.- Plan Nacional de Radarización.-

(CLARÍN 29/XI/97 - Página 29).-

Cuatro empresas presentaron el 28 de noviembre las propuestas técnicas para el Plan Nacional de Radarización, que por un monto de 183,5 millones de pesos convocó el Ministerio de Defensa, con el asesoramiento de la Fuerza Aérea. Estará destinado a reforzar la seguridad aérea.

El Ministro Jorge DOMÍNGUEZ destacó la importancia del proyecto para la seguridad del tránsito aéreo.

j.- Desaparecidos.-

(CLARÍN 27/XI/97 - Página 12).-

En una breve entrevista las Abuelas de Plaza de Mayo fueron recibidas el 26 de noviembre por el Papa

014 9714403

Juan Pablo II, a quien le pidieron que la Iglesia exhorte a la localización de sus nietos, nacidos en cautiverio y desaparecidos durante la última dictadura militar.

El encuentro, fue definido por la Presidenta de Abuelas de Plaza de Mayo, Estela DE CARLOTTO, como "la concreción de un sueño acariciado durante veinte años".

k.- Indulto Presidencial.-

(CLARÍN 30/XI/97 - Página 05).-

El Presidente Carlos MENEM resolverá si aprueba una propuesta (surgida en el seno del Gobierno) para indultar antes de la Navidad a varios de quienes participaron en el intento de copamiento del Regimiento de La Tablada, en 1989.

El indulto alcanzaría también a ex militares carapintadas que, en diciembre de 1990, se alzaron en armas bajo el comando del ex Coronel Mohamed ALÍ SEINELDÍN.

2.- BRASIL.-

a.- Consejo de Seguridad.-

ORIGINAL

(CLARÍN 26/XI/97 - Página 10).-

El Canciller ruso Evgueny PRIMAKOV desmintió el 25 de noviembre que Rusia apoye la Candidatura del Brasil como Miembro Permanente del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

"La postura de Rusia, al igual que la del Gobierno de Brasil y de Argentina es que América Latina debe estar representada en el Consejo de Seguridad", respondió el Canciller ruso.

b.- Acuerdo con Reino Unido.-

(LA MAÑANA 26/XI/97 - Página 17).-

El Presidente de Brasil, Fernando Henrique CARDOSO, y el Primer Ministro británico, Tony BLAIR, firmarán ocho Acuerdos de Cooperación durante la visita oficial del 2 al 5 de diciembre.

Los Acuerdos que firmarán CARDOSO y BLAIR comprenden las áreas de comercio, inversiones, educación, ciencia y tecnología, medio ambiente, derechos humanos, lucha contra el narcotráfico y defensa de la paz.

3.- **INTERNACIONALES.-**

a.- ESPAÑA: Desaparecidos.-

(CLARÍN 01/XII/97 - Página 13).-

La coalición Izquierda Unida, tercera fuerza Política en España, presentará el 1 de diciembre ante el Parlamento una interpelación al Gobierno de José María AZNAR para que informe sobre la posible participación de un Militar español en las actividades represivas de la Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA) durante la última Dictadura Militar argentina.

b.- EE.UU.: Privatiza el Pentágono.-

(CLARÍN 29/XI/97 - Página 46).-

El Secretario de Defensa, William COHEN, anunció un drástico plan para reducir los gastos de su cartera, que prevé la eliminación de 28.000 empleos y la privatización de servicios que hasta ahora estaban en manos del Estado.

El ahorro que piensa hacer es de 6.000 millones de dólares por año, un monto muy reducido frente al presupuesto total de Defensa, que suma 250.000 millones de dólares anuales. Pero es un monto muy importante si se consideran sus efectos a largo plazo, la cantidad de servicios que pasarán a manos privadas y la serie de Bases militares que serán cerradas.

Según el Titular de Defensa, entre el 2001 y el 2005 serán cerradas una serie de Bases que producirán un ahorro de 2.800 millones de dólares. El resto de los recortes provendrán de la privatización de servicios que incluyen el pago a los civiles y a los jubilados del Pentágono, la administración del personal, la organización de las propiedades a liquidar, la venta de armas viejas, el testeo por drogas y la administración de propiedades alquiladas.

El programa también contempla la unificación de tres agencias que se ocupan de las nuevas amenazas de la post Guerra Fría: la de los armamentos nucleares, químicos y biológicos.

Los Jerarcas militares apoyaron la iniciativa de COHEN.

c.- Situación Regional.-

(LA REPÚBLICA 26/XI/97 - Página 23).-

Los Jefes Militares del Hemisferio, reunidos en un balneario ecuatoriano, analizaban el 25 de noviembre el reeplanteamiento de su papel, para "convertirse en los protagonistas del cumplimiento de misiones en beneficio del desarrollo, la seguridad y la paz en América".

ORIGINAL

A través de un comunicado se asegura que la filosofía común de los países americanos se orienta hacia el nuevo orden mundial y ello obliga a los Ejércitos a replantear su papel.

En el Balneario Salinas, 17 Comandantes del Ejército del Hemisferio, participan en la XXII Conferencia de Ejércitos Americanos (CEA), evento que se realiza cada dos años.

En la Asamblea, entre las primeras conclusiones, se determinó que son delicadas las tareas de toda índole que aguardan a los Ejércitos americanos antes del inicio del próximo siglo y se consideró arduas y difíciles las acciones encaminadas a mejorar la integración.

Los Militares coincidieron en que la lucha contra las potenciales amenazas que viven en la Américas, como el narcotráfico y la subversión, debe ser una tarea en la que participen conjuntamente todos los Ejércitos de Región.

Estimaron que para enfrentar todas estas amenazas, los Ejércitos americanos, "sin descuidar la misión constitucional encomendada por cada país, deben asumir nuevas políticas que permitan incrementar la confianza mutua y evitar el empleo de las armas para la solución de sus diferencias, brindando a los pueblos de América seguridad de vivir en paz y confraternidad".

Acordaron igualmente que deben establecer mecanismos de cooperación entre los Ejércitos de la región para ejecutar acciones a favor del desarrollo nacional y continental.

Adicionalmente estimaron que debe continuarse con la participación en las misiones internacionales de paz, de acuerdo a lo establecido en el Capítulo VI de las Carta de las Naciones Unidas. Los Jefes concluirán el 27 de noviembre sus deliberaciones.

d.- <u>PARAGUAY: Relevo Militar</u>.-

(CLARÍN 25/XI/97 - Página 26).-

El Presidente Juan Carlos WASMOSY puso el 25 de noviembre en funciones al nuevo Jefe del Ejército, General Evaristo GONZÁLEZ, en reemplazo de Oscar DÍAZ DELMAS, en medio de fuerte comentarios sobre la continuidad de una purga contra partidarios del General Lino Cesár OVIEDO, Candidato Oficial a Presidente por el oficialista Partido Colorado.

Voceros del Gobierno y Militares negaron que el nombramiento de GONZÁLEZ, un "leal" a WASMOSY, tuviera relación alguna con una supuesta campaña del Presidente para boitecar la Candidatura de OVIEDO.

(ÚLTIMAS NOTICIAS 28/XI/97 - Página 41).-

El Gobierno paraguayo ejecutó una de las mayores reestructuraciones de las Fuerzas Armadas para promover a militares leales al régimen a cargos

ORIGINAL

considerados estratégicos.

El Presidente Juan Carlos WASMOSY removió y trasladó a Jefes de 15 agrupaciones militares de alto poder de fuego o poder político y nombró al frente de ellas a oficiales que en abril de 1996 se pusieron a su favor y en contra del polémico General Lino OVIEDO, acusado de intentar entonces un golpe de Estado.

Un número similar de efectivos de alta graduación sospechoso de simpatizar con OVIEDO quedó a disposición de la Comandancia en Jefe, ejercida por el Presidente.

Por otro lado, WASMOSY elevó de 39 a 42 el número de Generales en actividad, pocos días antes de finalización de un período anual de calificación de ascensos militares en Tribunales castrenses.

ORIGINAL

E. M. MAYOR GENERAL D. A. N.
2da. DIVISION
República O. del Uruguay

Capitán de Navío (CG) .....
José Luis MARTINEZ LANZANI
Jefe de la Segunda División del Estado Mayor General de la Armada.

9714403

018

Anexo "ALFA"

Silberman y los desaparecidos: Que las FFAA no pierdan esta oportunidad histórica

El capitán de Navío (r) Gastón Silberman advirtió a los jefes de las Fuerzas Armadas que tienen la oportunidad histórica para resolver el problema de los desaparecidos y dijo esperar que la solución de ese tema "no la dejen a los oficiales subalternos", los que "no fueron protagonistas en esa época dura".

Durante su intervención en el Congreso del Nuevo Espacio, Silberman, quien es suplente del senador Rafael Michelini, señaló que el Ejército "siempre se opuso" y el Presidente de la República "no pudo imponerse y dio marcha atrás" sobre el esclarecimiento de la situación de los desaparecidos.

Acotó que en todos estos casos el discurso es que este tema ha sido laudado por la ciudadanía con la aprobación de la Ley de Caducidad.

"Aquí hay un error. Lo que quedó clausurado fue la pretensión punitiva del Estado. Si está prohibido investigar sobre los responsables de la violación de los derechos humanos. Pero no está laudada la obligación del Estado de dar explicaciones a los familiares de los desaparecidos", indicó.

Recordó que el obispo de San José, monseñor Pablo Galimberti, ofreció intermediación para solucionar esta situación que afecta a los familias de desaparecidos durante la dictadura militar.

ORIGINAL

❑ "Apoyamos la propuesta de Galimberti"

Silberman dijo que en el Nuevo Espacio "también hay militares y éstos apoyan con todo fervor la propuesta de intermediación hecha por el obispo Galimberti".

Sostuvo que para los militares del Nuevo Espacio la defensa de los derechos humanos y el esclarecimiento del tema de los desaparecidos "es una cuestión inherente a nuestra condición de nuevoespacistas".

Silberman pidió "a las Fuerzas Armadas y a su comandante en jefe, Raúl Mermot", que "sepan asumir la responsabilidad histórica que tienen en este momento, que es dar satisfacciones a los familiares de los desaparecidos y acepten la propuesta de monseñor Galimberti".

"Les decimos a los jefes de las Fuerzas Armadas que no dejen como herencia a las futuras generaciones que resuelvan esta deuda que el Estado tiene con la sociedad y con los familiares de los desaparecidos. Que no dejen que este tema sea arreglado por los oficiales subalternos, porque en el futuro va a haber una solución y éstos no fueron protagonistas de esa época dura", añadió.

Silberman pidió que "la conciencia corporativa de los militares deje el paso a la conciencia colectiva y al bien común de la sociedad".

"Señores de las Fuerzas Armadas, no desaprovechen esta oportunidad histórica que tienen para logar definitivamente la conciliación de ese cuerpo con la sociedad civil", dijo el dirigente del Nuevo Espacio. Agregó que aceptando el Ejército la propuesta de monseñor Galimberti se podrá llegar a la verdad y que "no quede un tremendo peso en las conciencias" de los actuales jefes.

"LA REPUBLICA"- 01/Xxx/97- Pág. 11.-

A - 1
019 9714403

Anexo "BRAVO"

"EL [illegible]-S"- 28/[illegible]/97- Pág. 14.-
B - 1

Estaban en una zona rocosa cuando el oleaje producido por temporal los llevó mar adentro

DRAMATICA BUSQUEDA DE LOS PESCADORES DESAPARECIDOS EN UNA PLAYA DEL CERRO

CONCENTRACION. *Gran cantidad de vecinos, amigos y familiares de las personas desaparecidas, convergieron en la playa para ayudar en la búsqueda*

DESDE TIERRA. *Particulares ofrecían de colaborar con el personal de [illegible] en el rastrillaje*

LANCHAS. *Dos pomones zodiaco de prefectura en el momento en que se hacían a la mar para buscar en superficie y debajo con la ayuda de buzos*

AL AIRE. *Los familiares observan con desesperación la [illegible]me masa de agua, tratando de mantener la esperanza*

Bajo el agua, en la superficie y desde el cielo se extendió durante toda la pasada jornada la búsqueda de tres pescadores que fueron arrastrados mar adentro durante el fuerte temporal que azotó la costa en la mañana de ayer.

Dramáticas escenas se vivieron ayer durante la búsqueda de los tres pescadores que se encuentran desaparecidos desde la mañana de ayer cuando fueron arrastrados por el fuerte oleaje mar adentro, en momentos en que se encontraba en una zona rocosa de la playa Ferrés, en el Cerro.

Personal de la Prefectura de Trouville, de la Sub Prefectura de Santiago Vázquez, y del Grupo de Buceo de la Armada, a los que se sumó un helicóptero de la Fuerza Aérea, llevaban a cabo el operativo SAR 483de búsqueda y rescate, que lamentablemente al cierre de esta información no había arrojado resultados positivos.

Una de las cuatro personas que se encontraban en el lugar logró ganar la orilla a nado, y según comprobó personal medico se encontraba en buen estado de salud.

El accidente ocurrió en las primeras horas de la mañana de ayer cuando cuatro personas se encontraban pescando en la antes mencionada playa y debido al fuerte temporal reinante fueron arrastradas mar adentro.

Quien corrió con mayor suerte fue un hombre que logró ganar la orilla, pero lamentablemente de Ruben Abal (20), de Roberto Olivera (58) y de su hijo de igual nombre y 35 años de edad nada se había vuelto a saber hasta anoche, cuando a la caída del sol se suspendió la búsqueda que comenzará nuevamente hoy al amanecer.

El operativo se desarrolló bajo el agua, en la superficie y a varios metros de altura, de acuerdo con el trabajo realizado por los buzos, personal en varias lanchas tipo zodíaco, el helicóptero de la Fuerza Aérea y otro de la Armada que se sumó posteriormente.

Mientras tanto, decenas de familiares y amigos de las personas desaparecidas, seguían desde la playa con angustia e incertidumbre las alternativas de la búsqueda.

ORIGINAL

020

9714403

Sanguinetti requirió nombres de diez coroneles para ascensos en el Ejército

El 1º de febrero se generarán cinco vacantes en el generalato, incluida la jefatura del arma

El presidente de la República, Julio María Sanguinetti, requirió los nombres y legajos personales de una decena de coroneles del Ejército Nacional en condiciones de ascender al generalato a partir del 1º febrero próximo, supo ayer LA REPUBLICA.

Ese día se producirán cinco vacantes, incluido el cargo de comandante en jefe del Ejército, con el pase a retiro del teniente general Raúl Mermot (actual comandante en jefe), proveniente del arma de Caballería, y de los generales Julio C. Ruggiero (Instituto Antártico-Ingenieros), Yelton Bagnasco (Misión militar en Washington-Infantería), Néstor Bertrín (División de Ejército IV-Infantería), y Mario Aguerrondo (sin destino-Infantería). Los relevos darán lugar a su vez a cambios de destinos entre los generales, mencionandose a Fernán Amado (División de Ejército I) como firme candidato para suceder a Mermot. Según trascendió, la nómina ya está en poder del mandatario, quien adoptara resolución definitiva en los próximos días. Extraoficialmente, **LA REPUBLICA** tuvo acceso a ocho de los diez nombres que contarían con más posibilidades de promoción en función de las calificaciones y méritos establecidos por el Tribunal Superior de Ascensos y Recursos: los coroneles Washington García (Caballería), Angel Bertolotti (Artillería), Francisco Wins (Caballería), Roberto Alvarez (Ingenieros), Angel Neira (Infantería), Juan Córdoba (Infantería), Miguel Rodríguez (Infantería) y Tomás Medina (Infantería). Esos nombres, surgen del "bolsón" de oficiales mejor posicionados en el tercio superior del escalafón:

El presidente Julio María Sanguinetti está en la fase decisiva de la sucesión del teniente general Raúl Mermot.

Cnel	Washington García	(Caballería)
"	Angel Bertolotti	(Artillería)
"	Hugo Torello	(Artillería)
"	Francisco Wins	(Caballería)
"	Roberto Alvarez	(Ingenieros)
"	Pedro Zamarripa	(Artillería)
"	Bernardo Díaz	(Caballería)
"	Roque Gallego	(Artillería)
"	Eugenio Vieytez	(Caballería)
"	Angel Neira	(Infantería)
"	Julio Herrera	(Infantería)
"	Roberto Vázquez	(Caballería)
"	Manuel Saavedra	(Infantería)
"	Jorge González	(Infantería)
"	José González	(Comunicaciones)
"	Luis Cúneo	(Ingenieros)
"	Juan Córdoba	(Infantería)
"	Carlos Lavecchia	(Caballería)
"	Alejandro Bremermann	(Caballería)
"	Miguel Rodríguez	(Infantería)
"	Julio Soya	(Infantería)
"	Luis Quinteros	(Ingenieros)
"	Ricardo Bertolotti	(Artillería)
"	Héctor Isias	(Caballería)
"	Mario Frachelle	(Infantería)
"	Tomás Medina	(Infantería)
"	Ricardo González	(Caballería)
"	Ulpiano Campa	(Caballería)
"	Guillermo Ravel	(Infantería)
"	Gerardo Chiappara	(Ingenieros)
"	Luis Valetta	(Artillería)

ORIGINAL

021 971403

Anexo "D" T.V. ..

Reconoció estar "en clara inferioridad" en "material blindado, apoyo de fuegos y medios de guerra electrónica" y espera "escaso apoyo" desde el aire y el mar en caso de una invasión

El Ejército anunció que en el futuro evaluará "cuidadosamente" su participación en eventuales conflictos internos porque la sociedad "no comprende ni acepta" la acción militar en ellos y las FF.AA. tienen que "convivir" luego con daños que provocan

escribe Alvaro Gil

El Ejército atribuyó "vital importancia" a la "fase de prevención" de los conflictos internos en Uruguay porque la sociedad "no comprende ni acepta" la intervención de los militares en ellos, según la nueva "doctrina de empleo" de la fuerza, difundida reservadamente este mes entre los mandos superiores.

En su nueva "doctrina", el Ejército dijo que en lo sucesivo deberá "valorar cuidadosamente" el alcance de las operaciones que refieran a conflictos internos, teniendo en cuenta que la institución "deberá convivir en el futuro" con "los daños provocados" por su accionar. No obstante, la fuerza mantiene su disposición plena a conducir operaciones antiguerrilleras, si así lo dispone el Poder Ejecutivo.

En un libro de 127 páginas titulado "Doctrina de empleo del Ejército Nacional", al que accedió Búsqueda, el Ejército reconoció estar "en clara inferioridad" en "material blindado, apoyo de fuegos y medios de guerra electrónica" y dijo esperar "escaso apoyo" desde el aire y el mar en caso de una invasión externa del territorio nacional. No obstante, advirtió que el agresor "debe tener el convencimiento que enfrentará" una fuerza "con inquebrantable voluntad de combatir".

El documento —producto de informes redactados por comisiones asesoras designadas por el comandante en jefe, Raúl Mermot, en 1996— no descartó que Uruguay pueda ser invadido desde Brasil, Argentina o a través de su costa atlántica y previó que, en caso de ser superado por el enemigo, el Ejército continúe sus acciones por medio de actividades guerrilleras.

El estudio buscó "reformular la Doctrina de empleo" del Ejército e implementar "la concepción nacional de cómo emplear el potencial militar terrestre" para "mantener los objetivos nacionales definidos constitucionalmente para el cumplimiento de la misión".

Según el documento, el Ejército tiene como tareas "específicas" la ejecución de "los actos militares que imponga la seguridad y la defensa nacional" y como tareas "subsidiarias", "servir como factor de preservación de valores nacionales, identidad e integración nacional y afianzamiento del patriotismo", así como "realizar o apoyar el desarrollo", "participar en operaciones de mantenimiento de la paz" y hasta "contribuir a la preservación del medio ambiente".

El informe dijo que si bien Uruguay está alejado de "potenciales áreas de conflictos mundiales", debe considerarse que "la globalización de la economía y las comunicaciones hace que conflictos en cualquier parte del mundo incidan de una manera u otra en nuestro país".

Agregó que el terreno del país, compacto y de reducida extensión, "permite llegar rápidamente desde una posición central a cualquier zona de frontera" y sostuvo que "la mayoría de los objetivos estratégicos de primer orden se encuentran al sur del territorio".

Sin embargo, advirtió que "del análisis de las zonas fronterizas" se desprende "la necesidad de tomar mayores providencias en el área de la inteligencia en la zona Norte-Noreste del país, donde la extensión de línea seca dificulta controles, favoreciendo actividades ilícitas que pueden afectar la defensa nacional tales como el tránsito ilegal de armamento, contrabando y narcotráfico".

Respecto a la población de Uruguay, el informe dijo que su envejecimiento significa "desde el punto de vista militar, un bajo potencial de movilización y recompletamiento" de la fuerza.

● **Hipótesis.** El Ejército previó su participación en situaciones internas y externas, en función de diversas hipótesis. Ellas son: "situaciones de emergencias y desastres provocados por fenómenos naturales o por la acción del hombre"; "amenaza grave al orden interno y a la comunidad de los servicios esenciales, que agote la capacidad de respuesta de los organismos competentes"; y "acciones derivadas del narcotráfico u otros delitos de carácter trasnacional que agoten la capacidad de respuesta de los organismos competentes".

Raúl Mermot

También se planteó estar alerta para defender la soberanía nacional ante: "el estado de guerra interno en un país vecino", la "agresión armada a un país vecino, sin lesión de nuestra integridad y en circunstancias que sea necesario preservar nuestra neutralidad"; y el "accionar en el exterior próximo a nuestras fronteras de organizaciones, sean estas terroristas o no, que por su magnitud y fines perseguidos puedan poner en riesgo nuestra soberanía".

Otras alternativas de intervención son las "acciones aisladas de terrorismo"; la "agresión armada en el orden interno, originada por un movimiento revolucionario interno o externo que opere en nuestro país o que lo utilice como base de operaciones en lo regional o continental, llegando a configurar una situación que exija preponderante intervención del factor militar"; la "agresión armada convencional o no, de origen externo, sobre nuestro territorio"; y la "puesta en vigencia del TIAR (Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca), en que se actuará colectivamente en defensa del continente".

● **Ataque externo.** Ante una agresión armada externa sobre Uruguay, el documento dijo que se producirá "una resistencia inicial" caracterizada "por un particular espíritu ofensivo en el nivel táctico, procurando rechazar al enemigo todo lo que sea posible hacia la frontera y recuperar territorio nacional eventualmente perdido".

"En segunda instancia, y en caso de ser superados, estar en condiciones de resistir una eventual ocupación en todos los campos, empleando operaciones tanto convencionales como no convencionales, hasta que la conducción política pueda solucionar el conflicto por otros medios", añadió.

En última instancia, los efectivos deberán "cooperar con los organismos de seguridad regionales o mundiales intervinientes en la recuperación de la soberanía e integridad territorial".

En lo referente a recursos, la fuerza de tierra previó que estará "en clara inferioridad, adquiriendo particular significación la desventaja en material blindado, apoyo de fuegos y medios de guerra electrónica" mientras que "en lo que hace a la situación en el aire y en el mar, debemos estar en condiciones de actuar con escaso apoyo". No obstante, señaló que será importante mantener "libre y dominado el acceso a nuestros puertos para recibir apoyo de un eventual aliado".

El estudio tampoco desestimó la posibilidad de que Uruguay sea invadido desde Brasil o Argentina. "Se deberá estar en condiciones de enfrentar una invasión a través de nuestras fronteras con fuerzas enemigas convencionales o no, que cuenten con apoyo aéreo al norte del Río Negro, apoyo aéreo y naval al sur del Río Negro y apoyo costa a costa en el litoral del río Uruguay", señaló.

Agregó que "asimismo, deberá preverse un desembarco sobre nuestras costas del Río de la Plata o atlánticas".

Para poder cumplir con estas acciones, los militares consideraron necesario "obtener una alerta temprana", procurar "detener al enemigo y rechazarlo hacia la frontera" y dedicar "el mayor esfuerzo al mantenimiento de Montevideo (...) por su importancia psicológica, administrativa y logística particularmente previendo la recepción de apoyo exterior" y a custodiar "las fuentes de energía hidroeléctrica, reservas petroleras y centrales térmicas", así como "los aeropuertos, las bases navales y los puentes internacionales".

El estudio señaló luego que estas acciones deben desarrollarse con "espíritu ofensivo", "movilidad táctica y estratégica", "presencia del comandante", "simplicidad", "sorpresa", "iniciativa" y "flexibilidad".

● **Ejército guerrillero.** La fuerza de tierra también previó en su doctrina la posibilidad de que una agresión armada externa sobrepase a sus fuerzas regulares. Ante esa eventualidad, el "modelo estratégico" será una "lucha total prolongada" que "se exteriorizará por una acción de guerrilla, procurando luego de un desgaste moral y militar del enemigo reorganizar las fuerzas para encarar una acción decisiva según otra modalidad, previendo la asistencia militar desde el exterior".

Estas operaciones buscarán "salvar los efectivos y medios disponibles de la destrucción", hacer "desaparecer" al Ejército como "objetivo para el enemigo", desgastarlo, "impedirle el libre uso del territorio ocupado" y "ganar tiempo a la espera de apoyo exterior".

La resistencia militar deberá ser complementada "con la resistencia civil", organizándose "comandos de localidades, de zona y departamentales, de los que dependerán pequeñas unidades de resistencia rural y urbana, ligadas por una red de transmisiones".

Sin embargo, el estudio precisó que las operaciones no convencionales "por sí solas no logran el éxito", por lo cual "deberá tenderse nuevamente hacia una organización militar regular".

● **Defensa interna.** La nueva doctrina también planteó la participación de la fuerza ante una "agresión armada" el gobierno

COPIA

"Búsqueda"- 22/5/97- Pág. 10, 11 y 60.-

9714403

022

por parte de "un movimiento revolucionario interno o externo" que opere en el país o lo utilice como *base* regional.

Para esa defensa interna, se establecieron tres fases: "Prevención, intervención, consolidación".

Respecto a la primera se señaló que "se actuará con especial *énfasis*", así como "en las medidas que tienen por objetivo neutralizar al enemigo en la fase inicial de sus operaciones, antes que logre ocasionar una fractura en la sociedad" desarrollando tareas de "inteligencia, disuasión e instrucción y entrenamiento, procurando mejorar el prestigio e imagen institucional y preservar valores republicanos-democráticos en toda la población".

Para la segunda etapa y si no es exitosa la prevención, "se actuará sobre el enemigo para evitar el aumento de su influencia en la población" y el factor militar adquirirá "una máxima preponderancia, pudiendo llegar a disponer el Poder Ejecutivo que las Fuerzas Armadas asuman la responsabilidad de la conducción de las operaciones". La "consolidación" implicará la finalización de las acciones militares, la pacificación del país y "el regreso a la fase preventiva".

El estudio militar realizó una serie de advertencias sobre los perjuicios que la intervención castrense provocaría en sus relaciones futuras con la sociedad: "Los daños provocados por la defensa interna, tanto materiales como morales, van en detrimento de la población, razón por la cual se deberá valorar cuidadosamente, el emprendimiento y alcance de las operaciones teniendo muy en cuenta que se deberá convivir en en futuro con los eventuales daños y secuelas generados por las mismas, durante un período que puede ser muy prolongado".

"Basándonos en el principio de la estrategia militar, que establece: 'Toda guerra en territorio propio es guerra perdida', podemos determinar que toda guerra o conflicto interno creará un profundo daño a la Nación, en el cual perderá en mayor o menor medida toda la sociedad. Asimismo es importante considerar que la sociedad en general, no comprende ni acepta, luego de finalizado, el alcance de la intervención de las Fuerzas Armadas. En ese sentido tal vez la única forma de ganar un conflicto interno, sea evitar el mismo, por lo cual adquiere vital importancia la fase de prevención", añadió el texto.

● **Terrorismo.** Otro capítulo del análisis doctrinario fue dedicado al despliegue que debe realizarse para luchar contra actividades terroristas, a las cuales *se identificó* como "el uso de la violencia ilegal dirigida en forma selectiva" contra personas o propiedades "empleada para coaccionar gobiernos o intimidar gobiernos o sociedades" con "objetivos políticos o ideológicos".

Como medidas antiterroristas el estudio propuso "identificar y analizar (la) amenaza", "proveer inteligencia", "proteger blancos potenciales" y "planificar para situaciones de crisis". Como acciones contraterroristas se planteó "neutralizar *fuerzas* terroristas" y "poner fin a incidentes con un costo *mínimo* de vidas".

El documento puso énfasis en señalar que la "rapidez en solucionar una crisis terrorista se torna un factor fundamental para negarles a los ejecutantes una acción que pueda tener una repercusión nacional o internacional de gran vergadura".

También destacó la importancia a las tareas de inteligencia para obtener información "sobre organizaciones con inclinaciones potenciales hacia el terrorismo y la violencia" y advirtió que "no es posible concebir" la lucha antiterrorista "sin la intervención de elementos especializados, técnica y físicamente aptos para cumplir estas misiones".

● **Otros conflictos.** El Ejército también previó su participación en "conflictos (internos) no violentos", entre los que ubicó las operaciones para mantener el orden público y asegurar la continuidad de los servicios esenciales. Estas acciones serán "dispuestas por el Poder Ejecutivo en casos extremos ante una grave crisis interna, debiendo establecerse el marco legal de actuación", añadió.

El análisis precisó que "el Ejército no tiene por misión, no está equipado ni instruido específicamente para cumplir funciones de mantenimiento del orden público en situaciones normales" aunque admitió que ello puede suceder "cuando el Instituto Policial se vea desbordado o no se encuentre operativo".

"Sólo debe ser utilizado como recurso extremo", añadió.

Respecto a los servicios esenciales, el estudio dijo que para mantenerlos en funcionamiento se deberá realizar el trabajo "con los propios funcionarios, a través de su movilización".

La fuerza de tierra también se reservó como responsabilidades específicas y exclusivas la "desactivación de artefactos explosivos" y el "contralor de armas, municiones y explosivos" y admitió colaborar para solocar motines carcelarios, detectar radios clandestinas y controlar el narcotráfico cuando tenga repercusión en la Defensa Nacional.

En este último caso se previeron tres niveles de participación: dar "apoyo de inteligencia y logístico", "con medios de combate" o enfrentarlo directamente.

● **Poder disuasivo.** El Ejército señaló que un presunto agresor externo o interno "debe tener el convencimiento que enfrentará" una fuerza "con inquebrantable voluntad de combatir y que por su organización, despliegue, equipamiento, permanente preocupación por la instrucción y capacitación de sus hombres, tiene la aptitud de resistencia necesaria compatible con nuestra realidad".

Para preservar un "poder de disuasión creíble" se planteó que debe mantenerse "el despliegue territorial existente" con "alta movilidad y flexibilidad y capacidad de rápida respuesta".

La fuerza de tierra también previó su participación en acciones de "defensa y protección civil" ante catástrofes naturales. —

FINAL

9714403

023

D - 2

CORREO DEL LECTOR

El puente inconveniente

Señor director:
El artículo de Juan Martín Posadas, titulado "Un puente sin motivo", aparecido en *El Observador*, con cuyo contenido concuerdo integralmente, me anima a agregar algunas consideraciones más.

Ante todo creo necesario que el tema sea motivo de discusión y consideración públicas, ya que sus consecuencias, ventajas e inconvenientes a todos deben interesarnos. Hasta ahora casi no han aparecido más que los argumentos a favor de los propios promotores o inventores del emprendimiento, los que poco han aportado sobre las ventajas de su construcción. Más allá del entusiasmo por la proeza técnica de su diseño y construcción, y de los *miles de jornales que generará* durante los dos o tres años de la misma, muy pocos argumentos valederos se han manifestado. Necesidad de incrementar las comunicaciones con a Argentina y Buenos Aires no existe. Las actualmente existentes son plenamente satisfactorias y suficientes. Tres puentes (Salto Grande, Paysandú-Colón y Fray Bentos-Puerto Unzué) y una eficiente organización del transporte acuático, que ya llega hasta el corazón mismo de nuestra zona de turismo, han demostrado ser más que suficientes y eficaces. En todo caso, no han sido nunca obstáculo para una comunicación fluida con la vecina orilla, ni lo serán para un eventual futuro incremento de los hipotéticos envíos de productos agrícolas y granjeros al mercado porteño. Si para ellos hay inconvenientes, los mismos no se deben a problemas de transporte.

Aunque no se afirma que el puente integre la vía de comunicación entre las zonas industriales de San Pablo y Minas Gerais y los puertos chilenos del Pacífico, se suele mencionar como una posibilidad. Pues bien: si se observa con detención y objetivamente un mapa de la zona, no aparece como conveniente un trazado que pase por Colonia, y ni siquiera por Buenos Aires.

De todos modos no parece serio pensar en tamaña obra para más que dudosa utilidad. Peso sobre todo: desde el punto de vista nacional, del interés uruguayo, mi opinión es radicalmente contraria a la iniciativa. Nada nos aporta ser sólo el "pasadizo" del Mercosur, el corredor para uso ajeno que ninguno provecho nos significa. Pensemos finalmente en la ciudad de Colonia. ¿Qué puede esperar del puente? Ella es hoy un polo turístico atrayente para un vasto sector de porteños de clase media y costumbres familiares, que encuentra allí un remanso de paz, de disfrute de un balneario de agua y río limpia y saludable, y de un ambiente apropiado para el descanso y la desintoxicación de la gran ciudad. El proyecto de ampliación del puerto deportivo y de otros atractivos en marcha le aseguran un sano desarrollo, sin el riesgo de perder su identidad.

El puente, con los costos de peaje mencionados, de entre 50 y 100 dólares por automóvil, en nada favorecen este tipo de turismo, pero facilitará el cruce del río a otro tipo de turista, al mismo que en verano viene al este, y que buscará en invierno, en Colonia, lo que en Buenos Aires no encuentra.

Este turismo de la farándula adinerada, incidirá rápidamente para que Colonia se transforme en Las Vegas del Mercosur, con sus ingredientes de juego, drogas y prostitución. No se crea que esta es una visión apocalíptica ni irreal, la historia de muchos emprendimientos la avalan. ¿Es este destino el deseable para el coloniense, y por extensión, para los uruguayos?

Preservar nuestra identidad, la de nuestra gente, no es aislarse ni alejarse del mundo, es ni más ni menos que cuidar nuestra idiosincrasia y nuestros valores. Es saludable mantener la "lejana cercanía" actual.

De cualquier forma, creo imprescindible, reitero, una consideración más amplia y profunda del tema, con intervención de otros actores y otras opiniones, y que no sean sólo las de los directamente interesados en la ejecución de la obra, que a la fecha dejan más una impresión de novelería y frivolidad que de argumentación sólida y valedera.

ING. AGR. HORACIO
TERRA GALLINAL

"EL OBSERVADOR" - 27/X/97 - 5 - 1

9714403

Anexo "Ejemplo"

Parece cosa de locos

INFORMAMOS ayer sobre las trabas que han aparecido en el Senado de la República para la aprobación del Tratado entre Uruguay y Argentina, que dispone la voluntad de ambos países para la construcción del Puente Colonia-Buenos Aires.

Se trata, se lo decimos con la mayor simpleza al lector, nada más que de eso: de que por una ley el país exprese si quiere o no que la obra se concrete. Otros detalles dependen de otras formas del ejercicio de nuestros intereses y de nuestra soberanía.

¿Cuántos años hace que se viene hablando de la necesidad o conveniencia de llevar adelante esta obra?, ¿cuántas veces han ido al Parlamento sus impulsores para explicar sus detalles y beneficios?

Se han sucedido los gobiernos y cada uno de ellos, a su turno, ha ratificado la política de integración de que el puente constituye un eslabón para todos y particularmente para el Uruguay y la consecuencia favorable de una cadena.

Hace largo tiempo que ya que el proyecto de Tratado duerme la siesta en la Comisión de Asuntos Internacionales del Senado, lo que ha motivado que nuestro Partido -harto ya de dilatorias- dijera: si esta Comisión no se pronuncia llevemos el asunto a discusión del Plenario y que allí cada cual asuma ante el país la responsabilidad que cada uno tiene que asumir.

Es demasiado importante el asunto para el destino uruguayo como para que se haga con él un juego de mosqueta.

No puede ser que especulaciones políticas menores, o rencillas internas entre sectores locales al lugar de cabecera del Puente, determinen que se haga o no se haga; hay un destino superior en juego.

Que el Frente Amplio se oponga a la obra invocando cualquier quítame allá esas pajas, no nos sorprende, se opone a todo, su propósito es el obstáculo y si el país retrocede para que el Frente atienda su objetivo político, pues que no nos asombra porque es su costumbre, pero que desde el Partido Nacional -integrante de la coalición de gobierno porque tiene, entre tantas otras cosas, el Ministerio de Relaciones Exteriores- se vacile, se calcule y se postergue, sencillamente y con los debidos respetos, nos parece cosa de locos.

Argumentar que a tantos años de gestiones, análisis, información y discusión, no se tienen todavía los elementos necesarios para pronunciarse, y por eso procurar nuevas prórrogas, no lo entiende nadie.

Y menos se entiende que se funde esa posición en que el Congreso Argentino tampoco se ha expedido, como debe hacerlo.

Aquí se trata de tener una política de estado, que haga valer lo que está firmado, porque es en eso precisamente que podemos, como país más chico, reclamar el respeto a nuestra soberanía.

Ahora, si por cálculos menores y mezquinos, nos encerramos, ¿de qué soberanía estamos hablando?.

Y el hecho más sorprendente de todo esto es que quienes están empeñados en la dilatoria son aquellos que desde la pasada administración reclamaban la obra, sin haber hecho nunca una objeción a su propósito.

"LA MAÑANA" - Pág.4 27/[illegible]/97.-9714403

P - 1 025

Anexo "C(27)"

El puente: primero el país

NO podemos menos que repetir nuestro asombro ante la decisión de la bancada de senadores del Partido Nacional, al pedir la postergación de un asunto que, de viejo, se ha vuelto amarillo en las carpetas parlamentarias: el Tratado para la construcción del puente Colonia-Buenos Aires.

Una semana antes, en reunión de coordinadores de bancadas, donde se priorizan los temas que ha de tratar el Senado, se había resuelto -por unanimidad- que por lo menos el instituto parlamentario iniciara, en las primeras reuniones de diciembre, su consideración.

Representantes del Partido Colorado, alarmados por una postura dilatoria que siempre hallaba eco en el Frente Amplio, querían que, aún sin informe de la Comisión, el Senado ingresará el tema. Ya no es admisible que una vez sí y otra también, por la invocación de nuevos pretextos, se comprometa el destino de una obra fundamental para el desarrollo del país.

¿De qué se trata, en el fondo, la cosa? ¿Acaso de saber cuánto costará y cuál será el tiempo que demanda su construcción? ¿De problemas de trazado o ambientales? ¿De despejar algún detalle que pueda operar como una inconveniencia para el Uruguay?

De nada de eso se trata.

Los gobiernos de Uruguay y Argentina expresaron en un documento su voluntad de construir el puente. Ello debe ser objeto de ratificación parlamentaria en ambos países. De eso se trata, simplemente. De expresar si se está a favor o en contra de la obra. Todo lo demás vendrá después.

Por eso es que no puede aceptar la excusa de que hay que postergar la decisión a la espera de nuevas informaciones.

¿Cuántos años hace que aquí y en la Argentina se habla de la conveniencia de integrar la región por el pulmón formidable de esta obra? ¿Cuánto hace que la Comisión especializada del Senado la tiene en su agenda, sin que a nadie se le hubiera ocurrido reclamar otras informaciones, que por otra parte, los legisladores nacionalistas las tienen al alcance de su mano, porque les bastaría solo con reclamar la voluntad del Canciller, hombre de su partido en la coalición.

Cuando se mencionan detalles de soberanía se pierde de vista de una manera realmente lamentable que solo en el desarrollo la afirmaremos; si nos encerramos fronteras adentro nuestro destino será la debilidad; nos convertiremos, desde el territorio de nuestras dificultades, en meros espectadores del progreso ajeno.

Más doloroso y alarmante es todo esto todavía si se tiene en cuenta que con estas vacilaciones se está arrimando agua al molino de quienes afuera, por mezquindades parecidas, no quieren la obra porque no quieren al gobierno que tienen, porque se prestigiaría integrando países y dando trabajo.

De ahí que repetir lo expresado en otra nota, que el Frente Amplio se manifieste contrario a construir el puente Colonia-Buenos Aires es penoso pero no sorpresivo: tal ha sido de manera constante su actitud, trabar todo, decirle que no a todo, porque si el gobierno fracasa, aunque fracase el país, ellos tendrán el buen rédito de un resultado electoral.

Se pone a diario el grito en el cielo por las consecuencias sociales del desempleo, pero a la hora de resolver la creación de miles de puestos de trabajo, miran hacia el costado, haciéndose los distraídos.

Pero que el Partido Nacional, que termina de ser gobierno y desde él jamás objetó la obra, todo lo contrario, declaró su interés nacional, se alíe a la estrategia frentista es cosa que no cabe en cabeza de nadie.

Ojalá se reaccione a tiempo. El país está primero.

ORIGINAL

MILITAR 1/53
SICOSEAL
ARCHIVO

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
191200 NOVIEMBRE 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 226/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION**: Se omite

II.- **RESPONDE A**: Información obtenida por esta Agencia.

ORIGINAL Nº 001

III.- **T E X T O**: Se adjunta:

CORRESPONDE F 18 3 98 Inic. DOC. EN SU TOTALIDAD POCO LEGIBLE

IV.- **SINTESIS**: Se omite.

V.- **DISTRIBUCION**:

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

El Jefe del Dpto.II (ICIA) del E.M.E.

CORONEL

WILSON CORONEL.-

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO - Departamento II - REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

AUTENTICO: Te. Cnel.

001/053

9714405

ELMAR CASTIGLIONI

09 DIC. 1997

T E X T O:

- Se adjunta trabajo realizado por alumnos de 6to. año Agro-Medicina del Instituto JUAN XXIII referente a la Dictadura Militar.

- Martín PONCE DE LEON (Ingeniero).

- Carmen CAMAÑO (Maestra y Pedagoga, Profesora de Lenguaje y Comunicación y Lecto-escritura. Colaboradora en la Facultad de Humanidades).

- Jorge MEDINA VIDAL (Profesor de Teoría literaria en la Facultad de Humanidades y de Semiótica).

- Sergio ABREU (Abogado, Asesor de la Cámara de Industria).

Realizaron el trabajo:

* María CLARAMUNT FACHELLI
  Dirección: Avda. Dr. Carlos Ma. De Pena 4214.
  Tel: 383056 - Ricardo CLARAMUNT (Firmante).

* Pablo VICO ROMANO
  Dirección: Santiago Gadea 3479
  Tel: 814095 - Gerardo VICO (Firmante - PDC)

* Cecilia DIESTE MARKL
  Dirección: Manuel Villagrán 1290
  Tel: 206314 - Eduardo M. DIESTE

ORIGINAL 001

9714405

002

FECHA 12/03/98 INICIAL TE

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES _____

LA DICTADURA MILITAR

Trabajo sobre la Economía, la Educación y la violación de los Derechos Humanos.

000007

Realizado por:
María Claramunt Fachelli
6° Agro-Medi B
Dr. Pena 4214
Tel: 38 30 56

Pablo Vico Romano
6° Agro-Medi B
Santiago Gadea 3479
Tel: 81 40 95

Cecilia Dieste Märkl
6° Agro-Medi B
Manuel Villagrán 1290
Tel: 20 63 14

ORIGINAL

000007

Instituto Juan XXIII

9714405

003

FECHA 12/03/98 INICIAL TE

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES:

INTRODUCCIÓN

Entre los años 1973 y 1985, se produjo en nuestro país un gobierno de facto que constituyó una de las etapas más negras de la historia política uruguya. Hasta 1973, el gobierno uruguayo poseía una relativa estabilidad democrática y liberal, que identificaba la identidad nacional del país. A partir de este año, luego del golpe de Estado, Uruguay quedó regido bajo un sistema de organización política y de gobierno autoritario que repercutió tanto en la vida social como en la económica y cultural.

Este período se caracterizó por la ausencia de libertades, la censura, la represión, y la pérdida de los derechos republicanos y la participación de la vida política.

El régimen dictatorial se fundó en una concepción autoritaria de la política y la sociedad, el cual se constituye, en su núcleo central, por las llamada Doctrina de la Seguridad Nacional. Como es sabido, las Fuerzas Armadas tuvieron un papel protagónico en la escena política de la dictadura.

Antes del comienzo de este período, el Uruguay venía sufriendo un deterioro económico que se vio acentuado durante el gobierno militar. Lo que más se destaca es el gran aumento de la *inflación* y la devaluación de la moneda.

En cuanto a lo social, los derechos humanos no fueron respetados; las muertes, torturas, desaparecidos, la falta de libertades en diferentes ámbitos, fueron hechos sumamente significativos. Esto provoco en gran parte del pueblo uruguayo un repudio hacia el régimen político impuesto.

00000
ORIGINAL
9714405
004

Con respecto al tema educativo, la Universidad fue intervenida por los militares, quitando a las autoridades y disolviendo los gremios tanto docentes como estudiantiles impidiendo así la libertad de participación. Hubo un cierto retroceso en la educación, ya que los docentes no eran elegidos por su capacitación sino por el seguimiento de una ideología política común a la de los militares.

Luego de este pantallaso inicial sobre la Dictadura Militar, tema que hemos elegido después de la puesta en común de nuestros intereses queremos realizar una monografía tratando diferentes aspectos de este periodo, a fin de ampliar nuestros conocimientos sobre esta etapa de la historia política de nuestro país.

Nuestro objetivo es analizar principalmente los siguientes temas:

*la violación de los derechos humanos

*la Educación

*la Economía

Creemos importante e imprescindible estar informados sobre lo ocurrido en la dictadura para ser capaces de formar nuestra opinión política, sin obviar un pasado relativamente reciente que nos concierne como uruguayos.

Sabemos que es difícil mantener una postura neutral con respecto a lo sucedido durante estos años, para eso nos manejaremos con textos escritos por las Fuerzas Armadas durante la dictadura y con otros escritos luego de finalizado este periodo, los cuales marcan una ideología política diferente a ésta.

ORIGINAL
9714405
005

LA VIOLACIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS

"Asesinatos, desapariciones, prisiones arbitrarias, actos de terrorismo, secuestros, torturas continentalmente extendidas, demuestran un total irrespeto por la dignidad d la persona humana. Algunas pretenden justificarse incluso como exigencias de la seguridad nacional." (1)

Con esta frase queremos comenzar por el difícil tema que implica la violación de los Derechos Humanos.

Es conocimiento de todos los uruguayos, aunque sea de aquellos que abren los ojos a la verdad que en el período de gobierno de facto experimentado en nuestro país, hubo sucesos que atentaron contra la dignidad humana.

No es nuestro objetivo acusar a todos aquellas "partes" que atentaron contra la vida de muchos seres humanos, los cuales para lograr sus fines justificaron los medios utilizados.

Nos interesa resaltar, que en el período de dictadura militar no se respetó el derecho a la vida, algo que es básico e inalienable. Todo aquello que atenta contra la vida, contra la integridad de la persona, es violencia. Y no sólo hablamos de muertes, torturas, desapariciones, delincuencia, sino también de miseria, hambre, del impedimento de decir lo que se piensa y la ausencia de libertades en general.

Las muertes injustificables que conmovieron a la sociedad durante esos años, también hoy nos conmueven a nosotros. A muchos años de finalizado la etapa de gobierno autoritario hoy tenemos en cuenta desde una posición objetiva, las muertes de estudiantes en manifestaciones (antes del golpe de Estado), como por ejemplo la de Líber Arce, estudiante comunista, el 14 de agosto de 1968, también la muerte de militares como consecuencia de atentados del MLN-T (Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros) la muerte de estos últimos por acción de las FFAA, la muerte de políticos, de militantes partidarios, de gente inocente.

---

(1) ,Puebla n.1

ORIGINAL
9714405
006

Las torturas aplicadas por militares, y también por los tupamaros, son algo que nos impresiona como seres humanos. Es de las acciones más aberrantes e inhumanas de violencia practicadas.

La siguiente cita de texto expresa cuán lejos puede llegar la mente humana..

"El asesor es un experto de la AID, Agency for International Development. AID es algo más que siglas; AID significa ayudar, socorrer, auxiliar, coadyuvar, apoyar, ayuda, auxilio, concurso, socorro, apoyo, amparo, subsidios –dice el Appleton's-. El asesor ha venido a todo eso: ayuda, instruye, enseña, propone, alecciona, ilustra. Está aquí, sobre la tarima de este sótano, para que comisarios y militares aprendan a interrogar, a torturar, a descubrir –a cualquier precio- lo que más convenga al país, en la lucha contra la sedición y el caos."

"(...)El arte del interrogatorio es un arte complejo –dice él (y recuerda al cubano)-. Tiene varias etapas. La primera, como ustedes bien lo saben, es la del ablandamiento. Aquí hay que lograr que el hombre se sienta solo e indefenso, absolutamente apartado de la realidad y enfrentado a un miedo sin límites. Para que esta operación consiga sus resultados, en esta fase hay que abstenerse de interrogar, de dialogar sobre nada con el preso. Sin preguntas, sólo golpes e insultos. Los técnicos podrán asegurarles que, aunque de un modo aberrante, las preguntas acaban siempre por establecer una relación entre el encuestador y el preguntado. Por crueles que sean, acaban por crear una familiaridad entre quienes dialogan. Cuando dos conversan, cada uno de los dos deja de ser un ente totalmente extraño para el otro. Y lo que se quiere, para el mayor éxito del ablandamiento, es que de veras y del todo lo sea. El preso debe sentirse radicalmente solo y sin ningún apoyo, indefenso y librado a sí mismo, frente al sistema que lo tiene en sus manos. Y lo ideal es que el funcionario tampoco sepa nada del preso, entre tanto cumple la fase de ablandarlo. Hay que generar la angustia, la soledad y, hasta términos que admitan después ser aliviados a cambio de algo que a nosotros nos interese, provocar la desesperación. La desesperación más grande, pero sin llegar al abandono ni a la total desesperanza ni a la entrega a la muerte.

Los golpes y los insultos, sin dar todavía ninguna razón, sin revelar hasta dónde sabemos o creemos saber ni desde dónde queremos empezar a saber más, hacen ese

ORIGINAL
9714405
007

efecto de soledad y hasta de un miedo puro a la locura. El miedo a la locura, ese miedo sin orillas ni argumentos, parece uno de los puntos más extremos que la mente humana pueda concebir... " [2]

Algunas garantías y derechos violados:

- **"Habeas corpus:** Es la garantía fundamental, consagrada por la Constitución en defensa de las personas, ante las detenciones legítimas o arbitrarias.

El art. 17 de la Constitución del Uruguay dispone:

"En caso de prisión indebida el interesado o cualquier persona podrá interponer ante el juez competente el recurso de habeas corpus, a fin de que la autoridad aprehensora explique y justifique de inmediato el motivo legal de la aprehensión, estándose a lo que decida el juez indicado."

La Comisión Interamericana consignó que el Gobierno del Uruguay mantenía la interpretación de que el recurso de habeas corpus no era procedente en los casos de arrestos por medidas prontas de seguridad.

Al no funcionar el recurso de habeas corpus, la vida, la libertad y la integridad física de las personas perdieron las seguridades jurídicas que les proporciona este instituto. ¿Qué garantías quedaban? Ninguna.

- **Derecho a la Justicia**

Otra de las principales garantías de las personas que son privadas de su libertad, es la obligación de la autoridad aprehensora de ponerlo a disposición del Juez competente. El Juez, a su vez, " *bajo la más seria responsabilidad, tomará al arrestado su declaración dentro de las 24 horas y dentro de las 48, a lo más, empezará el sumario. La declaración del acusado deberá ser tomada en presencia*

---

[2] , Martínez Moreno, C, "El color que el infierno me escondiera", págs. 21-22.

ORIGINAL
9714405

de su defensor. Este tendrá también el derecho de asistir a todas las diligencias sumariales." (Art. 16 de la Constitución uruguaya).

"Vimos que la detención se hacía fuera de las garantías legales, pues no mediaba orden judicial. La garantía de quedar a disposición del juez competente tampoco se cumplió."

000002

- **Derecho a la defensa**

Los abogados civiles prestaron sus servicios profesionales desde el primer momento de la Justicia Militar. Originariamente había un grupo de abogados que tenía experiencia e esta especializada materia penal, cuando realizaban sus defensas en la competencia de la jurisdicción ordinaria. Cuando se agudizó el enfrentamiento entre la guerrilla y las FFCC, también los abogados fueron objeto de múltiples amenazas y atentados. Este grupo inicial llegó incluso a sufrir la persecución directa por las fuerzas militares. Hubo abogados detenidos, sometidos al régimen de MPS e incluso algunos llevados a la Justicia Militar. Todos ellos fueron percibidos por las FFCC como "asistentes" de la subversión. Los militares no eran capaces de distinguir entre el abogado y su defendido.

000007

ORIGINAL

- **La libertad de los prisioneros**

En una franca violación a las normas procesales, la Justicia Militar reiteradamente actuaba provocando una prolongada dilación en ejecutar la libertad de los prisioneros, una vez que ésta era decretada por el juez militar. De ese modo, las personas figuraban en libertad en los expedientes judiciales, pero permanecían encarceladas por períodos muy variables.

000007

- **Presos a conciencia**

La libertad de conciencia y el respeto por la expresión del pensamiento constituyen una de las libertades fundamentales. La historia de su reconocimiento es parte de la historia de los derechos humanos. Por ese motivo, estos derechos tienen un lugar privilegiado dentro del sistema de los derechos humanos.

9714405

009

...omo ya es sabido, una buena parte de los detenidos por las FFAA fueron opositores políticos que no habían realizado un acto ilícito y que, no obstante, fueron sometidos a la Justicia Militar. Estos procedimientos tuvieron lugar de modo masivo a partir de la ruptura del orden institucional, el 27 de junio de 1973, con la clausura de la actividad del Parlamento." (3)

000002

Como siguiente muestra de privación de la libertad, queremos relatar brevemente la historia del Dr. Ulysses Pereira Reberbel que se encontraba al frente de la presidencia de UTE, secuestrado por los Tupamaros en dos oportunidades. La primera vez entre el 7 y el 11 de agosto de 1968 –4 días- y la segunda vez entre el 30 de marzo de 1971 y el 27 de mayo de 1972: 423 días.

El primer secuestro tuvo lugar a la salida de su casa; en el momento que iba a entrar al coche un policía con una metralleta lo empuja tirándolo dentro del mismo. Sacaron al chofer del automóvil y su secretario Rey fue herido de bala en el intento de escapar y luego lo tiraron en el Buceo. En el trayecto hacia la celda donde iba a ser destinado, se le inyectó un pentotal que le provocó un paro cardíaco. El médico que lo hizo lo salvó haciéndole respiración boca a boca. El Dr. Ulysses estuvo 4 días secuestrado pasando todo el tiempo acostado en una cama. Para salir le aplicaron nuevamente una inyección y lo dejaron medio "groggy" atrás del Estadio donde tocó timbre en una casa y fue ayudado.

El segundo secuestro sucedió en el consultorio de su dentista el 30 de marzo de 1971. Mientras se estaba atendiendo, entraron unos hombres y le gritaron: "Venga con nosotros". Le pegaron un garrotazo que le hundió el cráneo, haciéndolo desmayarse y perdiendo mucha sangre. Lo envolvieron en una alfombra, lo subieron en un camión que esperaba en la puerta y lo llevaron al lugar dónde permanecería unos cuantos meses metido en un sótano. Dicho sótano era muy pequeño, de unas medidas aproximadas de un metro ochenta por un metro veinte. Quedó acostado en un catre, allí fue examinado y curado por un doctor. Al comienzo entró en una gran angustia al pensar que podía estar

ORIGINAL

(3) , SERPAJ, "Uruguay Nunca Más", págs. 176-179-182-186-193.

9714405

010

mucho tiempo en esa situación. También el olor de la sangre ya descompuesta de su camisa, la imposibilidad de higienizarse, la humedad del sótano creaban un ambiente espantoso para él. Luego de un mes comenzó a caminar, a alimentarse bien, pudo lavarse con un trapito que le dejaron, decidió empezar a hacer ejercicio físico. También le daban libros para leer, uno de Fidel Castro y otro de Mao. Con el tiempo pudo ubicarse en el día que se encontraba, basándose en suposiciones y comentarios que oía.

Tiempo después llegó el Dr.Frick Davie quien se convirtió en su compañero de cautiverio durante varios meses. Tres meses después les permitieron comunicarse en una hora determinada del día lo que los emocionó y alegró su situación. Un buen día los cambiaron de celda; Pereira Riberbel fue embolsado, arrastrado y transportado en una camioneta de doble fondo. Una vez en la casa entraron por la cloaca del agua que terminaba en un lugar con tres celdas. En una estaba Frick Davie, en la otra el Dr. Ulysses y la tercera estaba llena de ropa.

Fueron liberados a partir de un operativo militar que tomaron las cloacas. No se informa qué sucedió con los Tupamaros que se encontraban en la casa. En el momento de la liberación dos mujeres abren las celdas de los dos secuestrados y una de ellas le dice al Dr. Frick: "Míreme la cara, porque usted va a su casa, pero yo no voy a la mía".

El Dr. Pereira Reberbel escribió un diario estando en cautiverio que relata aquellos 423 días que fue privado de su libertad. (4)

9714405

011

(4)

8

LA EDUCACION EN EL PERIODO DE DICTADURA MILITAR

La dictadura militar tuvo también sus repercusiones en el tema de la educación. Muchos docentes fueron destituídos tanto en la educación primaria, secundaria y terciaria. Se cambiaron los programas de enseñanza y se intervinieron algunas facultades quitando a las autoridades, disolviendo los Consejos, etc. Las personas catalogadas en categorías B ó C no podían dar clases en la enseñanza pública y por lo tanto los colegios privados fueron presionados para sacar a esos docentes de la institución.

No encontramos un diagnóstico ó informe sobre la educación en este período, por lo tanto a continuación escribimos sólo la visión de las Fuerzas Armadas sobre este tema que tuvo gran importancia en esta etapa de la historia de la historia uruguaya.

Crisis docente según las Fuerzas Armadas

"La enseñanza, en todos sus niveles, primaria, media, superior, constituirá un objetivo predilecto de la máxima importancia para el comunismo, desde que, deformada la mente del niño y de la juventud, sólo deberá aguardarse que las nuevas generaciones, adoctrinadas en la ideología y las disciplinas marxistas, se integren y conquisten las posiciones de gravitación en los sectores de la sociedad en que a cada uno corresponda actuar.

Con lo que el tránsito de la sociedad burguesa a la sociedad socialista –eufemística antesala verbal del comunismo- años más, años menos –el imperialismo marxista tiene todo el tiempo por delante a su favor -, estará asegurado por evolución natural, sin necesidad de presionar excesivamente los resortes de la violencia y la lucha armada, aunque sin perjuicio, naturalmente, de apoyar y estimular todos los brotes de rebeldía revolucionaria que puedan surgir y que de manera más rápida y radical sirvan para impulsar ese tránsito.

ORIGINAL
000001
000002
000003
012 9714405

(...) La Universidad, como la enseñanza secundaria y la primaria, y su progresiva captación por y para el marxismo, ofrecen, en diferentes medidas, un ilustrativo ejemplo de ese laborioso proceso de desintegración de la nacionalidad uruguaya, del que costará aún mucho tiempo y esfuerzo salir.

(...) La realidad de la Universidad de Montevideo es harto conocida internamente, desde que toda la Nación debió sufrirla durante años, y hechos relativamente recientes, de pública notoriedad, vinieron a confirmarla una vez más. Pero resulta útil refrescarlas, pues las comprobaciones últimas no fueron sino la prolongación de un antiguo e inconcebible estado de descomposición y, de seguir en su empeño las campañas de distorsión y desprestigio que ahora pululan, no faltará quienes sostengan que aquella triste realidad fue una ilusión.

Cobijándose en el estatuto autonómico sancionado por la ley de 1958, las doctrinas marxistas tomaron rápidamente un poderoso auge, contaminando cerebros y corazones de la juventud idealista, no preparada para soportar la dialéctica y los refinados métodos de la infiltración totalitaria. La penetración registrada en el campo docente, por la demagogia de algunos profesores y la falta de coraje de muchos padres, dio sus frutos, ante la sorpresa de una sociedad que pudo comprobar, cómo la subversión, en poco tiempo, captó mentes y conciencias poniéndolas al servicio de sus planes de destrucción y en contra de los intereses del país.

Una oligarquía docente, presionada de la Universidad en un tan abusivo como absurdo concepto de la "autonomía", impuso las finanzas secretas, el marxismo-leninismo en la docencia, el otorgamiento de becas para favorecer la subversión, el sectarismo más crudo en la enseñanza, el desorden estudiantil en aulas y calles, la dictadura más implacable e intolerante sobre los estudiantes que deseaban aprovechar su tiempo, transformando los patios y salones de clase en centros de agitación y propaganda y los muros y azoteas en inaccesibles bastiones de la sedición y de la lucha organizada contra las instituciones, las autoridades legítimamente constituidas y contra la Nación, como una especie de Estado dentro del Estado.

En la esfera de la enseñanza superior la contaminación ideológica operó espléndidamente bien, respondiendo sin fisuras a un plan que se fue cumpliendo

ORIGINAL

013 9714405

pamo a[illegible]o. La Universidad y las Facultades –especialmente la de Derecho, que se to[illegible]quí como ejemplo, aunque no existan excepciones -, han actuado así:

- *como grandes comités de base.* La propaganda ideológica hecha desde carteleras, salones pintados, paredes, igualmente embadurnadas, afiches, slogans, boletines, panfletos, etc., se tornó en cosa habitual y consabida, a visa[illegible]paciencia de Rectores y Decanos.
- *como centros difusores de la subversión.* En la Facultad de Derecho había una cartelera fantasma, que aparecía y desaparecía periódicamente, en la que podía verse desde las sentencias dictadas por los tribunales del pueblo, contra las personas secuestradas, hasta sus fotografías, tomadas en las cárceles del pueblo, donde permanecían rodeadas del más profundo misterio desde muchos meses atrás, ante la estupefacción general y la impotencia de las autoridades.
- *como centros de enseñanza de la traición a las instituciones democráticas:* terreno en el que la labor oscilaba desde lo grosero hasta lo sutilísimo. Es natural que, tratando de buscar una situación atentatoria contra el Estado de Derecho, la meta no pudiera ser otra que el aniquilamiento de la ley. En el primer año de derecho, por ejemplo, ya no se estudiaba más ninguna disciplina jurídica, sino historia de las ideas, economía política, sociología. Como la Ley Orgánica de la Universidad no exige la condición de profesional para ser catedrático, cualquiera persona con particular conocimiento, real o presunto, de la materia, podía serlo. Es así, que el famoso sacerdote Zaffaroni, integrado en la organización sediciosa más notoria, enseñaba historia de las ideas...
- *como centros de egresados masivos sin conocimientos y sin posibilidades:* Se buscó ir a la cuadrimestralización de las asignaturas (toda la materia en 4 meses) con régimen de exoneración (basta el bueno regular) y una población estudiantil que ostentaba en cada clase, como cifra menor, la de 90 ó 100 estudiantes. A los que el profesor prácticamente nunca conocería, pero a los que debería, sin embargo, exonerar, so pena de ver juzgada su labor docente

ORIGINAL
014 9714405

por triunfales estudiantes (asambleas de clase), con el solvente juicio técnico de sus propios alumnos.

En síntesis: además de la captación ideológica, deliberadamente se masificó y desclasó científicamente a los egresados con este doble fin: en su ignorancia, no percibirán lo que se les escamoteó; su incompetencia los hará fracasar frente a profesionales "viejos" y, con ello, formarán una casta de resentidos y frustrados que será excelente caldo de cultivo para volcar esos sentimientos en la desesperación y la violencia.

Este sórdido panorama de la facultad de Derecho se repite en otras Facultades, como ya se expresó, y aún se agrava en muchos casos". [3]

ORIGINAL

9714405

015

(3) , Junta de Comandantes en Jefe, "El proceso politoco: Las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental, págs. 30-31-32-33.

LA POLÍTICA ECONÓMICA DE LA DICTADURA

El período comprendido entre 1974 y 1978:

Los principales objetivos planteados e instrumentos utilizados

(...) Con el establecimiento de una libertad absoluta en el mercado de cambios y la libre convertibilidad del peso uruguayo para los movimientos de capital privado, comenzó el proceso de apertura financiera de la economía en setiembre de 1974. Por otra parte, en marzo de 1976 se eliminó el curso forzoso de la moneda nacional, abriendo las puertas para los que luego sería una progresiva dolarización de la economía uruguaya. Tres meses más tarde, se eliminaron los topes máximos a la posición de los bancos en moneda extranjera. Simultáneamente, se verificaron paulatinos aumentos en los límites máximos de la tasa de interés. Como la oferta monetaria era controlada con un criterio restrictivo, la evolución ascendente de dicha tasa se vio permanentemente impulsada.

Desde el punto de vista de las relaciones comerciales del país con el exterior, corresponde señalar que el tipo de cambio se fijó administrativamente en base a ajustes frecuentes, pequeños y periódicos, teniendo en cuenta las variaciones diferenciales de los precios internacionales y los internos, y procurando estimular las exportaciones. Adicionalmente, se eliminaron gradualmente los impuestos a estas últimas y se concedieron subsidios y mecanismos de financiamiento a las de tipo no tradicional. Con respecto a las importaciones, se dispuso a la eliminación de la obligación del depósito previo y comenzaron a reducirse los tributos que las gravaban.

Cabe destacar que los estímulos a las exportaciones no tradicionales se articulaban al régimen de promoción industrial que había sido instaurado por la ley Nº 14.178, de 28 de marzo de 1974. Dicho régimen se apoyaba en la declaratoria de interés nacional

016 9714405

de determinadas actividades y optaba por instrumentos de estímulo en los campos crediticio y fiscal.Este régimen mostraba cinco connotaciones fundamentales.

(...) La primera apunta a la carencia de una definición clara en torno a las ramas de la producción en las que puede admitirse la radiación de capitales extranjeros. La segunda consiste en que el régimen puesto en vigencia en 1974 no asigna prioridad a ninguna forma concreta de inversión extranjera, dejando esta decisión totalmente librada a los titulares del capital transnacional. La tercera se vincula a la ausencia de mecanismos explícitos de subordinación de las empresas extranjeras a la política económica nacional, así como de modalidades de nacionalización ulterior de la inversión proveniente del exterior. La cuarta se refiere a la inexistencia de disposiciones tendientes a asegurar una adecuada transferencia de tecnología, con la finalidad de corregir

la brecha existente respecto a los procedimientos de trabajo predominantes en los países de origen de la inversión. La quinta supone una extrema liberalidad en el tratamiento de las utilidades y el propio capital. Así, en cuanto a las primeras, puede señalarse que se dispuso admitir remesas al exterior de hasta el veinte por ciento del capital invertido, proporción incomparablemente alta, por ejemplo, en el contexto de los regímenes vigentes sobre la materia en la mayoría de los países latinoamericanos. Adicionalmente, hay que señalar que por esta vía puede llegar a ampararse legalmente la salida al exterior de utilidades generadas por el capital nacional, ya que se estableció que cuando los nuevos aportes de capital extranjero superaran el cincuenta por ciento del capital total integrado de la firma, los beneficios previstos por la ley cubrían todas las utilidades de aquella. En cuanto al capital, el régimen instaurado en el país admitía su retiro luego de un plazo de tres años contados a partir de la inversión.

Como eje central de todos estos cambios en las herramientas de la política económica, el gobierno administraba los salarios y las pasividades, de manera de provocar una abrupta y considerable caída en sus capacidades de compra. Esta era, en realidad, la base fundamental de sustentación para intentar tanto la revitalización de la acumulación de capital, como la reinserción internacional.

ORIGINAL

El período comprendido entre 1978 y 1982:

Los principales objetivos planteados e instrumentos utilizados

Desde agosto de 1978, se procuró acelerar la inclución de los sectores productivos en el esquema de apertura con referencia al exterior.Por un lado, las medidas de liberalización de los precios de los productos y los insumos agropecuarios, y por otro lado la puesta en práctica de una progresiva desgravación arancelaria de las importaciones, constituyeron algunas de las principales herramientas movilizadas. Simultáneamente, se dispuso la eliminación de algunos estímulos económicos que en la fase precedente se habían asignado a determinadas ramas productivas. Así, aunque inicialmente se mantuvieron los subsidios a las exportaciones no tradicionales, se dejaron sin efecto las condiciones preferenciales para su financiamento.

En todo caso, tanto para la degravación arancelaria de las importaciones, como para la disminución de los subsidios a las exportaciones, se concibió un programa de avance gradual. Así, los aranceles debían alcanzar un nivel único de 35 por cinto al cabode un período de cinco años que se iniciará en 1980. En cada uno de esos cinco años, debía reducirse el 16 por ciento de la diferencia entre magnitudes efectivamente vigentes y el referido nivel único. Por otra parte, en lo que respecta a los subsidios, a las exportaciones, se estableció que a partir del 1 de enero de 1982 tendría que eliminarse el 25 por ciento de la diferencia entre las tasas precedentes y un nivel único de 5 por ciento.

La dictadura declaraba perseguir por estas vías una mayor eficiencia y una mejor cometividad externa de la producción nacional.

Desde la perspectiva financiera, la modificación de la política cambiaria asumió una importancia central. Elegida como herramienta básica del combate contra la inflación, esta política pasó a apoyarse en un régimen de preanuncio del tipo de cambio, cuya evolución administrativa suponía un retraso notorio respecto al ritmo de crecimiento de los precios internos.De esta manera, se originaban al mismo tiempo, consecuencias importantes en cuanto a las relaciones con el exterior, tanto en el campo comercial como financiero. Así, la nueva política cambiaria encarecía las exportaciones y

018 9714405

abaratalaba las importaciones. Simultáneamente, permitía reforzar la tendencia interna al alza de las tasas de interés, incrementado los niveles de esta última expresados en moneda extranjera, con lo que se multiplicaban los atractivos para el ingreso de capital especulativo y préstamos del exterior.

Esta alteración de la política cambiaria se combinó con un abandono del control de la oferta monetaria, optándose por ligar la cantidad de dinero en circulación con la disponibilidad de reservas internacionales. Adicionalmente, se eliminaron los encajes bancarios obligatorios; se derogó el Impuesto Unico a la Actividad Bancaria; se amplió el margen de endeudamiento de los bancos, permitiendo a estos últimos captar fondos hasta alcanzar un nivel treinta veces superior a sus responsabilidades patrimoniales netas; se autorizó la instalación de nuevos bancos. Y se liberó la tasa de interés eliminando los topes máximos preexistentes al respecto".

1982 en adelante: la prolongación del colapso

Los principales objetivos planteados e instrumentos utilizados

El gobierno adoptó un conjunto de medidas, y que según se declaró, pretendían "atenuar de la mejor forma posible, los efectos perniciosos de una crisis económica que se puede dilatar aún más en el tiempo".

Se dispuso en primer lugar que el Banco Central se retirara del mercado cambiario por el tiempo que lo considerara necesario, y que el tipo de cambio quedara determinado por la oferta y la demanda de la moneda extranjera. A ello se le agregaba la decisión de que el propio Banco podría volver a tomar medidas de política monetaria tales como la fijación de encajes legales y la realización de operaciones de mercado abierto. En el campo fiscal se resolvió incorporar algunos ajustes a los impuestos a la renta de industria y comercio, y al patrimonio. En lo que se refería a los salarios, al tiempo de disponer un incremento del 15 por ciento a partir del 1 de enero de 1983 y de la liberación de los privados –exceptuando el mínimo- con la posteridad a dicha fecha se acotaban las remuneraciones a los trabajadores del sector público por las

ORIGINAL
019 9714405

disponibilidades de la tesoreria. Finalmente, en el ámbito del comercio exterior se resolvió disminuir el nivel de protección efectiva vigente a través de los austes arancelarios que resultan necesarios, eliminar el sistema de reintegros –sustituyéndolos por la devolución de impuestos indirectos a partir del 1 de enero de 1983- y el régimen de financiamento de exportaciones, y gravar a estas últimas con un impuesto transitorio.

(...) Desde la perspectiva de las relaciones internacionales, las situación de aguda crisis a la que se había llegado hacia fines de 1982, condujo a intentar una refinación de la deuda externa y ello –a su vez- determinó que el gobierno recurriera al Fondo Monetario Internacional para el acuerdo con esta institución abriera el camino de la negociación con las entidades privadas acreedoras.

Las medidas del 26 de noviembre de 1982 suponían una rebaja del salario y las pasividades reales. No sólo por haber dispuesto incrementos nominales ampliamente superados por el ritmo inflacionario. También porque se anunciaba la liberación de los salarios privados, en condiciones de aguda represión sindical y la sujeción de las remuneraciones de los trabajadores del sector público a las disponibilidades de la Tesoría que registraba una profunda penuria financiera.

(...) Desde el punto de vista de los gastos, se postulaba la eliminación de los reintegros a las exportaciones y la perfinanciación de estas últimas, así como una reducción de los gastos de inversión. Con respecto a los ingresos, se incluyó el establecimiento de un impuesto a las exportaciones tradicionales, la incorporación de ajustes e incrementos en los impuestos a la renta y al patrimonio, la extensión y el aumento del impuesto al valor agregado. Obviamente, muchas de estas medidas agravaban los efectos de la comprensión salarial para la mayoría de la población del país.

El control de la oferta monetaria fue introducido por las medidas del 26 de noviembre de 1982. Y con las medidas aludidas, que supusieron el abandono de dicha fijación y la flotación del dólar se comenzó a intentar incidir sobre el tipo de cambio a través de la regula ción de la creación de dinero, basada en el establecimiento de encajes bancarios considerables y la realización de operaciones de mercado abierto por parte del Banco Central. Los encajes eran para restringir las posibilidades de los bancos

9714405

de prestar y para limitar la liquidez de la economía, se evitaban presiones indeseables sobre el dólar y al mismo tiempo se atenuaba la inflación.

El gobierno se comprometió a profundizar la rebaja arancelaria, a seguir asegurando la libertad de importaciones y a no hacer acuerdos bilaterales de pago.

BALANCE FINAL

0000072

ORIGINAL

1. El deterioro de condiciones de vida de la población

Sin duda, la consecuencia más importante de esta experiencia fue el deterioro profundo que afectó a las condiciones esenciales de vida de la inmensa mayoría de la población uruguaya, a partir de la brusca caída del poder adquisitivo de los salarios y las pasividades. Así, en el caso de los primeros, dicha caída determinó que la capacidad de compra de los remuneraciones percibidas por los trabajadores se deteriorada, en promedio, un sesenta por ciento respecto a 1971.

0000071

Todo ello determinó, desde un principio, la adopción de diversas estrategias de sobrevivencia a nivel familiar, indispesables para tratar de paliar el enorme reajuste regresivo en el plano de los ingresos. Así, además del proceso de emigración que se había iniciado antes de la adopción de esta política económica, se percibió claramente un incremento en el número de horas trabajadas por persona; un aumento de la participación de la fuerza de trabajo secundaria (mujers, niños, ancianos) en el mercado laboral, y un crecimiento del númerode personas que trabajaban por familia.

0000071

Posteriormente, la desarticulación generalizada del aparato productivo que sobrevino en los primeros años de la década actual provocó un incremento notable del desempleo y el subempleo, que sumando a la caída de los ingresos reales de trabaadores y pasivos, así como a la política asumida en materia de gasto público, provocó una notoria erosión en las condiciones de salud, vivienda y educación de la mayoría de la población. Los uruguayos llegamos al final de la dictadura con uno de cada seis de nuestros compatriotas sin la más mínima cobertura médica, con déficit de

9714405

021

100 mil viviendas para la gente de menores ingresos, y con niveles de educación y cultura destrozados, tanto por el oscurantismo como la falta de recursos.

2. La destrucción del aparato productivo

El modelo originó un rápido crecimiento de la acumulación de capital y la consecuente expansión del producto bruto interno, a favor de la comprensión salarial reseñada precedentemente. Pero visto con la perspectiva del tiempo, ese crecimiento no constituyó un salto cualitativo de la economía uruguaya hacia una nueva situación estructural, en la que el dinamismo del aparato productivo hubiera sustituido al estancamiento precedente.

Primero porque fue efímero, especialmente en relación al prolongado proceso de crisis económica nacional. Segundo, porque los mayores guarismos alcanzados (1978-80) estuvieron demasiado asociados a la acción de factores coyunturales, como la construcción de grandes obras de infraestructura, a cuya incidencia la economía uruguya ha resultado siempre muy sensible; la demanda agregada de origen argentino en 1979, y un gran empuje en la construcción de viviendas en el país, que ommoresulta claro, nunca puede ser un factor duradero de crecimiento en un contexto como el uruguayo. Tercero, porque el tipo de crecimiento que se impuso excluyó a un sector escencial de la economía nacional como es el agro, cuyo estancamiento estructural continuó inmodificado durante todos estos últimos años.

Hacia el final da la experiencia, el crecimiento precedente se trasnformó en caída de la producción y destrucción de su aparato generador. Endeudamiento creciente con el sistema financiero, concordatos y quiebras, fueronlos rasgos dominantes. Simultáneamente, se generó una enorme capacidad ociosa: en todos los sectores había una elevada proporción de empresas trabajando al 5, al 10 o al 15 por ciento de sus posibilidades.

Puede decirse que desde 1974, el Uruguay no tuvo un solo año de suprávit comercial, y que algunos años el déficit alcanzó magnitudes jamás conocidas antes por el país.

3. La jerarquización del sistema financiero y las actividades especulativas

ORIGINAL
9714405
022

L[illegible]rquización s[illegible] comprueba al observar las extraordinariamente altas tasas de expa[illegible]ón de las col[illegible]aciones bancarias que se verificaron desde la propia puesta en prá[illegible]a de este esq[illegible]ma de conducción económica. Si se concidera sólo a la banca pri[illegible]la, las tasas de expansión entre 1977 y 1980, alcanzaron magnitudes incr[illegible]blemente altas: 28, 34, 39 y 42 por ciento respectivamente.

[illegible] otro lado, si[illegible] prejuicios de su intención de promover el ingreso de capital tran[illegible]acional produ[illegible]tivo (que en la práctica fracasó) la política económica de la dict[illegible]ura eligió un m[illegible]ecanismo para equilibrar la balanza de pagos que también revela la j[illegible]arquización de lo financiero y lo especulativo. Así, habida cuenta del déficit com[illegible]cial permanen[illegible], el modelo apostó a la entrada de capital financiero de corto pla[illegible] a favor de una interrelación muy peculiar entre tipo de cambio y tasa de interés. Un[illegible]po de cambio f[illegible]ado, no en función de las necesidades del modelo en materia de con[illegible]ol de la inflación y de absorción de recursos financieros provenientes del exterior. Una tasa de interés progresivamente creciente, a favor de la transnacionalización fina[illegible]ciera en el contexto internacional, y del oligopolio interno constituido por el sist[illegible]ma bancario del Uruguay. En estas circunstancias, toda la ganancia de reservas inte[illegible]acionales que se materializó durante algunos años, se debió al ingreso de capital esp[illegible]ulativo del exterior.

4 La extranjerización de la economía

El mejor ejemplo que se puede poner para ilustrar esto es lo referente al sector sobre el que se apoyó la puesta en práctica de este esquema de conducción económica, o sea el financiero, y en particular el sistema bancario. Dicho esquema no logró convertir al Uruguay en una plaza atractiva para la transnacionalización productiva, pero sí creó las condiciones para que esa transnacionalización avanzara en las operaciones financieras. Al punto que, al finalizar el período dictatorial, 20 de los 22 bancos privados que tenía el país eran extranjeros, así como la totalidad de las casas bancarias.

Basta solo pensar en la notoria influencia que la intermediación financiera ejerce sobre todo proceso económico –especialmente en circunstancias que dicha intermediación ha sido jerarquizada por la propia política económica interna – para percibir que la extranjerización de este sector supone, en realidad, una extranjerización

9714405

de todas las decisiones relevantes en materia económica, afectando la producción, el intercambio externo e interno, y por supuesto, la distribución del ingreso.

Por otra parte, en la medida que todo este proceso significó un progresivo endeudamiento del país con el exterior, aumentó también el condicionamiento que el país recibe de parte de sus acreedores. Y, naturalmente, a todo ello deben agregarse las consecuencias directas de una apertura comercial indiscriminada, que aumentó la subordinación del Uruguay al exterior tanto en materia de colocación de exportaciones como de absorción de importaciones.

5. El endeudamiento externo

La quinta categoría de efectos se refiere a la profundización de la vulnerabilidad externa del Uruguay, que llegó a ser un país totalmente desguarnecido respecto a las oscilaciones de la economía internacional. Más bien habría que decir, que lejos de atenuarlos, la política que se practicó internamente multiplicó los efectos del exterior.

Tal vez, la mejor síntesis en este sentido, esté constituída por el proceso de endeudamiento externo que se aceleró notablemente a contar de los últimos años del decenio precedente, y que llegó a equivaler al valor de la producción anual hacia el final de la fase autoritaria.

Así, en un marco de especulación y extranjerización, el Uruguay llegaba al fin de esta dolorosa experiencia, vaciado, endeudado y con su gente empobrecida y su producción destruida. El ensayo extremista tocaba su fin, su fracaso fue el más estruendoso de cuantos caracterizaron a las diversas peripecias que a lo largo de cincuenta años, no sólo no lograron revertir la crisis, sino que la profundizaron progresivamente, conduciendo al país hacia la dictadura.

Toca el turno ahora la apertura democrática. Para trabajar por ella, la larga historia de esa crisis, así como la experiencia sufrida en su más reciente y violenta etapa, constituyen puntos de referencia insoslayable. Es que sin ellos, es imposible comprender la magnitud de los desafíos que todos los uruguayos tenemos que asumir y enfrentar. " [6]

---

[6] , Astori. D, Caetano. G, Castagnola. JL, "y otros", "El Uruguay de la dictadura (1973-1985), págs. 123 a 125 – 129 a 131 – 136 a 138 – 140 a 144.

9714405

024

Entrevista N° 1

Tema: Derechos Humanos

Entrevista a Martín Ponce de León

Edad: 54 años

Ingeniero. Ex Director de la Intendencia Municipal de Montevideo

- **¿Cuál fue la principal característica de la dictadura en cuanto a la población?**

La dictadura Uruguaya se caracterizó por un número muy alto de detenciones, mucho más alto que las otras dictaduras en proporción a la población, ya que en Uruguay llegó a haber más de simultáneamente del orden de los 5000 presos.

- **¿Cuántos años estuviste preso?**

Casi 6 años, inicialmente unos días en jefatura, después cinco años en el Pta. Carretas y el último período en el Penal de Libertad.

- **¿En qué época?**

A mí me detuvieron el 21 de febrero de 1974, y salí el 31 de octubre de 1979. Los últimos días lo pasé en Cárcel Central, ahí en jefatura. En realidad yo estoy hablando de mi última detención. En el 68', cuando las militarizaciones, estuve varias veces detenido por casos menores. El más extenso fue de 25 días en la Laguna del Sauce con ciertos compañeros de la UTE.

- **¿Cuántos años tenías?**

29 años y estuve hasta los 35.

- **¿Estabas casado?**

ORIGINAL
0001
000108
9714405
025

Sí, y con tres hijos.

- **¿Por qué razón te detuvieron?**

Yo nunca estuve en una actividad del tipo guerrillero, sino que yo era dirigente del GAU (Grupo de Acción Unificadora), un movimiento que fue de los fundadores del Frente Amplio. Tenía mucho peso dentro de los movimientos estudiantiles y dentro de los movimientos sindicales. Con Héctor Rodríguez, que era un dirigente textil de un movimiento obrero importante, lo presentamos lista en las elecciones del 71', pero trabajamos mucho en la parte electoral. Algo curioso es que nunca allanaron mi casa. Si tendrían claro que uno no tenía nada que ver con algo complicado.

- **¿Cómo te detuvieron?**

Te iban a buscar simplemente. Yo no estaba en mi casa y sabían que en alguna lista por ahí andaba.

El día que me detuvieron fue cobrando en la Facultad. Un jefe civil me llevó a un patrullero de un jefe particular. Me hicieron subir al patrullero, apenas salimos de la facultad... ¡BUM!...abajo. Me pusieron una especie de capucha para que no viera más. Es decir, me hicieron salir bien sentado, derechito y apenas dimos la vuelta a la Facultad, abajo.

- **¿Y luego qué sucedió?**

Me pusieron de plantón. Plantón quiere decir: parados un buen rato, con los brazos esposados. En el peor de los casos te dejaban días y si te caías o te tirabas te pegaban. Pero yo no llegué a estar mucho rato. Sobre todo te amenazaban mucho. Te amenazan y

dependiendo de quién sea el detenido esas cosas te afectan más o menos. Ellos te dicen: "...el 22 de julio usted estaba en la librería...". En realidad, es el único dato que tienen tuyo, que por casualidad tienen en una lista de datos. Vos ahí pensás "¡Fua!, me están siguiendo a todos lados, saben que hasta estuve en una librería el 22 de julio, deben tener mi itinerario completo". ¡Un cuerno!. Tienen dos cosas pero todo depende de cómo estuvieras vos. De repente, pasaban y te decían: "... no, no, pásenla para allá que no se vea con el marido...". Vos decís "Tá, agarraron a mi mujer". A veces detenían a las mujeres efectivamente, y en casos muy, muy extremos, la torturaban enfrente del marido. Pero en casi todos los casos usaban eso con lo que llaman tortura sicológica. Yo me quiero reservar la palabra tortura para lo que es más físico, pero eso puede ser terrible.

- **¿Cómo viviste ese tiempo en la cárcel?**

Digamos que el peor momento de la detención, en general, fue el inicial. Era cuando te ponían en la "máquina". Eso fue muy distinto. La mía fue muy liviana, suave.

- **¿Cómo sigue esta historia?**

A los pocos días me llevaron al juez me citaron. Con el juez terminamos hablando de amigos en común. Él me decía "Dentro de pocos días está en su casa, no se preocupe". De ahí íbamos al Cilindro. El Cilindro era un lugar de detención en ese período muy liviano. Lo cuidaban sólo 3 ó 4 policías. Atendías vos la puerta, había teléfono, yo llamaba todos los días a mi casa. Alguna vuelta (yo no llegué a hacerlo a hacerlo), comentaban ahí que alguno iba a la panadería a buscar bizcochos. En el Cilindro a ellos no les importaba mucho, vos hacías lo que querías. Hacíamos campeonatos de volleyball, jugábamos al truco. Hicimos una rueda de a seis de 100 años contra 200 años, eran las edades que sumábamos.

ORIGINAL

- **¿Habia celdas en el Cilindro?**

No, estábamos ahí, lo único que les interesaba era que no nos fuéramos a escapar. No te consideraban un problema. No pensaban que te fueras a escapar.

- **¿Cuántos presos habia allí?**

En expediente éramos 40 y pico y a 25 nos procesaron, de los cuales a 18 nos dieron pena por "asociación subversiva". Eran de 6 a 18 años de prisión y a 7 le dieron asistencia, que era de 2 a 7 años.

Fue el primer expediente en el cual usaron la figura de la asociación subversiva, porque era una figura genérica, no había ningún hecho, no pasaba nada. Entonces de ahí nos llevan a cárcel Central para notificarnos y luego nos llevan a Pta. Carretas.

- **¿Cómo era la cárcel de Punta Carretas?**

El penal de Pta. Carretas era... VIEJO. De noche los milicos que quedaban adentro jugaban al fútbol con las ratas. En las celdas vos tenías forrados los caños de cucarachas, estaba plagado. Más peligrosas eran las chinches (porque te chupaban sangre), no te puedo decir la cantidad de chinches que había. Las tenías que matar en los agujeritos de la pared.

Eran celdas de 2,40 metros por 4 metros. Imaginate cuatro personas viviendo ahí, teniendo las camas, el water, el lugar de estudio, lo que sea. Por suerte te daban un patio de mañana y otro de tarde (un par de horas). Era un patio muy cerrado, muy controlado, con piso de hormigón. No podías usar la cancha de fútbol. Ahí estuve prácticamente 5 años.

En cuanto a la comida, te tenías que cocinar en la celda con lo que te mandaba la familia porque el "rancho" (guiso) que te repartían era una cosa infame, incomible, aunque a veces rescatábamos algún pedazo de carne que aparecía entreverado. Entonces para que no hubiera protestas, dejaban que tu familia te trajera víveres y así

ORIGINAL
0 0 0 0 7
0 0 0 0 7
0 0 0 0 7
028 9714405

ellos se podían llevar los otros. Nos repartían por día, dos panes y un litro de leche por celda. La comida era poca, comíamos un plato al día. Si almorzabas no cenabas y si cenabas no almorzabas. Te organizabas una especie de economía celdaria, intercambiando cosas con las otras celdas. De esto se encargaban los "mandaderos", que eran dos presos sueltos que hacían los mandados. Te tocaba alguna vez hacer esto también.

- **¿Cómo se repartía la cantidad de presos por cada celda?**

Fijate, cuando llegamos estábamos de a dos y de a tres. Después, empezábamos a estar de a cuatro, y hubo un momento en que la mitad de las celdas estaban de a cinco.

- **¿Cómo convivían en una celda 4, 5 personas?**

Mal, en cuanto al espacio, porque en una celda para cuatro te tenés que acomodar. Había dos camas (cuchetas), pero las otras dos había que armarlas. Poner los colchones de manera que no embromaran, cualquiera que se levantara al baño tenía que pasarle por arriba a los otros. A su vez el baño estaba en el mismo cuarto. La convivencia es complicada.

Ahí teníamos radio, locales, estaban prohibidas las de onda corta. Pero los presos tienen el tiempo del mundo, así que escuchábamos onda corta abierto. Escuchábamos las noticias de lo que estaba pasando en el país, que eso no es poca cosa.

- **¿Cómo fue en el Penal de Libertad?**

Era un penal nuevo, higiénico, nunca vi una rata ni una cucaracha ni una chinche. Las celdas eran para dos, y había dos presos por celda. Era todo prolijo, todo ordenado y..

sin embargo era TERRIBLE. Aquello era como un campo de concentración nazi. Una y otra vez me hacía acordar a lo que uno se imaginaba en la guerra.

Tenías que estar uniformado, eso es muy embromado. El pelo te lo rapaban, pero te lo rapaban allá también (en Pta. Carretas). Era una forma más de que no te escaparas. No sólo estábamos todos rapados sino que todos de gris, te ponían, además, colores identificatorios de en que piso estabas, un número grande en la espalda.

En Libertad yo aprendí una cosa increíble, que me la dijeron cuando llegué y me di cuenta que era verdad. Estaba prohibido saludarse y, sin embargo, tú te podías saludar sin pestañear, con la intensidad de las pupilas. Es decir, vos veías que te estaban saludando... era brutal.

En otras circunstancias en los cuarteles que te prohibían hablar y prohibían todo, durante meses mis compañeros fueron desarrollando todo un diálogo con las manos, pero yo no llegué a usarlo.

- **¿Qué consecuencias tuvo, desde el punto de vista político, la violación de los Derechos Humanos?**

En Uruguay, el tema de los Derechos Humanos, llegó a ser un tema de cada familia. Prácticamente pasó a no haber nadie que no tuviera en su familia ó entre sus amigos algún preso torturado. Eso pasó a tener un efecto político brutal. Incluso, gente que no compartía para nada lo que vos decías, no estaba de acuerdo conque estuvieras preso o que te torturaran.

Llegó un momento en que el gobierno, básicamente el militar pero con los civiles que lo acompañaban, sufrió un grado de aislamiento total de la sociedad uruguaya. Eso uno lo vivía, lo sentía. Acá vos sentías que era tan grande la unanimidad en contra, que nada más era un problema de tiempo. Es más, el momento en que triunfa el NO en el 80', era un buen año desde el punto de vista económico o sea, eso da la idea de hasta donde acá el tema de las libertades es un tema brutal. Te imaginás que cuando vos estás preocupado por temas muy elementales de libertades otros temas normalmente importan, pasan a ser totalmente secundarios.

ORIGINAL
000007
000007
030 9714405

Realmente una dictadura es un tema terrible, pero el primer tema es el de las libertades. Uno vivía un clima de inseguridades muy fuerte, por cualquier cosa te detenían. Te podían, como pasó en muchos casos, ponerte en la "máquina" y después decirte: "Uy, perdone, nos equivocamos, disculpe". Te tenías que poner contento porque te largaban.

Nosotros de dictadura lo que conocíamos, salvo los que habíamos viajado, leíamos en los diarios. Hubo quienes desarrollaron una tesis, claro, ya había medidas de seguridad. Había otros que decían "esto ya es una dictadura" y NO hay que confundir. Vos podrás decir "hay pobreza y eso en referente a lo humano es importante, lo que sea pero no confundamos. Podrás y tendrás que pelear para resolverlo, pero que te peguen un balazo, que te aten las manos y te pongan una venda... Es decir, las libertades son las libertades, los Derechos Humanos elementales, aunque claro, si te morís de hambre estás al mismo nivel.

- **¿Qué tipos de torturas eran las más utilizadas?**

Submarino, era lo standard: picana; también la colgada, te ataban las manos atrás, te colgaban de un gancho y terminabas con todo insensibilizado. Eso lo hacían porque no deja marcas y es muy doloroso.

- **Eso debe afectar psicológicamente, ¿no?**

Si, todo eso depende mucho de hasta donde tú en la cabeza tenés condiciones de integrar un porqué. Eso a su vez tiene mucho que ver, supónte, yo no me olvido más que yo un período, estando preso, tenía familiares directos enfermos, eso te mata. Fue el único momento en el que yo me quería comer los garrotes. Después dependía mucho de cómo estuviera cada uno. Claro, en algunos lugares quedaron secuelas físicas.

Por suerte, entre los presos siempre hubo una actitud de liberarse ánimos y no de tenerse lástima. Al contrario, "esto es una dictadura, esta es la parte que nos tocó a nosotros, otros están peleando de otra manera, otros están exiliados, esto es parte de un proceso político y punto. Tenemos que sacar de acá lo que podamos, si podemos estudiar estudiamos, si uno sabe más que otro y podemos hablar me enseña tal cosa".

ORIGINAL
9714405
31

Tratábamos siempre de hacer ejercicio, estaba prohibido (en la celda). Se desarrollaba un sistema de hacer gimnasia (nos muestra unos papeles en donde dice, "Como hacer *ejercicio en lugares reducidos*"; estaba muy prolijo hecho, con letra pequeña, dibujos y escrito en inglés).

- **¿ En ese tiempo, cómo lo vivió tu familia, tus hijos?**

Bueno acá tenés a uno de mis hijos.

Pablo: La visita en Punta Carretas eran los sábados de tarde. En el penal de libertad era una vez cada quince días. Nosotros éramos tres, y entonces íbamos y los tres lo queríamos para nosotros y no nos daba el tiempo.

En Libertad era mucho más crudo porque era cada 15 días y el trato era más estricto hacia ellos. A veces venia llegando, lo veías que venía caminando y no lo podías saludar. En Punta Carretas no era así. Nosotros no sabíamos al principio, que en libertad no se podía saludar, entonces lo saludábamos sin saber que lo podían suspender, incluso me parece que llegaron hacerlo. Eso a vos te mataba por que lo veías, te morías de ganas de saludarlo y no podías. Pero también tenía su lado bueno porque jugábamos con él al aire libre, en las hamacas, el ambiente era más lindo. Creo que siempre hay que encontrar en lo malo, las cosas buenas.

ORIGINAL
000001
000087
9714405

ARTÍCULO ESCRITO POR MARTÍN PONCE DE LEÓN SOBRE "EL PENAL DE LIBERTAD". . SEMANARIO AQUÍ 11/9/84

el Penal de Libertad

AQUÍ

por Martín Ponce de León

Nuevos muertos se agregan a la ya demasiada larga lista. Leiva, Yoldi, y ahora Bilé Martínez. Los dos primeros culminando trágicamente duras enfermedades para pelear con las cuales el Penal los colocó en notoria inferioridad de condiciones. El Bilé, el más reciente, se "autoelimina" luego de siete años de prisión, cuando ya había firmado la libertad y la familia lo esperaba con la cama pronta y los amigos del Comité de Base con carteles. Y es este último caso el *que hoy sentimos que nos* obliga a escribir. Porque esa muerte es un producto "puro" de esa máquina que es el penal de Libertad.

Bilé Martínez pertenecía a una extensa familia, muy golpeada en estos años; una familia tan golpeada que la sentimos como un símbolo de estos años de sufrimiento, de este Uruguay dictatorial. De los 10 hijos de esa familia (5 varones y 5 mujeres) una hija está refugiada en Suecia, dos de los hijos tienen a sus esposos desaparecidos en Argentina (Hugo Méndez y Tito Bosco) un hijo emigró por problemas laborales y otro, Bilé estaba preso, pero ya cumplía..., ya había firmado..., en medio de tantos sufrimientos pasados era un esperado *festejo... pero ya no* lo fue. Fue otro sufrimiento. Una muerte especialmente injusta.

Y hoy siento que es una obligación intentar al menos explicar algo. Tratar de trasmitir, por encima de rabias, frustraciones, y sentimientos algún elemento comparativo que ayude más a entender este *problema nacional a quienes* no lo *han vivido*. Y decimos problema nacional porque sentimos profundamente que la mera existencia hoy de los Penales de Punta Rieles y Libertad es un problema nacional. Es nacional pero es ajeno al país. Tan ajeno al país que hoy -que nadie puede suponer siquiera la existencia de "problemas de seguridad"- el acceso a los Penales sigue vedado. Es que el Uruguay no lo resistiría. Si los canales de televisión pudieran filmar -no como serial extranjero sino como realidad cotidiana- la vida de los Penales, se produciría algo similar a la violenta reacción del organismo ante la presencia de un cuerpo extraño. ¡Eso no es Uruguay! ¡Eso no puede existir aquí!

Y aun así, las cámaras apenas si *trasmitirían una pequeña* parte de la realidad. El Penal de Libertad es verdaderamente una máquina y las cámaras apenas si registrarían su superficie.

En general, por variados y confluyentes motivos hay una cierta resistencia a "explicar" el Penal por parte de quienes allí pasamos algún tiempo. Tal vez una de las principales razones es lo difícil que es el intento.

Antes de llegar a Libertad habíamos pasado por Punta Carretas y tal vez el contraste nos permita trasmitir algo más.

En el Penal de Punta Carretas estuvimos varios años en el tercer piso, en la llamada "Categoría especial", donde aún se encuentran varios militares procesados por la Justicia Militar. *Habitábamos* en el Penal veinticuatro celdas comunes" y una cantidad oscilante entre 150 y 180 "presos políticos". A diferencia de los presos comunes (y siempre para peor) no podíamos circular por el Penal, no podíamos acceder (no conocí ningún día de excepción siquiera) al patio del Penal que posibilita el uso de canchas de deportes y no podíamos concurrir al Hospital Penitenciario (dentro de los muros del propio penal) sino a través de una solicitud formal que llevaba muchos días de trámite hasta combinar la concurrencia al mismo con varios guardias actuando como "custodios directos" del detenido. El Penal de Punta Carretas es un edificio de comienzos de siglo, donde el agua que llega a la celda es un hilo que hay que trabajosamente acumular; chinches, cucarachas y otros congéneres disputaban con nosotros el espacio vital y las ratas se paseaban casi como animales domésticos a la vista de todos. Por otra parte nuestros familiares nos llevaban papas, azúcar, harina, tomates, etc. para posibilitar luego del reparto que los propios *presos hacíamos* entre nosotros, el cocinarse en cada celda la comida diaria (es justo indicar que el penal nos entregaba un litro de leche por día y una porción de carne, para una comida a cada preso, dos veces por semana). (A propósito, esa *comida* que diariamente cocinábamos en base a lo que *nuestras* familias nos llevaban es la misma por la que luego nos cobrarían como gastos de estadía...) Agregue el *lector a esto*, el hecho de que en cada celda (de tamaño total de 2,40 x 4.00 mts) vivíamos de 3 a 4 compañeros, según el momento.

Pues bien, esas condiciones sensiblemente peores que las de los presos comunes (las que ya son por cierto malas) en el Penal de Punta Carretas, eran *tales, en comparación* con el Penal de Libertad, que siempre hablamos de "La Punta" como un lugar de detención privilegiado.

Y conste que el Penal de Libertad es un edificio nuevo, higiénico, con población limitada a dos por celda (salvo los sancionados a estar solos durante largos años); con canchas de deportes, con comida escasa y limitada en cantidad y calidad pero "comible"; con asistencia médica limitada y cuestionada pero existente. Y sin embargo...

No era tampoco la rapada del pelo, que nos la efectuaban en los dos penales; y bien ¿qué era?!

Si tuviera que decirlo en una frase, tal vez no muy ortodoxa, yo diría que Punta Carretas, aunque con hacinamiento, dureza, carencias y mugre, era parte del Uruguay, pero el Penal de Libertad era una cosa absolutamente ajena al *país*. Naturalmente que muy orientales éramos los que estábamos allí dentro. Lo viví en el año '79, en mi último año de detención y creo que cada día me detenía a mirar el conjunto por la ventana y sentir que eso no era mi país y avergonzarme de que eso existiera en mi país.

Esas torretas perimetrales entre las que se cruzan en la noche alaridos guturales. *Esos reflectores* sacados de películas ajenas. Esos *compañeros* de uniformes con sus números y sus colores clasificatorios de sub-conjuntos. Esas filas de compañeros que se cruzan sin poder siquiera saludarse mientras los guardias vigilan; y otra fila de compañeros con guardias que va al locutorio... y otra *fila que va a lavar* sábanas... Esas visitas espaciadas *15 días* (en Punta Carreta eran semanales y para los presos comunes 4 días a la semana y sin exigencia de parentesco de primer grado pero, además, visitas en que al ser querido se lo ve a través de un vidrio y sólo se le puede hablar por teléfono. *Eso no es de nuestro* país. Esa prohibición en los recreos de hablar de a varios, de formar una simple rueda de 4 ó 5. Sólo se puede hablar de a dos. Esos largos años sin poder leer un diario, ni escuchar un informativo. Se crea un mundo con algo de ciencia ficción. En aquel '79, luego de 20 versiones sobre la caída de un Somoza, siempre desmentido luego, resolví dejar de preocuparme y esperar a la salida para enterarme. Claro, para mí era fácil. Me quedaba menos de un año. Pero ¿qué pasa al someter a alguien a años de no tener noticias del mundo exterior? Agreguen lo intrasferible. La celda cerrada. Los eventuales castigos (sin salir de la celda o acaso los calabozos de "la Isla"). Eso no es nuestro país. Y eso es una *máquina* montada y pensada para *destruir*. Para *destruir personas*. Afortunadamente en la mayoría de los casos no lo ha logrado, pero los engranajes siguen girando y cada tanto un caso como el de Bilé es la fiel expresión de lo que la *máquina* va buscando.

Y bien, a esa máquina debemos pararla. Y pararla ya, pues sin duda *seguirá* -de lo contrario- cobrando víctimas. Es un reclamo del país la libertad de todos. Pero es una exigencia del nivel humano más elemental *que se pare la máquina*, que se *termine* el hostigamiento, que se permita saludar, hablar, formar rueda. Que se permita tener radios y periódicos. Que se permita ver a los seres queridos sin vidrios ni teléfonos. Que se permita recibir la visita de amigos como en cualquier prisión común. Que se atienda *realmente* a los *enfermos* físicos y psíquicos. Que saquen las torretas con sus gritos y reflectores propios de campo de concentración.

Bilé no se suicidó. Era un muchacho sano y jovial. Lo mató esa máquina a lo largo de siete años. ¡Deténganse pues los engranajes! ¡Que no haya más víctimas!

Que quienes tienen autoridad en el tema tomen al menos las medidas mínimas que se vuelven ya imprescindibles en un país que reclama la *libertad de todos* los presos políticos. Detenidos en condiciones que nada tienen que ver con las que la Constitución establece en el artículo 26, aun para los peores delincuentes. Aunque el lugar de detención sea conocido ¡qué ironía! como "Penal de Libertad".

9714405

033

FECHA 12/03/98 INICIAL TE
Pasado a Sistema DBX
OBSERVACIONES

Entrevista N° 2

Tema: Educación

Entrevista a Carmen Camaño.

Edad: 50 años

Maestra y Pedagoga. Profesora de lenguaje y comunicación, y lecto-escritura. Es colaboradora en la Facultad de Humanidades, en el departamento de Teoría Literaria.

- **¿Qué cambios principales introdujo la dictadura en la educación?**

000001

En primaria se cambiaron los programas, se volvieron más dirigidos, digitados y no participativos. Cambió principalmente el sustento filosófico tendiendo a ser más tecnicista, más conductista.

También se llegó a marcar muy estrictamente el horario, convirtiéndose en una carga horaria digitada y compartimentada, algo que no es bueno para los niños.

ORIGINAL

- **¿Cómo afectó este período en el tema educativo?**

000001

Fue un fenómeno que afectó a todos los niveles. Se removió y se sacó gente de sus cargos; afectó en muchos parámetros y también a los niños.

En cuanto a la formación de maestros, se cree que la generación que se formó en esos años fue de las generaciones con más carencia de conocimientos, ya que existían restricciones de todo tipo. Bajó mucho el nivel de calidad de la formación.

- **¿ Qué sucedió con maestros y docentes?**

000002

Muchos maestros fueron destituídos y los cargos altos fueron ocupados por gente "de confianza". En el Instituto de maestros, los que fueron mis maestros los destituyeron a la mayor parte. Los cargos de confianza se fueron nombrando "a dedo" y llegando el fin

9714405

de la dictadura se legalizaron determinadas situaciones para que esas personas quedaran.

En cuanto a los concursos, se siguieron pero no fueron totalmente limpios, se utilizaron ciertas reglas de juego. Esto impedía que mucha gente no pudiera acceder a los cargos pero no por problemas educativos.

- **¿ Creés que hubo violación de la laicidad?**

Si suponés que laicidad es mostrarle los elementos a los niños para luego usar su libertad, como sucede hoy en día, sí hubo, ya que fue dirigida en un solo sentido. Si bien no se hablaba de política ni religión, tampoco se daba la posibilidad de verlas. Por supuesto que se hablaba de la patria y de la orientalidad.

Si por otro lado pensás que laicidad es no hablar absolutamente de nada, entonces no hubo violación porque eso fue lo que sucedió.

- **¿ Qué secuelas dejó la dictadura en la educación actual?**

Yo creo, y mucha otra gente, que los efectos todavía se están sufriendo, principalmente en generadores de educadores a todo nivel. Recién ahora hay buena formación y están saliendo generaciones con otro tipo de cabeza. Pero no está comprobado científicamente en un estudio sino es la opinión de gente que está hace muchos años en el tema. En realidad es algo lógico porque se formaban con autores restringidos, usaban libros que no sabían quién los había escrito y por lo tanto el conocimiento era muy limitado.

9714405

Entrevista N° 3

Tema: Educación

Entrevista a Jorge Medina Vidal

Edad: 63 años

Profesor de Teoría Literaria en la Facultad de Humanidades y de Semiótica.

000002

- **¿ Qué cambios introdujo la dictadura en la educación?**

Se cambiaron los programas en la Universidad, en realidad se adaptaron, suprimiendo elementos sospechosos. Se introdujeron decanos interventores, especialmente en la Facultad de Humanidades.

- **¿Qué sucedió con los docentes?**

Los docentes fueron catalogados en A, B, C. Los primeros eran los "fachos", los B fueron destituidos de sus cargos y los C debían irse directamente exiliados del país.

ORIGINAL

000007

- **¿Hubo violación de laicidad en la educación?**

Es algo que no puede comprobarse realmente, ya que los profesores hablaban de lo que pensaban políticamente y muchas veces lo hacían autoritariamente pero nadie podía comprobar esto.

- **¿Qué consecuencias principales produjo la dictadura en la educación?**

Principalmente destruyó una generación de cultura, es decir que el nivel cultural de la sociedad uruguaya bajó enormemente. La "evolución" de la cultura fue nefasta. Antes había escuelas de pintura, sistema de conferencia, cursos, teatro. ¿En qué quedó todo eso?.

000008

Dejó perspectivas, creó una tierra de nadie donde luego se llenaron huecos en la educación que hoy son peores. Quitó formas de ideales, el milicaje dejó una gran desolación moral, creó una sociedad de consumo.

9714405

Hoy por hoy, se imponen valores que no sirven, esa idea de que "la vida hay que aprovecharla". Fijate, la gente hoy llora si se gana una MOULINEX, está de moda el Tinellismo. Esa es la cultura de ahora.

- **¿Qué opina sobre la Universidad de hoy?**

000002

TERRORIFICA; cada año se baja el nivel de enseñanza porque los muchachos no entienden. No hay control de los alumnos, ya que no se pasa la lista. Es bueno ir sin imposición de la lista pero en un país que tenga los valores como para hacerlo.

ORIGINAL

Existe el dinero mal distribuido; hay docentes que ganan mucho dinero y no concurren a clase, que no están investigando.

Debería cambiar totalmente la Universidad. Fijate, por ejemplo, que no se puede trabajar en clases de tanta gente que hay.

El problema feroz de nuestro sistema educativo es que se desconoce la realidad. Ahora con el Mercosur el Uruguay debe luchar contra Universidades realmente serias.

0007

9714405

037

Entrevista Nº 4

Tema: Economía

Entrevista a Sergio Abreu.

Edad: 51 años

Abogado. Asesor de la Cámara de Industrias. Ex senador por "Renovación y Victoria " y ex canciller.

- **¿Cuáles fueron las principales características económicas en la época de la dictadura?**

La reforma económica o el impulso económico del gobierno de la dictadura partió de un modelo de carácter liberal, por decirlo así, destinado a un proceso de apertura de carácter unilateral. ¿Qué quiere decir esto? simplemente que se buscó, por un lado, la eliminación del doble cambio, es decir, la unificación del cambio unifructuante y por otro lado, la apertura de la economía tendiente a una paulatina baja de los aranceles.

El gobierno de dictadura autoritaria desde el punto de vista político, pareció que orientaba una especie de contradicción, un acentuamiento de la libertad económica y una restricción de la libertad política. La libertad económica estaba basada en un proceso de apertura, de reducción de aranceles, en una unificación del tipo de cambio y en un régimen de incentivo de inversiones con la apertura de países inversionistas.

Desde el punto de vista comercial, el proceso buscó a través de dos convenios bilaterales con Argentina y Brasil, profundizar las relaciones. Aún dentro del esquema de la ALADI, se consiguió una autorización que el Uruguay no estaba en condiciones de obtenerla.

Es decir, tenemos una apertura de la economía, un flujo de inversiones, un ingreso de las inversiones, una profundización de la relación comercial, un intento de modernización del país, siguiendo de alguna forma el modelo que otras dictaduras venían aplicando en América Latina como el caso de Chile, de la propia Argentina o del propio Brasil. Claro está que los resultados han sido todos distintos, en todas las

ORIGINAL

dictaduras y todas las reformas económicas; pero el signo de la política económica ha sido netamente liberal.

Yo creo que la orientación económica que se siguió en el comienzo de la dictadura, tuvo resultados relativamente positivos, por decirlo así. Yo les diría que en materia económica no ha variado mucho la orientación y me animo a decirles que no va a variar en el futuro, cualquiera sea el gobierno que podamos tener, porque se ha consolidado y se consolida en general un compromiso muy importante con la estabilidad macro-económica, con el equilibrio fiscal, con el índice de inflación, con la balanza de pagos equilibrados ó tendiendo a equilibrarse, con una proyección aperturista no solo hacia adentro, para las importaciones sino también hacia fuera para las exportaciones. Y todo eso, más ó menos, en un tronco que no necesariamente debe identificarse con el autoritarismo político.

- **¿Cómo influyó en la vida de la población?**

Yo realmente no soy un economista para poder definir cuáles son las repercusiones. Diría si, que fue un proceso de apertura en muchas áreas de la economía que no han sido sustituidas o derogadas.

No creo que haya existido una desocupación de gran naturaleza porque los índices de desocupación no han variado notablemente y no creo tampoco que el modelo económico haya sido motivo de una gran crisis ó una confrontación. Lo que fracasó fue el modelo político y el modelo económico, que no fue eficiente. Socialmente yo les diría, que esta política económica buscó una modernización, una puesta en marcha en el país, con dificultades después de su implementación. Hubo un choque importante en el área de los ingresos fijos y ahí sí afectó a la población, con el tema de la devaluación y los simbrosos importes que tuvo este pro-cambio.

- **¿ Qué sucedió con los capitales nacionales y extranjeros?**

ORIGINAL
9714405

El famoso decreto de 1974 fomentó la inversión extranjera, pero aún cuando había un proceso de modernización ó de apertura, no llegó a la profundidad que ha llegado en estos tiempos en materia de privatización, concesión y regulación.

El estado uruguayo se mantuvo en coma en esos años, el estado monopólico también. Las empresas nacionales, aún cuando iban perdiendo protección, todavía tenían cierta mayoría para poder moverse y las empresas extranjeras iban invirtiendo en proyectos específicos con incipiente participación de las multinacionales.

Yo diría que no se produjo un *gran sacudón; sin ser economista* y sin recordar bien la cifra, la relación entre las inversiones y el Producto Bruto Interno (PBI), en el año 80', fue muy baja en el Uruguay. En aquél momento no sé si andaba entre el 6 % ó 10 %. Para que sea más viable, se supone que debe estar por encima del 17 %. Pero esto no tuvo un gran impacto, ya que a las reformas que se hicieron les faltó profesionalidad, coherencia y le faltó un equipo que pudiera transcurrir una línea de reforma económica con mayor creatividad.

- **Pero todo este proceso agravó el endeudamiento externo...**

Naturalmente, todos sabemos a qué se debe la deuda externa; a una retención de capitales por endeudamiento del sector público y privado. Es una deuda que debe pagarse. Ésta ha provocado grandes quejas en los países que tienen que refinanciar y amortizar por ser muy grandes. Algunos sostienen también que lo importante no es la deuda, sino lo que el país produjo; en cuanto un país produce y exporta, el problema de la deuda debe ser minimizado.

El aumento del producto bruto supone que un país tiene más productividad, puede atraer más inserción, mayor exportación y mayor ingreso de unisas. Por lo tanto la deuda es parte de una dinámica, como si fuera una empresa que va produciendo y se va endeudando, pero con capacidad de pago. Lo que sucede es que esa capacidad de pago no estaba en condiciones.

Yo no diría que todas las causas de la crisis económica son derivadas de la dictadura militar, diría que quizás fueron agravadas por el hecho de no existir una libertad de expresión, que permitiera presentar en la discusión, alternativas diferentes. También es

000007
ORIGINAL
000007
000007
9714405
040

cierto, como algunos han dicho que "las dictaduras bien orientadas son mucho más eficientes que las democracias en materia económica"; este es el argumento que utilizó Pinochet.

- **¿ Cuál es tú opinión respecto a esto?**

Yo digo que no hay una justificación filosófica porque no la comparto, pero como dato de la realidad es cierto, sino el gobierno chileno actual que es de izquierda, hubiera deshecho todo el camino de apertura y la producción de Chile. No sólo lo continuó, sino que la oposición al gobierno de izquierda, continuista de la política económica anterior, es la derecha. ¿Qué fue lo que hizo?; se trató de ser más eficiente, se impulsó a una reforma y en esto quedaron muchas industrias en el camino.

ORIGINAL 000002
000007
041
9714405

CONCLUSIÓN

Para este trabajo mi propósito era poder tener una visión global de lo que sucedió durante la dictadura en nuestro país y las secuelas que dejó. Yo quería enterarme por mis propios medios de que fue lo que sucedió en esa época. Quería ver las dos versiones, así podía estar segura de lo que aconteció sabiendo que iba a tener ambos puntos de vista.

Al tomar la Educación, la Economía y los Derechos Humanos, creímos que así lograríamos tener un panorama claro de lo sucedido.

La dictadura militar afectó a la educación, tanto primaria, secundaria, como universitaria, aunque en la universitaria fue donde tuvo más repercusión. En general lo que sucedió fue que cambiaron los programas de estudio, adaptándolos, sacando lo que les parecía "sospechoso". Se destituyeron a los maestros y profesores poniendo a sustitutos "de confianza". Las personas que fueron destituidas eran las que estaban catalogadas en B y C. Los A eran los que quedaban. Por esto, la formación de los futuros profesores fue de un nivel bajo. Los estudiantes se vieron afectados por la dictadura, ya que también ellos bajaron el nivel. Las clases eran con muchos alumnos (90 a 100) a los cuales el profesor nunca lograría conocer y a los que luego tendría que exonerar.

Los estudiantes demostraban su disconformidad escribiendo en las paredes, en carteleras, salones, etc., sabiéndolo los Rectores y Decanos. Por lo tanto hubo violación de la laicidad.

Se podría decir que la dictadura sí dejó secuelas en la Educación, puesto que los que estaban estudiando para profesores en ese momento

042 9714405

estuvieron restringidos, estos mismos son los que están dando clase ahora. Por suerte, se están haciendo cambios.

Con repecto a la economía hubo cambios en las condiciones de vida al bajar los salarios y las pasividades. Por esto la capacidad de compra decayó. Las personas tuvieron que trabajar más horas. Las mujeres, los ancianos y los niños tienen que salir a buscar trabajo.

En el 1974, se fomentó a la inversión extranjera, aunque no llegó a la privatización, concesión , pero todavía tenían cierta mayoría. Las empresas extranjeras iban invirtiendo en proyectos específicos, eligiendo las multinacionales.

El país se fue endeudando, por la retención de capitales del sector publico y privado. Nuestro país con ese dinero tenía la posibilidad de ir produciendo y así poder exportar. Esto hace que aumente el PBI, inserción, mayor exportación y mayor ingreso. La deuda fue parte de una dinámica, va produciendo con una capacidad de pago. Lo que sucedió fue que esa capacidad de pago no estaba en condiciones.

Otra cosa que sucedió fue que el peso uruguayo se devaluó enormemente. Esta fue la crisis del '82. La gente que tenía dinero en el banco, de un momento a otro, lo iba perdiendo por la devaluación.

Hay que hacer una aclaración y es que el marco teórico no se corresponde con la comprobación. Ya que el Dr.Sergio Abreu nos dijo que la crisis económica no fue una derivación de la dictadura. Nos dijo que al no haber libertad de expresión se tenía que aceptar lo que se decidiera sin uno tener la posibilidad de proponer una alternativa distinta.

ORIGINAL

Esto fue sin lugar a dudas, una de las causas de la crisis. También nos dijo que, como dijo Pinochet, " las dictaduras bien orientadas son mucho más eficientes que las democracias en materia económica".

Es bastante feo como suena pero es una gran verdad. Con esto no quiero decir que este de acuerdo con la dictadura, pero es verdad que si uno tiene toda libertad para actuar con el propósito de hacer un bien al país lo va a lograr con éxito.

En pocas palabras, Uruguay sufrió las consecuencias de la dictadura, también con respecto a la Economía. Luego, poco a poco se fue acomodando la situación y pudimos salir adelante bastante bien, aún con problemas de desempleo.

Por último el tema de la violación de los Derechos Humanos quizás el tema más desagradable de toda la dictadura, pero lamentablemente sucedió. Uno simpre cree que la violación de los Derechos Humanos es solo la tortura. Fue algo muy importante, pero no lo único. A modo de ejemplo se violó el Habeas Corpus, que es la garantí fundamental (consagrada en la Constitución) que tiene toda persona arrestada indebidamente para poder interponer ante cualquier juez el recurso de liberación o que la autoridad justifique su detención. También fue violado el derecho de defensa, el abogado defensor era acusado de ser subversivo. La justicia militar prolongaba la detención, impidiendo la liberación de los presos, una vez fuera declarada por el juez militar. Estos presos estaban en libertad en los expedientes judiciales, pero seguían encarcelados por tiempos variables. Estaban además los presos por conciencia o sea, se los acusaba por lo que pensaban y no por un delito.

044

9714405

En Uruguay el tema de los Derechos Humanos fue muy duro, no por las muertes que hubo sino por la cantidad de presos políticos y torturados. Un gran porcentaje de la población, en relación al número de habitantes que somos, estuvo en esta situación (1%). La gente, en general ya no quería estar más en esta situación. Fue un rechazo unánime.

Se llegaba a estar tan preocupado por el tema de la libertad que los temas que suelen importar como: crímenes, robos, asaltos, pobreza, etc., pasaron a un segundo plano. El clima de inseguridad era muy grande, la libertad estaba en juego y este es el tesoro más preciado que puede tener el ser humano.

Una cosa que dijo el entrevistado me llegó mucho y fue que para ellos la torturas no eran lo más importante sino la forma de como sobrevivir a ellas.

En conclusión este trabajo me sirvió para conocer mejor, más profundamente lo que sucedió en la época dictatorial. Fue una etapa de muchos cambios en donde la gente sufrió desde muchos aspectos (económicos, sociales, culturales) y que poco a poco nos estamos reacomodando. Fue un hecho que sucedió no hace mucho tiempo, y que aun estamos sufriendo las secuelas. Esperemos que nunca más nuestro país, y ningún otro, vuelva a sufrir esto.

CECILIA DISTE en el clavo!

645

ORIGINAL
00007
00007
9714405

CONCLUSIÓN

El gobierno de facto (como tema), es a mi entender, relativamente complicado de tratar, ya que es muy amplio y abarca múchisimos aspectos, a modo de ejemplo: económicos y sociales entre otros.

Al comienzo del trabajo nos planteamos como objetivo: tratar el tema de la Economía, de la Educación y de la violación de los Derechos Humanos. Creo que no logramos profundizar lo deseado en cada uno de ellos principalmente por su extensión, en el tema educativo, por la falta de materiales. Por otro lado, creemos haber cumplido con lo propuesto en la introducción: informarnos de lo ocurrido, asumiendo una historia "reciente" para enfrentar el presente, la cual nos implica como uruguayos.

En el tema de la Economía reconozco que no se me hace fácil opinar, ya que se necesita saber un montón de elementos a fin lograr entender todo en su totalidad. Al igual que en el desarrollo teórico, pienso que "el deterioro de condiciones de vida de la población", es de las consecuencias más significantes que produjo el sistema económico aplicado. A partir de la "caída del poder adquisitivo de los salarios y las pasividades", las condiciones de vida de gran parte de la población uruguaya se vieron deterioradas.

En cuanto a la desocupación, el Dr. Abreu plantea que no hubo una desocupación extremadamente grande, esto contrasta con lo planteado en el marco teórico. El entrevistado afirma que la situación de desempleo, no ha variado notablemente. Igualmente, es

000007 ORIGINAL 000007 000007 000007

9714405

una situación que afecta en grado importante la vida de la población y por lo tanto deberia revertirse y cambiar.

La extranjerización de la economía es un tema muy discutible porque existen diversas posiciones. El marco teórico la plantea como una situación enteramente negativa: sin embargo, el Dr. Abreu piensa que esta orientación económica ha traído resultados positivos y que "no necesariamente debe identificarse con el autoritarismo político.

Esta apertura financiera agravó notoriamente la deuda externa, convirtiendo al país en un "apéndice" de los países extranjeros. En mi opinión, creo que el Uruguay (con fronteras terrestres), no puede darse el lujo del "aislamiento económico". Corre el riego, a la larga, de alimentar internamente sus propias ineficiencias, produciendo un atraso en el desarrollo económico del país. Esta posición de apertura económica debe apuntar, tanto a las importaciones como a las exportaciones.

El segundo tema desarrollado fue la Educación, área que tuvo también grandes repercusiones. Creo que el marco teórico, obtenido de uno de los libros escritos por las Fuerzas Armadas, es muy extremista. Plantea una educación totalmente copada por el comunismo, que "ha conquistado cerebros y corazones de una juventud idealista". Por otro lado, le adjudica al comunismo y al marxismo, la crisis docente vivida en Uruguay. Como se ha podido leer en el desarrollo, las FFAA no plantean en ningún momento la

000007
ORIGINAL
047 9714405

razón de tan numerosas destituciones de docentes y la intervención de algunos programas y Universidades.

En mi opinión, las entrevistas realizadas se acercan mucho más a lo que verdaderamente sucedió. Ambos entrevistados cuentan que muchos maestros y profesores fueron destituídos y no, por problemas educativos. Se cambiaron algunos programas, suprmiendo elementos "sospechosos" y las facultades fueron intervenidas, quitando, en toda las autoridades legítimas colocando decanos interventores.

Pero la gran secuela que dejó la dictadura en relación a este tema es el bajo nivel cultural de la sociedad uruguaya. Esto es una idea que comparto y también lo he oido muchísimo. Cada dia que pasa, existen menos jóvenes que lean, que visiten exposiciones, que vayan al teatro, que se dirijansimplemente a ver arte. Y no estoy diciendo que no estudien, pero la escala de valores ha cambiado mucho hoy en día.

La violación de los Derechos Humanos constituyó un tema muy significativo e importante de tratar en este trabajo. La dictadura fue un período de gran ausencia de libertades, en donde la censura, la libertad civil, la libertad de conciencia son derechos que fueron violados de manera importante. Pienso que en este período no se respetó la dignidad de la persona: los secuestros, las muertes, las torturas se volvieron algo relativamente común en este gobierno autoritario. Y no estoy acusando a nadie porque no es mi intención, no comparto la posición tomada por las FFAA ni tampoco la actitud

ORIGINAL
000007
000081
000082
9714405
48

de algunos grupos opositores. Pero he comprobado que en la guerra todo vale y poco importan los seres humanos.

Al finalizar este trabajo, soy consciente que me he informado muchísimo sobre el gobierno de facto y lo voy a seguir haciendo, ya que me ha llevado a leer libros y diferentes documentos sobre el tema. Si bien yo estaba relativamente informada, esto me sirvió para profundizar en determinadas áreas que creo importantes.

Hoy, doy gracias por vivir en democracia y sé que tengo que luchar por ella y defenderla, principalmente mediante el voto y la participación para no caer nuevamente en un gobierno de facto.

María Claramunt

049

9714405

ORIGINAL 000001

000007

Conclusión

La dictadura militar uruguaya, sin duda trajo con sigo unas de las heridas más profundas de la historia del Uruguay. Esta razón (entre otras), fue la que me impulsó, a realizar este trabajo. Nuestra monografía , se basó pura y exclusivamente en las repercusiones sociales que trajo este período ¿que quiero decir con esto? Que no me interesa la capacitación que hayan adquirido algunos militares, sino que me interesó, el como vivía la gente ese período, por eso los temas que elegimos son los que más afectaron la vida de la población uruguaya, creando un pantallaso general de la situación que se vivió.

Unos de los temas que elegimos , fue el de los derechos humanos, este derecho que es natural inherente a la condición humana (inalienable, inviolable, universal y obligatorio), parece que en el Uruguay entre los años 1973 y 1985, fueron olvidados.

Al comenzar, a buscar información sobre este tema, uno de los libros que nos apoyamos fue "El proceso político", y luego de la tapa, lo primero que decía uno de ellos era "conoce a tu adversario y conócete a ti mismo y podrás librar cien batallas sin lograr ningún riesgo de derrota", ya con esto me basto para darme cuenta , como venia la mano, la manera de pensar de algunos militares los hacen tan fríos y tan lejanos, que parecen estar hechos de odio y soberbia, sin una pizca de valores humanos y buenc..., del respeto al prójimo, ni hablar.

Quizás les parece que estoy exagerando un poco, no lo creo así. Porque de todos los lados que recaude información, la impresión que dejaba era que se estaba viviendo en el país una película "de viernes 13 ".

¡Ojo!, quiero dejar en claro, que no me estoy refiriendo solo a algunos militares, ya que muchos Tupamaros al igual que estos no tienen justificación.

Con respecto al marco teórico y la comprobación , no encuentro ningún contraste significativo, ya que estos dejan bien claro que las torturas, los presos por "asociación subversiva", la eliminación del art. del Habeas Corpus, la falta de garantías legales, la falta de libertad de expresión, quedó constatado.

Con respecto al tema de la economía , que fue otro de los objetivos que nos planteamos, sabíamos de antemano, que el Uruguay venia sufriendo un deterioro económico y que durante el gobierno militar se vio acentuado, por supuesto que esto también repercutió en la vida de la

9714405

población, la economía uruguaya en este período tuvo un proceso de apertura, que llevo con sigo el rápido crecimiento de la acumulación de capitales extranjeros. que año mas tarde desencadeno en el "quiebre de la tablita" y el endeudamiento externo, que hasta el día de hoy se sigue pagando; pero las consecuencias que afectaron directamente a la población, fue la brusca caída del poder adquisitivo y por lo tanto el empeoramiento de la calidad de vida.

Las causas que llevaron a esto en relación a la economía nacional, del período ,fue la ausencia de alternativas diferentes, como parte de la no existencia de la libertad de expresión y por qué el crecimiento de "apertura" no involucró, a sectores como el agro, que es esencial en la economía nacional.

En la entrevista realizada al Dr. Sergio Abreu, resaltó en más de una oportunidad que se buscó un camino de modernización, que los resultados al comienzo fueron relativamente positivos, y que la orientación económica no ha variado mucho y no va a variar. Da a entender que los mecanismos de inversiones fueron los correctos, pero el problema fue que se pidieron prestamos a capitales extranjeros, cuando el país no estaba en condiciones de devolverlos. Esta es la razón por la cuál el Uruguay llega al fin de la dictadura militar, endeudado hasta el tope, con sus producciones en baja y con la población empobrecida.

Y por último el tema que me falto hablar es sobre la educación. En este tema los militares hicieron mucho hincapié , ya que es más fácil dominar ha gente incivilizada, que gente educada, que pueda crear su propio juicio critico y así establecer su propia opinión. La educación fue mediocre e incompleta, todo lo que involucrara comunismo, marxismo, derechos humanos, fue sacados de los programas educacionales. Muchos cargos jerárquicos fueron destituidos y pusieron en ellos gente inepta, pero con una manera de pensar igual que los militares.

Me parece catastrófico que se halla hecho de la escuela un "cuartel militar", con una carga horaria digitada y compartimentada.

Las generaciones de docentes que se formaron en este período, fueron carentes de conocimientos y esto también favoreció el bajo nivel educacional.

La universidad estuvo intervenida ,los alumnos tenían que dejar su documento al ingresar a la facultad, ¿ Y todo esto para que sirvió? Para destruir el nivel, de cultura de la sociedad uruguaya.

Y a modo de conclusión, me resta decir que; al finalizar un trabajo de este tipo uno empieza a

9714405

051

valorar diferentes cosas que para uno parecen cotidianas y no valorables hasta que se pierden: Como el poder caminar tranquilo por la calle, expresar libremente tu opinión sin miedo a que te condenen, al poder elegir una filosofía ideológica sin temor a la persecución, al sentir respetados tus pensamientos más íntimos o a tus deseos de realización personal y en sociedad.

ORIGINAL

Pablo Vico Romano

052 9714405

BIBLIOGRAFÍA

- Martínez Moreno, Carlos , "El color que el infierno me escondiera", editorial Laia, Barcelona, 1988
- Astori D., Caetano G., Castagnola L., y otros. "El Uruguay de la dictadura (1973-1985)", Banda Oriental, Montevideo, 1996
- SERPAJ, "Uruguay nunca más", Imprenta Altamio SRD. 1989(2ª edición)
- Junta de comandantes en Jefe, "El proceso político" : Las Fuerzas Armadas al pueblo Oriental, Montevideo, 1978
- "Revista", Posdata

ORIGINAL

053/053

9714405

1/76 Vh

B/106

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
011030 DICIEMBRE 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 001/B/ANA/998.-

I.- **EVALUACION**: Se omite

II.- **RESPONDE A**: Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O**: Se adjunta:

IV.- **SINTESIS**: Se omite.

DOC. EN SU TOTALIDAD POCO LEGIBLES.

V.- **DISTRIBUCION**:

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO - Departamento II - REPUBLICA O. del URUGUAY

El Jefe del Dpto.II (ICIA) del E.M.E.

CORONEL

WILSON CORONEL.-

001/A)/076

9714406
09 DIC. 1997

Dem. Biog

U32185

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

E. M. D. E. III . -
D - II . -
T A C U A R E M B O . -
-20.1200.NOV.997-

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO II (ICIA) DEL E.M.E.

-Adjunto al presente remito a usted el P.P.I. Nº. 013/D-II/997 correspondiente al mes de Octubre de 1997.-

DIVISION DE EJERCITO III - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Por el Comandante D.E.III y P.s.o.-
El Jefe D-II E.M. D.E.III.-
Tte.Cnel.
DANIEL REISSIG.-

D.R/j.s./

001(B) 9714406

SECRETO

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

I.- FACTOR MILITAR:

A - PAYSANDU

110CT97 El Jefe de Policía, de Paysandú, Dr. Nicolás **PODCHIBIAKIN**, acompañado por otros jerarcas policiales visitaron distintos barrios de la ciudad de Paysandú en procura de tomar contacto con los vecinos y evaluar el resultado de las labores de seguridad.

19OCT97 El Jefe de Policía de Paysandú, Dr. Nicolás **PODCHIBIAKIN**, inauguró oficialmente las obras de remodelación realizadas en la Seccional 8ª. en la localidad de 'El Eucaliptus'.

RESUMEN:

Se destaca:

* Recorrida del Jefe de Policía de Paysandú a tres barrios, dialogando con las familias en relación a los problemas que suelen presentarse, a la vez de hacerles saber que cuentan con intensa protección policial.

* Inauguración oficial de obras por parte del Jefe de Policía de Paysandú; de remodelación realizadas en la Seccional 8ª. en la localidad de 'El Eucaliptus'.

B - RIO NEGRO

100CT97 Dos Señores Oficiales y seis Personal Subalterno del Batallón 'Rincón' de Infantería Nº.9., que concurrían a la ciudad de Montevideo en el T.P. E-8298 sufrieron un accidente de tránsito en la Ruta 23 kilómetro 100.

Nº 001/c 9714406

SECRETO

C - RIVERA

PRENSA BRASILEÑA

OCT97 El I.N.C.R.A. (Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria) expropió, a mediados de OCT97, cinco estancias en Pinheiro Machado (Región General BR - 293 entre Bagê y Pelotas) representando un total de 3.300 Hás.; a este lugar deben de ser llevadas 118 familias del M.S.T. (Movimento Sem Terra) acampados en Santo Antonio das Missões.

También el I.N.C.R.A. expropió las estancias Virgilio I y II por un total de 1.600 Hás. en la localidad de Herval (Región General BR - 293 entre Bagê y Pelotas) donde también van a asentar 65 familias del campamento de Santo Antonio das Missões.

El Super Intendente adjunto del I.N.C.R.A., Dorival **SOSTISSO** afirma que 854 familias ya fueron asentadas en el año en el Estado y la mayoría en la zona sur.

Aproximadamente el 10NOV97 25 familias deben ser transferidas para la estancia São Pedro, en Hulha Negra, con 585,62 Hás.

Para continuar con el cronograma de asentamientos el I.N.C.R.A. expropió tierras también en São Nicolau, São Luis Gonzaga y São Borja, en el mes de OCT97, para donde deben ser llevadas otras 65 familias del M.S.T..

Por cálculos de **SOSTISSO**, otras 394 familias serán asentadas en Río Grande do Sul antes de fines de DIC97, en áreas que todavía son negociadas con el Banco do Brasil en Pinheiro Machado y São Luis Gonzaga.

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

RESUMEN:

* El I.N.C.R.A. (Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria) continúa con su cronograma de expropiaciones y asentamientos en Río Grande do Sul principalmente atendiendo el campamento de Santo Antonio das Missões y realizando los asentamientos en la Zona Sur del Estado.

II - FACTOR POLITICO:

A - SALTO

PARTIDO COLORADO.

16OCT97 En el marco de una visita realizada al Departamento de Salto por el Senador Pablo **MILLOR** (Czda.94), se realizó en el Hotel Salto una reunión con la juventud de dicho sector partidario, a la vez participó diversas actividades partidarias.

Para la prensa de la ciudad de Salto, el Senador **MILLOR** expresó su opinión con respecto a lo sucedido con la interpelación al Ministerio de Relaciones Exteriores impulsada por el Diputado Daniel **GARCIA PINTOS** (Czda.94) donde el sector político sufrió una fractura manifestando que 've su sector político mas fuerte y respetado que nunca'.

ENCUENTRO PROGRESISTA.

02OCT97 Se realizó en el local central del Frente Amplio en Salto, una rueda de prensa con dirigentes de todos los sectores de la coalición de izquierda donde coincidieron en que fue un triunfo del Frente Amplio por encima de los intereses de cada partido. La instancia fue considerada como 'fundamental' y el Arq. Juan Carlos **FERREIRA** (F.A), Presidente de la Mesa Departamental, la citó como el punto de partida de 'una nueva etapa para el Frente'. Integrantes de la Comisión Electoral, René **PEREIRA** (P.C) e Italo **ALVAREZ** (M.L.N-T); informaron que en 3 de los 18 circuitos habilitados en el Departamento de Salto, el 100% de los votos fueron observados.

11OCT97 Visitó el Departamento de Salto el Diputado del Movimiento de Participación Popular, Marcos **ABELENDA**, el mismo se desempeña como Presidente de la bancada del Frente Amplio en la Cámara de Diputados y a su vez integra las Comisiones de DD.HH. y de la Seguridad Ciudadana.

Manifestó que 'el Uruguay tiene problemas de DD.HH. a resolver, como ser el tema de la niñez', añadiendo que 'otro de los grandes temas a encarar es el de la salud mental, el tema de las cárceles otro de los puntos fundamentales ya que el sistema carcelario no cumple con la Constitución'. Con respecto a la Ley de Seguridad Ciudadana manifestó 'hay una nueva Ley de Seguridad Ciudadana que todavía no se ha empezado a tratar y que en lo que me es personal y en lo que respecta a nuestro sector político no la vamos a respaldar'.

Recorrió durante su visita el Barrio Salto Nuevo, Villa Constitución y Belén, acompañado por Eduardo **MUGURUZA** (M.P.P). En el Comité del Barrio Salto Nuevo se encontraban presentes: Daniel **CATTANI** (M.L.N-T), Fernando **GIL** (M.26.M); Mario **IRABUENA** (M.P.P), Jorge **LIBARDI** (M.P.P); Alí **GERISOLIA** (M.L.N-T) e Italo **ALVAREZ** (M.L.N-T).

13OCT97 En una visita realizada por el Senador Alberto CID (A.U) manifestó que presentó un proyecto de Ley sobre reproducción asistida con el cual busca dar amplio sentido democrático a las costosas técnicas terapéuticas que pueden ayudar a las parejas estériles a lograr la ansiada concepción de un hijo.

En una entrevista realizada por la prensa local el Senador Alberto CID (A.U) explicó el porque del voto afirmativo al Proyecto de Ley de Inversiones, votado por los legisladores de A.U., expresando que "lo votaron porque creían que se lograron cambios importantes con respecto al texto original de donde fue eliminado en base a la gestión de Danilo ASTORI (A.U) y Susana DALMAS (A.U), integrantes de la Comisión de Hacienda y de Industria, todo el capítulo sobre flexibilización laboral, que hoy no existe dentro del proyecto de Ley de Inversiones".

Recorrió medios de prensa en el vehículo particular de Arturo ARRUABARRENA (A.U - ex. P.C); matrícula HC 975, acompañado por José VIETTRO (P.S) y José SOTO MAQUIA (I.A. ex. P.C).

El día 14OCT97 visitó Villa Constitución acompañado por Juan Carlos PERIN (F.A) y Alberto GUTIERREZ (M.20.M).

15OCT97 Integrantes de la Mesa Departamental de Salto y Comisión Electoral del Frente Amplio dieron a conocer, a la prensa local, en conferencia de prensa, los resultados finales de las elecciones del Frente Amplio realizadas el pasado 28, los porcentajes fueron los siguientes: Espacio 90 647 votos (26,1%), Democracia Avanzada 493 votos (19,9%), Asamblea Uruguay 414 votos (16,7%), Izquierda Abierta 324 votos (13,0%), Vertiente Artiguista 306 votos (12,3%), Corriente de Izquierda 246 votos (9,9%), P.O.R. 20 votos (1,1%), 343 18 votos (1,0%), totalizando así los 2.552 votos emitidos.

9714406

005

Los votos por delegados fueron: Alberto **GUTIERREZ** (M.20.M) 1.166 votos, Walter **URTARAN** (P.S) 1.044 votos, Hector **IBARRA** (M.L.N) 893, José **VIETTRO** (A.U) 575, José **URRETA** (M.L.N) 446 y Juan **VIETTRO** (A.U) 428.

Quedando como delegados al Plenario Nacional Alberto **GUTIERREZ** (M.20.M), y Walter **URTARAN** (P.S), siendo los suplentes Héctor **IBARRA** (M.L.N) y José **VIETTRO** (A.U).

El Diputado por A.U. Dr. Luis **FONTES**, integrante de la Comisión de DD.HH. de la Cámara de Representantes formuló una serie de consideraciones acerca del proyecto del Código de la 'Niñez y Adolescencia' enviado por el Poder Ejecutivo. En torno al tema expresó que 'en este proyecto se revisan y recogen instrumentos internacionales de protección, emanados del sistema de Naciones Unidas y O.E.A.

A juicio del Dr. **FONTES** (A.U), el Proyecto del Código del Niño a estudio en el Parlamento consagra una nueva filosofía: el niño como Sujeto de Derecho. Es un código para todos los niños, a diferencia del texto del año 34 que reglamenta solamente la situación de abandono y el niño infractor.

29OCT97 La Senadora Marina **ARISMENDI** (D.A) realizó una visita al Departamento de Salto con motivo de las inundaciones ocurridas. Al participar de una reunión con autoridades locales en la sede de la Intendencia Municipal de Salto, habló de la posibilidad de recurrir a recursos económicos estatales que serían destinados a ayudar a los damnificados. 'Estamos hablando de tres fuentes. Una sería el fondo de dinero adjudicado en el presupuesto Nacional, votado en 1995, que se llama para acontecimientos 'Graves e Imprevistos' y otra de las fuentes sería el Fondo Nacional de Viviendas que todos sabemos se descuenta de las jubilaciones y de los salarios'.

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

Los votos por delegados fueron: Alberto **GUTIERREZ** (M.20.M) 1.166 votos, Walter **URTARAN** (P.S) 1.044 votos, Hector **IBARRA** (M.L.N) 893, José **VIETTRO** (A.U) 575, José **URRETA** (M.L.N) 446 y Juan **VIETTRO** (A.U) 428.

Quedando como delegados al Plenario Nacional Alberto **GUTIERREZ** (M.20.M), y Walter **URTARAN** (P.S), siendo los suplentes Héctor **IBARRA** (M.L.N) y José **VIETTRO** (A.U).

El Diputado por A.U. Dr. Luis **FONTES**, integrante de la Comisión de DD.HH. de la Cámara de Representantes formuló una serie de consideraciones acerca del proyecto del Código de la 'Niñez y Adolescencia' enviado por el Poder Ejecutivo. En torno al tema expresó que 'en este proyecto se revisan y recogen instrumentos internacionales de protección, emanados del sistema de Naciones Unidas y O.E.A.

A juicio del Dr. **FONTES** (A.U), el Proyecto del Código del Niño a estudio en el Parlamento consagra una nueva filosofía: el niño como Sujeto de Derecho. Es un código para todos los niños, a diferencia del texto del año 34 que reglamenta solamente la situación de abandono y el niño infractor.

29OCT97 La Senadora Marina **ARISMENDI** (D.A) realizó una visita al Departamento de Salto con motivo de las inundaciones ocurridas. Al participar de una reunión con autoridades locales en la sede de la Intendencia Municipal de Salto, habló de la posibilidad de recurrir a recursos económicos estatales que serían destinados a ayudar a los damnificados. 'Estamos hablando de tres fuentes. Una sería el fondo de dinero adjudicado en el presupuesto Nacional, votado en 1995, que se llama para acontecimientos 'Graves e Imprevistos' y otra de las fuentes sería el Fondo Nacional de Viviendas que todos sabemos se descuenta de las jubilaciones y de los salarios'.

006

9714406

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

RESUMEN:

* Las visitas de los dirigentes políticos de Izquierda se vio incrementada en éste período debido a las elecciones internas del Frente Amplio realizada el 28SET97 y a la inundación que se viene registrando en el Departamento de Salto, como consecuencia de la crecida del Río Uruguay.

* En lo que respecta a las elecciones internas del Frente Amplio, ha dejado como saldo un evidente crecimiento en la cantidad de sufragios, con respecto a las elecciones internas anteriores (de unos 1.170 votantes pasaron a ser en la oportunidad 2.561 votos). El aumento mayoritariamente, estuvo en los votos observados lo que significa nuevos adherentes principalmente menores de edad.

* Es de resaltar que el representante mas votado de las bases Alberto **GUTIERREZ** (M.20.M), primer titular al Plenario Nacional es militante de Corriente de Izquierda lista que agrupa las fuerzas mas radicales de la coalición de Izquierda.

PAYSANDU

PARTIDO COLORADO.

09OCT97 El Diputado por Paysandú Cr. Ricardo **MOLINELLI** (F.B) integrará la delegación que viajará a Alemania para participar de un encuentro sobre la situación de las finanzas públicas de América Latina.

El encuentro es organizado por la Fundación Alemana para el Desarrollo Internacional y tomarán parte del mismo representantes de los países integrantes del Mercosur, Chile, Bolivia y de la Unión Europea.

007

9714406

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

110CT97 El Diputado por Paysandú Cr. Ricardo **MOLINELLI** (F.B) se refirió a la importancia de la reciente resolución del Poder Ejecutivo en relación a impulsar una nueva experiencia en materia de Salud Pública que descentralizará la gestión de los Hospitales, con el objetivo de mejorar la atención de sus pacientes y las condicione laborales.

240CT97 El Diputado por el Departamento de Paysandú Ricardo **MOLINELLI** (F.B), se contactó con el vice Presidente del B.H.U., Jorge **CONDE MONTESDEOCA** a los efectos de clarificar algunos aspectos relacionados con los lanzamientos que afectan a varias familias del Barrio IC 5 de la ciudad de Paysandú.

250CT97 El Diputado por el Departamento de Paysandú Ricardo **MOLINELLI** (F.B), estimó que el decreto que establece el marco legal para la descentralización hospitalaria es mejorable, incluso con tratamientos a nivel parlamentario de un proyecto de Ley, pero entiende que por su lado el proyecto de autogestión hospitalaria es a todas luces positivo para este sector.

PARTIDO NACIONAL.

050CT97 El Edil Nacionalista Daniel **ARCIERI** habrá de proponer en la Junta Departamental una moción por la que se reclaman obras tendientes a que Paysandú pase a tener por lo menos un aeropuerto de segunda categoría, en lugar de ser de tercera categoría como lo es actualmente.

008 214406

SECRETO

pag.6

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

ENCUENTRO PROGRESISTA.

27SET97 El Diputado por Paysandú Ruben **OBISPO** (A.U) integrante de la Comisión de Industria, Minería Energía y Turismo de la Cámara de representantes destacó la significación del día mundial del Turismo y se refirió a la necesidad de hacer un esfuerzo conjunto para crear conciencia sobre la importancia de la actividad turística del país.

17OCT97 El Presidente de la Comisión Electoral del Frente Amplio Antonio **PONS**, dio a conocer el escrutinio final de las elecciones internas del Frente Amplio, ellos son: Espacio 90 967 votos, A.U. 667 votos, Lista 1001 485 Corriente de Izquierda 458 votos, Vertiente Artiguista 379 votos, Lista 3040 98 votos, P.O.R. 66 votos, P.V.P. 21 votos. Hubo a su vez 150 votos anulados o recusados.

Fueron electos como Delegados Departamentales por Comité de Base, José **SOLSONA** (M.L.N) 949 votos, Omar **ARAUJO** (P.C) 891 votos y Nelly **DE AGOSTINI** (P.C) 855 votos. (informado en P.E.I. Nº. 136/D-II/997).

RESUMEN:

Se destaca:

* La divulgación de los resultados finales de las elecciones internas del Frente Amplio.

009

9714406

C - *RIO NEGRO*

PARTIDO COLORADO.

30OCT97 Se conoció que abogados de la I.M.R.N. presentaron un nuevo recurso para abrir el caso de la denuncia contra el ex Secretario de la Comuna Dr. Ruben **MORENA**, pero la justicia letrada no dio lugar a la misma.

15OCT97 Se conoció oficialmente la designación del Sr. José Pedro **RODRIGUEZ** como nuevo 'Capitán de Puerto' de Fray Bentos, quien se pasará a desempeñar en el cargo que anteriormente ocupara el Sr. Francisco **PERNA**.

ENCUENTRO PROGRESISTA.

28SET97 Se llevaron a cabo las Elecciones internas del Frente Amplio, finalizadas éstas y su escrutinio, cesaron las visitas de representantes nacionales.

24OCT97 Se llevó a cabo en la Sede del P.C.U. una reunión evaluatoria de las pasadas elecciones internas. Oradores en la oportunidad fueron: Edison **KRAWSOVSKY** (P.C), Américo **PEREIRA** (F.A) y la Senadora Marina **ARISMENDI** (D.A).

D - ARTIGAS

PARTIDO COLORADO.

17OCT97 Visitó la ciudad de Bella Unión el Senador Pablo **MILLOR** (C.94). En la oportunidad se reunió con sus simpatizantes en el domicilio de Ramón H. **TELLIS**, cito en calles Mones Quintela y Avenida Artigas de esa ciudad.

Fue entrevistado por los medios de prensa local y finalmente recorrió la zona a los efectos de interiorizarse de las dificultades que atraviesa parte de la población de la zona por la crecida del Río Uruguay.

19OCT97 Visitó la ciudad de Artigas, el Senador Pablo **MILLOR**, acompañado del Director del Banco de Seguros del Estado Jorge **DE LEON**; mantuvo reuniones con el Intendente Municipal de Artigas y con vecinos de varios Barrios.

PARTIDO NACIONAL.

17OCT97 Visitó la ciudad de Artigas el Diputado herrerista Juan Carlos **RAFFO** quien mantuvo reuniones con integrantes departamentales del Partido Nacional sobre la actividad política actual, desempleo, formación laboral de los jóvenes, corporación para el desarrollo, fondos de recursos de la Represa de Salto Grande que sean volcados al Departamento de Artigas.

9714406

011

ENCUENTRO PROGRESISTA.

28SET97 Se realizó el acto eleccionario interno de la Agrupación Frente Amplio, recabándose al término del mismo los siguientes resultados en el Departamento de Artigas: ciudad de Artigas 1.250 votos; ciudad de Bella Unión 911 votos; Tomás Gomensoro 162 votos; observados 1.569 votos y simples 788 votos.

Concluyó la tarea de estudio y apertura de los votos observados registrados en las recientes elecciones internas del Frente Amplio, siendo los resultados finales los siguientes: Lista 77 (176 votos - 8,49%); Lista 90 (547 votos - 26,41%); Lista 343 (28 votos - 1,35%); Lista 1001 (390 votos - 18,83%); Lista 2121 (361 votos - 17,83%); Lista 3040 (245 votos - 11,83%); Lista Corriente de Izquierda (306 votos - 14,72%); Lista P.O.R.(19 votos -0,91%).

Según estos resultados, son Delegados ante el Plenario Nacional Walter **BONILLA**, independiente dentro del Frente Amplio pero con leve inclinación hacia la Vertiente Artiguista y la Edil Olga **TRABA** de Espacio 90, habiendo obtenido el primero 781 votos y la segunda 579 votos.

Son los Suplentes Isabelino **BAUER** de Espacio 90 con 514 votos y Gustavo **MENEZES** de Corriente Izquierda con 479 votos.

09OCT97 Con motivo de haberse cumplido, los 30 años de la muerte del guerrillero Ernesto "Che Guevara, integrantes del Movimiento de Participación Popular de la ciudad de Bella Unión por intermedio de sus dirigentes Víctor **BRACCINI**, recordaron un año mas de su desaparición física.

En un espacio televisivo que posee el Movimiento de Participación Popular, todos los días lunes por, T.V. Canal 10, mencionado ciudadano si bien no realizó una reseña histórica de la vida de aquel guerrillero, hizo resaltar su lucha por los derechos del pobre, del trabajador y de los desprotegidos.

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

RESUMEN:

* Homenaje a los 30 años de la muerte del guerrillero Ernesto 'Che' Guevara.

* Continúan las visitas al' Departamento de Artigas por parte de representantes Nacionales de los distintos sectores políticos.

E - RIVERA

ENCUENTRO PROGRESISTA.

28SET97 Habiéndose conocido los resultados de la elección interna del Frente Amplio los mismos fueron los siguientes: votos observados 1.045, votos simples 494; total de votantes 1.539.

Se aprecia que 2/3 del total de votos fueron de personas que hasta ese momento eran ajenas al sector involucrado en la elección.

A su vez, se destaca en el interior del Departamento una muy escasa votación, en Tranqueras, 24 votos; en Minas de Corrales, 31 votos; en Vichadero, 27 votos y en Pueblo 'Las Flores', 16 votos.

En la capital del Departamento, los circuitos con mayor cantidad de votantes fueron los del centro de la ciudad, seguidos por el del Barrio Rivera Chico y por el Barrio Paso de Castro.

El resultado final indica que los Delegados Departamentales electos serán: Julio C. **BARBOZA** (P.S), Juan **SAMPALLO** (P.S), Walter **RODRIGUEZ** (P.S).

En orden decreciente en la cantidad de votos tenemos a las siguientes personas: Eber **MATEOS ROSA** (A.U), Herminia **PUCCI de SEGOVIA** (A.U), Romel **MELLO MELLO** (P.C), Saúl **ARISTIMUÑO** (M.P.P), Carlos N. **BARBOZA** (P.C), Laones **GALLI** (M.P.P), Sergio **MARTINEZ** (P.C), Adriana **GARICOITS KALAFAT** (M.P.P), Wáshington **UMPIERRE** (A.U), Ariel **PROTTI** (F.A.P.F), Elías **STELMAJ** (Ac.F) y Sergio **LETTIERES** (Ac.F. - M.26.M).

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

Siendo el grupo mas votado la Vertiente Artiguista seguido por el Partido Socialista, el P.V.P., Democracia Avanzada, A.U., Izquierda Abierta, Corriente Izquierda y el P.O.R..

10OCT97 Hasta el **11OCT97** se realizó en la Junta Departamental de Rivera, una reunión de dirigentes de Izquierda de Brasil y Uruguay; el encuentro fue organizado por el Frente Amplio de Uruguay y por el Partido Trabalhista, Partido Dos Trabalhadores, Partido Socialista Brasileiro y Partido Comunista do Brasil además de sindicatos y movimientos populares del mismo país.

La reunión fue llamada con el nombre 'Forum América Libre'.

Los temas abordados fueron los siguientes:

* 'Reforma del Estado desde el punto de vista neoliberal y de las reformas propuestas por el bloque progresista'.
* 'Cuestión Agraria, situación del Grupo, Educación, Ecología y Salud'.
* 'Cuestión Urbana, Industria, Salud y Ecología'.
* Equipamientos Sociales y Saneamiento'.
* Desempleo, en el campo y la ciudad'.

Los principales panelistas fueron:

Por Brasil: la Diputada Estadual Cecilia **HIPOLITO** del P.T. de Río Grande do Sul, Ivo de **AVILA** del P.T., Vereador Wainer **MACHADO** del P.S.B., Edson **AVILA FILHO** del P.D.T. y Paulo **PERES** del Partido Comunista do B..

Por Uruguay: los Ediles Rubenson **SILVA** y Wáshington **UMPIERRE**.

Por diferentes motivos no pudieron concurrir la Senadora Emilia **FERNANDEZ** de Brasil y el Diputado Guillermo **ALVAREZ** de Uruguay, en el caso concreto del uruguayo, primero fue invitado, después le comunicaron que no viniera, que iba a disertar Albérico **SEGOVIA** (A.U) y al no poder concurrir el mismo volvieron a invitar a **ALVAREZ**, a lo que el mismo, contestó disculpándose por que ya había modificado su agenda y no podría concurrir.

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

Estas idas y venidas se vieron reflejadas en la casi nula concurrencia al Foro de terceras personas, a la vez que creó un cierto malestar dentro de los propios dirigentes del Frente Amplio a nivel local 'dejando de esta manera una mala imagen ante los compañeros brasileños y quedando mal parado el Frente Amplio de Rivera por la falta de organización'

RESUMEN:

* Habiéndose conocido los resultados de la elección interna del Frente Amplio los mismos fueron los siguientes: votos observados 1.045, votos simples 494; total de votantes 1.539.

El resultado final indica que los Delegados Departamentales electos serán: Julio C. **BARBOZA** (P.S), Juan **SAMPALLO** (P.S), Walter **RODRIGUEZ** (P.S).

* Los días 10OCT97 y 11OCT97 se realizó en la Junta Departamental de Rivera, una reunión de dirigentes de Izquierda de Brasil y Uruguay; el encuentro fue organizado por el Frente Amplio de Uruguay y por el Partido Trabalhista, Partido Dos Trabalhadores, Partido Socialista Brasileiro y Partido Comunista do Brasil además de sindicatos y movimientos populares del mismo país.

La reunión fue denominada con el nombre 'Forum América Libre'.

015

9714406

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

F - TACUAREMBO

23OCT97 Se llevó a cabo en el Club Ruralista una Conferencia de Prensa por distintos miembros de sectores políticos de la ciudad de Paso de los Toros, siendo el tema principal la Electividad de la Junta local.

PARTIDO COLORADO.

02OCT97 En la media hora previa de la reunión llevada a cabo por la Junta Departamental de Tacuarembó, el Edil Hubaré **ALIANO** (P.Col.), planteó la necesidad de la colocación de despertadores ó semáforos, en los cruces de Ruta Nº.5. y Avenidas Pablo G. Ríos y Victorino Pereira de la ciudad de Tacuarembó, ya que sin dudas, el tránsito se torna de una peligrosidad alarmante, máxime teniendo en cuenta los accidentes ya ocurridos en ambos puntos.

10OCT97 En una nota concedida al Semanario Batoví, de la ciudad de Tacuarembó, la Diputada Martha **MONTANER** (P.Col.), representante del Departamento de Tacuarembó, manifestó su beneplácito por los logros conquistados por el Gobierno de Coalición, destacando del mismo modo, que dichos logros no se hubieran concretado sin la colaboración del Partido Nacional. Reconoció asimismo, la Legisladora de referencia, que se ha pagado sin dudas, un costo político importante, desde el punto de vista electoral, pero mirando hacia la ciudadanía toda, los logros alcanzados van más allá de los cálculos electorales, y en ese aspecto remarcó las transformaciones que han surgido en el campo de Salud Pública, la Enseñanza, el B.P.S. etc..

9714406

016

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

11OCT97 Visitó la ciudad de Paso de los Toros el Senador colorado Jorge **BATLLE**. El mencionado mantuvo una reunión con el ejecutivo local en el domicilio de Bessy **ROMANO**, sito en Bulevar Artigas Nº. 428.

17OCT97 En la reciente visita a Paso de los Toros, el Senador Jorge **BATLLE** (P.Col.), destacó que la Ley de Inversiones consolida beneficios y garantías. En efecto, manifestó que esta Ley no genera inversiones en sí, sino que por el contrario, 'es un sistema claro, abierto y estable donde la gente pueda saber cuales son los instrumentos y el terreno en el cual va a hacer la inversión'.

En otro orden, el Legislador manifestó que: 'la forestación en el País, no va a sustituir a la vaca y a la oveja, como principales rubros exportadores del País, pero que ambos tendrán un excelente crecimiento'.

18OCT97 Visitó la ciudad de Paso de los Toros el Diputado Daniel **GARCIA PINTOS** quien mantuvo una reunión con el Ejecutivo local, tratando temas como el dragado de la Isla Martín García y la interpelación al Ministro Alvaro **RAMOS**.

30CT97 Visitó la ciudad de Tacuarembó, el Diputado Daniel **GARCIA PINTOS**, manteniendo en la oportunidad, contactos con dirigentes locales de la Cruzada 94. Criticó, en contactos con la prensa, 'la carrera anticipada hacia las Elecciones' que muchos políticos hoy por hoy se vienen disputando, dejando de lado temas tan importantes como legislar para buscar soluciones de fondo a un sin fin de problemas de carácter nacional.

PARTIDO NACIONAL.

02OCT97 En la media hora previa de la reunión llevada a cabo por la Junta Departamental de Tacuarembó, el Edil Juan José **CORNES** (P.Nac.), solicitó se gestione el arreglo de Ruta Nº.5., en el tramo comprendido entre la localidad de Curtina y Paso Bonilla, manejándose en la oportunidad, datos aportados por Policía Caminera, en los cuales se detectan 16 accidentes, con un total de 31 lesionados, lo cual es una seria advertencia para el Ministerio de Transporte y Obras Públicas que resolviendo la situación evitará pérdidas de vidas humanas debido al mal estado de la ruta.

23OCT97 En reunión llevada a cabo en la Junta Departamental de Tacuarembó, se trató entre varias Resoluciones, la concerniente a la pérdida de ingresos que sufren las Comunas Municipales, por conceptos de exoneraciones de tributos a predios forestados. El Legislativo Departamental resolvió solicitar al Poder Ejecutivo, por intermedio del Ministerio de Economía y Finanzas, el estudio de la implementación de alguna forma de compensación a las Intendencias, por la pérdida ocasionada por dicha exoneración, de acuerdo a lo dispuesto por la Ley Forestal (Contribución Inmobiliaria Rural), aduciendo que los ingresos a percibir por las Intendencias, se ven resentidos en tal sentido.

OCT97 El Intendente Municipal de Tacuarembó Dr. Eber **DA ROSA** realizó declaraciones a medios de prensa de San Gregorio de Polanco en relación al comunicado elaborado por la mesa ejecutiva del Frente Amplio, criticando su gestión.

Manifestó no tomar como una ofensa el hecho de ser calificado como continuista de las anteriores administraciones ya que las mismas pertenecieron a su partido. Desmintió que exista autoritarismo ya que el gobierno Departamental trabaja con comisiones vecinales, lo que significa una verdadera descentralización.

En cuanto al motivo de dicho comunicado manifestó que el mismo, mas que marcar críticas significa marcar diferencias con el partido de Gobierno.

También manifestó que se realizaron contactos con Jerarcas de O.S.E. y confirmó la construcción de un tanque con capacidad para 12.000 Lts. de agua potable en la localidad de Cardozo y una red de entre 1.000 y 1.500 metros de largo de la cual se instalarán surtidores públicos.

Los únicos edificios que contarán con instalaciones internas serán la Escuela y la Policlínica.

El Edil Rolando **SANCHEZ** manifestó al Semanario 'La Tribuna' que ha iniciado contactos con técnicos de U.T.E. y el M.T.O.P. a los efectos de confirmar o descartar la necesidad de construir esclusas en las inmediaciones de la Represa Rincón del Bonete. La misión de las esclusas sería brindar una vía de escape de las aguas en situaciones de emergencia. La inquietud fue planteada en primer lugar al Senador Jorge **BATLLE** y poco después al Ministro de Trabajo y Obras Públicas Ing. Lucio **CACERES** con el objetivo de determinar si existe realmente un riesgo de seguridad para la Zona del embalse.

ENCUENTRO PROGRESISTA.

020CT97 En la media hora previa de la reunión llevada a cabo por la Junta Departamental de Tacuarembó, la Edil Reina **BENITEZ** (F.A), realizó puntualizaciones respecto a la situación que viven vecinos del Barrio Porvenir de la ciudad de Tacuarembó, en el sentido del estado de las calles circundantes a la Planta del Molino Arrocero S.A.M.A.N., teniendo en cuenta el material que dicha Empresa ha distribuido en la zona, para afirmar la entrada a dicha Planta, haciendo que en oportunidad de lluvias continuas, el estado de las calles allí existentes, se vuelva calamitoso.

En otro sentido, la misma Edil, solicitó a la Intendencia Municipal de Tacuarembó, por intermedio de la Oficina de Ayuda Social, se envíe una Visitadora Social a las familias que residen en un predio ubicado en calle Gral. Rivera y Dr. Oliva, familias éstas integradas en su mayoría por niños, quienes viven en situaciones mas que precarias, según manifestaciones de la mencionada representante local.

RESUMEN:

* Es de destacar los distintos planteamientos por parte de los representantes a nivel local, de distintos sectores políticos, vienen realizando en la Junta Departamental de Tacuarembó, destacándose:

* La gestión del Edil Juan José **CORMES** (P.Nac.), solicitando el arreglo del tramo de la Ruta "Brigadier General Fructuoso Rivera" Nº.5, comprendido entre la localidad de Curtina y Paso Bonilla, manejándose datos aportados por la Policía Caminera, en los cuales se destacan 16 accidentes ocurridos.

* La resolución concerniente a la pérdida de ingresos que sufren las Comunas Municipales, por concepto de exoneraciones de tributos a predios forestados.

* Las puntualizaciones de la Edil Reina **BENITEZ** (F.A), respecto a la situación que viven los vecinos del Barrio Porvenir en el sentido del estado de calles adyacentes a la Planta del Molino Arrocero S.A.M.A.N., por haber ésta distribuido material en la zona, para afirmar la entrada a dicha Planta, haciendo que en oportunidad de lluvias continuas, el estado de las calles se vuelvan intransitables.

* Es de destacar la visita a la ciudad de Tacuarembó, del Diputado Daniel **GARCIA PINTOS** (P.Col.), quien en la oportunidad mantuvo contactos con diferentes dirigentes locales de esa Agrupación Política y la prensa local criticando, la carrera anticipada hacia las Elecciones, que muchos políticos hoy en día se vienen disputando, dejando de lado temas tan importantes como legislar para buscar soluciones a un sin fin de problemas de carácter nacional.

* Visita del Senador Jorge **BATLLE** a la ciudad de Paso de los Toros.

III - FACTOR SICO SOCIAL:

A - SALTO

25SET97 En visita realizada a la ciudad de Salto por parte de técnicos cubanos, el Centro Cooperativista Uruguayo organizó una charla sobre Control Biológico de plagas y utilización de enemigos naturales. La misma se desarrolló en los salones de la Cooperativa Agraria Limitada de Salto (C.A.L.SAL.) estuvieron a cargo de la charla la ciudadana cubana Marilet **PORTUONDO** y el productor isleño Martín **GARCIA** quienes estuvieron acompañados por Manuel **FRUCTOS.**

Los funcionarios del C.T.I. del Hospital Regional plantearon al Presidente de la F.F.S.S. (Federación de Funcionarios de la Salud), filial Salto, lo que consideran se trata de una situación injusta en cuanto a las exigencias horarias.

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

Los mismos se encuentran realizando tareas dobles desde el **01FEB97**, fecha en la que comenzó a funcionar el C.T.I. del Hospital Regional, y solicitan que sean tratados en forma igualitaria, con los que trabajan en el C.T.I. ya que la Dirección del Hospital exige que licenciadas en enfermería, auxiliares de enfermería y auxiliares de servicio perteneciente a Salud Publica tienen que continuar desarrollando las tareas del Hospital y además el C.T.I. para poder percibir su salario, no aplicándose el mismo criterio para los médicos.

01OCT97 El Director del B.R.O.U. Dante **BUONOMO**, manifestó que la situación del Frigorífico CYBARAN S.A. continúa incambiada ante la entidad bancaria.

02OCT97 En los primeros días del corriente se desarrollaron varias inspecciones en los predios Hortifrutícolas locales por parte del Ministerio de Trabajo. Dichas inspecciones fueron ordenadas a raíz de las denuncias realizadas por parte del Sindicato S.U.D.O.R.A. (Sindicato Unico de Obreros Rurales y Agroindustriales), el que está encabezado por Felipe **CARBALLO** (M.26.M) y Obdulio **SILVA** Presidente y Secretario (F.A) del Sindicato respectivamente.

Por esa razón el S.U.D.O.R.A. el día 02 ,publicó en la prensa de Salto una declaración donde se destacan los siguientes puntos:

1. Que las inspecciones realizadas por el M.T.S.S. fueron motivadas por expresa denuncia del sindicato, debido a los innumerables atropellos e irregularidades que las empresas vienen cometiendo desde hace muchos años.
2. Las empresas citrícolas y hortícolas adjetivizan de 'agresivo malón' de inspecciones a las realizadas cuando, en definitiva, el número total de inspectores fue de ocho.
3. No se ajustan a la verdad las declaraciones de que hacen referencia a que los establecimientos de la empresa CAPUTTO (CORALER S.A.) no fueron inspeccionados, puesto que delegados del S.U.D.O.R.A. constataron la presencia de estos inspectores en sus quintas.

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

4. En referencia a las declaraciones del Dr. Carlos **ORIHUELA** (P.Col.) Presidente del Plan Citrícola de Salto, con relación al número de observaciones que ascienden a 20 ó 30, se destaca que esto demuestra el altísimo número de violaciones existentes. Ya que cada observación amerita una violación.
5. Por su parte el S.U.D.O.R.A. no comparte la solicitud de los productores en cuanto a la anulación de las Actas de Inspección, ni tampoco la eliminación de futuras inspecciones.
6. El S.U.D.O.R.A. (Sindicato Unico de Obreros Rurales y Agroindustriales) por último llama a continuar con la 'lucha' en pos de los derechos que les pertenecen.

Por otra parte la Ministra de Trabajo y Seguridad Social, Ana Lía **PIÑEYRUA**, le comunicó al Presidente de la República que las inspecciones a los predios citrícolas continuarán y manifestó sorpresa por la exigencia de la Policía de poseer una orden de allanamiento para efectuar los procedimientos. Mientras que el Jefe de Policía de Salto Dr. Daniel **BORRELLI** (P.Col.), manifestó a la prensa salteña que cuando el propietario de un inmueble ofrece resistencia a las inspecciones, es perceptiva la presentación de la orden de allanamiento.

En contra partida a eso la Sociedad de Fomento Rural de Salto, representada por Pablo **NARBONDO** (P.Col.) la Unión de Citricultores Litoral Norte, representada por Pedro **GUARINO** (P.Col.) y el Movimiento de Horticultores de Salto, representado por Aníbal **NUÑEZ** (S/D) expresaron su posición en un manifiesto, realizado a la prensa salteña donde dice:

1. Ambos Sub sectores son básicos tanto en la generación de empleo y de riqueza...
2. Las organizaciones de productores hemos planteado, como medida provisoria el cese de las inspecciones y la anulación de las Actas.

023

9714406

3. En tal motivo las gremiales que firmamos este comunicado rechazamos contundentemente los comentarios de varios medios de prensa que señalan este aspecto haciendo generalizaciones que involucra a todos los horticultores y citricultores de Salto.

4. Manifiestan la necesidad de conformar una comisión de trabajo integrada por todos los directamente involucrados en el tema, para adecuar las normas a la realidad tecnológica, económica y social de estos Sub sectores.

En otro orden el Diputado por Salto Luis **FONTES** (A.U) planteó en el parlamento su preocupación por la falta de respuesta del Poder Ejecutivo a la propuesta del B.P.S. y de la Cámara de Diputados para extender el seguro de desempleo a los trabajadores del sector rural.

11OCT97 Se realizó en Concordia el 2º. Encuentro de Comisiones Vecinales de Salto y Concordia. Participaron de la misma el Asesor Municipal de Comisiones Vecinales de Salto Omar Daniel **SOSA** (P.Col.) y el Coordinador de Concordia Mario **RAMIREZ**.

Por otra parte existe otra Coordinadora de Comisiones Vecinales, presidida por Armando **AGUIRRE** (P.D.C), quien se autonombró en el cargo. Es de destacar que esta comisión no cuenta con ningún apoyo de las actuales comisiones vecinales y su objetivo es ganar terreno y aumentar su protagonismo en el sector social, según su Presidente, la misma está volcada a dos tareas, en lo que resta del año. Una es la participación en la Multisectorial, 'con el ánimo de ver si, entre todos, encontramos los caminos para solucionar los problemas', la otra es impulsar el desarrollo del centro cultural 'Arq. Carlos Rodríguez Fosalba' en Avenida Viera Nº.71.

14OCT97 En la víspera se reunió por espacio de dos horas el Comité de Emergencia del Departamento para analizar la situación de la crecida del Río Uruguay.

Dicho comité está integrado por las siguientes autoridades Departamentales: Intendente Municipal de Salto_Esc. Eduardo **MALAQUINA**, Brigada de Infantería Nº.3., Coronel Adhemar **PEREZ**, Batallón 'Ituzaingó' de Infantería Nº.7., Tte.Cnel. Carlos A. **ETCHEVERS**, Sub Jefe de Policía, Inspector Principal Néstor **CAYETANO**, Asesora de Acción Social, Estrella **FINOZZI**, Asesora de Obras, Ing. Roxana **GONZALEZ**, Bomberos, Sub Comisario Luis Alberto **MASSA**, C.T.M.; Esc. Pedro **SEÑORALE** e Ing. Fernando **WALD**, Hospital Regional Salto, Dr. Edgardo **MORAES**, Prefectura C/F Daniel **PACHECO** y Aeropuerto Cap. Nelson **RIAMBAU**.

16OCT97 Visitó el Departamento de Salto el Presidente del CODICEN, para realizar la inauguración de la Escuela 111 en el Barrio Caballero. También resaltó el desempeño realizado por los grupos C.E.R.P., que son los que se dedican a la educación pre escolar.

17OCT97 El Ministro Lucio **CACERES** anunció que el puente Salto - Concordia será realidad antes del 2000. La formulación fue realizada en Concordia al adjudicarse el estudio de factibilidad al consorcio 'SALCON'.

El representante Ariel **NIETTO** (S/D), integrante del consorcio SALCON manifestó que 'esta idea se va a realizar porque es una idea que tiene todos los elementos para darnos cuenta que es factible,... dentro de cuatro meses tendremos prontos los estudios básicos que necesita un concesionario para poder presentar su oferta'.

18OCT97 El Ministro de Vivienda y Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente realizó una recorrida por la zona inundada y manifestó que realizará un aporte de U$S. 1.000.000 para erradicar las viviendas inundables del litoral Norte del País.

Por su parte el Presidente de la República aprovechando un viaje a la ciudad de Melo, sobrevoló el día 21OCT97 la zona afectada por las inundaciones.

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

20OCT97 Se realizó en el local de A.E.B.U. de Salto, el 5º. Encuentro Nacional de Empleados Bancarios de Santander que estan afiliados en A.E.B.U. Roberto **MIRANDA** (S/D), integrante de la Representativa del Banco Santander, refirió esta iniciativa expresando que 'nos ha dado buen resultado desde el punto de vista de la organización gremial'. Por su parte el Presidente del Sector Banca Privada de A.E.B.U. Juan José **RAMOS** (S/D), explicó que en este momento hay un problema importante con el Grupo Santander, vinculado a la intimación antisindical, no solo del grupo. Juan José **RAMOS** (S/D) expresó a la prensa salteña que en la firma PLATA CARD, se han realizado despidos por esa razón y que 'la afiliación al sindicato de dos empleados motivó su despido'.

21OCT97 El Comite de Base del Frente Amplio de Salto Nuevo hizo llegar a la redacción de un diario salteño un comunicado donde se solicitaba a la población alimentos para 14 familias inundadas que el local Central del Frente Amplio consiguió ubicación en el mencionado barrio. Dicho Comité está organizando una olla popular (Sarandí y Entre Ríos) con los inundados que no quisieron alejarse de la zona afectada por la crecida del Río Uruguay por temor a que ajenos le roben pertenencias de sus viviendas, que se encuentran bajo agua.

El sistema de distribución de alimentos es por intermedio de un ticketes, otorgado por el Comité Central del Frente Amplio, de acuerdo a la cantidad de las personas afectadas. La cantidad de personas actualmente son 121, la Coordinación es realizada a nivel local por el Diputado Luis **FONTES** (A.U), Edil José **SOTO MAQUIA** (I.A. ex. P.C.) y el Comité de Salto Nuevo, a nivel Nacional por la Senadora Marina **ARISMENDI** (D.A).

Las Finanzas las realizan vendiendo las donaciones que le han entregado como ser comestibles, ropa, etc..

Se ha podido constatar que alrededor de 3 ó 4 familias estarían canjeando en los comercios de la zona la canasta donada por la Intendencia Municipal de Salto, por vino.

026 9714406

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

Los comercios y personas que colaboran para sustentar la olla popular son: Carnicería 'La Tablita' propiedad de Henry **MOTTA** (F.A) colabora con chorizos y carne; Merco Pan propiedad de Eduardo **MUGURUZZA** (M.L.N), Juan C. **BOTTINI** (M.L.N) y Julio **MORELLI** (M.L.N); Panadería San Martín propiedad de Tulio **COCCO PEREZ** (M.L.N); Nery **MUTTI** (M.P.P) colabora con verduras; Daniel **CATTANI** (M.L.N) colabora con verduras; José Nicolás **MARTINEZ SAVIO** colabora con verduras y frutas.

25OCT97 Víctor **TORRENS** (F.A) y Rúben **PINTOS** (P.S) ambos dirigentes del Sindicato de la Construcción informaron a la prensa de Salto que se encuentran abocados a acercar al Sindicato a la mayor cantidad de obreros ya que el mismo tiene un total de 564 obreros registrados. El local del sindicato se encuentra ubicado en calle 33 y Cervantes y funcionando de lunes a viernes de 8 a 12 y de 10 a 20 horas, los sábados de 8 a 12 horas, el cual es atendido por una persona en forma permanente para atender las necesidades de los afiliados que asistan al lugar para evacuar información.

26OCT97 Dirigentes de la Unión Nacional de Trabajadores del Metal y Ramas Afines (U.N.T.M.R.A.) realizaron una reunión informativa a la que asistió como representante local, Juan Eduardo **PERRONE** (S/D), expresando que 'básicamente lo que se trata es de informar sobre la situación de los salarios, empleo y condiciones de trabajo en los sectores que nuclea el sindicato'.

26OCT97 Estuvo presente en Salto la Senadora por Democracia Avanzada Marina **ARISMENDI**, quien conjuntamente con el Diputado Luis **FONTES** (A.U) mantuvieron una reunión con el Comité de Emergencia, que en esa oportunidad estuvo presidido por el Gral. (R). Ignacio **BONIFACIO**.

027

9714406

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

Los comercios y personas que colaboran para sustentar la olla popular son: Carnicería 'La Tablita' propiedad de Henry **MOTTA** (F.A) colabora con chorizos y carne; Merco Pan propiedad de Eduardo **MUGURUZZA** (M.L.N), Juan C. **BOTTINI** (M.L.N) y Julio **MORELLI** (M.L.N); Panadería San Martín propiedad de Tulio **COCCO PEREZ** (M.L.N); Nery **MUTTI** (M.P.P) colabora con verduras; Daniel **CATTANI** (M.L.N) colabora con verduras; José Nicolás **MARTINEZ SAVIO** colabora con verduras y frutas.

25OCT97 Víctor **TORRENS** (F.A) y Rúben **PINTOS** (P.S) ambos dirigentes del Sindicato de la Construcción informaron a la prensa de Salto que se encuentran abocados a acercar al Sindicato a la mayor cantidad de obreros ya que el mismo tiene un total de 564 obreros registrados. El local del sindicato se encuentra ubicado en calle 33 y Cervantes y funcionando de lunes a viernes de 8 a 12 y de 10 a 20 horas, los sábados de 8 a 12 horas, el cual es atendido por una persona en forma permanente para atender las necesidades de los afiliados que asistan al lugar para evacuar información.

26OCT97 Dirigentes de la Unión Nacional de Trabajadores del Metal y Ramas Afines (U.N.T.M.R.A.) realizaron una reunión informativa a la que asistió como representante local, Juan Eduardo **PERRONE** (S/D), expresando que 'básicamente lo que se trata es de informar sobre la situación de los salarios, empleo y condiciones de trabajo en los sectores que nuclea el sindicato'.

26OCT97 Estuvo presente en Salto la Senadora por Democracia Avanzada Marina **ARISMENDI**, quien conjuntamente con el Diputado Luis **FONTES** (A.U) mantuvieron una reunión con el Comité de Emergencia, que en esa oportunidad estuvo presidido por el Gral. (R). Ignacio **BONIFACIO**.

027

9714406

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

28OCT97 Se firmó el convenio en ciudad de Montevideo, en la sede del Ministerio de Vivienda Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente entre el Intendente Municipal de Salto Esc. Eduardo **MALAQUINA** y el Ministro Juan **CHIRUCHI**, por el que se le proporcionará al Gobierno Departamental un millón de dólares para financiar las viviendas para familias que viven en zonas inundables de la ciudad de Salto.

29OCT97 En una visita realizada por la Senadora Susana **DALMAS** (A.U), en la fecha, se constató que la misma realizó una visita en horas de la mañana a la Asociación Agropecuaria, lugar donde se alojan los danmificados por las inundaciones. Luego estuvo en el Comité de Base de Salto Nuevo donde se encuentra la 'Olla Popular'.

RESUMEN:

* Actualmente la actividad social está centrada en la gran cantidad de evacuados, (unos 2.300 hasta el momento de los cuales 500 en la Asociación Agropecuaria de Sto.), a consecuencia de la crecida del Río Uruguay. En torno a éste tema ha intentado ganar protagonismo el sector de Izquierda del Edil José **SOTO MAQUIA** (I.A. ex P.C), centralizando sus acciones en el Comité de Base Salto Nuevo, donde se ha organizado, una colecta de alimentos y/o ropa para repartir en esa zona entre los danmificados. También se pudo detectar en esa zona, la realización de una olla popular de la que participan alrededor de unas 120 personas, las que también reciben la canasta de alimentos del Instituto Nacional de Alimentación (I.N.D.A.).

9714406

028

* Se ha podido saber que principalmente la Senadora Marina **ARISMENDI** (D.A), en contacto con personas evacuadas, ha tratado de insistir en que los mismos reclamen sus derechos a ser tenidos en cuenta por la Intendencia Municipal de Salto, en lo que respecta a el reparto de terrenos y posibilidad de construcción de su vivienda, lo cual deja la impresión que el objetivo perseguido es hacer que la situación sobrepase la capacidad que posee la Intendencia Municipal de Salto, en lo que respecta a distribución de terrenos y materiales. Esta situación crearía un ambiente de disconformidad y tensión propicio para ser utilizado por las organizaciones de Izquierda.

B - PAYSANDU

24SET97 El Dr. Carlos **PEPE** coordinador de los campos de recría de Corrales de Abasto y Tierras Coloradas, participó en la ciudad de Florida de un encuentro de coordinadores y técnicos de campos de recría de todo el país.

La misma fue a efectos de intercambiar ideas sobre la organización y el futuro desarrollo de esta herramienta con que cuenta el sector lechero primario por su crecimiento sobre todo para los estratos de pequeños y medianos productores.

27SET97 La Intendencia Municipal de Paysandú ha iniciado un plan de mejoramiento de distintas plazas de la ciudad.

De acuerdo a lo indicado a medios de prensa las direcciones de Construcciones y Paseos Públicos, a cargo de los Ingenieros Daniel **VIOLA** y Ruben **ALVAREZ**, se encuentran abocados a la construcción de un plan de remodelación de diversos espacios públicos.

020CT97 Al encontrarse fuera de servicio desde hace un tiempo el balizamiento nocturno del aeropuerto de Paysandú, el avión que recientemente transportara en horas de la madrugada hasta la ciudad de Paysandú a un equipo médico de Montevideo para posibilitar el transplante de órganos debió bajar en la pista local alumbrada solo por reflectores de vehículos estratégicamente ubicados, lo que da la pauta de la trascendencia del problema.

Por tal motivo el Edil Nacionalista Daniel **ARCIERI** anunció que enviará un fax al Ministro de Defensa Nacional Dr. Raúl **ITURRIA** para reclamar la solución al sistema de balizamiento.

030CT97 El Edil Nacionalista Daniel **ARCIERI** comunicó a medios de prensa que quedó reparado el balizamiento nocturno del aeropuerto oficial de Paysandú el cual desde hace algún tiempo se encontraba fuera de servicio.

040CT97 En la reciente sesión realizada por el Comité de Desarrollo Fronterizo (CO.DE.FRO), autoridades de ambas orillas analizaron una serie de temas relacionados con la integración regional, entre los que se destacan el que tiene que ver con la autorización para que aviones argentinos puedan operar en el aeropuerto de Paysandú.

040CT97 Con la presencia del Presidente de la Comisión Nacional de Educación Física, Julio Cesar **MAGLIONE**, y el vice Presidente Miguel **BARISEVICH**, así como altas jerarquías Departamentales nacionales y Militares se llevó a cabo el acto de inauguración de las reformas ampliatorias realizadas en el edificio del Instituto Superior de Educación Física de Paysandú (I.S.E.F).

060CT97 Con la presencia de casi dos mil personas se llevó a cabo en la ciudad de Paysandú el cuarto Congreso Diocesano de Adolescentes, que por primera vez se realiza en dicha ciudad.

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

En la oportunidad se hicieron presentes delegaciones de los Departamentos de Artigas, Salto, Río Negro, Soriano, Colonia, San José Canelones y Tacuarembó (informado en P.E.I. Nº. 135/D-II/997).

10OCT97 En los próximos días entrará en funcionamiento el Mamógrafo que fuera incorporado por el Hospital Escuela del Litoral a través de la Administración de los Seguros Sociales por Enfermedad (A.S.S.E) del M.S.P., equipo este que es de gran utilidad en la faz preventiva del cáncer de mama.

11OCT97 Con la presencia del Director Nacional de Vialidad, Ing. Agustín **AGUERRE**, se inauguró el nuevo puente sobre el Arroyo Celestino, a la altura del kilómetro 337.500 de la Ruta Nº. 3.

El mismo tiene 55 metros de loza, con una inversión de 380.000 dólares.

13OCT97 Arribaron al aeropuerto de la ciudad de Paysandú en un Hércules C-130 de la Fuerza Aérea Uruguaya los 37 integrantes de la delegación que tomaron parte de la marcha de 23 días entre Paysandú y el Solar de Artigas en el Paraguay, que culminara el 11OCT97 con un acto en Asunción (Paraguay).

14OCT97 Con la presencia del titular de la delegación uruguaya en la Comisión Administradora del Río Uruguay (C.A.R.U), Dr. Rodolfo **ZANONIANI** (P.Nac.), sesionó la Comisión Intersectorial Pro Puerto Ultramar de Paysandú (C.I.P.U.P), con el fin de ampliar detalles sobre los alcances del convenio firmado recientemente en Concepción del Uruguay para el dragado del Río Uruguay, incluido el Canal de Casa Blanca a 17 pies.

21OCT97 JU.NA.E. (Junta Nacional de Empleo), entregó a 13 sanduceros los Diplomas correspondientes al curso de Operador P.C. contable.

031 9714406

El curso fue impartido por parte del Instituto 'Eureka' de Salto, el cual se dictó en las instalaciones de la Asociación de Músicos de Paysandú.

21OCT97 Debido a la suspensión de clases por motivos de haber sido evacuado de su sede el Liceo Nº.5. de la ciudad de Paysandú retomará sus clases en las instalaciones del Liceo Nº.1.

25OCT97 La Junta Departamental de Paysandú recibió al Rector de la Universidad de la República Ing. Quim. Jorge **BROVETTO**, quien realizó una exposición sobre la Universidad, la descentralización de la enseñanza superior y la integración regional.

25OCT97 Autoridades Departamentales de Enseñanza Primaria hicieron conocer su inquietud por la no concurrencia a clases de muchos niños pertenecientes a familias de autoevacuados, como consecuencia de la actual crecida del Río Uruguay. Las mismas exhortan a padres a no dejar de enviar sus niños a las escuelas.

26OCT97 Arribó a la ciudad de Paysandú, al predio ferial, donde se realiza la 52ª. Exposición de Reproductores, el Ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, Ing. Agr. Carlos Enrique **GASPARRI**, recorrió junto al presidente de la Rural de Paysandú, Matías **VILARO**, directivos y el Intendente Municipal de Paysandú Jorge **LARRAÑAGA**, las instalaciones de la muestra ganadera sanducera.

26OCT97 Se realizó en la Casa de la Universidad una jornada de reflexión y evaluación con miras a generar una discusión sobre política universitaria que aporte un especial énfasis a la descentralización.

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

Esta jornada participaron entre otros, el Rector de la universidad de la República, Ing. Quim. Jorge **BROVETTO**, así como autoridades de las facultades de medicina, agronomía, veterinaria, Escuela de Tecnología médica y de parteras, etc..

RESUMEN:

Se destaca:

* Repartición del balizamiento nocturno del aeropuerto de Paysandú.
* Inauguración de puente sobre el Arroyo Celestino.
* Sesión de la C.I.P.U.P. (Comisión Intersectorial Pro Puerto Ultramar de Pdú.) para divulgar alcance del convenio firmado para el dragado del Río Uruguay.
* Visita del Rector de la Universidad de la República Ing. Quim. Jorge **BROVETTO**.

* Visita del Ministro de Ganadería Agricultura y Pesca Ing.Agr. Carlos **GASPARRI**.

C - RIO NEGRO

030CT97 El Plenario Intersindical de Río Negro emitió un comunicado a la prensa denunciando presuntas presiones del Sub Director liceal Prof. Carlos **FONRODONA** para que los alumnos no se adhieran a la medida gremial bajo amenazas de aplicar severas medidas disciplinarias. La Asociación de Profesores liceales respaldó moralmente el paro llevado a cabo en la fecha, no adhiriendo a la paralización por no saber de la misma con 48 horas de antelación para tomar una medida de este tipo.

Se destaca que el interés del Plenario Intersindical es apoyar y hacer crecer al gremio estudiantil.

04OCT97 Se llevó cabo en la ciudad de Fray Bentos el Congreso de FE.D.M.Y.F.E.P. (Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria) a los efectos de tratar el tema reforma de la educación impuesta por el CODICEN. En dicho congreso se destacó como principal orador el dirigente capitalino Hugo **RODRIGUEZ.**

06OCT97 El P.I.R.N. (Plenario Intersindical de R. Negro), citó a una conferencia de prensa a los medios locales y emitió un comunicado mediante el cual solicitan disculpas al haberse comprobado que no eran ciertas las acusaciones contra el Sub Director del Instituto 'Eugenio Capdevielle' Prof. Carlos **FONRODONA**, adjudicando que ello se debió a que recibieron las denuncias de los estudiantes antes del día del paro y que ellos querían respaldarlos, no teniendo tiempo para comprobar la veracidad de las mismas. Manifestaron a través de Milton **LAMBATOV** (S.UN.C.A) que este error enseñará a los estudiantes y a ellos mismos, y justifica al gremio estudiantil puesto que recién reinician sus actividades en democracia y que hace 30 años que no hacían paro en la ciudad de Fray Bentos.

10OCT97 Se registró un desastre aéreo en la Zona de Sánchez en campos de la Estancia 'La Garita', ubicada en Ruta 20 kilómetro 31. En el lugar se precipitó a tierra un avión D.C.9 de pasajeros perteneciente a la Compañía argentina AUSTRAL. En la tragedia perecieron 74 personas.

11OCT97 En publicación del Diario 'El País', se refirió a la participación de escolares y liceales de la Exposición de Ciencia y Tecnología realizada en la ciudad de Young.

11OCT97 En publicación de Diario 'El País', se refirió a proyectos de integración urbana apoyado por el B.I.D. bajo el título 'Fray Bentos 2000 transformará calidad de vida de áreas vitales'.

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

16OCT97 En publicación del Diario 'El País', se refirió a descarrilamiento de una máquina de A.F.E. que arrastraba un pesado convoy que transportaba citrus con destino al puerto de Fray Bentos.

18OCT97 La Asociación Médica Departamental de Río Negro (A.ME.D-.RI.N), inauguró la nueva sede central que se ubica en Avenida Rincón y Argentina de la ciudad de Fray Bentos.

RESUMEN:

* Después de mucho tiempo de reclamos, se lograron ciertas consideraciones y obras para el Hospital de Fray Bentos 'Dr. Angel M. Cuervo'.

D - ARTIGAS

12OCT97 Visitó la ciudad de Bella Unión el Embajador de Gran Bretania (Inglaterra) Mr. Robert **HENDRYE.**

El motivo de su visita se debió a visitas y entrevistas con Profesores del Centro Anglo de ésta ciudad sobre el sistema de enseñanza del Idioma Inglés y los niveles de exámenes.

14OCT97 Debido a la creciente del Río Uruguay, entró en funcionamiento en la ciudad de Bella Unión el 'Comité de Emergencia'. El cauce del Río Uruguay alcanzó a una altura máxima de 9,50 Mts., habiéndose evacuado la cantidad de 115 familias, compuestas por 245 mayores y 210 menores, siendo alojados los mismos en galpones de A.F.E. local, galpones particulares y casas de familiares, existiendo 4 P/S. del Grupo Escuadrones de Bella Unión afectados por dicha creciente.

A partir del día 23OCT97, el Río Uruguay comenzó el descenso de las aguas, no existiendo mas evacuados.

035 9714406

20OCT97 Con la presencia del Director Nacional de Aduanas Ing. Pablo **ILARIETTI**, asumió como Receptor Interventor de la Receptoría de Aduanas de Artigas Eugenio **BUGEL** subrogando a Jorge **TRUCCELLI**.

El Director Nacional de Aduanas señaló que la Intervención continúa dentro de la consolidación de funcionamiento que permitirá dentro de algún plazo dar por terminado con el proceso de la Intervención.

El Ing. Pablo **ILARIETTI** a su vez mantuvo diversas reuniones, visitó dependencias de la Aduana y compartió un Lunch con los funcionarios.

RESUMEN:

* Debido a las crecientes de las aguas del Río Uruguay entró en funcionamiento en la ciudad de Bella Unión el 'Comité de Emergencia'.

* Arribó a la ciudad de Bella Unión el Embajador de Gran Bretania (Inglaterra) en el Uruguay Mr. Robert **HENDRYE**.

* Asumió como Receptor Interventor de la Receptoría de Aduanas de Artigas Eugenio **BUGEL**.

E - RIVERA

20OCT97 Se encuentra intervenida la vigilancia en la Aduana de Rivera, la persona responsable es Jorge **TRUCCELLI**, hasta ese entonces, interventor de la Aduana en la ciudad de Artigas, de polémica gestión en dicha ciudad; la intervención en la ciudad de Rivera, se debe a que en la Aduana de Curticeiras (Ruta 5 Km. 488), faltaron cajas de whisky, cigarrillos y ropas, que habían sido aprendidas en infracción aduanera y se encontraban en depósito allí, al momento de confección del presente parte, no se tiene otra novedad, pero si se sabe que el hecho pasó a la esfera policial.

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

RESUMEN:

* Desde el día 20OCT97 se encuentra intervenida la vigilancia en la Aduana de Rivera, la persona responsable es Jorge **TRUCCELLI**, hasta ese entonces, interventor de la Aduana en la ciudad de Artigas, de polémica gestión en dicha ciudad; la intervención en la ciudad de Rivera, se debe a que en la Aduana de Curticeiras (Ruta 5 Km. 488), faltaron cajas de whisky, cigarrillos y ropas.

F - TACUAREMBO

30SET97 Hasta el 01OCT97, se llevó a cabo en el Centro Social Democrático de Paso de los Toros jornadas de 'Introducción a la Educación para la Micro Empresa'.

Las mismas estuvieron a cargo del Inspector Alvaro **PIEROTTI** y el Docente José **CABRERA**, del Departamento de Cooperativismo y Micro Empresas de U.T.U.

Participaron aproximadamente 100 personas, de las cuales 30 eran de la ciudad de Tacuarembó, que vinieron integrando una delegación.

OCT97 Un grupo de damas tacuaremboenses, denominadas 'Esposas de Rotary Club Tacuarembó Sur', efectivizó una importante donación para la Comisión de Amigos del Discapacitado de Tambores (ADISESTAM), grupo social éste, que atiende aproximadamente a 15 jóvenes de diferentes edades con problemas de discapacidad, residentes en la localidad de Tambores, ubicada en los límites de los Dptos. de Paysandú y Tacuarembó. Dicha donación comprende, entre otros elementos, toallas de mano, olla de 12 Lts., garrafa de gas de 13 Kgs., cucharón, vasos con asas, harina para confección de pan, leche en polvo, dulce de leche, pinturas para telas, piola sisal, cola vinílica, etc., todos productos donados a su vez, por Empresas locales y Firmas representantes de marcas nacionales, existentes en la ciudad de Tacuarembó.

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

12OCT97 La Asociación de Obreros Municipales (ADEOM) le solicitó a la Junta local de Paso de los Toros, que el horario de las cuadrillas de trabajo sean en forma continua con el fin de que estos tengan parte de la tarde libre para dedicarse a otras actividades que signifiquen ingresos monetarios adicionales. La Junta local fue favorable a ellos pero con vigencia para el 01DIC97, hecho que los obreros consideran tiempo excesivo y solicitan se comience lo antes posible.

OCT97 La Agrupación de Pasivos '19 de Junio de 1973', de la ciudad de Tacuarembó, libró a su asociados, un Salón Multiuso, el cual viene sin dudas, a contemplar una necesidad anhelada desde hace tiempo. Se destacó en la oportunidad, por parte de su Presidente, Víctor Hugo **FERREIRA**, que es un logro alcanzado, gracias a la colaboración y comprensión de todos sus integrantes. En la oportunidad, dicha celebración dio lugar a un espectáculo artístico, luego del acto protocolar.

OCT97 Se realizó en la ciudad de Buenos Aires (República Argentina), en las instalaciones del Hotel Sheraton, del 14SET97 al 19SET97, el XVI Congreso Mundial de Neurología. En la oportunidad, la ciudad de Tacuarembó estuvo representada por la facultativa Marlens **FERREIRA**, junto a destacadas autoridades de la Salud a nivel mundial. Este Congreso, el mas nutrido en concurrencia, con aproximadamente 5.200 asistentes tuvo el privilegio de haber sido realizado por primera vez, en una ciudad latinoamericana, tratándose en la oportunidad, temas tales como: Accidentes vasculares encefálicos, mal de Párkinson, epilepsia, esclorosis lateral amiotrófica, esclorosis múltiple y mal de Alzheimer.

9714406

038

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

06OCT97 Al 11OCT97, se desarrolló en la ciudad de Tacuarembó, la celebración de la Semana Iberoamericana contra el Cáncer, en el marco de la organización de la Comisión Honoraria de la Lucha contra el Cáncer. El tema de este año fue: 'Prevención del Cáncer de Mama y Cuello Uterino', por lo que la mayoría de las actividades estuvieron enfocadas a la forma de prevenirlas a la vez que se brindaba amplia información al respecto.

6OCT97 La Junta Departamental de Tacuarembó, brindó en sesión de carácter solemne, homenaje al extinto Atleta tacuaremboense, Juan Jacinto **LOPEZ TESTA**, al conmemorarse el pasado 14OCT97, los cincuenta años de su hazaña, al haber igualado el récord mundial de los 100 Mts. llanos, en el año 1947, marca ostentada hasta entonces, por el estadounidense Jesse **OWENS**.

En la oportunidad, la sesión fue presidida por las autoridades propias de dicho Cuerpo, estando presentes además, autoridades Dptales, Militares e integrantes de la familia del homenajeado, disertando el reconocido Periodista Deportivo Héctor **REGUEIRO**.

23OCT97 Se firmó un Convenio entre AMEPAS y ADEOMT, para la cobertura jídica de los funcionarios del gremio municipal, lo que viene a llenar una vieja aspiración de los funcionarios de la comuna local. De aquí en mas, los integrantes de la Asociación de Empleados y Obreros Municipales de Tacuarembó, tienen ellos y sus respectivas familias, asistencia médica al mas alto nivel, mediante el Convenio acordado entre ambas partes.

OCT97 La Asociación de Micro Pequeñas y Medianas Empresas Isabelinas (AMIPYMEI) recibió de la Corporación para el Desarrollo la donación de una Computadora y una impresora a color.

Según declaraciones del Presidente de la Gremial de Micro Empresas Juan José **RODRIGUEZ**, contará con un local propio para sus reuniones.

039 9714406

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

OCT97 Para fin de año daría comienzo la construcción del Liceo Nº.2. en la ciudad de Paso de los Toros,- según declaraciones del Presidente de la Junta local Ademar **VAZQUEZ**, quien mantuviera una reunión en la capital Departamental con el Intendente Municipal y el Presidente del CODICEN Prof. Germán **RAMA**.

OCT97 La localidad de San Gregorio de Polanco será Punto de llégada de la 10ª. Travesía del Río Tacuarembó, evento organizado por la Intendencia Municipal de Tacuarembó a través de la Dirección de Turismo con el fin de impulsar el turismo ecológico en el Departamento de Tacuarembó.

RESUMEN:

* Días pasados un grupo de damas de la ciudad de Tacuarembó, denominadas 'Esposas de Rotary Club Tacuarembó Sur', efectivizó una importante donación para la Comisión Amigos del Discapacitado de Tambores (ADIESTAM), grupo social éste, que atiende aproximadamente 15 jóvenes de diferentes edades con problemas de discapacidad, residentes en la localidad de Tambores. Dicha donación fue hecha por Empresas de Tacuarembó y Firmas representantes de marcas nacionales, existentes en el medio.

* Es de destacar que la Agrupación de Pasivos '19 de Junio de 1973', de la ciudad de Tacuarembó, libró a sus asociados, un Salón Multiuso, el cual viene sin dudas, a contemplar una necesidad anhelada desde hace tiempo. En la oportunidad hizo uso de la palabra el Presidente de dicho Salón, Víctor Hugo **FERREIRA**, mencionando que es un logro alcanzado, gracias a la colaboración y comprensión de todos sus integrantes.

9714406

040

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

* Jornada de introducción a la educación para la Micro - Empresa, en Paso de los Toros.

* Donación de una Computadora y una impresora a color para AMIPYMEI, en Paso de los Toros.

* Es de destacar la importancia del futuro Liceo Nº.2. contiguo a la Escuela Nº. 133 en la ciudad de Paso de los Toros, debido a la gran cantidad de Estudiantes que provienen de zonas rurales.

IV - FACTOR ECONOMICO:

A - PAYSANDU:

30SET97 Está funcionando en el Puente Gral. Artigas el Free Shop destinado a la venta de artículos libres de impuesto, al turista que abandona territorio Uruguayo, cumpliéndose de esta forma con la adjudicación realizada en su momento por el Poder Ejecutivo.

24OCT97 Se inició la programación de la 52ª. Exposición Nacional de Reproductores, en el marco de numeroso público, principalmente escolares, atraídos por los diversos aspectos en los que se enmarca esta muestra.

RESUMEN:

Se destaca:

* Inauguración del Free Shop en el Puente Gral. Artigas.

* Inauguración de la 52ª. Exposición Nacional de Reproductores.

B - *RIO NEGRO*

28SET97 La firma DALITUR TRADING S.A. es la primera empresa instalada en la Zona Franca de Río Negro. La misma alquiló 1.000 Mts.², dedicándose a la confección de flores y frutas de plástico. Dicha firma ha realizado una inversión de 4 millones de dólares para la instalación de la misma.

Es de destacar, que al solicitar trabajadores registró mas de 3.200 inscriptos, lo que refleja en gran parte la desocupación que se registra en la ciudad de Fray Bentos.

RESUMEN:

* La primera empresa instalada en la Zona Franca, al solicitar trabajadores registró mas de 3.200 inscriptos lo que refleja en gran parte la desocupación que se registra en la ciudad de Fray Bentos.

C - *ARTIGAS*

OCT97 Finalizó en la ciudad de Bella Unión en la Planta de Congelado de GREEN - FROZEN, la zafra hortícola.

Se ha cosechado durante ésta zafra: 1.426.000 Kgms. de brocolí, 496.000 Kgms. de coliflor, 171.000 Kgms. de espinacas, 88.000 Kgms. de chauchas y 157.000 Kgms. de zanahorias.

En estos momentos se comenzó con el proceso de la frutilla, existiendo en la zona alrededor de 9 Hás. plantadas con éste producto y aproximadamente 320 Hás. plantadas con maíz que mas tarde pasarán a proceso.

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

160CT97 Fue autorizado por el Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca, en la ciudad de Artigas, el Frigorífico 'CUAREIM' UDELAR S.A., ubicado en Ruta Nº.4. Kmt. 5, a exportar carne ovina y bovina.

Dicho Frigorífico contará con 30 funcionarios y posee una capacidad de faena de 1.000 lanares y 100 vacunos diarios, siendo la capacidad de la Planta de 2.000 lanares y 800 vacunos.

La apertura del Frigorífico 'CUAREIM' significó con una inversión de 1.500.000 de dólares americanos.

OCT97 Continúan los procedimientos por parte de la Aduana de la ciudad de Artigas en la decomización de mercaderías de procedencia extranjera.

RESUMEN:

* Finalización de la zafra hortícola en la Planta de Congelado del Ingenio GREEN - FROZEN en Bella Unión.

* Inauguración oficial del Frigorífico 'CUAREIM' en la ciudad de Artigas.

* Continúan los procedimientos por parte de la Aduana de la ciudad de Artigas en la decomización de mercaderías de procedencia extranjera.

043 9714406

D - RIVERA

PRENSA BRASILEÑA

020CT97 Fue firmado un contrato entre el Gobierno de Río Grande do Sul y la Fábrica de vehículos FORD mediante el cual se instalará una planta de fabricación de vehículos en la Región Metropolitana de Porto Alegre; el protocolo firmado dice que en 48 meses saldrá a la calle el primer auto fabricado por FORD en Río Grande do Sul.

Según admitió el Presidente de FORD en Brasil, las principales razones para elegir Río Grande do Sul fueron los siguientes:

* La posición geográfica como centro del Mercosur.
* La facilidad de uso de transporte por tierra y por agua.
* La infraestructura disponible.
* Los incentivos ofrecidos por el gobierno.

Estos incentivos son: el Estado se compromete a comprar un área de 600 Hás. e instalar la infraestructura necesaria.

A su vez los recursos económicos (U$S. 700 millones) se conseguirán mediante un préstamo en el Banco Nacional de Desenvolvimiento Económico y Social (B.N.D.E.S).

Por su lado la FORD invertirá U$S. un billón para comenzar la producción en un plazo de entre 30 y 48 meses para fabricar entre 100.000 y 250.000 unidades por año, generando 1.500 empleos directos y 20.000 indirectos.

Una realidad es que esta elección por parte de FORD demuestra sus disposición a enfrentar la lucha por el mercado de la región con la GENERAL MOTORS.

26OCT97 Se realizó en el Departamento de Rivera la Expo - Curticeiras en el kilómetro 488 de la Ruta Nº. 5, en el local que es propiedad de la Fomento Rural de Rivera.

El acto inaugural fue realizado en el día de la fecha y al mismo concurrió el Ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, Ing. Agr. Carlos Enrique **GASPARRI** siendo acompañado en la ocasión por el Intendente Municipal de Rivera Dr. Asdrúbal **VAZQUEZ**, el Diputado Dr. Fernando **ARAUJO**, el Presidente de la Federación Rural del Uruguay Ing. Carlos **SECCO** y el Prefeito del Municipio de Santana do Livramento Dr. Glenio **LEMOS**.

Al culminar la exposición, se vendió prácticamente toda la oferta de las diferentes razas por un monto total de U$S. 108.495.

RESUMEN:

* Fue firmado un contrato entre el Gobierno de Río Grande do Sul y la Fábrica de vehículos FORD mediante el cual se instalará una planta de fabricación de vehículos en la Región Metropolitana de Porto Alegre; el protocolo firmado dice que en 48 meses saldrá a la calle el primer auto fabricado por FORD en Río Grande do Sul.

* Se realizó en el Departamento de Rivera la Expo - Curticeiras en el kilómetro 488 de la Ruta Nº. 5, en el local que es propiedad de la Fomento Rural de Rivera.

045 9714406

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

D - TACUAREMBO

OCT97 El Directorio de O.S.E., a nivel nacional ha resuelto rebajar a un 50% las deudas por multas y recargo a sus usuarios. Dicha resolución, a nivel Departamental, según lo explicó a medios de prensa de la ciudad de Tacuarembó, su Jefa' Departamental, Eva **FRACCHIA**, alcanza a todos los usuarios del Ente, usuarios no Oficiales, cuyas deudas sean de larga o corta data, bastando para acogerse al beneficio, solamente la presentación del usuario a las Oficinas Departamentales, llevando el recibo en mora y automáticamente se le practicará el descuento referido. O.S.E. apunta con esta resolución, instrumentar un sistema de procedimientos alternativos adecuados para formalizar convenios de pagos con todos los clientes no oficiales de la Administración Pública.

OCT97 En breve plazo, el viejo edificio de la Sucursal Tacuarembó, del Banco Comercial, será refaccionado, según declaraciones de su Gerente, Jorge **MARTINEZ**, quien manifestó que es necesario se encare la construcción de un local acorde a los cambios que presenta Tacuarembó, y donde el cliente se sienta en un ambiente confortable y que a su vez, se dé cuenta de que a la institución, también él importa como persona.

15OCT97 Estuvo en Tacuarembó, una Delegación China, manteniendo contactos con el Jerarca Comunal, Dr. Eber **DA ROSA**, visitando posteriormente COP.A.I.NOR. (Cooperativa Agro Industrial del Norte), TIOSAC, y Frigorífico Tacuarembó S.A., dicha delegación, de carácter empresarial, era aguardada con expectativa en el ámbito local, luego del anuncio del Secretario de la Intendencia Municipal de Tacuarembó, Prof. Wilson **ESQUERRA**, quien luego de su regreso del viaje a China, coordinó dicha visita. Se espera asimismo que de los contactos mantenidos con diferentes empresarios locales, se logre la posibilidad de comercialización bilateral.

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

OCT97 Visitó la ciudad de Tacuarembó, el Embajador británico Mr. Robert **HENDRYT**, quien además de mantener contacto con el Intendente Municipal de Tacuarembó realizó una recorrida por la periferia de la ciudad, visitando además las instalaciones de I.N.I.A. (Instituto Nacional de Investigación Agrícola). Según surge de sus declaraciones a medios de prensa, el visitante manifestó que a pesar de mantener un comercio fluido con Uruguay, del orden de los 100 millones de dólares anuales, Inglaterra apunta a una vigencia plena, teniendo en cuenta las expectativas que abre el Mercosúr en toda su extensión.

OCT97 Visitó la ciudad de Tacuarembó, el representante de la F.A.O. (Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación), Michel **NEGRIN**, quien visitó varios emprendimientos productivos del Departamento de Tacuarembó, realizando posteriormente una disertación en salones de la Junta Departamental, al conmemorarse el 'Día Mundial de la Alimentación'.

Realizó asimismo, una recorrida por predios de productores de leche y hortícolas, finalizando dicha recorrida, en las instalaciones de la Expo Ganadera de Tacuarembó.

T97 En otro orden la Intendencia Municipal de Tacuarembó, ha instrumentado una serie de medidas tendientes a que los contribuyentes que no se han puesto al día en materia de Contribución Inmobiliaria Urbana y/o Rural, no puedan realizar ninguna gestión por intermedio de la Intendencia, sin previamente exhibir la documentación que lo acredite al día con tales pagos.

Dichas resoluciones obedecen al hecho de que la Comuna ha detectado la evasión de dicho beneficio, siendo cada vez más notable el número de contribuyentes morosos en tal sentido. Del mismo modo que no podrán realizar ningún trámite inherente a la Comuna en si, tampoco podrán recibir pagos por diversos conceptos y/o beneficios emanados de dicha repartición.

047

9714406

RESUMEN:

* Es de hacer notar que el Directorio de O.S.E. a nivel nacional a resuelto rebajar un 50% las deudas por multas y recargo a sus usuarios. A nivel Departamental según explicó su Jefa Eva **FRACCHIA**, alcanza a todos los usuarios del Ente, usuarios no oficiales cuyas deudas sean de larga o corta data, el usuario solamente con presentarse en dicha oficina con el recibo en mora se le practicará el descuento referido.

* Se destaca la visita a la ciudad de Tacuarembó, de una delegación China, manteniendo contactos con el Intendente Municipal de Tacuarembó y medios de prensa local, visitando varios lugares de éste Departamento, como ser: COP.A.I.NOR. (Cooperativa Agro Industrial del Norte), TIOSAC y Frigorífico Tacuarembó S.A..

9714406

048

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

CONCLUSIONES GENERALES DEL AMBITO DIVISIONARIO

I - FACTOR MILITAR:

A. En los Departamentos de Artigas (ciudad de Bella Unión), Paysandú y particularmente en Salto la participación del Ejército ha sido fundamental en todo lo que respecta a los evacuados por las inundaciones provocadas por el Río Uruguay, hecho que ha sido ampliamente difundido por la prensa nacional, colaborando así en la difusión de una imagen positiva de la institución ante la opinión pública.

B. MOVIMIENTO SIN TIERRA - BRASIL

* Se tuvo conocimiento a través de Prensa Brasileña, que el I.N.C.R.A. (Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria), continúa con su política de expropiación y asentamientos; ha expropiado cinco estancias en Río Grande del Sur, con un total de 3.300 Hás. en donde asentarán 116 familias.

En la localidad de Herval, expropió dos estancias, 1.600 Hás. que se destinarán a 65 familias.

El I.N.C.R.A. prevee asentar otras 394 familias antes de fines de Diciembre del corriente.

II - FACTOR POLITICO:

* Luego de las elecciones internas del Frente Amplio, se ha apreciado una significativa disminución en las visitas de los dirigentes políticos de izquierda a los Departamentos del ámbito.

* La Senadora Marina **ARISMENDI** visitó Salto; a raíz de las inundaciones.

049

9714406

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

* En Río Negro se designó al señor José Pedro RODRIGUEZ como nuevo 'Capitán de Puerto' de Fray Bentos.

* En Artigas, integrantes del M.P.P. de la ciudad de Bella Unión recordaron los 30 años de la muerte del guerrillero Ernesto Guevara, resaltando, en un espacio en T.V. Canal 10, su lucha por los derechos del pobre, del trabajador y los desprotegidos.

* En Rivera, se llevó a cabo, en la Junta Departamental, un encuentro de dirigentes de izquierda de Uruguay y Brasil al que se denominó 'Forum América Libre'.

Dicho encuentro fue organizado por el Frente Amplio y se anotó la concurrencia del P.T., P.D.T., P.S.B. y P.C.B. del Brasil.

La no concurrencia de dirigentes de peso del Frente Amplio, creó malestar en los dirigentes locales.

* En el Departamento de Tacuarembó, se destaca la resolución, tratada por la Junta Departamental, concerniente a la pérdida de ingresos de la Comuna a raíz de las exoneraciones de tributos que gozan los predios forestados.

La Junta resolvió solicitar al Poder Ejecutivo a través del Ministro de Economía y Finanzas, se estudie la forma de compensar a las Intendencias por esas pérdidas.

III - FACTOR SICO SOCIAL:

* El hecho más significativo del período han sido las inundaciones en el litoral Oeste del ámbito, que a raíz de los desbordes del Río Uruguay ha afectado a los Departamentos de Artigas, Salto, Paysandú y en menor grado a Río Negro.

Al 30 de Octubre se llevan contabilizados 4.137 evacuados, siendo en la ciudad de Salto donde la situación se presenta más crítica con 2.180 personas que debieron dejar sus hogares.

9714406

050

SECRETO

El hecho motivó el funcionamiento de los Comités Departamentales de Emergencia en Salto y Paysandú y el Comité local de Emergencia en la ciudad de Bella Unión.

En Salto, el Comité, que preside el señor Intendente Municipal y cuyo Secretario es el señor Comandante de la Brigada de Infantería Nº.3., ha funcionado en forma por demás adecuada lo que ha permitido, solucionar rápidamente el problema a las familias evacuadas, proyectar una imagen muy positiva de la Fuerza ante la opinión pública y la ha quitado espacio a la izquierda que se encontraba expectante a la acción de las autoridades.

El Ejército aportó en la oportunidad vehículos livianos, pesados, 2 cocinas de campaña, 1 módulo Sanitario 1 purificador de agua, 1 tractor con retroexcavadora, 1 motoniveladora y 7.908 hora hombre en trabajos diarios para el cumplimiento del plan de apoyo a los evacuados.

* En el Departamento de Paysandú, en recorridas realizadas por el señor Comandante de la División de Ejército III, no se ha apreciado la misma efectividad. La acción del Comité de Emergencia Departamental se ha orientado a apoyar a una comisión formada por los propios evacuados.

El señor Jefe del Batallón de Infantería Mecanizado Nº.8., que se desempeña como Secretario del Comité de Emergencia, pese a los esfuerzos realizados no ha encontrado un espacio favorable para su acción.

Ha quedado claro, en el Departamento, la falta de voluntad del Ejecutivo Departamental en permitir que la Fuerza ocupe un lugar significativo que le permita reforzar su imagen.

No obstante el Batallón de Infantería Mecanizado Nº.8. ha apoyado en la oportunidad con 1 vehículo liviano, 2 vehículos pesados, cocina y panadería de la Unidad y un total de 4.298 horas hombre para atender al Plan de Evacuaciones.

051

9714406

* En la ciudad de Bella Unión, si bien el problema ha sido significativo, no ha tenido la misma trascendencia que en las capitales Departamentales entre otras causas por el numero menor de habitantes.

El señor Jefe del Grupo Escuadrones de Bella Unión, actúa como Presidente del Comité local de Emergencia y en la oportunidad la Fuerza dispuso de vehículos livianos, pesados, ambulancia, cocina de campaña y 1.440 horas hombre en apoyo a tareas de evacuación.

IV - FACTOR ECONOMICO:

* El hecho mas significativo también está referido a las inundaciones ya que el Ministerio de Vivienda Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente aportó U$S. 1.000.000 a los Departamentos de Salto y Paysandú para la construcción de viviendas para las familias evacuadas.

Por su parte la Comisión Técnica Mixta de Salto Grande también realizará aportes a las Intendencias Municipales para colaborar con las familias evacuadas.

* En otro orden comenzó a funcionar en Paysandú, en el puente internacional el Free Shop oportunamente adjudicado por el Poder Ejecutivo.

9714406

52

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

* En Artigas finalizó la zafra hortícola habiéndose cosechado 1.426 Kgms. de brocolí, 496.000 Kgms. de coliflor, 171.000 Kgms. de espinaca, 88.000 Kgms. de chauchas y 157.000 Kgms. de zanahoria.

* También en Artigas el Frigorífico CUAREIM fue habilitado para exportar carne ovina y bovina. Posee una capacidad de faena de 1.000 lanares y 100 vacunos diarios, empleando 30 obreros; la apertura de la planta significó una inversión de U$S. 1.500.000.

* En el Departamento de Rivera se llevó a cabo la Expo - Curticeiras donde se alcanzó un nivel de ventas por U$S. 108.495.

053 9714406

VISITAS POLITICAS Y PERSONALIDADES A LOS DEPARTAMENTOS DEL AMBITO

SALTO:

010CT97 Director del B.R.O.U, Dante **BUONOMO**

110CT97 Diputado por el Movimiento de Participación Popular Marcos **ABELENDA.**

130CT97 Senador por Asamblea Uruguay Alberto **CID.**

160CT97 Senador por la Cruzada 94 Pablo **MILLOR.**

160CT97 Presidente del CO.DI.CEN. Profesor Germán **RAMA.**

180CT97 Ministro de Vivienda Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente Juan **CHIRUCHI.**

250CT97 Técnica Cubana Marilet **PORTUONDO.**

250CT97 Productor Cubano Martín **GARCIA.**

290CT97 Senadora por Democracia Avanzada Marina **ARISMENDI.**

290CT97 Senadora por Asamblea Uruguay Susana **DALMAS.**

PAYSANDU:

040CT97 Presidente de la Comisión Nacional de Educación Física Cé **MAGLIONI.**

040CT97 Vice Presidente de la Comisión Nacional de Educación Física Miguel **BARISEVICH.**

110CT97 Director Nacional de Vialidad Ing. Agustín **AGUERRE.**

140CT97 Presidente de la Comisión Administradora del Río Uruguay Dr. Rodolfo **ZANONIANI.**

250CT97 Rector de la Universidad de la República Regional Salto Ing.Quim. Jorge **BROVETTO.**

260CT97 Ministro de Ganadería Agricultura y Pesca Ing.Agr. Carlos Enrique **GASPARRI.**

9714406

054

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

RIO NEGRO:

24OCT97 Senadora por Democracia Avanzada Marina **ARISMENDI**, a la ciudad de Fray Bentos.

RIVERA:

OCT97 Dirigente del Partido Trabalhista de Río Grande do Sul (Brasil) Diputada Estadual Cecilia **HIPOLITO.**

10OCT97 Dirigente del Partido Trabalhista (Brasil) Ivo **DE AVILA.**

10OCT97 Dirigente del Partido Socialista Brasileiro Vereador Wainer **MACHADO.**

10OCT97 Dirigente del Partido Dos Trabalhadores Edson **AVILA FILHO.**

10OCT97 Dirigente del Partido Comunista do Brasil Paulo **PERES.**

11OCT97 Dirigente del Partido Trabalhista de Río Grande do Sul (Brasil) Diputada Estadual Cecilia **HIPOLITO.**

11OCT97 Dirigente del Partido Trabalhista (Brasil) Ivo **DE AVILA.**

11OCT97 Dirigente del Partido Socialista Brasileiro Vereador Wainer **MACHADO.**

11OCT97 Dirigente del Partido Dos Trabalhadores Edson **AVILA FILHO.**

11OCT97 Dirigente del Partido Comunista do Brasil Paulo **PERES.**

26OCT97 Ministro de Ganadería Agricultura y Pesca Ing.Agr. Carlos Enrique **GASPARRI.**

26OCT97 Diputado por el Partido Nacional Dr. Fernando **ARAUJO.**

26OCT97 Presidente de la Federación Rural del Uruguay Ing. Carlos **SECCO.**

26OCT97 Prefeito del Municipio de Santana do Livramento Dr. Glenio **LEMOS.**

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

ARTIGAS:

12OCT97 Embajador de Gran Bretania en el Uruguay Mr. Robert **HENDRYE**, a la ciudad de Bella Unión.

17OCT97 Senador por la Cruzada 94 Pablo **MILLOR**, a la ciudad de Bella Unión.

19OCT97 Senador por la Cruzada 94 Pablo **MILLOR**, a la ciudad de Artigas.

20OCT97 Director Nacional de Aduanas Ing. Pablo **ILARETTI**, a la ciudad de Artigas.

25OCT97 Diputado por el Partido Nacional Dr. Juan Carlos **RAFFO**, a la ciudad de Artigas.

TACUAREMBO:

11OCT97 Senador por el Partido Colorado Jorge **BATLLE**, a la ciudad Paso de los Toros.

15OCT97 Delegación Empresarial China, a la ciudad Tacuarembó.

15OCT97 Embajador de Gran Bretania en el Uruguay Mr. Robert **HENDRYE**, a la ciudad Tacuarembó.

18OCT97 Diputado por el Partido Colorado Daniel **GARCIA PINTOS**, a la ciudad Tacuarembó.

18OCT97 Ministro de Relaciones Exteriores Ing. Alvaro **RAMOS**. a la ciudad Tacuarembó.

18OCT97 Director General de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (F.A.O) Michel **NEGRIN**, a la ciudad Tacuarembó.

18OCT97 Diputado por el Partido Colorado Daniel **GARCIA PINTOS**, a la ciudad Paso de los Toros.

056

9714406

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

OCT.97

CONSOLIDADO DE PAROS CORRESPONDIENTE AL MES DE OCTUBRE DE 1997

SALTO

090CT97 Realizaron paro por 24 horas, funcionarios de la Banca Privada contando con una adhesión del 100 %.

PAYSANDU

090CT97 Realizaron paro por 24 horas, funcionarios de la Banca Privada contando con una adhesión del 100 %.

RIO NEGRO

030CT97 Asociación de Estudiantes de Secundaria realizaron paro por 24 horas, en contra de la reforma de la Educación y desalojo de los liceos de Mvdeo. organizado por el gemio liceal en la ciudad Fray Bentos el gue tuvo un acatamiento del 80% del alumnado.

090CT97 Realizaron paro por 24 horas, funcionarios de la Banca Privada contando con una adhesión del 100 %.

ARTIGAS

090CT97 Realizaron paro en la ciudad de Artigas, funcionarios del Banco Hipotecario, en adhesión al nivel Nacional, por 24 horas.

090CT97 Realizaron paro en la ciudad de Artigas, funcionarios de Bancos Privados, por 24 horas.

RIVERA

090CT97 Realizaron paro funcionarios de la Banca Privada, en apoyo a los Funcionarios del Banco Santander, por 72 horas.

TACUAREMBO

090CT97 Realizó paro por espacio de 24 horas funcionarios de la Banca Privada, por aumentos salariales en Paso de los Toros.

032099

III

DIVISION EJERCITO III

001

CUADROS DEMOSTRATIVOS

DE

EVACUADOS Y NIVELES

DEL

RIO URUGUAY

059

9714406

BELLA UNION

DIAS	13	13	14	14	15	15	16	16	17	17	18	18	19	19	20	20	21	21
HORAS	1200	1800	1200	1800	1200	1800	1200	1800	1200	1900	1200	1900	1200	1900	1230	1900	1230	1930
CANTIDAD DE EVACUADOS	-	-	-	11	29	38	38	71	87	117	131	162	194	259	302	302	368	374
MAYORES CIVILES	-	-	-	4	14	19	19	26	42	55	65	82	98	139	163	182	196	203
MAYORES MILITARES	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	2	2	2	3	3
MENORES CIVILES	-	-	-	7	15	19	19	35	44	61	65	79	95	118	137	152	169	171
MENORES MILITARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FAMILIAS CIVILES	-	-	-	2	10	13	13	18	25	31	36	47	53	72	80	88	95	97
FAMILIAS MILITARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

BELLA UNION

DIAS	22	22	23	23	24	24	25	25	26	26	27	27	28	28	29	29	30	30	31	31
HORAS	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930
CANTIDAD DE EVACUADOS	384	405	413	431	454	455	455	455	455	455	455	455	455	455	455	455	455	455	455	455
MAYORES CIVILES	205	216	222	234	240	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241
MAYORES MILITARES	3	3	3	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
MENORES CIVILES	176	186	188	197	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210
MENORES MILITARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FAMILIAS CIVILES	99	99	105	110	114	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115
FAMILIAS MILITARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

060

9714406

SALTO

DIAS	13	13	14	14	15	15	16	16	17	17	18	18	19	19	20	20	21	21
HORAS	1200	1800	1200	1800	1200	1800	1200	1800	1200	1900	1200	1900	1200	1900	1230	1900	1230	1930
CANTIDAD DE EVACUADOS	15	43	43	69	114	179	388	457	496	519	743	776	862	862	937	993	1089	1205
MAYORES CIVILES	9	19	19	30	43	77	178	209	230	240	352	368	404	404	431	453	497	557
MAYORES MILITARES	-	-	-	-	14	14	14	14	14	14	14	14	15	15	17	17	17	19
MENORES CIVILES	6	24	24	39	53	84	192	230	248	261	373	390	439	439	483	517	569	621
MENORES MILITARES	-	-	-	-	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	6	6	6	8
FAMILIAS CIVILES	6	12	12	17	25	43	94	112	120	137	189	198	213	213	226	236	257	286
FAMILIAS MILITARES	-	-	-	-	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	4	4	4	4

SALTO

DIAS	22	22	23	23	24	24	25	25	26	26	27	27	28	28	29	29	30	30	31	31
HORAS	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930
CANTIDAD DE EVACUADOS	1330	1359	1416	1467	1579	1620	1725	1732	1791	1801	1818	1818	1887	1892	2019	2034	2105	2180	2241	2241
MAYORES CIVILES	624	637	666	691	756	781	826	832	856	863	871	871	907	909	981	989	1031	1070	1099	1099
MAYORES MILITARES	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19
MENORES CIVILES	679	695	723	749	794	812	872	873	908	911	920	920	953	956	1011	1018	1047	1083	1115	1115
MENORES MILITARES	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
FAMILIAS CIVILES	316	322	333	347	375	384	405	408	422	424	429	429	443	444	478	483	501	518	533	533
FAMILIAS MILITARES	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5

9714406

DIAS	13	13	14	14	15	15	16	16	17	17	18	18	19	19	20	20	21	21
NORAS	1200	1800	1200	1800	1200	1800	1200	1800	1200	1900	1200	1900	1200	1900	1230	1900	1230	1930
CANTIDAD DE ENFACUADOS	-	21	37	65	94	101	123	130	263	287	383	399	535	564	623	665	705	740
MOTORES CEYCLES	-	10	19	42	48	52	60	65	115	125	179	185	267	279	262	265	282	287
MOTORES MILITARES	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	8	8	8	8	10	10	10	10
MEMORES CEYCLES	-	11	18	43	46	49	59	61	144	158	186	198	252	269	212	212	234	237
MEMORES MILITARES	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	8	8	8	8	10	10	10	10
FAMILIAS CEYCLES	-	6	11	22	25	26	29	32	59	65	73	76	120	126	123	122	135	138
FAMILIAS MILITARES	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	4	4	4	4	5	5	5	5

PAYSANDU

062

9714406

DIAS	22	22	23	23	24	24	25	25	26	26	27	27	28	28	29	29	30	30	31	31
NORAS	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1930	1930
CANTIDAD DE ENFACUADOS	814	858	985	1024	1131	1163	1271	1272	1276	1277	1295	1302	1304	1307	1349	1383	1443	1494	1494	1509
MOTORES CEYCLES	294	299	367	373	427	436	482	483	486	487	495	497	497	497	512	522	537	553	553	555
MOTORES MILITARES	10	10	10	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
MEMORES CEYCLES	297	297	327	329	366	370	401	401	402	402	412	417	417	417	430	440	452	471	471	471
MEMORES MILITARES	10	10	10	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14
FAMILIAS CEYCLES	150	153	177	181	187	189	201	202	204	205	207	208	208	208	214	216	222	231	231	233
FAMILIAS MILITARES	5	5	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7

TOTAL DE EVACUADOS AL 31OCT97.

DIAS	13	13	14	14	15	15	16	16	17	17	18	18	19	19	20	20	21	21
NORAS	1200	1800	1200	1800	1200	1800	1200.	1800	1200	1900	1200	1900	1200	1900	1230	1900	1230	1930
CANTIDAD DE EVACUADOS	13	64	80	165	237	318	549	658	846	923	1237	1337	1391	1705	1862	1960	2162	2319
MOTORES CIVILES	9	29	39	76	105	148	257	300	367	420	596	635	769	822	856	900	976	1047
MOTORES MILITARES	-	-	-	-	14	14	16	16	17	17	23	23	24	25	29	29	30	32
MENORES CIVILES	6	35	42	89	114	152	270	326	436	480	626	667	786	803	852	881	972	1029
MENORES MILITARES	-	-	-	-	4	4	6	6	6	6	12	12	12	12	16	16	16	18
FAMILIAS CIVILES	6	18	23	41	60	82	136	162	212	233	298	321	386	411	429	449	487	521
FAMILIAS MILITARES	-	-	-	-	3	3	4	4	4	4	7	7	7	7	9	9	9	9

TOTAL DE EVACUADOS AL 31OCT97.

DIAS	22	22	23	23	24	24	25	25	26	26	27	27	28	29	29	30	30	31	31
NORAS	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1230	1930	1230	1930	1230	1930
CANTIDAD DE EVACUADOS	2529	2623	2815	2923	3165	3239	3452	3460	3523	3541	3576	3583	3654	3662	3831	3990	4011	4137	4198	4212
MOTORES CIVILES	1124	1153	1256	1299	1426	1459	1550	1557	1584	1594	1610	1612	1646	1650	1737	1755	1812	1867	1896	1898
MOTORES MILITARES	32	32	37	37	38	38	38	39	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
MENORES CIVILES	1152	1178	1239	1275	1370	1392	1483	1464	1520	1528	1547	1552	1585	1586	1656	1673	1715	1769	1801	1801
MENORES MILITARES	18	18	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22
FAMILIAS CIVILES	565	574	615	638	676	698	721	725	741	747	754	755	769	770	810	817	841	867	882	884
FAMILIAS MILITARES	10	10	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12

063

9714406

ALTURAS DEL RIO URUGUAY AL 31OCT97.

DIAS	13	13	14	14	15	15	16	16	17	17	18	18	19	19	20	20	21	21
HORAS	1200	1800	1200	1800	1200	1800	1200	1800	1200	1900	1200	1900	1200	1900	1230	1900	1230	1930
ARTIGAS RIO URUGUAY	-	-	-	-	-	6,74	7,04	7,24	7,58	7,79	8,12	8,34	8,63	8,79	8,99	9,07	9,20	9,25
ARTIGAS RIO CUARZIM	-	-	-	-	7,00	7,00	7,00	7,00	6,80	6,00	5,70	5,50	-	-	-	-	-	-
BELLA UNION	-	-	-	-	5,56	6,74	7,04	7,24	7,58	7,79	8,12	8,34	8,63	8,79	8,99	9,07	9,20	9,25
SALTO RIO URUGUAY	-	11,35	11,38	11,70	11,80	12,35	12,64	12,69	12,95	13,18	13,32	13,50	13,60	13,70	13,67	13,95	14,12	14,30
SALTO REPRESA	32,34	32,40	31,98	31,84	31,44	31,22	30,94	30,80	30,70	30,66	30,78	30,80	37,22	31,38	32,18	32,24	32,86	33,00
PAYSAN-DU	-	5,20	5,48	5,56	5,79	5,90	6,15	6,22	6,40	6,59	6,80	6,85	7,01	7,05	7,17	7,21	7,32	7,38
FRAY BENTOS	-	-	2,60	2,58	2,55	2,54	2,65	2,94	2,95	2,95	2,93	2,80	2,80	2,80	2,85	2,86	2,90	2,93
NUEVO BERLIN	-	-	2,98	2,98	3,00	3,12	3,08	3,38	[illegible]	3,40	3,48	3,49	3,41	3,60	3,66	3,69	3,77	3,80
SAN JAVIER	-	-	4,02	4,13	4,26	4,36	4,49	4,61	4,82	4,82	5,02	5,11	5,20	5026	5,37	5,38	5,47	5,50

ALTURAS DEL RIO URUGUAY AL 31OCT97.

DIAS	22	22	23	23	24	24	25	25	26	26	27	27	28	28	29	29	30	30	31	31
HORAS	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930	1230	1930
ARTIGAS RIO URUGUAY	9,33	9,40	9,45	9,49	9,46	9,44	9,36	9,30	9,15	9,07	8,80	8,78	8,95	8,45	8,27	8,16	7,90	7,81	7,58	7,47
ARTIGAS RIO CUARZIM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BELLA UNION	9,33	9,40	9,45	9,49	9,46	9,44	9,36	9,30	9,15	9,07	8,80	8,78	8,95	8,45	8,27	8,16	7,90	7,81	7,58	7,47
SALTO RIO URUGUAY	14,25	14,34	14,32	14,45	14,50	14,49	14,47	14,45	14,45	14,43	14,46	14,44	14,47	14,56	14,65	14,70	14,64	14,64	14,64	14,64
SALTO REPRESA	33,68	33,84	34,46	34,66	35,18	35,38	35,74	35,92	36,22	36,30	36,46	36,52	36,52	36,52	36,50	36,22	36,00	35,88	35,46	35,46
PAYSAN-DU	7,50	7,58	7,61	7,63	7,74	7,78	7,80	7,81	7,83	7,84	7,83	7,86	7,89	7,90	7,93	7,96	8,03	7,99	8,01	8,04
FRAY BENTOS	2,95	2,99	3,06	3,13	3,14	3,16	3,14	3,20	3,29	3,41	3,37	3,40	3,37	3,35	3,39	3,37	3,61	3,38	3,64	3,68
NUEVO BERLIN	3,83	3,89	3,98	4,04	4,08	4,10	4,12	4,16	4,17	4,22	4,30	4,30	4,31	4,33	4,40	4,46	4,50	4,48	4,50	4,52
SAN JAVIER	5,62	5,66	5,62	5,76	5,83	5,85	5,88	5,90	5,94	5,94	5,99	5,99	6,07	6,08	6,10	6,11	6,15	6,17	6,18	6,19

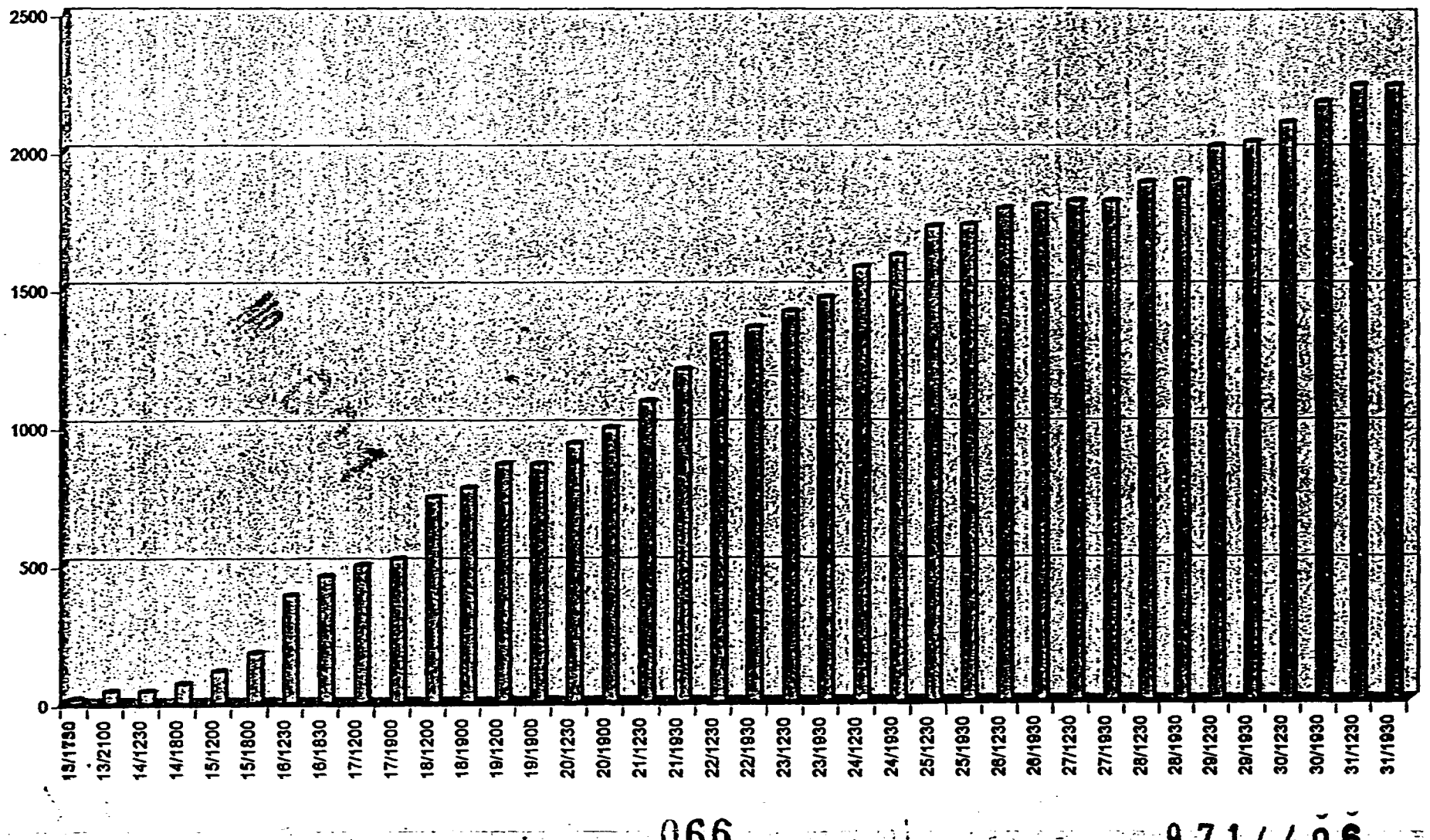
064

9714406

EVOLUCION EVACUADOS BELLA UNION

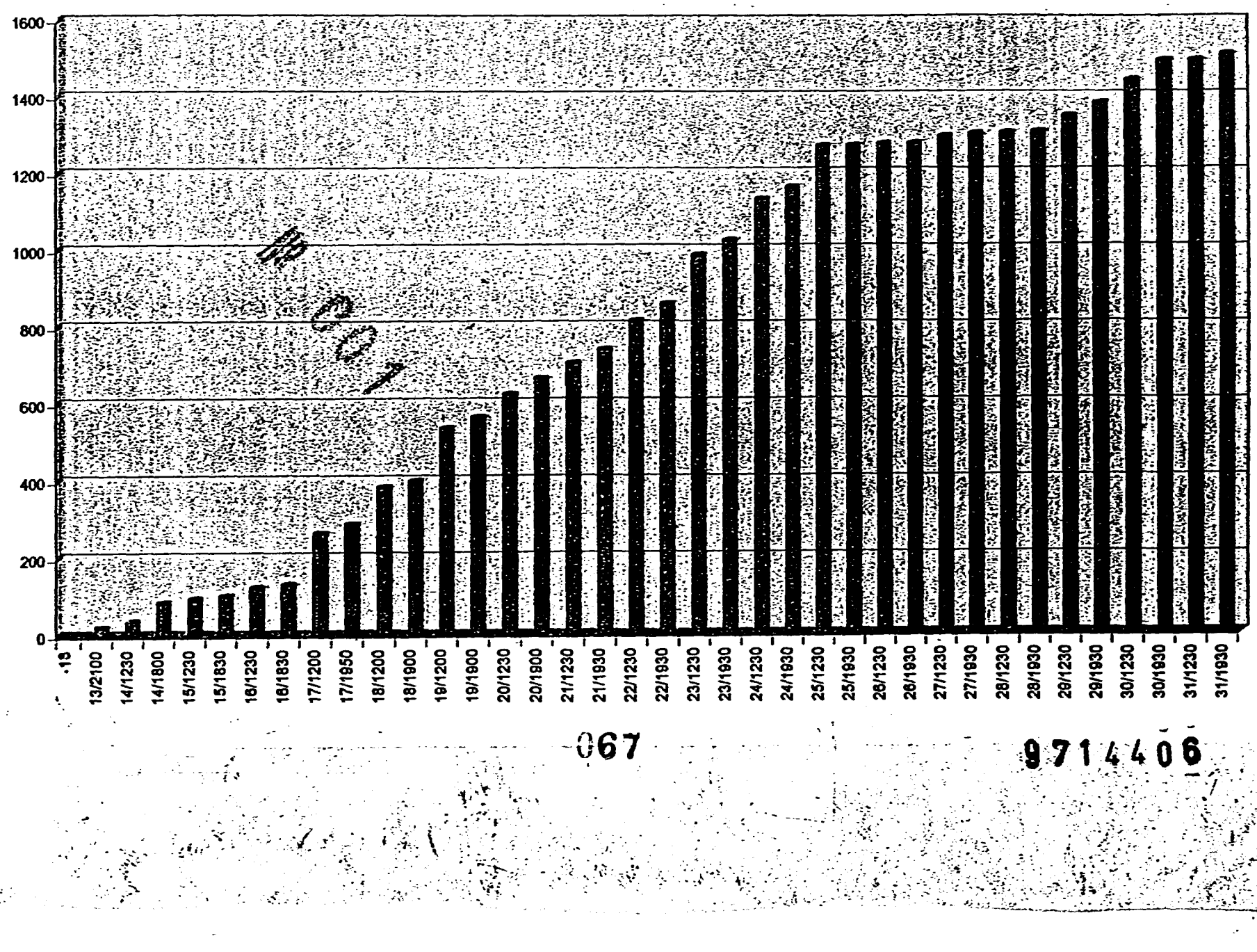
9714406

EVOLUCION EVACUADOS SALTO



9714406

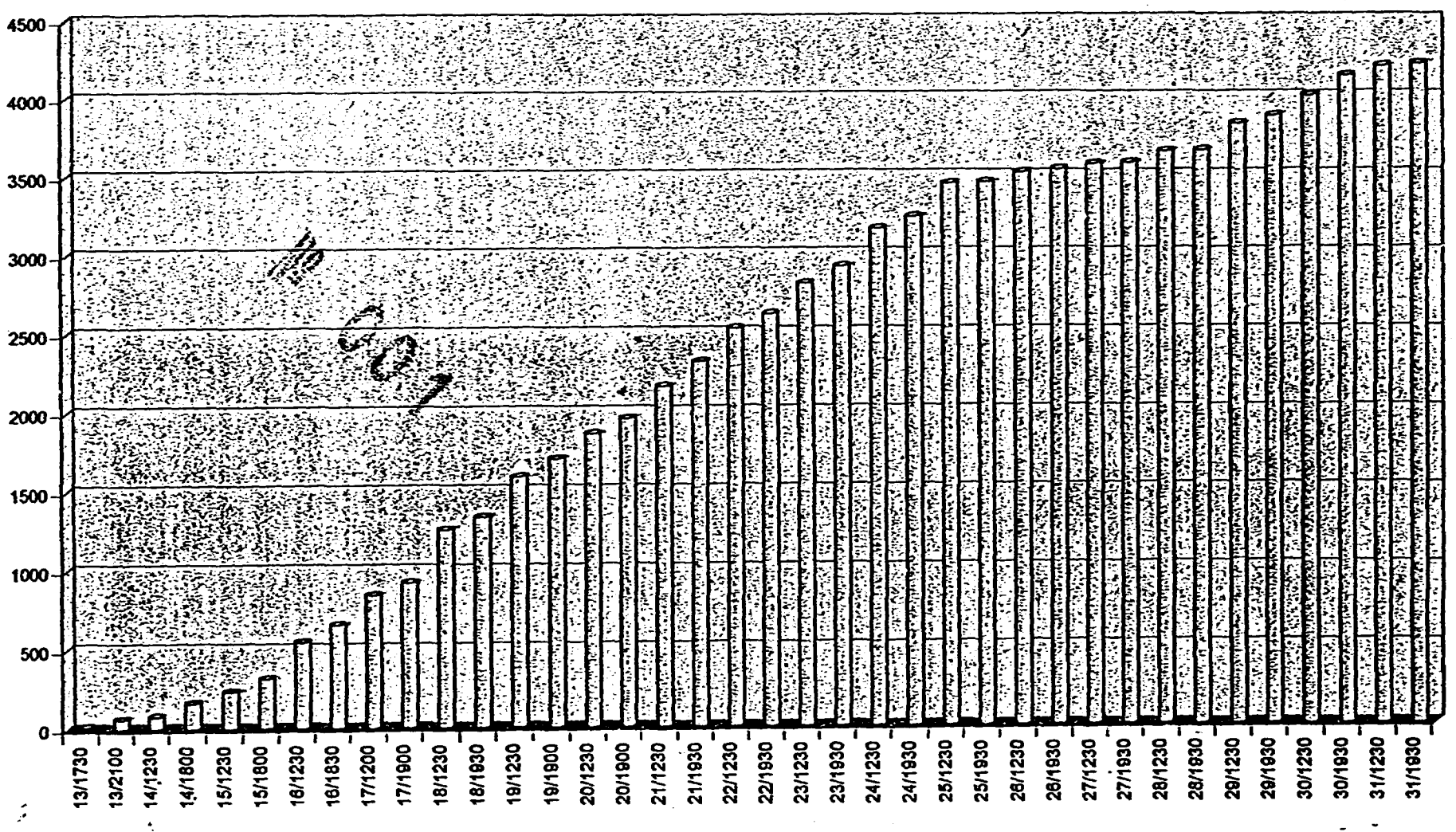
EVOLUCION EVACUADOS PAYSANDU



067

9714406

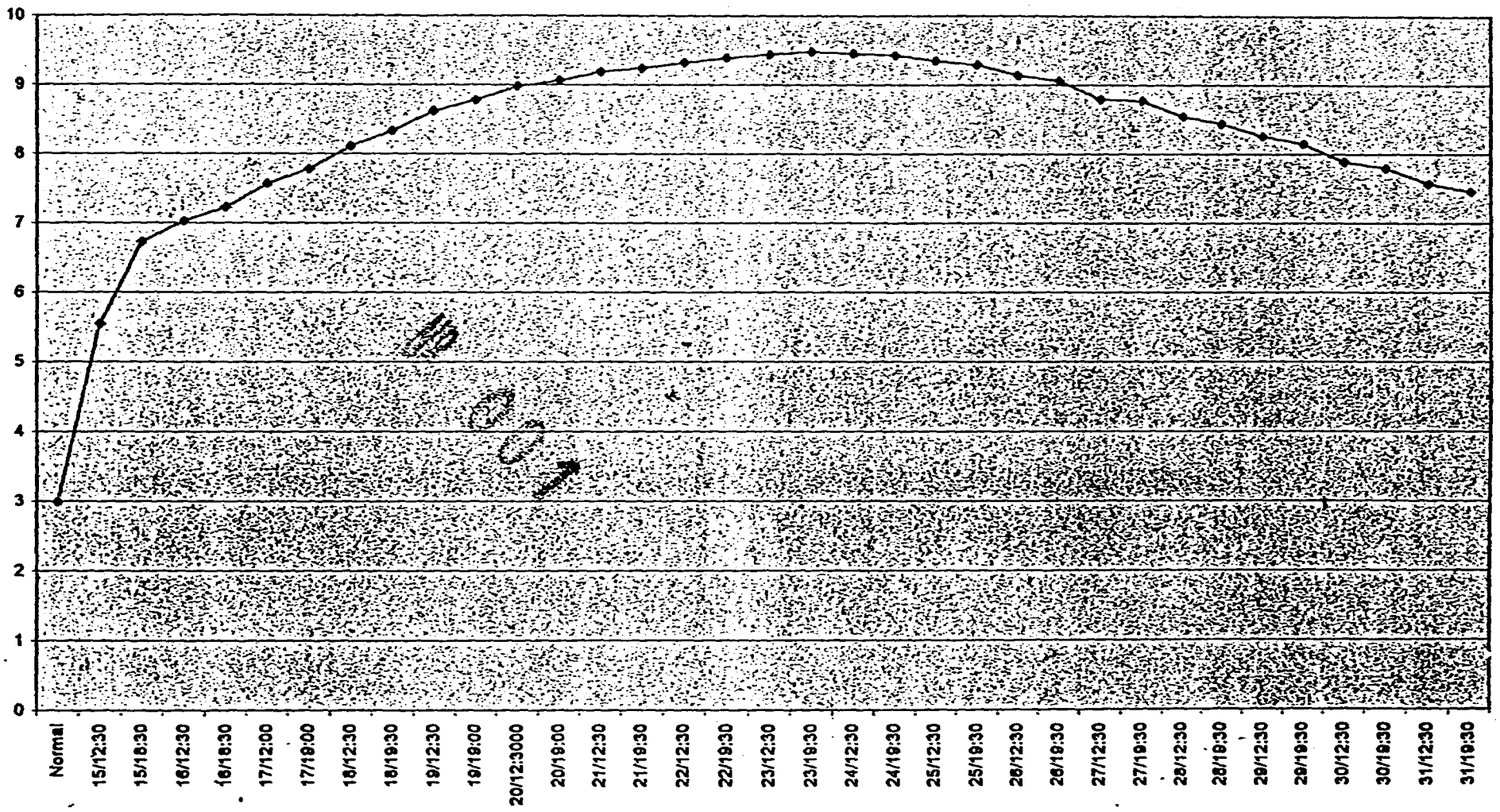
EVOLUCION EVACUADOS



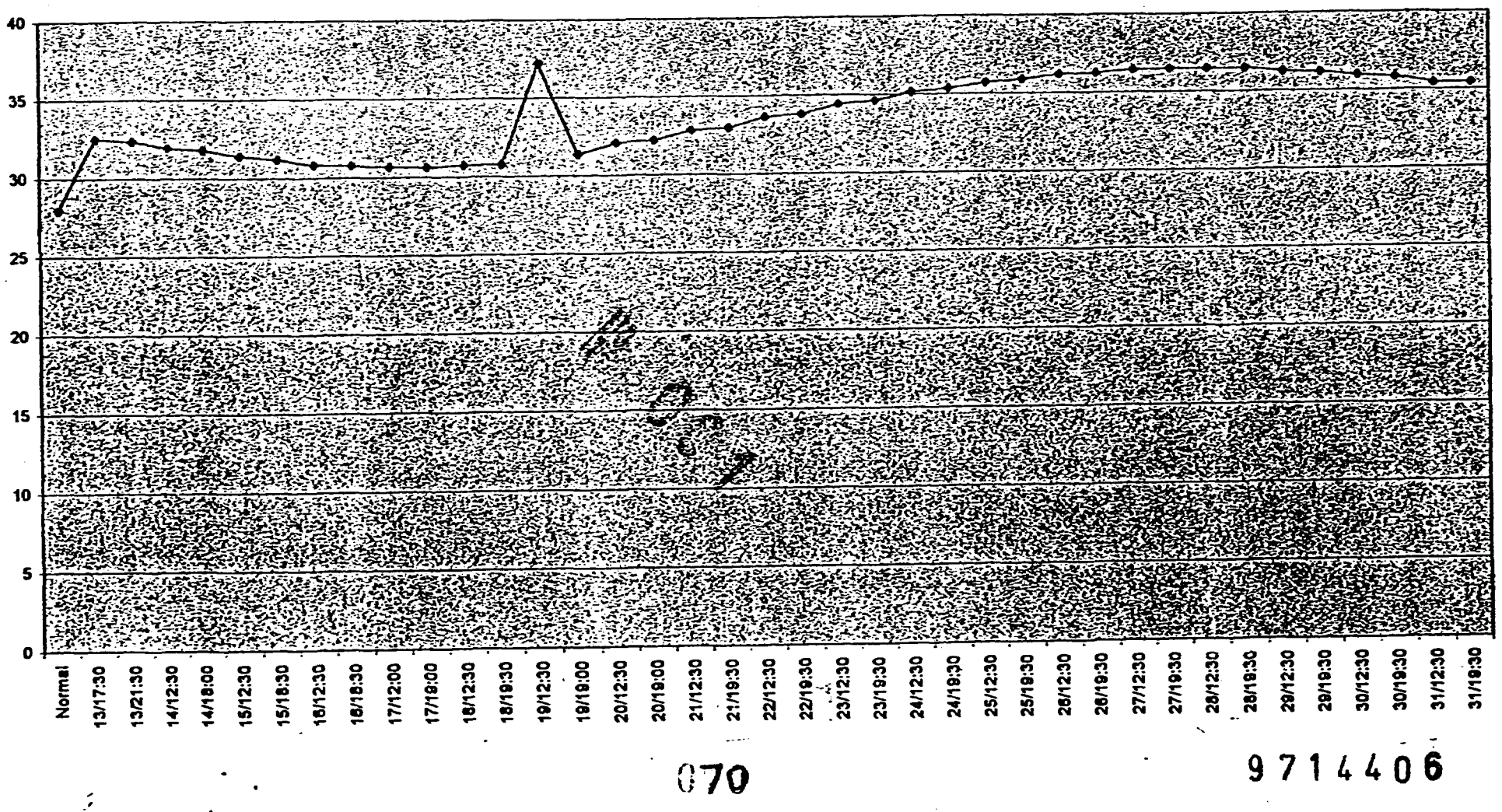
068

9714406

Bella Unión

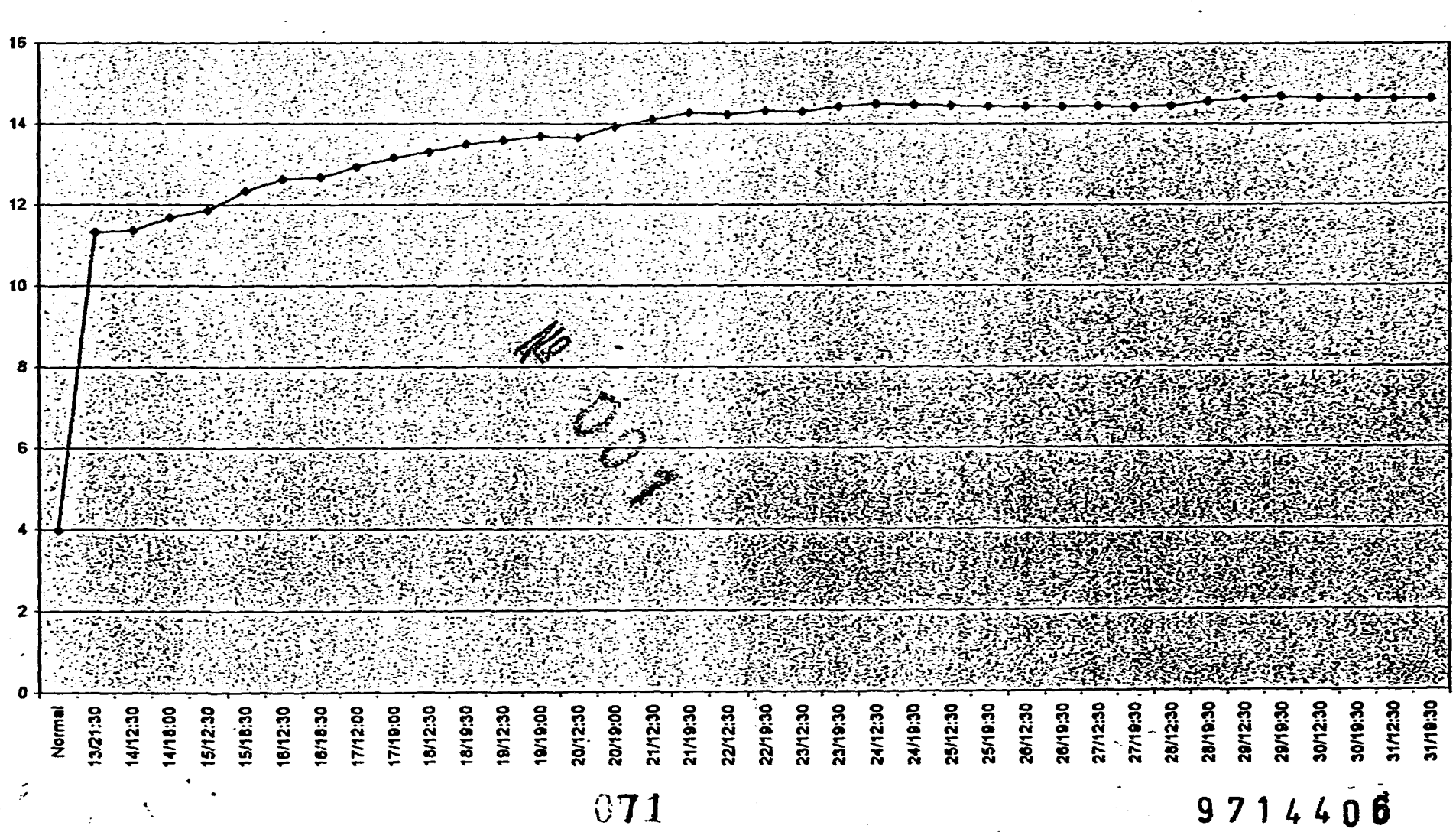

10
9
8
7
6
5
4
3
2
1
0
Normal
15/12:30
15/18:30
16/12:30
16/18:30
17/12:00
17/18:00
18/12:30
18/19:30
19/12:30
19/18:00
20/12:3000
20/18:00
21/12:30
21/19:30
22/12:30
22/19:30
23/12:30
23/18:30
24/12:30
24/18:30
25/12:30
25/19:30
26/12:30
26/18:30
27/12:30
27/19:30
28/12:30
28/18:30
29/12:30
29/19:30
30/12:30
30/19:30
31/12:30
31/19:30

Represa Salto Gde.



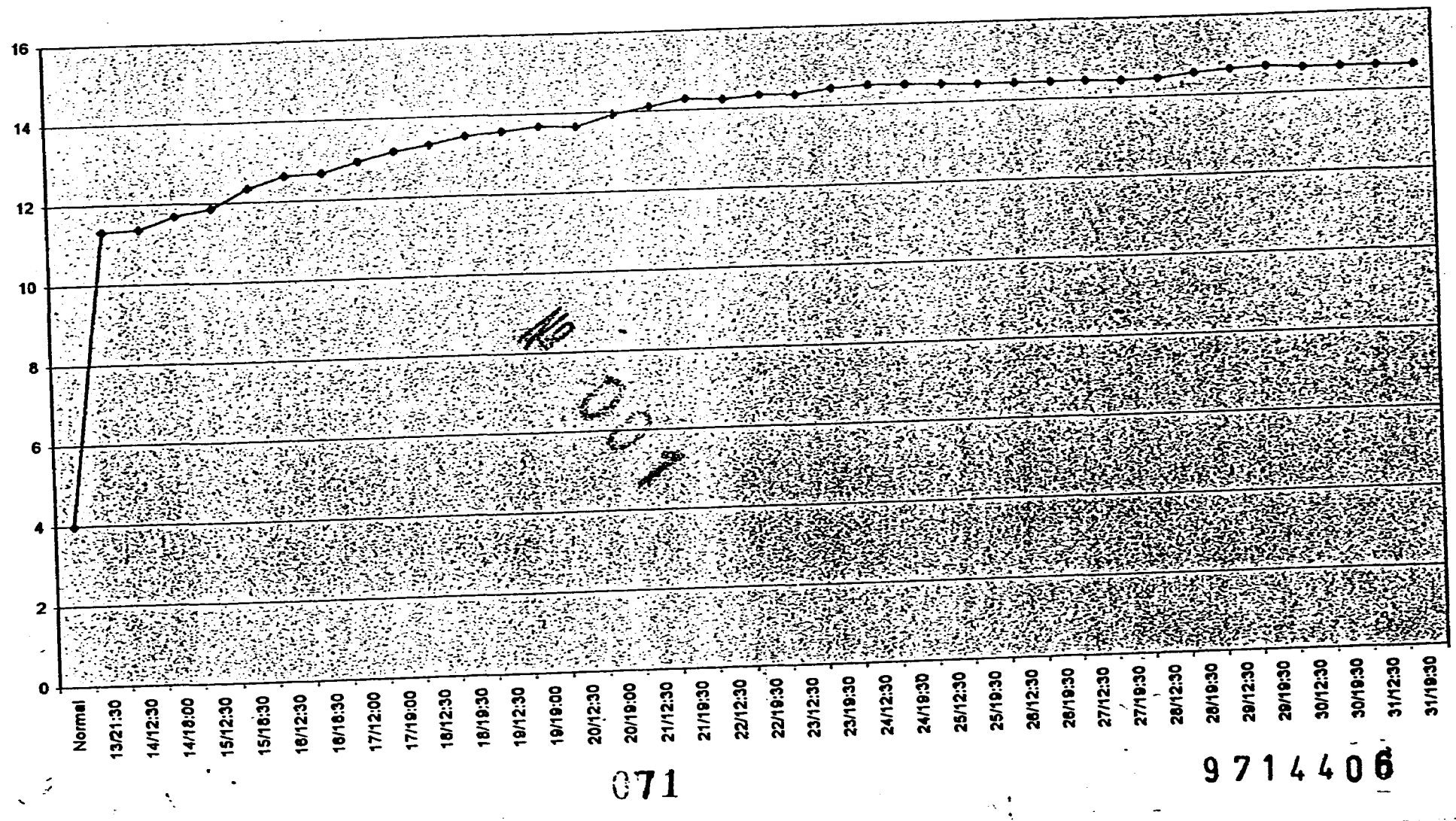
9714406

Salto



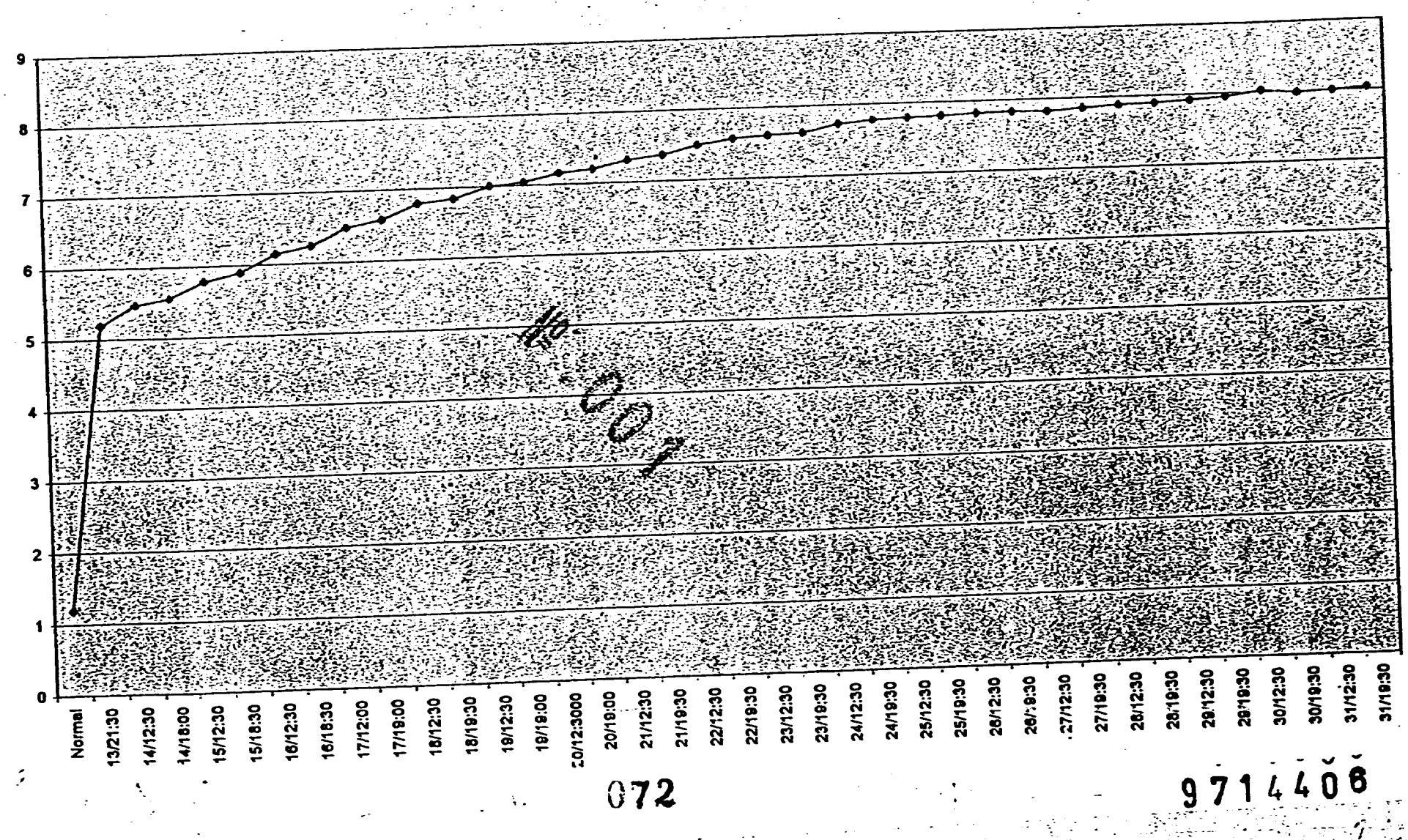
9714406

Salto

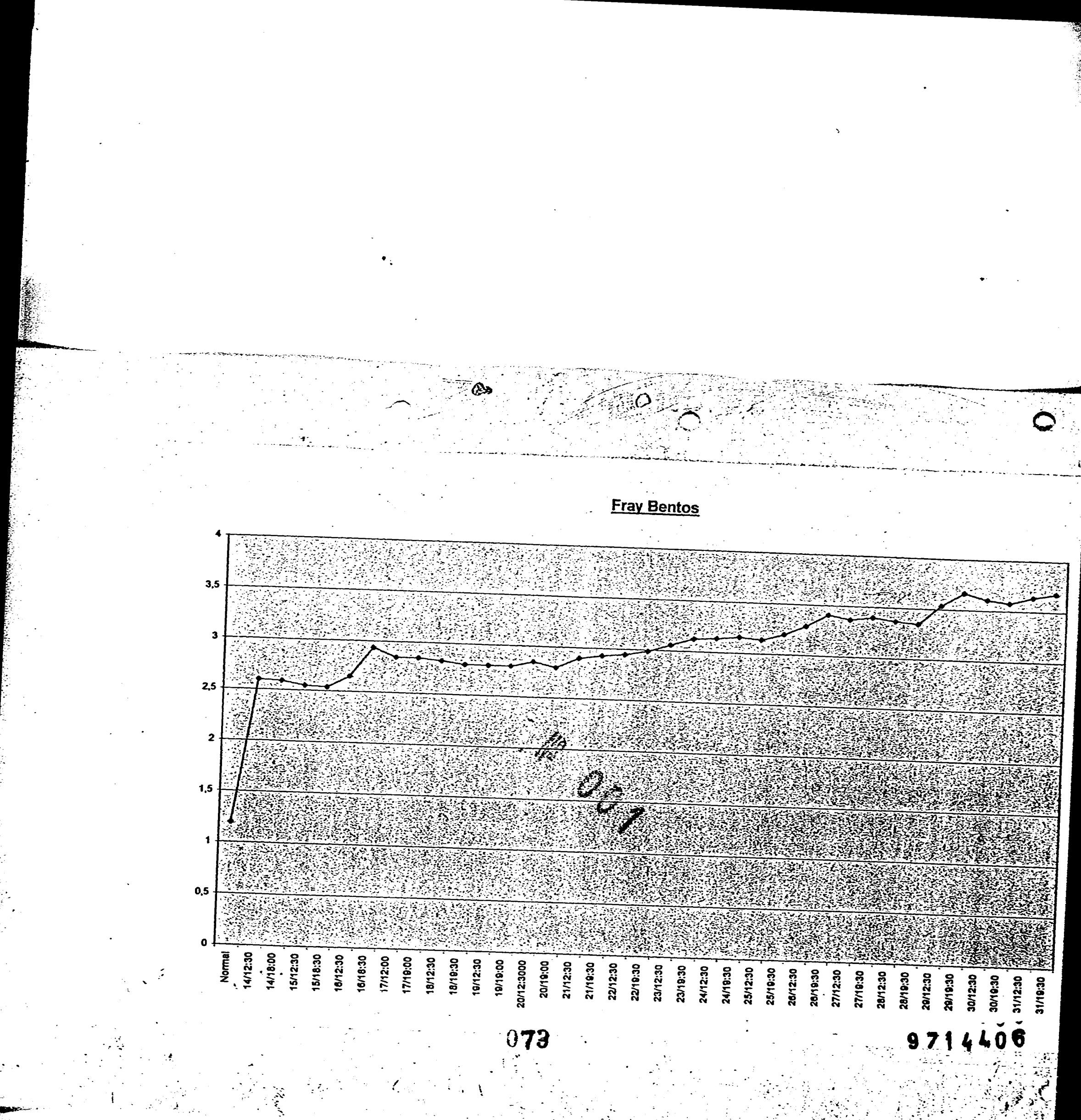


9714406

Paysandú



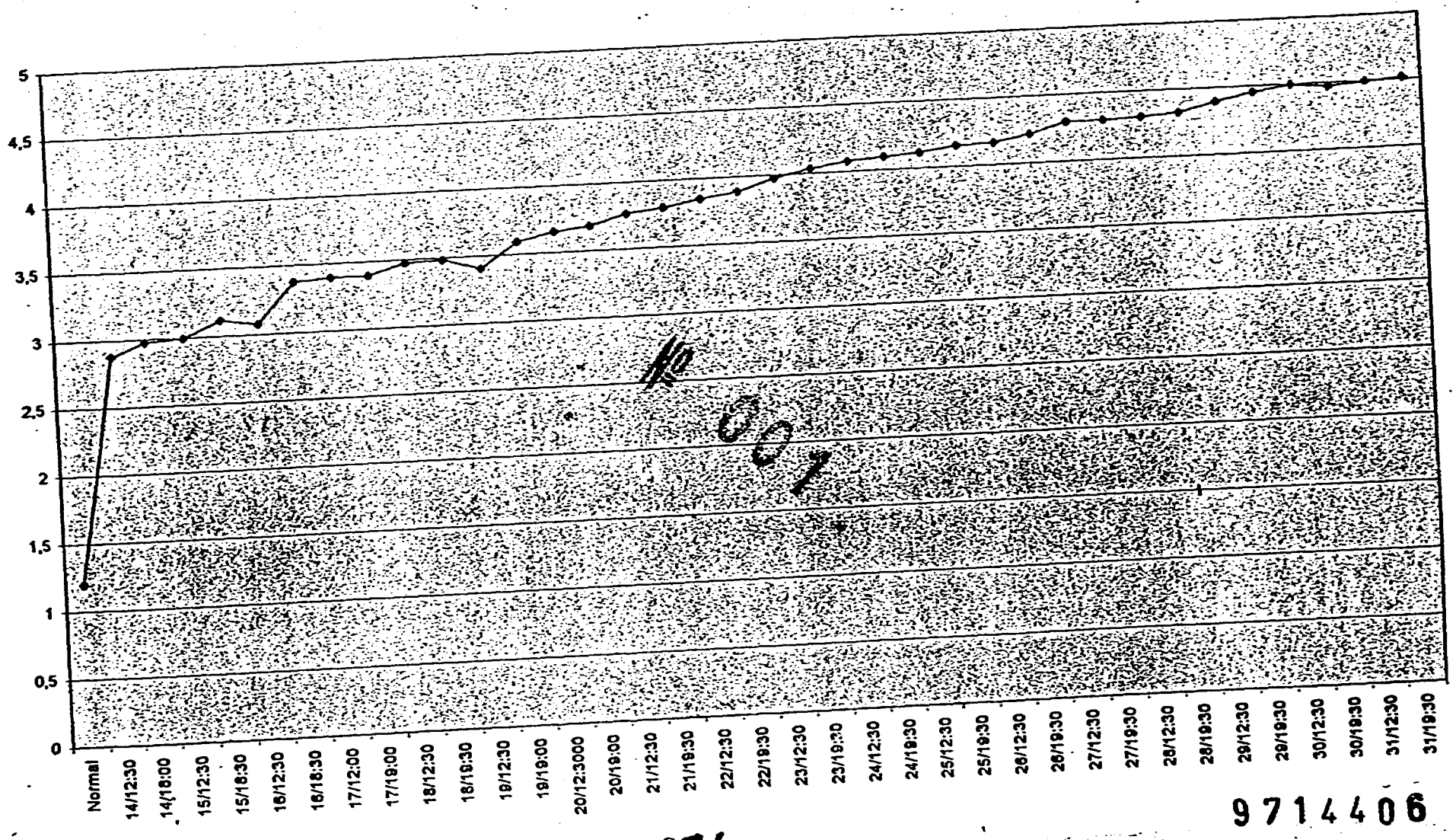
9714406


Fray Bentos
4
3,5
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
Normal
14/12:30
14/18:00
15/12:30
15/18:30
16/12:30
16/18:30
17/12:00
17/18:00
18/12:30
18/18:30
19/12:30
19/19:00
20/12:3000
20/19:00
21/12:30
21/19:30
22/12:30
22/19:30
23/12:30
23/19:30
24/12:30
24/19:30
25/12:30
25/19:30
26/12:30
26/19:30
27/12:30
27/19:30
28/12:30
28/19:30
29/12:30
29/19:30
30/12:30
30/19:30
31/12:30
31/19:30

073

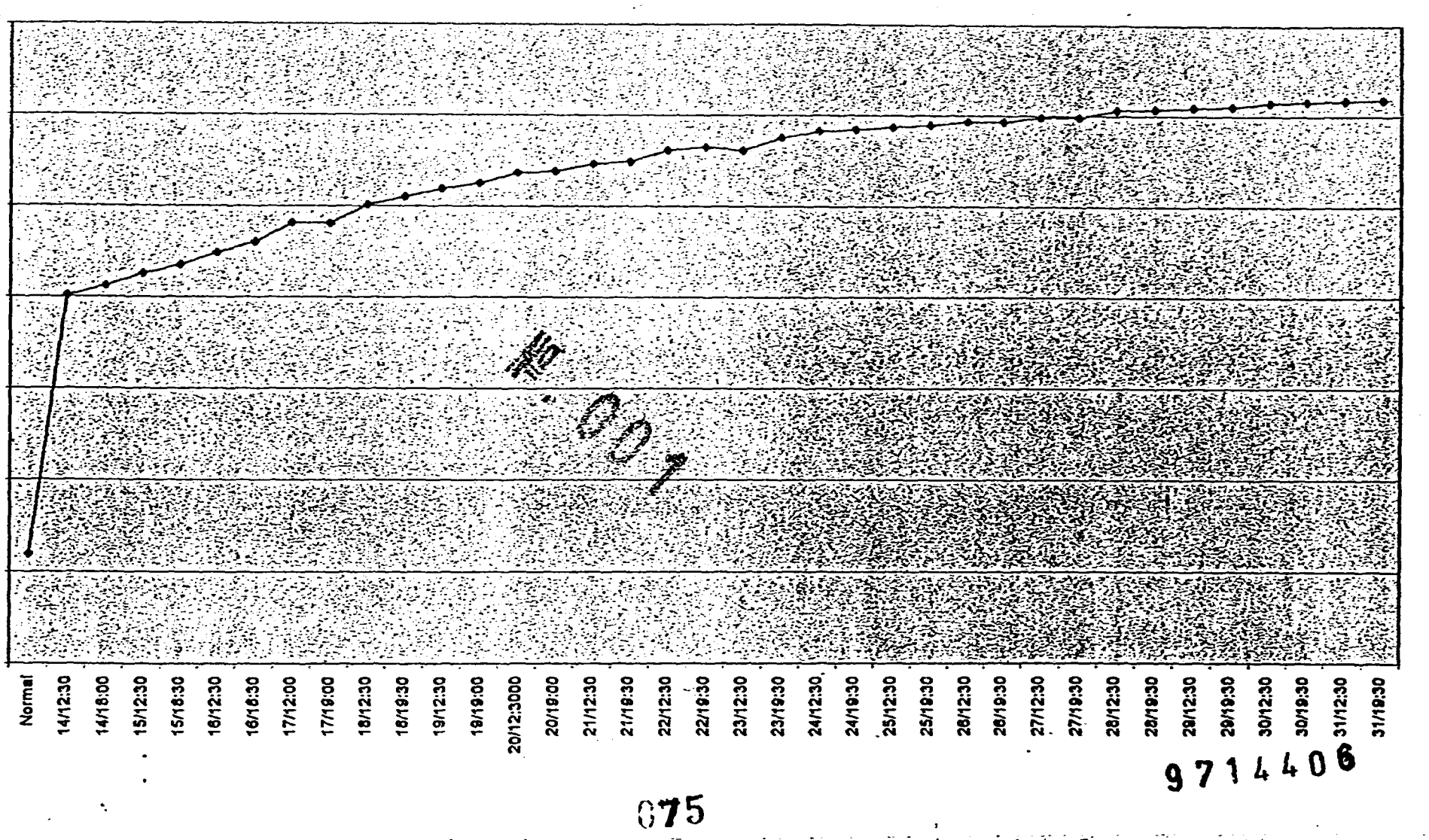
9714406

Nuevo Berlín



9714406

San Javier



9714406

RESULTADOS FINALES DE LAS ELECCIONES INTERNAS DEL FRENTE AMPLIO

CORRESPONDIENTE AL AMBITO DIVISIONARIO 28SET97

LISTAS	90 P.S.	1001 D.A.	347 C.I.	77 V.A.	2121 A.U.	3040 I.A.	343 P.V.P	P.O.R.	TOTAL
ARTIGAS	547	390	305	176	361	245	28	19	2071
SALTO	647	492	246	306	414	299	18	20	2442
PAYSANDU	967	485	458	378	661	98	21	66	3134
RIO NEGRO	756	567	148	220	165	53	18	4	1931
RIVERA	428	243	321	90	242	69	5	11	1409
TACUAREMBÓ	735	253	208	215	381	101	18	7	1918
TOTAL POR LISTAS	4080	2430	1686	1385	2224	865	108	127	12905

076/076

9714406

ARCHIVO

C. Hist Archivo

13

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
021030 DICIEMBRE 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 004/B/ANA/998.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O:** Se adjunta.

ORIGINAL

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.
EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

Doc. protegible

El Jefe del Dpto.II (ICIA) del E.M.E.
CORONEL

WILSON CORONEL.-

AUTENTICA: Tte Cnl.

001/003 COPIAR CARTUCHOS! 9714409
09 DIC. 1997

U32289

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

E . M . D . E . III.
D - II.
T A C U A R E M B O.
261100NOV.97

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº. 146/D-II/997.

I. EVALUACION: A - 1

II. RESPONDE A: Información obtenida por esta Agencia publicada por el diario La República.-

III. T E X T O :

Para conocimiento se adjunta fotocopia de un artículo publicado el viernes 14 de Noviembre del corriente en el suplemento LA RED PUBLICA Nº.11 de La República.-

ORIGINAL

IV. ACCION TOMADA: La confección del presente PARTE.-

V. DISTRIBUCION:

Ejemplar Nº.0 00 01 - JEFE DEPARTAMENTO II (ICIA) E.M.E.
Ejemplar Nº.0 00 02 - CTE.B.C.Nº.1.-
Ejemplar Nº.0 00 04 - JEFE GPO.A.Nº.3.-
Ejemplar Nº.0 00 05 - JEFE BN.ING.CBTE.Nº.3.-
Ejemplar Nº.0 00 06 - CTE.CTEL.GRAL.D.E.III.-
Ejemplar Nº.0 00 07 - ARCHIVO D-II E.M. D.E.III.

DIVISION DE EJERCITO III - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Por el Cte. D.E.III y P.s.c.-
El Jefe División II E.M.D.E.III.-
Tte.Cnel.
DANIEL REISSIG.-

DR/j.s./

E. 002 9714409

SECRETO

No l@s dejemos sol@s

Desde el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra de Brasil nos hicieron llegar una campaña de solidaridad a nivel internacional que han comenzado (hace ya algunos meses) por el juicio a José Rainha Junior, trabajador rural sin tierra del Espíritu Santo que está encarcelado y ha sido juzgado en el tribunal que corresponde a dicha zona, donde las rivalidades locales (entre latifundistas y miembros del M.S.T.) influyen no permitiendo un juicio justo.

Esta campaña es para que se traslade el juicio a la Capital, para que las pruebas presentadas sean tenidas en cuenta sin ser influenciadas por rivalidades locales.

Acá abajo les dejamos una planilla (si no quieren recortar La Red o quieren juntar más firmas) pueden pedir más llamándonos y dejando un número o dirección

EXMO. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPIRITO SANTO. -Rua Desembargador Homero Mafra, s/n. Cep 29055-21. ..itória, ES - Fax: 00 55 27 334 2005

Nosotros/as, abajo firmantes, ciudadanas/os uruguayos, por la presente queremos manifestar nuestra indignación y preocupación acerca de la mantención del juicio al trabajador rural JOSÉ RAINHA JUNIOR, en la ciudad de Pedro Canário/ES.

Creemos que solamente un juicio exento de las rivalidades locales podrá devolver la credibilidad de la justicia frente a los Principios Universales de Justicia, apelamos para que los desembargadores concedan la transferencia del juicio a JOSÉ RAINHA JUNIO para la Capital. Por ser una medida de justicia nos suscribimos.

ORIGINAL

Nombre y Apellido	Cédula de Identidad	Firma

№ 00001 003/003 9714409

RESERVADO

ARCHIVO

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
030800-DICIEMBRE- 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 005/B/ANA/998.-

I.- **EVALUACION**: Se omite.-

II.- **RESPONDE A**: Información obtenida por esta Agencia.-

III.- **T E X T O**: Se adjunta.-

IV.- **SINTESIS**: Se omite.-

V.- **DISTRIBUCION**:

ORIGINAL

EJEMPLAR 001 - D.E.I.
EJEMPLAR 002 - D.E.II.
EJEMPLAR 003 - D.E.III.
EJEMPLAR 004 - D.E.IV.
EJEMPLAR 005 - D.G.I.D.
EJEMPLAR 006 - ARCHIVO.

EL JEFE DEL DPTO II (ICIA) DEL E.M.E.

CORONEL

WILSON CORONEL.-

9714410
09 DIC. 1997

001/026

RESERVADO

RESERVADO

№ 005

C.G.E.

E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

RESUMEN

DE

ACTIVIDADES

ORIGINAL

SINDICALES

PERIODO

*** 21 NOV. AL 03 DIC. DE 1997 ***

002

9714410

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

D.E.I

PIT-CNT (PLENARIO INTERSINDICAL DE TRABAJADORES)
LOCAL: AVDA. 18 DE JULIO 2190

22NOV97, SE LLEVO A CABO LA REUNION DE LA MESA REPRESENTATIVA NACIONAL AMPLIADA DEL PIT-CNT EN LA SEDE DE AEBU, DONDE SE RESOLVIO REALIZAR UN PARO GENERAL POR 24 HS. A REALIZARSE A NIVEL NACIONAL, EL DIA **27NOV97** Y SE DEFINIO LOS LUGARES A EFECTUARSE UNA SERIE DE CONCENTRACIONES A PARTIR DEL **271100NOV97.**
EN LA **PLAZA LAFONE** SE CONCENTRARAN LOS SIGUIENTES GREMIOS: UNION DE OBREROS CURTIDORES (UOC), DE LOS FUNCIONARIOS DEL GAS (UAOEGAS), DE LOS TRABAJADORES QUIMICOS (STIQ), FEDERACION DE ANCAP, DE LOS EMPLEADOS DEL PUERTO (SUANP) Y EL GREMIO DE LA MADERA (SOIMA).
EN LA **AVDA. BOLIVIA Y CAMINO CARRASCO** SE REUNIRAN LOS SINDICATOS DE LOS GRAFICOS (SAG), METALURGICOS (UNTMRA) Y DE LOS FUNCIONARIOS PUBLICOS (COFE).
EN LA **EXPLANADA DEL I.P.A.** SE CONCENTRARAN LOS GREMIOS DE LA UTU (AFUTU), DE LOS FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA (AFFUR), DE LOS PROFESORES DE SECUNDARIA (FENAPES), DE LA SALUD PRIVADA (FUS) Y DE LOS DOCENTES UNIVERSITARIOS (ADUR).
EN LA **PLAZA COLON** SE CONCENTRARAN LOS SINDICATOS DE LA BEBIDA (FOEB), DE ANTEL (SUTEL), DEL PODER JUDICIAL (AFJU) Y DE LOS OBREROS DE LA CONSTRUCCION (SUNCA).
EN LA **AVDA.8 DE OCTUBRE Y PICCIOLI** SE CONCENTRARAN LOS SIGUIENTES GREMIOS: DE LOS TRABAJADORES DEL HOSPITAL DE CLINICAS (UTHC), DEL TRANSPORTE (UNOTT), DEL CAUCHO Y DE LOS LABORATORIOS (SIMA).
EN LA **AVDA.GRAL. FLORES E INDUSTRIA** SE CONCENTRARON LOS TRABAJADORES DEL GAS (UAEGAS), GRAFICOS (SAG) Y METALURGICOS (UNTMRA).
EN EL **INTERIOR,** LOS PLENARIOS QUEDARON FACULTADOS PARA IMPLEMENTAR LAS MOVILIZACIONES, Y LA EXTENSION DE LA INACTIVIDAD, DE ACUERDO A LAS CARACTERISTICAS DE LA ZONA.

EN LA "JORNADA CIVICA" LOS DIRIGENTES DEL PIT-CNT DIERON LECTURA A UNA PROCLAMA QUE CRITICA DURAMENTE AL GOBIERNO, POR ENTENDER QUE ESTE APUNTA CON FUERZA A CONSOLIDAR Y PROFUNDIZAR UN MODELO DE ACUMULACION, BASADO EN LA DISTRIBUCION REGRESIVA DE LA RIQUEZA. LA PROCLAMA PLANTEA QUE:"MIENTRAS LA ECONOMIA CRECE, LA DESOCUPACION SIGUE EN NIVELES ALTISIMOS".

ORIGINAL

9714410

RESERVADO

ENTRE LOS PUNTOS DE LA PROCLAMA ESTAN:

LA LEY DE NEGOCIACION COLECTIVA CON HOMOLOGACION DE RESULTADOS POR PARTE DEL ESTADO, LA MANERA DE GARANTIZAR A LOS TRABAJADORES EL CUMPLIMIENTO DE LAUDOS, CATEGORIAS Y NIVELES SALARIALES ASI COMO UNA LEY DE EMERGENCIA SANITARIA CUYO EJE SEA LA RED DE ATENCION PRIMARIA DE SALUD, CON PARTICIPACION Y REGULACION DE TODOS LOS SECTORES SOCIALES Y UN FINANCIAMIENTO A TRAVES DEL FONDO NACIONAL DE ATENCION PRIMARIA. LA CONSIGNA DEL PARO GENERAL, SERA POR EMPLEO, SALARIO, SEGURIDAD SOCIAL SOLIDARIA, **CUMPLIMIENTO DEL ARTICULO 4o. DE LA LEY DE CADUCIDAD** Y UNA REFORMA EDUCATIVA PARTICIPATIVA Y POPULAR.

26NOV97, LAS MEDIDAS GREMIALES PARA EL 27NOV97 FUERON LAS SIGUIENTES:

TRANSPORTE: EL PARO COMIENZA EN EL DIA DE LA FECHA A LAS 20.29 HS., HABRA SERVICIO DE EMERGENCIA SOLO EN EL SERVICIO DIURNO. PARA EL TRANSPORTE SUBURBANO E INTERDEPARTAMENTAL, EL PARO COMIENZA EL DIA 270000NOV97.
LOS TAXIS COMIENZAN EL PARO EL 270100NOV97.

MUTUALISTAS: SOLO SE ATIENDEN LOS SERVICIOS DE EMERGENCIA.

BANCOS: PERMANECEN CERRADOS.

BANCO DE PREVISION SOCIAL: LOS PAGOS SE REALIZARAN EN FORMA NORMAL.

IMM: SOLO FUNCIONARA EL SERVICIO FUNEBRE Y RECOLECCION DE RESIDUOS HOSPITALARIOS.

COMERCIOS: EN GENERAL ESTARAN ABIERTOS.

AEROPUERTO: HABRA VUELOS INTERNACIONALES.

EDUCACION PUBLICA Y PRIVADA: NO SE DICTARAN CLASES EN LOS TRES ORDENES DE LA ENSEÑANZA PUBLICA.

DIARIOS Y REVISTAS: NORMAL.

ORIGINAL

<u>27NOV97 PORCENTAJE DE ADHESION AL PARO GENERAL EN TODO EL PAIS.</u>

SECTOR PUBLICO.

TOTAL	00%
PARCIAL	84%
NORMAL	16%

SECTOR PRIVADO.

TOTAL	00%
PARCIAL	58%
NORMAL	42%

LA ENSEÑANZA PUBLICA EN MONTEVIDEO EL PARO FUE TOTAL.
BANCA PRIVADA EL PARO ES TOTAL A NIVEL NACIONAL.

RESERVADO

RESERVADO

27NOV97, ACORDE A LA PREVISION DE ACTIVIDADES, SE REGISTRARON EN EL AMBITO DE LA D.E.I. LAS SIGUIENTES:

CONCENTRACION EN PLAZA LAFONE:

CANTIDAD DE PARTICIPANTES 70 PERSONAS.
HOMBRES APROX. 70%
MUJERES APROX. 20%
MENORES APROX. 10%

SOBRE UNA CAMIONETA SE COLOCO UN MICROFONO EL QUE FUE UTILIZADO COMO EXCENARIO, EN EL CUAL HABLARON LOS SINDICALISTAS **CASTILLO** Y **GRACIELA.**
CASTILLO EN SU DISCURSO HIZO REFERENCIA A LOS DD.HH., SALUD, TRABAJO, DESAPARECIDOS, POLITICA ECONOMICA DEL GOBIERNO. COMO ANIMADOR ESTUVO EL CANTANTE EL "LOCO PEIRANO" QUIEN DIJO SER ORIUNDO DEL SAUCE.
SE REPARTIERON VOLANTES DE LA INTERGREMIAL DE PESCA SECTOR EMBARCADO.

CONCENTRACION EN PLAZA COLON:

CANTIDAD DE PARTICIPANTES 150 PERSONAS.

HOMBRES APROX. 70%
MUJERES APROX. 20%
MENORES APROX. 10%

ORIGINAL

LOS ORADORES HABLARON DEL DESEMPLEO, PROBLEMA DE VIVIENDAS DIGNAS Y SOBRE LA MUERTE DE UN JOVEN DE LA CONSTRUCCION.
LA PROCLAMA FUE LEIDA POR LA PRESIDENTA DEL SINDICATO DE TELECOMUNICACIONES Y CERRO EL ACTO MARCOS **VELAZQUEZ.**
SE REPARTIERON VOLANTES DE AUTE, PIT-CNT.

CONCENTRACION EN EXPLANADA DEL IPA:

CANTIDAD DE PARTICIPANTES 200 PERSONAS.

HOMBRES APROX. 60%
MUJERES APROX. 25%
MENORES APROX. 15%

LOS ORADORES FUERON JOSE LUIS (FUS), CARLOS **SANCHEZ** (PIT-CNT), Y LUIS **PUIG** (UAOEGAS, QUIEN FINALMENTE NO HABLO).
SE REPARTIERON VOLANTES DE AFURECI, COFE, FUS.

CONCENTRACION EN GRAL.FLORES E INDUSTRIA:

CANTIDAD DE PARTICIPANTES 100 PERSONAS.

HOMBRES APROX. 60%
MUJERES APROX. 30%
MENORES APROX. 10%

RESERVADO

UNO DE LOS ORADORES FUE LUIS **PUIG** QUIEN TRATO EL TEMA DE LA MILITANCIA DE LAS "RADIOS COMUNITARIAS", OTROS ORADORES TAMBIEN TRATARON EL TEMA DE RADIOS COMUNITARIAS ESPECIALMENTE FM 104.1 LA ESQUINA, QUE TRASMITE LOS DIAS DOMINGOS A LAS 1700HS.. EN EL LUGAR SE OBSERVO UNA ANTENA LA QUE SE PUEDE PRESUMIR ESTABA TRASMITIENDO POR DICHA F.M..
SE REPARTIERON VOLANTES DE: SINDICATO DE ARTES GRAFICAS, COMISION DE JOVENES DE LA COORD. "O" FRENTE AMPLIO, U.T.C.-UNOTT, ADES.

CONCENTRACION EN CURVA DE MAROÑAS:

CANTIDAD DE PARTICIPANTES 50 PERSONAS.

LA CONCENTRACION COMENZO A LA HORA 1100 DIRIGIENDOSE 1130HS. HACIA EL SINDICATO DE FUNSA.
NO HUBO ORADORES Y A LAS 1200HS. COLOCARON UN OMNIBUS DE LA EMPRESA RAINCOOP FRENTE AL SINDICATO DE FUNSA CERRANDO LA AVDA. 8 DE OCTUBRE REALIZANDO UNA "CHORIZADA".
A LAS 1345HS. RETIRARON EL OMNIBUS.
SE REPARTIERON VOLANTES DE: JORNADA NACIONAL POR TRABAJO PIT-CNT, ADES.

CONCENTRACION EN CNO.CARRASCO Y BOLIVIA:

CANTIDAD DE PARTICIPANTES 80 PERSONAS.

ORIGINAL

HOMBRES APROX. 60%
MUJERES APROX. 30%
MENORES APROX. 10%

HUBIERON 3 ORADORES LOS CUALES HABLARON SOBRE LA POLITICA ECONOMICA DEL GOBIERNO, LOS SINDICATOS SOBRE EL DEFINANCIAMIENTO DE UNOS U$S 200.000 DE LA COOPERATIVA MAGISTERIAL.

01DIC97, SE CUMPLIO UNA NUEVA INSTANCIA DEL DIALOGO SOCIAL, DONDE EL GOBIERNO, EMPRESARIOS Y TRABAJADORES ANALIZARON UNA SERIE DE TEMAS COMO EL EMPLEO, LA PRODUCTIVIDAD Y LA PARTICIPACION DE LOS ENTES ESTATALES EN EL MERCOSUR.

DIRIGENTES DEL PIT-CNT, MANIFESTARON QUE DICHO AMBITO NO ES SOCIAL, PORQUE ESTA INTEGRADO POR TRES SECTORES.

LOS GRANDES TEMAS PARA EL GOBIERNO SON LA COMPETITIVIDAD Y EL EMPLEO, EL MUNDO LABORAL EN EL PROCESO DE INTEGRACION REGIONAL Y LA ADECUACION DE LAS EMPRESAS PUBLICAS EN EL MERCADO REGIONAL.

POR SU PARTE LOS DIRIGENTES GREMIALES PLANTEARON AL PODER EJECUTIVO, QUE LOS TEMAS PRINCIPALES A ANALIZAR SON LA PRODUCCION Y EL EMPLEO, SALARIOS Y REDISTRIBUCION DE LA RIQUEZA, POLITICAS SOCIALES Y GASTOS PUBLICOS, ESTRUCTURA TRIBUTARIA, NEGOCIACION COLECTIVA Y FUEROS SINDICALES.

RESERVADO

9714410

COMO INVITADOS ESPECIALES ESTUVIERON EL MINISTRO DE TRABAJO Y ASUNTOS SOCIALES ESPAÑOL JAVIER **ARENA** Y EL SECRETARIO GENERAL DEL SINDICATO ESPAÑOL DE COMISIONES OBRERAS ANTONIO **GUTIERREZ.**

02DIC97, EL MINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES, ALVARO **RAMOS,** SE REUNIRA EN EL DIA DE LA FECHA CON UNA DELEGACION DEL PIT-CNT, QUE LE REITERARA EL PEDIDO DE INCLUIR EN LA AGENDA DEL DIALOGO SOCIAL, EL TEMA DE LOS DESAPARECIDOS DURANTE EL PERIODO DEL GOBIERNO MILITAR.

ATSS (ASOCIACION DE TRABAJADORES DE LA SEGURIDAD SOCIAL)
LOCAL: AVDA. FERNANDEZ CRESPO 1780

25NOV97, CONTINUAN EN CONFLICTO POR NO HABERSE REGULARIZADO LA SITUACION DE LOS PROFESIONALES DEL AREA DE LA SALUD Y LOS VIATICOS POR ALIMENTACION QUE SE ACORDARON EN EL CONVENIO SALARIAL.

26NOV97, EL DIRIGENTE **EDUARDO FERNANDEZ,** SECRETARIO GENERAL DE ESTA GREMIAL MANIFESTO QUE LLEGARON A UN ACUERDO CON RESPECTO A LA PARTE COMPLEMENTARIA DEL CONVENIO COLECTIVO DEL 24NOV. LO QUE HIZO POSIBLE EL LOGRO DE LOS PUNTOS PLANTEADOS.
MOTIVO: VIATICOS POR ALIMENTACION, OPCION HORARIA Y PAGO DE INCENTIVOS POR PRODUCTIVIDAD A LOS INSPECTORES.

ORIGINAL

AUTE (AGRUPACION UTE).
LOCAL: AVDA.LIBERTADOR BRIG. GRAL. LAVALLEJA 2463

02DIC97, LOS TRABAJADORES ADHERIDOS A ESTA GREMIAL, CONTINUAN EN CONFLICTO Y EFECTUANDO LA RECOLECCION DE FIRMAS, HASTA EL DIA DE LA FECHA SE HAN RECOLECTADO 7000 FIRMAS.
MOTIVO: RECHAZO AL MARCO REGULATORIO DE ENERGIA ELECTRICA.

ASOCIACION DE OBREROS DE ARQUITECTURA DEL M.T.O.P.
LOCAL DE AFJU: AVDA. RIO BRANCO 1280

20NOV97, SE RESOLVIO EN LA ASAMBLEA QUE SE REALIZO EN EL DIA DE LA FECHA, LA RENUNCIA DEL DIRECTOR DE ARQUITECTURA, AL QUE ACUSAN DE DIGITAR LOS AUMENTOS. EN LA PROXIMA SEMANA SE ORGANIZARA UNA NUEVA REUNION CON EL FIN DE EVALUAR LA SITUACION.
LA ASOCIACION CONTINUA EN ESTADO DE ALERTA.

24NOV97, LA REUNION DE DELEGADOS SE REALIZARA EL **25NOV97,** O **26NOV97,** Y SI NO SE LLEGA A UN ACUERDO, CONVOCARAN A UNA CONFERENCIA DE PRENSA A LLEVARSE A CABO EN LA OBRA DEL EX-PARQUE HOTEL EN DIA Y HORA A DETERMINAR.
SE CONSTATO QUE LOS TRABAJADORES EFECTUAN SUS ACTIVIDADES CON NORMALIDAD.

RESERVADO

UNOTT (UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE)
LOCAL: AVDA. LUIS ALBERTO DE HERRERA 3597

25NOV97, LA FECHA QUE SE REALIZARA EL PARO GENERAL DEL TRANSPORTE DE 24 HS., SERA FIJADO EL PROXIMO **28NOV97,** EN EL PLENARIO FEDERAL QUE SE REUNIRA EN MALDONADO.

29NOV97, LUEGO DEL PLENARIO FEDERAL REALIZADO EN EL DEPARTAMENTO DE MALDONADO EL **28NOV97,** SE COMENZARON A INSTRUMENTAR ALGUNAS MEDIDAS DE LUCHA CONSISTENTE EN JORNADAS BARRIALES DANDO A CONOCER SU PLATAFORMA REIVINDICATIVA.
EL SECRETARIO GENERAL DEL GREMIO JORGE **SILVANO,** MANIFESTO QUE DE NO REGISTRARSE UN CAMBIO DE ACTITUD POR PARTE DE LA PATRONAL SE PODRIA LLEGAR A UN PARO DE 24HS. EN FECHA A DETERMINAR.
OTRAS DE LAS MEDIDAS PREVISTAS CONSISTE EN EFECTUAR MESAS REDONDAS CON AUTORIDADES NACIONALES Y DEPARTAMENTALES, PERO AUN NO SE HA DETERMINADO POR PARTE DEL GREMIO LUGARES Y FECHAS DE REALIZACION.
MOTIVO: FIRMA DE UN NUEVO CONVENIO SALARIAL, CON VIGENCIA A PARTIR DEL **01DIC97,** ESTABILIDAD LABORAL. REESTRUCTURA GENERAL DEL TRANSPORTE DE MDEO., INCLUSION DE LA PROBLEMATICA DEL TRANSPORTE EN EL DIALOGO SOCIAL.

ORIGINAL

SUATT (SINDICATO UNICO DE AUTOMOVILES CON TAXIMETROS Y TELEFONISTAS)
LOCAL: AVDA. LUIS A. DE HERRERA 3697

21NOV97, SE REALIZO POR PARTE DE ESTE GREMIO UNA ASAMBLEA, EN EL LOCAL DEL UNMTRA, SITO EN LUIS A. DE HERRERA 3972, EN LA MISMA SE ANALIZO A NIVEL SINDICAL EL CASO **CORTIZAS.**

AEBU (ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY)
LOCAL: CAMACUA 575

26NOV97, ESTA GREMIAL TANTO A NIVEL PUBLICO COMO PRIVADO, COMENZARA A APLICAR MEDIDAS FINANCIERAS CONTRA LAS EMPRESAS DEL GRUPO SANTANDER, QUE ESTARIAN EN LA NO ACEPTACION DE CHEQUES DE DICHO BANCO EN OTRAS ENTIDADES DE PLAZA, HASTA PAROS SORPRESIVOS. DICHAS MEDIDAS SE APLICARIAN A PARTIR DEL **10DIC97.**

02DIC97, DIRIGENTES BANCARIOS VIENEN MANTENIENDO UN DIALOGO SOBRE SU CONFLICTO CON EL GRUPO SANTANDER CON EL SECRETARIO GENERAL DEL SINDICATO ESPAÑOL COMISIONES OBRERAS ANTONIO **GUTIERREZ.** EL SINDICALISTA ESPAÑOL RESPALDO A EL SINDICATO BANCARIO EN SUS MOVILIZACIONES CONTRA LO QUE CALIFICAN DE POLITICA ANTISINDICAL DEL GRUPO SANTANDER.

AEBU Y ABU (ASOCIACION DE BANCOS DEL URUGUAY) FIRMARON HACE POCO UN CONVENIO COLECTIVO, PERO LA PATRONAL HA AMENAZADO CON DEJARLO SIN EFECTO EN CASO DE QUE CONTINUEN LAS MOVILIZACIONES CONTRA EL GRUPO SANTANDER.

RESERVADO

TRABAJADORES DE MANZANARES

01DIC97, LOS FUNCIONARIOS SE ENCUENTRAN TRABAJANDO NORMALMENTE EN UNA SITUACION DE PRE-CONFLICTO.
MOTIVO: CONTRA LA REPRESION SINDICAL POR PARTE DE LA PATRONAL.

SUNTMA(SINDICATO UNICO NACIONAL DE TRABAJADORES DEL MAR Y AFINES)
LOCAL: CIUDADELA 1417

01DIC97, SE REALIZO UNA ASAMBLEA NACIONAL DE DELEGADOS.
MOTIVO: CONVENIO SALARIAL.

SUNCA(SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES)
LOCAL: CARLOS QUIJANO 1538

01DIC97, LOS TRABAJADORES DE LA CONSTRUCCION REALIZARON UN PARO PARCIAL CON ASAMBLEAS EN SUS LUGARES DE TRABAJO ENTRE LAS 0900 Y LAS 1300HS..
MOTIVO: FALLECIMIENTO DEL OBRERO JOHN **BIGUES BARRO,** EN LA OBRA SITA EN COLONIA Y YAGUARON (SEPTIMA DEL AÑO).

EMPRESA BRIGNONI

01DIC97, SE CONTINUA CON LA OCUPACION DE LA PLANTA QUE SE REALIZO EL **17NOV97.** EL GREMIO ANUNCIO QUE LA OCUPACION SE PROLONGARA HASTA QUE LA PATRONAL RESPONDA SUS RECLAMOS.
MOTIVO: POR RECHAZO AL DESPIDO DE UN OBRERO, CONTRA IRREGULARIDADES POR EL NO APORTE AL BPS Y ANDA. VIOLACION AL CONVENIO SALARIAL.

ORIGINAL 1995

OBRA FEDAL
LOCAL: GRAL. AGUILAR ENTRE MARTIN GARCIA Y AGRACIADA

01DIC97, ESTA OBRA SE ENCUENTRA OCUPADA POR LOS TRABAJADORES DEL LUGAR.
MOTIVO: RECLAMOS SINDICALES.

FOEB (FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA)
LOCAL: ABAYUBA 2832

21NOV97, SE REALIZO PARO GENERAL DE 24 HS. EN SOLIDARIDAD CON LOS TRABAJADORES DE PEPSI, Y ADEMAS SE VIENEN REALIZANDO CONTACTOS CON EL PIT-CNT POR PARTE DE SU DIRIGENCIA.
DICHA GREMIAL HARA LLEGAR A LA MINISTRA DE TRABAJO UNA CARTA DONDE SE EXPLICA LA POSTURA DEL SINDICATO Y SE DETALLAN LOS PUNTOS REIVINDICATIVOS.

01DIC97, SE VIENEN LLEVANDO A CABO PAROS DE UNA HORA POR TURNO Y CORTE DE HORAS EXTRAS.
MOTIVO: CONTRA LA REBAJA SALARIAL, POR ESTABILIDAD LABORAL, AUMENTOS SALARIALES DEL 100% Y POR TICKET MUTUAL.

FOEB-PEPSI.

20NOV97, SE ESTA LLEVANDO A CABO LA OCUPACION DE LA PLANTA, SITA EN AV. MILLAN 4284 YA QUE LA FIRMA NO CUMPLE CON EL CONVENIO LABORAL FIRMADO CON EL SINDICATO.
LA MEDIDA SURGIO COMO RESULTADO DE LA REALIZACION DE UNA ASAMBLEA EN LA QUE PARTICIPARON EL 80% DE LOS TRABAJADORES.
LAS OCUPACIONES SE VIENEN REALIZANDO POR TURNOS, CONTANDO CON 100 TRABAJADORES EN CADA UNO. LA MEDIDA ABARCA LOS SECTORES DE: EMBOTELLAMIENTO, PORTERIA Y DEPOSITO SITO EN CAMINO EDISON 5324.

21NOV97, LOS TRABAJADORES PROCEDIERON A ENTREGAR LA PLANTA DE PEPSI , EN MEDIDA DISPUESTA POR LA FOEB. QUEDANDO REANUDADAS LAS NEGOCIACIONES QUE SE DESARROLLARAN EN FORMA BIPARTITA PARA DAR SOLUCION A LA SITUACION DE LOS TRABAJADORES ZAFRALES, PUNTO PRINCIPAL DEL PROBLEMA SUSCITADO.

FUS (FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD)
LOCAL: GARIBALDI 2819

21NOV97, SE REUNIERON EN ASAMBLEA EN EL CLUB TANQUE SISLEY (MIGUELETE Y CABILDO) Y SE PROPUSO RETIRARSE DE LAS NEGOCIACIONES TRIPARTITAS (MTSS, PATRONOS Y FUS) POR CONSIDERAR INSUFICIENTE LA PROPUESTA SALARIAL DEL GOBIERNO. LA MEDIDA SE ENCUENTRA A ESTUDIO, POR LO QUE SE REALIZARAN ASAMBLEAS EN CADA SINDICATO DEL SECTOR, PARA FIJAR UNA POSICION QUE SERA ELEVADA A LA ASAMBLEA NACIONAL DE DELGADOS QUE SE REUNIRA EL **28NOV97** Y RESOLVERA AL RESPECTO.
MOTIVO: RECLAMO DE NUEVO CONVENIO SALARIAL POR 18 MESES, CON AJUSTE SEMESTRAL DEL 100% DEL IPC MAS TRES PARTIDAS IGUALES A DOS U.R.

ORIGINAL

ASOCIACION INDEPENDIENTE DEL TRANSPORTE ESCOLAR.
LOCAL: COLONIA 1830

21NOV97, SE ENCUENTRA EN ESTADO DE ALERTA, FRENTE A LAS MEDIDAS DEL MTOP Y LA IMM, POR REGLAMENTO NACIONAL PARA VEHICULOS DE CATEGORIA OMNIBUS CON MENOS DE 18 ASIENTOS.

CAMARA DE ARMADORES PESQUEROS DEL URUGUAY.
LOCAL: GRAL. CESAR DIAZ 1269

01DIC97, ESTE GREMIO CONTINUA EN CONFLICTO DEBIDO A LA POSIBILIDAD DE LA PERDIDA DE DIEZ MIL PUESTOS DE TRABAJO.
SE PUDO SABER QUE ALBERTO KI -CIUDADANO COREANO- POSEE UNA FLOTA DE 10 BARCOS PESQUEROS, TIENE LA INTENCION DE CAMBIAR DE BANDERA A LOS EFECTOS DE NO CUMPLIR CON LAS REGLAMENTACIONES, LAS QUE ESTABLECEN QUE EL 50% DE LA TRIPULACION SEA URUGUAYA. DE SER IMITADA LA IDEA DE ESTE, POR OTROS ARMADORES DE BARCOS PESQUEROS SE PERDERIAN LA CIFRA MENCIONADA DE DIEZ MIL PUESTOS DE TRABAJO, YA QUE AFECTARIA EL TRANSPORTE DE CARGA Y DESCARGA Y TRIPULACION DE LOS BARCOS.

RESERVADO

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE CANDYSUR.
LUGAR: AEROPUERTO INTERNACIONAL DE CARRASCO

26NOV97, CONTINUAN EN CONFLICTO.
MOTIVO: INCUMPLIMIENTO DE LAS MEDIDAS INTERNACIONALES DE SEGURIDAD, CONTRA LA LIBERTAD SINDICAL, CONTRA LA REPRESION SINDICAL.

ADEOM(ASOCIACION DE OBREROS Y EMPLEADOS MUNICIPALES).
LOCAL: CANELONES 1330

21NOV97, COMO UN GRAN EXITO ANTE UN "PARO NO DESEADO" POR EL GREMIO, SE CALIFICO EN ADEOM LA PARALIZACION POR 24 HS. ACATADAS POR EL 97% DE LOS FUNCIONARIOS MUNICIPALES. LOS DIRIGENTES GREMIALES RESALTARON LA FIRME POSTURA DE LOS TRABAJADORES, PESE A LA PRESION DE JERARQUIAS DE LA IMM PARA RESTAR MAGNITUD A LA MOVILIZACION.
EL PARO RESPONDIO AL RECLAMO DE ADEOM SOBRE: LA POLITICA DE PRIVATIZACION DE LA IMM, Y SU NEGATIVA A DISCUTIR CON EL GREMIO EN UNA TRIPARTITA LOS TEMAS PENDIENTES DE ACUERDO(SISTEMA DE CARRERAS Y REMUNERACIONES).
SE FIJO LA REALIZACION DE UN PLENARIO NACIONAL DE DELEGADOS PARA EL **26NOV97,** Y ASAMBLEA GENERAL PARA EL **01DIC97.** LA REUNION NUEVAMENTE DE LA ASAMBLEA GENERAL DEL GREMIO PARA EVALUAR LA MARCHA DE LAS NEGOCIACIONES.
MOTIVO: CONTRA LA REESTRUCTURA, LA TERCERIZACION Y EL RECHAZO AL SEXTO DIA DE TRABAJO.

ORIGINAL

COFE (CONFEDERACION DE ORGANIZACIONES DE FUNCIONARIOS DEL ESTADO)
LOCAL: AVDA. 18 DE JULIO 962

26NOV97, HAY SITUACIONES CONFLICTIVAS CON EL PODER EJECUTIVO POR LA REFORMA DEL ESTADO, AJUSTES SEMESTRALES Y REBAJA SALARIAL. COFE RECLAMA UN AMBITO DE NEGOCIACION BUSCANDO UNA SOLUCION PARA LOS 77 FUNCIONARIOS DE LA EX-SUBSISTENCIAS QUE FUERON DECLARADOS EXEDENTARIOS.

SIMA (SINDICATO DE LA INDUSTRIA DEL MEDICAMENTO Y AFINES)
LOCAL: MARTIN C. MARTINEZ 1686

26NOV97, SE MANTIENEN EN CONFLICTO, LOS MISMOS AFIRMAN TERCERIZACIONES EN VARIOS LABORATORIOS Y PASAJE DE FUNCIONARIOS A EMPRESAS UNIPERSONALES.

RESERVADO

SUANP (SINDICATO UNICO DE LA ADMINISTRACION NACIONAL DE PUERTOS)
LOCAL: 25 DE MAYO 562

26NOV97, LOS FUNCIONARIOS DE ESTE SINDICATO CONTINUAN MOVILIZADOS.
MOTIVO: POR POSIBLE PRIVATIZACION DE LA PLAYA DE CONTENEDORES Y DRAGADO.

FFOSE (FEDERACION FUNCIONARIOS DE OSE)
LOCAL: AVDA. FERNANDEZ CRESPO 2256

26NOV97, LOS FUNCIONARIOS DE ESTE SINDICATO CONTINUAN MOVILIZADOS.
MOTIVO: POR LA CONCESION DE OBRA PUBLICA EN MALDONADO Y CON EL PODER EJECUTIVO POR LA REFORMA DEL ESTADO Y TERCERIZACIONES EN EL SECTOR.

FUECI (FEDERACION URUGUAYA DE EMPLEADOS DEL COMERCIO Y LA INDUSTRIA)
LOCAL: RIO NEGRO 1210

26NOV97, FUNCIONARIOS DE LA EMPRESA CREDITOS S.A. SE MANTIENEN EN PRECONFLICTO.
MOTIVO: DESPIDO DE 30 FUNCIONARIOS.

ORIGINAL

AFFCC (ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE COOPERATIVAS DE CONSUMO)

26NOV97, SE ENCUENTRAN EN CONFLICTO.
MOTIVO: ENVIO A SEGURO DE PARO DE 32 FUNCIONARIOS.

APU(ASOCIACION DE PRENSA DEL URUGUAY).
LOCAL: AVDA.URUGUAY 1255

22NOV97, SE LLEVO A CABO EL ACTO ELECCIONARIO DONDE SE PRESENTO SOLAMENTE LA **AGRUPACION 95** ENCABEZADA POR EL DR. **JUAN CARLOS OTORMIN** Y **DIANA RODRIGUEZ.**

AUDEA (ASOCIACION URUGUAYA DE EMPRESAS ASEGURADORAS).

22NOV97. DENUNCIO PRIVILEGIOS DEL BANCO DE SEGUROS DEL ESTADO, QUE MUTILAN LA LIBRE COMPETENCIA DE MERCADO. SEGUN LA ENTIDAD GREMIAL, EL BSE RECIBE BENEFICIOS EN PERJUICIO DE LAS COMPAÑIAS ASEGURADORAS PRIVADAS.
AUDEA ESTA EN CONTRA DE LA NO PRESENTACION POR PARTE DEL BSE EL BALANCE, LAS DIFERENCIAS TRIBUTARIAS Y EL MONOPOLIO ESTATAL EN MATERIA DE SEGUROS DE ACCIDENTES DE TRABAJO.

RESERVADO

ABOGADOS DEL B.R.O.U. (INTERIOR DEL PAIS).

22NOV97. LOS ABOGADOS QUE TRABAJAN PARA EL B.R.O.U. EN EL INTERIOR DEL PAIS Y QUE LO HACEN EN REGIMEN DE CONTRATO DE ARRENDAMIENTO DE SERVICIOS, SE ENCUENTRAN EN CONFLICTO CON LA INSTITUCION BANCARIA.
ESTE CONFLICTO INVOLUCRA A MEDIO CENTENAR DE ABOGADOS, QUE YA HAN PLANTEADO AL BANCO, SIN EXITO, LLEGAR A UN ACUERDO SOBRE LOS HONORARIOS QUE DEBEN PERCIBIR EN SU CALIDAD DE PROFESIONALES.

AOEC (ASOCIACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE CONAPROLE)
LOCAL: AVDA. JOAQUIN SUAREZ 2878

20NOV97, SESIONO EL CONSEJO NACIONAL DE DELEGADOS DE LA AOEC DONDE SE RESOLVIO POR MAYORIA, ACEPTAR LA PROPUESTA DEL DIRECTORIO DE LA COOPERATIVA.
LA PROPUESTA DE LA EMPRESA FUE UN CONVENIO SALARIAL A DOS AÑOS, CON AJUSTE INMEDIATO AL **13AGO99**, Y SOBRE LOS TRABAJADORES SANCIONADOS ACEPTARON RETIRAR LAS SANCIONES Y REUBICAR A OTROS, SACANDOLES DE SUS FICHAS PERSONALES TODA EVIDENCIA DE SANCION.

21NOV97, LOS TRABAJADORES DE CONAPROLE CONCURRIERON AL MTSS PARA FIRMAR EL CONVENIO SALARIAL CON EL DIRECTORIO DE LA COOPERATIVA.
LA FIRMA DEL CONVENIO SE VIO TRUNCADA POR UNA PROFUNDA DIFERENCIA, EN TORNO AL CRECIMIENTO SALARIAL, NO PUDIENDO LLEGAR A UN ACUERDO QUEDANDO SIN FIRMAR EL CONVENIO Y LO QUE PARECIA SOLUCIONADO VOLVIO A RETROCEDER.

ORIGINAL

24NOV97, EN EL MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL SE REUNIERON LAS PARTES PARA FIRMAR EL CONVENIO SALARIAL Y PONER FIN AL CONFLICTO. SE LLEGO A LA FIRMA DE UN CONVENIO CON VIGENCIA DE 2 AÑOS A PARTIR DEL **01SET97**, SIENDO EL ULTIMO AJUSTE INMEDIATO ANTERIOR AL **31AGO99**, CONFORME A LAS SIGUIENTES PAUTAS: LOS AJUSTES DE SALARIO QUE SE APLIQUEN DURANTE EL PRESENTE CONVENIO REGIRAN POR PERIODOS VARIABLES QUE ASEGUREN EL MANTENIMIENTO DEL SALARIO REAL PROMEDIO DEL PERIODO. EL AUMENTO SERA EQUIVALENTE AL IPC TRANSCURRIDO DURANTE TODO EL PERIODO, CORREGIDO PARA QUE EL SALARIO REAL PROMEDIO ANTES DEL AUMENTO SEA IGUAL AL 100% DE LA BASE.

CABE DESTACAR QUE POR VOLUNTAD DE LAS PARTES, EL CONVENIO PODRA EXTENDERSE POR EL PLAZO EQUIVALENTE DE UNO O MAS AJUSTES ADICIONALES, DE MODO QUE LA VIGENCIA DEL MISMO SE EXTIENDA, COMO MAXIMO A 3 AÑOS, EN CUYO CASO EL ULTIMO AJUSTE SERA EL INMEDIATO ANTERIOR AL **31JUL2000.**

SOBRE COMPETIVIDAD Y PARTICIPACION EN LAS GANANCIAS, QUE FUE EL PUNTO EN DISCORDIA EN MUCHAS DE LAS REUNIONES QUE SE LLEVARON A CABO PARA ENCONTRAR UNA SOLUCION AL CONFLICTO, SE ACORDO, QUE SE DEFINE COMO INDICE REPRESENTATIVO DE LA EVOLUCION DE LA COMPETIVIDAD DE LA COOPERATIVA, LA RECUPERACION DE LA RENTABILIDAD DE LAS EXPLOTACIONES LECHERAS,

RESERVADO

LAS CUALES SERAN MEDIDAS POR LA RELACION INSUMO/PRODUCTO DE UN ESTABLECIMIENTO PRODUCTOR DE LECHE TIPO, CONFORME A LA INFORMACION MANEJADA POR LA OFICINA DE PRODUCCION Y PLANEAMIENTO AGROPECUARIO.

PARA PONER LAS PAUTAS SOBRE LA COMPETIVIDAD SE FORMARA UNA COMISION TRIPARTITA LA CUAL TENDRA INDEPENDENCIA PARA LA FIJACION DE INDICADOR, FORMA DE APLICACION Y TODO OTRO ELEMENTO DE CARACTER TECNICO QUE RESULTE NECESARIO PARA SU CORRECTO AMBITO DE FUNCIONAMIENTO.

CON RESPECTO A LAS SANCIONES IMPUESTAS POR EL DIRECTORIO DE CONAPROLE A LOS TRABAJADORES, POR EL EJERCICIO DE MEDIDAS SINDICALES, ESTAS PERSCRIBEN A LOS 30 DIAS DE SU APLICACION, NO CAUSANDO ANTECEDENTES EN LA FICHA PERSONAL DE LOS TRABAJADORES INVOLUCRADOS.

ORIGINAL

CON RESPECTO A LOS TRABAJADORES DE TARARIRAS, UNO DE ELLOS SERA REINTEGRADO EN OTRA PLANTA INDUSTRIAL, A LA VEZ QUE SE CONSIDERARA DENTRO DEL PLAZO DE LOS 90 DIAS SUBSIGUIENTES SU REINTEGRO A LA PLANTA DE ORIGEN. MIENTRAS QUE EL OTRO TRABAJADOR CONTINUARA SEPARADO DE SU CARGO POR UN LAPSO DE 60 DIAS, DURANTE LOS CUALES SU CASO QUEDARA A ESTUDIO DE UNA COMISION INTEGRADA POR DINATRA (DIRECCION NACIONAL DE TRABAJO) Y EL PIT-CNT.

RESERVADO

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

* CONFLICTO EN LA EDUCACION PUBLICA *

ADEMU (ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY)
LOCAL: MALDONADO 1170

25NOV97, ADEMU-MONTEVIDEO DENUNCIARON EL PERJUICIO QUE TRAERA LA TRANSFERENCIA DE CARGOS DE LA EDUCACION COMUN, AL AREA DE PREESCOLARES, YA QUE LOS GRUPOS ESCOLARES QUEDARAN SUPERPOBLADOS.

ADEMU ESTABLECIO QUE 130 CARGOS FUERON REAJUSTADOS LUEGO DE UNA RESOLUCION QUE TOMO EL CONSEJO DE EDUCACION PRIMARIA. EL GREMIO CONSIDERO GRAVE EL TRASLADO Y PIDIO UNA INMEDIATA RESPUESTA DE LAS AUTORIDADES EDUCATIVAS.

POR OTRA PARTE, DEJARON POR ESCRITO UN PLANTEAMIENTO A LAS JERARQUIAS DE PRIMARIA PIDIENDO QUE SE FORME UNA COMISION TRIPARTITA PARA ANALIZAR EL TEMA, LA QUE ESTARIA INTEGRADA POR INSPECTORAS DE ZONA, MIEMBROS DEL SINDICATO Y MAESTROS DE LAS ESCUELAS INVOLUCRADAS.

ORIGINAL

ADES (ASOCIACION DE DOCENTES DE ENSEÑANZA SECUNDARIA)
LOCAL: JUAN CARLOS GOMEZ 1459

24NOV97, LOS DOCENTES DEL LICEO DE SALINAS ELABORARON UN INFORME EN EL QUE FUNDAMENTAN LOS CUESTIONAMIENTOS A LA ANUNCIADA EXTENSION DEL PLAN PILOTO PARA ESE CENTRO EDUCATIVO.

DE ACUERDO AL MATERIAL ELABORADO POR ADES-SALINAS "LAS COMUNIDADES DE SALINAS, NEPTUNIA, PINAMAR Y MARINDIA HAN SIDO SACUDIDAS POR LA IMPLANTACION -CONTRA SU VOLUNTAD EXPRESA- DE LA EXPERIENCIA PILOTO DE LA REFORMA EDUCATIVA EN SECUNDARIA".

SEGUN LOS PROFESORES DE SALINAS, LA EDUCACION POR AREAS PROVOCA EL DESEMPLEO DOCENTE, PERO EXISTEN OTRAS DIFERENCIAS CON LOS JERARCAS DE LA EDUCACION EN CUANTO A LA PEDAGOGIA DE LA REFORMA EDUCATIVA.

EL INFORME DE ADES-SALINAS TOMA PARTE DE LOS CONCEPTOS VERTIDOS EN EL PRIMER BORRADOR ALTERNATIVO A LA REFORMA EDUCATIVA REALIZADO POR LOS DOCENTES DE ADES-MONTEVIDEO.

RESERVADO

RESERVADO

ENTRE LOS PLANTEOS QUE MANIFIESTAN LOS DOCENTES DE SALINAS ES QUE "CREEMOS QUE SE DEBE ENSEÑAR MAS Y NO MENOS" EN RELACION A QUE EN EL SISTEMA DE AREAS SE AGRUPAN MATERIAS QUE SON DADAS POR UN SOLO DOCENTE Y QUE "REDUCEN Y EMPOBRECEN EL DISEÑO CURRICULAR".

A SU VEZ, CRITICAN QUE "NO SE HA PRESENTADO NINGUNA TEORIA O CONCLUSION PSICOLOGICA SERIA, PRODUCTO DE UN ESTUDIO RESPONSABLE, QUE CONFIRME ESE TRAUMA AL QUE HACEN REFERENCIA LAS AUTORIDADES DEL CODICEN, QUE SE PRODUCIRIA EN EL NIÑO QUE, ACOSTUMBRADO A UNA MAESTRA EN LA ESCUELA, DE PRONTO SE ENCUENTRA CON DOCE PROFESORES EN EL LICEO".

28NOV97, SERAN PRESENTADOS OFICIALMENTE EN EL PARANINFO DE LA UNVIERSIDAD DE LA REPUBLICA LOS LINEAMIENTOS DEL PRIMER BORRADOR DE PROPUESTA ALTERNATIVA ELABORADO POR ADES.
ESTOS LINEAMIENTOS SE COMENZARAN A DISCUTIR EN ENCUENTROS ZONALES.

EL EJE DE LA PROPUESTA ES UN MODELO EDUCATIVO BASADO EN UNA CONCEPCION CRITICA QUE DOTA AL SER HUMANO DE ELEMENTOS PARA INTERPRETAR Y MODIFICAR LA REALIDAD.
ADES PROPONE CAMBIAR EL ACTUAL NOMBRE DE CICLO BASICO UNICO QUE CORRESPONDE A LOS TRES PRIMEROS AÑOS DE LICEO, POR EL DE EDUCACION MEDIA OBLIGATORIA, QUE SUGIEREN EXTENDER A CUATRO AÑOS.

ORIGINAL

LA GREMIAL AFIRMA QUE LA MEJOR FORMA DE PRESENTAR LOS CONTENIDOS QUE SE TRANSMITEN A LOS ESTUDIANTES ES BAJO LA MODALIDAD DE DISCIPLINAS.
DE ESTA FORMA, SE UBICAN EN UNA POSTURA CONTRARIA A LA DE LAS AUTORIDADES DE LA EDUCACION, QUE INSTRUMENTARON EN LAS EXPERIENCIAS PILOTO LA ENSEÑANZA POR AREAS DE CONOCIMIENTO EN SUSTITUCION DE ALGUNAS ASIGNATURAS ESPECIFICAS.

EL GREMIO ENTIENDE QUE LAS PROPUESTAS GLOBALIZADAS POR AREAS SIGNIFICAN, DE ACUERDO A LAS EXPERIENCIAS EN OTROS PAISES, UNA DESMEDIDA REBAJA DE CONTENIDOS Y EL ATENTADO CONTRA UN DERECHO HUMANO FUNDAMENTAL.
SI BIEN NO APARECEN EN EL DOCUMENTO CONTENIDOS ESPECIFICOS, PORQUE LA DIRECTIVA DE ADES AFIRMA QUE ESTOS DEBEN PARTIR DE LOS APORTES DE SUS COLEGAS, CREEN QUE SE DEBE FORMULAR UNA PROPUESTA CURRICULAR INTEGRAL, CIENTIFICA Y HUMANISTA, DE ACUERDO A LOS POSTULADOS DE LA EDUCACION DEFINIDOS POR LOS SINDICATOS Y LAS ORGANIZACIONES POPULARES.

POR OTRA PARTE, ADES PROPONE QUE SE BRINDE UNA MERIENDA DIARIA A TODOS LOS ESTUDIANTES DE LOS LICEOS PUBLICOS DEL PAIS Y QUE SE ASEGURE LA ASISTENCIA MEDICA Y ODONTOLOGICA DE LOS ALUMNOS, QUIENES A SU VEZ DEBERIAN TENER ACCESO GRATUITO A SALUD PUBLICA POR SU SIMPLE CONDICION DE TALES.

A LA VEZ PLANTEAN QUE LAS AUTORIDADES SE ENCARGUEN DE QUE LAS INSTITUCIONES PRIVADAS EDUCATIVAS Y CULTURALES DE LA ZONA DE INFLUENCIA DE CADA LICEO PUBLICO ABRAN SUS INSTALACIONES PARA LOS ESTUDIANTES DE LA ENSEÑANZA PUBLICA EN LAS AREAS VINCULADAS A LA EDUCACION Y LA CULTURA: BIBLIOTECAS, SALAS DE PROYECCIONES DE CINE Y VIDEO, GIMNASIOS, ETC.

RESERVADO

9714410

RESERVADO

EN OTRO ORDEN, PROPONEN QUE LOS DOCENTES Y ESTUDIANTES TENGAN UN ESPACIO PARA INTERVENIR EN LA CONDUCCION INSTITUCIONAL EN AQUELLOS ASPECTOS QUE HAGAN A SU ACTIVIDAD COTIDIANA.

LA GREMIAL SUGIERE TAMBIEN UNA MAYOR EXTENSION DEL TIEMPO DEDICADO AL ALUMNO PARA ATENDER MEJOR SUS NECESIDADES. EN ESTE SENTIDO HABLAN DE LICEOS DE DOS TURNOS DONDE A LO LARGO DE LA JORNADA VARIEN LAS ASIGNATURAS Y ACTIVIDADES DE FORMA QUE DEN LUGAR A QUE EL ALUMNO TENGA ACCESO A UNA GAMA DE SITUACIONES QUE INCLUYAN EL TIEMPO RECREATIVO.

TAMBIEN PROPONEN QUE LOS GRUPOS TENGAN UN MAXIMO DE 25 ALUMNOS Y QUE SOLO EN SITUACIONES EXCEPCIONALES SE PUEDA LLEGAR A 30 Y PLANTEAN LA NECESIDAD DE QUE DENTRO DEL HORARIO ESCOLAR SE REALICEN, ACTIVIDADES VINCULADAS A ASPECTOS NO ASIGNATURISTAS COMO EDUCACION SEXUAL, TALLERES PLASTICOS Y MUSICALES, DEPORTES, RECREACION, EDUCACION PARA LOS MEDIOS, ETC.

ADUR (ASOCIACION DE DOCENTES DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA)

ORIGINAL

24NOV97, ADUR COMENZO A DISCUTIR LOS DOCUMENTOS ELABORADOS PARA LA ELECCION DEL NUEVO RECTOR EN ABR98. LOS DOCENTES REALIZARAN SU CONVENCION EN MAR98, UN MES ANTES DE LA ELECCION DEL NUEVO RECTOR DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA.

FEUU (FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY)

20NOV97, LA FEUU INAUGURO SU VIII CONVENCION BAJO EL LEMA "QUE LA UNIVERSIDAD SE PINTE DE MULATO, DE NEGRO, DE OBRERO, DE CAMPESINO" Y DEDICADA A LA MEMORIA DE ERNESTO CHE GUEVARA A 30 AÑOS DE SU ASESINATO.
EN ESTE AÑO QUE LA CONVENCION SE REALIZA EN HOMENAJE A ERNESTO CHE GUEVARA, LA FEUU EXPRESO, ADEMAS, SU SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO CUBANO Y LA REVOLUCION,CONDENANDO EL EMBARGO COMERCIAL QUE CONTRA ESE PAIS MANTIENE EE.UU.

LA FEUU EXPLICO PORQUE LA CONVENCION SE LLAMA ERNESTO CHE GUEVARA Y EXPLICO QUE TIENE QUE VER ESTE CON LA ENSEÑANZA. PARA ESTO SEÑALO QUE "EL OBJETIVO DEL NEOLIBERALISMO ES DE PRIVATIZAR LA ENSEÑANZA TERCIARIA Y DE ELITIZAR LA ENSEÑANZA SUPERIOR, DE AISLARLA Y DE AHOGARLA ECONOMICAMENTE, EN ESE CONTEXTO DEL PENSAMIENTO DEL CHE Y ESTA FRASE QUE PRESIDE LA CONVENCION DICE MUCHO PORQUE PONE LAS COSAS EN SU VERDADERO CENTRO Y REAFIRMA LA NECESIDAD DE UNA SOCIEDAD JUSTA, SOLIDARIA Y EN LA NECESIDAD POR TANTO DE UNIVERSALIZAR LA ENSEÑANZA".

LA INAUGURACION DE LA VIII CONVENCION DE LA FEUU SE REALIZO EN EL PARANINFO DE LA UNIVERSIDAD, DONDE UNA GRAN IMAGEN DEL CHE GUEVARA, PINTADA SOBRE UN MURAL POR ESTUDIANTES DE BELLAS ARTES BAJO LA FRASE "HASTA SIEMPRE", PRESIDIO EL ACTO DE APERTURA EN EL QUE HICIERON USO DE LA PALABRA UN REPRESENTANTE DE LA FEUU, DEL PIT-CNT, EL DECANO DE LA FACULTAD DE CIENCIAS

RESERVADO

9714410

ECONOMICAS JUAN CARLOS **DEAN** Y EL RECTOR DE LA UNIVERSIDAD JORGE **BROVETTO.**

22NOV97, SE REALIZO EL PLENARIO DE LA VIII CONVENCION DE LA FEUU EN EL QUE LOS ESTUDIANTES AGREMIADOS EXPRESARON SU RECHAZO A LAS REFORMAS DE LA SEGURIDAD SOCIAL Y EDUCATIVA, Y AL PROYECTO DE LEY DE SEGURIDAD CIUDADANA.

EL PLENARIO CONTO CON LA PRESENCIA DEL 70% DE LOS 212 DELEGADOS, VOTANDOSE VARIAS MOCIONES, ENTRE ELLAS UNA DE SOLIDARIDAD CON LOS TRABAJADORES QUE SE ENCUENTRAN EN CONFLICTO.

EN DICHO PLENARIO SE PROCEDIO A DISCUTIR LOS DOCUMENTOS ELABORADOS EN LOS TALLERES PREPARATORIOS. ESTOS SE ORGANIZARON EN TORNO A LOS TEMAS DE PRIVATIZACION DE LA ENSEÑANZA SUPERIOR Y COLEGIACION, PROYECTO CENTRO MEDICO, DERECHOS HUMANOS, REFORMA DE LA SEGURIDAD SOCIAL Y REFORMA UNVIERSITARIA.

LA GREMIAL ESTUDIANTIL TAMBIEN RECLAMO AL EJECUTIVO QUE CUMPLA **CON EL ARTICULO 4º DE LA LEY DE CADUCIDAD.**
ASIMISMO, LOS ESTUDIANTES EXIGIRAN AL GOBIERNO QUE SE ACLARE EL ATENTADO CON UNA BOMBA QUE SUCEDIERA EN LA FACULTAD DE DERECHO EL **13DIC96.**

ORIGINAL

EN LO REFERENTE A LAS RADIOS COMUNITARIAS, LA FEUU DECIDIO OPONERSE A UN PROYECTO PARLAMENTARIO QUE LAS LIMITARIA.

23NOV97, SE REALIZO EN LA VIII CONVENCION DE LA FEUU LA DISCUSION FILOSOFICA DE UNO DE LOS DOCUMENTOS APROBADOS EN LA JORNADA DEL **22NOV97,** EN EL QUE SE PLANTEA ROMPER CON LA ESTRUCTURA DE FACULTADES, CREANDO INSTITUTOS CENTRALES. EL DOCUMENTO ESTA BASADO EN UNA PROPUESTA HECHA POR LA ASOCIACION DE ESTUDIANTES DE MEDICINA.
EN ESTE DOCUMENTO LA FEUU PLANTEA LA CREACION DE LA CARRERA DOCENTE Y OTROS AGREGADOS VINCULADOS A LA POLITICA DE CONVENIOS, EN LAS QUE SE HIZO MUCHO HINCAPIE EN EL TEMA DE LA EXTENSION UNIVERSITARIA, DESTACANDOSE EL AGREGADO REFERIDO A QUE TODOS LOS FONDOS OBTENIDOS MEDIANTE LOS CONVENIOS QUE FIRMA LA UNIVERSIDAD CON INSTITUCIONES PUBLICAS O PRIVADAS, UN PORCENTAJE FIJO DE LOS MISMOS VAYA PARA LA EXTENSION UNIVERSITARIA.

OTRO DE LOS PLANTEOS ESTA VINCULADO CON LA UNIVERSALIZACION DEL COGOBIERNO, QUE TODAS LAS ESTRUCTURAS DE LA UNIVERSIDAD SEAN COGOBERNADAS.

LA FEUU VOTO EN CONTRA DE UN INFORME DE UN TALLER, VINCULADO CON LA REGULARIZACION DEL EJERCICIO PROFESIONAL. EN LA OPORTUNIDAD LA GREMIAL ESTUDIANTIL VOLCO SU VOTO HACIA EL RECHAZO DE LA COLEGIALIZACION OBLIGATORIA Y MARCO SU OPOSICION A DEJAR EN MANOS DE CORPORACIONES PROFESIONALES LA REGULARIZACION DEL EJERCICIO.

EN OTRO ORDEN, LA FEUU PLANTEO LA NECESIDAD DE DIAGRAMAR UN PLAN DE MOVILIZACIONES PARA IMPULSAR UNA LEY QUE REGULE LA ENSEÑANZA TERCIARIA PRIVADA, YA QUE ACTUALMENTE FUNCIONA POR DECRETO, LA CUAL OBLIGARIA A QUE TODOS LOS INSTITUTOS PRIVADOS

RESERVADO

DEBAN CONTAR CON LA HABILITACION DE LA UNIVERSIDAD ESTATAL.
EN TAL SENTIDO SE APROBO LA REALIZACION DE UNA CAMPAÑA DE INFORMACION A LA POBLACION ALERTANDO QUE NINGUNA DE LAS UNIVERSIDADES PRIVADAS CUMPLE CON LOS REQUISITOS DE CONCEPTO DE UNIVERSIDAD.

LA FEUU SE MOSTRO ABIERTA A ACEPTAR PROYECTOS DE RECURSOS EXTRAPRESUPUESTALES, PERO DEJANDO EN CLARO QUE EL ESTADO DEBE HACERSE RESPONSABLE DE SU PRESUPUESTO.

23NOV97, CONCLUYO LA VIII CONVENCION DE LA FEUU.

LA FEUU APROBO UN PROYECTO DE TRANSFORMACION UNIVERSITARIA QUE EN SUS LINEAMIENTOS GENERALES SE APROXIMA A LA PROPUESTA DE LA CORRIENTE RENOVADORA LIDERADA POR LOS DECANOS EDUARDO **TOUYA** DE MEDICINA Y MARIO **WSCHEBOR** DE CIENCIAS.
EL PROYECTO PLANTEA LA ESTRUCTURACION DE LA CASA MAYOR DE ESTUDIOS POR AREAS DE CONOCIMIENTO, REGIDAS POR INSTITUTOS CENTRALES.

ORIGINAL

EL CICLO INICIAL PROPUESTO POR LA FEUU TIENE UNA DURACION DE DOS A CUATRO AÑOS, AL FINAL DEL CUAL SE PUEDE OPTAR POR SEGUIR UNA CARRERA PROFESIONAL, LA DOCENCIA, O LA INVESTIGACION.
ESTO NO SIGNIFICA UNA MAYOR DURACION DE LAS CARRERAS, YA QUE SE ENTIENDE QUE EL ESTUDIANTE ADQUIRIRA EN EL CICLO INICIAL UN RESPALDO ACADEMICO CON HABILIDADES, VALORES Y CAPACIDADES QUE YA CONFORMAN UNA ETAPA DE SU FORMACION PROFESIONAL.

RESERVADO

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

D.F. II

EN EL AMBITO DE ESTA DIVISION SE REGISTRO LA SIGUIENTE ADHESION AL PARO:

ENSEÑANZA - PRIMARIA 85%
SECUNDARIA 75%
UTU 50%

SALUD - PUBLICA Y PRIVADA (SOLO EMERGENCIAS)

UTE - SOLO RECLAMOS

TRANSPORTE - 30 %

*** DEPARTAMENTO DE DURAZNO ***

ORIGINAL

27NOV97, EL PLENARIO DEPARTAMENTAL EN ADHESION AL PARO REALIZO UN ACTO EN LA INTERSECCION DE LAS CALLES 18 DE JULIO Y ORIBE. EL ACTO DIO COMIENZO A LAS 1630 HS. Y FINALIZO A LAS 1800 HS. NO SE REGISTRARON INCIDENTES.

*** DEPARTAMENTO DE SORIANO ***

27NOV97, CONVOCADO POR EL PLENARIO INTERSINDICAL SE LLEVO A CABO EL DENOMINADO "CABILDO ABIERTO" EL CUAL COMENZO A LAS 2000 HS. Y FINALIZO A LAS 2040 HS. EN DICHO ACTO SE HICIERON PRESENTES DIRIGENTES SINDICALES DE ADEOM, SUNCA, Y DE LA ENSEÑANZA. NO SE REGISTRARON INCIDENTES.

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

D.E.III.

*** DEPARTAMENTO DE SALTO ***

27NOV97, ADHESION AL PARO GENERAL:

CORREOS - 100%

PODER JUDICIAL - 100%

CORTE ELECTORAL - 100%

UNIVERSIDAD DEL NORTE - 100%

UTE - OSE Y ANTEL - 40%

SE REALIZO FRENTE AL HOSPITAL LOCAL UN ACTO CONVOCADO POR LA INTERSINDICAL EN EL CUAL SE LEYO UNA PROCLAMA Y A EL CUAL CONCURRIERON APROX. 30 PERSONAS.

ORIGINAL

*** DEPARTAMENTO DE PAYSANDU ***

ASOCIACION DE EMPLEADOS DE COMEPA.

PUNTO DE CONCENTRACION:MONTE CASEROS Y 25 DE MAYO(C.PAYSANDU).

21NOV97, SE EFECTUO UNA CONCENTRACION DE 60 PERSONAS APROXIMADAMENTE, LAS QUE PARTICIPARON DE UNA ASAMBLEA ABIERTA. POSTERIORMENTE REALIZARON UNA MARCHA POR LAS CALLES: 25 DE MAYO Y ZORRILLA DE SAN MARTIN HASTA LA INTERSECCION CON LA CALLE SARANDI, DONDE REPARTIERON VOLANTES. DICHA JORNADA CULMINO A LAS 2100 HS.
MOYIVO: PARO PARCIAL DE ACTIVIDADES CON ASAMBLEAS POR LA FIRMA DE UN NUEVO CONVENIO SALARIAL EN LA SALUD PRIVADA.

SUNCA-PAYSANDU(SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES).
LUGAR: DIAGONAL FRANCISCO DEVELI CASI ITUZAINGO.

20NOV97. LOS TRABAJADORES DE LA EMPRESA **EGUEZ MULIN S.A.** LEVANTARON EL PARO QUE VENIAN LLEVANDO DESDE EL **19NOV.** YA QUE LOS MISMOS LLEGARON A UN ACUERDO CON LA EMPRESA.
MOTIVO:POR DESPIDO DE UN OBRERO, QUINCENAS ATRASADAS, RECLAMOS DE SEGURIDAD E HIGIENE EN LAS OBRAS.

RESERVADO

OBRA ESCUELA BARRIO NORTE
LOCAL: BARRIO NORTE CALLE 32

01DIC97, LOS TRABAJADORES SE ENCUENTRAN REALIZANDO UN PARO DE ACTIVIDADES POR TIEMPO INDETERMINADO. ESTA MEDIDA ES A CONSECUENCIA DE PROBLEMAS CON EL CAPATAZ DE LA OBRA. LOS MISMOS SE ENCUENTRAN REALIZANDO UNA OLLA SINDICAL, Y LA INSTALACION DE UNA CARPA.

27NOV97, ADHESION AL PARO GENERAL:

SINDICATO DE COCA-COLA - 18%

SUNCA - UTE - COMEPA Y FUS - 18%

SE REALIZO UN ACTO EN LA CALLE COLON ENTRE ZORRILLA DE SAN MARTIN Y MONTE CASEROS AL CUAL CONCURRIERON APROXIMADAMENTE 150 PERSONAS. EL ACTO COMENZO A ALS 0930 HS. Y FINALIZO A LAS 1030 HS. SE ADHIRIERON LOS GREMIOS DE UTE, ANTEL, SUNCA, FOEB, SALUD PUBLICA Y PRIVADA.
NO SE REGISTRARON INCIDENTES.

* DEPARTAMENTO DE RIO NEGRO *

ORIGINAL

27NOV97, ADHESION AL PARO GENERAL:

MSP - ENSEÑANZA PRIMARIA Y COOPACE (COOP. DE AHORRO Y CREDITO PARA LA ENSEÑANZA) - 40%

EN LA PLAZA ARTIGAS SE LLEVO A CABO EL ACTO, CONVOCADO POR INTEGRANTES DE LA INTERSECTORIAL, ADEOM Y PIT-CNT.
EL ACTO DIO COMIENZO A LAS 1915 HS. Y FINALIZO A LAS 1940 HS. NO SE REGISTRARON INCIDENTES.

* DEPARTAMENTO DE RIVERA *

27NOV97, ADHESION AL PARO GENERAL:

MGAP - ADUANA - CATASTRO - CORREO - OFICINA DPTAL. DE TRASLACIONES DE DOMINIO - ANTEL (SECTOR COBRANZA) - 100%

PODER JUDICIAL - 50%

EL PLENARIO INTERSINDICAL DE RIVERA REALIZO UNA VOLANTEADA SIENDO EL TENOR DE ESOS VOLANTES "A LOS TRABAJADORES Y AL PUEBLO DE RIVERA". EL PLENARIO INTERSINDICAL SE ADHIERE EN TODOS SUS TERMINOS AL PARO GENERAL.

RESERVADO

RESERVADO

*** DEPARTAMENTO DE ARTIGAS ***

27NOV97, ADHESION AL PARO GENERAL:

BANCOS PUBLICOS Y PRIVADOS - 100%

ANTEL - 70%

MSP - 90%

*** DEPARTAMENTO DE TACUAREMBO ***

27NOV97, ADHESION AL PARO GENERAL:

MSP - 70%

BANCA PUBLICA Y PRIVADA - 70%

C. PASO DE LOS TOROS

SALUD PRIVADA - 100%

ENSEÑANZA PRIMARIA - 70%

SE REALIZO UN ACTO EL CUAL DIO COMIENZO A LA HORA 2000 Y FINALIZO A LAS 2040 HS. EN DICHO ACTO SE DIO LECTURA DE UNA PROCLAMA Y REIVINDICACIONES DE INDOLE SALARIAL Y FUENTES DE TRABAJO. NO SE REGISTRARON INCIDENTES.

ORIGINAL

RESERVADO

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

D.E. IV

*** DEPARTAMENTO DE ROCHA ***

27NOV97, PARO DE 24HS., LOS AGREMIADOS EN FFSP -SALUD PUBLICA- REALIZARON VOLANTEDAS Y LOS DE AEBU -BANCARIOS- JORNADAS DE DIVULGACION.

*** DEPARTAMENTO DE TREINTA Y TRES ***

27NOV97, ADHESION AL PARO GENERAL:

SE REGISTRO PARO PARCIAL.

ENSEÑANZA PRIMARIA - 20%

*** DEPARTAMENTO DE CAZALEJA ***

27NOV97, ADHESION AL PARO GENERAL:

ADMINISTRACION PUBLICA - 29%

ENSEÑANZA PRIMARIA PUBLICA Y PRIVADA - 70%

ENSEÑANZA SECUDARIA PUBLICA Y PRIVADA - 65%

C. MINAS

27NOV97, SE REGISTRO PARO PARCIAL.

BPS - 80%

JUZGADO LETRADO - 90%

JUZGADO DE PAZ - 80%

02DIC97, FOEB-FILIAL COES (OBREROS DE LA COMPANIA SALUS) SE ENCUENTRAN REALIZANDO PAROS DE 2 HS. POR TURNO. LOS CAMIONES NO SON CARGADOS Y EXISTEN RUMORES QUE LOS OBREROS PODRIAN OCUPAR LA FABRICA.
MOTIVO: SALARIO Y FUENTES DE TRABAJO.

ORIGINAL

RESERVADO

RESERVADO

C. SOLIS DE MATAOJO

27NOV97, SE REGISTRO PARO PARCIAL.

ADMINISTRACION PUBLICA - 30%

ENSEÑANZA PIRMARIA PRIVADA - 100%

PRENSA ESCRITA - DIARIO "LA UNION" - 100%

* DEPARTAMENTO DE CERRO LARGO *

27NOV97, ADHESION AL PARO GENERAL:

C. MELO

ADMINISTRACION PUBLICA - 13%

UTU - 30%

BPS - 40%

ENSEÑANZA PRIMARIA PUBLICA Y PRIVADA - 40%

C. RIO BRANCO

SE REGISTRO PARO PARCIAL.

SALUD PUBLICA - 80%

* DEPARTAMENTO DE MALDONADO *

27NOV97, ADHESION AL PARO GENERAL:

SE REGISTRO PARO PARCIAL.

TRANSPORTE INTERDEPARTAMENTAL - 27%

SALUD PUBLICA - SOLO EMERGENCIA

SALUD PRIVADA - 40%

ENSEÑANZA PRIMARIA PUBLICA Y PRIVADA - 60%

BANCA PUBLICA Y PRIVADA - NORMAL HASTA LAS 1600HS.

SUNCA - 20%

ORIGINAL

RESERVADO

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

* ACTIVIDADES PREVISTAS *

FUS (FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD)
LOCAL: ANA MONTERROSO DE LAVALLEJA 2239

03DIC97, LOS FUNCIONARIOS DEL SECTOR DE LA SALUD PRIVADA REALIZARAN UN PARO DE 30HS., AL ENTENDER LA FEDERACION SINDICAL DEL SECTOR QUE NO SE HA PRODUCIDO AVANCES EN LAS NEGOCIACIONES TENDIENTES A LA FIRMA DE UN CONVENIO LABORAL. LOS MISMOS EXIGEN COMPENSACIONES POR CONCEPTO DE TAREAS ESPECIALIZADAS.
04DIC97, DESDE LAS 1000HS. SE LLEVARA A CABO UNA CONCENTRACION EN LA EXPLANADA DEL CASMU, CON UNA JORNADA DE AGITACION, VOLANTEADAS Y CONFERENCIA DE PRENSA.

UNOTT (UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE).
LOCAL: LUIS ALBERTO DE HERRERA 3597

ORIGINAL

03DIC97, LOS TRABAJADORES AGREMIADOS A ESTE SINDICATO, COMENZARAN A REALIZAR PAROS SORPRESIVOS POR SECTOR EN LA EMPRESA CUTCSA AL NO HABERSE LLEGADO A UN ACUERDO EN EL CONVENIO LABORAL EN LA REUNION TRIPARTITA.
LAS OTRAS COOPERTATIVAS ACEPTARON LA FORMULA, NO ADHIRIENDOSE A LA MEDIDA ADOPTADA POR LA UNION DE TRABAJADORES DE CUTCSA.
LUEGO DEL PLENARIO FEDERAL REALIZADO EN EL DEPARTAMENTO DE MALDONADO EL **28NOV97**, SE APROBO LA REALIZACION DE UN PARO DE 24HS. PARA LA SEGUNDA SEMANA DE DICIEMBRE.
EL PLENARIO FEDERAL DE LA UNOTT, ESTA CONVOCADO PARA SESIONAR EL **05DIC97.**

ORGANIZACIONES SINDICALES DE LA CONSTRUCCION, MADERA, CEMENTO PORTLAND, FABRICANTES Y AFINES.

05 Y 06 NOV97. SE REALIZARA EN LA CIUDAD DE MONTEVIDEO, UN ENCUENTRO DE ESTAS, PARA EFECTUAR UN TRABAJO A EFECTOS DE FORMULAR UN PLAN DE ACCIONES PARA DESARROLLAR LAS REIVINDICACIONES BASICAS CONCENSUADAS POR UN LADO, Y POR OTRO DE INICIO A LA ELABORACION DEL PROCESO DE ESTRUCTURACION DE LA ORGANIZACION FEDERATIVA.

026/026 9714410

RESERVADO

14411

118.

B106

SECRETO

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL

DE
INFORMACION E INTELIGENCIA

- D E S P A C H O -

PARTE DE NOVEDADES No.282/997

Montevideo, 03 de Diciembre de 1997

001/008

9714411

09 DIC. 1997

SECRETO

Doc. en su totalidad poco legible.

Dr. Lio

03/12/97.

SECTOR PRIVADO.	GREMIO	PLATAFORMA Y MOVILIZACIONES.
SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y ANEXOS.-	S.U.N.C.A.	1) En el día de hoy 03/12 el gremio realiza Paro Gral. Parcial de 09:00 a 13:00 horas , por la muerte del operario Hugo Ramón PALOMEQUE.-
FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD.-	F.U.S.	2) A partir de la hora 12:00 dará comienzo a un Paro de 30 horas en todas las Mutualistas.-A la hora 16:00 / se cumplirá una Jornada de Agitación y propaganda en la Terminal de Tres Cruces, mientras que mañana realizarán una concentración frente a la Policlínica de CASMU, sito en 8 de Octubre y Abroú, de donde partirán en camiones para recorrer distintas zonas a fín de difundir las razones de la movilización.- Cabe // destacar que cada Mutualista mantiene Guardia Gremial
UNION DE TRABAJADORES DE CUTCSA.	U.T.C.	3) Por un nuevo convenio y estabilidad laboral, el gremio decidió comenzar a partir de hoy (03/12) con Paros Parciales Sorpresivos por líneas.-
ASOCIACION DE COMERCIANTES DE PASO MOLINO Y BELVEDERE - SINDICATO DE VENDEDORES CALLEJEROS Y PERMISARIOS DEL URUGUAY.-	A.C.P.M.B. S.V.C.P.U.	4) A la hora 13:30 la Asociación de Comerciantes y el Sindicato de Vendedores Callejeros realizan una conferencia de Prensa en oposición a la instalación de una " VIA BLANCA " bajo el puente del Viaducto.-

9714411

-02-

SECTOR PUBLICO

S I N N O V E D A D .-

9714411

002

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO"

Montevideo, 03 de Diciembre de 1997.

PARTE DE NOVEDADES No. 282/997.

Por la presente se informan a usted las Novedades surgidas en la órbita de esta Dirección Nacional entre las 07.00 de ayer y las 07.00 de la fecha.

I. CAMPO SOCIAL.

A. Central Obrera.

1. Dialogo Social.

SITUACION: Como estaba previsto se llevó a cabo en el PALACIO SANTOS la reunión entre el Canciller de la República y Representantes del PIT-CNT por el tema "DESAPARECIDOS".

Uno de los principales dirigentes gremiales del GAS Luis PUIG manifestó a los medios de prensa que el Canciller de la República, trasmitirá al Poder Ejecutivo el planteo que la gremial hizo sobre el tema "DESAPARECIDOS".

B. Sector Público.

1. AGRUPACION UTE (AUTE).

a. Campaña de Recolección de firmas.

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECHAZO AL MARCO REGULATORIO DE ENERGIA ELECTRICA.
MEDIDAS ADOPTADAS: CAMPAÑA DE RECOLECCION DE FIRMAS.

SITUACION: Se tuvo conocimiento que esta gremial, ha recabado 7.000 firmas para derogar el Marco Regulatorio Energetico.

b. Elecciones de Nueva Dirección Sindical.

Se realizaron las elecciones internas del gremio, para el periodo 1997 al 1999, presentádose las listas 2 y 4. Las mismas se encuentran presentan como candidatos a la Presidencia a los Sres. Julio GARCIA y Jose CARPELINO respectivamente. Actualmente, se está procurando determinar la orientación politica como su programa de trabajo, se ampliará.

2. FEDERACION ANCAP.

a. Elecciones Gremiales.

LOCAL: AV. AGRACIADA No. 2522.
PLATAFORMA REINVINDICATIVA: POR DIFERENDO EN AREA PORTLAND, POR CONVENIO SALARIAL Y CAMBIO DE PERSONERIA JURIDICA.

SITUACION: Los funcionarios nucleados en esta FEDERACION realizaron sus ELECCIONES INTERNAS a fin de elegir nuevas autoridades. Por "información abierta" se establece que la lista 29.1 encabezada por Hugo DE MELLO y Juan Jose BENTANCOUR

de la hora 12.00 del día de hoy. Para el día 4/12 a desde la hora 10.00 se llevará a cabo una **CONCENTRACION** en la Explanada del CASMU con una **JORNADA** de AGITACIóN, VOLANTEADAS Y CONFERENCIAS DE PRENSA.

3. FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA. (FOEB)

LOCAL: Abayuba 2832.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REBAJA SALARIAL, POR ESTABILIDAD LABORAL, AUMENTOS SALARIALES del 100 % del IPC, POR TICKET MUTUAL.
MEDIDAS ADOPTADAS: JORNADAS DE PARO DE UNA HORA POR TURNOS Y CORTE DE HORAS EXTRAS.

SITUACION: Se vienen llevando a cabo negociaciones en COCA COLA y NORTEÑA por CONVENIO SALARIAL.

4. ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY (SECTOR BANCA OFICIAL Y PRIVADA).

LOCAL: CALLE RECONQUISTA No.574
MEDIDAS ADOPTADAS: PAROS SORPRESIVO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA DISCRIMINACION SINDICAL EN EL GRUPO SANTANDER, EN RECHAZO AL PROYECTO DE REFINANCIACION DE DEUDAS DEL BANCO HIPOTECARIO DEL URUGUAY Y CONTRA LA REESTRUCTURA DEL BANCO DE LA REPUBLICA.

SITUACION: Se confirmó que esta gremial tanto a nivel privado como oficial comenzará a aplicar medidas financieras contra las empresas del GRUPO SANTANDER, las que irían desde la no aceptación de cheques de dicho banco en otras entidades de plaza, hasta PAROS SORPRESIVOS.

Estas medidas entrarían en vigencia a partir del día 10 de Diciembre.

5. TRABAJADORES DE ALMACENES MANZANARES.

MEDIDAS ADOPTADAS: SITUACION DE PRE-CONFLICTO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REPRESION SINDICAL POR PARTE DE LA PATRONAL.

SITUACION: Los empleados de la firma se encuentran trabajando normalmente, existiendo una situación de "pre-conflicto".

6. SINDICATO UNICO NACIONAL DE TRABAJADORES DEL MAR Y AFINES (SUNTMA)

LOCAL: CALLE CIUDADELA 1417
MEDIDAS ADOPTADAS: ASAMBLEA NACIONAL DE DELEGADOS.

SITUACION: Se llevó a cabo la ASAMBLEA NACIONAL DE DELEGADOS, donde se trataron temas vinculados al CONVENIO SALARIAL. Se ampliará.

7. CAMARA DE ARMADORES PESQUEROS DEL URUGUAY.

LOCAL: CALLE GRAL. CESAR DIAZ 1269
MEDIDAS ADOPTADAS: SE DECLARA EN CONFLICTO.

004 9714411

serían los firmes candidatos a ocupar los cargos presidenciables de la gremial.

b. Interior.

La Oficina de Enlace de la JEFATURA DE POLICIA DE LAVALLEJA informa que la planta ubicada en la Capital Departamental se encuentra trabajando en forma normal. A pesar de la normalidad de las tareas, los trabajadores se encuentran en PRE-CONFLICTO.

C. Sector Privado.

1. UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE (UNOTT).

a. Movilizaciones UNOTT.

LOCAL: AVDA. L.A.DE HERRERA 3597.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: FIRMA DE NUEVO CONVENIO SALARIAL CON VIGENCIA A PARTIR DEL 01/12. ESTABILIDAD LABORAL. REESTRUCTURA GENERAL DEL TRANSPORTE DE MONTEVIDEO. INCLUSION DE PROBLEMATICA DEL TRANSPORTE EN EL DIALOGO SOCIAL.
MEDIDAS ADOPTADAS: MESA REDONDA DE DIALOGO CON AUTORIDADES NACIONALES Y DEPARTAMENTALES.JORNADAS BARRIALES INFORMATIVAS. PAROS SORPRESIVOS

SITUACION: Luego del PLENARIO FEDERAL realizado en el Departamento de MALDONADO en el día 28/11, se aprobó la realización de un PARO DE 24 HORAS ACTIVO, para la segunda semana de diciembre.

El PLENARIO FEDERAL de la UNOTT, está convocado para sesionar el miercoles 5/12.

Otras de las medidas previstas consiste en efectuar MESAS REDONDAS con AUTORIDADES NACIONALES Y DEPARTAMENTALES, pero aún no se ha determinado por parte del gremio lugares y fechas de realización.

b. Movilizacion U.T.C.
LUGAR: LUIS ALBERTO DE HERRERA 3597.
MEDIDAS ADPTADAS: PAROS SORPRESIVOS POR SECTOR.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: POR LA FIRMA DEL CONVENIO SALARIAL.

SITUACION: En el día de hoy se realizarán PAROS SORPRESIVOS POR SECTOR EN LA EMPRESA CUTCSA, al no haberse llegado a un acuerdo en el CONVENIO LABORAL EN LA REUNION TRIPARTITA. Las otras COOPERATIVAS aceptaron la fórmula no adhiriendose a la medidas adoptadas por la UNIÓN DE TRABAJADORES DE CUTCSA (UTC).

2. FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD (FUS)

LOCAL: CALLE ANA MONTERROSO DE LAVALLEJA 2239.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECLAMO DE NUEVO CONVENIO SALARIAL POR 18 MESES, CON AJUSTE SEMESTRALES DEL 100% DEL IPC MAS TRES PARTIDAS IGUALES A DOS U.R.

SITUACION: En la **ASAMBLEA NACIONAL DE DELEGADOS** realizada el 28/11 pasado, se resolvió un **PARO GENERAL** de 30 horas, a partir

005 9714411

SITUACION: Permanece Incambiada.

8. SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES (SUNCA)

a. Ocupación de Planta MONOLITICOS BRIGNONI S.A.

LUGAR: Empresa MONOLITICOS BRIGNONI S.A.
MEDIDAS ADOPTADAS: ASAMBLEA Y OCUPACION DE PLANTA.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECHAZO AL DESPIDO DE UN OBRERO. CONTRA IRREGULARIDADES POR EL NO APORTE AL BPS Y ANDA. VIOLACION AL CONVENIO SALARIAL.

SITUACION: El Gremio anunció que la ocupación se prolongará hasta que la patronal responda a sus reclamos. Por su parte la patronal realizó denuncias en los MINISTERIOS DE TRABAJO e INTERIOR.

b. Ocupación de OBRA FEDAL.

LUGAR: GRAL.AGUILAR E/MARTIN GARCIA Y AGRACIADA.
MEDIDAS ADOPTADAS: OCUPACION.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECLAMOS SINDICALES.

SITUACION: Permanece incambiada.

c. Paro En Obra ESCUELA BARRIO NORTE (PAYSANDU)

LUGAR: BARRIO NORTE CALLE 32.
MEDIDAS ADOPTADAS: PARO POR TIEMPO INDETERMINADO.
PLATAFORMA REINVINDICATIVA: PROBLEMAS CON CAPATAZ DE OBRA.
CANTIDAD DE PARTICIPANTES: Diez trabajadores.

SITUACION: Los trabajadores continúan realizando un PARO DE ACTIVIDADES POR TIEMPO INDETERMINADO. Esta medida es a consecuencia de falta de cumplimiento a las órdenes de la Inspección de Trabajo por parte de la Empresa, con respecto a la Seguridad de los Trabajadores. Tambin vienen llevando a cabo la realización de una olla sindical y la instalación de una carpa, en la que permanecen 10 trabajadores sobre la vereda sur de la calle 32.

D. MOVIMIENTO ESTUDIANTIL.

1. CENTRO DE ESTUDIANTES INSTITUTO DE PROFESORES ARTIGAS (CEIPA).

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LAS MEDIDAS DE SEGURIDAD IMPUESTAS POR EL CODICEN - EN RECHAZO DEL CIERRE DEL INSTITUTO EL PROXIMO AÑO.

SITUACION: El dia 26/11 de 09:00 a 20:30 esta gremial realizó un PLEBISCITO INTERNO a fin de conocer la opinión de los estudiantes sobre la REFORMA EDUCATIVA y las MEDIDAS DE SEGURIDAD adoptadas por el CODICEN. Hasta el momento no han surgido informaciones relevantres. Se ampliará.

E. ORGANIZACIONES SOCIALES.

SIN NOVEDAD.

F. ORGANIZACIONES RELIGIOSAS.

SIN NOVEDAD.

G. MOVIMIENTO COOPERATIVO.

SIN NOVEDAD

II. GOBIERNO DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO.

A. ASOCIACION DE OBREROS Y EMPLEADOS MUNCIPALES. (ADEOM).

LOCAL: CALLE CANELONES No.1330
MEDIDAS ADOPTADAS: PLENARIO NACIONAL DE DELEGADOS Y ASAMBLEA GENERAL.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REESTRUCTURA. TERCERIZACION. RECHAZO AL SEXTO DIA DE TRABAJO.

SITUACION: Situación permanece incambiada.

III. HECHOS QUE DAN LUGAR A LA INTERVENCION DE ESTA DIRECCION NACIONAL.

A. CONSTANCIA DE AVERIGUACION

Fue recibida por el Comando de esta Dirección Nacional un sobre conteniendo una Carta, la que fuera enviada al EMBAJADOR DE ISRAEL en nuestro País, en la cual se agravia a dicha Comunidad.

En lo que respecta a la correspondencia de marras surge:

a. Identificación del sobre

En su parte anterior superior posee varias identificaciones de las que se extraen los siguientes datos:ancel 099 617274, más abajo "INST.BIBLICO CARISMATICO S.BONIFACIO",FONE 032 49769- Dir.Obpo.M.COLLA Jr." "COMUN FRATERN.""LA VOZ" Lat.Am.(Uruguay).

En el lado anterior superior derecho se lee: "NO AL ABORTO Y EN EL 99 COLLA AL PARLAMENTO MOV.NAL.CRISTIANO- AFILIESE Y COOPERE SEDE: CRIOLLA DE ARTIGAS 382 LAS PIEDRAS CANELONES TEL.364 9769.

En la parte anterior inferior se lee: "EMBAJADA", debajo "Sr.EMBAJADOR DE ISRAEL", debajo "Bulevar Artigas 1585", debajo "Montevideo".

En forma transversal se observa un sello de depósito de la carta de: "DIRECCION NACIONAL DE CORREOS-22 NOVIEMBRE 1997-LAS PIEDRAS"

007 9714411

b. Texto de la Carta

"NOVIEMBRE 97.Secc.URUGUAY: DE LA SUPREMA FRATERMISION UNIVERSAL DE LA FE URUGUAYA -ARIA FAX 3645409 FONOS 575 9884/364 9769. INTERNET acayrodo arroba adinet.com.uy-Cede Prov.y OFICINA NAL.DEL MOV.NAL. ARIO CRIST. (PARTIDO EN FORMACION). CRIOLLA DE ARTIGAS 382. Laures 90200 LAS PIEDRASCANELONES URUGUAY.(LIC.)Rvdo.M.COLLA,Jr. SR.EMBAJADOR DEL ESTADO SIONISTA DE ISRAEL: Tenga usted y familia un positivo y productivo pasaje por nuestro pais, le saludamos y esperamos en Dios que algun dia su Pueblo pida perdán a las Iglesias CRISTIANAS POR HABER DADO MUERTE AL FUNDADOR DE NUESTRA FE E HIJO UNIGENITO DE JEHOVA: JESUCRISTO(Miguel). Tambien por la muerte de los CRISTIANOS DEL PRIMER SIGLO DC Y POR LAS MUERTES ACTUALES DE LOS HERMANOS PALESTINOS que por cierto deben acabar los judios tienen que dejar de pensar en el resto de la humanidad como ratones(según los protocolos de Sión para la denominacion del mundo) frenada gracias al valiente pueblo aleman. Además se exponen otros agravios al pueblo israelita.Culminando la carta con el nombre del Lic. Máximo COLLA PASTOR PROTESTANTE.

c. Averiguaciones Practicadas.

En base a lo elementos obtenidos se procedió a identificar al firmante, quien resultó ser **Maximo Augusto COLLA BORGES.**

Posteriormente se dió cuenta del hecho a la Dra.**IRIARTE**, JUEZ LETRADO DE 2DO.TURNO DE LA CIUDAD DE LAS PIEDRAS, quien dispuso que se citara a esta dependencia al Sr.COLLA BORGES y se le indague en base al hecho denunciado.

Cumpliendo directivas expresas del Magistrado se citó a Máximo COLLA, para hoy a la hora 08.00hs. SE AMPLIARA.

****

008/008 9714411

1442

119

8106

SECRETO

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL

DE
INFORMACION E INTELIGENCIA

- D E S P A C H O -

PARTE DE NOVEDADES No.283/997

Montevideo, 04 de Diciembre de 1997

001/009

9714412

09 DIC. 1997

Doc. poco legible.

SECRETO

Der. Dios

- INDICE GENERAL -

TEMA	PAG
I. CAMPO SOCIAL	01
A. Central Obrera	01
B. Sector Público	01
C. Sector Privado	02
D. Movimiento Estudiantil	05
E. Organizaciones Sociales	05
F. Organizaciones Religiosas	05
G. Movimiento Cooperativo	05
II. GOBIERNO DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO	06
A. Información General	06
III HECHOS QUE DAN LUGAR A LA INTERVENCION DNII	06

- INDICE PATRONIMICO -

PERSONAS MENCIONADAS	PAG
CARPELINO; Jose (Elecciones AUTE)	01
GARCIA; Julio (Elecciones AUTE)	01

002 9714412

04/12/97

SECTOR PRIVADO.	GREMIO	PLATAFORMA Y MOVILIZACIONES.
FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD.	F.U.S.	1) A la hora 10:00 Conferencia de Prensa y a la hora 13:00 camionada con concentración frente a la Policlínica del CASMU, sito en 8 de Octubre y Abreu, posteriormente recorren los barrios a fín de difundir las razones de la movilización.- Cabe destacar que cada Mutualista atienden Urgencias y emergencias.- El Paro finalizaría a la hora 18:00 del día de hoy (04/12).-
UNION DE TRABAJADORES DE C.U.T.C.S.A..-	U.T.C.	2) Por un convenio y estabilidad laboral, el gremio continúa con los Paros Parciales Sorpresivos por líneas.-

9714412

003

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO"

Montevideo, 04 de Diciembre de 1997.

PARTE DE NOVEDADES No. 283/997.

Por la presente se informan a usted las Novedades surgidas en la órbita de esta Dirección Nacional entre las 07.00 de ayer y las 07.00 de la fecha.

I. CAMPO SOCIAL.

A. Central Obrera.

1. Dialogo Social.

SITUACION: Como estaba previsto se llevó a cabo el día 2/12 en el PALACIO SANTOS la reunión entre el Canciller de la República y Representantes del PIT-CNT por el tema "DESAPARECIDOS".

Para el día de la fecha,a la hora 17.00 la Ministra de Trabajo Ana Lía Piñeyrua convocó a Representantes de la Camara Empresarial y al PIT CNT a negociar sobre el CONVENIO COLECTIVO. La misma se realizará en la sede del Ministerio de Trabajo.

B. Sector Público.

1. AGRUPACION UTE (AUTE).

a. Campaña de Recolección de firmas.

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECHAZO AL MARCO REGULATORIO DE ENERGIA ELECTRICA.
MEDIDAS ADOPTADAS: CAMPAÑA DE RECOLECCION DE FIRMAS.

SITUACION: Se tuvo conocimiento que esta gremial, ha recabado 7.000 firmas para derogar el Marco Regulatorio Energetico.

b. Elecciones de Nueva Dirección Sindical.

Se realizaron las elecciones internas del gremio, para el período 1997 al 1999, presentándose las listas 2 y 4. Las mismas se encuentran presentan como candidatos a la Presidencia a los Sres. Julio GARCIA y Jose CARPELINO respectivamente. Actualmente, se está procurando determinar la orientación política como su programa de trabajo, se ampliará.

2. FEDERACION ANCAP.

a. Elecciones Gremiales.

LOCAL: AV. AGRACIADA No. 2522.
PLATAFORMA REINVINDICATIVA: POR DIFERENDO EN AREA PORTLAND, POR CONVENIO SALARIAL Y CAMBIO DE PERSONERIA JURIDICA.

SITUACION: Los funcionarios nucleados en esta FEDERACION realizaron sus ELECCIONES INTERNAS a fin de elegir nuevas autoridades. Por "información abierta" se establece que la

004

9714412

LOCAL: CALLE ANA MONTERROSO DE LAVALLEJA 2239.
MEDIDAS ADOPTADAS: AGITACION Y PROPAGANDA.
CANTIDAD DE PERSONAS: 40 PERSONAS.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECLAMO DE NUEVO CONVENIO SALARIAL POR 18 MESES, CON AJUSTE SEMESTRALES DEL 100% DEL IPC MAS TRES PARTIDAS IGUALES A DOS U.R.

SITUACION: En la **ASAMBLEA NACIONAL DE DELEGADOS** realizada el 28/11 pasado, se resolvió un **PARO GENERAL** de 30 horas, a partir de la hora 12.00 del día de ayer.

Personal de esta Dirección Nacional concurre en a las inmediaciones de Bulevar Artigas y Galicia donde se instala un servicio de "Observador" próximo a la hora 16.00 se concentran unas 40 personas en el lugar, los que reparten volantes a los automovilistas que se detienen en esa intersección.

A la hora 18.00 los Trabajadores de la Salud se dispersan en distintas direcciones, no registrándose incidentes.

Para el día de hoy se aguardar nuevas movilizaciones (Ver Hoja al respecto)

3. FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA. (FOEB)

LOCAL: Abayuba 2832.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REBAJA SALARIAL, POR ESTABILIDAD LABORAL, AUMENTOS SALARIALES del 100 % del IPC, POR TICKET MUTUAL.
MEDIDAS ADOPTADAS: JORNADAS DE PARO DE UNA HORA POR TURNOS Y CORTE DE HORAS EXTRAS.

SITUACION: Se vienen llevando a cabo negociaciones en COCA COLA y NORTEÑA por CONVENIO SALARIAL.

4. ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY (SECTOR BANCA OFICIAL Y PRIVADA).

LOCAL: CALLE RECONQUISTA No.574
MEDIDAS ADOPTADAS: PAROS SORPRESIVO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA DISCRIMINACION SINDICAL EN EL GRUPO SANTANDER, EN RECHAZO AL PROYECTO DE REFINANCIACION DE DEUDAS DEL BANCO HIPOTECARIO DEL URUGUAY Y CONTRA LA REESTRUCTURA DEL BANCO DE LA REPUBLICA.

SITUACION: Se confirmó que esta gremial tanto a nivel privado como oficial comenzará a aplicar medidas financieras contra las empresas del GRUPO SANTANDER, las que irían desde la no aceptación de cheques de dicho banco en otras entidades de plaza, hasta PAROS SORPRESIVOS.

Estas medidas entrarían en vigencia a partir del día 10 de Diciembre.

5. TRABAJADORES DE ALMACENES MANZANARES.

MEDIDAS ADOPTADAS: SITUACION DE PRE-CONFLICTO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REPRESION SINDICAL POR PARTE

005

9714412

DE LA PATRONAL.

SITUACION: Los empleados de la firma se encuentran trabajando normalmente, existiendo una situación de "pre-conflicto".

6. SINDICATO UNICO NACIONAL DE TRABAJADORES DEL MAR Y AFINES (SUNTMA)

LOCAL: CALLE CIUDADELA 1417
MEDIDAS ADOPTADAS: ASAMBLEA NACIONAL DE DELEGADOS.

SITUACION: Se llevó a cabo la ASAMBLEA NACIONAL DE DELEGADOS, donde se trataron temas vinculados al CONVENIO SALARIAL. Se ampliará.

7. CAMARA DE ARMADORES PESQUEROS DEL URUGUAY.

LOCAL: CALLE GRAL. CESAR DIAZ 1269
MEDIDAS ADOPTADAS: SE DECLARA EN CONFLICTO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: POR POSIBLE PERDIDA DE FUENTES DE TRABAJO

SITUACION: El conflicto se debe según manifestaciones de integrantes de la Cámara, al posible riesgo de quiebra por mala administración. Por lo que un grupo se encuentra ejerciendo presiones para que el Gobierno subvencione parte de los impuestos.

8. SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES (SUNCA)

a. Ocupación de Planta MONOLITICOS BRIGNONI S.A.

LUGAR: Empresa MONOLITICOS BRIGNONI S.A.
MEDIDAS ADOPTADAS: ASAMBLEA Y OCUPACION DE PLANTA.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECHAZO AL DESPIDO DE UN OBRERO. CONTRA IRREGULARIDADES POR EL NO APORTE AL BPS Y ANDA. VIOLACION AL CONVENIO SALARIAL.

SITUACION: El Gremio anunció que la ocupación se prolongará hasta que la patronal responda a sus reclamos. Por su parte la patronal realizó denuncias en los MINISTERIOS DE TRABAJO e INTERIOR.

b. Ocupación de OBRA FEDAL.

LUGAR: GRAL.AGUILAR E/MARTIN GARCIA Y AGRACIADA.
MEDIDAS ADOPTADAS: OCUPACION.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECLAMOS SINDICALES.

SITUACION: Permanece incambiada.

c. Paro En Obra ESCUELA BARRIO NORTE (PAYSANDU)

LUGAR: BARRIO NORTE CALLE 32.
MEDIDAS ADOPTADAS: PARO POR TIEMPO INDETERMINADO.
PLATAFORMA REINVINDICATIVA: PROBLEMAS CON CAPATAZ DE OBRA.
CANTIDAD DE PARTICIPANTES: Diez trabajadores.

SITUACION: Los trabajadores continúan realizando un PARO DE ACTIVIDADES POR TIEMPO INDETERMINADO. Esta medida es a consecuencia de falta de cumplimiento a las órdenes de la

lista 29.1 encabezada por Hugo DE MELLO y Juan Jose BENTANCOUR serían los firmes candidatos a ocupar los cargos presidenciables de la gremial.

b. Interior.

La Oficina de Enlace de la JEFATURA DE POLICIA DE LAVALLEJA informa que la planta ubicada en la Capital Departamental se encuentra trabajando en forma normal. A pesar de la normalidad de las tareas, los trabajadores se encuentran en PRE-CONFLICTO.

C. Sector Privado.

1. UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE (UNOTT).

a. Movilizaciones UNOTT.

LOCAL: AVDA. L.A.DE HERRERA 3597.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: FIRMA DE NUEVO CONVENIO SALARIAL CON VIGENCIA A PARTIR DEL 01/12. ESTABILIDAD LABORAL. REESTRUCTURA GENERAL DEL TRANSPORTE DE MONTEVIDEO. INCLUSION DE PROBLEMATICA DEL TRANSPORTE EN EL DIALOGO SOCIAL.
MEDIDAS ADOPTADAS: MESA REDONDA DE DIALOGO CON AUTORIDADES NACIONALES Y DEPARTAMENTALES.JORNADAS BARRIALES INFORMATIVAS. PAROS SORPRESIVOS.

SITUACION: Luego del PLENARIO FEDERAL realizado en el Departamento de MALDONADO en el día 28/11, se aprobó la realización de un PARO DE 24 HORAS ACTIVO, para la segunda semana de diciembre.

El PLENARIO FEDERAL de la UNOTT, está convocado para sesionar el miercoles 5/12.

El lunes 8/12 se reunirá la TRIPARTITA en el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, en el caso de que se llegue a un acuerdo podría quedar sin efecto el PARO GENERAL DE 24 HORAS.

Otras de las medidas previstas consiste en efectuar MESAS REDONDAS con AUTORIDADES NACIONALES Y DEPARTAMENTALES, pero aún no se ha determinado por parte del gremio lugares y fechas de realización.

b. Movilizacion U.T.C.

LUGAR: LUIS ALBERTO DE HERRERA 3597.
MEDIDAS ADPTADAS: PAROS SORPRESIVOS POR SECTOR.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: POR LA FIRMA DEL CONVENIO SALARIAL Y EN RECHAZO DE LOS DESPIDOS REALIZADOS POR LA EMPRESA.

SITUACION: Continúan realizandose PAROS PERLADOS POR SECTOR EN LA EMPRESA CUTCSA, al no haberse llegado a un acuerdo en el CONVENIO LABORAL EN LA REUNION TRIPARTITA. Las otras COOPERATIVAS aceptaron la fórmula no adhiriendose a la medidas adoptadas por la UNIóN DE TRABAJADORES DE CUTCSA (UTC).

2. FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD (FUS)

9714412

007

Inspección de Trabajo por parte de la Empresa, con respecto a la Seguridad de los Trabajadores. Tambin vienen llevando a cabo la realización de una olla sindical y la instalación de una carpa, en la que permanecen 10 trabajadores sobre la vereda sur de la calle 32.

D. MOVIMIENTO ESTUDIANTIL.

1. CENTRO DE ESTUDIANTES INSTITUTO DE PROFESORES ARTIGAS (CEIPA).

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LAS MEDIDAS DE SEGURIDAD IMPUESTAS POR EL CODICEN - EN RECHAZO DEL CIERRE DEL INSTITUTO EL PROXIMO AÑO.

SITUACION: El dia 26/11 de 09:00 a 20:30 esta gremial realizó un PLEBISCITO INTERNO a fin de conocer la opinión de los estudiantes sobre la REFORMA EDUCATIVA y las MEDIDAS DE SEGURIDAD adoptadas por el CODICEN. Hasta el momento no han surgido informaciones relevantes. Se ampliará.

E. ORGANIZACIONES SOCIALES.

SIN NOVEDAD.

F. ORGANIZACIONES RELIGIOSAS.

SIN NOVEDAD.

6. MOVIMIENTO COOPERATIVO.

SIN NOVEDAD

II. GOBIERNO DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO.

A. ASOCIACION DE OBREROS Y EMPLEADOS MUNCIPALES. (ADEOM).

LOCAL: CALLE CANELONES No.1330
MEDIDAS ADOPTADAS: PLENARIO NACIONAL DE DELEGADOS Y ASAMBLEA GENERAL.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REESTRUCTURA. TERCERIZACION. RECHAZO AL SEXTO DIA DE TRABAJO.

SITUACION: Situación permanece incambiada.

III. HECHOS QUE DAN LUGAR A LA INTERVENCION DE ESTA DIRECCION NACIONAL.

A. CONSTANCIA DE AVERIGUACION

Fue recibida por el Comando de esta Dirección Nacional un sobre conteniendo una Carta, la que fuera enviada al EMBAJADOR DE ISRAEL en nuestro País, en la cual se agravia a dicha Comunidad.

9714412

008

c. Averiguaciones Practicadas.

Como estaba dispuesto por el Magistrado actuante se indagó en actas al Sr.Máximo Augusto COLLA BORCHES, con respecto a la carta que recibiera el Sr.Embajador de Israel.

Reconoce haberla enviado, aduciendo que sus motivos fueron la ley que está tratando el Parlamento de Israel que limita la Libertad Religiosa y que el entiende que es un hecho injusto.

Por otra parte con esto pretendió además hacer publicidad para ganar adherentes para el MOVIMIENTO ENCUENTRO NACIONAL CRISTIANO, DEL PARTIDO NACIONAL, del cual el va a ser Candidato a DIPUTADO.

Enterada la Magistrada competente de lo que antecede dispuso que COLLA BORCHES, no fuera privado de su Libertad y se le enviaran los obrados respectivos a su despacho.

****

9714412

009/009

ARCHIVO

SECRETO

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL

DE
INFORMACION E INTELIGENCIA

- D E S P A C H O -

ORIGINAL

PARTE DE NOVEDADES No.284/997

Montevideo, 05 de Diciembre de 1997

1 doc. poco legible

SECRETO

9714413

09 DIC. 1997

- INDICE GENERAL -

TEMA	PAG
I. CAMPO SOCIAL	01
A. Central Obrera	01
B. Sector Público	01
C. Sector Privado	02
D. Movimiento Estudiantil	05
E. Organizaciones Sociales	05
F. Organizaciones Religiosas	06
G. Movimiento Cooperativo	06
II. GOBIERNO DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO	06
A. Información General	06
III HECHOS QUE DAN LUGAR A LA INTERVENCION DNII	06

ORIGINAL

- INDICE ONOMASTICO -

PERSONAS MENCIONADAS	PAG
BENTANCOUR, Juan Jos(Elecciones ANCAP)	01
CARPELINO; Jose (Elecciones AUTE)	01
DE MELLO, Hugo (Elecciones ANCAP)	01
GARCIA; Julio (Elecciones AUTE)	01
SCLOVSKI, Pedro (Presidente Comite Central Israelita)	05

002

9714413

05/12/97

SECTOR PRIVADO.	GREMIO	PLATAFORMA Y MOVILIZACIONES.
UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE.	U.N.O.T.T.	1) El Plenario Federal de la U.N.O.T.T. esta convocada para sesionar en el hoy viernes 05/12 en horas de la tarde en el local sindical de Luis A.de Herrera 3597, donde se analizará una fórmula que establece la firma de un convenio salarial.-
UNION DE TRABAJADORES DE C.U.T.C.S.A..-	U.T.C.	2) Por un convenio y estabilidad laboral, el gremio continúa con los Paros Parciales Sorpresivos por líneas.-

ORIGINAL

003

9714413

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO"

Montevideo, 05 de Diciembre de 1997.

PARTE DE NOVEDADES No. 284/997.

Por la presente se informan a usted las Novedades surgidas en la órbita de esta Dirección Nacional entre las 07.00 de ayer y las 07.00 de la fecha.

I. CAMPO SOCIAL.

A. Central Obrera.

1. Dialogo Social.

SITUACION: En el día de ayer, a la hora 17.00 en la sede del M.T.S.S la Ministra de Trabajo Ana Lía PIREYRUA convocó a Representantes de la Camara Empresarial y al PIT-CNT a negociar sobre el CONVENIO COLECTIVO. Se ampliará.

B. Sector Público.

1. AGRUPACION UTE (AUTE).

a. Campaña de Recolección de firmas.

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECHAZO AL MARCO REGULATORIO DE ENERGIA ELECTRICA.
MEDIDAS ADOPTADAS: CAMPAÑA DE RECOLECCION DE FIRMAS.

ORIGINAL

SITUACION: Se tuvo conocimiento que esta gremial, ha recabado 7.000 firmas para derogar el Marco Regulatorio Energetico.

b. Elecciones de Nueva Dirección Sindical.

Se realizaron las elecciones internas del gremio, para el período 1997 al 1999, presentádose las listas 2 y 4. Las mismas se encuentran presentan como candidatos a la Presidencia a los Sres. Julio GARCIA y Jose CARPELINO respectivamente. Actualmente, se está procurando determinar le orientación política como su programa de trabajo, se ampliará.

2. FEDERACION ANCAP.

a. Elecciones Gremiales.

LOCAL: AV. AGRACIADA No. 2522.
PLATAFORMA REINVINDICATIVA: POR DIFERENDO EN AREA PORTLAND, POR CONVENIO SALARIAL Y CAMBIO DE PERSONERIA JURIDICA.

SITUACION: Los funcionarios nucleados en esta FEDERACION realizaron sus ELECCIONES INTERNAS a fin de elegir nuevas autoridades. Por "información abierta" se establece que la lista 29.1 encabezada por Hugo DE MELLO y Juan Jose BENTANCOUR serían los firmes candidatos a ocupar los cargos presidenciables de la gremial.

004 9714413

18 MESES, CON AJUSTE SEMESTRALES DEL 100% DEL IPC MAS TRES PARTIDAS IGUALES A DOS U.R.

SITUACION: En el marco de la Jornada de Movilizaciones prevista por el sector se realizó una CONCENTRACION frente a la sede del MINISTERIO DE ECONOMIA Y FINANZAS ubicada en Colonia y Paraguay, con corte de tránsito.

Personal de esta Dirección Nacional concurre a las inmediaciones del lugar, donde se instala un servicio de "Observador". Próximo a la hora 15.00 se concentran unas 30 personas en el lugar, los que reparten "volantes", se lee una proclama y posteriormente se retiran en 3 camiones, no registrándose incidentes.

Características del "volante".

Tipo: "mariposa"
Dimensiones: 10 cm. por 10 cm.
Colores: Blanco y Negro.

Texto -Lado 1-
"A LA OPINION PUBLICA"
"Los trabajadores de la Salud nos enfrentamos a la negativa del gobierno y patronales de considerar y dar respuesta a nuestros reclamos; existiendo al día de hoy tercerizaciones (CASMU 3); perdida de puestos de trabajo (SANATORIO ESPAÑOL); violaciones al laudo (CAAMEPA), Seguro de Paros para financiar sus crisis (EMPLEADOS CIVILES) y rebaja salaria (CENTRAL MEDICA)."
"FUS PIT CNT"

Texto -Lado 2-
"* Por su calidad asistencial"
"* Por nuestro trabajo"
"* Por nuestro salario"
"FUS EN LUCHA"
"NUESTRO SILENCIO NO ES SALUD"
"FUS PIT CNT"

3. FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA. (FOEB)

LOCAL: Abayuba 2832.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REBAJA SALARIAL, POR ESTABILIDAD LABORAL, AUMENTOS SALARIALES del 100 % del IPC, POR TICKET MUTUAL.
MEDIDAS ADOPTADAS: JORNADAS DE PARO DE UNA HORA POR TURNOS Y CORTE DE HORAS EXTRAS.

SITUACION: Se vienen llevando a cabo negociaciones en COCA COLA y NORTEÑA por CONVENIO SALARIAL.

4. ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY (SECTOR BANCA OFICIAL Y PRIVADA).

LOCAL: CALLE RECONQUISTA No.574
MEDIDAS ADOPTADAS: PAROS SORPRESIVO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA DISCRIMINACION SINDICAL EN EL GRUPO SANTANDER, EN RECHAZO AL PROYECTO DE REFINANCIACION DE

ORIGINAL

DEUDAS DEL BANCO HIPOTECARIO DEL URUGUAY Y CONTRA LA REESTRUCTURA DEL BANCO DE LA REPUBLICA.

SITUACION: Se confirmó que esta gremial tanto a nivel privado como oficial comenzará a aplicar medidas financieras contra las empresas del GRUPO SANTANDER, las que irían desde la no aceptación de cheques de dicho banco en otras entidades de plaza, hasta PAROS SORPRESIVOS.

Estas medidas entrarían en vigencia a partir del día 10 de Diciembre.

5. TRABAJADORES DE ALMACENES MANZANARES.

MEDIDAS ADOPTADAS: SITUACION DE PRE-CONFLICTO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REPRESION SINDICAL POR PARTE DE LA PATRONAL.

SITUACION: Los empleados de la firma se encuentran trabajando normalmente, existiendo una situación de "pre-conflicto".

6. SINDICATO UNICO NACIONAL DE TRABAJADORES DEL MAR Y AFINES (SUNTMA)

LOCAL: CALLE CIUDADELA 1417
MEDIDAS ADOPTADAS: ASAMBLEA NACIONAL DE DELEGADOS.

SITUACION: Se llevó a cabo la ASAMBLEA NACIONAL DE DELEGADOS, donde se trataron temas vinculados al CONVENIO SALARIAL. Se ampliará.

ORIGINAL

7. CAMARA DE ARMADORES PESQUEROS DEL URUGUAY.

LOCAL: CALLE GRAL. CESAR DIAZ 1269
MEDIDAS ADOPTADAS: SE DECLARA EN CONFLICTO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: POR POSIBLE PERDIDA DE FUENTES DE TRABAJO

SITUACION: El conflicto se debe según manifestaciones de integrantes de la Cámara, al posible riesgo de quiebra por mala administración. Por lo que un grupo se encuentra ejerciendo presiones para que el Gobierno subvencione parte de los impuestos.

8. SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES (SUNCA)

a. Ocupación de Planta MONOLITICOS BRIGNONI S.A.

LUGAR: Empresa MONOLITICOS BRIGNONI S.A.
MEDIDAS ADOPTADAS: ASAMBLEA Y OCUPACION DE PLANTA.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECHAZO AL DESPIDO DE UN OBRERO. CONTRA IRREGULARIDADES POR EL NO APORTE AL BPS Y ANDA. VIOLACION AL CONVENIO SALARIAL.

SITUACION: El Gremio anunció que la ocupación se prolongará hasta que la patronal responda a sus reclamos. Por su parte la patronal realizó denuncias en los MINISTERIOS DE TRABAJO e INTERIOR.

b. Ocupación de OBRA FEDAL.

9714413

006

b. Interior.

La Oficina de Enlace de la JEFATURA DE POLICIA DE LAVALLEJA informa que la planta ubicada en la Capital Departamental se encuentra trabajando en forma normal. A pesar de la normalidad de las tareas, los trabajadores se encuentran en PRE-CONFLICTO.

C. Sector Privado.

1. UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE (UNOTT).

a. Movilizaciones UNOTT.

LOCAL: AVDA. L.A.DE HERRERA 3597.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: FIRMA DE NUEVO CONVENIO SALARIAL CON VIGENCIA A PARTIR DEL 01/12. ESTABILIDAD LABORAL. REESTRUCTURA GENERAL DEL TRANSPORTE DE MONTEVIDEO. INCLUSION DE PROBLEMATICA DEL TRANSPORTE EN EL DIALOGO SOCIAL.
MEDIDAS ADOPTADAS: MESA REDONDA DE DIALOGO CON AUTORIDADES NACIONALES Y DEPARTAMENTALES.JORNADAS BARRIALES INFORMATIVAS. PAROS SORPRESIVOS.

SITUACION: El PLENARIO FEDERAL de la UNOTT, está convocado para sesionar hoy miercoles 5/12.

El tema a tratar es el CONVENIO LABORAL, el que incluye 8 ajustes cuatrimestrales con el [illegible] durante 2 años.

ORIGINAL

El lunes 8/12 se reunirá la TRIPARTITA en el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, en el caso de que se llegue a un acuerdo podría quedar sin efecto el PARO GENERAL DE 24 HORAS.

Otras de las medidas previstas consiste en efectuar MESAS REDONDAS con AUTORIDADES NACIONALES Y DEPARTAMENTALES, pero aún no se ha determinado por parte del gremio lugares y fechas de realización.

b. Movilizacion U.T.C.

LUGAR: LUIS ALBERTO DE HERRERA 3597.
MEDIDAS ADPTADAS: PAROS SORPRESIVOS POR SECTOR.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: POR LA FIRMA DEL CONVENIO SALARIAL EN RECHAZO DE LOS DESPIDOS REALIZADOS POR LA EMPRESA Y EN RECLAMO DE UN AGUINALDO COMPLEMENTARIO.

SITUACION: Continúan realizandose PAROS PERLADOS POR SECTOR EN LA EMPRESA CUTCSA, al no haberse llegado a un acuerdo en el CONVENIO LABORAL EN LA REUNION TRIPARTITA. Las otras COOPERATIVAS aceptaron la fórmula no adhiriendose a la medides adoptadas por la UNIóN DE TRABAJADORES DE CUTCSA (UTC).

2. FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD (FUS)

LOCAL: CALLE ANA MONTERROSO DE LAVALLEJA 2239.
MEDIDAS ADOPTADAS: AGITACION Y PROPAGANDA.
CANTIDAD DE PERSONAS: 40 PERSONAS.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECLAMO DE NUEVO CONVENIO SALARIAL POR

9714413

LUGAR: GRAL.AGUILAR E/MARTIN GARCIA Y AGRACIADA.
MEDIDAS ADOPTADAS: OCUPACION.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECLAMOS SINDICALES.

SITUACION: Permanece incambiada.

c. Paro En Obra ESCUELA BARRIO NORTE (PAYSANDU)

LUGAR: BARRIO NORTE CALLE 32.
MEDIDAS ADOPTADAS: PARO POR TIEMPO INDETERMINADO.
PLATAFORMA REINVINDICATIVA: PROBLEMAS CON CAPATAZ DE OBRA Y EN RECLAMO DE UNA MESA DE NEGOCIACION CON LA PARTICIPACION DEL MINISTERIO DE TRABAJO.
CANTIDAD DE PARTICIPANTES: Diez trabajadores.

SITUACION: Los trabajadores continúan realizando un PARO DE ACTIVIDADES POR TIEMPO INDETERMINADO. Esta medida es a consecuencia de falta de cumplimiento a las órdenes de la Inspección de Trabajo por parte de la Empresa, con respecto a la Seguridad de los Trabajadores. Tambin vienen llevando a cabo la realización de una olla sindical y la instalación de una carpa, en la que permanecen 10 trabajadores sobre la vereda sur de la calle 32.

Según información proporcionada por la OFICINA DE ENLACE DE LA JEFATURA DE POLICIA DE PAYSANDU, el conflicto permanece incambiado, al no haberse llegado a ningún acuerdo en la reunión mantenida el día 3/12 entre obreros y representantes de la Empresa.

ORIGINAL

d. Obreros de la Construcción.

La Oficina de Enlace de Paysandú nos informa que obreros de la Construcción afiliados al SUNCA, realizaron una **MARCHA** por Av.18 de Julio y Leandro Gómez, participando en la misma 30 personas, en reclamo de "NO MAS MUERTES EN LA CONSTRUCCION".

D. MOVIMIENTO ESTUDIANTIL.

1. CENTRO DE ESTUDIANTES INSTITUTO DE PROFESORES ARTIGAS (CEIPA).

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LAS MEDIDAS DE SEGURIDAD IMPUESTAS POR EL CODICEN - EN RECHAZO DEL CIERRE DEL INSTITUTO EL PROXIMO AÑO.

SITUACION: El día 26/11 de 09:00 a 20:30 esta gremial realizó un PLEBISCITO INTERNO a fin de conocer la opinión de los estudiantes sobre la REFORMA EDUCATIVA y las MEDIDAS DE SEGURIDAD adoptadas por el CODICEN. Hasta el momento no han surgido informaciones relevantes. Se ampliará.

E. ORGANIZACIONES SOCIALES.

a. COMITE CENTRAL ISRAELITA DEL URUGUAY.

El Presidente de esta institución, Sr.Pedro SCLOVSKI, hizo alusión al tema "Desaparecidos" a diversos medios de prensa

de la capital durante la realización de una reunión en este Comite.

F. ORGANIZACIONES RELIGIOSAS.

SIN NOVEDAD.

G. MOVIMIENTO COOPERATIVO.

SIN NOVEDAD

II. GOBIERNO DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO.

A. ASOCIACION DE OBREROS Y EMPLEADOS MUNCIPALES. (ADEOM).

LOCAL: CALLE CANELONES No.1330
MEDIDAS ADOPTADAS: PLENARIO NACIONAL DE DELEGADOS Y ASAMBLEA GENERAL.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REESTRUCTURA. TERCERIZACION. RECHAZO AL SEXTO DIA DE TRABAJO.

ORIGINAL

SITUACION: Situación permanece incambiada.

III. HECHOS QUE DAN LUGAR A LA INTERVENCION DE ESTA DIRECCION NACIONAL.

SIN NOVEDAD.

9714413

****

1/10.

ARCHIVO

14414

SECRETO

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL

DE
INFORMACION E INTELIGENCIA

- ORIGINAL H O -

PARTE DE NOVEDADES No.285/997

Montevideo, 06 de Diciembre de 1997

SECRETO

9714414

09 DIC. 1997

001/010

Doc poco legible

MOVILIZACIONES PARA EL DIA DE LA FECHA

ORIGINAL

SIN NOVEDAD

002 9714414

- INDICE GENERAL -

TEMA	PAG
I. CAMPO SOCIAL	01
A. Central Obrera	01
B. Sector Público	01
C. Sector Privado	02
D. Movimiento Estudiantil	05
E. Organizaciones Sociales	05
F. Organizaciones Religiosas	06
G. Movimiento Cooperativo	06
II. GOBIERNO DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO	06
A. Información General	06
III HECHOS QUE DAN LUGAR A LA INTERVENCION DNII	06

ORIGINAL

- INDICE PATRONIMICO -

PERSONAS MENCIONADAS	PAG
BENDINELLI; Juan (Sacerdote de Guichón)	06
BENTANCOUR, Juan Jos(Elecciones ANCAP)	01
CARPELIND; Jose (Elecciones AUTE)	01
DE MELLO, Hugo (Elecciones ANCAP)	01
GARCIA; Julio (Elecciones AUTE)	01
MENDEZ; Juan Pedro (Su detención)	06
VARELIDIS; Apostolis (Su detención)	06

003 9714414

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO"

Montevideo, 06 de Diciembre de 1997.

PARTE DE NOVEDADES No. 285/997.

Por la presente se informan a usted las Novedades surgidas en la órbita de esta Dirección Nacional entre las 07.00 de ayer y las 07.00 de la fecha.

I. CAMPO SOCIAL.

A. Central Obrera.

1. Dialogo Social.

SITUACION: La Sra. Ministra de Trabajo convocó al Consejo Superior Empresarial y al PIT CNT para una nueva reunión antes del día 19/12 en el marco del Dialogo Social. En esa oportunidad se establecerán bases concretas para la elaboración de CONVENIOS COLECTIVOS.

B. Sector Público.

1. AGRUPACION UTE (AUTE).

a. Campaña de Recolección de firmas.

ORIGINAL

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECHAZO AL MARCO REGULATORIO DE ENERGIA ELECTRICA.
MEDIDAS ADOPTADAS: CAMPAÑA DE RECOLECCION DE FIRMAS.

SITUACION: Se tuvo conocimiento que esta gremial, ha recabado 7.000 firmas para derogar el Marco Regulatorio Energetico.

b. Elecciones de Nueva Dirección Sindical.

Se realizaron las elecciones internas del gremio, para el período 1997 al 1999, presentádose las listas 2 y 4. Las mismas se encuentran presentan como candidatos a la Presidencia a los Sres. Julio GARCIA y Jose CARPELINO respectivamente. Se procura determinar la orientación política, asi como su programa de trabajo. Se Ampliará.

2. FEDERACION ANCAP.

a. Elecciones Gremiales.

LOCAL: AV. AGRACIADA No. 2582.
PLATAFORMA REINVINDICATIVA: POR DIFERENDO EN AREA PORTLAND, POR CONVENIO SALARIAL Y CAMBIO DE PERSONERIA JURIDICA.

SITUACION: Los funcionarios nucleados en esta FEDERACION realizaron sus ELECCIONES INTERNAS a fin de elegir nuevas autoridades. Los distintos medios de comunicación escrito, informan que la lista 29.1 encabezada por Hugo DE MELLO y Juan Jose BENTANCOUR serían los firmes candidatos a ocupar los cargos presidenciables de la gremial.

004 9714414

b. Interior.

La Oficina de Enlace de la JEFATURA DE POLICIA DE LAVALLEJA informó que la planta ubicada en la Capital Departamental trabaja en forma normal. A pesar de la normalidad de las tareas, los trabajadores se encuentran en situación de PRE-CONFLICTO.

3. AGRUPACION DE FUNCIONARIOS DE INSPECCION VETERINARIA Y TECNOLOGICA (AFIVT).

LUGAR: CERRO LARGO 1385.
MEDIDAS ADOPTADAS: PARO DE 48 HORAS.
PLATAFORMA REINVINDICATIVA: REESTRUCTURA DEL MINISTERIO DE GANADERIA AGRICULTURA Y PESCA ANTE LA REFORMA DE ESTADO Y POR SUMARIOS E INVESTIGACIONES ADMINISTRATIVAS.

SITUACION: La gremial resolvió llevar a cabo un PARO DE 48 HORAS para el próximo martes 09/12 y fijó la realización de una ASAMBLEA para el 10/12 a la hora 16.00.

Estas medidas afectaran directamente las actividades que desarrollan las distintas Plantas Frigoríficas.

C. Sector Privado.

1. UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE (UNOTT).

a. Movilizaciones UNOTT.

ORIGINAL

LOCAL: AVDA. L.A.DE HERRERA 3591.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: FIRMA DE NUEVO CONVENIO SALARIAL CON VIGENCIA A PARTIR DEL 01/12. ESTABILIDAD LABORAL. REESTRUCTURA GENERAL DEL TRANSPORTE DE MONTEVIDEO. INCLUSION DE PROBLEMATICA DEL TRANSPORTE EN EL DIALOGO SOCIAL.
MEDIDAS ADOPTADAS: MESA REDONDA DE DIALOGO CON AUTORIDADES NACIONALES Y DEPARTAMENTALES.JORNADAS BARRIALES INFORMATIVAS. PAROS SORPRESIVOS.

SITUACION: El PLENARIO FEDERAL de la UNOTT, resolvió la realización de un PARO DE 24 HORAS para el día 15/12, con motivo de no haberse registrado avances en las negociaciones de los trabajadores de CUTCSA y el gremio del taximetro (SUATT). Se aguarda la firma de un CONVENIO LABORAL.

El próximo Lunes (08/12) se reunirá la TRIPARTITA en el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. Si se llega a un acuerdo entre las partes, podría quedar sin efecto el PARO GENERAL DE 24 HORAS.

Otras de las medidas previstas consiste en efectuar MESAS REDONDAS con AUTORIDADES NACIONALES Y DEPARTAMENTALES, pero aún no se ha determinado por parte del gremio lugares y fechas de realización.

b. Movilizacion U.T.C.

LUGAR: LUIS ALBERTO DE HERRERA 3597.
MEDIDAS ADPTADAS: PAROS SORPRESIVOS POR SECTOR.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: POR LA FIRMA DEL CONVENIO SALARIAL EN

9714414

RECHAZO DE LOS DESPIDOS REALIZADOS POR LA EMPRESA Y EN RECLAMO DE UN AGUINALDO COMPLEMENTARIO.

SITUACION: Continúan realizandose PAROS PERLADOS POR SECTOR EN LA EMPRESA CUTCSA, al no haberse llegado a un acuerdo en el CONVENIO LABORAL EN LA REUNION TRIPARTITA. Las otras COOPERATIVAS aceptaron la fórmula no adhiriendose a la medidas adoptadas por la UNIóN DE TRABAJADORES DE CUTCSA (UTC).

Próximo a la hora 18.30 comenzó un PARO GENERAL SORPRESIVO de las diferentes líneas de la empresa por lo que la Compañía a la hora 21.30 restablecía paulatinamente los servicios., coincidiendo con la realización del PLENARIO FEDERAL DE LA UNOTT.

2. FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD (FUS).

LOCAL: CALLE ANA MONTERROSO DE LAVALLEJA 2239.
MEDIDAS ADOPTADAS: AGITACION Y PROPAGANDA.
CANTIDAD DE PERSONAS: 40 PERSONAS.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECLAMO DE NUEVO CONVENIO SALARIAL POR 18 MESES, CON AJUSTE SEMESTRALES DEL 100% DEL IPC MAS TRES PARTIDAS IGUALES A DOS U.R.

ORIGINAL

SITUACION: Durantes las JORNADAS DE MOVILIZACIONES esta gremial repartió "volantes" de lo cual se expone un ejemplar:

Características del "volante".

Tipo: "mariposa"
Dimensiones: 10 cm. por 10 cm.
Colores: Blanco y Negro.

Texto -Lado 1-
"A LA OPINION PUBLICA"
"Los trabajadores de la Salud nos enfrentamos a la negativa del gobierno y patronales de considerar y dar respuesta a nuestros reclamos; existiendo al día de hoy tercerizaciones (CASMU 3); perdida de puestos de trabajo (SANATORIO ESPAÑOL); violaciones al laudo (CAAMEPA), Seguro de Paros para financiar sus crisis (EMPLEADOS CIVILES) y rebaja salaria (CENTRAL MEDICA)."
"FUS PIT CNT"

Texto -Lado 2-
"* Por su calidad asistencial"
"* Por nuestro trabajo"
"* Por nuestro salario"
"FUS EN LUCHA"
"NUESTRO SILENCIO NO ES SALUD"
"FUS PIT CNT"

3. FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA. (FOEB)

LOCAL: ABAYUBA 2832.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REBAJA SALARIAL, POR ESTABILIDAD LABORAL, AUMENTOS SALARIALES del 100 % del IPC, POR TICKET MUTUAL.
MEDIDAS ADOPTADAS: JORNADAS DE PARO DE UNA HORA POR TURNOS Y CORTE DE HORAS EXTRAS.

006 9714414

SITUACION: Se vienen llevando a cabo negociaciones en COCA COLA y NORTEÑA por CONVENIO SALARIAL.

4. ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY (SECTOR BANCA OFICIAL Y PRIVADA).

LOCAL: CALLE RECONQUISTA No.574
MEDIDAS ADOPTADAS: PAROS SORPRESIVO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA DISCRIMINACION SINDICAL EN EL GRUPO SANTANDER, EN RECHAZO AL PROYECTO DE REFINANCIACION DE DEUDAS DEL BANCO HIPOTECARIO DEL URUGUAY Y CONTRA LA REESTRUCTURA DEL BANCO DE LA REPUBLICA.

SITUACION: Se confirmó que esta gremial tanto a nivel privado como oficial comenzará a aplicar medidas financieras contra las empresas del GRUPO SANTANDER, las que irían desde la no aceptación de cheques de dicho banco en otras entidades de plaza, hasta PAROS SORPRESIVOS.

Estas medidas entrarían en vigencia a partir del día 10 de Diciembre.

5. TRABAJADORES DE ALMACENES MANZANARES.

MEDIDAS ADOPTADAS: SITUACION DE PRE-CONFLICTO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REPRESION SINDICAL POR PARTE DE LA PATRONAL.

SITUACION: Los empleados de la firma se encuentran trabajando normalmente, existiendo una situación de "pre-conflicto".

6. SINDICATO UNICO NACIONAL DE TRABAJADORES DEL MAR Y AFINES (SUNTMA)

LOCAL: CALLE CIUDADELA 1417
MEDIDAS ADOPTADAS: ASAMBLEA NACIONAL DE DELEGADOS.

SITUACION: Se llevó a cabo la ASAMBLEA NACIONAL DE DELEGADOS, donde se trataron temas vinculados al CONVENIO SALARIAL. Se ampliará.

7. CAMARA DE ARMADORES PESQUEROS DEL URUGUAY.

LOCAL: GRAL. CESAR DIAZ 1269
MEDIDAS ADOPTADAS: SE DECLARA EN CONFLICTO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: POR POSIBLE PERDIDA DE FUENTES DE TRABAJO

SITUACION: El conflicto se debe según manifestaciones de integrantes de la Cámara, al posible riesgo de quiebra por mala administración. Por lo que un grupo se encuentra ejerciendo presiones para que el Gobierno subvencione parte de los impuestos, entre ellos el IVA.

8. SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES (SUNCA)

a. Ocupación de Planta MONOLITICOS BRIGNONI S.A.

LUGAR: Empresa MONOLITICOS BRIGNONI S.A.

ORIGINAL

MEDIDAS ADOPTADAS: ASAMBLEA Y OCUPACION DE PLANTA.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECHAZO AL DESPIDO DE UN OBRERO. CONTRA IRREGULARIDADES POR EL NO APORTE AL BPS Y ANDA. VIOLACION AL CONVENIO SALARIAL.

SITUACION: El Gremio anunció que la ocupación se prolongará hasta que la patronal responda a sus reclamos. Por su parte la patronal realizó denuncias en los MINISTERIOS DE TRABAJO e INTERIOR.

b. Ocupación de OBRA FEDAL.

LUGAR: GRAL. AGUILAR E/MARTIN GARCIA Y AGRACIADA.
MEDIDAS ADOPTADAS: OCUPACION.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: FALTA DE SEGURIDAD Y DESPIDOS ARBITRARIOS.

SITUACION: Personal de esta Dirección Nacional en carácter de "Observador" y en prevención de incidentes pudo establecer que la ocupación se mantiene en todos sus trminos y que en caso de registrarse un desalojo compulsivo se extendería al CONFLICTO a todo el gremio del SUNCA.

c. Paro En Obra ESCUELA BARRIO NORTE (PAYSANDU)

LUGAR: BARRIO NORTE CALLE 32.
MEDIDAS ADOPTADAS: PARO POR TIEMPO INDETERMINADO.
PLATAFORMA REINVINDICATIVA: PROBLEMAS CON CAPATAZ DE OBRA Y EN RECLAMO DE UNA MESA DE NEGOCIACION CON LA PARTICIPACION DEL MINISTERIO DE TRABAJO.
CANTIDAD DE PARTICIPANTES: Diez trabajadores.

ORIGINAL

SITUACION: Los trabajadores continúan realizando un PARO DE ACTIVIDADES POR TIEMPO INDETERMINADO. Esta medida es a consecuencia de falta de cumplimiento a las órdenes de la Inspección de Trabajo por parte de la Empresa, con respecto a la Seguridad de los Trabajadores. Tambin vienen llevando a cabo la realización de una olla sindical y la instalación de una carpa, en la que permanecen 10 trabajadores sobre la vereda sur de la calle 32.

Según información proporcionada por la OFICINA DE ENLACE DE LA JEFATURA DE POLICIA DE PAYSANDU, el conflicto permanece incambiado, al no haberse llegado a ningún acuerdo en la reunión mantenida el día 3/12 entre obreros y representantes de la Empresa.

D. MOVIMIENTO ESTUDIANTIL.

1. CENTRO DE ESTUDIANTES INSTITUTO DE PROFESORES ARTIGAS (CEIPA).

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LAS MEDIDAS DE SEGURIDAD IMPUESTAS POR EL CODICEN - EN RECHAZO DEL CIERRE DEL INSTITUTO EL PROXIMO AÑO.

SITUACION: El día 26/11 de 09:00 a 20:30 esta gremial realizó un PLEBISCITO INTERNO a fin de conocer la opinión de los estudiantes sobre la REFORMA EDUCATIVA y las MEDIDAS DE SEGURIDAD adoptadas por el CODICEN. Hasta el momento no han surgido informaciones relevantes. Se ampliará.

E. ORGANIZACIONES SOCIALES.

SIN NOVEDAD.

F. ORGANIZACIONES RELIGIOSAS.

SIN NOVEDAD.

G. MOVIMIENTO COOPERATIVO.

SIN NOVEDAD

II. GOBIERNO DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO.

A. ASOCIACION DE OBREROS Y EMPLEADOS MUNICIPALES. (ADEOM).

LOCAL: CALLE CANELONES 1330
MEDIDAS ADOPTADAS: PLENARIO NACIONAL DE DELEGADOS Y ASAMBLEA GENERAL.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REESTRUCTURA. TERCERIZACION. RECHAZO AL SEXTO DIA DE TRABAJO.

SITUACION: Permanece incambiada.

III. HECHOS QUE DAN LUGAR A LA INTERVENCION DE ESTA DIRECCION NACIONAL.

A. Constancia de Procedimiento Policial.

ORIGINAL

Personal de esta Dirección, en circunstancias que se encontraba cumpliendo sus tareas inherentes, ubica en la intersección de las calles La Paz y Juan Paullier el auto marca MERCEDES BENZ, matrícula 888 (ARGENTINA) el cual se encontraba requerido por el Juzgado Letrado de 1era. Instancia en lo Penal de 8vo. Turno de MALDONADO por " ACCIDENTE CON LESIONADO Y FUGA".

ORIGINAL

Atento a ello se procedió a la detención de las personas Juan Pedro MENDEZ y Apostolis VARELIDIS ARPAYOGLOU.

En esta Dirección se realizó el acta de incautación y se detalló las pertenencias que poseía el vehículo.

Se enteró de todo el procedimiento al Juez Ltdo. de 1ra. Instancia en lo Penal de 16to. Turno, quien dispuso que no se labrara acta, libertad y antecedentes y se entregue el vehiculo al Juzgado que lo requirió por intermedio de la Policía, a lo que se dió cumplimiento.

B. Constancia de Manifestación Popular en PAYSANDU.

Por intermedio de la OFICINA DE ENLACE DE LA JEFATURA DE POLICIA DE PAYSANDU se informa que el día 4/12 a partir de la hora 20.00 se realizó en la ciudad de GUICHON una manifestación pacífica para solicitar que el Padre Juan BENDINELLI no sea trasladado de dicha ciudad, lo que fue dispuesto por el Obispado de Salto.

Los manifesatantes apoyan al Sacerdote ya que ha realizado importantes obras para la comunidad.

En el día de ayer se trasladó a GUICHON el Obispo de SALTO para tratar de solucionar el tema.

****

ORIGINAL

010/010 9714414

1111

ARCHIVO

ARCHIVO

SECRETO

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL
DE
INFORMACION E INTELIGENCIA

- D E S P A C H O -

ORIGINAL

PARTE DE NOVEDADES No.286/977

***Montevideo*, 08 *de* Diciembre *de 1997*.**

001/011

SECRETO

9714415

09 DIC. 1997

Doc. en su totalidad poco legible.

08/12/97

SECTOR PRIVADO	GREMIO	PLATAFORMA Y MOVILIZACIONES.
ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY.	A.E.B.U.	1) Continúan en conflicto desde el 16/10 por discriminación sindical y despidos en PLATA CARD (Grupo SANTANDER) y en RIO BANK CASA BANCARIA, como causa del conflicto con el/ Holding de origen español.- A partir del día 10/12 esta gremial comenzara a aplicar medidas financieras contra el grupo SANTANDER, que irán desde la no aceptación de cheques hasta Paros Sorpresivos.-
FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA.	F.O.E.B.	2) Continúan en conflicto.Plataforma reivindicativa, contra rebaja salarial.Por estabilidad laboral.Por aumento salarial del 100% del IPC trimestral.Por ticket mutual, determinando paros de 1 hora con corte de horas extras.-
UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE.	U.N.O.T.T.	3) En el día de hoy lunes 08/12 se reunirá la Tripartita en el MTSS, de llegar a un acuerdo podría quedar sin efecto el Paro Gral.de 24 horas programado para el día lunes 15/12.-
SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y ANEXOS.-	S.U.N.C.A.	4) Continúan ocupando la Empresa Monolítica BRIGNONI S.A. en rechazo al despido de un empleado y por una serie de irregularidades, como ser los no aportes al BPS y ANDA, más la violación a los convenios salariales.-
SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES.-	S.U.N.C.A.	5) Continúa ocupada la Obra de la Empresa FEDAL S.A., ubicada en la calle Gral.Aguilar 1192, por represión sindical y despidos arbitrarios.-
UNION DE TRABAJADORES DE C.U.T.C.S.A.	U.T.C.	6) Por un nuevo convenio y estabilidad laboral, el gremio continúa con Paros Parciales Sorpresivos por líneas.-

ORIGINAL

9714415.

002

9714415 002

08/12/97.

SECTOR PUBLICO.	GREMIO	PLATAFORMA Y MOVILIZACIONES.
CENTRO DE ESTUDIANTES DEL I.P.A.	C.E.I.P.A.	1) Continúan en conflicto por las medidas de seguridad adoptadas por CODICEN.- Por otra parte se sancionó a 8 de los estudiantes por 20 días, autorizados los mismos a rendir exámenes.-
ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES.	A.D.E.O.M.	2) En la última Asamblea se resolvió entre otros puntos rechazar la implementación del 6to. día de trabajo// dispuesto por el Intendente Municipal, continuar con las asambleas por sector.- Se ampliará.-
ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DEL M.G.A.P.	A.F.M.G.A.P.	3) La Dirección de Sanidad Animal realizará un Paro de 48 horas a partir del día Martes 09/12 y llevar a cabo una nueva Asamblea el día miércoles 10/12, en el local sindical de Piedras 509 a la hora 16:00.-

ORIGINAL

9714415

003

- INDICE GENERAL -

TEMA	PAG
I. CAMPO SOCIAL	01
A. Central Obrera	01
B. Sector Público	01
C. Sector Privado	02
D. Movimiento Estudiantil	05
E. Organizaciones Sociales	05
F. Organizaciones Religiosas	06
G. Movimiento Cooperativo	06
II. GOBIERNO DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO	06
A. Información General	06
III HECHOS QUE DAN LUGAR A LA INTERVENCION DNII	06

ORIGINAL

- INDICE PATRONIMICO -

PERSONAS MENCIONADAS	PAG
BENTANCOUR, Juan Jos(Elecciones ANCAP)	01
CARPELINO; Jose (Elecciones AUTE)	01
DE MELLO, Hugo (Elecciones ANCAP)	01
GARCIA; Julio (Elecciones AUTE)	01

004 9714415

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO"

Montevideo, 08 de Diciembre de 1997.

PARTE DE NOVEDADES No. 286/997.

Por la presente se informan a usted las Novedades surgidas en la órbita de esta Dirección Nacional entre las 07.00 de ayer y las 07.00 de la fecha.

I. CAMPO SOCIAL.

A. Central Obrera.

1. Dialogo Social.

SITUACION: La Sra. Ministra de Trabajo convocó al Consejo Superior Empresarial y al PIT CNT para una nueva reunión antes del dia 19/12 en el marco del Dialogo Social. En esa oportunidad se establecerán bases concretas para la elaboración de CONVENIOS COLECTIVOS.

B. Sector Público.

1. AGRUPACION UTE (AUTE).

a. Campaña de Recolección de firmas.

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECHAZO AL MARCO REGULATORIO DE ENERGIA ELECTRICA.
MEDIDAS ADOPTADAS: CAMPAÑA DE RECOLECCION DE FIRMAS.

ORIGINAL

SITUACION: Se tuvo conocimiento que esta gremial, ha recabado 7.000 firmas para derogar el Marco Regulatorio Energetico.

b. Elecciones de Nueva Dirección Sindical.

Se realizaron las elecciones internas del gremio, para el período 1997 al 1999, presentádose las listas 2 y 4. Las mismas se encuentran presentan como candidatos a la Presidencia a los Sres. Julio GARCIA y Jose CARPELINO respectivamente. Se procura determinar la orientación politica, así como su programa de trabajo. Se Ampliará.

2. FEDERACION ANCAP.

a. Elecciones Gremiales.

LOCAL: AV. AGRACIADA No. 2522.
PLATAFORMA REINVINDICATIVA: POR DIFERENDO EN AREA PORTLAND, POR CONVENIO SALARIAL Y CAMBIO DE PERSONERIA JURIDICA.

SITUACION: Los funcionarios nucleados en esta FEDERACION realizaron sus ELECCIONES INTERNAS a fin de elegir nuevas autoridades. Los distintos medios de comunicación escrito, informan que la lista 27.1 encabezada por Hugo DE MELLO y Juan Jose BENTANCOUR serían los firmes candidatos a ocupar los cargos presidenciables de la gremial.

b. Interior.

La Oficina de Enlace de la JEFATURA DE POLICIA DE LAVALLEJA informó que la planta ubicada en la Capital Departamental trabaja en forma normal. A pesar de la normalidad de las tareas, los trabajadores se encuentran en situación de PRE-CONFLICTO.

3. AGRUPACION DE FUNCIONARIOS DE INSPECCION VETERINARIA Y TECNOLOGICA (AFIVT).

LUGAR: CERRO LARGO 1385.
MEDIDAS ADOPTADAS: PARO DE 48 HORAS.
PLATAFORMA REINVINDICATIVA: REESTRUCTURA DEL MINISTERIO DE GANADERIA AGRICULTURA Y PESCA ANTE LA REFORMA DE ESTADO Y POR SUMARIOS E INVESTIGACIONES ADMINISTRATIVAS.

SITUACION: La gremial resolvié llevar a cabo un PARO DE 48 HORAS para el próximo martes 09/12 y fijé la realización de una ASAMBLEA para el 10/12 a la hora 16.00.

Estas medidas afectaran directamente las actividades que desarrollan las distintas Plantas Frigoríicas.

C. Sector Privado.

1. UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE (UNOTT).

a. Movilizaciones UNOTT.

ORIGINAL

LOCAL: AVDA. L.A.DE HERRERA 2397.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: FIRMA DE NUEVO CONVENIO SALARIAL CON VIGENCIA A PARTIR DEL 01/12. ESTABILIDAD LABORAL. REESTRUCTURA GENERAL DEL TRANSPORTE DE MONTEVIDEO. INCLUSION DE PROBLEMATICA DEL TRANSPORTE EN EL DIALOGO SOCIAL.
MEDIDAS ADOPTADAS: MESA REDONDA DE DIALOGO CON AUTORIDADES NACIONALES Y DEPARTAMENTALES.JORNADAS BARRIALES INFORMATIVAS. PAROS SORPRESIVOS.

SITUACION: En el día de la fecha se reunirá la Tripartita en el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. En caso de que se llegue a un acuerdo quedaría sin efecto el **PARO GENERAL DE 24 HORAS**, resuelto por la UNOTT durante la realizacin del PLENARIO FEDERAL previsto para el 15/12.

La UNOTT facultó a los gremios: Sindicato Unico de Trabajadores del Taximetros y a la Unión de Trabajadores de Cutcsa a adoptar la medida de PARO SORPRESIVO, ya que en dichos sindicatos no se han registrado avances en las negociaciones en materia de CONVENIO LABORAL.

Otras de las medidas previstas consiste en efectuar MESAS REDONDAS con AUTORIDADES NACIONALES Y DEPARTAMENTALES, pero aún no se ha determinado por parte del gremio lugares y feches de realización.

b. Movilizacion U.T.C.

LUGAR: LUIS ALBERTO DE HERRERA 3597.

006

9714415

MEDIDAS ADOPTADAS: PAROS SORPRESIVOS POR SECTOR.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: POR LA FIRMA DEL CONVENIO SALARIAL EN RECHAZO DE LOS DESPIDOS REALIZADOS POR LA EMPRESA Y EN RECLAMO DE UN AGUINALDO COMPLEMENTARIO.

SITUACION: Continúan realizandose PAROS PERLADOS POR SECTOR EN LA EMPRESA CUTCSA, al no haberse llegado a un acuerdo en el CONVENIO LABORAL EN LA REUNION TRIPARTITA. Las otras COOPERATIVAS aceptaron la fórmula no adhiriendose a la medidas adoptadas por la UNIóN DE TRABAJADORES DE CUTCSA (UTC).

2. FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD (FUS).

LOCAL: CALLE ANA MONTERROSO DE LAVALLEJA 2239.
MEDIDAS ADOPTADAS: AGITACION Y PROPAGANDA.
CANTIDAD DE PERSONAS: 40 PERSONAS.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECLAMO DE NUEVO CONVENIO SALARIAL POR 18 MESES, CON AJUSTE SEMESTRALES DEL 100% DEL IPC MAS TRES PARTIDAS IGUALES A DOS U.R.

SITUACION: La Dirección de esta Federación se reunió en la noche del viernes p.pasado para evaluar el PARO DE 30 HORAS, realizado el 3/12.

Tambin se analizé la instrumentación de futuras medidas de lucha las que serán aprobadas por el PLENARIO NACIONAL.

Durantes las JONADAS DE MOVILIZACIONES esta gremial repartié "volantes" de lo cual se exhibe un ejemplar:

ORIGINAL

Caracteristicas del "volante".

Tipo: "mariposa"
Dimensiones: 10 cm. por 10 cm.
Colores: Blanco y Negro.

Texto -Lado 1-
"A LA OPINION PUBLICA"
"Los trabajadores de la Salud nos enfrentamos a la negativa del gobierno y patronales de considerar y dar respuesta a nuestros reclamos; existiendo al día de hoy tercerizaciones (CASMU 3); perdida de puestos de trabajo (SANATORIO ESPAÑOL); violaciones al laudo (CAAMEPA), Seguro de Paros para financiar sus crisis (EMPLEADOS CIVILES) y rebaja salaria (CENTRAL MEDICA)."
"FUS PIT CNT"

Texto -Lado 2-
"* Por su calidad asistencial"
"* Por nuestro trabajo"
"* Por nuestro salario"
"FUS EN LUCHA"
"NUESTRO SILENCIO NO ES SALUD"
"FUS PIT CNT"

3. FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA. (FOEB)

LOCAL: ABAYUBA 2832.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REBAJA SALARIAL, POR

007 9714415

ESTABILIDAD LABORAL, AUMENTOS SALARIALES del 100 % del IPC, POR TICKET MUTUAL.
MEDIDAS ADOPTADAS: JORNADAS DE PARO DE UNA HORA POR TURNOS Y CORTE DE HORAS EXTRAS.

SITUACION: Se vienen llevando a cabo negociaciones en COCA COLA y NORTEÑA por CONVENIO SALARIAL.

4. ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY (SECTOR BANCA OFICIAL Y PRIVADA).

LOCAL: CALLE RECONQUISTA No.574
MEDIDAS ADOPTADAS: PAROS SORPRESIVO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA DISCRIMINACION SINDICAL EN EL GRUPO SANTANDER, EN RECHAZO AL PROYECTO DE REFINANCIACION DE DEUDAS DEL BANCO HIPOTECARIO DEL URUGUAY Y CONTRA LA REESTRUCTURA DEL BANCO DE LA REPUBLICA.

SITUACION: Se confirmó que esta gremial tanto a nivel privado como oficial comenzará a aplicar medidas financieras contra las empresas del GRUPO SANTANDER, las que irían desde la no aceptación de cheques de dicho banco en otras entidades de plaza, hasta PAROS SORPRESIVOS.

Estas medidas entrarían en vigencia a partir del día 10 de Diciembre.

5. TRABAJADORES DE ALMACENES MANZANARES.

MEDIDAS ADOPTADAS: SITUACION DE PRE-CONFLICTO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REPRESION SINDICAL POR PARTE DE LA PATRONAL.

SITUACION: Los empleados de la firma se encuentran trabajando normalmente, existiendo una situación de "pre-conflicto".

ORIGINAL

6. SINDICATO UNICO NACIONAL DE TRABAJADORES DEL MAR Y AFINES (SUNTMA)

LOCAL: CALLE CIUDADELA 1417
MEDIDAS ADOPTADAS: ASAMBLEA NACIONAL DE DELEGADOS.

SITUACION: La Dirigencia de este Sindicato informó a la Mesa Representativa del PIT CNT su propósito de retirarse de las discusiones del DIALOGO SOCIAL, ya que entienden que "permanecer en el, es adornar la POLITICA ECONóMICA DEL GOBIERNO", mientras se siguen despidiendo trabajadores aumentando el desempleo y se siguen gestando ataques a las organizaciones sindicales.

La gremial ha declarado no compartir los conceptos vertidos por el Secretariado Ejecutivo del PIT CNT ya que no reflejan el sentir de este sindicato.

7. CAMARA DE ARMADORES PESQUEROS DEL URUGUAY.

LOCAL: GRAL. CESAR DIAZ 1269
MEDIDAS ADOPTADAS: SE DECLARA EN CONFLICTO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: POR POSIBLE PERDIDA DE FUENTES DE TRABAJO

SITUACION: El conflicto se debe según manifestaciones de

integrantes de la Cámara, al posible riesgo de quiebra por mala administración. Por lo que un grupo se encuentra ejerciendo presiones para que el Gobierno subvencione parte de los impuestos, entre ellos el IVA.

8. SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES (SUNCA)

a. Ocupación de Planta MONOLITICOS BRIGNONI S.A.

LUGAR: Empresa MONOLITICOS BRIGNONI S.A.
MEDIDAS ADOPTADAS: ASAMBLEA Y OCUPACION DE PLANTA.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECHAZO AL DESPIDO DE UN OBRERO. CONTRA IRREGULARIDADES POR EL NO APORTE AL BPS Y ANDA. VIOLACION AL CONVENIO SALARIAL.

SITUACION: El Gremio anunció que la ocupación se prolongará hasta que la patronal responda a sus reclamos. Por su parte la patronal realizó denuncias en los MINISTERIOS DE TRABAJO e INTERIOR.

b. Ocupación de OBRA FEDAL.

LUGAR: GRAL. AGUILAR E/MARTIN GARCIA Y AGRACIADA.
MEDIDAS ADOPTADAS: OCUPACION.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: FALTA DE SEGURIDAD Y DESPIDOS ARBITRARIUS.

SITUACION: Personal de esta Dirección Nacional en carácter de "Observador" y en prevención de incidentes pudo establecer que la ocupación se mantiene en todos sus trminos y que en caso de registrarse un desalojo compulsivo se extendería al CONFLICTO a todo el gremio del SUNCA.

ORIGINAL

c. Paro En Obra ESCUELA BARRIO NORTE (PAYSANDU)

LUGAR: BARRIO NORTE CALLE 32.
MEDIDAS ADOPTADAS: PARO POR TIEMPO INDETERMINADO.
PLATAFORMA REINVINDICATIVA: PROBLEMAS CON CAPATAZ DE OBRA Y EN RECLAMO DE UNA MESA DE NEGOCIACION CON LA PARTICIPACION DEL MINISTERIO DE TRABAJO.
CANTIDAD DE PARTICIPANTES: Diez trabajadores.

SITUACION: Los trabajadores continúan realizando un PARO DE ACTIVIDADES POR TIEMPO INDETERMINADO. Esta medida es a consecuencia de falta de cumplimiento a las órdenes de la Inspección de Trabajo por parte de la Empresa, con respecto a la Seguridad de los Trabajadores. Tambin vienen llevando a cabo la realización de una olla sindical y la instalación de una carpa, en la que permanecen 10 trabajadores sobre la vereda sur de la calle 32.

Según información proporcionada por la OFICINA DE ENLACE DE LA JEFATURA DE POLICIA DE PAYSANDU, el conflicto permanece incambiado, al no haberse llegado a ningún acuerdo en la reunión mantenida el día 3/12 entre obreros y representantes de la Empresa.

D. MOVIMIENTO ESTUDIANTIL.

1. CENTRO DE ESTUDIANTES INSTITUTO DE PROFESORES ARTIGAS (CEIPA).

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LAS MEDIDAS DE SEGURIDAD IMPUESTAS POR EL CODICEN - EN RECHAZO DEL CIERRE DEL INSTITUTO EL PROXIMO AÑO.

SITUACION: El día 26/11 de 09:00 a 20:30 esta gremial realizó un PLEBISCITO INTERNO a fin de conocer la opinión de los estudiantes sobre la REFORMA EDUCATIVA y las MEDIDAS DE SEGURIDAD adoptadas por el CODICEN. Hasta el momento no han surgido informaciones relevantes. Se ampliará.

E. ORGANIZACIONES SOCIALES.

a. DIA DE LOS DERECHOS HUMANOS

Personal de esta Dirección Nacional en carácter de observador en prevención de incidentes instaló un servicio en las inmediaciones de las calles Antonio Rodriguez y Gonzalo Ramirez (Barrio Parque Rodó), con motivo de conmemorarse "EL DIA DE LOS DERECHOS HUMANOS".

En la misma se leyó una proclama para unas 130 personas y hubo un espectáculo artistico, todo lo cual se desarrolló con total normalidad no registrándose incidentes.

F. ORGANIZACIONES RELIGIOSAS.

SIN NOVEDAD.

G. MOVIMIENTO COOPERATIVO

SIN NOVEDAD

ORIGINAL

II. GOBIERNO DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO.

A. ASOCIACION DE OBREROS Y EMPLEADOS MUNCIPALES. (ADEOM).

LOCAL: CALLE CANELONES 1330
MEDIDAS ADOPTADAS: PLENARIO NACIONAL DE DELEGADOS Y ASAMBLEA GENERAL.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REESTRUCTURA. TERCERIZACION. RECHAZO AL SEXTO DIA DE TRABAJO.

SITUACION: La gremial informó a los medios de prensa que el Consejo Ejecutivo de esta Asociación resolvió por mayoría no aceptar la propuesta aprobada por la Asamblea del gremio de expulsar del sindicato a unos 200 trabajadores. Que no se adhirieron a la medida de **PARO GENERAL**, realizado el 21/11 pasado. El dirigente Uberfil HERNANDEZ manifestó que la medida de "EXPULSION" se considera como "no estatutaria".-

III. HECHOS QUE DAN LUGAR A LA INTERVENCION DE ESTA DIRECCION NACIONAL.

a. CONSTANCIA DE SERVICIO

Personal de esta Dirección Nacional se encuentra abocado entre los días 08/12 al 15/12 a brindar Seguridad a la "XXVII Reunión Ordinaria del Grupo Mercado Común", "XIII Reunión

010 9714415

del Consejo Mercado Común" y "Cumbre de Jefes de Estado de los Paises del Mercosur", desarrollándose la actividad central en la sede de su Secretaria Administrativa.-

Además esta Dirección se encuentra abocada a la Seguridad de los Primeros Mandatarios Visitantes de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay, ademas de autoridades y delegaciones de dichos paises durante su estadía en nuestro país.

Asimismo se hace saber que esta Dirección Nacional tiene a su cargo la Seguridad Fisica del Hotel Victoria Plaza.

ORIGINAL

****

9714415

011/011

RESERVADO ARCHIVO

1/3

M. D. N DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	DEPARTAMENTO II	9DIC97	HOJA:
	PEDIDO DE INFORMES:	148/97	

I.-FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION 16DIC97

II.- INFORMACION CONOCIDA:	A.- EVALUACION:
	B.- T E X T O

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA

FECHA 11 / 3 / 98 INICIAL (BY)

Proces[illegible]

OBSE[illegible]

Doc. poco legible.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de [illegible] de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 10/12/97
Nº. 486

III.- INFORMACION SOLICITADA:

IV.- ACCION TOMADA:

V.- DISTRIBUCION: D.G.I.D.

DPTO.II E.M.E.

001/003

9714416
10 DIC. 1997

FIRMA EL JEFE DE LA DIVISION INFORMACIONES D.N.S.FF.AA.

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA. DIVISION INFORMACIONES

CNEL. NELSON H. COITINHO

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION
DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 09dic97
Nº de Identificación 9714416

RESERVADO

Montevideo, 8 de diciembre de 1997.

RESERVADO

1.- MIRYGLOOLOWICZ AYRES Edgar Javier. AUX. DE ENFERMERIA

Fecha y lugar de nacimiento: 14/11/77 Montevideo
C.I.: 3.809.209-1
C.C: BZA 42356.
Domicilio actual: Nueva Era 1308
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Emilio MIRYGLOOLOWICZ (no tiene contacto)
C.I.: C.C.:
Nombre de la madre: Gladys Raquel AYRES PADUA
C.I.: 1.410.648-4 C.C.: BCA 56035
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Nombres de hermanos: Emilia MIRYGLOOLOWICZ

Experiencia anterior:

FECHA 11/3/98 INICIAL
Proces
AUX. ENFERMERIA
Montevideo

2.- OLIVA SOROA Blanca Elizabeth

Fecha y lugar de nacimiento: 27/6/66
C.I.: 1.801.816-4
C.C: BVA 34424
Domicilio actual: Ascasubí 4637
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Nelson OLIVA FERREIRA
C.I.: C.C.:
Nombre de la madre: Catalina Nilda SOROA ALVAREZ
C.I.: 1.195.949-0 C.C.: BVA 21603
Nombre del cónyuge: Elbio Gerardo GONZALEZ RODRIGUEZ (divorciada)
C.I.: C.C.: BUB
Nombres de hermanos:

Experiencia anterior: Vendedora, Control de Calidad.

3 .- PORTO MATA Paula Maria . AUX. ENFERMERIA

Fecha y lugar de nacimiento: 18/10/70 Montevideo
C.I.: 1.683.251-8
C.C: DED 1760
Domicilio actual: Yaguaron 1067/004
Domicilio anterior: La Barra Calle 7 y 8 Dpto de Maldonado
Nombre del padre: Roberto PORTO CHAPARRO (no tiene contacto)
C.I.: C.C.:
Nombre de la madre: Zulma Mireya MATA BERGARA
C.I.: 985.016-3 C.C.: AZA 16590 / DED 1844
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Nombres de hermanos: Maria Jose PORTO MATA
Martin Roberto PORTO MATA

Experiencia anterior:

002 9714416

RESERVADO

RESERVADO

4 .- SUAREZ FERNANDEZ Marta Raquel. INSTRUMENTISTA

Fecha y lugar de nacimiento: 12/11/61 Rivera
C.I.: 1.746.997-2
C.C. BCA 75548
Domicilio actual: Cno. Melilla 6420 Calle 4 Block 12 apto 110
Domicilio anterior: Francisco Gomez 945
Nombre del padre: Doralino SUAREZ VIDAL VIDAL (no tiene contacto)
C.I.: C.C.:
Nombre de la madre: Alba Gladis FERNANDEZ
C.I.: 2.618.102-4 C.C.: GFE 1714/ HAB 28680 / BCA 73148
Nombre del cónyuge: Miguel Angel ROSADO DURAN (separada)
C.I.: C.C.:
Nombres de hermanos: Gerardo Andres Castro Fernandez,
Paula Lia Castro Fernandez
Experiencia anterior: Aux. de Enfermeria y Instrumentista

FECHA 11/3/98 INICIAL 69
Proceso 003/003
Obs.:

9714416

RESERVADO

FI
082

C/F 1/2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Nº 9714418 Montevideo 8 de Diciembre de 1997

Objeto:

T E X T O:

Por el presente solicito a Usted los antecedentes de las siguientes personas, así como también la solicitud de antecedentes a las restantes Agencias Amigas.-
Motiva la presente solicitud por ser Referencia de un Aspirante a Ingreso en ésta Dirección General de Información de Defensa.

Andrea Carolina RODRIGUEZ ROMERO
C.I. Nro. : 2.717.520-0
C.C. Serie: BBB Nro.45.801
Fec. Nac. : 15.10.79 (Maldonado)
Domicilio : Madreselva Nro. 3810 apto. 206
Est. Civil: Soltera

Cesar Eduardo RODRIGUEZ PEREZ
C.I. Nro. : 2.840.245-8
C.C. Serie: BOB Nro. 30.127
Fec. Nac. : 26.12.59 (Durazno)
Profesión : Militar ECEMA
Domicilio : Madreselva Nro. 3810 apto. 206

Anahí ROMERO CAMEJO
C.I. Nro. : 2.538.570-0
C.C. Serie: BCD Nro. 6.356
Fec. Nac. : 17.01.64 (Durazno)
Profesión : D.G.I.D. (Militar)
Domicilio : Madreselva Nro. 3810 apto. 206

Cesar Andrés RODRIGUEZ ROMERO
C.I. Nro. : 2.967.436-1
C.C. Serie:
Fec. Nac. : 28.07.81 (Mdeo.)
Profesión : Estudiante L.M.G.A.
Domicilio : Madreselva Nro. 3010 apto. 206

Juan Antonio NUÑEZ GUICHON
C.I. Nro. : 3.398.919-6
C.C. Serie: PLB Nro. 19.076
Fec. Nac. : 12.11.41
Domicilio : Paraguay 1547 /601
Profesión : Militar (R)

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 10/12/97
Nº. 484

9714418
10 DIC. 1997

Nº 001/002

Sor. Dt.

Sandra Lourdes BRU
C.I. Nro. : 1.558.033-6
C.C. Serie: BAA Nro. 25.211
Fec. Nac. : 11.11.57
Profesión : Odontóloga
Domicilio : Lorenzo Carnelli 919 apto.1

Saluda a Usted atentamente,

P/El Jefe del Departamento III

Tte.Cnel.(Nav.)

Freddy PEREZ RAMOS

002/002

9711418

P.I. 79.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Nº 9714420. Montevideo, 9 de Diciembre de 1997.

Objeto:

T E X T O:

Por el presente solicito a Usted los antecedentes de las siguientes personas, así como también la solicitud de antecedentes a las restantes Agencias Amigas.-
Motiva la presente solicitud por ser Referencia de un Aspirante a Ingreso en ésta Dirección General de Información de Defensa.

Silvana Laura BIANCHI FERNANDEZ
C.I. Nro. : 2.016.550-1
C.C. Serie: BLA Nro.29.759
Fec. Nac. : 09.12.78 (Montevideo)
Domicilio : Valladolid Nro. 3176
Est. Civil: Soltera

Jorge Raúl BIANCHI MEDINA
C.I. Nro. : 1.079.688-7
C.C. Serie: BAA Nro. 17.445
Fec. Nac. : 25.12.46 (Montevideo)
Profesión : Militar Sgto. S.M.A.
Domicilio : Valladolid Nro. 3176

Didia Elzabeth FERNANDEZ FERREIRA
C.I. Nro. : 1.324.241-9
C.C. Serie: BLD Nro. 24.466
Fec. Nac. : 12.10.51 (Mdeo)
Profesión : Ama de casa
Domicilio : Valladolid Nro. 3176

Jorge Eduardo BIANCHI FERNANDEZ
C.I. Nro. : 1.842.912-5
C.C. Serie: BLA Nro. 27.706
Fec. Nac. : 14.06.72 (Mdeo.)
Profesión : Empleado de Emp.Tiempost
Domicilio : Roosveltt 556 (Las Piedras)

Eduardo NICOLINI
C.I. Nro. : 703.120-4
C.C. Serie: BMB Nro. 11.135
Fec. Nac. : 13.10.28
Domicilio :
Profesión : Inspector Mayor (Retirado Policial)

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 10/12/97
Nº. 483

9714420
10 DIC. 1997

001|001

Por El Jefe del Departamento III

Tte. Cnel.(Nav.)

Dev. A.t.

P1081

C/F 1/2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Nº 971442 Montevideo, 9 de diciembre de 1997.-

Objeto:

TEXTO:

Por el presente solicito a Usted los antecedentes de las siguientes personas, así como también la solicitud de antecedentes a las restantes Agencias Amigas.-
Motiva la presente solicitud por ser Referencia de un Aspirante a Ingreso en ésta Dirección General de Información de Defensa.

Ramón Eduardo RAMOS PIRIZ
C.I. Nro. : 1.632.316-1
C.C. Serie: BBP Nro.34.065
Fec. Nac. : 31.10.59 (Mdeo.)
Domicilio : Edil Hugo Prato 2289 apto 6
Est. Civil: Casado

Ramón RAMOS
C.I. Nro. :
C.C. Serie:
Fec. Nac. :00.00.911
Profesión : Fallecido
Domicilio :

María del Carmen PIRIZ
C.I. Nro. :
C.C. Serie:
Fec. Nac. : 00.00.919
Profesión : Fallecida
Domicilio :

Poco legible

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 10/12/97
Nº. 482

Mónica Patricia RAMOS PIRIZ
C.I. Nro. : 2.004.582-6
C.C. Serie: DAA Nro. 41.867
Fec. Nac. :
Profesión : Empleada del Conrad (Hotel)
Domicilio : Edificio Calamanza Parada 19

Ana Magdalena GOYEN NAVAS
C.I. Nro. : 1.795.291-5
C.C. Serie: AXB Nro. 21.636
Fec. Nac. : 21.09.62
Dómicilio : Edil Hugo Prato 2289 apto. 6
Profesión : Enfermera UCM

001/002

9714421
10 DIC. 1997

Dor. X

Mario BAUBETA
C.I. Nro. : 1.113.016-3
C.C. Serie: BCD Nro. 6.940
Fec. Nac. : 30.05.48
Profesión : Contador
Domicilio : Cerrito 681

Enrique ESPETRINI
C.I. Nro. : 398.259-2
C.C. Serie: AZB Nro. 18.855
Fec, Nac. : 05.01.17
Profesión : Comerciante (jubilado)
Domicilio : Pagola 3343 apto. 902

Claudinet BERNET UBIRIA
Domicilio : Br. Artigas 515 apto. 802
Profesión : C/N (R)

Saluda a Usted atentamente,

P/El Jefe del Departamento III

Tte.Cnel.(Nav.)

Freddy PEREZ RAMOS

002/002

9714421

TI 030

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

c/Ficha

Nº 9714422 Montevideo, 9 de Diciembre de 1997.-

Objeto:

TEXTO:

Por el presente solicito a Usted los antecedentes de las siguientes personas, así como también la solicitud de antecedentes a las restantes Agencias Amigas.-
Motiva la presente solicitud por ser Referencia de un Aspirante a Ingreso en ésta Dirección General de Información de Defensa.

Adriana MONTES DE OCA CABRERA
C.I. Nro. : 2.572.363-3
C.C. Serie: CQA Nro.11.354
Fec. Nac. : 20.03.71 (Mdeo.)
Domicilio : Camino Durant 6175
Est. Civil: Soltera

Eulogio MONTES DE OCA
C.I. Nro. :
C.C. Serie:
Fec. Nac. :00.00.921
Profesión : Fallecido
Domicilio :

Celestial CABRERA
C.I. Nro. : 791.925-8
C.C. Serie: BNB Nro. 15.045
Fec. Nac. : 14.04.30 (Lavalleja)
Profesión : Jubilada
Domicilio : Cno. del Andaluz Kmtro. 3

Alicia MONTES DE OCA CABRERA
C.I. Nro. : 2.572.317-2
C.C. Serie: CQB Nro. 7.488
Fec. Nac. : 14.04.67
Profesión : Ama de Casa
Domicilic : Cno. del Andaluz Kmtro. 3

Ariel BARBOZA DEL VALLE
C.I. Nro. : 3.494.173-9
C.C. Serie: BRA Nro. 36.789
Fec. Nac. : 27.04.71
Domicilio : Cno. Durant. 6175
Profesión : Empleado de CYMACO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 10/12/97
Nº. 481

9714422
10 DIC. 1997

Don. A.t-

001/002

Richard DARLING BENTANCOR CANDELARESI
C.I. Nro. : 2.004.791-5
C.C. Serie: CQB Nro. 7.312
Fec. Nac. : 31.01.67
Profesión : Militar
Domicilio : Calle 1 BA SEMINARIO (Toledo)

Luis Alberto CARREÑO CISNEROS
C.I. Nro. : 2.603.181-7
C.C. Serie: BRB Nro. 13.137
Fec, Nac. : 01.06.71
Profesión : Empleado Vinos J. CARRAU
Domicilio : Avda. Cesar M. GUTIEREZ 2556

Gabriel PONTI
C.I. Nro. : 3.028.987-6
C.C. Serie: BCC Nro. 4413
Fec. Nac. : 14.06.71
Domicilio : Estanislao López 4833 apto. 101
Profesión : Empleado TEKNO FAX & Lda.

Saluda a Usted atentamente,

P/El Jefe del Departamento III

Tte.Cnel.(Nav.)

Freddy PEREZ RAMOS

002/002

9714422

Nº. DOCUMENTO 9714423
TITULO Presencia de Sin Tierras en local de la UTAA (Bella Unión)
PROCED 300449
FE 970930
VI 507482
505596
11851
507466

Doc. con fts. poco legibles

01-05

9714423

RESUMEN DE PARTE Nº 15 DE FECHA 30 DE SETIEMBRE DE 1997:

PRESENCIA DE SIN TIERRAS EN LOCAL DE LA U.T.AA.

Un grupo de 7 Sin Tierras realizaron el pasado 20 de setiembre una recorrida por invernáculos petenecientes a la Unión de Trabajadores Azucareros (U.T.AA.) en BELLA UNION.

IVO RIVERO DAVILA "CACAIO" lideraba el grupo, que contó con la presencia de una asesora técnica, Ingeniera PATRICIA SILDA GRIMBER, encargada de recabar "experiencia" para el trabajo que están realizando en el asentamiento.

IVO RIVERO pertenece al asentamiento "LIBERTAD PARA EL FUTURO", establecido en el paraje conocido como "CERRO DOS MUÑOZ" a unos 25 kms. de la frontera con el departamento de RIVERA (URUGUAY), en el cual viven 300 personas (67 familias).

El líder Sin Tierra, durante una de las charlas de las cuales participaban trabajadores y afiliados de la U.T.AA. , manifestó, sobre el arribo a cercanías de nuestro país de sin tierras en el mes de agosto, que aunque no tienen nada que ver con los problemas de URUGUAY, están dispuestos a colaborar con los campesinos uruguayos, ya que el sistema político de ambos países coloca a los dos grupos en "esta situación de lucha".

NICOLAS ESTEVES COLACHO de la U.T.AA. agregó que la noticia sobre una posbile invasión de Sin Tierras a nuestro país fue utilizada por gobernantes uruguayos para distraer la atención sobre los "grandes prolemas" que tienen los líderes políticos uruguayos frente a a los trabajadores rurales y trabajadores en general.

IVO RIVERO manifestó haber estado en TACUAREMBO anteriormente, donde llevó a cabo una experiencia similar a la realizada en esta oportunidad en BELLA UNION.

Agregó que no veía dificultades en poc r hacer y discutir alternativas de trabajo y cruzar "esa pequeña línea imaginaria" y trabajar en conjunto con trabajadores uruguayos.

Al término del discurso, RIVERO expresó el deseo de que sus experiencias le sirvan a todos los trabajadores de BELLA UNION, a la vez que expresó su anhelo de que éstos puedan transmitir sus conocimientos y experiencias en el asentamiento que lidera.

02(A)

9714423

COLACHO manifestó su agradecimiento al Sin Tierra y afirmó querer un "MERCOSUR con integración total, no solo de grandes capitales, sino de trabajadores y de los pueblos para ser, no una unión de trabajadores azucareros, sino una unión de trabajadores de Amércica Latina".

Q7114423

02(B)

Montevideo. 30 de Setiembre de 1997.-

PARTE R. Nº 15

Se complementa información del "PARTE R. Nº 14".

Los Sin Tierra mencionados, pertenecen al grupo denominado **LIBERTAD PARA EL FUTURO**, ubicado en la zona conocida como *Cerro dos Muñoz* a 25 km de Libramento.

El líder del grupo es Ivo RIVERO DAVILA "Cacaio" y su asesora técnica es la Ing. Agr. Patricia SILVA GRIMBER.

En la visita que realizaran el pasado 20. recorrieron invernáculos pertenecientes a la U.T.AA. (Unión de Trabajadores Azucareros) y observaron sistemas de riego.

Se adjunta la transcripción del discurso realizado por Ivo RIVERO DAVILA y Nicolás ESTEVES, durante el transcurso de una de las charlas, con la participación de trabajadores y afiliados a U.T.AA. en su local.

03

0714423

TRANSCRIPCIÓN DEL DISCURSO REALIZADO POR EL SR. IVO RIVERO DÁVILA (CACAIO) LÍDER DEL MOVIMIENTO SIN TIERRA DEL BRASIL Y NICOLÁS ESTEVES COLACIO DE U.T.AA.-

CACAIO: Que pertenece al asentamiento Libertad para el futuro, que está establecido en un paraje conocido como cerro dos Muñoz a unos 25 Km. de la frontera con Uruguay en la zona de Rivera.-

COLACHO ESTEVES: El compañero "Cacalo" nos acompaña y le vamos a dar la palabra para que él exponga para todos ustedes lo que es el movimiento sin tierras del Brasil porque vamos de una charla muy linda muy buena, que nos ha enseñado mucho de lo que está realizando y todavía hay tiempo para seguir intercambiando concepto con estos compañeros.

CACAIO: Buenas tardes compañero "Colacho", buenas tardes a los compañeros que me están escuchando disculpen por mi mal español, nosotros somos del movimiento sin tierra y hace seis años que estamos asentados en "Cerro dos Muñoz" Livramento, y donde vivo antes en una hacienda que son 1.600 hectáreas, que tenían un solo dueño hoy somos 67 familias que vivimos con casi 300 personas entre niños y adultos como llegamos a esto ? después de todo un proceso de lucha junto con los compañeros que pertenecen a nuestra Organización.-

Nosotros estuvimos acampados casi 2 años acampados bajo una lona y fuimos luchando lucha para que esto se completara.-

Quería comentar algo que hace poco se comentó en la prensa sobre los sin tierras que venían al Uruguay para ocupar tierras y los había sido conseguido por grupos similares a los del Brasil.-

Nosotros somos trabajadores Brasileños y luchamos por las tierras en el Brasil y por la reforma agraria que todavía no ha sucedido.-

En Brasil hoy tenemos 30 millones de personas que pasan hambre y 6 millones de trabajadores rurales que no tienen tierras para trabajar es por esos 6 millones que estamos luchando por esa realidad injusta y para que cambie eso .-

Nosotros tenemos presentes que la reforma no se hizo y estamos presionado y luchando para que se realice, digo eso porque nos cuestionamos los sectores Políticos de los dos países y fue preguntado por nuestra venida al Uruguay nosotros no tenemos nada que ver con los problemas del Uruguay pero si vamos a cooperar con ellos porque nosotros tenemos clase y sufrimos porque existe una cuestión política en todo el sistema político de ambos países que nos coloca en esta situación de lucha .-

COLACHO: "Cacalo" yo creo que esa situación se usa acá en el Uruguay como noticia para distraer los grandes problemas que tienen los gobernantes frente a los trabajadores rurales trabajadores en general y seguramente ese fue el fin y no porque en realidad el movimiento sin tierra haya manifestado que quería invadir territorio Uruguayo.-

CACAIO: Incluso nosotros somos victimas hoy de una situación que viven los trabajadores Uruguayos y Argentinos entonces muchas veces el Mercosur que es muy hablado por los políticos empresarios y grandes industriales, seguro ellos se juntan discuten los temas se articulan crean propuestas en beneficio propio y nosotros los trabajadores no lo hacemos pero tampoco ellos nos dejan que lo hagamos entonces queda un poco difícil de poder hacer algo en conjunto ya que somos vigilados muy de cerca.-

971423

Nosotros estamos visitando Bella Unión y vinimos a discutir temas de producción y de intercambio, porque cuando estuvimos en Tacuarembó en esa oportunidad realizamos lo mismo a diferencia que[illegible] en Bella Unión vimos una cosa muy buena que es la Tecnología empleada en el riego de agua y los invernaculos, que pasa que nosotros estamos bastantes atrasados en ese aspecto no contamos con los medios políticos que aquí se cuenta, desconocemos cierta tecnología, por eso que venimos ha hacer una discusión política del tema porque si ellos se juntan porque nosotros no lo podemos hacer y discutir alternativas de trabajo y cruzar esa pequeña línea imaginaria que es la frontera y trabajar en conjunto, nosotros somos un grupo de siete, cuatro mujeres y dos hombres y quien nos acompaña es la Ing.Agr.Patricia SILVA GRIMBER quien es la que va a recabar la experiencia para el trabajo que estamos realizando en el asentamiento.-

Espero que mis experiencias les sirva a todos los trabajadores de Bella Unión, como experiencia y quiero que alguno de ustedes trasmita sus experiencias y sus conocimientos allá con nosotros que tanto necesitamos el apoyo de todos ustedes para ser un mundo más igualitario.-

COLACHO: Nosotros queremos agradecer al compañero "Cacho" y decirle que queremos un mercosur con integración total no solo de grandes Capitales sino de trabajadores y de los Pueblos para ser no una unión de trabajadores azucareros sino ser una unión de trabajadores de América Latina.-

005/005

9714423.

9714423

Nº DOCUMENTO 9714424
TITULO Líderes del MST realizan encuentro
PROCEDE 150029
FECH 971008
VIº BO 507482
505596

PALMEIRA DAS MISSÕES

Líderes do MST realizam encontro

24 8-40

Os 13 principais líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Estado estarão reunidos durante cinco dias em Palmeira das Missões. Na pauta do encontro, que começa hoje a partir das 9h e se estende até o dia 14, estão uma análise da conjuntura política do país, os preparativos do próximo encontro estadual e os futuros passos do movimento. Os coordenadores do MST se concentrarão no Centro Joceli Correa, situado no distrito de Potreiro Bonito, a 10 quilômetros da cidade.

Poco legible

01-01

9714424

Nº DOCUMENTO 9714425
TITULO MST presente em Bolivia en actos homenaje al Che Guevara
PROCEDE 518593
FE 971009
VIA U 507482
505590
113919
507480

XQ1863

R VARBT 10-09 0027
icx mun exg

CHE GUEVARA-BOLIVIA
LOS SIN TIERRA DE BRASIL LAMENTAN NO CUMPLIR OBJETIVOS VISITA

Vallegrande (Bolivia), 8 oct (EFE).- Representantes del Movimiento Sin Tierra (MST) de Brasil lamentaron hoy en esta localidad boliviana no haber contactado con otras organizaciones de ayuda similares, uno de los objetivos de la visita.

La delegación asistió a los actos en homenaje al guerrillero Ernesto "Che" Guevara en las localidades de Vallegrande y La Higuera.

El brasileño Alfredo Da Silva, miembro del movimiento, afirmó que la motivación de la mayoría de los participantes era equivocada, con ánimo turístico y folclórico, y que no ha sido enriquecida con las ideas del "Che".

Da Silva dijo que la intención de la visita de su movimiento a Vallegrande era compartir sus experiencias o incluso unir esfuerzos, pero no encontraron ninguna agrupación semejante que asistiera al evento con ese propósito.

"Uno de los ideales por los que dio la vida el Che era la solidaridad. Nosotros la practicamos y creemos que la mejor manera de rendir homenaje al Che es, por lo menos, tratar de organizarse para extenderla", comentó Da Silva.

Los que participan de su movimiento, según Da Silva, rinden homenaje al "Che" mediante jornadas de trabajo comunitario para ayudar a quienes necesiten de apoyo.

Las canciones y los poemas no están mal, opinó el brasileño al mirar hacia donde se efectuaba el acto de descubrimiento de un busto del "Che" Guevara en La Higuera.

Pero cantar y leer poemas al visitar La Higuera, o acudir a ver la tumba donde lo enterraron, "sólo son cosas simbólicas que no contribuyen en la práctica a mantener vivos los motivos que impulsaron al Che a luchar hasta la muerte, porque no conducen a ninguna acción", afirmó Da Silva. EFE

LC/EB/LPD/PG

10/09/00-14/97

9714425

Nº. DOCUMENTO 9714426
TITULO
PROCEDE 518593
FECHA 971014
VINC 507482, 505596

XY6505

R SUCBT 10-14 00285
icx amt exg ptg

BRASIL-TIERRAS
TRES SIN TIERRA HERIDOS EN ~~ENFRENTAMIENTO~~ CON HACENDADOS

Río de Janeiro, 14 oct (EFE).- Tres militantes del Movimiento de campesinos Sin Tierra (MST) resultaron heridos hoy, en un enfrentamiento con hacendados en el municipio de Mucurici, estado de Espíritu Santo, este de Brasil.

Portavoces del MST informaron de que el enfrentamiento ocurrió en la hacienda Novo Horizonte cuando los propietarios de las tierras y sus guardaespaldas intentaron desalojar a las cerca de 500 familias que ocuparon la hacienda la semana pasada.

El representante del MST en el norte de Espíritu Santo, Juraci Portes de Oliveira, informó de que un trabajador identificado como Siberio Bruno da Silva recibió un disparo en el rostro y Manoel Ramalho Costa fue herido de bala en una pierna.

La tercera víctima del enfrentamiento fue Saturnino Ribeiro dos Santos, quien recibió un corte en la cara y fue trasladado al hospital de Sao Mateus, municipio vecino a Mucurici.

Portes de Oliveira denunció también que los hacendados prendieron fuego anoche el pasto seco de la hacienda, provocando un incendio en el que, según dijo, pueden haber muerto varias personas.

"Hay noticias de que varias personas murieron quemadas pero todavía no tenemos confirmación", manifestó el líder del MST.

Asimismo, Portes de Oliveira responsabilizó de los incidentes al presidente de la Federación de Agricultura de Espíritu Santo, Nyder Barbosa de Menezes, a quien acusó de promover la violencia entre los hacendados.

"El (Barbosa de Menezes), dio una entrevista la semana pasada a una emisora de radio en la que avisó que esto iba a ocurrir", afirmó el dirigente campesino.

EL MST agrupa a unos dos millones de familias brasileñas pobres que reclaman tierras consideradas improductivas para cultivarlas y poder vivir. EFE

JOC/LUL/PG

10/14/23-04/97

Nº. DOCUMENTO 9714427
TITULO Antonio Ermirio de Moraes opina sobre situación económica.
PROC 150018
FE 971030
VI 507482
11161
11392
11320
DOC. ILEGIBLE
9714427
01-04

El Brasil d

La repetición de los datos macroeconómicos del país, no es sólo cosa de los burócratas vernáculos. Es como un eco que repiten diversos voceros de los economistas y políticos de estos *perímetros* del mundo. Son como ondas expansivas que llegan desde la *city*, donde se dan las pautas. Así nos llegó la onda de las dictaduras, las desapariciones masivas, el holocausto de los opositores a los tiranuelos de turno, manejados como marionetas por aquellos tiempos desde la zona del canal de Panamá en cuanto a sus prácticas, y desde el Imperio en cuanto a su ideología. Después llegó el neoliberalismo. El fin de las ideologías, el "hacé la tuya", la colonización no ya de los países por la fuerza, sino la *instauración* de sus "virreyes" mediante el manejo de la opinión pública, a través del casi monopolio de los medios de comunicación. Acá, pese a todo, pese a los enemigos de afuera y de adentro, la corriente progresista aunque no absolutamente izquierdista, ya maneja el mayor municipio del país, todo indica que Canelones y Paysandú pueden cambiar de manos en el futuro y el palacio Libertad, donde irónicamente iba a ser el Ministerio de Defensa Nacional, podría ser ocupado por Tabaré Vázquez. La táctica, para tratar de frenar la avalancha en contra, es usar datos macroeconómicos. Si tú no comés: tranquilo, no hay inflación. Si no tenés laburo: tranquilo, en otros países, aún del primer mundo, hay más parados. Si no tenés un pedazo de tierra para trabajar: tranquilo, este país será de servicios. Bancos para blanqueos de capitales del narcotráfico y otras ilicitudes económicas, esa clase que crece a lo largo y ancho.

Esta fórmula también se maneja en los países hermanos, que lentamente van despertando. O no. Por ejemplo, en Brasil el caballito de batalla ha sido la caída de la inflación. ¿Acá oyéron algún discurso parecido, como que la inflación *"es el impuesto que pagan los pobres"*, etcétera? Pero el vecino norteño, que estratégicamente es un continente dentro de otro —aunque no tan dócil comercialmente ya que Estados Unidos ha designado su gendarme oficial a la *"menem-jina"*, como decíamos en el Brasil—, está quedando bien claro que el drama social, la miseria, tugurización, hambre, desempleo viven la peor crisis de toda su historia. Más allá de los indicadores macroeconómicos, ahora hasta la clase industrial, multimillonaria, tiene voceros que saben que están sentados sobre un volcán que está empezando a hacer erupción. Y que todo el circo, como todos estos circos regionales, se han basado en premisas electorales y en reelecciones.

Y Fernando Henrique Cardoso, sociólogo exiliado político, perseguido por la dictadura militar, que llegó al gobierno en aras de un discurso de justicia social, golpeaba la mesa con la mano izquierda, pero firma las leyes con la derecha. Y sus índices de popularidad empiezan a caer, y esa herramienta que inventó el sistema para seguir sin cambiar nada, vaya que se usó acá, y el último veredicto popular demostró que hay indicadores manipulados, y que la herramienta se vuelve contra el superior gobierno. Hace algunos meses, industriales anunciaron que comenzaba una recesión espantosa del trabajo. Que muchos cerrarían las puertas. Que ciudades y pueblos que dependían de una fábrica para dar trabajo, podrían llegar a convertir a algunas, en poblaciones fantasmas. Ni qué hablar de la reforma agraria, que marcha a *"trancos y barrancos"*, empujada por el Movimiento de los Sin Tierra, reflejo de una colonización feudal de los señores de la tierra, tópicos que tocáramos hace poco tiempo; cuando los cien años del holocausto de Canudos. Y hoy tenemos una voz de la derecha, que condena el proyecto actual, que pide reforma agraria, que elogia a Lula y repudia la falta de políticas sociales del gobierno.

"Una tremenda recesión"

Antonio Ermirio de Moraes, casi setentón, es una referencia —aun mundial, por su cuantiosa fortuna—, que ha merecido capítulos de la revista **Forbes**. Entre otros rubros, es el dueño del grupo Votorantin, que es decir como un Brasil dentro del Brasil. Es incuestionable su opinión, ya que cada vez que desde la izquierda se esgrimen argumentos contra la política brasileña, se dice que es por razones políticas. Se queja de la pobreza, la miseria y la desocupación un multimillonario. Cuando leímos los primeros tímidos reportajes en **Jornal do Brasil**, después en O

02
9714427

mate amargo

e los banq

Globo, más tarde en el Estado de Sao Paulo, percibimos que no era su aislada intervención, sino que formaba parte de un discurso que se completa en un reportaje hecho breve tiempo atrás por la revista Veja, que para muchos constituye una insoslayable referencia. Además, por más datos, fue aliado político del actual presidente. Esta es una recopilación de su pensamiento.

La estabilidad económica

"Que un gobierno, que un estadista, reduzca la acción de su mandato a decir que la estabilidad está controlada con el plan Real, ya no engaña más a nadie. Las personas están oyendo eso hace años. Tenemos un gran desempleo, un crecimiento que no genera renta. Los salarios pararon de crecer. Si el presidente no hace nada por los brasileños va a perder las elecciones. Y todo ello con el agravante de que vivimos una recesión muy grande. No hay trabajo. No se crece lo indispensable para crear plazas de trabajo. Lo veo acá en la Votorantin todos los días, más allá de los datos macroeconómicos que divulgan los economistas del gobierno. Ando por la calle y me vuelven loco pidiendo trabajo. No me piden limosna, me piden ocupación. El gobierno empezó acertando pero ahora viene equivocándose demasiado..."

¿Reelección? "Cardoso pode quebrar a cara"

"Si el presidente cree que tiene la reelección garantizada, me parece que se puede quebrar la cara. Y se lo aviso. El grave problema es que Cardoso lleva tres años de gobierno sin hacer nada en el área social. Reconozco que la inflación está controlada. También reconozco seriedad administrativa que otros gobiernos intentaron pero no pudieron conseguir. Pero es muy poco. Ya pasamos mucho tiempo, por lo menos el suficiente para que se preocupara por áreas —y que son las de siempre, de tiempos inmemoriales la lacra de Brasil, nuestro mayor trauma— como la salud y la enseñanza".

Gestos de simpatía hacia la derecha

"El gobierno federal está pisando la pelota a la carrera y se puede caer. Desprecia las zonas electorales más importantes, por lo menos de su partido, como Minas Gerais y San Pablo. Son los dos colegios electorales que definen las elecciones. Me parecen correctas las críticas que su correligionario Mario Covas, gobernador de San Pablo, le está formulando. Quiero saber dónde se ha visto que el presidente le preste atención y prestigie por dos veces al adversario electoral de su partido, en un estado clave como San Pablo. No da. No cierra. No es un buen comportamiento político. El perjuicio que va a tener el gobierno federal con sus gestos de simpatía para Paulo Maluf (un archiderechista recalcitrante), en vez de prestigiar a Covas, le va a dar un terrible perjuicio, como les dije antes. Covas expresa la frustración de mucha gente. De políticos y empresarios".

¿La reforma agraria?: "sí"

"Es una cuestión a la que el gobierno debería prestarle más atención. La reforma agraria es necesaria e importante. El problema ya no resiste más que vivan empujándolo con la barriga. Tampoco es adecuado dar la tierra y largar a todos sin condiciones de plantar y trabajo respaldado. Para hacer algo serio; se debe hacer el trabajo completo. El gobierno no ve eso. En los casos que da la tierra se limita sólo a eso. Sin preocuparse de que dé sus frutos, que los nuevos propietarios tengan condiciones de trabajo y venta de sus cosechas, además de orientarlos en su producción.

03 9714427

ueros

Pero hay una aclaración que hacer con respecto a lo que declaró el director gerente del Fondo Monetario Internacional Michel Camdessus; de que el gobierno brasileño debe hacer la reforma agraria. Le digo que el FMI no se debe entrometer, aunque lo encuentre justo, eso es tema de los brasileños, no de esos señores".

Banquero contra los banqueros

"En todo lo relativo a la justicia social, el gobierno está en deuda. No ha despegado, no empezó a andar. Y eso pesa mucho en la situación general. Cardoso precisa hacer algo rápido. No quedarse sólo en los discursos, ni en la propaganda, eso ya ha cansado. Existe un solo sector que siempre está de barriga llena y feliz: los banqueros. Los bancos pueden hasta quebrar que el gobierno siempre encuentra el modo de ayudarlos. Otro tanto los industriales, que para no quebrar deben buscar auxilios o socios en el exterior, el gobierno no ofrece ningún tipo de auxilio. Es algo impresionante. Y nosotros que tenemos un banco —en definitiva también soy banquero—, lo tenemos básicamente para administrar las cuentas y aplicaciones de nuestras 96 empresas. No es una institución financiera como las otras. Los bancos tradicionales reciben tantas facilidades, que cuando pienso en el pasado pienso que debería haberme dedicado a eso...".

"La industria nacional desaparece"

"La industria nacional desaparece y eso es ruin. En el corto plazo hasta se quedan con la ilusión de la generación de empleo, porque son creados unos cargos aquí y allá, pero nada de eso pasa. Al mediano o largo plazo, el mercado será manejado, dominado por los extranjeros. Ahí van a hacer lo que quieran, lo que se les ocurra. Pueden ver lo que ya ocurre en el sector de las piezas para autos. Ya no queda una empresa nacional que fabrique autopiezas. Sólo son extranjeras, cobran lo que quieren y hacen mal el servicio. Las empresas nacionales que habían quedado de alguna manera se habían coaligado o fusionado con las extranjeras y así no da. Las puertas se debieron abrir a largo plazo, con los años y gradualmente, no de una hora para la otra. El gobierno debería ser más severo con el propio mercado en relación a las empresas extranjeras. Los grandes países hacen eso. Vean la guerra establecida entre el gobierno americano y el japonés, por el mercado americano de automóviles. Hay de ambas partes proteccionismo que acá no se acepta. Todo acá está abierto de más en cuanto a la industria. Y demasiado rápido. La industria de base del país está siendo extremadamente perjudicada".

"Mi industria extinguió 20 mil empleos"

"Con relación al desempleo, nadie me lo va a venir a negar justo a mí. Mis empresas extinguieron 20 mil empleos. Votorantin tuvo que reducirse y mucho. Eso significa recesión, y le digo más, a largo plazo no habrá forma de expandirse. Sólo en el área metalúrgica perdimos 10 mil puestos de trabajo, son muchos. En la industria del cemento también hubo grandes cortes. Les digo más, para cerrar esta parte del tema: todas las áreas sufrieron reducciones de personal. Esa gente quedó desempleada, no hubo creación de puestos por otros lados. Y si bien venimos recogiendo desde 1990, con el plan Real los cambios fueron mayores y afectaron todos nuestros sectores. La competencia es buena, sólo que el gobierno no dio tiempo para readecuarnos y nos mató. Los trabajadores ya no tienen más crecimiento real del salario, lo que antes les aseguraba una mejoría de vida, no apenas la subsistencia. En la práctica está dejando de ganar, sólo se le repasa la inflación...".

La salud, ¿qué salud?

"Vale la pena ver lo que está aconteciendo con la prevención de epidemias en el país. El gobierno sigue anunciando que no tiene dinero para producir vacunas. No les hablo apenas del sarampión, está la malaria, con apariciones de la dolencia que vienen y van. Y eso con el impuesto que le han infligido al ciudadano, el CPMF, con el que se iba a financiar la mejora de la salud. Todo eso es una vergüenza. Con impuesto y todo, la salud recibe un miserable 2,1 del PIB, en tanto los países desarrollados que tienen muchísimos problemas menos de salud, gastan el 8 por ciento. Los Estados Unidos por ejemplo gastan en salud el 14 por ciento. No sirve para nada tener un impuesto para financiar la salud, si la máquina devora todo en forma avasalladora. Y la Comunidad Solidaria, coordinada por la primera dama Ruth Cardoso, es algo académico por demás. La teoría no es solución para los problemas del Brasil. Tienen buena voluntad, pero... Todo es muy lento. Lo que se precisa es arremangarse la camisa y trabajar. Administrar mejor los fondos y aplicar donde la cuestión es más urgente, de inmediato".

¿Lo que está peor? "La educación"

"En un país de tantos analfabetos, no comprendo cómo el gobierno está tan preocupado con la Universidad. El mayor problema del Brasil está en la enseñanza básica. Es tan obvio, que me da vergüenza tener que decir eso de mi tierra. Está bien que la Universidad debe ser modernizada ¿pero lo demás? Los maestros están muy mal preparados y peor pagos. Se debería hacer un proyecto serio de inversiones para mejorar las escuelas de primero y segundo grado. Y muchos dicen que estoy muy crítico, porque perdí el remate de la privatización de la compañía estatal Vale do Rio Doce. Y es verdad que estoy más crítico. No tengo nada que reclamar de la manera cómo se privatizó, por lo menos en el plano legal. Mi problema fue por el consorcio japonés con el que participé y que reculó a último momento. Yo ya había ido más adelante de lo que podía. Fue todo correcto. Estoy más crítico porque el país está peor".

"Siempre gusté de Lula y Erundina"

"Siempre gusté de Lula y Erundina. El problema es el Partido de los Trabajadores, el PT. Aún no aprendieron que es necesario hacer alianzas y que en política hay que tragar sapos y culebras. Eso para conseguir llegar al gobierno. Por eso no lo veo a Lula como factible presidente. Me parece que, más allá de que se aprobó la posibilidad de que haya reelección, es muy pero muy difícil que Fernando Henrique Cardoso sea electo. De momento no hay ningún candidato con chance. Esto recién comienza, hay cierto revoloteo en torno del cearense Ciro Gomes. Es joven y capaz, pero es demasiado joven para presidir un gigante llamado Brasil. Tiene mucho que aprender. Incluso le daría un consejo: no es bueno ir con mucha sed a la fuente. Y esa onda en torno de Ciro Gomes es porque no aparecen otros nombres. La crisis de candidatos en Brasil es terrible y los que debieran postularse, o no tienen partido o se dedican a triunfar en otros ámbitos más productivos de la vida que la política...".

"El que usa guardaespaldas vive secuestrado"

"Me preguntan por qué sigo andando por las calles sin guardaespaldas. Es que el que usa guardaespaldas vive secuestrado dentro de sus propios pasos. Pierde toda su vida particular, ni qué decir íntima. Además no puedo mudar mi vida, mis costumbres, si eso hiciera dejaría de ser yo mismo. No voy a cambiar mi vida porque haya una cadena de secuestros. Además no hay seguridad que lo salve cuando los secuestradores tienen un buen plan. Si lo quieren secuestrar y son inteligentes y organizados, lo secuestran. No creo que la solución sea andar con dos equipos de fútbol en los talones como hacen muchos banqueros. No sólo no impediría el secuestro, sino que además eso no es vida. El día que no pueda andar normalmente por las calles del país donde he nacido, será la hora de dejarlo. En la situación actual, con los salarios que se le pagan a los policías, el gobierno acaba por perder el control sobre sus propios servidores uniformados. Ahí entra la situación del mercado laboral que está muy complicado por la falta de trabajo. Como la Policía funciona muy mal, sólo sirve para acrecentar los factores de violencia".

La política de hoy... "¡jamás!"

"Cuando hay baches políticos por la falta de nombres, siempre se empieza a especular con nombres de la actividad privada como yo. Equivocadamente ya fui candidato a algo alguna vez. Si bien aparezco en la televisión a cada momento por mis críticas objetivas al gobierno, o me leen en los diarios y revistas donde hasta firmo una columna permanente, en la política de hoy ser candidato... ¡jamás! ¡No seré candidato nunca más y les autorizo a que si cambio de idea me coloquen un chaleco de fuerza y me lleven al manicomio. No soy candidato a nada y no lo seré jamás. Y si mucha gente halla que tengo comportamiento de candidato, es una forma de ayudar a cambiar esta situación trágica que vive Brasil. Quiero crear discusiones, para que este país vuelva a discutir. Sin que unos digan todo sí y otros digan todo no. Para que las personas que pueden hacer cosas, se den cuenta que no las están haciendo. Hay mucha gente buena por ahí que hasta dejó de pensar. Alguien tiene que gritar para que los otros despierten". ■

04-04

9714427

Nº. DOCUMENTO 9714428
TITULO Líderes del MST visita Montevideo.
PROCEDENCIA 150018
FECHA 971002
VIN. L 507482
505596
11851
507466

Doc. en su totalidad poco legible

01-04

9714428

Cuando tenga la tierra

Invitados por los trabajadores de la alimentación, visitaron Montevideo integrantes del Movimiento de los Sin Tierra y el ex prefeito de Porto Alegre Olivio Dutra (PT). Mate Amargo dialogó con Ailton Croda miembro de la dirección estadual del movimiento en Rio Grande Do Sul.

La lucha por la tierra en el país-continente viene de lejos. En el pasado, como en el presente, su posesión desencadenó episodios de heroísmo popular y represión estatal. En su defensa los indios ofrendaron sus vidas. Ese contínuo batallar, con suerte diversa, es recogido por la historia que recuerda, entre otros eventos, la entrega hecha por movimientos como el nordestino, en las primeras décadas del 900, encabezado por el patriota Lampiao.

La creciente concentración —hoy, Uruguay y Brasil son los países que presiden la lista— es un fuerte obstáculo para el desarrollo de políticas productivas.

Algunos datos son elocuentes. El 1 por ciento de los propietarios rurales posee el 46 por ciento de las tierras. Empresas multinacionales disponen de 30 millones de hectáreas y 46 grupos económicos tienen 22 millones. Esta explosiva situación tiene su correlato en 4,5 millones de hombres sin tierra, 8 millones de pequeños propietarios (de 5 a 100 hectáreas) y 100 millones de hectáreas improductivas. A lo que habría que agregar la constante emigración campo-ciudad, uno de los factores que amplía los cinturones de miseria en torno a las urbes. Datos aportados por el Movimiento de los Sin Tierra (MST) destacan que en el medio rural existen 23 millones de trabajadores. Capítulo aparte merecerían las condiciones de vida en el campo. Cualquier indicador que se utilice revelaría —con matices según las regiones— el grado de exclusión que esos contingentes humanos padecen. Tal precariedad impacta, adicionalmente, en la mujer y los niños. Ambos sufren extenuantes jornadas y el machismo reinante obvia cualquier sutileza. El sometimiento de los asalariados y sus familias a la voluntad de los fazenderos no es del todo captado por la sensibilidad de los autores de las telenovelas en boga...

Ailton Croda es hijo de un pequeño productor poseedor de una parcela de 60 hectáreas, a unos 150 quilómetros de Rondiha, municipio de Jóia En aquel asentamiento, que se extiende en 4:198.750 hectáreas, Ailton convive con 233 familias De sus cinco hermanos, dos son mujeres. Todos están casados y uno vive con el padre. La pequeña propiedad no daba y *"no da para sustentarnos,* confiesa. De su trayectoria expresa: *"milité siempre en el movimiento sindical, después en la Pastoral juvenil de la Iglesia Católica. Luego volví al movimiento sindical y de ahí me integré al MST"*

Al igual que en el '92 y '93 hoy es uno de los dirigentes de la dirección estadual de Rio Grande

Brasil agrario

Con las ocupaciones de las estancias Macali y Brilhante —en Rio Grande do Sul—, realizada por 340 familias en 1979, surge el MST. Desde su fundación han ocupado unos 1.200 latifundios —algo más de 7 millones de hectáreas— afincando 150 mil familias. Al momento, 30 mil personas están acampadas aguardando conseguir tierras. Riendóse, Ailton exclama: *"somos los mayores propietarios"*.

Dando cuenta de la heterogeneidad del movimiento, Ailton explicó a **Mate Amargo** que no hay contradicción, a la hora del trabajo conjunto, entre pequeños productores sin tierra y asalariados rurales. *"El asalariado no aspira a conquistar un mejor salario, un pedazo de tierra, sus derechos. Su aspiración es tener un caballo con apero como los fazendeiros. Cuando se integra al campamento comienza a discutir y comprender el porqué de la reforma agraria. En el campamento él define las prioridades. El proceso cuesta ya que se habituó a ser mandado"*.

No obstante ello, surgen dificultades a la hora de implementar el trabajo colectivo. Ailton marca que los contratiempos tienen que ver con factores culturales, educativos. *"Somos individualistas. Cuando la gente va a la tierra cree que conquistó su tierra y eso, en los grupos colectivos, causa algún trastorno"*. Relató que integra un grupo de 16 familias con un grado tal de integración que cada uno sabe cómo produce el de al lado, qué piensa. Aunque cuando llegaron a la tierra *"seis compañeros querían administrar sus parcelas"*.

Lo cotidiano

En un grupo colectivo hay varios sectores. Uno que planta, por ejemplo soja, arroz, etcétera. Otro, *"de agroindustria"*, que hace embutidos, quesos, morcillas, vende carne, y un tercero sobre hortifruticultura. Luego está la cocina colectiva, *"comemos todos juntos"* explicó. *"Tenemos tres formas de trabajo: el cooperativo, el asociativo —familias que se unen, por ejemplo, para comprar maquinaria— y el individual"*.

Como parte del crecimiento y pujanza del MST, en 1992 nace la CONCRAB (Confederación de Cooperativas de Reforma Agraria de Brasil) con el propósito de respaldar lo formativo y apoyar la búsqueda de créditos, particularmente estatales. Este organismo coordinador intenta ser soporte de la comercialización. *"que tiene dificultades"* aclara el dirigente. En el caso de Rio Grande Do Sul, debido a que los asentamientos están bastante distantes (alrededor de 150 quilómetros) unos de otros, los fletes encarecen la comercialización. En cambio en el municipio de Jóia 411 familias crearon una cooperativa regional. *"ahí hay mejores condiciones para la comercialización. La cooperativa central de Rio Grande intenta revertir la situación"*.

En cuanto a las vinculaciones con sus vecinos, en ciertos casos *"son fuertes, sobre todo con pequeños productores. Se sienten fortalecidos con el MST. En Rio Grande se cuenta con una cooperativa de crédito, un puesto de salud, un frigorífico, maquinaria"*.

Luego de acampado, cuando se está asentado, se conquistó la tierra, la gente continúa participando en el MST para fortalecer la lucha.

Aprendizajes

Croda está convencido, no sólo de la justeza de la lucha, sino que la reforma agraria va a beneficiar más a los trabajadores de las ciudades: se van a producir alimentos baratos y se generarán nuevos empleos. Además crecerá la economía municipal. *"Muchas veces el* prefeito (intendente en nuestra organización) *pide asentamientos en sus municipios debido a que genera una nueva dinámica. En Brasil sin reforma agraria no acaba la violencia, la miseria y no hay democracia, hay una farsa muy grande"*.

Dentro del MST hay dos sectores vincula-

"Ustedes no están locos"

La bulla que hizo el gobierno —y sus aliados— por la proximidad de un grupo de los ST que se asentaron a unos 50 quilómetros de la frontera, en una estancia asignada por el INCRA, determinó que el Movimiento se entrevistara en Porto Alegre con Federico Xiviller Vila, cónsul general del Uruguay. Croda partícipe de la misma recordó que el funcionario *"estaba más tranquilo que nosotros. Eso* (la invasión) *hecha no va a acontecer porque ustedes no están locos"*. En carta entregada ese día a Vila el MST aseveró que *"la soberanía nacional es un principio del MST, descartando cualquier actitud que venga a herir ese principio"* y que *"...nuestra acción política en la lucha por la tierra se realiza en territorio brasileño"*. ¡¡Albricias, ahora podremos dormir tranquilos!!.

02

9714428.

9714428

Nº. DOCUMENTO 9714428
TITULO Líderes del MST visita Montevideo.
PROCEDENCIA 150018
FECHA DE 971002
VIN. A 507482
505596
11851
507466

Doc. en su totalidad poco legible

01-02

9714428

Cuando tenga la tierra

Invitados por los trabajadores de la alimentación, visitaron Montevideo integrantes del Movimiento de los Sin Tierra y el ex prefeito de Porto Alegre Olivio Dutra (PT). Mate Amargo dialogó con Ailton Croda miembro de la dirección estadual del movimiento en Rio Grande Do Sul.

La lucha por la tierra en el país-continente viene de lejos. En el pasado, como en el presente, su posesión desencadenó episodios de heroísmo popular y represión estatal. En su defensa los indios ofrendaron sus vidas. Ese contínuo batallar, con suerte diversa, es recogido por la historia que recuerda, entre otros eventos, la entrega hecha por movimientos como el nordestino, en las primeras décadas del 900, encabezado por el patriota Lampiao.

La creciente concentración —hoy, Uruguay y Brasil son los países que presiden la lista— es un fuerte obstáculo para el desarrollo de políticas productivas.

Algunos datos son elocuentes. El 1 por ciento de los propietarios rurales posee el 46 por ciento de las tierras. Empresas multinacionales disponen de 30 millones de hectáreas y 46 grupos económicos tienen 22 millones. Esta explosiva situación tiene su correlato en 4.5 millones de hombres sin tierra, 8 millones de pequeños propietarios (de 5 a 100 hectáreas) y 100 millones de hectáreas improductivas. A lo que habría que agregar la constante emigración campo-ciudad, uno de los factores que amplía los cinturones de miseria en torno a las urbes. Datos aportados por el Movimiento de los Sin Tierra (MST) destacan que en el medio rural existen 23 millones de trabajadores. Capítulo aparte merecerían las condiciones de vida en el campo. Cualquier indicador que se utilice revelaría —con matices según las regiones— el grado de exclusión que esos contingentes humanos padecen. Tal precariedad impacta, adicionalmente, en la mujer y los niños. Ambos sufren extenuantes jornadas y el machismo reinante obvia cualquier sutileza. El sometimiento de los asalariados y sus familias a la voluntad de los fazenderos no es del todo captado por la sensibilidad de los autores de las telenovelas en boga...

Ailton Croda es hijo de un pequeño productor poseedor de una parcela de 60 hectáreas, a unos 150 quilómetros de Rondiha, municipio de Jóia En aquel asentamiento, que se extiende en 4:198.750 hectáreas, Ailton convive con 233 familias De sus cinco hermanos, dos son mujeres. Todos están casados y uno vive con el padre. La pequeña propiedad no daba y *"no da para sustentarnos,* confiesa. De su trayectoria expresa: *"milité siempre en el movimiento sindical, después en la Pastoral Juvenil de la Iglesia Católica. Luego volví al movimiento sindical y de ahí me integré al MST"*.

Al igual que en el '92 y '93 hoy es uno de los dirigentes de la dirección estadual de Río Grande

Brasil agrario

Con las ocupaciones de las estancias Macali y Brilhante —en Río Grande do Sul—, realizada por 340 familias en 1979, surge el MST. Desde su fundación han ocupado unos 1.200 latifundios —algo más de 7 millones de hectáreas— afincando 150 mil familias. Al momento, 30 mil personas están acampadas aguardando conseguir tierras. Riendóse, Ailton exclama: *"somos los mayores propietarios"*.

Dando cuenta de la heterogeneidad del movimiento, Ailton explicó a **Mate Amargo** que no hay contradicción, a la hora del trabajo conjunto, entre pequeños productores sin tierra y asalariados rurales. *"El asalariado no aspira a conquistar un mejor salario, un pedazo de tierra, sus derechos. Su aspiración es tener un caballo con apero como los* fazendeiros. *Cuando se integra al campamento comienza a discutir y comprender el porqué de la reforma agraria. En el campamento él define las prioridades. El proceso cuesta ya que se habituó a ser mandado"*.

No obstante ello, surgen dificultades a la hora de implementar el trabajo colectivo. Ailton marca que los contratiempos tienen que ver con factores culturales, educativos. *"Somos individualistas. Cuando la gente va a la tierra cree que conquistó su tierra y eso, en los grupos colectivos, causa algún trastorno"*. Relató que integra un grupo de 16 familias con un grado tal de integración que cada uno sabe cómo produce el de al lado, qué piensa. Aunque cuando llegaron a la tierra *"seis compañeros querían administrar sus parcelas"*.

Lo cotidiano

En un grupo colectivo hay varios sectores. Uno que planta, por ejemplo soja, arroz, etcétera. Otro, *"de agroindustria"*, que hace embutidos, quesos, morcillas, vende carne, y un tercero sobre hortifruticultura. Luego está la cocina colectiva. *"comemos todos juntos"* explicó. *"Tenemos tres formas de trabajo: el cooperativo, el asociativo —familias que se unen, por ejemplo, para comprar maquinaria— y el individual"*.

Como parte del crecimiento y pujanza del MST, en 1992 nace la CONCRAB (Confederación de Cooperativas de Reforma Agraria de Brasil) con el propósito de respaldar lo formativo y apoyar la búsqueda de créditos, particularmente estatales. Este organismo coordinador intenta ser soporte de la comercialización, *"que tiene dificultades"* aclara el dirigente. En el caso de Rio Grande Do Sul, debido a que los asentamientos están bastante distantes (alrededor de 150 quilómetros) unos de otros, los fletes encarecen la comercialización. En cambio en el municipio de Jóia 411 familias crearon una cooperativa regional. *"ahí hay mejores condiciones para la comercialización. La cooperativa central de Rio Grande intenta revertir la situación"*.

En cuanto a las vinculaciones con sus vecinos, en ciertos casos *"son fuertes, sobre todo con pequeños productores. Se sienten fortalecidos con el MST. En Rio Grande se cuenta con una cooperativa de crédito, un puesto de salud, un frigorífico, maquinaria"*.

Luego de acampado, cuando se está asentado, se conquistó la tierra, la gente continúa participando en el MST para fortalecer la lucha.

Aprendizajes

Croda está convencido, no sólo de la justeza de la lucha, sino que la reforma agraria va a beneficiar más a los trabajadores de las ciudades: se van a producir alimentos baratos y se generarán nuevos empleos. Además crecerá la economía municipal. *"Muchas veces el* prefeito (intendente en nuestra organización) *pide asentamientos en sus municipios debido a que genera una nueva dinámica. En Brasil sin reforma agraria no acaba la violencia, la miseria y no hay democracia, hay una farsa muy grande"*.

Dentro del MST hay dos sectores vincula-

"Ustedes no están locos"

La bulla que hizo el gobierno —y sus aliados— por la proximidad de un grupo de los ST que se asentaron a unos 50 quilómetros de la frontera, en una estancia asignada por el INCRA, determinó que el Movimiento se entrevistara en Porto Alegre con Federico Xiviller Vila, cónsul general del Uruguay. Croda partícipe de la misma recordó que el funcionario *"estaba más tranquilo que nosotros. Eso* (la invasión) *hacía no va a acontecer porque ustedes no están locos"*. En carta entregada ese día a Vila el MST aclaró que *"la soberanía nacional es un principio del MST, descartando cualquier actitud que venga a herir ese principio"* y que *"...nuestra acción política en la lucha por la tierra se realiza en territorio brasileño"*. ¡¡Albricias, ahora podremos dormir tranquilos!!.

02

9714428.

9714428

dos a la educación y a los aspectos políticos-ideológicos. *"El Instituto Técnico de capacitación rural forma técnicos agrícolas. Hay cuarenta días de aula y cuarenta de experiencia. Luego se brinda un curso de segundo grado para cuestiones administrativas; aquí hay cuarenta días de teoría y cuarenta días de práctica. También existe un Centro de Formación que da cursos sobre los porqué de los Sin Tierra, situación del país, su miseria, los compromisos con el FMI del gobierno de Fernando Henrique Cardoso. La gente debe saber que debe mudar las estructuras agrarias para tener una vida digna"*. Ailton fustigó la política sanitaria, educativa y agrícola de Cardoso. En cuanto a la última, informó que el gobierno crea programas para acceder a la tierra. Verbigracia: *"te da un crédito para comprar un pedazo de tierra a otro pequeño agricultor. El primero queda sin tierra y el segundo no tiene créditos ni logra sobrevivir"*. En Rio Grande, 400 mil pequeñas propiedades de hasta 50 hectáreas, producen entre el 50 y el 70 por ciento de alimentos de todo el país. *"Es difícil que sobrevivan sin una política agrícola"*.

Más adelante señaló que un censo del estatal Instituto de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) y de la Universidad brasileña arrojó que los asentamientos de Rio Grande son los que tienen el nivel de vida más igualitario: *"allí 15 por ciento de las familias tiene tractor cuando a nivel nacional tan solo el 2 por ciento dispone de dicha maquinaria. El 60 por ciento dispone de energía eléctrica, en el resto del país el porcentaje no supera el 20 por ciento. El índice de analfabetos es del 7 por ciento, en Brasil es del 35"*. Ailton aclaró que en el Norte existen muchas dificultades debido *"a la mayor concentración de tierras y a que los gobiernos son muy contras"*. Destacó que en los estados de Paraná y Santa Catarina, principalmente en el primero, hay movimientos que no son los ST. *"Son luchas desoladas. Además usan la violencia. Nosotros queremos la reforma agraria sin violencia, aunque nos parece bien que haya movimientos que luchen por ella. El gobierno no quiere la reforma e intenta discriminar al MST y dice que detrás tiene un partido político. Todos los partidos que quieren la reforma agraria nos van a apoyar. Quienes queremos transformaciones vamos a estar juntos"*.

Efectuando algunos comentarios sobre el MerCoSur dijo que *"no hay una integración de culturas, de experiencias. Hay una económica que va a beneficiar a las grandes empresas. Rio Grande va a perder porque Argentina, Uruguay y Paraguay producen más. Producir una tonelada de trigo en Argentina cuesta 103 dólares, en Brasil 206. El MerCoSur trae más desempleo, violencia y miseria. El pueblo no va a mejorar con él. La integración fue pensada por una elite"*, concluyó. ■

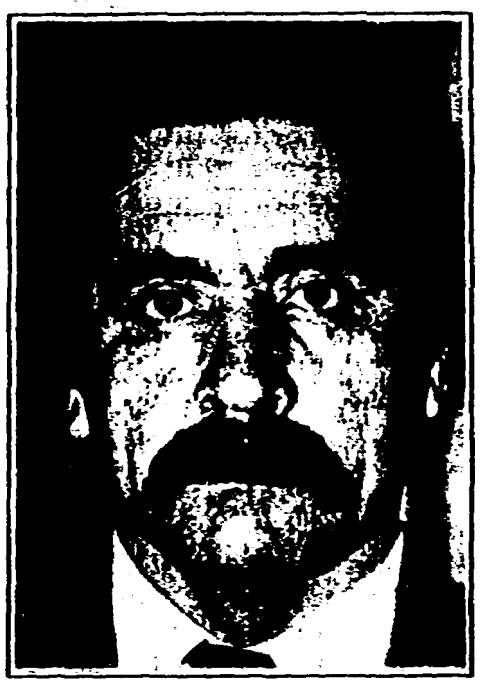
Darío Rodríguez

El programa en pocas palabras

1- Modificar la estructura de propiedad de la tierra.
2- Subordinar propiedad a la justicia social, necesidades del pueblo y objetivos de la sociedad.
3- Garantizar que la producción agropecuaria esté volcada a satisfacer las demandas de alimentación.
4- Apoyar, con precios compensados, créditos y seguros agrícolas a la producción familiar cooperativizada.
5- Llevar agroindustrias e industrialización al interior del país, buscando el desenvolvimiento armónico de las regiones y garantizando la generación de empleos, especialmente juvenil.
6- Aplicar un programa especial para las regiones semi-áridas.
7- Extender tecnología adecuada a cada realidad. [illegible] recuperar, implementando [illegible]da autosustentable, los re- [illegible]esta que garantice mejo- [illegible]ida, educación y cultura [illegible]

9714428

Olivio Dutra: "El problema es ser absorbido..."



En Conventuales, centro de actividades de la delegación del MST, Ailton Croda comentó que en ocasión de una movilización del movimiento hacia Porto Alegre el gobierno federal había ordenado reprimir. La decidida acción del Prefeito, que no era otro que Olivio Dutra, evitó las refriegas.

Olivio, luego de señalar su alegría por estar en Uruguay, comenzó relatando que fue para su partido todo un aprendizaje el dominio del aparato público. *"el aprendizaje en algunos casos fue traumático"*, como sucedió en San Pablo durante la gestión de Erundina.

—¿Como definiría el caso de Erundina?

—Erundina es un gran cuadro del campo democrático popular. No pudimos, ni ella ni nosotros, construir relaciones que armonizaran el papel del gobernante, su relación con el partido y con el movimiento social. No se supo trabajar con las distinciones necesarias. Además tuvo un cerco muy grande de la derecha.

Al no poder recuperar una relación terminó saliendo del partido. En cambio en Porto Alegre inauguramos una experiencia muy importante. Soy el primer prefeito,(89-92) en esta sucesión de prefeitos del PT. Por ejemplo antes de entrar al gobierno entendíamos que el servicio de transporte de pasajeros debía ser estatizado. La municipalidad disponía de una de las 15 empresas que brindaban el servicio. Tratamos de hacer funcionar bien nuestra empresa para luego exigir a los permisarios. De a poco fuimos sacándonos de la cabeza la idea original. Debíamos definir políticas claras y control público. Tuvimos que intervenir 6 concesionarias ya que a los 40 días de nuestra asunción decretaron un lock-out. Eso dio elementos para un mejor gerenciamiento. El desgaste ante la opinión pública fue notorio. Ahí nuestro error fue demorar, aunque fueron muy importantes, las intervenciones Nuestro gobierno se apropió de las formas de gerenciar, de construcción de costos, etcétera. Proceso en donde la ciudadanía participó a través de un consejo municipal del transporte.

Las prioridades fueron el saneamiento y la fiscalización del transporte urbano. Los adversarios aprendieron a respetarnos.

La maquinaria pública hay que hacerla funcionar para beneficio de la ciudadanía. El proyecto neoliberal pone al aparato, la burocracia, al servicio del interés privado. El Estado que tenemos no es el mejor pero puede y debe ser democrático.

—¿El acoso de la derecha no permeó la gestión?(queda pensativo).

—Nosotros de elección en elección aumentamos el porcentaje de votos. El gobierno de San Pablo fue trasparente, participativo. Creó una relación calificada con las comunidades barriales. Fue una propuesta que sanó las finanzas municipales. El saldo fue muy positivo aunque no lo capitalizamos electoralmente. No conseguimos vencer el cerco, seguramente por limitaciones nuestras y por la confusión entre gobierno— partido y viceversa.También por la demanda de los funcionarios sobre la máquina. Había muchas demandas acumuladas para ser solucionadas. Nuestra victoria generó muchas expectativas.

—¿Como actuó la derecha.?

—Endureció su posición en la cámara de ediles. Nunca tuvimos una mayoría, quedando en dificultades para hacer transitar nuestros propósitos.

También hubo un cerco del gobierno federal. Sobre todo en cuanto a los retornos a la municipalidad. El gran empresariado realizaba un discurso terrorista. La disputa ideológica fue muy fuerte. Además San Pablo siempre fue un reducto de la derecha populista. Ahora está Maluff.

Administrar un espacio más grande que un municipio requiere cierta reflexión. En el Estado de Espíritu Santo tenemos problemas. Allí un compañero fundador del PT fue electo en una coalición bastante indefinida. Los problemas no se superaron y el compañero Víctor acabó separándose del partido.

Hay que ver cómo se articula el crecimiento con la institucionalidad. El problema es ser absorbido por ella. Nuestra presencia en el movimiento social tiene que ser calificada, mayor, decidida.

—¿Actualmente como está conformado el PT?

No hay hegemonía de ninguna corriente Prácticamente ha habido un consenso en las cuestiones más críticas. La mayoría, en relación a la minoría ,tiene un 2 por ciento de diferencia. El partido tiene una rica vida interior. Un partido de izquierda, socialista, transformador tiene que tener vida interior y construir sus políticas en el debate. Construir su unidad en la diversidad.

04-04

9714428

Nº DOCUMENTO 9714429
TITULO Creacion Ministerio de Defensa.
PROCEDENCIA 150734
FECHA DE PROCEDENCIA 971025
VINCULACIONES 507482
11163
11302
13065

Definida a criação do Ministério da Defesa

Ainda não há definição sobre estrutura, mas pasta está marcada para operar no segundo semestre de 98

BRASÍLIA — O projeto de criação do Ministério da Defesa sairá do papel a partir do segundo semestre do ano que vem. A decisão foi tomada ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso depois de se reunir, no Palácio do Planalto, com os ministros militares.

Ainda não há definição sobre como será a estrutura do novo ministério. Ontem, foram levadas à mesa duas sugestões. A primeira prevê a criação do Ministério da Defesa, mantendo-se os atuais ministérios militares. A segunda propõe o fim desses ministérios. Para cuidar dos efetivos militares, seria criada a Secretaria das Forças, controlada pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

A segunda proposta foi a que mais agradou ao presidente. Os militares vão se dedicar, agora, a detalhá-la. O encontro de ontem foi a primeira reunião mais ampla para tratar do assunto. Estavam no quarto andar do Planalto, além do presidente, os ministros do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), da Casa Civil, da Casa Militar e da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Faltou o ministro de Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, que está viajando.

Aprovação — A criação do Ministério da Defesa dependerá de emenda constitucional. O governo não considera o assunto problemático e, por isso, pretende resolvê-lo ainda este ano, já que em 1998 será difícil obter quórum para a aprovação de emendas constitucionais. A emenda é necessária porque existe na Constituição a expressão "ministérios militares", nos artigos que tratam da composição dos Conselhos da República e de Defesa Nacional.

TENDÊNCIA É COMANDO FICAR COM CIVIL

Na semana passada, Fernando Henrique havia antecipado que pretendia criar o ministério até o fim de 1998. Na reunião de ontem, definiu que já no segundo semestre a nova pasta estará em funcionamento. A tendência é de que o Ministério da Defesa tenha como titular um civil. O nome do secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, é sempre citado como dono do perfil ideal para o cargo. (T.M.)

O Estado de S. Paulo
25/10/97

Doc. en su totalidad poco legible.

9714429

A pasta da Defesa

24 18/10

O presidente da República anunciou, durante sua visita ao Rio Grande, decisão de grande alcance político. Submeterá o senhor Fernando Henrique Cardoso ao Congresso proposta de emenda constitucional, criando o Ministério da Defesa. Com isso, as atuais pastas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica serão *transformadas em secretarias* ou órgãos correlatos, o que deverá ser detalhado no projeto. Cumpre desde logo observar que há pouco mais de um decênio seria impensável decisão dessa natureza. A tranqüilidade com que ela é agora recebida atesta antes de tudo o grau de consolidação do Estado de Direito no Brasil e o alto nível de profissionalização das Forças Armadas.

Tão relevante quanto o anúncio presidencial foi seu contexto: o das manobras conjuntas com a Argentina e o Uruguai

Com a resolução do Planalto segue o Brasil uma tendência há muito presente nas democracias mais avançadas do mundo e institucionalizada em dois de nossos vizinhos do Mercado Comum do Sul: a Argentina e o Uruguai. Em verdade, já tivemos titulares civis em pastas militares, bastando lembrar, na República, os casos de Pandiá Calógeras no Ministério da Guerra e de Salgado Filho no da Aeronáutica. É de se destacar por outro lado como positivo que a nova estrutura hierárquica em nada alterará a destinação constitucional das Forças Armadas, que é a da defesa da pátria, da garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Assim não terão, como sugerido pelo presidente Bill Clinton em sua recente estada no país, qualquer papel ampliado no combate ao narcotráfico. Deixou claro o chefe do governo que os militares somente darão apoio logístico àquelas ações, aí incluído o empréstimo de aeronaves e o controle de fronteiras, tarefas que aliás já cumprem. O ministro do Exército, Zenildo Lucena, não poderia ter sido mais explícito a respeito, quando afirmou que não quer "recrutas de 19 anos entrando em luta com marginais".

É de se ressaltar ainda que, tão relevante quanto o anúncio de criação da nova pasta, foi o contexto em que isso se deu: as manobras militares conjuntas de Brasil, Argentina e Uruguai nos campos de Saicã, sintomaticamente um amplo treinamento para operações de paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas. Estamos diante de uma extraordinária evolução nesta parte do continente, na qual, anteriormente ao Mercosul, os países se mantinham de costas uns para os outros e de olhos postos em modelos hegemônicos externos. Nossas relações com Buenos Aires, para exemplificar, foram, ao largo de décadas, marcadas por fortes rivalidades, não raro exacerbadas por desconfianças mútuas. Hoje esse espírito de confronto é em definitivo coisa do passado, fato que talvez seja o maior fruto do processo de integração.

02

9714429

24 17/10

Ministério da Defesa será criado em 98

Com a nova pasta, os atuais ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica poderão virar secretarias ou chefias

HUMBERTO TREZZI
Rosário do Sul

O Brasil terá um Ministério da Defesa em 1998. O anúncio foi feito ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em Rosário do Sul (RS), perante os militares que participam das manobras bélicas conjuntas entre Brasil, Argentina e Uruguai. FH, que visitou o campo de treinamento de Saicã acompanhado do presidente uruguaio Julio Sanguinetti, disse que ainda não está decidido se o ministro será um civil ou um militar. O presidente lembrou que a decisão de criar o Ministério da Defesa segue uma tendência no Mercosul. Argentinos e uruguaios unificaram os comandos militares nomeando ministros da Defesa.

Com a criação do ministério da Defesa, os atuais comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica perderão o status de ministérios. Podem se transformar em secretarias ou chefias, algo não detalhado por Fernando Henrique. A mudança depende de um projeto de emenda constitucional, que está sendo elaborado pelo Estado-Maior das Forças Armadas e terá de ser aprovado na Câmara e no Senado, em dois turnos.

A notícia da iminente perda de status ministerial pode não ter soado muito promissora para os 1.400 militares brasileiros reunidos nos lamacentos campos de Saicã, mas o presidente soube agradar aos seus anfitriões de outra forma: Bem de acordo com o figurino, FH chegou ao local das manobras em Saicã empoleirado num blindado M-113 do *Exército Brasileiro*, um carro de 10 toneladas, armado com uma metralhadora anti-aérea. Simulou não notar os solavancos da geringonça e gostou tanto que repetiu a performance na saída. Foi acompanhado nos passeios pelo uruguaio Sanguinetti, pelo governador gaúcho Antônio Britto e por vários ministros dos três países envolvidos nesta segunda edição da Operação Cruzeiro do Sul (nome oficial do exercício bélico multinacional). Empolgado, o presidente brasileiro distribuiu acenos, no melhor estilo de candidato. Foi correspondido com aplausos.

Durante o almoço, Fernando Henrique gracejou com sua própria performance paramilitar, num discurso dirigido ao uruguaio Sanguinetti. "Quando circulei naquele blindado, imaginei nós dois numa guerra, mas só depois vi que era uma manobra de paz". Aproveitando para elogiar o entrosamento entre os soldados brasileiros, uruguaios e argentinos – "nem o idioma é mais barreira, só constatei alegria e cooperação por aqui" – FH ressaltou que as doutrinas militares dos três países se aproximaram. "As Forças Armadas pensam agora o mundo em conjunto, globalmente". E deu um claro recado contra possíveis estímulos a rivalidades fronteiriças. "Hoje treinamos para que não existam mais conflitos e só os mais velhos sabem avaliar o quanto essa mudança é positiva".

BIZ ABRANDO VALENTIM

Solavancos: Fernando Henrique chegou ao local da demonstração num blindado

NIRSON GOMARD/ZH

Manobra de paz: FH (E) e Sanguinetti (D) elogiaram o entrosamento dos soldados

FH e Sanguinetti aproveitaram para negar qualquer intenção de ampliar o papel das Forças Armadas no combate ao narcotráfico, sugerido pelos norte-americanos. "Os militares só darão apoio logístico, como empréstimo de aviões ou controles de fronteira, coisas que aliás já fazem", enfatizou o presidente brasileiro. O ministro do Exército, Zenildo Lucena, foi mais explícito. "Não quero recrutas de 19 anos de idade *entrando em luta com marginais*", sintetizou o ministro.

A passagem de Fernando Henrique por Rosário do Sul foi rápida, mas compensou sua ausência na primeira edição da Operação Cruzeiro do Sul, realizada há um ano em Monte Caseros (Argentina) – quando o mau tempo impediu sua visita e um encontro com o presidente argentino Carlos Menem. FH e Sanguinetti desembarcaram de seus respectivos helicópteros às 13h, diretamente no campo de treinamento de Saicã. A Argentina estava representada pelo vice-ministro da Defesa, Jorge Pereira Olazabal. Menem não pôde participar das manobras porque ficou em Buenos Aires, recepcionando o presidente norte-americano Bill Clinton.

A primeira aparição pública dos presidentes brasileiro e uruguaio foi dentro do blindado M-113. Dali, a comitiva seguiu para o meio de um lamaçal, local escolhido para simular uma ação bélica das forças dos três países, agindo em nome da Organização das Nações Unidas.

Os militares tinham ensaiado durante uma semana, mas nem tudo saiu como o esperado. Mais de cem pára-quedistas dos três países saltaram de forma simultânea atrás de supostas linhas inimigas. Um show aplaudido com entusiasmo pelos presidentes. O problema é que o vento levou as tropas para trás dos alvos que seriam destruídos com tiros de canhões. O resultado é que um dos atos mais esperados da manobra, uma barreira de disparos feitas por blindados dos três países, acabou cancelada. Os militares ficaram com medo de que os disparos matassem seus próprios colegas situados próximos aos alvos. Os presidentes tiveram de se contentar com o desembarque de soldados de helicópteros, outra ação espetacular.

FH e Sanguinetti cumprimentaram escolares, distribuíram apertos de mãos aos soldados e deixaram o campo de Saicã às 16h, não sem antes desfrutar de um requintado almoço. Os presidentes e oficiais superiores dos três países provaram musse de salmão com linguado, filé de gado ao molho de finas ervas, arroz com amêndoas, creme de espinafre e, como sobremesa, pêra ao vinho. No discurso de despedida, Fernando Henrique não resistiu a uma velha piada dos quartéis, uma bem-humorada provocação aos anfitriões do Exército. "A refeição estava excelente, quase alcança a servida na Marinha". Foi novamente aplaudido. De Saicã, FH viajou para Uruguaiana, onde fica até as 10h de hoje.

03-03

9714429

Nº DOCUMENTO 9714430
Ajuste Brasileño y las repercusiones en nuestro país
A. EFE
23/11/97
11161
11392
Política fiscal.
50702
11051
50766
DP1232
R ECOBT 11 23 00342
icx sur

URUGUAY-TURISMO
BRASILEÑOS CANCELAN RESERVAS A URUGUAY TRAS AJUSTE FISCAL

Montevideo, 23 nov (EFE).- Numerosos turistas brasileños cancelaron sus reservas para viajar a Uruguay en las próximas vacaciones del verano austral a consecuencia del ajuste fiscal decidido en ese país, de acuerdo con lo informado hoy, domingo, de fuente oficial.

El Ministro de Turismo de Uruguay, Benito Stern, sostuvo en una entrevista que publica hoy la revista especializada en economía "Guía Financiera" que las medidas restrictivas impuestas por el gobierno de Brasilia, especialmente la multiplicación de los costos de la "tasa de embarque" para los viajeros, han sido la causa de esta decisión de los turistas.

Los viajeros brasileños han cancelado sus reservas para el verano y ello disminuirá las previsiones de ingresos de divisas.

En Uruguay, el turismo constituye la segunda fuente de ingresos anuales, después de las exportaciones tradicionales de carnes y lanas, la principal producción del país.

Stern reconoció que oficialmente se habían iniciado contactos ante el Gobierno del presidente Fernando Henrique Cardoso a fin de que se revise "el excesivo aumento de la tasa de embarque de los aeropuertos".

Pese a la caída que registrará el mercado brasileño para el turismo uruguayo, el ministro Stern anticipó una "buena temporada" veraniega.

Informó de que durante el verano austral llegarán a Montevideo 70 cruceros de lujo al país, un verdadero récord de frecuencias, en razón del interés en el hemisferio norte por el turismo hacia esta zona.

Agregó el ministro que habrá un aumento entre el 4 y 7 por ciento de turistas en comparación con el verano anterior, por lo que se prevé un aumento del gasto de los extranjeros entre un 5 y un 8 por ciento más que en 1996-97.

Para Stern, la situación económica en Brasil no causará grandes cambios de parecer en los viajeros fronterizos, que tienen planificado viajar a Uruguay por vía terrestre.

"Serán los turistas provenientes del norte brasileño los que suspendan sus viajes a nuestro país y a otras partes del mundo, fundamentalmente para no tener que pagar el elevado impuesto de embarque aéreo", dijo Stern. EFE
apl/chs/jmc

11/23/15-25/97

Doc en su totalidad poco legible.

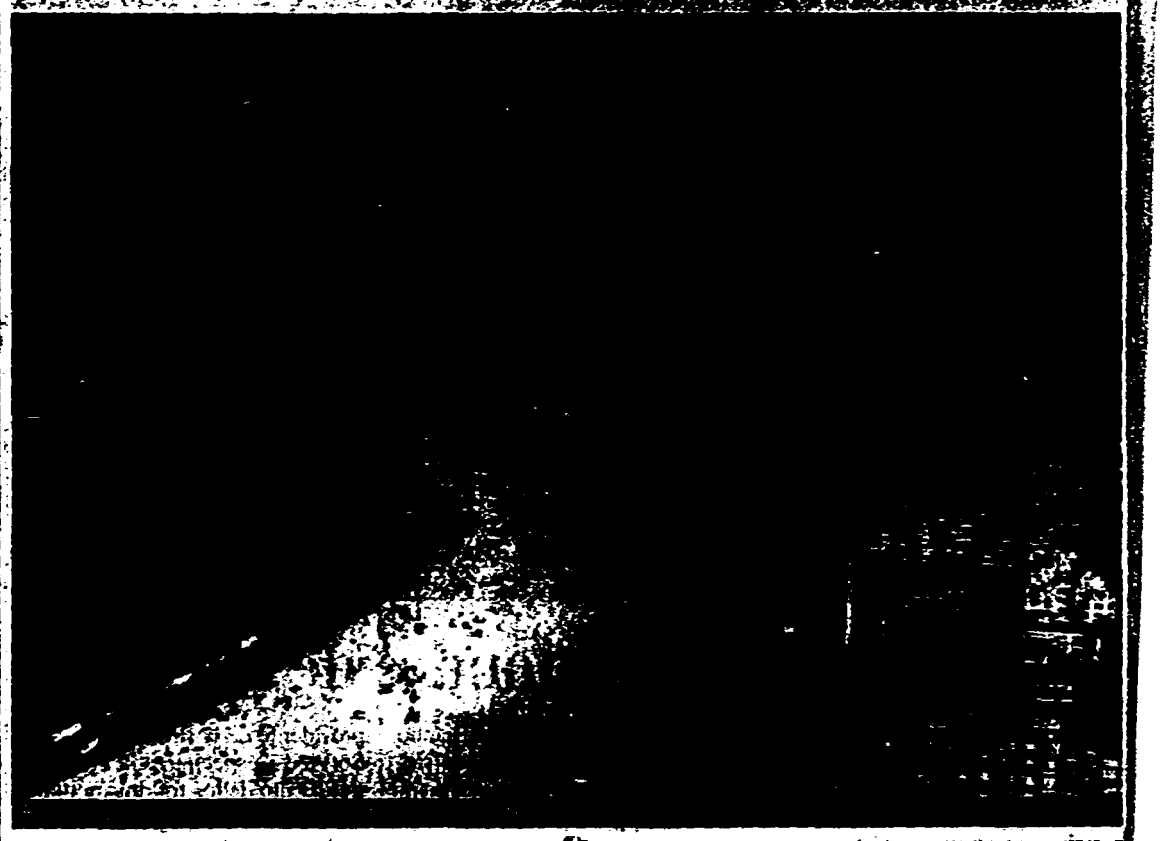
01-08

9714430

MAS CONSECUENCIAS DE LA CRISIS FINANCIERA REGIONAL

Suba de tasa encarece turismo a Brasil

Los turistas deberán pagar US$ 90 en los aeropuertos brasileños debido a la política de ajuste; las agencias uruguayas temen cancelaciones masivas



Las agencias de viajes y turismo temen que pueda haber una caída en la venta de pasajes a las playas brasileñas para la próxima temporada, como consecuencia de la fuerte suba dispuesta por el gobierno brasileño a la tasa de embarque en los aeropuertos.

Brasil es el destino elegido por miles de turistas uruguayos y generalmente a esta altura del año las agencias comienzan a promocionar sus "paquetes" de temporada alta. Sin embargo, la posibilidad de que la tasa de aeropuertos suba desde los actuales US$ 18 hasta US$ 90, ha traído incertidumbre al mercado y se ha postergado la definición de precios hasta que el panorama esté más claro.

Se analiza la posibilidad de que los turistas del Mercosur tengan un tratamiento preferencial

Hay versiones de que los turistas provenientes del Mercosur podrían gozar de un régimen diferencial, pero el tema aún es objeto de discusión en Brasil. El incremento de la tasa está incluido en las medidas de ajuste fiscal decididas luego de la crisis de los mercados financieros.

Ayer el canciller brasileño, Luiz Felipe Lampreia, dijo que "esa tasa de embarque deberá ser pagada por todo el mundo que sale de un aeropuerto brasileño, sean ciudadanos de Brasil o turistas extranjeros". El ministro admitió que la medida tendrá "un impacto negativo" en los flujos turísticos hacia su país.

Sin embargo, el presidente de Embratur (Ente Brasileño de Turismo) había asegurado a funcionarios argentinos que el gobierno de Brasil estudiaría exceptuar a argentinos, paraguayos y uruguayos del incremento de la tasa.

DUDAS Y TEMORES

En el sector turístico uruguayo, en tanto, la incertidumbre y la confusión son la tónica del momento.

En un primer análisis las agencias estiman que los destinos del sur brasileño como Camboriú, Torres y Florianópolis *pueden ser los más afectados*, considerando que son los que atraen a un público de clase media, normalmente más atento al factor precio. Sin embargo, estos balnearios podrían de todas maneras ver amortiguado el impacto dado que se llega a ellos también por la vía terrestre, que normalmente es por lo menos US$ 100 más barata que la aérea.

Respecto al nordeste brasileño, como las ciudades de Bahía, Maceió, Recife y Fortaleza, las agencias consultadas creen que pueden sufrir con más intensidad la competencia de los puntos turísticos del Caribe en caso de aplicarse el incremento de la tasa. En este sentido, un operador mencionó que en enero los paquetes turísticos a Bahía cuestan alrededor de US$ 600 y que, si a esta cifra se le suman US$ 90 del gravamen, se sentiría más fuertemente la competencia de isla Margarita (Venezuela), destino que se comercializa a unos US$ 765.

De todas formas, quienes viajan al nordeste brasileño normalmente tienen un poder adquisitivo mayor al de quienes lo hacen al sur, lo que puede reducir la incidencia del incremento de la tasa.

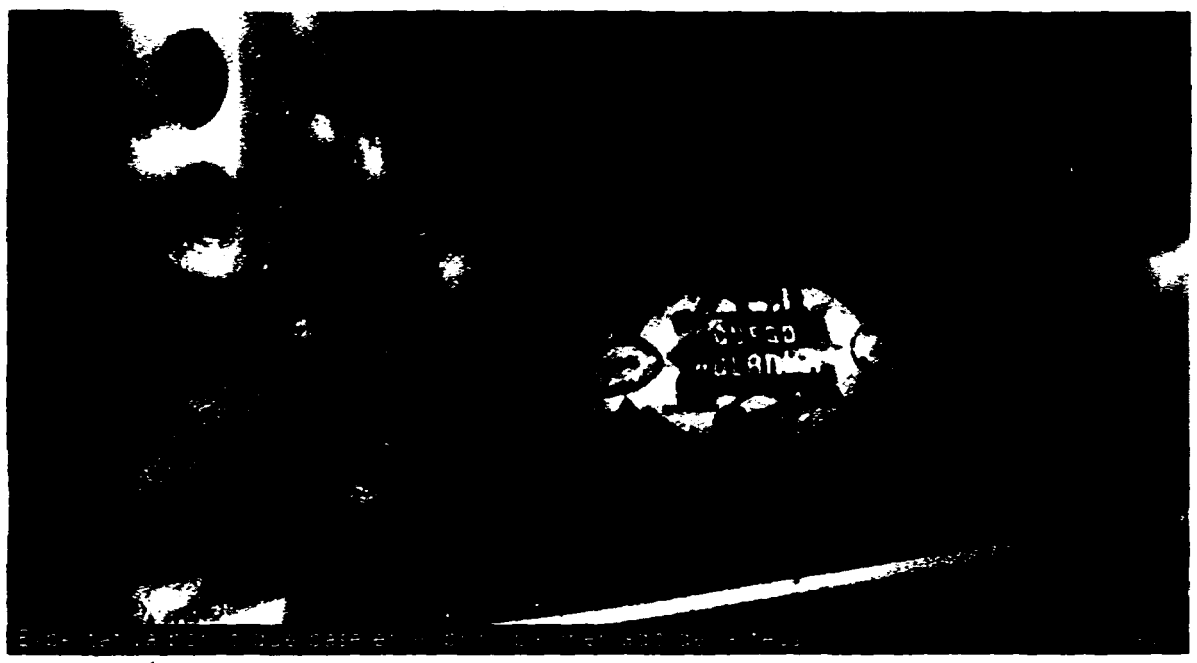
"Los agentes mayoristas se están estudiando unos a otros para ver qué sucede", dijo un vendedor. "Por otra parte, muchísimos clientes están consultando y muchos seguramente van a desistir de viajar", agregó.

9714430

■ LA SITUACIÓN FINANCIERA DEL PAÍS NORTEÑO

Preocupación en exportadores a Brasil

Aunque todavía no hay efectos concretos por la suba de intereses en Brasil se teme por una reducción en el consumo que pueda afectar la venta de productos alimenticios



POR LEONARDO BOLLA
de la redacción de EL OBSERVADOR

Los principales sectores agropecuarios exportadores hacia Brasil consideran que las medidas de ajuste fiscal del gobierno del presidente Fernando Henrique Cardoso, en caso de causar una retracción del consumo, afectarán las colocaciones uruguayas de lácteos, carnes y granos, coincidieron operadores de diferentes rubros consultados por *El Observador*.

El directivo de la Cámara de la Industria Láctea del Uruguay (CILU), Julio César Cabrera, afirmó que la estabilidad de la economía brasileña es motivo de permanente estudio por parte de la gremial, aguardando las anunciadas medidas de ajuste fiscal para cumplir con los objetivos económicos por parte del gobierno brasileño. Agregó que al producirse una recesión también se concreta una baja en el consumo de la población, lo que en el caso de los productos lácteos seguramente será atenuado por las características de la producción de alimentos que en estas situaciones tienen mayores posibilidades comerciales que el resto de los sectores industriales.

A pesar de las dificultades de la macroeconomía en el vecino país las empresas lácteas uruguayas seguirán presentes en el mercado norteño con una fuerte competencia que significa un lugar destacado principalmente en los estados de Santa Catarina y Río Grande, puntualizó Cabrera.

Identificó como la mayor preocupación del complejo lácteo local en el comercio con Brasil a las medidas unilaterales adoptadas por los gobernadores de dichos estados en favor de los grupos de productores e industriales que no compiten en el Mercosur –como es el caso de la lechería– con medidas restrictivas para las importaciones.

El directivo de la gremial industrial calificó como un adelanto el compromiso asumido por el canciller norteño Luiz Felipe Lampreia en el sentido de gestionar la derogación de los decretos

La principal preocupación de la industria láctea son las trabas locales

de los gobiernos de Santa Catarina y Rio Grande que gravan las importaciones de lácteos y reclamó igualdad de condiciones con los industriales brasileños.

Cabrera demandó que las máximas autoridades del gobierno uruguayo intervengan ante sus homónimos brasileños para que los gobernadores revoquen las resoluciones que establecen recargos de 12% por ejemplo para la leche larga vida.

Por su lado, el presidente de la Sociedad de Criadores de Holando Walter Stainninger, que acaba de retornar desde la Expo Milk en San Pablo, advirtió que este año se observó menor interés para la importación de ganado de la raza comparado con el pasado cuando las colocaciones en el mercado brasileño superaron las 16.000 cabezas. Adjudicó esta retracción al actual panorama de la lechería en Brasil donde en la cuenca tradicional de San Pablo y Río el precio de la leche cayó de US$ 32 centavos hasta los US$ 25 centavos actuales con costos productivos superiores que los existentes a nivel local. Se ha estabilizado el consumo y aumentó en el orden de 15% la producción lechera, estos factores permiten proyectar que en el futuro se volverá menos fluida la demanda por el ganado Holando uruguayo, acotó Stainninger.

COLOCACIONES AFECTADAS

El directivo de la Gremial de Molinos Arroceros Jaime Cardoso manifestó que la coyuntura económica norteña se analiza con mucha atención y admitió que habrá consecuencias de confirmarse una retracción del consumo. Añadió que en la actualidad es difícil que haya repercusiones, aunque advirtió que la situación de Brasil es comprometida ya que una eventual caída en el consumo sin dudas afectará las exportaciones uruguayas a principio de la próxima zafra en marzo.

Para el presidente de la Asociación de la Industria Frigorífica (ADIFU) Jorge Barrios toda medida que signifique restricciones del consumo puede afectar las importaciones en la reducción de los volúmenes o de los precios.

Las interrogantes pendientes

Es factible que la próxima semana Fernando Cardoso anuncie las medidas de ajuste fiscal con que buscará dar tranquilidad definitiva a los operadores económicos. Hasta ahora lo único concreto es la suba en las tasas de interés

El impacto de las tasas de interés en el consumo de alimentos y cuánto tiempo permanezcan en vigor son los elementos más importantes para evaluar cuánto impacten en las exportaciones de Uruguay. Aunque es claro que las tasas de interés y el nivel de consumo guardan relaciones inversas, el impacto del aumento de las tasas recientemente decretado es más difícil de pronosticar para los alimentos. Es obvio que las compras a crédito se verán resentidas, pero no es claro que eso vaya a suceder con el consumo de alimentos.

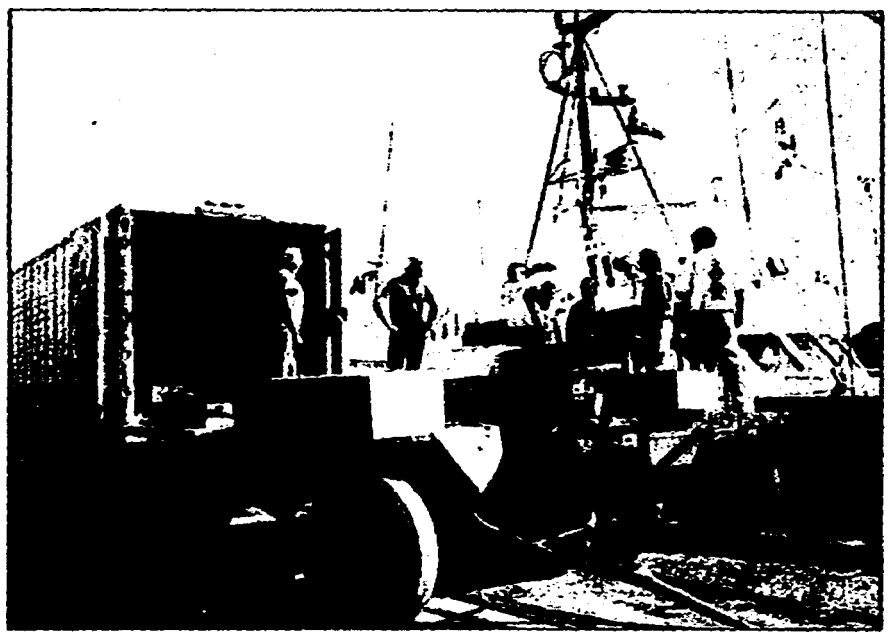
Brasil precisa equilibrar su balance de cuenta corriente y puede tomar medidas que limiten genéricamente las importaciones como ya lo ha hecho a mitad de este año.

La abrupta devaluación del real que tendría un efecto devastador sobre el agro uruguayo tiene 9% de suceder este semestre según resulta de una reciente encuesta de economistas.

9714430

Textiles comenzaron a sentir impacto del ajuste brasileño

Los industriales textiles uruguayos ya han comenzado a sentir el efecto de las medidas de ajuste fiscal adoptadas por el gobierno de Brasil la semana pasada, que pronunció la desaceleración de las exportaciones hacia ese mercado, ya desalentadas por las restricciones al crédito.



Las exportaciones textiles uruguayas se resintieron aún más por las medidas de ajuste fiscal, según afirman los empresarios del sector.

El drástico ajuste fiscal dispuesto por el gobierno brasileño, que busca obtener un ahorro fiscal de U$S 18 mil millones con la reducción de gastos y el aumento de varios impuestos, comenzó a tener los primeros efectos recesivos sobre la economía del vecino país, que se trasladaron sobre algunos sectores exportadores uruguayos, entre ellos el textil.

El presidente del sector algodón de la Asociación de Industriales Textiles del Uruguay (AITU), Norberto Cibils, dijo que "ya han empezado a disminuir las exportaciones del sector hilandería y tejidos de algodones sintéticos", lo cual es un fiel reflejo de la etapa recesiva que acusan haber ingresado los industriales brasileños de este sector, según consignó.

En declaraciones a **LA REPUBLICA**, el representante industrial consignó que la situación se torna cada vez más complicada a raíz de las medidas de ajuste que, en algunos casos ya comenzaron a ser ejecutadas por Brasil. En tal sentido, consignó que "es preocupante, porque hemos tenido varios golpes ya por ese lado —refiriéndose a Brasil—, aludiendo a las restricciones a la financiación de importaciones dispuestas por el Banco Central brasileño en abril pasado, que ya habían ocasionado perjuicio sobre este rubro en especial.

Si bien aún resulta prematuro especificar cifras sobre el primer impacto de las medidas de ajuste del mayor socio comercial de Uruguay, como también el efecto negativo que esto tendrá sobre el empleo en el sector,

Cibils estimó muy probable que las exportaciones hacia Brasil continúen bajando en los próximos meses.

Según cifras de la Cámara de Industrias del Uruguay, las exportaciones del sector alcanzaron los U$S 33,8 millones en 1996, de las cuales el 60% tuvieron como destino a Brasil.

Paralelamente, el dirigente de AITU anunció además que entre el martes y miércoles próximo tendrá lugar en Montevideo la reunión del Subgrupo N°7 del Mercosur —que atiende los aspectos referidos al sector textil—, oportunidad en la que se analizará la situación de esta rama industrial a nivel regional. Consultado por la posibilidad de que se plantee en esa instancia una eventual demanda de compensaciones que permitan palear los efectos de una previsible caída de la demanda de Brasil,

Cibils señaló que "cualquier medida tendiente aumentar la competitividad de Uruguay frente al mundo será siempre bienvenida", aunque no está previsto abordar una decisión grupal en torno a la problemática brasileña.

9714430

POR AHORA NO SE REPROGRAMARON...

Brasil pone en jaque el sector automotor

Las empresas uruguayas que exportan al país vecino temen que haya un impacto negativo como consecuencia de las medidas de ajuste; en Argentina ya suspendieron la producción

La industria automotriz de la región comenzó a sentir el impacto de la retracción del consumo en Brasil como consecuencia de las medidas de ajuste. El mercado brasileño es el destino de la mayor parte de la producción regional, y en Argentina las empresas ya reprogramaron a la baja sus planes de producción.

En Uruguay, donde tras una recesión de dos años la industria retomó su actividad en base a las exportaciones, no hubo cambios en la planificación de exportaciones, pero las empresas observan con nerviosismo el momento actual y dan por descontado que la prolongación de una crisis brasileña tendrá derivaciones en la industria automotriz uruguaya.

El mercado brasileño es el principal destino del modelo utilitario Renault Express

El cronograma previsto para la exportación a Brasil de los vehículos utilitarios Renault Express fabricados en la planta nacional Nordex que comenzará en enero no ha sufrido hasta el momento modificaciones.

Está previsto a partir de enero próximo el envío a Brasil de 400 unidades mensuales, cuyo precio FOB (sin costo de impuestos y flete) ronda los US$ 10.000 y hasta el momento los planes previstos no han sufrido modificaciones, dijo a *El Observador* el directivo de la Cámara de Industriales Automotrices del Mercosur, Oscar Ramos. El directivo de la gremial dijo que el número de unidades exportadas de este modelo (que ya se vende a Argentina) puede eventualmente llegar a reducirse pero que es muy difícil que la corriente exportadora planificada se cancele.

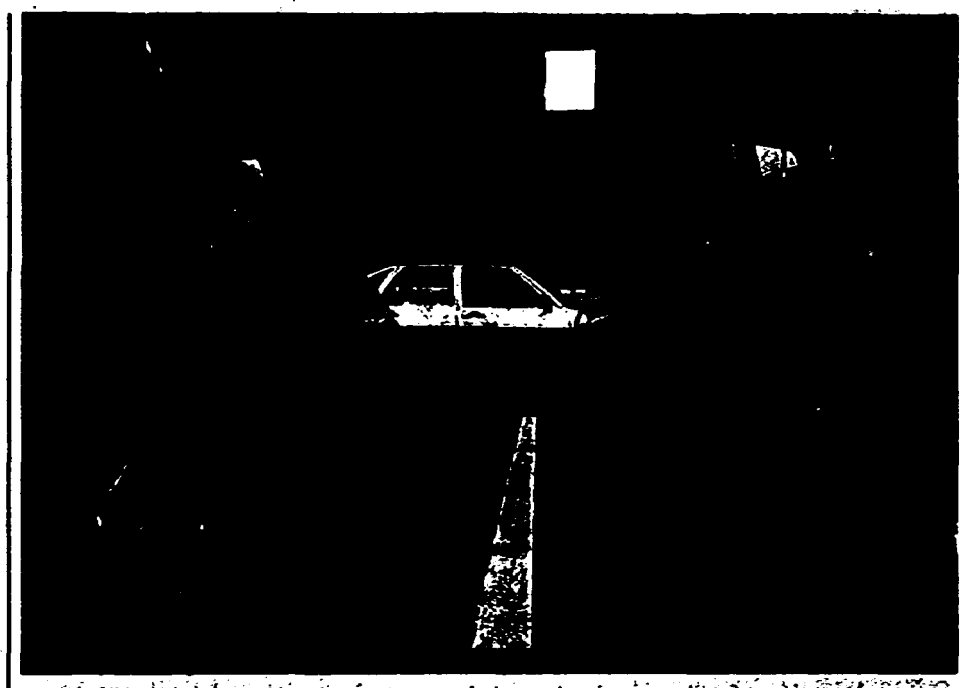
UN ESCENARIO MUY DISTINTO

Ramos admitió, sin embargo, que la retracción de la demanda brasileña afectará sin duda a las exportaciones automotrices uruguayas.

"El cronograma se diseñó en otro escenario muy distinto aunque hasta ahora no ha sufrido modificaciones. Renault tiene tomada la decisión estratégica de estar presente en el mercado brasileño con estos vehículos utilitarios aunque la situación brasileña se va a reflejar fatalmente en el sector industrial automotriz uruguayo. Es demasiado pronto para hacer estimaciones más precisas", consideró.

Ramos dijo que en inciden tres factores en forma negativa: el carácter recesivo del ajuste brasileño, el incremento de los tributos que gravan los autos y la suba de las tasas de interés.

"Los autos se han encarecido ya en Brasil cerca de 5%. Las terminales brasileñas están desacelerando ya su producción porque se prevé una caída en las ventas de alrededor del 40%", aseguró.



La industria automotriz uruguaya emplea directamente a unas 1.000 personas, luego de la reapertura de la ex planta de Sevel en Paso Carrasco, ahora a cargo de la firma Oferol (arma modelos Citroen) y del acondicionamiento de la planta donde se montan las Renault Express.

Antes de la crisis regional, los empresarios del sector manifestaron su confianza en el sentido de poder llegar a un nivel de 14.000 coches exportados por año.

IMPACTO EN ARGENTINA

La empresa automovilística estadounidense Ford puso en marcha ayer un plan de reducción de la producción de su fábrica de Argentina, en previsión de que caerán sus exportaciones a Brasil.

La producción de automóviles medianos "Ford Escort" permanecerá suspendida durante 15 días, indicó la empresa.

La planta de Ford en la ciudad de Pacheco, a 40 kilómetros al noreste de Buenos Aires, produce unos 500 Escort a diario, entre otros vehículos.

Se estima que el drástico plan de ajuste económico puesto en marcha por las autoridades brasileñas reducirá las ventas de vehículos en ese país en un 44%.

La compañía italiana Fiat, por su parte, anunció que su fábrica argentina cerrará sus puertas durante cinco semanas, a partir del 12 de diciembre próximo, lo cual supondrá la suspensión de 4.500 trabajadores.

Las dos primeras semanas de cierre serán computadas como vacaciones de los trabajadores, cuyos salarios se reducirán durante las otras tres restantes.

La medida afecta la producción diaria de 400 vehículos pequeños Palio y medianos Siena que salen de la fábrica de la Fiat situada en la localidad de Ferreyra, (provincia de Córdoba).

Temen que las ventas de autos en Brasil disminuyan hasta 44% sobre las previsiones

La fábrica de cajas de cambio Transax Argentina, que pertenece a la multinacional alemana Volkswagen, también anunció un plan de suspensión de la producción que durará desde la semana próxima hasta diciembre.

Por su parte, la francesa Renault que cuenta con una fábrica en la localidad cordobesa de Santa Isabel, ha reducido una parte de su producción.

05

9714430

XA6258

R ECOBT 11-07 00200
sur icx

URUGUAY-BRASIL
INDUSTRIALES PEDIRAN COMPENSACION POR AJUSTE BRASILEÑO

Montevideo, 7 nov (EFE).- La Cámara de Industrias de Uruguay pedirá al gobierno de su país que decida "medidas compensatorias" para las exportaciones, en el caso que se prolongue el ajuste fiscal en Brasil, principal comprador del país.

El presidente de la CIU, Diego Balestra, declaró a la prensa que la situación interna de Brasil hace temer un retroceso en el sector exportador de Uruguay.

Balestra entendió que los rubros agroindustriales no tendrán un impacto negativo, pero destacó que los textiles, con un alto componente de mano de obra agregada, y el sector automotriz sufrirán las consecuencias de la recesión brasileña, a consecuencia del ajuste.

Los exportadores uruguayos también sospechaban desde hace algún tiempo que el gobierno de Brasilia "saboteaba las importaciones".

Esa actitud, de acuerdo con lo que hoy publica en Montevideo el diario "Ultimas Noticias" se reforzó con las manifestaciones del asesor de la Federación de Comerciantes de Sao Paulo, Eduardo Baldasarre, quien afirmó que su gobierno saboteaba las importaciones "de manera no oficial", a través de pequeñas trabas y trámites burocráticos innecesarios, para reducir el déficit de la balanza comercial. EFE

apl/mc

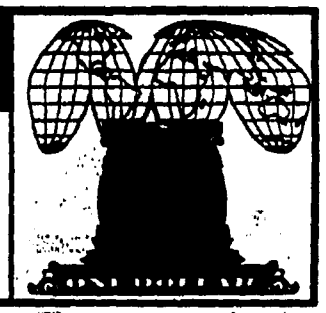
11/07/20-18/97

TASAS MONEDA NACIONAL

[illegible]	9,895
Vendedor	9,900
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
360 días (prom.)	17,13%
Call (3 días)	21,00%
IPC (octubre)	0,77%
IPC (acumulado)	13,37%
UR (noviembre)	165,59
URA (octubre)	160,18

MERCADOS INTERNACIONALES

Dólar	1,7170 Marcos
	123,08 Yens
	1,4030 Fcs. Suizos
Oro (N.Y.)	313,70
Dow Jones	7.692,57
Libor (6m.)	5.8100%



PARA MINISTRO MOSCA, LO DE BRASIL HARA BUSCAR OTROS MERCADOS ALTERNATIVOS

El Ministro de Economía y Finanzas, Ec. Luis Mosca, se mostró optimista en torno a las repercusiones de los ajustes económicos que estén en proceso en Brasil, tras concurrir a una reunión con los integrantes de la Comisión de Vivienda de la Cámara de Representantes.

El jerarca expresó que las disposiciones tomadas por nuestro vecino norteño «es un buen mensaje» en la medida en que permitirán «preservar su plan de estabilización», considerada prioritaria por el Presidente Henrique Cardoso.

Mosca admitió, empero, [illegible] que ese [illegible] se refleje [illegible] de las [illegible] país, pero [illegible] permitirá buscar [illegible] y colocar allí nuestros renglones, por lo que no creo que existan problemas». Mosca evaluó como «los esperables» a dichos correctivos monetarios, que operan como «un buen mensaje» en la medida que «representan la garantía de preservar su plan de estabilización».

Dijo también que no existían posibilidades, por el momento, de aquilatar sus consecuencias en nuestra economía, pero reafirmó que «serán buenas para el país». En torno a la corriente comercial, Mosca se refirió a dos efectos contrapuestos. Uno de ellos es beneficioso «como efecto del aumento de las tasa de interés, en la medida que Uruguay y sus socios del Mercosur mantengan las excepciones para el resto del mundo». El otro es «un enlentecimiento de la importación».

Es difícil calibrar en este momento la consecuencia de dichos dos efectos», comentó el Ministro.

Más adelante señaló que «las medidas (brasileñas) van en la dirección correcta y que Uruguay mantendrá a buen ritmo sus exportaciones. El comentario fue refrendado por una fuente de la Unión de Exportadores, quien señaló que las ventas «aún no se han visto afectadas». Al finalizar su encuentro improvisado con la prensa a su salida de Diputados, Mosca no vaciló en pronosticar que será «excepcional» la próxima temporada turística -a despecho de la crisis bursátil- ya que espera «un crecimiento económico en Argentina y una estabilización en Brasil».

AVANZA EL ACUERDO MERCOSUR-CANADA

07

9714430

xG0545

R ECOBT 11-06 00361
SUP ICX

URUGUAY-BRASIL
"BUENA NOTICIA" MANTENER EL PLAN REAL", SEGUN MINISTRO URUGUAYO

Montevideo. 6 nov (EFE).- El ministro de Economia de Uruguay. Luis Mosca. en declaraciones a la prensa de Montevideo calificó hoy. jueves. de "buena noticia". la decisión de Brasil de hacer un ajuste fiscal y mantener la estabilidad del plan real.

Mosca. al evaluar positivamente las medidas del Gobierno de Fernando Henrique Cardoso para evitar la especulación monetaria y la consiguiente presion sobre ela moneda. relativizó el impacto negativo que pueda tener sobre Uruguay.

Mosca admitió que en Uruguay puede haber efectos negativos en algunos sectores exportadores. pero agregó que ese impacto se reduce con la apertura de nuevos mercados, que se comienzan a buscar.

Admitió que puede haber algunos problemas de ventas a Brasil de los productos agricolas y de alimentos, pero enfatizó que "Uruguay produce a muy buenos precios y habrá que hacer un esfuerzo para que la eventual disminución se compense con la colocación en otros mercados".

Brasil es el principal comprador de productos de Uruguay e importaimportantes volumenes de carnes, lácteos, bebidas y arroz.

El ministro consideró que Brasil "va en el camino correcto" y advirtió a sus colegas y a los Parlamentarios de que en Uruguay se debera seguir con el riguroso control de las cuentas fiscales, para no tener sorpresas.

Según Mosca, Brasil ha dado "buenas señales" a corto plazo cuando adoptó medidas de carácter monetario y, ahora, las medidas en el plano fiscal "son los correctivos de fondo".

Las decisiones brasileñas "contribuyen a solucionar el problema del déficit fiscal y, simultáneamente. el déficit externo".

En opinión del jefe de la economía uruguaya, en Brasil tambien se han producido "algunos resultados muy satisfactorios, como la privatización de Forca e Luz", donde se obtuvieron más recursos de los esperados.

Al tiempo que Mosca tranquilizaba a los operadores locales, el Presidente Julio Maria Sanguinetti mantenia un diálogo telefónico con su homólogo brasileño.

Fernando Henrique Cardoso, según fuentes gubernamentales, le manifestó su satisfacción por los resultados de la privatización de la empresa eléctrica de Sao Paulo. pero no le adelantó detalles de cuándo se pondrá en vigor el ajuste fiscal. EFE
apl/jmi/hm

11/06/15-19/97

00-00

9711430

Liberan exportación de cerveza detenida en frontera con Brasil

Un embarque de cerveza que desde hacía una semana permanecía detenido en la frontera de Chuy a raíz de nuevas disposiciones administrativas establecidas por Brasil, fue liberado ayer, pero la preocupación en la empresa uruguaya afectadas, subsiste ante la posible reiteración de estas trabas.

El decreto federal que modificó el régimen de ingresos de mercaderías a territorio brasileño y estableció la obligatoriedad de contar con licencia de importación y precio de referencia, alcanzaría además a un conjunto de más de diez rubros diferentes —entre ellos los textiles, químicos, plásticos y caucho.

El gerente general de la Fábrica Nacional de Cervezas (FNC), Ruben Ordoqui, señaló su satisfacción por la liberación de los camiones de la empresa que se encontraban detenidos en la frontera de Chuy, pero reconoció que la preocupación está latente ya que la situación "puede volver a repetirse", al no haber una solución definitiva ante los nuevos requerimientos burocráticos establecidos por Brasil.

El jerarca de la FNC, en declaraciones a **LA REPUBLICA**, dejó constancia de la intervención de las autoridades del Ministerio de Industria, la Dirección General de Comercio Exterior, y de la Embajada uruguaya en Brasilia.

Según establece la nueva disposición, la licencia de importación debe ser gestionada ante las autoridades de la capital norteña, provocando la dificultad de que mientras la autorización debida no llegue a las autoridades aduaneras correspondientes, las mercaderías deben permanecer detenidas en la frontera.

Paralelamente, el gobierno de Brasil dispuso que presisamente es éste quien ahora fijará los impuestos a las importacioes no en función del valor declarado en la factura sino de un régimen de precios de referencia de importación para varios productos.

Esto implica que si el precio que le fija el gobierno es más alto que lo que representa el valor de la venta del producto, los impuestos se ven incrementados automáticamente.

Ordoqui señaló que estas medidas suponen elementos que de alguna forma significan "la interrupción y complicación del flujo comercial con un mercado interesante", que se valoriza más por la llegada de la alta temporada.

Entre los meses de octubre y febrero se canaliza el 60 por ciento de las exportaciones de Pilsen hacia Brasil, en una facturación que asciende a unos U$S 1,8 millones.

Los principales mercados para la cerveza uruguaya son los estados de Río Grande do Sul, Santa Catarina y Paraná.

El gerente de FNC recordó que durante varios años, luego que los acuerdos del Mercosur sustituyeran las concesiones realizadas al amparo del Protocolo de Expansión Comercial (PEC), los productos afectados no estaban sujetos a este tipo de requisitorias. Asimismo, lamentó que quienes actuaron durante años con claridad "caigan en la redada" por presiones de las empresas brasileñas del sector, con medidas que significan "alteraciones de las reglas de juego que ocasionan gran perjuicio y generan incertidumbre".

DOCUMENTO 9714431
(*)
FOLIO 150023
FECHA DE PROCESAMIENTO 1/11/97
ANOTACIONES: 507482
11851
507466
11409
11161

9714431

Nº DOCUMENTO 9714432
TITULO Uruguayo procesado en Brasil tendría conexion con Mercobanda.
PROCESO 150007
FECHA 7/11/97
VIDEO 507462
11163
11338
11851
507466

DOC. OSCURO

01-02

9714432

Sería conocido asaltante de bancos de la década de los ochenta

URUGUAYO PROCESADO EN BRASIL CON NOMBRE FALSO

El pistolero uruguayo capturado por la policía brasileña, acusado de cometer casi una docena de asaltos a bancos en el país norteño, habría sido procesado bajo un nombre falso y en realidad sería un conocido maleante, con antecedentes por este tipo de asaltos y homicidio en nuestro país.

El uruguayo que lideraba una organización de asaltantes de bancos en el Estado de Rio Grande do Sul (Brasil) cuya conexión con Mercobanda se investiga, habría sido procesado en territorio norteño bajo un nombre falso. Las últimas indagaciones indican que en realidad es un sujeto de altísima peligrosidad muy conocido de la policía uruguaya en la década del 80, que se especializó precisamente en asaltos a bancos, y contaba también con antecedentes por homicidio.

Por otra parte, se estableció que el sujeto, que encabezaba una banda que integraban brasileños y otros uruguayos (entre ellos, uno ya procesado conocido como "Orlando") residía últimamente en Porto Alegre, pero cometían la mayoría de los delitos en el sur del estado, especialmente en la ciudad de Pelotas. Según declaró a las autoridades, llegaba dos días antes de cometer el asalto, contrataba algún conductor entre elementos de mal vivir y luego del "golpe" desaparecía inmediatamente. Varios de sus compinches sin embargo, tenían su escondite en un establecimiento rural de la afueras de Pelotas, donde fueron finalmente capturados.

De esta forma consumaron por lo menos una docena de asaltos en el presente año en territorio brasileño.

Cuando la policía capturó al pistolero, se le conocieron por lo menos tres nombres distintos, uno de ellos bajo el cual finalmente se le procesó, que responde a las iniciales **F.N.G.B.**, de 51 años. Sin embargo, la identidad nunca quedó completamente aclarada y nuevos datos recogidos, entre ellos el testimonio de la esposa del procesado, domiciliada en Porto Alegre, indican que en realidad se trataría de un sujeto de iniciales **W.J.A.R.**, de 45 años de edad, que durante los años 80 y principios de los 90, consumó asaltos a bancos tanto en nuestro país como en Brasil.

***URUGUAYO.** El pistolero detenido por liderar una banda de asaltantes de bancos que sacudió todo Río Grande do Sul desde octubre del año pasado*

■ CONTACTOS

La Policía de Montevideo está realizando contactos con sus pares brasileños a efectos de determinar en primera instancia la filiación correcta de todos los detenidos uruguayos en el vecino país, y una vez concretado dicho extremo se dispondrá una serie de chequeos aduaneros en procura de determinar si alguna de estas personas entró o salió de nuestro país en las fechas de entorno de los asaltos a bancos, bajo alguna de sus múltiples identidades, aunque se maneja el concepto de que es bastante fácil pasar ilegalmente la frontera seca.

Sin embargo, las baterías apuntan ahora al detenido por la Delegación de Pelotas.

Nº DOCUMENTO 9714433
TITULO Grupo armado invade area em Para.
PROCESSO 150734
FECHA DE PROC 3/11/97
VINCULACIONES 507402
505596

DOC. OSCURO

QUESTÃO AGRÁRIA 3/N

Grupo armado invade área no PA

Cerca de 150 sem-terra ocuparam fazenda no sul do Estado; MST nega participação no episódio

CARLOS MENDES
Especial para o Estado

BELÉM — A Fazenda Serra Norte, em Curionópolis (640 quilômetros ao sul de Belém), foi invadida na sexta-feira por cerca de 150 homens, a maioria armados de espingardas, revólveres e escopetas. Segundo laudo de vistoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a fazenda é produtiva. O Movimento dos Sem-terra (MST) negou participação na invasão.

Há sete meses o fazendeiro Geraldo Antonio Rodrigues de Freitas, proprietário da Serra Norte, vem tendo problemas com ladrões de gado e madeira, além de famílias que se dizem lavradores sem-terra. Na fazenda, de 2.251 hectares, Freitas cria 6 mil cabeças de gado. Ele tem um mandado de reintegração de posse.

Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Parauapebas, Curionópolis e Eldorado dos Carajás, Diogo Naves, o clima na fazenda é de tensão. "Os empregados estão armados e confinados na sede", afirmou. Naves acusa o MST pela invasão. "Eles vinham fazendo distribuição de latas entre as famílias." O presidente da Federação da Agricultura do Pará, Carlos Xavier, disse que a entidade está cumprindo de pedir à Polícia Militar o cumprimento de decisões judiciais.

INCRA CONSIDERA ÁREA PRODUTIVA

Segundo Gladston Barbosa, dirigente do MST em Marabá, a fazenda já deveria ter sido desapropriada. Ele nega a participação da entidade na invasão, mas não condena as famílias que ocuparam a área.

01-01

9714433

Nº [illegible] 9711434
[illegible] Rota Transamazonica es Bloqueada em Pará.
PR[illegible] 150734 (*)
[illegible] 19/11/97
VE[illegible]LAÇÃO 507462
505596

ESP 19/11 QUESTÃO AGRÁRIA

Transamazônica é bloqueada no sul do Pará

Doc. anexo

Diretores do Incra decidem suspender reforma agrária na região

CARLOS MENDES
Especial para o Estado

MANAUS – Cerca de 6 mil trabalhadores sem-terra do sul e sudeste do Pará e lavradores assentados em 42 projetos do governo federal nas duas regiões interditaram ontem, durante todo o dia, a Rodovia Transamazônica, na entrada de Marabá (540 quilômetros ao sul de Belém), impedindo o tráfego de 8 mil veículos. Diretores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasília, decidiram suspender o processo de reforma agrária em toda a região.

A negociação sobre a ocupação do prédio do Incra em Marabá também foi interrompida. A conseqüência imediata das duas decisões foi a não liberação de R$ 1 milhão para crédito e fomento agrícola aos assentados do Incra, além da suspensão da desapropriação de outras áreas para assentamento de 2 mil novas famílias. Nenhum dirigente do Movimento dos Sem-Terra (MST) foi localizado para comentar a decisão.

O chefe do setor de Comunicação Social do órgão em Brasília, [illegible] Antonio Maurício, disse que [illegible] deve ingressar hoje com ação de reintegração de posse na Justiça Federal para a retomada do prédio de Marabá.

ÓRGÃO ENTRARÁ COM AÇÃO PARA RETOMAR PRÉDIO

O motivo do fechamento da Transamazônica pelos sem-terra e assentados foi a falta de escolas, postos de saúde, ambulâncias, estradas e crédito agrícola para os assentamentos, além do [illegible] do superintendente regional do Incra do Maranhão, Pedro Emile Abib. Após [illegible] com policiais, a rodovia teve o tráfego restabelecido no [illegible].

01-01

9711434

Nº DOCUMENTO 9714435
TIPO Asentados / MST cercam sede del Incra en Pará
PROCESSO 150734
DATA 15/4/97
PROCEDÊNCIA 507482
505596

ESP 15-4

QUESTÃO A

Assentados e sem-terra cercam Incra no Pará

GRÁFIA

Pedida demissão de superintendente do instituto e melhoria na infra-estrutura

CARLOS MENDES
Especial para o Estado

BELÉM – Trabalhadores sem-terra e lavradores oriundos de 35 assentamentos do Instituto Nacional de Colocanização e Reforma Agrária (Incra) no sul e sudeste do Pará ampliaram ontem o cerco à sede do órgão em Marabá, a 540 quilômetros ao sul de Belém. Eles exigem a demissão do superintendente Petrus Emile Abib, a quem acusam de descumprir acordos para desapropriação de fazendas, construção de escolas, postos de saúde e estradas vicinais, além da liberação de crédito agrícola. A sede do Incra foi trancada com cadeados pelos sem-terra, que impedem a entrada de servidores no interior do prédio.

O protesto começou na segunda-feira com 2 mil assentados e foi crescendo até juntar cerca de 6 mil trabalhadores, depois da adesão de manifestantes organizados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST). Segundo nota da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), a situação nos assentamentos do Incra é de "abandono e descaso".

Conforme a nota, "nada daquilo que ficou decidido com o superintendente foi cumprido". "O pior é que ele (Petrus Adib) ainda se utiliza da imprensa para dizer que o governo mudou a vida dos sem-terra no sul do Pará e levou paz à região", continua o documento da Fetagri. "São inverdades para mostrar serviço ao governo."

Abib não foi localizado para responder as acusações. Um funcionário do Incra informou que ele, temendo invasão do prédio e com a coação de servidores, transferiu temporariamente as atividades do órgão para Conceição do Araguaia, a 300 quilômetros de Marabá.

O coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no sul do Pará, José Batista, afirmou que a sede do Incra ficará fechada até que a presidência do órgão, em Brasília, mande a Marabá uma comissão de diretores para negociar com os sem-terra a pauta de reivindicações.

Até as 15 horas de ontem, a direção do Incra não havia dado resposta sobre providências que estariam sendo tomadas para resolver o impasse. A Polícia Militar acompanha de motocicleta a manifestação organizada pelo MST e Fetagri.

POLÍCIA ACOMPANHA AÇÃO DO MST

Morte em Abril – Ainda são contraditórias as informações sobre a morte do sem-terra Elinon Oliveira da Silva, de 28 anos, na delegacia da cidade de Apuí, no Amazonas. Segundo o delegado Lércio Rodrigues, ele foi encontrado às 19 horas de quarta-feira enforcado na cela com parte de seu chaveiro. "Fomos pegá-lo para prestar depoimento e o encontramos enforcado", disse Rodrigues. A CPT e a família não acreditam em suicídio, o que deixou um clima tenso na cidade.

Delegado do Pontal lança livro sobre MST

LUIZ CARLOS LOPES

PRESIDENTE PRUDENTE – Considerado o mais implacável policial no combate às invasões de terra no Pontal do Paranapanema, o delegado Marco Antônio Scaliante Fogolin, titular da Delegacia de Sandovalina, lançará, segunda-feira, o livro *A Outra Face do MST... O Crime Organizado*, no qual acusa o Movimento dos Sem-Terra (MST) de ser uma organização criminosa com fins políticos que almeja o poder a qualquer custo. "Com a desculpa da reforma agrária, estão em jogo a segurança nacional e a soberania do País", afirma.

Responsável pela instauração de 25 inquéritos policiais contra a liderança do MST, por formação de quadrilha ou bando, esbulho possessório, danos, roubos, contrabando de armas, homicídio e latrocínio, nos três anos em que atua no Pontal, o delegado pediu e obteve duas vezes, na Justiça, a prisão preventiva de líderes como José Rainha Júnior, Diolinda Alves de Souza, Laércio Barbosa, Claudemir Cano, Márcio Barreto e Felinto Procópio.

PARA MAURO, É UM AMONTOADO DE BESTEIRAS

Por sua atuação, Fogolin passou a ser alvo do MST. Segundo o policial, por dez vezes, seus integrantes pediram à Secretaria da Segurança Pública sua transferência para outra região. Com o livro, o delegado espera nova reação dos sem-terra, mas garante estar preparado: "Estou revelando apenas uma parte do que consegui juntar; dependendo dos ataques que sofrer, a segunda edição será ainda mais forte."

O coordenador nacional do MST, Gilmar Mauro, disse ontem que o livro do delegado Fogolin "é um amontoado de besteiras que não preocupa". "O livro deve ter sido encomendado pela União Democrática Ruralista (UDR) e pior seria se o delegado estivesse nos elogiando", disse Mauro.

Doc. oscurd

01-01

9714435

Nº DOCUMENTO 9714436
TITULO Victorias del INCRA
PROCEDENCIA 150734
FECHA DE PRODUCCION 24/11/97
CLASIFICACION 507482
505596

vease a impasse en el Portal de Paranapanema

QUESTÃO AGRÁRIA

Processo de vistorias leva impasse ao Portal

Coleta de terras para novos assentamentos paralisa investimentos na região

CARLOS SOULIÉ DO AMARAL
Enviado especial

PRESIDENTE PRUDENTE – As vistorias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) que, unidos, intensificaram neste fim de ano os trabalhos para arrecadar, até início de 1998, um mínimo de 40 mil hectares para a reforma agrária, levaram o impasse ao Portal do Paranapanema.

Os produtores esperam para tomar qualquer decisão. Fazendas com mais de 500 hectares são o alvo da campanha de arrecadação. Das 182 unidades vistoriadas em abril e maio pela Divisão de Cadastro Rural do Incra, 42 passam por um processo revisional. "A finalidade é tomar as coisas mais escorreitas e precisas", diz Rosemeire Beltrão de Castro, chefe da Divisão de Recursos Fundiários do Incra em São Paulo e responsável, com o superintendente Jonas Vilas Boas, pela fiscalização.

Os funcionários federais e estaduais pretendem agir rápido, enquanto agricultores e pecuaristas hesitam na tomada de decisões: vale a pena comprar adubo, adquirir mais gado, plantar, reformar cercas e pastagens, conservar benfeitorias e manter a produção?

O Movimento dos Sem-Terra (MST) diminuiu a pressão de invasões na região e aguarda, em aparente calma, o resultado das diligências fundiárias. Para apressá-las, foi firmado no Hotel Muchiutt, de Presidente Prudente, uma base de operações onde estão alojados funcionários do Incra e do Itesp e onde se encontram figuras do Incra de Brasília, promovendo reuniões diurnas e noturnas.

Sigilo – O sigilo é norma operacional imperante, mas às vezes torna-se desastroso, como no caso da Fazenda Água Nova, em Teodoro Sampaio. Em 4 de abril, seu proprietário, Edison Leite de Morais, recebeu um ofício informando que o Incra ingressaria no imóvel e pedindo documentos necessários ao levantamento de dados. Em 8 de maio, uma equipe composta por um agrônomo, um técnico em cadastro e um

Doc. poco legible

AGUARDA RESULTADO DAS DILIGÊNCIAS

[redacted] Global Position System (GPS), percorreu a fazenda, coletou [redacted] anotados de [redacted]ação e Demonstrativo de [redacted]ação de Gado (DIMOF), [redacted] divisas da área, as confrontantes, [redacted] de pastagem, [redacted] benfeitorias. Depois, a [redacted] Propriedade [redacted] (INP) [redacted], datada de [redacted] maio. A finalidade, proprietário [redacted] com [redacted] Rechaçado [redacted] Fazenda Água [redacted] va dedica-se à recria e engorda de bois. Tem como [redacted] técnico-veterinário [redacted] supervisionado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp), está nas mãos da família desde 1964 e situa-se no 16º Perímetro da 10ª Região Administrativa [redacted]

01-03

9714436

tado (o Grande Pontal), que está isento de ação discriminatória, e não pode ser considerado área de terras públicas ou devolutas, como em outros perímetros. A fazenda sempre foi definida como produtiva.

Em 2 de outubro, uma carta datada de 8 de setembro e assinada por Eduardo Henrique Freire, diretor de Cadastro Rural do Incra, chegava às mãos do proprietário da Fazenda Água Nova notificando que o imóvel "foi reclassificado de produtivo para imóvel rural que não atingiu os índices previstos nos parágrafos 1.° e 2.° do artigo 6.° da Lei n.° 8.629 e, portanto, passível de desapropriação". Com a carta, chegou uma cópia da DP e do Relatório de Levantamento de Dados produzidos na vistoria, todos manuscritos.

Os parágrafos 1.° e 2.° da lei abordam o Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE). O primeiro deve atingir 80% e o segundo 100%. Mas, na conclusão do laudo, não há nada. Os espaços para definição dos índices estão em branco. Embaixo deles está apenas a assinatura dos três técnicos.

Os técnicos do Incra esqueceram-se que, não havendo demonstrativo, a reclassificação é nula. A família Leite de Morais começou então o trabalho para restabelecer a situação anterior, com o apoio do engenheiro agrônomo Edson Sebastião Jordão.

No dia 16 de outubro, Suzana Junqueira Leite de Morais, mulher do proprietário titular, entregou pessoalmente, na sede da Superintendência Estadual do Incra, em São Paulo, um volume de 600 páginas, com notas fiscais de compra e de venda, mapas, escritura, fotos e atestados, para provar a produtividade da Água Nova. Perante a impugnação, o Incra teria 30 dias para responder, mas não respondeu. Em 4 de novembro, enviou carta assinada por Rosemeire Beltrão de Castro, chefe da Divisão Fundiária em São Paulo, anunciando nova vistorial, desta vez referente ao ano agrícola 1996/97, marcada para segunda-feira, dia 17.

Nesse dia, às 3 horas, a nova equipe, também de três técnicos, entrou na fazenda. Paulo de Souza Lima, agrônomo da Ibesp, Francisco Ribeiro da Silva Filho, técnico de cadastro, e Inácio Roberto Gonçalves, técnico agrícola do Incra. Sua primeira ação foi pedir todos os documentos disponíveis. Suzana espantou-os: "Já os entreguei no mês passado, em São Paulo." Os técnicos afirmaram então desconhecer a informação. Suzana então entregou-lhes uma cópia do dossiê que o Incra mantinha trancado em São Paulo.

Há dois tipos de vistoria. Uma, a expedita, com levantamento preliminar de dados, para mensuração da produtividade do imóvel. A outra é um trabalho mais rigoroso, no qual, além da produtividade, é feita a avaliação das benfeitorias reprodutivas e não-reprodutivas. Pastagens e culturas permanentes, por exemplo, são benfeitorias reprodutivas; casas, armazéns, reservatórios de água e cercas estão no segundo caso. O principal aspecto desta avaliação é o financeiro, com atribuição de valor a cada item: porteiras, rede elétrica, cochos, bebedouros, pastagens, estábios, etc. A terra é avaliada pelo preço de mercado.

[illegible] – No caso da Fazenda Água [illegible] duas vistorias foram realizadas, [illegible] pelo Incra

9714436

de Cadastro, foi analisado o ano civil de 1996. Na segunda, da Divisão de Recursos Fundiários, o período enfocado foi o ano agrícola de junho de 96 a julho de 97.

Após o exame da papelada, a equipe foi percorrer os pastos numa caminhonete da fazenda, dirigida por Frederico, filho de Suzana. O técnico de cadastro lastimou-se: "O Incra devia fornecer aos caminhonetes como esta, para não precisarmos usar os veículos dos fazendeiros." No dia seguinte, quando voltaram, os técnicos disseram não ter achado a cópia da vistoria anterior nem do recurso administrativo, impugnando a reclassificação da Água Nova.

A vistoria continuou mesmo assim. Os peões reuniam lotes de gado nos cantos das cercas para o agrônomo e o técnico de cadastro contarem. Com um GPS portátil, o agrônomo localizava alguns pontos. A fazenda, dividida em 32 pastos e 9 piquetes, mede 1.500 hectares e abriga 2.530 bois, 80 eqüinos e 140 carneiros. Tem seis empregados permanentes que moram em casas cedidas pelos proprietários, todas com antena parabólica e energia elétrica.

CONFUSÃO E PARADOXOS ATRAPALHAM TRABALHOS

03-03

9714436

IMENTO 9714437
Invasion de hacienda en Goias
150734
20/11/97
CIONE 507402
505596

DOC OSCURO

9714437

porque en esta época [illegible] porque el [illegible]

Invasión de una gleba de los Sin Tierra colombianos

(A2)

Cerca de 500 Sin Tierra colombianos invadieron una gleba en Tabatinga (AM), en las márgenes del Río Solimões, en la frontera con Colombia y Perú, a 1.105 kilómetros de Manaos. La invasión provocó la reacción de agricultores brasileros, que se armaron para impedir la toma de las propiedades. El área invadida es parte del Asentamiento de Urumutum, demarcado por el Incra en los años '60.

Según el superintendente de la Policía Federal en el Amazonas, Mauro Spósito, tropas del Ejército expulsaron a los invasores, después que ya habían desmatado y desmarcado 500 mil metros cuadrados.

Spósito precisó que los invasores fueron estimulados por un político colombiano conocido como "El Gringo Negro." Este es candidato a diputado federal por la Provincia de Amazonas, cuya capital, Letícia, se separa de Tabatinga apenas por una calle.

El superintendente informó que después que el ejército se retiró, los colombianos volvieron a ocuparla, lo cual derivó en que la Policía Militar del Amazonas los expulsara de nuevo. Veinte Sin Tierra colombianos fueron presos. Según Spósito, "El Gringo Negro" había insuflado a los agricultores colombianos afirmando que una nueva demarcación de fronteras —discutida por Brasil y Colombia— había estirado la frontera colombiana mil metros adentro del territorio brasilero y que podrían ocuparlas legalmente.

Colombia reivindica la devolución de 27 mil kilómetros de tierras, en una franja casi paralela a la frontera, que se inicia cerca de Vila Bittencourt, a la vera del río Japurá, y hasta la altura del río Caldeirão, afluente del Solimões, pero sin alcanzar Tabatinga o Letícia.

Según el capitán Gilvandro Mota, comandante de la 2ª Compañía Independiente de Policía Militar del Amazonas, en Tabatinga, el área a ser devuelta está 40 kilómetros al norte de la ciudad, en una región montañosa, de bosque virgen, impropia para la agricultura. Negó que los colombianos fueran presos, explicando que sólo los "invitaron a prestar declaraciones." ◆

Miguel Cançado

Nº DOCUMENTO 9714438
TITULO Sin Tierras de Colombia invaden tierras en la Amazonia. —
PROCEDENCIA Tiempos Mundo
FECHA 30/11/97
VINCULACIONES 507462
505596
11399
COLOMBIA.

Poco legible

9714438

Nº DOCUMENTO 9714439
TITULO Piden expulsión de Sacerdote que apoya al MST.
PROCEDENCIA 150023
FECHA 2/11/97
VINCULACION 507482
11165
IGLESIA
505596

Doc poco legible!

01-02

9714439

Un sacerdote italiano que apoya a los Sin Tierra podría ser expulsado de Brasil

Está acusado de guerrillero

Por **Olivero Pluviano**

San Pablo, ANSA

Un sacerdote italiano protector del movimiento de lucha de los campesinos sin tierra del noreste brasileño corre el riesgo de ser expulsado de Brasil como "guerrillero y organizador de bandas armadas".

Monseñor Luigi Pescarmona nació en Canale d'Alba (Piamonte, norte de Italia) hace 60 años, y en estos días es un caso nacional en Brasil, después de que un grupo de latifundistas pidió expresamente a la Policía Federal su expulsión del país.

Los fundamentos del pedido de los terratenientes son el "patrocinio de acciones armadas durante invasiones de propiedad, atentado al orden público e incitación a la lucha violenta entre las clases sociales".

La ministra de Justicia de Brasil, Iris Rezende, por ahora rechazó el pedido de expulsión debido a la presión de todo el Consejo Episcopal Brasileño.

"Todos me defienden —dijo a ANSA el padre Pescarmona desde Guarabirá, en una de las zonas más pobres del noreste brasileño—. Estoy en Brasil desde hace 32 años y siempre trabajé para los campesinos pobres en la línea trazada por Gandhi, no violenta sino activa".

"Ahora los 'fazendeiros' (terratenientes) me acusan injustamente de dar armas a los sin tierra, y de otras cosas semejantes. Pero no es cierto. Estos días las cuatro radios de la región están transmitiendo sin cesar testimonios de la gente común que niegan este absurdo y me defienden", explicó.

También el Vaticano acudió en su ayuda, con una carta donde se definen como "calumniosas" las acusaciones formuladas por los latifundistas.

Desde Roma, el arzobispo de Paraíba, Marcelo Pinto Carvalheira, sostiene en un llamado por el padre Pescarmona que "los acusadores parecen temer una investigación leal, proponiendo un proceso meramente administrativo y no judicial para su expulsión".

Fundador del centro para los derechos humanos del estado de Paraíba, el padre Luigi ya cayó en una emboscada que le tejieron en 1987 en medio de la "caatinga" (sabana) un grupo de "jaguncos" (guardias armados de los latifundistas) para poner fin a su "lucha pastoral" junto a los braceros.

"Conseguí escapar por milagro: al día siguiente había radios que me pintaban como un peligroso ladrón buscado por la policía", recuerda.

El padre Luigi se convirtió en el ángel de la guarda de miles de familias que corren el riesgo de ser expulsadas de los terrenos donde sobreviven desde hace generaciones en miserables condiciones.

"Los terratenientes están cambiando de los cultivos a la ganadería. La mano de obra no sirve más. Y así de un día para otro miles de familias se encuentran en la calle. Nosotros, de la Iglesia, los ayudamos a resistir", explica el padre Pescarmona, que Juan Pablo II abrazó "como señor" para premiar su tra[illegible].

"Ahora conseguimos establecer a 1.600 familias en 28.000 hectáreas", explica el cura.

Pero la ayuda a los sin tierra no llegará a las armas, sostiene. "Durante la gran sequía de 1984 el gobierno ayudaba a los 'fazendeiros' a excavar pozos para el ganado, y la gente moría de sed. Mis campesinos y yo creamos 50 estanques para recoger el agua de lluvia", cuenta el sacerdote.

"Ahora conseguimos establecer a 1.600 familias en 28.000 hectáreas, y hacer para cada familia una casita de seis metros por nueve. Pero hay otras 1.800 familias que esperan", explica.

Para combatir la desnutrición que mata a 80 niños de cada 1.000, el padre Luigi enseña a utilizar cáscaras de banana, "lo que se da a los cerdos", y hasta hojas de cactus.

"Tenemos mucha lepra y se habla tanto de avitaminosis —agrega el sacerdote— [illegible] depende de la miser[illegible]ere de hambre. Muchos nombres, pero es siempre el hambre".

El padre Pescarmona dice haber precedido "por lo menos en 20 años" al Movimiento Sin Tierra (MST), que en los últimos años organizó la lucha para la reforma agraria que involucra a casi cuatro millones y medio de braceros brasileños.

"Pero mis campesinos no invaden las tierras de otros —precisa—, buscan quedar en las que cultivan desde hace siglos. Lo único que invade los campos aquí son las malezas espinosas de los latifundios improductivos".

"Brasil es un país donde la reforma agraria se está haciendo desde hace 20 años, pero sólo en televisión. Es justo luchar, pero sin armas. Sólo admito haber usado una bomba atómica: la de la fe", concluye el padre Luigi.

02-02

9714439

Nº DOCUMENTO 9714439
TITULO Piden expulsión de Sacerdote que apoya al MST.
PROCEDENCIA 150023
FECHA 2/11/97
VINCULACION 507482
11165
IGLESIA
505596

Doc poco legible

01-02 9714439

Un sacerdote italiano que apoya a los Sin Tierra podría ser expulsado de Brasil

Está acusado de guerrillero

Por **Olivero Pluviano**

San Pablo, ANSA

Un sacerdote italiano protector del movimiento de lucha de los campesinos sin tierra del noreste brasileño corre el riesgo de ser expulsado de Brasil como "guerrillero y organizador de bandas armadas".

Monseñor Luigi Pescarmona nació en Canale d'Alba (Piamonte, norte de Italia) hace 60 años, y en estos días es un caso nacional en Brasil, después de que un grupo de latifundistas pidió expresamente a la Policía Federal su expulsión del país.

Los fundamentos del pedido de los terratenientes son el "patrocinio de acciones armadas durante invasiones de propiedad, atentado al orden público e incitación a la lucha violenta entre las clases sociales".

La ministra de Justicia de Brasil, Iris Rezende, por ahora rechazó el pedido de expulsión debido a la presión de todo el Consejo Episcopal Brasileño.

"Todos me defienden —dijo a ANSA el padre Pescarmona desde Guarabirá, en una de las zonas más pobres del noreste brasileño—. Estoy en Brasil desde hace 32 años y siempre trabajé para los campesinos pobres en la línea trazada por Gandhi, no violenta sino activa".

"Ahora los 'fazendeiros' (terratenientes) me acusan injustamente de dar armas a los sin tierra, y de otras cosas semejantes. Pero no es cierto. Estos días las cuatro radios de la región están transmitiendo sin cesar testimonios de la gente común que niegan este absurdo y me defienden", explicó.

También el Vaticano acudió en su ayuda, con una carta donde se definen como "calumniosas" las acusaciones formuladas por los latifundistas.

Desde Roma, el arzobispo de Paraíba, Marcelo Pinto Carvalheira, sostiene en un llamado por el padre Pescarmona que "los acusadores parecen temer una investigación leal, proponiendo un proceso meramente administrativo y no judicial para su expulsión".

Fundador del centro para los derechos humanos del estado de Paraíba, el padre Luigi ya cayó en una emboscada que le tejieron en 1987 en medio de la "caatinga" (sabana) un grupo de "jaguncos" (guardias armados de los latifundistas) para poner fin a su "lucha pastoral" junto a los braceros.

"Conseguí escapar por milagro: al día siguiente había radios que me pintaban como un peligroso ladrón buscado por la policía", recuerda.

El padre Luigi se convirtió en el ángel de la guarda de miles de familias que corren el riesgo de ser expulsadas de los terrenos donde sobreviven desde hace generaciones en miserables condiciones.

"Los terratenientes están cambiando de los cultivos a la ganadería. La mano de obra no sirve más. Y así de un día para otro miles de familias se encuentran en la calle. Nosotros, de la Iglesia, los ayudamos [illegible] stir", explica el [illegible] Pesc[illegible] que Juan [illegible] señor" para premiar su tra[illegible]

"Ahora conseguimos establecer a 1.600 familias en 28.000 hectáreas", explica el cura.

Pero la ayuda a [illegible] sin tierra no llegará a las armas, sostiene. "Durante la gran sequía de 1984 el gobierno ayudaba a los 'fazendeiros' a excavar pozos para el ganado, y la gente moría de sed. Mis campesinos y yo creamos 50 estanques para recoger el agua de lluvia", cuenta el sacerdote.

"Ahora conseguimos establecer a 1.600 familias en 28.000 hectáreas, y hacer para cada familia una casita de seis metros por nueve. Pero hay otras 1.800 familias que esperan", explica.

Para combatir la desnutrición que mata a 80 niños de cada 1.000, el padre Luigi enseña a utilizar cáscaras de banana, "lo que se da a los cerdos", y hasta hojas de cactus.

"Tenemos mucha lepra y se habla tanto de avitaminosis —agrega el sacerdote—. [illegible] pende de la mise[illegible] ere de ham[illegible] muchos nombres, pero es siempre el hambre".

El padre Pescarmona dice haber precedido "por lo menos en 20 años" al Movimiento Sin Tierra (MST), que en los últimos años organizó la lucha para la reforma agraria que involucra a casi cuatro millones y medio de braceros brasileños.

"Pero mis campesinos no invaden las tierras de otros —precisa—, buscan quedar en las que cultivan desde hace siglos. Lo único que invade los campos aquí son las malezas espinosas de los latifundios improductivos".

"Brasil es un país donde la reforma agraria se está haciendo desde hace 20 años, pero sólo en televisión. Es justo luchar, pero sin armas. Sólo admito haber usado una bomba atómica: la de la fe", concluye el padre Luigi.

02-02 9714439

Nº DOCUMENT. 9TRAAAO
TITULO (*)
PRO: F:
FEC:
VINCULA:
A. Ele
9/11/97
507402
505596
IGLESIA.

FB2790

R RELBT 11-09 00388
mun exg icx

BRASIL-IGLESIA
POLICIA INVESTIGA OBISPO PARAIBA POR PROMOVER INVASIONES

Rio de Janeiro, 9 nov (EFE).- La Policía Federal de Brasil está investigando las acusaciones de que el obispo de Paraíba, "don" Marcelo Carvalheira, ha apoyado invasiones de haciendas promovidas por miembros del Movimiento de campesinos Sin Tierra (MST), se informó hoy, domingo.

La investigación fue ordenada por el Tribunal de Justicia del Estado de Paraíba que admitió, de esta manera, una denuncia presentada el mes pasado por hacendados de ese estado brasileño, ubicado al nordeste y uno de los más pobres del país.

Los hacendados, irritados por el apoyo que varios sacerdotes proporcionan al MST, acusaron al obispo, que esta semana realiza una visita a Roma, de atentados contra la propiedad privada y de haber sido el "autor intelectual" de diferentes invasiones.

La investigación contra el obispo de Paraíba fue abierta pocos días después de que la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB) consiguiera, mediante una petición al ministerio de Justicia, evitar la expulsión del sacerdote italiano Luigi Alberto Pescarmona, de 60 años, quien también fue acusado de promover invasiones de tierra.

Hace diez días, la Policía Federal llegó a solicitar al ministerio de Justicia la expulsión del religioso italiano, que llegó a Brasil hace 32 años y que trabaja desde hace dos décadas en la diócesis de Guarabira, a 96 kilómetros de Joao Pessoa, la capital de Paraíba.

La CNBB argumentó que las acusaciones de subversión contra Pescarmona fueron hechas sin fundamento por hacendados de esa región, que estarían presionando a la Iglesia para que deje de apoyar el MST.

El Movimiento de los Sin Tierra representa a cerca de cuatro millones de campesinos, que ocupan haciendas improductivas como forma de presión para conseguir avances en la reforma agraria.

De acuerdo con un documento de la CNBB, "los hacendados se han aliado políticamente y vienen trabajando con ahínco para impedir el proceso de reforma agraria, haciendo campañas de difamación contra todos los que apoyan a los trabajadores rurales en su lucha".

Según la Conferencia, después de que la justicia considerara como legítima la ocupación de una hacienda que estaba destinada a la reforma agraria, los propietarios recurrieron al Tribunal de Justicia del Estado de Paraíba no sólo para reclamar nuevamente la devolución de las tierras, sino también para solicitar la persecución de miembros de la Iglesia. EFE

CM/gr/pgl

11/09/18-29/97

01-01

9714440

Nº DOCUMENTO 9714441
TITULO (*)
PROCEDENCIA A.E.C
FECHA DE [illegible] 24.11.97
VINCULA 507462
505596

XG1204
R ECOBT 11-24 00390
amt ic

(*) BRASIL-TIERRAS
CARDOSO DICE QUE REFORMA AGRARIA BENEFICIARA RECORD CAMPESINOS

Río de Janeiro, 24 nov (EFE). - El presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, aseguró hoy que el programa de reforma agraria de su Gobierno beneficiará, en sólo cuatro años de administración, a más campesinos que los que se han beneficiado en los últimos 30 años.

"Si cumplimos las metas de asentamiento de campesinos sin tierra lograremos beneficiar hasta 1997, y en sólo cuatro años, a un 30 por ciento más de personas que las que han sido beneficiadas en los últimos 30 años", aseguró el mandatario en una conferencia de prensa que concedió a corresponsales extranjeros.

De acuerdo con el presidente, de cumplirse las metas propuestas, su Gobierno habrá entregado tierras para más de 280.000 campesinos en los cuatro años de administración, un número de campesinos 30 por ciento superior al que fue beneficiado en los gobiernos del régimen militar (1964-85) y en los gobiernos civiles de José Sarney (1985-90), Fernando Collor (1990-92) e Itamar Franco (1992-1994).

"Este año hemos expropiado un récord de 4,7 millones de héctareas de tierra para incluirlas en el programa de reforma agraria", aseguró el presidente.

Cardoso explicó que las metas de su Gobierno son asentar este año en tierras destinadas a la reforma agraria a 80.000 campesinos (hasta la semana pasada la cifra ascendía a 67.660 familias) y a unos 100.000 durante 1998.

De acuerdo con las cifras de la presidencia, el programa de reforma agraria de Cardoso ya benefició a 42.912 familias de campesinos en 1995 y a 62.044 familias en 1996.

Esas cifras, sin embargo, son consideradas falsas por el Movimiento Sin Tierra (MST), la organización que representa a unos 4 millones de campesinos desposeídos y que presiona avances en la reforma agraria mediante la invasión de haciendas improductivas.

Según el MST, las cifras anunciadas por el Gobierno son significativamente inferiores a las verdaderas debido a que el Ministerio de Reforma Agraria está sumando en las mismas tanto a los campesinos sin tierra beneficiados como a otros que ya habían recibido terrenos pero que no contaban con recursos financieros para trabajar.

En sus declaraciones a la prensa extranjera acreditada en Río de Janeiro, Cardoso aseguró que el programa de ajuste fiscal anunciado hace dos semanas por su Gobierno no incluye recortes presupuestarios en áreas sociales, como la salud y la educación, ni en los programas de reforma agraria. EFE

CM/frl/mc/PL

11/24/20-40/97

01-01

9714441

Nº DOCUMENTO 9714442
FOLHA Gob. amplia meta de asentamentos de Sin Tierra.
PROCEDÊNCIA 150529
DATA 23/11/97
ASSUNTO 507482
505596

pdc. escuro

QUESTÃO AGRÁRIA

24 23-11

Governo amplia a meta de assentamento de sem-terra

Ministro projeta a colocação de 10 mil famílias por mês

O governo federal ampliou de 280 mil para 300 mil famílias, pelo menos, a meta de assentamento de trabalhadores sem terra estipulada para os quatro anos de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. A informação foi dada sexta-feira pelo ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann. Até agora, foram assentadas 170 mil famílias. Para atingir o novo patamar, o governo assentará 130 mil novas famílias nos próximos 13 meses, uma média de 10 mil assentamentos por mês, duas vezes superior ao ritmo atual.

O novo impulso do Programa Nacional de Reforma Agrária foi dado, segundo o ministro, com a aprovação, na quinta-feira, da medida provisória que destina ao projeto 60% dos R$ 800 milhões confiscados pelo Tesouro de contas bancárias fantasmas (não-recadastradas até novembro de 1997). Essa medida provisória representa uma injeção extra no programa de R$ 480 milhões, que, somados às demais fontes de recursos do Fundo da Terra, criado também na quinta-feira pelo Senado, viabilizarão a ampliação da meta. Jungmann disse que as fontes já definidas de recursos permitirão que o Banco da Terra entre em funcionamento em janeiro de 1998, com reservas de R$ 1 bilhão.

O ministro lançou a campanha publicitária do novo Imposto Territorial Rural (ITR), que será veiculada, a partir de segunda-feira até o dia 19, nos jornais e revistas e nas redes de rádio e televisão do país. A peça publicitária é uma cruzada contra o latifúndio e em defesa do ambiente e da produtividade da terra. O vídeo é uma representação da previsão do tempo, em que apresentadora, apontando o mapa do Brasil coberto de cinza, prevê "tempo ruim para quem tem latifúndio improdutivo", em meio ao som nebuloso de trovões, seguido por "tempo bom para a propriedade produtiva".

Baseado no princípio progressivo, o novo ITR punirá mais quem usa a terra para fins especulativos, podendo a alíquota anual chegar a 20% do valor declarado do bem. Assim, o latifundiário improdutivo pagará a cada cinco anos o valor equivalente ao da propriedade. Desde o início do ano, a área rural está sendo monitorada por satélite de alta precisão, que aponta o seu tamanho exato, o espaço de preservação ambiental e até o tipo de cultura explorado na propriedade. O governo espera arrecadar pelo menos R$ 250 milhões a mais por ano com o novo ITR.

Jungmann aproveitou a solenidade para agradecer, emocionado, a colaboração que tem recebido do Congresso. "Estamos conseguindo as modificações no mais perfeito estado de direito democrático", comemorou.

01-01

9714442

Nº DOCUMENTO 9714443
TÍTULO MTRO. Reforma Agraria afirma que acciones MST
PROCEDÊNCIA 150734
FECHA 28/11/97
VISTO 507402
505596

atraza asentamientos

QUESTÃO AGRÁRIA ESP 28-1

Ação do MST atrasa meta de assentamento, diz Jungmann

Movimento dos Sem-Terra ocupa dez superintendências do Incra em todo o País

IVANA DINIZ MACHADO
Especial para o Estado

BRASÍLIA – A ação dos militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) atrasa o cumprimento da meta do governo de assentar 80 mil famílias até o final do ano, afirmou o ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann. "Não se trata de uma acusação, mas de uma constatação", disse. O MST invadiu e mantém ocupadas dez superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em todo o País. No início da tarde de ontem, em uma entrevista à rádio CBN, Jungmann disse: "É de se perguntar se as invasões não têm o objetivo de impedir o cumprimento das metas."

Ao final de um encontro de seis horas com o superintendente do Incra, Milton Seligman, representantes do MST declararam-se decepcionados e ameaçaram manter as ocupações em prédios públicos até o dia 15, data marcada para uma nova rodada de negociações com o governo.

"Vou cumprir a lei e não negocio com invasores", insistiu Jungmann. "Onde houve invasão, foi pedida reintegração de posse e só estamos negociando onde há espaço para negociar."

O ministro negou que as negociações feitas pelo Incra contrariem a linha de atuação definida no ministério. "O presidente do Incra está fazendo o que eu mando; ele age sob minha supervisão", enfatizou. "Estamos de acordo [illegible] respeito aos procedimentos democráticos e também na necessidade de respeitar a lei." O superintendente do Incra passou a manhã parte do dia de ontem em reunião com representantes do MST.

Decepção – Ao final do encontro com Seligman, o representante da Comissão Nacional do Procera, Mário Schoma, declarou estar decepcionado. "Não houve qualquer avanço; as coisas ficaram exatamente como estavam na última reunião", criticou.

Os representantes do MST afirmaram que não vão sair das dez superintendências regionais ocupadas até que o Incra apresente soluções concretas. Uma nova reunião foi marcada para o dia 15. "Até esse dia, continuaremos ocupando as superintendências", anunciou Schoma.

O ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, disse ontem, de manhã, no *Rio* que não há possibilidade de aumentar o financiamento liberado para cada família de assentados pelo Procera, de R$ 7,5 mil para R$ 17 mil, como quer o MST. O ministro argumentou que o subsídio de 50% dado no programa impede o aumento. Antes da chegada do ministro, sem-terra invadiram a sede do Incra no Rio. A ocupação, prevista para durar apenas um dia, serviu para marcar os 33 anos de lançamento do Estatuto da Terra.

Em *Campo Grande*, os sem-terra continuam ocupando a sede do Incra em Campo Grande, onde entraram anteontem com 200 líderes representando 2.700 famílias assentadas às margens da BR-163.

MILITANTES PROMETEM OCUPAR PRÉDIO ATÉ DIA 15

Hoje pago.

1 Doc oscuro

01-01

9714443

Nº DOCUMENTO 9714444
TITULO II Reunion de MTROS. DE INTERIOR Y JUSTICIA
150090 DEL MERCOSUR/TRIPLE FRONTERA.
23/11/97
507432
INTEGRACION
MERCOSUR
66960
66723

SEGURANÇA PÚBLICA 24 .23/1

Mercosul planeja unificar o controle

Tríplice Fronteira teria cadastro integrado

BANCO DE DADOS/ZH - 11/11/95

Alvo: policiais admitem descontrole sobre a área de Foz do Iguaçu

ALTAIR NOBRE

ONDE FICA

O ponto do planeta onde o Brasil, a Argentina e o Paraguai se encontram pode se tornar, num futuro próximo, o melhor exemplo da união do Mercosul. Por vias tortas. O Conselho de Polícia, instituição reunindo representantes das polícias federais dos três países mais Uruguai, Chile e Bolívia, estuda a unificação do controle sobre esse ponto do mapa. O plano foi discutido na quinta e na sexta-feira passadas na 2ª Reunião de Ministros do Interior ou da Justiça do Mercosul, em Punta Del Este, no Uruguai. Uma de suas inovações seria estabelecer um sistema de identidade conjunto para os municípios de Foz do Iguaçu (PR), Ciudad Del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazú, na Argentina.

Segundo o pensamento dos agentes federais, se um morador de Foz do Iguaçu atravessar a ponte, chegar a Ciudad Del Este e for abordado por guardas, a cédula de identidade a apresentar seria do mesmo sistema vigente na cidade paraguaia. A unificação do cadastramento facilitaria a localização de criminosos. "A idéia de recadastrar os fronteiriços tem a finalidade de eliminar os clandestinos", explica o diretor-geral da Polícia Federal (PF), delegado Vicente Chelotti.

A confluência dos três países é um atrativo para criminosos. Para um residente nessa área fugir das autoridades, basta percorrer alguns metros e cruzar a fronteira. "Naquela região, há muitos foragidos internacionais", acrescenta Chelotti, vice-presidente do Conselho de Polícia do Mercosul, instituído em março, em Punta Del Este. Em novembro do ano passado, estava justamente em Foz do Iguaçu o libanês Marwán Al Safadi, um dos maiores especialistas em explosivos no mundo. Ele foi apontado como participante do atentado contra o World Trade Center, em Nova York, em 1993, quando seis pessoas morreram e mil ficaram feridas. A prisão de Al Safadi foi possível graças à colaboração entre a PF e a Polícia Nacional, do Paraguai.

A Tríplice Fronteira também hospeda clandestinos, máfias de comércio de contrabando e de tráfico de armas e de drogas. Além do controle unificado nas fronteiras, o conselho defende uma legislação comum. "Frequentemente temos a necessidade de prosseguir na Argentina uma investigação começada no Brasil", exemplifica. "Com a legislação integrada, faríamos isso sem ofender o país vizinho."

Doc con fs. ilegibles y otras pocos legible

01/04

9714444

XM2477

R POXBT 11-21 00751
sur bol icx

MERCOSUR-SEGURIDAD
SEIS PAISES AUNAN FUERZAS CONTRA GLOBALIZACION DELINCUENCIA

Punta del Este (Uruguay), 21 nov (EFE).- Los ministros de Interior de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay concluyeron hoy una reunión en Punta del Este con acuerdos para enfrentar conjuntamente la globalización de la delincuencia, especialmente en "puntos negros" como la "triple frontera".

La II Reunión de Ministros de Interior o Justicia del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) más Bolivia y Chile fue clausurada por el presidente de Uruguay, Julio María Sanguinetti, quien dijo que no se puede "ser tímido" frente a quienes atacan a la democracia y a la sociedad, y señaló que las acciones en persecución de los mismos también deben rebasar las fronteras nacionales.

El principal resultado de esta reunión es la creación de una unidad de trabajo especial con el objetivo de elaborar un plan para garantizar la seguridad en la zona de la "triple frontera", enclave entre Argentina, Brasil y Paraguay, que ha sido identificado como uno de los puntos negros de la región en este terreno.

El plan, que deberá estar listo para la reunión de ministros que se celebrará en Buenos Aires el próximo 27 de marzo, no sólo abarcará aspectos de la lucha contra la delincuencia, sino también aspectos aduaneros, migratorios, bancarios y financieros.

Por esa razón, sus integrantes no serán sólo efectivos de las fuerzas de seguridad, sino también por funcionrios de los ministerios del Interior, Justicia, Relaciones Exteriores, Economía y Comercio, Direcciones de Migración y Aduanas y Bancos Centrales de Argentina, Brasil y Paraguay.

Bolivia, Chile y Uruguay contarán con un representante cada uno en la unidad.

Los ministros también acordaron crear un sistema de intercambio de información sobre delitos, que permita facilitar el acceso eficiente y oportuno a la información.

Asimismo, formarán un grupo de trabajo para elaborar un plan regional de seguridad ciudadana, que analice, entre otros asuntos, la armonización de legislaciones nacionales relativa a la sanción de delitos como el terrorismo, el narcotráfico, el robo de vehículos, el lavado de dinero y el tráfico de armas y explosivos.

El otro acuerdo alcanzado en la reunión se refiere a la promoción de acciones en cada uno de los seis países con el fin de lograr que los parlamentos respectivos aprueben cuanto antes el protocolo de asistencia jurídica mutua en asuntos penales suscrito el año pasado.

La atención de la reunión estuvo centrada en la situación en la llamada "triple frontera", enclave geográfico entre Argentina, Brasil y Paraguay que tiene como principales centros de población la paraguaya Ciudad del Este y la brasileña Foz de Iguazu.

El ministro argentino del Interior, Carlos Corach, bajó de tono hoy sus denuncias respecto al peligro que representa para toda la región la inseguridad, fundamentalmente la de Ciudad del Este.

Corach dijo ayer, jueves, que existen incluso indicios de que grupos integristas islámicos vinculados al terrorismo operan desde Ciudad del Este, antes llamada Puerto Strossner.

En la rueda de prensa con la que hoy se cerró la reunión,

02

afirmó que los problemas de la triple frontera no se circunscriben sólo al lado paraguayo y matizó que los presuntos terroristas no serían activistas, sino los encargados de las finanzas.

Su colega de Paraguay, Guido Nayar Parada, reconoció que el crecimiento de Ciudad del Este es "desordenado" y que el hecho de ser un lugar de intenso tránsito de personas y mercancias dificultan el control de la zona y la aplicación de planes de seguridad, por lo que consideró un gran avance la creación de la unidad especial.

Nayar negó que haya elementos contundendtes de la existencia de grupos vinculados al terrorismo en Ciudad del Este y subrayó que solo hay "sospechas".

El ministro boliviano del Interior, Miguel A. Ramírez, que fue quien presentó la propuesta para un plan de seguridad regional, hizo hincapié en la necesidad de que la lucha contra el narcotráfico abarque también al desvío ilegal de las sustancias químicas empleadas para fabricar las drogas.

Ramírez dijo que Bolivia produce hoja de coca, cuyos usos milenarios son autorizados por la ley, pero no los llamados precursores, que se fabrican legalmente en países limítrofes como Argentina, Chile y Brasil.

Asimismo, reiteró el planteamiento del Gobierno que preside Hubo Banzer en el sentido de que la responsabilidad de acabar con el narcotráfico es de los países productores de la materia prima, pero también de los fabricantes de precursores, de los países de tránsito de la droga y de las naciones donde se consume.

También participaron en la reunión los minstros de Justicia de Brasil, Iris Rezende, y los de Interior de Chile, Carlos Figueroa Serrano, y Uruguay, Didier Opperti. EFE

ar/pgl

11/21/17-52/97

9714444

La globalización también trae el delito

Técnicos policiales de la región proponen que los fiscales comanden las investigaciones en coordinación con las fuerzas policiales, creando un cuerpo independiente del poder político

POR EDISON LANZA
enviado a Punta del Este

Los técnicos de las fuerzas policiales de los cuatro países socios del Mercosur, Chile y Bolivia concluyeron en que los principales problemas de seguridad pública en el Cono Sur se relacionan con el aumento de los delitos violentos al interior de los países y con la globalización del crimen organizado que afecta a toda la región.

Durante los trabajos conjuntos que se desarrollaron la pasada semana por espacio de dos días en el Hotel San Rafael, representantes de todas las policías regionales estimaron que para combatir de modo eficaz a la delincuencia son necesarios cambios estructurales en los sistemas penales.

Como primera medida se propone que los fiscales sean quienes comanden las investigaciones en coordinación con las fuerzas policiales, creando un cuerpo –el Ministerio Público– independiente del poder político y con autonomía financiera, según un documento de trabajo elaborado durante las discusiones y al que accedió *El Observador*.

> *Los países de la región comenzaron a elaborar una política común en materia de seguridad*

En cuanto a la globalización del crimen organizado, además de la decisión de combatir el foco de delincuencia radicado en la triple frontera en Ciudad del Este y Foz de Iguazú, las policías regionales acordaron impulsar la aprobación de normas que permitan operar conjuntamente a los agentes de inteligencia de los países del área, y que los fiscales y policías de dos o más estados puedan desarrollar investigaciones coordinadas sin impedimentos burocráticos.

De los documentos elaborados durante estas reuniones surge que los países de la región comenzaron a elaborar una política común en materia de seguridad ciudadana y seguridad pública sostenida en dos ideas básicas: en lo interno, otorgar el poder investigativo a los fiscales y la Policía y en el plano transnacional, desarrollar niveles de coordinación en inteligencia y capacidad de acción conjunta de las fuerzas policiales de la región.

Este tipo de políticas sobre criminalidad es impulsada por organismos de las Naciones Unidas a nivel global, precisamente este encuentro fue auspiciado por el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Fue en este organismo, por otra parte, donde los altos mandos oficiales recibieron cursos de capacitación en los últimos años.

Sin embargo surgen preguntas de parte de los teóricos de la corriente penal denominada criminología crítica: ¿Es la política de seguridad ciudadana un émulo de lo que en la década de 1960 fue la doctrina de la seguridad nacional para toda América Latina?

Altas fuentes del Ministerio del Interior de Uruguay consultadas por *El Observador* negaron que éste sea un intento similar al que floreció décadas atrás, de coordinación de los sistemas represivos. Las fuentes afirmaron que es un imperativo ético coordinar los esfuerzos de los estados ante el desarrollo de la criminalidad transnacional que opera sin fronteras.

En ese sentido, Guido Nayar, el ministro del Interior de Bolivia dijo que, por el contrario, hoy pasan a ser fundamentales las políticas de prevención y defensa de los derechos individuales.

Uno de los documentos de trabajo elaborados en el encuentro sostiene que "en los países del Mercosur y asociados se viene produciendo en años recientes un aumento de los delitos y un incremento del temor de la población frente a estas situaciones. Temor que tiene efectos sociales y políticos importantes".

Así mismo se concluye que "el crimen organizado tiende a la globalización de sus actividades, lo que implica que las autoridades policiales de la región tomen conciencia y marquen estrategias tendentes a contrarrestar el avance del fenómeno".

Frente a este diagnóstico, las fuerzas policiales acordaron diseñar y poner en ejecución "políticas integradas que comprendan la medición del fenómeno criminal y la identificación de sus causas generadoras, registrando los efectos en tres planos: social, individual e institucional".

Los trabajos también enfatizan la necesidad de promover nuevas estrategias policiales de acercamiento a la comunidad. El ejemplo propuesto en este sentido fue el de "los centros Pilotos de Prevención que proyecta implementar el Ministerio del Interior uruguayo".

Otra de las medidas que se le solicita a los poderes Judiciales de la región es la necesidad de facilitar la extradición recíproca de delincuentes, "librándola de cualquier traba formal que pudiera existir".

Se hace hincapié luego, en la participación de la sociedad civil "a través de sus organizaciones relacionadas con la problemática de las víctimas del delito, estableciendo formas de coordinación entre aquellas y los órganos oficiales de investigación criminal".

INTELIGENCIA Y POLICÍA

En lo que tiene que ver con las estrategias globales, los técnicos de las policías de los seis países de la región coincidieron en que "los agentes investigadores de los países puedan integrarse" y a tales efectos manifiestan la necesidad de "legislar con qué límites y bajo qué condiciones" debe desarrollarse ese trabajo en común.

En ese marco establecen que es imperioso "permitir la investigación conjunta entre fiscales, policías o cualquier otro organismo de investigación criminal de cada país". También señalan que se debe "establecer órganos multilaterales y permanentes de investigación criminal para aquellos ilícitos de efectos regionales".

> *"Es un imperativo ético coordinar los esfuerzos ante el desarrollo de la criminalidad"*

En el conjunto de medidas a tomar se menciona la "capacitación del personal policial y su permanente actualización respecto a las distintas modalidades delictivas, así como la urgencia de "buscar fórmulas que favorezcan el intercambio fluido de información relacionadas con actividades del crimen organizado.

Coordinación contra el narcotráfico

El Ministerio del Interior de Bolivia coordinará con su par uruguayo un plan de trabajo común para la detección de correos de cocaína que usan Uruguay como lugar de tránsito y plataforma del tráfico de la droga hacia Europa. Con ese objetivo, el ministro boliviano Guido Nayar se comunicó con el director de la agencia uruguaya de combate al narcotráfico, Alberto Scavarelli, y con el director de la brigada de Narcóticos del Ministerio del Interior, Dumas Rivero.

Fuentes de la delegación boliviana que asistieron al encuentro de ministros de Interior y Justicia de la región, dijeron a *El Observador* que la estrategia de Nayar es cortar los lazos de interrelación que tienen los productores de la cocaína en Bolivia con el exterior, ya que son dependientes para la elaboración de la pasta de coca y del transporte de lo producido a los otros países.

Nayar dijo durante la conferencia de prensa que brindaron los secretarios de Estado que la producción de cocaína boliviana no se entiende sin un constante flujo de precursores químicos hacia el altiplano desde Argentina y Brasil. Así mismo señaló que el tránsito hacia Europa desde el Cono Sur es otra de las relaciones que se deben destruir.

Según se informó Nayar se comunicó telefónicamente con Rivero y Scavarelli desde el Hotel San Rafael y acordaron la realización de encuentros bilaterales en los próximos meses para estudiar un plan conjunto.

9744444

Nº DOCUMENTO 9714445
TITULO Ejercitos del Mercosur e integracion militar. —
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PRODUCCION 28/11/97
VINCULACION 507492
INTEGRACION
MERCOSUR
11163
FF.AA. 13066
11328
66962
66723
507466
11851
CHILE
doc. con fs oscura
MÁRIO CÉSAR FLORES ESP 21-11

Mercosul estratégico

Durante três séculos os Exércitos do Cone Sul se preocuparam fundamentalmente uns com os outros, mas, superados os antagonismos históricos, a região vive agora um relacionamento parametrado pela economia que, se bem-sucedido, evoluirá *naturalmente* para uma integração mais política e de segurança estratégica. Tratamos aqui da segurança solidária, condicionada pelo sucesso da integração econômica e por duas complexas razões peculiares:

- Os resíduos da cultura da rivalidade, que, compreensivelmente, atuou sobre o universo da segurança;
- A ausência de ameaça comum capaz de justificar a segurança solidária, à semelhança do que aconteceu na Europa, onde o receio da URSS impôs a superação dos antagonismos históricos. Ou, em outro patamar e de outra natureza, como aconteceu durante os regimes militares argentino e brasileiro, quando os Exércitos mantiveram um relacionamento inspirado na ameaça interna da guerra fria, a despeito do contencioso do Rio Paraná.

A superação da primeira razão está em bom caminho, há muitos anos iniciada pelas Marinhas, menos afetadas pelas rivalidades que preocupavam os Exércitos. Quanto à ausência de ameaça comum, uma felicidade, diga-se de passagem, temos de resistir ao empenho dos EUA de substituí-la pelos grandes delitos internacionais

Os episódios militares da rivalidade no Prata serão só lembranças históricas

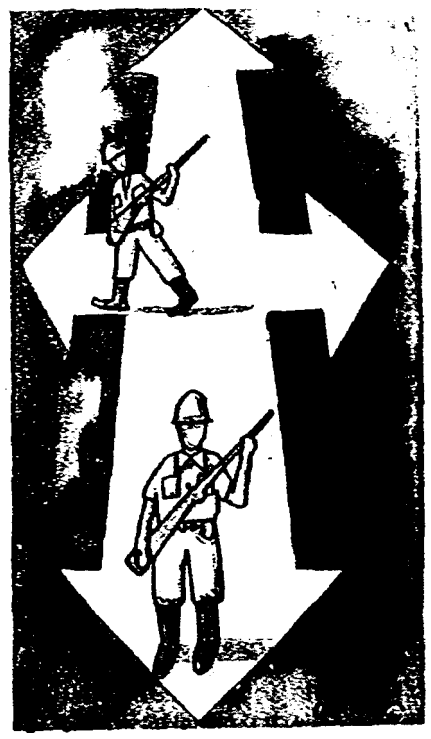
(drogas, terrorismo), que são problemas mais de ordem legal que de segurança estratégica, cabendo às Forças Armadas do Mercosul (principalmente do Brasil e da Argentina), por lei e vocação, apenas o apoio à alçada policial.

Qual deve ser, então, a dimensão estratégica da integração regional? Há alguma conveniente e viável? Vejamos.

Os tratados de segurança coletiva fundamentados em princípios utópicos sujeitos a interpretações nacionais só funcionam quando há envolvimento de grande potência. Seria inócuo, portanto, um tratado dessa natureza no Mercosul: para "acertar" desacertos locais a integração econômica é mais eficiente do que os vagos princípios de segurança coletiva. E se ocorrer um problema com grande potência, de que adiantaria o tratado sem os EUA? Será que um idílico tratado de segurança coletiva do Mercosul levaria o Brasil à participação *militar com* a Argentina, numa segunda época nas Malvinas? Quanto aos acordos militares com objetivos e compromissos definidos, caímos na ausência de razões comuns que os exigissem, pelo menos *se não aceitarmos* como justificativa os delitos transnacionais da alçada primordialmente policial. Mas existem alguns campos concretos, embora limitados, em que o Mercosul se pode estender à estratégia.

Num deles, o nuclear, a cooperação construtiva Argentina-Brasil, já está em curso, foram estabelecidos instrumentos que exorcizaram os fantasmas nucleares de décadas anteriores. Ainda na área da tecnologia de ponta, se a Argentina voltar a ter um programa espacial, conviria que ela o ressuscitasse associado ao brasileiro, tanto sob a perspectiva da cooperação técnica como da economicidade.

A parceria estratégica viável se estende a qualquer programa técnico e industrial de defesa cujos custo e complexidade justifiquem a complementaridade dos esforços. Vale lembrar que o armamento tecnologicamente moderno é muito caro e mais caro será se a demanda se limitar a de um único país (exportar, como o Brasil fez nos anos 1970/80, já não é solução, em razão dos controles internacionais e do dumping das maiores potências). A parceria técnica e industrial produz um corolário político-estratégico interessante: os países participantes precisam um do outro para seus programas — *fato que reforça o sentimento* de solidariedade.



Outro campo de parceria estratégica salutar prescindente de tratados e acordos é o dos exercícios conjuntos inspirados por situações plausíveis e simples. As Marinhas argentina e brasileira já os praticam há muitos anos; os Exércitos e Forças Aéreas os iniciaram recentemente. Complementarmente, seria bastante conveniente, em termos de solidariedade estratégica perante o mundo, que as contribuições dos países do Mercosul para as forças de paz da ONU se associassem num conjunto integrado, respeitada a capacidade de cada país — um primeiro exercício assim parametrado já foi realizado.

Cooperação tecnológica e industrial, exercícios conjuntos e atuação internacional solidária, a reboque do sucesso da vertente fundamental do Mercosul, a econômica, mudarão a cultura estratégica de cuidados recíprocos para *uma de entendimento* e cooperação recíprocos. Paulatinamente, os episódios militares da rivalidade no Prata passarão a ser lembranças históricas e o Mercosul econômico será complementado por uma dimensão estratégica que, embora não formalizada por tratados de segurança ou acordos militares inócuos ou desnecessários, será útil tanto à segurança solidária, quando e se ela efetivamente for exigida, como à presença política do Mercosul nos arranjos internacionais.

■ *Mário César Flores é almirante-de-esquadra da reserva*

01-04
9714445

CONFERENCIA DE EJÉRCITOS AMERICANOS EN ECUADOR

Ejércitos del Mercosur dijeron no a la integración militar

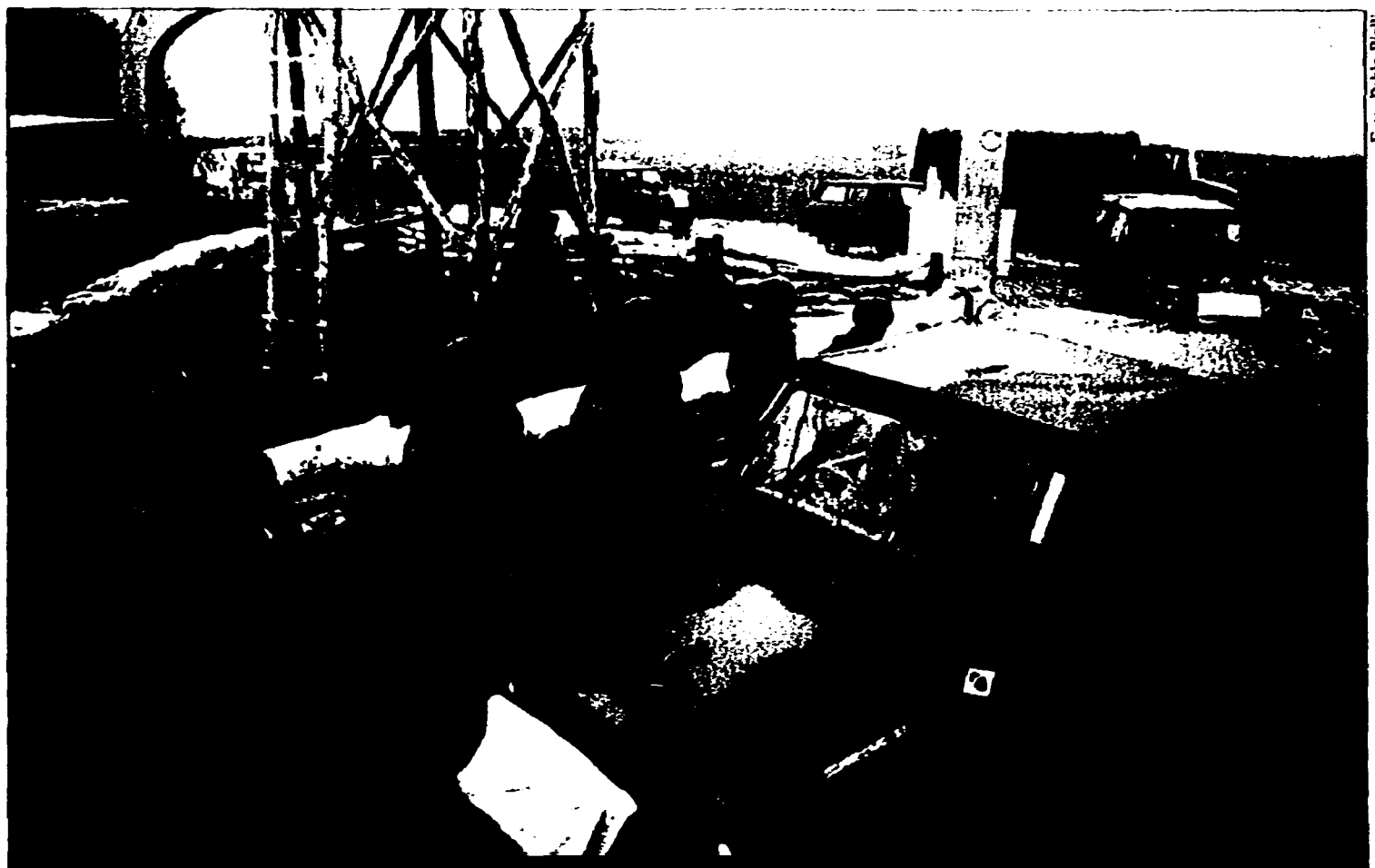


Foto: Pablo Bielli

Con mayor o menor énfasis los representantes de los ejércitos del Mercosur se pronunciaron contra la integración militar

En la década del 60 los Estados Unidos organizaron las cinco primeras Conferencias de Ejércitos Americanos (CEA) como un ámbito para que los militares del continente –por esos años actores protagónicos en el escenario regional– desplegaran sus estrategias y discursos contra el "enemigo común del comunismo internacional". Pero las arengas que hoy se oyen en ese foro castrense han cambiado tanto como el mundo. Esta semana, durante las sesiones de la XXII edición de la CEA, en la base militar del semidesierto balneario ecuatoriano de Salinas –donde el invierno se inicia con 35 grados de temperatura–, comandantes y generales de 16 ejércitos del continente dieron vuelta del derecho y del revés a la realidad mundial emergente del fin de la Guerra Fría en busca de nuevos roles que justifiquen su existencia, ya que hasta su viejo y poderoso aliado del Norte, ahora sin enemigos marxistas en el horizonte, les pide a gritos que reduzcan su tamaño.

Por si esto fuera poco, los militares del continente, sintiéndose víctimas de una "conspiración global" contra su existencia, visualizan ahora que los procesos de integración política y económica, que todos los uniformados reunidos en Salinas dijeron apoyar, se pueden terminar constituyendo en el tiro de gracia contra la identidad de las Fuerzas Armadas. En sus ponencias ante la asamblea de la CEA –que se inició el 24 de octubre y concluye hoy, viernes 28– a las que *Posdata* accedió, cuatro de los cinco países que integran el Mercosur –Brasil, Argentina, Chile y Uruguay– rechazaron, con diferente énfasis, una integración en el plano militar y presagiaron negros augurios en caso de que ello ocurra.

Uruguay: integrarse no es compartir responsabilidades

La ponencia ante la CEA del Comandante en Jefe del Ejército de Uruguay, teniente general Raúl Mermot, llevó por título *El rol del Ejército nacional como garantía de la defensa nacional en el marco de la integración que se visualiza en el continente americano para el siglo XXI*.

"La integración desde el punto de vista militar se traduce en un franco espíritu de colaboración e intercambio de conocimiento y experiencias", pero "no es compartir una responsabilidad de defensa nacional que es pro-

02

9714445

CONFERENCIA DE EJÉRCITOS AMERICANOS EN ECUADOR

Ejércitos del Mercosur dijeron no a la integración militar

Foto: Pablo Bielli

Con mayor o menor enfasis los representantes de los ejércitos del Mercosur se pronunciaron contra la integracion militar

En la década del 60 los Estados Unidos organizaron las cinco primeras Conferencias de Ejércitos Americanos (CEA) como un ámbito para que los militares del continente –por esos años actores protagónicos en el escenario regional– desplegaran sus estrategias y discursos contra el "enemigo común del comunismo internacional". Pero las arengas que hoy se oyen en ese foro castrense han cambiado tanto como el mundo. Esta semana, durante las sesiones de la XXII edición de la CEA, en la base militar del semidesierto balneario ecuatoriano de Salinas –donde el invierno se inicia con 35 grados de temperatura–, comandantes y generales de 16 ejércitos del continente dieron vuelta del derecho y del revés a la realidad mundial emergente del fin de la Guerra Fría en busca de nuevos roles que justifiquen su existencia, ya que hasta su viejo y poderoso aliado del Norte, ahora sin enemigos marxistas en el horizonte, les pide a gritos que reduzcan su tamaño.

Por si esto fuera poco, los militares del continente, sintiéndose víctimas de una "conspiración global" contra su existencia, visualizan ahora que los procesos de integración política y económica, que todos los uniformados reunidos en Salinas dijeron apoyar, se pueden terminar constituyendo en el tiro de gracia contra la identidad de las Fuerzas Armadas. En sus ponencias ante la asamblea de la CEA –que se inició el 24 de octubre y concluye hoy, viernes 28– a las que Pos*data* accedió, cuatro de los cinco países que integran el Mercosur –Brasil, Argentina, Chile y Uruguay– rechazaron, con diferente énfasis, una integración en el plano militar y presagiaron negros augurios en caso de que ello ocurra.

Uruguay: integrarse no es compartir responsabilidades

La ponencia ante la CEA del Comandante en Jefe del Ejército de Uruguay, teniente general Raúl Mermot, llevó por título *El rol del Ejército nacional como garantía de la defensa nacional en el marco de la integración que se visualiza en el continente americano para el siglo XXI*.

"La integración desde el punto de vista militar se traduce en un franco espíritu de colaboración e intercambio de conocimiento y experiencias", pero "no es compartir una responsabilidad de defensa nacional que es pro-

02

9714445

pia e intransferible de cada nación", dijo Mermot. Y agregó: "Se excluye entonces un relacionamiento que exceda la cooperación en un contexto de amistad y conocimiento mutuo."

El Ejército uruguayo considera que si bien "ha disminuido la posibilidad de enfrentamientos bélicos en la región" producto de los procesos de integración, eso "puede llevar a la errónea conclusión de desvalorizar los roles tradicionales de las Fuerzas Armadas, confundiendo el necesario cambio en las prioridades otorgadas a las hipótesis de conflicto que esta realidad impone con la supuesta desaparición de estos riesgos". Según señaló Mermot, no se puede confundir los ajustes que es necesario hacer en las Fuerzas Armadas "con el supuesto de que la soberanía, honor, independencia e integridad territorial de los Estados están garantizados contra toda forma de agresión, en todo tiempo y en toda circunstancia".

"La defensa nacional debe entonces enfrentar la dicotomía integración-identidad, percibiéndose la primera como vía ineludible para lograr elevar el nivel de desarrollo económico y social del país, pero sin distorsionar los valores que conforman el ser nacional, lo que tornaría intrascendente y vacía la imagen de nación que hoy nos distingue", añadió el jefe militar.

En cuanto al rol que en este marco le corresponde al Ejército uruguayo, Mermot dijo que éste se basa en su condición de "institución fundadora de la nación y garante de la estabilidad del Estado", lo cual ubica a la fuerza militar como un "factor fundamental de la preservación de valores y de la identidad nacional".

En situaciones de normalidad, dijo Mermot, el Ejército uruguayo realiza tareas de apoyo al desarrollo, sirve a la política exterior del Estado y coopera en la preservación del medio ambiente. En situaciones adversas, como pueden ser los desastres naturales, brinda defensa y protección civil.

Con respecto a la participación de los militares en el control del orden interno, Mermot sostuvo que su fuerza es sólo "una reserva" a las órdenes del Poder Ejecutivo "para ser empleada cuando otros organismos se hayan empeñado totalmente sin resultado satisfactorio".

En este capítulo aludió al control del narcotráfico (ver nota aparte), un aspecto en torno al cual la CEA reveló disímiles realidades continentales. Mientras que a los Ejércitos de la zona del Pacífico les resulta algo común su participación en el combate contra los traficantes, los países de la costa atlántica tienen reservas al respecto.

No obstante ser una realidad desconocida en este sector del continente, todos los ejércitos manejan el término narcoterrorismo, y en ese contexto Mermot dijo que en Uruguay la fuerza de tierra prevé su participación en la desactivación de artefactos terroristas, en la liberación de rehenes y en el control de fronteras para "neutralizar e impedir" actividades vinculadas al tráfico de armas, drogas y explosivos.

Ante una situación de guerra abierta, concluyó Mermot, el Ejército cumplirá su papel de defensor de la soberanía nacional. La delegación uruguaya ante la CEA la integraron, además de Mermot, los coroneles Carlos Vernengo (director del Liceo Militar y oficial de enlace con la CEA), Wilson Coronel (jefe del Departamento 2 de Inteligencia del Ejército) y Manuel Saavedra (agregado militar en Chile y Ecuador).

Brasil: "muy temprano" para hablar de integración militar

El comandante en Jefe del Ejército de Brasil, general Gleuber Vieira, dijo por su parte que las Fuerzas Armadas "no deben ignorar los procesos de integración ni ser los actores principales".

En el área militar es "muy temprano para hablar de integración entre las Fuerzas Armadas" pero "sí podemos hablar sin ningún problema de cooperación y aproximación".

Si hoy la integración no es posible, dijo Vieira, ello obedece a que "existen factores condicionantes en las naciones a considerar y peculiaridades que deben ser cuidadosamente evaluadas y respetadas, por involucrar al ordenamiento jurídico y al respaldo legal que regula a las Fuerzas Armadas en cada país, como las concepciones estratégicas, políticas y militares de cada estado".

En otro orden, Vieira sostuvo que se equivocaron quienes creyeron que con el fin de la Guerra Fría se terminarían los conflictos bélicos, ya que los "antagonismos históricos, las convicciones religiosas y las disputas étnicas están haciendo hogueras en todo el mundo".

"Callaron los heraldos de la paz eterna" y "las Fuerzas Armadas mantuvieron su importancia, su significado y su espacio específico, con la certeza de que constituyen uno de los pilares donde se apoya la estructura de poder", sostuvo Vieira.

El militar brasileño señaló que "las Fuerzas Armadas sufren restricciones presupuestarias, limitaciones de efectivos, baja remuneración de su personal, presiones internacionales, incomprensión de los políticos e indiferencia por parte de las élites, como si fuera una conspiración global contra su existencia".

"Se vive una época donde se cultiva un desdén por las Fuerzas Armadas. Si concebimos una curva de representación gráfica de su importancia, sin duda la veríamos en un punto abajo de la línea deseable", añadió Vieira.

El militar sostuvo que esta situación es "comprensible por el ascenso que están teniendo ciertas expresiones del poder nacional, hoy más eficaces para alcanzar los intereses de las naciones: el esfuerzo político, las presiones económicas, comerciales y tecnológicas, los flujos de capital y las demandas ambientales".

Pero advirtió con la posibilidad de que estos centros de poder "tengan una pérdida de eficacia y necesiten del respaldo disuasorio, incluso como una medida de prevención de las Fuerzas Armadas o cuando las demandas internas políticas y sociales pongan en riesgo la estabilidad y el orden. Serán momentos de reclamos por una mayor participación de las Fuerzas Armadas en el escenario nacional".

Vieira dijo que los militares tienen "un compromiso con el futuro, al contrario de muchos otros que por cumplir mandatos efímeros piensan sólo en la solución para los problemas actuales. Una nación que no respeta a sus soldados está perdiendo su respeto propio y así pasa a mantener riesgos muy serios en cuanto nación".

Chile: no a los compromisos desmedidos

En nombre del general Augusto Pinochet, cuya presencia estaba prevista para la clausura de la CEA, un general del Ejército chileno expuso la postura de su país en relación a la integración militar. "Los procesos pueden eventualmente llegar a propiciar la formación de organizaciones de seguridad regionales, en cuyo caso se debe ser cuidadoso en seleccionar un modelo que respete nuestra idiosincrasia" ya que eso puede contribuir a la inseguridad por la desconfianza que se generará entre quienes queden afuera.

"La política de defensa de Chile contempla relaciones directas con todos los países de la región pero sin que para ello medien acuerdos o compromisos desmedidos con algunos de ellos o la dependencia de alguna potencia en particular", dijo el militar chileno quien se pronunció en favor de "fundar un sólido mecanismo cooperativo".

La delegación chilena sostuvo que si bien se ha avanzado, "no están del todo superadas las hipótesis de conflicto" que el país trasandino mantiene íntegramente. En 1977 Chile y Argentina estuvieron al borde del enfrentamiento armado por la soberanía del canal de Beagle. Tras acuerdos en una veintena de puntos aún queda por resolver la cuestión de la soberanía sobre los hielos continentales. RI

03

9714445

Argentina: cooperación en la integración

De los países de la región, Argentina fue el que menos énfasis puso con respecto a descartar una integración militar. Así como el presidente Carlos Menem se ha presentado como un radical en materia de integración regional –integrarse "desde Alaska a Tierra del Fuego", ha dicho–, los militares argentinos han propuesto en diversos foros la creación de organismos comunes de defensa.

En esta ocasión, en Ecuador, y en ausencia del Comandante del Ejército Carlos Balza, la delegación argentina, luego que Brasil, Chile y Uruguay rechazaran una integración en el área militar, se limitó a señalar que el Mercosur, además de un acuerdo político y económico, debe alcanzar a la esfera castrense pero en carácter de "cooperación".

"Pretender que la cooperación entre las naciones se ciña sólo a los compromisos nacionales en marcha en casi todas las regiones, equivaldría a reconocer que nuestros ejércitos no son capaces de vislumbrar espacios para estrechar aún más nuestras relaciones como lo desearan nuestros libertadores", se expresaba en la ponencia argentina.

En ese contexto, sostuvo que la identificación de intereses comunes debe respetar "las expectativas particulares de cada nación". "Los ejércitos –se añadió la posición de Argentina–, herramienta insustituible de la alta política, pueden ayudar a poner a la misma en la cúspide del proceso integrador".

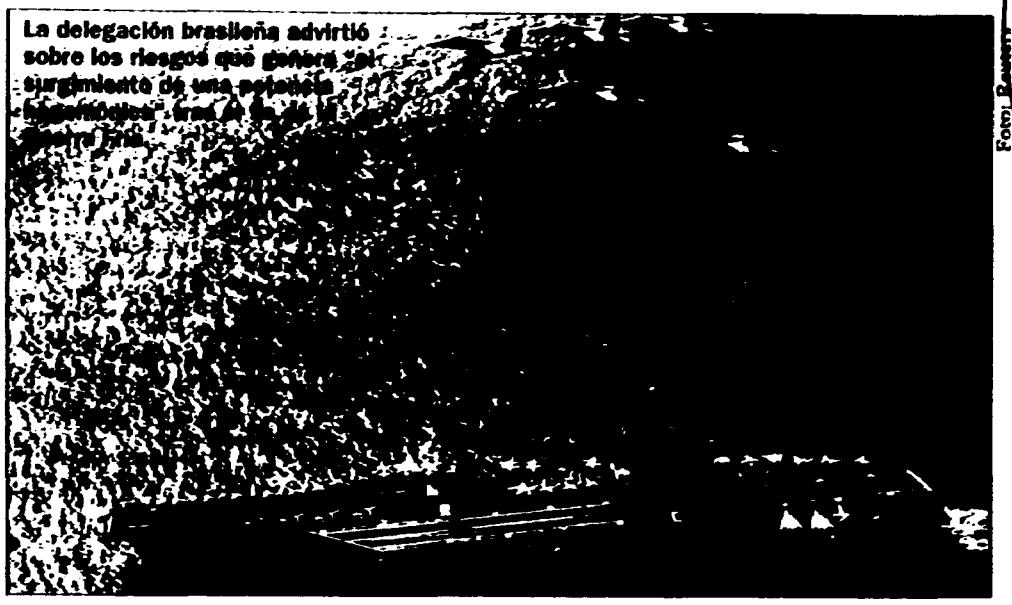
La preocupación de los poderosos

Además de su visión sobre la integración y el papel de las Fuerzas Armadas, Brasil y Chile, dos de los ejércitos más poderosos de la región cuyas estrategias difieren con las alentadas por los Estados Unidos, expusieron en la OEA su preocupación por cómo puede afectar al continente la acción de la potencia del Norte.

"La poderosa influencia de una superpotencia puede inclinar el sensible balance estratégico que ha permitido al continente americano mantenerse por muchos años prácticamente sin conflictos armados interestatales", dijo la ponencia de la delegación chilena.

Sin mencionarlo, los chilenos aludían así a la propuesta norteamericana para reconocer a Argentina como miembro especial de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN). A Chile le preocupa también la posibilidad de que Brasil sea reconocido como miembro del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

"Un desequilibrio estratégico en el área americana puede condicionar o debilitar los procesos de integración, ya que la sensación de inseguridad por parte de un país puede arrastrarlo a la búsqueda de una condición que mejore su situación estratégica iniciando una escalada de impredecibles consecuencias", dijo el delegado chileno ante la OEA. Y concluyó: "Sería incomprensible alterar esta situación por motivos ajenos a nuestra realidad que amenazarían nuestro sueño de una América integrada y poderosa."



La delegación brasileña advirtió sobre los riesgos que genera "el surgimiento de una potencia hegemónica" tras el fin de la Guerra Fría

Foto: Reuters

El representante brasileño, general Vieira, por su parte, opinó que "el surgimiento de una potencia hegemónica" tras el fin de la Guerra Fría genera "una asimetría de poder fácilmente perceptible que de una manera u otra limita tales relaciones e impide una reciprocidad equitativa".

Aludiendo a la estrategia norteamericana para con los ejércitos del Tercer Mundo, Vieira señaló: "Se puede deducir de manera muy lógica el surgimiento de una tendencia que apunta en la dirección de una probable disminución de los espacios regularmente disponibles para la actuación de las Fuerzas Armadas. Sin embargo, surgen demandas sociales generando nuevos encargos para sus militares y propiciando que las Fuerzas Armadas ocupen espacios vacíos." Confirmando la preocupación de Vieira acerca de las tesis reduccionistas, minutos después de su exposición el representante de los Estados Unidos recomendó a las fuerzas americanas reducir sus presupuestos (ver nota aparte). N

G. P.

Acuatizar en Guayaquil

El lunes 24, el aeropuerto Simón Bolívar de la ciudad de Guayaquil estuvo cerrado por más de diez horas. Cuando retomó la actividad, el espectáculo era caótico. Más de 20 centímetros de agua anegaban las pistas de aterrizaje, el salón central de la terminal, las oficinas de inmigración, los *free-shops*. Fuera del aeropuerto, decenas de automóviles flotaban en las aguas marrones. Ni qué hablar de la situación en las márgenes del río Guayas. Ese día, miles de personas no pudieron asistir a sus empleos y las clases se suspendieron en los centros de enseñanza por las peores lluvias que Ecuador recuerde en 25 años.

Ni las inminentes elecciones legislativas, ni los anuncios de una nueva postulación del removido ex presidente Abdalá Bucaram, ni la reunión de ejércitos americanos, convoca en estos días la preocupación de los ecuatorianos, que sólo atienden, y sufren, los devastadores efectos de la corriente de El Niño.

Ecuador parece ser el país americano que más ha sentido los efectos de este fenómeno climático, que ya provocó la muerte de 33 personas. Se han desbordado diez ríos. La vía principal que une las sierras con la costa quedó cortada tras la caída de un puente. Son doce los puentes que se han venido abajo. Los evacuados suman más de 15 mil en las zonas costeras. Las autoridades sanitarias advierten con un inminente brote de sarna en estas poblaciones. Por cadena de radio y televisión, el presidente de la República, Rafael Alarcón, apeló el lunes 24 a "la solidaridad" de sus conciudadanos para superar el trance. En Ecuador, noviembre no es considerado un mes de lluvias, pero hasta ahora las precipitaciones fueron 75 veces superiores a lo previsto. Los ecuatorianos no dejan de preguntarse qué ocurrirá cuando llegue enero, que sí es el mes de las lluvias.

04-04 9714445

Nº DOCUMENTO 9714446
TITULO
PROCE A.E.P
23.11.97
507402
INTEGRACION
MERCOSUR
XA7472
R POXBT 11-23 00465
icx amt

sindicatos (Brasil)
113338
11163
13065

BRASIL-SEGURIDAD
SINDICATO POLICIA PROPONE INCLUIR SEGURIDAD TRATADOS MERCOSUR

Rio de Janeiro, 23 nov (EFE).- Un sindicato de la Policía Federal brasileña anunció hoy, domingo, que propondrá la inclusión de los asuntos de seguridad en los tratados del Mercado Común del Sur (Mercosur).

"Analizamos todos los tratados del Mercosur -integrado por Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay- y ninguno de ellos hace referencia a la seguridad", manifestó el presidente del Sindicato de Policías Federales de Sao Paulo, Lauro Gildo Trapp al diario "Jornal do Brasil".

La propuesta será analizada a partir del próximo martes en el "Primer Congreso Iberoamericano de Seguridad Transnacional para Asuntos del Mercosur", que se celebrará en Sao Paulo.

La reunión pretende establecer políticas para el combate contra delitos considerados transnacionales, como tráfico de drogas, "lavado" de dinero, contrabando de armas y mercancías y prostitución infantil.

Trapp explicó que "mientras las relaciones comerciales y el tránsito de ciudadanos entre países del Mercosur está aumentando, los medios para combatir el crimen organizado no han cambiado en nada".

El presidente del sindicato policial explicó que, en delitos como el narcotráfico, el 80 por ciento de la droga producida en América Latina pasa por Brasil antes de llegar a los mercados europeos y estadounidense.

La propuesta de la Policía Federal brasileña, encargada de controlar las fronteras nacionales, incluye la creación de una Escuela de Policía Común entre los países, unificación del documento de tránsito para los ciudadanos de las cuatro naciones y eliminación de las trabas burocráticas para la inmigración.

En opinión del delegado del Departamento de Represión de Estupefacientes de la Policía Federal, Getulio Bezerra, se deben establecer controles para el "lavado" de dinero, delito que se ha convertido en una práctica frecuente en las fronteras de Brasil con sus vecinos del Mercosur, especialmente con Paraguay.

"Donde hay control sobre la circulación del dinero es más fácil controlar las bandas delictivas", sostuvo el funcionario.

Como ejemplo, se mencionó que la policía descubrió a mediados de este año una operación de "lavado" de dinero que permitió la movilización de 5.000 millones de reales (4.500 millones de dólares) en menos de seis meses por la frontera con Paraguay.

"Hay muchos vacíos porque muchas veces los reales que salen de ciudades como Sao Paulo y Río de Janeiro son depositados en bancos del lado brasileño de la frontera, como si fuesen producto del comercio paraguayo, y, una vez convertidos en dólares, van a Paraguay y siguen para otros países", declararon fuentes policiales.

dólares

Los controles policiales para ese tipo de delitos en las zonas fronterizas del Mercosur son todavía muy frágiles "porque los empresarios están preocupados en ganar dinero y nadie se acuerda de incluir la seguridad en los acuerdos" del bloque suramericano, agregaron las fuentes. EFE

JOC/mmg/mlr

01-01

9714446

Nº DOCUMENTO 9714447
TITULO Marinha inaugura base aérea em Lagoa de Los Patos.
PROCEDENCIA 150029
FECHA DE [illegible] 26.11.97
VINCULACION 507482
11163
11329

RIO GRANDE

24 26-11

Marinha inaugura base aérea na Lagoa dos Patos

Esquadrão fará resgates em terra e alto-mar e policiamento

KLÉCIO SANTOS
Casa Zero Hora/Pelotas

Rio Grande – Um esquadrão de helicópteros equipado com três aeronaves esquilo e composto por cerca de 40 militares – aviadores-navais e praças – está sendo formado pela Marinha na Ilha de Terrapleno, conhecida como Ilha da Base, na Lagoa dos Patos, em Rio Grande. O comandante do 5º Distrito Naval, almirante José Alberto Accioly Fragelli, inaugurou na segunda-feira à tarde o hangar – compartimento onde as aeronaves são estacionadas para manutenção e repouso – com três oficinas e a área de pouso dos helicópteros na ilha. O 5º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral da Marinha fará resgates em terra e em alto-mar, além de serviços de policiamento naval e de inspeção da sinalização na Lagoa dos Patos e dos faróis da região.

Desde julho, um helicóptero, quatro aviadores-navais e sete praças de um esquadrão situado em São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro, realizam pousos e decolagens na ilha, em Rio Grande, com a intenção de prestar apoio à Marinha até a chegada das três aeronaves, prevista para março de 1998.

ONDE FICA

"A previsão é de que, até o final de 1998, o esquadrão esteja formado por cinco aeronaves", afirma o responsável pelo Serviço de Sinalização Náutica do Sul (SSNS), capitão-de-fragata Francisco Antônio Cardoso Garcia.

Os helicópteros com tecnologia francesa atingem uma velocidade de até 230 km/h e estão sendo fabricados pela Helibrás, empresa com sede em Itajubá, Minas Gerais. Cada aeronave está avaliada em cerca de R$ 1 milhão. A Ilha da Base, que será sede do esquadrão, também abriga a Estação Rádio e o Serviço de Sinalização Náutica da Marinha e conta com cerca de sete oficiais e 150 marinheiros. A ilha tem 1,4 mil metros de comprimento e 600 metros de largura. De acesso restrito aos militares, a área é formada por extensa vegetação e habitada por cães selvagens, corujas e cobras, algumas delas venenosas.

9714447

01-01

Nº DOCUMENTO 9714448
TITULO Empresas bélicas brasileñas pierden con guerra fría
PROCEDENCIA Gazeta Mercantil
FECHA DE PROCEDENCIA 02.11.97
N. CLASIFICACIONES 507432
11163
13065
Armamento/armas.
Venta de armas
Empresa

2 AL 8 DE NOVIEMBRE DE 1997

GM

Empresas pierden con el fin de la guerra fría

La adhesión al Sistema de Catalogación de la OTAN (SOC) podría representar una nueva fase para la industria bélica brasileña. Quinto mayor exportador mundial en los años 70 y comienzos de los 80, el sector se hundió en deudas con el fin de la guerra fría y la reducción de los conflictos en Oriente Medio. Además de los vehículos de combate y armamentos, Brasil vendía materiales diversos en todo el globo. En 1989, por ejemplo, el país tenía cuatro empresas en la lista de las cien mayores abastecedoras en equipos de defensa del mundo. Hoy no posee ninguna.

A las industrias del sector bélico más conocidas no les va muy bien. Avibrás Industria Aeroespacial – la mayor exportadora de armamentos entre 1984 y 1987, que llegó a vender U$S 400 millones anuales en el período – consiguió salir de un antiguo convenio el año pasado.

Con 5,5 mil funcionarios – además de otros 1,5 mil empleados en subsidiarias del grupo –, exportaba para Oriente Medio, Norte de África, Indochina y América Central. A fines del año pasado, los directores de la empresa evaluaron en U$S 500 millones anuales el potencial de facturación de la empresa. La realidad, entanto, era un poco diferente. El cuadro de funcionarios caerá a 1,2 mil (450 de los cuales Avibrás Aeroespacial) y la expectativa de facturación no superaba los U$S 30 millones, con un perjuicio previsto de U$S 20 millones. En 1995, el perjuicio fue de U$S 28 millones.

Las empresas brasileñas comenzaron a perder terreno en 1987, con el fin de la guerra Irán-Irak y la suspensión de parte de Irak, del pago de unidades del cohete del sistema de tiro de saturación Astros-2. El fin de la guerra fría inviabilizó cualquier competencia. Una de las empresas controladas por Avibrás, Tectran – fabricante de vehículos especiales para uso civil y militar – cerró 1996 con una facturación de alrededor de U$S 25 millones y pérdidas por aproximadamente U$S 7,5 millones. De los 600 funcionarios empleados en la época mas activa de la empresa, quedan 250. (C.A.Jr.) ■

01-01

9714448

Nº DOCUMENTO 9714449
TITULO Industrias bélicas se benefician con adhesión de Brasil al SOC / Presupuesto de defensa.
PROCE... Gazeta mercantil
FECH... 2/8/11
VINCU... 507402
11162
13065
Armas, armamento
11305
OTAN
Presupuesto

2-8/11

Negocios con armas

Beneficios por adhesión de Brasil al SOC

Carlos Alberto Júnior
Brasília

Antes de fin de año, será más fácil para las industrias brasileñas tener acceso al millonario mercado mundial de armamentos. Con la reciente adhesión de Brasil al Sistema de OTAN de Catalogación (SOC), las empresas nacionales de todos los sectores podrán registrarse en el Centro de Catalogación de las Fuerzas Armadas (Cecafa) – a ser creado antes de diciembre – y suministrar piezas, componentes y equipos (armas, cohetes, autos de combate, etc.) para los países asociados o afiliados a la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN).

El SOC es un sistema uniforme y común para identificación, clasificación y establecimiento de un número de stock de items de suministro que es adoptado por los países miembros de la OTAN. Brasil decidió adherir al sistema para tener una referencia única de catalogación de material para las tres fuerzas Armadas, además del acceso a informaciones importantes en el área de logística. Los datos están disponibles sólo para países integrantes o afiliados (como en el caso brasileño) al SOC.

La adhesión facilitará las adquisiciones brasileñas en el exterior y permitirá el desarrollo nacional en el área de catalogación de materiales y servicios a través de la difusión de los productos brasileños para los países de la OTAN. Son 25 los países integrantes del SOC, entre ellos las mayores economías del mundo. Esta semana un grupo se oficiales brasileños se reunirá con militares e industriales argentinos para discutir la creación de un banco de datos para el Mercosur y Chile ■

Presupuesto reducido

Este año, hasta el Vaticano invirtió más en defensa que Brasil. La información sirvió para los militares, que participan del seminario "La Industria y la Defensa Nacional", organizado por la Confederación Nacional de Industrias (CNI) y por el Estado-Mayor de las FuerzasArmadas (Emfa), le recordaran al gobierno la importancia de aumentar el presupuesto de defensa el equipamiento del país.

Del presupuesto de R$ 650 millones del ejército el año pasado, sólo R$ 100 millones se agotaron en gastos de mantenimiento.

La situación de la Aeronaútica no está mejor, con el presupuesto que representa apenas 0,69% de PBI.

Uno de los generales que participó del evento remarcó como un dato curioso: Brasil gasta 1,7% de su Producto Bruto Nacional (PNB) en su ejército; Portugal, 3,1%; Argentina,3,3% ; Chile, 4,8%; Honduras, 6,9%; y Cuba, 12,5%. ■

01-01

9714449

Nº DOCUMENTO 9714450
TITULO Amazonia: Presente, futuros proyectos
RODE 150734
FECHA D 30/11/97
VINCULACI 1507462
10223 : AMAZONIA
MEDIO AMBIENTE

O PRESENTE

Queimadas atingem área de 1,2 milhão de km²

A cada seis anos, uma área de florestas equivalente à de Portugal é destruída

MANAUS — Método tradicional e barato para a limpeza de áreas agrícolas, o recurso das queimadas é o mais utilizado em toda a Amazônia. Comunidades indígenas sem-terra ateiam fogo às matas derrubadas e aí cultivam suas roças. Apesar da ameaça que representam, os desmatamentos — em muitos casos seguidos de queimadas — não têm seus levantamentos feitos desde 1992. Em 1991, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com base em imagens de satélites, registraram o menor índice desde que a vigilância começou a ser feita, em 1977/78.

Especialista em sensoriamento remoto do Inpe, a pesquisadora Thelma [illegible] a falta de verbas desativou esses levantamentos que, para toda a Amazônia Legal, não saem por menos de US$ 1 milhão cada um. Assim, desde 1992, os dados aproximados do próprio Inpe mostram uma retomada do desmatamento, mas não existem informações precisas.

Uma imagem produzida pelo satélite norte-americano NOAA-12, na noite de 6 de outubro, mostrava labaredas espalhadas por uma vasta região entre 42 a 58 graus de longitude e zero a 10 graus de latitude Sul, formando uma área de quase 1,2 milhão de quilômetros quadrados.

Thelma Krug[illegible] e Alberto [illegible], outro especialista em sensoriamento remoto do Inpe, divergem quanto à interpretação [illegible] dados. Krug [illegible] a alta sensibilidade dos sensores do satélite NOAA-12 faz com que ele "enxergue fogo onde muitas vezes existe apenas solo descoberto e queimado". Setzer, coordenador [illegible] Estudo, afirma que a imagem que o jornal publicou na primeira página da edição de 9 de outubro era realmente fogo.

Organizações não-governamentais (ONGs) como o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), criticam a falta de dados. Roberto Smeraldi, do GTA, diz que "já estamos quase no final de [illegible] ainda não há informações sobre [illegible] ao longo dos [illegible] que os relatórios anteriores [illegible], apontavam [illegible] crescimento expressivo [illegible] de em 1993/94". [illegible], queixa-se Smeraldi, [illegible] que os dados de [illegible] estejam divulgados até novembro de [illegible], mas em setembro [illegible] mesmo anúncio [illegible] para

Doc. en su totalidad oscuro

01-09

9714450

novembro de 1997".

Respeitado pesquisador do Inpa, o norte-americano Philip Fearnside avalia que o Brasil tem múltiplos prejuízos tanto com desmatamento quanto queimadas. Em 1973, quando chegou ao Brasil Fearnside conta que apenas 3,5% da floresta haviam sido derrubados. Em 1994 esse índice subia para 11,8% e desde então, a cada ano, aproximadamente 15 mil quilômetros quadrados são desmatados. Isso significa uma área igual à de Portugal destruída a cada seis anos.

Os desmatamentos, neste caso seguido de queimadas, segundo o pesquisador, estão concentrados no norte do Mato Grosso, Tocantins e Sul do Pará, e tendem a deslocar-se acompanhando a abertura e pavimentação de estradas. Isso porque o desmatamento, seguindo uma tradição que vem da colonização, serve como marco de posse e ainda é praticado o "benfeitoria".

Em média, de acordo com o pesquisador, o desmatamento de um hectare de floresta, na região, libera na atmosfera perto de 700 toneladas de gás carbônico. Os Estados Unidos liberam mais de um quarto dos 7 bilhões de toneladas anuais de gás carbônico na atmosfera. Fearnside acredita que o Brasil poderia tirar partido mais eficientemente de sua condição de dono da maior floresta tropical da Terra controlando o desmatamento em troca de compensações internacionais. Na Alemanha, pagam-se taxas de US$ 75,00 por tonelada de gás carbônico liberado. Se for utilizado este parâmetro, um hectare de desmatamento na Amazônia significaria US$ 52,5 mil. O prejuízo fica ainda maior se for considerado que o hectare de terra desmatado vale de R$ 50,00 a R$ 300,00.

A GRANDE AMAZÔNIA TEM MAIS DE 60 MIL ESPÉCIES VEGETAIS E 300 ESPÉCIES DE MAMÍFEROS

Mas as perdas podem ser ampliadas se incluída a biodiversidade afetada pela destruição desses habitats. Para o pesquisador, o PPG7 "é o começo de um enorme trabalho, uma corrida contra o tempo para evitar desastres maiores no futuro".

Perda de biodiversidade preocupa o pesquisador também norte-americano naturalizado brasileiro, David Oren, chefe do departamento de zoologia do Museu Emílio Goeldi, em Belém. Os 7,8 milhões de quilômetros quadrados da Grande Amazônia têm mais de 60 mil espécies vegetais, em torno de 2,5 milhões de espécies de artrópodos, mais de 2 mil espécies de peixes, outras 300 espécies de mamíferos e um número ainda desconhecido de criaturas microscópicas. Na Amazônia peruana, por exemplo, na copa de uma única árvore foram localizadas 43 espécies diferentes de formigas, um número maior que o existente em toda a Grã-Bretanha.

As aves, borboletas e primatas são a parte da biota mais bem conhecida no mundo. As borboletas atraem pela beleza, as aves estão mais próximas dos humanos por características que incluem a vocalização. Os primatas, por serem parentes mais próximos e por se prestarem a experimentos que não podem ser realizados com humanos.

A biodiversidade amazônica não se encontra espalhada ao acaso, ao contrário. De acordo com Oren, os subcentros de biodiversidade na região brasileira estendem-se do Tocantins ao oeste do Maranhão e do Tocantins ao Xingu, do Xingu ao Tapajós, do Tapajós ao Madeira, do Madeira ao Purus, do Purus ao Juruá e do Juruá ao Javari, rio que separa o Brasil do Peru. Essas são as províncias biogeográficas, das quais as mais ameaçadas pelo desmatamento são os conjuntos do Tocantins para o Leste, onde os desmatamentos chegam a 80%. Nessa região, reservas biológicas como a de Gurupi, só existem formalmente.

Essas regiões, lamenta Oren, "sofrem de um descaso total por parte do Ibama, mas o Banco Mundial, que gerencia agora os recursos do PPG7, também tem responsabilidades por financiamentos no passado, sem o mínimo critério técnico".

Na Amazônia brasileira 17 espécies, por enquanto, estão ameaçadas de extinção por serem endêmicas de áreas submetidas a degradação ambiental, enquanto outras 116 espécies podem ser perdidas localmente, embora existam em outros locais.

Os recursos do PPG7 e a contrapartida brasileira já alteraram o ambiente de trabalho de Oren. Coleções de aves, mamíferos e insetos, recolhidas desde o começo do século passado puderam ser melhor abrigadas e assim ficaram livres dos dermestídeos, pequenos besouros necrófagos que ameaçam coleções em todo o mundo. Sem salários mais atraentes, no entanto, ele não vê como as investigações científicas possam ser ampliadas. (U.C.)

02

9714450

O FUTURO

Desenvolvimento sustentado é o objetivo

A Amazônia é um patrimônio da humanidade sob controle do Brasil

MANAUS — Ainda que se trate de um projeto piloto, uma espécie de grande experimento para subsidiar estratégias técnicas e políticas para fundamentar o desenvolvimento sustentável, o PPG7 incorpora conceitos de elaboração mais avançada em política ambiental. É o caso do próprio desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento, como também é conhecido. Essa é uma tentativa de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a não-agressão do ambiente, uma herança ambientalista herdada dos criativos e conturbados anos 60.

O desenvolvimento sustentável é uma proposta filosófica que remonta a pensadores anarquistas, como o geógrafo russo Peter Kropotkin (1842-1921). Mas traz também as marcas do malthusianismo — especialmente com as preocupações de crescimento demográfico —, da filosofia oriental e de uma vasta gama de "críticos das idéias de progresso dominantes no mundo ocidental", interpreta a pesquisadora Maria Célia Nunes Coelho, da Universidade Federal do Pará.

Quando o PPG7 foi proposto, em 19[illegible] o governo brasileiro estimou que seriam necessários US$ 1,6 bilhão para a conclusão das duas fases em que o programa seria dividido. Este número, agora, está sendo reavaliado. Dificuldades operacionais fizeram com que uma fase intermediária fosse incorporada ao plano básico. Assim a primeira fase termina em 1998, quando inicia-se a fase intermediária, prevista para estender-se até 2002. Ela coincide temporariamente com a segunda fase, que deve começar no ano 2000.

Q3

9714450

A [illegible] do Estado, o secretário executivo da Comissão de Coordenação do PPG7, Luiz Carlos de Miranda Joels, atualizou os dados envolvendo recursos liberados pelos países doadores e também a contrapartida brasileira, estimada inicialmente em 10% do total oferecido pelo G7. Na fase atual, antes da divulgação do último pacote econômico, anunciado com um corte geral de despesas, a participação brasileira subiu em 15%.

A primeira fase, segundo Joels, soma US$ 211 milhões, subindo para US$ 283 milhões se incluídas verbas já anunciadas, de US$ 72 milhões, para a fase intermediária. A decisão da fusão dessas fases, segundo Joels, "é a necessidade de concluir muitos trabalhos que ainda não puderam ser terminados". Até junho do próximo ano, quando acontece uma nova reunião para debates do programa, em Paris, os negociadores esperam obter US$ 19 milhões adicionais. Este valor fecharia os US$ 90 milhões que o governo brasileiro julga necessários para a fase intermediária. Se consolidados, os recursos da primeira fase e da intermediária subiriam então para US$ 301 milhões.

A primeira fase do PPG7 deveria estar concluída em cinco anos. Os atrasos se deveram a razões que foram desde o impedimento do ex-presidente Collor, em fins de 1992, a dificuldades operacionais na abordagem de questões inéditas, típicas de um projeto piloto. Uma dessas dificuldades é de natureza cultural. O Banco Mundial, gestor de recursos dos doadores, avalia Joels, "muitas vezes não teve sensibilidade, por falta de conhecimento e vivência da realidade amazônica, para ser menos formal em projetos que são experimentais por natureza". O subprograma de Recursos Naturais, capaz de estimular o zoneamento regional, monitoramento, controle e fiscalização, além de preparar a descentralização da gestão ambiental federal para o Estado e municípios, entre outras medidas, tem orçamento de US$ 60 milhões. Deste total, pouco mais de 10%, US$ 6,5 milhões, foram gastos até agora. Este é um segmento que tem um ritmo mais lento, analisa Joels.

O subprograma Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais desenvolve iniciativas de preservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais. Estrutura sobre seis projetos — reservas extrativistas, terras indí-

04

11/05/23-54/97

9714450

genas, apoio ao manejo florestal, parques e reservas, manejo de recursos de várzeas e controle de desmatamente e queimadas — tem orçamento de US$ 22 milhões. Até agora, foram gastos US$ 3 milhões.

Este é um dos projetos mais ambiciosos, entre outros motivos por envolver o controle de desmatamento e queimadas. Joels considera que alguns resultados deste subprojeto já estão se manifestando como o decreto de demarcação de 17 terras indígenas assinado recentemente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas grupos indígenas isolados, como os Corubos, no Vale do Javari, fronteira com Peru e Colômbia, continuam expostos ao ataque de madeireiros, que invadem suas terras.

O subprograma de Ciência e Tecnologia visa a geração e disseminação de conhecimento científico-tecnológico relevante para a conservação e o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Os recursos para esta área estão orçados em US$ 25 milhões. Aqui já foram gastos US$ 10 milhões e o restante está comprometido para o ano que vem, avalia o secretário. Para completá-lo foram obtidos recursos adicionais — fase intermediária — de US$ 15 milhões junto à União Européia e Estados Unidos.

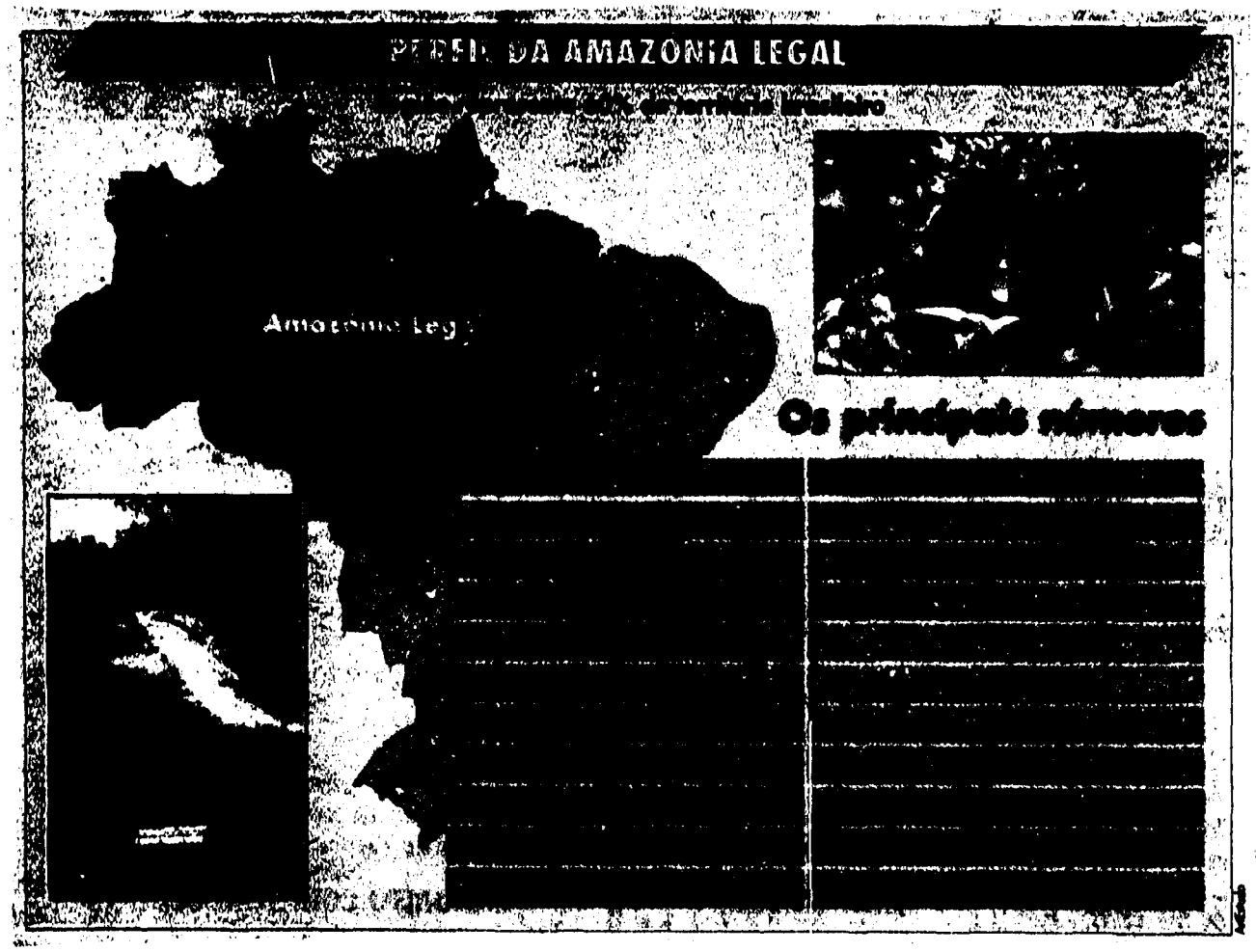
Esses recursos estão equipando os dois principais centros de pesquisa da Amazônia: o Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus, e o Museu Emílio Goeldi, em Belém, no Pará. Passando por crises sucessivas, desde que foram criadas, eles correm contra o tempo para dar uso estratégico ao conhecimento acumulado e abrir novas áreas de investigação.

Quanto ao último subprograma, os Projetos Demonstrativos, conta com recursos de US$ 20 milhões, com metade já empregada e o restante também já comprometido. Esse segmento envolve apoio a iniciativas inovadoras e já consagradas para o envolvimento de comunidades, organizações não-governamentais (ONGs) e governos locais em testes e difusão de modelos de desenvolvimento sustentável. Este subprograma inclui, entre seus 500 projetos já definidos, 18 realizados na Mata Atlântica, entre os quais a consolidação de um parque na região do descobrimento do Brasil, na Bahia.

A Amazônia com toda sua riqueza natural não deixa de ser um patrimônio da humanidade, sob controle do Brasil. O governo deve fazer deste potencial uma inteligente moeda de troca em benefício de sua manutenção. A exploração sustentável, ao mesmo tempo em que pode mudar para melhor a qualidade de vida da população local, exige dos países ricos — indiretamente beneficiados — um justo tributo internacional. (U.C.)

9714450

PERFIL DA AMAZÔNIA LEGAL



Os principais números

9714450

Remanescente das grandes matas que cobriram a Terra, a floresta amazônica é um tesouro vivo. Espalhados por 7,8 milhões de km2 de terras de nove países sul-americanos estão recursos capazes de trazer melhor sorte para os mais de 6 bilhões de seres humanos do planeta. O Brasil, privilegiado, tem mais de 60% da área desse inestimável patrimônio. Mas, hoje, a Amazônia enfrenta sérius dificuldades: desmatamentos e queimadas (como na foto acima) alteram hábitats, afugentando e destruindo seus moradores naturais. Desde 1990, um projeto experimental para a Amazônia, patrocinado pelos países ricos, o G7, financia pesquisas para o desenvolvimento sustentado da região. Dificuldades, inclusive culturais, devem ser superadas antes que uma ação mais harmoniosa reverta ondas históricas de devastação.

OS PROJETOS QUE PODEM SALVAR O FUTURO

Com cinco milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia Legal abrange nove Estados brasileiros

ULISSES CAPOZOLI
Enviado especial

MANAUS – Pelo menos 10% de todas as formas vivas existentes no planeta, 20% da água potável e um terço das matas latifoliadas – folhas largas – de todo o mundo estão reunidos em um irregular tapete verde de 7,8 milhões de quilômetros quadrados no norte da América do Sul, a Grande Amazônia.

Essa vastidão já maravilhou muitos exploradores e estrategistas, caso do britânico Richard Spruce, um dos mais famosos botânicos e exploradores da floresta. Spruce (1817-1893) consumiu 17 anos de sua longa vida anotando tudo que pudesse ser de interesse de Sua Majestade. Relatos históricos registram que muitas vezes ele lamentou que toda a região não estivesse em mãos da Inglaterra. A Grande Amazônia espalha-se por terras do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, além do Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

O Brasil tem a maior parte de toda essa área. Na Amazônia Legal, com abrangência sobre nove Estados — Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão — são 5 milhões de quilômetros quadrados. Na Hiléia brasileira — segundo a denominação do naturalista alemão Alexander von Humboldt (1769-1859) — caberia toda a Europa Ocidental e ainda sobrariam terras.

Programa — Em 1990, por sugestão do chanceler alemão Helmut Khol — numa reunião do grupo dos sete países mais ricos, o G7, realizada em Houston, no Texas — decidiu-se pela deflagração de um programa de apoio à pesquisa e preservação da Amazônia, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Na conclusão da primeira fase do programa, no próximo ano, discute-se a possibilidade de ampliá-lo para os demais países vizinhos. A intenção do PPG7, como projeto-piloto, é apresentar, numa escala de laboratório, estratégias para o desenvolvimento sustentável da região.

Numa época em que as fronteiras tradicionais não contêm mais a poluição industrial, em que as mudanças climáticas se dão em escala global e a produção há muito rompeu com os limites dos estados nacionais, seria de se esperar que aumentassem as preocupações com a última grande reserva de biodiversidade planetária. Altruísmos à parte, a biota — organismos animais e vegetais de uma região — amazônica está inserida na complexa cadeia ecológica que faz da Terra um planeta habitável. Além disso, na região existem recursos estratégicos para a exploração comercial, com enormes possibilidades de lucros.

PLANTAS DA REGIÃO DÃO ORIGEM A MEDICAMENTOS

Dados consolidados num trabalho preparado pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, a *Agenda Amazônia 21*, avaliam que mais de 25% de todas as drogas prescritas nos Estados Unidos contêm substâncias ativas derivadas de plantas das florestas tropicais.

Apenas as populações indígenas, segundo o levantamento dominam o conhecimento de 1.300 dessas plantas com princípios ativos com características de antibióticos, anticoncepcionais, antidiarréicos, anticoagulantes, fungicidas, anestésicos, relaxantes musculares e antivirósticos. Neste último caso, são recursos promissores para a descoberta de medicamentos eficazes contra a aids.

O projeto piloto para a elaboração de um programa de exploração sustentável da Amazônia, está dividido em quatro subprogramas: política de recursos naturais; unidades de conservação e manejo de recursos naturais; ciência e tecnologia e projetos demonstrativos.

Continua nas páginas D6, D7 e na contracapa

07

9714450

AMAZONIA

Poucos OS CONTRASTES quilômetros separam 10 mil anos de história

A convivência de culturas tão diversas compõe a grande metáfora amazônica

MANAUS — Menos de 200 quilômetros ao norte de Manaus pela BR-174, que [illegible] está a Venezuela, está o [illegible] dos Vaimiris-Atroaris. [illegible] século passado esse [illegible] vivia nas proximidades do [illegible] hoje é a cidade. Caçados [illegible] fuzis durante anos a fio, [illegible] chegaram-se cada vez mais na [illegible] dos confrontos ocorridos [illegible] de 70, quando foi aberta [illegible] rodovia, os homens adultos [illegible] foram mortos. Adolescentes assumiram a liderança e [illegible] parte a população da tribo [illegible] ra-se.

[illegible] não chegam à hostilidade do [illegible] — quando [illegible] um padre [illegible] acompanhe e depois [illegible] os Atroaris demonstram [illegible] por branco seu território [illegible] ameaçado [illegible] penas, [illegible] fala-[illegible] dos índios que se esquivam dos donos formais das [illegible] ainda mais arredios.

[illegible] os ingênuos do território [illegible] brasileiro e as indústrias de [illegible] da Zona Franca de Manaus [illegible] preparação de mais de 10 [illegible]. No interior da mata, [illegible] mulheres e crianças [illegible] vivem da caça e coleta [illegible] com instrumentos milenares. [illegible] funcionários das 2.300 [illegible] da Zona Franca, muitas [illegible] de eletrônica,

ADOLESCENTES ASSUMIRAM A LIDERANÇA DOS VAIMIRIS-ATROARIS

[illegible] estão na era espacial.

O contrário destes homens que não se reconhecem é a [illegible] ra amazônica. Se os Vaimiris-Atroaris tiveram dificuldades para conquistar um espaço de sobrevivência, mais recentemente os problemas passaram para o lado dos "brancos". As previsões são de que a Zona [illegible] 20 anos pela [illegible] vimento [illegible] depois do auge de [illegible] racha — [illegible] desempregados. [illegible] Metalúrgicos [illegible] já assistiram [illegible]

O bode [illegible] sores. Em [illegible] milhões dólares [illegible] produzidos em [illegible] devem ser [illegible] ca futura, [illegible] 13,2 bilhões. [illegible]

Como [illegible] drogas do sertão [illegible] racha — a economia [illegible] depende [illegible]

da Malásia, [illegible] a mineração [illegible] madeira de [illegible]

Na área de mineração, [illegible] um estudo de agosto [illegible] sado do Departamento [illegible] de Produção Mineral (DNPM), [illegible] perspectivas são boas. O [illegible] prevê que o Brasil está às vésperas de um novo "boom", com investimentos de US$ 4 bilhões em pesquisa e outros US$ 31 bilhões em projetos industriais. O prognóstico prevê que [illegible]

9714450

Levantamentos oficiais mostram que anualmente são retirados da Amazônia 50 milhões de metros cúbicos de madeira. O índice de desperdício dessa extração atinge 70%

sidade desta retomada depende do ritmo de privatização do setor elétrico, principal insumo, nessa área.

Se depender do exemplo de Manaus, a perspectiva é ruim. A cidade está racionando energia em períodos que chegam a 12 horas por dia, afetando escolas, hospitais e infernizando o trânsito já confuso. Na semana passada, o serviço de água também acenou com racionamentos. Ter as torneiras secas, ao lado do mais volumoso dos rios do planeta, o Amazonas, é, no mínimo, irônico.

O governo deverá passar para a iniciativa privada, até meados do próximo ano, 30 jazidas inexploradas que estão em seu poder, muitas delas na Amazônia. É o caso da mina de nióbio, com reservas estimadas em 2,9 bilhões de toneladas, em São Gabriel da Cachoeira.

A jazida de São Gabriel é a maior do mundo [illegible] 600 mil — [illegible] no Morro dos Seis Lagos, próximo ao Pico da Neblina, fronteira com a Venezuela. Quando foi descoberta, nos anos 1970, serviu de argumento de segurança nacional para o governo militar. Na época, se pensava que o nióbio valeria vários milhões de dólares.

Outra oferta, segundo os técnicos a melhor delas, é a reserva de caulim, argila que serve de insumo para a indústria de papel em Rio Capim, no Pará. Ao lado do nióbio, o caulim está se tornando escasso. Mas, ainda na Amazônia, em terras do Amapá, as reservas de manganês da Serra do Navio, explorada nos últimos cinqüenta anos, está praticamente esgotada. Com isso, a cidade em que se transformou a sede da empresa exploradora, corre o risco de virar uma localidade fantasma, cercada pela floresta. A riqueza do passado fluiu para o exterior, deixando pesadelos onde se acalentavam sonhos.

A nova fonte de riqueza é a madeira. Mas um estudo realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) em abril passado mostrou o que já se sabia há muito, sem quantificação: 80% da madeira extraída da Amazônia tem origem predatória e ilegal e a chegada das madeireiras asiáticas, no ano passado, piorou essa situação.

O levantamento do SAE indica que a cada ano são retirados 50 milhões de metros cúbicos de madeira da Amazônia. O índice de desperdício dessa extração chega aos 70%.O contrabando, mostrou o estudo, afeta não só madeiras, especialmente no Vale do Javari, desviadas para o Peru, como também extratos vegetais. Sem falar da pirataria genética.

O levantamento da SAE mostrou ainda que empresas estrangeiras instaladas na região — da Alemanha, Estados Unidos, Bélgica, China, Japão, Suíça, França, Ilhas Caiman, Bahamas etc — não dispõem de áreas capazes de sustentar a produção que exibem. A conclusão óbvia é que elas compram madeira de terceiros, com licença para desmatar ou que fazem incursões ilegais em áreas como terras indígenas. Em alguns casos subcontratam mão-de-obra ribeirinha paga a R$ 5,00 pela derrubada de uma árvore centenária.(U.C.)

09 - 09

9714450

Nº DOCUMENTO 9714451
TITULO Programa para integrar la Amazonia: PNIA
PROCEDENCIA Gazeta mercantil
FECHA DE PUBLICACION 23/11/97
VINCULACION 507482
10223 : Amazonia

Planes para el crecimiento

El gobierno brasileño implementa un programa para integrar la Amazonia

Carlos Alberto Júnior
Brasilia

El gobierno brasileño quiere enterrar las antiguas objeciones internacionales que siempre coartaron las iniciativas de exploración económica de la región Amazonia. La principal iniciativa comenzó en 1995, con la elaboración de la Política Nacional Integrada para Amazonia Legal (PNIA), un conjunto de directrices que pretende reorientar su crecimiento económico. "El objetivo es valorar al hombre de la región y dar condiciones de vida dentro del concepto de desarrollo sustentable", dijo Marcelo Tunes, de la Secretaría de la Amazonia Legal. Además de esta reorientación, PNIA prevé acciones de integración interna y externa y la elaboración de diversos instrumentos de captación financiera para sustentar los programas.

La región de Amazonia brasileña tiene más de 20 millones de habitantes, el 60% de los cuales concentrados en núcleos urbanos. La región conocida como Amazonia Legal (así conocida debido a beneficios y decisiones legales) incluye los estados de Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondonia, Roraima, Tocantins y parte de Maranhão. La base económica regional varía desde la recolección vegetal clásica a la producción de equipos electrónicos (la segunda más grande del país, en la zona Franca de Manaos).

El segmento más dinámico de la estructura productiva, según el Ministerio de Medio Ambiente, es sostenido por el Proyecto Carajás, Región de Belém-Barcarena y la Zona Franca de Manaos. A mediano plazo, la PNIA quiere facilitar el equilibrio de las actividades económicas, con una mejor utilización de los recursos nacionales y de su impacto sobre los habitantes de la región. "De ninguna manera la política pretende ser un listado de acciones que imposibiliten toda iniciativa", dice Tunes.

Cuando se habla de reorientación de la estructura productiva, las atenciones están dirigidas hacia la renovación tecnológica de las actividades económicas que tengan su impacto ambiental y social reconocido, como la minería, explotación maderera y pecuaria. Las acciones del gobierno pretenden modernizar y dinamizar las actividades tradiciones (pesca, recolección, agricultura y navegación fluvial), el desarrollo y la implantación de nuevos rubros y actividades de gran potencial económico y de sostenibilidad ambiental, como la silvicultura, la bioindustria y el ecoturismo; y adecuada infraestructura de los núcleos urbanos, debido a su papel integrador en los sistemas de circulación y divulgador de innovaciones en la región.

Con tal referencia, el programa del gobierno brasileño apuesta a aprovechar los avances en el área de minería y metalurgia para reestructurar los complejos económicos existentes y mejorar su papel en la región. Para la implantación de nuevos complejos, son necesarios mecanismos que aseguren el uso no depredatorio de los recursos naturales y la difusión de sus efectos multiplicadores del empleo y de los ingresos en la región. También se debe exigir de los emprendimientos existentes niveles crecientes de agregación de valor al mineral extraído, a partir de su proceso en la región.

Lo importante es que PNIA ya es una realidad. Actualmente, la Secretaría de Coordinación de la Amazonia analiza los proyectos implementados desde 1995. ■

Acciones para la defensa

Las acciones para la defensa de Amazonia están entre las prioridades de la Política Nacional Integrada para la Amazonia Legal (PNIA) e involucra a sociedades entre diversas áreas del gobierno. En el Ministerio de Justicia, el programa Pro-Amazonia prevé el reequipamiento y la modernización de la Policía Federal. El objetivo es hacer efectiva la presencia del departamento en la Amazonia Legal, con la fijación de nuevas bases operativas en áreas críticas para prevenir y reprimir crímenes – especialmente los practicados contra comunidades indígenas y medio ambiente, por narcotráfico, contrabando de materiales preciosos, trabajo esclavo y la explotación de la prostitución infantil. La secretaría de Asuntos Estratégicos (SAE) realizó convenios con otros organismos para aplicar recursos en la implantación de sistemas de telefonía, aeródromos, equipamiento naval, en la implantación de unidades militares de frontera, y en la protección y ayuda a las comunidades indígenas. (C.A.Jr.)

Nº DOCUMENTO 9714452
TITULO Conferencia internacional Amazonia 21.
PROCEDENCIA 150096
FECHA DE [illegible] 26/11/97
VINCULACION 507482
10223: AMAZONIA.
XC8763
X VARRI 11-26 00373
MUN EXG ICX

BRASIL-AMAZONIA
CARDOSO PIDE PAISES RICOS NO OLVIDAR RESPONSABILIDAD ECOLOGICA

Brasilia, 26 nov (EFE).- El presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, pidió hoy a las naciones industrializadas que no olviden su responsabilidad histórica con la protección del medio ambiente, especialmente con la región amazónica.

"Tenemos conciencia de la importancia de la Amazonia para nosotros y para el mundo, pero es necesario también que el resto del mundo y los países desarrollados asuman su parte de responsabilidad y no vengan a cobrarnos las destrucciones que ellos hicieron en el pasado", manifestó Cardoso.

El presidente clausuró hoy en Brasilia la conferencia internacional "Amazonia 21, agenda para un mundo sostenible", en la cual invitó a las naciones industrializadas a "no dejar sobre nuestras espaldas el costo de reparación del desastre que ya fue ocasionado por la falta de conciencia ecológica en el pasado".

Cardoso dijo que los países del área amazónica "no huimos de nuestras responsabilidades", y agregó que en la III Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Clima, que se realizará en Kioto (Japón) en diciembre próximo, Brasil apoyará las propuestas que enfaticen la responsabilidad colectiva con el medio ambiente.

El mandatario aclaró que el apoyo de Brasil a esas propuestas no significa el abandono de otras posiciones nacionales sobre el asunto.

"En este mundo de integración planetaria, tenemos que tener la idea de la humanidad como elemento fundamental, pero esa idea no significa que podamos borrar del mapa a nuestras naciones, nuestros estados y nuestras responsabilidades específicas nacionales", sostuvo.

En cuanto a la falta de conciencia del mundo desarrollado sobre los daños que causan las emisiones de gases, Cardoso indicó que todos los países no pueden pagar el mismo costo ambiental, porque no todos contaminan en la misma proporción.

"No podemos asumir la responsabilidad que no nos corresponde y que sí les toca a otros sectores de la humanidad, por la polución que se sigue haciendo y que debe ser prohibida", señaló el presidente.

Según explicaron a EFE los delegados brasileños que asistirán a la reunión en Kioto, los cambios climáticos no son causados por el estado actual de las emisiones de gases, sino por la acumulación y concentración en la atmósfera de los gases emitidos en los últimos 150 años. EFE

JOC/CH/MPV/emr

11/26/20-29/97

Doc con ft. poco legibles

01-03

9714452

Agenda para un mundo sustentable

Conferencia internacional debatirá las formas de preservar la Amazonia

Carlos Alberto Júnior
Brasilia

La región amazónica vuelve a ser noticia esta semana con la realización de la conferencia internacional Amazonia 21- Una agenda para un mundo sustentable, en Brasilia. Entre el lunes y el miércoles, representantes de diversos países discutirán, entre otros temas, formas de inserción de la Amazonia en el mundo y la necesidad de acuerdos de cooperación entre los países sudamericanos para la preservación y el desarrollo regional.

El evento integra el esfuerzo para la implementación de la Agenda Amazonia 21, un ambicioso plan para crear, en la región, un proceso de desarrollo sustentable que contemple la valoración de las comunidades locales y el sostenimiento ambiental. Esta agenda es parte de la Agenda 21 Brasil, que a su vez integra la Agenda 21 Global, un documento aprobado en la Conferencia Río-92 que prevé un nuevo modelo de desarrollo sin perjuicio en el uso de los recursos naturales y de biodiversidad.

Uno de los desafíos del documento es destruir algunos mitos sobre la región que impiden o dificultan iniciativas para el área – de que el lugar es un depósito de recursos naturales inagotable, por ejemplo – e involucrar a la sociedad, el gobierno y los organismos internacionales en el debate para definir el papel de la Amazonia en el próximo siglo.

El punto clave para le efectivización de la agenda pasa por la correcta desregionalización de la cuestión amazónica. La idea es presentar la región como un asunto nacional y fomentar el debate de forma tal que la Amazonia sea discutida en las áreas de ciencia y tecnología y tenga canales de comunicación con el resto del país.

El avance en las discusiones exigirá que la región esté en el debate sobre la soberanía nacional. La agenda pretende encontrar alternativas de apoyo al papel de las Fuerzas Armadas en la defensa de la Amazonia y en la cooperación – sin pérdida de identidad y autonomía – con los países vecinos. Se incluye en este punto del documento la necesidad de aumentar la cooperación internacional con países fuera de la región.

El camino para el desarrollo sustentable, de acuerdo con la agenda, exige una reorientación del sector económico regional. El objetivo es incrementarlo a partir de la mejor distribución de la renta. Es necesario, incluso, modernizar la economía regional, para insertarla en los circuitos nacional y mundial, convertirla a estándares tecnológicos ambientalmente adecuados, y superar las llamadas "disfunciones" del crecimiento económico desordenado. O sea, concentración económica y espacial, disparidades sociales y regionales, y destrucción ambiental.

La Agenda Amazonia 21 llama acciones estructuradoras a las iniciativas prácticas para agilizar los proyectos para la región. Un grupo representativo de la sociedad está encargado de desarrollar acciones de base, para potencializar los recursos naturales (principalmente los acuáticos) para usos múltiples (abastecimiento, transportes, irrigación, navegación, recreo, pesca, turismo). En este esfuerzo habrá medidas también en la estructuración de sistemas multimodales de transporte, de entrelazado de una red integrada de informaciones y telecomunicaciones y de montaje de una matriz energética multifuentes (hidroeléctrica de grande, mediano y pequeño porte, gas natural, biomasa, solar, eólica, etc).■

La exuberancia de una región

La región conocida como Gran Amazonia tiene cerca de 7,8 millones de kilómetros cuadrados y equivale a aproximadamente el 60% de la superficie conjunta de Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Guayana, Perú, Surinam y Venezuela. Corresponde al 44% de la superficie de América del Sur y al 5% del área terrestre del mundo.

En la región está la floresta tropical húmeda (Hylea), con cerca de siete millones de kilómetros cuadrados cubriendo la mayor parte de la cuenca hidrográfica del río Amazonas. En la gran Amazonia está cerca del 20% de toda el agua potable del mundo, un tercio de las florestas y el 10% de la biota universal. Su superficie total es de 780 millones de hectáreas, de las cuales aproximadamente 500 millones están en Brasil. El área de la floresta virgen es de aproximadamente 350 millones de hectáreas. El río Amazonas –6.500 km de extensión– reconocido como el más extenso del mundo y también el de más volumen de agua. En la Amazonia brasileña está por lo menos la mitad de todas las especies de organismos del mundo. (C.A.Jr.)

AZ
23/11
GM

9714452

ESP 27/11

ECOLOGIA

FHC critica ação ambiental de países ricos

Para presidente, é preciso que os desenvolvidos assumam a responsabilidade na preservação do ambiente; projeto pretende tornar a Amazônia em pólo de desenvolvimento sustentável

EDSON LUIZ
e TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso cobrou ontem dos países desenvolvidos o cumprimento de suas responsabilidades em relação à preservação do ambiente durante encontro que discutiu o modelo de desenvolvimento da Amazônia. A região deixará de ser uma mega-reserva natural, a partir do ano 2000, para tornar-se "pólo de desenvolvimento sustentável", atendendo aos interesses da população local, segundo a política traçada pelo governo para a região.

Instituições regionais, como o Banco da Amazônia (Basa), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (Suframa), responsáveis pelo financiamento dos grandes projetos agropecuários que ajudaram a devastar parte da região, serão aliados e patrocinadores dos projetos extrativistas.

O novo modelo para a região foi discutido durante três dias na conferência internacional "Amazônia 21 – Uma Agenda para um Mundo Sustentável", encerrada ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Crítica – "É preciso que o resto do mundo tenha sua cota de responsabilidade e não venha cobrar de nós as destruições que eles fizeram no passado", afirmou o presidente. "Não deixem sobre nossas costas o custo da reparação e do desastre que já foi ocasionado pela falta de consciência ecológica."

INSTITUIÇÕES REGIONAIS VÃO FINANCIAR NOVA POLÍTICA

O presidente [illegible] Brasil, não [illegible] periféricas feitas pelo [illegible] com grandes empresas [illegible] na região que [illegible] litarem uma [illegible] ção desorganizada. "Isso [illegible] tem, hoje, [illegible] te", disse. "Não [illegible] mos repetir esse [illegible] po de ocupação [illegible] que destruiu a natureza." Segundo o presidente, em uma conversa [illegible] teve com exploradores de [illegible] nha do Acre e do Pará, já havia [illegible] liado a necessidade de diversificar as formas de produção. "Esse

ciso que o próprio governo esteja contagiado com a idéia de preservação."

"Vamos entrar no novo milênio com uma nova consciência", diz o secretário de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, José Seixas Lourenço, que presidiu a conferência, patrocinada pelo governo e pela Associação de Universidades da Amazônia (Unamaz). O encontro decidiu que a Amazônia não poderá mais ser considerada uma enorme reserva natural. "É preciso promover um desenvolvimento sustentável, utilizando principalmente a biodiversidade", disse o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause. "Esgotou-se um tipo de modelo de desenvolvimento [illegible] passado".

Como alternativas de desenvolvimento sustentável, o governo vai sugerir a exploração do ecoturismo, das hidrovias e da utilização de gás natural, que substituirão as hidrelétricas. "Vamos investir, só no ecoturismo, R$ 200 milhões no próximo ano", assegurou o ministro do Meio Ambiente.

Kyoto – O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que o Brasil vai apoiar na reunião sobre ambiente em dezembro, em Kyoto, no Japão, propostas que não [illegible] trutivas e que apelam para a responsabilidade coletiva. "Nós não fugimos às nossas responsabilidades", afirmou.

03-03

9714452

Nº DOCUMENTO 9714453
TITULO
PROCEDENCIA A. EFE
FECHA 27/11/97
VINCULACION 507402
10223: AMAZONIA
SIVAM
XQ3399
R FOXBT 1 -27 00407
mun exg cx

BRASIL-AMAZONIA
BRASIL OFRECE A PAISES AMAZONICOS SERVICIOS VIGILANCIA DE SIVAM

Brasilia, 27 nov (EFE).- El Gobierno brasileño ofreció a los demás países amazónicos los servicios del Sistema de Vigilancia de la Amazonia (SIVAM) para reforzar la protección ambiental de la región y la lucha contra el tráfico de drogas, confirmaron hoy, jueves, fuentes oficiales a EFE.

El SIVAM, un costoso y polémico sistema de vigilancia aérea que está siendo instalado en la Amazonia por el Gobierno brasileño, podría ser utilizado también por los gobiernos de Colombia, Perú, Venezuela y Bolivia, indicaron voceros de la Secretaría de Asuntos Estratégicos (SAE) de la presidencia brasileña, encargada del proyecto.

El plan del Gobierno brasileño es firmar convenios con los países mencionados para transferirles informaciones que no sean de seguridad nacional para Brasil, pero que servirían para vigilar las actividades de narcotraficantes y colonos que actúan de manera ilegal en la Amazonia.

Según el ministro de Medio Ambiente de Brasil, Gustavo Krause, si los países amazónicos vecinos aceptan vincularse al proyecto, el SIVAM se convertirá en un punto de integración fundamental entre los países de la región.

El proyecto SIVAM, que tiene un costo cercano a los 1.300 millones de dólares, está en fase de instalación y se prevé que esté terminado en el año 2002.

La instalación del SIVAM fue contratada por la firma estadounidense Raytheon, que venció a la francesa Thompson en una licitación que, según se descubrió después, estuvo marcada por tráfico de influencias y espionaje telefónico.

El proyecto comprende el patrullaje de la región amazónica brasileña con varios aviones que, apoyados por estaciones de radar y sistemas de satélites, vigilarán el tráfico aéreo en la región y recogerán otros datos de interés científico.

De acuerdo con el subsecretario ejecutivo de la SAE, brigadier Archimedes de Castro Faría, los países más interesados en contratar los servicios del SIVAM son Colombia, Perú y Venezuela.

"No hay nada parecido con el SIVAM en esos países, y Brasil podría intercambiar con ellos informaciones sobre narcotráfico y medio ambiente", manifestó Castro Faría.

Según el brigadier, los aviones que se utilizarán en el proyecto son los más modernos de la industria aeronáutica nacional y estarán dotados con equipos capaces de supervisar la selva amazónica más allá de las fronteras brasileñas.

La primera estación terrestre del SIVAM se construye en la ciudad de Manaos, capital del estado brasileño de Amazonas, y estará terminada en agosto del año 2000. EFE

JOC/fs/ddp

11/27/17-24/97

DOC. NUCLEO

01-01

9714453

SECRETO

FUERZA AEREA

Hoja: 1 / 1

COMANDO GENERAL
Servicio de Información.

Fecha: 2/12/97

DOCUMENTO: INFORME Nº 055/97

ASUNTO: Contesta Solicitudes Nº070, 064, 066, 067 y 069/A/97

DE: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACIÓN DE LA FUERZA AEREA.

PARA: DEPARTAMENTO I D.G.I.D.

TEXTO:

REFERENTE A LAS PERSONAS MENCIONADAS LAS MISMAS

CARECEN DE ANOTACIONES.

FUERZA AEREA DIRECTOR REPUB L URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION

DE LA FUERZA AEREA.

CNEL. (S.T.)

FERNANDO FIGUEROA

001/001

9714453
10 DIC. 1997

SECRETO

Dep. Art

SECRETO

FUERZA AEREA

Hoja: 1 / 1

COMANDO GENERAL
Servicio de Información.

Fecha: 2/12/97

DOCUMENTO: INFORME Nº 056/97

ASUNTO: Contesta Solicitudes Nº 068/A/97

DE: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACIÓN DE LA FUERZA AEREA.

PARA: DEPARTAMENTO I D.G.I.D.

TEXTO:

REFERENTE A: OLIVERI SCABINO, CESAR DANTE
REGISTRAMOS A: OLIVERI SCABINO, CESAR DANTE
EX-CBO. FUERZA AÉREA
F. ING.: 01.06.76
F. BAJA: 31.10.79
BAJA: SOLICITARLA
F. REINGRESO: 01.12.82
F. BAJA: 30.09.95
CAUSA: SOLICITARLA

REFERENTE A: HIRIGOYEN ETCHEVERRIA, ISABEL
REGISTRAMOS A: HIRIGOYEN ETCHEVERRIA, ISABEL
C.C.: APA 5587
FIGURA EN UN LISTADO DE PROBABLES FIRMANTES DE REFERENDUM LLAMADAS A RATIFICAR Y/O RECTIFICAR SU FIRMA CONTRA LA LEY Nº 15848

LAS DEMAS PERSONAS MENCIONADAS CARECEN DE ANOTACIONES.

FUERZA AEREA DIRECTOR SERV. DE INFORMACION REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION

DE LA FUERZA AEREA.

CNEL. (S.T.)
FERNANDO FIGUEROA

001/001 9714456
10 DIC. 1997

SECRETO

Der. Art.

SECRETO

FUERZA AEREA

Hoja: 1 / 1

COMANDO GENERAL
Servicio de Información.

Fecha: 2/12/97

DOCUMENTO: INFORME Nº 057/97

ASUNTO: Contesta Solicitudes Nº 065/A/97

DE: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACIÓN DE LA FUERZA AEREA.

PARA: DEPARTAMENTO I D.G.I.D.

TEXTO:

REFERENTE A: CATALDO GARCIA, CARLOS ARNALDO
REGISTRAMOS A: CATALDO GARCIA, CARLOS ARNALDO
EX-CBO. FUERZA AEREA
F. ING.: 01.02.75
BAJA: 31.10.93
CAUSA: POR SOLICITARLA (CONDUCTA BUENA)

FUERZA AEREA DIRECTOR SERV. DE INFORMACION REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION

DE LA FUERZA AEREA

CNEL. (S.T.)
FERNANDO FIGUEROA

001 001 9714457
18 DIC. 1997

SECRETO

Dep. Arch

SECRETO

ORIGINAL
1/2

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
101500DIC/1997

PEDIDO DE INFORMACION Nro.079/A/97

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: DPTO. 1 / D.G.I.D.

COPIA 1: SR.JEFE DE LA SEGUNDA DIVISION ESTADO MAYOR GENERAL/ARMADA.-

COPIA 2: SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

COPIA 3: SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

COPIA 4 DPTO. 11 / E.M.E.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA - República O. del Uruguay
DPTO. 1 INTERIOR

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.-

JORGE SARAVIA BRIANO

9714462

001/002

11 DIC. 1997

Dpto. 1

SECRETO

- BIANCHI FERNANDEZ , SILVANA LAURA
  C.I. 2.016.550-1
  C.C. BLA 29759
  FECHA NAC: 09.12.78 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: VALLADOLID Nº 3176
  EST.CIVIL: SOLTERA

- BIANCHI MEDINA , JORGE RAUL
  C.I. 1.079.688-7
  C.C. BAA 17445
  FECHA NAC: 25.12.46 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: VALLADOLID Nº 3176

- FERNANDEZ FERREIRA , DIDIA ELIZABETH
  C.I. 1.324.241-9
  C.C. BLD 24466
  FECHA NAC: 12.10.51 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: VALLADOLID Nº 3176

- BIANCHI FERNANDEZ , JORGE EDUARDO
  C.I. 1.842.912-5
  C.C. BLA 27706
  FECHA NAC: 14.06.72 (MONTEVIDEO)
  OCUPACION: EMPLEADO - EMPRESA TIEMPOST
  DOMICILIO: ROOSVELT 556 (LAS PIEDRAS)

- NICOLINI , EDUARDO
  C.I. 703.120-4
  C.C. BMB 11135
  FECHA NAC: 13.10.28

0714462

SECRETO

ORIGINAL

112

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
101500DIC/1997

PEDIDO DE INFORMACION Nro.080/A/97

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: DPTO. I / D.G.I.D.

COPIA 1: SR.JEFE DE LA SEGUNDA DIVISION ESTADO MAYOR GENERAL/ARMADA.-

COPIA 2: SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

COPIA 3: SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

COPIA 4 DPTO. II / E.M.E.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION DE INFORMACION DE DEFENSA
República Oriental del Uruguay
DPTO. I
INTERIOR
C/F JCG

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.-

JORGE GARAVIA BRIANO

001/002

9714463
11 DIC. 1997

SECRETO

Dar: A.t.-

- MONTES DE OCA CABRERA , ADRIANA
  C.I. 2.572.363-3
  C.C. CQA 11354
  FECHA NAC: 20.03.71 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: CAMINO DURANT 6175
  EST.CIVIL: SOLTERA

- MONTES DE OCA , EULOGIO
  FECHA NAC: 1921

- CABRERA , CELESTIAL
  C.I. 791.925-8
  C.C. BNB 15045
  FECHA NAC: 14.04.30 (LAVALLEJA)
  DOMICILIO: CNO. ANDALUZ KM. 3

- MONTES DE OCA CABRERA , ALICIA
  C.I. 2.572.317-2
  C.C CQB 7488
  FECHA NAC: 14.04.67
  DOMICILIO: CNO. ANDALUZ KM. 3

- BARBOZA DEL VALLE , ARIEL
  C.I. 3.494.173-9
  C.C BRA 36789
  FECHA DE NAC: 27.04.71
  OCUPACION: EMPLEADO - CYMACO
  DOMICILIO: CNO. DURANT 6175

- BENTANCOR CANDELARESI , RICHARD DARLING
  C.I. 2.004.791-5
  C.C. CQB 7312
  FECHA NAC: 31.01.67
  DOMICILIO: CALLE 1 BARRIO SEMINARIO (TOLEDO)

- CARREÑO CISNEROS , LUIS ALBERTO
  C.I. 2.603.181-7
  C.C. BRB 13137
  FECHA NAC: 01.06.71
  OCUPACION: EMPLEADO - VINOS J. CARRAU
  DOMICILIO: AVDA. CESAR M. GUTIERREZ 2556

- PONTI , GABRIEL
  C.I. 3.028.987-6
  C.C. BCC 4413
  FECHA NAC: 14.06.71
  OCUPACION: EMPLEADO - TENKO FAX & LTDA.
  DOMICILIO: ESTANISLAO LOPEZ 4833 APTO. 101

9714463

002/002

SECRETO

ORIGINAL

112

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
101500DICC/1997

P E D I D O D E I N F O R M A C I O N Nro.081/A/97

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - T E X T O :

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

O R I G I N A L : DPTO. I / D.G.I.D.

C O P I A 1 : SR.JEFE DE LA SEGUNDA DIVISION ESTADO MAYOR GENERAL/ARMADA.-

C O P I A 2 : SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

C O P I A 3 : SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

C O P I A 4 DPTO. II / E.M.E.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA - República O del Uruguay
DPTO. I
INTERIOR

JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.-

(CG)

JORGE BARAVIA BRIANO

001/002

9714464

11 DIC. 1997

Dor. Art.

- RAMOS PIRIZ , RAMON EDUARDO
  C.I. 1.632.316-1
  C.C. BBP 34065
  FECHA NAC: 31.10.59 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: EDIL HUGO PRATO 2289 APTO. 6
  ESTADO CIVIL: CASADO

- RAMOS , RAMON
  FECHA NAC: 1911

- PIRIZ , MARIA DEL CARMEN
  FECHA NAC: 1919

- RAMOS PIRIZ , MONICA PATRICIA
  C.I. 2.004.582-6
  C.C. DAA 41867
  OCUPACION: EMPLEADA - CONRAD (HOTEL)
  DOMICILIO: EDIFICIO CALAMANZA PARADA 19

- GOYEN NAVAS , ANA MAGDALENA
  C.I. 1.795.291-5
  C.C AXB 21636
  FECHA NAC: 21.09.62
  OCUPACION: ENFERMERA - UCM
  DOMICILIO: EDIL HUGO PRATO 2289 APTO. 6

- BAUBETA , MARIO
  C.I. 1.113.016-3
  C.C. BDC 6940
  FECHA NAC: 30.05.48
  OCUPACION: CONTADOR
  DOMICILIO: CERRITO 681

- ESPETRINI , ENRIQUE
  C.I. 398.259-2
  C.C. AZB 18855
  FECHA NAC: 05.01.17
  OCUPACION: COMERCIANTE
  DOMICILIO: PAGOLA 3343 APTO. 902

- BERNET UBIRIA , CLAUDINET
  DOMICILIO: BR. ARTIGAS 515 APTO. 802

F. 002/002

9714464

SECRETO ORIGINAL

12

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
101500DIC/1997

P E D I D O D E I N F O R M A C I O N Nro.082/A/97

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - T E X T O :

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

O R I G I N A L : DPTO. 1 / D.G.I.D.

C O P I A 1 : SR.JEFE DE LA SEGUNDA DIVISION ESTADO MAYOR GENERAL/ARMADA.-

C O P I A 2 : SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

C O P I A 3 : SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

C O P I A 4 DPTO. II / E.M.E.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA - DPTO. I INTERIOR

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.-

JORGE SARAVIA BRIANO

9714465

11 DIC. 1997

001002

SECRETO

Dor. Arb

- RODRIGUEZ ROMERO , ANDREA CAROLINA
  C.I. 2.717.520-0
  C.C. BBB 46801
  FECHA NAC: 15.10.79 (MALDONADO)
  DOMICILIO: MADRESELVA 3810 APTO. 206
  EST. CIVIL: SOLTERA

- RODRIGUEZ PEREZ , CESAR EDUARDO
  C.I. 2.840.245-8
  C.C BOB 30127
  FECHA NAC.: 26.12.59 (DURAZNO)
  DOMICILIO: MADRESELVA 3810 APTO. 206

- ROMERO CAMEJO , ANAHI
  C.I. 2.538.570-0
  C.C. BCD 6356
  FECHA NAC.: 17.01.64 (DURAZNO).
  DOMICILIO: MADRESELVA 3810 APTO. 206

- RODRIGUEZ ROMERO , CESAR ANDRES
  C.I. 2.967.436-1
  FECHA NAC.: 28.07.81 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: MADRESELVA 3010 APTO. 206

- NUÑEZ GUICHON , JUAN ANTONIO
  C.I. 3.398.919-6
  C.C. PLB 19076
  FECHA NAC.: 12.11.41
  DOMICILIO: PARAGUAY 1547 APTO. 601

- BRU , SANDRA LOURDES
  C.I. 1.558.033-6
  C.C. BAA 25211
  FECHA NAC.: 11.11.57
  OCUPACION: ODONTOLOGA
  DOMICILIO: LORENZO CARNELLI 919 APTO. 1

002/002 9714465

ARCHIVO

1/2

Copia Nro. de Ejemplares.
Página de Páginas.

RESERVADO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 15/12/97
Nº. 490

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA

SEGUNDA DIVISION

S O L I C I T U D D E I N F O R M A C I O N Nro.182/97.

AGENCIA: E M I N T.

FECHA: 08 de diciembre de 1997

ASUNTO: Solicita información.

REFERENCIA: NEGATIVO

ORIGEN: E M I N T.

AREA / PAIS: R. O. del URUGUAY

ORIGINAL

DIFUSION ANTERIOR: NEGATIVO

DISTRIBUCION: D.G.I.D.- ARCHIVO.-

ANEXOS: NEGATIVO

TEXTO: Solicito investigación de las 29 personas que se mencionan en listado adjunto, las cuales son aspirantes ingresos a la Armada y familiares de los mismos.

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA - República O. del Uruguay - 2da. División

Capitán de Navío (CG)

JOSE L. MARTINEZ LANZANI
Jefe
de la Segunda División del
Estado Mayor General de la Armada

FECHA 13/dic/97 INICIAL (JLML)
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

RESERVADO

001/002

9714467
12 DIC. 1997

Doc. poco legible

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
MESA DE ENTRADA
SECRETARIA
11/12/97
9714467/96
Nº de Identificación

APELLIDO	NOMBRES	LFDN - EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
BENTANCUR PIÑEIRO	LIBER DAMIAN	300581 MDEO.	3.274.629-4	CDA 89305	JUAN ORTIZ 677(LAS PIEDRAS)
BENTANCUR PIÑEIRO	YESSICA VICTORIA	061079	4.252.220-2		JUAN ORTIZ 677(LAS PIEDRAS)
BENTANCUR VIGNOLA	RAMON ALBERICO	271153 SAN JOSE	3.863.212-0	CDA 39464	JUAN ORTIZ 677(LAS PIEDRAS)
CASELA MONTAÑES	JOCELYN	250159 MDEO.	2.560.560-0	DAA 23641	A.GUTIERREZ RUIZ 677
GONZALEZ MARCONE	JULIO CESAR	180958	3.653.189-3		JOSE E.RODO 2627
LLUVIERA GRIMOLDI	ROSSANA GRACIELA	111257 COLONIA	3.602.643-6	NLB 14023	VIENA 360(JUAN LACAZE)
LOPEZ PACILLO	MYRIAN ALICIA	301255 MDEO.	3.858.140-8	MAA 42833	DETOMASI 560(MERCEDES)
MAREURT LLUVIERA	EDUARDO AGUSTIN	011279 COLONIA	2.857.850-2	NLB 20148	VIENA 360(JUAN LACAZE)
MAREURT LLUVIERA	GONZALO DAMIAN	271283	3.602.623-2		VIENA 360(JUAN LACAZE)
MAREURT MESTRALLET	JORGE EDUARDO	041053 COLONIA	3.548.713-7	NLB 12322	VIENA 360(JUAN LACAZE)
NEGRIN GILLES	FERNANDO HERIBERTO		1.336.666-7	NDB 369	
OLIVAR FARIAS	RENEE ANITA	101047 MDEO.	1.155.689-8	BZB 37411	RAFAEL EGUREN 3429
PEDREIRA HORNOS	SUSANA IRIS	250343 FLORES	4.077.887-7	PAA 9579	RIVERA 329(TRINIDAD)
PETROCELLI MARTINEZ	RAFAEL DOMINGO	120643 CAN.	1.551.286-6	AKA 11356	RAFAEL EGUREN 3429
PETROCELLI OLIVAR	GASTON LEONARDO	270278 MDEO.	3.529.773-5	BRB 43568	RAFAEL EGUREN 3429
PETROCELLI OLIVAR	PAOLO GIOVANNI	210779	3.529.774-1		RAFAEL EGUREN 3429
PIÑEIRO DUARTE	LILIAN MARIA	301053 MDEO.	1.324.988-7	CDA 39472	JUAN ORTIZ 677(LAS PIEDRAS)
PIÑEIRO MAZZUCHI	DANIEL JESUS	160867 MDEO.	1.945.315-9	AZA 35424	RIVERA 4019 AP.301
RAMIREZ GUSTAVINO	JOSE PEDRO	181148 SORIANO	2.854.110-7	MAA 39648	DETOMASI 560(MERCEDES)
RAMIREZ LOPEZ	DIEGO GUZMAN	180879 SORIANO	2.854.111-3	MAA 67432	DETOMASI 560(MERCEDES)
RAMIREZ LOPEZ	MARIA VICTORIA	010982	3.148.750-0		DETOMASI 560(MERCEDES)
RAMIREZ LOPEZ	MARIA BELEN	100585	3.636.784-2		DETOMASI 560(MERCEDES)
REGUEIRO BURGOS	JOSE LUIS	070954 MDEO.	2.560.570-2	DAA 24181	A.GUTIERREZ RUIZ 677
REGUEIRO CASELLA	LUIS BENJAMIN	170681 MDEO.	3.084.934-3	DAA 61135	A.GUTIERREZ RUIZ 677
REGUEIRO CASELLA	VIRGINIA FIORELLA	210687	4.181.315-1		A.GUTIERREZ RUIZ 677
RODRIGUEZ SOSA	RUBEN EDUARDO	300576 MDEO.	2.953.739-7	CIA 16001	JOSE E.RODO 2627
SALVO PEDREIRA	ROBERTO JAVIER	200278 FLORES	3.220.403-4	PAA 18184	RIVERA 329(TRINIDAD)
SALVO SANABRIA	HUGO ROBERTO	040351 FLORES	3.614.504-8	PAA 11086	RIVERA 329(TRINIDAD)
SOSA ZARATE	MARIA IRENE	150956 CANELONES	2.795.126-0	CIA 12330	JOSE E.RODO 2627

ORIGINAL

002/002

9716467

FECHA 13/02/98 INICIAL (SK)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

ARCHIVO

Copia Nro. de Ejemplares.
Página de Páginas.

RESERVADO

1/3

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha se Entrada 15/12/97
Nº. 491

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA

SEGUNDA DIVISION

S O L I C I T U D D E I N F O R M A C I O N Nro.186/97.

AGENCIA: E M I N T.

FECHA: 03 de Diciembre de 1997.-

ASUNTO: Solicita información.

REFERENCIA: NEGATIVO

ORIGEN: E M I N T.

AREA / PAIS: R. O. del URUGUAY

DIFUSION ANTERIOR: NEGATIVO

DISTRIBUCION: D.G.I.D.- ARCHIVO.-

ANEXOS: NEGATIVO

TEXTO: Solicito investigación de las 55 personas que se mencionan en listado adjunto, las cuales son aspirantes a ingreso a la Armada y familiares de los mismos.-

ORIGINAL

FECHA 04/04/98 INICIAL (SD)
Procesado a Sistema DEX
OBSERVACIONES .....

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA - Republica Oriental del Uruguay - SEGUNDA DIVISION

Capitán de Navío (CG) JOSE MARTINEZ LANZANI
Jefe
de la Segunda División del
Estado Mayor General de la Armada

doc poco legible

RESERVADO

001 | 003

9714468
12 DIC. 1997

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO I
ENTRADA
11/12/97
9714468/36
Nº de Identificación

190722

Page No. 1
12/03/97

APELLIDO	NOMBRES	LFDN - EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
ABERASTEGUY MACHIN	SUSANA LETICIA	220653 FLORES.	1.968.255-6	CDA 66017	CONT.SAN MARTIN 231 (CAN)
ACOSTA TORNIELLI	MARIA ESTHER	011075 MDEO.	3.293.230-2	BDA 97096	HOMERO 3854 (MDEO)
ACOSTA VIDAL	ELIDO	250725 C.L	1.314.162-3	BDC 7138	HOMERO 3854 (MDEO)
CABALLERO LEMA	JUAN CARLOS	080879 MDEO.	2.958.006-5	BBB 45608	MALVIN Y VALLEJO (MDEO)
CABALLERO PINTOS	JUAN CARLOS	040252 SAL.	1.526.813-	BCA 62773	MALVIN Y VALLEJO (MDEO)
CARABALLO SOSA	EVA MABEL	210452 TBO.	1.256.082-6	CDA 40749	COMP.P.RIVERA 5176 B/242 MDEO
CARDOZO GONZALEZ	SANDRA MARIELA	250371 MDEO.	3.174.080-7	BPA 19439	GIL 819 BLOCK E/002 (MDEO)
CARY FERNANDEZ	WALTER JORGE	281248 MDEO.	1.132.062-5	BMA 4456	P.BUSTAMANTE 1830 (MDEO)
CARY SCASSO	CHRISTIAN	040976 MDEO.	3.048.624-4	BAB 54215	P.BUSTAMANTE 1830 (MDEO)
CORREA CORREA	ELSA ISABEL	190835 PDU.	1.213.402-8	BZA 33628	BERNANDINO GUAS 612 (MDEO)
DIAZ PAREJA	HERIBERTO	120842 TBO.	1.026.256-9	BXB 5856	LA DILIGENCIA 7411 (MDEO)
DIAZ PRESA	ALEJANDRO HERIBERTO	MDEO. 270879	3.714.173-6	BXB 16146	LA DILIGENCIA 7411 (MDEO)
ESPINOSA RODRIGUEZ	ROBERTO CARLOS	310169 MDEO.	1.823.011-2	BDA 50480	SMIDEL 2934 (MDEO)
FABREAU AGUIAR	JUAN CARLOS	SOR.			PASO DE LA CRUZ 2675 (MDEO)
FABREAU MALDONALO	JULIO CESAR	311271 SOR.	3.821.867-7	MGK 2652	PASO DE LA CRUZ 2675 (MDEO)
FERREIRA DI MARCO	ATILIO EDUARDO	290572 ARGENTINA			TABOBA (SALINAS-CAN)
GONZALEZ	MARIA MARGARITA	270638 ROC.	.988.965-7	BPA 12823	GIL 819 BLOCK E/002 (MDEO)
HERNANDEZ	MARIA DEL CARMEN	291044 MDEO.	1.373.602-0	BVB 26466	BLANES VIALE 006 (CAN)
HITTA SASTRE	DIVER NELLY	SOR.	2.833.163-3	MFA 7893	ROBERTO BERRO 2461/908 (MDEO)
LEMA ORONA	LETICIA	111260 MDEO.	1.751.186-4	BBB 45362	MALVIN Y VALLEJO (MDEO)
MALDONADO PEREZ	NORA SUSANA	SOR.			PASO DE LA CRUZ 2675 (MDEO)
MARMOLEJO CARABALLO	MABEL ADRIANA	170972 LAV.	2.980.474-7	BCB 52457	CNO.CORRALES 3434/3 (MDEO)
MARMOLEJO CARABALLO	VIVIANA LAURA	311274 MDEO.	2.980.477-5	BCB 50081	SMIDEL 2934 (MDEO)
MARMOLEJO GONZALEZ	ROBERTO CANTALICIO	110945 LA	1.674.233-7	ABA 4345	COMP.P.RIVERA 5176 B/242 MDEO
MIERES ABREU	ELBIO	091 T.T	1.088.838-8	BZB 51225	BERNANDINO GUAS 612 (MDEO)
MIERES CORREA	BLANCA ALICIA	230950 MDEO.	1.867.372-0	BZA 33626	CNO.ARIEL 4823/901 (MDEO)
MONTALO SANTOS	WILSON ALEJANDRO	220271 MDEO.	1.978.223-5	BMB 26969	FELIPE CARDOZO 2046 (MDEO)
PEREIRA CARRIZO	JUSTINA AMELIA	050950 FLORES	3.347.296-3		DEL PARQUE 671 (CAN)
PEREZ HERRERA	RAFAEL EDUARDO	100161 MDEO.	1.942.491-6	BTB 26213	GUINEA Nº 87 (MDEO)
PEREZ SENA	SHIRLEY LORELEY	020279 MDEO.	4.322.878-4	BTB 26354	GUINEA Nº 87 (MDEO)
PESOA SILVA	ORFILIA MARTA	110634 MDEO.	1.345.287-	BUB 12058	EL GRECO 6012 (MDEO)
PINTO RODRIGUEZ	JUAN ALBERTO	160652 MDEO.	1.277.702-5	CMG 2166	TABOBA (SALINAS-CAN)
PINTO VILLAGRAN	KARINA GABRIELA	140475 MDEO.	3.574.881-9	CMG 3356	TABOBA (SALINAS-CAN)
PIRIZ PESOA	ARIEL ALEJANDRO	091178 MDEO.	2.843.276-4	BTA 26374	EL GRECO 6012 (MDEO)
PRESA SALVINI	NILDA RITA	MDEO. 080854	1.071.265-5	EXB 8543	LA DILIGENCIA 7411 (MDEO)
RIVERO PINTADO	SERGIO CARLOS	190266 MDEO.	1.982.967-9	BCB 39359	CNO.CORRALES 3434/3 (MDEO)
RODRIGUEZ	ORTEMIO	220540 MDEO.	1.062.994-9	BSA 6585	BLANES VIALE 006 (CAN)
RODRIGUEZ HERNANDEZ	RICHARD ARIEL	210176 MDEO.	3.808.284-2	CDA 85741	BLANES VIALE 008 (CAN)
RODRIGUEZ ZAPATA	HENRY FABIAN		3.901.181-2		HOMERO 3854 (MDEO)
ROSANO	CARLOS DANILO	240348 RIV.	1.375.349-4	AXB 24070	TOLUBA 3390 (MDEO)
ROSANO SANDES	ANDRES LEONARDO	241078 MDEO.	4.018.368-0	CEA 28708	TOLUBA 3390 (MDEO)
SANDES BAEZE	ELIDA CRISTINA	150658 MDEO.	1.804.301-6	CEA 20742	TOLUBA 3390 (MDEO)
SANTOS	ANA MARIA	290650 MDEO.			FELIPE CARDOZO 2046 (MDEO)
SANTURIO CHIMINELLI	JUAN CARLOS	051244 DUR.	3.503.340-6	PAA 10031	DEL PARQUE 671 (CAN)
SANTURIO PEREIRA	MARCOS DAMIAN	060779 CAN.	4.295.460-5	CMM 2321	DEL PARQUE 671 (CAN)
SCASSO FILPO	GRACIELA ELIZABETH	130548 MDEO.	1.146.456-2	BKB 10613	P.BUSTAMANTE 1830 (MDEO)
SEIJA ABERASTEGUY	DIEGO ANDRES	130575 MDEO.	3.788.837-8	CDA 84533	CONT.SAN MARTIN 231 (CAN)
SEIJA ALMIRON	GUALBERTO ERIC	240752 FLORES.	1.746.597-6	AAD 7648	CONT.SAN MARTIN 231 (CAN)
SENA VARELA	MARIA SUSANA	290558 SOR.	3.103.085-	BTB 27778	GUINEA Nº 87 (MDEO)
TECHERA GARRON	ANDREA VERONICA	MDEO. 250380	4.505.769-4		BLANES VIALE 006 (CAN)
TEJERA ALONSO	CESAR ANDRES	SOR.	3.111.865-4	MGK 1322	ROBERTO BERRO 2461/908 (MDEO)
TEJERA HITTA	CESAR ANDRES	091173 SOR.	2.700.685-7		ROBERTO BERRO 2461/908 (MDEO)

ORIGINAL

002

9714468

FECHA 01/04/98
Procesado a Sistema DIR
OBSERVACIONES
INICIAL (EHC)

Cotzo Hnos S.A. - 1975

190725

APELLIDO	NOMBRES	LEDN - EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
TORNIELLI	MARIA ESTHER	101132 FLORIDA	1.323.775-1	BDB 57910	HOMERO 3954 (MDEO)
VIERA ROMAN	MARIA LUISA	110776	3.116.090-8		PASO DE LA CRUZ 2675 (MDEO)
VILLAMIL SANTAMARIA	ELVER				

ORIGINAL

9714468

003/003

1/2 cfm

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.

FECHA: 11/DIC/97

ORIGEN: Dpto.I (Int.) Campo Militar

DESTINO: Dpto.III

ASUNTO: Mateada del MLN-T

ANEXO: Se adjunta artículo de prensa (Mate Amargo 26DIC97).

INFORMACION DISPONIBLE:

- El próximo 14DIC a partir de las 1030hs. se realizará una mateada, participando entre otros el dirigente tupamaro Julio MARENALES.
La misma se realizará en Pinamar (Interbalnearia Km.36200).

INFORMACION SOLICITADA:

1) Cantidad aproximada y actitud de los presentes.
2) Identificación de concurrentes.
3) Seguridad, si hay.
4) Algún otro dato de interés.-

[redacted] 001/002

9714469

11 DIC. 1997

M/e

Mateada con todos

Participa:
Julio Marenales

Domingo 14 - Hora 10:30

MLN
Tupamaros

Pinamar - Interbalnearia Km. 36.200

9714469

002/002

ARCHIVO

Copia Nro. de Ejemplares.
Página de Páginas.

RESERVADO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección Nacional de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 15/12/97
Nº. 489

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA

SEGUNDA DIVISION

S O L I C I T U D D E I N F O R M A C I O N Nro.190/97.

AGENCIA: E M I N T.

FECHA: 03 de Diciembre de 1997.-

ASUNTO: Solicita información.

REFERENCIA: NEGATIVO

ORIGEN: E M I N T.

AREA / PAIS: R. O. del URUGUAY

DIFUSION ANTERIOR: NEGATIVO

DISTRIBUCION: D.G.I.D.- ARCHIVO.-

ANEXOS: NEGATIVO

TEXTO: Solicito investigación de las 48 personas que se mencionan en listado adjunto, las cuales son aspirantes a ingreso a la Armada y familiares de los mismos.-

ORIGINAL

FECHA 05/02/98 INICIAL (GH)
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA - República O. del Uruguay - 2(CG)ISION

Capitán de Navío JOSE MARTINEZ LANZANI
Jefe
de la Segunda División del
Estado Mayor General de la Armada

RESERVADO

Nº 001002

9714470
12 DIC. 1997

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
97/11/11
97/44 10/002

Doc. poco legible

fecha 03-12-97

APELLIDO	NOMBRES	LEDN - EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
BLANCO GONZALEZ	NORBERTO	270339 MDEO.	1.376.706-7	BBA 18120	RIO NEGRO 1195 (MDEO)
BLANCO PONCE	WILMER JORGE	311074 MDEO.	3.864.005-6	MAA 61438	RIO NEGRO 1195 (MDEO)
BONILLA AGUILERA	ISABEL LUJAN	071166 CAN.	1.846.030-3	BTA 17306	PACHECO Y CUPURU SEC.B7 MDEO.
BRANCO MACHADO	LUISA MAGDALENA	020841 PDU.	1.609.950-2	KBA 15572	CALLE Nº 3 MANZ.B SOL.9 (CAN)
BRAÑAS PIRIZ	BLANCA GRACIELA	110160 ROC.	3.254.168-2	EAA 37142	LAVALLEJA Nº 2 (ROC)
CABRERA BECON	MARIA ESTHER	040756 ROC.	3.338.011-0	ECG 1238	PARADA 20 (LA PALOMA - ROC)
CALABUIG PEREZ	MARIA CELIA	040949 ROC.	3.470.608-4	EAA 32230	TOMAS BARRIOS S/N (ROC)
CANEPA CASTRO	GRACIELA	240656 MDEO.	1.544.957-6	BDC 6550	RUTA 8 KM 24700 (CAN)
CARDUZ CUARTIN	JOSE AGUSTIN	270544 ROC.	3.691.080-7	EAA 24687	RINCON DE LA LAGUNA (ROC)
CARDUZ PEREYRA	GABRIEL	180968 ROC.	3.893.925-8	EAA 42433	25 DE AGOSTO Nº 200 (ROC)
CORBO BRAÑAS	WASHINGTON MARCELO	090979 ROC.	4.307.790-7	EAA 50160	LAVALLEJA Nº 2 (ROC)
CORBO SOSA	WASHINGTON NERIS	270558 ROC.	2.573.084-4	EAA 35062	LAVALLEJA Nº 2 (ROC)
CURBELO	BERNABELA OLGA	241051	4.280.412-5	CHA 4598	RUT.7 KM 54 (CAN)
DE BARBIERI ROBALLO	JOSE LUIS	160169 MDEO.	1.894.035-7	BVA 41865	SUSVIELA 267 (MDEO)
DE LOS SANTOS RUIZ DIAZ	CRISTINA	240355 MDEO.			RAMON LISTA 1655 (ARGENTINA)
DENIZ ALVEZ	BALTAZAR	250834 RIV.	1.317.063-1		JOSE B.ORDOÑEZ 753 (CAN)
DENIZ KONTZ	ROBERTO ARI	071272 MDEO.	2.810.334-3	BNB 51553	PACHECO Y CUPURU SEC.B7 MDEO.
DIAZ FERREIRA	GERARDO GERMAN	180875 MDEO.	3.203.380-3	BEA 20820	PASAJE REGOLO 4566 (MDEO)
FERNANDEZ KRIVAGUZOV	GABRIEL	190572 MDEO.	1.900.841-3	CME 8784	JOSE M.GARCIA M I. S.4 (CAN)
FERNANDEZ SILVERA	RUDECINDO	150434 MDEO.	.855.970-8	ANA 6572	JOSE M.GARCIA M I. S.4 (CAN)
FERREIRA RECOBA	GRACIELA ESTHER	090549 MDEO.	1.379.581-4	BUA 19215	DEL CID 377 (MDEO)
FRANCO BRANCO	CARMELO JAVIER	170376 MDEO.	4.327.839-7	CMF 14893	CALLE Nº 3 MANZ.B SOL.9 (CAN)
FRANCO DE OSCAR	PEDRO ADAN	2609[illegible]	1.781.275-1	GBA 5202	CALLE Nº 3 MANZ.B SOL.9 (CAN)
HUELMO COSTA	MARY ELIZABETH	1005[illegible] ROC.	3.925.648-2	EAA 45651	25 DE AGOSTO Nº 200 (ROC)
KONTZ ROJAS	MARGARITA MARINA	[illegible]49 MDEO.	1.337.536-5	CDA 71696	JOSE OTAMENDI 2397/1 (MDEO)
KRIVAGUZOV GRIGOVENKO	ROSA	220129 R.N	1.451.062-9	AKA 6572	JOSE M.GARCIA M I. S.4 (CAN)
MORALES DEL SUR	JORGE ELBIO	200949	1.299.472-	BAB 31496	AVDA.RIVERA 4335 (MDEO)
MORALES NOBLE	LUIS DIEGO	050975 MDEO.	4.198.745-1	BCC 9299	AVDA.RIVERA 4335 (MDEO)
NOBLE DELPINO	ALICIA				AVDA.RIVERA 4335 (MDEO)
PEREIRA	MARIA TERESA	210343 T.T	3.056.203-8	FCB 1433	AV.18 DE JULIO 2046/14 (MDEO)
PEREIRA ASILLONA	ANIBAL ALCIDES	PDU.	1.010.190-7	AJA 7373	EMILIO ANDREON 620 (CAN)
PEREIRA RUIZ	PABLO ENRIQUE	110972 MDEO.	2.957.097-1	CEA 25418	EMILIO ANDREON 620 (CAN)
PEREYRA GONZALEZ	ALMA LUZ	311239 ROC.	3.877.057-4	EAA 23086	25 DE AGOSTO 200 (ROC)
PIREZ PEREIRA	PABLO BOLIVAR	210678 T.T	4.177.674-5	FCB 1556	AV.18 DE JULIO 2046/14 (MDEO)
PIREZ SILVERA	FELIPE BENJAMIN	290548 T.T	3.974.617-0	FCB 1470	AV.18 DE JULIO 2046/14 (MDEO)
PONCE RAMIREZ	BEATRIZ	250545 MDEO.	.785.721-6	MAA 54723	RIO NEGRO 1195 (MDEO)
PUÑALES CALABUIG	VERONICA	230877 ROC.	4.113.034-9	EAA 50122	TOMAS BARRIOS S/N (ROC)
PUÑALES CALABUIG	EDUARDO MARTIN	190750 ROC.	2.662.481-8	EAA 32391	TOMAS BARRIOS S/N (ROC)
RODRIGUEZ	CARLOS DANIEL	030741 CAN.	3.236.061-8	CMA 19327	RUT.7 KM.54 (CAN)
RODRIGUEZ ACOSTA	RAMON	021152 MDEO.	1.589.052-3	CME 2615	RUTA 8 KM 24700 (CAN)
RODRIGUEZ CANEPA	ERNESTO GERARDO	091078 MDEO.	4.280.498-7	CME 13134	RUTA 8 KM 24700 (CAN)
RODRIGUEZ CURBELO	OSCAR GERARDO	050877 CAN.	1.280.416-9	CMA 14303	RUT.7 KM 54 (CAN)
RODRIGUEZ DE LOS SANTOS	CHRISTIAN DANIEL	160874 MDEO.	1.822.354-7	BOA 18586	SAN MARTIN 4932 (MDEO)
RODRIGUEZ MONTES	LUIS ALBERTO				RAMON LISTA 1655 (ARGENTINA)
RUIZ	ALICIA	PDU.	1.384.050-4	CEA 25010	EMILIO ANDREON 620 (CAN)
SOSA ARAUJO	JORGE FABIAN	130775 ROC.	3.540.579-0	ECG 3176	PARADA 20 (LA PALOMA - ROC)
VEIGA ACOSTA	EUGENIO	251151 ROC.	3.034.777-1	ECG 1517	PARADA 20 (LA PALOMA - ROC)
VEIGA CABRERA	SILVIA ANALIA	031075 ROC.	3.343.918-5	ECG 3024	PARADA 20 (LA PALOMA - ROC)

ORIGINAL

002/002

971470

FECHA 25/02/98 INICIAL (GK)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

RESERVADO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 15/12/97.
Nº. 488/97

ARCHIVO

1/4

M. D. N DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	DEPARTAMENTO II	10DIC97	HOJA:
	PEDIDO DE INFORMES: 150/97		
I.-FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION 17DIC97			
II.- INFORMACION CONOCIDA:	A.- EVALUACION:		
	B.- T E X T O		

ORIGINAL

3 SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA

[Doc. poco legible]

III.- INFORMACION SOLICITADA:

IV.- ACCION TOMADA:

V.- DISTRIBUCION: D.G.I.D.

DPTO.II E.M.E.

9714473
12 DIC. 1997

FIRMA

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF AA
DIVISION INFORMACIONES
República O. del Uruguay

EL JEFE DE LA DIVISION INFORMACIONES D.N.S.FF.AA.

CNEL.

NELSON H. COITINHO

001/004

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 11Dic97.-
Nº de Identificación 97M4730

RESERVADO

Montevideo, 10 de diciembre de 1997.

1.- ACOSTA GUBBA Adriana Mabel. AUX. REG. MEDICOS

Fecha y lugar de nacimiento: 4/10/68 Montevideo
C.I. : 1.681.871-0
C.C: BPA 17117
Domicilio actual: Juan R. Jimenez 3834
Domicilio anterior: Húsares 3519
Nombre del padre: Julio Cesar ACOSTA
C.I.: 1.018.826-6 C.C.: BCA 38032
Nombre de la madre: Susana Celia GUBBA BUZZI
C.I.: 1.043.613-4 C.C.: BCA 54586 / TAA 44252
Nombre del cónyuge: Daniel RAMOS PIRIZ
C.I.: 1.632.317-7 C.C.: BBB 35069 / CDA 80141
Nombres de hermanos: Laura Devora ACOSTA GUBBA, Natalia ALDERETE GUBBA, Sebastian ALDERETE GUBBA, Pablo Jesús ACOSTA SUAREZ
Experiencia anterior: Telefonista, Supervisora, Profesora Inglés particular.

ORIGINAL

2.- ALDECOSEA BETTONI Laura AUX. DE ENFERMERIA

Fecha y lugar de nacimiento: 16/12/68 Montevideo
C.I. : 2.717.264-0
C.C: AUA 19512
Domicilio actual: Humaita 2771 apto 3
Domicilio anterior: Cno. Carrasco 4490 block I apto. 7
Nombre del padre: Enrique ALDECOSEA STEPHENS
C.I.: 746.668-7 C.C.: AVA 9523
Nombre de la madre: Ana Maria BETTONI CASTRO
C.I.: 876.957-3 C.C.: AUA 6218
Nombre del cónyuge: Alvaro Javier BATALLA SANTO (separada)
C.I.: 2.011.268-9 C.C.: AUB 11816
Nombres de hermanos: Gonzalo Manuel ALDECOSEA BETTONI, Hector Martin ALDECOSEA BETTONI.
Experiencia anterior: Administrativa en Lab. APITER

3- ALVAREZ VIROGA Alfredo Daniel. PRACTICANTE, FARMACIA, REG. MEDICOS.

Fecha y lugar de nacimiento: 17/10/68 Maldonado
C.I. : 2.709.476-1
C.C: DBA 25091 / AZB 18878
Domicilio actual: Libertad 2871 apto 3
Domicilio anterior: Agustin Abreu 433 SAN CARLOS
Nombre del padre: Nelly Elias ALVAREZ MALO
C.I.: 3.757.200-0 C.C.: EAA 23595 / DBA 14555
Nombre de la madre: Mary Lilian VIROGA PEREIRA
C.I.: 3.014.105-2 C.C.: DBA 15099
Nombre del cónyuge: Gabriela FERRON BRUZZONI
C.I.: 1.160.959-0 C.C.: AZB 18879
Nombres de hermanos: Mariel Alvarez Viroga

Experiencia anterior: Administrativo y Coord. Personal en ESTAR BIEN SRL.
Asesor CAPITAL AFAP SA

4.- BIRRIEL LABEQUE Osvaldo Daniel. CHOFER

Fecha y lugar de nacimiento: 2/5/ 63 Montevideo
C.I.: 1.758.145-1
C.C: BBB 35030
Domicilio actual: Paysandu 1682 apto 2
Domicilio anterior: Serratosa Senda 1 apto 79
Nombre del padre: Osvaldo Eber BIRRIEL MARTINEZ
C.I.: 644.056-7 C.C: BDB 13969
Nombre de la madre: Nelly Mabel LABEQUE GUTIERREZ
C.I.: 848.055-5 C.C: ARB 7162
Nombre del cónyuge: Nelsa Mabel ALARCON CASTRO
C.I.: 1.716.064-1 C.C.: MCA 19461/ ARA 14066
Nombres de hermanos: Beatriz Mabel BIRRIEL LABEQUE

Experiencia anterior: FAMA , STENO, TAREAS VARIAS PARTICULARES.

ORIGINAL

5.- GUERRA RUIZ Barbara Daniela. BABY SISTTER

Fecha y lugar de nacimiento: 4/12/78 Flores
C.I.: 3.691.041-5
C.C: BQA 22448
Domicilio actual: Joaquin Suarez 3325
Domicilio anterior: José Pedro Varela 131 Flores Trinidad
Nombre del padre: Ignacio Luis GUERRA SANTOS (Mil. Sdo.1°)
C.I.: 3.723.884-6 C.C.: PAA 13283
Nombre de la madre: Maria Isabel RUIZ SCHNEIDER
C.I.: 2.986.439-0 C.C.: PAA 11745
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Nombres de hermanos: Alvaro Eduardo RUIZ, Irene Yanet RUIZ, María Gabriela ECHEVARRIA RUIZ.
Experiencia anterior: No

6.- RODRIGUEZ FLORES Maricel. AUX. DE ENFERMERIA

Fecha y lugar de nacimiento: 26/12/75 Cerro Largo
C.I.: 3.940.982-5
C.C: GBA 12121
Domicilio actual: Miguelete 1470
Domicilio anterior: Av. Saturna Viv. N°38 Barrio Sur (Melo)
Nombre del padre: Efidio Rodriguez (Fallecido)
C.I.: C.C.:
Nombre de la madre: María Emilia FLORES da SILVA
C.I.: 2.658.245-2 C.C.: HFE 909 / GFE 2642
Nombre del cónyuge: Arturo Daniel OLIVERA VAZ (Guardia Granadero)
C.I.: 4.112.014-2 C.C.: GBA 12947
Nombres de hermanos: Carmen Leticia FLORES , Elpidio RODRIGUEZ, Sergio Freddy RODRIGUEZ Mil.
Experiencia anterior: Voluntaria en Hospital de Melo

9714473

7 .- TECHEIRA da SILVA Silvana Yanet. AUX. ENFERMERIA

Fecha y lugar de nacimiento: 22/5/77 Tacuarembó
C.I. : 4.246.763-8
C.C: BDB 66668
Domicilio actual: José Maria Montero 2903 /201
Domicilio anterior: Las Flores (Rivera)
Nombre del padre: Balbino TECHEIRA FERNANDEZ
C.I.: 2.571.616-5 C.C.: HEC 1592
Nombre de la madre: Gladys da SILVA
C.I.: 3.146.567-5 C.C.: HEC 1413
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Nombres de hermanos: Andrea Yaquelin TECHEIRA da SILVA

Experiencia anterior: Cuidado de niños y enfermos .

ORIGINAL

.-

Fecha y lugar de nacimiento:
C.I. :
C.C:
Domicilio actual:
Domicilio anterior:
Nombre del padre:
C.I.: C.C.:
Nombre de la madre:
C.I.: C.C.:
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Nombres de hermanos:

Experiencia anterior:

.-

Fecha y lugar de nacimiento:
C.I. :
C.C:
Domicilio actual:
Domicilio anterior:
Nombre del padre:
C.I.: C.C.:
Nombre de la madre:
C.I.: C.C.:
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Nombres de hermanos:

Experiencia anterior:

9714473

Nº. DOCUMENTO 9714474
TITULO Sínodo de Obispos para America: celebrará Vaticano del 16/11/97 al 12/12/97.
PROCEDENCIA 518583
FECHA DE 22/10/97.
VINCUL 507684
500777
65092

ENTRADO
CRUZADO

TD9351

R RELBT 10-07 00322
mun exg icx

VATICANO-SINODO AMERICA
DOCE AMERICANOS LISTA MIEMBROS SINODO DESIGNACION PONTIFICIA

Ciudad del Vaticano, 7 oct (EFE).- El papa Juan Pablo II ha elegido a veintiuna personalidades eclesiásticas, de ellas doce americanos, como miembros, con derecho a voz y voto, del Sínodo de Obispos para América, que se reunirá del 16 de noviembre al 12 de diciembre.

Se trata de los arzobispos, u obispos, de Campo Grande, Vitorio Pavanello, y de Nossa Senhora do Paraíso, Pierre Mouallem, de rito greco-melquita, de Brasil; de Keewatin-Le Pas, Peter Sutton, y de Saint-Jean Longueuil, Jacques Berthelet, en Canadá; de San Francisco, William Joseph Levada, y Denver, Charles Chaput, en Estados Unidos.

También el obispo de Willemstad (Antillas Holandesa), Willem Michel Ellis; el arzobispo de Popayán (Colombia), Iván Marín López, y el canadiense Emilio Goulet, secretario de la conferencia episcopal de su país.

Además han sido designados el estadounidense Dennis Schnurr, secretario general de la conferencia episcopal de su país; el mexicano Marcial Maciel Degollado, superior general de los Legionarios de Cristo, y el también estadounidense Richard Neuhaus, director del Instituto sobre la Religión y la Vida Pública.

El resto de los miembros del Sínodo de nómina pontificia son los españoles Santiago Martínez Acebes, arzobispo de Burgos; Cipriano Calderón, vicepresidente de la Pontificia Comisión para América Latina, y Javier Echevarría, Prelado del Opus Dei.

Asimismo, el italiano Renato Corti, obispo de Novara, y el checo cardenal Miloslav Vlk, arzobispo de Praga y presidente del Consejo de Conferencias Episcopales europeas.

Igualmente han sido elegidos el filipino Oscar V. Cruz, arzobispo de Lingayen-Dagupan, secretario de la Federación de conferencias episcopales de Asia, y el congoleño Laurent Monsengwo, arzobispo de Kisangani y presidente del Simposio de conferencias episcopales africanas y de Madagascar.

Asimismo, el alemán Franz Grave, obispo auxiliar de Essen, y el neozelandés John Jerome Cunneen, obispo de Christchurch. EFE

Maa/ah/pgl

10/07/19-14/97

9714474

01-04

XD2697
U RELBT 10-07 00422
mun exg icx

VATICANO-SINODO AMERICA
PAPA NOMBRA TRES ESPAÑOLES MIEMBROS SINODO OBISPOS AMERICA

Ciudad del Vaticano, 7 oct (EFE).- El papa Juan Pablo II ha nombrado a tres prelados españoles miembros, con derecho a voz y voto, de la asamblea especial para América del Sínodo de Obispos, que se celebrará en el Vaticano del 16 de noviembre al 12 de diciembre próximos.

Se trata del arzobispo de Burgos, Santiago Martínez Acebes, el obispo Cipriano Calderón, vicepresidente de la Pontificia Comisión para América Latina, y el obispo Javier Echevarria Rodríguez, Prelado de la Prelatura Personal del Opus Dei.

Los miembros de los Sínodos están constituídos por un grupo -el más numeroso- elegido por las Iglesias locales -en este caso todos los episcopados americanos-, otro formado por responsables de diversos dicasterios de la Curia, que varía en cada Sínodo, aunque algunos siempre participan -como el secretario de Estado- y, finalmente, otro de nómina directa pontificia.

En este grupo entran prelados que no han sido elegidos por sus compañeros de episcopado, pero que cuentan con la confianza del Papa, o que, en razón de su cargo, pueden dar una importante aportación al Sínodo.

Es el caso de Cipriano Calderón. Al ser de Curia no lo eligieron los episcopados nacionales americanos, y al no ser el máximo responsable del organismo en que desempeña su labor -el presidente de la Comisión para América latina es el cardenal Bernardin Gantin- tampoco entraba en razón al cargo.

Pero el Papa lo ha designado por ser un excelente conocedor de la realidad de las Iglesias latinoamericanas y el que de hecho lleva el peso de la citada Comisión, ya que el cardenal Gantin dedica la mayor parte de su tiempo a la Congregación de Obispos, de la que es Prefecto.

El Prelado del Opus Dei es el máximo responsable de una institución con fuerte implantación en varios países latinoamericanos, y lo mismo cabe decir de otro miembro de nómina pontificia, el sacerdote mexicano Marcial Maciel Degollado, fundador y Superior General de los Legionarios de Cristo, una congregación de sacerdotes presente en muchos países de América Latina.

El Papa ha nombrado también miembros del Sínodo para América a los arzobispos u obispos de Campo Grande y Nossa Senhora do Paraíso (Brasil); Keewatin-Le Pas y Saint-Jean Longueuil (Canadá); San Francisco y Denver (Estados Unidos); Willemstad (Antillas Holandesa); Popayán (Colombia) y Christchurch (Nueva Zelanda).

También a los presidentes del Consejo de Conferencias Episcopales Europeas, del órgano similar africano; al auxiliar de Essen (Alemania), presidente de Adveniat, un organismo caritativo alemán que facilita grandes ayudas a las Iglesias latinoamericanas. EFE
Maa/ig/pq

9714474

02

XR0852

R RELBT 10-14 00348
icx mun exg

PAPA-PONTIFICADO
SINODOS, CONSISTORIO Y CUBA COMPROMISOS NUEVO AÑO PONTIFICADO

Ciudad del Vaticano, 14 oct (EFE)- El sínodo de obispos para América, un consistorio para la creación de nuevos cardenales y la visita a Cuba, son los principales compromisos pastorales del Papa para el nuevo año de su pontificado, que comienza el jueves 16 de octubre próximo.

Ese día se conmemora el 19 aniversario de la promoción a la sede apostólica de Roma de Karol Wojtyla, elegido el 16 de octubre de 1978, como 264 sucesor del apóstol san Pedro, y comienza el XX año de pontificado, marcado también por la preparación del Gran Jubileo del año 2000.

Entre otros temas del calendario -y relacionados de algún modo con el Jubileo- figuran la celebración de dos congresos internacionales de estudios: uno dedicado al antisemitismo y la Iglesia, y otro a la Inquisición, ambos dentro del espíritu de reflexión y penitencia que marcan la preparación del Jubileo.

Para noviembre, o -con mayor seguridad- para febrero es posible que el Papa convoque un nuevo consistorio -el séptimo de su pontificado- para cubrir una serie de vacantes -en el tope máximo de 120 cardenales electores- tanto en cargos de la Curia romana como en importantes sedes arzobispales.

Por otro lado pueden ser jubilados -al llegar al tope de los 75 años- otros responsables de dicasterios.

En estos momentos hay 13 vacantes para cardenales con menos de 80 años (el Papa puede crear cardenales a prelados con más de 80 años pero no contarían en un eventual cónclave), que serán 16 en en curso del mes de febrero, figurando entre los que alcanzan los 80 el próximo año el emérito de Toledo (España), Marcelo González Martín.

Son una veintena los prelados que figuran en la lista de aspirantes a capelo cardenalicio, entre ellos -y en razón al cargo en la Curia- el colombiano Dario Castrillón Hoyos, proprefecto de la Congregación para el Clero, y el chileno Jorge Arturo Medina Estevez, proprefecto de la Congregación para el Culto Divino y la disciplina de los Sacramentos.

El consistorio no sólo ampliará el número de cardenales electores sino también aumentará la lista de "papables", de modo que las listas actuales podrían cambiar sustancialmente. EFE
Maa dlh

10/14/18-20/97

9714474

03

XA5209

R SUCBT 10-23 00235
 icx amt exg

AMERICA-IGLESIA
OBISPOS CATOLICOS SE REUNIRAN EN QUITO EN SINODO DE AMERICA

Quito, 22 oct (EFE).- Las conferencias episcopales del continente se reunirán en Quito, entre el 16 de noviembre y el 12 de diciembre próximos, durante el "Sínodo de América" que reunirá a autoridades católicas de la región, se informó hoy.

El secretario general de la Conferencia Episcopal Ecuatoriana, monseñor Antonio Arregui, dijo que la cita permitirá mantener diálogos con autoridades religiosas de otros países para intercambiar experiencias sobre los problemas que afectan a sus habitantes.

Arregui expresó que el próximo 28 de octubre habrá una reunión de las autoridades católicas ecuatorianas, en la que se preparará el "Sínodo de América" y se aprovechará para conmemorar un nuevo aniversario de la asunción del Papa, Juan Pablo II.

A la cita de los católicos ecuatorianos será invitado el presidente ecuatoriano, Fabián Alarcón, con quien conversarán sobre los problemas que afronta el país.

Agregó que en la reunión del 28 de octubre se "buscará, de cara a la próxima Asamblea (americana), propuestas sobre la realidad nacional" que serían expuestas al resto de iglesias del continente.

Arregui no descartó que en el "Sínodo de América" se reunan autoridades eclesiásticas de Ecuador y Perú para conversar sobre el proceso de pacificación entre las dos naciones.

Aseguró que ese es un asunto que no sólo preocupa a los dos países sino que es de interés de toda América. EFE
FA/EHC/lul/CGR

10/23/01-25/97

9714474

04-04

Nº. DOCUMENTO 9714475
TITULO Iglesia definirá acciones sobre desaparecidos en Uruguay en Conf. Nacional Episcopal
PROCEDENCIA 518583
FECHA DE ... 30/10/97
VINCULACIONES 500777
11046
507466

[Doc. poco legible]

ENTRADO
CRUZADO

9714475

01 - 02

URUGUAY-DESAPARECIDOS
IGLESIA DEFINIRA EL PROXIMO MES ACCIONES PARA HALLAR CUERPOS

Montevideo, 30 oct (EFE).- La Iglesia Católica de Uruguay hará una evaluación el próximo mes de noviembre, durante la Conferencia Nacional Episcopal, de las desapariciones de personas durante el régimen militar (1973-1984) y del derecho de sus familiares a hallar los cuerpos de los fallecidos.

En declaraciones a la prensa, con motivo de la conmemoración del centenario de la archidiócesis capitalina, el arzobispo de Montevideo, José Gottardi, afirmó que será en la Conferencia Nacional donde "vamos a analizar la situación para saber en qué instancia estamos en este momento".

La Iglesia se ha había ofrecido el pasado mes de abril para recibir los restos de las personas desaparecidas, que se supone murieron en sesiones de torturas en los cuarteles del régimen, para poderles dar cristiana sepultura.

La actitud de la Iglesia recibió el entusiasta apoyo de sectores políticos, organizaciones sociales y hasta de jerarcas del gobierno cuando se abría la posibilidad de una investigación judicial sobre denuncias de cementerios clandestinos en dos cuarteles de Montevideo.

Las denuncias coincidieron con informes de prensa, que citaron como fuente reservada a militares de la época de la "guerra sucia", en los que se detallaba que los muertos por excesos de torturas eran enterrados de pie en terrenos de los cuarteles sobre los que luego se plantaba un árbol.

El nombre militar de esa tarea fue "Operación Zanahoria" y para su puesta en práctica se utilizaba una máquina perforadora del batallón de Ingenieros del Ejército.

Las actuaciones judiciales se suspendieron tras entenderse en un tribunal de alzada que la "ley de caducidad" había puesto "punto final" a este asunto.

La citada ley fue aprobada en un plebiscito popular en 1989 y sirvió para perfeccionar en el caso de los militares la amnistía legal de la que previamente se habían beneficiado los ex guerrilleros tupamaros.

Gottardi recordó que la Iglesia también reconoció la existencia de la "ley de caducidad" y concluyó que "no podía ser vulnerada ni ignorada".

No obstante, el episcopado uruguayo afirmó que, entre el derecho de los familiares y la ley, "la Iglesia es sumamente sensible al problema".

Gottardi insistió en que deben hacerse todos los esfuerzos para encontrar los restos de los desaparecidos y, de esa forma, dar una respuesta a la situación.

Reconoció que es posible que "el propósito no se alcance, porque han pasado años y hay ciertos hechos que permanecieron en secreto, pero la Iglesia está a abierta y apoya para que se encuentren los caminos constructivos para dar respuestas a ese derecho que tienen los familiares".

En Uruguay desaparecieron 30 ciudadanos durante el régimen militar, de acuerdo con una lista parlamentaria, a los que hay que sumar otros 150 uruguayos a los que se perdió el rastro en Argentina, también cuando ese país estaba bajo un régimen militar.

EFE
apl/fp/nd

9714475

10/30/22-16/97

02-02

XA5738

R RELBT 10-31 00133
mun exg

VATICANO-MINAS
PAPA INSTA A PAISES SUSCRIBIR PROHIBICION MINAS CONTRAPERSONAS

Ciudad del Vaticano, 31 oct (EFE).- El papa Juan Pablo II instó hoy a todos los países del mundo a suscribir el acuerdo para la prohibición de las minas contrapersonas, que deberá ser ratificado *próximamente en Otawa.*

El Pontífice hizo este llamamiento al recibir en el Vaticano al nuevo embajador canadiense ante la Santa Sede, Fernand Tanguay, quien presentó hoy sus cartas credenciales.

El acuerdo sobre la prohibición de las minas contrapersonas, indicó, está "destinado a evitar la muerte o la mutilación de numerosos inocentes en muchas regiones del mundo".

"Es necesario que no haya retrasos en liberar a masas de hombres, mujeres y niños de estos artefactos destructivos colocados insidiosamente bajo sus pies", afirmó Juan Pablo II. EFE

cgm/acm/rt

10/31/20-55/97

Nº. DOCUMENTO 97144476
TITULO Papa insta a todos los paises suscribir acuerdo prohibicion minas contrapersonas
PROCEDENCIA 518553
FECHA DE PROCEDENCIA 31/10/97
VINCULACION 500777
110.05

ENTRADO
CRUZADO

01-01

97144476

XQ2638

R POXBT 10-30 00193
amt exo mag

PERU-G-15
CANCILLER PERU VIAJA A MALAISIA PARA ASISTIR CUMBRE G-15

Lima, 29 oct (EFE).- El canciller peruano, Eduardo Ferrero, viajó hoy a la ciudad de Kuala Lumpur, en Malaisia, para participar en la décimo quinta reunión de ministros de Relaciones Exteriores previa a la VII Reunión Cumbre del Grupo de los Quince (G-15).

La cumbre, a la que asistirá el presidente peruano Alberto Fujimori, se realizará del 1 al 5 de noviembre próximo.

El tema central de esta reunión del grupo, formado por Perú, Argentina, Brasil, Chile, Venezuela, México, Jamaica, Argelia, Kenia, Nigeria, Senegal, Zimbabwe, India, Indonesia y Malaisia, será la "Economía Global y Países en Desarrollo: una agenda para la acción".

El G-15 fue creado en 1989 como un foro de consulta y concertación política de un grupo significativo de países en desarrollo en América, Africa y Asia, a fin de promover un mayor diálogo y cooperación.

Se informó que durante el encuentro se buscará intensificar la cooperación entre los países del sur y consolidar al grupo como interlocutor válido para discutir con los países industrializados los problemas de la agenda mundial, promoviendo una estrategia global coherente y un enfoque constructivo. EFE

dme/mpv/arp

10/30/02-38/97

9714479

Nº. DOCUMENTO 9714479
TITULO Canciller Peru viaja a Malaisia para asistir cumbre G-15
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE [illegible] 28/10/97
VINCULACION 12744
11187
507615

ENTRADO
CRUZADO

9714479

01-01

Nº. DOCUMENTO 9714482

TITULO Le sios poder cerrar sus puertas

PROCEDENCIA 150518

FECHA DE PROCEDENCIA 19/10/97

VINCULACIONES 11337
515075
30087
66960

ENTRADO
CRUZADO

01-03

9714482

LA ALIANZA ESTUDIA CERRAR LA SIDE EN 1999

Fuera de servicio

Página/12 13/1/97 Pg 9

Por Sergio Moreno

Los expertos de la Alianza estudian la posibilidad de cerrar la Side y crear un nuevo organismo ante el hipotético caso de acceder al poder en 1999. "Creo que hay que desmembrarla (a la Side). Hay que desarmar ese organismo y armar otro", dijo a *Página/12* Marcelo Sain, especialista en temas de seguridad e inteligencia del Frepaso. Si la Side fuese cerrada o dejase de funcionar "no pasaría absolutamente nada", escribió, en un informe presentado en el debate que han iniciado la radicales y frepasistas sobre el tema, Ricardo Natale, ex subsecretario de Inteligencia del Estado durante la gestión de Facundo Suárez.

El Sistema Nacional de Inteligencia, su funcionamiento, financiación, gastos, legislación y sistemas de control, vienen siendo estudiados por la Comisión de Defensa, Seguridad e Inteligencia de la UCR desde el año pasado. En noviembre de 1996 comenzó el primer seminario del cual se han efectuado, hasta ahora, cinco encuentros reservados. El quinto se realizó el pasado 2 de octubre, y a los dos últimos debates –tras la conformación de la Alianza– se sumaron los especialistas del Frepaso.

En los seminarios se presentaron diversos trabajos elaborados especialmente, además de los antecedentes parlamentarios presentados por ambos partidos en el Congreso. En cada encuentro, que se extendió entre las 14 horas y las 20, se discutió un tema en particular, con la participación de 40 personas en cada uno –políticos, asesores y militares retirados– y la presencia de especialistas en inteligencia de algunos organismos de seguridad.

Los asuntos abordados en cada seminario fueron: 1) temas globales de inteligencia nacional e internacional; 2) reclutamiento de los hombres para las fuerzas de inteligencia; 3) función policial de la inteligencia; 4) control parlamentario de los organismos de inteligencia y de los fondos reservados de los mismos; y 5) la Side ideal para un gobierno de la alianza en 1999.

Los ejes centrales del debate giraron en torno de: a) si la Side cumple su rol; b) la invasión de funciones y tareas policiales de ese organismo; c) el uso indebido de sus fondos; d) las funciones de inteligencia en el interior y en el extranjero; e) la necesidad de jerarquizar el personal de inteligencia; y f) la elaboración de una Ley Orgánica de Inteligencia que debe establecer el marco legal sobre cuáles son las tareas a realizar, cómo deben dividirse y cuáles son los límites de la inteligencia.

"La intención es que una comisión formada por Natale, José Manuel Ugarte (UCR) y Sain analicen los trabajos y elaboren un informe para la Comisión de los Ocho de la Alianza como una propuesta de trabajo", dijo a este diario Vicente Bisciotti, presidente de la Comisión de Defensa, Seguridad e Inteligencia de la UCR.

En las reuniones participaron, además de Bisciotti, Natale, Ugarte y Sain, entre otros, el almirante (RE) Argimiro Fernández, los generales (RE) Dalton y Alfredo Arrillaga, el ex director general de Gendarmería, comandante Joaquín Urruti, el ex prefecto general Juan Eduardo Mosquera, los radicales Angel Tello, Antonio Berhongaray, Horacio Jaunarena, Juan Manuel Casella, Facundo Suárez, Simón Lázara, Jesús Rodríguez, Edgardo Estévez, Eduardo Poncino y Miguel Pesce, los frepasistas Santiago Díaz Ortiz y Carlos Vázquez, y el director de la Side Oscar Olivero.

Uno de los resultados de estos seminarios fue la elaboración y presentación, el pasado 9 de octubre, en la Cámara de Diputados, de un proyecto de ley de control de las actividades y gastos de inteligencia, firmado por Chacho Alvarez y Juan Pablo Cafiero, del Frepaso, y Jesús Rodríguez y Federico Storani, de la UCR (ver aparte).

Como producto de los encuentros, de imponerse la Alianza en 1999, el futuro de la Side comienza a diluirse. "No estoy tan seguro de querer una Side. Creo que hay que desmembrarla. Hay que desarmar ese organismo y armar otro. Lo que estamos elaborando es una política de reformulación institucional", confió a este diario el licenciado Sain para quien "en la Side hay bandas; tenemos una estructura que es lo que es, con los galimbertis, los naldis que demostró toda su ineficiencia para resolver los atentados a la embajada (de Israel) y la AMIA".

En el trabajo que presentó Natale en los seminarios puede leerse: "...Otra de las dudas que se plantean es qué pasaría con el Estado argentino si la Side fuera cerrada o dejara de funcionar. En las actuales condiciones no pasaría absolutamente nada, ya que dada la actual duplicación de esfuerzos, el trabajo de la Side podría ser reemplazado por alguna otra institución...".

El ex diputado nacional del radicalismo, y ex subjefe de esa dependencia durante la gestión Suárez, en el gobierno de Raúl Alfonsín, fue particularmente duro a la hora de caracterizar el Sistema Nacional de Inteligencia vigente. Algunas de sus definiciones fueron las siguientes:

1) "Existe una superposición de diferentes organismos dedicados a la inteligencia, exceptuando los que están orgánicamente establecidos en las fuerzas armadas y de seguridad. Pero por ejemplo, organismos *paralelos* de inteligencia como los que están en la Secretaría de Seguridad, la Secretaría de Lucha contra la Droga, el Ministerio del Interior, el Ministerio de Relaciones Exteriores y el Ministerio de Economía.

2) "El sistema de inteligencia argentino está básicamente desvertebrado. Tenemos a las FF.AA. que no pueden actuar en el interior por la ley de Defensa Nacional, y a las fuerzas de seguridad con exiguos recursos, frente a la enorme cantidad de fondos con que cuenta la Side, la que ha demostrado en los hechos, desde 1989 a la fecha, una total inoperancia en las funciones para las cuales fue constituida.

3) "La Side se ha transformado en un organismo recolector de fondos para diferentes actividades paragubernamentales, que ha realizado una política de amiguismo.

4) "Se han incorporados elementos notoriamente antidemocráticos y antisemitas, y muchos de ellos vinculados al proceso.

5) "La producción de inteligencia es prácticamente nula.

6) "La gestión de Hugo Anzorreguy anuló el máximo órgano de inteligencia que es la Central Nacional de Inteligencia (CNI) cuyas capacidades y méritos son reconocidos por las propias FF.AA. y de seguridad.

7) "La Side se ha dedicado a brindar protección policial a funcionarios o ex funcionarios como a Matilde Menéndez o la familia Alsogaray, que no es la función específica de ella; realizar tareas de apoyo a la Justicia, cuyas escuchas telefónicas luego son comercializadas y difundidas en los medios de comunicación; producir campañas de hostigamiento a dirigentes políticos y a sectores del periodismo; facilitar fondos reservados para las campañas del actual primer ministro de España, José María Aznar debido, entre otras cosas, a que no hay control de los fondos reservados; crear un sistema perverso con el personal donde a determinados sectores del mismo se les entrega sobresueldos, produciendo la asombrosa evolución patrimonial de muchos de los actuales funcionarios y ex funcionarios de esa Secretaría desde 1989 a la fecha".

Algunas coincidencias entre los aliancistas para reformular el sistema y, particularmente al futuro organismo que reemplace a la Side en 1999 son:

◆ Achicar la Side –o el organismo que la reemplace– a su mínima expresión. "Hoy en día tenemos un organismo macrocéfalo, con más de 2700 personas y un número ilimitado de personal contratado. Como ejemplo, el personal que ingresó últ-

Mario Manusia

Ricardo Natale fue el segundo de Suárez en la Side.

"El sistema de inteligencia argentino está desvertebrado."

Mario Manusia

Victorio Bisciotti coordinará el informe final.

Hasta ahora la Alianza realizó cinco seminarios reservados.

La coalición opositora está estudiando la posibilidad de cerrar el organismo de inteligencia y formar otro distinto para un posible gobierno en 1999. Presentaron una ley que termina con los gastos reservados.

Sain: ***"No estoy tan seguro de querer una Side. Hay que desmembrarla. Desarmar ese organismo y crear otro. Estamos armando una política de reformulación".***

02

9714482

La plata que se gasta sin rendir cuentas

Año		1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
408-	Presidencia de la Nación	940.975	833.805	979.798	831.050	430.630	590.221	451.900	452.000	432.000	452.000	452.000	sin datos
468-	Secretaría de Inteligencia	28.099.515	19.207.697	19.452.745	61.280.939	35.687.542	55.560.147	141.426.400	115.726.000	159.922.000	191.800.000	191.813.005	188.991.799
461-	Ministerio de Rel. Exteriores	sin autorización	sin autorización	136.996	36.407	24.663	30.278	20.400	20.000	25.000	21.500.000	5.000.000	sin datos
766-	Ministerio de Defensa	sin autorización	27.771.175	17.659.372	24.824.883	11.584.183	12.860.270	30.362.000	32.000.000	36.991.000	3.640.000	2.491.000	sin datos
TOTAL		29.040.490	47.812.677	38.228.912	86.973.280	47.727.018	69.040.917	172.260.700	148.198.000	197.370.000	217.392.000	199.756.005	

En dólares.
Fuente: Presupuestos nacionales y decretos distributivos de gastos.

timamente, retirado de las FF.AA. y de seguridad, que revista en la categoría IN-10, tiene un promedio de edad de 55 años", dijo Natale.

◆ Debe abocarse a la defensa de los intereses regionales y poner énfasis en los temas de narcotráfico, lavado de dinero y terrorismo nacional e internacional.

◆ Producir una total reestructuración del personal, sin descartar la posibilidad de que pase a comisión, "para terminar con una vieja línea que tiene connotaciones antidemocráticas y antisemitas".

◆ Reclutar a sus miembros en los claustros universitarios, "con personal no partidario pero con sólida formación profesional y moral".

◆ Disminuir al mínimo el uso de los fondos reservados que deben estar bajo control parlamentario.

◆ Que se encuentre bajo la supervisión de la comisiones en ambas Cámaras del Congreso, no sólo en lo inherente a los recursos y su utilización, sino también en la información de las operaciones que la Side pueda realizar.

◆ Que las actividades de inteligencia estén destinadas a acciones que puedan comprometer al Estado nacional y no a la vigilancia y observación de las personas que puedan molestar a los gobiernos de turno.

◆ Para darle mayor transparencia al accionar de la Side se requiere que el secretario y subsecretarios sean nombrados con acuerdo del Senado.

◆ Eliminar los decretos "S" (reservados y secretos).

◆ Que el presupuesto de la Side sea debatido en el Congreso, no por partidas globales sino desmenuzado en cada ítem y con total conocimiento de los fondos que serán asignados, como lo hace el Parlamento norteamericano.

◆ Reducción significativa de los delegados de la Side en el exterior, cuyas funciones deberán ser cumplidas por personal de carrera, con probada capacitación en su especialidad, versación científica y manejo de idiomas.

◆ Acceso irrestricto de cualquier ciudadano a información de la Side que pueda lesionar algún derecho constitucional.

Sain hizo especial hincapié en el tema de los fondos. "No se puede controlar esto si no se controla el dinero que maneja la Secretaría", dijo. El catedrático coincide con sus pares del radicalismo en que se debe empezar de muy atrás definiendo las funciones del organismo para ponerlo al servicio del "interés estratégico nacional".

Puede deducirse que el producto final que llegue a las manos de la conducción de la Alianza no distará demasiado de los lineamientos generales expuestos anteriormente. Para ello, bastan las palabras de Sain: "en la comisión que formamos con el radicalismo estamos trabajando maravillosamente, es un equipo técnico excelente".

Cómo vigilar rigurosamente a los espías y a sus dineros secretos

Por S. M.

Para "lograr transparencia en un área del Estado que al amparo del sigilo ha quedado afuera del alcance de los debidos controles de la democracia", diputados de la Alianza presentaron un proyecto de ley de control de las actividades y gastos de inteligencia por el cual se crean dos comisiones, una en la Cámara baja y otra en el Senado, encargadas de fiscalizar tanto los fondos reservados para esa área, como las actividades de los espías argentinos, y se eliminan los gastos reservados de casi todas las otras dependencias del Estado que hasta ahora gastan fondos no menores sin rendición alguna de cuentas.

El proyecto, presentado el pasado 9 de octubre y firmado por los radicales Federico Storani y Jesús Rodríguez, y los frepasistas Chacho Alvarez y Juan Pablo Cafiero, es una de las resultantes de los acuerdos a que, en materia de inteligencia, han llegado los hombres de la Alianza para rediseñar el Sistema Nacional de Inteligencia y, particularmente, a la SIDE, en caso de acceder al gobierno en 1999 (ver nota central).

El texto dispone "ajustados controles parlamentarios" mediante la creación de comisiones en ambas Cámaras, "que intervengan en la fijación del presupuesto, en la aprobación de los programas y en la fiscalización del uso de los créditos presupuestarios del área de inteligencia". Esas comisiones "ejercerán la supervisión y control tanto de los órganos y organismos, como de las actividades de los mismos, y del desarrollo del Programa de Inteligencia Estratégica Nacional".

De aprobarse la ley, los montos destinados a la inteligencia deberán ser debatidos por los cuerpos parlamentarios ítem por ítem, datos que "hasta el presente le estaban vedados por imperio de la existencia de la partida 3.9.2. gastos reservados".

Sin reserva: ***El proyecto de ley de la Alianza prevé eliminar los gastos reservados de casi todas los organismos del Estado, y controlar a los que queden.***

El escrito, además, establece:

◆ Que las operaciones especiales de inteligencia y sus gastos deben ser aprobados mediante ley del congreso, sobre los cuales se deben rendir cuenta.

◆ Se derogan los gastos reservados para la Secretaría General de la Presidencia, el Poder Legislativo, los ministerios del Interior y Relaciones Exteriores, quedando en pie solamente los "gastos especiales de inteligencia" para el Poder Judicial, el Ministerio Público, la SIDE y el Ministerio de Defensa, que deberán rendir cuentas ante las comisiones creadas por la ley. Todos los otros gastos del Estado también deberán ser rendidos.

◆ Se derogan las dos normas que daban existencia legal a los gastos reservados: el decreto ley "S" (secreto) 5.315/56 y la ley "S" (secreta) 18.302, y se ordena la publicación de todas las normas reservadas vinculadas al área de inteligencia "hecho éste que redundará en la reclamada transparencia".

El proyecto aliancista, realizado con la colaboración de los especialistas en temas de defensa e inteligencia de la UCR Edgardo Estévez, Eduardo Poncino y Miguel Pesce, y del frepasista Marcelo Sain, pone bajo el control parlamentario, a la usanza norteamericana, además del uso del dinero, las actividades de espionaje de los agentes criollos. Actualmente, no se efectúan rendiciones de cuentas sobre el dinero que gasta la SIDE, cuyo presupuesto se fue abultando considerablemente en los últimos años (ver cuadro).

9714482

05-03

Nº. DOCUMENTO 9714483
TITULO El Gobierno de Brasil prepara creacion agencia de Inteligencia nueva
PROCEDENCIA ASOCR.
FECHA DE PROCEDENCIA 27/10/97
VINCULACION-S 11337
20362
507482

ENTRADO
CRUZADO
9714483

01-05

Zero Hora 27/10/97

A espionagem brasileira de roupa nova

O governo prepara a criação da Agência Brasileira de Inteligência, prometendo não repetir os abusos do ex-SNI

LOURENÇO FLORES
Sucursal/Brasília

O sistema de inteligência brasileiro está entrando na fase final da crise de identidade que se abateu sobre ele em 1990, quando o então recém-empossado presidente Fernando Collor extinguiu o Serviço Nacional de Informações (SNI). Com a área reduzida, o rótulo indelével de atuação nociva e já sem o inimigo ideológico que justificava a bisbilhotice oficial e a violação contínua de direitos individuais, o ex-SNI agora se prepara para ingressar na era da democracia. Tramita no Congresso um projeto que recria um grande sistema de inteligência, coordenando órgãos civis e militares. O governo de Fernando Henrique Cardoso quer criar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) – um SNI redivivo, mas purgado de seus pecados.

Se o projeto tucano vai ou não atingir o objetivo é algo que nem os parlamentares de oposição se arriscam a prever. Conduzida pelo chefe da Casa Militar do Palácio do Planalto, general Alberto Cardoso, a proposta tem até atraído muito menos resistência do que o imaginado inicialmente no governo. Até o ex-guerrilheiro José Genoíno, hoje deputado federal pelo PT de São Paulo, por exemplo, apóia a idéia, mesmo com algumas ressalvas. "Só me preocupa o fato de juntar órgãos civis e militares, podendo virar uma estrutura muito forte e poderosa, mas é fundamental criar a agência", avalia Genoíno. "Deveria ser um serviço sem caráter policial e totalmente separado da inteligência militar."

O sociólogo Fernando Henrique – descrito em um informe do ex-SNI como "homem de esquerda radical, marxista convicto, agitador e vinculado a movimentos comunistas internacionais, mulherengo e aliado à Internacional Socialista" – parece ter convicção de que o risco apontado por Genoíno está afastado. O general Cardoso, homem de fala mansa, bom negociador, diálogo fácil, faz questão de ressaltar duas medidas previstas no projeto justamente para evitar irregularidades cometidas no sistema anterior: a existência de controle externo (o governo sugere que seja feito por uma comissão mista do Congresso, formada por três senadores e três deputados federais) e a determinação expressa de que o uso de técnicas e meios sigilosos (leia-se grampos telefônicos, por exemplo) siga "irrestrita observância dos direitos e garantias individuais". Grampos, portanto, só com autorização judicial.

O uso de técnicas e meios sigilosos de investigação vão obedecer os direitos e garantias individuais

"O que cria o tal monstro, o poder paralelo, é a não-fiscalização, o acúmulo de erros sem punição, porque desvios podem ser cometidos por qualquer órgão", defende o general. O maior desafio da futura agência – e da futura comissão de controle – será evitar que os novos arapongas distinguam bem a segurança do Estado estipulada no projeto da segurança do governo que está ocupando o poder. "Veja bem, no Estado de Direito em que vivemos, não há o inimigo político, ideológico, e, usando um termo forte, partido que espione partido", completa. Por via das dúvidas, a oposição vai tentar derrubar a comissão mista prevista no projeto e transferir a responsabilidade do controle para a já existente Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Outra precaução adotada no projeto é a necessidade de que o Senado aprove o nome do diretor da Abin. O diretor-adjunto poderia assumir apenas por indicação. O governo vai ter de enfrentar resistências também nesse ponto. É o deputado Genoíno que antecipa: "Se os dois não forem aprovados, o adjunto pode virar a eminência parda, o homem realmente poderoso".

O projeto chegou na semana passada às mãos do deputado José Aníbal (PSDB-SP), que será o relator da proposta na Câmara. Aníbal passou o final de semana em São Paulo ocupado com um calhamaço de documentos e informações para preparar a primeira fase do relatório. Ex-líder do governo e ex-militante da Polop, uma organização de esquerda clandestina durante o governo militar, Aníbal é defensor ardoroso do projeto. Acredita que em cerca de um mês a questão possa ser submetida à votação do plenário.

DOC. OSCURO

9714483

02

Concurso público define perfil de agentes

A primeira turma de oficiais de inteligência fez provas para mostrar que domina dois idiomas, História e Direito

O araponga do futuro sonha com o dia em que escapará do rótulo de araponga. Hoje, ele é um "analista de informações". Com a criação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), passará a ser "oficial de inteligência". No final de 1995, começou a ser forjada a primeira turma pós-SNI. Um concurso público inaugurou a nova fase. Ronaldo Esteves, um carioca radicado em Brasília desde os cinco anos, foi um dos 60 aprovados. Engenheiro mecânico, com atuação na área de informática, nascido em plena ditadura – está com 31 anos –, Esteves faz questão de repudiar o rótulo de araponga. "O grande ponto desta transição do SNI para a Abin é justamente o fato de procurarmos ser aceitos como responsáveis por um serviço legítimo, sério e essencial para o Estado, mas não clandestino, não persecutório", avalia. "Infelizmente, o serviço que chegou a ser executado assim muitas vezes no passado."

Os agentes trocaram os microfones e grampos telefônicos pela conversa com líderes empresariais

A primeira turma a se juntar aos pouco mais de mil funcionários do ex-SNI enfrentou uma prova em que precisou provar domínio de dois idiomas, de noções de Direito, de Direito Administrativo, História Brasileira e Mundial, conhecimentos gerais e português. No final do concurso, e de um curso de quatro meses no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos (ex-Escola Nacional de Inteligência), passou a ganhar R$ 600 como "analista de informações" da Subsecretaria de Inteligência (SSI), dona do espólio do SNI e hoje, embora vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), controlada pelo chefe da Casa Militar do Palácio do Planalto, general Alberto Cardoso.

Muitos dos aprovados juntamente com Esteves eram formados em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). A baixa remuneração afastou alguns dos novos agentes. Esteves ficou e hoje trabalha na Coordenação de Proteção ao Conhecimento, divisão da Coordenação de Contra-Inteligência da SSI. Como sinal da retomada de importância da área de inteligência, os novos agentes (que querem ser os ex-arapongas) foram agraciados com as gratificações que o governo começou a conceder aos funcionários de algumas carreiras consideradas estratégicas, como diplomatas, militares e técnicos da Receita Federal e do Ministério da Fazenda. Passaram a ganhar, aproximadamente, R$ 1,8 mil.

A junção das habilidades de engenheiro com a ênfase em informática fizeram Esteves personificar bem o novo perfil desejado para a nova área de inteligência. Técnico, qualificado e jovem, foi designado para uma das áreas mais sensíveis na atualidade, a chamada comunidade de informação. Recebeu a incumbência de identificar conhecimentos estratégicos em produção no país.

No lugar de microfones, gravadores e grampos telefônicos, Esteves hoje contata líderes empresariais oferecendo orientações sobre sistemas de segurança em informática e comunicações. A idéia é proteger campos onde estejam sendo feitas pesquisas relevantes e vulneráveis a ações de espionagem econômica. Na lista de empresas que já contam com o benefício do novo sistema estão, por exemplo, a – ainda – estatal elétrica Furnas e a Agência Espacial. Justamente empresas que lidam com questões estratégicas, como sistemas de fornecimento de energia elétrica e pesquisa espacial.

Interessados em reforçar esta nova atuação, o serviço de inteligência acaba de lançar o Plano Nacional de Proteção ao Conhecimento. O lançamento foi feito em plena sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O palestrante: o coordenador de Contra-Inteligência da SSI, Jorge da Silva Bessa. **(Lourenço Flores/Sucursal Brasília)**

9714483

03

AS DIFERENÇAS BÁSICAS

SNI	Abin
☐ Não sofria qualquer controle externo	☐ Será fiscalizada pelo Congresso e pelo TCU
☐ Possuía órgãos e agentes instalados	☐ Não terá
☐ Agentes eram mais operacionais e tinham informar o surgimento de fatos	☐ Agentes serão mais [illegible] notícia da invasão
☐ Os agentes eram contratados pelas re-	☐ Todos os agentes
☐ Agentes muitas vezes passando por cima da Constituição e das leis do país, em nome da segurança nacional	☐ Terá [illegible] artigo 84 [illegible] da República

9714483

Abin fugirá da clandestinidade

O coordenador da área de Contra-Inteligência da atual Sub-secretaria de Inteligência (SSI) – dona do espólio do ex-SNI –, Jorge da Silva Bessa, 45 anos, não esconde a surpresa ao receber a reportagem de Zero Hora: "É surpreendente, porque nos meus 25 anos de serviço é a primeira vez que a Contra-Inteligência (a seção que trata das questões internas) recebe um jornalista". Bessa fez questão de fazer a afirmação para simbolizar a determinação do general Alberto Cardoso de tentar retirar da futura Agência Brasileira de Inteligência (Abin) o estigma da violência clandestina.

Bessa foi muito cordial, falante, mas, ao mesmo tempo, reticente. Deu um panorama sobre a atuação de outros serviços de inteligência no mundo, mas foi reservado ao falar sobre o próprio serviço. "Estamos passando mesmo por uma grande crise de identidade, porque os serviços foram todos montados para combater aqueles inimigos claríssimos e agora, com o fim do mundo bipolar, é preciso uma readaptação", avalia.

O coordenador não resiste e faz uma queixa. "Acho uma imbecilidade abissal quando se repete aquilo que o Carlos Lacerda disse, que o SNI não funcionava às segundas-feiras porque, naquela época, os jornais não tinham edições neste dia", reclama. "A imprensa é realmente uma das fontes primárias e analisa-se sim estes dados ostensivos, mas o que vale, principalmente hoje em dia, é o processamento de vários outros fatores."

Bessa se refere a uma das principais piadas sobre o SNI. Grande parte do serviço do órgão era justamente a produção de relatórios cheios de recortes de jornais. Os agentes chegavam a colocar o surrealista carimbo de "secreto" nos relatórios, transformando a notícia que saíra em milhares de jornais em um assunto reservado. A Abin vai continuar aproveitando a apuração jornalística, mas sem a mesma ênfase. "Os novos agentes serão muito mais analistas e profundos conhecedores de suas áreas, porque o fato é muito rápido, e o presidente da República pode ligar o computador na mesa dele e receber a notícia", concorda o general Alberto Cardoso.

9714483

05-05

Nº. DOCUMENTO 9714484
TITULO Se calculos 100 dolares por habitante gasto CIA espionaje e inteligencia
PROCEDENCIA 150090-
FECHA DE P[illegible] 20/10/97
VINCULACION 506576
65890

Doc. con ft. poco Legibles

ENTRADO
CRUZADO

9714484

01-04

EEUU-CIA
EEUU GASTA EN ESPIONAJE CASI 100 DOLARES POR HABITANTE

Por Rafael Moreno

Washington, 16 oct (EFE).- El gobierno de Estados Unidos gasta anualmente casi 100 dólares por cada ciudadano en servicios de espionaje e inteligencia (información), reconoció el Servicio Central de Información (CIA).

La cifra es inferior a la que dedica Israel -cercana a los 108 dólares por ciudadano- pero infinitamente superior a lo que gasta España, cuyos servicios secretos (CESID) tienen un presupuesto anual de unos 114 millones de dólares, que equivalen a 2,85 dólares por cada español.

George Tenet, director de la CIA, reveló el miércoles por primera vez desde la creación de este servicio hace ahora medio siglo que el presupuesto de todos los servicios secretos de Estados Unidos ascendió a 26.600 millones de dólares en el año fiscal de 1997, lo que significa 98,5 dólares por habitante.

Según publicó el diario "Haaretz" en enero pasado, el presupuesto de los servicios secretos israelíes (Shin Bet y Mosad) fue de 1.900 millones de "shekel", unos 650 millones de dólares al cambio, lo que equivale a 108 dólares por habitante.

En el caso español se calcula que el presupuesto del Centro Superior de Información de la Defensa (CESID), los servicios secretos del país, tienen un presupuesto anual de unos 16.500 millones de pesetas (cerca de 114 millones de dólares).

Respecto a Estados Unidos, los gastos dedicados a espionaje y servicios secretos -26.600 millones de dólares- son menores, por ejemplo, que el dinero asignado a servicios sociales y de salud (34.000 millones) o a transportes (35.900 millones).

Hasta ahora las autoridades estadounidenses se habían negado a informar públicamente del llanado "presupuesto negro" de los servicios de espionaje y los expertos aseguraban que podía rondar los 30.000 millones, cifra exagerada según lo conocido ahora.

Tenet, que dio la cifra ante una demanda presentada en los tribunales para desclasificar el dato, explicó que la publicación del presupuesto de espionaje cuenta con la aprobación del propio presidente Bill Clinton, actualmente de viaje por América Latina.

Este presupuesto incluye el dinero asignado a la CIA y a una docena de agencias e instituciones dedicadas a la recolección de información, como la Agencia de Inteligencia de la Defensa, dependiente del Pentágono; la Oficina Nacional de Reconocimiento, que controla los satélites-espías, y la Agencia Nacional de Seguridad, órgano de la Casa Blanca cuyo misión es interceptar todo tipo de comunicaciones telefónicas y electrónicas.

Tenet explicó que, por ahora, no tiene intención de revelar cifras por agencias, departamentos o proyectos pero no cerró la puerta a esta posibilidad que señaló será considerada seriamente y consultada con los líderes del Congreso norteamericano.

Los expertos estiman que el presupuesto directamente administrado por la CIA debe rondar los tres mil millones de dólares anuales, ya que el resto se gasta en proyectos muy caros como los satélites-espías o sistemas de información táctica.

Gracias a las cifras reveladas ahora, se pueden también calcular los presupuestos de años anteriores hasta 1980, fecha en

9714484

la que Estados Unidos se gastó en este capítulo 15.200 millones.

Los años 1989 y 1990 son los que marcan el récord con cantidades próximas a los 34.500 millones de dólares, cifra que desde entonces desciende de forma pronunciada.

La revelación de estos datos ha sido resultado de la demanda interpuesta por la Federación de Científicos de EEUU, una organización privada que se dedica a vigilar la acción del gobierno y que denuncia el secretismo mantenido al respecto.

Steve Aftergood, uno de sus miembros, consideró que el cambio de política de la Administración Clinton representa un importante paso en la búsqueda de una acción de gobierno más transparente, especialmente tras el final de la guerra fría.- EFE

rmi/lm

10/16/09-00/97

9714484

Clarín 25/10/97 Pg 34.

CAYO UN SECRETO DE LA GUERRA FRIA

EE.UU. gasta en espiar al mundo US$ 26.600 millones al año

Es un informe de la CIA • Por primera vez se revelan públicamente los gastos de inteligencia • El presidente Clinton autorizó a dar la información • La decisión pone fin a 30 años de batallas judiciales

Washington
The New York Times. Especial para Clarín

Dejando a un lado abruptamente 50 años de silencio, la CIA (Agencia Central de Inteligencia) reveló hoy cuánto dinero gastan los Estados Unidos anualmente en inteligencia: 26.600 millones de dólares.

A través de un fax enviado a un abogado que había entablado una acción judicial para que ese dato saliera a la luz, la CIA dejó caer uno de los pilares de la política de la Guerra Fría y puso fin al argumento de que la obediencia a los mandatos de la Constitución lesionaría de forma irreparable la seguridad nacional.

La decisión concluyó así una batalla legal de 30 años, librada tanto en los tribunales como en el Congreso norteamericano, que buscaba obligar a la agencia de inteligencia a acatar la Constitución, que dice que el gobierno debe publicar "una declaración y cuentas regulares" sobre sus gastos. Cuando este organismo fue creado hace 50 años, la Guerra Fría fue considerada un buen motivo para mantener en secreto su presupuesto.

> La Constitución dice que el gobierno debe publicar "una declaración y cuentas regulares" sobre sus gastos

Estricta reserva

Este secreto se mantuvo bastante tiempo después de la caída de la Unión Soviética. Hoy, la CIA, que por sí sola gasta unos 3.000 millones de dólares por año, maneja una reserva asignada en forma secreta de la que extraen miles de millones otros organismos de gobierno, como la Agencia de Seguridad Nacional –que dirige las escuchas furtivas generales– y la Agencia Nacional de Imágenes y Cartografía, que toma fotografías y traza mapas desde el espacio.

PRECISIONES. La CIA se vio forzada a difundir los gastos de espionaje.

El director de la CIA, George Tenet, precisó que fue el presidente Bill Clinton quien autorizó la revelación sobre el presupuesto. Al respecto, un vocero de la Agencia indicó que lo que obligó a que se difundiera fue una acción judicial amparada por la Ley de Libertad de Información.

Tenet señaló que esta revelación "no pone en peligro" la seguridad nacional y "sirve para informar al pueblo norteamericano". Esta fue la posición argumentada por quienes se oponen a que el gobierno se maneje con secretos y que iniciaron una demanda para que se publicara la suma que gasta la CIA todos los años. Para defender a la Agencia de esta acción judicial, Tenet habría tenido que presentar una declaración jurada indicando que la revelación lesionaría seriamente la seguridad nacional.

"Eso era algo que hubiera sido difícil de decir bajo juramento", indicó el vocero de la Agencia, Bill Harlow.

Con la creación de la CIA, en 1947, el Congreso aprobó los gastos secretos. Un puñado de poderosos presidentes de comités supervisaba las cuentas de inteligencia a medida que éstas iban haciéndose cada vez más abultadas en los años cincuenta y sesenta. Llegaron a alcanzar cerca de 36.000 millones de dólares en 1987, en contraste con los cerca de 12.000 millones por año de 1977, con lo que se convirtieron en uno de los rubros del presupuesto federal que crecían a mayor velocidad.

> Con la creación de la CIA, en 1947, el Congreso de Estados Unidos aprobó los gastos secretos

Los gastos secretos del Pentágono se remontan, por lo menos, al Proyecto Manhattan, mediante el cual los Estados Unidos construyeron la bomba atómica entre 1941 y 1945 con 2.190 millones de dólares en fondos asignados en forma encubierta, y también a la Oficina de Servicios Estratégicos que, en tiempos de guerra, gastaba millones de dólares no denunciados en espionaje.

Desde mediados de los años ochenta, la Federación de Científicos Norteamericanos trata de seguir de cerca los gastos secretos mediante un estudio cuidadoso del presupuesto del Pentágono, en donde los proyectos de armas secretas y los programas de inteligencia están escondidos, como el Proyecto Manhattan, bajo la fachada de cuentas con nombres falsos. □

9714484

04-04

XA3584

R POXBT 10-04 00158
mun exg icx

RFA-ESPIAS
SERVICIO SECRETO RUSO ACUSADO RELACIONES CON CRIMEN ORGANIZADO

Berlín, 4 sep (EFE).- De acuerdo con informaciones de los servicios secretos alemanes (BND), sus colegas rusos del "FSB" están involucrados en el crimen organizado, señala un reportaje en el último número de la revista "Der Spiegel".

El BND ha realizado para el gobierno alemán un informe sobre el tema en el que considera que entre el "FSB" (Servicios de seguridad del ministerio del Interior ruso) y las mafias rusas se da "una relación simbiótica de utilización mutua".

El estudio del espionaje alemán añade que los servicios secretos rusos pueden así financiar sus misiones de espionaje y que cuentan con el apoyo del gobierno de Moscú.

Una comisión federal sobre seguridad que ha estudiado el informe del "BND" ha pedido que se investigue la implicación de ex agentes de los desaparecidos servicios secretos soviéticos (KGB) con las organizaciones criminales rusas que actúan en territorio alemán. EFE

ea/rml/ddp

10/04/18-03/97

Nº. DOCUMENTO 9714485
TITULO Servicio secreto ruso acusado relaciones con crimen organizado
PROCEDENCIA 516593
FECHA DE 04/09/97
VINCULACIÓN 506480
11195
500145
501293
507284

ENTRADO
CRUZADO

9714485

01-01.

Nº. DOCUMENTO 9714486
TITULO Fallo MOSSAD amenaza desatar escandalo politico
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCE... 04/10/97
VINCULACIONES 525846
507603

ENTRADO
CRUZADO

9714486

01-03

ISRAEL-CANADA (Previsión)
FALLO SERVICIOS SECRETOS AMENAZA DESATAR ESCANDALO POLITICO

Por Antonio Lafuente

Jerusalén, 4 oct (EFE).- Una supuesta operación frustrada de los servicios secretos israelíes (MOSAD) contra un líder integrista jordano amenaza con desatar un escándalo político en Israel y provocar un deterioro de las relaciones de este país con Jordania y Canadá.

El asunto salió a la luz pública el pasado miércoles, aunque la celebración del Rosh Ashaná (Año Nuevo judío) ha favorecido su silenciamiento durante estos días.

Sin embargo, todos esperan que mañana, con el término de los festejos, comience la tormenta política, que tendrá como actor principal al omnipresente en toda clase de escándalos, el primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu.

De momento, el diputado Iosi Sarid, miembro del frente pacifista de centro-izquierda Meretz, ha anunciado ya la creación de una comisión parlamentaria encargada de esclarecer si el MOSAD está implicado en el asunto y, de confirmarse la información, de quién partió la orden para esa operación.

La sorprendente decisión adoptada el miércoles por Netanyahu de poner en libertad al jeque Ajmed Yasín, fundador e ideólogo del Movimiento de Resistencia Islámico (HAMAS), y la forma en que se hizo, mediante su traslado a Jordania, llevó a poner en cuestión las razones humanitarias alegadas por el Gobierno de Israel para su liberación.

Horas después, los medios de comunicación israelíes informaron de que la liberación no era más que un canje por dos agentes del MOSAD, detenidos en Jordania, tras haber intentado asesinar al líder político del HAMAS en aquel país, Jaled el-Mashal.

La calificada por los analistas de "chapucera" operación del MOSAD, servicios secretos que cuentan con un brillante historial de misiones, pero también plagado de asesinatos, atentados y errores, ha desatado ya un escándalo en Canadá, pues los dos detenidos usaron como cobertura para infiltrarse en Jordania pasaportes falsificados de aquel país.

El Gobierno canadiense ha llamado a consultas a su embajador en Tel-Aviv y ha pedido aclaraciones al Gobierno de Israel, aunque el ministro de Exteriores canadiense no ha conseguido aún contactar con su colega israelí.

Un antiguo embajador canadiense en Israel, David Berger, ha afirmado que su Gobierno estaba al tanto del uso de pasaportes canadienses por parte del MOSAD, información que ha sido desmentida por las autoridades de esa nación.

Sin embargo, la prensa canadiense ha revelado que ciudadanos de ese país podrían haber colaborado en las operaciones del MOSAD, lo que también fue desmentido por el Gobierno de Otawa.

Mientras tanto, la oposición canadiense ha pedido que se adopten sanciones contra Israel, dos semanas después de que ambos países firmaran un memorándum para intensificar sus relaciones, especialmente las comerciales.

Los analistas también han calificado de "torpeza política" el envío de agentes del MOSAD a Jordania, uno de los dos únicos países árabes que han firmado la paz con Israel.

9714486

02

La operación podría debilitar entre los países árabes la posición del Rey Husein, -quien ya es considerado como un fiel aliado de Israel-, que se ha apresurado a afirmar que la puesta en libertad del jeque Yasín fue una decisión humanitaria conseguida gracias a su mediación.

Las investigaciones de las autoridades jordanas han permitido ya saber que los dos pasaportes falsos fueron expedidos a nombre de dos ciudadanos canadienses, uno de los cuales trabaja para una organización judía en Tel-Aviv.

Pero la "torpeza política", que sin haber sido aún atribuida apunta a la cabeza de Netanyahu, parece no tener límites, pues el traslado a Jordania de Yasín, considerado siempre como una baza para jugar en las negociaciones con los palestinos, ha debilitado la posición de Arafat ante su pueblo.

Arafat, quien había pedido en varias ocasiones al Gobierno de Israel la puesta en libertad de Yasín y su regreso a Gaza, no fue informado de la liberación y ha permanecido como un convidado de piedra en todo este asunto.

El diputado Iosi Sarid se refirió a la posición del líder palestino, cuando dijo que "Netanyahu hasta cuando hace algo correcto lo hace con dos manos izquierdas, pues en lugar de fortalecer a Arafat, lo ha debilitado".

Algunos expertos opinan que no se sabrá nunca si efectivamente fue el MOSAD el que llevó a cabo la operación, pero lo que sí parece cierto es que a partir de mañana y durante las próximas semanas, Netanyahu tendrá que hacer frente a un escándalo más. EFE

alg/rml/pgl

10/04/14-23/97

1/2

RESERVADO

M. D. N DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	DEPARTAMENTO II	11DIC 87	HOJA:
	PEDIDO DE INFORMES: 151/97		
I.-FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION 16DIC97			
II.- INFORMACION CONOCIDA:	A.- EVALUACION:		
	B.- T E X T O		

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 15/12/87
Nº 482

III.- INFORMACION SOLICITADA:

IV.- ACCION TOMADA:

V.- DISTRIBUCION: D.G.I.D.

DPTO.II E.M.E.

FIRMADO: EL JEFE DE LA DIVISION INFORMACIONES D.N.S.FF.AA.

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA. - DIVISION INFORMACIONES - República O. del Uruguay

CNEL.

NELSON H. COITINHO

DE INFORMACION
RIA
19/12/87
Nº de Identificación 9714489

001 002

RESERVADO

9714489
15 DIC. 1997

Montevideo, 11 de diciembre de 1997

1.- BUENO MOREIRA Sonia Marisol. AUX.SERV.

Fecha y lugar de nacimiento: 25/12/78 Montevideo
C.I.: 4.206.610-3
C.C: BBB 45.633
Domicilio actual: Cno. Alcor 3680
Domicilio anterior: Bergamo 3487
Nombre del padre: Jorge BUENO OLIVERA
C.I.: C.C.:
Nombre de la madre: Catalina Sonia MOREIRA GARCIA - Militar.
C.I.: 1.769.384-6 C.C.: B.D.A. 65.645 / B.O.B. 39.352
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Nombres de hermanos: Laura Bettina, Jorge Pablo.

Experiencia anterior: NO

2.- TELLO Roberto Nelson.- CHOFER

Fecha y lugar de nacimiento: 6/4/70 Tacuarembó
C.I.: 3.582115-2
C.C: N.E.B. 15.862
Domicilio actual: Ana Monterroso Lavalleja 2087
Domicilio anterior: Fajardo 3705
Nombre del padre: Roberto Nelson TELLO PIRIZ - Militar (R)
C.I.: 3.681.474-8 C.C.: T.F.D. 12.206
Nombre de la madre: Hortencia NOBLE DIAZ
C.I.: 2.724.811-4 C.C.: F.B.A. 5309 / N.E.B. 14.879
Nombre del cónyuge:
C.I.: C.C.:
Nombres de hermanos: Ruben Omar, Sandra Isabel

Experiencia anterior:

9714489

002/002

Poco legible

ARCHIVO

1/3

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
081045 DICIEMBRE 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 007/B/ANA/998.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O:** Se adjunta:

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO Departamento II REPUBLICA O. del URUGUAY

El Jefe del Dpto. II (ICIA) del E.M.E.

CORONEL

WILSON CORONEL.-

001/003

9714495
15 DIC. 1997

SECRETO

FECHA 07/01/98 INICIAL DE

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

EJERCITO NACIONAL

C.A.A.

DII.

28NOV97

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.2083/II/97

CORREGIDO
F 17/2/98
Inic.:

I.- **EVALUACION:**

A-1.-

II.- **RESPONDE A:**

Información en poder del **SERVICIO DE MATERIAL Y ARMAMENTO.-**

III.- **TEXTO:**

El día 25NOV97 se toma conocimiento por parte del Sr. Cnel. Don HUGO MOLINS, actualmente prestando servicios en el S.M.A., que en una casa de remate sita en Eduardo Acevedo No. 1224, se encontraba una munición de Artillería con apariencia de tener carga explosiva.

A la hora 1430 sale el E.D.A.T. a la dirección antes mencionada entrevistándose con el propietario del comercio, Sr. Jacinto CLAVIJO PEREIRA C.I.No. 2.727.006-4, quien presentó dicho proyectil, manifestando que la había adquirido hace aproximadamente un año en la feria de Tristán Narvaja en un puesto de la calle La Paz y que actualmente la tenía a la venta.

ORIGINAL

002

9714495
02 12 /97
Juzgados

SECRETO

CARACTERISTICAS DE LA MUNICION:

I) Identificación:

Proyectil 105 mm. HE M1 U.S.A. con espoleta MTSQ (Mecánica de tiempos ultrarápida) M54.

II) Aspecto Exterior:

a. El Cuerpo del proyectil fue pintado de color aluminio por lo que no es posible determinar el número de Lote de la munición.

b. La banda de forzamiento presenta la deformación característica del pasaje por la estría del arma, permitiendo determinar que la misma fue disparada sin que se produjera su posterior detonación.

IV.- ACCION TOMADA:

Evacuación del proyectil al S.M.A. y la confección del presente parte.-

V.- DISTRIBUCION:

1 Ejemplar DII/E.M.E.

1 Ejemplar Archivo.

El Comandante Accidental del C.A.A.-

EL CORONEL

ANGEL BERTOLOTTI.-

28 [illegible] 997

003|003

9714495

973458

Bios 1/7

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
081045 DICIEMBRE 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 008/B/ANA/998.-

I.- EVALUACION: Se omite

II.- RESPONDE A: Información obtenida por esta Agencia.

III.- T E X T O: Se adjunta:

IV.- SINTESIS: Se omite.

V.- DISTRIBUCION:

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

Doc. con fs. Ilegibles

El Jefe del Dpto. I (ICIA) del E.M.E.

CORONEL

WILSON CORONEL.-

001/007

9714496
05 DIC. 1997

Der. Bios

RESERVADO

Fl/006

EJERCITO NACIONAL

C.A.A.

DII.

01DIC97

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.2084/II/97

I.- **EVALUACION:**

A-1.-

II.- **RESPONDE A:**

Referente hurto Equipo de Radio P.T. 400 en el SE.PA.E..-

III.- **TEXTO:**

Ampliando mi **P.E.I.** No. **2074/II/97.** Informo a Usted que el equipo de Radio P.T. 400 que fuera hurtado de la Estancia San Miguel, fue encontrado por la Seccional 5ª. De Policía y entregado al **SERVICIO DE PARQUES DEL EJERCITO** el día 20 de noviembre del corriente año. Se adjunta Parte Policial.

IV.- **ACCION TOMADA:**

Confección del presente Parte.

V.- **DISTRIBUCION:**

1 Ejemplar DII/E.M.E.

1 Ejemplar Archivo.

EJERCITO NACIONAL - COMANDO DE APOYO ADMINISTRATIVO

El Comandante Accidental del C.A.A..-

CORONEL

ANGEL BERTOLOTTI.-

01 DIC. 1997

9714496

02 12 97

002

973242/0833 RESERVADO

POLICIA DE ROCHA
SECCIONAL QUINTA

DIRECCION DE SEGURIDAD
OFICIO Nro.2231/97.emg.-
REF:TOLEDO,Carlos y otros.Sus / detenciones.TORRES FERNANDEZ,// Hugo.Su denuncia de hurto.- Actuaciones cumplidas.-. .-.-.-.-
- SE CORRIJA -

COMISARIA de la 5ta. Sección ROCHA

Chuy,Noviembre 19 de 1997.-

SEÑOR JUEZ LETRADO DE PRIMERA INSTANCIA DE CHUY:

Comunico a usted que siendo la hora 14.30' del día de hoy fueron conducidos a esta Dependencia en calidad de detenidos por parte de Policía / Civil brasilera,quienes fueron identificados como Carlos TOLEDO,oriental, soltero,de 23 años de edad,domiciliado en Calle Rocha esquina San Gonzalo de esta ciudad,Cédula de Identidad Nro.1.959.574-7; Robinson Gerardo GONZALEZ ACUÑA,oriental,soltero,de 18 años de edad,afincado en Calle Madrid/ Nro.898 de ésta,no recordando número de su documento de Identidad, y Nestor Darío RODRIGUEZ FERNANDEZ,oriental,soltero,de 23 años,domiciliado en/ Calle Santa Teresa Nro.585 de ésta,Cédula de Identidad No.4.114.858-4, a/ los cuales dicha Policía había localizado en aquél Territorio,interesando su indagatoria en ésta,al existir datos confidenciales en el sentido de / que los mismos podrían encontrarse vinculados a un ilícito perpetrado en/ perjuicio de una Dependencia del Ejército Nacional (33.Pa.E) en Jurisdicción de la 9na.Sección Policial este Departamento,donde con fecha 17 de / Octubre próximo pasado,a la hora 07.30' se había presentado el Cabo Hugo/ TORRES FERNANDEZ,oriental,casado,de 39 años de edad,domiciliado en aquella villa,Cédula de Identidad Nro.2.683.839-4(0),dando cuenta que persona o personas desconocidas,mediante la rotura de una puerta,habían ingresado a una casa sita en campos del Ejército (33.Pa.E),hurtando los siguientes/ efectos:Un aparato radio-trasmisor marca "Tranceptor" portátil,VHF,modelo PT400,Nro.0342,Serie JJ,con micro y batería;un cargador perteneciente al/ mismo,modelo NLN 6480 S/N; Un conector NKN60943/N; una radio panacassette de la cual no recordó marca y un cuchillo "Solingen" de aproximadamente / 30 centímetros de hoja,empuñadura de guampa.

Averiguado al respecto mediante acta Carlos TOLEDO,dijo que hacia // aproximadamente un mes a la fecha había concurrido con sus amigos Darío / Rodríguez y Robinson Gonsáles con el propósito de pescar en el Arroyo San Miguel;que pasadas dos o tres horas de estar en dicho lugar,decidieron // concurrir a una casa que se veía desde donde estaban pescando,con el fin/ de pedir pan o galletas,y adonde llegaron luego de atravesar el puente / 9714496

003 ..//

••//sobre la ruta y entrar por un camino lateral que da a la izquierda de la ruta,hacia el mismo lado del que estaban pescando;que al llegar a di-/ cho lugar constataron que en la vivienda no había nadie,a la cual ingresa ron los tres,sin poder precisar cual de sus amigos abrió la puerta,ya que él iba de trás;que una vez en el interior,él procedió a desconectar el ra-dio-trasmisor y colocarlo dentro de una bolsa de plastillera,junto con un grabador chico y un cuchillo "Solingen",retirándose de allí,dejando la // puerta entornada,para volver a Chuy haciendo "auto-Stop",de la misma for-ma en que habían ido.Sobre el destino dado al producto del hurto,expresó/ que sus amigos se quedaron con el grabador y el cuchillo,mientras que el/ lo hizo con el radiotrasmisor,el cual dejó en un primer momento en casa / de su compañera en Chuí-Brasil,para finalmente trasladarlo al domicilio / de un conocido cuyo de nombre "Fermín",tambien en dicho Territorio,no vol viendo a ir por su casa.

En mérito a declaración precedente y ante requerimiento de ésta,Poli cía brasileña procedió a ocupar por entrega voluntaria que efectuara el / aludido como "Fermín" de un equipo radio-trasmisor con fuente de poder // cuyas características resultaron coincidentes con el denunciado,quedando/ depositado en ésta;siendo reconocido por Toledo como el referido en sus / dichos.

Indagado de igual forma GONZALEZ AGUIA,aceptó en una primera declara-ción haber concurrido a pescar al Arroyo San Miguel junto a los demás nom brados,pero negó conocer el aparato de radio ocupado,ni haber cometido // ilícito alguno;para posteriormente al ser reinterrogado expresar que ha-/ cía aproximadamente un mes tras encontrarse de pesca en dicho lugar junto a Darío Rodríguez y Carlos Toledo,acordaron concurrir a una caballa próxi-ma al lugar,con el fín de pedir pan,pero al no encontrar moradores,deci-/ dieron ingresar a la misma para buscar cualquier cosa que les sirviera,// haciendo el dicente en un primer momento de "Campana" mientras los demás/ ingresaban,para posteriormente hacerlo él también.Que ya a su ingreso;los demás tenían desconectado el aparato radio-trasmisor,cargándolo en una // bolsa de plastillera junto con un cuchillo y un radiograbador,volviendo /

9714496

...///para Uhay haciendo "dedo";quedándose Darío y Carlos con el producto del hurto,recibiendo él posiblemente al otro día la suma de veinticinco / pesos de parte de Darío por la venta del grabador,dando más detalles en / el acta;reconociendo en esta instancia el aparato radiotrasmisor y fuente de Poder como el mencionado en sus dichos. Por su parte RODRIGUEZ FERNANDEZ, tambien en acta,dijo conocer a los antes nombrados,pero negó haber // concurrido de pesca con los mismos,haber participado del hurto que nos // ocupa,ni reconocer el aparato de radio incautado.-

Es de significar que de acuerdo a informe de la Dirección de Investigaciones del Departamento,el detenido Carlos TOLEDO registra los siguientes antecedentes Penales:28-4-93:Lesiones graves,y 24/11/95:Co-autoría de Hurto especialmente agravado; Rever Darío RODRIGUEZ FERNANDEZ:24/10/92: / Cuatro delitos de hurto,Seccional 9na.;21/11/96:Hurto,y 3/2/97 Un delito/ Hurto especialmente agravado,ambos en esta Seccional.-

En esta Seccional,el denunciante TORRES FERNANDEZ,reconoció el equipo radiotrasmisor incautado como el mismo que denunciara.

Es de hacer constar que en la fecha,a la hora 19.00',al sentirse indispuesto el detenido GONZALEZ ACUÑA fue trasladado a reconocimiento médico en el Hospital local,donde fue visto por la Dra.Fanny Tub,quien le indicó dieta alimenticia y expidió certificado que dice "Fue visto en este/ "Servicio",siendo reintegrado a ésta a la hora 20.00' de la data.

De las declaraciones que los detenidos vertieron en ésta,no se obtuvieron detalles que permitieran localizar el cuchillo y radiograbador faltantes.-

Enterado usted de todo cuanto antecede dispuso que todos los detenidos permanecieran en ésta a su disposición y fueran conducidos a su Despacho a la hora 14.00' del día de mañana,debiendo ser citado para misma audiencia el denunciante,mientras que para la hora 13.00' del mismo día se/ debía citar al mencionado como "Fermín";que el aparato radiotrasmisor fuera restituido a la Unidad propietaria y se le elevaran antecedentes,a todo lo que doy cumplimiento,adjuntando constancia de denuncia letra "A",// actas labradas letras "B","C" y "D",informe médico y recaudo de entrega / letra "E" del aparato radiotrasmisor-lo que se cumplió en la persona de / Juan Carlos ROA Cabrera,oriental,casado,de 42 años de edad,domiciliado en / Parque Nacional de Santa Teresa,de.le.Iro.le.23.114-0,destacamento 1ro del Ejército Nacional(SSPyB)-. /

Debe agregar que no se procedió a la citación del mencionado "Fermín" por no ser habido en ésta. /

.... /// Saluda a usted atentamente

COMISARIO:

HUGO TECHERA

POLICIA DE ROCHA

SECCIONAL QUINTA

Chuy,20 de noviembre de 1997

SEÑOR SUB JEFE DE POLICIA DEL DEPARTAMENTO.-

Elevo a usted Copia del Parte Policial Nro.2237/97 remitido al Juzgado Letrado de lra.Instancia de Chuy,habiendo dispuesto / el Sr.Juez Letrado,Dr.Martín Gesto,por Oficios Nros.1424/P/97 y 1425/P/97,el procesamiento y prisión de Carlos TOLEDO y de Never Darío RODRIGUEZ FERNANDEZ,por haber incurrido en el delito de // "HURTO ESPECIALMENTE AGRAVADO" y por Oficio Nro.1426/P/97,el procesamiento sin prisión de Robinson Gerardo GONZALEZ ACUÑA,por haber incurrido en el delito de "HURTO ESPECIALMENTE AGRAVADO",éste con aplicación de Medidas Sustitutivas.

Saluda a usted atentamente.

COMISARIO:

HUGO TECHERA

.....

Chuy,26 de noviembre de 1997

ES FOTOCOPIA AUTENTICA DEL ORIGINAL RESPECTIVO.

COMISARIA de la Sección ROCHA

SUB COMISARIO:

WINSTON MONTES DE OCA

9714496

006

POLICIA DE ROCHA
SECCIONAL QUINTA

DIRECCION DE SEGURIDAD
OFICIO Nro.2273/97.w.a
REF:Fotocopia de Oficio
Nro. 2237/97.-.-.-.-.-.-
-SE REMITE-

Chuy,26 de noviembre de 1997

SEÑOR DIRECTOR DEL SE.PA.E.-

Adjunto al presente remito a usted Fotocopia de Oficio Nro.2237 fecha 19 de los co riientes elevado al Sr.Juez Letrado de lra.Instancia de Chuy,relacionado con actuaciones cumplidas por esta Policía con motivo de la Denuncia de hurto formulada por el Cabo Hugo TORRES FERNANDEZ.

Saluda a usted atentamente.

SUB COMISARIO:
WINSTON MONTES DE OCA

007/007

9714496

ES FOTOCOPIA AUTENTICA

de 1997

Doc. ILEGIBLE

ARCHIVO

ARCHIVO

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO"

Montevideo, 24 de Octubre de 1997
PARTE Nº 248

SECTOR PRIVADO

ASOC. DE OBREROS Y [illegible] DE CONAPROLE

Avda. Joaquín Suarez [illegible]

Desde el 1/10 se encuentran en conflicto realizando paros de 3 horas en forma semanal y por turno. Desde el 22/10 profundizaron con las medidas de lucha, estando a estudio la posibilidad de un paro de 24 horas, en caso de que se tomen medidas represivas. En la fecha a partir de la hora 17.00' realizan una Asamblea abierta en el Pcio. Peñarol a la que fueron invitados, Productores, el Movimiento Sindical, Representantes de los Partidos Políticos, bajo la Consigna "El porque de nuestra lucha".-

ASOC. DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY

Pedro Figueira Nº 574

ORIGINAL

Desde el 16/10 se encuentran en conflicto en rechazo de lo que califican como "Discriminación Sindical existente en la institución financiera GRUPO SANTANDER". Desde el 22/10 los empleados de Santander afiliados a AEBU, lucen en la solapa una escarapela con la inscripción "No a la política antisindical del Grupo Santander".-

FED. DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA

Abayubá Nº 2832

Esta gremial se encuentra movilizada siendo su plataforma "Contra la rebaja salarial-Por estabilidad laboral-Por aumentos salariales del 100% del IPC trimestral-Por ticket mutual". En el día de ayer se concentraron en la Plaza Fabini a partir de la hora 13.00' unas 50 personas, los que efectuaron volanteadas reivindicando el conflicto de las empresas Pepsi Cola, Coca Cola, Salus y Norteña. Dicha movilización se efectuó en el marco de un paro General parcial de los agremiados. A la hora 15.45' se retiraron los concentrados.

001002

971449

16 DIC. 1997

SECTOR PUBLICO

CENTRO DE EST.DEL INST.DE EDUC.MEDIAS

Avda.del Libertador Nº 2625.

Desde el 20/10 los afiliados al CEIPA,comenzaron una campaña de recolección de firmas para que el CODICEN proceda a levantar las medidas de seguridad que se han instalado en dicho Instituto.-

ASOC.DE FUNCIONARIOS DEL [illegible]

Maldonado Nº 1287

Desde el 13/10 los afiliados a este gremio se encuentran movilizados en reclamo de una Plataforma reivindicativa que incluye entre otras cosas el respeto del convenio salarial firmado en el año 93 y posteriores igualitarios para *Radio,Tv,Administracción y Técnicos* de Teatro.En el día de ayer entre las 14.00' y las 15.00' efectuaron un paro de actividades concentrandose frente al local del Sodre en Sarandí Nº 430 siendo unas 30 personas las que batían palmas y entregaban volantes.-

SUTEL

///...

ORIGINAL

En virtud de que el Directorio del B.P.S. no aprobó la plataforma sindical referida a la regularización de los [illegible] del area salud el viatico por alimentación acordado en el convenio laboral finado realizarán en la fecha un paro de 24 horas.-

INFORMACIONES VARIAS

CONSTANCIA:Se prosiguen las recorridas nocturnas por los distintos locales del la Colectividad *Judío Israelita* en prevensión de ilícitos contra los mismos.-

CONSTANCIA:Prosigue internado en el Hospital Policial el Director Nacional continuando con los examenes,debido a una afección respiratoria.-

CONSTANCIA: En el día de ayer se hizo presente en esta Dirección Nacional el Sr. Crio Insp. CARLOS ANIBAL LATOUR ROSA por Fax Nro. 5889 del Ministerio del Interior Sub. Dirección General, se comunica también que es destinado a esta conjuntamente con el Sr. Comisario CARLOS DEL PUERTO RODRIGUEZ.-

En virtud de encontrarse internado en el Hospital Policial el Director Nacional se hace cargo de Despacho de esta Dirección el Sr. Comisario Inspector CARLOS ANIBAL LATOUR ROSA hasta nueva orden .-

002|002 9714497

1/98

DOC. ILEGIBLE

ARCHIVO

1/3

ARCHIVO

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

"DESPACHO"

Montevideo, 25 de Octubre de 1997

PARTE Nº 249

SECTOR PRIVADO

ASOC.DE OBREROS Y EMP.DE COMPAÑIA

Avda.Joaquín Suarez Nº 2078

En el día de ayer como estaba previsto a partir de la hora 17.00' se efectuó una asamblea abierta en el Palacio Peñarol,con la participación de productores y representantes de los partidos políticos.Se hace constar que continuan realizando paros de tres horas por turno en forma semanal.-

COOPERATIVA DE LA PREVISION SOCIAL

Avda.Rondeau Nº 1422

A raíz del envío al Seguro de Paro de 5 funcionarios que se suman a los 25 que ya han sido enviados se encuentran en pre-conflicto.-

ORG.NAC.DE ASOC.DE JUBILADOS Y PENS.DEL URUGUAY

Avda.Fdez.Crespo Nº 1780

Efectuá en la fecha a partir de la hora 09.00' encuentro Nacional Extraordinario en la calle José E.Rodó 1856,con la participación a nivel nacional.En la misma se tratará el tema de la ley de Seguridad Social.-

ORIGINAL

SECTOR PUBLICO

CENTRO DE EST.DEL INST.DE ESTUD.ARTIGAS

Avda.de Libertador Nº 2025

En el día de ayer a partir de la hora 19.00' efectuaron una asamblea para analizar las medidas de seguridad impuestas por las autoridades del CODICEN.-

ASOC.DE FUN.DEL SODRE

Maldonado Nº 1170

Desde el 13/10 se encuentran movilizados en reclamo al respecto al convenio firmado en el año 93.-

9714498

16 DIC. 1997

001/003

ASOC.DE TRAB.DE LA SEG.SOCIAL

Avda.Fdez.Crespo Nº 1780

Efectuaron en el día de ayer un paro de 24 horas en virtud de que el directorio del B.P.S. no aprobó la plataforma sindical referida a la regularización de los profesionales de la salud acordado en el convenio laboral firmado.-

001/003

INFORMACIONES VARIAS

DEPARTAMENTOS DEL INTERIOR

SAN JOSE

En el día de ayer próximo a la hora 14.45' a la altura del Km.23 de la Ruta Nro.1 se produjo el corte de transito por parte de unas 30 personaslos que portaban pancartas en protesta contra el transito vehicular en la zona y pidiendo Justicia por el accidente fatal ocurrido el

///...

[redacted]

El 27/10 en la Plaza Constitución el gremio de la [redacted] regional a partir de la hora 16.30en la que se informará de las [redacted] a cabo ante el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.-

CONSTANCIA:Se mantienen las recorridas nocturnas por distintas zonas de Montevideo inspeccionando en forma ocular y por los exteriores de los distintos locales de la colectividad Judío-Israelita en prevención de ilícitos contra los mismos.-

CONSTANCIA:En el día de ayer fué dado de alta en el Hospital Policial el Director Nacional.-

ORIGINAL

ASSOC. DE FUNCIONARIOS DEL SODRE.

Maldonado 1287

Esta gremial está en conflicto por la incorporación de los compañeros cesados, sumariados, reparto igualitario de proventos, Cumplimiento del Convenio firmado en el año 1993. Entre las medidas de lucha se encuentra suspender la emisión de las Radios Oficiales durante media hora por turno. Cabe agregar que durante los paros se irradia música de la murga "Araca la Cana".-

El día 23/10 trabajadores desalojaron a una operdora de radio, procediendo a ocupar una estación estatal. Por lo que la Directiva del Sodre, dispuso una investigación y la suspensión de los responzables.-

En canal 5 se cumplen paros parciales de 10 minutos acumulados por turno, hasta llegar a un máximo de 40 minutos, en el día de ayer se realizaron paros parciales de media hora por turno en todas las emisoras oficiales.-

ORIGINAL

INFORMACIONES VARIAS

CONSTANCIA: Esta a cargo de esta Dirección Nacional la Seguridad del "LEHEDAKARI" Sr. ANTONIO ARDANZA y Comitiva.-

1109

DOC. ILEGIBLE

1/2

B106

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

"DESPACHO"

Montevideo,29 de Octubre de 1997

PARTE Nº 252

SECTOR PRIVADO

ASOC.DE OBREROS Y EMP.DE [redacted]

Ava.Joaquin Suarez Nº 2870

Desde el 1/10 se encuentran en conflicto realizando paros de 3 horas por turno y por semana.En el día de mañana conjuntamente con la Federacion de Obreros y Empleados de la Bebida y la UNOTT,efectuarán una movilización conjunta en reclamo de un convenio salarial para los tres sectores.-

UNION NAC.DE OBREROS Y [redacted]

Avda.Luis A.de Herrera Nº [redacted]

COPIA N. 1 (B106)

El 31/10 efectuarán [redacted] parcial en el horario de 11.30' a 17.00',debido a que no hubo respuesta en tiempo al convenio salarial para el sector el que comenzará a regir a partir del 1/12.Se realizará una concentración en el local sindical para posteriormente recorrer el M.T.O.P.-

ASOC.DE EMP.BANCARIOS DEL [redacted]

Reconquista Nº 574

En reclamo de lo que califican como "Discriminación Sindical existente en el Grupo Santander",se encuentran en conflicto desde el 16/10,realizando como medida trabajar sin efectuar horas extras.Desde el 22/10 los empleados del Grupo Santander que se encuentran afiliados a AEBU lucen en la solapa una escarapela con la inscripción "No a la politica antisindical del Grupo Santander".-

ORGANIZACIONES GREMIALES [redacted]

PIT CNT

Avda. 18 de Julio Nº 2190

Según lo resuelto por su Mesa Representativa el 27/11 realizarán una "Jornada Cívica",estando convocada para el 15/11 una reunión de la Intersectorial Nacional para analizar los detalles de esta Jornada.-

9714499

16 DIC. 1997

FED.DE OBREROS Y EMP.DE LA [redacted]

Abayubá Nº 2832

Contra la rebaja salarial,por estabilidad laboral,por aumentos salariales del 100% del IPC trimestral y por tiempo [redacted], se encuentran movilizados.-

001 002

Der. Bros

SEGURIDAD PUBLICA

CENTRO DE ESTUDIANTES Y PROFESORES DEL I.P.A.

Avda. Libertador 2025.-

Desde el lunes 20/10 los afiliados al CEIPA comenzaron una campaña de recolección de firmas para que el Codicen proceda a levantar las medidas de seguridad que se han instalado en dicho instituto. El 27/10 la gremial presentó un documento ante el SERPAJ para denunciar lo que consideran como medidas autoritarias de control.-

El día de ayer próximo al mediodía se pudo constatar que unos 40 estudiantes de este centro

INTERGREMIAL DOCENTES DEL IPA.

Esta gremial reunida en Asamblea el 24/10 próximo pasado inició un paro de 72 horas a partir del lunes 27/10, en rechazo a lo que consideran como "[illegible]".-

ASOC. DE FUNC. DEL SODRE.

Maldonado 1287.-

Esta gremial se encuentra movilizada bajo la siguiente plataforma "LA REINCORPORACION DE LOS COMPAÑEROS CESADOS Y SUMARIADOS, REPARTO IGUALITARIO DE [illegible], CUMPLIMIENTO DEL CONVENIO/93 Y REGULARIZACION DE CONTRATACIONES A CACHET. Desde el 13/10 vienen aplicando las siguientes medidas de lucha suspender la emisión de las Radios [illegible] (CX.6, CX 26, CX 38, durante una hora como así mismo la de onda corta y la de [illegible]). En el día de ayer desde las 15.00 hasta las 16.00 paralizaron sus actividades para [illegible] en Sarandí 430 y Misiones con un público máximo de 30 personas quienes entregaban volantes a los transeuntes que acertaban a pasar por el lugar.-

CONSTANCIA: A la hora 22.30 se hizo presente en ésta Dirección Nacional, personal de la Jefatura de Policía de Maldonado a los efectos de trasladar como lo dispuso el Juez de 19 no Turno al detenido Sebastián BOTASO RESOLA, el cual quedara a disposición del Juez Letrado de 2do Turno del Departamento de Maldonado.-

CONSTANCIA: En el día de la fecha llega al país "EL LEHENDAKARI" JOSE ANTONIO ARDANZA Y GARMENDIA, estando a cargo de ésta Dirección Nacional la Seguridad en los locales y traslados que sean oportunamente visitados por tan distinguido mandatario.-

DISPARO DE ARMA DE FUEGO: En el día de ayer a la hora 22.30 se tuvo conocimiento que en la finca sita en la calle Rediello Nro.976 se le habrían efectuado disparos con arma de fuego. Atento a ello concurrió al lugar un equipo de esta Dirección Nacional entrevistando al morador de la misma quién resultó ser GONZALO AMERICO LARRIEU SOSA, Mayor, Casado de 39 años de edad con documento de identidad 1.427.393-0, integrante de la Armada Nacional, ostentando el grado de Capitán de Corbeta, manifestando sdque [illegible] a la hora 21.55 se encontraba en el Living con su familia cuando sintió un impacto y rotura de vidrios notando que personas desconocidas habían efectuado un disparo con arma de fuego provocando un orificio de 10cm en un vidrio de la planta alta del edificio. Se ubicó en el inmueble un proyectil calibre 32 largo. En el lugar también intervino personal de la DNPT y Seccional 2da, quienes enteraron al Juez Ltdo. de 1era Inst. en lo Penal de 3er Turno, quién dispuso se continúen las investigaciones.-

002/002

9714499

002/002

DOC. INTERES

ARCHIVO

ARCHIVO

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

"DESPACHO"

Montevideo, 30 de Octubre [illegible]

PARTE Nº 253

SECTOR PRIVADO

ASOC. DE OBREROS Y EMPL. [illegible]

Avda. J. Suarez 2878.-

Por la firma de un Convenio Laboral por dos años con opción a [illegible] por mantenimiento del salario real, ajustes cuatrimestrales y un porcentaje de crecimiento y levantamiento de las casi 90 sanciones aplicadas por el Directorio se vienen movilizando los trabajadores. Está previsto para el próximo 1/11 a la hora 09.00 realizar el Congreso Nacional de Delegados del gremio en el que se resolverá realizar un paro de 24 horas el próximo lunes 03/11, rechazando las sanciones aplicadas por no ajustarse a la verdad. En cuanto al suministro de leche será en forma normal afirmó el sindicato.-

ASOC. DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URU.

Reconquista 574.-

Los agremiados en AEBU denunciaron que en la firma SANTANDER existe "Discriminación Sindical" por lo que no se estan realizando horas extras ni se permiten traslados de secciones. Los trabajadores lucen solaperos con la siguiente inscripción "No a la Política Antisindical del Grupo Santander". Por otra parte se han registrado despidos en la firma Plata Card perteneciente al Grupo Santander y en Río Bank Casa Bancaria lo que ha agravado la situación. En el día de ayer a la hora 15.30 personal de esta Dirección constató que una camioneta blanca marca Lada Niva con altoparlantes se encontraba frente al Ministerio de Relaciones Exteriores, en una sucursal del Banco de Santander realizando propaganda callejera contra dicha institución financiera. También se realizaron volanteadas.-

FOEB, AOEC, UNOTT,

Para el día de hoy se realizará una movilización en conjunto por parte de los gremios de la bebida, Conaprole, Transporte, en reclamo de un Convenio Salarial para los tres sectores y difusión de sus respectivos conflictos. Dicha movilización será a partir de las 11.00 horas en Avda. Agraciada y Santa Fé, donde se encuentra ubicada la Planta de Pilsen.-

UNION NAL. DE OBREROS Y TRAB. DEL [illegible]

Avda. Dr. L. A. de Herrera [illegible]

Esta gremial realizará el próximo viernes 31/10 un paro parcial en el horario de 11.30 a 17.00 ya que no hubo respuesta en torno al Convenio Salarial para el sector que debe regir a partir del 01/12 próximo. Cabe agregar que los trabajadores se concentrarán a partir de la hora mencionada en el local sindical para luego realizar una marcha.-

ORIGINAL

9714500

16 DIC. 1997

001 002

SECTOR PUBLICO

CENTRO DE EST. INST. PROF. [redacted]

Avda. Libertador 2025.-

Esta gremial decidió en el día de hoy presentar un documento al [redacted] y solicitar una [redacted] a las autoridades del CODICEN en rechazo de las [redacted] medidas [redacted]

ASSOC. DE FUNCIONARIOS DEL SODRE.

Maldonado 1287

Esta gremial está en conflicto por la incorporación de los compañeros cesados, sumariados, reparto igualitario de proventos, Cumplimiento del Convenio firmado en el año 1993. Entre las medidas de lucha se encuentra suspender la emisión de las Radios Oficiales durante media hora por turno. Cabe agregar que durante los paros se irradia música de la murga "Araca la Cana".-

El día 23/10 trabajadores desalojaron a una [redacted] de radio, procediendo a ocupar una estación estatal. Por lo que la Directiva del Sodre, dispuso una investigación y la suspensión de los responzables.-

En canal 5 se cumplen paros parciales de 10 minutos acumulados por turno, hasta llegar a un máximo de 40 minutos, en el día de ayer se realizaron paros parciales de media hora por turno en todas las emisoras oficiales.-

INFORMACIONES VARIAS

CONSTANCIA: Esta a cargo de esta Dirección Nacional la Seguridad del "LEHENDAKARI" JOSE ANTONIO ARDANZA y Comitiva.-

002/002

9714500

ORIGINAL

ARCHIVO

DOC. ILEGIBLE

1/4

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

" DESPACHO "

Montevideo,06 de Noviembre de 1997.-

4501

PARTE Nº259.-

//

SECTOR PRIVADO

ASOC.DE OBREROS Y EMPLEADOS DE CONAPROLE

Avda.Joaquín Suarez Nº 2878

Desde el 1/10 se encuentran en conflicto en reclamo de la firma del convenio laboral por dos años con opción a tres.En el día de ayer se decidió por parte del sindicato ampliar el cuarto intermedio interpuesto hasta el día 07/11 a la hora 00.00',día en que se reunirá la Tripartita conformada por el gremio el Directorio de Conaprole y del M.T.S.S.En el día de ayer esta Asociación resolvió suspender momentaneamente las medidas de lucha y los paros previstostratando de dar una señal positiva a las negociaciones.A la hora 19.30' de hoy habra una reunión de la Tripartita en el M.T.S.S.-

ASOC.NAC. DE REMITENTES DE CONAPROLE

Magallanes Nº 1871

Esta Asociación reclamó al Directorio de la Empresa la implementación de medidas que contemplen la situación económica de los productores.-

ORIGINAL

FED.URUGUAYA DE LA SALUD

Avda Monteiroso de Lavalleja Nº 2239

En el día de ayer efectuaron un paro de 24 horas en el interior y a partir de la hora 07.00' en Montevideocon atencion de guardias gremiales en urgencias y emergencias.A partir de la hora 10.00' se reunieron en asamblea en el Miguelete y Cabildo(Club Tanque Sisley)analizando el nuevo convenio salarial y un cambio de los sistemas de los días libres.-

ORGANIZACIONES GREMIALES SOCIALES

PIT CNT

Avad 18 de Julio Nº 2190.

Esta gremial resolvió realizar una"Jornada Cívica" para el próximo 27/11, por lo que se convocó a una reunión de la Intersocial Nal. para el 15/11 a efectos de ultimar detalles.-

Por otra parte esn el día de hoy vuelve a reunirse la Mesa Representativa de la Central para analizar un informe del Instituto Cuesta Duarte y hablar sobre la jornada del 27/11.-

FED. OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA

Abayubá 2832.-

Esta gremial se encuentra movilizada bajo la siguiente plataforma reivindicativa 1-CONTRA LA REBAJA SALARIAL, 2-POR ESTABILIDAD LABORAL, 3-POR AUMENTOS SALARIALES DEL 100% DEL IPC TRIMESTRAL, 4- POR TICKET MUTUAL.- Esta gremial denunció que el Convenio fimado en la fibra PEPSI S.A. fue un chantaje de la empresa ya que amenazó con despedir a los trabajadores en caso de no firmarlo. Por otra parte se vienen llevando a cabo paros de una hora por turno y corte se horas extras, existen propuestas radicales como la de los trabajadores de Pilsen que plantean ocupar plantas.-

UNION NAL DE OBREROS Y TRAB. TRANSP.

Luis A. de Herrera 3597.-

9714501

Continúan en conflicto por la firma de un nuevo Convenio Salarial con vigencia desde el 1/12, por estabilidad laboral y discusión de la reestructura general del transporte.-

16 DIC. 1997

001/004

...///

SIND. UNICO DEL MAR Y AFINES

Ciudadela 1417.-

Esta gremial manifestó que el próximo 24/11 sesionará una Asamblea Nal. de Delegados para tratar temas relacionados con el nuevo Convenio Salarial.-

SECTOR PUBLICO

CENTRO DE EST. INST. PROF. ARTIGAS.

Av. Libertador 2025.-

Los afiliados a esta gremial realizarán en el día de hoy un Festival de Música de distintos géneros Canto Popular, Rock, Murga) a partir de las 18 horas frente al Instituto, contra las medidas de seguridad por el posible cierre de los institutos de formación docente a partir del año próximo y contra la eliminación de la materia "LENGUAJE Y COMUNICACION" anunciado por el CODICEN en el marco de la Reforma Educativa. Segun integrantes de la gremial del turno nocturno que hay estudiantes que no estan ingresando a clases a la espera que el CODICEN reciba la delegación de estudiantes que conforman el Consejo Asesor y Consultivo para plantearle el retiro de las medidas de seguridad. Cabe agregar que se mantendran contactos con el PIT-CNT y con la iglesia católica a efectos de informar la situación que están viviendo los estudiante del IPA.-

ASOC. DE FUNCIONARIOS DEL SODRE

Maldonado 1287.-

Esta gremial se encuentra movilizada por la Incorporación de los compañeros cesados, sumariados. Reparto igualitario de Proventos, Cumplimiento del Convenio 93. Regularización de las contrataciones a cachet.- Desde el 31/10 quedaron sin efecto la medida de corte en las Emisoras Oficiales que se venía realizando.-

ORIGINAL

ASOC. DE TRAB. DE LA SEG. SOCIAL.

Av. F. Crespo 1780.-

Esta gremial se encuentra en conflicto en virtud de que el Directorio del BPS no a ha aprobado la paltaforma sindical referida a la regularización de los profesionales en el área de la Salud.- Ni el viático por alimentación.-

En el día de ayer personal de ésta Dirección instaló un servicio de observador desde la hora 11.00 frente al edificio central del BPS, observando que en dicho lugar se concentraron unos 80 Nros., los que a posteriori ascienden a cuatro ómnibus dirigiéndose hacia el Hotel Victoria Plaza donde por un lapso de 30 minutos entonaron cánticos, enarbolando una pancarta con la siguiente leyenda "EL BPS NO CUMPLE, a la hora 11.40 se retiran del lugar en forma pacífica.-

FED. URUGUAYA DE MAGISTERIO. FED. LATINOAMERICANA DE TRAB. DE LA EDUCACION Y LA CULTURA.-

Estas Federaciones han convocado a una cumbre a efectuarse entre los días 06 al 10/11 en el 9no. piso del MEC y en la Sala Maggiolo de la Universidad de la República, para debatir los acuerdos suscritos por los gobiernos de la región en materia educativa a la que asistirán 50 docentes representantes de los sindicatos de la enseñanza de Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Paraguay, Venezuela y Uruguay. Este encuentro contará con el auspicio y la presencia del Ministro de Educación de nuestro país, autoridades de la educación y un representante del Directorio del BPS.-

FECHA 15/01/98 INICIAL TE

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

INFORMACIONES VARIAS

CORREGIDO F 18/2/98 Inic.: SM

CONSTANCIA DE DENUNCIA DE AMENAZA DE BOMBA

Ampliando la información del PND del día ayer con respecto al Sr. Julio MOSES RALJ al ser indagado en ésta Dirección Nacional manifestó que es integrante de la colectividad judía en el Uruguay y que desconoce las causas de la amenaza de bomba ya que no tiene enemigos. Posteriormente continuando con las actuaciones se solicitó a Interpol Buenos Aires información con referencia a la procedencia del Fax que contenía la amenaza si existen antecedentes del propietario del automóvil mencionado o algún otro dato de interés para el esclarecimiento de los hechos. Se enteró sobre los hechos y la denuncia realizada por el Sr. MOSES al Sr. Juez Letrado de Primera Instancia en lo Penal de 4to. Turno Dr. BALCALDI, el que dispuso que se investigara por Interpol a quién pertenece el número telefónico que surge del Fax. emitido desde Bs. As. y se le abre actas al denunciante, estableciendo a su vez con información de algún vecino del comercio si a tenido problemas.- (Se ampliará).-

CONSTANCIA DE SERVICIO ESTADIO

En el día de ayer personal de esta Dirección Nacional procedió a realizar recorridas por diferentes zonas cercanas al Estadio Centenario, Plaza Cagancha, Obelisco e inmediaciones de la Sede del Club Nacional de Futbol, durante y después del evento deportivo. Con referencia a las Barras Bravas se constató una fuerte presencia de un dispositivo policial con personal de distintas dependencias, creándose reducidos grupos de simpatizantes los que realizaron los acostumbrados festejos por Av. 18 de Julio hacia el centro, a la altura de la calle Magallanes realizaron algunos daños en vehículos allí estacionados. Posteriormente frente a la sede del Club Nacional personal de la Guardia de Granaderos detuvo a 16 personas por promover desórdenes conduciéndolos a la Secc. 9na. Es de significar que las demás zonas de observación resultaron sin novedad.-

ORIGINAL

DEPARTAMENTO DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE LAVALLEJA

Se viene cumpliendo un conflcicto gremial en Cerámicas Lavalleja sito a la salida de Minas rumbo a Arequita, esta fábrica cuenta con unos cuarénta operarios y la plataforma sindical es "MEJORAS SALARIALES Y NO DESPIDOS. Se vienen realizando negociaciones con la intervención del MTSS.- Pese a lo cual frente a la fábrica los operarios pusieron una carpa.-

INFORMACIONES VARIAS

Mediante PND. 2382 de la Seccional 19na se tuvo conocimiento que en el día de ayer a la hora 12.40 se produjo una Rapiña en un local del BSE sito en Carlos Ma. Ramirez Nro. 293, donde ingresaron al local dos NN-M con armas de fuego los que redujeron al Policía que se encontraba apostado allí por Art. 222. Posteriormente se hizo presente un equipo de esta Dirección Nacional entrevistando al Sr. Oscar Ernesto ECHEVERS KASEAUS, oriental, casado de 38 años cedente de C.I. domiciliado en Tiburcio Gomez 1423 el que manifestó que se desempeña como encargado del local y que uno de los NN-M, mediante amenaza le solicitó el dinero que había en el local lo que accedió a dárselo ascendiendo a la suma de $U 15.000, de lo que se posee seguros, cabe agregar que se entrevistaron a otros empleados del barco los que no aportaron datos de importancia. Indagado el Policía que cumplía servicios Art. 222, manifestó que se dieron a la fuga en un auto Fiat. 600 color celeste matrícula 731338 hacia la zona del Cerro.- (Se ampliará)

AMPLIACION DEL SECTOR PRIVADO

ADEU

Esta previsto para el día de hoy a partir de la hora 15.30 la realización de paro con Asamblea en Edificio 19 de Junio.-

ORIGINAL

P 004/004 9714501

Doc en su totalidad
Delegados

1532

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
" DESPACHO "

Montevideo,07 de Noviembre de 1997.-

PARTE Nº 260.-

//

SECTOR PRIVADO

ASOC. DE OBREROS Y EMPL. DE CONAPROLE
Avda. J. Suarez 2878

INICIO DEL CONFLICIO 01/10

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: POR LA FIRMA DE UN NUEVO CONVENIO LABORAL POR DOS AÑOS CON OPCION A TRES, POR MANTENIMIENTO DEL SALARIO REAL, AJUSTES CUATRIMESTRALES Y UN PORCENTAJE DE CRECIMIENTO. LEVANTAMIENTO DE MAS DE 100 SANCIONES APLICADAS POR EL DIRECTORIO. AGUINALDO DOBLE.-

MEDIDAS: Se suspenden momentaneamente las medidas de lucha para enfrentar las negociaciones con el M.T.S.S.-

SITUACION: CONAPROLE presenta al Ministerio de Trabajo los siguientes puntos para lograr un acuerdo. (Plataforma Reivindicativa).- El Directorio de Conaprole ha designado al Dr. Santiago PEREZ DEL CASTILLO para que presente denuncia ante el MISS y Justicia Penal competente sobre los hechos que han ocasionedo pérdidas importantes a la cooperativa a raíz del conflicto, hecho ocurrido en la Planta Industrial Nro. 1 sita en Magallanes y N. York, donde también se realizó un paro de 24 horas con ocupación prohibiendo esta medida trabajar con normalidad a los operarios que no se adhieren a la medida. La misma situación se registró en la Planta de Pasterización Nro. 2 sita en San Fructuoso y Jujuy. La empresa tiene pensado seguir adelante con las denuncias por "Impedir el Trabajo mediante ocupación".-

ASOC. DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY
Reconquista 574.-

INICIO DEL CONFLICIO: 02/10

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: DISCRIMINACION SINDICAL EXISTENTE EN LA FIRMA SANTANDER- CESE DE DESPIDOS EN LA FIRMA

SITUACION: Se realizan paros sorpresivos en los locales de la firma SANTANDER, con realización de Asambleas.-

FEDERACION URUGAYA DE LA SALUD
Ana Monterroso de Lavalleja 2239.-

MEDIDAS: Volanteadas informativas.

SITUACION: Esta gremial planteará por parte de sus delegados en la próxima tripartita un nuevo convenio salacial por 18 meses, con ajustes semestrales con el 100% del IPC. También se establece que que hasta el próximo 14/11 no se aplicarán medidas de lucha a excepcion de las volanteadas". La próxima instancia de las negociaciones está prevista para el 10/11 a partir de las 15.00 hrs. en la sede del MISS.-

CENTRAL OBRERA PIT-CNT
18 de Julio 2190.-

MEDIDAS REALIZACION DE JORNADA CIVICA

SITUACION Se realizará una reunión de la Intersocial Nal. el 15/11 a efectos de ultimar detalles de la Jornada Cívica prevista para el 27/11.-

9714502
16 DIC. 1997

FEDERACION DE OB. Y EMPL. DE LA BEBIDA
Abayubá 2832.-

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REBAJA SALARIAL, POR ESTABILIDAD LABORAL, POR AUMENTOS SALARIALES DEL 100% DEL IPC, TRIMESTRAL Y POR TICKET MUTUAL.-

.../// 001/004

...///

SITUACION: Esta Federación resolvio instrumentar una serie de medidas hasta que las empresas accedan de una Mesa de Negociaciones.-

MEDIDAS: Jornadas de Paro de una hora por turno con corte de horas extras.-

UNION NAL DE OBREROS Y TRAB. TRANSPORTE

Luis A. de Herrera 3597

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: FIRMA DE NUEVO CONVENIO SALARIAL, ESTABILIDAD LABORAL, DISOLUCION DE REESTRUCTURA DEL TRANSPORTE EN MONTEVIDEO

SITUACION: El próximo 14/11 en horario a confirmar se realizará un paro parcial a los efectos de participar en la movilización de los gremios en conflicto convocada por el PIT-CNT. Se convocará entre el 20 y el 30 del corriente a un Paro General de Transporte de 24 horas. Se realizan también jornadas barriales informativas a efectos de dar a conocer la situación a la población.-

SIND. UNICO NAL. DE TRABL DEL MAR Y AFINES.

Ciudadela 1417.-

SITUACION: Está previsto para el 24/11 la sesión de una Asamblea Nal. de Delegados.-

El tema a tratar será el nuevo Convenio Salarial.-

ASOC. INDEPENDIENTE DEL TRANSP. ESCOLAR

Colonia 1830

SITUACION: Esta gremial está en estado de alerta frente a las medidas del M.T.O.P. y la I.M.M. por reglamento Nacional para vehículos, categoría omnibuses con menos de 18 asientos

SECTOR PUBLICO

CENTRO DE EST. INST. PROF. ARTIGAS

Avda. Libertador 2025.-

CONSTANCIA ACTO Y CONCENTRACION

LUGAR

Avda. Libertador 2025.-

CONSIGNA:

Contra las medidas de Seguridad, Por el Posible cierre de los Institutos de Formación Docente a partir del próximo año. Contra la eliminación de la Materia Lenguaye y Comunicación.-

SITUACION: A partir de la hora 19.00 del día de ayer personal de ésta Dirección Nacional instaló un servicio de carácter de observador en las inmediaciones del Instituto observando que a la hora 19.20 se encontraban en el lugar unos 50 N's de 18 a 25 años en actitud pacífica de los cuales 40 comenzaron a armar un estrado de 3mts. por 2mts. sobre Avenida del Libertador y Nicaragua. A la hora 20.05 los concentrados eran 80 observándose que la gran mayoría ingería bebidas alcohólicas. A la hora mencionada comienza a tocar un conjunto de Rock, dicho espectáculo se prolongó hasta la hora 22.40 cuando se presenta un grupo de 12 N's con 3 tamboriles los cuales realizan una fogata en el cordón de la vereda del IPA en las intersecciones de Av. Libertador y Venezuela. A la hora 00.35 culminan los actos quedando la zona sin novedad.-

ASOC. DE FUNCIONARIOS DEL SODRE

Maldonado 1287.-

PLATAFORMA REINVINDICATIVA POR INCORPORACION DE COMPAÑEROS CESADOS, CUMPLIMIENTO DEL CONVENIO 93 y REGULARIZACION DE LAS CONTRATACIONES A CACHET

FECHA DE INICIO 13/10

SITUACION: Desde el 31/10 quedaron sin efecto los cortes que se venían llevando a cabo en las Emisoras Oficiales.-

002

9714502

ASOC. DE TRAB. DE LA SEG. SOCIAL.

Av. Fernández Crespo 1780

SITUACION: Esta gremial se encuentra en movilizada por el no cumplimiento de varios puntos establecidos en el convenio firmado hace un año atrás, lo que perjudicaría directamente a los trabajadores.-

FED. URUGUAYA DE MAGISTERIO Y FED LATINOAMERICANA DE TRAB DE LA EDUCACION Y CULTURA

SITUACION Estas Federaciones realizaron una cumbre de representantes en la Sala Maggiolo de la Universidad de la República, la que culminó en el día de ayer.-

ASOC. DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY

Reconquista 574

SITUACION: Esta gremial en el día de ayer realizó un paro a partir de las 15. 30 horas para concentrarse a las 16.00 en un número de 150 frente a la sucursal 19 de Junio Av. 18 de Julio y Minas y simultaneamente 100 frente a la Casa Central del Banco República sita en Cerrito y Zabala. En dichos lugares se entregaron notas al Directorio con los reclamos sindicales.-

//

L

AMPLIACION SECTOR PRIVADO

MANZANARES

SITUACION: En el día de hoy realizarán un paro a partir de la hora 12.00 concentrándose posteriormente frente al Ministerio de Trabajo y Seguridad Social .-

003 9714502

INFORMACIONES VARIAS

CONSTANCIA DE DENUCIA DE AMENAZA A DIPUTADO

Presentó denucia escrita ante la autoridad competente el Sr.Diputado del Partido Nacional,Sector Manos a la Obra,Gonzalo PIANA EFFINGER,la que se transcribe:
"Montevideo,6 de Noviembre de 1997.Sr.Director Nacional de Información e Inteligencia.Inspec"
"tor Principal (R) Homero Vaz Bresque,Presente:De mi mayor consideración:Por la presente,in-"
"formo a Usted que el día 02 de Noviembre de 1997,recibí en el contestador automatico de mi"
"despacho en el Edificio anexo del Palacio Legislativo,un mensaje mediante el cual se me ame"
"naza de muerte,en el mismo a pesar que resulta bastante confuso,se alcanza a escuchar clara-"
"mente las palabras'EL GUERRILLERO FIDO TE VA A MATAR COMO A UN PERRO',autorizo a quien ////"
"corresponda a iniciar las acciones que considere pertinentes en la órbita policial como así"
en lo Judicial si Usted estimara.Sin otro particular saluda al Sr.Director con la más alta /"
consideración.Gonzalo PIANA EFFINGER,Representante Nacional"(una Firma)".-
La amenaza se recibio por el telefono 92/49677 el 2/11/97,a la hora 22.38',tomando conocimiento el 3/11 en horas de la mañana donde una voz masculina canta la canción de homenaje al "CHE GUEVARA"(parte).Consultado sobre el hecho dijo que no le daba importancia,que no tiene enemigos desconociendo los motivos reales de la amenaza,que en un principio no iba a realizar la denuncia que lo hacía para que en otra oportunidad,los que lo amenazaron tuvieran precaución.Enterado el Sr.Juez Letrado de 1ra. Instancia en lo Penal de 19no. Turno Dr. Eguiluz,dispuso que se daba por enterado,que se eleven los antecedentes adjuntando la denuncia y el casette,enviandose los mismos con el Oficio correspondiente.El Dr. Eguiluz solicitó al Departamento los teléfonos de PIANA EFFINGER,concretándose una entrevista para la hora 18.00' la que se concretó.-
A la hora 18.30' el P.J. se comunicó con este Departamento solicitando se pasara por su despacho para retirar el Oficio a ser entregado en ANTEL para que se informe a esa Sede Judicial referente a las llamadas recibidas en el Escritorio 210 Piso 2 del edificio anexo al Palacio Legislativo,como así también Oficio a efectos de que se coloque un Captor telefónico en el domicilio del Representante por un lapso de 15 días.-

//

CONSTANCIA

A la hora 20.30' se instalo un servicio en la calle Canelones Nº 1216,local del B'NAI B'RITH del Uruguay donde se llevó a cabo un acto recordatorio de la NOCHE DE LOS CRISTALES ROTOS,en prevención y observación.Al Acto concurrió el Sr Presidente de la República el Ex Presidente de Chile Sr.Patricio ALWIN,el Embajador de Israel y autoridades politicas Nacionales,finalizando a la hora 22.35' sin novedad.-

//

004/004 9714502

ARCHIVO

ARCHIVO

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

" DESPACHO "

Montevideo,08 de Noviembre de 1997.-

PARTE Nº 261.-

1503

ILEGIBLE

SECTOR PRIVADO

ASOCDE OBREROS Y EMPLEADOS DE CONAPROLE

Avda.Joaquín Suarez Nº 2378

INICIO DEL CONFLICTO:01/10

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: Por la firma de un nuevo convenio laboral por dos años con opción a tres,por mantenimiento del salario real,ajustes cuatrimestrales y un porcentaje de crecimiento,levantamiento de más de 100 sanciones aplicadas por el Directorio,aguinaldo doble.-

SITUACION: En la tripartita reunida a la hora 16.00 no se logró acuerdo por lo que quedaron suspendidas momentaneamente las medidas de lucha y los paros previstos tratando de dar una señal positiva a las negociaciones entre el gremio y el Directorio.-

FED.URUGUAYA DE LA SALUD

Avda.Artegas de Lavalleja Nº 2239

ORIGINAL

MEDIDAS: Volanteadas informativas.-

SITUACION: El 10/11 a partir de la hora15.00' se reunirá la Mesa Negociadora en el M.T.S.S.-

SECTOR PUBLICO

CENTRO DE EST.INST.DE PROF.ARTIGAS

Avda.del Libertador Nº 2025

CONSIGNA: Contra las medidas de Seguridad y el posible cierre de Institutos de Formación Docente,a partir del próximo año.-

SITUACION: En conflicto a raíz de ser sancionados 8 estudiantes por el termino de 20 días al ser identificados por sus firmas en las actas de ocupación del instituto,estando autorizados a rendir examenes.-

INFORMACIONES VARIAS

CONSTANCIA DE COLABORACION EN ALLANAMIENTO EFECTUADO POR LA DIRECCION DE INVESTIGACIONES

Siendo la hora 11.20' un equipo de ésta Dirección,conjuntamente con personal del Dpto de Hurtos y Rapiñas de la D.Inv.de la J.P.M.concurrieron a la calle Juan Acosta Nº 4257,munidos con la correspondiente Orden de allanamiento expedida por el P.J. en lo penal de 4to.Turno,en procura de la detención de la persona Marcelo ROMAN,alías "EL PELADO",no registrandose novedad.En el lugar se identificó a los moradores cuyos datos obran en poder del Dpto de Hurtos.-

Nº 001/001

9714503

16 DIC. 1997

ARCHIVO

4/3

DOC IRREGULAR

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

" DESPACHO "

Montevideo, 11 de Noviembre de 1997.-

PARTE Nº 263

I- CAMPO SOCIAL

A- CENTRAL OBRERA

1- MESA REPRESENTATIVA PIT-CNT

En reunión llevada a cabo por éste órgano el día 20/10 , se resolvó realizar una "JORNADA CIVICA", para el próximo jueves 27/11. Se convoca a una reunión con la Intersocial Nacional para el día 15/11 a los efectos de coordinar los detalles. Para el viernes 14 se prevee la realización de una concentración según lo manifestado por el dirigente Juan CASTILLO , miembro del Secretariado Ejecutivo de la Central. Para ésta jornada de agitación se incluye paralizaciones parciales en gremios como UNOT (Transporte), FUS (Salud), UOC. (Curtidores), SUTEL (Telecomunicaciones), ATSS(Seguridad Social). Los posibles puntos de concentración serían : EDIFICIO LIBERTAD, PALACIO LEGISLATIVO, o EXPLANADA DE BANCO SEGURIDAD SOCIAL. Se estima que las horas de concentración serían entre las 11.00 y las 13.00 horas. Algunas de las reivindicaciones de esta jornada de agitación son mejoras salariales y firma de Convenio Colectivo.-

2- CENTRAL OBRERA

En el día de ayer a partir de la hora 15.00 en el marco de la SEGUNDA INSTANCIA DEL DIALOGO SOCIAL se reunieron en el Ministerio de Relaciones Exteriores representantes de Gobierno, Empresarios y Trabajadores. La delegación de la Central Obrera fue integrada por Eduardo Fernández (AEBU), Juan José BENDAHAN (Fancap), Julio GARICA (AUTE), Hugo BIANCHI (UNIMPA) y Carlos SANCHEZ (Cofe), entre los temas tratados figuraron "CONVENIOS COLECTIVOS" y "FUEROS SINDICALES" en los cuales no se llegó a un acuerdo, instando la Ministra de Trabajo a presentar nuevas propuestas para la próxima reunión que se llevará a cabo el próximo 1/12.-

B- SECTOR PUBLICO

1- ASOCIACION DE TRABAJADORES DE LA SEGURIDAD SOCIAL

LOCAL: Avda. Fernández Crespo 1780.

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: Regularizar la situación de los Profesionales del Area de la Salud y Viáticos por Alimentación acordado en el Convenio Laboral.-

MEDIDAS ADOPTADAS: Adhesión a la Jornada organizada por el PIT-CNT para el 14/11.-

SITUACION: La adhesión se debe al no cumplimiento de algunos puntos pactados en el Convenio Salarial firmado hace un año y medio atrás.-

2- AGRUPACION UTE

SITUACION: Se encuentra en conflicto debido a la regulación del nuevo Marco Regulatorio de Energía Eléctrica.-

MEDIDAS: Recolección de firmas para derogar dicho marco.-

C- SECTOR PRIVADO

1 - UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE

LOCAL: Avda. Luis A. de Herrera 3597.

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: Firma de un nuevo Convenio Salarial con vigencia a partir del 1ero de Diciembre, Estabilidad Laboral para los Trabajadores y Reestructura General para el Transporte de Montevideo.-

MEDIDAS: PARO GENERAL PARCIAL entre las 11.00 y las 14.00 el día 14/11.-

SITUACION: Según lo expresado a la prensa por el Secretario General del gremio Jorge Silvero al no registrarse avance en las negociaciones tripartitas entre los días 20 y 30 de noviembre se convocará a un Paro General del Transporte.../// 9714504 16 DIC. 1997

ORIGINAL

.../// de 24 horas. Se maneja como fecha posible el día 25/11 el cual es coincidente con el día del TAXIMETRISTA.-

2- ASOCIACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE CONAPROLE

LOCAL: Av. Joaquín Suarez 2878.

INICIO DEL CONFLICTO: 01/10

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: FIRMA DE UN NUEVO CONVENIO LABORAL POR DOS AÑOS CON OPCION A TRES. MANTENIMIENTO DEL SALARIO REAL. AJUSTE CUATRIMESTRAL. PORCENTAJE DE CRECIMIENTO. LEVANTAMIENTO DE SANCIONES APLICADAS POR EL DIRECTORIO. AGUINALDO DOBLE.

MEDIDAS ADOPTADAS: PARO DE DOS HORAS POR PLANTA Y POR TURNO A PARTIR DEL DIA DE MAÑANA

SITUACION: El día miércoles 12/11 se tiene previsto la realización de una ASAMBLEA con detención de actividades para evaluar la marcha del conflicto. Se mantiene guardia gremial para el envasado de la leche.

3- FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD

LOCAL: Ana Monterroso de Lavalleja 2239

MEDIDAS: Volanteadas Informativas (No está previsto otro tipo de movilización).

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECLAMO DE NUEVO SALARIAL POR 18 MESES, CON AJUSTES SEMESTRALES DEL 100% del IPC, ADEMAS DE TRES PARTIDAS IGUALES A DOS U.R.-

SITUACION: Como estaba previsto en el día de ayer se realizó una reunión de negociación entre las partes, no lográndose información positiva al respecto de los temas tratados (Se ampliará) .-

4 - FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA

LOCAL: Abayubá 2832.

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REBAJA SALARIAL. ESTABILIDAD LABORAL. AUMENTO SALARIAL DEL 100 DEL IPC.

MEDIDAS ADOPTADAS: Jornada de Paros de una hora por turno. No se realizan horas extras y otras movilizaciones callejeras.

SITUACION: Se informa a través del Semanario Mate Amargo del 06/11/97. P.4 Cual es la situación laboral de los trabajadores de la firma PEPSI. S.A.

En horas de la mañana de ayer personal de ésta Dirección concurrió a las inmediaciones del Ministerio de Economía y Finanzas, donde próximo a la hora 10.00 se realizó una concentración y manifestación en la que participaron entre 20 y 30 militantes de la FOEB, en su mayoría éstos vestían mamelucos con logotipos de Pilsen y Pepsi . Se realizó una volanteada en la zona, posteriormente se dirigieron a la Intendencia Municipal de Montevideo, no registrándose incidentes que dieran intervención policial.

Consultadas las Oficinas de Enlace de Salto, Paysandú y Lavalleja con respecto a la marcha del conflicto indican que no se han registrado movilizaciones, pintadas u otro tipo de medidas que alteren el orden público.-

5- ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY (SECTOR BANCA PRIVADA)

LOCAL: Reconquista 574

MEDIDAS ADOPTADAS: Paro en el sector de 15 minutos abandonar sus puestos de trabajo, palmas y regreso a sus tareas, contra el Directorio del Grupo Santander, en apoyo a los compañeros despedidos

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA DISCRIMINACION SINDICAL DEL GRUPO SANTANDER

SITUACION: Permanece incambiada.-

ORIGINAL

.../// de 24 horas. Se maneja como fecha posible el día 25/11 el cual es coincidente con el día del TAXIMETRISTA.-

2- ASOCIACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE CONAPROLE

LOCAL: Av. Joaquín Suarez 2878.

INICIO DEL CONFLICTO: 01/10

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: FIRMA DE UN NUEVO CONVENIO LABORAL POR DOS AÑOS CON OPCION A TRES. MANTENIMIENTO DEL SALARIO REAL. AJUSTE CUATRIMESTRAL. PORCENTAJE DE CRECIMIENTO. LEVANTAMIENTO DE SANCIONES APLICADAS POR EL DIRECTORIO. AGUINALDO DOBLE.

MEDIDAS ADOPTADAS: PARO DE DOS HORAS POR PLANTA Y POR TURNO A PARTIR DEL DIA DE MAÑANA

SITUACION: El día miércoles 12/11 se tiene previsto la realización de una ASAMBLEA con detención de actividades para evaluar la marcha del conflicto. Se mantiene guardia gremial para el envasado de la leche.

3- FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD

LOCAL: Ana Monterroso de Lavalleja 2239

MEDIDAS: Volanteadas Informativas (No está previsto otro tipo de movilización).

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECLAMO DE NUEVO SALARIAL POR 18 MESES, CON AJUSTES SEMESTRALES DEL 100% del IPC, ADEMAS DE TRES PARTIDAS IGUALES A DOS U.R.-

SITUACION: Como estaba previsto en el día de ayer se realizó una reunión de negociación entre las partes, no lográndose información positiva al respecto a los temas tratados (Se ampliará) .-

ORIGINAL

4 - FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA

LOCAL: Abayubá 2832.

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REBAJA SALARIAL. ESTABILIDAD LABORAL. AUMENTO SALARIAL DEL 100 DEL IPC.

MEDIDAS ADOPTADAS: Jornada de Paros de una hora por turno. No se realizan horas extras y otras movilizaciones callejeras.

SITUACION: Se informa a través del Semanario Mate Amargo del 06/11/97. P.4 Cual es la situación laboral de los trabajadores de la firma PEPSI. S.A.

En horas de la mañana de ayer personal de ésta Dirección concurrió a las inmediaciones del Ministerio de Economía y Finanzas, donde próximo a la hora 10.00 se realizó una concentración y manifestación en la que participaron entre 20 y 30 militantes de la FOEB, en su mayoría éstos vestían mamelucos con logotipos de Pilsen y Pepsi . Se realizó una volanteada en la zona, posteriormente se dirigieron a la Intendencia Municipal de Montevideo, no registrándose incidentes que dieran intervención policial.

Consultadas las Oficinas de Enlace de Salto, Paysandú y Lavalleja con respecto a la marcha del conflicto indican que no se han registrado movilizaciones, pintadas u otro tipo de medidas que alteren el orden público.-

5- ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY (SECTOR BANCA PRIVADA)

LOCAL: Reconquista 574

MEDIDAS ADOPTADAS: Paro en el sector de 15 minutos abandonar sus puestos de trabajo, palmas y regreso a sus tareas, contra el Directorio del Grupo Santander, en apoyo a los compañeros despedidos

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA DISCRIMINACION SINDICAL DEL GRUPO SANTANDER

SITUACION: Permanece incambiada.-

002 9714504

CAMPO SOCIAL

B- MOVIMIENTO ESTUDIANTIL

1- CENTRO DE ESTUDIANTES INSTITUTO DE PROFESORES ARTIGAS

LOCAL: Avda. Libertador 2025.

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LAS MEDIDAS DE SEGURIDAD IMPUESTAS POR EL CODICEN. CONTRA EL CIERRE DEL INSTITUTO PARA EL PROXIMO AÑO.

SITUACION: Próximo a la hora 19.00 se realiza en las inmediaciones de éste Centro de Estudio una ASAMBLEA GENERAL convocada en carácter de grave y urgente , tratándose el tema de las medidas represivas implantadas por el Codicen. Asimismo se analiza la situación actual y las nuevas medidas de lucha. Participan aproximadamente 20 personas de ambos sexos teniendo la asamblea una duración aproximada de 45 minutos. No se pudo establecer la temática tratada no registrándose incidentes de carácter policial.-

INFORMACION POLICIAL:

A- DEPARTAMENTO SEIS INTERIOR

La Oficina de Enlace de la Jefatura de Policía de Rivera comunica que [illegible] previsto el día 09/11 del 97 en horas de la mañana, arribó a esa ciudad procedente de su Establecimiento Rural en el Departamento de Durazno el Líder del P.C.U. Sr. Leonel BRIZOLA, siendo esperado en la Ruta 5 a la altura de la Ex-Balanza. A la hora 10.15 partió del lugar en caravana compuesta por 25 vehículos por Ruta 5, Luis Alberto de Herrera, Presidente Viera y Avenida Sarandí, ingresando a la Ciudad de Santana Do Livramento dirigiéndose a la Cámara Municipal donde se realizó el lanzamiento de la candidatura de la Senadora Bulía FERNANDEZ a la gobernación de Río Grande del Sul. Al mediodía fue agasajado con un almuerzo en el Club de los Sargentos de dicha ciudad.-

ORIGINAL

003/003

9714504

ARCHIVO

ARCHIVO

1505

DIRECCION NACIONAL

DE

INFORMACION E

INTELIGENCIA

ORIGINAL

DESPACHO

Dol. en su totalidad / ILEGIBLE

SECRETO

P.DE NOVEDADES
265/97.

001/007

9714505

16 DIC. 1997

P

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO"

Montevideo, 13 de Noviembre de 1997.

PARTE DE NOVEDADES No.265/997.JBPM

Por la presente se informan a usted las Novedades surgidas entre las 07.00 de ayer y las 07.00 de la fecha.

I - CAMPO SOCIAL.

A - CENTRAL OBRERA.

1 - MOVILIZACION.

A traves de diversos medios de comunicación a partir de las 10:30 y las 14:00 del día viernes 14 del corriente se realizará por parte del PIT-CNT un **PARO PARCIAL SECTORIAL** en apoyo a los gremios en conflicto.

La concentración se realizará en la **PLAZA 1RO.DE MAYO** a partir de las 10:30. Esta tomará posteriormente por las Calles COLOMBIA, RAMBLA PORTUARIA hasta JUNCAL y desde allí a PLAZA INDEPENDENCIA, para luego recorrer Avda.18 DE JULIO hasta el MONUMENTO A LOS CONSTITUYENTES. Una vez en el lugar se continuará la "marcha" a pie hasta el **EDIFICIO LIBERTAD.** Por último se realizará una parte oratoria la que estará a cargo del Coordinador de Movilizaciones del PIT-CNT, Eduardo **PEREIRA** y un militante del **CEIPA.**

2 - REUNION CON INTERSECTORIAL NACIONAL.

El día 15 del corriente se llevará a cabo una reunión en la cuál participará el PIT-CNT junto a los distintos actores de la **INTERSOCIAL** a efectos de coordinar detalles de la **JORNADA CIVICA** prevista para el día 27.

ORIGINAL

La reunión se realizará a partir de la hora 09.00 en la Sala Mayor de la UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA donde participarán representantes del interior de la República, Partidos Políticos y diversas organizaciones sociales.

3 - DIALOGO SOCIAL.

El 1ro.de Diciembre la Central Obrera tiene previsto participar de la 3ra. Instancia del **DIALOGO SOCIAL.**

B - SECTOR PUBLICO.

1 - ASOCIACION DE TRABAJADORES DE LA SEGURIDAD SOCIAL (ATSS)

LOCAL: AVDA.FERNANDEZ CRESPO 1780
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: REGULARIZAR LA SITUACION DE LOS PROFESIONALES DEL AREA DE LA SALUD. VIATICOS POR ALIMENTACION ACORDADO EN EL CONVENIO LABORAL.
MEDIDAS ADOPTADAS: ADHESION A LA JORNADA ORGANIZADA POR EL PIT-CNT PARA EL 14/11.
SITUACION: Se establece que la adhesión de esta gremial a la

002 9714505

992 P02 5982*475770 TVC 11-13-97 13:13

JORNADA prevista para el día 14 se debe al NO CUMPLIMIENTO de algunos puntos pactados en el CONVENIO SALARIAL firmado hace un año y medio atrás.

2 - AGRUPACION UTE (AUTE).

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECHAZO AL MARCO REGULATORIO DE ENERGIA ELECTRICA.
MEDIDAS ADOPTADAS: CAMPAÑA DE RECOLECCION DE FIRMAS.
SITUACION: Los trabajadores adheridos a esta gremial se encuentran en conflicto debido a la aplicación del nuevo MARCO REGUALTORIO. Se encuentran realizando una Campaña de Recolección de firmas a efectos de derogar dicha disposición.

C - SECTOR PRIVADO.

1 - UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE (UNOTT).

a - MOVILIZACIONES UNOTT.

LOCAL: AVDA.L.A.DE HERRERA 3597.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: FIRMA DE NUEVO CONVENIO SALARIAL CON VIGENCIA A PARTIR DEL 01/12. ESTABILIDAD LABORAL. REESTRUCTURA GENERAL DEL TRANSPORTE DE MONTEVIDEO.
MEDIDAS ADOPTADAS: PARO GENERAL PARCIAL ENTRE LAS 11:00 Y 14: DEL 14/11. JORNADAS BARRIALES INFORMATIVAS.
SITUACION: Según manifestaciones realizadas a diversos medios de prensa por el **SECRETARIO GENERAL DE UNOTT, Jorge SILVANO,** se llevará a cabo la **JORNADA** de movilización en la fecha anteriormente indicada. Agregó que de no registrarse avances en las negociaciones tripartitas a efectuarse entre los días 20 a 30 del corriente se convocará a un **PARO GENERAL DEL TRANSPORTE DE 24 HORAS.** Se maneja como fecha posible el día 25/11 la que es coincidente con el **DIA DEL TAXIMETRISTA.**

ORIGINAL

b - SINDICATO UNICO DE AUTOMOVILES CON TAXIMETROS Y TELEFONISTAS (SUATT).

LOCAL: CALLE CLEMENTE CESAR No.2291
MEDIDAS ADOPTADAS: EXPULSION DE DOS DIRIGENTES SINDICALES.
SITUACION: Se establece por medio de una fuente confiable que los dirigentes sindicales Juan Jose CORTIZAS y Heber LARA fueron expulsados del gremio dado que se les imputa "irregularidades en el manejo de fondos".

Por último se realizará una **ASAMBLEA** el día 20 del corriente para evaluar la situación.

c - ASOCIACION INDEPENDIENTE DEL TRANSPORTE ESCOLAR.

LOCAL: CALLE COLONIA 1830.
MEDIDAS ADOPTADAS: ESTADO DE ALERTA.
ANTECEDENTES: Está Asociación se encuentra en ESTADO DE ALERTA frente a medidas del MTOP y la IMM por reglamento Nacional para Vehículos de categoría omnibuses com menos de 18 asientos. La preocupación principal del MTOP es que estas empresas (1500 en todo el país) compitan en forma "leal" respetando la reglamentación existente para todo tipo de transporte colectivo.
Luego de un año de conversaciones con estas solo

cincuenta empresas cumplen con lo dispuesto.Los integrantes de dicha gremial se sienten perjudicados por el Decreto 230/997 que les exige cumplir con la misma reglamentación que los ómmnibus de pasajeros.
SITUACION: No se registraron novedades.

2 - ASOCIACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE CONAPROLE.(AOEC)

LOCAL: AVDA.J.SUAREZ 2878
MEDIDAS ADOPTADAS: NO REINICIACION DE MEDIDAS DE FUERZA HASTA EL DIA 13/11.
SITUACION: Según información confiable se establece que el plazo para no reiniciar medidas de fuerza por parte del Gremio se amplió por un día más y en la fecha a la hora 09:00 vuelva a reunirse en el MTSS la Tripartita. No se descarta la posibilidad de que esta sea la última instancias de negociación. Se espera la soilución del conflicto, de lo contrario se adoptarán medidas que profundizarán el mismo.

EN EL CORRER DEL DIA EL DIRECTORIO DE CONAPROLE RECIBIRA EL INFORME DEL DR.OTATTI SOBRE LA FORMA DE PRESENTACION DE LA DENUNCIA, CUYA CARATULA SERIA LA DE "VIOLENCIA PRIVADA" EN RELACION A LOS CASOS DE LAS PLANTAS 1 Y 2.

3 - FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD (FUS).

LOCAL: CALLE ANA MONTERROSO DE LAVALLEJA 2239.
MEDIDAS ADOPTADAS: VOLANTEADAS INFORMATIVAS.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECLAMO DE NUEVO CONVENIO SALARIAL POR 18 MESES, CON AJUSTE SEMESTRALES DEL 100% DEL IPC MAS TRES PARTIDAS IGUALES A DOS U.R.
SITUACION: Adhesión al PARO GENERAL PARCIAL a efectuarse el Viernes 14/11 convocado por la Central Obrera. Este gremio se concentrará en el MONUMENTO A LOS CONSTITUYENTES a partir de la hora 11:00.

ORIGINAL

4 - FEDRACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA (FOEB).

LOCAL: CALLE ABAYUBA 2832.
MEDIDAS ADOPTADAS: JORNADA DE PARO DE UNA HORA POR TURNO. NO SE REALIZAN HORAS EXTRAS. MOVILIZACIONES CALLEJERAS.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REBAJA SALARIAL. ESTABILIDAD LABORAL. AUMENTO SALARIAL DEL 100 % DEL I.P.C.
SITUACION: No se registran Novedades, por lo que la situación hasta el momento permanece incambiada.

5 - ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY (SECTOR BANCA OFICIAL Y PRIVADA).

LOCAL: CALLE RECONQUISTA No.574
MEDIDAS ADOPTADAS: MOVILIZACION Y CONCENTRACIONES.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA DISCRIMINACION SINDICAL EN EL GRUPO SANTANDER.
SITUACION: Como estaba previsto, personal de esta Dirección concurrió en carácter de prevención y observación a la MOVILIZACIÓN que comenzó a la hora 16:45 en la intersección de AVDA.18 DE JULIO y MINAS.

Tomaron participación aproximadamente unas ciento

veinte personas, observándose tambien "pancartas" alusivas, "volanteadas" y detonaciones de petardos. Se realizó una parte oratoria a cargo de diversos dirigentes de la Central obrera. La movilización finalizó a las 17:30 no registrandose incidentes.

6 = TRABAJADORES DE ALMACENES MANZANARES.

MEDIDAS ADOPTADAS: SITUACION DE PRE-CONFLICTO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REPRESION SINDICAL POR PARTE DE LA PATRONAL.
SITUACION: Los empleados de la firma se encuentran trabajando normalmente, existiendo una situación de "pre-conflicto".

D = MOVIMIENTO ESTUDIANTIL.

1 = CENTRO DE ESTUDIANTES INSTITUTO DE PROFESORES ARTIGAS (CEIPA).

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LAS MEDIDAS DE SEGURIDAD IMPUESTAS POR EL CODICEN - EN RECHAZO DEL CIERRE DEL INSTITUTO EL PROXIMO AÑO.
SITUACION: No se registraron movilizaciones.

E = ORGANIZACIONES SOCIALES.

1 = REDES (AMIGOS DE LA TIERRA).

Como estaba previsto, personal de esta Dirección concurre al cierre de CONFERENCIA INTERNACIONAL "VOLVER AL FUTURO", el que dió comienzo a las 20:00, finalizando a las 22:30. El evento contó con la participación de autoridades Departamentales y un publico aproximado a 100 personas.

La conferencia se efectuó con la colaboración de: IMM, HIVOS, ICCO, NOVIP (HOLANDA), MISIONES AGRICOLAS (USA), FUNDACION HEINRICH BOLL (ALEMANIA), CIID, OFICINA REGIONAL PARA AMERICA LATINA, FOCAL-CANADA, COMAG-COOPERATIVA BANCARIA COFAC-URUGUAY; y los auspicios de la I.M.M., UNESCO y DINAMA.

ORIGINAL

II = GOBIERNO DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO.

1 = ASOCIACION DE OBREROS Y EMPLEADOS MUNCIPALES. (ADEOM).

LOCAL: CALLE CANELONES No.1330
MEDIDAS ADOPTADAS: PARO CON ASAMBLEA.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: REGULARIZACION DE TAREAS. PRIVATIZACION DE SERVICIOS. REMODELACION DEL LOCAL SINDICAL. SISTEMA INTEGRAL DE REMUNERACIONES.
SITUACION: A partir de la hora 10:00 del dia 13/11 los afiliados a esta Asociación se reunirán en ASAMBLEA en el local del Club ATENAS para tratar los temas antes mencionados.

III = HECHOS QUE DAN LUGAR A LA INTERVENCION POLICIAL.

1 = AMENAZAS DE MUERTE.

Prosiguiendo con las averiguaciones con respecto a los hechos acontecidos contra la persona del Sr.JULIO MOSES RAIJ, se recibe contestación proveniente de INTERPOL-ARGENTINA, por lo que se prosigue con las averiguaciones ordenadas judicialmente.

2 - ESTADIO CENTENARIO (CONSTANCIA DE SERVICIO).

De acuerdo a lo dispuesto por el Comando de esta Dirección en horas de la noche se instaló un dispositivo de observación y prevención de incidentes en las inmediaciones del ESTADIO, de PLAZA CAGANCHA y PLAZA INDEPENDENCIA.

Se trabajó en forma coordinada con el dispositivo de Seguridad de la J.P.M.

Se registraron incidentes en AVDA.18 DE JULIO y GABOTO, en zona de PLAZA CAGANCHA.

Consultada Seccionales Policiales 2da., 3ra, 5ta. y 9na. comunican que se registraron detenciones.

El dispositivo de esta finalizó próximo a la hora 03:00 no registrándose detenidos.

****

ORIGINAL

006 9714505

PARTE DE NOVEDADES No.265/97.

PLATAFORMA DE MOVILIZACIONES PREVISTAS PARA EL DIA DE HOY.

A.D.E.O.M.

PARO A PARTIR DE HORA 10.00 Y SE REUNEN EN ASAMBLEA EN EL CLUB ATENAS,EN CEBOLLATI No.1424.

A.D.E.M.U.

SE REUNEN EN ASAMBLEA A PARTIR DE LAS 18.00 EN CANELONES No.1380 LOCAL DE ADEOM.

ORIGINAL

A.O.E.C.

LUEGO DE FINALIZAR IMPAS, COMENZARIA UNA REUNION EN LA SEDE DEL M.T.S.S. DE LA COMISION TRIPARTITA.

F.E.O.B.

PAROS DE 1 HORA POR TURNO, CON POSIBLES OCUPACIONES DE PLANTAS PRODUCTORAS DE BEBIDAS.

007/007 9714505

118.

SECRETO

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL

DE
INFORMACION E INTELIGENCIA

-DESPACHO-

PARTE DE NOVEDADES No.266/997

Montevideo, 14 de Noviembre de 1997

1. 001 008 9714506

SECRETO 16 DIC. 1997

106

Der Brod

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO"

Montevideo, 14 de Noviembre de 1997.

PARTE DE NOVEDADES No.266/997.JBPM

Por la presente se informan a usted las Novedades surgidas entre las 07.00 de ayer y las 07.00 de la fecha.

I = CAMPO SOCIAL.

A = CENTRAL OBRERA.

1 = MOVILIZACION.

A traves de diversos medios de comunicación a partir de las 10:30 y las 14:00 del dia viernes 14 del corriente se realizará por parte del PIT-CNT un **PARO PARCIAL SECTORIAL** en apoyo a los gremios en conflicto.

La concentración se realizará en la **PLAZA 1RO.DE MAYO** a partir de las 10:30. La ruta prevista serian las Calles COLOMBIA, RAMBLA PORTUARIA hasta JUNCAL y desde allí a PLAZA INDEPENDENCIA, para luego recorrer Avda.18 DE JULIO hasta el MONUMENTO A LOS CONSTITUYENTES. Una vez en el lugar se continuará la "marcha" a pie hasta el **EDIFICIO LIBERTAD**. La parte oratoria estará a cargo del COORDINADOR DE MOVILIZACIONES del PIT-CNT, Eduardo **PEREIRA** y un militante del **CEIPA** a determinar.

Posteriormente, finalizado el ACTO se hará entrega de una CARTA dirigda al SR.PRESIDENTE DE LA REPUBLICA, en la que se darán a conocer diversas problemáticas en áreas laborales y estudiantiles.

2 = REUNION CON INTERSECTORIAL NACIONAL.

El dia 15 del corriente se llevará a cabo una reunión en la cuál participará el PIT-CNT junto a los distintos actores de la **INTERSOCIAL** a efectos de coordinar detalles de la **JORNADA CIVICA** prevista para el dia 27.

La reunión se realizará a partir de la hora 09.00 en la Sala Mayor de la UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA donde participarán representantes del interior de la República, Partidos Politicos y diversas organizaciones sociales.

3 = DIALOGO SOCIAL.

El 1ro.de Diciembre la CENTRAL OBRERA tiene previsto participar de la 3ra. Instancia del **DIALOGO SOCIAL**.

B = SECTOR PUBLICO.

1 = ASOCIACION DE TRABAJADORES DE LA SEGURIDAD SOCIAL (ATSS)

LOCAL: AVDA.FERNANDEZ CRESPO 1780
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: REGULARIZAR LA SITUACION DE LOS PROFESIONALES DEL AREA DE LA SALUD. VIATICOS POR ALIMENTACION ACORDADO EN EL CONVENIO LABORAL.
MEDIDAS ADOPTADAS: ADHESION A LA JORNADA ORGANIZADA POR EL PIT-

b = SINDICATO UNICO DE AUTOMOVILES CON TAXIMETROS Y TELEFONISTAS (SUATT).

LOCAL: CALLE CLEMENTE CESAR No.2291
MEDIDAS ADOPTADAS: EXPULSION DE DOS DIRIGENTES SINDICALES.
SITUACION: Se realizará una ASAMBLEA el dia 20 del corriente para evaluar la situación.(Se ampliará).

c = ASOCIACION INDEPENDIENTE DEL TRANSPORTE ESCOLAR.

LOCAL: CALLE COLONIA 1830.
MEDIDAS ADOPTADAS: ESTADO DE ALERTA.
ANTECEDENTES: Está Asociación se encuentra en ESTADO DE ALERTA frente a medidas del MTOP y la IMM por Reglamento Nacional para Vehiculos de categoría omnibuses con menos de 18 asientos.

La preocupación principal del MTOP es que estas empresas (1500 en todo el país) compitan en forma "leal" respetando la reglamentación existente para todo tipo de transporte colectivo.

Luego de un año de conversaciones con estas solo cincuenta empresas cumplen con lo dispuesto. Los integrantes de dicha gremial se sienten perjudicados por el Decreto 230/997, el cuál exige cumplir con la misma reglamentación que los ómnibus de pasajeros.
SITUACION: No se registraron novedades.

2 = ASOCIACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE CONAPROLE. (AOEC)

LOCAL: AVDA.J.SUAREZ 2878
MEDIDAS ADOPTADAS: NO REINICIACION DE MEDIDAS DE FUERZA HASTA EL DIA 13/11.
SITUACION: A la hora 22.00 finaliza la reunión de la Tripartita, estableciendose que la negociación se mantiene incambiada, por lo que se fijó una reunión de la misma para el día 14. No se establece la hora de comienzo. (Se ampliará)

EL DIRECTORIO DE CONAPROLE RECIBIO PARA SU ESTUDIO EL INFORME DEL DR.OTATTI SOBRE LA FORMA DE PRESENTACION DE LA DENUNCIA PENAL, CUYA CARATULA SERIA LA DE "VIOLENCIA PRIVADA" EN RELACION A LOS CASOS DE LAS PLANTAS 1 Y 2.

3 = FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD (FUS).

LOCAL: CALLE ANA MONTERROSO DE LAVALLEJA 2239.
MEDIDAS ADOPTADAS: VOLANTEADAS INFORMATIVAS.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: RECLAMO DE NUEVO CONVENIO SALARIAL POR 18 MESES, CON AJUSTE SEMESTRALES DEL 100% DEL IPC MAS TRES PARTIDAS IGUALES A DOS U.R.
SITUACION: Adhesión al PARO GENERAL PARCIAL a efectuarse el Viernes 14/11 convocado por la CENTRAL OBRERA. Este gremio se concentrará en el MONUMENTO A LOS CONSTITUYENTES a partir de la hora 11:00. El PARO de actividades del sector comienza a partir de las 10:00 prolongándose hasta las 17:00.

4 = FEDRACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA (FOEB).

LOCAL: CALLE ABAYUBA 2832.
MEDIDAS ADOPTADAS: JORNADA DE PARO DE UNA HORA POR TURNO. NO SE REALIZAN HORAS EXTRAS. MOVILIZACIONES CALLEJERAS.

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REBAJA SALARIAL. ESTABILIDAD LABORAL. AUMENTO SALARIAL DEL 100 % DEL I.P.C.
SITUACION: Se tomó conocimiento que han sido planteadas medidas de lucha más radicales por parte de los trabajadores de **PILSEN**, los que impulsan ahora la **OCUPACION** de las Plantas. (Se ampliará)

5 = ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY (SECTOR BANCA OFICIAL Y PRIVADA).

LOCAL: CALLE RECONQUISTA No.574
MEDIDAS ADOPTADAS: MOVILIZACION Y CONCENTRACIONES.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA DISCRIMINACION SINDICAL EN EL GRUPO SANTANDER.
SITUACION: La situación en el sector banca permanece incambiada.

6 = TRABAJADORES DE ALMACENES MANZANARES.

MEDIDAS ADOPTADAS: SITUACION DE PRE-CONFLICTO.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REPRESION SINDICAL POR PARTE DE LA PATRONAL.
SITUACION: Los empleados de la firma se encuentran trabajando normalmente, existiendo una situación de "pre-conflicto".

7 = SINDICATO UNICO NACIONAL DE TRABAJADORES DEL MAR Y AFINES (SUNTMA)

LOCAL: CALLE CIUDADELA 1417
MEDIDAS ADOPTADAS: ASAMBLEA NACIONAL DE DELEGADOS.
SITUACION: El próximo 24/11 se realizará una Asamblea Nacional de Delegados, donde se tratarán temas vinculados al Convenio Salarial.

8= CAMARA DE ARMADORES PESQUEROS DEL URUGUAY.

LOCAL: CALLE GRAL. CESAR DIAZ 1269
MEDIDAS ADOPTADAS: SE DECLARA EN CONFLICTO.
SITUACION: Este Gremio ha entrado en conflicto debido a la posibilidad de la prdida de DIEZ MIL puestos de trabajo. Se responsabiliza de esta situación al **INSTITUTO NACIONAL DE PESCA, COMISIÓN TCNICA MIXTA DEL FRENTE MARITIMO, B.P.S, B.S.E Y LA PREFECTURA NACIONAL NAVAL.**
Se indica asimismo que la DIRECCIóN NACIONAL DE ADUANAS impide la salida de los camiones por la calle Colombia, por lo que deben transitar por la zona portuaria, entorpeciendo y aumentando los costos del sector.

D = MOVIMIENTO ESTUDIANTIL.

1 = CENTRO DE ESTUDIANTES INSTITUTO DE PROFESORES ARTIGAS (CEIPA).

PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LAS MEDIDAS DE SEGURIDAD IMPUESTAS POR EL CODICEN - EN RECHAZO DEL CIERRE DEL INSTITUTO EL PROXIMO AÑO.
SITUACION: Participarán en la JORNADA convocada por la CENTRAL OBRERA para el día 14.
Un delegado del CEIPA hará uso de la palabra en el acto convocado por la CENTRAL OBRERA. No se ha podido establecer la identidad del mismo.

00A 9714506

E = ORGANIZACIONES SOCIALES.

SIN NOVEDAD.

F = ORGANIZACIONES RELIGIOSAS.

SIN NOVEDAD.

G = MOVIMIENTO COOPERATIVO.

SIN NOVEDAD.

II = GOBIERNO DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO.

1 = ASOCIACION DE OBREROS Y EMPLEADOS MUNCIPALES. (ADEOM).

LOCAL: CALLE CANELONES No.1330
MEDIDAS ADOPTADAS: ASAMBLEAS POR SECTOR.
PLATAFORMA REIVINDICATIVA: CONTRA LA REESTRUCTURA. TERCERIZACION. RECHAZO AL SEXTO DIA DE TRABAJO.
SITUACION: Mediante declaraciones realizadas a medios de comunicación radiales por parte del Dirigente del Gremio Pablo ITHAMOUSS, se resolvió continuar con el PARO hasta la hora 24:00 y rechazar el SEXTO DIA DE TRABAJO implantado por el Sr.INTENDENTE DE MONTEVIDEO.

La ASAMBLEA en el CLUB ATENAS finalizó a la hora 18:30.

III = HECHOS QUE DAN LUGAR A LA INTERVENCION POLICIAL.

1 = CAPTURA INTERNACIONAL CUMPLIDA.

Fue detenido en la Ciudad de BUENOS AIRES el delincuente **REQUERIDO INTERNACIONAL, Roberto Angel FLORENTINO LUPANI,** de nacionalidad argentina, sindicado como "cabecilla" de diversas bandas dedicadas a asaltos a instituciones bancarias.

Esta personas se encontraba requerida por el Departamento VI de esta Dirección y por Orden del Sr.JUEZ LETRADO DE 1RA.INSTANCIA EN LO PENAL DE 19NO.TURNO, Dr.EGUILUZ.

2 = ALLANAMIENTO E INCAUTACION.

Personal de esta Dirección munido de ORDEN DE ALLANAMIENTO expedida por el Sr.JUEZ LETRADO DE 1RA.INSTANCIA EN LO PENAL DE 19NO.TURNO concurre a la finca sita en la calle MARTIN GARCIA No.1247. Se tuvo conocimiento que en la misma, propiedad del Sr.Juan Sebastián FONTES, podrian encontrarse objetos provenientes de diversos hechos delictivos. En el procedimiento se incautó: dinero en moneda nacional, cuarenta y cuatro gramos de marihuana desmenuzada, un "ladrillo" de marihuana de ochenta y tres gramos aproximadamente, una bolsa de nylon conteniendo diez gramos de una sustancia blanca en polvo, un cuchillo con restos de marihuana y diversa documentación.

No fue ubicada la persona imputada de los diversos delitos.

Se envió la droga incautada a la DIRECCION GENERAL DE TRAFICO ILICITO DE DROGAS, a efectos de que estos realizen los procedimientos de rigor.

9714506

005

Enterado el Sr.JUEZ dispuso que se prosigan las averiguaciones.

IV - INFORMACION POLICIAL.

Por órden del Comando de esta Dirección un equipo concurre al **DEPARTAMENTO DE MALDONADO** a efectos de realizar un RELEVAMIENTO AMBIENTAL y una APRECIACION DE SITUACION con motivo de la próxima reunión de MINISTROS DEL INTERIOR DEL MERCOSUR.

La tarea se realizó en forma conjunta con el Comando de la **JEFATURA DE POLICIA DE MALDONADO.**

006

9714506

DIRECCCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

Montevideo, 14 de Noviembre de 1997.

MOVILIZACIONES PREVISTAS PARA EL DIA DE HOY

SECTOR PRIVADO.

PIT-CNT.

CONCENTRACION INICIAL A LA HORA 10.30 EN LA PZA.DE LOS MARTIRES DE CHICAGO.

*)- MARCHA EN CAMIONES Y OMNIBUSES HASTA PZA.DE INDEPENDENCIA.
*)- MARCHA POR LA AVDA.18 DE JULIO HASTA EL OBELISCO
*)- DESDE OBELISCO - MARCHA A PIE - HASTA EDIFICIO LIBERTAD, DONDE SE CONCENTRARAN Y HARA USO DE LA PALABRA UN DIRIGENTE DEL PIT-CNT Y OTRO DEL CEIPA.

U.N.O.T.T.

EL EL DIA DE HOY REALIZAN UN PARO GENERAL PARCIAL DESDE LAS 08.00 A 14.00 HRS.

HABRA UN SERVICIO DE EMERGENCIA, TANTO EN LAS EMPRESAS DE TRANSPORTE, COMO DE TAXIMETROS Y COOPERATIVAS.

F.U.S.

REALIZAN PARO EN EL DIA DE HOY CON CONCENTRACION EN EL OBELISCO A LA HORA 11.00 Y POSTERIOR MARCHA HACIA EL EDIFICIO LIBERTAD.

EN LOS SECTORES DE LA SALUD PRIVADA, PARO ENTRE LAS 10.00 Y 17.00 CON ATENCIONES DE EMERGENCIA.

F.O.E.B.

REALIZAN PAROS DE 1 HORA POR TURNO, CON POSIBLES OCUPACIONES DE PLANTAS ELABORADORAS DE BEBIDA.

SECTOR PUBLICO

C.E.I.P.A.

PARTICIPAN DE LAS MOVILIZACIONES PREVISTAS PARA EL DIA DE HOY - UN ORADOR - EN CONCENTRACION DE EDIFICIO LIBERTAD.CONTINUAN EL CONFLICTO POR ESTUDIANTES SANCIONADOS.

A.D.E.P.

EN EL DIA DE HOY NO SE DICTAN CLASES EN LAS ESCUELAS PUBLICAS, POR LA REALIZACION DE LAS ASAMBLEAS TECNICO DOCENTES.

A.O.E.C.

PARTICIPAN DE LAS MOVILIZACIONES PREVISTAS PARA EL DIA DE HOY. SE CONTINUAN CON NEGOCIACIONES EN LA COMISION TRIPARTITA, PUDIENDOSE LLEGAR A UN SOLUCION DEL CONFLICTO.

A.D.E.U.M.

PARO A PARTIR DE LA HORA 10.00 Y REUNION EN ASAMBLEA EN CLUB ATENAS.

008/008. 9714506

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SECTOR
Capitán de Fragata (CG) Jorge SARAVIA
S/D
VI/PRESENTE
ARCHIVO 127
ARCHIVO

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISION

RESUMEN SEMANAL

ORIGINAL

Nro. 48/97

RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

PERIODO DEL 02 AL 08 DE DICIEMBRE DE 1997.-

9714507
001(A) 027
16 DIC. 1997
Doc. poco Legible

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISION
RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

RESUMEN Nº 48/97 080800P DIC 97

SITUACION INTERIOR

1.- COMPONENTE MILITAR

a.- Ministerio de Defensa.-

(a) Controversia por reparación a militares.-

(EL OBSERVADOR - 02/XII/97 - Pág. 05).-
Un proyecto de ley por el cual se propone otorgarle a un grupo de militares, obligando a pasar a situación de retiro durante el gobierno de facto, el grado inmediato superior al que tenían en ese momento no cuenta con el respaldo del Ministerio de Defensa. Raúl ITURRIA, por entender que podía *"resquebrajar la disciplina y la coherencia interna"* en las Fuerzas Armadas, según un informe que le hizo llegar el secretario de Estado a la Comisión de Defensa del Senado.
Por su parte, uno de los impulsores del proyecto, el senador herrerista Carlos GARAT, sostiene en un escrito que presentó a la Comisión del Senado que una reparación de este tipo *"afectaría favorablemente la sensibilidad"* de las Fuerzas Armadas, principalmente entre los jóvenes, *"al comprobar que los gobiernos democráticos reconocen, aunque sea tardíamente, a aquellos, que fueron sancionados por defender las instituciones del país"*.-

ORIGINAL

(b) Proponen interpelar al Ministro de Defensa.-

(LA REPUBLICA - 02/XII/97 - Pág. 02).-
El diputado de Asamblea Uruguay, Victor SAMPRONI, anunció que propondrá a la Agrupación Parlamentaria del Encuentro Progresista la interpelación al Ministro de Defensa, Raúl ITURRIA por el tema de desaparecidos, y señaló que será una interpelación a tres administraciones de gobierno.
SEMPRONI señaló que tanto el llamado a sala al Ministro de Defensa como a los reiterados pedidos de informes, quedarán en suspenso si existe una señal política de parte del Ejecutivo de que aplicará el artículo 4° de la Ley de Caducidad.
Recordó que en una entrevista de legisladores de Asamblea Uruguay con ITURRIA, el pasado 06 de octubre, el ministro se comprometió a dar una respuesta sobre las inquietudes de los legisladores de los desaparecidos en un plazo de 30 días. Transcurrido ese plazo, señaló SEMPRONI y ante la

falta de respuesta del Ejecutivo, *"resolvemos interpelar"*.-

(LA REPUBLICA - 06/XII/97 - Pág.03).-

La Asociación de Familiares de Detenidos Desaparecidos respaldó la interpelación al Ministro de Defensa Raúl ITURRIA. *"sin que ello implique una adhesión partidaria o sectorial". "Nos parece una instancia importante de debate público"*, afirmó el abogado Javier MIRANDA, vocero de los Familiares.-

(c) **El C/N TROCCOLI publicó "La hora del depredador".-**

(EL OBSERVADOR - 04/XII/97 - Pág. 04).-

El Capitán de Navío (R) Jorge TROCCOLI publicó un libro en el que reconstruye, de modo novelado, el periodo de gestación del golpe de Estado de 1973.
En *"La hora del depredador"* cuenta el papel de los Tenientes de Artigas en ese proceso y en particular el modo en que el General Mario AGUERRONDO logró que el ex presidente Jorge PACHECO ARECO ascendiera a algunos militares.
También relata, entre otros aspectos, procedimientos de tortura y un intento de negociación de parte de militares con miembros del Partido Por la Victoria del Pueblo (PVP) para la devolución de la bandera de los Treinta y Tres Orientales a cambio de la liberación de *"prisioneros"* .-

(d) **Antártida.-**

(EL PAIS - 05/XII/97 - Pág. 18).-

Partió con destino a la Base Científica Antártica Artigas, el avión Lockheed C-130 Hércules de la Fuerza Aérea, transportando el helicóptero modelo BELL 212, FAU 030 que brindará apoyo al Instituto Antártico Uruguayo, cumpliendo tareas en la instalación de la Estación Continental Antártica "T/N Ruperto ELICHIRIBEHETY" en la península antártica en coordinación con el Buque Vanguardia de la Armada Nacional y personal de Ejército Nacional.-

b.- <u>Fuerzas Armadas</u>.-

(a) Tareas de vigilancia por parte de las FF.AA.-

(EL OBSERVADOR - 07/XII/97 - Pág. 11).-

Los asaltos y la falta de seguridad pública han llevado al gobierno a disponer el uso de las Fuerzas Armadas en tareas de vigilancia en la vía pública.
(Ver Anexo "ALFA").-

ORIGINAL

(1) Armada.-

(a) **Operativo en islas frente a Colonia.-**

(ULTIMAS NOTICIAS - 04/XII/97 - Pág. 25).-
La Policía de Colonia confirmó que varios de los asaltantes que perpetraron últimamente violentas incursiones delictivas en Carmelo y Colonia, después de cometer sus fechorías se ocultan en las islas que están frente a Carmelo, preparándose un operativo para intentar detenerlos.
Para el mismo la Policía de Colonia solicitó ayuda a la Prefectura Naval, que comenzó a realizar patrullajes en las zonas costeras durante todo el día.-

(EL PAIS - 08/XII/97 - Pág. 19).-
El Jefe de la Policía de Colonia, Hugo PINTOS FUNES, anunció una reunión conjunta entre autoridades de Uruguay y Argentina, por el caso de la banda internacional *"Banda del Tigre"* asentada en la zona costera del vecino país, pero que han incursionado últimamente, dando importantes golpes en nuestro país, fundamentalmente en el departamento de Colonia.
Participarán en dicha reunión el subsecretario del Interior Washington BADO, el similar argentino Santos CASALE, al igual que personal de la Policía Federal y Prefectura Nacional Argentina, Jefatura de Policía de Colonia y la Prefectura del Puerto.-

(b) **Nuevo velero de Instrucción de la Armada.-**

(EL PAIS - 06/XII/97 - Pág. 18).-
Arribó al Puerto de Punta del Este, el velero de Instrucción de la Armada Nacional *"ROU Bonanza"*, recientemente adquirido por nuestro país.
La mencionada embarcación zarpó de la Academia Naval de Annápolis el pasado 29 de julio y recorrió un total de 6.560 millas.
El objetivo de esta adquisición según manifestaron fuentes de la Armada, es el de contar con un elemento idóneo, de adiestramiento práctico en el mar, para los alumnos de la Escuela Naval.-

(c) **Prefectura de Punta del Este.-**

(EL PAIS - 08/XII/97 - Pág. 06).-
La Prefectura de Punta del Este no contaría este año con refuerzo en el personal de vigilancia, razón por la cual se vería disminuida la presencia de marineros en las playas del principal punto turístico del país.-

ORIGINAL

(2) Ejército.-

(a) **Doctrina de empleo del Ejército.-**

(BRECHA - 05/XII/97 - Pág. 06).-
El Ejército uruguayo ha elaborado un documento titulado *"Doctrina de empleo del Ejército Nacional"*. (Ver Anexo "BRAVO").-

(b) **"Tenientes de Artigas".-**

(REVISTA TRES - 05/XII/97 - Pág. 17).-
La Legión *"Tenientes de Artigas"* comenzó a distribuir en filas del Ejército un comunicados en el que alerta respecto a *"los embates que pretenden destruir la institución"*. (Ver Anexo "CHARLIE").-

(c) **Ejército recibirá nueve cañones.-**

(LA REPUBLICA - 05/XII/97 - Pág. 02).-
El Ejército uruguayo recibirá nueve cañones bitubo remolcables de Israel, en febrero y seis obuses autopropulsados de 122 milímetros y un lanzador múltiple MK 70 de la República Checa en abril, según se anunció en el acto de conmemoración del Día del Arma de Artillería.
Según el Inspector de Artillería, Coronel Francisco VERA la llegada de nuevo material bélico *"genera expectativas y desafíos al aumentar el poder de fuego de dicha arma, con sistemas más sofisticados, para lo cual tendremos que adecuarnos y estar en condiciones de operar y asumir las nuevas exigencias"*.-

(d) **Aniversario de Blandengues.-**

(EL PAIS - 08/XII/97 - Pág. 09).-
El Presidente de la República, Julio María SANGUINETTI, asistió al acto conmemorativo del 201 aniversario del Regimiento de Blandengues.
La ceremonia se realizó en el Regimiento de Blandengues de Artigas de Caballería N°1.-

(e) **Declaraciones del Comandante en Jefe del Ejército.-**

(EL OBSERVADOR - 08/XII/97 - Pág. 05).-
El Comandante en Jefe del Ejército, Tte. Gral. Raúl MERMOT, ratificó la postura contraria de Uruguay a la integración regional en materia militar y a un mando supranacional, aunque manifestó el *"vivo interés en promover y participar en ejercicios militares combinados, intercambio en el área de la información, de la educación y capacitación y relacionamiento logistico, que contribuyan al fortalecimiento de la seguridad"*.
La postura oficial fue expuesta por MERMOT en el

ORIGINAL

discurso que pronunció en la XXII Conferencia de Ejércitos Americanos celebrada en Ecuador.
Al analizar la *"incidencia de la integración en la defensa nacional"*, consideró que la integración *"representa en principio un esfuerzo de complementación económica que alcanza además dimensiones sociales, educativas y culturales muy importantes"* Según el militar *"desde el punto de vista político, es aceptado que puede llegar a ser una opción intergubernamental, pero en ningún caso supranacional"*.-

(3) Fuerza Aérea.-

(a) **Siete aviones devorados por las llamas.-**

(ULTIMAS NOTICIAS - 06/XII/97 - Pág. 34).-
Siete aviones de alto valor histórico para la Aviación uruguaya y mundial fueron devorados por las llamas al desatarse un incendio en los hangares del Museo Aeronáutico de la Fuerza Aérea, lindero al Cilindro Municipal.
El Jefe del Departamento de Prensa del Comando de la Fuerza Aérea, Cnel.(NAV) Bernabé GADEA, explicó que "económicamente las pérdidas no pueden ser valoradas porque todos los aviones destruidos tienen un valor histórico incalculable".

ORIGINAL

2.- COMPONENTE SICOSOCIAL

a.- Derechos Humanos.-

(1) Desaparecidos.-

(a) **Declaraciones del Comandante en Jefe del Ejército.-**

(LA REPUBLICA - 03/XII/97 - Pág. 02).-
El Comandante en Jefe del Ejército, Tte. Gral. Raúl MERMOT, negó que la Iglesia Católica le haya solicitado una entrevista por el tema de desaparecidos y agregó *"las puertas de mi despacho están siempre abiertas"*.
Sostuvo por otra parte, que la Ley de Caducidad *"laudó"* el tema y agregó que la petición del juez GARZON *"no tiene lugar en nuestro país: la legislación no lo permite"*.-

(LA REPUBLICA - 05/XII/97 - Pág. 02).-
Declaró que: *"Hay un tiempo para hablar y otro para callarse"*.
El Comandante en Jefe rechazó las afirmaciones de el Capitán de Navío (R) Gastón SILBERMAN quien durante su intervención en el Congreso Federal del Nuevo Espacio, sostuvo que los jefes de las Fuerzas

Armadas tienen la oportunidad histórica para resolver el tema de los desaparecidos y dijo que aguarda que la solución *"no la dejen a los oficiales subalternos"*.
MERMOT dijo que: *"Permanentemente estamos sometidos a un tipo de inquietudes que nos trasladan al interior de la fuerza, y la mayoría de los integrantes son oficiales subalternos muy jóvenes que en ningún momento han participado de las actividades que son mencionadas en las denuncias"*.-

(EL OBSERVADOR - 05/XII/97 - Pág. 05).-
Enterado del planteo del Comite Central Israelita, el Comandante en Jefe, dijo que *"nadie está ajeno a los sentimientos de la gente. Eso está por encima de todo, pero lo que tienen que entender es que no existen posibilidades de investigar, no hay ninguna información, no hay nada en absoluto que nos permita iniciar cualquier tipo de investigación. No hay antecedentes, no hay indicios, no hay documentación"*, enmarcó.-

(b) **Declaraciones de Monseñor GALIMBERTI.-**

(LA REPUBLICA - 04/XII/97 - Pág. 04).-
El obispo del departamento de San José, Monseñor Pablo GALIMBERTI, quien inició en abril de este año la mediación de la Iglesia uruguaya para encontrar una solución definitiva al tema de los desaparecidos durante la dictadura militar, percibe un *"debilitamiento de la conciencia democrática"* y una *"fragmentación de la conciencia ética"* que le hace temer por el futuro del país.
Para GALIMBERTI, la única manera de evitar ese futuro es a través de la "recuperación de la conciencia ética", para lo cual es necesario, entre otros temas, resolver el reclamo de los familiares de encontrar los restos de los detenidos desaparecidos. En ese marco es que GALIMBERTI espera que la mediación de la iglesia sea útil para resolver el tema, y puntualizó que este intento no se enmarca en la ley de caducidad aprobada en 1988 y refrendada en un plebiscito en abril de 1989.-

(d) **Declaraciones de una integrante del FDEFAM.-**

(LA REPUBLICA - 07/XII/97 - Pág. 08).-
La integrante de la Federación de Familiares Detenidos Desaparecidos (FEDEFAM), Sara MENDEZ, afirmó que *"no son serias"* las declaraciones del Comandante del Ejército Raúl MERMOT sobre que no se podria investigar el destino de los desaparecidos.
(Ver Anexo "DELTA").-

ORIGINAL

(e) **Declaraciones del líder del Nuevo Espacio.-**

(LA REPUBLICA - 07/XII/97 - Pág. 09).-
El líder del Nuevo Espacio, Rafael MICHELINI, aseguró que *"los militares ya no tienen una negativa cerrada para encontrar los caminos de reconciliación"* en el tema de los desaparecidos, y aseguró que se encontrarán los gestos necesarios para lograr una solución, que pasan por el reconocimiento de que los hechos sucedieron.
El legislador dijo que los militares, en la medida que haya un proceso de reconciliación, aportarán toda la información de que disponen.-

(f) **Editorial: crítica al Comandante MERMOT.-**

(LA REPUBLICA - 08/XII/97 - Pág. 06).-
Critica al Comandante en Jefe del Ejército, Tte. Gral. Raúl MERMOT, respecto a sus afirmaciones por el tema desaparecidos. (Ver Anexo "ECHO").-

3.- COMPONENTE MARITIMO

a.- Puertos.-

(1) **ANP aprobó presupuesto para Centro de Información y Estudios Portuarios.**

(BUSQUEDA 4/XII/97 - Pág.34).-
El Directorio de la Administración Nacional de Puertos aprobó el presupuesto para la financiación del Centro de Información y Estudios Portuarios (CIEP).
Dicha entidad es una empresa mixta de derecho privado integrada por la ANP, el Centro de Navegación, la Dirección Nacional de Aduanas y la Asociación de Despachantes de Aduana.
Tiene por finalidad la conformación de un sistema computarizado que administre en tiempo real toda la información estadistica portuaria, tanto en materia de buques como de cargas.
El CIEP cobrará una tarifa fija de U$S 30 dólares a los buques de ultramar y una mensual a los buques fluviales. Con ello se buscará financiar una estructura básica con un Gerente General y cuatro Analistas de tiempo completo y un Secretario.
En junio se culminó el primer módulo del proyecto que sustituyó el viejo sistema de decreto para la asignación de muelles en el puerto de Montevideo, por un formulario electrónico al que los usuarios acceden, via modem, desde sus propias oficinas y a través del cual pueden solicitar otros servicios.
El formulario contiene información cuantitativa de las operaciones de carga y descarga de los buques con lo que se puede obtener día a día un indicador

ORIGINAL

007 9714507

de la actividad del puerto.
Ahora que el módulo de buques funciona a pleno se espera completar el de mercaderías, de mucho mayor complejidad, y cuyo funcionamiento y mantenimiento es independiente del módulo inicial.
Los programas requeridos para poder instalar el sistema en estaciones remotas son de carácter standard: un Runtime y un Trumpet.
Se busca que los usuarios puedan solicitar desde su propia oficina lo que antes requería una persona en actividad dentro del recinto portuario.

(2) **Puerto de Montevideo.-**

(LA REPUBLICA 8/XII/97 - Pág.4).-
Alertan sobre instalación de Monopolio Privado en el Puerto. (Ver Anexo "FOXTROT").-

(EL OBSERVADOR 9/XII/97 - Pág.2).-
Puerto con puerta nueva. (Ver Anexo "GOLF").-

b.- **Puentes.-**

(1) **A favor del Puente Colonia-Buenos Aires.-**

(LA MAÑANA 04/XII/97 - Pág.4).-
El Sector herrerista del Partido Nacional ha presentado dilatorias para la aprobación del Tratado del Puente Colonia-Buenos Aires.-
"Creemos que en esta actitud hay un matiz político. Es de interés del Partido Nacional que esta obra no se realice o comience a realizar en este período colorado de Gobierno".
Y en esa tesis, presenta toda clase de trabas a un asunto que ya estaba decidido en la opinión pública, en los estudios de prefactibilidad, y en las cartas reversales firmadas con el gobierno argentino, cuyo embajador uruguayo Juan Raul FERREIRA, pertenece notoriamente al Partido Nacional.
Esta obra no demanda pérdida al erario público, ya que es una obra a realizar por concesión. La obra se hace sola, se paga con los peajes a cobrar.
Parece que al herrerismo le falta suficiente información. Lograron su objetivo. Su tratamiento se postergó hasta marzo.

c.- **Varios.-**

(1) **INAPE reclamará por los lobos que murieron.-**

(EL OBSERVADOR 4/XII/97 - Pág.8).-
El Instituto Nacional de Pesca (INAPE) está preparando un importante reclamo económico a los armadores del petrolero San Jorge, por el daño a la riqueza lobera que significó la pérdida de más de

9714507

008

4.800 ejemplares, en su mayoría crías, a causa del derrame de crudo de febrero pasado.
Se estima que el reclamo superará el millón de dólares, en tanto queda también pendiente la indemnización por los perjuicios provocados al sector turístico.
El Capitán de Navío GALANTE, advirtió que para INAPE esto recién comienza.
Dijo que *"comenzó el proceso de recuperar lo que el país había gastado del punto de vista de INAPE, y no debía gastar pero tuvo que invertir"*.
GALANTE manifestó que INAPE sigue analizando el tema con sus servicios jurídicos *"y también tenemos nuestros cálculos hechos por los científicos"* de los cuales *"surge un valor que el Estado en algún momento deberá reclamar"*.

(2) **Embarcación de última generación se incorpora a grupo de salvamento.-**

(BUSQUEDA 4/XII/97 - Pág.35).-
La Asociación Honoraria de Salvamentos Marítimos y Fluviales (ADES) incorporó a su flota una nueva embarcación.
"ADES 14", la cuarta embarcación de porte que presta funciones en la Institución, cuenta con equipo de última generación: radar, navegador satelital G.P.S., ecosonda, equipos de radio B.L.U y VHF y telefonía celular.
La Asociación cuenta además con cuatro embarcaciones livianas, las "ADES" 5, 7, 10 y 11 equipadas con motores fuera de borda de 90 HP, radio VHF, pantalla reflectora de radar, etc.
ADES, una Institución de carácter civil fundada en 1955 que opera sin fines de lucro, es miembro de la International Lifeboat Federation (ILF), organización inglesa que nuclea a más de cien asociaciones similares en cuarenta países.
Según el Artículo 2 del Estatuto de ADES, "los servicios serán prestados por personal técnico especializado, de carácter voluntario y en forma absolutamente gratuita para todos los asistidos".
Autoridades de ADES dijeron que la compra de la primera embarcación (ADES I "Francisco ALVAREZ) realizada en 1956, fue posible gracias a donaciones empresariales y una colecta pública.
Posteriormente las contribuciones de adherentes, el apoyo estatal, el aporte en infraestructura de instituciones públicas o privadas, así como donaciones efectuadas por las personas asistidas, permitieron el incremento y mejoras de instalaciones y embarcaciones.
ADES actúa por propia iniciativa y riesgo en acciones de rescate y asistencia, en coordinación con las autoridades nacionales y el Centro de Búsqueda y Rescate (ByR).

ORIGINAL

La institución cuenta con cuatro bases operativas ubicadas en Buceo (Base 1, Centro General de Comunicaciones), Colonia (B2), Punta del Este (B3) y Carmelo (B4).
Actualmente se aguarda la finalización de las obras para la quinta estación en la Barra de Santa Lucía.

(3) **Canal Martín García.-**

(EL PAIS 8/XII/97 - Pág.27).-
Organizado por el Centro de Navegación de Argentina se realizó en Buenos Aires un Simposio sobre Posibilidades y Limitaciones de la Navegación en los ríos Uruguay, Paraná y Río de la Plata.
El foro contó con la participación de importantes personalidades vinculadas a la actividad marítima, portuaria y naviera de la Argentina.
El Subsecretario de Puertos y Vías Navegables, Sr. Jesús GONZALEZ, expuso sobre el Desarrollo de la Hidrovía Paraguay-Paraná, la Cuenca del Plata y el marco geopolítico y geoeconómico.
Jesús GONZALEZ destacó que ya está acordado y previsto para el próximo año obras de dragado para que desde Santa Fe al Océano se tenga un canal de navegación de 36 pies de profundidad e inclusive el propio puerto de Buenos Aires. Era obvio que para la Argentina 32 pies resultaba una profundidad insuficiente y hasta costosa para las cargas, había que pensar en barcos más grandes de mayor capacidad de carga.
En el río Uruguay se va a dragar a partir de enero hasta Concepción del Uruguay a una profundidad de 23 pies al cero para permitir por lo menos la navegación a 25 pies y de Concepción del Uruguay a Paysandú a 17 pies y de Paysandú hasta Concordia a 10 pies.
Argentina se comprometió a dragar desde Santa Fe a Asunción por cuenta de la Argentina a 10 pies en todo el recorrido, el Paraná inferior desde la Confluencia hasta Iguazú también a 10 pies hasta Itaypú donde por el momento mientras se construye la esclusa, se hará un bypass con camiones para salvar el escollo y conectar con el río Tieté. Esto permitirá unir provisoriamente el sistema Tieté-Paraná con la Hidrovía Paraguay-Paraná y entonces se producirá un importante flujo de carga que saldrá por la Hidrovía rumbo al sur o al Río de la Plata.
Dijo GONZALEZ que hay 15 dragas argentinas trabajando en todos los ríos desde el canal Tamengo hasta La Plata y que es una obra gigantesca que no se ve porque está bajo agua pero que representa un formidable esfuerzo económico que se traducirá en gran desarrollo para la Cuenca del Plata y en particular para la salida de los productos argentinos.
Desde San Martín al Océano, la Argentina ha decidido

ORIGINAL

9714507

010

profundizar a 36 pies de calado hecho que se concretará el próximo año. Ello pondrá al Canal Martín García cuando sus obras terminen, alrededor de octubre, en notoria desventaja, ya que mientras por los canales argentinos se podrá navegar a 36 pies, los barcos que naveguen por Martín García solo podrán hacerlo a 32 pies.
Quiere decir que ningún barco cargado en Rosario o San Martín a 36 pies podrá salir por este canal si el armador así lo decidiera o aquel canal se encontrara obstruido por algún accidente. En todo caso solo podrán utilizarlo estando vacíos.
Este hecho no será beneficioso ni para la Argentina ni para Nueva Palmira ya que una diferencia de cuatro pies de calado, significa en un barco 9 mil toneladas de carga, pone en menoscabo al canal binacional por poco atractivo para los armadores o charteadores ya que el peaje será igual para ambos canales solo que uno tiene 36 y el otro 32 pies, la elección entonces no será difícil. Es que este negocio marítimo y de los puertos y de los barcos no da tregua, la competencia es feroz, es casi cotidiana y hay que estar alerta para sobrevivir.
A este Simposio concurrió en representación de Uruguay el Capitán de Navío Ruben VARELA, Director de Tráfico Marítimo y designado por la Armada para el control del dragado del Canal Martín García.

ORIGINAL

(4) Ventajas de Dragar Canal Martín García.-

(EL OBSERVADOR 9/XII/97).-
El Presidente de la Comisión Administradora del Río de la Plata, Adolfo CASTELLS MENDIVIL, en la reunión anual de Ciudades y Puertos, destacó las ventajas económicas del dragado del canal Martín García, explicando que actualmente un barco tipo Panamax que navegue desde Nueva Palmira hacia Recalada tiene costos mucho mayores que con el canal a 32 pies, en una cifra aproximada a U$S 11.000.
Indicó que ello se debe a que el viaje se alarga medio día más como mínimo, en la ruta Nueva Palmira-Paraná Bravo-Paraná Guazú, Paraná de las Palmas-Canal Mitre-Canal de acceso a Buenos Aires-intersección Recalada, que equivale a U$S 6.000, al tiempo que el arancel de los prácticos argentinos del río Paraná es de U$S 5.000. Además a esto debe agregársele las pérdidas por navegar a baja velocidad y el fondeo en zonas donde está prohibida la navegación nocturna, lo cual no está cuantificado en los U$S 11.000 mencionados.
Explicó CASTELLS que esa cifra va en detrimento de lo que percibe el productor uruguayo y que el mayor tráfico fluvial que provocará el canal de Martín García terminado favorecerá además del puerto de Nueva Palmira, al de Fray Bentos y en general a todo el litoral uruguayo, por la creación de empleos

011 9714507

temporarios y permanentes, con el consecuente aumento del producto bruto y del consumo.
Con el impulso del Plan Forestal se prevé que las exportaciones de madera alcancen los dos millones de toneladas en un par de años y que sin el Canal Martín García habría serias dificultades de transporte o se comprometería el margen de ganancias de los productores nacionales, al tener un flete más caro.
Se incrementará la demanda de servicios portuarios, se desarrollará aun más el puerto de Montevideo, se pagará menos peaje y parte será para Uruguay, se eliminan los costos de los prácticos argentinos del río Paraná y al ganar por lo menos medio día de navegación se aumentará el número de viajes de los buques.
El dragado de los canales del área de Martín García a 32 pies de profundidad, al cero de la marea, permitirá la navegación de buques hasta 245 metros de eslora y 32 metros de manga.
Se proveerá la instalación de un sistema de señalización de canales, estableciéndose un sistema de recaudación de peaje y control de tráfico.

Los costos del mismo son de U$S 100 millones para cada país, más U$S 80 millones por mantenimiento durante ocho años, sobre un largo de obra de 105 kilómetros con un ancho aproximado de 100 metros.

d.- Regional.-

(1) Rotterdam firma acuerdo con puerto bonaerense.-

(BUSQUEDA 4/XII/97 - Pág.35).-
Representantes de la municipalidad de Buenos Aires firmaron un Acuerdo de Cooperación con los titulares del puerto de Rotterdam que facilitará la modernización de las terminales argentinas.
El Alcalde de Rotterdam, Bram Peper, firmó una declaración de intención con el departamento de Promoción de Exportaciones argentino (Promex) por el que se prevé el incremento de las exportaciones de productos agrícolas argentinos a través de la terminal holandesa.
Hasta la fecha tales productos representaban el 10% del volumen de mercaderías argentinas que transitaban por el puerto de Rotterdam.
En 1996, el volumen de productos procedentes de Argentina trasbordados en el puerto holandés ascendió a 3 millones de toneladas, de las cuales el 50% tuvo a Holanda como destino final. Los principales productos fueron maíz, soja, aceites, frutas y legumbres.
En tanto, los productos de exportación holandeses que tuvieron a Argentina como destino (químicos de base, abonos, productos semielaborados y bebidas),

ORIGINAL

9714507

012

registraron un aumento continuo desde 1991 hasta alcanzar el 30% del mercado en 1995, según representantes del puerto holandés.
Para Promex, que desde 1994 cuenta con una delegación permanente en Rotterdam, la terminal europea es el destino principal para los productos argentinos en el Viejo Continente, superando en estos términos a El Havre, Gante o Hamburgo.

ORIGINAL

013 9714507

1.- **ARGENTINA.-**

a.- Cooperación Bilateral en temas Militares.-

(CLARÍN 02/XII/97 - Página 14).-

El Ministro de Defensa Jorge **DOMÍNGUEZ viajó a** Tel Aviv siendo recibido por su Colega **israelí,** Itzjak MORDEJAI.

Se realizó una reunión de trabajo entre **ambos** Ministros, con el fin de intentar **reforzar los lazos** de Cooperación Bilateral en temas **militares, de** Seguridad e Industriales.

El Ministro Domínguez realizó **una visita a** varias empresas israelíes interesadas en **lograr** nuevos contratos con la Argentina, algunas **de las** cuales venden sus productos a las **FF.AA. de** diferentes paises latinoamericanos.

b.- Reunión de Ministros.-

Los Ministros de Defensa de Gran Bretaña y Argentina se reunirán el 8 de diciembre en Londres para discutir asuntos bilaterales.

Si bien el Ministerio británico no difundió la Agenda del encuentro, los altos funcionarios tratarán:

1.- Embargo de armamentos (aún vigente) a Argentina Decretado por el Gobierno de Margaret THATCHER durante la guerra de Malvinas de 1982.
2.- Proyecto de radarización de la Argentina.
3.- Privatización de Aeropuertos.

c.- Represa de Salto Grande.-

(CLARÍN 07/XII/97 - Página 28).-

El Gobierno de la Provincia de Entre Ríos intenta evitar que el Presidente Carlos **MENEM** vete la Ley que traspasa a esa Provincia y a la Provincia de Corrientes los derechos y obligaciones sobre la Represa Hidroeléctrica Binacional de Salto Grande.

La Cancillería argentina solicitó el veto de esta Ley, que fue sancionada por el Congreso el 26 de noviembre, amparándose en argumentos jurídicos.

El Canciller uruguayo, Alvaro RAMOS planteó a su Colega argentino, Guido DI TELLA, "la profunda preocupación" de Uruguay por el proyecto de Ley que cede a las Provincias "los derechos y obligaciones sobre el aprovechamiento binacional de Salto Grande".

Para el Ministro uruguayo, la sanción de la Ley, "reviste una especial gravedad en la medida en que compromete el cabal cumplimiento de las obligaciones asumidas por la República Argentina en

9714507

014

el convenio de 1946, que es un Tratado Internacional con jerarquía superior a la Ley aprobada".

La Cancillería Argentina sostiene que: "Salto Grande nació de un Tratado Internacional y sólo se puede modificar mediante otro Tratado".

d.- Depredación de Recursos Pesqueros.-

Ver Anexo "HOTEL".-

e.- Construirán Dique en la Provincia de Formosa.-

(CLARÍN 08/XII/97 - Página 49).-

Un Dique interceptor será construido en el Río Pilcomayo, cerca de la localidad de El Potrillo (Provincia de Formosa), con el fin de que Argentina y Paraguay puedan repartir en forma adecuada las aguas del cauce internacional.

La obra será financiada con un crédito de 27 millones de dólares (que otorgará el Fondo Financiero de la Cuenca del Plata) y otros 7 millones de dólares, a ser invertidos por los dos países para preservar sus canales de escurrimiento. El Río Pilcomayo sufre taponamiento por sedimentación con elementos que arrastra desde las altas cumbres de Bolivia.

ORIGINAL

2.- BRASIL.-

a.- Marinos Religiosos.-

(LA REPÚBLICA 04/XII/97 - Página 17).-

Cerca de 200 evangelistas llegarán al Puerto de Montevideo el próximo 9 de diciembre en el Portaaviones brasileño ARB "MINAS GERAIS", y su tripulación pisará suelo uruguayo para predicar "la palabra de Dios".

Los marinos evangélicos que viajan en el Portaaviones, aprovechan la oportunidad en cada Puerto para predicar.

Los religiosos "norteños", permanecerán en territorio uruguayo llevando la palabra de Dios hasta el día 11 de diciembre, fecha en que la nave de la Marina brasileña zarpará rumbo a Buenos Aires.

b.- Sistema de Vigilancia de la Amazonia.-

(TIEMPOS DEL MUNDO 04/XII/97 - Página B19)

El Gobierno brasileño suministrará a Colombia, Venezuela, Perú y Bolivia tres aviones de control remoto y cinco de control de tráfico aéreo, en el marco de un programa conjunto de combate al narcotráfico que incluye la implementación en el año 2000 del Sistema de Vigilancia de la Amazonia (Sivam), a un costo de 1400 millones de dólares.

9714507

015

Al cierre de la Conferencia Internacional Amazonia 21, el Ministro de Medio Ambiente y Amazonia Legal, Gustavo KRAUSE, expresó que el Sivam será un punto de integración fundamental entre los países amazónicos a partir de que los vecinos de frontera acepten firmar acuerdos mutuos de intercambio de informaciones.

El Sistema podrá implementarse a partir de agosto del 2000, cuando comience a funcionar el Centro de Vigilancia de Manaos, Primer Módulo Operacional del Sivam.

3.- INTERNACIONALES.-

a.- BOLIVIA: Carrera Armamentista.-

(CLARÍN 02/XII/97 - Página 30).-

El Ministro de Defensa de Bolivia, Fernando KIEFFER, expresó el 1 de diciembre que Argentina y Perú comparten la preocupación boliviana por los informes sobre compras de armas por parte de Chile.

Autoridades de Defensa argentinas expresaron preocupación por los anuncios de compras de armas por Chile, por unos 1.100 millones de dólares, y anunció que el 9 de diciembre analizará en Lima con funcionarios peruanos "el alcance del armamentos chileno".

El Presidente boliviano, Hugo BANZER, había expresado que "Bolivia tiene el derecho y la obligación de denunciar ante la comunidad internacional la carrera armamentista y la agresividad de Chile" expresadas a través del anuncio en Santiago del envío de unos 200 tanques de guerra a la frontera común.

(EL PAÍS 02/XII/97 - Página 04).-

El Canciller José Miguel INSULZA calificó el 2 de noviembre de "retórica alarmista" las declaraciones del Presidente de Bolivia, General Hugo BANZER, que acusó a Chile de mantener una "actitud agresiva"

(LA REPÚBLICA 03/XII/97 - Página 24).-

El Vicecanciller boliviano, Fernando MESSMER, destacó el 2 de diciembre la "beligerancia" chilena que se revela, a su juicio, en el "armamentismo" y la "permanente movilización".

"El Estado boliviano considera al armamentismo chileno y a la permanente movilización de equipo militar en el vecino país, no sólo como inamistosas, sino como beligerantes", sostuvo MESSMER.

El funcionario informó, "que el Gobierno Militar ha hecho llegar a su similar chileno una nota que expresa su preocupación por las ingentes compras de material militar y por el desplazamiento

9714507

016

de moderno equipo en las regiones fronterizas con Bolivia".

b.- <u>CHILE: Ejército</u>.-

(CLARÍN 08/XII/97 - Página 27).-

El actual Jefe del Ejército, General Augusto PINOCHET, reconoció que vivirá tiempos difíciles cuando entregue la Comandancia del Arma y se convierta en Senador vitalicio, porque se encontrará con sus más enconados adversarios.

Fuentes cercanas al Ejército chileno señalaron que el General dejaría la Jefatura del Arma el próximo 6 de enero, lo que le permitiría asumir en el Senado antes que los demás Legisladores, que serán elegidos el 11 de diciembre próximo.

El General PINOCHET busca de esta manera no perder su inmunidad judicial para evitar un eventual enjuiciamiento por las violaciones a los Derechos Humanos cometidos durante la pasada dictadura.

c.- <u>ISLAS MALVINAS</u>.-

ORIGINAL

(CLARÍN 04/XII/97 - Página 10).-

El Gobierno italiano expresó el 3 de diciembre al Presidente argentino, Carlos MENEM durante la visita realizada a ese país, la necesidad de que Buenos Aires y Londres negocien el tema de la Soberanía sobre las Islas Malvinas.

El Texto del comunicado expresa:

"Italia y Argentina expresan la esperanza de que a través del diálogo con Gran Bretaña, y en conformidad con las pertinentes Resoluciones y decisiones de las Naciones Unidas, se pueda encontrar una pronta y justa solución de la cuestión de la Soberanía de las Islas Malvinas".

d.- <u>Minas Antipersonales</u>.-

(CLARÍN 04/XII/97 - Página 43).-

Ciento veinticinco países comenzaron el 3 de diciembre a firmar el Tratado para la Prohibición total de las Minas Antipersonales pese a la oposición planteada por Estados Unidos, China y Rusia.

017 9714507

e.- PARAGUAY: Plazos Electorales.-

(CLARÍN 02/XII/97 - Página 30).-

Un supuesto plan del Presidente del Paraguay, Juan Carlos WASMOSY, para prorrogar los plazos electorales y poder continuar en el poder más allá del mandato que expira el 15 de agosto de 1998, fue denunciado por el Senador del Oficialista Partido Colorado, Diógones MARTÍNEZ.

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA - 2da. DIVISION - República O. del Uruguay

Capitán de Navío (CG) .....
José Luis MARTÍNEZ LANZANI
Jefe de la Segunda División del Estado Mayor General de la Armada.

ORIGINAL

018 9714507

Abandonado por el camino

POR JUAN MARTÍN POSADAS
especial para El Observador

En el fondo la decisión la tomó la superbanda. Los asaltos y la falta de seguridad pública han llevado al gobierno a disponer el uso de las Fuerzas Armadas en tareas de vigilancia en la vía pública. La mayoría de los sectores políticos manifestó reticencia, pero... la necesidad tiene cara de hereje.

Los efectivos castrenses ya están cumpliendo esa función. Presumiblemente (razonablemente) las jerarquías militares no han de estar muy contentas. Se dice que será por un breve tiempo. ¡Claro!, el gobierno no tiene más remedio que presentarlo así porque es la única condición bajo la que puede sostenerse una medida notoriamente impropia. Pero, dado que no se explicita cuánto es ese breve tiempo ni se especifica cuáles serían los objetivos que, una vez alcanzados, determinarían el cese de la necesidad, la situación puede durar cualquier cantidad de tiempo. En Uruguay lo provisorio tiende a prolongarse (y si no me cree, haga una apuesta sobre la duración de las "disposiciones transitorias" (lit. W) de la reciente reforma constitucional).

Las FFAA han acatado la orden sin chistar. Algunos dirán: así es como debe ser, teniendo en cuenta el reciente período tan oscuro en que las FFAA hicieron lo que quisieron y decidieron desde sí mismas. Pero, justamente este antecedente es el que invita a meditar un poco más el asunto.

En virtud de todo lo que pasó, las FFAA se encuentran en un estado de ánimo retraído. No están en posición de hacer notar lo disparatado que, sin dudas, les parece la tarea de cuidar bancos y embajadas. No es de buen gobierno aprovecharse de esa situación ni tomar actitudes que la prolonguen. Existe la obligación, compartida por el gobierno, la población y las propias FFAA, de recomponer una jerarquización de la figura del militar, ajustada no sólo a derecho sino también a un lugar preciso en la sociedad, con una función condigna. La orden que el gobierno ha impartido, prescindiendo completamente del punto de vista de los militares, ha sido tomada (quizá subconcientemente) desde las viejas premisas de que las FFAA no tienen nada que hacer y que, como pasan haciendo sebo en los cuarteles, se les puede encomendar cualquier changa. Detrás de la decisión que se ha tomado subyace un concepto cuasi derogatorio de las FFAA y tendrá, sin dudas, un efecto guetizador. Esto no es bueno para reencauzar unas relaciones entre lo civil y lo militar que estuvieron muy envenenadas no hace tanto tiempo.

Resulta incomprensible y hasta temerario que un país que tuvo un serio y prolongado problema militar, como lo tuvo el Uruguay, no haya pensado nunca mas en él y tome decisiones como si éste nunca hubiese existido. Yo no necesito demostrar cuánto me opuse a los militares cuando éstos se autonomizaron y resolvieron ponerle el molde castrense a toda la sociedad uruguaya. Pero tampoco considero que los militares sean simplemente una categoría mas de empleados públicos, como pueden ser los del correo o los de cualquier otra repartición. Es distinto. Tienen una misión particular, unos medios muy particulares en sus manos y, sobre todo, una vocación personal específica. El lugar de las FFAA es todo un tema en Uruguay (como lo es en cualquier país).

Este gobierno (ningún gobierno desde la restauración democrática) se ha preocupado en absoluto por elaborar una doctrina militar. Esto es indispensable para que el uniformado se abrace con orgullo y con entusiasmo a sus tareas entonces especificadas y, a la vez, para que la sociedad civil le devuelva la confianza y el respeto. Este es un asunto gordo, mucho más serio que los asaltos a los bancos. Y ha sido dejado a mitad de camino, como tantas otras cosas desde el restablecimiento democrático; a medio hacer, entregado perezosamente al paso del tiempo para que éste disponga.

ORIGINAL

019 9714507

"EL OBSERVADOR" - 07/XII/97 - Pág. 11.-
A - 1

Anexo "BRAVO"

DOCTRINA DE EMPLEO DEL EJÉRCITO

¿Defensa o supervisión de la democracia?

GUSTAVO SCARONE

El Ejército uruguayo ha elaborado un documento titulado "Doctrina de empleo del Ejército Nacional", parte de cuyo contenido hizo público el semanario Búsqueda el 27 de noviembre. Aun sin haber tenido acceso al original, es conveniente reflexionar sobre lo que ha trascendido, sobre todo a la luz de declaraciones recientes del comandante en jefe de la fuerza.

Entre otras hipótesis, el documento prevé la participación del Ejército en conflictos de carácter interno en el caso de *"amenaza grave al orden interno y a la continuidad de los servicios esenciales, que agote la capacidad de respuesta de los organismos competentes"*. Posteriormente señala que esa intervención podría darse a partir de una *"agresión armada"* al gobierno por parte de *"un movimiento revolucionario interno"*, mediante un mecanismo establecido en tres etapas: *"prevención, intervención, consolidación"*.

La prevención implicaría *"medidas que tienen por objetivo neutralizar al enemigo en la fase inicial de sus operaciones, antes que logre ocasionar una fractura en la sociedad"*, e incluye tareas de *"inteligencia, disuasión e instrucción y entrenamiento, procurando mejorar el prestigio e imagen institucional y preservar valores republicanos democráticos en toda la población"*. En la intervención predominaría –a partir de que lo disponga el Poder Ejecutivo– la actuación militar propiamente dicha. La consolidación consistiría en el fin de las acciones militares y el *"regreso a la fase preventiva"*.

Así presentada, la prevención parece ser una actividad permanente y sin decisión previa del Poder Ejecutivo. Esto es, que las Fuerzas Armadas desarrollarían permanentemente tareas de inteligencia; esto es, recopilación de información; esto es, vigilancia. Es decir que las Fuerzas Armadas entienden que están habilitadas para vigilarnos a todos en forma permanente. Y más aun: entienden que incluso con fines "preventivos" pueden actuar: le llaman "disuasión".

Podría pensarse que las Fuerzas Armadas asumen su papel de defensa de la Constitución y de los valores que en ella se definen. Para realizar bien tal defensa, estudian la realidad, se informan, y buscan disuadir a cualquiera que intente atentar contra la Constitución mediante métodos violentos. ¿Quién podría estar en desacuerdo? Incluso podría pensarse que si mañana hay un gobierno de izquierda, elegido democráticamente, las Fuerzas Armadas también estarán atentas para prevenir cualquier intento de desconocer la voluntad popular, más allá de la opinión personal que puedan tener los mandos militares sobre esa voluntad.

Pero todo esto que podría pensarse se deja de pensar, rápidamente, después de leer las declaraciones del actual comandante en jefe del Ejército, teniente general Raúl Mermot, en Posdata del 28 de noviembre. Al preguntársele si, puesto en la situación de 1973, sería partidario de embarcar al Ejército en un gobierno militar durante doce años, Mermot respondió: *"Yo lo compartí. El país estaba en una situación de crisis y la misión del Ejército es defender la patria. Si para defender la patria la democracia está inestable, la patria está primero, y la patria estaba amenazada por múltiples aspectos. Con el paso del tiempo, bueno, quizás hubo una permanencia más allá de lo aconsejable..."*.

No hay un "fue un error". No hay un "nunca más". Su única crítica (o autocrítica) se refiere al tiempo ("quizás" excesivo) de usurpación del poder. Vale decir que, ante una situación que considerara similar, estaría de acuerdo con dar otro golpe de Estado. Y esto lo dice el actual comandante en jefe del Ejército.

Uno se ve tentado a preguntarle al general Mermot cuáles eran los peligros que amenazaban a la patria en 1973, si la guerrilla (según las propias Fuerzas Armadas) había sido derrotada en 1972. Pero el general no podría contestar. No es posible que participe en una discusión política formal sobre su visión de lo que las Fuerzas Armadas deberían hacer si consideran que "la patria está amenazada" y "la democracia está inestable". La prohibición a los militares de actuar políticamente tiene un conjunto de fundamentos muy válidos, pero a la vez genera una paradoja: quienes integran una institución política por excelencia (la disuasión y la guerra son actos políticos), y deben actuar en un contexto netamente político, están formalmente inhibidos de debatir, en público, cuestiones políticas. Aunque por supuesto incursionan en ese terreno –basta ver las declaraciones citadas–, la riqueza del intercambio y la contrastación pública de ideas está vedada. Esto favorece, por un lado, la construcción de una estructura ideológica cerrada, guetizada, proclive a los mesianismos; y por el otro la influencia ideológica preponderante de aquellos políticos y diplomáticos con los cuales los oficiales actúan dialogan en privado.

Así las cosas, cualquier discrepancia con opiniones como las de Mermot, especialmente si viene de determinadas tiendas políticas, es percibida como un ataque a la institución; y también sucede que aparezcan como voceros de las Fuerzas Armadas los militares en retiro, que no siempre representan el sentir de los que están en actividad. Pero cuando el comandante en jefe del Ejército reivindica la validez del golpe de Estado, a 25 años de éste y a 13 de su retorno a la democracia, se hace imprescindible un ámbito de discusión política del tema militar. No se puede seguir tratando el tema en los corrillos y mantener un ambiente propicio a la acción de las logias.

¿Cómo discutir, políticamente y en forma abierta, con el comandante en jefe o con las Fuerzas Armadas, el contenido del documento sobre "Doctrina de empleo del Ejército", si la Constitución y las leyes lo prohíben? ¿Cómo explicar que el golpe de Estado no se dio para defender la patria, sino en contra de ella, que los golpistas atacaron a la democracia, a la Constitución y a las leyes que habían jurado obedecer, que los verdaderos defensores de la patria fueron los que se opusieron al golpe? Cuando el general Mermot afirma que la misión del Ejército es defender la patria, omite gran parte de la misión de las Fuerzas Armadas, definida en el artículo 2º de su ley orgánica: *"Las Fuerzas Armadas tienen por cometido fundamental defender el honor, la independencia y la paz de la República, la integridad de su territorio, su Constitución y sus leyes, debiendo actuar siempre bajo el mando superior del Presidente de la República, en acuerdo con el Ministro respectivo, de conformidad con lo que establece el artículo 168, inciso 2º de la Constitución"*.

La opinión de Mermot ¿es la de las Fuerzas Armadas? Si el comandante en jefe puede opinar sobre la validez de un golpe de Estado, ¿podría un subalterno discrepar con él públicamente? ¿Puede discrepar Mermot, públicamente, con su superior, el presidente de la República? Las Fuerzas Armadas no discuten, pero opinan; ¿cómo hacen?

Es en este marco que el documento militar sobre empleo del Ejército, redactado por comisiones asesoras nombradas por este mismo comandante en jefe, toma otro cariz. Si Mermot considera válido el golpe de Estado de 1973, si entiende que la Constitución y las leyes pueden ser desobedecidas en "defensa de la patria", uno tiene el legítimo derecho de pensar qué ilí doctrina de empleo del Ejército identifica a las Fuerzas Armadas como tuteras que, si las circunstancias (o las oportunidades) lo determinan, deberían quitarle (robarle) al pueblo, una vez más, su poder soberano de decisión, apoyadas en el argumento principal de que poseen la fuerza para hacerlo.

Por todo esto, hoy más que nunca se hace necesario que el sistema político en su conjunto discuta, de una vez por todas, el para qué de las Fuerzas Armadas, su dimensión y sus misiones, en vez de que sean ellas mismas las que definan todo esto. Aunque también se deberían buscar los mecanismos para que las propias Fuerzas Armadas participen de esa discusión.

En 1987 el coronel Pedro Montañez ya afirmaba que el "apoliticismo" en las Fuerzas Armadas *"se transforma en cierta medida en ajenidad, en una especie de desarraigo que tiene consecuencias ambivalentes. Por un lado, mantiene a los militares apartados de toda intromisión en la cuestión política, y por otro, ese mismo apartamiento ya conformado un cuerpo de oficiales que permanece marginado, casi como extraño a los procesos que se desarrollan en la sociedad"*. Citando al militar y sociólogo español Julio Busquet, continuaba: *"Un ejército apolítico no garantiza la democracia, pues se encuentra en una situación de 'indefinición ideológica' que permite su rápida politización en favor de cualquier ideología que se le imponga"*. ■

"BRECHA" – 05/Xii/97 – Pág. 06.–

B – 1

020

9714507

Anexo "CUARTA E"

LA LEGION TENIENTES DE ARTIGAS

Ni izquierda, ni derecha, ni centro

"*Al soldado oriental*". Con este encabezamiento, la Legión Tenientes de Artigas comenzó a distribuir en filas del Ejército un nuevo comunicado en el que alerta respecto a "*los embates que pretenden destruir la institución*". El documento, al que accedió tres, defiende "*unas Fuerzas Armadas nacionalistas y profesionales*" y define como sus enemigos a "*los gobiernos obsecuentes, los mandos militares complacientes y las izquierdas internacionalistas*".

Dirigiéndose a "*nuestros verdaderos soldados, sin distinción de jerarquías (...) que a pesar de una planificación errática e irreal (...) aún conservan el espíritu de Combate y la Moral Alta*", el comunicado afirma que "*el enemigo se encuentra en posibilidad de quebrar nuestra institución, pues ha comprendido que con un papel y una "bic" nos está ahogando económicamente, destruyendo nuestra moral y anulando nuestra voluntad de combatir*".

La Legión Tenientes de Artigas, que surgió como una escisión de la antigua logia militar Tenientes de Artigas y que -según lo afirman sus integrantes- nuclea a varias decenas de oficiales desde el rango de Mayor del Ejército, se dio a conocer públicamente en julio de 1997 mediante el comunicado "*Al pueblo oriental*". El Ejército cuenta con 709 oficiales en los grados que van de Mayor a General.

En el comunicado que actualmente circula entre los oficiales del Ejército, la Legión Tenientes de Artigas sostiene que ha definido su posición ideológica como "*esencial y puramente nacionalista. Ni izquierdas ni derechas fundamentalistas, ni centros acomodaticios*".

Su enemigo son "*los gobiernos obsecuentes, los mandos militares complacientes y las izquierdas internacionalistas, abocados exclusivamente a servir los centros de poder económicos mundiales y sus sucursales financiero-políticas regionales y nacionales*". Estos han fijado como sus objetivos la "*eliminación de las Soberanías Nacionales y su virtual subordinación a los intereses económicos de dichos centros de poder*", para lo cual su estrategia consiste en "*la neutralización y en lo posible el desmantelamiento*" de las Fuerzas Armadas.

Para la Legión Tenientes de Artigas, se requieren cambios urgentes para hacer de las Fuerzas Armadas "*una fuerza creíble, profesional y adecuada a su misión esencial: la defensa de la soberanía nacional y su independencia*".

"El enemigo"

El enemigo, sostienen los integrantes de la Legión Tenientes de Artigas, "*cuenta con el empleo de dirigentes públicos, profesionales, técnicos*", de los cuales se vale "*para construir una sociedad basada en el capitalismo salvaje, brutalmente materialista, sin patria, tradiciones y valores morales*".

El poder económico de la banca internacional es utilizado, a juicio de los legionarios, "*para conducir políticas acordes a sus intereses y dominar la opinión pública a través del control de los medios de comunicación de masas*".

El documento se extiende luego en señalar algunos "*casos de actualidad*" en los que se reflejaría la entrega de la soberanía y el intento de marginación y disolución de las Fuerzas Armadas.

El conflicto de jurisdicción sobre el canal Martín García -que motivó la interpelación del canciller Alvaro Ramos el 17 de setiembre por parte del diputado Daniel García Pintos, en ese momento integrante de la Cruzada 94 del Partido Colorado- es puesto como ejemplo de una concesión de soberanía a Argentina, en que "*una parte del sistema político cierra filas alrededor del ministro de Relaciones Exteriores, desvía la atención del verdadero problema y lo lleva a un plano de polémica sobre una interpelación que ya había sido arreglada políticamente*". La única consecuencia, afirma el documento, fue que el diputado interpelante [illegible] expulsado de su sector y "*la concesión de soberanía no fue corregida*".

Otro ejemplo esgrimido en el documento como parte de la campaña para la disolución de las Fuerzas Armadas es la utilización de efectivos del Ejército en la custodia del área perimetral de las cárceles, en sustitución de la Policía. "*Nos preguntamos cuántas semanas puede costar a un país pequeño como el nuestro sanear los cuadros policiales y darles un estatus profesional y digno. Y a su vez, cuántos días puede llevar a un trabajo profesional y un sistema judicial serio, desmantelar las bandas de mafiosos*". Pero no es este el objetivo del gobierno, afirman: "*Ayer nos expusieron al ridículo haciendo un cerco para cazar contrabandistas mientras en el interior pasaban el sombrero. Hoy estamos haciendo exactamente lo mismo en las cárceles y mañana seguiremos brindando seguridad a la corrupción en otro lugar*".

El documento de la Legión Tenientes de Artigas condena también la modificación del Código del Proceso Penal, aprobado por el Poder Legislativo, porque restaría atribuciones a la justicia militar y también "*las políticas implacables de reducción institucional*" de los efectivos militares, su presupuesto, las pasividades y la asistencia social. Afirman que los integrantes de la fuerza perdieron el 60% del poder adquisitivo de sus salarios, que los retirados pasarán condiciones de marginación social y que el Servicio de Sanidad "*ha sido vulnerado en su autonomía y misión legítima*".

"A merced del poder político"

La Legión argumenta, con nostalgias del pasado, que las Fuerzas Armadas están quedando, cada vez más, "*a merced del poder político*": "*Desplazadas como factor del Poder Nacional, las únicas acciones visibles realizadas en los últimos tiempos han sido la complicación interna barata y la lucha por el favor del superior o del político*".

Apelando a "*los verdaderos soldados*" que conservan "*su voluntad de combatir de pie, sin medir en riesgos y sacrificios*", el documento hace un llamado a la unidad interna "*para resistir los embates que pretenden destruir la institución, paso previo a la disolución del ser nacional*".

"*Camaradas* -proclama- *las Fuerzas Armadas están condenadas a muerte*". Y entre el conjunto de medidas para revertir la situación, proponen "*rodear y proteger a aquellos comandantes nacionalistas, profesionales y honestos que aún conservan la voluntad de combate*".

La consigna "*¡Viva la Patria!*" cierra el documento de cinco carillas.

"REVISTA TRES"- 05/XII/97- Pág. 17.-

C - 1

021

9714507

Anexo "DELTA"

"Si Mermot quiere, puede encontrar información"

La integrante de la Federación de Familiares Detenidos Desaparecidos (Fedefam), Sara Méndez, afirmó que "no son serias" las declaraciones del comandante del Ejército, Raúl Mermot, sobre que no se podría investigar el destino de los desaparecidos por la falta de información. Dijo que si Mermot tuviera voluntad "podría empezar por pedir los testimonios de víctimas y militares que hay en los organismos de derechos humanos".

En otro orden, señaló a **LA REPUBLICA** que es muy importante la declaración del Comité Central Israelita, que "abre la posibilidad de que otros sectores de la población y de la opinión pública se expresen con respecto al tema". Acerca del discurso del presidente del Comité, Pedro Sclofsky, sostuvo que "es un pronunciamiento muy importante, sobre todo porque nosotros siempre tuvimos muy en cuenta la lucha del pueblo israelita después de la guerra, no solamente por seguir y encontrar los restos de los desaparecidos, sino también por la condena al nazismo que han hecho durante todos estos años".

"Creo que esta lucha, que aún no ha terminado, es una muestra ejemplar para el mundo. Es muy importante el pronunciamiento que han hecho con respecto a nuestras víctimas, que también son víctimas del nazismo y de la intolerancia, y no es posible que nuestros desaparecidos se mantengan como tales

Sara Méndez.

hoy, pasado inclusive el tiempo de la dictadura", subrayó Méndez. "Esto abre la posibilidad de que otros sectores de la población y de la opinión pública se expresen con respecto al tema".

Acerca de la afirmación del comandante Raúl Mermot de que no habría posibilidades de investigar porque no hay información, Méndez dijo que estas declaraciones "no son serias". Agregó que "si él quiere, puede empezar por concurrir a los organismos de derechos humanos de Uruguay, Argentina, Paraguay, Chile y otros países, donde hay una recopilación importante de testimonios de las víctimas y de muchos militares que han declarado".

"Si tiene intenciones reales de llegar al esclarecimiento de los hechos —prosiguió— puede empezar por pedir las denuncias acumuladas durante años, pero creo que nadie lo puede tomar como una palabra seria cuando dice que no sabe por dónde empezar". "Las Fuerzas Armadas han sido muy cuidadosas con la información. Nosotros estuvimos en los Servicios de Inteligencia conviviendo cuatro meses con fuerzas que estaban operando desde allí, y sabemos que cada interrogatorio era seguido minuciosamente y quedaba registrado. Las declaraciones de los torturados y detenidos se registraban permanentemente con una máquina de escribir y todos esos papeles no pueden desaparecer de un día para otro".

"Hay toda una tradición en la formación militar de recoger la información, archivarla, guardar duplicados, y sabemos muy bien que esos documentos existen y no fueron destruidos. Pero además, existen personas concretas, ubicables, que estuvieron al frente de servicios de información o de cuarteles, quienes llevaron a cabo los interrogatorios y que están en conocimiento de lo que pasó con las víctimas", afirmó Méndez. Las declaraciones de Mermot, insistió, "manifiestan la no intención de hacer una revisión crítica de ese pasado, algo que sería muy saludable para todos".

ORIGINAL

"LA REPUBLICA" - 07/XII/97- Pág. 08.

022

9714507

D 1

Anexo "ECHO"

La inverosímil tesis del comandante Mermot

La perdurabilidad de una causa suele ser certificado de su justicia, y el espíritu de fortaleza, indisolublemente ligado hace campear a aquélla, victoriosa, por sobre las argucias del poder que trata de imponerse en el reino de los hombres. Y el reverdecimiento o renovación de las razones que la sustentan, suelen contrastar con la monotonía de las argumentaciones de sus contrincantes: aquellos que eluden la verdad.

Es un asunto de vitalidad que asiste, en el curso de la historia, al perfeccionamiento de la especie.

En la puja por lo cierto y su consiguiente derecho, que se debate sobre "Los desaparecidos", el obispo Galimberti afirma que "lo sucedido no puede haber caído bajo un manto de amnesia de los militares, diciendo que fueron acciones compartimentadas". Y, en contraposición, el titular del Ejército, teniente general Raúl Mermot, afirma que "no hay antecedentes, no hay indicios, no hay documentación", que sirva a revelar el destino de los cuerpos reclamados. Justicia póstuma a éstos, y justicia en vida a sus familiares según los más estrictos cánones éticos de la civilización judeo cristiana que nos crió y sigue criando.

Contradicción neta, que mientras no se resuelva por una síntesis valorada por su necesidad cívica —y el correspondiente coraje que asista— perjudica el espíritu de las partes en discordia en el término de generaciones.

De ello se lamentan los familiares de los Desaparecidos, pero de ello se lamenta también el comandante Mermot, cuando dice que las jóvenes generaciones de militares, se preguntan sobre algo que les es ajeno vitalmente: la experiencia del pasado tan hórrido y confuso.

Sólo la verdad puede conformar a ambas partes, sólo la verdad puede restañar el reencuentro. Una verdad que sólo puede surgir de dentro del cuerpo de la sociedad militar. A la cual sólo se le pide, como índice de buena voluntad ante un derecho más amplio, más abarcativo, que diga sólo sobre el lugar físico de los restos de quienes murieron en suelo patrio; y que son y fueron patriotas.

Que es inverosímil, la tesis del comandante Mermot: hay quienes saben, dentro de la sociedad militar. Ellos son los responsables, y en realidad se les pide poco, muy poco.

ORIGINAL

"LA REPUBLICA"- 08/XII/97- Pág. 06.-

023

9714507

Alertan sobre instalación de monopolio privado en el Puerto

Un documento de empresarios portuarios señala que "la adjudicación a Cristophersen podría traer perjuicios para el Uruguay"

La tormenta se desató por la licitación de la Terminal de Contenedores del Puerto, un negocio que mueve 150 millones de dólares al año

Varias empresas que participan de la licitación para obtener la playa de contenedores en el puerto de Montevideo —un negocio de más de 150 millones de dólares anuales—, denunciaron que en la órbita de la ANP existe un "favorito", y que con la adjudicación se establecerá un monopolio privado, violando la Ley 16.246, que regula los servicios portuarios.

Según información en poder de los empresarios portuarios, la Administración Nacional de Puertos (ANP) estaría por adjudicar la terminal de contenedores, el muelle de escala y la grúa pórtico al consorcio establecido por Maersk, Cristophersen y Planir, después de la apertura de propuestas económicas realizada el pasado 17 de noviembre.

De concretarse esta adjudicación, el puerto quedaría prácticamente en manos de una sola compañía marítima y esta situación según entienden los empresarios "podría ahuyentar a sus competidores hacia otros puertos de la región".

Esta es la segunda oportunidad en que se busca privatizar la playa de contenedores. En la primera ocasión, en 1994 a menos de dos meses de las elecciones se promovió un llamado a adjudicación que fracasó ante el cuestionamiento, principalmente, del entonces diputado millorista Antonio Guerra, del mismo sector del actual presidente de la ANP, Ruben Díaz.

En un documento al que tuvo acceso **LA REPUBLICA**, y que fue entregado a varios legisladores se critica que el llamado a licitación no se limita a la playa de contenedores, y que se incluye su muelle y la grúa pórtico. "Entendemos que esto es ilegal", sostiene en el documento un empresario portuario que no quiere ser identificado, ya que de hecho "se constituye un monopolio" que contradice la Ley que regula las actividades portuarias. En su artículo 9 la ley permite la privatización de servicios, pero establece que: "Sin embargo en ningún caso, el uso de los muelles y de las grúas estatales existentes podrá constituir un monopolio de hecho en manos de agentes privados".

Por otra parte, la licitación establece que la ANP no autorizará otra terminal hasta tanto el puerto no duplique, por dos años consecutivos, la cifra actual de movimiento de contenedores. "Esto representa un proteccionismo hacia la compañía privada que sea adjudicataria de la concesión de la terminal, hecho que no se ha dado hasta ahora en otras privatizaciones dentro del puerto de Montevideo", comentó otro empresario.

Desde la ANP se ha destacado que esa protección es para que la adjudicataria invierta en obras. Sin embargo los críticos recuerdan que el que gana la licitación comienza a trabajar de inmediato y durante un tiempo elimina toda competencia, y sólo después comienza a efectuar alguna inversión. "Se hace dueño de un bien del Estado para luego iniciar las obras con los beneficios recibidos de la propia actividad".

Temor en competidores

Los empresarios portuarios señalan en el documento citado su preocupación porque uno de los oferentes ya calificados —Maersk, Cristophersen y Planir, que según algunos operadores tiene las de ganar— está integrado por una compañía marítima que es fuerte competidor en fletes a nivel nacional e internacional. Si logran la adjudicación de la terminal, las empresas de fletes marítimos encontrarían que el puerto quedaría en manos de uno de los competidores, y ello podría inducir a que opten por elegir otros puertos regionales para sus actividades.

Destacan que cabe la posibilidad de que siendo la empresa fletera "dueña" de la terminal, otorgue prioridad a sus buques para los atraques, lo que también perjudicaría a los competidores que deberían esperar con el consiguiente aumento de costos.

"Ello podría determinar que dejen sus cargas en otros puertos, lo que sería perjudicial para el Uruguay", explican los empresarios portuarios.

Otro empresario vinculado a la operativa portuaria consultado sobre la situación sostuvo que: "Sería importantísimo evaluar si es conveniente para el puerto y para el país, concesionarle a una empresa transportista como Maersk la única terminal especializada en el manipuleo de contenedores que existe. ¿Qué opinarían sus competidores en el tráfico marítimo?"

No hay rebaja de costos

Otro documento de valoración de la licitación y de las ofertas, al que también tuvo acceso **LA REPUBLICA**, realizado por una empresa que opera en el puerto, señala que las tres propuestas calificadas, no presentan una rebaja de los costos operativos que favorezcan al comercio exterior.

Situación actual:

Costo de manipuleo de un contenedor cargado U$S 109.74

Costo de manipuleo de un contenedor vacío U$S 89.74

Costo para el importador U$S 70.50

Costo para el exportador U$S 60.00

Propuesta Maersk-Cristophersen-Planir

Costo de manipuleo de un contenedor cargado U$S 103.56

Costo de manipuleo de un contenedor vacío U$S 95.06

Costo para el importador U$S 112.50

Costo para el exportador U$S 56.50

Propuesta Seaport Terminals (Katoen Natie, na Franca de Montevideo, Fanapel, Orpydsa, Cikles, Saman, Tacua, Sardel)

Costo de manipuleo de un contenedor cargado U$S 104.81

Costo de manipuleo de un contenedor vacío U$S 104.81

Costo para el importador U$S 32.49

Costo para el exportador U$S 57.69

* Esta propuesta solicita una cofinanciación de las obras de ampliación de la terminal a la ANP a través de un descuento en el canon fijado de 45%.

Propuesta Hessenatle-Cargas & Servicios-Fofip

Costo de manipuleo de un contenedor cargado U$S 131.58

Costo de manipuleo de un contenedor vacío U$S 109.58

Costo para el importador: no presentó

Costo para el exportador: no presentó

El documento valora que: "En este proceso de licitación no se ha conseguido alcanzar el objetivo final que se perseguía de mejorías importantes en cuanto a la situación de los usuarios finales".

Además de calificar al proceso como desprolijo, el mismo análisis sostiene que: "Se ha caracterizado por la falta de imparcialidad del Sr. presidente de la ANP, Ruben Díaz Burel, quien permanentemente ha influido en la opinión de los consultores afectados a la evaluación de las ofertas", y añade que "la actuación de Díaz hace sospechar su preferencia para con el grupo integrado por Cristophersen, Planir y Maersk".

Finalmente, el mismo documento recuerda que "Es pública la relación del Sr. Ruben Díaz con el Sr. Jorge Fernández Baudeta (Presidente de Cristophersen S.A.) además es sabido la íntima relación personal del Sr. Díaz con el abogado de esta firma, Dr. Antonio Marchesano".

El Suanp alertó primero

El Sindicato Unico de la ANP ha cuestionado reiteradamente las distintas privatizaciones en el puerto; y también lo hizo con el proceso de licitación de la playa o terminal de contenedores. Sobre este llamado, el Suanp advirtió que se disfrazó la privatización y el monopolio detrás de la intención de permitir una segunda terminal, cuando se sabe que con una es suficiente. El sindicato destaca además que la ANP, a través de su propia operativa puede obtener los recursos para invertir en infraestructura, y que en los últimos años se logró captar un enorme flujo de contenedores por el puerto de Montevideo. Desde 1988 en que se cargaban y descargaban 41.204 contenedores, se pasó a 164.000 contenedores en 1996. Montevideo absorbe hoy el 25% del mercado portuario del Río de la Plata.

024

"LA REPUBLICA" - 8/11/97.-

9714507

Anexo "GOTP"

Puerto con puerta nueva

Montevideo, tiene una zona portuaria gris y existe una iniciativa para cambiar la fachada que miran miles de turistas al llegar vía fluvial al país: hotel, shopping, plaza de comidas y galería de arte

POR EDUARDO PREVE
de la redacción de EL OBSERVADOR

Alquilar un auto, ver el cuadro favorito en una galería de arte, comer una tira de asado jugosa a los tres de la mañana, comprar el vaquero preferido o cambiar dinero extranjero por moneda nacional, serán algunas de las tantas cosas que podrán hacer las 600.000 personas que por año arriban por el Río de la Plata a Montevideo.

El puerto capitalino cambiará de fachada y desde el año próximo lucirá renovado para recibir con todas las comodidades imaginables a los forâneos. Apenas desciendan del Buquebus, el Ferry o un crucero, los visitantes se encontrarán con un shopping, un hotel cuatro estrellas, una plaza de comidas, boliches, una estación de servicio y un extenso estacionamiento, conectados al actual Mercado del Puerto. Algo similar a lo que perciben quienes llegan a Puerto Madero en Buenos Aires (*ver recuadro*).

El megaproyecto, que supone una inversión inicial de US$ 5,2 millones, se propone revolucionar la Ciudad Vieja y, de prosperar la iniciativa de la empresa GI-SAL SA, que ganó la licitación de la Administración Nacional de Puertos (ANP) para remodelar una parte de la zona portuaria montevideana, Uruguay recibirá con otra cara a quienes arriban al p[illegible]or mar.

El megaproyecto revolucionará la zona portuaria de Montevideo

"El turista va a llegar a Montevideo y la ciudad le va a tributar su gratitud con todos los servicios que demande", afirmó a *El Observador* la vocera de la sociedad anónima responsable del proyecto, Pilar Cardozo.

Estas transformaciones se suman a la remodelación e iluminación de la rambla y apuntan a crear el Puerto Madero uruguayo, un proyecto que en Buenos Aires *tan sólo en tres años triplicó* los valores inmobiliarios de la zona y embelleció la franja portuaria, al punto de convertirla en uno de los principales atractivos turísticos de la capital porteña.

Es sabia nueva, dicen los empresarios uruguayos que están detrás de la idea, quienes desean cambiar el aspecto demudo de la Ciudad Vieja por una impactante fachada de presentación de Montevideo de cara al mar.

Los nuevos servicios tendrán una ubicación estratégica. Se levantarán a pocos metros de la remozada terminal de Buquebus, enclavada en la dársena fluvial del Puerto de Montevideo. Un buen motivo para ello son las *600.000 personas que por año* llegan por esta vía a Montevideo. Y los miles más que los promotores del proyecto piensan captar con esta idea.

"Tan sólo con cruzar la calle, todas las personas tendrán la posibilidad de disfrutar de un complejo único", manifestó Cardozo. La ambición va más allá de los que ya sufren los movimientos del agua para llegar a Montevideo y apunta a captar "parte del contingente de 1.300.000 personas que cruzan a Colonia por vía fluvial desde Buenos Aires", añadió.

La estación de nafta, que incluirá toda la gama de servicios posible para los automovilistas, está diseñada especialmente para los coches que arriban en el Buquebus. La salida del Puerto desembocará casi en la entrada a los surtidores, tras cruzar la rambla. "Las preocupaciones de los conductores quedarán a un lado y en la estación, además de cargar nafta, lavar el auto o revisar la parte mecánica, podrán conocer el estado de las rutas nacionales, el tiempo y saber qué camino tomar para ir a Punta del Este o hacia el lugar que se trasladen", explicó.

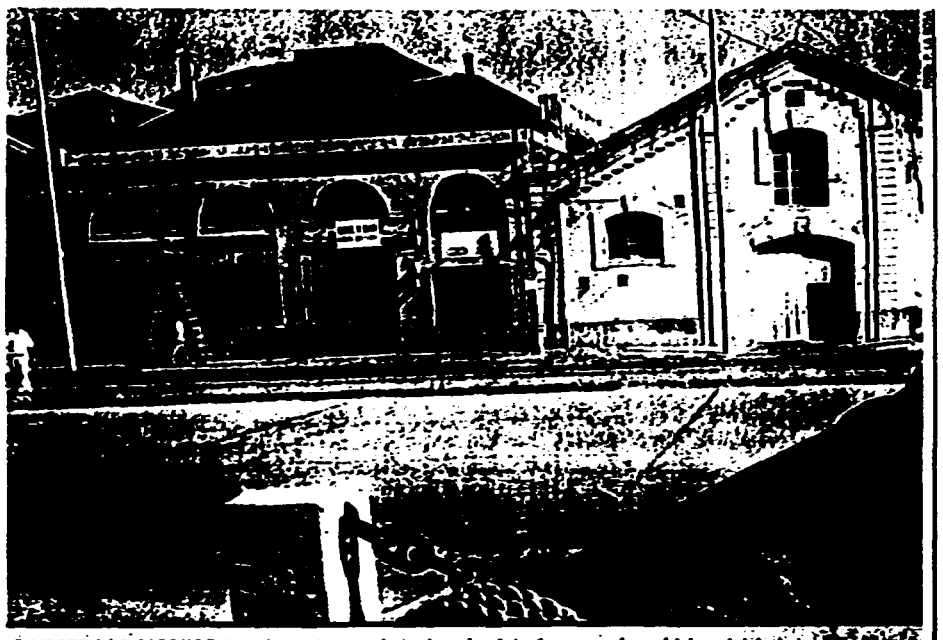
La plaza de comidas, en el corazón del Shopping portuario, trabajará las 24 horas y estará conectada por tres accesos al tradicional Mercado del Puerto. En este sentido la idea no es competir con los puestos ya instalados, que ofrecen una determinada opción gastronómica, sino diversificar las posibilidades e "instalar otro tipo de rubros que están olvidados en la zona".

La mística que encierra un almuerzo en el Mercado se verá perfeccionada con el nuevo emprendimiento. "Sabemos que hay familias que hoy no van al Mercado porque los padres no tienen dónde dejar a sus hijos pequeños a la hora del almuerzo. Bueno, nosotros les vamos a solucionar el problema con un sector de juegos infantiles, debidamente custodiado", agregó Cardozo.

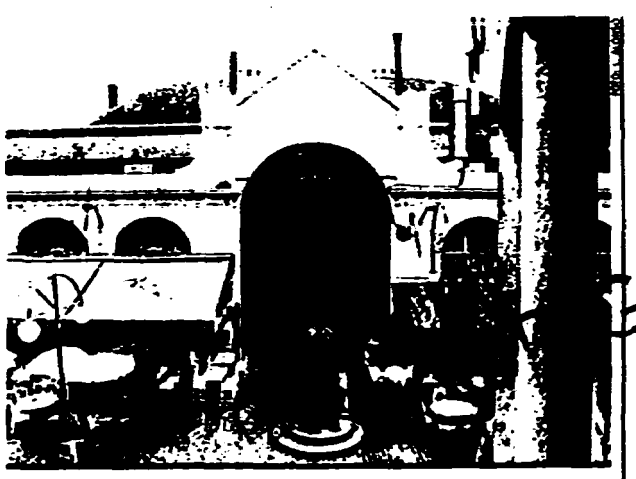
La obra no se agota aquí. En el hotel cuatro estrellas (con 40 habitaciones) se construirá un centro de convenciones, por los pasillos del shopping estará la galería de exposiciones y en los locales, además de las clásicas ofertas comerciales, se instalará un banco, una casa cambiaria, un centro de información turística y una institución de emergencia médica. "Esto como mínimo", anhela Cardozo.

El estacionamiento subterráneo albergará 200 autos

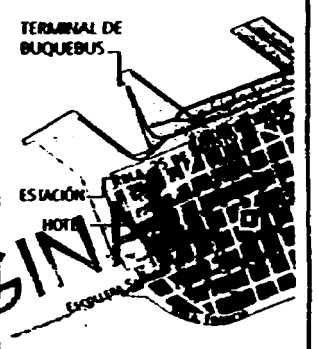
Para los usuarios de entre casa, el proyectado estacionamiento subterráneo con 200 cocheras solucionará unos cuantos dolores de cabeza que hoy afecta a toda la Ciudad Vieja.



ROMPER LAS CADENAS. Los dos galpones de la derecha dejarán paso a la ambiciosa iniciativa



COMPLEMENTO. El tradicional Mercado será un vecino ideal



Julio Machado
Mozo del Mercado del Puerto

"La idea es genial porque no me parece ningún tipo de competencia para nosotros sino que generará nuevos turistas a la zona del Puerto. Acá (en el Mercado) hay un estilo particular de atención y de servicios que complementarán la oferta de este otro proyecto. No creo que la gente vaya a dejar de venir porque tenga a un costado otros locales que ofrezcan servicios gastronómicos; las parrillas con carne son inigualables, hasta los turistas se sacan fotos con ellas."

Germán Invernizzi
Estudiante de Economía

"Como asiduo concurrente al Mercado del Puerto, salgo todo los sábados al mediodía, el proyecto parece ser un valioso aporte para la zona. Tengo mis reparos sobre el éxito del hotel, teniendo en cuenta que por la noche la zona no cuenta con buena seguridad y está casi todo apagado. Al contemplar tan sólo unos minutos esta parte de la ciudad, uno se da cuenta de lo desaprovechada que está, fundamentalmente desde el punto de vista turístico."

Juan Segundo
Argentino

"¿Un hotel, una estación de servicio, un estacionamiento y un shopping? Es lo que le faltaba a este lugar. Fijate que uno llega de Buenos Aires en el Buquebus y se encuentra con esta desolación: un edificio militar (la sede de la Armada Nacional), muchos camiones en fila, un camino en separación (la rambla) y dos galpones enormes (donde será construido el proyecto). Hay que cambiarle la cara a esta ciudad. Fijanos Buenos Aires, al arribar por barco uno se encuentra con Puerto Madero, que luego de las refacciones quedó espectacular."

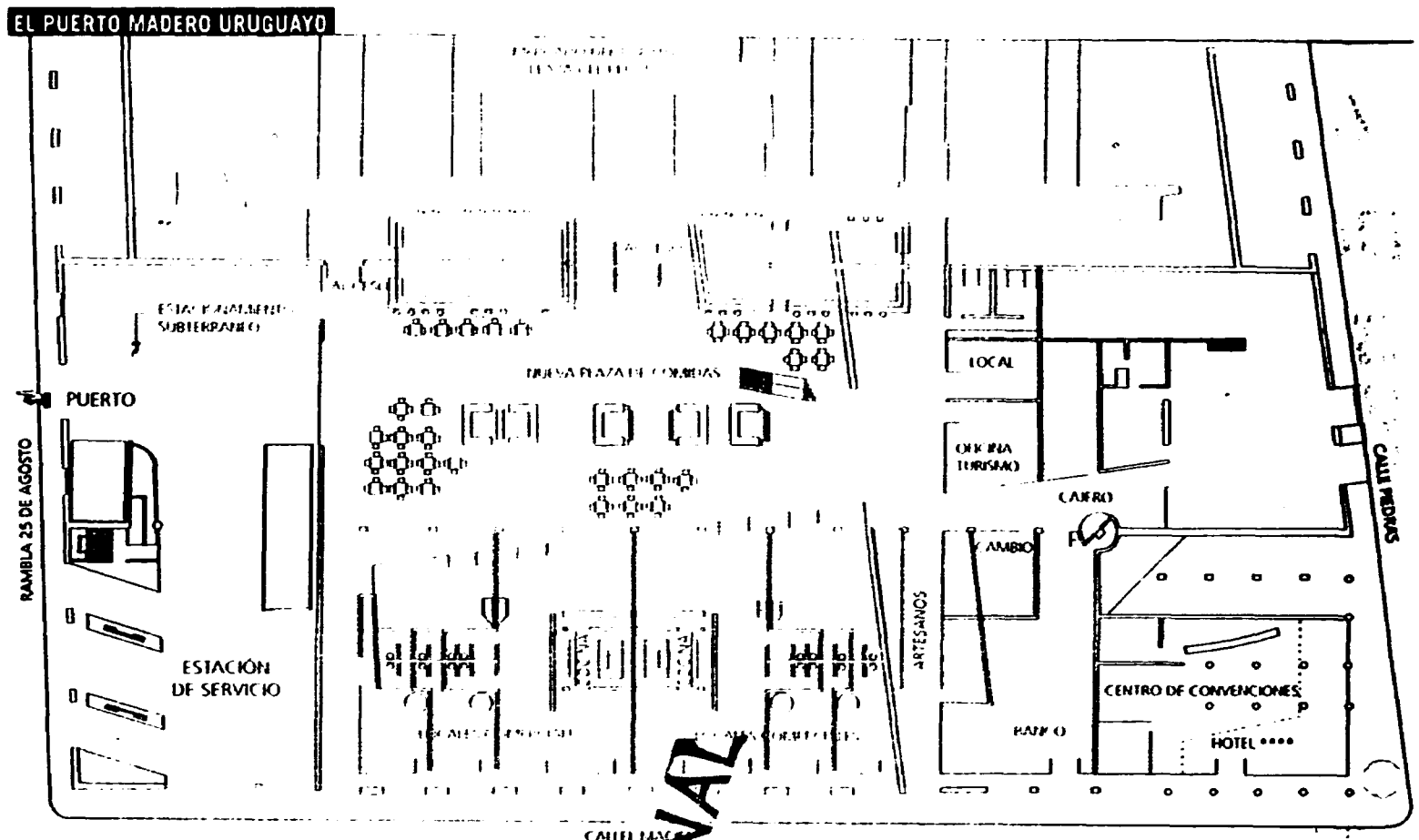
Jacobo Ritz
Empresario de la Ciudad Vieja

"Es un emprendimiento interesante por lo que cuentan y con éxito seguro porque esta gente no invierte si no va a obtener buena ganancia. Pero esto no va a cambiar por sí sólo la desolación nocturna o de fines de semana del lugar, acá hay que hacer algo más grande. Y ello corresponde a la Intendencia o a los gobernantes. Iluminar los edificios históricos es una de las posibilidades, terminar los trabajos de la rambla otra y dotar de seguridad la tercera de las opciones. No podemos pretender que vengan turistas si después de comer un buen asado criollo les roban la billetera en la primera esquina."

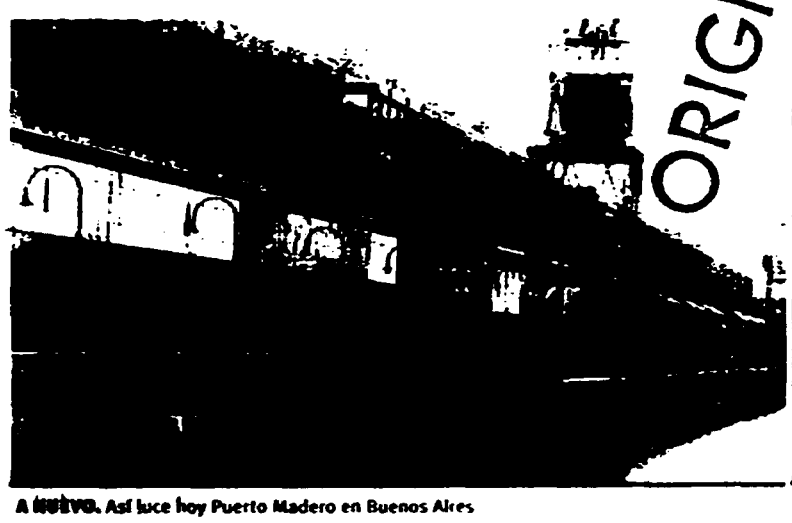
025 9714507

[illegible] - 0/[illegible]/97.-

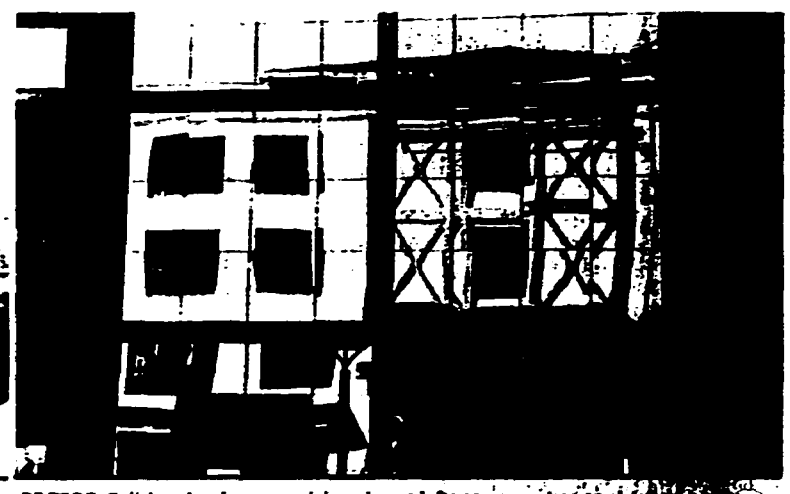
G - 1



ORIGINAL



A NUEVO. Así luce hoy Puerto Madero en Buenos Aires



DE TODO. Boliches, locales comerciales, cines o lofts se encuentran en el [illegible]

BUEN NEGOCIO

El Mercado del Puerto es buen negocio para los 57 locales existentes. Por ellos pasan alrededor de 20.000 personas por mes y dejan una buena suma en metálico. Hay días en que los 1.500 cubiertos disponibles no dan abasto y el recambio de comensales es permanente. De lunes a viernes son jornadas de empresarios y ejecutivos, los sábados el público se diversifica y las caras jóvenes dominan la escena, y los domingos es día de familia. Los turistas, sobre todo los europeos, no tienen día, aunque son asiduos concurrentes entre semana. Tienen una particularidad: les encanta sacarse fotos junto a las parrillas cargadas de carne y achuras. Y para sentarse a comer elijen los locales donde la parrilla está más cerca de los bancos.

De mendigo a millonario

Ya nunca lo verán como lo vieran, con su imagen gris, abandonada y antigua. Incluso, hay personas que dejaron de llamarlo Puerto Madero y lo denominan Puerto Dinero. Esta zona ribereña de la Capital Federal de Buenos Aires dejó de ser tierra de nadie y se convirtió en uno de los lugares más cotizados de Buenos Aires.

A diario Puerto Madero mueve cerca de US$ 600.000, cuenta con una población laboral de 12.000 personas y tiene ganancias mensuales que superan los US$ 20 millones. Y pensar que hace unos pocos años estaba casi en ruinas, tan sólo a unos metros de la casa de gobierno.

Fue la gente del magnate húngaro estadounidense, George Soros, quien pagó US$ 4,8 millones por un terreno que dos años después vendió en US$ 7,2 millones. Y también fueron ellos quienes percibieron la oportunidad de un negocio millonario. Antes de 1992 el metro cuadrado rondaba los US$ 1.200, hoy oscila entre US$ 2.000 y US$ 7.000. La tendencia es clara: cada vez son

En Puerto Madero los valores inmobiliarios se triplicaron

más las empresas y las personas que prefieren ubicarse cerca del río.

Existen 4 diques que cuentan con idéntica cantidad de galpones cada uno. Están aprovechados para oficinas y viviendas. El dique 2 es la sede de la Universidad Católica Argentina, y el 4 fue comprado la semana pasada por IRSA, la empresa de Soros, que sigue apostando a los proyectos inmobiliarios en Puerto Madero. Se acaba de alzar con dos manzanas de ese dique, valuadas en US$ 13 millones cada una.

De la mano del negocio inmobiliario crecen los servicios en la zona. Cinemar desembarcó en el dique 1 con la inauguración de ocho cines, con una inversión superior a los US$ 4 millones. Además en las zonas aledañas se construye un estadio olímpico que se suma a los proyectos de día a día. Tal vez por eso ahora Puerto Madero es, para los porteños, la nueva City o, mejor dicho, Puerto Dinero (Desde Buenos Aires, José Del Río, especial para *El Observador*).

SÓLO UNA FIRMA

El puntapié inicial del Puerto Madero uruguayo lo dará Sólo falta la firma de los integrantes de la Administración Nacional de Puertos (ANP) para que el juego no se detenga. La empresa GISAL SA ganó la licitación para explotar [illegible] portuario de la ANP por [illegible] de 30 años a partir [illegible] del acuerdo definitivo. [illegible] escollo que queda [illegible] es económico. La [illegible] más dividendos de [illegible] y los inversores, [illegible] en mano, licitelal [illegible]. La totalidad del [illegible] ping, estación de [illegible] cionamiento) [illegible] da en tres años [illegible] mucho antes se [illegible] de los servicios [illegible] obras que [illegible] tiempo.

026

9714507

Anexo "HOTEL".-

La depredación de recursos pesqueros

La decisión de restringir la pesca de la merluza, anunciada por la Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación, es una iniciativa adecuada, aunque demorada, en el contexto de la creciente depredación de las cuencas pesqueras en el Atlántico sur.

Diversos factores confluyeron para producir un aumento sustancial de la pesca en todos los mares del mundo. Entre los más relevantes se cuenta el aumento del consumo en los países asiáticos, las mejoras tecnológicas que permiten trabajar en mayores escalas y la utilización de métodos destinados a optimar las capturas sin tener en cuenta la necesaria administración de los recursos para la reproducción de las especies.

De este modo, la mayoría de las grandes cuencas muestran signos de agotamiento o pueden acercarse a esta situación si se mantienen los niveles y las características de las capturas, lo que ha generado numerosas disputas entre países y empresas. Este año, precisamente, los Estados Unidos y Canadá mantuvieron una fuerte disputa por la distribución de la pesca del salmón. Para resguardar los recursos, la Convención del Mar extendió las aguas territoriales a 320 kilómetros, pero esa medida no resulta suficiente para revertir la situación.

Las cuencas pesqueras de nuestro país experimentan un problema similar. En los últimos cinco años las capturas aumentaron un 60% y provocaron una fuerte disminución de la población disponible, a pesar de lo cual el Gobierno siguió otorgando permisos de pesca y siguen sin implementarse regulaciones indispensables, tales como acuerdos sobre volúmenes pescables. Paralelamente, en las aguas territoriales hay una importante pesca clandestina que no es respondida con el nivel de vigilancia adecuado. En el caso de la merluza, entre 1992 y 1996 las capturas aumentaron un 60% y llegaron a las 600.000 toneladas anuales, según cifras oficiales, y a un nivel mucho mayor, según estimaciones privadas, mientras que el máximo permitido era de 395.000 toneladas. Como consecuencia de la sobrepesca el stock disponible se redujo un 30 por ciento. Para contrarrestar esta tendencia, la Secretaría implementará la suspensión de permisos de pesca, zonas de veda, limitaciones al nivel de capturas y prohibiciones temporarias de pesca para los buques en actividad.

Está pendiente de aprobación, además, la Ley de Pesca que crea el Consejo Federal Pesquero, ente encargado de regular las políticas para el sector y que establece penas y multas cuyo objetivo es desalentar la violación de las normas establecidas. También, con el propósito de jerarquizar la atención al sector, se crea la Secretaría de Pesca.

La pesca y las exportaciones tuvieron, en los últimos años, un crecimiento explosivo y se convirtieron en una fuente de ingresos y de inversiones.

Pero la falta de una administración adecuada de los recursos y la debilidad de los controles a la pesca ilegal han permitido una sobreexplotación de los recursos que atenta contra la sustentabilidad de la actividad y de los beneficios que de ella surgen.

De allí la importancia de revertir esta situación y, fundamentalmente, de hacer cumplir normas de preservación adecuadas.

ORIGINAL

027/027 9714507

"CLARIN" - 02/[illegible]/97 - Pág. 16.-

H - 1

Capitán de Fragata (CG) Jorge GARAVIA
FIRMANTE
SIN
República O. del Uruguay
1/34
ARCHIVO
ARCHIVO

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISION

RESUMEN SEMANAL

ORIGINAL
NR 46/97

RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

PERIODO DEL 18 AL 24 DE NOVIEMBRE DE 1997.-

Doc. en su totalidad/parcialmente
001(A)/034
9714508

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISION
RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

RESUMEN Nº 46/97 240800P NOV 97

SITUACION INTERIOR

1.- **COMPONENTE MILITAR**

a.- **Ministerio de Defensa**.-

(a) **Custodia militar**.-

(LA REPUBLICA - 19/XI/97 - Pág. 04).-
Las respuestas de las sedes diplomáticas, consultadas sobre la conveniencia de realizar la vigilancia de éstas por efectivos militares en coordinación con la Policía, han sido positivas, según indicó el Ministro del Interior Didier OPERTTI.
Sin embargo, también adelantó, que para que se inicie efectivamente la custodia, debe culminarse un estudio que todavía se está realizando.-

(b) **Simulacro en Aeropuerto "El Jaguel"**.-

(EL PAIS - 19/XI/97 - Pág. 14).-
Con el objetivo de probar todos los sistemas de emergencia en caso de un accidente, como así también el grado de participación y cooperación entre los distintos organismos involucrados en el plan, se llevó a cabo el simulacro de accidente de un avión que habrá de movilizar a todos los sistemas de seguridad frente a la emergencia y observar la forma de actuación de los mismos en un caso real de semejantes características.-

ORIGINAL

(EL PAIS - 20/XI/97, Pág. 21).-
El Plan *"Verano Seguro"* se puso en marcha, en 30 minutos se realizó el operativo de emergencia, estimándose que se lograron aspectos positivos mientras que se deben corregir otros en el caso de un siniestro de esta magnitud.-

(c) **Estación Agrometeorológica de Carmelo**.-

(LA REPUBLICA - 20/XI/97 - Pág. 20).-
La determinación del Ministro de Defensa Raúl ITURRIA de no autorizar el traslado de la Estación Agrometeorológica de Carmelo de la vieja sede de la Sociedad de Viticultores de Carmelo (SOVICAR) al Aeropuerto Zagarazú, cortó la continuidad de una importante serie de datos climáticos que se venían haciendo desde hace veinte años.
Las dificultades que tiene el viejo edificio de Sovicar no son pequeñas: no tienen baño, los techos

se llueven y la seguridad de la habitación destinada al instrumental no cuenta con las mínimas medidas de seguridad para preservar los valiosos equipos con que cuentan.-

(d) **Cajas Paraestatales.-**

(EL PAIS - 24/XI/97 - Pág. 08).-
La Comisión de Asuntos Laborales y Seguridad Social integrada con tres representantes de la Comisión de Constitución y Legislación está convocada con la finalidad de continuar con la consideración de los proyectos de ley modificativos de los regímenes de previsión social ya sea en el área policial, militar y de jubilaciones y pensiones de las personas públicas no estatales de la seguridad social.-

(e) **Declaraciones de Sandra DODERA.-**

(LA REPUBLICA - 23/XI/97 - Pág. 07).-
Sandra DODERA, ex representante de los policías que se sublevaron en 1990, acusó a los integrantes del gobierno de realizar giras por todo el país con propósitos electorales.
DODERA, quien actualmente dirige un programa periodístico en una radio fraybentina, señaló públicamente que *"el Ministro de Defensa Nacional Raúl ITURRIA desconocía que en la ciudad de Fray Bentos no se le estaba pagando la asignación familiar a los funcionarios del Batallón de Infantería Nº9"*.-

ORIGINAL

b.- <u>Fuerzas Armadas</u>.-

(a) **Salarios para militares y policías.-**

(BUSQUEDA - 20/XI/97 - Pág. 11).-
En el documento programático de Tabaré VAZQUEZ se mencionó explícitamente a dos sectores a los cuales un eventual gobierno del Frente Amplio debería mejorar los salarios: las Fuerzas Armadas y la Policía.
En el mismo propuso textualmente: *"Mantenimiento de adecuadas relaciones institucionales con las FFAA, respetando el profesionalismo y la verticalidad necesaria a la dinámica de la Institución y promoviendo especialmente la recuperación salarial de todos sus integrantes que, al igual que las fuerzas de la Policía deben ver dignificada su función de Defensa Exterior ante los ojos de la sociedad"*.-

(b) **"Alto al fuego II".-**

(SUPLEMENTO DE LA REPUBLICA - 23/XI/97).-
Comentario del libro *"Alto al fuego II"*.
(Ver Anexo "ALFA").-

(1) **Armada.-**

(a) **Armada dice necesitar otro petrolero.-**

(ULTIMAS NOTICIAS - 18/XI/97 - Pág. 07).-
El Vicealmirante Raúl RISSO afirmó que el empleo *"eficiente"* de los recursos ha sido una *"preocupación constante"* de su gestión como Comandante en Jefe de la Armada Nacional, y advirtió que el país, por razones estratégicas y de entrenamiento, necesita adquirir un nuevo petrolero.
(Ver Anexo "BRAVO").-

(b) **Relevo del Vicealmirante Raúl RISSO.-**

(EL OBSERADOR - 18/XI/97 - Pág.05)
El Prefecto Nacional Naval, Contraalmirante Franciso PAZOS, y el Director de Personal Naval, Contraalmirante Gualberto RUIZ, son los dos principales candidatos para relevar al Vicealmirante Raúl RISSO - quien pasará a retiro el 1º de febrero próximo - en el cargo de Comandante General de la Armada Nacional.-

ORIGINAL

(c) **Ampliar soberanía de Plataforma Continental.-**

(EL PAIS - 18/XI/97 - Pág. 12).-
La Armada Uruguaya realizará estudios que podrían llevar a ampliar la soberanía sobre la plataforma continental, según lo anunció el Comandante en Jefe de la Armada Vicealmirante Raúl RISSO.- (Ver Anexo "CHARLIE")

(d) **La Prefectura investiga depósitos utilizados en maniobras delictivas.-**

(LA REPUBLICA - 18/XI/97 -Pág. 27).-
La Prefectura Nacional Naval investiga una serie de depósitos que son usados por bandas de ladrones de contenedores para robar la mercadería que contienen.
El modus operandi de las bandas es el siguiente: los contenedores salen ilegalmente del Puerto en camiones hacia los depósitos. Allí se les sustrae la mercadería, -muchas veces se les introducen hierros o chatarra para disimular el peso - y luego son llevados nuevamente hacia el Puerto montevideano para que nadie sospeche que ha sido robado.

(e) **ROU 26 VANGUARDIA con destino a la Antártida.-**

(EL PAIS - 20/XI/97 - Pág. 13).-

El ROU 26 VANGUARDIA. con 92 tripulantes a bordo, zarpó con destino a la Antártida, en un periplo de 40 días. donde llegará a la Base Científica Antártida Artigas en la Isla Rey Jorge, Shetlands del Sur. llevando una importante carga de comestible, material científico y combustible para la próxima campaña uruguaya en la Antártida.
El mismo realiza investigaciones sobre Meteorología y Variables Físicos - Químicas de aguas, a cargo de personal especializado del SOHMA (Servicio de Oceonografía. Hidrografía y Meteorología de la Armada).
Uruguay mantiene un importante número de investigaciones especializadas en el Continente blanco, destacándose para 1998 el inicio de la medición de la capa de ozono sobre la vertical de la BCAA, por medio de un Espectrofotómetro adquirido por la DINAMA. nuevos estudios sobre Mareografía y Glaciología. y los ya iniciados sobre Corrosión Atmosférica, Comportamiento de las Pinguinos, Acidos Omega en Krill, etc. entre otros.-

(2) <u>Ejército</u>.-

(a) **Curso de formación de oficiales.-**

(LA JUVENTUD - 23/XI/97 - Pág. 06).-

El Comando General del Ejército anunció la apertura de inscripciones para los cursos de formación de Oficiales del Escalafón de Apoyo.
Los cursos se dictarán desde el 1º de diciembre hasta el 15 de enero.
En los mismos podrán participar ex alumnos del liceo Militar y de la Escuela Militar. Además podrán ingresar los suboficiales que hayan realizado el curso de perfeccionamiento de suboficiales en la Escuela de Armas y Servicio.

(3) <u>Fuerza Aérea</u>.-

(a) **Licitación para obras en aeropuerto.-**

(EL OBSERVADOR - 19/XI/97 - Pág. 10).-

El Tribunal de lo Contencioso Administrativo (TCA) no hizo lugar a la demanda de nulidad de la adjudicación de las obras de *"remodelación, ampliación, mantenimiento y explotación parcial de los servicios del Aeropuerto Internacional C/C Carlos CURBELO (Laguna del Sauce)"* a la empresa Consorcio Aeropuertos Internacionales (CAI) y aprobó lo resuelto por el Ministerio de Defensa Nacional.
La sentencia del TCA. Nº486/97, suscrita por la unanimidad de sus miembros, sostiene que se rechaza

ORIGINAL
004
9714508

la demanda por cuanto no cabe admitir que se pretenda anular la adjudicación de una licitación *"en función solamente de uno de los 41 items del pliego de condiciones. sin tener en cuenta la globalidad de la oferta de la oferente".-*

(b) **EMA festeja los 60 años de su actual emplazamiento.-**

(LA MAÑANA - 19/XI/97 - Pág. 12).-
La Escuela Militar de Aeronática festejó su aniversario número 81 y además los 60 años de su actual emplazamiento en las proximidades de la ciudad de Pando (ruta 101).-

(c) **Formación de Oficiales femeninos en la FAU.-**

(ULTIMAS NOTICIAS - 18/XI/97, pág. 27).-
Como en tantas otras actividades, la mujer comienza a abrirse paso también en la aviación militar. (Ver Anexo "DELTA").-

(d) **Realizan vuelo simulado del DC9.-**

(LA REPUBLICA - 21/XI/97 - Pág.15).-
La autoridad aeronáutica uruguaya dio el permiso correspondiente para la realización del vuelo simulado del avión mustio.
Dicho vuelo se cumplirá en un simulador de ingeniería *"el único indicado para ese tipo de prueba"* y ello significa que al aparato se le deberá instalar todos los datos referente a las condiciones que se daban en el momento de vuelo del DC-9 y las evidencias documentadas por la Comisión Investigadora de lo que pudo haber pasado.
Ese *"perfil de vuelo"* determinará la causa o causas de la caída del avión y será seguramente la última etapa de la investigación antes de dar a conocer el informe final sobre el porqué el avión cayó a tierra. Este informe no se conocerá hasta los primeros meses de 1998.-

ORIGINAL

(e) **Partió otro Hércules.-**

(LA MAÑANA - 24/XI/97 - Pág. 09).-
Partió desde la Brigada Aérea I (Aeropuerto Internacional de Carrasco), un avión Hércules C-130 de la Fuerza Aérea Uruguaya, transportando personal científico y carga hasta la Isla Rey Jorge donde se encuentra la Base Científica Antártica Artigas.
Este primer vuelo da comienzo a la 14ª campaña *"Antarkos"* que se extenderá hasta el otoño 1998, y se enmarca dentro del ámbito de colaboración y apoyo de la Fuerza Aérea al Instituto Antártico Uruguayo.-

2.- **COMPONENTE SICOSOCIAL**

a.- **Derechos Humanos.-**

(1) **Desaparecidos.-**

(a) **Pedido del diputado SEMPRONI.-**

(LA REPUBLICA - 18/XI/97 - Pág. 04).-
El diputado Victor SEMPRONI, solicitó a la Secretaría de la Cámara de Representantes que se le permita acceder a las actas y versiones taquigráficas de las sesiones de la Comisión Especial Investigadora sobre Desaparecidos, creada en 1985, y que mantiene aún en secreto.
El representante de Asamblea Uruguay realizó el planteo a través de una carta al organismo parlamentario con el objetivo de ampliar la información que posee para interpelar al Ministro de Defensa Nacional. Raúl ITURRIA, por la falta de respuesta a las consultas sobre investigaciones que dicha cartera debió realizar en cumplimiento del artículo Nº4 de la Ley de Caducidad.-

(b) **GALIMBERTI informó a familiares sobre el resultado de mediación.-**

(LA REPUBLICA - 21/XI/97 - Pág. 02).-
El Obispo de San José, Monseñor Pablo GALIMBERTI, informó formalmente a los familiares de los desaparecidos sobre el resultado de su gestión mediadora a lo largo de siete meses.
Los familiares trasmitieron a GALIMBERTI su beneplácito con la posición de la iglesia, hecha pública a través de la Conferencia Episcopal, el pasado 09 de noviembre, a favor del *"derechos de los familiares de personas desaparecidas"* en el marco de la Ley de Caducidad. Coincidieron en que los esfuerzos, si bien constituyen algún avance, *"no es todo lo que el país necesita"*, tal como declaran los obispos.-

(c) **MR del PIT-CNT, emplaza al P.E. por desaparecidos.-**

(BUSQUEDA - 21/XI/97 - Pág. 08).-
La Mesa Representativa del PIT-CNT emplazó al Poder Ejecutivo a responder, antes del 01 de diciembre, al planteo de la organización sindical en el llamado *"diálogo social"*, sobre el cumplimiento del artículo Nº4 de la Ley de Caducidad. Consideró *"inaceptable"* que la respuesta sea la que el Ejecutivo dio al recurso interpuesto por Familiares de Detenidos Desaparecidos.-

ORIGINAL

(2) Menores desaparecidos.-

(a) **OPERTTI concurrirá a la comisión de DDHH.-**

(EL OBSERVADOR - 24/XI/97 - Pág. 05).-
El Ministro del Interior Didier OPERTTI, asistirá a la Comisión de Derechos Humanos de la Cámara de Diputados el 03 de diciembre a los efectos de informar sobre las acciones que se han llevado a cabo para esclarecer la desaparición de 1.475 menores.-

3.- COMPONENTE MARITIMO

a.- Puertos.-

(1) **ANP acordó con puertos de Valencia y Marsella.**

(ULTIMAS NOTICIAS 20/XI/97 - Pág. 11).-
La Administración Nacional de Puertos (ANP) suscribió un acuerdo de cooperación con el Puerto Autónomo de Marsella, Francia, y otro de cooperación técnica y científica con la Autoridad Portuaria de Valencia, España.
El acuerdo con el puerto de Marsella tiene como objetivo concretar proyectos que posibiliten el establecimiento de convenios de asistencia y cooperación, para el desarrollo del comercio y el transporte marítimo entre ambos países.
La Autoridad Portuaria de Valencia, a través del Instituto Portuario de Estudios y Cooperación (IPEC), desarrollará actividades de formación, investigación y desarrollo, cooperación y asistencia técnica en los ámbitos portuarios, del transporte y la logística, contribuyendo a los procesos de innovación y proyección exterior de la Comunidad Portuaria Valenciana.
El documento establece que la ANP requiere para el cumplimiento de sus fines, el apoyo externo en las mencionadas actividades.

(2) **Terminal de Contenedores.-**

(EL PAIS 18/XI/97 - Pág.7).-
El Directorio de la ANP aprobó abrir el Sobre Nº2 de la licitación para la remoción y desguace de los barcos abandonados en la Bahía.
También se resolvió prorrogar la rebaja de las tarifas de las mercaderías de origen o destino Paraguay, que rige desde octubre de 1992 y que es del 50%, por un plazo de noventa días.
Se confirmó que se renovó el contrato de seguridad dentro del recinto portuario a la Dirección Nacional de Bomberos.

ORIGINAL

(BUSQUEDA 20/XI/97 - Pág.30).-
Propuestas para construir playa de contenedores confirman que el puerto de Montevideo mantendrá competitividad en la región. (Ver Anexo "ECHO").-

(3) **Conferencia de Ciudades y Puertos.-**

(LA REPUBLICA 20/XI/97 - Pág.22).-
Con la participación de representaciones de 47 paises y más de 600 técnicos se inició la VI Conferencia de Ciudades y Puertos organizada por la "Asociación Internacional de Ciudades y Puertos" (AICP) conjuntamente con la Administración Nacional de Puertos y la Intendencia Municipal de Montevideo.
La AICP es una agrupación de origen francés orientada a la realización de proyectos vinculados a la ciudad y al puerto, integrada por una red internacional de técnicos y ejecutivos.
Mediante la organización de encuentros internacionales, la AICP recibe a representantes de ciudades y puertos quienes exponen los distintos proyectos, dirigiendo estudios y peritajes en el sector portuario, el medio ambiente y el ordenamiento territorial.

(ULTIMAS NOTICIAS 22/XI/97 - Pág.7).-
El Presidente de la República, Julio Mª SANGUINETTI, destacó que los puertos "vuelven a vigorizarse" y que el avión no logró desplazar al buque como medio de transporte.
El mandatario participó de la clausura de la VI Conferencia Internacional de Ciudades y Puertos que tuvo lugar en el Conrad Resort & Casino de Punta del Este.
"Nuestro futuro está, quizá, hoy más que nunca vinculado a los puertos en toda nuestra región, en todo el Río de la Plata, en todo el Cono Sur y en toda nuestra América".
"El MERCOSUR no solo mira hacia el Atlántico sino también hacia el Pacífico"
Describió el papel de los puertos como lugares de comercio o de esparcimiento, *"y hasta nuestro Montevideo, que parecía que nunca iba a ser un gran puerto de pasajeros, lo es hoy, además de ser, un puerto comercial".*
Puntualizó que en algún momento se pensó que los puertos *"iban a ir quedando como las viejas diligencias, en la historia, pero hoy, sin embargo, los vemos revigorizarse o revitalizarse"*
Al hablar de que las raíces del pasado **"nutren"** y **"vigorizan"** las perspectivas futuras, SANGUINETTI explicó que *para los griegos, quienes estaban "más allá" eran bárbaros aunque se tratara de macedonios. Luego el bárbaro conquistó la civilización y los bárbaros dejaron de ser macedonios y ocuparon su lugar los tracios, "dado que eran distintos".*

ORIGINAL

008 9714508

Asimismo recordó que, en Brasil, las ciudades de Bahia y Río de Janeiro, tradicionales ciudades-puerto, centralizaron la civilización, sin perjuicio de que con el tiempo, y a un alto costo, esta ingresará en el interior del país.

(EL PAIS 21/XI/97 - Pág.7).-

El Gerente de Planificación e Inversiones de la Administración Nacional de Puertos, Ing. Daniel FERREIRA, al exponer en torno a los proyectos de desarrollo del puerto de Montevideo, señaló que en la actualidad se movilizan en la terminal portuaria capitalina 130.000 contenedores, previéndose para el 2007 que sean 240.000, 360.000 para el 2017 y 500 mil para el 2027.

En relación con la producción de eucaliptus, sostuvo que la de 1997 alcanzará a 500.000 toneladas, previéndose 1.300.000 para el año 2000 y 6.600.000 para el 2003.

Indicó que para ver donde tendremos que actuar, deberemos referirnos a la demanda de servicios, a las Terminales de Contenedores, Maderera y de Pesca, a las áreas de reparaciones navales y a la base de la marina de guerra.

Se refirió, asimismo, a la convocatoria efectuada por la Administración Nacional de Puertos, a una licitación pública para la concesión de la Terminal de Contenedores por 30 años, cuyo proceso está en curso en estos momentos.

Destacó que *"son varios los empresarios especializados, que apuestan a un constante crecimiento de la cantidad de contenedores que circularán por el puerto, de acuerdo con ciertas previsiones"*.

(4) **Refuerzo de Muelles 8 y 9.-**

(EL PAIS 24/XI/97 - Pág.27).-

Están llegando a su fin las obras de refuerzo de cimientos de los muelles 8 y 9 de nuestro puerto que fueron comenzadas a principios de este año y que habían sido proyectadas a partir de 1992.

La idea es que allí se puedan instalar las grúas más potentes, para manejar cualquier tipo de cargas o bultos y también los contenedores de 20 y 40 pies.

Por el momento no será posible instalar en ambos muelles una grúa del tipo portainer como la que tenemos en la Terminal de Contenedores por falta de espacio mientras perdure la presencia de los depósitos 8 y 9 pero en algún momento se habrán trasladado los depósitos francos del Paraguay y Bolivia.

Estas obras incluyeron la demolición de los llamados tinglados de dichos depósitos que desde los años 20 habían sido utilizados para facilitar la carga y descarga de los camiones o de los carros entre la

ORIGINAL

planta baja del depósito y los barcos o el depósito del importador o exportador.
El espacio entre el depósito y el borde del muelle fue llevado de 11 a 20 metros, facilitando así el movimiento de contenedores, equipos móviles y los propios camiones.
En ambos muelles se tendieron rieles para la instalación de grúas aún más poderosas que las actuales TAKRAF e incluso una portainer.
Terminadas las obras ambos muelles quedarán en condiciones muy ventajosas y sobre todo muy eficientes para poder ofrecer a los barcos y a la carga servicios de primera línea con mayor amplitud de muelles lo cual se traducirá en una operativa más distendida y funcional y no como ahora que apenas puede pasar un camión en un sólo sentido y esto también coadyuvará a una mayor operativa portuaria en general.

(5) **Delegación belga firmará convenio con ANP.-**

(BUSQUEDA 20/XI/97 - Pág.30).-
Una delegación de la Autoridad Portuaria de la ciudad de Gante realizará una presentación de la terminal belga ante autoridades y grupos empresariales locales.
El grupo belga, encabezado por el Vice-alcalde Daniel TERMONT y el Director General el Cap. André DE WILDE, es conformado también por un nutritivo grupo de empresarios privados.
El Capitán Carlos SAGREGA representante oficial de los visitantes dijo que se ha previsto una agenda muy variada.
En el Centro de Navegación la delegación efectuará una primera presentación donde se explicarán las particularidades de Gante, se exhibirá un video de sus actividades y se responderán las preguntan de los profesionales uruguayos.
El viernes 28 se firmará un Convenio de cooperación entre las autoridades portuarias de Gante y de Uruguay que "apunta a la transferencia cualitativa y de experiencias en sectores aún acéfalos en el medio", aseguró SAGREGA, quien hizo hincapié en el tema del dragado en el cual Bélgica posee tecnología de punta.
También visitarán el Puerto y Zona Franca de Nueva Palmira, con el auspicio y organización de la ANP.
SAGRERA calificó de buena la idea de ilustrar a la delegación sobre el potencial del puerto terminal de la Hidrovía Paraguay-Paraná.

ORIGINAL

(6) **Proyecto para unir los puertos de los océanos Atlántico y Pacífico.-**

(EL OBSERVADOR 25/XI/97 - Pág.21).-

La vinculación de los puertos de Argentina y Chile a través de un sistema de transporte de cargas combinado con ferrocarriles y camiones será posible en un "plazo no muy lejano", según el Secretario de Producción de la provincia argentina de Río Negro, Marcelo SANTOS, destacando que para los productores argentinos se abren buenas perspectivas, ya que la disponibilidad de los puertos de Chile hará factible la comercialización con Asia a través de este corredor bioceánico.
Anunció que a corto plazo comenzará a funcionar el transporte de mercancías en camiones entre Puerto Montt y San Carlos de Bariloche, para conducirlas después hacia cualquiera de los puertos del Atlántico a través de los Servicios Ferroviarios Patagónicos (SEFEPA).
El Gerente General de SEFEPA, Germán JALABERT, aseguró que hubo avances en las negociaciones para concretar actividades entre el corredor de Pino Hachado y Neuquén, en conexión ferroviaria con la empresa FERROSUR.

ORIGINAL

Destacó que existen demandas concretas de carga para contenedores refrigerados, como en el caso del pescado con destino a Argentina que entraría desde Chile.

b.- <u>Puente Colonia - Buenos Aires</u>.-

(1) **Se define lo del puente de Colonia.-**

(ULTIMAS NOTICIAS 19/XI/97 - Pág.4).-

La Comisión de Asuntos Internacionales del Senado definirá el Tratado entre Uruguay y Argentina para la construcción del puente Colonia-Buenos Aires.
El Plenario del Frente Amplio resolverá la postura que asumirán sus representantes en la Comisión senatorial, Reinaldo GARGANO, (Partido Socialista) y Alberto COURIEL (Vertiente Artiguista).
A nivel del Partido Nacional se hacen contactos para definir una postura única, luego de que los legisladores Carlos GARAT (Herrerismo) y Carlos Julio PEREYRA (Movimiento Nacional de Rocha) plantearán una serie de dudas con respecto a la aprobación de la iniciativa.
El Partido Colorado reclamó que, con o sin informe, el proyecto fuera considerado por el Plenario en el corriente mes.

(2) **Declaraciones del ex-Ministro de Economía .-**

(BUSQUEDA 20/XI/97 - Pág.6).-
El Ex-Ministro de Economía y ex-Senador Herrerista Ignacio DE POSADAS considera que con la construcción del puente Colonia-Buenos Aires, Uruguay perderá soberanía en materia de cultura y nacionalidad.
En una entrevista publicada en el Semanario BUSQUEDA manifestó que:
P - ¿Usted cree que en esta coyuntura de globalización e integración con los países vecinos - incluso física a través del puente Colonia-Buenos Aires- la ausencia de una identidad fuerte afectará a Uruguay?.
R - "Soy contrario a muerte de la construcción del puente Colonia-Buenos Aires y perdí la discusión durante el gobierno pasado. Creo que es una pésima idea. la peor idea habida y por haber".
P - ¿Por qué?.
R - "Porque el Uruguay tiene mucho más para perder que para ganar. Uruguay va a pagar un precio carísimo a cambio de nada en temas culturales y de nacionalidad. no de soberanía en el sentido que nos vayan a invadir. sino en estos temas profundos, de país. Está presente la succión que provoca siempre la gran ciudad. Recuerdo todas las argumentaciones y las presiones que se hicieron desde Paysandú y Fray Bentos. sosteniendo que los puentes eran vitales para esas ciudades".
P - ¿Usted vio que el puente haya dado algo a Fray Bentos?.
R - "Nada. Probablemente lo haya vaciado más de lo que ya estaba. Ahora vamos a reinventar el tercer puente con los mismos argumentos".
P - ¿Teme que el tráfico a través del puente provoque una suerte de "argentinización de los valores de los uruguayos?.
R - "Temo que nos vayamos a convertir en el Once, para ser más exacto (El "Once" es un barrio comercial de Buenos Aires)".
P - ¿Cómo supone que se pueden evitar esos efectos "amenazantes" de la globalización?.
R - "No vamos a tratar de levantar ahora un Muro de Berlín para que no entre la CNN. El fenómeno es inevitable. Eso acentúa la obligación del gobierno, de los partidos políticos y de la sociedad civil de reforzar los valores".

(3) **Diferencias entre Gobierno y Parlamento.-**

(POSDATA 21/XI/97 - Pág.38).-
En el seno de la Comisión Legislativa que estudia el Tratado Binacional, el Senador Carlos Julio PEREYRA expresó su preocupación porque *"la obra se lleve a cabo sin mayor intervención del*

ORIGINAL
Nº 012
9714508

Parlamento o los legisladores no tengamos ante quien recurrir para verificar la forma como se están desarrollando las cosas".
PEREYRA advirtió que algunos técnicos opinan que la construcción del puente puede afectar la navegabilidad del río Uruguay, ya que ésta depende de la altura de las aguas y "a medida que ésta sube se reduce el espacio para los barcos".
El Senador del Nuevo Espacio, Rafael MICHELINI, reclamó *"un compromiso muy fuerte del Estado uruguayo con respecto a todas las obras relacionadas"* al puente.
MICHELINI dijo aspirar a que en ese compromiso -*"que hay que hacerlo por ley"- se establezca cuál es "la infraestructura necesaria" para que la obra resulte exitosa.*
Entre otros puntos, mencionó las remodelaciones que deberían instrumentarse en las rutas 1, 8, 11 y 25 y en el Puerto de Carmelo.
Sostuvo que con la construcción del puente binacional, la ciudad de Colonia tendrá que mejorar el saneamiento, y reclamó que "en los primeros 4 o 5 años se podría destinar un porcentaje de la renta del puente a construcciones que permitan solucionar estos perjuicios".
El Senador del Frente Amplio Reinaldo GARGANO dijo que el proyecto del puente *"estaba ligado a la construcción del eje vial" y que ahora, por la información recibida por la comisión legislativa, "parece que no hay garantías de que dicho eje se desarrolle en territorio uruguayo".*
El Senador colorado Américo RICALDONI salió al paso y sostuvo que el acuerdo firmado con Argentina es *"un tratado marco, un acuerdo internacional, en este caso binacional".*
Dijo que este Tratado tendrá, a posteriori, otras instancias que generan obligaciones de derecho internacional y que "tienen que pasar necesariamente por el Parlamento".
"De modo que esta preocupación que existe no tiene fundamento jurídico.

(4) **Puente Polémico.-**

(EL OBSERVADOR 24/XI/97 - Pág.8).-
Opinión de un lector sobre "Un puente sin motivo". (Ver Anexo "FOXTROT").-

(5) **SERRATO destacó rentabilidad del puente.-**

(EL PAIS 22/XI/97 - Pág.7).-
El Presidente de la Comisión Mixta Pro-puente Colonia-Buenos Aires, Ing. José SERRATO, sostuvo que se trataba de un elemento significativo en el proceso que nos lleva a la concreción de esta gran obra, la decisión de ambos gobiernos de impulsar el

ORIGINAL

proyecto bajo la modalidad de régimen de concesión de obra pública.
El Ing. SERRATO sostuvo que en definitiva, el puente se presenta como un proyecto de elevada rentabilidad económico-social y, simultáneamente, de interesante rentabilidad financiera, hecho que les permite ofrecer una concesión.
El Presidente de la Comisión Administradora del Río de la Plata, Embajador Adolfo CASTELLS MENDIVIL, se refirió al dragado del Canal Martín García, destacando las ventajas económicas del dragado, dado que hoy, un barco tipo PANAMAX, que navega desde Nueva Palmira a Recalada, tiene costos mucho mayores que con el Canal Martín García a 32 pies, en una cifra de aproximadamente U$S 11.000.
Sostuvo, que con el impulso del Plan Forestal, se prevé que las exportaciones de madera alcancen los 2 millones de toneladas en un par de años y que sin el referido canal habría serias dificultades de transporte o se comprometería el margen de ganancias de los productos nacionales, al tener flete más caro.
Por otra parte, se incrementará la demanda de servicios portuarios, se desarrollará aún más el Puerto de Montevideo, se pagará menos peaje y parte será para el Uruguay, se eliminan los costos de los prácticos argentinos del Río Paraná y al ganar por lo menos medio día de navegación, se aumentará el número de viajes de los buques.

c.- **Pesca**.-

(1) **Preocupa merma en pesca de merluza.-**

(ULTIMAS NOTICIAS 14/XI/97 - Pág. 15).-
El Director General del Instituto Nacional de Pesca, Capitán de Navío (R) Sergio GALANTE, señaló que Uruguay ha capturado 9.000 toneladas menos de merluza en los dos últimos años y advirtió que se está analizando si el crecimiento explosivo que tuvo la captura en aguas argentinas es la causa.
GALANTE y el Ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, Téc. Agr. Carlos GASPARRI concurrieron a la Comisión respectiva del Senado para informar sobre la situación de la actividad pesquera en el país.
"El hecho de tener un área rica en nuestras aguas hace que Uruguay cuide con esa veda los ejemplares juveniles; de lo contrario, nuestra industria dejaría de percibir alrededor de U$S 1.000.000, si bien lo puede recuperar a largo plazo.
El hecho de cuidar juveniles y nacimientos en nuestras aguas hace que ese recurso después comience a transitar esa biomasa hacia aguas argentinas, se mezcle con esas aguas argentinas, se mezcle con esas aguas con el ingreso de la misma especie, proveniente del sur, se fusionen, se procreen y

ORIGINAL

014 9714508

formen una gran masa, que es pescada en aguas argentinas por buques de ese país y por los que están dentro de los Tratados con la Comunidad Económica exclusiva que ha firmado la República Argentina".

" (2) **Zona de exclusión para pesqueros.-**

(BUSQUEDA 20/XI/97 - Pág.31).-

La Comisión Técnico Mixta del Frente Marítimo (CTMFM) del Río de la Plata estableció una zona de exclusión para las actividades de buques de más de 30 metros de eslora en la zona común de pesca.

Edison GONZALEZ LAPEYRE, Vicepresidente de la Comisión binacional indicó que "la resolución tiene un valor histórico, por su propósito de prevenir actividades depredatorias".

La zona de exclusión se estableció en una franja cuya isobata (línea de profundidad) es inferior a los 60 metros.

Dentro de la zona de exclusión "se prohibieron expresamente los operativos de pesca con arrastre de fondo" para las embarcaciones aludidas "con la finalidad de evitar el deterioro que esas actividades producen en las proximidades de las costas de ambos países".

La resolución entrará en vigencia a partir de su publicación en el Diario Oficial uruguayo y el Boletin Oficial de la República Argentina, lo que ocurrirá en próximos días.

ORIGINAL

d.- **Medio ambiente.-**

(1) **Pagan por el derrame del San Jorge.-**

(EL OBSERVADOR 18/XI/97 - Pág. 9).-

Existe un acuerdo con los aseguradores de la empresa armadora del petrolero San Jorge para que la compañía pague al Estado uruguayo los gastos que generó el combate al derrame de crudo.

La cifra que se maneja es del orden de los U$S 2 millones.

Esta compensación se limita a la erogación que debió realizarse, en materiales y mano de obra para dispersar la mancha, que se produjo cuando el San Jorge derramó parte de la carga de sus tanques luego de chocar con una punta de roca, no marcada en las cartas marítimas, a unas 20 millas de Punta del Este.

Está pendiente establecer el monto correspondiente a los daños y perjuicios que el derrame causó al sector turístico, en plena temporada y al medio marino.

Otros daños eventuales como el perjuicio a la fauna

ictícola. no están totalmente determinados.
Esta parte de la compensación sería de un monto aún más importante y probablemente sea preciso llegar a juicio para lograr cobrarla.
Según el Comandante en Jefe de la Armada Nacional, Vicealmirante Raúl RISSO *"se llegó a un acuerdo para resarcir los elementos químicos y los elementos materiales, y el empleo de mano de obra, que demandó esa operación. La mayor resistencia de los armadores se centraba en la factura de más de U$S 900.000 que la Armada presentó por la contratación de un avión argentino. dotado de equipamiento especial para arrojar un producto químico dispersante sobre la mancha. La acción de ese aparato, según el Jefe Naval. fue fundamental para resolver rápidamente el problema en la zona del siniestro. cuyos alcances en principio se estimaron como mucho mayores.*
La Armada estudia la adquisición de un equipo que permitirá realizar una tarea similar, aunque a escala muy reducida. con un helicóptero de esa arma".

(LA REPUBLICA 22/XI/97 - Pág.9).-
Las preguntas que el gobierno no contesta sobre el petrolero "San Jorge". (Ver Anexo "GOLF").-

(2) **Firmaron acuerdo para protección de faja costera.-**

(ULTIMAS NOTICIAS 18/XI/97 - Pág. 11).-
Se firmó un convenio para la protección de la franja costera en el que participaron tres Ministerios, la Organización de Naciones Unidas y Canadá.
Se trata de la tercera etapa del denominado Programa ECOPLATA, que tiene el fin de promover y apoyar la gestión integrada de la franja costera del río de la Plata con vistas a preservar y utilizar de manera sostenible sus valiosos recursos hacia el futuro.
Firmaron el acuerdo el Ministro de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, Juan CHIRUCHI, de Ganadería, Agricultura y Pesca, Téc. Agr. Carlos GASPARRI; de Defensa Nacional, Dr. Raúl ITURRIA, el Rector de la Universidad, Ing. Jorge BROVETTO y el Subdirector de Planeamiento y Presupuesto, Agustín CANESSA.
Participaron también el Representante Residente del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, Eduardo Niño Moreno y el Embajador de Canadá, Roland GOULET.

(3) **Por un manejo racional de los recursos costeros.**

(EL OBSERVADOR 20/XI/97 - Pág. 02).-
Por un manejo racional de los recursos costeros. (Ver Anexo "HOTEL").-

016
9714508

e.- **Hidrovía Paraguay-Paraná.-**

(LA JUVENTUD 18/XI/97 - Pág. 10).-
Fuertes impactos sociales y ambientales generaría la Hidrovía Paraguay-Paraná.
(Ver Anexo "INDIA").-

(EL PAIS 24/XI/97).-
Una delegación de la Comisión Permanente de Transporte de la Cuenca del Plata encabezada por su Presidente Licenciado Ricardo DOS SANTOS entrevistó al Presidente de la República, Julio Mª SANGUINETTI.
En el encuentro participaron el Ministro Interino de Transporte Ingeniero Conrado SERRENTINO, el Sr. Jorge SANGUINETTI y por la CPTCP los Sres. Horacio LOPEZ (Argentina), Capitán Martín ORTIZ (Paraguay) e Ingeniero Emilio Ohno Operador, Daniel SANGUINETTI, operador, Verónica PEREIRA y Emilio CAZAL por Uruguay.
En la ocasión Ricardo DOS SANTOS ofreció una síntesis de la frustrante realidad que atraviesa el sector privado, armatorial y operativo, señalando la posición del Comité Intergubernamental de la Hidrovía (CIH) relacionada con la excesiva reglamentación que continúa generándose en ese organismo.
Sugirió la posibilidad de que los mandatarios de los cinco países del Acuerdo de Las Leñas, asumieran un protagonismo mayor en el programa de la Hidrovía.
Agregó que ante las notorias dificultades del funcionamiento de la Hidrovía por excesiva burocracia, sería de oportunidad que los Presidentes de la Cuenca del Plata recogieran esta inquietud en la próxima Reunión Cumbre del MERCOSUR.
El Presidente SANGUINETTI fue receptivo y se mostró interesado en llevar adelante esa propuesta.
Asimismo se informó al Primer Mandatario la posibilidad de promover la propuesta de una Bandera Unica en la Hidrovía impulsada por el Sr. Jorge SANGUINETTI, Jefe de la Delegación Uruguaya ante el CIH.

ORIGINAL

1.- **ARGENTINA**.-

a.- Visita del Buque "ENDURANCE".-

(CLARÍN 18/XI/97 - Página 13).-

El Rompehielos de la Armada Británica, "ENDURANCE", sucesor del buque del mismo nombre que desató la Guerra por las Malvinas de 1982, arribó el 17 de noviembre al Puerto de Buenos Aires .

En representación de la Armada Argentina, fue recibido por el Jefe de Apoyo Náutico del Servicio de Hidrografía Naval, Capitán de Navío Ismael RODRÍGUEZ.

Contó además, con la presencia del Agregado Naval británico, Capitán de Navío David Kenneth LODGE MCDONNEL, entre otras Autoridades.

b.- Presupuesto Militar.-

(CLARÍN 21/XI/97 - Página 08).-

El Presidente Carlos MENEM expresó, que el Gobierno podría estudiar un plan de recomposición salarial para los militares "en el corto plazo".

Hizo referencia además a, la "comprensión y abnegación" del personal de las Fuerzas Armadas y a la "necesidad" de encarar un mejoramiento de los haberes, en el Acto de Clausura de la Tercera Jornada del Curso de Orientación para Comandantes de Brigadas y Jefes de Unidades designados para cubrir sus cargos a partir del año próximo, el Presidente aseguró además, que no habrá cambios en el sistema de retiros y pensiones castrenses.

El Jefe del Ejército, Teniente General Martín BALZA expresó que: "el Ejército necesita un presupuesto operativo de 145 millones de pesos".

ORIGINAL

(CLARÍN 21/XI/97 - Página 14).-

El Diputado Juan Pablo CAFIERO, rechazó el Proyecto de Ley de Reestructuración de las Fuerzas Armadas.

Al justificar su oposición a elevar el Presupuesto Militar habla de "instituciones anacrónicas, obsoletas e ineficientes", en referencia a las Fuerzas Armadas.

"Resulta inadecuado hablar de aumento presupuestario, dado que no se sabe para qué es dicho aumento".

(CLARÍN 23/XI/97 - Página 14).-

El Jefe del Ejército Teniente General Martín BALZA, el 22 de noviembre criticó la posición del Diputado Juan CAFIERO, a quien le adjudicó motivaciones ideológicas y discriminatorias por

haber calificado a las Fuerzas Armadas de instituciones anacrónicas, obsoletas e ineficientes.

El General sostuvo que, los conceptos de CAFIERO, "resultan agraviantes y causan indignación".

El Teniente General BALZA envió un radiograma a todas las Unidades del Ejército para conocimiento y estudio de las mismas.

(CLARÍN 22/XI/97 - Página 08).-

Los Brigadieres de la Fuerza Aérea el 21 de noviembre coincidieron en mencionar que el Diputado CAFIERO, "no conoce el verdadero estado operativo de la Fuerza Aérea".

(CLARÍN 24/XI/97 - Página 11)

Pese al malestar militar, el Diputado Juan Pablo CAFIERO, ratificó el 23 de noviembre su oposición a un aumento del gasto castrense e insistió en que las Fuerzas Armadas adolecen de "profundas carencias en su organización y funcionamiento".

CAFIERO remarcó la necesidad de debatir sobre el rol militar, antes de definir líneas de acción sobre su futuro, con el argumento de que quedaron "perimidos" los ejes tradicionales de la función castrense.

El Jefe de la Armada, Almirante Carlos MARRÓN, envió un mensaje a todas las Unidades de su Fuerza para manifestar su "absoluto rechazo de esos conceptos vertidos por el Diputado por encontrarlos infundados y agraviantes". "Las aventuradas afirmaciones del Diputado ponen en evidencia su desconsideración, su absoluto desconocimiento del rol y de la problemática de las Instituciones, del esfuerzo sostenido de la Armada en procura de satisfacer sus obligaciones y las demandas de la sociedad, expresadas a través de sus poderes constituidos".

ORIGINAL

c.- <u>Transporte de Plutonio</u>.-

(LA REPÚBLICA 19/XI/97 - Página 17).-

La Organización ambientalista Greenpeace advirtió el 18 de noviembre que las Costas de Argentina podrían ser una de las rutas del "tercer embarque" de residuos radiactivos que partirá en diciembre próximo desde Francia hacia Japón.

Juan Carlos VILLALONGA, Coordinador de la Campaña de Energía de Greenpeace, denunció que las Empresas involucradas en el traslado "han vuelto a faltar a su palabra de consultar a los países frente a cuyas costas podría pasar el cargamento y entre las que figura Argentina".

La Organización precisó que las tres empresas responsables del traslado son:

- la francesa Cogema, en cuya planta se realiza el reprocesamiento,
- la Japan Nuclear Fuels Limited (JNLF) y
- la British Nuclear Fuels Limited (BNFL).

La Organización agrega que, "a pesar de las promesas de transparencia de las empresas vinculadas al transporte de plutonio, la ruta que utilizará el nuevo cargamento permanece en secreto aún tanto para el público como para los países emplazados a lo largo de las tres rutas posibles".

d.- Pesca.-

(CLARÍN 20/XI/97 - Página 15).-

La Cámara de Diputados completó el 19 de noviembre la sanción de la Ley de Pesca, a la que introdujo modificaciones y devolvió al Senado.

Los trazos de la norma son:

- la creación de una Secretaría especifica para la actividad y el Consejo Federal de Pesca, que integrarán por partes iguales la Nación y las cinco Provincias costeras marítimas.
- Se extiende a 12 millas la jurisdicción provincial.
- Se definió las pujas en torno de las cuotas de captura por cada permiso de pesca, existente o por darse.
- Serán cuotas transferibles a título oneroso. Los cupos serán por barco y por empresa.
- La norma procura favorecer la descarga y la actividad industrial en Puertos argentinos.
- Prohíbe la transferencia a buques congeladores o factorías.

e.- Represa de Salto Grande.-

(CLARÍN 20/XI/97 - Página 15).-

La falta de quórum impidió que el 19 de noviembre se votara en el Senado un Proyecto de Ley para transferir a la Provincia de Entre Ríos la propiedad de la Usina Hidroeléctrica de Salto Grande.

La planta factura por año 420 millones de pesos que se dividen en partes iguales entre Uruguay y Argentina. En la propuesta se prevé que la cesión por parte del Estado se realizará en tres etapas: el 33% a partir del 1ro. de enero del año próximo, aumentará al 66% en enero de 1999 y quedará finalizada a partir de enero del 2000.

La cesión implica el reconocimiento y subsistencia de las obligaciones y regalías existentes.

ORIGINAL

f.- Desaparecidos.-

(CLARÍN 19/XI/97 - Página 12).-
El Juez español Baltasar GARZÓN, Decretó el 18 de noviembre la libertad bajo fianza del ex Capitán de Corbeta Adolfo SCILINGO.

(CLARÍN 20/XI/97 - Página 22).-
El ex Ministro del Interior de la pasada dictadura Horacio TOMAS LIENDO, negó el 19 de noviembre que su antecesor en el cargo Albano HARGUINDEGUY, le haya entregado documentación sobre hijos de desaparecidos.
Admitió que la única documentación que recibió estaba relacionada con personas detenidas que quedaron a disposición del Poder Ejecutivo.
El Juez Adolfo BAGNASCO investiga los vuelos realizados por aviones de la Fuerza Aérea a fines de 1983 para establecer si en los mismos se transportó documentación sobre los desaparecidos al exterior.

g.- Crecimiento de la actividad de Grupos Fundamentalistas.-

(CLARÍN 20/XI/97 - Página 19).-
El Gobierno expresó su preocupación por el crecimiento de la actividad de grupos fundamentalistas en las Zonas Fronterizas de Ciudad del Este (Paraguay) y Foz de Iguazú (Brasil).
Por ese motivo reclamará a las Autoridades de ambos países que refuercen los controles en esa Región, en el marco de la II Reunión de Ministros del Interior del Mercosur, que se inicia el 20 de noviembre en Punta del Este.
Fuentes gubernamentales señalaron, que el incremento de la "actividad religiosa, económica y proselitista" de la Zona es causa de preocupación.
Los Servicios de Inteligencia argentinos advirtieron sobre la construcción de una mezquita de 23 pisos y el sensible crecimiento económico por parte de ciudadanos iraníes.

ORIGINAL

h.- Medidas diplomáticas contra Irán.-

(CLARÍN 22/XI/97 - Página 10).-
El Canciller Guido DI TELLA confirmó el 21 de noviembre que el Gobierno podría llegar a tomar medidas diplomáticas contra Irán, si el Juez que entiende en la Causa del Atentado a la AMIA, Juan José GALEANO, obtiene nuevas pruebas de la participación de ese país en el atentado a la mutual judía.

021 9714508

(CLARÍN 24/XI/97 - Página 07).-
Irán recomendó el 23 de noviembre a Argentina que no sirva a "las conspiraciones" de EE.UU. e Israel, aplicando eventuales sanciones diplomáticas en su contra por el ataque a la AMIA.

2.- **BRASIL.-**

a.- Consejo de Seguridad de la ONU.-

(CLARÍN 22/XI/97 - Página 46).-
Rusia apoyó la iniciativa para que América Latina, y Brasil en particular, tengan una Representación Permanente en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, a través del Ministro ruso de Relaciones Exteriores, Yevgeny PRIMAKOV.
El Canciller brasileño, Luiz Felipe LAMPREIA, defendió la candidatura de Brasil, mencionando que su país fue fundador de la ONU y destacó el tamaño de "su población, territorio y producto nacional".

3.- **INTERNACIONALES.-**

a.- CHILE: Ejército.-

(CLARÍN 23/XI/97 - Página 37).-
El Ejército chileno comenzará a recibir en 1998 los primeros Tanques Leopard de una partida de 120 que comprará en Alemania por 15 millones de dólares.
Se trata de un proyecto para modernizar el Arma, llamado Plan Alcázar, que despertó quejas entre los países vecinos por alterar el equilibrio militar en la región.
Los Leopard alemanes fueron elegidos después de consultas con otros proveedores: Bélgica, Holanda e Italia. Pero estos países condicionaron la venta al alejamiento en el cargo del General Augusto PINOCHET.

b.- CHILE: Terrorismo.-

(TIEMPOS DEL MUNDO 20/XI/97 - Página B7).-
El Subsecretario del Interior, Belisario VELASCO, admitió que la Policía se encuentra en estado de alerta ante las señales que indican una posible actividad subversiva de izquierda.
"Si bien los grupos armados están desarticulados no significa que no existan o no puedan actuar en un momento determinado".
El tema de la rearticulación insurgente apareció luego de un enfrentamiento con Carabineros tras la detención de dos individuos. En varios allanamientos se encontraron manuales sobre la lucha de clases, formación paramilitar y confección de bombas.

ORIGINAL

El grupo que confirmó su reactivación es el Ejército Guerrillero del Pueblo - Patria Libre.

El EGP-PL emergió a la vida nacional en 1991 como una fracción del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Grupo Subversivo organizado por estudiantes universitarios en 1965 bajo la inspiración de la revolución cubana.

Fuentes de Inteligencia policial expresaron su preocupación en materia de seguridad, particularmente por la realización de la próxima Cumbre Hemisférica, programada para abril próximo en Santiago de Chile.

c.- Chile: Desaparecidos.-

(CLARÍN 21/XI/97 - Página 35).-

En un fallo la Corte Suprema de Chile decidió el 20 de noviembre revocar la amnistía aplicada por la Justicia Militar en una causa de detenidos desaparecidos.

La decisión provocó que el proceso por la detención y desaparición de dos militantes del Partido Socialista (Rodolfo ESPEJO y Gregorio LÓPEZ, el 15 de agosto de 1974), sea sacado de la nómina de casos de violaciones de los Derechos Humanos definitivamente cerrados para ser archivado en los de cierre temporal, a la espera de nuevas evidencias.

La determinación de la Justicia chilena de revocar la amnistía es meramente simbólica ya que en el juicio no se pudo identificar a ninguno de los aprehensores de los dos jóvenes desaparecidos lo que significa que no hay a quién aplicársela y por lo tanto nadie irá a la cárcel.

ORIGINAL

d.- CHILE: Policía Militar.-

(CLARÍN 19/XI/97 - Página 35).-

El Director de Carabineros de Chile (Policía militarizada), General Fernando CORDERO, renunció el 18 de noviembre al cargo que será ocupado por su Segundo, el General Manuel UGARTE. No se dieron a conocer razones del cambio, que se hará efectivo a partir del 27 de noviembre.

El General CORDERO, con su renuncia puede aspirar a ocupar el puesto de Senador designado en el Parlamento, que se instalará en marzo próximo después de las elecciones de diciembre.

e.- CHILE: Polémica con Israel.-

(CLARÍN 18/XI/97 - Página 36).-

El General chileno Augusto PINOCHET, declarado hasta ahora "persona no grata" en Israel, fue invitado para diciembre al País por una Empresa Militar privada israelí y la posible visita desató

9714508
023

una fuerte polémica.

La invitación fue realizada por la Empresa Majshiri Tnuah, especializada en carros blindados, que sufrió como otras Industrias Militares israelíes el congelamiento de compras por parte de las Fuerzas Armadas chilenas, tras la negativa de la Cancillería israelí, durante el Gobierno laborista, de recibir oficialmente al General PINOCHET.

(CLARÍN 24/XI/97 - Página 32).-

Una ola de protestas desatada en Israel por organizaciones de derechos humanos y comunidades judías latinoamericanas, especialmente las de Chile y Argentina, hizo cancelar la visita que el General Augusto PINOCHET planeaba realizar a Israel.

f.- <u>ISLAS MALVINAS</u>.-

(EL OBSERVADOR 20/XI/97 - Página 26).-

El Gobernador de las Islas Malvinas, Richard RALPH, ratificó la Soberanía británica sobre el Archipiélago y aseguró que la misma "no se negocia", al referirse a la visita que efectuará el Presidente argentino Carlos Saúl MENEM, el año próximo al Reino Unido y a la manifestada intención del Canciller Guido DI TELLA de visitarlas cuando "haya llegado el momento oportuno".

El Canciller argentino, Guido DI TELLA, no es bienvenido en las Islas Malvinas, según afirmó el Gobernador del mencionado Archipiélago.

(CLARÍN 24/XI/97 - Página 03).-

El Presidente Carlos MENEM aseguró el 23 de noviembre que durante la visita que realizará el año próximo a Gran Bretaña se hablará de la Soberanía de las Islas Malvinas, a pesar de que el tema no figura en la Agenda Oficial elaborada por las Cancillerías de ambos países.

4.- **MERCOSUR.-**

a.- <u>Triple Frontera</u>.-

(CLARÍN 21/XI/97 - Página 08).-

El Ministro del Interior, Carlos CORACH, reiteró la preocupación de su Gobierno sobre la situación en la Zona de Foz do Iguazú (Brasil) y Cuidad del Este (Paraguay) que comparten frontera con Puerto Iguazú (Argentina).

"Los Servicios de Inteligencia han detectado el tránsito de personas vinculadas al terrorismo internacional y a grupos fundamentalistas, que conforman un inminente grave peligro para todo el Continente".

ORIGINAL

CORACH sugirió la eventualidad de un nuevo atentado terrorista en algún lugar del Subcontinente en un momento particularmente sensible para la Argentina, cuando parece avanzarse en dirección a la responsables del Atentado de la AMIA.

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA - República O. del Uruguay - 2da. DIVISION

ORIGINAL

Capitán de Navío (CG) .....
José Luis MARTÍNEZ LANZANI
Jefe de la Segunda División del Estado Mayor General de la Armada.

025 9714508

Anexo "ALFA"

Alto el fuego 2,

la logia de los tenientes de Hitler

"Alto el fuego 2, la logia de los tenientes de Hitler", el osado ensayo testimonial de Nelson Caula y Alberto Silva, es el libro de mayor relevancia que abordamos en esta nueva entrega. Los otros tres títulos incluidos en la presente selección, son "La generación Cuesta", que es un importante fragmento de la historia del sindicalismo uruguayo, "Escenarios", de Milton Schinca, y el primer libro de poesía del joven escritor Alvaro Gutiérrez Acosta.

Escribe · Hugo Acevedo · (crítico)

A doce años del restablecimiento de la legalidad, la democracia uruguaya sigue afrontando un supremo desafío: aplicar la "terapéutica" adecuada que permita restañar las heridas del pasado, habilitando una solución definitiva a la crisis de los desaparecidos durante la dictadura.

Muchas voces parecen apostar al silencio cómplice y anestesiante, mediante un discurso oficial cargado de sofismas, falsedades y exorcizador de sórdidos fantasmas de carne y hueso que comparten hoy impunemente el mismo espacio físico que nosotros.

Los periodistas Nelson Caula y Alberto Silva, interpretando cabalmente la necesidad de demoler la arquitectura de la mentira, concibieron "Alto el fuego II, la logia de los tenientes de Hitler", un removedor testimonio que arroja luz sobre los deliberados conos de sombra de nuestra historia contemporánea.

Hace once años, "Alto el fuego, Fuerzas Armadas y tupamaros (1972-1973)", de los mismos autores, se transformó en un resonante éxito editorial. Por entonces, estaba muy fresco en la memoria colectiva el lacerante tormento del autoritarismo y la democracia luchaba por recuperar un conjunto de valores que le eran intrínsecos desde los albores del Uruguay independiente.

La obra agotó nueve ediciones y vendió nada menos que 17.000 ejemplares, transformándose en un referente insoslayable para historiadores e investigadores. Incluso, el año pasado, fue reeditada por LA REPUBLICA en fascículos coleccionables.

Contrariamente a lo que se podía suponer, este nuevo libro no es una recurrente continuación del anterior, sino un ensayo bastante más profundo y ambicioso que explora en los laberintos del tiempo, interpela al pasado y busca nuevas y esclarecedoras respuestas.

Los autores se lanzan a la riesgosa aventura de investigar el rol histórico de las Fuerzas Armadas en la vida institucional del país, para borrar definitivamente de la escena la tradicional concepción de que los militares uruguayos fueron siempre "apolíticos" y "civilistas".

Mediante el acopio de profusa documentación de singular contundencia, Caula y Silva se internan osadamente en las décadas del 30 y el 40, para descubrir sorprendentes vínculos entre militares uruguayos y algunos personajes de nuestra clase política con la Alemania nazi y la Italia fascista.

Resultan estremecedores algunos discursos y pronunciamientos de la época de la dictadura de Gabriel Terra, que panegirizaban a los tiranos Hitler y Mussolini y consideraban a los judíos como "el verdadero enemigo".

Estos removedores testimonios ponen en tela de juicio el mito de la "Suiza de América" y del país tolerante que siempre le fue inculcado a las nuevas generaciones como si se tratara de un sacramento.

En esta obra, Nelson Caula y Alberto Silva van imbricando pacientemente acontecimientos del último medio siglo de nuestra historia, para interpretar cabalmente la génesis del golpe de Estado que arrasó las instituciones en la fatídica jornada del 27 de junio de 1973.

En ese contexto, los autores revelan desconocidos entretelones del denominado "febrero amargo": los momentos de tensión, las luchas intestinas, las secretas negociaciones políticas y los controvertidos comunicados 4 y 7.

El minucioso trabajo incluye también, un testimonio inédito del extinto líder nacionalista Wilson Ferreira Aldunate, documentos nunca antes publicados de la Comisión de Represión de Ilícitos Económicos y del proceso relativo al "caso Peirano Facio" y la carta renuncia al MLN de Héctor Amodio Pérez, entre otras impactantes revelaciones.

"Alto el fuego 2, la logia de los tenientes de Hitler", que transcribe textualmente muchos valiosos documentos y contiene profuso material fotográfico, es un ensayo osado y trangresor.

La contundencia del planteo no se origina ciertamente en la opinión de los autores, sino en la fuerza demoledora de los acontecimientos evocados, que rescatan fragmentos desconocidos y reveladores de nuestra historia contemporánea.

"Alto el fuego 2, la logia de los tenientes de Hitler", de los colegas Nelson Caula y Alberto Silva, es -sin dudas- un libro de lectura ineludible, que desafía el sentido crítico y reflexivo del lector y coadyuva a mantener alerta la memoria colectiva.

Aunque está concebido con escritura incisiva y despojada de eufemismos, los autores soslayan toda tentación discursiva, para concentrar su artillería en el relato y la interpretación de un conjunto de episodios que nos permiten desentrañar los intrincados laberintos de nuestra historia reciente.

(Editorial Rosebud)

"SUPLEMENTO DE LA REPUBLICA" - 23/X/97.-

026 9714508

Anexo "BRAVO"

ARMADA DICE NECESITAR OTRO PETROLERO

El Vicealmirante Raúl Risso afirmó ayer que el empleo «eficiente» de los recursos ha sido una «preocupación constante» de su gestión como Comandante en Jefe de la Armada Nacional, y advirtió que el país, por razones estratégicas y de entrenamiento, necesita adquirir un nuevo petrolero.

Al acto celebratorio del 180° aniversario de creación del arma, que tuvo lugar en la plaza de la Armada, en Punta Gorda, asistió el Presidente de la República, Dr. Julio María Sanguinetti, así como los ministros Raúl Iturria, de Defensa Nacional, y Didier Opertti, del Interior.

En la ceremonia se colocaron ofrendas florales al pie del monumento a los caídos, se realizó un toque de silencio, salva y desfile de honor. Paralelamente, las unidades de superficie y aeronavales se hicieron presentes en las proximidades de la costa.

Risso recordó que el Cuerpo de Fusileros Navales ha intervenido en operaciones conjuntas y combinadas con el Ejército, la Fuerza Aérea y unidades de infantería de Marina de Argentina, Brasil y Estados Unidos en las siguientes operaciones: «Río Revuelto», «Ceibo» y «Unitas», incrementando de esta forma la «interoperatividad con las demás fuerzas participantes».

Por otra parte, la Prefectura Nacional Naval ha operado en forma combinada con componentes de la Guardia Costera de los Estados Unidos de América, «intercambiando experiencias, desde la interdicción del tráfico ilegal de drogas, personal y mercaderías, y en forma conjunta con el Ministerio de Economía y Finanzas, Aduana y Ministerio del Interior en la lucha contra el contrabando».

Con dicha Secretaría, además, personal de apoyo de la Prefectura Nacional Naval, el Cuerpo de Fusileros Navales, se encuentra apostado en el perímetro del Complejo Carcelario Santiago Vázquez (Comcar).

«En cumplimiento de la misión asignada ha empeñado a gran parte de los efectivos de la unidad, y estamos seguros que el profesionalismo y la entrega de sus hombres serán factores fundamentales para superar las contingencias que, como consecuencia del cumplimiento de esta nueva tarea, puedan surgir en otras áreas del servicio».

Las máximas autoridades estuvieron presentes en el festejo del aniversario de la creación de la Armada.

AL LIMITE DE SU VIDA UTIL

En su alocución, el comandante también aludió a la doble necesidad -estratégica y de entrenamiento- para la adquisición de un petrolero, ya que el existente se encuentra cercano al límite de su vida útil.

«No podemos perder la capacidad estratégica que nos brinda el transporte de esta fuente energética y, a su vez, la escuela de adiestramiento de tripulantes que éste representa». «Ha sido preocupación constante de esta administración el empleo más eficiente de los recursos presupuestales asignados».

Sobre el punto, el Ministro del Interior, Raúl Iturria, indicó que el tema «está en análisis» y que existe «resistencia» por parte del equipo económico para concretar la compra.

La Armada fue creada mediante una patente de presa expedida el 15 de noviembre de 1817 por el General Artigas desde el cuartel de Purificación. Artigas nombró a Juan M. Murphy para que, «con el buque a su cargo y la nota al pie de ésta del Señor comandante del Corsario predicho, puede navegar con libertad, hacer respetar el Pabellón de la República y hostilizar a sus enemigos de modo que juzgue más oportuno según el Derecho de las Naciones».

Pedro Campbell, un irlandés que arribó a estas tierras acompañando expediciones inglesas, fue el primer Comandante de la Marina. Luchó junto a las fuerzas artiguistas y el 21 de agosto de 1818 fue nombrado Comandante General de Marina.

ORIGINAL

027

"ULTIMAS NOTICIAS"- 18/X/97- Pág. 07.-

9714508

B - 1

Anexo "[illegible]"

En 180 años de la Armada el Vicealmirante destacó la lucha diaria contra el delito

RISSO: "AMPLIAR SOBERANIA DE PLATAFORMA CONTINENTAL"

La Armada Uruguaya realizará estudios que podrían llevar a ampliar la soberanía sobre la plataforma continental, según lo anunció el Comandante en Jefe de la Armada, vicealmirante Raúl Risso.

El Comandante en Jefe de la Armada, vicealmirante Raúl Risso, anunció que se realizará un estudio para ampliar la soberanía sobre la plataforma continental, en el marco de la celebración de los 180 años de la Armada Nacional. También destacó el esfuerzo para ajustarse al presupuesto y la denodada lucha diaria contra el delito, a través de acciones concretas para combatir el contrabando y el narcotráfico.

En acto realizado en la Plaza de la Armada, al cual asistió el Presidente de la República, Dr. Julio María Sanguinetti, Raúl Risso fue el único orador. En las actividades efectuadas en la tarde, en la Escuela Naval, se entregaron las condecoraciones "Honor al Mérito Naval Comandante Pedro Campbell".

■ ZONA MARINA

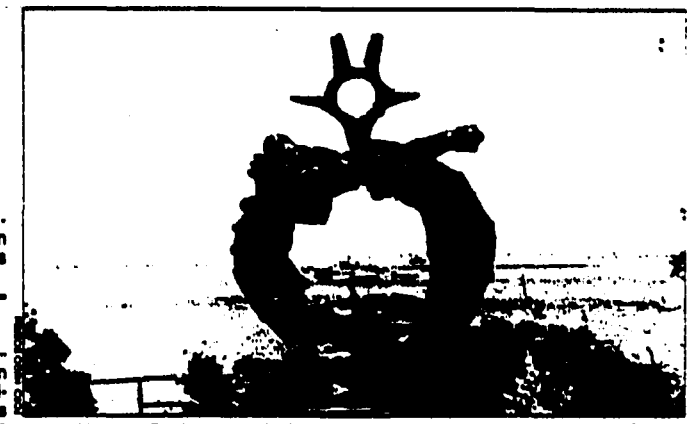
Como informara en octubre EL PAIS, la Armada Uruguaya se apresta a llevar a cabo estudios que podrán llevar a reclamar un área de jurisdicción sobre plataforma y subsuelo marinos de hasta 100.000 kilómetros cuadrados.

Los trabajos se deben realizar en forma [illegible] en virtud de que el estudio debe ser terminado antes del [illegible] y actualmente se carece del equipamiento necesario.

Las aguas territoriales uruguayas están actualmente demarcadas por convenciones internacionales que las sitúan en un límite de 200 millas naúticas.

■ EXISTENCIA DE TRATADOS

Sin embargo, existen tratados que permiten utilizar dos sistemas distintos de determinación de este límite, dependiendo de la ubicación del "pie del talud continental" y la presencia de sedimentación proveniente del territono de cada país, que fue arrastrada por las aguas.



MONUMENTO. El símbolo de la Armada enmarca al velero buque escuela Capitán Miranda en la celebración de un nuevo aniversario del arma

El dominio de los territorios adicionales se limita al control y explotación de las riquezas que pudiera haber en la plataforma continental y subsuelo, pero para los efectos de la "biomasa", que corresponde a la riqueza ictícola, vegetales, etcétera, dicha área seguirá siendo considerada como internacional.

Si se aplicara el primer sistema, Uruguay podría obtener un área de 40.000 kilómetros cuadrados y si se aplicara el segundo sistema (cuyo estudio es más caro), se llegaría a unos 100.000 kilómetros cuadrados, hasta las 350 millas naúticas de la costa.

■ DELIMITACION

El sistema de delimitación del control jurisdiccional que exige un menor esfuerzo para el reclamo, es el que señala que el límite se establecerá a 60 millas naúticas a partir del pie del talud continental.

Para realizar dicho estudio, se deberá invertir el dinero necesario para la compra de un equipo especial.

El trabajo consiste en determinar el lugar en que se ubica el pie de talud continental. Sin embargo, aunque no onerosa, la tarea no es sencilla y puede llevar varios años, por lo que es necesario comenzar a la brevedad con el estudio.

Risso destacó la importancia del estudio, el cual se debería realizar a corto plazo, de acuerdo con las previsiones.

CELEBRACION. El presidente Sanguinetti, junto al ministro Iturria y al vicealmirante Risso, se dirigen a depositar una ofrenda floral en los 180 años de la Armada Nacional

9714508

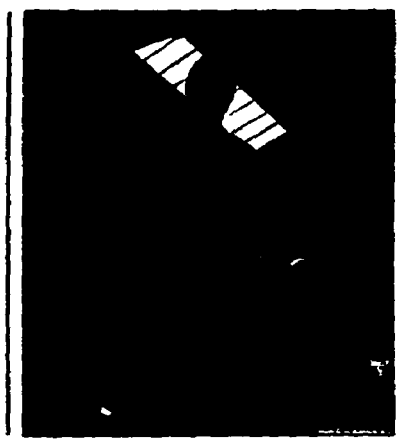
028

"EL PAIS"- 18/X/97- Pág. 12.-

C - 1

Anexo "CINCO"

Ana Sandes.



Carolina Arévalo.

María Elcheverry.

Andrea Luzuriaga.

Aires femeninos en la Fuerza Aérea

por Pablo Silva

En tantas otras actividades, la mujer *comienza a abrirse paso también en la aviación militar.* Es así que cuatro jóvenes están por culminar el primer año de cursos en la Escuela Militar de Aeronáutica y si bien aún no comenzaron a volar, en el futuro podrán desempeñarse, al igual que sus colegas hombres, como pilotos de helicópteros, de *transporte o de aviones de combate.*

Para recibirlas, la institución -de larga tradición masculina- debió adaptar sus reglamentos, algunas costumbres y por sobre todo una parte de sus instalaciones, pensadas originalmente para hombres. Su inserción se ha desarrollado sin traumatismos y hoy, *a punto de culminar el primer año* han logrado superar problemas y ubicarse con buenas calificaciones, tanto en aspectos teóricos como en los exigentes cursos de formación física.

Carolina Arévalo, Andrea Luzuriaga, Ana Sandes y María Elcheverry relataron a Mundo Aéreo cuales fueron los motivos que las decidieron a dar este paso inédito para las uruguayas.

-¿Cómo surge en ustedes la decisión de inscribirse en la Escuela de Aeronáutica, un lugar tradicionalmente ajeno a la mujer?

Carolina. -Para mí fue por vocación, desde chica me gustó la aviación y la carrera militar. Por parte de mi padre recibí la influencia militar y de mi madre el gusto por los aviones.

Andrea. - En mi caso, mi padre es oficial de la Fuerza Aérea y por ahí fui recibiendo la influencia.

María. -Mi padre también es oficial de la Fuerza Aérea y siempre estuve en contacto con todo esto. Llegado el momento me decidí. No esperaban que una de las mujeres se decidiera a entrar acá, pero bueno, pasó.

Ana. -Yo soy una especie de caso raro, soy del interior, de Tacuarembó, y no tenía contacto con este mundo aunque me atraía la aviación. Cuando me enteré que podían entrar mujeres, me interesó y me decidí.

«SOMOS UNO MAS»

-Ustedes ya llevan casi un año en esta institución, ¿cómo se sienten sometidas a la disciplina militar?

Andrea. -Aquí somos uno más. No hay diferencia entre hombres y mujeres en cuanto a las obligaciones y responsabilidades.

María. -La única diferencia es que vestimos pollera y llevamos caravanas, *pero nada más.* Las obligaciones son las mismas. En el futuro vamos a ser todos oficiales y por lo tanto los requerimientos y el trato deben ser los mismos.

-¿Se adaptaron a los cursos o tuvieron algún tipo de dificultades?

María. -Al principio nos costó un poco. Los hombres generalmente están más acostumbrados a hacer ejercicio, ya sea en la vida militar o civil, pero la mujer no tanto. La instrucción militar, por ejemplo, nos costó porque el fusil es pesado y no estábamos acostumbradas. La educación física también, sobre todo correr, también, pero con el paso del tiempo nos hemos ido adaptando.

El ingreso de mujeres en la Escuela Militar de Aeronáutica marca una nueva etapa en la historia del instituto. En unos años podrán ser pilotos de helicópteros, de aviones de transporte o de combate

ALGUNOS AUN NO LO ACEPTAN

-Ustedes son sólo cuatro entre decenas de cadetes varones, ¿cómo es la relación con ellos?

María. -Tal vez a algunos les cuesta aceptarlo, porque esle es tradicionalmente un ambiente de hombres. Muchos pueden decir -justo me tocó a mí estudiar con ellas-, pero, bueno, creo que son cosas que se van superando. Algunos lo aceptan y otros no.

-Las condiciones de formación para ustedes son las mismas que para los hombres, por lo tanto también son sus posibilidades, pero ¿cuáles son sus aspiraciones profesionales?

Andrea. -A mí me gustaría, en principio, retornar a la Escuela como instructora y después volar en aviones de transporte.

María. - Creo que a todas nos gusta volar en transporte o helicópteros. Ninguna tiene como expectativa ser piloto de ataque.

-¿Piensan en otro tipo de estudios?

Ana. Sí. Yo de química.

Carolina. - Por mi parte medicina, más orientamente genética.

-Supongo que la decisión de ser aviadores militares debe haber causado sorpresa en sus hogares, ¿que pasó en sus familias cuando les hicieron conocer lo que iban a hacer?

Andrea. En casa no lo podían creer. Cuando entré recién se comenzaron

QUE SE ANIMEN

-Se sienten como referentes para otras mujeres, no sólo en la vida militar, sino en general para aquellas que quieren incursionar en campos aún considerados masculinos.

Andrea. -Sí, puede ser. Yo les diría a las que les gusta que se animen, ahora sí hay otras mujeres que no se animan, les diría que no tengan miedo, que hay diferencias, somos personas.

-¿En el trato cotidiano, sus superiores hacen diferencias?

María. No de ninguna manera. Por ejemplo, hace unos días fuimos de maniobras, cada uno cargó sus cosas y las llevó. Había que hacer un pozo, había que hacerlo ya sea hombre o mujer. Lo mismo con armar las carpas o cargar las armas.

Andrea. -Al principio no se sabía si íbamos a hacer guardias, pero ahora sí, las hacemos como todos. Sabemos que una vez por semana ocupamos nuestros puestos junto a nuestros compañeros.

Carolina. -Nosotros pretendemos volar los mismos aviones que los hombres, no entramos para formar un cuerpo aparte, por lo que entendemos que las condiciones y el trato deben ser iguales.

MANDAR NO ES FACIL

-Hay cosas que son inherentes a la profesión del militar, como por ejemplo el mando, ¿son conscientes de que un día tendrán que mandar fundamentalmente a hombres?

María. -Ya hemos hablado sobre eso y tenemos muy claro que el año que viene habrá muchachos un año abajo nuestro y vamos a tener que mandar a cadetes varones. Va a ser difícil, más que nada para ellos. No es fácil que un hombre acepte ser mandado por una mujer. Lo mismo pasa en una familia, donde un varón no acepta los que le dice o decide su hermana mayor.

Ana. -No creemos que sea traumático, porque aquí estamos cuatro años aprendiendo a mandar. Cuando llegues a oficial ya tenés «cancha» suficiente como para hacerlo, aunque reconozco que será difícil.

Con esa decisión afrontaron su primer año y se preparan para -a fines del segundo- comenzar el curso de vuelo. En esa instancia se conocerán sus condiciones como pilotos. Están convencidas que la mujer debe desarrollarse en todas las áreas y por eso instaron a otras a ingresar a la Fuerza Aérea.

El desafío de [illegible]

Para las autoridades de la Escuela Militar de Aeronáutica el ingreso de mujeres en sus cursos de formación de oficiales constituyó un desafío dado que se trata de un hecho inédito en las Fuerzas Armadas uruguayas. «Si bien anteriormente había mujeres revistaban sólo entre el personal subalterno, en escalafones administrativos o en el cuerpo médico. No existía la experiencia de ingresar en una escuela de formación de oficiales en el mismo nivel que los hombres», explicó el Director de la institución, coronel (Av.) Agustín Renaud.

«La intención de la fuerza es que realicen todos los cursos en un plano de igualdad, sin discriminaciones, y acceden a todos los [illegible] la carrera. La única diferencia aquí es en las pruebas físicas, ya que la figura femenina [illegible] que hay mandos [illegible] los para ellas», [illegible]

Precisó que [illegible] ma carrera que [illegible] «Van a ser pilotos [illegible] tes. Podrán desempeñarse [illegible] todo oficial, [illegible] combate o [illegible] habrá ningún tipo de [illegible] ción y sólo se [illegible] vedoso. En otros países [illegible] ten algunas limitaciones [illegible] como por ejemplo volar aviones de ataque, pero [illegible] tendimos que [illegible] correcto», subrayó.

Explicó Renaud que el reto [illegible] superarlo».

ORIGINAL

"ULTIMAS NOTICIAS"- 18/X-/97- Pág. 27.-

029 9714508

Anexo "B2HC"

Propuestas para construir playa de contenedores confirman que el puerto de Montevideo mantendrá competitividad en la región

El puerto de Montevideo mantendrá valores competitivos en términos regionales en cuanto a la movilización de contenedores, de aceptarse alguna de las tres ofertas económicas presentadas por los consorcios internacionales que continúan compitiendo en el proceso licitatorio para la nueva terminal.

El lunes 17, pese a que aún debe resolverse sobre un par de impugnaciones presentadas tras conocerse las empresas calificadas para la segunda y definitiva etapa del proceso, la Administración Nacional de Puertos (ANP) abrió el sobre N°2 con la propuesta económica de los tres consorcios que siguen en carrera.

De adjudicarse la licitación a alguna de estas empresas la movilización de contenedores, desde que ingrese a la playa hasta que quede estibado en la bodega del buque, pasará a tener un valor de entre 67 y 84 dólares, las ofertas más barata y más cara respectivamente.

En Buenos Aires, cuyos costos portuarios están entre los más bajos la región, los valores promedio de movilización de un contenedor superan los 90 dólares.

Antes de procederse a la apertura de los sobres de los tres consorcios calificados en las instancias técnicas, el presidente de la ANP, Ruben Díaz, expresó que los valores en ellos expresados no eran definitorios. Aseguró que antes de recomendar al Poder Ejecutivo la adjudicación a cualquiera de los oferentes, la ANP controlará la consistencia de dichos valores con los anteproyectos de obra.

Durante el acto de apertura del Sobre N°2 se compararon los valores a cobrar por el futuro concesionario en concepto de movimientos unitarios de contenedores y la eventual solicitud de cofinanciación al ente portuario.

En el pliego de condiciones se establecía la posibilidad de que los oferentes ofrecieran del pago del canon anual, un porcentaje del dinero a invertir en obras de infraestructura.

Para la evaluación de las ofertas económicas se estableció una ecuación que contempla el período de adjudicación (10 o 30 años), la eventual solicitud de cofinanciación y la suma de las tarifas a cobrar para el movimiento de contenedores.

La ecuación de evaluación es igual a (Ai*Bi)* (TCmímino/TCi), donde Ai es el tiempo de adjudicación de cada oferente (como en todos los casos fue de 30 años Ai es igual a 100), Bi contempla la eventual cofinanciación (Bi=1-0.17* (% de cofinanciación de obra)/100), TC mínimo es la oferta más baja y Tci es la oferta de cada competidor. En esos términos es claro que quien tenga la oferta más baja y además no solicite cofinanciación tendrá un puntaje de 100.

Los valores ofrecidos por los tres calificados

	TC1	TC2	TC3	TC	D	E
Christophersen/Maersk/Planir	34,5	15,0	18,0	67,5	0	100,00
Hesseraille NV/Cargas y Servicios/Folip	40,0	24,0	20,0	84,0	0	80,36
Sepor/Saman/Sardel/ZFM/Cibeles/Orpydsa/Fanapel/Tacua	52,0	22,0	8,0	82,0	45	76,02

TC1=Transferencia de buque a muelle y viceversa
TC2=Movilización dentro de la terminal
TC3=Recepción o entrega de contenedores
TC=TC1+TC2+TC3
D=Solicitud de cofinanciación en porcentaje
E=Resultados de la ecuación de evaluación

030 9714508

"BUSQUEDA" - 20/X1/97.-

E - 1

Anexo "ECHO"

Propuestas para construir playa de contenedores confirman que el puerto de Montevideo mantendrá competitividad en la región

El puerto de Montevideo mantendrá valores competitivos en términos regionales en cuanto a la movilización de contenedores, de aceptarse alguna de las tres ofertas económicas presentadas por los consorcios internacionales que continúan compitiendo en el proceso licitatorio para la nueva terminal.

El lunes 17, pese a que aún debe resolverse sobre un par de impugnaciones presentadas tras conocerse las empresas calificadas para la segunda y definitiva etapa del proceso, la Administración Nacional de Puertos (ANP) abrió el sobre N°2 con la propuesta económica de los tres consorcios que siguen en carrera.

De adjudicarse la licitación a alguna de estas empresas la movilización de contenedores, desde que ingrese a la playa hasta que quede estibado en la bodega del buque, pasará a tener un valor de entre 67 y 84 dólares, las ofertas más barata y más cara respectivamente.

En Buenos Aires, cuyos costos portuarios están entre los más bajos la región, los valores promedio de movilización de un contenedor superan los 90 dólares.

Antes de procederse a la apertura de los sobres de los tres consorcios calificados en las instancias técnicas, el presidente de la ANP, Ruben Díaz, expresó que los valores en ellos expresados no eran definitorios. Aseguró que antes de recomendar al Poder Ejecutivo la adjudicación a cualquiera de los oferentes, la ANP controlará la consistencia de dichos valores con los anteproyectos de obra.

Durante el acto de apertura del Sobre N°2 se compararon los valores a cobrar por el futuro concesionario en concepto de movimientos unitarios de contenedores y la eventual solicitud de cofinanciación al ente portuario.

En el pliego de condiciones se establecía la posibilidad de que los oferentes descontaran del pago del canon anual, un porcentaje del dinero a invertir en obras de infraestructura.

Para la evaluación de las ofertas económicas se estableció una ecuación que contempla el período de adjudicación (10 o 30 años), la eventual solicitud de cofinanciación y la suma de las tarifas a cobrar para el movimiento de contenedores.

La ecuación de evaluación es igual a (Ai*Bi)* (TCmímino/TCi), donde Ai es el tiempo de adjudicación de cada oferente (como en todos los casos fue de 30 años Ai es igual a 100), Bi contempla la eventual cofinanciación (Bi=1-0.17* (% de cofinanciación de obra)/100), TC mínimo es la oferta más baja y Tci es la oferta de cada competidor. En esos términos es claro que quien tenga la oferta más baja y además no solicite cofinanciación tendrá un puntaje de 100.

Los valores ofrecidos por los tres calificados

	TC1	TC2	TC3	TC	D	E
Christophersen/Maersk/Planir	34,5	15,0	18,0	67,5	0	100,00
Hessenatie NV/Cargas y Servicios/Folip	40,0	24,0	20,0	84,0	0	80,36
Sepor/Saman/Sardel/ZFM/Cibeles/Orpydsa/Fanapel/Tacua	52,0	22,0	8,0	82,0	45	76,02

TC1=Transferencia de buque a muelle y viceversa
TC2=Movilización dentro de la terminal
TC3=Recepción o entrega de contenedores
TC=TC1+TC2+TC3
D=Solicitud de cofinanciación en porcentaje
E=Resultados de la ecuación de evaluación

030

9714508

"EL [illegible]" - 20/X+/97.-

E - 1

CORREO DEL LECTOR

Puente polémico

Señor director:

Como lector consecuente de *El Observador*, soy también beneficiario de los aportes de opinión que realizan calificados columnistas invitados, entre quienes luce por su erudición don Juan Martín Posadas, con cuyos enfoques suelo coincidir.

Sin embargo, su columna titulada "Un puente sin motivo" ha provocado en mí la necesidad de una réplica, aprovechando la generosa hospitalidad de ese periódico.

Se pregunta el columnista si verdaderamente hay necesidad de construir el puente sobre el Río de la Plata y razona en apoyo a una presunta inutilidad de la obra, que ya hay suficientes vías de comunicación de costa a costa. Plantea igualmente el riesgo de una radicación masiva en la zona.

Me permito advertir que ha sido frecuente la oposición a puentes, carreteras y, en el pasado, a la construcción de vías ferroviarias, con el pretexto de preservar rasgos de nacionalidad, propiedad exclusiva del mercado interno, características sociales y algunos otros valores.

Tales fueron los casos, por poner algunos ejemplos del paraguayo Gaspar Rodríguez de Francia, de los sucesivos gobiernos de Albania, del dictador Franco y de su colega portugués Salazar. Hubo muchos más y ocasionales, felizmente fallidos en su mayoría. Los mencionados proyectos aislacionistas, para desgracia de esos pueblos, tuvieron éxito durante décadas para luego terminar como terminaron.

Los intentos de congelar la historia están condenados al fracaso. Ahora bien, ¿es realmente irremediable que Colonia pierda su atractiva fisonomía actual? Las experiencias del casco histórico de Florencia, de Bergen, de la Ile de France, de los recintos de Avila y Segovia, y de tantos primorosos recuerdos urbanos de la antigüedad, siguen conviviendo con el progreso que discurre vertiginoso a pocos metros de distancia. Colonia del Sacramento, que dispone de un proyecto de adecuada normativa en Ordenamiento Territorial, no tiene por qué ser una excepción.

Si los florentinos hubieran perseverado en la congelación histórica, serían los pordioseros de Europa. Pero hoy, a poca distancia de las formidables reliquias de la humanidad, hay un dinámico parque industrial que se combina con la atracción turística, para ofrecer empleos y prosperidad. ¿Por qué negar esa posibilidad a los colonienses?

Por otra parte, la cabecera del puente se construiría diez kilómetros al oeste del casco urbano de Colonia, suficientemente alejado para reducir el impacto del tránsito.

Los naturales del bello departamento occidental se beneficiarían con un crecimiento local del PBI de más de un 3% acumulativo y de más de 20.000 plazas de trabajo, no pagarán ellos el puente sino quienes lo utilicen, liberarán a sus playas de los contaminantes de una navegación que ya no soporta más tráfico (cada año cruzan el río unos 4,5 millones de personas) y, por encima de todo, tendrán oportunidades de desarrollo personal y familiar que ahora les son negadas.

Pero no serían sólo los coloniense los beneficiados por una obra cuya utilidad se discute. El incremento del PBI nacional se estima en unos 400 millones de dólares en el momento de la inauguración del puente y se incrementará en un 1,4% acumulativo anual, lo que ubica el PBI en algo mas de 4.000 millones de dólares en el año 2015, según estimaciones oficiales generosamente difundidas.

No es extraño entonces que, según esas mismas informaciones, un 61% de los montevideanos, un 75% de los fernandinos y un 59% de los coloniense entendieron este año que el puente tendría consecuencias generales muy buenas o buenas, para el país. Los coloniense que entendieron que tendría consecuencias malas y muy malas fueron un 9% del total de consultados por la Facultad de Ciencias Sociales.

No puedo estar entonces coincidiendo con don Juan M. Posadas en el requerimiento de un eventual pronunciamiento político negativo que aparentemente reclama, sino que el pronunciamiento del Parlamento, en curso, deberá significar, con su aprobación, el respaldo de la mayoría de la ciudadanía. El puente es un sueño rioplatense que se remonta al siglo pasado, ha sido acogido con entusiasmo por los gobiernos argentinos de Alfonsín y Menem, y uruguayos de Sanguinetti y Lacalle (singularmente líderes de partidos que deben haber coincidido en pocas cosas), tiene el respaldo de la opinión pública uruguaya y su construcción coincidiría con uno de los momentos en que ambos países necesitan imperiosamente recuperar su capacidad ocupacional y mejorar su comercio exterior.

Agradece su difusión y saluda a usted con su más alta consideración

ROBERTO FALCO
CI 553.965-2

ORIGINAL

9714508

Anexo "[illegible]"

Las preguntas que el Gobierno no contesta sobre el petrolero "San Jorge"

Los temas pendientes de una de las mayores tragedias ecológicas

LA REPUBLICA

por Yamandú Fidalgo

En el pasado verano, Uruguay sufrió las consecuencias de un importante derrame de petróleo que tuvo efectos nocivos sobre sus costas, su fauna, su flora y hasta en su actividad turística.

Este derrame fue provocado como consecuencia del accidente del petrolero "San Jorge", argentino, con bandera trucha, que colisionó con un bajo fondo de piedra, cuando, según informes posteriores, se dirigía a Zona de Alijo Delta, próxima a la costa uruguaya, algo al Sur de Piriápolis.

Si el informe no oficial es cierto, este buque debía tener encuentro con un buque petrolero menor que con base en Montevideo, tiene por actividad dar servicio de combustible para buques en Zonas de Alijo fijadas en el Tratado del Río de la Plata de 1973.

Esta práctica de utilizar las Zonas de Alijo como estaciones de servicio, ya ha sido reiteradamente denunciada, en función de considerar que se trata de una interpretación absolutamente interesada, a favor de quienes de ella se sirven para obtener actividades rentables que benefician económicamente a quienes las realizan, pero que en casos como éste, perjudican a todo el resto del país.

Estas actividades de dar servicio de combustible también se realizan en Zona Alfa, donde puede suceder un accidente durante la misma, con consecuencias similares.

El resguardarse dentro de las previsiones establecidas para las Zonas de Alijo y Complemento de Carga previstas en el Tratado de 1973, para realizar estas operaciones de servicio, tiene como punto de arranque la interpretación, también absolutamente interesada, de las operaciones que realizaban en Zona Alfa los buques de banderas truchas, inventadas en una legislación

Así quedaron las playas de Maldonado tras el derrame del "San Jorge"

inaplicable en ninguna otra parte del mundo, por un Decreto argentino, que, como otros, en silencio fue adoptado como válido por nuestras autoridades de la Cancillería, especialmente por la Delegación en la Comisión Administradora del Río de la Plata.

Lo previsto en el Tratado nada tiene que ver con operaciones de transferencia de combustible que tiene como destino su uso en la propulsión del buque que lo recibe. Es decir, se utiliza la Zona de la Zona de Alijo para crear una estación de servicio de combustibles en aguas abiertas.

Esta operación no está prevista ni amparada en esta figura jurídica que son las Zonas de Alijo. Aquí no existe movimiento de cargas entre buques con el fin de aligerar a uno y que modifique su calado para poder continuar navegando en aguas de menor profundidad, ni terminar de cargar un buque que por provenir de aguas de menor profundidad no había tomado la totalidad de su capacidad.

Aquí sólo se trata de trasegar combustible para consumo de la máquina, es decir, cargar combustible como en una estación de servicio.

Al no corresponder que esta maniobra se realice en áreas fijadas por el Tratado, ella debe remitirse a lo previsto de nuestra legislación si se realiza dentro de áreas de nuestra jurisdicción según el propio Tratado, o sea en lugares más próximos a nuestra costa que a la costa argentina.

De ser así corresponde que se cumpla con las previsiones que establece nuestra legislación, en especial la Ley de Cabotaje. No escapan a ello los requisitos de seguridad que deben ser impuestos en previsión de accidentes con derrames u otras consecuencias nocivas, así como las previsiones para determinar y hacer asumir las correspondientes responsabilidades derivadas de cualquier situación en que existan perjuicios a terceros, o al medio ambiente, aguas, costas, flora, fauna, etcétera.

Claro es que de tratarse en la forma que corresponde que se realice, las exigencias pueden encarecer para los participantes la operación, al existir la necesidad de contar con los elementos adecuados para prevenir, o para actuar en caso de siniestro.

Es este un motivo para preferir hacer pasar estas actividades de servicios como parte de las actividades regulares para ser ejecutadas en Zonas de Alijo.

Cabe aquí una serie de interrogantes, que sería oportuno dar a conocer.

Por ejemplo: ¿Qué criterio o interpretación ha realizado la CARP respecto a estas actividades de servicio en Zonas de Alijo?

¿Con destino adonde y a qué se le otorga salida al buque que desde puerto nacional zarpa a encontrarse con un buque en aguas abiertas a darle combustible?

¿Qué responsabilidad cabe a los responsables directos de esta maniobra, tanto al buque que recibe, como al que entrega?

¿Qué exigencias de seguridad o de prevención inmediata ante derrame son exigidas, y qué equipamiento o existencia son partes de estas exigencias?

¿Qué autoridad nacional participa de estas maniobras, en que se está aprovisionando de combustible por buque de bandera uruguaya en aguas jurisdiccionales, aun cuando el buque que recibe se encuentre en Zona de Alijo con cargas a otro destino no nacional?

¿Qué responsabilidad le cabe a los participantes en la operación de dar y recibir combustible, en el caso de este accidente del petrolero que se dirigía a Zona Delta?

¿Quién instruyó a las autoridades marítimas que en Zonas de Alijo es posible realizar operaciones de servicio de combustibles en aguas abiertas, desconociendo que esta actividad se está realizando en aguas de jurisdicción nacional?

Para agregar algo más a estas actividades, todas inventadas por medio de interesadas interpretaciones, con oscamientos jurídicos o de cualquier otro tipo, estos barcos de bandera trucha, invento total y único de una legislación extraña a toda costumbre y legislación internacional, navegan en el Río de la Plata sin práctico, alterando o violentando disposiciones muy claras en cuanto a la exigencia de este servicio, incorporando un elemento de inseguridad, que en caso de accidente afectará no sólo intereses de terceros, sino nacionales en su totalidad.

Todavía que existen todas estas anomalías, se ha hecho público que la empresa, armadora del petrolero accidentado, sólo reconoce una parte del perjuicio causado, y que además también presentaría querella contra nuestro país, responsabilizándolo vaya a saber de qué.

Esto es pues producto de la actividad en la CARP, desde ya hace mucho tiempo, cuando se denunciaba las actividades de buques truchos en Zona Alfa, a lo que se ha sumado la apatía o consentimiento a que en el Río de la Plata, fundamentalmente en su canal, toda la disposición argentina, [illegible]teral o inconsulta, es de adopción [illegible]diata por nuestra parte.

Es todo pues continuidad de una política de sumisión a la que se le ha otorgado premio adicional en la firma de la Nota Reversal del 13 de mayo, por la cual se accede a que el nuevo tramo de canal entre Recalada y la Isla de Flores también pase al patrimonio de las potestades argentinas.

Si a toda esta serie de perlas comenzadas en la participación millonaria de un dragado de canal que nadie ha dicho para qué, a la admisión de pagar peaje en la privatización argentina del Canal del Plata, a buques con terceras banderas que navegan en el Plata sin práctico, se agregan ahora petroleros con derrames con sola justificación que van a Zonas de Alijo a realizar operaciones de estaciones de servicio, pensamos que un próximo llamado a responsabilidad de los actuantes, más que una tormenta política para ocultar sus errores consuetudinarios, van a tener que fabricar cráteres de tipo del planeta Júpiter para ocultar tan inmensas carencias de aptitud... ¿de aptitud?

Este 19 de noviembre, todavía, festejan el aniversario de la firma del Tratado, y me invitan a participar de la misma. Seguramente se trata de diplomacia versallesca o de broma de mal gusto.

ORIGINAL

Por un manejo racional de los recursos costeros

El advenimiento de cada temporada turística nos recuerda la importancia de nuestras costas, pero Uruguay no parece haberse dado cuenta de ello a pesar de que allí se genera de un modo u otro gran parte del ingreso nacional. Bueno es reflexionar sobre el tema ahora que se aproxima otra temporada estival.

Uruguay es un país donde abundan los ejemplos de lo que no se debe hacer en materia de buen manejo de las zonas costeras, a pesar de la importancia que nuestras costas tienen desde cualquier punto de vista que se las quiera considerar. Hemos construido puertos pesqueros en el corazón de uno de los principales balnearios como es La Paloma. Arruinamos las playas de La Coronilla con los famosos canales de desagüe. Construimos una boya petrolera casi en frente de Punta del Este y aceptamos pacíficamente que todo tipo de desechos contaminen nuestros ríos y arroyos. Construimos la autopista de doble vía y de salida rápida de Montevideo hacia el Este, pasando justo por el medio de la Costa de Oro, el punto de mayor crecimiento del territorio nacional que se ha desarrollado sin ningún tipo de ordenamiento ni racionalidad.

Adicionalmente, sobreexplotamos nuestros recursos pesqueros y ciertamente no tenemos conciencia clara de que estamos agrediendo innecesariamente y arriesgando a perder el maravilloso capital que representan nuestras costas, desde la Barra del Chuy hasta Colonia y siguiendo hacia el norte por la costa del río Uruguay.

No es por azar que en las zonas costeras vive el 60% de la población mundial y que, de acuerdo a estimaciones de la ONU, ese porcentaje seguirá aumentando en función de las tendencias en las corrientes migratorias actuales. Se trata de zonas donde existen recursos naturales terrestres y marinos muy abundantes y que dan lugar a una importante actividad económica, donde se concentra buena parte del potencial turístico y recreativo y donde existe por lo general un importante desarrollo industrial, grandes concentraciones urbanas y una infraestructura de comunicaciones y servicios que les dan un valor muy particular. Sin embargo, la alta concentración de actividad económica crea muchas veces dificultades vinculadas al agotamiento de los recursos, contaminación y conflictos de intereses entre los usuarios de aquellos, dado que los tiempos en que los recursos eran abundantes, y se consideraban ilimitados en su oferta, han pasado a ser parte de una historia que no tiene retorno.

No será de extrañar que en algún futuro no muy lejano nos sugieran desde afuera, con mayor o menor presión, que dejemos de deteriorar nuestra costa y que administremos sus recursos racionalmente

ORIGINAL

Muchos países se han ocupado de sancionar marcos regulatorios específicos sobre el manejo de estas zonas. Estados Unidos tuvo su primera ley sobre esta materia en 1972, y desde entonces los problemas identificados en todo el mundo han hecho que otros países desarrollaran programas específicos para mejorar la administración de los recursos costeros de manera sostenible. La Conferencia de la ONU de Rio de Janeiro en 1992 dedicó un capítulo entero al tema, y hoy en día tanto los gobiernos como organismos internacionales de financiamiento y de cooperación técnica lo han puesto en los primeros lugares de sus agendas de acción.

En un mundo tan globalizado como éste, no será de extrañar que en algún futuro no muy lejano nos sugieran desde afuera, con mayor o menor presión, que dejemos de deteriorar nuestra costa y que administremos sus recursos racionalmente. Sería muy bueno que antes de que ello ocurra tomemos conciencia del problema que tenemos y que desarrollemos seriamente un programa integral y participativo para administrar adecuadamente los recursos costeros, que nos permita aprovecharlos económicamente y disfrutar de sus beneficios tanto a nosotros como a las generaciones futuras, ante quienes tenemos el deber ético de transmitir intacto lo que intacto recibimos.

033

9714508

Anexo "ANTA 1"

Fuertes impactos sociales y ambientales generaría la Hidrovía Paraguay-Paraná

■ Es un proyecto de más de 3.400 Km, financiado por el BID y el Banco Mundial, y afectará severamente el Humedal más grande del mundo ■ También se verán afectados los pobladores nativos de esas regiones, así cómo la flora y la fauna ■ Sobre esto fue consultado el Hidrológo de los EE.UU. Glenn Switkes

«La Hidrovía Paraguay-Paraná es un proyecto que se propone

-a través de 230 costosas y permanentes obras de ingeniería- abrir un canal más profundo de los ríos Paraguay-Paraná para que puedan pasar convoyes de hasta 20 barcazas durante los 365 días del año y durante las 24 horas del día».

Es decir que el proyecto comprende la construcción de una vía industrial navegable apta para embarcaciones de 3,3 metros de calado, en un tramo fluvial de aproximadamente 3.400 Km desde Cáceres en Brasil, hasta Nueva Palmira en nuestro país. La obra atraviesa Brasil, Paraguay, Argentina y Uruguay y se comunica con Bolivia a través del Canal Tamengo. Su área de influencia cubre una superficie de unos 720 mil Kms cuadrados y abarca una ploblación de 40 millones de habitantes. En este marco consultamos al Director de Programas para Latinoamérica de la Red Ríos Vivos, Glenn Switkes quien se refirió a los impactos sociales y ambientales del proyecto, así como también describió la gestación de esta obra, entre otras cosas.

Plantación beneficia únicamente a productores

La actividad pesquera y los pobladores serán los más afectados

Gestación del proyecto

A fines de la década de los ochenta los gobiernos de Brasil, Bolivia, Paraguay, Argentina y Uruguay, impulsan el proyecto. En 1990 se creó el Intergubernamental de la Hidrovía (CHI), integrado por representantes de los Gobiernos de los cinco países mencionados. Asimismo el PUND (Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo) y el BID (Banco Interamericano de Desarrollo), financiaron los estudios de viabilidad del proyecto y de los impactos ambientales y sociales que pudieran provocar las obras.

«Contrariamente con lo que muchos preveían, -explicó el experto extranjero- el proyecto pretende que la Hidrovía llegue hasta la ciudad de Cáceres». Por esa razón, el tramo del río Paraguay que atraviesa el Pantanal matogrossense (el humedal más grande del mundo y el regulador de las inundaciones río abajo) será íntegramente afectado por las obras.

Los trabajos de ingeniería para mejorar la navegación incluyen rectificación de curvas del río, eliminación de rocas que afloran en diversos puntos, dragados de los lechos de los ríos, canalización de los ríos, señalización y terminales portuarias. En este sentido el hidrólogo norteamericano expresó que, «como ya ha sucedido en otros casos similares, (Mississipi, el Rin o el Danubio), las obras que al inicio serían pequeñas, terminaron requiriendo alteraciones permanentes y cada vez myores de los ríos con impactos y costos también superiores a los previstos».

¿Quiénes son los interesados en la Hidrovía?

Los interesados en este proyecto, en primer lugar son los grandes cultivadores de soja de Bolivia, Paraguay y Brasil, cuya producción -la que se ha visto en los últimos años multiplicada- se verá profundamente beneficiada con el abaratamiento del transporte del grano. El sector minero de esos países (hierro, manganeso, etc.) y también están interesados en la construcción de la Hidrovía, los exportadores madereros, «los que aumentarán la desforestación de bosques naturales».

«Otras grandes empresas utilizan su influencias políticas -expresó el integrante de Ríos Vivos- para lograr que el proyecto se concrete». Se trata de firmas dedicadas a la construcción de grandes obras de infraestructura, al dragado o transnacionales agroindustriales dedicadas al comercio del grano. La privatización de las terminales portuarias sobre los ríos Paraguay y Paraná, es algo que incide directamente y es lo que permitirá a éstas multinacionales el control de puntos claves en la Hidrovía. Finalmente las empresas de transporte fluvial también presionan para que se lleve a cabo el proyecto, pues sus negocios serían fuertemente subsidiados.

Impactos sociales y ambientales del proyecto

En este sentido Glenn Switkes señaló que aunque los estudios de factibilidad realizados por el BID y el PNUD sostengan que el proyecto es viable y los impactos serán escasos y controlables, «los costos de este proyectos serán mayores no sólo en lo ambiental sino también en lo social».

Tanto es así, explicó que estos mismos estudios admiten que en un área de entre 2,9 y el 9,6% del total del pantanal, se verá afectado por la sequía. También habrá impactos severos en la calidad del agua de estos ríos, afectando incluso el agua potable consumida por varias ciudades paraguayas, brasileñas y bolivianas. Asimismo se afectará de forma irreversible la flora y la fauna de estos lugares, especialmente la del Pantanal brasileño. Pero la mayor parte afectada se concentrará en la actividad de pesca y caza de las poblaciones indígenas de la región.

La mayor parte de estudios independientes coinciden que las construcciones de la Hidrovía alterarían el ciclo hidrológico de la cuenca del Plata, que a su vez provocaría una disminución de la zona inundada del pantanal y el deterioro de toda la cadena de humedales que siguen a los ríos Paraguay y Paraná.

«La importancia de alterar -aseguró el experto extranjero- el equilibrio hídrico del Pantanal se vincula no solo con el deterioro del hábitat de la variadísima fauna que allí vive, sino que también con el hecho de que el pantanal regula el ciclo de inundaciones río abajo».

El efecto combinado de las obras de ingeniería provocaría la erosión del lecho del río con sus severas consecuencias para todo el ciclo hidrológo de la cuenca. A la vez que el permanente paso de barcazas (calculándose que en época de zafra de la soja recorrerá la Hidrovía un tren de barcazas cada 90 minutos durantes 24 horas del día) y el deterioro de la calidad del agua, atentará contra la riqueza ictícola de los ríos, principal medio de subsistencia de las poblaciones ribereñas, y aumentará el riesgo de derrames y accidentes. Los estudios mencionados señalan que los mayores impactos sociales negativos que derivarán del desarrollo inducido que necesariamente seguirá a la construcción de la Hidrovía serán: desomposición de los estilos tradicionales de vida en la región, extensión de la frontera agrícola con la consiguiente presión sobre las tierras de los pueblos indígenas, migración hacia las ciudades que carecen de los servicios necesarios para recibir corrientes migratorias, incremento de determinadas enfermedades y reducción de actividades turísticas. Para finalizar cabe destacar que las proyectadas obras de dragado en el canal Tamengo, (que une el territorio boliviano con el río Paraguay), afectarán el suministro de agua potable de decenas de miles de habitantes de pobladores aledaños.

ORIGINAL

034/034

"T A JUVENTUD 18/7-1/97.-

1 - 1

9714508

SECRETO

COPIA Nº. 3

1/3

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
3113300CT/1997

PEDIDO DE INFORMACION Nro.074/A/97

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: DPTO. I / D.G.I.D.

COPIA 1 : SR.JEFE DE LA SEGUNDA DIVISION ESTADO MAYOR GENERAL/ARMADA.-

COPIA 2 : SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

COPIA 3 : SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

COPIA 4 DPTO. II / E.M.E.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA - República O del Uruguay

DPTO. I
INTERIOR (C.G.)

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.-

JORGE SARAVIA BRIANO
C/I

001/003

9714509

16 DIC. 1997

SECRETO

Dev. A.I.

HP

07 NOV. 1997

al Dpto — 3 — sus efectos.

8/4

ENRIQUE PEREIRA

D.N.I. SECRETARIA
EN
FECHA 07 NOV. 1997
HORA 11:00
No. C° 4025
FIRMA

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO N° III.- mlm.-

Montevideo, 25 de Noviembre de 1997.

D.N.I. e I.
ENTRADA
FECHA: 10 NOV. 1997
HORA: 16/20
N.° DE ORDEN:
FIRMA

10/11/97

SEÑOR DIRECTOR :

Informo a Usted que las personas NIZ FABRA Juan Pedro y otros (8) carecen de antecedentes penales en este Departamento.-

SIN ANTECEDENTES PENALES

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO 3

Saluda a Usted atentamente.-

EL ENCARGADO ACCIDENTAL DEL DPTO. 3.-
OFICIAL PRINCIPAL:

LUIS FERNANDEZ COLINA

Nº: 002 9714509

- NIZ FABRA , JUAN PEDRO
  C.I. 4.232.796-3
  C.C. BVB 50329
  FECH NAC.: 09.01.77 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: GARIBALDI Nº 1137 (LAS PIEDRAS)
  EST.CIVIL: SOLTERO

- NIZ , ERNESTO
  C.I. 1.985.902-6
  C.C. FBE 530
  FECH.NAC.: 07.12.47 (TREINTA Y TRES)
  DOMICILIO: GARIBALDI Nº 1137 (LAS PIEDRAS)

- FABRA FERREIRA , IDAHELBA
  C.I. 1.985.874-3
  C.C. GDC 60070
  FECH.NAC.: 27.06.51 (CERRO LARGO)
  OCUPACION: NIÑERA
  DOMICILIO: FELIX ARRETAU 226

- RODRIGUEZ SEQUEIRA , ROSA E.
  C.I. 3.438.472-5
  C.C. BZB 50598
  FECH.NAC.: 31.05.52 (TACUAREMBO)
  DOMICILIO: GARIBALDI 1137 (LAS PIEDRAS)

- NIZ FABRA , ALEJANDRO ERNESTO
  FECH.NAC.: 02.10.70 (CERRO LARGO)

- NIZ FABRA , MAURICIO DANIEL
  C.I. 4.109.024-8
  C.C. BVB 49739
  FECH.NAC.: 07.07.74 (TREINTA Y TRES)
  OCUPACION: OFICIAL ELECTRICISTA EMP. TEBA &
  DOMICILIO: FELIX ARRETAU 226

- SOLARI , ANGEL GABRIEL
  C.I. 330.548-5
  C.C. BVB 4778
  FECH.NAC.: 25.03.18
  DOMICILIO: FELIX ARRETAU 235

- VARELA GARCIA , ISABEL
  C.I. 530.327-9
  C.C. BVB 6822
  FECH.NAC.: 12.07.22
  DOMICILIO: FELIX ARRETAU 235

- BONILLA PEREZ , JORGE OMAR
  C.I. 1.185.018-5
  C.C. BDA 43239
  DOMICILIO: FELIPE SANGUINETTI 2648 APTO. 1

003/003 9714509

SECRETO

COPIA Nº. 3

113

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
271800AGO/1997

P E D I D O D E I N F O R M A C I O N Nro.068/A/97

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - T E X T O :

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

O R I G I N A L : DPTO. 1 / D.G.I.D.

C O P I A 1 : SR.JEFE DE LA SEGUNDA DIVISION ESTADO MAYOR GENERAL/ARMADA.-

C O P I A 2 : SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

C O P I A 3 : SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

C O P I A 4 DPTO. 11 / E.M.E.-

Pasa legisla

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.-

JORGE SARAVIA BRIANO

DPTO I INTERIOR C/FAX (CS)

001 003

9714510
16 DIC. 1997

Ser. A.Y.

SECRETO

Fecha 22 SET. 1997

Pase al Dpto efectos.

P/A

ENRIQUE PEREIRA

D.I.[illegible] ETARIA
FECHA 22 SET. 1997
HORA 11:00
No. C 3494
FIRMA HP

M.I.Of.
ENTRADA
FECHA: 23/Set/97
HORA:
N.º DE ORDEN: 36/14
FIRMA:

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

DEPARTAMENTO Nº III.- mlm.-

Montevideo, 28 de Noviembre de 1997.- SIN ANTECEDENTES PENALES

SEÑOR DIRECTOR :

Informo a Usted que las personas OLIVERI PUGLIA María Noelia y otros (7) carecen / de antecedentes penales en este Departamento.-

Saluda a Usted atentamente.-

EL ENCARGADO ACCIDENTAL DEL DPTO.3

OFICIAL PRINCIPAL:

LUIS FERNANDEZ COLINA.

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO 3

Montevideo, 29 NOV. 1997

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia.-

SECRETARIA

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

EL DIRECTOR NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

INSP. PPAL. (R):

HOMERO VAZ [illegible]

002

9714510

- OLIVERI PUGLIA , MARIA NOELIA
  C.I. 3.080.462-0
  C.C. CMF 17848
  FECHA DE NAC.: 14.05.77 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: PALERMO 5641
  ESTADO CIVIL: SOLTERA

- OLIVERI SCABINO , CESAR DANTE
  C.I. 1.196.006-1
  C.C. BEA 7484
  FECHA DE NAC.: 13.10.49 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: CNO. MENDOZA 5553

- PUGLIA HIRIGOYEN , ISABEL CRISTINA
  C.I. 1.210.926-0
  C.C. BCC 7470
  FECHA DE NAC.: 10.09.50 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: PALERMO 5641

- HIRIGOYEN ETCHEVERRIA , ISABEL
  C.I. 835.404-9
  C.C. BCC 5890 / APA 5587
  FECHA DE NAC.: 08.07.25 (DURAZNO)
  DOMICILIO: PALERMO 5641

- QUETGLES SERRON , NELSON
  C.I. 1.293.534-2
  C.C. AZA 9977
  FECHA DE NAC.: 22.12.25 (CANELONES)
  DOMICILIO: PALERMO 5641

- KETGLES , ROSA ISABEL
  C.I. 429.524-3
  C.C. ARA 6656
  FECHA DE NAC.: 27.06.24
  DOMICILIO: LAVALLEJA 2030 / 502

- CORREA MARTINEZ , HILDA TERESITA
  C.I. 1.132.226-9
  C.C. BCA 79559
  FECHA DE NAC.: 10.10.37
  DOMICILIO: GRITO DE GLORIA 1660/1303

- DELGADO , MARIA HAYDEE
  C.I. 675.166-7
  C.C. BDB 8020
  FECHA DE NAC.: 10.04.23
  DOMICILIO: SMIDEL 2999

003/003
9714510

SECRETO

COPIA Nº. 3

113

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
0814000CT/1997

P E D I D O D E I N F O R M A C I O N Nro.070/A/97

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - T E X T O :

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

O R I G I N A L : DPTO. I / D.G.I.D.

C O P I A 1 : SR.JEFE DE LA SEGUNDA DIVISION ESTADO MAYOR GENERAL/ARMADA.-

C O P I A 2 : SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

C O P I A 3 : SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

C O P I A 4 DPTO. II / E.M.E.-

Poco legible

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE ASUNTOS DE DEFENSA
República O del Uruguay

JEFE DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.-

JEFE DPTO. I
INTERIOR
(CG)

JOSE SARAVIA BRIANO

001/003

9714511

Der. Ails

16 DIC. 1997

SECRETO

FECHA: 10 OCT. 1997

Pase al Dpto. 3 a sus efectos.

D.N.I.I. SECRETARIA
ENTRADA
FECHA 10 OCT. 1997
HORA
No. O: 3740
FIRMA

Dfic. Ayte. (PA)
BEATRIZ AGUIRAGA PERTUSO

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO Nº III.- mlm.-

Montevideo, 28 de noviembre de 1997.

D.N.I.e I.
ENTRADA
FECHA: 10 OCT. 1997
HORA: 19 Hs.
N.º DE ORDEN: 316/16
FIRMA:

SEÑOR DIRECTOR :

Informo a Usted que las personas BLANDIN CAMACHO Oscar Abel y otros (8) carecen de antecedentes penales en este Departamento.-

SIN ANTECEDENTES PENALES

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO 3

Saluda a Usted atentamente.-

EL ENCARGADO ACCIDENTAL DEL DPTO.3
OFICIAL PRINCIPAL:

LUIS FERNANDEZ COLINA.

Montevideo, 29 NOV. 1997

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia (EWPP)

EL DIRECTOR NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
INSP. PPAL. (R):
HOMERO VAZ BRIGNONE

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
SECRETARIA

9714511

002

BLANDIN CAMACHO , OSCAR ABEL
C.I. 4.340.789-1
C.C. CAA 34.760
FECH NAC.: 29.09.76 (CANELONES)
DOMICILIO: MARTIN MONEGAL Y ALAMO DE SUAREZ (CANELONES)
EST.CIVIL: CASADO

BLANDIN MARIÑO , OROSIL CESAR
C.C. CAA 19.111
FECH.NAC.: 11.03.48 (TREINTA Y TRES)
OCUPACION: SOLDADOR
DOMICILIO: CONT. LAVANDEIRA Y RUTA 5

CAMACHO HERNANDEZ , ESTELA RAQUEL
C.I. 4.215.622-1
C.C. CAA 26.575
FECH.NAC.: 02.09.56 (FLORIDA)
DOMICILIO: MARTIN MONEGAL CASI ALAMOS DE SUAREZ

BLANDIN , ESTELA RAQUEL
FECH.NAC.: 19.12.78 (CANELONES)
DOMICILIO: TREINTA Y TRES

BLANDIN , JULIO CESAR
FECH.NAC.: 15.10.75 (CANELONES)
DOMICILIO: CONT. LAVANDEIRA CASI RUTA 5

RODRIGUEZ GALLINAL , YANINE ANAIR
C.I. 3.062.418-3
C.C. CAA 33.444
FECH.NAC.: 03.06.76 (MONTEVIDEO)
OCUPACION: EMPLEADA DE ZAPATERIA
DOMICILIO: MARTIN MONEGAL Y ALAMOS DE SUAREZ
EST.CIVIL: CASADA

REVELATO , ANTONELLA
C.I. 3.587.037-9
C.C. CAA 24.503
FECH.NAC.: 24.10.59
DOMICILIO: RODO 477 (CANELONES)

RAVERA MURIALDO , NIVIA
C.C. 2.736.386-1
OCUPACION: EMPLEADA DOMESTICA
DOMICILIO: RODO 477

RODRIGUEZ DIAZ , ROMAN
C.I. 1.579.113-3
FECH.NAC.: 17.10.59
DOMICILIO: EDUARDO SALTERAIN 4679 Y HERRERA

003/003
9714511

COPIA Nº. 3

SECRETO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
171500OCT/1997

P E D I D O D E I N F O R M A C I O N Nro.072/A/97

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - T E X T O :

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

O R I G I N A L : DPTO. I / D.G.I.D.

C O P I A 1 : SR.JEFE DE LA SEGUNDA DIVISION ESTADO MAYOR GENERAL/ARMADA.-

C O P I A 2 : SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

C O P I A 3 : SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

C O P I A 4 DPTO. II / E.M.E.-

Poco legible.

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.-

JORGE SARAVIA BRIANO

9714512

16 DIC. 1997

Dpto. I
INTERIOR

SECRETO 001/004

D.N.I. SECRETARIA
ENTRADA
FECHA 22 OCT. 1997
HORA 11:00
No. OF. 3923
FIRMA

22 OCT. 1997

Pase al Dpto. 3 a sus efectos.

S/S ENRIQUE N. PEREIRA
Jefe

D.N.I.e I.
ENTRADA
FECHA: 22 OCT. 1997
HORA:
N.º DE ORDEN: 3618
FIRMA:

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO Nº III.- mlm.-

Montevideo, 28 de noviembre de 1997.

SIN ANTECEDENTES PENALES

SEÑOR DIRECTOR :

Informo a Usted que las personas MATTOS SOSA Gérardo Daniel y otros (7) carecen de antecedentes penales en este Departamento.-

Saluda a Usted atentamente.-
EL ENCARGADO ACCIDENTAL DEL DTO. Nº.3.
OFICIAL PRINCIPAL:

LUIS FERNANDEZ COLINA.

MINISTERIO DEL INTERIOR
DEPARTAMENTO 3

Montevideo, 29 NOV. 1997 - EPP.-

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia.

EL DIRECTOR NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
INSP. PPAL. (R):
HOMERO VAZ BRESSAN

002

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
SECRETARIA

9714512

(SE INFORMA PED.INF.072/97 DE LA D.G.I.D.)

REFERENTE A : MATTOS SOSA : Gerardo Daniel

REGISTRAMOS : MATTOS SOSA : Gerardo Daniel

DOCUMENTOS : Cred.Civ. AAB 6641

ANOTACIONES : AÑO 1988:Firmante del Referendum contra la Ley de Caducidad.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

003 9714512

****

- MATTOS SOSA , GERARDO DANIEL
  C.I. 1.496.566-6
  C.C. BDC 7956 / AAB 6641
  FECH.NAC.: 22.03.59 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: CNO. MALDONADO 8492 KM. 15800
  EST.CIVIL: CASADO

- MATTOS , JESUS
  C.I. 1.465.667-7
  C.C. BDC 5753
  FECH.NAC.: 30.10.30 (RIVERA)
  DOMICILIO: CNO. MALDONADO 8492 KM. 15800

- SOSA ROCHA , PETRONA
  C.I. 1.465.595-2
  C.C. BDC 3712
  FECH.NAC.: 19.06.32 (TACUAREMBO)
  DOMICILIO: CNO. MALDONADO 8492 KM. 15800

- MATTOS SOSA , HUGO WILIAMS
  C.I. 1.403.026-1
  C.C. BDC 9081
  FECH.NAC.: 10.08.55 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: CNO. MALDONADO 8492

- DELASIO CURBELO , MARIA IRENE
  C.I. 2.619.415-4
  C.C. BDC 7957
  FECH.NAC.: 19.12.68 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: CNO. MALDONADO 8492 KM. 15800

- SATURNO CARABALLO , MIGUEL
  C.I. 802.651-9
  C.C. BDA 19016
  FECH.NAC.: 29.11.32
  DOMICILIO: CNO. MALDONADO 7648

- PONS , JOSE
  C.I. 1.794.314-0
  C.C. BDD 3180
  FECH.NAC.: 03.05.22
  DOMICILIO: PASAJE P. 7556 ESQ. DUMONT

- REY IGLESIAS , RAMON
  C.I. 950.089-9
  C.C. BOB 12929
  FECH.NAC.: 19.05.42
  OCUPACION: COMERCIANTE
  DOMICILIO: DIONISIO FERNANDEZ 3369

004/004 9714512

SECRETO

COPIA Nº. 3

13

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
181300NOV/1997

P E D I D O D E I N F O R M A C I O N Nro.078/A/97

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - T E X T O :

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

O R I G I N A L : DPTO. I / D.G.I.D.

C O P I A 1 : SR.JEFE DE LA SEGUNDA DIVISION ESTADO MAYOR GENERAL/ARMADA.-

C O P I A 2 : SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

C O P I A 3 : SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

C O P I A 4 DPTO. II / E.M.E.-

Poco legible

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
DPTO. I
INTERIOR/F (CG)
República O. del Uruguay

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.-

JORGE SARAVIA BRIANO

Nº 001/003 9714513

16 DIC. 1997

SECRETO

Der. A.S

D.N.I. SECRETARIA
ENTRADA
FECHA 20 NOV. 1997
HORA 11:00
No. CRED. 4221
FIRMA

FECHA 20 NOV. 1997

al Dpto. 3 sus efectos.

P/A
ENRIQUE PEREIRA
CABO

D.N.I.
ENTRADA
FECHA: 21/11/97
HORA:
N.º DE ORDEN: 36/24
FIRMA:

21/11/97

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO Nº III.- mlr.-

SIN ANTECEDENTES PENALES

Montevideo, 25 de Noviembre de 1997.-

SEÑOR DIRECTOR :

Informo a Usted que las personas GOMEZ FIGUEIRA: Carlos Manuel y otros (10) carecen de antecedentes penales en este Departamento.

Saluda a Usted atentamente.-

EL ENCARGADO ACCIDENTAL DEL DPTO. 3.-
OFICIAL PRINCIPAL:
LUIS FERNADEZ COLINA

MINISTERIO DEL INTERIOR
DEPARTAMENTO 3
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

Nº 002

9714513

- GOMEZ FIGUEIRA , CARLOS MANUEL
  C.I. 3.046.996-1
  C.C. PAA 17274
  FECHA NAC: 06.11.73 (FLORES)
  DOMICILIO: SALDANHA DA GAMA 3901002 B.E.
  ESTADO CIVIL: SOLTERO

- GOMEZ NIEVES , WALTER MARINO
  C.I. 2.643.957-2
  C.C. PAA 7515
  FECHA NAC: 09.10.33 (FLORES)
  DOMICILIO: QUINTEROS 374

- FIGUEIRA BARBIERE , IRMA DOLORES
  C.I. 3.974.197-8
  C.C. PAA 8726
  FECHA NAC: 27.11.36 (FLORES)
  DOMICILIO: QUINTEROS 374

- GOMEZ FIGUEIRA , NANCY ELIZABETH
  C.I. 4.072.694-3
  C.C. PAA 15381
  FECHA NAC: 10.01.67 (FLORES)
  DOMICILIO: 18 DE JULIO 185 (FLORES)

- GOMEZ FIGUEIRA , JORGE LUIS
  C.I. 2.762.999-4
  C.C PAA 15863
  FECHA NAC: 21.07.68 (FLORES)
  DOMICILIO: QUINTEROS 374

- GOMEZ FIGUEIRA , SAN MIGUEL
  C.I. 3.111.875-1
  C.C. PAA 15861
  FECHA NAC: 28.07.70 (FLORES)
  OCUPACION: OFICIAL DE ALBAÑIL
  DOMICILIO: QUINTEROS 374

- GOMEZ FIGUEIRA , EMILIO JOSE
  C.I. 4.097.177-6
  C.C. PAA 18276
  FECHA NAC: 05.12.76 (FLORES)
  DOMICILIO: QUINTEROS 374

- FLORIO GAY , GABRIELA

- RODRIGUEZ GONZALEZ , OMAR JOSE
  C.I. 1.490.214-9
  C.C. BOB 20165
  DOMICILIO: CUARO 3062 BIS

- RAMIREZ , EDUARDO HENRICH
  C.I. 3.332.084-9
  C.C. PBA 17243
  FECHA NAC: 24.10.59
  DOMICILIO: 18 DE JULIO 185 (FLORES)

- WEIKERT CORREA , ALBA ALICIA
  C.I. 1.381.784
  C.C. AFB 2090
  FECHA NAC: 21.02.37
  OCUPACION: PARTERA
  DOMICILIO: BR. ARTIGAS 1550

003/003 9714513

SECRETO

COPIA Nº. 3

113

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
181300NOV/1997

P E D I D O D E I N F O R M A C I O N Nro.076/A/97

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - T E X T O :

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

O R I G I N A L : DPTO. I / D.G.I.D.

C O P I A 1 : SR.JEFE DE LA SEGUNDA DIVISION ESTADO MAYOR GENERAL/ARMADA.-

C O P I A 2 : SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

C O P I A 3 : SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

C O P I A 4 DPTO. II / E.M.E.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - INFORMACION - DPTO. 4 - INTERIOR - C/F (DG)

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.-

Poco legible

JORGE SARAVIA BRIANO

001/003 9714514

16 DIC. 1997

SECRETO

Dor. A.T.

D.N.I. SECRETARIA
ENTRADA
FECHA 20 NOV. 1997
HORA 11:00
No. ORDEN 4219
FIRMA

20 NOV. 1997

al Dpto. 3 sus efectos.

P/A ENRIQUE PERERA
CABO

D.N.I. e I.
ENTRADA
FECHA: 21/11/97.-
HORA:
N.º DE ORDEN: 36/22
FIRMA:

21/11/97

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

DEPARTAMENTO Nº III.- ml.-

SIN ANTECEDENTES PENALES

Montevideo, 25 de Noviembre de 1997.-

SEÑOR DIRECTOR:

Informo a Usted que las personas RAMOS ALTESOR: Daniela Rosmary y otros (7) carecen de antecedentes penales en este Departamento.

Saluda a Usted atentamente.-

MINISTERIO DEL INTERIOR • DEPARTAMENTO 3 • DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

EL ENCARGADO ACCIDENTAL DEL DPTO. 3

OFICIAL PRINCIPAL:

LUIS FERNANDEZ COLINA

Nº 002 9714514

- RAMOS ALTESOR , DANIELA ROSMARY
  C.I. 4.231.587-1
  C.C. BOA 21355
  FECHA NAC: 18.09.77 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: TTE. GALEANO PASAJE C 5647
  EST.CIVIL: CASADA

- RAMOS CRUZ , DANIEL

- ALTESOR CHAGAS , CARMEN
  C.I. 1.696.654-3
  C.C. BDA 52958
  FECHA NAC: 27.05.54 (TACUAREMBO)
  DOMICILIO: AZOTEA DE LIMA 4065 APTO. B 15

- RODRIGUEZ ALTESOR , JAVIER
  C.I. 3.637.505-7
  C.C. BOB 3609
  FECHA NAC: 05.01.74 (MONTEVIDEO)
  DOMICILIO: SAN MARTIN 5671 APTO. 9

- FERNANDEZ PINTOS , JUAN
  C.I. 2.725.154-5
  C.C. IAC 50052
  FECHA NAC: 25.07.69 (ARTIGAS)

- BARRETO SILVERA , GLADYS
  C.I. 1.577.364
  C.C. BDA 58383
  FECHA NAC: 06.02.56
  DOMICILIO: LEANDRO GOMEZ 7751

- RIVERO , NORMA ESTHER
  C.I. 3.809.440
  C.C. BDA 100130
  FECHA NAC: 02.09.75
  OCUPACION: EMPLEADA
  DOMICILIO: PASAJE C 7656

- FLORES , GUSTAVO FABIAN
  C.I. 2.952.843
  C.C. IAC 5571
  FECHA NAC: 05.11.72

9714514

[redacted]/003

ARCHIVO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
161800DIC97

M E M O R A N D U M Nro. 9714516

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A : FELIX CAITANO Matias

T E X T O : C.I.: 3.042.669-8

1997 Cursó 4to. año en el Liceo N°10 (Mdeo.)
Manifestó en oportunidad de reprobar un examen que en FEBRERO/1998 viaja a CUBA a trabajar en la cosecha del café, en consecuencia solicitó se le formara una mesa extraordinaria.-

ORIGINAL

FECHA 17/12/97 INICIAL [illegible]

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

CORREGIDO
18/11/97
Inic.:

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO
MILITAR

El Jefe de la División Biográfico y Antecedentes
Capitán
Norberto Devincensi

001

9714516

17 DIC. 1997

Nº DOCUMEN 9714518
TITULO Porte ilegal de armas pasa a ser un delito
PROCED J.A.E.E
FECHA DE 9/11/97
VINCULACION 507482
11163
Armas, explosivos
XA6442
U FOXBT 11-09 00554
icx mun

BRASIL-ARMAS (Previsión)
PORTE ILEGAL DE ARMAS SERA A PARTIE DE HOY UN DELITO

Río de Janeiro, 9 nov (EFE).- Los brasileños que sean sorprendidos con armas sin su respectivo permiso a partir de hoy, domingo, podrán ser detenidos en flagrante delito y procesados penalmente por un crimen que prevé penas de hasta dos años de prisión.

La condena podrá elevarse a cuatro años de cárcel en caso de que el portador del arma sea un funcionario del Estado, ya sea un policía o militar fuera de servicio, y a seis en caso de que quien la lleve sin rergistro realice un disparo en público.

El nuevo tratamiento a que serán sometidos los portadores de armas sin permiso obedece a que Brasil está considerado como uno de los países más violentos del continente, lo que ha llevado a tipificar el porte ilegal de armas como delito.

Hasta ayer, sábado, las personas que fueran sorprendidas con una arma, sin importar su calibre, y sin el permiso reglamentario para portarla sólo se les consideraba responsables de una contravención.

Esta nueva reglamentación fue aprobada en febrero pasado por el Congreso e inmediatamente sancionada por el Gobierno, pero ha comenzado a regir hoy debido a que la ley estableció un plazo de nueve meses para que todos los portadores ilegales de armas legalizaran su situación.

En ese plazo, según el coordinador del Sistema Nacional de Armas, Clovis Da Silva, fueron registradas 810.000 armas en todo el país.

Las secretarías de Seguridad de varios estados brasileños llegaron a pedir un aplazamiento de la entrada en vigor de la ley debido a que no habían podido atender todas las peticiones de registro que recibieron en los últimos días.

El Ministerio de Justicia, sin embargo, anunció que iniciará una campaña nacional de desarme mañana, lunes, ya que con la nueva reglamentación podrá justificar requisas y retenes para confiscarlas, y contará con herramientas jurídicas para controlar su contrabando.

"Vamos a instalar retenes en las carreteras y a realizar revisiones en bares y aeropuertos", dijo Da Silva, también subjefe de la División de Orden Político y Social de la Policía Federal.

En la campaña nacional de desarme participarán la Policía Federal, la Policía Civil y la Policía Militar.

La mayoría de las licencias que se concedieron este año autorizan a los propietarios a tener un arma defensiva, es decir, de corto alcance y bajo calibre, en su residencia o local de trabajo.

Para portar un arma en la calle de su propia ciudad, los brasileños tendrán que solicitar otro tipo de permiso, el que otorga la Policía Civil; pero para ello deberán registrarse oficialmente, pagar una tarifa más cara, demostrar que no tienen antecedentes criminales y pasar por una serie de exámenes psicológicos.

En el caso de portar un arma entre una ciudad y otra o entre un estado y otro, el interesado tendrá que acudir directamente a la Policía Federal y, además de demostrar que cumple con todas las

9714518

condiciones legales y psicológicas, demostrar que está vinculado a una actividad productiva que justifique llevar un arma y realizar pruebas de tiro al blanco.

Las personas que quieran una licencia para llevar armas no defensivas, como pistolas nueve milímetros o escopetas con calibre superior al 20, tendrán que demostrar que son coleccionistas de armas y acudir ante el propio Ejército.

El porte de armas de uso exclusivo de las Fuerzas Armadas, como fusiles y ametralladoras, era el único que podía considerarse como un delito en Brasil, y lo continuará siendo, pero con penas aún mayores. EFE

CM/LTM/mlr

11/09/15-48/97

02

9714518

LEI MAIS RIGOROSA

O que o proprietário de arma de fogo tem de considerar ao possuir revólveres, pistolas e espingardas:

A NORMA
❑ A lei 9.437 concedeu anistia de seis meses para o registro de armas de calibres de uso permitido que não haviam sido cadastradas. A anistia dispensa o proprietário de comprovar a origem se procurar a Polícia Civil até hoje, às 18h

CRIME
❑ A nova lei, que considera crime o porte ou a posse ilegais de arma, entra em vigor amanhã
❑ A pena pode chegar a dois anos de detenção (armas de uso permitido) ou a até quatro anos de reclusão (armas de calibre de uso restrito)
❑ A lei determina que qualquer um pode ser denunciado, mesmo que não porte a arma em via pública. Ou seja, quem possui arma não-cadastrada, mesmo em casa, constitui um ilícito

DIFERENÇAS
Registro de arma: é o documento que prova a propriedade. Autoriza a ter a arma na residência ou em estabelecimento comercial

Porte de arma: autoriza o portador a transitar até mesmo em via pública com a arma

PRAZO
❑ Quem não cumprir o período de registro, que termina hoje, terá de comprovar a origem da arma quando quiser fazer o registro. Exemplo de prova de origem: a nota fiscal

COMO REGISTRAR
❑ Levar a arma até o local do registro, onde onde é conferida a numeração ou se contra ela não existe ocorrência de furto ou roubo
❑ Documentos: fotocópia da carteira de identidade e do CPF. Obs.: as armas já registradas não precisam ser recadastradas
❑ Em Porto Alegre, procurar a Delegacia de Armas, Munições e Explosivos (Dame), no Palácio da Polícia (Avenida João Pessoa, 2.050, na sala 104), das 8h30min às 18h

❑ No Interior, procurar as delegacias locais (nem todas estão autorizadas a registrar)

Taxa: R$ 22,77 (pagamento no Banrisul). Como o registro não está sendo emitido na hora, a taxa pode ser paga em outro dia

OBTENÇÃO DE PORTE
❑ Possuir arma registrada em seu nome
❑ Idade superior a 21 anos
❑ Não ter antecedentes policiais
❑ Estar empregado
❑ Xerox da identidade e do CPF
❑ Fazer declaração de que possui boa visão
❑ Apresentar comprovante de que sabe manusear arma de fogo (curso de tiro)
❑ Fundamentar, por escrito, as razões pelas quais necessita de uma arma
❑ O pedido, protocolado, é examinado individualmente. Feita a triagem, o candidato é submetido à entrevista com a autoridade policial. Em caso de recusa, o interessado no porte pode recorrer da decisão policial

PARA ADQUIRIR UMA ARMA
❑ 21 anos de idade
❑ Apresentar identidade e CPF
❑ Não ter antecedentes criminais
❑ O cidadão comum pode adquirir até seis armas (duas curtas, duas longas de "alma raiada" e duas espingardas)
❑ Os colecionadores não têm limite de quantidade nem de calibre, mas precisam registrá-la no Ministério do Exército. Atiradores e caçadores: não têm limite fixo

ÁREA DE VALIDADE DO PORTE
❑ O porte federal de arma de fogo tem validade em todo o território nacional
❑ O porte estadual de arma tem validade restrita ao Estado emissor
❑ Existem dois tipos de armas. As de calibre de uso permitido e as de uso restrito ou proibido

AS ARMAS PERMITIDAS
❑ Revólveres: .22, .32 e .38
❑ Pistolas: .22, .6,35, .7,65, .380 (ou 9 mm curta)
❑ Armas longas de calibre de uso permitido: .22, .32, .38, .4440, .3840, .3220 (são as chamadas armas de "alma raiada")
❑ Armas longas de "alma lisa" (espingardas): 12, 16, 20, 24, .28, .32, .36 e .40

9714518

Nº DOCUMENTO 9714519
TITULO Ejercicios navales Brasil - Argentina
PROCEDENCIA 150C25
FECHA DE PROCEDENCIA 2/11/97
CLASIFICACIONES 507462
11163
11329
11399
6696C

Ejercicios navales con Brasil

LN 2/11

Unidades de la Flota de Mar de la Argentina y del Brasil iniciarán el Operativo Fraterno XVII, que consiste en distintas ejercitaciones conjuntas, tendientes a alcanzar un eficaz desempeño en la defensa del Atlántico Sur, según informaron voceros oficiales.

Con tal motivo zarparán hoy de la base naval de Puerto Belgrano el destructor Sarandí y la corbeta Guerrico, unidades a las que se sumará el submarino Salta.

Las naves argentinas arribarán a Río de Janeiro el 7 del corriente y durante su permanencia en esa ciudad, jefes e integrantes de la plana mayor cumplirán una serie de actividades operativas y protocolares especialmente programadas.

El grupo de tareas brasileño estará integrado por los destructores Dodsworth y Paraíba, la corbeta Inahaúma y el buque logístico Gastao Motta.

Las distintas secuencias del operativo comprenden: ejercitaciones submarinas, antiaéreas, de comunicaciones y guerra electrónica, así como el traspaso de combustible, del que participan en forma activa helicópteros de la aviación naval de nuestro país.

El Operativo Fraterno, que comenzará el viernes ,y que se realiza periódicamente desde 1978, tiene como objetivo la actualización de "doctrinas operativas, defensivas regionales y la práctica y procedimientos para la acción de los medios de superficie, submarinos y aéreos, necesarios para la interoperatividad de las armadas de ambas naciones".

Poco legible

01-01

9714519

Nº DOCUMENTO 9714520
TITULO Crece la inversión en tecnología en Brasil
PROCE 150010
FECHA 971126
507482
11160
inversión

01-02

9714520

Atrás do futuro

Cresce rapidamente o investimento em tecnologia no Brasil

Roger Ferreira

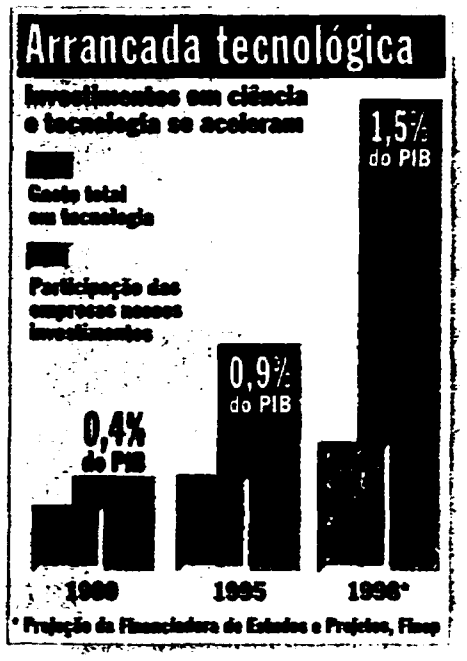
Durante os três últimos anos, cinco professores e oito alunos do curso de pós-graduação da Escola Politécnica, na Universidade de São Paulo, dedicaram-se a trabalhar no desenvolvimento de um cabo de cerca de 2 000 metros capaz de controlar o fluxo de petróleo de poços no fundo do mar para plataformas da Petrobrás. O trabalho foi feito dentro da universidade, que é pública, a pedido da multinacional italiana Pirelli, que estava interessada em fornecer os cabos à Petrobrás. Custou à empresa 750 000 reais e foi um sucesso. O cabo saiu 30% mais barato do que o similar francês, que a Petrobrás costumava usar. Já há um cabo de fabricação brasileira em operação na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, e outro está pronto para partir da fábrica da Pirelli, enrolado num carretel de aço de 5 metros de altura. "Temos competência para produzir equipamentos ultramodernos", diz Carlos Alberto Godinho, gerente de engenharia da Pirelli. "Só precisamos investir", completa Deniol Tanaka, professor da Poli.

Nos países desenvolvidos, parcerias desse tipo são comuns. Empresas alemãs, suecas, americanas e japonesas transferem às escolas a tarefa da pesquisa e pagam em ouro em pó pelo trabalho. No Brasil, a universidade sempre esteve muito afastada do mundo real. Não está mais. Hoje, estima-se que estejam em andamento 400 contratos de parceria entre empresas e universidades em todo o país. "Há um esforço coordenado de empresas, governo e universidades para apoiar o desenvolvimento tecnológico", afirma Roberto Sbragia, professor de economia da USP.

FREDERIC JEAN

Godinho, da Pirelli, e Tanaka, da Poli: parceria

Competência tecnológica — Essa é uma boa notícia. O Brasil passou anos sem se preocupar com seu atraso tecnológico nem com as dificuldades da concorrência externa. Hoje, por um estudo feito pela Financiadora de Estudos e Projetos, Finep, do Ministério da Ciência e Tecnologia, descobriu-se que os investimentos em tecnologia estão a todo vapor e, segundo suas estimativas, devem crescer cerca de 70% entre 95 e 98 — com a participação crescente das indústrias *(veja quadro)*. O Brasil ainda está longe de países como a Alemanha, os Estados Unidos e o Japão, que investem em torno de 2,5% do PIB em tecnologia (70% por iniciativa das empresas). Mas o progresso tem sido rápido.



Outros indicadores mostram que o Brasil está evoluindo nesse terreno. Os gastos com laboratórios triplicaram e os investimentos para a compra de pacotes tecnológicos no exterior se multiplicaram por cinco. Um levantamento anual da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais revelou que, entre as 650 maiores companhias do país, o número de funcionários encarregados de trabalhar com pesquisa aumentou 32% desde 1993. Os produtos mais modernos, lançados nos últimos cinco anos, são responsáveis por 40% do faturamento das empresas. Além do investimento em pesquisa, a produtividade também está aumentando a um passo veloz. Um estudo feito pela Confederação Nacional da Indústria, a CNI, mostrou que a produtividade das empresas brasileiras praticamente dobrou desde 1990.

O Brasil tem competência tecnológica em algumas áreas. É muito bom em matéria de agropecuária. Sementes desenvolvidas no país, protegidas contra doenças e de crescimento mais rápido, são plantadas no mundo inteiro. Recebe encomendas de grandes multinacionais para o desenvolvimento de programas de computador. Há alguns meses, a Romi, uma fábrica de máquinas industriais que fica no interior de São Paulo, assinou um contrato com a empresa alemã Bridgeport vendendo o direito de produção na Alemanha de um torno computadorizado de sua invenção. Tudo isso é bom, mas ainda é pouco. A distância entre a tecnologia produzida no Brasil e em países desenvolvidos ainda é muito grande. O país terá de percorrer um longo caminho para alargar esse gargalo. ■

02-02

9714520

Nº DOCUMENTO	9714521
TITULO	Angra I para usar equipos estadounidenses
PROCE	150734
FECH	971122
VINCU	507482
	11166
	11399
	65890
	11895

11957

EUA podem fornecer máquina para Angra 1

RIO – O presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Roberto Nogueira de Franca, admitiu ontem que o País pode passar a utilizar equipamentos americanos na fabricação de combustível nuclear para o reator de Angra 1. Desde que a usina entrou em funcionamento, em 1984, o Brasil utilizava tecnologia alemã na fabricação do produto, mas Franca informou que o governo estuda propostas de fornecedores de outros países, como os Estados Unidos. ESP 22-11

9714521

Nº DOCUMENTO 9714522
TITULO Espacio: Brasil crena acuerdo con Rusia y Francia
PROCE 150734
FEC 971123
507482
111166
11399
65963
Rusia

Fondo oscuro

ESPAÇO

Brasil fecha acordo com a Rússia e a França

ESP 23-11

Contratos para o desenvolvimento de atividades espaciais serão assinados este mês

JÚLIO OTTOBONI

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – O Brasil fez um amplo acordo com a Rússia e a França para o desenvolvimento de atividades espaciais conjuntas. Os dois contratos de parceria estão sendo fechados neste mês e ambos prevêem pesquisas voltadas para o uso pacífico do espaço. A Rússia é uma potencial parceira dos órgãos científicos brasileiros no segmento de foguetes lançadores de satélites e na transferência de tecnologias espaciais em observação da Terra.

O acordo com os russos contempla várias áreas das ciências espaciais, pesquisa do espaço, meteorologia, satélites de observação da Terra, ciência espacial de materiais, geosífica, ionosfera e plasma espacial, medicina e biotecnologia espacial. Ainda prevê estudos em sistemas espaciais de múltiplos usos pilotado e não pilotado.

Entre os segmentos pretendidos na parceria está o desenvolvimento de sistemas voltados ao aperfeiçoamento do Veículo Lançador de Satélites (VLS) brasileiro, a possibilidade de lançamento de satélites a partir da base de Alcântara (MA) e com foguetes russos, além do intercâmbio em tecnologias espaciais mais avançadas.

PARCERIA PREVÊ INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIA

Assinatura – O tratado com a França será semelhante ao fechado com os russos. A assinatura deverá ocorrer em Paris, na quinta-feira.

A área de interesse está voltada para as ciências da Terra e do espaço, coleta de dados ambientais, telecomunicações e de navegação a partir do espaço, desenvolvimento de foguetes de sondagem e de lançadores de satélites, serviços e criação de infra-estruturas em campos de lançamento de foguetes e estações terrenas de rastreio.

Os dois acordos estão sendo vistos como de fundamental importância para consolidar a posição de liderança do Brasil, em tecnologia espacial, na América Latina e em alargar as fronteiras tecnológicas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) em intercâmbios com Países desenvolvidos neste tipo de ação.

01-01

9714522

Nº DOCUMENTO 9714523
TITULO Nueva lanzamiento de Vehiculo
PROCE
FEC
VE.CO 507482
111666
11399
65899
12004 (NASA)
00404

150090 lanzador de satélites.

XE3289

R VARBT 11-03
mun exg icx

BRASIL-ESPACIO
FRACASO ESPACIAL BRASILEÑO OBLIGA A PEDIR AYUDA A LA NASA

Río de Janeiro, 3 nov (EFE).- Las autoridades brasileñas anunciaron hoy que pedirán a la NASA estadounidense que ponga en órbita un satélite similar al destruido el domingo tras la explosión del primer cohete espacial de Brasil, para evitar que este país quede desprovisto de informaciones ambientales.

El Vehículo Lanzador de Satélites (VLS), que fue destruido a los dos minutos de su lanzamiento, debía poner en órbita el satélite recolector de datos "SCD-2A", desarrollado íntegramente por el Instituto Nacional de Pesquisas Espaciales (INPE), que iba a ser utilizado para investigaciones meteorológicas.

El "SCD-2A" debía reemplazar al satélite brasileño "SCD-1", lanzado por la NASA en febrero de 1993 y cuya vida útil está a punto de agotarse.

El INPE tiene listo otro "SCD-2A", que pensaba lanzar en mayo de 1998, pero tras el fracaso del "VLS" y la progresiva inutilidad del "SCD-1" requiere adelantar su puesta en órbita.

"Vamos a explorar esa hipótesis, pero tendremos que hablar con la NASA para cambiar de fecha y aprovechar cualquier otro lanzamiento (estadounidense), explicó a la prensa el director del INPE, Marcio Nogueira Barbosa, quien agregó que el fracaso de la víspera no desanimará el proyecto espacial brasileño.

El "VLS", primer cohete de fabricación brasileña, fue lanzado a las 10.26 hora local (12.26 GMT) del domingo desde el Centro de Lanzamientos de Alcántara, en el estado de Maranhao, al norte del país, pero un fallo de uno de sus cuatro motores causó su explosión 135 segundos después del despegue.

"El cohete registró una falla y explotó, es todo lo que puedo decir", dijo visiblemente consternado uno de los directores del proyecto, el coronel José Riveros, de la Fuerza Aérea Brasileña (FAB).

Según el director de la Agencia Espacial Brasileña (AEB), Luiz Evandeira Filho, los técnicos del centro de control en tierra hicieron todo lo posible para corregir la deficiencia del motor con los tres restantes, pero sus esfuerzos resultaron infructuosos.

Evandeira Filho indicó que, pese al fracaso y tras estudiar los fallos, el programa espacial brasileño, que comenzó en 1960, seguirá adelante, porque prevé el envío al espacio de cinco prototipos como el "VLS".

Desde hace algunos meses, el satélite "SCD-1" envía escasa información al Departamento Nacional de Aguas y Energía Eléctrica y a otros programas brasileños de investigación climatológica, hidrológica y meteorológica, lo que se pensaba corregir con la puesta en órbita del "SCD-2A". EFE
ar/frl/mpv/fr

11/03/16-48/97

Doc. poco legible

01-03

9714523

ESPAÇO

24 3/11

Primeiro foguete brasileiro é destruído no lançamento

O veículo foi explodido porque um motor de propulsão falhou

FOTOS REPRODUÇÃO

Base: o foguete VLS foi lançado no Maranhão **Vôo:** a trajetória foi abortada após 65 segundos

O sonho do Brasil de ingressar no seleto grupo de países que dominam a tecnologia de povoar o espaço com foguetes foi abortado em seu vôo inaugural. O primeiro foguete brasileiro, o Veículo Lançador de Satélites (VLS), havia sido lançado às 10h25min (horário de Brasília) de ontem da Base Espacial de Alcântara, no Maranhão, mas um dos quatro propulsores não funcionou. Como a falha provocou um desvio na rota do veículo, ele teve de ser destruído depois de 65 segundos de vôo, a uma altura de 3.330 metros. Os pedaços do foguete caíram no mar, a dois quilômetros da costa brasileira.

O VLS deveria colocar em órbita o satélite artificial SCD-2, também de fabricação nacional, programado para realizar pesquisas meteorológicas. A tecnologia que o Brasil esperava garantir com o sucesso do projeto é dominada até o momento apenas por Estados Unidos, Rússia, Ucrânia, França, China, Índia, Israel e Japão. Se tudo corresse bem, a agência brasileira esperava convencer a potenciais clientes da excelência de sua tecnologia em lançar foguetes.

"Esse resultado de nenhuma forma compromete um projeto de quase três décadas", assegurou o diretor da agência, Luiz Evandeira Filho, que felicitou os técnicos e todos os participantes do projeto por sua dedicação. "Vamos estudar a falha, buscaremos soluções e espero que em breve possamos anunciar o segundo lançamento, que deverá ocorrer no próximo ano." O fim do VSL não representa um fracasso, declarou o general Reginaldo Santos, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O militar lembrou que acidentes não são raros em projetos experimentais de veículos espaciais.

O lançamento do foguete custou US$ 16 milhões, e o projeto teve investimentos de US$ 280 milhões

Segundo o general Santos, todos os sistemas funcionaram bem, e a causa da falha poderia estar em um simples defeito elétrico. Santos afirmou que esse erro era impossível de ser detectado antes do lançamento. "Um informe técnico completo sobre o não-funcionamento de um dos motores será divulgado em dias", assegurou um representante da Força Aérea Brasileira.

A destruição do foguete não foi o primeiro problema do projeto. No domingo passado, o lançamento do VLS precisou ser cancelado na última hora devido a falhas no radar que deveria acompanhar a trajetória do veículo. Ontem, a segunda tentativa também foi interrompida minutos antes da largada porque um avião entrou no espaço aéreo da base de Alcântara. O lançamento do VLS custou cerca de US$ 16 milhões (aproximadamente o valor de um jato comercial). Para construir esse primeiro protótipo, foram necessários oito anos de pesquisas da Agência Espacial Brasileira (AEB) e do Inpe, com investimentos de US$ 280 milhões.

Os foguetes da classe VLS foram construídos para viajar a uma velocidade de 27 mil quilômetros por hora, são impulsionados por combustível sólido e têm capacidade para transportar uma carga útil de até 350 quilos de peso. O satélite que o veículo colocaria em uma órbita de 700 quilômetros era o segundo projetado e construído pelo Inpe em São José dos Campos (SP). Seu antecessor, também projetado pelo Inpe, foi lançado nos Estados Unidos pelo foguete norte-americano Pegasus.

Havia cerca de 15 dias, o presidente Fernando Henrique Cardoso viajou até o Maranhão para visitar os 600 técnicos e soldados que trabalham na base de Alcântara, que tem 64 quilômetros quadrados e, segundo os especialistas, apresenta uma situação geográfica ideal para lançamento de satélites na órbita equatorial. FH foi parabenizar a equipe pelo projeto.

02

0714523

Destruyeron en vuelo al primer cohete brasileño

A 65 segundos del despegue, falló un motor y los técnicos lo hicieron estallar

RIO DE JANEIRO (AP).- El sueño inicial brasileño de llegar a las estrellas terminó sumergido ayer en el océano Atlántico, tras sufrir el cohete problemas de propulsión a poco de su lanzamiento.

Por razones que los técnicos todavía están tratando de determinar, a las 9.25 (hora de la Argentina), cuando la cuenta regresiva llegó a 0 uno de los cuatro propulsores del Vehículo Lanzador de Satélites (VLS-1) no funcionó con la potencia debida.

Esto provocó que el cohete se saliera de la trayectoria programada y quedara fuera de control.

"Debido a la pérdida en uno de los motores, a los 65 segundos de vuelo tuvimos que accionar el telecomando de destrucción", explicó el coronel Tiago da Silva Riveiro, responsable de la operación, desde el Centro de Lanzamiento de Alcántara, en el nordestino Estado de Maranhão. En ese momento, el cohete había desaparecido tras una gruesa capa de nubes grises y se encontraba a 3260 metros de altura. Casi nada, si se piensa en los 700 kilómetros que tenía previsto recorrer originalmente.

Los restos de la máquina, de casi 20 metros de altura y 50 toneladas de peso, cayeron sobre el mar, en los alrededores de la plataforma de lanzamiento, dentro de la denominada zona de seguridad.

Brasil deberá esperar

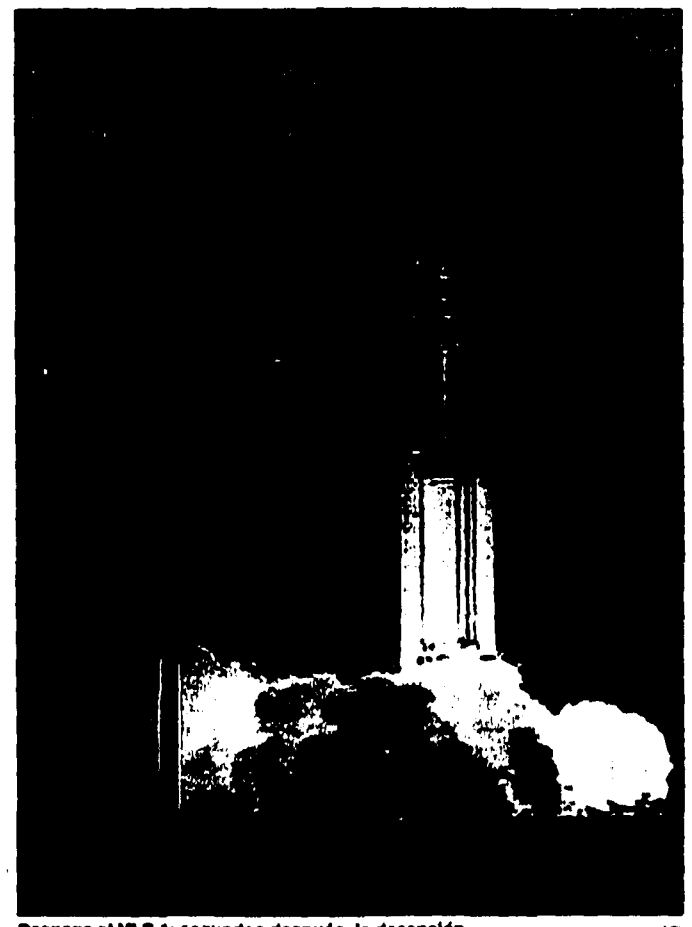
A bordo del VLS-1 viajaba el satélite de recolección de datos ambientales SCD-2A. El aparato destruido junto con el cohete, de 110 kilogramos, es una réplica exacta del SCD-2, en construcción actualmente, que será colocado en órbita el próximo año por un cohete norteamericano Pegasus.

Para el general Reginaldo Santos, técnico del INPE, el incidente no puede considerarse como un fracaso, ya que "se trata de una falla normal que puede ocurrir en un cohete experimental como el VLS-1". El especialista, además, aseguró que durante la operación todos los sistemas funcionaron bien en el centro de control en Tierra y que la causa del mal funcionamiento de uno de los propulsores podría deberse a un desperfecto eléctrico. "Era imposible detectar el error antes del lanzamiento", explicó.

Luiz Gylvan Meira Filho, director de la Agencia Espacial Brasileña (AEB), afirmó que el poco feliz resultado de esta etapa "no compromete en forma alguna un proyecto que se extiende por casi dos décadas y que ya alcanzó una serie de éxitos y beneficios intermedios". Para reafirmar sus dichos, mencionó la mejora en el nivel tecnológico de 120 empresas nacionales, como producto de haber acompañado los desafíos y las exigencias del programa espacial.

Meira Filho aseguró que Brasil continuará adelante con el proyecto espacial y confió en "poder anunciar a la brevedad la fecha para el lanzamiento del segundo prototipo del VLS, durante el primer semestre del año próximo".

Lo cierto es que, al menos por un tiempo, Brasil deberá posponer sus ambiciones de convertirse en el noveno miembro del pequeño club de países capaces de poner en órbita sus propios satélites. Una elite integrada hasta ahora sólo por Estados Unidos, Rusia, Francia, Ucrania, India, Israel, Japón y China.



Despega el VLS-1; segundos después, la decepción (AP)

Los números del proyecto

- **6 millones:** es el precio en dólares de cada satélite de la serie SCD como el que se perdió ayer junto con el cohete.
- **0,5 millones:** son los dólares que cuesta cada ejemplar del cohete de la serie VLS.
- **15 millones:** hay que invertir para mandar al espacio un satélite como el SCD en un cohete norteamericano Pegassus.
- **180 millones:** invirtió Brasil, por lo menos, para desarrollar el cohete VLS y los satélites SCD.
- **3000 millones:** mueve anualmente el mercado de lanzamiento de satélites por terceros países.
- **18:** son los años que debieron esperar los brasileños, desde que se propusieron construir un satélite con cohete lanzador propio, para ver su sueño hecho realidad.
- **9%:** era el porcentaje de posibilidades de éxito para el lanzamiento de ayer, según los técnicos.

El análisis de la noticia

El traspié final de una carrera con obstáculos

Anhelo: el fallido lanzamiento de ayer no les quita mérito a los esfuerzos del Brasil por conquistar el espacio.

No pudo ser. El anhelo de los brasileños de tener cohete propio estuvo a punto de cumplirse, si no hubiese sido por ese motor que no funcionó tal como estaba previsto.

Sin embargo, el fracaso de ayer, que los funcionarios de la Agencia Espacial Brasileña se empeñan en presentar como un éxito, tiene varias lecturas.

En primer lugar, es positivo el impulso que significa la carrera espacial para la industria nacional. El Estado invierte, luego traspasa la tecnología a las empresas privadas para que fabrique los componentes y finalmente se convierte en el principal comprador de esas piezas.

Además, tanta perseverancia lo vuelve uno de los países del Tercer Mundo más avanzados en materia espacial. Sin embargo, la historia también tiene una parte oscura: si se dejan de lado los recursos que demandó el desarrollo del cohete, solamente los equipos destruidos en esta oportunidad y el operativo del lanzamiento costaron al Brasil 16 millones de dólares. La pregunta es, entonces, si tiene sentido para un país del Tercer Mundo, lleno de necesidades menos atractivas pero mucho más urgentes, distraer tanto dinero en este tipo de aventuras que, como se ha visto, pueden no tener un final feliz.

Contra viento y marea

Desde 1961, poco tiempo después de que la Unión Soviética lanzó el primer satélite artificial al espacio, los brasileños comprendieron que la carrera espacial debía tomarse en serio, aunque siempre fueron conscientes de que la empresa no sería fácil.

El propio VLS-1 fue un sueño que debió posponerse durante casi dos décadas. El desarrollo del cohete en sí no fue más que una constante lucha contra diversos obstáculos internos y externos. Su suerte estuvo atada a los caprichos del presupuesto disponible y al boicot que encabezó Estados Unidos, por el cual no se le vendían al país componentes esenciales con la excusa de que no eran confiables en cuanto a los fines no bélicos del cohete.

Pero los brasileños se mantuvieron firmes en su decisión de llevar adelante el proyecto.

En el anecdotario quedará asentado que, como corresponde a un país del Tercer Mundo, los inconvenientes no perdonaron ni siquiera en vísperas del gran día: un periodista denunció que en el área que rodea al promocionado Centro de Lanzamiento de Alcántara, en el Estado de Maranhão, viven todavía 300 familias que no deberían estar allí y que aún no tienen resuelta su situación judicial.

Durante la jornada en que se pospuso el primer intento de lanzamiento, los técnicos demoraron tanto en preparar la teleconferencia entre las ciudades de São Luiz de Maranhão, Brasilia y Alcántara, que otra periodista local preguntó a los organizadores si creían que lograrían llevar un satélite al espacio cuando no podían interconectar tres ciudades en la Tierra.

Ayer, cuando los técnicos constataron que el cohete se había convertido en un misil descontrolado de un tamaño equivalente a un edificio de seis pisos, decidieron que lo mejor era destruirlo, y así lo hicieron.

Esta vez no pudo ser; es cierto, pero tanto esfuerzo valió la pena. Los brasileños entienden la importancia de un proyecto a largo plazo, pese a los inconvenientes, y el próximo siglo, durante el cual la carrera espacial jugará para las naciones un papel mucho mayor que el que tuvo hasta el momento, encontrará al Brasil con buenas perspectivas. Tendrá participación en la Estación Espacial Internacional que se construirá a partir del año próximo, contará con satélites de mayor complejidad en el espacio y, cómo dudarlo, con los cohetes capaces de llevarlos hasta allí.

Fernando Halperín

03-03

97 14 523

DOCUMENTO 97/4524
ASSUNTO Marcha de los "SIN" llega a Porto Alegre.
PROCEDÊNCIA
DATA DE
CLASSIFICAÇÃO 507432
11105
11414
11413
MOVIMENTO, MARCHAS
10196
505596
Sindicatos (Brasil)
CUT
Doc. Gaúcho

PORTO ALEGRE

Marcha dos Sem invade ruas da Capital

Milhares de manifestantes saíram às ruas para protestar contra os governos de Fernando Henrique e Antônio Britto

Porto Alegre viveu ontem uma tarde como poucas. A Marcha dos Sem, que reuniu milhares de manifestantes em protesto contra a política econômica dos governos estadual e federal, invadiu as principais ruas da Capital, chamou a atenção da população, conturbou o trânsito e provocou algumas cenas inusitadas, envolvendo até uma vaca. Concentrados desde as 11h, os participantes saíram das proximidades da estátua do Laçador às 12h30min e realizaram um ato público em frente ao Palácio Piratini a partir das 15h10min.

A manifestação reuniu em um carro de som o presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, a senadora Emília Fernandes (PDT), o presidente estadual do PDT, Sereno Chaise, deputados estaduais do PT, do PC do B e do PDT, além de líderes sindicais. O teor dos discursos, feitos sob sol escaldante, foi hostil ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao governador Antônio Britto. A Brigada Militar mobilizou 400 policiais para acompanhar a marcha e proteger a sede do governo estadual e outros prédios públicos. O protesto foi organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros grupos.

Durante o ato público, o calor foi o maior inimigo dos manifestantes. Com chapéus de palha, bonés e lenços, a maioria só se empolgou depois de duas horas de discurso, de sindicalistas e líderes comunitários, quando Emília Fernandes começou a falar. Emília acusou o governo do Estado de "implantar um período de submissão nunca visto no Rio Grande do Sul, marcado por privatizações e concessões a multinacionais". O tom exaltado da senadora petetista se repetiu no discurso de Lula. "Temos um presidente da República que age como se fosse um rei do principado de Mônaco", ironizou. "Ele vive num país como se não houvesse miséria, milhares de desempregados, crianças passando fome, sem escola, e famílias de colonos sem terra acampadas na beira de estradas."

Lula criticou ainda o pacote aplicado pelo governo federal, qualificando-o de "sem-vergonha", por "sacrificar as classes baixa e média, pequenos comerciantes e agricultores, e tirar dinheiro de velhinhos e excepcionais" para preservar o Real.

Um dos pontos altos da manifestação foi quando Lula disse que do lado oposto ao dos [illegible] vorecidos estão os "sem-[illegible], os sem-vergonha e os sem-[illegible] promisso", referindo-se ao governo. O líder petista atacou ainda a instalação da General Motors no Estado.

Um momento pitoresco aconteceu antes de a marcha começar. Pecuaristas de Farroupilha levaram uma vaca para integrar a caminhada, em sinal de protesto contra a falta de apoio ao setor leiteiro, mas a BM impediu que ela participasse da passeata. "O código de trânsito não permite a presença desse tipo de animal na rua", explicou o major Reuvaldo Vasconcellos. Os manifestantes não se conformaram e fecharam a BR-116. Para o impasse não se transformar em pancadaria, os brigadianos aceitaram um acordo. A vaca Mimosa deu início à caminhada e foi recolhida em seguida. O carro de som comemorou a decisão: "Viva a nossa vaquinha, ela não foi para o brejo".

Na Avenida Farrapos, novo confusão. Um carro do sindicato dos policiais civis que [illegible] a marcha avançou por cima [illegible] sobre a capitão da BM Ada Hass, que se assustou e mandou o veículo parar. Brigadianos e policiais civis começaram um bate-boca, que quase terminou em briga. A solução foi passar o carro para trás das fileiras de [illegible] isto.

Enquanto a marcha percorria as ruas de Porto Alegre, as manifestações dos populares variaram entre o apoio discreto, com acenos ou toques de buzina dos carros, e a dúvida de quem não conhecia o objetivo da passeata. No Centro, chuva de papel picado caiu de diversos edifícios. Alguns motoristas, porém, demonstraram com palavras e gestos o incômodo do engarrafamento. Entre os manifestantes, muitos se destacaram pela criatividade. Um se vestiu de Papai Noel, carregando um pneu com os dizeres GM e Ford. Outro levou um boneco vestido com terno, gravata e chapéu, representando o governador.

Antes de chegarem à Praça da Matriz, às 15h10min, os manifestantes se dispersaram pelo Centro. O trajeto, em zigue-zague, desagradou ao próprio presidente da CUT, Francisco Rocente. No meio do percurso, ele comentava: "Eu falei que era melhor ir direto ao Piratini". A marcha passou em frente a [illegible] gões como Delegacia Regional do Trabalho, INSS, [illegible] Previdência e CUT.

01-04

97/4524

SINDICALISMO

24 27/0

Trabalhadores urbanos se unem à Marcha dos Sem

Os manifestantes têm encontro hoje à noite com Lula, em Canoas

MARCELO GONZATTO

A Marcha dos Sem, movimento popular que chega a Porto Alegre amanhã, começou a ganhar corpo ontem. Os trabalhadores rurais, que lutam pela posse da terra, se uniram aos urbanos, que buscam mais e melhores oportunidades de emprego. Os cerca de 500 agricultores e 200 operários enfrentaram a chuva e fizeram uma manifestação em frente à prefeitura de São Leopoldo pedindo moratória da cobrança das contas de água dos desempregados. Hóje, passarão por Sapucaia do Sul e depois por Canoas, onde se encontram, às 19h, com o presidente de honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva, no Sindicato dos Metalúrgicos.

A Marcha dos Sem, organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros grupos, tem várias subdivisões, além das caminhadas da Terra e dos Sem-Emprego. Cada uma parte de um local diferente. As marchas temáticas, antes sete, agora são nove: além das duas que já estão em movimento há as da Saúde (Porto Alegre), da Moradia (Porto Alegre e Gravataí), da Pequena Agricultura (Carazinho), da Educação (Alvorada) e do Serviço Público (Porto Alegre). A última, surgida espontaneamente, partirá da Zona Leste de Porto Alegre e reivindicará mais moradias. O ponto alto das manifestações será o trajeto entre o Laçador e o Palácio Piratini. Às 15, haverá um ato público na frente da sede do governo.

A chuva foi um duro adversário para os manifestantes, ontem pela manhã, a ponto de as marchas da Terra e dos Sem-Emprego terem sido canceladas. Os agricultores e os operários chegaram ao seu destino – o ginásio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo – de ônibus. Os sem-terra e os pequenos produtores saíram de Portão, onde haviam passado a noite vindos de Capela de Santana. Os sem-emprego vieram do bairro Canudos, em Novo Hamburgo.

Depois de se unirem, os manifestantes foram em passeata até a prefeitura de São Leopoldo para pedir ao prefeito Ronaldo Ribas (PMDB) que não corte a água de quem não paga a conta por estar desempregado (a responsabilidade pelo abastecimento é do Serviço Municipal de Água e Esgoto). Seria estabelecido um programa de moratória, isto é, quem não pudesse pagar agora subdividiria a dívida depois de conseguir emprego. Ribas prometeu verificar quantos inadimplentes estão desempregados, para se certificar de que a medida não irá afetar o orçamento.

02

9714524

QUESTÃO AGRÁRIA

Zh 26-11

Pequenos produtores agrícolas começam a Marcha dos Sem

Excluídos farão um ato público sexta-feira na frente do Palácio Piratini

MARCELO GONZATTO

A marcha que deverá reunir excluídos em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, na próxima sexta-feira, deu seus primeiros passos ontem à tarde, em Capela de Santana, na Região Metropolitana do Estado. Mais de 300 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), acompanhados por pequenos produtores agrícolas em má situação econômica, começaram a caminhar rumo à Capital, às 15h. Amanhã, às 19h, eles se reúnem com o presidente honorário do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, no ginásio de esportes do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas.

A Marcha dos Sem, como foi batizado o movimento, tem como objetivo protestar contra a política dos governos federal e estadual, acusados de desmontar o setor público, privatizando estatais, e de descuidar do campo social. Eles também reclamam a adoção de medidas em favor da reforma agrária, dos pequenos agricultores e de áreas como educação, saúde e segurança.

Para obter resultados em tantas e tão diferentes áreas, a coordenação do movimento, que inclui membros do MST e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros grupos, dividiu os participantes do protesto em sete marchas diferentes, que se unificarão na tarde de sexta-feira, na Praça da Matriz, onde será realizado um ato público.

Cada marcha parte de um local diferente e tem um tema específico. A que saiu ontem de Capela de Santana é a Marcha da Terra. Hoje, tem início a Marcha dos Sem-Emprego, no bairro Canudos, em Novo Hamburgo. Na manhã do dia 28, ocorrem as demais caminhadas: da Saúde (Porto Alegre), da Educação (Alvorada), da Moradia (Porto Alegre e Gravataí) e do Serviço Público (Porto Alegre).

As manifestações começaram às 11h de ontem, na Praça Central de Montenegro. Depois do almoço, à beira da estrada, os sem-terra e os pequenos produtores caminharam pela RS-240 durante quase duas horas, até se instalarem em um ginásio de Portão. Durante o percurso, de cerca de seis quilômetros, algumas pessoas passaram mal.

Segundo Denilso Marcon, da direção do MST, a Marcha dos Sem é uma demonstração de que a bandeira do movimento dos trabalhadores rurais já não se restringe à luta pela terra. "Queremos terra, saúde, educação, segurança, emprego e políticas agrícolas", explica. Os organizadores esperam que mais 200 pessoas vindas de várias cidades do Interior se integrem à marcha ainda hoje, quando o grupo deixará Portão rumo a São Leopoldo.

03

9714524

SINDICALISMO

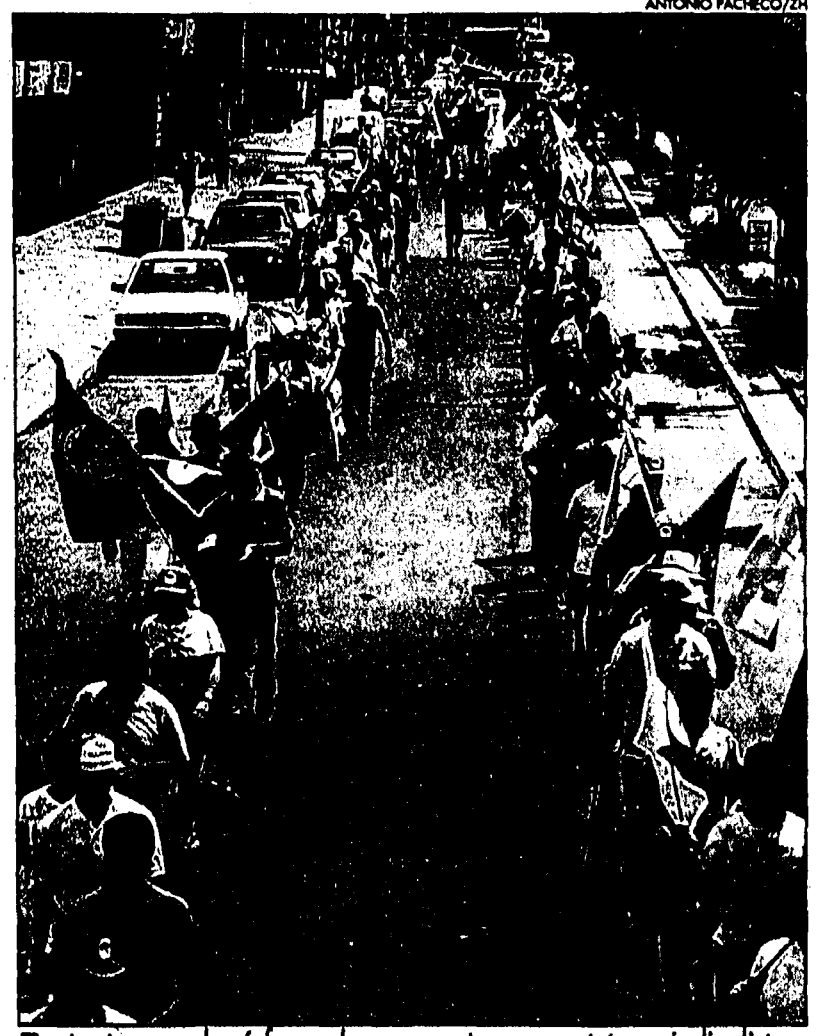
ZH 28-11

Marcha dos Sem chega hoje à Capital

Manifestantes sairão de diversos pontos e devem se encontrar em frente ao Palácio Piratini

MARCELO GONZATTO

ANTÔNIO PACHECO/ZH



Protesto: marcha é formada por sem-terra, sem-teto e sindicalistas

Hoje, a partir das 11h, uma fração dos milhares de desfavorecidos gaúchos vai se reunir ao redor da estátua do Laçador – símbolo de Porto Alegre e do Estado – para dar início à última etapa da Marcha dos Sem. Os organizadores esperam que mais de 10 mil manifestantes percorram o trecho entre o monumento e o Palácio Piratini, onde será realizado um ato público às 15h.

A Marcha dos Sem, organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outras entidades, divide-se em diferentes caminhadas que se encontrarão junto ao Laçador. Cada uma exige maior empenho governamental em um setor diferente: saúde, educação, moradia, agricultura, reforma agrária e emprego. A CUT informa que estão confirmadas manisfestações semelhantes em outros Estados em 1998. Apesar do nome da marcha, muitos dos participantes não são sem-terra, sem-teto ou sem-escola. Faz parte da caminhada um grande número de sindicalistas, militantes políticos e oposicionistas aos governos estadual e federal – principais alvos das manifestações.

Também estarão percorrendo o asfalto pessoas como o casal Otaviano e Valdeci Mendes. Durante um ano e nove meses, os dois engrossaram a fileira dos sem-terra. Há 60 dias, conseguiram seu pedaço de chão. O que os fez deixar Santana do Livramento e viajar para Porto Alegre foi a vontade de prestar apoio à luta de quem ainda não foi beneficiado. "Não podemos deixar o governo dormir na cadeira", explica o ex-peão de estância Otaviano Mendes.

Já os sem-terra ou sem-emprego de fato costumam contar histórias semelhantes: a fábrica diminuiu a produção, as vendas caíram e eles foram dispensados, lhes falta escolaridade, não tiveram mais condições de arrendar terras, precisaram vender a propriedade por necessidade econômica. A sem-terra Marta Inês Fernandes, 24 anos, é exemplo de outra situação. Ela vivia com os pais, pequenos agricultores, em Vicente Dutra. A família, porém, se tornou grande demais para a pouca terra cultivável. Marta e dois dos nove irmãos precisaram migrar em busca de novas oportunidades. Hoje, estão acampados em Santo Antônio das Missões. "Essas marchas fazem mal para a saúde da gente, mas é a única maneira de lutar", afirma.

O metalúrgico desempregado Ilto Wendt, 29 anos, queixa-se dos efeitos da recessão. Depois de quatro anos na mesma empresa de Porto Alegre, há dois meses ele foi demitido junto com dezenas de colegas. A justificativa: baixa nos negócios. Para suportar a falta dos R$ 432 mensais, Wendt conseguiu um trabalho temporário como garçom, apenas aos domingos. Agora, nem isso ele tem mais. A clientela do restaurante diminuiu nas últimas semanas e o desempregado está sem qualquer fonte de renda. Já cansou de percorrer as portas de fábricas ouvindo sempre a desculpa de que não há vagas. "Se não morasse em casa própria e pagasse aluguel, hoje já estaria vivendo na rua com a minha família", observa.

O MOVIMENTO

A programação

As atividades começam pela manhã e terminam na Praça da Matriz:

- 11h – Reunião das caminhadas junto à estátua do Laçador, em Porto Alegre
- 12h – Início da última etapa da Marcha dos Sem, que percorrerá as ruas da Capital até a Praça da Matriz
- 15h – Ato público em frente ao Palácio Piratini. A organização espera mais de 10 mil manifestantes

O encontro

Nove marchas temáticas se encontrarão junto ao Laçador para formar a totalidade da Marcha dos Sem:

- Terra – partiu de Capela de Santana na última terça-feira
- Pequena agricultura – chega hoje de ônibus de Carazinho
- Saúde – sai pela manhã da frente do Hospital Conceição, em Porto Alegre
- Educação – sai de Alvorada com estudantes e professores
- Moradia (três) – partem de Porto Alegre (Parque dos Maias e Zona Leste) e Gravataí
- Emprego – começou quarta-feira em Novo Hamburgo
- Serviço público e educação – sai da Praça Argentina, em Porto Alegre

04-09

9714524

DOCUMENTO 9714525
TIPO X
PROCEDENCIA
FECHA DE PROCEDENCIA 30/12/97
VINCULACIONES 50/402
11165
niveles de ocupación

DP2203

R ECONT 11 30 00644
amt exg icx

BRASIL-DESEMPLEO
CALCULAN QUE DESEMPLEO PASARA DEL 6 AL 10 POR CIENTO EN 1998

Río de Janeiro, 30 nov (EFE). - El índice de desempleo en Brasil pasará del actual 6 por ciento a cerca del 10 por ciento en 1998, según los cálculos de varios especialistas publicados hoy, domingo, por el diario Jornal do Brasil.

"El índice de desempleo en Brasil, cualquiera que sea la metodología utilizada para su cálculo, aumentaár en más de un 50 por ciento el próximo año como consecuencia de la política de altos intereses adoptada por el Gobierno para hacer frente a la crisis bursátil asiática", calcula el economista José Marcio Camargo, especialista del centro de estudios de la Pontificia Universidad Católica.

Según las previsiones de Camargo, que son compartidas tanto por otros especialistas como por empresarios y trabajadores, el índice de desempleo medido por el oficial Instituto Brasileño de Geografía y Estadísticas (IBGE) deberá subir del 6 por ciento actual a un histórico 10 por ciento.

La tasa de paro en la región metropolitana de Sao Paulo medido por el Departamento Intersindical de Estudios Económicos (Dieese, centro de estudios vinculado a los sindicatos), por su parte, pasará del ya histórico 16,5 por ciento a cerca del 25 por ciento en 1998.

El índice de desempleo del IBGE no es aceptado por las centrales sindicales, ni por varios economistas debido a que, a diferencia del índice del Dieese, sólo mide el número de personas que buscan empleo en determinado momento y no tiene en cuenta a los trabajadores que ingresan en la llamada economía informal o que deciden dedicarse a sus hogares por falta de empleo.

El propio secretario de Trabajo del estado de Sao Paulo, Walter Barelli, reconoció, en un discurso que pronunció esta semana en Portugal, que el índice de desempleo en la región metropolitana de Sao Paulo, la mayor ciudad brasileña y de Suramérica, deberá alcanzar un 22 por ciento en enero próximo.

El anuncio hecho esta semana por el Dieese en el sentido de que un total de 1.428.000 personas estaban sin empleo en octubre pasado en la región metropolitana de Sao Paulo (el 16,5 por ciento de la población económicamente activa del principal polo económico del país) provocó una polémica debido a que el presidente del país, Fernando Henrique Cardoso, consideró la cifra "manipulada".

El índice de paro en la región metropolitana de Sao Paulo es una importante referencia de la situación brasileña en general debido a que esa ciudad, no sólo es la más rica y poblada del país, sino también la responsable de más de la mitad del producto interior bruto de Brasil.

Declaro!

El índice de desempleo del 16,5 por ciento es el más alto medido por el Dieese desde 1985.

Lo más grave de ese índice, según los técnicos del Dieese, es que en octubre aún no se habían hecho sentir los efectos de las medidas recesivas decretadas por el Gobierno hace tres semanas para hacer frente a la crisis bursátil originada en Asia y a la fuga de inversores extranjeros.

Además de duplicar las tasas de intereses, lo que obligará a varias empresas a seguir anunciando despidos masivos, el Gobierno

01-02

9714525

anunció el despido de más de 33.000 funcionarios públicos y otras medidas que pueden crear un escenario de recesión.

"Las tasas de interés no tendrán una reducción significativa hasta el segundo semestre de 1998 y eso será suficiente para reducir fuertemente la demanda, la producción y, consecuentemente, el empleo", aseguró Camargo al justificar su previsión según la cual el desempleo crecerá en un 50 por ciento el próximo año.

"Si las actuales tasas de interés son conservadas, en dos o tres meses las empresas tendrán que hacer un ajuste y comenzarán por cortar cupos de trabajo", afirmó, por su parte, el empresario Carlos Roberto Libono, director del Departamento de Economía de la Federación de las Industrias del Estado de Sao Paulo (Fiesp, el principal gremio económico del país).

"El índice de desempleo en Sao Paulo deberá ser de más del 20 por ciento tan sólo en enero próximo", aseguró, por su parte, el director del Centro de Estudios Sindicales de la Universidad de Campinas, Marcio Pochman. EFE

CM/jmi/M

11/30/15-51/97

02-02

9714525

DOCUMENTO 9714526
ASUNTO Proyecto de protección a los víctimas y testigos que presten declaración
FECHA DE REFERENCIA 07/07/97
VINCULACIONE 507482
11165
JUSTICIA

01-02

9714526

CONFIDENCIAL 1/1

INUR/0361/220/ 07 OUT 97

ENCAMINHAMENTO AO CONGRESSO NACIONAL DE PROJETO DE LEI RELATIVO À ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS

(07 Out 97)

No dia 05 de Set 97 foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei que estabelece "normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameçadas e institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas".

O projeto que está sendo proposto é uma versão de programas semelhantes existentes nos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) e na ITÁLIA. Os principais pontos do projeto brasileiro são os seguintes:

a) "terá proteção especial, por um período de dois anos, prorrogáveis por mais dois, a pessoa que se oferecer como testemunha em casos de homicídios e crimes graves envolvendo crime organizado (tráfico de drogas e armas) e violência policial";

b) "para entrar no Programa, a vítima ou testemunha terá de denunciar a ameaça a um juiz, promotor, autoridade policial ou organização de Direitos Humanos. O caso será analisado por um conselho composto por representantes de órgãos públicos e entidades não-governamentais";

c) "a adesão ao programa será voluntária e o interessado poderá revogá-la a qualquer momento. Deverá ser garantida a integridade da pessoa durante o processo judicial, transferindo-a de bairro, cidade e, se for o caso, até de Estado. No caso de continuidade da ameaça, a proteção se estenderá mesmo após a condenação dos culpados, até o final do prazo de quatro anos";

d) "nos casos de transferência de cidade, se não for possível a recolocação profissional imediata da pessoa, ela poderá contar com uma ajuda de custo mensal até que tenha condições de retomar suas atividades normais";

e) "criminosos que colaborarem com a polícia e a Justiça, denunciando cúmplices e ajudando a elucidar crimes, poderão ter suas penas reduzidas em até um terço".

Existe a expectativa de que tal medida estimule os demais Estados da Federação a criarem serviços similares ao Programa de Apoio e Proteção às Testemunhas e Vítimas de Violência (PROVITA), do Estado de PERNAMBUCO. Esse Programa mantém convênio com o Gabinete de Assessoria Jurídica a Organizações Populares (GAJOP), organização-não governamental. Com uma rede de 42 locais - fazendas e conventos, alguns fora do Estado de PERNAMBUCO - e 76 colaboradores, o PROVITA oferece assistência em casos que envolvem atividades de organizações criminosas, grupos de extermínio ou agentes policiais.

Estão em fase de implantação sistemas de proteção à testemunha em cinco Estados: RIO DE JANEIRO, ESPÍRITO SANTO, CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE e BAHIA.

* * *

CONFIDENCIAL

02-02 9714526

Nº DOCUMENTO 971527
TITULO Protección a los indígenas
PROCEDENCIA Gazeta mercantil
FECHA DE PROCEDENCIA 23/11/97
VINCULACIONES 1507402
11776

Protección a los indígenas

Garantizar tierras y recursos naturales es el objetivo

Entre los proyectos patrocinados por el PPG-7, hay uno que atrae la atención internacional. Se trata del Programa Integrado de Protección a las Tierras y Poblaciones Indígenas de la Amazonia Legal, un tema de inmenso interés mundial. Son U$S 22,7 millones desembolsados por los más ricos para implementar alternativas de desarrollo oriundas del propio modelo de organización indígena.

Las acciones se han concentrado en los estados de Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Pará, Roraima y Tocantins, y se iniciaron efectivamente el año pasado. El objetivo es garantizar territorios y fomentar la utilización no depredatoria de los recursos naturales por los pueblos indígenas. Hay un acuerdo de cooperación técnica con el gobierno alemán para fortalecer y capacitar técnicos de la Fundación Nacional del Indígena (Funai).

La población indígena brasileña actualmente es de 326 mil personas de 215 etnias distribuidas por casi todo el territorio nacional. La mayor concentración, sin embargo, está en la Amazonia. Algunos grupos viven en completo o relativo aislamiento. La cuestión de demarcación de la tierra es central para la preservación de la identidad cultural y para el derecho al desarrollo étnico. El gobierno entiende que la noción de territorios para los indígenas representa mucho más que un medio de subsistencia. La tierra es soporte de la vida social y está directamente relacionada a su sistema de creencias y de conocimiento.

La Constitución Federal reconoce la posesión indígena cuando ocurre en tierras habitadas por los indígenas en carácter permanente, las utilizadas en sus actividades productivas, las imprescindibles para la preservación de los recursos ambientales necesarios para su bienestar y las necesarias para su reproducción física y cultural, según sus usos y costumbres.

Para hacer viable el programa, el gobierno se hizo presente en cuatro frentes: regularización territorial, vigilancia y protección de las áreas indígenas, estudios y capacitación y apoyo a la gerencia. En total, se realizaron 29 demarcaciones de tierras, la aprobación del Plan de Vigilancia para la Tierra Indígena y diversos cursos están programados para los próximos tres anos. El programa permitirá también la demarcación y revisión del 29% de todas las áreas indígenas de Brasil. (C.A.Jr.) ■

23/11 GZ

01-01

971527

Nº DOCUMENTO 9714528
TITULO (*)
PROCEDENCIA A.E.P.
FECHA DE PROCEDENCIA 18/11/97
VINCULACIONES 507482
11165
11166A
11302

01-03

9714528

XQ3048

R ECOBT 11-18 00684
mun exg icx

(*) BRASIL-AJUSTE
GOBIERNO PREPARA "PAQUETAZO SOCIAL" PARA MEJORAR IMAGEN

Brasilia, 18 nov (EFE).- El Gobierno brasileño afina detalles de un "paquetazo social" con el que espera mejorar su imagen tras el impopular ajuste fiscal que promulgó hace una semana para neutralizar los efectos de la crisis financiera internacional.

La campaña, según anunció el secretario Nacional de Derechos Humanos -dependencia del Ministerio de Justicia-, José Gregori, saldrá "al aire" cuando existan "señales claras" del fin de la crisis financiera internacional.

Esta crisis ha repercutido con fuerza en Brasil, debido a sus déficits fiscales y comerciales, al igual que en las naciones del sudeste asiático, donde se generó la turbulencia bursátil, el pasado mes.

Las presiones sobre la sobrevalorada moneda nacional -el real- obligaron al Gobierno a defenderla con la venta en el mercado interno de casi 10.000 millones de dólares -un sexto de la Reserva Monetaria Internacional-, y con la duplicación de las tasas de interés, para así evitar la fuga de capitales.

Ello se vió reforzado con la promulgación de un "paquete" de medidas para aumentar la recaudación fiscal -alza de impuestos, principalmente- y disminuir los gastos -despidos y otros recortes presupuestarios-, todo lo cual ha creado perspectivas recesivas con el encarecimiento del crédito y los consiguientes efectos en precios, tarifas y oferta de empleo.

Para aumentar la recaudación fiscal, por ejemplo, el Gobierno acabó con las condonaciones o reducciones impositivas, entre ellas a hospitales y a programas educativos y culturales.

La respuesta popular a todo ello se ha reflejado en diversas encuestas difundidas por la prensa durante la pasada semana y que coinciden en que el "paquetazo fiscal" es rechazado por entre el 52 y 55 por ciento de la población, mientras que otro 33 ó 36 por ciento dijo respaldarlo, pero únicamente de manera parcial.

Gregori sostuvo que el presidente del país, Fernando Henrique Cardoso, con quien se reunió el fin de semana para ultimar detalles de la campaña, "tiene confianza en que la pérdida de credibilidad es superficial y puede ser revertida".

Los diferentes proyectos gubernamentales en educación, alimentación escolar, disminución del analfabetismo y mejoramiento en el área de derechos humanos serán los pilares de la campaña, adelantó Gregori, tras reconocer que no se trata de promulgar nuevas medidas.

La campaña no sólo buscará animar el respaldo del Congreso a las medidas ya dictadas, ya que varias requieren del aval de los legisladores para entrar en vigor, sino también mantener el respaldo del que goza Cardoso en las encuestas de intención del voto, en las que figura como favorito para reelegirse en las elecciones de octubre de 1998, aunque ya no con mayoría absoluta.

La oposición también ha adelantado que intensificará su ataque a la "nula política social del Gobierno", según recalcó este fin de semana el socialdemócrata Leonel Brizola, en una intervención televisada de propaganda electoral.

Brizola ha expresado su deseo de ser candidato a la Vicepresidencia en una fórmula encabezada por el líder socialista

02

9714528

enmiendas, que favorecieron la inversión del Gobierno en costosas obras públicas, y aprobaron partidas del presupuesto destinadas a fundaciones supuestamente con fines sociales, que nunca existieron o pertenecían a los propios parlamentarios. EFE

CM/JOC/ACM/CGR

11/18/22-12/97

9714528

Nº 9714529
TÍTULO Garimpeiros son retirados de los tierros Yanomamis
PÁGINA 15&734
FECHA DE PRECEDENCIA 24.11.97
VINCULACIONES 507482
Pág 11776
Garimpeiros

Garimpeiros são retirados das terras ianomâmis

Resultados de operação surpresa serão apresentados pelo presidente na Inglaterra

EDSON LUIZ

BRASÍLIA – Na viagem que fará na próxima semana à Inglaterra, o presidente Fernando Henrique Cardoso vai levar o resultado de uma operação surpresa feita na reserva dos índios ianomâmis, em Roraima, onde mais de 300 garimpeiros foram presos, 30 pistas clandestinas destruídas e vários aviões foram apreendidos. A operação, programada há dois anos, vai ser a resposta que o presidente dará às organizações não-governamentais (ONGs) que reivindicam mais atenção do governo em relação aos índios.

Há mais de cinco anos o governo não realizava uma operação dessa natureza na reserva indígena ianomâmi, considerada a maior do País e com tamanho equivalente ao de Portugal e da Bélgica, onde vivem mais de 9 mil índios. "Foi uma ação feita de surpresa e com resultados positivos", afirmou o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sulivan Silvestre de Oliveira. Segundo ele, o governo usou quase 400 homens do Exército, Aeronáutica, Polícia Federal, Funai e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Para o secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, que acompanhará o presidente à Inglaterra, pela primeira vez, o governo faz uma operação com a finalidade de desobstruir a área definitivamente. "Antes, o governo fazia operações e retirava os garimpeiros, mas agora eles estão sendo presos, responderão a processo e pagarão uma indenização pelos danos causados à reserva dos ianomâmis", explicou Gregori.

01-02

9714529

XA7233

R SUCBT 11-20 00273
sur and ic×

BRASIL-INDIGENAS
DETENIDOS MAS 300 GARIMPEIROS USURPABAN TIERRAS YANOMANI

Brasilia, 19 nov (EFE).- Más de 300 "garimpeiros" (buscadores de oro) que trabajaban ilegalmente en la reserva indígena Yanomani del norte del pais fueron detenidos esta semana en una operación sorpresa del Ejército, la Fuerza Aérea y la Policia Federal brasileña, informaron hoy fuentes oficiales.

En la operación, que se extenderá hasta la primera quincena de diciembre, también se han destruido 30 pistas de aterrizaje clandestinas utilizadas por los "garimpeiros" para llegar hasta esta reserva indigena, ubicada en el estado amazónico de Roraima, fronterizo con Venezuela y Guyana.

Según portavoces del Gobierno, en la campaña contra los "garimpeiros" participan 350 hombres de las Fuerzas Armadas, fiscales del Instituto Brasileño de Medio Ambiente (IBAMA) y técnicos de la Fundación Nacional del Indio (FUNAI).

El objetivo de la operación es expulsar definitivamente a los "garimpeiros" de la reserva Yanomani, que fue creada en 1989 y tiene una extensión de nueve millones de hectáreas, ocupadas por apenas 10.000 indígenas que viven en estado semiprimitivo.

La operación es la segunda que el Gobierno federal brasileño emprende contra los buscadores de oro, ya que en 1990 se realizó una campaña similar.

"En esa ocasión no se hizo lo que estamos haciendo ahora, que es detener y procesar a los garimpeiros", afirmó el presidente de la FUNAI, Sullivan Oliveira.

Según Oliveira, los detenidos, que permanecen en la base militar de Surucucu, deberán indemnizar al Gobierno Federal por la invasión ilegal de la reserva.

"Con esta sanción económica esperamos evitar su regreso al área de los Yanomami", dijo el presidente de la FUNAI. EFE

joc/fp/arp

11/20/00-52/97

02-02

9714529

Nº DOCUMENTO 9714530
TITULO Sindicalistas prevén recesión y desempleo.
PROCEDENCIA 150734
FECHA DE PROCEDENCIA 11/11/97
VINCULACIONES 507482
11165
niveles de ocupación
Sindicatos (Brasil)
CUT

Sindicalistas prevêem recessão e desemprego

Paulinho: "Ninguém mais duvida que janeiro será mês de demissões"

11/12/16-30/97

CUT e Força Sindical esperam que classe média e baixa renda paguem a conta do ajuste

LILIANA PINHEIRO

Tanto na Central Única dos Trabalhadores (CUT) quanto na Força Sindical, o pacote de ontem foi considerado duro demais para com as classes média e baixa. Direta e indiretamente, apenas os trabalhadores pagarão a conta da preservação do Plano Real, disse o vice-presidente da CUT, João Vaccari Neto. "Talvez as pessoas não compreendam de imediato o que significam essas medidas, que vieram se somar com o aumento das taxas de juros na semana passada", disse. "O 13º salário vai segurar a situação neste final de ano, mas janeiro começará com desemprego e recessão."

PARA VACARI, 13º AJUDARÁ A VENCER O FIM DO ANO

O diretor da Força Sindical e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo Paulo Pereira da Silva disse que o pacote tem muito mais coisas ruins do que boas. "Acho que ninguém mais duvida que janeiro será mês de demissões na indústria, puxadas pelo setor automotivo e de bebidas", disse. "Depois disso, nos meses seguintes, o desemprego será geral."

Ontem, mais uma empresa da Capital comunicou férias coletivas, por 10 dias. A Silvânia, fabricante de lâmpadas, tem 700 empregados e segundo Paulinho nunca tinha parado a produção em novembro.

No Sindicato dos Bancários de São Paulo, o clima também era de apreensão. O presidente da entidade, Ricardo Berzoini, acredita em forte desaceleração do consumo e da produção a partir deste mês.

R ECRBT 11-12 00398
XM2267
01-01
9714530

DOCUMENTO 971431
TITULO Sin Techo realizan la mayor invasión del año en San Pablo.
PROCEDENCIA 150734
FECHA DE PROCEDENCIA 4/11/97
VINCULACIONE 507902
1165
Sin Techo
Vivienda

Sem-teto fazem maior invasão

Duas mil pessoas ocuparam imóvel do INSS no centro da capital

EDUARDO NUNOMURA

Uma grande festa. Esse foi o código utilizado pelos líderes de sem-teto na ocupação de um prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por volta das 23 horas de anteontem, 2 mil pessoas coordenadas pelo Fórum dos Cortiços entraram nos três blocos do imóvel da Avenida 9 de Julho, 584, centro, para promover a maior invasão do ano na cidade e a maior ocupação realizada pela entidade até hoje.

Para o Fórum dos Cortiços, a ação é uma forma de pressão contra a falta de políticas habitacionais dos governos federal e estadual para os moradores de cortiços da cidade. Segundo o movimento, somente a Prefeitura de São Paulo apresentou até agora um programa específico para eles.

Sigilo – A ocupação vinha sendo planejada havia dois meses e mantida em sigilo pelos líderes para evitar uma ação policial. Algumas das 600 famílias que se reuniram anteontem foram cadastradas nos últimos dias, ou até mesmo ontem, pagando R$ 1,00 por uma carteira de identificação. Os 36 coordenadores do movimento realizaram visitas a cortiços da capital para tentar engrossar o número de interessados na ocupação.

Cadastradas pelo Fórum dos Cortiços, as 956 famílias que pretendem mudar-se para o prédio do INSS vêm de várias regiões da capital. A entidade tem hoje 36 coordenadorias em bairros da cidade. Mas o INSS informou que vai entrar com um pedido de reintegração de posse do prédio na Justiça Fede-

ESP 4/11

do ano em SP

ral. A Polícia Federal vai ser acionada para participar da desocupação, caso ela ocorra.

Pressionar – "Não viemos para morar, mas para ocupar e pressionar o governo federal a liberar verbas para os programas de cortiços", afirmou a coordenadora do Fórum dos Cortiços, Verônica Krolll. Segundo ela, a Caixa Econômica Federal (CEF) poderia abrir linhas de crédito específicos para pessoas de baixa renda. Para Donizete Fernandes, da União dos Movimentos por Moradia (UMM) – uma das entidades que auxiliou na ocupação –, o poder público não tem um programa para os moradores de cortiços. "Se o governo federal não fizer propostas, vai haver novas ocupações", garantiu.

Os movimentos já possuem uma lista com 59 imóveis desocupados que poderiam ser novos alvos dos sem-teto.

01-09

971431

HABITAÇÃO

Krahenbuhl diz que ficou

ESP 4/11

surpreso com invasão

Secretário municipal da Habitação afirma que movimentos descumpriram acordo firmado com a Prefeitura de não invadir prédios públicos; projeto para cortiços está parado, à espera de verbas

ROGERIO WASSERMANN

O secretário municipal da Habitação, Lair Krahenbuhl, disse ontem estar surpreso com a ocupação do prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no centro pelos movimentos de moradores de cortiços. "Fizemos um trato com eles para que não houvesse mais invasão de prédios públicos", reclamou. Ele disse acreditar que "as pessoas estão com as expectativas frustradas" com a demora na liberação de verbas, pelos governos federal e estadual, para o projeto da Prefeitura para os cortiços do centro. "A invasão é uma forma de pressão, mas não acho que seja a mais correta."

O projeto prevê a formação de cooperativas de sem-teto, que receberiam verbas para a compra e reforma de imóveis vagos na região do centro expandido da cidade. Segundo Krahenbuhl, a continuidade do projeto só depende da confirmação da Caixa Econômica Federal ou do Ministério do Planejamento para financiamentos solicitados, pois a Prefeitura não tem recursos para a execução do projeto.

"A Prefeitura já fez a sua parte, que foi a identificação dos imóveis a ser ocupados e a pesquisa sobre o perfil do morador de cortiço, feita pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)", afirmou.

A coordenadora do Fórum dos Cortiços, Verônica Kroll, elogia o programa. "Embora não haja recursos, politicamente a Prefeitura deu um bom exemplo de como pode ser uma solução para os cortiços", reconhece a líder dos sem-teto.

PROJETO DO GOVERNO ESTADUAL ATENDERIA 10%

"Piruinhas" – Krahenbuhl disse acreditar que a demora na liberação de verbas não se deve a problemas políticos, apesar da proximidade das eleições gerais de 1998. "O problema é de planejamento mesmo", afirmou.

Krahenbuhl evitou fazer qualquer estimativa do número de famílias que poderiam ser atendidas pela Prefeitura nos próximos anos, mas disse acreditar que o Programa de Ação em Cortiços (PAC), do governo estadual, que prevê o atendimento de cerca de 12 mil famílias em cinco anos, está muito aquém das necessidades para a área. O número representa apenas 10% do total de famílias vivendo em cortiços na cidade de São Paulo.

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), órgão estadual, pretende iniciar ainda este ano a construção de 320 unidades habitacionais no Pari, no centro, no que está sendo chamado de Projeto Palmão. "Esse prédio vai permitir a transferência de moradores de cortiços de outros locais para que façamos intervenções neles", afirmou a coordenadora-técnica do PAC, Maria Cláudia da Costa Brandão Amazonas. O Estado pretende ainda iniciar em breve uma reforma no Cinema da Mooca, ocupado por 112 famílias. (Colaborou Eduardo Nunomura)

9714531

Por causa do crime, colegas fecharam diversas ruas e pararam tráfego na zona leste

Um motorista de ônibus foi baleado por um perueiro durante uma briga de trânsito ontem à tarde na zona leste da capital. Por causa da agressão, motoristas de quatro empresas de ônibus que operam na região interromperam o trânsito em diversas ruas.

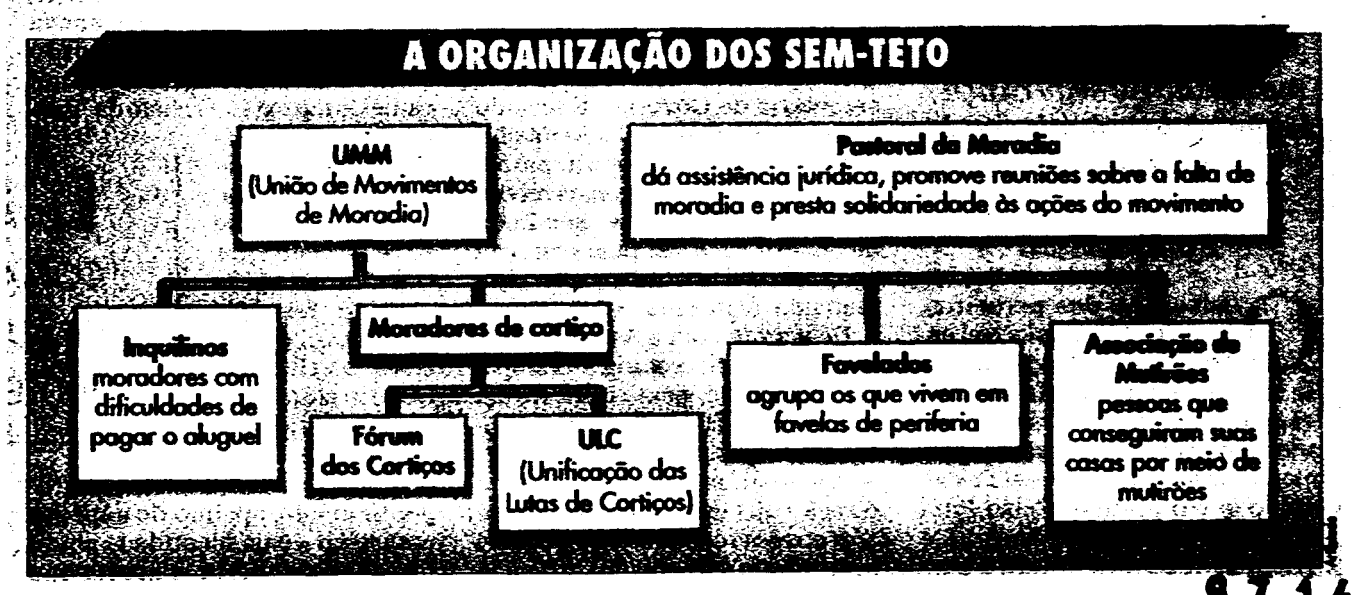
O incidente ocorreu às 12h40, na Estrada Iguatemi, em Guaianases. O motorista do ônibus, Adeir Paiva Moreno, da Auto Viação Vitória, teria discutido com um perueiro depois de ter tido o coletivo atingido na traseira pela Kombi placa OHP-4390.

A discussão teria ocorrido quando o motorista intimou o perueiro a registrar ocorrência no distrito policial. O perueiro teria se negado. Quando Moreno voltava para o ônibus, recebeu dois tiros pelas costas, que o atingiram no tórax e no abdome. Ele foi levado ao pronto-socorro do Hospital Geral de Guaianases, onde permanece internado em observação.

Segundo estimativa da Comando de Policiamento de Trânsito (CPTran) cerca de 300 ônibus participaram da manifestação. Já a São Paulo Transportes (SPTrans), empresa que gerencia o sistema na cidade, afirmou que o número de ônibus variou entre 80 e 100. Os motoristas só aceitaram retirar os ônibus, às 18 horas, depois que conseguiram agendar uma reunião com o comando do 19.° Batalhão de Polícia para pedir mais segurança na área. A Avenida Inácio Monteiro e a Estrada do Iguatemi, na zona leste, também ficaram com trânsito complicado.

O clima entre os motoristas era de revolta. "Agora, além de tirar os nossos empregos, os perueiros

Sem-teto no prédio do INSS: movimentos por moradia popular adotam invasões para pressionar CMH



9714531

Invasores vivem em escola há 85 dias

Famílias que invadiram prédio público foram deixadas em unidade escolar desativada

ROSA BASTOS

Em junho, 63 famílias de moradores em cortiços invadiram um antigo casarão da Secretaria da Fazenda, na Rua do Carmo, no centro. Ficaram 52 dias, até o despejo, por ordem judicial. Essas pessoas estão vivendo, há 85 dias, em uma escola estadual, na zona leste, que estava desativada. Duas, três e até quatro famílias ocupam as salas de aula, separadas por tapumes feitos de lençóis. Não há água e os banheiros estão entupidos.

Comparadas com o espaço que tinham anteriormente, nos cubículos que repartiam com outras famílias em casarões deteriorados, as salas de aula são uma beleza: amplas, claras e ventiladas. "Mas a gente não tem nenhuma privacidade como casal", queixa-se Oliveiro Luiz Alves Neto, que vive com a mulher, Dalvina, e o filho, Flávio, de 9 anos, com mais três famílias.

A água para lavar roupa, banho e cozinhar é tirada de uma torneira que fica no jardim da escola e levada em baldes para as "casas". Apesar disso, são todas limpas e bem-cuidadas. "Aqui tem pulga e pernilongo demais", reclama Roseli da Cruz, enquanto prepara a mamadeira do seu bebê. "O pior de tudo são quatro botijões funcionando na mesma sala."

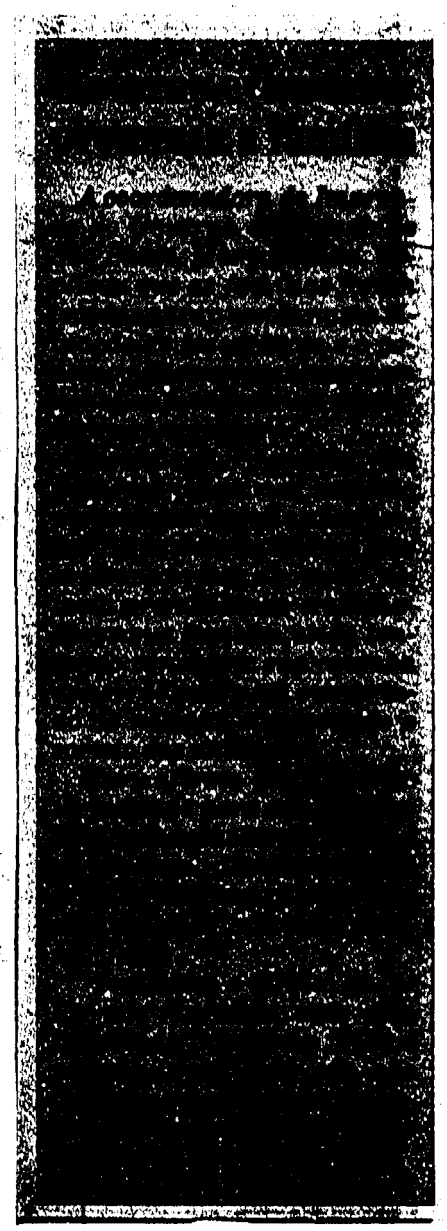
As histórias dos moradores são parecidas. Todos pagavam aluguel por quartinhos apertados, com banheiro coletivo, em casas e sobrados da região central da cidade. Filiaram-se ao movimento Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), que organizou a ocupação do prédio da Secretaria da Fazenda. "Tantos prédios vazios e a gente tendo de dividir um espaço mínimo e ainda pagando por isso!", protestou Dalvina.

ESPAÇO É MAIOR, MAS NÃO HÁ PRIVACIDADE

Eles alegam ter feito um acordo com o governo do Estado para sair do prédio. "Disseram que a gente ia ficar só três dias na escola enquanto arrumavam outro alojamento", conta Juracy Venâncio, de 23 anos, pai de duas crianças pequenas. "Pelo visto, vamos ficar para sempre." Desempregado há cinco meses, Venâncio diz que, morando tão longe, fica muito difícil arrumar trabalho. "Lá no centro, pelo menos um bico a gente fazia."

Sorte – Cristina Silva de Melo, de 16 anos, mãe de Wesley Eduardo, de 1 ano e 1 mês, morava com a mãe em um cortiço no Brás. A mãe inscreveu-se na ULC e participou da ocupação do prédio da Fazenda, mas cedeu a vaga para a filha. Cristina mora em uma das salas da escola com o marido, Miller, lavador de carros e com a irmã, de 17, que tem dois filhos. "Tivemos sorte."

Segundo a Assessoria de Imprensa da Secretaria da Educação, a Escola Francisca Teixeira de Camargo, na Rua Bento Quirino, 467, onde as famílias estão vivendo, foi desativada porque tinha um número de alunos muito inferior a sua capacidade. Os alunos foram remanejados para escolas próximas e o prédio ficou sem uso, assim como outros da rede escolar.



04-04

9714531-

Nº DOCUMENTO 9714532
TITULO Cardoso lidera encuesta sobre preferencia electoral
PROCEDENCIA 15090
FECHA DE ESPECIA 6/11/97
VINCULA 507402
11165
Encuesta de opinião
11437

IBOPE

Presidente lidera pesquisa

Desemprego é a maior preocupação da população

OLÍMPIO CRUZ NETO
Especial/Brasília

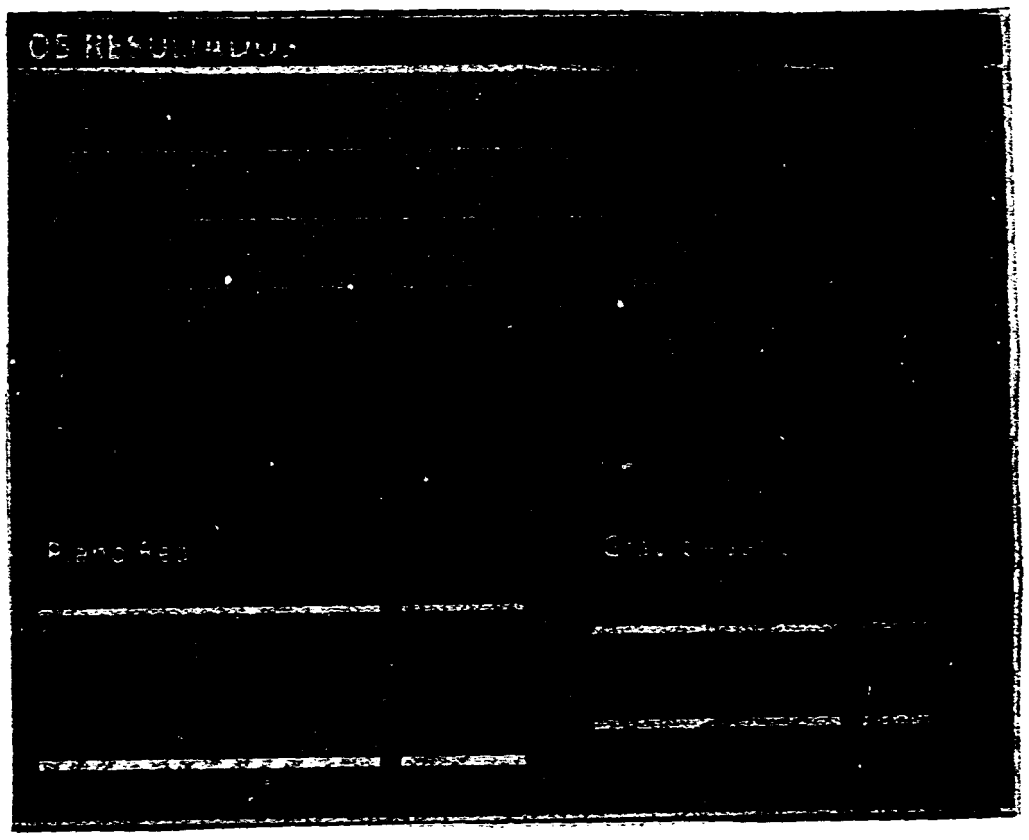
O presidente Fernando Henrique Cardoso e seu governo estão sendo vistos com bons olhos pela população brasileira de uma maneira geral. Uma pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e realizada pelo Ibope entre os dias 15 e 22 de outubro mostra que Fernando Henrique venceria a eleição presidencial com 41% das intenções de voto. Seus adversários somariam 43%. Os números foram divulgados ontem pela CNI, mas não contemplam os efeitos da crise provocada pela queda das bolsas de valores. A pesquisa também foi realizada antes do anúncio dos pacotes

pelo governo.

Confirma a pesquisa, [illegible] maior problema [illegible] ser enfrentado pelo [illegible] desemprego. Mais [illegible] para o futuro, segundo os entrevistados pelo Ibope, [illegible] maior problema [illegible] do direito de [illegible]

Curiosamente, o [illegible] que, para a grande [illegible] melhor para [illegible] é o problema mais grave. O estudo foi citado por [illegible] 57% dos [illegible] dos [illegible] apoiam [illegible] e desaprovam [illegible]

OS RESULTADOS



01-03

9714532

XM2085

R POXBT 11-05 00466
mun exg icx

BRASIL-ELECCIONES
CARDOSO LIDERA ENCUESTA SOBRE PREFERENCIA ELECTORAL

Brasilia, 5 nov (EFE).- El presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, lidera, con el 41 por ciento, las intenciones de voto para las elecciones presidenciales del año próximo, según una encuesta divulgada hoy por la Confederación Nacional de Industria (CNI).

La consulta, efectuada por el Instituto Brasileño de Opinión Pública y Estadísticas (IBOPE) entre el 15 y el 22 de octubre pasado, revela que si las elecciones fuesen hoy, Cardoso obtendría el 41 por ciento de los sufragios, contra el 43 por ciento de los votos sumados de todos sus potenciales rivales.

Ese posible resultado obligaría a Cardoso a disputar una segunda vuelta electoral, en caso de que realmente pretenda presentarse a la reelección.

Cardoso, del Partido Social Demócrata Brasileño (PSDB), no ha oficializado su candidatura presidencial, pero ni él ni sus asesores ocultan esa aspiración desde junio pasado, cuando fue aprobada la enmienda constitucional que permite la reelección de los cargos ejecutivos del país, incluido el de presidente de la República.

Los resultados de la consulta muestran que el segundo candidato más votado después de Cardoso sería el presidente de honor del opositor Partido de los Trabajadores (PT, socialista), el líder sindical Luiz Inacio Lula da Silva, quien obtiene un 16 por ciento de las preferencias.

En tercer lugar quedó el ex presidente José Sarney, del mayoritario Partido Movimiento Democrático Brasileño (PMDB, centro), con el 9 por ciento, seguido por el ex alcalde de Sao Paulo, Paulo Maluf, del Partido Progresista Brasileño (PPB, conservador), con el 8 por ciento.

Maluf anunció hoy que no se presentará a las elecciones presidenciales de octubre de 1998, debido a que su intención es ser candidato a gobernador del estado de Sao Paulo, el más rico e industrializado del país.

El quinto lugar en la preferencia electoral de los brasileños lo ocupa el ex presidente Itamar Franco, también del PMDB, con el 6 por ciento, y en el sexto puesto aparece el ex ministro de Hacienda Ciro Gomes, del Partido Popular Socialista (PPS), con el 4 por ciento.

La encuesta revela también que, entre Cardoso y cualquier otro candidato, el 46 por ciento de los brasileños votaría por el actual presidente, mientras que el 37 por ciento apoyaría a su potencial adversario.

El IBOPE advirtió que en los días en que se efectuó la encuesta no había comenzado la crisis de las bolsas de valores, lo que podría afectar el grado de aceptación de los candidatos, especialmente de Cardoso.

La semana pasada, el presidente brasileño tuvo que introducir drásticas medidas económicas para evitar la devaluación del real, la moneda nacional.

El real, base del programa de estabilización económica de Brasil, se ha mantenido casi a la par con el dólar desde julio de 1994, cuando fue introducido por el gobierno del presidente Itamar

9714532

Franco, del cual Cardoso fue ministro de Hacienda.
JOC/cm/lpd/pgl

11/05/18-30/97

9714532

Nº DOCUMENTO 9714533
TIPO Gob. oficina creacion 22 Reservas indígenas
PROCEDENCIA 150734
FECHA DE PROCEDENCIA 4/11/97
VINCULACIONES 507482
11165
11776.

LEGISLAÇÃO 4/n

FH homologa 8,4 milhões de hectares em áreas indígenas

Segundo ministro da Justiça, serão demarcados mais 20 milhões de hectares até 20 de abril

ISABEL BRAGA

BRASÍLIA – Depois de assentar, para fins de reforma agrária, "uma Bélgica", o presidente Fernando Henrique Cardoso comemorou ontem a homologação de "meia França" em reservas indígenas durante seu governo. Para marcar o ato, foi realizada uma grande cerimônia ao ar livre no Palácio do Planalto. Os índios comemoraram com dança da vitória.

Fernando Henrique oficializou mais 22 áreas que somam 8,4 milhões de hectares, beneficiando nove grupos indígenas. Desde que assumiu, o presidente demarcou cem áreas indígenas, num total de 28,2 milhões de hectares. Isso representa 34% do total de áreas indígenas demarcadas no Brasil e 3% do território nacional.

"Isso é meia França", comparou o presidente. O ministro da Justiça, Nelson Jobim, anunciou que até 20 de abril serão demarcados mais 20 milhões de hectares de terras indígenas. Também compareceram ao ato parentes do índio Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo por jovens de Brasília. O ministro Rezende assinou, simbolicamente, a portaria que homologou terra dos índios pataxó do sul da Bahia.

Equivocadamente, Rezende e o próprio presidente referiram-se à portaria como se ela estivesse concedendo a posse da terra da tribo de Galdino. Logo após a cerimônia, o primo de Galdino, Gerson Pataxó, esclareceu: "O ministro errou", disse. "A terra demarcada foi a dos pataxó-hã-hã-hãe."

Doc. Poco Lejible

01-02

9714533

XA5977
U POXBT 11-04 00491
Icx amt

BRASIL-INDIGENAS
GOBIERNO OFICIALIZA CREACION 22 RESERVAS INDIGENAS

Brasilia, 3 nov (EFE). - El presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso ha firmado hoy un decreto en el que oficializa la creación de 22 reservas indígenas y dijo que su Gobierno ya entregó a grupos étnicos del país títulos de propiedad sobre un territorio equivalente a "media Francia".

Las 22 reservas que fueron oficializadas hoy comprenden un territorio de 8,4 millones de hectáreas y benefician a nueve grupos diferentes de indígenas brasileños.

Para conmemorar la firma de un decreto con el que las reservas indígenas creadas y homologadas por su Gobierno suman un total de 28,2 millones de hectáreas, Cardoso preparó una ceremonia especial en los jardines del Palacio de Planalto -sede del gobierno- en la que los beneficiarios llegaron a bailar la "danza de la victoria".

Las reservas homologadas por el gobierno de Cardoso, que en enero de 1995 inició un mandato de cuatro años, equivalen al 34 por ciento de las áreas indígenas creadas en el país y al 3 por ciento de todo el territorio nacional.

"Eso es media Francia", reiteró el mandatario en el discurso que pronunció durante la ceremonia y al resaltar que, durante la campaña electoral que lo condujo a la presidencia, prometió conceder "toda una Fracia" de tierras a los indígenas y "toda una Bélgica" a los campesinos sin tierras.

En la misma ceremonia, el ministro de Justicia, Iris Rezende, aseguró que hasta el 19 de abril de 1998 el gobierno concluirá el trabajo previo para definir, delimitar y homologar reservas indígenas que se extienden por otros 20 millones de hectáreas.

Ese día se cumplen nueve años de la aprobación del precepto constitucional que obligaba al Estado a demarcar antes de 1994 un total de 523 reservas indígenas.

Hasta ahora, sólo han sido homologadas dos terceras partes de un total de áreas que les dan derecho a los habitantes originales del país sobre el 10,53 por ciento del territorio nacional.

La Asamblea Constituyente brasileña que redactó la Carta Magna de 1989 aprobó, el 19 de abril de ese año, el artículo en que se reconocía el derecho de las 200 etnias de Brasil -que hablan 170 lenguas diferentes- a ocupar, en 523 reservas, 900.000 kilómetros cuadrados del territorio brasileño.

Dichas reservas, que garantizarían a los 300.000 indígenas brasileños las tierras que actualmente ocupan o que les pertenecían culturalmente antes de ser expulsados por colonos, tenían que haber sido demarcadas, según el precepto constitucional, antes del primer día de 1994.

Sin embargo, hasta el mes pasado, según cifras del Instituto Socio Ambiental de Sao Paulo, el Gobierno había homologado, es decir identificado, delimitado físicamente y oficializado, apenas un 70 por ciento de las reservas indígenas.

Lo más preocupante de todo es que el Gobierno aún no ha comenzado el proceso de demarcación de un total de 63 reservas, que son precisamente las que están ubicadas en zonas invadidas por colonos, en áreas consideradas estratégicas por los militares o en regiones ricas en minerales y que interesan a varios grupos políticos y económicos. EFE

02-02

9714533

Nº DOCUMENTO 9714534
TITULO Cardoso v. Julia Israel em enero
150029
971128
507482
11399
507603
11164

DIPLOMACIA

24 28-11

FH fará visita a Israel em janeiro

A programação inclui um encontro com Arafat

Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso fará uma viagem histórica ao Oriente Médio no final de janeiro. A convite do presidente israelense, Ezer Weizman, FH visitará Israel entre os dias 26 e 28 de janeiro. A informação foi confirmada ontem pelo Ministério das Relações Exteriores. No dia 28, antes de embarcar de volta para o Brasil, Fernando Henrique se reunirá com o presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, na Faixa de Gaza. Por enquanto, conforme o Itamaraty, não estão definidos quaisquer outros detalhes da viagem.

De qualquer forma, além da óbvia questão política, os temas econômicos também deverão marcar a viagem. O ministro da Indústria e do Comércio israelense, Nathan Sharansky, lembrou que seu país, apesar de pequeno, é um grande mercado consumidor: importa US$ 30 bilhões por ano (dos quais apenas US$ 53 milhões do Brasil, em 1996). Nas conversas em Brasília, Sharansky disse que o governo israelense quer formar joint-ventures com o Brasil para vender seus produtos ao resto da América Latina.

As exportações de Israel deram um salto, nos últimos anos, saindo de uma média de US$ 12 bilhões anuais para US$ 20 bilhões. O volume de vendas ao Brasil também duplicou, passando de US$ 86 milhões, em 1993, para US$ 199 milhões, em 1996. Os principais motivos para esse melhoria de desempenho, além do percentual de gás, foram o volume de investimentos nas indústrias de alta tecnologia e a imigração de cientistas e engenheiros judeus da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A última viagem de FH ao Exterior em 1997 deve ser à Inglaterra, entre os dias 1º e 5. A lista da comitiva oficial foi publicada ontem no Diário Oficial. Acompanharão o presidente a Londres cinco ministros, o senador Teotônio Vilela Filho (AL), presidente nacional do PSDB, e o deputado Roberto Campos (PPB-RJ).

01-01

9714534

9714535
150024
971126
507482
11899
RUSIA
11305
501889

PELEA POR UN CARGO EN EL CONSEJO DE SEGURIDAD

ONU: Rusia desmintió el apoyo a la candidatura del Brasil

Así lo dijo el canciller ruso al finalizar su visita al país • Primakov no descartó que apoye la idea de que los países latinoamericanos roten en ese cargo • Ese tema había provocado una crisis entre Menem y Cardoso

TELMA LUZZANI

El canciller ruso Evgueny Primakov desmintió ayer que Rusia apoye la candidatura del Brasil como miembro permanente del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. "Algunos medios de comunicación han tergiversado mis declaraciones", dijo, en alusión a las publicaciones que aseguraban que durante su visita a Brasil la semana pasada Primakov había avalado esa idea.

"La postura de Rusia, al igual que la del gobierno de Brasil y de la Argentina es que América latina debe estar representada en el Consejo de Seguridad", respondió, al ser interrogado por Clarín, durante una conferencia en el Palacio San Martín, en su último día de visita oficial al país.

En agosto, la oposición argentina a la candidatura brasileña desató serios roces entre ambos países. El 24 de agosto, durante una cumbre en Asunción, la Argentina y Brasil llegaron a un acuerdo de compromiso: tratar que más de un país latinoamericano ocupe el codiciado asiento en forma rotativa.

> Primakov defendió el derecho de Rusia a vender armas, pero negó que ése sea el objetivo de su gira

EE.UU. ha propuesto elevar a diez el número de miembros permanentes. A los cinco históricos (EE.UU., Rusia, China, Gran Bretaña y Francia) se sumarían Japón y Alemania más un representante de Asia, Africa y América latina. Rusia, afirmó Primakov, está de acuerdo con que la región latinoamericana tenga su lugar.

"Cuál va a ser el país que la represente va a ser una decisión de los países latinoamericanos. Pero Rusia no descarta la posibilidad de una rotación", aclaró.

Sobre la situación en Cuba, Primakov dijo coincidir con la Argentina. Sin embargo el canciller ruso se distanció no sólo de la posición argentina sino de la que tienen la mayoría de los países occidentales con respecto al gobierno de Fidel Castro.

"En Cuba ya ha empezado un consenso de democratización", aseguró el canciller después de subrayar que en la isla, hay señales de un progreso en la apertura de la economía, de un avance en las leyes del mercado. El alusión a una incipiente apertura democrática y la inmediata crítica de Primakov al método de sanciones y bloqueo de los EE.UU. como forma de presión están estrechamente vinculados con la fuerte voluntad rusa de convertirse en un referente alternativo en las decisiones que en el futuro deba tomar el mundo, es decir, la nueva política exterior rusa de la que Primakov es el principal arquitecto.

Acuerdos. Di Tella saluda a Primakov, ayer, luego de firmar convenios.

"Nosotros creemos que todos estos avances positivos pueden ser garantizados no mediante el bloqueo económico y las sanciones sino al revés, promoviendo las relaciones con Cuba". Y agregó: "Rusia está por una normalización de las relaciones entre Cuba y los EE.UU", frase clave que tiene su resonancia en la última intervención de Rusia en la resolución del conflicto entre Irak y EE.UU. por la inspección de armas.

"Acorralar a Irak es contraproducente", había subrayado el lunes Primakov. "En el mundo contemporáneo no puede haber un solo Estado que monopolice el arreglo de cualquier conflicto", agregó. Rusia, a seis años de la disolución de la Unión Soviética, busca recuperar su lugar. Dos son los pilares fundamentales de su estrategia: aprovechar el concepto de mundo multipolar que permite la existencia de más de un polo de influencia sin fronteras delineadas y marcar la diferencia con EE. UU. Con Irak –y por qué no con Cuba–, Rusia busca ser el referente "negociador" frente a su antiguo enemigo que elige la vía del escarmiento para resolver diferencias.

Primakov condenó también la ley norteamericana Helms-Burton por considerarla de "carácter extraterritorial, ya que es la tentativa de extender la legislación interna de un país fuera de su territorio".

En la conferencia de prensa, el canciller, que continúa con su gira latinoamericana hoy rumbo a Colombia, defendió el derecho de Rusia a vender armas, "como lo hace cualquier otro país en el mundo", pero rechazó la especulación de que la gira incluyera como objetivo promover las exportaciones de armamentos a América latina, según aseguró ayer el diario de Miami El Nuevo Herald, escrito en castellano.

> El canciller de Rusia reiteró su rechazo al embargo de EE.UU. contra Cuba y a la ley Helms-Burton

Rusia, que ha vendido helicópteros militares a Colombia y cazas MiG-29 a Perú, lanzó, en febrero pasado, una ofensiva para incrementar la venta de armas al exterior. El Nuevo Herald, citando a un ex asesor soviético, dijo que Primakov tenía entre sus objetivos económicos abrir nuevos mercados para las armas rusas en esta zona del planeta. "Quiero destacar que este tema no fue discutido ni en Brasil ni en la Argentina", aseguró en Buenos Aires.

Tras la firma de acuerdos de cooperación científica, técnica y cultural con su par argentino, Guido Di Tella, Primakov renovó el apoyo de su país a los reclamos argentinos sobre las Malvinas y se entrevistó con el jefe del Gobierno de Buenos Aires, Fernando de la Rúa. □

01-01

9714535

Nº DOCUMENTO 9714537
TITULO (*)
150007
97113
507482
11899
60900
507460
11795

11161
523375
11851

Abreu alerta sobre una tendencia al bilateralismo entre Argentina y Brasil

EP 15/11

El ex canciller Sergio Abreu planteó ayer un llamado de atención sobre el peligro que corre el MERCOSUR por la toma de decisiones bilaterales de Argentina y Brasil.

"El MERCOSUR está asistiendo a una peligrosa unilateralidad brasileña y una preocupante bilateralidad argentina", dijo Abreu en declaraciones a CX 14 Radio El Espectador.

De esta manera, el hoy asesor de la Cámara de Industrias se refirió al anuncio hecho el martes en Brasilia por el presidente argentino, Carlos Menem, y su ministro de Economía, Roque Fernández, sobre el aumento del Arancel Externo Común del bloque.

Menem había dicho que entre los cuatro socios había "prácticamente acuerdo" en elevar el arancel, mientras voceros del gobierno uruguayo señalaban que nuestro país aún no tenía posición tomada.

Como se sabe, este tema será abordado mañana en la reunión del Mecanismo de Coordinación Macroeconómica del grupo que integran los Ministros de Economía y de Presidentes de los Bancos Centrales.

"Que se tomen decisiones de esta naturaleza quiere decir que vienen determinadas" afirmó el Dr. Abreu, quien agregó "mañana se va a plantear como un hecho consumado (la suba del arancel) de los dos grandes socios del MERCOSUR".

La propuesta de subir el arancel proviene de Argentina y consiste en aumentar el arancel máximo de 20 a 23 por ciento, con el fin de eludir una queja de la Organización Mundial del Comercio (OMC) que cuestionó la tasa estadística aplicada por el gobierno de Menem.

Se trata de una tasa del 3 por ciento que Argentina cobra a sus importaciones para financiar estudios estadísticos sobre comercio exterior y que fue condenada por la OMC, a petición de Estados Unidos.

Abreu criticó la propuesta por considerar que "no es un mensaje muy claro elevar los aranceles cuando el mundo está orientado hacia una apertura del comercio".

01-01

9714537

Nº DOCUMENTO 9714538
TITULO Integracion entre gobiernos de Argentina y Brasil
PAGS 150859
FECHA 971102
VALIDO 507482
11899
66960
12795
11164

Integración entre Brasil y Argentina

GM

Francisco Góes
Porto Alegre 2-8/11.

Un grupo de diez gobernadores del sur de Brasil y el nordeste de Argentina se reunirán el día 21 de noviembre, en Curitiba, para refrendar una serie de asuntos aprobados en instancias técnicas y que tienen por objetivo acelerar los programas de integración regional. La reunión congregará a los jefes de los ejecutivos estaduales y provinciales del Consejo de Desarrollo e Integración Sur (Codesil), de Brasil y de la Comisión Regional de Comercio Exterior del Nordeste Argentino (Crecenea).

El 6° Forum de Gobernadores, nombre oficial del evento, resultará en la Declaración de Curitiba, donde los mandatarios estaduales harán sugerencias a las instancias federales en diferentes temas. La base del documento será discutida en reunión previa a la de los gobernadores los días 13 y 14 de noviembre, también en Curitiba. Codesul y Crecenea se reúnen en forma alternada en cada país, cada seis meses y trabajan en 11 Grupos de Integración Temática. ■

2 AL 8 DE NOVIEMBRE DE 1997

9714538

a-01

DOCUMENTO 9714539
ESTILO Reunión de Mtros. Justicia del mercosur.
PROCE 150090
FECHA 971121
REC. 507482
111399
507406
609160
660723
507480
65709

→ 523375.
60239
11163
11338

9-07

9714539

XU7167

U ECOBT 11-20 00616
mun exg icx

MERCOSUR-SEGURIDAD (Previsión)
COMIENZA REUNION DE MINISTROS SIN CONCORDANCIA EN VARIOS TEMAS

Punta del Este (Uruguay), 20 nov (EFE).- Los ministros de Interior y Justicia de los países del MERCOSUR comienzan hoy, jueves, en el balneario uruguayo de Punta del Este, el estudio y elaboración de sus políticas comunes de seguridad en la región.

La reunión previa de expertos, que comenzó el martes a poco de iniciarse las deliberaciones a nivel político, no habían logrado consenso en una serie de temas que se enfocarán en los dos próximos días al más alto nivel.

El ministro del Interior de Uruguay, Didier Opertti, adelantó que en la reunión de los representantes nacionales se había acordado la creación de una red informática, que será de mucha utilidad para el combate de la delincuencia organizada en los países del MERCOSUR.

Los ministros esperan expresar en la reunión que comienza hoy los problemas que afrontan en los Estados miembros -Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay- y los dos asociados, Chile y Bolivia, en la lucha contra la criminalidad y la delincuencia organizada.

La reunión será la segunda desde la entrada en vigencia del MERCOSUR y el Protocolo de Ouro Preto.

De acuerdo con lo informado han comenzado a arribar al balneario uruguayo, a 147 kilómetros de Montevideo, los ministros de Justicia de Brasil, Iris Rezende; de Interior de Argentina, Carlos Corach; de Paraguay, Miguel Ramírez; de Chile, Carlos Figueroa Serrano; de Bolivia, Guido Nayer Parada; y el anfitrión Didier Opperti, quien adelantó su llegada para recibir a los colegas.

Los ministros estarán asistidos por los subsecretarios, jefes de gabinete, asesores, directores de policía y otros jerarcas de los respectivos servicios de seguridad interna de los Estados.

Entre los temas que tendrán que dilucidar los secretarios de Estado se incluye el problema de las migraciones, la administración de los puestos de control fronterizo integrado, el tránsito de personas, el control del delito transnacional y la eventual instalación de una oficina de información y operaciones en el MERCOSUR.

Pero en la reunión también habrá otros temas que preocupan a la seguridad de los países del Cono Sur, que surgen a medida que se flexibiliza el tráfico de personas, a causa de la integración a la que apunta el MERCOSUR.

En los planes figura la creación de un sistema, que tendrá que tener la aprobación parlamentaria de cada uno de los países, vinculada al traslado de delincuentes, armonización de imputaciones penales, agilitación de los mecanismos de extradición dentro de la región y el intercambio de datos sobre modalidades delictivas.

El ministro del Interior uruguayo, un experto en Derecho Internacional Privado, catedrático universitario en la materia, expresará las preocupaciones propias de un jurista, vinculado a la acción policial, como jefe de los servicios internos de su país.

Pese a que a nivel técnico parece no haberse completado todo lo que se espera, de la reunión de Punta del Este se adelanta la existencia de un importante consenso político en materia de

02

9714539

seguridad, tráfico de drogas y formas de combatir el delito en coordinadamente.

Simultáneamente a la reunión se desarrolla un seminario organizado por el Ministerio del Interior de Uruguay y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), donde participarán expertos internacionales.

En el encuentro se abordarán temas enfocados hacia el MERCOSUR como "El delito y la violencia","El crimen organizado", "Propuestas de una red de información automatizada en los países asociados" y "Compatibilización normativa y coordinación institucional en materia de procuración y administración de Justicia Penal".

Las exposiciones y debates sobre los temas estarán a cargo de los expertos Hugo Fruhling y José Caferatta, de la ONU; el Inspector José Nalerio Suárez, de Uruguay; y el subcomisario Carlos Alberto Gesto, de la Policía Federal de Argentina. EFE

apl/msr/dv

11/20/09-30/97

9714539

XQ3154

R POXBT 11-20 00385
icx mun exq

MERCOSUR-SEGURIDAD
MINISTRO ARGENTINO ASEGURA "HIZBULA" SE FINANCIA DESDE AMERICA

Punta del Este (Uruguay), 20 nov (EFE).- La organización islámica "Hizbulá" planea sus actos de terrorismo y los financia desde el estratégico enclave de la paraguaya Ciudad del Este y la brasileña de Foz do Iguazú, según el ministro del Interior argentino, Carlos Corach.

El ministro denunció esa zona como el "enclave de la impunidad" y pidió a la reunión de ministros del Interior del MERCOSUR un plan para controlar y desbaratar "un santuario único en el mundo".

Corach, que compareció ante los medios de comunicación, dijo que Argentina plantea la situación porque "nos ha costado dos atentados y existe un alerta donde se involucra a más personas y bienes en esta región".

Sus colegas aprobaron, tras la petición, la creación de una unidad coordinadora que en un plazo de 90 días estudiará la situación.

Según Corach, desde la triple frontera que se forma entre Argentina, Brasil y Paraguay, tres de los cuatro países del MERCOSUR, se "amenaza no sólo la seguridad de Argentina, sino la de todos los países de la región".

En su exposición, Corach subrayó que Ciudad del Este y Foz do Iguazú "están fuera del control del Estado", al tiempo que denunció la intención de los grupos integristas musulmanes de planear nuevos atentados en esta región de América, según datos de los servicios de información de EEUU y de varios países del área.

"Hay indicios" sobre la posibilidad de nuevos atentados del Partido de Dios (Hizbulá), recalcó Corach, quien también denunció que los actos de terrorismo son financiados con dinero que la organización recauda en Ciudad del Este y Foz do Iguazú.

El ministro afirmó que "en esas dos ciudades se movilizan 12.000 millones de dólares anuales, funcionando allí las agencias de los principales bancos del mundo, por lo que se forma un gran centro de lavado de dinero, que se maneja con absoluta libertad".

Además, dijo el responsable argentino de Interior, hay 100 pistas de aterrizaje, que nadie controla, mientras que transitan por el puente entre Paraguay y Brasil unas 60.000 personas diarias, sin existir "control de personas y mercaderías".

El ministro argentino expresó su satisfacción por la acogida que ha tenido su denuncia en el seno de MERCOSUR e informó de que se trabaja para buscar un principio de estructura comunitaria para hacer frente a "está única situación en el mundo, de inédita gravedad".

apl/fp/CGR

11/20/22-51/97

9714539

XM2437

R POXBT 11-20 00592
sur ic:

MERCOSUR-SEGURIDAD
PARAGUAYA CIUDAD DEL ESTE EN CENTRO DE DEBATES MINISTERIALES

Punta del Este (Uruguay), 20 nov (EFE).- El Mercado Común del Sur (MERCOSUR) creará una unidad de trabajo especial para afrontar los problemas de seguridad, de migración y fiscales que plantea la ciudad paraguaya de Ciudad del Este, informó hoy el ministro uruguayo del Interior, Didier Opertti.

Ciudad del Este, situada en un cruce de fronteras entre Paraguay, Argentina y Brasil, centró parte de los debates de la II Reunión de ministros del Interior o Justicia del MERCOSUR, más Bolivia y Chile, que fue inaugurada hoy en la ciudad uruguaya de Punta del Este (a 140 kilómetros de Montevideo).

El primer resultado de esta reunión es la creación de una unidad de trabajo sobre Ciudad del Este, que en un plazo de 90 días deberá presentar un informe a los ministros, informó Opertti.

Informaciones procedentes de Argentina habían indicado previamente que el ministro argentino del Interior, Carlos Corach, iba a manifestar en la reunión de Punta del Este su preocupación por la intensificación de la actividad de grupos integristas islámicos en Ciudad del Este.

"Hemos tenido un diálogo muy detallado entre los seis ministros sobre un tema (el de Ciudad del Este) que preocupa a varios de los países participantes y que afecta a toda la región", señaló Opertti, quien dijo que no sólo se han analizado aspectos de seguridad, sino también de control migratorio y de evasión fiscal en esa población paraguaya, antes llamada Puerto Strossner.

El ministro boliviano del Interior, Guido Nayer Parada, planteó a sus colegas la posibilidad de aplicar en los seis países un plan de seguridad ciudadana común, que sea complatible con los nacionales.

Opertti agregó que Uruguay presentará hoy un proyecto para crear un banco de datos de la delincuencia transnacional, que incluya un registro de delincuentes y de bienes y propiedades robadas.

El principal objetivo de la reunión comenzada hoy es enfrentarse conjuntamente a los desafíos de la globalización de la delincuencia mediante el estudio y elaboración de una serie de políticas comunes de seguridad.

La reunión es la segunda desde que en 1996 se decidió su institucionalización.

Los participantes son el ministro de Justicia de Brasil, Iris Rezende, y los de Interior de Argentina, Carlos Corach; Bolivia, Guido Nayer Parada; Chile, Carlos Figueroa Serrano; Paraguay, Miguel Ramírez, y Uruguay, Didier Opperti.

Los ministros están asistidos por los subsecretarios, jefes de Gabinete, asesores, directores de Policía y otros mandos de los respectivos servicios de seguridad interna de los Estados.

En la reunión ministerial, que fue precedida de un encuentro de la comisión técnica, se hablará sobre el problema de las migraciones, la administración de los puestos de control fronterizo integrado, el narcotráfico y el terrorismo, el tránsito de personas, el control del delito transnacional y la eventual instalación de una oficina de información en el MERCOSUR.

Simultáneamente a la reunión se desarrolla un seminario

organizado por el Ministerio del Interior de Uruguay y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) en el que participan expertos internacionales.

En el seminario se abordarán temas enfocados hacia el MERCOSUR como "El delito y la violencia","El crimen organizado", "Propuestas de una red de información automatizada en los países asociados" y "Compatibilización normativa y coordinación institucional en materia de procuración y administración de Justicia Penal".

Las exposiciones y debates sobre los temas estarán a cargo de los expertos Hugo Fruhling y José Caferatta, de la ONU; el Inspector José Nalerio Suárez, de Uruguay, y el subcomisario Carlos Alberto Gesto, de la Policía Federal de Argentina. EFE

ar/pgl

11/20/17-33/97

9714539

EO 21/11/97

■ II REUNIÓN DE MINISTROS DEL INTERIOR Y JUSTICIA DEL MERCOSUR, BOLIVIA Y CHILE

Combatirán delincuencia en la región

Ciudad del Este en Paraguay y Foz de Iguazú en Brasil fueron identificadas como centros de operaciones terroristas en la zona

POR EDISON LANZA
de la redacción de EL OBSERVADOR

Los países del Mercosur, Chile y Bolivia decidieron ayer enfrentar a la delincuencia organizada que opera desde Ciudad del Este (Paraguay) y Foz de Iguazú (Brasil), zona a través de la cual transitan U$S 12 mil millones provenientes del tráfico ilícito de drogas y armas.

La situación, denunciada públicamente por el ministro del Interior argentino Carlos Corach, llevó al resto de sus colegas de la región a crear una unidad de trabajo para estudiar en 90 días las medidas conjuntas que se pueden tomar para intervenir en lo que el jerarca denominó un "santuario del delito".

La señal de alerta la dio Corach, y fue acogida sin resistencias por los demás secretarios de Estado presentes en la II Reunión de Ministros de Interior y Justicia del Mercosur. El ministro de Brasil, Iris Rezende, dijo a *El Observador* que las acciones podrían incluir la intervención, por primera vez en el Cono Sur, de una fuerza multilateral de seguridad del Mercosur en la zona. Tanto Corach, como su colega uruguayo Didier Opertti, hicieron pública ayer, durante la reunión que se desarrolla en Punta del Este, la preocupación regional por los niveles de impunidad que existen en esa ciudad fronteriza paraguaya, desde donde se asegura que las organizaciones delictivas operan para toda la región.

Uruguay propuso crear un registro informático de delincuentes internacionales

"Ciudad del Este ofrece problemas preocupantes en lo que hace a seguridad, migración y asuntos fiscales que ameritaron la creación de una unidad especial que dispondrá de 90 días para presentar sus conclusiones ante los respectivos ministros del Interior", indicó Opertti. "Es un tema que preocupa especialmente a Argentina, Brasil y Paraguay, pero cuyos efectos se extienden a toda la región incluido Uruguay", añadió.

NO HAY ESTADO

Más directo fue Corach, quien aseguró que "la zona de Ciudad del Este y Foz de Iguazú se encuentra totalmente fuera del control de los estados: allí se ha creado un verdadero santuario del delito donde operan varias organizaciones trasnacionalizadas".

"No existe en el mundo otro lugar donde estos personajes puedan manejarse con la impunidad que lo hacen, en esa zona se registra un movimiento anual financiero superior a los U$S 12 mil millones manejados por agencias de los principales bancos del mundo con absoluta libertad", añadió el ministro argentino.

Corach agregó "que transitan por la zona más de 1.500 *containers* por mes y existen más de 100 pistas de aterrizaje que nadie controla, así como un tránsito de 60 mil personas por día entre Brasil y Paraguay que no son controladas".

Ante el asombro de la prensa Corach dijo que existen en esa zona "organizaciones dedicas a la falsificación de documentación personal, al tráfico de armas y de estupefacientes".

El ministro argentino agregó que los servicios de inteligencia de su país han detectado en esa triple frontera un importante tráfico de personas dedicadas al terrorismo internacional y fundamentalista. El ministro dijo que por la complejidad del tema debe ser tratado en forma conjunta por todos los países de la región, puesto que se trata de una amenaza para todo el continente.

Corach agradeció la receptividad que encontró en sus colegas durante la reunión que se desarrolla en Punta del Este, empero advirtió que si no se toman medidas drásticas Argentina está dispuesta a llevar el asunto ante la OEA.

Consultados al respecto los secretarios de Interior de Brasil y Paraguay, reconocieron que en esa zona se desarrollan situaciones delictivas como las descritas por sus colegas y se mostraron dispuestos a trabajar de modo coordinado para cambiar la situación. El ministro paraguayo, Miguel Angel Ramírez, indicó que "internamente se detectó el problema, y estamos dispuestos a trabajar con los restantes países del Mercosur siempre que se respeten las instituciones paraguayas".

Los ministros acordaron formar un grupo de trabajo para analizar el tema.

¿SUPERBANDA?

La delegación uruguaya presentó un proyecto para crear un banco de datos destinado a combatir la delincuencia internacional.

Los documentos presentados por Uruguay, a los que tuvo acceso *El Observador*, fundamentan la necesidad de crear un sistema informatizado por "el incremento preocupante de asaltos a mano armada a instituciones financieras ocurridos en los últimos meses en Buenos Aires, Montevideo y ciudades de Rio Grande do Sul". El proyecto consiste en el desarrollo de un registro informático de delincuentes internacionales que actúan en el Mercosur, Bolivia y Chile.

■ DESCENTRALIZACIÓN Y POLÍTICAS SOCIALES

PS presentó programa de gobierno para la IMM

El Partido Socialista (PS) [illegible] necesario "asumir en forma in[illegible]

07-07

9714539

Nº DOCUMENTO 9714541
TITULO FK. Cardoso Visita Colombia
PROCEDENCIA 150090
FECHA D 971107
VINCULACIÓN 507482
11399
65592
11164

DIPLOMACIA

FHC vai à Colômbia para reforçar liderança

ESP 7/11

Além de assinar acordos de combate ao tráfico de drogas, presidente fará declaração de repúdio a medidas unilaterais, como as dos EUA, numa tentativa de ajudar a manter estabilidade do país vizinho

EDSON LUIZ
Enviado especial

CARTAGENA DAS ÍNDIAS — O presidente Fernando Henrique Cardoso pretende reforçar hoje, no encontro que terá com o colega da Colômbia, Ernesto Samper, uma posição de liderança na América Latina. Um de seus objetivos é fazer uma declaração repudiando as medidas unilaterais contra outros países, como a retaliação dos Estados Unidos contra a Colômbia. Fernando Henrique viajou à Colômbia para levar seu apoio a Samper e ajudar a manter a estabilidade política interna.

Sua disposição é tentar uma reaproximação entre Samper e os EUA. No ano passado, o presidente colombiano teve seu visto de entrada cassado pelas autoridades americanas, depois da confirmação de que sua eleição fora financiada pelo narcotráfico. Na visita, Fernando Henrique assina convênios para o combate ao tráfico de drogas e conservação do meio ambiente.

Na reunião de hoje — que impedirá os dois de participar da abertura da 7ª Reunião de Cúpula Ibero-Americana, na Venezuela —, Fernando Henrique falará a Samper sobre o encontro que teve com o presidente Bill Clinton, a quem já tinha escrito cartas alertando sobre o risco de desestabilização na Colômbia. "O Brasil considera importante manter a constitucionalidade no país de Samper", diz uma fonte do governo brasileiro.

O problema com os EUA começou depois da descoberta de que traficantes do Cartel de Cali haviam doado US$ 6 milhões para sua campanha eleitoral. Apesar de ser considerado honesto, Samper teve contra si a opinião pública, que quer acabar com a imagem negativa do país por causa do narcotráfico. Embora os principais chefes do cartel tenham sido presos pela polícia de Samper, o tráfico não acabou e continua rendendo cerca de US$ 5 bilhões por ano.

Isolado — Apesar de ter escapado da cassação pelo Congresso, o presidente colombiano está isolado e perdeu seus principais aliados, inclusive o amigo e escritor Gabriel Garcia Marquez. O Partido Liberal, pelo qual se elegeu, parece manter Samper afastado do processo eleitoral. Tanto é que um dos principais candidatos à sucessão é um ex-ministro Horácio Serpa.

A presença dos dois [illegible] em Cartagena, cidade turística e histórica do Caribe, não está tendo grande repercussão. A imprensa deu mais destaque à [illegible] miss Colômbia — que [illegible] hoje — do que ao encontro entre Samper e Fernando Henrique.

O encontro devia [illegible] Letícia, na fronteira do Amazonas colombiano e do brasileiro. Mas a recente invasão de [illegible] colombianos de uma área do [illegible]

[illegible] tralha [illegible]

Hoje [illegible]

REUNIÃO ATRASA VIAGEM À VENEZUELA

01-04

9714541

XE3426

U POXBT 11-07 00328
and sur icx

COLOMBIA-BRASIL
SAMPER Y CARDOSO SUSCRIBEN CUATRO ACUERDOS DE COOPERACION

Cartagena (Colombia), 7 nov (EFE).- Los presidentes de Colombia y Brasil, Ernesto Samper y Fernando Henrique Cardoso, suscribieron hoy en la ciudad colombiana de Cartagena cuatro acuerdos y una declaración, para estrechar los lazos binacionales y hacer frente a problemas comunes como el tráfico de la drogas.

Los mandatarios se reunieron por la mañana y luego destacaron la importancia de su encuentro en una rueda de prensa, antes de partir hacia la isla venezolana de Margarita para participar en la VII Cumbre Iberoamericana.

Cardoso dijo que la reunión y los acuerdos suscritos hoy son muy favorables para ambos países y destacó las posibilidades que en el campo comercial abre la relación entre los productores de carbón de Colombia y los de hierro y acero de su país.

El gobernante brasileño afirmó que el acuerdo de cooperación técnica en materia de ciencias y la declaración de Cartagena de Indias sobre la Amazonia constituyen asuntos de interés permanente para las dos naciones.

Sobre dicho acuerdo, que permitirá hacer negocios a los productores de carbón colombiano y de acero brasileño, también dijo que "es una innovación en nuestras relaciones, llena de posibilidades muy positivas".

Cardoso aseguró que "si logramos una relación estable entre esos dos sectores "cambiaría mucho el intercambio comercial binacional", que no alcanza en la actualidad a los 500 millones de dólares al año.

Los otros tres convenios tienen que ver con la lucha contra el tráfico de estupefacientes y la cooperación para el intercambio de pruebas judiciales.

Uno de ellos busca controlar y combatir la circulación de aeronaves involucradas en el tráfico de drogas entre las dos naciones, y otro impedir el uso ilegal de sustancias y precursores químicos para el procesamiento de estupefacientes.

El tercero, referente a la cooperación judicial y la asistencia mutua en materia penal entre los dos Estados, permitirá adoptar acciones conjuntas de control y represión del delito en todas sus manifestaciones. EFE
AMV/fr

11/07/20-34/97

02

9714541

DF9065

U FUXRT II-06 00690
ICX AUD

COLOMBIA-BRASIL (Previsión)
COMERCIO, ECOLOGIA Y APOYO JUDICIAL EN AGENDA VISITA CARDOSO

Bogotá, 6 nov (EFE).- El afianzamiento de las relaciones comerciales, la cooperación judicial, la lucha antidrogas y el medio ambiente son los puntos principales de la agenda de la visita que el presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, comienza hoy, jueves, a Colombia.

La visita de Cardoso es la primera de un mandatario brasileño a Colombia desde 1988, cuando vino al pais el presidente José Sarney. En 1992 el entonces presidente colombiano, César Gaviria (hoy secretario general de la OEA), realizó una gira por Brasil.

Cardoso llegará a la ciudad caribe de Cartagena hoy por la noche y allí asistirá a una cena en su honor ofrecida por el presidente anfitrión, Ernesto Samper. El viernes los dos mandatarios asistirán a una reunión con empresarios colombianos y luego el gobernante brasileño ofrecerá una conferencia de prensa.

Las entrevistas Samper-Cardoso terminarán con el viaje de ambos, en aviones separados, a la Cumbre Iberoamericana que se celebra en Isla Margarita, Venezuela.

En el ámbito comercial Cardoso y Samper analizarán y darán su aprobación a un acta de entendimiento entre empresarios metalúrgicos y carboníferos de los dos paises, que pedirán a la Corporación Andina de Fomento (CAF) financiar una entidad promotora binacional sin ánimo de lucro, segun anunció la ministra de Relaciones Exteriores de Colombia, María Emma Mejía.

De acuerdo con esta, "se trata de encontrar una fuente de coinversión, que será importante para las relaciones comerciales y para saber cómo será la relación Mercosur-Comunidad Andina, que implicará una serie de intercambios más directos entre Colombia y Brasil".

Para la ministra, la comunicación marítima es un estímulo potencial para que la gran industria dinamice las relaciones comerciales entre los dos paises vecinos, cuyo intercambio ronda los 600 millones de dólares.

En 1996 Colombia importó de Brasil mercancias por 356 millones de dólares y exportó a ese pais productos por 119 millones de dólares, según cifras oficiales.

En la agenda de las conversaciones figura la construcción de un puerto carbonífero en Santa Marta (noroeste de Colombia) para enviar este producto a Brasil mientras que este pais aportará en el intercambio hierro y su capacidad siderúrgica.

En el campo comercial también se tratará el tema del café, producto que, según el embajador de Brasil en Colombia, Synesio Sampaio, "en vez de separarnos, nos une, porque son los dos paises mayores productores del continente y, a pesar de ser rivales en la venta de café, siempre han sabido estar juntos".

Samper y Cardoso firmarán también diferentes acuerdos bilaterales de cooperación judicial y de lucha contra el narcotráfico.

Entre estos últimos se encuentra la ayuda mutua para impedir el desvío de precursores químicos de los estupefacientes y el combate conjunto del tráfico de aeronaves destinadas al transporte internacional de drogas ilícitas.

Los presidentes pondrán énfasis en la prevención de esta clase

9714541

de delitos y en la creación de herramientas jurídicas para facilitar el intercambio probatorio en procesos penales, de tal forma que los jueces de ambos países dispongan de información rápida en materias que van desde el comercio de precursores químicos de las drogas hasta el lavado de activos.

"En asuntos ecológicos los gobernantes firmarán la "Declaración de Cartagena de Indias" sobre estímulos técnicos y científicos para el manejo sostenible de la cuenca Amazónica.

La declaración incluye la conservación de la biodiversidad de fauna y flora del Amazonas como patrimonio medioambiental del área fronteriza, toda selvática, y la protección cultural de las etnias indígenas habitantes de la zona.

"Teniendo en cuenta centros tan importantes de investigación científica y tecnológica en Manaos y Leticia vamos a poder trabajar en estos frentes", señaló la canciller Noria.

La ministra destacó que Samper y Cardoso dialogarán sobre otros temas de interés internacional, de la agenda multilateral, del Grupo de Río, la Comunidad Andina y Mercosur.

La reunión se realizará en la Casa del Marqués de Valdehoyos, construida en el siglo XVIII por orden del rey español Fernando VI y declarada patrimonio arquitectónico colombiano, dentro del Patrimonio Arquitectónico de la Humanidad que para la ONU es la ciudad amurallada de Cartagena de Indias.- EFE.

LDO/lm

11/06/09-03/97

9714541

Nº DOCUMENTO 9714542
TÍTULO FHC - Cardoso visita França.
PROCE... 150090
... 971129
... 507482
... 11399
... 65963 França
... 11166
... 11164
... 12795
... 523575
... 514142UE

DIPLOMACIA OESP 29-11

Brasil e França assinam acordo de cooperação na área espacial

Tratado fechado em Paris prevê programas comuns para lançamento de satélites

NAPOLEÃO SABÓIA

PARIS – A assinatura do acordo de cooperação na área espacial, prevendo o desenvolvimento de pesquisas, formação de pessoal e programas comuns entre as bases de Kouru (Guiana) e Alcântara (Maranhão) para lançamento de satélites e outras atividades com fins pacíficos, foi um dos resultados da primeira reunião da Comissão Geral Franco-Brasileira, realizada em Paris quarta e quinta-feira, sob a presidência dos chanceleres dos dois países, Hubert Vedrine e Luiz Felipe Lampreia.

A comissão foi instituída quando o presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a França em maio de 1996, e abrange três submissões (a de Economia, a de Cultura e a de Ciência e Tecnologia). Os franceses reiteraram a reivindicação de o governo brasileiro aceitar a participação de companhias estatais estrangeiras nos esquemas de privatização das empresas brasileiras nos setores de telecomunicações e de energia elétrica.

As conversas sobre as relações comerciais e industriais franco-brasileiras prosseguiram entre Lampreia e dirigentes de grupos franceses (Renault, Gec-Alsthom, Accor, Lyonnaise des Eaux) e do Conseil National du Patronat Français (CNPF). Lampreia enfatizou o desejo do Brasil de ver sua pauta de exportações para a União Européia ampliada e diversificada, com maior participação dos manufaturados. "Não podemos continuar mais limitados a soja, café e minérios", frisou. Daí a decisão do Sebrae de criar uma agência de exportações, a fim de sustentar a ação internacional das pequenas e médias empresas produtoras de manufaturados.

Foram salientadas as perspectivas de acordos entre o Mercosul e a União Européia. Os franceses manifestaram interesse em saber qual a política que o primeiro privilegiava no momento – se a de expansão de seu espaço geográfico ou de aprofundamento das relações entre os quatro países membros. Lampreia afirmou que a consolidação da zona de livre comércio em desenvolvimento cada vez mais promissor era a prioridade do Mercosul. Indagado, esclareceu também que a [illegible] fast track [illegible] dificuldades no Congresso americano não cria [illegible] sobre o Mercosul.

Ventos – Tanto na [illegible] comissão como na [illegible] os industriais, segundo Lampreia, a parte francesa não expressou preocupações sobre a possibilidade de a crise financeira asiática afetar o Brasil. "Ninguém está a salvo dos ventos, mas a verdade é que nossos interlocutores europeus não acreditam nessa irradiação do impacto asiático", ponderou. Em seguida acentuou que o pacote preventivo do governo teve boa acolhida na França e na Europa, que "vêem o Brasil tomar medidas coerentes, de longo alcance dentro de uma estratégia viável em correlação aos grandes equilíbrios".

Wilson Pedrosa/AE

FHC e Chirac na Guiana: parceria [illegible]

CRISE ASIÁTICA NÃO PREOCUPA PARCEIROS

A-05
9714542

DP1497

U PDXBT 11-25 00335
mun exg

FRANCIA-BRASIL
CHIRAC PROMETE CARDOSO VIA PANAMERICANA ESTARA ACABADA EN 2000

París, 25 nov (EFE).- El presidente de Francia, Jacques Chirac, prometió a su colega brasileño, Fernando Henrique Cardoso, con quien se entrevistó hoy en la Guayana francesa, que la carretera Panamericana estará terminada en el año 2000, tras haber inaugurado un nuevo tramo de esta vía.

Media hora antes de la llegada de Cardoso a la ciudad de Saint-Georges de l'Oyapock, en plena región amazónica de la Guayana francesa, Chirac inauguró un puente sobre la caleta Gabaret, penúltimo eslabón de la Panamericana atlántica entre Brasil y Venezuela.

"No pasaremos al año 2000 sin que se pueda ir de Venezuela a Buenos Aires por carretera", dijo el presidente francés al término de su reunión con Cardoso en Saint Georges de l'Oyapock, municipio que limita con el estado brasileño de Amapá.

Cardoso informó, por su parte, a Chirac sobre los avances del Gobierno brasileño en la construcción de una carretera de 200 kilómetros entre la ciudad de Macapá, capital de Amapá, y la localidad de Oiapoque, la última de Brasil antes de la frontera.

Sólo la construcción de un puente entre Oiapoque y Saint Georges -ciudades separadas por el río Oiapoque y comunicadas actualmente a través de él- permitirá que la capital de Amapá tenga conexión directa por tierra con Cayena, capital de la Guayana francesa.

En el almuerzo que celebró con Cardoso, el jefe del Estado francés destacó la cooperación entre Europa y Brasil, "dos polos cuya potencia será esencial en el mundo de mañana".

Por su parte, Cardoso expresó su deseo de que "las relaciones entre Francia y Brasil sean cada vez más provechosas, cada vez más estrechas".

Chirac acabará hoy su viaje de tres días a la Guayana, que se produce un año después de que estudiantes de este territorio francés de ultramar protagonizaran serios disturbios para exigir una enseñanza pública de mayor calidad.

El presidente francés aprovechó su estancia en la Guayana francesa para visitar el centro espacial de Kurú, desde el que se lanzan los satélites que ponen en órbita los cohetes europeos "Ariane". EFE

FL/ACM/JMA

11/25/21-50/97

GOVERNO FEDERAL

24 26-11

FH afasta possibilidade de demissões imediatas

O presidente encontrou-se ontem com Jacques Chirac

Macapá

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem de manhã, ao chegar a Macapá, que se a Câmara aprovar hoje a quebra da estabilidade dos servidores públicos, a medida não poderá ser aplicada imediatamente. Ele lembrou que, antes, deverá ser votada uma lei com regras para a dispensa dos funcionários. A quebra da estabilidade permitirá a demissão de servidores, para limitar as folhas de pagamento a 60% da receita da União, dos Estados e dos municípios, como determina a Lei Camata. Para o presidente, o fim da estabilidade deverá servir só aos Estados e aos municípios, porque a União está abaixo do índice há muito tempo.

O principal motivo desta primeira visita de FH ao Amapá foi o encontro que ele teve, à tarde, com o presidente francês, Jacques Chirac. Durante a reunião, que foi realizada na fronteira da Guiana Francesa com o Brasil, os presidentes trataram da integração do norte do Brasil com o Caribe. Segundo FH, ele e Chirac discutiram a [illegible] de o Brasil e outros países com grau de desenvolvimento semelhante terem uma participação mais ativa nas discussões internacionais sobre questões financeiras e econômicas. Fernando Henrique informou que disse ao presidente francês [illegible] como é preciso organizar melhor o sistema financeiro internacional. FH [illegible] que a participação do Brasil e de outros países nas discussões poderia ocorrer [illegible] reunião do G-8, grupo [illegible] ricos do mundo.

Depois de falar com Chirac, Fernando Henrique antecipou que [illegible] de dezembro, discutirá a falta de [illegible] ção dos mercados com o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, em Londres. Ele assegurou, no entanto, que não está preocupado com os desdobramentos [illegible] nas quedas nas bolsas asiáticas. De acordo com Fernando Henrique, [illegible] quanto o presidente francês entendem que essa crise atinge apenas [illegible] da Ásia, que terão condições de superar as dificuldades. "Pela análise que fizemos, nem a Europa nem a América Latina sofrerão consequências [illegible] está acontecendo na Ásia", disse.

03

0714542

DP1500

R POXBT i1-25 00619
mun exg icx

FRANCIA-BRASIL
CARDOSO Y CHIRAC PIDEN ACUERDO CONTROLE CAPITAL ESPECULATIVO

Brasilia, 25 nov (EFE).- Los presidentes de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, y Francia, Jacques Chirac, apoyaron hoy una propuesta para que los países de todo el mundo negocien un nuevo orden financiero internacional que permita controlar el flujo de los capitales especulativos.

Cardoso y Chirac se reunieron durante tres horas en la Guayana francesa y conversaron sobre la crisis bursátil global originada en el sudeste asiático y sobre la necesidad de impedir que las inversiones extranjeras de corto plazo (los llamados capitales golondrinas) puedan desestabilizar una economía.

"Llegamos a la conclusión de que es necesario organizar mejor el asunto financiero internacional para que podamos controlar mejor los capitales especulativos", aseguró Cardoso a los periodistas brasileños tras el encuentro.

Cardoso, que desde hace dos años ha propuesto en varios foros mundiales la negociación de un nuevo acuerdo mundial para regular el mercado financiero internacional, aseguró que encontró en Chirac un importante aliado a su propuesta.

Según el presidente brasileño, los organismos multilaterales como el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial fueron creados en otra coyuntura y, por lo mismo, carecen de herramientas para hacer frente a crisis bursátiles como la actual, que se inició en Asia y ha afectado a todo el mundo.

De acuerdo con Cardoso, Chirac no sólo se mostró favorable a un acuerdo mundial que permita "organizar mejor las relaciones financieras internacionales", sino también a que Brasil y otros países con desarrollo semejante participen más activamente en las discusiones internacionales sobre el tema.

Chirac, según Cardoso, dijo que esas discusiones podrían iniciarse en la próxima reunión del Grupo de los Siete (G-7, los siete países más ricos del mundo), que se realizará este año en el Reino Unido.

Cardoso, por su parte, se comprometió a discutir el mismo tema con el primer ministro británico, Tony Blair, durante la visita oficial que realizará al Reino Unido la primera semana de diciembre próximo.

Según sus propias declaraciones, el gobernante brasileño no sólo informará a Blair sobre su propuesta y sobre el contenido de la conversación con Chirac, sino que también le pedirá que sugiera la discusión del tema en la agenda de conversaciones del G-7.

De acuerdo con el jefe de Estado brasileño, los dos presidentes concluyeron que ni Europa ni América Latina deben preocuparse con la posibilidad de que se agraven los efectos de la crisis bursátil asiática ya que, "por lo que analizamos hoy", los países asiáticos tendrán condiciones de superar sus dificultades.

En el encuentro entre los jefes de Estado de Brasil y Francia, Chirac y Cardoso firmaron acuerdos bilaterales de ciencia y tecnología, salud y transportes para favorecer la frontera entre ambos países (Guyaana francesa es un departamento de Francia).

En el principal documento, los dos países se compromentieron a concluir la pavimentación de la carretera que comunica a las ciudades de Macapá, capital del estado amazónico de Amapá, y

Cayena, capital de la Guyana francesa.

El acuerdo prevé la construcción de un puente entre las ciudades de Oiapoque (en el lado brasileño) y Saint-Georges de L'Oyapock, ya que ambas están separadas por el río Oiapoque y el tránsito sólo es posible por barco.

El encuentro entre ambos mandatarios se produjo en Saint-Georges, hasta donde se desplazó Chirac, que visita desde hace tres días la Guayana francesa.

El lunes, el Palacio de Itamaraty -sede de la cancillería brasileña-, aclaró que Brasil no considera a Guayana francesa como una colonia de Francia sino como un departamento.

La aclaración fue una respuesta directa a las declaraciones del influyente senador Pedro Simon, que criticó al presidente por aceptar un encuentro en el supuesto último fortín del colonialismo europeo en Suramérica. EFE

CM/BH/JMA

11/25/22-23/97

9714542

Nº DOCUMENTO	9714543
TITULO	Visita de Pte. Carlos Menem a Brasil.
PROCE	150090
FECH	971112
VINCUL	507482
	11399
	66960
	11164
	11161

12795
523375

XG0769

R ECOBT 11-12 00474
mun exg icx

BRASIL-ARGENTINA
CARDOSO: GLOBALIZACION ES IRREVERSIBLE PERO NO UNA AMENAZA

Sao Paulo (Brasil), 11 nov (EFE).- El presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, aseguró hoy que la globalización es un hecho irreversible y que no es una amenaza para el Mercosur si los países del bloque consiguen entenderla.

En la clausura del Seminario Empresarial Brasil-Argentina en el que participó junto con su homólogo argentino, Carlos Menem, el mandatario brasileño aseguró que el fortalecimiento del Mercosur (Mercado Común del Sur) pasa por una mayor integración al mercado global.

"La globalización no es una opción, es un hecho irreversible, y por ello no podemos renunciar a ella", sostuvo Cardoso, y agregó que "sólo obtendremos ganancia de la globalización si sabemos comprenderla y defender nuestros intereses".

De acuerdo con Cardoso, la integración del Mercosur dentro del Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA) y la firma de un acuerdo de libre comercio con la Unión Europea (UE) son procesos irreversibles que los países del bloque deben saber aprovechar.

"El libre comercio con la UE y el ALCA no son amenazas. Amenaza es nuestra falta de unión para negociar esos acuerdos", aseguró Cardoso.

Menem, en su pronunciamiento, reiteró las palabras de Cardoso y aseguró que Argentina y Brasil continuarán negociando en forma conjunta su integración al ALCA.

El presidente brasileño sostuvo que para sacar ventaja de la globalización los países del Mercosur deben definir cuáles son sus intereses y acordar qué van a negociar en forma conjunta.

"Negociaremos pero lo que nos conviene e intentaremos llegar a un acuerdo único (donde nada esté acordado hasta que todo esté acordado) y que sea aprobado por consenso", afirmó.

En la reunión empresarial, que fue promovida por los principales gremios industriales de ambas naciones, los empresarios de Brasil y Argentina divulgaron un documento conjunto en el que instan a sus países a fortalecer el Mercosur y a negociar en forma conjunta la integración del bloque en otros mercados.

Igualmente exigieron la conclusión "a la mayor brevedad posible", de las negociaciones de libre comercio con otros países latinoamericanos y la implementación, "en el plazo más corto", del acuerdo marco entre el Mercosur y la UE.

En el documento, los empresarios también exigen que las negociaciones del ALCA estén precedidas por "un compromiso de los países más desarrollados de que van a desmantelar los subsidios a la producción agrícola y las restricciones no tarifarias al comercio.

Al respecto, Cardoso aseguró que los países del Mercosur deben exigir que las negociaciones del ALCA alcancen todas las áreas, "tanto aquellas en las que somos competitivos (agricultura) como aquellas en las que no lo somos".

"No nos interesa una integración en áreas en que no somos nada competitivos si tendremos que desmantelar nuestra infraestructura productiva. No dejaremos por fuera de las negociaciones las áreas en la que sí somos competitivos", agregó

9714543

el mandatario. EFE
CM/JOC/GCF/PL

11/12/01-30/97

9714543

XG0759

U ECOBT 11-11 00627
mun exg icx

BRASIL-ARGENTINA (Ampliación)
MENEM PROPONE FORTALECIMIENTO DEL MERCOSUR PARA COMBATIR CRISIS

Sao Paulo (Brasil), 11 nov (EFE).- El presidente de Argentina, Carlos Menem, que concluye hoy una visita de 48 horas a Brasil, aseguró que los países del Mercosur deben fortalecer el bloque económico para poder combatir la crisis bursátil iniciada en Asia que obligó a Brasil a decretar un riguroso ajuste fiscal.

"El fortalecimiento del Mercosur (Mercado Común del Sur) es la respuesta a esa crisis", aseguró el mandatario argentino al participar, junto con su homólogo brasileño, Fernando Henrique Cardoso, en la clausura del Seminario Empresarial Brasil-Argentina.

"Para fortalecer el Mercosur -dijo Menem- necesitamos, primero, fortalecer los planes que garantizan la estabilidad de nuestras economías con, el real en Brasil y el Plan de Convertibilidad en Argentina".

Tanto Menem como Cardoso aseguraron que los empresarios de ambos países tienen razón cuando exigen la profundización del Mercosur para garantizar la estabilidad de toda la región.

Según Menem, el Mercosur, que ya es una unión aduanera y una zona de libre comercio, aún puede fortalecerse mediante una serie de acuerdos que permitan aumentar el intercambio de bienes y servicios entre ambos países.

El presidente argentino propuso, por ejemplo, la firma de un acuerdo sobre servicios y compras gubernamentales en la región, que pueda garantizar igualdad de trato a los prestadores de servicios y abastecedores de todos los países.

"También necesitamos acuerdos que permitan a un Gobierno considerar como nacionales las empresas de otros países socios", agregó el mandatario.

Otros acuerdos para fortalecer el Mercosur propuestos por Menem se refieren a la armonización de las políticas tributarias internas, a la integración de los mercados financieros y la intensificación de los flujos regionales de capitales.

"Esas medidas pueden garantizar que nuestros países hagan frente con éxito a todas las amenazas, tanto internas como externas", resumió el jefe de Estado argentino.

Igualmente, como lo exigieron los empresarios de ambos países en el documento final del seminario, Menem aseguró que es necesario que las naciones del bloque armonicen sus políticas de incentivo a las inversiones para evitar que las legislaciones violen la unión aduanera.

En ese aspecto, Menem se refirió, sin hacer alusión directa, a las protestas de las industrias argentinas del sector automotor, que se quejan por los diferentes incentivos con que los estados brasileños están acaparando las inversiones de las grandes multinacionales del sector.

Según el mandatario, los grandes desafíos para el Mercosur en el próximo decenio son: fortalecer la democracia, concluir las reformas económicas en marcha e intensificar la integración al interior del bloque.

"Nada nos apartará de ese camino, y mucho menos aquellos que pretenden especular con la actual situación", aseguró Menem, al referirse a la crisis bursátil global y a las presiones para que

Brasil devalúe su moneda.

Tras solicitar permiso a su colega brasileño, el presidente argentino se atrevió a relatar una confidencia que demuestra la firme intención del gigante suramericano de no devaluar el real: "Carlos, me dijo el presidente Cardoso, Brasil es una fortaleza y aquí no existe ninguna posibilidad de devaluación y mucho menos para favorecer los intereses de los especuladores".

Menem aprovechó la participación en la clausura del seminario para ratificar el apoyo de Argentina y el suyo propio al severo ajuste fiscal anunciado por el Gobierno brasileño ayer, lunes.

El mandatario argentino afirmó que si las medidas garantizan la estabilidad de la economía brasileña son provechosas para Argentina, ya que su país vende el 30 por ciento de sus exportaciones a Brasil.

"Vivimos un momento histórico por el coraje que tuvo Fernando Henrique Cardoso al dar a conocer una serie de dolorosas medidas que transforman la realidad económica del bloque", concluyó Menem. EFE

CM/JOC/EO/PL

11/11/23-21/97

9714543

Brasil e Argentina reforçam aliança 11/11 Z4

Os presidentes Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso conseguiram deixar de lado as preocupações com a situação econômica mundial e assinaram ontem, em Brasília, uma série de protocolos e acordos. O lema era reforçar o quadro de parceria estratégica entre os dois países, conforme definiram diplomatas brasileiros durante a última semana. Em um comunicado conjunto, os destaques iam desde a decisão de ampliar os estudos hidrológicos com áreas de influência da Bacia do Prata até a reafirmação do apoio brasileiro na luta argentina em busca de soberania sobre as Ilhas Malvinas, de propriedade da coroa britânica desde 1982.

Os dois governos pretendem intensificar o intercâmbio de dados hidrológicos para tentar atenuar prejuízos como os causados pelas cheias que recentemente atingiram a região Nordeste da Argentina e o Sul do Brasil. Ainda na área de meio ambiente, os brasileiros aceitaram também suspender os vôos sobre a região do Parque Nacional de Iguaçu, antiga reivindicação argentina.

Na área de energia, ficou definido que serão realizados estudos para a revisão do tratado de aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Uruguai e de seu afluente, o Rio Peperiguaçu. A medida tem como objetivo readaptar as normas, que antes estipulavam a participação de estatais no aproveitamento hidrelétrico. Agora a meta é estimular investimentos privados na utilização do potencial do Rio Uruguai.

A vinda do gás argentino para o Brasil ganhou nova força. Os dois presidentes reafirmaram o compromisso de definir normas que permitam transações livres entre as empresas e a outorga de autorizações, licenças e concessões de operação e exploração de gasodutos.

Para o Rio Grande do Sul, o ponto de maior interesse foi o acordo para o funcionamento do Centro Único de Fronteira (CUF) São Borja-Santo Tomé. Essa unidade vai centralizar o controle de ingresso e saída de pessoas, mercadorias e meios de transporte, além da prestação de serviços. O objetivo desse acordo é facilitar o tráfego na fronteira da nova ponte, concentrando em um mesmo lado todos os organismos de controles dos dois países. A previsão, conforme o porta-voz da Presidência da República, Sergio Amaral, é a de que Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso inaugurem a obra em dezembro deste ano. Foi anunciado ainda o interesse na construção de novas pontes mediante a concessão à iniciativa privada, entre as quais as de Itaqui-Alvear, Porto Mauá-Alba e Porto Xavier-San Javier.

Os dois países se comprometeram a intensificar o intercâmbio na área energética

Os dois chefes de Estado definiram ainda a manutenção das operações de paz das Nações Unidas, como as que foram realizadas em outubro em conjunto pelas Forças Armadas do Brasil e da Argentina. Foi assinado também o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Consular. Menem e Fernando Henrique reafirmaram o empenho no aprofundamento da cooperação bilateral em matéria espacial e o interesse na desenvolvimento de um satélite conjunto para obter informações sobre água, agricultura e meio ambiente.

Um dos acordos estabelece o interesse no prosseguimento da cooperação de desenvolvimento de usos pacíficos de energia nuclear. Também assinaram o Convênio de Integração Cultural e o Convênio de Cooperação Educacional, além de declaração conjunta sobre minas antipessoais. Ainda foi comemorado o quinto aniversário da Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade Nuclear.

05

97 14 543

Pacote do governo ofusca visita de Menem

A comitiva argentina acompanhou de perto as medidas de emergência anunciadas ontem por Fernando Henrique

AYR ALISKI
Sucursal/Brasília 11/11 24

A tempestade econômica que caiu sobre o Brasil atrasou a chegada do presidente argentino Carlos Menem para a sua sexta visita oficial ao país. Ele deveria estar em Brasília no fim da noite de domingo, mas só colocou os pés em terra brasileira na madrugada de ontem. Pouco antes das 10h de ontem, Menem chegou ao Palácio do Planalto. Logo depois, vários acordos foram assinados entre os governos brasileiro e argentino. Menem ainda passou pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e terminou a agenda de segunda-feira em um jantar no Palácio do Itamaraty, oferecido pelo presidente Fernando Henrique.

"Recebemos com satisfação as medidas tomadas pelo governo brasileiro, que eram imprescindíveis", disse o presidente argentino. Menem afirmou estar tranqüilo e que apóia totalmente as decisões brasileiras, e garantiu ter a certeza de que a estabilidade do real e do peso argentino está mantida. Para Menem, ficou claro que o Mercosul saiu fortalecido para defender-se de qualquer tipo de capital que desvirtue o processo de integração. "Sempre estivemos tranqüilos porque sabemos da capacidade, do talento e da coragem do amigo presidente do Brasil", disse Menem.

Mas, enquanto o presidente argentino elogiava as medidas tomadas pelo Brasil, a Bolsa de Valores de Buenos Aires registrava uma queda de 5,69%. A baixa foi interpretada como uma conseqüência direta do pacote anunciado ontem pela equipe econômica brasileira. Nas últimas semanas a redução dos negócios na bolsa já chega a 28,8%. Atualmente, pelo menos 30% das exportações da Argentina seguem para o Brasil, e uma desvalorização do real teria um efeito catastrófico sobre a economia do país vizinho.

A Bolsa de Buenos Aires teve uma queda ontem de 5,69%, em conseqüência do anúncio das novas regras do Brasil

Os argentinos não entendiam a preocupação com o rumo da economia brasileira. Malan e Kandir saíram do Ministério da Fazenda antes do fim da apresentação do pacote para reunir-se com a comitiva argentina no Palácio do Planalto, em reunião fechada. O porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, explicou depois que o ministro da Fazenda fez uma apresentação das medidas, e ressaltou que as decisões apresentadas ontem têm como objetivo reduzir o déficit fiscal e de conta corrente, com posterior queda das taxas de juros. Malan e o ministro de Economia da Argentina, Roque Fernández, tiveram uma reunião reservada durante a tarde de ontem, que começou logo depois que Menem deixou o Supremo Tribunal Federal (STF).

No STF, os temas econômicos ficaram do lado de fora. O principal assunto foi o direito comunitário, que vai além das fronteiras dos países. No recente reforma constitucional ajustou a ordem jurídica interna argentina à experiência do direito comunitário", lembrou o presidente do STF, Celso de Mello. A reforma constitucional da Argentina feita em 1994 deu supremacia aos tratados internacionais em relação às leis internas do país de Carlos Menem. Mello lembrou que o Brasil tem muito a avançar, e que no país usualmente os tratados internacionais estão no mesmo plano hierárquico das leis internas. "Mas antes que se cogite a criação de um tribunal comunitário, de caráter supranacional, que é o Tribunal de Justiça do Mercosul, é preciso estabelecer os fundamentos de um ordenamento comunitário básico e depois os órgãos de produção normativa do direito comunitário, como ocorre na União Européia."

Hoje pela manhã, o presidente Menem participa de sessão solene no Congresso Nacional. No início da tarde, oferece almoço em homenagem a FH, na sede da embaixada argentina, em Brasília. As 16h, parte para São Paulo, onde participa com FH do Seminário Empresarial Brasil - Argentina e pouco depois das 21h viaja para Buenos Aires.

06-06

9714543

Nº DOCUMENTO 9714545
TITULO Dornelles: Ministro de Industria, Comercio y Turismo
PROCE 150007
FECH 971103
VISCU 507482
1164
11302

Mitad político y mitad experto en tributación

Francisco Oswaldo Neves Dornelles tenía 18 años en 1953, cuando el entonces presidente constitucional del Brasil, Getúlio Vargas, creó la Petrobrás, empresa emblemática de un desarrollo con presencia de fuertes monopolios estatales. A partir de ese momento, el país y el personaje recorrieron un camino que desemboca, en este fin de siglo, en una revisión radical de los principios que orientan el Estado y las políticas públicas, empezando por la abolición de las actividades monopólicas.

El actual ministro de Estado comenzó su carrera política como secretario particular del extinto Tancredo de Almeida Neves, cuando éste ejerció por menos de un año y medio (1961/62) el cargo de primer ministro durante el breve lapso en que la presidencia de João Goulart —heredero político de Vargas— se rigió por un régimen parlamentario. El señor Dornelles es sobrino materno de Tancredo Neves.

Al tiempo que ocupa la cartera de Industria, Comercio y Turismo desde mayo de 1996, Francisco Dornelles es vicepresidente nacional del Partido Progresista Brasileño y presidente del mismo partido en el Estado de Río de Janeiro.

No ha abandonado, sin embargo, su carrera académica, siempre ligada a la Universidad Federal de Río de Janeiro (donde es profesor de Derecho Financiero) y a la Fundación Getúlio Vargas (también sita en Río), donde aún forma parte del Consejo de Administración.

Se graduó de abogado en la Facultad de Derecho de la mencionada Universidad, y en la misma institución realizó una maestría y obtuvo un doctorado en Derecho Financiero. También estudió finanzas públicas en Nancy (Francia) y tributación internacional en Harvard (Estados Unidos).

Ocupó una serie de cargos técnicos en la administración federal de Hacienda entre los años 1974 y 1985, destacándose el ejercicio de la función de Secretario de la "Receita Federal" (máxima autoridad impositiva), de 1979 a 1985.

En 1984, el opositor Tancredo Neves fue nuevamente el articulador de una solución política entre el poder militar y el poder civil, consiguiendo que parte del partido oficialista se uniera a la oposición en el Colegio Electoral, que eligió al propio Neves para el cargo de Presidente de la República en fórmula con José Sarney, disidente del oficialismo.

La muerte se interpuso entre Neves y la Presidencia en marzo de 1985, pero el primer gabinete de Sarney mantuvo al señor Dornelles en el puesto de Ministro de Hacienda, que ejerció hasta agosto de ese año.

Aunque nacido en Belo Horizonte —y al igual que Neves, miembro de la tradicional estirpe de políticos originarios de Minas Gerais—, Francisco Dornelles ha sido diputado federal por el Estado de Río de Janeiro en los períodos 1987/90, 1991/94, y de 1995 a mayo de 1996, cuando fue llamado por el presidente Fernando Henrique Cardoso para integrar el Consejo de Ministros. Como parlamentario se ha dedicado a las cuestiones tributarias, financieras y presupuestarias.

01-01

9714545

Nº DOCUMENTO 9714546
TITULO
150855
971121
507482
11164
11302
11304
501066
11437
Encuestas de opinión

Crece la popularidad de Lula mientras cae la de Cardoso

TM 21/11

La mayoría de la población rechaza las medidas económicas anunciadas por el Gobierno para salvar el Real. Por primera vez, la reprobación al Presidente es mayor que su aceptación. El Partido de los Trabajadores prepara el lanzamiento oficial de Luiz Inácio da Silva-*Lula* para las elecciones del próximo año. Las nuevas disposiciones oficiales perjudican más a la clase media y a los jubilados. Economistas consultados consideran que habrá recesión en 1998.

POR ANTONIO CARLOS DE ATHAYDE
CORRESPONSAL EN BRASIL

RIO DE JANEIRO. El paquete económico lanzado por el presidente Fernando Henrique Cardoso para salvar el Plan Real después del terremoto provocado por la crisis bursátil mundial fue rechazado por los ciudadanos.

Las 51 medidas anunciadas por el Gobierno encuentran serias dificultades de aprobación en el Congreso, irritaron a la oposición y, entre los propios aliados al oficialismo hay voces discordantes. La idea apunta a conseguir un superávit fiscal de 18.200 millones de dólares en 1999.

Entre los dirigentes del Partido de los Trabajadores (PT), cobró fuerza la iniciativa de lanzar a Luiz Inácio da Silva-*Lula*- como candidato a la Presidencia en las elecciones del año próximo. El más influyente parlamentario petista, José Genoíno, del ala moderada, dijo a **Tiempos del Mundo** que el nombre de *Lula* —descartado por la mayoría en favor de una coalición de las izquierdas contra la reelección de Cardoso— aparece ahora con fuerza frente a la pérdida de fuerza gubernamental por las medidas recesivas.

Una investigación realizada por el Instituto Datafolha en la ciudad de San Pablo —centro económico-financiero más importante del país— muestra que más de la mitad de la población (53%) rechaza los recortes de gastos, el aumento de impuestos y de las tarifas. Sólo el 7% las apoya totalmente y el 36%, parcialmente. El estudio también revela que la pérdida de popularidad de Cardoso se profundizó al tiempo que disminuyó la confianza en el Real.

Desde octubre, cuando el Gobierno duplicó las tasas de interés, la aprobación al Presidente cayó del 31% al 27,5%. En el mismo período, el porcentaje de los que consideraban al Gobierno como ruin o pésimo saltó del 25% al 29%. Es la primera vez que, desde mayo de 1996 —luego de la masacre de los trabajadores sintierra en el sur del estado de Pará— que los *paulistanos* que rechazan la gestión de Cardoso superan a los que lo apoyan.

La caída del Presidente también se transformó en una pérdida de intención de voto entre el electorado de San Pablo. En comparación con junio de 1996, el porcentaje de Cardoso cayó de 33% a 28%. En ese escenario, el mayor beneficiario electoral del presidente sería el ex prefecto paulistano, Paulo Maluf, del Partido Progresista Brasilero (PPB), figura contradictoria de centroderecha, acusado de cometer irregularidades durante su última gestión, juntamente con familiares. El porcentaje de intención de voto para Maluf creció del 11 al 20%.

AP

ASCENSO. La imagen "Lula" creció considerablemente en el último tiempo, y se perfila como posible candidato a la Presidencia en el 98.

La falta de entusiasmo con que fue recibido el paquete en prácticamente todas las áreas de la actividad nacional, en buena parte está motivada por la perspectiva de que la economía deberá enfrentar una recesión. El recorte de gastos y la caída de la renta de la clase media, a través del aumento del Impuesto de Renta a partir de enero de 1998 y hasta 1999, limita en un 20% las deducciones y beneficios de ese tributo. Sólo esas disposiciones —que reducirán la renta disponible de la clase media— representarán un ingreso adicional de 1.100 millones de dólares para los tesoros públicos del año próximo. Los criterios para la concesión de jubilaciones proporcionales también serán modificados y estará suspendida por 90 días la concesión de beneficios para ancianos carentes.

El Gobierno prevé aumentar el 6,3% los precios de los combustibles, en Río y San Pablo. Habrá mayores reajustes para las localidades más distantes. La cuba significará un ingreso de más de 1.450 millones de dólares para la Petrobras, aplicado integralmente en la reducción de los subsidios de la cuenta-petróleo. El aumento del Impuesto sobre Productos Industrializados (IPI) tendrá repercusión inmediata en los precios de automóviles y bebidas.

El ministro de Hacienda, **Pedro Malan**, dijo a **Tiempos del Mundo** que el ajuste no significa un cambio de rumbo en relación al Plan Real. "*Representa una reafirmación y profundización de la política económica*," garantizó.

El secretario de Política Económica, **José Roberto Mendonça de Barros**, declaró se necesita reducir la dependencia de capitales externos. Una forma es disminuir los gastos del sector público. "*Es la naturaleza del esfuerzo fiscal, y el Gobierno va agregar a la lista de privatizaciones las autopistas federales y el Instituto de Reaseguros*," informó.

El presupuesto para el próximo año recibirá un recorte de 4.800 millones de dólares, en personal y en erogaciones de costeo. Así, el ministro de Planeamiento, **Antonio Kandir**, garantiza que serán preservadas las áreas de salud, educación, asistencia social y reforma agraria. Serán eliminados hasta 33.000 servidores públicos no estables, además de extinguir 70.000 cargos vacantes en el área civil.

La elevación de la tasa de embarque internacional de 82 dólares por pasajero representará una recaudación de 455 millones de dólares. Los brasileros que viajen al exterior tendrán que gastar menos en las compras de *free-shops*. El límite original de 500 dólares por persona cayó a 300 dólares. Se teme por la disminución de la actividad en el sector, hoy con superávit. ◆

—Traducción: Molino Bustos

01-01
9714546

Nº DOCUMENTO 9714548
TÍTULO Escenario para elecciones 1998 es difuso.
150029
971109
507482
11164
11302
11161
11304
11837 gosic!
11437

01-02

9714548

EFEITOS DA CRISE

Cenário para a eleição de 98 é nebuloso

Fernando Henrique faz barulho para abafar os ataques de parte da oposição à política econômica de seu governo

Na tarde de sexta-feira, o metalúrgico Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da CUT, pronunciou o discurso-padrão dos opositores do governo para avaliar o terremoto provocado pela queda nas bolsas. "Estamos assistindo a mais uma demonstração de fragilidade do governo, que preferiu adotar uma política de dependência do capital externo, preocupado apenas com a âncora cambial", disse Vicentinho. Não era o jargão do sindicalismo. Era a reprise do discurso adotado por Luiz Inácio Lula da Silva, virtual candidato do PT à Presidência, desde que trocou o silêncio dos primeiros dias da crise pela tática do ataque aos pontos vulneráveis do governo.

Para evitar que a oposição crescesse na carona do furacão asiático, o presidente Fernando Henrique Cardoso achou por bem pedir pessoalmente aos brasileiros para não entrarem em pânico. Escolheu a fórmula da entrevista coletiva, convencido de que a repercussão seria bem maior do que a de um sisudo pronunciamento à Nação. Desde o início da semana, FH procurou tranqüilizar agentes econômicos e consumidores/eleitores, assegurando que a alta dos juros é apenas uma medida temporária.

As promessas parecem ter tranqüilizado a opinião pública, mas não o mercado. O presidente deu garantias de que não quer prejudicar a sociedade e se dispôs a cortar a própria carne para manter o Real a salvo. Só que o mercado esperava mais do que sorrisos e boa conversa. Sem o ajuste fiscal, os reflexos da nova queda das bolsas asiáticas assumiram contornos de tragédia no mercado financeiro do Brasil.

No final de [illegible]

uma eleição vitoriosa, os oposicionistas argentinos não precisam usar a crise como palanque.

Passado o momento mais tenso, os oposicionistas brasileiros vislumbraram no episódio a chance de melhorar posição no ranking das pesquisas eleitorais e soltaram o verbo. Lula passou a chamar a atenção para a fragilidade do Plano Real, e o ex-governador Leonel Brizola (PDT) apelou para uma saída radical: sugeriu a renúncia de Fernando Henrique. Paulo Maluf, o nome mais conhecido do PPB, e que ultimamente passa mais tempo no Exterior do que no Brasil, reapareceu em grande estilo para alfinetar o governo. Em tom dramático, apresentou-se como a salvação da pátria quebrada.

◆

Lula não perde oportunidade para atacar os pontos frágeis do governo e Sarney volta a admitir a candidatura

Diante das câmeras, Maluf esmerou-se em comunicar ao país o que teria feito se fosse presidente no meio de uma crise como essa. Antes da queda de sexta-feira, já tinha [illegible] do Palácio do Planalto, atraído pela perspectiva de ter o apoio, pelo menos discreto, de [illegible] governador de São Paulo. O senador Roberto Freire [illegible] sugere [illegible]

Contábeis e Administrativas, Ciro evitou colocar mais lenha na fogueira. O senador Roberto Freire, que acompanha o provável candidato de seu partido à Presidência, justificou a cautela. "Tem gente que pensa que quanto pior melhor", disse, referindo-se ao PT. "Nós estamos convencidos de que, quanto pior, pior. É por isso que não queremos saber de ampliar as dimensões dessa crise, que tem origem em fatos fora do nosso controle."

A perspectiva de ver o favoritismo de FH desabar com o crash das bolsas animou outro possível adversário. O ex-presidente José Sarney, que no auge da crise telefonou dos Estados Unidos para FH, se solidarizando, reassumiu a postura de candidato. Para surpresa do Palácio do Planalto, Sarney mandou um deputado federal espalhar que ele é candidato. Oficialmente, a mudança de projeto foi uma resposta ao ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que teria ameaçado não liberar verbas para o Maranhão enquanto Sarney não formalizasse a desistência em concorrer.

No mesmo dia em que o mercado vivia um de seus dias mais tensos, a oposição, capitaneada pelo PT, deu o pontapé inicial numa campanha nacional pelo emprego, na sexta-feira à noite, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A campanha foi lançada logo depois de uma pesquisa do Ibope ter mostrado que o desemprego é a maior preocupação dos brasileiros. Diante de cerca de 250 trabalhadores, Lula fez um apelo para que as pessoas se mobilizem e saiam às ruas.

O tema desemprego vai ser levado para todas as capitais pelos petistas, liderados por Lula. Irritado com as críticas do presidente Fernando Henrique Cardoso à oposição, Lula deu o tom do discurso que a esquerda vai adotar na campanha eleitoral. [illegible]

9714548

02-02

Nº DOCUMENTO 9714548
TÍTULO Escenario para elecciones 1998 es difuso.
150029
971109
507482
11164
11302
11161
11304
11837 prioc!
11437

01-02

9714548

EFEITOS DA CRISE

Cenário para a eleição de 98 é nebuloso

Fernando Henrique faz barulho para abafar os ataques de parte da oposição à política econômica de seu governo

Na tarde de sexta-feira, o metalúrgico Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da CUT, pronunciou o discurso-padrão dos opositores do governo para avaliar o terremoto provocado pela queda nas bolsas. "Estamos assistindo a mais uma demonstração de fragilidade do governo, que preferiu adotar uma política de dependência do capital externo, preocupado apenas com a âncora cambial", disse Vicentinho. Não era o jargão do sindicalismo. Era a reprise do discurso adotado por Luiz Inácio Lula da Silva, virtual candidato do PT à Presidência, desde que trocou o silêncio dos primeiros dias da crise pela tática do ataque aos pontos vulneráveis do governo.

Para evitar que a oposição crescesse na carona do furacão asiático, o presidente Fernando Henrique Cardoso achou por bem pedir pessoalmente aos brasileiros para não entrarem em pânico. Escolheu a fórmula da entrevista coletiva, convencido de que a repercussão seria bem maior do que a de um sisudo pronunciamento à Nação. Desde o início da semana, FH procurou tranqüilizar agentes econômicos e consumidores/eleitores, assegurando que a alta dos juros é apenas uma medida temporária.

As promessas parecem ter tranqüilizado a opinião pública, mas não o mercado. O presidente deu garantias de que não quer prejudicar a sociedade e se dispôs a cortar a própria carne para manter o Real a salvo. Só que o mercado esperava mais do que sorrisos e boa conversa. Sem o ajuste fiscal, os reflexos da nova queda das bolsas asiáticas assumiram contornos de tragédia no mercado financeiro do Brasil.

No final de outubro, [illegible] Lula e os principais [illegible] do governo [illegible] presidente [illegible] [illegible] no auge da crise poupou o [illegible] [illegible] para [illegible] [illegible] uma eleição vitoriosa, os oposicionistas argentinos não precisam usar a crise como palanque.

Passado o momento mais tenso, os oposicionistas brasileiros vislumbraram no episódio a chance de melhorar posição no ranking das pesquisas eleitorais e soltaram o verbo. Lula passou a chamar a atenção para a fragilidade do Plano Real, e o ex-governador Leonel Brizola (PDT) apelou para uma saída radical: sugeriu a renúncia de Fernando Henrique. Paulo Maluf, o nome mais conhecido do PPB, e que ultimamente passa mais tempo no Exterior do que no Brasil, reapareceu em grande estilo para alfinetar o governo. Em tom dramático, apresentou-se como a salvação da pátria quebrada.

◆

Lula não perde oportunidade para atacar os pontos frágeis do governo e Sarney volta a admitir a candidatura

Diante das câmeras, Maluf esmerou-se em comunicar ao país o que teria feito se fosse presidente no meio de uma crise como essa. Antes da queda de sexta-feira, já tinha [illegible] para o lado do Palácio do Planalto, atraído pela perspectiva de ter o apoio, pelo menos discreto, de FH em sua [illegible] para se eleger governador de São Paulo. O senador Roberto Freire (PPS-PE) sugere [illegible] se [illegible] com o discurso de [illegible] uma oportunidade e se a crise se agravar, vai [illegible]", [illegible] Freire. [illegible] Real", o ex-ministro da [illegible] em Porto Alegre [illegible] e cuidado para não colocar mais [illegible] para estudantes da Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas, Ciro evitou colocar mais lenha na fogueira. O senador Roberto Freire, que acompanha o provável candidato de seu partido à Presidência, justificou a cautela. "Tem gente que pensa que quanto pior melhor", disse, referindo-se ao PT. "Nós estamos convencidos de que, quanto pior, pior. É por isso que não queremos saber de ampliar as dimensões dessa crise, que tem origem em fatos fora do nosso controle."

A perspectiva de ver o favoritismo de FH desabar com o crash das bolsas animou outro possível adversário. O ex-presidente José Sarney, que no auge da crise telefonou dos Estados Unidos para FH, se solidarizando, reassumiu a postura de candidato. Para surpresa do Palácio do Planalto, Sarney mandou um deputado federal espalhar que ele é candidato. Oficialmente, a mudança de projeto foi uma resposta ao ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que teria ameaçado não liberar verbas para o Maranhão enquanto Sarney não formalizasse a desistência em concorrer.

No mesmo dia em que o mercado vivia um de seus dias mais tensos, a oposição, capitaneada pelo PT, deu o pontapé inicial numa campanha nacional pelo emprego, na sexta-feira à noite, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A campanha foi lançada logo depois de uma pesquisa do Ibope ter mostrado que o desemprego é a maior preocupação dos brasileiros. Diante de cerca de 250 trabalhadores, Lula fez um apelo para que as pessoas se mobilizem e saiam às ruas.

O tema desemprego vai ser levado para todas as capitais pelos petistas, liderados por Lula. Irritado com as críticas do presidente Fernando Henrique Cardoso à oposição, Lula deu o tom do discurso que a esquerda vai adotar na campanha eleitoral. "Antigamente, bastava as empresas mandarem dois [illegible] embora que os trabalhadores faziam uma greve [illegible]", lembrou. "Hoje as [illegible] e os trabalhadores acham [illegible]" ([illegible] de Oliveira e [illegible])

02-02

9714548

Nº DOCUMENTO 9714549
TITULO (Maluf anuncia su candidatura al gob. de SP Pablo y apoya a Cardoso.
PROCED[illegible] 150734
FECHA D[illegible] 97/11/07
VINCUL[illegible] 507482
111164
11304
521216
308025
11437

SUCESSÃO

Gesto de Maluf provoca reação tucana

ESP 7/11

FHC usa porta-voz do Planalto para reafirmar apoio à eventual candidatura de Covas

HÉLIO GAMA NETO

Ao formalizar seu apoio às reformas e à reeleição de Fernando Henrique Cardoso e anunciar sua candidatura ao governo de São Paulo, na quarta-feira, em encontro com o presidente em Brasília, o ex-prefeito Paulo Maluf (PPB) recuou para tentar reverter o impacto negativo das críticas que fez ao governo, no começo da semana. No café da manhã com o presidente e nas conversas com vários líderes do PFL nacional, Maluf praticamente garantiu a aliança com os pefelistas paulistas, mas foi só. Não obteve a neutralidade de Fernando Henrique na disputa nem o destaque no comando da campanha nacional do PSDB. Além disso, comprou a ira dos tucanos, que lhe passaram a despejar ataques.

ELEIÇÕES 98

Fernando Henrique concordou em receber o ex-prefeito no dia em que o governador Mário Covas comemorava o sucesso do leilão de privatização da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Covas não reclamou, mas mesmo assim o presidente fez questão ontem de dar a dimensão exata do encontro. O porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, repetiu por quatro vezes que Covas é o candidato do presidente em São Paulo. "O presidente quer deixar claro um ponto: ele é um homem de partido, e o candidato de seu partido é o governador Mário Covas", disse Amaral.

Aposta errada — O equívoco de Maluf foi apostar na instabilidade financeira. Acreditando que a crise nas bolsas pudesse arranhar a popularidade do presidente, atacou a decisão do governo de aumentar as taxas de juros e insinuou disputar a corrida presidencial. A iniciativa desagradou ao PFL e a parte da cúpula pepebista.

Do lado do PFL, os ataques de Maluf ao governo irritaram especialmente o senador Antônio Carlos Magalhães (BA). "Quando ele *(Maluf)* ataca o governo federal, também está atacando o partido, que está e vai continuar ao lado do PSDB nacionalmente", sintetizou ontem um parlamentar do PFL.

Na terça-feira, ACM procurou o ministro dos Assuntos Políticos, Luiz Carlos Santos (PFL-SP), e comunicou seu desagrado com o ex-prefeito, ameaçando até antecipar apoio à candidatura tucana em São Paulo. Sinopa, que é um dos nomes cotados para ocupar a vaga de vice numa eventual chapa com o PPB paulista, ligou para Maluf e os convenceu a adotar um discurso conciliatório. Fernando Henrique foi informado de todos os passos da operação.

As pressões pefelistas também vieram dos dois pretendentes ao direito de disputar o governo do Estado pelo partido — o senador Romeu Tuma (SP) e o ex-ministro do Presidente Prudente Agrário Lima. Num jantar também na terça-feira, os dois tentaram convencer Santos a prestigiar a idéia de uma candidatura própria.

Mas na noite de quarta-feira em Brasília, depois do périplo que Maluf fez durante o dia nos gabinetes dos líderes do PFL, a aliança dos pefelistas com o PPB em São Paulo ficou "implicitamente definida", segundo um dos articuladores do acordo. O acerto entre Maluf e a cúpula do PFL foi selado em troca de pontos de quilha.

Reação tucana — Da parte do PSDB nacional, a reação a Maluf veio do líder na Câmara, Aécio Neves, que acusou o ex-prefeito de "oportunismo" por ter dado apoio à reeleição de Fernando Henrique no começo — na intenção de disputar — que não tinha chances de disputar a presidência. "Maluf e seus amigos são como aves de arribação, que vêm quando faz tempo bom e vão quando faz tempo ruim", disse. Segundo Aécio, Fernando Henrique continuará apoiando a candidatura à reeleição de Covas. "Não haverá preço político a ser pago pelo apoio de Maluf", afirmou. Previu que o ex-prefeito não participará do núcleo dirigente da campanha de Fernando Henrique à reeleição e o ex-prefeito dificilmente ganhará também as eleições para governador de São Paulo.

■ *Colaboraram Tânia Monteiro, Marcos Magalhães*

01-01
9714549

Nº DOCUMENTO 9714550
TITULO PPB confirma apoyo la candidatura de Cardoso.
ROLE 150029
FC 971112
507482
11164
11304
521216
11302

11437

ELEIÇÕES 98 — 24 — 12-11

PPB confirma em convenção o apoio a FH

O ex-prefeito Paulo Maluf foi eleito ontem para substituir o senador Esperidião Amin na presidência do partido

Brasília

O PPB decidiu ontem, em convenção nacional, que apóia as reformas constitucionais e a candidatura do presidente Fernando Henrique Cardoso à reeleição. A posição do partido foi comunicada a FH pelo ex-prefeito Paulo Maluf, eleito no encontro presidente nacional da sigla. A chegada de Maluf e de seus aliados ao Palácio do Alvorada foi bastante festiva. No portão do Alvorada, dezenas de deputados, vereadores e militantes do partido se espremeram em peruas para atravessar os largos jardins da residência oficial do presidente. Maluf chegou com mais conforto, numa perua dirigida pelo senador Esperidião Amin (SC), acompanhado ainda pelo prefeito de São Paulo, Celso Pitta, e pela prefeita de Florianópolis, Angela Amin, mulher de Amin.

No encontro, fechado para a imprensa, Fernando Henrique agradeceu a Maluf e seus aliados. "Fico muito orgulhoso de receber o apoio do PPB numa hora em que alguns poderiam estar se escondendo", disse o presidente. "Isso vai ter crédito comigo", completou. Esperidião Amin, que passou ontem a presidência do PPB para Maluf, garantiu que o pacote fiscal apresentado pelo governo não muda em nada a decisão do PPB de formalizar coligação com PSDB e PFL a favor da reeleição do presidente.

Maluf justificou a manutenção do apoio: "Se eu mudasse de ponto de vista, estaria agindo de acordo com as bolsas, e não sou homem de mudar de ponto de vista de acordo com as bolsas", declarou o ex-prefeito. Para Maluf, FH é ainda o candidato com as melhores condições políticas para o pleito presidencial de 1998. Apesar de acreditar que o governo poderia ter adotado há mais tempo algumas medidas – como a demissão de funcionários públicos não-estáveis e os cortes de despesas – e de ter criticado o aumento do Imposto de Renda da Pessoa Física, Maluf fez questão de observar que apóia as decisões do Palácio do Planalto. "O que não pode é voltar a inflação de 20% ao mês", pondera.

Alguns integrantes do partido, porém, não concordam com a aliança. "Se acabasse antes do dia 3 de outubro que ia ser assim, tinha me desfiliado", afirmou o deputado [illegible]

01-01

9714550

Nº DOCUMENTO 9714551
TITULO (*)
PROCEDENCIA 518593
FECHA 971108
507482
11164
11304
501066
11437
11302
11161

XA6347

R POXBT 11-08 00591
amt icx

(*) BRASIL-ELECCIONES
LIDER PT PREFIERE PERDER ELECCIONES A VENCER EN PLENA CRISIS

Río de Janeiro, 8 nov (EFE).- El gobernador de Brasilia y líder del socialista Partido de los Trabajadores (PT, el principal de la oposición), Cristovam Buarque, aseguró que prefiere que la oposición pierda las elecciones presidenciales de octubre próximo a que venza en medio de la crisis económica que vive el país.

"Sería una tragedia una victoria de Lula (Luis Inacio Lula da Silva, el posible candidato del PT a la presidencia) en medio de la crisis económica. En ese caso es mejor perder", aseguró el único gobernador que tiene el Partido de los Trabajadores en una entrevista publicada hoy, sábado, por el diario "Jornal do Brasil".

"El peor escenario que al que podemos enfrentarnos sería una victoria de Lula en las elecciones presidenciales, en un país con la inflación nuevamente en índices superiores al 30 por ciento mensual. En lugar de administrar Brasil, tendríamos que administrar una crisis monetaria. Sería una tragedia... es mejor perder", explicó el gobernador del Distrito Federal de Brasilia.

Buarque, cuyo nombre también ha sido mencionado como posible candidato de la izquierda a la presidencia en las elecciones de octubre de 1998, considera que la oposición se equivoca al hacer fuerza para que el Gobierno pierda su lucha contra la crisis bursátil que afecta al país y contra los ataques especulativos a la moneda nacional, el real.

En un comunicado divulgado el martes pasado, el propio PT responsabilizó al presidente Cardoso de todos los problemas económicos que la crisis bursátil, generada en Asia la semana pasada, ha causado al país.

"Desde finales de 1996, el país convive con un presidente que sólo trabaja para su reelección, sometiendo toda la política económica al continuismo y al calendario electoral", asegura el comunicado, en el que el PT critica al Gobierno por haber duplicado las tasas de interés para hacer frente a la fuga de capitales en lugar de haber decretado una devaluación del real.

Cardoso, que el lunes anunciará un "severo" ajuste fiscal para intentar hacer frente a la crisis bursátil, a los ataques especulativos para que su Gobierno devalúe el real y a la fuga de capitales -que ya le ha costado al país más de 8.000 millones de sus reservas-, decretó hace diez días la duplicación de las tasas de interés para intentar incentivar a los inversores extranjeros.

Pese a las críticas de la oposición a la política económica del Gobierno -a la que responsabiliza de la crisis-, Lula de Silva aseguró que el PT no quiere aprovechar la crisis bursátil para hacer oposición sino para denunciar la dependencia de Brasil de los capitales extranjeros.

Buarque, por el contrario, prefiere que Cardoso consiga vencer la crisis económica para que la oposición pueda disputar las elecciones presidenciales del próximo año en medio de la estabilidad económica.

"Tengo miedo de que exista mucha gente que esté haciendo fuerza para que la crisis se agrave y para que, como consecuencia de ello, Fernando Henrique Cardoso pierda las elecciones", aseguró el gobernador.

01-02

9714551

Según el líder del PT, la crisis económica no perjudicará electoralmente a Cardoso sino que le favorecerá, ya que muchos brasileños, que consideran al actual presidente -padre del Plan Real de ajuste económico- como una garantía de la estabilidad económica, preferirán reelegir al actual mandatario para permitirle reordenar las finanzas nacionales.

"Dios nos libre de vencer en las elecciones en medio de la crisis económica", aseguró Buarque al explicar que, en caso de ser elegido en esta situación de inflación y déficit fiscal, Lula tendría que dedicar su mandato a organizar la economía y no, como quiere el PT, a ejecutar las reformas sociales que necesita el país. EFE

CM/gr/mlr

11/08/17-30/97

9714551

ARCHIVO

112

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
160900 DICIEMBRE 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 011/B/ANA/998.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

ORIGINAL

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

001

III.- **T E X T O:** Se adjunta:

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

CORREGIDO
F 17/2/98
Inic.:

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

El Jefe del Dpto.II (ICIA) del E.M.E.

CORONEL

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO - Departamento II - REPUBLICA O. del URUGUAY

WILSON CORONEL

9714561
18 DIC. 1997

001/2

FECHA 30/12/97 INICIAL DE

Procesado a Sistema DPC

OBSERVACIONES Montevideo, 16 de Diciembre de 1997.-

MEMORANDUM Nº 004/B/ANA/998

ASUNTO: Acto realizado en la sala "ZITARROSA" (ex-Cine REX) el 10DIC97.auspiciado por la IMM, con motivo de celebrarse el "DIA MUNDIAL DE LOS DD.HH.".

TEXTO:

- Se toma conocimiento por diferentes medios de prensa, de la realización de un acto artístico organizado por la I.M.M. y la Coordinadora de Apoyo a Madres y Familiares de Detenidos y Desaparecidos,para celebrar el Día Mundial de los DD.HH.Dicho evento se realizaría el 102030DIC97,en la sala "Zitarrosa",ex-Cine Rex,en 18 de Julio 1008, con la participación de Mariana **INGOLD** y Osvaldo **FATTORUSO** y " Los Titeres Girasol".La entrada costaría $ 10.
Se concurre a sala "ZITARROSA".comenzando el acto que estaba programado para la hora 2030 a la hora 2105,por no haber público asistente.
A las 2115.se hizo presente en la puerta de la sala el Intendente **ARANA**, quien permaneció por espacio de 5 minutos,retirándose del lugar sin entrar a la misma.

ORIGINAL 001

- Del acto artistico participarón los grupos previstos,siendo leída una declaración del F.A.con fecha 05DIC97, referente al día,titulada:" En el 49 aniversario de la Declaración de los DD.HH."

- A las 2210 se dió por finalizado el acto conmemorativo, habiendo apróximadamente unas 50 personas de entre 15 a 50 años de edad.

- Se constató la presencia de los siguientes vehículos, relacionados con los asistentes al acto :

- 40869 Omnibus de C.U.T.C.S.A.
- 42149 Cerro Largo (Traslado de ORQUESTA)
- 450520 - Montevideo (Moto)
- 717330 - Montevideo (WV)

9714561

002/2

Pbloq 11h

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
160930 DICIEMBRE 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 012/B/ANA/998.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O:** Se adjunta:

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO Departamento II REPUBLICA O. del URUGUAY

El Jefe del Dpto.II (ICIA) del E.M.E.

CORONEL

WILSON CORONEL.-

9714562

18 DIC. 1997

001/4

Der. Bloq

CONFIDENCIAL

Hoja No.1 de
Copia Original
D.E.IV D.II
R.8 km.115
041200DIC97

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.137/97

I-EVALUACION: A.1.

II-RESPONDE A: P.E.I.No.058/97 de la B.C.2.

III-TEXTO:

Se adjunta articulos de prensa del Diario "Atlas" (C.Melo) y Semanario " Tribuna Popular" (C.Río Branco), del mes de noviembre próximo pasado donde se trata la problemática de los transportitas en la zona fronteriza.

IV-ACCION TOMADA:

Confección del presente parte.

V-DISTRIBUCION:

.Original ..... Dpto,II E.M.E.
.Copia No.1 ... Archivo.

DIVISION EJERCITO - J. E. M. IV - REPUBLICA O. del URUGUAY

Por el Jefe de Estado Mayor de la D . E .IV.
El Jefe D-II del Estado Mayor de la D.E.IV.
Tte.Cnel.

EDUARDO PEREIRA.

EP/jd

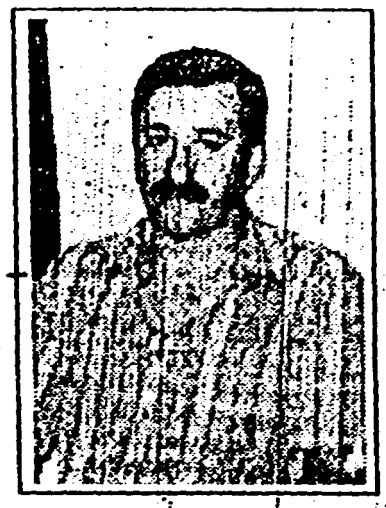
002 9714562

CONFIDENCIAL

09 , 12, 97
BÚSQUEDA

"Humo blanco para el problema de los transportistas"

El próximo lunes podría quedar definitivamente solucionada, la problemática de los transportistas en la zona fronteriza.



La visita efectuada por el Capitán de Navío Luis Franzini, a las autoridades brasileñas y uruguayas, el pasado miércoles, en Río Branco, con intensas reuniones durante toda la jornada, primero en el Regimiento 7º y luego en el Club Olimar Artigas, estarían a punto de dar sus frutos, al anunciarse que el próximo lunes podría quedar finalmente solucionado, el problema con los transportistas.

El dirigente de TUDELES, Sr. Claudio Suárez, dialogó con 7.30 Noticias y brindó detalles de lo tratado y de lo que estaría a punto de lograrse:

Estamos contentos y creemos que ahora todo va bien. En estos momentos vamos a mirar las cosas de otra manera; en estos días atrás tenemos que agradecer primero todo el interés que han prestado tanto la Comisión de MERCOSUR que funciona en el departamento, como el propio Director Nacional, el Capitán de Navío Franzini.

NOS REUNIMOS CON FRANZINI Y EL CORONEL DÍAZ EN RIO BRANCO.

El pasado miércoles a la tarde, tuvimos una reunión en la ciudad de Río Branco, con el señor Franzini y el señor Coordinador, el Teniente Coronel Díaz, con los diferentes integrantes de lo que es el control integrado de los diferentes Pasos de Fronteras, así como las aduanas y los despachantes.

A PARTIR DEL LUNES SE TERMINARIA CON EL TEMA DE LA DEMORA.

Suárez, ¿se logró algún resultado que se pueda decir es positivo, porque permitirá una solución?

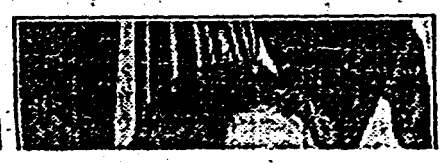
Sí, se llegó a una solución que pensamos va a funcionar muy bien, que sería que a partir del día lunes, los verificadores de aduana, van a cumplir un horario a partir de la hora 7 de la mañana, que era lo que nosotros pedíamos.

Además era el acuerdo existente desde el comienzo, ya que ése era el horario que deberían cumplir.

LOS VERIFICADORES DE ADUANA COMENZARAN SU TRABAJO A LA HORA 7 Y ESO AGILIZARA LOS TRAMITES.

Si bien la Aduana cumplía, los verificadores, aparentemente, por un problema de trámite interno de ellos, no lo hacían así. De esta forma se estaría solucionando todo el problema del Transporte, ya que se comenzarían a agilizar todos los trámites.

"El 12 de diciembre los escolares de todo el país culminarán sus cursos y comenzarán a disfrutar de sus vacaciones de verano".



12 de diciembre. Así lo confirmó la Inspectora Departamental de Educación Primaria, Rosario Barea indicó también que se estará haciendo una convocatoria a todos los departamentos, para una reunión con la Inspectora de

SE VA A COMPUTARIZAR TODO EL INTERIOR DEL PAIS Y LAS INSPECCIONES DE ESCUELAS

003

9714562

COORDINAN MAYOR AGILIDAD EN ADUANAS INTEGRADAS.

Visitó Río Branco el pasado miércoles el Director Nacional de Pasos de Frontera Cap. de Navío Luis Francini, quien fué recibido por el Jefe del Paso de Frontera de nuestra ciudad el Tte Cnel. Rodolfo Díaz, Comandante del Regimiento de Caballería Nº 7.

El distinguido visitante mantuvo una reunión de trabajo con empresarios, transportistas y despachantes aduaneros en la sede del Club Olimar, analizando toda la problemática de los controles integrados de frontera.

Luis Francini, expresó que venía a mantener una reunión con los operadores del Paso de Frontera Río Branco-Yaguarón a los efectos de ver como minimizar los problemas actuales que está teniendo la salida de arroz.

DEMORAS

Sobre este tema manifestó que en este sentido hay dos motivos: Uno es el horario de funcionamiento y los trámites en la parte brasileña del control integrado. Expresó que el horario del Mercosur dice que se tiene que trabajar de 07:00 a 19:00 y "nos encontramos con que nuestros pares brasileños están trabajando de 08:30 a 12:00 y de 14:00 a 18:00 hs. haciendo con que se enlentezca y se achique el horario de salida de los camiones".

Entre tanto, por el lado uruguayo, se trata de pequeños problemas de coordinación en todos los organismos, que cuando uno quiere ver el problema es mayor. En este momento se está ajustando horarios, presencia de funcionarios, los permisos en tiempo y forma a los efectos de ir ganando tiempo y los camioneros puedan tener mayor agilidad.

Recordó que esta situación no es un problema de todo el Paso de Frontera, sino que es puntualmente con la zafra del arroz.

EFICIENCIA

A nivel del Mercosur, en la última reunión se encomendó a la delegación de Paraguay que redactara un cuestionario y una vez que sea aprobado, se entregará a todos los operadores para saber a nivel del Mercosur, el grado de eficiencia de todos los Pasos de Frontera desde aquí hasta Paraguay, dijo.

El gerarca subrayó que en todos los Pasos de Frontera hay problemas puntuales que se están resolviendo, donde a más tardar, en cuatro meses, estará pronto el cuestionario previsto para toda la frontera, permitirá determinar cuál es el grado de mejoramiento que han tenido las Aduanas Integradas con Brasil.

El Cap. de Navío Luis Francini, agregó que esta es una frontera distinta porque del lado brasileño la COBEC, es una empresa particular que cobra por sus servicios. Dijo que es una modalidad nueva que se está implementando dentro del MERCOSUR. Hay otros pasos que no se están cobrando absolutamente nada. Ya en Uruguay, se está haciendo un llamado a licitación para el Paso de Frontera de Chuy, en el que funcionará el control integrado de carga y turístico del lado uruguayo y que será por concesión de obra pública. Todo eso tendrá un costo desde el momento que ingresa el camión a la gran playa de estacionamiento.

DESPACHANTES

En lo que tiene que ver con los despachantes aduaneros que trabajan en el Paso de Frontera del lado brasileño y que desde mucho tiempo trabajan a la intemperie, el Director Nacional, expresó que luego de una reunión con sus pares brasileños el tema quedaría solucionado.

Luis Francini, anunció que a partir del mes de Diciembre los despachantes de aduana uruguayos tendrán su local propio para trabajar, entre otras mejoras.

En líneas generales, los empresarios y transportistas coincidieron en señalar el avance que ha habido con la puesta en marcha de los controles integrados de carga. No dejaron de reconocer que algunos inconvenientes puntuales existen pero las autoridades demuestran una buena disposición para subsanarlas dentro de las posibilidades.

NOTICIAS DEL LICEO

● **VISITA.** El pasado lunes 22, visitó el Liceo de Río Branco, el Diputado Jorge Boher, conjuntamente con APAL, la Sra. Directora, profesores que apoyan tan urgente necesidad y empresarios que han colaborado a tal fin, se ve casi segura la construcción del CERCADO del Liceo.

Sin duda que todos hemos quedado felices con tal noticia, dado que el Diputado y el Sr. Intendente han confirmado su total apoyo. Será a corto plazo.

● **REUNIÓN DE DESPEDIDA.** Hoy 28 se hace la reunión despedida del año entre los alumnos de los Cursos Nocturnos. Será una fiesta de confraternidad y camaradería con amigo secreto y todo. Aprovechamos para agradecer el apoyo al turno y recordamos la importancia de que la población estudiantil recuerde: ¡No dejen desaparecer lo que tanto costó! ¡Inscríbanse para 1998! Sea un estudiante más.

● **FIESTA DE FIN DE CURSO.** La Dirección del Liceo de Río Branco invita a alumnos, padres y público en general, para la fiesta de fin de cursos, a realizarse el día 3 de diciembre, a la hora 17.00, en el Gimnasio Municipal.

Veterinaria
"EL CEIBO"
Mutualista de pequeños animales
Cirugías - Asesoramiento ganadero
Dirección Técnica:
Dr. Pedro Fleitas
Ruta 26 km 85.500
(frente Club Olimar)

004/4 9714562

003 9703078

Ademu Montevideo
Asociación de Maestros
FUM (TEP) CSEU PIT-CNT

El Boletín

Porque la información es indispensable. Porque Todos debemos conocer Todo lo que sucede.
ADEMU Montevideo establece con este periódico un vínculo con el Magisterio montevideano.
Este periódico se financia con el aporte de los lectores, "a Voluntad".

Nº 49

PUBLICACION MENSUAL - NOVIEMBRE - 1997

¡ATENCION!

DEBEMOS ESTAR ALERTAS

Período de Inscripciones: mes de NOVIEMBRE
Traslados: fines de DICIEMBRE
Elección de itineratos y suplencias: principios FEBRERO

Ante este «adelanto» del calendario, nos preguntamos:

- ¿En qué fecha seremos convocados los maestros a reintegramos?
- ¿A mediados de febrero?
- ¿Cuándo?

DEBEMOS ESTAR ALERTAS

¡ATENCION!

DEBEMOS ESTAR ALERTAS

Dir. Bio 001/20

9714569
19 DIC. 1997

FEDERACION URUGUAYA DE MAGISTERIO - TRABAJADORES DE EDUCACION PRIMARIA

CONGRESO DE LA FUM-TEP

Se realizará los días sábado 8 y domingo 9 de noviembre en el local de la Asociación de Bancarios del Uruguay (AEBU).

ORDEN DEL DIA

A - BALANCE Y PERSPECTIVAS.

Criterios orientadores acordados en el SEN:

1. Cambios operados en Primaria y sus efectos en los Salarios.
   Sistemas escalafonarios y sistemas de compensación.
   Presentismo.

2. Cambios operados en Primaria y sus efectos a nivel reglamentario.
   Sistema de concursos.
   Tercerización.

3. Cambios operados a nivel de funcionamiento del sistema y la filosofía que lo sustenta.
   Modalidades de capacitación que se implementaron.
   Efectos y alternativas.

B - LINEAS DE TRABAJO

Plataforma y movilizaciones.

C - ORGANIZACION SINDICAL

Relacionamiento interno.
PIT-CNT CSEU.
Relacionamiento internacional.

Número de delegados al Congreso por Filial (según Nº de cotizantes)

FILIAL	AFILIADOS	DELEGADOS AL CONGRESO
Canelones este	581	10
Canelones NW	123	4
Carmelo	44	2
Colonia	166	4
Cerro Largo	290	6
Artigas	60	2
AFUPRIM	1000	15
Bella Unión	40	2
Durazno	184	5
Florida	305	7
Flores	71	2
Juan Lacaze	43	2
Montevideo	4000	41
Maldonado	190	5
Paysandú	163	4
Paso de los Toros	47	2
Tacuarembó	132	4
Treinta y Tres	220	5
Rivera	203	5
Rosario	56	2
Salto	450	8
Sarandí Grande	23	2
Soriano	267	6
San José	401	8
Fray Bentos	128	4
Young	28	2
Lavalleja	180	5
Rocha	100	3
Chuy	sin cotizar	0
Nueva Palmira	44	2

Consideramos muy importante y de gran trascendencia esta instancia de reflexión colectiva y de adopción de resoluciones que llevaremos adelante los Maestros de todo el país organizados sindicalmente. Por eso invitamos a todos los compañeros que así lo deseen a acercarse hasta el local de AEBU, lugar donde sesionará el Congreso.

El Secretariado de ADEMU resolvió repartir los 41 lugares de delegados que corresponden a nuestra filial entre las tres listas, de acuerdo a los resultados de la última elección. Corresponden 9 lugares a la Lista Propuesta, 14 lugares a la Lista 1995 y 18 lugares a la lista 436.000.

La Lista 436.000, que sigur sosteniendo la importancia de la participación en las ZONALES, resolvió ofrecer dos lugares a cada una de aquellas zonales que ha mantenido un funcionamiento regular durante este año (Zonas 5, 6, 13 y 15) y un lugar a las zonales que han logrado funcionar algunas veces y que siguen intentando vencer las dificultades para un funcionamiento permanente (Zonas 3, 4, 10, 12 y 14).

INVITAMOS A TODOS LOS COMPAÑEROS A ACOMPAÑARNOS EL SABADO 8 A PARTIR DE LAS 21 HORAS EN CASA DEL MAESTRO, DONDE NOS REUNIREMOS UN RATO A CONFRATERNIZAR CON LOS COMPAÑEROS DEL INTERIOR. HABRA MUSICA, ESPECTACULO ARTISTICO, EMPANADAS, VINO Y REFRESCOS.

302
9714569

REAJUSTES DE CARGOS EN EDUCACION COMUN CON DESTINO A EDUCACION INICIAL

El CODICEN se propone continuar incorporando niños de nivel preescolar SIN CREAR UN SOLO CARGO. Por eso, a los reajustes realizados el año pasado y este año en Educación Rural, Educación de Adultos y dentro de la propia área de Educación Inicial (pasando cargos de los Jardines de Infantes a las Escuelas), se sumarán ahora, en el correr de noviembre, más de 130 reajustes en Montevideo desde Escuelas Comunes, Escuelas de Tiempo Completo, Escuelas de Práctica e incluso Escuelas de Requerimiento Prioritario, con destino a Educación Inicial.

Luego de la AUDITORIA realizada por el CODICEN, recabando datos sobre la matrícula de cada grado, escuela por escuela (desconfiando de los datos que posee la Inspección, ya que contrataron personas que recorrieran las escuelas, chequeando la matrícula), alguien, desde una oficina, llegó a la conclusión de que en Montevideo HAY 159 MAESTROS DE ESCUELAS COMUNES QUE SOBRAN, y que por lo tanto SE DEBEN PASAR ESOS CARGOS PARA EDUCACION INICIAL.

Por supuesto, que para llegar a esa conclusión no tienen en cuenta los planteos de la ATD, que basados en recomendaciones de la UNESCO, sostienen un máximo de 20 alumnos en las zonas más problemáticas y nunca más de 25 , en ningún grupo.

El CODICEN, el CONSEJO y la INSPECCION DEPARTAMENTAL se siguen guiando por la Circular 72 que establece, a efectos de los reajustes, hasta 40 niños de 3º a 6º años, 35 en 2º y Preescolares y 30 en 1º año.

Es así que muchísimas Escuelas de nuestro departamento se verán conmocionadas en los próximos días cuando se concreten los reajustes mencionados. La Inspección Departamental en la contrapropuesta que realiza (ya que considera que no se deben realizar los 159 reajustes solicitados por CODICEN sino 102 de Común y unos 30 de Práctica, totalizando cerca de 132 reajustes), prevee que los nuevos grupos que quedarán en las Escuelas reajustadas tendrán entre 26 y 37 alumnos (siempre más de 25, incluso 35, 36 y 37 en zonas difíciles).

Se reajustarán: 74 cargos de Escuelas Comunes
20 cargos de Esc. de Requerimiento Prioritario
2 cargos de Escuelas de Tiempo Completo
5 cargos de Secretarías
1 cargo de Sub-Dirección
y unos 30 cargos de Escuelas de Práctica

De los cargos reajustados (unos 132), sólo 22 se mantendrán dentro del área de Común, ya que se radicarán en otras Escuelas para desdoblar grupos numerosos o crear Secretarías. Se adjudicarían 7 cargos en Escuelas Comunes, 6 en Escuelas de Requerimiento Prioritario, 8 en Secretarías (4 en Esc. Comunes, 2 en Esc. de Tiempo Completo y 2 en Esc. de Requerimiento Prioritario) y una Sub-Dirección en Esc. de Requerimiento Prioritario.

LOS RESTANTES 110 CARGOS SE VAN DE COMUN PARA INICIAL. Las autoridades continúan con la política de "desvestir a un santo para vestir otro".

Nosotros, los Maestros, nos rebelamos ante esta destrucción de nuestra Escuela Pública. No aceptamos que para ampliar la cobertura de Educación Inicial se perjudique a miles de niños en edad escolar. Nos indigna que los pequeños sean atendidos "como se pueda", ubicados en cualquier lugar dentro de una Escuela e incluso a cuadras de distancia de su Escuela, en un "anexo", casi siempre en condiciones nada aceptables.

No debemos esperar que nos toquen directamente para reaccionar y preocuparnos. Tenemos que unirnos, TODOS, seamos del área que seamos y responder como uno solo, porque el ataque viene por parcelas para debilitarnos. Y es un ataque frontal a la Escuela Pública. O resistimos todos juntos o no arrasan, a nosotros y a la Educación Pública.

Convocamos a los compañeros de las Escuelas involucradas en los reajustes a acercar la información al Sindicato, con la mayor precisión (nº de niños actuales, nº de niños que quedarán en los grupos luego de los reajustes, ubicación de la Escuela, características del medio, si el reajuste implica imponer cambios de turno a los niños, etc.)

SI NO CONTAMOS CON LA INFORMACION, NO PODEMOS DENUNCIAR LA SITUACION NI REALIZAR PROPUESTAS ALTERNATIVAS.

LA INSPECCIÓN DEPARTAMENTAL, FRENTE A ESTOS REAJUSTES MASIVOS, SE COMPROMETIO A ORDENAR POR ARTICULO 13 A TODOS LOS COMPAÑEROS INVOLUCRADOS PARA OFRECERLES TODOS LOS CARGOS VACANTES DEL DEPARTAMENTO A EFECTOS DE RADICAR SU CARGO. ESTO SE REALIZARA ANTES DE LOS TRASLADOS (posiblemente en el correr de noviembre).

003 9714569

COMISION DE EDUCACION

VI CONGRESO DEL PIT-CNT

La Educación es uno de los pilares fundamentales de cualquier sociedad moderna. En general todos los grupos políticos, todos los gobiernos la incluyen dentro de sus programas inmediatos. Toca personalmente a la mayor parte de la vida del país, ya que incide sobre varios miles de docentes, varias centenas de miles de alumnos y sus correspondientes padres. Pero también la educación afecta a la sociedad en su conjunto. A través de su educación cada país proyecta su futuro. El futuro económico y la cultura en cuanto a sistema de conocimientos, de valores y de capacidad de resolver sobre los propios destinos de sí misma.

Para los gobiernos la educación es un tema de Estado y en este marco realizan sus propuestas. Propuestas que son como en el resto de los aspectos de la vida de un país, pensadas, coordinadas, organizadas en sus aspectos medulares por organismos internacionales. En el Uruguay, esta etapa de esa propuesta, es el proceso que comenzó en el año 95 con la dirección de Rama, un funcionario internacional, y es lo que se conoce como La Reforma. Es la adecuación de la Educación al nuevo concepto de Estado. Forma parte del resto de reformas que en él se están llevando a cabo. Por eso está en función de esa idea de Estado. La resistencia de la mayoría de los sindicatos de la Enseñanza a esa Reforma, es la resistencia a ese modelo de Estado, es la resistencia a que sea programada internacionalmente. Es también la resistencia a la consecuencia de estos dos problemas: Para poder llevar adelante a rajatabla, un proyecto internacional conforme a las nuevas necesidades, también internacionales, de una nueva organización del Estado, no se puede dejar participar en él, a nadie más que a los organismos internacionales y a los políticamente dependientes de la administración de gobierno. Esta es la causa por la que el proyecto no aceptó la más mínima participación de sectores que no estuviesen bajo el control de quienes lo impulsaban. En otras palabras, es esta la explicación por la que la Reforma fue inconsulta en su propuesta inicial y después, jamás aceptó una modificación a su rumbo, evitando el diálogo que comprometiese el propósito inicial. Hay que recordar que la Reforma no fue difundida por escrito en ninguna instancia jurídica y/o pedagógica nacional, ya que fur presentada como fundamento del Presupuesto de la Educación. Su conocimiento surge de declaraciones y resoluciones administrativas de las autoridades.

En los hechos, no dio respuesta a ninguno de los problemas que la educación tenía, que son consecuencia de la dependencia del poder político y del bajo presupuesto. Por el contrario estos problemas se agravaron.

En el Proyecto de Reforma, la educación se concibe como mercancía. Acceden a ella solo los que la pueden pagar. Para la mayoría de la población estudiantil, esta reforma le reserva una educación de segunda categoría.

Otros sectores, como la población rural y adultos quedan excluídos. Inclusive a nivel urbano los sectores más carenciados quedan sin cobertura.

Atenta contra la formación docente en la medida que la desatiende para tratar de promover cursos en los que docentes sin formación se "entrenan" en la transmisión de recetas.

En lugar de promover docentes preocupados por su formación y la educación en general, selecciona docentes de acuerdo a su adhesión probada al proyecto. Lo que implica corrupción.

La Reforma como agresión a la educación también se expresa en la Universidad de la República. Allí, el Poder Ejecutivo viola el derecho de la Universidad reconocido por nuestro orden jurídico en la habilitación y contralor de la Universidades Privadas.

EN ESTE MARCO EL CONGRESO DEL PIT-CNT DECLARA:

1.- Esta Reforma es un proyecto elaborado desde los centros de poder (BID, Banco Mundial).

2.- Dado su origen y los objetivos que busca es una reforma de corte neoliberal.

3.- Debe generarse un Debate Nacional que tenga base popular donde se invite a todos los gremios, sindicatos y organizaciones sociales.

4.- Se debe crear una comisión para elaborar una Ley de Enseñanza. Esta comisión propiciará:

Encuentros por la Educación del Pueblo con el objetivo de diseñar una propuesta alternativa para la Educación Pública.

En dichos Encuentros participarán:

* los sindicatos de la enseñanza
* todos los otros sindicatos del PIT-CNT
* Coordinadora de Padres
* Coordinadoras de Estudiantes
* otras organizaciones sociales
* "unidades de debate", entendiendo por tales a los nucleamientos de docentes, funcionarios no docentes, padres, estudiantes, trabajadores en actividad o desocupados, vecinos, que en torno a los centros educativos o en

004
9714569

organizaciones barriales, zonales, departamentales se congreguen con el objetivo de debatir sobre el tema.

Todos los participantes, en el Encuentro, lo harán en paridad de condiciones.

Los objetivos básicos de estos Encuentros son:

a) Denunciar el actual proceso de reforma educativa exigiendo su detención y/o su no extensión en los puntos que correspondieren.

b) Elaborar una propuesta educativa para la Educación Pública, que en principio se concretará en una Ley de iniciativa popular. Esto no invalida la posibilidad de trabajar sobre una propuesta de Reforma Constitucional a plebiscitarse en 1999.

5.- Reclamar la no extensión de la Reforma en 1997 y promover a todos los niveles de movilización su rechazo.

6.- Repudia la política represiva del CODICEN hacia los docentes y estudiantes. Rechaza el Reglamento de Comportamiento recientemente aprobado (Acta e 14).

7.- Exigir a las autoridades de la Salud y la Enseñanza los recursos económicos y humanos necesarios para la aplicación de medicina preventiva al alumnado de escuelas, liceos y UTU brindada por equipos multidisciplinarios apuntando a una mejor salud de nuestros niños y jóvenes, para así poder obtener una mejor educación.

MAESTRO:
RENDICION DE CUENTAS 0 %

¿Eres consciente que con tu indiferencia estás ayudando a que los aumentos se mantengan en ese índice por siempre .

Podrás decir: que tu ayuda no solucionará la situación.

"La mejor manera que tendríamos de no hacer nada,sería esperar que la sociedad cambiara... hay que saber que es tan difícil trabajar dentro del subsistema escolar como nadar contra la corriente... Esto es lo que tenemos que hacer, es difícil ,pero es posible..."
PAULO FREIRE

AMS
Asociación Magisterial de Salto
F.U.M. — T.E.P.
Uruguay 342 — Salto

EL PIT-CNT ENTIENDE QUE:

1.- La Educación no solo cumple con ser la base intelectual de la vida económica del país. La Educación hace a toda su cultura: su sistema de valores, su capacidad de otorgarle a sus integrantes los instrumentos para la interpretación del mundo, la capacidad de organizarse en el conocimiento científico y otorgarle una identidad de acuerdo con sus necesidades, la capacidad de acercarse al mundo estético.

2.- En la organización del Sistema Educativo, se reconoció que sus autoridades deber ser independientes de la administración central. Los vaivenes políticos de las autoridades de turno han sido una de las causas del deterioro que hoy vive la Enseñanza. Por eso como lo hace la Universidad, como lo hizo Secundaria en el pasado, debe independizar sus autoridades de las de la administración central. El primer paso para eso, es que sean elegidas, todas dentro del Sistema, por sus propios protagonistas. No pueden ser una parte del reparto electoral, ni el territorio para delegados de organismos internacionales. La educación necesita de autogobierno.

3.- Que los valores que definen el ideal de Universidad son, entre otros: el compromiso con la verdad, la valorización del saber como un bien social, destinado a la aprobación y el uso públicos, el acceso universal al saber y la educación, la libertdad de opinión, la independencia de sus actividades respecto a grupos de poder económico, social, o político, la concepción de la formación como desarrollo de potencialidades y acceso crítico a un capital cultural que incluye el conocimiento y los valores que orientan su utilización social. Ahora bien, el PIT-CNT debe promover estos valores, que le son propios, a los efectos de que dichos fines y valores se traduzcan en acciones concretas y eficaces.

Estos son algunos de los criterios que el VI Congreso del PIT-CNT sostiene como necesarios y cree que debe presentar a los trabajadores, porque son su propuesta de otorgar lo mejor en materia de educación para el país y sus hijos.

TODA LA EDUCACION PARA TODA LA CIUDADANÍA

005

9714569

INAUGURACION DE LA «CASA DEL DOCENTE» EN MELO

El domingo 19 de octubre, los compañeros de la Asociación Magisterial, de ADES y de AFUTU de Cerro Largo, inauguraron un local conjunto para funcionamiento sindical. Es el primer local de la CSEU de todo el país.

En dicho acto los compañeros leyeron la proclama que transcribimos a continuación e hicieron uso de la palabra un compañero a nombre del Plenario Intersindical de Cerro Largo y la compañera Raquel Bruschera en representación de la FUM y de la CSEU Nacional.

La inauguración culminó con un espectáculo artístico, un brindis y gran bailongo.

PROCLAMA LEIDA POR LOS COMPAÑEROS DE CERRO LARGO

Compañeros: docentes, estudiantes, sindicalistas y público en general.

Estamos aquí reunidos para inaugurar la primera Casa del Docente del país que reúne a maestros y profesores.

Esto es el resultado de un sueño que surgió hace dos años, en el que dimos los primeros pasos para crear un ámbito sindical para todos los docentes. En aquel momento nuestro entusiasmo era mayor que nuestras posibilidades, por lo que hubo que postergarlo hasta hoy.

La Casa del Docente, tiene una gran significación porque todo espacio sindical es fraterno y solidario.

En estos tiempos de filosofías y políticas neoliberales que conducen a las sociedades y a los individuos ala disgregación y al individualismo, los docentes estamos apostando a la solidaridad y a la fraternidad. Hoy sociedades perversas conducen a la confrontación y al disenso, nosotros apostamos a la cooperación y al consenso.

Este proyecto neoliberal en el que nos encontramos inmersos se caracteriza por la mercantilizaciónd e todos los aspectos de la vida humana, cuyos principios más importantes, (eficacia y eficiencia en la producción) nos conducen a ser considerados como recursos humanos. Esto ha tenido un impacto muy fuerte en el movimiento sindical uruguayo llevándolo a una progresiva desmovilización. esta Casa del Docente quiere ser un pequeño aporte para frenar este proceso.

Surgen así dos visiones éticas que implican dos concepciones de hombre: uno formado para consumir y para ser consumido, otro orientado para hacer uso de la libertad y la elección de su destino para lo cual es necesario la compresión crítica del mundo, y la capacidad para construirlo.

Esta última concepción ha sido históricamente el principio rector de la educación uruguaya, con un sentido humanista preparadora para la vida, de la que el trabajo forma parte y no es un fin en sí mismo.

La actual propuesta educativa del CODICEN es parte del modelo globalizador y neoliberal, es el pilar fundamental de la reforma del estado y pretende formar los recursos humanos para la reforma de la economía, y para el CODICEN la educación se define en términos económicos. Para nosotros la educación está fuera del mercado y en esto los sindicatos somos intransigentes. No nos oponemos a una reforma, sino a ésta, inconsulta, impuesta en forma compulsiva y en muchos aspectos improvisada, cuya implantación se basa fundamentalmente en la adhesión personal.

Una reforma educativa no puede ser elaborada por políticos oportunistas, administradores impacientes; debemos tejerla entre todos: docentes, padres, estudiantes, instituciones y sindicatos, con la autonomía necesaria para que la educación no quede expuesta a los vaivenes políticos.

Este es el ámbito físico que necesitamos para luchar por el mejoramiento de nuestras condiciones laborales y salariales las cuales se han visto seriamente agravadas por esta reforma. Asimismo debe ser el ámbito de profesionalización de los docentes porque también estamos convencidos que debemos ser cada día mejores.

Compañeros docentes, necesitamos unirnos, necesitamos participación, porque uno en el gremio es mucho más fuerte. Parafraseando a Soler *"En tiempos de cambio los profetas de afuera nos ofrecen su mercancía, tomemos la nuestra sin menospreciar la ajena, pero recuperando una identidad que nos proyecta"*.

Melo, 19 de octubre de 1997.-
Asoc. Magisterial, ADES, AFUTU -PIT-CNT-

Felicitamos a los compañeros por tan importante hecho que demuestra que todavía se puede y que el unir nuestros esfuerzos marca el camino a seguir en el rechazo a esta reforma educativa.

MUCHA SUERTE A LAS COMPAÑERAS Y COMPAÑEROS ESTUDIANTES DE MAGISTERIO:

QUE ESTAN PONIENDO TODA LA CARNE EN EL ASADOR,
ENTREGANDO MONOGRAFIAS, DANDO PARCIALES, PREPARANDO EXAMENES, ETC., ETC., ETC.....

¡ UNA FUERZA INMENSA PARA TODOS ! ¡ ARRIBA !

006 6
9714569

MIREN QUE SE PUEDE

Los compañeros de la Zonal 6 fuimos invitados a escribir unas líneas en el boletín para compartir con los compañeros de las otras zonales cómo fue que nos re-organizamos en esta última época de funcionamiento.

Impulsados, como todos por la imposibilidad de decidir en asambleas generales por reiteradas faltas de quorum, comenzamos a reunirnos hace ya algunos meses teniendo quorum de zonal en casi todas las reuniones.

Decimos que se puede y aspiramos a que la Mesa Representativa sea el ámbito de conducción participativa del sindicato de los maestros, como fue en su comienzo allá por los años 83 y 84.

Con la única intención de compartir algunas de las cosas que creemos han hecho posible esta permanencia de la participación en nuestra zonal, y con la esperanza de que pudiera servir en algo a otros compañeros, es que tratamos de reflexionar juntos sobre los aspectos que resultaron positivos para nuestro funcionamiento zonal.

CONSTANCIA E INFORMACION:

Comenzamos dos o tres compañeros haciendo la lista de los números de teléfonos de todas las escuelas de la zona y empezamos a llamar cada semana para citar a reuniones o para avisar resoluciones del gremio, no importando si teníamos militantes o si a los compañeros que nos atendian, les resultaba extraño el nombre de Ademu.

Poco a poco fuimos ubicando compañeros afiliados en algunas escuelas, pero no abandonamos la comunicación con aquellas escuelas que no participaban.

NO NOS CONOCÍAMOS DE AÑOS, NI ERAMOS TODOS MILITANTES:

Algunos de los que participamos somos militantes de toda la vida de Ademu, pero la mayoría de la zonal se conforma con compañeros que muchas veces ni siquiera asistían a las asambleas, pero que encontraron en la zonal un ámbito reducido y amable de participación real donde cada voz era escuchada y no había discursos interminables. Donde había además un canal directo de participación en las decisiones del sindicato.

TODOS DISPONEMOS DE POCO TIEMPO:

Esto es una constante en el Magisterio Nacional, no es hora de abundar en detalles que todos conocemos y sufrimos en carne propia.

Sin embargo, y a pesar de ello, descubrimos que era poco el tiempo que nos llevaba participar en la Zonal teniendo en cuenta dos claves:

a) REPARTIR LAS TAREAS: mientras algunos compañeros se encargan de hacer los llamados, otros rotativamente se ofrecen para participar en la Mesa Representativa y otros para llevar o traer material de la Casa del Maestro o simplemente (pero qué importante !) asistiendo a la reunión de Zona.

b) REUNIONES BREVES: como son reuniones de pocos compañeros (entre 10 y 20) se hacen breves, a la salida de las escuelas y resulta satisfactorio para todos escuchar, ser escuchados y decidir con la celeridad adecuada a cada tema.

ROMPIENDO ESQUEMAS

Sabemos que fuimos satirizados y/ o criticados en las primeras Mesas Representativas porque nos reuníamos en un bar (al que aprovechamos y agradecemos su hospitalidad). Esto no fue una estrategia el comienzo, sino la falta de un local cercano para reunirnos. Pero ahora podemos decir que es parte de la idiosincracia de nuestra zonal, reunirnos alrededor de una mesa con un café o un cortado reparador (¡qué más representativo que eso de nuestra identidad nacional!).

Por eso creemos que tal vez rompiendo algunos esquemas formales se puede rescatar la tan preciada participación de los Maestros que, son y deben ser, el Sindicato.

Por último llamamos a todos los compañeros, en su casa, en su escuela, en su salón, en su aislamiento frente a su TV, a reflexionar. ¿Será posible salir de esta situación con la sola compañía de la queja interminable? O será necesario comenzar nuevamente a reunirse, a informarse, a compartir con otros, a pensar en colectivo, en suma, A PARTICIPAR.

De lo contrario, seguro que el «sistema» nos gana y más que eso, nos traga, nos hace cuerpos dóciles que trabajan por nada en las peores condiciones imaginables.

¡¡VAMOS COMPAÑEROS !!. . .
. . . MIREN QUE SE PUEDE

Compañeros de Zonal 6

ELECCIONES DEL C.A.C.

Las elecciones realizadas el viernes 24 de octubre para integrar el Consejo Asesor y Consultivo del Instituto Normal de Montevideo, por el Orden de Egresados, obtuvo los siguientes resultados:

LISTA 3.000	1.606 VOTOS
LISTA 3.001	1.247 VOTOS
EN BLANCO	683 VOTOS
ANULADOS	95 VOTOS

TOTAL DE VOTOS 3.631

Los compañeros titulares por el Orden de Egresados que integrarán el CAC son:

Maestro Hugo Rodríguez
Maestra Marina Orozco

ADEMU
Montevideo

NOVIEMBRE 1997, número 49

CARTA ABIERTA AL CODICEN

FUM TEP

1.- La inscripción de alumnos de Educación Inicial convocada por el CODICEN para este mes de noviembre, **no contó con la información previa** a las Direcciones escolares, enterándonos los Maestros pr la prensa al mismo tiempo que el resto de la población, careciendo las Escuelas de información precisa.

2.- La inscripción realizada de esta forma el año pasado, **generó numerosas dificultades:** niños sin lugar asignado, niños asignados a escuelas lejanas a su domicilio, niños asignados a escuelas que no tenían maestro ni salón para atenderlos, pocos niños asignados a los Jardines de Infantes y grupos muy numerosos en la Escuelas, niños que ya pertenecían a una escuela fueron asignados a otra, etc.

3.- **El Magisterio ha planteado a las autoridades del CODICEN una alternativa que evite el caos y la confusión a padres y maestros:**

a) **QUE SE REALICEN LAS INSCRIPCIONES EN DICIEMBRE,** luego de culminadas la clases (como se ha hecho toda la vida).

b) **QUE CADA ESCUELA O JARDIN ELABORE LAS LISTAS A PARTIR DE LOS NIÑOS INSCRIPTOS EN CADA LUGAR.**

c) En caso de existir en algunas Escuelas o Jardines más niños inscriptos que los puedan ingresar **(listas de espera), SE CENTRALICE SU DISTRIBUCION A NIVEL DE INSPECCION,** conociendo los cupos que tiene cada escuela en cada zona o departamento.

4.- Los Maestros ratificamos la exigencia de expansión de la Educación Inicial, abarcando también a los niños de 3 años y menos, y recomendamos a los padres optar por los Jardines de Infantes de su zona (si existen) por ser el lugar más adecuado para la atención del niño preescolar. La expansión de la Educación Inicial requiere planteos serios, tanto en la propuesta pedagógica como el lo administrativo, evitando discursos demagógicos o expectativas infundadas. **Como profesionales, los Maestros exigimos que la mayor cobertura en Educación Inicial se realice asegurando calidad educativa y no sólo un lugar donde el niño permanezca por unas horas.**

5.- **Denunciamos, además, los altos costos que implica esta nueva forma centralizada de inscripción,** gastándose fondos en una tarea que no garantiza que todos los niños preescolares tengan su lugar el año próximo dentro de la Escuela Pública.

6.- **También consideramos fuera de lugar que aquellos niños que hoy están concurriendo a una Escuela o Jardín, deban ser inscriptos nuevamente** (niños de 4 y 3 años). Tradicionalmente, una vez que un niño ingresó aun centro escolar, queda dentro de la Escuela hasta que culmina el ciclo o solicite pase para otra Escuela. ¿ Por qué ahora hay que inscribirlos de nuevo, generando nuevas inseguridades a los padres sobre la ubicación que tendrá su hijo el año próximo ?

7.- **Esta situación se ve agravada en el Interior,** ya que a la distorsión que implicará en todos los centros educativos la realización de inscripciones al mismo tiempo que funcionan las clases, se suma el hecho que serán los propios maestros quienes deberán realizarlas.

ALERTAMOS A PADRES Y MAESTROS SOBRE ESTA FORMA DE INSCRIBIR A LA VEZ QUE DESLINDAMOS TODA RESPONSABILIDAD SOBRE LA FALTA DE INFORMACION, LA CONFUSION CONSECUENTE Y LOS TRASIEGOS DE NIÑOS Y PADRES QUE INEXORABLEMENTE SE PRODUCIRAN.

Federación Uruguaya de Magisterio

3 de noviembre de 1997.-

C08 8

9714569

REUNION DE MAESTROS DE ESCUELAS DE PRACTICA

Ante la posibilidad de alguna resolución por parte del CEP y el CODICEN sobre la situación futura de los maestros efectivos en Escuelas de Práctica (que deban concursar, que mantengan allí su efectividad, o una propuesta alternativa), el Secretariado de ADEMU, con al intención de adelantarnos con un planteo sindical para no encontrarnos frente a resoluciones ya tomadas (como sucedió con los Directores de Práctica) convocó a una reunión el martes 28 de octubre, llamando por teléfono a las Escuelas.

Sólo concurrió un Maestro (de la Escuela Nº 28 que es integrante del Secretariado).

¿Deberemos siempre actuar sobre resoluciones ya tomadas? Si los propios involucrados no preveen qué les puede pasar ni están interesados en buscar soluciones, ¿a nombre de quién y con qué planteos nos vamos a presentar ante el Consejo?

El Secretariado de ADEMU queda a disposición de los compañeros para cuando entiendan necesario reunirse para encarar esta situación y realizar propuestas.

ARRANCANDONGA

El día 20 de octubre algunos alumnos de 3º año, que pudieron solventarse el pasaje, rumbearon hacia diferentes destinos del interior de nuestro país.

Su objetivo era el de realizar una práctica rural de 4 días, la cual permitiría observar las particulares características de la educación en dichas zonas.

La experiencia fue inolvidable en todo sentido. Los maestros y los gurises nos recibieron, brindándonos todo de sí. Desde el primer momento la sencillez y solidaridad estuvieron presentes para con aquellos practicantes que poco y nada sabían del campo, de las vacas, víboras, tatú, mulitas, terneros y lagartos.

A medida que fueron pasando los días, comprobamos una vez más, la triste realidad en la que está inmersa toda la Enseñanza Pública. Estas escuelitas con población que van desde 7 alumnos hasta 230, desperdigadas por la campaña del Uruguay, cumplen la función heroica de desparramar la educación a aquellos niños que habitan esos parajes de nuestro país, tan olvidados por el gobierno. Los recursos con que cuentan los maestros, son sumamente escasos, apenas unos cuadernos, que en su mayoría no satisfacen a todo el alumnado, algunos lápices y el $ 1,50 por chiquilín para el comedor. Dicho sea de paso, monto que en general no cubre todos los gastos alimenticios, y por ende la comunidad de la zona cumple un papel preponderante en la recolección de fondos y donaciones (ovejas, partes de vacas, etc.) que permiten a la cocinera cumplir con esa tarea fundamental de brindar un plato de comida a los chiquilines. Cocinera que también recibe un sueldo de la Comisión Fomento (saquen conclusiones).

No obstante la hora del almuerzo iba acompañada de risas y chistes con esos botijas que aún no están contaminados de tantos vicios consumistas urbanos mostrándose la consiguiente ausencia de los "Power Ranger" y algún otro superhéroe de la pantalla chica capitalina.

Entre barro, charqueadas, lagunas y caballos, compartiendo caminatas, mates y moñitas con túnica, con algún vecino dispuesto a contar historias y cuentos de campaña, verificamos la ignorancia ilustra de Rama al pretender cerrar las escuelas rurales y concentrar a esos alumnos en escuelas nucleadoras. Conversación tras conversación, desde Inspectores, pasando por diversos unidocentes y Directores, obtuvimos la misma respuesta: "ESTÁ LOCO ESTE HOMBRE". Y si, no hay otra respuesta, ya que nadie que conozca la campaña puede pretender meter un ómnibus, para recorrer el campo a través de los caminos vecinales que están lejos de ser autopistas, para recoger a los niños desde lugares tan distantes.

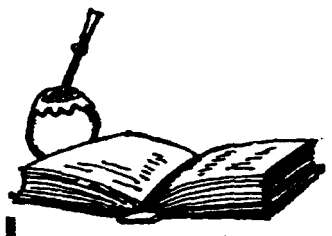
¿Las autoridades del CODICEN, habrán recorrido el Interior alguna vez o esa idea LABORATORIO formidable se habrá gestado en un escritorio con 4 o 5 tecnócratas, que les importa poco y nada la educación de la gente del Interior y del país?

La cuestión es que esta reforma educativa, todo en su conjunto, también en los rinconcitos más escondidos hace agua. Según palabras de un paisano "está bichada".

Pero esta maravillosa experiencia que por cierto no termina acá, porque quedaron pendientes montones de nuevos encuentros con maestros, amigos y vecinos de esas escuelas, se verá aún más rica, cuando ahora, a mediados de noviembre, realicemos el ENCUENTRO DE ESTUDIANTES MAGISTERIALES A NIVEL NACIONAL, donde, por supuesto, retomaremos lo vivido en esos días increíbles. Aún cuando la Directora del IINN Susana Balay, no haya escuchado a los estudiantes para que la práctica fuese más extensa y se cubrieran por parte del CODICEN los pasajes para que todo el estudiantado de 3º año concurriera a la misma, podemos reafirmar todos que los lazos con el Interior están latentes, y la lucha por defender a la Escuela Pública, es una sola.

"Hay un rincón de mi patria
que es para todos igual
su bandera azul y blanca
es mi escuelita rural"

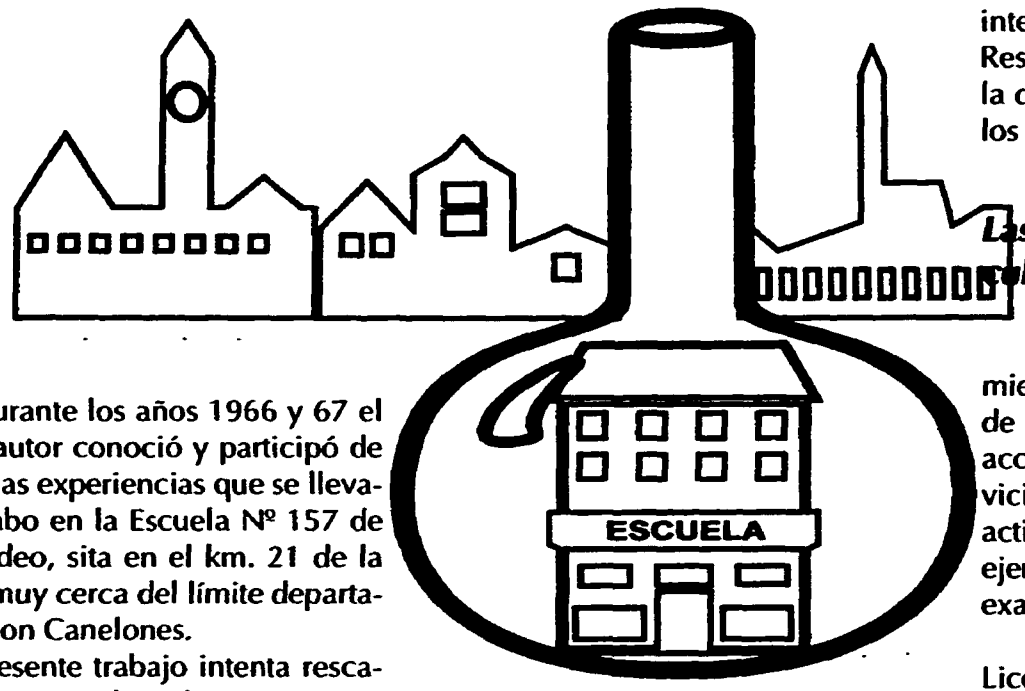
009
9714569



LOS NUESTROS

LA UNIDAD ESCOLAR
UNA EXPERIENCIA DE DESARROLLO DE

En esta oportunidad, esta sección reflejará los aportes de una experiencia que fue esencialmente una construcción colectiva: VILLA GARCIA. Dejamos para próximos números un bosquejo de la pedagogía práctica y teórica de su dinamizador, el Maestro José Pedro Martínez Matonte. Hoy presentamos un artículo aparecido en 1995 en la Revista "Quehacer Educativo", elaborado por el Maestro Licenciado Emilio Marenales (a quien mucho agradecemos su autorización para reproducir este artículo).



Durante los años 1966 y 67 el autor conoció y participó de las experiencias que se llevaban a cabo en la Escuela Nº 157 de Montevideo, sita en el km. 21 de la Ruta 8, muy cerca del límite departamental con Canelones.

El presente trabajo intenta rescatar, analizar y valorar la experiencia, única en el país, que representó la Unidad Escolar Cooperaria de Villa García.

Como fuente -además de las vivencias personales-, nos hemos valido de diferentes impresos que recogen conferencias del orientador de la experiencia, sobre las bases teóricas y las realizaciones logradas en la aplicación práctica de la misma.

También hemos consultado los números que poseemos del periódico escolar "Crisol", órgano de divulgación que circulaba entre el vecindario, el equipo docente y los colaboradores técnicos. La edición estaba supervisada por un equipo de maestros y vecinos. En él se divulgaban elementos teóricos y realizaciones concretas de la experiencia.

Estos materiales, conservados con celo por el autor de este artículo, constituyen verdaderas reliquias por la reducida divulgación que tuvieron y el carácter perecedero de su edición.

EL CONTEXTO HISTORICO Y SOCIAL

El orientador de la experiencia

José Pedro Martínez Matonte era maestro egresado del Instituto Normal, posteriormente realizó estudios de Educación Física y de Arte.

Luego de su actuación en el interior, en escuelas rurales, se hace cargo de la dirección de la Escuela de Villa García en los primeros años de la década del '50. Actúa como profesor de Enseñanza Secundaria en el liceo de Pando, cercano a su escuela, entre mediados de las décadas del '50 y del '60.

Era un educador esencialmente práctico, no conociéndosele producción escrita de ninguna especie, salvo la transcripción de sus charlas y conferencias. Los artículos del periódico, si bien no se puede determinar su autor, es claro que responden a la inspiración intelectual suya en muchos casos. Restituído a su cargo en 1986, volvió a la dirección de su escuela, falleció a los pocos años de su reintegro.

Las circunstancias políticas y culturales

La experiencia de Villa García comienza como tal en los primeros años de la década del '60, al ampliarse la acción de la escuela con algunos servicios tales como la policlínica y con actividades periescolares, como por ejemplo, la formación de grupos de exalumnos.

En 1966 se inicia la actividad de un Liceo Popular y en 1968 se proyectan las bases y programas para una acción educativa integral a través de lo que se llamó "Unidad Escolar Cooperaria".

La experiencia termina por razones políticas al intervenir las autoridades del régimen militar, aduciendo la existencia de relaciones entre la escuela y la sedición, habiendo sido encarcelado el director y algunos de sus colaboradores.

Las circunstancias históricas que rodean esta experiencia educativa, corresponden completamente al desarrollo del proceso crítico que azotó al país a partir de la segunda mitad de la época del '50.

Las instancias fundamentales de la experiencia corresponden a la agudización de la crisis económica y social, entre 1965 y 1973, con el recrudecimiento de la violencia y la sedición, que culmina con la declaración del "estado de guerra interno" en 1972 y

9714569

COOPERARIA DE VILLA GARCIA

ESCUELA ASISTENCIAL Y COMUNIDADES

LOS NUESTROS

la irrupción del régimen militar en nuestra escena política.

El proceso de descomposición del sistema educativo en general, se caracteriza en ese período por violentos disturbios estudiantiles y de los gremios docentes, que culminaron en la paralización de la enseñanza media, en 1969 y 71, las irregularidades en la administración universitaria y la huelga en contra de la ley 14.101 a fines de 1972. Los enfrentamientos de los sectores populares y progresistas de la enseñanza con las autoridades nacionales se hacen cada vez más violentos, determinando la intervención, en 1973, de la Universidad y en 1975 del CONAE.

Análisis teórico crítico

La experiencia de Villa García, si nos atenemos a la exposición que hace su creador y orientador, no fue una experiencia planificada a priori como un intento de desarrollo de comunidades a través de la creación de una escuela asistencial y de un plan de educación integral.

Fue un proceso que creció a partir de la imposición de las condiciones socioeconómicas como determinante de los resultados de la acción educativa, y a través de una línea conductora de un particular ideal antropológico y sus consecuencias sociopolíticas.

De esta manera se fue plasmando la obra a medida que se iban ajustando los fundamentos teóricos de la misma y viceversa.

La exposición completa y sistemática de la bases teóricas de la experiencia es tarea compleja de realizar, no sólo por el proceso de elaboración que sufría constantemente, sino porque los materiales para estudiarla son muy escasos y nada sistemáticos. Por otra parte, por haber sido una experiencia muy controvertida por las derivaciones políticas que tuvo, hay versiones sumamente contradictorias, tanto en su versión como en su valoración.

Intentaremos señalar algunos aspectos teóricos que consideramos importantes.

La creación y la cooperación como fundamento de ideal antropológico del hombre libre.

Según los conceptos del director, la dinámica histórica y cultural reside en la interacción del hombre y el "paisaje" (el medio en que se haya inmerso y que lo determina). La creación modifica el paisaje y esta modificación es la que determina el cambio histórico. La cultura es la interacción del hombre ubicado en la geografía y en la historia. La creación ejerce una función liberadora. Es, por lo tanto, el instrumento para lograr el "hombre libre" que se busca y la creación se logra por medio de la educación: es esta la que posibilita que el hombre cree y produzca.

El otro factor es la cooperación. Esta se encuentra presente en el principio de solidaridad entre los hombre, en la acción conjunta de los hombres para lograr un objetivo y en el cooperativismo como sistema económico. El último concepto se une con el del producción, que es una de las formas de creación.

La aplicación de estos principios teóricos tendrá sus consecuencias políticas y educativas. En el terreno político se definirá por un socialismo cooperativista cuyo ideal es el hombre libre, pero no guiado hacia el individualismo, sino cooperando libremente en una comunidad.

El director reconoce un papel clasista a la educación, indicando que nuestro sistema educativo determina que sólo una élite pueda llegar a la educación superior, creando sí una minoría intelectual ilustrada y una mayoría a la que no alcanzan los beneficios educativos. La posibilidad de acceder a la minoría intelectual está condicionada por el éxito en el aprendizaje y esto está determinado por las condiciones socioeconómicas. De esta manera, la educación superior recicla hacia la clase económicamente poderosa, en tanto que la deserción, la repetición y las dificultades de aprendizaje reciclan hacia la clase dominada.

El rol de la educación, según la solución planteada por el director, deriva hacia una escuela de tipo asistencial dinámica, conducida por la comunidad y con objetivos de educación integral, intentando el mejoramiento social y cultural de la misma, llevándola a romper el esquema de dominio. La escuela planteada es la "Unidad escolar cooperaria"

La escuela popular como obra comunitaria colectiva

La escuela que deriva de la aplicación de los postulados teóricos analizados, es una escuela de la comunidad y para la comunidad. Va a tener ciertas características particulares que la distinguen netamente de la escuela tradicional.

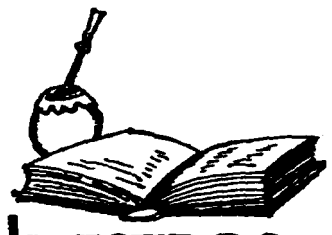
a) La conducción de la obra educativa se realiza por la comunidad y sus órganos. Es un equipo el que conduce la UEC, diluyéndose la dirección como autoridad clásica escolar. El equipo conductor está integrado por técnicos, pero es fundamental la participación de los representantes de la comunidad, es decir, los no técnicos.

b) Lo anterior lleva al concepto de escuela-equipo y de escuela-cooperativa. Se elimina el individualismo y se pasa a jerarquizar la formación de equipos en todas las funciones. No hay autoridades individuales, sino delegados o representantes de grupos comunitarios o técnicos que intervienen en la obra.

c) La conducción de la obra educativa por la comunidad, lleva también a la integración de la familia y la comunidad en la obra escolar. Esto requiere una organización comunitaria en que

11 11

9714569



LOS NUESTROS

la base o centro es la escuela asistencial, desde donde se realiza la obra educativa integral para toda la comunidad.

d) Este tipo de organización lleva a la concepción particular de un docente totalmente diferente al docente "técnico-educativo" tradicional. El maestro de la escuela cooperaria no es sólo un técnico-docente, sino que se convierte además en un promotor social y en una célula de la comunidad para la que trabaja en pie de igualdad. Su comprensión de la docencia como tema vital y no como un tema meramente profesional, es su característica más saliente.

Su trabajo se realiza, no individualmente, sino a través del equipo.

La escuela cooperaria como escuela asistencial y centro de desarrollo comunitario.

La escuela asistencial, como centro de la obra educativa de la comunidad, tiene sus características particulares que la distinguen de la escuela tradicional, pero también de otros tipos más ortodóxox de escuela asistencial.

a) La concepción de la educación como obra inacabada y la idea de que la escuela está al servicio de la comunidad, lleva a la "escuela de tiempo completo", es decir, a la permanencia de la escuela en el medio, sin restricciones horarias ni vacacionales.

b) Las mismas concepciones, agregadas a los postulados de integración del medio y la escuela, especialmente llevando el medio a la escuela (y no solamente la escuela al medio, como generalmente ocurre en las escuelas de tipo asistencial), lleval al concepto de "escuela abierta", que se complementa con el concepto anterior.

c) El reconocimiento de la interdependencia de las condiciones socioeconómicas y la educación, llevan a postular el conocimiento permanente de las condiciones socioeconómicas del medio y al estudio de sus necesidades por parte de la escuela.

d) El factor producción es un elemento imprescindible en el trabajo educativo. Es lo que permite la vigencia del sistema cooperario y permitirá a la escuela integrarse en el proceso económico de la comunidad. La UEC es una "escuela del trabajo".

VALORACION HISTORICA Y PEDAGOGICA

Aunque el trabajo de investigación profundo y completo está aún por hacerse, pueden extraerse a la luz de las consideraciones analizadas algunas conclusiones primarias:

1) Las bases teóricas de corte populista y los logros concretos de la experiencia, concitaron la adhesión de la comunidad que participó activamente en la misma.

2) Los elementos teórico señalados en nuestro análisis muestran una experiencia que adelanta posturas más modernas, como por ejemplo las planteadas por Freire (en el '70) y por Saviani (en el '80).

3) Se debe reconocer la experiencia llevada a cabo en Villa García, como única en nuestro país y pionera en otras similares en Latinoamérica.

4) Desde el punto de vista doctrinario la experiencia recoge bases teóricas de diversa índole, dándoles un toque particular, adecuado al medio en el que se desarrolló. Es una escuela sin barreras donde toda idea es respetada y discutida cuidadosamente para integrarla si resulta fructífera para la comunidad.

5) Debido a las agudas controversias ideológicas que desató la experiencia, la misma fue abortada -situación similar al Núcleo Experimental de la Mina- sin dejar una evaluación de la misma e impidiendo la difusión de la experiencia a otras escuelas del país.

6) La experiencia se encuadra en una postura sociopolítica que rompe con la sociedad de masas y con la democracia tradicional de signo liberal, para encaminarse a posturas profundamente revolucionarias.

Emilio Marenales
Maestro Licenciado en Ciencias de la Educación
Ex Profesor de los IFD
Docente Universitario

LA FUM EN LA «XX» FERIA INTERNACIONAL DEL LIBRO

En el marco de la más importante muestra bibliográfica de nuestro país, se hará la presentación del libro: FLORES DE VIENTO – LA LECTORA IMPERTINENTE Y OTROS CUENTOS INFANTILES, coeditado por la Federación Uruguaya de Magisterio y Ediciones de la Banda Oriental.

Durante el mes de noviembre del 6 al 23, en el predio del LATU, se realizará la "XX^{a} FERIA INTERNACIONAL DEL LIBRO". En esta ocasión, la FUM, junto a la más acreditadas editoriales nacionales e internacionales, estará participando activamente de una de las actividades culturales de más alto nivel de nuestro país.

Acorde a la jerarquía del este acontecimiento, la presentación irá acompañada de un espectáculo artístico a cargo de POLIZON TEATRO, que a través de su reconocida trayectoria por su original propuesta, garantizan el deleite de chicos y grandes con sus zancos y juegos interactivos, para lo cual están todos invitados: nuestro lectores y sus familias.

LOS ESPERAMOS:
DOMINGO 23 DE NOVIEMBRE, 18 HORAS, EN EL LATU

012
9714569

VIOLENCIA HOY

La violencia convive con nosotros. Está siendo parte de nuestras vidas. Constituye una realidad que aprisiona al Maestro día a día en el aula. De hechos o de palabras el protagonista más indefenso es el niño, mientras el Maestro ve crecer su impotencia y su desesperanza.

Algunos hemos encontrado fuerzas para cobijarnos y reaccionando nos "dimos" un espacio, utilizando los recursos humanos más cercanos: los que nos proporcionó, desde el CCZ Nº 9, la Policlínica de Punta de Rieles.

Un excelente equipo técnico y ejemplarmente humano, nos brindó su apoyo. Desde ellos y con ellos se trató el tema Violencia y Adicción, en modalidad de Talleres para los Maestros que quisieron o pudiron ir representando las escuelas del Zonal y adyascencias.

La coordinación de sus técnicos con ONG "Encare" y "Mujer Ahora" le dieron profundidad a la temática. La experiencia fue sintetizada por algunos participantes. Publicamos en este número una de las vivencias. En lo personal y creo que es el sentir de quienes asistimos, habilitar espacios como éstos nos oxigena, nos ayuda a percibir esa misma violencia desde otros lugares: desde el niño, desde la óptica del médico que lo atiende, desde la psiquiatra, desde los otros maestros, y nos hizo compartir angustias, sentirnos menos solos frente a esta problemática, de la cual no somos responsables, perosí protagonistas directos.

Todavía quedamos unos cuantos que confiamos en el potencial que tiene lo Humano y que pensamos que buscar cada vez más, puntos de encuentro, nos enriquece a todos.

Alicia, Graciela, Francisco, a todos Gracias; a los técnicos por "su tiempo", el que con afecto compartimos.-

María Ema Alba.

VIOLENCIA Y ADICCION

Antes de hablar de adicciones, debemos dejar en claro que la palabra ***adicción*** proviene del latín ***adictum*** y significa ***"lo no dicho"***.

Adicto es aquella persona que ante la posibilidad de elegir una sustancia o algo importante para él o su familia, elige siempre la sustancia.

Debemos distinguir entre sustancias o drogas legales o ilegales.

Dentro de las sustancias "legales" tenemos: tabaco, alcohol, psicofármacos.

Dentro de la sustancias "ilegales", las más comunes en nuestro país son: la marihuana (cáñamo de la India), cocaína (alcaloide derivado de la hoja de coca que se obtiene mediante un proceso químico y los inhalantes (pegamentos).

En nuestro país, entre el 4 y el 6 % de todos los consumidores de sustancias ilegales, son adictos. A nivel mundial esta cifra es del 8 %. En cuanto al consumo de drogas legales, estas cifras se incrementan notoriamente. En el Uruguay existe mayor índice de consumo de alcohol entre los 15 y los 20 años (más del 60%), lo que no quiere decir que ese 60% sea adicto, se puede consumir sin tener adicción.

Uruguay es el primer país de América en consumo de sustancias tranquilizantes, como lo son los psicofármacos, y magisterio en el sector laboral que más consume sustancia de este tipo y el que tiene mayor cantidad de licencias psiquiátricas.

Existen algunos "mitos" en cuanto al consumo de sustancias tóxicas:

1.- Se piensa que el problema serio o grave está en las sustancias ilegales y ésto no es así. La mayores causas de muerte en Uruguay son: enfermedadees cardiovasculares (ligados al consumo de alcohol y tabaco, sedentarismo y alimentación inadecuada), cáncer (ligada al tabaco y falta de control para algunos tipos de cáncer) y accidentes (ligado en un alto porcentaje al abuso de alcohol).

2.- Al hablar de drogas, se habla en general sobre la "adicción" y no del "consumo", se puede consumir sin ser adicto.

3.- Se habla o se asocia: DROGA - JOVEN - VIOLENCIA, sin embargo los mayores índices de consumo de sustancias ilegales están en lo adultos. Los índices de mayor violencia se dan entre los consumidores de sustancias legales como por ejemplo el alcohol.

4.- Asociar CONSUMIDOR - DROGA - DELINCUENTE es un error. El consumidor no siempre es un delincuente. En el rubro empresarial es donde se encuentra el mayor consumo de sustancias como la cocaína y sin embargo a nadie se le ocurrre llamarlos "delincuentes" ni tampoco "drogadictos". La sociedad condena sobre todo a los adolescentes, sin tener en cuenta que ellos son producto de un sistema social, familiar y educativo que no siempre contempla las individualidades.

Se pueden experimentar 4 tipos de consumo:

1.- **Experimental.-** Es aquel consumo que se hace por curiosidad, para experimentar, para ver qué es. Se considera consumo experimental a aquel en el cual el individuo toma contacto con la sustancia entre 6 y 8 veces.

2.- **Ocasional.-** El individuo consume en ocasiones o para determinadas ocasiones, pero no va más allá, no hace otras cosas para poder consumir. Puede estar una vida entera es esta situación. Esta tipo de consumidores representan el 60 % de todos los que consumen.

3.- **Habitual.-** Se instala un vínculo distinto entre el individuo y la sustancia. El sujeto busca la ocasión. Es un hábito, pero puede hacer cortes en el consumo sin que ello lo altere. Un ejemplo es aquella persona que tiene el hábito de tomar un vaso de vino con el almuerzo en su casa, pero si un día almuerza en otro lugar y no tiene vino, ésto no lo desequilibria.

4.- **Adicciones.-** No se relacionan con la cantidad de sustancia que se consume, tiene que ver con el vínculo entre el sujeto y la sustancia. Ese vínculo está presente es decisiones vitales, se prioriza siempre la sustancia.

Debemos aclarar que un consumidor puede permanecer toda la vida en la etapa de consumo ocasional o habitual, sin pasar a las demás. Lo que sí es seguro es que todo adicto a cualquier sustancia, tuvo que pasar forzosamente por la etapas previas. Cualquier individuo, desde su primer contacto con una sustancia legal o ilegal, se encuentra en situación de riesgo, puesto que la mayoría de estas sustancias contienen alcaloides cuyo uso debe ser cuidadoso porque muchos de ellos pueden producir adicción en la persona que los consume.

Hemos transcripto algunas definiciones y conceptos vertidos en la reunión realizada en la Escuela de Punta de Rieles en el mes de Agosto de 1997 por un equipo de técnicos (Pediatra, Psiquiatra, Psicólogo, Asistente Social y trabajadores de la Salud en general que también participaron de esta jornada organizada por la Policlínica dependiente de la I.M.M.) y de maestros.

Esperamos que el material les sea de utilidad

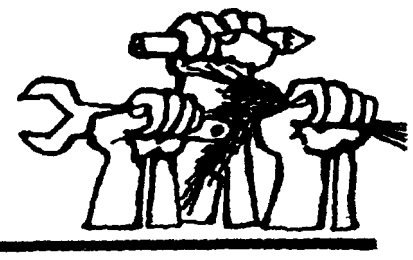
GRUPO DE MAESTRAS DE "VILLA GARCIA" ASISTENTES A LAS CHARLAS.

13
13

9714569

ADEMU
Montevideo

NOVIEMBRE 1997, número 49



PARA SER SOLIDARIOS NOS INFORMAMOS

HASTA PARECE UN PARTE DE GUERRA

Como punto de referencia para estos datos nos ubicamos en octubre del 93 a un par de meses de finalizada la huelga de casi 3 meses en la construcción, hasta octubre del 97, y podemos decir que durante esos 4 años hemos transitado un camino muy doloroso en cuanto a los accidentes en nuestro gremio con más de medio centenar de muertos, 52 en concreto y ni que hablar de la inmensa cantidad de otros accidentes que ocurren cada día y que muchos de ellos también hay que considerarlos graves ya que muchos trabajadores son mutilados y algunos quedan incapacitados para poder cumplir con esa tarea que es construir para los demás, cuando muchas veces el está «viviendo o más bien sobreviviendo» en las peores situaciones, con poco para comer y sin vivienda digna: y nos podemos preguntar cuales son las causas.

El SUNCA constantemente está planteando estas causas con datos y denuncias muy concretas. En alguna oportunidad se quiso hacer aparecer por parte de algunas empresa o el Banco de Seguros que la causa era el alcoholismo. El SUNCA ha demostrado que las causas son otras y no esa: un ejemplo claro es que en la mayoría de las obras donde ocurren los accidentes no existe organización sindical y sí existe una presión tremenda sobre los trabajadores para que desarrollen las tareas bajo cualquier condición de trabajo. En la mayoría de las obras donde falta la organización sindical es porque atrás del intento organizativo aparece la represión antisindical; para muchos trabajadores es difícil luego de haber trillado mucho en busca de un puesto de trabajo pensar en plantear la organización y en algunos casos ni siquiera reclaman los elementos de seguridad porque muchas veces termina corrido de la obra. Entonces se arriesga y trabaja como sea y «ahí la queda» y paga con la vida el no haber enfrentado una posible represión por parte de la empresa.

Aquí aparece un par de causas claras: problemas para conseguir trabajo y represión antisindical, otra causa lógica es la propia situación económica que vivimos los trabajadores al no alcanzar el salario se bucan otras formas para elevar el mismo, para sobrevivir un poco mejor: ejemplo «destajo», «trabajo por tarea terminada», «changas», horas extras, etc. Todo esto lleva también a que el obrero trabaje bajo una continua presión, cansancio físico y mental y esto muchas veces no se tiene en cuenta al momento de analizar el motivo del accidente y es más fácil para algunos decir «se cayó porque estaba borracho».

El SUNCA no sólo ha denunciado permanentemente esta cuestión de los accidentes sino que también ha propuesto soluciones.

Participamos durante años en la tripartita, Cámara - SUNCA y MTSS, de donde surge el Decreto 89/95 en cuanto ala normativa de Seguridad e higiene, Decreto que en algunas oportunidades es desconocido por algunas empresas ya que no lo aplican poniendo en riesgo la vida de sus trabajadores.

Hemos conquistado mediante nuestra lucha otro Decreto, el del 14 de febrero de 1995, donde se crea la figura del Delegado de Seguridad en Obra: seguimos insistiendo en la ratificación del Art. 167 de la OIT. Hoy ya votado en Diputados pero aún no en el Senado.

Dentro de los anteproyectos presentados por el SUNCA en el Parlamento hay uno que es fundamental que es el de la Reducción de la Jornada Laboral a 44 horas semanales, sin que esto signifique una rebaja en nuestro salario: seguimos junto a nuestra Central planteando Ley de Fuero Sindical.

Pero para nosotros una cuestión está muy clara, dependerá del grado de organización que exista a nivel general y en cada centro de trabajo el que se respeten nuestros derechos a la vez que avanzamos hacia nuevas conquistas ya que las patronales están esperando un descuido nuestro para «borrar con el codo lo que han firmado con la mano». De ahí que planteamos seguir en pie de lucha contra los que reprimen, contra los que deben cumplir y no cumplen poniendo en riesgo la vida de los que verdaderamente construimos porque no queremos aparecer en la prensa haciendo una nota como si fuera un parte de guerra con tantos muertos y tantos heridos.

Seguiremos en pie de lucha por el derecho a la vida digna.

Faustino Rodríguez
Secretario de Conflictos del SUNCA

DE CONAPROLE Y SU CONFLICTO

Un conflicto que ha hecho correr ríos de tinta y generado mucha polémica, es el de CONAPROLE.

El gremio de los trabajadores de la mayor empresa láctea del país, lleva adelante una lucha cuyo eje principal es el reclamo salarial.

A este conflicto de los obreros, se opuso una férrea intransigencia del Directorio (patronal).

Este ha promovido una campaña entre los productores, tendiente a enfrentarlos contra los trabajadores, aduciendo que el conflicto ha generado una grave crisis económica en la cooperativa. Por otro lado ha intentado cambiar el centro de la lucha obrera, cambiándola, de lo salarial, a una mera reivindicación de fueros sindicales.

El Directorio quiere hacer responsables a los trabajadores de la problemática económica por lo que atraviesan cientos de pequeños productores. Crisis a la que éstos se ven enfrentados por el poco rédito que reciben por colocar la leche que producen en la cooperativa.

Pero nada dicen de la burocratización administrativa que ellos fomentan dentro de la empresa, ni de los sueldos que mandos medios y gerenciales cobran, con un promedio de $ 50.000 mensuales y más.

Por otra parte no dudamos que atrás de este conflicto está una conocida multinacional italiana de la leche, que busca apoderarse del mercado de lácteos del país, promoviendo la desaparición de CONAPROLE.

014
14

9714569

1984 - 24 de octubre - 1997

POR LOS GREMIOS

AFUPRIM, 13 AÑOS DE LUCHAS Y ESPERANZAS COMPARTIDAS

El 24 de octubre de 1984 se fundó la Asociaciónd de Funcionarios de Primaria (A.FU.PRIM), cuando todavía transcurría la Dictadura Militar, tiene sus raíces en dos Asociaciones, una que nucleaba funcionarios administrativos y otra que nucleaba auxiliares de servicio y funcionarios de mantenimiento.

AFUPRIM surge entonces como un proyecto integrador del conjunto de los funcionarios no Docentes, ya sea administrativos, auxiliares, especializados, de oficios, etc., y reconoce como antecedentes muy valiosos los representados por ambas asociaciones.

Nuestra Asociación es afiliada a la Federación Uruguaya de Magisterio - Trabajadores de Educación Primaria (FUMTEP) y a través de esta al PIT-CNT.

Su consigna principal fue y es la lucha por la Dignidad del Funcionario No Docente.

Su plataforma actual insiste en que se adecue y se cumpla luego con la normativa para ingresos y ascensos en el Organismo, se incentive al máximo la formación de los trabajadores, se estudie la factibilidad de otorgar horas extra al personal auxiliar, que las compensaciones y/o diferencias de sueldos por funciones superiores a las comprendidas en los perfiles de cargo, se basen en los ordenamientos resultantes de los Concursos, que el conjunto del funcionariado perciba extensión horaria, que se estructure un Escalafón propio para las ayudantes de Educación Inicial y Especial (en razón de las características específicas de la función), que se proceda al llenado de las vacantes auxiliares que son más de 400.

En lo presupuestal compartimos la plataforma de la CSEU:

- $ 4.000 PARA EL DOCENTE DE 1º GRADO Y PARA EL GRADO 1/3 DE LOS ESCALAFONES NO DOCENTES.
- Convenio Salarial para alcanzar la media canasta básica familiar en el quinquenio.
- Cuota mutual íntegra.
- Reasignación de la partida de presentismo a aumento salarial.
- Creación de cargos, construcción de locales, llenado de vacantes NO DOCENTES.

Entonces reafirmamos que en estos 13 años se ha trabajado en pos de lograr nuestras reivindicaciones, de lograr conquistas para el colectivo, teniendi claro que mucho resta por hacer y en el entendido de tener compromisos y esperanzas compartidas y seguir luchando por nuestra dignidad.

Queremos aprovechar este espacio para saludar a los compañeros fundadores de nuestro gremio y a todos los que le han dado continuidad y agradecer a los compañeros de ADEMU-MONTEVIDEO por brindarnos esta oportunidad que mucho valoramos.

EL BOLETIN

PUBLICACION OFICIAL DE LA ASOC. DE MAESTROS DE MONTEVIDEO

Julio - 1988

DE LO NUESTRO TODO

FUM (FEP) CSEU FEI-CIA

"Tenemos que defender al pueblo desde el derecho de tener un lenguaje, hasta el derecho de vivir, de comer, de vestir, de llorar y de amar."

Paulo Freire 24/5/89 Casa del Maestro

"EL BOLETIN": EL PORQUÉ DE UN NOMBRE

Y la respuesta es muy simple; hay que respetar las raíces. Y nuestras raíces como ADEMU-MONTEVIDEO se remontan a los años 80 y pico, cuando la forja de nuestro gremio concitaba tantas expectativas, sueños y esperanzas. Y es por esa historia que nos llama y que nos mueve, que a partir de este número nuestro querido periódico se volverá a llamar "EL BOLETIN".

015

9714569

Ademu Montevideo
Asociación de Maestros
FUM (TEP) CSEU PIT-CNT

SOCIO Nº .....

..... **DE 199** .....

Sr. Presidente de ADEMU
Presente

El que suscribe ..... solicita por la presente se le admita como socio de ADEMU, declarando asimismo conocer su Estatuto.

Atte.: (Firma) .....

Presentado por: .....

La Comisión Directiva resuelve aceptar como socio a:

.....

....
Fecha Firma del Presidente

FICHA PERSONAL

Nombre .....

Apellidos .....

Domicilio ..... Tel. .....

Ordinal ..... Ficha de cobro .....

C.I. ..... C.C. ..... Fecha Nac. .....

Año en que se recibió: ..... Lugar de trabajo: 199 ..... Escuela Nº .....

Privado: .....

ADEMU - MONTEVIDEO

El que suscribe .....

C.I. ..... C.C. ..... Ficha de cobro Primaria .....

Ordinal ..... Escalafón .....

Autorizo a la División Hacienda a retener de mis haberes el importe de mi cuota social, el cual será el que fije la Asociación de Maestros del Uruguay (ADEMU - Montevideo). Dejo constancia que dicho aporte será retenido en forma mensual y en todos los casos pagos se computarán en favor de la Asociación de Maestros del Uruguay (ADEMU - Montevideo).

Firma: .....

Dejo constancia que el día ..... presentó solicitud de afiliación .....

.....

Presentado por .....

HOSPITAL DE CLINICAS

En Casa del Maestro tenemos papeletas para firmar solicitando que el Estado cumpla con el aporte obligatorio y liquide las deudas que mantiene con la Universidad de la República que es la que solventa los gastos del Hospital de Clínicas.

Quien desee firmar, puede hacerlo entre las 16 y las 21 hs.

OBRA MORQUIO

Luego de la muestra realizada por las Escuelas Especiales en el hall de Primaria, donde se expusieron los trabajos realizados por los niños y jóvenes discapacitados de nuestras Escuelas (zapatería, encuadernación, carpintería, joyería artesanal, cerámica, costura, repostería, etc.), los compañeros de la Obra Morquio nos hicieron llegar una invitación para la VENTA ECONOMICA que realizarán en la propia Escuela (Chapicuy 3756-3780) los días 4, 5 y 6 de noviembre entre las 9 y las 12 horas.

"FUTBOL 5"

Nuevamente ha habido presentaciones del ya famoso "Pudremedias Magisterio F.C.". En la primera oportunidad,vencieron a un equipo de Malvín Norte en cifras de 22 a 7.

En el otro partido disputado recientemente, mantuvieron su invicto anual derrotando al campeón de la ciudad de Suárez (Canelones9 "La Estrella" por 9 a 7; cabe destacar que en dicho partido, los "Pudremedias" remontaron un score adverso de 0 – 4 en contra.

Como diría el "Toto" Da Silveira: "estos muchachos van a más, y piden a gritos un lugar en la "celeste".

El sábado 7, se vuelven a presentar a las 22 horas en la cancha del km 15 de Con.. Maldonado, enfrentando a las estaciones de Ancap. Cabe acotar que el CEM declinó por dos veces enfrentar a los "Pudremedias", y A.FU.PRIM. todavía no contestó. El que sí contestó fue Luisito Garibaldi, que está armando otro equipo magisterial para enfrentarse al "decano invicto".

016

9714569

HOROSCOPO MAGISTERIAL

ARIES.- Los astros (o sea el CODICEN) dicen que disculpes, que ellos no tienen nada que ver con la Rendición de Cuentas con 0 % de aumento. Pero tú, ariano/a, sabes que los astros no dicen siempre la verdad. Estamos haciendo gestiones para modificar el ícono del signo: el del carnero lo vamos a dejar para los que no voten el año que viene un aumentito en el Parlamento ("carnerus saudiodipusaurios").

TAURO.- ¡Marchaste! Primaria te amenazará: si no presenta cientos de formas, declaraciones juradas, y otras yerbas, te descontará tus sueldos del doble turno. Lamento esta predicción, pero la misión del astrólogo es sagrada. Lo nuestro es una ciencia (ficción).

GEMINIS.- Tus sueños de que todas las escuelas sean como el Centro de Capacitación de la calle Asilo, lamentamos decirte que no se harán realidad. Por lo menos, no en el próximo milenio.

CANCER.- Planificá unas buenas fiestas navideñas con tu medio aguinaldo. Total .... ¡siempre habrá tiempo para despertarse!

LEO.- Cuidate en el paseo de fin de año, usá "factor 20" (por lo menos) y no comas cualquier pizza. El chofer del ómnibus se tirará un "lance" contigo, pero no agarres viaje: ya lo hizo antes con 15 colegas.

VIRGO.- ¡ Estás de suerte! Serás sorteado/a para las Cabañas del Magisterio. Allí conocerás a tu futura pareja y llegarán entre los dos (doble turno mediante), ¡¡¡ a la media canasta familiar !!! Nuestras más sinceras felicitaciones.

LIBRA.- ¡ Te salió la licencia psiquiátrica ! Una junta médica ha decidido que estás media rayada. No te preocupes, tu carta astral asegura que volverás a tu triple empleo ya "curada".

ESCORPIO.- Brillante período en lo administrativo. Todo el papeleo de fin de año lo resolverás en 3 horas y sin errores, ordenarás la biblioteca en 10 minutos, y te dará el rollo para hacer inscripciones. Te eficiencia sin par, dejará boquiabierto a todo el mundo.

SAGITARIO.- Buenas nuevas para ti en el cuadrante donde se cruzan Urano con Mengano (nuevo planeta llamado así en honor a los anónimos legisladores que se votan aumentos a sí mismos, pero no a los maestros). Te saldrá la garantía para el alquiler. Ahora solo falta saber si podrás pagarlo. Y eso, ni los astros lo saben.

CAPRICORNIO.- En tu futuro se ve una constelación que marca que comenzarás una nueva dicta: la del MECAEP. La misma consistirá en una exquisita bandeja con tres granos de choclo, ½ chaucha, 2 croquetitas liliputienses, y 4 grisines de 2 cm c/u (la sal la llevarás tú), como postre un delicioso café con edulcorante, no sea cosa que engordes mientras vas a los cursos. ¡Esta es una nueva versión de la Magisterio Diet, tan conocida por ustedes, sufridos lectores de este horóscopo!

ACUARIO.- Perspectivas laborales notables para 1998: de las 20 carpetas que distribuiste por los colegios de la zona, ya te contestaron en uno (cobrarás menos que en Primaria, pero tu espíritu se elevará ya que tendrás también que dar catequesis...)

PISCIS.- Buena etapa en lo económico: llegarás a fin de mes, y te sacarán del "Clearing". En lo familiar, la hecatombe, la debacle total : tu hija se apuntará en el Instituto Normal el año entrante.

SUMANDOS DE UN MISMO DESTINO - por JESS

—Ella es maestra y él, profesor de la Universidad...
—¿Casados?
—Sí, sobreviven juntos!...

«ÉPOCA» 1963

9714569

CAMPING DEL MAGISTERIO
JAUREGUIBERRY

La Federación Uruguaya de Magisterio está ampliando las obras en Jaureguiberry (Departamento de Canelones). El Camping cuenta ya con una batería de baños y se están construyendo 8 "bungalow-dormitorio" y un Salón Multiuso para usufructo de los acampantes.
Estas obras están previstas inaugurarlas los primeros días de diciembre.
Por reservas o mayor información llamar de lunes a viernes, de 18 a 21 hs a "Casa del Maestro" (901-3987)

COSTOS

$ 10 por día por acampante (Camping).
$ 60 por día el Bungalow-dormitorio (habitación única con 3 camas)

CABAÑAS BELLA VISTA
INSCRIPCIONES PARA EL SORTEO DE CABAÑAS: 97 - 98

Temporada Alta:
2da. quincena de diciembre, enero y febrero

1 - Cada afiliado al Sindicato puede elegir un período de 7 días entre el lunes y el domingo siguiente.
2 - Cada cabaña cuenta con 4 cuchetas, la ropa de cama la lleva cada uno.
3 - El costo de la cabaña es de $ 120.- por día (por cabaña) para maestros afiliados.
4 - En caso de ser favorecido, el socio deberá hacer la reserva dentro de las 48 horas siguientes a la comunicación.
5 - El pago se hará efectivo en la Administración del Sindicato.
6 - Si el socio no se presentara en el plazo estipulado, la FUM-TEP quedará facultada para otorgar la cabaña al socio suplente.
7 - Se deberá mandar las solicitudes de inscripción para la 2da. quincena de diciembre antes del 28 de noviembre. El sorteo correspondiente se hará el día 1/12/97.
8 - Las solicitudes correspondientes a la semana del 29/12/97 al 4/01/98 y a los meses de enero y febrero se recibirán hasta el 12 de diciembre. El sorteo correspondiente a es-tos meses se hará el día 15/12/97 (para todas las semanas).
9 - Las solicitudes tienen que venir a nombre de Graciela Cepulionis a Ca-sa del Maestro (Maldonado 1170).
Por cualquier consulta o solicitud para antes de la temporada alta, llamar a Casa del Maestro (Teléfono 91 39 87) de lunes a viernes de 18 a 21 horas.

Diciembre de 1997
A - 22/12 al 28/12
B - 29/12 al 4/1
Enero-Febrero 1998
C - 5/1 al 11/1
D - 12/1 al 18/1
E - 19/1 al 25/1
F - 26/1 al 1/2
G - 2/2 al 8/2
H - 9/2 al 15/2
I - 16/2 al 22/2
J - 23/2 al 1/3

Solicitud para las Cabañas de «Bella Vista»
Temporada 1997 - 1998

Inscripción para el sorteo _____

Nombre: _____

Teléfono: _____ Loc. y Depto: _____

Fecha elegida: _____

Dirección: _____

9714569

CARTELERA

FUM-TEP INFORMA:

SORTEO CORRESPONDIENTE AL 31/10/97

1° Premio:	N° 0827	FREEZER	SIN ACIERTO
2° Premio:	N° 8377	T.V. COLOR	Dasneth Sacramento Rivera Esc. N° 116
3° Premio:	N° 5425	LAVARROPA	Rosa Giménez Montevideo
4° Premio:	N° 0265	2 Pasajes a Florianópolis	SIN ACIERTO

PRÓXIMO SORTEO: 28/11/97 ¡MUCHA SUERTE!

CEUTA OFRECE

CURSO GRATUITO SOBRE
"HUERTA ORGANICA"

SE REALIZARÁ EN LA SEMANA DEL 9 AL 14 DE FEBRERO DE 1998

INFORMACIÓN EN LOS TELEFONOS: 901 40 04 Y 902 85 54 DE 14 A 18 HORAS

SECRETARIA DE SERVICIOS

Continúan los trámites para la obtención de la exoneración del PAGO DEL BOLETO en el transporte capitalino así como el pago del CARNÉ DE SALUD.-

Se ha solicitado una entrevista con el Intendente de Montevideo, Arq- Mariano Arana, a efectos de gestionar estas exoneraciones.

CONVENIO CON "SERVICIOS PSICOLÓGICOS"

SERPSY

A través de este convenio, que beneficia al afiliado y su núcleo familiar, se acerca la asistencia en salud mental (que no está cubierta a nivel público ni privado) con:
profesionales especializados en niños, adolescentes y adultos, psicodiagnósticos, orientación vocacional, psicoterapia individula , de parejas y familiar.

En los honorarios se realizarán importantes descuentos (40 %) sobre el arancel actual.

INFORMES Y SOLICITUD DE ENTREVISTAS: 402 23 32 y 215 45 62

COOPERATIVA DE VIVIENDA: COVIFUM II
REUNION - VIERNES 7 DE NOVIEMBRE - 18 HORAS

CIERRE DE LISTA Y REGULARIZACIÓN DE DATOS

ASPIRANTE:
- FOTOCOPIA DE LA CEDULA DE IDENTIDAD
- FOTOCOPIA DE CREDENCIAL CIVICA
- FOTOCOPIA DEL ULTIMO RECIBO DE SUELDO
- PROFESION, LUGAR DE TRABAJO
- ESTADO CIVIL, NUMERO DE HIJOS
- AVAL DEL SINDICATO DE BASE
- 1 UNIDAD REAJUSTABLE

LA LISTA DE ASPIRANTES A INTEGRAR COVIFUM II SE CIERRA EL DIA 10 DE NOVIEMBRE

9714569

Debemos Estar Alertas

Mantente en contacto con tu zonal, el «Casa de Maestro» y con los compañeros de tu escuela.
La situación de acá a fin de año amerita para evitar rumores y malos entendidos utilices todas las vías de comunicación a tu alcance.

NUEVO TELEFONO DE «CASA DEL MAESTRO»:

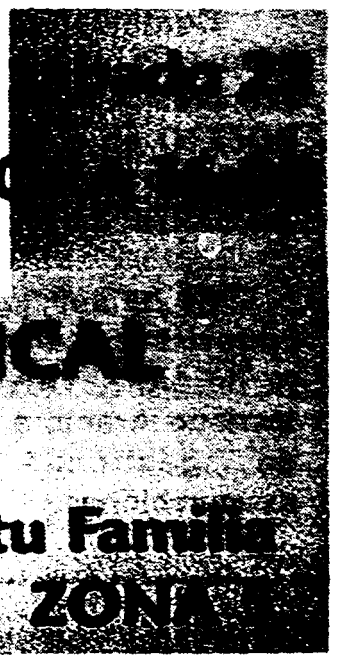
901 2540

«ARCILLA»

El programa de ADEMU - Montevideo

CX 36 CENTENARIO

MEGACONCIERTO POR LA ENSEÑANZA PUBLICA



Cno. Maldonado y Libia

MURGAS - ROCK - TROPICAL CANTO POPULAR

Concurre con tu Familia
Organiza: AdeMU - ZONAL

020/20

9714569

Asociación de Maestros
FUM (TEP) CSEU PIT-CNT

El Boletín

Porque la información es indispensable. Porque Todos debemos conocer Todo lo que sucede.
ADEMU Montevideo establece con este periódico un vínculo con el Magisterio montevideano.
Este periódico se financia con el aporte de los lectores, "a Voluntad".

Nº 50

PUBLICACION MENSUAL - DICIEMBRE - 1997

... la Mano con los Reajustes

DEROGAR LA CIRCULAR 72

Nueva Conquista de la Lucha de ADEMU

Actos de Clausura de Cursos También Días Hábiles

S U M A R I O

Gestiones Realizadas por ADEMU Frente al Fin de Cursos, el Reintegro y los Reajustes • Carta Abierta de los Maestros a la Población • Sobre las Inspecciones • Los Avatares de la Reforma Educativa a Nivel de Educación Inicial • Los Nuestros: Vania • «Carlolera» • Etc.

Der. Biol 001/16 9 DIC. 1997

9271570

ACTOS DE FIN DE CURSOS

Gestiones realizadas por ADEMU, solicitando que se habiliten también los días viernes 12 y lunes 15 para realizar los actos de fin de cursos:

11/11 Entrevista con el Presidente del CEP (concurren Raquel Bruschera, Mirta Frondoy y Oscar Gómez).

17/11 Nota escrita al CEP con la misma solicitud.

Llamadas por teléfono al CEP y al CODICEN desde el momento en que Primaria elevó la solicitud al CODICEN.

24/11 Entrevista con la Secretaria de la Consejera Arispe a fin de conocer si existía resolución al respecto (concurren Raquel Bruschera, Mirta Frondoy y Oscar Gómez). Nos responde que el CEP elevó nota al CODICEN con opinión favorable.

24/11 Llamada telefónica a la Secretaria de Williman para averiguar en qué estaba el trámite. Nos dice que el miércoles 26-11 el CODICEN probablemente tratará el tema.

26/11 Resolución favorable del CODICEN:

<u>además de sábado y domingo, se habilitan los días viernes 12 y lunes 15 para la realización de los actos de fin de curso</u>.

REAJUSTES DE CARGOS

Gestiones realizadas por ADEMU

4/11 Entrevista con la Inspectora Departamental, Sonia Bonavía, a efectos de tomar conocimiento sobre los reajustes programados. Concurren Raquel Bruschera, Mirta Frondoy y Oscar Gómez. Expresamos nuestro rechazo a que se guíen por la Circular Nº 72 para realizar los reajustes.

11/11 Entrevista con el Presidente del CEP. Concurren Raquel Bruschera, Mirta Frondoy y Oscar Gómez. Insistimos en que no se pueden realizar reajustes al amparo de la Circular Nº 72, que se debe tener en cuenta las características de la población escolar que cada Escuela atiende.

23/11 Remitido público en el diario El País denunciando lo que significan estos reajustes.

24/11 Envío de una nota al CEP solicitando que se instale un grupo de trabajo integrado por las Inspectoras encargadas de los reajustes, compañeros de ADEMU y compañeros de las Escuelas involucradas, a fin de analizar los alcances de los reajustes previstos y detener en lo posible este proceso que lleva a la superpoblación escolar y por lo tanto a una rebaja de la calidad educativa.

25/11 Conferencia de prensa teniendo como eje el tema de los reajustes.

El Secretariado Ejecutivo de ADEMU acordó por unanimidad que la derogación inmediata de la Circular Nº 72 debe ser uno de los ejes de nuestra lucha conjuntamente con la exigencia de que se reglamente de acuerdo con lo resuelto por las Asambleas Técnico Docentes: <u>HASTA 20 NIÑOS EN LAS ESCUELAS DE ZONAS CARENCIADAS Y NUNCA MÁS DE 25 EN CUALQUIER ESCUELA.</u>

Polémica por maestros que ocuparán los cargos en la educación inicial

PLANTEO POR ESCRITO

POSIBLE REINTEGRO EN FORMA ANTICIPADA EN FEBRERO

En la entrevista mantenida con el CEP el día 11/11, ADEMU planteó que consideramos que los Maestros debemos reintegrarnos el primer lunes de marzo y los niños el segundo lunes. El Presidente del CEP acordó con el planteo sindical, diciendo que lo mismo solicita la Cámara de Turismo, pero que en definitiva quien decide es el CODICEN.

El Secretariado de Ademu resolvió:

Si se llama a los maestros a reintegrarnos en forma anticipada en febrero, se convocará en forma inmediata a Asamblea General para considerar la posible adopción de medidas de paro.

En caso de llamado parcial a Docentes a reintegrarse en forma anticipada (Directores, Escuelas de Práctica, Escuelas con Proyectos, etc.) se convocará en primer lugar a los compañeros involucrados para resolver las medidas a adoptar y las instancias gremiales para decidir.

002

9714570

DICIEMBRE 1997, número 50

ADEMU Montevideo

REMITIDO

CARTA ABIERTA DE LOS MAESTROS A LA POBLACION

Asociación de Maestros
FUM (TEP) CSEU PIT-CNT

La Escuela Pública está atravesando uno de los momentos más críticos de su historia.

Las autoridades de la Enseñanza cantan loas por la cantidad de niños preescolares que han ingresado al sistema. Pero callan y ocultan las condiciones en las que realmente se enseña y se aprende en todos los grupos escolares.

Pretenden atender 15.000 niños preescolares nuevos SIN CREAR UN SOLO CARGO DE MAESTRO. Esto significa que están quitando maestros de las clases escolares para que atiendan a los preescolares. En aquellas Escuelas que funcionan grupos de entre 20 y 25 alumnos (número óptimo para que se pueda desarrollar correctamente el proceso de aprendizaje como se reconoce a nivel internacional y desde las propias Asambleas Técnico Docentes Nacionales), se están quitando maestros y fusionando los grupos, convirtiéndolos en grupos SUPERPOBLADOS. El año que viene, la mayoría de las clases tendrá cerca de 40 alumnos, incluidas las de Educación Inicial.

Los Maestros siempre hemos defendido la Escuela Pública y el derecho de nuestros niños a una Educación de la mejor calidad posible. Por eso hoy no podemos quedarnos callados viendo cómo se destruye nuestra Escuela y se le reduce la oportunidad de aprender a los niños uruguayos.

En Montevideo está previsto ELIMINAR 130 GRUPOS ESCOLARES de distintas Escuelas (y otro tanto en el Interior), unificando clases, aumentando el número de alumnos por grupo.

Los reajustes de cargos planteados en esta oportunidad están muy lejos de respetar los planteos pedagógicos actuales. Se realizan teniendo en cuenta sólo números y no el contexto escolar ni las dificultades cada día crecientes. Menos aún que lo que está en juego son niños y SU OPORTUNIDAD DE APRENDER.

Queda claro el doble discurso de las autoridades de la Enseñanza: por un lado dicen que se preocupan por los altos índices de repetición en las Escuelas de "contextos desfavorables", y por otro, en la práctica, llevan a cabo medidas cuyo resultado será el aumento del fracaso escolar.

Los Maestros particularmente denunciamos que en las Escuelas de Contextos Socioeconómicos Desfavorables, estas modificaciones atentan contra la formación de los alumnos al incrementar el número de niños por grupo. En estos contextos, 18 o 20 niños por clase, implica sobreexigencias y dificultades reales de trabajo y aprendizaje.

Hoy, las autoridades del CODICEN y el propio CONSEJO DE PRIMARIA están dejando claro que NO LES INTERESA SI LOS NIÑOS APRENDEN O NO. ¿De qué servirá implantar la obligatoriedad a partir de los 4 años si NO SE GARANTIZA A LOS NIÑOS LAS CONDICIONES PARA APRENDER, SI NO TENDRAN OPORTUNIDADES REALES DE APRENDER, ya que lo único que podrán hacer es estar dentro de una Escuela, amontonados, sin que el Maestro pueda hacer un seguimiento individual de cada alumno?

- **SI HOY NO TOCAN LA ESCUELA DE SU HIJO O DE SU BARRIO, ES SEGURO QUE MAÑANA LO HARAN.**
- **LOS MAESTROS NO SEREMOS COMPLICES DE LA DESTRUCCION DE LA ESCUELA PUBLICA.**
- **SEGUIREMOS DEFENDIENDO EL DERECHO DE NUESTROS NIÑOS A LA MEJOR EDUCACION POSIBLE.**
- **CONVOCAMOS A LOS PADRES Y A TODA LA POBLACION A DEFENDER JUNTOS NUESTRA ENSEÑANZA PUBLICA.**

¡A LA ENSEÑANZA LA DEFIENDE EL PUEBLO!

REMITIDO PUBLICADO EN EL DIARIO «EL PAIS» EL DOMINGO 23/11

003 3

9714570

EL PARO GENERAL ¿SIGUE SIENDO VALIDO?

Este artículo no tiene como finalidad estudiar críticamente la plataforma del paro del 27/11(con la que estamos de acuerdo).

Tampoco analizar la oportunidad de la fecha y la coyuntura. Decimos sí que para los participantes del **Río de Libertad**, para los actores anónimos del obeliscazo, siempre el recuerdo del 27/11/83 es cita contra la desmemoria oficial y oficiosa.

Lo que sí queremos expresar en estas líneas es algo más general, algo que nos preocupa como uruguayos y como docentes que firmemente nos oponemos a la Reforma Educativa.

Las relaciones existentes entre Política y Educación son más que conocidas. Todo proyecto político lleva implícito definiciones sobre educación. En estos momentos, el neoliberalismo nos marca un camino en donde la educación tiende a justificar al sistema económico que se vanagloria de ser triunfante a nivel mundial.

Entre sus triunfos está la mortalidad infantil acentuada en el tercer mundo, el aumento de la pobreza, la desocupación creciente, el hambre en zonas cada vez más extensas del planeta.

Es el mundo en donde se nos pide "capacitar a los alumnos para competir con éxito en el mercado laboral".

Y si algunos tienen éxito, muchos tendrán fracasos. En este mundo de ganadores y perdedores (casualmente no por mitades), la sociedad, que no es inerte, se debate en posiciones antagónicas.

Por eso la educación es insustituible para resignar a los perdedores.

Por eso se nos dice desde el gobierno y su prensa adicta que los paros "ya fueron", que ahora lo que debemos hacer es sentarnos a negociar en forma civilizada.

Pero para nosotros, **confrontar** es prerequisito para negociar. Confrontar no es no estar de acuerdo con nada. Confrontar es cotejar una cosa con otra como diría MI PETISO LARROSA ILUSTRADO (léase diccionario). Por eso los trabajadores levantamos nuestros postulados y con legitimidad, los confrontamos con el otro modelo insolidario y autoritario. Y luego, con honradez y sin dejar banderas por el camino, sí podremos negociar. Porque negocian los fuertes, los débiles o los debilitados se resignan.

Y a modo de conclusión, por lo expuesto creemos que sigue siendo válida la herramienta del paro general. Que tuvo gran adhesión y repercusión. Que fue una demostración contra el no se puede.

OTRA VISION DEL PARO DEL 27/11

Nos invitaron del Plenario Intersindical de Fray Bentos para participar de la movilización tomando las reivindicaciones de la educación.

Desde el mediodía, en un espacio de más de una hora en radio Litoral, pudimos compartir con los compañeros del SUNCA, del SUAMP, de ADEOM, de ADEMU, de la ONAJPU, de la Intersocial y los estudiantes, las preocupaciones y las soluciones de los fraybentinos.

Tienen el triste privilegio de ir punteros nacionales en desocupación. Los golpea la forestación no planificada que deja yarma la tierra de otrora granero del Uruguay. El poeta chileno Neruda, en su ODA A MALLECO, inmortalizó la furia antiecológica del capital golondrina de los que nos degradan la tierra como en Río Negro. Los estudiantes, con la frescura de los que recién empiezan, nos dieron el empuje y la alegría de ir a la lucha para vencer.

Después, ADEOM prestó sus instalaciones para el almuerzo. El famoso "Cabeza" nos demostró que son tan solidarios como buenos asadores. Con los compañeros del PIT-CNT, la charla y el intercambio de experiencias fue abundante. Nos entusiasmamos con los logros de su policlínica gremial y su asistencia ginecológica modelo. Pero por sobre todo nos enseñaron que no hay dos Uruguay. Que el interior vs la capital es otra dicotomía que los dominantes nos quieren imponer para enfrentarnos.

Los constructores de toda la vida, esos que realmente transforman con sus manos la realidad, como reflejando accionar y pensar, están a la cabeza del grupo que ofrece la mano tendida a quien la necesita. Así fue el acto en la plaza principal, de tardecita.

En la persona de la maestra Mariela Bertoni queremos agradecer a todos aquellos que nos demostraron lo bueno de ir a aprender por esos pagos. Ya es hora que vengan a los actos de Montevideo como oradores para que también acá se conozcan estos trabajadores que, desde el pie, hacen fuerte al Movimiento Sindical.

Oscar Gómez
Secretario Propaganda de ADEMU

004

9711570

ARTICULO DE OPINION

SOBRE LAS INSPECCIONES (1)

Existe un viejo mal entre nosotros: las formas de ejercicio de la función inspectiva.

Durante un largo período se homogeneizó un modelo preceptivo, fundado en la censura, el control y la verticalidad del mando. Eran épocas de "CONAE", de intervenciones.

Pero, antes y después de este período, el problema irrumpió e irrumpe en forma parcial y a veces discontinua.

En el "antes" y en el "después" están quienes, ocupando cargos de Inspección, nunca olvidaron su condición básica de Maestros.

Otros se convirtieron en Inspectores a costa de su magisterio. El "igual", colega y compañero, pasó a ser subordinado. La necesidad de "reflexión sobre la práctica" una frase, en una visión unilateral del diálogo.

Son aquellos para los cuales existe una sola razón teórico práctica: la suya. Hacen de ese espacio vivo y en constante reelaboración, que es la didáctica, un espacio de verdades cristalizadas, y del ejercicio de su rol, un ejercicio de autoridad. Implícita, y cuando no explícitamente, responden a la concepción del "Maestro responsable de todos los males".

No están lejos las épocas en que se prohibían metodologías de trabajo, por ejemplo el llamado "método natural"; ni lejos las asambleas de Maestros que defendían la libertad de cátedra y analizaban el perfil que debían tener los roles de Maestro de clase, Maestro Director y Maestro Inspector. Nuestra visión del ejercicio profesional siempre tuvo en la libertad de cátedra, basada en el fundamento teórico, en la reflexión, y en la responsabilidad en el quehacer docente, un principio de referencia.

No sabemos si es muy justificable no tener interrogantes en lo pedagógico y en lo didáctico. Lo que sí no tiene defensa es intentar impedir que Otros tengan interrogantes.

Antes que promotores de cambios, o rehacedores del conocimiento, esta modalidad de ejercicio de la función inspectiva, transforma al Inspector en "obstáculo" para las posibilidades de "pensar".

Nadie en la historia de las ideas ha logrado paralizar la duda, la incertidumbre, la confrontación, ni la relativización de las "verdades".

Las Inspecciones siempre han tenido sus "cruces", sus categorías de calificación, y sus Juntas Inspectivas.

Los Maestros siempre han tenido los mecanismos para recusar juicios y calificaciones como un derecho.

Cuando asiste razón y median fundamentos, el sindicato debe estar presente.

Los Maestros no pueden sentir ante estos temas ni desprotección, ni soledad, porque ellos son parte de nuestra vida diaria, y también parte del respeto que nos merecemos quienes al margen de las dos visitas reglamentarias, o de las visitas extraordinarias, hacemos realidad durante los "180 días calendario" la educación en las Escuelas.

Que sea un Inspector, que cuestionó el quehacer docente en su momento, pero que tenía un profundo respeto por sus colegas, quien hable por nosotros:

"Y es esto lo que va perdiendo el maestro; toda la literatura pedagógica de quince años atrás vino a crear en el magisterio un inmenso complejo de inferioridad; desde todas las tribunas se lanzan sobre él acusaciones de incapacitación; llenan el espacio los técnicos en la producción de frases, los malabaristas de la palabra... Si logro con esto llevar a la conciencia de los maestros la idea de que todos estamos capacitados para la construcción de nuestros propios caminos, se habrá cumplido la finalidad fundamental que persigo... Digo... de los maestros...; los siento en mi espíritu como verdaderos héroes... muchas veces al retirarme de una escuela, después de haber desenvuelto toda mi capacidad de trabajo, me sentí avergonzado de no ser tan grande como ellos", Agustín Ferreiro, antes y después Maestro. Un ejemplo que nadie debería olvidar.

Daysi Iglesias
Maestra de Clase. C.I.
1.451.906-7

INSTALACION DEL CAC DE MAGISTERIO
VIERNES 5 - HORA 19 - IINN (Ex Escuela Venezuela)

INTEGRANTES:

Orden Docente (lista 21)

1) Nora Castro
2) Genoveva Sives
3) Estela Davyt
4) Juan Bemassa

Orden Estudiantil (lista 238)

1) Nicolás Pons
2) Cecilia Ausserbauer
3) Joaquín Pérez

Orden Egresados

1) Hugo Rodríguez (lista 3000)
2) Marina Orozco (lista 3001)

005 9714570

LOS AVATARES DE LA REFORMA EDUCATIVA A NIVEL DE EDUCACIÓN INICIAL

Los alcances al Nivel Inicial de la reforma educativa que se lleva adelante, fueron resueltos exclusivamente a nivel del CODICEN; no fue consultada ni siquiera la Inspectora Nacional de Educación Inicial, en su momento, cuando hubiera sido saludable que los cambios emergieran del protagonismo y el compromiso de todos los involucrados, incluyendo a los padres de los alumnos, y de la opinión técnica de quienes están inmersos en el quehacer educativo diario: los maestros. Y no precisamente porque estos no estuvieran dispuestos a sugerir respuestas concretas de cambios para una Educación Inicial que responda con mayor calidad a las necesidades actuales de la sociedad.

A pesar del énfasis puesto en los reiterados reclamos de los maestros para que se respete la autonomía técnica de la Inspección de Educación Inicial y de que se reconozca a los Jardines de Infantes como las instituciones más idóneas para atender la educación de los niños de 2 a 5 años; hemos sido permanentemente ignorados.

Por lo que resulta cada vez más evidente que universalizar los niveles 4 y 5 años equivale a incorporarlos masivamente a las escuelas, desarticulando el ambiente natural, físico y técnico cuidadosamente cultivado por más a cien años en nuestro país, para atender una etapa en el desarrollo del ser humano sumamente vulnerable y delicada, donde la implicancia de la familia y la sociedad debe eslabonarse con la labor de docentes especializados de una forma más sólida, estrecha e imprescindible, generando canales efectivos de comunicación e intercambio de pronto no tan necesarios cuando los infantes han alcanzado mayores niveles de independencia y autonomía.

Al finalizar el presente año lectivo queda en claro que se seguirá sacrificando la calidad de la educación inicial a favor de los "niños números": "...al año 2000 todos los niños uruguayos de 4 y 5 años deben estar insertos en el sistema escolar obligatorio". ¿ cómo ?...eso no importa a la política educativa de este CODICEN

Entre los días 3 y 21 de noviembre próximo pasado se abre el único período para preinscribir a los niños que cursarán 4 y 5 años en 1998 Se instalan fundamentalmente en las Escuelas y solo en algunos Jardines, técnicos en informática para realizar este acto como mera instancia administrativa donde los maestros y directores de Educación Inicial, no tuvieron injerencia alguna creando el desconcierto de los padres acostumbrados a recibir la atención personalizada de los maestros que evacuaban dudas y requerían prolijamente todos los datos de los futuros ingresados. En esta nueva modalidad basta con el "dijo ser o dijo tener ";el único documento que se requiere es la cédula de identidad de la madre. Entonces nos queda la sensación de que estaremos el próximo año los maestros enfrentados a las mismas incertidumbres vividas por los padres a principio de este año: niños que no aparecen en ningún listado, o aparecen tres veces, tienen cinco años pero se los colocó en un grupo de cuatro y si esta era una instancia única : - mi hijo que no fue preinscripto, ¿ no tiene lugar ? . Y si vivíamos en Colón y nos mudamos al Cerro, ¿dónde reclamamos ? , ¿ en la Escuela que lo inscribimos, en el Jardín que optamos, en la Comisión se instalará nuevamente en el CODICEN ?

Dicen que los uruguayos nos resistimos a los cambios que acompasan a los tiempos modernos, ojalá se trate solamente de eso.

CONCURSO DE DIRECTORES:

También queremos destacar que en este año se hizo a un llamado a Concurso de Oposición y Méritos de Directores, para proveer cargos en Jardines de Infantes Comunes y Compensatorios.

Las bases, con fecha 22 de mayo fueron publicadas por la Oficina de Concursos con aprobación del CODICEN de las condiciones y nóminas de cargos disponibles.

En dicha nómina se presentaron 21 cargos.

Al realizar la inscripción cada concursante recibió el articulado de requerimientos y la nómina de cargos. Mientras transcurría el Concurso, en una publicación hecha en Oficina de Concursos se observó que de la nómina de cargos inicialmente ofrecida se iban " tachando " paulatinamente algunos de ellos, llegando al día de hoy con una publicación oficial en la citada oficina, de 14 cargos.

Considerando, la importancia que tiene para el Magisterio el sistema de concursos y la garantía que siempre supuso para los docentes creemos:

1) Que no se debería dejar que la " Institución Concursos " decaiga en su credibilidad por irregularidades administrativas.
2) Que no debemos dejar un precedente de este estilo, teniendo en cuenta que el concurso sigue siendo una instancia de crecimiento profesional.
3) Si tenemos en cuenta que tres de las Direcciones ofrecidas son con clase a cargo, vemos altamente comprometida la función de maestro y de director ya que evaluamos el perjuicio que a una u otra función se ocasiona dañando fundamentalmente la atención prestada al niño desde la Institución.
4) Que se perjudica a un 33 % de los docentes presentados a este concurso, porque habiendo obtenido derecho a efectividad no hay cupos disponibles para ser opción de la misma.

Lucía Bagliasso
Maestra Directora

006
9714570

VIOLENCIA

Es conocido por todos que las actitudes violentas están presentes en nuestra sociedad. También conocemos que existe el maltrato familiar. Los medios de comunicación como diarios y T.V., todos los días están dándonos noticias sobre violencia en todas partes del mundo, entre países, en un partido de fútbol, y también hechos de violencia doméstica. Esta situación, lejos de ayudar a solucionar o a modificar comportamientos, incentiva (sobre todo en el niño) al acostumbramiento de que estos hechos suceden y son «normales».

A través del tiempo, las actitudes y valores sociales se van modificando. En nuestra cultura, pese a que los uruguayos tenemos fama de muy cultos, solidarios, etc., hay una actitud violenta muy enraizada. Todos hablamos de derechos, igualdad de oportunidades, etc., pero esto es solamente un discurso, porque la realidad nos está mostrando otra cosa.

El nivel económico, cultural y social no constituye un referente, porque en todas las clases sociales existen actos de violencia familiar, sobre todo contra las mujeres y los niños.

Para clarificar más el tema, vamos a hablar en forma separada sobre la violencia que se ejerce sobre los niños por un lado, y sobre las mujeres por otro (aunque están muy ligadas entre sí).

Con respecto a los niños, la mayoría de las veces nos enteramos de la situación de maltrato por:

* la agresividad que manifiesta el niño (en la mayoría de los casos)
* relato de los niños
* relato de las madres

Cuando el abuso contra el niño es de índole sexual, generalmente ni el niño, ni la madres hablan del tema.

Las características del comportamiento escolar de un niño abusado sexualmente, por castigos físicos o verbales son, en regla general, las siguientes:

* participación violenta
* baja autoestima
* no participan
* bajo rendimiento
* temerosos
* dependientes
* están a la defensiva
* miedosos
* tristes
* tienen sentimiento de culpa
* ataques de llanto
* vergüenza

Debemos destacar claramente que la violencia no es solamente cuando se agrede el aspecto físico de una persona, a veces es mucho más nociva y perjudicial la violencia verbal, como por ejemplo utilizar adjetivos como: «tarado», «burro», «inútil», «no servís para nada» y otros tantos.

El niño no está capacitado para discernir qué es lo verdadero y hacerse cargo de los traumas, frustraciones y actos de los adultos, por lo que este tipo de violencia verbal termina por destruirlo, por el sólo hecho de que quien lo dice es un adulto. El adulto que actúa así, no puede imponer su posición de otra forma que no sea por la fuerza que le da el «ser adulto». Los hombre y mujeres que ejercen violencia de cualquier tipo, siempre culpan al otro de su accionar y se justifican diciendo: «es por tu bien».

Debemos tener en cuenta que los adultos usamos códigos diferentes a los de los niños y que la violencia no es nunca una respuesta aceptable y válida.

Con respecto a la mujer víctima de violencia, debemos decir que ellas tienen sentimientos y reacciones muy similares a las de los niños:

* resignación
* miedo
* sentimiento de culpa
* vergüenza
* dependencia
* justificación al agresor
* baja autoestima

Las mujeres que se encuentran en esta situación carecen de habilidad para solucionar el problema, debido a todas las características que ya enumeramos con respecto a sus sentimientos destructivos. A estos sentimientos deberá agregarse además, que las actitudes hostiles son oscilantes, arbitrarias y no son permanentes. El 99 % de los hombres agresores son violentos en la intimidad del hogar y no fuera de él. Generalmente cubren su comportamiento con una fachada hacia el exterior. Este tipo de personalidades violentas tienen muchas veces cambios de humor inexplicables y estos comportamientos crean en la mujer, dudas como: «Me quiere o no me quiere?», «Es una buena persona como lo demuestra a veces o es una mala persona como lo demuestra otras tantas veces?».

A veces las mujeres agredidas piden ayuda (pocas veces, si tenemos en cuenta la enormidad de casos de violencia doméstica), porque la situación afecta a los hijos. Ante esta «huída» y este acto de «rebeldía» de la mujer, el hombre reacciona la mayoría de las veces con:

* llanto - «no puedo vivir sin vos»
* pedido de perdón - «te prometo que voy a cambiar»
* amenazas - «me voy a matar» o «te voy a matar»

Para la mujer que vive una situación de violencia en muy difícil cargar con estos sentimientos y, en general, vuelve con el agresor si no tiene otra salida (trabajo, vivienda, etc.).

Debemos destacar que cuando una mujer denuncia a su compañero por agresión física puede suceder:

1.- Que el agresor sea procesado sin prisión por lesiones leves.

2.- Que sea procesado con prisión cuando las lesiones son graves (pena hasta dos años)

3.- Que sea condenado a penitenciaría cuando las lesiones gravísimas (pena de más de dos años).

Se consideran «lesiones leves» a aquellas que demoran menos de 20 días en curarse (ej. moretones).

Las lesiones graves son las que demoran más de 20 días en curarse (ej. fracturas).

Las lesiones gravísimas son aquellas que dejan secuelas para toda la vida.

Todas las lesiones deben ser corroboradas por un MEDICO FORENSE, quien le envía la información al juez que es en definitiva el que dicta sentencia.

Frente a esta problemática, surgieron diferentes propuestas que se pueden realizar a nivel de las escuelas. Algunas de ellas son:

* Talleres de padres, no para imponer nuestra posición, sino para escuchar, brindar información jurídica, solicitar apoyo de profesionales.
* Instalar carteleras informativas en las escuelas
* Producir boletines, folletos y artículos que traten el tema.
* Fomentar valores en el niño como por ejemplo el respeto y la autoestima.
* Desarrollar la creatividad por medio de la recreación.
* Mostrar otras formas de vivir y de relacionarse en el trabajo diario.
* Incorporar un equipo interdisciplinario al trabajo diario, incluyendo un psicólogo para los maestros como forma de aumentar la autoestima y trabajar en el tema de las relaciones humanas.
* Institucionalizar el tema VIOLENCIA y sobre todo el tema VIOLENCIA DOMESTICA.
* Legitimar los DERECHOS HUMANOS.

Les informamos que en la escuela quedará fotocopia de una guía de recursos comunitarios para la atención de víctimas de violencia y otros.

Este es un resumen muy escueto de los conceptos vertidos en la charla realizada en la Escuela de Punta de Rieles, el día 8 de octubre de 1997.

Los conceptos fueron vertidos por Asistente Social y Trabajadores de la Salud de la Policlínica de la IMM y por Maestros de la Zona.

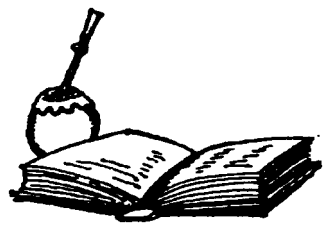
Esperamos que este material les sea útil

LILIANA *LAURA P.*

9714570

ADEMU
montevideo

DICIEMBRE 1997, número 50



VARELA

ACERCA DE LOS JARDINES DE INFANTES

En las últimas Asambleas Técnico Docentes los maestros decimos con respecto a la Educación Inicial: ***"con una Reforma democrática, participativa, que recupere los principios de la Escuela Vareliana estamos dispuestos a comprometer nuestra participación como docentes"***. Por eso creemos oportuno publicar el Capítulo 38 del Libro "La educación del Pueblo" de José Pedro Varela. La lectura de algunos lineamientos generales escritos en el año 1874, nos asombrará por la actualidad de las concepciones sobre esta etapa educativa.

En unas pocas palabras José Pedro Varela deja claramente explicitados temas tales como:

La especificidad de esta etapa en cuanto a la Institución que le es propia y a las edades a atender (Jardín de Infantes – de 3 a 6 años).

La necesaria formación de los maestros (en aquella época institutrices)

La relación de esta área educativa con los temas de la mujer (como educadora y como madre que auspicie y promueva la creación de Jardines).

La existencia de problemas sociales y familiares que afectan al niño pequeño y refuerzan la necesidad de crear Jardines de Infantes.

El relacionamiento de la Educación Inicial con la Escuela Primaria.

La metodología a utilizar (que luego fuera a lo largo del siglo continuamente enriquecida).

Esta primera concepción teórica fue luego ampliada y puesta en práctica por al maestra Enriqueta Compte y Riqué en el año 1892.

Teniendo en cuenta las diferencias existentes entre las dos épocas (1874-1997) esta lectura nos permitirá entender que defender a los Jardines de Infantes significa apostar por la Escuela Vareliana.

La creación de las primeras clases Jardineras incorporadas en la Escuela Primaria en el año 1949 fue realizada por vía presupuestal como en el momento actuai lo ha sido la creación de grupos de 4 y 5 años en Escuelas.

Esto hace suponer que esta concepción de integrar los preescolares a la Escuela responde a criterios económicos y no criterios pedagógicos.

En algunos de los párrafos siguientes José Pedro Varela, hace más de un siglo atrás fue por demás elocuente.

CAPITULO XXXVIII – Jardines de Infantes

Aun cuando podríamos dar por terminado este libro con lo que llevamos escrito en los capítulos precedentes, hamos creído conveniente agregarle esta parte en la que trataremos ligeramente las siguientes materias, en capítulos separados.

1º Jardines de Infantes.
2º Escuelas Normales.
3º Universidades.
4º Educación de la mujer.

Fácil es comprender que cada uno de esos puntos daría materia para un extenso volumen, si fuese tratado con la detención que merece, y que, a menos de dar a esta obra proporciones demasiado exageradas, sólo podremos hacer ligeras indicaciones a ese respecto. Pero ya que nos hemos propuesto ocuparnos de la educación general, aunque especialmente nos hayamos detenido en las escuelas Primarias y Superiores, debemos hacer algunas observaciones respecto a los cuatro puntos que acabamos de indicar.

Débese a la iniciativa del venerable Froebel, nacido en 1778 en el principado de Saxe, y muerto en 1852, en Wurtemberg, el establecimiento de los Jardines de Infantes, generalizados hoy en toda la Alemania, y adoptados, con ligeras modificaciones, en Inglaterra, Francia y Estados Unidos.

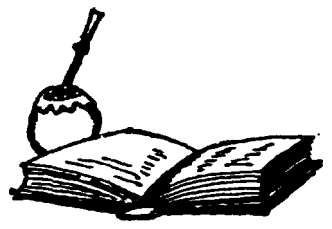
Son los Jardines de Infantes escuelas especiales destinadas a recibir niños de tres a cinco o seis años de edad: cada escuela consta de varias salas y de un extenso jardín, en el que los niños juegan y trabajan, bajo la dirección de la institutriz, ya que generalmente es confiada a las mujeres la dirección de semejantes establecimientos.

El Jardín de Infantes (kindergarten) no es una escuela, sino más bien una preparación para la escuela. Hace crecer a los niños bajo las mejores condiciones higiénicas, ayuda su desarrollo físico, con ejercicios apropiados a su edad, a su naturaleza y a sus gustos, alienta los primeros esfuerzos de la inteligencia infantil, ofreciendo alimento a su curiosidad, y satisfaciendo la necesidad y el deseo de movimiento de los niños, fortifica y dirige el desarrollo de las facultades y poderes físicos y mentales.

El método de Froebel se basa en la observación atenta de los instintos, las preferencias y los gustos que demuestran los niños desde que comienzan a moverse, a fijarse y a hablar. No se debe, dice en su libro titulado "De la Educación del hombre", contrariar los impulsos de la Naturaleza: éstos son fuerzas vivas que es necesario utilizar y, en consecuencia, que deben estudiarse, guiándolos y cuidándolos. El niño es una planta humana que necesita ante todo aire y sol para crecer, desarrollarse y expandirse. No lo tengáis en salas estrechas, en pa-

008

9714570



trios pequeños, sin aire puro, sin sol bastante: de lo contrario, crecerá débil y enfermizo y se desarrollará imperfectamente.

Un Kindergarten, dice Mr. Hippeau, describiendo con bastante exactitud lo que son en Alemania esas escuelas, personalmente inspeccionadas por él, se compone esencialmente de un pequeño vestíbulo, de varias mesas de trabajo, de una gran sala de ejercicios para los días de mal tiempo, y de un jardín. (...)

Froebel aconseja no empezar la enseñanza de la lectura y escritura sino cuando el niño siente la necesidad, experimenta el deseo, y es ese deseo el que se esfuerza en hacer nacer en el niño.

Entretanto, ha imaginado preparar el espíritu de los niños para recibir más tarde la instrucción gramatical, científica y artística por medio de ocupaciones manuales, es decir, de construcciones materiales y descomposiciones graduadas, divertidas y bien dirigidas. Ha dividido este curso de enseñanza dado a los niños, ocupando sus manos, en tres años, de tres a seis. (...)

Nada impide, por otra parte, que esos ejercicios manuales sean conducidos de frente con la enseñanza de la lectura, siempre que los métodos empleados no se aparten de los principios que se fundan en la en la naturaleza de los niños, y que se le haga atrayente y fácil una instrucción que es a menudo aburrida y repelente. (...)

No basta querer fundar esos almácigos en los que la planta naciente encuentra todas las condiciones exigidas para su desarrollo. Sería necesario formar, lo más pronto posible, personas capaces de dirigirlos. Toda escuela normal destinada a formar maestras debe, pues, tener a su alcance, independientemente de una escuela primaria, un Jardín de Infantes en donde ellas aprenden a conocer la infancia, a amarla y a apreciar sus tendencias y necesidades. (...)

La necesidad y la conveniencia de establecer escuelas de este género es tan evidente que casi no necesita demostrarse. ¿Quién no ha visto en nuestras escuelas, así públicas como privadas, esos grupos de niños y niñas menores de seis años, a quienes no se les ocupa de otro modo, durante las horas de clase, que haciéndoles repetir las letras del alfabeto, y esto cuando, como sucede en muchas escuelas, no se les deja todo el día completamente inocupadas, condenando a esas infelices criaturas a permanecer quietas, sentadas sobre el duro banco, sin respaldo en que apoyarse, con las piernas colgando, durante las cinco o seis horas de clase?

Así, desde los primeros pasos se despierta en el niño la aversión a la escuela, convertida para él en lugar de martirio, y se violan torpemente todas las leyes higiénicas, que dando satisfacción alas necesidades de la naturaleza, exigen que los niños se muevan, corran, varíen de posición, jueguen y, sobre todo, respiren aire puro.

Y a los graves inconvenientes que resultan para el niño de la asistencia a la escuela en esas condiciones, agrégense los que resultan par ala escuela misma de la concurrencia a ella de niños que no están todavía en edad de emprender regularmente ni aun los primeros estudios primarios.

Froebel en sus Jardines de Infantes emplea sus célebres cajas, que son en realidad juguetes ordenados, que sirven para poner en práctica la máxima que dice: aprender, deleitándose. ¿Sería posible introducir esos útiles en la escuela primaria, para hacer que ésta desempeñase a la vez sus funciones propias y las del Jardín de Infantes? No: éstos requieren condiciones especiales, que si se aceptasen para aquélla alterarían la fisonomía de la escuela primaria.

Por otra parte, se comprende sin dificultad cuánto facilitaría la organización de las escuelas primarias y los progresos de los discípulos, el que éstos, al entrar en ella, hubiesen recibido ya la preparación del Jardín de Infantes. Cuéntanse por millares los niños, de menos de seis años, que concurren hoy a nuestras escuelas públicas y privadas. ¿Cuántos de ellos son enviados a la escuela, no para aprender, sino para dejar tranquilas a las madres y a la familia durante las horas en que están en la clase? Puede asegurarse que el número de niños así que van a la escuela, como a un depósito donde los tengan guardados por algunas horas, y no con el objeto de aprender, no es pequeño. (...)

¿Y no se cree que, si hoy, con el deplorable estado de nuestras escuelas, tantas infelices criaturas concurren a ellas con ese exclusivo objeto, triplicaría, sería diez veces mayor el número, estableciendo Jardines de Infantes, donde los niños fueran a estar tan bien o mejor que en el hogar, a la vez aprendiesen algo, utilizando ese tiempo preciosos de la infancia, que pasa con tanta rapidez, que a menudo tanto se malgasta?

Si hubiésemos tenido dudas respecto a la necesidad y a la urgencia de que se establezcan entre nosotros Jardines de Infantes, debidamente organizados, habría venido a destruirlas el clamor general elevado por todos los directores de escuelas primarias, respecto a la imperiosa necesidad de evitar, con medios apropiados, que las escuelas se llenen de párvulos, cuya presencia hace difícil la organización y el progreso de la escuela.

Así, pues, como conveniencia a la niñez, y como conveniencia de las escuelas primarias, es necesario establecer Jardines de Infantes.

309

9714570

COMISION DE REFORMA EDUCATIVA

VI CONGRESO DE LA FUM-TEP "TERESITA PAGANO"

En plenaria se consideran dos documentos emanados de la Comisión.
Puestos a votación el documento Nº 1 [illegible]
y el documento Nº 2 50 votos afirmativos [illegible]
Documento Nº 2: APROBADO POR MAYORIA.

La FUM-TEP reunida en su VI CONGRESO considera:

Una reforma educativa se traduce tanto por los objetivos que expresamente se formulan como por las líneas de implementación que definen.

Los objetivos genéricos formulados por el CODICEN en muchos casos han generado una gran confusión. Alguno de ellos se formulan en términos idénticos a los que el Magisterio ha utilizado y defendido durante años. Citemos como ejemplo: extensión de la cobertura preescolar, propuesta de Tiempo Completo.

A nivel de las accciones, las diferencias se hacen notorias demostrándose dos enfoques distintos sobre cómo enfrentar y resolver los temas educativos que se vinculan a dos concepciones pedagógicas y sociales diferentes.

La visión del CODICEN se encuentra centrada en una concepción de ASISTENCIALISMO FOCALIZADO, tomando la escuela como eje. Esto tendrá como resultado un deterioro en calidad y recursos de servicios educactivos destinados a las capas medias de la educación. Su objetivo hacia los sectores más carenciados, es atenuar la posible conflictividad que puedan generar a través de conductas trasgresoras. Los recursos que se utilizan no van más allá del ingreso a la preescolarización, no habiéndose ni siquiera cumplido con la implementación de escuelas de Tiempo Completo propuesta por el mismo CODICEN.

Derivaciones de esta política son los reajustes de cargos, agregados de aulas en Escuelas Comunes para la atención de Preescolares, relaciones cuantitativas entre docentes y alumnos largamente cuestionadas desde los años 60 llevando la implementación de una clase preescolar de 35 niños sin presencia de Auxiliar de Aula (de imprescindible cooperación para el acto educativo).

En función de las pautas de asistencialismo descriptas sobreviene una flexibilización en las condiciones de trabajo, contenidos curriculares y de formación docente.

En el caso particular de esta última (formación docente) ha desaparecido a la fecha todo curso de capacitación en postgrado para Maestros, Ed. Especial, Dirección , Inspección, Ed. Inicial, Práctica. Es más, erróneamente se hace cursar a Maestros con 10 o más años de desempeño el último grado de la carrera de Maestros, para obtener un certificado habilitante para el desempeño en el área de Ed. Inicial.

En el mismo sentido de la flexibilización de la formación docente, se redujo el tiempo de estudios magisteriales en tres años, generando así la idea de una carrera corta que luego se remunerará en forma menguada.

Simultáneamente a estos procesos y amparados en la Ley de Emergencia de la Educación vigente, se desarrolla un férreo proceso de centralización que desconoce las características, por lo menos del subsistema primario. Un ejemplo de ello es el sistema de inscripción centralizada de los niños de Ed. Inicial a nivel de CODICEN. Este sistema no funcional en Ens. Secundaria se extiende a Primaria desconociendo, además, las diferencias que hacen a un adolescente y a un escolar. Al margen de todas las ejemplificaciones que se puedan realizar, los escasos grados de autonomía del CEP y de las Inspecciones, están siendo anulados.

Todo el proyecto de reforma se fundamenta en una falsa y peligrosa idea pedagógica: el sistema educativo es por sí solo factor de cambio social. Al respecto señalamos que no existen posibilidades de cambios sociales si, simultáneamente a la acción educativa, no se atienden factores vinculados a lo económico y particularmente al mercado de trabajo. Se reitera lo señalado en la primera ATD Nacional en cuanto a que depositar exclusivamente en la escuela y en el maestro la responsabilidad de un cambio social, es depositar un alto grado de omnipotencia que sólo puede llevar a la frustración colectiva.

Las derivaciones de estas acciones de cambio pueden llevar a agudizar la situación crítica del sistema educativo particularmente en aspectos infraestructurales, de cargos y de calidad educativa.

No ha habido reales soluciones salariales para los Maestros y para los Funcionarios No Docentes ni por la vía de aumentos globales ni a través de las compensaciones otorgadas que resultan insuficientes. No puede existir ningún proceso real de reforma que no jerarquice profesional y salarialmente al Docente y al Funcionario No Docente.

En función de lo expuesto este Congreso cuestiona y rechaza:

El uso demagógico de aquellos planteos que históricamente ha hecho el Magisterio.

La Reforma en curso que implica una visión asistencialista así como la flexibilización que supone y la forma de centralización aplicada.

Los mecanismos por los cuales la Reforma se define sin reales ámbitos de participación e incidencia en primer lugar de los MAESTROS.

Asimismo,este 6xto Congreso no deja de señalar en el marco de lo anteriormente declarado que :

La lucha del Magisterio organizado y la larga tradición de la escuela pública en su institucionalidad y valoración social ,han generado un proceso de cambios educativos en Uruguay diferente al de otros países de América Latina.

Es así que la municipalización esgrimida desde algunos sectores políticos, la subvención a la escuela privada requerida por grupos eclasiásticos o la privatización de la Ed. Inicial fundamentada por dirigentes del partido de gobierno han sido desechadas.

Una actitud crítica y militante de Maestros y Funcionarios del CEP han logrado evitar la profundización de políticas públicas y educativas de signos fiscalistas o centralizadoras que hubiesen implicado un mayor deterioro de nuestra condición profesional:

No pérdida de ingreso real en un contexto de rebaja salarial del sector público.

Incorporación de más de 50 funcionarios No Docentes a Primaria en un marco que inhibe la presupuestación de Funcionarios Públicos.

Reintegro del delegado de concursante revirtiendo para Primaria la conculcación de un derecho que agravia a toda la ANEP.

Instalación de ámbitos de seguimiento del salario, espacio hoy demandado por otros sindicatos.

Institucionalización de los CAC en Formación Docente (espacio restringido de opinión sin antecedentes en Institutos Normales).

Obtención de actividades de capacitación remuneradas que deben extenderse a otras áreas mejorando su pago en implementación.

Retribución a Maestros de Escuelas de Práctica reincorporando un beneficio conculcado por la Dictadura en 1980 y hoy extendido en Ed. Media.

Incremento de la Docencia de Aula al 7,5 %, mejora excluída en el Mensaje del CODICEN.

Incorporación de las Secretarías a la partida antedicha que solamente abarcaba Maestros de Clase.

Mantenimiento de derechos especiales en el regimen previsional a Maestros en la propia discusión del Proyecto regresivo de la Seguridad Social.

Reconocimiento explícito de la necesidad de instalar Escuelas de Tiempo Completo como estrategia específica de atención especial a los sectores de pobreza. Propuesta que hasta el momento sólo ha merecido discursos genéricos sin financiamiento ni estrategias concretas de instrumentación.

Estos logros parciales no disimulan la dramática situación salarial y profesional del Magisterio y de la Escuela Pública, por lo que este 6º Congreso ratifica su compromiso con la Educación del Pueblo, por una REFORMA CON MAESTROS Y SALARIOS PARA VIVIR.

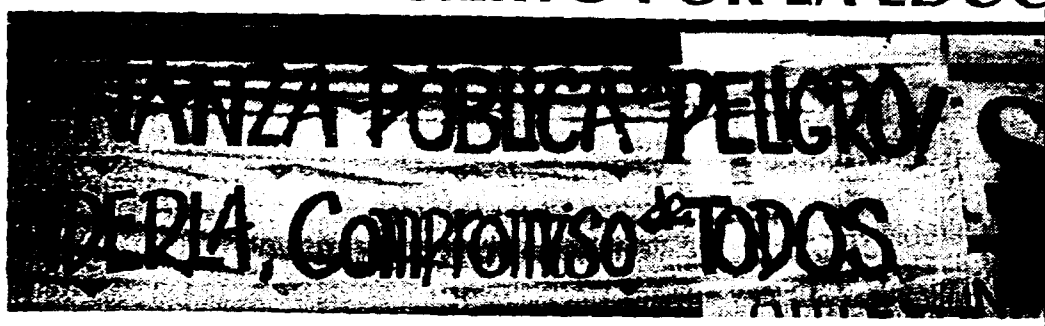
11 Montevideo, noviembre de 1997.-

010

9711570

POR LAS ZONALES

MEGACONCIERTO POR LA EDUCACION



Con singular éxito el Zonal 5 realizó dicho evento, que seguramente dará para muchísimos más conciertos. En esta ocasión, quisiéramos aprovechar para agradecer la buena onda de todos los grupos artísticos que colaboraron para el éxito de megaconcierto: el grupo "El Hornero" de la Asamblea General del Folklore que se pasó con sus danzas tradicionales (¡Gracias Esther!); los chicos raperos de Piedras Blancas "Tommy Boys" con su ritmo avasallante; Carlos Rodríguez, reconocido solista de "Surcos", "Araca" y otras murgas que nos deleitó con todo el canto popular; "La fauna", grupo de candombe-rock-fusión con un nivel impresionante; Byron Vaz, músico popular de La Teja que nos dejó su canto solidario; el grupo tropical "Emperadores" con el que se armó bailongo; sonido "Fantástico" que continuó con el charangazo tropical; cerrando "Los Villanos de García" en lo que fue su recital despedida.

La buena onda, disposición y nivel de los músicos participantes, fue premiada con continuos aplausos de la nutrida concurrencia. La gente se sentó en el pasto, familias enteras mateando, dándole un entorno de tranquila alegría al espectáculo.

Por supuesto no faltó el mensaje de ADEMU, brindado por maestros de la zona, maestros integrantes del Secretariado y compañeros de otras zonales. Se aprovechó para hacer mucha difusión y propaganda sobre nuestra realidad, y la de la Escuela Pública en general, que fue recibida con atención, preguntas e inquietudes por parte de los vecinos presentes.

Contamos también con el escenario que el Centro Comunal Zonal 9 nos brindó, y con una excelente amplificación que fue el comentario de todos.

Queremos agradecer particularmente a Marino (que nos hizo todos los fletes), Eber (que dio mil manos), Balón (que fue a ver el espectáculo y terminó transportando grupos con su ómnibus siempre solidario) y a Juan Pablo (un ex alumno de Villa García que se lució con la iluminación). También a todos los compañeros del zonal que trabajaron duro para este megaconcierto, y compañeros como Oscar, Natalia, e Iris que sin ser del zonal, tomaron como propio el acontecimiento y se laburaron todo. Seguramente nos olvidamos de mucha gente que ayudó, a la que también agradecemos.

Queremos compartir nuestra experiencia, que con aciertos y errores llevamos adelante, con las otras zonales e incitar a los compañeros a hacer cosas que muevan a la gente. Zonal 5 ya se comprometió con sus vecinos, a seguir haciendo cosas por la Escuela Pública, por la zona y por la gente. Y como dice zonal 6: "MIREN QUE SE PUEDE".

9714570

RECIBIMOS Y PUBLICAMOS

"CARTA ABIERTA A GANDINI"

Montevideo,
22 de noviembre de 1997.-

Los abajo firmantes, Maestros agremiados en la Asociación de Maestros (ADEMU-MONTEVIDEO), ZONAL 5 (Cno. Maldonado), queremos comentarle algunas cosas al Sr. Senador.

Primero que nada, una crónica breve de los hechos que motivan esta carta: la Zonal 5 de ADEMU realizó el pasado sábado 22 de noviembre, un espectáculo artístico en Cno. Maldonado y Libia; en los días previos, grupos de maestras y maestros pintaron algunos muros con propaganda hacia el espectáculo, comprando de su bolsillo los materiales, disponiendo del tiempo que acostumbran brindar a su familia, y además, respetando a rajatabla los lugares a pintar.

Para nuestro asombro, a los dos días de eso, 8 de Octubre y Cno. Maldonado aparecieron blanqueados con propaganda de vuestra lista 250. Pero Sr. Gandini, no respetaron a nada ni a nadie, y es por eso que nos preguntamos Senador: ¿la lista 250 piensa que en la escuela pública está todo bien, o es que los carteles agreden los principios de ustedes? Porque, además, en sus pintadas no hay ninguna consigna, tan sólo figura allí el número 250, así que da para pensar que taparon nuestra pintadas al barrer y porque sí. El estilo de confrontación en la propaganda que ustedes plantean, no es ni será nunca el nuestro.

Los Maestros confrontamos con ideas, no con la violencia y mucho menos con la prepotencia de la que hacen gala sus brigadas de propaganda.

Nosotros no nos batimos a duelo, y mucho menos con hamburguesas, simplemente reclamamos nuestros espacios de expresión y el respeto hacia ellos.

Señor Senador, si usted está en contra de los reclamos de los Maestros, o los considera injustos, dígalo claramente, y debata con nosotros. Estamos dispuestos a ir al medio que usted quiera. Pero eso sí: sin patoteros a sueldo ni violencia arrasadora de ningún tipo.

Sin otro particular, lo saludamos atentamente, por Zonal 5 de ADEMU.

Gonzalo Rodríguez, Adriana Suárez, Laura Pacheco, Nelly Méndez, Mónica Schettino, María Sugo, Oscar Olenchuk y Nora Mauro.

LA OTRA CARA DEL JARDÍN Nº 315

En agosto de este año el Jardín Nº 315 de Colón se trasladó a una hermosa casona en la Avenida Lezica. El CODICEN la compró en U$S 135.000. Inspección, Dirección y Docentes estuvimos al margen de cómo y cuando se realizaría la mudanza. Las madres y padres preguntando constantemente pues se crearían tres grupos más. Nosotros dando la cara y diciendo que no sabíamos nada y que llamara al CODICEN. Las respuestas eran de todo tipo.

Dos días antes la Directora (por casualidad) se enteró que nos mudaríamos.

Vino la TV y autoridades y se armó la película para el momento. Se contrató a Casa Jardín para el enjardinado y a una

Se trata de una casa muy linda para una familia numerosa, pero insegura e incómoda para un Jardín de Infantes.

Salones pequeños, falta de seguridad (no hay muros linderos), pocos baños (4 inodoros y 2 piletas para 90 niños en el turno matutino y 120 en el turno vespertino) , balcones, escaleras internas, salas con aberturas pero sin puertas donde los ruidos hacen imposible determinadas actividades (cuentos, conversaciones, etc.) y una auxiliar vigilante (nos dijeron que contratarían una empresa privada para la limpieza, pero todavía la estamos esperando).

Nuestra población no es representativa de Colón (la clase media baja tiene que pagar privados). La mayoría del alumnado proviene de viviendas de emergencia (Lecocq y Albéniz o Pororó) a más de 15 cuadras del Jardín. Consecuencia: bajísima asistencia.

Hace tres años venimos informando la necesidad de crear Jardín y Escuela en esa zona, pero como siempre no fuimos escuchados.

¿Por qué este despilfarro cuando sabemos que esta Reforma no quiere Jardines sino el hacinamiento de niños de Educación Inicial en las Escuelas, creando un caos en todo el sistema de Educación Inicial y Primaria? Tal vez para que creamos que no es así.

Ya no nos venden más espejitos, no nos encandilamos con esta preciosa mansión que es el lujo de la pobreza y está ubicada donde no debe estar, ni acondicionada para el funcionamiento de un Jardín.

Un solo Jardín de la zona fue designado para las inscripciones, los demás centros son Escuelas. Si son inscripciones para nivel inicial ¿por qué se realizan en las Escuelas?

Centralización de inscripciones, adelanto del calendario para traslados, interinatos y suplencias. Ante todo esto si nos citan en febrero, más que decir alerta, es decir no, es un derecho adquirido y debemos defenderlo con nuestra movilización.

Margarita Correa, Ana María Romero, Liria Tabárez, Mónica Montesano, Verónica Revello, Mabel Labin, Susana Caino, Anabella Gurgeh, Catalina Rabelino, Noemí Molina y Mª Susana Imelio

9714570

NOVEDADES SOBRE LA INTEGRACION DE NIÑOS DISCAPACITADOS

En la semana del 10 al 14 de noviembre, concurrí al Seminario-Taller sobre Necesidades Educativas en el Aula.

El día jueves 6, llamaron al Jardín desde la Inspección de Educación Inicial informando sobre dicho taller, pidiendo una Maestra entre 1º y 4º Grado y que pudiese disponer de todo el día, pues este taller era de doble jornada.

Sin saber mucho más me encontré con los demás compañeros del Interior y de la capital en el sede del Instituto Interamericano del Niño. Ahí me enteré que todos fuimos llamados de forma parecida y no teníamos conocimiento de qué se trataba, cuando nos entregaros las carpetas se nos hizo la luz.

El programa empezaba así:

Grupo de Trabajo Interinstitucional sobre Integración Educativa.

Seminario - Taller sobre Necesidades Educativas en el Aula.

Organizan: Instituto Interamericano del Niño (IIN-OEA), UNESCO (OREALC), Ministerio de Educación y Cultura, Consejo Directivo Central, Consejo de Educación Primaria, Consejo de Educación Secundaria, Consejo de Educación Técnico Profesional, Dirección de Formación y Perfeccionamiento Docente de ANEP, Comisión Nacional Honoraria del Discapacitado, Instituto Nacional del Menor, Federación Uruguaya del Magisterio, Sociedad de Maestros Especializados del Uruguay, Plenario Nacional de Discapacidad, Asociación Down del Uruguay, Federación Uruguaya de Asociaciones de Padres.

El mismo se realizó en la Escuela Obra Morquio, el taller fue muy interesante pues nos permitió ver de manera clara qué es lo que se pretende hacer con Educación Especial en esta Reforma Educativa:

El pasaje de los niños discapacitados que pueden ser integrados a las escuelas comunes, la definición del rol que debe cumplir el maestro especial itinerante, el rol del maestro de clase, el rol de la institución escuela, pero por sobre todas las cosas, las tintas se cargan en el maestro común y en su desempeño metodológico.

Haciendo una relectura del material y escuchando la disertación de Cynthia Duk (Psicopedagoga chilena), he descubierto que para ciertos organismos internacionales los culpables de los fracasos de los niños somos pura y exclusivamente NOSOTROS LOS MAESTROS que no hemos dado en la tecla en nuestra tarea diaria frente a los niños. No hacemos buenos diagnósticos, no hemos sabida flexibilizar el curriculum para determinados niños, no empleamos estrategias didácticas, etc., por eso este taller nos propone **"una manera de trabajar"**.

Les cuento que esta forma de **"trabajo"** nació en el año 1988 de un Proyecto preparado por UNESCO "Necesidades Educativas en el Aula" el cual fue preparado por un equipo docente internacional entre ellos Cynthia Duk.

Este equipo cuyo director fue Mel Ainscow (Inglaterra) consideró 3 prioridades para la elaboración de políticas:

1.- Impartir enseñanza obligatoria a todos los niños de la población.

2.- Integrar a los alumnos con discapacidades en las escuelas regulares.

3.- Mejorar la capacitación de los profesores con objeto de concretar las dos primeras prioridades.

El proyecto terminó su fase experimental en 1991 y desde ahí sus integrantes forman un equipo pedagógico internacional que participa en la promoción del mismo en diferentes países, entre ellos el nuestro.

Compañeros, esto no es para asustarnos ni para confirmar lo que se rumorea en los corrillos, pero sí, para analizarlo dentro de esta reforma, Reforma Educativa que se hace teniendo un único eje: el de las economías.

Somos testigos del crecimiento de la matrícula del alumnado de 4 y 5 años en Educación Inicial, no siendo así en los cargos docentes, pues éstos son quitados de todas las áreas del CEP a pesar de que se les llame "reajustes", "racinalización de cargos", "fusión de escuelas", etc..

Por ser del área del De. Inicial y sufrir el deterioro de la misma, es que me pregunto ¿la integración de los niños discapacitados se hace porque verdaderamente se apuesta a un cambio profundo en la sociedad, se busca una sociedad humanista, solidaria, respetuosa de los derechos de todos?, ó. se hace porque ¿la educación de los niños discapacitados es cara para el sistema educativo?

Lilí Lima Cabral
Maestra Especializada en Educación Inicial

Montevideo,
20 de noviembre de 1997

QUERIDAS MAESTRAS Y QUERIDOS MAESTROS.

AMIGOS:

Con particular preocupación he oído los motivos gremiales y pedagógicos que justifican el llamado a Asamblea que realizarán el día de hoy y quiero que reciban a través de estas líneas toda mi solidaridad y mi apoyo. Magros salarios, reducción de cargos, cierre de escuelas o de aulas, superpoblación de clases y deterioro en general de la educación, también atenta contra la lectura, contra nuestros libros y nuestros autores, y nos limitan la posibilidad de soñar que siempre ha sido una manera de aproximarnos a la realidad y cambiarla para mejor.

Reciban un fuerte abrazo y mi compromiso de estar el próximo año como siempre junto a ustedes.

Con mis mejores afectos

Ignacio Martínez

DESDE EL PARANINFO, POR UNA PROPUESTA ALTERNATIVA

Otra jornada memorable se vivió en el Paraninfo. Esta vez nos convocó ADES. "Los profesores tenemos algo que decir" era la consigna. Modesta, justa, sin vanguardismos. Y ese algo era echar a andar el debate con pautas para una reforma popular en la Educación Media. Allí también reflexionó junto a nosotros Mauricio Langon y una compañera de CTERA. La proclama que leyó Alejandro a nombre de ADES cerró el acto que contó con buen marco de docentes y estudiantes. Por considerarla de interés transcribimos algunos fragmentos:

"Al escribir una proclama que además es coincidente con el fin de año lectivo resulta difícil escapar a la tentación de hacer un poco de memoria. Memoria de la buena, de la que enorgullece, de la que permite mirar para atrás sin vergüenza. Memoria que escribió este sindicato cuando entendió a esta reforma educativa como parte de la reforma del Estado. Reforma que en todas sus versiones: seguridad social, educación, pautas económicas solo tiene un objetivo: ajustar. AJUSTE QUE APLICAN MONOLOGANDO, IMPONIENDO, DESINFORMANDO Y CONFUNDIENDO. Productividad, competitividad, calidad, capacitación son los sloganes y después del espacio publicitario más de la misma película: recortes, represión, corrupción". (...)

"Cientos de Asambleas, talleres, reuniones en sindicatos, cooperativas de vivienda, nos encontraron construyendo casi inconscientemente una verdadera reforma. (...)

"Ya lo estamos haciendo, lo dice nuestro "PRIMER BORRADOR DE REFORMA ALTERNATIVA": "dar a los jóvenes posibilidades concretas de búsqueda de identidades personales y colectivas... Y al docente formado, con fuerte autoestima actuando coordinadamente con su colectivo". (...)

"Contamos con ustedes, no nos puede faltar coraje. Vamos a asumir niestro protagonismo con responsabilidad, humildad y lucha. Del otro lado del Plata la Carpa Blanca de los maestros argentinos nos indica un camino. Es parecido al nuestro, no tiene miedo de su memoria y puede mirar con dignidad hacia delante.

Muchas gracias a todos los que han ayudado a que este proceso eche a andar.

NO A ESTA REFORMA EDUCATIVA
NO A LA EXTENSIÓN DE LA EXPERIENCIA PILOTO
NO A LA REPRESION EN LOS CENTRO DE ENSEÑANZA
POR LA CONSTRUCCION DE UN PROYECTO ALTERNATIVO DE EDUCACION PUBLICA, PARTICIPATIVA Y POPULAR.
POR UN PRESUPUESTO JUSTO PARA LA EDUCACION PUBLICA

9714570

HOROSCOPO MAGISTERIAL

ARIES

¡Sonaste! Sos la única en la Escuela que alguna vez tocaste una computadora. ¿Ahora cómo zafás de ingresar miles y miles de datos para "informatizar la administración"? no te preocupes: andá al "menú" y seleccioná "juegos"-"solitario" ¡Qué te diviertas!

TAURO

Te vemos corriendo, subiendo y bajando escaleras. Vas a apuntarte en Especial, Inicial, Adultos, Tiempo Completo, Requerimiento Prioritario, Práctica, etc. El año entrante llegarás a $ 10.000 por mes, pero eso sí, se te irán $8.000 en órdenes, remedios, taxis, internaciones, exámenes, cuidadoras para el nene, rotisería, lavandería. ¡Es que el triple empleo no es muy saludable! Y, entre nosotros, largá el puesto en la feria los domingos.

GEMINIS

Días negros para vos y tu Escuela. El reajuste de cargos acecha sobre ustedes. De todas maneras, los astros muestran a los maestros unidos y firmes contra los reajustes. A propósito, y hablando de reajustes, nuestras más cálidas felicitaciones ya que achicarán dos agujeritos tu cinturón; la "Magisterio Diet" está dando resultados y podrás usar el dos piezas en el verano.

CANCER

Como el nombre de tu signo es la inscripción de preescolares. Luego que se vayan la computadora y los funcionarios, llegará la gente a apuntarse. Deberás recomendarles que se vayan a apuntar al CODICEN.

LEO

¡Albricias! Te designaron locutor en el Acto de Clausura de cursos. Tu voz y tu presencia deslumbrarán a la multitud. Si sos mujer, prepará la túnica tableada y con cinturón que trajiste de "afuera"; si sos maestro, ponete corbata y gemelos.

VIRGO

Los astros no te son favorables. Este astrólogo te ve trabajando en febrero en la Escuela. Andá de sandalias, short y top. Llevá bronceador y una sombrilla. ¡qué verano!

LIBRA

¡Cuidado cuando abras la biblioteca de aula! Fichas acumulativas asesinas intentarán estrangularte. De bronca, las completarás a conciencia. ¡Idola!

ESCORPIO

¡Impresionante! ¡Magestuoso fin de año par ti y los tuyos! Con el medio aguinaldo pasarás unas fiestas navideñas de novela. Te recomendamos caerle a tus viejos de sorpresa: total, con una sidra y dos pan dulces arreglás. Acordate que todo te lo disculpan porque saben que sus maestra. ¡Pobre pero decente, che!

SAGITARIO

El día que recibas este horóscopo, cobrarás el "presentismo" (¿ya pensaste qué va a hacer con tanta guita?). Si así no aconteciera, no te quejes a este astrólogo. Dirigite a ventanilla 11,, Presupuesto y Licencias, o a Heber Pinto.

CAPRICORNIO

Tu traslado no es recomendable. Sos muy valiosa en tu Escuela y el irte de allá afectará negativamente tu vida. Además, el amor te espera siempre (siempre y cuando no te borres).

ACUARIO

Lleva sal de fruta o bicarbonato a la comida de fin de año. La mayonesa del "Sudamérica", el pollo de "La Cantina", o los guitarreros de "Capa Calé" te caerán mal. Mejor celebren con barquillos rellenos en la propia Escuela (y "Caribeño").

PISCIS

Deberás ir al boliche a buscar unos "carneces" que el padre de dos alumnos tuyos tienen retenidos, porque los hijos no merecen las notas que les ponés. ¡Es que los gurises son unos "craces"!

★★★★★★

FUTBOL 5

NOS ROMPIERON EL INVICTO

Y sí, ya habíamos durando casi tres años sin derrotas, pero nos llegó la hora (¡snif! ¡buaaa!). Los "Pudremedias Magisterio FC" fueron vencidos por Estaciones Ancap en cifras de 12 a 9 en un partidazo reñido hasta el final.

Pero la derrota no fue obstáculo y nos repusimos venciendo a la "Universidad ORT" por 20 a 9 en una demostración de fúbol-arte cuasi ballet.

El viernes pasado, por fin, se concretó el partido entre el campeón interestatal, el Club de Funcionarios de Primaria y el campeón intergaláctico "Pudremedias Magisterio FC".

FINANZAS DEL MES DE SETIEMBRE

SALDO DE AGOSTO	$	232.159,29
INGRESOS		
1. Aportes Gremiales	$	82.112
2. Aportes en Sede	$	500
5. CASMU jubilados	$	31.252
6. Aporte Periódico	$	133
8. Reintegro de haberes	$	250
14. Otros	$	1.149
TOTAL	$	115.396
EGRESOS		
1.Sueldos	$	15.888
2. Imprenta	$	16.820
4. Art. Oficina	$	1.452,50
5. Local	$	11.478
6. Local (art. Limpieza)	$	725,60
7. Diarios	$	685
8. Solidaridad	$	6.771
9. Asamblea Propaganda	$	6.490
10 Casmu	$	32.834
14 Otros	$	2.037,50
TOTAL	$	95.181,60
PASA A OCTUBRE:	$	253.342,69

014
9714570

CARTELERA

ENCUENTRO TALLER

Sábado 6 de diciembre de 1997 de 9 a 13 hs.

MOVIMIENTO DE EDUCADORES PARA LA PAZ

Sala Maggiolo - Facultad de Derecho

Programa:

HORA 9:00-

INFORME DE COMISIONES DE TRABAJO

Ciudad educadora (IMM, INTENDENCIA DEL INTERIOR)

Acciones en los sistemas formal y no formal.

Medio masivos de difusión.

Cátedra UNESCO de Cultura de Paz (Universidad)

HORA 10:30-

TRABAJO EN TALLERES

Papel y manejo del conflicto en la convivencia.

Qué es, para qué y cómo educar en Derechos Humanos.

Qué valores sustentan una concepción de Educación para la Paz.

Democracia. Una creación humana a llenar de contenido.

Cómo desarrollar el principio de antibelicismo.

INSTITUTO CUESTA-DUARTE (PIT-CNT)

comunica nuevo curso a dictarse por docentes de la Escuela "LAZARO PEÑA" del 2 al 20 de marzo de 1998.-

Algunos temas a abordar:

* El arte de la escucha
* El liderazgo y la motivación
* El líder como orador
* El liderazgo y la comunicación efectiva
* La ofensiva antisindical

Matrícula de $ 400 para cubrir los gastos

Plazo de inscripciones y pago de Matrículas: 30/1/98

FUCVAM

organiza un festival en el Teatro de Verano "Ramón Collazo", el sábado 6 de diciembre, con la participación del argentino Víctor Heredia y la popular murga uruguaya Araca La Cana.

Este festival se hará a beneficio del HOGAR ESTUDIANTIL DE FUCVAM.

La Asamblea General de Folklore, A.G.F., organiza el

7º FESTIVAL "FOLKLORE EN NUESTRO TIEMPO"

a realizarse en el

PABELLON DE LA MUSICA EN EL PARQUE RODO.

del 11 al 14 de diciembre a partir de las 19 horas.

En el marco de dicho festival se realiza también el

3º CERTAMEN DE DANZAS Y BAILES TRADICIONALES DE URUGUAY.

ASAMBLEA GENERAL DE AELAC

VIERNES 5 - HORA 19

LOCAL DE FENAPES

(Juan Carlos Gómez 1459)

SALIO "VOCES" Nº 2.

LA REVISTA DE AELAC

EDUCACION, POLITICA Y SOCIEDAD

Miguel Soler - Chabela Ivaldi - Reportaje inédito a Paulo Freire

«ARCILLA»

El programa de los maestros de Montevideo, ahora cambió de día y hora:
Los DOMINGOS a las 13 y 30 en

CX 36 CENTENARIO

Escuchala, Informate, Participá...

...A SEGUIR ALERTAS:

- **¿Qué pasa con el Comienzo de los Cursos?**
- **¿Qué pasa con Cursos de Post Grado?**

BRINDIS de DESPEDIDA del AÑO

Sidra, Empanadas y Discoteca

En CASA del MAESTRO

Viernes 19 de Diciembre 20:00 horas

016/16

9714570

Nº DOCUMENTO 9714571
TITULO Cambios en el Ejercito
PROCE 150024
FEC 1-11-97
VI 66960 -
11163 -
508227 -

CAMBIOS EN EL EJERCITO

Balza decidió mover el tablero

Está diseñando la nueva cúpula de la Fuerza • El actual número dos pediría el retiro y asumiría en su lugar el general Laiño • Balza también pasaría a retiro a otros cinco generales y ascendería a otros tres

El jefe del Ejército, teniente general Martín Balza, decidió sacudir el tablero y está a punto de designar a la nueva cúpula de la Fuerza, la que lo debería acompañar hasta su retiro que, presume, se concretará cuando finalice el gobierno de Carlos Menem.

Aficionado al ajedrez, Balza ya dio muestras de que suele ir una jugada adelante del resto del mundo militar, incluidos los ministros de Defensa que le tocaron en suerte durante los seis años que lleva como jefe del Ejército.

Un dato basta como muestra. A principios de mes pasado, Balza visitó en el mayor de los secretos al Presidente en la Casa de Gobierno. Cuando se encontró con Menem, el general dijo que venía a presentarle la renuncia, con la intención de dejarle las manos libres al Presidente para que organizara a su gusto la nueva estructura del Ejército.

Tal como preveía Balza, Menem no lo dejó terminar y le confirmó el deseo de que el general lo acompañe al frente de la Fuerza hasta que termine el mandato presidencial, en 1999.

Con semejante aval Balza comenzó a evaluar ascensos y retiros de generales. Y ahora, en su despacho del tercer piso del Edificio Libertador, sede central de la Fuerza, el general está terminando de afinar la nueva estructura que tendrá el Ejército. Luego la presentará, para su aprobación, al ministro Jorge Domínguez.

Con este cambio, Balza también pasará a retiro a un grupo de alrededor de cinco generales –todavía no está cerrada la grilla definitiva– y pedirá el ascenso de tres generales de brigada. Entre estos últimos se destaca el actual secretario general del Ejército, Ernesto Bossi, sobre quien Balza suele descargar el tratamiento de los temas más sensibles de la Fuerza.

Para Bossi hay dos alternativas. Que siga al frente de la Secretaría General o que sea trasladado al lugar que actualmente ocupa Laiño.

Pero si bien la designación del general Zabala en el estado Mayor Conjunto aceleró los tiempos de Balza, en la Fuerza Aérea sólo originó algunos resquemores contra esa decisión del ministro Domínguez. Es que los aviadores confiaban en que un brigadier y no un general sería designado en ese cargo, como indica el tradicional sistema de rotación que las Fuerzas Armadas respetan para alternarse en la conducción de ese organismo. □

9714571

01-02

A principios de octubre, Balza le presentó la renuncia a Menem y el Presidente la rechazó

Balza movió sus piezas luego de que Menem confirmó esta semana al general de División Carlos Zabala como jefe permanente del Estado Mayor Conjunto. Zabala había sido designado en forma interina cuando su antecesor, el almirante Jorge Enrico, presentó su renuncia, enojado con Domínguez.

Zabala ahora debería ser ascendido a teniente general y, por lo tanto, los generales de división que son más antiguos que él, según la tradición, pasarán a retiro. Es el caso del actual número dos del Ejército, general de División Máximo Groba, quien ya habría hecho pública su decisión de jubilarse, según dijeron a Clarín fuentes militares.

Balza, a quien se le adjudica cierto descontento con la gestión de Groba, encontrará un casillero vacío que, seguramente, lo llenará con la figura del actual director de Estado Mayor del Ejército, general de División Aníbal Laiño.

Mencionado con frecuencia como el heredero que Balza sueña, Laiño posee reputación intelectual dentro y fuera del Ejército, quizá por su antiguo paso por las aulas francesas de la Sorbona.

Los nombres de los generales Zabala y Laiño fueron los más mencionados durante los últimos años a la hora de buscarle un sucesor a Balza. Ahora, de los dos, sólo quedó en carrera Laiño, quien desde su eventual designación como número dos del Ejército tendría inmejorables posibilidades de convertirse en el futuro jefe de la Fuerza.

02-02.

9714571

Nº DOCUMENTO 9714572
TITULO Fuerza aérea invierte [illegible] material de seguridad para aeropuertos.
PROC 008593
FECH. 7-11-97
VINCU 66960
11163
508225

XG0678

R ECOBT 11-07 00210
mun exq icx

ARGENTINA-AERONAUTICA
FUERZA AEREA INVERTIRA 230 MILLONES DOLARES HASTA EL 2002

Buenos Aires, 7 nov (EFE).- La Aeronáutica militar argentina invertirá en los próximos cinco años 230 millones de dólares en equipamiento para la seguridad en los aeropuertos y el tráfico aéreo e infraestructura, anunció hoy el comandante de Regiones Aereas de la fuerza, brigadier mayor Roberto De Saa.

El militar dijo en rueda de prensa que al mejorar la infraestructura de los aeropuertos y adquirir equipos de última generación en comunicaciones, meteorología y salvamento, Argentina se pondrá "a la altura de los países con mayor seguridad aérea en el mundo".

El proyecto, presentado al gobierno hace dos semanas, contempla fuentes de financiación propias, como parte de la recaudación por impuestos que cobra la Fuerza Aérea, además de aportes gubernamentales, señaló De Saa.

El plan "acompaña el proceso de concesión de las estaciones aéreas a empresas privadas y el plan de instalación de radares, y especialmente apunta a dotar de infraestructura y equipamiento necesario a los aeropuertos que no participan en el proceso de licitación", añadió.

De Saa indicó que este año se han invertido 120 millones de dólares en infraestructura y seguridad, lo cual se completará con las inversiones previstas para los próximos cinco años. EFE
ee/mlb/hm

11/07/14-01/97

01-01.

9714572

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
SECRETARIA
ARCHIVO

TFP informa

PLINIO CORRÊA DE OLIVEIRA

INCANSABLE LUCHADOR POR LA LIBERTAD DE CUBA

Al cumplirse el segundo aniversario del fallecimiento del añorado Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, fundador de la gran familia de almas de las TFPs, el prestigioso matutino "Diario de las Américas" de Miami, EE.UU., publicó con destaque un artículo del Prof. Roberto de Mattei, historiador italiano y profesor de Historia Moderna en la Universidad de Cassino, Italia. Es autor también de la biografía "*Il Crociato del XX secolo: Plinio Corrêa de Oliveira*" (Editora Piemme, Italia, 1996). Reproducimos aquí dicho artículo como homenaje a quien fue en vida, y continúa siendo, modelo y guía para la familia de almas de las TFPs en su lucha en defensa de los principios de la Civilización Cristiana.

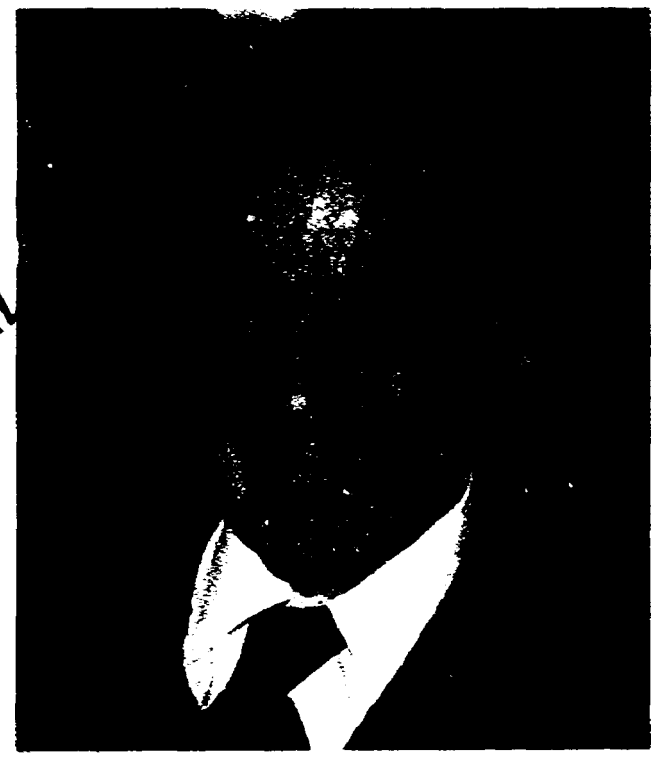


Foto: Fernando Montero

El 3 de octubre se conmemora el segundo aniversario del fallecimiento del Profesor Plinio Corrêa de Oliveira, eminente pensador católico, brillante hombre de acción, destacado defensor de la causa de la libertad de Cuba, y fecundo colaborador del "Diario de las Américas" durante décadas.

Su excepcional personalidad, que frecuenté y estudié personalmente, me llevó a dedicarle una biografía, "El Cruzado del Siglo XX", con un prefacio del Emmo. Cardenal Alfons Stickler, quien define a Plinio Corrêa de Oliveira con las siguientes palabras: "*Con la coherencia de su vida de auténtico católico, Plinio Corrêa de Oliveira nos ofrece una confirmación de la fecundidad de la Iglesia. Las dificultades de los tiempos son, efectivamente, para los verdaderos católicos, ocasiones de afirmar la perennidad de los principios cristianos. Fue lo que hizo el eminente pensador brasileño, manteniendo alta su fidelidad irremovible al Magisterio y a las ins-*

0011/6

9714573
14 ENE. 1998

tituciones de la Iglesia".

Para poder escribir una síntesis biográfica, tuve que enfrentar las dificultades inherentes a la amplitud de la vida y de la obra del Dr. Plinio, de tal modo gigantesca que parece inagotable.

Lo que sucede actualmente en Italia, mi Patria, así como en otros países de Europa e Iberoamérica, es un fenómeno nuevo

y un poco misterioso. Alrededor de la figura del Dr. Plinio, hasta ahora conocido por su producción intelectual, va formándose una nueva reputación. Es considerado, más que un pensador o un gran líder, un verdadero maestro espiritual, un modelo de vida.

¿Por qué? Por el hecho de su vida pública, con la coherencia entera que observamos en ella, es la confirmación de su vida particular. El Dr. Plinio encarna profundamente, a nuestros ojos, el ideal del reino de Cristo por María. El mundo tenía necesidad del reinado social de Jesús, fundado en la vida de oración, tal como ha sido auspiciado por tantos pontífices pasados y recientes.

Soy romano de nacimiento y me conmueve profundamente la proclamación que el Dr. Plinio siempre hizo de su romanidad, entendida en cuanto catolicidad. Vi la inscripción que, por expreso deseo suyo, fue colocada en su tumba: *Varón católico, todo apostólico, plenamente romano*.

Este amor a la Santa Iglesia Romana me une profundamente, tanto a él cuanto a su obra.

En el estudio de su vida me impresionaron particularmente sus esfuerzos en pro de la causa de la libertad de Cuba. En mi libro abordo uno de esos lances, que me permito recordar pues adquiere especial relieve desde una perspectiva histórica.

En 1974, en ocasión de un viaje a Cuba, Mons. Casaroli había afirmado que *"los católicos y, en general, el pueblo cubano, no tiene la menor dificultad con el gobierno socialista"*.

Ante este y otros hechos similares de la entonces llamada "ostpolitik vaticana", Plinio Corrêa de Oliveira escribiría un documento en el cual dejaría traslucir al mismo tiempo todo su amor a la Iglesia, toda su veneración por el Papado, y su acendrado rechazo al comunismo *"intrínsecamente perverso"*.

Plinio Corrêa de Oliveira concluía su histórico documento con una emocionante afirmación de fidelidad al Papado: *"Con este acto filial decimos al Pastor de los Pastores: nuestra alma es Vuestra, nuestra vida es Vuestra. Ordénanos lo que quieras. Sólo no nos pidas que crucemos los brazos delante del lobo rojo que ataca. A esto se opone nuestra conciencia"*.

Este episodio habla elocuentemente sobre la atracción –obviamente de carácter sobrenatural– que la simple referencia a Fátima despierta en todo el mundo.

Esto explica en gran medida el impresionante éxito de un pequeño libro editado por primera vez en Brasil en 1967, por ocasión del cincuentenario de las célebres apariciones de Nuestra Señora en Portugal. Su autor, el Ing. Antonio Augusto Borelli Machado, es socio de la TFP brasileña.

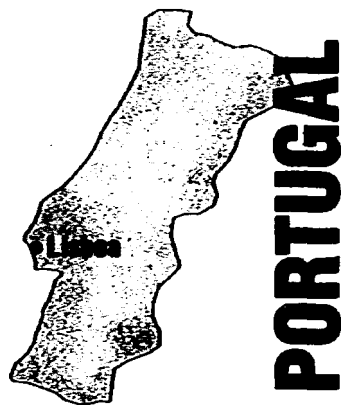
El libro fue concebido para entregarle al lector común lo esencial de las apariciones y del Mensaje de Fátima, bien como los posteriores desdoblamientos que las apariciones ocasionaron. Es una síntesis muy feliz de los principales sucesos que ocurrieron en Fátima y a propósito de Fátima.

Es muy conocida la advertencia de la Santísima Virgen, en una de las apariciones en Fátima, de que *"Rusia esparcirá sus errores por todo el mundo"*, que siempre fue entendida como refiriéndose al comunismo y socialismo, de donde resultaba en una confirmación para los católicos de la nece

ORIGINAL

002

Fátima es un nombre especialmente bendecido. Cierta vez el Obispo de Leiria –diócesis donde se encuentra Fátima– participaba en una reunión que se llevaba a cabo fuera de su país. Al ser mencionado que él se encontraba presente, el público se movió ruidosamente. Todos querían saber quién era el Obispo de Fátima...



Intensa actuación de la TFP en calles de Montevideo e Interior

sidad de oponerse a dichos errores.

Del libro del Ing. Borelli ya fueron hechas 156 ediciones, totalizando 3.366.000 ejemplares, publicados en 23 países.

Con la finalidad de hacer llegar al mayor número posible de interesados este magnífico trabajo, la TFP ha adoptado un moderno sistema de distribución, ofreciendo directamente al público un volante que invita al lector –atraído por la mirada de la magnífica estampa de una de las imágenes peregrinas de Nuestra Señora de Fátima– a pedir un ejemplar del libro.

ORIGINAL

Dos aspectos de la campaña de distribución del volante en nuestra capital.

Fotos: Fernando Montero

Tocadas así por la gracia –que por así decir, brota de la fisonomía de la imagen– muchas personas comienzan una correspondencia activa con la dirección de la campaña.

Miles de volantes han sido entregados en las calles de nuestras ciudades siendo recibidos con interés y agradecimiento. No es raro transeúntes, después que lo reciben y se interiorizan de qué se trata, dirigirse a alguno de los cooperadores de la TFP para pedirle más volantes para parientes y conocidos.

A los comentarios ya clásicos cada vez que la TFP sale a las calles, de *"¡qué bueno verlos en las calles de nuevo!"* y *"¡Magnífico, otra vez en las calles Uds.!"*, en esta oportunidad se suman dichos como, *"Cómo da ánimo ver católicos en las calles haciendo esto"*, o entonces, *"Como está la humanidad, esto es lo mejor que pueden hacer. Llamar la atención sobre el mensaje de la Virgen"*.

Ya han sido distribuidos más de 20.000 volantes, y la TFP espera en breve llegar a los 100.000 difundidos en nuestro país.

E 003

9 7 1 4 5 7 3

ANALISIS

TFP alerta contra peligro de los llamados "Sin Tierra"

Como rayo en cielo sereno, la inesperada invasión de tierras particulares brasileñas pegadas a nuestra frontera por parte del movimiento izquierdista de los llamados "sin tierra", dejó sorprendida y alarmada a la opinión pública nacional.

En efecto, el uruguayo medio, y en particular el que vive en el Interior, quedó sorprendido ante la organización casi militar y la abundancia de medios de los que se presentan como un mero grupo de desposeídos. Pero causó especial alarma las inusitadas y furibundas declaraciones de líderes estatales riograndenses de dicho movimiento, que sin embarazo amenazaban propagar el clima de agitación e inseguridad a nuestro país. Dionilson Marcón, el principal dirigente de los "sin tierra" del estado de Río Grande do Sul comentó que: *"El MERCOSUR no existe sólo para que la burguesía haga negocios. Los trabajadores del MERCOSUR también tienen que organizarse"*. Y *"advirtió que el vecino país necesita también de una reforma agraria y que ya se mantienen contactos a nivel de entidades similares en territorio uruguayo"* (Cfr. "El País", 19/8/97).

Observadores de la realidad nacional constataron con preocupación que estas amenazas podrían constituirse en una nueva fuente de intranquilidad para nuestro otrora calmo Interior, que sumado a la ola

"Sin Tierra": Nueva maniobra de la Izquierda

La Sociedad Uruguaya de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad – TFP viene analizando preocupada y aprensiva las tomas ilegales de predios agropecuarios que están ocurriendo en Brasil, cerca de la frontera con nuestro País.

En efecto, con apoyo en una sorprendente infraestructura intelectual y material, los llamados "sin tierra" –pero que cuentan con gigantescos camiones, flotas de modernos ómnibuses, tractores, automóviles, camionetas, celulares, carpas, etc.– invaden estancias y dan muestras de poseer una organización y una disciplina militares, de operar de acuerdo a un plan y con conocimiento de estudiadas estrategias de invasión y de desarme moral, así como de poner en "jaque mate" a los legítimos propietarios, a la Fuerza Pública y a la Justicia brasileñas.

Un somero análisis de estos hechos lleva al convencimiento de que no se trata de la actitud desesperada e irreflexiva de quienes, apremiados por la necesidad y creyendo que injustamente les está siendo negado el acceso a un pedazo de tierra para trabajar, ocupan violentamente un campo. No. Por el contrario, se trata de la acción fría, calculada y planificada de un grupo ideológico de izquierda marxista que usa a verdaderos o falsos "sin tierra", capitaneados por profesionales de la agitación, como un ariete para embestir contra el orden social basado en la propiedad privada y la libre iniciativa.

Las declaraciones de sus dirigentes no dejan dudas al respecto. La frialdad del movimiento no es, como se podría creer, atender la demanda de tierras por parte de desheredados de la fortuna, sino una meta ideológica radical de reforma social, de castigo al propietario y de eliminación de la propiedad privada, de control social de las libertades individuales y de sustitución de la sociedad de consumo. Para lo que cuentan con el generoso apoyo de los organismos internacionales, de la izquierda mundial y de cierta prensa, como siempre.

Los uruguayos debemos comprender y estar alertas. Estos hechos que ocurren a dos pasos de nuestra frontera no son apenas –y tal vez ni siquiera principalmente– un problema de Brasil.

ORIGINAL

004 9714573

de delincuencia que ya azota varias capitales departamentales y a los hasta hace poco desconocidos "paros cívicos", cambiarían a fondo el perfil característico del conservador y sereno campo oriental.

En ese sentido la TFP juzgó necesario emitir un comunicado en el que se hace un llamado de alerta contra este nuevo peligro para la paz y tranquilidad de nuestra nación. A continuación les ofrecemos a nuestros lectores dicho comunicado, que fue recogido en las páginas de varios órganos de prensa del Interior de nuestro país.

Sin ser aún un problema uruguayo ya constituyen, sin embargo, una preocupación para nuestro país. En los albores del tercer milenio los países no se pueden considerar islas impermeables a los problemas de sus vecinos. Por otra parte, en esta era de Mercosur y de globalización sería una ingenuidad creer que la izquierda, que siempre actuó como una internacional, no tuviera intenciones de globalizar este conflicto. El propio movimiento de los "sin tierra" ya tuvo la osadía de advertir a nuestro País sobre la necesidad de una reforma agraria en Uruguay. (Cfr. "El País" 19/8/97).

La TFP pide a nuestra Cancillería que prevea con antecedencia y tome las medidas diplomáticas del caso frente a la posible internacionalización de los "sin tierra". No habiendo conseguido en Brasil el apoyo popular que esperaban, es muy posible que estén queriendo provocar un conflicto internacional para llamar la atención sobre sí y de este modo salir del *impasse* en que se encuentran.

Ser previsores y vigilantes en estos momentos es evitar males mayores y difíciles de erradicar en el futuro.

Montevideo, 13 de setiembre de 1997
80 años de la 5ª aparición de Ntra. Señora en Fátima.

MUNDO EN CRISIS

Fraile "progresista" deshace mito de izquierda con raíces populares

Uno de los mitos que la izquierda en general, apoyada por determinados medios de comunicación, más se obstina en mantener vivo en la creencia de la Opinión Pública, es que el sector de la sociedad más receptivo a sus tesis igualitarias es el de las clases populares. Y, en consecuencia, sería entre ellas que socialistas y afines tendrían su principal arraigo. Por lo tanto, siempre según esta mitología de determinada *mídia*, las clases populares serían refractarias y hasta hostiles a todo lo que fuese elitista.

En un interesante artículo para el órgano brasileño "Imprensa" de setiembre de este año, una de las figuras de más destaque del ala izquierdista del clero católico de ese país, el tristemente célebre Fray Betto (preso en la década del '60 por su complicidad con la guerrilla marxista) afirma exactamente lo contrario y señala *que "el dilema de la izquierda es cómo enraizarse en las clases populares".*

En el artículo, titulado "Che Guevara, un fenómeno de *mídia*", el fraile dominicano y "eminencia parda" del PT (Partido dos Trabalhadores) comenta: *"La izquierda latinoamericana se mueve hoy en la imponderable vereda que corre entre las márgenes representadas por Salvador Allende y Ernesto 'Che' Guevara. La derrota de los movimientos guerrilleros hace que el ejemplo del 'Che' subsista como símbolo de contestación al neoliberalismo y de radicalidad en la lucha por la justicia. Entretanto, en la actual coyuntura, el camino de las armas parece sólo conducir al suicidio físico y político".*

"El dilema de la izquierda es cómo enraizarse en las clases populares, tan vulnerables a la ideología de las élites", afirma el fraile progresista con conocimiento de causa. *"Es preciso... abrazar las nuevas banderas, como ecología, feminismo, negritud y la cuestión indígena".*

Infelizmente, ponderables sectores de la Opinión Pública aún se mantienen en el engaño de la popularidad de la izquierda. Para uno de los elementos de proa de la izquierda "católica" lo evidente es exactamente lo contrario.

En la foto Fray Betto dialoga con Lula en el transcurso de un acto.

ORIGINAL

Suplemento de LEPANTO
Organo oficial de la Sociedad Uruguaya de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad
Redactor Responsable:
Dr. Alberto Arcos Pérez
Redacción:
Javier de Viana 2384
Tel. / Fax: 409 8256 - CP 11200
Montevideo
Imprimió:
La Imprenta.
Dep. Legal: 256.111/97

9714573
8.005

Jóvenes son atraídos por acción de la TFP

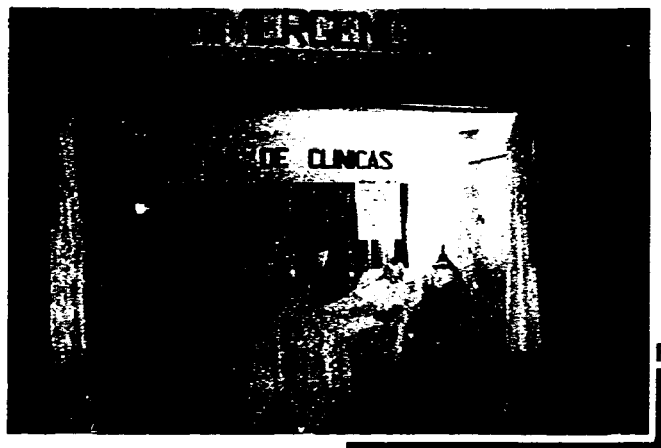
Juntamente con la acción de esclarecimiento de la opinión pública nacional a través de sus ya célebres campañas en las calles, la TFP mantiene otra actividad, quizás menos conocida por ser menos pública, pero que entre tanto no tiene menor importancia.

Es el permanente trabajo junto a los jóvenes. Con razón se considera que la juventud de un país constituye su futuro y por eso se comprende que una sociedad preste toda su atención a la buena formación de los jóvenes.

Consciente de que los estudiantes y adolescentes de hoy en día, gravemente influenciados por la llamada "civilización de la imagen", requieren formas más ágiles de exposición para ser atraídos, la TFP ha sabido adaptar sus métodos didácticos a dichas necesidades.

Es así que las decenas de muchachos entre 15 y 20 años de edad que han participado a lo largo de este año en las reuniones semanales que para ellos realiza la TFP en su sede social se han entretenido con obras de teatro representadas por nuestros jóvenes cooperadores, audiovisuales, debates, etc., a lo largo de los cuales se van levantando de forma amena los más variados temas doctrinarios.

De esta manera la TFP continua colaborando en la importante formación de principios de nuestra juventud.



Fotos: Fernando Montero

Momentos amenos vividos por los jóvenes mientras presencian las obras de teatro.

TFP hace llegar a manos de Obispos y Diputados estudio sobre clonación

Entre las materias a ser debatidas en el Parlamento nacional en breve se encuentra un proyecto de ley referente a los trabajos de manipulación genética, y más precisamente sobre la llamada clonación.

La atención del Parlamento ha sido llamada esta problemática pues evidentemente la misma tiene una importante repercusión moral que afecta a toda la población, y muy especialmente a la fundamental institución de la familia.

En vista de esto, la TFP juzgó oportuno hacer llegar a las manos de numerosos Obispos y sacerdotes, así como de diputados y senadores de las diversas corrientes de los partidos tradicionales un esmerado estudio sobre el tema de autoría del médico brasileño, Dr. Murillo M. Galliez.

El Dr. Galliez es responsable por la página médico-científica de la revista "Catolicismo", y el presente estudio fue difundido como separata de la mencionada revista, en julio pasado. Además el Dr. Galliez es socio de la TFP brasileña y dirige la Comisión de Estudios Médicos de la misma entidad.

En este trabajo, basado en una amplia bibliografía, el médico norteño demuestra como por detrás de este aberrante método de reproducción hay un deseo de transformar el mundo para apartarlo cada vez más del plan de Dios.

La TFP coloca a disposición de los lectores que se interesen por el estudio del Dr. Galliez, copias del trabajo ya traducido al español. Puede ser solicitado por teléfono o fax a nuestro número o por carta y con placer le haremos llegar la copia.

ORIGINAL

9714573

006/6

Nº DOCUMENTO 9714574
TITULO Argentina aliado extra OTAN de EE.UU.
PROCEDENCIA 518593
FECHA 11-11-97
VINCULA... 66960
11163
OTAN
65890 - 11164 - 11398 -

XM2248

U POXBT 11=11 00358
mun exg icx

ARGENTINA-EEUU (Ampliación)
MINISTRO DEFENSA ANUNCIA ARGENTINA ES ALIADO EXTRA OTAN EEUU

Buenos Aires, 11 nov (EFE).- El ministro argentino de Defensa, Jorge Domínguez, anunció hoy que su país se convirtió "automáticamente" en aliado extra OTAN de Estados Unidos, al no haberse producido objeciones a la notificación enviada hace 30 días por el presidente Bill Clinton al Parlamento de su país.

"Pasado ese plazo, si no hay oposición del Congreso, queda automáticamente aprobada" la moción, dijo Domínguez, quien afirmó que los 30 días ya pasaron "y no ha habido ninguna objeción".

"Hoy podemos decir que Argentina ya se constituye en un aliado extra OTAN de Estados Unidos", afirmó el ministro al regresar de Brasil, a donde acompañó al presidente del país, Carlos Menem.

El gobierno argentino aclaró recientemente que la alianza extra OTAN con Estados Unidos no modificará el equilibrio bélico en el Cono Sur americano, sino que fortalecerá a esta región.

"Detrás de esta alianza no existe ninguna posibilidad de desatar una carrera armamentista ni compromiso mutuo de ayuda en caso de un eventual conflicto bélico", indicó Dominguez cuando Clinton presentó el proyecto en el Parlamento de su país.

Añadió que se trató de "una propuesta unilateral" de Estados Unidos, que aceptó Argentina, "tras hacer las consultas del caso" con los otros países del área.

Según el gobierno, esas naciones están al tanto de los planes de reequipamiento de las fuerzas armadas argentinas, que para ello contarán con un presupuesto de 200 millones de dólares anuales, durante los próximos cinco años.

Se estima que Argentina podrá acceder con mayor facilidad a programas de entrenamiento militar y a la compra de armamento convencional, al tiempo que sus empresas podrán intervenir en las licitaciones de compra del Departamento de Defensa de Estados Unidos.

De hecho, la Fuerza Aérea recibirá cinco aviones "Skyhawk A4" el mes próximo, otros tres en marzo de 1998 y después uno por mes hasta completar los 36 recientemente comprados.

Nueve de los aparatos serán reacondicionados en una planta de la empresa Lockheed en Estados Unidos y los otros 27 en la fábrica militar de aviones de la provincia argentina de Córdoba, que en 1995 fue traspasada a esa industria aeronáutica. EFE

ee/mpv/jpg

11/11/16-32/97

01-08

9714574

XA6438

R POXBT 11-09 00469
icx mun exg

ARGENTINA-EEUU
ARGENTINA SERA MAÑANA ALIADO NO MIEMBRO OTAN DE EEUU

Buenos Aires, 9 nov (EFE).- La designación de Argentina como aliado no miembro de la OTAN de Estados Unidos entrará en vigor de forma automática mañana, lunes, al cumplirse el plazo obligatorio de 30 días para que los congresistas del país objetaran el estatuto, informaron hoy fuentes oficiales en Buenos Aires.

La iniciativa del Gobierno del presidente estadounidense, Bill Clinton, fue presentada a consideración del Capitolio hace un mes, pero, vencido el plazo para presentar las impugnaciones, su entrada en vigor es automática, explicaron los portavoces.

El presidente argentino, Carlos Menem, había planteado a Clinton la posibilidad de ser un aliado "extra OTAN" de Estados Unidos durante el viaje que efectuó a Washington en diciembre pasado, lo que fue aceptado por el anfitrión.

La proposición fue remitida por Clinton al Capitolio el 9 de octubre pasado y, a pesar de que legisladores de los partidos Republicano y Demócrata se oponían a ese estatuto al considerar que podría provocar un desequilibrio militar en la región, no se hicieron objeciones de fondo que hicieran peligrar la designación.

Muchos de ellos fueron convencidos de no votar en contra con la promesa de que se trataba fundamentalmente de un reconocimiento político, aseguró hoy la agencia privada "DYN".

Durante una visita oficial a Argentina en octubre pasado, Clinton reiteró su apoyo a esa fórmula como parte de un proceso de alineamiento de la nación suramericana con Estados Unidos, que se inició al comienzo de la gestión de Menem, en 1989.

Los pasos principales fueron la participación de buques militares en la fuerza de intervención de Estados Unidos contra Irak en 1991, la desactivación del proyecto del misil "Cóndor II" y los ataques de Menem contra Cuba, que se repitieron ayer, sábado, durante la VII Cumbre Iberoamericana celebrada en Isla Margarita (Venezuela).

El ministro argentino de Defensa, Jorge Domínguez, consideró que ese nuevo vínculo con Estados Unidos "es un reconocimiento político a la actuación de nuestro país en el plano internacional y a su participación en misiones de paz".

"La condición de aliado no nos quita la libertad de decisión. No estamos comprometidos a involucrarnos con tropas", aseguró Domínguez en unas declaraciones que publica hoy el diario bonaerense "La Nación".

La prensa argentina recuerda hoy que el anuncio de la medida provocó objeciones por parte de Chile, al considerar que puede alterar el equilibrio militar en el Cono Sur del continente.

Entre otros alcances, el estatuto permite la participación de empresas de países aliados no miembros de la OTAN en algunas licitaciones del Departamento estadoundiense de Estado.

También autoriza a la transferencia de material de defensa excedente bajo ciertas condiciones y concede prioridad para la compra de material militar sobrante de ese país, aunque no confiere por sí mismo acceso a sistemas de armas avanzadas. EFE

ORL/LTM/mlr

11/09/15-12/97

9714574

02-02

Nº DOCUMENTO 97-145-76
TITULO Nuevo Jefe en el Estado Mayor Conjunto
160024
14-11-97
66960
11163
508218

Argentina: nuevo jefe de Estado Mayor Conjunto prestó juramento

Buenos Aires (Xinhua) - El presidente argentino, Carlos Menem, tomó juramento al nuevo jefe de Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas, general de división Carlos María Zabala.

Zabala reemplaza en esa función al almirante Jorge Enrico, quien presentó su solicitud de pase a situación de retiro el 21 de agosto por no compartir la nueva reestructuración impulsada por el ministro de defensa, Jorge Domínguez, informó la prensa local.

Zabala, quien era subjefe del organismo, pertenece al arma de infantería, egresó del colegio militar de la nación y entre los distintos que le tocó cumplir fue comandante de los cascos azules de las Naciones Unidas en Croacia y agregado militar en los Estados Unidos.

Asistieron hoy al acto de juramento el jefe del gabinete, Jorge Rodríguez, el presidente interino del Senado, Eduardo Menem, y el titular de la corte suprema de justicia, Julio Nazareno. También estuvieron presentes los Ministros del Gabinete y los Jefes de las tres fuerzas armadas del país.

01-01

9714576

DP0813

R POXBT 11-20 00232
amt ic×

ARGENTINA-FUERZAS ARMADAS
MENEM PROMETE AUMENTOS SALARIALES PARA LOS MILITARES

Buenos Aires, 20 nov (EFE).- El presidente argentino, Carlos Menem, prometió hoy un aumento salarial para los miembros de las Fuerzas Armadas, una medida que reclamaba desde hace varios años el sector castrense.

"Quiero reconocer la necesidad de presentar en el corto plazo, tal como lo estipula la ley de reestructuración de las Fuerzas Armadas, un plan de recomposición salarial", dijo Menem después de asistir a una ceremonia oficial, que contó con la asistencia de la plana mayor del Ejército.

El acto consistió en la clausura del curso de orientación para comandantes de brigadas y jefes de unidades de la fuerza terrestre, y se celebró en la sede del Ministerio de Defensa.

Si bien, el presidente no precisó el porcentaje de incremento salarial ni la fecha en la que entrará en vigor la medida, el mensaje fue bien recibido en las filas militares.

Las Fuerzas Armadas argentinas cuestan al Estado unos 2.200 millones de pesos anuales (lo mismo en dólares), y entre el 85 y el 90 por ciento de ese presupuesto se destina al pago de sueldos.

Fuentes militares indicaron que un soldado voluntario percibe una salario de unos 400 pesos, un cabo de 500, y un suboficial de mayor jerarquía aproximadamente 1.200 pesos.

En el sector de los oficiales, un teniente coronel o su equivalente en otras fuerzas percibe unos 1.800 pesos y un general (máxima jerarquía), 2.500 pesos. EFE
MF/LTM/PL

11/20/20-53/97

Nº DOCUMENTO 9714577
TITULO Menem promete aumentos salariales a militares -
318593
20-11-97
66960
11163
Presupuesto-

9714577-

01-01.

Nº DOCUMENTO 9714578
TITULO Reestructuración militar -
PROC Resp: Prensa - 150090.
FEC 28-11-97
VI 66960
11163
308219

Qué es la reestructuración militar

Presupuesto: se prevé un aumento presupuestario escalonado de un total del 15 por ciento para los próximos cinco años.

Reequipamiento: la compra de nuevos equipos, prevista en 1.000.000.000 de pesos, se hará con la venta de bienes de las Fuerzas Armadas y créditos garantizados por el Estado.

Personal civil: las instituciones militares podrán reemplazar al personal militar por el civil sólo en las tareas administrativas de las respectivas fuerzas.

Reorganización: el Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas tendrá nuevas facultades. Entre ellas podrá asesorar al Ministerio de Defensa en la compra de materiales

Control legislativo: se creará una comisión parlamentaria para realizar un seguimiento de la iniciativa una vez convertida en ley de la Nación. La comisión podrá requerir informes al Ministerio de Defensa, verificar la ejecución presupuestaria y formular observaciones y sugerencias.

Educación: el sistema de educación militar se ajustará a la educación nacional.

9714578

01 - 06.

Menem respondió a críticas frepasistas contra las FF. AA.

Cafiero: el diputado aliancista insistió con sus cuestionamientos a la situación militar y a la reestructuración del sector.

El presidente Carlos Menem fijo ayer su postura frente a los cuestionamientos que realizó el diputado Juan Pablo Cafiero (Frepaso-Buenos Aires) sobre las Fuerzas Armadas y defendió "la silenciosa abnegación y el patriótico sacrificio con el que han participado en el cambio estructural de las instituciones argentinas subordinadas" a las autoridades civiles.

"Como comandante en jefe de las Fuerzas Armadas quiero manifestar mi reconocimiento a las mismas, a su silenciosa abnegación y al patriótico sacrificio con el que han participado en el cambio estructural de las instituciones argentinas subordinadas al poder político", dijo Menem por medio de un comunicado de la Secretaría de Prensa y Difusión.

Menem embistió contra Cafiero recurriendo al pasado, cuando sostuvo que "quizá no llame la atención el accionar de quien ha sido uno de los firmantes del proyecto de declaración presentado en la Cámara de Diputados, en el que su partido manifestaba preocupación por el encarcelamiento de miembros de Herri Batasuna, brazo político de ETA".

Por su parte, el canciller Guido Di Tella, en declaraciones a Radio Splendid, sostuvo ayer que "Juan Pablo Cafiero habla sin conocer; me parece que hay que hablar con más conocimiento y con respeto porque las FF.AA. han hecho un esfuerzo fenomenal de autocrítica como muy pocos sectores de la sociedad argentina y están en un proceso de trasformación muy significativo".

En tanto, en diálogo con LA NACION, el diputado Cafiero, quien había calificado de "anacrónicas y obsoletas" a las FF. AA., sostuvo "que la política de defensa del gobierno de Menem es no tener política de defensa. Lleva adelante acciones erráticas que nos han llevado a considerar inoportuna la propuesta de aumento del presupuesto militar. Aún quedan sin explicación ante la sociedad y la Justicia las responsabilidades del Gobierno en el escandaloso incidente de la venta ilegal de armas a Ecuador y a Croacia, situación límite creada con riesgo para la vida de los hombres de armas argentinos que se encontraban en misiones de paz en ambos lugares".

Una medida "inoportuna"

El legislador por el Frepaso, a título personal, consideró "inoportuna la aprobación del 3 por ciento anual acumulativo durante cinco años para el presupuesto militar, lo que equivale a 3500 millones de dólares, si se tiene en cuenta la apremiante urgencia de nuestros jubilados y la crisis educativa" y subrayó que no presenta su negativa al proyecto sino que lo observa como inoportuno.

Como alternativa, Cafiero elaboró un documento donde plantea la instauración de una "estrategia defensiva no provocativa, de estructuras mínimas, con despliegue y logística ágiles, comandos conjuntos, y alta tecnología que pueda ser empleada por la sociedad civil" para cumplir con la defensa nacional y garantizar la paz regional.

El diputado insistió en los "límites entre la defensa nacional y la seguridad interior" y advirtió sobre los deseos de sectores de las FF.AA. de intervenir en tareas de inteligencia interior, mediante figuras como el general Ernesto Bossi, secretario general del Ejército, "un hombre muy calificado para verter estas opiniones", según Cafiero.

En otro orden, el jefe del Estado Mayor de la Fuerza Aérea, brigadier Rubén Montenegro, expresó "su total desacuerdo con Cafiero" y dijo que la crítica del legislador la "hizo porque desconoce la capacidad técnica, la preparación académica, el grado de adiestramiento y, fundamentalmente, el espíritu de sacrificio y la vocación de servicio del personal de la fuerza".

02

9714578

PRESUPUESTO MILITAR

Cafiero se defiende

El diputado mantuvo su oposición a aumentar los gastos castrenses • Ayer también lo criticó el jefe de la Armada

Pese a la embestida militar, el diputado frepasista Juan Pablo Cafiero ratificó ayer su oposición a un aumento del gasto castrense e insistió en que las Fuerzas Armadas adolecen de "profundas carencias en su organización y funcionamiento".

En una nota enviada a Clarín, Cafiero remarcó la necesidad de debatir sobre el rol militar, antes de definir líneas de acción sobre su futuro, con el argumento de que quedaron "perimidos" los ejes tradicionales de la función castrense.

De alguna forma, lo que Cafiero intenta es contrarrestar el rechazo militar no tanto a su postura opuesta al aumento del presupuesto, sino a la calificación que hizo de las Fuerzas Armadas, a las consideró instituciones "anacrónicas, obsoletas e ineficientes".

El jefe del Ejército, teniente general Martín Balza, evaluó el sábado que los conceptos de Cafiero eran "agraviantes y causaban indignación".

Ayer a este coro de críticas se sumaron los marinos. Según fuentes militares, el jefe de la Armada, almirante Carlos Marrón, envió un mensaje a todas las unidades de su Fuerza para manifestar su "absoluto rechazo de esos conceptos (de Cafiero) por encontrarlos infundados y agraviantes". "Las aventuradas afirmaciones del diputado Cafiero ponen en evidencia su desconsideración, su absoluto desconocimiento del rol y de la problemática de las instituciones, del esfuerzo sostenido de la Armada en procura de satisfacer sus obligaciones y las demandas de la sociedad, expresadas a través de sus poderes constituidos".

La oposición de Cafiero, junto con otros legisladores del Frepaso, al proyecto de aumento del presupuesto militar hizo naufragar el miércoles la aprobación de la iniciativa en la Cámara de Diputados.

Justicialistas y radicales habían acordado los términos del proyecto, pero la postura del Frepaso obligó a sus socios de la Alianza a no asistir a la sesión y frustrar la anhelada votación para las FF.AA. □

"Proyecto confuso"

Para Juan Pablo Cafiero, el proyecto de aumento del gasto militar además "genera confusión" sobre la intervención de las Fuerzas Armadas en cuestiones de seguridad interior.

Clarín - 24-11-97

9714578

Clarín - 23-11-97

PRESUPUESTO MILITAR

Fuerte embestida de Balza contra el diputado Cafiero

Reacción por críticas a las Fuerzas Armadas • Cafiero las había calificado de anacrónicas y obsoletas • Balza dijo que esas palabras "resultan agraviantes"

El jefe del Ejército, teniente general Martín Balza, ayer embistió con fuerza contra el diputado frepasista Juan Pablo Cafiero, a quien le adjudicó motivaciones ideológicas y discriminatorias por haber calificado a las Fuerzas Armadas de instituciones anacrónicas, obsoletas e ineficientes. El general también sostuvo que los conceptos de Cafiero "resultan agraviantes y causan indignación".

Como adelantó Clarín el jueves, los dichos de Cafiero provocaron el enojo de los generales, situación que se repitió con los brigadieres de la Fuerza Aérea.

Balza envió ayer un radiograma –instrumento que el jefe de la Fuerza utiliza para las comunicaciones consideradas muy importantes– que deberá ser leído y comentado en todas las unidades del Ejército. Cafiero se opuso, el miércoles pasado, a que se aprobara un proyecto de ley de aumento del presupuesto militar. Esa iniciativa había sido consensuada entre peronistas y radicales, luego de una larga discusión.

El miércoles, el proyecto estaba a punto de ser aprobado en la Cámara de Diputados. Pero Cafiero, junto a otros legisladores del Frepaso, se opuso y obligó de esta forma al radicalismo a no asistir a la sesión.

Es que el Frepaso y la UCR son aliados y, según se entendió, era preferible retardar la aprobación del proyecto antes que provocar una discusión pública en la Alianza.

Cafiero, a través de un comunicado de prensa, explicó que se oponía a este proyecto porque "sólo sirve para financiar instituciones anacrónicas en relación a los cambios internacionales y regionales, y obsoletas e ineficientes".

También mencionó la existencia de "ciertos oficiales superiores del Ejército", propiciando la intervención de la Fuerza en la represión y control de asuntos de Seguridad Interior.

En el radiograma de Balza, al que tuvo acceso Clarín, se sostiene:

■ "Conceptos como éstos resultan agraviantes y causan indignación por el desprecio hacia los grandes esfuerzos realizados por la Fuerza en los últimos años, que ha optimizado al máximo los escasos recursos operativos disponibles".

> Balza dijo que las palabras de Cafiero están cargadas de "un tinte ideológico y discriminatorio"

■ "Como jefe del Ejército me siento orgulloso por la excelencia profesional de los hombres y mujeres que comando, que paradójicamente es reconocida no sólo por nuestra sociedad, sino también por autoridades civiles y militares de muchos países del mundo y que, lamentablemente, desconoce el diputado, quizá por el hecho de no haberse acercado jamás a un cuartel ni al Estado Mayor".

■ "Siento también la necesidad de hacer llegar a nuestras familias mi más sincero reconocimiento por el apoyo y la comprensión que nos dan y que nos permite seguir adelante a pesar de tener que soportar 'verdaderos anacronismos', como los conceptos expresados por el diputado, que indudablemente están cargados de un tinte ideológico y discriminatorio, prejuicios que la fuerza, para satisfacción de la mayoría de los argentinos, ya ha superado definitivamente".

■ "Finalmente, compartiendo el sentir de todos por estas acusaciones absurdas, ligeras y antojadizas; como jefe del Ejército les pido sobreponerse a los agravios, y de esta manera contribuir hacia la ansiada y definitiva reconciliación de todos los argentinos".

La postura de Cafiero no parece encontrar demasiado eco en la Alianza opositora. Es que el radicalismo tuvo una activa participación, a través del diputado Horacio Jaunarena (ex ministro de Defensa de Raúl Alfonsín), en la redacción del proyecto que ahora cuestiona el legislador del Frepaso.

Pero también es cierto que la reacción de Balza puede generar una reacción del Frepaso en defensa de Cafiero, lo que provocaría una nueva postergación en el tratamiento de un proyecto de ley que las Fuerzas Armadas vienen reclamando desde hace tiempo para tratar de mejorar su presupuesto operativo. □

9714578

Desacuerdo en la Alianza por la reforma militar

El proyecto de reestructuración militar originó la **primera controversia** de los aliancistas en la Cámara de Diputados.

En la sesión del miércoles por la noche, el asunto estalló como un petardo inesperado en las bancas opositoras. La cuestión parecía encaminada hacia la aprobación en general del proyecto en cuestión, según lo convenido en la labor previa de los presidentes de bloques en la Comisión de Labor Parlamentaria. Y los diputados provinciales estaban dispuestos a votar a favor.

Pero una sorda puja estaba instalada desde hacía tiempo en las filas aliancistas, donde los frepasistas se manifestaban poco proclives a encarar la sanción de un proyecto que habilita **mejoras salariales para los militares**, a razón de 100 millones de pesos por año, durante un quiquenio.

En la Comisión de Labor Parlamentaria, que preside el titular del cuerpo, Alberto Pierri, el radical Mario Negri había consentido poner en la agenda el proyecto con dictamen de la Comisión de Defensa, que comanda el justicialista Miguel Angel Toma. El proyecto es del diputado radical Horacio Jaunarena, ex ministro de Defensa del gobierno de Raúl Alfonsín y vicepresidente de esa comisión.

Para los frepasistas, no era un desatino intentar componer el problema de las Fuerzas Armadas con esa iniciativa, pese a que los bonaerenses Mary Sánchez y Juan Pablo Cafiero habían adelantado su oposición. En rigor, objetaban la oportunidad: argumentaron –con la mirada puesta en el 99– que no puede tratarse la iniciativa militar **"cuando están pendientes de atención los reclamos de los docentes y jubilados"**, cuyas protestas vienen martillando desde hace tiempo en las puertas del Congreso.

Así, en esa reunión de Labor Parlamentaria, José Vitar, en nombre del Frepaso, admitió que tenían dudas acerca de la conveniencia de llevar el tema a las bancas.

Pero una vez finalizado el debate en particular de la Ley de Pesca –que pasó de nuevo al Senado–, el justicialista Eduardo Camaño, dijo que correspondía tratar el proyecto de Jaunarena.

Chacho y la manija

Chacho Alvarez, conductor del bloque frepasista, sentado al lado de Vitar, seguía en silencio las alternativas, mientras el radical Negri pedía la palabra para decir que por **razones políticas de "último momento"** no compartían la aspiración oficialista.

Camaño, duhaldista de la Lipebo, se removió en su asiento para profundizar un discurso cuyo eje estaba centrado en que **"Chacho Alvarez es el que maneja el bloque de la Alianza"**, un modo de introducir una cuña entre las filas opositoras.

Pero Pierri, que conducía la sesión, no le concedió espacio para su lucimiento, con lo cual dejó caer el telón en torno de un asunto que quedó sin resolver.

Finalmente, Camaño y Toma se limitaron a decirlo ante la prensa. "Acá la manija la tiene Chacho", coincidieron. □

Generales enojados

Los generales están que trinan con el diputado frepasista Juan Pablo Cafiero. La razón: los argumentos que usó el legislador para rechazar el proyecto de ley de reestructuración de las Fuerzas Armadas.

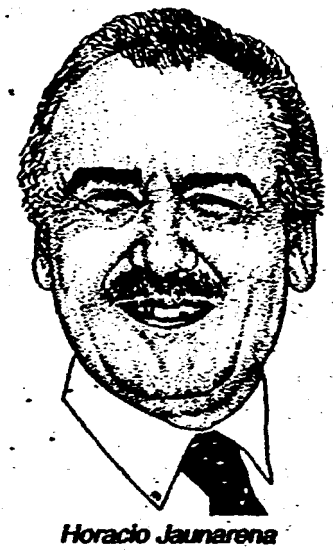
Cafiero habló de **instituciones anacrónicas, obsoletas e ineficientes**, en referencia a las Fuerzas Armadas, al justificar su oposición a elevar el presupuesto militar. "Resulta **inadecuado** hablar de aumento presupuestario, dado que **no se sabe para qué es dicho aumento**", recalcó el diputado.

Las palabras de Cafiero fueron motivo ayer de **fuertes críticas** ayer en el edificio Libertador, sede del Ejército, según informaron a **Clarín** fuentes militares. "Parece que el diputado **no sabe lo que dice**. Puede estar en desacuerdo con el proyecto pero hablar de instituciones anacrónicas y obsoletas, cuando desde 1983 a esta parte **nunca se interesó** por saber qué estaba pasando en las Fuerzas Armadas, es una irresponsabilidad", dijo un general a **Clarín**.

A.F. 21-11-97

Reforma militar: sin acuerdo en la Alianza

La alianza entre la UCR y el Frepaso, con gran pragmatismo, actúa en bloque o individualmente, según les convenga a los jefes políticos que la integran. Para disputar la presidencia de la Cámara de Diputados bonaerense dicen operar en forma legítima como un bloque, aunque no observan la misma conducta a la hora de impugnar la ausencia del piso de 3 por ciento dispuesta por la jueza María Servini de Cubría para las últimas elecciones porteñas. En este caso la UCR ha impugnado la decisión judicial mientras que el Frepaso mira para otro lado o evita definirse cuando se lo consulta.



Horacio Jaunarena

*Un caso similar se observa en el tratamiento del proyecto de ley de reforma militar que tiene despacho favorable de las comisiones de Presupuesto y Hacienda y Defensa de la Cámara de Diputados y debería tratarse hoy. Allegados al ex ministro de Defensa de **Raúl Alfonsín**, el radical **Horacio Jaunarena** –autor del proyecto–, aseguran que el bloque de la UCR está dispuesto a votarlo, lo mismo que el del justicialismo. El despacho de comisión cuenta con la firma de todos los diputados que integran ambas comisiones, incluida la del socialista democrático e integrante del Frepaso porteño **Héctor Polino**, que lo hizo «en disidencia». Aclaró **Polino** a este diario que plantearía sus diferencias «cuando se trate el proyecto en particular», o sea artículo por artículo y en el recinto.*

• Proyecto discutido

*Sin embargo, el proyecto de ley, «el único por su importancia nacido y desarrollado en el Congreso», precisó el titular de la Comisión de Defensa, **Miguel Angel Toma**, aún es discutido por el bloque del Frepaso. Al parecer, en este caso puntual los legisladores que responden a **Carlos Chacho Alvarez** –en particular **Juan Pablo Cafiero**– no parecen coincidir con sus socios radicales: no están dispuestos a tratarlo en el recinto «hasta tanto no se decida qué se hará con los salarios de docentes y jubilados», afirmó ayer el frepasista **Rodolfo Rodil**. Este diputado condicionó su respuesta a la decisión del bloque que anoche, al cierre de esta edición, permanecía reunido para decidir qué hará hoy en la sesión de Diputados frente a la orden del día de la Cámara baja.*

Molestos, desde el bloque de la UCR aseguran que los argumentos del Frepaso «son falsos», porque «con esa excusa no podría pavimentarse ni un metro y mucho menos construir nada en ninguna parte del país», bufan. Desde el del PJ también hay corcovos que muestran cierta reticencia a «ser cascoteados y que quieran canjearlo por alguna otra cosa», dicen.

La demorada norma sigue retardando la reforma de las Fuerzas Armadas. Esto es porque la ley, cuando esté sancionada, no sólo otorga un aumento de 3 por ciento anual del presupuesto militar, que comenzará a aplicarse a partir de 1999 y hasta el 2004, sino que regula el funcionamiento de entes como el Instituto de Ayuda Financiera (IAF), que es el que paga jubilaciones y pensiones a los retirados; establece objetivos; marca pautas profesionales y regula hasta el sistema de ascensos y permanencia del personal militar de cuadros, entre otras cosas.

• Interrogantes

*A esta altura alguien podría preguntarse **qué sentido tiene seguir postergando su tratamiento cuando sólo un bloque de 35 diputados se opone sobre 257 que integran la Cámara baja**. Al tratarse la orden del día en la Comisión de Labor Parlamentaria, desde el justicialismo se aprobó su inclusión «sólo si hay unanimidad» de los bloques. ¿Por qué? Al parecer **los diputados justicialistas no están dispuestos a cargar solos con el costo político de un debate público donde se legislan fondos y equipamiento para las FF.AA. mientras les enrostran no resolver el problema de docentes y jubilados. «No vamos a permitir que nos chantajeen para sacar a cambio la ley de financiamiento educativo a las apuradas»**, se sinceró ayer, molesto, un diputado peronista que pidió no ser mencionado.*

J.P.B.

9714578

06-06.

Nº DOCUMENTO 9714579
TITULO Arsenales clandestinos son encontrados -
La República 150023
13-11-97
66960
11163
11019
Rusia
EE.UU

Los arsenales clandestinos de Argentina

Buenos Aires, Agencias

Fusiles rusos, misiles norteamericanos y armas de diverso origen nutren en la Argentina los depósitos de los arsenales clandestinos, que funcionan incluso al amparo de la Policía, denunció ayer miércoles la prensa bonaerense.

El diario Página/12 (izquierda intelectual) publicó parte de un informe reservado en poder del Gobierno y dijo haber visitado en el oeste bonaerense un depósito ilegal, cuyas "estrellas" son los fusiles rusos AK 47 y los misiles norteamericanos Rocket MK-40 modelo 3-Bourd.

"A menudo bajo el amparo de la misma policía, existen arsenales clandestinos en la Capital y el conurbano (Gran Buenos Aires) donde se puede comprar e incluso alquilar todo tipo de armas", señaló el diario.

Agregó que, según los informes reservados del Estado, "existe en circulación una importante cantidad de fusiles armados de piezas sin numerar provenientes de unidades militares".

El trabajo fue presentado por "especialistas en seguridad" a solicitud del ministro del Interior (político), Carlos Corach, tras el crimen de un policía y la creciente violencia puesta de manifiesto por los grupos o bandas que asaltan bancos o camiones de caudales.

Esos mismos informes señalan que el armamento necesario para los golpes delictivos "en algunas circunstancias es comprado, en otras alquilado, devolviéndose después del ilícito", y "a veces también es robado".

Añaden que "en general los fusiles hallados son FAL (fusil automático liviano)" que "pueden haber sido comprados a (la estatal) Fabricaciones Militares con documentación falsificada o robada; rearmados por personal militar inescrupuloso a partir de componentes de armas dadas de baja que suelen tener numeración perforada o sustraídos de los propios depósitos militares".

Las autoridades presumen que los delincuentes alquilan armas de guerra a cambio de un porcentaje del botín o por dinero en efectivo pagado por adelantado.

En este contexto proliferan los arsenales clandestinos de armas bajo la inocente fachada de "armería".

En ellos pueden hallarse las "Granadas de Mayo (de fabricación argentina) y M67 (norteamericanas) provenientes de unidades militares" locales.

Página/12 reveló que el responsable del depósito ilegal del suburbio oeste bonaerense, sólo identificado con el seudónimo de Carlos, le comentó que parte de su arsenal lo adquirió a contrabandistas que a su vez obtienen los pertrechos en la paraguaya Ciudad del Este.

Allí adquirió los cinco AK 47 rusos a 1.000 dólares cada uno, "pero lo que más impresiona son los dos misiles Rocket. Fueron una de sus últimas adquisiciones", también a un contrabandista de Ciudad del Este, dijo el reporte de prensa.

"En el próximo viaje me trae la rampa de lanzamiento. No es nada sofisticado. Es una especie de escalera de electricista", aclaró el armero al periodista.

A modo de referencia, debe decirse que en Ciudad del Este un FAL cuesta entre 700 y 800 dólares, que los armeros alquilan por unos 200 o 300 dólares.

01-01.

9714579

mun icx

ESPAÑA-ARGENTINA/DESAPARECIDOS
RECHAZAN PARALIZACION JUICIO EN ESPAÑA POR CRIMENES ARGENTINA

Vigo (España), 4 nov (EFE).- La Comisión por la Investigación de los Desaparecidos Gallegos en Argentina rechazó hoy los intentos de detener el juicio que se sigue en España por las violaciones a los derechos humanos en el régimen militar argentino (1976-1983).

Manuel Barreiro, portavoz de esa Comisión, calificó de "inaceptable" el recurso destinado a paralizar el proceso que ha interpuesto el fiscal de la Audiencia Nacional Pedro Rubira, encargado del caso que tramita el juez Baltasar Garzón.

Rubira defiende que el alto tribunal español no es competente para investigar unos crímenes cometidos en otro país y por los que ya han sido juzgados los responsables y luego amnistiados, como es el caso de los "desaparecidos" en Argentina.

Barreiro recordó que la celebración de un proceso en España es el único modo "de garantizar que se hace justicia, ya que los acusados no pueden ser juzgados en Argentina".

Indicó también que los hechos ocurridos durante el régimen militar argentino "implicaron las violaciones de todos los tratados y normas de derecho internacional que declaran a estos crímenes contra la humanidad, imprescriptibles e inamnistiables".

Para la comisión gallega, el recurso interpuesto por el fiscal Rubira "no puede ser entendido más que como una concesión a los promotores y beneficiarios de la impunidad".

La decisión sobre el recurso será tomada a finales de este mes, por lo que la comisión anunció su intención de llevar a cabo una campaña de recogida de firmas antes de esa fecha.

Según este colectivo, de los 600 casos recogidos en el sumario que dirige el juez Garzón y que afectan a españoles o a sus descendentes, la mitad son gallegos.

Garzón investiga desde junio pasado la "desaparición" de españoles en Argentina durante el régimen militar a raiz de una querella presentada por diversas asociaciones jurídicas y de defensa de los derechos humanos, en un proceso en que han prestado testimonio decenas de sobrevivientes a esos crímenes. EFE
Nal/Hma/SM

11/04/18-33/97

Nº DOCUMENTO 9714580
TITULO Rechazan detener juicio en España por crímenes en Argentina.
PROCEDENCIA 518593
FECHA 4-11-97
VINCULAC... 66960
España
11165
11245-

9714580

01-01

Nº DOCUMENTO 9714581
TITULO
PROCEDENCIA 518593
FECHA 6-11-97
VINCULA... 66960
España - 65880
11165
SUCRI 11246 428
mun icx 1020

xH0014

ESPAÑA-ARGENTINA/DESAPARECIDOS
MADRE PLAZA MAYO IMPLICA ESTADOS UNIDOS E IGLESIA EN REPRESION

Madrid, 6 nov (EFE).- La presidenta de la Asociación de Madres de la Plaza de Mayo, Hebe de Bonafini, implicó hoy ante la Justicia española a Estados Unidos y a la Iglesia Católica en la represión desatada durante el régimen militar en Argentina, entre 1976 y 1983.

Bonafini expresó a la prensa que en su declaración ante el juez de la Audiencia Nacional Baltasar Garzón, hizo "revelaciones" sobre dónde se guarda en Argentina diversa documentación sobre los "desaparecidos", y dijo que el (jefe del Ejército) general Martín Balza sabe mucho de ello.

Garzón instruye una causa por los presuntos delitos de genocidio y terrorismo cometidos por las Juntas Militares argentinas y por su supuesta implicación en la "desaparición" de cerca de 600 españoles y familiares.

Ataviada con un poncho rojo y un pañuelo blanco que cubría su cabeza, Hebe de Bonafini declaró durante dos horas ante el magistrado español, con quien ya se reunió en mayo pasado para informarle de que en Suiza los militares escondían documentos sobre los "desaparecidos".

Tras su declaración, la presidente de la Asociación de Madres de la Plaza de Mayo explicó que el embajador de Estados Unidos en Buenos Aires, Raúl Castro, estaba al corriente de la represión militar porque comentó a un grupo de madres que, con la desaparición de tres de sus miembros, ya tenían sus "mártires".

La testigo llegó a decir que Estados Unidos fue "partícipe directo" de los horrores cometidos durante el régimen militar, puesto que no sólo sabía lo que ocurría en Argentina sino que además proveyó de armas y aviones al Ejército argentino.

Además, dijo Bonafini, formó a los militares argentinos en la Academia de Panamá y en la Escuela de las Américas.

En cuanto a la Iglesia, en los crímenes implicó a los monseñores Emilio Teodoro Graselli y Antonio Plaza.

De Graselli afirmó que tenía "todos los datos sobre lo que pasaba", mientras que de Plaza aseguró que en su arzobispado de La Plata tenía un infiltrado que recababa datos sobre los que el régimen llamaba "subversivos".

Acerca del ex capitán Adolfo Scilingo, encarcelado desde hace un mes en España tras reconocer su participación en los "vuelos de la muerte", en los que se arrojaron a miles de detenidos, Hebe de Bonafini dijo que "no es un arrepentido, sino un sirviente de algo".

Bonafini aseguró que relató a Garzón como durante la represión desaparecieron sus hijos Jorge y Raúl, y su nuera María Elena.

La misma suerte corrieron, añadió, tres madres de su asociación, la fundadora Azucena Villaflor, Mari Ponce y Esther Valdecino, quienes desaparecieron los días 8, 9 y 10 de diciembre de 1977. EFE

FP/JNR/GIF

11/06/21-21/97

01-01.

9714581

XQ3114

R POXBT 11-19 00310
icx amt exg

ARGENTINA-SINDICATOS
CONVOCADA REUNION CLAVE POR EL CONTROL DE LA CENTRAL SINDICAL

Buenos Aires, 19 nov (EFE).- La dirección de la Confederación General del Trabajo (CGT), la mayor central obrera argentina, ha convocado hoy a una reunión plenaria para el próximo 11 de diciembre en la que se definirá el poder sindical de Argentina.

La reunión se realiza en momentos en que el Movimiento de los Trabajadores Argentinos (MTA), en el que se agrupan los gremios combativos y no oficialistas, exigen la renuncia del líder de la CGT, Rodolfo Daer, y de los demás componentes de la directiva.

La lucha esta íntimamente relacionada con la derrota electoral que sufrió el gobernante Partido Justicialista (PJ-peronista) en las legislativas del pasado 26 de octubre, cuando el oficialismo perdió la mayoría absoluta en la Cámara de Diputados.

La gran mayoría de los dirigentes sindicales argentinos son peronistas, pero los desacuerdos surgen entre quienes apoyan o rechazan el plan económico y social de corte neoliberal que puso en marcha el presidente argentino, Carlos Menem, tras su llegada al poder, en julio de 1989.

"Los hombres que dirigen a la CGT deben ser elegidos por consenso. Los que están ahora no representan a nadie", dijo el gremialista Juan Manuel Palacios, uno de los líderes del MTA.

"Que organicen un congreso extarordinario y vamos a ver quién lleva más delegados, si ellos o nosotros", respondió Daer, quien hoy llamó a la reunión plenaria para el 11 de diciembre próximo.

Daer se mostró convencido de que será ratificado al frente de la CGT porque contará con un mayor número de delegados en la reunión plenaria, pero el MTA se considera en condiciones de llegar a la jefatura de la central obrera.

El debate por el control del debilitado sindicalismo argentino se lleva a cabo en momentos en que el Fondo Monetario Internacional (FMI) exige al Gobierno una reforma laboral para eliminar ciertas "rigideces" en las leyes del trabajo.

mf/lpd/CGR

11/19/22-02/97

Nº DOCUMENTO	9714582
TITULO	CGT convoca a Reunión por control de central
PROCEDENCIA	518593
FECHA	19-11-97
VINCULA	66960
	11165
	515141

9714582

01-01

Nº DOCUMENTO	9714583
TITULO	Abuelas de Plaza de Mayo pedirán apoyo al papa
PROCEDENCIA	150090
FECHA	23-11-97
VINCUL:	66960
	11165
	11245

FB3441

R FOXBT 11-23 00397
mun exg icx

ARGENTINA-VATICANO
ABUELAS PEDIRAN AL PAPA APOYO DEVOLUCION NIÑOS DESAPARECIDOS

Buenos Aires, 23 nov (EFE).- La presidenta de las Abuelas de Plaza de Mayo, Estela de Carlotto, anunció hoy que pedirá al Papa Juan Pablo II su apoyo a la labor de esta asociación humanitaria en la devolución de unos 200 niños desaparecidos durante la última dictadura militar (1976-1983).

Una delegación de las Abuelas, que ayer conmemoraron el veinte aniversario de su fundación, será recibida en audiencia el miércoles próximo por el Papa en el Vaticano.

"Es un gesto muy esperado, representa el apoyo del Papa a una tarea tan dura, y esperamos que su palabra sea un estímulo para la Iglesia argentina", declaró Carlotto a la emisora de radio América desde París, donde mañana, lunes, se reunirá con Danielle Mitterrand, la viuda del ex presidente francés Francois Miterrand.

Carlotto recordó que durante el régimen de facto la Iglesia "tuvo un papel determinante" tanto por el apoyo que dieron a los derechos humanos "las bases" de la institución, como por la actitud de la cúpula eclesiástica, al referirse a las denuncias de consentimiento de la represión política.

Aseguró que muchos de los representantes en el país de la Iglesia Católica participaron en "una historia terrible de compromiso, complicidad y de omisión" en favor de los sucesivos gobiernos de facto.

"Todo llega, a veinte años, pero todo llega, y (el encuentro) tiene que contribuir para el bien de nuestro país. Las palabras del Papa tendrán un peso muy importante en la feligresía argentina", señaló Estela de Carlotto.

La audiencia con el Papa será la primera que celebrará esta asociación desde su creación en 1977 como defensora de los derechos de los hijos nacidos en cautiverio de padres desaparecidos, y que fueron entregados ilegalmente en adopción a otras familias, en su mayoría relacionadas con la última dictadura.

La labor de las Abuelas permitió encontrar 58 niños de los 230 casos denunciados como desaparecidos, de los cuales 33 retornaron con su familia biológica, trece permanecen con sus padres adoptivos y en contacto con sus familiares de sangre, mientras que ocho fueron asesinados y cuatro casos están en vías de resolución judicial.

Con motivo del veinte aniversario de su fundación, las Abuelas organizaron la pasada noche un concierto de rock, como parte de una serie de eventos que comenzaron el viernes pasado con la presentación de cantantes de música popular y concluirá mañana, lunes, con una puesta en escena de conocidos actores. EFE
ORL/LTM/pgl

11/23/15-55/97

01-02

9714583

Clarín: 13-11-97

(A1)

NIÑOS DESAPARECIDOS

Juan Pablo II recibirá a las Abuelas

Será la primera vez que las reciba • La reunión tendrá lugar la semana próxima en el Vaticano • Las Abuelas le pedirán que haga un llamado público por la restitución de los hijos de desaparecidos a sus familias

JAVIER CALVO

Por primera vez, las Abuelas de Plaza de Mayo serán recibidas por el papa Juan Pablo II. La cita será exactamente dentro de una semana, en el Vaticano, y allí las Abuelas le pedirán a Su Santidad algún tipo de pronunciamiento por la restitución de los chicos desaparecidos en la dictadura.

La tarea estará en manos de Estela Carlotto y Rosa Roisinblit, presidenta y vice de Abuelas, quienes hoy mismo emprenden viaje a Europa.

El Papa las recibirá el miércoles próximo, en un aparte de una audiencia colectiva prevista para ese día. Durante esos pocos minutos, las dos representantes de las Abuelas le entregarán al Sumo Pontífice documentación sobre el arduo trabajo de búsqueda de los niños desaparecidos, además de una carta en la que le pedirán que haga un llamado en favor de su restitución.

"Para nosotras va a ser muy importante que el Papa nos reciba y que nos escuche, porque todo eso implica un acercamiento muy grande a la comprensión del problema", comentó Carlotto a Clarín.

En este contacto con Su Santidad habría tenido una activa participación monseñor Estanislao Karlic, titular de la Conferencia Episcopal Argentina, quien casualmente se encuentra en Roma participando del sínodo de obispos.

Esta será la primera vez que las Abuelas tendrán una entrevista con el jefe de la Iglesia Católica, justo en el momento que cumplen 20 años de labor en búsqueda de sus nietos, secuestrados o nacidos en cautiverio durante la dictadura.

Tras sus pasos

Por el trabajo de las Abuelas, 58 chicos fueron encontrados, sobre un total de 230 denuncias. De ellos, 33 están con su familia verdadera, 13 permanecen con padres adoptantes de buena fe y en contacto con la familia biológica, 8 fueron asesinados y 4 casos se encuentran en vías de resolución judicial.

Su labor es la única que permite en la Argentina actual condenar a ex represores o personas vinculadas con ellos: el delito de apropiación de menores fue excluido de las leyes de Punto Final y de Obediencia Debida.

La tarea de las Abuelas ha recibido en las últimas semanas respaldos inesperados. Por caso, fue la única entidad recibida por la primera dama de los EE.UU, Hillary Clinton. Y la semana pasada fueron apoyadas por jugadores de fútbol y hasta por los integrantes de la Selección.

Estos avales además se concretan junto a varios actos artísticos que las Abuelas organizan este fin de semana, a propósito de sus dos décadas de actividad. □

02-02

9714583

Nº DOCUMENTO 97 14584
TITULO Liberan a Scilingo bajo fianza -
PROCEDENCIA 150090
FECHA [illegible] 13-11-97
VINCULADO 66360
11165
11245
11163

JUICIO POR LOS DESAPARECIDOS ESPAÑOLES EN LA ARGENTINA

Liberan a Scilingo bajo fianza

Así lo dispuso el juez Garzón • Pero seguirá detenido hasta que deposite una caución de 35 mil dólares • Y no podrá dejar España • Por eso el ex marino pide que lo declaren testigo protegido y le paguen los gastos

JUAN CARLOS ALGAÑARAZ
Madrid. Corresponsal

El juez Baltasar Garzón decretó ayer la **libertad bajo fianza** del ex capitán de corbeta Adolfo Scilingo. Pero como el ex marino no podrá pagar los 35.000 dólares que le fijó de fianza, **deberá seguir detenido** en la madrileña cárcel de Carabanchel.

Garzón impuso **duras condiciones cautelares** al acordar la libertad bajo fianza de Scilingo, ya que se le retiró el pasaporte, **tiene prohibido ausentarse de España** y deberá presentarse todas las semanas ante el juzgado que entiende en la causa por la desaparición de españoles en la Argentina durante la pasada dictadura militar.

El abogado de la parte querellante Carlos Slepoy anunció a **Clarín** que presentará un recurso contra la libertad bajo fianza de Scilingo, pero agregó: "Comprendemos las razones que esgrime el juez Garzón".

"Por los crímenes cometidos, Scilingo debe continuar en la cárcel", señaló Slepoy.

"Pero es comprensible que el magistrado haya tenido en cuenta que el imputado se presentó voluntariamente. También ha fijado condiciones muy estrictas para su libertad bajo fianza", explicó.

El abogado de Scilingo, doctor Fernando Gallo, declaró que recurrirá el monto de la fianza y pedirá una drástica reducción. También señaló que reclamará a Garzón que declare la condición del ex oficial de la Armada como "testigo protegido", para que pueda recibir una asignación mensual para sus gastos.

Una fuente judicial explicó a **Clarín** que es muy difícil para Garzón declarar a Scilingo "testigo protegido", ya que figura en el proceso como imputado después de haber reconocido su participación en dos "vuelos de la muerte" en los que se arrojó al mar, vivos y drogados, a treinta personas secuestradas y mantenidas en prisión clandestina en la Escuela de Mecánica de la Armada.

En una entrevista que mantuvo este diario con Scilingo en la cárcel de Carabanchel, el imputado declaró que aspiraba a residir en España con su familia, pero que necesitaba que Garzón "o el gobierno español" lo proveyeran de los medios necesarios para mantenerse: "Me encuentro económicamente arruinado", dijo.

"Garzón no puede pedirme que me muera de hambre", agregó Scilingo en la entrevista.

Seguridad, sí; subsidios, no

"La resolución de Garzón obliga a Scilingo a residir en España y a que se le procuren medidas que garanticen su seguridad", pero no subsidios económicos, señaló la fuente judicial consultada.

Sin embargo, el abogado de Scilingo señaló que a su defendido las autoridades locales **"tendrán que proporcionarle comida y alojamiento** y permitir que su esposa pueda viajar desde Buenos Aires para estar junto a su marido".

La señora Marcela Valles de Scilingo se declaró satisfecha por el reconocimiento que hace la orden de libertad de Garzón, en el sentido de que su esposo colaboró con la Justicia española.

También anunció que tratará de reunir con amigos y familiares la suma ordenada por Garzón para pagar la fianza y permitir que Scilingo salga en libertad. "Ahora no tengo un peso. No puedo pagar ni la comida de mis hijos. Pagar esa fianza es para mí absolutamente imposible", añadió la esposa de Scilingo.

El imputado había viajado en octubre desde Buenos Aires a esta capital y se presentó voluntariamente a declarar con todo detalle sobre las actividades represivas del centro clandestino ubicado en la Escuela de Mecánica de la Armada. El testimonio indicaba que 4.400 secuestrados fueron arrojados al mar en los "vuelos de la muerte" durante la dictadura. ☐

9714584

01-03

XS8682

U FOXBT 11-04 00576
mun icx

ESPAÑA-ARGENTINA/DESAPARECIDOS
SCILINGO RECONOCE EN FOTOS A 17 REPRESORES ARGENTINOS

Madrid, 4 nov (EFE).- El ex capitán de la Marina argentina Adolfo Scilingo reconoció hoy ante el juez de la Audiencia Nacional española Baltasar Garzón a 17 militares que supuestamente participaron en la represión durante la dictadura militar en Argentina, entre 1976 y 1983, informaron fuentes jurídicas.

Scilingo se encuentra encarcelado en Madrid desde hace casi un mes después que confesara su participación en la desaparición de ciudadanos durante la dictadura militar argentina, así como en los "vuelos de la muerte" en los que muchas personas fueron arrojadas al mar.

El juez Garzón investiga en España desde 1996 la desaparición de unos 600 ciudadanos españoles durante la dictadura militar argentina, proceso en el cual han testificado decenas de personas, principalmente víctimas de la represión.

En los próximos días, según fuentes de la Audiencia, el juez podría decidir poner a Scilingo en libertad provisional y, al mismo tiempo, aplicarle el estatuto de testigo protegido por su colaboración con la Justicia española en esta causa.

Esta mañana, Scilingo permaneció durante unas cuatro horas en el despacho del juez Garzón para participar en un reconocimiento fotográfico de los militares argentinos que participaron en la represión, principalmente, mientras estuvieron destinados en la Escuela Mecánica de la Armada (ESMA).

El magistrado mostró al ex capitán 76 fotografías -la mayoría de recortes de prensa- aportadas por madres de los "desaparecidos" y asociaciones de derechos humanos, y entre ellas sólo reconoció a 17 militares, informaron diversas fuentes jurídicas.

Durante la diligencia, Adolfo Scilingo también identificó los alias de algunos militares, entre ellos Carlos Rodríguez Albar, quien ahora, según las fuentes citadas, es el "número dos" de la Armada en Argentina.

El ex militar encarcelado se mostró sorprendido de que algunos de sus compañeros de la ESMA aparecieran en las fotografías vestidos de policía, cuando nunca lo habían sido.

Tras la comparecencia, el abogado de Scilingo, Fernando Gallo, explicó que, de momento, la actuación de su defendido ante Garzón había acabado, y anunció que en los próximos dos días el magistrado resolvería el recurso de reforma que presentó contra su encarcelamiento y, por tanto, en el que pedía su puesta en libertad provisional.

Los abogados acusadores José Luis Galán y Carlos Slepoy, de la Asociación Libre de Abogados (ALA) y Asociación Pro Derechos Humanos de Argentina, respectivamente, reconocieron que existe la posibilidad "importante" de que Garzón saque en breve a Scilingo de la cárcel.

Durante los próximos días el juez tomará declaración a varios testigos, entre ellos Víctor Melchor Basterra, uno de los principales testigos de cargo en el proceso que se celebró en Argentina contra las Juntas Militares.

Esta declaración tendrá lugar el viernes, mientras que para el jueves ha sido citada Hebe de Bonafini, presidenta de la Asociación Madres de la Plaza de Mayo.

9714584

02

El 10 de septiembre pasado, el juez Garzón decretó el ingreso en prisión de Scilingo y además ordenó la detención, entre otros, del almirante argentino Emilio Eduardo Massera, a quien el ex capitán "arrepentido" Scilingo ha implicado en la represión durante la dictadura militar argentina.

El sumario que lleva el juez garzón en España fue abierto a raíz de una querella interpuesta por la Unión Progresista de Fiscales de España, a la que se sumaron demandas similares de la coalición procomunista española Izquierda Unida (IU), la Asociación Libre de Abogados y la Asociación Argentina pro Derechos Humanos, entre otras. EFE

fp/jnr/gv

11/04/15-40/97

9714584

Nº DOCUMENTO 9714585
TITULO Los gremios miden respaldos sobre flexibilidad laboral y estrategia sindical.
PROCEDENCIA Página 12 18/5/10
FECHA 5-11-97
VINCULO 66960.
11165.
515141

"Sumemos y a ver quién gana"

Rodolfo Daer desafió a Lorenzo Miguel y al MTA a medir el respaldo que cada uno tiene. Flexibilidad laboral y estrategia sindical.

Por Diego Schurman

Rodolfo Daer desafió ayer a contar costillas para ver cuántos sindicalistas lo respaldan y cuántos quieren sacarlo del sillón principal de la CGT. "Empecemos a sumar y vamos a ver quién gana", mojó la oreja el dirigente ante el deseo de Lorenzo Miguel y el Movimiento de los Trabajadores Argentinos de cambiar toda la conducción de la central sindical. Daer también negó haber apoyado la flexibilización laboral y dijo, en su defensa, que todas las negociaciones que la CGT mantuvo con el Gobierno fueron parte de una "estrategia" para que la Justicia no dé lugar a los decretos flexibles elaborados por el oficialismo.

Daer reaccionó frente a una movida de Miguel y el MTA, que mañana organizarán un plenario en la Federación de Box para pedir un recambio de dirigentes. El argumento de este sector combativo y momentáneamente separado de la CGT es que la derrota electoral del menemismo obliga sí o sí a poner una conducción más crítica.

"Los hombres que dirigen la CGT deben ser consensuados. Los que están ahora no representan a nadie", blandieron ayer desde las filas de Juan Manuel Palacios y Hugo Moyano, los principales referentes del MTA. "Que organicen un congreso extraordinario y vamos a ver quién lleva más delegados, si ellos o nosotros", les contestaron desde las filas cegetistas.

El MTA siempre tuvo entre sus objetivos apoderarse de la conducción de la CGT. Todos sus movimientos apuntan a lo que ellos mismos describen como la "recuperación de la sigla para los trabajadores". La derrota que en octubre sufrió el oficialismo, y en especial de la lista de Eduardo Duhalde –a quien la CGT apoyó–, profundizó esa política contra aquellos que tuvieron contactos intermitentes con el Gobierno.

El empujón final, sin embargo, lo dio Lorenzo Miguel. Tras intentar en vano que la CGT se despegue del Ejecutivo y adopte un discurso confrontativo, el viejo caudillo sindical decidió volver a ponerse al lado de sus amigos del

Daer dice que tiene respaldo para liderar la CGT.
De paso, negó haber apoyado la flexibilización laboral.

MTA. Y no sólo para bajarle el pulgar a Daer sino también para marchar el próximo 5 de diciembre a Tribunales contra la flexibilización laboral. "Vamos a repudiar una flexibilización que esta conducción de la CGT apoyó", aseguraron desde los sectores críticos.

"Yo estoy tranquilo y no admito ese tipo de acusaciones, ahora, por mí, que ellos hagan lo que quieran", retrucó Daer.

–Pero no puede negar que la CGT, bajo su conducción, apoyó un acta de flexibilización laboral –le recordó **Página/12**

–¿Existe una ley de flexibilización laboral? ¿Alguien aprobó una ley de flexibilidad en algún lado?

–La CGT firmó un acta con el Gobierno. Avaló un texto con cláusulas flexibles que después se elevó al Congreso.

–Pero eso fue parte de una estrategia para que el Gobierno no insista con los decretos. Nosotros decimos, como dijimos entonces, que si hay decretos hay paro. En cambio, logramos llevar el tema al Parlamento para que puedan opinar todos los partidos, tanto el justicialismo como la Alianza que triunfó el 26 de octubre.

–Insisto: avalaron cláusulas flexibles.

–Firmamos un acta para llevar la discusión al Parlamento. Y ahí logramos mejorar ese acta con los senadores justicialistas. La única verdad es la realidad y ésa fue nuestra realidad.

01_01

9714585

Nº DOCUMENTO 9714586
TITULO Hidrovia en noviembre/97
PROCEDENCIA 150090
FECHA 16-11-97
VINCULO 11767

9714586

01-03.

Fuertes impactos sociales y ambientales generaría la Hidrovía Paraguay-Paraná

■ Es un proyecto de más de 3.400 Km, financiado por el BID y el Banco Mundial, y afectará severamente el Humedal más grande del mundo ■ También se verán afectados los pobladores nativos de esas regiones, así como la flora y la fauna ■ Sobre esto fue consultado el Hidrológo de los EE.UU. Glenn Switkes

La Hidrovía Paraguay-Paraná es un proyecto que se propone -a través de 230 costosas y permanentes obras de ingeniería- abrir un canal más profundo de los ríos Paraguay-Paraná para que puedan pasar convoyes de hasta 20 barcazas durante los 365 días del año y durante las 24 horas del día».

Es decir que el proyecto comprende la construcción de una vía industrial navegable apta para embarcaciones de 3,3 metros de calado, en un tramo fluvial de aproximadamente 3.400 Km desde Cáceres en Brasil, hasta Nueva Palmira en nuestro país. La obra atraviesa Brasil, Paraguay, Argentina y Uruguay y se comunica con Bolivia a través del Canal Tamengo. Su área de influencia cubre una superficie de unos 720 mil Kms cuadrados y abarca una ploblación de 40 millones de habitantes. En este marco consultamos al Director de Programas para Latinoamérica de la Red Ríos Vivos, Glenn Switkes quien se refirió a los impactos sociales y ambientales del proyecto, así como también describió la gestación de esta obra, entre otras cosas.

Plantación beneficia únicamente a productores

«Lo que no se dice con respecto a la plantación de soja, -sostuvo Glenn Switkes- es que la producción de soja (principal producto a ser transportado) es una producción que requiere agroquímicos y fertilizantes altamente tóxicos para los suelos y el medio ambiente».

Tampoco se dice que es una actividad que no genera mano de obra a la región, ya que esta producción se encuentra en la actualidad, altamente mecanizada. Con la producción de soja se verán beneficiados los grandes hacendados, los cuales recibirán, con una producción de 40 millones de toneladas, cerca de 10 millones de dólares, con una ganancia líquida superior a los 3 mil millones. Los trabajadores de la soja, por su parte, reciben en Brasil un salario, en el periodo de producción, que representa apenas el 13% del costo total de la producción, es decir 1,30 dólares por bolsa producida. Mientras que en este país (el Brasil), los productores facturan 5.700 millones de dólares con la venta de soja.

Gestación del proyecto

A fines de la década de los ochenta los gobiernos de Brasil, Bolivia, Paraguay, Argentina y Uruguay, impulsan el proyecto. En 1990 se creó el Intergubernamental de la Hidrovía (CHI), integrado por representantes de los Gobiernos de los cincos paises mencionados. Asimismo el PUND (Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo) y el BID (Banco Interamericano de Desarrollo), financiaron los estudios de viabilidad del proyecto y de los impactos ambientales y sociales que pudieran provocar las obras.

«Contrariamente con lo que muchos preveían, -explicó el experto extranjero- el proyecto pretende que la Hidrovía llegue hasta la ciudad de Cáceres». Por esa razón, el tramo del río Paraguay que atraviesa el Pantanal matogrossense (el humedal más grande del mundo y el regulador de las inundaciones río abajo) será integramente afectado por las obras.

Los trabajos de ingeniería para mejorar la navegación incluyen rectificación de curvas del río, eliminación de rocas que afloran en diversos puntos, dragados de los lechos de los ríos, canalización de los ríos, señalización y terminales portuarias. En este sentido el hidrólógo norteamericano expresó que, «como ya ha sucedido en otros casos similares, (Mississipi, el Rin o el Danubio), las obras que al inicio serían pequeñas, terminaron requiriendo alteraciones permanentes y cada vez myores de los ríos con impactos y costos también superiores a los previstos».

La actividad pesquera y los pobladores serán los más afectados

¿Quiénes son los interesados en la Hidrovía?

Los interesados en este proyecto, en primer lugar son los grandes cultivadores de soja de Bolivia, Paraguay y Brasil, cuya producción -la que se ha visto en los ultimos años multiplicada- se verá profundamente beneficiada con el abaratamiento del transporte del grano. El sector minero de esos países (hierro, manganeso, etc.) y también están interesados en la construcción de la Hidrovía, los exportadores madederos, «los que aumentarán la desforestación de bosques naturales».

«Otras grandes empresas utilizan su influencias políticas -expresó el integrante de Ríos Vivos- para lograr que el proyecto se concrete». Se trata de firmas dedicadas a la construcción de grandes obras de insfresctructura, al dragado o transnacionales agroindustriales dedicadas al comercio del grano. La privatización de las terminales portuarias sobre los ríos Paraguay y Paraná, es algo que incide directamente y es lo que permitió a estas multinacionales el control de puntos claves en la Hidrovía. Finalmente las empresas de transporte fluvial también presionan para que se lleve a cabo el proyecto, pues sus negocios serían fuertemente subsidiados.

Impactos sociales y ambientales del proyecto

En este sentido Glenn Switkes señaló que aunque los estudios de factibilidad realizados por el BID y el PNUD sostengan que el proyecto es viable y los impactos serán escasos y controlables, «los costos de este proyectos serán muy altos no sólo en lo ambiental sino también en lo social».

Tanto es así -explicó- que estos mismos estudios admiten que en un área de entre 2,9 y el 9,6% del total del pantanal, se verá afectado por la sequía. También habrá impactos severos en la calidad del agua de estos ríos, afectando incluso el agua potable consumida por varias ciudades paraguayas, brasileñas y bolivianas. Asimismo se afectará de forma irreversible la flora y la fauna de estos lugares, especialmente la del Pantanal brasileño. Pero la mayor parte afectada se concentrará en la actividad de pesca y caza de las poblaciones indígenas de la región.

La mayor parte de estudios independientes coinciden que las construcciones de la Hidrovía alterarían el ciclo hidrológico de la cuenca del Plata, que a su vez provocaría una disminución de la zona inundada del pantanal y el deterioro de toda la cadena de humedales que siguen a los ríos Paraguay y Paraná.

«La importancia de alterar -aseguró el experto extranjero- el equilibrio hídrico del Pantanal se vincula no solo con el deterioro del hábitat de la variadísima fauna que allí vive, sino que también con el hecho de que el pantanal regula el ciclo de inundaciones río abajo».

El efecto combinado de las obras de ingeniería provocaría la erosión del lecho del río con sus severas consecuencias para todo el ciclo hidrológo de la cuenca. A la vez que el permanente paso de barcazas (calculándose que en época de zafra de la soja recorrerá la Hidrovía un tren de barcazas cada 90 minutos durantes 24 horas del día) y el deterioro de la calidad del agua, atentará contra la riqueza ictícola de los ríos, principal medio de subsistencia de las poblaciones ribereñas, y aumentará el riesgo de derrames y accidentes. Los estudios mencionados señalan que los mayores impactos sociales negativos que derivarán del desarrollo inducido que nesesariamente seguirá a la construcción de la Hidrovía serán: desomposición de los estilos tradicionales de vida en la región, extensión de la frontera agrícola con la consiguiente presión sobre las tierras de los pueblos indígenas, migración hacia las ciudades que carecen de los servicios necesarios para recibir corrientes migratorias, incremento de determinadas enfermedades y reducción de actividades turísticas. Para finalizar cabe destacar que las proyectadas obras de dragado en el canal Tamengo, (que une el territorio boliviano con el río Paraguay), afectarán el suministro de agua potable de decenas de miles de habitantes de pobladores aledaños.

Costos serán pagados por el pueblo

Las previsiones oficiales los sitúan, incluyendo las obras y los gastos de mantenimiento durante los primeros 20 años, en alrededor de 500 millones de dólares. Se acepta, sin embargo, que con las obras necesarias para contrarrestar los daños al ecosistema y la inversiones para mejorar la flota naviera, los costos superarán largamente los 1.000 millones de dólares. Con todo, los estudios de las consultoras contratadas por el BID y el PNUD sostienen que en el caso de que se construya la Hidrovía, la construcción de Ferrogorte (vía férrea que uniría el Mato Grosso con los puertos atlánticos de Brasil) en algunos tramos de la Hidrovía, el transporte terrestre sería más económico que el fluvial.

Entre las opciones que se barajan para financiar el proyecto se cuentan los préstamos de bancos multilaterales, como el BID y el Banco Mundial, o la concepción de empresas privadas que cobrarían peaje a los usuarios. No es una exageración concluir que serán los ciudadanos de los países involucrados los que terminarían pagando el proyecto. Porque los préstamos de los organismos internacionales se otorgan a los Estados y se devuelven con impuestos pagados por todos y por que todos los costos ambientales derivados del deterioro de los recursos naturales (que a todos pertenecen) no fueron incluidos en los costos del proyecto.

9714586

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCE
FECH
VINCU

SOCIEDAD

El impacto ambiental de la Hidrovía Paraná-Paraguay será incontrolable, denuncian organizaciones ecologistas

■ Uno de los temas de debate en el Encuentro Internacional inaugurado ayer en la IMM abarca el entorno de cuatro países del Cono Sur ■ Los estudios realizados por organismos independientes difieren de los pronósticos optimistas de los gobiernos acerca de las consecuencias del mega proyecto

Durante la realización de la conferencia internacional «Volver al Futuro» sesionarán distintos paneles de prensa en los que se abordarán distintos temas.

Las grandes represas y sus consecuencias; los *efectos de la explotación* minera; la hidrovía Paraná-Paraguay y un panel sobre los cambios climáticos que estudiosos y activistas de distintas partes del mundo se desarrollan durante la Asamblea General Anual de Amigos de la Tierra Internacional.

Uno de los mega proyectos sobre el cual se viene debatiendo en el cono sur latinoamericano es la Hidrovía Paraná- Paraguay. Sobre el tema expondrán Silvia Ribeiro, de REDES y representante de la misma en «Ríos Vivos», coalición que reúne a más de 300 organizaciones no gubernamentales ecologistas, movimientos sociales, indigenistas e indígenas de Argentina, Brasil, Bolivia, Paraguay, Uruguay y también de América del Norte y Europa. Glenns Switkes, de la red internacional Ríos Vivos y Elías Díaz Peña, de Sobrevivencia -Amigos de la Tierra Paraguay y representante de dicha organización en la red internacional «Ríos Vivos».

El proyecto Hidrovía Paraná-Paraguay comprende la construcción de una vía industrial navegable apta para embarcaciones de hasta 3,3 metros de calado, en un tramo fluvial de aproximadamente 3.400 kilómetros desde Cáceres en Brasil hasta Nueva Palmira en Uruguay. La obra atraviesa Brasil, Paraguay, Argentina y Uruguay y se comunica con Bolivia a través del Canal Tamengo. Su área de influencia cubre una superficie de unos 720 kilómetros cuadrados y abarca una población de 40 millones de habitantes.

Si bien el tramo mencionado es una vía fluvial natural, hacerlo navegable en las condiciones nombradas hará necesarias, además de obras de balizamiento y señalización, modificaciones de alto grado de impacto ambiental, como la rectificación de meandros para evitar el desarmado de trenes de barcazas, profundización del lecho de los ríos y varias partes, remoción de rocas que afloran en diversos puntos y cierre de afluentes laterales para mantener el volúmen de aguas en el cauce principal.

Como la razón principal que justifica el proyecto es el aumento de la producción con fines de exportación extracontinental, consecuentemente serán necesarias modificaciones para la adaptación de la infraestructura portuaria, de provisión de energía y vías de transporte aledañas y relacionadas.

Los interesados en el proyecto son, en primer lugar, los grandes cultivadores de soja de Bolivia, Paraguay y Brasil, cuya producción son ha multiplicado en los últimos años, y que desean exportar en condiciones más ventajosas hacia los mercados europeo y asiático. El sector minero de esos países (hierro, manganeso, etc.) y los grandes ganaderos también están interesados en la construcción de la Hidrovía, así como los exportadores de productos madereros, lo que aumentará la desforestación de bosques naturales.

Se señala que otras grandes empresas utilizan sus influencias políticas para lograr que el proyecto se concrete. Se trata de firmas dedicadas a la construcción de grandes obras de infraestructura, al dragado o transnacionales agroindustriales dedicadas al comercio de granos. La privatización de las terminales portuarias sobre los ríos Paraguay y Paraná a la vez permitirá a estas multinacionales controlar puntos clave de la Hidrovía. Asimismo, las empresas de transporte fluvial también presionan para que se lleve a cabo el proyecto, pues sus negocios serían fuertemente subsidiados.

En su resumen informativo sobre el tema, los organizadores del encuentro internacional de los defensores activos de la ecología señalan que los estudios de factibilidad e impacto ambiental financiados por el Banco Interamericano de Desarrollo y el Proyecto de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente sostienen que el proyecto es viable y que los impactos serán escasos y controlables. Sin embargo, admiten que podría llegar a secarse un área de entre 2,9 y 9,6% del total del Pantanal matograndense -el humedal más grande del mundo-; que habrá impactos severos sobre la calidad del agua de los ríos -incluyendo la del agua potable que se consumen en varias ciudades paraguayas, brasileñas y bolivianas-, en las áreas de desove de los peces y sobre la riquísima fauna del Pantanal. Igualmente, los informes de las consultoras sostienen que el principal impacto de las obras lo sufrirán las actividades de las poblaciones indígenas de la región (caza y pesca).

Otros estudios independientes muy serios sostienen que los impactos serán mucho más graves. La mayor parte de éstos coinciden en que las obras de la Hidrovía alterarían el ciclo hidrológico de la cuenca del Plata, que a su vez provocaría una disminución del área inundada del Pantanal y el deterioro de toda la cadena de humedales que siguen los ríos Pargauay y Paraná. La importancia de alterar el equilibrio hídrico del Pantanal se vincula no solamente con el deterioro del hábitat de la variadísima fauna que allí vive, sino también con el hecho de que el Pantanal regula el ciclo de inundaciones río abajo.

El miércoles a las 19:30 concierto «Por la vida y por la tierra»

El próximo miércoles, en el cierre de la Conferencia Internacional «Volver al Futuro» -organizada por REDES (Red de Ecología Social)- Amigos de la Tierra, Red Juvenil Latinoamericana por un Desarrollo Sustentable -REJUDELS- y Amigos de la Tierra Internacional, se realizará un concierto público en la Explanada Municipal de Montevideo bajo el título «Por la Vida y por la Tierra». En el mismo actuarán Rubén Olivera, Marcos Velázquez y Arlette Fernández. Con el concierto se le rinde homenaje a los activistas ecologistas perseguidos y asesinados.

Los organizadores del encuentro, difundieron mediante profuso material de prensa, algunos de los nombres de los activistas asesinados por su militancia ecologista:

Chico Mendes, uno de los mayores defensores de la selva amazónica, asesinado en 1988.

Oscar Fallas, María del Mar Cordero, Jaime Bustamante y David Madariaga, integrantes de la Asociación Ecologista Costarricense; los tres primeros murieron el 7 de diciembre de 1994 en un incendio de sombrío origen, y el último fue encontrado muerto a principios de agosto de 1995 luego de una misteriosa desaparición de tres semanas.

Ken Saro Wiwa y otros ocho luchadores ecologistas de la minoría étnica ogoni, ejecutados el 10 de noviembre de 1995 por el gobierno dictatorial de Nigeria. Saro Wiwa era un escritor y militante, fundador del Movimiento por la Sobrevivencia del Pueblo Ogoni, principal organización que enfrenta la degradación producida por la explotación petrolera de la Shell, corporación responsable de aproximadamente el 70% de los ingresos del gobierno militar nigeriano.

Alberto Alonso Salmeron, presidente de la Sociedad «Juchari Uinapacua» de Paracho, Michoacán, México, miembro de la Coordinación Nacional UNORCA, integrante de la Red Mexicana de Organizaciones Forestales y de la Coordinadora Nacional de la Red de Organizaciones y Pueblos Indígenas. Su cuerpo fue hallado el 10 de julio pasado en una celda de la cárcel de su pobiado, con señales de haber sido golpeado, arrastrado y, con heridas de bala en la espalda.

Fulgencio Manoel Da Silva, fundador, junto con otros, del Movimiento de Afectados por Represas Hidroeléctricas, de Brasil, y uno de los 40 mil desplazados de sus hogares por la construcción, diez años atrás, de la represa de Itaparatica en el nordeste brasileño. Fue asesinado con varios balazos el 16 de octubre último.

03-03

9714586

Nº DOCUMENTO 9714587
TITULO Salto Grande en noviembre/97
PROCE 150090
FECH 22-11-97
VINCUL 11924

L.M. 22/11/97

Salto Grande

De haber un comprador natural para el complejo hidroeléctrico, ese sería Uruguay

ARGENTINA insiste en la venta de la represa de Salto Grande y procura llevarla adelante traspasando la jurisdicción que corresponde a los dos países, a la provincia de Entre Ríos. Una iniciativa en tal sentido fue presentada al Senado argentino.

Desde hace bastante tiempo atrás el gobierno del presidente Carlos Saúl Menem incluyó entre las privatizaciones a la represa hidroeléctrica de Salto Grande, sin haberse formalizado una consulta previa por ante el gobierno uruguayo, según lo señalaron fuentes oficiales.

El tema que se maneja a los niveles diplomáticos correspondientes, - como también se informa en lo que corresponde a la Comisión Técnico mixta del Salto Grande-, ha tomado ahora otro rumbo a partir de la decisión de transferir, previa aprobación de una ley que tiene que sancionar el Parlamento argentino, al gobierno provincial la responsabilidad del manejo de la obra binacional.

De acuerdo con las mismas fuentes responsables, las decisiones que finalmente adopte el presidente Menem **" no lesionarán el derecho del Uruguay por cuanto están protegidos por los convenios vigentes aprobados por las dos naciones".**

En cuanto la venta anunciada extraoficialmente por fuentes cercanas a la Casa Rosada en la Argentina, se dijo en forma expresa que **" el comprador natural es el Uruguay, que además se reserva negociar o nó, según lo entienda conveniente, con los probables interesados en participar en la explotación y manejo de la central hidráulica del Salto Grande."**

El candente tema, que de alguna forma plantea disidencias por el manejo que se viene haciendo de él y que ha creado ciertas reservas a nivel diplomático y de gobierno, por ahora se mantiene en reserva. Sólo trascendió que el Senado argentino comenzó a tratar un proyecto de ley por el cual el gobierno central traspasa al de la provincia de Entre Ríos, la potestad sobre la represa de Salto Grande.

9714587

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
VINCULADO

E.P. 28/11/97

Senado argentino aprobó ley y Uruguay presentó nota diplomática

MOLESTIA POR EL PASAJE DE SALTO GRANDE A PROVINCIAS

El gobierno uruguayo envió oficialmente ayer a la Cancillería argentina una carta mostrando "sorpresa" y "preocupación" por la aprobación por parte del Senado de ese país de un proyecto legislativo que transfiere del Estado nacional a las provincias de Entre Ríos y Corrientes la represa argentino-uruguaya de Salto Grande.

El embajador uruguayo en Buenos Aires admitió que en los últimos días el gobierno uruguayo hizo gestiones ante la Administración Menem y sostuvo que como resultado de las mismas se supo que el proyecto aprobado por el Senado de ese país no cuenta siquiera con el apoyo del presidente argentino.

Juan Raúl Ferreira descartó que la medida pueda ser aplicable debido a que es "violatoria" de todos los tratados internacionales suscritos por ambos gobiernos en la década del 40. Dijo además que, de acuerdo a los contactos mantenidos formales e informales, se pudo saber que Menem vetaría la ley debido a que la legislación vigente establece que los tratados internacionales poseen una jerarquía superior a las normativas de los países.

El jerarca diplomático uruguayo indicó que las gestiones habían comenzado extraoficialmente semanas atrás, cuando la medida era un rumor, pero que las mismas se formalizaron una vez que el proyecto llegó a estudio parlamentario. Aunque reiteró que es improbable que la medida sea aplicada, Ferreira se preguntó qué pasaría si las provincias de Corrientes y Entre Ríos decidieran privatizar la parte argentina de la represa binacional.

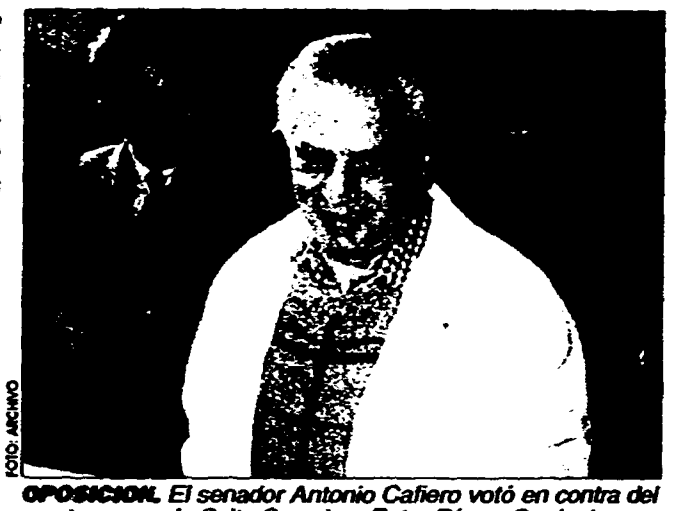


FOTO: ARCHIVO

OPOSICION. *El senador Antonio Cafiero votó en contra del traspaso de Salto Grande a Entre Ríos y Corrientes*

La misiva enviada al canciller Di Tella fue "en tono cordial", aunque "con los decibeles adecuados" al considerarse que la medida podría afectar los intereses nacionales de Uruguay. El diplomático uruguayo opinó que es un contrasentido la aprobación de la norma con la respuesta obtenida desde huestes del gobernante Partido Justicialista, pero se mostró optimista respecto a una rápida respuesta del gobierno argentino para solucionar el diferendo. "En diez o quince días esperamos una contestación oficial y por escrito del Ministerio de Relaciones Exteriores", dijo Ferreira, quien aclaró que la carta enviada ayer "no constituyó un reclamo".

La delegación diplomática ya informó anoche al vicecanciller Carlos Pérez del Castillo de las gestiones realizadas, habida cuenta que éste viaja hoy a Salto al Encuentro de Gobiernos Estaduales y Municipios del MERCOSUR, donde también concurrirá el titular de la Provincia de Entre Ríos, Jorge Busti. Es seguro que ambos jerarcas mantengan una entrevista para establecer los respectivos puntos de vista y aclarar los términosde la polémica decisión parlamentaria.

En una sesión realizada el miércoles por la noche, el Senado aprobó el proyecto, que prevé el traspaso gradual a Entre Ríos y Corrientes, de la represa, de un valor estimado de 800 millones de dólares, y que produce 90 millones anuales de ganancia.

En base al proyecto, que ahora deberá ser debatido por la Cámara de Diputados, la hidroeléctrica será cedida en forma gradual y progresiva, para completarse en el año 2000, cuando pasará en un 70 por ciento a Entre Ríos y en un 30 por ciento a Corrientes.

9714587

02.02 20.20

Nº DOCUMENTO 9714588
TITULO Puente Colonia Buenos Aires en noviembre/97-
PROCE[illegible] /50090
FE[illegible] 26-11-97
V[illegible] /2808

ED 96/11

■ RICALDONI ASEGURA QUE HABÍA UN ACUERDO POLÍTICO QUE NO FUE CUMPLIDO

Puente a Buenos Aires genera polémica

La decisión del Partido Nacional de no votar ayer el proyecto en el Senado por considerar que todavía falta información generó profundo malestar en la bancada oficialista

Una decisión de la bancada de Senadores del Partido Nacional de no votar en esta legislatura el tratado entre Argentina y Uruguay para la construcción del puente Buenos Aires-Colonia molestó ayer a los colorados, quienes reclamaron de sus socios en la coalición de gobierno un cambio de actitud.

Los senadores blancos decidieron ayer, a pedido del herrerista Carlos Garat y del rochano Carlos Julio Pereyra, miembros de la Comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara Alta, postergar hasta el próximo año la definición en el Senado sobre el tratado para la construcción del puente binacional. Tanto Garat como Pereyra argumentaron en la bancada que la comisión no cuenta con los elementos suficientes para pronunciarse sobre la obra, en especial en cuanto a su viabilidad económica y el impacto ambiental que tendrá en el departamento de Colonia.

El representante del Foro Batllista en la Comisión de Asuntos Internacionales, Américo Ricaldoni, dijo a *El Observador* que la decisión de la bancada del Partido Nacional lo tomó "absolutamente por sorpresa" y aseguró que la semana pasada, en una reunión de coordinadores, los legisladores blancos se habían comprometido a votar el tratado antes del receso parlamentario, que comienza el 15 de diciembre.

"Este es un tema que dista de ser una cuestión político-partidaria, porque representa un paso fundamental para la mejor defensa de los intereses del país, tanto para el desarrollo turístico como para el transporte de carga", dijo Ricaldoni.

El proyecto sobre el puente Colonia-Buenos Aires quedará para la próxima legislatura

El senador colorado expresó su deseo de que la bancada del Partido Nacional revise su posición, y recordó que el canciller Alvaro Ramos, uno de los representantes blancos en el gabinete, es "un decidido defensor de la conveniencia del puente".

La Comisión de Asuntos Internacionales del Senado hace dos años que tiene a estudio el tratado entre Argentina y Uruguay para la construcción del puente Buenos Aires-Colonia. Este tratado, que debe ser ratificado por los parlamentos de ambos países, habilita a hacer el llamado a licitación entre las empresas interesadas en participar del proyecto. El puente está previsto que se construya a través del sistema de concesión de obra pública.

Ricaldoni ha reclamado que el tratado ingrese al plenario del Senado antes del receso parlamentario, con o sin informe de la comisión.

El herrerista Garat, por su parte, dijo a *El Observador* que la bancada postergó una definición debido a la "falta de información suficiente" y que aún hay "dudas" sobre la viabilidad económica de la obra. Garat señaló que el Partido Nacional es partidario de incluir en el tratado una cláusula que le permita al Parlamento uruguayo tener "control" sobre las notas reversales y los acuerdos que se firmen para la construcción del puente. Un planteo similar hizo hace unas semanas el Nuevo Espacio, y en principio fue aceptado por los colorados.

Senador Garat

Según Garat, oriundo del departamento de Colonia, la comisión binacional encargada de la obra no cuenta "con un estudio serio" sobre el impacto ambiental que traerá la construcción del puente. El senador herrerista dijo que tampoco ha sido entregado al Senado un informe de la Universidad de Harvard sobre la viabilidad económica del puente que el canciller Ramos anunció en la Comisión de Asuntos Internacionales.

Otras fuentes blancas, por su parte, dijeron a *El Observador* que la Armada Nacional también está elaborando su informe sobre el puente, y que en principio las conclusiones "no serían favorables" a la construcción de la obra. Representantes de la Armada Nacional han concurrido a la comisión del Senado a explicar aspectos técnicos de la obra.

En agosto la comisión binacional recibió ofertas de ocho consorcios integrados por más de 30 empresas de primer nivel mundial, representantes de 15 países, que se presentaron a la precalificación de ofertas para el llamado a licitación para la construcción del puente. La comisión binacional prevé que la obra quede terminada en el año 2003, y se estima que demandará una inversión de US$ 1.000 millones.

El intendente de Colonia, el nacionalista Carlos Moreira, dijo ayer en CX 14 que es partidario de la construcción del puente. La semana pasada en una entrevista con el semanario Búsqueda, el ex senador herrerista Ignacio de Posadas se manifestó "contrario a muerte" a la obra.

El domingo pasado el Plenario del Frente Amplio decidió no votar el proyecto por el momento.

01-05

9714588

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCED
FECHA
VINCULA

Comienza el análisis del Tratado

La Comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara alta resolvió, ayer iniciar el análisis del Tratado para la construcción del puente Colonia-Buenos Aires artículo por artículo, a partir de la semana entrante, con el único voto en contrario del señador colorado Américo Ricaldoni. Consultado el legislador forista dijo que, según su opinión, "la decisión es una perdida de tiempo". "Por un lado", aclaró, "se nos dice que falta asesoramiento para pronunciarse y que aún no ha llegado el informe de la Universidad de Harvard y, por otro, se resuelve comenzar la consideración el documento, sin aguardar la llegada de aquel." Ricaldoni enfatizó en que "el puente se va a hacer de cualquier manera, lo que no se sabe es si será en esta o en otra legislatura. Lo lamentable", opinó, "es que habrá una demora de entre uno y cuatro años para construir una obra tan importante para el país". "Pero la realidad puede mas que las actitudes políticas y el puente se hará este gobierno o con el que venga", concluyó el legislador forista.

COMISIÓN DE S. CIUDADANA DE DIPUTADOS

Destacando los logros que ha alcanzado el Ministerio del Interior junto con la Comisión Especial de Seguridad Ciudadana de Diputados, así como también proponiendo un combate a la corrupción dentro de la institución policial -entre otras cosas-, es que el Partido Colorado culminará hoy su informe, tras legar a su fin la labor de dicha Comisión.

Luego de ocho meses de labor, la Comisión de Seguridad Ciudadana elevará, en principio, cinco informes a la Cámara sobre la situación, uno por cada partido a excepción de los blancos que presentarían dos: uno Daniel Corbo y otro Jaime Trobo. Si bien al informe del Partido Colorado restaban pulir algunos puntos, se pudo saber que el mismo señala en su diagnóstico que el incremento de la delincuencia tiene como origen diversos temas. La mayor presencia de la droga que hace 20 años atrás, al igual que nuevas modalidades de delito como el compamiento, son algunos de los puntos que son señalados como causa de la actual situación de seguridad.

9714588

02

Proyecto Puente Colonia-Buenos Aires: diferencias entre Gobierno y Parlamento

Todavía en los papeles, la construcción de un puente que unirá Colonia con Buenos Aires continúa despertando polémicas en el ámbito político. En estos días, senadores de la oposición reclamaron enfáticamente al Gobierno que tenga en cuenta la opinión del Parlamento antes de abrir el período licitatorio de la obra.

El jueves 13, en el seno de la comisión legislativa que estudia el Tratado binacional, el senador Carlos Julio Pereyra expresó su preocupación porque "la obra se lleve a cabo sin mayor intervención del Parlamento o los legisladores no tengamos ante quién recurrir para verificar la forma como se están desarrollando las cosas".

Pereyra advirtió que algunos técnicos opinan que la construcción del puente puede afectar la navegabilidad del río Uruguay, ya que ésta depende de la altura de las aguas y "a medida que ésta sube se reduce el espacio para los barcos". El legislador, oriundo del departamento de Rocha, dijo que es imprescindible un puerto de aguas profundas en el Este.

Américo Ricaldoni

Carlos Julio Pereyra

El senador del Nuevo Espacio, Rafael Michelini, por su parte, reclamó "un compromiso muy fuerte del Estado uruguayo con respecto a todas las obras relacionadas" al puente. Michelini dijo aspirar a que en ese compromiso –que "hay que hacerlo por ley"– se establezca cuál es "la infraestructura necesaria" para que la obra resulte exitosa. Entre otros puntos, mencionó las remodelaciones que deberían instrumentarse en las rutas 1, 8, 11 y 25, y en el Puerto de Carmelo.

Sostuvo asimismo que con la construcción del puente binacional, la ciudad de Colonia tendrá que mejorar el saneamiento, y reclamó que "en los primeros 4 o 5 años se podría destinar un porcentaje de la renta del puente –que no debería exceder el 20%– a construcciones que permitan solucionar estos perjuicios".

El senador del Frente Amplio Reinaldo Gargano agregó una nueva perla al collar de observaciones y dijo que el proyecto del puente "estaba ligado a la construcción del eje vial" y que ahora, por la información recibida por la comisión legislativa, "parece que no hay garantías de que dicho eje se desarrolle en territorio uruguayo".

El legislador señaló que a la hora de poner objeciones, éstas se pueden encontrar en el tema de la red vial, en si el puerto de Montevideo tiene determinado dragado, en si amplía su extensión actual y en si, "además, le damos la seguridad al país de que Rocha –vieja preocupación del señor senador Carlos Julio Pereyra– va a tener un puerto de aguas profundas".

Ricaldoni dijo que estas observaciones tenían al tema en un estado de "empantanamiento".

Gargano volvió a hacer uso de la palabra y sostuvo que "el Gobierno uruguayo está llamando a precalificación de empresas, es decir que está yendo hacia adelante en la materialización de la obra, y aun antes de tener el Tratado ratificado está dando pasos a fin de cumplir un cronograma trazado de antemano. No creo que sea ilegítimo poner sobre la mesa las objeciones que nosotros tenemos". ■

Ricaldoni defendió la posición oficial

El senador colorado Américo Ricaldoni salió al paso de las objeciones y sostuvo que el acuerdo firmado con Argentina para la construcción del puente es "un tratado marco, un acuerdo internacional, en este caso binacional". Dijo que este Tratado tendrá, *a posteriori*, otras instancias que generan obligaciones de derecho internacional y que "tienen que pasar necesariamente por el Parlamento". "De modo que esta preocupación que existe no tiene fundamento jurídico. [Además] no me puedo imaginar la posibilidad de que un gobierno cometa la torpeza política de asumir determinadas obligaciones, importantísimas para el país, sin tener en cuenta eso. Es imposible que no pase por el Parlamento", añadió Ricaldoni.

9714588

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCE
FECHA
VINCU

COLUMNA

Un puente sin motivo

POR JUAN MARTÍN POSADAS
especial para El Observador

El proyecto del puente Colonia-Buenos Aires sigue avanzando con admirable inercia. No se ve que cuente con el calor particular de fuerza política alguna, ni de esta orilla ni de la otra, pero sigue adelante. Resulta llamativa la marcha silenciosa de este megaemprendimiento que, por su trascendencia (más que por su tamaño), está reclamando un pronunciamiento político nacional. Da la impresión de que todo el mundo considera que si hay río, lo que corresponde es tender un puente, y nada más. Con todo, vale la pena preguntarse candorosamente sobre lo primero de lo primero: ¿quién quiere hacer ese puente? y ¿para qué lo quieren? Aclaro que no me gustaría ser cómplice de la lógica del "país del no se puede". ¡Por favor! Pero quiero ubicar el asunto en términos de sentido común y de sentido nacional.

No tengo claro quién quiere hacer el puente (exceptuando al ingeniero Serrato, por supuesto), pero en lo referente a la pregunta ¿para qué encarar la construcción de un puente?, el sentido común nos responde: en principio para unir dos orillas que estén separadas o que presenten graves dificultades para pasar de una a otra. Pues bien, en este caso concreto todo el mundo sabe que no es así. De Colonia a Buenos Aires se puede pasar fácilmente, por diversos medios, a cualquier hora del día (e incluso de la noche) y se puede trasladar sin problemas cualquier tipo de mercadería. De hecho se hace todos los días en ambos sentidos. ¿Entonces?

Nos contestan que es por el futuro eje vial San Pablo-Buenos Aires; con el puente de Colonia se acorta la distancia total en un 12%. Y yo me pregunto, ¿cuál es nuestro interés nacional en acortarles la distancia a los paulistas o a los porteños que quieren ir de un punto al otro? El eje vial corresponde a una política de transporte que favorece la industria automotriz y el consumo de petróleo. Muy razonable para Brasil y Argentina que tienen ambas cosas; no para nosotros.

En realidad, me dicen, no es tanto eso sino que es para acercar la producción uruguaya a Buenos Aires. Los 12 millones de habitantes de ese monstruo que es la Capital Federal se abastecen de centros productivos mucho más lejanos que sus análogos uruguayos. La fruta llega del valle del Río Negro a 1.200 kilómetros de distancia; las hortalizas vienen de Mendoza, a 1.000 km, y los lácteos de Santa Fe, a 500 km. Uno de los elementos que más influye en el costo de estos productos es el flete y desde Uruguay toda esa producción no dista más de 100 o 200 kilómetros.

Pero veamos un poco: hoy, sin el puente, la fruta uruguaya está a menos de 1.200 km de Buenos Aires y la verdura uruguaya está a menos de mil y la leche a menos de quinientos. Si hoy se puede o no se puede colocar esos productos en el mercado de Buenos Aires será por otros motivos. No es ni por la distancia (que va a ser la misma con puente o sin puente) ni porque no se pueda cruzar el río.

Pero hay otras consideraciones mucho más de fondo. Los países de nuestro continente –y Uruguay más que cualquier otro– son nuevos. Muy recientes. Eso quiere decir algo tan elemental como que no han tenido tiempo; no han contado con esa variable indispensable para la maduración. Particularmente las grandes capitales de América Latina –y aquella a la cual se nos quiere arrimar tanto con el puente no es ninguna excepción– han pasado directamente de la apacible sencillez bucólica y el encanto de lo natural a la descomposición urbana y social. Como observó Levi-Strauss, las grandes megápolis de nuestro continente no han gozado de un tiempo suficientemente prolongado de consolidación y plenitud. Es como decir que han sufrido un proceso de metástasis que las ha llevado de la barbarie a la decadencia sin haber tenido un período de civilización.

Si Colonia tiene hoy un atractivo para los porteños es debido a su dimensión humana, a su ritmo pacífico, a sus proporciones abarcables. Lo es porque allí no hay congestionamientos, ni semáforos, ni ruido. En una palabra, lo es porque no hay allí doscientas mil personas pululando. Si se hace el puente el habitante de Buenos Aires va a encontrar en Colonia algo muy parecido a lo que vive allá y perderá interés en cruzar. El asunto da para un poco más, naturalmente. Baste por hoy con advertir que hay una forma de subdesarrollo mental que consiste en el miedo genérico al progreso y la desconfianza hacia cualquier emprendimiento. Pero hay otra forma de subdesarrollo mental que es aun peor: es la de aquel que, por temor a que le digan subdesarrollado, acepta y aplaude, y se traga cualquier emprendimiento sin pensarlo dos veces.

04
9714588

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCE
FECH
VINC:

Editorial

Puente Colonia-Buenos Aires: Una obra faraónica que no contempla las necesidades del país

En los últimos años se ha ido incorporando al país, la idea de las grandes obras públicas, con la participación de capital privado, la posibilidad de la construcción de un puente para facilitar, la comunicación entre las dos partes del Río de la Plata, es algo en sí mismo atrayente si se tiene en cuenta el mundo, cada vez más interrelacionado que nos toca vivir. Sin embargo, cuando en nuestro país se habla del puente Colonia-Buenos Aires el puente más allá de sus efectos concretos en una zona clave de nuestro país como el departamento de Colonia, esta es una de las obras, de las zonas de mayor envergadura en los últimos tiempos que supone una estrategia de los centros de poder regional e internacionales en materia de comunicaciones.

Los efectos una vez más se miden en Uruguay, de una obra que supone no sólo una inversión más, sino que un nuevo nivel de supeditación de un país como el nuestro, a una de los mercados mundiales más grandes del Sur; la provincia de Buenos Aires. La influencia en todos los órdenes de la vida social, que supone una obra de éste tipo y sus supuestas bondades, es básicamente rechazada por un importante número de organizaciones sociales, que ven no sólo un fuerte impacto medio ambiental negativo, sino que además no resuelve, como tanto se ha propagandeado, el problema del trabajo en la zona. En ciertos aspectos se podría afirmar que se agrava, pues profundizaría la actual tendencia a desaparecer de algunos centros productivos claves como Juan Lacaze, por ejemplo.

Se ha hablado mucho, de la importancia «nacional», de obras de éste tipo, pero resulta muy discutible, acerca de la conveniencia éstas obras, donde la administración supone una flagrante pérdida de la soberanía y también de la independencia en términos de los que es un país como el nuestro en relación a áreas económicas y políticos muy superiores en tamaño y fuerza económica y cultural que representa nuestro país. Lo que llama poderosamente la atención cuando se pretende centrar, en aspectos principales de nuestro desarrollo nacional, es porque estas obras que representan inversiones verdaderamente monumentales, no se hacen en función de aspectos que desarrollen verdaderamente la producción nacional de estos países de una forma que mantenga ciertos equilibrios, en lo que tiene que ver con el interés nacional, los impactos en el medio ambiente, y por supuesto en el trabajo y desarrollo nacional.

Esta idea del puente Colonia-Buenos Aires, que cuenta con la aprobación del Poder Ejecutivo, nos recuerda bastante a otro tipo de obras, que se han hecho en América Latina, -como las carreteras interamericanas por ejemplo- en que no tiene una funcionalidad concreta en relación al desarrollo global de nuestras economías, pero sí un fuerte impacto por lo imperial de la obra. Desde el punto de vista, de la inversión trasnacional representa indudablemente suculentos negocios financieros, directos e indirectos, y ello está en directa relación de la necesidad del funcionamiento de un macro mercado, donde lo dominante serán los servicios generados por el turismo y la plaza financiera. Por otra parte. el puente binacional cuenta con una creciente desaprobación política en ambos lados del Río de la Plata

porque sencillamente su construcción no entra en la idea de desarrollo de un país con justicia social.

9714588

05-05

DOCUMENTO 9714589
TITULO Malvinas en noviembre/97
PROCEDENCIA 26-11-97
FECHA DE [illegible] 150090
VINCULACION 12756

XB9220

U FOXBT 11-26 00505
mun exg icx

ARGENTINA-R.UNIDO/MALVINAS
RECLAMAN VIAJE MENEM LONDRES INCLUYA DISCUSION SOBERANIA ISLAS

Buenos Aires, 26 nov (EFE).- Senadores de la oposición reclaman que en la agenda de la visita que el presidente argentino, Carlos Menem, hará en 1998 al Reino Unido se incluya la discusión de la soberanía de las Islas Malvinas con las autoridades británicas.

Senadores de la Unión Cívica Radical y de la coalición de centro izquierda FREPASO se mostraron en desacuerdo con que el presidente Menem visite Londres si no queda aclarado de forma previa que el asunto sobre la soberanía de los archipiélagos australes será tratado en la mesa de conversaciones.

Así se lo hicieron saber anoche al ministro de Relaciones Exteriores argentino, Guido Di Tella, legisladores de ambos partidos, los principales de la oposición en Argentina, en una reunión mantenida en la Cámara Alta.

Pese a que Di Tella aseguró que "no hay condicionamientos" por parte del Reino Unido acerca de los temas que se pueden tratar en la visita oficial de Menem, los senadores opositores de la Comisión de Relaciones Exteriores de la Cámara Alta insistieron en que quede incluida en la "agenda oficial" la discusión sobre la "soberanía" de las islas.

Las reclamaciones de los partidos opositores también fueron respaldadas por la senadora Cristina Kirschner, del Partido Justicialista (PJ, peronista) en el poder, quien usualmente se muestra crítica a la política del gobierno de Menem, y el también peronista Antonio Cafiero.

Di Tella dijo que el gobierno argentino "hablará sobre su interpretación del tema Malvinas y sabemos que los británicos van a dar una contestación simétrica en el sentido de que no van a estar dispuestos a discutir la soberanía".

La invitación del gobierno británico para que Carlos Menem viaje a Londres en 1998 fue dada a conocer poco tiempo después de que el presidente de EEUU, Bill Clinton, visitase Buenos Aires en octubre pasado, ocasión en que llamó a ambos países a solucionar el conflicto de las Islas Malvinas por la vía de la negociación.

No obstante el viceministro de Relaciones Exteriores británico, Anthony Lloyd, dijo a la prensa argentina la semana pasada que el gobierno de Londres "no invitó a Menem para hablar de las Malvinas".

Argentina y Gran Bretaña se enfrentaron en 1982 en una guerra por el dominio de ese archipiélago, situado en el Atlántico Sur, conflicto que acabó con la rendición de Buenos Aires tras 74 días de combate por aire, tierra y mar.

Menem ha reconocido públicamente más de una vez su deseo de visitar el Reino Unido para coronar la política de acercamiento que puso en marcha cuando llegó al poder en 1989.

A finales de 1990 los dos países acordaron en Madrid la reanudación de las relaciones diplomáticas, para lo cual Argentina debió aceptar que la cuestión de la soberanía del archipiélago quedara apartada de las discusiones bajo una fórmula del "paraguas diplomático", como fue denominada.

El presidente Menem había sido invitado por el ex primer ministro británico John Major en 1995, pero el convite se formalizó a principios de este mes, aunque todavía sin fecha precisa y sin que haya quedado definido con qué autoridades británicas se reunirá el mandatario argentino.FFE
ac/ga/jff

11/26/12-39/97

01-07

9714589

XQ3342

R ECOBT 11-26 00461
mun exg icx

ARGENTINA-REINO UNIDO/MALVINAS
ACUERDAN INVESTIGAR SITUACION RECURSOS PESQUEROS ATLANTICO SUR

Buenos Aires, 26 nov (EFE) - Argentina y el Reino Unido acordaron hacer dos investigaciones científicas sobre la situación de los recursos pesqueros en el Atlántico sur, en especial sobre las existencias de calamar "illex" y merluza, se informó hoy.

El acuerdo no supone ningún precedente sobre las posiciones que argentinos y británicos mantienen en el litigio de soberanía de las islas Malvinas, señaló un comunicado de la comisión bilateral de Pesca, cuyos miembros se reunieron en Buenos Aires.

Argentina acaba de disponer nuevas medidas de preservación de la merluza "hubsi", cuyos cardúmenes se han reducido, dentro de la jurisdicción de 200 millas marinas que el país sudamericano ejerce a partir de sus costas sobre el Atlántico sur.

La comisión ratificó la intención de los dos países de "seguir cooperando para alcanzar un mayor grado de conocimiento científico sobre las especies de pesca de altura más significativas en el área de cooperación", que abarca a la zona marina situada al este de las Malvinas.

Pero dejó por sentado que Argentina mantiene su preocupación por la decisión británica de extender unilateralmente la zona de exclsión para la pesca en aguas del mar austral al noroeste de las islas.

En este sentido, expresó que las autoridades argentinas esperan que "este tema sea resuelto", mientras que las británicas ratificaron su decisión de mantener la zona de exclusión pesquera.

La cuestión de soberanía de las Malvinas, que está en disputa desde 1833 y fue motivo de la guerra de 1982, está congelada bajo una fórmula diplomática acordada por Argentina y el Reino Unido en 1990, cuando ambos países restablecieron las relaciones interumpidas por el conflicto bélico.

La comisión de pesca señaló que las investigaciones sobre los recursos pesqueros responden a las directrices de los acuerdos de cooperación vigentes y a la "preocupación" de las autoridades por la reducción de los cardúmenes de merluza.

El Gobierno argentino anunció el lunes pasado la ampliación de la zona de veda para la pesca de merluza "hubbsi" y que durante diciembre próximo quedarán suspendidos los permisos de pesca para los buques congeladores y fresqueros que capturan ese especie.

Ambas medidas están destinadas a impedir la depredación y buscan recuperar las reservas de merluza en la jurisdicción argentina luego de la sobreexplotación a que se vio sometida esa especie en los últimos años, informó.

Entre enero y septiembre de este año la captura de merluza llegó a las 408.237 toneladas y superó en 11,1 por ciento las 367.293 toneladas logradas en igual período de 1996, según cifras oficiales.

En 1996, a pesar de que se estableció un límite máximo de pesca de 390 mil toneladas, los 500 buques que operan en el Mar Argentino capturaron 597.557 toneladas, 222.717 toneladas más de las que lograron en 1992. EFE

alm/mc/ddp

02

9.714589

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCE
FECH
VINC

Argentina y el Reino Unido discutirán sobre Malvinas durante la visita de Menem

LM 6/11

BUENOS AIRES (Reuters) - El presidente argentino, Carlos Menem, discutirá con el primer ministro británico, Tony Blair, la soberanía sobre las disputadas islas Malvinas cuando visite Londres el año próximo, dijo ayer el canciller Guido Di Tella.

"Sí, se va a hablar (sobre las Malvinas), con seguridad", declaró una radioemisora desde Londres, donde el martes su par Robin Cook le extendió la invitación para Menem. Di Tella salió así al cruce de informes de la prensa argentina de que el tema de la soberanía de las islas que desató una guerra entre Argentina y Gran Bretaña en 1982 no sería abordado entre Menem y Blair.

La visita de Menem a mediados de 1998 será la primera de un presidente argentino desde la guerra en la que murieron unos 1.000 hombres, en su mayoría argentinos.

Di Tella sugirió que las afirmaciones de la prensa argentina de que el tema Malvinas no se trataría se debería a un malentendido en torno a sus declaraciones de que en esa oportunidad Menem no buscaría negociar sobre el tema.

"Que la Argentina quiere una negociación es algo que existe precediendo y sucediendo cualquier visita. Nosotros queremos hacer una negociación, pero esta visita no es parte de esa negociación", dijo el canciller.

A pesar de que perdió la guerra en 1982, Argentina sigue reclamando la soberanía de las islas del Atlántico Sur. Los dos países reanudaron lazos diplomáticos hace varios años y las relaciones comerciales crecieron vigorosamente desde entonces. Aunque Londres se ha negado a discutir el tema de la soberanía, los dos países vienen negociando acuerdos de pesca y de exploración petrolera en la zona de las disputadas islas.

03

9714589

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCE
FEC
VINC

XM20B6

R FOXBT 11-05 00444
mun exg icx

ARGENTINA-REINO UNIDO
ALFONSIN SE OPONE REUNION BLAIR-MENEM SI NO SE TRATA MALVINAS

Buenos Aires, 5 nov (EFE).- El ex presidente argentino Raúl Alfonsin (1983-1989) opinó hoy que no se debería celebrar una reunión entre su sucesor, Carlos Menem, y el primer ministro británico, Tony Blair, si no se incluye la cuestión de la soberania de las Islas Malvinas.

"Lo que puedo afirmar es que no puede quedar excluido de la conversación un tema como Malvinas. Creo que en ese caso no se debería realizar ese viaje", dijo Alfonsin al referirse a la invitación cursada ayer por Londres para que Menem realice una visita oficial al Reino Unido en 1998.

Ese viaje es una una antigua aspiración de Menem, desde el inicio de su gestión en 1989, quien se convertirá en el primer gobernante argentino en visitar el Reino Unido tras la guerra de las Malvinas, en 1982.

Argentina y el Reino Unido restablecieron sus relaciones diplomáticas en 1990, ocho años después de la guerra de 74 días en el Atlántico Sur, pero acordaron no citar la reivindicación mutua de los derechos territoriales en las Malvinas, bajo una fórmula llamada "paraguas protector".

Rodolfo Terragno, titular de la opositora Unión Cívica Radical (UCR), el partido de Alfonsin, admitió que sería difícil tratar a fondo la disputa por la soberanía en el archipiélago austral, aunque dijo que el asunto no puede estar ausente.

"No creo que se pueda entrar en una negociación sobre el fondo de la cuestión, pero sería inaceptable que en la visita oficial que hará Menem al Reino Unido se omitiera este tema que hace, sin ninguna duda, a las relaciones bilaterales", afirmó Terragno.

El canciller argentino, Guido Di Tella, anunció hoy que Blair y Menem "hablarán sin condicionamientos", lo que supone que el asunto Malvinas será incluido en la agenda, posibilidad que ratificó hoy el embajador argentino en Londres, Rogelio Pfirter.

No obstante, Dante Caputo, ex canciller del gobierno de Alfonsin, planteó su sospecha de que el viaje haya sido concretado "a cambio de silenciar las reivindicaciones argentinas por la soberania de las islas Malvinas".

Caputo, dirigente del centroizquierdista Frente País Solidario (Frepaso), opinó que el viaje a Londres se pudo haber concretado para mejorar la imagen del Gobierno o compensar su derrota en las recientes elecciones legislativas, porque, sostuvo, el Reino Unido no ha cambiado su posición sobre las Malvinas, ajena a cualquier negociación.

"Es muy difícil pretender que los británicos cambien súbitamente de opinión. Pero sabe con qué motivo se plantea este viaje a Gran Bretaña, si para mejorar la imagen del Gobierno o para compensar derrotas electorales", aseguró.

"Pero si el costo de la visita es no mencionar el tema de las islas Malvinas, esto es gravísimo para la reivindicación nacional", subrayó Caputo. FFF
ORL/LTR/pgl

11/05/18-33/97

9714589

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCE
FEC
VI CO

XQ2877

R POXBT 11-11 00162
Icx mun exg

ONU-MALVINAS
ASAMBLEA POSPONE CONSIDERACION PROBLEMA PARA SIGUIENTE SESION

Naciones Unidas, 10 nov (EFE).- La Asamblea General de la ONU decidió hoy posponer la consideración del problema de las islas Malvinas e incluirlo en la agenda provisional de la 53 sesión, que se celebrará el año próximo.

La Asamblea, por recomendación de su presidente, el ministro de Asuntos Exteriores de Ucrania, Guenadi Udovenko, anunció que esa era la propuesta elaborada tras las consultas realizadas en su última reunión del 25 de octubre.

El Comité Especial sobre Descolonización había remitido a la Asamblea la propuesta de resolución que adoptó en junio por la que se solicitaba a Argentina y el Reino Unido que consolidaran el diálogo y la cooperación para una solución pacífica de la disputa de soberania sobre las islas Malvinas.

El Comité reiteró su firme apoyo a la misión de buenos oficios del secretario general, con el fin de ayudar a las partes a cumplir con las resoluciones de la Asamblea sobre esta cuestión. EFE

jsd/fp/jcr

05

9714589

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCE
FECH
VISC

XQ3112
R POXBT 01-19 00304
ICX man exg

ARGENTINA-MALVINAS
CAPUTO TEME VIAJE CANCILLER SE VEA COMO RECONOCIMIENTO DOMINIO

Buenos Aires, 19 nov (EFE).- La visita que el ministro de Relaciones Exteriores argentino, Guido Di Tella, hará a las Islas Malvinas puede ser considerado como un "reconocimiento" de Argentina al dominio británico sobre los archipiélagos, dijo hoy, el ex canciller y dirigente opositor Dante Caputo.

Caputo, que durante el Gobierno de Raúl Alfonsín (1983-1989) dirigió durante más de cinco años la política exterior argentina, se declaró "alarmado" por "las consecuencias jurídicas que puede tener que un canciller argentino pretenda entrar en territorio ocupado, aceptando las normas de los ocupantes".

"Es gravísimo desde el punto de vista jurídico porque significaría un reconocimiento de dominio" de Gran Bretaña sobre las islas, afirmó el dirigente de la Alianza de la oposición en declaraciones a una radio local.

Di Tella admitió la semana pasada que planea viajar a las islas del Atlántico Sur con un pasaporte emitido en el extranjero, debido a que los isleños no permiten la entrada a los argentinos.

El jefe de la diplomacia argentina lleva a cabo una llamada "política de seducción" para ganar la confianza de los habitantes de las Malvinas y recuperar la soberanía del territorio en disputa.

Argentina y el Reino Unido se enfrentaron en 1982 en un guerra que terminó con la derrota argentina tras 74 días de combates por aire, tierra y mar, que causaron un millar de muertos.

Ambos países reanudaron sus vínculos diplomáticos en 1990, tras una ronda de negociaciones en Madrid, en las que Argentina aceptó que la cuestión de la soberanía no formase parte de la agenda de discusiones.

Pese a las presiones del Gobierno argentino, los británicos siguen sin mostrar disposición al diálogo sobre el dominio de las islas y ya han anticipado que el asunto no será tratado cuando el presidente Menem visite Londres, en 1998. EFE
mf/mjm/CGR

11/19/21-27/97

9714589

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCE
FE
VI.C.

Viaje de deudos a las Malvinas

19/11

Familiares de caídos argentinos visitan el cementerio de Darwin

PUERTO ARGENTINO (De una enviada especial).- En el cementerio argentino de Darwin, que hoy visitará un grupo de familiares de los caídos, lo único que se escucha es el sonido del viento y el ruido de los rosarios golpeteando contra cientos de cruces.

El lugar es el más impactante de las islas Malvinas: en medio de un paisaje de bucólicas colinas, desde donde a lo lejos se ve el mar, una empalizada de madera pintada de blanco cerca una realidad terrible.

En prolijas filas se levantan 232 cruces, que forman algo así como una T invertida, en cuyo vértice se levanta otra gran cruz. Su color blanco inmaculado contrasta con un muy bien cuidado pasto verde. Además de rosarios de plástico, las cruces tienen atados claveles artificiales, puestos por parientes en visitas anteriores.

Los objetos hablan de la desesperación de un padre, una madre o un hermano por dejar al menos algo que pueda acompañar a su ser querido, en la abrumadora soledad que reina a miles de kilómetros de su familia.

Recorrer el cementerio de Darwin es duro. Si bien las cruces son 232, en realidad hay un total de 236 caídos, porque en una tumba hay dos personas enterradas, y en otra, cuatro.

Las que no están identificadas llevan un cartelito: "An argentine soldier known unto God". Aunque se trate de soldados desconocidos, son "tumbas adoptadas" por parientes que alguna vez pudieron llorar a su muerto con nombre y apellido. También tienen su flor y su rosario.

A los pies de muchas otras cruces no anónimas hay lápidas de mármol o bronce, corazones, velas y hasta algunas fotos de muchachos sonrientes de no más de 20 años.

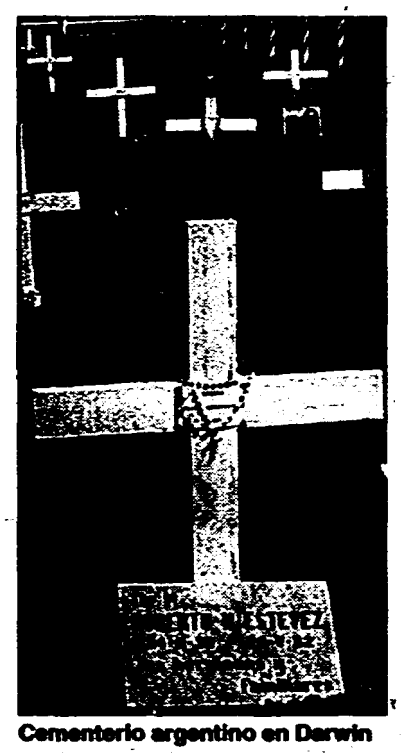
En la del conscripto Juan F. Rava se ve la efigie de una virgen y se lee: "Tu abuela, tías, tíos, primos y primitos". En otra, la del cabo Raúl A. Gómez, muerto en combate a los 19 años, una maceta recuerda su origen: Goya. "Hoy en la lejanía seguimos esperando tu regreso. Con cariño, mamá, hermanos y sobrinos", se lee donde descansa el soldado Guillermo Granado.

El cementerio argentino de Darwin está en el istmo del mismo nombre, que separa en dos a la isla Soledad. Para llegar hay que recorrer 45 minutos de camino de ripio desde el aeropuerto de Mount Pleasant.

El lugar queda lejos de Puerto Argentino (120 kilómetros, una hora y media de viaje en una cuatro por cuatro), no sólo porque los isleños preferían que estuviera distante de la ciudad, sino porque a 15 minutos está Goose Green (Pradera del Ganso), donde el 28 de mayo de 1982 se libró una de las batallas más sangrientas.

Allí tuvo lugar el primer ataque terrestre de los ingleses, y en dos días de combate murieron 40 argentinos y 15 británicos, y unos 1100 argentinos fueron capturados por el tercer regimiento de paracaidistas británico. En Goose Green, poblado de veinte casas de estilo típicamente patagónico, sobre un viejo galpón de esquila aún se ven tres letras descoloridas que dicen "P.O.W". En inglés, "prisioners of war" (prisioneros de guerra).

Cada rincón de esas colinas, por más que su geografía sea bellísima, evoca una historia trágica. Por ejemplo, la del piloto Fausto Gervasi, cuyo avión de combate fue derribado por error por fuerzas argentinas al regresar de una misión victoriosa. Los restos de su Skyhawk todavía yacen esparcidos cerca de Goose Green. "Siempre estarás en nuestros corazones", reza su lápida en Darwin.



Cementerio argentino en Darwin

Quiénes viajaron

A continuación se transcribe la lista de los familiares de los caídos en las Malvinas que llegarán hoy a las islas: Molina, María del Carmen, madre de Luis Bordón. Macgrath, Ana, esposa de Juan Carlos Buschiazzo. Ríos, Margarita, hermana de José Luis Ríos. González, Juana, hermana de Hipólito González. Dworak, Demetrio, hermano de Vladimiro Dworak. Araujo, Laureano, padre de Elbio Araujo. Peloso de Ruiz Díaz, Elma, madre de Gabino Ruiz Díaz. Abd Dalal, madre de Marcelo Massad. Díaz, Haydee, madre de Sergio Azcárate. Abala, Teresa, hermana de Arnaldo Zabala. Labalta, Roberto, hermano de Oscar Labalta. Aguilar, Ramona, hermana de Eusebio Aguilar. Morales, María de las Mercedes, esposa de Héctor Aguirre. Fernández, Emilia, madre de Luis Fernández. Benítez, Viviana, hermana de Julio Benítez, y el sacerdote Gabriel Zapata.

Rastros de la guerra

Cerca hay una estancia que cuenta con 75.000 ovejas, en el mismo terreno donde aún pueden verse los agujeros que servían de trinchera a los soldados argentinos. En ese lugar también se observa la línea defensiva donde el teniente 1° Roberto Estévez combatió hasta perder la vida. Sus restos yacen a los pies de una cruz del cementerio de Darwin, con una placa de mármol que revela su edad: 22 años.

En la guerra, según las cifras oficiales, murieron 655 argentinos (323 con el hundimiento del Belgrano) y 255 británicos. De los argentinos, 288 eran conscriptos. Brilla el sol en el cementerio de Darwin, el viento mueve las flores artificiales atadas a las cruces y el golpeteo de los rosarios quiebra el silencio. Y así como no alcanzan las palabras para describir la emoción que despierta este lugar, también es terrible imaginar qué es lo que sentirán hoy los 15 familiares que, seguramente por primera y última vez, llegarán a las islas Malvinas.

Acompañado por un cura, el grupo -el único autorizado a entrar por razones "humanitarias" con pasaporte argentino- llegará a las 14.30. El grupo pasará esta noche en Darwin, un bucólico poblado de siete casas a orillas del mar, y mañana regresará al cementerio -que queda a unos cinco minutos de allí- para asistir a una misa en memoria de los caídos. Después, aunque resulte injusto, partirá para no volver nunca más. Seguramente, se llevará un pedazo de tierra.

Di Tella no podría entrar en las islas

Continúa de la Pág. 1, Col. 4

na vez que sea hecha la propuesta formal. Pero algunos consejeros legislativos ya han dicho públicamente que tal visita no es bienvenida. Personalmente pienso que está claro que los consejeros legislativos consideran que los miembros del gobierno argentino no son bienvenidos en ningún tipo de situación, a menos que no cambien su punto de vista sobre la cuestión de la soberanía.

-¿Qué pasa si la propuesta de Di Tella de hipotética se convierte en formal?

-Tendría que ser considerada. No creo que el Consejo Legislativo cambie su punto de vista.

-¿El Consejo Legislativo tiene en sus manos las herramientas legales como para impedir ese viaje?

-Sí. El control migratorio es un punto del gobierno de las islas y hay una política muy clara que establece que los argentinos comunes pueden visitar las islas con un pasaporte no argentino, pero los funcionarios del gobierno argentino no. Hay reglas especiales para los periodistas argentinos que además de un pasaporte de otro país necesitan una aprobación especial del Gobierno.

-¿Cuál es su opinión sobre el canciller Di Tella?

-Que es un hombre muy agradable, con quien me reuní muchas veces, y un "gentleman" muy civilizado. Pero como usted ya ha notado, la gente de las islas no lo puede ver como un agradable y amistoso hombre sino como el canciller de un país extranjero que mantiene un reclamo de soberanía contra nosotros. Si no, sería muy distinto. La gente local y el Consejo Legislativo siempre han dicho que las cosas cambiarían sólo si no hay un reclamo en la disputa sobre la soberanía. Esto transformaría la situación enormemente.

-La gente dice tener miedo de que el nuevo gobierno laborista inglés no siga con la misma política de los conservadores en cuanto a la soberanía, ¿qué piensa al respecto?

-Lo que le puedo decir es que en los últimos días de campaña electoral, y ya en el gobierno, los laboristas dijeron en reiteradas ocasiones que no iban a hacer cambios en los puntos fundamentales de la política británica. Esto significa que la soberanía no es negociable y que se seguirán respetando los deseos de los isleños de quedar bajo soberanía británica. Así que no habrá ningún cambio. Lo que sí tendrá continuidad es el deseo de mejorar las buenas relaciones con la Argentina y de tratar, en la medida de lo posible, de dejar atrás lo ocurrido en 1982. En esto hicimos un gran progreso que asegura estabilidad en la región.

-¿Y qué piensa de la visita que el presidente Menem realizará el año próximo a Gran Bretaña?

-Es muy bienvenida. La gente de las islas cree que ayudará a promover la estabilidad y la buena vecindad con la Argentina, así que es muy bueno. Tanto el gobierno británico como el argentino describieron esta visita como un reconocimiento de la intensificación y mejora de las relaciones bilaterales, particularmente en lo comercial. La soberanía no será un tema de negociación durante la visita.

-No se discutirá la soberanía, pero la Argentina intentará tocar el tema...

-Ese es un asunto de la Argentina. Tengo entendido que la posición del Gobierno en la Argentina es que no es concebible que el Presidente viaje a Gran Bretaña y no mencione la cuestión Malvinas, pero la posición británica es muy clara al respecto: la soberanía no es negociable ni discutible, aunque se reconozca que hay una disputa con la Argentina.

-¿Qué sintió en julio último cuando la ex colonia británica de Hong Kong fue devuelta a China?

-Como le pasó a muchos británicos, sentimientos encontrados. Era algo que tenía que suceder porque había un tratado que establecía la devolución. Pero esto no tiene ninguna implicancia con la cuestión de las islas porque se trata de una situación totalmente distinta. Es errado pensar que hay alguna relación con Hong Kong y que el gobierno británico está listo para devolver las islas. Lo que el gobierno británico sí quiere -como en el caso de Hong Kong con China- es una buena relación con la Argentina. Por ejemplo es muy bueno que miembros del gobierno de las islas hayan discutido asuntos petroleros y de pesca con la Argentina, y me gustaría que, en lo posible, esta cooperación continúe y aumente.

-¿Hay posibilidad de otro encuentro entre la Argentina y el Reino Unido como el de Chevening?

-Esto es especular. Lo que Di Tella está demostrando es que está golpeando las puertas del gobierno británico para esto, y en ese caso sería algo que el gobierno británico debería considerar.

07 - 07
9714589

Nº DOCUMENTO 9714590
TITULO Estiman complejas negociaciones para ALCA -
PROCE 518593
FECH 05-11-97
VINCU 66960 - 65709
ALCA
11161
11392
XG0452

E ECONT 11-05 00496
mun exg icx

ARGENTINA-ALCA
ESTIMAN COMPLEJAS NEGOCIACIONES ALCA PREVIA CUMBRE CHILE

Buenos Aires, 5 nov (EFE).- El secretario argentino de Relaciones Económicas Internacionales, Jorge Campbell, calificó hoy de "complejas" las negociaciones para la formación de un área de libre comercio en América, aunque consideró que se registraron "avances" en una reciente reunión celebrada en Costa Rica.

Campbell dijo que en el encuentro de viceministros de Comercio del continente celebrado en Guanacaste, Costa Rica, entre el 28 y el 30 de octubre pasado, se registraron "los primeros avances" en la definición de los posibles mandatos para tratar asuntos de interés hacia la constitución del Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA).

También afirmó que "se dieron pasos" para establecer una sede de la Secretaría Administrativa del ALCA, entre cuyos principales pretendientes figuran Brasil (Río de Janeiro) y EEUU (Miami o Washington).

La reunión de Guanacaste fue preparatoria de la cumbre de 34 Presidentes americanos que se celebrará en Santiago de Chile, en abril próximo, cuando se pondrán en marcha los mecanismos para negociar la liberalización comercial del continente que se prevé para el 2005.

Como paso previo a la cumbre en Chile, se celebrará una reunión de viceministros en febrero próximo y, un mes después, una de los ministros del ramo, ambas en San José de Costa Rica.

Durante una rueda de prensa con un grupo de medios locales y extranjeros, Campbell sostuvo que el foro de Guanacaste "no fue independiente" de la gira que días antes había hecho por Venezuela, Brasil y Argentina el presidente estadounidense, Bill Clinton.

El funcionario del ministerio de Relaciones Exteriores aseguró que durante su estancia en Argentina y Brasil, Clinton "despejó las dudas" sobre el Mercosur al brindar su apoyo al bloque suramericano, integrado también por Paraguay y Uruguay.

Las dudas se centraban en la intención de algunos funcionarios estadounidenses de impulsar las negociaciones país por país para el ingreso en ALCA, en contra de la posición del Mercosur que propugna la incorporación en bloque.

Según Campbell, Washington ha comprendido que las "negociaciones con bloques de países son más sencillas".

Las actuales negociaciones tienen como eje central cuántos y cuáles serán los grupos que se constituirán para tratar los diferentes asuntos en marcha hacia al área de libre comercio, dijo Campbell.

Argentina y el resto de los países del Mercosur consideran necesaria la formación de pocos grupos y, entre ellos, el de Agricultura, a la vez que EEUU plantea como prioridad el grupo de Propiedad Intelectual.

Asimismo, el funcionario argentino anunció que en enero próximo posiblemente se firme un acuerdo entre el Mercosur y Canadá, durante una visita que hará a Argentina el primer ministro de esa nación del norte del continente, Jean Chrétien.

El convenio, al que Campbell definió como una aportación al proceso del ALCA, prevé la coordinación del Mercosur y Canadá en

9714590

la Organización Mundial del Comercio (OMC), a través del Grupo Cairns (países que no subsidian sus exportaciones agrícolas) y el aumento de las relaciones comerciales. EFE
orl/mc/hm

11/05/16-35/97

9714590

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCE[illegible] 518593
FECH[illegible] 24-11-97
VINCULA

XU7256

R ECOBT 11-24 00382
AMT ICX

ARGENTINA-INTEGRACION
CANCILLER ARGENTINO ADMITE DIFICULTADES NEGOCIACIONES ALCA

Buenos Aires, 24 nov (EFE).- El canciller argentino, Guido Di Tella, admitió hoy que el rechazo del Congreso de EEUU a conceder la "vía rápida" de negociaciones al gobierno del presidente Bill Clinton, crea dificultades en el proceso de formación de un Area de Libre Comercio en las Américas (ALCA).

Di Tella sostuvo que tras el traspié del gobierno de Clinton de lograr atribuciones para firmar acuerdos comerciales que incluyan los denominados "productos sensibles" (agropecuarios) a través del denominado recurso de "fast track" (vía rápida), cambió la situación en las negociaciones que se celebran en el continente.

"A raíz de la decisión legislativa, EEUU va a tomar una posición de no innovar, porque no podrá negociar sobre productos históricos (o sensibles) y va a tener que hablar de nuevos productos. Nosotros vamos a hablar de trigo histórico) y nos van a contestar con informática (nuevos)", indicó el ministro.

El ministro de Relaciones Exteriores aludió a las prioridades de su país, junto a los del resto de los países del Mercosur (Brasil, Uruguay y Fraguay), de llevar adelante conversaciones sobre agricultura, su principal rubro de exportación, mientras Estados Unidos privilegia la informática.

Los países del continente, a excepción de Cuba, discuten la formación de una zona de liberalización comercial, prevista en forma tentativa para el 2005, y cuyo próxima etapa será una cumbre presidencial que se celebrará en Chile en abril próximo.

Al disertar hoy en el seminario "Entrando al Siglo XXI: Oportunidades y Desafíos en el marco del Mercosur" que se celebra en esta capital, Di Tella aseguró que "si nosotros vamos a ser un ALCA de las novedades, esa combinación no nos conviene" y advirtió que ese tema "se conversó con Brasil y tiene una postura análoga a la nuestra".

En ese sentido, alertó que "algo parecido" puede ocurrir con la Unión Europea si desea firmar un acuerdo de libre comercio con el Mercosur sin abordar el asunto de los subsidios de los productos agrícolas, aunque aclaró que "las condiciones con ese bloque son distintas".

En su exposición, el ministro del Exterior reiteró que su país prioriza la consolidación del bloque suramericano de cuatro países, al que están asociados Chile y Bolivia a través de una zona de libre comercio, y de momento no se propone sumar a otras naciones.EFE

orl/jf/dv

11/24/18-00/97

9714590

03-03

Nº DOCUMENTO 9714591
TITULO Balanza comercial con un dificit de 3.000 millones
PROC 518593
FEC 6-11-97
VI 66960.
11161.
11320.

9714591

01-02.

XG0591

R ECOBT 11-06 00224
mun exg icx

ARGENTINA-COMERCIO EXTERIOR
DEFICIT DE CASI 3.000 MILLONES EN BALANZA COMERCIAL

Buenos Aires, 6 nov (EFE).- La balanza comercial de Argentina acumuló un déficit de 2.982 millones de dólares en los primeros nueve meses del año, informó hoy el Ministerio de Economía.

Ese desequilibrio contrasta con los 491 millones de superavit que dejo el comercio exterior de este país en el mismo periodo del año anterior.

Desde enero hasta septiembre de 1997, el país concretó importaciones por un total de 21.984 millones de dólares, un 27 por ciento más en los tres primeros trimestres de 1996, mientras que las exportaciones llegaron a los 19.002 millones, apenas un 7 por ciento más que en el anterior periodo en análisis.

El intercambio total fue de 40.986 millones de dólares, superior en un 17 por ciento al de los primeros nueve meses del ejercicio anterior.

Argentina solamente logró resultados favorables en el comercio con sus socios del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) y con los países del sudeste asiático, aunque en ambos casos hubo este año una reducción en el total del superavit.

En cambio, con la Comunidad Europea (CE) y con el NAFTA, el resultado fue desfavorable.

Con Europa, el déficit fue de 3.154 millones en los primeros nueves meses de 1997, frente a los 2.328 millones del mismo período de 1996, mientras que con el NAFTA fue de 3.484 millones, casi 1.000 millones más de desequilibrio. EFE

MF/BH/PL

11/06/22-57/97

9714591

02-02

Nº DOCUMENTO 9714592
TITULO Estado de la Bolsa de Comercio en Buenos Aires
PROFE 5/8593
FEC 11-11-97
V 66960-
11161-
11397-

01-02.

9714592

XU6969

R ECOBT 11-11 00368
mun exg icx

ARGENTINA-ECONOMIA
MINISTRO ECONOMIA CREE BOLSA VOLVERA NORMALIDAD EN POCOS DIAS

Buenos Aires, 11 nov (EFE).- El ministro argentino de Economía, Roque Fernández, vaticinó hoy que en pocos días se disiparán la turbulencias que afectan a la Bolsa de Comercio de Buenos Aires y dijo que el programa de ajuste lanzado en Brasil "no afectará mayormente a las exportaciones argentinas".

"Estamos atravesando un período de turbulencias y hay que esperar. Yo creo que en nuestro mercado (bursatil) no hay valores sobrevaluados, sino razonables y no debería haber una bajada permanente", dijo hoy Fernández en declaraciones efectuadas desde Brasil a Radio FM News, de Buenos Aires.

El principal indicador de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires registró el lunes una bajada promedio del 5,69 por ciento, el nivel más bajo de este año, pese al severo plan de ajuste anunciado en Brasil ese día que sirvió para detener la caida de la Bolsa de Sao Paulo.

"Ni las exportaciones ni nuestro comercio con Brasil se verán mayormente afectados", por las medidas de ajuste aplicadas en Brasil, comentó el ministro de Economía.

Fernández ratificó su completo acuerdo con las medidas de emergencia anunciadas por el Gobierno del presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, debido a que parten de un diagnóstico correcto y "alejan el peligro de la devaluación" del real (moneda brasileña), la disposición más temida por los economistas argentinos.

El ministro Fernández sostuvo que no cree que dicho programa lleve a la recesión a Brasil, sino que, por el contrario, "disminuirá la incertidumbre y bajará las tasas de interés".

Los analistas argentinos temen que las disposiciones de ajuste afecten el volumen de las exportaciones argentinas, preocupación que se refleja en que las mayores pérdidas del lunes correspondieron a empresas de los rubros automotriz, acero y textiles.

Según los operadores, tampoco hay una confianza generalizada con respecto a que Brasil no devalue su moneda, a pesar del énfasis que han puesto las autoridades brasileñas para despejar ese temor.

Las autoridades de la Bolsa de Buenos Aires sostuvieron por su parte que el derrumbe refleja la "cautela" de los inversionistas frente a la evolución de la economía brasileña después de las medidas de emergencia, y confiaron en que la calma volverá esta misma semana. EFE

ac/chs/dv

11/11/16-08/97

9714592

02-02.

Nº DOCUMENTO 9714592
TITULO Estado de la Bolsa de Comercio en Buenos Aires
PROF 5/8593
FEC 11-11-97
V 66960-
11161-
11392-

9714592

XU6969

R ECOBT 11-11 00368
mun exg icx

ARGENTINA-ECONOMIA
MINISTRO ECONOMIA CREE BOLSA VOLVERA NORMALIDAD EN POCOS DIAS

Buenos Aires, 11 nov (EFE).- El ministro argentino de Economía, Roque Fernández, vaticinó hoy que en pocos días se disiparán la turbulencias que afectan a la Bolsa de Comercio de Buenos Aires y dijo que el programa de ajuste lanzado en Brasil "no afectará mayormente a las exportaciones argentinas".

"Estamos atravesando un período de turbulencias y hay que esperar. Yo creo que en nuestro mercado (bursatil) no hay valores sobrevaluados, sino razonables y no debería haber una bajada permanente", dijo hoy Fernández en declaraciones efectuadas desde Brasil a Radio FM News, de Buenos Aires.

El principal indicador de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires registró el lunes una bajada promedio del 5,69 por ciento, el nivel más bajo de este año, pese al severo plan de ajuste anunciado en Brasil ese día que sirvió para detener la caida de la Bolsa de Sao Paulo.

"Ni las exportaciones ni nuestro comercio con Brasil se verán mayormente afectados", por las medidas de ajuste aplicadas en Brasil, comentó el ministro de Economía.

Fernández ratificó su completo acuerdo con las medidas de emergencia anunciadas por el Gobierno del presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, debido a que parten de un diagnóstico correcto y "alejan el peligro de la devaluación" del real (moneda brasileña), la disposición más temida por los economistas argentinos.

El ministro Fernández sostuvo que no cree que dicho programa lleve a la recesión a Brasil, sino que, por el contrario, "disminuirá la incertidumbre y bajará las tasas de interés".

Los analistas argentinos temen que las disposiciones de ajuste afecten el volumen de las exportaciones argentinas, preocupación que se refleja en que las mayores pérdidas del lunes correspondieron a empresas de los rubros automotriz, acero y textiles.

Según los operadores, tampoco hay una confianza generalizada con respecto a que Brasil no devalue su moneda, a pesar del énfasis que han puesto las autoridades brasileñas para despejar ese temor.

Las autoridades de la Bolsa de Buenos Aires sostuvieron por su parte que el derrumbe refleja la "cautela" de los inversionistas frente a la evolución de la economía brasileña después de las medidas de emergencia, y confiaron en que la calma volverá esta misma semana. EFE

ac/chs/dv

11/11/16-08/97

9714592

Nº DOCUMENTO 9714593
TITULO Bolsas despues de crisis en Asia -
PROCESO 160090
FECHA 13-11-97
VIDEO 66960 - Asia - 11161 - 11392 -

9714593 -

01 -08.

XD3588

R ECOBT 11-13 00623
mun exg icx

BOLSAS-ARGENTINA
LEGISLADORES NIEGAN AUTORIZACION SUBIDA IMPUESTOS EMERGENCIA

Buenos Aires, 13 nov (EFE).- Legisladores del oficialismo y de la oposición argentina rechazaron hoy una petición del gobierno para que se le autorice a aumentar los impuestos en caso de que sea necesario para afrontar los efectos de la crisis bursátil mundial.

"No veo por qué dar un cheque en blanco al gobierno", dijo el presidente de la Comisión de Presupuesto de la Cámara de Diputados, Oscar Lamberto, del Partido Justicialista (peronista) en el poder.

Lamberto destacó que "está claro" que los legisladores están dispuestos a reunirse "inmediatamente" para debatir subidas de impuestos "en caso de que sea necesario para afrontar una crisis".

También subrayó que el Presupuesto Nacional de 1998, que está a consideración de los diputados, incluye fuertes recortes en el gasto público y estrictas medidas de austeridad.

El legislador oficialista rechazó la posibilidad de que se aplique el Impuesto al Valor Añadido (IVA) a los servicios privados de medicina o enseñanza, una de las opciones a las que prevé recurrir el gobierno en caso de emergencia económica.

"Ya se han tomado medidas preventivas, como la de aumentar en 1.000 millones de dólares los fondos de 6.100 millones que había para atender eventuales casos de emergencia en el sector financiero", puntualizó Lamberto.

Mientras, varios dirigentes de la alianza de las opositoras Unión Cívica Radical (UCR) y Frente del País Solidario (FREPASO), que ganó las elecciones legislativas de octubre pasado, acusaron al gobierno de tratar de avasallar los poderes del Parlamento.

"Antes que aumentar impuestos hay que recortar gastos superfluos y ser más austeros", subrayó en este sentido el diputado Carlos Alvarez, del FREPASO y uno de los líderes de la alianza opositora.

Alvarez sostuvo que el gobierno debería proponer otro cálculo presupuestario para 1998 para prevenir "situaciones de emergencia", en cuyo caso la oposición "está dispuesta a colaborar".

"Me parece que deberían bajarse los gastos de la burocracia estatal o los fondos que el gobierno maneja arbitrariamente", subrayó a su vez el diputado Jesús Rodríguez, de la UCR.

La autorización para aumentar impuestos en casos de emergencia fue solicitada por el ministro de Economía, Roque Fernández, en momentos en que se negocia un nuevo acuerdo crediticio a tres años de plazo con el Fondo Monetario Internacional (FMI).

Fernández sostuvo que el gobierno "no prevé un aumento de impuestos como para alarmarse, sino que algún tipo de ajuste en caso de que sea necesario".

"De ninguna manera hay un espíritu de aumentar la presión tributaria, lo que se ha pedido es mayor flexibilidad fiscal por las turbulencias que existen en los mercados", comentó.

La crisis bursátil mundial ha ocasionado pérdidas del 33,2 por ciento en las acciones líderes de la Bolsa de Buenos Aires y de 1.000 millones de dólares a los fondos de pensión, mientras que se encarecieron los préstamos a corto plazo para las empresas y el estado.

9714593 1

02

Los bancos aumentaron sus reservas en efectivo y desistieron de tomar créditos a corto plazo, si bien no han sufrido masivas retiradas de fondos, como ocurrió en 1995 a consecuencia de los efectos de la crisis financiera que estalló en México a finales de 1994, señalarom portavoces del sector bancario.

Los expertos coinciden en que la crisis reducirá el flujo de inversiones extranjeras y por tanto la tasa de crecimiento económico calculada en el Presupuesto Nacional de 1998, que es del 5,8 por ciento.

Además, han advertido que muchas empresas han optado por dejar de pagar impuestos para hacer frente a sus necesidades financieras, con lo cual evitan tomar créditos que se han vuelto más caros.

Raúl Cuello, uno de los más prestigiosos expertos en políticas tributarias, subrayó que los aumentos de impuestos "son una potestad indelegable" del Parlamento y que esa medida "no sirve para nada" si cae la actividad económica. EFE

alm/pz/pgl

11/13/16-43/97

0714593

XG0715

U ECOBT 11-11 00479
mun exg icx

BOLSAS-ARGENTINA (Ampliación)
MERCADO SIGUE EN CAIDA LIBRE TRAS AJUSTE BRASILEÑO

Buenos Aires, 10 nov (EFE).- La Bolsa de Comercio de Buenos Aires experimentó hoy una bajada del 5,69 por ciento en su indicador principal, que se situó al cierre en el nivel más bajo del año como consecuencia de la crisis de días pasados en el sudeste asiático.

Tras las medidas de ajuste fiscal difundidas por el Gobierno de Brasil, principal socio de Argentina en el MERCOSUR, el Indice MERVAL de Buenos Aires, que mide la evolución de las empresas líderes quedó en los 614,12 puntos, por debajo del nivel de enero pasado.

El duro plan de ajuste anunciado en Brasil, en coincidencia con la visita que inició hoy a ese país el presidente argentino, Carlos Menem, sirvió para detener hoy la bajada en la Bolsa de Sao Paulo, mientras que el mercado bursátil bonaerense operó con clara tendencia a la baja.

Los operadores, muy preocupados porque las pérdidas desde que estalló la crisis llegaron al 28 por ciento de promedio, atribuyeron la bajada de hoy a una combinación de factores externos e internos.

La influencia del exterior se explica porque la economía de Argentina es "brasildependiente", debido a que el mayor socio del bloque suramericano absorbe la mayor parte de las exportaciones.

Por tal motivo las medidas de ajuste anunciadas por el presidente brasileño Fernando Cardoso son seguidas con atención en Buenos Aires.

Los analistas argentinos temen que las disposiciones de carácter restrictivo afecten al volumen de las exportaciones argentinas, preocupación que se refleja en que las mayores pérdidas de hoy correspondieron a empresas de los rubros automotríz, acero y textiles, que lideran las ventas.

Según los operadores, tampoco hay una confianza generalizada con respecto a que Brasil no devaluará su moneda, a pesar de las declaraciones en contra de las autoridades brasileñas para despejar ese temor y, por el contrario, atacar la crisis con medidas de corte fiscal.

Además algunos economistas atribuyen la fuerte bajada de la jornada de hoy a una corriente de especulación con raíces en el mercado local.

Las autoridades de la Bolsa sostuvieron, por otra parte, que el derrumbe refleja la "cautela" de los inversores frente a la evolución de la economía brasileña después de las medidas de emergencia, y confiaron en que la calma volverá esta misma semana a los mercados.

El volumen de operaciones de hoy fue bajo según los operadores, ya que hubo negocios con títulos privados por 22,1 millones de dólares, contra los 30,7 millones del viernes (otra de las jornadas con bajada de más del cinco por ciento).

El sector automotriz fue uno de los más afectados por la decisión de los operadores de salir a cualquier precio, convencidos de la disminución de su exportaciones, aunque también contribuyeron los desfavorables resultados contables de las empresas del sector.

9714593

04

El Indice General sufrió una caída del 2,34 por ciento y cerró en 19.771,28 puntos, con 39 bajadas, 3 subidas y siete títulos sin variación en su cotización. EFE
mf/gcf/PL

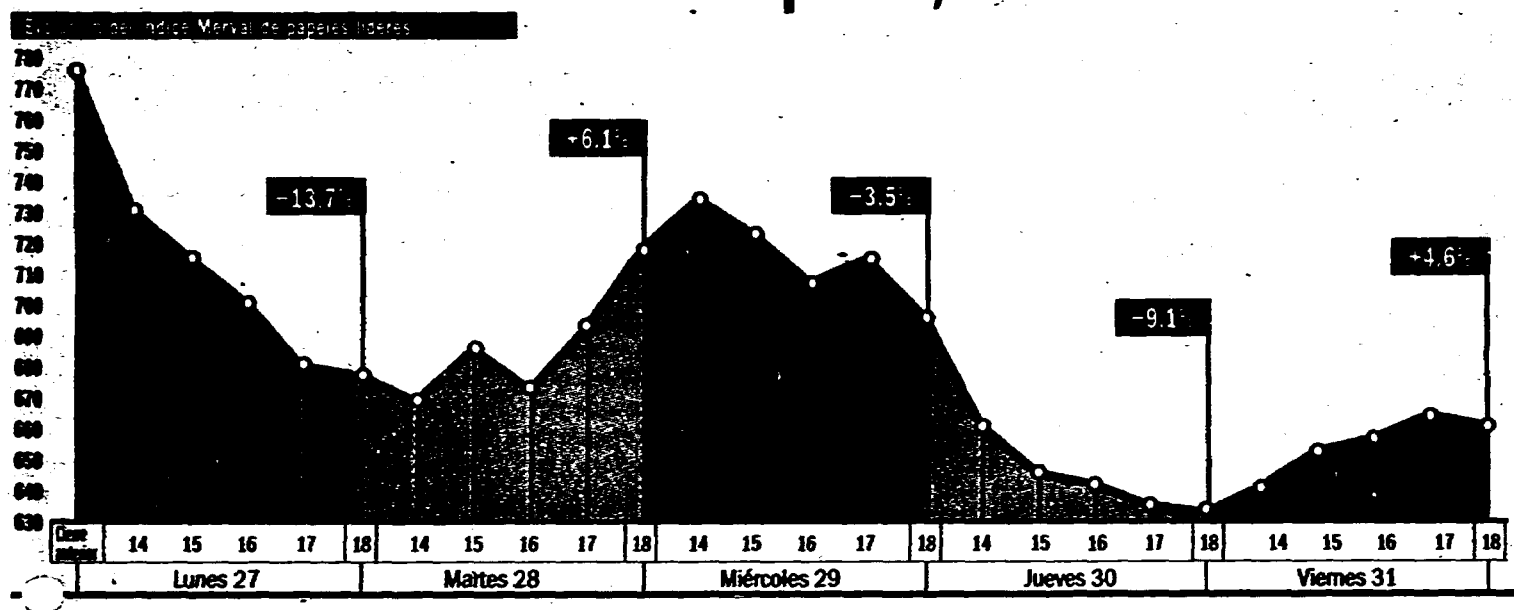
11/11/00-24/97

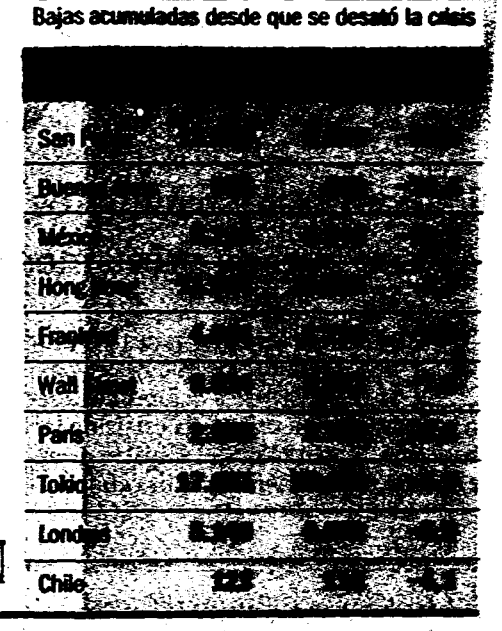
9714593

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROC
FECHA
VIDEO

CL 3199

Bolsa de Buenos Aires: la semana pasada, minuto a minuto





QUE OPINAN LOS ECONOMISTAS

"El sistema financiero está muy sólido"

En su evaluación sobre las consecuencias que puede tener la Argentina por la crisis de los mercados, el ex secretario de Hacienda Manuel Solanet opinó que el gobierno argentino procedió "correctamente" frente a los acontecimientos "al haber ratificado la convertibilidad y la permanente reafirmación de que las reglas de la economía no van a ser alteradas". Solanet criticó "la falta de equilibrio fiscal", pero desestimó por completo que pueda haber devaluación en la Argentina, como tampoco que se produzca una quita de los depósitos bancarios o fuga de capitales. Destacó como positivo el compromiso de la Alianza "acerca de que, en caso de ser gobierno, tampoco alteraría las reglas de juego vigentes".

El economista argentino Guillermo Calvo, residente en Estados Unidos, coincidió en que el sistema financiero argentino "está mucho más sólido y tiene mucha capacidad para aguantar un cimbronazo bastante fuerte". Calvo indicó que el reciente resultado de las elecciones argentinas, en las que triunfó la oposición "se vio (en EE.UU.) como una transición, pero sin significación económica, dados los anuncios que habían hecho desde la oposición y que, afortunadamente, luego de haber ganado salieron a ratificar. No se lo ve para nada como un problema", insistió.

Por su parte, el titular de la Fundación Capital, Martín Redrado, ve "muy sólido" al sistema financiero local y pronosticó que "la crisis va a durar por lo menos hasta fin de año" y que "probablemente hasta el 15 de enero de 1998 la Argentina no va a poder salir a buscar financiación externa".

Redrado mencionó lo que llama "los errores de Brasil", por haber aumentado las tasas de interés en lugar de bajar el déficit, y dijo que esta situación para la Argentina significa "aumento del riesgo país y de las tasas de interés" (ver más información en la página 20), aunque no cree que ello vaya a derivar en una recesión interna. □

9714593

MERCADOS ALTERADOS

CL 3/11

DEUDORES INQUIETOS POR LA EVOLUCION DE LAS TASAS

Expectativa por la apertura de las bolsas

Hong Kong y los mercados asiáticos abrían, anoche, para arriba • Ahora todos los ojos están puestos sobre Brasil

LUIS VARELA

Los operadores de todo el mundo se pasaron el fin de semana tratando de adivinar qué puede pasar de aquí en más con los mercados. ¿Sigue la crisis? ¿Estamos metidos en una irremediable corrección mundial del precio de los activos? ¿O se trata de un sismo que empieza y termina en el sudeste asiático?

Colgados de Internet, los operadores de Buenos Aires se sentaron anoche –poco después de las 9– frente a las computadoras de sus casas. Pero esta vez no se enchufaron para jugar con sus hijos o buscar alguna curiosidad: querían saber cómo abría la Bolsa de Tokio, qué pasaba con las acciones en Hong Kong, ya que allí se estaba iniciando la ola que dominará a los mercados en los próximos días.

–¿Cómo viene la semana?, preguntó Clarín a varios consultores enchufados.

–El repunte del viernes dio un respiro y permitió un fin de semana sin insomnios. Pero hay inquietud, hay mucha pregunta, la gente quiere saber qué puede pasar.

–¿Qué es lo que preguntan?

–Está todo relacionado con los créditos, sobre todo los hipotecarios. También preguntan sobre el dólar, pero menos.

–¿Qué hacen los hombres de negocios?

–Saben que estamos metidos en una crisis con dinámica propia. Saben que ya hubo una corrección del 23% en las acciones de Buenos Aires y del 7% en Wall Street. Muchos piensan que estamos en un momento en el que todavía hay riesgo para los que tenían acciones, pero comprenden que también empieza a aparecer algún riesgo para la especulación.

–¿Eso quiere decir que una parte del mercado cree que la baja puede seguir y la otra piensa que el piso está cerca?

–Como siempre, hay dos bandos. Unos creen que hay oportunidad de compra. Pero, cuidado, porque algunos asustados están esperando que suba para poder vender. La sensación que tienen los operadores no es uniforme: en general se piensa que el mercado va a seguir con fluctuaciones, pero cada vez más atenuadas.

–¿Es posible que en marzo se puedan recuperar los valores de hace diez días?

–Marzo es el siglo que viene. Nadie puede adelantar qué puede pasar en dos semanas. Hay muchos factores en juego...

–¿El foco del problema sigue estando en Hong Kong y en Brasil?

–Sí. Un mercado va a determinar la suerte del otro, y la Argentina depende en buena medida de lo que pase en Brasil.

–¿Qué perspectivas llegan desde los hombres de negocios brasileños?

–En principio, se cree que una suba de tasa de interés como la que se produjo la semana pasada (del 23 al 46% anual) va a traer una recesión muy fuerte. Es evidente que la combinación entre una tasa del 46% anual con la inflación cerca de cero es un coctail que anticipa problemas. Eso, si dura mucho, provocará deterioro en el sistema financiero brasileño, una baja en el nivel de consumo, una consecuente merma en la recaudación impositiva y, a mediano plazo, más déficit fiscal.

–¿Cómo puede afectar a la Argentina?

–Aquí el sistema financiero está muy sólido. La Argentina exporta por el 9% del PBI y, como un tercio de lo que exportamos va a Brasil, un gran ajuste brasileño asustaría mucho, pero no debería tener un impacto drástico en nuestra economía real. Podrá sí frenar un par de puntos el crecimiento que se esperaba. Pero el impacto sobre la Argentina deberá ser mucho más atenuado que en Brasil. Una vez superada la crisis, y con la corrección de activos ya asimilada, no debería aparecer el temido desbarranque estructural.

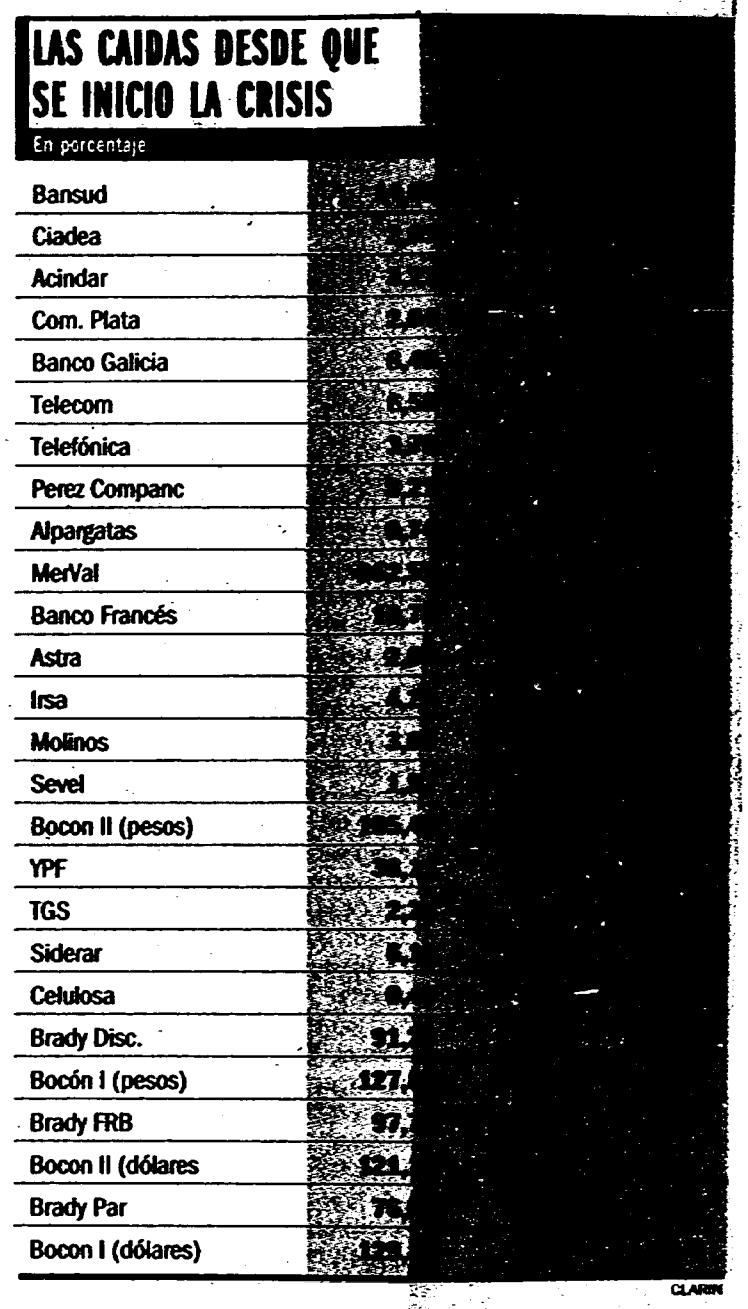
Este jueves se cumplen dos semanas desde que se desató la crisis. El tembladeral no trata igual a todos los mercados. Las bolsas de San Pablo y Buenos Aires, por lejos, las que más sufren, con bajas del 30,6 y 23,4% respectivamente. Hong Kong se achicó sólo 8,7%, Wall Street 7,4% y las bolsas europeas entre 6 y 9%. México bajó 12,3% y Chile apenas 4,1%. Y dentro de la Argentina son mucho más castigadas las acciones (bajan entre 15 y 35%) que los bonos (pierden entre 6 y 16%). Y dentro de los títulos públicos, los nominados en pesos caen mucho más que los nominados en dólares. □

Amanecer alcista

Al cierre de esta edición, las Bolsas del sudeste asiático tenían un amanecer alcista: la Bolsa de Tokio ganaba 0,6%; la de Nueva Zelandia 2% y la de Hong Kong subía 3,9%.

LAS CAIDAS DESDE QUE SE INICIO LA CRISIS

En porcentaje



CLARIN

9714593

Nº DOCUMENTO
TITULO El ex Presidente español examinó con empresarios crisis financiera por derrumbe de bolsas en Asia.
PRO[illegible] 518593
FECH[illegible] 12-11-97
VI[illegible] 66960 - España - Asia - 1161 - 1392
XS8768

R EFDBT 11-12 00424
mun icx

ARGENTINA-GONZALEZ
FELIPE GONZALEZ EXAMINO CON EMPRESARIOS CRISIS FINANCIERA

Bariloche (Argentina), 12 nov (EFE).- El ex presidente del gobierno español Felipe González ha analizado con empresarios y políticos argentinos la crisis financiera generada por el derrumbe de las bolsas en Asia, dijeron hoy a EFE fuentes empresarias.

Felipe González se reunió hoy y anoche con representantes de diversos sectores en esta ciudad sureña, en el marco de su participación en el XXXIII Coloquio del Instituto para el Desarrollo Empresarial de Argentina (IDEA), al que asistirán unas 400 personas, entre funcionarios, ministros y hombres de negocios argentinos y extranjeros.

"González se refirió a las tensiones causadas por la crisis financiera, pero sobre todo a la necesidad de fortalecer las economías de los países en vías de desarrollo para prevenir esas turbulencias", señaló Jorge Vives, directivo del Coloquio IDEA y titular de la poderosa firma tabacalera Massalin-Particulares.

Vives indicó que González se mostró preocupado por la problemática social en algunos países y, en particular por el desempleo y el deterioro de la educación.

Al respecto, durante un encuentro celebrado anoche con integrantes de la alianza opositora que ganó las recientes elecciones legislativas en Argentina, el dirigente del PSOE expresó la necesidad de que "el gasto social sea más efectivo y llegue a la gente".

El político español dialógo en el Hotel Llao Llao, donde se aloja, con dirigentes de la alianza opositora integrada por la Unión Cívica Radical (UCR) y el centroizquierdista Frepaso, en la que también destacó los avances del Mercosur.

El titular de la UCR, Rodolfo Terragno, informó que González indicó que el bloque integrado por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay "ha avanzado más de lo previsible".

Los interlocutores, entre ellos los líderes del Frepaso, los legisladores Carlos Alvarez y Graciela Fernández Meijide coincidieron en que la unión aduanera suramericana "no debe ser contradictoria" con el Acuerdo de Libre Comercio de América (ALCA), que prevé la formación de un área de liberalización comercial en el continente en el 2005.

Las diversas negociaciones para llegar a ese acuerdo se han celebrado con diferencias entre el Mercosur, que impulsa primero su fortalecimiento interno, mientras que EEUU propugna medidas de libre comercio como elemento prioritario.

El ex jefe del gobierno español participó hoy de un almuerzo con los directivos de IDEA en el Hotel La Cascada, en las costas del lago Nahuel Huapi, y luego pronunciará uno de los discursos centrales del Coloquio, en un panel que abordará "El crecimiento económico y el progreso social en los umbrales del siglo XXI". EFE
orl/gv

11/12/16-31/97

9714593

08-08

Nº DOCUMENTO 9714594
TITULO Extranjeros retiran inversiones por 6.000 millones de dólares.
PROCEDENCIA 518533
FECHA 20-11-97
VINCULOS 66960-
11161-
11403-

9714594

01-02.

XU7178

R ECOBT 11-20 00269
mun exg icx

ARGENTINA-FINANZAS
EXTRANJEROS RETIRARON INVERSIONES POR 6.000 MILLONES DOLARES

Buenos Aires, 20 nov (EFE).- Las inversiones financieras de origen extranjero en Argentina se redujeron en 6.000 millones de dólares en octubre pasado, cuando estalló la crisis de los mercados asiáticos, informó hoy la Comisión Nacional de Valores (CNV).

La retirada equivale al 14,85 por ciento del total de fondos extranjeros invertidos hasta finales de septiembre último, unos 23.180 millones de dólares, indicó.

La CNV señaló además que las inversiones nacionales sumaron a finales de octubre pasado unos 23.158 millones de dólares frente a los 26.185 millones del mes anterior, lo cual supone una caída del 11,5 por ciento.

Las inversiones extranjeras en el mercado bursátil, que sufrió una fuerte caída por la crisis asiática, bajaron en un 26,5 por ciento, mientras que las correspondientes a los títulos públicos cayeron en 5,8 por ciento, indica un informe del organismo.

En el caso de las inversiones nacionales, la bajada fue del 11,5 y del 8,5 por ciento en las colocaciones bursátiles y en bonos públicos, respectivamente.

Con estas caídas, las inversiones extranjeras volvieron a los niveles de finales de 1996, puntualizó la CNV.

Pero destacó que las estadísticas de los doce meses que van de octubre de 1996 al mismo mes de este año muestran una subida del 26,9 por ciento en las inversiones extranjeras respecto de las que había en el mismo período anterior.

Los capitales belgas encabezan la clasificación de inversiones financieras extranjeras con colocaciones por 5.944 millones de dólares, seguidos por los de EEUU y el Reino Unido, con 5.451 y 1.354 millones de dólares, respectivamente. EFE
alm/chs/dv

11/20/16-37/97

02-02.

9714594

Nº DOCUMENTO 9714595
TITULO Pese a crisis Asiatica, Argentina seguira creciendo
PROCE... 1993
FECH... 20-11-97
VIRGIN... 66960
Asia-...
11161-
11352

9714595

XU71BO

R ECOBT 11-20 00524
mun exg icx

ARGENTINA-ECONOMIA
FERNANDEZ RATIFICA META CRECIMIENTO A PESAR CRISIS ASIATICA

Buenos Aires, 20 nov (EFE).- El ministro de Economía argentino, Roque Fernández, aseguró que la crisis de los mercados asiáticos no causarán ningún perjuicio a su país, por lo que se mantiene la meta "conservadora" de un crecimiento económico del 5,8 por ciento para el año próximo.

"Creo que se están exagerando algunos de los efectos de la crisis; Argentina no va a sufrir ninguna recesión", subrayó Fernández en entrevistas que publican hoy los diarios "Clarín" y "Ambito Financiero", de Buenos Aires.

Fernández criticó a quienes vaticinan un menor crecimiento del Producto Interior Bruto (PIB) argentino, entre ellos los expertos del Fondo Monetario Internacional (FMI).

Sostuvo además que los males económicos que afectan a Brasil, el principal socio comercial de Argentina, son "transitorios" y negó que la caída del consumo interno brasileño provoque una "invasión" de productos de ese país.

También admitió que recibe "presiones" en favor de una intervención para impedir que se profundicen las pérdidas de la Bolsa de Buenos Aires, cuyas acciones líderes subieron el 3,73 por ciento ayer, miércoles, tras acumular pérdidas del 30,6 por ciento desde que estalló la crisis asiática.

Pero destacó que el gobierno no va a intervenir y dijo que la bolsa bonaerense "es la más transparente del mundo".

El FMI calculó que el PIB argentino crecerá el 4 por ciento como máximo el año próximo, casi dos puntos menos que lo previsto por el gobierno, a causa del impacto de la crisis asiática, pronóstico que es compartido por varios expertos locales.

Roque Fernández dijo que el plan de ajuste puesto en marcha por las autoridades brasileñas "es el más adecuado" para superar los problemas económicos de ese país.

"La única política que yo recomiendo que haga Brasil es la que ya está haciendo, es decir profundizar más el ajuste fiscal y si ellos trabajan en esa dirección, la recesión durará poco", aseguró.

El ministro sostuvo que los expertos que calculan un menor crecimiento argentino "erraron los pronósticos el año pasado y van a errar para el próximo".

Dijo que el FMI "siempre aprieta" a la hora de negociar un acuerdo crediticio, como es el caso de Argentina.

"Primero no quisieron firmar el acuerdo en septiembre y octubre, porque decían que íbamos a tirar manteca al techo por las elecciones (legislativas, del 26 de octubre pasado); pasaron las elecciones y no cambiamos nada del Presupuesto", comentó.

"Si en la negociación hubiéramos dicho que la tasa de crecimiento de 1998 era del 3 por ciento, ellos habrían dicho que era una exageración", agregó.

La firma del acuerdo con el FMI está prevista para finales de año y supone estrictas medidas de austeridad para reducir el déficit fiscal y el compromiso de reducir el gasto público o aumentar los impuestos en caso de que sea necesario para cumplir las metas.

El déficit fiscal argentino no deberá superar los 3.500millones de dó
otras metas pactadas con el FMI, que concederá créditos por 3.000
otras metas pactadas con el FMI, que concederá créditos por 3.000

millones de dólares durante los tres años de vigencia del acuerdo.

Argentina recibirá giros por 1.000 millones de dólares, mientras que el resto constituirá un fondo de reserva al que podrá recurrir en caso de emergencia.EFE

alm/pz/dv

11/20/16-41/97

9714595

Nº DOCUMENTO 9714596
TITULO Argentina y sus gestiones con el FMI-
PROCE A 15009
FECHA 20-11-97
66960
F.M.I-
11161-
11382

FB3365

U ECOBT 11-20 00199
mun exg icx

ARGENTINA-DEFICIT
DESEQUILIBRIO CUENTAS OCTUBRE DEJA POCO MARGEN PAUTAS FMI

Buenos Aires, 20 nov (EFE).- Las cuentas públicas de Argentina han acumulado un déficit de 3.171 millones de dólares hasta octubre pasado, frente a los 4.500 millones comprometidos con el FMI para todo 1997. se informó hoy oficialmente.

El ministerio de Economía señaló que el desequilibrio de octubre pasado fue de 333,3 millones de pesos (igual en dólares), lo que deja un margen de unos 1.300 millones en noviembre y diciembre para no superar la pauta acordada con el Fondo Monetario Internacional (FMI).

Los expertos consideran que esa meta no será sencilla de cumplir porque en el último bimestre del año se deberán pagar intereses de la deuda externa por 1.300 millones de dólares, de los cuales 890 millones corresponden a noviembre y los 416 millones restantes a diciembre.

Aunque fuentes de la secretaría de Hacienda consideraron que se cumplirá con el compromiso de deficit, técnicos del FMI pronosticaron a mitad de año que Argentina tendrá un desequilibrio superior a 500 millones dólares respecto de las obligaciones contraídas.

En octubre, los ingresos corrientes sumaron 4.350,6 millones de pesos, mientras que los gastos llegaron a 4.391,3 millones. EFE
orl/gcf/nd

01 - 16

9714596

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROC
FECHA
VISTO

CLAUDIO LOSER, EL ARGENTINO DE MAS JERARQUIA EN EL FMI

"Las reformas no son imposiciones del Fondo"

Aseguró que los programas son decisiones soberanas de los países • Y sostuvo que la privatización del Banco Nación no es una exigencia del organismo

Las reformas impositiva y laboral no son imposiciones del Fondo, sino objetivos importantes del gobierno argentino que nosotros apoyamos", afirmó Claudio Loser, jefe para el Hemisferio Occidental del FMI y el argentino de mayor jerarquía en el organismo.

Durante un seminario organizado por la Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL), Loser se mostró optimista respecto del cumplimiento de las metas fijadas por la Argentina en el nuevo acuerdo con el Fondo. "Nosotros creemos que hay un programa que es realista, que es cumplible y que está diseñado en un marco internacional complicado. Hay una excelentísima posibilidad de que se cumpla".

Insistió en que "se debe entender que un programa del Fondo no es un programa impuesto, sino que hay una decisión soberana del país para tomar una serie de medidas dentro de un contexto político determinado. Nosotros analizamos la viabilidad, la razonabilidad de las políticas, y proveemos los fondos". Sobre la privatización del Banco Nación fue poco explícito. "Las autoridades (argentinas) anunciaron que la están considerando."

De todas maneras, puso mayor énfasis al subrayar que "deben hacerse las reformas lo antes posible, para consolidar más aún el proceso de reestructuración".

Cuando se le preguntó sobre cómo puede ser que el acuerdo sobre metas fiscales con el Fondo tomase las mismas metas que en setiembre, sin considerar la crisis financiera mundial que se desató en octubre (metas que incluyen un crecimiento del 5,6 por ciento y 3.500 millones de déficit), Loser contestó que "hay una situación internacional complicada, pero no llega al nivel de la crisis del tequila. Los países latinoamericanos están mucho más preparados para enfrentarla. La Argentina, México, el Brasil, Chile y el Perú tienen sistemas financieros mucho más fuertes, tienen un cambio estructural muy importante y creo que esto permite a la Argentina enfrentar en forma mucho más efectiva la situación. Yo no creo que el programa sea irreal; veremos qué pasa con las metas, pero lo importante son las políticas".

En su criterio el resultado de las elecciones en la Argentina, lejos de provocar un debilitamiento, va a llevar a fortalecer y dar más seguridad a las políticas concertadas con el Fondo. "Yo hablo como hombre del Fondo, pero también como argentino", subrayó Loser.

Por otra parte, una fuente del FMI en Washington confirmó ayer que el organismo ya cerró un acuerdo técnico con la Argentina, respecto del programa de facilidades ampliadas de tres años que habilita un crédito por 2.800 millones de dólares.

También explicó que el acuerdo necesitará primero la aprobación de los directores de área, lo que tomaría unos diez días. Luego será elevado al titular del FMI, Michel Camdessus, con objeto de que lo apruebe el directorio del Fondo. □

Privatización

Graciela Fernández Meijide y dos economistas de la Alianza, José Luis Machinea y Adalberto Rodríguez Giavarini, rechazaron en Estados Unidos la idea de privatizar el Banco Nación comprometida ante el FMI. La senadora Fernández Meijide lo dijo en la reunión que mantuvo en el banco de inversión Goldman Sach. Machinea, también en Nueva York, aseguró que "no debe privatizarse el Banco". Rodríguez Giavarini, secretario de Hacienda del gobierno porteño, citó el caso del Banco Ciudad, que busca parcipación de capitales privados, "pero hasta un 49 por ciento".

Roque Fernández, por su parte, aclaró que la venta del Nación no es una exigencia del FMI, pero igual figura en el nuevo acuerdo.

CL 19/11
D1
02
9714596

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROC
FECHA
VISTO

XU7129
R ECUBT 11-17 00448
amt icx

ARGENTINA-EEUU
ARGENTINA AFIRMA VAN BIEN TRAMITES FACILIDADES EXTENDIDAS FMI

Washington, 17 nov (EFE).- Dos altos cargos de Argentina afirmaron hoy en Washington que "van por buen camino" los trámites de las "facilidades extendidas" del Fondo Monetario Internacional (FMI) para su país, sin cambios en el marco en que se ha dialogado.

Por medio del programa de "facilidades extendidas" el FMI aportará una fuerte suma de dinero, cuyo desembolso inicial sería de 1.000 millones de dólares, para la modernización del Estado argentino.

Jorge Rodríguez, jefe del Gabinete de Gobierno, y Carlos Rodríguez, vice ministro de Economía de aquella nación suramericana, desmintieron hoy versiones sobre que el Fondo Monetario habría "endurecido" o flexibilizado los trámites para conceder ese beneficio.

"No endureció ni flexibilizó los acuerdos de Hong Kong", explicó el jefe del Gabinete, y agregó que la "carta de intenciones" es muy probable que se firme antes de Navidad, para luego ser sometida a la consideraci n del directorio del FMI.

"La aprobación de las 'facilidades extendidas' sería para Argentina un sello de calidad. Un reconocimiento a todo lo que ha venido haciendo el país en materia económica, y le daría al país la confianza internacional", indicó Jorge Rodríguez.

Acerca de los efectos de la crisis brasileña en la economía de Argentina, los dos funcionarios señalaron que "la recesión no está declarada en Brasil, y esperamos que el evento final sea el mejor".

Brasil puso en vigor este mes un plan de ajuste económico, y para los dos altos cargos argentinos "desde la perspectiva de Argentina es lo mejor que pudo pasar, porque pudo haber sido peor la situación".

Jorge Rodríguez y Carlos Rodríguez, junto con el vicepresidente argentino Carlos Ruckauf y el economista Jorge Remes Lenicov, representando al Gobierno, y los miembros de la alianza de oposición, Graciela Fernández Meijide, José Luis Machinea, Adalberto Rodríguez Giovarini y Rodolfo Terragno, participarán hoy en Washington en un foro sobre la democracia en Argentina.

Este evento, patrocinado por la Brookings Institution y la embajada de Argentina en EEUU, tendrá lugar hoy en Washington, y mañana en la ciudad de Nueva York.

El viceministro de Economía argentino, Carlos Rodríguez, dijo hoy que lo fundamental de esta participación bipartita en la capital de Estados Unidos "es demostrar la consolidación de la democracia en Argentina, y que el país funciona a plenitud".

Agregó que el diálogo con la oposición, que logró un mayor número de escaños en el Congreso en las elecciones de finales de octubre pasado, se da hacia el futuro en favor de la serie de medidas a tomar y que serán de beneficio directo para Argentina.

Recordó que Argentina "todavía se encuentra en un período de transición, y tenemos que construir la credibilidad todos los días". EFE

rm/mla/jmi/dv

03

9714596

XU7107

R ECOBT 11-17 00609
mun exg icx

ARGENTINA-ECONOMIA
SUBEN RESERVAS Y DEPOSITOS BANCARIOS A PESAR CRISIS ASIATICA

Buenos Aires, 17 nov (EFE).- Las reservas en divisas del Banco Central de Argentina (BCRA, emisor) han aumentado sustancialmente al igual que los depósitos bancarios a pesar de la crisis bursátil y monetaria en los mercados asiáticos, informaron hoy fuentes oficiales.

Pero informes privados señalan que la crisis asiática y el impacto que ha tenido en Brasil, el principal socio comercial de Argentina, provocarán una caída de uno a dos puntos en la previsión de crecimiento económico argentino para el año próximo.

Un informe del BCRA destacó que sus reservas aumentaron en 1.500 millones de dólares hasta llegar a los 20.361 millones entre el 23 de octubre, cuando estalló la crisis, y el 13 de noviembre pasado.

Durante esos veintiún días, los depósitos en los bancos crecieron en 3.000 millones de dólares, en su mayor parte por colocaciones en moneda estadounidense, puntualizó.

El BCRA dispuso que los bancos aumentaran sus reservas de liquidez en 500 millones de dólares, con lo cual las previsiones de solvencia de las entidades financieras llegan ahora a los 7.731 millones de dólares.

El aumento de los depósitos financieros fue del 5,9 por ciento y los inversores transfirieron colocaciones de pesos a dólares por un total de 322 millones de la moneda estadounidense, agregó.

Los bancos, que acumulan depósitos en moneda argentina y estadounidense equivalentes a unos 66.000 millones de dólares, cuentan con fondos líquidos para préstamos por 28.000 millones de dólares, señaló el informe oficial.

Los tipos de interés para préstamos hipotecarios destinados a la compra de viviendas se mantienen en un nivel del 11 por ciento anual en promedio y los bancos no prevén aumentarlos por el momento.

Los coletazos de la crisis de los mercados asiáticos no ha obligado a modificar el tipo de cambio fijo de un peso por dólar vigente en el país desde 1991 bajo la garantía de las reservas en poder del BCRA.

Las autoridades argentinas también mantuvieron la relación del tipo de cambio de "uno por uno" durante los coletazos de la crisis financiera que estalló en México a finales de 1994 y que, a diferencia de lo ocurrido ahora, provocó retiradas de fondos de los bancos argentinos por unos 8.200 millones de dólares.

El "efecto tequila", como se llamó a la crisis mexicana, causó en 1995 una caída del 4,4 por ciento en el Producto Interior Bruto (PIB) argentino.

El PIB argentino aumentará este año en unos siete puntos y se calcula que la crisis asiática causará una caída del 1,5 al 2 por ciento en la previsión de crecimiento del año próximo, que es del 5,8 por ciento según cifras del Presupuesto Nacional de 1998.

En este sentido, un informe provisional de la Unión Industrial Argentina (UIA) señaló que el principal motivo de la caída del PIB el año próximo se debe al drástico plan de ajuste económico puesto en marcha en Brasil para hacer frente a los coletazos de la crisis asiática.

04

9714596

La UIA calculó que el menor consumo interno en Brasil ocasionará una caída de 1.500 a 2.000 millones de dólares en las ventas de 1998 al mercado brasileño, que el año pasado recibió exportaciones argentinas por valor de 6.500 millones de dólares.

A su vez, expertos de la Fundación de Investigaciones para el Desarrollo (FIDE) señalaron que los sectores más perjudicados serán el de la industria del automóvil, que exporta el 90 por ciento de su producción a Brasil, las acerías y la construcción.

La Ford estadounidense decidió suspender por quince días la producción de automóviles medianos en su fábrica de Argentina, mientras que la filial de la FIAT italiana hará lo mismo durante cinco semanas a partir del 12 de diciembre próximo.

También aplicará planes de suspensión de la producción la fábrica de cajas de cambios Transax Argentina, que pertenece a la Wolkswagen alemana. EFE

alm/jmi/pgl

11/17/16-18/97

05

9714596

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDE
FECHA
VISADO

EL FMI NO CONDICIONA EL ACUERDO A LA VENTA DEL NACION

La manzana para la maestra

Como el alumno más aplicado de la clase, Roque Fernández agregó la privatización del Nación a la Carta de Intención con el Fondo.

El ministro Roque Fernández negó que la privatización del Banco Nación forme parte de las exigencias pautadas con el FMI en el nuevo Acuerdo de Facilidades Extendidas. Tal como publicó ayer *Página/12*, el ministro insistió en que la venta de la entidad oficial figura dentro de la Carta de Intención como un proyecto en estudio, pero sin condicionar los lineamientos generales del acuerdo. En esa misma línea, el director del FMI para el Hemisferio Occidental, Claudio Loser, también descartó alguna vinculación entre la privatización del banco y el convenio a tres años entre la Argentina y el organismo financiero.

"En la Carta de Intención hay una primera parte donde se describe cuál es la situación general de la economía argentina, cuáles son los temas en discusión. Entre ellos figura la privatización del Nación. Pero no es condición para nada", remarcó el titular del Palacio de Hacienda. En igual sentido se pronunció Loser. Dijo que el anuncio del Gobierno sobre su intención de transferir la entidad "fue una importante declaración de principios", y si bien la calificó como "una acción útil", aseguró que "no es una imposición del organismo".

Otro de los temas que rebotó ayer en el seminario de FIEL luego de la concreción del acuerdo con el FMI fue el mecanismo de financiamiento que utilizará la Argentina el año próximo para cubrir sus compromisos de deuda. El subsecretario de Financiamiento del Ministerio de Economía, Miguel Kiguel, comentó que el Estado saldrá a buscar 13.000 millones de dólares, de los cuales 8000 millones serán mediante la colocación de títulos en el exterior. Por otra parte, en contra de lo que dijo el lunes el viceministro de esa cartera, Carlos Rodríguez, opinó que la Argentina no necesitará un adelanto de fondos del FMI para pagar los 300 millones de dólares que aún debe este año. "No hace falta porque tenemos acceso al mercado de capitales", dijo el funcionario a este diario.

En el encuentro de FIEL se trataron además cuestiones relativas a la crisis de los mercados y la situación de Brasil. El presidente del Banco Central, Pedro Pou, consideró que una medida a estudiar para el futuro es la implementación de una moneda única para la región, lo que permitiría -sostuvo- evitar cimbronazos en el tipo de cambio como los que sufre ahora Brasil. "Creo que el esquema usado por la Argentina (la convertibilidad) es interesante. Por eso en mi opinión en una primera etapa el Mercosur debería adoptar al dólar" como su moneda. De todos modos, puntualizó que ése es un objetivo de "larguísimo plazo".

Pedro Pou, presidente del Banco Central.
Sugirió una moneda única para el Mercosur para enfrentar crisis.

106

9714596

XU7124

R ECOBT 11-17 00529
mun exg icx

ARGENTINA-FMI
NUEVO ACUERDO CREDITICIO PREVE ESTRICTAS MEDIDAS AUSTERIDAD

Buenos Aires, 17 nov (EFE).- Argentina llegó a un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional (FMI) que incluye estrictas medidas de austeridad a cambio de créditos por un total de 3.000 millones de dólares a tres años de plazo a partir de 1998.

El acuerdo será puesto a consideración del directorio del FMI al miércoles próximo "para apurar su aprobación" definitiva, dijo hoy el experto chileno Tomás Raichmann, quien dirigió el grupo de técnicos del organismo que negoció con las autoridades argentinas.

Se prevé el giro de 1.000 millones de dólares durante los tres años de plazo del nuevo acuerdo y la opción de que Argentina pueda acceder a otros 2.000 millones de dólares en caso de que lo necesite durante ese período, indicó.

Raichmann dijo que se espera que el FMI apruebe este nuevo acuerdo en la primera semana de diciembre próximo "aunque vamos a intentar que sea antes".

Señaló que Argentina se ha comprometido a reducir el déficit fiscal ya sea a través de una bajada del gasto público o con un aumento de los impuestos.

Agregó que el gobierno argentino también se comprometió a reformar las leyes laborales y de impuestos así como a acelerar la creación del Consejo de la Magistratura, organismo previsto por la reforma de la Constitución de 1994 para la designación de jueces.

La carta de intenciones incluye metas fiscales para el año próximo que siguen las mismas pautas del Presupuesto Nacional de 1998, que está a estudio del Parlamento, indicó el experto del FMI.

En este sentido, explicó que la crisis monetaria y bursátil de los países asiáticos "obligó a pensar en escenarios económicos más difíciles, pero por ahora no se modificaron las pautas" del presupuesto, como recomendaron los expertos locales y del FMI.

Señaló además que se prevé la posibilidad de que se privatice el Banco de la Nación Argentina (BNA), el más grande del país, lo cual es rechazado por las principales fuerzas políticas de la oposición y la mayoría de los dirigentes del propio Partido Justicialista (peronista) en el poder.

El Presupuesto Nacional de 1998 establece un déficit fiscal de 3.500 millones de dólares como máximo, mil millones menos que el de 1996, un crecimiento económico de 5,8 por ciento y un aumento de la inversión del 14,5 por ciento con una inflación anual del 1,1 por ciento como máximo.

"El Gobierno reconoció que el escenario económico (de 1998) podría ser potencialmente más difícil y que, en ese caso, sería necesario tomar medidas adicionales para cumplir" las metas presupuestarias, comentó Raichmann.

"Si hay que tomar medidas tendrían que ser preferentemente de recorte del gasto público", agregó.

Los legisladores oficialistas y de la oposición se negaron la semana pasada a autorizar aumentos de impuestos en caso de que sea necesario para cumplir las metas fiscales ante una eventual caída de los ingresos del Tesoro provocada por una menor actividad económica que la prevista.

Sin embargo, el gobierno del presidente argentino, Carlos Menem, busca convencer a los legisladores de que aprueben una ley

9714596

que fije los alcances y duración de una eventual subida de los impuestos ante situaciones de emergencia fiscal.

El nuevo acuerdo crediticio reemplazará al de reserva (stand by) que concedió el FMI en su momento y que vence a finales de año.EFE

alm/jf/dv

11/17/18-53/97

08

9714596

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCED
FECH
VOLCH

CL 17/11

SINTESIS

Qué se promete

La carta de intención que enviará hoy el Gobierno al FMI contiene los siguientes puntos:

- **El FMI prestará 3.000 millones. De ese total, desembolsará efectivamente 1.000 millones. Los 2.000 restantes quedarán disponibles para situaciones de emergencia.**
- **El acuerdo dura tres años: un año más allá del recambio presidencial.**
- **Crecimiento económico esperado: 5,8% en 1998, 5,6% en 1999 y 5,4% para el 2000.**
- **La inflación aumentará ligeramente: 1,1% en 1998, 2% en 1999 y 2% en el 2000.**
- **Mayores exportaciones permitirían reducir el déficit comercial externo a 2.051 millones en 1998, 1.834 millones en 1999 y 1.349 millones en el 2.000.**
- **Sin embargo, los intereses de la deuda elevarán el déficit del sector externo (lo que los economistas llaman "cuenta corriente"): 10.462 millones en 1998, 11.379 millones en 1999 y 12.212 millones en el 2000.**
- **El déficit del sector público se reducirá a un ritmo de 1.000 millones anuales: 3.518,1 millones en 1998, 2.654,9 millones en 1999 y 1.013,9 millones en el 2000.**
- **El Gobierno se compromete a instrumentar una reforma del sistema tributario "más equitativo", que afectará los principales tributos (IVA, Ganancias, Internos) sin precisar su alcance.**
- **La reforma laboral (el memo no describe las características del proyecto) deberá presentarse en el Congreso antes de junio.**

09

9714596

Nº DOCUMENTO
TITULO
PRO
FEC
VI

SE NECESITAN 2.500 MILLONES EN ENERO CL 18/11

El FMI quiere saber cómo se financiará la Argentina

La Argentina necesitará en enero unos 2.500 millones de dólares para financiar los primeros gastos del año. La forma cómo conseguirá esos recursos si continúa la volatilidad en los mercados concentró la atención de la misión del Fondo en la última reunión de trabajo que mantuvo con el equipo económico antes de regresar a Washington.

El panorama es aún más complicado para el Gobierno ya que ayer se resolvió finalmente que el acuerdo con el organismo no prevé ningún desembolso automátito. Asi las cosas, el nivel de endeudamiento que necesita el país se elevará a 13.000 millones de dólares, y no a los 12.500 millones previstos en el proyecto de Presupuesto de 1998.

La posibilidad de que la Argentina acceda a un mayor nivel de fondos en las agitadas plazas internacionales inquieta a los inspectores del organismo, que temen que un encarecimiento del crédito se convierta en una hipoteca futura para las cuentas locales.

"Estamos justo hablando de eso. Depende de cuánto dure esto y cómo quedan los mercados. Tenemos que ver cómo se asientan las plazas", aseguró a Clarín el jefe de la misión, Tomás Raichmann. El inspector sostuvo que aún no se definió si en la carta de intención figurará algún artículo referido al método de financiamiento alternativo que podría utilizar la Argentina si no se modifica el panorama.

Luego de despedir a Raichmann, el subsecretario de Financiamiento, Miguel Kiguel, admitió a este diario que la misión del organismo, "nos preguntó cómo íbamos a hacer el año que viene" si no se modifica la coyuntura.

La receta que se presentó fue simple: préstamos a corto plazo -entre 3 y 5 años- y a tasa variable, mientras se aguarda a que se tranquilicen las aguas.

Kiguel confirmó que el Acuerdo de Facilidades Extendidas será sin desembolsos, aunque el FMI acreditará en una cuenta para el país unos 200 millones trimestrales que Argentina utilizará si los necesita.

"El objetivo es dejar esos capitales como un fondo contingente (anticrisis) y conseguir los recursos previstos en los mercados de capitales", indicó el funcionario.

Kiguel consideró que no habrá dificultades en acceder a esos fondos, destacó que ya están recibiendo ofertas para emitir bonos en dólares y monedas europeas, pero confesó también que las propuestas, "están muy caras y por ahora no convienen". □

Señal para los inversores

El viceministro Carlos Rodríguez dijo ayer que la Argentina no buscó un nuevo acuerdo con el FMI por necesidades financieras, sino para demostrar la calidad de su política económica. Rodríguez señaló: "Argentina no solicitó el acuerdo de facilidades extendidas porque necesitaba plata, sino como sello de reconocimiento de una buena política económica que fotalecerá la confianza de los inversores en el mercado".

El funcionario formuló declaraciones desde Washington junto al jefe de Gabinete, Jorge Rodríguez: ambos participan en un debate con la oposición organizado por la Brookings Institution (Ver página 10).

Rodríguez dijo que Argentina tendrá que volver al mercado de capitales en el 98 para obtener 7.500 millones de dólares, para cumplir con sus compromisos.

9714596

Nº DOCUMENTO
TITULO
PR
FE
VI

HOY SE CONOCE EL ACUERDO

CL 17/11

El Fondo ablanda ahora sus exigencias: acepta un mayor déficit fiscal

Por la crisis financiera mundial priorizó mantener a la Argentina bajo control • Por eso aceptó un déficit fiscal mayor al aprobado inicialmente • Pero insiste en apurar la reforma laboral

ALEJANDRO MATVEJCZUK

El Fondo Monetario Internacional aceptó un ligero aumento del déficit en las cuentas públicas. Inicialmente había exigido un desequilibrio máximo del sector público de 2.000 millones de dólares para todo 1998. Pero, la crisis de los mercados y el efecto político de un rápido acuerdo con Argentina, lo hizo más flexible. Por eso hoy aceptará la propuesta de Roque Fernández de un déficit de 3.500 millones para el año que viene (ver puntos principales).

Hoy, durante la tarde, el ministro de Economía y la jefa de negociadores del Fondo, Teresa Ter Minassian sellarán el acuerdo. Se trata de un memo que representa la antesala de un crédito llamado facilidades ampliadas por 3.000 millones, de los cuales 1.000 serán desembolsados por el organismo internacional y otros 2.000 quedarán para ser utilizados en situaciones de emergencia.

Qué busca el FMI

La actitud de los técnicos del Fondo de aceptar el déficit que calculó el Gobierno, habla de la importancia asignada en el organismo a las crisis de las bolsas. Como ya pasó durante el tequila, el FMI quiere tener a Argentina bajo control. Argentina es exhibida por el organismo internacional como uno de sus ejemplos y en una crisis de estas proporciones, el FMI busca evitar mayores daños al plan económico, que contó desde sus inicios con su aval. Eso explica que, en su propio apuro por el acuerdo, el FMI haya eliminado del texto otras dos exigencias que incomodaban al Gobierno:

- La lucha contra la corrupción.
- La reforma judicial.

La lucha contra la corrupción, incluída como condición al comienzo de las negociaciones, era inédita en su tipo dentro de un acuerdo con el Fondo. La reforma judicial se refería a la creación de dos fueros especiales para agilizar las ejecuciones (uno fiscal, y otro financiero). Pero quedó abandonada por los argumentos del Ministro de Justicia, Raúl Granillo Ocampo, sobre las dificultades presupuestarias para afrontar las reformas.

> El FMI eliminó las cláusulas sobre reforma judicial y lucha contra la corrupción

Un economista vinculado a la Alianza dijo a Clarín que el FMI visualizó el cambio político en la Argentina después del resultado electoral del 26 de octubre, "la gente ya votó en contra de la corrupción, y por una Justicia transparente. Quizás por eso no le vio sentido insistir con esas cláusulas". El acuerdo será monitoreado trimestralmente por el FMI durante los próximos tres años.

Relaciones tormentosas

Existió además otro dato que tuvo peso en la negociación: durante la administración de Roque Fernández, por primera vez en su tormentosa relación con el FMI, Argentina cumplió a pie juntillas las metas acordadas con el organismo durante cinco trimestres consecutivos.

Pero un experto, que solicitó el anonimato, relacionó este cambio "al acortamiento de los plazos políticos que produce la crisis de los mercados".

En la carta de intención que se elevará hoy al FMI se revela la preocupación del mismo equipo económico por la crisis financiera internacional. Por primera vez califica de grave a la situación.

El Fondo también resignó dos exigencias económicas puntuales:

- El aumento en progresivo en los combustibles del 10% que el Gobierno quería

EL IMPACTO EN AMERICA LATINA

La crisis de las bolsas impactó con distinto grado en la región. El país más afectado fue Brasil que elevó entre 119 puntos su riesgo país y registra una caída de 20,5% en su mercado bursátil. Le sigue la Argentina, con un aumento del riesgo país de 273 puntos y una pérdida de 19,7% en la Bolsa.

Referencias: Antes de la crisis / Promedios de octubre

	Riesgo país		Diferencia	Bolsas (Dic. 96=100)		Porcentaje
Argentina	329	602	+273	126,7	101,7	-19,7%
Brasil	362	681	+319	158,9	126,3	-20,5%
México	336	508	+172	160,4	132,3	-17,5%
Venezuela	264	466	+202	150,5	135,0	-10,3%

Fuente: J. P. Morgan

11

9714596

destinar a la construcción de 10.000 kilómetros de autopistas y que el Fondo exigía destinar a la reducción del déficit. La firmeza del FMI sobre esta cuestión llegó a tal punto que Teresa Ter Minassian y su equipo llegara a suspender las negociaciones con el Gobierno. Finalmente, uno y otro proyecto quedaron fuera del memo que firmará Fernández hoy.

■ Una **reducción de 2.500 millones** en el déficit previsto para el año que viene, en lugar del recorte de los 1.000 millones calculado por Economía. El sector público concluiría este año con un rojo de 4.500 millones. Finalmente se acordó que en 1998 el déficit llegará 3.500 millones, de los cuales 1.125 millones se financiarán con el ingreso de una parte de la privatización del Banco Hipotecario Nacional.

El Fondo y el Gobierno no definieron en la carta de intención qué tipo de reforma laboral quieren

Si se cae la recaudación, el Gobierno no tendrá más alternativas que bajar los gastos o subir los impuestos, es decir, la cláusula de **"medidas necesarias"** típica de un acuerdo de este tipo. En el caso de optarse por la primera alternativa, existe un compromiso de que los recortes en el gasto **no comprenderán** el llamado gasto social.

Pero el memo que Roque Fernández firmará hoy incluye una cláusula donde el Gobierno se compromete a concretar una **reforma** del sistema tributario.

El memo no especifica cuáles son los impuestos que el Gobierno intentará retocar. De todos modos, se sabe que los negociadores hablaron de aumentos al impuesto al gasoil, todos los impuestos internos, la generalización del IVA, que incluye medicina prepaga, autotransporte y una suba en la escala de tasas del impuesto a las Ganancias.

El Fondo también quiere ver concretada una reforma **laboral** durante 1998. El memo incluye una cláusula que compromete al Gobierno a enviar su proyecto de reforma laboral al Congreso **antes de junio** próximo. Lo curioso es que hasta ayer el memo no abundaba en las características de esta reforma laboral.

El documento viajará hoy mismo a Washington al bunker de técnicos del FMI. De ahí pasará al escritorio del director gerente del Fondo, Michael Camdessus, quien se tomará algunos días más para aprobarlo antes de enviarlo a la consideración directorio. Todo este trámite demoraría unos quince días. Lo cierto es que la rúbrica de Camdessus es la más importante, ya que el directorio del Fondo jamás se atrevió a rechazar un acuerdo elevado por su director gerente. □

12

9714596

FB2968
R ECODT 11-14 00413
mun exg icx

ARGENTINA-FMI
FONDO MONETARIO PIDE REDUCCION EN GASTO PUBLICO PARA 1998

Buenos Aires, 13 nov (EFE).- El Fondo Monetario Internacional (FMI) pidió hoy en Argentina que se disponga una reducción de 600 millones de dólares en el gasto público previsto para 1998, con el fin de evitar un aumento del desequilibrio fiscal a causa de la crisis mundial de los mercados.

El FMI recomendó también que se extienda la aplicación del Impuesto al Valor Agregado (IVA) a diferentes actividades hasta ahora exentas, como los medios de comunicación y la publicidad, entre otras.

Una misión del Fondo fue recibida hoy en el Congreso por las autoridades de los grupos del gobernante Partido Justicialista (PJ-peronista) en el Senado y en la Cámara de Diputados.

La petición del FMI, con el que Argentina negocia un crédito de facilidades ampliadas por 1.000 millones de dólares a tres años de plazo, se conoció en unos momentos en que formalmente se tramitó en el parlamento el proyecto de Presupuesto enviado por el Gobierno para el año próximo.

El plan, aprobado por el grupo oficialista, incluye la posibilidad de reducir la plantilla de empleados públicos y no contempla aumentos de salarios para docentes y jubilados, a pesar de las promesas que hizo el Gobierno durante la campaña que terminó con las elecciones del 26 de octubre pasado.

El Fondo Monetario cree que la reducción del gasto público evitará un incremento del déficit fiscal, previsto para 1998 en 3.400 millones de dólares, a causa de la caída que se espera en el ritmo del crecimiento económico por efecto de la crisis nacida en el sureste asiático, con impacto en Brasil y Argentina.

La otra alternativa planteada por el Gobierno es la de lograr del Parlamento la concesión de poderes especiales que le permitan aumentar los impuestos automáticamente en casos de crisis, lo que fue rechazado por las principales fuerzas de la oposición.

El ministro de Economía, Roque Fernández, pretende esa herramienta para usarla como "mecanismo de prevención" y aseguró que por el momento no existe en el Gobierno la voluntad de disponer una mayor presión tributaria.

Sin embargo, la alianza formada por las fuerzas opositoras acusó hoy al Gobierno de utilizar la crisis internacional como "excusa" para poner en marcha un aumento impositivo plaenado antes de los comicios parlamentarios del pasado 26 de octubre.

En esas elecciones, el peronismo del presidente argentino, Carlos Menem, sufrió su primera derrota en ocho años de administración a manos de la Alianza de la Unión Cívica Radical (UCR) y el Frente País Solidario (FREPASO), que se impuso por más de diez puntos. EFE
mf/gcf/nd

11/14/00-45/97

13

9714596

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCE
FECHA
XQ2833

R ECOBT 11-07 00228
sur icx

ARGENTINA-FMI
AFIRMAN QUE HAY PLENO ACUERDO METAS FISCALES HASTA AÑO 2000

Buenos Aires, 7 nov (EFE).- El Fondo Monetario Internacional (FMI) dio su acuerdo al Gobierno argentino por las "metas fiscales" que el país suramericano se fijó hasta el año 2000, aseguró hoy el viceministro de Economía, Carlos Rodríguez.

El funcionario argentino hizo esta declaración al cabo de la primera jornada de negociaciones que se celebró en Buenos Aires con los miembros del FMI para la concesión de un crédito de facilidades ampliadas por 3.000 millones de dólares a tres años de plazo.

"Todo sigue de acuerdo con lo previsto: la semana que viene se redacta la carta de intención y las metas fiscales se mantienen dentro de lo previsto en el Presupuesto" elaborado para 1988, con previsiones hasta el año 200, dijo Rodríguez.

El viceministro indicó que durante la jornada habló con los funcionarios del Fondo sobre las reformas estructurales que se impulsan en el país, entre las que destacan una serie de cambios en las leyes del trabajo e impositivas.

Sostuvo que la reforma laboral debe estar sancionado, a más tardar, a mediados de 1998 y la impositiva en el segundo semestre de ese mismo año.

Los interlocutores de Rodríguez fueron la subdirectora del departamento Hemisferio Occidental del FMI, Teresa Ter Minassian; el jefe del caso Argentina, Tomás Raichman y el representante permanente de ese organismo en Buenos Aires, Marcelo Figuerola.
EFE

mf/bh/a

11/07/23-03/97

9714598

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCE
FECHA
VIDEO
XG0473
R ECORT

1-05 00405
mun exg icx

ARGENTINA-FMI
LLEGO MISION FONDO TRATAR PAUTAS CREDITO FACILIDADES AMPLIADAS

Buenos Aires. 5 nov (EFE).- Una "avanzada" de una misión del Fondo Monetario Internacional (FMI) llegó hoy a Buenos Aires para analizar las cuentas públicas de Argentina antes de definir la eventual concesión de un crédito de facilidades ampliadas por tres años.

Una parte de la comitiva. integrada por Teresa Ter Minassian, vicedirectora del Departamento del Hemisferio Occidental, por Jeffrey Franks y Paul Gruenwald, llegó hoy a Buenos Aires, mientras que los otros tres miembros de la delegación lo harán mañana, miércoles.

Entre los asuntos principales que examinarán los técnicos figura el Presupuesto de 1998, a la espera de ser discutido en el Parlamento, que prevé gastos públicos por unos 40.000 millones de pesos (igual en dólares).

El ministro argentino de Economía, Roque Fernández, admitió anoche durante una comparecencia en el Congreso, que Argentina negociará con el FMI un programa "contra la crisis" para prevenir eventuales dificultades en el sistema financiero, luego de las turbulencias registradas en las bolsas.

El organismo multilateral requiere la ampliación en unos 1.500 millones de dólares de la llamada "red de seguridad" para los bancos, que pasará de 5.500 millones a unos 7.000 millones.

Esta es una de las condiciones del FMI para otorgar un denominado préstamo de facilidades ampliadas de entre 2.500 y 3.000 millones de dólares por un período de tres años.

El programa argentino contra la crisis se elabora para ser aplicado en forma automática en caso de que las turbulencias financieras internacionales generen un mayor déficit del Tesoro o aumenten el desequilibrio en las cuentas públicas.

Entre las pautas del programa para aprobar el crédito, los expertos del FMI también discutirán con funcionarios argentinos la posibilidad de que el gobierno se comprometa a instrumentar una reforma de las leyes laborales.

El presidente Carlos Menem impulsa la modificación de las normas del trabajo como uno de los asuntos prioritarios antes de que finalice su mandato, en 1999, pero la iniciativa es resistida por sectores sindicales y legisladores.

Esas cuestiones serán tratadas durante una reunión privada que celebrarán Ter Minassian y Fernández, el viernes próximo, señalaron fuentes del Ministerio de Economía.

Los compromisos de Argentina serán analizados por el directorio del FMI antes de decidir la concesión del préstamo, que se convertirá en el segundo de esta clase si es aprobado en las próximas semanas por el organismo multilateral. EFE.

orl/mc/PL

11/05/20-26/97

9714596

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROC
FEC
VIS/V

DPB799

R ECOBT 11-04 00590
MUN ICX EXG

ARGENTINA-FMI
NEGOCIAN ACUERDO ESTRICTA AUSTERIDAD Y REFORMA LEYES LABORALES

Buenos Aires, 4 nov (EFE).- El gobierno argentino comenzará mañana, miércoles, la última etapa de la negociación de un acuerdo crediticio con el Fondo Monetario Internacional (FMI), que supone estrictas medidas de austeridad y la promesa de reformar las leyes laborales antes de junio de 1998.

El FMI, cuyos técnicos llegarán hoy a Buenos Aires, ofrece créditos de entre 2.500 millones a 3.000 millones de dólares que desembolsará sólo en caso de que Argentina sufra una crisis financiera durante los tres años de vigencia del acuerdo, desde 1998 al 2000.

El secretario de Hacienda, Pablo Guidotti, quien explicó los detalles de las negociaciones con el FMI, dijo que los créditos se utilizarán si Argentina no consigue financiar los vencimientos de su deuda pública "con tipos de interés razonables".

Guidotti admitió que el FMI pretende que se reduzcan los plazos para eliminar el déficit fiscal y que al organismo también le preocupa el nivel de la deuda pública argentina, que equivale al 30 por ciento del Producto Interior Bruto (PIB).

El FMI también quiere que se preparen medidas para reducir el gasto público y aumentar los ingresos fiscales en caso de que sea necesario aplicarlas para afrontar eventuales crisis económicas provocadas por alteraciones de los mercados internacionales.

Los expertos del organismo internacional recomendaron en su momento que se fijen impuestos a las inversiones financieras, que se aumenten los que rigen para el gasóleo y que se anulen las excepciones al pago del Impuesto al Valor Añadido (IVA) al transporte, la educación y el servicio de medicina privada.

Pero las autoridades argentinas, que se proponen hacer una reforma de las leyes de impuestos en el nuevo acuerdo con el FMI, solamente están dispuestas a ampliar los alcances del IVA.

El secretario de Hacienda subrayó que el Presupuesto Nacional de 1998, que está en estudio en el Parlamento, fija un tope máximo para el gasto público, "por lo que el gobierno está autorizado para reducir las partidas y hacer el ajuste fiscal sobre la marcha".

Las metas fiscales comprometidas en este nuevo acuerdo establecen un déficit del Tesoro de 3.500 millones de dólares para 1998, 1.000 millones menos que lo pactado en el crédito de reserva ("stand by") vigente, que vence a finales de año, indicó.

"Además se incluyó un aumento de 900 millones de dólares para el pago de la deuda exterior" durante el año próximo, agregó.

El nuevo acuerdo crediticio, que se prevé firmar a finales de año, supone el compromiso de llegar al equilibrio de las cuentas públicas en el año 2000.

Guidotti dijo que se mantiene la previsión de un crecimiento del 7,5 por ciento del PIB para este año, de modo de que "se podrá cumplir" las metas pactadas en el acuerdo "stand by" que vence a finales de año.

La semana pasada, Argentina suspendió la emisión de bonos para financiar a mayor plazo los vencimientos de su deuda pública debido a la subida de los tipos de interés internacionales provocada por la crisis bursátil mundial.

Según cálculos oficiales, la deuda pública llegará a finales de año a los 105.000 millones de dólares, cifra que casi cuadruplica a la de las exportaciones previstas.

Los expertos locales recomiendan reducir la deuda, ya que la crisis bursátil mundial depreció el valor de los bonos públicos argentinos y por tanto aumentó la tasa de riesgo de inversión en el país, lo cual hace prever que aumentarán los tipos de interés para la colocación de nuevos bonos públicos.

Pero Guidotti aseguró que Argentina podrá cumplir con el pago de vencimientos de la deuda pública hasta finales de año y que los mercados internacionales volverán a la normalidad en el corto plazo. EFE

alm/cdp/SM

16 - 16

11/04/13-48/97

97145967

Nº DOCUMENTO 9714597
TITULO Privatización de aeropuertos
PROCESO 518593
FECHA 24-11-97
VINCULOS 66960
11161-
11312-
11164-
11307

9714597

R ECOBT 11-24 00490
mun icx exgu

ARGENTINA-PRIVATIZACIONES
CUATRO GRUPOS ECONOMICOS COMPITEN POR 33 AEROPUERTOS

Buenos Aires, 24 nov (EFE).- Un total de cuatro grupos económicos, uno de ellos con mayoría de capital español, presentaron hoy avales patrimoniales y antecedentes técnicos para participar del proceso por el cual el Gobierno quiere privatizar la administración y explotación de 33 aeropuertos.

Las autoridades abrieron hoy los sobres con los antecedentes técnicos y avales patrimoniales de cuatro consorcios interesados en la operación, a pesar de la polémica abierta en la Justicia a causa de diversos fallos que impuganron el decreto del Gobierno para privatizar el sistema aeroportuario.

Entre los grupos dispuestos a hacer sus ofertas figura el integrado por Dragados y Construcciones, Dycasa, Aena (operadora de los aeropuertos de España), Cofides, Fomento de Construcciones y el Banco Hipanoamericano.

También presentó sus antecedentes, composición accionaria y avales patrimoniales el consorcio "Argentina 2000", formado por la Corporación América, la estadounidense Ogden y la operadora del aeropuerto de Milán.

La "Corporación de Empresas Concesionarias de Aeropuertos", conformada por Sideco-Americana, Mercosur Airports, Iecsa, Atec y la operadora del aeropuerto de Frankfurt se sumó por su parte al convite.

Por último se abrió el sobre del grupo compuesto por Impregilo, Iglys, Cartellone, la alemana Ferrostaal, TTI, London Supplies y la operadora de los aeropuertos de París.

Entre los aeropuertos cuya administración y explotación se concederán a las iniciativas privadas figuran el internacional de Ezeiza y el Jorge Newbery de Buenos Aires, que concentran más del 80 por ciento del tráfico aéreo en este país.

"Estamos muy conformes porque en la integración de los consorcios están las empresas más importantes del mundo", dijo el jefe del Gabinete de ministros, Jorge Rodríguez, al cabo de la ceremonia.

La falta de una ley parlamentaria que apruebe la privatización llevó a diferentes tribunales a fallar en contra del método elegido por el Gobierno para avanzar en la operación, mientras que políticos de la oposición advirtieron que impugnarán los contratos en caso de llegar al poder en 1999.

"Para seguir adelante nos basamos en la Constitución, en las leyes y en la jurisprudencia de la Corte Suprema de Justicia", subrayó Rodríguez al rechazar la estrategia de la oposición.

El jefe del Gabinete aseguró que está "totalmente confiado en que lo que se está gestionando en el Poder Judicial va a avalar todo este proceso".

La comisión técnica tiene plazo hasta el 15 de diciembre para analizar las presentaciones, tras lo cual se abrirá un plazo de impugnaciones hasta el 23 del mismo mes.

La apertura de los sobres con las ofertas económicas se hará el 8 de enero del año próximo y para el 2 de febrero está prevista la firma del contrato de transferencia.

La concesión del conjunto de terminales por 30 años será adjudicada al consorcio que oferte el mayor canon semestral y

9714597

acepte hacer inversiones por más de 2.000 millones de dólares para la ampliación y mantenimiento de las estaciones aéras. EFE
MF/BH/PL

11/24/21-51/97

9714597

R FCORT 11-21 00505
mun exa ico

ARGENTINA-PRIVATIZACIONES
NUEVO FALLO JUDICIAL CONTRA PLAN CESION 38 AEROPUERTOS

Buenos Aires, 21 nov (EFE) - Un tribunal de Buenos Aires dictó hoy un nuevo fallo contrario al plan de privatización de 38 aeropuertos argentinos, que prevé que las empresas interesadas presenten sus ofertas el lunes próximo.

La Cámara Nacional de Apelaciones en lo Contencioso y Administrativo ordenó al gobierno que "suspenda por el momento" la vigencia de los decretos por los que puso en marcha la operación, se informó en los Tribunales.

El fallo respondió favorablemente a una demanda de la empresa "Sociedad Aeronáutica San Fernando SRL", que sostuvo que los planes oficiales afectan sus derechos en el aeropuerto de San Fernando, a 35 kilómetros al noreste de Buenos Aires.

El tribunal se basó en informes de la Fuerza Aérea según los cuales el permiso que esa institución otorgó a la empresa para administrar el aeropuerto "es inalterable siempre y cuando" el adjudicatario no modifique sus alcances.

En este sentido, el fallo reconoció que la empresa "construyó los hangares, sus accesos, plataformas oficinas y el balizamiento entre otras obras, en el marco de las seguridades y el aliento dado por las autoridades competentes".

Por tanto, consideró que los decretos de privatización afectan la situación jurídica de la empresa.

Este fallo es el sexto que se opone al plan de privatización que el presidente argentino, Carlos Menem, puso en marcha por decreto a comienzos de año, bajo el argumento de que el Parlamento se demoraba en autorizar la operación a través de una ley.

Los otros fallos judiciales contrarios a los decretos de Menem responden favorablemente a demandas de un grupo de legisladores de las principales fuerzas políticas de la oposición que reclaman que sea el Parlamento el que resuelva la privatización.

El gobierno siguió adelante con el plan a la espera de que sus apelaciones a esos fallos se resuelvan a su favor, razón por la que se enfrenta a una denuncia de la oposición por "desobediencia judicial", caso que está en manos del juez federal Gabriel Cavallo.

El principal acusado de "desobediencia judicial" es el jefe del gabinete de ministros, Jorge Rodríguez, quien el lunes próximo recibirá las ofertas que presenten los consorcios interesados.

Rodríguez anunció en su momento que ocho consorcios formados por empresas nacionales, españolas, estadounidenses, alemanas e italianas están interesadas en la operación.

El plan oficial supone la concesión por 30 años de los aeropuertos más importantes del país, como el internacional de Ezeiza, situado en las afueras de Buenos Aires, y el "Jorge Newbery", de la capital federal, a más tardar en enero próximo.

Las autoridades calculan que se recibirán inversiones por unos 2.000 millones de dólares e ingresos al Tesoro por otros 1.500 millones en concepto de derechos de concesión a lo largo del contrato.

La Unión Cívica Radical (UCR) y el centroizquierdista FREPASO, principales fuerzas opositoras cuya alianza ganó las elecciones legislativas de octubre pasado, afirman que los planes oficiales no dan ninguna garantía jurídica a las empresas interesadas y que la privatización solamente puede hacerse por ley del Parlamento.
EFE

alm/chs/dv

03_03

9714597

11/21/15-28/97

Nº DOCUMENTO 9714598
TITULO Produccion industrial aumentó 8,7% primeros 10 meses del año -
PROCESO 518593
FECHA 26-11-97
VINCULADOS 66960
1116A
1140A-

203346
R ECOBT 11-26 00198
mun exg icx

ARGENTINA-INDUSTRIA
PRODUCCION AUMENTO 8,7 POR CIENTO PRIMEROS DIEZ MESES AÑO

Buenos Aires, 26 nov (EFE).- La producción de la industria argentina aumentó en un 8.7 por ciento en los primeros diez meses de este año respecto del mismo período de 1996, informó hoy el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC).

En octubre pasado, la producción aumentó en un 11,2 por ciento, con lo que se cumplieron 19 meses de crecimiento consecutivo, destacó un informe de ese organismo oficial.

El INDEC hizo una encuesta entre los empresarios según la cual el 70,6 por ciento de ellos desconoce si los coletazos de la crisis monetaria y bursátil de los países asiáticos afectará a sus planes de producción para 1998.

Un 23,5 por ciento de los empresarios consideraron que la crisis "no influirá" en Argentina y otro 5,9 por ciento sostuvo lo contrario.

Los sectores que más aumentaron su producción entre enero y octubre pasado son el de fertilizantes, con un 48,4 por ciento; el de automoción, con el 46,6; el azúcar, con el 43,8; y el de cemento y materiales para la construcción, con el 26 por ciento, reveló el informe oficial.

En cambio, bajó en un 7,7 por ciento la fabricación de productos químicos básicos, agregó por último. EFE.

alm/mc/ddp

11/26/14-37/97

DOCUMENTO 9714599
TITULO Alianza deja abierta posibilidad de definir fórmula interna.
PROCEDENCIA CLARIN - 15/08/97.
FECHA DE PROCEDENCIA 7/11/97.
VINCULACIONES 66960
11164
11304

PARA LA ELECCION PRESIDENCIAL DEL 99

La Alianza dejó abierta la posibilidad de definir su fórmula sin interna

En la primera reunión después del triunfo electoral, los dirigentes opositores ratificaron el mecanismo de internas abiertas • Pero admitieron que antes puede intentarse el consenso

MARIANA GARCIA
MARCELO HELFGOT

La primera línea de la Alianza admitió ayer la posibilidad de definir la fórmula presidencial del 99 **por consenso**, pese a que en el acta de constitución, firmada el 2 de agosto, se había acordado el sistema de **internas abiertas** entre los candidatos de la UCR y el Frepaso.

La idea de evitar la competencia electoral entre los dos socios de la coalición opositora fue barajada por Carlos Chacho Alvarez y Fernando de la Rúa, en el momento de ingresar al **primer encuentro de la cúpula aliancista** tras el triunfo electoral del domingo.

En declaraciones a la prensa, el líder frepasista apoyó implícitamente la fórmula del consenso, asegurando que "las candidaturas deben ser un **proceso de elaboración conjunta**", y advirtió que "**no hay que enamorarse de ningún método**".

El jefe de gobierno porteño, en tono más directo, sostuvo que "**se fijó un proceso, pero todo proceso pueder ser suplido por consenso**", al aludir al sistema de internas abiertas.

Durante la reunión, realizada en el departamento de Rodolfo Terragno, en Palermo, Chacho y De la Rúa analizaron esa cuestión junto a Graciela Fernández Meijide, *Raúl Alfonsín y el dueño de casa*.

En las casi tres horas de conversación, también decidieron **reforzar la organización de la coalición opositora en el interior del país** y evaluaron los pasos que darán frente a la **crisis financiera internacional** con el referente económico de la Alianza, José Luis Machinea, que se sumó al final del encuentro.

Sobre ese trípode giró buena parte del debate aliancista.

■ El quintento coincidió en ratificar la **vigencia de las internas abiertas** para dirimir la fórmula del 99, aunque no descartó que una vez conocidos los nombres de los candidatos de la UCR y el Frepaso se arribe a **un acuerdo que evite la confrontación**. Pero pateó cualquier definición hasta el segundo semestre del 98. En algunos tableros aliancistas se especula con **una negociación global**, que abarque otros puestos clave –además del presidente y el vice–,

> El acta de constitución de la Alianza estableció el sistema de internas abiertas para la fórmula

como la jefatura de gabinete y los gobiernos de Capital y Buenos Aires.

■ Resolvió lanzar un operativo destinado a consolidar la Alianza en las provincias donde no tuvo buen desempeño electoral y a tratar de forjarla en los distritos donde todavía radicales y frepasistas se mantienen divididos, especialmente cuatro de los *gobernados por la UCR: Córdoba*, Catamarca, Chubut y Río Negro. La misión será cumplida por **el grupo de los 8**, que se hizo cargo de la campaña electoral. Es integrado por los radicales Mario Brodersohn, Raul Alconada Sempé, Juan Carlos Farizano y Rafael Pascual, y los frepasistas Rodolfo Rodil, Alberto Flamarique, Dante Caputo y Rubén Giustinanni.

■ La situación financiera provocó preocupación en las filas aliancistas y la conclusión fue que aún en el escenario más optimista, las consecuencias de esa crisis provocarán una retracción económica que requerirá **fuertes reajustes en el proyecto de presupuesto para el 98** que el Gobierno ya envió al Congreso. Y se acordó diseñar un proyecto alternativo y que los diputados del acuerdo UCR-Frepaso **no recurrirán al recurso de no dar quorum** en la Cámara baja. La idea es dar debate en todos los temas y mostrar que no se atenta contra la gobernabilidad.

Un fugaz momento de tensión interrumpió el clima distendido –y por momentos jocoso– en el que se desarrolló el encuentro, según revelaron varios de sus participantes. Fue cuando Terragno leyó los cables de las agencias noticiosas que contenían las declaraciones de Chacho y De la Rúa sobre un **eventual acuerdo** para la integración de la fórmula aliancista.

El dueño de casa, que el jueves había calificado como "un retroceso" la elección de candidatos mediante "**acuerdos de cúpulas**", pidió explicaciones. Chacho le respondió, diplomáticamente, que si cada partido elegía a sus candidatos y luego ambos se ponían de acuerdo para armar la *fórmula, no se los podría obligar a competir*.

De la Rúa había ido a buscar un cigarro y cuando volvió a sentarse preguntó de qué hablaban. Y el líder frentista le respondió que acababan de leer las declaraciones del intendente radical renunciando a la candidatura presidencial. **La broma** permitió retomar la calidez **del diálogo**, según admitieron varios participantes de la reunión. Para **unificar el discurso**, acordaron **ratificar el mecanismo de internas abiertas**. Esa será la manera de seleccionar los candidatos, siempre que no se llegue antes a una fórmula consensuada.

Otro tema que apenas quedó esbozado es la política de ampliación de la Alianza. Los dirigentes aliancistas abordaron la necesidad de tomar contacto con **fuerzas provinciales que hayan tomado distancia del menemismo** –entre ellas mencionaron al Partido Demócrata de Mendoza– y coincidieron en **dejar que se aclaren las aguas** en el peronismo, **luego de la derrota, para comenzar a operar en esa dirección**.

> Chacho y De la Rúa dijeron que no se puede descartar un acuerdo sobre las candidaturas del 99

Entre jarrones con jugo de naranja y de tomate y botellas de vino tinto, que Sonia, la esposa de Terragno, colocó en la mesa del living, Alfonsín se dio el gusto de bailar por primera vez con los otros integrantes de la conducción aliancista por la victoria electoral. El domingo no pudo participar de los festejos porque debió ser internado a causa de una fuerte bronquitis complicada por un pico de presión arterial. Ayer, fue el primero en retirarse, argumentando que debía ir al médico. □

01-01

9714599

Nº DOCUMENTO 9714600
TITULO En la legislatura porteña el FREPASO con una banca más que la UCR.
PROCEDENCIA CLARIN 150024
FECHA DE PROCEDENCIA 7/11/97.
VINCULACIONES 66960
11164
11304
11307

LEGISLATURA PORTEÑA

El Frepaso, con una banca más que la UCR

La Cámara Nacional Electoral confirmó que el candidato por la alianza Unión por Todos-MID Jorge Argüello ocupará una banca en la Legislatura porteña, al resolver que, por única vez, **no debe aplicarse el piso electoral** en Capital.

Con el fallo, la Legislatura porteña quedará conformada por 37 representantes de la Alianza UCR-Frepaso, 11 del PJ, 11 de la coalición Acción por la República–Nueva Dirigencia y Argüello.

Como una inesperada consecuencia, el fallo puede introducir una cuña en la Alianza. Es que, ahora que quedó definida la conformación del bloque, el **Frepaso tendrá un legislador más que el radicalismo (quedaron 19 a 18)** en la bancada mayoritaria.

En el fallo de primera instancia, la jueza Servini de Cubría había desestimado la aplicación del piso electoral del 3 por ciento para el reparto de cargos según el sistema proporcional que establece la ley electoral nacional. Como todavía no está redactada la ley electoral porteña, la jueza se decidió por no establecer un piso, dado que el flamante Estatuto de la ciudad no dice nada al respecto.

La sentencia, dictada semanas antes de las elecciones, fue apelada por la UCR y por Gustavo Beliz, quien luego desistió del recurso.

Argüello obtuvo el domingo pasado cerca del 2 por ciento –36 mil votos– de los sufragios. Con el piso, no le habría alcanzado para salir electo y la Alianza hubiera sumado una banca.

La mínima diferencia a favor del Frepaso podría darle pie ahora para afirmar sus reclamos de mayor peso político en la Legislatura que estrenará la Capital.

La discusión podría sumarse a los forcejeos ya iniciados en la interna aliancista por el reparto del poder político en la ciudad, no sólo en la Legislatura sino también en el Ejecutivo municipal.

Una de las peleas abiertas es entre el vicejefe del gobierno, Enrique Olivera, y el legislador del Frepaso Aníbal Ibarra, por la conducción real del cuerpo legislativo.

Es que, por su cargo, a Olivera le corresponde la presidencia de la Legislatura. Pero, por el Estatuto porteño, la vicepresidencia primera que ocupará Ibarra es la que en verdad debe ejercer la administración y coordinación del cuerpo. □

El monobloque de Argüello

"Es bueno que se haya garantizado la participación de las minorías". Jorge Argüello expresó así su satisfacción por el fallo electoral, y afirmó que representará un "monobloque independiente".

Doc oscuro

01 - 01

9714600

Nº DOCUMENTO 9714601
TITULO Desocupación principal causa de perdida de votos del PJ-
PROCEDENCIA CLARIN. 150024
FECHA DE PROCEDENCIA 2/11/97.
VINCULACIONES 66760
11164
11304-
11437-

Doc. oscuro

ENCUESTA EXCLUSIVA EN EL GRAN BUENOS AIRES

La desocupación fue la principal causa de la pérdida de votos del PJ

Ese es el motivo que más pesó en quienes en el 95 apoyaron al peronismo y el domingo cambiaron su voto • En segundo lugar se destaca la intención de castigar al gobierno nacional

La desocupación generada por el modelo económico fue el **principal motivo** por el que **cuatro de cada diez electores** que habían votado al PJ en el 95, el domingo pasado le dieron la espalda al peronismo en el Gran Buenos Aires.

El **38,2 por ciento** de los ex electores peronistas aseguraron que la desocupación –que alcanzó el 18,6 por ciento en el Gran Buenos Aires– fue un factor determinante al momento de decidir la dirección de su voto, que en su mayoría fue a engrosar la cosecha de la Alianza.

Y la segunda causa del cambio, también tuvo una raíz económica emparentada con las políticas dirigidas desde la Casa Rosada: **Un 33,9 por ciento** de quienes optaron por dejar de votar al PJ quisieron **castigar al gobierno nacional**, especialmente, por no haber cumplido con las promesas realizadas en tiempos de campaña.

Estos datos surgen de una encuesta realizada por el Centro de Estudios de Opinión Pública (CEOP) en exclusiva para **Clarín**. El sondeo se realizó el jueves y el viernes pasado, entre 501 ex votantes del justicialismo que viven en el Gran Buenos Aires.

Del trabajo se deduce que la gente que cambió su voto lo hizo por motivos que exceden largamente el marco provincial y tienen que ver sobre todo con el malestar que sienten hacia la gestión del gobierno nacional, que encabeza el presidente Carlos Menem.

En la misma dirección, otra señal que surge de la encuesta del CEOP es que recién en el sexto lugar y con un porcentaje muy bajo –apenas el 7 por ciento de los encuestados respondieron que modificaron su posición por disgusto con los candidatos del justicialismo bonaerense, Hilda "Chiche" Duhalde y Alberto Pierri. Una de las pocas causas que engloban a los votantes atribuibles exclusivamente a una decisión política de Eduardo Duhalde.

Otra de las razones que atrajeron a quienes en el 95 habían elegido al peronismo y hace una semana cambiaron su voto –la encuesta permitía optar por más de una respuesta– fue la oferta electoral presentada por la oposición, con la candidata de la alianza UCR-Frepaso, Graciela Fernández Meijide, a la cabeza.

Un 29,2 por ciento de los encuestados contestó que había decidido no repetir el voto al PJ debido a la esperanza que le producía la aparición de nuevos dirigentes con nuevas ideas.

En tanto, el discurso elaborado por los

La peor elección del PJ en la provincia desde el 87

La caída del peronismo en el Gran Buenos Aires –seis puntos por debajo de la Alianza–, con su enorme peso en la proyección provincial, arrastró al justicialismo a su peor resultado desde 1987 en la disputa de diputados nacionales.

El desempeño del peronismo en el principal distrito electoral del país fue siempre la clave central de sus éxitos nacionales. En 1987, cuando Antonio Cafiero ganó la gobernación, el PJ derrotó por más de cinco puntos a la UCR y desde entonces, hasta el domingo pasado, había acumulado cuatro triunfos sucesivos.

Dos veces, en el rubro de diputados nacionales, superó la barrera del 50 por ciento. En 1989, cuando Carlos Menem ganó la presidencia, llegó al 50,07 por ciento. Y en 1995 obtuvo el 51,92, en el turno que consagró además un segundo mandato para Menem en la Casa Rosada y la reelección de Eduardo Duhalde como gobernador.

En 1991, cuando Duhalde sucedió a Cafiero en la gobernación, luego de que el ahora senador perdió el plebiscito con el que buscaba abrir las puertas a su propia reelección, el peronismo obtuvo para Diputados el 44,63 por ciento de los votos. Dos años después, en el 93, ganó con el 48,17 por ciento.

El domingo pasado, en cambio, el peronismo perdió frente a la Alianza por 6 puntos en el Gran Buenos Aires y por 7 en el total de la provincia.

De todos modos, la de hace una semana no fue la peor caída del PJ bonaerense. En 1983, cuando Raúl Alfonsín ganó la elección presidencial, la UCR también se impuso en la pelea de candidatos a diputado y el justicialismo obtuvo el 39 por ciento de los votos. Dos años después, el peronismo fue dividido y llegó al piso más bajo de su historia en la provincia.

Seis de cada diez votantes peronistas del 95 repitieron su elección y tres optaron por la Alianza

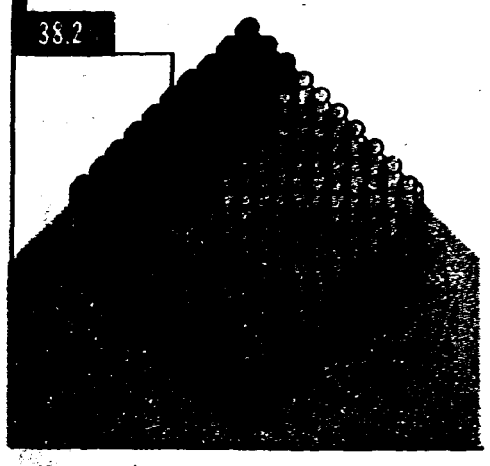
01 -02.

9714601

LAS RAZONES DEL CAMBIO

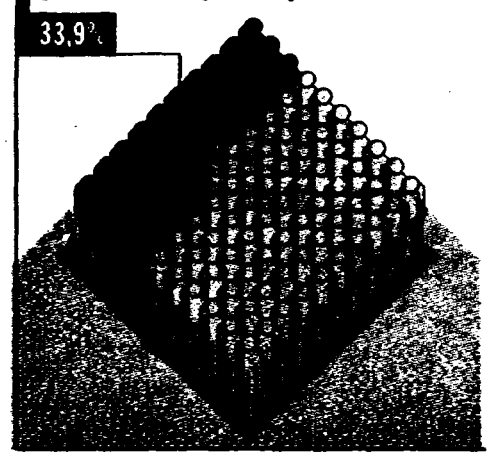
Prefieren buscar una nueva salida al problema de la desocupación y la situación económica

38,2



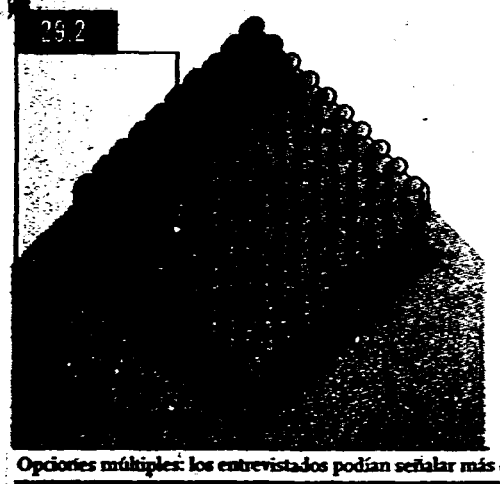
"Castigo" al gobierno nacional, en especial por no haber cumplido sus promesas

33,9%



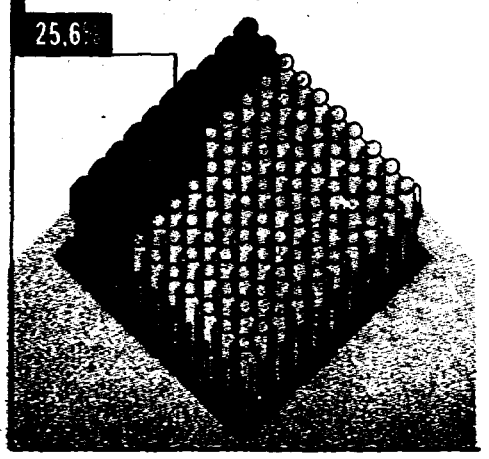
Optaron por el cambio y la esperanza de nuevos dirigentes, con nuevas ideas

29,2



Decidieron en base a una cuestión ética: erradicar la corrupción

25,6%



Opciones múltiples: los entrevistados podían señalar más de un concepto

Fuente: CEOP — CLARIN

GRAN BUENOS AIRES

18.109 sobre 18.267

Alianza

GRACIELA FERNANDEZ MEIJIDE

Votos **1.951.397**

47,31

Fte. Justicialista Bonaerense

HILDA "CHICHE" DUHALDE

Votos **1.705.151**

41,34

Partidos	Votos	%
[redacted]	113.600	2,75
[redacted]	88.793	2,15
[redacted]	61.157	1,48
[redacted]	53.285	1,29
[redacted]	48.800	1,18
[redacted]	42.906	1,04
[redacted]	32.750	0,79
[redacted]	26.974	0,65
En blanco	108.491	2,54
Nulos	32.673	0,76
Rec. e impugnados	7.413	0,17

Fuente: Ministerio del Interior — CLARIN

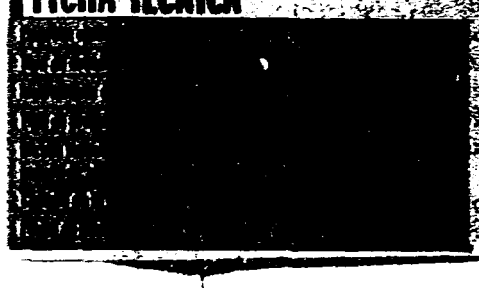
Un nuevo escenario

El triunfo electoral de la Alianza **modificó el tablero político nacional** y también las expectativas para la carrera hacia el 99. Este nuevo escenario para la oposición, que recién empieza a perfilarse con algunas certezas y también con interrogantes, es analizado en la **Segunda Sección**, en la edición de hoy.

La **estrategia de la Alianza** para 1999 y sus **relaciones con el Gobierno**, en un marco donde se destacará el Congreso como eje del debate, son temas abordados en la nota central.

Además, se suman **distintas lecturas** de cientistas políticos, que abordan la elección y las perspectivas que se abren ahora. También se incluyen una mirada sobre el proceso que se planteó en el 87, con la derrota electoral sufrida por el gobierno de Alfonsín, y el análisis de otros modelos institucionales.

FICHA TECNICA



candidatos opositores también se mostró efectivo a la hora de atraer a los votantes del peronismo desencantados. Más del 25 por ciento, reconoció que resolvió su cambio de voto con la intención de marcar una postura a favor de la ética y para erradicar la corrupción.

La cosecha obtenida por la Alianza en el populoso Gran Buenos Aires fue decisiva para el resonante triunfo obtenido el domingo en la provincia. La coalición se impuso por 6 puntos en ese conjunto de localidades y por 7 en el total provincial.

Las encuestas previas a los comicios anticipaban una excelente respuesta a la Alianza en el primer cordón del conurbano, en el que prevalece un electorado similar al porteño, con preponderancia de la clase media. Pero la unión opositora consiguió perforar ese límite y cobró fuerza en los tradicionales bastiones del peronismo del segundo cordón, donde los pobres son mayoría (ver página 4).

Aún en los distritos donde fue derrotada, la Alianza consiguió buenos porcentajes que le sirvieron para achicar considerablemente allí las ventajas obtenidas por el justicialismo en otras elecciones.

De acuerdo con el sondeo del CEOP, quienes decidieron dejar de votar al PJ lo hicieron para expresar su rechazo al gobierno nacional, obviando una ponderación de lo realizado a nivel provincial. Las encuestas que realiza periódicamente el gobernador Eduardo Duhalde lo habían alertado sobre esa tendencia, pero sus esfuerzos por provincializar la elección, evidentemente, no tuvieron éxito. Finalmente, la ola de votos a favor de la coalición opositora barrió con fuerza toda la geografía bonaerense.

En el conurbano, el justicialismo tuvo un nivel de fidelidad de voto del 63 por ciento con respecto a la elección del 95. En cambio, un 28,3 por ciento de aquellos votantes peronistas el domingo se inclinó por la Alianza. Un 6,1 por ciento optó por algunos de los otros partidos en competencia, mientras que un 2,6 por ciento votó en blanco.

Otra muestra del grado de inserción conseguido por la candidatura de Fernández Meijide se refleja en el desglose según las preferencias de los votantes agrupados de acuerdo al sector social al que pertenecen.

Más de la mitad de las personas que votaron a la Alianza en el conurbano –el 52,8 por ciento– pertenece a los sectores bajos. En tanto, el 35 por ciento de los sufragios para Fernández Meijide vinieron de la clase media y un 12,2 por ciento de empadronados de nivel social alto.

En tanto, Chiche Duhalde consiguió alta adhesión en los sectores populares, pero no pudo despertar el mismo entusiasmo en los niveles más altos de la escala social. El voto a Chiche registra el 79,2 por ciento de sectores humildes y poco más del 20 por ciento de clase media y alta.

> También pesaron la esperanza en nuevos dirigentes y la intención de erradicar la corrupción

En el conurbano, también hubo un puñado de electores del justicialismo en el 95 que en esta ocasión optaron por el partido del ex ministro Domingo Cavallo, Acción por la República.

En casi la mitad de estos casos, el salto se debió a la intención de castigar la gestión del gobierno nacional (47,1 por ciento). Como segunda motivación, estos votantes mencionaron el contenido ético que encuentran en la propuesta del cavallismo (29,4), mientras que en un tercer escalón se ubican quienes lo eligieron para cambiar y buscarle una salida al problema de la desocupación. □

9714601

02-02

971602
TEMA Repercusiones siete días después de los comicios.
PROCEDENCIA LA NACION 160025
FECHA DE PROCEDENCIA 2/11/97
VINCULACIONES 66960
11164-
11304-
11302-
11437-

DOC. OSCURO

Siete días después de los comicios: las repercusiones

Menem cree que la derrota del PJ abre el camino de su re-reelección

El operativo arrancaría con el cambio de gabinete; la llave es la Corte Suprema

Tras el revés electoral del Gobierno el domingo último se relanzó insólitamente el operativo re-reelección presidencial en el oficialismo. "Ahora estamos todos iguales. Pero aquí yo tengo la limitación de los demás candidatos: la imposibilidad de lograr votos", se le escuchó decir al Presidente Carlos Menem [illegible], al cerrar la inolvidable noche [illegible]. Hasta algunos [illegible].

Desde antes de [illegible], los juristas cercanos [illegible] estudian la viabilidad [illegible] Corte [illegible] interpretación [illegible] elección de 1994, la [illegible] Menem procurar una [illegible] ción.

Sin llegar a [illegible], el círculo selecto [illegible] ultramenemista [illegible] gobernadores [illegible] rentes a [illegible] precandidatura [illegible] por miedo [illegible] nombres de su confianza [illegible] pesada.

Imaginaba que [illegible] validado por el voto popular.

Otros gobernadores ultramenemistas y duhaldistas [illegible] ante la Alianza. Ni Carlos [illegible] ni Ramón "Palito" Ortega [illegible] tanto como antes del revés del Presidente. Ninguno puso [illegible] justicialismo, donde la deslealtad en las malas se paga irremediablemente.

El único sobreviviente sería para Menem el gobernador de La Pampa, Rubén Marín, ganador, aliado a Balcarce 50 y con perfil nacional.

Desde lo más alto del poder se resolvió que el inminente cambio de gabinete -sería en la segunda semana de diciembre- pondrá en camino la re-reelección del presidente Menem, confiaron a LA NACION fuentes muy bien informadas del oficialismo.

En la oposición [illegible] que, tras el castigo electoral del domingo, el plan re-reeleccionista atribuiría más votos a la Alianza en 1999. La maniobra será desmentida en público por el oficialismo de aquí a unos meses.

La Corte de amigos supremos

El impedimento jurídico que reconoce Menem se destrabaría, según esta alquimia, en la Corte Suprema. El menemismo no podría imponer en el Congreso, por falta de número, una reforma de la Constitución. La consulta popular, por otra parte, no resulta conveniente, conforme a los resultados del sufragio de hace siete días.

La nueva Constitución, en el artículo 90, sólo prevé la posibilidad de una reelección del Poder Ejecutivo; sus miembros pueden ejercer como máximo dos mandatos consecutivos. En la cláusula transitoria novena fijó que "el mandato del presidente (Menem) en ejercicio al momento de sancionarse esta reforma (1994), deberá ser considerado como primer período".

No obstante, en un asombroso manipuleo de lo legal, las mentes menemistas imaginaron que la Corte Suprema de amigos presidenciales interpretaría que "no hay limitación objetiva para un segundo mandato de Menem con la actual Constitución, ya que el primer mandato (1989-1995) transcurrió durante la vigencia del antiguo texto constitucional".

Por supuesto que los juristas del palacio prepararían una batería de argumentos jurídicos más sofisticados.

Dentro y fuera del menemismo comienzan a preocupar tales desplantes. La Argentina dejaría de ser confiable para el Primer Mundo político y económico ante un atropello semejante a la ley fundamental.

Para el impenetrable y extravagante mundo de Olivos, cada vez más aislado, la conservación de la posibilidad de re-reelección supone una maravilla triple. Menem cree retener así la plenitud de su poder hasta el último día de 1999; se mantendría en carrera para un nuevo mandato y, en última instancia, se consolidaría como jefe de la oposición. Se baraja también la "alternativa-Campora", según la cual Menem bendeciría a un sucesor débil al que controlaría desde las sombras. Inclusive la renuncia de éste habilitaría el regreso de Menem.

"Cualquiera al gobierno, Menem al poder", resultaría la síntesis.

Cualquiera de las opciones denota una ostensible preocupación del Presidente acerca de su futuro.

¿Clima reeleccionista?

Previo a las elecciones, Menem tentó a un puñado de gobernadores del PJ: debían activar sus respectivas reelecciones y crear un clima adecuado, los instruyó. Inclusive, trascendió, sondeó la predisposición de cada uno para que lo acompañaran en la fórmula Menem 99. El esperado cambio de gabinete está planteado como un operativo de oxigenación. Se prevé la consolidación del *hipermenemismo*.

Un posterior descenso en el índice de desocupación y una eventual distribución asistencialista montaría hacia mediados de 1998 el escenario más propicio para lanzar globos de ensayo reeleccionistas. Menem, al cerrar su campaña, sorprendió: "En 1946 Perón no podía caminar por el Banco Central por el oro que había; entonces puso en marcha la justicia social. Nosotros estamos acumulando riquezas para que la etapa social entre de plano en los últimos dos años de gobierno".

Eduardo Bauzá y Eduardo Menem se retiraron de Olivos aquella noche como sapos de otro pozo. No fueron tan bien tratados como Ramón Hernández, Alberto Kohan, Víctor Alderete y María Julia Alsogaray, adulones exponentes de la patria *sicarlista*. En los días sucesivos, los ultramenemistas César Arias, Leonor Alarcia y Antonio Cassia blandieron impúdicamente su convicción reeleccionista. Se asegura en esos círculos que sólo Menem los animó a esa apuesta desopilante.

Mariano Obarrio

Defensores y detractores del plan

■ **Antonio Cassia:** "Menem es el mejor candidato del justicialismo para las elecciones de 1999. Si no puede presentarse es un proscripto de la democracia". Es gremialista petrolero, del entorno del Presidente. Se lo menciona como posible ministro de Trabajo.

■ **César Arias:** "Es verdad que hay un impedimento jurídico. Pero si hay un reclamo de la sociedad es posible la re-reelección; llegado el caso habría que buscar los mecanismos legales para lograrlo". Es diputado ultramenemista y también suena para integrar el gabinete.

■ **Leonor Alarcia:** "Si un referendum solicita que Menem pueda postularse nuevamente, ésa será la voz del pueblo, que debe acatarse". Se trata de la principal referente del ultramenemismo de Córdoba y una voz cantante de ese sector en Diputados.

■ **Carlos "Chacho" Alvarez:** "Eso es un delirio. Es el auge de la ciencia ficción. Menem nunca se preocupó por la suerte de su partido. Menem es un gran egoísta en términos políticos; él concibe la historia a través de su persona". Es diputado y renovó su mandato al ganar con la Alianza por el 57% en la Capital Federal. Es uno de los precandidatos presidenciales de la coalición UCR-Frepaso.

■ **Graciela Fernández Meijide:** "Me parece que si había alguna esperanza de reflotar el operativo re-reelección en algún lugar, eso ha sucumbido". Es senadora del Frepaso y fue elegida diputada por la provincia de Buenos Aires el domingo último, al vencer con la Alianza a la candidata del PJ Hilda "Chiche" Duhalde. En un resonante triunfo obtuvo el 48% de los votos frente al 41 del peronismo.

01-01

971602

9714603
Quieren impedir el acceso de Cavallo al congreso
PROCEDENCIA LA NACION - 250025 -
FECHA DE PROCEDENCIA 3/11/97.
VINCULACIONES 66960
11164
11302
11304

DOC. OSCURO

Escollos en la carrera de Cavallo

Legisladores del PJ y de la oposición lo vinculan con el escándalo IBM-Banco Nación para impedir su acceso al Congreso

Domingo Cavallo (Acción por la República) aún no terminó de disfrutar el dulce sabor que le proporcionó haber obtenido el 17 por ciento de los votos en los últimos comicios, que ya se enfrenta con una nueva batalla política: legisladores del oficialismo y de la oposición diagraman desde la semana última una estrategia común para impedir el ingreso del ex ministro de Economía en la Cámara de Diputados.

En los fundamentos del dictamen final que emitirá la comisión investigadora de los ilícitos registrados en el contrato IBM-Banco Nación, diputados del PJ, de la UCR y de Corriente Grande reclamarán respetar el artículo 66 de la Constitución Nacional que contempla la remoción por "inhabilidad física o moral" de cualquiera de los miembros del Congreso, en determinados casos, en los que aseguran que queda comprendido Cavallo.

El informe definitivo de esa comisión lo acusaría de ser "uno de los responsables políticos" del escándalo IBM-Banco Nación que, hasta ahora, dejó un tendal de cinco procesados por la Justicia, entre ellos, tres funcionarios del Poder Ejecutivo.

La maniobra política en contra del ex ministro comenzó a gestarse durante la última semana en esa comisión y es comandada por los justicialistas César Arias y Carlos Soria. También habrían adherido, en un principio, al embate contra el ex ministro de Economía Fernando Solanas (Corriente Grande) y Jesús Rodríguez (UCR). Aunque este último negó ayer estar involucrado en una empresa de semejante tenor.

El dictamen

Según pudo observar LA NACION, en uno de los borradores del dictamen que está elaborando la comisión investigadora del millonario contrato IBM-Banco Nación, a Cavallo se lo encuentra "responsable político" por "haber tenido un detallado conocimiento de la contratación que se estaba llevando a cabo y no haber realizado desde el Ministerio a su cargo, controles eficaces" sobre esa entidad bancaria.

El predictamen también advierte que "Cavallo designó en cargos relevantes, a sabiendas, a funcionarios involucrados en contrataciones informáticas bajo sospecha".

Los ex funcionarios y empresarios procesados están acusados de dar y recibir coimas con el fin de conseguir que el Banco Nación contratase con la empresa IBM la informatización de sus más de 500 sucursales. Ese trabajo fue cotizado en 250 millones de dólares y, según la Justicia, la coima pactada para adjudicar ese contrato informático era de 37 millones de dólares.

En otro de los puntos del citado borrador se destaca que Cavallo "aprobó explícita y documentadamente las contrataciones informáticas del Banco Nación" y que "actuó para evitar objeciones y así posibilitar la celebración del contrato de la Dirección General Impositiva".

El informe que el PJ quiere aprobar cuanto antes en Diputados también involucra en el escándalo informático a los directivos del Banco Nación y de IBM.

Diferencias

Tanto el titular de ese cuerpo parlamentario, Carlos Dellepiane (PJ) como los oficialistas Elsa Melogno, Soria y Arias están de acuerdo en ceñirse al artículo 66 de la Constitución para evitar, con los dos tercios de los votos de la Cámara, que acceda Cavallo. Consideran que el dictamen de IBM-Banco Nación sería "el fundamento ideal" para "dejarlo fuera del Congreso".

Fuentes de la UCR no descartan su apoyo a la iniciativa oficial. Pero, consultado por LA NACION, Jesús Rodríguez dijo: "No se puede utilizar una institución como el Congreso para penalizar la conducta de la gente".

El diputado Horacio Viqueira (Frepaso), que también integra la comisión investigadora, no está de acuerdo en utilizar ese dictamen para avanzar contra Cavallo. "Sería mezclar el trabajo de un año de una comisión con una venganza política", dijo Viqueira.

LA NACION también dialogó ayer con el diputado electo de Acción por la República, Guillermo Francos, que sostuvo que "es ridículo impedir el ingreso de Cavallo en el Congreso cuando él (por el ex ministro) no está procesado por el caso IBM en la Justicia y no hay ni un elemento serio que lo involucre en ese escándalo".

Martín Dinatale

El plan

- **Estrategia:** el PJ y la UCR quieren hacer valer el dictamen de la comisión de IBM-Banco Nación para impedir, por el artículo 66 de la Constitución, que Cavallo ingrese en el Congreso.
- **Defensa:** los cavallistas dicen que eso "es ridículo", porque Cavallo no está procesado en esa causa.
- **Antecedentes:** Ramón Saadi (PJ) no pudo ser senador por objeciones similares. Massaccesi y Galiardi (UCR) debieron sortear la misma traba.

9714603

01-01

Nº DOCUMENTO 9714604
TITULO Se advierte en el PJ posible fuga hacia la Alianza-
PROCEDENCIA CLARIN 150024
FECHA DE PROCEDENCIA 3/11/97.
VINCULACIONES 66960
11164
11304

DOC. OSCURO

PEDIDOS DE AUTOCRITICA

Advierten en el PJ sobre una posible fuga hacia la Alianza

Cafiero dijo que muchos peronistas pueden cambiar de bando • Para Kirchner, si el partido no cambia se perderán más votos • Busti cree que si no se ataca el desempleo será "suicida" promover la flexibilización

La reunión de gabinete en la que Carlos Menem reprendió a quienes habían hecho las primeras críticas dentro del peronismo frente a la derrota electoral del domingo había finalizado. Ministros, secretarios y legisladores se retiraban de la residencia el jueves cuando uno de los que se habían sentido directamente aludidos por el reto presidencial comentó, irónico: "Si esto sigue así (es decir, si no se da espacio para el debate interno), el Chacho Alvarez más que una pata peronista para la Alianza va a conseguir un ciempiés".

Ese comentario informal que podía haber quedado en una anécdota más, se convirtió ayer en el eje de la discusión pública en las filas del oficialismo. Porque desde el senador Antonio Cafiero hasta el gobernador Néstor Kirchner alertaron sobre la posibilidad de que, si el Partido Justicialista no cambia de actitud frente a la derrota, pueda haber una fuga de dirigentes partidarios hacia la alianza opositora.

Cafiero dijo que muchos peronistas pueden cambiar de bando "si no les damos una respuesta amplia al desafío que significa el resultado de las urnas". El senador, junto a Fernando Galmarini y Moisés Ikonicoff, se encuentra embarcado en la idea de volver a hacer una renovación partidaria como la que él mismo protagonizó después de la derrota del 83. El acto fundacional será el 17 de este mes, "Día del Militante". Cafiero insistió con el rol que debe asumir en este momento el partido frente a la debacle electoral.

"Cuando se pierde una elección, el partido tiene que volver a ser el gran protagonista, porque ahí es el receptáculo natural de todas las inquietudes. Hay que activar la vida del partido", enfatizó Cafiero.

Cafiero sostuvo luego que Hilda "Chiche" González de Duhalde "no pudo expresar" todo lo que es el justicialismo: "Ella expresó, sí, algunos valores que son justicialistas –agregó–, como esto que se le critica de la ayuda social, pero eso no es suficiente. Si el peronismo hubiera hablado solamente de ayuda social no hubiera llegado a ser lo que es. Perón hablaba de otras cosas", remató como una crítica a la manera en que fue llevada la campaña electoral en la provincia.

En la misma sintonía, el gobenador de Santa Cruz afirmó que la derrota del justicialismo se debió a una "tozudez muy grande" de parte de los que conducían la campaña electoral y consideró que si el peronismo "no tiene capacidad de autocrítica", la gente puede "profundizar y agudizar" su decisión en contra del oficialismo.

Según Kirchner hay dos razones fundamentales que explican la derrota: "Primero, una tozudez muy grande de los que conducían (la campaña), que no quisieron escuchar" los reclamos de la gente; y, además, "se produjo un proceso de nacionalización (en los comicios). Evidentemente, la gente estaba demandando una mayor claridad en los procedimientos" institucionales, dijo el gobernador ayer por la mañana a Radio América.

Tras criticar duramente al ministro del Interior, Carlos Corach ("es insostenible" en su cargo, dijo), Kirchner advirtió que "si el PJ no tiene capacidad de autocrítica, si se cierra y trata de buscar cuestiones secundarias de la derrota, se puede profundizar y agudizar" la decisión de la gente de votar en contra del Gobierno.

Reforma laboral

El debate interno en el peronismo después de la derrota también se reflejó, por ejemplo, en el rumbo a seguir con las leyes que el Gobierno quiere aprobar de flexibilización laboral. Ese es el próximo paso que Menem quiere dar en el Congreso y para eso va a necesitar de todos los votos peronistas en ambas Cámaras. De hecho el tema está en la agenda del diálogo que el oficialismo impulsará con la oposición.

Pero las primeras disidencias internas ya se comenzaron a oír. En este sentido el gobernador entrerriano Jorge Busti consideró "suicida" seguir adelante con el proyecto si no existe un "compromiso serio" de los empresarios para combatir el desempleo. Al mismo tiempo, Busti consideró prioritario, tras la derrota, un encuentro nacional de gobernadores y dirigentes para fijar rumbos.

01 - 01

9714604

Nº DOCUMENTO 9714605
TITULO Presidente Menem visitará oficialmente el Reino Unido
PROCEDENCIA 618593
FECHA DE PROCEDENCIA 4-11-97
VINCULACIONES 66960-
507529-
11164

XB8470

U POXBT 11397 00644
mun icx 11398 - 11148

R.UNIDO-ARGENTINA (Previsión)
PRESIDENTE MENEM VISITARA OFICIALMENTE EL REINO UNIDO

Londres. 3 nov (EFE).- El presidente argentino, Carlos Menem, visitará oficialmente el Reino Unido, el segundo semestre del próximo año, informó hoy, martes, el ministro Argentino de Relaciones Exteriores, Guido Di Tella.

La invitación al presidente argentino se produjo durante el encuentro que mantuvieron hoy en Londres Di Tella y su colega británico, Robin Cook, en el que trataron temas bilaterales.

Un portavoz del Foreign Office, aclaró que se trata de una invitación para visitar oficialmente el Reino Unido, pero no una visita de Estado, por lo que no se alojará en el Palacio de Buckingham ni mantendrá un encuentro con la reina Isabel II.

Di Tella, en conferencia de prensa, comento que la invitación "aunque esperada ha sido una agradable sorpresa".

Indicó igualmente el ministro que la invitación fue posible gracias "al cambio de personas e ideas" en el Gobierno de Gran Bretaña y que durante la misma no se trataría el tema de las Islas Malvinas.

La posibilidad de una visita del presidente argentino a Gran Bretaña, desde el restablecimiento de las relaciones diplomáticas plenas, interrumpidas por el conflicto de las Islas Malvinas, era una opción deseada que no pudo materializarse por la postura poco flexible de los sucesivos gobiernos conservadores, según explicó Di Tella.

La visita "tendrá principalmente un carácter económico y comercial dadas las magníficas relaciones comerciales entre los dos países" dijo Di Tella, que precisó que el Reino Unido era el tercer país inversor en importancia en Argentina.

Aunque todavía no hay un programa para esta visita, se espera que el presidente Menem tenga, ademas de sus entrevistas políticas, un encuentro con los hombres de negocios británicos en la Confederación de Industrias Británicas y la posibilidad de crear una cátedra argentina en una universidad, mencionando como posible la de Oxford.

Esta invitación es una muestra del buen momento por el que atraviesan las relaciones entre Argentina y el Reino Unido y tiene como fin principal el fortalecer y formentar las relaciones comerciales, tanto en el campo del comercio como en el de inversiones.

Las primeras conversaciones sobre una invitación al presidente argentino, con la actual adminsitración laborista, tuvieron lugar hace tres meses, durante el encuentro que mantuvieron en Londres ambos ministros de Exteriores, manifestando Di Tella su gran satisfacción "porque los británicos hayan tomado la iniciativa".

La relaciones comerciales y las inversiones fueron tratadas durante el encuentro de casi una hora de duración entre Di Tella y Cook, que analizaron igualmente la cooperación en los campos de la pesca y el petróleo en el Atlántico Sur.

El Gobierno argentino quiere incrementar el comercio entre los dos países en los próximos tres años, para alcanzar los 3.000 millones de dólares en el año 2000.

Sobre la pesca en el Atlantico Sur el ministro argentino analizó con su colega los obstáculos que impiden la firma de un

acuerdo, señalando que ambos estaban de acuerdo en que la conservación de las especies debe ser una consideración primordial del mismo.

La aplicación de la territorialidad llevada a cabo unilateralmente por el gobierno británico en aguas del Atlantico Sur es el escollo más importante para la consecución de un acuerdo.

Mejores son las relaciones y los acuerdos en el campo del petróleo que han permitido que, en las próximas fechas, comiencen a llegar las primeras plataformas de prospección.

El hecho de que la base en tierra firme de las empresas que realizarán las prospecciones se instale en Port Stanley, no supone un tema de fricción para Di Tella, siempre que esas compañías "tomen esa decisión por razones económicas y no políticas".

El ministro argentino saldrá mañana de Londres para participar en la Cumbre Iberioamericana que tendrá lugar en Isla Margarita (Venezuela) después de su breve visita de trabajo en el Reino Unido, que ha supuesto la ocasión número 33 en que se ha reunido con un ministro de Asuntos Exteriores británico. EFE

LR/M

11/04/20-21/97

XW8262

U POXBT 11-04 00265
mun exg

R.UNIDO-ARGENTINA (Ampliación)
PRESIDENTE MENEM INVITADO OFICIALMENTE VISITAR REINO UNIDO

Londres, 4 nov (EFE).- El presidente argentino, Carlos Menem, fue invitado hoy, martes, oficialmente a visitar el Reino Unido, en el segundo semestre de 1998, según informó el ministro argentino de Asuntos Exteriores, Guido di Tella, en una rueda de prensa.

La invitación fue efectuada durante el encuentro que mantuvieron hoy en Londres, Di Tella con su colega británico, Robin Cook, durante el que trataron asuntos bilaterales.

Un portavoz del Foreign Office aclaró que se trata de una invitación para visitar oficialmente el Reino Unido, pero no una visita de Estado, por lo que Menem no se alojará en el Palacio de Buckingham ni mantendrá un encuentro con la reina Isabel II.

Di Tella, en una conferencia de prensa, comentó que la invitación, "aunque esperada, ha sido una agradable sorpresa".

Indicó igualmente que la invitación fue posible gracias "al cambio de personas e ideas" en el Gobierno británico, y que durante el viaje del presidente argentino no se abordará el asunto de las islas Malvinas.

La visita "tendrá principalmente un carácter económico y comercial, dadas las magníficas relaciones comerciales entre los dos países", dijo Di Tella, que precisó que el Reino Unido es el tercer país en importancia en las inversiones en Argentina.

Aunque todavía no hay un programa para esta visita, se espera que Menem mantenga, además de entrevistas políticas, un encuentro con los hombres de negocios británicos en la Confederación de Industrias Británicas y aborde la posibilidad de crear una cátedra argentina en una universidad, mencionando como posible la de Oxford. EFE

LR/mlr

11/04/19-30/97

9714605

XA6037

R POXBT 11-04 00634
icx mun exg

R.UNIDO-ARGENTINA
INVITACION A MENEM LLEGO TRAS LLAMADO DE CLINTON A NEGOCIAR

Por Mariano Fontenla
Buenos Aires, 4 nov (EFE).- La invitación formal del Reino Unido para que el jefe del Estado argentino, Carlos Menem, visite Londres fue transmitida pocos días después de que el presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, llamara a ambos países a solucionar el conflicto de las Islas Malvinas por la vía de la negociación.

Si bien las autoridades británicas siguen sin dar señales al Gobierno argentino sobre su disposición a hablar de la soberanía sobre los archipiélagos australes, la invitación es tomada en Buenos Aires como una buena ocasión para consolidar los vínculos diplomáticos retomados ocho años después de la guerra de Malvinas.

Menem ha reconocido públicamente más de una vez su deseo de visitar el Reino Unido para coronar la política de acercamiento que puso en marcha apenas llegó al poder, en julio de 1989, y podrá hacerlo en el segundo semestre de 1998, un año antes de la fecha en la que debe abandonar el poder.

El presidente argentino, quien en varias oportunidades se mostró seguro de que su país recuperará las islas antes del año 2000, había sido invitado por el ex primer ministro John Major en 1995, pero el convite se formalizó hoy, aunque todavía sin fecha precisa.

Argentina y Gran Bretaña se enfrentaron en 1982 en una guerra por el dominio de las Islas Malvinas, situadas en el Atlántico Sur, conflicto que acabó con la rendición de las tropas del país suramericano tras 74 días de combate por aire, tierra y mar que dejaron un resultado de un millar de muertos entre ambas partes.

A finales de 1990, cuando Domingo Cavallo estaba a cargo del Ministerio argentino de Relaciones Exteriores, las naciones acordaron en Madrid la reanudación de las relaciones diplomáticas, para lo cual Argentina debió aceptar que la cuestión de la soberanía quedara apartada de las discusiones.

El actual canciller argentino, Guido Di Tella -quien hoy recibió en Londres la invitación para Carlos Menem de parte de su colega, Robin Cook- puso en marcha una política de "seducción" sobre los habitantes de las Malvinas, pero hace pocos meses debió admitir que su estrategia había fracasado.

La invitación de Cook se conoció tras la enorme repercusión que tuvieron en Argentina las declaraciones públicas que Clinton efectuó durante su visita a Buenos Aires a mediados de octubre pasado.

"Aquí hay dos grandes países. Ambos están en plena recuperación económica, demostrando grandes responsabilidades en temas internacionales, tratando de ver cómo se puede tener un mercado libre y un contrato social y, por lo tanto, deberían solucionar la cuestión Malvinas a través de la negociación", dijo Clinton.

"Nosotros diríamos que no echen a perder algo bueno que tenemos: dos países con un liderazgo fuerte deben tratar de resolver el problema y esta no es una causa para la guerra, es una causa para la negociación", afirmó.

El presidente de Estados dio un tratamiento de "amigos" a los dos países y sus declaraciones fueron tomadas como un éxito por el

Gobierno argentino, que busca presionar a Londres para que abra una discusión formal sobre el espinoso asunto de la soberanía.

Incluso, en una reunión reservada que Menem celebró con Clinton, el jefe el estado argentino le pidió que asuma "una posición más explícita" en apoyo a las resoluciones de las Naciones Unidas que instan a ambos países a negociar.

Con todo, las autoridades argentinas asumen que la estancia de Menem en Londres servirá para afianzar los vínculos diplomáticos, reforzar el comercio y discutir asuntos vinculados a la pesca y la explotación de hidrocarburos en torno a las islas, pero no habrá posibilidad de debate en torno a la soberanía.

Los británicos mantienen el asunto protegido bajo un "paraguas diplomático" abierto para proteger a las negociaciones de puntos conflictivos como éste, al tiempo que pregonan el principio de "autodeterminación" de los isleños, quienes prefieren conservar su condición de súbditos de la corona británica. EFE

mf/fp/CGR

11/04/22-35/97

9714605

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA CLARIN
FECHA 24/11
VINCU

VIAJE A GRAN BRETAÑA

El Presidente insiste en que hablará de Malvinas

El presidente Carlos Menem aseguró ayer que durante la visita que realizará el año próximo a Gran Bretaña **se hablará de la soberanía de las islas Malvinas, a pesar de que el tema no figura en la agenda oficial** que armaron las cancillerías de los dos países.

Menem también dijo que el gobierno británico que encabeza el laborista Tony Blair "en ningún momento" puso condiciones para que se concrete el viaje, el primero que realiza un presidente argentino desde la guerra del Atlántico Sur en 1982.

"Cuando yo bregaba por la reelección y decía que faltaban algunas cosas, una de las cosas era ésta: que el presidente de la Nación vaya al propio territorio inglés a discutir sobre el tema de las islas Malvinas", explicó Menem durante una conferencia de prensa en la Quinta de Olivos con las mujeres periodistas acreditadas en la Casa Rosada.

"En ningún momento el gobierno de Inglaterra puso condiciones a la visita de este presidente", contestó cuando le preguntaron sobre la cuestión. Y agregó: "Se hablarán todos los temas, como hemos hecho siempre. La Argentina siempre estuvo reclamando la soberanía de las islas y cuando esté en Inglaterra vamos a hablar sobre ello".

Luego de años de obtener negativas a los insistentes pedidos de la Cancillería argentina, a principios de este mes el gobierno británico invitó oficialmente a Menem para el primer semestre de 1998. Pero, a pesar de los dichos de ayer del Presidente, desde un primer momento el canciller Guido Di Tella y su colega inglés Robin Cook aclararon que en la entrevista que *mantendrán los dos presidentes no se tratará* el conflicto por las Malvinas.

En el diálogo con las periodistas, Menem defendió a Di Tella frente a las críticas que recibió cuando hizo pública su intención de viajar a las islas usando un pasaporte de otro país. "Respeto todas las expresiones y opiniones que puedan verter mis colaboradores", señaló. Y, contundente, agregó: "Nadie puede dudar de que si hubo un canciller que se preocupó por llegar a un entendimiento con Gran Bretaña, ése fue Guido Di Tella".

Con la clara intención de remarcar la trascendencia que tendrá la visita al Reino Unido, el Presidente aprovechó la oportunidad para subrayar los pasos dados por su administración para restablecer las relaciones bilaterales. "Este gobierno reanudó las relaciones diplomáticas con Inglaterra y empezaron a llegar inversiones inglesas a nuestro país, como en el correo", dijo. Se refería, entre otros casos, a la sociedad que el correo británico selló con el grupo Macri y el Banco de Galicia para explotar la concesión del servicio postal argentino. □

06-06

9714605

MUN ICX EXG

ARGENTINA-MENEM
MENEM SE CONSIDERA "EXCLUIDO" ELECCIONES PRESIDENCIALES 1999

Corrientes (Argentina), 4 nov (EFE).- El presidente argentino, Carlos Menem, dijo hoy que se considera "excluido" de las elecciones presidenciales de 1999 después de que un grupo de legisladores del peronismo admitió que tienen el propósito de que el jefe del Estado sea reelegido por segunda vez consecutiva.

Al visitar la provincia de Corrientes, donde las inundaciones han provocado la evacuación de millares de personas, una mujer gritó al presidente en el aeropuerto "suerte para el año '99".

"Esto hace al juego de la democracia, pero que quede claro que este presidente está excluido del proceso al que hizo alusión esa mujer", indicó Menem a los periodistas.

Menem tomó posesión de la presidencia en 1989 y fue reelegido hace dos años por un periodo de cuatro, tras la reforma de la Carta Magna en 1994 que impide una segunda reelección consecutiva.

No obstante, varios legisladores del gobernante Partido Justicialista (PJ, peronista) anunciaron su intención de presentar en el Parlamento un proyecto para reglamentar la consulta popular, para que la ciudadanía pueda expresarse en ese sentido.

El diputado Mario Cámara afirmó la Constitución no establece "taxativamente" que Menem no puede ser reelegido en 1999 y dijo que es posible convalidar la consulta, interpretación con la que coinciden otros legisladores considerados "ultramenemistas".

El legislador César Arias, por su parte, admitió que la posibilidad de la reelección de Menem podría ser discutida el año próximo en el seno del partido. EFE

ee/SM

11/04/17-03/97

DOCUMENTO 9714606
TITULO Menem se considera "excluido" de las elecciones de 1999
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 4-11-97
VINCULACIONES 66960
11164
11302
11640

FB2617

01-01

9714606

DOCUMENTO 9714607
TITULO Menem después de la derrota electoral del peronismo.
PROCEDENCIA EFE93
FECHA DE PROCEDENCIA 06-11-97
VINCULACIONES 66960
11164
XM2140 11302
R FOXBT 11309
mun exp 11437
ARGENTINA-PERONISMO
MENEM SOSLAYO AUTOCRITICA DERROTA ELECTORAL PERONISMO

Buenos Aires, 6 nov (EFE).- El presidente argentino, Carlos Menem, soslayo hoy una autocritica tras la reciente derrota electoral del gobernante Partido Justicialista (PJ, peronista), al considerar que más del 70 por ciento de la población votó a favor del modelo económico neoliberal en marcha.

En el primer encuentro de ministros, dirigentes, legisladores y gobernadores del PJ despues del traspié en las legislativas del pasado 26 de octubre. Menem afirmó que "no hay que usar la palabra autocritica sino, a lo sumo, la palabra reflexión", dijeron fuentes oficiales.

"El Gobierno no perdió y el 92 por ciento de la gente votó al modelo, que no se discute", dijo Menem al referirse a la postura de la triunfante alianza opositora, que apoya la estabilidad económica, aunque cuestiona presuntos hechos de corrupción y una escasa independencia de la justicia, entre otros asuntos.

La alianza integrada por la Unión Cívica Radical (UCR) y el centroizquierdista Frepaso aventajó al PJ en los princinales distritos del país, incluida la provincia de Buenos Aires, un bastión tradicional del peronismo.

El PJ perdió además la mayoría absoluta en la Cámara de Diputados y se estima que afrontará dificultades para imponer vitales proyectos para el gobierno, como la privatización de los aeropuertos.

Durante la llamada "cumbre del peronismo" celebrada en la residencia oficial de Olivos, el gobernante intentó aventar las voces criticas encabezadas por algunos gobernadores provinciales tras la primera caida electoral del peronismo desde 1987, dijeron las fuentes.

Esa corriente interna definida como "progresista" reclama una "peronización" del gobierno, en referencia a las medidas de beneficio social instrumentadas en las décadas de los años 40 y 50 por el entonces presidente, Juan Perón.

En ese sentido, durante su mensaje de 35 minutos al que no tuvo acceso la prensa, el presidente exhortó a la unidad del peronismo para intentar recuperarse en las elecciones de 1999, cuando finalizará su mandato de una década, añadieron los portavoces.

"Las urnas hablaron y acatamos su mensaje", señaló en tanto un documento difundido a la prensa al finalizar el encuentro, aunque hace hincnaie "en ocho intensos años de trasformación y progreso con una adhesion de casi siete millones de votos, que reconocen y respaldan el camino transitado".

Los participantes de la reunión convocaron a "un nuevo desafío militante, abriendo la discusión interna y movilizándonos tras estos objetivos en el marco de la identidad, las banderas, la doctrina y con los compromisos que asumió el justicialismo".

El texto de la declaración se propone "asegurar la mejor administracion de una justicia independiente y fortalecer la seguridad publica", al admitir parte de las reclamaciones de la poblacion, que incluye entre las principales el desempleo, con una tasa de 16,3 por ciento.

Al concluir la "cumbre", el gobernador de la provincia de

Mendoza, Arturo Lafalla, opinó que el gobierno nacional y los dirigentes del interior del país donde perdió el peronismo "tienen responsabilidades compartidas" por esa derrota.

Lafalla, en cuyo distrito también fue derrotado el PJ, reconoció entre las causas de la caída del peronismo en todo el país que "no supimos generar la confianza de la gente".

Uno de los precandidatos del PJ para las generales de 1999, el ex gobernador de la norteña provincia de Tucumán Ramón Ortega, dijo que los sectores populares reconocen las reformas económicas, pero aceptó que se quejan porque "aún no les han llegado los beneficios" tras más de seis años de vigencia del modelo neoliberal.

Al foro no asistieron los gobernadores de la sureña provincia de Santa Cruz, Néstor Kirchner, uno de los líderes de la corriente crítica del PJ, y el de la provincia de Buenos Aires, Eduardo Duhalde, quien se encuentra en el exterior.

Su esposa, Hilda González de Duhalde, perdió en ese distrito que concentra a un tercio del electorado del país frente a la candidata de la alianza opositora, Graciela Fernández Meijide. EFE

orl/pgl

11/06/19-55/97

02-02 9714607

Nº DOCUMENTO 9714608
TITULO Presidente del gobierno vasco, Jose Ardanza - visita Argentina.
PROCEDENCIA 51593
FECHA DE PROCEDENCIA 10-11-97
VINCULACIONES 66960
50763
11164
11302
11399 - 11148

XW8358
R VARBT 11-10 20250
icx sur

ARGENTINA-PAIS VASCO
ARDANZA REGRESA HOY PAIS VASCO TRAS FINALIZAR VISITA COMERCIAL

Por Almudena Calatrava

Buenos Aires, 10 nov (EFE). El presidente del gobierno vasco, José Antonio Ardanza, concluye hoy una visita oficial a Argentina destinada a reforzar los lazos institucionales y comerciales e impulsar la presencia de Euskadi en el Mercado Común del Sur (Mercosur).

Ardanza viajará hoy desde las Cataratas del Iguazú, en el noreste argentino, a Buenos Aires para emprender viaje de regreso a Euskadi, dando así por finalizada una gira suramericana que también incluyó Uruguay.

El lehendakari (presidente) concluyó su agenda oficial en esta capital el domingo con un almuerzo con la colectividad vasca, tras lo cual viajó a la zona de las Cataratas para pasar una jornada de descanso.

Durante su intensa visita oficial de seis días a Buenos Aires, Ardanza dio una especial relevancia a reforzar los lazos comerciales entre el País Vasco y Argentina y ha subrayado que las empresas vascas deben abrirse al exterior para crecer.

Tmbién expresó su deseo de que las empresas argentinas inviertan con más energía en Euskadi, cuya economía, según dijo, está creciendo por encima de la media española y europea.

Una delegación de empresas argentinas viajará a Bilbao en marzo próximo, en el marco de los proyectos de inversión mútua que impulsa el gobierno vasco.

Ardanza considera que Argentina constituye para el País Vasco una puerta de entrada al Mercosur - del que también son socios Brasil, Paraguay y Uruguay- por constituir una plaza económica estable, con un crecimiento sostenido.

En su opinión, el estrechamiento de las relaciones comerciales entre Argentina y Euskadi adquiere una "importancia estratégica" al facilitar las relaciones entre la Unión Europea (UE) y el Mercosur.

Ardanza se ha reunido durante su visita al país con el presidente argentino, Carlos Menem, y con el jefe de Gobierno de Buenos Aires, Fernando de la Rua, con quien firmó un protocolo de cooperación en los campos educativo y comercial.

También se entrevistó con el secretario argentino de Relaciones Internacionales, Jorge Campbell, y con el viceministro de Economía, Carlos Rodríguez.

En el marco de la gira del lehendakari, el consejero de Industria del País Vasco, Javier Retegui, acordó con los ministros de Economía de varias provincias argentinas una mayor cooperación a nivel de empresas.

Las inversiones vascas en Argentina ascienden a 810 millones de dólares, de los que 700 millones corresponden únicamente al Banco Bilbao Vizcaya (BBV), según datos oficiales.

En los últimos cinco años las exportaciones vascas a Argentina superaron los 450 millones de dólares y en este momento son más de 30 las empresas vascas que invierten aquí, aunque Ardanza considera que esa cifra puede aumentar debido a la existencia de grandes posibilidades de inversión.

El lehendakari también inauguró el Instituto de Calidad

01 - 12 9714608 -

Nº DOCUMENTO 9714608
TITULO Presidente del gobierno vasco, Jose Ardanza - visita Argentina.
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 10-11-97
VINCULACIONES 66960
507613
11164
11302
11399 - 11148

XW8358
R VARBT 11-10 09350
icx sur

ARGENTINA-PAIS VASCO
ARDANZA REGRESA HOY PAIS VASCO TRAS FINALIZAR VISITA COMERCIAL

Por Almudena Calatrava

Buenos Aires, 10 nov (EFE). El presidente del gobierno vasco, José Antonio Ardanza, concluye hoy una visita oficial a Argentina destinada a reforzar los lazos institucionales y comerciales e impulsar la presencia de Euskadi en el Mercado Común del Sur (Mercosur).

Ardanza viajará hoy desde las Cataratas del Iguazú, en el noreste argentino, a Buenos Aires para emprender viaje de regreso a Euskadi, dando así por finalizada una gira suramericana que también incluyó Uruguay.

El lehendakari (presidente) concluyó su agenda oficial en esta capital el domingo con un almuerzo con la colectividad vasca, tras lo cual viajó a la zona de las Cataratas para pasar una jornada de descanso.

Durante su intensa visita oficial de seis días a Buenos Aires, Ardanza dio una especial relevancia a reforzar los lazos comerciales entre el País Vasco y Argentina y ha subrayado que las empresas vascas deben abrirse al exterior para crecer.

Tmbién expresó su deseo de que las empresas argentinas inviertan con más energía en Euskadi, cuya economía, según dijo, está creciendo por encima de la media española y europea.

Una delegación de empresas argentinas viajará a Bilbao en marzo próximo, en el marco de los proyectos de inversión mútua que impulsa el gobierno vasco.

Ardanza considera que Argentina constituye para el País Vasco una puerta de entrada al Mercosur - del que también son socios Brasil, Paraguay y Uruguay- por constituir una plaza económica estable, con un crecimiento sostenido.

En su opinión, el estrechamiento de las relaciones comerciales entre Argentina y Euskadi adquiere una "importancia estratégica" al facilitar las relaciones entre la Unión Europea (UE) y el Mercosur.

Ardanza se ha reunido durante su visita al país con el presidente argentino, Carlos Menem, y con el jefe de Gobierno de Buenos Aires, Fernando de la Rua, con quien firmó un protocolo de cooperación en los campos educativo y comercial.

También se entrevistó con el secretario argentino de Relaciones Internacionales, Jorge Campbell, y con el viceministro de Economía, Carlos Rodríguez.

En el marco de la gira del lehendakari, el consejero de Industria del País Vasco, Javier Retegui, acordó con los ministros de Economía de varias provincias argentinas una mayor cooperación a nivel de empresas.

Las inversiones vascas en Argentina ascienden a 810 millones de dólares, de los que 700 millones corresponden únicamente al Banco Bilbao Vizcaya (BBV), según datos oficiales.

En los últimos cinco años las exportaciones vascas a Argentina superaron los 450 millones de dólares y en este momento son más de 30 las empresas vascas que invierten aquí, aunque Ardanza considera que esa cifra puede aumentar debido a la existencia de grandes posibilidades de inversión.

El lehendakari también inauguró el Instituto de Calidad

01 - 12

9714608.

Alimentario Vasco Argentino (ICAVA), que se dedicará a la promoción de sistemas de calidad y ornanizará cursos para empresarios agroindustriales y técnicos de la industria alimentaria.

Visitó las oficinas de la empresa vasca Babcock Wilcox, que construirá una central térmica de ciclo combinado en la zona portuaria sur de Buenos Aires destinada a suministrar energía a la red eléctrica argentina, con un coste de 230 millones de dólares.

También acudió a la planta de fabricación de electrodomésticos de Patrick Fagor y a la de tratamiento de residuos industriales del grupo Gamesa (de la corporación Iberdrola y el BBV), que supuso una inversión de 900 millones de dólares.

Ardanza mantuvo un encuentro informal con el presidente de grupo energético español Repsol, Alfonso Cortina, quien anunció inversiones por 1.000 millones de dólares en un proyecto de generación de energía eléctrica en Muskiz, Vizcaya.

El lehendakari se ha referido en más de una ocasión durante su visita al "problema" del terrorismo de ETA en Euskadi.

En conferencias y entrevistas concedidas a la prensa, Ardanza opinó que la banda terrorista ETA "no constituye un movimiento de liberación nacional sino una agrupación de tipo fundamentalista y antidemocrático". También reclamó una salida dialogada para el problema de la violencia en Euskadi.

Ardanza fue nombrado miembro del Consejo Argentino de Relaciones Internacionales (CARI) y visitante ilustre de Buenos Aires.

Se reunió con los directivos del Instituto Vasco Argentino de Cooperación y asistió a un concierto del coro vasco Lagun Onak y de la Orquesta de Tangos de Buenos Aires.

También mantuvo encuentros con la colectividad vasca en este país, rindió un homenaje al conquistador Juan de Garay, quien reconstruyó la ciudad de Buenos Aires en 1580, y clausuró el Primer Congreso Americano de Centro Vascos en Buenos Aires.EFE

ac-op

11/10/13-18/97

9714608

DP9460

U POXBT 11-09 00692
icx amt

ARGENTINA-ESPAÑA
ARDANZA FINALIZA HOY VISITA AFIANZA LAZOS COMERCIO Y POLITICOS

Buenos Aires, 9 nov (EFE).- El presidente del gobierno vasco, José Antonio Ardanza, finaliza hoy, domingo, su visita oficial de seis días a Argentina en la que ha subrayado la decisión de Euskadi de afianzar sus inversiones y lazos comerciales e institucionales con este país.

Ardanza, quien llegó a Buenos Aires procedente de Uruguay, ha exhortado en varias ocasiones a los empresarios argentinos a que inviertan con más energía en esa región española y ha expresado su deseo de que se acreciente la colaboración comercial.

Asimismo, dijo que Argentina constituye para el País Vasco una puerta de entrada al Mercado Común del Sur (Mercosur), del que también son socios Brasil, Paraguay y Uruguay, y que Bilbao es, a su vez, la vía de llegada a Europa para las empresas de este país.

El lehendakari también ha dado importancia al fortalecimiento de las relaciones con la colonia vasca, al considerar que con ello afianza las relaciones de Euskadi con Argentina, por lo que hoy finaliza sus actividades con un almuerzo con los representantes de los centros vascos.

Además hará un homenaje al conquistador Juan de Garay, quien reconstruyó Buenos Aires en 1580, después de que la ciudad fuera destruida por los enfrentamientos con indígenas, e inaugurará una escultura ofrecida por la colectividad vasca a Argentina, realizada por Nestor Basterretxea.

Las varios miles de vascos radicados en Buenos Aires están celebrando la Semana Vasca, una costumbre que todos los años incluye la exhibición de películas, obras de arte, danzas y música típicas de esa región española.

Ardanza inauguró durante su visita el Instituto de Calidad Alimentario Vasco Argentino (ICAVA), que se dedicará a la promoción de sistemas de calidad y organizará cursos dirigidos a empresarios agroindustriales y técnicos líderes de la industria alimentaria.

La Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentaciónm y el ICAVA firmaron un convenio para informar a 4.000 empresarios y varios cientos de técnicos en acerca del cumplimiento de la calidad alimentaria.

Fuentes oficiales argentinas esperan que este acuerdo facilite la exportación de productos agrícolas y píscicolas argentinos a la Unión Europea y a otros mercados internacionales de similares exigencias sanitarias.

También inauguró las oficinas de Babcock Wilcox, que construirá una central térmica de ciclo combinado en la zona portuaria sur de Buenos Aires destinada a suministrar energía a la red eléctrica argentina, con un coste de 230 millones de dólares.

Visitó en las afueras de Buenos Aires la planta de fabricación de electrodomésticos de Patrick Fagor y la de tratamiento de residuos industriales de Borg Austral, el la que el grupo vasco Gamesa (de la corporación Iberdrola y Banco Bilbao Vizcaya, BBV) invirtió 900 millones de dólares.

Ardanza también mantuvo un encuentro informal con el presidente de grupo energético español Repsol, Alberto Cortina, quien anunció inversiones por 1.000 millones de dólares en un

proyecto de generación de energía eléctrica en Muskiz, Vizcaya.

Las inversiones vascas en Argentina ascienden a 810 millones de dólares, según cifras suministradas por el Ministerio de Relaciones Exteriores argentino, de las que 700 millones corresponden al BBV.

En los últimos cinco años las exportaciones vascas a Argentina superaron los 450 millones de dólares y en este momento son más de 30 las empresas vascas que invierten aquí.

Entre sus actividades de carácter político e institucional, el lehendakari se reunió con el presidente argentino, Carlos Menem, y con el jefe de Gobierno de Buenos Aires, Fernado de la Rua, con quien firmó un protocolo de cooperación.

Mantuvo sendos encuentros con el secretario argentino de Relaciones Internacionales, Felipe Solá, y con el viceministro de Economía, Carlos Rodríguez.

Además habló sobre la realidad política en el País Vasco, al indicar que la banda terrorista vasca ETA no actúa como un movimiento de liberación nacional sino como un grupo fundamentalista y antidemocrático.

También se pronunció sobre una solución negociada al problema del terrorismo.

Ardanza viajará hoy, una vez que finalice sus actividades oficiales, a las Cataratas del Iguazú, en el noreste del país, donde permenecerá descansando hasta el lunes, día en que volverá a Buenos Aires para emprender viaje de regreso al País Vasco.EFE

ac/mcd

11/09/09-09/97

TD0562

U PDXBT 11-07 00653
mun

ARGENTINA-PAIS VASCO
ARDANZA FINALIZA CONTACTOS EMPRESAS

Buenos Aires, 7 nov (EFE). El presidente del gobierno vasco, Jose Antonio Ardanza, concluye hoy los contactos empresariales previstos en su agenda oficial en Buenos Aires con una reunión con firmas argentinas, a las cuales exhortará a invertir en el Pais Vasco y a aumentar la cooperación con las de esa region española.

Ardanza ha dado una especial relevancia a reforzar los lazos comerciales y economicos entre el Pais Vasco y Argentina, adonde llego el domingo procedente de Uruguay.

En más de una ocasión ha manifestado a la prensa el deseo de que las empresas de este pais inviertan con más energia en Euskadi (Pais Vasco) y ha hecho llamamientos para que se acreciente la colaboración comercial.

Asimismo, ha indicado que Argentina constituye para el Pais Vasco una puerta de entrada al Mercado Común del Sur (Mercosur), del que también son socios Brasil, Paraguay y Uruguay.

El estrechamiento de las relaciones comerciales entre Argentina y Euskadi adquiere una importancia estratégica para facilitar las relaciones entre la Unión Europea (UE) y el Mercado Común del Sur (Mercosur), comentó en otro momento ante empresarios de este pais.

En el marco de la gira del lehendakari, el consejero de Industria del Pais Vasco, Javier Retegui, se reunió con los ministros de Economia de gran parte de las provincias argentinas para acordar una mayor cooperación e intercambio comercial entre las pequeñas y medianas empresas de Euskadi y las de este pais.

El lehendakari tendrá hoy una reunión de trabajo con directivos de empresas petroleras, textiles y de la construcción argentinas, a las que brindará un panorama de las perspectivas de inversión en el Pais Vasco y de las empresas lideres de esa región interesadas en abrirse a los mercados sudamericanos.

Seguidamente inaugurará las oficinas en esta capital de Babcock Wilcox, empresa vasca de ingenieria especializada en equipos industriales relacionados con generación de energia, siderurgia y tratamiento de residuos.

Babcock Wilcox construira una central térmica de ciclo combinado en la zona portuaria sur de Buenos Aires que estará destinada a suministrar energia a la red eléctrica argentina.

Ardanza tambien visitará la planta de tratamiento de residuos industriales de Gamesa, en las afueras de Buenos Aires. Esta compañia cuenta con otras dos plantas en la provincia de Córdoba, en el centro del pais.

Las inversiones vascas en Argentina ascienden a 810 millones de dólares, según cifras suministradas por el Ministerio de Relaciones Exteriores argentino.

En los ultimos cinco años las exportaciones vascas a Argentina superaron los 450 millones de dólares y en este momento son más de 30 las empresas vascas que invierten aqui.

El presidente del gobierno vasco se ha reunido durante su visita con el presidente argentino, Carlos Menem, y con el jefe de

Gobierno de Buenos Aires, Fernando de la Rua, con quien firmó un protocolo de cooperación a nivel educativo y comercial.

También mantuvo encuentros con el secretario argentino de Relaciones Internacionales, Jorge Camobell y el viceministro de Economía, Carlos Rodríguez.

El lehendakari se ha referido en más de una ocasión al "problema" del terrorismo de ETA en Euskadi.

En una charla brindada el jueves en la Biblioteca Nacional de Buenos Aires, Ardanza se refirió a la banda terrorista ETA como una agrupación que "no constituye un movimiento de liberación nacional sino una agrupación de tino fundamentalista y antidemocrático".

También reclamó una salida dialogada para el problema de la violencia en Euskadi.

Ardanza fue nombrado miembro del Consejo Argentino de Relaciones Internacionales (CARI) y visitante ilustre de Buenos Aires.

Visitó el Instituto Vasco Argentino de Cooperación y asistió a un concierto del coro vasco Lagun Onak y de la Orquesta de Tangos de Buenos Aires.

Mañana, sabado, y el domingo, se dedicará a mantener encuentros con la colectividad vasca en este país, rendirá un homenaje al prócer de la independencia argentina José de San Martín y otro al conquistador vasco Juan de Garay, quien reconstruyó la ciudad de Buenos Aires en 1580.- EFE

ac/lm

11/07/09-11/97

9714608

XH0002

U POXBT 11-06 00546
exg icx amt

ARGENTINA-PAIS VASCO
ARDANZA CONSIDERA ARGENTINA ES PUERTA ENTRADA MERCOSUR

Buenos Aires, 5 nov (EFE).- El presidente del gobierno vasco, José Antonio Ardanza, pronosticó hoy un crecimiento de las inversiones vascas en Argentina por constituir una mercado importante que permite incursionar en el resto de los países de la unión aduanera del Mercosur.

Ardanza se entrevistó hoy con el presidente argentino, Carlos Menem, en la Casa Rosada, sede del Gobierno, tras lo cual mantuvo una reunión con el jefe de Gobierno de Buenos Aires, Fernando de la Rua, con quien firmó un protocolo de cooperación.

Tras su encuentro con Menem, Ardanza dijo en rueda de prensa que durante su estancia en Buenos Aires va a animar a las empresas vascas radicadas aquí para que "sigan adelante" con sus inversiones.

"Argentina en un mercado estable, un pilar y una puerta de entrada al Mercosur" (Mercado Común del Sur, del que también son socios Brasil, Paraguay y Uruguay), dijo Ardanza, quien añadió que las compañías del País Vasco se están abriendo al exterior por la necesidad de crecer.

Asimismo anunció que una delegación de empresarios argentinos viajará a Euskadi (País Vasco) en marzo de 1998 en misión comercial.

Ardanza, quien fue nombrado Huésped de Honor de Argentina, se encuentra de visita oficial en el país, con el objetivo de reforzar los lazos institucionales, comerciales y culturales.

El lehendakari (presidente) dijo que había conversado con Menem acerca de las inversiones vascas en Argentina, que según indicó, han aumentado considerablemente desde que vino por primera vez a este país, en 1988.

Las inversiones vascas en Argentina ascienden a 810 millones de dólares, según fuentes oficiales, y por el momento, al menos, 30 empresas vascas invierten aquí.

Añadió que el País Vasco está desarrollándose por encima de la media española y la europea, "a pesar del problema de la banda terrorista vasca ETA".

Ante las insistente consultas de los periodistas acerca del terrorismo en España, Ardanza indicó que "Eta no ha debido entender que estamos en una democracia y que se puede utilizar la palabra en lugar de las armas para expresarse".

Además, reiteró, su desacuerdo con la polémica que ha surgido en España tras las declaraciones del obispo de San Sebastián, José María Setién, en favor de un diálogo con ETA aunque la banda terrorista no abandone las armas.

Los que alimentan la polémica "son unos desmemoriados", dijo Ardanza al indicar que el gobierno español y ETA mantuvieron negociaciones a lo largo de 1988, mientras la banda terrorista seguía matando, y "un año después esas conversaciones culminaron en la mesa de Argel".

Tras su entrevista con Menem, el lehendakari se reunió con el jefe de Gobierno de Buenos Aires, quien le nombró Ciudadano Ilustre de la capital argentina.

Ambos firmaron un protocolo de cooperación que "promueve y apoya el desarrollo económico, industria tecnológico, educativo,

07

9714608 :

cultural, deportivo y social".

El protocolo indica que ambas partes promoverán la transferencia de tecnología en las distintas áreas empresariales y la puesta en marcha de programas para la inversión industrial y la cooperación en el ámbito educativo y cultural.

Ardanza también se reunió hoy con el secretario de Relaciones Internacionales, Jorge Campbell, y con el viceministro de Economía, Carlos Rodríguez, a quienes comentó el deseo del País Vasco para reforzar las inversiones en las áreas de bienes de equipo y máquinas herramientas. EFE

AC/GTP

11/06/00-34/97

9714608

XM2073

R POXBT 11-05 00579
sur exg nis icx

ARGENTINA-PAIS VASCO
ARDANZA DICE INSERCION VASCOS EUROPA SOLUCIONA DIALECTICAS

Buenos Aires, 5 nov (EFE).- El presidente del gobierno regional vasco, José Antonio Ardanza, dijo hoy en Buenos Aires que los vascos "esperan" lograr su inserción en una Europa en la se están diluyendo las fronteras, que sirva para superar la "dialéctica de tensión" que se mantiene con el Estado español.

"En el marco del contencioso de los vascos con España, tratamos de encajar desde una proyección democrática y como solución a futuro en lo que es el contexto europeo", dijo Ardanza durante una charla en el Consejo Argentino de Relaciones Internacionales (CARI) de la capital argentina.

El "lehendakari" (presidente del gobierno vasco) se encuentra en visita oficial en Argentina, adonde llegó procedente de Uruguay, con el fin de reforzar las relaciones institucionales, comerciales y culturales.

En su intervrención, el presidente del gobierno vasco resaltó que Euskadi está presente en América Latina y ha participado en la construcción de esta región.

Ardanza fue nombrado miembro del CARI por las autoridades de este organismo, que se dedica al análisis de la realidad política internacional.

En Europa "se está diluyendo el elemento de la territorialidad porque las fronteras desaparecen, y también el elemento de poder que un gobierno ejerce sobre un territorio porque muchas facetas del poder soberano que definen a un Estado son compartidos en Europa con otros poderes similares", indicó el "lehendakari".

"No sabemos en qué va a terminar este proceso, pero lo cierto es que en esa nueva Europa que se está configurando los vascos tenemos una gran ilusión y una gran confianza".

En la Unión Europea (UE), destacó Ardanza, "habrá cada vez más nación y ciudadanía, y elementos infraestatales como protagonistas del devenir europeo".

Euskadi (País Vasco) es una sociedad democrática que "busca y anhela la paz", subrayó.

Al referirse a la banda terrrorista ETA, el "lehendakari" manifestó que los vascos no están dispuestos "a soportar dictaduras de los que nos quieren imponer sus tesis. No estamos dispuestos a que se torpedee la democracia".

"La sociedad vasca es diferenciada y singular. Los vascos tenemos una historia propia", afirmó Ardanza, para quien la sociedad de Euskadi es, además, "plural debido a que hay una conciencia nacional dual".

Al ser preguntado sobre las estrategias que se siguen en España para combatir el terrorismo, Ardanza sostuvo que las autoridades vascas han sido contrarias a la decisión del Gobierno central "de que se repartiera por el mundo un video con escenas de la violencia del terrorismo" para informar sobre las acciones de ETA.

"Eso no nos ayuda nada", explicó Ardanza, quien se quejó de que en todos sus viajes al extranjero la prensa esté preocupada únicamente en preguntarle sobre el fenómeno del terrorismo.

"Si estoy aquí es para contrarrestar esa imagen negativa" que se ha creado en torno al País Vasco, añadió.

09

9714608

Asimismo, indicó que en España se está viviendo una situación conflictiva "entre una ETA que nos ignora (al pueblo vasco) y el Estado que dice 'yo no negocio con terroristas' y, mientras tanto, los vascos estamos sufriendo la consecuencias de esa situación".

Por último, señaló que el País Vasco es "próspero", y que su economía ha crecido de forma constante en los últimos años, gracias a que llevó a cabo una reconversión de su tejido industrial.

Ardanza se reunirá hoy con el presidente argentino, Carlos Menem, y con el jefe de gobierno de Buenos Aires, Fernando de la Rua, con quien firmará un protocolo de cooperación, y mañana, jueves, se entrevistará con empresarios vascos residentes en el país suramericano. EFE

AC/LTM/pgl

11/05/16-13/97

XM2023

R ECOBT 11-04 00582
sur

ARGENTINA-ESPAÑA
ARDANZA INICIARA AGENDA OFICIAL CON VISITA CENTRO COOPERACION

Buenos Aires, 4 nov (EFE).- El presidente del Gobierno vasco, José Antonio Ardanza, inicia hoy su programa oficial en Buenos Aires con una visita al Instituto Vasco Argentino de Cooperación y Desarrollo, creado en 1993 para impulsar los lazos institucionales y comerciales entre Argentina y esa región española.

El "lehendakari" (presidente) vasco llegará esta tarde a la capital argentina procedente de la ciudad de Bariloche, al sur del país, donde desde el domingo pasa un tiempo de esparcimiento.

Con su visita a Argentina, Ardanza pone punto final a una gira que también ha comprendido Uruguay, y que busca la consolidación de los lazos políticos y comerciales con ambos países.

El Instituto Vasco Argentino de Cooperación y Desarrollo (IVACD), que el "lehendakari" visitará tras su llegada a Buenos Aires, impulsa las misiones comerciales de empresarios vascos a este país y de argentinos a Euskadi (País Vasco).

Ese instituto actúa en Argentina como delegado de la Agencia de Desarrollo del País Vasco (SPRI), que desarrolla la política del Ministerio de Industria de esa región del norte de España.

El IVACD se creó hace cuatro años a partir del deseo de la federación que reune a los 65 centros vascos repartidos en Argentina de desarrollar lazos más estrechos de cooperación a nivel institucional, comercial y educacional con Euskadi.

En el marco de esta cooperación se produjeron de forma periódica misiones de empresarios vascos a Argentina, especialmente en los dos últimos años, y la conformación de "joint ventures" (alianzas) entre compañías, dijeron fuentes del IVACD.

Los programas de colaboración incluyeron planes de formación, con los que técnicos argentinos de los sectores metalmecánico, metalúrgico y automotor se instruyeron en Euskadi.

Durante su visita a Argentina, Ardanza también se reunirá con autoridades nacionales y mantendrá encuentros con empresarios argentinos y con dirigentes de bancos y compañías de capitales vascos radicados en este país.

Mañana, miércoles, el "lehendakari" mantendrá un encuentro con el presidente de Argentina, Carlos Menem, y será nombrado visitante ilustre de esta capital por el jefe de Gobierno de la ciudad de Buenos Aires, Fernando de la Rúa, con quien firmará un protocolo de cooperación.

El jueves visitará la planta de tratamiento de residuos industriales de Gamesa, y la de electrodomésticos Patrick-Fagor, ambas situadas en el cono urbano industrial de Buenos Aires.

Fagor, uno de los buques insignias del grupo empresarial vasco Mondragón Corporación Cooperativa (MCC), comenzó en abril pasado la construcción de frigoríficos en Argentina después de adquirir el 70 por ciento de la local McLean.

Gamesa tiene otras dos plantas en la provincia argentina de Córdoba.

Ese mismo día el "lehendakari" dará una conferencia en la Biblioteca Nacional de Buenos Aires.

El viernes inaugurará las oficinas de Babcock Wilcox en la

9714608

capital argentina, empresa que recientemente se adjudicó la construcción de una planta de generación eléctrica en el área

portuaria de Buenos Aires, dijeron fuentes diplomáticas españolas.

Al día siguiente está previsto que comparta con la colectividad vasca una velada de danzas típicas de Euskadi, en el marco de la celebración de la Semana Vasca en Argentina.

El domingo, su último día de visita, el "lehendakari" hará un homenaje al conquistador Juan de Garay, nacido en la provincia vasca de Vizcaya, quien reconstruyó Buenos Aires en 1.580, y otro en memoria del prócer de la independencia argentina General José de San Martín.

Finalmente mantendrá un almuerzo de despedida con la colectividad vasco argentina.EFE

ac/jmi/hm

11/04/15-39/97

12-12

9714608

Nº DOCUMENTO 9714609
TITULO De la Rúa es el candidato de la (UCR) para Alfonsín -
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 11-11-97
VINCULACIONES 66960
11164
11304
10052

DP9743

R POXBT IY 00463
mun exg ICX

ARGENTINA-OPOSICION
ALFONSIN PROPONE A DE LA RUA COMO PRESIDENTE PARTIDO RADICAL

Buenos Aires, 11 nov (EFE).- El alcalde de Buenos Aires, Fernando de la Rúa, es el candidato del ex jefe del Estado Raúl Alfonsín para presidir la centenaria Unión Cívica Radial (UCR).

El ex presidente argentino propuso ayer a De la Rúa como máximo dirigente radical en un gesto que los analistas interpretan hoy como un mensaje político hacia la alianza que forma con el FREPASO.

Los 102 delegados del Comité de la UCR renovarán su presidencia el 5 de diciembre próximo y Alfonsín postuló a De la Rúa como "prenda de unidad" del partido, presidido por Rodolfo Terragno, uno de los gestores de la alianza opositora que el 26 de octubre pasado ganó las elecciones legislativas.

Según Alfonsín, De la Rúa "reúne las condiciones para lograr un partido unido, con todos conformes, donde no haya negativas irreductibles".

El alcalde porteño, que nunca ha perdido una elección como postulante a un cargo, es uno de los políticos más prestigiosos de Argentina y candidato potencial de la UCR y la alianza para las presidenciales de 1999.

Se suman a la lista de precandidatos presidenciales Terragno y Alfonsín, quien la semana pasada dijo que podría "hacer un esfuerzo" si es necesaria su postulación.

En cuanto a la presidencia del partido, también son candidatos el gobernador de la provincia del Chaco, Angel Rozas, y los senadores Leopoldo Moreau y Antonio Berhongaray.

Alfonsín dijo que en una reunión que mantuvo con el alcalde analizaron "la posibilidad de seguir adelante, profundizando y extendiendo la Alianza e seguramente ha de triunfar en las elecciones de 1999, y hay que profundizar las medidas que proponemos para preparar una plataforma para ser gobierno de la Nación".

Terragno, que aprueba la posibilidad de que De la Rúa encabece el partido, dijo que hace poco tiempo coincidió con Alfonsín en que "la UCR no debía aparecer como una fuerza con convicción aliancista y mensaje renovador pero replegada sobre sí misma" y afirmó que "eso podía dañar al partido y a la Alianza y, entonces, había que buscar una instancia superadora".

El lider del FREPASO, Carlos Alvarez, dijo que ve con "buenos ojos" la posibilidad de que De la Rúa presida el partido radical debido a que lo considera "un hombre consustanciado con el proyecto de la Alianza".

"Queremos ser cuidadosos y respetuosos con las decisiones de ese partido, pero nos parece que es buena la candidatura de De la Rúa a presidir la UCR", añadió.

No obstante, Alvarez aclaró que el movimiento que se espera en la dirección del radicalismo no puede tomarse como preanuncio de una lucha anticipada por la candidatura de la Alianza a la presidencia.

"Hay un compromiso de no adelantar la discusión de las candidaturas a presidente porque lo que la gente nos está pidiendo es que instalemos en el Congreso los temas que planteamos en la campaña para las elecciones legislativas", señaló. EFE

01-01

9714609

DOCUMENTO 9714610
TITULO Di Tella de visita en Malvinas -
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 13-11-97
VINCULACIONES 66960
11164
11302
11393
12756

FB2908
U FOXBT 11-13 00251
mun exg icx

ARGENTINA-REINO UNIDO
CANCILLER ARGENTINO, A LAS MALVINAS CON PASAPORTE EXTRANJERO

Buenos Aires, 12 nov (EFE).- El ministro argentino de Relaciones Exteriores, Guido Di Tella, admitió hoy que planea viajar a las Islas Malvinas, bajo dominio del Reino Unido, con un pasaporte extranjero.

Di Tella dijo que no cree que el Consejo Legislativo de las Islas Malvinas se oponga a su visita, que aún no tiene fecha, y comentó que la utilización de un pasaporte emitido en el extranjero hace innesaria una autorización especial para su ingreso a los archipiélagos del Atlántico Sur.

El canciller, quien mantuvo la incógnita en torno al país que le extendió el pasaporte "no argentino", señaló que su objetivo en el viaje será el de "romper los mitos" que hacen que los habitantes de las Malvinas sigan desconfiando de sus compatriotas.

En un diálogo con periodistas, Di Tella fue consultado acerca de si pretende ir a las Malvinas como ciudadano común o como miembro del Gobierno.

"Iré como ser humano que tiene varias características, entre ellas la de ser ministro", respondió.

Argentina y Gran Bretaña se enfrentaron en una guerra en 1982 por la soberanía de las Islas Malvinas, y las tropas suramericanas se rindieron tras 74 días de combates por aire, tierra y mar que dejaron un resultado de un millar de muertos.

A partir de 1991, cuando los vínculos diplomáticos entre ambos países se habían reanudado, Di Tella puso en marcha una política a la que denominó "de seducción" para ganar la confianza de los isleños, quienes prefieren mantener su condición de súbditos británicos. EFE
mf/ib/nd

11/13/00-27/97

Di Tella quiere visitar las Malvinas

Buenos Aires, agencias

El canciller argentino, Guido Di Tella, anunció esta semana que obtendrá pasaporte de un tercer país para poder visitar las islas Malvinas, disputadas con Gran Bretaña, y generó una controversia en la que su iniciativa fue tildada de "estrafalaria" y "extravagante".

Di Tella reiteró este viernes la idea en diversas declaraciones a la prensa y se negó a identificar al país que le otorgaría el pasaporte, pero explicó que el viaje busca establecer "medidas destinadas a establecer confianza" con los isleños.

Los malvinenses, súbditos británicos, prohibieron el ingreso a su territorio por parte de los ciudadanos con documento de identidad argentino desde que terminó en junio de 1982 la guerra entre Argentina y Gran Bretaña por el control de las islas.

Una hija de Di Tella viajó recientemente a Malvinas, en el Atlántico sur, con pasaporte suizo.

"Tengo que pensar en alternativas para disminuir el nivel de hostilidad", señaló el canciller este viernes.

La intención de Di Tella no parece contar con buena predisposición de los isleños y así se encargó de expresarlo Mike Summers, integrante del Consejo Legislativo isleño, al diario bonaerense La Nación.

Di Tella anuncio que obtendra pasaporte de un tercer pais para ir a Malvinas

Según Summers, "el gobierno de las islas tiene la atribución de impedir su ingreso. No puedo adelantar mi posición porque aún no lo discutí con mis colegas, pero algo puede deducir usted de lo que le dije antes".

Respecto del propósito de Di Tella de viajar con un pasaporte no argentino, comentó que "ése es su problema, pero insisto con que no sería una decisión sabia de su parte".

Entretanto, el canciller del ex presidente Raúl Alfonsín (1983/1989), Dante Caputo, la definió como "una iniciativa estrafalaria y es grave porque implica aceptar el dominio británico sobre las islas".

Caputo agregó que "Di Tella estaría generando un antecedente de la mayor gravedad. El viaje tiene objetivos poco claros y es casi escandaloso, porque sus costos sí son claros".

De su lado, el embajador Lucio García del Solar, retirado de la actividad diplomática y actual asesor de la oposición socialdemócrata, dijo que le "parece extravagante que el canciller se invite a sí mismo a pisar territorio en disputa, mientras que los británicos se niegan a reanudar las negociaciones de soberanía interrumpidas desde 1982".

El "canciller en las sombras de la oposición", Carlos Pérez Llana, sostuvo que con su visita a las Malvinas Di Tella "insistiría con su error de transformar a los isleños en interlocutores" y "el segundo error es pretender utilizar un pasaporte de otro país, que un canciller de la Argentina no lo puede hacer; eso es poco serio".

Nº DOCUMENTO 9714611
TITULO Reaccion de la oposicion hacia peticion de Roque Fernandez
PROCE... CLARIN 150024
FECH... 14/11
VINC... 66960
11164
11302
11161

DOC. OSCURO

CL 14/11

REACCION DE LA OPOSICION

La Alianza asegura que no le dará carta blanca a Roque

En tono duro y unánime los principales dirigentes de la Alianza rechazaron el reclamo del Gobierno de obtener superpoderes fiscales • Se oponen a conceder facultades especiales y sin contralor del Parlamento

La Alianza UCR-Frepaso anticipó ayer su total rechazo a la posibilidad de que el Congreso le otorgue poderes especiales al ministro de Economía, Roque Fernández, para modificar impuestos sin someter cada cambio al tratamiento parlamentario.

"De ninguna manera vamos a estar en estas cosas", sostuvo Raúl Alfonsín al referirse a la posibilidad de otorgar a Economía **poderes extraordinarios** como, por ejemplo, aumentar los impuestos internos, ganancia y la alícuota del IVA.

Los cinco miembros que integran la conducción de la Alianza se reunieron ayer en uno de los salones del quinto piso del anexo del Senado. A lo largo de las tres horas que duró el encuentro, Alfonsín, Terragno, Chacho Alvarez, Fernando de la Rúa y Graciela Fernández Meijide hablaron de cuestiones internas a la coalición, pero no pudieron dejar de referirse a la polémica iniciativa del oficialismo.

Por eso, si bien la reunión había sido convocada para discutir temas internos (ver **La agenda...**) no estuvieron ausentes los conflictivos superpoderes solicitados por Economía, ni los cuestionamientos que la oposición hizo al Presupuesto nacional.

"Los superpoderes son inconstitucionales", sostuvo el jefe de la UCR, Rodolfo Terragno, quien hizo de vocero al término de la reunión.

En Bariloche

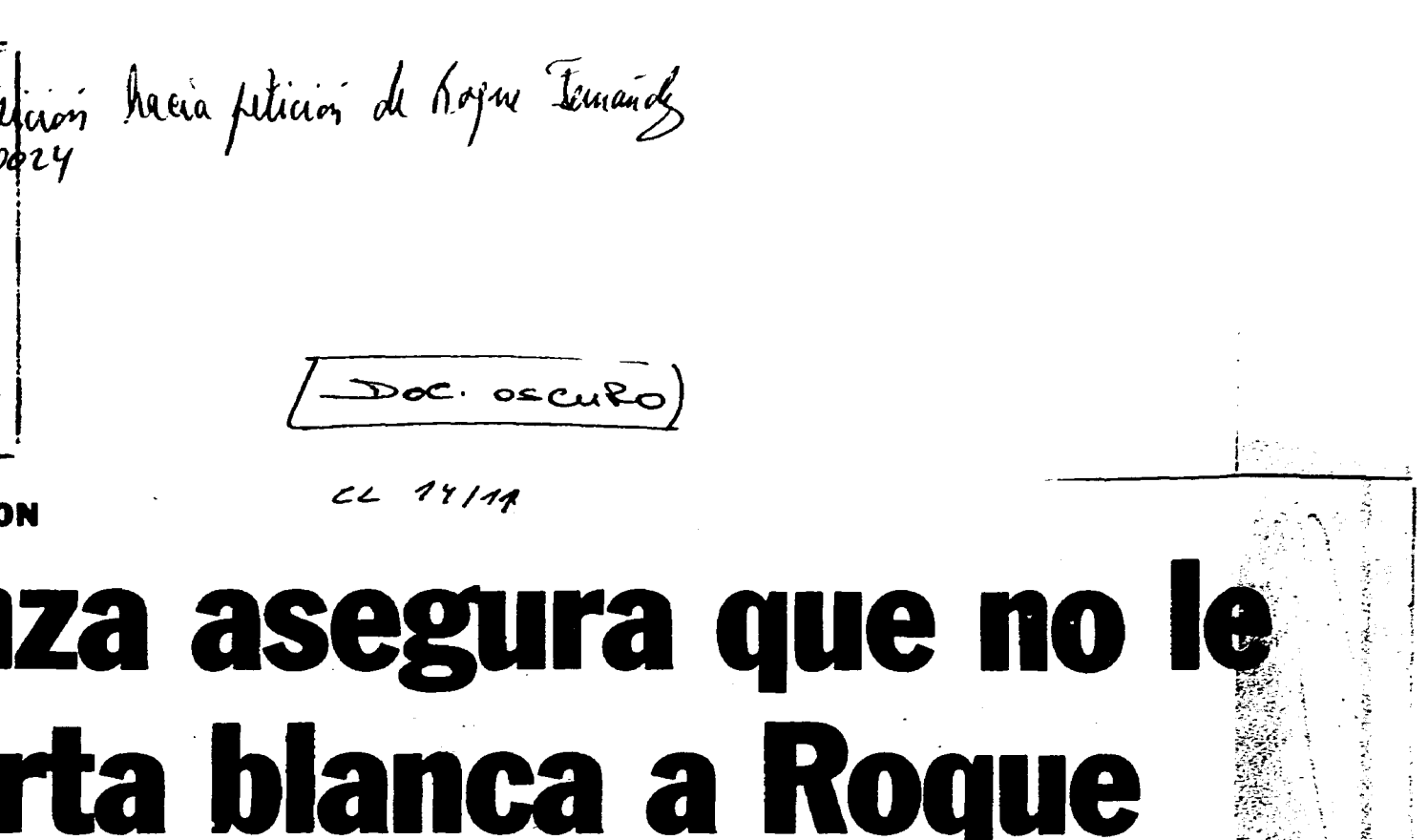
La mecha de la discordia se había encendido una horas antes en Bariloche donde funcionarios y dirigentes de la oposición coincidieron al asistir al coloquio de IDEA, un foro anual de debate político-económico del empresariado nacional.

En la inauguración formal, el discurso del ministro de Economía, lanzó munición gruesa sobre la Alianza cuando le reclamó "no mentir por razones tácticas".

Ese tono admonitorio, sumado a la noticia de que Economía buscaba obtener amplios poderes en el terreno impositivo, tomó por sorpresa a propios y extraños y caldeó aun más la reacción opositora.

"Con esos superpoderes van a terminar aumentando impuestos indiscriminadamente", dijo Graciela Fernández Meijide, diputada electa por la provincia de Buenos Aires, antes de tomar el vuelo de regreso a Buenos Aires.

PABLO AÑEL



CABECERA. La cúpula de la Alianza, reunida en un salón del Senado, se opuso ayer con dureza al pedido de

La senadora fue la última de los integrantes de la Alianza que participaron del 33 Coloquio de IDEA en tomar partido ante la iniciativa del Poder Ejecutivo.

La noche anterior, tanto Chacho Alvarez como los radicales Rodolfo Terragno y Jesús Rodríguez ya habían anticipado su rechazo.

"Es una locura pretender una medida de esta naturaleza, por parte de un gobierno que nos llevó a este estado de indefensión frente al mundo", dijo Terragno. "Argentina paga las consecuencias de una devaluación en México o en Tailandia, o de las crisis en Hong Kong y en Brasil. Chile, sin ir más lejos, no se ha visto afectada por estos movimientos", agregó el presidente saliente de la UCR.

Jesús Rodríguez y Chacho Alvarez también dijeron no. "El Congreso es el único que tiene poder para subir o bajar impuestos", afirmó Rodríguez, quien integra la Comisión de Presupuesto de la Cámara baja, donde ayer el oficialismo sacó su despacho para el Presupuesto 1998.

El dictamen fue aprobado con el voto favorable del justicialismo, que impuso su mayoría, en tanto que radicales y frepasistas firmaron en disidencia total, rechazando varias de las medidas de corte fiscal.

Así, Chacho Alvarez calificó la iniciativa de los superpoderes del Ejecutivo con un solo y tajante término: **"anticonstitucional"**.

Pero quien dio la nota y resultó más terminante fue Fernandez Meijide. El miércoles por la noche, minutos después de abandonar el salón donde Roque Fernández pronunciaba su discurso, la diputada electa **se había negado a pronunciarse sobre la cuestión.**

Pero ayer por la mañana, mientras compartía un desayuno con **Clarín**, se despachó *sin cortapisas*: **"No es posible que la crisis de otros países pegue siempre en la Argentina. Fernández está agitando este fantasma para que le otorguen superpoderes, pero la realidad es que no sabe cómo tapar el agujero fiscal que tiene, pese a todos los atributos de su recaudador de impuestos"**, sentenció en referencia al administrador de Ingresos Públicos, Carlos Silvani. □

INFORMES DE **MARIANA GARCIA, ALEJANDRA GALLO Y LUIS CERIOTTO**

01-01

9714611

DOCUMENTO 9714612
TITULO Menem enviará tropas al Golfo si se lo pide la ONU
PROCEDENCIA CLARIN. 150624-
FECHA DE PROCEDENCIA 17/01/97.
VINCULACIONES 66960
ONU
65890
507596
11164-11399

Doc. oscuro

CONFLICTO ENTRE EE.UU. E IRAK

Golfo: moderación de Menem

El Presidente dijo que enviará tropas al Golfo si lo pide la ONU • Así tomó distancia de un eventual ataque unilateral de EE.UU. • Lo hizo luego que el secretario de Defensa de EE.UU. hablara con Domínguez

DANIEL SANTORO

El presidente Carlos Menem fijó ayer la posición del Gobierno frente a la crisis del golfo Pérsico, al decir que la Argentina enviará tropas "con toda seguridad" a una eventual guerra entre EE.UU. e Irak "si las Naciones Unidas lo solicitan".

De esta forma Menem tomó distancia, por ahora, de una hipotética acción unilateral de Washington contra Bagdag por la expulsión de Irak de los inspectores estadounidenses que controlaban el desmantelamiento de armas de destrucción masiva iraquíes (ver páginas 28 hasta 31).

Menem tomó esa posición horas después que el secretario de Defensa de los EE.UU., William Kohen, mantuviera [illegible] una conversación telefónica con el ministro de Defensa, Jorge Domínguez, para informarlo sobre la crisis [illegible] del golfo Pérsico.

Voceros de Defensa y de la Cancillería

01-02

9714612

negaron a Clarín que Kohen le hubiera pedido a Domínguez apoyo político o lo hubiera sondeado sobre una eventual participación argentina simbólica en una fuerza multinacional contra Irak como la que lideró EE.UU. en 1991 cuando Saddam Hussein invadió Kuwait. Ese año, el Gobierno había roto con la tradicional neutralidad argentina y mandado dos buques de la Armada a la guerra contra Irak sin autorización del Congreso porque, había argumentado en ese momento, las naves sólo iban a controlar el bloqueo naval contra Bagdag.

Como en 1997 el escenario es otro, según la versión oficial, Kohen únicamente solicitó el viernes que la Argentina **"continúe impulsando una solución diplomática"** al conflicto, a pesar de que nuestro país es un flamante aliado extra OTAN de los EE.UU.

Domínguez, que se encuentra en Nueva York participando de reuniones por la organización de una fuerza de despliegue rápido de la ONU, dijo que el Gobierno también quiere una salida diplomática y que se **"acaten las resoluciones de la ONU"**. Esto es que Irak permita el reingreso de los inspectores y no derribe ningún avión espía de EE.UU, lo que precipitaría la resolución de la crisis.

Domínguez también agradeció la "constante información" sobre la crisis que EE.UU. envía al embajador argentino ante la ONU, Fernando Petrella. Este gesto se debe a que la Argentina, además de haber

> **El Gobierno, por ahora, apuesta a una solución diplomática de la crisis entre EE.UU. e Irak**

participado de la guerra del Golfo de 1991, mantiene 50 ingenieros militares en Kuwait en la frontera con Irak, participa de la comisión de sanciones con ese país árabe y de la resolución 986, que autorizó el canje de petróleo iraquí por alimentos, aunque actualmente no es miembro no permanente del Consejo de Seguridad.

La posición moderada de Menem y Domínguez se debe a que ahora, al contrario de 1991, el Consejo de Seguridad de la ONU no autorizó a EE.UU. a utilizar la fuerza, y Washington sólo cuenta con el apoyo de Gran Bretaña. Esa moderación tampoco sería ajena al hecho de que esta semana Menem, acompañado por el vicecanciller Andrés Cisneros, recibirá al canciller de Rusia, Evgueny Primakon, quien se opone al uso de la fuerza contra Irak.

Pero también es cierto que a Washington por ahora sólo le interesa la posición de Europa occidental, Rusia y de los países árabes. Por eso, por ejemplo, Bill Clinton no comenzó a solicitar personalmente apoyo a sus aliados, como sí hizo George Bush en 1991, y, por lo tanto, Menem no fue sometido aún a la incómoda situación que significaría decirle no al presidente del país con el cual se ha alineado en el escenario internacional. □

02-02

9714612

DOCUMENTO 971613
TITULO Recortan el poder de Roque Fernández
PROCEDENCIA LA NACION 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 17/11/97.
VINCULACIONES 66960
11164
11302
11761

DOC. OSCURO

Recortan el poder de Roque Fernández

Diputados del PJ le restan facultades en favor de la Jefatura de Gabinete

Por medio de dos dictámenes de la Comisión de Presupuesto de la Cámara baja, diputados del justicialismo recortan facultades al ministro de Economía, en favor de otras áreas, principalmente de la Jefatura de Gabinete.

Uno de los despachos, que fueron aprobados sólo con el voto oficialista, responde a un pedido expreso del Poder Ejecutivo.

El dictamen sobre el presupuesto para 1998, que la oposición firmó en disidencia total y que será debatido en el recinto el 26 del actual, no modificó sustancialmente los números que había enviado al Congreso el Ejecutivo. Sin embargo, la alegría que le aseguró a Roque Fernández esa noticia no se la otorgó el resto de la lectura del proyecto retocado por los diputados del PJ.

La posibilidad, luego descartada, de otorgarle "superpoderes" a Fernández en materia de política impositiva no sólo generó malestar en el Congreso, sino que llevó a los legisladores oficialistas, mediante el dictamen de presupuesto, a restarle poder, especialmente en lo relacionado a áreas que el ministro había cuestionado.

A la Secretaría de las Pyme, que conduce Ana Kessler, y cuya creación fue resistida por Fernández, se le otorgará, según el dictamen en cuestión, un servicio administrativo y financiero propio. El jefe de Hacienda creyó hasta último momento que esa nueva dependencia iba a funcionar bajo su órbita.

Pensiones graciables y topes

A su vez, los legisladores oficialistas se tomaron un rounsi aparte con Fernández y se autoconfirieron la libertad para seguir otorgando pensiones graciables. También se le quitó al Palacio de Hacienda la posibilidad de poner un techo de $ 2500 a las jubilaciones y se le otorgó a la Jefatura de Gabinete la facultad de reducir gastos de personal estatal en el 15 por ciento.

Pero no sólo el proyecto de presupuesto le concede atribuciones a otras áreas como la Jefatura de Gabinete. Una iniciativa que envió el Ejecutivo, que también tiene dictamen favorable del PJ, le otorga a Jorge Rodríguez, entre otras, la facultad de realizar una reestructuración de partidas presupuestarias y de reasignar gastos sin tener en cuenta el destino específico. Pág. 6

01-02

971613

Recortan facultades a Fernández

Si bien los diputados del PJ no modificaron los grandes números del presupuesto '98, introdujeron cambios significativos

El ministro de Economía, Roque Fernández, pudo darse por contento de que la mayoría del justicialismo y sus aliados le hayan dado dictamen favorable en la Comisión de Presupuesto y Hacienda de la Cámara baja al proyecto de ingresos y gastos para el año próximo.

Fernández no quería variaciones en el nivel de gastos, ingresos y déficit como los que le hicieron padecer el año último, y se lo concedieron, pero a cambio los diputados introdujeron numerosas modificaciones que no estaban en los cálculos del Palacio de Hacienda.

La mayoría de esos cambios que realizaron los legisladores otorga mayores poderes a reparticiones como la Jefatura de Gabinete o la Secretaría de las Pyme, en detrimento de las facultades de la cartera económica.

Entre las principales variaciones pueden citarse las siguientes:

- Más poder para Ana Kessler en la Secretaría de la Pequeña y Mediana Empresa.

Fernández se resistió a la creación de esa dependencia, que quedó en manos de una funcionaria integrante del "ala política" del Gobierno.

Kessler tendrá, si no se modifica el dictamen en el recinto, un servicio administrativo y financiero propio, lo que le dará gran autonomía frente a los controles del Ministerio de Economía.

Además, Kessler dispondrá ahora una cuota de los certificados de desgravación impositiva que se conceden a las empresas que hacen cursos de capacitación.

Hasta ahora esos programas estaban sólo en manos de Educación, que ahora tendrá que compartirlos con la cartera de Trabajo.

- Nuevo esquema para financiar al organismo de control de las Aseguradoras de Riesgos del Trabajo (ART).

Hasta ahora el financiamiento surgía de una alícuota fijada para las empresas de la actividad aseguradora en general. La norma de 1980 establece claramente límites máximos.

Pero el dictamen cambia las cosas y permite que sea la propia Superintendencia la que fije por sí las alícuotas, lo cual restaría seguridad jurídica.

- Libertad a los legisladores para otorgar pensiones graciables.

El proyecto original decía que para conceder nuevos beneficios de este tipo debía anularse la misma cantidad de los anteriores, pero los diputados de la comisión borraron la limitación de un plumazo. También incluyeron la prórroga por 10 años de las que venzan el año próximo.

- Poderes para el jefe de Gabinete de aumentar la deuda pública tanto como sea necesario para pagar IVA y derechos aduaneros de los equipos que se importen para radarizar los aeropuertos. No se fija un límite máximo.

- Nueva prórroga del cierre definitivo de las empresas en liquidación que quedaron después de las privatizaciones.

Se faculta a Jorge Rodríguez a ampliar los plazos, sin poner un límite, por lo que puede hacerlo indefinidamente.

Desde hace dos años se promete que con el cese de estos sectores de la administración se harán importantes ahorros.

- Incremento de poco más de $ 2.000.000 en las partidas de becas a estudiantes que maneja el Congreso y de subsidios a fundaciones.

Jubilaciones sin techo

- Eliminación del techo de las jubilaciones. El proyecto de los diputados del PJ suprime el artículo 49, que contemplaba un tope de $ 2500 mensuales. Así, quienes cobran jubilaciones de privilegio, entre otros, no verán afectados sus ingresos.

- Desaparición del artículo que permitía recomponer los sueldos de la administración, incluidos los de los funcionarios.

- Reducción de gastos en personal. Se faculta al jefe de Gabinete a rebajar hasta el 15 por ciento (aproximadamente $ 180 millones) las erogaciones por personal estatal temporario (por caso, disminución de contrataciones) y por servicios técnicos profesionales.

- Gastos reservados. La cifra de $ 260 millones para gastos reservados de la SIDE y de otros organismos del Poder Ejecutivo será la misma que la del presente año (de esta manera los anuncios oficiales que prometían reducir estas partidas quedaron en una simple intención política).

- Jubilados y docentes. No se contempla un aumento para estos sectores en el proyecto de presupuesto para el próximo año.

No obstante, el ministro de Economía había expresado durante su visita al Congreso que el aumento a un sector minoritario de jubilados, que el presidente Carlos Menem había anunciado antes de los comicios realizados el mes último, surgiría de una reasignación de partidas del Ministerio de Trabajo.

Menem y Fernández

Jorge Oviedo

Piden más poder para el jefe de Gabinete

Los diputados justicialistas están dispuestos a otorgarle nuevos superpoderes al jefe de Gabinete, Jorge Rodríguez, para manejar la partida del presupuesto de 1998.

Por medio de un dictamen, aprobado por los justicialistas de la Comisión de Presupuesto de la Cámara baja (separado del referido al presupuesto 1998), se intentará darle facultades al jefe de Gabinete para realizar reestructuraciones en las partidas presupuestarias de distintas dependencias oficiales, a la vez que se le permitirá reasignar gastos sin tener en cuenta su destino específico.

La iniciativa, que fue presentada sigilosamente por el Poder Ejecutivo el jueves último y que el PJ aprobó en comisión sin previo debate, le permitirá a Rodríguez reestructurar partidas presupuestarias "al solo efecto de posibilitar la atención de necesidades de ineludible cumplimiento".

A su vez, el artículo tercero de dicho proyecto de ley autoriza al jefe de Gabinete a "introducir ampliaciones en los créditos presupuestarios vigentes y a establecer su distribución en la medida en que éstas sean financiadas con incrementos en los recursos con afectación específica o propios".

La iniciativa del PE, que ya tiene dictamen y que el justicialismo llevará al recinto de la Cámara baja el 26 del corriente, incluye el otorgamiento de facultades al jefe de Gabinete para realizar en lo que resta de 1997 operaciones de crédito público adicionales correspondientes a la administración central por un valor de hasta $ 2000 millones.

Es decir que este proyecto le permitiría al Gobierno salir a tomar dinero destinado al pago de la deuda externa para contar con una cuenta indisponible.

También el texto oficial le permitiría al Poder Ejecutivo realizar transacciones financieras mediante mesas de dinero para operar financieramente en la compra y venta de bonos, acciones y pases de monedas.

Justificación y críticas

El titular de la Comisión de Presupuesto, Oscar Lamberto (PJ), justificó el otorgamiento de facultades al jefe de Gabinete para realizar reestructuraciones de partidas presupuestarias, al sostener ante LA NACION: "Esto es normal y no es nuevo". Y añadió que ese poder se le viene otorgando al Poder Ejecutivo durante los últimos dos presupuestos nacionales.

Desde el Frepaso, el diputado José Vitar expresó que darle semejantes facultades al jefe de Gabinete es "una aberración jurídica y una violación total a la Constitución Nacional".

Vitar también adelantó que en el recinto su bancada se opondrá de "manera tajante" a la iniciativa oficial.

Mientras tanto, Jesús Rodríguez (UCR) destacó que el proyecto del justicialismo "es la mejor forma de evitar el control del Parlamento sobre el manejo de las partidas presupuestarias".

Antecedentes

Los nuevos poderes que se le quieren otorgar al jefe de Gabinete se suman a los que ya estaban incluidos en el proyecto para el presupuesto 1998, que también tiene dictamen del PJ, con disidencia total de la oposición, como se informa por separado en esta página.

Allí se autoriza al jefe de Gabinete a incrementar el gasto público total e incluso el déficit fiscal para evitar atrasos en el pago mínimo de coparticipación garantizada a las provincias.

También el presupuesto 1998 permitirá cambiar gastos de una jurisdicción a otra o reducir inversiones para aumentar gastos burocráticos, si quiere reformular los programas sociales. Estas modificaciones estaban reservadas hasta ahora al Congreso.

02-02

9714613

97 14614
Para enfrentar a la Alianza el PJ busca los partidos provinciales.
PROCEDENCIA CLARIN.
FECHA DE PROCEDENCIA 17/11/97.
VINCULACIONES 66860
11164
11302
11304
11852

DOC. OSCURO

PARA ENFRENTAR A LA ALIANZA

El PJ busca sumar a los partidos provinciales

Tras los comicios, el oficialismo perdió 13 bancas • Y quiere recuperarlas con los legisladores de Tucumán, Neuquén, Corrientes y Tierra del Fuego • La Alianza también arma sus acuerdos

ATILIO BLETA

LEO VACA/Archivo

EN MARCHA. Corach y Matzkin buscan diputados del interior para sumar bancas.

El gobierno nacional ya puso en marcha una tarea de seducción a las provincias de Tucumán, Neuquén, Corrientes y Tierra del Fuego que son administradas por partidos provinciales.

El interés oficial por tener aceitada una buena relación con estos gobiernos se pondrá de manifiesto, si es posible esta misma semana, mediante una reunión convocada por el ministro del Interior, Carlos Corach. Detrás de los gestos de buena voluntad que seguramente se producirán se encuentra la necesidad de contar con los legisladores de esas provincias para hacer frente al nuevo escenario que se creará en el Congreso tras los resultados del 26 de octubre.

El PJ perdió 13 diputados en la última elección y pasará a tener un bloque de 119 legisladores en la Cámara baja. Por este motivo es que el oficialismo necesita contar con el respaldo de, por lo menos, diez diputados provinciales para no sufrir sobresaltos en el Congreso y así poder neutralizar la embestida opositora de la Alianza.

> A los 119 diputados que tendrá el 10 de diciembre, el PJ necesita sumarle otros diez para dar batalla

Ya antes del 26 de octubre el presidente Carlos Menem había dado instrucciones de reforzar relaciones con los gobiernos provinciales. Carlos Corach se encargó de llevar adelante esta directiva y para concretarla colocó como ladero suyo en el ministerio al pampeano ex jefe del bloque del PJ, Jorge Matzkin, flamante viceministro.

A Matzkin, que todavía no aprendió a tocar los timbres de su despacho, le tocó, el jueves, comenzar la tarea de seducción con el gobernador de Corrientes, Raúl "Tato" Romero Feris.

El Partido Nuevo del Tato ganó en Corrientes y obtuvo dos diputados nacionales. En la Rosada esperan que esos legisladores se conviertan en aliados del PJ que ayuden a prestar el quórum y que, en lo posible, voten en sintonía con el oficialismo.

La misma expectativa tienen en el Gobierno con los dos diputados nacionales que responden al gobernador de Tucumán, Antonio Bussi (estuvo el jueves de tarde en la Rosada), los dos diputados del Movimiento Popular Neuquino y los dos del Movimiento Popular Fueguino.

En realidad, el Gobierno ha contado en los últimos años, sobre todo en el período del 91 al 93 (cuando el bloque de diputados del PJ tenía 112 diputados) con el apoyo de los bloques provinciales que votaron junto al oficialismo las leyes más resistidas por la oposición como la privatización de YPF, y de Gas del Estado.

Pero sobre todo durante este último año, el oficialismo tuvo dificultades con los bloques provinciales y como, además, había diferencias en sus propias filas, debió penar para sacar algunas iniciativas (por ejemplo la privatización del Banco Hipotecario) y otras que, como la reforma laboral, aún aguardan turno.

En el Gobierno sospechan que la alianza de la UCR y el Frepaso intentará también ganarse la adhesión de diputados provinciales para obligar al oficialismo a atender sus reclamos. En este sentido los funcionarios de la Rosada suponen que los tres diputados del Partido Renovador de Salta, los dos Demócratas, de Mendoza, el bloquista de San Juan, los dos diputados de la Democracia Progresista y los dos del liberalismo correntino pueden resultar atraídos por las propuestas de la Alianza.

Ante esta situación es que desde el Ministerio del Interior se acentuó la tarea de seducción con los cuatro gobiernos de partidos provinciales y con los otros aliados naturales con los que cuenta el oficialismo en la Cámara baja.

Alvaro Alsogaray encabeza la lista de los aliados más firmes. Luego le siguen Amanda Isequilla, del Movimiento Provincial de San Luis y los bordonistas Marita Goñi, Juan Carlos Olima y Lorenzo Domínguez.

Si a los 119 diputados que tendrá el PJ el 10 de diciembre se suman los 8 diputados que responden a los partidos provinciales y los 5 aliados naturales, el oficialismo tendrá a su favor 132 votos, tres más de los necesarios para ganar cualquier votación en la Cámara.

Pero el ministro Corach y Matzkin, quien estuvo 14 años sentado en una banca, saben que resulta prácticamente imposible conseguir sentar a todos los diputados al mismo tiempo. Ocurre que algunos se enferman, otros están de viaje y nunca faltan los que deben quedarse en sus provincias para resolver disputas de pago chico. Por ello Matzkin y Corach se encargarán de negociar con la jujeña Cristina Guzmán, el autonomista correntino Felipe Adaime y le presentarán batalla a la Alianza para ganar la voluntad de otros legisladores que aparecen más cerca de la Alianza. □

Las tareas de Jorge Matzkin

Carlos Corach, con el visto bueno del presidente Menem, le encomendó a su segundo en el Ministerio del Interior, Jorge Matzkin, que se encargue de atender en forma prioritaria la relación política con el Congreso y, sobre todo, hacer explícito un fuerte respaldo al bloque de diputados del PJ.

Es que en la bancada oficialista anidan varias capillas que se hicieron fuertes este último año complicando la actividad del bloque. Además el bloque recibió en estos meses presiones de varios ministerios que irritaron a los legisladores.

Por ello, Interior busca hacer buena letra ente el bloque de diputados para evitar que las disputas internas traben su funcionamiento.

El primer objetivo es conseguir que antes de la renovación parlamentaria, se apruebe el Presupuesto del 97 y la prórroga por dos años del impuesto a las ganancias.

Una agenda parlamentaria para debatir contra reloj

La comisión bicameral interbloque del peronismo tiene previsto definir hoy el temario de las leyes que el Congreso debatirá en lo que resta del período ordinario de sesiones que caduca el 30 de noviembre.

Voceros del oficialismo definieron como prioritarios el proyecto de Presupuesto para la administración Pública 1998 y la prórroga a la vigencia del impuesto a las ganancias que vence el 31 de diciembre.

También se encuentra pendiente de tratamiento el proyecto sobre reestructuración de las Fuerzas Armadas, un texto consensuado por radicales y peronistas en la Cámara de Diputados y el financiamiento estatal para los partidos políticos en el Senado.

Durante el encuentro que se realizará en el despacho del presidente de la bancada oficialista en diputados, Humberto Roggero, los legisladores analizarán la estrategia parlamentaria interna y los contactos con la oposición.

Los proyectos de la agenda serán seleccionados de "siete menúes" según dijo el titular del justicialismo en el Senado, Augusto Alasino.

El listado incluye finanzas públicas, área institucional, protección social, trabajo y producción, legislación general, medio ambiente y relaciones exteriores.

La bancada peronista en la Cámara alta fijó como prioridades el proyecto de Cultura, de Recurso de Amparo, el aumento de las penas por delitos culposos y el mecanismo de funcionamiento para los entes reguladores de servicios público.

Tradicionalmente en esta época en el Parlamento sobran temas y falta tiempo.

971 1614

Nº DOCUMENTO 9714615
TITULO Los nombres de la comisión de la reforma laboral
PROCEDENCIA = CLARIN - 15002ª
FECHA 17/11/97
VINCULADO 66960
11164
11302

Integraron la comisión de la reforma laboral

Constitución: son nueve miembros, entre los que figuran legisladores del PJ, empresarios, sindicalistas y funcionarios del Gobierno.

Una comisión de nueve miembros integrada por legisladores del PJ, gremialistas y representantes del Ejecutivo acordaron ayer la metodología de trabajo que utilizarán en los próximos diez días para redactar un proyecto de ley de modernización laboral.

La idea de los hombres del oficialismo es elaborar un texto que respete el espíritu del acta acuerdo firmada entre el Gobierno y la CGT, en mayo último, que luego entregarán al presidente Carlos Menem cuando regrese de su gira por México y Europa.

Este fue el compromiso que anteayer sellaron legisladores del oficialismo, sindicalistas y funcionarios, en una reunión en la sede del gremio de UPCN, para que el primer mandatario retire de la Corte Suprema de Justicia los decretos de flexibilización que tanto atemorizan a la CGT por la dureza de las medidas que proponen. En rigor, porque les quitan a los gremios el poder de negociación con la patronal y el manejo de las obras sociales.

En el mismo encuentro, las partes designaron a una comisión redactora que fue la que ayer hizo su debut en un despacho de la Cámara de Senadores.

Esta está integrada por el viceministro del Interior, Jorge Matzkin; el presidente de la bancada justicialista, el senador Augusto Alasino (PJ-Entre Ríos); los senadores Máximo Tell (PJ-Jujuy), y Julio Miranda (PJ-Tucumán); los diputados justicialistas Oraldo Britos, Alfredo Atanasof y José Luis Castillo, y los sindicalistas Rodolfo Daer, titular de la CGT, y Saúl Ubaldini.

En tanto, los empresarios se negaron a participar de la ronda de conversaciones.

Acercamientos

Para comenzar a acercar posiciones, ayer por la tarde se reunieron los asesores del Congreso con los técnicos de los ministerios de Trabajo y del Interior. La comisión tripartita, en tanto, seguirá avanzando hoy con el texto, a partir de las 17, en el despacho de Alasino.

El objetivo es fusionar los distintos borradores de flexibilización laboral que se encuentran en el Senado y amoldarlos lo más posible al acta Gobierno-CGT.

Habría que recordar que la discusión sobre la reforma laboral se trabó en la Cámara alta cuando, en septiembre último, el justicialismo bosquejó una iniciativa que le otorgaba a la CGT beneficios "extras". El Gobierno puso entonces el grito en el cielo y los senadores, conscientes de lo que habían hecho, postergaron el debate para después de las elecciones.

Pasado el mal trago electoral, el presidente Menem volvió a insistir con un cambio en las condiciones de trabajo.

Por eso, ahora los hombres del Parlamento tienen que dar señales de que están estudiando el tema. Por un lado, para desterrar la amenaza de los decretos y, por el otro, porque sienten sobre sus espaldas la presión del Fondo Monetario Internacional (FMI), que considera a este tema como una de las grandes deudas de la Argentina.

01-01

9714615

DOCUMENTO 9714616
TITULO La alianza en el exterior - se afianza
PROCEDENCIA CLARIN 150024
FECHA DE PROCEDENCIA 19/11/97.
VINCULACIONES 66960
11164
11304

DOC. OSCURO

Con una agenda apretada, la Alianza se afianza en el exterior

Fernández Meijide se reunió con la comunidad judía: se habló del caso AMIA

Por Graciela Guadalupe
(Enviada especial)

NUEVA YORK.- La alianza UCR-Frepaso se rompió en los Estados Unidos, se partió en pedazos: unos pululan por Washington y otros por esta ciudad. Esa atomización, no obstante, no debe ser adjudicada a ninguna fractura política. Más bien se debe a la devoradora necesidad que expresa la coalición por hacerse conocer rápidamente en los principales centros mundiales de decisión, como la forma más efectiva de capitalizar el triunfo que obtuvo en las urnas en los comicios del 26 del mes último.

Sólo por esa razón es que aquí la Alianza funciona por partes. Cada dirigente se armó su propia agenda, por lo que no resulta extraño que sólo se crucen en los aeropuertos.

Ayer, Graciela Fernández Meijide se reunió en esta ciudad con representantes de la comunidad judía y de defensa de los derechos humanos y luego, anoche, dio una charla en la Universidad de Columbia, donde ante estudiantes y catedráticos afirmó que el presidente Carlos "Menem es el último caudillo plebeyo que hemos tenido en la Argentina".

En ese sentido, hizo referencia a una cultura del autoritarismo que, aseguró, la Alianza quiere cambiar.

Gente viajada

Rodolfo Terragno y José Luis Machinea también volaron hasta aquí (esta vez sin mayores sobresaltos) para concurrir a la segunda jornada del seminario organizado por la embajada argentina en Washington. En esa capital se quedó, en tanto, Adalberto Rodríguez Giavarini, funcionario del gobierno porteño, para seguir con sus contactos oficiales y privados. Todo esto sin olvidar que Fernando de la Rúa viajó a Alemania (de lo que se informa en la página 19).

Graciela Fernández Meijide

Mañana, Fernández Meijide volverá a Washington y, como el reverdecer de un trajín que se creía agotado con la culminación de la campaña electoral, hace apenas 24 días.

Que la atención periodística se concentre por estas horas más en Meijide que en sus pares de la Alianza tiene su correlato con el interés que su persona genera por estas tierras. Muchos quieren saber aquí cómo es que una mujer que se presenta como profesora de francés y firme activista por la defensa de los derechos humanos ha llegado a colocarse en un pie de igualdad con otros precandidatos presidenciables como el ex presidente Raúl Alfonsín o el jefe de gobierno porteño, entre quienes más conocen.

Ayer, durante el almuerzo y posterior intercambio de opiniones que Meijide compartió con The Jacob Blaustein Institute for The Advancement of Human Rights, entidad judía de defensa por los derechos humanos, la senadora y diputada electa sintió que pisaba en terreno conocido y se soltó más de lo que había podido hacerlo anteayer en el seminario organizado por el gobierno argentino, con el criticable objetivo de intentar mostrar hacia afuera que los adversarios políticos pueden compartir una tribuna sin disentir, como si el disenso no fortaleciera la democracia.

La senadora volvió a ser ayer la maestra de francés y directora de psicodrama (una profesión que le ha dado bastante background para el manejo de las relaciones humanas), pero, además y fundamentalmente, fue la madre de Pablo, el hijo desaparecido durante el último gobierno militar.

"Cuando ingresé en la APDH lo único que quería era encontrar a mi hijo. No tardé mucho en comprender la soledad en la que se encuentra cada individuo. Entendí que la única salida era unirse para trabajar solidariamente y creo que eso me acercó a la política", dijo al resumir la experiencia que sobre el punto relata en su libro "Derecho a la esperanza".

Y la sola mención de la política la devolvió al presente para opinar que en la Argentina de los 90 "se desprecia al Parlamento, se somete a la Justicia y hay quienes veneran a la corrupción".

Tuvo, como no lo había tenido un día antes durante el seminario "bipartidario" -así lo calificaron voceros del Gobierno-, un auditorio exigente que, como ella, comparte la preocupación por la defensa de los derechos humanos.

Le consultaron sobre la voladura de la AMIA y respondió que "si bien no es responsabilidad del Gobierno, un atentado de esa magnitud no se concreta sin el apoyo interno, de una red mafiosa de funcionarios, jueces, empresarios y policías viciados de impunidad", descripción que también le sirvió para referirse al crimen aún irresuelto de José Luis Cabezas.

Le preguntaron si la Alianza iba a reabrir las causas contra militares del proceso. Dijo que no, que "hay leyes que ya no lo permiten, fin de obediencia debida y de punto final", sancionadas durante el gobierno de su ahora aliado Raúl Alfonsín.

"Las nuevas madres"

Una nota a tres cuarto de página aparecida ayer en el prestigioso matutino The New York Times muestra a una nueva agrupación de madres que, como las de Plaza de Mayo (que se siguen reuniendo todos los jueves para reclamar por sus hijos desaparecidos), se autoconvocan semanalmente (los viernes) para pedir justicia por los hijos que perdieron a manos de una policía a la que denominan dictatorial, pues aseguran que "no la misma que ayudó a la dictadura a torturar y matar chicos la que ahora sigue vistiendo el uniforme policial".

"Esta es una práctica que desgraciadamente, no se erradicó de la Argentina", dijo la senadora antes de variar abruptamente de tema, para pedirle la visión de la Alianza sobre el crédito de facilidades extendidas que la Argentina está a punto de obtener de parte del Fondo Monetario Internacional (FMI).

"Tengo mis dudas sobre las exigencias de ese organismo. Le voy a preguntar a Michel Camdessus si es cierto que el Fondo nos exige la venta del Banco Nación y la reforma laboral y si, como ocurrió en épocas de Cavallo, es el Gobierno el que le pide medidas que le interesa obtener".

No mintió, al menos en cuanto a la cita. Camdessus la espera mañana, a las 17.30 hora de Washington (20.30 de la Argentina), en el 700 de la 19th Street et North West, la sede del FMI.

01 - 01

9714616

XE3827

R POXBT 11-19 00254
amt icx

ARGENTINA-CORRUPCION
MENEM PONE EN MARCHA ADHESION A CONVENCION OEA ANTICORRUPCION

Buenos Aires, 19 nov (EFE).- El presidente argentino, Carlos Menem, puso en vigencia hoy la adhesión de su país a la Convención Interamericana contra la Corrupción de la Organización de Estados Americanos (OEA), que el Parlamento ratificó en enero pasado.

En el mismo acto, Menem anunció que propondrá la aprobación de una ley que impida que los ministros, secretarios y subsecretarios de Estado ejerzan "cualquier tipo" de actividad privada, a excepción de la docencia.

Dijo que el gobierno ha luchado contra la corrupción "en todos los frentes" y destacó que "no hubo ni una sola denuncia" de esos casos en los tres meses que lleva creada la oficina de Etica Pública, encargada de controlar a los funcionarios.

"Estamos viviendo una época de difamadores y difamados, especialmente los hombres que tenemos la responsabilidad de conducir los destinos de la patria, somos los difamados", aseguró el presidente en alusión a las denuncias de la oposición.

En este sentido, sostuvo que la oposición recurre a las denuncias como "un caballito de batalla electoralista".

La Convención Interamericana contra la Corrupción, que consta de un preámbulo y 28 artículos, establece mecanismos de cooperación regional acordados en la asamblea general de la OEA celebrada en marzo de 1996 en Caracas.

El presidente argentino destacó que la convención, que responde a los compromisos de la Cumbre de las Américas que deliberó en didicembre de 1994 en Miami (EEUU), contribuirá a "prevenir y convatir el flagelo de la corrupción". EFE
alm/fr

11/19/18-48/97

Nº DOCUMENTO 9714617
TITULO Rus: ellenem pone en marcha adhesión a convencion de OEA anticorrupción
PROCEDENCIA 51859 3
FECHA DE PROCEDENCIA 19-11-97
VINCULACIONES 66960
OEA
11164
11302

01 - 01

9714617

Nº DOCUMENTO 9714618
TITULO Asumió Rico como Intendente de San Miguel.
PROCEDENCIA CLARIN 150024
FECHA 20/11
VINCUL 66960
11164
11302
11303

Doc. oseuno

CL 20/11

NUEVO INTENDENTE DE SAN MIGUEL

Asumió Rico con loas a Duhalde

En su primer acto como jefe comunal, el ex carapintada elogió al gobernador y criticó a la Alianza • Dijo que quiere "estar más cerca" de Duhalde • En la jura hubo militares de uniforme y faltó la oposición

MARIANO PEREZ DE EULATE

Vestido con un impecable traje gris, camisa celeste y corbata al tono, Aldo Rico juró ayer como intendente del partido bonaerense de San Miguel. Ese puesto estaba vacante porque el anterior jefe comunal, el justicialista José De Luca, está preso en la cárcel de Devoto, acusado de malversación de caudales públicos e incumplimiento de sus funciones.

Rico llegó a la Intendencia de San Miguel gracias a un acuerdo con el PJ local –y bendecido por el gobernador Eduardo Duhalde– que le posibilitó imponerse por casi el 50 por ciento de los votos en las elecciones de octubre.

Rodeado de periodistas, minutos antes de asumir su nuevo cargo electivo, el hasta ayer diputado nacional y ex militar carapintada blanqueó sin vueltas su pacto con Duhalde, que se formalizó en 1994, cuando el MODIN allanó el camino para que el gobernador consiguiera su reelección.

Al definir la alianza UCR-Frepaso como "hipócrita y mentirosa", Rico se refirió al proyecto de ley presentado recientemente por dos legisladores provinciales de pasado riquista para ayudar al justicialismo a retener la presidencia de la Cámara baja.

"El objetivo político del MODIN es que la Alianza no pueda asumir la presidencia. El proyecto me parece extraordinario", enfatizó el flamante intendente. Y como para que no quedaran dudas, agregó: "Quiero estar cada vez más cerca del gobernador", a quien definió como "el candidato natural del PJ a la presidencia".

El comienzo del acto de asunción estaba previsto para las 18, pero se demoró más de media hora debido al retraso del representante de Duhalde, el ministro de Gobierno bonaerense, José María Díaz Bancalari. Trascendió que el gobernador se comunicó telefónicamente con Rico el lunes para adelantarle que no estaría presente en la ceremonia.

ALDO MARTINEZ

Aldo Rico, ayer, en el Municipio de San Miguel, al asumir como intendente.

El acto de desarrolló en el recinto del Concejo Deliberante local, que resultó demasiado chico. Es que, además de los ediles reunidos en sesión especial, el salón fue colmado por dirigentes del PJ local y del MODIN, autoridades militares de Campo de Mayo vestidos con inmaculados uniformes, jefes policiales de la zona y otros invitados especiales. La esposa de Rico y ex candidata a diputada, Noemí Crocco, sus hijos y su nieta siguieron todo el acto desde la primera fila de asientos.

Opositores, ausentes

De los 12 concejales que tiene la comarca ahora gobernada por Rico, sólo estuvieron presentes los justicialistas. El resto, dos de la UCR y dos del Frepaso, resolvieron no presenciar la jura, en un gesto político de doble repudio, al pasado carapintada del nuevo intendente y al pacto Rico-PJ.

Con la mano derecha sobre los Santos Evangelios, en tono firme y voz bien alta Rico lanzó un "Sí, juro" que despertó la ovación de los presentes y de varios simpatizantes que en la puerta del edificio siguieron la jura por parlantes.

Luego, y durante 45 minutos, enumeró su programa de gobierno que apuntará, según prometió, a darle transparencia al Municipio de San Miguel.

Ese distrito –creado en 1994 a partir de la división del partido de General Sarmiento– se vio conmocionado cuando el ex intendente De Luca fue destituido en marzo de 1996. Había asumido como primer jefe comunal, tres meses antes, en diciembre del 95.

El juez federal de San Martín, Hugo Gurruchaga, determinó que cuando era funcionario de General Sarmiento, en 1992, De Luca se apropió de un subsidio de 160 mil pesos del Ministerio de Salud de la Nación destinado a organizar una colonia de vacaciones para chicos.

Luego de estar varios meses prófugo, el ex intendente se entregó en noviembre del 96 y ahora purga su condena en Devoto. □

01 - 01

9714618

TITULO Menem recibe a la conducción cegetista -
PROCE[illegible] Clarín 15002 -
FECHA 21/11
VINCU 66960
11164
11302
11165
315141

MENEM RECIBE HOY A LA CONDUCCION CEGETISTA CL 21/11

Lorenzo pegó duro contra el Gobierno y la CGT

Ahora referente del sindicalismo opositor, el metalúrgico dijo que el oficialismo no advirtió el resultado electoral • Y que la derrota del peronismo fue grave

Está es la primera vez que un gobierno peronista pierde las elecciones y eso es muy grave". Lo dijo ayer el jefe de las 62 Organizaciones, Lorenzo Miguel, al presidir un plenario en el que hizo gala de su actual condición de principal referente de los gremios opositores que todavía permanecen en la CGT.

Con la presencia de dirigentes y barras del antimenemista Movimiento de Trabajadores Argentinos y del puñado de sindicatos que siguen fieles al liderazgo de Miguel, la Federación de Box fue ayer una caja en la que resonaron, sin respiro, críticas furibundas contra el gobierno menemista y la CGT de Rodolfo Daer.

El discurso de Lorenzo estuvo en línea con esa atmósfera combativa. Al Gobierno le endilgó **"no haberse dado cuenta todavía de que perdió las elecciones"**. Tampoco escatimó un mazazo contra el jefe de la CGT, un viejo pupilo suyo de tiempos pasados: "Parece que el consejo directivo y Daer **se olvidaron que nosotros los pusimos ahí** y a quien representan", facturó.

Al mismo tiempo que en la calle Castro Barros eran apuntados como los **"cabos de la derrota"** del 26 de octubre, los hombres de la CGT terminaban de acordar la primera entrevista post elecciones con Carlos Menem, que se realizará hoy, a las 9, en la casa de Gobierno.

> La CGT reclamará a Menem que haya políticas sociales que "tranquilicen" a los trabajadores

"Básicamente, vamos a pedirle al Presidente que instrumente **políticas que tranquilicen a los trabajadores**, a los que tienen empleo y a los que no", así adelantaron los sindicalistas el propósito de su visita a la Rosada.

El sindicalismo opositor considera que la CGT es **copartícipe** del revés electoral del oficialismo, en virtud del acta de coincidencias sellada con Menem –en mayo– para flexibilizar la legislación laboral. "Son una **minoría vociferante** y Lorenzo juega ahí para tratar de tapar la crisis financiera fenomenal que tiene su gremio", interpretan en las cercanías de Daer.

Voceros gremiales aseguran, en ese sentido, que la UOM tendría una deuda global **superior a los 100 millones de pesos**. Y que, ante ese cuadro de números en rojo, Lorenzo Miguel recurre al viejo axioma vandorista de "primero pegar para después negociar" un salvavidas económico.

Con todo, las descargas contra el Gobierno y la CGT no fueron patrimonio exclusivo de Miguel. En ese rubro, uno de los que más hizo punta fue el taxista Jorge Viviani, en quien Lorenzo parece ver un potencial aspirante al sillón de mandamás de la CGT. A su turno, el camionero Hugo Moyano –líder del MTA– fustigó a sus pares cegetistas y ratificó que el 5 de diciembre, el sindicalismo rebelde concretará su **jornada de doble protesta**.

Así, ese día los díscolos "rodearán" primero Tribunales para repudiar la posible zadores –que actualmente analiza la Corte– y luego marcharán a la sede de Azopardo para exigir la **renuncia en masa** de la cúpula encabezada por Daer.

Con el propósito de desairar esa jugada, la CGT ya anunció que el 11 de diciembre, con la exclusiva presencia de los delegados acreditados y sin barras, se reunirá el Comité Central Confederal –tal como adelantó **Clarín**– para analizar la situación gremial y para pronunciarse en el diferendo entre los mecánicos del SMATA y los metalúrgicos de la UOM por la representación de los trabajadores de la FIAT.

La **"invitación especial"** que la CGT realizó al jefe del SMATA, José Rodríguez, para que concurra al Confederal parece un **prenuncio** de que el tribunal arbitral terminará fallando a favor de los mecánicos. Los sostenes de Daer ya sacaron sus cuentas y afirmar, sin dudar, que la sociedad MTA–Lorenzo **no cuenta con apoyos suficientes** para inclinar a su favor la balanza del Confederal que se viene. □

Doc. oscuro

01 - 01

9714619

Nº DOCUMENTO 9714620
TITULO Se intenta detener efectivo policial con uleves
PROCE CI CLARIN 150024
FECH 21/11
VINCU 66960
11164
11302
11163
11338

DOC. OSCURO

CL 21/11

CONSECUENCIAS DE LA INVESTIGACION DEL CASO AMIA

Duhalde intenta detener la crisis policial con relevos

Despedirá a cinco comisarios generales y quiere limpiar la fuerza de hombres leales a Klodczyk • En tanto, el gobernador se mostró sorprendido porque "donde hay policías corruptos, no hay denuncias judiciales"

FABIAN DEBESA
La Plata. Corresponsal

La Policía Bonaerense está otra vez en medio de un *huracán político* que arrastra al gobierno provincial. En el mismo momento en que el ex jefe de esa institución, Pedro Klodczyk, declaraba ayer ante la Comisión Bicameral del Congreso que investiga los atentados contra la AMIA y la Embajada de Israel, Eduardo Duhalde tuvo que admitir que los episodios de corrupción e ilegalidad policial no pueden ser controlados por el Estado.

No obstante, el gobernador intentó licuar la responsabilidad de la Secretaría de Seguridad y –específicamente– de la Dirección de Asuntos Internos de la Policía, un organismo encargado de detectar y sancionar irregularidades. **"Resulta llamativo que los oficiales superiores, políticos y jueces de la zona donde actúan los policías corruptos, no hayan realizado denuncias judiciales"**. Así, Duhalde incluyó a toda la sociedad en la falta de compromiso para terminar con la corruptela policial.

El Gobierno prepara un paquete de medidas para enfrentar la crisis. Según dijeron en la Gobernación, **Duhalde relevará a cinco comisarios generales que integran la cúpula de la fuerza de seguridad**, incluido el actual subjefe, Domingo Lugos. La nómina de alejamientos se completa con Arturo Del Guasta (director general de Seguridad), Enrique Gil (Personal e Institutos), Hugo García (Administración) y Domingo García (Caja de Retiros).

AGENCIA LA PLATA

PREOCUPADOS. Duhalde, Brown, y el comisario Vitelli, ayer, en la gobernación.

La purga también alcanzaría a por lo menos dos comisarios mayores que están en los más altos escalones de la fuerza: Raúl Torres (secretario general) y Carlos Daniel Castro (de Asuntos Internos). "El gobernador quiere oficiales sin manchas en sus fojas y con probada capacidad operativa. Además, **intenta alejar de la cúpula a los oficiales que fueron colaboradores de Klodczyk"**, explicaron las fuentes.

Klodczyk estuvo casi cinco años al frente de la mayor fuerza armada del país (46 mil hombres). Y tenía una estrecha relación con Juan José Ribelli, el ex comisario detenido por su presunta participación en la voladura de la AMIA. Ayer fue citado a declarar en la bicameral (ver página 4).

Las autoridades aprovecharán dos actos administrativos para realizar las modificaciones. La próxima semana, el secretario de Seguridad, Carlos Brown, tiene que presentar la nueva estructura jerárquica de la jefatura. Así está previsto en la ley de emergencia policial, que vence en diciembre. El borrador establece la creación de dos nuevas direcciones generales: Investigaciones e Institutos, que actualmente funcionan como direcciones a secas.

Además, en diciembre el jefe Adolfo Vitelli recibirá las propuestas de ascensos y retiros. Con esa lista conformará la nueva jerarquía con nueve integrantes. Duhalde quiere iniciar una nueva etapa en el manejo de la Policía Bonaerense. Y anunció otras disposiciones:

- Creación del Tribunal de Responsabilidad Policial: estará integrado por dos ex jueces, dos comisarios generales retirados y un funcionario del Poder Ejecutivo. La intención es fortalecer el control interno en la institución. El cuerpo tendrá facultades para sancionar irregularidades y excesos de los funcionarios policiales.
- Aumento salarial para la tropa: sería de 100 o 120 pesos –en concepto de "riesgo de vida"– y alcanzaría a personal subalterno del agrupamiento comando. Es decir, para agentes, cabos y sargentos que actualmente reciben entre 350 y 800 pesos de haber mensual. Para algunas categorías representaría un incremento del 25%.
- Prórroga de la ley de prescindibilidad: la norma está vigente desde diciembre de 1996 y se extenderá un año más. Es un instrumento para depurar el personal policial. Desde enero de 1997, la Secretaría de Seguridad separó a casi 500 policías. Ahora, la prescindibilidad incluirá sólo a los jerárquicos: subcomisarios, comisarios, comisarios inspectores, comisarios mayores y comisarios generales.
- Creación de la Policía Judicial: es un cuerpo de instructores que reemplazará a la Policía en la realización de los sumarios penales. "De esta forma habrá más agentes dedicados a la prevención de delitos en las calles", dijo Duhalde, luego de aprobar el convenio que la autoriza. □

> **Duhalde tuvo que admitir que los episodios de ilegalidad policial no pueden ser controlados**

01 – 01

9714620

Nº DOCUMENTO 9714621
TITULO La Alianza / el Duhaldismo
PROCESADO clarin 15004
FECHA 21111
VINCULO 66960
11164
11304

Doc. oscuro

CL 21111

LA ALIANZA FRENTE AL DUHALDISMO

Al filo de una crisis institucional

La oposición se dispone a paralizar la Cámara de Diputados bonaerense si el justicialismo retiene la presidencia • Está obligada a exhibirse ganadora en la primera pelea fuerte por espacios de poder

TABARE AREAS

Para la Alianza, el de la Legislatura bonaerense es el primer gran combate por un espacio de poder que debe librar con el peronismo, luego de que las urnas dieron vuelta el tablero político el 26 de octubre. Por eso sus principales jefes dicen que pelearán hasta "las últimas consecuencias."

Con esa frase cargada de dramatismo quieren decir que están decididos a hacer estallar una crisis institucional si el PJ insiste con no entregar la presidencia de ese cuerpo deliberativo, que es un verdadero bastión del poder duhaldista en la mayor provincia del país.

Esa alternativa era evaluada como una jugada de máxima por los jefes de la Alianza y se pondría en marcha una vez fracasadas otras instancias intermedias, si

CAMARA BAJA

Por LANDRU

> En un primer paso, la Alianza apelará a la Justicia y a organismos internacionales

es que el peronismo aprueba una modificación del reglamento de la Legislatura para retener la presidencia que ahora ostenta Osvaldo Mércuri (ver página 10).

En el menú de opciones que barajan los aliancistas figura también la posibilidad de unificar las bancas de la UCR y del Frepaso en un solo bloque. Con esto se buscaría anular el argumento duhaldista de que la discusión debe darse por bloque partidario y no por la suma de un acuerdo electoralista. Incluso se llegó a hablar de que si radicales y frepasistas se fusionan en un solo bloque legislativo bonaerense, se le pondrá el nombre de Bloque Alianza.

Allí se reunirían los 47 diputados opositores, constituidos en la primera minoría (el PJ tiene 44) que les otorga la facultad de acceder a la presidencia, desalojando a Mércuri que lleva ocho años sentado en la principal silla de la Legislatura.

Esa línea de razonamiento planificando una escalada de dureza en la pulseada con Eduardo Duhalde que reina hoy en el acuerdo opositor se sustenta en una premisa: la Alianza debe demostrar que tiene ambición para ejercer el poder y también las herramientas políticas y jurídicas para neutralizar las maniobras del oficialismo. Esto es un mensaje hacia la sociedad con la vista puesta en la elección presidencial del 99, según admitían ayer fuentes radicales y frepasistas.

"Es una muestra de que nosotros somos capaces de cumplir con el mandato de las urnas", dicen los referentes opositores, conscientes de que están librando una pulseada sin intermediarios con el más aceitado aparato político que tiene el peronismo, aunque esa estructura no le haya alcanzado a Duhalde para evitar la derrota el último domingo de octubre.

Con ese marco, la alternativa de provocar una crisis institucional en Buenos Aires tomaba cuerpo en lo alto de la Alianza. La maniobra consiste en que los diputados electos el 26 de octubre juren en sus cargos y de inmediato dejen vacías sus bancas, imposibilitando el funcionamiento de la Legislatura y el nombramiento de sus autoridades.

A partir de ese momento, si no hay una solución política negociada, se reforzará una furibunda ofensiva judicial, que incluirá una presentación ante la Suprema Corte, el máximo tribunal de justicia en la provincia y ante organismos internacionales.

Qué se juega

La Alianza sostiene que es un disparate político la posibilidad de que la representación mayoritaria en la Legislatura, la que define el quórum, no tenga la presidencia del cuerpo. Y también lo es que el bloque mayoritario no pueda decidir el reglamento de la Legislatura.

La virulenta resistencia de Duhalde a entregar la presidencia se asienta sobre una cuestión de poder: para el gobernador está en juego la gobernabilidad de su provincia. Hasta el momento, el duhaldismo mantiene un control hegemónico de los poderes Ejecutivo y Legislativo bonaerenses, una relación de fuerzas que le permitió comenzar a tejer sin mayores tropiezos su proyecto presidencial. Pero esa realidad comenzó a resquebrajarse con el último resultado electoral.

Para los jefes de la Alianza, los desesperados movimientos del gobernador indican que una crisis galopante comienza a fagocitar la estrategia política de Duhalde. Y también que el aparato de poder que lo encumbró puede recortarse tanto como el sueño presidencial del gobernador. □

9714621

01-01

Nº DOCUMENTO 9714622
TITULO Reunion de ministros del MERCOSUR, Menem pide a Corach moderar denuncias
PROCEDENCI CL/9:N 150024
FECH 22/11
VINCU 6656O
11164
11302

REUNION DE MINISTROS DEL MERCOSUR

CL 22/11

Menem ordenó a Corach moderar sus denuncias

El ministro había reclamado por la falta de controles en la zona de la triple frontera con Brasil y Paraguay

AFP

CLAUSURA. Los ministros firmaron acuerdos sobre seguridad en la

WALTER CURIA
Punta del Este. Enviado especial

Carlos Corach cumplió ayer una maratón en la jornada de cierre del II Encuentro de ministros del Interior del Mercosur. El ministro dejó Punta del Este a las 7 de la mañana, viajó a Buenos Aires para participar de una reunión con la CGT en la residencia de Olivos y regresó al balneario uruguayo cuatro horas más tarde. El periplo dejó huella: Corach trajo de vuelta una instrucción del presidente Carlos Menem de moderar el tenor del reclamo al Brasil, y fundamentalmente al Paraguay, por la supuesta falta de controles en la zona de la triple frontera.

La delegación argentina hegemonizó anteayer la reunión de ministros del Mercosur cuando Corach desplegó una fuerte –y para algunos desacostumbrada– protesta por la situación en la zona de Foz de Iguazú (Brasil) y Ciudad del Este (Paraguay).

El reclamo del ministro se produjo en una reunión reservada, fuera de agenda, y pareció incomodar a sus pares vecinos por lo enérgico. La demanda de Corach era acompañada por el golpeteo de una carpeta con informes de inteligencia que revelarían un incremento de la actividad de militantes del grupo fundamentalista proiraní Hezbollah.

> Corach: "No busquen diferencias de criterio con Paraguay, porque no las hay"

"Es necesario poner orden de una vez y para siempre en esa zona. En la Argentina vivimos en carne propia dos veces el accionar del terrorismo y hay una nueva amenaza en ciernes para todos", dijo entonces Corach. Aludía a los atentados contra la Embajada de Israel, contra la AMIA, y a la eventualidad de un tercer golpe del terrorismo contra objetivos de cualquier tipo en el subcontinente.

No queda claro qué molestó más a las delegaciones de Brasil y Paraguay: si fue el tono intimidante de Corach o su decisión de hacer públicas las denuncias sobre lo que llamó "un santuario único de impunidad en el mundo".

Lo cierto es que el ministro argentino regresó antes del mediodía de Buenos Aires y, durante el acto de clausura, agradeció en nombre de Menem a los dos países la "comprensión y generosidad" manifestadas ante el reclamo. Se acababa de firmar un plan para avanzar sobre un acuerdo futuro en cuestiones migratorias y de seguridad.

"Quiero recordar que la Argentina también forma parte de ese punto limítrofe (por Puerto Iguazú) y le caben iguales responsabilidades", dijo conciliador Corach.

En conferencia de prensa el ministro paraguayo, Miguel Ramírez, buscó poner un matiz a la denuncia de Corach. "Hay sospechas de que podrían estar operando grupos con alguna vinculación con el terrorismo", dijo. Resultaba evidente el contraste con las afirmaciones de Corach.

Cuando se le preguntó por ello, el ministro argentino interrumpió a su colega y dio por cerrado el tema: "No busque diferencias de criterios entre la Argentina y Paraguay porque no las hay", le respondió a un periodista.

Con todo, el trabajo ya estaba hecho, y "a la altura del ministro", como dijo un funcionario argentino afecto a las ambigüedades. □

9714622

DOC. OSCURO

01 – 01

XY7125

R POXBT 11-24 00287
icx amt exg urs ita

ARGENTINA-RUSIA
MENEM Y PRIMAKOV ANALIZARON RELACIONES BILATERALES

Buenos Aires, 24 nov (EFE).- El presidente argentino, Carlos Menem, recibió hoy en Buenos Aires al ministro ruso de Asuntos Exteriores, Yevgueni Primakov, quien expresó su voluntad de profundizar las relaciones políticas y económicas entre ambos países.

La audiencia se celebró en la Casa de Gobierno en el marco de la visita que el ministro ruso inició ayer, en una gira por América Latina que incluye Brasil, Colombia y Costa Rica.

Primakov hizo una exposición sobre diversos aspectos de la nueva política exterior que se impulsa en Rusia desde que el año pasado asumió el cargo de ministro de Relaciones Exteriores.

Fuentes oficiales dijeron que también se mostró interesado en aumentar el intercambio comercial entre ambos países, cuyo volumen es de aproximadamente 250 millones de dólares anuales, con resultado favorable para Argentina.

La actividad de Primakov comenzó hoy con un homenaje al General San Martín, el máximo prócer de Argentina, ante el monumento erigido en su honor en un paseo público del barrio porteño de Retiro.

Tras esta ceremonia, el canciller se trasladó a la Casa de Gobierno para la reunión con Menem y más tarde se entrevistó con el ministro de Economía, Roque Fernández.

Mañana, Primakov será recibido por el canciller Guido Di Tella en el Palacio San Martín, y al término del encuentro ambos firmarán una declaración conjunta y varios acuerdos bilaterales.

A continuación, el responsable de la diplomacia rusa será agasajado por Di Tella con un almuerzo en un restaurante del barrio porteño de la Recoleta, para asistir luego a una audiencia con el jefe del Gobierno de Buenos Aires, Fernando de la Rúa.

Primakov abandonará Argentina el próximo miércoles para continuar su gira por América Latina. EFE
mf/fp/CGR

Nº DOCUMENTO 9714623
TITULO Ministro Ruso de Asuntos Exteriores en Argentina
PROCEDENCIA-44/97 5/1593
FECHA DE PROCEDENCIA 24-11-97
VINCULACIONES 66960
507284
11164
11307
11399

01-02

XC8728

R POXBT 11-25 00326
MUN EXG ICX

ARGENTINA-RUSIA
FIRMAN ACUERDOS COOPERACION PARA FORTALECER LAZOS BILATERALES

Buenos Aires, 25 nov (EFE).- Los ministros de Relaciones Exteriores de Argentina, Guido Di Tella, y de Rusia, Yevgueni Primakov, firmaron hoy en Buenos Aires acuerdos de cooperación científica, técnica y cultural para fortalecer los lazos entre los dos países.

Tras la ceremonia, Di Tella elogió el "extraordinario éxito" de Primakov en la solución pacífica del "conflicto caliente" entre Irak y EEUU, y destacó los "extraordinarios cambios benéficos que hubo en Rusia en los últimos años".

Primakov señaló que sus entrevistas con el presidente argentino, Carlos Menem, y otras autoridades argentinas "han sido muy fructíferas de cara al futuro".

Menem hará una visita oficial a Moscú en junio de 1998 con el fin de "avanzar en una mayor sintonía tanto en el campo político, como el económico y el cultural", agregó el ministro ruso.

Los acuerdos de cooperación bilateral incluyen la tecnología nuclear y espacial "en vista de que ambos países cumplen con los controles de no proliferación" de armamentos, destacó Di Tella.

"Hemos llegado tarde para incluir al tango en el documento sobre cooperación cultural, pero estaremos a tiempo para llegar con los artistas", comentó con una sonrisa.

Di Tella recordó que Menem visitó Moscú en 1990 y sostuvo que la próxima visita del presidente argentino "está ahora plenamente justificada por los grandes cambios que hubo" en ese país.

El intercambio comercial entre ambos países llega actualmente a los 250 millones de dólares con un leve superávit para Argentina, que en la década de 1980 tenía a Rusia como su principal cliente, en especial por la compra de productos agropecuarios por montos que llegaban a los 3.600 millones de dólares anuales.

En este sentido, Primakov y Di Tella coincidieron en que ahora se abren nuevas posibilidades de restablecer los lazos económicos del pasado.

Primakov llegó el pasado domingo a Buenos Aires, como parte de su gira por América Latina, que incluye Brasil, Colombia y Costa Rica. EFE

alm/fs/emr

11/25/19-05/97

02-02

9714623

Nº DOCUMENTO 9714624
TITULO Eligen al jefe de diputados.
PROCEDENCIA CLARIN 150ct
FECHA D 24/11
VINCULA 66960
11164
11302

DOC. OSCURO

CL 24/11

LEGISLATURA BONAERENSE

Eligen el jefe de Diputados

Un radical sucederá al justicialista Osvaldo Mércuri, que será el vicepresidente del cuerpo • La Alianza debe decidir entre Francisco Ferro y Germán López • Hoy siguen negociando y mañana presentan el acuerdo

RODOLFO LARA

Agotada la pelea política por el control de la Cámara de Diputados bonaerense, la Alianza debe optar esta noche entre los radicales Germán López y Francisco Ferro para sentarse en la presidencia del cuerpo hasta 1999.

En un complejo acuerdo del oficialismo y la coalición opositoria se resolvió que la vicepresidencia primera del cuerpo legislativo corresponderá a Osvaldo Mércuri (PJ) e incluye un compromiso de tratamiento del paquete de leyes que impulsa el gobernador Eduardo Duhalde.

El pacto de convivencia no descarta un esquema de alternancia, dentro de la Alianza, para permitir que un legislador del Frepaso también ocupe la presidencia. Esa iniciativa lleva un nombre incluido: Alejandro Mosquera, presidente del bloque aliancista.

El nuevo esquema político de la Cámara será anunciado mañana. Eduardo Duhalde y los principales jefes de la oposición apuran el acuerdo por razones diferentes. El gobernador porque debe tener sancionado el presupuesto del estado provincial (10 mil millones de pesos) antes de fin de mes. La sociedad entre radicales y frepasistas ganó la pulseada con el duhaldismo.

Pero las coincidencias del fin de semana no fueron provocadas por el ánimo generoso de los actores. Duhalde fue el primero en advertir el peligro de una crisis institucional. Los costos políticos de un escándalo en la Legislatura reventarían bajo sus pies. Ocurre que el gobernador, en menos de un mes, ya tiene escaldado casi todo el cuerpo.

El candidato radical a la presidencia, Germán López, también avistó la tormenta. "Tenemos que resolver este conflicto con madurez política. No podemos seguir tirando manteca al techo", advirtió.

La discusión era por la primera minoría. El 10 de diciembre, la composición de la Cámara sera ésta: 44 bancas el PJ, 27 la UCR, 20 el Frepaso y una PAIS (la agrupación del ex senador José Octavio Bordón). El reglamento establece que la presidencia corresponde al bloque partidario con más escaños. Como radicales y aliancistas fueron electos en una boleta común reividican ese derecho. La votación es nominal, de manera que 47 manos en alto iban a apoyar el reclamo. La fuerza de los números terminó por arrinconar al oficialismo y surgió la posibilidad del acuerdo.

El sábado a la noche, una reacción espasmódica de Duhalde amenazó con un retorno al escenario de guerra. Pensó que el diputado nacional Federico Storani hacía alardes con la flamante victoria de la Alianza en la Legislatura y ordenó a Mércuri poner freno a las negociaciones. Pero fueron las declaraciones de Mosquera sobre la cadena de complicidades de la Policía Bonaerense en el atentado a la AMIA las que alimentaron la ira del gobernador.

"Presionen para incorporar la presidencia provisional en la estructura jerárquica de la Cámara", fue el mensaje desde la Gobernación. El intento fue para asegurar la línea sucesoria de Duhalde, en caso de acefalía. La legislación bonaerense prevé la sucesión de emergencia en este orden: el vicegobernador, luego el vicepresidente primero del Senado y por último el presidente de la Cámara de Diputados.

Esta propuesta no prosperó. No obstante, esta tarde volverá a reunirse la mesa de negociaciones del duhaldismo y la Alianza. Después de ocho años, el 10 de diciembre el encargado de manejar la campanilla de la Cámara de Diputados no será un legislador peronista. □

Una decisión con interna

La UCR no puede zafar de la interna en cada decisión política. Germán López o Francisco Ferro –los candidatos a la presidencia de la Cámara de Diputados– serán electos en una votación de los doce legisladores de la CON (liderada por Federico Storani). Pero, a su vez, hubo una puja donde la CON le ganó la pulseada al MODESO de Leopoldo Moreau.

01-01

9714624

Nº DOCUMENTO 9714625
TITULO EE.UU quiere ver si alianza cumple con sus promesas -
PROCEDENCIA La Nacion 150025
FECHA 25/11
VINCULO 66960-65890
11164
11304
11399

DOC. OSCURO

En los EE.UU. quieren ver si la Alianza cumple con sus promesas

Visión de analistas sobre la gira de Fernández Meijide; ayer estuvo en el BID

Por Jorge Elías
(Corresponsal en los EE. UU.)

WASHINGTON.- Main Street (esta ciudad) y Wall Street (Nueva York), no siempre coincidentes en sus juicios, parecen de acuerdo en esta ocasión: la Alianza, fortalecida ahora en el Congreso, ratificó aquí sus promesas electorales, pero deberá demostrar en los próximos dos años cuán firmes son su respaldo a la convertibilidad en particular y al modelo en general (protección y fomento de las inversiones incluidas), y su rechazo a la corrupción.

Analistas políticos y económicos de ambas ciudades dijeron ayer a LA NACION que Graciela Fernández Meijide, estrella con luz propia en los debates con miembros del Gobierno y en las charlas que dio por su cuenta, es considerada una figura dinámica con mucho carisma.

"Pero las decisiones que adopte dependerán de la importancia que le asigne a su equipo y también habrá que ver quiénes lo integran -advirtió Michael May, director de América latina del Center for Strategic and International Studies (CSIS)-. Carlos Menem, por ejemplo, no es un experto económico, pero apoyó las ideas de sus técnicos. Veremos qué pasa en la Alianza". En EE.UU. nadie aventura una fórmula hipotética de la oposición para 1999, pero el programa desarrollado por Fernández Meijide, con audiencias en la Casa Blanca, en el Departamento de Estado, en la Corte Suprema, en el Fondo Monetario Internacional (FMI) y, ayer, en el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y en la Universidad de Georgetown, broches de su visita, habla por sí mismo de un despliegue propio de un candidato a formar parte de ella.

Es más: el viernes coincidirá con Menem en México mientras ella se vea con Cuauhtémoc Cárdenas, el hombre del Partido de la Revolución Democrática (PRD) que rompió con siete décadas de hegemonía del Partido Revolucionario Institucional (PRI), al convertirse en julio último en el primer alcalde de la ciudad elegido por la gente, y que aspira a la presidencia en el 2000.

Camino sin retorno

"Existe la percepción de que dentro de la Alianza hay voces encontradas -sostuvo Omar Borla, director de la división de América latina de Robert Flemings Securities-. Veo difícil que se pueda volver atrás en los cambios estructurales. Sería inocente pasar por alto que el mundo está totalmente integrado, de lo que Corea es un buen ejemplo, ni creo que en la Argentina surja una fuerza independiente que cambie las reglas del juego."

La presencia de la senadora causó más impacto en el ala política que en la económica. Ello se debió, en especial, a los coletazos de la crisis asiática. "En otro momento podría haber sido más interesante", agregó Borla.

Lo cierto es que, para muchos, fue la primera vez que gobierno y oposición de otro país debatieron en EE.UU. Circunstancia que, por sí misma, reflejó un signo de madurez de la Argentina, según explicó Santiago Cantón, director de América latina y el Caribe del National Democratic Institute, brazo internacional del partido de Bill Clinton.

"Es interesante que hayan venido juntos -indicó-. Hubo equilibrio, más allá de las diferencias en lo político y de las coincidencias en lo económico. Se notó un gran respeto y un buen acceso al gobierno, lo que da una idea del resultado positivo de esta nueva etapa en la relación con EE.UU."

Pero Cantón advirtió que existe en Buenos Aires la presunción de que aquí todo se resuelve en la Casa Blanca, razón por la que se soslaya el Congreso. "Lo que pasó con el 'fast track' (vía rápida) da una pauta de la importancia que tiene", consignó.

Matrimonios y algo más

Lo mismo afirmó May: "La Argentina tiene un plazo para ganar fichas para el futuro. En el Congreso se habla con calidez y con respeto de ella. Una relación bilateral es como un matrimonio. Debe mantenerse fuerte y unido ante la posibilidad de que haya pleitos. De ahí, la necesidad de que se conozca más a los legisladores".

Desde Wall Street, Borla comentó que la Argentina también está mejorando entre los inversores. Pero ello no significa que pueda apartarse del rumbo: "Los mercados no van a considerar una buena señal que la Alianza frene la reforma laboral u otras pendientes -subrayó-. Ya pasaron las épocas en las que uno podía sentarse en las reservas".

Dudas no existen por ahora. Buena impresión también causó Fernández Meijide en la comunidad judía.

Según Jacobo Kovadlof, de The American Jewish Commitee, la diputada electa "expresó con precisión aspectos de su programa. La gente esperaba una crítica más severa al Gobierno, sobre todo por la embajada y por la AMIA, pero dejó en claro que está de acuerdo con el Consejo de la Magistratura, cosa que nos reconforta, y demostró que su oposición no es destructiva, sino constructiva".

Kovadlof conoce a Fernández Meijide desde los tiempos en que ella militaba activamente en la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH). Al final del acto, en Nueva York, le entregó una litografía escrita en hebreo. Su mensaje: "Justicia, justicia, justicia procurarás".

01-01
9714625

Nº DOCUMENTO 97-14626
TITULO Flexibilización laboral en nov/97
PROCEDENCIA La Nación 150025-
FECHA 25/11
VINCUL. 66960
11164
11392

DOC. OSCURO

LN 25/11

Las leyes laborales vuelven a escena

El Gobierno apura la flexibilización

Acordó con la CGT para intentar destrabar el debate en el Congreso y así forzar a la Alianza; reunión con legisladores

En su intento por alentar el debate sobre la reforma laboral en el Congreso, el ministro del Interior, Carlos Corach, se reunió ayer con la cúpula de la Confederación General del Trabajo (CGT) y acordó seguir adelante con las negociaciones, a las que ahora se sumarán los principales legisladores del justicialismo.

Por pedido del presidente Carlos Menem, Corach consensuó con los dirigentes sindicales cerrar filas en torno del acta de coincidencias Gobierno-CGT (firmada el 9 de mayo último) y negociar con los legisladores del PJ el proyecto de ley para reformar el régimen de indemnizaciones por despido, la desregulación de las obras sociales y la caída de los convenios colectivos de trabajo.

El ministro más político del gabinete presidencial, ahora al mando de las negociaciones, cumplió con la palabra que Menem le dio a la CGT el viernes último, cuando les aseguró a los gremialistas que la flexibilización saldría por consenso.

Por esto, el titular de Interior llegó ayer, a las 16, a la sede de uno de los gremios de empleados estatales (UPCN), acompañado por el flamante viceministro, Jorge Matzkin, y el secretario de Trabajo, Roberto Izquierdo.

Además del dueño de casa, Andrés Rodríguez, asistieron al encuentro el titular de la CGT, Rodolfo Daer; Gerardo Martínez (Uocra), Oscar Lescano (Luz y Fuerza), Luis Barrionuevo (gastronómicos), Amadeo Genta (municipales), Rubén Pereyra (Obras Sanitarias), Saúl Ubaldini (cerveceros) y José Luis Lingieri, titular de la Superintendencia de Salud.

Sin avances

"Fue una reunión excelente", afirmó ayer Corach. Fue la única [illegible]

hegemonía de las obras sociales sindicales en el mercado de la salud.

El otro objetivo

El Gobierno, que fracasó en todos sus intentos por llevar adelante la flexibilización laboral con la que pretende disminuir el alto índice de desempleo, ahora tratará de instalar nuevamente en el centro del escenario político el debate laboral.

Esta nueva estrategia puede considerarse endeble para el oficialismo, ya que los legisladores del PJ no están dispuestos a tratar la reforma laboral en lo inmediato (de lo que se informa aparte).

Además de las resistencias internas, sólo queda una sesión del período ordinario en el Congreso. La única alternativa que le quedaría al Poder Ejecutivo sería incluir el tema en el llamado a sesiones extraordinarias, lo que no le deparará un panorama más favorable: si bien el acta de coincidencias está en el Senado, donde el oficialismo tiene mayoría propia, con la nueva composición de la Cámara baja la Alianza estará en mejor posición.

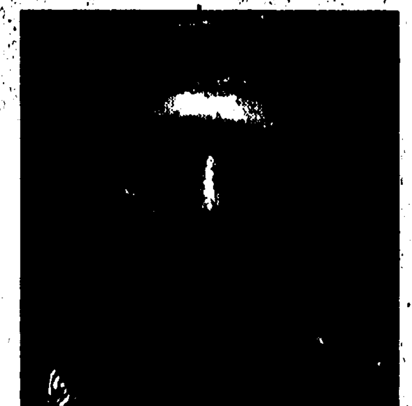
La presencia de Corach, que luego del encuentro se dirigió a la residencia presidencial de Olivos para informar a Menem, delató la "operación política" que el Gobierno intentará por medio de la nueva embestida por la flexibilización.

El oficialismo intentará forzar a la oposición a que defina su postura frente a la reforma laboral, que -según afirmó el Presidente- no está impuesta desde el Fondo Monetario Internacional (FMI).

El cónclave [illegible] ció en silencio [illegible]

Las posturas frente a la reforma

■ **Carlos Corach:** el Gobierno quiere acordar una reforma con los gremios y los legisladores del PJ a cambio de retirar los decretos sobre flexibilización de la Corte Suprema de Justicia. Con esto intentará forzar a la Alianza a que fije su posición frente a las nuevas leyes laborales.



■ **Rodolfo Daer:** la CGT está dispuesta a alentar el debate laboral en el Congreso, pero no aceptará el ingreso del sector privado en la competencia de las obras sociales. Tampoco, que las comisiones internas acuerden con los empresarios los convenios colectivos de trabajo.

■ **Augusto Alasino:** el jefe del bloque de senadores justicialistas aseguró que su bancada no está dispuesta a tratar la reforma laboral y le adjudicó a la Alianza la responsabilidad de que la flexibilización avance o se trabe en el Congreso, ya que triunfó en las elecciones.

La Alianza y el PJ, entre el debate y la especulación política

[illegible]

Reproches y reparos de empresarios

(DyN).- El presidente de la Cámara de Comercio (CAC) y miembro del grupo de los ocho, Jorge Di Fiori, aseguró ayer que "hasta ahora" esa agrupación no fue convocada por el ministro del Interior, Carlos Corach, a la reunión que mantendrá con la CGT para volver a impulsar la reforma laboral. En tanto, el presidente de la Cámara de Exportadores (CERA), Enrique Mantilla, consideró que el proyecto que impulsa el Gobierno para reducir la jornada laboral no tiene "la menor posibilidad de progresar".

Di Fiori consideró también que la reducción de la jornada laboral "sólo puede ser positiva si la aplican todos los países, porque hacerlo individualmente significaría aumentar aún más la desigualdad que tenemos en materia de competencia".

El responsable de la CAC afirmó, respecto del llamado que Corach le hizo a la CGT: "Hasta hora no hemos sido convocados... Nos enteramos por el diario" de esa reunión.

"Suponemos que, en su momento, nos llamará. El ministro Corach tendrá ahora una negociación con la CGT por la reforma laboral, [illegible]

debate y la especulación política

01(A)/02

(Luz y Fuerza), Luis Barrionuevo (gastronómicos), Amadeo Genta (municipales), Rubén Pereyra (Obras Sanitarias), Saúl Ubaldini (cerveceros) y José Luis Lingieri, titular de la Superintendencia de Salud.

Sin avances

"Fue una reunión excelente", afirmó ayer Corach. Fue la única respuesta oficial sobre el resultado del encuentro con los gremialistas, pero fuentes que participaron en la reunión aseguraron a La Nacion que en realidad "no se avanzó demasiado".

El encuentro Gobierno-CGT, que se extendió hasta las 17.15, sirvió para reafirmar a los sindicalistas que el Gobierno retirará de la Corte Suprema los decretos de flexibilización laboral, que significaban la caída automática de los convenios colectivos de trabajo, y la desregulación de las obras sociales sindicales, a cambio de una posición flexible de la CGT para acelerar otra vez la postergada reforma.

Aunque se intentó mantener la reserva frente a los términos en que transcurrió la negociación, fuentes de la CGT advirtieron que si el Poder Ejecutivo da marcha atrás con los decretos, la central sindical no podrá palos en la rueda en el Congreso.

Pero tal como consta en el acta de coincidencia que Menem envió al Congreso, junto con el disenso de los empresarios (que rechazaron el acuerdo), los sindicalistas no resignarán el poder para negociar los convenios colectivos de trabajo y la flexibilización.

El oficialismo intentará forzar a la oposición a que defina su postura frente a la reforma laboral, que -según afirmó el Presidente- no está impuesta desde el Fondo Monetario Internacional (FMI).

La cúpula cegetista, que permaneció en silencio durante la campaña electoral (así lo había acordado con el Ejecutivo), pretende que el Gobierno defina las nuevas reglas de juego en el mercado laboral lo antes posible.

Estrategia legislativa

A pesar de que la derrota del PJ le sirvió a la CGT para forzar al oficialismo a que debatiera la flexibilización, los dirigentes sindicales temen que el Gobierno no acierte en la estrategia legislativa.

Por el momento, lo acordado entre los gremialistas y el Ejecutivo es mostrar a la oposición una postura unívoca frente a la flexibilización: se mantendrá la hegemonía sindical en el régimen de la salud, los convenios colectivos caerán en forma paulatina (pero no se delegará poder en las comisiones internas) y se modificará el régimen de indemnizaciones por despido.

Los empresarios fueron, una vez más, los grandes ausentes del debate laboral, aunque estiman que el Gobierno los llamará a sumarse en la mesa de concertación. Pero la primera señal [illegible] gó a Mantilla que hoy [illegible] sentarse con los legisladores [illegible] PJ, en busca del consenso [illegible] tropa.

"El proyecto de reforma laboral se ha convertido en el Congreso en una suerte de niña fea de la fiesta que nadie se anima a sacar a bailar." Así graficó un destacado legislador justicialista la sorda pulseada que se está gestando entre la oposición y el oficialismo en el Parlamento en torno de la controvertida flexibilización promovida por el Gobierno.

Tras las últimas elecciones, nadie se atreve a sacar a relucir el tema de la reforma laboral por temor a ser criticado por el electorado que le dio un triunfo a la Alianza.

Mientras el PJ sostiene que debatirá la iniciativa "siempre y cuando" la oposición se anime a tratar el tema, desde la Alianza advierten que es el oficialismo el que debe insistir con la iniciativa que nació en el Poder Ejecutivo.

El proyecto de reforma laboral del PJ, redactado sobre la base de un acuerdo Gobierno-CGT, descansa en los cajones de la Cámara alta.

El jefe de bloque de senadores del PJ, Augusto Alasino, dijo a La Nacion que "los que tienen que decidir si avanza o no la reforma laboral son los legisladores de la Alianza, que son los que ganaron las últimas elecciones".

Dejó entrever que su bancada no pagará el costo político de tratar un proyecto que puede ser cuestionado por la sociedad. Ergo, no quieren perder otra elección en 1999.

De esta manera Alasino, al igual que su par de Diputados, Humberto Roggero, esperará a que la oposición levante la mano para debatir en el recinto la flexibilización y "ponga la cara para demostrarle a la sociedad qué proyecto de gobierno tienen para las próximas elecciones", sostienen.

Borrador opositor

La postura de los legisladores del PJ se reforzó hace quince días en Bariloche, cuando en el seminario de IDEA el titular de la Cámara de Argentina de Comercio, Jorge Di Fiori, le dijo a Roggero que Carlos "Chacho" Alvarez (Frepaso) le había asegurado el quórum de la Alianza para que el PJ debatiera la reforma en el Congreso.

En este sentido, los legisladores del peronismo sostienen: "No vamos a dejar que la oposición nos ponga al borde del precipicio y después nos dé el empujón al vacío".

En la Alianza no existe el mínimo interés en sacar a relucir un tema que hasta el momento se criticó. Según señaló a La Nacion el diputado Alfredo Allende (UCR)<, "por el momento la Alianza no va a propiciar el debate de un proyecto que es de autoría del Poder Ejecutivo".

No obstante, legisladores de la UCR y del Frepaso han elaborado un borrador de reforma laboral que sacarían del cajón en caso de que el establishment los presione.

Ese proyecto contemplaría:

- Convenios colectivos de trabajo: que sean articulados y que se fijen sobre salarios mínimos y jornadas laborales, no sobre horas.
- Contratos de particulares: exigen que pasados los 3 o 5 años, los trabajadores tengan "estabilidad laboral especial"; esto no significa efectividad. También se prevén sumarios a los trabajadores antes de ser despedidos para contemplar eventuales indemnizaciones.
- Ultraactividad: los convenios no deben caerse por sí mismos, sino que deben estar determinados por cada una de las partes. De no llegarse a un acuerdo, el Estado deberá decidir.
- Obras sociales: el tema no fue analizado por la oposición, aunque se apunta a una "racionalización".

La oposición tienen como premisa "esperar" un tratamiento de la reforma laboral en el Congreso.

"Suponemos que, en su momento, nos llamará. El ministro Corach tendrá ahora una negociación con la CGT por la reforma laboral, cuyos términos desconocemos, y creemos que luego nos convocará a nosotros", dijo Di Fiori. Por otra parte, y en relación con la propuesta argentina de reducir en el nivel mundial la jornada laboral, el dirigente empresarial consideró que "si la aplican todos los países, será una cuestión para analizar y puede ser positiva para la sociedad".

Sin embargo, advirtió que "hacerlo individualmente significaría aumontar aún más los grados de desigualdad que tenemos en materia de competencia, derivados de nuestros mayores costos respecto de otras economías".

"Lo que sucede es que hoy tenemos costos laborales más altos que muchos países y eso (por la reducción de la jornada de trabajo) aumentaría todavía más esa diferencia", sostuvo el titular de la CAC.

Para Di Fiori, "si baja la jornada laboral en forma individual, hay que tomar más gente y eso aumenta el costo laboral y produce el efecto contrario al que se busca".

"En cambio, si se hace colectivamente, todos subiremos los costos y en ese caso no se variaría los niveles de competencia", destacó.

Por su parte, Mantilla señaló que si bien "hay gobiernos, como el francés y el italiano, que impulsan la semana de 35 horas", esas iniciativas "no [illegible] una [illegible] para [illegible]

01([illegible])/02

9714626

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA CLARIN
FECHA 27/11
VINCULAC.

FLEXIBILIZACION

CL 27/11

Corach no convence a los Ocho

Los empresarios dicen que el Gobierno privilegia a la CGT en la discusión de la reforma laboral. Y que no creen que participarán en el control de las obras sociales sindicales, como dijo el ministro del Interior

ALEJANDRA GALLO

La dirigencia empresarial, nucleada en el Grupo de los Ocho, no creyó la promesa del ministro del Interior, Carlos Corach, quien dijo que el Ejecutivo pedirá la participación de los privados en el control de las obras sociales, en el contexto de nuevo proyecto de ley de flexibilidad laboral.

"Es un gesto de buena voluntad, pero no nos quedamos tranquilos. Pareciera que la intención es garantizarles las cajas a los sindicatos", dijo el secretario de la Unión Industrial, José Ignacio de Mendiguren, quien reeemplazó a Claudio Sebastiani (en el exterior) en la reunión del G-8 con el Gobierno, el martes.

Las quejas de De Mendiguren fueron respaldadas por Sergio Einaudi, el hombre del poderoso Grupo Techint, quien retornó a las discusiones por la reforma laboral.

"En la UIA creemos que no es una política adecuada no darle participación activa a los empresarios en la redacción del nuevo proyecto de ley", señaló el industrial. Así, el industrial resumió el malestar que se respira en el G-8, por la decisión oficial de crear una comisión –de funcionarios, sindicalistas y legisladores– que redactará el nuevo proyecto laboral y de la cual fueron excluidos los empresarios.

Ayer trascendió que el propio Gobierno busca un mayor compromiso de Economía en esta discusión. Por eso, se decidió la participación de Carola Pessino, superasesora de Roque Fernández.

Fuentes del G-8 confiaron que la promesa de Corach fue interpretada sólo como una maniobra negociadora del Gobierno. En realidad, los hombres de negocios tampoco creen que el Ejecutivo termine de redactar un nuevo proyecto de ley en dos días, otra de las promesas que hizo Corach.

Los hombres de negocios suponen que los textos se terminarán la semana próxima.

La versión de los privados asegura que el proyecto entraría en el Senado una vez que el bloque oficialista armonice una posición. Hasta ahora conviven varios proyectos de ley. A cambio de la redacción de un nuevo proyecto en la Cámara alta (donde el oficialismo tiene mayoría), Menem retiraría los decretos flexibilizadores, cuya implementación analiza la Corte.

Las mismas fuentes del G-8 confiaron que la cláusula de control compartido sobre las obras sociales, entre la CGT y los empresarios, no tendría luz verde en Diputados.

Voceros del bloque del PJ en Diputados dijeron ayer que "no compartimos la posición de los empresarios" y recordaron que desde el Ejecutivo les hicieron saber sobre "cierto distanciamiento con el empresariado" por la posición que asumieron antes de las elecciones de octubre.

Más moderado, el titular de la Cámara de Comercio, Jorge Di Fiori recordó que "la instrucción que dejó Menem antes de viajar es profundizar el consenso. Entonces, es posible el diálogo para un control compartido de las obras sociales".

Di Fiori además recordó que "a la CGT le interesó esa posibilidad en las negociaciones tripartitas". El dirigente mercantil confirmó que existen contactos informales entre los privados y los gremios y no descartó un encuentro que se realizaría a la brevedad.

Desde la UIA y la Sociedad Rural aseguraban ayer que el G-8 se reuniría hoy al mediodía, pero Di Fiori lo desmintió: "Hasta que no nos lleguen los primeros borradores no nos reuniremos".

Relaciones laborales

El libro "Los sindicatos y la economía global, ¿ocaso del sindicalismo?", de Rubén Rotondaro, se presentó ayer en la Fundación de Estudios Americanos.

02-02

9714626

Nº DOCUMENTO 9714627
TITULO Apoyan desafuero de Morello
PROCEDENCI CLARIN 150024
FECH 25/11
VINCU 66960
11164
11302
11304

CL 25/11

LA POSICION DE LA DAIA

Apoyan el desafuero de Morello

Lo hizo Beraja • Se sumó así a los diputados que impulsan la renuncia del legislador del MODIN a su inmunidad • Este apareció en televisión y afirmó que se presentará esta semana ante la comisión bicameral

El titular de la DAIA, Rubén Beraja, se sumó ayer al coro de legisladores que impulsan el desafuero del diputado del MODIN Emilio Morello, para que aclare sus supuestas vinculaciones con el atentado a la AMIA y eventualmente no se fugue.

"Si realmente quiere contribuir con la Justicia, podría renunciar a sus fueros parlamentarios para que consultemos algunos puntos que son un interrogante", opinó Beraja en apoyo de un pedido que impulsan diputados del PJ y la Alianza.

Sin embargo, en una breve aparición televisiva, Morello volvió ayer a desmentir cualquier participación en el atentado y negó que pensara fugarse, en una versión a la que calificó de "ridícula".

Las sospechas sobre Morello, adelantadas por Clarín, volvieron a surgir ahora a partir de la reinstalación de algunas pistas, que ubicarían a este dirigente del MODIN como nexo entre los terroristas internacionales que actuaron en la AMIA y la conexión local del atentado.

Al titular de la DAIA, la entidad que representa políticamente a la comunidad judía, no se mostró sorprendido con la reaparición de Morello en la investigación: recordó que en el informe que presentaron en setiembre la DAIA y la AMIA sobre el atentado, el diputado del MODIN estaba mencionado.

"Hay situaciones que generan sospechas sobre él, sea vínculos con personas que estaban el día del atentado a pocas cuadras, conversaciones telefónicas extrañas, pedidos de informes referidos a la actividad de iraníes, que llaman la atención y que por lo menos abren interrogantes", indicó Beraja.

Y agregó: "No quiero abrir un juicio sobre cuál va a ser su conducta, yo creo y espero que él, que ha expresado que es ajeno al caso, lo demuestre en la Justicia; ésa es la mejor manera, porque fugándose va a dar razón a las sospechas".

La referencia de Beraja apuntó a las versiones que indican que Morello podría irse del país después del 10 de diciembre, cuando vence su mandato de legislador, para evitar comparecer ante la Justicia.

Ayer Morello decidió salir a contrarrestar el renacimiento de las sospechas hacia él, que se habían originado cuando en diciembre de 1995 el juez Juan José Galeano, a cargo de la causa AMIA, no pudo allanar el domicilio del diputado por regir los fueros parlamentarios.

Morello eligió el programa del mediodía de Mauro Viale para desmentir cualquier relación con la conexión local del atentado, sobre todo con el ex comisario bonaerense Juan José Ribelli, detenido y sospechado de ser una de las cabezas de la organización local que respaldó el ataque terrorista.

RUBEN DUBROVSKY

PREOCUPADO. Beraja saluda ayer a Menem en una convención de banqueros.

"No conozco iraníes"

"No sé quién es Ribelli, no conozco a ningún iraní, no conozco a nadie", señaló con tranquilidad Morello ante las cámaras. Y dijo que está a disposición de la comisión bicameral de seguimiento de los atentados contra la Embajada de Israel y la AMIA, así como del juez Galeano, como forma de desmentir que planee fuga alguna tal como advirtió la SIDE a diputados del oficialismo.

Rápido de reflejos, el diputado del MODIN argumentó que cada vez que se profundizan las investigaciones sobre la participación "de elementos corruptos de la Policía Bonaerense en el atentado, volvemos a aparecer nosotros". □

Rico, a la defensiva

El flamante intendente de San Miguel y jefe del MODIN, Aldo Rico, opinó ayer que "no se puede acusar al cuete", en referencia a las sospechas de la comisión bicameral sobre el diputado Emilio Morello, a las que consideró "poco serias y sin fundamento".

Doc. oscuro

01-01

9714627

DOCUMENTO 9714628
TITULO Jordi Pujol de visita en Argentina.
PROCEDENCIA 618593
FECHA DE PROCEDENCIA 26-11-97
VINCULACIONES 66960
5076/3
X58908 11164
U ECOBT 11302 00595
exq ic/ sup
11399

ARGENTINA-ESPAÑA
PUJOL REAFIRMA VOLUNTAD EMPRESAS ESPAÑOLAS INVERTIR ARGENTINA

Buenos Aires, 26 nov (EFE). El presidente de la Generalitat de Cataluña, Jordi Pujol, destacó hoy en Buenos Aires, donde realiza una visita oficial de dos días, la voluntad de las empresas españolas en continuar invirtiendo en Argentina, por ser un mercado estable.

"Ahora que España ha resuelto bien su reto económico a nivel europeo, se ha lanzado a los mercados de Argentina y otros mercados del Cono Sur", dijo Pujol en una rueda de prensa celebrada en la Casa de Gobierno, en la capital argentina.

El presidente catalán llegó hoy a Argentina, primera escala de una gira de carácter económico que le llevará posteriormente a Chile y Uruguay.

"Hice este viaje porque había varios empresarios catalanes y españoles con interés en que reforzáramos la opción de invertir en esta región", dijo Jordi Pujol.

El político catalán mantuvo un encuentro con la prensa tras reunirse con el vicepresidente argentino, Carlos Ruckauf, a cargo de la jefatura del Ejecutivo ante la ausencia del país presidente de la nación, Carlos Menem, de visita en México.

En España hay confianza en el desarrollo argentino y en el crecimiento continuado de su economía, indicó Pujol en otro momento de su charla con la prensa, tras destacar que España es el segundo inversor en este país, después de EEUU.

"Aquí existe una corriente fluida de inversión y se han facilitado las inversiones extranjeras a través de una política de privatizaciones, una disciplina económica y medidas legislativas diversas", añadió.

En ese sentido mencionó la presencia de empresas españolas como Repsol, Telefónica y Endesa.

Asimismo dijo que había valorado en su conversación con el vicepresidente Ruckauf el hecho de que los países del Cono Sur hayan soportado la crisis que se desencadenó semanas atrás en los mercados bursátiles de Asia.

Opinó que pese a esta situación, "el desarrollo logrado por los países del Cono Sur es sólido", y que "algunos temores, dudas o incertidumbres que pudieran haber habido, han quedado descartados".

Jordi Pujol visitó hoy las obras de Aguas de Argentina (en la que participa Aguas de Barcelona) en el área metropolitana de Buenos Aires, destinadas a ampliar el servicio de esa empresa.

Aguas de Argentina es la empresa concesionaria de los servicios de agua potable en la capital argentina y 17 partidos del cono urbano bonaerense.

Aguas de Barcelona, que también está presente en las provincias de Córdoba y Santa Fé y en la inspección técnica de automóviles en la provincia de Buenos Aires, examina la posibilidad de introducirse en el negocio de la medicina privada.

La empresa catalana tiene comprometidos 1.000 millones de dólares en inversiones en Argentina y Chile, de los que la mayor parte están destinados a este país.

Para el presidente de la Generalitat, la inversión catalana en Suramérica "luce poco" desde el punto de vista estadístico, al no

01-07

consistir en inversiones de grandes empresas sino de compañías medias que, no obstante, "crean riqueza estable, empleo y buen tejido industrial y social".

Jordi Pujol se reunirá durante su estancia de dos días en el país con el gobernador de la provincia de Buenos Aires, Eduardo Duhalde, y con el ministro de Economía, Roque Fernández.

Además tendrá una charla en el Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), que se dedica al análisis de la realidad política y económica internacional, y un encuentro con la colectividad catalana en el Casal de Cataluña de Buenos Aires.

Mañana visitará las oficinas de Telefónica de Argentina (operada y gerenciada por Telefónica de España) y compartirá un almuerzo con empresarios españoles y argentinos organizado por la Cámara Española de Comercio, tras lo cual viajará a Chile.EFE

ac/mc/gv

11/26/18-22/97

9714628

DP1612

U POXBT 11-26 00377
icx exg sur

ARGENTINA-PUJOL
PUJOL HACE NUEVO LLAMAMIENTO AMPLIAR ACUERDO PARA APROBAR LEY

Buenos Aires, 26 nov (EFE).- El presidente de la Generalitat de Cataluña, Jordi Pujol, hizo hoy en Buenos Aires un nuevo llamamiento a Esquerra Republicana de Catalunya (ERC) y al Partido Popular (PP) para que se sumen al acuerdo para aprobar la nueva ley del catalán, que el martes culminó su trámite como ponencia.

Desde Argentina, donde hoy inició un viaje oficial por Sudamérica, que también le llevará a Chile y Uruguay, Pujol se dirigió, sin citarlos, a ERC y al PP para que acerquen sus posiciones discrepantes a la del resto de formaciones de Cataluña (Convergencia i Unió, Partido Socialista de Cataluña, Izquierda Unida y Partido por la Independencia) que ya han anunciado su voto favorable a la Ley de Política Lingüística.

"La aplicación de esta ley disipará las dudas y pondrá de manifiesto que cualquier temor que pueda haber por parte de los unos o los otros sobre sus insuficiencias o sobre el hecho de ir demasiado lejos, no tiene justificación", dijo Pujol en clara alusión a las respectivas posiciones que mantienen ERC y el PP.

El presidente de la Generalitat afirmó, no obstante, que si no pueden votar a favor de la ley todos los partidos, "que la voten los máximos posibles".

El Gobierno de la Generalitat y el propio Pujol tratarán en las próximas semanas de limar las diferencias que existen con Esquerra y el PP para conseguir, si no es posible su voto favorable, al menos su abstención en la votación de la ley por parte del pleno del Parlamento catalán.

En este clima de acercamiento se inscribe la negativa de Pujol a polemizar con el PP, tal como ha puesto hoy de manifiesto al rehusar referirse a unas declaraciones del portavoz parlamentario popular Josep Curto, que el martes volvió a criticar abiertamente a la ley al tacharla de "desfachatez".

El presidente catalán insistió en la necesidad de conseguir el mayor consenso posible, tras defender la oportunidad de esta nueva ley del catalán y recordó que el anterior debate de la ley ahora vigente, aprobada por todos los partidos, se demoró dos años.

"Siempre hemos dicho -señaló Pujol- que esta ley no podía ser el resultado de una mayoría parlamentaria, porque si lo hubieramos pensado así, la habríamos aprobado cuando teníamos mayoría absoluta y la hubieramos podido imponer tranquilamente, y no lo quisimos hacer nunca". EFE

jc/Hma/jmc

11/26/19-46/97

03

DF1610

U ECORT 11-26 00252
ICX sur bas

ARGENTINA-ESPAÑA/PESCA
CAPITAN BUQUE VIAJA A ARGENTINA A ENTREGAR PESCA DECOMISADA

Santiago de Compostela (España), 26 nov (EFE).- Amador Bernárdez, capitán del buque congelador español "Arpón", apresado en mayo por faenar en aguas argentinas, llegará mañana a Buenos Aires para asistir en el puerto de Bahía Blanca a la descarga de las 90 toneladas de pesca decomisadas por las autoridades.

Según declaró a Radio Nacional de España, él y otros siete tripulantes se reunirán con los seis que ya se encuentran en el pesquero para proceder a la descarga, que forma parte de la multa que la casa armadora española "Freiremar" debe pagar al Gobierno argentino.

Además, "Freiremar" deberá abonar al Gobierno argentino 300.000 dólares por faenar a 198.5 millas marinas de las costas argentinas, es decir, dentro de la zona económica exclusiva de 200 millas que mantiene Argentina.

El "Arpón" fue apresado el 13 de mayo en aguas del Atlántico sur por un buque de la Prefectura Naval (guardacostas) y conducido al puerto de Bahía Blanca, a 800 kilómetros al sur de Buenos Aires, donde permanece actualmente al cuidado de seis tripulantes.

El próximo fin de semana el capitán y los tripulantes se desplazarán hasta Montevideo, ya que será a este puerto a donde se dirija el "Arpón", una vez descargada la pesca decomisada y autorizada su salida de Bahía Blanca.

En el puerto uruguayo se efectuarán diversas reparaciones al buque, antes de reincorporarse a la actividad pesquera, fuera de las 200 millas de responsabilidad argentina, hecho que podría producirse en los primeros días de diciembre. EFE
PAM/IBR/jmc

11/26/19-17/97

04

9714628

XC8754

R FOXBT 11-26 0045S
MUN EXG ICX

ARGENTINA-OPOSICION
ALIANZA OPOSITORA TOMA CONTROL ESTRATEGICA CAMARA LEGISLATURA

Buenos Aires, 26 nov (EFE).- Un acuerdo entre peronistas y la oposición, dió a estos últimos el control de la Cámara de Diputados de la provincia de Buenos Aires, la de mayor peso electoral del país, a cambio de dejar a los primeros el gobierno provincial.

En virtud del pacto político, la presidencia de la cámara legislativa bonaerense, en manos del Partido Justicialista (peronista), en el gobierno, pasará a la alianza entre la Unión Cívica Radical (UCR) y el Frente del País Solidario (FREPASO).

La alianza UCR-FREPASO se hará cargo de la presidencia de la Cámara el 10 de diciembre próximo, cuando asuman los legisladores elegidos en las elecciones del pasado 26 de octubre.

Como resultado de los comicios legislativos provinciales, la alianza pasará a tener 46 escaños frente a 44 del oficialismo y uno del Partido para la Integración Social (PAIS), formado por peronistas disidentes.

El oficialismo cedió la presidencia mediante un acuerdo político en el que la oposición garantizó que no se alterará la línea de sucesión del gobernador bonaerense, Eduardo Duhalde, en el eventual caso de su renuncia o destitución.

En este sentido, se acordó que, llegado el caso, sea un legislador peronista el que se haga cargo del gobierno provincial, informaron hoy portavoces de las largas negociaciones que mantuvieron las principales fuerzas políticas del país.

El presidente de la Cámara de Diputados bonaerense está en el tercer puesto de sucesión del gobernador, detrás del vicegobernador y del vicepresidente del Senado provincial.

La UCR y el FREPASO, una coalición de centroizquierda formada por peronistas disidentes, socialistas y demócratas cristianos, designaron para la presidencia del cuerpo legislativo al diputado radical Francisco Ferro.

Los analistas políticos coinciden en que la derrota supuso un duro golpe para las aspiraciones del gobernador Duhalde de ser el candidato oficialista para suceder al presidente argentino, Carlos Menem, cuando concluya su segundo mandato consecutivo, en 1999.

La provincia de Buenos Aires, con una población de doce millones de habitantes, cifra equivalente a un tercio del total del país, abarca al 37 por ciento del electorado argentino.

En el cómputo nacional de los votos de las elecciones de octubre pasado, la oposición acaparó el 45,7 por ciento de los votos frente al 36,15 en favor del oficialismo peronista.

En el caso de Buenos Aires, el principal bastión electoral del peronismo, la alianza opositora logró una ventaja de seis puntos porcentuales sobre el oficialismo, que ocupó el segundo lugar.

El peronismo de Menem, quien asumió por primera vez la jefatura del Estado en 1989, se mantenía invicto en todos los comicios nacionales celebrados en el país desde la elección de gobernadores y legisladores de 1987. EFE
alm/fs/emr

11/26/18-20/97

05

9714628

XF4747

R VARBT 11-26 00584
mun exg icx

ITALIA-ARGENTINA
ABUELAS PLAZA MAYO PIDEN MEA CULPA IGLESIA SOBRE DESAPARECIDOS

Por Marta Rullán

Roma, 26 nov (EFE).- Las "Abuelas de la plaza de Mayo" pidieron hoy, miércoles, al papa Juan Pablo II que "reconozca la existencia de los desparecidos durante la dictadura militar argentina para que, veinte años después, cambie la actitud de la Iglesia, que hasta ahora se ha mantenido en silencio".

María Estela Carlotto y Rosa Roisimblit, representantes de la organización creada en 1977 por doce abuelas de desaparecidos para encontrar a sus hijos y nietos secuestrados, fueron recibidas por el Papa en un acto que ambas calificaron de "acontecimiento político".

"'Estamos siempre rezando por ellos', nos respondió, lo que para nosotras significa que hay una disposición concreta para que la Iglesia influya en la actitud de los miembros de las fuerzas armadas que siempre decían de sí mismos que eran occidentales y cristianos", explicó Carlotto.

En una conversación con la prensa, las dos "abuelas" argentinas explicaron que su visita a Roma también incluía un encuentro con el rabino jefe, Elio Toaff, pero un desafortunado incidente ocurrido ayer, martes, en el que el jerarca judío se rompió una pierna, impedirá la reunión.

En nombre de la asociación, que trabaja con la "necesidad inclaudicable de encontrar justicia y verdad sobre los desaparecidos vivos", Carlotto entregó también al Pontífice un informe con los datos de los 230 casos de niños desaparecidos denunciados oficialmente.

Pero las "abuelas" calculan que en realidad la cifra ronda los 500 casos, de los cuales 58 se han esclarecido: 31 han vuelto con su familia biológica, 13 se quedaron con la adoptiva -"no todos los padres adoptivos actuaron de mala fe", dijo Roisimblit-, ocho fueron asesinados y seis permanecen en la justicia, "que tiene más armas para ayudar a los ladrones que a las víctimas", agregó.

"Quedan muchos por resolver. Nuestros nietos están cerca, tienen entre 18 y 21 años pero no podemos reconocerlos porque nunca los vimos: nacieron en campos de concentración", dijo Carlotto, que añadió que "todavía hoy vienen jóvenes a vernos porque dudan de su identidad y quieren saber".

Ambas reconocieron que "felizmente" la actitud de la Iglesia ha cambiado. "Hoy estamos aquí gracias a la labor del arzobispo Estanislao Karlic, presidente de la Conferencia Episcopal, que es el que ha gestionado que nos reciba el Papa", explicaron.

Rosa Roisimblit, de 78 años, pertenece a la comunidad judía, como 17 de los casos de niños desaparecidos, entre ellos Rodolfo, su nieto. "¿Qué hace la comunidad internacional hebrea por ellos?", se preguntó.

"En Argentina no encuentro respuestas entre los judíos, sólo miedo, así que vengo hasta aquí, un lugar en el que tal vez puedan ayudar. Todos los judíos del mundo deberían reclamar por los niños desaparecidos", agregó Roisimblit.

Desde Roma ambas viajarán a Milán, donde Estela Carlotto debe declarar como acusación particular en uno de los seis casos que la justicia italiana sigue sobre ciudadanos de este país

06

9714628

desaparecidos en Argentina.

"El caso de mi hija Laura Estela y mi nieto Guido es muy significativo, porque hay muchos testimonios y pruebas que acreditan la responsabilidad de un militar llamado Suárez Mason en el asesinato de mi hija. Me entregaron su cadáver y la autopsia certificó que había dado a luz unos días antes de ser fusilada", explicó Carlotto.

Las abuelas resaltaron que la búsqueda de unos niños que han cambiado hasta hacerse hombres sin conocerlos siquiera les ha obligado a abrir nuevos caminos, tanto desde la ciencia (nuevos tipos de análisis sanguíneos), como de la psicología (la restitución de la identidad es traumática, pero beneficiosa) y judiciales. EFE

mr/ah

11/26/17-56/97

07-07

9714628

DOCUMENTO 9714629
LO Destraban ley de la Magistratura
PROCEDENCIA LA NACION 150025.
FECHA DE PROCEDENCIA 27/11/97.
VINCULACIONES 66960 -
11164 -
11302 -

Destraban la ley de la Magistratura

Senadores del PJ y de la UCR estudian la aprobación definitiva del proyecto, al que completarían con una norma correctiva

Radicales y justicialistas del Sena- dieron ayer el primer paso para destrabar la sanción de la ley por la que se crea el Consejo de la Magistratura, que reemplazará el viejo sistema de selección y remoción de jueces.

El proyecto cuenta ya con media sanción de la Cámara alta, que ideó un consejo con hegemonía peronista en su composición, y fue modificado por Diputados, dondé el PJ había cedido algunas de sus pretensiones en favor de una representación más equilibrada.

Pero al volver el proyecto al Senado para su segunda y última revisión, éste se estancó hace ocho meses por la negativa del PJ a aceptar las modificaciones de la Cámara baja.

Las conversaciones entre los dos bloques mayoritarios del Senado se retomaron por contactos de último momento entre el PJ y la UCR, que estudian ahora aprobar la sanción de Diputados y completarla con una ley correctiva.

El PJ nunca pudo avanzar para imponer su proyecto original, pues para hacerlo necesitaba de los dos tercios de los votos. La oposición, que cuenta con menos votos que el oficialismo, tuvo aún menos posibilidades para convalidar la sanción de Diputados.

En ésta, el equilibrio se había logrado a partir de la reducción, de dos a uno, de los representantes del Poder Ejecutivo en el Consejo y mediante la aceptación de un mayor número de abogados, entre otros cambios.

Reparos oficialistas

La norma correctiva está pensada para dar cabida a algunos de los reparos que, por estas horas, realiza el PJ, apremiado, entre otras cosas, por una andanada de acciones de amparo que podrían ser presentadas frente a la falta de sanción de esta ley cuyo plazo constitucional de creación venció hace más de dos años.

Para la norma correctiva, el PJ reclamaría, según pudo saber LA NACION, por boca de los senadores Jorge Yoma y Eduardo Menem, la modificación de algunos puntos que objeta de la sanción de Diputados. Entre ellos, los siguientes:

- Que el plenario de la Magistratura funcione con un quórum de los dos tercios de los presentes. Los senadores del PJ dicen que esto imposibilitará la tarea del cuerpo.
- Que la integren tres académicos elegidos en forma independiente del PE.
- Que la ley establezca reglas de disciplinas para los magistrados.
- Que los abogados integren la Comisión de Disciplina del Consejo. El PJ aduce que la "corporación" de los abogados no puede decidir sobre el futuro de los magistrados ante quienes litigan.
- Que un juez sea suspendido automáticamente apenas exista una denuncia contra el magistrado. Los oficialistas dicen que eso paralizaría el funcionamiento de los juzgados.

Estas propuestas integran la lista que Menem y Yoma comenzaron a bosquejar ayer para entregar hoy al bloque radical.

Por su parte, los hombres del partido de Alem expresaron su decisión de dialogar con un primer borrador que ya anticiparon al oficialismo. "Nosotros podemos aceptar lo del quórum y lo de los académicos -aseguró ayer una alta fuente de la bancada radical-. Vamos a resignar todo aquello que no altere el espíritu del texto de Diputados", explicó.

La UCR debatirá hoy el tema con el Frepaso, su socio en la Alianza.

La situación hasta hoy

- El Consejo de la Magistratura fue incluido en la reforma constitucional de 1994 como el modo de transparentar la selección y remoción de los jueces.
- El proyecto de creación de ese instituto ingresó por el Senado, donde el PJ lo dotó de una mayoría partidaria en su representación.
- El oficialismo de Diputados acordó con la oposición morigerar esa exigencia; se sancionó un texto más equilibrado.
- De regreso en el Senado para su última revisión, antes de convertirse en ley, el PJ se opuso a convalidar la sanción de Diputados, pero nunca logró los votos (dos tercios) para imponer su criterio.
- El tratamiento de la ley está estancado desde hace ocho meses. Como consecuencia de ello, más de 30 juzgados permanecen vacantes.
- La derrota electoral del peronismo en los comicios del 26 del mes último lo dejó en una situación más vulnerable y crecen las posibilidades de consenso con la oposición.

Doc oscuro

01-02

9714629

Aceleran la sanción del Consejo de la Magistratura

El Senado quiere aprobarlo y acordar una ley correctiva

Dirigentes del PJ y de la UCR estaban anoche cerca de un acuerdo para destrabar la sanción de la ley del Consejo de la Magistratura, incorporada en la reforma constitucional de 1994 con el propósito de transparentar la selección y remoción de magistrados.

La norma nunca pudo ver la luz por la intransigencia del peronismo de la Cámara alta para dar marcha atrás con su propósito de contar, fundamentalmente, con una representación mayoritaria en la composición de ese organismo.

En cambio, los diputados oficialistas cedieron ante los planteos reclamos de la oposición y de las asociaciones de abogados y la Cámara baja sancionó un texto más equilibrado. Pero al volver al Senado para su última revisión, la norma se estancó, pues el peronismo nunca pudo obtener los dos tercios de los votos necesarios para insistir con su iniciativa original.

Las condiciones políticas surgidas de los comicios del 30 del mes último, con la derrota del PJ a manos de la Alianza en distritos clave del país, y la seria amenaza de que en los próximos días se presente una andanada de recursos de amparo frente a la demora en la sanción de esa norma parecen haber ablandado la postura del oficialismo, que ahora se muestra dispuesto a dialogar con la oposición.

La salida que se propone en la Cámara alta es la de convalidar la sanción de Diputados y complementarla con una norma correctiva que contemple algunos de los reparos del PJ a la modificación de su texto original.

Hoy el radicalismo participará de la propuesta a su socio en la Alianza, el Frepaso. De aceptar el PJ la sanción de Diputados, la oposición habrá conseguido su primer logro importante tras los comicios y el Consejo podría convertirse en ley antes de fin de año. Pág. 9

De aquí en más

- **Primer paso:** el PJ daría marcha atrás al convalidar la sanción de Diputados que establece un mayor equilibrio en la composición del Consejo.
- **Ley correctiva:** como compensación, solicita una norma posterior (correctiva), donde se pueda dar cabida a sus reclamos.
- **Plazo:** de prosperar las negociaciones, el Consejo será ley antes de fin de año.

02-02

9714629

Nº DOCUMENTO 9714630
TITULO Menem de visita en mexico
PROCEDENCIA 150080
FECHA DE PROCEDENCIA 28-11-97
VINCULACIONES 66960
507623
11164
11302
11399 - 11148

XE4019
U FOXBT 11-26 00650
mun exo icx

MEXICO-ARGENTINA
MENEM Y ZEDILLO RATIFICAN POLITICA INTEGRACION Y APOYAN BRASIL

México, 26 nov (EFE).- Los presidentes de Argentina, Carlos Menem, y México, Ernesto Zedillo, reafirmaron hoy su compromiso con la política de integración en América al expresar su apoyo solidario al plan económico de su homólogo de Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

"Es una prioridad política y económica abrir todos los márgenes necesarios para que Brasil pueda llevar a cabo su programa", dijo Zedillo tras reunirse en privado con Menem, quien inició hoy una visita de Estado de cuatro días a México.

Ernesto Zedillo señaló que esta encuentro con Carlos Menem, al término del cual ambos mandatarios firmaron diez acuerdos y convenios, ha sido oportuno para "reafirmar nuestro compromiso con las politicas de liberalización comercial y de integracion de las Américas".

Los presidentes de México y Argentina reconocieron que "a corto plazo hay circunstancias muy especiales que nos hacen tener la más firme de las solidaridades hacia otro país hermano muy importante para la región y para el mundo, que es Brasil", señaló Zedillo.

"México y Argentina seremos absolutamente solidarios, en lo que nos corresponde, con las politicas que ha determinado como convenientes para el presente y el futuro de la gran nación brasileña" el presidente Cardoso, recalcó el gobernante mexicano.

"Estamos totalmente dispuestos a que las negociaciones comerciales tendentes a esa gran integración que queremos y deseamos tomen los debidos tiempos para que el Gobierno brasileño atienda de manera prioritaria esta circunstancia financiera compleja", abundó Zedillo.

El presidente mexicano señaló que la formación de una gran zona de libre comercio es muy importante para las relaciones entre México y Argentina.

"Pero también es muy importante que los presidentes lancemos una señal muy clara en el sentido de que el presidente Cardoso tiene todo nuestro apoyo y solidaridad para sacar adelante ese programa de ajuste económico que es tan importante para su país".

Por su parte, el presidente Menem explicó que en el "largo diálogo" con Zedillo se abordaron diversos temas, con especial énfasis en los procesos de integración en el continente.

Menem dijo que el "sostenido y decidido esfuerzo" por estrechar vínculos fraternales se ratifica con la firma de acuerdos en áreas significativas y diversas "que ponen de relieve la confianza recíproca y el amplio espectro de la relación bilateral".

Consideró como muy importante para México y Argentina crecer en un ambiente de relaciones preferenciales y seguir profundizando en la democracia, la libertad y el respeto a los derechos humanos.

Tras su reunión privada, Zedillo y Menem encabezaron la ceremonia de firma de acuerdos y convenios bilaterales en materia económica, tributaria, de telecomunicaciones y de cooperación educativa, cultural y financiera.

Los gobiernos de México y Argentina suscribieron también un convenio para evitar la doble aplicación de impuestos sobre barcos-

y aeronaves, un acuerdo de reciprocidad de uso de satélites, un convenio de cooperación educativa y cultural, otro de validación de estudios y otro sobre comunicación social gubernamental.

Asimismo, el Banco de Inversión y Comercio Exterior de Argentina firmó un acuerdo marco de cooperación con el Banco de Comercio Exterior de México, y el banco público de desarrollo mexicano Nacional Financiera (NAFIN) suscribió otro con la Secretaría de la Pequeña y la Mediana Empresa.

Los gobiernos de los dos países firmaron además un documento que sintetiza los trabajos y puntos de acuerdo de la Comisión Mixta para la Lucha Contra el Narcotráfico y el Uso de Sustancias Psicotrópicas.

En su primera jornada en México, Carlos Menem, quien fue recibido por Zedillo con una vistosa ceremonia y un desfile militar en el Campo Marte de la capital, celebrará un almuerzo con empresarios mexicanos y una cena de Estado que le ofrecerá el presidente mexicano.

El próximo sábado, Menem viajará a la capital del estado mexicano de Jalisco para inaugurar la XI Feria Internacional del Libro de Guadalajara, que este año está dedicada a Argentina. EFE

jth/mf/fr

11/26/20-27/97

9714630

XU7305

U ECORT 11-26 00341
mun exg icx

MEXICO-ARGENTINA
MENEM: VOLATILIDAD NO AFECTA RELACION ECONOMICA BILATERAL

México, 26 nov (EFE).- La volatilidad en los mercados financieros no afectará a las negociaciones comerciales que mantienen Argentina y México porque ambos países poseen sólidas economías, aseguró el presidente Carlos Menem a su llegada esta madrugada a la capital mexicana.

Menem, quien realizará una visita de Estado de cinco días a este país, llegó a la 1:30 horas (7:30 GMT) al aeropuerto internacional de la Ciudad dde México, donde fue recibido por el secretario de Relaciones Exteriores, José Angel Gurría.

Poco antes, había llegado el mandatario mexicano, Ernesto Zedillo, procedente de Vancuver (Canadá), donde participó en la V Cumbre del Consejo Económico para Asia y el Pacífico (APEC).

Al ser preguntado por los informadores sobre la inestabilidad financiera de las últimas semanas, el presidente Menem comentó que "la economía argentina está solida y sigue creciendo".

"No existe inflación, el Producto Interno Bruto crecerá este año un ocho por ciento, hemos aumentado las reservas y han crecido los depósitos, así que estamos bien", resaltó.

Según el presidente argentino, "la volatilidad es un fenómeno que afecta a los mercados bursátiles", y recordó que "hay economías que están sólidas, como la de México y la nuestra, y a partir de esto podemos hacer grandes negocios entre ambas naciones".

Menem explicó que en la agenda de su viaje figuran contactos con miembros del Gobierno, legisladores y empresarios, para analizar diferentes asuntos, entre los que destaca especialmente la posible incorporación de México al Mercosur, integrado actualmente por Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay

El presidente Menem será recibido oficialmente esta mañana por el mandatario mexicano, Ernesto Zedillo, tras lo cual ambos gobernantes suscribirán importantes acuerdos bilaterales.

En la residencia oficial de Los Pinos, Zedillo y Menem mantendrán una entrevista en privado; más tarde el presidente argentino almorzará con el Consejo Empresarial Mexicano para Asuntos Internacionales y, por la noche, el presidente mexicano le ofrecerá una cena en el Palacio Nacional. EFE

ea/mf/jmi/dv

11/26/16-29/97

9714630

XE3999

U POXBT 11-26 00316
mun exg icx

MEXICO-ARGENTINA
ZEDILLO ELOGIA LIBERTAD DE INTERCAMBIOS IMPULSADA POR MENEM

México, 26 nov (EFE).- El presidente de México, Ernesto Zedillo, elogió hoy en presencia de su homólogo argentino el impulso dado por Carlos Menem "a la supresión de obstáculos al libre flujo de intercambio de ideas, iniciativas y productos".

En una vistosa ceremonia de bienvenida celebrada en el Campo Marte de la capital mexicana, Zedillo dijo a Menem que "le recibe un pueblo resuelto a trabajar con unidad y perseverancia para sentar las bases de un futuro de oportunidades y prosperidad, de democracia plena y justicia social".

El presidente de México, quien definió a Menem como "un apreciado estadista latinoamericano", subrayó que "un componente esencial para construir esta estrategia es la integración en las naciones hermanas de América Latina".

"Los pasos más firmes y promisarios hacia esta integración están hoy en el impulso a la libertad de intercambios que con gran visión usted, señor presidente, ha defendido y promovido", señaló Zedillo, quien resaltó que esta visita de Estado representa una excelente oportunidad "para dar un impulso decisivo a los intercambios productivos entre Argentina y México".

Por su parte, el mandatario argentino destacó los vínculos de amistad y solidaridad que históricamente han unido a ambas naciones, y agradeció la bienvenida que le tributó su "estimado amigo" Ernesto Zedillo.

"La amistad entre los países están fundamentadas también en la amistad entre los hombres que tienen a su cargo las responsabilidades de gobernarlos", agregó.

Tras recalcar que ambos presidentes desean elevar las relaciones bilaterales al "nivel de excelencia", Carlos Menem aseguró que este encuentro "marcará un hito importante" en el reforzamiento de los vínculos entre los dos países.

Después de la ceremonia de bienvenida, ambos presidentes mantuvieron una entrevista privada en la residencia oficial de Los Pinos, antes de proceder a la firma de importantes acuerdos bilaterales. EFE
ith/mf/fr

11/26/16-56/97

04

9714630

XY7174

R FOXBT 11-26 00546
amt

MEXICO-ARGENTINA
MENEM REITERA QUE CHILE Y BOLIVIA SEAN MIEMBROS DE MERCOSUR

México, 26 nov (EFE).- El presidente de Argentina, Carlos Menem, subrayó hoy en la capital mexicana la necesidad de que Chile y Bolivia se incorporen como miembros de pleno derecho al Mercosur.

Menem, quien inició hoy un viaje de Estado de cuatro días, se refirió a la necesidad de abrir esta organización (integrada por Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay) a México y a otros países de Latinoamérica.

"Mercosur nos ha dado grandes oportunidades de crecimiento", resaltó Menem en una reunión con empresarios de México y Argentina y anunció que durante la presidencia "pro tempore" que asumirá el año que viene intentará que Chile y Bolivia se incorporen como miembros de pleno derecho.

El Consejo Empresarial Mexicano para Asuntos Internacionales (CEMAI) ofreció un almuerzo a Menem en el Castillo de Chapultepec al que también asistió el presidente de México, Ernesto Zedillo.

Carlos Menem y su colega mexicano, Ernesto Zedillo, decidieron hoy prolongar "todas las veces que sea conveniente" el acuerdo económico de alcance parcial que vencía en diciembre próximo.

"Además -agregó-, vamos a seguir trabajando intensamente en este acercamiento y espero que México forme parte, integrando una zona de libre comercio, con nuestra region del Mercosur".

El presidente argentino resaltó la firme decisión de su país y de México de apoyar a Brasil en el programa económico adoptado por Fernando Henrique Cardoso para hacer frente a la crisis.

"Queremos que Brasil no sufra las consecuencias de esta crisis bursátil que se ha extendido por el mundo", apuntó Menem, quien destacó que "Brasil tiene una economía poderosa y las reformas que ha propuesto el presidente Cardoso le van a dar la posibilidad de crecer rápidamente y con éxito".

El mandatario argentino recordó "que la crisis que se desencadenó en México en diciembre de 1994 también perjudicó a su país, que perdió 8.000 millones de dólares, y destacó el hecho de que a pesar de la la actual crisis de los mercados bursátiles, "de Argentina no ha salido un solo peso".

El presidente Menem reiteró a los empresarios que las puertas de su país "están abiertas a los capitales mexicanos".

Por su parte, Ernesto Zedillo manifestó que es el momento "de tener una gran comprensión y ofrecer un gran respaldo" a Brasil, al recordar que México se enfrentó hace dos años a una situación financiera "particularmente difícil" que afectó a países de América Latina, especialmente a Argentina.

"Mal haríamos en no tener la más sincera y solidaria de las comprensiones hacia el gran esfuerzo que están haciendo nuestros hermanos brasileños para sortear esta circunstancias, que sabemos son circunstanciales y pasajeras", enfatizó.

El gobernante mexicano expresó su confianza en que "muy pronto" habrá de reconocerse que las condiciones estructurales de la economía brasileña "son vigorosas y propicias para que el crecimiento iniciado bajo la conducción del presidente Cardoso se sostenga a medio y largo plazo".

El presidente de México sostuvo que una vez superadas las

05 9714630

dificultades coyunturales en Brasil, "podremos dedicarnos con convicción y energía a avanzar en la liberalización de nuestros flujos comerciales".

Menem fue recibido hoy por Zedillo al comienzo de una visita de Estado de cuatro días que le llevará el sábado a Guadalajara, para inaugurar la XI Feria Internacional del Libro, que este año está dedicada a Argentina. EFE

ith/mf/ib/CGR

11/26/23-36/97

XA7712

U POXBT 11-27 00467
icx amt exg

MEXICO-ARGENTINA (Resumen)
MENEM SUSPENDE VISITA A MEXICO TRAS MUERTE JEFE CASA MILITAR

México, 26 nov (EFE).- El presidente de Argentina, Carlos Menem, suspendió su visita de Estado a México, a causa del fallecimiento hoy del jefe de la Casa Militar de Argentina, el brigadier Juan Carlos Ponce.

Un comunicado de la presidencia de la República de México señaló que Ponce falleció en la Ciudad de México "víctima de un infarto fulminante".

El brigadier Ponce era un colaborador de Carlos Menem desde hace varios años y su muerte ha obligado al presidente argentino a "suspender de inmediato la gira que realizaba por nuestro país", informó la Presidencia de la República.

Tras ser informado del fallecimiento del brigadier Juan Carlos Ponce, el presidente mexicano, Ernesto Zedillo, expresó sus "condolencias más profundas" a su colega argentino y a la delegación que le acompañba en este viaje, "expresándole la solidaridad y comprensión del pueblo de México".

Antes de partir esta noche rumbo a Argentina, al cuerpo sin vida del brigadier Ponce se le rendirán los honores militares correspondientes a su rango en un acto en el aeropuerto internacional de la Ciudad de México.

El ministro argentino de Relaciones Exteriores, Guido di Tella, permanecerá en México junto con una reducida comitiva, para proseguir con las reuniones y trabajos de la agenda bilateral preparada para esta gira.

El responsable de la Casa Militar de Argentina murió en el hotel de la capital mexicana donde se hospedaba la comitiva oficial que acompañaba al gobernante argentino.

La Oficina de la Presidencia de México informó de que debido a este suceso fue cancelada la cena de Estado que iba a ofrecer hoy en el Palacio Nacional a la delegación argentina.

El presidente Menem llegó hoy, miércoles, a México en visita de Estado, y fue recibido de manera oficial por su colega mexicano, Ernesto Zedillo.

En la reunión mantenida hoy con su colega mexicano, Menem reafirmó su decisión de que Chile y Bolivia se incorporen como miembros de pleno derecho al Mercado Común del Sur (MERCOSUR), y que México inicie un proceso de integración en este bloque económico.

Además de expresar su apoyo al plan económico para hacer frente a la crisis en Brasil, adoptado por el presidente Fernando Henrique Cardoso, los políticos Menem y Zedillo anunciaron una prórroga del acuerdo económico de alcance parcial suscrito por México y Argentina, que vencía en diciembre próximo, y firmaron varios acuerdos y convenios bilaterales.

El presidente Menem tenía previsto hacer una gira de Estado de cuatro días, pero al suspenderla abruptamente sólo pudo reunirse con Zedillo, empresarios mexicanos y el jefe de gobierno electo del Distrito Federal, Cuauhtémoc Cárdenas.

En la agenda de mandatario figuraba la inauguración el próximo sábado de la XI Feria Internacional del Libro de Guadalajara, la más importante muestra literaria de América Latina, que en esta edición está dedicada a Argentina. EFE

06

9714630

JAR/MF/IB/FG

11/27/04-37/97

Menem propone libre comercio regional

El presidente argentino buscará dar nuevo ímpetu con su par Ernesto Zedillo a las gestiones tendientes a revigorizarlo

BUENOS AIRES, (Reuters) - El presidente argentino, Carlos Menem, inició ayer una visita oficial a México para impulsar el libre comercio entre ese país y la unión aduanera Mercosur.

En su visita de cinco días, Menem buscará dar nuevo ímpetu con su par Ernesto Zedillo a las gestiones tendientes a revigorizar el libre comercio a nivel regional en momentos en que tanto Argentina como Brasil están perdiendo interés en el Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA).

La negociación por el ALCA es "tremendamente complicada", se quejó el lunes el canciller argentino, Guido Di Tella, en una reunión del Mercosur, bloque integrado por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Di Tella agregó que si el ALCA se iba a concentrar en los productos no [illegible]icionales, "dejando de lado los productos históricos, esto no nos conviene, y Brasil coincide con nosotros".

Por su parte, Zedillo, quien visi- Argentina hace un año, ha ex- [illegible]do en numerosas oportunidades [illegible] deseos de asociarse al Mercosur, pero siempre ha puesto énfasis en [illegible] México no debía olvidar los pa[illegible]s del ALCA.

El Mercosur, que tiene acuerdos de libre comercio con Bolivia y Chile, busca entablar pactos similares con varios otros p[illegible]s de la región y con la Unión Europea.

El Presidente argentino Carlos Saúl Menem, con su homólogo mexicano, Ernesto Zedillo.

México es socio de Estados Unidos y Canadá en el Tratado de Libre Comercio (TLC o NAFTA por sus siglas en inglés) suscripto en 1994. En una visita que realizó a Estados Unidos este mes, Zedillo resaltó que América Latina tiene "tremendas expectativas" de que el ALCA se concrete como está previsto para el 2005 y de que el presidente Bill Clinton pueda sortear los obstáculos con los que se topó en el congreso.

El Capitolio le negó este año a la Casa Blanca la autorización de "vía rápida", una legislación sin la cual no es posible negociar pactos de libre comercio con otros países.

Argentina y Brasil, que ya venían diciendo que debían dar prioridad al Mercosur sobre el ALCA, reforzaron esa línea cuando vieron que las intenciones de Clinton se estrellaban contra la intransigencia de los legisladores estadounidenses.

Argentina y México establecieron un sistema de consultas permanentes hace dos años, cuando ambos países estaban en medio de la tormenta financiera conocida como "efecto tequila" que produjo una fuerte fuga de divisas de la región y puso de manifiesto la fuerte interrelación entre sus economías.

Además del comercio, ambos países suscribirán varios acuerdos de complementación. Menem también asistirá a un seminario empresarial y se entrevistará con los principales dirigentes de partidos políticos de la oposición.

El mandatario argentino tiene asimismo previsto asistir a la XI Feria Internacional del Libro en Gaudalajara antes de seguir en gira por Italia, Egipto y Austria.

En Roma firmará pactos bilaterales con el primer ministro Massimo Prodi. En Egipto pondrá en marcha con su par Hosni Mubarak un reactor nuclear producido por una firma argentina. Y en Austria asistirá a la toma de posesión del ex secretario de Industria, Carlos Magariños, como director general de la Agencia de las Naciones Unidas para el Desarrollo Industrial (ONUDI).

Cumpleaños de Pinochet

SANTIAGO, (Agencias) - En el ocaso de su servicio militar, el general Augusto Pinochet revivió las pasiones encontradas que dejó su gobierno militar en la sociedad chilena, al celebrar el martes su 82 cumpleaños.

Las conmemoraciones del martes contemplaron sentidos homenajes de los militares y empresarios allegados al general, y manifestaciones en repudio de sus planes de convertirse en senador, que devinieron en enfrentamientos con la policía y disturbios.

El contraste en las conmemoraciones del aniversario de Pinochet refleja las divisiones que dejó en el país el régimen castrense que encabezó de 1973 a 1990, que para unos fue el lanzamiento del Chile moderno, mientras otros lo recuerdan como un período de atrocidades y abusos de derechos humanos. Pinochet tiene previsto retirarse de la comandancia en jefe del ejército en marzo de 1998, tras 65 años de servicio militar, para asumir un cargo en el senado en su calidad de ex gobernante. Una marcha convocada por organizaciones juveniles de centro e izquierda reunión en el centro de Santiago a unas 2.500 personas, pero su protesta se tornó violenta al llegar a una plaza donde iban a realizar una ceremonia, cuando la policía lanzó bombas de gas lacrimógeno y chorros de agua.

07

9714630

Nº DOCUMENTO_____
TITULO_____
PROCEDENCIA 150030
FECHA DE PROCEDENCIA 28-11-97
VINCULACIONES_____

XD3864

U POXBT 11-28 00674
mun exg icx

MEXICO-ARGENTINA (Previsión)
GOBIERNOS IMPULSAN RELACION BILATERAL Y LUCHA ANTIDROGAS

México. 28 nov (EFE).- Argentina y México impulsaron sus relaciones bilaterales y la lucha contra narcotráfico en una declaración conjunta al término de la visita que el presidente argentino, Carlos Menem, interrumpió por la muerte de su jefe de la Casa Militar, el brigadier Juan Carlos Ponce.

En la declaración, difundida anoche por la Secretaría de Relaciones Exteriores de México, los Gobiernos de ambos países ratificaron también su compromiso de apoyar la integración regional y rechazaron los juicios unilaterales a los esfuerzos de los países en el combate a las drogas.

Menem llegó a México el pasado día 26, pero suspendió su visita al día siguiente a causa del fallecimiento de Ponce y dejó al frente de la delegación al canciller Guido di Tella, quien se reunió con su homólogo mexicano, José Angel Gurría, para revisar las relaciones bilaterales.

Gurría agradeció a Di Tella "la enorme cortesía e interés" por las relaciones bilaterales, al permanecer en México tras la muerte del jefe de la Casa Militar de este país y le reiteró la expresión de pésame del Gobierno de México.

Di Tella, quien tiene previsto regresar hoy a Argentina, expresó su agradecimiento a las autoridades mexicanas y en particular al presidente Zedillo, quien tras la muerte de Juan Carlos Ponce acompañó durante dos horas a la delegación argentina, explicó.

El canciller señaló que Menem le pidió "específicamente que no desperdiciara una oportunidad" para expresar el agradecimiento público de las autoridades de Argentina al gobierno mexicano y en particular a Zedillo.

Menem tenía previsto acudir el sábado próximo a Guadalajara, para inaugurar la XI Feria Internacional del Libro, que este año está dedicada a su país.

Durante su estancia en México, el político argentino se reunió en dos ocasiones con el presidente Zedillo, y ambos suscribieron nueve acuerdos bilaterales en el ámbito comercial, fiscal, de cooperación financiera, educativa, científica, técnica y de comunicación social.

Asimismo, los dos gobernantes prorrogaron la vigencia del Acuerdo de Alcance Parcial para abrir una pausa en las negociaciones para la integración comercial de México en el Mercosur hasta que Brasil supere sus actuales problemas económicos.

En la declaración conjunta, Argentina y México reafirmaron su compromiso de fortalecer los nexos bilaterales en los ámbitos político, económico-comercial, de cooperación técnica, educativa, cultural.

Menem y Zedillo manifestaron su satisfacción por los resultados de la segunda reunión de la Comisión Mixta para la Lucha contra el Abuso y Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas, que se llevó a cabo el pasado día 25.

En este punto, ambos países reiteraron su compromiso de fortalecer la cooperación en la lucha contra el narcotráfico, el lavado de dinero y la venta ilegal de armas.

Además, reiteraron su compromiso por fortalecer los mecanismos multilaterales en la lucha antinarcóticos y se pronunciaron por la búsqueda de mecanismos de evaluación de esfuerzos en esta lucha que superan los juicios unilaterales en alusión a la "certificación" que Estados Unidos otorga cada año a sus aliados en esta materia.

Ernesto Zedillo y Carlos Menem expresaron su apoyo a la Asamblea Extraordinaria de la Organización de las Naciones Unidas que tendrá lugar en junio de 1998 con el objetivo de promover la cooperación internacional en la lucha contra las drogas ilícitas.

Argentina y México "enfatizaron su irrevocable vocación latinoamericana" y la voluntad decidida de participar constructivamente en los asuntos de la región.

También resaltaron su compromiso por mantener la integridad de los foros a los pertenecen ambas naciones, como la Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno.

El presidente de México manifestó su apoyo a los derechos de soberanía de Argentina sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur y se mostró a favor de la reanudación de las negociaciones con el Reino Unido, en cumplimiento de las resoluciones en tal sentido de Naciones Unidas.

Al respecto Di Tella afirmó que Argentina "siempre ha tenido el apoyo de México en el litigio con Gran Bretaña" y agregó que agradece profundamente este respaldo. EFE

jth/mf/ig/pq

11/28/09-42/97

09

9714630

XA7637

R POXBT 11-25 00198
mun exg icx

ARGENTINA-MENEM
PRESIDENTE ARGENTINO EMPRENDIO GIRA POR MEXICO E ITALIA

Buenos Aires, 25 nov (EFE).- El presidente argentino, Carlos Menem, viajó hoy a México para una visita oficial de cinco días a ese país, donde permanecerá hasta el próximo domingo, cuando continuará su viaje con destino a Italia.

Menem partió a las 18.50 horas locales (21.50 GMT) desde el aeropuerto internacional de Ezeiza y comenzará su actividad oficial en México mañana, cuando mantendrá la primera reunión con el presidente mexicano, Ernesto Zedillo.

Fuentes oficiales afirmaron que los objetivos centrales del viaje de Menem a México serán los de buscar un acercamiento entre el Tratado de Libre Comercio (TLC) y Mercado Común del Sur (MERCOSUR) y afianzar el intercambio comercial entre ambos países.

Durante su estancia en México, el presidente argentino también concederá audiencias a empresarios y dirigentes de los principales partidos políticos de la oposición, al tiempo que asistirá el sábado a la Feria Internacional del Libro de Guadalajara, una de las más importantes de América Latina.

Menem abandonará México el domingo, cuando viajará a Roma para una visita oficial a Italia que le tendrá alejado de Argentina hasta el próximo 4 de diciembre. EFE
MF/JLM/ND

11/25/23-02/97

XG1245

U POXBT 11-25 00576
icx mun

MEXICO-ARGENTINA (Previsión)
ZEDILLO Y MENEM REVISARAN ESTADO NEGOCIACIONES CON MERCOSUR

México, 25 nov (EFE).- El presidente mexicano, Ernesto Zedillo, y su homólogo de Argentina, Carlos Menem, revisarán mañana, miércoles, las relaciónes bilaterales y el estado de las negociaciones entre México y Mercosur.

La Secretaría de Relaciones Exteriores informó anoche de que durante la visita de Estado del mandatario argentino, desde mañana y hasta el día 30, se analizarán las relaciones bilaterales y se firmarán varios acuerdos de colaboración.

La visita de Menem a México responde al "firme propósito que ambos (presidentes) comparten por acrecentar los vínculos entre los dos países e impulsar el diálogo político desarrollado en los últimos años", destacó el Ministerio de Exteriores.

Además, los dos gobernantes buscarán fortalecer, analizar y dar un mayor contenido a las relaciones bilaterales y revisar los temas de carácter regional e internacional de interés común.

Zedillo y Menem tratarán sobre las perspectivas de la Cumbre de Santiago, el establecimiento del área de libre comercio de las Américas, la reforma al Consejo de Seguridad de la ONU y la próxima Cumbre America Latina-Unión Europea.

El Gobierno de México precisó que durante la visita de Menem se celebrará la I Reunión de la Comisión Mixta Mexicano-Argentina para la lucha contra el abuso y tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas.

También tendrá lugar la IV Reunión de las Comisión Bilateral Permanente de Asunto Políticos Méxicano-Argentina, presidida por los cancilleres de ambos países.

La visita de Menem, invitado de su homólogo Zedillo, busca reforzar las relaciones para un futuro acuerdo de cooperación con el Mercosur, que forman Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

Durante su estancia, el presidente argentino se reunirá con empresarios, participará en una sesión solemne en el Senado e inaugurará la Feria del Internacional del Libro en Guadalajara, ciudad a 500 kms. de la capital mexicana.

El presidente Ernesto Zedillo, acompañado por miembros de su gabinete, dará la bienvenida oficial al presidente argentino en el Campo Marte de la capital mexicana.

Luego, ambos mantendrán un encuentro en privado, y firmarán una declaración conjunta y varios acuerdos políticos elaborados por sus cancillerías.

Los dos mandatarios presidirán un almuerzo con empresarios de ambos países en el Castillo de Chapultepec organizado por el Consejo Empresarial Mexicano de Asuntos Internacionales (CEMAI) y la Cámara de Comercio Argentino Mexicana.

De manera simultánea a la visita de Menem, se celebrará el seminario empresarial "México-Argentina: Inversiones y Comercio Reciproco, Presente y Futuro", organizado por el CEMAI, en el cual se estudiarán las posibilidades de inversión en diversos sectores.

La agenda de Menem prevé una guardia de honor ante el Monumento a los Niños Héroes y una visita al Departamento del Distrito Federal, donde el regente Oscar Espinoza Villarreal le declarará huésped distinguido y le entregará las llaves de la ciudad.

11

0714630

Además, Menem se entrevistará por separado con los líderes de los partidos políticos: Mariano Palacios, del Revolucionario Institucional (PRI); Manuel López Obrador, del Partido de la Revolución Democrática (PRD); Felipe Calderón Hinojosa, de Acción Nacional (PAN), y con el jefe del gobierno electo del Distrito Federal, Cuauhtémoc Cárdenas.

Tras su actividad privada del viernes, Menem inaugurará el sábado la XI Feria Internacional del Libro de Guadalajara, que se considera la más importante de Latinoamérica.

El presidente argentino abandonará México el próximo domingo, con destino a Italia. EFE

jrm/mf/msr/ma

11/25/09-03/97

9714630

VIAJE A MEXICO

Menem, a la búsqueda de acuerdos comerciales

El Presidente se reunirá con su par Ernesto Zedillo • Y también con empresarios mexicanos • Intenta incrementar el exiguo intercambio comercial

ATILIO BLETA

El presidente Carlos Menem viaja hoy hacia México en una visita de Estado, en cuyo transcurso la delegación argentina espera darle el envión final a las negociaciones para concretar una alianza política y económica entre México y el Mercosur.

Además de este aspecto central del viaje, Menem firmará varios acuerdos con el presidente mexicano Ernesto Zedillo, asistirá a un seminario empresarial, se entrevistará con los principales dirigentes de los partidos políticos mexicanos y presidirá la inauguración de la XI Feria Internacional del Libro, en la ciudad de Guadalajara.

La actividad oficial y los acuerdos que se firmarán, a un año de la visita del presidente Zedillo a la Argentina, justifican la importancia que la delegación nacional le otorga a este encuentro.

Argentinos y mexicanos esperan que luego de estas reuniones se profundicen los lazos comerciales entre ambos países que en estos momentos no llegan al 5 por ciento del volumen total de las exportaciones de las dos naciones.

Pero la frutilla del postre que aguardan los negociadores mexicanos y argentinos de unos y otros es que se avance significativamente en las trabajosas conversaciones para conseguir que México se integre al Mercosur.

Una sola cifra revela la importancia geopolítica de esta jugada. Si llegara a haber un acuerdo Mercosur-México, comenzaría un proceso de integración que abarcaría al 82 por ciento del PBI de toda Latinoamérica.

> Se aguardan avances en la relación México-Mercosur

La actividad oficial del presidente argentino comenzará el miércoles a las 9 cuando, en una ceremonia oficial, reciba la bienvenida de su par mexicano en el Campo de Marte.

A las 10 los dos presidentes se reunirán en forma privada en el despacho presidencial de Los Pinos y al mismo tiempo se encontrarán los ministros y altos funcionarios de ambos gobiernos para impulsar cada punto de la agenda bilateral.

Una hora después, las dos comitivas se unirán en el Salón Adolfo Pérez Mateos en donde se realizará la ceremonia de firma de la declaración conjunta bilateral y de varios acuerdos.

Luego Menem rendirá homenaje a los niños héroes en el Altar de la Patria y participará de un almuerzo organizado por el Consejo Empresarial Mexicano de Asuntos Internacionales (CEMAI) y por la Cámara de Comercio Argentino-Mexicano.

Por la tarde del miércoles, el presidente argentino recibirá a los dirigentes de los partidos políticos mexicanos.

Aunque lo más probable es que ni siquiera se cruce con Menem, la senadora del Frepaso, Graciela Fernández Meijide, viajará también a Mexico para entrevistarse el viernes con el alcalde electo del Distrito Federal y líder del Partido Revolucionario Democrático, Cuahtémoc Cárdenas.

> El fin de semana habrá encuentros fuera de protocolo con Zedillo

Así, la senadora Meijide competirá –no se sabe si intencionalmente– con el presidente Menem para ganarse la simpatía de un sector importante de la política mexicana.

Ambos mantuvieron un entredicho a través de los medios cuando Menem se enojó con la dirigente de la Alianza porque, en un seminario de la universidad norteamericana de Columbia lo trató de "caudillo plebeyo".

Menem finalizará su intensa jornada del miércoles asistiendo a una cena de Estado ofrecida en su honor en el Palacio Nacional por su par mexicano.

El jueves, a las 8.45, Menem se reunirá con un grupo de empresarios y a las 10.30 pronunciará un discurso a los legisladores mexicanos en la cámara de Senadores.

Al mediodía, el jefe del Departamento del Distrito Federal, Oscar Espinosa Villarreal, ofrecerá a Menem un almuerzo y una "fiesta charra".

El viernes será un día de descanso y el presidente argentino reanudará la actividad oficial el sábado al inaugurar, en la ciudad de Guadalajara, la XI Feria Internacional del Libro.

La tarde del sábado y el domingo también están destinadas al descanso y, se supone, a reuniones reservadas, obviamente fuera de todo protocolo, con el presidente Zedillo. El domingo por la noche Menem y su comitiva partirán hacia Roma para firmar acuerdos comerciales. □

13-13 9714630

Nº DOCUMENTO 97 14631
TITULO Cambia subsecretario de Derechos Humanos
PROCED-NCI CLARIN 150024
FECH 28/11
VINCUL 66960
11164
11302

DESPEDIDA DE PIERINI

CL 28/11

Cambio de guardia en Derechos Humanos

La subsecretaria de Derechos Humanos, Alicia Pierini, se despidió ayer de ese cargo luego de seis años de gestión –asumirá el próximo jueves como legisladora porteña por el justicialismo– durante un agasajo que le ofrecieron en la Cámara de Diputados.

Ante legisladores oficialistas y opositores y representantes de los organismos de derechos humanos, Pierini detalló los obstáculos y trabas que debió sortear para que se hicieran efectivas las leyes reparatorias de las violaciones cometidas por la dictadura militar.

Sin que aún se haya designado a quien ocupará su lugar, la funcionaria enumeró las indemnizaciones que se otorgaron a ex detenidos políticos y las reparaciones a víctimas de desaparición forzada y familiares muertos por la represión como los puntos más salientes de su trabajo. **"Si sancionar las leyes fue difícil, ni se imaginan lo que costó implementarlas"**, dijo la subsecretaria.

Pierini tambien agradeció el apoyo brindado por los legisladores sin hacer distinciones políticas y los organismos de derechos humanos, **"más allá de las críticas que a veces recibimos, a veces justas y otras no tanto"**.

Sobre el trabajo por hacer en esa área, indicó que aún resta avanzar "en el **esclarecimiento de la verdad y los chicos desaparecidos**; también hay mucho que hacer para capacitar funcionarios que entiendan que los derechos humanos no son un rótulo y que detrás de un expediente alguien está sufriendo". □

Doc. OSCURO

Nº DOCUMENTO 9714632
TITULO Caro Figueroa tiene lista su renuncia
CLARIN 150024
PROFE
FECHA 28/11
66960
11164
11302

DOC-OSCURO

MOVIDAS EN EL GABINETE

CL 28/11

Caro ya tiene lista su renuncia como ministro de Trabajo

Fue desplazado de las negociaciones por la reforma laboral • Y está enfrentado con Roque Fernández y la CGT • Su ida se produciría en los próximos días • Erman González es quien más suena para el remplazo

RICARDO RIOS

Primero lo desplazó el Presidente de las negociaciones por la reforma laboral. Y después se enfrentó con Roque Fernández al discrepar sobre las consecuencias de la crisis financiera internacional en la economía argentina. Así, **Armando Caro Figueroa, tiene las horas contadas como ministro de Trabajo.**

En la percepción que el alejamiento de Caro se cae de maduro, las fuentes oficiales suponen que el desenlace se cristalizará al regreso de Carlos Menem de su gira por Italia, el 3 de diciembre.

Aunque tampoco se descartan **otras dos variantes**: una sería que el Presidente anuncie la movida en Trabajo antes del domingo, aprovechando el paréntesis que se abrió por su regreso antes de tiempo de la visita a México. La otra alternativa es que sea el propio Caro quien anuncie el adiós, buscando evitar el siempre **trago amargo de ser "renunciado"**.

Con todo, hay un punto en el que las fuentes del menemismo esquivan las definiciones categóricas: nadie tiene la plena seguridad si la salida de Caro –a quien Menem no le pidió formalmente que deje su cargo– **formará parte de una recomposición más amplia** del gabinete.

Están los que arriesgan que, junto al titular de Trabajo, también emigrarían el jefe de Gabinete, Jorge Rodríguez y el ministro de Salud, Alberto Mazza.

Conocedores del paño menemista, argumentan que la inclusión de los senadores **Eduardo Bauzá y Eduardo Menem, en la comitiva** que acompañará al Presidente por Italia, sería el prenuncio de que Menem, junto a hombres de su máxima confianza, **"estudiará cambios"** en la primera línea del Gobierno.

También se cuentan quienes apuestan a que la única modificación bendecida por Menem sería la de Caro, siempre y cuando no se produzcan renuncias espontáneas –lo cual sería todo una rareza–, por parte de aquellos miembros del gabinete que sientan que el respaldo presidencial está agotado.

Ministro de Trabajo, José Armando Caro Figueroa

El inminente remplazo de Caro (dueño del **récord de permanencia** como ministro de Trabajo de todos los gobiernos peronistas) está respaldado por un sinfin de datos.

En ese sentido, la reunión que mantuvo Menem con la conducción de la CGT el viernes pasado arrojó varias **señales inequívocas**. La más notoria de ellas fue que Menem presentó al ministro Carlos Corach como el **interlocutor del Gobierno** en la nueva etapa de discusiones por la flexibilidad laboral, anuncio del que Caro debió enterarse por los diarios.

Luego, ante la **oleada de críticas** que dedicaron los sindicalistas al ministro ausente, el Presidente comenzó a pensar en voz alta sobre un posible remplazante. Así, deslizó la idea de convocar a Erman González –actual embajador argentino en Roma–, ante el beneplácito de la CGT.

Enterado de la conversación en la Casa de Olivos, Erman hizo saber en estos días, a través de allegados, que **su deseo** sería permanecer en Roma "**hasta abril**") para cumplir con una **regla** no escrita de la diplomacia, por la cual un embajador debe mantenerse como mínimo un año en el cargo, por respeto al país que le otorga el plácet.

"El nombre de Erman fue el que se tiró para Trabajo, aunque también se habló de cambios en el [illegible] Social", confió a Clarín uno de los dirigentes que participó de la reunión de Olivos, de la que también quedó sorpresivamente excluido el actual jefe de Gabinete.

Si lo de Erman no cuaja, las radiografías del Gobierno y de la central obrera dicen que otros postulantes en danza para suceder a Caro son el ex secretario de Cultura, Julio Bárbaro (dirigente peronista cercano a Corach), el sindicalista peronista Antonio Cassia (resistido por la CGT) y el actual viceministro de Trabajo, Carlos Torres.

En la CGT auspician un perfil de ministro de Trabajo que haga de **"contrapeso"** de los ministros que la CGT juzga como proclives a escuchar la posición de los empresarios. Concretamente, Rodolfo Daer y compañía apuntan a Caro, Jorge Rodríguez y Roque Fernández como amplificadores de las iniciativas laborales que promueve el empresarial Grupo de los Ocho. Y así se lo dijeron a Menem.

El mismo Caro Figueroa –quien ya emba**ló** sus pertenencias acomodadas en el Ministerio de Trabajo– considera que su estadía en el gabinete es una **etapa agotada** y que llegó la hora de cambiar de aires, como ya se anticipó a decirle a Menem. Y, en verdad, a Caro le gustaría respirar el aire de Ginebra, como embajador argentino ante los organismos internacionales. □

01 - 01

9714632

Nº DOCUMENTO 97-14633
TITULO Relacion Argentina-Iran.
PROCEDENCIA 150090-
FECHA DE PROCEDENCIA 29-11-97
VINCULACIONES 16860
11164
11304
11393- 507597

FB3 U FOXBAT 11=29 00621

ARGENTINA-ATENTADO (Previsión)
ADVIERTEN IRAN PODRIA TOMAR MEDIDAS DIPLOMATICAS CON ARGENTINA

Buenos Aires, 29 nov (EFE).- El encargado de negocios de Irán en Buenos Aires, Abdolrahim Sadatifar, advirtió que su país podría adoptar medidas diplomáticas contra Argentina si continúan las acusaciones que señalan a funcionarios iraníes como ideólogos del atentado que destruyó hace tres años la organización judía AMIA.

"Si estamos aquí es para mantener relaciones con Argentina y evitar daños. Pero la paciencia de nuestro pueblo y gobierno tiene un límite", indicó el encargado de negocios, la máxima autoridad de Irán en este país suramericano desde que ambas naciones decidieron retirar a sus antiguos embajadores en Teherán y Buenos Aires tras el atentado.

En una entrevista publicada hoy, sábado, por el diario "La Nación", Sadatifar culpó "a Estados Unidos y a grupos sionistas de presionar para que se investigue" a Irán y destacó que la Justicia argentina no ha hallado pruebas que vinculen a funcionarios de su país con el atentado a la AMIA, que causó 86 muertos y 150 heridos.

"Desde hace varios años debemos vivir con esta carga pese a que siempre repudiamos el terrorismo. En Irán hay mucho malestar y la gente se pregunta por qué toleramos tanta falsedad. Pero la tolerancia tiene límites", insistió.

Tras subrayar que las relaciones bilaterales entre Irán y Argentina se "han deteriorado" tras los atentados contra la comunidad judía de Buenos Aires, el diplomático recordó que su país "siempre ofreció apoyo para resolver los casos". "Sin embargo, nunca lo solicitaron", añadió.

Después del atentado contra la Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA), Buenos Aires y Teherán enfriaron sus relaciones ante las primeras sospechas de que existía una aparente vinculación de Irán con los terroristas, lo cual fue negado tajantemente por el gobierno del país árabe.

El principal testigo de cargo contra el gobierno de Teherán es el espía "arrepentido" iraní Manoucheh Moatamer, quien sostiene que Irán planificó y financió el ataque contra la AMIA e incluso el que destruyó en marzo de 1992 la embajada de Israel en Buenos Aires con un resultado de 28 muertos.

El juez federal Juan José Galeano, a cargo de la "causa-AMIA", interrogó a Moatamer hace tres años en Caracas, en agosto de 1994 pidió la captura internacional de cuatro diplomáticos iraníes y también solicitó a la Corte Suprema de Justicia argentina que interrogara a otros tres, entre ellos a Moshen Rabbani, quien permanece en Buenos Aires como agregado cultural.

En aquel momento, el máximo tribunal del país, el único que puede interrogar a diplomáticos extranjeros, rechazó la petición de Galeano al considerar que no existían pruebas suficientes para cumplir con ese paso de la investigación.

Respecto al espía "arrepentido", el actual encargado de negocios de Irán en Buenos Aires dijo que "simplemente es un estafador".

"Lo que diga no puede considerarse serio. En Irán fue condenado a diez años de prisión por fraudes. Se escapó y, como necesitaba refugio, ofreció información en agencias de

4

inteligencia como la de Estados Unidos", aseguró.

El juez Galeano regresó ayer de Estados Unidos con un nuevo testimonio de Moatamer quien, segun señala hoy la prensa

01-05

97 14633

bonaerense, entregó al magistrado "documentación secreta" que apunta a Irán como ideólogo del atentado.

Según Sadatifar, "ahora tampoco pasará nada porque no hay pruebas contra Irán".

La denominada "pista iraní" es la más firme entre las que manejan los investigadores, quienes creen, al igual que la comunidad judía, que en los atentados hubo una "conexión local" integrada por civiles y miembros de la policía bonaerense que colaboraron con los terroristas.

Mientras, el gobierno argentino estudia sanciones diplomáticas contra Irán si se comprueba su relación con los cruentos ataques, cuyos esclarecimientos reclama con insistencia la comunidad judía de este país, la segunda más importante de América. EFE

cw/rml dlh

11/29/15-42/97

02

9714633

XA8015

R PDXBT 11-30 00427
mun exg

ARGENTINA-IRAN
GOBIERNO DE MENEM REACCIONA CON CAUTELA ANTE ADVERTENCIAS IRAN

Buenos Aires, 30 nov (EFE).- El Gobierno argentino reaccionó hoy, domingo, con cautela frente a las advertencias de Irán sobre las sospechas que relacionan a la nación árabe con los atentados contra comunidades judías cometidos en Buenos Aires en 1992 y en 1994, con un resultado total de 115 muertos.

El encargado de negocios de Irán, Abdolrahim Sadatifar, máxima autoridad de la embajada, advirtió en una entrevista publicada ayer en el diario "La Nación" que "la paciencia tiene límites", al referirse a las sospechas sobre la relación de su país con los citados atentados.

"En cinco años no apareció ninguna prueba contra Irán y, sin embargo, tenemos que tolerar esta carga cuando nosotros siempre repudiamos el terrorismo", dijo Sadatifar.

Un portavoz del ministerio de Asuntos Exteriores argentino dijo a la prensa local que "el Gobierno actuó siempre con cautela y nunca hizo públicas, en forma expresa, eventuales sospechas contra Irán".

"No creemos que la relación bilateral se modifique sustancialmente mientras no aparezcan evidencias de la conexión iraní en ambos atentados", añadió el portavoz.

El 17 de marzo de 1992, 26 personas murieron en un atentado en la embajada de Israel en Buenos Aires, mientras que el 18 de julio de 1994 otra explosión en la Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA) ocasionó 86 víctimas mortales.

La comunidad judía argentina culpó a Irán de estos ataques y el juez Juan José Galeano, a cargo de la causa AMIA, llegó a pedir la detención de diplomáticos iraníes por su presunta participación en el atentado.

Sin embargo, la Corte Suprema de Justicia bloqueó en 1994 esas órdenes de detención por considerar que no había suficientes pruebas para confirmar la hipótesis del magistrado.

Incluso, poco después del atentado contra la AMIA, el presidente argentino, Carlos Menem, dijo públicamente que había una "semiplena prueba" de la responsabilidad de diplomáticos iraníes en el caso.

La llamada "pista iraní" pareció quedar fuera de la investigación durante varios años, aunque ahora ha sido retomada por el juez Galeano, quien la semana pasada viajó a Estados Unidos para tomar una nueva declaración a Manoucher Moatamer.

Este hombre dice tener pruebas de la responsabilidad de Irán en los atentados cometidos en Argentina, aunque por el momento no se ha dado ninguna versión oficial acerca del contenido de su testimonio.

Sadatifar, por su parte, descalificó a Moatamer, a quien definió como "un estafador que fue condenado a diez años de prisión en Irán por fraudes".

"Luego se escapó y como necesitaba refugio ofreció información a la CIA", agregó el funcionario iraní. EFE
mf/rml/ll

11/30/16-47/97

03

9714633

XA8015

R POXBT 11-30 00427
mun exg

ARGENTINA-IRAN
GOBIERNO DE MENEM REACCIONA CON CAUTELA ANTE ADVERTENCIAS IRAN

Buenos Aires, 30 nov (EFE).- El Gobierno argentino reaccionó hoy, domingo, con cautela frente a las advertencias de Irán sobre las sospechas que relacionan a la nación árabe con los atentados contra comunidades judías cometidos en Buenos Aires en 1992 y en 1994, con un resultado total de 115 muertos.

El encargado de negocios de Irán, Abdolrahim Sadatifar, máxima autoridad de la embajada, advirtió en una entrevista publicada ayer en el diario "La Nación" que "la paciencia tiene límites", al referirse a las sospechas sobre la relación de su país con los citados atentados.

"En cinco años no apareció ninguna prueba contra Irán y, sin embargo, tenemos que tolerar esta carga cuando nosotros siempre repudiamos el terrorismo", dijo Sadatifar.

Un portavoz del ministerio de Asuntos Exteriores argentino dijo a la prensa local que "el Gobierno actuó siempre con cautela y nunca hizo públicas, en forma expresa, eventuales sospechas contra Irán".

"No creemos que la relación bilateral se modifique sustancialmente mientras no aparezcan evidencias de la conexión iraní en ambos atentados", añadió el portavoz.

El 17 de marzo de 1992, 26 personas murieron en un atentado en la embajada de Israel en Buenos Aires, mientras que el 18 de julio de 1994 otra explosión en la Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA) ocasionó 86 víctimas mortales.

La comunidad judía argentina culpó a Irán de estos ataques y el juez Juan José Galeano, a cargo de la causa AMIA, llegó a pedir la detención de diplomáticos iraníes por su presunta participación en el atentado.

Sin embargo, la Corte Suprema de Justicia bloqueó en 1994 esas órdenes de detención por considerar que no había suficientes pruebas para confirmar la hipótesis del magistrado.

Incluso, poco después del atentado contra la AMIA, el presidente argentino, Carlos Menem, dijo públicamente que había una "semiplena prueba" de la responsabilidad de diplomáticos iraníes en el caso.

La llamada "pista iraní" pareció quedar fuera de la investigación durante varios años, aunque ahora ha sido retomada por el juez Galeano, quien la semana pasada viajó a Estados Unidos para tomar una nueva declaración a Manoucher Moatamer.

Este hombre dice tener pruebas de la responsabilidad de Irán en los atentados cometidos en Argentina, aunque por el momento no se ha dado ninguna versión oficial acerca del contenido de su testimonio.

Sadatifar, por su parte, descalificó a Moatamer, a quien definió como "un estafador que fue condenado a diez años de prisión en Irán por fraudes".

"Luego se escapó y como necesitaba refugio ofreció información a la CIA", agregó el funcionario iraní. EFE
mf/rml/ll

11/30/16-47/97

03

9714633

ATAQUES TERRORISTAS

Esperarán a Galeano para decidir si se sanciona a Irán

Lo confirmó el canciller Di Tella • El juez viajó a Estados Unidos para volver a interrogar a un arrepentido iraní • Di Tella dijo que "vamos a actuar en consecuencia de las evidencias y no de las presiones"

El canciller Guido Di Tella confirmó ayer que el Gobierno **podría llegar a tomar medidas diplomáticas contra Irán**, si el juez del caso AMIA, Juan José Galeano, obtiene nuevas pruebas de la participación de ese país en el atentado a la mutual judía.

Con todo, Di Tella aclaró que sólo se llegará a esa decisión en caso que existan "evidencias **muy sólidas e incuestionables**" acerca de la autoría intelectual de miembros del gobierno iraní de la voladura de la mutual judía, ocurrida en 1994.

"Vamos a actuar en consecuencia de las evidencias y no de las presiones", explicó el canciller. Y advirtó sobre los peligros de tomar una actitud equivocada: "Creo que toda la gente se da cuenta de que si se toman medidas inconsultas, se puede estar provocando represalias".

La posibilidad de que la Argentina endurezca su posición ante el régimen iraní fue anticipada ayer por **Clarín**. La decisión final se tomará luego que el Gobierno **analice la nueva información** que traiga desde Estados Unidos el juez Galeano, adonde

> El canciller admitió que se podría llamar a declarar al consejero cultural de la Embajada iraní

viajó para interrogar nuevamente al arrepentido iraní Manoucheh Moatamer.

El viaje de Galeano a Estados Unidos junto a los fiscales Eamon Mullen y José Barbaccia también fue revelado ayer por Clarín en exclusiva y luego confirmado por Di Tella.

Moatamer es un ex agente de inteligencia iraní que tiene el status de refugiado concedido por las Naciones Unidas y que, pocos meses después del atentado, acusó a Irán de haber planificado el ataque a la AMIA y también el de la Embajada de Israel, sucedido dos años antes.

Como consecuencia de ese testimonio, Galeano pidió –en agosto de 1994– la captura internacional de cuatro iraníes que habían trabajado en la Embajada en Buenos Aires y le solicitó a la Corte Suprema que citara a declarar a otros tres diplomáticos de ese país. La Corte rechazó el pedido de Galeano, argumentando que no existían pruebas suficientes para hacer declarar a los diplomáticos.

Fue el peor momento de las relaciones entre los dos países. La Argentina retiró a su embajador en Teherán y, desde allí, sólo mantiene relaciones diplomáticas a **nivel de encargado de negocios**.

Por aquel entonces, el presidente Carlos Menem llegó a decir que existía **"semiplena prueba"** contra los funcionarios iraníes, pese a que desde Irán siempre se negó cualquier vinculación con los atentados.

Ahora, es de esperar que si Galeano obtiene nuevas pruebas para sostener la llamada "pista iraní", el Gobierno endurezca su posición e incluso decida retirar al encargado de negocios. Según las informaciones de inteligencia recibidas desde Estados Unidos, en esta ocasión Moatamer contaría con documentación que respaldaría sus acusaciones contra Irán.

Di Tella aclaró ayer que en este caso la Argentina podría optar por **"mayores medidas diplomáticas"** de país a país. O bien decidirse por decisiones que apunten únicamente contra las personas involucradas en la causa. El único diplomático iraní de los que señaló Galeano que aún permanece en la Argentina es el **agregado cultural Moshen Rabbani**, quien hasta podría ser llamado a declarar, según dijo Di Tella.

De esta forma, se actuaría en coincidencia con los deseos expresados por la comunidad judía argentina, de EE.UU. y de Israel, que desde hace años vienen ejerciendo presiones sobre el Gobierno para rompa lanzas con Irán.

Con todo, la situación política actual no es la más propicia para que el Gobierno argentino encare una actitud de ese tipo.

Es que desde que asumió la presidencia de Irán Mohamed Jatama –considerado un moderado– los países europeos resolvieron restablecer sus embajadores en Teherán. Sólo Estados Unidos e Israel mantienen una posición beligerante contra el régimen iraní, al que consideran el principal sostén del terrorismo internacional.

Di Tella admitió ayer que el panorama internacional no se presenta como el ideal para un endurecimiento de posiciones. "Estaríamos actuando a contrapelo", explicó el canciller.

Clarín - 24-11-97

ADVIRTIO SOBRE UNA "CONSPIRACION DE EE.UU."

Consejos de Irán al Gobierno

Irán recomendó ayer a la Argentina que no sirva a "las conspiraciones" de EE.UU. e Israel, aplicando eventuales sanciones diplomáticas en su contra por el ataque a la AMIA.

La ofensiva iraní corrió por boca del portavoz de la Cancillería, Mahmoud Mohammadi, y fue la respuesta política a los renovados bríos que tomó la investigación de la llamada "pista iraní".

Esos aires volvieron a soplar a partir del viaje del juez Juan José Galeano a Estados Unidos, para escuchar nuevamente al "arrepentido" Manouchech Moatamer, un refugiado político sobre el que se sustentó en gran parte la hipótesis de la participación iraní en el atentado.

Pero seguramente en esta reacción de Teherán también habrán tenido su cuota de responsabilidad las palabras del canciller Guido Di Tella, respecto a la aparición de nuevas pistas y a la posibilidad de que la Argentina tome represalias diplomáticas contra Irán, tal como adelantó Clarín el jueves pasado. Desde el atentado, las relaciones entre ambos países se mantienen sólo a nivel de encargados de negocios, no de embajadores.

Conspiraciones amenazadoras

Ayer, la agencia oficial iraní IRNA fue la encargada de informar de las declaraciones del portavoz del ministerio de Relaciones Exteriores de esa país. Según la agencia, en una entrevista radial Mohammadi "pidió al gobierno argentino vigilar las conspiraciones que ahora amenazan los intereses de Irán y Argentina".

"El portavoz dijo que Estados Unidos y el régimen sionista de Israel se han embarcado en una nueva ola de propaganda contra Irán para desviar a la opinión pública de sus repetidas derrotas en Oriente Medio", indicó IRNA.

Mohammadi reiteró que Irán no tiene ninguna relación con los ataques y que el ciudadano iraní que será entrevistado por Galeano en Estados Unidos es un "fugitivo", con antecedentes de haber cometido desfalco y colaborado con el servicio de inteligencia norteamericano.

"Mohammadi dijo que la investigación iniciada hace tres años por el gobierno argentino indica que Irán no estuvo involucrada en el atentado", agregó la agencia oficial del gobierno de Teherán. □

24

9714633

05-05

Nº DOCUMENTO 97-14634
TITULO Hielos en nov/97
PROCEDENCIA LA NACION 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 29/11/97
VINCULACIONES 66960
65709
11164
11302
11393

Hielos: tras el fracaso en el Congreso, una reunión de cancilleres

Encuentro: Di Tella se entrevistará con Insulza en Montevideo, dentro de quince días; no hay acuerdo sobre los pasos por seguir.

El canciller Guido Di Tella tendrá pronto un encuentro complicado con su colega chileno, José Miguel Insulza, a quien le anunciará, oficialmente, que el tratado de hielos continentales fracasó en el Congreso.

El mayor problema es que los cancilleres no están de acuerdo en los pasos por seguir de aquí en más para solucionar el último conflicto limítrofe entre Chile y la Argentina.

Di Tella se iba a encontrar la semana próxima con Insulza en Canadá, pero sus agendas no coincidieron y postergaron la reunión hasta el 14 del mes próximo, en Montevideo, donde ambos van a participar de una cumbre del Mercosur.

El canciller argentino llegará con las manos vacías, porque cuatro días antes -el 10 de diciembre, con la renovación parlamentaria- habrá vencido el dictamen favorable a la ratificación del acuerdo que habían emitido las comisiones de Defensa y de Relaciones Exteriores de Diputados.

El presidente Carlos Menem y su entonces colega chileno, Patricio Aylwin, firmaron el Tratado de Hielos Continentales en 1991. Desde entonces, todo lo que el gobierno argentino obtuvo del Congreso fue el dictamen de comisión, que perderá valor en pocos días más.

Di Tella le planteó a Insulza las dificultades que tenía para lograr la aprobación del Congreso hace ocho meses, en un viaje que hizo a Santiago, Chile, con el único propósito de pedirle que iniciaran la búsqueda de alternativas al tratado para solucionar el diferendo.

El canciller chileno le dijo que la posibilidad de ir a un arbitraje -mecanismo contemplado por el Tratado de Paz y Amistad que ambos países firmaron en 1984- estaba fuera de sus planes. Para que a Di Tella no le quedara ninguna duda sobre la posición del gobierno chileno, Insulza lo llevó al Palacio de La Moneda.

El canciller argentino expuso con mucho detalle sus argumentos delante del presidente Eduardo Frei. Cuando terminó de hablar, Frei le preguntó si se refería al mismo tratado que había firmado Aylwin y que él ratificó al suscribir un protocolo adicional. Según confiaron a LA NACION testigos del encuentro, fue la forma que tuvo Frei de explicarle a Di Tella que no pensaba dar marcha atrás con el acuerdo.

Para salir del paso, Di Tella e Insulza anunciaron entonces que dejarían pasar las elecciones que aquí se realizaron el 26 de octubre, y que luego se produciría una nueva embestida en el Congreso.

En el camino, el Gobierno tuvo otros dos fracasos. Menem le solicitó al papa Juan Pablo II que intercediera, pero regresó del Vaticano sin resultados concretos. Di Tella pidió ayuda a los diligentes de la Alianza, pero la oposición resolvió no acompañar la ratificación del tratado.

Volver a empezar

Di Tella sabe que Insulza no quiere ni oír hablar de llevar el diferendo a un arbitraje. El último conflicto limítrofe que se resolvió con ese mecanismo, el de Laguna del Desierto, terminó con un fallo que reconoció todas las pretensiones argentinas sobre el territorio en disputa.

La opinión pública chilena quedó muy sensibilizada y Frei no quiere pagar el costo político que le puede significar ir a un arbitraje cuando asumió un compromiso público con el tratado.

Por otra parte, el gobierno chileno no tendría dificultades en conseguir la ratificación parlamentaria del acuerdo, si no avanza es porque no quiere quedar descolocado respecto de lo que sucede en la Argentina.

Insulza es partidario de no tomar ninguna medida, de dejar las cosas tal como están todo el tiempo que sea necesario. La alternativa de postergar si fecha la resolución del conflicto es inaceptable para Di Tella, porque Menem tiene un apuro político: quiere pasar a la historia como el presidente que terminó con los diferendos limítrofes entre la Argentina y Chile.

En algún momento, Di Tella consideró la posibilidad de convertir a la zona en litigio en un parque binacional. El problema es que haría falta demarcar los límites del parque, para lo cual ambos países deberían aceptar sus respectivas pretensiones territoriales de máxima, y eso dejaría a muchos disconformes.

Cuando se encuentren en Montevideo -si es que Di Tella no viaja antes a Chile, como se especuló en un momento- los cancilleres estarán ante un callejón que por ahora no tiene salida.

María O' Donnell

Doc. oscuro

01 - 01

9714634

DP2107

R POXBT 11-29 00258
and sur usa icx

BOLIVIA-ARGENTINA
CONVENIO SOBRE MIGRACION FIRMARAN BOLIVIA Y ARGENTINA

Santa Cruz (Bolivia), 29 nov (EFE).- Los gobiernos de Argentina y Bolivia firmarán en los siguientes días un convenio bilateral sobre migración y se negociará otro semejante con Brasil, informó hoy sábado el ministro boliviano de Gobierno, Guido Náyar.

El acuerdo entre ambos países pretende solucionar el problema de casi un millón de bolivianos residentes en Argentina que no tienen documentación que legalice su situación, dijo Nayar al indicar que no se ha informado acerca de expulsiones de ciudadanos de Bolivia.

Otro país que los bolivianos eligen para migrar es Brasil, con el que también se llegarán a acuerdos similares, anunció Náyar al recordar que hace poco los ministros de Gobierno de los países de MERCOSUR, en que Bolivia participa, se reunieron en Punta del Este, Uruguay.

En ese encuentro, Nayar y sus colegas establecieron algunas pautas para elaborar un solo documento sobre migración para todos los países relacionados con MERCOSUR.

En consecuencia, Nayar consideró poco oportuno que en Bolivia se vaya a considerar una Ley sobre Migración en Bolivia, porque podría quedar invalidada cuando los países de MERCOSUR elaboren un solo documento al respecto.

Nayar dijo que la problemática de las migraciones no ha sido descuidada por el Gobierno y que pronto se reunirá con autoridades de otros países hacia los que se desplanzon los bolivianos.

Señaló que el próximo lunes viajará a Lima, Perú, para reunirse con autoridades de ese país con el fin de analizar este tema y otros relacionados con la lucha contra el narcotráfico. EFE
fe/lc/PL

11/29/21-26/97

Nº DOCUMENTO 9714635
TITULO Convenio sobre migración firmaran Bolivia y Argentina
PROCEDENCIA 519593
FECHA DE PROCEDENCIA 29-11-97
VINCULACIONES 66960
507480
11164
11302
11399

01 - 01

9714635

Nº DOCUMENTO 9714636
TITULO P.J. aprobó un nuevo reglamento para retener presidencia del cuerpo
PROCE... CLARIN 150024
FECHA... 29/11
VINCULA... 66960
11164
11302
11304

CL 29/11

LEGISLATURA BONAERENSE

Un nuevo round entre el peronismo y la Alianza

- El PJ aprobó un nuevo reglamento para retener la presidencia del cuerpo
- Radicales y frepasistas lograron acordar una conducción legislativa alternada

RODOLFO LARA
La Plata. Corresponsal

El Partido Justicialista aprovechó la pelea por los cargos que hasta ayer existía en la Alianza para avanzar sobre la presidencia de la Cámara de Diputados bonaerense, después del 10 de diciembre.

En una distendida sesión, el PJ aprobó ayer la reforma del reglamento que **habilitaría la reelección del peronista Osvaldo Mércuri**. Pero, al mismo tiempo, la Alianza **reaccionó sellando un acuerdo político entre radicales y frepasistas para alternarse en la conducción del cuerpo.**

La cláusula votada por el PJ establece la necesidad de los dos tercios del cuerpo legislativo para la elección del presidente y si ninguna fuerza política cumple el requisito, el sillón quedará a cargo del partido gobernante.

A partir del 10 diciembre, la oposición contará con una ventaja de apenas tres votos, lo cual la deja muy lejos de los dos tercios requeridos.

Por eso, la reforma del reglamento se considera **un traje a medida del PJ**. No obstante, según se encargaron de aclarar desde el bloque oficialista, **en caso de la unificación UCR-Frepaso** la cláusula sería reemplazada por la norma habitual. Esto es, el presidente **sería elegido por la mayoría simple de los legisladores.**

En ese caso, si el PJ honra su compromiso, la poltrona quedaría a cargo de un representante de la Alianza. El peronismo –asegura– no pondría objeciones.

Hasta ese punto se había llegado hace una semana, cuando la Alianza reivindicó la primera minoría e incluyó el nombre del candidato a ocupar el cargo: Francisco "Pancho" Ferro (UCR). Fue una tregua, después de la amenaza de una crisis institucional en la provincia de Buenos Aires.

Pero el Frepaso **exigió un mecanismo de alternancia** con sus socios políticos y estalló un conflicto interno.

La propuesta frepasista era ésta: un presidente radical hasta diciembre de 1998, relevado en 1999 por un legislador frepasista (Alejandro Mosquera).

Los radicales no habían aceptado el novedoso esquema porque –según aseguraron– la Cámara **perdería funcionalidad**. "En octubre del año que viene ya estaríamos discutiendo la sucesión. Tenemos que ocuparnos de legislar y no de negociaciones permanentes" fue la advertencia desde el bloque de la UCR.

Anoche, en una conferencia de prensa, los legisladores de la Alianza explicaron que la discusión **estaba agotada** y que el método de la alternancia ya tenía aprobación.

El PJ no participó de la controversia. Esperó hasta último momento para que radicales y frepasistas terminaran cocinados **en el mismo hervor.**

Ahora empieza una carrera contra el reloj. En apenas diez días, la Cámara de Diputados tendrá esta distribución en las bancas: **47 Alianza (27 UCR y 20 Frepaso), 44 PJ y 1 PAIS.** La mayoría corresponderá a la coalición opositora y, en teoría, el principal despacho de la Cámara, también.

Ocurre que **otra fisura de la Alianza alentará al oficialismo** a solicitar la aplicación del reglamento de los dos tercios.

Entonces, la oposición tendría que resolver sobre su identidad. Deberá inscribirse como un bloque partidario y designar al presidente de la bancada. □

Doc. oscuro

01 - 01

9714636

Nº DOCUMENTO 9714637
TITULO Triple frontera - Se abrirá un consulado en Ciudad del Este
PROCE ccrain 150024
FECH 29/11
VINC 66960
Brasil
Paraguay
11164
11302
11399

CC 29/11

TRIPLE FRONTERA

Luz verde para el consulado

Corach confirmó que se abrirá un consulado en Ciudad del Este • Explicó que será para garantizar la seguridad de la Argentina, Paraguay y Brasil • Se cree que allí existe una base terrorista

El ministro del Interior, Carlos Corach, confirmó ayer que el Gobierno **abrirá un consulado en la paraguaya Ciudad del Este**– explicó– para "asegurar la seguridad de la Argentina, Paraguay y Brasil", como adelantó **Clarín**.

"Nuestra comprobación responde a las **propias comprobaciones** que hizo el gobierno paraguayo, reconocidas en la reunión de Punta del Este de la semana pasada y en setiembre del 95", agregó el ministro.

Ciudad del Este fue calificada por Corach en esa reunión de Punta del Este a la que asistieron los ministros políticos de los países del Mercosur, como **"un santuario único en el mundo de la delincuencia y la impunidad"** (ver aparte).

Es que esa localidad paraguaya, ubicada en la triple frontera entre la Argentina, Paraguay y Brasil, fue señalada por diversos servicios de inteligencia como una **posible base de terroristas islámicos**. Es más: se cree que desde allí salieron los terroristas que destruyeron la sede de la AMIA, en julio de 1994.

Por este tipo de sospechas, y a más de tres años de ese atentado, el Gobierno decidió crear un consulado en Ciudad del Este, en una clara actitud por aumentar la **presencia argentina** en tan delicada zona.

Controles

La decisión argentina se produce luego de que Brasil y Paraguay **se negaron** a incrementar los controles tripartitos en el área formada por Puerto Iguazú (Argentina), Foz de Iguazú (Brasil) y Ciudad del Este(Paraguay).

Los integrantes de las fuerzas de seguridad de la Argentina se quejaron de sus colegas brasileños y paraguayos, a quienes les achacan **poco empeño** por controlar la zona pese a que existe un acuerdo tripartito por el cual se intentó ordenar el tránsito de personas y mercaderías en la triple frontera.

Las críticas a Brasil y a Paraguay también llegaron desde Estados Unidos, país que considera a Ciudad del Este una **zona sensible**.

El propio presidente estadounidense, Bill Clinton, mencionó el tema durante su visita a la Argentina, en octubre.

Ayer, Corach adelantó que el consulado argentino en Ciudad del Este se abrirá **"apenas termine el proceso administrativo"** y dijo que la elección del cónsul corre por cuenta del presidente Carlos Menem.

El futuro cónsul argentino que aterrice en Ciudad del Este conocerá de cerca lo que significa que una localidad de tan sólo 200 mil habitantes produzca un **movimiento financiero de 10 mil millones por año** y necesite el funcionamiento de unas **100 pistas de aterrizaje**.

Además, por el Puente de la Amistad, que une a Foz de Iguazú con Ciudad del Este, transitan **60 mil personas por día y más de 1.500 contenedores por mes**.

Movimientos

Estas cifras son, a criterio del Gobierno, lo suficientemente elocuentes como para decidir la creación de un consulado en Ciudad del Este. El objetivo es que esta futura oficina funcione en sintonía con el consulado que, desde hace bastantes años, ya funciona en Foz de Iguazú.

Pero, en rigor, el tema que decidió la creación del consulado en Ciudad del Este es el continuo **movimiento de personas de origen árabe** (se sospecha que la ciudad se transformó en un refugio terrorista) y la falta de información sobre lo que sucede en una localidad fronteriza que ya es punto de atención de varios países de la región y también de Europa. □

DOC. OSCURO

01 - 01

9714637

DOCUMENTO 97-14638
TITULO Restructuracion de Policia Bonaerense
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 30-11-97
VINCULACIONES 66960
11164
11307-
11163-
11338-

XA7997

R POXBT II-[illegible]00501
mun exg

ARGENTINA-SEGURIDAD
PREPARAN RESTRUCTURACION DESPRESTIGIADA POLICIA BONAERENSE

Buenos Aires, 30 nov (EFE).- La Policía de la provincia de Buenos Aires, la mayor fuerza argentina de seguridad, se verá afectada por una profunda restructuración tras el desprestigio sufrido por la implicación de muchos de sus miembros en graves delitos, se informó hoy, domingo.

El secretario de Seguridad de la provincia, Carlos Brown, admitió que esa reforma estructural incluirá "cambios de hombres" en la cúpula de una fuerza que cuenta con unos 48.000 policías.

En los últimos dos años, el gobernandor Eduardo Duhalde, expulsó de la fuerza a más de 2.000 policías involucrados en diferentes delitos, mientras aumenta la cantidad de denuncias por la inseguridad que padece el distrito bonaerense.

La policía bonaerense se ha convertido, en los últimos años, en el centro de las críticas de la población por las sosepchas de corrupción que pesaban sobre sus miembros y la participación de oficiales o suboficiales en trímenes que ocuparon destacados espacios en la prensa nacional.

A los casos denominados de "gatillo fácil", en los que policías mataron a disparos a personas indefensas consideradas sospechosas durante operaciones de rutina, se sumaron las implicaciones de brigadas completas de lucha contra las drogas en la venta de estupefacientes.

Pero la desconfianza aumentó cuando cuatro miembros de la policía bonaerense fueron detenidos por su presunta participación en el atentado terrorista que en julio de 1994 destruyó la sede de la Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA), con un resultado de 86 muertos.

El comisario Juan José Ribelli, mano derecha del ex jefe de la fuerza, Pedro Klodczyk, fue acusado de haber entregado a los terroristas la camioneta que luego fue convertida en "coche-bomba" para el atentado.

También se sospecha que Ribelli recibió 2,5 millones de dólares por su intervención en el caso, cifra que según una comisión invstigadora del Parlamento hizo ingresar en su patrimonio mediante un "anticipo de herencia" de su padre, un jubilado de 91 años.

Hasta el mismo Klodczyk es investigado por presunto enriquecimiento ilcito y debió declarar bajo sospecha ante los legisladores que estudian el atentado contra la AMIA.

También es un policía, Gustavo Prellezo, el principal acusado por el asesinato a sangre fría del fotógrafo de prensa José Luis Cabezas, ocurrido el 25 de enero pasado.

Por otra parte, el diario "La Nación" informó hoy que la justicia abrió un sumario ante la sospecha de que 31 comisarías de la policía bonaerense manipularon expedientes judiciales abiertos por accidentes de tránsito en connivencia con estudios de abogados.

Al parecer, se trata de una maniobra destinada a estafar a las compañías de seguros y los oficiales de cada una de las dependencias involucradas cobraban unos 5.000 dólares por cada expediente.

En este contexto, las autoridades han admitido que aumentó el

grado de inseguridad y de violencia en la comisión de delitos en la povincia de Buenos Aires, donde la desconfianza hace que la mayoría de las víctimas ni siquiera hagan las correspondientes denuncias, de acuerdo con una encuesta de reciente publicación.
EFE

mf/rml/ll

11/30/14-50/97

02-02

9714638

FB3744

R FOXBT 11-30 00174
amt exg

ARGENTINA-JUSTICIA
BUENOS AIRES SEDE PRIMERA REUNION MINISTROS JUSTICIA OEA

Buenos Aires, 30 nov (EFE).- Ministros y viceministros de Justicia y procuradores generales de los paises miembros de la Organización de Estados Americanos (OEA) se reunirán mañana, lunes, en Buenos Aires para debatir asuntos vinculados a su cartera de gobierno.

La reunión, que se realizará en la sede del Banco Ciudad, será inaugurada por el ministro argentino de Justicia, Raúl Granillo Ocampo, y el secretario general de la OEA, César Gaviria.

Granillo Ocampo explicó que "se trata de la primera reunión de este nivel en la historia de la OEA y es por ello que la intención es que las recomendaciones que se aprueben sirvan de base para la II Cumbre de las Américas, que se realizará en Chile el año próximo como continuación del encuentro de Miami".

Entre los temas que debatirán los expertos figuran la modernización y el fortalecimiento de la administración de justicia, así como los procesos de reforma, las nuevas tendencias y el uso de mecanismos tales como el arbitraje, la mediación y la conciliación. EFE

cw/ah

11/30/18-41/97

Nº DOCUMENTO 9714639
TITULO Buenos Aires sede de reunión de ministros de justicia de la OEA
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 30-11-97
VINCULACIONES 66960
OEA
11164
11302

01 - 01

9714639

Nº DOCUMENTO 9714640
TITULO Menem en Italia decidiría cambio de gabinete
PROCE CLARIN 15004
FECH 30/11
VINCS 66960 - Italia -
11164
11302

DOC. OSCURO

CL 30/11

HOY PARTE HACIA ROMA

Esperan que Menem decida en Italia el cambio de gabinete

Se da por descontada la salida del ministro Caro Figueroa • Y el regreso al gabinete de Erman González • También se supone que el movimiento de ministros, esperado desde la derrota electoral, podría ser mayor

CARLOS EICHELBAUM
Enviado especial

Tal cual como en Buenos Aires. En los medios argentinos en Roma, en los pasillos de la Embajada, en las oficinas de la representación en el Vaticano, entre los adelantados de la delegación presidencial, es indisimulable la sensación de que las horas de la visita de Estado que iniciará mañana aquí Carlos Menem serán, también, las de la definición de los cambios en el gabinete ministerial esperados desde la derrota electoral del 26 de octubre.

Por cierto, ni oficial ni oficiosamente, nadie acepta sostener taxativamente que así será.

Pero se manejan con insistencia una serie de elementos convergentes que marcarían la racionalidad de la expectativa según la cual Menem terminaría de armar un nuevo gabinete en Italia, aunque todo el mundo está convencido también de que si esa decisión se toma, su contenido sólo será hecho público una vez que el Presidente vuelva a la Argentina.

El adiós a Caro

El más contundente de esos elementos es el hecho de que el propio embajador argentino en Italia, Antonio Erman González, es uno de los nombres que suenan con mayor insistencia para pasar a ocupar un cargo en el nuevo equipo ministerial.

Otro elemento, reflejo directo de la presunción instalada con fuerza en Buenos Airea desde el jueves pasado, consiste en que se descuenta como "ya ido" del Gobierno al titular de Trabajo, Armando Caro Figueroa. Y se generalizó la impresión de que la necesidad de reemplazar a Caro apresuraría otras modificaciones en el Gobierno.

A nadie se le escapa que estarán en Roma, junto a Menem, varios de los hombres que tienen algún tipo de llegada a los oídos del Presidente a la hora de tomar una decisión de esta dimensión.

Ayer se supo que uno de esos hombres había decidido no venir. Se trata del secretario general de la Presidencia, Alberto Kohan, cuya hija cumple quince años y que no estaría dispuesto a estar lejos de ese acontecimiento.

En todo caso, estarán en Roma acompañando toda la agenda del Presidente los senadores Eduardo Bauzá y Eduardo Menem, que en principio iban a tener una participación en la visita de Estado, ligada especialmente al encuentro de Menem con las autoridades del Senado italiano.

Bauzá llegaba a Roma hoy a la mañana. Eduardo Menem, que tenía previsto viajar junto a su compañero de bancada, finalmente formará parte del pasaje del avión presidencial Tango 01 junto a su hermano Carlos. 01 - 01

ARCHIVO CLARIN

POR LA VUELTA. Menem, en octubre, en su anterior paso por Roma.

Para precisar la relación entre todos estos elementos resulta central el hecho de que, según todas las versiones, la candidatura de Erman González al gabinete tiene como uno de sus destinos más posibles el Ministerio de Trabajo.

En realidad, tras su viaje a la Argentina en octubre, se dice que el embajador volvió a su puesto en Roma seguro de sus posibilidades de reemplazar a Jorge Rodríguez al frente de la Jefatura de Gabinete.

En aquellos días en Buenos Aires los mismos Bauzá y Eduardo Menem habrían hablado insistentemente con él de esa posibilidad, especialmente en las difíciles horas posteriores a la elección.

Pero en los últimos días ganaron fuerza otras dos posibilidades. Una es la posibilidad de que Erman haga un doble regreso

> El cambio de gabinete, si se decide, sólo será hecho público una vez que el Presidente retorne

al gabiente como ministro de Defensa, función que ya cumplió en este gobierno. Pero la más firme dice que finalmente sus pasos se encaminarían hacia la avenida Leandro Alem, a la oficina del titular de Trabajo, de la mano del impulso de su amigo Rodolfo Daer y de otros jefes de la CGT.

En la Jefatura de Gabinete, según los comentarios que circulaban ayer entre los argentinos de Roma, estarían anotados el propio Bauzá y también el ministro del Interior, Carlos Corach, de quien se destaca la paradoja entre su escaso consenso público y un papel en la estructura de gobierno que creció en protagonismo político después del 26 de octubre.

Si el presidente Menem tiene realmente la intención de resolver el modo de una reestructuración de su gobierno en Roma, difícilmente pueda mantenerla en el hermetismo oficial hasta volver a Buenos Aires.

Todas las miradas y todos los oídos, en sus horas en Italia estarán alertas para descifrar signos de que la iniciativa tuvo andadura.

9714640

Reunión por los desaparecidos

Flavia Franzoni Prodi, esposa del primer ministro italiano Romano Prodi, mantuvo ayer una entrevista privada con representantes de agrupaciones de familiares de desaparecidos argentinos, a quienes recibió en su casa de Bolonia, en el centro de Italia.

Estela Carlotto, de las Abuelas de Plaza de Mayo, y Angela Boiano, de la Asociación de Familiares de Presos Políticos y Desaparecidos, se entretuvieron con la señora Prodi durante media hora.

En los últimos minutos del encuentro se sumó a la reunión el primer ministro, que acababa de regresar de Roma.

"Fue un encuentro del todo amistoso: una suerte de línea directa entre mujeres, en el ámbito de esa cultura de la no violencia a la que pertenecen estos movimientos", comentó la señora Prodi tras la entrevista.

Las Abuelas, en su paso por Italia, ya habían sido recibidas por el papa Juan Pablo II.

Nº DOCUMENTO 971464
TITULO De la Rúa asume conducción de UCR.
PROCE Carpeta 150024
FECH 30/11
VINCUL 66960
11164
11304.

DOC. OSCURO
CL 30/11

CON VISTAS AL 99

De la Rúa busca la triple corona

El viernes asume la conducción de la UCR • Convertido en presidente de su partido y al frente del Gobierno porteño, quedará como el candidato del radicalismo para encabezar la fórmula presidencial de la Alianza

TABARE AREAS

La asunción esta semana de Fernando de la Rúa como jefe de los radicales significará, de hecho, su **lanzamiento hacia la fórmula presidencial** de la alianza UCR–Frepaso y el comienzo de la carrera para instalarse en la Casa Rosada dentro de dos años, si es que por entonces mantiene su romance con las urnas.

Impulsado por una imprevista jugada del ex presidente Raúl Alfonsín, el jefe del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires asumirá el viernes la conducción del Comité Nacional del radicalismo con un sustento importante: **nadie le discute** ese puesto ni tampoco su condición de, por ahora, "candidato natural" para la elección presidencial del 99.

En ese marco, los radicales juegan todas sus cartas para imponer el peso de De la Rúa. No demuestra otra cosa el hecho de que el jefe porteño se convierta, a partir del viernes, en el hombre con mayor poder político dentro de la UCR. Tendrá sobre su cabeza la **triple corona** de ser presidente del radicalismo, jefe de Gobierno de la mayor capital del país y candidato presidencial.

Sin embargo, eso no significa que reine la paz entre las familias del partido de Alem. Por debajo de De la Rúa hay latente una pelea feroz por el reparto de las vicepresidencias y los otros cargos de la mesa que difícilmente se puedan acordar por consenso.

Hasta última hora de anoche, los sectores que pugnan por la vicepresidencia primera estaban dispuestos a ir a una votación para resolver si es el bonaerense Leopoldo Moreau o el santafesino Horacio Usandizaga, quien se convierte en el número dos de De la Rúa.

Moreau dice tener más de 52 delegados –sobre un total de 102–, pero los sostenedores de Usandizaga (el grupo federal que lidera el chaqueño Angel Rozas) afirman que esos números no son ciertos y reclaman que se vote para definir la cuestión.

Pelea por abajo

Frente a este conflicto, De la Rúa sigue fiel a su estilo: optar por la prescindencia y dejar que los interesados resuelvan esa pelea por los cargos partidarios que viborea debajo de su silla.

La pelea para ocupar la vicepresidencia primera tiene su explicación: quien la ocupe tendrá el manejo de los asuntos internos del partido, porque De la Rúa se dedicará principalmente a su tarea de conducir la Capital.

Para él, demostrarle a la sociedad que es capaz de ejercer el poder y gobernar con eficiencia, constituye el mejor pasaporte para sentarse en el sillón de los presidentes dentro de veinticuatro meses.

Es una maniobra de trascendencia la que resuelven los radicales esta semana. Tanto es así que en la UCR comentan con unción el romance político que viven De la Rúa y Alfonsín, dos dirigentes que cargan una larga historia de enfrentamientos y de enconos personales muchas veces irresueltos.

En la cena cumbre que convocó el miércoles De la Rúa para sentar a su mesa a los jefes radicales se planteó el tema de la fórmula presidencial de la Alianza y varios de los comensales dieron su parecer.

De repente se escuchó la voz de Alfonsín diciendo: "A valor de hoy, hay un solo candidato en la UCR", aludiendo a De la Rúa, al tiempo que Rodolfo Terragno –actual presidente de la UCR– se removía en su asiento.

No es todo. Quienes conocen la historia a fondo, pero que sólo la revelan con cuentagotas, dicen que cuando De la Rúa llegó de Alemania con el sí en la boca para aceptar el ofrecimiento de Alfonsín, éste lo conmovió.

En un diálogo telefónico, el ex presidente puso su mejor tono de arenga en las tribunas para decirle exultante al jefe porteño: "Vamos Fernando, no hay que aflojar, vamos todos para adelante".

De la Rúa, Alfonsín, Moreau, Federico Storani y otros jefes con peso territorial embarcados en la operación de definir la nueva conducción partidaria sienten que lo que están gestando no es otra cosa que el retorno del radicalismo a la Casa Rosada. Por eso han dejado, por ahora, sus diferencias junto al cordón de la vereda.

Dudas

El objetivo inmediato es que De la Rúa encabece la fórmula de la Alianza, llevando como segundo a un dirigente del Frepaso. Cuando dieron forma a su sociedad, radicales y frepasistas acordaron que la fórmula presidencial se definiría en una elección abierta, con un postulante por partido, donde el que gana es candidato a presidente y el que pierde, a vice.

En el Frepaso, Graciela Fernández Meijide aparece como la candidata inamovible para la fórmula. Pero ahora en la Alianza nadie está seguro de que vaya a haber una interna para definir el orden de la boleta y sí, en cambio, crece la sensación de que lo mejor es sacar la fórmula por una negociación consensuada.

"Ni De la Rúa ni Fernández Meijide están para ir a tocar la campanilla del Senado si pierden la interna", dicen ahora en la Alianza, evaluando que tal vez llegó la hora de replantear el acuerdo cerrado cuando ambos partidos firmaron su sociedad política, en la primera semana de agosto frente al Hipódromo de Palermo. □

DEDAZO — Por LANDRU

01 - 01
971464
'9714641

DOCUMENTO 9714642
TITULO Oficialismo con dificultades para aprobar reformas legislativas
PROCEDENCIA GAZETA MERCANTIL.
FECHA DE PROCEDENCIA 22/11/97.
VINCULACIONES 66960
11164
11304

Convivir con la oposición

El oficialismo tendrá dificultades para aprobar las reformas legislativas

Ana Gerschenson y Janaina Figueiredo
Buenos Aires

El reacomodamiento de los partidos políticos en la Argentina continúa, luego de los comicios legislativos del pasado 26 de octubre, en donde el justicialismo tuvo que soportar el primer revés electoral desde su llegada al poder en 1989. El gobierno del presidente Carlos Menem se prepara para co-legislar con la oposición, cuyo principal referente es la Alianza, sellada este año por la Unión Cívica Radical (UCR) y el Frente País Solidario (FrePaSo).

La lista de los temas por venir es variada: la creación del Consejo de la Magistratura, el Código Electoral, el funcionamiento de los entes reguladores y el financiamiento de los partidos políticos.

Para la administración menemista los proyectos pendientes más complicados – y vitales – son los económicos: la reforma tributaria, la reforma laboral, el Presupuesto 98, la privatización de los aeropuertos y la prórroga del impuesto a las Ganancias.

La nueva Cámara de Diputados, que debutará el 10 de diciembre será ocupada por 119 legisladores justicialistas (una la primera mayoría), frente a los 110 diputados de la Alianza que sostienen que no adoptarán una actitud obstruccionista hacia las medidas impulsadas por el gobierno, aunque tendrán una posición independiente y alternativa. Los otros 29 legisladores electos, en su mayoría representantes de partidos provinciales jugarán un rol decisivo a la hora de inclinar la balanza en favor de una u otra propuesta legislativa.

El bloque aliancista hará hincapié en temas como empleo, educación y seguridad jurídica, pero no podrán eludir el debate de los otros puntos pendientes para el oficialismo. Las reacillas con el gobierno surgirán en el tratamiento del presupuesto 1998, – crucial para el rumbo económico – en donde los aliancistas ya adelantaron que impulsarán "una reasignación de recursos, en especial para el área educativa", según explicó el titular de la Comisión del Mercosur de la Cámara baja, el dirigente del FrePaSo, Carlos Raimundi. El diputado afirmó que la propuesta de la oposición se basa en generar un mayor ahorro interno a través del combate a la corrupción y la evasión, que hoy suman U$S 17.000 millones.

La agenda pendiente

- Reforma laboral. El proyecto está trabado en el Congreso.
- Presupuesto 1998. En Diputados.
- Unificación de entes reguladores. Proyecto en el Congreso.
- Comisiones de las AFJP. El proyecto propone la fijación de un tope de comisiones y está en Diputados.
- Reforma impositiva. Es parte del acuerdo de facilidades ampliadas con el FMI.
- Impuesto a las ganancias. Deberá ser prorrogado hasta fin de año.
- Ley de hidrocarburos. En Diputados.
- Ley de gas licuado. En Diputados.
- Ley de medicina prepaga. Trabada en el Senado.
- Privatización de los aeropuertos. Actualmente en la Justicia.
- Privatización del Banco Nación
- Consejo de la Magistratura.

Otra iniciativa neurálgica para la administración del presidente Carlos Menem es el proyecto de reforma laboral presentado este año y rechazado de plano por el bloque opositor. El ministro de Economía argentino le habría prometido a la misión del Fondo Monetario Internacional, que se encuentra por estos días en el país, que la ley de flexibilización laboral estará sancionada antes de junio de 1998.

El proyecto oficial había logrado una aprobación parcial, pero quedó trabado en Diputados. Las perspectivas no son nada alentadoras para el Poder Ejecutivo, si se tiene en cuenta que antes de tomarse unos días de descanso, y luego de sufrir su primera derrota en las urnas de la provincia de Buenos Aires, el gobernador de ese distrito, Eduardo Duhalde, aseguró que los diputados del justicialismo bonaerense votarán la reforma laboral luego de someterse al debate del proyecto "y no cuando lo decida el FMI". Una actitud opositora dentro del propio justicialismo. Uno de los principales líderes del Prepaso, el diputado Carlos "Cacho" Alvarez, ya adelantó a GML que " la reforma como está no la vamos a aprobar".

En tanto, la reforma del sistema impositivo, propuesta por el gobierno, impulsa una generalización del Impuesto al Valor Agregado (IVA) a todos los sectores de consumo de cotidiano. La medida afectaría a sectores como las escuelas privadas, el mundo editorial y la medicina pre-paga. El proyecto genera rechazos en las filas aliancistas y los futuros diputados plantean que antes de su aprobación hay que buscar un nuevo consenso fiscal que cuente con la participación de los sectores productivos.

El tema de "la seguridad jurídica" – una de las banderas de la Alianza – será abordado básicamente a través de la creación del Consejo de la Magistratura, cuya función será elegir a los futuros jueces de la Nación. La Alianza no acepta la designación de los miembros por el Poder Ejecutivo y propone el equilibrio en la representatividad. "Además hay que darle espacio a la participación académica, principalmente del Colegio de Abogados", señaló Alvarez. Otro de los temas candentes es la privatización de los aeropuertos, una iniciativa que el gobierno decidió impulsar por decreto, y que la oposición se encargó de impedir al presentar una denuncia en la Justicia por "inconstitucionalidad". ■

9714642

01 - 01

Nº DOCUMENTO 9714643
TITULO EL 75% DE LA ENERGIA EN URUGUAY ES HIDRAULICA.
PROCEDENCIA 150007
FECHA DE PROCEDENCIA 17-8-97.
VINCULACIONES 11190 /
507466 /
11987 /

El director de UTE Ronald Pais afirma que el gasoducto revolucionará al país

URUGUAY A MERCED DEL CLIMA SU CAPACIDAD ENERGETICA E

Uruguay decidió la utilización de gas natural para ampliar su capacidad térmica debido a que el 75% de su matriz energética es de origen hidráulico. El director de UTE, Dr. Ronald Pais, explicó que el país está en una situación de "extrema fragilidad" energética al encontrarse a merced de los fenómenos climáticos. En entrevista exclusiva con EL PAIS, Pais reveló los polémicos detalles del gasoducto entrerriano, los eventuales proyectos en el sur, cómo aumentará la demanda energética en apenas dos años, por qué el gas va a significar una "revolución" y hasta qué punto abatirá los costos de producción del país.

—La explotación de gas fue un viejo proyecto del Uruguay, largamente analizado por sucesivos gobiernos. Pero ahora el tema parece haber tenido definiciones que han acelerado el proceso.

—En la búsqueda de alternativas energéticas había que adoptar una decisión país. Uruguay cuenta actualmente con unos 2.000 megavatios/hora de capacidad instalada en todas sus plantas de generación. Poco a poco la demanda ha ido creciendo por diversos motivos. En 1996, UTE debió un pico de megavatios en el día y la hora más fría del año, lo cual a primera vista parece bastante distante de la capacidad instalada. Sin embargo, ese margen no es suficiente. El 72 por ciento de la capacidad energética del Uruguay es de origen hidráulico y esto quiere decir que dependemos de circunstancias que no siempre dependen del país. La realidad pone a UTE y a sus clientes en una situación de fragilidad extrema.

—La sequía, por ejemplo, puso a prueba esa capacidad.

Doc. oscuro

***PRECIOS.** El gas tendrá consecuencias en la tarifa de luz, dijo el director batllista de UTE, Dr. Ronald Pais Bermúdez*

—Efectivamente. Pero a eso habría que sumarle el aumento anual de la demanda. Hasta 1996 había sido de 5 por ciento anual. En 1997, los cálculos permiten vislumbrar que el incremento rondará el 7 por ciento. Los factores de esta variación pueden ser muchos: el aumento de la producción industrial, del consumo residencial, especialmente por nuevos electrodomésticos que antes no se usaban en la casa. Los faxes, microondas, las computadoras, hoy son materia corriente. Los nuevos shoppings y supermercados han incidido en forma relevante.

—¿Se encontraron con una variedad importante de posibilidades alternativas para generar energía?

—Sí. Decidimos luego de estudiarlo mucho, por supuesto. Uruguay tenía que afrontar su estado de situación energética y debía una definición al respecto. Los análisis indicaron que teníamos un 80 por ciento de autonomía energética y que en un 20 por ciento estábamos jugados al intercambio con Argentina. Frente a esto, UTE llegó a la conclusión que una de las opciones era aumentar las centrales de apoyo. La otra opción era ser dependientes de otro país, en este caso de Argentina. Pero para poder resolver las opciones, teníamos que hacer un estudio para conocer cuál sería la real demanda del país en una perspectiva de los años.

01-03

9714643

■ FRAGILIDAD ENERGETICA

—¿Ese estudio se hizo?

—Sí. Se determinó que a 1999, Uruguay debía contar con 360 megavatios adicionales instalados. En el año 2001, UTE debería poder acceder a 240 megavatios más para estar tranquilos en la satisfacción de la demanda de energía. En el 2002, se precisarán 120 megavatios más de capacidad. Lo mismo iba a suceder en el año 2005. Con esos exhaustivos análisis, el directorio de UTE comenzó a evaluar las distintas posibilidades.

—¿Barajaron nuevas opciones energéticas?

—Frente a este panorama lo primero en que se pensó para alcanzar la ampliación de 360 megavatios fue la posibilidad de crecimiento hidráulico. Se llegó a la conclusión que hemos agotado la capacidad del sistema. No hay ninguna posibilidad de colocar una represa más en los ríos uruguayos. La única opción era aguas arriba de Rincón del Bonete, cerca de Isla González, que se descartó por dos razones. Por un lado, el enorme impacto ecológico que llevaba asociado ya que el emprendimiento iba a inundar tierras productivas en una superficie muy grande. Por otro lado, no mejoraba nuestro grado de dependencia: en lugar de tener tres represas, íbamos a tener cuatro sobre un mismo río. Cuando no hubiera agua, ninguna de las cuatro iba a ser solución.

—¿Cuáles fueron las siguientes opciones?

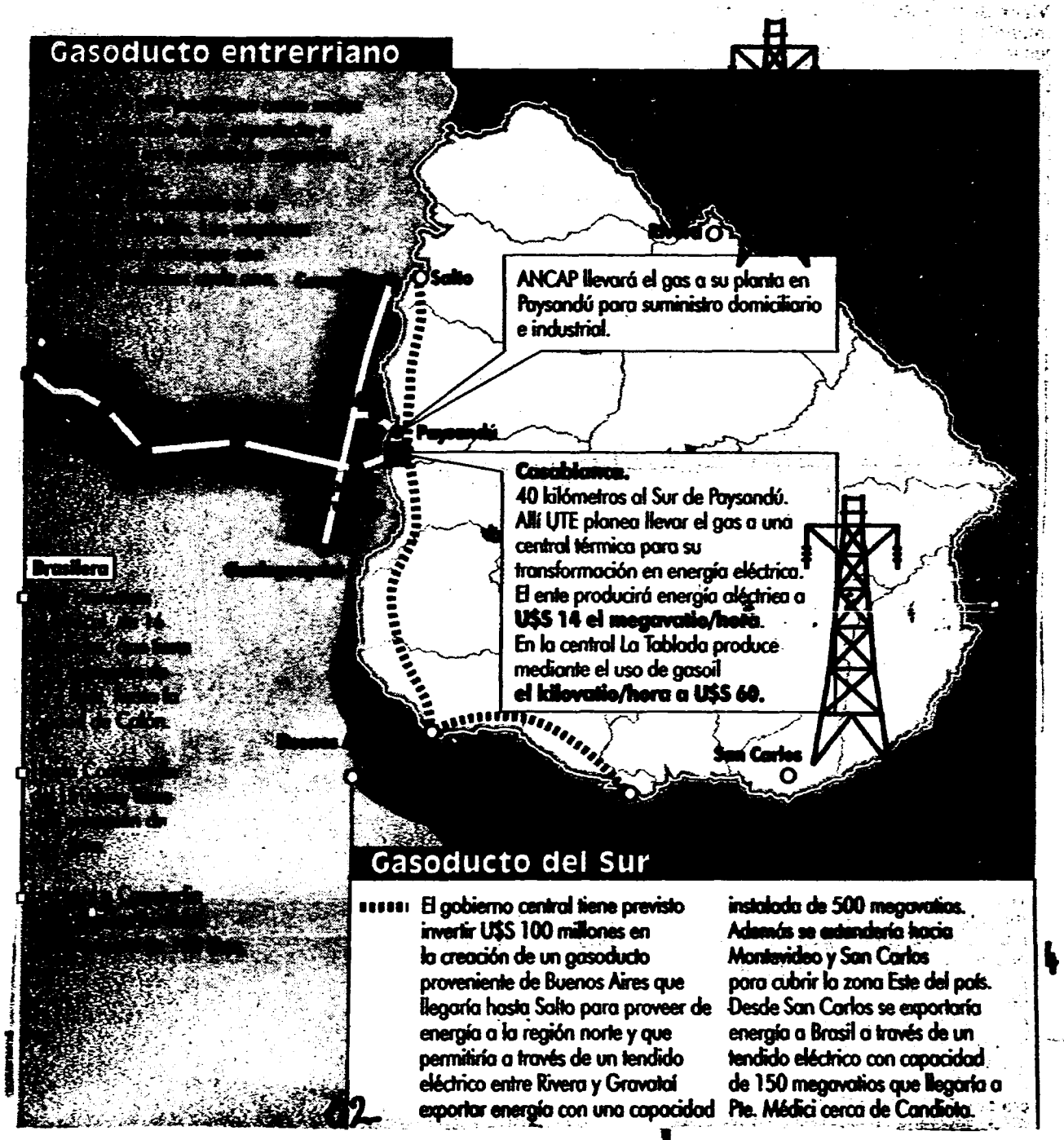
—La posibilidad de producir en las centrales de respaldo con un nuevo combustible llamado "orimulsión". Este es un recurso relativamente nuevo que se extrae de la cuenca del río Orinoco. Es una emulsión de petróleo, muy semejante al fuel-oil, pero mucho más barato. La orimulsión no fue tenida en cuenta después de haberse estudiado muy de cerca el tema. UTE viajó al exterior a visitar plantas recientemente instaladas en distintas partes del mundo. Ya están funcionando en Gran Bretaña y Finlandia. Se está construyendo otra en los Estados Unidos. La inestabilidad de producto es muy grande. Se está en una etapa de experimentación. UTE no podía jugarse a algo que no se estaba seguro de poder manejar.

■ COMBUSTIBLE EXPERIMENTAL

—¿Por qué dice Usted que este combustible es inestable?

—Es un líquido espeso, negro, muy similar al fuel-oil, combustible que se utiliza en las centrales de respaldo. Inestable quiere decir que si se le maneja mal corre el riesgo de modificar su estado ideal. En este caso, la orimulsión puede solidificarse en determinadas condiciones, lo cual termina por arruinar todas las instalaciones por donde circula. De líquido se convierte en piedra adentro de un oleoducto o de una caldera. UTE pensó en reconvertir la Central Batlle a la orimulsión, pero también descubrimos que genera ceniza, y que en los países donde se aplica la técnica no saben qué destino final darle. En Dinamarca hay depósitos enteros de ceniza. En Gran Bretaña se le mezcla con el agua y esos bloques son comprados por fábricas metalúrgicas de Estados Unidos, ya que la ceniza es muy rica en cadmio. Con todos los informes sobre la mesa, UTE

EL 75% DE HIDRAULICA



9714643

APUNTES

■ **Capacidad**
Uruguay tiene 2.000 megavatios/hora de capacidad instalada. Pero se encuentra en estado de fragilidad energética: el 75% de su energía es hidroeléctrica y el 25% restante es térmica. Por esa razón, el país está a merced de los fenómenos climáticos.

■ **Gasoducto**
ANCAP se uniría al gasoducto troncal en Colón y realizaría una ramal a Paysandú para su utilización en la planta que la empresa estatal posee en la capital de ese departamento. El producido sería destinado a fines comerciales tanto de suministro domiciliario como industrial.

■ **Ingreso**
UTE ingresaría al gasoducto en el cruce de Concepción del Uruguay y llevaría el gas a través del río hacia Casablanca, 40 kilómetros al sur de Paysandú. Allí procesaría el gas en una central térmica cuya capacidad instalada permitiría al Uruguay incrementar su matriz energética en 360 megavatios/hora.

■ **Costos**
El costo del gas es muy inferior a los otros combustibles utilizados en centrales térmicas. El kilovatio/hora producido a gas-oil cuesta 60 dólares. A fuel-oil, el costo del kilovatio/hora es promedialmente de 28 dólares. Una central a gas permitiría operar a 14 dólares.

■ **Discrepancia**
UTE y el gobierno nacional discrepan en cuanto al porte de la central térmica litoraleña. La empresa considera la necesidad de 360 megavatios/hora como piso. El gobierno, en tanto, plantea no ir más allá de una capacidad de 240 millones, dado que también existe el proyecto sureño de otro gasoducto. El acuerdo sería que UTE se aliara a un privado para ampliar su capacidad de generación térmica. La central saldría 110 millones de dólares.

■ **Precios**
Al Uruguay el gasoducto le costaría poco más de 20 millones de dólares. Sería el 25% del precio general de la obra llevada a cabo por la provincia de Entre Ríos. ANCAP y UTE dividirían los aportes, precio que se considera barato para un país.

03-03

9714643

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No.57	Seccion: ARCHIVO	Hoja: 1 / 12
		Evaluacion:	Fecha: 03 / 12 / 97

DOCUMENTO: Solicitud de Información Nº 053/97

ASUNTO: Se solicita las anotaciones de los siguientes ciudadanos:

DE: EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA	**PARA:** SEÑOR JEFE DEL DPTO. I D.G.I.D.

TEXTO:

1)- FROSTER COLMAN CARLOS DANILO
FEC.NAC : 21/04/66
LUGAR : DURAZNO
C.I. : 4.102.290-0
C.C. : R.A.D 19.569
DOM. : 18 DE JULIO 1568-202

PADRE : FROSTER JUAN CARLOS
FEC.NAC.: 11/08/47
LUGAR : DURAZNO
C.I. : 3.445.504-5
C.C. : R.A.A. 5868
DOM. : GOMEZ 94 APTO.301 DURAZNO

ORIGINAL

MADRE : COLMAN PEREZ DIANA
FEC.NAC.: 13/10/44
LUGAR : DURAZNO
C.I. : 3.424.064-7
C.C. : R.A.D. 12.500
DOM. : IDEM.AL POSTU.

HERMANA : FROSTER COLMAN ROSANA
LUGAR : DURAZNO
C.I. : 4.254.615-7
C.C. : NO TIENE
DOM. : IDEM.AL POSTU.

9714646
19 DIC. 1997

001/02

DOC POCO LEGIBLE

FECHA 23/1/98 INICIAL (CA)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 19/12/97
Nº. 491/97

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No.57	Seccion:	Hoja: 2 / 2
		Evaluacion:	Fecha: 03 /12 / 97

DOCUMENTO: Solicitud de Información Nº053/97

ASUNTO: Se solicita las anotaciones de los siguéntes ciudadanos:

DE: EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.	PARA:

TEXTO:

2) BARLA ARRUA JUAN MARIA
FEC.NAC.: 01/01/52
LUGAR : SALTO
C.I. : 1.529.986-2
C.C. : B.Z.B 7759
DOM. : CAP. FLORENCIO 4086

PADRE : FALLECIDO

MADRE : FALLECIDA

---

3) ALBISTUR TOLOSA EMILIA DIONISIA
FEC.NAC.: 24/03/41
LUGAR : MDEO.
C.I. : 2.556.942-5
C.C. : BOB 15.663
DOM. : ABAYUBA 2572 APTO.203 BLOK J.MDEO.

PADRE : FALLECIDO

MADRE : TOLOSA ------- MARIA GRACIELA
FEC.NAC.: 14/06/15
LUGAR : MDEO.
C.I. : 2.557.213-5
C.C.. : BOB 15662
DOM. : IDEM AL POSTULANTE

HERMANO: FALLECIDO

ORIGINAL

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

CORONEL (ST)

FERNANDO FIGUEROA.

02/02

97114646

Contaminación bajo tierra

El gas natural no es inocuo para el medio ambiente, pues cada año se registran más de 1.000 accidentes en el mundo vinculados a su manejo, aseguran organizaciones ambientalistas, mientras continúa a nivel parlamentario la polémica por la construcción del gasoducto entre Argentina y Uruguay.

Los ambientalistas están preocupados por los impactos del reservorio de la cuenca del Santa Lucía y se reunieron con la Comisión de Energía y Minería de la Cámara de Representantes. Allí plantearon sus inquietudes en relación a la ley que habilita la concesión para la utilización de depósitos subterráneos de gas natural.

Eduardo Gudynas, de la organización no gubernamental Claes, y Gerardo Honty, de Ceuta, centraron su exposición en los aspectos jurídicos de la proyectada ley, aunque el posterior intercambio de opiniones entre legisladores y ambientalistas derivó hacia los impactos negativos de la llegada del gas natural a nuestro país.

❑ **¿Gas ecológico?**

Las propuestas de Claes y Ceuta se centraron en la inclusión de la evaluación de impacto ambiental obligatoria para este tipo de emprendimientos, extremo éste no contemplado ni en el proyecto de ley a estudio de la Comisión, ni en la Ley de Impacto Ambiental. Asimismo, expresaron la necesidad de no excluir las normativas correspondientes a otros organismos involucrados, como el Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca, y las intendencias departamentales.

Gudynas y Honty dejaron en claro en "no se oponen a la utilización del gas natural", sin embargo cuestionaron que éste sea un combustible limpio y ecológico, como ha sido calificado por algunos jerarcas.

"Si bien es cierto que los óxidos sulfurosos (que provocan la lluvia ácida) se eliminan en el caso de la combustión del gas natural", manifestaron los ambientalistas, "la emisión de óxido nitroso se mantiene en los mismos niveles, y la de dióxido de carbono se reduce al 60% pero no desaparece".

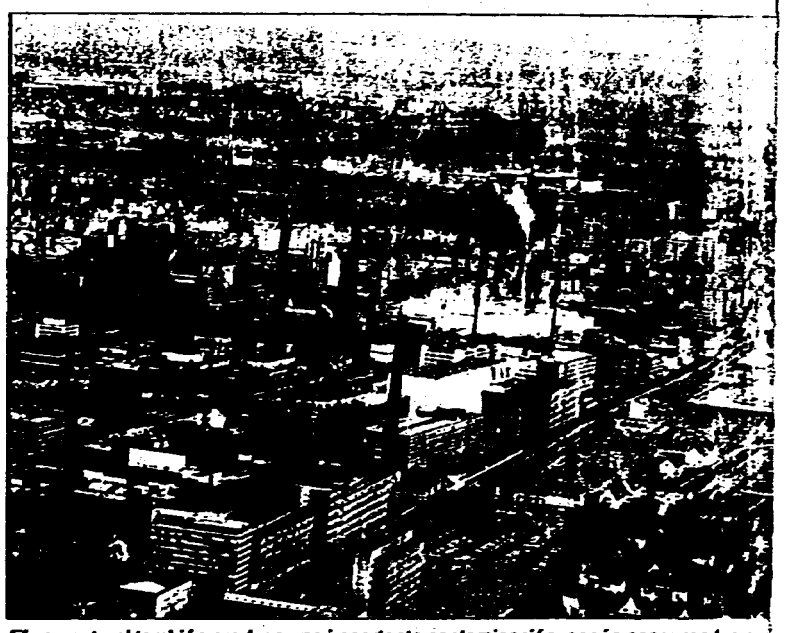
❑ **Con mucho metano**

Según indicaron Gudynas y Honty, "el gas natural está compuesto en un 90% por metano, uno de los más poderosos causantes del efecto invernadero, y del calentamiento global de la Tierra".

Teniendo en cuenta las fugas de gas natural que existen en todos los países del mundo, los ambientalistas sostienen que debe considerárselo dañino para la salud del planeta.

Finalmente, estimaron que "desde una perspectiva ecologista, la aceptación del riesgo de accidentes debería ser evaluada no sólo por los técnicos, sino también por la ciudadanía.

Considerando que se producen más de 1.000 accidentes cada año vinculados al transporte y almacenamiento de gas, puede suponerse que por más tecnología y cuidados que se dispensen, la probabilidad de accidentes existe y no puede soslayarse".



El gas natural también produce una importante contaminación, según aseguran los ambientalistas.

Nº. DOCUMENTO 971467
TITULO CONTAMINACION BAJO TIERRA
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE PROCEDENCIA 11-9-97
VINCULACIONES 11190
66860
507466

01-01

9714678

Nº. DOCUMENTO 9714648
TITULO CONSEJO NACIONAL DE DESARROLLO SOSTENIBLE.
PROCEDENCIA 150004
FECHA DE PROCEDENCIA 4-9-97
VINCULACIONES 11190
507466
DESARROLLO SOSTENIB.

Intentan instrumentar un Consejo Nacional de Desarrollo Sostenible

La necesidad de comenzar a trabajar en la creación de un Consejo Nacional de Desarrollo Sostenible en Uruguay, un órgano multisectorial de discusión ya existente en otros países de América Latina, se resaltó en la Reunión Regional sobre Políticas de Desarrollo Sostenible, Eco-América '97, que finalizó el viernes 29 de agosto.

En Eco-América, que fue organizada por la Comisión Latinoamericana Interparlamentaria de Medio Ambiente (CLIMA) y la ONG Eco-Natural, y en la que participaron unas treinta personas de las aproximadamente cien que se acreditaron, se insistió en que la formación de consejos nacionales y las alianzas regionales son herramientas importantes para instrumentar un desarrollo que tenga en cuenta los aspectos económicos, socioculturales y ecológicos.

Debido a ello, se fijó una nueva reunión para el mes de octubre, que estará financiada por el Consejo de la Tierra y en la que se buscará contar con la participación de los distintos sectores involucrados (ONGs, Cámara de Industrias, por ejemplo, y la sociedad civil en general) con el fin de transmitirles la función de los consejos de desarrollo sostenible y comenzar, a partir de ahí, a trabajar para la formación del uruguayo, que finalmente tendría que ser aprobado por el Poder Ejecutivo.

El presidente de Eco-Natural, Diego Fau, señaló a ***Búsqueda*** *que la integración de ese consejo (que en un principio también sería financiado por el Consejo de la Tierra) resultará del proceso a iniciarse en octubre, aunque comentó que en otros países lo forman representantes de los distintos poderes del Estado, de la Cámara de Industrias, de la Universidad, de las ONGs, entre otros.*

Por otro lado, el Director Nacional de Medio Ambiente, Carlos Serrentino, comentó a ***Búsqueda*** *que la Comisión Técnico Asesora del Medio Ambiente (Cotama) del Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente podría transformarse en ese consejo pues "filosóficamente es un Consejo Nacional de Desarrollo Sostenible".*

Además, durante la reunión se firmó un convenio entre el Consejo de la Tierra y el Foro Permanente de Parlamentos Regionales para el Medio Ambiente y el Desarrollo Sostenible con el fin de "operacionalizar al desarrollo sostenible en la región a través de la promoción de alianzas regionales y consejos nacionales, locales y regionales", promover la participación pública, el marco jurídico que sea necesario, el desarrollo de mecanismos de información y comunicación que faciliten el intercambio de experiencias y trabajar conjuntamente en la resolución de conflictos con la participación de las partes involucradas.

Por su parte, la ONG Redes-Amigos de la Tierra criticó la realización de Eco-América '97 en un comunicado en el que señaló que lo "discursivo y la falta de participación real vuelve a ser la característica de un evento que pretende abordar la problemática de la sustentabilidad en el continente" y al que "no considera legítimo ni capaz de proponer verdaderas soluciones.

01-01

9714648

DOCUMENTO 0714649
O
=DENCIA 518593
DE PROCE 1-9-97
VI ULACIONES 11190
007284

XR9968
R CYTBT 09-01 00253
icx mun exg

RUSIA-ESPACIO
SE ESTUDIA PROYECTO COSMODROMO CERCA DEL ECUADOR

Moscú, 1 sep (EFE).- Rusia estudia junto a otros países la construcción cerca del ecuador de un cosmódromo internacional para el lanzamiento al espacio de cohetes ultrapesados tipo "Protón", informó hoy, lunes, el vicedirector de la empresa aeroespacial rusa Jrunichev, Yevgueni Karachenkov.

Ese proyecto fue analizado hoy en el transcurso del II Congreso Internacional de la Industria Aeronáutica que se celebra en Moscú.

Una compañía australiana ha propuesto a Moscú abrir un cosmódromo cerca del ecuador en el norte de Australia o en una de las islas del archipiélago Papua-Nueva Guinea, mientras que también se estudia la posibilidad de construir una plataforma de ese tipo en Brasil o la utilización de los complejos ya existentes en Florida, explicó Karachenkov.

El principal cosmódromo ruso se encuentra en Baikonur, en la república centroasiática de Kazajistán, mientras que el lanzamiento de cohetes desde un lugar más cercano al ecuador permitirá duplicar la carga de los ingenios que se ponen en órbita.

El lanzamiento de cohetes desde esa zona permitiría además a Rusia ahorrar cerca de un 30 por ciento del combustible que consume actualmente en sus lanzamientos desde Baikonur.

Karachenkov subrayó que la decisión final sobre la participación de Rusia en el proyecto para la construcción o utilización de un cosmódromo internacional en el ecuador desde el que puedan lanzarse cohetes "Protón" será adoptada por el Gobierno ruso.

El experto recordó que Rusia ha lanzado al espacio más de 240 cohetes "Protón". EFE
MCR-wm d1h

09/01/16-09/97

01-01

0714649

Morenty

ARCHIVO 1/1

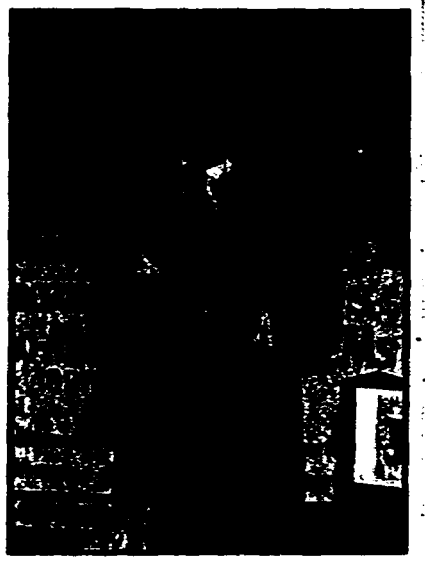
CORREGIDO
F 6/2/98
Inic.: dy

UN URUGUAYO PRESIDE CONFEDERACION DE ACJs.

El Dr. Gerardo Vitureira Liard -actual Presidente de la ACJ de Montevideo- fue eléc-to Presidente de la Confederación Latinoamericana de ACJs. La elección tuvo lugar durante la última Asamblea de esta organización, realizada en Porto Alegre.

La Confederación Latinoamericana y Caribeña es una organización que agrupa a ACJs de 18 países, cuyos programas y servicios difieren en función de las diversas realidades nacionales. Esta última Asamblea -que deliberó en torno al lema «viviendo la esperanza de un mundo para todos»- aprobó también el plan de acción a nivel regional para el próximo trienio y contó con la participación de representantes de la Alianza Mundial de ACJs y de la Alianza Europea y Asiática, así como también de la Iglesia Católica y del Consejo Latinoamericano de Iglesias.

Vitureira Liard es el Presidente más joven en la historia de la Confederación, y a partir de este momento pasará a integrar el Comité Ejecutivo de la Alianza Mundial, organismo que tiene su sede en Ginebra.



El actual presidente de la Asociación Cristiana de Jóvenes de Montevideo, Dr. Gerardo Vitureira.

ORIGINAL

FECHA 3/11/98 INICIAL UCI
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

Doc. Poco legible

001/01 9714650
23 DIC. 1997

CAMPO SICOSOCIAL
RELICION

ULTIMAS NOTICIAS
30/SET/97

RESERVADO

ARCHIVO

1/23
ARCHIVO JUDICIAL.

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
171725 -DICIEMBRE-1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 014/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION**: Se omite

II.- **RESPONDE A**: Información obtenida por esta Agencia.

ORIGINAL

III.- **T E X T O**: Se adjunta:

IV.- **SINTESIS**: Se omite.

Nº 005

V.- **DISTRIBUCION**:

EJEMPLAR 001 - D.E.I
EJEMPLAR 002 - D.E.II
EJEMPLAR 003 - D.E.III
EJEMPLAR 004 - D.E.IV
EJEMPLAR 005 - D.G.I.D.
EJEMPLAR 006 - ARCHIVO

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 22Dic97-
Nº de Identificación 9714660

ESTADO MAYOR DEL - Depto II - REPUBLICA O. del

El Jefe del Dpto II (ICIA) del E.M.E.
CORONEL
WILSON CORONEL

9714660
19 DIC. 1997

001/23

RESERVADO

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.
DPTO. II
INTELIGENCIA

RESUMEN

DE

ACTIVIDADES

ORIGINAL

SINDICALES

PERIODO

*** 04 AL 16 DIC. DE 1997 ***

9714660

RESERVADO

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

D.E.I

PIT-CNT (PLENARIO INTERSINDICAL DE TRABAJADORES)
LOCAL: AVDA. 18 DE JULIO 2190

02DIC97, EN LA SEDE DE LA CANCILLERIA SE LLEVO A CABO UNA REUNION, EN LA CUAL PARTICIPARON DIRIGENTES DEL PIT-CNT, Y EL MINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES ALVARO RAMOS.
LA DELEGACION DE LA CENTRAL OBRERA ESTABA CONSTITUIDA POR LOS SINDICALISTAS, JUAN JOSE BENTANCOUR (FANCAP), EDUARDO FERNANDEZ (AEBU), CARLOS SANCHEZ (COFE), LUIS PUIG (UAEOGAS) Y RAUL OLIVERA (AFJU) LOS MISMOS PLANTEARON AL MINISTRO, CONVOCAR A LA IGLESIA CATOLICA, LA COMISION DE LOS FAMILIARES DE LOS DESAPARECIDOS, ORGANIZACIONES DE DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS Y REPRESENTANTES DE LOS PARTIDOS POLITICOS A PARTICIPAR DEL DIALOGO SOCIAL, PARA ANALIZAR EL TEMA DE LOS DESAPARECIDOS EN EL GOBIERNO MILITAR.

LOS REPRESENTANTES DE LA CENTRAL OBRERA HICIERON ENTREGA AL MINISTRO DE UN MEMORANDUM EN EL CUAL EXPRESAN SUS FUNDAMENTOS SOBRE LOS DESAPARECIDOS, MEDIANTE EL CUMPLIMIENTO DEL ARTICULO 4º DE LA LEY DE CADUCIDAD Y LOS CONVENIOS INTERNACIONALES SUSCRIPTOS POR EL URUGUAY.

COPIA ORIGINAL

04DIC97, LA MINISTRA DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL ANA LIA PIÑEYRUA, CONVOCO PARA LAS 1700HS. A REPRESENTANTES DE LA CAMARA EMPRESARIAL Y AL PIT-CNT A NEGOCIAR SOBRE EL CONVENIO COLECTIVO. DICHA REUNION SE LLEVO A CABO EN LA SEDE DEL MINISTERIO DE TRABAJO.

13DIC97, EL ASESOR ECONOMICO DEL PIT-CNT, DANIEL OLESKER, ESTIMO ALCANZABLES LAS METAS ECONOMICAS TRAZADAS POR EL GOBIERNO PARA 1998, PERO AFIRMO EN CAMBIO QUE OTRA VEZ VUELVEN A PLANTEARSE LAS MISMAS PERSPECTIVAS "LAMENTABLES" QUE PARA 1997, CON CRECIMIENTO DE LA ECONOMIA PERO CON MALA DISTRIBUCION Y SIN AUMENTOS SALARIALES.

16DIC97, UNA COMISION TRIPARTITA EVALUARA LAS INSTANCIAS CUMPLIDAS HASTA AHORA EN TORNO AL DIALOGO SOCIAL Y CONSIDERARA ADEMAS LA AGENDA QUE TENDRA UNA NUEVA RONDA DE AQUELLA INDOLE A CUMPLIRSE EL PROXIMO 26DIC97, EN LA SEDE DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

9714660

F: 003

RECIBIDO

RESERVADO

SE LLEVO A CABO UNA REUNION EN LA SEDE DEL MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL, PARA ANALIZAR LA POSIBILIDAD DE CONCRETAR UN CONVENIO SALARIAL PARA LOS FUNCIONARIOS DE LA ADMINISTRACION CENTRAL, LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA, LA ANEP, EL INAME, EL TRIBUNAL DE LO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO, EL TRIBUNAL DE CUENTAS, LA CORTE ELECTORAL Y EL PODER JUDICIAL.

SE CONFORMO UNA COMISION TRIPARTITA, INTEGRADA POR DELEGADOS DEL PIT-CNT, EL PODER EJECUTIVO Y MTSS LA CUAL REALIZARA UN ESTUDIO DE CARACTER TECNICO PARA DETERMINAR LA POSIBILIDAD DE AJUSTAR LAS PECULIARIDADES DE ESTAS INSTITUCIONES EN UN ACUERDO DE MARCO SALARIAL.

EL DIRIGENTE DEL PIT-CNT JUAN JOSE **BENTANCOUR**, MANIFESTO QUE LA NEGOCIACION TIENE COMO PROPOSITO LLEGAR A LA PROXIMA REUNION DE LAS NEGOCIACIONES DEL DIALOGO SOCIAL CON UNA PROPUESTA CONCRETA DE CONVENIO SIMILAR AL QUE RIGE PARA LOS EMPLEADOS DE LAS EMPRESAS PUBLICAS, DE ACUERDO A LOS CONVENIOS DE LA ORGANIZACION INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT), FIRMADOS POR URUGUAY

ORIGINAL

SINDICATO DE ORGANIZACIONES NO GUBERNAMENTALES

07DIC97, SE CONFORMO UN NUEVO SINDICATO DE TRABAJADORES DE ORGANIZACIONES NO GUBERNAMENTALES, QUE TRABAJAN CON LOS SECTORES SOCIALES CARENCIADOS DE NUESTRO PAIS, ENCONTRANDO UN RESPALDO ECONOMICO, TRAS HABER PRESENTADO UN PROYECTO PREVIO DE PARTE DE LA INTENDENCIA Y DEL INSTITUTO NACIONAL DEL MENOR.

ESTA NUEVA AGRUPACION DE TRABAJADORES NACE COMO UNA NECESIDAD DE ESTOS, POR SENTIRSE REPRESENTADOS, A LA VEZ QUE ORGANIZADOS, HAN EMPEZADO A REALIZAR SUS PRINCIPALES REIVINDICACIONES LAS CUALES PASAN POR LO SALARIAL Y POR LA FALTA DE UN CONTRALOR HACIA LA SITUACION DE LOS TRABAJADORES, LOS CUALES SON PRACTICAMENTE DESCONOCIDOS.

ACTUALEMENTE EL SINDICATO CUENTA CON 28 TRABAJADORES AFILIADOS Y SU SEDE CENTRAL FUNCIONA EN LA SEDE DEL SUANP (25 DE MAYO 562).

COFE (CONFEDERACION DE ORGANIZACIONES DE FUNCIONARIOS DEL ESTADO)
LOCAL: AVDA. 18 DE JULIO 962

12DIC97, HAY SITUACIONES CONFLICTIVAS CON EL PODER EJECUTIVO POR LA REFORMA DEL ESTADO, AJUSTES SEMESTRALES Y REBAJA SALARIAL. COFE RECLAMA UN AMBITO DE NEGOCIACION BUSCANDO UNA SOLUCION PARA LOS 77 FUNCIONARIOS DE LA EX-SUBSISTENCIAS QUE FUERON DECLARADOS EXEDENTARIOS.

9714660

004

RESERVADO

RESERVADO

15DIC97, EL PRESIDENTE DEL GREMIO, LUIS **ESTEVEZ**, DECLARO A MEDIOS DE PRENSA QUE LA MEDIDA DE SERVICIO ESENCIAL CERCENA A TODA SU EXTENSION EL LEGITIMO DERECHO A LA HUELGA Y POR CONSIGUIENTE LAS LIBERTADES SINDICALES.
MOTIVO: RECHAZO A LA RESOLUCION POR LA CUAL EL PODER EJECUTIVO DECRETO SERVICIO ESENCIAL AL TRABAJO DE LOS VETERINARIOS DEL MGAP.

AUTE (AGRUPACION UTE).
LOCAL: AVDA.LIBERTADOR BRIG. GRAL. LAVALLEJA 2463

08DIC97, LOS TRABAJADORES ADHERIDOS A ESTA GREMIAL, CONTINUAN EN CONFLICTO Y EFECTUANDO LA RECOLECCION DE FIRMAS.

12DIC97, EL GREMIO DE LOS TRABAJADORES DE UTE, ENTREGO A LA CORTE ELECTORAL LAS FIRMAS REQUERIDAS PARA HABILITAR LA CONSULTA Y POSTERIOR PLEBISCITO PARA DEROGAR LA LEY DEL MARCO REGULATORIO DE LA ENERGIA ELECTRICA EN EL PAIS.

EL SINDICATO SEÑALO QUE YA CUENTA CON MAS DE 31.000 FIRMAS QUE RESPALDAN LA INICIATIVA, UNA CIFRA SUPERIOR A LAS A LAS 11.800 NECESARIAS.

ORIGINAL

LOS TRABAJADORES DEL ORGANISMOS REALIZARON A PARTIR DE LAS 1000HS., UN PARO PARCIAL DE ACTIVIDADES Y MOVILIZACION HACIA LA CORTE ELECTORAL CON MOTIVO DE LA ENTREGA DE LAS FIRMAS.
MOTIVO: RECHAZO AL MARCO REGULATORIO DE ENERGIA ELECTRICA.

FANCAP (FEDERACION ANCAP)
LOCAL: AGRACIADA 2522

03DIC97, LOS FUNCIONARIOS NUCLEADOS A ESTA FEDERACION REALIZARON SUS ELECCIONES INTERNAS A FIN DE ELEGIR NUEVAS AUTORIDADES. SE PUDO ESTABLECER QUE LA LISTA 29.1 ENCABEZADA POR HUGO **DE MELLO** Y JUAN JOSE **BENTANCOUR** SERIAN LOS FIRMES CANDIDATOS A OCUPAR LOS CARGOS PRESIDENCIABLES DE LA GREMIAL.

12DIC97, LOS FUNCIONARIOS DE ESTE SINDICATO SE ENCUENTRAN EN CONFLICTO.
MOTIVO: POR DIFERENDO EN EL AREA PORTLAND, POR EL CONVENIO Y EL CAMBIO DE PERSONERIA JURIDICA EN DICHA AREA.

ASOCIACION DE OBREROS DE ARQUITECTURA DEL M.T.O.P.
LOCAL DE AFJU: AVDA. RIO BRANCO 1280

04DIC97, LOS OBREROS DE LA DIRECCION DE ARQUITECTURA DEL MINISTERIO DE TRANSPORTE Y OBRAS PUBLICAS SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS.
MOTIVO: EN PROCURA DE UNA PARTIDA DE $U 1.500, UNA MEJORA PORCENTUAL Y LA INSTALACION DE UN TRIBUNAL DE CALIFICACIONES CON LA INSTRUMENTACION DE UNA ADECUADA POLITICA DE ASCENSOS.

RESERVADO

RESERVADO

UNOTT (UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE)
LOCAL: AVDA. LUIS ALBERTO DE HERRERA 3597

03DIC97, LOS TRABAJADORES DEL TRANSPORTE SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS. COMO MEDIDA DE LUCHA LOS TRABAJADORES TIENEN PREVISTO REALIZAR UNA MESA REDONDA DE DIALOGO CON AUTORIDADES NACIONALES Y DEPARTAMENTALES, JORNADAS BARRIALES INFORMATIVAS Y PAROS SORPRESIVOS.
LUEGO DEL PLENARIO FEDERAL REALIZADO EN EL DEPARTAMENTO DE MALDONADO EL **28NOV97**, SE APROBO LA REALIZACION DE UN PARO ACTIVO DE 24HS. PARA LA SEGUNDA QUINCENA DE DICIEMBRE.

04DIC97, SE CONVOCO EL PLENARIO FEDERAL DE LA UNOTT, PARA QUE SESIONE EL **05DIC97**, EL TEMA A TRATAR ES EL CONVENIO LABORAL, EL QUE INCLUYE AJUSTES CUATRIMESTRALES CON EL 100% DEL IPC DURANTE DOS AÑOS.

05DIC97, EL PLENARIO FEDERAL DE LA UNOTT, RESOLVIO LA REALIZACION DE UN PARO DE 24HS. PARA EL **15DIC97**, CON MOTIVO DE NO HABERSE REGISTRADO AVANCES EN LAS NEGOCIACIONES DE LOS TRABAJADORES DE CUTCSA Y EL GREMIO DEL TAXIMETRO (SUATT)

08DIC97, SE REUNIO LA TRIPARTITA EN EL MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL, SIN REGISTRARSE AVANCES EN LAS NEGOCIACIONES Y PASANDO A CUARTO INTERMEDIO.
EN CASO DE LLEGARSE A UN ACUERDO QUEDARIA SIN EFECTO EL PARO GENERAL DE 24HS., RESUELTO POR LA UNOTT DURANTE LA REALIZACION DEL PLENARIO FEDERAL PREVISTO PARA EL **15DIC97**.

DURANTE DICHA JORNADA DE AGITACION ESTA PREVISTO LA REALIZACION DE "VOLANTEADAS" DESDE LAS UNIDADES INTERVINIENTES QUE RECORRERAN LA CIUDAD DANDO A CONOCER LOS RECLAMOS SINDICALES.

LA UNOTT FACULTO A LOS GREMIOS DEL TAXIMETRO (SUATT) Y A LA UNION DE TRABAJADORES DE CUTCSA (UTC), A ADOPTAR LA MEDIDA DE PARO SORPRESIVO, YA QUE EN DICHOS SINDICATOS NO SE HAN REGISTRADO AVANCES EN LAS NEGOCIACIONES EN MATERIA DEL CONVENIO LABORAL.

13DIC97, LUEGO DE INTENSAS NEGOCIACIONES EN EL MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL, SE SUSPENDIO EL PARO DE 24HS. DECRETADO POR LA UNOTT, PARA EL **15DIC97**. EL SINDICATO ENTENDIO QUE HUBO IMPORTANTES AVANCES EN LAS TRATATIVAS EN EL SECTOR TRANSPORTE URBANO Y EN TAXIMETROS.

EL DIRIGENTE DE LA UNOTT GUSTAVO **ALVAREZ** MANIFESTO QUE LA EMPRESA Y LOS FUNCIONARIOS ACORDARON UN CONVENIO DE 36 MESES DE VIGENCIA QUE COMENZARA A REGIR A PARTIR DEL PASADO **01DIC97**. DICHO ACUERDO CONTIENE PAUTAS COMO AJUSTES SALARIALES CADA CUATRO MESES DEL 100% DEL IPC, ADEMAS DE UN CRECIMIENTO NETO DEL 1% EN EL CUARTO Y SEXTO AJUSTE, Y DE UN 0,5% AL OCTAVO Y NOVENO INCREMENTO.

ORIGINAL

RESERVADO

RECIBIDO

EL ACUERDO TAMBIEN PLANTEA QUE EL MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL SUSPENDA EL COBRO DE LA CONTRIBUCION PATRONAL QUE RIGE SOBRE LOS SERVICIOS BONIFICADOS QUE AFECTA AL SECTOR.
MOTIVO: FIRMA DEL NUEVO CONVENIO SALARIAL CON VIGENCIA A PARTIR DEL 01DIC97, ESTABILIDAD LABORAL, REESTRUCTURA GENERAL DEL TRANSPORTE DE MONTEVIDEO, INCLUSION DE PROBLEMATICA DEL TRANSPORTE EN EL DIALOGO SOCIAL.

UTC (UNION DE TRABAJADORES DE CUTCSA)
LOCAL: AVDA. LUIS ALBERTO DE HERRERA 3597

03DIC97, REALIZARON PAROS SORPRESIVOS POR SECTOR EN LA EMPRESA DE CUTCSA, AL NO HABERSE LLEGADO A UN ACUERDO EN EL CONVENIO LABORAL EN LA REUNION TRIPARTITA. LAS OTRAS COOPERATIVAS ACEPTARON LA FORMULA NO ADHIRIENDOSE A LAS MEDIDAS ADOPTADAS POR LA UTC.

05DIC97, CONTINUAN REALIZANDO PAROS SORPRESIVOS EN LA EMPRESA CUTCSA.
PROXIMO A LAS 1830HS. COMENZO UN PARO GENERAL SORPRESIVO DE LAS DIFERENTES LINEAS DE LA EMPRESA POR LO QUE LA COMPANIA A LAS 2130HS. RESTABLECIA PAULATINAMENTE LOS SERVICIOS COINCIDIENDO CON LA REALIZACION DEL PLENARIO FEDERAL DE LA UNOTT.

ORIGINAL

09DIC97, LOS TRABAJADORES DE CUTCSA, CONTINUAN MOVILIZADOS REALIZANDO PAROS SORPRESIVOS, AL NO HABERSE LLEGADO A UN ACUERDO EN EL CONVENIO LABORAL EN LA REUNION TRIPARTITA, LAS OTRAS COOPERATIVAS ACEPTARON LA FORMULA NO ADHIRIENDOSE A LAS MEDIDAS ADOPTADAS POR LA UNION DE TRABAJADORES DE CUTCSA.
MOTIVO: POR LA FIRMA DEL CONVENIO SALARIAL EN RECHAZO DE LOS DESPIDOS REALIZADOS POR LA EMPRESA Y EN RECLAMO DE UN AGUINALDO COMPLEMENTARIO.

15DIC97, NO SE REALIZO EL PARO DE 24 HS. PREVISTO PARA EL DIA DE LA FECHA. EL DIRIGENTE JORGE SILVANO MANIFESTO QUE LOS PUNTOS LOGRADOS EN LA NEGOCIACION SON IMPORTANTES COMO EL 100% DE AUMENTO DEL IPC, RESPECTO AL ACUERDO QUE PROTEGE A LOS TRABAJADORES DE LOS DESPIDOS Y RESTA LOGRAR EL AGUINALDO COMPLEMENTARIO LO CUAL SE VIENE NEGOCIANDO.

AEBU (ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY)
LOCAL: CAMACUA 575

08DIC97, LOS TRABAJADORES BANCARIOS CONTINUAN MOVILIZADOS, REALIZANDO PAROS SORPRESIVOS. ESTA GREMIAL TANTO A NIVEL PRIVADO COMO OFICIAL COMENZARAN A APLICAR MEDIDAS FINANCIERAS CONTRA LAS EMPRESAS DEL GRUPO SANTANDER, LAS QUE IRIAN DESDE LA NO ACEPTACION DE CHEQUES DE DICHO BANCO EN OTRAS ENTIDADES DE PLAZA HASTA PAROS SORPRESIVOS. DICHAS MEDIDAS COMENZARAN A APLICARSE A PARTIR DEL 10DIC97.
MOTIVO: POR DISCRIMINACION SINDICAL EN EL BANCO SANTANDER, EN RECHAZO AL PROYECTO DE REFINANCIACION DE DEUDAS DEL BANCO HIPOTECARIO Y CONTRA LA REESTRUCTURA EN EL BANCO REPUBLICA.

RECIBIDO

RESERVADO

TRABAJADORES DE MANZANARES

01DIC97, LOS FUNCIONARIOS SE ENCUENTRAN TRABAJANDO NORMALMENTE EN UNA SITUACION DE PRE-CONFLICTO.
MOTIVO: CONTRA LA REPRESION SINDICAL POR PARTE DE LA PATRONAL.

STIQ (SINDICATO DE TRABAJADORES DE LA INDUSTRIA QUIMICA)
LOCAL: CAPURRO 928

12DIC97, LOS TRABAJADORES DE LA EMPRESA BAO CONTINUAN EN CONFLICTO.
MOTIVO: ANTE DESPIDOS EN EL MARCO DE UN PROCESO DE REESTRUCTURA.

SUNTMA (SINDICATO UNICO NACIONAL DE TRABAJADORES DEL MAR Y AFINES)
LOCAL: CIUDADELA 1417

10DIC97, LOS FUNCIONARIOS ADHERIDOS A ESTE SINDICATO CONTINUAN EN CONFLICTO. LOS MISMOS REALIZARON UNA ASAMBLEA NACIONAL DE DELEGADOS PARA TRATAR EL TEMA DEL CONVENIOS SALARIAL.

ORIGINAL

12DIC97, LA DIRIGENCIA DE ESTE SINDICATO INFORMO A LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT SU PROPOSITO DE RETIRARSE DE LA MESA DE NEGOCIACIONES DEL DIALOGO SOCIAL, YA QUE ENTIENDEN QUE PERMANECER EN EL ES, "ADORNAR LA POLITICA ECONOMICA DEL GOBIERNO", MIENTRAS QUE SE SIGUEN DESPIDIENDO TRABAJADORES, AUMENTANDO EL DESEMPLEO Y SE SIGUEN GESTANDO ATAQUES A LAS ORGANIZACIONES SINDICALES.

LA GREMIAL HA DECLARADO NO COMPARTIR LOS CONCEPTOS VERTIDOS POR EL SECRETARIADO EJECUTIVO DEL PIT-CNT YA QUE NO REFLEJAN EL SENTIR DE ESTE SINDICATO. EL SINDICATO EXHORTO A LOS GREMIOS A ABANDONAR DICHO SOCIAL Y PONER EN PRACTICA LAS RESOLUCIONES DEL 6TO. CONGRESO.
MOTIVO: POR EL NO RECONOCIMIENTO DEL CONVENIO Y VIOLACION DE LA LEGISLACION LABORAL EN VARIAS EMPRESAS DEL SECTOR.

SUNCA(SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES)
LOCAL: CARLOS QUIJANO 1538

EMPRESA BRIGNONI S.A.
LOCAL: CNO. PERSEVERANO 5959

08DIC97, LOS FUNCIONARIOS CONTINUAN OCUPANDO LA PLANTA, DICHA OCUPACION SE PROLONGARA HASTA QUE LA PATRONAL RESPONDA A SUS RECLAMOS. POR SU PARTE LA PATRONAL REALIZO DENUNCIAS EN LOS MINISTERIOS DE TRABAJO E INTERIOR.

RESERVADO

RESERVADO

11DIC97, EL JEFE DE PERSONAL MANIFESTO QUE LA PLANTA FUE DESOCUPADA YA QUE SE LLEGO A UN ACUERDO CON LOS TRABAJADORES EN LOS TEMAS PAGO DE SUELDO Y LICENCIAS, PERO NO CON LO RELACIONADO A APORTES AL BPS, POR LO QUE LA SITUACION CONFLICTIVA SE MANTIENE HASTA QUE EL PRE-ACUERDO LOGRADO SE CUMPLA EFECTIVAMENTE.
MOTIVO: RECHAZO AL DESPIDO DE UN OBRERO, CONTRA IRREGULARIDADES POR EL NO APORTE AL BPS Y A ANDA, Y VIOLACION AL CONVENIO SALARIAL.

OBRA FEDAL
LOCAL: GRAL. AGUILAR ENTRE MARTIN GARCIA Y AGRACIADA

03DIC97, DICHA OBRA SE ENCUENTRA OCUPADA POR LOS TRABAJADORES DEL LUGAR.

12DIC97, LOS TRABAJADORES CONTINUAN OCUPANDO LA OBRA Y EN CASO DE REGISTRARSE UN DESALOJO COMPULSIVO SE EXTENDERIA EL CONFLICTO A TODO EL GREMIO DEL SUNCA.
MOTIVO: RECLAMOS SINDICALES.

ORIGINAL

FOEB (FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA)
LOCAL: ABAYUBA 2832

08DIC97, LOS FUNCIONARIOS AGREMIADOS A ESTE SINDICATO SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS, REALIZANDO COMO MEDIDA DE LUCHA JORNADAS DE PARO DE UNA HORA POR TURNOS Y CORTES DE HORAS EXTRAS.

12DIC97, LOS TRABAJADORES DE LA BEBIDA CONTINUAN EN CONFLICTO, POR LA FIRMA DE UN CONVENIO EN COCA-COLA Y NORTEÑA.

15DIC97, CONTINUAN ANALIZANDO LA INSTRUMENTACION DE MEDIDAS DE LUCHA, HASTA EL MOMENTO LAS NEGOCIACIONES SE ENCUENTRAN ESTANCADAS AL NO EXISTIR MECANISMOS PARA OTORGAR EL AUMENTO SALARIAL SOLICITADO.
MOTIVO: CONTRA LA REBAJA SALARIAL, POR ESTABILIDAD LABORAL, AUMENTOS SALARIALES DEL 100% DEL IPC, POR TICKET MUTUAL.

SIMA (SINDICATO DE LA INDUSTRIA DEL MEDICAMENTO Y AFINES)
LOCAL: MARTIN C. MARTINEZ 1686

12DIC97, SE MANTIENEN EN CONFLICTO, LOS MISMOS AFIRMAN TERCERIZACIONES EN VARIOS LABORATORIOS Y PASAJE DE FUNCIONARIOS A EMPRESAS UNIPERSONALES.

9714660

009

RESERVADO

RESERVADO

ADEOM (ASOCIACION DE OBREROS Y EMPLEADOS MUNICIPALES)
LOCAL: CANELONES 1330

03DIC97, LA ASOCIACION DE LOS EMPLEADOS MUNICIPALES RESOLVIO EXPULSAR DEL GREMIO A LOS TRABAJADORES QUE NO ACATARON EL PARO REALIZADO EL **21NOV97** Y CONCURRIERON A CUMPLIR SUS TAREAS EN LA INTENDENCIA MUNICIPAL DE MONTEVIDEO. UNICAMENTE NO SERAN EXPULSADOS AQUELLOS TRABAJADORES QUE CUMPLIAN GUARDIA GREMIAL.

11DIC97, EL CONSEJO EJECUTIVO DE ADEOM, DEJO SIN EFECTO LA RESOLUCION DE EXPULSAR DEL GREMIO A LOS AFILIADOS QUE DESACATARON EL PARO GENERAL DEL **21NOV97**, CONVOCADO EN RECHAZO A PRIVATIZACIONES Y DECISIONES INCONSULTAS DE LA

ADMINISTRACION COMUNAL QUE VAN CONTRA LOS INTERESES DE LOS TRABAJADORES.

FUENTES DEL CONSEJO EJECUTIVO DE ADEOM MANIFESTARON QUE EL **04DIC97**, LA MAYORIA DEL CUERPO ENTENDIO QUE LA RESOLUCION CARECIA DE VALIDEZ ESTATUTARIA PORQUE FUE DECIDIDA EN UNA ASAMBLEA EN LA QUE PARTICIPARON TRABAJADORES NO AFILIADOS AL GREMIO Y DONDE NO SE REALIZARON CONTROLES DE ASISTENCIA.
12DIC97, LOS FUNCIONARIOS MUNICIPALES CONTINUAN EN ESTADO DE ALERTA.
MOTIVO: CONTRA LA REESTRUCTURA , LA TERCERIZACION Y EL RECHAZO AL SEXTO DIA DE TRABAJO.

ORIGINAL 005

ADEOM - CANELONES

12DIC97, ADEOM-CANELONES CONVOCO A TODOS LOS FUNCIONARIOS, QUE TUVIERON CONTRATO POR TIEMPO INDETERMINADO Y QUE ACTUALMENTE TENGA CONTRATO DE FUNCION PUBLICA CON TERMINO Y AQUELLOS QUE LO HAYAN TENIDO Y NO ESTEN EN ACTIVIDAD A CONCURRIR A SU SEDE GREMIAL UBICADA EN JOSE BATLLE Y ORDOÑEZ 741, CON MOTIVO DE INICIAR UNA DEMANDA CIVIL CONTRA LA INTENDENCIA MUNICIPAL DE CANELONES, EN RECLAMO DEL PAGO DE TODAS LAS MENSUALIDADES Y SUS INCIDENCIAS (LICENCIA, SALARIO VACACIONAL Y AGUINALDO).

TAMBIEN SE RECLAMA QUE SE REVOQUE LA DECISION DE PASAR DE CONTRATOS POR TIEMPO INDETERMINADO A CONTRATOS A TERMINO, VOLVIENDO A LA MODALIDAD DE CONTRATOS SIN TERMINOS.

13DIC97, UNA ASAMBLEA DEL GREMIO DE MUNICIPALES DE CANELONES RESOLVIO EMPLAZAR PUBLICAMENTE AL INTENDENTE TABARE **HACKEMBRUCH**, PARA QUE NO DILATE MAS LA NEGOCIACION CON LOS FUNCIONARIOS.

EL SINDICATO TAMBIEN CRITICO LA DECISION DEL INTENDENTE CANARIO DE MODIFICAR A LOS INTERLOCUTORES DE LAS TRATATIVAS DE ACUERDO A CIRCUNSTANCIAS QUE MAS ALLA DE LAS DECISIONES POLITICAS, SON PERSONALES.
ADEMAS ACUSAN AL JEFE COMUNAL DE APLICAR "UN TERROR PSICOLOGICO" CONTRA LOS TRABAJADORES.

16DIC97, SE DECLARARON EN PRE-CONFLICTO Y MEDIANTE UN COMUNICADO DENUNCIAN QUE UNOS 150 FUNCIONARIOS MUNICIPALES PERDIERON SU FUENTE DE TRABAJO DESDE **ABR97** Y QUE CENTENARES QUEDARAN EN LA MISMA SITUACION EN LOS PRIMEROS MESES DE **1998**.

010

9714660

REGISTRADO

SUANP (SINDICATO UNICO DE LA ADMINISTRACION NACIONAL DE PUERTOS)
LOCAL: 25 DE MAYO 562

03DIC97, LOS FUNCIONARIOS DE ESTE SINDICATO CONTINUAN MOVILIZADOS.

12DIC97, LOS TRABAJADORES PORTUARIOS Y EL DIRECTORIO DE LA ADMINISTRACION NACIONAL DE PUERTOS FIRMARON EL CONVENIO LABORAL. DICHO CONVENIO CONTIENE 24 PUNTOS Y ES POR UN TIEMPO DE TRES AÑOS, DE ESTOS 24 PUNTOS SE DESTACAN DE VITAL TRASCENDENCIA: CRECIMIENTO SALARIAL EN UN PROMEDIO DE UN 4%, INCREMENTOS APERIODICOS EN LAS REMUNERACIONES, PRODUCTIVIDAD Y ESTABILIDAD LABORAL.

LA FIRMA DE ESTA CONVENIO FUE RESUELTA EN LA ASAMBLEA GENERAL DEL SUANP, LA QUE TUVO EN CUENTA EN SUS RESOLUCIONES QUE LAS DEMANDAS DE LOS TRABAJADORES "NI CESAN, NI EXPIRAN POR UN CONVENIO, POR EL CONTRARIO CONVOCA CADA VEZ MAS A ESTAR DISPUESTOS A LUCHAR POR LO QUE NO SE LAUDO" Y CONTINUAR ASI DEDICANDO EL ESFUERZO DE LOS TRABAJADORES A FORTALECER LA HERRAMIENTA SINDICAL PARA QUE ESTA SEA CADA VEZ MAS EFICAZ, FRENTE A UN ENEMIGO DE CLASE SOFISTICADO.
MOTIVO: POR POSIBLE PRIVATIZACION DE LA PLAYA DE CONTENEDORES Y DRAGADO.

ORIGINAL

FFOSE (FEDERACION FUNCIONARIOS DE OSE)
LOCAL: AVDA. FERNANDEZ CRESPO 2256

12DIC97, LOS FUNCIONARIOS DE ESTE SINDICATO CONTINUAN MOVILIZADOS.
MOTIVO: POR LA CONCESION DE OBRA PUBLICA EN MALDONADO Y CON EL PODER EJECUTIVO POR LA REFORMA DEL ESTADO Y TERCERIZACIONES EN EL SECTOR.

FUECI (FEDERACION URUGUAYA DE EMPLEADOS DEL COMERCIO Y LA INDUSTRIA)
LOCAL: RIO NEGRO 1210

12DIC97, FUNCIONARIOS DE LA EMPRESA CREDITOS S.A. SE MANTIENEN EN PRECONFLICTO.
MOTIVO: DESPIDO DE 30 FUNCIONARIOS.

AFFCC (ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE COOPERATIVAS DE CONSUMO)
LOCAL: GUAYABO 1565

12DIC97, LOS TRABAJADORES ADHERIDOS A ESTE SINDICATO SE ENCUENTRAN EN CONFLICTO.
MOTIVO: POR DIFERENDO POR EL ENVIO A SEGURO DE PARO DE 32 FUNCIONARIOS DE LA COOPERATIVA DE CONSUMO DE LA PREVISION SOCIAL.

REGISTRADO

RESERVADO

CAMARA DE ARMADORES PESQUEROS DEL URUGUAY
LOCAL: GRAL. CESAR DIAZ 1269

04DIC97, EL GREMIO CONTINUA EN CONFLICTO, ANTE EL POSIBLE RIESGO DE QUIEBRA POR MALA ADMINISTRACION. POR LO QUE SE ENCUENTRA EJERCIENDO PRESIONES PARA QUE EL GOBIERNO SUBVENCIONE POR MEDIO DE LOS IMPUESTOS.
MOTIVO: ANTE POSIBLE PERDIDA DE FUENTES DE TRABAJO.

AFIVT (AGRUPACION DE FUNCIONARIOS DE INSPECCION VETERINARIA Y TECNOLOGICA)
LOCAL: CERRO LARGO 1385

06DIC97, LA GREMIAL RESOLVIO REALIZAR UN PARO DE 48HS. A PARTIR DEL **09DIC97**, REALIZANDO UNA ASAMBLEA EL **10DIC97**, A PARTIR DE LAS 1600HS. ESTA MEDIDAS AFECTARAN DIRECTAMENTE LAS ACTIVIDADES QUE DESARROLLAN LAS DISTINTAS PLANTAS FRIGORIFICAS.

09 Y 10DIC97, EL PARO DE 48HS. AFECTO LAS ACTIVIDADES SIGUIENTES EN LAS DISTINTAS PLANTAS FRIGORIFICAS:

COPIA ORIGINAL

DEPARTAMENTO DE CANELONES:

- **FRIMACAR** - NO HUBO ACTIVIDADES EN LA MISMA.
- **FRIGORIFICO SAN JACINTO** - REALIZO PARO GENERAL.
- **FRIGORIFICO LAS PIEDRAS** - TRABAJARON EN FORMA NORMAL PERO SIN LA PRESENCIA DE VETERINARIOS.
- **FRIGORIFICO CANELONES** - TRABAJARON EN FORMA NORMAL PERO SIN LA PRESENCIA DE VETERINARIOS.
- **FRIGORIFICO CLAY** - TRABAJO EN FORMA NORMAL.
- **FRIGORIFICO SAREL S.A.** - TRABAJARON EN FORMA NORMAL PERO SIN LA PRESENCIA DE VETERINARIOS.
- **FRIGORIFICO LAS MORAS** - TRABAJARON EN FORMA NORMAL PERO SIN LA PRESENCIA DE VETERINARIOS.
- **FRIGORIFICO PICOREL** - SITUACION NORMAL.
- **FRIGORIFICO IPSA** - NO SE REALIZARON FAENAS.
- **FRIGORIFICO PRESIL S.A.** - NO SE REALIZARON FAENAS POR CARECER DE VETERINARIOS.

10DIC97, SE REALIZO UNA ASAMBLEA EN DONDE RESOLVIERON REALIZAR UN PARO DE 48 HS. PARA EL **16DIC97** Y UNA ASAMBLEA PARA EL **17DIC97** A LAS 1600 HS. LOS TRABAJADORES SE MANTIENEN EN SESION PERMANENTE A LOS EFECTOS DE ANALIZAR NUEVAS MEDIDAS.

11DIC97, SE DECRETO LA ESENCIALIDAD DEL SERVICIO, EN UNA REUNION MANTENIDA EN EL FRIGORIFICO MODELO ENTRE EL MINISTRO **GASPARRI**, EL DIRECTOR DEL MGAP **BAROSI** Y EL DIRECTOR NACIONAL DE INDUSTRIA DE LA CARNE CONTADOR JUAN **YOUNG** Y EL ASESOR LEGAL DR. **ARTECONA**.

SE REALIZO UNA ASAMBLEA A PARTIR DE LAS 1600HS. EN PIEDRAS 509, EN LA CUAL SE RESOLVIO DENUNCIAR QUE LOS FRIGORIFICOS COLONIA, FRICABA, CANELONES Y MONTES REALIZARON FAENAS SIN LOS OBLIGATORIOS CONTROLES TECNICOS Y RESOLVIERON DENUNCIAR ANTE

9714660
RESERVADO

EL TRIBUNAL DE HONOR DE LA SOCIEDAD DE MEDICINA VETERINARIA A AQUELLOS PROFESIONALES QUE CERTIFICARON DURANTE EL CONFLICTO.

12DIC97, LOS VETERINARIOS DEL MINISTERIO DE GANADERIA AGRICULTURA Y PESCA NUCLEADOS EN AFIVT, SE REUNIERON EN ASAMBLEA GENERAL RESOLVIENDO MANTENER EL CONFLICTO EN TODOS SUS TERMINOS Y SE COMPROMETIERON A NO REALIZAR PARO DE ACTIVIDADES POR EL TERMINO DE DIEZ DIAS A PARTIR DE LA FECHA DE COMUNICACION CON EL MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL.

LOS MISMOS SOSTIENEN QUE LA REFORMA DEL ESTADO IMPULSADA EN ESA CARTERA DETERIORA SU INDEPENDENCIA TECNICA, LES REBAJA DE GRADO Y AUMENTA SU DEPENDENCIA DEL PODER POLITICO.

15DIC97, SE REUNIERON EN ASAMBLEA GENERAL DONDE RESOLVIERON MANTENER EL CONFLICTO EN TODOS SUS TERMINOS Y SE COMPROMETIERON A NO REALIZAR PARO DE ACTIVIDADES POR EL TERMINO DE 10 DIAS Y SE ACEPTO LA ENTREVISTA CON EL MINISTRO DEL MGAP QUE SE REALIZARA EN LOS PROXIMOS DIAS.

16DIC97, EL MINISTRO DE GANADERIA AGRICULTURA Y PESCA A LAS 1000HS., RECIBIO EN SU DESPACHO A REPRESENTANTES DE AFIVT, PARA DIALOGAR SOBRE EL FUTURO DE LA UNIDAD EJECUTORA DE LA DIRECCION DE INDUSTRIA ANIMAL, TEMA QUE HA ORIGINADO EL CONFLICTO. EN DICHA REUNION TAMBIEN PARTICIPARON DELEGADOS DEL PIT-CNT HUBERFIL **HERNANDEZ**, DE COFE CARLOS **SANCHEZ** Y DE AFGAP (ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE GANADERIA AGRICULTURA Y PESCA) EDMUNDO **ESTABILLO**.
MOTIVO: MANTENIMIENTO DE LA CALIDAD DE UNIDAD EJECUTORA DE LA DIRECCION DE INDUSTRIA ANIMAL, BASADO EN QUE ES EL ORGANISMO RECONOCIDO INTERNACIONALMENTE, CONTRA LAS PRESIONES LABORALES A TRAVES DE SUMARIOS E INVESTIGACIONES ADMINISTRATIVAS, NO RECEPCION DE LOS RECLAMOS POR PARTE DEL MINISTERIO DE GANADERIA, POR LA FORMACION DE UN AMBITO DE NEGOCIACION CUATRIPARTITO.

ARU (ASOCIACION RURAL DEL URUGUAY)

LA SITUACION PLANTEADA POR EL PARO DE ACTIVIDADES QUE AFECTA EL NORMAL FUNCIONAMIENTO DE LA INDUSTRIA FRIGORIFICA VIENE SIENDO ATENTAMENTE SEGUIDA, Y CON PREOCUPACION, POR LOS PRODUCTORES RURALES.
PARA LA ASOCIACION RURAL, TODA DECISION QUE VA CONTRA LA PRODUCCION Y CONTRA LA EXPORTACION NUNCA ES BUENA Y MAS EN MOMENTOS EN EL QUE EL PRESTIGIO COMERCIAL DEL PAIS A NIVEL INTERNACIONAL ESTA EN JUEGO, POR LO QUE EL PRESIDENTE DE LA ARU, JUAN M. **SILVA Y ROSAS** PRECISO NO QUERER OPINAR SOBRE EL PROBLEMA EN SI QUE ENFRENTA AL MINISTERIO DE GANADERIA, AGRICULTURA Y PESCA Y A LOS FUNCIONARIOS DE LA INSPECCION VETERINARIA PORQUE ES UN TEMA INTERINO, QUE LOS COMPROMETE.
LA ASOCIACION RURAL INSTO A UN RAPIDO ACUERDO ENTRE LAS PARTES, PORQUE EN DEFINITIVA ESTE CONFLICTO NO LE HACE BIEN A NADIE.

ORIGINAL

9714660

FUS (FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD)
LOCAL: GARIBALDI 2819

03DIC97, REALIZARON PARO DE 30HS. A PARTIR DE LAS 1200HS.

04DIC97, 1800HS. FINALIZO EL PARO DE 30HS., CABE DESTACAR QUE A LAS 1000HS. SE CONCENTRARON 40 PERSONAS EN LA EXPLANADA DEL CASMU -SITO EN AVDA. 8 DE OCTUBRE Y ABREU- CON ENTREGA DE VOLANTES PARA DIFUNDIR LAS RAZONES DE LA MOVILIZACION.

05DIC97, SE REUNIO LA DIRECCION DE LA FUS PARA EVALUAR EL PARO DE 30HS., TAMBIEN SE ANALIZO LA INSTRUMENTACION DE FUTURAS MOVILIZACIONES DE LUCHA, LAS QUE SERAN APROBADAS POR EL PLENARIO NACIONAL.

11DIC97, REALIZARAN MOVILIZACIONES CALLEJERAS CON VOLANTEADAS, TRAS CONCENTRARSE DE 1300 A 1600HS. EN MERCEDES Y DANIEL FERNANDEZ CRESPO -SIN PARO-. SE ENCUENTRAN REALIZANDO ASAMBLEAS EVALUATORIAS POR SINDICATO, DE LA SITUACION EN MONTEVIDEO, SAN JOSE Y DURAZNO. EL CONSEJO FEDERAL DE LA FUS SE ENCUENTRA EN SESION PERMANENTE, AUNQUE SU REUNION HABITUAL SERA EL VIERNES **12DIC97**, JORNADA EN LA QUE SE ANALIZARAN LOS RESULTADOS DE LAS ASAMBLEAS Y GESTIONES EN MARCHA.
MOTIVO: RECLAMO DE NUEVO CONVENIO SALARIAL POR 18 MESES, CON AJUSTE SEMESTRAL DEL 100% DEL IPC MAS TRES PARTIDAS IGUALES A DOS U.R., TERCERIZACIONES EN CASMU 3, PERDIDA DE PUESTOS DE TRABAJO EN SANATORIO ESPAÑOL, ENVIOS A SEGURO DE PARO EN EMPLEADOS CIVILES Y REBAJA SALARIAL EN CENTRAL MEDICA.

CASA DE GALICIA

05DIC97, LOS AGREMIADOS EN AFUNCAG (ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE CASA DE GALICIA) SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS, AL SER TRASLADADA LA DIRIGENTE SINDICAL JAEL **ETCHEPARE** DE LA POLICLINICA ORENSE DE LAS PIEDRAS, AL SANATORIO DE MILLAN Y RAFFO. CABE DESTACAR QUE **ETCHEPARE** ERA ENCARGADA DE MANTENER INFORMADOS A LOS FUNCIONARIOS DE LA POLICLINICA DE C.LAS PIEDRAS A TRAVES DE LA CARTELERA GREMIAL INSTALADA ALLI RECIENTEMENTE.
MOTIVO: PERSECUCION SINDICAL.

FFSP (FEDERACION FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA)
LOCAL: FERNANDEZ CRESPO 2173

05DIC97, FUNCIONARIOS DEL HOSPITAL PIÑEYRO DEL CAMPO SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS, DENUNCIAN PUBLICAMENTE QUE "TODA PERSONA QUE ES ENCONTRADA EN LA VIA PUBLICA, SIN IMPORTAR SI ES ALCOHOLICO, SIQUIATRICO AGRESIVO O POSEE ALGUNA ENFERMEDAD TRANSMISIBLE, VA PARA EL HOSPITAL PIÑEYRO DEL CAMPO. NO QUEREMOS SER REHENES NI COMPLICES DE CASOS DE VIOLACIONES Y AGRESIVIDAD".
MOTIVO: CAPACIDAD DEL ESTABLECIMIENTO SOBREPASADA EN UN 100%

RESERVADO

MOVIMIENTO VECINAL

08DIC97, LOS HABITANTES DE BARROS BLANCOS INTERRUMPIERON EL TRANSITO CON QUEMAS DE CUBIERTAS EN EL KM.24 DE LA RUTA 8. LOS MISMOS AFIRMAN HABER ENTREGADO UNA CARTA AL INTENDENTE DE CANELONES Y LES RESPONDIERON QUE LAS RUTAS SON RESPONSABILIDAD DEL MTOP. TAMBIEN HICIERON SABER SU PREOCUPACION POR LOS CONTINUOS ROBOS Y ASALTOS QUE SE REGISTRAN EN LA ZONA.
MOTIVO: 15 ACCIDENTES MORTALES -REGISTRANDOSE EL ULTIMO 06DIC97, ENCONTRANDO LA MUERTE UNA JOVEN DE 14 AÑOS- POR LO QUE EXIGEN PICOS DE LUZ Y SE CONTROLE LA VELOCIDAD DE LOS VEHICULOS.

ONAJPU (ORGANIZACION NACIONAL DE JUBILADOS Y PENSIONISTAS DEL URUGUAY)

12DIC97, SE INSTALO UN SERVICIO DE OBSERVACION DE ESTA DIRECCION A LOS EFECTOS DE PREVENIR POSIBLES INCIDENTES, EN LA EXPLANADA DEL BPS, DONDE A LA HORA 1000 COMENZARON A CONCENTRARSE APROXIMADAMENTE UNAS 100 PERSONAS, Y A SU VEZ SE IRRADIO A TRAVES DE EQUIPOS DE AMPLIFICACION LOS RECLAMOS SINDICALES EN CONTRA DE LA PRIVATIZACION DE LOS PAGOS. HICIERON USO DE LA PALABRA EL SECRETARIO GENERAL DE LA ATSS Y UN DIRIGENTE DE ONAJPU. A LA HORA 1100 CULMINO EL ACTO, NO REGISTRANDOSE INCIDENTES.
SE REALIZARON VOLANTEADAS POR PARTE DEL PARTIDO POR LA SEGURIDAD SOCIAL A LOS EFECTOS DE RECABAR FIRMAS PARA DEROGAR LA LEY 16.713 QUE REGULA EL REGIMEN DE AFAPS.

ORIGINAL

RESERVADO

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

* CONFLICTO EN LA EDUCACION PUBLICA *

FENAPES (FEDERACION NACIONAL DE PROFESORES DE ENSEÑANZA SECUNDARIA)
LOCAL: JUAN CARLOS GOMEZ 1459

12DIC97, SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS CONTRA LA REFORMA DE LA ENSEÑANZA.

ADES (ASOCIACION DE DOCENTES DE ENSEÑANZA SECUNDARIA)
LOCAL: JUAN CARLOS GOMEZ 1458

16DIC97, LOS AGREMIADOS EN ADES SE ENCUENTRAN ELABORANDO UN BORRADOR ALTERNATIVO A LA REFORMA EDUCATIVA, DENOMINADO "PROPUESTA ALTERNATIVA PARA LA ENSEÑANZA MEDIA" EL MISMO CONSTA DE TRES GRANDES TEMAS: CUESTIONAMIENTO AL CONTENIDO DE LOS PLANES OFICIALES DE EDUCACION; PROBLEMA EDILICIO EN LOS CENTROS EDUCATIVOS Y PROVISION DE CARGOS, ACTUALIZACION Y PERFECCIONAMIENTO DOCENTE.

ORIGINAL

AFUTU (ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE UTU)
LOCAL: EMILIO FRUGONI 1176

12DIC97, SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS CONTRA LA REFORMA DE LA ENSEÑANZA.

CEIPA (CENTRO DE ESTUDIANTES DEL IPA)

12DIC97, SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS CONTRA LAS MEDIDAS DE SEGURIDAD IMPUESTAS POR EL CODICEN Y EN RECHAZO DEL CIERRE DEL INSTITUTO EL AÑO PROXIMO.

AFUR (ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA)
LOCAL: FAC. INGENIERIA - BEDELIA

12DIC97, LOS AGREMIADOS EN AFUR SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS, EXIGEN UNA PARTIDA EXTRA-PRESUPUESTAL PARA LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA.

9714660

RESERVADO

RESERVADO

ADUR (ASOCIACION DE DOCENTES DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA)
LOCAL: MERCEDES 1737

12DIC97, LOS AGREMIADOS EN ADUR SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS, EXIGEN UNA PARTIDA EXTRA-PRESUPUESTAL PARA LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA.

UTHC (UNION TRABAJADORES DEL HOSPITAL DE CLINICAS)
LOCAL: AVDA. ITALIA 2645

12DIC97, SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS EN RECHAZO AL PROYECTO CENTRO MEDICO DE REMODELACION DEL HOSPITAL DE CLINICAS Y EN RECLAMO DE UNA PARTIDA EXTRAPRESUPUESTAL PARA LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA.

ORIGINAL

017 9714660

RESERVADO

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

D.E. II.

CONFLICTO EN LOS FRIGORIFICOS

LOS AGREMIADOS EN AFIVT (AGRUPACION DE FUNCIONARIOS DE VETERINARIA Y TECNOLOGIA - ORGANISMO DE CONTROL DE CALIDAD) REALIZARON UN PARO DE 48HS. LOS DIAS 09 Y 10DIC97 MEDIDA QUE AFECTO LAS ACTIVIDADES QUE DESARROLLAN LAS DISTINTAS PLANTAS FRIGORIFICAS:

DEPARTAMENTO DE COLONIA:

- **FRIGORIFICO TARARIRAS** - TRABAJA EXPORTANDO A ISRAEL SIN SERVICIO VETERINARIO.
- **FRIGORIFICO ROSARIO** - SE TRABAJO EN FORMA NORMAL PERO SIN CONTROL VETERINARIO.

COPIA ORIGINAL

DEPARTAMENTO DE DURAZNO

- **FRIGORIFICO FRIGOCERRO** - TRABAJO EN FORMA NORMAL CON SERVICIO VETERINARIO.

DEPARTAMENTO DE FLORIDA :

- **FRIGORIFICO KELVI** - SE ENCUENTRA CERRADO.

DEPARTAMENTO DE SAN JOSE:

- **FRIGORIFICO PEREZ RODRIGUEZ** - TRABAJARON EN FORMA NORMAL SIN VETERINARIOS.
- **FRIGORIFICO DORINSUR** - TRABAJARON EN FORMA NORMAL SIN VETERINARIOS.

DEPARTAMENTOS DE SORIANO Y FLORES :

- NO CUENTAN CON FRIGORIFICO.

9714660

REGISTRADO

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

D.E.III.

CONFLICTO EN LOS FRIGORIFICOS

LOS AGREMIADOS EN AFIVT (AGRUPACION DE FUNCIONARIOS DE VETERINARIA Y TECNOLOGIA - ORGANISMO DE CONTROL DE CALIDAD) REALIZARON UN PARO DE 48HS. LOS DIAS 09 Y 10DIC97 MEDIDA QUE AFECTO LAS ACTIVIDADES QUE DESARROLLAN LAS DISTINTAS PLANTAS FRIGORIFICAS:

DEPARTAMENTO DE PAYSANDU:

- **FRIGORIFICO CASABLANCA** - TRABAJARON EN FORMA NORMAL PERO SIN LA PRESENCIA DE CONTROL VETERINARIO.

DEPARTAMENTO DE RIO NEGRO:

- **FRIGORIFICO INCUR** - SE ENCUENTRA CERRADO DESDE HACE TIEMPO.

003 ORIGINAL

DEPARTAMENTO DE SALTO:

- **FRIGORIFICO LA CABALLADA** - SE ENCUENTRA CERRADO DESDE HACE TIEMPO, CUENTA CON MATADERO MUNICIPAL.

DEPARTAMENTO DE TACUAREMBO:

- **FRIGORIFICO TACUAREMBO** - TRABAJO EN FORMA NORMAL PERO SIN CONTROL DE VETERINARIOS.

DEPARTAMENTO DE RIVERA:

- NO TIENE FRIGORIFICO, CUENTA CON MATADERO MUNICIPAL.

DEPARTAMENTO DE ARTIGAS

- NO TIENE FRIGORIFICO, ESTA PREVISTO LA APERTURA PARA EL 01ENE98 DEL **FRIGORIFICO CUAREIM.**

019 9714660

REGISTRADO

RESERVADO

DEPARTAMENTO DE PAYSANDU:

C. PAYSANDU

SUNCA (SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES)

05DIC97, OBREROS DE LA CONSTRUCCION AFILIADOS A ESTE SINDICATO REALIZARON UNA MARCHA POR AVDA. 18 DE JULIO Y LEANDRO GOMEZ, PARTICIPANDO EN LA MISMA APROXIMADAMENTE 80 PERSONAS.
MOTIVO: NO MAS MUERTES EN LA CONSTRUCCION.

OBRA ESCUELA BARRIO NORTE
LOCAL: BARRIO NORTE CALLE 32

03DIC97, LOS TRABAJADORES SE ENCUENTRAN REALIZANDO UN PARO DE ACTIVIDADES POR TIEMPO INDETERMINADO. ESTA MEDIDA ES A CONSECUENCIA DE FALTA DE CUMPLIMIENTO A LAS ORDENES DE LA INSPECCION DE TRABAJO POR PARTE DE LA EMPRESA, CON RESPECTO A LA SEGURIDAD DE LOS TRABAJADORES. TAMBIEN SE ENCUENTRAN REALIZANDO UNA OLLA SINDICAL Y LA INSTALACION DE UNA CARPA EN LA CUAL PERMANECEN 12 TRABAJADORES, SOBRE LA VEREDA SUR DE LA CALLE 32.

15DIC97, EL PRESIDENTE LOCAL DEL SUNCA JUNTO A OTROS DIRIGENTES REALIZAN RECORRIDAS POR DIVERSAS OBRAS INVITANDO A LOS TRABAJADORES A QUE SE ADHIERAN A LAS MOVILIZACIONES.
MOTIVO: PROBLEMAS CON CAPATAZ DE LA OBRA Y RECLAMO DE UNA MESA DE NEGOCIACION CON LA PARTICIPACION DEL MINISTERIO DE TRABAJO.

ORIGINAL

C. GUICHON

MOVIMIENTO VECINAL

04DIC97, SE REALIZO EN LA C.GUICHON UNA MANIFESTACION A PARTIR DE LAS 2000HS., PARA SOLICITAR QUE EL PADRE JUAN **BENDINELLI** NO SEA TRASLADADO DE DICHA CIUDAD, LO QUE FUE DISPUESTO POR EL OBISPADO DE SALTO. LOS MANIFESTANTES APOYAN AL SACERDOTE YA QUE HA REALIZADO IMPORTANTES OBRAS PARA LA COMUNIDAD.

RESERVADO

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

D.E. IV.

CONFLICTO EN LOS FRIGORIFICOS

LOS AGREMIADOS EN AFIVT (AGRUPACION DE FUNCIONARIOS DE VETERINARIA Y TECNOLOGIA - ORGANISMO DE CONTROL DE CALIDAD) REALIZARON UN PARO DE 48HS. LOS DIAS 09 Y 10DIC97 MEDIDA QUE AFECTO LAS ACTIVIDADES QUE DESARROLLAN LAS DISTINTAS PLANTAS FRIGORIFICAS:

DEPARTAMENTO DE CERRO LARGO :

- **FRIGORIFICO POOL** - SE TRABAJO EN FORMA NORMAL YA QUE SE ENCUENTRA CERRADO PARA EFECTUAR MEJORAS EN LA ORGANIZACION DEL SISTEMA.

DEPARTAMENTO DE MALDONADO:

- **FRIGORIFICO CODADESA** - TRABAJO EN FORMA NORMAL PERO SIN LA PRESENCIA DE VETERINARIOS.

DEPARTAMENTO DE TREINTA Y TRES

- **FRIGORIFICO EL AMANECER** - SE ENCUENTRA CERRADO DESDE HACE UNOS MESES ATRAS.

DEPARTAMENTO DE LAVALLEJA

- NO TIENE FRIGORIFICO - SOLO CUENTA CON MATADERO MUNICIPAL.

DEPARTAMENTO DE ROCHA:

- **FRIGORIFICO CASTILLOS** - SE ENCUENTRA CERRADO DESDE HACE TIEMPO.

ORIGINAL

9714660

RESERVADO

RESERVADO

DEPARTAMENTO DE LAVALLEJA

C. MINAS

FANCAP (FEDERACION ANCAP)

06DIC97, LOS TRABAJADORES NUCLEADOS EN ESTE SINDICATO SE ENCUENTRAN EN PRE-CONFLICTO, A PESAR DE ESTO SE ENCUENTRAN TRABAJANDO EN FORMA NORMAL.

DEPARTAMENTO DE ROCHA

ADEOM (ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES)

12DIC97, LOS FUNCIONARIOS ADHERIDOS A ESTE SINDICATO DENUNCIARON QUE LOS MUNICIPALES DE ESE DEPARTAMENTO SUFREN UN ATRASO DE DOS MESES EN EL COBRO DE SUS SUELDOS Y QUE DOS TERCIOS DE ELLOS NO ESTAN PRESUPUESTADOS.

ORIGINAL

9714660

022

RESERVADO

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.
DPTO. II
INTELIGENCIA

* ACTIVIDADES PREVISTAS *

PIT-CNT (PLENARIO INTERSINDICAL DE TRABAJADORES)
LOCAL: AVDA. 18 DE JULIO 2190

06DIC97, LA MINISTRA DE TRABAJO ANA LIA PIÑEYRUA CONVOCO AL CONSEJO SUPERIOR EMPRESARIAL Y AL PIT-CNT PARA UNA NUEVA REUNION ANTES DEL 26DIC97, EN EL MARCO DEL DIALOGO SOCIAL. EN ESA OPORTUNIDAD SE ESTABLECERAN BASES CONCRETAS PARA LA ELABORACION DE UNA LEY DE CONVENIOS COLECTIVOS.

FUS (FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD)
LOCAL: GARIBALDI 2819

LOS AGREMIADOS EN LA FUS REALIZARAN EL 18DIC97 PARO A PARTIR DE LAS 12HS. CON ASAMBLEA GENERAL A LAS 13HS. EN EL PLATENSE PATIN CLUB -DANIEL MUÑOZ 2128- Y DE 24HS. EN EL INTERIOR.
MOTIVO: RECLAMO DE NUEVO CONVENIO SALARIAL POR 18 MESES, CON AJUSTE SEMESTRAL DEL 100% DEL IPC MAS TRES PARTIDAS IGUALES A DOS U.R., TERCERIZACIONES EN CASMU 3, PERDIDA DE PUESTOS DE TRABAJO EN SANATORIO ESPAÑOL, ENVIOS A SEGURO DE PARO EN EMPLEADOS CIVILES Y REBAJA SALARIAL EN CENTRAL MEDICA.

ORIGINAL

023/23

9714660

RESERVADO

ARCHIVO 1/37

RESUMEN QUINCENAL
DEL 22/NOV AL 15/DIC/97

I.- CAMPO POLITICO

Doc. CLARO

A.- GUBERNAMENTALES

- Al reafirmar el 10/NOV la decisión del gobierno uruguayo de impulsar la construcción del puente Colonia-Buenos Aires, el Presidente Julio Ma. SANGUINETTI aprovechó la ocasión para aludir críticamente a los sectores políticos que han expresado cuestionamientos a la obra binacional.
El Primer Mandatario defendió el gradualismo con que el gobierno ha encarado el proceso de reformas en el país, destacó especialmente los cambios en el sistema educativo, resaltó el crecimiento del producto bruto, el descenso de la inflación y la recuperación de las jubilaciones con los principales logros económicos.-

- El gobierno uruguayo, a través del M.RR.EE., solicitó el 10/NOV explicaciones al embajador de Israel ante Uruguay, Yosef ARAD, sobre el eventual "involucramiento" de esa representación diplomática en el discurso pronunciado por el presidente del Comité Central Israelita del Uruguay, Pedro SCLOFSKY, quien reclamó por el esclarecimiento de los "desaparecidos".-

ORIGINAL

B.- MINISTERIALES

- El 25/NOV, el titular del Ministerio del Interior, Dr. Didier OPERTTI señaló que entre el período SET/NOV se viene "manteniendo una tendencia baja en los delitos de rapiña".-

- El Ministro del Interior, Dr. Didier OPERTTI, anunció el 01/DIC la clausura definitiva de la cárcel de Canelones.
Cabe recordar que en la madrugada del 29/NOV se produjo un intento de fuga masiva en que los reclusos destruyeron las instalaciones.-

- Un nuevo escándalo estalló en el Ministerio de Relaciones Exteriores, al descubrirse la realización de diversas maniobras en el Consulado uruguayo en Hong Kong con el manejo de los pasaportes.
Según fuentes, existirían entregas de pasaportes uruguayos fuera de las normas que rigen en la materia y eventualmente se venderían a personas interesadas en circular internacionalmente con esa documentación.-

- El 03/DIC, el Ministro del Interior, Didier OPERTTI confirmó en la Comisión de Derechos Humanos que aún desconce el paradero de 1.017 menores de edad que faltan de sus hogares o fugaron de dependencias del INAME.
En JUN/97, el diputado Daniel CORBO (Propuesta Nacional) tenía

información de que los casos pendientes eran 1.475.-

- El 04/DIC, el Consejo de Ministros trató un proyecto de ley que por primera vez prevé delitos migratorios y la expulsión de personas con antecedentes terroristas.
El texto procura adecuar los controles migratorios al derecho internacional y a los últimos tratados de extradición. El rechazo y la expulsión no operarán si el extranjero pide asilo, hasta que se resuelva la solicitud. Se establece como delito migratorio el ingreso al país con documentación falsa.
Toma en cuenta la libre circulación de personas acordada entre los países del MERCOSUR.-

C.- ACTIVIDAD LEGISLATIVA

- En la Comisión de Presupuesto del Senado, el forista Wilson SANABRIA cuestionó la forma cómo los sindicatos están enfrentando los conflictos laborales, defendió la iniciativa del gobierno de convocar a una mesa de diálogo social.-

- La comisión parlamentaria sobre Seguridad Ciudadana recibió el 26/NOV propuestas e informes de tres partidos. El Partido Colorado planteó realizar campañas de sensibilización a la ciudadanía sobre seguridad pública, formar una policía especial que trabaje con el Poder Judicial y remarcó la necesidad de repetir la experiencia de las comisarías móviles.
El Encuentro Progresista propuso crear una comisión en la que participen los partidos y las instituciones vinculadas a la seguridad pública y descentralizar la Dirección de Investigaciones.
Por su parte, el Nuevo Espacio propuso una "reestructuración de la Policía", crear una defensoría de la víctima, una Policía Judicial o de investigaciones y aumentar el control en el uso de armas.-

ORIGINAL

- La Cámara de Representantes aprobó el 02/DIC autorizar a sus distintas comisiones a continuar sesionando durante el receso, según una propuesta de la bancada herrerista, y con la oposición del Nuevo Espacio que calificó la propuesta de una maniobra para buscar réditos políticos.-

D.- PARTIDO COLORADO

- Según una encuesta de "CIFRA" que circula entre dirigentes colorados, realizada en OCT, el Dr. Jorge BATLLE es el candidato preferido para presidente entre quienes votarían al Partido Colorado.
BATLLE lidera las preferencias con el 47% de las adhesiones (10% más que en SET), seguido por Pablo MILLOR y Ricardo LOMBARDO (13%), Didier OPERTTI (6%) y Hugo FERNANDEZ FAINGOLD (4%).
MILLOR bajó siete puntos con respecto al mes anterior y FERNANDEZ FAINGOLD cuatro, mientras que LOMBARDO creció en cinco puntos.-

- El Comité Ejecutivo Nacional del Partido Colorado aceptó el 10/DIC el pedido de ingreso que hizo el Dr. Hugo BATALLA, y el 17/DIC lo recibirá en una sesión pública.-

1.- Foro Batllista

- "Acción Forista" propondrá que el 15/DIC la Agrupación de Gobierno del Foro Batllista defina el procedimiento por el cual se va a elegir el candidato único del sector a la Presidencia de la República, que permita que el tema esté resuelto para ABR o MAY/98, fecha en la que se debe comenzar a reformular el programa de gobierno.-

- El Intendente de Salto, Eduardo MALAQUINA, y dirigente de "Acción Forista", criticó al Partido Nacional y al Nuevo Espacio por haber cuestionado a los presidentes de ANTEL y UTE, Ricardo LOMBARDO y Mario CARMINATTI, acusándolos de estar al límite de violación constitucional.-

- El senador forista Wilson SANABRIA dijo el 01/DIC ser partidario de que sea la Convención del FB la que designe al candidato del sector para las elecciones internas de ABR/99. Según el legislador el candidato se conocerá en el primer semestre de 1998.-

- Un grupo de ~~jerarcas~~ que se desempeñó en la administración del ex-intendente fallecido Aquiles LANZA asesora al diputado del Foro Batllista Julio AGUIAR en el estudio de los problemas municipales de Montevideo.
Es significativo agregar que, AGUIAR, líder del recién constituido "Tercer Batllismo" y mencionado como posible candidato a la Intendencia, se reúne con sus asesores dos veces por semana en el local central de la agrupación, ubicado en 18 de Julio y Pablo de María.-

ORIGINAL

- El senador del Foro Batllista Nahum BERGSTEIN reclamó tiempo para intentar dar una solución a los pedidos de familiares de los desaparecidos durante el gobierno cívico-militar, ya que se hace necesario que el tema "sea despojado de la connotación política", debido a que hay algunos sectores políticos que realizan una "utilización" del mismo.-

- Según una encuesta de la empresa "Cifra", realizada en el mes de noviembre, el senador Hugo FERNANDEZ FAINGOLD, encabeza las preferencias de los votantes del Foro Batllista, con el 35% de las adhesiones. Mientras tanto, Ricardo LOMBARDO recoge un 21%, Didier OPERTTI un 13% y Luis HIERRO LOPEZ un 8%.-

2.- Lista 42 - "Los Liberales"

- Diego MARTINEZ (Secretario General del CODICEN),

9714661 3

fue reelegido como Secretario de este sector del Partido Colorado, en las elecciones realizadas el 23/NOV.
Cabe destacar que más de 4.000 personas votaron para constituir la Asamblea Departamental del sector, en 47 locales en todos los barrios de Montevideo, Rincón de Bolsa y El Pinar.
De la elección participaron 49 listas, que en su mayoría propusieron a MARTINEZ como candidato para el período 1998-2000.-

3.- Cruzada 94

- El senador Pablo MILLOR descalificó al Frente Amplio como alternativa de gobierno para las próximas elecciones, y acusó a la coalición de izquierda de haberse convertido en el grupo "más violentista" del país.
Agregó que en 1999 se enfrentarían dos modelos: uno representado por blancos y colorados que "no reniega de sus grandes tradiciones" y "acepta el desafío de encarar las grandes reformas", y otro simbolizado por los grupos de izquierda "que se queja absolutamente de todo pero no quiere cambiar nada".-

4.- Batllismo Radical

- El diputado de la Lista 15 - BR, Juan Adolfo SINGER fue reelecto el 05/DIC para desempeñarse como presidente del Parlamento Latinoamericano.-

5.- Fuerza Colorada

- El 07/DIC se constituyó el sector liderado por el diputado Daniel GARCIA PINTOS (escindido de la C94), denominado "Fuerza Colorada". GARCIA PINTOS la autodefinió como "la derecha popular".-

ORIGINAL

6.- Partido Por el Gobierno del Pueblo

- El vicepresidente de la República, Dr. Hugo BATALLA oficializó el 26/NOV su decisión de solicitar unilateralmente, y sin convocar a ninguna instancia interna de discusión, el retorno de la Lista 99 al Partido Colorado.
Cabe destacar que BATALLA asumió la responsabilidad política por su decisión, reiteró el carácter personal de la misma y destacó que ella no obligaba a nadie a seguir sus pasos.-

- El diputado por el PGP, Yamandú FAU, consideró que la decisión de ingresar al Partido Colorado no provocará "desprendimientos de significación" en el sector, porque es una determinación apoyada por las grandes corrientes de pensamiento de la Lista 99 y todos sus dirigentes históricos.-

- El Ministro de Educación y Cultura, Samuel LICHTENSZTEJN, anunció la inminente incorporación de su grupo "Reafirmación 99", al Partido Colorado.-

E.- PARTIDO NACIONAL

1.- Directorio del Partido Nacional

- El máximo órgano ejecutivo nacionalista resolvió el 24/NOV conformar una Comisión Especial que se encargue de representar al Partido y coordinar todo lo relacionado con el tratamiento de las normativas de carácter electoral en el marco de la ley de Partidos Políticos.
Asimismo, emitió una declaración en rechazo a la actuación política de Directores de empresas públicas, concretamente se nombró a Ricardo LOMBARDO (Presidente de ANTEL) y a Mario CARMINATTI (Presidente de UTE).-

- El líder de Renovación y Victoria, Gonzalo AGUIRRE, aceptó integrar una comisión que asesorará al Directorio del Partido Nacional en materia de reglamentación de las elecciones internas.-

2.- Manos a la Obra

- En una recorrida que realizó la Lista 250, por distintos barrios el 23/NOV, el Dr. Alberto VOLONTE sentenció que "(...) si nosotros cumplimos con la tarea social, vamos a ser merecedores después del voto de la gente".
VOLONTE, fue acompañado por el senador Jorge GANDINI y los diputados Javier GARCIA y Daniel CORBO, de Propuesta Nacional.-

ORIGINAL

- El Dr. Alem[illegible] confirmó que se vienen cumpliendo contactos políticos tendientes a la conformación de una corriente nacionalista filosóficamente identificada con el "wilsonismo".
Por otra parte, evitó hablar de la "ruptura" con Manos a la Obra, pero admitió la existencia de "firmes" conversaciones entre dirigentes del interior, identificados con el senador Sergio CHIESA.-

3.- Por la Patria

- El ex-intendente de Rocha, Irineu RIET CORREA oficializó el 29/NOV su incorporación al movimiento Por la Patria, en un encuentro de dirigentes de ese sector.-

4.- Herrerismo

- El Dr. Luis A. LACALLE afirmó que ante la eventualidad de ser nuevamente Presidente de la República no descarta la posibilidad de contar nuevamente entre sus colaboradores con el Cr. Enrique BRAGA y Daniel CAMBON.-

- Fuentes del sector indicaron que el Ministro de Vivienda, Juan José CHIRUCHI, representante del Herrerismo en el

gabinete, abandonará el cargo en MAR/98.-

5.- Desafío Nacional

- El líder de este sector, Dr. Juan Andrés RAMIREZ reclamó que la Convención blanca designe como candidato presidencial único a quien resulte primero en las internas de ABR/99 y se comprometió a respaldar incluso al ex-presidente Luis A. LACALLE -con quien está enemistado- si éste triunfa.-

6.- Movimiento Nacional de Rocha

- El Congreso del Movimiento Nacional de Rocha definió por unanimidad el 22/NOV que esperará hasta el 31/ENE una respuesta por parte de los grupos "Desafío Nacional", del Dr. Juan Andrés RAMIREZ, y del grupo de intendentes "Nueva Fuerza Nacional" para lograr un acuerdo político electoral.
A los efectos de continuar representando al MNR en las negociaciones con los sectores mencionadcs precedentemente, se designó una comisión integrada por el senador Carlos Julio PEREYRA, la ministra de Trabajo y Seguridad Social, Ana Lía PIÑEYRUA y el presidente de OSE, Elso GOMI.-

- Dos congresales rochanos coincidieron durante el Congreso del movimiento, en que el MNR se tiene que hacer respetar ante "Manos a la Obra" y el "Herrerismo", y que si estos grupos "nos ignoran y nos imponen las mayorías", hay que pedir el lema Partido Nacional Independiente para que sepan que "a nosotros nos pueden perder".-

ORIGINAL

7.- Nueva Fuerza Nacional

- El intendente municipal de Treinta y Tres, Walter CAMPANELLA, indicó que varios dirigentes y agrupaciones nacionalistas de Montevideo se han incorporado a Nueva Fuerza Nacional, aunque todavía no realizarán oficialmente el anuncio porque los líderes de esos grupos tienen impedimento constitucional para actuar en política.-

- Este sector realizó el 30/NOV su primer acto público en Montevideo. Durante su alocución, el intendente de Paysandú, Jorge LARRAÑAGA dijo que se debería apoyar al candidato triunfante en las elecciones internas de 1999 "nos guste o no". Reivindicó la unidad partidaria, pero salió al cruce de la sugerencia del senador Walter SANTORO, de que la Convención eligiera un candidato que no se hubiera presentado en las internas.
Por otra parte, enfatizó que a un año de aprobada la reforma constitucional no hay planes ni programas de descentralización, "porque no hay voluntad política del gobierno nacional", y propuso que el director del diario "El País" y ex-integrante del Consejo Nacional de Gobierno, Washington BELTRAN, ocupe la presidencia del

Directorio cuando Alberto VOLONTE se aleje del cargo.-

7.- Acción Popular

- Durante el lanzamiento de su grupo político, el diputado Alem GARCIA, destacó que "Acción Popular" rechaza las políticas económicas y sociales desplegadas por los principales grupos nacionalistas incorporados al gobierno de coalición y reivindica el viejo nacionalismo popular.
Anunció

F.- NUEVO ESPACIO

- El NE reclamó, públicamente, al Presidente Julio Ma. SANGUINETTI el relevo del Ministro del Interior, Dr. Didier OPERTTI, a raíz de la "grave situación" que atraviesa la sociedad en materia de "desprotección" y por la imposibilidad de un reencauce rápido del problema.-

- El 29 y 30/NOV se realizó el Congreso Federal del partido liderado por el senador Rafael MICHELINI. La postulación del Nuevo Espacio como una fuerza "renovadora de izquierda" alternativa al Frente Amplio, fue uno de los principales planteos del Congreso.
En el documento titulado "Lineamientos y objetivos estratégicos", el NE plantea que el sector debe articular mayorías con el objetivo de construir las reformas que el país necesita y hacerlas sostenidas y sostenibles en el tiempo.
Asimismo, plantea la necesidad de que el sector mantenga su independencia política y electoral, ya que "(...) hoy, quien encara la izquierda renovada es el Nuevo Espacio. Estamos dispuestos a continuar construyendo ese proceso con todos los que con todos los que quieran sumarse al esfuerzo de renovar el pensamiento y la práctica política de la izquierda tradicional.
Cabe destacar que los objetivos estratégicos de este partido son: ser portadores de una propuesta programática sólida, consolidarse como partido, multiplicar sus referentes partidarios y mantener una relación internacional fluida y permanente.
Por su parte, el Código de Conducta del NE plantea que el sector tendrá como guía de su actividad la transparencia de la gestión partidaria, gubernativa, administrativa y financiera, tanto en lo que refiere a la recaudación de los recursos económicos como a la conducta de todos quienes lo integran y representan.
El NE financiará su funcionamiento mediante: aportes de sus adherentes, contribuciones personales de ciudadanos no afiliados, actividades organizadas por el partido a fin de recaudar fondos y aportes de legisladores o miembros del partido que desempeñen cargos de gobierno. En ningún caso se aceptarán donaciones en dinero o especies de empresas comerciales, industriales o financieras.-

ORIGINAL

9714661

G.- ENCUENTRO PROGRESISTA

- El EP instaló el 01/DIC los cinco talleres permanentes de elaboración programática. El ex-presidente del FA, Tabaré VAZQUEZ; su antecesor, Líber SEREGNI, el Arq. Mariano ARANA, el ex-presidente del EP, Rodolfo NIN NOVOA; los senadores cabeza de lista de la coalición de izquierda, diputados, directores comunales, técnicos, intelectuales y ediles participaron del lanzamiento de los talleres que darán origen al programa con que el EP se presentará a los comicios de 1999.
Los talleres abarcarán los siguientes temas: macroeconomía; empleo, pobreza y marginación; políticas sociales; políticas internacionales y políticas institucionales.-

- Durante un acto de la Corriente 78 celebrado el 06/DIC en la ciudad de Pando, el Dr. Tabaré VAZQUEZ advirtió a la dirección del FA, que el EP deberá transformarse en "la fuerza política rectora" de la izquierda y aclaró que esta estrategia no representa "un pensamiento posfrentista".
El líder de la izquierda reclamó a los sectores del FA que no le "pidan más aclaraciones" sobre su propuesta de reformulación, por considerar que en política "no podemos pecar de amnésicos".
Cabe destacar que, en contraposición de la estrategia de VAZQUEZ, el Movimiento 26 de Marzo reivindicó el rol del FA como "el impulsor y garantía del proceso de cambio".
El dirigente radical, Eduardo RUBIO, aseguró que la coalición de izquierda "es el eje central para promover las "transformaciones profundas" en el país.-

ORIGINAL

1.- Frente Amplio

- El ex-dirigente del PCU y ex-dirigente gremial, Wladimir TURIANSKY, afirmó durante una reunión de 30 personas, que participan de la Revista "Tesis" (ex-PCU, CONFA e Independientes), que la coalición de izquierda vive una situación "contradictoria". Agregó que, encerrado en confrontaciones internas, "sin planteos claros" sobre temas trascendentes, aunque primero en las encuestas, corre riesgos.
Entiende que, si el el FA no resuelve "bien" el proceso de "reformulación" planteado por Tabaré VAZQUEZ, puede "eventualmente" alcanzar el gobierno nacional y que "se transforme en una "enorme frustración" para el pueblo uruguayo.-

- Por amplia mayoría, el Plenario Nacional del FA rechazó realizar un Congreso Extraordinario para definir la "reformulación" de la coalición de izquierda como lo sugirió Tabaré VAZQUEZ, por considerar que el órgano más representativo lo constituyen las autoridades que asumieron el 23/NOV.
Cabe destacar que, los integrantes de la nueva dirección (desatendiendo en los hechos la propuesta contemplada en el documento elaborado por el ex-presidente frenteamplista para "actualizar" al FA) resolvieron realizar un Plenario Nacional en

9714661-8

ABR/98 para dilucidar el tema y encomendaron a la Mesa Política para que haga un seguimiento del proceso de discusión y sintetice los aportes que presenten los sectores políticos y las bases.-

- El ex-presidente del FA, Liber SEREGNI, manifestó el 25/NOV su respaldo a la propuesta de refundación presentada por el Dr. Tabaré VAZQUEZ. Calificó la propuesta como "absolutamente necesaria" para la coalición, destacando que tuvo un desencadenante fundamental con los acontecimientos de la licitación del Hotel Carrasco y la renuncia de VAZQUEZ a la presidencia del Frente Amplio.-

- Durante un encuentro organizado por el Partido Socialista para analizar el futuro accionar de la coalición, militantes de base reclamaron cambios en las estructuras políticas de los partidos que integran el Frente Amplio.
Cabe destacar que si bien los representantes políticos de los diversos sectores que participaron de la reunión coincidieron mayoritariamente en que los ejes para acceder al gobierno en 1999 deben centrarse en la elaboración programática y en el crecimiento del Encuentro Progresista (EP), los adherentes manifestaron sus disímiles opiniones respecto a las dirigencias, revelaron la falta de identificación que tienen con el EP y aludieron críticamente al gobierno departamental.-

ORIGINAL

- El Frente Amplio apoyó la "Jornada de Movilizaciones" y Paro General convocada por el PIT/CNT del 27/NOV, y realizó una declaración cuyo texto critica la acción del gobierno responsabilizándolo por la "situación de crisis" que vive la sociedad.-

- Los Delegados de Base acordaron el 24/NOV quienes lo representarán en el Secretariado Ejecutivo del FA y en la Coordinadora Nacional de EP.

***Secretariado Ejecutivo:**

- Montevideo: - Héctor FERNANDEZ (E'90)
  - Luis SCARPA (PCU)

- Interior: - Roberto CONDE (E'90)
  - Elia BENTANCOURT (E'90)

***Coordinadora Nacional:**

- Edgard BELLOMO (CONFA)
- Hugo RODRIGUEZ (E'90)

- Los senadores Reinaldo GARGANO (PS) y Marina ARISMENDI (PCU) fueron propuestos por el Secretariado Ejecutivo del FA, para continuar ejerciendo la labor de la presidencia de la coalición de izquierda hasta el mes de ABR/98, oportunidad en la

que deberá definirse la refundación del conglomerado requerida por Tabaré VAZQUEZ.
Por otra parte, la dirección del FA deberá designar al delegado de las Bases que formará parte del Triunvirato, al quedar vacante el lugar que ocupaba el representante del interior, Fabricio SINISCALCHI.-

- El anuncio del senador Danilo ASTORI, favorable a que el Encuentro Progresista presente más de un candidato a las elecciones internas de ABR/99, dejando la posibilidad de que el FA presente múltiples opciones, provocó reacciones adversas en la mayoría de los sectores del conglomerado izquierdista.
Varios dirigentes frenteamplistas señalaron que perciben el planteo de ASTORI como una señal a una probable precandidatura en las internas del '98.
Mientras el dirigente del PCU, Carlos TUTZO señaló que el tema debe definirse en el Congreso Extraordinario de 1998, el diputado de la VA, Enrique RUBIO, y los dirigentes Manuel NUÑEZ (PS) y Jorge QUARTINO (MLN-T), señalaron que el FA debe presentar un solo candidato a las internas. Estos dirigentes coincidieron en que los Sectores no Frentistas del EP pueden presentar sus candidatos propios.-

- La Mesa Política del FA resolvió rechazar por "falsas e improcedentes" las imputaciones que realizó el Dr. Eduardo LASALVIA contra los legisladores denunciantes Leonardo NICOLINI (IA) y Alberto CID (AU), y exigir al Presidente de la República "la inmediata separación del cargo" del Director del Instituto Nacional de Oncología, y la "intervención" de dicha institución.-

ORIGINAL

a.- Sectores Frenteamplistas

(1).- Asamblea Uruguay

- En un documento emitido por este sector, el Consejo Político Nacional repasó la situación planteada después de las elecciones internas del 28/SET, y proponen cambios en el accionar de AU.
Con relación a la votación en las internas, señala que es difícil hacer comparaciones con los resultados electorales nacionales o esta elección, y que el único punto de comparación posible son los sondeos de opinión realizados tres meses antes, y que "mostraban la posibilidad de algunos puntos adicionales a la proporción algo superior al 13% que efectivamente alcanzó".
Por otra parte, reconocen dificultades en el relacionamiento con otros sectores de la coalición, así como con sus organizaciones de base.
En cuanto al trabajo hacia la interna frenteamplista, se afirma que "(...) tendremos que evitar permanentemente ser protagonistas de una polarización", al tiempo de mantener como "objetivo fundamental" la renovación de la coalición de izquierda.

En los últimos tramos del documento, se señalan las líneas de trabajo más relevantes de AU, destacando el dar gran impulso al Centro de Estudios del sector y al "estudio y el desarrollo ideológico y programático" así como la formación de militantes y adherentes.-

- El senador Alberto CID admitió que Asamblea Uruguay enfrenta actualmente "debilidades estructurales" y explicó que el sector "no se plantea crear una estructura de cuadros", sino de militantes "que trabajen hacia afuera".-

- El Consejo Político Nacional de AU emitió el 08/DIC una declaración de solidaridad hacia Alicia DIAZ, ex-adscripta a la Dirección General del Ministerio de Salud Pública (MSP), acusada de ser el nexo entre el ex-Ministro Alfredo SOLARI y el diputado Leonardo NICOLINI (IA) en las denuncias del caso Focoex.-

(2).- Izquierda Abierta

- El líder de este sector, Leonardo NICOLINI participó en CUBA, entre el 08 y 22/NOV, en la reunión del Parlamento Latinoamericano. En esa oportunidad se entrevistó con Fidel CASTRO.-

- El 09/NOV, IA realizó su II Junta Nacional, en donde evaluó las elecciones internas del FA, el documento presentado por el Dr. Tabaré VAZQUEZ y el plan de trabajo del sector para 1998.-

ORIGINAL

(3).- Partido Socialista

- Se encuentra en circulación un documento interno denominado "Líneas de un proyecto progresista", donde se marcan las pautas de lo que debería ser el primer gobierno del Encuentro Progresista para "la mayoría minoritaria" del Frente Amplio.
Este documento de seis páginas y siete puntos, fue redactado por el Secretario General del PS Reinaldo GARGANO y el secretario de Relaciones Nacionales, Manuel NUÑEZ.
En el primer párrafo se señala que el objetivo central de un proyecto progresista, es ganar el gobierno, para poner en marcha un proceso de transformaciones profundas.
El punto dos señala que la propuesta progresista tiene "hondas raices" y "contenido real" en la sociedad uruguaya. Para los dirigentes socialistas "todos los uruguayos tienen conciencia de que es imprescindible contar con el Estado como timonel de los cambios progresivos".
El capítulo cinco analiza las dos propuestas económicas por la que el país deberá optar en los últimos comicios: la "conservadora" y la "progresista". Se define a grandes trazos los dos caminos en política económica que estarán representados en esos programas: la

continuación y profundización de las políticas neoliberales del "proyecto conservador" o, el inicio y mantenimiento posterior de un conjunto de políticas tendientes a generar un proceso de desarrollo económico y social del "proyecto alternativo".
Según los socialistas, el MERCOSUR, la deuda externa y el sistema financiero son los temas más polémicos para la izquierda.
Se señala que el MERCOSUR es una "realidad de la que no se puede prescindir" y que "es necesario transformar con políticas progresistas".
Respecto a la deuda, los socialistas coinciden con Tabaré VAZQUEZ de negociar su pago a través de "marcos de entendimiento a nivel regional" de modo de poder enfrentar las dificultades de pago con una mejor posición.
En cuanto al sistema financiero, se califica de absurda la consigna del FA en sus inicios de "nacionalizar la banca" y se plantea transformar el sistema bancario para que sirva "de apoyo" a los sectores productivos mediante una reducción de los costos del crédito y controles sobre las instituciones financieras.-

- Los socialistas de Montevideo dieron a conocer un documento que contiene las bases de acción hacia el año 2000 en una conferencia de prensa y con la presencia de legisladores y dirigentes del PS por Montevideo.
En el plano departamental, el documento expresa el compromiso con el segundo gobierno "progresista" de Montevideo, señalando que el PS se abocará en los próximos dos años a presentar propuestas "para el tercer gobierno departamental".
Considera de importancia estratégica el proceso de descentralización política que desarrolla la IMM desde 1990, señalando la necesidad de profundización del mismo.-

ORIGINAL

- El 01/DIC, finalizó la 17ª Convención Departamental de Montevideo del PS que, además de ratificar la línea política del sector del FA y dar un apoyo pleno al gobierno departamental de Montevideo, eligió la nueva dirección que tendrá a cargo las tareas de conducción por el lapso estipulado por los estatutos de ese sector político.
Resultaron electos para integrar el Comité Departamental, los siguientes dirigentes: Maria Emma ALBA, Carmen ANASTASIA, Fernando CACERES, René CHIAZZARO, Eleazar DE LEON, Daniel ESPOSITO, Alvaro ESPINOSA, Daniel MARTINEZ, Carmen MEILLIAN, Fernando NOSPITCH, Diana PEREZ, Beatriz RAMOS, Delia RODRIGUEZ, Sandra ROMERO, Melita SANABRIA, Griselda SAVIO, Fernando SERANTES, Gastón SILVA, Aníbal SUAREZ, José TOGNOLA, Nanarella TOGNOLA y Juan VALLARINO.
En carácter de suplentes resultaron electos: Luis ARRIERA, Luis BELMUDES, Alvaro DIAZ, Roberto GRELA, Emma ISLAS, Jorge LOPEZ, Fernando LOPEZ, Gabriel MELGAREJO, Alejandro TSSADRI, José URRUTIA y Rolando VIERA.-

(4).- Vertiente Artiguista

- La VA realizó el 07/DIC su XII

9714661

Asamblea Nacional, en donde tomó posición sobre la Reforma Educativa; realizó un balance del resultado de las elecciones internas y fijó las líneas de acción en relación al proceso de actualización del FA y la propuesta del Dr. Tabaré VAZQUEZ, así como las principales orientaciones de trabajo para 1998.-

(5).- Confluencia Frenteamplista

- El representante de CONFA ante la Mesa Política del FA, Tabaré GONZALEZ manifestó la preocupación de su sector, por la forma en que se instrumente el debate en la coalición de izquierda en torno a los documentos presentados por Tabaré VAZQUEZ.
GONZALEZ manifestó la necesidad de que el órgano de dirección política garantice el más amplio debate sobre la reactualización de la coalición de izquierda.-

- El organismo de dirección departamental de CONFA de Montevideo reclamó la más amplia participación de los frenteamplistas en la discusión del documento de Tabaré VAZQUEZ de actualización del FA.
En una declaración pública afirmó que el desafío del momento histórico es proyectar un FA "más democrático y participativo, unitario y plural, fraterno y respetuoso de las identidades político-ideológicas, sin exclusiones, abierto al encuentro de todos los progresistas para construir un gobierno de mayorías nacionales".-

ORIGINAL

(6).- Partido Comunista del Uruguay (PCU)

- El premio México de Ciencia y Tecnología, creado en el año 1990 fue otorgado este año por decisión unánime del jurado, al matemático José Luis MASSERA, el que será entregado el próximo 1º de Marzo de 1998 en la ciudad de Cancún por el Pte. Ernesto ZEDILLO.

(7).- Movimiento de Participación Popular (MPP)

- Entre el 29 y 30NOV los jóvenes del MPP realizaron un Encuentro Nacional que contó con la participación de aproximadamente 90 militantes, además con la participación de militantes del interior: Paysandú, Canelones, Rivera, Tacuarembó y Colonia. Trabajaron en talleres, a la vez de escuchar los informes de los dirigentes Marcos ABELENDA (Seguridad Ciudadana), Nora CASTRO (Educación) y José MUJICA (país productivo).
Al ser entrevistados por el semanario Mate Amargo, los jóvenes manifestaron que el frente más desarrollado del Movimiento es el Estudiantil y que ellos se reúnen periódicamente en Plenarios.
Con respecto al tema educativo, comenzarán a realizar charlas sobre el mismo en los Comités de Base y en el interior del país, a

la vez que realizarán propaganda al respecto.
Finalmente manifestaron que se dejó planteada la idea de realizar otro encuentro en el mes de abril del próximo año en el interior del país.

(8).- Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros

- El Comité Central del MLN-T expresó "su apoyo solidario" a los 23 integrantes de la organización vasca ETA que fueron procesados y condenados por el Estado español, a la vez que acusó a la Justicia de España de haber cometido "un absurdo atropello".
El comunicado del MLN señala que "no nos queda otra cosa que manifestar nuestro repudio a tales procedimientos, utilizados por quienes tendrían que ser los primeros en respetar su propia legalidad, y que se están manifestando impotentes para encontrar una solución al problema de fonde que está planteado desde tiempos inmemoriales, y que por nuestras raíces históricas, étnicas y culturales, nos toca tan de cerca".

- El dirigente tupamaro Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO envió una carta abierta a Tabaré VAZQUEZ referida a la propuesta del ex-intendente sobre la actualización del Frente Amplio y Encuentro Progresista (EP).
Al respecto FERNANDEZ HUIDOBRO afirma que el F.A. y el E.P. son dos instrumentos "imprescindibles y complementarios", agregando que "nos sentimos compañeros de NIN[illegible] y demás integrantes del E.P. y sabemos que sin su aporte, y el de muchos más que deben acercarse, será imposible triunfar.
Finalmente al referirse al tema de las FF.AA. señala que las mismas deben participar de "ésta guerra, sin desmedro de su función de defensa de la soberanía nacional, aportar su potencia organizativa y humana de la Gran Guerra que hoy debemos librar entre todos contra la pobreza y por la patria".
"Pero antes deben saldar sus cuentas con el pueblo, aclarando sin tapujos el destino de los desaparecidos", señala el dirigente tupamaro.

ORIGINAL

(9).- Movimiento 26 de Marzo (M26M)

- Entre los días 06 y 07DIC se desarrolló el 7º Encuentro Nacional del M26M, ratificando su línea de acción de confrontación a la política neoliberal en el marco de las resoluciones del III Congreso del FA y su política de alianzas, resolviendo asimismo participar "activamente" en la difusión del documento del Dr.Tabaré VAZQUEZ, al tiempo que consideró "oportuna su aprobación en un Congreso".
El 07DIC el Encuentro Nacional en sesión Plenaria recibió los informes de las Comisiones y aprobó la declaración final así como las declaraciones sobre DD.HH., Solidaridad con la Revolución Cubana, Reforma Educativa y del Sector Trabajadores.

(19).- Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos (AMULP)

- El pasado lunes 23NOV fue robado el Centro Lourdes Nro.1 ubicado en la calle Centroamérica esquina Río de Janeiro, el mismo brinda atención a 21 niños entre 1 a 5 años.

2.- Sectores no Frentistas

a.- Corriente 78

- Fuentes de la C78, recordaron que el líder del sector, Rodolfo NIN NOVOA, al renunciar a su cargo de Vicepresidente, consideró que la reformulación del Frente Amplio también involucraba al EP, y opinó que el conglomerado de partidos debía iniciar una etapa de discusión interna para lograr la concreción de un nuevo acuerdo político.-

- Al hablar en el acto de inauguración de la sede central de la C78 en Melo, el Secretario General del sector, José Luis VEIGA dijo que la Corriente se compromete "a llevar" a Tabaré VAZQUEZ y Rodolfo NIN NOVOA a la Presidencia y Vicepresidencia de la República.-

b.- Partido Demócrata Cristiano

ORIGINAL

- El dirigente democristiano Cristian MIRZA, indicó que su partido planteará a la dirigencia del Frente Amplio y al resto de los sectores que integran el Encuentro Progresista la necesidad de discutir en forma conjunta "algunos de los planteos centrales" de la propuesta de reformulación de la coalición de izquierda que planteó Tabaré VAZQUEZ.-

- El PDC presentó un documento al Encuentro Progresista, en donde plantea algunas definiciones programáticas, como ser la erradicación de la pobreza, la reforma de las Fuerzas Armadas, la generación de consensos políticos sin descartar el instrumento de la coalición para ejercer un gobierno que definen como "de poder compartido" y la "disciplina fiscal como regla de oro" del Banco Central y por ende del gobierno.-

- Este partido realizó el 06/DIC su Encuentro Nacional en la ciudad de Florida; en donde se analizó la propuesta de actualización del FA y el EP presentada por Tabaré VAZQUEZ. Asimismo resolvió la estrategia política del PDC en el proceso de debate que se abrió en el Encuentro Progresista.-

H.- UNION CIVICA

- El 2º y 30/NOV se reunió en la ciudad de Durazno la

Convención Nacional de la UC, y en la ocasión se realizó la elección de la Junta Ejecutiva Nacional que quedó presidida por Luis Ricardo PIERI.
En la ocasión, este partido destacó las consecuencias favorable de las nuevas normas electorales, y también remarcó la necesidad de impulsar "un sistema basado en la economia social de mercado".

I.- INTENDENCIA MUNICIPAL DE MONTEVIDEO

- El municipio capitalino recaudó en OCT 50.000 dólares de la Empresa Autoparque. En ENE/97 recaudó 151.000

- El intendente Mariano ARANA firmó el 02/DIC la autorización para remitir a la Junta Departamental de Montevideo el nuevo pliego de licitación del Hotel Casino Carrasco.-

- Los comerciantes y permisarios de puestos callejeros del barrio la Unión rechazaron la decisión de la IMM de establecer una via blanca en la Av. 8 de Octubre el próximo 5 de enero de 1998.

- Junta Departamental de Montevideo

- La JDM esta analizando dos nuevas denuncias de malos tratos por parte de inspectores de tránsito, que se suman a una larga lista de incidentes que han protagonizado los funcionarios municipales con legisladores departamentales, vecinos y periodistas.

- Luego de varios días de ocurrido las denuncias de corrupción contra el edil [illegible] CORTIZAS (EP/FA/PCU), por su actuación como presidente del sindicato del taxi, la JDM resolvió por expreso pedido del curul la formación de una comisión especial, que se encargara de investigar las acusaciones.
Cabe destacar que las acusaciones fueron realizadas por el senador GANDINI.

ORIGINAL

J.- INTENDENCIAS DEL INTERIOR

- La Junta Departamental de Rivera decidió requerir la opinión del Poder Legislativo sobre la licitación ganada por la estación de servicios del diputado Eduardo RODINO (PC) para venderle combustible a la intendencia de ese departamento. Esta licitación fue observada por el Tribunal de Cuentas.

- El ex director de Obras de la Intendencia Municipal de Cerro Largo, Serafín BEJEREZ se le tipificó el delito de amenaza. BEJEREZ habia amenazado de muerte al Director de Reestructura de la IMCL, Julio COLLAZO y a su familia.

K.- CONGRESO NACIONAL DE INTENDENTES

- Este organismo se reunió el 24/NOV y decidió plantear al Directorio de UTE que las comunas sean tratadas como grandes usuarios en las tarifas de alumbrado público, además de ser exoneradas del IVA.-

- El intendente de FLORIDA, Juan Justo AMARO (Lista 15), anunció que no concurrirá al CNI hasta que no se apruebe la Patente Unica de Rodados.-

L.- CORRUPCION

1.- Dirección General de Impositiva

- El empresario Arthur PERSACHK, vinculado a la importación y venta en plaza de artículos sanitarios y polietileno fue procesado con prisión por defraudación tributaria a la DGI en una cifra cercana a los 757 mil dólares.-

- El juez Ruben EGUILUZ dejó en libertad, el 07/DIC, al ex-funcionario de la DGI, Nelson MOREIRA, y a dos personas más citadas por la estafa de 15 millones de dólares cometida en perjuicio del organismo recaudador.-

2.- Instituto Nacional de Oncología

- La funcionaria del MSP, Alicia DIAZ, acusada por el director del INDO, Eduardo LASALVIA, de haber suministrado información oficial al diputado Leonardo NICOLINI para perjudicarlo en el caso "Bio Nelson", dijo que lo único que aportó en forma autorizada fue el adelanto de un pedido de informes de FOCOEX.-

ORIGINAL

3.- Banco Pan de Azúcar

- El juez José BACALDI reiteró el 28/NOV al Banco Central del Uruguay el pedido de información sobre la situación del BPA. Planteó que se le especifique sobre "los incumplimientos de las normas bancocentralistas (multas respectivas), capitalización necesaria y plazo para presentar los balances de los ejercicios 1995/96" e informes de auditoría externa.-

LL.- PODER JUDICIAL

- La Suprema Corte de Justicia delimitó, por intermedio de una declaración pública, la competencia de los jueces respecto a los actos y procedimientos electorales precisando que conforme a la Constitución éstos son "materia propia de la Justicia electoral, (y) competencia exclusiva de la Corte Electoral.
La declaración fue votada por los cinco ministros de la SCJ y, además de constituir una precisión dirigida a los jueces, contempla un incidente producido a raiz de una sentencia de la jueza en lo Contencioso Administrativo, Estela JUBETTE, por la

cual la Corte Electoral presentó una denuncia formal ante el órgano jurisdiccional.-

M.- CORTE ELECTORAL

- Según este organismo, cuatro grupos políticos (tres nacionalistas y uno colorado), disputan para sí mismo un mismo sublema, "Acción Popular", que históricamente perteneció a una agrupación del Partido Nacional.
Fuentes de la CE reconocieron que la puja no tiene precedentes en la historia electoral del país, tradicionalmente las disputas eran en torno a números y no a nombres y dentro del mismo lema.
Si bien el caso aún no ingresó formalmente al plenario de la Corte, su estudio corresponderá oportunamente a la Comisión de Asuntos Electorales.-

II.- CAMPO SICOSOCIAL

A.- SECTOR GREMIAL

1.- Central Obrera

ORIGINAL

- Se llevó a cabo el 27/NOV una Jornada Cívica, la misma tuvo carácter nacional.
La movilización se realizó bajo la consigna "por Empleo, Salario, Negociaciones Colectivas, Fueros Sindicales, Seguridad Social, Solidaridad, Cumplimiento del Art.4º de la Ley de Caducidad".-

- El 01/DIC se realizó la tercera sesión del Diálogo Social. En esta oportunidad los representantes empresariales realizaron la entrega de un documento, donde se planteó temas tales como negociación colectiva y las relaciones laborales. El mismo provocó el primer distanciamiento serio, al ser evaluado por los trabajadores como un "endurecimiento" de las posturas empresariales.-

- La ministra de Trabajo y Seguridad Social se reunió el 04/NOV con representantes de la cámara de empresarios y de la Central Obrera. La reunión de esta tripartita tuvo el objetivo de que se planteen las pautas para lograr una futura ley de convenios colectivos.
La diferencia que se registran ente empresarios y trabajadores radica fundamentalmente en las características que habrá de tener esa ley, sobre todo en lo que tiene que ver con la obligatoriedad o libertad para negociar, la flexibilización laboral y renegociación de los llamados beneficios históricos.
La central aspira que la futura ley de convenios

contenga una cláusula que obligue a las partes a negociar, en el entendido de que la mayoría de los conflictos surge por la falta de ámbito de discusión. Las organizaciones empresariales plantean que se debe reformar el sistema laboral en base a una negociación libre, voluntaria y sin la intervención del Estado. Aspirando también a que la ley incorpore a los funcionarios públicos.

Se concluyó dicho encuentro con el compromiso de que para la reunión del Diálogo Social, prevista para el 26/DIC, haya un acuerdo mínimo que permita un consenso sobre la negociación colectiva.

Otra de las resoluciones tomadas, es pretender realizar en el primer semestre del año entrante, un encuentro de jerarcas ministeriales y representantes de COFE, con el fin de comenzar el tratamiento de los convenios para aquellos sectores de la Administración Central que aún no lo tienen.-

- Se realizó entre el 30/NOV y el 1/DIC, el II Encuentro del Círculo de Montevideo. En una de las jornadas participó el experto estadounidense Jereny RIFKIN, quien trató el tema "Empleo, Flexibilidad Laboral y Protección Social". En su ponencia, el experto planteó una reducción horaria de la jornada laboral, y con mantenimiento del salario.

El asesor económico del PIT-CNT Daniel OLESKER, se mostró de acuerdo con la propuesta del analista estadounidense, pero destacó la necesidad de realizar un estudio previo a su aplicación en nuestro país. Manifestando que el Instituto Cuesta-Duarte de la central obrera ha venido trabajando en este tema, y consideró adecuado comenzar a aplicar el nuevo régimen en las ramas industriales y luego extenderlo al resto de las actividades. Adelantado OLESKER que en 1998 el PIT-CNT comenzará a estudiar cuáles serían las ramas donde comenzará a aplicarse la reducción. Advirtiendo que en los diferentes ámbitos que se ha planteado esta posibilidad, los empresarios han planteado "sistemáticamente una postura contraria".-

ORIGINAL

- La dirigencia del Sindicato Nacional de los Trabajadores del Mar y Afines (SUNTMA), informó a la central que considera "infructuosa" la permanencia del PIT-CNT en el Diálogo Social.
El gremio esgrime que participar en este ámbito "es adornar la política económica del gobierno mientras se sigue despidiendo trabajadores, aumenta el desempleo y se siguen gestando ataques a las organizaciones sindicales".

- El 03/DIC el canciller Alvaro RAMOS recibió a una delegación del PIT-CNT, en la reunión se planteo por parte de la central su postura indeclinable de que se cumpla con el Art.4 de la Ley de Caducidad y exigió una repuesta concreta del Poder Ejecutivo al respecto.-

9714661

- La central decidió el 04/DIC, no evaluar la propuesta de flexibilización laboral, que fue presentada por la delegación empresarial en la última reunión de Diálogo Social. También se resolvió en la reunión de la Mesa Representativa, desestimar los proyecto presentado por la JUNAE, el cual uno de ellos beneficiaría a los asalariados rurales de la industria láctea, en aquellos establecimientos que empleen un número mayor a cuatro personas. Dicho proyecto fue duramente criticado por el sindicato de CONAPROLE, señalando que quienes se beneficiarán con éste serán "solo Prdocutores tamberos". Se informó del segundo proyecto, el cual intenta incentivar el empleo juvenil, dicho proyecto fue duramente criticado por el representante de la Central en la JUNAE, Carlos TRINIDAD, quien manifestó que en realidad de lo que se trata es de un proyecto para generar mano de obra barata.

Por otro lado, se resolvió convocar para el primer semestre de 1998 a un gran Encuentro Nacional de Educación que aborde la estrategia a seguir en el enfrentamiento contra la reforma Educativa.-

- El 10/DIC, la central recibió una delegación del BPS. El motivo de dicho encuentro fue para explicar a PIT-CNT la implementación del sistema de Historia Laboral.-

- El diputado Jorge PACHECO KLEIN (UCB), presentó un proyecto de ley por el cual se reglamenta la actividad sindical y el derecho de huelga.-

ORIGINAL

2.- Sector Público

a.- Confederación de Organizaciones de Funcionarios del Estado (COFE)

Veterinarios del Ministerio de Ganadería Agriculutura y Pesca

Los veterinarios del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca, nucleados en la Asociación de Funcionarios de Inspección Veterinaria y Tecnología (AFIVT) sostiene que la reforma del Estado impulsada en esta cartera deteriora su independencia técnica, les rebaja de grado y aumenta su dependencia del poder político.

Los funcionarios de la Dirección de Industria Animal del MGAP, decidieron realizar una paralización de 48 horas (09/DIC), en reclamo del mantenimiento de las Unidades Ejecutoras que, según explicaron fuentes gremiales, perderán una vez que se proceda a la reestructura del MGAP enmarcada en el proceso de reforma del Estado.

El 09/DIC el Poder Ejecutivo decretó la esencialidad de los servicios.-

b.- Sindicato Unico Administración Nacional de Puertos (SUANP)

El 12/DIC se logró la firma de un convenio salarial para el sector. El mismo incluye pautas como crecimiento salarial en un promedio de un 4%, incrementos aperiódicos en las remuneraciones, productividad y estabilidad laboral por tres años. En el convenio también se incluye un capítulo sobre fueros sindicales, por el cual se concede a los representantes del SUANP facilidades para permitir el desempeño de sus actividades gremiales durante las horas de trabajo.-

c.- Asociación de Empleados y Obreros Municipales (ADEOM)

ADEOM-MDEO.

- El Consejo Ejecutivo de la ADEOM-Mdeo. resolvió, no aceptar la propuesta de expulsión del sindicato de aquellos trabajadores que no se adhirieron al paro general que realizaron los funcionarios municipales el 21/NOV.

ADEOM-CANELONES

- Esta gremial convocó a unos 50 funcionarios separados de sus cargos en la comuna canaria a concurrir a la sede sindical para presentar un recurso de reposición.-

ORIGINAL

ADEOM-ROCHA

- La gremial denunció que los municipales de ese departamento sufren un atraso de dos meses en el cobro de sus sueldos y que dos tercios de ellos no están presupuestados.-

d.- Agrupación UTE (AUTE)

- Los trabajadores agremiados en AUTE, realizaran el 12/DIC un paro parcial de actividades y una movilización hasta la Corte Electoral con motivo de realizarse ese día la entrega de las firmas recogidas con el fin de lograr plebiscitar la ley de "Marco Regulatorio del Sector Energético". La campaña de recolección de firmas se lanzó oficialmente el pasado 05/NOV, y se informo por parte de un dirigente gremial que se logró aproximadamente 25.000 firmas, el minimo requerido eran 11.500 para lograr realizar el plebiscito.-

- Las ex funcionarias de UTE denunciaron formalmente, ante la Sala de Abogados del Ministerio de Trabajo, ante el Ministerio de Educación y Cultura y ante la OIT, el pago discriminatorio por parte del ente, en los retiros incentivados, al haber las mujeres recibido una cifra inferior a la de los hombres teniendo igual causal jubilatoria.-

3.- Sector Privado

a.- Unión Nacional de Obreros y Trabajadores del Transporte (UNOTT)

Se logró la firma de un preacuerdo en el sector, lo que puso fin a la situación de conflicto que se venia registrando.
En el transporte urbano de pasajeros se firmó un convenio que estipula ajustes cuatrimestrales del 100% del IPC.
En el sector del transporte interdepartamental se firmó un preacuerdo para la recuperación salarial que prevé aumento de entre el 90% y 100% del IPC y un crecimiento del salario real de 2%.
Las negociaciones continuaran ya que quedaron sin resolver las bases para un acuerdo que posibilite un aumento salarial de las radioperadoras del taximetro y el aguinaldo complementario que la empresa CUTCSA debe abonar a los trabajadores en diciembre.-

- Se informó que la UNOTT también pretende lograr la integración de una comision encargada de analizar la problemática del transporte urbano. El gremio pretende que la misma esté integrada por técnicos de la Universidad de la República, de la JUNAE y de todas las partes involucradas en el tema (sindicatos, empresarios, MTSS y la Intendencia de Montevideo).-

ORIGINAL

Sindicato Unico de Automóviles con Taximetro (SUATT)

- Según manifestaciones realizadas por el Presidente del SUATT, Norberto VERGARA, en CX24 Radio Nuevo Tiempo, al asumir la nueva directiva se encontró con que en las arcas del sindicato no habia un solo peso.

Sobre el motivo de la expulsión del ex Sec.Gral. del gremio, Juan José CORTIZAS, no se ha brindado ninguna información concreta, expresando el dirigente VERGARA que la información ya se han brindado a quienes deben saberlo, los integrantes del gremio.
La UNOTT manifestó que por estatuto no tiene potestades para intervenir en problemas que se susciten en sus filiales y que manifiesta que la actual directiva del SUATT es la que la unión reconoce como válida. Esta respuesta fue dada, ante el pedido de "intervención ejecutiva" del SUATT, realizado por dos de los dirigentes expulsados

Por otro lado la Junta Departamental de Montevideo resolvió instalar una comisión especial integrada solamente por miembros del Encuentro Progresista, la cual sólo estudiará las denuncias referentes a las supuestas coacciones de Juan José Cortizas, ex Sec.Gral. del SUATT a dos directores de

tránsito de la Intendencia y a la veta de avales para chapas.

No se realizaron denuncias por parte del gremio contra el ex Sec.Gral., por falta de pruebas.

En momentos en que se estaba tratando el tema en la Junta Departamental, se vivieron momentos de tensión cuando dos dirigentes desafiliados del SUATT agredieron a un periodista de la revista Tres, Ernesto TULBOVITZ, quien había difundido las denuncias de corrupción realizadas por el gremio del taxímetro.-

b.- Federación Uruguaya de la Salud (FUS)

- El sector continúa movilizado en reclamo de que se firme un convenio colectivo, que signifique un aumento del salario real, una mejora en las condiciones de trabajo, estabilidad laboral y respeto de la organización sindical.-

- La Asociación de Funcionarios de Casa de Galicia (AFUNCAG), denunció como medida de persecución antisindical el traslado de una funcionaria de la Policlínica Orense de Las Piedras (ciudad en la que reside) al sanatorio de Millán y Raffo. La enfermera desempeña una destacada actuación sindical y fue impulsora de que se realizara una inspección por parte del MTSS a los vestuarios del personal de la policlínica

La gremial de funcionarios del Sanatorio Casa de Galicia, presentó ante el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social una acusación sobre "voyeurismo", que involucra a un directivo de la mutualista. Se denuncia que este tenia costumbre de visitar los vestuarios de los funcionarios.-

ORIGINAL

c.- Sindicato Unico Nacional de la Construcción y Afines (SUNCA)

El sindicato se encuentra en estado de alerta, y resolvió iniciar acciones judiciales contra la empresa Fedal, por entender que en la obra ubicada en la calle Gral.Aguilar y Martín Garcia, se violan normas elementales de seguridad y se impide que los obreros se agremien.

d.- Unión Autónoma de Obreros y Empleados del GAS (UAOEGAS)

Dos dirigentes del gremio de la Compañía del Gas, advirtieron que la importación de gas natural de la Argentina produciría "importantes perjuicios ambientales", al Uruguay.
Se advirtió sobre los riesgos de accidentes. Y además se expresó que esta importación traerá consecuencias para los funcionarios de ANCAP, UTE, de la Compañía del GAS, y que incidirá en la economía de estos entes.-

e.- Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay (AEBU)

- Continúan movilizados contra el Grupo Santander, teniéndose previsto para el 10/DIC el inicio de medidas financieras contra las empresas del holding.-

- El 05/DIC se reunió una delegación del gremio bancario (AEBU), con representantes del Fondo Monetario Internacional (FMI).-

f.- Organización Nacional de Asociaciones de Jubilados y Pensionistas del Uruguay (ONAJPU)

La ONAJPU, planteó su posición contraria al nuevo sistema de descentralización de pagos de jubilaciones y pensiones en los locales ABITAB.

g.- Varios

- El 05/DIC/97 se integró un nuevo sindicato, el mismo agrupará a los funcionarios de las Organizaciones No Gubernamentales (ONG).
Esta nueva agrupación de trabajadores nace como una necesidad de éstos por sentirse representados a la vez que organizados. Sus principales reivindicaciones pasan por lo salarial y por la falta de un control hacia las situación de los trabajadores.
Provisoriamente la nueva organización gremial funcionará en la sede del SUANP (25 de Mayo 562).-

ORIGINAL

B.- EDUCACION

1.- Consejo Directivo Central - CODICEN

- El CODICEN anunció que próximamente habilitará al docente Miguel LANGÓN, firme opositor a la reforma educativa, para ocupar la subdirección del Instituto de Profesores Artigas.
La dirección estará a cargo de la profesora Margarita LOACES, afín al emprendimiento de reforma.

- El CODICEN fijó el comienzo de las clases en 1998 para el 09/MAR, a pesar de que los operadores turísticos, habían solicitado que se extendieran las vacaciones hasta la segunda quincena de MAR/98, para favorecer la industria turística.

- La ANEP firmó un convenio con la Asociación Uruguaya de Fútbol (AUF), por el cual se dictarán cursos de historia, geografía y lenguas extranjeras a los integrantes de las preselecciones o selecciones sub 15.

- El presidente del CODICEN Germán RAMA, señaló que "la integración y la identidad" de la sociedad uruguaya, corren

"riesgos muy importantes" en la zona fronteriza con Brasil, debido al debilitamiento de nuestra propia oferta educativa. Agregó que para contrarrestar esto la ANEP instaló este año un Centro de Educación Regional de Profesores (CERP) en Rivera y 50 aulas en Artigas, llamó a inscripciones de preescolares de 4 y 5 años en toda esa zona del país e instalará un centro de Inspectores en Rivera.

2.- Reforma Educativa

- El 28/NOV la Asociación de Docentes de Enseñanza Secundaria (ADES), presentó públicamente en el Paraninfo de la Universidad de la República, la propuesta alternativa a la reforma educativa que lleva adelante el CODICEN. A nivel pedagógico proponen la permanencia de la enseñanza por disciplinas y no por áreas como lo ha ido implementando el CODICEN y crear la Educación Media Obligatoria. Critican la actual reforma "neoliberal", defienden los conceptos de educación popular, la poca participación que tienen las Asambleas Técnico Docentes (ATD) en los lineamientos educativos y la falta de participación de los docentes en la designación de los cargos al CODICEN, a los Consejos y en los nombramientos para directores y cargos docentes "sin respetar los concursos"; piden que se establezca el doble turno en los liceos en el sentido de que tienen que ser un lugar entretenido; estiman necesario la construcción de liceos enteros para lograr que las clases tengan un máximo de 25 o 30 alumnos que permita un mayor vínculo entre el profesor y el alumno. Plantean lograr una "verdadera autonomía", otorgándole al sistema educativo una fuente de financiación directa y nacional "que rompa con el condicionamiento del poder económico y político nacional e internacional".

ORIGINAL

3.- Universidad de la República

- El Centro de Calculo (CECAL) de la Facultad de Ingeniería, asesorará a la Dirección Nacional de Policía Técnica (DNPT) en almacenamiento de identificación automática de huellas dactilares y desarrollará un software específico para el cumplimiento de esta tarea.

- El Consejo Directivo Central seguirá secionando todas las semanas en forma extraordinaria hasta el 30/DIC, para cumplir con los plazos de la negociación con el BID sobre la reconversión del Hospital de Clínicas y preparando la próxima reunión que quedó confirmada para el día 09/FEB.

- El Tribunal de lo Contencioso Administrativo (TCA), desestimó el recurso de nulidad presentado por la Universidad de la República contra el decreto del Poder Ejecutivo de AGO/95, que regula el sistema de enseñanza terciaria y superior privada. La Universidad habia recurrido el decreto por entender que sólo a ella le compete regular la enseñanza superior privada.

- El matemático y docente Roberto MARKARIAN, fue propuesto por quienes conforman la opción electoral de los "docentes", como el primer candidato para rector de la Universidad de la República.
Este agrupamiento se caracteriza por una visión crítica de la actual conducción universitaria, más allá del reconocimiento de los logros alcanzados en el último período.
MARKARIAN cuenta con el apoyo de la mayoría de los docentes de ADUR; es docente grado 5 del Instituto de Matemáticas y Estadística Rafael LAGUARDIA (MARL) de la Facultad de Ingeniería y del Centro de Matemática de la Facultad de Ciencias. Es Licenciado en Matemática de la Universidad Federal de Río Grande (Brasil) y obtuvo su posgrado de Doctor en Matemáticas en el Instituto de Matemática Pura y Aplicada (IMPA) dependiente del Consejo Nacional de Pesquisas (CNPs) de Río de Janeiro (Brasil).

- Estudiantes de las carreras de comunicación que se dictan en las Universidades ORT, Católica y de la República, crearon la Asociación de Estudiantes de la Comunicación Social del Uruguay (AECSU).
El Consejo Directivo quedó integrado por nueve miembros, cuatro de la Universidad Estatal, tres de la Católica y dos de la ORT. Su presidente será Freddy FRAQUE y su Vicepresidenta Julieta KELDJIAN.

4.- Educación Privada

ORIGINAL

- Universidades privadas del MERCOSUR, Bolivia y Chile, conformaron la Asociación de Universidades Privadas del MERCOSUR, con el fin de tener participación más activa en la integración regional; tendrá como primera sede la Universidad Americana de Asunción.
El consejo está formado por: Andrés BENKO, de Paraguay; Jacob DAGLIAN, de Brasil; Fernando RODRIGUEZ de Bolivia; Jorge CROSLEY, de Chile; Marcelo LAUCENA, de Argentina y Miguel BRESCIANO de Uruguay.

- En MAR/98 comenzará a funcionar en la ciudad de Colonia, el Centro Universitario Politécnico del Conosur que profundizará en la formación innovadora de especialidades que apuntan a la dinámica del tiempo actual, profundizando en pos grados, maestrías a la vez de impartir doctorados en disciplinas fundamentales para la región. La Intendencia de Colonia entregó en concesión por 30 años el predio donde está ubica el edificio del ex Hotel Real de San Carlos que según se proyecta albergará a 1.000 estudiantes.
Participan del emprendimiento la Universidad Politécnica de Valencia, la Universidad Católica del Uruguay, la Generalita del Gobierno de Valencia, la Corporación Nacional para el Desarrollo, la Confederación Empresarial de Valencia, la Cámara de Industrias del Uruguay, la Autoridad Portuaria de Valencia y la Cámara de Comercio, Industria y Navegación de Valencia.

- La Universidad Luterana de Brasil anunció al Presidente de la República Julio Mª SANGUINETTI, la intención de abrir una universidad en Uruguay para ofrecer cursos de posgrado en Medicina y extenderse luego en esta y otras áreas de formación profesional.

5.- Ministerio de Educación y Cultura - MEC

- El 01/DIC se realizó en la sede del Centro de Formación para la Integración Regional (CEFIR), en Montevideo, la reunión de Ministros de Educación y Cultura de los cuatro países del MERCOSUR más Chile, donde se evaluó el estado presente del proceso de integración educativa y sus perspectivas. Fueron acordadas las reválidas de cursos de educación primaria, secundaria y de nivel técnico, así como el reconocimiento de la equidad académica para hacer posgrados en los países del MERCOSUR, con títulos universitarios que hayan sido reconocidos por el país.

6.- Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguaya - FEUU

- El 24/NOV quedó integrada la nueva Mesa Ejecutiva de la FEUU: Aldo SCARPA (Humanidades), Anunciata FABRUCCINI (Odontología), Alvaro DANZA (Medicina (Ciencias Económicas), Alejandro SOSA (Química), Fernando GARCIA (Ingeniería) y Diego MACHADO (Relaciones Internacionales).

ORIGINAL

C.- ASENTAMIENTOS IRREGULARES

1.- Intendencia Municipal de Montevideo

- La comisión especial creada por resolución del 14/AGO/97, que investiga la denuncia presentada contra el edil Jorge ZABALZA, por la supuesta propietaria de un terreno que fuera ocupado en el Cerro, rechazó la denuncia por considerar que no existen pruebas de que el Edil haya incitado a la conformación del asentamiento.

- La Intendencia Municipal de Montevideo se encuentra preparando la próxima etapa de regulación de 15 asentamientos que comprende a los barrios: Isla de Gaspar, en la zona 6; Carrasco Norte, Esperanza, en zona 8; barrios Nuevo, Las Tres Gracias, Sebastopol, en zona 9; Diecisiete Metros y Las Amapolas en Zona 10; San Antonio en zona 13 y Campichuelo y Rodolfo Rincón, en zona 14. También están trabajando en los asentamientos de Punta de Sayago, en zona 17 y Mailhos y Municipal 18, en zona 18. En estos asentamientos viven una 200 mil familias. Esta es la segunda etapa de regularización desde que se creó la Cartera Municipal de Tierras para Viviendas en 1990.
Las tareas comenzaron en 1992 y se han regularizado 9 asentamientos: La Carreta, Jardines de las Torres, Nuestra Casa, Yugoeslavia, Las Malvinas, La Esperanza, La Chacarita y Santa

Teresa, 23 de Marzo y Parque Ambientalista. En estos barrios viven unas 900 familias y se invirtió alrededor de U$S 1.5% millones.

2.- Ministerio de Vivienda Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente

- El Ministerio de Vivienda anunció que reanudará en los próximos días, las demoliciones de viviendas ilegales en Cabo Polonio y Punta del Diablo, que están dentro de los 250 metros de la faja costera.

- El Ministerio de Vivienda continúa con el programa de regularización de asentamientos que comenzara con la actual administración. En este marco firmó un convenio que permitirá concretar las regularización de otros cuatro asentamientos precarios en Montevideo en los barrios Nuevo Colón, Parque Ambientalista, Nueva Esperanza y Comisión Sub Esperanza que incluye a 450 familias con un total de 2.250 personas. El programa ya se concretó en Las Retamas y en los barrios Flor de Punta de Rieles.

D.- RELIGION

ORIGINAL

- Los obispos uruguayos presentes en el Sínodo de Obispos para las Américas, entre los temas tratados, elogiaron la función de los laicos, señalando que "resulta preocupante constatar que la mayor parte de los laicos cristianos, se sienten como miembros de segunda clase en la Iglesia, no se sienten tenidos en cuenta en muchas decisiones importantes de la comunidad eclesial". Por su parte Mons.Carlos COLLAZZI se concentró en la parte económica, quien denunció el concepto de globalización que "pretende convertir la creciente interdependencia mundial en una realidad de libre mercado económico".-

- Mons.Pablo GALIMBERTI, quien inició en ABR/97 la mediación de la iglesia uruguaya para encontrar una solución definitiva al tema de los desaparecidos durante "el período militar", señaló que "percibe un debilitamiento de la conciencia democrática y una fragmentación de la conciencia ética" que le hace temer por el futuro del país.-

Por su parte, el comandante en Jefe del Ejército, Tte.Gral. Raúl MERMOT, abrió la puerta a una posible entrevista con el Obispo de San José Mons. Pablo GALIMBERTI, para tratar el tema, destacando que "nunca había recibido una solicitud de audiencia de parte de las autoridades eclesiásticas", manifestando que "las puertas de su despacho siempre han estado abiertas" para recibir a quienes pretenden reunirse con él, admitiendo que el problema es un tema "de conciencia" y que la Ley de Caducidad "laudó definitivamente" sobre este asunto, negando toda posibilidad de investigar, dado que se carecen de elementos para profundizar o iniciar algún tipo de gestión para lograr el esclarecimientod de los hechos.

Entre tanto Mons. SALIMBERTI manifestó que la mediación propuesta deberá posponerse hasta que asuma el próximo comandante en Jefe del Ejército.-

- Como estaba previsto el 29/NOV se celebró en el Cilindro Municipal, la Bendición Internacional por parte del reverendo MOON vía satélite desde Washington. El público fue menos del esperado. En Uruguay los organizadores esperaban la presencia de unas 8000 personas, pero solamente asistieron alrededor de 1000. Según el secretario general de la organización Jorge GUNDELZOPH, existieron varias razones para que concurrieran varias personas, como el horario, insufiente reparto de las invitaciones y la ausencia de métodos de convocatoria usado en otras ocasiones.-

- El 04/DIC se realizó una marcha silenciosa en la ciudad de Guichón, Paysandú, donde unas 1300 personas salieron a la calle con la finalidad de evitar el traslado del padre Juan BENDIRELLI, secretario nacional de la Pastoral Bíblica, decisión tomada por el obispado de Salto. El padre BENDIRELLI está al frente de dicha parroquia desde hace 17 años y ha ayudado a mucha gente creando fuentes de trabajo.-

- Los vecinos de la localidad [illegible]ró protestan por la intención manifestada por la Iglesia Católica e impulsada en la zona por el sacerdote argentino Luis Moisés JARDIN, de alquilar a una fábrica el único gimnasio techado del lugar. Manifestaron que "la Curia quiere sacarle mejor provecho económico al gimnasio y alquilarlo a una textil". El padre JARDIN acotó que está convencido que como gimnasio el edificio no tiene andamiento económico. Los vecinos resolvieron realizar una campaña de recolección de firmas con el propósito de evitar el arrendamiento del edificio a una fábrica.-

ORIGINAL

- El 21/DIC, asumirá como gran maestro de la Masonería del Uruguay, el contador público Ricardo COLANERI.
Fue electo el 21/NOV y ocupará el cargo por un período de dos años.

E.- DERECHOS HUMANOS

- La situación de los uruguayos desaparcidos durante el régimen militar (1973-1984) surgió nuevamente en la opinión pública a través de distintos hechos que tuvieron como protagonistas al Diputado de Asamblea Uruguay (AU), Víctor SEMPRONI, al PIT-CNT y al Comité Central Israelita.
- Recientemente, el Diputado SEMPRONI dió a conocer su intención de interpelar en la Cámara de Representantes al Ministro de Defensa, Raúl ITURRIA. Dicha iniciativa, respaldada por algunas agrupaciones del Encuentro Progresista (EP), fue planteada al no obtenerse una señal clara por parte del Poder Ejecutivo, de dar respuesta a la petición realizada por los familiares, para que se

cumpla lo que dispone el Artículo 4º de la Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado. (Obliga a investigar en forma administrativa el paradero de los desaparecidos). Cabe mencionar, que el Movimiento de Participación Popular (MPP), la lista 78, el Partido Socialista (PS) y el Partido Comunista (PC) expresaron la inconveniencia de dicha acción legislativa, por considerar que la misma no coincide con la estrategia del EF en torno al tema.

- Por su parte, el Ministro ITURRIA convocó el 11/DIC al Diputado SEMPRONI a un encuentro en la sede del Ministerio de Defensa, en donde se manejaron algunas alternativas de carácter inédito, que podrían tender a solucionar en parte dicha situación.

- Posteriormente, el Secretario de Estado se reunió con el Presidente de la República, JULIO MARIA SANGUINETTI. En la misma, el Primer Mandatario se comprometió a contestar en el correr de la semana el petitorio de los familiares de los desaparecidos. Considerándolo un gesto positivo, el Frente Amplio desistió de interpelar al Ministro de Defensa.

- Por otra parte, el pasado 02/DIC el Ministro de Relaciones Exteriores, Alvaro RAMOS recibió a una delegación del Secretariado Ejecutivo del PIT-CNT, la cual transmitió su aspiración de que el gobierno cumpla con el Artículo 4º. Según se informó, el PIT-CNT expresó en un memorándum su contrariedad ya que "los reclamos realizados desde diversos ámbitos de la sociedad no han recibido del Poder Ejecutivo el más mínimo gesto de voluntad política que permita transitar el camino de la verdad".

- En otro orden, el Comité Central Israelita, organización que nuclea a todas las instituciones judías del Uruguay se sumó a los reclamos de los familiares de los desaparecidos. El planteo, fue realizado por el Presidente de la institución, Pedro SCLOFSKY durante la reunión anual al periodismo, ante miembros del gobierno y legisladores de todos los partidos.

ORIGINAL

- La sorpresiva postura, contenida en el final de su discurso, la cual no representa el sentir de la colectividad judía residente en el país, generó disconformidad en medios oficiales y satisfacción en grupos políticos de izquierda y algunos sectores blancos.

- Ante dicho pronunciamiento, el gobierno uruguayo, a través de la Cancillería solicitó al Embajador israelí, Josef ARAD explicaciones sobre el eventual conocimiento previo de esa representación diplomática en el discurso de SCLOFSKY.

F.- NIÑEZ

- Con motivo de la conmemoración del Día Internacional de los Derechos del Niño, se realizaron en nuestro país, diversos actos oficiales que incluyeron actividades culturales y recreativas para los niños y se ofreció el lanzamiento de dos libros alusivos a la fecha, titulándose uno de ellos "Convención sobre los derechos del niño".-

030

9714661

G.- MEDIOS DE COMUNICACION

- El Poder Ejecutivo propuso castigar con penas de tres meses de prisión a cuatro años de penitenciaría a aquellas personas que utilicen frecuencias de radio para realizar emisiones clandestinas. La iniciativa se concretó a través de un proyecto de ley que el MDN remitió al Parlamento.-

Por otro lado y de "vergüenza para el país", catalogó el PIT-CNT el proyecto de ley presentado por el Herrerismo, que penalizaría a las personas que participan de una radio comunitaria. Asimismo, la central solicitó una onda radial al gobierno con la intención de "democratizar los medios de comunicación".-

- La "Agrupación 95" de la APU mantendrá por dos años la conducción de esa entidad gremial, luego de las elecciones del 21/NOV. Esta lista única que se presentó a los comicios fue encabezada por el periodista Juan C.OTORMIN y obtuvo el respaldo de 140 votos sobre un total de 450 habilitados a sufragar. En el mismo acto se renovaron los miembros del Tribunal Arbitral y de los Consejos de Prensa, Radio y TV.-

ORIGINAL

- Hace aproximadamente unos seis meses el diario La República anunciaba la compra por parte del Grupo Clarín de Argentina, de la señal de TV por cable uruguaya TVC en cifras millonarias, lo que acaba de confirmarse tras el encendido de alarma" que ANDEBU efectúa sobre el caso que solicitó la nulidad de los contratos por estar fuera de la ley.-

En consecuencia, (ANDEBU) alertó sobre un inminente peligro de "extranjerización" de los medios de radiodifusión y televisión del país y reclamó a la DNC que realice las actuaciones necesarias para determinar si efectivamente se han producido enajenaciones de medios, en violación a lo dispuesto por la legislación nacional.-

- A iniciativa del legislador Carlos Julio PEREYRA, el Senado de la República realizó el día 02/DIC, un homenaje a Jorge Wilson ARELLANO, quien falleciera el día 07/NOV.-

- El periodista Guillermo LUSSICH, coordinador de la edición central del informarmativo de Canal 4, Telenoche 4, fue sancionado con una suspensión laboral de cuatro días por haber presentado en forma consecutiva dos entrevistas, una con el director de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, Ariel DAVRIEUX y otra con el industrial del calzado Hugo BAGNULO. Los fundamentos de la medida, que fue comunicada a LUSSICH el día 27/NOV, se refieren a un crítico "perfil inadecuado" de la conducta profesional del coordinador.-

- Los estudiantes de las carreras de comunicación que se dictan en la ORT y en las Universidades Católica y de la República, formalizaron la creación de la Asociación de

Estudiantes de la Comunicación Social del Uruguay (AECSU).-

Luego de la asamblea fundacional realizada el 28/NOV, el Consejo Directivo de la gremial quedó integrado por nueve miembros, cuatro de los cuales son estudiantes de la Universidad estatal, tres de la Católica y dos de la ORT. El cuerpo será presidido por Freddy FRAGUE y Julieta KELDJIAN su vicepresidenta.-

- La carrera de Ciencias de la Comunicación de la Universidad de la República realizará una revista sobre educación, similar a la que publica el diario Le Monde de Francia. Por este motivo, la directora de la carrera, Lisa BLOCK de BEHAR, invitó al Uruguay al director responsable de esa publicación francesa, Jean-Michel DJIAN, para trabajar en conjunto.-

- El día 28/NOV el jefe de de la sección de información policial del diario La República, fue agredido por la espalda con dos disparos calibre 32, por la propietaria de un salón donde éste había entrado a jugar a la quiniela. Aparentemente la dueña del negocio supuso que estaba por ser objeto de un asalto, todo esto a causa de que el periodista llevaba una navaja (accidentalmente a la vista) como arma de defensa.-

- Durante los días 13 y 14/VII/97 se reunieron en el balneario de Atlántida, comunicadores de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay, para la fundación de de RED DE COMUNICACION DEL CONO SUR (RECOSUR). Finalizado el encuentro se dio a conocer una declaración que consta de 6 puntos, resumidos de la siguiente manera:

ORIGINAL

* "Los resultados y consensos alcanzados en un proceso de intercanbio de información, servicios y experiencias a nivel de la región, permiten concluir a las organizaciones firmantes de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Bolivia y Uruguay, que resulta importante el desarrollo de una red de información y comunicación del Cono Sur como contribución interactiva al proceso interactiva al proceso de democratización de las comunicaciones.-

Observamos con malestar el acelerado proceso de integración que viven los pueblos de la región, una fuerte tendencia a imponer una información sesgada y fragmentada que tiende a incomunicarnos más allá del cúmulo de información que cada ciudadano/na recibe diariamente. Por ello creemos necesario contar con un servicio informativo qué recupere e incorpore a las dinámicas informativas de cada país, las vivencias, espectativas y demandas de amplios sectores de la sociedad civil.-

III.- CAMPO ECONOMICO

A.- MERCOSUR

La Cumbre de Presidentes del Mercosur culminó el día 15/DIC con el ingreso de Chile como miembro pleno del bloque regional, por lo cual de ahora en adelante intervendrá en la coordinación de las políticas con los demás socios con un nivel igualitario en materia de unión aduanera y participación en cada uno de los órganos de conducción política.

B.- PUENTE COLONIA-BUENOS AIRES

El 10/DIC al reafirmar la decisión del gobierno uruguayo de impulsar la construcción del Puente Colonia-Buenos Aires, el presidente Julio María SANGUINETTI aprovechó la ocasión para aludir críticamente a los sectores políticos que han expresado cuestionamientos a la obra binacional y fustigó a quienes "buscan pretextos" para impedir que se concrete durante su administración. La semana pasada el Herrerismo bloqueó el tratamiento del tema en la respectiva Comisión del Senado por lo que recién volverá a ser tratado en la próxima legislatura, lo que generó profundo malestar en el oficialismo. El Fente Amplio, por su parte, también ha realizado cuestionamientos a la obra.

ORIGINAL

C.- USURA

La Comisión de la Constitución del Senado aprobó en forma general, el proyecto sobre Usura presentado por el legislador Carlos Julio PEREYRA. La instancia fue calificada por el senador Helios SARTHOU, como muy trascendentes por el sentido racional y protector para quienes se aferran al crédito como un salvavidas, y terminan sufriendo las consecuencias nefastas de la Usura.

D.- INDICADORES ECONOMICOS

1.- Inflación

Por cuatro meses consecutivos los precios del consumo aumentaron menos del 1%, situándose el indice inflacionario para el mes de noviembre en 0,84% con lo que en los últimos 12 meses de noviembre la inflación bajó su incremento al 15,73%.

2.- Alquileres

Los alquileres que reajustan en diciembre lo harán en 15,73% de acuerdo a la variación de los precios al consumo. El Poder Ejecutivo decretará en los próximos días el valor de la Unidad Reajustable de Alquileres (U.R.A) que quedará fijada en

$164,56.

3.- Unidad Reajustable (U.R)

El Banco Hipotecario fijó la Unidad Reajustable (U.R) para el mes de diciembre en $166,64 de acuerdo a la variación nominal del salario promedio.

4.- Unidad de Valor de la Construcción de Viviendas

La Unidad de Valor de la Construcción de Viviendas (U.V.C.V) correspondiente al mes de diciembre quedó fijada en $2.291,09.

5.- Canasta Familiar

La Canasta Familiar del Indice de Precios al Consumo ascendió a $13.541,67 en el pasado mes de noviembre, equivalente a U$S1.361.

6.- Salarios

El Indice Medio de Salarios real en octubre mostró una leve contracción de 0,14%, pero se mantiene en 1,7% por encima de la variación de precios del consumo en la evolución de los últimos 12 meses. En el décimo mes del año el I.M.S tuvo un incremento de 0,63%, por lo que acumula variaciones del 14,9% para lo transcurrido de 1997 y de 18,1% en los últimos 12 meses.

ORIGINAL

E.- METAS ECONOMICAS PARA EL AÑO 1998

El Ministro de Economia anunció que el programa de reformas estructurales se aceleraría en 1998, alcanzando al gobierno central, las empresas estatales y los servicios públicos, el sistema tributario con baja de algunos impuestos, el mercado laboral promoviendo un acuerdo entre empresarios y trabajadores, el acceso al crédito en condiciones razonables, y la mejora del capital humano.
El equipo económico espera para 1998, una inflación entre 7 y 9% con devaluación del peso alineada, al igual que las tarifas públicas.
El intercambio comercial crecerá 6%, el P.B.I 3%, el déficit de cuenta corriente será de 1,5 al 1,6%, el empleo crecerá 1% y el salario real un 2%. El déficit fiscal global será del 1,2% con el costo de las reformas de la Seguridad Social y del Estado, y de 0% sin estos componentes.

034 9714661

IV.- CAMPO MILITAR

A.- FF.AA.

- En una entrevista publicada por la revista Posdata al Comandante en Jefe del Ejército, Tte.Gral. Raúl MERMOT afirmó que el país va a sentir una "diferencia espiritual" con un eventual gobierno del Frente Amplio, asegurando que "todas las instituciones van a sentir un cambio".
Con respecto a la situación del Ejército en cuánto a los salarios, manifestó que están "muy defasados, no tenemos ajustes anuales y venimos atrasados en el Presupuesto ya que hubo dos Rendiciones de Cuentas en las que no se lgraron mejoras".
Al referirse al tema de los "desaparecidos", manifestó que "es un tema que estuvo mucho tiempo quieto pero hubo quienes lograron volver a la opinión pública con marchas y actividades.Yo creo que ese tema está laudado y además la fuerza no tiene posiblidad alguna de aportar nada. Si alguien cometió alguna acción que está fuera de la lógica, allá con su conciencia, pero no hay un problema institucional".
Finalmente, al referirse a su ponencia ante la Conferencia de Ejércitos Americanos (CEA), el Tte.Gral. Raúl MERMOT dijo que la "integración desde el punto de vista militar se traduce en un franco espíritu de colaboración e intercambio de conocimiento y experiencias", pero "no es compartir una responsabilidad de defensa nacional que es propia e intransferible de cada nación", agregando que "se excluye entonces un relacionamiento que exceda la cooperación en un contexto de amistad y conocimiento mutuo".

ORIGINAL

- La votación en bloque de los cinco miembros de la Suprema Corte de Justicia decidió el 10DIC "en favor de la Justicia ordinaria" por el caso de la colocación de un "artefacto explosivo" por parte de un Soldado del Ejército en un ómnibus que transportaba militares en el Dpto. de Maldonado. Dicha resolución contó con el voto contrario de los conjueces militares Manuel BUADAS y Kleber PAMPILLON.
La setencia está siendo redactada por el Pte. de la Suprema Corte de Justicia Milton CAIROLI. Ahora el caso seguirá en la órbita de la jueza Fanny CANESSA, la que estima que el soldado acusado puede ser "culpable del delito de estrago".

- El Pte. de la República, Julio Ma.SANGUINETTI y el Ministro de Defensa Nacional Raúl ITURRIA decidieron que el Gral. Ferán AMADO y el Contralmirante Gualberto RUIZ sean los Comandantes en Jefe del Ejército y la Armada a partir del 1º de Febrero de 1998.
Asimismo acordaron el ascenso al generalato de cinco oficiales en el Ejército y dos en la Armada.

- La nueva Comisión Directiva del Centro Militar,

9714661

encabezada por el ex-Comandante en Jefe del Ejército Tte.Gral. Juan M. REBOLLO advirtió que la pretensión de revisar el pasado "afecta a las FF.AA." y llamó a sus miembros a "unirse para superar los obstáculos".
En el editorial de la revista "El Soldado" se manifiesta que "solo a través de una sólida unidad y una firme acción comunitaria podemos superar los obstáculos y orientarnos firmemente hacia los objetivos a alcanzar en beneficio de nuestra institución y sus integrantes".

- Fueron designados los jefes de las cuatro Divisiones del Ejército: el Gral. Juan GEYMONAT será el Comandante de la División de Ejército I (Montevideo y Canelones), el Gral. Luis ABRAHAM será el Comandante de la División de Ejército III (Tacuarembó y zona noroeste del país), el Gral. Luis PIRIZ comandará la División IV (Zona este) y la División II (San José, zona oeste y central del país) comandada por el Gral.Yamandú SEQUEIRA.
Por otra parte, el Cnel. Francisco WINS quien ascenderá al grado de Gral. el próximo 1º de Febrero será el titular de la Dirección General de Información de Defensa del Ministerio de Defensa Nacional.

B.- Instituto Policial

- Proximamente según manifestaciones del Ministro del Interior Didier OPERTTI será cerrada la Cárcel de Canelones, siendo trasladados cerca de 100 presos que se encuentran en dicho establecimiento a un nuevo local ubicado a escasos metros de la Ruta 5.

- El pasado 29NOV en la cárcel mencionada anteriormente 130 reclusos provocaron un motín llevando a que la Policía se enfrentara a los presos "cuerpo a cuerpo", siendo el saldo del mismo tres policías y un recluso heridos.
Por tal motivo, los 130 amotinados fueron llevados a otros establecimientos penitenciarios del país.

- José DE SOUZA, ex-policía que fue dado de baja por denunciar presuntas irregularidades en la Seccional 8ª y luego restituido por una resolución del Ministro del Interior, Didier OPERTTI, relató a la prensa los meses de angustia que pasó al haber sido separado de su cargo "injustamente", señalando además que "le digo a la gente que hay que creer en el sistema de este país, hay que aplaudir la actuación del señor Ministro OPERTTI, porque es un hombre justo".
En estos momentos, DE SOUZA espera una citación por parte del Ministerio del Interior para reintegrarse al cuerpo policial.

- La Confederación Nacional de Retirados y Pensionistas del Personal Subalterno de las FF.AA. emitió un comunicado que será distribuío a partir del día 09DIC en los locales de pago, mediante el cuál "trasmitirán tranquilidad a la familia militar

9714661

respecto a la imposibilidad de que sea aprobado por el Parlamento el "Proyecto de Previsión Social Militar" remitido por el Poder Ejecutivo.

C.- Otros

- Nuestro país ajustará sus controles en materia de ingreso de extranjeros mediante un proyecto de ley que prevé por primera vez delitos migratorios, así como la expulsión de personas con antecedentes terroristas.
Dicho proyecto distingue las situaciones de los inmigrantes, los refugiados y los terroristas.
Según fuentes consultadas, la última Ley de Migraciones tiene más de 60 años (promulgada en 1936) y es intención de las autoridades actualizarla con la propuesta , "manteniendo el concepto de país abierto, pero con controles razonables para que no se haga uso del territorio nacional para la comisión de delitos".

ORIGINAL

Bomba en la Facultad de Derecho

- El fiscal Hugo BARRIOS ACEVEDO pedirá una condena al menos de tres años de penitenciaría por la comisión del delito de estrago para el estudiante de Derecho Leonardo DA SILVA, procesado 11 meses atrás por colocar una bomba en la Facultad de Derecho el 14DIC96. Esta persona se encuentra detenida desde lo sucedido en la Cárcel Central, a la espera de la condena.

9714661

037 /37

DP8992

U POXBT 11-05 00103
mun exg icx

ONU-ECOSOC (avance)
SANTA LUCIA OBTIENE PUESTO EN CONSEJO ECONOMICO SOCIAL

Naciones Unidas, 5 nov (EFE).- Santa Lucía obtuvo hoy la mayoría requerida de dos tercios para ocupar la vacante que dejará Jamaica a fin de año en el Consejo Económico y Social (ECOSOC), de la ONU.

La elección se produjo tras siete votaciones en la Asamblea General de la ONU y una vez retiraron su candidatura Guatemala y Perú.

Con un total de 166 estados representados (se requerían 108 votos para la elección), Santa Lucía recibió 135 y Perú 27, pese a que se había retirado también para facilitar la rotación regional, y sólo hubo cuatro abstenciones. EFE

JSD/JMA

11/05/21-12/97

Nº. DOCUMENTO 9714665
TITULO Santa Luc ocupará puesto ECOSOC de ONU que dejó Jamaica
PROCEDENCIA 519513
FECHA DE PROCEDENCIA 05/11/97
VINCULACIONES 501889
66097
66817
~~SANTA LUCIA~~ 10190

ENTRADO
CRUZADO

9714665

09-02

XH9993

U FOXBT 11-05 00358
mun exg icx

ONU-ECOSOC (ampliación)
SANTA LUCIA ELECTA TRAS RETIRARSE GUATEMALA Y PERU

Naciones Unidas, 5 nov (EFE).- Tras siete votaciones en la Asamblea General, y la retirada de su candidatura por Guatemala y Perú, Santa Lucía obtuvo hoy la mayoría requerida para ocupar la vacante del Grupo Latinoamericano y Caribeño (GRULAC) en el Consejo Económico y Social (ECOSOC).

Con 166 países votantes, cuatro de los cuales se abstuvieron, la mayoría de dos tercios se calculó sobre la base de 164 votos válidos, por lo que se requerían 108 para la elección, y Santa Lucía recibió 135.

Perú contabilizó 27 votos pese a que se había retirado también para facilitar la rotación regional después que Colombia y Brasil fueron reelectos en las dos primeras votaciones la semana pasada.

Al retirarse Guatemala tras la sexta votación inconclusa el lunes, su embajador Julio Armando Martini Herrera, dió su apoyo a Santa Lucía, como candidata del grupo subregional CARICOM, y explicó al embajador peruano, Fernando Guillén, las razones de su decisión.

Martini Herrera expresó a EFE su disgusto por la contienda electoral, la que atribuyó al hecho que los grandes países del cono sur y también México, se reeligen constantemente para posiciones como las del ECOSOC, dejando a los países pequeños prácticamente sin oportunidad de participar en las labores de los organismos de la ONU.

Señaló como ejemplo que Brasil, que volvió a reelegirse por un nuevo período de tres años, ha permanecido en el ECOSOC durante más de 40 años, por lo que en la práctica es casi permanente.

Los países grandes alegan que sus misiones tienen más personal y que pueden contribuir más y mejor a las labores de organismos de la ONU como el ECOSOC, pero Martini Herrera señaló que las conveniencias y puntos de vista de los suramericanos son muy distintas a las de los centroamericanos o caribeños.

Agregó el representante guatemalteco que este año correspondían al GRULAC tres de las 18 vacantes en el ECOSOC, y que al reelegirse Colombia y Brasil quedaba sólo una vacante para los países pequeños, y no debía ser ocupada por otro país suramericano, como es Perú.

También fueron electos o reelectos el primer día otros 15 miembros del ECOSOC para ocupar las vacantes que correspondían a los demás grupos regionales. EFE

JSD/GTP

11/05/21-48/97

9714665

02-02

XW8273

R POXBT 11-05 00237
icx mun exg

CHILE-ONU
SECRETARIO GENERAL ONU LLEGA A CHILE EN VISITA OFICIAL

Santiago de Chile, 5 nov (EFE).- El secretario general de la ONU, Kofi Annan, llegó hoy a la capital chilena para una visita oficial de tres días, la primera que realiza a Latinoamérica.

Annan, que llegó en un vuelo comercial procedente de Nueva York, se reunirá con el presidente chileno, Eduardo Frei, y con los ministros de Relaciones Exteriores, José Miguel Insulza, y con el de Defensa, Edmundo Pérez Yoma, y con el presidente de la Cámara de Diputados, Gutenberg Martínez.

Annan viene acompañado por el director general adjunto para asuntos políticos de la ONU, Alvaro Soto, y el director regional del Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), Fernando Zumbano.

En declaraciones a los periodistas a su llegada al aeropuerto internacional de esta capital, Annan resaltó que quiso comenzar su primera visita a Latinoamérica por Chile por ser este país, desde hace 50 años, la sede de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).

"Tenía que empezar por algún lugar, y Chile tiene una larga relación con Naciones Unidas, y además es sede de la CEPAL, y por eso he comenzado por aquí", afirmó Kannan.

Pero, además, Annan rendirá un homenaje de despedida al secretario ejecutivo de la CEPAL, Gert Rosenthal, quien próximamente dejará ese cargo, que ha desempeñado durante diez años, y será sustituido por el colombiano José Antonio Ocampo, que actualmente ocupa en ese país la cartera de Hacienda. EFE

AG-op

11/05/13-32/97

Nº. DOCUMENTO 9714666
TITULO Visita Annan a Chile desde 05/11/97 al 07/11/97
PROCEDENCIA 53593
FECHA DE P... 05/11/97
VINCULACIONES 53889
65708

ENTRADO
CRUZADO

9714666

01-01

Nº. DOCUMENTO 9714667
TITULO Condena Abloqueo Gral. Embargo a Cuba. por 6to año consecutivo.
PROCEDENCIA 15009
FECHA DE P[illegible] 06/11/97
VINCULACION-S 501389
65671
65890
12576.

ENTRADO
CRUZADO

XA6087

U POXBT 11-05 00252
icx mun exg

ONU-CUBA (Ampliación)
APROBADA RESOLUCION QUE PIDE CESE EMBARGO ECONOMICO COMERCIAL

Naciones Unidas, 5 nov (EFE).- La Asamblea General de la ONU aprobó hoy, por sexto año consecutivo, una resolución sobre la "Necesidad de terminar el embargo económico, comercial y financiero impuesto por los EEUU contra Cuba".

La resolución obtuvo este año 143 votos a favor, 3 en contra (EEUU, Israel y Uzbekistán) y 17 abstenciones. El pasado año había logrado 137 votos a favor, 3 en contra y 25 abstenciones.

La resolución fue presentada por el presidente de la Asamblea cubana y ex embajador en la ONU, Ricardo Alarcón y respaldada por los representantes de mas de una veintena de países, varios de los cuales, en particular Luxemburgo por la Unión Europea, exhortaron a EEUU y a Cuba a resolver sus diferencias mediante negociaciones.

El texto de la resolución recuerda las declaraciones de las Cumbres Iberoamericanas sobre la necesidad de eliminar la aplicación unilateral de medidas económicas y comerciales de un estado contra otro, que afectan al libre flujo del comercio internacional.

La Asamblea expresa su preocupación por la adopción y aplicación de leyes como la Helms-Burton, y pide a los estados que anulen y se abstengan de aplicar ese tipo de medidas, cuyos efectos extraterritoriales afectan a la soberanía de otros estados, e .

La resolución reclama al secretario general de la ONU, Kofi Annan, que prepare un informe sobre la puesta en práctica de esta resolución, que se incluye nuevamente en el temario provisional de la siguiente sesión, la 53 Asamblea General el próximo año. EFE
jsd/rt

11/05/17-37/97

9714667.

01-04

XA6103

R PUXBT 11-05 00476
icx mun exg

ONU-CUBA
SIN MEJORAS DERECHOS HUMANOS, MIENTRAS EMBARGO SOCAVA CUBANOS

Nueva York, 5 nov (EFE).- La situación de los derechos humanos en Cuba no ha mejorado mientras que el endurecimiento del embargo impuesto por EEUU a la isla socava aún más las difíciles condiciones de la vida de los cubanos, especialmente en materia de salud pública, según un informe de la ONU publicado hoy.

El informe del relator de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU para Cuba, Carl-Johan Groth, sugiere que hay "una continuidad en el patrón de violaciones de derechos humanos con respecto a años anteriores y, en particular, a 1996, en que se realizó el anterior trabajo de esta índole.

En cuanto al derecho a la no discriminación por motivos políticos y a la libertad de expresión, reunión y asociación en Cuba "no se experimentó ningún cambio que significara un mayor respeto y actitud de diálogo (del Gobierno) hacia todos aquellos que, de manera pacífica muestran posiciones críticas", según el informe.

El relator de la ONU, quien se queja de la "falta de colaboración del Gobierno" cubano, denuncia también que se mantienen la falta de independencia de la administración de la justicia, las condiciones de vida de la población penitenciaria, la falta de libertad sindical o las precarias condiciones laborales creadas como consecuencia de la situación económica del país.

También las fuerzas de seguridad cubanas mantienen el "patron represivo" y continúa el "intenso hostigamiento hacia todos aquellos que muestran actitudes de alguna manera discordantes con la línea oficial", afirma el informe.

El relator de la ONU considera que el embargo económico, financiero y comercial estadounidense contra Cuba contribuye a que no mejore la situación de los derechos humanos en la isla, debido a que se ha convertido en una "excusa fácil para mantener a la población bajo control y para castigar y perseguir en diversas formas a quienes reclaman cambios políticos o espacio social para el individuo".

Admás, el embargo contribuye en gran medida a la "dramática escasez" de bienes materiales en Cuba, lo que llega incluso a preocupar a sectores de la sociedad estadounidense, según el relator, quien en su informe incluye un trabajo de la American Association for World Health, en el que se denuncia el empeoramiento de la salud y la nutrición de los cubanos como consecuencia de las sanciones impuestas por EEUU a la isla.

En sus recomendaciones, Groth pide al Gobierno cubano que cese la persecución y castigo de ciudadanos por motivos vinculados al ejercicio de la libertad de expresión y asociación, que adopte medidas de urgencia para poner en libertad a las personas condenadas a prisión por el ejercicio de sus derechos basicos.

Asimismo, el relator pide la legalización de la asociaciones independientes en Cuba, la reforma del sistema judicial y de la legislación tendente a castigar a disidentes o críticos del régimen y que el Gobierno cubano permita "con frecuencia" el acceso al país de organizaciones no gubernamentales de derechos humanos. EFE
pdp/rt

9714667

02

XA6104

U POXBT 11-05 00476
icx mun exg

ONU-CUBA (Previsión)
CUBANO ALARCON MUY SATISFECHO Y MARRERO (EEUU) IMPERTERRITO

Naciones Unidas, 5 nov (EFE).- El presidente del Parlamento cubano, Ricardo Alarcón, se mostró muy satisfecho por el creciente apoyo de la Asamblea General de la ONU, que aprobó hoy, por sexto año, la resolución contra el boicot de EEUU a su país con 143 votos a favor, tres en contra y 17 abstenciones.

Pero el embajador norteamericano, Ricardo Marrero, señaló que la resoluciones de la Asamblea General son meras recomendaciones y no afectan a las leyes de su país, que tiene el derecho soberano a comerciar con quien le plazca, y a no hacerlo con un país que, como Cuba, no demuestra respeto alguno a los derechos humanos y demás principios fundamentales del derecho internacional.

Alarcón destacó que la resolución contra el boicot de EEUU a Cuba recibió este año seis votos a favor más que el pasado, y que los nuevos votos son importantes, ya que correspondieron a Japón y todos los miembros de la Unión Europea (UE).

Pero ante una pregunta sobre la declaración de Luxemburgo, en nombre de la UE, que expresó su preocupación por la falta de progreso hacia la democracia en Cuba, y destacó que en los últimos meses se ha incrementado la falta de respeto a los derechos políticos en la isla, Alarcon afirmó que "Cuba no tiene por qué hacer concesiones a nadie".

También rehusó comentar las declaraciones del embajador Marrero de que Cuba no sólo no respeta los derechos humanos de sus ciudadanos, sino tampoco los principios básicos del derecho internacional. Reiteró que a Cuba no le interesa la democracia que practica EEUU ni está dispuesta a aceptar la intervención norteamericana en sus asuntos internos.

Manifestó asimismo Alarcón que la imposición y la interferencia de EEUU en los asuntos internos de otros estados es una política absurda, que no sólo la rechaza la comunidad internacional sino que los propios norteamericanos están cada vez más en desacuerdo con ella.

"Yo espero que algún día no muy lejano Washington entre en razón, y comprenda que no puede seguir por este camino, que perjudica tremendamente a los intereses y empresarios norteamericanos que resultan también afectados por esas leyes extraterritoriales", afirmó Alarcón.

El texto de la resolución aprobada recuerda las declaraciones de las Cumbres Iberoamericanas sobre la necesidad de eliminar la aplicación unilateral de medidas económicas y comerciales de un estado contra otro que afectan al libre flujo del comercio internacional.

La Asamblea expresa su preocupación por la adopción y aplicación de leyes y regulaciones como la Helms Burton, y pide a los estados que se abstengan de aplicar, e incluso anulen cuanto antes, ese tipo de medidas cuyos efectos extraterritoriales afectan a la soberanía de otros estados.

La resolución solicita al secretario general de la ONU que prepare un informe sobre la puesta en práctica de esta resolución, que decide incluir nuevamente en su temario provisional para la siguiente sesión, la 53 Asamblea General el próximo año. EFE

isd/na

9714667

03

JUEVES 6 DE NOVIEMBRE DE 1997

el dos pg. 23

POR SEXTO PERÍODO CONSECUTIVO LA RESOLUCIÓN COSECHÓ UNA ABRUMADORA MAYORÍA

Condena mundial al bloqueo contra Cuba

Un total de 143 estados miembros de la Asamblea General de la ONU, número que se incrementa cada año, pidió a Estados Unidos que ponga fin al embargo que lleva 35 años

La Asamblea General de la ONU aprobó ayer por sexto año consecutivo, y por abrumadora mayoría, una resolución en que pide a Estados Unidos que ponga fin al embargo impuesto hace tres décadas contra Cuba.

La votación de la resolución, promovida por Cuba, fue de 143 a favor y sólo tres en contra, con 17 abstenciones, la mayoría más amplia desde que el asunto fue discutido por primera vez en la Asamblea General en 1992.

Los únicos países que votaron en contra de la resolución fueron Estados Unidos, Israel y Uzbequistán y la mayoría fue más amplia que la de una resolución virtualmente idéntica aprobada el año pasado con 137 votos a favor, los mismos tres en contra y 25 abstenciones.

Como en el pasado, incluso los amigos y aliados de Estados Unidos (entre ellos Argentina, Brasil, México, Canadá, Australia, Nueva Zelanda y los 15 miembros de la Unión Europea) votaron a favor de la resolución. Japón, que se abstuvo el año pasado, cambió su posición este año y también votó a favor de la resolución. Tradicionalmente, Uruguay mantuvo una postura opuesta al embargo.

Aliados de EEUU, como Argentina, Brasil y la Unión Europea, votaron a favor de la resolución

Los aliados de Estados Unidos, igual que sus adversarios, están molestos por los efectos "extraterritoriales" de la ley Helms-Burton, que sanciona a las empresas y personas que negocien con bienes confiscados a estadounidenses en Cuba.

La resolución fue introducida por el presidente de la Asamblea Nacional de Cuba, Ricardo Alarcón, quien dijo que Washington "no puede citar una sola organización intergubernamental, religiosa o sindical" que respalde su conducta.

"Washington confiere prerrogativas inexistentes a personas que eran cubanas cuando fueron afectadas por nuestras leyes de nacionalización", dijo Alarcón.

"La camarilla de (el ex presidente Fulgencio) Batista, su banda de asesinos y torturadores, de ladrones y serviles, que se hicieron ricos ilegalmente durante el régimen sangriento que comenzó a tambalearse en enero de 1959, son los principales beneficiarios de sus infames actos", agregó.

APRECIACIONES DE ROBAINA

El ministro cubano de Relaciones Exteriores, Roberto Robaina, considera que "es un voto de dignidad, coraje, justicia y soberanía" el que aprobó ayer la Asamblea General de la ONU.

En declaraciones a medios de prensa locales, Robaina dijo que Estados Unidos "quedó aislado, una vez más, ante la comunidad internacional".

Para el ministro cubano, esa votación "a pesar de presiones, amenazas y trampas publicitarias o políticas, confiere al reclamo de Cuba un valor universal".

"También –añadió– coloca a EEUU como el mayor y más flagrante violador de los derechos humanos de todo un pueblo, y la opinión pública internacional le ha dicho otra vez al delincuente que no acepta su infame impunidad".

Robaina dijo que 143 países decidieron acompañar esta condena para "poner fin a uno de los más monstruosos crímenes que recuerde la humanidad. Ello ha sido, más allá de cualquier simpatía política, por lo justo de la demanda cubana". Asimismo destacó la importancia de que la votación coincide con el inicio de los debates de la VII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de gobierno en la isla venezolana de Margarita. *(En base a AP)*

9714667

04-04

XY6865

R FUXBI 11-07 00299
icx amt exq

ECUADOR-BRASIL/ONU
ECUADOR "MIRA CON SIMPATIA" INGRESO BRASIL A CONSEJO SEGURIDAD

Quito, 6 nov (EFE).- El viceministro de Relaciones Exteriores de Ecuador, Diego Ribadeneira, aseguró hoy que su país "mira con simpatia" el posible ingreso de Brasil en el Consejo de Seguridad de la ONU y que apoyara ese interés del Gobierno brasileño.

Ribadeneira viajará mañana a Brasilia para mantener conversaciones con su colega, Sebastiao Do Rego Barros, y otros altos funcionarios de esa nación para fomentar las relaciones bilaterales.

"Vamos a conversar (entre otros asuntos) sobre las reformas del Consejo de la ONU, de la carta de las Naciones Unidas, y la integración del Consejo de Seguridad", explicó a EFE Ribadeneira al destacar que ese asunto "interesa mucho a Latinoamérica".

El funcionario afirmó que en la región se analiza la posibilidad de mantener un consenso sobre "los temas importantes de la Agenda Internacional", para lo cual las naciones latinoamericanas buscan "concertar una posición" única que será presentada ante la ONU.

Ribadeneira, además, tratará de impulsar, con el apoyo de Brasil, un tratado amazónico para la protección ambiental y la investigación científica.

Señaló que los países miembros del Acuerdo amazónico (Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Guyana, Perú, Surinam y Venezuela), están analizando la creación de una "secretaría permanente en Brasilia, que permitiría solventar algunos problemas que se han presentado en el organismo subregional".

El objetivo es "dar un impulso a todas estas preocupaciones de los países, y darle una mayor eficiencia al Tratado de Cooperación Amazónica", agregó Ribadeneira.

El diplomático ecuatoriano retornara a su país el próximo día 15, y durante su visita a Brasil, se reunirá, además, con empresarios de esa nación para fortalecer el comercio bilateral y fomentar el intercambio cultural entre las dos naciones. EFE

FA/lul/jcr

11/07/01-44/97

.. DOCUMENTO 9714668
TITULO Ecuador apoya ingreso Brasil al Consejo Seguridad ONU.
PROCEDENCIA SRE553
FECHA DE PROCEDENCIA 06/11/97
VINCULACIONES 501885
517482
653038

ENTRADO
CRUZADO

9714668.

01.01

DOCUMENTO 9714669

TITULO Agenda recibe a responsables entrega donaciones Turner a ONU.

PROCEDENC: 518593

FECHA DE [illegible]: 20/11/97

VINCULACION: 501885

65890

ENTRADO

CRUZADO

01-02

9714669

XA7270

R FOXBT 11-20 00448
icx mun exg

ONU-DONACION/EEUU
ANNAN RECIBE A RESPONSABLE ENTREGA DONACIONES TURNER A ONU

Naciones Unidas, 20 nov (EFE).- Timothy Wirth, quien dejará su cargo de subsecretario estadounidense de Estado para asuntos globales a fin de año para presidir la Fundación encargada del destino de la donación multimillonaria de Ted Turner a la ONU, visitó hoy, jueves, la sede de la organización mundial.

Wirth, ex senador de Colorado, fue recibido por el secretario general de la ONU, Kofi Annan, quien se declaró "feliz" de que haya aceptado la presidencia de la Fundación para las Naciones Unidas.

Annan elogió la experiencia de Wirth y sus conocimientos sobre el funcionamiento de la ONU y la política internacional.

En septiembre pasado, el magnate estadounidense de la televisión, Ted Turner, anunció una donación de mil millones de dólares a realizar en diez años -a razón de 100 millones anuales- para apoyar las causas humanitarias de la ONU.

Se trata de la mayor donación de la historia realizada a la organización mundial, cuya grave crisis financiera, causada principalmente por los impagos de Estados Unidos, se agudizará tras la negativa del Congreso de EEUU para aprobar el pago de parte de esta deuda.

La decisión de Wirth de dejar la administración Clinton se produce en vísperas de la reunión internacional de Kyoto (Japón) para acordar reducciones en las emisiones de gases del efecto invernadero, causantes del calentamiento global de la Tierra.

Wirth ha sido el negociador principal de EEUU en las discusiones preparatorias de la reunión de Kyoto.

Miembros de organizaciones ecologistas dijeron que Wirth estaba descontento con la postura de la Casa Blanca sobre reducción de emisiones, que se queda muy corta con respecto a la propuesta europea de recortes de gases.

Wirth lo negó y dijo que aceptó la oferta de Turner de presidir la Fundación, a partir de enero, porque no podía resistirse a la "increible oportunidad" de concentrarse en temas globales dentro de un marco internacional.

"A la gente le importan mucho los temas globales de la posguerra fría", dijo al diario "The New York Times".

"Tim Wirth comparte mi visión para el futuro, en la que los sectores público y privado cooperen para mejorar la calidad de la vida global y reconstruir el espiritu de la ONU y apoyarlo", dijo Ted Turner, fundador de la cadena CNN, en un comunicado.

La ONU ha presentado al grupo Turner 10 áreas en las que la nueva fundación podría concentrar sus esfuerzos, como la pobreza, la educación y los refugiados, y ha designado a una funcionaria, la alemana Angela Kane, como su representante en la institución.

Los directores de los programas de la ONU tendrán que competir entre sí por el dinero donado por Turner, que se asignará a razón de unos 25 millones de dólares por trimestre. Se prevé que las donaciones empiecen a comienzos de 1998. EFE
AL./rml

11/20/17-51/97

9714669

02-02

XA7282

R POXBT 11-20 00234
icx mun exq

ONU-CANAL/PANAMA
BOYD ASEGURA SU PAIS ESTA PREPARADO PARA ASUMIR CONTROL CANAL

Naciones Unidas, 20 nov (EFE).- El embajador panameño, Aquilino Boyd, afirmó hoy ante la Asamblea General de la ONU que el Congreso Universal sobre el Canal de Panamá celebrado el pasado mes de septiembre demostró que su país está preparado para asumir el control de esa importante vía acuática al finalizar el siglo.

"Entre los participantes hubo consenso de que Panamá cuenta con el capital humano y técnico para manejar, operar y mantener eficientemente el Canal después de 1999, cuando revierta al país de acuerdo con los Tratados Torrijos-Carter", dijo Boyd en su intervención al hablar sobre el citado Congreso Universal.

Subrayó que el 92 por ciento de los 8.500 trabajadores del Canal son panameños, y que de 324 posiciones gerenciales, 148 están a cargo de panameños en las dependencias operativas y las direcciones de marina, ingeniería y construcción.

Afirmó que el Congreso significó una excelente oportunidad para que los representantes de la marina mercante y de las actividades colaterales expusieran a los presentes y futuros interesados la forma en que opera el Canal para una mejor comprensión sobre su futuro.

"El Canal de Panamá está destinado a prestar un servicio público de carácter internacional, neutral y sin discriminaciones y, por consiguiente, su funcionamiento ininterrumpido y eficiente es de especial interés para organizaciones como Naciones Unidas", concluyó Boyd. EFE
jsd/rml

11/20/20-56/97

Nº. DOCUMENTO 9714670
TITULO Panameño Boyd asegura su país está preparado para asumir control canal
PROCEDENCIA 51855
FECHA DE P... 20/11/97
VINCULACION 50185
66718
1257 6

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9714670

Nº. DOCUMENTO 9714671
TITULO Continúa proceso de reformas encaradas Kofi Annan.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE P... 21/11/97
VINCULACION 501889
12576

ENTRADO
CRUZADO
9714671

01-04

FB2907

U FOXBT 11-13 00397
mun exg icx

ONU-REFORMAS
ASAMBLEA RESPALDA POR CONSENSO REFORMAS DEL SECRETARIO GENERAL

Naciones Unidas, 12 nov (EFE).- La Asamblea General aprobó hoy por consenso la resolución propuesta por su presidente, Hennadiy Udovenko de Ucrania, que respalda los esfuerzos e iniciativas del secretario general, Kofi Annan, para reformar a la ONU.

Annan agradeció ese respaldo que fortalece la colaboración entre la secretaría general y la Asamblea para llevar a cabo la "revolución tranquila" que anunció el 16 de julio con el propósito de renovar y fortalecer al sistema de la ONU y su desempeño.

La resolución aprobada, que dista de ser "la madre de todas las reformas" que se pretendió inicialmente, pide que el secretario general, al poner en práctica las medidas enunciadas, tenga en cuenta los criterios de los estados miembros o grupos de estados.

Annan consideró que el debate fue útil y constructivo, que permitió aclarar muchas cosas, y prometió tener muy en cuenta los comentarios y sugerencias formulados sobre la forma de proceder para que las reformas sean más eficaces y apropiadas.

La Asamblea planteó que las reformas deben ser implementadas con pleno respeto a sus mandatos, decisiones y resoluciones pertinentes de la Asamblea, en particular el plan a plazo intermedio para el período 1998-2001.

La resolución afirma que las implicaciones programáticas serán consideradas en relación con las reformas recomendadas por el secretario general que requieren aprobación de la Asamblea, la que está aún pendiente, y en el contexto del presupuesto elaborado para 1998-1999.

Annan presentó su "paquete de reformas" a la Asamblea para que fueran tratadas en su conjunto, pero los miembros decidieron dividir el paquete entre las reformas que son competencia del secretario general, que fueron respaldadas, y las que requieren aprobación específica y que están aún pendientes.

Annan calificó como elemento esencial de sus recomendaciones la referente a la creación del puesto de vicesecretario general, una propuesta que ha tropezado con una fuerte oposición, así como la creación del Dividendo para el Desarrollo.

Se refirió también en particular a sus propuestas para resolver los graves problemas de flujo financiero que padece la ONU

Destacó asimismo Annan las reformas para mejorar la capacidad institucional y la ejecutoria en los sectores de desarme, asuntos humanitarios y políticos, mantenimiento de la paz. información pública y la racionalización del mecanismo subsidiario del Consejo Económico y Social (ECOSOC). EFE
jsd/ib/nd

9714671

02

NACIONES UNIDAS

No es fácil reformar la ONU

La tarea que enfrenta Kofi Annan es intimidante. Debe encarar la más completa reforma en la historia de la organización. Sus primeras propuestas están siendo enterradas bajo un aluvión de preguntas y objeciones. Auditores de las Naciones Unidas muestran el alto grado de corrupción, despilfarro y administración ineficiente que prevalece. Marginada en cuestiones de seguridad global, la ONU también enfrenta la bancarrota. Así como los Estados Unidos, muchos de sus miembros más pobres están atrasados en sus contribuciones.

AP

DESAFIO. *El secretario general de la ONU, Kofi Annan, enfrenta la difícil tarea de reformar el organismo.*

POR CLAUDIO CAMPUZANO
CORRESPONSAL EN NUEVA YORK

NACIONES UNIDAS. Cuando Boutros Boutros-Ghali fue elegido Secretario General de las Naciones Unidas en 1992, el fin de la Guerra Fría había dejado en libertad a la organización para actuar como el policía global que sus fundadores habían concebido.

La Guerra del Golfo había demostrado que una coalición de estados miembros, autorizados por el Consejo de Seguridad, podría reprimir una agresión, y más tropas para al mantenimiento de la paz fueron desplegadas por la ONU por el mundo.

Cinco años más tarde, la tarea que enfrenta **Kofi Annan** es intimidante. Desde 1992, la ONU abandonó Somalia, fracasó en impedir el genocidio en Ruanda y ha sido hecha a un lado en Bosnia. Nadie se atreve a proponer una misión de paz a ninguna parte porque, dada la imposibilidad de justificarla ante el Congreso, Washington no la apoyaría. Y la organización está al borde de la bancarrota. La tarea del secretario Annan no es salvar al mundo, sino salvar a las Naciones Unidas.

En los 38 pisos del Secretariado de las Naciones Unidas, en las misiones permanentes de Estados miembros, aún en los corredores del Congreso de los Estados Unidos, es difícil hallar a alguien que tenga algo que decir en contra de **Kofi Annan**, el Secretario General de la ONU. Nadie puede recordar que haya alguna vez levantado su voz con ira o que no haya respondido con suavidad ante la ira ajena.

Pero esta personalidad no conflictiva, labrada en décadas de ser parte de la tecnocracia que gobierna las acciones de las Naciones Unidas, puede ser uno de los problemas que Annan enfrente al cumplir con la tarea que se requiere de él: la más completa reforma en la historia de la organización internacional.

Esta tarea requiere, justamente, una confrontación con la burocracia interna de la ONU y con las burocracias diplomáticas de los países miembros, abroqueladas en las numerosas comisiones de la Asamblea General. Es en ellas que las propuestas iniciales de reforma presentadas por Annan están siendo enterradas bajo un aluvión de preguntas y objeciones.

Esas delegaciones nacionales están cuestionando más de 70 medidas propuestas por Annan, desde la idea de nombrar un secretario general adjunto, a la racionalización de los niveles administrativos más altos y la implementación de presupuestos basados en el desempeño de cada departamento.

Los detalles dados a conocer por los propios auditores de las Naciones Unidas que encabeza el inspector general **Karl-Theodor Paschke** muestran el alto grado de corrupción, despilfarro y administración ineficiente que prevalece en la organización.

Este informe le proporciona nueva munición a los críticos en Washington que cuestionan la voluntad de la ONU de lograr un cambio que abra el camino para que el Congreso apruebe el pago de los atrasos incurridos en su contribución por los Estados Unidos, que suman más de 1.000 millones de dólares.

Annan dio muestra de no estar dispuesto a confrontar a la burocracia de la ONU en materia de reformas fundamentales. En julio pasado se volvió atrás en su apoyo al plan de colocar a las numerosas agencias de asistencia humanitaria de la organización bajo la autoridad del Alto Comisionado para Refugiados, basado en Ginebra. Enfrentado con una feroz resistencia de los que encabezan las diversas agencias involucradas, Annan se contentó con darle el título de "*coordinador de asistencia de emergencia*" al jefe de Cuestiones Humanitarias en la sede de la ONU en Nueva York, un cargo difuso sin autoridad ejecutiva.

"*Si la tendencia actual continúa, tendrá un efecto adverso medible en Washington.*" dice **John Bolton**, que fue secretario adjunto de Estado para Organizaciones Internacionales. "*La gente dirá que el lugar no es susceptible de ser cambiado.*"

Las críticas se van acumulando

Algunos diplomáticos han comenzado a criticar a Annan por haber pasado varias semanas de este año, incluyendo la mayor parte del verano, fuera de la sede del Secretariado en Nueva York, cuando podría haber tratado de influir sobre las delegaciones de países miembros.

"*Hubo una oportunidad perdida, al principio del período, por el Secretario General cuando pudo haber propuesto cambios dramáticos,*" dice **Bolton**. "*Era predecible que cualquier cosa que propusiese iba a ser diluida y podría haber tomado eso en cuenta proponiendo mucho más de lo que pretendía.*"

Una de las condiciones requeridas por el senador **Jesse Helms**, que preside la comisión de Relaciones Exteriores del Senado, es que la contribución de los Estados Unidos al presupuesto regular de la ONU disminuya del 25 al 20 por ciento. Pero, mientras tanto, el Congreso ya ha reducido unilateralmente la contribución norteamericana a los costos de operaciones de paz.

Marginada en cuestiones de seguridad global, la ONU también enfrenta la bancarrota. Así como los Estados Unidos, muchos de sus miembros más pobres están atrasados en sus contribuciones. La ONU no puede tomar fondos prestados y ha tenido que meter mano a su propio presupuesto para operaciones de paz (dejando impagos a los países que contribuyen con tropas) para hacer frente a sus gastos más urgentes, pero aún esa fuente de recursos está agotándose a medida que las operaciones de paz declinan.

Algunos funcionarios de alto nivel de la ONU dicen que el problema financiero está siendo exagerado, pero el hecho es que no se ve cómo será resuelto si las reformas no aflojan los cordones de la bolsa, no sólo de los Estados Unidos sino de otros países que están reconsiderando el monto de sus contribuciones. Y la suerte de Kofi Annan será incierta mientras no logre convencer de que está en efecto dispuesto a luchar por esas reformas. ◆

El costo de la corrupción

No se sabe de nadie de los que trabajan para las Naciones Unidas que el año pasado se haya alzado individualmente con algunos cientos de miles de dólares. Pero, mediante el desperdicio, el fraude y la corrupción, miles de funcionarios de todos los niveles de la organización internacional y las agencias que dependen de ella se las han arreglado para sustraer o malgastar varios millones de dólares de los fondos que contribuyen los países miembros.

La semana pasada, el subsecretario general de la ONU, **Karl Theodor Paschke**, que ha dirigido la oficina de anticorrupción desde que fue establecida, anunció en su tercer informe anual que su departamento había recuperado el año pasado para las Naciones Unidas unos 30 millones de dólares que habían sido distraídos por funcionarios de la organización.

Paschke agregó que no saben cuánto más dinero se logró evitar gracias a un aumento de inspecciones que sirven para desalentar el crimen. Los mayores abusos cometidos en la sede de la ONU en Nueva York son en las compras de servicios de comidas y bebidas para fiestas, de alimentos y de vuelos contratados.

En las numerosas oficinas de la ONU esparcidas por el mundo, los beneficiarios de este abuso son parientes y amigos de funcionarios. En muchas misiones distantes no se mantiene documentación de sus transacciones, y los libros de contabilidad —si es que existen— no son llevados adecuadamente; no se archivan memorándum y las instrucciones son habitualmente orales, lo que hace virtualmente imposible una investigación a fondo de actividades fraudulentas.

Además, los gobiernos de los países miembros constantemente presionan para que la ONU emplee o promueva un mayor número de sus ciudadanos, que luego hallan la manera de manipular en su beneficio gastos de viajes o adelantos de salarios. Por ejemplo, dice el informe, en Angola, "*el haber aceptado provisiones demoradas, defectuosas y escasas, de peso de un proveedor, resultó en pagos superfluos de 288.000 dólares y pérdidas por 980.000.*" En Haití, "*una auditoría de las comunicaciones telefónicas reveló que un técnico había proporcionado acceso telefónico internacional no autorizado a miembros de la misión.*" En Chipre, "*el principal funcionario estaba envuelto en una estratagema para defraudar a la organización.*"

Aún cuando transgresiones como éstas eran descubiertas en el curso normal de las operaciones, dice el informe, los funcionarios involucrados fueron, en algunos casos, transferidos, pero nunca despedidos. ◆

97146 71

03

DP0960

U FOXBT 11-21 00273
mun exg icx

ONU-REFORMAS
CONSTITUIDO CONSEJO ASESOR EXPRESIDENTES ASAMBLEA GENERAL

Naciones Unidas, 21 nov (EFE).- Con el propósito manifiesto de respaldar a la ONU en su proceso de reforma para fortalecer su gestión, se estableció hoy el Consejo de ex presidentes de la Asamblea General.

Un grupo representativo de ex presidentes, incluído el español Jaime de Piniés que presidió la 40 Asamblea en 1985, y la 13ra. sesión especial en 1986, culminó la reunión de dos días en un almuerzo con el secretario general, Kofi Annan.

Piniés dijo que el Consejo de ex presidentes decidió establecer un mecanismo de consultas permanentes con los órganos principales de la ONU, y en particular con el secretario general y el actual presidente de la Asamblea, el ministro de Asuntos Exteriores de Ucrania, Hennadiy Udovenko, quien participó en la reunión.

Los ex presidentes expresaron unánimemente su respaldo al conjunto de reformas propuestas por el secretario general, que han obtenido firme respaldo en la Asamblea, y a sus esfuerzos para resolver la crisis financiera de la Organización y conseguir que los países miembros paguen total y puntualmente.

Coincidieron también en que la ONU sigue siendo un instrumentos fundamental e insustituible para promover en escala global la paz, la seguridad y el desarrollo.

Además de Udovenko y Piniés participaron en la constitución de este consejo asesor los ex presidentes Stanislaw Trepczynsky, Polonia (1972); Lazar Mojsov, Yugoslavia (1978); Rudiger von Wechmar, Alemania (1980); Imre Hollai, Hungria (1982); Humayun Rasheed Choudhury, Bangladesh (1986); Samir S. Shihabi, Arabia Saudí (1981); Stoyan Ganev, Bulgaria, (1992); SDamuel R. Insanally, Guyana (1993); y Amara Essy, Costa de Márfil (1994).
EFE

JSD/FL

11/21/21-49/97

9714671

04-04

XA7578

R PDXBT 11-24 00191
icx mun exg

ONU-EEUU/ISRAEL
EEUU PROPONE ISRAEL SEA MIEMBRO GRUPO EUROPEO Y OTROS ESTADOS

Naciones Unidas, 23 nov (EFE).- El embajador norteamericano en la ONU, Bill Richardson, propone que Israel sea aceptado como miembro temporal por el grupo de europeos occidentales y otros estados, según un comunicado de la legación de EEUU distribuido hoy.

Richardson argumenta que desde que Israel ingresó en la ONU en 1949 no ha sido aceptado por ningún grupo regional, y es el único estado miembro de las Naciones Unidas en solitario.

El embajador recuerda que el grupo europeo occidental aceptó a Israel para el Convenio sobre Armas Químicas en 1994, el mismo año en que Israel solicitó ser admitido como miembro temporal del grupo en la ONU con respaldo de EEUU.

"Israel está siendo tratado en forma discriminatoria", afirma Richarson, quien considera que esa situación no beneficia al grupo occidental ni a Israel, y tampoco a los intereses de la paz.

Admite Richardson que lo apropiado sería que Israel se integrara en el grupo de sus vecinos, "sin embargo, como país democrático, con una economía de mercado, Israel es completamente compatible con el grupo occidental, que nunca se ha basado en la geografía". EFE
jsd/rt

11/24/16-59/97

Nº. DOCUMENTO 9714672
TITULO EE/UU en ONU plantea Israel sea aceptado miembro gr. grupo europeo y otros estados
PROCEDENCIA 518553
FECHA DE PROCEDEN.: 23/11/97
VINCULACION: 501889
65890
507603

ENTRADO
CRUZADO

9714672

01-07

Nº. DOCUMENTO 9714673
TITULO Naciones Unidas finalizará con déficit 200 millones presup regular y 800 fuerzas paz
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE P 25/11/97
VINCULACIÓN 501889

9714673 1

ENTRADO
CRUZADO

01-02

XY7147

R FOXBT 11-25 00334
mun exg icx

ONU-FINANZAS
NACIONES UNIDAS ACABARAN AÑO CON DEFICIT 200 MILLONES DOLARES

Naciones Unidas, 25 nov (EFE).- El secretario general de la ONU, Kofi Annan, dijo hoy que esta organización acabará el año con un déficit de 200 millones de dólares en la cuenta corriente del presupuesto regular y con 800 millones en deudas a las naciones que han suministrado tropas y equipos para operaciones de paz.

Annan explicó que esta grave situación económica se debe a que algunos países miembros no pagan sus contribuciones de forma total y puntual, tras lo cual solicitó el asesoramiento del grupo de trabajo sobre la crisis financiera.

Señaló que en este ejercicio, al igual que en años anteriores, para completar el trabajo de la organización será necesario tomar dinero prestado de los fondos destinados a operaciones de paz, los cuales se reembolsarán en cuanto la ONU comience a recibir las contribuciones en 1998.

Al respecto, Annan reiteró que detesta esta práctica, pues establece un círculo vicioso de operación deficitaria no sólo a finales, sino también a principios de cada año, algo que no puede mantenerse de forma indefinida porque las operaciones de paz tienden a reducirse y con ellas la capacidad de la ONU para subsanar temporalmente un déficit ya crónico.

El secretario general de la ONU opinó que esa realidad reduce las esperanzas de los países que contribuyen a las operaciones de paz de que sus gastos les sean reembolsados en un futuro próximo, por lo que no consideró lógico o justificable continuar el procedimiento.

Ante esa situación, Annan solicitó al presidente de la Asamblea, el ucraniano Jennady Udovenko, que convoque de nuevo al grupo de alto nivel sobre la crisis financiera, al que pidió recomendaciones específicas sobre las medidas que pueden adoptarse para asegurar el pronto pago de los débitos o para compensar los déficit cuando se produzcan.

Tras indicar que se han discutido diversas alternativas y que, dentro de su paquete de reformas, recomendó la creación de un Fondo Crediticio Permanente, Annan afirmó que es necesario actuar antes de que la crisis financiera sea irremediable. EFE

isd/acm/arp

11/25/21-38/97

9714673

02-02

Nº DOCUMENTO 9714674
TITULO ONU pide 406 millones dolares ayuda 1998 a area ex-Yugoslavia
PROCEDENCIA 513583
FECH. DE P...: 25/11/97
VINCULACION: 501388
501685

9714674

ENTRADO
CRUZADO

01.02

R POXBT 11-25 00374
mun exg icx

ONU-AYUDA
ONU PIDE 406 MILLONES DOLARES AYUDA 1998 EN AREA EX YUGOSLAVIA

Ginebra, 25 nov (EFE).- La ONU ha hecho un llamamiento a la comunidad internacional para recaudar 406 millones de dólares para los programas humanitarios que tiene previsto desarrollar el próximo año en Bosnia-Herzegovina, Croacia, República Federal de Yugoslavia y ex República Yugoslava de Macedonia.

Según indicó hoy, martes, en Ginebra, un portavoz del Departamento de Asuntos Humanitarios (DHA) de la ONU, tras la firma del acuerdo de paz de Dayton hace dos años se han producido notables progresos en la ayuda de la comunidad internacional para paliar los daños causados por la guerra en la región, "pero aún queda mucho por hacer".

Hay más de 1,6 millones de personas desplazadas y refugiadas y una gran parte de las infraestructuras en las áreas más afectadas por la guerra tienen que ser rehabilitadas.

Asimismo, agregó el portavoz de la DHA, es fundamental continuar con el paraguas de seguridad para Bosnia-Herzegovina y con los programas de reintegración a Croacia de los desplazados en el este de Eslavonia.

Del dinero que solicita la ONU, 263 millones de dólares serían para las actividades programadas en Bosnia-Herzegovina; 44,6 para Croacia; 44,5 para la República Federal de Yugoslavia; 3,4 para la ex República Yugoslava de Macedonia y 49,3 millones para actividades regionales.

El llamamiento es para cubrir las actividades previstas por las altas comisarias para los Refugiados y para los Derechos Humanos; los programas Alimentario Mundial y de Desarrollo; las organizaciones Mundial de la Salud, Internacional del Trabajo, Internacional para la Migración y Educativa, Científica y Cultural; el Fondo para la Población; UNICEF y el DHA.

El principal objetivo de sus programas es acelerar la promoción de soluciones duraderas en la región para las personas desplazadas y facilitar el regreso de las minorías a sus hogares.

Asimismo, se pretende continuar con la rehabilitación de edificios en áreas con un gran número de refugiados, desplazados y personas que han regresado, además de reforzar el trabajo de reparación de los sistemas y servicios dañados por la guerra.

Asegurar que las personas que lo necesiten reciban la ayuda y apoyar los esfuerzos en la construcción de la paz, son otros de los objetivos de las actividades de las organizaciones de la ONU en la zona. EFE

agf/tcr/pq

11/25/11-36/97

9714674

02.02

Nº. DOCUMENTO 9714675
TITULO Comité NNUU contra tortura examinará casos España, Argentina y Cuba.
PROCEDENC 190090.
FECHA DI 26/11/97
VINCULACIÓ 501889
501513
656121

9714675

ENTRADO
CRUZADO

01-04

EF8435

U TRIBT 11-05 00381
mun exg icx

ONU-TORTURA
ESPAÑA, ARGENTINA Y CUBA PRESENTAN INFORMES A COMITE TORTURA

Ginebra, 5 nov (EFE).- El Comité de Naciones Unidas contra la Tortura examinará, a partir del próximo lunes, los informes periódicos presentados por España, Argentina, Chipre, Cuba, Portugal y Suiza sobre las medidas adoptadas en sus respectivos paises para prevenir y castigar los actos de tortura.

Representantes de estos seis estados defenderán ante el comité las iniciativas llevadas a cabo dentro del marco de la Convención contra la Tortura y otros Tratos o Castigos Crueles, Inhumanos o Degradantes, según un comunicado de la ONU difundido hoy, miércoles.

Durante las dos semanas que durará la reunión los diez expertos que conforman el comité, elegidos por los países que forman parte de la Convención, estudiarán también, a puerta cerrada, las informaciones aparecidas, con "indicaciones bien fundadas", de que la tortura está siendo "sistematicamente practicada en uno de los estados miembros".

Igualmente examinarán las quejas individuales presentadas por la violación de una o de varias disposiciones de la Convención por parte de un país firmante que haya reconocido expresamente la competencia del comité en este asunto, lo que han hecho 39 de los 104 estados que forman parte del tratado.

Según establece la Convención, los países firmantes deben presentar periódicamente un informe sobre las medidas que han tomado para cumplir con los compromisos adquiridos en el tratado.

El Comité deberá hacer público, al finalizar la reunión, las observaciones y recomendaciones finales sobre la aplicación del tratado en función del exámen de los informes de los seis países.

De éstos, Cuba presenta su informe por primera vez, mientras que Chipre y Portugal lo hacen en una segunda y, España y Suiza por tercera vez.

En la actualidad 104 estados han firmado la Convención, con la adhesión en la última sesión del comité, celebrado en mayo, de Arabia Saudí y Kirguizistán.

El Tratado requiere a los firmantes declarar ilegal la tortura y prohibir explicitamente el uso de "ordenes más altas" o "circunstancias excepcionales" como excusas para cometer actos de tortura.

El Comité contra la Tortura de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU se creó en 1987 para controlar el cumplimiento de la convención y para ayudar a los estados parte en la aplicación de las recomendaciones y se reune en los meses de abril y noviembre en Ginebra. EFE
agf/co

11/05/15-26/97

9714675

02

XS8861

U PDXBT 11-20 00389
mun exg icx

ONU-DESPARECIDOS
COMITE ONU DICE JUSTICIA ESPAÑA COMPETENTE EN CHILE Y ARGENTINA

Ginebra, 20 nov (EFE).- El presidente del Comité contra la Tortura de la ONU, Alexis Dipanda Mouelle, afirmó hoy, jueves, que la justicia española es competente para investigar casos de tortura en Chile y Argentina "si se respetan los principios de la ONU y de la legislación española".

En una rueda de prensa celebrada en Ginebra en la que hizo un balance de la sesión del Comité, que termina mañana, Dipanda Mouelle precisó que la Convención de Naciones Unidas contra la Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes autoriza a la justicia del país de donde es oriunda la víctima de tortura a perseguir a los culpables de cualquier estado.

Asimismo, indicó que si una persona que es reconocida culpable de tortura no fuera juzgada en el país donde cometió el delito, el Estado de donde procede la víctima puede reclamar la extradición del culpable.

Preguntado sobre si los jueces de la Audiencia Nacional española Baltasar Garzón y Manuel García Castellón son competentes para procesar a torturadores de Argentina y Chile, Dipanda Mouelle afirmó que "la Convención contra la Tortura reconoce la jurisdicción universal para combatirla".

Baltar Garzón y García Castellón siguen en la Audicencia Nacional de Madrid sendos procesos por la desparición de ciudadanos españoles o descendientes suyos durante la represión militar en Argentina y Chile.

También hoy, el jurista chileno Alejandro González Poblete, miembro del Comité contra la Tortura, agregó que la Convención de la ONU contra el Genocidio también autoriza a cualquier país a juzgar un delito de este tipo que se hubiera cometido en otro que no lo castigó judicialmente.

González Poblete explicó que esta Convención estipula que si un país no juzga un genocidio ocurrido en su territorio, cualquier otro está habilitado a hacerlo, puesto que la jurisdicción para estte tipo de delitos es universal.

Además indicó que el texto de la Convención contra el Genocidio dice claramente que a falta de juicio en el país donde aconteció el crimen, un tribunal penal internacional podría encargarse de hacerlo, haciendo la salvedad de que ese tribunal no existe actualmente en el ordenamiento jurídico internacional.

"Ante esta perspectiva, en mi opinión, los tribunales nacionales de cualquier país están habilitados a juzgar un genocidio y eso es aplicable a los ejemplos de Chile y Argentina", afirmó González Poblete. EFE

gin/gv

11/20/17-04/97

9714675.

03

ONU reconoce derecho a investigaciones españolas de dictaduras chilena y argentina

le Journal 26/11/82 pg 15

■ Desde el Comité de Naciones Unidas contra la Tortura parecen abrirse nuevas posibilidades para la justicia en Chile y también Argentina ■ Isabel Allende, vicepresidenta del PS chileno planteó que el Ejército de su país mantiene «cuentas pendientes» con la población

Ginebra (Púlsar) - El Comité de las Naciones Unidas Contra la Tortura reconoció que los tribunales españoles tienen derecho a enjuiciar a los culpables de las violaciones a los Derechos Humanos cometidas en Chile y Argentina. Esta posibilidad está contemplada en la Convención de las Naciones Unidas contra la tortura y otros tratos o penas crueles. En el documento se dice que se puede iniciar juicios en otros países, si en el país donde se cometieron los delitos no se castiga a los culpables.

De inmediato el canciller chileno, José María Inzulsa, señaló que el proceso judicial abierto en España contra militares de su país atenta contra la democracia.

Estos pronunciamientos de Naciones Unidas obedecen a la confrontación planteada entre el Juez español Baltazar Garzón y la diplomacia pinochetista chilena por las investigaciones que aquel viene efectuando a propósito de desapariciones y asesinatos de ciudadanos españoles durante el proceso dictatorial tanto en Argentina como en Chile.

Personajes políticos chilenos han intentado denodadamenbte caracterizar el trabajo investigativo de Garzón como una inmiscusión intolerable para la justicia de ese país.

Este pronunciamiento, sin embargo parece comprometer seriamente esta tesis obstruccionista.

Naciones Unidas y un impulso a la justicia

Vergüenza moral

La diputada y vicepresidenta del Partido Socialista chileno, **Isabel Allende**, dijo que el juicio nada tiene que ver con el proceso democrático que vive Chile. Y hasta consideró que el Ejército le debe una explicación al país por las acusaciones de haber violado los Derechos Humanos. Isabel Allende recordó que en la población existe un malestar porque el ex dictador Augusto Pinochet sea senador hasta su muerte. El diputado socialista, Jaime Estévez, calificó este hecho como una vergüenza moral: Los diputados socialistas opinan que hay que terminar con los senadores vitalicios, dijeron que era necesario volver a un parlamento formado sólo por personas elegidas por votación popular. Para ello proponen la realización de una consulta popular que cambie la constitución. La Constitución chilena establece que los ex presidentes pueden convertirse en senadores vitalicios. Esta ley fue idea del mismo Augusto Pinochet. Fue establecida durante la dictadura y gracias a ella llegará al Senado.

9714675

a-04

DP1637

R POXBT 11-26 00117
mun exg icx

ONU-CANADA
SECRETARIO GENERAL VISITARA CANADA LA PROXIMA SEMANA

Naciones Unidas, 26 nov (EFE).- El secretario general de la ONU, Kofi Annan, visitará oficialmente Canadá del 1 al 3 de diciembre próximo, cuando hablará en la sesión inaugural de la secretaría de la Conferencia sobre Minas Terrestres.

Al anunciar hoy el viaje, el portavoz de la ONU, Fred Eckhard, dijo que Annan se reunirá con el gobernador general de Canadá, Romeo LeBlanc, el primer ministro Jean Chrétien, el ministro de Asuntos Exteriores, Lloyd Axworthy, y otros altos funcionarios.

Añadió que en Toronto el secretario general disertará sobre el tema de buen gobierno en una cena de gala organizada por la Asociación de las Naciones Unidas en Canadá. EFE
JSD/JMA

11/26/23-52/97

Nº. DOCUMENTO 9714676
TITULO Kof. Annan visitara Canada el 01 al 03/12/97.
PROCEDENCIA 518557
FECHA DE P[illegible] 26/11/97
VINCULACIONES 501888
65456

ENTRADO
CRUZADO

9714676

01-01

DF2157

U FOXBT 11-30 00222
icx mun exg

JAPON-ONU
JAPON VIOLA CARTA ONU AL PAGAR SUELDO OFICIALES NIPONES

Tokio, 30 nov (EFE).- Japón lleva 27 años violando la Carta de las Naciones Unidas al estar pagando parte del salario de los funcionarios japoneses de Naciones Unidas, algo que está en contra de las regulaciones de la organización internacional.

Según indica hoy, domingo, el diario Mainichi, una ley japonesa de 1971 estipula que los oficiales nipones destinados a organizaciones internacionales deben cobrar entre el 70 y el cien por cien del sueldo con que contaban en Japón mientras estén en el extranjero, lo que pone en entredicho su independencia.

El rotativo nipón informa de que esta violación de las normas internas de la ONU, de la que se han beneficiado más de un millar de japoneses y que continúa en vigor, se convierte en una amenaza para la integridad del organismo, al no garantizar la independencia de los funcionarios.

En su información, Mainichi cita a Tsukasa Kawada, encargado de los asuntos administrativos en el ministerio de Asuntos Exteriores, quien afirma que los pagos se hacen para garantizar el estatus de los oficiales destinados en la ONU y para que sigan cotizando sus seguros y pensiones.

Kawada negó que esos salarios sean recompensas por las obligaciones de los funcionarios en la organización internacional, pese a que la práctica está en contra de los reglamentos de la ONU y su carta fundacional. EFE
ac/jdl

11/30/08-44/97

DOCUMENTO 9714677
TITULO Japon viola carta ONU al pagar sueldo oficiales nipones
PROCEDENCIA SIS553
FECHA DE [illegible] 30/11/97
VINCULACION 501389
06224

ENTRADO
CRUZADO

9714677

01-01

DOCUMENTO 9714678
TITULO XXIX conforme 6ºcl de la UNESCO celebrada Paris desde 04/NOV/97 al 12/NOV/97
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 12/11/97
VINCULACIONES 501888
500890
65963
11046

ENTRADO
CRUZADO

XW8260

R CULBT 11-04 00347
mun

UNESCO-ESPAÑA
COMISION CULTURA UNESCO APRUEBA FORUM CULTURAL BARCELONA

París, 4 nov (EFE).- La UNESCO patrocinará, tal y como solicitó el Gobierno español, el Forum Universal de las Culturas, que se celebrará en Barcelona en 2004, según aprobó hoy, martes, la Comisión de Cultura de esta organización.

El proyecto español, que contaba con el copatrocinio previo de 44 países de los 184 que reune actualmente en París la 29 Conferencia General de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), deberá recibir el respaldo definitivo de esta organización en una reunión previa a la clausura de este foro, el próximo 11 de noviembre.

El Forum, propuesto y financiado por la Alcaldía de Barcelona, tiene por objetivo constituir un espacio de encuentro y diálogo intercultural en torno a tres ejes básicos: "la paz, la ciudad y el desarrollo sostenible y la diversidad cultural".

El coordinador del proyecto, Enric Truñó, declaró a EFE que la novedad del proyecto aprobado es "la pretensión de constituir una plataforma en la que participen no ya sólo los estados sino sobre todo las diferentes sociedades civiles".

El Forum es una iniciativa "atrevida e imaginativa" ya que incluye metodologías diversas y modernas en su planificación "para garantizar un mayor acceso popular" y siempre dentro de las líneas de trabajo de la UNESCO, añadió.

La propuesta formulada por el Forum Universal de las Culturas cuenta con la aprobación tanto de la ministra española de Cultura y Educación, Esperanza Aguirre, que lo defendió el pasado 23 de octubre ante la Conferencia General de la UNESCO en París, como del director general de la organización, Federico Mayor Zaragoza.

Antes de su aprobación, el proyecto incorporó las sugerencias de la Comisión de Cultura y Desarrollo que dirige Javier Pérez de Cuéllar y se perfiló más como un nuevo tipo de manifestación cultural que como una tradicional exposición universal.

En espera de la cada vez más probable aprobación final del proyecto, los organizadores del Foro --que se divulgará masivamente a partir del año 2001-- prevén que la plataforma barcelonesa reciba más de 25 millones de visitantes en el verano de 2004. EFE

cl/mcr/mlr

01-08

9714678

Los 15 expertos aprobaron la red por una Cultura de Paz

Fasano obtuvo en París que ese nuevo derecho humano incluya la adhesión a las conductas antimonopólicas

El Comité de 15 expertos latinoamericanos convocados por el Director General de la Unesco, profesor Federico Mayor Zaragoza, resolvió tras extensas deliberaciones en la ciudad de París, la creación de una "Red de Comunicación por una Cultura de Paz".

A propuesta del director de **LA REPUBLICA**, doctor Federico Fasano Mertens, uno de los 15 expertos convocados por la Unesco, se estableció que "este paradigmático derecho humano que alumbra en los albores del nuevo siglo en el marco de la Unesco, incluye la adhesión indeclinable a las conductas antimonopólicas".

Esta propuesta de incluir en el derecho humano de una cultura de paz, no sólo los principios de la democracia, el pluralismo y la no violencia, sino también la condena a las prácticas monopólicas que uniformizan y conducen la globalidad del mundo, originó un fecundo debate en el seno de la comisión respectiva siendo finalmente aprobado.

Los expertos aprobaron además la creación de un "Servicio de Información sobre la Paz" y la puesta en práctica de un "Programa de formación y actualización profesional dirigido a periodistas.

Los 15 expertos originarios de Brasil, Bolivia, Chile, Ecuador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Perú, Uruguay y Venezuela fueron convocados para estudiar la creación de mecanismos de divulgación eficaces que favorezcan una cultura de paz en América Latina".

La afiliación a la Red de Comunicación por una Cultura de Paz, a la cual podrán integrarse todos los diarios que deseen, será absolutamente voluntaria y funcionará "con plena autonomía editorial de sus miembros y en pleno ejercicio de la libertad de expresión".

Los medios no tendrán obligación de pertenecer a la red para poder utilizar la información, en español y portugués, que circulará libremente por los mecanismos del sistema y en particular a través de Internet.

Como paso inmediato se propuso recomendar a los periódicos que dispongan de edición "on line" (Web) que incorporen a sus páginas los contenidos de los documentos e informaciones que se han producido y se produzcan sobre el tema.

Asimismo el Comité de Expertos recomendó a la Oficina de Comunicaciones de la Unesco, con sede en Quito, como coordinadora del proyecto.

El director de LA REPUBLICA, doctor Federico Fasano Mertens, en París impulsando la lucha contra los monopolios.

9714678

02

TD0659

U CULBT 11-12 00704
mun icx

UNESCO-ESPAÑA (Previsión)
UNESCO PATROCINARA FORO UNIVERSAL CULTURAS BARCELONA 2004

París, 12 nov (EFE).- El Fórum Universal de las Culturas Barcelona 2004 recibió hoy, miércoles, en París, el apoyo unánime de los 186 Estados miembros de la UNESCO y convertirá a la capital catalana en una plataforma mundial de difusión de sus ideas.

El proyecto del Ayuntamiento barcelonés de incluir en el calendario mundial una manifestación cultural de un nuevo tipo cuenta con el respaldo del Gobierno español y de la Generalitat (Gobierno autónomo de Cataluña).

La UNESCO concedió su patrocinio en la última sesión plenaria de la 29 Conferencia General, que concluyó hoy en la sede parisiense de la UNESCO (Organización de Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura).

Con este nuevo impulso, Barcelona consolidó su iniciativa de convertirse el año 2004 en un espacio de encuentro y diálogo internacional sobre la paz; la ciudad y el desarrollo sostenible; y la diversad cultural, los tres ejes temáticos del evento.

El alcalde de Barcelona, Joan Clos, manifestó su "gran emoción" y su alegría tras obtener la confirmación definitiva y subrayó el apoyo unánime encontrado en la organización de la ONU.

Clos expresó asimismo su agradecimiento "a todas las personas que le ayudaron a llevar el proyecto adelante, empezando por el Gobierno de España, su ministro de Asuntos Exteriores, Abel Matutes, y el presidente (del Gobierno), José María Aznar".

Defender y difundir los idearios de la UNESCO a través de un proceso cultural, "donde la reflexión, la discusión y el debate forman parte esencial del producto" significa para Barcelona, "enfrentarse a un nuevo reto", dijo.

"Estamos todos muy ilusionados y, además, a partir de ahora vamos a trabajar ya en profundidad en los contenidos", agregó.

En los Juegos Olímpicos "el producto era muy fácil y el riesgo muy difícil, porque había que cambiar la ciudad. Ahora es muy fácil, porque la ciudad está muy bien y tenemos ya instalaciones muy adecuadas, y lo difícil es el proyecto", explicó.

Al introducir en el calendario mundial este Fórum cuyo objetivo es reflexionar sobre las condiciones de paz -algo que hasta ahora no se ha hecho-, "estamos inventando un nuevo acontecimiento y nos motiva mucho el hecho de que sea nuevo", subrayó el alcalde.

Clos recordó que ya se tenían "los tres ámbitos básicos del Fórum: las artes, la creatividad, y la ciudad y la sostenibilidad, pero ahora hay que vestirlo, hay que trabajarlo, hay que completarlo".

Por último, el alcalde reiteró la invitación, este sábado, a una fiesta ciudadana para que los barceloneses "empiecen a ver también físicamente cómo serán todos los espacios nuevos de la ciudad, al lado del Mediterráneo, donde se desarrollará el Fórum".

La fiesta, recordó, se celebrará con motivo de la colocación de la primera piedra en una urbanización que está ligada al espacio donde se va a celebrar el acontecimiento central del 2004 y "así se verá también que el 2004 empezó ya en 1996 o en 1997".

El proyecto barcelonés, que llegó a la plenaria con el apoyo personal del director general de la UNESCO, Federico Mayor

9714678

03

Zaragoza, y de 58 Estados miembros, se autofinanciará y se alejará de los modelos de exposición universal de corte tradicional.

Será una manifestación cultural de un nuevo tipo, inspirado en los principios y resoluciones de la UNESCO, a través de encuentros y debates internacionales, exposiciones en recintos, espectáculos en vivo, programación y productos televisivos específicos y concesión de premios internacionales.

Además, contará con un despliegue de redes telemáticas para tener lugar simultáneamente en todo el mundo y poder gozar de una interactividad global tanto en los contenidos como en las actividades.

Una de las más grandes innovaciones del Fórum será la de dar el mayor protagonismo a las ciudades, a los ciudadanos y a los colectivos, antes que a los Estados.

El proyecto tiene dos grandes objetivos: contribuir de forma decisiva a la construcción de una cultura de la paz y aportar a la UNESCO un medio eficaz de difusión de sus propuestas y trabajos.

El Fórum, que tendrá una duración aproximada de 150 días, comenzará a ser operativo a partir del año 2001 y Barcelona prevé recibir a más de 25 millones de visitantes en el verano del 2004.

La 29 Conferencia General de la UNESCO comenzó sus trabajos el 20 de octubre y concluyó hoy, tras haber fijado el programa de actividades y el presupuesto para el próximo bienio. EFE

lg/aj/mlr

11/12/17-02/97

9714678.

04

XS8761

R CULBT 11-12 00488
amt exo mag icx

UNESCO-ESPAÑA
UNESCO PATROCINARA FORO UNIVERSAL CULTURAS BARCELONA 2004

París, 12 nov (EFE).- La UNESCO dió hoy su patrocinio al Fórum Universal de las Culturas Barcelona 2004, un proyecto que convertirá ese año a esta urbe española en un espacio de encuentro y diálogo sobre la paz, la ciudad y el desarrollo y la diversidad cultural.

El Fórum de las Culturas será financiado por la Alcaldía de Barcelona, que lo propuso a la Organización de Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) en forma un proyecto de resolución que recibió el apoyo directo de 58 países.

Los 186 Estados miembros respaldaron hoy el patrocinio solicitado, en la jornada de clausura de la 29 Conferencia General de la UNESCO, órgano supremo que se reúne cada dos años para establecer el programa de actividades y presupuesto para el bienio próximo.

El alcalde de Barcelona, Joan Clos, y la delegación que le acompañaba celebraron la decisión definitiva de la asamblea con un apretón de manos.

El proyecto cuenta con el apoyo del Gobierno español y del regional de Cataluña y con el respaldo personal del director general de la UNESCO, el español Federico Mayor Zaragoza, para quien la asociación solicitada es "plenamente oportuna".

Al presentarlo a los Estados miembros al comienzo de la Conferencia, la ministra española de Educación y Cultura, Esperanza Aguirre, explicó que "España solicitaba y ofrecía al mismo tiempo" a la UNESCO la posibilidad de ser el "principal patrocinador y socio" del proyecto.

En su intervención ante la plenaria, Aguirre anunció que el Fórum no sería una exposición universal de corte tradicional sino una manifestación cultural de un nuevo tipo.

Lo que Barcelona propone al mundo, explican sus promotores, es un nuevo acontecimiento "inspirado en los principios y resoluciones de la UNESCO", a través de encuentros y debates internacionales, exposiciones en recintos, espectáculos en vivo, programación y productos televisivos específicos y concesión de premios internacionales.

Además, contará con un despliegue de redes telemáticas para que el Fórum pueda tener lugar simultáneamente en todo el mundo y pueda gozar de una interactividad global tanto en los contenidos como en las actividades.

Una de las más grandes innovaciones del Fórum será la de dar el mayor protagonismo a las ciudades y a los ciudadanos antes que a los Estados.

El proyecto tiene dos grandes objetivos: contribuir de forma decisiva a la construcción de una cultura de la paz y aportar a la UNESCO un medio eficaz de difusión de sus propuestas y trabajos.

El Fórum que tendrá una duración aproximada de 150 días, comenzará a ser operativo a partir del año 2001 y Barcelona prevé recibir a más de 25 millones de visitantes en el verano del 2004.

Unicamente Siria, Japón y Grecia habían mostrado ciertas reticencias ante el proyecto barcelonés, según fuentes próximas a la organización.

En total España obtuvo el apoyo de 58 estados miembros de la

9714678.

05

UNESCO mientras que 25 apoyaron el proyecto de resolución presentado por Grecia para celebrar ese mismo año unas olimpiadas culturales. EFE

lg/aj/Gv

11/12/11-26/97

9714678

XW8391

R CULBT 11-12 00621
mun exg icx

UNESCO-CONFERENCIA
XXIX SESION FIJO EL PROGRAMA Y EL PRESUPUESTO PROXIMO BIENIO

París, 12 nov (EFE).- La XXIX Conferencia General de la Unesco concluyó hoy en París, tras aprobar el programa de actividades para el bienio 1998-1999, fijar su presupuesto y adoptar la Declaración Universal del Genoma Humano, primer texto que concilia libertad de investigación y protección de la dignidad humana.

En este último día de la Conferencia, los 186 Estados miembros aprobaron una resolución que condena unánimemente los asesinatos de periodistas, lo que representa "más que la muerte de una persona, pues supone un atentado contra la libertad de expresión, con todo lo que ello significa para las libertades y los derechos de toda la sociedad".

El proyecto de resolución fue presentado por Uruguay, país que invitó al director general de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco), Federico Mayor Zaragoza, a "exigir a las autoridades competentes que cumplan con su deber de prevenir los crímenes, investigar su autoría y sancionar a sus autores".

El documento tiene por objeto "poner fin a la impunidad de la que se benefician los autores de esos crímenes" en muchos países.

También hoy, miércoles, la Conferencia otorgó en sesión plenaria el alto patrocinio de la Unesco al proyecto del Ayuntamiento de Barcelona Fórum Universal de las Culturas Barcelona 2004 que convertirá a la capital catalana en una plataforma mundial de difusión de sus ideas.

La víspera, los Estados miembros habían dado su unanimidad al proyecto de Declaración sobre el Genoma Humano, el Patrimonio Genético de la Humanidad y los Derechos Humanos, cuya adopción conlleva el doble compromiso moral de proteger al mundo de posibles abusos como la clonación humana e impulsar el desarrollo científico.

La XXIX Conferencia General adoptó igualmente la Declaración sobre la Responsabilidad de las Generaciones Presentes respecto a las Generaciones Futuras y lanzó una consulta internacional para completar el proyecto de Declaración del Derecho del Hombre a la Paz, "prerrequisito para el ejercicio de todo derecho humano", según subrayó Mayor Zaragoza.

La Conferencia fijó un presupuesto de 544 millones de dólares para el próximo bienio y estructuró sus actividades en torno a cuatro programas mayores y dos proyectos transdisciplinares: Educación para Todos a lo Largo de Toda la Vida; Ciencias al Servicio del Desarrollo; Desarrollo Cultural, Herencia y Creatividad; y Comunicación, Información e Informática.

Los proyectos transdisciplinares son Educación para un Futuro Sostenible y Cultura de Paz.

Las mujeres, los jóvenes, Africa y los países menos desarrollados ocuparán el centro de interés en el seno de todas las actividades de la Organización, que en esta Conferencia reforzó su papel ético en el seno del sistema de Naciones Unidas.

Por otra parte, la Unesco aprobó la organización de tres grandes conferencias mundiales en los dos próximos años, sobre la Educación Superior, en París, en 1998; sobre la Ciencia, en 1999, y sobre la Proyectos Culturales para el Desarrollo, en Estocolmo,

9714678

07

en 1998.

Numerosas actividades, exposiciones, conferencias, actos públicos y mesas redondas, acompañaron la celebración de esta XXIX Conferencia General, órgano supremo de la Organización que se reune con carácter bianual y que comenzó el pasado 20 de octubre.

Entre otras personalidades, tomaron la palabra ante la reunión plenaria el presidente de Mozambique, Joachim Alberto Chissano; el presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat; el vicepresidente de la República Dominicana, Jaime David Fernández Mirabal; y la primera dama brasileña, Ruth Cardoso.

Uno de los principales eventos paralelos fue el nombramiento como Embajadora de la UNESCO para una Cultura de la Paz de Kim Phuc, de 34 años, la niña vietnamita que en 1972 el mundo vió correr desnuda por la carretera huyendo del Napalm que había incendiado su ciudad. EFE

lg/co

11/12/18-39/97

9714678

06-08

XG0968

R POXBT 11-17 00206
mun exg icx

UCRANIA-UNESCO
FEDERICO MAYOR INICIA VISITA UCRANIA

Kiev, 17 nov (EFE).- El director general de la Unesco, el español Federico Mayor Zaragoza, llegó hoy a Ucrania en visita oficial y prometió continuar la ayuda internacional para paliar los efectos de la catástrofe nuclear de Chernobil en 1986.

En una ceremonia especial, Mayor entregó a los directivos del Liceo de Relaciones Exteriores de Ucrania el certificado sobre la anexión de este centro a la Asociación de Escuelas de la Unesco.

En otro acto especial, recibió el título de doctor "honoris causa" que le otorgó la Universidad "Taras Shevchenko" de Kiev.

En una entrevista con el viceprimer ministro ucraniano para asuntos económicos, Serguei Tigipko, Mayor prometió que en 1998 la Unesco continuará con el programa de ayuda a Ucrania para superar las consecuencias de la catástrofe nuclear de Chernobil.

Tigipko anunció que en las conversaciones con Mayor se logró un acuerdo de cooperación con la Unesco para la especialización de profesionales ucranianos en el exterior.

En el marco de su visita, Mayor se entrevistará con el presidente de Ucrania, Leonid Kuchma, y el presidente del parlamento, Alexander Morozov.

El funcionario español firmará también un protocolo de cooperación entre la Unesco y el gobierno ucraniano. EFE

bk/apl/hm

11/17/18-50/97

Nº. DOCUMENTO 9714679
TÍTULO Federico Mayor viaje dtor-gral UNESCO visita UCRANIA
PROCEDENCIA 518583
FECHA DE PROCEDENCIA 17/11/97
VINCULACIONES 501888
500850
507755

ENTRADO
CRUZADO

9714679

01-01

DOCUMENTO 9714680
TITULO Dtora. Mauras analizo proyecto. Nuevo codigo del niño en Uruguay
PROCEDENCIA 51953
FECHA DE P... 24/11/97
VINCULACION 501466
501890
501885

ENTRADO
CRUZADO

XQ3284

R VARBT 11-25 00281
sur icx

URUGUAY-UNICEF
DIRECTORA MAURAS ANALIZO PROYECTO NUEVO CODIGO DEL NIÑO

Montevideo, 24 nov (EFE).- La directora regional de UNICEF, Marta Maurás, analizó hoy en Montevideo con legisladores, el ministro de Cultura y otras autoridades el proyecto del nuevo Código del Niño y la Adolescencia de Uruguay, que está en estudio del Parlamento.

Maurás señaló que el proyecto adaptará la legislación nacional a la Convención Internacional de Derechos del Niño y agregó que "estamos interesados en que sea aprobado rápidamente".

La redacción del nuevo código uruguayo para la infancia ha tenido una preparación de dos años y actualmente se encuentra en la instancia parlamentaria.

Agregó que a la UNICEF le preocupan los temas vinculados al tratamiento del niño infractor, para que sea tratado como tal por los tribunales y no como un adulto, por lo que es importante la institucionalización de una justicia juvenil.

En sus reuniones con el Ministro de Educación y Cultura, Samuel Lichtejtein y el vicepresidente de la República y presidente del Parlamento, Hugo Batalla, Maurás insistió en el problema del trabajo de los menores.

"No es lo mismo que trabaje un niño de 5 años, que uno de 17, por lo que la separación es importante", dijo Maurás.

Se entiende que los menores de 14 años no deben trabajar, porque están en la edad escolar y de enseñanza media, que en Uruguay es obligatoria.

La directora de UNICEF admitió que en Uruguay el número de niños que trabaja no es importante, pero que es fundamental el ajuste de la legislación nacional.

Detalló que en América Latina el 50 por ciento de la población vive en la marginalidad y que "no hay razón para que los niños sean también marginados".

La directora de la UNICEF abandonó Montevideo para viajar a Brasilia. EFE

apl/ib/arp

11/25/00-12/97

9714680

01-01

Nº. DOCUMENTO 9714681
TITULO Bolivia presenta candidatura subdirector OMS a cargo director.
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PRODUCCION: 18/11/97
VINCULACION 501889
12592
501480

ENTRADO
CRUZADO

TD0890

R VARBT 11-18 00129
mun exg icx

OMS-CANDIDATO
BOLIVIA PRESENTA CANDIDATURA SUBDIRECTOR OMS A CARGO DIRECTOR

Ginebra, 18 nov (EFE).- Bolivia ha presentado la candidatura del subdirector general de la Organización Mundial de la Salud (OMS) Fernando Antezana a la dirección general de este organismo, informó hoy, martes, la Misión Permanente boliviana ante la ONU en Ginebra.

Antezana es el único candidato latinoamericano al puesto, para el que hoy se cerraba el plazo de presentación, aunque la OMS no ha hecho públicos los nombres de otros aspirantes al cargo.

El candidato de Bolvia ha desarrollado su carrera en el área de la Salud Pública Internacional y en 1976 comenzó a trabajar en la OMS, donde fue nombrado subdirector general en 1993, además de asumir desde el pasado mes de mayo las funciones de director general adjunto. EFE

agf/mlr

11/18/17-53/97

XD3880

R VARBT 11-28 00164
mun exg icx

OMS-ELECCIONES
SIETE CANDIDATOS A LA DIRECCION GENERAL DE LA OMS

Ginebra, 28 nov (EFE).- La Organización Mundial de la Salud (OMS) dio a conocer hoy, viernes, la lista de siete candidatos al cargo de director general, que quedará vacante a finales del año que viene.

Los candidatos son George Alleyne (Barbados), Fernando Antezana (Bolivia), Arif Bataynech (Jordania), Gro Harlem Brundtland (Noruega), Nafis Sadik (Pakistán), Ebrahim Malick Samba (Gambia) y Uton Muchtar Rafei (Indonesia).

Los 32 miembros del comité ejecutivo de la OMS estudiarán la documentación de cada candidato y elaborarán una lista de cinco finalistas para la elección el veinte de enero del año próximo.

El 27 de enero se procederá a la votación y se anunciará el nombre de la persona elegida, que será sometida a la aprobación de la asamblea mundial de la OMS en mayo.

El cargo de director general quedará vacante debido a la decisión del actuar titular, Hiroshi Nakajima, de no presentarse a la reelección después de su actual segundo mandato. EFE

jbg/tcr/pq

11/28/12-46/97

Nº. DOCUMENTO 9714682
TITULO Siete candidatos dirección gral OMS
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 28/11/97
VINCULACIONES 12552
518869

ENTRADO
CRUZADO

9714682.

01-01

DOCUMENTO 9714683
TITULO Deficit ACNUR y CICR puede poner en peligro parte actividades
PROCEDENCIA 513593
FECHA DE P[illegible] : 07/11/97
VINCULACION 501335
503528
514283

9714683

ENTRADO
CRUZADO

01.02

XW8320

R VARBT 11-07 00393
exg mun

ONU-DEFICIT
DEFICIT ACNUR Y CICR PUEDE PONER EN PELIGRO PARTE ACTIVIDADES

Ginebra, 7 nov (EFE).- El Alto Comisariado de la ONU para los Refugiados (ACNUR) y el Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR) se encuentran en una difícil situación económica que puede hacer peligrar parte de sus actividades, ya que cuentan con un déficit de 105 y 30 millones de dólares, respectivamente.

ACNUR presenta un déficit de 105 millones de dólares sobre el presupuesto de programas generales de 1997 que ascendía a 452 millones, según anunció hoy, viernes, en Ginebra, su portavoz, Pam O'Tocle.

No obstante, aproximadamente la mitad de este déficit podrá reducirse en las últimas semanas del año, aunque algunos de los proyectos previstos se han visto recortados a causa de los problemas económicos.

El Comité Ejecutivo de ACNUR aprobó recientemente el presupuesto para 1998 que será de algo menos de 1.000 millones de dólares, de los cuales 440 se destinarán a los programas generales mientras que 555 irán a los programas especiales.

Por tanto, esto supone un descenso de 12 millones de dólares respecto a este año en la partida destinada a programas generales en la primera reducción del presupuesto desde 1989.

Los programas generales incluyen la atención básica y la protección para millones de refugiados en el mundo, muchos de los cuales no tienen perspectivas de regresar a casa, así como un fondo para emergencias básicas que permite responder rápidamente a los movimientos repentinos de personas.

El descenso del presupuesto para el próximo año tiene sus causas en el reforzamiento del dólar y en la reducción de las contribuciones de algunos de los donantes habituales por razones internas.

En este año la mayor contribución de fondos a ACNUR correspondió a los Estados Unidos, con 238 millones de dólares, seguidos de la Unión Europea, con 115 y Japón, con 105.

Por su parte, el CICR tendrá a final de año un déficit de entre 21 y 35 millones de dólares sobre un presupuesto de 478 para 1997, según indicó hoy el jefe del servicio de información de este organismo, Philippe Lazzarini.

Como resultado por estas pérdidas disminuirá la capacidad de reacción del CICR ya que las reservas de la organización representan menos de seis meses del presupuesto de su funcionamiento.

El comité decidió el pasado mes de agosto las primeras medidas de racionalización económica que llevarán a la supresión de 30 puestos de trabajo de los 630 existentes en la sede de Ginebra para el próximo año. EFE

agf/mf/mlr

11/07/16-34/97

9714683

02.02

XD3749

R FOXBT 11-21 00268
mun exg ic×

ACNUR-CENTROAMERICA
OGATA ESTUDIARA SITUACION REFUGIADOS GUATEMALTECOS EN MEXICO

Ginebra, 21 nov (EFE).- La Alta Comisaria de Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR), Sadako Ogata, viajará la próxima semana a México y a Guatemala para evaluar los trabajos para la repatriación o integración local de los 28.000 refugiados guatemaltecos que permanecen en territorio mexicano.

La portavoz de ACNUR, Pam O'Toole, explicó hoy, viernes, en una conferencia de prensa, que aproximadamente 45.000 guatemaltecos huyeron a México en la década de los ochenta para escapar del conflicto armado en su país.

Las autoridades mexicanas les permitieron establecerse en los estados de Campeche y Quintana Roo (sureste del país), donde, según los datos del pasado mes de septiembre, aún quedan 28.000 guatemaltecos, de los que sólo una cuarta parte han expresado su deseo de regresar a su país.

Muchos de los refugiados originales regresaron a sus hogares con la ayuda de ACNUR antes de la firma del acuerdo de paz en 1996 y otros volvieron este año.

ACNUR tiene un programa en Guatemala para cubrir las necesidades inmediatas de reintegración de los refugiados que quieren regresar.

Asimismo, colabora con el Gobierno mexicano, que el pasado año anunció una nueva política que puede posibilitar que los refugiados que no quieran ser repatriados lleguen a ser inmigrantes legales en México.

Sadako Ogata visitará los asentamientos de refugiados en Campeche y Chiapas, donde quiere comprobar cómo se desarrollan los planes para la integración local de al menos 20.000 refugiados guatemaltecos que esperan lograr su residencia permanente o su naturalización en México, y se dirigirá después a Guatemala. EFE
agf/tcr/pq

11/21/13-22/97

Nº. DOCUMENTO 9714684
TITULO OGATA Estudiará situación refugiados guatemaltecos en Mexico
PROCEDENCIA 518553
FECHA DE PROCEDEN. 21/11/97
VINCULACIONES 501389
503528
60091
507623

ENTRADO /
CRUZADO

9714684

01-01

DX0090

R VARBT 11-28 00252
mun exg icx

ACNUR-MINAS
OGATA PIDE APOYO DE GOBIERNOS A PROHIBICION MINAS ANTIPERSONAS

Ginebra, 28 nov (EFE).- La alta comisaria de las Naciones Unidas para los Refugiados, Sadako Ogata, pidió hoy, viernes, a los gobiernos de todo el mundo que apoyen la prohibición de la fabricación y utilización de las minas antipersonas.

Representantes de más de 120 países se reunirán el próximo miércoles en Ottawa para firmar un tratado para la prohibición del uso de este tipo de minas, lo que, según Ogata, significa "dar un paso importante para acabar con uno de los terribles azotes de los tiempos modernos".

Ogata, en una declaración previa a esta conferencia, expresó su deseo de que todos los gobiernos ratifiquen, a su debido tiempo, este "importante documento" y liberen totalmente al mundo de minas.

La alta comisaria recuerda las dificultadas que las minas suponen para el trabajo de la Alta Comisaría de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) por el peligro que supone la existencia de minas en zonas destinadas a la repatriación de refugiados.

Las minas matan o mutilan a más de 20.000 personas cada año y hay alrededor de 110 millones de minas antipersonas esparcidas en unos setenta países, por lo que se tardarán 1.100 años en neutralizarlas o destruirlas.

ACNUR destaca que las minas sólo cuestan de tres a treinta dólares cada una, pero en cambio neutralizarlas tiene un coste de 300 a 1.000 dólares.

"Creo firmemente que una prohibición total de la fabricación y uso de minas antipersonas es una causa vital que los gobiernos deben apopyar", señaló Sadako Ogata en su declaración. EFE

jbg/ah

11/28/14-42/97

Nº. DOCUMENTO 9714685
TITULO Ogata pide apoyo de gobiernos a prohibicion minas antipersonas
PROCEDENCIA F18593
FECHA DE PROCEDENCIA 28/11/97
VINCULACIONES 501838
503528

ENTRADO
CRUZADO

9714685

01-07

DOCUMENTO 9714686
TITULO Seminario FIDA Contra pobreza rural celebrado Montevideo 03 al 05/NOV/97
PROCEDENCI 150090
FECHA DE I 11/11/97
VINCULACIN 501339
20089
515037
501466

ENTRADO
CRUZADO

9714686
01-11

XQ2707

R ECOBT 11-03 00702
mun exg icx

FIDA-MERCOSUR
SEMINARIO CONTRA POBREZA RURAL REUNE A MINISTROS CINCO PAISES

Montevideo, 12 nov (EFE).- El secretario general del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA), el kuwaití Fawzi Al Sultán, afirmó hoy que la integración regional es beneficiosa para los productores rurales, pues amplía mercados y brinda una posición más fuerte a los países en el plano internacional.

Al Sultán, que inauguró hoy, junto al presidente de Uruguay, Julio María Sanguinetti, un seminario de tres días de duración organizado por el FIDA, afirmó que cuando se les dice a los agricultores que produzcan más para tener más bienestar, se plantea siempre el interrogante de a quién vender.

"La integración en ese sentido mejora las cosas", agregó Al Sultán en rueda de prensa.

El objetivo del seminario es evaluar la situación de los pequeños productores rurales en un contexto de creciente apertura económica y buscar modalidades de apoyo para que participen equitativamente en el proceso de integración.

"Combate contra la pobreza rural con reglas de mercado en el contexto de MERCOSUR (Mercado Común del Sur)", que se desarrollará del 3 al 5 de noviembre, reúne en Montevideo a los ministros de Agricultura de Argentina, Chile, Paraguay, Uruguay y Venezuela, así como a representantes de alto nivel de los Gobiernos de Brasil y Bolivia.

La lista de participantes se completa con los representantes del FIDA en el Cono Sur, expertos en desarrollo, técnicos ydirectivos de asociac productores rurales.
productores rurales.

Al Sultan afirmó que el seminario es una gran oportunidad para definir estrategias regionales para combatir la pobreza rural y coordinar las políticas nacionales de los distintos países participantes.

El ministro de Agricultura, Ganadería y Pesca de Uruguay, Carlos Gasparri, defendió la necesidad de impulsar políticas educativas con el fin de mejorar la situación y el bienestar de los campesinos de menores recursos.

"No basta con darles capital ni maquinaria. La vía del conocimiento es la mejor palanca para el desarrollo de la familia RURAL", subrayó Gasparri.

A preguntas de los periodistas, Gasparri dijo que 12.000 de los 58.000 productores rurales de Uruguay están por debajo de la línea de pobreza, según datos de 1992 que, según el ministro, seguramente han mejorado, como lo ha hecho la situación económica del país en los cinco años transcurridos desde entonces.

Los ministros de Agricultura de Argentina, Felipe Carlos Solá; de Chile, Carlos Mladinic; de Paraguay, Cayo Franco, y de Uruguay, Carlos Gasparri, expondrán hoy, lunes, la visión de los Gobiernos sobre el papel del campesinado en los procesos de integración, con especial atención a las políticas diferenciales, la superación de la pobreza y la sustentabilidad del desarrollo rural.

El ministro de Venezuela, Raúl Alegret, hablará mañana, martes, acerca de los problemas gubernamentales e institucionales que enfrentan los programas de superación de la pobreza rural.

Otros expositores del seminario serán el viceministro uruguayo de Relaciones Exteriores, Carlos Pérez del Castillo, quien se

9714686

centrará en los desafíos que plantea MERCOSUR y su relación con los programas de alivio de la pobreza, y la directora para América Latina y el Caribe del FIDA, la chilena Raquel Peña, quien hablará de liberalización de los mercados y pobreza rural.

También tienen previstas intervenciones Lucio Reca, del Instituto de Investigación de Políticas Alimentarias, y Domingo Rivarola, del Centro Paraguayo de Estudios Sociales.

A partir del martes por la tarde expondrán los responsables de proyectos financiados por el FIDA en Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay.

El FIDA es una agencia especializada de Naciones Unidas que fue fundada hace 20 años, tiene su sede en Roma, y 106 estados miembros, divididos en tres grupos, uno de ellos para los países en desarollo.

Fuentes de este organismo, que se financia con donaciones de los países miembros, explicaron que el FIDA funciona como una banca que concede préstamos en condiciones benévolas para proyectos de desarrollo agrario y destacaron que hasta la fecha han financiado 83 proyectos en América Latina y el Caribe por un montante global de unos 786 millones de dólares.

En el contexto de MERCOSUR y sus asociados, el FIDA ha invertido casi 216 millones de dólares en 20 proyectos.

Tras su visita a Uruguay, el secretario general del FIDA, Fawzi Al-Sultan, viajará a Bolivia y Perú. EFE

ar/jmi/ddp

11/03/17-27/97

9714686

XG0360

R ECOBT 11-03 00580
and sur wmx icx

FIDA-MERCOSUR/CHILE
MLADINIC: CLAVE ESTA EN GENERAR EMPLEO NO AGRICOLA EN EL CAMPO

Montevideo, 3 nov (EFE).- El ministro de Agricultura de Chile, Carlos Mladinic, destacó hoy que los esfuerzos para erradicar la pobreza rural y la consiguiente emigración deben dirigirse a generar empleo no agrícola en las áreas de campo y a mejorar la calidad de vida de quienes viven en ellas.

"Cometeríamos un grave error si asociáramos todo el desarrollo rural sólamente a un sector productivo, como es la agricultura, ya que este sector va a seguir ahorrando mano de obra en la medida en que la tecnología y la mecanización lleguen a los campos", subrayó.

Mladinic se encuentra en Montevideo para participar en un seminario organizado por el Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA) junto a ministros y altos cargos de Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay, Uruguay y Venezuela.

El objetivo del seminario "Combate contra la pobreza rural con reglas de mercado en el contexto de MERCOSUR (Mercado Común del Sur)", que será clausurado el próximo miércoles, es evaluar la situación de los pequeños productores rurales en un contexto de creciente apertura económica y buscar modalidades de apoyo para que participen equitativamente en el proceso de integración.

El ministro chileno afirmó que mientras el índice general de pobreza en Chile es del 20 por ciento de la población, éste se duplica si se tiene en cuenta sólo la población rural.

Para Mladinic, la clave para afrontar el problema de la pobreza rural y la emigración de los habitantes del campo a las ciudades está por un lado en "ser capaces de generar empleos no agrícolas y por otra que la calidad de vida en los campos sea por lo menos igual a las de las ciudades".

"Eso significa -dijo Mladinic- caminos rurales, teléfonos rurales, electricidad rural y agua potable rural".

El ministro chileno subrayó que la gente no se va del campo a la ciudad no sólo porque busca trabajo, sino porque "la calidad de vida es mejor en las ciudades, porque histórica y lamentablemente, los Gobiernos han discriminado a los pobres rurales en favor de los pobres urbanos y eso tenemos que revertirlo".

Mladinic agregó que en el campo se puede generar empleo que no tenga que ver con la agricultura, un sector que produce cada vez más con menos mano de obra, y mencionó como ejemplo el agroturismo o el turismo ecológico y también la posibilidad de desarrollar trabajos de maquila para industrias de la ciudad.

En cuanto a la integración regional latinoamericana, Mladinic afirmó que con acuerdos como los que el Mercado Común del Sur (MERCOSUR) tiene con Bolivia y Chile y negocia con la Comunidad Andina y con México se está haciendo real y efectiva, a pesar de que "tal vez de una forma mucha más desordenada o caótica de la que soñábamos en el pasado".

En el caso de MERCOSUR y Chile, destacó que el comercio se sigue incrementando y se abren cada vez más posibilidades de intercambio e inversiones para ambas partes.

Mladinic, que recordó que el acuerdo de MERCOSUR y Chile es mejorable y ampliable, consideró importante que ambas partes se dieran tiempo y reconocieran las diferencias existentes entre sus

9714686

04

respectivos sectores agrícolas.

"Los productos sensibles de ambas partes se pusieron en listas de desgravación a largo plazo y ahora tenemos que aprovechar el tiempo que nos dimos, que en algunos casos llega a 15 años, para que efectivamente los sectores sensibles se coloquen a los niveles de competitividad que sean posibles".

Para Mladinic, la competitividad no es hoy en día "una ventaja absoluta ni una ventaja natural, sino que básicamente son ventajas que se adquieren con esfuerzo, con trabajo y con ganas de hacer las cosas". EFE

ar/gcf/PL

11/03/22-03/97

9714686

05

RURALES INFORMACIONES

Gasparri: «Ayudar, pero dando la caña, no el pescado»

FIDA ORGANIZA SEMINARIO SOBRE COMBATE A LA POBREZA RURAL

Se inició ayer el seminario «Combate a la pobreza rural con reglas de mercado en el contexto del Mercosur» en el Edificio Libertad. Asistió a la ceremonia inaugural el Presidente de la República Dr. Julio María Sanguinetti, y participaron varios Ministros de Agricultura de América.

El Presidente del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola, FIDA, Fawzi Al Sultan, pronunció las palabras iniciales, destacando el esfuerzo tendiente a la erradicación de la pobreza en el medio rural. La importancia que tiene el Mercosur como zona de importancia agrícola ganadera, en la que se deben realizar las experiencias tendientes a obtener la tan ansiada integración para combatir la pobreza.

El Ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, Carlos Enrique Gasparri, pronunció breves palabras. Cuando Uruguay decidió su camino integrador hacia el Mercosur, se hacía mirando hacia cuáles son las cosas virtuosas y cuáles las otras, que se podrían encontrar a este desarrollo integrador.

La estrategia elaborada, según Gasparri, «ha ido llevando a alcanzar elementos positivos; una realidad de la región es un agro que ha crecido, y una realidad social que nos aleja de otras realidades que tiene el resto de nuestra América».

Citó una serie de problemas que enfrenta el productor rural y que están relacionados con la inmigración de la campaña, de problemas estructurales, educativos, de salud, del capital, del crédito, de la búsqueda de la competitividad de estos pequeños productores.

El Presidente del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola, FIDA, Fawzi Al Sultan, se mostró confiado en el trabajo que se realiza para combatir la pobreza rural.

El Director General del FIDA, Fawzi Al Sultan, el Presidente de la República, Julio Ma. Sanguinetti, y el Ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, Carlos Enrique Gasparri, inauguraron trascendente seminario destinado a combatir la pobreza en el medio rural.

ACCIONES PARA ENFRENTAR LOS DESAFIOS

«Sin duda el desafío ha sido seguir adelante, ir a buscar la equidad, el bienestar de la familia rural en todo este proceso de integración».

«La política llevada a cabo en apoyo del productor rural ha sido fundada en la ayuda a la productividad. Entonces se han generado los programas de acción hacia ese desafío.

El mejor bienestar del productor carenciado se ha ido dando de distintas formas: la del apoyo directo, del crédito, de caracteres subsidiarios en el comienzo de esa acción y también en la vía del conocimiento».

«Tenemos que dar la caña de pescar y no el pescado», dijo Gasparri, como un elemento para ir buscando el mejor bienestar á la familia rural pobre.

Todos estos temas y varios más, serán discutidos y considerados durante los dos días que llevará el desarrollo del Seminario.

9714686

06

Presidente del FIDA insta a gobiernos del Mercosur a apoyar la producción familiar

Convocó a Ministros de Agricultura de la región a aunar esfuerzos para aliviar situación de pequeños productores

La Prensa 04/11/94 Pg. 23

DESDE la víspera los Ministros de los países integrantes del Mercosur y del resto de América, junto a las principales autoridades de la región se encuentran analizando la estrategias para combatir la pobreza rural con reglas de Mercado en el contexto del Mercosur.

En la apertura del evento realizado en las instalaciones del Edificio Libertad, ceremonia que contó con la presencia del presidente de la República Dr. Sanguinetti, junto al titular del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA), Fawzi H. Al Sultan y el ministro de Ganadería Agricultura y Pesca Carlos Gasparri.

En la oportunidad el titular del Fondo de Desarrollo Agrícola señaló que en América Latina, a pesar que la situación económica ha mejorado, no ha disminuido el número de pobres y se mantiene en muchos lugares el grave problema de la emigración rural hacia las áreas urbanas.

En la ceremonia inaugural intervinieron el presidente de la República Oriental del Uruguay Dr. Julio María Sanguinetti junto al ministro de Agricultura y Pesca, Carlos Enrique Gasparri, el ministro interino de Relaciones Exteriores de Uruguay, Carlos Pérez del Castillo, el presidente del FIDA, Fawzi Al-Sultan, y la directora de la División para América Latina y el Caribe del FIDA, Raquel Peña-Montenegro.

El evento, que se prolongará hasta mañana miércoles, concurren además parlamentarios de los países del Mercosur, destacados miembros del mundo académico, economistas de alto nivel, expertos del desarrollo y representantes de los institutos nacionales e internacionales para la cooperación al desarrollo.

Durante el acto inaugural el titular del Fondo de Desarrollo Agrícola señaló que en América Latina, a pesar que la situación económica ha mejorado, no ha disminuido el número de pobres y se mantiene en muchos lugares el grave problema de la emigración rural hacia las áreas urbanas.

En la oportunidad el Presidente del FIDA planteó la necesidad de cambiar la situación en que se encuentran los pequeños campesinos, dándoles oportunidades para que se puedan mantener en sus propias tierras y participar en el desarrollo de la economía. "Los campesinos necesitan mercados, educación y capacitación".

Ministros de Agricultura de la región buscan estrategias para erradicar la pobreza rural

AUNAR ESTRATEGIAS PARA ALIVIAR LA POBREZA

Destacó que los ministros podrán durante el seminario compartir sus experiencias, aunar las estrategias y lograr una mayor coordinación de los distintos gobiernos para aliviar la pobreza.

En la sesión inaugural destacó la necesidad de abrir un "dialogo constructivo sobre las posibilidades que abre el Mercosur a los campesinos de la región".

Remarcó que, el Fondo es una agencia de las Naciones Unidas especializada en este sentido agregó que por muchos años la institución de su presidencia fue la única agencia que dedicó siempre todos sus esfuerzos y recursos a los habitantes rurales mas desfavorecidos".

Debemos reconocer con gran satisfacción, dijo, "ya que nos sentimos en cierto modo precursores, que hoy esta situación ha cambiado y que otras agencias de Naciones Unidas, así como instituciones financieras internacionales y entidades de cooperación bilateral, se preocupan también de la difícil situación en la cual vive una parte importante de la población rural".

Señaló que "nuestro interés en esta reunión proviene de dos fuentes. La primera es el trabajo permanente del FIDA por mejorar la situación de la pequeña agricultura y la segunda, es el interés que despierta el Mercosur, como fuente de generación de mayor bienestar futuro para los países que lo integran. Esta ocasión nos permite reunirnos e intercambiar experiencias sobre estos dos temas".

Expresó que "la experiencia del FIDA en los últimos veinte años ha reafirmado nuestra confianza en la capacidad productiva que tienen los pobres rurales y en su solvencia cuando participan en programas de créditos. El fondo, agregó a través de los gobiernos, los apoya técnica y financieramente.

El FIDA ha financiado 20 proyectos en los países del Mercosur por un valor de 249,44 millones de dólares. Desde 1978 ha comprometido 816,4 millones de dólares en 28 países de América Latina y el Caribe.

Hierro López llama a la reflexión en conflicto de Conaprole

El senador colorado Luis Hierro López (Foro Batllista), llamó a la reflexión en torno al conflicto en Conaprole, más allá de la eventual justicia de los reclamos, teniendo en cuenta que esta situación puede perjudicar las exportaciones y la actividad de pequeños productores que, en muchos casos, "ganan menos que lo que un peón de la cooperativa".

ESTUDIO EN COMISION

"Nuestra preocupación, luego que las gestiones desarrolladas por el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social no prosperaron, es lograr un marco de diálogo en las que iniciará la Comisión respectiva de la Cámara de Representantes el próximo jueves", señaló el legislador.

Sin desconocer las razones que esgrime el sindicato, prosiguió, debe mencionarse que entre sueldo y beneficios un peón de Conaprole percibe mensualmente $ 10.770, mientras que sus similares en las multinacionales cobran $ 5.500. "No es que pensemos que sea suficiente para vivir, pero tampoco es como para mantener una huelga que produce serios perjuicios a esta actividad, especialmente a los pequeños productores y a muchos otros trabajadores", subrayó.

INCENTIVO DEL 5 POR CIENTO

Consultado si conocía que uno de los motivos es la objeción a la forma de distribuir un incentivo del 5%, Hierro López, indicó que si es necesario revisar los números, ello debe realizarse por la vía de la negociación y no por la del conflicto, a eso es a lo que estamos llamando, afirmó.

CONFLICTO POCO SOLIDARIO

No es con una actitud global cuyas formas cambian semana a semana, haciendo muy difícil hallar su centro, que se hallará la solución de este conflicto poco solidario.

El jueves se iniciarán las gestiones en Diputados y, en tanto, hacemos este llamado a la reflexión para evitar las consecuencias e inconvenientes que está produciendo esta situación, concluyó el legislador.

97 14686

XG0450
U ECOBT 11-05 00513
sur icx

FIDA-MERCOSUR
PROPONEN GRUPO DE TRABAJO PARA PRODUCTORES CARENCIADOS

Montevideo, 5 nov (EFE).- La directora de la División América Latina del FIDA, Raquel Peña, propuso la creación de un Grupo de Trabajo para atender en el MERCOSUR los problemas de los productores más carenciados, afectados por las reconversiones para la integración regional.

Peña, que participa en un seminario que finaliza hoy, miércoles, en Montevideo sobre el combate de la pobreza rural, organizado por el Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA), agregó que el grupo debe ser institucionalizado por los países miembros del sistema, para debatir los problemas, identificar las soluciones e intercambiar experiencias.

Para la directora latinoamericana del FIDA, la existencia del grupo servirá de base para orientar proyectos internacionales que se pueden dar en la región, además de contribuir a centralizar en mejor forma los fondos de ayuda destinados a los países.

La funcionaria dijo sobre la pobreza rural zonal que hay desafíos difíciles tanto para las autoridades de los países como para los organismos multinacionales.

Según Peña, un primer desafío es pensar las políticas que permitan aumentar la competividad de la agricultura campesina y adoptar las decisiones necesarias, con la correspondiente asignación de recursos para su puesta en práctica.

La directora insistió que es fundamental "la institucionalidad" del tema de la pobreza, poniendo a los organismos al frente de los programas, con bases sólidas de trabajo, adecuada a las realidades de cada país pero, al mismo tiempo, flexible para permitir el acceso y uso de los recursos por parte de los pequeños productores.

"Programas sin estas condiciones tienen pocas posibilidades de ser exitosos", afirmó Peña al defender la creación de un grupo de trabajo para atender en el MERCOSUR los problemas de la pobreza rural.

El tercer desafío del problema, en opinión de Peña, es la participación campesina organizada.

Recalcó que muchas organizaciones del medio rural fueron formadas bajo otras condiciones menos complejas que las actuales, desde el punto de vista económico.

Agregó que las organizaciones productivas campesinas pueden llegar a ser decisivas para lograr la rebaja de los costos, mejorar la comercialización, mientras se procesan mayores niveles de integración de la producción en aspectos de calidad, hoy día fundamentales para acceder a los nuevos mercados.

La propuesta de la creación del grupo de trabajo se realizó tras exponer el ministro venezolano de Agricultura, Raúl Alegret, que los procesos de apertura económica internacional y regional agudizaron, en algunos casos, la pobreza rural.

Pese a que Venezuela no es miembro del MERCOSUR, su ministro de Agricultura fue especialmente invitado por sus conocimientos del proyecto FIDA y la vinculación con esta agencia especializada de las Naciones Unidas.

La opinión de Alegret no fue compartida por su colega argentino, Felipe Solá, quien entendió que el MERCOSUR "no tuvo un

impacto diferenciado sobre la pobreza rural, sino que ha tenido un impacto sobre el agro argentino que ha sido positivo".

Además de los ministros de Argentina y Venezuela, participan en las deliberaciones del FIDA, los de Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. EFE

apl/mc/hm

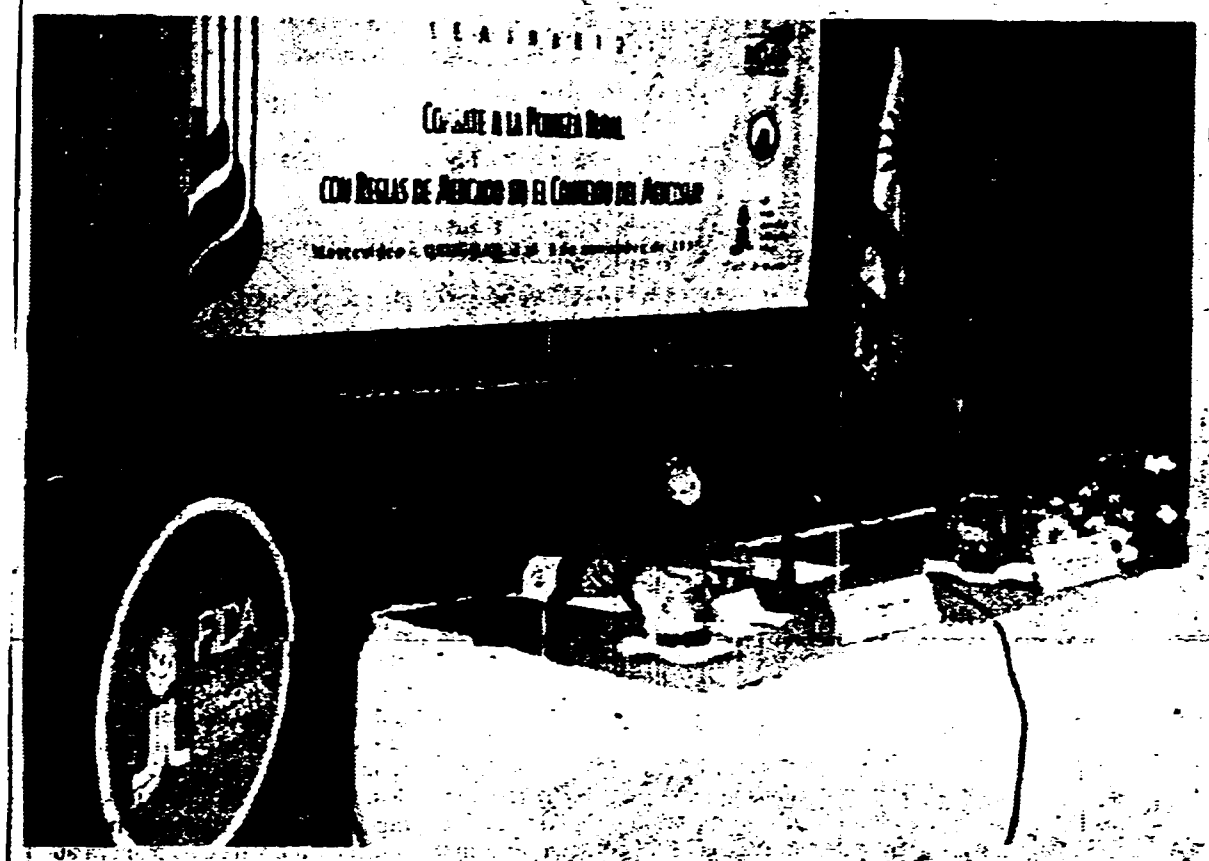
11/05/16-12/97

09

9714686

Falta de coordinación entre los países del Mercosur

Es una de las conclusiones del Seminario del FIDA que culminó en la tarde de ayer



Concluyó el Seminario sobre Pobreza Rural organizado por el FIDA.

La Mañana · 06/11/92 · ds 29

EL cierre del Seminario organizado por el FIDA sobre Combate a la Pobreza Rural con Reglas de Mercado en el contexto del Mercosur, estuvo a cargo del Vicepresidente de la República, Dr. Hugo Batalla. La pieza oratoria del Dr. Batalla, lejos de ser un encorsetado discurso leído, fue una pieza coloquial, de tono afectuoso que cautivo a la audiencia, premiándolo con un prolongado aplauso, al término de la misma.

El Vicepresidente de la República puso énfasis en el Hombre más allá del aspecto o situación económica.

Recordó que durante alguna gira política en el pasado, la preocupación mostrada por un grupo de padres en Cerro Pelado que procuraban la construcción de un liceo para la zona, a los efectos de no sufrir la desintegración del núcleo familiar con la ida de los hijos a estudiar a otros centros poblados.

Finalizó diciendo que no es una persona ideal para cierres de eventos ya que "prefiero hablar de aperturas, y en este caso, pensar en abrir caminos de esperanza".

PROBLEMA NO RESUELTO DE COORDINACIÓN

En tanto, el economista Pablo Glikman, representante en Roma ante el FIDA para Uruguay, Paraguay, Ecuador y Guatemala, explicó a LA MAÑANA que como primera conclusión del Seminario, de acuerdo a lo expresado por ministros y técnicos presentes, que existe un problema no resuelto de coordinación y profundización de los problemas del pequeño productor y de la pobreza en el marco del Mercosur.

La segunda, es la voluntad de comenzar a coordinar para solucionarlo y a tercera, la aceptación a la propuesta realizada por FIDA para capacitar técnicos para realizar la tarea, con una financiación a fondo perdido.

Precisó Glikman que espera a partir de marzo del próximo año, comenzar los contactos con los ministros para dejar resuelto dentro de 1993, la capacitación de los técnicos.

Consultado sobre si los efectos que tendría el plan propuesto harían descender los índices de pobreza rural, expresó que "los proyectos en marcha que desarrolla Uruguay están dando buenos resultados, a igual que en otros países".

"Lo que haría este proyecto, es prevenir violentas recaídas que pudieran provocar la rebaja de barreras arancelarias, entrando otros competidores no esperados, donde las consecuencias para el pequeño productor son muy grandes si no está protegido, ni se le da opciones de reconversión como hizo Uruguay en el Norte del país", subrayó.

El economista Glikman fue contundente al decir que el pequeño productor debe agruparse y recibir apoyo crediticio con asistencia técnica porque "el crédito sólo es un peligro".

SOLUCIONES GLOBALES

El Coordinador General del Programa Pro-Sertao de la Secretaría de Agricultura de Brasil, Manoel Hora estimó que el Seminario dejó un marco para la búsqueda de soluciones más globales para latinoamérica. "Estos eventos son positivos porque motivan a la iniciativa privada y gobiernos en la solución de los problemas de la pobreza rural. Es un contingente enorme de personas que precisan, no sólo por justicia social, sino también por razones de economía, estar incorporados a los mercados", apuntó.

Recordó que FIDA maneja dos proyectos actualmente en el Nordeste de Brasil. Uno en el Estado de Sergipe y el otro en Bahía.

El proyecto del Estado de Sergipe lleva un año y medio de comenzado y, luego de identificados los estratos pobres, apunta no a un apoyo paternalista, sino de ayudar a transformarse a los pequeños productores, en agricultores que produzcan para diferentes mercados.

"A los efectos de que los aportes tecnológicos y de financiamiento tengan éxito, es fundamental el agrupamiento de los pequeños agricultores", acotó.

Finalizó diciendo que el 40% de la población rural se encuentra por debajo de la línea de pobreza.

9714686

Concluyó el seminario organizado por el Fida sobre el combate contra la pobreza rural en el Mercosur

■ El seminario celebrado en Montevideo también recorrió distintos puntos de nuestro país donde el FIDA realiza emprendimientos productivos ■ La falta de tierras, de créditos, de tecnología y de información, se señalan como las causas fundamentales de la pobreza rural ■ Lograr que los crecimientos macroeconómicos repercutan en los pequeños productores rurales es el desafío que se intenta encarar

El Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA) realizó el seminario Internacional: «Combate contra la pobreza rural con reglas de mercado en el contexto del Mercosur», que se realizó en Montevideo entre el 3 y el 5 de noviembre. También se realizó una gira que recorrió los emprendimientos que realiza el FIDA en los departamentos de Artigas, Paysandú y San José.

El objetivo del seminario fue evaluar la situación de los pequeños productores rurales en un contexto de creciente apertura económica y buscar las modalidades de apoyo para que estos sectores participen equitativamente en el proceso de integración. En el encuentro participaron las máximas autoridades agrícolas de los países del Mercosur, representantes de las comisiones agrarias parlamentarias y de las instituciones internacionales de cooperación.

El presidente del FIDA, Fawsi Al-Sultan remarcó que el cometido fundamental del seminario fue coordinar las políticas de los países del Mercosur sobre la pobreza en el medio rural. Al-Sultan destacó que todos los países de América Latina tienen políticas gubernamentales dirigidas a solucionar el problema de la pobreza rural. El punto fundamental - remarcó - es coordinar cómo llegan las políticas a ser implementadas para que tengan un real impacto.

Ministro Carlos Gasparri, directora del FIDA Raquel Peña Montenegro y presidente del FIDA Fawsi Al-Sultan

Por su parte la directora del FIDA para América Latina y el Caribe, Raquel Peña Montenegro, señaló que las causas de la pobreza rural están unidas a factores estructurales «muy graves en nuestra región». Dentro de ellas el acceso a los bienes de producción, se presenta como fundamental. La falta de tierras, de créditos, de tecnología y de información, son las principales causas de la pobreza en el medio rural. Para revertir esta situación la directora del FIDA indicó que se tratan de mejorar las políticas nacionales dirigidas hacia estos sectores marginados, haciéndolas coincidir con los crecimientos macroeconómicos de la región. Una vez logrados estos objetivos se pretende que los campesinos puedan estar integrados a los beneficios del crecimiento económico, que han experimentado los países del Mercosur. Mientras tanto, el FIDA mantiene una estrategia permanente de ayuda a los pequeños productores rurales de la región. Para ello no importan los crecimientos económicos que tengan determinados países, porque aún allí, existen incrementos en la pobreza rural, realmente altísimos.

El ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, Carlos Gasparri, evaluó como muy positivas las acciones que los gobiernos de la región están desarrollando hacia los pequeños productores rurales. El ministro detalló que se realizó una deliberación donde se abordaron distintos aspectos acerca de las acciones emprendidas hacia este sector. Sobre este particular, Gasparri remarcó que es de fundamental importancia, trabajar para que los pequeños productores participen activamente «en el contexto del desafío que les toca vivir».

Gasparri remarcó que la situación de nuestro país en el contexto regional e internacional, muestra indicadores positivos. «Desde el punto de vista educativo, Uruguay tiene el 97% de alfabetización. Se cuentan en la actualidad más de 1200 escuelas rurales, que complementan la base de los conocimientos de la familia». En relación a los proyectos emprendidos por su cartera, Gasparri indicó que se están desarrollando muchos programas en colaboración con el FIDA. Se intentan implementar políticas concretas y dirigidas hacia los pequeños productores rurales. Para que las mismas cumplan su verdadero cometido - remarcó Gasparri - se debe contar con la coparticipación de los interesados, lo cual garantizará su éxito.

11/11/93 pg. 12

11-11

9714686

FB3354

U ECOBT 11-20 00206
 exg mun icx

ONU-RECORTES
PRESUPUESTO ONUDI INCLUYE RECORTES DEL 20 POR CIENTO

Viena, 20 nov (EFE).- La Organización de las Naciones Unidas para el Desarrollo Industrial (ONUDI), con sede en Viena, tendrá que arreglarse en el bienio 1998/99 con un presupuesto un 20 por ciento menor que el anterior.

Frente a unos gastos presupuestados de 156 millones de dólares en el período correspondiente a 1996/97, la ONUDI podrá gastar sólo 129,5 millones de dólares en los dos próximos años, informó hoy un comunicado difundido por la organización.

Los recortes presupuestarios han sido necesarios por el abandono de Estados Unidos, principal contribuyente de la ONUDI hasta que dejó de cumplir sus compromisos, así como por las amenazas de Gran Bretaña y Alemania de seguir los pasos de los norteamericanos.

El director general saliente de la organización, el mexicano Mauricio de María y Campos, se congratuló del acuerdo, que supone un compromiso entre la postura contraria a cualquier recorte de los países en vías de desarrollo - principales beneficiarios de los programas de la ONUDI - y la de los países ricos que exigían recortes del 30 por ciento.

El acuerdo, alcanzado por la junta de gobierno de la ONUDI, será votada en la conferencia general que se reunirá en Viena del 1 al 5 de diciembre próximos.EFE
jr/mar/ik

11/20/09-43/97

Nº. DOCUMENTO 9714687.
TITULO Presupuesto onudi incluye recortes del 20 por ciento
PROCEDENCIA 518553
FECHA DE PROCEDENCIA 20/11/97
VINCULACIONES 501885.
12579

ENTRADO
CRUZADO

01-02

9714687

DP2225

R ECOBT 11-30 00376
MUN EXG ICX

ONU-COOPERACION INDUSTRIAL
REDUCIRAN EN 20 POR CIENTO PRESUPUESTO COOPERACION INDUSTRIAL

Viena, 30 nov (EFE).- La Organización de las Naciones Unidas para el Desarrollo Industrial (ONUDI) reducirá su presupuesto en un 20 por ciento y conseguirá así que Alemania no la abandone, según fuentes de esa organización con sede en Viena.

Los miembros de la ONUDI decidirán ese recorte y otras reformas en la conferencia general de ese organismo que comenzará mañana, lunes, en esta capital, al tiempo que se espera que Alemania comunique oficialmente su decisión de permanecer en él.

Tras la retirada en 1996 de Estados Unidos, Alemania -que es ahora el segundo contribuyente, después de Japón- había amenazado hace un año con retirarse también, arguyendo que la cooperación bilateral es más eficaz que la multilateral.

La RFA y otros países industrializados han exigido durante este año reformas administrativas de la sede vienesa de la ONUDI, considerada muy burocrática, y ahorros de un 30 por ciento, mientras que los países en desarrollo querían fijar la reducción del presupuesto en un 10 por ciento.

El compromiso acordado -que deberá ser oficializado esta semana- prevé una recorte del presupuesto para 1998/99 de un 20 por ciento y una reducción de personal en 120 funcionarios, de los 782 que trabajan actualmente en Viena y los 1.080 en proyectos regionales en diversos países en desarrollo.

Así, mientras que durante el bienio 1996/97 la ONUDI contó con 156 millones de dólares, los próximos dos años tendrá que llevar a cabo sus actividades con 129,4 millones de dólares.

En los últimos 20 años, la ONUDI ha patrocinado unos 20.000 programas de desarrollo industrial, fomentado la cooperación entre los Estados industrializados y países en desarrollo y apoyando las reformas en las naciones que han pasado de una economía planificada a una de mercado.

El director general saliente de la ONUDI, el mexicano Mauricio de Maria y Campos, ha abogado por un apoyo creciente al sector privado, pues "cada vez habrá menos ayudas estatales", aunque los Gobiernos deberán seguir ocupándose de algunos sectores muy importantes para el desarrollo, como lo son la educación, la salud y una legislación moderna que facilite el crecimiento económico.

Tras la conferencia, de Maria y Campos entregará la dirección general de la ONUDI a su sucesor, el argentino Carlos Magariños, de 34 años. EFE

wr/imi/M

11/30/18-27/97

9714687.

02-01

Nº DOCUMENTO 9714688
TITULO Informe ONU indica mayor polarizacion paises ricos y pobres con globalizacion
PROCEDENCIA 518553
FECHA DE [illegible] 26/11/97
VINCULACIONES 12579
501887
30044

ENTRADO
CRUZADO

01-03

9714688

XQ3349

U ECOBT 11-26 00594
mun exg icx

ONUDI-INFORME (Previsión)
MAYOR POLARIZACION PAISES POBRES Y RICOS CON GLOBALIZACION

Viena, 26 nov (EFE).- La globalización de la economía mundial se ha desarrollado paralelamente a una mayor polarización entre los países pobres y ricos del planeta, según el informe mundial de 1997 de la ONUDI sobre desarrollo industrial.

Así lo destacó hoy, miércoles, en Viena, el mexicano Mauricio de María y Campos, director general saliente de la Organización de las Naciones Unidas para el Desarrollo Industrial (ONUDI) al presentar el informe, que subraya la importancia creciente del sector privado en los procesos de industrialización.

Entre 1960 y 1990, más del 40 por ciento de los países pobres registraron índices de crecimiento económico más lentos que el del país que creció más lentamente entre los de la Organización de Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE), agregó.

Durante ese período, un 70 por ciento de los países pobres crecieron más lentamente que la media de los miembros de la OCDE, y las diferencias entre las rentas de los países más ricos y los más pobres crecieron en un 45 por ciento, según el informe de los expertos.

Durante los últimos veinticinco años, la región de América Latina y el Caribe no pudo mantener el alto ritmo de crecimiento que registró anteriormente, el Producto Interior Bruto (PIB) anual cayó de un 5,5 por ciento durante la década de los 70 a un 1,1 por ciento en los años 80, aunque se recuperó a un 3 por ciento en los primeros años noventa.

La renta per cápita en los países latinoamericanos y del Caribe disminuyó constantemente y fue superada a principios de los 90 por la de los países de la región del este y sudeste asiático (exceptuando China) y también cayó el índice de inversiones de un 28 a un 20 por ciento, aunque aumentó en cambio el consumo interno.

Los países de esa región han sido lentos en reestructurar sus industrias para adaptarlas a las tecnologías más avanzadas y están todavía dominados por industrias de baja tecnología, de trabajo intensivo, basadas en la explotación de materias primas.

El informe de la ONUDI agrega que hay diferencias substanciales en el desarrollo de las diferentes regiones, los países en desarrollo y las economías en transición han reaccionado de forma diversa ante los cambios de los últimos años.

Los países que han logrado un rápido crecimiento (los de Asia oriental y sudoriental y, últimamente, la República Popular China), sustentado por altas tasas de inversión e industrialización, tienen la tendencia a invertir cada vez más en el desarrollo tecnológico y en el capital humano.

Numerosos Estados africanos subsaharianos "sufren una pobreza endémica", están oprimidos por el peso de su deuda externa y dependen aún demasiado de la agricultura para conseguir divisas, mientras que su industria es de las más atrasadas.

Los cambios económicos e industriales del mundo han acentuado también las diferencias entre los resultados económicos de los países en desarrollo y de los "de economía en transición" (los que pasaron de una economía planificada a una de mercado en Europa central y del este, así como en Asia central).

9714688

En estos últimos se han registrado caídas brutales en los primeros años de la reforma y muchos países no se han recuperado aún, por lo que el director general de la ONUDI advierte del peligro de lanzar demasiado rápido un proceso de liberalización de sistemas financieros, que puede ser desastroso para la estabilidad macroeconómica de la región.

En ese contexto, es muy importante la función de los gobiernos para regular con sus políticas económicas los procesos de transformación y aquellos aspectos de los que no suele ocuparse el sector privado: educación, entrenamiento, protección del medio ambiente y coordinación de todos los sectores, añadió. EFE

wr/jr/mc/ddp

11/26/15-29/97

9714688

Nº. DOCUMENTO 9714689
TITULO Dtor mexicano ONUDI cesa satisfecho "poder sobrevivir sin EE.UU."
PROCEDENC 518583
FECHA DE 04/11/97
VINCULACION 501833
507623
12519
65890

9714689

ENTRADO
CRUZADO

01-02

XQ3254

R ECOBT 11-24 00570
mun exg icx

ONUDI-COOPERACION INDUSTRIAL
DIRECTOR MEXICANO CESA SATISFECHO "PODER SOBREVIVIR SIN EEUU"

Por Wanda Rudich

Viena, 24 nov (EFE).- El mexicano Mauricio de María y Campos abandonará el próximo lunes la dirección de la ONUDI con la satisfacción, según dijo, de haber logrado que esa organización sobreviva sin el apoyo de Estados Unidos, pero preocupado por el futuro de la cooperación con la América Latina.

Gracias a una serie de reformas y ahorros, la Organización de las Naciones Unidas para el Desarrollo Industrial (ONUDI) ha podido demostrar su eficacia a pesar de la retirada en 1996 de su mayor contribuyente, EE.UU. (que aportaba un 25 por ciento del presupuesto), informó hoy, lunes, de Maria y Campos.

El próximo 8 de diciembre, el funcionario internacional mexicano, de 54 años, entregará la dirección de la organización, al frente de la cual ha estado los últimos cuatro años y medio, al argentino Carlos Alfredo Magariños (34 años).

En declaraciones a EFE, de Maria y Campos reconoció que, a pesar de la satisfacción de haber podido "salvar" a la ONUDI, le preocupa el hecho de que las reformas pueden afectar negativamente a la cooperación con Latinoamérica.

La Junta de Desarrollo Industrial decidió reducir en un 20 por ciento el presupuesto ordinario para 1998/1999 (que será de unos 129,5 millones de dólares frente a los 156 millones de dólares del bienio 1996/1997).

Esa medida se logrará con una reducción del personal en 120puestos (a 1.080 trabajando en proyectos regionales), una mayor colaboración 1.080 trabajando en proyectos regionales), una mayor colaboración con el sector privado y la concentración de recursos en los países menos desarrollados, es decir, en Africa.

"Ahora que se viene esta reducción de presupuesto, me preocupa que con América Latina puede reducirse la ayuda al desarrollo en algunas áreas, como en materia de tecnologías más avanzadas, industria química y electrónica", afirmó de Maria y Campos.

"Pero mi esperanza es que, aunque vamos a tener que redoblar nuestros esfuerzos, ya tenemos un camino recorrido, pues en Latinoamérica es donde se ha logrado la mayor cooperación con el sector privado y donde los proyectos tienen un mayor contenido de financiación propia", agregó.

De Maria y Campos dijo creer que su sucesor lo tendrá más fácil que él tras las reformas ya efectuadas, aunque advirtió de que las planeadas tienen un coste y habrá que ver de dónde se saca el dinero para pagar las indemnizaciones por despido que corresponden al recorte de personal.

Ese dinero debería darlo EE.UU., que se fue de la ONUDI dejando una deuda de 61,5 millones de dólares, señaló de Maria y Campos, quien, sin embargo, se mostró pesimista sobre la posibilidad de que el Congreso norteamericano apruebe el pago de las cuotas atrasadas.

"Si EE.UU. no paga, ese dinero lo tendrá que aportar el resto de los países", agregó tras señalar que, por otro lado, estaba satisfecho de augurar que Alemania y el Reino Unido (que habían amenazado con retirarse de la organización) permanecerán en la ONUDI en los próximos años y que esperaba que la próxima semana se decida la integración de Sudáfrica.

9714689

De Maria y Campos señaló que volverá a trabajar para su país, México, donde espera poder aprovechar la experiencia adquirida al frente de la ONUDI.

"Los retos de la democracia en México son fuertes. Yo siempre he tenido un profundo sentido democrático y crítico de desarrollo social. En el pasado trabajé en el Gobierno y eso se interpretó como un trabajo en el PRI (gobernante Partido Revolucionario Institucional), pero yo siempre fui un profesional con orientación social avanzada", añadió. EFE

wr/jr/mc/ddp

11/24/16-01/97

9714689

03-09

Nº. DOCUMENTO 9714690
TITULO Consejo ONU establece mision policia civil ONU por un año en Haití
PROCEDENCIA 51393
FECHA DE P 28/11/97
VINCULACION 51883
12514
6623.

ENTRADO
CRUZADO

DP1910
R POXBT 11-28 00307
mun exg icx

ONU-HAITI (Corrección)
La noticia transmitida con clave xq3417 debe ser sustituida por la siguiente información, con los datos actualizados.

ONU-HAITI
CONSEJO ESTABLECE MISION POLICIA CIVIL ONU POR UN AÑO

Naciones Unidas, 28 nov (EFE).- El Consejo de Seguridad resolvió hoy por unanimidad establecer, hasta el 30 de noviembre de 1998, una Misión de la Policía Civil de la ONU en Haití (MINOPUH) con 300 policías civiles como máximo, para profesionalizar la Policía Nacional haitiana.

La resolución del Consejo "afirma la importancia de un cuerpo de policía nacional profesional, plenamente operacional y autónomo, con una estructura y un tamaño adecuados y capaz de desempeñar todas las funciones policiales para consolidar la democracia y revitalizar el sistema de administración de justicia en Haití".

El Consejo "alienta a Haití a que continue sus planes a ese respecto", y afirma que en caso de que sea preciso seguir ofreciéndole asistencia internacional, ésta se brindará por conducto de los organismos y programas de la ONU y las organizaciones internacionales o regionales o estados miembros.

La resolución decide que la MINOPH, se haga cargo del personal de la Misión de Transición de las Naciones Unidas en Haití, que esta encargada de la profesionalización de la Policía Nacional haitiana, así como de los activos propiedad de la ONU que necesite para cumplir su mandato.

El Consejo "reconoce que la rehabilitación y reconstrucción económicas constituyen una de las principales tareas del Gobierno y el pueblo de Haití".

Reconoce asimismo que para el desarrollo sostenible de Haití es indispensable un alto grado de asistencia internacional, y subraya el compromiso de la comunidad internacional a favor de un programa a largo plazo de apoyo de Haití.

Pide a todos los estados que hagan contribuciones voluntarias al fondo fiduciario establecido por la resolución 975 (1995) para apoyar a la Policía Nacional en Haití. EFE
jsd/Pam/jpg

11/28/17-42/97

01-01

9714690

DOCUMENTO 9714691
TITULO La Argentina da un paso de integrar fuerza multinacional Paz. ONU
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE PRO... 14/11/97
VINCULACION 501889.
11878
66960.

9714691
ENTRADO
CRUZADO

01-02

Viernes 14 de noviembre de 1997 La Nacion

La Argentina, en una brigada de acción rápida

Es un cuerpo de elite de la UN; tiene 5000 hombres provistos por 9 países

Tras una larga serie de avances y retrocesos, la Argentina podría concretar finalmente su ingreso en una brigada multinacional de despliegue rápido de las Naciones Unidas. Se trata de un cuerpo de elite de 5000 hombres, integrado por nueve países, que podría ser convocado para actuar en conflictos como el que amenaza desarrollarse actualmente en el Golfo Pérsico.

Con el objetivo de actuar con la mayor inmediatez posible en los enfrentamientos internacionales y evitar el desarrollo de crisis humanitarias, el secretario general de la UN, Kofi Annan, intentará cristalizar la próxima semana este proyecto, en un encuentro con representantes de todos las naciones intervinientes.

El ministro de Defensa, Jorge Domínguez, tomará parte en esa reunión junto a sus pares de Austria, Canadá, Ghana, Jordania, Holanda, Dinamarca, Nueva Zelanda y Portugal.

Con el guiño del presidente Carlos Menem a la iniciativa, Domínguez ofrecerá el próximo lunes la incorporación a la brigada de 290 efectivos argentinos y los medios económicos que demande la acción en el terreno de esos hombres, calculados en 14 millones de dólares al año.

El Gobierno tiene proyectado incluir este gasto dentro de los 200 millones de dólares que el presidente Menem anunció para el año próximo como inversión en las tres fuerzas.

La traba económica

A pesar de que esta iniciativa multinacional comenzó a analizarse hace más de dos años, el costado económico significó, desde su germen, una de las principales trabas para la puesta en marcha.

A poco de reemplazar en el cargo al ex ministro Oscar Camilión (que dio impulso al tema), Domínguez le bajó el pulgar a las brigadas de despliegue rápido.

"Necesitamos esos 20 millones de dólares para otras cosas. El proyecto es demasiado caro para nosotros", había dicho el ministro, cajoneando el asunto que semanas, comenzó a desempolvarse con un costo menor. Domínguez se reunió en septiembre con el ministro de Defensa danés, Hans Haekkerup, en Copenhague, y a partir de allí la participación argentina en la nueva brigada multinacional comenzó a tomar forma nuevamente y su constitución podría quedar definida en los próximos días.

La agenda del encuentro entre los ministros de los nueve países incluye estos temas: cómo decidir si una operación de mantenimiento de la paz es la herramienta adecuada ante una determinadas crisis, cómo se conduce y se pone fin a una operación de estas características, el aporte de tropas y la necesidad de un concepto estratégico.

Los 290 efectivos argentinos que tendrían destino en la brigada multinacional de despliegue rápido estarán en nuestro país a la espera de una orden de las Naciones Unidas que disponga el envío de ese cuerpo a determinado conflicto.

Ante el requerimiento de la UN, los efectivos de los nueve países intervinientes quedan en la órbita de un ente central de coordinación, que opera en Dinamarca y se encarga de la llegada y comienzo de la acción de los 5000 hombres lo antes posible en la zona de conflicto.

Fuentes de Defensa admitieron ayer a La Nacion que "si estuviera en funcionamiento, esta brigada podría ser enviada al Golfo Pérsico". Pero difícilmente esta nueva crisis internacional acelere el trámite de los acuerdos.

Juan Castro Olivera

9714691

02-02.

11/24/20-26/97

Nº DOCUMENTO 9714692

TITULO Anan propone Consejo reducir componente militar y prorrogar fuerzas depaz en Macedonia

PROCEDENCIA 518593.

FECHA DE PROCEDENCIA 23/11/97.

VINCULACION: 501389.
507685.
514642.
11878.

ENTRADO
CRUZADO

FB3469

R POXBT 11-24 00328
mun exg icx

ONU-MACEDONIA
ANNAN PROPONE ALTERNATIVAS REDUCCION DESPLIEGUE PREVENTIVO

Naciones Unidas, 23 nov (EFE).- El secretario general de la ONU, Kofi Annan, propuso hoy, lunes, al Consejo de Seguridad que prorrogue por seis meses la Fuerza de Despliegue Preventivo de las Naciones Unidas (UNPREDEP) en la ex República Yugoslava de Macedonia, y planteó dos alternativas para su reducción gradual.

El Consejo decidió el 28 de mayo pasado prorrogar el mandato de la UNPREDEP hasta el 30 de noviembre, y pidió al secretario general que antes de esa fecha, teniendo en cuenta las condiciones imperantes, propusiera una reducción gradual, durante un período de dos meses, del componente militar de 300 efectivos.

Pero en su informe, Annan señala que la paz y la estabilidad imperantes en Macedonia siguen dependiendo de lo que ocurra en otras partes de la región y destaca la incertidumbre de los resultados de las elecciones presidenciales en Serbia y la intensificación de la violencia en Kosovo.

Menciona asimismo el lento progreso en la aplicación de los aspectos civiles del Acuerdo Marco General de Paz en Bosnia Herzegovina, en particular en el ente serbobosnio, como razones para que la comunidad internacional mantenga su presencia en Macedonia.

Según la primera opción que propone Annan, además de los 35 observadores militares actuales, la UNPREDEP tendría dos destacamentos con un total de 400 soldados que operarían desde tres o cuatro bases como factor psicológico disuasivo por su mera presencia, y para patrullar y vigilar zonas críticas.

La segunda opción implica un total de 100 observadores militares de la ONU, que operarían desde 8 oficinas situadas cerca de las fronteras septentrional y occidental.

Señala Annan que el Gobierno de Macedonia solicitó la prórroga de la UNPREDEP por 12 meses, destacando la persistencia de focos de desestrabilización regional, en particular la situación en Montenegro, Kosovo y Bosnia-Herzegovina, la inseguridad en la frontera con Albania y la falta de progreso en la demarcación de la frontera con la República Federativa de Yugoslavia. EFE

jsd/rml

11/24/21-15/97

9714692

01-01

Nº. DOCUMENTO P7 14653
TITULO Prorroga sanciones a Libia por falta acuerdo Consejo Seguridad por 4 meses perdida
PROCEDENCIA 513593
FECHA DE P[illegible] 07/11/97
VINCULACION 501889
66333
12574

ENTRADO
CRUZADO

XY6880

U POXBT 11-07 00412
mun exq icx

ONU-LIBIA
PRORROGADA SANCIONES A LIBIA POR FALTA DE ACUERDO

Naciones Unidas, 7 nov (EFE).- El Consejo prorrogó hoy, viernes, por otros cuatro meses las sanciones impuestas a Libia por negarse a entregar a los dos acusados de haber dinamitado el avión de Pan American que explotó sobre Lockerbie, Escocia, en 1988, causando la muerte de 270 personas.

El embajador chino, Huasun Qin, anunció como presidente del Consejo que tras la revisión número 17 de las sanciones, no existía consenso entre los miembros de que se habían cumplido las condiciones establecidas para cancelarlas.

Pero como representante de China, Qin expresó su preocupación por los efectos negativos de las sanciones para la población civil, manifestó que estaba a favor de que sean suspendidas y pidió a todos los involucrados que negocien con ese propósito.

Por su parte, el embajador británico, John Weston, lamentó que Libia persista en su negativa a someter a la justicia de los países afectados a los dos acusados por ese acto terrorista, y reiteró que la justicia escocesa cumple todos los requerimientos para asegurar un juicio justo e imparcial.

Eston lamentó que la Organización de la Unidad Africa (OUA) y la Liga Arabe no hayan aceptado la invitación para enviar representantes a Escocia para comprobar que las condiciones son allí adecuadas para juzgar a los dos libios, y expresó satisfacción de que el secretario general de la ONU, Kofi Annan, respondiera positivamente a esa invitación.

Por su parte, el embajador de EEUU, Bill Richarson, afirmó que el mantenimiento de las sanciones se debe a que Libia continúa amparando y patrocinando a los terroristas, y constituye una amenaza para la estabilidad regional.

Agregó que el régimen de Omar Gadafi nada ha hecho para conseguir el levantamiento de las sanciones, y rechazó la preocupación por el efecto de éstas para la población civil.

Señaló que los ingresos de Libia por su petróleo se calculan en 10.000 millones de dólares al año, por lo que es el país más rico per cápita de Africa, y dispone de recursos sobrados para satisfacer plenamente las necesidades de sus ciudadanos.

Agregó que las sanciones son sólo diplomáticas y sólo afectan el transporte aéreo de los libios, excluyendo de esa restricción a los vuelos de evacuación por motivos médicos, ya que todas las solicitudes de exención fueron autorizadas este año.

Afirmó Richardson que las únicas víctimas son las familias de los muertos por la explosión del avión de Pan American, que nueve años después de la tragedia esperan aún a que los presuntos culpables sean juzgados debido a la oposición de Libia a entregarlos. EFE

jed/Fam

11/07/19-42/97

9714693

01-01

XA7325

R FOXBT 11-21 00155
exg mun icx

ONU-TAYIKISTAN
URGEN 65 MILLONES DOLARES PARA RECONSTRUCCION TAYIKISTAN

Viena, 21 nov (EFE).- Representantes de unos sesenta países intentarán conseguir la próxima semana en Viena 65 millones de dólares para "una ayuda inmediata" a Tayikistán, informó hoy viernes un comunicado de las Naciones Unidas.

La reunión se celebrará en la sede vienesa de la ONU el lunes y el martes próximos a petición del presidente tayiko, Emomali Rajmonov, y del líder de la oposición, Abdullo Nuri, quien es además presidente de la Comisión para la Reconciliación Nacional.

El próximo año, la ONU celebrará además otra conferencia para acordar una ayuda financiera más amplia que la organización internacional adoptará como medida de paz y no como ayuda humanitaria.

Tayikistán se independizó en 1991 tras la desintegración de la URSS y poco después se desató una crisis económica y social que llevó en 1992 a una guerra civil que duró cinco años y en la que murieron 50.000 personas. EFE

wr/jac/ik

11/21/11-39/97

Nº. DOCUMENTO 9714694
TITULO Urgen 65 millones dolares para reconstrucción Tayikistan
PROCEDENCIA 518583.
FECHA DE P[illegible] 21/11/97
VINCULACIÓN 501889.
507293
507693

ENTRADO
CRUZADO

9714694

01-01

XC8699

R FOXRT 11-21 0018Ø
MUN EXG ICX

ONU-GOLAN
PRORROGADA POR SEIS MESES FUERZA SEPARACION SIRIA-ISRAEL

Naciones Unidas, 21 nov (EFE).- El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas prorrogó hoy por seis meses, hasta el 31 de mayo de 1998, la Fuerza de Separación de las Naciones Unidas en las Colinas de Golán.

La resolución del Consejo, aprobada por unanimidad, hace un llamamiento a Israel y Siria para que apliquen inmediatamente la resolución 338 del 22 de octubre de 1973 que demandó la retirada de las fuerzas israelíes de los territorios ocupados.

"A pesar de la tranquilidad que reina actualmente en el sector israelí-sirio, la situación en el Oriente Medio no ha dejado de ser potencialmente peligrosa", dijo el presidente del Consejo, el chino Huasun Qin.

Esta situación es "probable" que "siga siendo" peligrosa "mientras no se llegue a un acuerdo amplio que abarque todos los aspectos del problema del Oriente Medio", agregó Qin en una declaración basada en el informe que presentó el secretario general Kofi Annan el pasado día 14 sobre el Golán.

"Esa declaración del secretario general refleja el parecer el Consejo de Seguridad", manifestó Qin. EFE
jsd/emr

11/21/21-30/97

Nº. DOCUMENTO 9714695
TITULO Prorroga Fuerza ONU por seis meses en los Colinas de Golán
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE [illegible] 21/11/97
VINCULACION 11878
12574
507603
301885

ENTRADO
CRUZADO

9714695

01-07

Nº DOCUMENTO 9714696
TITULO Conflicto IRAK-ONU NOV/97.
PROCEDENC 150050
FECHA DE 30/10/97
VINCULACIÓN 508885
12574
507586

9714696
ENTRADO
CRUZADO

01-63

PB2525

U FOXBT 11-01 00391
mun exg

ONU-IRAK (ampliación)
COMISION ESPECIAL REANUDARA ACTIVIDADES EL LUNES

Naciones Unidas, 31 oct (EFE).- La Comisión Especial encargada de supervisar el desarme no convencional de Irak reanudará plenamente sus actividades el lunes próximo con todo su personal, anunció hoy su presidente, el australiano Richard Butler.

Butler, que el pasado día 29 suspendió las actividades sobre el terreno de dicha Comisión, después de que Irak prohibiera que participaran en ellas los estadounidenses al tiempo que les daba siete días de plazo para abandonar el país, dijo que comunicó la decisión de reanudarlas al Consejo de Seguridad y que obtuvo su apoyo.

El jefe del equipo en Irak de la Organización Internacional de Energía Atómica (OIE), Gary Dillon, dijo que el personal que dirige continuará normalmente sus actividades.

El representante alterno de Chile, Juan Larraín, quien presidió las consultas en ausencia del embajador Juán Somavía, dijo que los miembros del Consejo habían expresado su pleno apoyo a la Comisión Especial y la OIEA en cumplimiento de su mandato.

Dijo también que todos los miembros del Consejo reiteraron su respaldo a la declaración presidencial aprobada anteayer, que condenó la pretensión israelí de excluir a los estadounidenses de los trabajos de la Comisión Especial y ordenar su salida del país en un plazo de siete días.

Los miembros del Consejo reafirmaron hoy su apoyo a la Comisión Especial y a la OIEA, y decidieron intensificar y coordinar durante el fin de semana los esfuerzos diplomáticos para resolver la crisis y volver a discutirla el lunes, bajo la presidencia del embajador de China, Qin Huasun.

El embajador de EEUU, Bill Richardson, subrayó que el Consejo continúa actuando con unanimidad, la que EEUU desea mantener, y que respalda plenamente las decisiones de la Comisión Especial de continuar sus actividades.

Afirmó que "éste no es un ataque de Irak contra EEUU, sino contra el Consejo de Seguridad y la ONU", que la decisión que anunció el Gobierno iraquí constituye una violación flagrante de las resoluciones del Consejo de Seguridad y de la ONU y que debe revocarla.

En el mismo sentido, aunque en tono aún más enérgico, se manifestó el embajador británico, John Weston, pero al igual que los demás rehusó contestar a la pregunta de qué ocurrirá si Irak persiste en su actitud, no permite a los estadounidenses participar en las actividades de la Comisión Especial e insiste en que se marchen del país en el plazo establecido. EFE

jsd/fmr/nd

11/01/00-16/97

9714696

XA5942

B POXBT 11-03 00292
icx mun exg

ONU-IRAK
BAGDAD ACEPTO RECIBIR A MISION ENVIADA POR ANNAN

Naciones Unidas, 31 oct (EFE).- Irak ha aceptado recibir a la misión enviada por el secretario general de la ONU, Kofi Annan, "para discutir la adecuada puesta en práctica de las resoluciones de la ONU", confirmó hoy Annan.

Los miembros de la misión -el argentino Emilio Cárdenas, el argelino Lakhdar Brahimi y el sueco Jan Eliasson- partirán hoy mismo para Bagdad, según la misma fuente.

El presidente iraquí, Saddam Hussein, habia subrayado anteriormente la necesidad del diálogo para resolver la crisis, y demandado que se aclare de una vez por todas cuándo van a levantarse las sanciones impuestas a Irak por el Consejo de Seguridad.

Según un despacho de la agencia iraquí INA, Saddam aludió en la reunión de su gabinete del domingo a los tres enviados por Annan, y afirmó que "supuestamente vendrán para un diálogo a fin de poner las cosas en orden, de forma que queden completamente aclarados los derecho u obligaciones, sin ambiguedad o dilación".

El presidente de la Comisión Especial, el australiano Richard Butler, afirmó que lógicamente el secretario general "tiene interés por el diálogo si puede resolver la crisis", pero aclaró que no se trata de negociar, porque la aplicación de las resoluciones del Consejo no es negociable.

Refiriéndose a la prohibición de las autoridades iraquíes de que se llevara a cabo una inspección porque participaba en ella un estadounidense, lo que obligó a suspender otras actividades de la Comisión Especial que estaban programadas para hoy, Butler dijo que "lo que Irak hizo es ilegal".

El Consejo de Seguridad, que preside este mes el embajador chino Qin Huasun, anunció una reunión de consultas para las 23:00 GMT de hoy, en la que se espera informe la secretaría general sobre los últimos acontecimientos y se debate nuevamente la situación.
EFE

jsd/rt

11/03/15-57/97

9714696

03

XJ3052

U POXBT 11-01 00596
mun exg icx

IRAK-ONU (Previsión)
IRAK PIDE A RUSIA, CHINA Y FRANCIA MEDIEN EN CONFLICTO CON ONU

El Cairo, 1 nov (EFE).- Irak quiere que Rusia, Francia y China faciliten una solución negociada a su actual conflicto con la ONU, mientras se mantiene la tensión a la espera de que la Comisión encargada del desarme de ese país trate de reanudar el lunes sus actividades con todo su personal.

El diario oficial iraquí Gumhuriyat insta hoy a estos tres países, con derecho de veto en el Consejo de Seguridad de la ONU, a adoptar una posición conjunta que permita una salida negociada al conflicto creado por la decisión de Irak de impedir la participación de inspectores de EEUU en los equipos de la Comisión.

Para el periódico, que se lamenta de que Rusia, China y Francia no utilizaran el derecho de veto el pasado 22 de noviembre, cuando la ONU amenazó a Irak con nuevas sanciones si no facilita la labor de los inspectores, sólo una negociación, en la que se escuche la opinión iraquí puede impedir un "incendio" en la zona.

La resolución de la ONU ha creado una situacón "llena de complejidades en los planos político y humanitario", según el diario, que expresa la postura oficial de Irak, "pues ha generado una espiral de tensión y terror en la región".

Además, acusa a EEUU de aprovechar la renuncia al veto de los países con ese derecho en el Consejo de Seguridad para "emplear, otra vez, la excusa de la legalidad internacional para abrir la puerta a la posibilidad del uso de la violencia contra un pueblo que lleva siete años de sufrimientos", desde que se aprobaron las primeras sanciones de la ONU contra Irak.

"El pueblo iraquí se enfrenta de nuevo a la injusticia de un estado hostil (EEUU), que pretende por todos los medios destruir a Irak y a millones de iraquíes", recalca.

Por todo esto, manifiesta su convencimiento de que Rusia, China y Francia "pueden jugar un papel positivo de mediación en estas circunstancias, con el fin de conservar la paz, la seguridad y la soberanía de los pueblos".

Rusia ha manifestado su oposición al empleo de la fuerza contra Irak, aunque ha instado a ese país a levantar sus medidas contra los estadounidenses de la Comisión.

Francia, que como China no es partidaria en principio de nuevas sanciones, ha señalado que la solución del problema depende de que Irak se retracte de su postura contra los expertos estadounidenses.

Al tiempo que los medios oficiales iraquíes hacen un llamamiento al diálogo, las autoridades mantienen su postura de no permitir la labor en su territorio de los expertos estadounidenses de la Comisión Especial de la ONU encargada de supervisar el desmantelamiento de las armas iraquíes de destrucción masiva.

Responsables oficiales han dicho que "no buscamos la confrontación, pero si se nos impone un reto, estamos preparados para ello", mientras los inspectores de la ONU, que suspendieron sus labores el pasado 29 de octubre, tienen previsto reanudarlas el lunes.

El australiano Richard Butler, presidente de la Comisión

Especial, obtuvo ayer el respaldo unánime del Consejo de Seguridad para que los equipos, con los inspectores de EEUU incluidos, reanuden sus actividades.

Durante el fin de semana, los países miembros del Consejo de Seguridad intentarán, según anunciaron, intensificar sus esfuerzos diplomáticos para resolver el conflicto, que volverán a discutir el lunes bajo la presidencia del embajador chino en la ONU, Qin Huasan.

Todo esto mantiene la incertidumbre y la tensión en la zona, donde EEUU y otros países tienen fuerzas destacadas en la península Arábiga y en el golfo Pérsico.

Estas fuerzas vigilan el cumplimiento de las sanciones impuestas a Irak tras su invasión de Kuwait de 1990, de donde los iraquíes fueron desalojados en 1991 por una coalición internacional encabezada por los estadounidenses. EFE

cho/jal

11/01/11-46/97

9714696

05

XJ3149

U POXBT 11-02 00309
mun exg icx

IRAK-ONU
BAGDAD DICE QUE UNSCOM NUNCA SERA JUSTA MIENTRAS DOMINE EEUU

El Cairo, 2 nov (EFE).- Irak, a través de su prensa oficial, opinó hoy que la Comisión Especial de la ONU (UNSCOM) encargada de desmantelar el armamento iraquí de destrucción masiva "nunca podrá llevar a cabo sus misiones de manera justa y objetiva mientras esté dominada por Estados Unidos".

En su principal comentario editorial de hoy, que recoge la agencia de noticias de Irak (INA), el diario Al-Zaura, órgano del partido gobernante Baaz, afirma que "la postura arbitraria y opresiva de Estados Unidos, y el hecho de que el Consejo de Seguridad de la ONU no toma una postura seria y justa respecto a esta actitud, son los motivos por los que Irak ha adoptado su posición actual".

El rotativo se refería a la decisión, adoptada el jueves pasado por el liderazgo iraquí, de prohibir que inspectores norteamericanos de la UNSCOM operen en su territorio.

En un desafío al presidente de la UNSCOM, Richard Butler, y al Consejo de Seguridad que decidió, a pesar de la decisión de Bagdad, reanudar los trabajos de la Comisión Especial en Irak mañana lunes con la participación de inspectores norteamericanos, el vicepresidente iraquí, Taha Yasín Ramadán, aseguró ayer que su país no permitirá a los estadounidenses participar en las inspecciones.

Al Zaura invita hoy al Consejo de Seguridad de la ONU a revisar la composición de la Comisión Especial y de sus equipos de inspectores, "de forma que garantice su neutralidad, objetividad, limpieza y respeto de los límites de su misión técnica".

"Irak ha sido víctima de un grave error cometido por el Consejo de Seguridad de la ONU en medio de unas circunstancias internacionales que Estados Unidos ha aprovechado de modo muy feo para realizar objetivos políticos propios hipócritas que no tienen ninguna relación con la legalidad internacional ni con los requisitos de las resoluciones del Consejo de Seguridad sobre Irak", manifestó Al Zaura. EFE
feb/jal

11/02/08-53/97

9714696

XJ3162

U POXBT 11-02 00349
mun exg icx

IRAK-ONU
IRAK PROHIBE ENTRADA AL PAIS A TRES EXPERTOS EEUU DE DESARME

El Cairo, 2 nov (EFE).- Las autoridades iraquíes prohibieron hoy la entrada al país de tres expertos norteamericanos de desarme, informan varias emisoras de radio árabes captadas en El Cairo.

Dos de esos expertos forman parte de la Comisión Especial de la ONU (UNSCOM) encargada del desarme de Irak, y el tercero es miembro de la Organización Internacional de la Energia Atómica (OIEA), según las emisoras.

Los tres expertos habían llegado esta mañana al aeropuerto de Habániya, a 125 kilómetros al oeste de Bagdad, en un vuelo especial procedente de Bahrein, en el marco de las misiones de la UNSCOM para la inspección del armamento iraquí, pero las autoridades iraquíes les pidieron que regresaran en el mismo vuelo.

Este es el segundo incidente de este tipo que se produce en Irak esta semana, desde que el liderazgo iraquí decidió romper sus contactos con los expertos estadounidenses de la UNSCOM y expulsar antes del próximo miércoles a los norteamericanos que permanecen en el país.

El jueves pasado, las autoridades iraquíes prohibieron la entrada al país de dos expertos norteamericanos de la UNSCOM que habían llegado a Habániya desde Bahrein.

Ahora quedan en Irak siete norteamericanos, expertos en desarme y administrativos que operan en el marco de las misiones de la UNSCOM.

El presidente de la UNSCOM, Richard Butler, dijo este fin de semana que la Comisión Especial reanudará mañana sus misiones en Irak con la participación de expertos norteamericanos.

Pero el vicepresidente iraquí, Taha Yasín Ramadán, respondió ayer que Irak cumplirá la decisión adoptada el miércoles por su liderazgo y expulsará a los norteamericanos que permanecen en el país, pero sin romper la cooperación con la UNSCOM.

La decisión iraquí de excluir a los expertos norteamericanos de las misiones de desarme de la ONU ha sido condenada por la ONU, EEUU y Gran Bretaña, país que no excluyó la posibilidad de responder con una acción militar internacional contra Irak.

Varios países árabes y la Liga Arabe han expresado su rechazo del recurso a la fuerza para resolver la crisis y manifestaron su deseo de que se solucione por medio del diálogo. EFE
feb/jal

11/02/12-24/97

XA5944

R POXBT 11-03 00338
icx mun exg

ONU-IRAK
CARDENAS GESTIONO LA RESOLUCION "PETROLEO POR ALIMENTOS"

Naciones Unidas, 3 oct (EFE).- El ex embajador argentino Emilio Cárdenas, quien se reunió hoy con el secretario general de la ONU, Kofi Annan, para recibir sus instrucciones para la misión que intentará resolver la crisis con Irak, fue el autor y promotor de la resolución 986 conocida como "petróleo por alimentos".

Aunque la embajadora de EEUU y actual secretaria de Estado en Washington, Madeleine Albright, reclamó la maternidad de esa propuesta, fue el embajador Cárdenas el que en duras negociaciones con ella logró eliminar restricciones de una resolución anterior que Irak consideró inaceptable y lesiva a su soberanía.

Debido a eso, y al interés que demostró por aliviar las graves consecuencias humanitarias que ha tenido para la población iraquí el régimen de sanciones, Cárdenas se mostró hoy optimista sobre la misión que le ha encargado Annan, con el que ya se reunió hace un par de semanas para hablar sobre la jefatura del departamento de Asuntos Humanitarios de la ONU.

Fue el propio Annan, en una entrevista relacionada con el viaje que emprende mañana a Chile y Venezuela, donde asistirá a la Cumbre Iberoamericana, quien confirmó que Cárdenas "está en la lista corta" de candidatos a reemplazar a Yasushi Akashi, como coordinador de ayuda humanitaria de la ONU.

Cárdenas se mostró hoy satisfecho "de estar de vuelta en la ONU", pero rehusó revelar si es sólo para la misión a Irak o es por más larga duración. Partirá esta noche hacia Ginebra, acompañando al diplomático argelino Lakhdar Brahimi, quien encabeza la misión, para reunirse allí con el otro miembro de la misma, el embajador y actual secretario de Estado en el ministerio de Asuntos Exteriores de Suecia, Jan Eliasson.

Brahimi ha desempeñado diversas misiones de la ONU, la última como enviado especial de Annan para Afganistán, y Eliasson también ha tenido puestos importantes, incluido el de coordinador de Ayuda de Emergencia de la ONU para casos de desastre, y fue representante personal del secretario general para el cumplimiento de la resolución 598 (1987) sobre cuestiones entre Irak e Irán. EFE
isd/rt

11/03/17-16/97

9714696

DP8745

B POXBT 11-04 00324
mun exg icx

ONU-IRAK
CONSEJO RESPALDA MISION A IRAK Y COMISION CONTINUA VUELOS U2

Naciones Unidas, 3 nov (EFE).- El Consejo de Seguridad de la ONU respaldó hoy la misión que el secretario general, Kofi Annan, decidió enviar a Irak, y la Comisión Especial anunció que seguirán las inspecciones y los vuelos de reconocimiento de los U2.

El presidente del Consejo, el embajador chino Qin Hausun, expresó el respaldo unánime de los miembros después de que Annan informó sobre la misión, y recordó a Irak su obligación de cumplir todas las resoluciones pertinentes.

El embajador de EEUU, Bill Richardson, calificó de "irresponsable" la amenaza iraquí de derribar los aviones de reconocimiento U2, y su demanda a la Comisión Especial para que suspenda esos vuelos de los aparatos-espía norteamericanos.

Fuentes iraquíes afirmaron a su vez que la carta de su embajador, Nizar Hamdún, pidiendo al presidente de la Comisión Especial dela ONu sobre Irak, Richard Butler, que suspendiera los vuelos de los U2 entre el 5 y el 7 de este mes, no era una amenaza sino una recomendación para evitar un incidente que puede agravar la situación.

A su vez, Butler afirmó que mañana, martes, continuarán las inspecciones en Irak que fueron suspendidas hoy cuando las autoridades iraquíes negaron acceso a un norteamericano que participaba en ellas, y que también continuarán los vuelos de los aviones U2 pese a las amenazas.

Añadió que cuenta con total apoyo del Consejo esa decisión, y señaló que los que trabajan para la Comisión están al servicio de la ONU, y merecen pleno respeto sea cual fuere su ciudadanía.

Por su parte, Annan dijo que el mandato de la misión que llegará el miercoles a Bagdad "no es negociar, sino persuadir a Irak de que coopere en cumplimiento de las resoluciones del Consejo de Seguridad", y manifestó confianza en el éxito de esa gestión.

Pese a la crisis, el secretario general mantiene sus planes de viajar mañana a Chile para una visita de tres días, y posteriormente a isla venezolana de Margarita, para asistir allí a la VII Cumbre Iberoamericana. EFE
JSD/JMA

11/04/00-19/97

9714696

09

FB2569

U FOXBT 11-03 00374
mun exg icx

ONU-IRAK/EEUU
EEUU QUIERE DE IRAK ACATAMIENTO ANTE ONU Y NO DIALOGO

Washington, 3 nov (EFE).- Estados Unidos rechazó hoy, lunes, la petición del presidente de Irak, Sadam Hussein, de buscar una solución a través del diálogo, y subrayó que Washington se interesa más en que Bagdad acate las resoluciones de Naciones Unidas que en supuestas conversaciones.

"No estamos interesados en el diálogo. Estamos interesados en el acatamiento", dijo hoy Mike McCurry, portavoz de la Casa Blanca.

Las autoridades de Irak impidieron realizar sus labores al equipo de inspección de armas de Naciones Unidas, en el que hay un norteamericano, y que hoy debían revisar uno de los arsenales iraquíes.

"El diálogo debería consistir en que (Sadam Hussein) se dé cuenta de que tiene que cumplir con la voluntad de la comunidad internacional cuando se presente la delegación", agregó McCurry, que no quiso pronunciarse sobre la posibilidad de que Naciones Unidas recurra al uso de la fuerza para que Bagdad cumpla las resoluciones.

El portavoz de la Casa Blanca subrayó que la misión de los inspectores no es algo negociable para Estados Unidos.

Asimismo aseguró que esta crisis "es fundamentalmente una disputa entre Irak y las Naciones Unidas. Sadam Hussein está aislado de toda la comunidad internacional".

En el Congreso, el líder de la minoría demócrata en el Senado, Tom Daschle, dijo que los legisladores daban su apoyo a la decisión de realizar más esfuerzos para hacer a Bagdad que cumpla con las resoluciones de la ONU.

Si los esfuerzos conjuntos fallan, "estoy preparado para apoyar una acción unilateral", aseguró Daschle.

En Naciones Unidas, su secretario general, Kofi Annan, anunció horas después de que comenzase esta nueva crisis entre EEUU e Irak que Bagdad ha aceptado recibir a una misión especial "para discutir la adecuada puesta en práctica de las resoluciones de la ONU".

Hoy mismo partirán hacia Bagdad el argentino Emilio Cárdenas, el argelino Lakhdar Brahimi y el sueco Jan Eliasson.

El presidente de Irak se refirió a la necesidad del diálogo para resolver la crisis y pidió que se aclare de una vez por todas cuando van a levantarse las sanciones impuestas a Irak por el Consejo de Seguridad.

Por otra parte, se anunció que el Consejo de Seguridad se reunirá hoy, lunes, a puerta cerrada a partir de las 22.00 GMT para analizar la crisis iraquí. EFE

EMM/esc/rml

11/03/16-47/97

9714696

EA6203

U POXBT 11-03 00607
mun exg icx

IRAK-ONU (Ampliación)
SADAM HUSEIN QUIERE DIALOGO CON ONU Y COMPROMISO FIN EMBARGO

El Cairo, 3 nov (EFE).- El presidente iraquí, Sadam Husein, manifestó su deseo de resolver mediante el diálogo con la ONU, la crisis actual desencadenada por la decisión de Bagdad de excluir a los expertos estadounidenses de las misiones de la Comisión Especial (UNSCOM) para el desarme de Irak.

En una alocución que hizo durante la sesión del Gobierno iraquí que presidió anoche en Bagdad para tratar la situación, Sadam Husein pidió al Consejo de Seguridad de la ONU un compromiso "claro e inequívoco" para levantar las sanciones internacionales impuestas a su país desde 1990, informa hoy la agencia de noticias iraquí INA.

"Irak quiere una postura clara (del Consejo de Seguridad) respecto al levantamiento completo del embargo, empezando por el cumplimiento del párrafo 22 de la resolución 687 sin dilaciones y retrasos", dijo el presidente iraquí cuyo discurso reproduce hoy INA.

El párrafo 22 de la resolución 687 del Consejo de Seguridad prevé que sean levantadas las sanciones internacionales en cuanto que Bagdad cumpla todas las condiciones de la resolución, principalmente, la destrucción de sus armas de destrucción masiva, y la liberación de los presos de guerra kuwaitíes y otros capturados durante la ocupación de Kuwait.

Irak ha asegurado en repetidas ocasiones que cumplió todas las condiciones requeridas por el Consejo de Seguridad por lo que pide que se ponga fin al embargo.

Sadam Husein estimó que "el pueblo iraquí, que ha sufrido y se ha sacrificado, quiere ahora una postura clara respecto al levantamiento del embargo, y si "el Consejo de Seguridad) necesita mas clarificaciones, algo que sería fútil y provocativo, pueden hacerlo a través del Comité de Control (de la ONU, en Bagdad) aunque este Comité incluya a un representante estadounidense".

El Comité de Control fue establecido por la ONU en Bagdad a fin de supervisar el programa de armamento de destrucción masiva de Irak prohibido por la resolución 687 del Consejo de Seguridad que puso las condiciones para un alto el fuego en la guerra del Golfo de 1991, que liberó a Kuwait de siete meses de ocupación iraquí.

"No hay otra posibilidad (que el diálogo y un compormiso claro de la ONU), y si recurren a otros métodos, como el uso de la fuerza, Dios ayudará a cada uno a conseguir su derecho", dijo el presidente iraquí en aparente referencia a la disposición de Irak a resistir a una eventual acción militar contra su territorio promovida por Estados Unidos.

La UNSCOM ha suspendido hoy sus misiones de inspección de instalaciones en Irak, después de que las autoridades del país impidieran esta mañana a un experto de EEUU tomar parte en una misión.

Ciento veinte personas trabajan en la oficina de la UNSCOM en Bagdad, de ellos, siete son ciudadanos estadounidenses.

El ministro iraquí de Información, Hamam Abdel Jaleq, reiteró tras el incidente de hoy que los equipos de inspección de la UNSCOM pueden llevar a cabo normalmente sus misiones en Irak y que

9714696

"la prohibición solo afecta a los estadounidenses de la UNSCOM".

Es el tercer incidente de este tipo que se registra desde que el liderazgo iraquí decidió el miércoles pasado prohibir a los estadounidenses que trabajan en la UNSCOM operar en su territorio y expulsar del país antes del próximo miércoles a los que permanezcan en él.

El mando iraquí acusó el pasado 29 de octubre a Estados Unidos de utilizar el Consejo de Seguridad de la ONU y la UNSCOM "como cobertura para fines de espionaje y agresión" contra Irak, "recurriendo a la provocación de situaciones de crisis y a excusas infundadas, para obtener que el Consejo de Seguridad mantenga el injusto embargo".

Desde ese día, las autoridades iraquíes impidieron la entrada al país a cinco expertos estadounidenses a los que pidió que regresaran a Bahrein de donde procedían. EFE

nq/feb/msr

11/03/13-15/97

97 14696

XQ2728

U FOXBT 11-03 00294
mun exg

ONU-IRAK
CONSEJO RESPALDA ENVIO DE MISION Y ANNAN CONFIA EN SOLUCION

Naciones Unidas, 3 nov (EFE). El secretario general de la ONU, Kofi Annan, informó hoy al Consejo de Seguridad sobre la misión que envía a Irak "para persuadir a las autoridades iraquíes que rescindan las decisiones que adoptaron".

Annan informó de los contactos que mantiene desde el jueves pasado para integrar la misión, incluída una conversación telefónica hoy con el viceprimer ministro de Irak, Tarek Aziz.

Informó también de que ha enviado una carta al presidente iraquí, Sadam Hussein, pero rehusó revelar su contenido "porque aún no la ha recibido".

"Estamos poniendo a prueba nuestra capacidad negociadora", dijo Annan, quien informó de que los miembros de la misión, Lakhdar Brahimi (Argelia), Emilio Cárdenas (Argentina), y Jan Eliasson (Suecia), se encontrarán mañana en Ginebra, llegarán a Bagdad el miércoles, y regresarán a Nueva York durante el fin de semana para informar al Consejo el próximo lunes.

En respuesta a una pregunta sobre la expiración del plazo dado por Irak para que los miembros estadounidenses de la Comisión Especial salgan del país, Annan expresó su confianza en que no se cumpla el ultimátum, al menos mientras la misión de la ONU esté en Bagdad, y que se suspenda definitivamente "porque ése es el objetivo".

Respecto a la demanda iraquí de que se aclare cuándo se levantarán las sanciones, Annan señaló que la Comisión ha llevado a cabo una tremenda labor con centenares de inspecciones, y que tanto ella en su reciente informe, como la Organización Internacional de Energía Atómica (OIEA), reconocieron que se han logrado importantes progresos.

Agregó que espera que las inspecciones puedan continuar sin obstáculos de forma que la Comisión pueda resolver las cuestiones pendientes, y que "pronto comencemos a ver la luz al final del túnel". EFE

jsd/jlm/arp

11/03/23-42/97

EA6199

U FOXBT 11-03 00727
mun exg icx

IRAK-ONU (Previsión)
UNSCOM SUSPENDE MISIONES ANTE OBSTACULOS IRAK A EXPERTO EEUU

Dubai (EAU), 3 nov (EFE).- La Comisión Especial de la ONU para el desarme de Irak (UNSCOM) ha suspendido hoy, lunes, sus misiones de inspección de instalaciones en Irak, después de que Bagdad impidiera esta mañana a la participación de un experto de EEUU.

"Esta mañana, a las 08.30 hora local (05.30 GMT), enviamos a un equipo de expertos en misiles a una instalación militar iraquí, y cuando el equipo -que incluía a un experto estadounidense- llegó al lugar, responsables iraquíes les informaron de que los ciudadanos estadounidenses no tenían permitido el acceso", dijo a EFE el general sueco Nils Carlstrom, jefe de la oficina de control de la ONU en Bagdad.

Carlstrom añadió que el "jefe del equipo de expertos comunicó a los responsables iraquíes que no podían continuar la inspección sin los responsables estadounidenses y decidió regresar al centro de la ONU en Bagdad".

Después del incidente, otros dos equipos de inspectores que tenían previsto visitar otras instalaciones iraquíes han cancelado sus visitas, explicó Carlstrom contactado por teléfono desde Dubai.

"El incidente de hoy se produjo de manera pacífica y profesional y en ningún momento los miembros del equipo se han sentido amenazados", aseguró.

Carlstrom dijo desconocer cuándo la UNSCOM reanudará sus misiones de inspección y añadió que deberá consultar con la sede de la ONU en Nueva York antes de tomar una decisión.

Ciento veinte personas trabajan en las oficina de la UNSCOM en Bagdad, de ellos, siete son ciudadanos estadounidenses, indicó Carlstrom.

A su vez, el ministro iraquí de Información, Hamam Abdel Jaleq, declaró a la agencia de noticias iraquí INA que varios equipos de la UNSCOM se dirigieron esta mañana a distintos lugares para inspeccionar instalaciones, y que "el lado iraquí informó a uno de los equipos, a su llegada al lugar que deseaba inspeccionar, de que no autorizaba el acceso al inspector estadounidense".

No obstante, les informó de que "el resto de los inspectores podían entrar al lugar y cumplir su misión", indicó el ministro iraquí.

Añadió que este equipo decidió no entrar a la instalación y regresar a su sede, lo que también hicieron los otros equipos antes de llegar a los lugares que iban a inspeccionar por instrucciones de su sede en Bagdad.

El ministro de Información iraquí reiteró que los equipos de inspección de la UNSCOM pueden llevar a cabo normalmente sus misiones en Irak y que "la prohibición solo afecta a los estadounidenses".

Este es el tercer incidente de este tipo que se registra en Irak desde que el liderazgo del país decidió el miércoles pasado prohibir a los estadounidenses que trabajan en la UNSCOM operar en su territorio y expulsar antes del próximo miércoles a los que permanezcan en él.

El mando iraquí acusó el miércoles pasado a Estados Unidos de

utilizar el Consejo de Seguridad de la ONU y la UNSCOM "como cobertura para fines de espionaje y agresión contra nuestro país, recurriendo a la provocación de situaciones de crisis y a excusas infundadas, para obtener que el Consejo de Seguridad (...) mantenga el embargo injusto impuesto" desde hace mas de siete años.

Desde ese día, Bagdad impidió la entrada al país a cinco expertos estadounidenses a los que pidió que regresararan a Bahrein de donde procedían.

Tras suspender sus actividades por la decisión iraquí del pasado 29 de octubre, el presidente de la UNSCOM, Richard Butler, anunció el pasado fin de semana que la Comisión Especial reanudaría hoy sus misiones en Irak, con la participación de expertos estadounidenses, a pesar de la decisión de Bagdad.

A la luz del recrudecimiento de tensión entre EEUU e Irak, el presidente iraquí, Sadam Husein, presidió anoche una reunión del Consejo de ministros en Bagdad, para "examinar los últimos acontecimientos" y "las medidas necesarias para hacer frente a un eventual ataque estadounidense contra Irak", según la televisión estatal.

Mientras tanto, el vicepresidente iraquí, Taha Yasín Ramadán, acusó a los inspectores estadounidenses de "obstruir las misiones" de la UNSCOM y "crear problemas con Bagdad" y opinó que "mientras haya norteamericanos" en la UNSCOM, "no será levantado el embargo" impuesto a Irak".

A su vez, el jefe de la diplomacia iraquí, Mohamed Said Al Sahaf declaró que los expertos estadounidenses "se aprovechan de su trabajo en el seno de la UNSCOM para llevar a cabo los planes norteamericanos hostiles a Irak", además de "provocar situaciones de crisis y avivar la tensión a fin de prolongar el mandato de la UNSCOM en Irak y por consiguiente mantener el bloqueo". EFE

ad/feb/msr

11/03/12-13/97

9714696

EA6216

B POXBT 11-04 00283
mun exg icx

IRAK-ONU
BAGDAD PROHIBIO HOY ACCESO INSTALACIONES A EXPERTOS EEUU

Dubai (EAU), 4 nov (EFE).- Por segundo dia consecutivo, las autoridades iraquíes impidieron hoy, martes, el acceso a instalaciones militares en Irak a expertos estadounidenses que integran tres equipos de inspección de la Comisión Especial de la ONU encargada del desarme de Irak (UNSCOM).

"Tres equipos de inspectores que se habían dirigido esta mañana a varias instalaciones militares fueron advertidos a su llegada por responsables iraquíes de que los integrantes estadounidenses no tenían permitido el acceso", dijo a EFE el general Nils Carlstrom. responsable de la Oficina de Control de la ONU en Bagdad.

"Los encargados de cada uno de los equipos decidieron no proseguir con las inspecciones y regresar a la oficina de la ONU en Bagdad", explicó Carlstrom contactado por teléfono desde Dubai y quien precisó que "los inspectores no se sintieron amenazados en ningún momento".

El lunes, otros tres grupos de la UNSCOM tuvieron que cancelar sus inspecciones por la negativa de las autoridades iraquíes a permitir a los expertos estadounidenses entrar en los lugares destinados a su labor.

El mando iraquí decidió el miércoles pasado prohibir a los expertos estadounidenses de la UNSCOM operar en su territorio y expulsar antes de mañana miércoles a los de esa nacionalidad que permanezcan en el país porque les acusa de espionaje.

Desde ese día, las autoridades iraquíes prohibieron la entrada a cinco expertos estadounidenses en armamento que procedían en un vuelo especial de Bahrein para cumplir sus funciones en la UNSCOM.

Mientras tanto, se espera que llegue a Bagdad una delegación de emisarios de la Secretaría General de la ONU para intentar resolver la crisis actual desencadenada por la decisión iraquí.
EFE

ad/feb/msr

11/04/09-54/97

9714696

XW8254

U FOXBT 11-04 00318
mun exg

ONU-IRAK
PARALIZADAS INSPECCIONES EXPERTOS ENERGIA NUCLEAR EN IRAK

Viena, 4 nov (EFE).- El conflicto entre Irak y la ONU ha paralizado también las actividades de los inspectores del Organismo Internacional de Energía Atómica (OIEA) que se encuentran actualmente en Bagdad, según el secretariado de esa organización.

Hans Mayer, portavoz de prensa del OIEA, dijo a EFE hoy, martes, en Viena, que los expertos del organismo que están en Irak (hay permanentemente cuatro científicos del OIEA en ese país) han interrumpido sus actividades a la espera de una resolución del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

La semana pasada, Bagdad prohibió la entrada al país a uno de los cuatro inspectores actuales, de nacionalidad estadounidense, aunque los otros tres se encuentran en la capital de Irak "sin problemas", señaló Mayer.

"Pero nosotros tenemos que seguir las instrucciónes del Consejo de Seguridad" que determinan que si Irak impide el trabajo a algunos de los inspectores de la ONU (los de nacionalidad estadounidense), los demás deben también interrumpir sus actividades, pues la actitud de Bagdad se interpreta como un impedimento a la labor de las Naciones Unidas, agregó.

El OIEA, con su sistema de controles, debe cerciorarse de que las instalaciones de energía atómica de Irak (y la de otros países) se utilizan únicamente con fines pacíficos y que ese país se atiene al Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares.

En la última conferencia del OIEA, celebrada a finales de septiembre en Viena, la mayoría de los Estados miembros aprobaron una resolución en la que "lamentan" que Irak no haya facilitado todas las informaciones deseadas e impidiera en numerorosas ocasiones el acceso de los controladores a sus instalaciones.

El entonces director general del organismo, Hans Blix, subrayó entonces que, si bien han disminuido tras seis años de inspección "las manchas blancas" en el mapa iraquí, no puede excluirse que siga habiendo partes de un programa nuclear secreto de Irak aún no descubierto. EFE
wr/mlr

11/04/17-29/97

9714696

17

XW8254

U POXBT 11-04 00318
mun exg

ONU-IRAK
PARALIZADAS INSPECCIONES EXPERTOS ENERGIA NUCLEAR EN IRAK

Viena, 4 nov (EFE).- El conflicto entre Irak y la ONU ha paralizado también las actividades de los inspectores del Organismo Internacional de Energía Atómica (OIEA) que se encuentran actualmente en Bagdad, según el secretariado de esa organización.

Hans Mayer, portavoz de prensa del OIEA, dijo a EFE hoy, martes, en Viena, que los expertos del organismo que están en Irak (hay permanentemente cuatro científicos del OIEA en ese país) han interrumpido sus actividades a la espera de una resolución del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

La semana pasada, Bagdad prohibió la entrada al país a uno de los cuatro inspectores actuales, de nacionalidad estadounidense, aunque los otros tres se encuentran en la capital de Irak "sin problemas", señaló Mayer.

"Pero nosotros tenemos que seguir las instrucciónes del Consejo de Seguridad" que determinan que si Irak impide el trabajo a algunos de los inspectores de la ONU (los de nacionalidad estadounidense), los demás deben también interrumpir sus actividades, pues la actitud de Bagdad se interpreta como un impedimento a la labor de las Naciones Unidas, agregó.

El OIEA, con su sistema de controles, debe cerciorarse de que las instalaciones de energía atómica de Irak (y la de otros países) se utilizan únicamente con fines pacíficos y que ese país se atiene al Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares.

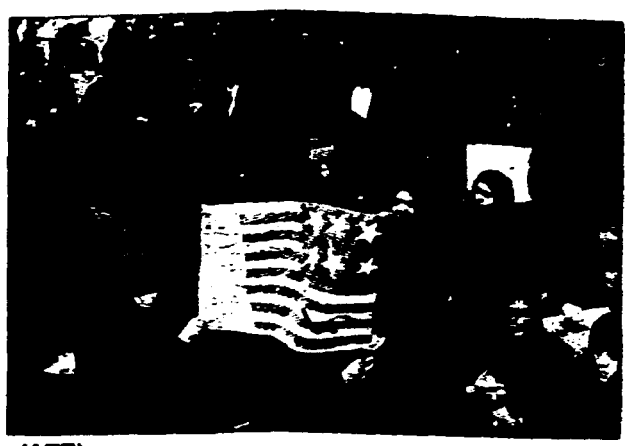
En la última conferencia del OIEA, celebrada a finales de septiembre en Viena, la mayoría de los Estados miembros aprobaron una resolución en la que "lamentan" que Irak no haya facilitado todas las informaciones deseadas e impidiera en numerorosas ocasiones el acceso de los controladores a sus instalaciones.

El entonces director general del organismo, Hans Blix, subrayó entonces que, si bien han disminuido tras seis años de inspección "las manchas blancas" en el mapa iraquí, no puede excluirse que siga habiendo partes de un programa nuclear secreto de Irak aún no descubierto. EFE
wr/mlr

11/04/17-29/97

9714396

Sube la temperatura en el Golfo



Sube la tensión en el Golfo Pérsico. En Irán también se produjeron manifestaciones antinorteamericanas y antijudías. (AFP)

Bagdad, agencias

Irak impidió nuevamente ayer la participación de expertos de Estados Unidos en las inspecciones de la ONU de sus instalaciones militares y amenazó con abatir un avión de dicho país, lo que provocó la intervención diplomática de París y Moscú. Mientras tanto, Estados Unidos aprobó un bloqueo total contra el régimen de Saddam Hussein

Tres equipos de la ONU que incluían a estadounidenses intentaron ayer, por segundo día, reanudar las inspecciones, en vísperas de la expiración de un ultimátum de Irak, que se declaró dispuesto a expulsar antes de hoy (miércoles) por la noche a esos expertos.

Los equipos fueron informados de que los expertos estadounidenses no eran bienvenidos, por lo que decidieron retirarse de los lugares de inspección, indicó en Nueva York el portavoz de la Comisión Especial de la ONU (Unscom) encargada de controlar los equipos e instalaciones militares de Irak, Ewen Buchanan.

"No hubo hostilidad, ni amenazas, y todo se desarrolló de forma profesional", añadió el director del Centro de Verificación de la Unscom en Bagdad, Nils Calstrom.

Francia pidió a Irak que retire su amenaza de abatir el avión espía estadounidense U-2, utilizado por la Unscom. "Instamos a las autoridades iraquíes que no pongan en práctica esta amenaza de ejecución", declaró en París el portavoz del Ministerio de Relaciones Exteriores, Yves Dutriaux.

El embajador de Irak en la ONU, Nizar Hamdoun, anunció el lunes que la defensa antiaérea iraquí abriría el fuego contra el U-2 si se mantenían sus próximos vuelos, previstos para hoy y el viernes. El jefe del Unscom, Richard Butler, decidió mantener esos vuelos de reconocimiento fotográfico, a más de 27.000 m de altura y 800 km/hora.

En Moscú, un alto responsable del ministerio ruso de Relaciones Exteriores tomó contacto igualmente con las autoridades iraquíes, según un portavoz del citado ministerio, Guennadi Tarassov.

El portavoz ruso aseguró que fue gracias a la intervención de Rusia que Bagdad aceptó recibir tres emisarios del secretario general de la ONU, Kofi Annan: el argentino Emilio Cárdenas, el argelino Lakhdar Brahimi y el sueco Jan Eliasson.

Los tres diplomáticos tienen previsto llegar a Bagdad hoy por la mañana, pocas horas antes de la expiración del plazo fijado por Irak para que los estadounidenses abandonen la misión de la Unscom y el territorio iraquí, a las 22.00 GMT.

Annan pidió a Irak que aplace su ultimátum. "Espero que no ejecuten este ultimátum mientras el equipo se encuentra en Bagdad", declaró el secretario general de la ONU. Horas después Irak dijo que aplazará el ultimátum.

Los emisarios intentarán persuadir a Irak que renuncie a expulsar a los estadounidenses, pero la eventualidad fue rechazada primero por el embajador iraquí en la Liga Arabe, Nabil Nejm.

"Nuestra decisión es irreversible mientras Irak no haya obtenido garantías de que se adoptarán medidas serias y reales para poner fin al embargo", declaró a la AFP durante una conferencia en Abú Dhabi.

"No estamos en un bazar", respondió el portavoz del departamento de Estado, James Rubin. Los emisarios de Annan "tendrán como tarea de decir claramente a la dirección iraquí que el Consejo de Seguridad está decidido firmemente a obligar a Irak a plegarse ante las exigencias de la ONU", declaró el secretario de Estado adjunto estadounidense para Oriente Medio, Martin Indyk.

Saddam Hussein reta a la ONU y a los EEUU

29 de octubre: Saddam Hussein, en respuesta a la resolución del Consejo de Seguridad de la ONU con motivo de la oposición de las autoridades iraquíes a la inspección de los arsenales, resolvió la expulsión de los inspectores norteamericanos y les impuso dejar Irak dentro de siete días. El Consejo de Seguridad condenó la decisión.

30 de octubre: Irak confirmó su decisión y afirmó no temer una eventual represalia norteamericana. Bagdad devolvió a dos inspectores estadounidenses de la ONU en un helicóptero a Bahrein y reafirmó no temer las amenazas occidentales. Estados Unidos definió como "un error" la decisión iraquí.

31 de octubre: La Casa Blanca no excluyó una represalia militar pero Saddam Hussein se declaró dispuesto a una "nueva confrontación militar". Rusia y Francia propiciaron una solución pacífica de la crisis.

1 de noviembre: La ONU anunció que las inspecciones se reanudarían el lunes 3 de noviembre pero el vicepresidente iraquí Taha Yassin-Ramadan dijo que Bagdad no aceptará a los inspectores norteamericanos. El presidente Bill Clinton consideró "inaceptable" el rechazo.

2 de noviembre: El secretario general de Naciones Unidas, Kofi Annan, anunció el envío de una misión a Bagdad para intentar resolver la crisis. Bagdad rechazó el ingreso de los tres miembros norteamericanos de la comisión especial de la ONU encargada de individualizar los arsenales clandestinos de armas atómicas y químicas. La Liga Arabe se opuso a una salida militar de la crisis. La Casa Blanca acusó a Irak de demostrar "desprecio" por las resoluciones de la ONU. El presidente de la Cámara estadounidense, Newt Gingrich, sostuvo que su país debe cumplir "cualquier paso necesario" para hacer respetar las resoluciones de la ONU.

3 de noviembre: Bagdad alzó el tono del desafío y amenazó con abatir a los aviones espía norteamericanos U-2 con los cuales la ONU controla la reducción de los arsenales iraquíes. Saddam confirmó además la orden de expulsión de los inspectores estadounidenses y pidió la revocación de las sanciones internacionales. La Casa Blanca dijo que Irak debe acatar las resoluciones de la ONU y propició "una respuesta firme". El jefe de la Comisión de la ONU que supervisa el desarme iraquí anunció que los inspectores reanudarán su labor según lo programado. Annan dijo "no creer que el ultimátum iraquí para hoy miércoles será aplicado mientras la misión (de la ONU) se encuentre allá".

9714690

XC8447

U FOXBT 11-05 00559
icx mun exg

IRAK-INSPECCION (Previsión)
DELEGACION ONU LLEGA BAGDAD CON MENSAJE ANNAN A GOBIERNO IRAK

Dubai (EAU), 5 nov (EFE).- Una delegación de la ONU comenzó hoy miércoles en Bagdad conversaciones con el viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, para resolver la crisis surgida en torno a las inspecciones de instalaciones militares de Irak, cuyas autoridades impidieron a los estadounidenses participar en ellas por tercer día consecutivo.

A las conversaciones asistieron también el ministro iraquí de Asuntos Exteriores, Mohamed Said al Sahaf, y otros responsables del gobierno del país.

Pocas horas antes de la llegada de la delegación, las autoridades iraquíes habían reiterado su prohibición de acceso a las instalaciones militares a los miembros estadounidenses de la Comisión Especial de la ONU encargada del desmantelamiento de las armas de destrucción masiva en Irak (UNSCOM).

A su llegada, un miembro de la delegación, el argelino Lajdar Ibrahimi, declaró que era portador de un mensaje para el Gobierno iraquí, cuyo contenido no reveló, del secretario general de la ONU, Kofi Annan.

La delegación, integrada además por el diplomático argentino Emilio Cárdenas y el sueco Jan Eliasson, está acompañada por el embajador de Irak ante la ONU, Nizar Hamdún.

Kofi Annan precisó ayer que sus emisarios no van a negociar, sino a solicitar su cooperación en el cumplimiento de las resoluciones de la organización mundial.

Según dijo a EFE un portavoz de la UNSCOM en Bagdad, "tres equipos de inspectores que se habían dirigido esta mañana a otras tantas instalaciones militares iraquíes, fueron avisados a su llegada por las autoridades iraquíes de que los miembros estadounidenses de los equipos no tenían permitido el acceso".

Ante esta perspectiva, los inspectores, al igual que los dos días anteriores, "regresaron a las oficinas en Bagdad", añadió el portavoz.

La actual crisis entre Irak y la ONU comenzó cuando el mando iraquí decidió el pasado 29 de octubre excluir a los inspectores estadounidenses -que acusa de espionaje- y darles un plazo de una semana (que vence a las 23.00 GMT de hoy) para que abandonen el país.

Desde que tomó esta decisión, Irak impidió la entrada al país de cinco especialistas estadounidenses de desarme.

En su editorial de hoy, titulado "nuestro enemigo es EEUU, no la ONU", el diario "al Zaura", órgano del partido gobernante Baaz que dirige el presidente iraquí, Sadam Husein, reitera que el conflicto actual no es "entre Irak y la ONU sino entre Irak y EEUU".

Tarek Aziz informó ayer al secretario general de la ONU de que ningún integrante de la UNSCOM será expulsado mientras que permanezcan en Irak los emisarios que ha enviado para intentar encontrar una solución a la crisis.

En respuesta a la decisión iraquí de posponer hasta la semana próxima la expulsión de los estadounidenses de la UNSCOM de su territorio, la ONU decidió posponer los vuelos -en principio previstos para hoy y el viernes- de los aviones espía

9714696

estadounidenses U-2 sobre Irak.

Estos aviones apoyan la labor de sus inspectores de desarme y el Gobierno iraquí amenazó el lunes con derribarlos si continuaban.

Ambas decisiones tienen como objetivo fomentar un clima propicio para la misión de los emisarios de la ONU en Bagdad, que trata solucionar la crisis y evitar así un recurso a la fuerza promovido por Estados Unidos.

La misión de los emisarios de la ONU en Bagdad debe concluir el viernes, tras lo cual los enviados de Kofi Annan informarán el próximo lunes al Consejo de Seguridad sobre los resultados de sus conversaciones. EFE

feb/ad/msr/jdl

11/05/11-42/97

9714696

A LOS INSPECTORES ESTADOUNIDENSES LES FUE IMPEDIDO ACTUAR POR TERCER DÍA CONSECUTIVO

ONU dialoga en buenos términos con Irak

El Dos 06/11/97 Pg. 22

La primera ronda de conversaciones entre la misión de Naciones Unidas y el gobierno de Saddam Hussein transcurrió en un ambiente "agradable", pero no se divulgaron detalles

La Organización de Naciones Unidas (ONU) guardó silencio ayer sobre el contenido de las conversaciones de sus enviados con el gobierno de Irak. La misión de la ONU trata de convencer a las autoridades iraquíes de que revoque su prohibición de actuar contra los inspectores estadounidenses.

Los inspectores fueron impedidos ayer, por tercer día consecutivo de inspeccionar las instalaciones iraquíes.

Fed Eckhard, portavoz de la ONU, se limitó a confirmar que la atmósfera fue buena y dijo que no sabía si los tres emisarios iban

La ONU volvió a señalar "que no hay nada que negociar" con Irak, sólo es un diálogo

a reunirse con el presidente iraquí, Saddam Hussein.

Lakhdar Brahimi, ex ministro argelino, y los ex embajadores ante la ONU de Argentina, Emilio Cárdenas, y de Suecia, Jan Eliasson, arribaron a Bagdad ayer por la mañana.

"Fuimos recibidos por el viceprimer ministro Tareq Aziz y le entregamos una carta del secretario general, Kofi Annan, dirigida al presidente Hussein", dijo Brahimi a los periodistas tras las conversaciones preliminares para tratar de suavizar las tensiones en torno al asunto.

"Hemos sostenido una sesión de conversaciones que finalizó en un ambiente muy agradable", subrayó Brahimi.

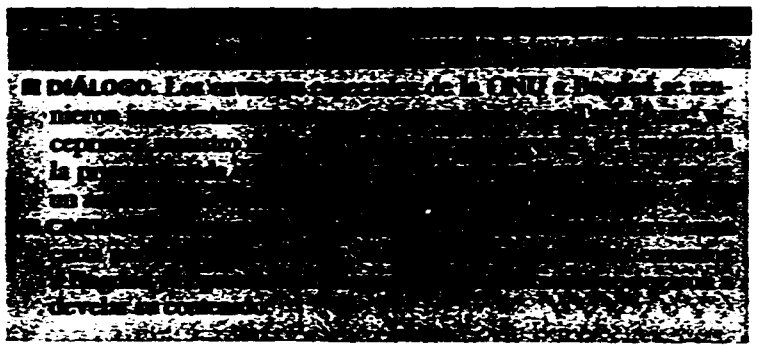
Las conversaciones con Aziz se reanudaban ayer por la tarde. Brahimi se negó a revelar el contenido de la carta de Annan a Hussein.

Los emisarios tienen previsto abandonar Bagdad el viernes e informar el lunes al Consejo de Seguridad sobre el resultado de sus gestiones para tratar de desactivar la crisis.

En la sede de la ONU, Eckhard reiteró a los periodistas que los tres enviados no fueron a Bagdad a negociar, sino a transmitir al gobierno local el mensaje del Consejo de Seguridad de que debe cooperar con la Comisión Especial de la ONU encargada de su desarme (Unscom), y levantar la prohibición contra la presencia y participación de sus miembros estadounidenses.

"No hay nada que negociar", dijo el portavoz de la ONU, quien señaló que las conversaciones dan al gobierno iraquí una oportunidad para expresar sus quejas.

En un claro intento de propiciar una salida diplomática a la crisis, la Unscom anunció el martes que posponía hasta la semana próxima los vuelos de los aviones espía estadounidenses U2 que le ayudan en su tarea de localizar y desmantelar los arsenales iraquíes de armas de destrucción masiva.



■ DIÁLOGO. Los [illegible] de la ONU a Bagdad se reanudaron [illegible] develar [illegible]

Irak había amenazado veladamente con derribarlos si no se cancelaban los vuelos esta semana. Bagdad por su parte, aplazó la expulsión de los inspectores de EEUU hasta que el Consejo de Seguridad discuta la semana próxima el resultado de la misión de los emisarios de la ONU.

Se prevé que Aziz se presente en la ONU la semana próxima para dejar sentadas ante el Consejo las quejas y el llamamiento de su gobierno por el pronto levantamiento del embargo petrolero vigente contra su país desde 1990.

Hasta ayer las autoridades en Bagdad no habían solicitado formalmente que Aziz hable ante el organismo.

CLINTON PIDIÓ PACIENCIA

Por su parte, el presidente de EEUU, Bill Clinton, pidió paciencia en la crisis entre la ONU e Irak hasta conocer el resultado de las conversaciones que se celebran en Bagdad.

"Pido al pueblo estadounidense y a nuestros aliados de todo el mundo que no se frustren, que sean pacientes pero firmes", declaró Clinton en el Despacho Oval a un grupo de periodistas.

Clinton agregó que "intentaremos continuar este sistema de inspecciones (la de Unscom) porque es la vía más pacífica de tratar esto".

Por otra parte, el portavoz de la Casa Blanca, Mike McCurry, negó ayer que EEEUU esté "en desfase" con las políticas de la ONU y dijo que su país le dará al organismo internacional suficiente autonomía para lograr "lo que esperamos será una solución diplomática a este asunto". *(En base a EFE, Reuters y AP)*

Estados Unidos "entiende" suspensión de vuelos espía

Estados Unidos "entiende" la decisión de la ONU de suspender los vuelos de reconocimiento sobre Irak, realizados con aviones espía U2 estadounidenses que Bagdad amenazó con derribar.

"Entendemos la decisión. Hemos sido informados de ello y no afecta en nada a nuestra determinación de continuar aplicando importantes resoluciones de las Naciones Unidas", dijo ayer el portavoz de la Casa Blanca, Mike McCurry.

El portavoz añadió que la Casa Blanca está satisfecha con el compromiso del responsable de las inspecciones de la ONU en Irak, Richard Butler, de reanudar los vuelos la semana que viene.

En principio estaba previsto un vuelo de reconocimiento para ayer. Irak amenazó con derribar dicho vuelo.

Clinton advirtió el martes a Irak que sería un "gran error" atacar a los aviones estadounidenses al servicio de la ONU que vigilan que el régimen iraquí

"(La suspensión) no afectará nuestra determinación de aplicar resoluciones de la ONU"

no fabrique armas de destrucción masiva.

El mandatario reiteró la voluntad de Estados Unidos de tratar de "resolver la crisis diplomáticamente", si bien Washington no descartó el uso de la fuerza militar.

HISTORIA DE UNA CRISIS

La nueva crisis internacional que involucra a Irak estalló el pasado día 29, cuando Bagdad anunció que, en el plazo de una semana, iba a expulsar a los inspectores de Estados Unidos de la Comisión de la ONU encargada de controlar el proceso de desarme (Unscom).

El 23 de octubre pasado, el Consejo de Seguridad aprobó la resolución 1134 que amenaza a Irak con nuevas sanciones si Bagdad no coopera con Unscom. Rusia, Francia y China se abstuvieron.

El 27 de octubre el Consejo Nacional iraquí recomendó la paralización de las relaciones con Unscom hasta que Irak no tenga una idea "precisa y cercana" del fin del embargo impuesto tras la guerra del Golfo. *(AFP y EFE)*

22

97 14696

DP9064

U POXBT 11-06 00652
icx mun

IRAK-ONU (Previsión)
COMISION DESARME ACUSA A IRAK DE ESCONDER EQUIPOS

Naciones Unidas, 6 oct (EFE).- Mientras los emisarios de la ONU tratan de desactivar la crisis sobre el desarme iraquí, ha surgido otro enfrentamiento entre la Comisión encargada de desmantelar las armas de destrucción masiva de Irak y el Gobierno de Bagdad.

El presidente de esta Comisión de la ONU acusó a Irak de cometer una nueva violación al esconder equipos de "doble" uso -militar y civil- y también, aparentemente, de neutralizar "deliberadamente" las cámaras de vigilancia del organismo.

Las acciones iraquíes se producen una semana después de que Bagdad bloqueara todas las inspecciones de la Comisión al prohibir la participación de sus expertos estadounidenses.

Al no poder efectuar las inspecciones, la Comisión "es incapaz de verificar" que Irak no haya trabajado en "la producción de armas de destrucción masiva o componentes", dijo el presidente del organismo, Richard Butler.

Fuentes de la Comisión dijeron a EFE que el ocultamiento de equipos y la aparente interferencia con las cámaras de vigilancia ocurrieron en los últimos días.

Los equipos "significativos" que los iraquíes desplazaron fuera de la cobertura de las cámaras incluyen sistemas que podrían emplearse para equilibrar giroscopios de misiles prohibidos, precisó Butler en una carta al Consejo de Seguridad.

A los iraquíes les bastaría "un par de horas" para adaptar unos fermentadores para producir semilleros de armas biológicas, dijo.

Además, parece que las cámaras de control pudieron ser neutralizadas "deliberadamente", "cubriendo las lentes y apagando las luces" en las instalaciones bajo vigilancia, advirtió.

La Comisión revisará todas las imágenes captadas por todas las cámaras que forman parte del sistema de control remoto instalado por los inspectores para asegurar que Irak no esté fabricando armas prohibidas: misiles, armas nucleares, biológicas y químicas.

"Es un asunto muy serio", según Butler, quien sospecha que Irak ha actuado así para "probablemente hacer algo malo".

Dijo que iba a despachar hoy inspectores a dos instalaciones afectadas para averiguar el paradero de los equipos desplazados, pero "es posible que (los iraquíes) vuelvan a cerrarnos el paso".

Tres veces desde el lunes los expertos suspendieron las inspecciones porque los iraquíes negaron acceso a sus miembros estadounidenses.

No estaba claro si la Comisión iba a anteponer la necesidad de averiguar lo ocurrido con los equipos y las cámaras a su insistencia en incluir a estadounidenses para demostrar su rechazo al veto iraquí a los norteamericanos.

Estados Unidos, que ha decidido dar una oportunidad a la diplomacia de momento pero que no ha descartado eventualmente la opción militar para forzar a Bagdad a desistir de su desafío, denunció los intentos de Irak de burlar las cámaras de la ONU.

"Es otro ejemplo de desacato", por el presidente Sadam Husein, de "la voluntad del Consejo de Seguridad y de la comunidad internacional", dijo el Departamento de Estado.

9714696

Y advirtió que no es optimista respecto a la misión de los emisarios de la ONU que, según la organización mundial, no están en Bagdad para negociar sino para dejar claro que Irak debe revocar su prohibición a los inspectores estadounidenses.

Los tres enviados -el ex ministro argelino Lakhdar Brahimi y los ex embajadores de Argentina, Emilio Cárdenas, y de Suecia, Jan Eliasson-, mantuvieron ayer, miércoles, dos rondas de conversaciones, aparentemente inconclusas, con altos funcionarios iraquíes, incluído el viceprimer ministro, Tarik Aziz.

Los emisarios, que dijeron que el clima de los primeros contactos fue "bueno" pero no revelaron el contenido de lo hablado, iban a reanudar las discusiones hoy.

Su plan es abandonar Irak el viernes para informar al Consejo de Seguridad el próximo lunes.

Irak ha postergado la expulsión de los inspectores estadounidenses de la ONU hasta que el Consejo debata el resultado de la misión.

Y la Comisión encargada del desarme iraquí pospuso hasta la semana próxima los vuelos de los aviones-espía estadounidenses U-2, que Irak amenazó con derribar si volaban en estos días.- EFE

AL/lm

11/06/09-02/97

9714696

Irak permitirá la presencia de los técnicos de EEUU a cambio del levantamiento del embargo

Irak inició la negociación para resolver el conflicto con Estados Unidos ■ El viceprimer ministro, Tarek Aziz, solicitó ayer a los emisarios de las ONU el levantamiento del embargo, que rige desde hace siete años, en un plazo definido y garantizado por el Consejo de Seguridad ■ A cambio ofreció retirar el ultimátum y el veto a los técnicos norteamericanos

US JN 7/11/97 p. 15

La idea fue planteada durante la primera conversación mantenida a puerta cerrada entre los representantes del Gobierno iraquí y la misión de los tres diplomáticos enviados por la ONU, presidida por el ex ministro de Asuntos Exteriores argelino Lajdar Brahimi, un veterano diplomático artífice de la liberación de los rehenes norteamericanos en Teherán en 1978.

Brahimi se negó a la salida de la reunión hacer algún comentario sobre los temas abordados. El diplomático afirmó que había entregado a Aziz una carta personal del secretario general de la ONU, Kofi Annan, al presidente Sadam Husein, cuyo contenido no fue revelado.

«La reunión se ha celebrado en una atmósfera agradable», dijo el político argelino, y agregó «soy optimista», mientras abandonaba la sede del hotel Rasheed, acompañado de los otros dos miembros de la delegación, el sueco Jan Eliasson y el argentino Emilio Cárdenas. A media tarde las dos delegaciones volvían a reunirse sin que trascendiera por el momento el desarrollo de la negociación.

Las señales de distensión manifestadas ayer habían sido detectadas el día anterior, cuando las autoridades de Bagdad decidieron aplazar el ultimátum de expulsión que pesaba sobre los técnicos norteamericanos de la ONU, mientras recibían como contrapartida la seguridad de que no se realizarían nuevos vuelos de reconocimiento de los aviones espía norteamericanos U 2 sobre territorio iraquí, según había anunciado un portavoz de la ONU. En principio, estaba previsto que los vuelos se reanudaran ayer, pero Irak había amenazado con atacar los aparatos norteamericanos que sobrevolaran su territorio.

«Entendemos la decisión. Hemos sido informados de ello y no afecta en nada a nuestra determinación de continuar aplicando importantes resoluciones de las Naciones Unidas», declaró ayer el portavoz de la Casa Blanca, Mike McCurry.

Más tarde, el presidente Bill Clinton hizo hincapié en que la suspensión es sólo «temporal».

La Administración norteamericana acepta el compromiso del responsable de las inspecciones de la ONU en Irak, Richard Butler, de reanudar los vuelos la próxima semana.

EE UU ha advertido claramente a Irak que está dispuesto a recurrir a la fuerza si no cumple las instrucciones dictadas por la ONU. El secretario de Defensa, William Cohen, ha advertido a Bagdad que cualquier ataque contra los aviones de reconocimiento U 2 tendrá «graves consecuencias».

Tarek Aziz y Lajdar Brahimi, ayer en Bagdad

Los aviones U 2 ya fueron empleados por los norteamericanos durante la Guerra del Golfo para espiar los movimientos de las tropas de Sadam Husein. Actualmente, estos aparatos suministran información valiosa a los grupos de inspectores que tratan de localizar y desmantelar las instalaciones iraquíes de armas nucleares, químicas, biológicas y misiles balísticos.

25

97 14696

FD055A

U FOXBT 11-07 00801
mun

IRAK-ONU (Previsión)
CONCLUYE MISION Y CARTA DE SADAM ES LA ULTIMA ESPERANZA

Naciones Unidas, 7 nov (EFE).- Aparentemente sin resultados concretos, concluye hoy la misión enviada por el secretario general de la ONU, Kofi Annan, a Irak para intentar que este país cumpla las resoluciones del organismo mundial.

La única esperanza para que Bagdad evite las sanciones radica en la respuesta de Sadam Hussein a la carta en que aquel le instaba a cumplir esas resoluciones.

Esto significa, en primera instancia, que Irak debe permitir que continúen las inspecciones sobre armas sin insistir en que no participen en ellas o se marchen del país los inspectores norteamericanos, condiciones que han sido consideradas inaceptables por el Consejo de Seguridad y especialmente por Washington y Londres.

Irak se ha impacientado tras seis meses de inspecciones sin resultados definitivos y quiere saber cuándo concluirán, es decir, que demanda garantías de que el proceso para confirmar su desarme no convencional, que inicialmente se calculó duraría sólo meses, no se va a prolongar hasta el próximo milenio.

Aunque ha habido otras crisis, principalmente cuando Irak ha rehusado permitir inspecciones de instalaciones oficiales o de lugares que ha calificado como "sensibles" por distintas consideraciones, no había planteado hasta ahora la exclusión de inspectores de ninguna nacionalidad.

Pero las autoridades iraquíes están particularmente molestas por el intento de EEUU de que se cumpliera, o por lo menos se reafirmara en los términos más enérgicos, la amenaza de reforzar las sanciones si continuaba la obstrucción de inspecciones.

Aunque la resolución aprobada dejó para dentro de seis meses la decisión de si deben prohibirse los viajes de los dirigentes iraquíes responsables de las obstrucciones, el hecho de que se abstuvieran Rusia, Francia y China, miembros permanentes del Consejo de Seguridad, fue interpretado por los iraquíes como señal propicia para actuar.

El Consejo pareció reunificarse con una enérgica declaración presidencial que llamó al orden a los iraquíes y respaldó plenamente la decisión del presidente de la Comisión Especial de suspender las inspecciones mientras Irak no permitiera participar a los norteamericanos.

Además, pidió que Bagdad cancelara esa medida así como el últimátum de siete días, que vencía a primera hora del jueves, para que los estadounidenses salieran del país.

Inicialmente fueron muchos los que opinaron que Irak se había equivocado en sus cálculos y que no tendría más remedio que dar marcha atrás a su condicionamiento de las inspecciones, pero los iraquíes rehusaron permitir el ingreso de tres norteamericanos que participaban en rotación regular del personal de la ONU.

Mientras tanto, comenzaron a surgir amenazas de acción militar si Sadam Hussein no reconsideraba su actitud desafiante y varios gobiernos, incluidos los que habían participado en la abstención en el Consejo, presionaron a Bagdad para que mostrara una actitud más conciliadora y evitara un enfrentamiento.

Finalmente, el secretario general, con pleno respaldo del

Consejo, y en especial de los países que habían mostrado una disposición mas favorable hacia Irak, anunció el envío de una misión diplomática "para conversar y no para negociar" y Bagdad accedió a recibirla.

Como muestra de buena voluntad por ambas partes, el Gobierno iraquí aplazó la expulsión de los norteamericanos hasta la semana próxima después de que regresen los emisarios de Annan e informen al Consejo, y el viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, expresó su intención de acudir a Nueva York para dejar en claro la posición de su país.

La Comisión Especial anunció la suspensión de los vuelos de vigilancia de los aviones norteamericanos U2 entre el 5 y el 7 de este mes, tal como había demandado el embajador iraquí, Nizar Hamdun, para evitar que las baterías antiáreas iraquíes derribaran uno de esos aviones.

Pero duró poco la tregua que había propuesto Annan para calmar la situación y dar oportunidad a su misión de lograr resultados, ya que los iraquíes rehusaron permitir inspecciones si participaban norteamericanos y la Comisión Especial rehusó inspeccionar en esas condiciones.

Además, los iraquíes aprovecharon esta situación para acciones indebidas al remover materiales y equipos de doble uso que estaban bajo vigilancia por control remoto de las cámaras de la Comisión.

La denuncia fue confirmada por el propio ministro de Asuntos Exteriores de Irak, Mohammed Said al Saiaf, quien en carta al Consejo explicó ese desplazamiento por motivos de seguridad, ante el peligro de un ataque aéreo de EEUU y dijo que una cámara de la Comisión fue dañada por una explosión accidental.

La cuestión que se plantea ahora es qué ocurrirá si la misión de Annan regresa de Bagdad con las manos vacías, como el exsecretario general Javier Pérez de Cuéllar cuando viajó a la capital iraquí para tratar de evitar la guerra del Golfo en 1991, ya que los miembros del Consejo que rechazaron el reforzamiento de las sanciones se oponen también a una acción militar, que preconiza EEUU si no hay una solución diplomática.- EFE

jsd/lm

11/07/09-08/97

9714696

XB8538

B FOXBT 11-07 00258
icx mun exg

IRAK-ONU
BAGDAD VOLVIO A IMPEDIR VISITA A INSPECTORES DE LA ONU

El Cairo, 7 nov (EFE).- Las autoridades iraquíes impidieron hoy, por quinto día consecutivo, a los inspectores de la ONU la visita a varios lugares, en esta ocasión a los que hace dos días Irak desplazó diverso material, incluidas varias cámaras de la misión de la ONU (UNSCOM).

Según un funcionario de la ONU en Bagdad, el equipo de inspección trató de visitar esos lugares esta mañana y las autoridades iraquíes se lo impidieron, por lo que volvieron a la capital iraquí.

Por su parte, Laidar Librahimi, jefe de la misión de tres diplomáticos de la ONU enivados por su secretario general, Kofi Annan, para intentar resolver la crisis, declaró a la prensa esta mañana que estaba "satisfecho por la atmósfera que exisitió durante las conversaciones", pero rehusó señalar si había conseguido algún atisbo de solución.

Los enviados especiales de Annan a Baodad finalizan hoy su misión de tres días y volverán hoy a Nueva York para informar en la ONU de los resultados de estas conversaciones.

El secretario general de las Naciones Unidas decidió enviar a estos diplomáticos para tratar de conseguir que el presidente de Irak, Sadam Husein, se retractase de su decisión de impedir a los expertos estadounidenses trabajar con el resto de los inspectores de la UNSCOM.

Librahimi se limitó a señalar que lleva un mensaje del Gobierno iraquí para Annan, pero no ofreció detalles.

Anunció también que le viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, tiene previsto viajar a Nueva York en los próximos días para explicar al secretario general de la ONU la posición iraquí. EFE
nq/ei/idl

11/07/08-21/97

9714696

XB8550

U FOXBT 11-07 00456
icx mun exg

IRAK-ONU
ENVIADOS FINALIZAN MISION Y TAREK AZIZ VIAJARA A NUEVA YORK

El Cairo, 7 nov (EFE).- La misión enviada por el secretario general de la ONU, Kofi Annan, a Bagdad finalizó su labor esta mañana y su responsable, Lajdar Ibrahimi, informó de que el viceministro iraquí, Tarek Aziz, viajará a Nueva York para explicar la posición de su país en la crisis.

En unas breves declaraciones hechas al término de los tres días de misión en Irak, Ibrahimi se limitó a informar de que "estaba satisfecho con la atmósfera" de la conversaciones con las autoridades iraquíes con quienes ha mantenido cinco reuniones.

"Hemos escuchado con interés y respeto los puntos de vista de la parte iraquí y vamos a comunicarlos" al secretario general de la ONU, manifestó el diplomático argelino quien, sin embargo, rehusó analizar lo tratado.

Ibrahimi señaló que las autoridades iraquíes le habían informado de su decisión de posponer la expulsión de los investigadores estadounidenses de la Comisión Especial de la ONU (UNSCOM), encargada de supervisar la eliminación de las armas de destrucción masiva iraquíes, hasta que finalice la discusión de la crisis en el Consejo de Seguridad de la ONU.

La crisis surgió cuando el pasado 29 de octubre el Consejo de Mando Revolucionario iraquí decidió impedir a los inspectores estadounidenses de la UNSCOM que participaran en las misiones encomendadas por el Consejo de Seguridad a los que acusó de llevar a cabo actividades de espionaje por órdenes de Washington.

Ibrahimi no quiso opinar acerca de si había observado algún indicio de que Bagdad pudiese estar contemplando un cambio en su posición tras las amenazas estadounidenses de un posible ataque o de una ampliación de las sanciones económicas.

Las sanciones fueron impuestas a Irak en agosto de 1990, tras su invasión de Kuwait y continúan, pese a que Bagdad asegura que ha cumplido con la resolución 687 del Consejo de Seguridad que establecía las condiciones para un permanente alto el fuego en la guerra del Golfo que liberó a Kuwait en febrero de 1991.

Por su parte, el viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, reiteró en conferencia de prensa que su país no busca la confrontación con la ONU y sugirió una reunión en Nueva York con el jefe de la UNSCOM, Richar Butler.

Pero insistió en que "Irak no ha buscado esta crisis", que su país "ha cumplido" todas las resoluciones de la ONU, pero que "el Consejo de Seguridad, desde 1991 hasta ahora, no ha respetado sus compromisos, incluidos en sus propias resoluciones, por los obstáculos estadounidenses".

Se extrañó de que "tras mas de seis años y medio" la comisión no haya terminado, algo que, dijo, sólo se explica "por el hecho de que la comisión no es realmente internacional, sino que obedece las órdenes de Estados Unidos".

Segun su opinión, "en junio de 1995 la UNSCOM había terminado su misión", pero fue prolongada por decisión de Washington. EFE
ei-ng/msr/idl

11/07/10-34/97

9714696

La misión de la ONU se va con las manos vacías de Irak

Bagdad amenazó con derribar aviones espías de EEUU que son utilizados por Naciones Unidas

Bagdad, de nuestras agencias

Una misión de la ONU abandonó ayer Irak sin haber conseguido cambiar la decisión de este país de expulsar a los expertos norteamericanos en desarme, mientras Bagdad amenazó con derribar un avión espía norteamericano.

Sin embargo, el viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, expresó la voluntad de abrir "un diálogo constructivo" con la ONU para salir de la crisis actual, y tiene la intención de viajar la semana que viene a Nueva York.

El jefe de la misión de la ONU, Lajdar Brahimi, declaró antes de marcharse que las autoridades iraquíes no le informaron "de que anulaban su decisión, tomada el 29 de octubre", de expulsar a los expertos norteamericanos de la Comisión especial de la ONU encargada de desarmar a Irak (Unscom).

Brahimi llegó el miércoles a Bagdad, acompañado por otros dos emisarios, para intentar convencer a las autoridades de que cambiaran su decisión de no tratar con los expertos norteamericanos, a los que acusan de espiar para Estados Unidos.

Sin embargo, el emisario de la ONU se declaró "muy satisfecho por la atmósfera en la que se desarrollaron" las conversaciones.

Aziz advirtió en conferencia de prensa que Irak "no puede aceptar" los vuelos de los aviones de reconocimiento norteamericanos U2, utilizados por la Unscom en cielo iraquí, y subrayó que podían ser utilizados para "hacer fotografías con el propósito de preparar ataques norteamericanos" contra Irak.

Enseñando a los periodistas los planos de los vuelos U2, afirmó que estos aviones fueron utilizados en 1993 y 1996.

"Todas nuestras defensas antiaéreas son operacionales. Cuando un avión extranjero entra en el espacio aéreo iraquí, puede ser derribado", advirtió.

La Unscom aplazó los vuelos del avión espía previstos el miércoles y viernes, que deben reanudarse la semana próxima.

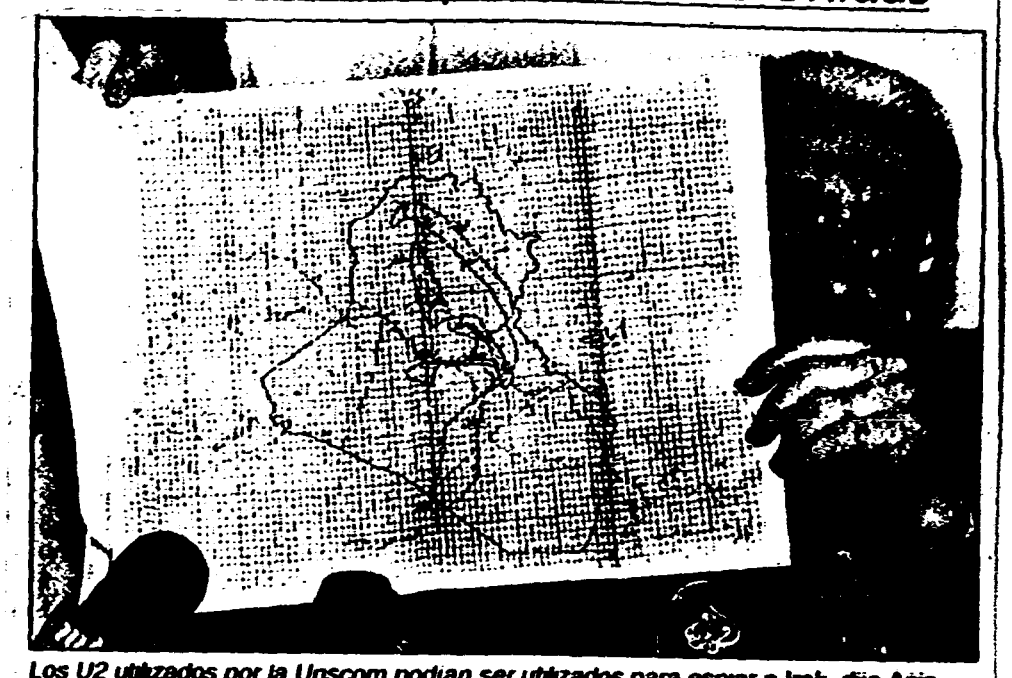
Aziz indicó que la expulsión de los siete expertos norteamericanos que se encuentran en Irak fue aplazada "hasta el final de las conversaciones que deberían celebrarse en Nueva York".

Según un diplomático occidental en Nueva York, Estados Unidos podría subordinar la entrega de visados de entrada a Aziz y a la delegación que le acompaña, a una anulación por parte de Bagdad de las medidas de expulsión de los inspectores norteamericanos.

Irak anunció inicialmente que los norteamericanos serían expulsados antes del 5 de noviembre, pero retrasó esta fecha hasta que la misión de la ONU presente su informe en el Consejo de Seguridad de la ONU el lunes.

Irak impidió de nuevo este viernes, por quinto día consecutivo, que expertos norteamericanos participen en una inspección de la Unscom, obligando al equipo que buscaba material trasladado ilegalmente los últimos días a abandonar sus investigaciones.

Según una fuente diplomática en Bagdad cercana a las discusiones entre Irak y la ONU, "no hay que esperar un milagro, y no ha habido milagro". La visita de los emisarios de la ONU "permitió relajar un poco la atmósfera", añadió esta fuente, que subrayó que "Aziz indicó que es la primera vez en siete años que una delegación de la ONU nos escucha".



Los U2 utilizados por la Unscom podían ser utilizados para espiar a Irak, dijo Aziz.

Sin embargo, el secretario general de la ONU, Kofi Annan, tiene la intención de poner fin a la misión en Irak y "someter la cuestión al Consejo de Seguridad", indicó este viernes en Nueva York su portavoz, Fred Eckhard.

El jueves, el Consejo expresó su "preocupación" por las últimas gestiones de Irak, a la vez que excluía cualquier nueva medida contra este país.

El presidente norteamericano, Bill Clinton, repitió que el régimen iraquí "cometería un error si derribara" los aviones de vigilancia de la ONU. Insistió en la necesidad de "reanudar las inspecciones" de armas en Irak y confirmó que Estados Unidos espera el regreso de la misión de la ONU enviada a Bagdad para una posible actuación contra Irak.

Por su parte, el presidente francés, Jacques Chirac, reafirmó este viernes en Londres la hostilidad de Francia "a los métodos brutales", y la necesidad de que Irak "respete sus compromisos".

9714696

XA6415

U POXBT 11-09 00584
mun exg icx

IRAK-INSPECCION (Previsión)
IMPIDEN POR SEPTIMO DIA EXPERTOS EEUU PARTICIPAR INSPECCIONES

El Cairo, 9 nov (EFE).- Las autoridades iraquíes impidieron hoy domingo, por séptimo día consecutivo, a los expertos estadounidenses participar en misiones de inspección en Irak de la Comisión Especial de la ONU (UNSCOM) encargada de desmantelar el armamento de destrucción masiva de Irak.

"Cuatro equipos de la UNSCOM suspendieron hoy sus misiones", dijo telefonicamente a EFE el portavoz de la UNSCOM en Bagdad, Allen Dacey, quien achacó esta decisión a que de manera reiterada las autoridades "impidieron a expertos estadounidenses el acceso a una inslatación, tras lo cual el equipo suspendió su labor y regresó a su base".

Dacey añadió que, tras el incidente, otros tres equipos que se dirigían a visitar otras tres instalaciones en el país, tuvieron una reacción similar y regresaron a sus bases, sin que se registrara ningún incidente.

La agencia de noticias iraquí INA también informó de lo sucedido a los investigadores de la UNSCOM.

Los expertos estadounidenses tienen prohibido participar en las misiones de inspección de la Comisión Especial desde el pasado 29 de octubre debido a una decisión del Consejo del Mando de la Revolución iraquí.

Ese día, el Mando de la Revolución decidió, en respuesta a la resolución 1134 adoptada pocos días antes por el Consejo de Seguridad de la ONU, excluir a los expertos de EEUU -a los que acusa de espionaje y de obrar por mantener las sanciones internacionales contra Irak- de las misiones de inspección.

La resolución 1134 del Consejo de Seguridad, adoptada el 23 de octubre, amenaza a Irak con la imposición de nuevas sanciones, si continúa impidiendo las inspecciones de la Comisión Especial.

Esta resolución, la adoptó el Consejo de Seguridad, después de que el presidente de la UNSCOM, Richard Butler, acusara a Bagdad, en un informe presentado a la ONU, de obstruir las misiones inspección de la Comisión Especial.

Este último incidente de hoy se produce un día antes de que el Consejo de Seguridad se reúna para examinar el informe elaborado por los tres emisarios del secretario general de la ONU, Kofi Annan, que realizaron esta semana una misión de tres días en Bagdad para intentar resolver la crisis.

Los diplomáticos Lajdar Ibrahimi, Emilio Cárdenas y Jan Eliasson concluyeron el viernes sus conversaciones con el Gobierno iraquí sin, al parecer, lograr que se retracte de su decisión de excluir a los expertos estadounidenses de las misiones de inspección.

A su vez el Gobierno iraquí exige que la ONU establezca un plazo "breve y razonable" para el levantamiento de las sanciones internacionales impuestas desde hace mas de siete años, como castigo por la invasión de Kuwait en 1990.

Se espera, mientras tanto, que el viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, llegue el lunes a Nueva York para explicar la postura de su país ante el Consejo de Seguridad, que a su vez deberá decidir cuál será la respuesta de la comunidad internacional.

Mañana, se espera también, que se reanuden los vuelos de

9714696

reconocimiento sobre Irak de los aviones-espía U-2 estadounidenses, que asisten a la UNSCOM en sus misiones de inspección, mientras los responsables iraquíes advertían ayer que los derribarán si sobrevuelan sus cielos.

El Pentágono advirtió el pasado viernes de que cualquier intento de derribo de esos aparatos será considerado un acto de guerra que tendrá una respuesta.

La prensa oficial iraquí estima hoy que la decisión de Butler de reanudar los vuelos del U-2 "tiene como objetivo desafiar a Irak para provocar una grave crisis antes de la reunión del Consejo de Seguridad y provocar una confrontación militar que permita a EEUU realizar una nueva agresión". EFE

feb/msr/pq

11/09/10-21/97

DP9575

U POXBT 11-09 00349
mun exg icx

ONU-IRAK
COMISION ESPECIAL INTENTARA REANUDAR INSPECCIONES LUNES

Naciones Unidas, 9 nov (EFE).- El jefe de la Comisión Especial de la ONU encargada de supervisar el desarme en Irak (UNSCOM), Richard Butler, anunció hoy que los equipos de expertos, que incluyen estadounidenses, intentarán reanudar su misión el lunes.

"Tenemos un trabajo por hacer y queremos continuar haciéndolo", dijo el presidente de la UNSCOM quien señaló que "tan pronto como Irak deje de hacer lo que hace podremos volver a la normalidad y espero que sea muy pronto".

El 29 de octubre pasado, las autoridades iraquíes prohibieron la participación de los expertos de EEUU en las inspecciones de la UNSCOM -a los que acusa de suministrar información a su país y a éste de preparar un ataque militar contra Irak- y hoy rechazaron su acceso a las instalaciones por séptimo día consecutivo.

El pasado 3 de noviembre, Bagdad amenazó con derribar los aviones espía estadounidenses U-2 que ayudan a la Comisión en sus trabajos si sobrevuelan territorio iraquí y poco después las Naciones Unidas decidieron suspender los vuelos temporalmente.

Butler confirmó que está previsto reanudar el lunes los vuelos de los aviones, que según Bagdad aprovechan su misión con la ONU para proporcionar información estratégica a Estados Unidos.

Irak puso hoy sus sistemas antiaéreos en estado de alerta máxima.

La UNSCOM realiza visitas a las instalaciones de Irak desde 1992 para desmantelar sus armas de destrucción masiva, incluídos los misiles balísticos de largo alcance, en aplicación de la resolución adoptada en 1991 para un alto el fuego que puso término a la guerra del Golfo Pérsico.

Los expertos de la UNSCOM acusan de Bagdad de no cooperar suficientemente con sus inspectores.

Butler participará en la reunión que celebran esta tarde el secretario general de la ONU, Kofi Annan, y la delegación enviada por éste a Bagdad para convencer al presidente Sadam Hussein de acatar las resoluciones, misión que parece haberse saldado con un fracaso.

La reunión se celebra en la víspera de los debates que se celebrarán en el Consejo de Seguridad de la ONU sobre la crisis con Irak y la visita a la organización del primer ministro iraqui, Tarek Aziz. EFE
AG/PL

11/09/21-45/97

9714696

ENTREVISTA

ROLF EKEUS ■ *Ex director de la Comisión de Desarme para Irak y actual embajador sueco en EEUU*

"El Consejo de Seguridad de la ONU debe recuperar su unanimidad"

Al prohibir la actividad de los inspectores estadounidenses de desarme, Saddam Hussein intenta minimizar el papel de la Comisión Especial de las Naciones Unidas (Unscom), como el juez clave del cumplimiento iraquí con la eliminación de sus armas de destrucción masiva, según Rolf Ekeus. El diplomático sueco dirigió la Unscom hasta julio pasado.
Actualmente, Ekeus se desempeña como embajador de Suecia en Washington.

POR JOSEPH FITCHETT
del INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE

Por qué Bagdad desafía a la ONU y por qué ahora?
Rolf Ekeus: Esto no es atípico de Saddam Hussein. Nosotros encontramos bloqueos, recurrentemente, y yo mismo tuve que dirigir misiones a Bagdad con severas advertencias. Yo estaba, ciertamente, convencido de la determinación del Consejo de Seguridad, y probablemente ello me hizo convincente.
La situación se volvió más difícil el año pasado cuando los iraquíes comenzaron, sistemáticamente, a tratar de enlentecer y bloquear nuestro trabajo. Habíamos llegado a la conclusión de que Irak escondía materiales y programas, y el intento por encontrarlos nos llevó a áreas militares muy sensibles.
A medida que nuestra lista de objetivos se acotó, se movió de los establecimientos de producción y se enfocó en lo que llamamos el mecanismo de ocultamiento. Ello nos llevó a descubrir que los secretos y componentes de esos programas eran mantenidos en brigadas seleccionadas de la Guardia Republicana y dentro de ellas en secciones especiales de guardias que se ocupaban de su seguridad en combinación con la inteligencia iraquí. Como era de esperarse, a medida que investigábamos más a fondo, la resistencia se volvía más dura. Yo informé cuidadosamente a los miembros del Consejo de Seguridad acerca de los pasos a seguir, y no encontré ninguna objeción de ningún gobierno.

"Cuando Irak trató de cambiar las reglas en junio pasado, el Consejo votó una condena unánime a sus intenciones"

¿Su sucesor ha continuado con esta presión?
En efecto. Pero por supuesto que Irak también. Cuando Richard Butler me relevó en junio, Irak trató de cambiar las reglas, pero el Consejo de Seguridad reaccionó apropiadamente, con una condena unánime- y con la advertencia de octubre. Para esa fecha le fue comunicado a Irak que debía detener sus intentos por excluirnos de las llamadas áreas presidenciales o enfrentar más restricciones, apuntadas no sólo a los habitantes de Irak.
Desafortunadamente, cuando Butler reportó que la resistencia continuaba, el Consejo de Seguridad no estaba listo para darle el apoyo que buscaba. En esta instancia, al parecer hubo alguna confusión en el consejo en cuanto a los avances en el desarme y los grandes desafíos restantes. EEUU renegoció los términos de su resolución inicial –lógica– pero a pesar de esta concesión, sorprendentemente para muchos de nosotros, algunos de los miembros decidieron abstenerse a la hora de votar. Fue la primera oportunidad en la que el resultado no fue unánime, no se logró el 15-0.

Francia y Rusia se abstuvieron... también lo hizo China.
Porque pensaron que la comisión era demasiado punitiva?
Para nada. El mejor trabajo sobre gas venenoso y armas biológicas fue realizado por los especialistas rusos y franceses en Unscom, así que Francia y Rusia saben muy bien que el director Butler estaría contradiciendo las conclusiones de los mejores científicos de esos países si dijera misión cumplida.

¿Envió Washington la señal equivocada al revisar su resolución?
No, pienso que EEUU hizo lo óptimo y logró una resolución buena y unificadora. Los otros tres miembros hicieron lo que pensaban era justo. Pero el efecto fue abrirle una puerta a Irak para que intente llegar más lejos. Irak pudo agudizar el argumento que está defendiendo desde hace un año. Ellos dicen: no tenemos más armas, pero la comisión afirma que las tienen. Entonces su problema era la credibilidad de la Unscom. Ello se explica porqué aumentaron los ataques sobre la comisión, finalmente argumentando que está pagada por la todapoderosa CIA (la agencia de inteligencia de EEUU). El tema era que la Unscom llevaba adelante la agenda de EEUU. Si ellos lograban separar a los estadounidenses de la comisión, podrían neutralizarla.
Lo que desean es crear un mecanismo alternativo que hará más fácil para ellos, por medio de negociaciones, el terminar con las sanciones sin revelar sus programas más secretos.
Por ejemplo, actualmente ellos reiteradamente detuvieron los equipos de Unscom afuera de establecimientos sensibles, probablemente pertenecientes a la Guardia Republicana, y dicen: "Ustedes no pueden ingresar, pero otro puede" –un equipo tripartito del Consejo de Seguridad, o algunos expertos de países miembros, o embajadores en Bagdad–. Es una juego que se juega cada vez más en un intento por minar la autoridad de Unscom como el instrumento que lleva adelante la política de la ONU. Yo me opongo vigorosamente a esto. Pero esta vez se las arreglaron para iniciar un nuevo proceso. En el pasado, el director de Unscom sería quien encabezaría la misión a Bagdad que finalizó el viernes.

¿Entonces cuál es el panorama?
A los tres representantes de la ONU se les dirá en Bagdad que Irak destruyó sus armas, pero Unscom se niega a creerlo. Los iraquíes les sugerirán que ellos podrían trabajar mejor con otro tipo de comisión. Todos los esfuerzos apuntarán a relativizar el papel de Unscom y sugerir otros interlocutores, que no conocen el caso como los inspectores. Inevitablemente, esto agregará confusión sobre el papel de Unscom, que los iraquíes explotarán en el futuro. Pero no creo que EEUU y Gran Bretaña cedan en la cuestión del cumplimiento del desarme, no importa cuántos gobiernos aparezcan dubitativos.

"No creo que EEUU y Gran Bretaña cedan en la cuestión del cumplimiento del desarme por parte de Irak"

Una diplomacia determinada, con más presión de la administración Clinton, podrá restaurar un frente común, y entonces pienso que Bagdad se echará atrás. Lo que la gente necesita entender es que cuanto antes logre el Consejo volver a una unanimidad, antes decidirá Irak jugar justo y antes serán levantadas las sanciones. *(Especial para* El Observador*)*

CLAVES

- **TÍPICO.** Para Rolf Ekeus, el desafío de Saddam Hussein a la ONU es un movimiento típico del presidente iraquí, que siempre ha dificultado el trabajo de la comisión de desarme en Iraq.
- **UNANIMIDAD.** La falta de un voto unánime en el Consejo de Seguridad abrió una posibilidad a Irak para desafiar a la Comisión de Desarme.
- **UNSCOM.** Irak quiere quitarle autoridad a la comisión de desarme (Unscom) para promover a otros interlocutores.
- **NEUTRALIZAR.** El gobierno iraquí piensa que al separar a los inspectores estadounidenses de Unscom, ésta será neutralizada. Al mismo tiempo besará lo que para ellos es la influencia de la CIA en la misma.
- **ALTERNATIVA.** A lo que apunta Irak es a crear un elemento de negociación alternativo que le permita salir de las sanciones sin revelar sus secretos militares ocultos en cuarteles de la Guardia Republicana de elite.

97 14696

FUE EXCLUIDA CUALQUIER DECLARACIÓN SOBRE EL USO DE LA FUERZA MILITAR DE EEUU

Aprobaron nuevas sanciones contra Irak

El Consejo de Seguridad votó en forma unánime la resolución 1137 que impide el viaje al exterior de funcionarios iraquíes por haber bloqueado las inspecciones de ONU en Bagdad

El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas aprobó ayer por unanimidad una resolución que prohíbe que ciertos funcionarios iraquíes viajen al exterior, debido a la decisión de Bagdad de expulsar a peritos estadounidenses de unos equipos de inspectores de armas enviados por la ONU a Bagdad.

Pero Irak mantuvo su actitud de desafío luego de la votación de 15 en favor y ninguno en contra.

Inmediatamente después de la votación, el viceprimer ministro iraquí Tarek Aziz dijo que Bagdad no dará marcha atrás ni cancelará la orden de expulsión de los estadounidenses.

"Irak continuará explicando su justa causa y esta resolución lo la amedrentará", dijo Aziz en una declaración escrita difundida en Nueva York.

Antes de la votación, el canciller iraquí Mohammed Said al-Sahaf dijo que Irak expulsaría a los seis estadounidenses en

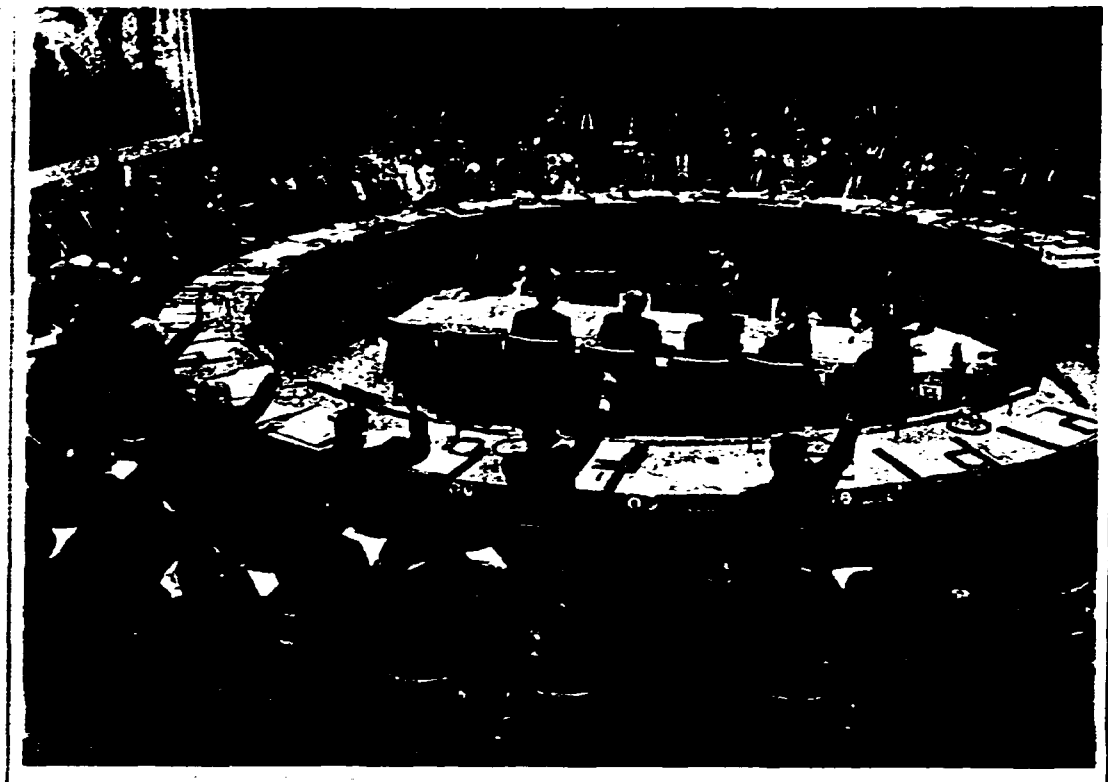
Bill Richardson, embajador de EEUU en la ONU: "Hay luz al final del túnel, Irak tiene el interruptor"

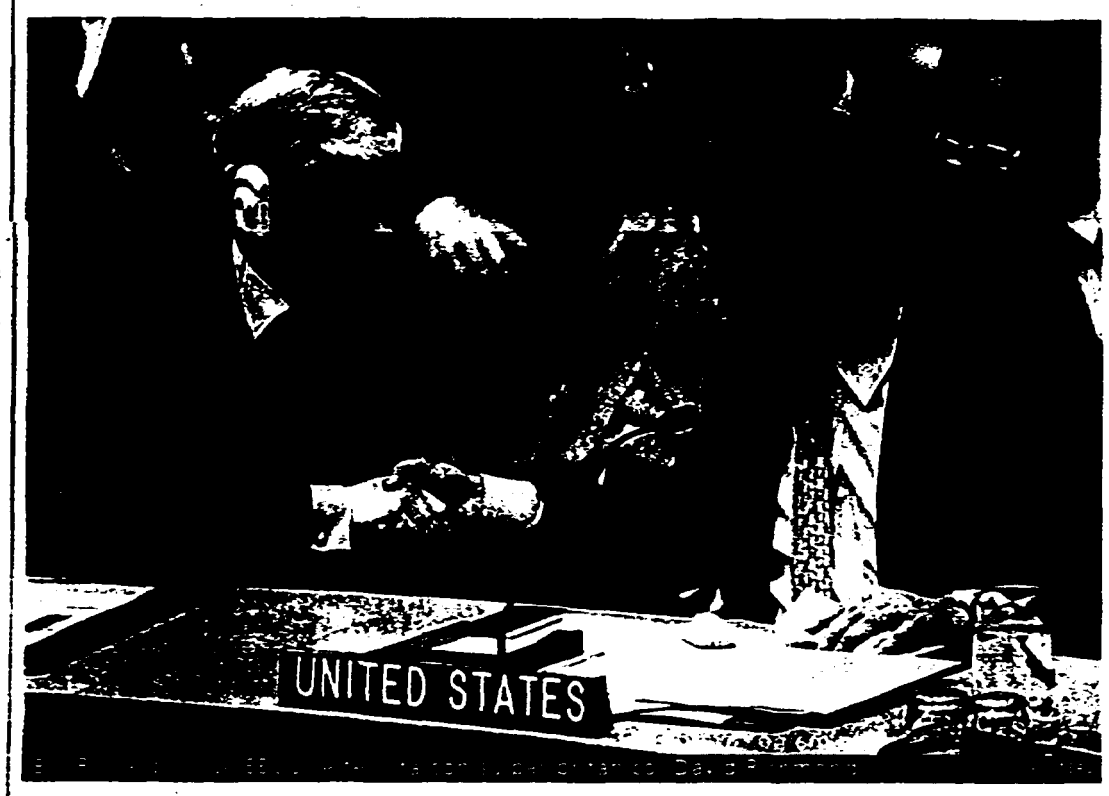
caso de que el Consejo aprobase la resolución.

Irak ordenó la expulsión el 29 de octubre, pero postergó su cumplimiento hasta que el Consejo *concluyera sus deliberaciones*. Al-Sahaf dijo que Estados Unidos había "chantajeado" a los miembros del Consejo de Seguridad.

Dijo también que Irak confía en que la unidad demostrada hoy por los 15 miembros del Consejo "será muy temporaria".

La resolución 1137 del Consejo de Seguridad condena a Irak por la orden de expulsión y le exige que la cancele inmediata e incondicionalmente. Además prohíbe que viajen al exterior funcionarios iraquíes que obstaculicen la labor de los inspectores de la ONU y suspende la revisión periódica de las sanciones que hace el Consejo hasta que los inspectores certifiquen que Badgad volvió a cooperar.





DESCARTAN ACCIÓN MILITAR

Pero la resolución no incluye ninguna referencia a posible uso de la fuerza por la ONU o ningún país.

Antes de la votación, el embajador ruso Sergey Lavrov advirtió que no debía usarse la fuerza.

"Estamos convencidos de que cualquier complicación con Irak debe ser resuelta exclusivamente por medios políticos", dijo Lavrov. "Todos los demás enfoques, particularmente las acciones que invlucren la fuerza o el futuro uso de la fuerza, podrían (...) dejarnos muy lejos del objetivo (...) de eliminar la amenaza a la paz y la seguridad en esa región".

La ONU le impuso sanciones económicas a Irak debido a que invadió al vecino Emirato de Kuwait en agosto de 1990.

La resolución advierte, votada con un sólido 15-0, de "medidas adicionales" si Irak se niega a cooperar, pero no incluye una amenaza inequívoca sobre el uso de la fuerza militar.

Rusia, Francia, China, Egipto y otros de los 15 países del Consejo se negaron a respaldar una amenaza militar, en tanto que Estados Unidos y Gran Bretaña desistieron con el fin de preservar la unanimidad.

"El camino a seguir por Irak debe estar bien claro: anunciar la cancelación de sus decisiones inaceptables y prometer que cumplirá plena, inmediata e incondicionalmente con las resoluciones del Consejo de Seguridad", dijo el embajador de EEUU en la ONU, Bill Richardson.

"Hay luz al final del túnel, Irak tiene el interruptor", dijo Richardson, al tiempo que agregó que "está de vuelta la antigua coalición", en alusión al frente internacional encabezado por EEUU y que expulsó a las fuerzas iraquíes de Kuwait en 1991.

El embajador egipcio Nabil Elaraby también dijo que el Consejo debió haber permitido que Irak presentase su posición directamente ante ese organismo esta semana.

Además, el grueso de los países árabes no está dispuesto a apoyar una acción militar, incluso aquellos que integraron la coalición militar. *(En base a AP y Reuters)*

35

9714696

"Cuando lo consideremos apropiado, dispararemos a los aviones"

IRAK RELANZA DESAFIO LUEGO DE UNANIME CONDENA DE ONU

El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas aprobó ayer por unanimidad una resolución que prohíbe que ciertos funcionarios iraquíes viajen al exterior, debido a la decisión de Bagdad de expulsar a peritos estadounidenses de unos equipos de inspectores de armas enviados por la ONU a Irak. Pero Irak mantuvo su actitud de desafío luego de la votación de 15 en favor y ninguno en contra.

BAGDAD, 12 (AP).— Irak dijo hoy que no cancelará su decisión de expulsar a inspectores estadounidenses de las Naciones Unidas, pese a que el Consejo de Seguridad de la ONU aprobó una resolución que censura esa medida.

Inmediatamente después de la votación, el viceprimer ministro iraquí Tariq Aziz dijo que Bagdad no dará marcha atrás ni cancelará la orden de expulsar a seis peritos estadounidenses.

"Irak continuará explicando su justa causa y esta resolución lo la amedrentará", dijo Aziz en una declaración escrita difundida en Nueva York.

La televisión estatal iraquí informó que Aziz dijo que los iraquíes defenderán sus derechos "con todos los medios legítimos que consideren necesarios".

Poco antes de la votación, el canciller Mohammed Saeed al Sahaf dijo que Irak expulsaría a los inspectores estadounidenses en caso de que el Consejo aprobara la resolución. "Definitivamente sí. El asunto de la fecha sería sólo un detalles. Definitivamente sí", afirmó al Sahaf.

El canciller también reiteró que Bagdad disparará contra los aviones militares aliados que sobrevuelen las zonas de exclusión aérea impuestas a Irak.

"Las zonas de exclusión aérea impuestas por Estados Unidos y Gran Bretaña son ilegales. (...) Cuando consideremos apropiado disparar contra (los aviones aliados), dispararemos", declaró Sahaf.

***BLOQUEO.** El equipo de inspectores de armas de la ONU transita por Bagdad después que el gobierno de Saddam bloqueó ayer nuevamente las inspecciones de sus arsenales (AP)*

MEDIDAS ADICIONALES

La resolución advierte de "medidas adicionales" si Irak se niega a cooperar, pero no incluye una amenaza inequívoca sobre el uso de la fuerza militar. Algunos de los miembros del Consejo de Seguridad advirtieron que el enfrentamiento debe resolverse pacíficamente.

Antes de la votación, el embajador ruso Sergey Lavrov advirtió que no debía usarse la fuerza.

"Estamos convencidos de que cualquier complicación con Irak debe ser resuelta exclusivamente por medios políticos", dijo Lavrov.

Pero el gobierno de Estados Unidos insistió en que podría recurrir a la fuerza para obligar al gobierno del presidente Saddam Hussein a que permita la inspección de sus instalaciones militares.

9714696

XC8559

B POXBT 11-13 00255
icx mun exg

IRAK-ONU (Avance)
DECIMA VEZ ONCE DIAS, IRAK EXCLUYE INSPECTORES EEUU MISIONES

El Cairo, 13 nov (EFE).- Por décima vez en once días, Irak impidió hoy jueves a los ciudadanos estadounidenses tomar parte en las misiones de inspección en el país de la Comisión Especial de la ONU (UNSCOM), encargada de desmantelar instalaciones de armamento de destrucción masiva de Irak.

La agencia de noticias iraquí, INA, informa esta mañana de que los miembros de la UNSCOM "se dirigieron a las 08.38 hora local (05.38 GMT) a una instalación en Bagdad que deseaban inspeccionar".

"Cuando llegaron a la instalación, los responsables iraquíes les notificaron que podían seguir adelante con su misión, a excepción de los miembros estadounidenses del equipo", afirma INA.

INA precisa que tras la notificación de los responsables iraquíes, los inspectores decidieron cancelar su cometido hoy y regresar a su base en la capital iraquí, como lo hicieron en los últimos once días, desde que las autoridades iraquíes han actuado de esta misma forma.

El pasado 29 de octubre, el Consejo del Mando de la Revolución iraquí decidió impedir a los inspectores estadounidenses participar en las misiones de la UNSCOM, porque los acusa de espionaje y de obrar en favor de que se mantengan las sanciones económicas internacionales impuestas a Irak desde 1990.

Es el primer incidente de este tipo que ocurre después de que el Consejo de Seguridad de la ONU adoptara anoche nuevas sanciones contra Irak para obligarle a revocar su decisión respecto a los inspectores estadounidenses de armamento y no interferir en las masiones de la UNSCOM. EFE

feb/jdl

11/13/08-06/97

9714696

FB2748

U PDXBT 11-13 00401
icx mun exg

IRAK-ONU (Ampliación)
INSPECTORES EEUU SALDRAN ESTA NOCHE POR CARRETERA A JORDANIA

Naciones Unidas, 13 nov (EFE).- Los seis inspectores de EEUU, miembros de la Comisión Especial de desarme de la ONU expulsados por Irak, partirán esta misma noche de Bagdad por carretera hacia Jordania tras negarse el Gobierno iraquí a que viajen mañana con sus compañeros en avión, dijeron a EFE fuentes de la ONU.

Las autoridades iraquíes han prometido "protección y seguridad" para los seis norteamericanos en su largo viaje por carretera hasta la frontera, agregaron las fuentes.

El plazo para la partida de los inspectores estadounidenses se cumple a medianoche de hoy, jueves, hora de Irak.

Bagdad denegó la petición de Richard Butler, presidente de la Comisión especial de la ONU encargada del desarme iraquí, para que los norteamericanos pudieran quedarse hasta mañana y viajar con el resto de los inspectores.

"Los iraquíes quieren humillar a los norteamericanos obligándoles a salir por carretera", comentó una fuente que pidió el anonimato.

Butler anunció hoy en rueda de prensa su decisión de retirar de Irak a la casi totalidad del personal de la Comisión, después de que Bagdad ordenase la expulsión inmediata de los seis estadounidenses.

El viaje por tierra desde Bagdad hasta la frontera con Jordania dura unas ocho horas, con lo cual los estadounidenses estarán todavía en territorio iraquí después de que expire el plazo fijado para su partida.

Pero Bagdad dijo que lo esencial es que abandonen las instalaciones de la Comisión en Bagdad antes de la medianoche, dijeron las fuentes.

Mañana, viernes, saldrá en avión el resto de los funcionarios y expertos de la Comisión, salvo nueve que quedarán en Bagdad para atender a los equipos, y once chilenos, que forman parte de las tripulaciones de los helicópteros facilitados por Chile a la Comisión, precisaron a EFE las citadas fuentes.

El Consejo de Seguridad se reunirá hoy mismo para discutir sus próximos pasos ante la intransigencia y el desafío de Bagdad, cuya expulsión de los inspectores estadounidenses viola la resolución aprobada ayer por el organismo mundial.

Estados Unidos calificó hoy de "irresponsable" la decisión de Bagdad y advirtió que traerá "graves consecuencias".

En una resolución aprobada ayer por unanimidad, el Consejo de Seguridad prohibió los viajes al extranjero de los iraquíes responsables de las trabas a las inspecciones de la Comisión encargada del desarme iraquí, y amenazó a Irak con "medidas adicionales", no precisadas, si persistía en su desafío. EFE
AL/rml

11/13/20-08/97

38

9714696

FB2944

U POXBT 11-13 00189
icx mun exg

IRAK-ONU
EEUU PIDE REUNION URGENTE CONSEJO SEGURIDAD Y APOYA RETIRADA

Naciones Unidas, 13 nov (EFE).- EEUU pidió hoy, jueves, la celebración de una reunión urgente del Consejo de Seguridad de la ONU y respaldó la retirada del personal de la Comisión Especial de Bagdad, ante la decisión de Irak de expulsar a los norteamericanos.

El embajador de EEUU ante Naciones Unidas, Bill Richardson, realizó este anuncio al regresar a la ONU después de asistir a una reunión del Consejo Nacional de Seguridad en Washington, con asistencia del presidente, Bill Clinton.

Richardson calificó de "irresponsable" la decisión de Irak, ya que continúa desafiando las resoluciones del Consejo de Seguridad.

"EEUU respalda plenamente la decisión de Butler de retirar a la mayor parte del personal de la Comisión de Bagdad, y considera importante que Irak garantice la seguridad de los que permanecen", dijo Richardson.

Expresó también su respaldo a la posición del presidente de la citada Comisión Especial de la ONU, Richard Butler, de no permitir que el personal de la ONU sea discriminado por su nacionalidad, y consideró que ese intento constituye una nueva violación iraquí de la Carta de la ONU. EFE

jsd/rml

11/13/17-48/97

EA6440

U POXBT 11-13 00214
MUN EXG ICX

IRAK-ONU
BAGDAD INSTA A UNSCOM A REANUDAR ACTIVIDADES SIN ESTADOUNIDENSES

El Cairo, 13 nov (EFE).- Irak instó hoy, jueves, a la Comisión Especial de la ONU (UNSCOM) encargada del desarme de ese país a reanudar sus inspecciones sin los especialistas estadounidenses, informó la agencia oficial de noticias iraquí INA.

Según INA, el llamamiento lo hizo el ministro iraquí de Exteriores, Mohamed Said al Sahaf, en un mensaje remitido al presidente del Consejo de Seguridad de lasNaciones Unidas horas después de que el mando iraquí, que encabeza Sadam Husein, decidiera la inmediata expulsión de Irak de los estadounidenses que trabajan para la ONU en Bagdad.

"Irak estará dispuesto a admitir que la UNSCOM reanude sus trabajos de inspección en el país, con la condición de que no haya expertos de EEUU", dice Sahaf en su mensaje.

Las autoridades iraquíes impidieron hoy, por décima vez en once días, que los equipos de la UNSCOM, en los que había inspectores estadounidenses, realizaran sus labores de supervisión del desmantelamiento de las armas de destrucción masiva de ese país.

Bagdad acusa a los especialistas de EEUU de dominar la Comisión Especial y les acusa de actuar como espías del Servicio Central de Información (CIA) y los departamentos de Estado y de Defensa, con el fin de recoger información militar y de seguridad. EFE

nq/cho/egn

11/13/14-46/97

9714696

XA6727

U POXBT 11-13 00239
icx mun exg

IRAK-INSPECCION/ONU
LIDER ONU SE REUNE CON VICEPRIMER MINISTRO IRAK TRAS EXPULSION

Naciones Unidas, 13 nov (EFE).- El secretario general de la ONU, Kofi Annan, se reunirá hoy con el viceprimer ministro de Irak, cuyo Gobierno ordenó la expulsión inmediata de los inspectores estadounidenses de desarme de la organización mundial.

La ONU no comentó de inmediato la orden de expulsión, anunciada por Irak horas después de que el Consejo de Seguridad prohibiera los viajes al extranjero de los iraquíes responsables de las trabas a las inspecciones de desarme y amenazara a Bagdad con "otras medidas", no precisadas, si no revocaba la orden contra los estadounidenses.

Bill Richardson, embajador de Estados Unidos ante la ONU, denunció hoy la orden iraquí de expulsar a los inspectores estadounidenses como "extrema e inaceptable" y advirtió que tendrá "graves consecuencias".

Los responsables de la Comisión especial de la ONU encargada de desmantelar los arsenales iraquíes de armas de destrucción masiva estaban reunidos esta mañana en Nueva York debatiendo su respuesta a la orden de Bagdad.

La crisis entre Irak y la ONU se desató el pasado día 29 cuando Irak decidió prohibir la participación de estadounidenses en las inspecciones de la Comisión.

La reunión entre Annan y Tarek Aziz, viceprimer ministro iraquí, está prevista para las 10.00 locales (15.00 GMT) y, según fuentes de la ONU, se concertó muy tarde anoche.

Seis estadounidenses de la Comisión especial de la ONU están actualmente en Irak. EFE

AL/rt

11/13/14-08/97

9714696

FB3264

R FOXBT 11-18 00329
icx mun exg

IRAK-ONU
CONSEJO ESCUCHARA MAÑANA INFORME TECNICO DE COMISION ESPECIAL

Naciones Unidas, 18 nov (EFE).- El Consejo de Seguridad de la ONU escuchará mañana, miércoles, un informe técnico realizado por los miembros de la Comisión Especial de Naciones Unidas para el desarme no convencional de Irak (UNSCOM).

La citada Comisión se reunirá, a su vez, el próximo viernes para examinar la situación de la crisis abierta con Irak y la forma en que puede continuar con el cumplimiento de su misión de asegurar el desarme no convencional del país árabe.

El embajador chino Huasun Qin, que preside el Consejo de Seguridad, y quien había sugerido la celebración de ambas reuniones al jefe de la Comisión Especial, Richard Butler, convocó el encuentro con los técnicos para las 16.00 horas GMT.

Sin embargo, parece probable que los embajadores de EEUU, Francia, Gran Bretaña y Rusia, no asistan a él, ya que probablemente viajarán a Ginebra para asistir a la reunión de los miembros permanentes del Consejo de Seguridad, que fue también anunciada hoy en Moscú por el jefe de la diplomacia rusa, Yegeny Primakov.

El anuncio de Primakov se produjo tras los encuentros que celebró con el viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, quien también se entrevistó con el presidente ruso, Boris Yeltsin.

El diplomático ruso anunció, en un principio, que en la reunión de Ginebra participarían los ministros de Asuntos Exteriores de los citados países, aunque la ausencia de lasecretaria de Estado d cita descienda finalmente al nivel de los representantes
cita descienda finalmente al nivel de los representantes
permanentes ante la ONU.

Por otra parte, el portavoz de la ONU, Fred Eckhard, dijo que el secretario general de este organismo, Kofi Annan, se entrevistó ayer con el embajador iraquí, Nizar Hamdun, y ha recibido hoy una carta del ministro de este país de Asuntos Exteriores, Hafez Said Al Sájaf.

Eckhard dijo que el ministro iraquí le pide en su carta al secretario general que participe directamente en los esfuerzos para solucionar el conflicto, pero agregó que Annan no se ha pronunciado aún al respecto. EFE
jsd/rml

11/18/18-10/97

9714696.

42

XQ3062

R POXBT 11-18 00325
 icx mun exg

ONU-PAZ
ARGENTINA COMPROMETE PARTICIPACION EN FUERZAS A DISPONIBILIDAD

Naciones Unidas, 18 nov (EFE).- Argentina se ha convertido hoy en el duodécimo país que se compromete a participar en el programa de disponibilidad de fuerzas para operaciones de paz de la Organización de las Naciones Unidas (ONU).

El ministro de Defensa argentino, Jorge Domínguez, quien firmó el "memorando de entendimiento" con el subsecretario general de la ONU a cargo de las operaciones de paz, Bernard Miyet, señaló que su país aportará 300 hombres de las tres armas, ejército, armada y aviación.

Domínguez dijo que Argentina considera muy importante que el Consejo de Seguridad disponga de fuerzas militares para rápido despliegue en caso de amenazas a la paz y a la seguridad internacional.

Se aspira a formar una fuerza de unos 51.000 efectivos y otros 37.000 de apoyo logístico.

Hasta el momento 67 países han expresado oficialmente su intención de participar con tropas mientras que se han comprometido Agentina, Bolivia, Uruguay, Dinamarca, Austria, Italia, Nepal, Ucrania, Ghana, Jordania, Singapur y Malasia.

De su entrevista con el secretario general de la ONU, Kofi Annan, Domínguez comentó que hablaron de la situación mundial y sus diversos escenarios, en especial el de Irak, la posición de las Naciones Unidas y de Argentina.

"Nosotros le transmitimos el deseo del Gobierno argentino de una solución de paz y felicitamos al secretario general por los últimos acontecimientos que demuestran que se ha avanzado en la dirección correcta, la vía hacia una solución diplomática del conflicto", afirmó Dominguez.

El secretario general de la ONU también informó de que continuará un año más en Chipre el general argentino que su país tiene bajo el mando de 380 efectivos destacados como parte de la fuerza de paz de la ONU.

También se ha solicitado a Argentina que participe con fuerzas policiales en Haití, país donde se dispone a enviar unos 150 efectivos de la gendarmería, un cuerpo que la ONU ha reconocido como altamente profesional y muy bien organizado. EFE
jsd/lpd/CGR

11/18/21-58/97

9714696

XB9014

U POXBT 11-19 00155
mun exg icx

ONU-IRAK
CUMBRE SOBRE IRAK SERA DE MADRUGADA EN PALACIO NACIONES

Ginebra, 19 nov (EFE).- La reunión de cuatro miembros permanentes del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas sobre la crisis de Irak será la próxima madrugada, a las 02.00 horas (01.00 GMT) en el Palacio de las Naciones de Ginebra, informó un portavoz de la ONU.

La reunión se desarrollará en el Consejo de Sesiones de la representación de la ONU en Ginebra y ello modifica informaciones iniciales que señalaban que la pequeña cumbre sería en el aeropuerto.

A su llegada a Ginebra, este mediodía, el ministro de Asuntos Exteriores de Rusia, Yevgueni Primakov, dijo que estaba muy esperanzado en esta reunión, que según él podría aportar una solución al conflicto.

Es casi seguro que China no participe en la reunión ya que el ministro de Exteriores de aquel país no tiene tiempo material para llegar antes de medianoche y el embajador chino en Ginebra está ausente, según fuentes diplomáticas. EFE
jbg/M

11/19/16-02/97

9714696

XD3660

U POXBT 11-19 00208
mun exg icx

IRAK-REUNION
PRIMAKOV LLEGA GINEBRA PARA REUNION MIEMBROS CONSEJO SEGURIDAD

Ginebra, 19 nov (EFE).- El ministro de Asuntos Exteriores ruso, Yevgueni Primakov, llegó a mediodía de hoy, miércoles, a Ginebra, para participar en una reunión con sus homólogos de EEUU, Francia y Gran Bretaña en la que discutirán las últimas propuestas diplomáticas para buscar solución a la crisis entre la ONU e Irak.

El encuentro, al que también está prevista la asistencia de un representante de China, el quinto miembro permanente del Consejo de Seguridad de Naciones Unidas, se celebrará en el aeropuerto de Ginebra hacia las 2.00 horas de hoy (01.00 GMT del jueves).

El portavoz del aeropuerto ginebrino, Philippe Roy, confirmó que ya han comenzado los preparativos para la celebración de esta reunión.

Los ministros de Asuntos Exteriores británico, Robin Cook, y francés, Hubert Védrine, llegarán a primera hora de la noche, mientras que la secretaria de Estado estadounidense, Madeleine Albright, aterrizará a medianoche tras hacer una escala en El Cairo, donde está previsto que se entreviste con el presidente de la Autoridad Nacional Palestina, Yaser Arafat.

Se espera que Primakov informe a los demás países de sus conversaciones con el viceprimer ministro de Irak, Tarek Aziz, que estuvo en Moscú el miércoles. EFE

agf/tcr/pq

11/19/12-16/97

EA6504
U POXBT 11-19 00330
mun exg icx

IRAK-CRISIS
MANDO IRAQUI CONFIRMA APROBO PLAN RUSO SOLUCION CRISIS

El Cairo, 19 nov (EFE).- El Consejo del Mando de la Revolución iraquí ha aprobado el plan elaborado por Rusia para solucionar la crisis desatada por la decisión el pasado 29 de octubre de expulsar a los expertos estadounidenses de la Comisión Especial de la ONU encargada de desmantelar las armas de destrucción masiva.

La agencia de noticias de Irak, INA, informó hoy de la decisión que adoptó anoche la máxima autoridad del país, tras una reunión extraordinaria presidida por el presidente Sadam Husein.

INA no facilitó detalles sobre el propuesto plan de solución pacífica de la crisis y que fue anunciado en Moscú durante la visita que efectuó ayer a Moscú el viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz.

Aziz tenía previsto viajar a El Cairo tras su visita a Moscú, pero no se descarta que regrese a Bagdad para informar al Mando iraquí sobre las conversaciones que mantuvo en Moscú con el ministro de Exteriores ruso, Yevgueni Primakov.

El ministro egipcio de Exteriores, Amro Musa, declaró hoy que en los próximos días se determinará una nueva fecha para la visita de Aziz al país.

Primakov convocó una reunión esta noche de los ministros de Exteriores de los cinco países miembros permanentes del Consejo de Seguridad en la sede europea de la ONU en Ginebra para exponer el plan ruso.

Irak expulsó el pasado día 13 a los seis expertos estadounidenses de la Comisión Especial que permanecían aún en el país y tras esa medida el jefe de la Comisión Especial (UNSCOM), Richard Butler, retiró a la mayor parte de sus inspectores.

La decisión el pasado 29 de octubre de expulsar a los estadounidenses, la tomó el Mando iraquí tras acusar a estos inspectores de espionaje y de obrar por mantener las sanciones internacionales impuestas a Bagdad desde 1990.

Washington amenazó con recurrir a la fuerza contra Irak si no revoca su decisión de excluir a los estadounidenses de la UNSCOM, pero en la última semana ambas partes han mostrado una cierta flexibilidad y un deseo de solucionar la crisis por la vía diplomática. EFE
nq/feb/msr

11/19/13-29/97

DP0676

U PDXBT 11-19 00690
mun exg icx

IRAK-CRISIS (resumen)
RUSIA INTENTA EVITAR ACCION MILITAR EN REUNION CINCO "GRANDES"

Ginebra, 19 nov (EFE).- Rusia intentará convencer a los otros cuatro miembros permanentes del Consejo de Seguridad de la ONU a aceptar su proyecto para evitar un desenlace violento a la actual crisis iraquí, en una insólita reunión ministerial en la madrugada de mañana, jueves, en Ginebra.

El titular ruso de Asuntos Exteriores, Yevgueni Primakov, afirmó al llegar hoy a Ginebra que tiene "grandes expectativas" para la reunión, en que presentará la propuesta que fue elaborada en Moscú en una entrevista ayer del presidente Boris Yeltsin con el viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz.

"Se ha dibujado un programa que nos permite, creemos, evitar el empleo de la fuerza y alcanzar un arreglo", comentó Primakov.

El proyecto ruso, ya aprobado por Bagdad pero aún no divulgado, previsiblemente concretará los criterios para que se puedan levantar, en un futuro no muy lejano, las sanciones económicas que pesan sobre Irak desde su malograda invasión de Kuwait en 1990.

También deberá asegurar la reanudación de las inspecciones de las instalaciones militares iraquíes por parte de la Comisión Especial de la ONU (UNSCOM), cuya obstaculización por el gobierno de Irak desató la crisis hace tres semanas.

En la reunión, conovocada urgentemente ayer a iniciativa rusa, Primakov deberá esforzarse de manera especial para ganarse a sus colegas de EEUU y Gran Bretaña, Madeleine Albright y Robin Cook, respectivamente.

Estos dos países ya han practicamente concluido una concentración masiva de fuerzas navales y aéreas en el golfo Pérsico, ante una eventual ataque contra Irak, aunque continuaron hoy el envío de nuevos refuerzos a la zona.

Albright volvió a avisar hoy, en una escala en El Cairo camino a Ginebra, que por mucho que EEUU siga buscando una salida pacífica a la crisis con Irak, "no descarta otras opciones".

En cambio, Francia -con cuyo ministro de Exteriores, Hubert Védrine, Primakov celebra esta noche una entrevista bilateral- comparte el interés de Rusia en que desaparezcan las sanciones contra Irak y su rechazo a una nueva operación militar anglo-estadounidense.

China, que será representado por su embajador ante la Conferencia de la ONU sobre el Desarme, Sha Zukang, también se opone al empleo de la fuerza militar contra Irak.

Estas conversaciones entre los cinco "grandes", en las oficinas de la ONU en Ginebra, ha sido precedidas por una sesión del pleno del Consejo de Seguridad en Nueva York, en que EEUU resaltó el peligro de que Irak aproveche la actual ausencia de inspectores de UNSCOM para recomponer su arsenal no convencional.

El embajador estadounidense ante la ONU, Bill Richardson, denunció ante el Consejo "la persistente política iraquí de ocultamiento y engaño", y demandó la reanudación inmediata e .. incondicional de las inspecciones.

"El objetivo es muy claro: evitar que los iraquíes puedan amenazar a la comunidad internacional con armas de destrucción en gran escala, y el retorno de la Comisión a sus actividades es el .

9714696

vehículo para lograr ese propósito", agregó en la sesión, en que el Consejo escuchó el informe técnico del presidente de UNSCOM, Richard Butler.

El embajador ruso, Serguei Lavrov, por su parte, sostuvo que el armamento no convencional iraquí casi se ha eliminado ya e hizo hincapié en la necesidad de ofrecer a Irak claras perspectivas del fin de las sanciones para que vuelva a cooperar con la labor de UNSCOM.

Irak acusa a UNSCOM de atender los criterios de EEUU y sostiene que Washington manipula el trabajo de la Comisión para poder mantener las sanciones contra Bagdad hasta que el presidente Sadam Husein abandone el poder.

Por tanto, Irak exige una reestructuración de UNSCOM para que cada uno de los "cinco grandes" de la ONU tenga peso igual en su consejo directivo, que se reunirá el viernes en Nueva York.

El proyecto ruso presuntamente abarcará ciertas modificaciones a UNSCOM, ya que fue aprobado ayer por el Consejo del Mando de la Revolución iraquí, en una sesión extraordinaria presidida por Sadam Husein.

El embajador iraquí ante la ONU en Nueva York, Nizar Hamdun, dijo desconocer los detalles de la solución propuesta por Rusia, pero expresó su confianza en que de la reunión de Ginebra surja el acuerdo sobre una solución diplomática que tenga en cuenta las demandas de Irak para un pronto levantamiento de las sanciones.
EFE

WM/JMA

11/19/21-42/97

9714696

FB3342

B POXBT 11-20 00310
exg mun icx

IRAK-REUNION
"CINCO GRANDES" CONCLUYEN REUNION CON COMUNICADO CONJUNTO

Ginebra, 20 nov (EFE).- Los miembros permanentes del Consejo de Seguridad de la ONU, EEUU, Rusia, el Reino Unido, Francia y China, concluyeron su reunión de hoy en Ginebra con un comunicado conjunto en el que expresaron su esperanza de que Irak permita el regreso incondicional de los inspectores de armamento de la ONU.

Este es el texto íntegro del comunicado, que fue leído a la prensa por el ministro de Asuntos Exteriores británico, Robin Cook:

"En la madrugada del 20 de noviembre se celebró en Ginebra una reunión entre los ministros de Asuntos Exteriores de Gran Bretaña, la Federación Rusa, Estados Unidos y Francia y un representante del ministro de Asuntos Exteriores de la República Popular China.

Los participantes en la reunión subrayaron la importancia de los esfuerzos solidarios de los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad de la ONU por lograr el cumplimiento total e incondicional por parte de Irak de todas las resoluciones relevantes del Consejo de Seguridad de la ONU.

Los participantes valoraron la iniciativa diplomática entablada por Rusia, en contacto con los demás miembros permanentes del Consejo de Seguridad, y expresaron su esperanza de que lleve al liderazgo iraquí a adoptar la decisión incondicional de aceptar el regreso del personal de la Comisión Especial del Consejo de Seguridad de la ONU (UNSCOM), en su composición previa, para trabajar como lo estipula la resolución 1137 del Consejo de Seguridad.

Los participantes en la reunión apoyaron la iniciativa de la Comisión Especial del Consejo de Seguridad de la ONU (UNSCOM) de reunirse el 21 de noviembre en Nueva York para discutir y sugerir, entre otros asuntos importantes, modos de hacer más efectiva la labor de UNSCOM sobre la base de las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU. Las recomendaciones emanadas de esa reunión estarán sujetas a la aprobación del Consejo de Seguridad". EFE
ik

11/20/06-53/97

9714696

: XJ3609

B POXBT 11-20 00416
mun exg icx

IRAK-CRISIS (Ampliación)
IRAK ACEPTA REGRESO TODOS MIEMBROS UNSCOM A PARTIR DE HOY

El Cairo, 20 nov (EFE).- Irak autoriza a partir de hoy el regreso al país de todos los inspectores que integran el equipo de desarme de la ONU, informó la agencia de noticias iraquí INA.

El mando iraquí ratificará esa decisión tras una reunión que se celebra en Bagdad bajo la presidencia de Sadam Husein, al mismo tiempo que el Parlamento iraquí se encuentra también reunido en sesión extraordinaria para pronunciarse al respecto.

En un comunicado conjunto difundido en Bagdad y Moscú, y que reproduce INA, Irak expresa que ambos países "han llegado a un acuerdo por el que Irak acepta el regreso de la Comisión Especial de la ONU en su composición completa, para reanudar su trabajo normal en Irak a partir de hoy 20 de noviembre".

"Rusia, por su parte, contribuirá activamente a que Irak cumpla las resoluciones pertinentes del Consejo de Seguridad de la ONU para levantar rápidamente las sanciones impuestas a Irak, y especialmente la aplicación del párrafo 22 de la resolución 687 conforme a su contenido literal sin nuevas condiciones", añade el comunicado conjunto ruso-iraquí.

El párrafo 22 de la resolución 687 del Consejo de Seguridad prevé acabar con el embargo petrolero impuesto desde 1990 a Irak, en cuanto se prueba que este país ha desmantelado todas sus armas de destrucción masiva.

"Para ello, se darán pasos activos para aumentar la eficacia del trabajo de la Comisión Especial con el respecto de la Soberanía y la seguridad de Irak", agrega.

Concluye que "ambas partes continuarán sus contactos conforme a lo acordado".

La crisis entre Irak y la ONU fue desatada por la decición el pasado 29 de octubre del mando iraquí de excluir a los inspectores estdounidenses de los equipos de la Comisión Especial (UNSCOM) que llevan misiones en Irak, y expulsó del país a los seis norteamericanos de la UNSCOM hace una semana.

Irak les acusaba de espionaje y de actuar para mantener las sanciones económicas internacionales impuestas a Irak desde hace mas de siete años, y exigia que el Consejo de Seguridad de la ONU establezca un plazo "razonable y breve" para el levantamiento de las sanciones.

Tras la expulsión de los estadounidenses, el jefe de la UNSCOM, el australiano Richard Butler, retiró a la mayor parte de los empleados de la UNSCOM de Irak.

Con la aceptación por Irak del regreso de todos los miembros de la UNSCOM, incluso los inspectores estadounidenses, se descarta la posibilidad de una acción militar promovida por EEUU contra Irak para obligar Bagdad a revocar su decisión respecto a los expertos norteamericanos de desarme. EFE

feb/jal

9714696

50

XJ3641

U FOXBT 11-21 00270
mun exq icx

IRAK-INSPECTORES (Ampliación)
EXPERTOS MILITARES DE ONU SALEN DE BAHREIN CON DESTINO A IRAK

Dubai, 21 nov (EFE).- Un avión con todos los inspectores de los equipos de la Comisión Especial de la ONU (UNSCOM) para el desarme de Irak, incluidos los estadounidenses, salió esta mañana de Bahrein con destino a Irak.

Según informó un portavoz de la UNSCOM en Bagdad, los inspectores, seis estadounidenses y 66 de otras nacionalidades, tomaron un vuelo de Naciones Unidas que salió de Bahrein a las diez de la mañana (07.00 GMT) y que tiene previsto llegar a Irak a las doce del mediodía, hora local.

El avión tomará tierra en la base de aérea iraquí de Habaniya, unos 100 kilómetros al oeste de Bagdad, y desde allí los inspectores se trasladarán por carretera a la capital.

El jefe de la oficina de la Comisión Especial de la ONU en Bagdad, general Nils Carlstrom, dijo hoy a EFE que las labores de supervisión de las armas no convencionales iraquíes se reanudarán "lo antes posible", probablemente mañana sábado.

"Estoy satisfecho de que Irak haya dicho que está dispuesto a cumplir con las resoluciones más relevantes del Consejo de Seguridad de Naciones Unidas, lo que significa que la UNSCOM podrá continuar sus trabajos", añadió Carlstrom.

El último conflicto entre la ONU e Irak se inició el pasado 29 de octubre, cuando el mando iraquí decidió prohibir la participación de inspectores estadounidenses en los equipos de la UNSCOM que supervisan el desmantelamiento de las armas químicas, biológicas y misiles de largo alcance de ese país.

Ayer, las autoridades de Bagdad aceptaron un plan promovido por Rusia que incluye el regreso de todos los inspectores a sus labores de investigación en Irak. EFE
ad/cho/jal

11/21/08-35/97

51

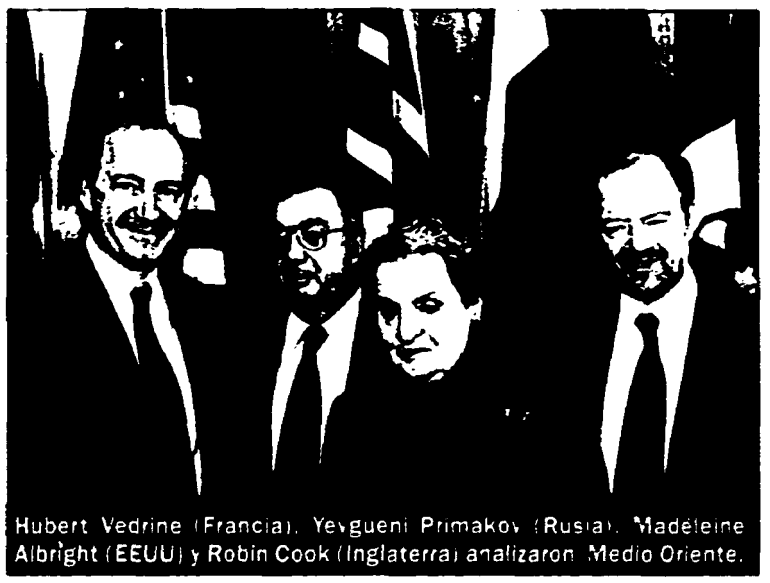
9714696

Posdata 21/11/97 Pg 112

CRISIS EN EL GOLFO PÉRSICO

Rusia anunció acuerdo con Irak para solucionar la crisis

Las conversaciones entre el presidente ruso, Boris Yeltsin, y el viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, culminaron en Moscú con la aceptación por parte de Bagdad de un plan ruso que contempla la solución pacífica a la crisis desatada por la expulsión de los inspectores estadounidenses de la ONU ordenada por Irak. A raíz de este acercamiento, el ministro de Exteriores del Kremlin, Yevgueni Primakov, se reunió en Ginebra con sus homólogos de EE UU, Francia y Gran Bretaña para discutir el mencionado plan.



Hubert Vedrine (Francia), Yevgueni Primakov (Rusia), Madeleine Albright (EEUU) y Robin Cook (Inglaterra) analizaron Medio Oriente.

En tanto Clinton destina un nuevo portaaviones y más de 300 aviones de combate al Golfo, la postura rusa busca poner fin al aislamiento de Irak; "en lugar de imponer más sanciones a Bagdad, como desea Estados Unidos, hay que levantar parte del embargo", indicaron voceros del Kremlin.

El mensaje que Boris Yeltsin envió días atrás a Saddam Hussein trazaba un plan para salir por medios pacíficos de la 'crisis de los inspectores' de Irak.

Yevgueni Primakov, ministro de Exteriores ruso, explicó luego del primer acercamiento que "el plan estaba bastante bien pensado, por lo que las autoridades iraquíes no podían dejar de reaccionar a él. A raíz de ello, Tarek Aziz llegó a Moscú con la respuesta".

El resultado de estas negociaciones ha sido, según Primakov, la elaboración de "un programa específico" que, en opinión del Kremlin, "permite evitar una confrontación militar y el uso de métodos de fuerza y avanzar hacia la solución de esta crisis".

Bagdad debe cumplir, como parte de este plan, "las correspondientes resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU" y debe "continuar el trabajo con la Comisión Especial" para el desarme de Irak, puntualizó el Ministro de Exteriores ruso.

Rebaja de las sanciones

Moscú se ha proclamado categóricamente en contra del uso de la fuerza para resolver la crisis desatada en torno a Irak. Más aún, el Kremlin se opone a cualquier endurecimiento de las sanciones contra Bagdad, ya que con ello "sólo se lograría empeorar la situación de la ya castigada población iraquí".

A pesar de ello, el portavoz ruso de Exteriores, Gueorgui Tarasov, señaló que Irak no debería haber "limitado las actividades de la Comisión Especial" de inspectores de la ONU. "Seguimos pensando que debería anular esas limitaciones, pero al mismo tiempo estimamos que Irak debe ver la luz al final del túnel", declaró Tarasov. Bagdad debe por tanto recibir algo a cambio de cumplir las resoluciones de Naciones Unidas. Se trata, en opinión de Moscú, de terminar con el aislamiento de Irak. En otras palabras, que en lugar de imponer más sanciones a Bagdad, como desea Estados Unidos, hay que levantar parte del embargo.

Tanto Rusia como Francia están muy interesados en terminar con las sanciones impuestas a Irak. Además de la posibilidad de hacer negocios con el petróleo, los rusos tienen la esperanza de que si Irak se integra a la comunidad internacional le podrá pagar la millonaria deuda que data de la época soviética.

Moscú ahora lamenta el haber apoyado las sanciones contra Irak sin haber introducido una cláusula que estipulara el cese automático de estas sanciones en cuanto Bagdad cumpliera con las exigencias de Naciones Unidas. Como dice Vladimir Lukín, presidente del comité de Exteriores de la Duma Estatal y ex embajador ruso en Estados Unidos, "en este caso las cartas estarían en manos de países más neutrales y equilibrados, como China, Francia y Rusia". BI

DECISIÓN PRESIDENCIAL

EE UU refuerza su presencia aérea

Bill Clinton ordenó el envío de más aviones de guerra norteamericanos al Golfo, entre ellos un número indeterminado de los invisibles F-117. Clinton, que la pasada semana ya había ordenado que el portaaviones George Washington se encaminara hacia la región para reforzar al Nimitz, quiso recordar así que, si fracasan las actuales gestiones diplomáticas, EE UU está dispuesto a actuar militarmente. Con la llegada de los aparatos del George Washington y de los despachados ayer, Washington contará a finales de semana con unos 300 aviones de combate en el Golfo.

Por segundo día consecutivo, la crisis del Golfo conoció cierta tranquilidad. A ello contribuyó el que, pese a sus amenazas, los iraquíes no intentaran atacar el U-2 que ayer sobrevoló su territorio. Fue el primer vuelo de uno de esos aviones espías, incluidos en los trabajos de la ONU, desde la expulsión por parte

Mas aviones para el Golfo

de Irak de los inspectores internacionales.

Clinton, tras su gira en busca de fondos electorales por los estados del Pacífico, llegó "furioso" a Washington la noche del lunes, según fuentes de la Casa Blanca. No le había gustado que un colaborador de Madeleine Albright hubiera empleado el lunes la palabra "zanahoria" para referirse a la posibilidad de que EE UU acepte una mejora del acuerdo "petróleo a cambio de ayuda" que la ONU tiene con Irak. La palabra "zanahoria", cree Clinton, merma el mensaje de firmeza que desea enviar.

Sandy Berger, consejero de Seguridad Nacional de Clinton, confirmó ayer que la información es exacta y que, si Saddam cede y permite el regreso de los inspectores norteamericanos, EE UU "sería favorable a que Irak exporte más petróleo, bajo supervisión de la ONU, a cambio de alimentos y medicinas que alivien los sufrimientos de su pueblo".

"Irak tiene que dejar que los inspectores regresen a hacer su trabajo", dijo Bill Richardson, embajador de EE UU en la ONU. "No hemos descartado todavía ninguna posibilidad, incluida la militar".

9714696

FB3418

U POXBT 11-22 00654
mun exg icx

IRAK-ONU (Previsión)
CONCLUYERON SIN PROBLEMAS VISITAS OCHO INSTALACIONES IRAQUIES

El Cairo, 22 nov (EFE).- Los equipos de la Comisión Especial (UNSCOM) concluyeron, sin problemas, sus visitas de hoy, sábado, a ocho instalaciones iraquíes, mientras Bagdad espera que la reanudación de las inspecciones constituya el primer paso hacia el fin de las sanciones impuestas a Irak desde 1990.

Irak considera también que el regreso, ayer, de los expertos de la UNSCOM, encargada de eliminar las armas iraquíes de destrucción masiva, es "el fin de la crisis" causada por la expulsión por Bagdad de los inspectores de nacionalidad estadounidense, según la agencia oficial iraquí, INA.

Sin embargo, el ministro de Asuntos Exteriores de Irak, Mohamed Saed al Sahaf, aseguró hoy en rueda de prensa celebrada en Bagdad que "los iraquíes siguen en alerta por la amenaza militar hecha por Estados Unidos".

"Seis equipos de la UNSCOM visitaron esta mañana ocho lugares, por primera vez desde el fin de la crisis, acompañados por funcionarios iraquíes que ofrecieron todas las facilidades para que los expertos lleven a cabo su misión sin problemas", informó INA.

"Cada visita duró varias horas, durante las cuales los equipos vieron que las cámeras y los demás medios de vigilancia (de la ONU) funcionan de modo normal y sin ningún obstáculo" puesto por Irak, agregó la agencia, que cita al director de la Vigilancia Nacional iraquí, cuyo nombre no menciona.

INA aprovechó la ocasión para afirmar que "los inspectores no encontraron nada prohibido en los lugares que visitaron" y acusa una vez más a Estados Unidos de "difundir mentiras para justificar su política hacia Irak".

"Las visitas de hoy apoyan la postura iraquí y constatan que la propaganda histérica de EEUU contra Irak, que lo acusa de haber ocultado armas prohibidas, es una pura mentira que tiene como objetivo justificar una agresión militar contra nuestro país", añadió.

Asimismo, afirmó que las autoridades iraquíes "quieren cooperar con la Comisión Especial de la ONU de forma que ayude a sus miembros a llevar a cabo sus misiones" y reconoció que esta cooperación "beneficiará a Irak y acelerará la aplicación del párrafo 22 de la resolución 687" del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

En virtud de ese párrafo, el Consejo de Seguridad levantará las sanciones internacionales impuestas a Irak cuando los equipos de la UNSCOM certifiquen que ese país ha eliminado todo tipo de armas de destrucción masiva.

La aplicación del párrafo 22 de la resolución 687 es la principal demanda de Bagdad, que espera que la reanudación de las actividades de la UNSCOM en Irak sea un paso en el camino para lograr el levantamiento de las sanciones.

El viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, efectúa una gira por algunos países árabes para expresar a sus dirigentes la postura de Irak en la última crisis con la ONU, y pedir su apoyo a las demandas iraquíes de poner fin al embargo económico.

Para conseguir este objetivo, Aziz intenta mejorar las

9714696

53

relaciones de Bagdad con los árabes, incluidos los que estuvieron contra su país cuando los iraquíes ocuparon Kuwait, como Egipto y Siria, que aportaron tropas a la coalición internacional, liderada por EEUU, que liberó ese emirato.

Aziz, que visitó, además de Rusia, Marruecos, Egipto y Siria y tiene previsto viajar luego a Jordania, dijo el pasado jueves en El Cairo que su país había acentado el plan ruso para "evitar una confrontación bélica" con EEUU.

"Queremos normalizar las relaciones con todos los países árabes con el fin de conseguir una postura árabe unificada para hacer frente a los actuales desafíos", dijo el viceprimer ministro iraquí tras entrevistarse esta mañana en Damasco con el vicepresidente sirio, Abdel Halim Jadam.

Por otro lado, la prensa iraquí considera hoy que "EEUU recibió una fuerte derrota diplomática que afectará su política en todo el mundo, especialmente en la zona árabe, en las próximas semanas".

El diario oficial iraquí "Al Yumhuriya", que expresa esta misma postura, se refiere a que los países árabes "apoyaron a Irak" en contra de una posible acción militar estadounidese contra ese país a raíz de la crisis con la ONU. EFE

fa-wm/pgl

11/22/17-48/97

9714696

DP1267

U POXBT 11-23 00785
icx mun exa

IRAK-EEUU/ONU
INSPECCION PALACIOS PRESIDENCIALES. "MANZANA DISCORDIA"

Naciones Unidas, 23 nov (EFE).- La disputa sobre el acceso de los inspectores de desarme de la ONU a palacios presidenciales y otras instalaciones sensibles en Irak en busca de armas de destrucción masiva, exigido por Washington y opuesto por Bagdad, se perfila como otra "manzana de la la discordia".

Los inspectores deben tener un acceso "irrestricto" a las 63 instalaciones que el presidente Sadam Husein ha declarado "vedadas", dijo hoy William Cohen, secretario norteamericano de Defensa, a la cadena de televisión NBC.

Los lugares "vinculados" al presidente iraquí "no deben ser visitados" por razones de soberanía, seguridad nacional y dignidad, replicó Nizar Hamdun, embajador de Irak ante la ONU.

Richard Butler, presidente de la Comisión especial de la ONU (UNSCOM) encargada de desmantelar las armas iraquíes de destrucción masiva, advirtió que se necesita acceso a "estos sitios y otros" para verificar si Irak ha eliminado o no sus arsenales de armas químicas y biológicas.

Hamdun reiteró hoy que Irak ha destruido por cuenta propia o conjuntamente con UNSCOM todas sus armas prohibidas, y que lo único que queda ahora por entregar es "alguna documentación".

Pero Butler, quien reiteró que la destrucción unilateral por Irak era ilegal, insistió en que "necesitamos acceso" a las instalaciones para "verificar la versión iraquí".

La disputa en torno a los palacios presidenciales y otros lugares sensibles -como las bases de la Guardia Republicana donde se sospecha que Irak ha escondido armas y materiales prohibidos- indica que no ha terminado la crisis abierta el pasado día 29 cuando Bagdad ordenó la expulsión de los inspectores estadounidenses de UNSCOM.

Cohen advirtió hoy que los amplios refuerzos militares enviados por EEUU al golfo Pérsico a raiz de la crisis seguirán allí el tiempo que haga falta, pero no quiso decir si EEUU recurriría a la fuerza si Irak impide el acceso de los inspectores a los lugares "vedados" por Sadam Husein.

Gracias a la mediación de Rusia, Irak anunció el pasado jueves que todos los inspectores, incluídos los estadounidenses, podían volver y reanudar su labor con normalidad.

Los expertos, a los que Butler había sacado de Irak en su casi totalidad, volvieron el pasado viernes y ayer y hoy llevaron a cabo su labor aparentemente sin trabas.

A cambio del sí de Bagdad al regreso de los inspectores, Rusia prometió presionar en el Consejo de Seguridad por agilizar el levantamiento del embargo petrolero impuesto a Irak en agosto de 1990 en represalia por su invasión de Kuwait.

Tras la guerra de 1991, el Consejo dijo que el embargo petrolero se mantendrá hasta que UNSCOM certifique que Irak ha cumplido todas sus obligaciones de desarme y que el sistema de control internacional impedirá que vuelva a tratar de obtener armas nucleares, químicas, biológicas y ciertos tipos de misiles.

Los rusos indicaron también a Bagdad que defenderían su oposición a las inspecciones, por la ONU, de los palacios presidenciales y otros lugares sensibles, y a los vuelos de los

aviones U-2 estadounidenses, que recaban información para UNSCOM.

Pero los primeros intentos de Rusia por defender la causa iraquí y preparar el terreno para el rápido levantamiento de las sanciones se frustraron en una sesión de los asesores de UNSCOM.

En un informe entregado ayer, sábado, al Consejo de seguridad, UNSCOM dijo que el acceso "inmediato, incondicional e irrestricto" de los inspectores a instalaciones iraquíes es crucial, y abogó por más vuelos de reconocimiento, incluídos vuelos nocturnos.

Si bien la Comisión indicó que la labor de desarme en el ámbito nuclear casi ha concluído, dijo que necesita más información sobre misiles y armas químicas, y advirtió que las armas biológicas es el capítulo en el que Irak ha incumplido sus obligaciones de la forma "más grave y persistente".

Lo único positivo para Irak en el informe era el comentario positivo en el ambito nuclear, y la recomendación de "ampliar el caracter multinacional de los equipos de insnectores", aunque no se dice cuántos no estadounidenses adicionales debería haber.

El embajador iraquí ante la ONU, decepcionado por que el informe no responde a "nuestras principales preocupaciones", se mostró contrario a los vuelos nocturnos de reconocimiento.

Pero dijo que "por ahora" Irak no intentará derribar los U-2, como amenazó durante la crisis.

El Consejo de Seguridad reanuda mañana, lunes, su examen del informe de UNSCOM, que EEUU y Gran Bretaña presentan como una victoria y una justificación de su posición de que las sanciones "no pueden levantarse".

Poniendo buena cara al mal tiempo, Rusia sostuvo que el informe contiene algunas recomendaciones "útiles", y Francia dijo que son dignas de estudio las propuestas rusas de que la Comisión cierre sus investigaciones de armas prohibidas una tras otra, en lugar de mantenerlas todas abiertas hasta la conclusión de toda su labor como quieren Washington y Londres. EFE

AL/imc

11/23/18-24/97

ANALISIS

Bagdad desata un nudo

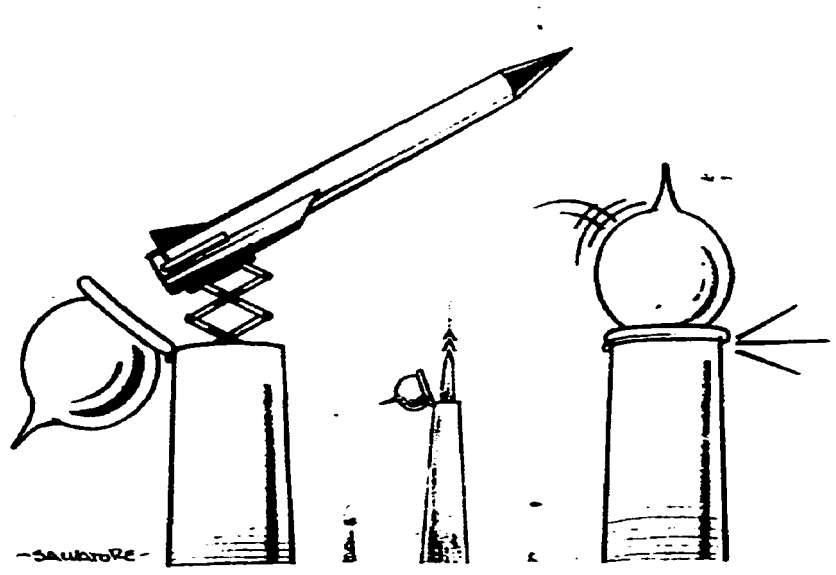
por PABLO ARAGÓN
especial para El Observador

Podría afirmarse que la aparente desactivación de la crisis iraquí se ha precipitado en una forma que deja satisfechas a todas las partes.

Washington ha logrado su objetivo primordial: que regresen a su trabajo todos los miembros de la Comisión Especial de las Naciones Unidas (UNSCOM) encargada de vigilar el cumplimiento del programa de desarme químico y biológico en Irak. Los aliados de EEUU en la guerra de 1991 han logrado, en el mismo sentido, impedir una respuesta militar al último desafío de Saddam Hussein al comenzar, hace tres semanas, el proceso de expulsión de los miembros estadounidenses del equipo de inspectores de la ONU. Y Bagdad ha logrado que el Consejo de Seguridad comience a considerar seriamente la posibilidad de limitar los alcances del bloqueo económico que los vencedores de la guerra del Golfo impusieron a Hussein, en tanto no se certifique el desmantelamiento de sus programas de desarrollo armamentista.

Claro que, mirado con más cuidado, el panorama se presenta más halagüeño para unos que para otros.

Washington puede, sin duda, asegurar que la crisis (aparentemente conjurada gracias a la intervención del canciller ruso Evguenni Primakov) ha llegado a su fin sin que se comprometiera su posición de principio sobre el mantenimiento de las inspecciones y el bloqueo. La verdad es



que ya hace semanas que el bloqueo se atraganta en la garganta de sus aliados (en especial China, Francia y Rusia) y tal vez haya sido por ello que Hussein decidiera precipitar este conflicto.

La misión Primakov sólo contiene, en este sentido, una semilla de los problemas que Washington deberá enfrentar pronto: el compromiso ruso de gestionar ante el Consejo de Seguridad un cronograma de desarticulación del bloqueo o, al menos, un impulso al plan de permitir el trueque de petróleo iraquí por alimentos y medicinas.

No en vano los comentarios más críticos de la administración Clinton expresan su furia en las columnas de opinión de la prensa estadounidense ("Munich en el Tigris", es lo menos que ha dicho alguno). Es que la resolución de esta crisis ha vuelto a poner el foco sobre la admisibilidad, efectividad y justicia de los bloqueos económicos, algo que Saddam seguramente debe mirar con complacencia.

Los aliados de EEUU que han observado con creciente frialdad los intentos por hacer más estrecho el cerco económico sobre Irak y, ciertamente, sin ningún calor la opción militar como forma de lograr que los inspectores volvieran a Bagdad, no han podido ocultar su agrado ante la irrupción de la diplomacia rusa en la cuestión iraquí. Primakov, considerado como un orientalista de la vieja escuela (ex corresponsal del diario Pravda en Medio Oriente) logró hacer de su misión un bien escenificado regreso de la diplomacia de los conocedores, llevando a Moscú (y con ella, al resto de Europa) al extraviado territorio de su preeminencia anterior al fin de la guerra fría. "Bravo, Primakov", se agitó el presidente francés Jacques Chirac, una de las más irritantes espinas de que la política exterior de EEUU deba dar cuenta en el panorama internacional.

Bagdad, sin embargo, sólo ha desatado un nudo de su madeja de problemas, en esencia anclados en el hecho de que, tras el fin de la guerra de 1991, no ha podido dar cuenta de 25 cabezas de proyectil que encierran gérmenes o bacterias y, ubicadas en misiles, podrían causar estragos en lugares tan lejanos de Bagdad como Tel Aviv (para otra columna quedará la patética historia de cómo los iraquíes compraron las bacterias por correo a un laboratorio de Rockville, Maryland).

Primakov puede haber marcado un tanto en la lucha diplomática contra el hegemonismo estadounidense. ¿Podrá hacer lo mismo cortándole las uñas al arsenal biológico de Saddam?

9714696

57

FB3555

U POXBT 11-26 00353
icx mun exg

IRAK-ONU
GRAN ESCEPTICISMO ANTE OFERTA IRAK A VISITAR INSTALACIONES

Naciones Unidas, 26 nov (EFE).- La invitación de Irak a diplomáticos de la ONU a visitar los palacios presidenciales para comprobar sus aseveraciones de que no se ocultan allí armas de destrucción masiva ha suscitado un gran escepticismo.

"Creemos que es pura propaganda", dijo a EFE Gustavo Zlauvinen, asesor político de la Comisión especial de la ONU (UNSCOM) encargada de localizar y desmantelar los arsenales iraquíes de armas de destrucción masiva.

El argentino Zlauvinen, quien no cree que se acepte la oferta iraquí, precisó que la Comisión no ha recibido ninguna comunicación de Irak al respecto.

Tampoco la han recibido la ONU o el Consejo de Seguridad.

La agencia oficial de noticias iraquí INA informó de que Irak ha decidido "invitar a dos representantes de cada uno de los países representados en UNSCOM y a cinco de cada uno de los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad, incluidos expertos y embajadores, a hospedarse en estos palacios e instalaciones".

Las visitas podrían durar "una semana o más", dijo INA, y precisó que esta invitación a los diplomáticos y expertos "para que conozcan la verdad" es la respuesta de Bagdad "a los insultos y las mentiras" de Estados Unidos.

El acceso a los palacios presidenciales y otras instalaciones sensibles, donde se sospecha que están escondidos equipos y materiales militares prohibidos, ha sido una "manzana de la discordia" desde la vuelta de los inspectores de la ONU a Irak el pasado viernes, después de que Bagdad revocara su expulsión de los inspectores estadounidenses.

Zlauvinen subrayó que la visita que Bagdad propone ahora a los diplomáticos y comisionados no tiene nada que ver con las inspecciones que llevan a cabo los inspectores de UNSCOM.

Lo que propone Irak es "muy diferente de cuando nosotros hacemos inspecciones sorpresa, sin aviso (previo) y pedimos acceso inmediato", afirmó el funcionario.

En estos casos, los iraquíes no tienen tiempo para esconder nada "y por eso nos bloquean", agregó.

Los comisionados y diplomáticos tardarían una semana en llegar, dijo, lo que daría tiempo a Irak a "limpiar" las instalaciones.

Hay 21 países representados en UNSCOM. EFE
AL/IB/PG

11/26/23-20/97

9714696

SB

XJ3848

U POXBT 11-26 00391
mun exg icx

IRAK-ONU (ampliación)
SADAM HUSEIN PERMITE ENTRADA EN PALACIOS DE EXPERTOS

El Cairo, 26 nov (EFE).- El presidente de Irak, Sadam Husein, decidió hoy, miércoles, autorizar la entrada en los palacios presidenciales a los inspectores de la Comisión Especial de la ONU (UNSCOM), encargada de supervisar la eliminación de las armas de destrucción masiva iraquíes.

La decisión, difundida esta noche por la agencia de noticias iraquí, Ina, y otros medios de comunicación nacionales, fue tomada en una reunión conjunta del Consejo del Mando de la Revolución y del Partido Baaz, en el poder, bajo la presidencia de Sadam Husein.

"Hemos decidido dirigir una invitación a dos representantes de cada país de los que forman parte de la Comisión Especial y a cinco de los países miembros del Consejo de Seguridad (de la ONU), entre expertos y diplomáticos", afirma el comunicado difundido al término de la reunión.

El texto dice que esos expertos y diplomáticos son invitados a hospedarse "en estos palacios y otros lugares durante una semana o más, según su deseo para que conozcan la realidad", en referencia a otras instalaciones en donde decenas de familias se alojaron durante la reciente crisis para actuar de "escudos humanos".

Esta medida, agrega, es la "respuesta a los insultos y mentiras y a los espías de Estados Unidos", que exigieron la presencia de los inspectores de la UNSCOM en esos palacios.

Tras el acuerdo logrado, con la mediación de Rusia, la pasada semana por la que Irak permitió la vuelta de "todos" los inspectores de la UNSCOM para continuar sus trabajos, la crisis surgida el pasado 29 de octubre entró en fase de desactivación.

Ese día, Sadam Husein anunció la expulsión de los expertos estadounidenses de la UNSCOM, a los que acusó de trabajar a las órdenes del Pentágono y de la CIA (Central de Información de EEUU), y no de la ONU.

Estados Unidos incrementó su presencia militar en la zona lo que provocó el temor de un enfrentamiento bélico y el jefe de la UNSCOM, Richard Butler, decidió retirar a todos los inspectores al impedírsele la entrada en los lugares de inspección a los expertos norteamericanos.

Mientras tanto, decenas de familias iraquíes se instalaron en los palacios de Sadam Husein y en fábricas y otras instalaciones industriales para actuar, en caso de conflicto, como "escudos humanos".

Washington mostró su desconfianza y exigió a Bagdad que permitiese la inspección de esos palacios e instalaciones, a lo que hoy ha accedido Sadam Husein. EFE
ei/mz

11/26/19-31/97

9714696

98

FB3598

U POXBT 11-27 00597
icx mun exg

ONU-IRAK (Previsión)
OFERTA BAGDAD NO RESUELVE DISPUTA PALACIOS PRESIDENCIALES

Naciones Unidas, 27 nov (EFE).- La disputa sobre las inspecciones que la ONU desea realizar en los palacios presidenciales y otras instalaciones sensibles donde Irak puede esconder armas prohibidas no parece más cerca de resolverse tras la invitación de Bagdad a diplomáticos y expertos internacionales para visitarlos.

El ministro iraquí de Asuntos Exteriores, Mohamed Said Al-Sahaf, reafirmó hoy, jueves, la negativa de su Gobierno a abrir estas instalaciones "soberanas" a los inspectores de la Comisión especial de la ONU (UNSCOM) encargada de localizar y desmantelar los arsenales iraquíes de armas de destrucción masiva.

"Siempre hemos dicho que estos lugares soberanos están inmunes" a las inspecciones y "rechazamos la labor intrusiva y malintencionada" de UNSCOM impulsada por Estados Unidos, dijo Al-Sahaf en rueda de prensa en Bagdad.

Bagdad ha invitado, dijo, a los 19 países (en realidad son 21) integrantes de la junta ejecutiva de UNSCOM y a los 15 miembros del Consejo de Seguridad a enviar a representantes a las instalaciones en disputa para "hospedarse" allí y comprobar las afirmaciones iraquíes de que no contienen armas prohibidas como agentes químicos y biológicos sumamente letales.

Al-Sahaf precisó que se excluirá a todo inspector de UNSCOM aunque fuese escogido por alguno de los países invitados.

Las "clarificaciones" aportadas por Al-Sahaf sobre la oferta parecen confirmar la primera impresión en círculos diplomáticos de que es un truco y una maniobra para tratar de dividir a los miembros del Consejo de Seguridad.

"Creemos que es pura propaganda", dijo anoche a EFE Gustavo Zlauvinen, asesor político de UNSCOM, y afirmó que no se puede comparar la "visita" de los diplomáticos de que habla Bagdad con las inspecciones "sorpresa, sin previo aviso" de los inspectores.

Estas inspecciones no dan tiempo a los iraquíes a esconder nada, "y por eso nos bloquean", dijo el asesor argentino.

La reacción de varios miembros del Consejo de Seguridad fue igualmente escéptica.

El embajador británico, John Weston, dijo que "no nos interesa el turismo político", y su colega estadounidense, Bill Richardson, calificó la oferta como otro "intento de dividir a la ONU".

Tras las "clarificaciones" aportadas hoy por Al-Sahaf, la Casa Blanca reafirmó que, según las resoluciones del Consejo de Seguridad, Irak tiene la obligación de dar acceso "sin restricción" a los inspectores de UNSCOM a todas las instalaciones.

Esta semana, William Cohen, jefe del Pentágono, y el australiano Richard Butler, presidente de UNSCOM, expresaron sus sospechas de que Irak tiene 200 toneladas del denominado gas nervioso "VX".

Cohen dijo que "teóricamente" 200 toneladas de "VX" serían suficientes para matar a toda la población del planeta.

También se sospecha que Irak sigue ocultando materiales para fabricar armas biológicas letales como el "antrax" y la "botulina".

9714696

Irak sostiene que ya no tiene armas prohibidas y acusa a EEUU de mentir para mantener indefinidamente las sanciones en su contra, especialmente el embargo a las exportaciones de petróleo, impuestas por el Consejo de Seguridad en agosto de 1990 en represalia por la invasión iraquí de Kuwait.

Según las resoluciones del Consejo, el embargo petrolero no podrá levantarse hasta que UNSCOM certifique que no quedan armas nucleares, químicas, biológicas y ciertos tipos de misiles en Irak y que hay un sistema de control para impedir a los iraquíes traten de fabricar este armamento en el futuro.

El parlamento iraquí dió hoy seis meses de plazo a UNSCOM para acabar su labor para que así se levanten las sanciones. El ministro iraquí de Asuntos Exteriores dijo que su Gobierno ya ha pedido el levantamiento inmediato del embargo petrolero. EFE

AL/rml

11/27/18-00/97

9714696

XA8041

U POXBT 11-30 00586
mun exg

IRAK-EEUU (Previsión)
ONU Y EEUU APOYAN AUMENTO PROGRAMA ALIMENTOS PARA IRAK

Washington, 30 nov (EFE).- La ONU y EEUU coincidieron hoy, domingo, en aumentar el programa que permite a Irak vender petróleo a cambio de alimentos y medicinas, pero recordaron que ese país debe cumplir todas las resoluciones de Naciones Unidas sobre desarme.

El secretario general de la ONU, Kofi Annan, avanzó en declaraciones a la cadena de televisión "ABC" que el informe que presentará mañana, lunes, propondrá un aumento de ese programa, pero sin dar más detalles.

Annan descartó que esa decisión pueda ser vista "como una recompensa" al presidente iraquí, Sadam Huseín, después de las dificultades creadas a los inspectores de armamento de Naciones Unidas.

La decisión se basa "en las necesidades del pueblo iraquí", afirmó Annan, quien recordó que la ONU controla que los ingresos procedentes del crudo iraquí se destinen a la compra de alimentos y medicinas, así como a las reparaciones que Irak debe pagar por la Guerra del Golfo.

Naciones Unidas "también controla la distribución", recordó el secretario general, quien restó así validez a las acusaciones de que los grandes beneficiados de ese programa son Sadam Husein y los privilegiados de su régimen.

El actual programa "crudo por alimentos" permite a Irak exportar petróleo por valor de 2.140 millones de dólares cada seis meses.

En la misma idea, aunque más duro, se manifestó el embajador de EEUU ante las Naciones Unidas, Bill Richardson, quien no quiso comentar posibles cifras sobre el nuevo programa, aunque se habla de unos 3.000 millones de dólares semestrales.

"Este es un asunto separado -de la inspección de armamentos-", dijo Richardson en una entrevista con la cadena de televisión "NBC".

El diplomático estadounidense insistió en que no hubo "ningún tipo de acuerdo" con Irak para condicionar la vuelta de los inspectores que vigilan los programas iraquíes de armamento con la ampliación del programa.

"Ya hemos dicho anteriormente que estamos dispuestos a estudiar formas de mejorar la forma de aplicar el programa en beneficio del pueblo iraquí", dijo Richardson.

Un informe divulgado la pasada semana por UNICEF señaló que en Irak hay un millón de niños desnutridos y que varias decenas de miles mueren cada año a causa de las sanciones aplicadas tras la invasión de Kuwait (1990) y la Guerra del Golfo (1991).

Annan dijo que el director de la Comisión Especial de la ONU (UNSCOM) que inspecciona las instalaciones donde Irak puede desarrollar o producir armas nucleares, químicas o bacteriológicas, visitará Bagdad "esta semana" para estudiar las condiciones en que trabajan sus inspectores.

El secretario general de la ONU admitió que en los últimos dos años el régimen iraquí ha puesto muchas dificultades a los técnicos de UNSCOM, pero recordó que "se han hecho grandes progresos".

9714696

62

Las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU establecen que los inspectores tienen libertad de visitar sin restricciones cualquier lugar de Irak.

"Vamos a ver qué puede lograr Butler en Bagdad", dijo Annan, quien descartó, por ahora, que una posible solución militar a la crisis con Irak.

"Hay tres países clave que se oponen al uso de la fuerza", dijo el secretario general en referencia, aunque sin citarlos, a Rusia, China y Francia.

Pero Kofi Annan insistió en que esta postura puede cambiar en el futuro "en función de los acontecimientos" y si se produce algún tipo de "provocación" de Bagdad.

En ese sentido, recordó las repetidas amenazas de Irak de atacar los aviones espía estadounidenses "U-2" que relizan vuelos de reconocimiento sobre territorio iraquí por cuenta de la ONU, aunque Annan mostró su esperanza en que no se produzcan incidentes. EFE

rcf/Pam/11

11/30/19-10/97

9714696

Nº. DOCUMENTO 9714697
TITULO Uruguayo Enrique Iglesias reelegido tercera vez Pte. BID
PROCEDENCIA 51553.
FECHA DE PROCEDENCI 03/11/97.
VINCULACIONES 509197
527460

ENTRADO
CRUZADO

01-07

9714697

XY6756

U ECOBT 11-01 00680
mun exg icx

BID-ELECCION (Previsión)
REELECION IGLESIAS ES COMO CRONICA DE NOMBRAMIENTO ANUNCIADO

Por Francisco Roque Bacarreza
Washington, 1 nov (EFE).- La tercera reelección de Enrique Iglesias como presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), para un nuevo periodo de cinco años, será como la crónica de un nombramiento anunciado por el unánime apoyo del que disfruta.

La reunión extraordinaria de gobernadores del BID, convocada para el lunes próximo en la sede de la organización en Washington, durará alrededor de una hora con un sólo tema en la agenda: la reelección del uruguayo nacido en España.

Rogelio Novey, director ante el BID por Panamá, dijo a EFE que el mérito de Iglesias para haber alcanzado un indisputado liderazgo es su capacidad de "visualizar y articular la agenda del desarrollo económico y social de América Latina y el Caribe".

Iglesias llegó a Washington en 1988 bajo el atento escrutinio del departamento estadounidense del Tesoro y en medio de la tormenta de la deuda externa latinoamericana.

Los funcionarios de entonces que siguieron de cerca su actividad subrayan su capacidad de diálogo y hábil manejo de la diplomacia que transformó a los escépticos altos cargos del Tesoro en sólidos aliados y en apoyo para los planes de expansión del BID.

El vicepresidente económico del gobierno español, Rodrigo Rato, en su calidad de presidente de la Asamblea de Gobernadores del BID se prevé que haga el anuncio oficial de la reeleción de Iglesias a mediodía del lunes.

Un director del BID, que pidió no ser nombrado, dijo que la reelección de Iglesias es "perogrullo" porque se puede anticipar su ratificación de los 26 gobernadores del BID.

Durante su primer mandato al frente del BID, Iglesias forjó la presencia crediticia del banco en los créditos sectoriales, hasta entonces una exclusividad del Banco Mundial, para apoyar a los países latinoamericanos con urgencia de préstamos para reducir su deuda externa.

Ganada esta batalla, Iglesias apostó por "el banco grande". Un proyecto para dar al BID la cartera suficiente que atendiese las crecientes necesidades crediticias de los socios latinoamericanos y caribeños.

Fue en la asamblea de gobernadores en Amsterdam (Holanda) en 1994 que se logró esta meta, después de arduas negociaciones que pusieron a prueba la capacidad de persuación de Iglesias.

El BID amplió su cartera de 60.000 millones de dólares a 100.000 millones de dólares.

Con este apoyo financiero, el BID entró en una era de atención de los retos latinoamerticanos agudizados durante la "decada perdida" de los años ochenta, con países agobiados por la crisis de la deuda externa y el ajuste económico.

La participación del banco en el área social -educación, salud, vivienda-, la ampliación en el apoyo al desarrollo de la infrestructura, la reforma del Estado en los países miembros y el aliento para la expansión del sector privado, son las nuevas tareas del BID.

9714697.

02

Esta ampliación ha permitido al banco incursiones en la atención de la reforma social, judicial, la seguridad social, el fortalecimiento de la sociedad civil, la reducción de la pobreza, el interés por la juventud, la mujer y los indígenas, además del aliento a la microempresa y el interés por el medioambiente.

Con la capacidad de un infatigable viajero, Iglesias promovió todos estos temas entre los gobiernos de Latinoamérica y el Caribe, al mismo tiempo que se valió de todos los foros en las naciones desarrolladas para ampliar la sensibilidad de éstos por la cooperación.

Las propuestas de Iglesias fueron avaladas paulatinamente por la asamblea anual de gobernadores del banco que le otorgó el crédito de confianza a las iniciativas.

La ampliación del área de actividades del BID se vió acompañada con el crecimiento del volumen crediticio que saltó de 1.680 millones en 1988 a 6.760 millones en 1996 y que desplazó al Banco Mundial como la primera fuente financiera para la región.

Desde su despacho del piso doce del moderno edificio, en el 1300 de la avenida New York, Iglesias dirige una plantilla de 1.600 funcionarios.

El uruguayo nacido en Asturias continuará como el tercer presidente desde que fue creado el BID en la época del presidente estadounidense, John Kennedy. Sus precedesores fueron el chileno Felipe Herrera (1960-1970) y el mexicano, Antonio Ortiz Mena (1970-1988). EFE

frb/Dm/chs/Pam

11/01/15-26/97

9714697

XQ2708

R ECOBT 11-03 00519
mun exg icx

BID-IGLESIAS (Perfil)
ENRIQUE IGLESIAS SEGUIRA OTROS CINCO AÑOS COMO PRESIDENTE BID

Washington, 3 nov (EFE).- Enrique V. Iglesias retuvo hoy, lunes, la presidencia del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) para un tercer mandato de cinco años.

El asturiano (español) nacionalizado uruguayo, de 67 años de edad, inició su carrera profesional en el sector privado en 1954 como director-gerente de la Unión de Bancos de Uruguay, un año después de graduarse en economía y administración por la Universidad de la República de Uruguay.

Por su dilatada carrera profesional y sus aportaciones como economista y diplomático, Iglesias actualmente es una de las personalidades latinoamericanas de gran influencia y está considerado por numerosos foros internacionales y gobiernos como un interlocutor valioso.

Entre 1964 y 1967 asistió como delegado de Uruguay a las conferencias de la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (ALALC), la Comisión Económica para América Latina (CEPAL) y fue representante de su país ante el Comité Interamericano de la Alianza para el Progreso.

En el período comprendido entre 1967 y 1972 estuvo presente en el ámbito académico como profesor de desarrollo económico de la Universidad de la República de Uruguay, fue miembro del directorio del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales y participó en diversos cursos de CEPAL y del Instituto de Integración de América Latina, donde formó parte de su directorio.

Iglesias fue presidente del Banco Central de Uruguay entre 1966 y 1968, y en ese año encabezó un grupo de expertos que colaboraron con Raúl Prebisch, secretario general de CEPAL, en la preparación de un estudio de la situación económica de América Latina, solicitado por el entonces presidente del BID, el chileno Felipe Herrera.

Entre 1972 y 1985 ejerció como secretario ejecutivo de la CEPAL y durante ese período ocupó la secretaría general de la Conferencia de Naciones Unidas sobre Fuentes de Energías Nuevas y Renovables.

En 1985, fue nombrado ministro de Relaciones Exteriores de Uruguay, función que desempeñó hasta 1988, y, como titular de la diplomacia de su país, presidió la reunión ministerial que dió paso a la Ronda Uruguay de negociaciones multilaterales del Acuerdo General de Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), en Punta del Este (Uruguay) en 1986.

De 1988 a 1989 fue mediador del conflicto pesquero entre Francia y Canadá, que concluyó con un acuerdo sobre pesca.

Iglesias fue elegido tercer presidente del BID en 1988 y sucedió al mexicano Antonio Ortíz Mena.

Cinco años después fue ratificado al frente del banco por la asamblea de gobernadores y hoy, por tercera vez, fue reelegido por unanimidad.

Durante su dilatada trayectoria profesional y pública escribió y publicó diversos trabajos, como "La CEPAL y las relaciones económicas de América Latina", "Las perspectivas del desarrollo económico en América Latina" y "Uruguay, una propuesta de cambio", entre otros.

9714697

04

En reconocimiento a su labor como economista y diplomático, Iglesias recibió numerosas distinciones internacionales, entre las que destaca el Premio Príncipe de Asturias, la Orden de Río Branco de Brasil, la Gran Cruz Placa de Plata de Costa Rica, Hijo Predilecto de Asturias, la Orden de la Legión de Honor de Francia y la Gran Cruz Isabel la Católica. EFE

frb/cm/ddp

11/03/17-30/97

9714697

05

XG0347

U ECOBT 11-03 00608
mun exg icx

BID-IGLESIAS (Previsión)
ENRIQUE IGLESIAS REELEGIDO POR UNANIMIDAD PARA TERCER MANDATO

Por Francisco Roque Bacarreza
Washington, 3 nov (EFE).- Enrique Iglesias García fue reelegido hoy, lunes, por unanimidad para un tercer mandato como presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), anunció el vicepresidente y ministro español de Economía, Rodrigo Rato.

Iglesias, de 67 años de edad, fue el único candidato propuesto para la presidencia del BID, cargo que ejerce desde 1988.

El embajador de Brasil y representante de su país ante el BID, Paulo Tarso Flecha de Lima, propuso la reelección en la reunión extraordinaria de los 26 gobernadores del banco, según informó a EFE un testigo presencial.

Los representantes de Colombia y Estados Unidos propusieron, inmediatamente después, la reelección de Iglesias por aclamación, moción aprobada por unanimidad.

Larry Summers, subsecretario del Tesoro de EEUU, después de la reelección para un mandato que se extenderá hasta el año 2002, describió a Iglesias como "un líder de rara solidaridad, decisión y determinación".

Luego Summers afirmó "es un gran día para el BID y las Américas".

Rodrigo Rato presidió la reunión en su condición de presidente de la asamblea, porque la última se celebró en marzo pasado en Barcelona (España).

Rato, en una rueda de prensa, declaró que la elección de Iglesias "indica la estabilidad del BID, el consenso y amplia unanimidad alrededor de su presidente", al que adjudicó el mérito de haber transformado la institución en diez años.

El BID pasó de ser un banco tradicional a una institución que promueve y alienta actividades como la social, el fortalecimiento de la democracia y la sociedad civil, entre otras, que mejoran las condiciones de América Latina de cara al futuro, destacó Rato.

Iglesias, sin ocultar su alegría por el unánime respaldo, en sus primeras declaraciones, dijo: "este es un día especial, me siento muy contento por la demostración de confianza".

Iglesias anunció que en la próxima asamblea de gobernadores del BID, que se celebrará en Cartagena de Indias (Colombia), en febrero, presentará un plan para "la nueva América Latina" que complemente, amplíe y consolide los logros hasta ahora alcanzados por los países.

En este sentido, Iglesias destacó que el avance de las reformas macroeconómicas, la calidad de los equipos y la disciplina en las políticas, posibilitó sortear la crisis de los mercados que sacudió el mundo la semana pasada.

Rodrigo Rato complementó las opiniones de Iglesias sobre el tema y dijo que España y Europa "vemos el futuro de América Latina con esperanza".

En los discuros pronunciados por los gobernadores durante e inmediatamente después de la reelección se destacó el trabajo desarrollado por Iglesias en sus dos mandatos consecutivos, que convirtieron al BID en el pilar financiero multilateral para América Latina y el Caribe.

En los pasados diez años, el BID se transformó en lo que llama

9714697

Iglesias "un banco grande", porque su capital suscrito pasó de 34.500 millones de dólares a 61.000 millones en 1988 y a 100.000 millones en 1994.

De su tradicional misión promotora del desarrollo económico y social, el BID pasó en esta década a desempeñar el papel promotor de la lucha contra la pobreza, la protección ambiental, la ampliación del interés por la juventud y la mujer, los derechos de las comunidades indígenas, la microempresa y el apoyo a la empresa privada.

El BID también ha diversificado su financiación para incluir nuevas áreas, como las reformas judicial y de la seguridad social, la prevención de la violencia doméstica y urbana, y el fortalecimiento de las instituciones democráticas.

Iglesias, nacido en Asturias (España) y naturalizado uruguayo, es el tercer presidente del BID. Los anteriores fueron: el chileno Felipe Herrera (1960-1970) y el mexicano Antonio Ortiz Mena (1970-1988). EFE

frb/cm/gcf/hm

11/03/19-24/97

9714697

07-07.

Nº. DOCUMENTO 9714698
TITULO BID patrocina reunion sobre privatizacion servicios agua y alcantarillado Latin.
PROCEDENCIA SIB 593
FECHA DE PROCEDENCIA 13/4/97
VINCULACIONES 502187
11070

9714698

ENTRADO
CRUZADO

01-02

XD3589

R ECOBT 11-13 00383
mun exg icx

BID-PRIVATIZACION
PRIVATIZACION SERVICIOS AGUA Y ALCANTARILLADO EN LATINOAMERICA

Washington, 13 nov (EFE).- El polémico proceso de privatización de los servicios de agua y alcantarillado en América Latina y el Caribe es examinado a partir de hoy en una reunión de dos días por expertos de la región y Europa.

La reunión, bajo el lema Aceptación Social y Consenso Político en los Procesos de Participación del Sector Privado en los Servicios de Agua y Alcantarillado, busca el intercambio de experiencias y está patrocinada por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

A las reuniones asisten expertos de Argentina, Bolivia, Chile, Ecuador, El Salvador, España, Estados Unidos, Francia, Honduras, México, Panamá, Perú y Venezuela.

Antonio Vives, subgerente de la división de servicios del BID, dijo en la apertura que se prefiere hablar de "participación del sector privado" antes que de privatización, que se considera un "recurso extremo" en el caso de los sectores de agua y alcantarillado.

Asimismo, señaló que la tendencia a la participación privada en estos servicios tiene una inevitable resistencia política y de algunos sectores de la población.

La experiencia mayoritaria en los países de la región ha demostrado la ineficiencia y politización de los servicios de agua y alcantarillado administrados por el Estado o los municipios, problemas que repercuten sobre la dificultad de atender la creciente demanda y su extensión a los sectores económicamente marginales.

Frente a esta realidad está la exitosa experiencia "Aguas Argentina" que en cuatro años ha logrado notables avances en el mejoramiento de los servicios, su ampliación y reducción de las tarifas, como explicó Charles Chaumin, de la citada empresa.

Vives dijo que hay resistencia a la participación privada porque en América Latina "existe la percepción de que el agua es un bien público" y hay una tendencia al rechazo porque se presume una subida de las tarifas.

Chaumin indicó que en cuatro años "Aguas Argentina" logró reducir las tarifas de los servicios en un 17 por ciento en comparación a las vigentes hasta 1991, y las inversiones de 210 millones de dólares en Buenos Aires permitieron ampliar el servicio a un millón de usuarios de agua y 600.000 de las alcantarillas.

Las experiencias de La Paz, Lima (Perú), México D.F, Río de Janeiro, Santiago de Chile, Panamá, Caracas y El Salvador, son analizadas en la reunión de dos días. EFE
frb/rm/mc/pgl

11/13/16-48/97

9714698

02-02

XU7196

R ECOBT 11-20 00119
usa sur icx

BID-URUGUAY
DONACION DE 1,3 MILLONES DE DOLARES PARA EMPRESAS URUGUAY

Washington, 20 nov (EFE).- El programa para mejorar la competitividad de las pequeñas empresas agrícolas de Uruguay recibirá una donación de 1,3 millones de dólares del Fondo Multilateral de Inversiones que administra el Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

Uno de los objetivos principales de este proyecto, según informó hoy el BID, es estimular el aumento de las exportaciones de las pequeñas empresas uruguayas del sector agrícola al mercado del Mercosur.

La donación se utilizará para financiar programas de capacitación en técnicas de comercialización y gestión que serán coordinadas por el Consejo de Entidades Agropecuarias para el Desarrollo de Uruguay. EFE
frb/jf/dv

11/20/17-47/97

Nº. DOCUMENTO 9714699
TITULO Pequeños agricolas uruguayos recibiran prestamo BID mejora competitividad
PROCEDENCIA 150590
FECHA DE 21/11/97
VINCUL 500137
507466

ENTRADO
CRUZADO

9714699

01-02

XU7196

R ECOBT 11-20 00119
usa sur ic:

BID-URUGUAY
DONACION DE 1,3 MILLONES DE DOLARES PARA EMPRESAS URUGUAY

Washington, 20 nov (EFE).- El programa para mejorar la competitividad de las pequeñas empresas agrícolas de Uruguay recibirá una donación de 1,3 millones de dólares del Fondo Multilateral de Inversiones que administra el Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

Uno de los objetivos principales de este proyecto, según informó hoy el BID, es estimular el aumento de las exportaciones de las pequeñas empresas uruguayas del sector agrícola al mercado del Mercosur.

La donación se utilizará para financiar programas de capacitación en técnicas de comercialización y gestión que serán coordinadas por el Consejo de Entidades Agropecuarias para el Desarrollo de Uruguay. EFE

frb/jf/dv

11/20/17-47/97

Nº. DOCUMENTO 9714699
TITULO Pequeñas empresas agrícolas uruguayas reciben préstamo BID mejorar competitividad
PROCEDENCIA 150390
FECHA DE 21/11/97
VINCUL 507137
507466

ENTRADO
CRUZADO

9714699

01-02

El crédito busca mejorar la competitividad agrícola.

BID otorgó préstamo destinado a pequeñas empresas agrícolas

El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) aprobó un financiamiento no reembolsable de US$ 1.325.000 para un programa destinado a mejorar la competitividad de pequeñas empresas agrícolas en Uruguay.

Uno de los principales objetivos del programa es el aumento de las exportaciones, especialmente aquellas destinadas a los demás países miembro del Mercosur.

Los recursos se utilizarán para financiar programas de capacitación en técnicas de gestión y comercialización que serán coordinados por el Consejo de Entidades Agropecuarias para el Desarrollo. Las tareas contemplan la provisión de asistencia técnica a grupos productores a fin de que hagan más competitivas sus operaciones y se desarrollarán mecanismos institucionales para apoyar programas de capacitación sobre una base sostenible.

El financiamiento otorgado procede del Fondo Multilateral de Inversiones, administrado por el BID, que otorga donaciones y realiza inversiones en favor del desarrollo del sector privado y la modernización de la pequeña empresa en América Latina.

9714699

02-02

Nº. DOCUMENTO 9714700
TITULO Sin destacar mejor voluntad de cooperacion a paises en desarrollo
PROCEDENCIA S18593
FECHA DE P[illegible] 21/11/93
VINCULACION: 50.187
10087

9714700

ENTRADO
CRUZADO

01-03

AU7241

U ECOBT 11-21 00628
MUN ICX

BID-LATINOAMERICA (Previsión)
CAMBIOS EN TENDENCIA A COOPERACION A PAISES EN DESARROLLO

Washington, 21 nov (EFE).- La cooperación internacional a las naciones en desarrollo empieza a cambiar de énfasis después de 40 años de fracasos y éxitos, se destacó hoy, viernes, en un seminario especializado del Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

Los ejemplos presentados por los disertantes demostraron que los países que disponen de políticas estables de desarrollo y modernización aprovechan mejor la cooperación extranjera.

El proceso de globalización contribuye también al cambio de las tendencias de la cooperación internacional que empiezan a destinarse a los problemas comunes como el narcotráfico, el terrorismo y el medio ambiente.

La ministra colombiana de Planificación, Cecilia López Montaño, analizó el tema en base al reciente libro "El impacto de la ayuda externa en América Latina" y que recoge las experiencias de Bolivia, Costa Rica, El Salvador y Nicaragua.

Enrique Iglesias, presidente del BID, dijo que la existencia de políticas institucionales fomentan "la germinación" de los beneficios de la cooperación internacional.

El titular del BID justificó la ayuda externa a los países de la región, porque hizo posible detener el crecimiento de la pobreza y en algunos casos contribuyó a su disminución.

Iglesias puso énfasis en la necesidad de que los Estados destinen mayores recursos internos y de la cooperación internacional a la educación, para mejorar el capital humano e impulsar el desarrollo económico y social en Latinoamérica.

En la década de los años setenta la ayuda exterior a los países en desarrollo de Latinoamérica alcanzó al 15,6 por ciento del total. Asia absorbió el 50 y Africa el 27,2; mientras que en 1991 Latinoamerica obtuvo el 11,1, Africa 46,8 y Asia 35.

Latinoamérica, entre 1979 y 1991, recibió cerca de 66.000 millones de dólares en cooperación del exterior que incluye los aportes bilaterales de las naciones industriales, según el libro editado bajo la coordinación de la ministra López Montaño.

En el citado libro, que estudió a Bolivia, Costa Rica, El Salvador y Nicaragua, se indica la ayuda para el sector social "nunca ha sido una prioridad" ni tampoco durante los años del ajuste.

La cooperación internacional a estas cuatro naciones entre 1970 y 1990 para el campo social representó entre el 16 y 37 por ciento, destinado a la alimentación, salud, saneamiento, medioambiente, ayuda humanitaria y eduacion.

Desde el ángulo de las naciones proveedoras de donaciones se destaca la existencia de conflictos en los ministerios de Planificación de Relaciones Exteriores para negociar los acuerdos de cooperación y el problema de quién administrará la ayuda.

"Después de 40 años de algunos éxitos y muchas frustraciones, los paises donantes y receptores empiezan a identificar algunos elementos para minimizar los fracasos y dificultades del pasado", dijo la ministra colombiana en el seminario.

Desde el ángulo de los donantes se sostiene que el antagonismo y la confrontación "no deberia caracterizar las relaciones entre el norte y sur", que existe la necesidad de reformas internas en las

9714700

02

agencias de cooperación y que se obtendrán mejores resultados cuando haya sintonía entre los objetivos de los que aportan el capital y los que lo reciben.

Desde el punto de vista latinoamericano se subrayó que la ayuda exterior no promoverá el desarrollo económico y social, y que la cooperación puede ser "nociva" al generar adicción y reemplazo de los esfuerzos internos.

También, desde este ángulo, se señala que un esfuerzo interno y la adecuación institucional son necesarios para destinar mejor la ayuda exterior.

En las reflexiones hechas en el seminario se señaló la importancia de "revisar el futuro de la condicionalidad de la ayuda externa" de modo que no sólo se fomenten las metas macroeconómicas sino que se alienten mejoras en otros campos como los de la salud, la educación, el saneamiento y el agua potable. EFE

frb/mla/chs/dv

11/21/18-42/97

9714700

DP9249

R ECOBT 11-07 00108
mun exg icx

EEUU-FMI
CLINTON NOMBRA A ALAN GREENSPAN GOBERNADOR SUPLENTE EN FMI

Washington, 7 nov (EFE).- El presidente de EEUU, Bill Clinton, renovó a Alan Greenspan, quien preside la Reserva Federal norteamericana, como gobernador suplente por otro periodo de cinco años en el Fondo Monetario Internacional (FMI), informó hoy la Casa Blanca.

El ex presidente Ronald Reagan nombró, por primera vez en 1987, a Greenspan gobernador suplente en el FMI en representación de EEUU, y confirmado por George Bush en 1992.

Desde entonces el presidente de la Reserva Federal ha ocupado ese cargo, cuya aprobación definitiva depende de que el Senado de EEUU confirme su nombramiento. EFE

EMM/BH/PL

11/07/23-17/97

Nº. DOCUMENTO 9714701
TITULO Clinton nombra a Alan Greenspan gobernador suplente FMI
PROCEDE 518593
FECHA 07/11/97
VINCUL 508501
65890

ENTRADO
CRUZADO 1

9714701

01-01

XU6939

R ECOBT 11-10 00337
mun exg icx

FMI-BRASIL
FONDO MONETARIO COMPLACIDO POR MEDIDAS POLITICA FISCAL BRASIL

Washington, 10 nov (EFE).- El director gerente del Fondo Monetario Internacional (FMI), Michel Camdessus, dijo hoy estar complacido por las nuevas medidas de política fiscal anunciadas por el Gobierno de aquella nación para 1997 y 1998.

Estas medidas de ajuste fiscal, que pretenden lograr un ahorro de cerca de 20.000 millones de dólares, incluyen sustanciales recortes en los gastos, excluidos los programas sociales, además de la subida de impuestos directos e indirectos.

"La firme implementación de estas medidas en combinación con la rápida aprobación de reformas constitucionales pendientes en el Congreso brasileño, y la privatización, reducirán la deuda pública y crearán las condiciones para un rápido mejoramiento en la balanza de pagos y un declive sostenible de los promedios de interés", dijo Camdessus a través de un comunicado.

"Damos la bienvenida a este "paquete" (de medidas), que demuestra la determinación del Gobierno del Brasil de salvaguardar los logros alcanzados con el Plan del Real en el proceso antiinflacionario y mejorar los niveles de vida de los brasileños", agregó el director gerente del FMI.

El ministro brasileño de Hacienda, Pedro Malan, presentó hoy en Brasilia un programa de ajuste fiscal que reducirá en 5.200 millones de dólares el presupuesto del Estado para 1998, tanto en inversiones como en gastos de funcionamiento.

El programa de ajuste fiscal, un conjunto de cerca de 50 medidas con las que el gobierno pretende ahorrar cerca de 20.000 millones de dólares anuales, deberá hacer frente, según Malan, a las "turbulencias en los mercados que, consideramos, no parecen ser de corta duración".

El ajuste comprende un riguroso recorte de gastos y de inversiones, el despido de más de 33.000 funcionarios públicos, la aceleración del proceso de privatización, la elevación de los porcentajes de pago del impuesto de renta, el aumento de varios impuestos -sobre vehículos, bebidas y compras en el extranjero, principalmente- y el incremento de algunas tarifas públicas -combustibles y tasas de embarque aeroportuario. EFE

rm/rmi/mc/dv

11/10/17-17/97

Nº. DOCUMENTO 9714702
TITULO PMI complacido medidas Brasil de politica fiscal para 1997 y 1998
PROCEDENCIA S18593
FECHA DE 10/11/97
VINCULADOS 508501
507482

ENTRADO
CRUZADO

9714702

01-01

Nº DOCUMENTO 9714703

TITULO FMI renueva programa fondos urgencia para crisis financieras

PROCEDE 51853

FECHA D 24/11/97

VINCULAC 508501

ENTRADO

CRUZADO

XG1201

U ECOBT 11-24 00414
mun exg icx

FMI-FONDOS
FMI RENUEVA PROGRAMA FONDOS URGENCIA PARA CRISIS FINANCIERAS

Washington, 24 nov (EFE).- El Fondo Monetario Internacional (FMI) ha renovado su principal programa de fondos de urgencia para asegurar que dispondrá de liquidez en el caso de que una nueva crisis amenace el sistema financiero internacional.

El FMI anunció hoy, mediante un comunicado de prensa, que desde el próximo 26 de diciembre quedará renovado el Acuerdo General de Préstamos (AGP) por un periodo de cinco años.

El programa renovado se utilizó por última vez en 1978 y está dotado con 23.000 millones de dólares que son aportados por los once países más poderosos económicamente y que se utilizan sólo en el caso de que los recursos existentes no sean suficientes.

Sin embargo, durante 1997 en que se dieron diversas turbulencias monetarias en el sudeste asiático no se utilizaron los fondos en favor de esos países porque se les concedieron créditos importantes a Tailandia e Indonesia, dos de las naciones en crisis.

Fuentes oficiales explicaron que, debido a ello, el Fondo Monetario Internacional dispone ahora de 50.000 millones de dólares.

El FMI está preparando un paquete de ayuda financiera en favor de Corea del Sur, pues este ha sido el último país afectado por la crisis de los mercados asiáticos, y, según fuentes coreanas, ese país podría necesitar 20.000 millones de dólares.

La organización financiera multinacional refuerza su capacidad para dar ayuda estructural a los países que lo necesiten.

El FMI subrayó que el Acuerdo General de Préstamos "es un importante elemento de la capacidad que tiene el Fondo para responder a potenciales problemas que afecten al sistema".

Los últimos países que han utilizado fondos procedentes del AGP fueron el Reino Unido, Italia y Estados Unidos (que están entre los once mayores contribuyentes) y lo hicieron entre 1977 y 1978.

Los países contribuyentes al AGP son Estados Unidos, Alemania, Japón, Francia, Reino Unido, Italia, Canada, Holanda, Bélgica, Suecia y Suiza.

El Fondo Monetario Internacional planea duplicar los fondos de que dispone el AGP mediante la creación de un nuevo instrumento, que ha denominado Nuevos Acuerdos de Préstamos (NAP), que utilizaría aportaciones financieras de 25 países.

Entre ellos estarían los once que realizan las contribuciones del Acuerdo General de Préstamos más otras ricas nacionaes europeas y algunas de las economías en desarrollo como son, precisamente, Tailandia, Corea del Dur y Malasia.

El Fondo Monetario Internacional, dirigido por el francés Michel Camdessus desde 1987, se estableció en 1944 y a él pertenecen 181 países. EFE

EMM/MLA/JMI/PL 01-01

9714703

xG0571

R ECOBT I1-06 00223
sur icx

URUGUAY-EDUCACION
BANCO MUNDIAL ANALIZA PRESTAMO PARA CONSTRUIR 300 AULAS

Montevideo, 6 nov (EFE).- Los tecnicos del Banco Mundial analizan otorgar a Uruguay un crédito por 40 millones de dólares para construir 300 aulas para escuelas de tiempo completo en zonas con carencias económicas de las ciudades.

De acuerdo con lo que declaró hoy a la prensa el Presidente de la Administración Nacional de Educación Pública, Germán Rama, las escuelas de tiempo completo que se proyectan "tienen como finalidad mantener mas horas en el local de enseñanza a los niños de barrios humildes, que tendrán la posibilidad de alimentarse por lo menos con tres comidas diarias".

Rama agregó que se habia promovido el proyecto tras comprobarse el "rendimiento escolar desparejo", de acuerdo con las condiciones sociales de donde provienen los escolares.

"En Montevideo tenemos escuelas con un uno por ciento de repetidores y otras con un 50 por ciento. Los niveles altos coinciden con hogares que poseen sus necesidades básicas insatisfechas", explicó el directivo de la enseñanza.

Rama encabeza una amplia reforma educativa en Uruguay, lo que ha despertado las criticas y la resistencia de los sindicatos de maestros, profesores y estudiantes que son controlados por la izquierda, quienes se oponen fundamentalmente a que los proyectos sean financiados por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y el Banco Mundial. EFE
apl/jf/hm

11/06/18-37/97

DOCUMENTO 9714704
TITULO Banco Mundial analiza prestamo a Uruguay construir 300 aulas
PROCEDE 518583
FECHA DO 06/11/97
VINCULA 501531
11316
503466

ENTRADO
CRUZADO

9714704

01-01

Nº DOCUMENTO 9714705
TITULO Delegacion Parlatino visita Uruguay para inspeccion carceles del 03/Nov/97 al 04/Nov/97
PROCEDENCIA 150080.
FECHA DE P... 04/11/97.
VINCULACIONES 516372
503466
11245

9714705

ENTRADO
CRUZADO

01-07

XE3272

R POXBT 11-03 00326
amt icx

PARLATINO-CARCELES
DIPUTADOS BRASIL Y PARAGUAY INSPECCIONAN CARCELES URUGUAYAS

Montevideo, 3 nov (EFE).- Una delegación de la Comisión de Derechos Humanos del Parlamento Latinoamericano (PARLATINO), formada por diputados de Brasil y Paraguay, inició hoy una visita a las cárceles uruguayas a fin de recabar datos para un estudio regional con vistas a modernizar el sistema penitenciario.

La delegación, que está presidida por el diputado uruguayo Daniel Diaz Maynard, del Encuentro Progresista (Frente Amplio), y formada por los diputados Nilmario Miranda, de Brasil, y Ludmila Riveros, de Paraguay, fue recibida hoy por el ministro uruguayo del Interior, Didier Opertti.

Díaz Maynard, presidente de la sucomisión de Derechos Humanos para el Cono Sur del PARLATINO, y Miranda y Riveros visitarán entre hoy y mañana, martes, tres cárceles uruguayas.

No se ha advertido con antelación de qué establecimientos serán visitados por esta delegación, porque de lo que se trata es de "sorprender" y poder así tener una noción real de la situación, dijeron hoy a EFE fuentes de la delegación.

La subcomisión para el Cono Sur va a hacer también inspecciones similiares en Argentina, Brasil, Chile y Paraguay, mientras que otras subcomisiones del PARLATINO, institución con sede en Brasil presidida por el diputado uruguayo Juan Adolfo Singer, harán lo mismo en los países de su ámbito.

La Comisión de Derechos Humanos del PARLATINO aprobó en septiembre pasado la realización de visitas de inspección a las cárceles de los países de América Latina con vistas a elaboar un estudio global que permita luego concretar propuestas para mejorar el sistema penitenciario.

En octubre de 1996, en una reunión celebrada en Uruguay se planteó a la Comisión la necesidad de visitar las cárceles de Perú para comprobar la veracidad de las denuncias realizadas por organizaciones de derechos humanos y familiares de presos.

En respuesta a esta iniciativa, el Gobierno de Perú anunció que sólo autorizaría las visitas si estaban enmarcadas en un plan que abarcase a otros países de la región. EFE

ar/fr

11/03/14-32/97

9714705

DP8763

R POXBT 11-04 00271
sur icx

PARLATINO-CARCELES
LEGISLADORA PARAGUAYA ELOGIO PRIMER DIA DE VISITAS EN URUGUAY

Montevideo, 3 nov (EFE).- La diputada del Partido Liberal de Paraguay Ludmila Riverós destacó hoy, lunes, la situación carcelaria en dos centros de detención de Montevideo y trazó un paralelo con las de su país, que dijo están lejos de garantizar un sistema ajustado a los derechos humanos.

Riverós, de la delegación del Parlamento Latinoamericano (Parlatino), integrada también por el uruguayo Daniel Díaz Mainard de la coalición Frente Amplio y presidente de la Subcomisión de Derechos Humanos para el Cono Sur del organismo parlamentario y el brasileño Nilmario Miranda, dijo que se buscaba analizar la situación carcelaria continental para establcer normas comunes.

La diputada indicó que habían ido a una cárcel abierta donde los detenidos salen a trabajar, y a la de mujeres, que destacó por la atención que se le presta a las reclusas y a sus familias.

La comisión del Parlatino concurrirá mañana, martes, a una cárcel de la periferia de Montevideo, que concentra la mayor población de presos, y a otra en Canelones, en el interior del país.

La subcomisión para el Cono Sur, que trabaja en Uruguay, va a hacer también inspecciones similiares en Argentina, Brasil, Chile y Paraguay.

Otras subcomisiones del Parlatino, institución con sede en Sao Paulo, Brasil, y presidida por el diputado uruguayo Juan Adolfo Singer, harán lo mismo en otros países de su ámbito.

La Comisión de Derechos Humanos del Parlatino aprobó en septiembre pasado hacer visitas de inspección a las cárceles de los paises de América Latina para elaborar un estudio global que permita luego concretar propuestas para mejorar el sistema penitenciario. EFE
APL/FS/JMA

11/04/01-59/97

9714705

03

Delegación del Parlatino visita cárceles

L2 Rep-03/11 19-1 PS 6

Una delegación de la Comisión de Derechos Humanos del Parlatino inicia hoy una visita de dos días a las cárceles del país en el marco de un estudio de la situación regional a los efectos de concretar después propuestas de modificación al sistema carcelario.

La realización de visitas a las cárceles de la región fue aprobada en la última reunión de la Comisión de Derechos Humanos realizada en Brasil en setiembre, y busca romper el "impasse" planteado desde fines del pasado año cuando el gobierno de Perú señaló que sólo autorizaba el ingreso de representantes del Parlatino a sus cárceles, si era dentro de un plan que de visitas que incluyera otros países.

La posibilidad de visitar las cárceles en Perú fue a iniciativas de diputados de Uruguay en la reunión de la Comisión de DDHH realizada por el Parlatino en Punta del Este en octubre de 1996, recogiendo denuncias de violaciones graves a los derechos humanos efectuadas en el Parlamento uruguayo por familiares de detenidos políticos de Perú.

El Parlatino, presidido por el uruguayo Juan Adolfo Singer, recogió la iniciativa pero la enmarcó en la necesidad de mejorar la situación de los derechos humanos en varios países de la región, donde también se presentaban denuncias. En la reunión de Brasil, el diputado del Encuentro Progresista, Daniel Díaz Maynard, presidente de la subcomisión regional de DDHH se comprometió a iniciar las inspecciones de cárceles en nuestro país, para continuar después en Brasil, y más tarde en Paraguay, Argentina y Chile. Otras subcomisiones estudian las visitas de cárceles en otras regiones.

Díaz Maynard, afirmó que para las visitas en Uruguay contó con el total apoyo del ministro del Interior, Didier Opertti, quien señaló que todos los establecimientos estaban "abiertos" para los legisladores visitantes. La delegación inicia hoy sus visitas sin anunciar previamente los lugares, para evitar que la situación esté "preparada" en los establecimientos seleccionados.

04

9714705

Diputados del Parlatino se llevaron una buena impresión de la Cárcel de Mujeres y del Tacoma

En la primera jornada de visita en Uruguay, la subcomisión delegada de Derechos Humanos del Parlamento Latinoamericano (Parlatino) hizo una evaluación positiva de las condiciones de la Cárcel de Mujeres y del Centro de Recuperación Tacoma. No obstante, la delegación visitará hoy Santiago Vázquez y dos cárceles de Canelones, donde la situación es menos agradable, y partirá mañana para evaluar la situación en San Pablo y en Río de Janeiro.

El diputado encuentrista Daniel Díaz Maynard (Corriente 78), la paraguaya Ludmila Rivero (Partido Liberal Radical Auténtico) y el brasileño Nilmario Miranda (Partido dos Trabalhadores) se llevaron una buena impresión comparado con la realidad carcelaria en el resto de los países de Latinoamérica.

El diputado Díaz Maynard indicó que sacó «una buena impresión de la Cárcel de Mujeres, que está mucho mejor de lo que yo había visto». «Yo hacía años que no iba a la Cárcel de Mujeres, pero los diputados extranjeros sacaron una muy buena impresión, ya que es un centro de reclusión que se destaca por su limpieza, prácticamente no hay presencia policial y es un sistema liberal aún en la zona de alta seguridad», indicó el diputado uruguayo.

La delegación visitó ayer, además, el Instituto Nacional de Criminología y el Patronato de Liberados «para que los diputados que nos han acompañado se lleven una idea global de la situación carcelaria en Uruguay», señaló Díaz Maynard, agregando que «hemos tenido el honor de ser el primer país que abre sus puertas con la esperanza de poder hacerlo en todos los países de la región y hacer un comparativo y una ley marco para que rija en todo el continente».

En tanto, la diputada paraguaya Ludmila Rivero señaló que «nos llevamos muy buena impresión, ya que por lo visto en estas penitenciarías hay preocupación y atención. Deberían ver lo que son las cárceles de otros países y especialmente las de Paraguay». Reconoció, no obstante, que «hoy empezamos con lo más liviano, según nos dijo Díaz Maynard».

La delegación partirá mañana para San Pablo y Río de Janeiro. Esta delegación tiene entre sus cometidos a Argentina, Paraguay, Chile y Bolivia, además de Uruguay y Brasil. Las cárceles de Argentina y Paraguay serían visitadas en los próximos 30 días.

9714705

XA6054

R POXBT 11-05 00537
icx amt

PARLATINO-CARCELES
VISITA DE MISION PARLAMENTARIA ENTRE "LUCES Y SOMBRAS"

Montevideo, 4 nov (EFE).- Una delegación de la Comisión de Derechos Humanos del Parlamento Latinoamericano (PARLATINO), integrada por diputados de Brasil y Paraguay terminó hoy, una visita a las cárceles uruguayas entre "luces y sombras" tras analizar los dos extremos de la realidad del sistema

La comisión se trasladará mañana a la ciudad de Sao Paulo, para comenzar en Brasil una inspección similar que tiene la finalidad de reunir informes para un estudio regional que apuntará a modernizar el sistema penitenciario.

Los legisladores Daniel Díaz Maynard, de Uruguay, Ludmila Riverós, de Paraguay, y Nilmario Miranda, de Brasil, concurrieron hoy al centro de detención de Santiago Vázquez, el más grande y moderno de Montevideo y a la antigua cárcel de Canelones, 50 kilómetros al norte de la capital, donde culminaron su tarea entre "luces y sombras" de un sistema con muchos problemas.

En ambos lugares los legisladores registraron distintas realidades del sistema uruguayo.

Mientras la principal cárcel afronta el problema de superpoblación de detenidos, en la del interior comprobaron una serie de carencias, que las autoridades uruguayas aseguran se solucionarán a fin de año, cuando se inaugure el nuevo centro de reclusión de Canelones.

Díaz Maynard dijo que sólo un porcentaje muy pequeño de reclusos trabajan en la cárcel de Santiago Vázquez, que tiene una población carcelaria de 1.700.

El legislador dijo que el día anterior habían visitado la Cárcel de Mujeres "donde recogimos una muy buena opinión, por el sistema abierto que posee".

La legisladora paraguaya, que el día anterior había también expresado su satisfacción por el buen nivel de las dos cárceles visitadas, hoy señaló su preocupación por el "mal estado" del centro de detención de Canelones.

La diputada Riverós del partido Liberal paraguayo dijo que observó un "terrible hacinamiento" y la "falta de aislamiento de presos con enfermedades contagiosas, además de graves carencias de higiene".

La diputada auguró que "ojalá el traslado se haga inmediatamente, porque es verdaderamente un depósito humano", al tomar conocimiento de la construcción, a punto de finalizar, de la nueva cárcel de ese municipio.

Diaz Mainard, de la coalición de izquierdas Frente Amplio, que preside la subcomisión de Derechos Humanos para el Cono Sur del Parlamento Latinoamericano, dijo también que las inspecciones, además de Uruguay y, a partir de mañana en Brasil, seguirán en Argentina, Chile y Paraguay.

Otras subcomisiones del Parlamento Latinoamericano, institución con sede en Sao Paulo, y presidida por el diputado uruguayo Juan Adolfo Singer, harán lo mismo en otros países de su ámbito.

La Comisión de Derechos Humanos del Parlatino aprobó en septiembre pasado la realización de visitas de inspección a las cárceles de los países de América Latina para elaborar un estudio

9714705

global que concrete propuestas para mejorar el sistema penitenciario.

En octubre de 1996, en una reunión celebrada en Uruguay se planteó a la Comisión la necesidad de visitar las cárceles de Perú para comprobar la veracidad de las denuncias realizadas por organizaciones de derechos humanos y familiares de presos.

En respuesta a esta iniciativa, el Gobierno de Perú anunció que sólo autorizaría las visitas si estan enmarcadas en un plan que abarcase a otros países de la región. EFE

apl/lul/CGR

11/05/03-19/97

9714705

XU7141

R ECOBT 11-18 00383
msp

LATINOAMERICA-FORO BOLIVAR
PARLATINO SE ADHIRIO AL ACUERDO MARCO DE AREQUIPA

Guatemala, 18 nov (EFE).- El Parlamento Latinoamericano (PARLATINO) se ha adherido al acuerdo marco de cooperación del Foro Bolívar que se firmó en diciembre de 1996 en Arequipa (Perú), informó hoy el secretario general del Programa Bolivar, el argentino Hugo Varsky.

En declaraciones a EFE, Varsky dijo que la adhesión del PARLATINO fue firmada por su secretario ejecutivo, el colombiano Humberto Peláez, en el marco del III Foro Bolivar, que se celebra en Guatemala desde el pasado domingo.

Varsky explicó que el Foro Bolivar nació con el objetivo de que las organizaciones de cooperación de Latinoamérica que se ocupan de las Pequeñas y Medianas Empresas (PYMES) articulen su actividad, porque el problema de este sector es estructural y hay que darle respuesta en forma conjunta.

Uno de los propósitos del Foro Bolivar es reactivar las PYMES, que representan el 98 por ciento de las empresas legalmente establecidas en América Latina, agregó.

El secretario general del Programa Bolivar insistió en que el Acuerdo de Arequipa busca articular los esfuerzos de las Pequeñas y Medianas Empresas que, a pesar de ser de diversa naturaleza, a la hora de presentar propuestas se integran en un sólo bloque.

Con el PARLATINO, según Varsky, son 12 las instituciones que se han adherido al programa.

Entre ellas figuran la Asociación de las Instituciones Financieras de Desarrollo (ALIDE), el Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe (INTAL), el Sistema Económico Latinoamericano (SELA), la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) y la UNESCO.

Además, la Organización Latinoamericana de la Micro, Pequeña y Mediana Empresa (OLAMP), la Organización Latinoamericana de la Pequeña y Mediana Industria (OLAMPI) y la ONUDI, que también se adhirió durante el III Foro, que termina mañana, miércoles.

Varsky dijo que el PARLATINO ha ayudado al Foro Bolivar a desarrollar y crear la Red de Parlamentarios de Latinoamérica, que agrupa a unos 70 legisladores del continente.

Comentó que el Programa Bolivar consulta de forma constante la opinión del PARLATINO, por ser un organismo experto en cuestiones de legislación nacional, subregional y provincial.

La suscripción del Acuerdo de Arequipa "es una contribución, pero también un mensaje, porque la integración es un entramado de intereses multisectoriales", destacó Varsky. EFE
ES/ORO/mc/jf/dv

11/18/16-49/97

No. DOCUMENTO 9714706
TITULO Parlatino adhirió al acuerdo marco de Arequipa que celebra III Foro Bolivar.
PROCEDENCIA 51853.
FECHA DE 18/4/97
VINCULACION 51637
66087

ENTRADO
CRUZADO

9714706

01-01

Nº. DOCUMENTO 9714707
TITULO Siete comisiones Parlatino reunidas a la Habana del 13 al 15/nov/97
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE P... 19/11/97
VINCULACION: 516372.
65671.
11677
65549
10190

9714707

ENTRADO
CRUZADO

01-04

XA6360

R POXBT 11-08 00278
icx amt

CUBA-PARLATINO
SIETE COMISIONES DEL PARLATINO SE REUNIRAN EN LA HABANA

La Habana, 8 nov (EFE).- Más de un centenar de diputados de los Parlamentos de América Latina y el Caribe participarán en la reunión que siete comisiones del Parlamento latinoamericano (PARLATINO) celebrarán del 13 al 15 de noviembre en La Habana, informaron hoy, sábado, fuentes oficiales.

Las comisiones de Asuntos Políticos, Economías Emergentes, Asuntos Laborales, Turismo, Energía y Minas, Juventud y Salud examinarán asuntos relacionados con el sistema democrático y la pobreza, el armamentismo, el control de la energía, el sistema financiero, la deuda extrena y la implantación de políticas económicas reales.

También abordarán las cuestiones relacionadas con la deuda social y los problemas de las comunidades indígenas, así como algunos conceptos sobre globalización y los problemas del empleo en América Latina.

La inserción laboral y educacional de los jóvenes, los problemas sociales de la infancia y la juventud, la desnutrición, la maternidad precoz, la violencia y la prostitución infantil y juvenil conforman los asuntos que analizará la comisión de la Juventud.

La comisión de Salud estará presidida por Cuba y se encargará de debatir un informe del grupo de trabajo sobre el sida y la promoción de la salud en los municipios.

El secretario de la Comisión de Relaciones Internacionales del Parlamento Cubano, Julio Espinosa, dijo que ésta será una buena oportunidad para intercambiar experiencias que servirán para trazar el camino a seguir por estos grupos de trabajo en los próximos años.

Según Espinosa, los parlamentarios latinoamericanos alternarán la participación en estas reuniones con visitas a centros e instituciones de varias provincias de la isla. EFE
rmo/gr/mlr

11/08/19-18/97

9714707

02

XG0860

U FOXBT 11-14 00387
icx exg mun

CUBA-PARLATINO (Previsión)
LEGISLADORES DE AMERICA LATINA PROSIGUEN SESIONES PARLATINO

La Habana, 14 nov (EFE).- Ciento cuarenta legisladores de 15 paises asisten hoy, viernes, a los debates de las siete comisiones del Parlamento Latinoamericano (PARLATINO), que comenzaron ayer en un hotel de La Habana.

La situación social del área, la economía, la política, la salud, la desnutrición, la violencia y la prostitución infantil y el turismo, entre otros, serán temas tratados por las diferentes comisiones del Parlatino.

En la reunión, que acaba el sábado, participan delegaciones de Argentina, Aruba, Brasil, Guatemala, Costa Rica, Chile, Ecuador, Mexico, Nicaragua, El Salvador, Panamá, Perú, Paraguay, Uruguay y Cuba, como país anfitrión.

La inauguración oficial del foro tendrá lugar hoy, y su coordinación está a cargo del brasileño Almino Alfonso.

La Comisión de Salud, una de las que más interés ha despertado, está presidida por el cubano Ramón Crespo Almeira.

La jornada del jueves estuvo dedicada al análisis de los problemas sociales de la juventud y la salud en la zona, y fue presidida por la peruana María de Jesús Espinosa.

El tema fue tratado por la diputada de Panamá Nadgris Correa, quien explicó que su país creó recientemente un Ministerio de la Juventud para canalizar los problemas de los jóvenes y modernizar el sistema educativo.

La delegación cubana, encabezada por la presidenta de la Federación de Mujeres Cubanas, Vilma Espin, presentó la estrategia de su Gobierno de cara a los jóvenes, que -dijo- está vinculada a los sectores económicos y sociales del país.

El subempleo, la prostitución infantil, el analfabetismo y la drogadicción son los problemas que más afectan a la juventud en America Latina, coincidieron los participantes en las sesiones.

Los legisladores integrantes de la Comisión de Energía y Minas dedicaron la jornada a recorrer la central electronuclear de Juragua, en la provincia de Cienfuegos.

En las sesiones de hoy se proseguirá el análisis del Grupo de Trabajo sobre el sida, que estudiará una posible legislación sobre el asunto y la lucha contra la enfermedad en Latinoamérica.

Esta reunión del Parlatino precede a la del balance anual del organismo, prevista en Brasil el próximo diciembre.

Fuentes de la organización de la asamblea dijeron a los medios informativos que en La Habana es donde mayor número de comisiones permanentes del Parlatino se han reunido en una misma sede. EFE
fo/mar/ma

11/14/09-05/97

9714707

Comisiones del PARLATINO preocupadas por el bloqueo a Cuba y enmienda Graham

La Juventud 19/11/97 G 15

■ Reunidas siete comisiones del PARLATINO en La Habana, discutieron acerca de diversos temas que preocupan hoy a Latinoamérica. ■ La enmienda Graham, de aprobación inminente en el Congreso de EEUU crea el marco para una eventual agresión a la isla

La Habana - La Comisión de Asuntos Políticos del Parlamento Latinoamericano (PARLATINO) manifestó su preocupación por la aprobación en el Congreso norteamericano de la enmienda Graham, que al calificar a Cuba como peligro para la seguridad nacional de EE.UU. «crea el marco legal para una eventual agresión a Cuba», señalaron los legisladores.

Fue ese uno de los principales pronunciamientos trascendidos al concluir sus trabajos siete comisiones permanentes del PARLATINO, que durante tres días sesionaron a puertas cerradas en La Habana para analizar los problemas más acuciantes hoy en América Latina. La globalización y el [illegible], pobreza y su relación con el [illegible], armamentismo, deuda externa, turismo, energía y fenómenos inherentes al universo infantil y juvenil tales como la drogadicción, la prostitución de menores, desnutrición, violencia, el embarazo precoz y el cada vez más difícil acceso a la educación y al empleo, entre otros, estuvieron en agenda.

Luego de constatar la profusión de esos males con los testimonios de los propios legisladores, la Comisión de la Juventud -integrada justamente por los miembros más jóvenes del PARLATINO- decidió sugerir a los parlamentos que promuevan legislaciones las cuales garanticen una remuneración justa al trabajo juvenil, sin discriminaciones por la edad. También insta a dictar normas que aseguren el derecho de los jóvenes al trabajo y a la capacitación. Asimismo, se reclaman cambios en los sistemas educativos en busca de una formación polivalente, entre otras consideraciones en ese campo.

Desnutrición en ascenso

Al tomar nota de que la desnutrición es una problemática mundial relacionada con la pobreza y cuyos índices en Latinoamérica se elevan al 22,2 por ciento, la Comisión de la Juventud del PARLATINO propuso favorecer el acceso a los productos básicos de la dieta a precios módicos y con equidad, privilegiando a los sectores más vulnerables; fomentar la lactancia materna y el desarrollo de programas para la creación de correctos hábitos alimentarios, entre otras recomendaciones. La implementación de una nueva política en salud que parta desde la base fue otra propuesta debatida en la Comisión de Salud, en tanto la de Asuntos Políticos reclamaba una disminución de los gastos en armamentos que permita destinar esos fondos a la asistencia social, para paliar la pobreza.

Por otra parte, en la de Energía y Minas, se ratificaba la necesidad de que Latinoamérica transite hacia la integración, también en el sector energético. La comisión de Turismo, acordó celebrar en La Habana, en mayo de 1998, la Conferencia Interparlamentaria de ese sector para Latinoamérica y el Caribe.

Rechazo al bloqueo

En declaraciones personales o recogidas en algunas de las relatorías, los miembros del PARLATINO reunidos en el Hotel Nacional de la capital cubana, dejaron constancia de su rechazo al bloqueo a Cuba.

El singular hecho de que se reuniesen en La Habana, simultáneamente, siete comisiones del Parlamento Latinoamericano, constituye, en sí, un gesto solidario con la Isla.

Fotocopia con partes oscuras

9714707

04-04

Nº. DOCUMENTO 9714708 OCDE
TITULO VII Foro Intern. sobre perspectivas Latin. celebrado en Paris del 20/Nov/97 AL 21/Nov/97
PROCEDÉNCIA 150050
FECHA DE PROCEDEN: 22/11/97
VINCULACIONES 519572.
11078.
65963

ENTRADO
CRUZADO

9714708

01-06

XD3737

U FOXBT 11-21 00164
mun exg icx

OCDE-CORRUPCION
OCDE ELABORO CONVENIO PARA INCREMENTAR LUCHA CONTRA CORRUPCION

París, 21 nov (EFE).- Los 29 Estados miembros de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) y otros cinco países han elaborado un convenio destinado a luchar contra la corrupción internacional, informaron hoy, viernes, fuentes del citado organismo.

Los 29 miembros de la OCDE, a los que se han sumado Argentina, Brasil, Chile, Bulgaria y Eslovaquia, llegaron anoche, después de tres días de debate, a un compromiso para evitar la corrupción en las transacciones comerciales internacionales.

El embajador de Suiza ante la OCDE, Marino Baldi, que presidió la reunión, indicó que el acuerdo deberá ser ratificado por los parlamentos nacionales de los 34 Estados que han suscrito el compromiso.

Baldi señaló, sin embargo, que sólo hubo un acuerdo parcial acerca de la financiación de partidos políticos por parte de empresas extranjeras, uno de los puntos en los que hubo divergencias a la hora de concluir el convenio. EFE

xb/tcr/pq

11/21/11-18/97

02

9714708

XB9054

U ECOBT 11-21 00720
mun exo icx

OCDE-A.LATINA (Previsión)
EXPERTOS AUGURAN NOTABLE CRECIMIENTO ECONOMICO A. LATINA 1997

París, 21 nov (EFE).- América Latina registrará en 1997 un crecimiento económico superior al 5 por ciento y un nivel de inflación en torno al 10 por ciento, el más bajo de los últimos 25 años, según expertos del VIII Foro Internacional sobre las Perspectivas Latinoamericanas, reunidos en la sede de la OCDE.

Esa fue una de las observaciones expresadas en ese foro, organizado por la OCDE (Organización de Cooperación y Desarrollo en Europa) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), en el que durante dos días unos veinte especialistas analizaron los avances económicos registrados en América Latina y los nuevos y grandes desafíos de la región.

En la conferencia, que este año se tituló "Democracia, descentralización y desequilibros presupuestarios en América Latina" y fue presidida por el ex jefe de Estado de Bolivia, Gonzalo Sánchez de Losada, los expertos llamaron a los Gobiernos de la región a no bajar la guardia y afrontar con decisión los nuevos retos en materia de reforma fiscal, presupuestaria y de descentralización, "indispensables" para la estabilidad.

Según declaró a EFE Ricardo Hausmann, economista jefe del BID y principal relator del foro, 1997 será un año de una importante aceleración económica para América Latina, ya que se espera un crecimiento superior al 5 por ciento, lo que permitirá que el promedio de crecimiento en la zona en la década de los noventa se sitúe en torno a un 4 por ciento.

Se trata del mayor crecimiento (promedio) de los últimos tiempos, si se tiene en cuenta que el registrado en las naciones latinoamericanas en la década de los ochenta fue de un uno por ciento, subrayó el ex ministro de Fomento de Venezuela.

Hausmann arguyó que el crecimiento que se espera alcanzar en 1997 se debe en gran parte a la recuperación económica experimentada por México y Argentina tras la crisis de 1995, así como por otras naciones de Sudamérica y Centroamérica tras "una cierta" desaceleración de 1996.

El experto destacó que en las últimas cuatro semanas los mercados financieros latinoamericanos también fueron víctimas de grandes turbulencias ya que el nivel de flujos de ingresos de capitales en los nueve primeros meses del año alcanzaron cifras récord y probablemente llevaron a posiciones insostenibles, como fue el caso de Brasil.

"Pero América Latina ya tiene mucha experiencia en el manejo de crisis como ésta, ya que aprendió mucho del 'efecto Tequila' en 1995, aunque estos períodos de inestabilidad son siempre útiles", comentó Haussmann, quien resaltó los importantes esfuerzos que realiza Brasil en los capítulos de ajuste fiscal e institucional y que contribuirán a "garantizar su estabilidad económica".

En opinión de Hausmann y otros expertos, como Ariel Buira, ex vicegobernador del Banco Central de México, y Rudolph Hommes, ex titular de Finanzas de Colombia, la implantación de democracias en América Latina ha permitido "mejorar la disciplina fiscal", pese a que este tipo de régimen político debe estar alerta debido a los problemas de coordinación y las tendencias al déficit que se deriva de la participación de numerosos agentes en la toma de

decisiones.

Mientras en 1983, sólo 4 países miembros del BID tenían déficits por debajo del 3 por ciento del Producto Interior Bruto (PIB), ahora 16 naciones de la zona reúnen ese requisito. Además, el promedio deficitario de América Latina fue en 1996 inferior al 2 por ciento del PIB, por lo que los déficits en la década de los noventa estarán por debajo de la media registrada en estados industrializados, precisó.

El senador Carlos Ominami, ex ministro de Economía de Chile, señaló a EFE que la democracia en América Latina ha ido acompañada de una mayor austeridad fiscal, como demuestra el hecho de que Chile haya alcanzado un excedente fiscal de un 3 por ciento del PIB y un nivel de crecimiento del 7 por ciento en los últimos años.

Ominami se pronunció a favor de la existencia de "Gobiernos fuertes", "lo que no significa que sean totalitarios, sino que estén apoyados por una coalición sólida" en las naciones de América Latina, a fin de que las reformas económicas lleguen a buen puerto dado que esos ejecutivos tendrán prioridades claras y fijarán límites presupuestarios.

El mexicano Ariel Buira se mostró a favor de la existencia de un "árbitro fiscal", una figura autónoma que supervise la aplicación del presupuesto y la política fiscal, mientras que el colombiano Hommes rechazó este papel, por considerar que "es imposible" hallar un supervisor que sea verdaderamente objetivo.
EFE

MCR/jf/M

11/21/15-57/97

REUNION CUMBRE EN PARIS

Ofensiva mundial contra el pago de coimas

Clarín 22/11/97 Pg 40

Europa y Japón se unieron a EE.UU. y prohibieron ayer a sus empresas coimear en el extranjero • El acuerdo deberá ser ratificado por los Parlamentos y regiría a fines de 1998

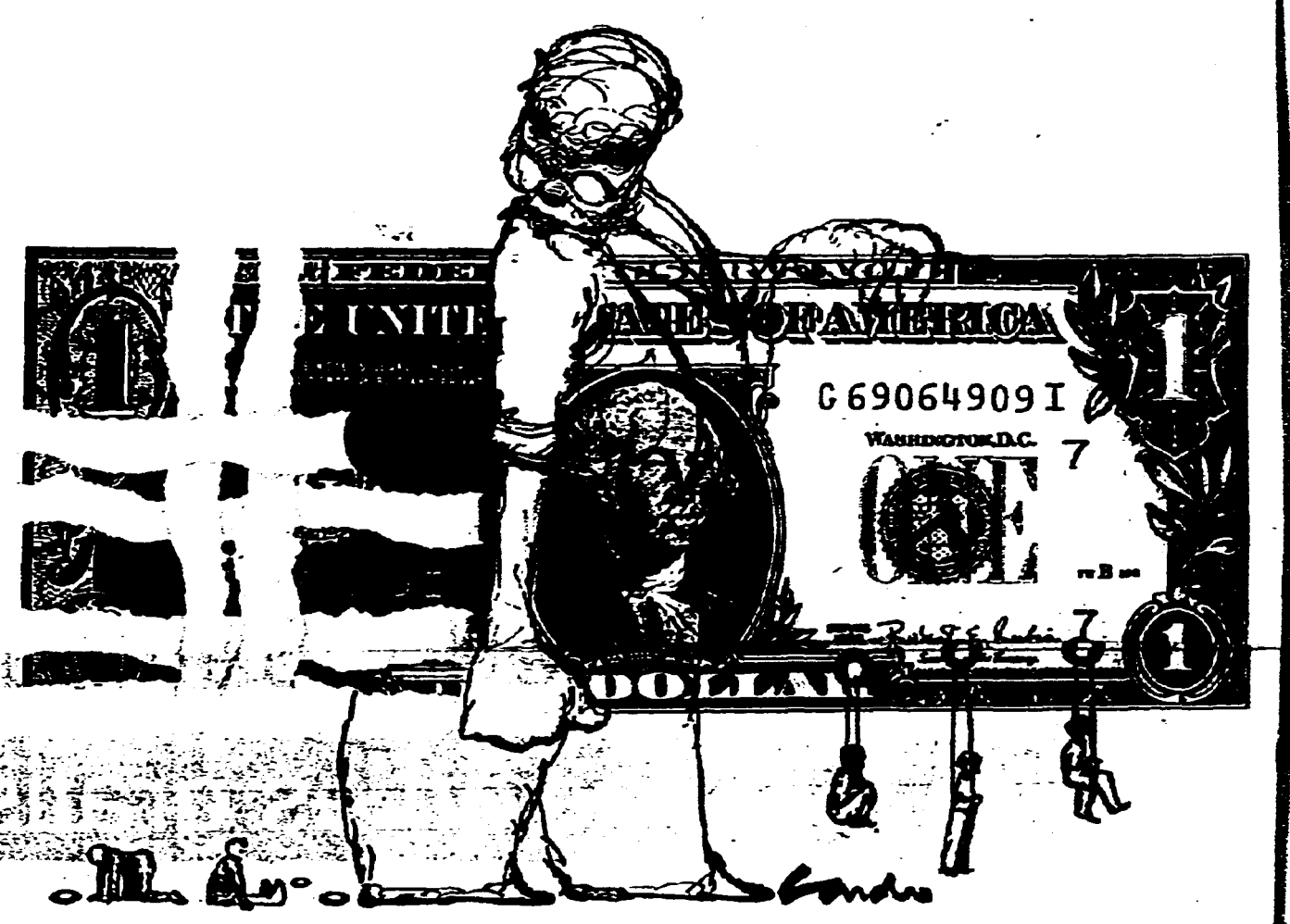
Frankfort. The New York Times
Especial para Clarín

Demandó años de debates, infatigables presiones de Washington y al menos doce meses de negociaciones sobre la mesa de las grandes potencias del mundo, para que, finalmente, se pudiera condenar el arte negro de sobornar más allá de las fronteras. Ayer, los 29 países industrializados representados en la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) firmaron un tratado que transforma en delito la práctica corrupta de coimear a los funcionarios de gobiernos extranjeros.

Impedidas por ley de sobornar en casa, son muchas las empresas que, al ritmo de un mundo cada vez más globalizado, desembolsan coimas en el exterior en busca de jugosos contratos. Con el nuevo tratado, a los hombres de negocios de bolsillos generosos se les acotó el campo de juego, y aquellas grandes corporaciones halladas culpables de sobornar en el extranjero ya no podrán, por ejemplo, participar de las licitaciones en su país de origen.

El tratado, negociado en París por los Estados miembros de la OCDE, marca una victoria para los Estados Unidos, que hace ya 20 años decretó ilegales las coimas extranjeras y que nunca había logrado convencer a los gobiernos europeos y japonés, que siguieran su ejemplo.

Durante años, las empresas estadounidenses se quejaron sobre la pérdida anual de miles de millones de dólares en contratos ganados por sus rivales que despejan



> La Lockheed debió pagar una multa de 24,8 millones por coimear a un legislador egipcio

con coimas la ruta hacia el éxito.

Hasta hace poco tiempo, la mayoría de los países industrializados habían obstaculizado, con discreción, condenar el soborno extramuros –de hecho algunos llegaron a premiar la práctica con una deducción impositiva– argumentando que los funcionarios gubernamentales corruptos son una parte desagradable pero necesaria en la maquinaria de los negocios internacionales.

Si bien el hecho de penalizar las coimas parece una obviedad, este nuevo tratado solo pudo alcanzarse después de largas y espinosas negociaciones sobre las exactitudes legales de un arte negro. En mayo pasado, los países de la OCDE acordaron, en principio, prohibir el soborno. Desde entonces vienen definiendo precisamente qué tipo de funcionarios gubernamentales deben quedar incluidos en la prohibición.

Así como es ilegal que una empresa soborne a un funcionario de su propio país, las disposiciones centrales del tratado forzarían por primera vez a los países a procesar a las corporaciones que coimeen a dirigentes de gobiernos extranjeros.

También consideraría ilegal los pagos efectuados a parlamentarios, algo a lo que Alemania, Austria y Finlandia se habían resistido porque iba en contra de sus propias leyes. En Alemania, por ejemplo, está permitido "pagar" a los miembros del Parlamento en la medida en que ese pago no esté directamente atado a un voto.

Los defensores acérrimos de las medidas anticorrupción destacan que el tratado puede ser un fiasco, principalmente porque no penalizaría los pagos a favor de los líderes de un partido político o de los delegados de los funcionarios en el poder, a pesar de que ambas figuras son, de hecho, centrales a la hora de la toma de decisiones sobre los rumbos gubernamentales.

Estados Unidos no logró que el tratado cubra este aspecto. La mayoría de los países se negaron a respaldar a Washington en ese sentido, indicando que la línea entre contribuciones políticas y coimas es demasiado oscura.

Los hombres de negocios norteamericanos admitieron además que esta cuestión ya es engorrosa en los Estados Unidos, donde Washington está inmersa en acusaciones de haber recibido "dinero dulce" como contribuciones tanto para el Partido

ANTECEDENTES

Ránking de los países con más corrupción en el mundo

La Argentina figura 11° entre los países con más corrupción, según un ránking de la organización Transparency International, de agosto pasado. En la escala, que va de 1 a 10 puntos, el 1 representa la mayor corrupción.

- 1) Nigeria: 1,76
- 2) Bolivia: 2,05
- 3) Colombia: 2,23
- 4) Rusia: 2,27
- 5) Pakistán: 2,53
- 6) México: 2,66
- 7) Indonesia: 2,72
- 8) India: 2,75
- 9) Venezuela: 2,77
- 10) Vietnam: 2,79
- 11) Argentina: 2,81
- 12) China: 2,88
- 13) Filipinas: 3,05
- 14) Tailandia: 3,06
- 15) Turquía: 3,21
- 16) Rumania: 3,44
- 17) Brasil: 3,56
- 18) Uruguay: 4,14
- 19) Corea del Sur: 4,29
- 20) Sudáfrica: 4,95
- 21) Malasia: 5,01
- 22) Taiwán: 5,02
- 23) Italia: 5,03
- 24) Polonia: 5,08
- 25) Hungría: 5,18
- 26) República Checa: 5,20
- 27) Bélgica: 5,25
- 28) Grecia: 5,35
- 29) España: 5,9
- 30) Chile: 6,05
- 31) Costa Rica: 6,45
- 32) Japón: 6,47
- 33) Francia: 6,66
- 34) Portugal: 6,97
- 35) Hong Kong: 7,28
- 36) Austria: 7,61
- 37) Estados Unidos: 7,61
- 38) Israel: 7,97
- 39) Gran Bretaña: 8,22
- 40) Alemania: 8,23

9714708

Demócrata como el Republicano.

El tratado tampoco termina de convencer a los Estados Unidos. Desde un principio Washington reclamó a sus vecinos europeos que tomen todas las medidas necesarias para dificultar el encubrimiento de los sobornos en los libros contables. Pero en el acuerdo de París sólo se alude someramente a un conjunto de medidas "a considerar" a la hora de controlar el pago de coimas.

Con todo, hasta los más escépticos coincidieron en que el tratado marca un importante avance. Una vez ratificado por los parlamentos de cada país, el acuerdo será obligatorio. Pero aún quedan dudas acerca de cuántos gobiernos deben aprobarlo para que entre en vigencia. Los países acordaron enviar el proyecto a sus legislaturas en abril próximo, por lo que recién sería implementado a fines de 1998.

La batalla contra las empresas que se dedican a sobornar en el extranjero se desató en Estados Unidos en 1977 con la aprobación de la Ley sobre Prácticas Corruptas en el Extranjero.

Desde 1994 Estados Unidos detectó importantes denuncias de sobornos pagados por firmas extranjeras en 139 contratos internacionales valuados en 64 mil millones de dólares.

En 1995, la empresa estadounidense Lockheed Corp., culpable de sobornar a un legislador egipcio para ganar una licitación de un proyecto de transporte valuado en 79 millones de dólares, debió pagar una multa de 24,8 millones.

El año pasado, cinco compañías, entre ellas Siemens AG de Alemania, fueron acusadas de pagar millones de dólares a un funcionario del gobierno de Singapur para ganar un contrato de telecomunicaciones. □

9714708

06-06

Nº. DOCUMENTO 9714710
TITULO Informe OIT indica: 20% trabajadores pertenecen algun sindicato
PROCEDENCIA SIBSSS
FECHA DE PROCEDENCI 03/11/17.
VINCULACIONES 304813
30044
11702

ENTRADO
CRUZADO

01-03

9714710

XQ2687

U ECOBT 11-03 00684
mun exg icx

OIT-INFORME
SOLO EL 20% DE TRABAJADORES PERTENECEN A ALGUN SINDICATO

(Embargada hasta las 00,01 GMT del martes 4 de noviembre)

Ginebra, 3 nov (EFE).- Sólo el 20 por ciento de los trabajadores pertenecen a alguna organización sindical, tras un fuerte descenso en los niveles de afiliación registrado en todo el mundo desde 1985, según un estudio de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) realizado en 92 países.

Según explicó hoy, en Ginebra, el director general de la OIT, Michel Hansenne, en el decenio 1985-95 sólo 20 países -entre ellos España- han aumentado su fuerza sindical, lo que supone que en 1995 de los 1.300 millones de trabajadores sólo 164 millones estaban sindicados.

Este descenso numérico, sin embargo, no se ha traducido en una pérdida de influencia ya que en la mayoría de los países los sindicatos se han consolidado en sectores esenciales, han captado nuevos miembros en otros de creciente importancia económica y han puesto en práctica nuevas estrategias de negociación colectiva, muchas veces de escala mundial.

El informe "El Trabajo en el Mundo 1997-98" indica que en algunos países este descenso se ha debido al fin de la afiliación sindical obligatoria, como en Estonia, donde ha bajado un 71,2 por ciento, en la República Checa (44), Polonia (42) o en Eslovaquia (40).

Pero este decrecimiento se ha producido también en países como Israel, con una caída del 77 por ciento, con lo que su índice de afiliación se sitúa en el 23 por ciento; Nueva Zelanda, con un descenso del 55,1 por ciento (24,3); Portugal, el 50,2 (25,6); Venezuela, el 42,6 (17,1); Francia, el 37,2 (9,1); México, el 28,2 (42,8) o Gran Bretaña, el 27,7 (32,9).

En España, sin embargo, el número de afiliados ha aumentado un 62 por ciento, aunque su nivel de sindicación sólo es del 18,6, crecimiento sólo superado por Sudáfrica, con un 130,8 por ciento, que también presenta uno de los niveles más alto de afiliación, con un 40,9 por ciento de los trabajadores.

Entre los países con un mayor índice de pertenencia a sindicatos destacan los nórdicos, con un 91,1 por ciento en Suecia, un 83,3 en Islandia, un 80,1 en Dinamarca o un 79,3 en Finlandia.

Según el informe de la OIT sólo en 14 de los 92 países que se han estudiado el índice de sindicación superaba el cincuenta por ciento, un debilitamiento que se ha producido principalmente debido al cambio en las relaciones laborales surgido de la mundialización de la economía.

Uno de las características de este cambio es la creciente movilidad del capital, que ofrece a las empresas, antes limitadas por las fronteras nacionales, muchas más opciones de inversión e implantación.

El estudio destaca que esta nueva tendencia es positiva ya que estimula la productividad y genera inversiones en tecnología pero se corre el riesgo de perjudicar sobre todo a los trabajadores poco cualificados y con un bajo nivel de ingresos, y que se

9714710

agraven las desigualdades sociales.

Al mismo tiempo, la mundialización del mercado expone a la empresa a una competencia mayor, por lo que se ha transformado el modo de organizar el trabajo y se ha reducido el número de niveles de gestión, lo que se traduce en un aumento del paro, una pérdida de seguridad del empleo y un crecimiento de los trabajadores ocasionales y los contratados a tiempo parcial.

El informe también destaca el aumento del trabajo en la economía sumergida, "un elemento importante, cuando no esencial de la dinámica económica y social de casi todos los países menos desarrollados".

En América Latina, entre 1990 y 1994, se crearon 15,7 millones de puestos de trabajo, -8,4 de cada 10- de empleo no estructurado, sector que absorbe en Asia a casi un 50 por ciento de la población activa urbana y a un 61 por ciento en Africa.

La OIT aboga por el reconocimiento de estos trabajadores mediante unos trámites que sean simples, de forma que puedan afiliarse a un sindicato o crear asociaciones representativas que defiendan sus derechos.

Respecto a las organizaciones empresariales, el estudio indica que se están reestructurando para mejorar la calidad y la utilidad de los servicios que ofrecen para adaptarse a la evolución del mercado, en el que la toma de decisiones se ha desplazado desde las centrales interprofesionales a las organizaciones sectoriales, además de reforzar su atención a las Pequeñas y Medianas Empresas (PYMES). EFE

agf/mlb/ddp

11/03/14-07/97

9714710

Nº. DOCUMENTO 9714711
TITULO OIT apoya Fondo Mundial empleo propuesta por Volonte. uruguaya
PROCEDENCIA LSOOSO
FECHA DE PUBLICACION 07/11/97
VINCULACIONES 504813
507466
67228
4070

9714711
ENTRADO
CRUZADO

01-03

■ REGRESÓ VOLONTÉ DE SU GIRA POR EUROPA

OIT apoya Fondo Mundial del Empleo

El presidente del Partido Nacional anunció que en marzo y con el apoyo del BID se realizará en Montevideo la primera reunión del Foro Mundial que analizará la situación de desempleo

El País 07/11/97 P57

La Organización Internacional del Trabajo (OIT), con sede en Ginebra, le dará en marzo un fuerte impulso a la propuesta uruguaya de crear un Fondo Mundial del Empleo, anunció ayer el presidente del Directorio del Partido Nacional, Alberto Volonté, a su regreso de una gira por Europa.

Volonté visitó Bélgica, Alemania, Inglaterra y Suecia, donde se entrevistó con funcionarios de gobierno de esos países y con representantes de organismos internacionales. Los principales temas tratados fueron el desempleo, la integración económica regional y la experiencia del diálogo social recién iniciada en Uruguay.

El líder blanco dijo que la OIT ve "con muy buenos ojos" la creación de este Fondo Mundial del Empleo, y que el organismo lo comparó con la Ronda Uruguay del GATT para el área social.

"En algún momento en Europa se le llamó la Ronda Social Uruguay"

"En algún momento –relató Volonté– le llamaron la Ronda Social Uruguay".

Volonté señaló que el interés que despertó en la OIT esta propuesta estuvo marcada por "la consolidación del diálogo social" en Uruguay. En marzo de 1998 Montevideo será sede del Foro Mundial del Empleo, del cual participarán países europeos, latinoamericanos, asiáticos y africanos. Este foro es apoyado por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y la Unión Europea.

"La OIT considera que la única forma de combatir definitivamente el drama del desempleo es a través del diálogo social", indicó.

Volonté dijo que le llamó la atención la información que en Europa tienen los organismos internacionales y los funcionarios de gobierno sobre el diálogo social iniciado en Uruguay. "El diálogo social, a nivel de la OIT, se considera un paso histórico y ejemplar", señaló Volonté. Agregó que en Europa se hizo hincapié en que la mejor forma de solucionar el problema del desempleo "es a través de los consensos por medio del diálogo social"

En Alemania el líder blanco se entrevistó con el ministro de Relaciones para América Latina, con quien habló sobre el Mercosur y la reforma de la seguridad social en Uruguay. Volonté dijo que el gobierno alemán considera "emblemática" la reforma de la seguridad social uruguaya porque conjuga los conceptos de solidaridad con los de ahorro.

En Inglaterra, Volonté habló con funcionarios del gobierno británico también sobre el Mercosur y el desempleo. "Hoy están de acuerdo todos en que no es en la globalización de la economía ni en los temas regionales donde deben buscarse las causas del desempleo", indicó.

La caída de la Bolsa de Hong Kong encontró a Volonté en Bruselas. En la capital de la Comunidad Europa el presidente del Directorio blanco tuvo oportunidad de hablar de esta crisis con Manuel Marín, vicepresidente de la comisión de la Comunidad Europea. "De la misma forma que a Uruguay no le afectó el efecto tequila por la crisis en México en 1994, porque el gobierno blanco había hecho muy bien las cosas, estábamos seguros que la certeza que crea este gobierno de coalición y la estabilidad de nuestra economía haría que el país no sintiera ni escozores de esta caída de la Bolsa de Hong Kong".

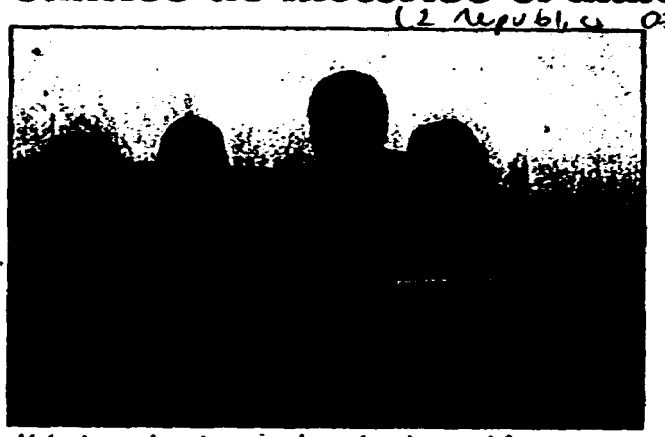
La experiencia del gobierno de coalición también fue otro de los temas que interesó a los funcionarios europeos con los que se entrevistó Volonté. "Todos preguntan por qué Uruguay siempre muestra una envidiable estabilidad política. Nosotros respondimos que tiene muchos años, más de un siglo, y que no empezó ni con estos hombres ni con estos partidos. Pero evidentemente esta coalición ha encontrado una forma de expresión que la gente en el exterior la ve muy bien", dijo Volonté.

9714711

02

Volonté: "OIT calificó de histórico el diálogo social"

La Organización Internacional del Trabajo (OIT) consideró un "paso histórico" el diálogo social instaurado en Uruguay por algunas fuerzas políticas y un camino eficaz para combatir el desempleo, afirmó ayer el presidente del Directorio del Partido Nacional, Alberto Volonté, quien arribó de una gira por Europa. Volonté, líder de Manos a la Obra, participó en conferencias y seminarios y mantuvo charlas y entrevistas personales con ministros y representantes de organizaciones privadas. El dirigente recibió el apoyo de representantes de la Unión Europea y de la OIT respeto a la iniciativa de crear un foro internacional sobre desempleo. La agenda del dirigente se concentró principalmente en Bélgica, Suiza y Alemania. A su arribo al Aeropuerto Internacional de Carrasco, Volonté destacó el interés europeo en el diálogo social y apuntó que la OIT lo considera un "paso histórico". "Sus directores nos hacen hincapié en que no ven otra forma de llegar a acuerdos y de combatir el desempleo sino es a través de consensos", dijo.



Volonte recibe el cariño de su familia en el Aeropuerto.

El dirigente nacionalista percibió en Alemania especial interés por el desarrollo de la reforma de la seguridad social. Este país, apuntó, "está viviendo un momento muy difícil en esa materia y está destinando parte del IVA para financiar el déficit".

Puntualizó que esta reforma es considerada "emblemática" porque "supo balancear los aspectos estatales y públicos" y "el concepto de solidaridad con el de ahorro".

En Inglaterra, el diálogo con representantes del gobierno inglés se concentró en el desempleo y el Mercosur. Dijo que en Europa "se ata" el fenómeno de la integración y su impacto en el nivel de empleo. Recordó que cuando se consolidó la Comunidad Europea "hubo un impacto sobre el empleo pero que al recomponerse el clima comunitario el desempleo bajó sensiblemente".

"Hoy están de acuerdo todos que no es ni la globalización de la economía, ni en los temas regionales, ni aún en las políticas económicas donde deben buscarse las causas del desempleo", agregó. Por otra parte, dijo que reaccionó con "tranquilidad" cuando estalló la crisis bursátil, "porque a nuestro país, así como no lo afectó el efecto tequila en 1994, porque el gobierno blanco había hecho muy bien las cosas, la certeza que crea este gobierno de coalición y la estabilidad de la economía no iba ni siquiera a sentir escozores, aunque sí preocupó a nuestro vecinos".

Por último, dijo que en Europa provoca cierta "envidia" la "estabilidad política" que transmite nuestro país. Volonté fue recibido ayer en la sala VIP de la terminal aérea por familiares y dirigentes políticos próximos a su entorno sectorial.

El dirigente descansará hoy y este fin de semana emprenderá una breve gira por el departamento de Canelones, acompañado por el senador Walter Santoro.

9714711

ARCHIVO

Copia Nro. de Ejemplares.
Página de Páginas.

RESERVADO

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA

SEGUNDA DIVISION

S O L I C I T U D D E I N F O R M A C I O N Nro.198/97.

Doc. con fs. poco legibles

AGENCIA: E M I N T.

FECHA: 09 de Diciembre de 1997.-

ASUNTO: Solicita información.

REFERENCIA: NEGATIVO

ORIGEN: E M I N T

AREA / PAIS: R. O. del URUGUAY

DIFUSION ANTERIOR: NEGATIVO

DISTRIBUCION: D.G.I.D.- ARCHIVO.-

ANEXOS: NEGATIVO

ORIGINAL

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 30/12/97
Nr. 507

FECHA 22/1/98 INICIAL

TEXTO: Solicito investigación de las 60 personas que se mencionan en listado adjunto, las cuales son aspirantes a ingreso a la Armada y familiares de los mismos.-

OBSERVACIONES

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA - República O. del Uruguay - 2da. DIVISION

Capitán de Navío (CG)

JOSE MARTINEZ LANZANI
Jefe
Segunda División del
Estado Mayor General de la Armada

RESERVADO

001/3

9714712

30 DIC. 1997

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
SECRETARIA
Fecha 20/12/97
9714712/5
Nº de Identificación

Page No. 1
12/09/97

APELLIDO	NOMBRES	LFDN	EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
ANIBALI BENTOS	ELIZABETH	261147	LAV.	3.208.274-1	SAA 26600	BASILICIO GARCIA (MINAS - LAV)
ASSIARI RIVERO	NANCY BEATRIZ	100854	MDEO.	1.125.775-5	BRA 32600	LUIS LASAGNA 6523 (MDEO)
BARBOZA RODRIGUEZ	ELVACIR	031046	C.L	1.468.533-7	AZA 20664	CARLOS REYLES 253 (CAN)
DA SILVA DA ROSA	ELISEO ALEJANDRO	181075	SAL.	3.107.142-0	BDB 63659	CIEN MANZANAS Nº 999 (SAL)
DA SILVA DE SOSA	MARCELA JANET	080573	MDEO.	3.553.917-3		RUT.8 KM.23500 (CAN)
DA SILVA FALIO	ELISEO		SAL.			CIEN MANZANAS Nº 999 (SAL)
DE SOSA PEREIRA	ALARIS	050240	C.L	2.625.010-8	BDC 3233	RUT.8 KM.23500 (CAN)
DE SOSA PEREZ	ADARIS RAMON	090870	C.L	3.064.105-2	BDC 6153	RUT.8 KM.23500 (CAN)
DUARTE RODRIGUEZ	MARY MABEL		LAV.	1.509.863-0	BUB 18946	ASAMBLEA 4379 (MDEO)
FERNANDEZ ANIBALI	JOSE MARIA	310877	LAV.	4.100.420-3	SAA 42196	BASILICIO GARCIA (LAV)
FERNANDEZ MARQUEZ	OSCAR EDUARDO	250846	LAV.	2.599.894-5	SAA 22539	BASILICIO GARCIA (MINAS - LAV)
FERNANDEZ SORIA	PABLO EDUARD	210576	MDEO.	3.870.511-9	CQB 10619	RUT.6 KM.27 (SAUCE - CAN)
FERNANDEZ SOUZA	EDUARD WILSON	150751	MDEO.	1.407.751-2	CQB 2644	RUT.6 KM.27 (SAUCE - CAN)
FIGUEREDO LAGUZZI	EDUARDO ALBERTO	101249	MDEO.	1.770.762-2	BZB 37065	CASTILLOS 2557 BIS (MDEO)
FIGUEREDO SERI	ELENA	261076	MDEO.	4.093.595-2	AAA 7907	CASTILLOS 2557 BIS (MDEO)
GATTO RUSSO	MARIA GRACIELA	220755	MDEO.			TOMAS GOMEZ 3759 (MDEO)
GLATLLI HERRERA	NILSA LILA	030345	SOR.	4.031.727-3	BRB 14661	CONT.ALBENIZ 6927 (MDEO)
GRACIAS GUERIN	ANA MARIA		MDEO.			MUNAR 2837 (MDEO)
IMBRIACO	AQUILES ALEJO			1.305.739-9		PASAJE 57 Nº 4480/2 (MDEO)
IMBRIACO FULKO	ALEJANDRO GABRIEL	020877	MDEO.	4.093.683-7	BTB 35625	ARTILLEROS ORIENTALES 4504 BIS
JUNCAL GATTO	CARLOS ALBERTO	261079	MDEO.	4.246.361-0		TOMAS GOMEZ 3759 (MDEO)
LARROSA PEREZ	JUAN CARLOS	3105[illegible]	ART.	1.850.627-6		SANTA CRUZ DE LA SIERRA 1738
LARROSA SOSA	JUAN CARLOS	[illegible]	MDEO.	4.205.055-4		SANTA CRUZ DE LA SIERRA 1738
LOPEZ	LUIS ALBERTO	[illegible]447	ART.	1.967.919-7	BOB 33129	LAS PRIMICIAS 4953 (MDEO)
LOPEZ BARBOZA	GABRIELA FABIANA	170178	MDEO.	4.156.753-2	BCA 10996	CARLOS REYLES 253 (CAN)
LOPEZ MELO	MARIA DE LOS ANGELES	250977	ART.	3.622.409-0	BOB 39857	LAS PRIMICIAS 4953 (MDEO)
MACHADO FREITAS	CARMEN ROSSANA	100277	MDEO.	3.268.335-5	BTA 26442	ARTILLEROS ORIENTALES 4504 BIS
MARTIN GUILLERMO	JUAN CARLOS	270667	MDEO.	2.693.611-6	BDA 91029	GALVANI 5065 (MDEO)
MELO RODRIGUEZ	CLARA	050951	ART.	2.013.917-2	BOB 23065	LAS PRIMICIAS 4953 (MDEO)
OLIVERA GOMEZ	TERESA ODILIA	070846	C.L	1.319.575-6	BOB 20595	CARLOS MONTERO 4680 (MDEO)
PELAEZ FUENTES	ELMA GLADYS	131242	MDEO.	1.188.584-9	BNB 23246	Tte. GALEANO 4287 (MDEO)
PEREZ	MARIA SECUNDINA	170244	C.L	1.837.923-1	CME 1307	RUT.8 KM.23500 (CAN)
PERROTTA ASSIARI	ANDREA NOEL	240676	MDEO.	4.145.411-5	BRA 41339	LUIS LASAGNA 6523 (MDEO)
PERROTTA SILVEIRA	JORGE FELIX	250851	MDEO.	1.290.927-0	BRA 26497	LUIS LASAGNA 6523 (MDEO)
PEYRE BERRIEL	JUAN PABLO	080637	MDEO.	.923.106-2	BNB 23125	TIMBUES 4091 (MDEO)
PEYRE VARELA	SILVIA MARY	080674	MDEO.	2.969.585-0	BNB 51122	TIMBUES 4091 (MDEO)
PEÑA	PEDRO		MDEO.			AVDA.LOS PINOS M.101 S.13 CAN
PEÑA DUARTE	LUIS ALBERTO	160468	MDEO.	1.946.710-8	BBA 37608	AVDA.LOS PINOS M.101 S.13 CAN
POLIOVEI DUBINSKA	RICARDO ELIAS	270644	MDEO.	1.042.532-5	BOB 34985	CARLOS MONTERO 4680 (MDEO)
POLIOVEI OLIVERA	GABRIEL ELIAS	210771	MDEO.	2.835.239-8	BOA 16064	EDUARD HERRERA 4643 (MDEO)
QUINTANA GRACIAS	MARTIN	030879	MDEO.	3.557.834-7		MUNAR 2837 (MDEO)
QUINTANA RODRIGUEZ	ANGEL ISSAC	010639	CAN	1.195.768-		MUNAR 2837 (MDEO)
RIOS GLATLLI	EMILSE LAILIE	080467	SOR.	2.582.893-6	BRA 38035	CONT.ALBENIZ 6929 (MDEO)
RIOS GLATLLI	RUDHY NESTOR	070440	COL.	3.526.213-4	NJA 2814	RAMON OTERO 5263 (MDEO)
RODRIGUEZ CABRERA	CARLA ELIZABETH	110978	MDEO.	4.410.038-7	BDC 9256	7 CERROS 7865/2 (MDEO)
RODRIGUEZ PELAEZ	JOHNNY RICHARD	221172	MDEO.	3.654.350-9	BDC 9215	Tte. GALEANO 4287 (MDEO)
RODRIGUEZ RODRIGUEZ	SANDRA	061067	MDEO.	2.024.825-8	BDA 91194	JOSE M.BUYO 4006/2 (MDEO)
RODRIGUEZ SHONWANDT	DOMINGO MANUEL	020439	DUR.	.962.419-4	BNA 21916	Tte. GALEANO 4287 (MDEO)
SERI SANCHEZ	GRACIELA DORIS	161254	MDEO.	1.342.172-0	BNA 33181	GIBRALTAR 4057 (MDEO)
SERPA FONTES	MIRTA ZULLY	280250	RIV.	3.805.226-5	HBA 11563	CALLE 4 BLOCK 19 828/005
SILVA DA COSTA	RUBEN ERNESTO	050475	MDEO.	2.577.862-0	BOB 36291	LAS PRIMICIAS 4953 (MDEO)
SORIA GANDINI	GLADYS GRACIELA	150758	CAN.	1.586.329-7	CFA 17836	RUT.6 KM.27 (SAUCE - CAN)

ORIGINAL

9714712

FECHA 22/1/98 INICIAL [illegible]

Procesado [illegible]

OBSERVACIONES

190715

APELLIDO	NOMBRES	LFDN	EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
SOSA MUNIZ	LUISA ESTHER	130851	MDEO.	2.028.075-3		SANTA CRUZ DE LA SIERRA 1738
TITO RIBEIRO	ANTONIO	070550	RIV.	1.303.448-2		CALLE 4 BLOCK 19 828/005
TITO SERPA	ANTONIO FRANCISCO	091270	MDEO.	3.805.226-5	BZA 42791	CALLE 4 BLOCK 19 828/005
TOME VEGA	MARCELO ANDRES	210372	MDEO.	3.930.344-3	BAB 52949	7 CERROS 7865/2 (MDEO)
UMPIERREZ PEREZ	MARIA ELIZABETH	110971	MDEO.	2.718.757-4	BDA 90944	AVDA.LOS PINOS M.101 S.13 CAN
VARELA SORIANO	NORMA	070737	MDEO.	1.104.828-5	BNB 23124	TIMBUES 4091 (MDEO)
VAZQUEZ SIERRA	OLGA YUDITH	281172	CAN.	3.634.209-		EDUARD HERRERA 4643 (MDEO)
VEGA SORIA	YOLANDA TERESA	170450	R.N	1.476.427-2	BAA 22369	COMODORO COE 3905/3

ORIGINAL

003/3

9714712

ARCHIVO

Copia Nro. de Ejemplares.
Página de Páginas.

RESERVADO

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA

SEGUNDA DIVISION

S O L I C I T U D D E I N F O R M A C I O N Nro.203/97.

AGENCIA: E M I N T.

FECHA: 12 de Diciembre de 1997.-

ASUNTO: Solicita información.

REFERENCIA: NEGATIVO

ORIGEN: E M I N T

AREA / PAIS: R.O. del URUGUAY

DIFUSION ANTERIOR: NEGATIVO

DISTRIBUCION: D.G.I.D.- ARCHIVO.-

ANEXOS: NEGATIVO

ORIGINAL

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 29/12/97
Fs. 503

TEXTO: Solicito investigación de las 44 personas que se mencionan en listado adjunto, las cuales son aspirantes a ingreso a la Escuela Naval y familiares de los mismos.-

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA - República O. del Uruguay - 20a. DIVISION

Capitán de Navío (CG)

JOSE MARTINEZ LANZANI
Jefe
de la Segunda División del
Estado Mayor General de la Armada

RESERVADO

001/2

9714713
29 DIC 1997

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
Fecha 23/12
9714713/56
Nº de Identificación

FECHA 22/1/98 INICIAL GZ
Derivado a Sistema
OBSERVACIONES:

APELLIDO	NOMBRES	LUGAR NAC.	EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
AGUIAR TEJERIA	ALBA ROSA	DURAZNO		1.208.923-2	BZA 18321	AVDA.BRASIL 2686
AGUIAR TEJERIA	LIRIA AMANDA	020432 DUR.		3.392.346-0	RDA 6931	CERRITO Y LARRIGUE (DURAZNO)
BARRETO MORA	MICHEL JUNIORS	010973		3.322.364-3	BZC 3068	18 DE JULIO M.63 S.26(EL PINAR
BERTOLOTTI GONZALEZ	ESTELA MARY	031036 MDEO.		1.444.233-9	CMF 393	GARCIA AROCENA M.236 S.4
BERTOLOTTI GONZALEZ	GUSTAVO BISMARCK	260936 MDEO.		1.611.058-2	BRA 10289	CENTENARIO 2835
CASTAGNIN TESTA	NELSON FRANCISCO			2.540.298-6	CCA 7770	RUTA 48 KM.8.300
CEPPA CAMEJO	ATILIO MIGUEL			4.031.163-9	CEB 1081	RUTA 48 KM.8.300
CETROLO SISTA	ROSINA	200430 ITALIA		2.837.120-3		RUTA 48 KM.9
DIAZ	ANIBAL	070337 RIVERA		.846.381-8	AKB 8821	GUTIERREZ RUIZ 980/305
DIAZ SANTURION	MARCELO PABLO	230680 ROCHA		1.316.316-9	AKA 14389	GUTIERREZ RUIZ 980/305
DIAZ SANTURION	ALVARO	100766		1.416.771-1		GUTIERREZ RUIZ 980/305
DIAZ SANTURION	VERONICA	240967		1.416.709-1		GUTIERREZ RUIZ 980/305
DIAZ SANTURION	ANALIA	170159		1.764.803-9		GUTIERREZ RUIZ 980/305
FALCO BERTOLOTTI	CLAUDIO	230580 MDEO.		3.652.854-7	CMF 18233	GARCIA AROCENA M.236 S.4
FALCO BERTOLOTTI	ALVARO JAVIER			3.652.846-2		GARCIA AROCENA M.236 S.4
FALCO BERTOLOTTI	VERONICA			3.652.855-5		GARCIA AROCENA M.236 S.4
FALCO MARTINEZ	CESAR ALBERTO	301182 LAV.		2.823.379-6	CMF 392	GARCIA AROCENA M.236 S.4
FERREIRA TORRES FERREIRA	PATRICIO	030379 MDEO.		4.298.722-0	CMF 18369	IPIRANGA 1311(CHUY)
FERREIRA TORRES FERREIRA	FACUNDO JOAQUIN	110483		4.248.721-4		IPIRANGA 1311(CHUY)
FIRPI FRANCIS	ADRIANA	280734 MDEO.		1.346.933-2	BRB 29603	ARIZONA 237 A
GARCIA CUENCA	SONIA			3.105.163-4	CCA 7360	RUTA 48 KM.9
GOMEZ MOREIRA	MIRTHA SOLANA	110831 MDEO.		1.273.248-3	BNB 29811	CARABELAS 2933
LOMBARDI FERNANDEZ	LUIS IGNACIO	111200 MDEO.		3.890.945-4	CMI 289	RIO DANUBIO M.111 S.1 (LAGOMAR
LOMBARDI FERNANDEZ	JUAN	170		3.890.934-1		RIO DANUBIO M.111 S.1 (LAGOMAR
LOMBARDI FERNANDEZ	FEDERICO	08		3.891.023-3		RIO DANUBIO M.111 S.1 (LAGOMAR
LOMBARDI FERNANDEZ	CRISTINA	21		1.460.424-6	CMF 2138	RIO DANUBIO M.111 S.1 (LAGOMAR
MALANGA CETROLO	JOSE ANTONIO	04/80 CAN.		4.236.667-6	AGB 21422	RUTA 48 KM.9
MALANGA CETROLO	ISABEL BEATRIZ	210372 CAN.		2.937.130-0	CEB 973	RUTA 48 KM.9
MALANGA SALVATORE	ALFONSO	160437 ITALIA		2.834.303-2		RUTA 48 KM.9
MARTINEZ AGUIAR	GERMAN BETHOVEN	220680 DURAZNO		4.642.872-9	RAA 12373	CERRITO Y LARRIGUE (DURAZNO)
MARTINEZ AGUIAR	SEBASTIAN HERBER	030283 DURAZNO		4.042.873-5		CERRITO Y LARRIGUE (DURAZNO)
MARTINEZ ECHEVERRIA	JUAN ANTONIO	240351 DUR.		3.394.514-8	RAA 3309	CERRITO Y LARRIGUE (DURAZNO)
MORALES SCARFATTI	ANGEL DARDO	181040 TBO.		2.600.034-7	AZA 31344	LUIS LAMAS 3318
SANTOS BUENO	JOSE EDUARDO			1.009.850-2	BMB 16438	18 DE JULIO 1953/11
SANTURION PEREIRA	ANNERIS NEIVA	241038		2.766.704-3	AKB 8620	AGUAS CORRIENTES
SILVA LANGLOIS	ERLINDA	230352 FDO.		3.728.323-1	TFD 23743	18 DE JULIO 842(TBO.)
TEPERINO SILVA	MIGUEL	180760 MDEO.		3.109.308-2	TFD 23748	18 DE JULIO 842(TBO.)
TEPERINO SUSA	ROSVEL ASDRUBAL	040240 FLORIDA		1.694.323-8	TFD 23744	18 DE JULIO 842(TBO.)
VAZQUEZ GLORIA	JORGE	020749 MDEO.		1.130.753-6	AUB 7242	CARABELAS 2933
VAZQUEZ GOMEZ	GONZALO RAUL	060679 MDEO.		3.293.373-0	BMA 33338	CARABELAS 2933
VAZQUEZ GOMEZ	MIRTHA SOLANA	040182		3.293.374-8		CARABELAS 2933
VENDRELL FIRPI	ANIBAL	050980 MDEO.		4.224.889-2	CMI 288	ARIZONA 237 A
VENDRELL FIRPI	ALVARO	260283		4.224.880-8		ARIZONA 237 A
VENDRELL MASCHERONI	RAUL MILTON	041033 MDEO.		1.221.706-1	BPB 12489	ARIZONA 237 A

Fs. ilegible

ORIGINAL

002/2

9714713

FECHA 23/1/85 INICIAL GY

...sado a Sistema DPX

OPERACIONES

Catholic Life Ins. Co. - 7/75

APELLIDO	NOMBRES	LPDN - EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
AGUIAR TEJERIA	ALBA ROSA	DURAZNO	1.208.923-2	MZA 18321	AVDA.BRASIL 2686
AGUIAR TEJERIA	LIRIA AMANDA	020432 DUR.	3.392.346-0	KDA 6931	CERRITO Y LARRIGUE (DURAZNO)
BARRETO MORA	MICHEL JUNIORS	010973	5.322.364-5	RZC 3868	18 DE JULIO M.65 S.26(EL PINAR
BERTOLOTTI GONZALEZ	ESTELA MARY	031036 MDEO.	1.444.233-9	CMF 393	GARCIA AROCENA M.236 S.4
BERTOLOTTI GONZALEZ	GUSTAVO BISMARCK	260938 MDEO.	1.611.058-2	MRR 10289	CENTENARIO 2835
CASTAGNIN TESTA	NELSON FRANCISCO		2.340.298-6	CCA 7770	RUTA 48 KM.8.300
CEPPA CAMEJO	ATILIO MIGUEL		4.051.165-9	CEB 1081	RUTA 48 KM.8.300
CETROLO SISTA	ROSINA	200430 ITALIA	2.837.120-3		RUTA 48 KM.9
DIAZ	ANIBAL	070337 RIVERA	.840.381-8	AKB 8821	GUTIERREZ RUIZ 980/305
DIAZ SANTURION	MARCELO PABLO	230680 ROCHA	1.318.316-9	AKA 14389	GUTIERREZ RUIZ 980/305
DIAZ SANTURION	ALVARO	100766	1.418.771-1		GUTIERREZ RUIZ 980/305
DIAZ SANTURION	VERONICA	240967	1.418.709-1		GUTIERREZ RUIZ 980/305
DIAZ SANTURION	AMALIA	170169	1.764.803-9		GUTIERREZ RUIZ 980/305
FALCO BERTOLOTTI	CLAUDIO	230380 MDEO.	3.652.854-7	CMF 18233	GARCIA AROCENA M.236 S.4
FALCO BERTOLOTTI	ALVARO JAVIER		3.652.846-2		GARCIA AROCENA M.236 S.4
FALCO BERTOLOTTI	VERONICA		3.652.855-3		GARCIA AROCENA M.236 S.4
FALCO MARTINEZ	CESAR ALBERTO	301132 LAV.	2.823.379-6	CMF 392	GARCIA AROCENA M.236 S.4
FERREIRA TORRES FERREIRA	PATRICIO	030379 MDEO.	4.298.722-0	CMF 18369	IPIRANGA 1311(CHUY)
FERREIRA TORRES FERREIRA	FACUNDO JOAQUIN	110483	4.298.721-4		IPIRANGA 1311(CHUY)
FIRPI FRANCIS	ADRIANA	280754 MDEO.	1.346.933-2	BDB 29603	ARIZONA 257 A
GARCIA CUENCA	SONIA		3.103.163-4	CCA 7360	RUTA 48 KM.9
GOMEZ MOREIRA	MIRTHA SULANA	110851 MDEO.	1.273.248-5	ENE 29811	CARABELAS 2933
LOMBARDI FERNANDEZ	LUIS IGNACIO	111200 MDEO.	3.890.945-4	CMI 289	RIO DANUBIO M.111 S.1 (LAGOMAR
LOMBARDI FERNANDEZ	JUAN	170869	3.890.934-1		RIO DANUBIO M.111 S.1 (LAGOMAR
LOMBARDI FERNANDEZ	FEDERICO	080869	3.891.023-3		RIO DANUBIO M.111 S.1 (LAGOMAR
LOMBARDI FERNANDEZ	CRISTINA	230174	1.480.424-8	CMF 2138	RIO DANUBIO M.111 S.1 (LAGOMAR
MALANGA CETROLO	JOSE ANTONIO	040760 CAN.	4.236.867-6	AGR 21422	RUTA 48 KM.9
MALANGA CETROLO	ISABEL BEATRIZ	210372 CAN.	2.837.130-0	CEB 973	RUTA 48 KM.9
MALANGA SALVATOR	ALFONSO	160437 ITALIA	2.834.303-2		RUTA 48 KM.9
MARTINEZ AGUIAR	GERMAN BETHOVEN	220680 DURAZNO	4.642.872-9	KAA 12373	CERRITO Y LARRIGUE (DURAZNO)
MARTINEZ AGUIAR	SEBASTIAN HERBER	030283 DURAZNO	4.042.873-3		CERRITO Y LARRIGUE (DURAZNO)
MARTINEZ ECHEVERRIA	JUAN ANTONIO	240351 DEB.	3.394.314-8	KAA 6309	CERRITO Y LARRIGUE (DURAZNO)
MORALES SCAFFINI	ANGEL DARDO	181040 TBO.	2.600.034-7	AZA 31344	LUIS LAMAS 3318
SANTOS BUENO	JOSE EDUARDO		1.009.850-2	BMR 18438	18 DE JULIO 1935/11
SANTURION PEREIRA	ANNERIS NEIVA	241058	2.766.704-3	AKB 3820	AGUAS CORRIENTES
SILVA LANGLOIS	ERLINDA	230352 FDO.	3.728.323-1	TFD 23743	18 DE JULIO 842(TBO.)
TEPERINO SILVA	MIGUEL	180780 MDEO.	3.109.308-2	TFD 23742	18 DE JULIO 842(TBO.)
TEPERINO SOSA	ROSVEL ASDRUBAL	040240 FLORIDA	1.694.323-8	TFD 23744	18 DE JULIO 842(TBO.)
VAZQUEZ ALBOFF	JORGE	020749 MDEO.	1.130.753-6	AUE 7242	CARABELAS 2933
VAZQUEZ GOMEZ	GONZALO RAUL	080879 MDEO.	3.293.373-0	BMA 33338	CARABELAS 2933
VAZQUEZ GOMEZ	MIRTHA SULANA	040182	3.293.374-8		CARABELAS 2933
VENDRELL FIRPI	ANIBAL	050980 MDEO.	4.224.889-2	CMI 288	ARIZONA 257 A
VENDRELL FIRPI	ALVARO	260283	4.224.880-8		ARIZONA 257 A
VENDRELL MASCHERONI	RAUL MILTON	041033 MDEO.	1.221.705-1	BMB 12489	ARIZONA 257 A

Fs. ilegible

ORIGINAL

002/2

9714713

FECHA 23/1/89 INICIAL GA

Ingresado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

Copyright S.A. 1975

Nº DOCUMENTO 9714714
TITULO Aspirante argentino a dtor gral OIT pide apoyo a Menem.
PROCEDENCIA 51853.
FECHA DE PROCEDENCIA 25/11/97
VINCULACIONES 50417
66860

ENTRADO
CRUZADO
9714714

01-02

TD1063

R FOXBT 11-25 00417
mun exg icx

OIT-ELECCIONES
ASPIRANTE ARGENTINO A DIRECTOR GENERAL PIDE APOYO A MENEM

Ginebra, 25 nov (EFE).- El argentino Héctor Bartolomei de la Cruz, alto funcionario de la Oficina Internacional del Trabajo (OIT) y aspirante al cargo de director general de este organismo, ha pedido al presidente de Argentina, Carlos Menem, su apoyo personal para acceder al puesto.

En una carta dirigida a la Casa Rosada con fecha 24 de noviembre, Bartolomei pide a Menem que presente la candidatura de un argentino a la Dirección General de la OIT para las elecciones que deben tener lugar en marzo de 1998.

Pero para ello, el presidente argentino tendría que romper un pacto que al parecer hizo con su colega de Chile, Eduardo Frei, para apoyar conjuntamente la candidatura al mismo cargo del chileno Juan Somavía Altamirano.

El problema es que, según Bartolomei, actual director del Departamento de Normas Internacionales del Trabajo, el más alto cargo ocupado por un argentino en Ginebra, en su día se ocultó al presidente Menem la existencia de una candidatura argentina.

"Dudo mucho que de conocer mi candidatura, que le fue ocultada al presidente por personas interesadas en obstruirme, la Presidencia hubiera aceptado apoyar a un chileno", explicó hoy a EFE Bartolomei al dar a conocer su carta.

Héctor Bartolomei, funcionario de la OIT desde 1973 y autor de libros en varios idiomas sobre este organismo, asegura que el apoyo al candidato chileno se debe a "compromisos adquiridos hace tiempo por el actual ministro de Trabajo, Armando Caro Figueroa".

A pesar de que Bartolomei asegura que recibió promesas de la diplomacia argentina y del propio titular de Trabajo en el sentidc de que se apoyaría su candidatura, fuentes diplomáticas argentinas desmintieron este punto.

"Nunca hubo ni se previó que hubiera ninguna candidatura de Argentina a la dirección general de la OIT y nunca se consideró la posibilidad de este candidato", declaró hoy a EFE el embajador de Argentina ante las Naciones Unidas en Ginebra, Juan Carlos Sánchez Arnau.

En su carta a Menem, Bartolomei denuncia que el ministro de Trabajo argentino, durante su reciente estancia en Ginebra, comentó o participó del comentario de que la política social no es una prioridad de la actual administración.

El plazo para la presentación de candidaturas se cierra un mes antes de la fecha efectiva de las elecciones y por ahora hay también una candidata de Filipinas al puesto de director general.

Fuentes diplomáticas aseguran que, como están las cosas, el candidato chileno cuenta con un amplio apoyo político internacional para poder acceder al cargo, algo que disputa el aspirante argentino. EFE

jbg/mf/pgl

11/25/16-18/97

9714714

02-02

Nº. DOCUMENTO 9714715
TITULO Doc. FBI tme colaboración mafias latinoa. y rusas.
PROCEDENCIA 518593.
FECHA DE PROCESO 19/11/97.
VINCULACION 11846.
507183.
517204.
518656
11677

01-03

ENTRADO
CRUZADO
9714715

XR1339

R POXBT 11-19 00491
icx mun exg

RUSIA-MAFIAS
DIRECTOR FBI TEME COLABORACION MAFIAS LATINOAMERICANAS Y RUSAS

Moscú, 19 nov (EFE).- El director de la Oficina Federal de Investigación (FBI) Louis Freeh, alertó hoy, miércoles, en Moscú sobre posibles contactos entre narcotraficantes rusos y latinoamericanos.

Al mismo tiempo, señaló que "la amenaza principal para la seguridad nacional (de EEUU) siguen siendo los grupos criminales latinoamericanos y la mafia italiana, con la que estamos luchando desde hace más de 50 años".

"En los Estados Unidos el crimen ruso no es un gran problema", agregó Freeh, quien se encuentra en visita de trabajo en Moscú, para analizar el trabajo de cooperación entre el FBI y los organos del orden público de Rusia.

"En mi intervención en el Congreso -estadounidense- precisé que existe el problema del crimen y no de las mafias rusas", aclaró Freeh.

Se refirió a un informe que presentó en el Congreso sobre el peligro de los grupos criminales trasnacionales de los antiguos estados comunistas en la Europa del Este que "amenazaban la seguridad nacional de EEUU".

El informe se preparó a raíz de las sospechas de que las mafias rusas suministran armas a sus colegas latinoamericanos a cambio de drogas.

Al comentar la reclusión en una cárcel de Nueva York del jefe mafioso Vlacheslav Ivankov, conocido en el mundo criminal ruso como el "japonesito", bajo el cargo de extorsión por varios millones de dólares, Freeh admitió que "se trata de un caso peligroso, pero estamos en capacidad de combatirlo".

Freeh anunció que durante su entrevista con el primer viceprimer ministro y titular del Interior, Anatoli Kulikov, se acordó un programa a cinco años para coordinar el trabajo de la policía rusa y el FBI.

Las dos instituciones reforzarán los canales ya existentes de intercambio de información para la lucha contra el crimen organizado, los delitos económicos, especialmente los que se realizan mediante la informática, y la legalización del dinero de las mafias.

Destacó que en el marco de esta cooperación actualmente se investigan 284 casos, mientras que en 1994, cuando se abrió en Moscú la oficina del FBI, apenas se estudiaron 35 sumarios.

Por su parte, Kulikov precisó que las partes convinieron firmar el año próximo un documento amplio de cooperación para profundizar y realizar el programa quinquenal.

Informó de que en el presente año en Rusia se han cometido 75 delitos contra ciudadanos estadounidenses mientras que la policía rusa ha detenido a cuatro norteamericanos por haber cometido delitos en el país.

Los dos funcionarios coincidieron en que uno de los problemas más serios de ambos países es "la activización del consumo y tráfico de estupefacientes".

Según Kulikov, los delitos en Rusia relacionados con el tráfico de narcóticos han aumentado este año en un 80 por ciento en comparación con el año pasado.

9714715.

02

Freeh, por su parte, recordó que el FBI cuenta con información sobre contactos de ciudadanos rusos con los "narco barones" latinoamericanos, posiblemente para establecer una vía permanente para el suministro de estupefacientes desde el continente americano hasta Rusia. EFE

apl-wm dlh

11/19/15-15/97

9714715

03-03

XR1386

R SUCBT 11-25 00257
icx mun exg

RUSIA-MAFIA
OCHENTA MIL DELINCUENTES OPERAN EN BANDAS CRIMINALES RUSAS

Moscú, 25 nov (EFE).- Las bandas criminales en Rusia cuentan en su filas con al menos 80.000 personas, informó hoy, martes, el viceministro ruso del Interior, Vladimir Vasiliev.

Al analizar la situación del orden público en el país, Vasiliev señaló que el crimen organizado es el peligro "número uno" para Rusia.

En su opinión, las mafias rusas tienen contactos con grupos delictivos de "40 países, especialmente en las repúblicas de la desaparecida Unión Soviética".

Respecto a los vínculos de las mafias con funcionarios públicos corruptos, el viceministro reveló el caso de un diputado, de apellido Morozov, que aprovechó su escaño en la Asamblea Regional de Cheleiavinsk, en los Urales, para controlar la producción de vodka en la ciudad de Zlatouste.

"En la banda de Morozov habia antiguos funcionarios de Policía, del servicio secreto y de la administración regional", precisó Vasiliev.

Agregó que "este grupo logró sacar del país 25 millones de dólares, que utilizó para comprar propiedades en Europa, la mayoría en España".

Sobre las mafias rusas en el extranjero, el político dijo que este problema existe, pero afirmó que ciertos gobiernos y los medios de información están exagerando las verdaderas dimensiones de las bandas criminales rusas.

Vasiliev resaltó el trabajo conjunto de los órganos del orden público de Rusia con las policías de otros países, como ocurre con Israel, que investiga el caso del jefe mafioso Mijail Lerner, quien se encuentra en una prisión israelí acusado de extorsión y secuestro, entre otros delitos. EFE

apl/acm dlh

11/25/16-17/97

Nº DOCUMENTO 9714716
TITULO Ochenta mil delincuentes operan en bandas criminales rusas.
PROCEDENC 51855 7
FECHA DE P 25/11/97
VINCULACI 11846
507293
509284

ENTRADO
CRUZADO

9714716

01-01

Hugo Cores EP/FA/PVP

ARCHIVO

11.

La trayectoria de Hugo Cores

Hugo Cores, de 59 años, marxista de raíz anarquista, fue vicepresidente de la Convención Nacional de Trabajadores en 1969, dirigente de la Resistencia Obrero-Estudiantil y simpatizante, según su definición, de la clandestina Organización Popular Revolucionaria - 33 Orientales. En 1975 fundó el Partido por la Victoria del Pueblo, en Buenos Aires, donde luego fue detenido. Al regreso de su exilio en Francia, en 1984, integró la disuelta Izquierda Democrática Independiente. Fue legislador de 1990 a 1993, año en que abandonó su banca por discrepancias con el Movimiento de Participación Popular. Él y Helios Sarthou fueron los únicos diputados que no votaron el ingreso de Uruguay al Mercosur. Sufrió dos atentados terroristas: en 1991 le volaron el automóvil en reclamo de la bandera de los 33 Orientales sustraída del Museo Histórico Nacional en los años 60 por la OPR - 33 y en 1993 dispararon contra su casa. Cores dijo en el Parlamento que los militares de la dictadura saben qué pasó con esa bandera. Su intervención en el congreso del Frente Amplio de junio de 1994 fue clave para definir la creación del Encuentro Progresista. Es docente de historia americana y autor de varios libros sobre el movimiento obrero. En breve se editará *El 68 uruguayo* (tres N° 50), que con *La lucha de los gremios solidarios, 1947-1952* y otro trabajo sobre los sucesos de 1973, completa una trilogía sobre la historia reciente. ■

COPIA

001/1

9714717

03 DIC. 1997

CORREGIDO
F 6/2/98
Inic.
SH

FECHA 9/1/98 INICIAL (ME)
Procesado a Sistema
OBSERVACIONES Engavetado

Tres 10/10/97

ARCHIVO

1/3 B/062 5/5 [illegible] 6/1/97

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
230900 DICIEMBRE 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 015/B/ANA/998.-

ORIGINAL

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O:** Se adjunta:

IV.- **SINTESIS:** Se omite. Nº001

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

El Jefe del Dpto.II (ICIA) del E.M.E.

CORONEL

WILSON CORONEL.-

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO · Departamento II · REPUBLICA O. del URUGUAY ·

9714728

001/2

19 DIC. 1997

Montevideo. 23 de Diciembre de 1997.-

MEMORANDUM 006/B/ANA/98

I.- ASUNTO: Movilización de los obreros del transporte.

II.- TEXTO:

- Según la información obtenida por esta Agencia, el día 20DIC97, se realizó un paro de los obreros del transporte, a causa del asesinato de un taxista. En la Avda 8 de Octubre esq. Güemes aproximadamente, se encontraban obstaculizando el tránsito, integrantes del Sindicato de C.U.T.C.S.A, los cuales desviaban todos los ómnibus que transitaban con pasajeros, hacia la zona de los galpones de dicha empresa.

ORIGINAL

- A la hora 1930 aproximadamente, un ómnibus de la línea 102 de la empresa mencionada, conducida por sus dueños, fue detenido y desviado.
Al llegar a los galpones, se le aproximaron varios sindicalistas encabezados por Jorge SILVANO, insultando al chofer por no adherirse al paro y conminándolo mediante amenazas, a que hiciera bajar a todo el pasaje o que terminara el recorrido como "expreso" y se reintegrara a ese lugar, o de lo contrario "que se atenga a las consecuencias".
En ese momento, SILVANO hizo señas y se aproximaron 2 personas por la parte trasera del ómnibus y comenzaron a romperle los faros traseros con un hierro.
Posteriormente el ómnibus continuó su recorrido sin levantar pasajeros.

001

002/2 9714728

CORREGIDO
F 18/2/98
INIC L
SM

FECHA 30 12 97 TE
PRO
OBSE

113

C.Mil
C.Aer
C/F

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
231000 DICIEMBRE 1997

B X X

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 016/B/ANA/998.-

I.- EVALUACION: Se omite

II.- RESPONDE A: Información obtenida por esta Agencia.

III.- T E X T O: Se adjunta:

1001

IV.- SINTESIS: Se omite.

V.- DISTRIBUCION:

COPIA Nº. 1 ORIGINAL

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO - Departamento II - REPUBLICA O. del URUGUAY

Jefe del Dpto.II (ICIA) del E.M.E.

CORONEL

WILSON CORONEL.-

9714729

B: 001/3

29 DIC. 1997

Der. Bieg

CONFIDENCIAL

141345

4/13

B X X

Hoja No.1 de
Copia Original
D.E.IV D.II
R.8 km.115
170900DIC97

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.142/97

I.-EVALUACION: A-1.

II.-RESPONDE A: Información obtenida por este Comando.

III.-T E X T O :

Se adjunta artículo de prensa del Diario "SEMANA" página 2 - Sección "Opinión" de fecha 15DIC97, bajo el título "Herencia del Coronel Ramón Trabal, Muerte y Ejemplo de un Valiente", escrito por el columnista Sub-Oficial (R) Ernecilio PIMIENTA (retirado policial); éste ha redactado en varias oportunidades artículos en donde realiza críticas a la organización policial y al sistema político.

IV.-ACCION TOMADA:

Confección del presente parte.

V.-DISTRIBUCION :

-Original ..... J.Dpto.II E.M.E.
-Copia No.1 ... ARCHIVO.

DIVISION EJERCITO - REPUBLICA O. del URUGUAY

Por el Comandante de la División de Ejército IV.
El Jefe de Estado Mayor de la D. E. IV.

CORONEL

CARLOS A. BARBOZA.

EP/id

002

9714729

001

18/12/97

9703140

CONFIDENCIAL

editorial

Herencia del Coronel Ramón Trabal, Muerte y Ejemplo de un Valiente

Por Ernesto Pimienta
(Suboficial (R)

Ejemplo en el que no pueden mirarse los mandones, porque resulta ser un espejo de cristalina luz universal.

La que produce en los misántropos, el eterno espejismo de ver los derechos del pueblo, como si fueran enemigos de la sociedad.

¡América, dividida en veintiún republiquetas, espera de las generaciones futuras.

La fe que inspira el conocimiento de la unidad continental, para que sepa entender el mensaje americano, que vive en los ejemplos de lealtad, por los hombres que se entregaron a la causa de los pueblos.

Siendo ellos mismos, razón y causa de ese mensaje.

El Coronel Ramón Trabal fue el último mensajero del siglo.

Como herencia, nos dejó toda esa fortuna que él supo formar con las joyas civiles del siglo pasado: libertad, justicia, honor, valentía, virtud, inteligencia y lealtad.

Fortuna esta, que los mandones no lograron sostener, por su gran falta de capacidad.

Trabal interpretó con clara conciencia el mensaje de Simón Bolívar: «Quisiera una fortuna en material que regalarle a cada boliviano.

Pero solo tengo un corazón para amarlos y una espada para defenderlos».

Bien.

Y los golpistas de 1973, teniendo como referencia el anhelo de Bolívar, ¿qué hicieron?

Nada.

Absolutamente nada hicieron por el pueblo.

Sólo tuvieron un corazón para odiarlo y una espada para reprimirlo.

Brillante fue el alma de Trabal con la luz de la consigna de José de San Martín: «Si los virtuosos se quedan en casa, los pícaros van al poder».

¿Y qué hicieron los golpistas con la reflexión del centauro de Los Andes?

Nada.

Absolutamente nada.

Porque los virtuosos se exiliaron, otros estuvieron en la cárcel por largos años en condiciones inhumanas y otros están muertos o desaparecidos.

Y los pícaros.....fueron al poder.

¿Y qué hicieron con aquella histórica advertencia del prócer?

«Cuando me falten hombres para combatir los voy a pelear con perros cimarrones».

Nada.

Absolutamente nada.

Porque como el Dante, visitaron los círculos infernales pero se olvidaron de Virgilio.

Sacando, vaya a saber de qué regiones sumergidas, las sombras instintivas de aquellos perros cimarrones, infundiéndolos en sus almas.

Y cuando el pueblo levantó la mano pidiendo la palabra para recordales sus derechos, entonces lo atacaron a colmillo limpio como perros salvajes, destrozando en la mano del pueblo la Constitución que habían jurado defender.

Y Ramón Trabal sabía todo eso.

De ahí, que se propuso hacer valer lo convenido en la Comisión Nacional de Ilícitos Económicos.

Empezó a detener a los guerrilleros y a los «Ladrones Públicos».

Para que una vez que estuvieran en la cárcel todos los políticos corruptos, entonces pondría en libertad a los tupamaros.

Trabal tenía mucho arraigo en el Ejército Nacional, en la Policía y en los civiles.

El suscrito se honra de haber sido invitado para formar parte de «La Gente de Trabal».

Del Coronel Trabal, heredé la fortuna civilista de los grandes americanos.

Fortuna, que como buen oriental, quiso compartirla con el pueblo.

Pero, los traidores y asesinos no se lo permitieron.

Trabal fue asesinado en Francia, el 19 de Diciembre de 1974.

Con letras de oro la historia guardará para siempre la consigna del malogrado compatriota:

«Vale más morir por la Verdad, que Vivir en la Mentira«

serrano
Washington Beltrán 480 - Tel.24100-
Depósito Legal 23240-Afiliado a O.P.I.

"Todo individuo tiene derecho a la libertad de opinión y de expresión, que implica el derecho a no ser molestado por sus opiniones y el de buscar recibir y difundir sin consideración de fronteras, las informaciones y las ideas por cualquier medio de expresión".
Art.19 de la Declaración Universal de los Derechos Humanos del 14 de diciembre de 1948.

Publicación de Opinión Independiente-Fundado el 28 de junio de 1985- DIRECTOR Y REDACTOR RESPONSABLE: Juan P. Caraballo Silveira. CRONISTAS: Edgard Martínez Lucero, Pedro González Tourné, William Ramos, Nubia López Agriel, Alberto Martínez González, Ricardo Furtado, Ignacio Zuasnábar. COLUMNISTAS: Ubaldo Rodríguez Varela, Doctor Rubén Piquinela. CORRESPONSALES: José Pedro Varela: Pablo Porto, Mariscala: Hebert Méndez Acevedo, Pirarajá: Gil Piñeiro, Solís: Nelson Briozo, Zapicán: Daniel M. Torres - CARICATURAS: Papusa -Diagramación: Carlos Sabalini-Diseño Gráfico:Pablo Caraballo.
Exp. No 12748/85. Franquicia Postal Territorio Nacional.
La opinión vertida en los artículos firmados son de exclusiva responsabilidad de sus autores

Fotocopia poco Legible

003/3 9714729

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
231000 DICIEMBRE 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 017/B/ANA/998.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O:** Se adjunta: Nº 001

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO · Departamento II · E.M.E. del URUGUAY

Jefe del Dpto.II (ICIA) del E.M.E.

CORONEL

CORONEL.-

001/5

9714730

09 DIC. 1997

Der. Biog

- Se adjunta nómina de ciudadanos afiliados al "SUNCA" y fotocopia del quincenario "EL ECO" del Cerro.

Nº 001

002 - 9714730

SECRETO

SUNCA

Yi 1538 Tels: 98 74 68/74/75 FAX: 91 48 04
Montevideo - Uruguay
Filial PIT-CNT FLEMACON UITDO - FSM
Sindicato Unico Nacional
de la Construcción y Anexos

De los trabajadores de la Construcción a los Partidos Políticos y Legisladores:

El 10 de setiembre de 1987, en el primer período de gobierno democrático posterior a la dictadura, el Sindicato Unico Nacional de la Construcción y Anexos (S.U.N.C.A.), entrega en el Parlamento varios anteproyectos de Ley.

En el anterior gobierno y esta vez del Partido Nacional el S.U.N.C.A. vuelve a reiterar la necesidad, esta vez sin éxitos, de que el Parlamento discuta alguno de aquellos anteproyectos.

El 27 de noviembre de 1996 en el marco de una movilización los trabajadores de la construcción tienen entrevistas con trabajadores de la educación, tienen entrevistas con Diputados de los distintos sectores que componen el Parlamento, incluyendo una entrevista con la Comisión de Legislación del Trabajo de Diputados, ante la cual entregamos tres anteproyectos de Ley que fueron fundamentados más en detalle ante la misma Comisión el 15/05/97:

1) Reducción de la jornada semanal de 48 horas a 44 sin pérdida de salario, significando más al trabajador de la construcción haciendo mas humano su trabajo, siendo este el único sector que trabaja efectivamente 48 horas, con todos los avances tecnológicos que han habido desde principios de siglo cuando se aprueba la Ley de 8 horas.
2) Despido automático, se busca con este anteproyecto eliminar esa arbitrariedad que hace que estemos 3 meses o 3 años con la misma obra no cobremos el despido, incluimos para la discusión Ce algunas características de nuestro sector tales como la transitoriedad, la extenso del tiempo para alcanzar los 100 jornales para generar el derecho o cuanto se cubriera por año o por mes.
3) 22 jornales asegurados por lluvia reivindicamos allí a que cuando no se trabaje por esta razón u otras que no sean imputables al trabajador, los trabajadores tenemos el derecho de llevar el pan a nuestras casas.

Por estas razones y así a casi 10 años de aquella fecha los abajo firmantes trabajadores de la construcción solicitamos la discusión inmediata de los anteproyectos enunciados anteriormente.

003

970313 7

Doc. Poco Legible

003

9714730

NOMBRE Y APELLIDO	C.I.	FIRMA
JAIME N CABRERA	1.226.521-2	
JUAN D RODRIGUEZ	1.415.446-4	
RAUL H TRUJILLO	1.589.785-0	
EDUARDO SUAREZ	1.248.349-5	
CARLOS H. 2 DESMO	1.334.653-2	
HUGO A. RODRIGUEZ	1.376.244-0	
WALTER WILSON	1.727.536-9	
OSCAR OLGUIN	2.982.443-7	
JAVIER VARELA	2.934.737-4	
JOSE MARIO	2.266.586-8	
VLADIMIR MOREIRA	2.908.199-5	
RAFAEL OLIVERA	3.084.549-1	
HECTOR ADRIEN	3.592.245-5	
JORGE ENRIQUE	3.001.827-1	
RAMON MARCELO	3.134.742-1	
RODOLFO TORO	4.062.342-2	
ADRIAN TECHERA	2.021.432-2	
ROBERTO FLORES	966.2117-1	
GABRIEL RODRIGUEZ	4.752.03-7	
JULIO PEREYRA	3.508.053-7	
WESTON CARBAJAL	1.044.167-5	
CESAR PEREIRA	1.130.808-8	
LUIS H. RODRIGUEZ	1.199.264-8	
JULIO SILVEIRA	4.181.900-0	
FERNANDO PEREZ	1.719.503-3	

SECRETO

006

004

9703137

9714730

Doc. Poco legible

...nos poner
...ucía el espíritu solida-

...para aclarar ciertos
puntos sobre los problemas
que se han creado frente a la

(ex calle 10).

f) Cuando se dice un diario de

coll», que vivi
perturbados po
los animales qu
Es común ver
conducen auto
lo, depositar e
quetas cachor
nosotros a pe
dificultades e
prestemos asi
demos a crece
También es co
rosos caballos
por sus amos
dos a la man
que se lastim
bolsas de nylo
esperados sin
gún tipo, ya
cubrir los c
veterinario.A
propietario
unos balazo
resultado de
rias familias.
Nosotros n
mente despr
to descontr
IMM no ha
buena form
ción ,en los
sitados, po
mos donac
para constr
gar donde r
mal, castra
bién nos v
espacio fi
como cons
Sin otro pa
publique e
posición d
léfono, 313

EN COORDINADORA F DEL CERRO

Se Instaló Nueva Mesa Política

Villa del Cerro, por R.P.- El pasado martes 11 de noviembre, quedó instalada la nueva mesa política en la Coordinadora F-Cerro del Frente Amplio, con la presencia de los delegados de los Comités y de los representantes de los grupos políticos que integran la coalición de izquierda.

El mismo día se eligieron los titulares de las diferentes secretarías y sus respectivos alternos (suplentes).

Como ya informáramos los delegados al Plenario Nacional por la Coordinadora del Cerro, que fueran electos en la pasada jornada electoraria del 28 de setiembre son, el doctor **Oscar Escudero** y **Carmen Lorenzo**, siendo **Rubén Avelro** el primer suplente.

Al Plenario Departamental irán **Gabriel Weiss** y **Angel Vera**, siendo el primer suplente **Gustavo López**.

Con respecto a las secretarías, que fueron electas con un quórum de 48 delegados presentes con derecho a voto (delegados de Comités de Base, delegados políticos y miembros de los Plenarios Nacional y Departamental), quedaron integradas de la siguiente forma:

SECRETARIA	TITULAR	ALTERNO (SUP.)
Organización	Luis Alberto Souto	Gustavo Ortiz
Finanzas	Carmen Fusé	Juan Fernández
Propaganda	José Scarmatto	Edgardo Fernández
Intendencia	Heber Bouzas	Barzi
Secretaría Actas	Hensley Fernández	Mauricio Mieres

CERRAJERIA DEL CERRO
* TRABAJOS A DOMICILIO
* CERRAJERIA EN AUTOMOVILES
* COPIA DE LLAVES
* CAMBIO DE COMBINACIONES
SANITARIA - ELECTRICIDAD - ALBAÑILERIA
LIMPIEZA DE TANQUES
Presentando este aviso obtendrá un 20% de descuento en Cerrajería
Aperturas las 24 hs.
C. M. RAMIREZ 1755 esq. CHILE
LA BOYADA 2409 - TEL.: 09 43 78 20

LA GRECA
EL SABOR BIEN ATENDIDO
Variedad de empanadas, spiedo, mi
dades en chivitos, bebidas y vin
helados, postres y tortas. Menues
llevar. Consulte por nuestro servi
fiestas. Precios especiales a institu
Entregas a domicili
ENTREGAS A DOMICILIO GRE
Tel.:

PANADERIA
LA FLOR DEL CASABO
TODAS LAS
GALLETAS
HAMBRE

LA INTI
S
• Zapaten
tes, calz
• Tienda
• Marroq
• Juguete
: 9 7 1 4 7 3 0

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
231000 DICIEMBRE 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 018/B/ANA/998.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O:** Se adjunta:

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO - Departamento II - REPUBLICA O. del URUGUAY

Jefe del Dpto.II (ICIA) del E.M.E.

WILSON CORONEL.-

9714731

001/14 29 DIC. 1997

Der. Bios

ENTREVISTA REALIZADA A MONS. PABLO GALIMBERTI EN CX-16 (RADIO CARVE) EN EL PROGRAMA: "LAS REGLAS DEL JUEGO" POR LA PERIOD: RAQUEL DARUECH EL 171000DIC97.

PERIODISTA: Vamos a compartir gran parte de esta mañana con Mons. Pablo GALIMBERTI, ¿cómo está ud.?

GALIMBERTI: Muy bien, tranquilo, un gusto de estar compartiendo esta charla amable y bueno, un poco viendo el año que va terminando.

PERIODISTA: Y un año que va terminando con algunas actividades que lo han, bueno, mostrado a ud. en una faz pública que de pronto el resto de los observadores que no están muy cerca de su actividad no conocían. Uno de los temas centrales por los cuales ud., fue muy bien visualizado este año, ha sido el tema de los "desaparecidos". En ese sentido, ¿este era un tema que se venía discutiendo en la Iglesia de "larga data", o es un planteo suyo que luego es tomado por la Iglesia en su conjunto?

GALIMBERTI: A mí, de alguna manera, me tomó un poco desprevenido, porque si bien lo seguíamos al tema, era uno de los que estaba siempre en la agenda y en la opinión pública, pero la intervención de la Iglesia... Yo recuerdo que en el mes de Abril, cuando nos reunimos los Obispos, incluso no estaba inicialmente agendado, pero son esas cosas curiosas que a veces uno se pregunta cómo es que entran. Ya ese es otro, en fin, es "otro cantar". Pero el hecho es que se planteó, y algunos Obispos habían ya hecho algunas declaraciones favorables al tema. Bueno, se llegó digamos a una declaración, diciendo que era un reclamo válido, al mismo tiempo había que tener en cuenta la paz social del País, y bueno, y algunos otros elementos que conforman el escenario en que estamos. No es el único tema, es uno importante, pero dentro de un conjunto de aspiraciones que están creciendo en el corazón de los uruguayos. Bueno, y ahí quedó, y posteriormente, digamos, como el tema seguía pero como un poco trancado, se veía que algunas "Comisiones de Verdad" por ejemplo, no prosperaban, u otros caminos, o el peligro, la sospecha que es muy grande siempre en el ánimo de los uruguayos, de que si lo maneja tal o cual, debe tener alguna intencionalidad política. **Entonces bueno, se me ocurrió a mí, nunca había hablado directamente con los familiares, se me ocurrió que podía hacerse este ofrecimiento de, una especie de acercamiento a ver que se podía hacer, y ahí surgió esta iniciativa.**

PERIODISTA: Esta iniciativa que luego cobra fuerza en el País, hubo una movilización muy importante este año, pero de alguna forma para el Poder Ejecutivo, más de una vez, en reiteradas ocasiones ha dicho que el tema está laudado por la Ley, ¿no?

GALIMBERTI: Sí, efectivamente. Al mismo tiempo algunos especialistas, juristas, -cada uno con su color político que no lo oculte- han dicho que el Art. 40 digamos, permitía o permite algún tipo de investigación. En este sentido es que se entiende que tampoco es un revisionismo absoluto, un desconocimiento de que el tema está laudado, sí, pero de

alguna manera la misma ley prevé algún margen de indagatoria, y en ese sentido es que se apoya, obviamente en el pensar y en las expresiones de juristas, que han afirmado que es posible, que es factible, en la medida que las averiguaciones sean posibles, no?. pero que teóricamente, en principio, no sería una aspiración imposible.

PERIODISTA: Claro, digamos, ¿cuál es la motivación central suya en todo esto? Ya que queda claro que no hay motivaciones políticas, porque también la Iglesia podría tener alguna motivación política -entre comillas-, en el sentido de visualizarse, hacerse visible a una Sociedad, en tanto es un tema para mucha gente de pronto no laudado, para otra sí. Pero cobra un protagonismo también, descartamos que ese no haya sido el motivo central, ¿no?

GALIMBERTI: Claro, por supuesto que no lo ha sido. El tema este, puesto que toca, digamos, toca una zona de la experiencia colectiva donde intervienen supuestamente culpabilidades, responsabilidades, que toca un poco esa zona personal de las familias, que reclaman datos o informaciones mínimas respecto a un ser querido del entorno familiar. Y bueno, como que toca esa zona de sentimientos que digamos, es difícil, digamos que, desde un punto de vista técnico diríamos, o jurídico estrictamente, se puedan resolver. Y entonces, como toca también aspiraciones que deben ser respondidas por otros sectores, bueno, también son como dos temas: primero, sentimientos hondos que tocan zonas de gran sensibilidad humana, segundo, temas en los cuales es necesaria una mediación o una posibilidad de hacer de puente. Con la debida reserva, porque estamos en la zona fronteriza donde podríamos caer en dar pie a un espíritu de revancha, que siempre está en nuestro ánimo, tomar digamos, revancha de aquel que supuestamente fue el responsable de tal o cual desaparición. Así que, justamente, son dos terrenos en los cuales la Iglesia cuenta con una experiencia que nos resulta habitual, nos resulta de todos los días, la reserva y esa zona de responsabilidad es en las cuales hay que transitar a veces en punta de pie, sin forzar, **a veces hay que esperar que la puerta se abra, no abrirla uno, escuchar, y bueno, en esa zona es que uno dice bueno, esto es justamente algo que podríamos ofrecerlo a los efectos de que se pudiera, no una solución completa y definitiva que no sabemos como se podrá dar pero por lo menos digo para zafar de esta situación de marasmo en que el tema ha estado, ahora se ha movido un poco más.**

PERIODISTA: Usted ha declarado en algunos medios que esta mediación tendría el sentido de la recuperación de la conciencia ética, ¿Usted siente que en ese sentido, había una pérdida de o una fractura en la conciencia ética?

GALIMBERTI: Yo creo que sí, Raquel, podríamos decirlo de otra forma, en el País, en este año que va terminando, se descubre el deseo de la recuperación de la conciencia ética la dimensión ética de nuestro actuar, la ética aplicada en la medicina a la vida, en el comienzo y en el final, en todas sus etapas intermedias la ética aplicada a los sectores políticos, a la administración, temas de corrupción que han estado. La

ética aplicada a la función pública, las intervenciones en la policía, bueno, la ética en todos los sectores como una dimensión que de pronto la habíamos privatizado o la habíamos visto muy conectada a esferas religiosas que por supuesto lo están, o lo deberían estar en una religiosidad bien pensada, no?, la ética no puede estar en un sector prescindente, pero, digamos, no hay una reflexión ética suficientemente explícita que se enlace con conductas que tengan una fundamentación, yo creo que estamos buscando o necesitando una fundamentación de la ética que hay quienes la podemos fundamentar, en el derecho natural y en la conciencia, esa que con la que todos creemos, pero también la podemos fundamentar, digamos, en zonas son vivencias de carácter religioso.

PERIODISTA: Estamos con Monseñor Pablo GALIMBERTI, obispo católico de San José, conversando a propósito de este fin de año haciendo un balance de todo lo actuado, a muy pocos días, a una semana apenas de la noche buena, de navidad, en ese espíritu que renace año a año, que debiera permanecer durante todo el año pero es como que se va gastando, ¿verdad Monseñor? esa sensación de plenitud que empezamos a sentir, de generosidad, de brindarnos, de abrirnos, cuando de pronto durante el año vamos como perdiendo esa posibilidad tan natural y tan humana.

GALIMBERTI: Si, yo creo que la vivencia del tiempo implica a veces un desgaste, implica a veces estos rituales cíclicos en que uno con ocasión de una fecha, supongamos fin de año, la navidad para los cristianos, uno replantea una especie de balance y uno como que camina a las fuentes de la vida y el tiempo, ¿no? Sabemos, para los cristianos no tenemos una concepción cíclica de un eterno retorno, tenemos una concepción histórica, histórica donde a veces se asemeja una especie de espiral, volvemos a la navidad, volvemos a Belén, pero al mismo tiempo, digamos, nos internamos o nos acercamos al tercer milenio, como que hay también un avance. Digamos eso es un poco lo que nos va renovando, la celebración, ese ritmo, para los judíos el SHABAT, para los cristianos la resurrección el domingo, nos va dando ese movimiento, esa agilidad para que el tiempo no nos pese, para que el tiempo digamos, es una dimensión que está en nosotros, ¿no? Sea realmente un espacio de posibilidad y de prueba, sea digamos, como una prueba. La prueba de nuestra fidelidad, la prueba de nuestra permanencia, la prueba de desafíos que nos vienen, que nos arrebatan lo que hemos conquistado y bueno, lo mantenemos o lo perdemos. O sea que el tiempo también tiene una, como a veces es como un preámbulo a la eternidad, ¿no? Los cristianos sabemos, no? a partir de la encarnación que, bueno dice, si Jesucristo era el Verbo Eterno, era Dios, que está en la eternidad, está más allá de nuestros esquemas temporales y de nuestras agendas, pero se encarnó en María, se encarnó en el tiempo, en un instante en la Nochebuena, digamos, quiere decir que es posible vivir lo definitivo, lo eterno, en cada fragmento de nuestros relojes, digamos en el presente, en cada presente, como que de alguna manera se rompe esa monotonía o ese destino, o ese digamos así, ese transcurrir monótono, sino que el tiempo tiene entonces esas sorpresas.

9714731

PERIODISTA: Esos aceleres y desaceleres.

GALIMBERTI: Evidentemente, no? Esta preñado, está digamos, lleno siempre de signos, de señales. Jesucristo una de las cosas que dijo fue "ustedes no saben detectar señales, detectan señales del tiempo". Nosotros ahora estamos muy atentos a todos los cambios climáticos pero cuales son las otras señales, en el acercamiento del nuevo milenio.

PERIODISTA: Cuáles serían las otras señales?
Veníamos hablando del tema desaparecidos para Uruguay, cuáles son las señales?

GALIMBERTI: Por ejemplo, esta recuperación de la conciencia ética, o esa búsqueda. Segundo, creo que hay un deseo profundo de espiritualidad, una espiritualidad que nazca desde el corazón, que este vinculada a vivencias y experiencias.

PERIODISTA: Espiritualidad diferenciada de religiosidad o pueden estar unidas ahí algunas veces, sí obviamente.

GALIMBERTI: Sí, obviamente que están muy emparentadas. La espiritualidad es como un deseo profundo del ser humano que busca trascendencia, que busca ir mas allá, que busca explicar o darle una figura a esa inquietud permanente, pero responder en forma convincente, en forma satisfactoria. Religiosidad que es luego trabajada desde las distintas religiones en el mundo, son muchísimas, históricas, son nuevas, etc. Religiosidad que nosotros los cristianos obviamente, no?, elaboramos o exploramos a partir de la vivencia fundamental de Jesucristo como que en él se junta lo divino, lo humano, lo eterno, lo temporal, y en él un poco se nuclea permanentemente el significado humano de la existencia y de la historia, da un sentido a este devenir histórico, pero hay una búsqueda, hay una búsqueda de certezas también.

PERIODISTA: Por la pérdida de las mismas, no?

GALIMBERTI: Por la pérdida de...

PERIODISTA: De algunas certezas...

GALIMBERTI: De trascendencia que nos deja un poco como un corazón, como una brújula que busca un norte...

PERIODISTA: Lo que pasa que los economistas, y los filósofos de estas Eras nos hablan de las pérdidas de las seguridades, en donde hasta se anuncia el fin del trabajo, el fin del orden social; como recientemente lo ha dicho, lo ha afirmado FUCUYAMA que es asesor del propio presidente CLINTON, que es un japonés-norteamericano, donde plantea que uno de los grandes problemas y cataclismos de este siglo, para no hablar del milenio, que sería demasiado ambicioso, de este siglo, ha sido la irrupción de la mujer en los campos del trabajo, en los campos de las distintas profesiones y él plantea el regreso de la mujer al seno de la familia, responsabilizando entonces a la mujer, al tiempo de darle un rol fundamental de estabilizadora del núcleo familiar, usted que piensa de todo

PERIODISTA: Esos aceleres y desaceleres.

GALIMBERTI: Evidentemente, no? Este preñado, está digamos, lleno siempre de signos, de señales, Jesucristo una de las cosas que dijo fue "ustedes no saben detectar señales, detectan señales del tiempo". Nosotros ahora estamos muy atentos a todos los cambios climáticos pero cuales son las otras señales, en el acercamiento del nuevo milenio.

PERIODISTA: Cuáles serían las otras señales?
Veníamos hablando del tema desaparecidos para Uruguay, cuáles son las señales?

GALIMBERTI: Por ejemplo, esta recuperación de la conciencia ética, o esa búsqueda. Segundo, creo que hay un deseo profundo de espiritualidad, una espiritualidad que nazca desde el corazón, que este vinculada a vivencias y experiencias.

PERIODISTA: Espiritualidad diferenciada de religiosidad o pueden estar unidas ahí algunas veces, sí obviamente.

GALIMBERTI: Sí, obviamente que están muy emparentadas. La espiritualidad es como un deseo profundo del ser humano que busca trascendencia, que busca ir mas allá, que busca explicar o darle una figura a esa incuietud permanente, pero responder en forma convincente, en forma satisfactoria. Religiosidad que es luego trabajada desde las distintas religiones en el mundo, son muchísimas, históricas, son nuevas, etc. Religiosidad que nosotros los cristianos obviamente, no?, elaboramos o exploramos a partir de la vivencia fundamental de Jesucristo como que en él se junta lo divino, lo humano, lo eterno, lo temporal, y en él un poco se nuclea permanentemente el significado humano de la existencia y de la historia, da un sentido a este devenir histórico, pero hay una búsqueda, hay una búsqueda de certezas también.

PERIODISTA: Por la pérdida de las mismas, no?

GALIMBERTI: Por la pérdida de...

PERIODISTA: De algunas certezas...

GALIMBERTI: De trascendencia que nos deja un poco como un corazón, como una brújula que busca un norte...

PERIODISTA: Lo que pasa que los economistas, y los filósofos de estas Eras nos hablan de las pérdidas de las seguridades, en donde hasta se anuncia el fin del trabajo, el fin del orden social; como recientemente lo ha dicho, lo ha afirmado FUCUYAMA que es asesor del propio presidente CLINTON, que es un japonés-norteamericano, donde plantea que uno de los grandes problemas y cataclismos de este siglo, para no hablar del milenio, que sería demasiado ambicioso, de este siglo, ha sido la irrupción de la mujer en los campos del trabajo, en los campos de las distintas profesiones y él plantea el regreso de la mujer al seno de la familia, responsabilizando entonces a la mujer, al tiempo de darle un rol fundamental de estabilizadora del núcleo familiar, usted que piensa de todo

esto?

GALIMBERTI: Como no, digamos, hay una especie de balance, hay digamos un cambio de paradigmas, pero en medio de todo este movimiento que algunos llaman el posmodernismo, no? donde la razón sola ha perdido pie, donde la certeza que nos daba la ciencia, o esa fe, o esa confianza en el progreso indefinido se ha quebrado, digamos entre nosotros vemos aquellas cosas que creíamos ya conquistadas, resulta que no están conquistadas, venía escuchando ahora, o ayer decía el Ministro de Salud Pública, están volviendo enfermedades que creíamos ya superadas, el dengue u otras, quiere decir que, digamos como que los paradigmas de seguridad o certeza que nos daba esa ciencia y la tecnología se han perdido.

PERIODISTA: Lo que pasa es que, la humanidad está jugando una pulseada con, no se, desde su punto de vista con quién, pero nosotros lo vemos en primera instancia con el propio equilibrio natural, no?

GALIMBERTI: Por supuesto, digamos, hay digamos...

PERIODISTA: Equilibrios cósmicos.

GALIMBERTI: Sí, sí, sí, hay digamos un descubrimiento, una responsabilización frente a la propia naturaleza. La Cumbre de **KIOTO**, bueno ahí está un poco digamos, vuelve a poner sobre el tapete lo que fue la Agenda 21, en Río en el año 92...

PERIODISTA: Y sigue sin tomar conclusiones?

GALIMBERTI: Somos responsables, vemos que no, vemos que lo económico a veces o digamos el criterio, digamos del tener, por decirlo brevemente no? predomina respecto a una calidad espiritual y moral....

PERIODISTA: Debe ser somos, teneres, no?

GALIMBERTI: Teneres somos búsqueda de acumulación en el espíritu capitalista de acumular o el espíritu mercantilista como diría **FROMM**, entonces bueno ahí tenemos un pliego, una responsabilidad que es nuestra, digamos este calentamiento con todas las secuencias que tienen, desde enfermedades porque hoy son más abundantes, el cáncer de la piel por ejemplo o tantas otras a raíz de esa capa de ozono, que se ha abierto en los rayos, las radiaciones negativas entran y bueno crean este efecto invernadero.

PERIODISTA: Es un castigo divino dice usted?

GALIMBERTI: No!!!, al contrario Dios nos ha dado este Mundo para que lo cultivemos como jardín para que lo trabajemos, para que distribuyamos todos los beneficios que hay sobre la mesa de la creación, pero nosotros digamos a veces producimos mal, producimos con un espíritu, digamos así de depredación, vea aquí hermoso y lo queremos conquistar, robar, tener, acumular, incorporar, bueno ya hay, hay un afán que se excede, Luego hemos desconocido los ritmos de la naturaleza y nos

venerian bien y vemos algunas curiosidades en lo que son los pueblos, con una cosmología primitiva, donde hay un respeto a la naturaleza, a la madre tierra.

PERIODISTA: Los ritmos verdad?

GALIMBERTI: Los ritmos, el respeto digamos a escuchar las voces en la propia naturaleza de uno, hay hasta una desorientación.

PERIODISTA: Y con el manejo del tiempo Monseñor que usted hablaba también, cuando nosotros a punto que observemos que tengamos una planta o tengamos un jardín y podamos ver que no hay ninguna posibilidad de cosechar lo que no se sembró en primera instancia, y de que no, hay apresuramientos para la naturaleza en sus ciclos, y que hay que esperar los, el mismo tiempo eternamente, se va repitiendo por los siglos de los siglos, y nosotros queremos de pronto y hemos logrado, en una locura generalizada, que los tiempos sean otros, verdad? sean mucho más rápidos, violentando, me parece a mí violentando.

GALIMBERTI: Yo creo, que es que nosotros somos, personas que tenemos distintos tiempos, verdad?, digamos no, no vamos a regresar simplemente, mecánicamente al pasado.

PERIODISTA: Ni que hablar.

GALIMBERTI: Aspirando aquellos ciclos de la naturaleza. No digamos hoy estoy acá pronto porque he hecho un viaje en una hora y media y puedo estar acá y después puedo regresar y hacer otras tareas, o hacer un viaje en avión y cambiar de hemisferio, esto es maravilloso, no?. Hoy tenemos también digamos, un joven que comienza a investigar, no tiene que empezar a estudiar desde cero.

PERIODISTA: Por supuesto.

GALIMBERTI: Porque digamos, aprovecha ese tiempo, esa memoria acumulada en las memorias en las bibliotecas, en la tradición, en el lenguaje, en la computadora, en las enciclopedias, en los maestros....

PERIODISTA: La condensación de conocimiento humano.

GALIMBERTI: Exacto, eso es una gran cosa, no? pero al mismo tiempo digamos como que necesitamos decantar y obtener esa sabiduría que nos da la capacidad de saborear, gustar, contemplar, en definitiva abrirse a una mirada superior, y espiritual de la vida, es que somos personas con distintos tiempos o ritmos, el nuestro el de los demás, el de un avión, el de los descubrimientos, el tiempo de los economistas, el tiempo de los que hacen pronósticos, de los políticos, pero ojo no tenemos que tener solamente una temporalidad externa que nos marquen de afuera, ahora hay que festejar, ahora hay que llorar, ahora hay que reir.

PERIODISTA: Y los ritmos internos.

007 9714731

GALIMBERTI: Bueno esos ritmos internos precisamente que van en torno a momentos de rupturas, de maduración , de elección donde la libertad se va a jugando, donde encontramos encrucijadas, donde hay fidelidades permanentes que tenemos que ir elaborando, en ese hilo interior de nuestra propia existencia, ese hilo de **GARIATNA** que tenemos que ir siguiendo y percibiendo.

PERIODISTA:..... El siglo y el milenio obviamente se pueden hacer balances de estos cientos de años, miles de años, condensados del cristianismo por dos milenios verdad?, en ese sentido quiere decir obviamente las religiones han intervenido incesantemente en tantos conflictos humanos, en tantas conflagraciones, en tantos temas, y se me ocurre preguntarle que útil es o no de pronto la intervención de las religiones en momentos en donde hay situaciones bélicas, propugnando por un lado la paz, o de pronto dificultándola no lo sé.

GALIMBERTI: Es cierto, a veces parecería que las religiones han encendido fogatas y a veces han sido como los bomberos y uno lo ve todos los días, por ejemplo en lo que pasa en el Medio Oriente diciendo, "golpearemos las puertas del cielo con los cráneos de los judíos", decía una expresión, una pancarta. Bueno, y otro era digamos, pancartas burlándose de María y de Jesucristo, después no digamos nada lo de **JOMEINI**, que desde Bagdad mandaba digamos, anuncios para decretar la persecución y la matanza y el enjuiciamiento de **RUSHDIE**, el autor de "Versos satánicos" diciendo creando y diciendo lo que los justicieros serán declarados mártires o héroes, y entonces uno dice, todo este mundo, no? Y de pronto aquí al lado, supongamos en Argentina, aquellos capellanes bendiciendo la guerra y alentando a los muchachos a la reconquista de Las Malvinas, de modo que, por un lado uno dice, las religiones bueno, en Irlanda, verdad? Dos por tres uno dice, cómo es posible que estén fomentando en nombre de Dios, verdad? Al mismo tiempo uno sabe que las religiones han jugado un papel fundamental en la pacificación, digamos, en las mediaciones, en la pacificación, hay digamos un aporte fundamental, lo que pasa es que a veces se confunden, **se nos confunden la fe con las religiones**. La fe que en realidad es básicamente una experiencia de paz y de reconciliación con uno, con mi prójimo, con la divinidad; con Dios y de la naturaleza, lógicamente se expresa, y al expresarse toma conceptos, toma ideologías, se elabora con el lenguaje y con las pautas de mi entorno, entonces de pronto no se elabora una fe más en categoría, digamos más, pongamos más conservadora, y de pronto viene, irrumpe otra corriente en el pensamiento religioso y dice bueno, elaboremos más un pensamiento de fe, una fe en categorías más de transformación, de cambio permanente, de novedades, y entonces también van a la Biblia y encuentran momentos, unas experiencias de rupturas y de iniciación de etapas nuevas, fe que, digamos en las religiones una ve todas estas experiencias, yo creo que lo importante digamos, tener una comprensión de la otra religión para no estar entre nosotros creándonos o digamos fomentando guerras santas, unos contra otros, creo que hoy tenemos felizmente una actitud más comprensiva, más abierta.

008 9714731

PERIODISTA: Mas abierta, también desde la Iglesia Católica hacia los suyos.

GALIMBERTI: Por supuesto, digamos, hay permanentemente instancias de diálogo, en todo el mundo, aquí también en Uruguay, existe una confraternidad judeo-cristiana....

PERIODISTA: Sobre eso le quería plantear algo. Ultimamente se que usted ha tenido instancias de diálogo con el rabino KLIPPER de la comunidad judía, y en ese sentido también ambos han tenido cierta relevancia en sus respectivas comunidades, con respecto al tema que iniciábamos este reportaje de los desaparecidos....

GALIMBERTI: Si, como no. DANIEL conjuntamente con una diaconisa de la Iglesia Metodista y conmigo éramos los presidentes ahora yo he dejado esta comisión de ecumenismo en este momento, -y estoy en otra comisión- pero éramos presidentes alternos de la confraternidad judeo-cristiana, bueno y yo encontré un eco inmediato en la confraternidad que dijeron "pero tenemos que advertir, nosotros entendemos que esto es también para nosotros un reclamo", y bueno, y encontré digamos voces en algunos lugares de inmediato, decididos, el Pastor **PINCLHART,** en su momento, y bueno, y otros, no? que inmediato dieron su respaldo, yo creo que esto es muy interesante, podemos digamos, acercar, dialogar, ver temas comunes y es todo, son ámbitos que se van creando que son muy benéficos, no entendemos mejor, a veces tenemos prejuicios del otro, nos quedamos a veces un poco con esquemas estereotipados. **creo que los ámbitos de diálogo con otras religiones son muy favorables.**

PERIODISTA: Se da sólo aquí en el Uruguay o se esta dando en otras regiones del mundo también, porque también las características nuestras son como más, abiertas, más de diálogo, no?

GALIMBERTI: Si. Bueno, algunas instancias son digamos, mundiales, por ejemplo, en el año 86 hubo una instancia si, clara, que no suele repetirse con mucha frecuencia, el Papa Juan Pablo II invitó a todas las religiones del mundo a orar por la paz. Interesantisimo desde las vestimentas, en el pequeño y digamos muy atrayente ambiente de Asís, pero ahí en el año 86, estaban todas las religiones del mundo, prácticamente, no?, orando. Cada uno con su estilo, cada uno a ese Dios propio al que cada uno le confía los destinos del mundo, los destinos personales, y donde estaban todos juntos digamos, como diciendo, podemos encontrarnos en un nivel de diálogo, de entendimiento y de aspiración por la paz, así que estos ambientes de diálogo se dan en distintos niveles, por ejemplo en Europa, se dan digamos, cumbres de carácter teológico, donde de pronto, no se, luteranos y católicos estaban viendo ahora o están viendo que de pronto aquellas rupturas en la época de Lutero fueron dadas a un clima político de prejuicios, clima de, propio que enemistó excesivamente, pero en realidad hoy se están descubriendo grandes coincidencias.

001
009

PERIODISTA: Hoy la Iglesia podría tener otro protagonismo a nivel universal con respecto a estas iniciativas, de preservación de la naturaleza o hay que esperar que los, que la evolución individual humana se geste para después intervenir, no se muy bien si soy clara. O habría un choque con otras Iglesias que por ejemplo en medio oriente podrían tomar muy mal iniciativas de esta índole.

GALIMBERTI: No, yo creo que en este campo digamos, son enormes los campos en los cuales podemos colaborar juntos, por ejemplo el tema del medio ambiente, por ejemplo tema de la vida, yo recuerdo una vez estábamos almorzando con el Papa Juan Pablo II y le comentó un Obispo: "sabe que vengo de Israel, he participado en una reunión internacional, entre católicos y judíos y otras religiones, el tema era 'Defensa de la Vida'", y entonces yo recuerdo que el Papa dijo:" Si como no, los judíos son nuestros mejores aliados, en estos temas", es decir, hay campos, por ejemplo preservación del medio ambiente, o campos de la cultura, campos donde nos damos cuenta que la conciencia ética tiene que fundamentarse en valores religiosos.

PERIODISTA: Vamos a un Apocalipsis, como se, como la propia Biblia o algunos creen digamos, desentrañar del libro de la Biblia?

GALIMBERTI: No, si, el Apocalipsis significa manifestación a veces, esas claves que nosotros no las entendemos en el sentido literal, empezando, toda la simbología de los números, los 144000, bueno son doce por doce, etc. no? Digamos hay toda una terminología que entendemos, pero son digamos, como señales de señales, diríamos en definitiva, de un gran , de una gran gestación, de un gran parto, del capitulo XII del Apocalipsis nos habla de la figura de una mujer que justamente que da a luz un hijo y ese hijo es como arrebatado por una, pretende ser arrebatado por una serpiente, la imagen del maligno, de la tentación, la imagen de lo que quiere apagar hoy la vida que nace... esta mujer lo lleva al desierto, lo protege, la mujer que defiende la vida, así que en esos conflictos todos los podemos entender, la historia en clave simbólica, en clave digamos, claro....

PERIODISTA: En tiempos concretos, digamos.

GALIMBERTI: Yo recuerdo aquello que decía **PEGUI,** aquel autor francés, "yo no leo el diario, yo leo la Biblia..." Salimos un poco como los fundamentalistas, orando, estadísticas, elementos históricos no?, va a decir, pero bueno, esto tiene su traducción, esto habría que interpretarlo así, pero en definitiva uno dice, bueno, ahí hay claves, claves, es lo mismo que decir, tiene claves como toda la Biblia, no?, vale que interpretar las experiencias o es que estamos experimentando, viviendo.

PERIODISTA:... declaradas guerras mundiales, hay permanentes estados de guerra, y de enfrentamiento en distintos puntos del mundo, donde bueno, la, como usted decía, el propio Ministro de Salud Pública dice que están apareciendo enfermedades que

estaban totalmente erradicadas, que nos hacen recordar las épocas que nosotros creíamos pretéritas, y que nunca más se iban a repetir, las pestes y de las hambrunas y todo ese tipo de cosas que pensábamos que estaban superadas para la humanidad.

GALIMBERTI: Al mismo tiemno que hay climas, climas a veces de incertidumbre, que son propios también de un fin del milenio, digamos, son momentos importantísimos en que uno tiene, digamos, como un panorama de donde puede apreciar mejor todo el transcurrir de ese siglo XX, y uno dice bueno, qué hemos tenido, y alguno hace el balance de las Guerras. Pero también yo creo que se podría hacer los balances del siglo conjuntamente poniendo en la otra balanza los intentos y los logros en cuanto a pacificación, en cuanto a integración, digamos, hay esfuerzos notables, en nuestro país en estos días este encuentro por más que el Mercosur ha tenido algunos tropiezos muy importantes, desde el punto de vista económico, pero digamos, son avances de consolidación de un mundo más integrado, en Europa, digamos, claro, lo que pasa es que la integración al mismo tiempo que se pretende hacer por los caminos de la economía no avanza simultáneamente con la misma velocidad por los caminos de le ética, por los caminos de la espiritualidad, entonces ahí tenemos como un desfasaje no?, pero hay digamos, permanentemente digamos, estamos mas urgidos a dar respuestas mas hondas porque a veces resaltan heridas, sorpresas, desesperanzas, suicidios, diferencias.

PERIODISTA: Y violencia cristiana en todas sus expresiones.

GALIMBERTI: Sí, yo creo que dentro de estos fenómenos obviamente, no? apostamos a una recuperación de una espiritualidad y de una conciencia ética que mejore la convivencia que sea el ingrediente a partir de la familia, que sean espacios donde crezcamos, donde fomentemos el intercambio respeto, la autoestima, la solidaridad, el interés por lo que le pase al otro, el compartir, estas cosas pequeñas de cada día, yo creo que si las fomentamos desde la familia o de esos ámbitos que son después los procesos de socialización que se dan en la escuela, no? en el barrio, de alguna manera como que nos vamos defendiendo, lo que pasa que no podemos quedarnos tampoco solamente como espectadores. Al mismo tiempo somos protagonistas de esas mismas acciones solidarias que van armando este tejido de la convivencia, así que, claro, al mismo tiempo que uno ve ciertos avances de las cosas oscuras, yo creo que también a veces van avanzando las zonas de luz y de certezas, la gente busca también certezas, seguridades, pero claro...

PERIODISTA: Creo que los tiempos han cambiado en ese sentido, en que la búsqueda hoy es conciente y desde adentro, que no es una postura para aquel que está buscando, o a través del amor, la solidaridad, de distintos gestos, no se si esto es compartible, como que no es una moda, es decir que también aparecen quienes, falsos profetas, no se como se podría decir, o aquellos que aprovechan la necesidad de religiosidad o de búsqueda espiritual del ser humano. Pero también hay una necesidad desde adentro...

GALIMBERTI: Sí, desde lo profundo de cada uno, yo creo que experimentarlas también en épocas así, como la nuestra, que, al caerse determinadas certezas o seguridades que estaban puestas de pronto afuera, y vemos que cambian, o vemos que no son tan permanentes, vemos que ponemos expectativas, no sé, en las bolsas, en las economías asiáticas, y de pronto se desmorona, y uno dice, caramba, aquello tampoco sirve de modelo, nos quedamos con lo nuestro, bueno, de pronto con nuestros modelitos económicos que están muy bien, nos dan certeza también para inversiones, para traer inversionistas, esto es muy importante también, porque crean fuentes de trabajo, pero como que al mismo tiempo necesitamos certezas más de fondo, verdad? No meramente que sea como una cábala económica no? digamos, algo que sea más desde adentro, hay una búsqueda, hay una búsqueda de formas de oración, a veces de espiritualidad, es a veces que tienen rasgos o que se van por el lado de los orientalismos, pero recuperando eso que también como cosas que son definitiva, se quiere, digamos, posturas que nos den esa dimensión humana de la vida y de la sociedad, que no puede ser el modelo de crecimiento, no puede ser solamente de orden económico, sino que tiene que tener una dimensión también, en definitiva, de admiración, de contemplación, de amor, de solidaridad, de servicio, de entregar la vida por causas útiles, causas nobles y causas que realmente colman el corazón humano.

PERIODISTA: Por ejemplo, la próxima visita de el Papa a Cuba, que significado tiene?

GALIMBERTI: Bueno, creo que es el único o debe ser casi el único lugar donde el Papa todavía no había estado, **significa, yo creo, una apertura**, Fidel **CASTRO**, ya ha aparecido la noticia de que ha permitido la celebración pública de la navidad, bueno, yo lo veo ya como digamos, **lo que se ha sin duda negociado**, yo voy, **pero la visita no es solamente la visita externa, un saludo protocolar, sino que tiene otras negociaciones que no conocemos. Obviamente que esto ya es una señal, dará un crecimiento, posibilitará que las familias habrán sus puertas**, que las iglesias tengan sus espacios públicos, es mucho mas evidente y notorio, de que puedan manifestarse, yo creo digamos, que, en la Iglesia de Cuba y el pueblo cubano está haciendo un gran esfuerzo. Han hecho invitaciones a todo el mundo, para concurrir, para participar, para acompañar, no? Creo que realmente, el Papa ya lo agarra un poco cansado, pero de alguna manera creo que es un gran paso y ponerse muchas expectativas que produzcan muchos gérmenes, renueva muchas cosas y bueno, y Dios quiera que los cristianos en Cuba, especialmente ellos que son los que están más atentos, pero que también a través de ellos todo el pueblo cubano pueda recuperar o **reafirmar lo que han conquistado, no?, en fin, lo que han luchado, que de alguna manera no se diga que no ha servido para nada, no, no,** pero que lo puedan vivenciar incorporar también a través del Papa que se abran también concretamente al resto del mundo latinoamericano, **que también sirva para evitar algunas sanciones que han venido injustamente para el pueblo, y bueno, yo entiendo y entendemos que eso no debe ser así.**

9714731

012

GALIMBERTI: Sí. desde lo profundo de cada uno, yo creo que experimentarlas también en épocas así, como la nuestra, que, al caerse determinadas certezas o seguridades que estaban puestas de pronto afuera, y vemos que cambian, o vemos que no son tan permanentes, vemos que poníamos expectativas, no se, en las bolsas, en las economías asiáticas, y de pronto se desmorona, y uno dice, caramba, aquello tampoco sirve de modelo, nos quedamos con lo nuestro, bueno, de pronto con nuestros modelitos económicos que están muy bien, nos dan certeza también para inversiones, para traer inversionistas, esto es muy importante también, porque crean fuentes de trabajo, pero como que al mismo tiempo necesitamos certezas mas de fondo, verdad? No meramente que sea como una cábala económica no? digamos, algo que sea más desde adentro, hay una búsqueda, hay una búsqueda de formas de oración, a veces de espiritualidad, es a veces que tienen rasgos o que se van por el lado de los orientalismos, pero recuperando eso que también como cosas que son definitiva, se quiere, digamos, posturas que nos den esa dimensión humana de la vida y de la sociedad, que no puede ser el modelo de crecimiento, no puede ser solamente de orden económico, sino que tiene que tener una dimensión también, en definitiva, de admiración, de contemplación, de amor, de solidaridad, de servicio, de entregar la vida por causas útiles, causas nobles y causas que realmente colman el corazón humano.

PERIODISTA: Por ejemplo, la próxima visita de el Papa a Cuba, que significado tiene?

GALIMBERTI: Bueno, creo que es el único o debe ser casi el único lugar donde el Papa todavía no había estado, **significa, yo creo, una apertura.** Fidel **CASTRO**, ya ha aparecido la noticia de que ha permitido la celebración pública de la navidad, bueno, yo lo veo ya como digamos, **lo que se ha sin duda negociado**, yo voy, **pero la visita no es solamente la visita externa, un saludo protocolar, sino que tiene otras negociaciones que no conocemos. Obviamente que esto ya es una señal, dará un crecimiento, posibilitará que lás familias habrán sus puertas**, que las iglesias tengan sus espacios públicos, es mucho mas evidente y notorio, de que puedan manifestarse, yo creo digamos, que, en la Iglesia de Cuba y el pueblo cubano está haciendo un gran esfuerzo. Han hecho invitaciones a todo el mundo, para concurrir, para participar, para acompañar, no? Creo que realmente, el Papa ya lo agarra un poco cansado, pero de alguna manera creo que es un gran paso y ponemos muchas expectativas que produzcan muchos gérmenes, renueva muchas cosas y bueno, y Dios quiera que los cristianos en Cuba, especialmente ellos que son los que están más atentos, pero que también a través de ellos todo el pueblo cubano pueda recuperar o **reafirmar lo que han conquistado, no?, en fin, lo que han luchado, que de alguna manera no se diga que no ha servido para nada, no, no,** pero que lo puedan digamos incorporar también a través del Papa que se abran también concretamente el resto del mundo latinoamericano, **que también sirva para evitar algunas sanciones que han venido injustamente para el pueblo, y bueno, yo entiendo y entendemos que eso no debe ser así.**

001

PERIODISTA: ...GALIMBERTI, si ha usted le parece a pocos días de esta celebración para la cristiandad y para, en general, para los agnósticos o ateos, que de alguna manera se pliegan a este espíritu de compartir, de celebrar, porque eso es así, por más que hayan religiones diferentes o no existan religiones, esto ya es, por lo menos en nuestro país, es una constante. Qué significado tiene esto, a la luz de lo que veníamos viendo, no solamente desde el punto de vista religioso, sino también desde el punto de vista de la recuperación como decía usted, de esos síntomas de recuperación de la conciencia ética de la necesidad de recuperar la conciencia ética de nuestro país que pasa por el tema desaparecidos y por otros temas, obviamente.

GALIMBERTI: Sí. leía los otros días una noticia que en Italia, concretamente en Nápoles, una ciudad muy peculiar...

PERIODISTA: Con una actividad increíble, una velocidad intensa...

GALIMBERTI: Que habían inventado una cosa que, bueno, no es un invento tan grande, pero habían logrado hacer, un artesano, un pesebre, en que habían colocado algunos personajes de este año, personajes políticos, habían colocado a la Princesa Diana, a la Madre Teresa, a Gianni Versace y a otros. Yo creo que en definitiva podemos tomar esto como un símbolo de que lo importante es que, intentemos, al menos los que vamos a celebrar la Navidad, los que vamos a tener un pensamiento en Belén de lo que ocurrió en la Nochebuena y que nos animemos, que tengamos este atrevimiento de ponernos también dentro, imaginativamente, dentro de este espacio que es Belén y esa noche y esa cueva. Porque significa entrar en un lugar, digamos sombrío, oscuro y bueno, me acuerdo una frase de Samuel Ventura que dice: "pregunta a la oscuridad, no a la luz, pregunta al deseo, no al entendimiento". Entonces, meternos, meternos aún con las cosas que son turbias, ambiguas, pero entrar, entrar y alternar.

PERIODISTA: ¿La propuesta es hacia adentro nuestro?

GALIMBERTI: Hacia adentro nuestro pero también...

PERIODISTA: ¿Hacia las oscuridades nuestras?, no sé si es por eso que lo está diciendo.

GALIMBERTI: Hacia las oscuridades nuestras, pero ir también hacia esa otra oscuridad que está dentro nuestro pero que tiene una representación imaginativa, real y concreta, en un acontecimiento histórico, por más que esté rodeado de mucho folklore, que entremos también. Y yo diría, yo llevaría allí también a las familias de los desaparecidos con sus reclamos, pero que tengan también su sosiego, decir: "bueno, pero que estén en paz aquellos seres nuestros de los cuales queremos conocer su paradero". Pero llevaría también a los militares, a ver si pueden dar una ayudita, no?, para que de alguna manera yo veo, yo soy instrumento de que el otro también tenga paz. La paz desciende del cielo, "gloria a Dios en el cielo y en la Tierra paz a los hombres de buena voluntad", es una de las

traducciones. Tengamos buena voluntad entre nosotros, y de pronto yo puedo darle al otro un trabajo en mi empresa. de pronto, mirá, tengo 10 y podría tener 12, vamos a darle una felicidad y una paz a ese que está esperando, no?, o al otro que quiere entrar en tal trabajo, o a aquel joven que quiere oportunidades. Yo llevaría a los políticos, con sus promesas, con sus discursos, con sus borradores, que los vean allí donde "la Palabra se hace Carne" se hace realidad, en sus discursos, sus promesas, en fin, de que todo va a marchar mejor, sus proyectos, bueno, que los ponga allí en ese silencio, donde las palabras se cargan de experiencia y de vivencias. Las mujeres también, con sus frustraciones, nosotros con el corazón cansado, a veces con heridas, que lleguemos hasta allí. Yo creo que esa paz que resume tantas vivencias, el "shalom", tantas vivencias nuestras, tantas búsquedas, tantas puertas que hemos golpeado, que a veces se nos han cerrado. Bueno, creo que el pesebre de Belén que es esa zona de nuestra existencia donde hay posibilidades de que nazca algo nuevo, creo que puede ser una buena noticia hoy para los uruguayos, ir cada uno con su experiencia, con sus historias. El joven irá con su guitarra, de pronto, el otro irá con su computadora, o el otro irá con sus cálculos, sus proyectos, ir con todo, pero hacer como una especie de pasaje iniciático, no?, donde experimentamos algo distinto y después...

PERIODISTA: Para salir renovados...

GALIMBERTI: Y salimos con las mismas cosas de pronto...

PERIODISTA: Pero son los hombres los que toman, acá afuera las determinaciones, no?, en el caso de los desaparecidos ese viaje iniciático podrá iluminar entonces una solución, dice ud.?

GALIMBERTI: Bueno, entonces vamos a invitar al Pte. SANGUINETTI que también de alguna manera, tocado por este espíritu de la Navidad, también pueda dar su indiscutible e inevitable posición, la toma de posición de él que esperamos que se manifieste en estos días, va a ser obviamente un punto que nos va a llamar a la reflexión, a ver qué es lo que se puede hacer, qué rumbo tomar. De modo que él también, no? Que todos estemos inspirados por los mejores sentimientos a ver si despojándonos de aquellas aristas más hirientes, podamos digamos, reconciliarnos mutuamente porque alguien más fuerte que nosotros, hay un amor más grande que vence nuestras miserias y nuestros límites, que es el amor de Dios que se hizo en el límite humano, en ese fragmento de la historia, nada menos que era el mismo Dios latiendo en un corazón humano, pero que es la mejor buena noticia.

PERIODISTA: Ha sido un gusto como siempre conversar con Ud. Ud. sabe que cuando ud. está por aquí, como nunca cobra sentido este punto de fuga, sabemos como comenzamos, no sabemos a dónde vamos a llegar, pero es una aventura, gracias por permitirme esa aventura.

GALIMBERTI: Felices Navidades.
PERIODISTA: Gracias.

014/14 9714731

1/ Tr

SECRETO

FUERZA AEREA

Hoja: 1 / 1

COMANDO GENERAL
Servicio de Información.

Fecha: 22/12/97

DOCUMENTO: INFORME Nº 066/97

ASUNTO: Contesta solicitud de Información Nº 082/A/97

DE: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACIÓN DE LA FUERZA AEREA.

PARA: SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I D.G.I.D.

TEXTO:

REFERENTE A: RODRIGUEZ ROMERO, ANDREA CAROLINA.
REGISTRAMOS: RODRIGUEZ ROMERO, ANDREA CAROLINA.
HIJA MAYOR (ST) FUERZA AÉREA.

REFERENTE A: RODRIGUEZ PEREZ, CESAR EDUARDO.
REGISTRAMOS: RODRIGUEZ PEREZ, CESAR EDUARDO.
MAYOR (ST) FUERZA AÉREA.

REFERENTE A: ROMERO CAMEJO, ANAHÍ.
REGISTRAMOS: ROMERO CAMEJO, ANAHÍ.
ESPOSA MAYOR (ST) FUERZA AEREA.

REFERENTE A: RODRIGUEZ ROMERO, CESAR ANDRES.
REGISTRAMOS: RODRIGUEZ ROMERO, CESAR ANDRES.
HIJO MAYOR (ST) FUERZA AEREA

LAS DEMAS PERSONAS MENCIONADAS, LAS MISMAS CARECEN DE ANOTACIONES.

FUERZA AEREA DIRECTOR SERV. DE INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION

DE LA FUERZA AEREA.

CORONEL (ST)
FERNANDO FIGUEROA

001/1

9714736
09 DIC. 1997

SECRETO

Dar. A.S

SECRETO

FUERZA AEREA

Hoja: 1 / 1

COMANDO GENERAL
Servicio de Información.

Fecha: 22/12/97

DOCUMENTO: INFORME Nº 065/97

ASUNTO: Contesta solicitud de Información Nº 071/A/97

DE: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACIÓN DE LA FUERZA AEREA.

PARA: SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I D.G.I.D.

TEXTO:

REFERENTE A: TECHERA MIRABALLE, AMILGAR.
REGISTRAMOS: TECHERA, AMILCAR
1988: FUNCIONARIO D.G.I.A.
CARGO: GRADO ADM-11 (SECRET.GRAL).

REFERENTE A: CORREA MATO, OLGA ESTELLA.
REGISTRAMOS: CORREA, OLGA.
DOM.: CALLE B 4799 Y VERACIERTO.
PROFFESION: EMPLEADA TEXTIL, SADIL
AFILIADA AL PARTIDO COMUNISTA CON EL Nº 34071 DESDE EK 30/9/68

REFERENTE A. BALBI, VICTOR
REGISTRAMOS A: BALBI, VICTOR
CNEL. (R) FUERZA AÉREA

REFERENTE A: MORA, JORGE
REGISTRAMOS A : MORA, JORGE
CNEL. (NAV.) FUERZA AEREA

SE DEJA CONSTANCIA QUE PESE A LA SIMILITUD DE NOMBRES PUEDE NO TRATARSE DE LAS MISMAS PERSONAS.

LAS DEMAS PERSONAS MENCIONADAS, LAS MISMAS CARECEN DE ANOTACIONES.

FUERZA AEREA DIRECTOR SERV. DE INFORMACION REPUBLICA DEL URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION

DE LA FUERZA AEREA.

CORONEL (ST)
FERNANDO FIGUEROA

SECRETO

001/1

9714737
09 DIC. 1997

Der. A Is

1/ 72

SECRETO

FUERZA AEREA

Hoja: 1 / 1

COMANDO GENERAL
Servicio de Información.

Fecha: 22/12/97

DOCUMENTO: INFORME Nº 064/97

ASUNTO: Contesta solicitud de Información Nº 072/A/97

DE: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACIÓN DE LA FUERZA AEREA.

PARA: SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I D.G.I.D.

TEXTO:

REFERENTE A: MATTOS SOSA, GERARDO DANIEL.
REGISTRAMOS: MATTOS SOSA, GERARDO DANIEL.
C.C.: AAB 6641
FIGURA EN UNA RELACIÓN DE PERSONAS PROBABLES FIRMANTES POR EL REFERENDUM CONTRA LA LEY Nº 15848 LLAMADAS A RATIFICAR Y/O RECTIFICAR SU FIRMA.

LAS DEMAS PERSONAS MENCIONADAS CARECEN DE ANOTACIONES.

FUERZA AEREA · DIRECTOR · SERV. DE INFORMACION · REPUBLICA O. DEL URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION

DE LA FUERZA AEREA.

CORONEL (ST)
FERNANDO FIGUEROA

00R/1

9714738
89 DIC. 1997

SECRETO

Dor. A.L

1/1 Th

SECRETO

FUERZA AEREA

Hoja: 1 / 1

COMANDO GENERAL
Servicio de Información.

Fecha: 22/12/97

DOCUMENTO: INFORME Nº 063/97

ASUNTO: Contesta solicitud de Información Nº 073/A/97

DE: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACIÓN DE LA FUERZA AEREA.

PARA: SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I D.G.I.D.

TEXTO:

REFERENTE A: MENESES SANTANA, DERLY
REGISTRAMOS: MENESES SANTANA, DERLY
AEROTÉCNICA 1ª (FUERZA AEREA)

REFERENTE A: ZUBANO ARAO, DEMETRIO
REGISTRAMOS A: ZUBANO ARAO, DEMETRIO
PROFESIÓN: SUB OFICIAL POLICIA
LUGAR DE TRABAJO: DPTO. RIVERA.

LAS DEMAS PERSONAS MENCIONADAS CARECEN DE ANOTACIONES.

FUERZA AEREA · DIRECTOR · SERV. DE INFORMACION · REPUBLICA · DEL URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION

DE LA FUERZA AEREA.

CORONEL (ST)

FERNANDO FIGUEROA

001/1

9714739

29 DIC. 1997

SECRETO

Don. Arts

SECRETO

1/2

FUERZA AEREA

Hoja: 1 / 2

COMANDO GENERAL
Servicio de Información.

Fecha: 22/12/97

DOCUMENTO: INFORME Nº 062/97

ASUNTO: Contesta Solicitudes Nº 077/A/97

DE: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACIÓN DE LA FUERZA AEREA.

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I D. G. I. D.

TEXTO:

REFERENTE A: GARCÍA DENIS, JULIO CÉSAR
REGISTRAMOS A: GARCÍA DENIS, JULIO CÉSAR
F.NAC.: 3/8/44, LUGAR: MONTEVIDEO
C.I. 971.045
23/5/77: DETENIDO.
31/5/77: PROCESADO (DELITO: ART.58 NUM.30 C.P.M.).
19/9/78: SENTENCIA: 16 MESES DE PRISIÓN ART.58 NUM. 3º.
31/8/71: LIBERTAD PROVISIONAL - 2º TURNO
15/5/89: ES CITADO POR EL M.D.N. EN APLICACIÓN DE LA LEY Nº 15737 PARA DEVOLVERLE FIANZAS Y EXPENSAS CARCELARIAS.
AFILIADO AL P.C. DESDE 1964.
DOM.: CARAGUATAY 2010.
SECC. 8ª.

REFERENTE A: DIAZ LOPEZ, MARIA ELENA.
REGISTRAMOS A: DIAZ LOPEZ, MARIA ELENA.
AFILIADA AL P.C. CON EL Nº 50702 DESDE EL 30/11/70.
PRESENTADA POR: JULIO C. GARCIA.
SECC.: 12 Y 19.
DOM.: CARAGUATAY 2010

002/2

9714740
09 DIC. 1997

SECRETO

Dor. Ant.

FUERZA AEREA

COMANDO GENERAL
Servicio de Información.

Fecha: 22/12/97

DOCUMENTO: INFORME Nº 062/97

ASUNTO: Contesta Solicitudes Nº 077/A/97

DE: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACIÓN DE LA FUERZA AEREA.

PARA: JEFE DEL DEPARTAMENTO I D.G.I.D.

TEXTO:

REFERENTE A: COSTA PERONEILLE, HUGO RAUL
REGISTRAMOS A: COSTA PERONEILLE, HUGO RAUL
C.C.: CEA 17914.
FIGURA EN UNA RELACIÓN DE PROBABLES FIRMANTES P/EL REFERENDUM CONTRA LA LEY Nº 15848 LLAMADAS A RATIFICAR Y/O RECTIFICAR SU FIRMA.

LAS DEMAS PERSONAS MENCIONADAS CARECEN DE ANOTACIONES.

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION

DE LA FUERZA AEREA

CNEL. (S.T.)
FERNANDO FIGUEROA

002/2

9714740

SECRETO

FUERZA AEREA

Hoja: 1 / 1

COMANDO GENERAL
Servicio de Información.

Fecha: 22/12/97

DOCUMENTO: INFORME Nº 061/97

ASUNTO: Contesta Solicitud de Información Nº 081/A/97

DE: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACIÓN DE LA FUERZA AEREA.

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I D. G. I. D.

TEXTO:

REFERENTA A: RAMOS, RAMON
REGISTRAMOS A: RAMOS, RAMON
AFILIADO AL P.C. CON EL Nº 56827 DESDE EL 19/07/71 PRESENTADO POR: ORLANDO BALDI Y JOSE VAZQUEZ.
DOM: JUAN RAMON GIMENEZ 3834, SERRATOSA Y 20 DE FEBRERO.
PROFESIÓN: GUARDA AMDET.
CARGO: SECC. TRANSPORTES (GOES).

DE LAS DEMAS PERSONAS MENCIONADAS LAS MISMAS CARECEN DE ANOTACIONES.

FUERZA AEREA DIRECTOR SERV. DE INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION

DE LA FUERZA AEREA

CNEL. (S.T.)
FERNANDO FIGUEROA

001/1

9714741
09 DIC. 1997

SECRETO

Don Dt.

SECRETO

FUERZA AEREA

Hoja: 1 / 1

COMANDO GENERAL
Servicio de Información.

Fecha: 22/12/97

DOCUMENTO: INFORME Nº 060/97

ASUNTO: Contesta Solicitudes Nº 074, 075, 076, 078, 079 y 080/A/97

DE: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACIÓN DE LA FUERZA AEREA.

PARA: SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I D. G. I. D.

TEXTO:

REFERENTE A LAS PERSONAS MENCIONADAS LAS MISMAS

CARECEN DE ANOTACIONES.

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION

DE LA FUERZA AEREA

CNEL. (S.T.)
FERNANDO FIGUEROA

FUERZA AEREA · DIRECTOR · SERV. DE INFORMACION · REPUBLICA O. DEL URUGUAY

9714742
09 DIC. 1997

0011/1

SECRETO

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA - República O. del Uruguay
2da. DIVISION SETOR

ARCHIVO 1.22

Capitán de Fragata (CG) Jorge SARAVIA
PRESENTE
S/D

ARCHIVO

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISION

RESUMEN SEMANAL

Nro. 50/97

RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS DE RESPONSABILIDAD E INTERES DE LA ARMADA

ORIGINAL

PERIODO DEL 16 AL 22 DE DICIEMBRE DE 1997.-

9714744
30 DIC. 1997

E.M. 001/A 22

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISION
RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

RESUMEN Nº 50/97 220800P DIC 97

SITUACION INTERIOR

1.- COMPONENTE MILITAR

a.- Ministerio de Defensa.-

(a). Código del Proceso Penal.-

(EL OBSERVADOR - 18/XII/97 - Pág. 16).-
El Poder Ejecutivo envió al Parlamento un proyecto de ley modificatorio del nuevo Código Penal (CPP) que atiende las demandas castrenses remitidas al gobierno meses atrás para no afectar las competencias de la Justicia Militar.
El 04 de agosto, los jefes de las Fuerzas Armadas remitieron una carta al Ministro de Defensa, Raúl ITURRIA, en la que advirtieron al gobierno que la aprobación del nuevo CPP podría provocar situaciones de *"desobediencia"* en la cadena de mandos y reabrir la discusión sobre las violaciones a los derechos humanos ocurridos en el pasado.
En el marco de algunos cambios de redacción y agregados a distintos artículos, el proyecto de ley modificatorio contempla esos pedidos.
En el proyecto se establece que la ley modificatoria entrará en vigencia con el nuevo CPP, el cual comenzará a regir luego de transcurridas dos ferias judiciales tras su promulgación, o sea el 16 de julio de 1998.-

ORIGINAL

b.- Fuerzas Armadas.-

(a) Medidas que la izquierda debería adoptar en caso de acceder al gobierno.-

(BUSQUEDA - 18/XII/97 - Pág. 12).-
Tupamaros piden a VAZQUEZ eliminar el Senado y asociarse con las FF.AA para hacerle la *"guerra"* a la pobreza. (Ver Anexo "ALFA").-

(b) Parque Roossevelt a las FF.AA.-

(LA JUVENTUD - 18/XII/97 - Pág. 07).-
La Asociación de Funcionarios de Ganadería, Agricultura y Pesca (AFGAP) ha rechazado por intermedio de un comunicado de prensa, la supuesta entrega del MGAP, de una zona del Parque Roossevelt a las Fuerzas Armadas.
Los funcionarios habiendo tomado conocimiento en *"forma extraoficial"* de que el Ministerio de

Ganadería, Agricultura y Pesca se aprestaría a ceder a otra institución Estatal (Fuerza Aérea) una zona del Parque Roossevelt, específicamente la que comprende el Parador y la zona de parrilleros, realizan las siguientes precisiones al respecto:

-Esta Asociación considera *"altamente inconveniente que el MGAP deje en otras manos una parte de los bienes que administra"*, fundamentalmente si ellos tienen la calidad de bien común, ecológico, formativo y recreativo, de todos los uruguayos, como es con claridad el bien que nos ocupa.

Asimismo es *"doblemente preocupante, por ser los destinatarios parte de una Institución como las Fuerzas Armadas"*.-

(1) Armada.-

(a) **Partió la delegación Aeronaval.-**

(LA MAÑANA - 17/XII/97 - Pág. 13).-

Una delegación del mas alto nivel, presidida por el propio Cdte. de la Aviación Naval, Capitán de Navío Federico STRASSER y coordinada por el Capitán BOGARIN, partió hacia el Reino Unido para recibir los cinco ejemplares de helicópteros Westland Wessex que la Fleet Air Arm de la Marina Británica cederá a nuestro país a un precio subsidio. A diferencia de los Wessex actuales, estos no están aún equipados con tanques auxiliares pero sí con grúas de rescate.-

(b) **Convenio Armada-Universidad.-**

(EL PAIS - 17/XII/97 - Pág. 09).-

Por un decreto aprobado, el Poder Ejecutivo autorizó la suscripción de un convenio de cooperación científica y técnica entre la Universidad de la República y de la Armada Nacional, designando representantes del Estado y del Ministerio de Defensa para la firma del mismo al Comandante en Jefe de la Armada.

A través del convenio, ambas partes se comprometen a elaborar y ejecutar proyectos de cooperación científica y técnica, que será objeto de acuerdos complementarios que especificarán sus objetivos y las obligaciones que asumirá cada una.-

(c) **Investigan supuestos ilícitos.-**

(LA REPUBLICA - 19/XII/97 - Pág. 02).-

Un marino militar en actividad y destacado en Montevideo tendría a su cargo toda la administración contable y financiera de Darok S.A., la firma propietaria de tres Free Shops en Rivera, Chuy y

ORIGINAL

Fray Bentos, el último de los cuales habría sido presuntamente utilizado para perpetrar una maniobra delictiva con contrabando, estafas y evasión fiscal.
Un Capitán de Corbeta de la Armada tendría *"pleno conocimiento"* de la maniobra ilícita del *"Free Shop San Martín"* de la ciudad de Fray Bentos, si bien no habría tenido participación directa en la comisión de delitos.
Fuentes consultadas recordaron que *"todo soldado, y lo mismo un marino, tienen, por su honor, el deber de denunciar todo delito del cual hayan tomado conocimiento"*.
Por su parte el Director Nacional de Aduanas Pablo ILARIETTI, dispuso *"una auditoría externa"* en el Free Shops San Martín para investigar presuntos delitos de contrabando, estafa y evasión fiscal.-
Las pruebas que demostrarían la comisión de los supuestos delitos estarían en un conjunto de documentos que obran en poder del Juzgado Letrado de 2° Turno de dicha ciudad, a cargo de la Jueza Silvia DA SILVA LOPEZ.-

(2) Ejército.-

(a) **El Gral. Raúl VILLAR cuestionó uso de anónimos en el Ejército.-**

(BUSQUEDA - 18/XII/97 - Pág. 16).-
El Director de la Escuela Militar, Gral. Raúl VILLAR, cuestionó la utilización de comunicados anónimos en el Ejército como forma de que subalternos informen a superiores de hechos ocurridos o hagan saber sus puntos de vista a sus superiores y calificó esta actitud de actos de cobardía.
En el mensaje que dirigió a los cadetes que el 16 del corriente mes egresaron de la Escuela Militar, VILLAR les recordó que fueron educados *"para enfrentar sus vidas con honor y lealtad, enfrentando los efectos de sus actos, sin huir de la responsabilidad que les quepa, con hidalguía y diciendo lo que consideren sus verdades de frente, mirando a los ojos a sus superiores y subalternos, sin caer jamás en la vileza y mezquinidad del rumor o del anónimo"*, actos propios *"de los cobardes o faltos de honor"*.
Dos cadetes del curso superior denunciaron anónimamente que cuatro de sus compañeros habían sido autores de *"una irregularidad"*, sobre la cual nada se informó.
El Militar informó que los denunciantes fueron expulsados de la institución mientras que los autores de la irregularidad denunciada en el anónimo, dos perdieron el año y los otros dos recién podrán graduarse en febrero.-

ORIGINAL

(b) **Nuevo Jefe de la Casa Militar.-**

(BUSQUEDA - 18/XII/97 - Pág. 16).-
A partir del 1° de febrero, el General Juan CORDOBA será el nuevo jefe de la Casa Militar de la Presidencia. en tanto el Coronel Roberto ARDANAZ pasará a desempeñarse como edecán del Ejército, dijeron fuentes del Edificio Libertad.-

(c) **Se definieron los destinos de Grales. del Ejército.-**

(EL OBSERVADOR - 18/XII/97 - Pág. 04).-
De acuerdo a la designación de los nuevos generales realizada por el Presidente de la República, Julio María SANGUINETTI y el Ministro de Defensa Nacional, Raúl ITURRIA, y a las consultas hechas con quien será el próximo Comandante en Jefe, Fernán AMADO, quedó completo el cuadro de oficiales generales del Ejército que actuará a partir del 1° de febrero de 1998.
Los nuevos destinos son los siguientes:
-Comandante en Jefe- Gral. Fernán AMADO (Ascenderá a Tte. Gral. el 01/II/98).-
-Jefe del Estado Mayor - Cnel. Tomás MEDINA (Ascenderá a Gral. el 01/II/98).-
-División de Ejército I - Gral. Juan GEYMONAT
-División de Ejército II - Gral. Yamandú SEQUEIRA
-División De Ejército III- Gral. Luis ABRAHAM
-División de Ejército IV - Gral. Luis PIRIZ
-Escuela Militar - Gral. Carlos DANERS
-Sanidad Militar - Cnel. Angel BERTOLOTTI (Ascenderá a Gral. el 01/II/98).-
-Dirección de Servicios - Cnel. Roberto ALVAREZ (Ascenderá a Gral. el 01/II/98).-
-Casa Militar - Cnel. Juan CORDOBA (Ascenderá a Gral. el 01/II/98).-
-CALEN- Gral. Juan LEZAMA.-
-Escuela de Armas y Servicios- Gral. Santiago POMOLI.-
-Apoyo Administrativo - Gral. Manuel FERNANDEZ.-
-D.G.I.D. - Cnel. Francisco WINS (Ascenderá a Gral. el 01/II/98).-
-Agregado militar en EE.UU.- Gral. Raúl VILLAR
El Gral. Oscar PEREYRA, aún no tiene destino, encontrandose actualmenye en la Junta Interamenricana de Defensa.-

(d) **Ejército recupera la DGID.-**

(EL OBSERVADOR - 20/XII/97 - Pág. 12).-
En febrero de 1998 el Ejército volverá a asumir la dirección de la inteligencia militar, que en los últimos cuatro años ha sido comandada por oficiales superiores de la Armada y de la Fuerza Aérea, respectivamente. El nuevo Director de la Dirección

ORIGINAL

General de Información de Defensa (DGID) es el Coronel Francis J. WINS (53) que acaba de regresar de Alemania, donde era agregado militar y -quien en el próximo 1° de febrero ascenderá al generalato.-

(e) **Ejército "intensificará esfuerzos" para obtener mayores recursos.-**

(LA REPUBLICA - 21/XII/97 - Pág. 07).-

El Comandante en Jefe del Ejército, Tte. Gral. Raúl MERMOT, anunció que el arma terrestre va a *"intensificar los esfuerzos para obtener los medios necesarios"* para cumplir *"con mejores posibilidades las tareas asignadas"*, al tributar su último saludo como Comandante en Jefe al Arma de Ingenieros, al celebrarse el 82° aniversario de su creación.
MERMOT advirtió además sobre la *"importante carencia de medios y las dificultades existentes para la renovación de maquinaria"*, *aunque resaltó la "entereza"* de su personal para enfrentar la situación.-

(3) <u>Fuerza Aérea</u>.-

(a) **SANGUINETTI ya tiene su helicóptero.-**

(LA REPUBLICA - 18/XII/97 - Pág. 14).-

Nuestro primer mandatario, Julio María SANGUINETTI, cuenta con un helicóptero presidencial, el Dauphine AS 365-N2, una aeronave de alta tecnología y de gran performance, considerado uno de los más modernos en la materia.
Este Dauphine, primero de dos que compró la Fuerza Aérea uruguaya, es de fabricación francesa.
Un reciente comunicado del Comando General de la Fuerza Aérea Uruguaya aclara que los dos helicópteros franceses que se incorporarán a la flota operativa fueron adquiridos dentro del programa de equipamiento quinquenal y financiado por la Ley de Presupuestos.
Especificaba que las aeronaves *"serán destinadas en forma prioritaria al Servicio de Búsqueda y Rescate, y transporte de autoridades, tal cual se ha venido cumpliendo hasta el momento con los helicópteros Bell 212 y UH 1 H, los cuales por razones de antigüedad han ido perdiendo su capacidad para el cumplimiento eficiente de tales tareas".-*

ORIGINAL

2.- **COMPONENTE SICOSOCIAL**

a.- **Derechos Humanos.-**

(1) Desaparecidos.-

(a) El gobierno se compromete.-

(MATE AMARGO - 13/XII/97 - Pág. 08).-
Finalizado el año y como formula para impedir un llamado a sala al Ministro ITURRIA, el Poder Ejecutivo se comprometió a responder el petitorio presentado en abril por los familiares para que se cumpla el artículo N°4 de la Ley de Caducidad.
Según dijo el abogado Javier MIRANDA, *"el Poder Ejecutivo daría una respuesta expresa al recurso de revocación que presentamos en setiembre. Esto es trascendente, porque después de tanto tiempo que buscamos una respuesta, probablemente ahora la tengamos de forma expresa"*. MIRANDA había presentado el petitorio en abril, y ante la falta de respuesta del Ejecutivo, insistió con un recurso de revocación en setiembre, *"no como simple ejercicio de dialéctico sino como un acto jurídico que espera una determinada respuesta por parte de la administración"*. De concretarse la respuesta oficial se daría fin al *"diálogo de sordos"*, que caracterizó la búsqueda de una comunicación con el gobierno.-

(b) Investigadora encontró elementos en 1985 para investigar desapariciones.-

(LA REPUBLICA - 17/XII/97 - Pág. 06 y 07).-
Hace doce años los legisladores demolían la teoría de MERMOT. (Ver Anexo "BRAVO").-

(c) No investigarán casos de desaparecidos.-

(EL OBSERVAADOR - 20/XII/97 - Pág. 04).-
El Presidente de la República Julio María SANGUINETTI descartó toda posibilidad de que el gobierno abra una investigación sobre el destino de que tuvieron las personas desaparecidas durante la dictadura militar, y adelantó que la respuesta que el Poder Ejecutivo dará a los familiares no tendrá *"novedades"* respecto a la posición que ha mantenido el tema.-

ORIGINAL

3.- COMPONENTE MARITIMO

a.- Puertos.-

(1) Adjudicación de la Terminal de Contenedores.-

(BUSQUEDA 18/XII/97 - Pág.20).-

La recomendación de la Comisión Asesora de la Administración Asesora de la Administración Nacional de Puertos (ANP) de adjudicar al Consorcio Maersk-Christophersen la explotación de la Terminal de Contenedores del puerto montevideano levantó resistencias entre las otras empresas que competían en la licitación y presagia una ardua disputa legal.
Las tres empresas que aún quedaban en carrera en el proceso licitatorio -Maersk-Christophersen, Hessenatie, Cargas y Servicios y Seaport Terminal Katoen Natie- fueron notificadas por la ANP de las conclusiones de su Comisión Asesora y ahora tendrán diez días de plazo para efectuar sus descargos.
Una vez culminada esta etapa, el Directorio de la ANP deberá elevar una propuesta de adjudicación al Poder Ejecutivo, el cual adoptará una decisión definitiva.
El Director de la ANP, Pablo ABDALA, dijo que el informe redactado por la Comisión "tiene importancia pero no es definitivo" y aseguró que cada uno de los miembros del cuerpo "analizará detenidamente" su postura antes de pronunciarse.
La decisión de la Comisión Asesora provocó el rechazo de las empresas relegadas -Hessenatie, Cargas y Servicios y Seaport Terminal Katoen Natie- y una obvia satisfacción en Maersk Christophersen, que resultó electa.
Jorge FERNANDEZ, apoderado de Maersk Christophersen dijo que la empresa que integra se "ajustó estrictamente a las normas del pliego de la licitación".
"Hemos cumplido todas las exigencias y hemos pasado por el estudio de una Comisión Interdisciplinaria e internacional integrada incluso por técnicos recomendados por el Banco Interamericano de Desarrollo, por lo cual entendemos que no puede haber dudas respecto a la legitimidad del informe".
FERNANDEZ destacó además, que la oferta de su empresa tiene un puntaje "24% superior a la siguiente" y dijo que ello "habla por sí solo".
Agregó que se trata "de una empresa de primera línea en el mundo" con "una amplísima experiencia en terminales de carga en varios continentes, lo que asegura que el puerto de Montevideo tendrá un desarrollo al más alto nivel internacional".
El Director de Hessenatie, Cargas y Servicios, Jimmy Rohr, dijo que notificada de la decisión de la

ORIGINAL

Comisión Asesora esa empresa mantiene "el estado de perplejidad y estupor que nos han suscitado las actuaciones asesoras precedentes".

Rohr recordó que un expediente que esa empresa presentó a la ANP el 25 de noviembre pasado advirtiendo sobre incumplimientos de requisitos establecidos en el pliego de condiciones por parte de las otras dos oferentes "sigue sin merecer la más mínima contestación de abogado, asesor o autoridad alguna de la ANP".
En el escrito presentado a la ANP, Hessenatie, Cargas y Servicios consideró que "es un hecho comprobado que las ofertas de Maersk-Christophersen y de Seaport Terminal Katoen Natie no cumplen con requisitos establecidos en el artículo 40" de la licitación y afirmó que ese incumplimiento debería determinar la "descalificación de la oferta".
Rodolfo LAPORTA de Seaport Terminal Katoen Natie, dijo no compartir el parecer de la Comisión Asesora de la ANP y anunció que los asesores de la empresa ya están estudiando el informe "para interponer los recursos que entendamos necesarios".

(2) **El Presidente de la ANP confirmó que habrá monopolio privado en el puerto.**

(LA REPUBLICA 23/XII/97 - 23/XII/97).-
El Presidente del Directorio de la Administración Nacional de Puertos (ANP), Ruben DIAZ, admitió a una revista inglesa sobre temas marítimos "FAIRPLAY" que en la licitación de la terminal de contenedores, "estamos ofreciendo el control de la única terminal", admitiendo de hecho el monopolio privado.
Además confirmó que la Comisión Asesora para la licitación de la terminal de contenedores recomienda la adjudicación al consorcio formado por Maersk y Christophersen.
Operadores portuarios recordaron que con la adjudicación de la única terminal de contenedores a una empresa privada se está entrando a un monopolio privado, lo que está prohibido por la Ley de Puertos. Insistieron en que el Presidente de la ANP "manipula la información" cuando compara la actividad de la grúa pórtico -que descarga entre 25 y 30 contenedores por hora- con la grúa móvil que produce un tercio.
Además indicaron que "no es real la cifra de costos del manejo de contenedores por el futuro consorcio, de 67 dólares, ya que el pliego presentado por Maersk, el promedio de costo es de unos 100 dólares.

ORIGINAL

(3) **El Presidente de la ANP espera un acuerdo con el SUANP por el dragado del puerto.-**

(BUSQUEDA 18/XII/97 - Pág.39).-

El Presidente de la Administración Nacional de Puertos (ANP). Ruben DIAZ, dijo que es necesario que la empresa que dirige alcance un entendimiento con el Sindicato Unico de la ANP (SUANP) sobre el dragado de la terminal de Montevideo.

DIAZ destacó que si bien existen diferencias con el Sindicato en ese y otros diversos temas "es necesario lograr un acuerdo con el SUANP".

El Directorio está dispuesto a tener una actitud de comprensión, colaboración y aporte para llegar a una solución que el gremio suscriba, siendo ése el gran desafío para el próximo ejercicio".

(4) **El Presidente exaltó la "gran revolución" portuaria.-**

(BUSQUEDA - 18/XII/97 - Pág.22).-

Para el Presidente SANGUINETTI, Uruguay "está "intimamente" identificado con el concepto de puerto, en su pasado, su presente y su futuro".

Dijo que lo que ocurrió en Piriápolis "no es un episodio aislado", sino parte de "una gran política de puertos que desde Paysandú hasta La Paloma será una de las grandes revoluciones que marcarán el fin de siglo".

"Hay una política de puertos que es un gran principio de descentralización del país, una expresión de progreso y uno de los más notorios avances que el país va a registrar en esta época, cuya perla es hoy en este entorno tan magnífico de este puerto de Piriápolis".

"La Paloma se está licitando y esperamos que sea un gran puerto dentro de poco tiempo; Punta del Este se ha ampliado; Piriápolis nace como puerto de yates y como puerto comercial. En estos días se adjudicará la terminal de contenedores del puerto de Montevideo que es otro salto excepcional. El puerto privado de navíos de Nueva Palmira se acaba de duplicar y se licitará la explotación de los servicios. El Puerto de Fray Bentos prácticamente ha duplicado su actividad y el de Paysandú comienza a trabajar también, donde al menos están llegando los barcos de ANCAP".

ORIGINAL

b.- <u>Puentes</u>.-

(1) **Canteras uruguayas proveerán material al puente binacional.-**

(ULTIMAS NOTICIAS 18/XII/97 - Pág.12).-

A los efectos de identificar canteras para la provisión de material para construir la monumental

obra binacional, se firmó un Convenio entre la Comisión Nacional del Puente Colonia-Buenos Aires y la Facultad de Ingeniería.
Firmaron el documento el Presidente de la Comisión Ing. José SERRATO, el Decano de Ingeniería, Ing. Rafael GUARGA, como así también el Rector de la Universidad, Ing. Químico Jorge BROVETTO.
De acuerdo a los técnicos la construcción del puente demandará la utilización de alrededor de 800.000 metros cúbicos de hormigón armado, consignándose que por su proximidad y calidad, las canteras uruguayas se constituirían en las proveedoras principales de piedra granítica y arena.
Por eso se efectuará un relevamiento de la zona de influencia del puente, a los efectos de elaborar una carta geotécnica y un inventario de las canteras existentes donde se indicará la calidad del material, sus características, potencia de los yacimientos y todo lo relacionado con su explotación.
En cuanto a las investigaciones ya realizadas, piedra han determinado promedios de necesidad de abastecimiento de 960.000 toneladas de agregado grueso (piedra triturada) y 700.000 toneladas de agregado fino (arena).
También se destaca que deberán cumplirse unos 130.000 viajes de camión para el transporte de estos materiales.

(2) **Puente Colonia-Buenos Aires: Culmina etapa de precalificación.-**

(EL PAIS 23/XII/9[illegible] - Pág.1).-
En los próximos días se define la primera etapa del proceso licitatorio del Puente Colonia-Buenos Aires, al culminar el proceso de precalificación de consorcios integrados en construirlo.
Fueron ocho los consorcios de primer nivel internacional los presentados y todo indicaría que siete de ellos seguirán en carrera.
Esta primera etapa se cerrará antes de fin de año y los gobiernos de Uruguay y Argentina habrían acordado promover con fuerza la ratificación por ambos parlamentos del Tratado que el año pasado firmaron los Presidentes Julio Mª SANGUINETTI y Carlos MENEM consagrando el acuerdo para construir el puente por el sistema de concesión de obra pública.
Sin esa ratificación, el proceso de licitación no puede continuar, cuando el cronograma prevé el llamado definitivo para el año que comienza, habiéndose definido que la concesión sea por 35 años.
Otra novedad es que la inversión requerida para su construcción será menor a lo inicialmente estimado.
En tal sentido, la previsión se ha reducido en unos

ORIGINAL

9714744

U$S 150 millones, pasando de U$S 1 mil milloness a U$S 850 millones.
El Ministro de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente reveló que las últimas cifras presentadas por las autoridades de la Comisión Binacional al Presidente de la República confirman la viabilidad de la obra, y consideró que "el puente habrá de construirse y será una realidad".
Juan CHIRUCHI suscribió con los Intendentes de Colonia, Carlos MOREIRA, de San José, Jorge CERDEÑA; y de Soriano Gustavo LAPAZ; un convenio para elaborar el Plan Director de Ordenamiento Territorial de la región comprendida por esos tres departamentos de cara "al impacto tremendamente beneficioso que recibirán del puente".
El Plan Director incluye planes puntuales para varias microrregiones que existen, las cuales habrán de constituirse en polos de desarrollo como consecuencia de la obra.
Se confirmó asimismo que se siente ya un impacto positivo aún antes de iniciarse los trabajos de construcción, a través de inversiones crecientes de capitales argentinos e internacionales.

c.- **Varios**.-

(1) **Proyecto de Ley de Espacios Marítimos.-**

(BUSQUEDA 18/XII/97 - Pág.38).-
Un proyecto de Ley de Espacios Marítimos remitido por el Poder Ejecutivo al Parlamento a mediados de octubre tendría puntos de colisión con el Tratado de Límites del Río de la Plata y su Frente Marítimo del 19 de noviembre de 1973.
El proyecto se ajusta a lo dispuesto en la Convención de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ratificada por Uruguay (Ley Nº 16.287 del 28 de julio de 1992).
El Tratado del Río de la Plata y su Frente Marítimo constituye un Estatuto Básico a los intereses soberanos del país y no puede ser afectado por ninguna norma unilateralmente dictada por los Estados parte.
En lo que se refiere a su incidencia en lo dispuesto en el Tratado del Río de la Plata y su Frente Marítimo el proyecto de ley solo contempla aspectos referidos a la pesca para la Zona Económica Exclusiva y no toma en cuenta el mar territorial.

(2) **Licitación para reflotar barcos hundidos.-**

(LA REPUBLICA 23/XII/97 - Pág.12).-
El Directorio de la ANP recibió el informe final de la Comisión adjudicadora de la licitación para reflotar los barcos hundidos, la que recomienda adjudicarla al consorcio integrado por la empresa

ORIGINAL

argentina Ranuchi.
Del total de las cinco firmas que seguían en carrera, dos son argentinas, una brasileña, una española y otra holandesa.

9714744

ORIGINAL

12 012

1.- **ARGENTINA.-**

a.- Reequipamiento Militar.-

(CLARÍN 22/XII/97 - Página 09).-
El Presidente Carlos MENEM presidirá el 22 de diciembre en la Base de Palomar, la Ceremonia en la cual se incorporarán a la Fuerza Aérea cinco aviones de combate A4-AR "Fightinghawks".
En el Acto participarán, el Ministro de Defensa, Jorge DOMÍNGUEZ. y el Jefe de la Fuerza Aérea, Brigadier General Rubén MONTENEGRO.
Los "Fightinghawks", están equipados con dos cañones de 20 MM y Radares APG-66.

b.- Nuevo Jefe de la Casa Militar.-

(CLARÍN 16/XII/97 - Página 08).-
El Brigadier Juan Manuel VAZQUEZ fue designado nuevo Jefe de la Casa Militar en reemplazo del fallecido Brigadier Juan PONCE.
El Brigadier VAZQUEZ se desempeña actualmente como Secretario General de la Fuerza Aérea.
El Militar se desempeñó además como Secretario General y Director de la Escuela de Cadetes de Córdoba.
Pertenece al Escalafón de Pilotos de combate.

c.- Misiones para Fuerzas Armadas.-

(CLARÍN 16/XII/97 - Página 08).-
El Presidente Carlos MENEM encabezará el 16 de diciembre el Acto de egreso conjunto de Subtenientes, Guardiamarinas y Alféreces, la Ceremonia se realizará en el Colegio Militar de la Nación.
Del Acto participarán el Ministro de Defensa, Jorge DOMÍNGUEZ. y los Jefes del Ejército, Teniente General Martín BALZA, de la Armada. Almirante Carlos MARRÓN, y de la Fuerza Aérea, Brigadier General MONTENEGRO.

ORIGINAL

(ULTIMAS NOTICIAS 17/XII/97 - Página 31).-
El Presidente Carlos MENEM reavivó en Argentina la polémica sobre las nuevas Misiones de los militares en democracia.
El Presidente MENEM expresó en su discurso en el Colegio Militar que los militares, "...deben estar preparados no sólo para defender la Soberanía sino también para enfrentar, sujeto a las normas legales, el embate de las nuevas agresiones como los fundamentalismos, la depredación de los recursos naturales, el narcotráfico y el terrorismo

internacional".

(CLARÍN 17/XII/97 - Página 06).-
El Presidente Carlos MENEM al exhortar el 16 de diciembre a los Militares a estar "plenamente capacitados y preparados" para enfrentar a "las nuevas agresiones" que sufre el mundo actual añadió que, "éstos desafíos requieren de un instrumento militar moderno, equipado, ágil y profesional",
El Presidente hizo suya la Doctrina Militar de "las nuevas amenazas" que auspician los Estados Unidos y que significa un paulatino abandono de la doctrina tradicional que definía el rol de los Militares como exclusivamente dedicado a defender la soberanía frente a invasiones extranjeras tradicionales.
El Ministro de Defensa, Jorge DOMÍNGUEZ aclaró que cuando MENEM habló de luchar contra esas nuevas amenazas dentro de las "normas legales" se refería a las Leyes de Defensa Nacional y Seguridad que prohíben a las Fuerzas Armadas luchar directamente contra el narcotráfico y el terrorismo y realizar inteligencia interior.

(CLARÍN 17/XII/97 - Página 23).-
"La Reestructuración Militar tiene que ser consensuada." (Ver Anexo "CHARLIE").-

(CLARÍN 18/XII/97 - Página 09).-
El Presidente Carlos MENEM moderó el alcance de su discurso del 17 de diciembre. "...las Fuerzas Armadas no van a salir a la calle para reprimir al narcotráfico, como hacen en Colombia, donde están involucrados en el combate de la guerrilla y los narcos".
Aclaró además que las Fuerzas Armadas sólo darán apoyo logístico e inteligencia exterior a las fuerzas de seguridad que combaten directamente al narcotráfico, tal como establecen las Leyes de Defensa y Seguridad Interior.

d.- <u>Militares a Haití</u>.-

(CLARÍN 16/XII/97 - Página 41).-
El 15 de diciembre partió hacia Haití el primer grupo de Gendarmes argentinos que cumplirá tareas de Seguridad, despliegue rápido y rescate de los miembros de la Policía Civil de la ONU en situación de peligro.
La participación de 140 Gendarmes se registrará en el marco de la Misión de las Naciones Unidas para contribuir al proceso de Paz y democratización del país caribeño.
Según un comunicado de la Gendarmería argentina, la elección de los efectivos de la Fuerza se realizó luego de que una Misión de la ONU

ORIGINAL

9714744

014

evaluara y comprobara el equipamiento, grado de instrucción y capacidad operativa de las Fuerzas de Seguridad de varios paises.

e.- Cascos Azules.-

(CLARÍN 17/XII/97 - Página 06).-

El Ministro de Defensa Jorge DOMÍNGUEZ y el Jefe del Ejército, Martín BALZA, despidieron a la denominada Fuerza de Tareas Argentina 10, que viajó a Chipre para integrarse a la Misión de Paz de las Naciones Unidas.

Alrededor de 250 Oficiales, Subóficiales y Soldados voluntarios reemplazarán a igual número de Miembros del Ejército que están apostados en la Isla hace seis meses.

f.- Ejército.-

(CLARÍN 17/XII/97 - Página 21).-

El videofilm argentino Artillería, producido por el Departamento de Prensa y Relaciones Institucionales de la Secretaría General del Ejército, obtuvo el Primer Premio en la categoría Película Histórica del 8º Festival de Cine Militar Ejército y los Pueblos.

En el Festival, realizado en Roma, a fines de noviembre hubo representantes de 21 países que compitieron en la muestra con 52 videofilms.

Es la tercera vez consecutiva que Argentina recibe un premio de esta naturaleza y será Sede del próximo Festival a realizarse en mayo de 1998.

g.- Ejército: Ascensos.-

ORIGINAL

(CLARÍN 21/XII/97 - Página 14).-

El Ejército aplazó el envío al Senado de los pliegos para el ascenso de cinco Oficiales a Coroneles, a raíz de un informe negativo de la Subsecretaría de Derechos Humanos, donde figuran como participantes en la represión ilegal durante la dictadura militar.

Días atrás, la Armada desistió de pedir el ascenso de tres Oficiales por causas similares.

h.- Justicia Federal.-

(CLARÍN 18/XII/97 - Página 11).-

El Abogado Jorge Humberto APPIANI pidió el 17 de diciembre a la Justicia Federal de Ushuaia que se libre una orden de captura Internacional y extradición contra la ex Primera Ministra británica Margaret THATCHER, por el hundimiento del Crucero General Belgrano durante la Guerra de las Malvinas.

El Letrado que actúa como Asesor Legal de la Asociación Madres de las Víctimas del Crucero

9714744

015

General Belgrano, acusó a THATCHER del delito de homicidio calificado, por haber ordenado el ataque al Belgrano, que causó 330 muertos.

2.- BRASIL.-

a.- Economía "plan secreto".-

(CLARÍN 21/XII/97 - Página 24).-
El Gobierno brasileño desmintió el 20 de diciembre que Brasil y Argentina cuenten con un "plan secreto" para hacer frente a la posibilidad de que devalúe su moneda, el real, y provoque una crisis en todos los demás socios del Mercado Común del Sur (Mercosur).

3.- INTERNACIONALES.-

a.- CHILE: Ejército.-

(CLARÍN 22/XII/97 - Página 41).-
El Ejército chileno prepara un homenaje al General Augusto PINOCHET, quien dejará el Mando de la Institución el 26 de enero, tras 24 años en el cargo.
El General PINOCHET podrá asumir al día siguiente como Senador vitalicio.

b.- Triple Frontera.

(CLARÍN 16/XII/97 - Página 08).-
El Presidente Carlos MENEM reiteró su preocupación por el tema de la Triple Frontera y anunció que los tres países intentarán "ejercer un mayor control en la Zona", que se traducirá en un operativo que comenzará el 17 de diciembre.
En el marco de la XIII Cumbre de Presidentes del bloque regional, que se desarrolla en Montevideo el Presidente argentino manifestó que, "nos preocupa el tema de Ciudad del Este y todo aquello que afecte a la seguridad en el ámbito" del Mercosur .

(CLARÍN 17/XII/97 - Página 09).-
El Embajador de Israel, Ytizjhak AVIRAN, respaldó el operativo de seguridad impulsado por Argentina en la Triple Frontera con Brasil y Paraguay, y consideró a la Ciudad paraguaya de Ciudad del Este como "generadora del terrorismo en la Región".
"Ciudad del Este es la ciudad donde se genera el terrorismo y se debe tomar con cautela todo lo que pasa ahí". Israel sospecha que en Ciudad del Este existen "células dormidas" del terrorismo islámico.

ORIGINAL

9714745

(CLARÍN 19/XII/97 - Página 38).-

El Ministro del Interior de Paraguay Miguel Ángel RAMÍREZ admitió que en Ciudad del Este y en la Zona de las Tres Fronteras que incluye a Foz de Iguazú en Brasil y Puerto de Iguazú en Argentina "hay indicios" de la existencia de grupos económicos islámicos que financian al terrorismo.

(CLARÍN 19/XII/97 - Página 39).-

Estados Unidos amenazó con "descertificar" a Paraguay si en el corto plazo no disminuye el nivel del tráfico de drogas y del lavado de dinero en Ciudad del Este, que constituyen una fuente para el financiamiento del terrorismo fundamentalista islámico.

La descertificación (que implica sanciones que llegan al corte de créditos internacionales y suspensión de visas) sería una de las primeras medidas contra Paraguay si no se blanquea la situación de Ciudad del Este, en el marco de "una política de presión diplomática y de inteligencia" norteamericana.

(CLARÍN 21/XII/97 - Página 34).-

La Embajada de los Estados Unidos en Asunción negó el 20 de diciembre que el Gobierno de Bill CLINTON esté planeando una posible descertificación de Paraguay en marzo próximo, si no disminuye el tráfico de drogas y lavado de dinero en la Localidad paraguaya de Ciudad del Este.

(CLARÍN 22/XII/97 - Página 14).-

El Gobierno del Paraguay se niega, por ahora, a permitir la instalación de un consulado argentino en Ciudad del Este, a pesar de ser una medida que el Gobierno considera clave para tratar de prevenir un tercer atentado.

ORIGINAL

c.- <u>PERÚ: Sublevación Militar</u>.-

(CLARÍN 22/XII/97 - Página 36).-

Ante el creciente temor de una Insubordinación Militar que ponga en peligro la Democracia en Perú, los partidos políticos declararon el 21 de diciembre su respaldo al Presidente Alberto FUJIMORI, enfrentado con el Comandante de las Fuerzas Armadas, General Nicolás HERMOZA RIOS, y con la cúpula Militar que se alineó con el Jefe castrense.

La crisis cívico-militar se inició el 19 de diciembre cuando los altos mandos asistieron a la casa del General HERMOZA, en Lima, a una Reunión de "desagravio" al militar, sobre quien FUJIMORI se refirió despectivamente y minimizó su participación en la solución a la crisis de los rehenes en la Residencia del Embajador Japonés en Lima, en abril.

4.- MERCOSUR.-

a.- XIII Reunión del Consejo del Mercosur.-

(CLARÍN 16/XII/97 - Página 22).-

Al finalizar la XIII Reunión del Consejo del Mercado Común del Sur el Presidente MENEM reveló que Argentina impulsará tres proyectos durante la Presidencia semestral del Mercosur que asumirá en enero. Esos proyectos son:

1.- La declaración del Mercosur como Zona de Paz.
2.- La creación de una moneda única convertible.
3.- La puesta en circulación de un pasaporte común para los 200 millones de habitantes del bloque.

De las tres, la iniciativa que seguramente será más resistida por Brasil es la creación de una moneda única convertible, porque obligaría a ese país a modificar su plan económico y difícilmente Brasil se resigne a no tener una Política cambiaria y monetaria propia.

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA - República O. del Uruguay - 2da. DIVISION

Capitán de Navío (CG) .....
José Luis MARTÍNEZ LANZANI
Jefe de la Segunda División del Estado Mayor General de la Armada.

ORIGINAL FIRMADO

9714745

Anexo "ALFA"

Tupamaros piden a Vázquez eliminar el Senado y asociarse con las FFAA para hacerle la "guerra" a la pobreza

El dirigente tupamaro Eleuterio Fernández Huidobro planteó públicamente a Tabaré Vázquez una serie de medidas concretas que la izquierda debería adoptar en caso de acceder al gobierno nacional, entre ellas, eliminar el Senado y asociarse a las Fuerzas Armadas para luchar contra la pobreza.

Fernández Huidobro publicó el jueves 11 una "carta abierta" a Vázquez en el semanario "Mate Amargo", en respuesta al documento que éste presentó en noviembre al Frente Amplio, en procura de actualizar la coalición.

El ex guerrillero le sugirió a Vázquez que, si llega al gobierno, reduzca en 30% "todos los sueldos de cargos de confianza política" nacionales y, "de ser posible", municipales, y promueva un "recorte drástico de los gastos del Poder Legislativo y demás gastos privilegiados de otros poderes del Estado (por sueldos, viáticos, viajes y demás canongías)".

"No puede ser que el Poder Legislativo (unos 1.700 empleados para 130 legisladores) tenga más médicos a su servicio (24) que un hospital del interior", comparó.

Fernández Huidobro propuso una "reforma constitucional que elimine la Cámara de Senadores" y sostuvo que "a Uruguay le alcanza, y le sobra, con 99 diputados".

Reclamó además una "reducción drástica de los gastos del Ministerio de Relaciones Exteriores y su transformación al servicio del Uruguay que produce", y pidió la "participación activa en todos los gastos [illegible] de las fuerzas sociales directamente interesadas en ellos".

Fernández Huidobro sugirió asimismo un "aumento grave de las penas para todo delito de cuello duro tanto público como privado" y pidió la "aprobación inmediata" de una "ley de enriquecimiento injustificado que traslada, por vía de excepción, la carga de la prueba al acusado y presupone su culpabilidad hasta que se demuestre fehacientemente lo contrario".

El líder tupamaro planteó crear "policías especializadas en la prevención, investigación y represión de este tipo de delitos que, hoy por hoy, masacran la economía popular".

Consideró que "en cinco años de gobierno, si la gente así lo quiere, la tarea principal será detener la demolición de la patria", dijo que Uruguay se encuentra "ante una situación de emergencia nacional" y convocó a "saturar arterias demasiado abiertas por las que se nos desangra la nacionalidad".

A su vez, el ex guerrillero llamó a desatar una "guerra contra la pobreza" en la que "deben participar todos los que se sientan uruguayos" y marcó: "Ese debe ser nuestro principal mensaje en 1998".

"Las FFAA pueden y deben participar en esta guerra", señaló más adelante. Pero aclaró: "Deben antes saldar sus cuentas con el pueblo aclarando sin tapujos el destino de los desaparecidos: el único modo de terminar las guerras es enterrar los muertos. Y el único modo de construir la paz es ponerse codo a codo en la difícil tarea de resolver los principales problemas junto al pueblo del cual jamás debieron separarse".

Fernández Huidobro dijo compartir la "autoexclusión" del Frente Amplio propuesta por Vázquez para quienes no acaten las decisiones de la coalición, pero sólo luego de que medie una instancia plebiscitaria.

ORIGINAL

"BUSQUEDA"- 18/XII/97- Pág. 12.-

A-1 019 9714744

Anexo "BRAVO"

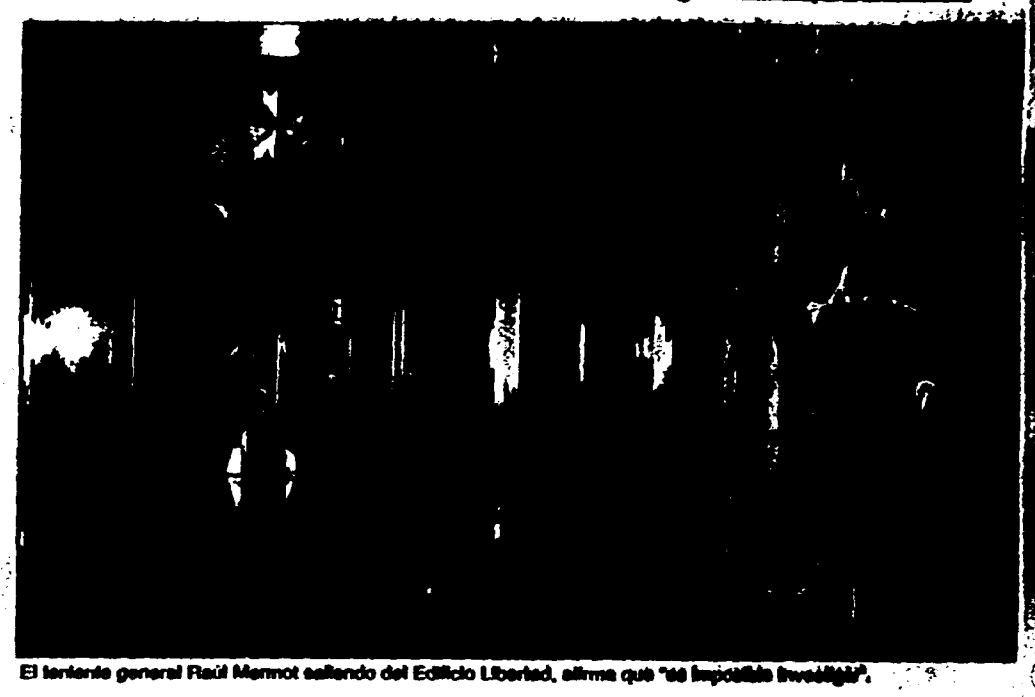
Hace 12 años los legisladores demolían la teoría de Mermot

Investigadora encontró elementos en 1985 para investigar desapariciones

Doce años atrás, el primer Parlamento electo en democracia tras la dictadura militar, demolía la teoría actual del Poder Ejecutivo y del actual comandante en jefe del Ejército, teniente general Raúl Mermot, sobre que no hay elementos para investigar la desaparición de personas.

En marzo de 1985 se creó la Comisión Investigadora de la Cámara de Diputados sobre la situación de las personas desaparecidas.

A finales de ese año, la Cámara denunció al Poder Judicial estas conclusiones y remitió al Poder Ejecutivo la nómina de los oficiales de las Fuerzas Armadas y policiales que aparecían reiteradamente mencionados en los testimonios. Simultáneamente, la justicia penal, libraba las primeras citaciones a los militares y policías denunciados. Las contiendas de competencia, interpuestas por la Justicia Militar paralizaron un año las investigaciones judiciales. Finalmente, la Suprema Corte de Justicia decidió la contienda a favor de la Justicia ordinaria. Con la aprobación de la Ley de Caducidad, el 22 de diciembre de 1986, fueron archivadas todas las denuncias presentadas a principios de 1985. Los familiares de detenidos-desaparecidos y organizaciones de derechos humanos habían promovido denuncias ante la Justicia Penal, poniendo los hechos en conocimiento de los magistrados y aportando elementos que podían contribuir con las investigaciones. Transcribimos en forma textual las conclusiones de la Comisión Investigadora.



El teniente general Raúl Mermot saliendo del Edificio Libertad, afirma que "es imposible investigar".

□ El informe de la Comisión

"1) Han quedado denunciadas y registradas en esta Comisión, ciento setenta y cuatro desapariciones de personas, en el período comprendido entre los años 1973-1978.

De ellas, ciento dieciocho son hombres, treinta y ocho mujeres y ocho niños".

"2) De estas desapariciones, treinta y dos ocurrieron en nuestro país, ciento veintiséis son los casos de uruguayos desaparecidos en la Argentina, tres en Chile y dos en Paraguay".

"3) Surge de los testimonios una clara vinculación de las desapariciones ocurridas en ambos territorios, señalando fehacientemente en los mismos la presencia de militares uruguayos identificados en algunos casos, en las desapariciones operadas en la Argentina, apareciendo muchos de ellos a su vez vinculados a desapariciones en otro país.

Se cuenta en este sentido con reveladores testimonios referidos al secuestro de 22 uruguayos en el vecino país, que fueron trasladados clandestinamente a nuestro territorio en su mayoría torturados y encarcelados.

Se trata de los ciudadanos Jorge González Cardozo, Elizabeth Pérez Lutz, Raquel Noguera Paullier, Raúl Altuna, Margarita Michelini, Edmundo Dean Bermúdez, Enrique Rodríguez Larreta Piera, Sergio Rubén López Burgo, Asilú Maneiro, Ana Inés Quadros, María Elba Rama Molla, Sara Rita Méndez, María Mónica Soliños, Ana Salvo Sánchez, Gustavo Zina Figueredo, María Petrides, Alicia Raquel Cadenas, Ariel Soto Lourello, Cecilia Gayoso, Edelweiss Zhan, Enrique Rodríguez Larreta Martínez, Víctor Lubián Peláez".

"4) La práctica de la tortura en cárceles clandestinas

"Que no, no y no"

El minucioso "interrogatorio" del fiscal militar al policía Hugo Campos Hermida

ORIGINAL

El fiscal militar José Sambucetti interrogó al entonces inspector Hugo Campos Hermida el 29 de diciembre de 1988. Según Sambucetti, Hermida no estuvo en Buenos Aires sino en Miami, en las fechas en que se denuncia la desaparición de varios uruguayos.

Tampoco mantuvo en esa época contactos con integrantes de las Fuerzas Armadas argentinas, ni siquiera informales, y según el fiscal, es "falso que lo hayan visto, deteniendo o interrogando a alguien en la República Argentina". Hermida tuvo activa participación en el centro de detención y de exterminio conocido como "Automotores Orletti" que operó en Buenos Aires.

Allí eran conducidos decenas de uruguayos secuestrados, que luego eran torturados y desaparecidos.

Testimonios de sobrevivientes responsabilizaron a Hermida, al igual que a otros militares por esos delitos de lesa humanidad e imprescriptibles.

A continuación, se transcribe el interrogatorio al que fue sometido entonces por el fiscal militar, ordenado por el Poder Ejecutivo.

"En Montevideo, a los veintinueve días del mes de diciembre de mil novecientos ochenta y ocho, siendo la hora 11:30 y estando en audiencia el Sr. Fiscal Militar de 2do. Turno, Coronel José A. Sambucetti, comparece una persona citada quien depone al tenor del siguiente interrogatorio:

P.- Por su nombre, patria, estado, fecha de nacimiento, profesión y domicilio.

C.- Hugo Campos Hermida, oriental, casado, 27 de setiembre de 1928, retirado policial, Cuenta 1919, ap. 201.

P.- Si el día 9 de junio de 1976 se encontraba en la ciudad de Buenos Aires.-

C.- Que no señor.-

P.- Si puede precisar dónde se encontraba en esa fecha.

C.- Prestando servicios como jefe de la Brigada de Narcóticos, hecho éste que puede probarse por actas, oficios, salvoconductos, etc. que fueron firmados por mí y rubricadas como corresponde, esa documentación sin ningún lugar a dudas deben encontrarse archivadas en las dependencias respectivas de la Jefatura de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia.

P.- Si conoció al ciudadano Gerardo Gatti Antuña.

C.- Conocí a uno de los hermanos Gatti, no recuerdo si por el año 69 o 70 detuve a uno de los Gatti, no puedo precisar si es el mismo.

P.- Si el 15 de junio de 1976 se encontraba en la ciudad de Buenos Aires.-

C.- Que no señor.

P.- Si puede precisar en dónde se encontraba en esa fecha.

C.- La respuesta es la misma que la contestación anterior.

P.- Si conoció al ciudadano José Hugo Méndez Donadío.-

C.- No recuerdo, porque si lo conocí fue porque lo detuve, aquí en la ciudad de Montevideo, en algún procedimiento de los tantos que realicé por la función que cumplía en la lucha antisubversiva.

P.- Si el día 17 de junio de 1976, se encontraba en la ciudad de Buenos Aires.

C.- Que no señor.-

P.- Si puede precisar dónde se encontraba en esa fecha.

C.- Misma respuesta que dos anteriores.

P.- Si conoció al ciudadano Francisco Edgardo Candia.

C.- Misma respuesta que la anterior.

P.- Si el 13 de julio de 1978 se encontraba en la ciudad de Buenos Aires.

C.- Que no señor, en este mismo acto ante el Sr. Fiscal exhibo el pasaporte Nº 177092 expedido por el Ministerio de Relaciones Exteriores el 6 de abril de 1973 a mi nombre con varios folios de entradas y salidas al país y que en el folio 23 luce la visa de la embajada de los EEUU de Norte América fechado el 29 de junio de 1976 y en la parte superior del mismo folio la siguiente inscripción "U.S. IMMIGRATION 060 MIA 52 JUL 13 1976 ACMITTED UNTIL (CLASS)", a su vez exhibo el pasaporte Nº 237022 a nombre de mi esposa Aurora Selika Xavier Alderete de Campos, que en el folio Nº 13 luce la visa otorgada también por la embajada de EEUU en Uruguay con la misma fecha del 29 de junio de 1976 y que en la parte superior luce el mismo sello de inmigración como el anterior con la misma fecha de ingreso a la ciudad de Miami o sea julio 13 1976. —a su vez exhibo y otorgo fotocopias de la factura de pago a mi nombre que indica en inglés "533 CAMPOS M/M 11.2/15 7/20 7/13 768720 MONTEVIDEO, URUGUAY WI/$ ct" y luego comienza la estadía a marcarse JUL 13-76 hasta JUL 19-76, debo significar que ese día 20 de julio viajé con mi esposa vía aérea a Washington DC. Permanecimos una semana, de ahí viajé a la ciudad de Tampa (Florida) regresando al mismo Hotel o sea al Sheraton Beach retornando a Montevideo el 9 de agosto de 1976 que queda certificado a fs. Nº 14 de nuestros respectivos pasaportes.

P.- Si conoció al ciudadano León Duarte Luján.

C.- Que no recuerda, que lo pudo haber conocido si lo detuvo en Montevideo, pero no lo recuerda.

P.- Si tuvo en las fechas mencionadas anteriormente alguna conexión con las Fuerzas de Seguridad del Ejército Argentino.

C.- Que no señor, nunca jamás tuve contacto ni con integrantes de las Fuerzas Armadas ni Policiales de ese país ni siquiera en actos sociales ya no profesionales.

P. - Si conoció a un ciudadano uruguayo radicado en la República Argentina de nombre Washington Pérez.

C.- A Washington Pérez lo conocí aquí en Montevideo cuando lo detuve en una reunión clandestina de carácter subversivo con 7 subversivos más, en un local que pertenecía al sindicato de panaderos que estaba ubicado en aquella oportunidad en la calle Fraternidad en ese operativo estuvo presente el Juez Letrado de 3er. Turno, Dr. Etchevarría.

P.- Si tiene algo más que agregar.

C. Si señor. Primero nunca jamás hice operación alguna del tipo policial o militar en la República Argentina por lo tanto es falso, enfáticamente lo declaro que me hayan visto deteniendo o interrogando en ese país y segundo quiero dejar constancia que pongo a disposición de la autoridad competente de esta Fiscalía o de cualquier otra autoridad los pasaportes mencionados para que sean analizados o estudiados en el país que fueron confeccionados o para que se estudien los sellos y visas mencionadas como también el recibo original del Hotel antedicho.

En este estado leída que le fue el deponente, se mantiene y ratifica de su contenido, firmando conjuntamente con el señor Fiscal.

"LA REPUBLICA"- 17/XII/97- Pág. 06.-

9714744

Fot. Poco legible

B - 1

020

aparece como denominador común en las instancias que tuvieron que soportar los secuestrados desaparecidos".

"5) En el caso de los niños desaparecidos, la Comisión concluye en que muchos de ellos fueron entregados a los familiares del mismo aparato represivo".

"Cabe destacar la feliz aparición de tres niños originalmente denunciados como desaparecidos. Tales los casos de los menores Amaral García Hernández y los hermanitos Anatol Boris y Eva Lucía (o Victoria) Julien Grisona. Igualmente, se tiene la certeza del nacimiento de tres de ellos en cautiverio".

"6) La Comisión no puede concluir en que estas irregularidades sean imputables a decisiones orgánicas.

Aparecen en cambio, fundados indicios de que existieron elementos policiales y militares, reiteradamente denunciados, cuya posición es seriamente comprometida".

"7) Que existe un caso particularmente distinto en las motivaciones, ocurrido en el Uruguay, ya que si bien en el mismo aparecen vinculados altos jerarcas militares las motivaciones estarían referidas a un ajuste de cuentas por motivos personales y que se conectan con actividades delictivas comunes".

"8) Que de los testimonios aportados aparecen como directamente vinculados en cuanto a responsabilidad de estos secuestros, desapariciones, torturas y homicidios, 71 militares uruguayos y tres extranjeros, reiterada y coincidentemente citado en aquellos, en lo que resulta en los folios Nº 71 vta, 184, 185, 226, 262, 265, 268, 277, 282, 284, 292, 294, 298, 338, 365, 669, 830, 831, 843, 846 vta., 847 vta., 850, 851; 652, 892, 904, 1048, 1104, 1197 y 1866 del legajo de actuaciones respectivo, y de las actas Nº 4, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29 y 31 llevadas por la Comisión".

"9) Que comprobada la constancia en nuestro país tumbas 'NN', y entre las fechas en que esas inhumaciones fueran efectuadas, debe señalarse que las mismas coinciden exactamente con el período en que mayoritariamente se produjeron las desapariciones denunciadas".

"10) Que estos hechos sólo ocurren cuando la sociedad pierde el control de las instituciones democráticas y la degradación de algunos hombres encuentra libre impunidad para su monstruosa acción".

"11) Que el Parlamento debe levantar hoy su voz en nombre del pueblo, que silenciado por la fuerza, no pudo en su momento denunciar ante la Justicia estos hechos".

"12) Que el Poder Legislativo ha llegado a estas conclusiones en el marco de una investigación realizada dentro de los límites constitucionales, pero que está seguro de que el Poder Judicial, dotado idónea, técnica y constitucionalmente, podrá avanzar rápida y efectivamente en el esclarecimiento total de los hechos, enjuiciamiento y condena de los culpables".

"El proyecto de resolución del informe, incluye el pasaje de todos los datos investigados a la órbita del Poder Judicial, a la vez que propuso remitir al Poder Ejecutivo otra copia, con la nómina de los oficiales de las Fuerzas Armadas y Policiales que aparecen reiteradamente mencionados en testimonios y documentos, a "efectos de que proceda en consecuencia".

"En la introducción del informe, se señala que "de ninguna forma la Comisión encuentra atenuantes para la modalidad empleada durante los procesos militares de Argentina y Uruguay, respecto a las desapariciones.

Ellas tuvieron un trasfondo de crueldad, superior a la misma instancia de la muerte. La técnica de la desaparición, su entorno y sus consecuencias, conforman en efecto el perfil del crimen de "lesa humanidad", en tanto el desprecio de la persona humana, el absoluto despojo de su identidad y de su autorrespeto, el total desconocimiento de los más elementales derechos que la jurisprudencia universal reconoce al hombre, cualquiera sean las circunstancias.

Esta violación se produce desde el mismo instante del secuestro y se proyecta en el tiempo, no sólo en la persona agredida, sino también en su familia".

Redacción que tenía el actual artículo número 6 (anteriormente número 7)

7) En lo referente a las causas que motivaron estas desapariciones, esta Comisión entiende que las mismas fueron la persecución política llevada a cabo por un aparato represivo de las Fuerzas Armadas en los años en que detentaron el Poder, aunque algunas veces aparece claro además del anteriormente mencionado, otros motivos que van desde el chantaje y la venganza, hasta el más cruel sadismo por parte de los ejecutores de dicha política represiva.

Artículo 5 eliminado, publicado en El País (6-11-85)

5) En el caso de los adultos, esta Comisión llega a la conclusión de que todos ellos están fallecidos como consecuencia del trato brutal al que fueron sometidos, o directamente ejecutados, estando en consecuencia no sólo ante desapariciones de personas secuestradas, sino además ante brutales asesinatos en las circunstancias más agravantes".

Ejecutivo desconoció al fiscal militar al archivar denuncias

Por su artículo 3º de la Ley 15.848 (de Caducidad), aprobada el 22 de diciembre de 1986 y ratificada después en un plebiscito, el juez penal, receptor de la denuncia, debía remitir el expediente al Poder Ejecutivo para que "informe si el hecho investigado lo considera comprendido o no en el artículo 1º de la ley". El artículo 1º establecía que como consecuencia de la "lógica de los hechos" originados en el denominado "Pacto del Club Naval", había caducado el "ejercicio de la pretensión punitiva del Estado respecto a delitos cometidos hasta el 1º de marzo de 1985, por funcionarios militares y policiales, equiparados y asimilados, por móviles políticos o en ocasión del cumplimiento de sus funciones y en ocasión de acciones ordenadas por los mandos que actuaron durante el período de facto".

El reclamo de los familiares de los desaparecidos se ha mantenido inalterable sin acusar el paso de los años.

El Poder Ejecutivo podía hacer dos cosas: o consideraba que no estaba comprendida dentro del artículo 1º y en ese caso devolvía el expediente al juez penal y éste seguía instruyendo. O bien, entendía que sí estaba comprendida dentro del artículo 1º y, en consecuencia, así se le informaba al juez penal y éste no podía hacer otra cosa que archivar la causa.

En todos los casos, el Poder Ejecutivo, hizo lo segundo. Consideró que todas las denuncias estaban comprendidas en el artículo 1º, y las mandó archivar. De este modo, el Poder Ejecutivo reconoció la participación de funcionarios "militares y policiales, equiparados y asimilados" en la desaparición de personas. Sin embargo, el fiscal militar de 2º Turno, coronel José A. Sambucetti "investigó" según artículo 4º. En prácticamente todas las causas, Sambucetti concluyó que no había pruebas sobre la participación de funcionarios militares y policiales, equiparados y asimilados.

La respuesta implicó que no había pruebas de la participación de militares y policías y, por tanto, que no estaba comprendido en el artículo 1º.

"Por lo tanto, el Poder Ejecutivo debió haber devuelto la causa al juez penal para que éste continuara investigando. Pero el Poder Ejecutivo no hizo esto, sino que concluyó que habían funcionarios implicados y mandó archivar. El Poder Ejecutivo desconoció la investigación de Sambucetti porque si la reconociera debió haber devuelto el expediente [illegible]

[illegible]

☐ La salida [illegible]

El Poder Ejecutivo, a través de sus voceros, afirmó que "no es posible investigar". En el mismo sentido se manifestó el comandante en jefe del Ejército, teniente general [illegible] dictoria. O se investigó y en consecuencia se podía investigar o bien no se podía investigar [illegible]

Los familiares sostienen que desde 1987 a la fecha hay mucha más información que "justifica la necesidad de volver a investigar". Dentro de ésta, se inscriben los testimonios de militares como el capitán de navío (r) Jorge Tróccoli, y del general (r) Alberto Ballestrino, la denuncia del senador Rafael Michelini, la aparición posterior a esa fecha de algunos niños, como Mariana, María Victoria Moyano y Simón Riquelo (aunque su identificación continúa pendiente de resolución judicial).

"Si no hay pruebas de la participación [illegible]

a en esa fecha.
espuesta es la misma que la
ón anterior.
conoció al ciudadano José
dez Donadío.-
recuerdo, porque si lo conocí
lo detuve, aquí en la ciudad
ideo, en algún procedimiento
os que realicé por la función
a en la lucha antisubversiva.
día 17 de junio de 1976, se
en la ciudad de Buenos

no señor.-
ede precisar dónde se encon
a fecha.
na respuesta que dos anteri

noció al ciudadano Francisco

de mi esposa
Aldecoa de
Nº 13 hice la
r la embajada
on la misma
1976 y que en
mismo sello de
terior con la
misma fecha de ingreso a la ciudad de Miami o sea julio 13 1976, —a su vez exhibo y otorgo fotocopias de la factura de pago a mi nombre que indica en inglés "533 CAMPOS M/M H.2/15 7/20 7/13 768720 MONTEVIDEO, URUGUAY W1/$ ct" y luego comienza la estadía a marcarse JUL 13-76 hasta JUL 19-76, debo significar que ese día 20 de julio viajé con mi esposa vía aérea a Washington DC. Permaneciendo una semana, de ahí viajé a la ciudad de Tampa (Florida) regresando al mismo Hotel o sea al Sheraton Beach retornando a Montevideo el 9 de agosto de 1976 que queda certificado a fs. Nº 14 de nuestros respectivos pasaportes.

P.- Si conoció al ciudadano León Duarte Luján.

una reunión clandestina de carácter subversivo con 7 subversivos más en un local que pertenecía al sindicato de panaderos que estaba ubicado en aquella oportunidad en la calle Fraternidad en ese operativo estuvo presente el Juez Letrado de 3er. Turno, Dr. Elchevarría.

P.- Si tiene algo más que agregar.

C. Si señor. Primero nunca jamás hice operación alguna del tipo policial o militar en la República Argentina por lo tanto es falso, enfáticamente lo declaro que me hayan visto deteniendo o interrogando en ese país y segundo quiero dejar constancia que pongo a disposición de la autoridad competente de esta Fiscalía o de cualquier otra autoridad los pasaportes mencionados para que sean analizados o estudiados en el país que fueron confeccionados o para que se estudien los sellos y visas mencionados como también el recibo original del Hotel antedicho.

En este estado leída que le fue el deponente, se mantiene y ratifica de su contenido, firmando conjuntamente con el señor Fiscal.

Fot. con Partes oscuras

Pág. 07

02

9714744

Anexo "CUARENTA"

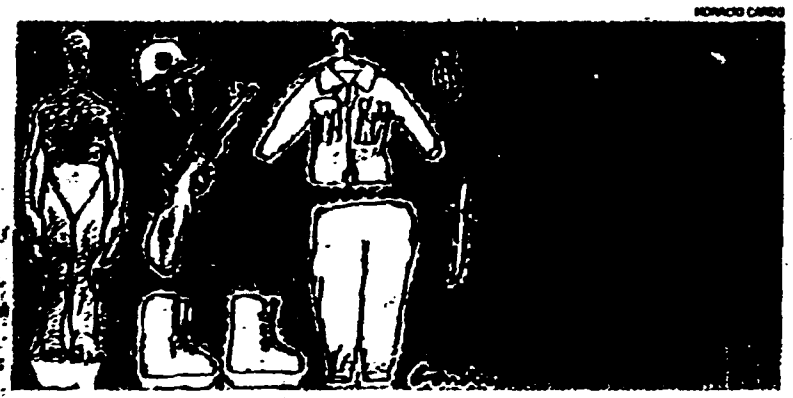
TRIBUNA ABIERTA

La reestructuración militar tiene que ser consensuada

El Senado debe tratar el proyecto de reforma de las FF.AA. acordado en Diputados • Según este planteo, el tema va más allá de un aumento presupuestario e incluye un nuevo diseño del sistema de Defensa

ADOLFO ARGENTINO VILLAVERDE
Presidente de la Comisión de Defensa Nacional del Senado (PJ - provincia de Buenos Aires)

HORACIO CARDO



Desde 1983 al presente, los argentinos y en particular los políticos hemos entendido que los temas de Defensa y aquellos vinculados con la seguridad interior no son materia de competencia política entre los partidos. Estas cuestiones deben resolverse en un marco de consenso, porque sólo así las políticas tienen peso y legitimidad suficientes como para imponerse a las naturales resistencias que lo acontecido despiertan.

Entre las varias asignaturas pendientes que todavía tenemos en el Congreso está, precisamente, la reestructuración del sistema de defensa nacional y, en otras palabras, la reforma del Estado en el área donde se concentra una porción sustancial del gasto público y, sobre todo, el grueso de los salarios pagados por el Estado nacional.

Como en el Primer Mundo

Necesitamos Fuerzas Armadas eficientes y modernas, que privilegien la calidad sobre la cantidad, equipadas con tecnología de avanzada y preparadas para asumir un cambio de proporciones equivalentes al que debieron enfrentar cuando se creó el ejército profesional en 1901.

Ya hemos logrado la completa subordinación de los militares al poder constitucional y su adhesión irrestricta al sistema democrático. De esta forma hemos terminado con el viejo y anacrónico enfrentamiento entre civiles y militares, abriendo así las puertas para una transformación cultural que nos coloca a este respecto en situación parecida a los países del Primer Mundo.

Pero todo esto, pese a la magnitud del cambio, no es suficiente. Ahora la transformación tiene que abarcar desde el equipamiento hasta la capacitación de los cuadros y la tropa, pasando por la estructura misma de las Fuerzas y su disposición en el terreno. Tenemos que pensar las Fuerzas Armadas del siglo que viene.

Como vivimos una nueva situación internacional y en particular una coyuntura regional ampliamente favorable para reforzar el clima de paz que tenemos en el Cono Sur de esta América, el nuevo diseño del sistema de defensa deberá consolidar esa realidad. Los soldados del siglo XXI tendrán que prepararse para garantizar la paz, antes que para hacer la guerra.

Toda política responsable requiere contar con un cuidado financiamiento y esto equivale a enfrentar los costos que implica la transformación. De lo contrario estaríamos frente a un esfuerzo voluntarista condenado de antemano al fracaso.

Con estas premisas se ha logrado en la Cámara de Diputados un amplísimo consenso alrededor de un proyecto de ley cuya autoría corresponde a Horacio Jaunarena, ex ministro de Defensa del gobierno de Raúl Alfonsín y actual legislador de la UCR. Todas las parcialidades políticas han dado su apoyo a la iniciativa, y en el Senado nos preparamos para darle rápida sanción al texto legal que nos envíen los diputados. Además, el Presidente está dispuesto a impulsar esta transformación.

Si esta es la situación, también es difícil comprender cómo un dirigente de la alianza opositora, el diputado Juan Pablo Cafiero, pudo afirmar imprudentemente que "el proyecto de ley de reestructuración de las Fuerzas Armadas constituye en verdad un mero aumento presupuestario para estas instituciones, sin reparar en la urgencia que en materia de jubilaciones y educación afectan a la sociedad, y dentro de ésta a los hombres de armas".

Olvidó el diputado del Frepaso que el aumento presupuestario previsto no es para los hombres de armas sino para el sistema de Defensa que sirve a todos los argentinos. Además se aplicará a la inversión en equipos y en una mayor actividad operativa, comprometiéndose las Fuerzas a vender inmuebles prescindibles como una contribución para afrontar los costos del cambio.

Cafiero afirmó temerariamente que "el actual gasto militar, aunque reducido en comparación con años anteriores, resulta elevado si se tiene en cuenta que sólo sirve para financiar instituciones anacrónicas en relación con los cambios institucionales y regionales, y obsoletas e ineficientes para afrontar las necesidades básicas de la defensa nacional". Espero que ello sea una expresión aislada del Frepaso y que actitudes como ésta no traben la posibilidad de alcanzar acuerdos sólidos para encarar de inmediato la transformación de las Fuerzas Armadas.

Ni las Fuerzas Armadas son instituciones anacrónicas ni obsoletas, al menos aún puede aceptarse, como lo advierte Cafiero, que no sabe aún "cuáles deben ser las funciones básicas esenciales de las Fuerzas Armadas". Esto ha sido definido con claridad en las leyes de Defensa y Seguridad Interior, sancionadas por unanimidad en el Congreso, algo que Cafiero no puede ignorar.

En última instancia, no hay política responsable sin costos, y asumirlos es parte de la tarea del legislador. Cafiero parece no entenderlo así. □

022/22 9714744

CLARIN 17/XII/97 - Página 23.

C-1

Nº DOCUMENTO 97147146
TITULO GASODUCTO DEL SUR: REVELAN EL INTERES DE 15 CONSORCIO
PROCEDENCIA 150007
FECHA DE PROCEDENCIA 2-10-97
VINCULACIONES 11190 /
507460 ✓
66960 ✓

/

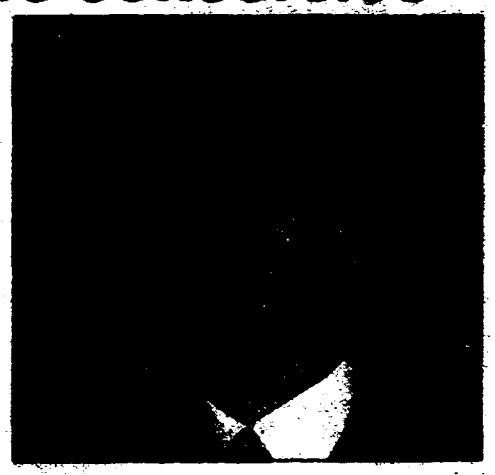
Gasoducto del Sur: revelan el interés de 15 consorcios

Se reveló en la víspera que 15 consorcios internacionales se presentaron al llamado de interés para concesionar la construcción del Gasoducto del Sur, que unirá a Buenos Aires con Montevideo y su posible extensión hacia el sur de Brasil.

Las empresas interesadas provienen de países como Alemania, Canadá, Estados Unidos, Francia, Argentina y Uruguay, y el subsecretario de Industria, Pedro Antmann, anunció que la apertura de los sobres de la licitación internacional se realizará el 12 de diciembre.

Aventando las dudas planteadas sobre la capacidad del Gasoducto del Litoral para abastecer las necesidades de una vasta región de nuestro país, Antmann aseguró que el mismo será suficiente para atender al comercio, la industria, el sector agropecuario y los hogares de esa zona.

Por último, el jerarca confirmó nuestro adelanto del viernes 26 de setiembre en cuanto a que las tarifas de UTE aumentan un 1,62% a partir del 1º de octubre y que el ajuste es mínimo dentro del compromiso descendente de la [illegible]



ASESORES. Antmann informó sobre interés de 15 consorcios en construcción del gasoducto

97147463

01-01

Nº DOCUMENTO 9714747
TITULO DÍA INTERNACIONAL DEL AGUA.
PROCEDENCIA 160014
FECHA DE PROCEDENCIA 1-10-97.
VINCULACIONES 11190 —
507466 —
11046 —
11966 —

01-04

9714747

«Agua segura: fuente de vida», un lema que para cumpl

■ En base a una Declaración suscrita por la OPS, AIDIS y CWWA, en Cuba, en 1992, se conmemora hoy el «Día Interamericano del Agua» ■ Datos difundidos por la OPS indican que el 49% de la población rural y el 13% de la población urbana de la región no tiene acceso al agua potable ■ Además 92 millones de personas no tienen servicio de agua potable, 74 millones carecen de servicios de salud y 147 millones de servicios básicos de saneamiento

El acceso al agua está directamente vinculado con la situación socio-económica de la población, por lo que obviamente, los graves problemas que afectan a la región, se relacionan directamente con la situación de pobreza y marginalidad en que vive la gran mayoría de la población de nuestro subcontinente.

Hoy, 4 de octubre, en el marco de la conmemoración en América Latina y el Caribe, del «Día Interamericano del Agua» se han organizado a lo largo y ancho de la región, diversas actividades, bajo el lema «Agua segura: fuente de vida». Las actividades están patrocinadas por la Organización Panamericana de la Salud (OPS), en cooperación con la Asociación Interamericana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental (AIDIS) y la Asociación Caribeña de Agua y Aguas Residuales (CWWA).

Nuestro país se ha sumado a dicha conmemoración y, en ese sentido, autoridades gubernamentales han manifestado en diversas actividades -entre las que se destacan las de OSE y el Ministerio de Medio Ambiente- su «permanente preocupación» por la situación. Sin embargo, cabe destacar que no existen políticas gubernamentales -y si existen no han dado mayores resultados- respecto a un tema muy importante para preservar el vital recurso natural y es el relacionado con el cuidado de nuestros cursos hídricos.

Esta conmemoración se basa en la «Declaración del Día Interamericano del Agua» suscrita por las tres organizaciones en el XXIII Congreso Interamericano de AIDIS, realizado en La Habana, Cuba, en noviembre de 1992. Al respecto, la Cumbre de Río -en su programa 21- propuso que el desarrollo sostenible y el concepto de que los seres humanos como «el centro de las preocupaciones relacionadas con dicho desarrollo», tienen «derecho a una vida saludable y productiva en armonía con la naturaleza».

En apoyo a estos principios los firmantes de la Declaración consideraron que ésta es indispensable para el bienestar y el desarrollo socioeconómico de los países de las Américas, por lo que exhortaron a los gobiernos, organismos internacionales, organizaciones no gubernamentales y municipios, para que «utilicen este día» para llamar la atención sobre los problemas relacionados con el suministro de agua potable y la conservación y protección de los recursos hídricos.

Además, dicha declaración insta a llevar a cabo actividades educativas e informativas en esta fecha, con la finalidad de aumentar los conocimientos de las personas respecto a su contribución para la conservación del agua segura, como invalorable medida de protección contra las enfermedades de origen hídrico.

Importancia del agua para la vida

El agua ocupa 1.360 millones de quilómetro cúbicos, de esa cantidad, el 95,5% está en mares y océanos y un 2,1% glaciares o casquetes polares. Tan sólo el 2,3% es agua dulce disponible para los seres humanos.

Es decir, en todo el planeta tenemos 31,3 millones de quilómetros cúbicos de agua dulce distribuidos de la siguiente manera:

- lagos y pantanos: 130.000 quilómetros cúbicos
- atmósfera: 14.000 quilómetros cúbicos
- cursos de agua: 4.000 quilómetros cúbicos

Es un recurso vital para todos los seres vivos que, en forma diversa, beneficia a cada uno de ellos.

El agua en el suelo, cumple un papel clave para la nutrición de la vegetación; circula y es retenida por el suelo de acuerdo al contenido de arcillas, arenas y humus, según la porosidad o permeabilidad que posee. Las raíces absorben parte del agua que les proporciona el suelo y el resto queda almacenado para el futuro. Cabe destacar que el crecimiento de las plantas, sólo es posible cuando hay agua en cantidades apropiadas, porque si existe deshidratación los mecanismos biológicos del crecimiento se reducen y llegan a desaparecer. En la naturaleza encontramos diversas formas de plantas adaptadas a la disponibilidad de agua en la zona, si el área es seca, las hojas son pequeñas (tipo espinas) y los tallos son carnosos para almacenar agua; las plantas de zonas húmedas tienen tejidos con

«Todo lo que hagamos para preservar y mantener el precioso líquido simpre será poco»

En el marco de la celebración del Día Interamericano del Agua, el Vicepresidente de la Administración Nacional de Obras Sanitarias del Estado, Dr. Ariel Moller, sostuvo que «hay verdades elementales en las que coinciden los hombres» independientemente de las discrepancias que tengan «en el pensar y en el hacer». Entre esas verdades «elementales» figura la «imprescindibilidad del agua para la vida» y sobre todo que la misma «es un bien finito» de la humanidad.

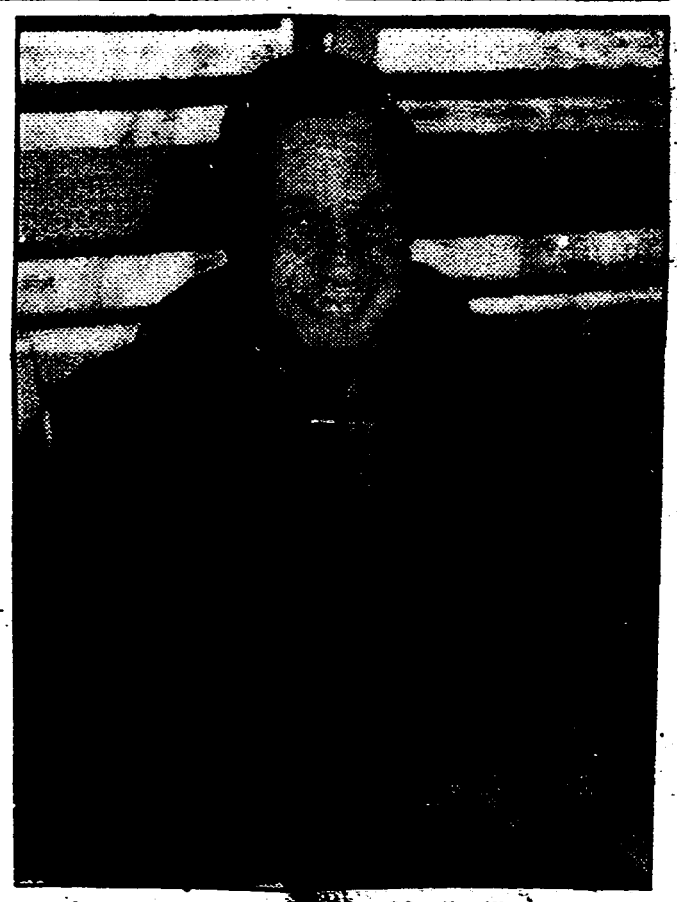
En ese sentido, Moller aseguró que «llegar cada año a un día internacional del agua es reconocer en el mundo que todo lo que hagamos por el agua, para los habitantes del planeta es poco».

Al respecto destacó que «con orgullo puedo afirmar que en la gestión que nos cupo en estos primeros dos años de gestión -que acaban de cumplirse- hemos hecho más de 40.000 nuevas conexiones y tendimos más de 700 quilómetros de cañería».

El jerarca de OSE recordó que el Rey jordano, Hussein, afirmó en 1990: «no puedo imaginar más que una razón para una guerra con Israel, una batalla por las aguas del río Jordán». Y también recordó que el propio Secretario General de Naciones Unidas, Kofi Annan, previó que «podría desatarse una escalada de guerras por el control del agua potable». Afirmaciones que para Moller significan «la posibilidad cierta de una confrontación bélica por el agua».

Al respecto, el Vicepresidente de OSE consideró que «el hombre debe ser capaz de administrar los recursos hídricos del planeta con inteligencia y humanidad». Añadió que «en teoría, hay suficiente agua en el mundo para todos», sin embargo, «las desigualdades en lo que respecta al consumo de agua son notorias».

En ese sentido Moller dijo



que el consumo promedio sitúa en 1.870 litros por p sona por día, pero indicó mientras un norteamer no consume más de 2.0 metros cúbicos por año, chino en el mismo tiempo sólo llega a 462 metros cú cos.

Asimismo opinó que advertencia del Banco M dial, efectuada en atenc al interés de aumentar y m tener las reservas de a del planeta, destinando de 600 mil millones de dóla es los próximos diez años, se quedará corto», porque con una población mundial que se espera se incremente de 5.600 millones -que somos actualmente- a 8.000 millones, que seremos en el año 2.025, «la demanda de agua aumentará a niveles insospechados», y concluyó que «todo lo que hagamos para preservar y mantener el precioso líquido siempre será poco».

El MVOTMA reconoció la necesidad de prevenir el vertimento de deshechos industriales en ríos y arroyos

El Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, ratificó la necesidad de preservar el patrimonio hídrico, en el marco del Día Interamericano del Agua.

Para esa Secretaría de Estado, este día «es una jornada que convoca a la reflexión de la comunidad en su conjunto, en torno a la necesidad de preservar uno de los recursos más importantes de la naturaleza y administrarlo eficientemente, para transformarlo en un potencial factor de desarrollo y bienestar colectivo».

En el marco de dicha conmemoración, en la tarde de ayer, se celebró un encuentro en la sede ministerial en donde se proyectó el video elaborado por la Organización de Naciones Unidas, denominado «El agua es vida».

Respecto a Uruguay, se destacó que nuestro país posee un vasto sistema hidrográfico, que cubre todo el territorio nacional, con cinco cuencas fundamentales: el Alto Uruguay, el Río Negro, el Río de la Plata, Laguna Merín y la Cuenca Atlántica.

El agua está vinculada a la totalidad de las actividades humanas y resulta un elemento vital, por lo que constituye «una preocupación permanente» del MVOTMA al «asegurar la calidad de los recursos hídricos, poniendo especial énfasis en la recuperación de los cursos de agua».

Según se indicó oficialmente, «un aspecto medular de la acción del Ministerio en esta materia tan sensible, es la prevención del vertimento de deshechos industriales en ríos y arroyos».

Al respecto en un comunicado emitido por el MVOTMA, se afirma que «las autoridades mantienen una actitud permanentemente vigilante» y que «celebran contactos con las cámaras empresariales y otros actores sociales, con el propósito común de generar una cultura medioambientalista que logre compatibilizar el progreso con la efectiva protección de nuestras riquezas hídricas».

02-

9714747

requiere de urgentes políticas gubernamentales

lermis delgada.
ualmente, los anima-
absorben agua en can-
des apropiadas a través
ibos digestivos o inclu-
través de la piel, Para
ler más agua de la de-
, la piel puede ser im-
neable o con caparazón
ector para combatir la
poración. Los seres
anos tenemos un 70%
igua como parte del
de neustro cuerpo y
dispensable para todas
funciones vitales del
nismo.
agua dulce es emplea-
or los seres humanos
consumo directo y
ión de aliemntos; para
npieza personal, de las
s y del hogar en gene-
para la agricultura y la
dería; para usos indus-
es; como medio de-
porte y recreación y
la producción de ener-

ribución del a

agua no se encuentra
buida uniformemente
naturaleza y muchas
se emplea y se dis-
ye inadecuadamente.

Según la cantidad de lluvia que reciben los continentes, América del Sus ocupa el segundo lugar en el mundo, después de Asia.

De los 14.000 quilómetros cúbicos anuales de agua utilizable en el mundo, a América del Sur le corresponden aproximadamente 4.000 quilómetros, por lo que la relación por habitante para el continente es de 21.000 metros cúbicos por habitante.

Para su sobrevivencia, las comunidades deben contar con el debido acceso al agua en condiciones adecuadas, para cumplir con estas condiciones hay que convertir el agua dulce en agua potable. Cabe recordar que el agua es potable cuando:

- no contiene gérmenes ni parásitos que ocasionan enfermedades
- es limpia, transparente y sin sabor
- no contiene sustancias tóxicas ni indeseables

Preocupante situación en la región

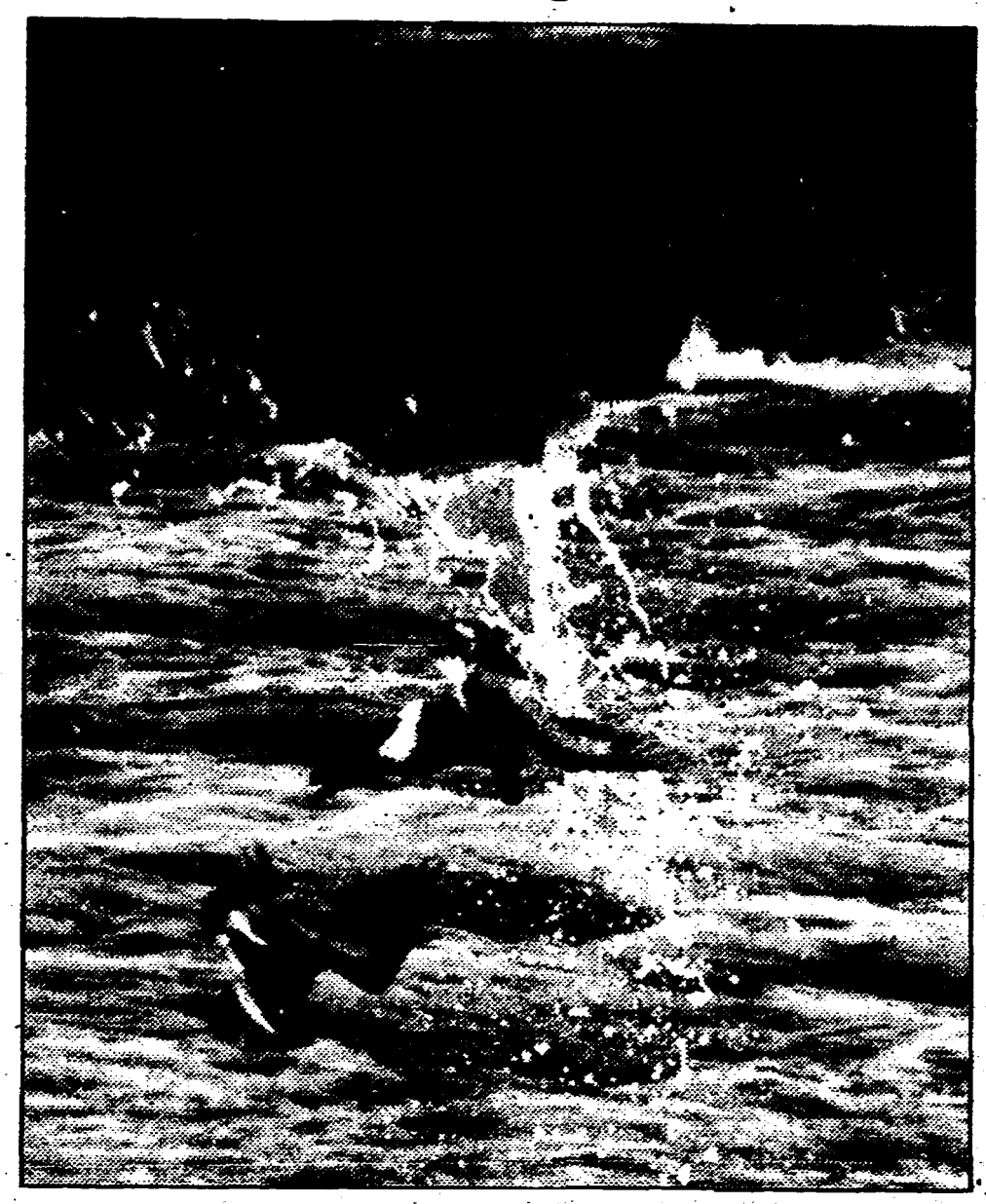
En América Latina y el Caribe gran parte de la población no tiene acceso al agua potable.

En cifras, el 49% de la población rural y el 13% de la población urbana de esta región no tiene acceso al agua potable.

Esa situación significa que 92 millones de personas no tienen servicio de agua potable; 74 millones carecen de servicios de salud y a 147 millones les faltan los servicios básicos de saneamiento.

Casi 6 millones de niños menores de 5 años padecen desnutrición.

El acceso al agua está directamente vinculado con la situación socio-económica de la población, por lo que obviamente los graves problemas que afectan a la región, se relacionan directamente con la situación de pobreza y marginalidad en que vive la gran mayoría de la población de nuestro subcontinente. Además, las comunidades rurales e indígenas son las que más sufren la carencia de abastecimiento de agua, lo cual redunda en graves problemas de salud e incide negativamente en la calidad de vida de dicha población.



s plantas de tratamiento de aguas residuales en el interior tán devolviendo las aguas en peores condiciones

cohmemorarse hoy el Interamericano del «la Juventud» publi-te de un dossier apa-en el número 42 de la a «Tierra Amiga», se profundizan algu-nceptos fundamenta-ra entender la proble-a del agua en nuestro a la vez, se brindan os datos que nos pa-mportante difundir.
mar que el agua es es algo más que una echa. La ley de aguas la define como «un o natural escaso, in-sable para la vida, y l ejercicio de la inmen-yoría de las activida-conómicas; es irreem-le, no ampliable por la voluntad del hombre, lar en su forma de pre-se en el tiempo y en el o, fácilmente vulnera-susceptible de usos ivos. Asimismo, el constituye un recurso io, que se renueva a del ciclo hidrológico conserva, a efectos os, una magnitud casi ante dentro de cada las cuencas hidrográ-

gua desempñea un pa-ndamental en los pro-vitales, esto se debe a opiedades esenciales. ero, es el mejor de los disolventes, por la variedad de sustancias que son solubles en ella y la cantidad que puede diluir, superando a cualquier otro líquido. Se torna así en un excelente medio para las reacciones químicas, ya que en los medios acuosos las reacciones se dan con mayor frecuencia y rápidez que en los medios sólidos o gaseosos, y los procesos virales no son más que una serie de reacciones químicas. Segundo, originariamente fue la única fuente de hidrógeno y oxígeno, dos elementos muy útiles para la vida, y por lo tanto no es posible concebir un sistema viviente sin su presencia. Actualmente es la única fuente de hidrógeno y una de las principales de oxígeno.

Distribución desigual y mal aprovechamiento

A pesar de que en la Tierra «existe agua por todas partes», es asombroso la poca cantidad de ella que es utilizable directamente. Por cada 1.000 litros (1 metro cúbico) de agua que existen, sólo se encuentran a nuestro alcance 3 litros.

Aún así, la poca cantidad de agua disponible sería suficiente para abastecer a una población incluso superior a la actual, si pudiera explotarse en su totalidad. Pero, el problema es que, tanto el agua como la población del mundo, están desigualmente distribuidos.

En 1972 el agua bajo control humano era de 3.100 km3, de los cuales se consumieron 2.400 (77%) en regadíos, 500 (16%) en la industria y 200 (6.5%) en otros usos. De ahí que sea la agricultura el principal consumidor de agua en el mundo.

Cabe destacar que el 90% del agua de uso doméstico e industrial puede regresar a los ríos y ser recuperada para ser reutilizada, pero el 75% del agua utilizada en regadíos se pierde.

Contaminación. Se denomina contaminación a toda causa que contribuya a que un determinado medio o recurso sea inapropiado para su uso.

Según la OPS/OMS «el agua se consdiera contaminada cuando se altera su composición o condición, de suerte tal que resulta menos apta para cualquiera o todas las funciones y propósitos para los que sería apropiada en su estado natural».

El origen de la contaminación del agua está en la propia actividad humana en relación a los ciclos naturales, pues la presión del hombre como especie dominante en los ecosistemas, desequilibra el mismo.

Saneamiento. El saneamiento controla los factores que afectan al medio ambiente y que puedan tornarse nocivos para éste o para el ser humano.

OSE es el organismo público responsable del saneñmiento en el interior del país y la Intendencia de Montevideo, lo es en la capital. En la escena nacional, llama la atención que existan importantes capitales departamentales con vertido directo, como Colonia, Paysandú, Salto, Mercedes. Sólo dos localidades tienen tratamiento primario y secundario -que sería la solución ideal- Las Piedras y Rivera. Pero en Las Piedras, sólo un mínimo porcentaje de la población tiene servicio de saneamiento.

Según informó Ruben Villaverde (dirigente sindical de OSE) a Redes-AT, todas las plantas de tratamiento primario están sobrepasadas en su capacidad o son vetustas, por ende el tratamiento que se le hace al agua no es el deseado por el volúmen que están recibiendo y porque «están devolviendo -al medio- las aguas en peores condiciones».

Es la primera vez en la historia del país que se pone en tela de juicio la potabilidad y el aceptable nivel de los recursos hídricos del mismo. Una realidad que amenaza convertirse en algo pasado.

El Santa Lucía «se está secando»

José Monzaglio, tiene 84 años, es oriundo de Santa Lucía, profundo conocedor del río y un estudioso de las inmensas posibilidades socio-económicas del mismo. Su inquietud por la problemática de la cuenca comenzó en 1959, cuando se vio directamente afectado por las crecientes que inundaban el hotel de su propiedad, el centenario «Biltmore».

«Yo no sabía lo que era una cuenca en ese entonces -recuerda Monzaglio- y empezé a averiguar y estudiar. Entonces entré a ver que era cada vez más grande. La cuenca abarca seis departamentos, con una extensión de 14.600 km2».

Se incorpora y trae una carpeta repleta de recortes de diarios de la época, que evidencian la movillización y el asombro de la población al descubrir lo que hoy ya es un hecho consumado: «nos estamos quedando sin agua, el Santa Lucía se está secando».

El 5 de diciembre se cumplen 37 años «y todavía no se ha hecho nada», afirma con una mezcla de desolación e impotencia. Monzaglio toma uno de los recortes y rememora: «El hidrógrafo Guillermo Rondini afirmó en el 59 que se podían producir alimentos para más de 12 millones de personas si se planificaba integralmente la cuenca. Este es el tratamiento que ha recibido una de las cuencas más importantes del país y Monzaglio es uno de los protagonistas de este siglo que ha visto pasar casi toda el agua bajo el puente, sin que las autoridades competentes hayan actuado -por desconocimiento u omisión- la vida de un río en el que le va la vida a medio país.

Datos de la Cuenca del Santa Lucía

Superficie territorial: Florida: 6... Canelones: 2.200 km, ... 1.500 km, y Montevideo: 250 km.

Total de habitantes: 367...

Máxima elevación: Cerro Español: 392 metros de altitud

Red hidrográfica: 3 ríos, 201 arroyos, 258 cañadas y 870 cañadones.

03

YM1130

R VARBT 10-03 00456
mun icx

AMERICA-AGUA
ALERTAN PELIGRO DE CONTAMINACION AGUAS SUBTERRANEAS EN REGION

Montevideo, 3 oct (EFE).- La actual dispersión de pesticidas y residuos tóxicos en el suelo y en las aguas subterráneas de muchos países americanos puede afectar en los próximos años al continente si no se frena el problema, alertó hoy la experta Gabriela Castillo en un seminario sobre la contaminación.

Castillo, investigadora de la división de recursos hídricos y medio ambiente del Departamento de Ingeniería Civil de la Universidad de Chile, asiste en Montevideo al "Panel Regional sobre contaminación de las aguas", que organiza el Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (CIID), con sede en Canadá.

En el encuentro, clausurado hoy, participaron expertos y técnicos de Argentina, Brasil, Canadá, Colombia, Chile, India, México, Ucrania y Uruguay.

La reunión se celebró en coincidencia con el Día Interamericano del Agua, instaurado por la Organización Panamericana de la Salud (OPS), que se celebrará mañana, sábado.

"La utilizacion de pesticidas a nivel agrícola y los residuos industriales contaminan los suelos americanos y las aguas subterránes, creando un problema ahora poco visible pero que se transformará en grave en unos años", destacó Castillo a EFE.

El problema de la conservación y el uso racional del agua potable fue uno de los principales asuntos que analizaron los asistentes en el encuentro.

"En la mayoría de los países americanos hay conocimiento, tanto a nivel de las autoridades como de las poblaciones, sobre la importancia del agua para la vida y el desarrollo, pero se debe trabajar más en el cuidado de su calidad y de sus fuentes", agregó la experta chilena.

Entre los objetivos de los técnicos figura la creación de una red regional para evaluar la toxicidad del agua dulce y potable en los países americanos, aprovechando la infraestructura de la Red Internacional Watertox.

La citada Red pretende desarrollar y dar validez a una batería de bio-ensayos simples y baratos para evaluar la toxicidad del agua cruda (rica en yeso que perjudica la digestión) y el agua apta para el consumo humano que sean apropiados para usar en países en desarrollo e industrializados, señalaron portavoces del encuentro.

La red regional americana pretende facilitar los intercambios de información entre sus integrantes que serán universidades, laboratorios y alcaldías "respecto a las ventajas y posibilidades de aplicar una batería de bio-ensayos a las aguas como alternativa a los actuales métodos más costosos y menos fiables", afirmó el uruguayo Roberto Bazzani, coordinador del encuentro.

Para abordar con éxito el problema de la contaminación de las aguas es necesario "reconocer el problema, tratarlo con seriedad y conseguir los recursos financieros necesarios para ello", agregó la investigadora chilena.

El CIID tiene su oficina regional para América Latina en Uruguay. EFE

JF jla/pgl

10/03/18-21/97

04-04

9714747

Nº DOCUMENTO 97147.48
TITULO ORGANIZACION
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE PROCEDENCIA 4-10-97
VINCULACIONES 11190 /
507466 /
11935 /

Amenaza latente

Organización budista advierte sobre los peligros nucleares

Más de 60.000 mil personas visitaron la muestra "Armas nucleares: Una amenaza para la humanidad" que fuera declarada de interés nacional por la Presidencia de la República y que fuera presentada por la organización budista Soka Gakkai en Uruguay.

La exposición que se desarrolló en el atrio de la Intendencia Municipal de Montevideo comenzó su muestra al público el 6 de setiembre, culminando en forma exitosa en la jornada de ayer.

La misma contó con el apoyo de la Intendencia Municipal de Montevideo, la municipalidad de Hiroshima y Nagasaki, las Naciones Unidas y varias organizaciones ambientalistas.

Para el acontecimiento se prepararon unas 140 personas para desenvolverse como guías, explicando los peligros que acarrean el uso de las armas nucleares. Según indicaron los oganizadores, recorrer todos los pasajes de la exhibición llevaba poco más de una hora.

Arlette Malta, integrante de la comisión organizadora resaltó que los alumnos de escuelas ubicadas en zonas carenciadas, se sintieron tocados por los desastres provocados por el armamento atómico en la humanidad. Igualmente, tuvieron el mismo comportamiento un grupo de niños sordomudos. Algunos de ellos lloraron al apreciar las crudas imágenes de las secuelas provocadas en Hiroshima y Nagasaki.

❑ Un mundo perdido

La exposición se llevó a cabo, por primera vez, en la sede neoyorquina de las Naciones Unidas, en forma simultánea a la sesión especial de la "Segunda Asamblea General de la ONU sobre Desarme".

Entre 1982 y 88, la muestra recorrió centros de todo el mundo, como parte de una campaña mundial de desarme que organizaron las Naciones Unidas.

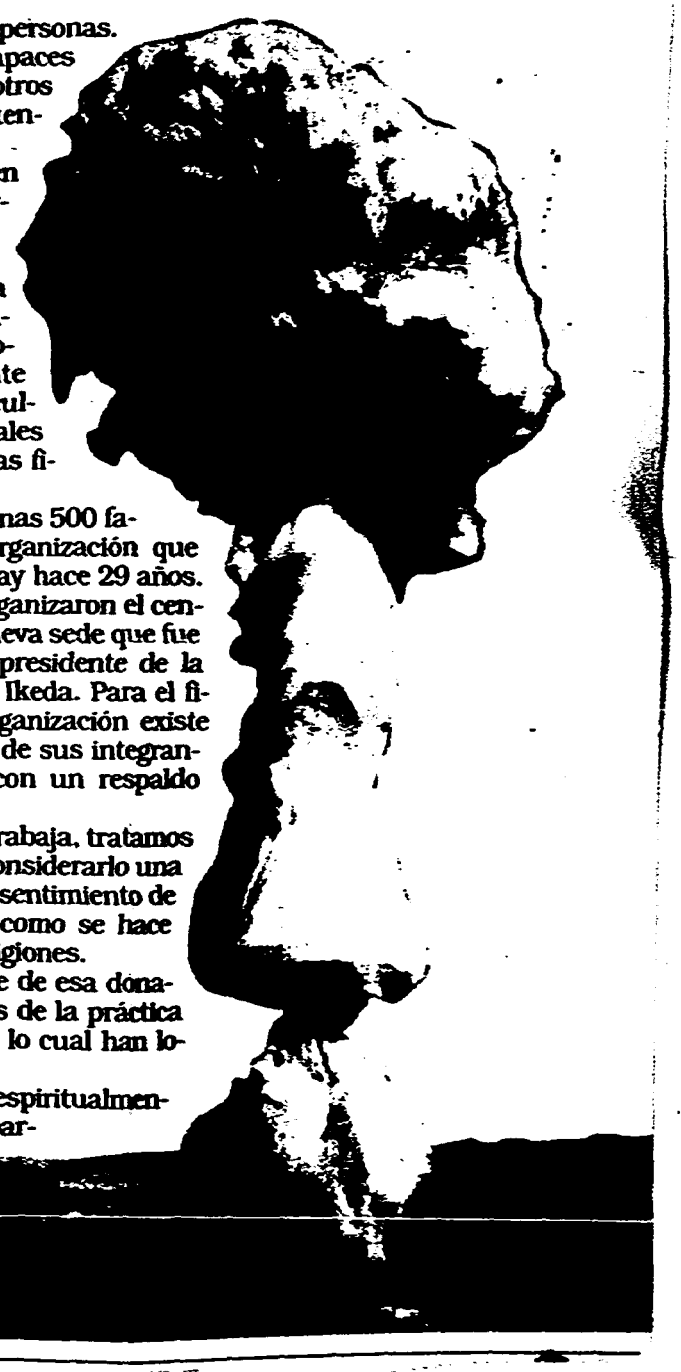
Su mensaje conmovió a más de 1.200.000 personas de 25 ciudades y 16 países. En este año, la exhibición llegó por primera vez a dos ciudades sudamericanas: Buenos Aires y Montevideo. En el hall de la Intendencia montevideana se pudo apreciar algunos objetos referentes al desastre ocurrido en Chernobil, como ser un traje de trabajo que evitaba la contaminación y un detector de radiación. También, los visitantes observaron el testimonio escrito de una persona que hizo estudios acerca de lo sucedido en Chernobil y ayudó a remover los escombros, el cual destacaba que hubo falla humana.

❑ Budistas en Uruguay

La Soka Gakkai Internacional (SGI) es una organización mundial de creyentes budistas laicos, cuyos miembros desarrollan una amplia actividad en los campos de la paz, la cultura y la educación, en 128 países y regiones del mundo. Fue fundada por el educador Makiguchi en 1930. Luego lo sucede su discípulo, otro maestro, que se llama Josei Toda. Este sufrió los embates de la Segunda Guerra Mundial, perdiendo sus pertenencias y seres queridos. Incluso por oponerse a la guerra fue preso y torturado. Cuando sale de la prisión, basado en la filosofía budista que respeta la dignidad de la vida humana, reconstruye la organización Soka Gakkai, que significa la Asociación para la Creación de Valores. Luego Josei Toda lanza una proclama en contra de la bomba atómica y de hidrógeno, dedicada principalmente a los jóvenes, porque considera que son ellos los que tienen en sus manos el cambio del futuro.

Explica que no basta con exterminar las armas que hayan en el mundo sino que hay que luchar con un enemigo invisible que tienen las personas. Dice que si fuimos capaces de crear la guerra, nosotros mismos tenemos el potencial para crear la paz.

La Soka Gakkai en Uruguay realiza diversas actividades con la finalidad de forjar buenos ciudadanos para que vuelquen sus conceptos morales a la sociedad. Lleva adelante variadas actividades culturales como ser festivales e intercambios con otras filosofías religiosas.



Aproximadamante unas 500 familias componen la organización que fue creada en el Uruguay hace 29 años. En el mes de marzo, organizaron el centro cultural con una nueva sede que fue donada por el actual presidente de la Soka Gakkai, Daisaku Ikeda. Para el financiamiento de la organización existe la donación voluntaria de sus integrantes si éstos cuentan con un respaldo económico.

"Si una persona no trabaja, tratamos de que no aporte por considerarlo una contradicción. No es el sentimiento de pedir una retribución como se hace en otras filosofías o religiones.

Sin embargo, la base de esa donación se efectúa a través de la práctica del budismo, mediante lo cual han logrado cambiar su vida.

No sólo se modifica espiritualmente sino también en la parte material la mejoró. Progresaron en su trabajo, si no lo tenían lo consiguieron", explicó Arlette Malta.

97147483
01-01

Nº DOCUMENTO 97/4749
TITULO NUEVA PLANTA EN MALDONADO PARA DEPOSITO DE BASURA.
PROCEDENCIA 150007
FECHA DE PROCEDENCIA 4-10-97
VINCULACIONES 11190 /
507466 /
11966 /

P.D.

Recepcionará los residuos sólidos urbanos de la zona Sur del departamento

NUEVA PLANTA EN MALDONADO PARA EL DEPOSITO DE BASURA

Con el cometido de preservar el medio ambiente, la Comuna de Maldonado habilitó la primera planta de residuos sólidos urbanos que funciona en Uruguay. Será el único punto de recepción de basura de la zona Sur del departamento, para más de 50 mil toneladas anuales de residuos.

MALDONADO (Por Alexis Cadimar).- La Intendencia de Maldonado procedió a inaugurar la primera planta del país y segunda de Latinoamérica de disposición final de residuos sólidos urbanos. El jefe comunal Domingo Burgueño Miguel, destacó el alcance de la obra y dijo que "no escatimamos la inversión para salvar al medio ambiente. Los basurales han sido, junto al saneamiento, nuestras más grandes preocupaciones, pero comenzamos a superar estos problemas".

Manifestó que cada etapa del funcionamiento de esta planta ha sido estudiada en forma conveniente procurando evitar un colapso ambiental. La empresa adjudicataria de los servicios de explotación del establecimiento será controlada día a día mediante un sistema fotográfico cuidando que se cumpla con el trabajo planificado de eliminación de los residuos.

El director Municipal Ing. Jorge Hourcade, dijo que éste es el único punto de disposición final de todos los residuos sólidos urbanos de la zona sur del departamento de Maldonado, llegando al lugar 50 mil toneladas anuales. Dentro de esta cantidad se incluye el residuo común doméstico, animales muertos y parte de los residuos provenientes de centros de salud no incluyendo restos de poda ni escombros.

El producido diario se ubica en las 100 toneladas aproximadamente para la época fuera de temporada y de 200 a 300 por día en plena temporada turística. La Intendencia se ha propuesto realizar un manejo de la disposición final denominado "relleno sanitario" que es el procedimiento recomendado en los foros especializados sobre el tema. Este consiste en recibir los residuos, adecuarlos y taparlos con una frecuencia tal que se minimizan los efectos negativos en los alrededores.

El lugar que previamente fue estudiado y luego acondicionado, en la zona conocida como Las Rosas, entre Maldonado y San Carlos, cuenta con adecuadas características como para asegurar la baja incidencia sobre el medio ambiente. Los intendentes Municipales de Montevideo y Río Negro, Mariano Arana y Rubén Rodríguez, concurrieron para observar el novedoso sistema de la eliminación de los residuos implementado por la Comuna fernandina.

■ NOVEDOSO SISTEMA

En el lugar funcionaba hasta hace poco tiempo la planta de reciclaje de la basura de Maldonado. Ahora a través de esta obra se renueva y mejora el sistema de eliminación de los residuos de acuerdo con el proyecto de los técnicos municipales.

El Ing. Hourcade señaló que se han movido en el lugar, 30 mil metros cúbicos de tierra para construir la "celda" para residuos sólidos domésticos, otra para residuos biológicos (animales muertos) y finalmente una fosa de seguridad para disponer residuos peligrosos provenientes de centros de atención de la salud. En todas las fosas o celdas se ha realizado excavación y esparcido y compactado tierra, particularmente en la fosa de seguridad se ha revestido de una membrana que impide el paso de los líquidos a la tierra. Para ello se construyeron a nivel del subsuelo una red de cañerías que desagotarán todos los líquidos. También se construyeron dos perforaciones de un total de cinco previstas, que tendrán como única finalidad el monitoreo de aguas del subsuelo, área en la cual se incursiona por primera vez en nuestro país. La Intendencia de Maldonado ha desarrollado una serie de obras a los efectos de permitir la operativa de los camiones recolectores en toda época, incluyendo días de lluvia.

En el establecimiento se han pavimentado 6 mil 500 metros cuadrados y la circulación ha sido señalizada con una red lumínica y tomas de energía eléctrica para asegurar un rápido acceso al lugar.

UNICA. *Es la primera planta que funciona en el país y segunda en latinoamérica, permitiendo concentrar la recepción de residuos de una amplia zona del departamento*

ENTUSIASMO. *El intendente Burgueño, junto con autoridades nacionales, departamentales y locales, se mostró optimista por las medidas tomadas en defensa del medio ambiente*

9714749

01-01

9714750
TITULO URUGUAY PREMIADO POR DEFENDER EL OZONO.
PROCEDENCIA 150007
FECHA DE PROCEDENCIA 5-10-97
VINCULACIONES 11190 /
509466 /
11993 /

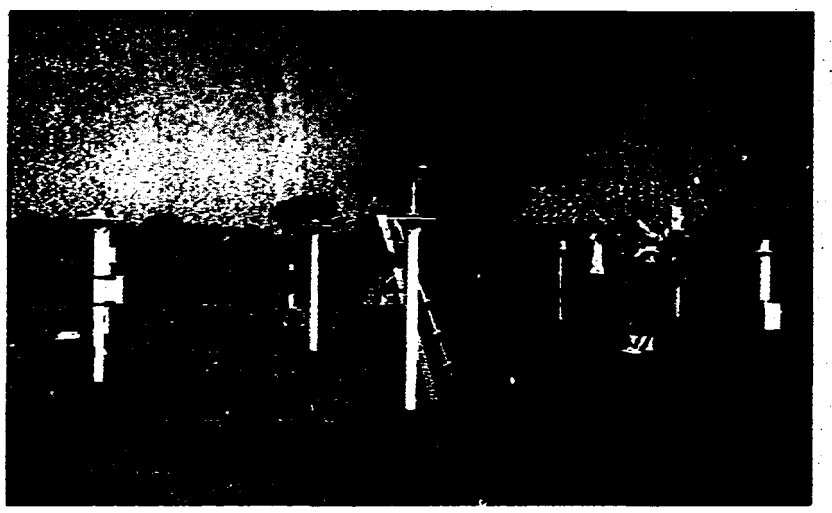
VERDE

Por Gonzalo de los Santos

Uruguay premiado por defender el Ozono

Al cumplirse diez años de la firma del Protocolo de Montreal que regula la producción de sustancias dañinas, se conmemoró el 16 de setiembre el Día Internacional para la Preservación de la Capa de Ozono.

En Uruguay desde abril de 1996 la Estación Meteorológica Mundial —Proyecto Ozono para el Cono Sur— ubicada en Salto, en el Aeropuerto Nueva Hespérides (en la foto), efectúa mediciones diarias del espesor de la capa de ese gas.



La Dirección Nal. de Meteorología indica que se realizan mediciones de ozono total, y desde marzo de ozono troposférico a nivel de superficie, así como de radiación ultravioleta y la solar, tanto global, difusa y también neta.

El ozono se halla en una proporción de uno en un millón respecto a otros gases que componen la atmósfera, y absorbe parte de la radiación solar ultravioleta que tiene incidencia nociva sobre los seres vivos. Puede causar algunos cánceres de piel, cataratas e inmunodeficiencia en los humanos; y en vegetales y animales ocasionar alteraciones en el crecimiento y reproducción, (en particular el fitoplancton), que es la base de la cadena alimenticia de la vida marina.

En la baja estratósfera el ozono cumple una acción benéfica en una capa que se sitúa entre los 12 a 35 kilómetros aproximadamente. En cambio es nocivo para la vida a nivel de la tropósfera inferior, ya que contamina e incrementa el "efecto invernadero".

Mercedes Ocampo, autora del informe de Meteorología, señala que desde mediados de los años 60 en cada primavera austral se sitúa sobre el continente Antártico un adelgazamiento, mal llamado "agujero" de ozono, que a lo sumo puede alcanzar el sur de nuestro continente (Punta Arenas y Usuahia).

Se configura una reducción del espesor de esa capa entre un 15% y un 25% respecto a los valores promedio registrados con anterioridad a esos años.

Los índices captados en Uruguay, de junio a setiembre '97 indican una leve disminución del 3 al 5% respecto a los de 1996, lo que se explicaría por un cambio de dirección de los vientos en la estratósfera, que se produce cada 24 a 30 meses (oscilación cuasibienal). Si los vientos soplan del oeste, se observa un déficit en latitudes medias a polares, en tanto que si lo hacen del este, existe un superávit de ozono.

La Organización Meteorológica Mundial (OMM) advirtió que pese a las medidas puestas en práctica, la situación es delicada. "La cantidad de ozono estratosférico continúa disminuyendo, debido al efecto de las reacciones químicas provocadas por derivados de los clorofluorocarbonos y gases halones", y se prevé que "el empobrecimiento aún se acelere en los primeros años del próximo siglo, aunque según las estimaciones quizás la capa pueda estar reconstituida hacia la mitad de la próxima centuria".

La base antártica uruguaya "Gral. Artigas" será dotada de un espectofotómetro Dobson por parte del Ministerio de Ambiente, que permitirá medir, además, la radiación ultravioleta, constituyendo así el único país que tendrá ese instrumental en la Isla del Rey Jorge. Luego de haber entregado equipos para la reconversión en sectores productivos, de espumas flexibles y rígidas, ha de reglamentar la comercialización y consumo de sustancias contaminantes, que desde 1992 han visto reducido su consumo en el país en un 40%.

Junto a once países, Uruguay ha merecido una distinción del Programa de las Naciones Unidas para el Ambiente en reconocimiento a su compromiso y esfuerzos realizados en los últimos años en favor de la protección de la capa de ozono.

9714750

01-01

DOCUMENTO 9714751
TITULO BM-CLIMA.
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 7-10-97
VINCULACIONES 11190 7
CAJA MORADA
11977 7

TD9307

U ECOBT 10-07 00638
mun

BM-CLIMA (Previsión)
PREVISION Y PLANIFICACION PUEDEN MITIGAR IMPACTO "EL NIÑO"

Por Carlos Martos
Washington, 7 oct (EFE).- La previsión de los cambios climáticos y la planificación pueden paliar los efectos de fenómenos como el de "El Niño", en opinión de diversos especialistas reunidos en Washington por el Banco Mundial (BM).

Los efectos de los incendios forestales en Indonesia, la sequía y las inundaciones que puede acarrear "El Niño" y las emisiones de gases que provocan el "efecto invernadero" serán examinados en la Conferencia sobre el **Desarrollo Sostenido en los** ámbitos social y **medioambiental** que se celebra hasta el próximo sábado bajo los auspicios del BM.

El director del departamento de medio ambiente del Banco Mundial (BM), Robert Watson, manifestó a EFE que ese organismo, la comunidad científica y los gobiernos deben sumar sus fuerzas en las tareas de previsión y planificación de medidas frente al posible impacto de "El Niño".

Este fenómeno está asociado a significativas variaciones en el sistema climático global, que propicia fuertes tormentas e inundaciones en algunas zonas del mundo y sequía en otras.

Los pescadores peruanos fueron quienes bautizaron este fenómeno con el nombre de "El Niño" después de percatarse de las inusuales condiciones atmosféricas y marítimas que se daban en la zona tropical del océano Pacífico en Navidad.

Tras indicar que el impacto de "El Niño" no puede ser previsto en toda su magnitud, sí existe el convencimiento entre los expertos de la necesidad de llevar a cabo medidas de prevención a largo plazo, de forma especial en la puesta en marcha de estrategias para el suministro de agua en áreas que pueden verse afectadas por este fenómeno.

"Si se planifican con antelación estrategias sobre el suministro de agua y sobre algunas cosechas, sí se pueden evitar desastres mayores por el impacto de El Niño", señaló Watson.

Sergio Blanco, consultor independiente y especialista en cuestiones medioambientales que participa en esta conferencia, manifestó a EFE que en Latinoamérica, por regla general, "esperan a que el problema de medio ambiente alcance un momento crítico y, a partir de ahí, reaccionan".

En cuanto a la corriente de "El Niño" Blanco indicó que este fenómeno es "uno de los problemas detectados que se anuncian de forma más inmediata, aunque no es una cuestión aislada".

Tras indicar que lo "esencial" es lograr un desarrollo sostenido que preserve el medio ambiente, Blanco señaló que los problemas en este ámbito se ven de distinta forma según afecten a los países en desarrollo o desarrollados.

"El fenómeno de El Niño afecta también a los países desarrollados y, cuando se da esa circunstancia, el problema se convierte en global", agregó Blanco.

"El Niño" causa el calentamiento de las aguas del océano Pacífico frente a las costas de Centroamérica y América del Sur aunque sus efectos pueden sentirse en California, como ocurrió en el invierno de 1982-83.

En aquella ocasión fuertes vientos, lluvias torrenciales y

9714751
01-02

olas gigantescas erosionaron algunas playas de California y causaron daños en las zonas costeras superiores a los cien millones de dólares.

La conferencia organizada por el BM incluye entre sus principales objetivos el examen de medidas para paliar los efectos devastadores que puede acarrear el cambio climático, incluyendo el fenómeno de "El Niño".

Esta reunión de expertos coincide con los preparativos de la Casa Blanca con vistas a la conferencia internacional sobre el cambio climático que se celebrará el próximo diciembre en Kyoto (Japón).

El presidente del BM, James Wolfensohn, destacó en la apertura de las sesiones de trabajo que la tarea de este organismo consiste en hacer frente al desafío que plantean los aspectos sociales y medioambientales en el ámbito del desarrollo.

En tal sentido, indicó que no es posible para el BM aislar unos factores de otros y separar el desarrollo económico de las vinculaciones con la educación, con la preservación del medio ambiente, con la investigación científica y con la reducción de la pobreza.- EFE

cm/jrr/lm

10/07/09-06/97

02-02

9714751

XM1219

R SUCBT 10-07 00167
mun exg

ARGENTINA-MEDIO AMBIENTE
ALEMANA BAYER RETIRA RESIDUOS TOXICOS ENTERRADOS HACE 27 AÑOS

Buenos Aires, 7 oct (EFE).- La empresa farmacéutica alemana Bayer ha comenzado a retirar doce toneladas de residuos tóxicos que enterró hace 27 años en la sureña localidad argentina de El Cuy, informaron hoy fuentes de la secretaría de Medio Ambiente.

Los residuos, productos químicos con fósforo y cloro que se utilizaban en la fabricación de pesticidas, serán recogidos en veinte contenedores que saldrán en barco hacia Alemania desde el puerto de San Antonio Oeste, a 1.100 kilómetros al sur de Buenos Aires.

El enterramiento de los residuos en El Cuy, en la provincia de Río Negro, lo denunció un antiguo directivo de Bayer y fue admitido por la compañía alemana, que aceptó retirarlos del país en cumplimiento de los convenios internacionales.

Bayer adujo que el enterramiento de desechos industriales tóxicos era habitual en los años 70 y las autoridades argentinas comprobaron que los depósitos de El Cuy no causaron ningún daño al medio ambiente. EFE

ALM/LTM/jpg

10/07/13-49/97

Nº. DOCUMENTO 9714752
TITULO ARGENTINA - M. AMBIENTE.
PROCEDENCIA 218593
FE H. DE PRESENTACION 7-10-97
VINCULACIONES 11190 J
66960 J
11295 J

9714752

01-01

XQ1855
U ECOBT 10-08 00222
mun exg icx

RFA-EUROCAZA (documentación)
AVION DE CAZA EUROPEO, UN APARATO CON TECNOLOGIA PARA EL 2000

Bonn, 8 oct (EFE).- El avión de combate europeo, conocido como "Eurocaza 2000", es un aparato monoplaza, birreactor, extremadamente versátil que puede volar a dos veces la velocidad del sonido en misiones tanto defensivas como de ataque.

Su geometría será de ala delta y su fuselaje estará compuesto de un conglomerado de fibra de carbón y titanio, materiales adecuados por su ligereza y capacidad de resistencia térmica y dinámica.

El avión contará con dos reactores de diseño exclusivo del tipo EJ-200 que están siendo desarrollados conjuntamente por las empresas Rolls-Royce, DASA/MTU, Fiat e ITP.

El Eurocaza, con una envergadura de 10,95 metros y una longitud de 15,96 metros llevará sistemas de navegación exclusivamente computerizados que harán prácticamente imposible su pilotaje sin ayuda de ordenadores.

Estos sistemas electrónicos están cuadruplicados para subsanar posibles fallos de uno o varios de ellos, y el aparato está provisto no sólo de un radar multifunciones sino de un sistema anti-radar que defiende de hasta diez proyectiles aire-aire, tanto desde una altura inferior como superior al aparato.

En su diseño y fabricación participan las empresas Deutsche-Aerospace -filial de Daimler-Benz- (Alemania), British Aerospace (Reino Unido), Alenia (Italia) y CASA (España). EFE
gdp/ih/rg/ddp

10/08/16-42/97

Nº. DOCUMENTO 9714753
TITULO RFA - EUROCAZA
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCECENCIA 8-1097
VINCULACIONES 11190 1
500145
11019

9714753

10-01-01

Nº DOCUMENTO 9714754
TITULO JAPON CLIMA
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 8-10-97
VINCULACIONES 111901
60224 1
119661

XB7387

R VARBT 10-08 00219
icx mun exg

JAPON-CLIMA
SEGUN ECOLOGISTAS JAPON PUEDE REDUCIR GASES 21 POR CIENTO

Tokio, 8 oct (EFE).- Un informe independiente sostiene que Japón puede reducir emisiones de gases nocivos a un 21 por ciento de los niveles de 1990, 16 puntos más de lo que propone el Gobierno de Tokio y muy por encima de lo que pide la Unión Europea, informa hoy un diario local.

El estudio, realizado por 15 investigadores independientes y financiado por la Alianza de Ciudadanos para Salvar la Atmósfera y la Tierra (CASA), dice que la reducción podría ser lograda si la población ajusta su estilo de vida al de 1995 y los niveles de producción se reducen a los de ese año, dice el diario Asahi Shinbun.

Los investigadores sostienen que se serían necesarias mejoras en 91 tipos de diferentes tecnologías que se usarán ampliamente en el próximo siglo.

Japón necesitaría un presupuesto de 5,5 billones de yenes (45 mil millones de dólares) para adoptar tecnología que propicie la reducción de emisiones nocivas, pero al mismo tiempo, aclara, se ahorraría 19 billones de yenes, (155 mil millones de dólares) en consumo de energía.

El gobierno japonés respalda un máximo de reducciones de un 5 por ciento de los niveles de 1994 para los países industrializados hasta el año 2012, propuesta que se discutirá el próximo mes de diciembre en la Conferencia sobre Cambio Climático de la ONU que se celebrará en Kioto. EFE
gr/jdl

10/08/08-48/97

Nº DOCUMENTO 0714755
TITULO Destruccion de Bosques.
PROCEDENCIA DIBOG3
FE H. DE PROCEDENCIA 8-1097
VINCULACIONES 11190 /
507529
11980 /

9714755

BOSQUES-DESTRUCCION
DOS TERCIOS BOSQUES DEL MUNDO PERDIDOS PARA SIEMPRE, DICE WWF

Londres, 8 oct (EFE).- Dos tercios de los bosques que existieron hace 8.000 años en todo el mundo se han perdido para siempre, según reveló hoy, miércoles, por primera vez, un informe presentado por la Fundación Mundial para la Naturaleza (WWF).

El estudio, presentado hoy en Londres, señala que, de los 8.080 millones de hectáreas de bosques que existieron en el mundo hace 8.000 años, sólo 3.044 millones se mantienen en la actualidad.

Los bosques tropicales son destruidos actualmente a un promedio de 17 millones de hectáreas por año, por lo que, de seguir este ritmo, no habrá zonas boscosas en algunos países en menos de cincuenta años, advierte el informe.

WWF hizo estas investigaciones en Africa, Asia, la zona del Pacífico, Europa, América Latina, América del Norte y Rusia para mostrar al mundo la situación de las zonas verdes.

El estudio revela que en Asia el 88 por ciento de los bosques originales se ha perdido y el 95 por ciento de lo que queda actualmente no cuenta con protección alguna.

En el caso de Europa, la cifra de zonas verdes perdidas es del 62 por ciento, mientras que un 98 por ciento no tiene protección; en Africa el porcentaje para el primer caso es del 45 por ciento y del 95 por ciento para el segundo.

En América Latina, el 41 por ciento de los bosques originales se ha perdido, mientras que el porcentaje que no tiene protección es del 91 por ciento. En América del Norte el porcentaje es del 39 por ciento para el primer caso y el 95 por ciento el segundo.

En Rusia, el 35 por ciento de los bosques originales se ha perdido para siempre y el 98 por ciento no tiene protección.

El director del área forestal del WWF, Francis Sullivan, dijo hoy en Londres que el aspecto más preocupante de estos datos es que ninguna de estas zonas del planeta cuenta con un mínimo del diez por ciento de áreas boscosas protegidas.

"Siempre hemos sospechado que los bosques perdidos eran muchos, pero ahora tenemos prueba de la extensión de las áreas perdidas. El aspecto alarmante es que el nivel de destrucción ha aumentado considerablemente en los últimos cinco años y continúa en aumento", señaló Sullivan.

El problema es particularmente alarmante en Brasil, ya que tiene el nivel más alto de pérdida de zonas boscosas del mundo, al tiempo que la temporada de sequías ha causado numerosos incendios que han destruido áreas verdes.

No obstante, el WWF advierte que los incendios no son sólo los causantes de la destrucción de los bosques, sino también la construcción de nuevas carreteras en el corazón del Amazonas.

"Brasil tiene el área boscosa tropical más grande del mundo y es imperativo que el Gobierno brasileño actúe ahora para proteger lo que queda", añadió Sullivan.

"A menos que los Gobiernos tomen medidas para proteger lo que queda de sus bosques, en la expectativa de vida de nuestros hijos no quedará ningún bosque natural en las regiones más pobladas del mundo, América Latina, Africa y Asia-Pacífico", agregó.

Respecto a la situación en Indonesia, Sullivan dijo que se está recibiendo información constantemente de lo que ocurre por los incendios y se está analizando la situación. EFE

vg/ah/mlr

10/08/14-17/97

9714755

Nº DOCUMENTO 9714756
TITULO CLIMA - AGUA
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 8-10-97
VINCULACIONES 11190 /
11977 /

XG9641

R VARBT 10-08 00385
icx exg mun

CLIMA-AGUA
OMM PIDE MAYOR VIGILANCIA AMENAZA ESCASEZ Y EXCESO AGUA

Ginebra, 8 oct (EFE).- El secretario general de la Organización Meteorológica Mundial (OMM), Godwin Olu Patrick Obasi, pidió hoy, miércoles, que se intensifiquen las actividades de investigación y de vigilancia para hacer frente a la amenaza que supone tanto la escasez como el exceso de agua.

Con motivo del Día Mundial para la Prevención de Catástrofes, que se celebra hoy, Obasi publicó un comunicado en el que afirmó que las situaciones climáticas extremas producidas recientemente demuestran "claramente" la necesidad de conceder más importancia a los servicios meteorológicos e hidrológicos nacionales.

Agregó que se les debe dotar de los medios necesarios para reducir el impacto de los riesgos naturales que causan esas catástrofes.

Como ejemplo del lema de la jornada, "El agua: de la inundación a la escasez", Obasi recordó el desbordamiento del río Oder que se produjo este verano en la República Checa, Alemania y Polonia, que causó numerosas víctimas y miles de millones de dólares de pérdidas en la infraestrucura socio-económica de estos países.

La escasez de agua puede también tener consecuencias trágicas, como este año en el sureste de Asia, donde se ha registrado una grave sequía y una tardía llegada del monzón.

Obasi aseguró que el clima "ignora las fronteras nacionales y políticas" y, debido al movimiento de los fenómenos meteorológicos a través del globo, el rápido intercambio de información entre los países sobre las posibles amenazantes pueden evitar pérdidas financieras y salvar muchas vidas.

Añadió que este tipo de cooperación se logra por medio del Programa de Vigilancia del Clima de la OMM, que permite una rápida comunicación entre casi todos los países del mundo.

Las predicciones meteorológicas pueden ser previstas con días, meses e incluso estaciones, y el mejor ejemplo de esto es el fenómeno de "El Niño" del que la OMM avisó en junio pasado y que se espera persista durante el resto del año y en 1998.

La OMM colabora con los servicios meteorológicos e hidrológicos nacionales para dotarles de medios científicos y técnicos necesarios para la previsión, seguimiento y evaluación de las inundaciones.

Debido al incremento de la incidencia y gravedad de las catástrofes naturales, la Asamblea General de la ONU decidió proclamar la Década Internacional de la Prevención de Catástrofes Naturales entre los años 1990 y 1999. EFE

agf/mar/ma

10/08/12-23/97

9714756

01-01

Nº DOCUMENTO 9714761
TITULO TELESCOPIO CON ESPEJO MAS GRANDE
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 8-10-97
VINCULACIONES 11190 /
11269 /

01-02

9714761

XG9643

R VARBT 10-08 00433
icx mun exg

EEUU-ESPACIO
INAUGURAN TELESCOPIO CON MAYOR ESPEJO DEL MUNDO

Houston (EEUU), 8 oct (EFE).- El telescopio "Hobby-Eberly", que tiene el espejo primario más grande del mundo, con once metros de diámetro, fue inaugurado hoy, miércoles, en una zona remota de las montañas de Texas.

El aparato fue construido con una técnica totalmente innovadora, ya que en lugar de un sólo espejo, más difícil y caro de fabricar, tiene 91 separados y de forma hexagonal que, cuando se alinean y se manejan desde un ordenador, actúan como un sólo espejo de once metros.

Con este sistema se ha logrado que el coste de fabricación sea de 13,5 millones de dólares, mucho menor que el de otros telescopios de tamaño o potencia comparable.

El telescopio "Hobby-Eberly" está en el observatorio McDonald, cerca de Fort Davis, en las montañas del oeste de Texas, y ha sido construído y es manejado por un consorcio de tres universidades de EEUU y dos de Alemania.

Además, el "Hobby-Eberly" no se moverá siguiendo en el horizonte a los objetos que estudie, según una técnica empleada ya en el radiotelescopio gigante de Arecibo (Puerto Rico).

El telescopio será colocado en una dirección determinada y después será un dispositivo rastreador, mucho más ligero, el que se encargará de seguir a los objetos en su movimiento celeste.

Los únicos telescopios comparables en tamaño, los "Keck 1" y "Keck 2", situados en la isla hawaiana de Mauna Kea, tienen espejos primarios de diez metros de diámetro, compuestos también por decenas de unidades más pequeñas, pero no tienen un sistema de rastreo tan sofisticado.

Con este sistema, el telescopio inaugurado hoy podrá recoger la luz de objetos cuya luminosidad sea hasta 100 millones de veces más débil de lo que puede captar un ojo humano a simple vista.

"El 'Hobby-Ebberly' representa una nueva era en el diseño y construcción de telescopios", señalaron en un comunicado conjunto las universidades norteamericanas de Texas, California y Pensilvania y las alemanas Georg-August y Ludwig-Maximilians.

Este telescopio será el primero destinado esencialente a realizar trabajos de espectroscopia (análisis de la luz que recibe) y no a tomar imágenes de los cuerpos y fenómenos espaciales.

Los astrónomos esperan que el "Hobby-Eberly" les ayude a realizar avances en la investigación de cuerpos y fenómenos especialmente alejados, que hasta ahora no pueden ser estudiados con detalle por telescopios más pequeños.

La composición química y los fenómenos que ocurren en las estrellas, la búsqueda de planetas que orbiten alrededor de las más lejanas, la actividad en el corazón de algunas galaxias o las teorías sobre la formación y evolución de estrellas son algunos de los campos astronómicos que estudiará el gigantesco aparato. EFE
rcf/esc/rml

10/08/13-45/97

9714761

02-02

DOCUMENTO 97147764
TITULO LLEVAN A ALEMANIA LOS TOXICOS QUE ENTERRARON EN RIO NEGRO
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE PROCEDENCIA 11-10-97
VINCULACIONES 11190
66960
11966
500145
11945

CARGARON 20 TONELADAS EN EL PUERTO DE SAN ANTONIO ESTE

Llevan a Alemania los tóxicos que enterraron en Río Negro

Los desechos fueron enterrados en 1972 por Bayer en la localidad rionegrina de El Cuy • Un ex empleado denunció el hecho • Intervino la Justicia y la empresa decidió llevar a Alemania los contaminantes

General Roca. Especial

Los desechos tóxicos enterrados en 1972 por la empresa Bayer en la localidad rionegrina de El Cuy **fueron embarcados ayer con destino final a Alemania**, desde el puerto de San Antonio Este.

Se trata de **230 toneladas de residuos y tierra contaminada**, que fueron extraídos y puestos en 20 contenedores especialmente acondicionados para evitar riesgos durante el traslado.

Sólo siete toneladas corresponden a fosforados, clorados y carbonatos y el resto es tierra afectada por los tóxicos que la empresa multinacional Bayer hizo enterrar en dos puntos de una desértica zona ubicada a 50 kilómetros al sur de la ciudad de General Roca.

Intervino la Justicia

La jueza federal María del Carmen García decidió el traslado de los residuos luego de que los informes técnicos elaborados por el Centro de Investigaciones Toxicológicos demostraran la **presencia de compuestos altamente tóxicos**, como restos de pesticidas clorados y fosforados, fosfatos metilparathion y azufres.

Los productos no habían perdido su poder contaminante, a pesar de que habían estado enterrados más de 20 años, aunque al estar guardados en envases plásticos, no afectaron las napas de agua subterráneas.

A partir de aquella evidencia, la doctora García exploró todas las posibilidades para determinar el destino de los residuos, entre las que no se descartaba la eliminación en el país. Pero finalmente decidió aceptar el ofrecimiento de la empresa Bayer de trasladarlos hacia Alemania, asumiendo los costos que implicara esa operación.

Para el traslado definitivo del cargamento se tomaron estrictas medidas de seguridad. Las **bolsas de polietileno** que contenían los envases de los residuos, fueron guardadas en **tambores plásticos azules**, y éstos a su vez dentro de otros tambores de chapa. Una vez precintados, se pusieron en los contenedores. Igual procedimiento se siguió con la tierra contaminada.

Las maniobras fueron supervisadas por dos funcionarios de la Aduana nacional que se trasladaron a El Cuy para controlar el cumplimiento de las normas de seguridad, y de paso evitar abrir los contenedores en el puerto.

Hubo un dispositivo de control de la Gendarmería y de la Brigada de Operaciones, Rescate y Antitumulto (BORA) de la Policía de Río Negro.

Los 20 contenedores fueron depositados desde las 7.15 y hasta las 9.45 de la mañana de ayer en un **barco de cabotaje de bandera paraguaya**. Esta embarcación tiene como destino el puerto de Buenos Aires, donde serán transbordados a una nave de mayor porte con destino al puerto alemán de Hamburgo.

Los contenedores con las 230 toneladas de material tóxico eran la única mercadería que trasladaba el barco, y estaban identificados con un pequeño papel blanco que decía "tóxico".

Las 12 toneladas de plaguicidas enterradas a principios de la década del 70 por la empresa Bayer en la desértica localidad de El Cuy **fueron descubiertos a principios de este año a través de una denuncia de un ex empleado de la firma.**

A partir de su localización, la justicia federal ordenó investigar el material para verificar si contenía restos tóxicos. A pesar de que se determinó que eran contaminantes, los jueces no sancionaron a Bayer, ya que en la época en que fueron enterrados no existía legislación nacional ni provincial que reglamentara el destino final de este tipo de productos. □

9714764

0101

Nº DOCUMENTO 9714765
TITULO LANZAN SATELITE RUSO Y ESPAÑOL.
PROCEDENCIA 160483
FECHA DE PROCEDENCIA 11-10-97
VINCULACIONES 11190 /
507294 /
507513 /
11965 /

Lanzan satélite ruso y español para experimentos

Rusia puso en órbita el satélite Fotón-11 destinado a experimentos científicos propios y españoles, que enviaron al espacio moscas *drosophilas* para estudiar el envejecimiento de organismos vivos en condiciones de microgravedad. La investigación está a cargo del Centro de Investigaciones de Madrid y continúa con la de 1995. (*EFE*)

9714765

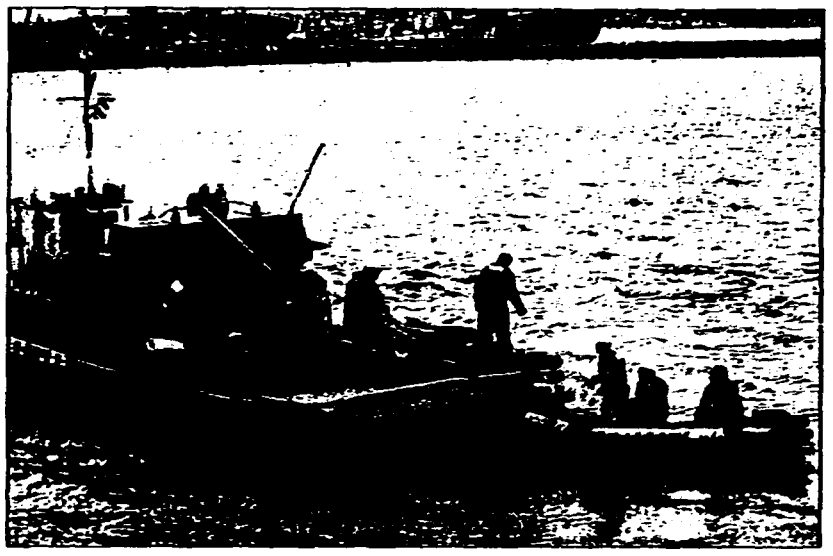
01-01

Nº DOCUMENTO 9714766
TITULO CONTROLAN DERRAME EN ZONA PORTUARIA
PROCEDENCIA 150007
FECHA DE PROCEDENCIA 11-10-97.
VINCULACIONES 11190 /
507466 /
11966 /
11973 /

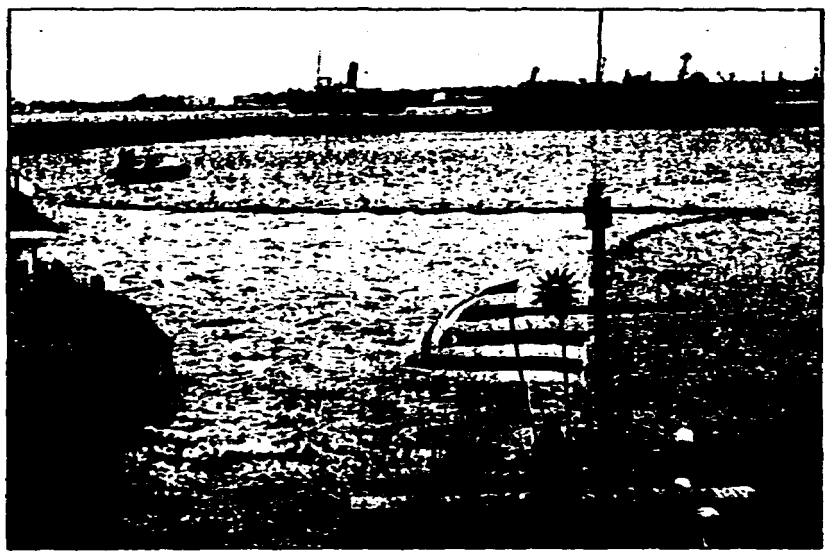
Simulacro accionó el sistema de control y nuevo equipamiento

CONTROLAN "DERRAME" EN LA ZONA PORTUARIA

Tres unidades navales, dos remolcadores y los elementos técnicos más modernos fueron desplegados hoy en el puerto de Montevideo, en un simulacro de derrame de sustancias contaminantes, que cerró un Seminario—Taller sobre el acuciante problema, organizado por la Armada Nacional y empresas petroleras.



CONTENCION. *Las unidades de la Armada realizan el primer paso del operativo: tender una barrera de contención alrededor del derrame*



RAPIDEZ. *El simulacro puso en acción rápidamente el Sistema de Control de Derrames que coordina la Armada y sirvió para probar nuevos equipos*

El operativo duró poco más de una hora y si el derrame hubiese sido cierto, los resultados serían positivos. En ese tiempo se logró aislar, succionar y dispersar la teórica mancha de petróleo que "amenazaba" el puerto capitalino.

Este ejercicio práctico fue el punto final del seminario—taller, en el cual técnicos de Argentina y Uruguay intercambian experiencias sobre la lucha contra derrames de crudo u otras sustancias en el mar.

La reunión contó con los auspicios de varias compañías petroleras y fueorganizado por la Armada Nacional, la que tiene bajo su coordinación el "Sistema Nacional de Control de Derrames."

Durante el cónclave de expertos se analizaron entre otras cosas,el comportamiento de los hidrocarburos en el mar; los equipos de contención y recuperación que se utilizan para distintos escenarios y el uso de dispersantes y comunicación en caso de crisis.

Para la última jornada se previó un simulacro de derrame que desplegó gran parte de los nuevos elementos adquiridos por nuestro país, para hacer frente a este tipo de emergencias, cuando aún está muy vivo en el recuerdo el gigantesco accidente ecológico protagonizado por el petrolero "San Jorge", en las costas de Punta del Este, en plena temporada veraniega.

■ LUCHA RAPIDA

El Sistema Nacional de Control de Derrames es coordinado por la Armada Nacional, a través de la Prefectura Nacional Naval, cuyo Jefe es el principal responsable.

Organismos como ANCAP y la ANP colaboran en los diferentes pasos que se dan ante un derrame, partiendo de la premisa de que un ataque rápido al problema, evita las peores consecuencias.

En esta oportunidad el "derrame" se produjo en un teórico petrolero atracado en el muelle 1 del puerto capitalino.

De inmediato se dió la alarma correspondiente, concurriendo al lugar tres unidades navales y el remolcador "Gaucho", los que en forma coordinada realizaron en primer lugar la tarea de cercar la macha con una barrera de contención.

Luego, mediante la puesta en marcha de varios "Skimmer", se succionó el petróleo derramado, derivándose hacia un camión tanque de ANCAP estacionado en el puerto y otros dos depósitos de 10.000 y 5.000 litros cada uno.

Mientras esto sucedía, el remolcador "Gaucho", utilizando un equipo recientemente instalado para estas emergencias arrojaba en la zona afectada sustancias químicas dispersantes.

Según los entendidos el operativo fue exitoso y sirvió para familiarizarse son los nuevos equipos y elementos adquiridos.

9714766

01-01

Nº. DOCUMENTO 9714767
TITULO ESPAÑA - ECOLOGIA
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 12-10-97.
VINCULACION S 11190/
507513/
11294/

DP5913
R SOCBT 10-12 00292
icx mun

ESPAÑA-ECOLOGIA
PRESENTAN DECLARACION INTERNACIONAL DE DERECHOS DE LOS ARBOLES

Benalmádena (España), 12 oct (EFE).- La Declaración Internacional de los Derechos de los Arboles, que será enviada a medio centenar de gobiernos de todo el mundo para que muestren su adhesión a la iniciativa, fue presentada hoy en la localidad española de Benalmádena, en Málaga.

Según informaron a EFE fuentes del Ayuntamiento de la localidad, el documento, que consta de cinco puntos, se presentó en el acto de clausura de la primera Conferencia Internacional del Programa de Reforestación Voluntaria "Bosques de la Tierra", al que asistieron más de trescientas personas.

La declaración reconoce la importancia de los árboles como "partes indispensables de la vida", así como en la lucha contra fenómenos como la desertización y el cambio climático, y los firmantes se comprometen a defender la vida de estas especies.

Hasta el momento, la declaración ha sido firmada por los mandatarios de Portugal, Chile y Venezuela, y otros cinco países han confirmado que lo harán en breve, aunque se espera una respuesta afirmativa de la mayoría de los cincuenta a los que ha sido remitida, señalaron las fuentes.

Con motivo de la clausura de la Conferencia de "Bosques de la Tierra" que se ha celebrado durante esta semana en Benalmádena, los miembros de esta organización, con presencia en treinta países, han plantado ejemplares de ochenta especies diferentes autóctonas de cada región.

La plantación se ha hecho sobre una extensión de 10.000 metros cuadrados en la finca Casablanca, de propiedad municipal y con una superficie total de 125 hectáreas, con la presencia del alcalde de la localidad, Enrique Bolín.

Entre los ejemplares plantados se encontraban diversos tipos de pinos de Estados Unidos y otras especies de países como Dinamarca, Suiza, Finlandia y Nepal. EFE
lct/jnr/jmc

10/12/16-52/97

01-01

9714767

FB1877

R VARBT 10-12 00237
mun exg

GEORGIA-NUCLEAR
ALERTA RADIACTIVA EN GEORGIA TRAS CONTAMINACION 11 SOLDADOS

Tiflis, 12 oct (EFE).- Las autoridades de Georgia implantaron hoy estado de alerta radiactiva en las Fuerzas Armadas tras confirmarse que al menos once soldados resultaron afectados por la irradiación en una antigua base militar soviética.

El primer incidente se registró a principios de septiembre, después de que en la base militar de Lilo, en un suburbio de la capital georgiana, Tiflis, haya sido encontrada una cápsula con cesio enterrada bajo tierra en los tiempos de la URSS.

La base de Lilo perteneció a las Fuezas Armadas de la URSS y posteriormente al Ejército ruso, que la entregó a las autoridades de la república transcaucásica en 1992.

Durante las últimas semanas, diez soldados georgianos habían sido hospitalizados con síntomas de contaminación radiactiva, y este fin de semana se confirmó la enfermedad de otro más.

El presidente georgiano, Eduard Shevardnadze, ordenó una minuciosa inspección de todas las bases heredadas al Ejército soviético para revisar los niveles de radiación y de sustancias tóxicas.

El gobierno georgiano informó de que represantes de la Organización Internacional de Energía Atómica (OIEA) se desplazarán a la repúbica para investigar la fuente de radiactividad que causó la enfermedad de los soldados.

Las autoridades rusas ofrecieron sus centros médicos para atender a los militares enfermos, pero el gobierno georgiano decidió enviarlos a una clínica alemana. EFE
vm/si/Pam/jpg

10/12/16-06/97

Nº DOCUMENTO 9714768
TITULO ALERTA RADIOACTIVA EN GEORGIA TRAS CONTAMINACION.
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 12-10-93
VINCULACIONES 11190 /
65890 /
11966 /
11946 /

9714768

01-01

Nº. DOCUMENTO 9714769
TITULO EE.UU. MISION ESPACIAL CASSINI ESTA LISTA PARA EL LANZAMIENTO
PROCEDENCIA 518593
FE H. DE PRESENTACION 12-10-97
VINCULACIONES 11190 /
65890 /
11955 /

01-03

9714769

XA4336

R VARBT 10-12 00510
mun exg

EEUU-ESPACIO
MISION CON COMBUSTIBLE NUCLEAR DESPEGARA A PESAR DISPUTAS

Cabo Cañaveral (EEUU), 12 oct (EFE).- La misión espacial "Cassini-Huygens" está lista para su lanzamiento mañana, lunes, a pesar de las disputas que han ocasionado los 32 kilos de combustible nuclear que lleva a bordo.

La misión despegará a las 08.55 GMT del lunes y está previsto que llegue a Saturno en el 2004, donde la sonda "Cassini" orbitará alrededor del planeta durante cuatro años, mientras que el módulo "Huygens" aterrizará en el satélite Titán.

El proyecto recibió el último visto bueno cuando un juez federal de Hawai rechazó en la noche del sábado la petición de dos grupos ecologistas para aplazar el lanzamiento.

El juez David Ezra argumentó que la investigación científica se resentiría notablemente en caso de un aplazamiento de la misión.

La decisión fue muy bien recibida en el Centro Espacial Kennedy, en Cabo Cañaveral (Florida),.donde el cohete "Titán" está colocado ya en la plataforma de lanzamiento y en situación de cuenta atrás.

La única sombra de duda procede de las previsiones meteorológicas, ya que hay "un 40 por ciento de posibilidades de que las condiciones no sean las adecuadas para el lanzamiento", declaró hoy, domingo, un portavoz del centro.

Si la situación no sufre cambios significativos, el proceso hacia el lanzamiento continuará sin cambios.

La misión "Cassini-Huygens" es el resultado de la cooperación entre la NASA y 16 países europeos, y tiene un presupuesto de 3.400 millones de dólares.

La NASA emplea combustible nuclear de baja potencia para poder garantizar el suministro eléctrico a las naves que se alejan mucho hacia regiones donde la luz solar es demasiado tenue para alimentar paneles fotovoltaicos tradicionales.

Según la agencia espacial estadounidense, el "Cassini" necesitaría paneles del tamaño de dos canchas de tenis, algo impracticable durante un viaje espacial de siete años de duración y cuatro de misión científica.

Grupos ecologistas y no pocos científicos temen que los 32 kilos de plutonio-238 puedan esparcirse por la superficie en caso de un accidente en el lanzamiento, durante el ascenso por la atmósfera o en 1999, cuando el módulo se acercará a la Tierra en una maniobra para aprovechar la gravedad de nuestro planeta y acelerar su marcha hacia Saturno.

La NASA argumenta que las posibilidades de que el cohete "Titán" tenga un accidente son de una a veinte, según el ritmo actual de lanzamientos, pero afirma que la liberación de material radiactivo es mucho más improbable (una posibilidad entre un millón).

El plutonio está almacenado en tres contenedores con varias capas de materiales aislantes y protectores, entre ellos coberturas de iridio y grafito, dos de los materiales más resistentes al calor extremo y los impactos.

La NASA ha lanzado 23 misiones con combustible nuclear en los últimos 30 años, y en ellas no se ha producido ninguna fuga de materiales radiactivos.

9714769

02

"La NASA y sus socios han hecho un trabajo extremadamente extenso para evaluar y documentar la seguridad de la misión Cassini", señaló el director de la oficina científica de la Casa Blanca, cuando la sede presidencial dio su visto bueno final el pasado día tres para el lanzamiento de la misión. EFE
rcf/frb/ah/rt

10/12/15-57/97

9714769

Nº. DOCUMENTO 9714770
TITULO JAPON - NUCLEAR.
PROCEDENCIA 518593
FECHA [illegible] 13-10-97
[illegible] 11190 /
66224 ;
11946 /

9714770 ;

01-02

XB7528

U VARBT 10-13 00460
icx mun exg

JAPON-NUCLEAR
ISLAS PACIFICO SUR PROTESTAN TRASPORTES NUCLEARES JAPON

Tokio, 13 oct (EFE).- Los gobiernos de dieciséis pequeños países del océano Pacífico Sur han lanzado duras críticas a Japón por los transportes de desechos nucleares reciclados a través de las aguas de éstos, pese a encarecidas peticiones en contra.

El que iba a ser un "intercambio de opiniones" organizado hoy en Tokio por el gobierno, con algunos tonos propagandísticos, se volvió una lluvia de contínuos reproches porque Japón ha hecho oído sordos a sus solicitudes contra el paso de barcos con basura nuclear japonesa reciclada en Francia realizados este año y los anteriores.

Geoffrey Henry, primer ministro de las Islas Cook, presidente de este Foro del Pacífico Sur, criticó la ausencia del jefe del Ejecutivo de la nación anfitriona, Ryutaro Hashimoto, quien se excusó por su obligada comparecencia en las interpelaciones del Parlamento).

Henry afirmó que la preocupación de los 16 países por los transportes de plutonio reciclado refleja el "riesgo de que ocurra un accidente y sus consecuencias en el turismo y la pesca de la región".

"Todos los países del Pacífico, continuó, deben ser responsables para asegurar que sus propios actos no dañen a sus vecinos".

Su crítica se dirigió directamente al programa de energía nuclear, por el que Japón envía vía marítima los desechos de su medio centenar de centrales nucleares hasta Francia, para su reciclado y reutilización en Japón como combustible o para almacenaje permanente.

En 1995 las pequeñas naciones del Pacífico Sur, además de varios países sudamericanos y europeos y del Pacífico, protestaron por el primer transporte de basura nuclear de Francia a Japón, porque el gobierno no les informó de la ruta.

Tres años antes, en un transporte de plutonio, más de veinte países, principalmente del Pacífico Sur, negaron autorización para surcar sus aguas territoriales al barco que transportaba el combustible nuclear.

Las protestas se repitieron a comienzos de 1997 con el transporte de veinte toneladas de basura altamente radiactiva vitrificada con destino al puerto japonés de Rokkasho.

En el Foro del Pacífico Sur, establecido en 1973, toman parte altos funcionarios de Australia, las Islas Cook, Micronesia, Fiji, Kiribati, las Islas Marshall, Nauru, Nueva Zelanda, Niue, Palau, Papúa Nueva Guinea, Samoa, las Islas Salomón, Tonga, Tuvalu y Vanuatu.

Siete de estos países o territorios fueron ocupados por el Ejército Imperial nipón durante la II Guerra Mundial.

Con este Foro Japón quería poner las condiciones para inyectar confianza a los líderes de las islas del Pacífico en la promoción de comercio, inversiones y turismo.

Pero los críticos han subrayado también que Tokio busca a través de estos contactos diplomáticos su respaldo a un puesto de miembro permanente en el Consejo de Seguridad de la ONU, además del acceso a sus recursos pesqueros y riqueza minera submarina.

9714770 ;

02-02.

Nº. DOCUMENTO 9714771
TITULO JAPON - CLIMA
PROCEDENCI 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 14-10-97
VINCULACIONES 11190
66224
11966
11975

XA4469

R VARBT 10-14 00393
mun exq

JAPON-CLIMA
PROPUESTAS REDUCCION GASES NOCIVOS DEBEN SER REALISTAS

Tokio, 14 oct (EFE).- Las metas para reducir las emisiones de gases nocivos a la atmósfera que deberá aprobar la Conferencia sobre el Clima que se celebrará en Kioto, Japón central, "deberán ser realistas", afirmó hoy el director general de la Agencia Internacional de Energía (AIE), Robert Priddle.

"Los objetivos tienen que ser realistas, alcanzables y rentables económicamente" señaló Priddle, que se encuentra en Japón para discutir con altos funcionarios de los ministerios de Comercio Internacional e Industria y Asuntos Exteriores asuntos relacionados con el recalentamiento de la Tierra.

"La energía es el principal problema (del recalentamiento de la Tierra) y su solución", dijo, y agregó que la mayoría de los gases nocivos los genera el ser humano con sus actividades como la quema de carburantes fósiles, o los procesos industriales, agrícolas y forestales.

Priddle indicó que la necesidad de fijar objetivos realistas reside en que no se pueden cambiar de la noche a la mañana las estructuras energéticas ni los hábitos de consumo energético.

A pesar de que los países desarrollados se comprometieron en la Cumbre de la Tierra de Rios de Janeiro (de 1992) a reducir para el año 2000 al nivel de 1990 sus emisiones de gases nocivos que causan el efecto invernadero, muy pocos países podrán lograrlo, y citó entre ellos a Alemania, Francia e Inglaterra.

En la Conferencia sobre Cambios Climáticos de Kioto, que se celebrará del 1 al 10 de diciembre, está previsto que los países industrializados adopten metas vinculantes para reducir los gases que producen el efecto invernadero después del año 2000, aunque las propuestas son totalmente dispares entre la Unión Europea y Japón, partidarios del 15 y del 5 por ciento respectivamente, a falta de conocerse el plan estadounidense.

Robert Priddle reconoció la necesidad de establecer objetivos país por país debido a la diversidad de realidades energéticas de cada nación, así como la implicación de China y los países de la Europa del Este en este proceso.

Opinó que sería más rentable invertir en estos países para mejorar sus instalaciones ineficaces más que gastar inmensas cantidades de dinero en los países desarrollados.

Un reciente informe de la AIE advirtió que si no se pone remedio, para el año 2010 las emisiones de dióxido de carbono de China crecerán tanto como las de los países de la Organización para la Cooperación Económica y Desarrollo (OCDE). EFE
cd/ib/arp

10/14/01-28/97

9714771

01-01

Nº DOCUMENTO 9714772
TITULO ADVIERTEN SOBRE PELIGROS DE PLANTA NUCLEAR CUBANA.
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 14-10-97
VINCULACIONES 11190
658901
6567
119577

XA4523

R PNXBT 10-14 00326
icx mun exg

EEUU-CUBA
ADVIERTEN SOBRE PELIGROS DE PLANTA NUCLEAR CUBANA

Miami (EEUU), 14 oct (EFE).- Una nube radiactiva de un accidente nuclear de la planta Juraguá en Cuba llegaría en menos de 24 horas al sur de Florida, la península mexicana de Yucatán y el norte de Honduras, advirtió hoy un experto.

El ingeniero Manuel Cereijo, profesor de la Universidad Internacional de la Florida, dio cuenta de un estudio independiente que concluye que en las siguientes 48 horas, la nube cubriría la mitad de Estados Unidos, casi todo México, por completo a América Central, y al Caribe.

Cereijo fue uno de los testigos que presentó hoy en una rueda de prensa la congresista republicana Ileana Ros-Lehtien para denunciar, según ella, "la nueva amenaza de Fidel Castro".

Ros-Lehtien, y otros congresistas, han presentado en la Cámara de Representantes una enmienda para prohibir que fondos norteamericanos sean utilizados por Rusia o terceros países para terminar la planta de Juraguá.

La construcción de la planta situada en Cienfuegos, de diseño soviético, comenzó en 1982 y se paralizó en 1992. Los expertos calculan que se necesitarán cerca de 1,300 millones de dólares para terminarla.

La congresista anunció que el 28 de octubre se celebrará en Washington, en una sala del Congreso, una conferencia de expertos para denunciar el peligro que representa la planta de Juraguá.

El profesor Cereijo dijo que la planta fue construida con materiales obsoletos y defectuosos, y que hay un gran riesgo de un accidente nuclear.

Según este experto, a Rusia le interesa terminar la planta para poder instalar otras en países del tercer mundo. "Hasta que no esté terminada Juraguá, Rusia no tiene la credibilidad suficiente para poder montar otras" dijo.

El periodista cubano independiente Olance Nogueras, quien estuvo preso en su país por denunciar los peligros de la planta en un artículo en el diario "El Nuevo Herald" de Miami, dijo en la rueda de prensa que Castro "no tiene escrúpulo alguno para chantajear políticamente a Estados Unidos con una obra del fetichismo ruso". EFE
AGM/fs/rt

10/14/17-45/97

9714772

01-01

DOCUMENTO 9714773
TITULO NICARAGUA - RADIOACTIVIDAD
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 14-10-97
VINCULACIONES 11901
NICARAGUA
11946

U SUCBT 10-15 00198
asp

NICARAGUA-RADIACTIVIDAD
EJERCITO AFIRMA NO HAY PELIGRO RADIACTIVO EN EL NORTE PAIS

Managua, 14 oct (EFE).- El ejército de Nicaragua aseguró hoy en un comunicado que no hay peligro de muerte por los desechos radiactivos depositados en una bóveda de alta seguridad de las instalaciones del VI Comando Regional, en el norte del país.

Hace dos semanas, la Comisión Nacional de Energía Atómica, de la que forman parte el ejército, los ministerios de Salud y Ambiente y la empresa de Energía, ordenó el traslado desde Managua de los desechos de cobalto al municipio de Waslala, en el departamento de Matagalpa.

El cobalto trasladado, cuya cantidad no ha sido especificada, era propiedad del hospital "El Retiro", que resulto destruido por el terremoto que sufrió Nicaragua en 1972.

Pobladores locales y organizaciones de defensa del medio ambiente protestaron por la decisión de la Comisión por el peligro que constituye para las personas y los recursos naturales.

Por contra, las fuerzas armadas afirmaron que para realizar el traslado se contó con la supervisión y el visto bueno de una delegación de la Organización Internacional de Energía Atómica, "quienes recientemente estuvieron en Nicaragua haciendo las recomendaciones respectivas". EFE

esr/lbb/fp/nd

01-01

Nº. DOCUMENTO 9714774
TITULO U.E. INTERESADA META ELASTICA EMISION GASES NOCIVOS.
PROCEDENCIA EFE 18593
FECHA DE PROCEDENCIA 15-10-97
VERSIONES 11190 /
66224 /
614142 /
11966 /
11048 /
11077 /

XA4571

R VARBT 10-15 00287
icx mun exg

CLIMA-JAPON
UNION EUROPEA INTERESADA META ELASTICA EMISION GASES NOCIVOS

Tokio, 15 oct (EFE).- La Unión Europea (UE) ha mostrado interés en la idea de fijar para cada país diferentes reducciones de emisiones de gases nocivos a la atmósfera, incluida en la propuesta nipona para la Conferencia de Cambios Climáticos que se celebrará en Japón a finales de año.

Fuentes oficiales dijeron hoy que la UE ha informado al gobierno de su intención de aceptar el concepto, lo que supondría que abandona su propuesta de fijar un recorte uniforme de las emisiones del 15 por ciento sobre los niveles del año 1990.

La suavización de la postura comunitaria estimulará las negociaciones de la Tercera Conferencia de la ONU sobre Cambios Climáticos que se celebrará en la antigua capital Kioto, Japón central, del 1 al 10 de diciembre.

En ella se espera adoptar un protocolo vinculante que obligue a los países a establecer las reducciones de dióxido de carbono y otros gases y aerosoles nocivos que descomponen la capa de ozono atmosférica.

Pese a todo, Japón y la UE necesitarán alcanzar un compromiso sobre las cuantías y métodos de reducción de los gases que causan el efecto invernadero, el recalentamiento de la Tierra y los cambios climáticos irregulares, debido a que la UE mantiene el objetivo del 15 por ciento para todos los países industrializados en general.

Japón propuso días atrás fijar una reducción del 5 por ciento para el año 2010 sobre los niveles del año 1990 de las emisiones de dióxido de carbono (CO2) y otros gases nocivos.

El plan nipón incluye la posibilidad de que cada país establezca sus propios objetivos particulares en la limitación de emisiones y permitir que exista flexibilidad en su aplicación, para armonizar las circunstancias y realidades económicas e industriales de cada uno de ellos. EFE
CD/PG

10/15/03-12/97

01-01

9714774

Nº. DOCUMENTO 9714775
TITULO EE.UU. – ESPACIO.
PROCEDENCIA 518593
FECHA [illegible] 15-10-97
VIN[illegible] 11190 /
65890 /
11955 /

DF6291

B VARBT 10-15 00101
MUN EXG ICX

EEUU-ESPACIO (Avance)
MISION "CASSINI-HUYGENS" DESPEGA SIN PROBLEMAS

Cabo Cañaveral (EEUU), 15 oct (EFE).- La misión espacial "Cassini-Huygens" fue lanzada hoy sin problemas después de un intento de última hora ante un juez para que paralizara la operación debido al combustible nuclear que emplea.

"El 'Cassini' está en camino. Todos los sistemas funcionan correctamente", señaló un portavoz del Centro Espacial Kennedy, en Cabo Cañaveral.

La sonda "Cassini" debe llegar a la órbita de Saturno en julio del 2004, mientras que el módulo "Huygens" aterrizará en Titán, el mayor de los satélites del planeta de los anillos. EFE

rcf/rs

10/15/08-46/97

01-01

9714775

Nº. DOCUMENTO 9714776
TITULO UE-AMBIENTE-RECORTE GASES CAMBIO CLIMATICO.
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 6-10-97.
VINCULACIONES 11190 I
514142 I
11977 I

9714776

01-C3

BD3829

R CEEBT 10-16 00310
icx mun exg fce ibs

UE-AMBIENTE
UE ACEPTA OFERTAS AGRUPADAS RECORTE GASES CAMBIO CLIMATICO

Luxemburgo, 16 oct (EFE).- Los ministros de Ambiente de la Unión Europea (UE) aceptaron hoy, jueves, el principio de que varios países se agrupen para presentar propuestas de recorte de las emisiones de gases responsables del cambio climático.

Según este principio, denominado "burbuja" y que es el mismo que propuso la UE para sus quince Estados miembros, los países que formen el grupo deberán repartirse entre sí las reponsabilidades del cumplimiento de sus compromisos.

La UE ofreció el pasado marzo un recorte del 15 por ciento sobre los niveles de 1990 de las emisiones de gases que causan el calentamiento terrestre -dióxido de carbono, metano y óxido de nitrógeno- para su aplicación en el año 2010.

Dado que algunos de los Estados miembros no alcanzan los máximos permitidos, en ciertos casos se permitieron aumentos, como en España, Grecia, Irlanda, Portugal y Suecia.

Los ministros de la UE se reunieron hoy en Luxemburgo para debatir la estrategia con la cual defenderán su objetivo de recorte el próximo mes de diciembre en Kyoto (Japón).

Los países que, en 1992, se comprometieron en la Cumbre de la Tierra a luchar contra el efecto invernadero y que lanzaron en 1995 el convenio sobre el Cambio Climático, tienen previsto reunirse en Kyoto para establecer compromisos concretos para reducir las emisiones de los principales contaminantes.

Japón ha respondido a la oferta de la UE con el anuncio de que recortará sus emisiones en un 5 por ciento y Estados Unidos no ha anunciado objetivo alguno de recorte.

Pero la oferta comunitaria suscitó recelos en los otros países industrializados, que no se fían de quién asumirá la responsabilidad en caso de que se incumplan los objetivos fijados.

Además, se criticó a la UE por permitir a algunos de sus miembros contaminar más, por no haber alcanzado todavía niveles máximos de emisiones de los gases de efecto invernadero. EFE
JAM/lab

10/16/16-56/97

9714776

02-

BD3822

U CEEBT 10-16 00380
MUN EXG ICX FCE IBS

UE-AMBIENTE
QUINCE PREPARAN PLAN DEFENSA RECORTES GASES CAMBIO CLIMATICO

Luxemburgo, 16 oct (EFE).- Los ministros de Medio Ambiente de la Unión Europea (UE) tienen previsto diseñar hoy, jueves, en Luxemburgo, la estrategia que emplearán para defender un ambicioso plan de recorte de emisiones de gases responsables del cambio climático.

Los Quince han ofrecido a la comunidad internacional recortar en un 15 por ciento las emisiones de los gases que causan el calentamiento terrestre, fundamentalmente dióxido de carbono, y presentarán esta propuesta el próximo mes de diciembre en Kyoto (Japón).

En esta ciudad japonesa se reunirán de nuevo los países que, en 1992, se comprometieron en la Cumbre de la Tierra de las Naciones Unidas en Río de Janeiro a luchar contra el efecto invernadero y que lanzaron en 1995 el Convenio sobre el Cambio Climático, cuya tercera conferencia albergará Kyoto.

En diciembre se pretende alcanzar un acuerdo sobre un protocolo a ese Convenio que establezca compromisos concretos para reducir las emisiones de los principales contaminantes, ya que se ha comprobado la falta de eficacia de los compromisos anunciados por parte de los países más industrializados.

La oferta de la UE es la más ambiciosa presentada hasta ahora, si bien se considera un punto de partida en la negociación, mientras que Japón anunció recientemente un objetivo más modesto, de recorte de un 5 por ciento para el año 2010 sobre los niveles de emisiones de 1990.

Estados Unidos, al que se hace actualmente responsable del 25 por ciento de las emisiones que -desde mediados del siglo pasado, con el comienzo de la revolución industrial- causan el calentamiento terrestre, ha evitado hasta ahora traducir en una cifra su compromiso de reducción.

Al contrario, la administración estadounidense ha insistido en que los países en vías de desarrollo sean involucrados en el esfuerzo de recorte de emisiones, posición criticada desde esos Estados y por las organizaciones ecologistas, que recuerdan que los países industrializados aportan las dos terceras partes de los gases que provocan el cambio climático.

Estados Unidos pretende defender su industria de las consecuencias deslocalizadoras que tendría la aplicación de medidas estrictas y cifradas de recorte de emisiones, pues teme que muchas empresas preferirán establecerse en aquellos países que sean más permisivos en materia de emisiones contaminantes. EFE
JAM/mj

10/16/10-36/97

03-03

9714776

Nº DOCUMENTO 9714777
TITULO U.E.-MINISTROS APROBARON DIRECTIVA SOBRE CALIDAD AGUA POTABLE
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PRODUCCION 16-10-97.
VINCULACION 11190 /
514142 /
11295 /

XG9926

U CEEBT 10-16 00588
mun exg icx fce

UE-AMBIENTE
MINISTROS APROBARON DIRECTIVA SOBRE CALIDAD AGUA POTABLE

Luxemburgo, 16 oct (EFE).- Los ministros de Medio Ambiente de la Unión Europea (UE) aprobaron hoy, jueves, en Luxemburgo, una propuesta de directiva que obliga a los Estados a garantizar que el agua de consumo humano "esté sana y limpia" y a sustituir las cañerías de plomo en la red pública de distribución.

La nueva directiva, que entrará en vigor previsiblemente el año 2002, pide que las autoridades de cada Estado miembro de la UE aseguren que las aguas no contienen sustancias, microorganismos o parásitos que pongan en peligro la salud humana.

La proposición de la directiva fue aprobada con los votos de todos los países excepto Italia, que votó en contra al no estar satisfecha por los efectos sobre pequeñas y medianas empresas del sector alimentario de la adaptación de las redes de distribución.

Para la sustitución de las conducciones de plomo la directiva permitirá un plazo de cumplimiento de quince años a partir de la adopción de esta norma comunitaria.

Entre las sustancias para las que se establecen nuevos límites máximos en el agua potable está el plomo y la directiva obligará a los Estados a que eliminen las cañerías de ese material en las redes de distribución, aunque no en los domicilios.

Los Estados no estarán obligados a sustituir ni a obligar a cambiar las conducciones de plomo de los particulares, pero sí tendrán que garantizar la calidad del agua en el punto de su consumo, es decir, en el grifo.

Los Quince quieren reducir de 50 a 10 microgramos por litro el contenido de plomo en el agua potable, medida que se deberá aplicar en todos los Estados miembros al cabo del plazo mencionado de quince años.

El plomo llega al agua fundamentalmente como consecuencia de la existencia de canalizaciones hechas con ese material y para su eliminación se hace necesaria la sustitución de las conducciones antiguas, lo que plantea problemas de coste y de determinación de la responsabilidad de esa tarea.

En cuanto al coste, varía según los países -para España la Comisión Europea ha calculado que podría ascender a entre 600.000 y 700.000 millones de pesetas- y según la antigüedad de sus redes de distribución.

Dado que la sustitución de las cañerías de plomo puede resultar excesivamente gravosa para muchos particulares, la directiva no obliga a que sean cambiadas en los domicilios y sólo atribuye al Estado la responsabilidad de retirarlas en la red pública de distribución.

La directiva afecta a todas las aguas destinadas al consumo humano, que son las de beber, cocinar y otros usos domésticos, así como la que se suministre a través de red, envasada o en cisternas y la empleada en la elaboración de productos alimenticios.

La directiva establece dos tipos de controles para asegurar la calidad del agua: de rutina y de auditoría.

Los primeros están destinados a detectar posibles anomalías mediante el control de unos pocos parámetros y el control de auditoría exige el de todos los parámetros, es decir, un examen

9714777

exhaustivo de todas las variables relativas a la salud.

Por ejemplo, en una ciudad de cien mil habitantes eso supondría efectuar un control de rutina cada cinco días y un control de auditoría cada dos meses, mientras que en otra de tres millones de habitantes se obligaría a cinco controles de rutina por día y tres de auditoría por mes, en ambos casos en "cada uno de los puntos representativos de la distribución de agua".

La aprobación de la directiva se retrasó debido a las exigencias de Francia, que pedía un período de aplicación más prolongado para la sustitución de las cañerías de plomo, hasta los veinte años, por la extensión de su red de este tipo de conducciones, que el Estado estará obligado a sustituir. EFE

JAM/hm

10/16/19-00/97

9714777

TD9758

U VARBT 10-17 00248
icx mun exp

CHINA-SATELITE
CHINA PONE EN ORBITA SATELITE COMUNICACIONES DE HONG KONG

Pekín, 17 oct (EFE).- China puso en órbita hoy, viernes, el satélite de telecomunicaciones ApStar-2R, de la compañía Telecomunicaciones Satélites Asia-Pacífico de Hong Kong, informó la agencia estatal "Xinhua".

El lanzamiento con el cohete chino "Larga Marcha 3B" se produjo desde el Centro Xichang en la provincia suroccidental de Sichuan.

Después de 1.473 segundos de vuelo, el Larga Marcha 3B se separó del satélite para permitir su entrada en órbita con un apogeo de 47.922 kilómetros, según el Centro de Control de Satélites de Xian, provincia central de Shaanxi.

El de hoy es el tercer lanzamiento del larga Marcha 3B, el cohete más potente desarrollado en este país por el Instituto de Tecnología Portadora de Cohetes de China, con una capacidad de carga de 5.000 kilos.

El lanzamiento inaugural del cohete chino terminó en fracaso el 15 de febrero de 1996 debido a los cambios en la inercia de referencia en su sistema de control.

El segundo, realizado el pasado 20 de agosto, se produjo sin incidencias tras una serie de mejoras tecnológicas posteriores a la primera prueba.

El satélite ApStar-2R, de 3.700 kilogramos de peso, con 28 bandas transportadoras C y 15 de tipo Ku, se fabricó en la empresa "Space Sistem" (Loral) de Estados Unidos, con "una expectativa de vida" de 15 años.

Su posición será de 76,5 grados este de longitud por encima del Ecuador.

Xinhua anunció además el uso del cohete chino para transportar nuevos satélites de comunicaciones en el futuro. EFE
cg/lm

10/17/04-18/97

Nº DOCUMENTO 9714778
TITULO CHINA PONE EN ORBITA SATELITE DE COMUNICACION.
PROCEDENCIA 518593
FE H. DE PROCEDENCIA 17-10-97
11190 /
65712 /
11965 /

9714778

01-01

Nº DOCUMENTO 9714779
TITULO CIENTIFICOS VIGILARAN PUERTO DE MONTEVIDEO.
PROCEDENCIA 150483
FECHA DE PROCEDENCIA 18-10-97.
VINCULACIONES 11190 /
501466 /
11005 /

Científicos vigilarán puerto de Montevideo

La Administración Nacional de Puertos (ANP) y la Facultad de Ciencias firmaron un convenio que deja al establecimiento universitario como responsable de la identificación de las fuentes de contaminación y sus responsables y de la caracterización físico-química y biológica de las condiciones actuales en el puerto de Montevideo.

01-01

9714779

1/2

FROM :

PHONE NO. :

P01

Copias Nros. de
Paginas de

Ejemplares:
Paginas:

RESERVADO

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA

SEGUNDA DIVISION

R E S U M E N D E I N F O R M A C I O N No. 080/97.-

AGENCIA: E M I N T

FECHA: 24 - DICIEMBRE 97.-

REFERENCIA: PED. INF. Nros. 077 al 082/4/97.-

ORIGEN: D.G.I.D.-

AREA /PAIS: R. O. DEL URUGUAY.-

DIFUSION ANTERIOR: NEGATIVO

DISTRIBUCION: D.G.I.D. - ARCHIVO.-

ANEXOS: NEGATIVO.-

TEXTO: Referente a lo solicitado oficio no remite información.

Capitan de Navio (CG) Jose L. [illegible] LANZANI
Jefe de la Segunda
Division del EMGA

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA · República O. del Uruguay · 2da. DIVISION

9714780
30 DIC. 1997

Nº 008/2

Doc. Ilegible

RESERVADO

711 P01 598*2*817118 DGID SEC GRAL Der. A.I.S 12-30-97 09:12

FROM : PHONE NO. : P01

Path: A:\
File: HOJA .TXT 505 [illegible] 29-12-97 9:1[illegible] Page 1

REFERENTE A: BERN[illegible] URIA, Claudinet.-
REGISTRAMOS: BERN[illegible] URIA, Claudinet Walter.-

C.I. N[illegible]. 364.468.-
[illegible] Montevideo, 07/VII/[illegible].-

17/11/1977: Es [illegible] de la Armada Nacional por "[illegible] OBLIGATORIO"
(Como Capitán de Navío).

LAS [illegible] PERSONAS SOLICITADAS NO [illegible] ANOTACIONES.

Doc. Ilegible

9714780

002/2

ARCHIVO

1/8

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

CAMARA DE REPRESENTANTES

SECRETARIA

Comisión de Asuntos Internacionales. Carpeta Nº 991 de 1996

Anexo I al
Repartido Nº 483
Mayo de 1997

CONVENIO DE COOPERACION JURIDICA CON EL REINO DE ESPAÑA

ORIGINAL

Aprobación

Informe

XLIVa. Legislatura

9714781
08 DIC. 1997

COT/8

Comisión de Asuntos Internacionales

I N F O R M E

Señores Representantes:

Vuestra Comisión de Asuntos Internacionales ha estudiado el proyecto de ley por el cual se aprueba el Convenio de Cooperación Jurídica entre la República Oriental del Uruguay y el Reino de España, suscrito en Montevideo, el 4 de noviembre de 1987, y ha concluido en las siguientes

CONSIDERACIONES:

ORIGINAL

La finalidad de este Convenio es la de traducir en instrumentos jurídicos de cooperación los profundos vínculos históricos que unen a la República Oriental del Uruguay y el Reino de España. Para ello, a través del mismo se regula la actuación procesal con el objetivo de asegurar que la que se cumple en un país también surta efectos en el otro.

El Título I refiere al Ambito del Convenio, y en su artículo 1º dispone que el Convenio se aplica a las actuaciones procesales, a las decisiones judiciales y a los laudos arbitrales, con las excepciones que se detallan en el artículo 1º literales "a" a "e" y que refieren al estado y capacidad de las personas y derechos de familia, obligaciones alimenticias respecto de menores, quiebras, concursos y procedimientos análogos a la seguridad social, a daños de origen nuclear.

La excepción relativa al estado y capacidad de las personas y derechos de familia, encuentra su explicación en que debido a que se trata de una materia con importante intervención del orden jurídico territorial las Convenciones habitualmente no la han tenido como objeto de su regulación.

sav

Distinta es la situación de las obligaciones alimenticias, su excepción halla explicación en la circunstancia de que ambas Partes del Convenio ya han suscripto un Convenio sobre Conflictos de Leyes en Materia de Alimentos para Menores y Reconocimiento y Ejecución de Decisiones y Transacciones Judiciales relativas a Alimentos, que contempla dicha materia.

Por su parte, la excepción de las quiebras, concursos y procedimientos análogos refiere a temas del Derecho Comercial; y, dado que los procedimientos en esta rama del Derecho poseen autonomía en cuanto a su desarrollo, lógico es que se concluyera en su exclusión.

También la Seguridad Social es excluida, y ello porque en este aspecto es de primordial relevancia el orden jurídico interno de cada Estado.

Por último, tenemos la exclusión de los daños de origen nuclear; la cual es debido a que se trata de un tema que aún se halla en etapa de desarrollo.

ORIGINAL

El artículo 2º acota la extensión del ámbito material, estableciendo que el Convenio se aplica a los laudos arbitrales y a cualquier decisión dictada por los Tribunales de los Estados Partes (sentencias, transacciones judiciales que pongan fin al proceso, autos, despachos, mandamientos o cualquier otra resolución similar). También incluye las medidas cautelares firmes que dictadas en uno deban cumplirse en el otro Estado Parte.

El Convenio se aplica, asimismo, a las decisiones pronunciadas en actos de jurisdicción voluntaria. También a las resoluciones de los Tribunales administrativos y contencioso administrativos, a los efectos del Título V, o sea, en el campo del auxilio o cooperación judicial.

Por último, el artículo 2º, menciona las sentencias penales en cuanto refieren a la indemnización de perjuicios derivados del delito.

El Título II refiere al Reconocimiento y Ejecución, distinguiendo entre uno y otro, con lo cual mejora el texto de la Convención Interamericana de 1984.

En su Sección 1a. el Convenio establece los requisitos del reconocimiento. Así, el artículo 3º expresa que las decisiones judiciales enumeradas en el referido artículo 2º, serán reconocidas sin necesidad de procedimiento alguno, salvo que debieran producir efectos de cosa juzgada o ser ejecutadas. En caso de disconformidad en cuanto al reconocimiento, la parte interesada que lo invoque a título

principal, lo podrá obtener conforme con el procedimiento para la ejecución, y si lo invoca a título incidental será competente el Tribunal ante el cual así lo hiciere.

El artículo 4º establece que los requisitos indispensables para que la decisión dictada en un Estado pueda ser reconocida en el otro son:

a) que la decisión haya sido pronunciada por Tribunal competente;

b) que sea firme y ejecutoria; y

c) que la iniciación del proceso haya sido notificada en legal forma conforme con la ley del Estado de origen de la sentencia.

El artículo 5º determina cuáles son, a los efectos del presente Convenio, los Tribunales competentes. Para tal determinación, el Convenio se halla informado por los principios generales de nuestro orden jurídico, llegando en algunas soluciones a profundizar alguno de ellos.

ORIGINAL

En el ordinal 1 de dicho artículo se determina cuáles son los Tribunales competentes en materia de obligaciones, señalando en primer lugar a aquellos a los cuales se hubieran sometido las Partes para el caso de litigio (acuerdo sumisorio "pre litem"), siempre que dichos Tribunales pertenezcan al Estado Parte de domicilio de algunas de ellas, que el acuerdo sumisorio conste por escrito en cuanto a litigios que surjan con motivo de una relación jurídica concretamente determinada, y que la competencia no haya sido establecida en forma abusiva.

En forma subsidiaria se establecen los Tribunales del Estado Parte de domicilio del demandado o de residencia habitual del mismo al iniciarse el litigio; si el demandado fuere persona jurídica, serán competentes los del lugar donde ésta tuviese su sede o establecimiento principal. Asimismo, si al iniciarse el proceso el demandado tuviera establecimiento, sucursal o agencia con organización propia y si el litigio se refiriera a la actividad desarrollada en ese establecimiento, sucursal o agencia, podrá ser demandado en dicho lugar.

En materia de obligaciones extracontractuales, es el actor quien determina el Tribunal competente mediante la opción que haga entre dos Tribunales competentes, o sea entre los del Estado Parte donde se hubieran producido los hechos generadores de la obligación o los del Estado Parte donde se produjeren los efectos dañosos.

sav

Para las acciones relativas a bienes, la solución es la tradicional: son competentes los Tribunales del lugar donde aquéllos se encuentran.

Para las obligaciones pecuniarias en materia de derecho de familia, lo son los del Estado Parte del domicilio o residencia habitual del demandado. Habíamos expresado al comentar el ámbito de este Convenio, que se excluían del mismo (artículo 1º "a") las actuaciones y decisiones relativas al derecho de familia. Sin embargo, no se excluyen, como este artículo 5º ordinal 4 lo establece, las decisiones sobre obligaciones pecuniarias en dicha materia.

En el artículo 6º se reconoce la competencia del Tribunal del Estado de origen para la competencia reconvencional, cuando concurriese alguno de los motivos que se han enumerado en materia de competencia o si tal petición derivase del mismo hecho en que se fundó la principal.

ORIGINAL

Por su parte, en el artículo 7º se prevén los casos en que la competencia del Tribunal del Estado de origen puede no ser reconocida:

a) Si la ley del Estado requerido reserva para sus Tribunales competencia exclusiva por razón de la materia.

b) Si el Estado requerido se considera obligado a reconocer un acuerdo en el cual la competencia haya sido sometida a arbitraje.

El reconocimiento y la consiguiente ejecución pueden ser denegados en los siguientes casos que prevé el artículo 8º:

a) En caso de ilicitud en el Estado requerido de la obligación en cuya virtud se ha procedido.

b) En caso de que la decisión adoptada fuese manifiestamente incompatible con el orden público del Estado requerido.

c) En caso de que se hallase pendiente ante un Tribunal del Estado requerido un litigio entre las mismas Partes, con el mismo objeto y basado en los mismos hechos, salvo que la acción se hubiera ejercitado primero en el Estado de origen.

d) En caso de que en el Estado requerido o en un tercer Estado ya se hubiera dictado decisión sobre el mismo litigio y dicha decisión fuera susceptible de reconocimiento en el Estado requerido.

La Sección 2da. del Título II regula lo referente al proceso de reconocimiento y ejecución.

Así, en el artículo 9º se establece que para el reconocimiento y ejecución son competentes: en España, los Juzgados de Primera Instancia, y en Uruguay, los Juzgados Letrados competentes en Primera Instancia que correspondieren por razón de materia, jurisdicción y turno.

Se establece a continuación (artículo 10) que el proceso de referencia se regirá por la ley del Estado requerido, sin perjuicio de lo que el Convenio dispone especialmente al respecto, como ser (artículo 11):

1) La prohibición del reexamen de los méritos o fondo de la causa, sin perjuicio del control formal de los requisitos indispensables enumerados en el artículo 4º.

2) Al apreciar la competencia del Tribunal que dictó la sentencia, se tendrá por probados los hechos que le sirvieron de fundamento.

3) La imposibilidad de denegar el reconocimiento o ejecución de una decisión, porque el Tribunal que la dictó lo hubiese hecho aplicando una ley diferente de la que hubiere correspondido conforme con las reglas del Derecho Internacional Privado del Estado requerido.

4) La Parte que pretenda el reconocimiento o la ejecución queda dispensada de legalizar los documentos que presente a tal fin. Alcanza con presentar copia literal, auténtica o autenticada de la decisión, con certificación de que la misma ha quedado ejecutoriada y de que el demandado fue citado en tiempo y forma (artículo 12).

5) La Parte vencida en la decisión cuya ejecución o reconocimiento se pretende, deberá ser citada luego de ordenada la misma (artículo 13).

El Título III, artículo 15, establece que los laudos arbitrales serán reconocidos y ejecutados conforme con las disposiciones de este Convenio.

El Título IV trata de la igualdad de trato procesal.

En tal sentido, en el artículo 16 se establece que las personas físicas de nacionalidad española tendrán en nuestro país igual trato procesal al de las personas que en él se domicilien.

En el artículo siguiente se invierte la consideración de nacionalidad y domicilio. En efecto, establece que las personas físicas con residencia habitual en nuestro país gozarán en el Reino de España del mismo trato procesal que disfrutan los nacionales españoles domiciliados en España.

La igualdad de trato procesal en un Estado Parte también rige para las personas jurídicas constituidas en el otro, siempre que en su "item

constitutivo" se haya cumplido con los requisitos de fondo y forma exigidos para su creación (artículo 17).

La igualdad de trato procesal exime a los litigantes de la prestación de fianza de arraigo (artículo 18).

El Título V trata del auxilio judicial, consignando el artículo 20 que el mismo se regirá por la Convención Interamericana sobre Exhortos o Cartas Rogatorias de 30 de enero de 1975. Con lo cual, se da la circunstancia de que este Convenio bilateral, entre un estado americano y otro europeo, se rija por aquella Convención elaborada entre estados americanos y a la cual España ha adherido.

En el artículo 21 se complementa lo dispuesto por el artículo precedente. Establece que este título se aplicará a los exhortos o comisiones rogatorias en actuaciones y procesos que, ampliando la Convención de Panamá, no sólo corresponden a la materia civil y comercial, sino también a la laboral y la contencioso administrativa, así como los juicios arbitrales y materias de competencia de la jurisdicción administrativa, y en cuanto tengan por objeto comunicar notificaciones, citaciones y emplazamientos en el otro Estado Parte, la recepción y obtención de pruebas e informes, la realización de actos procesales no contenciosos, tales como aperturas de testamentos, inventarios, tasaciones y otros semejantes. Comprende, asimismo, los embargos, lo cual era materia excluida en la Convención Interamericana de 1975.

ORIGINAL

En el inciso segundo de este artículo 21, se reconoce el derecho de los funcionarios consulares a notificar actos judiciales nacionales a personas que se hallen en el extranjero, y a ejecutar comisiones rogatorias en relación con su propios nacionales, salvo ejecutar embargos.

El artículo 22 enumera las causales por las cuales el auxilio judicial puede ser denegado por el Estado requerido: que se trate de actividad contraria al orden público; que la naturaleza del contenido del acto no corresponda a las atribuciones propias de la autoridad requerida; la falta de acreditación del documento.

El exhorto solicitando la recepción y obtención de pruebas deberá contener, según el artículo 23, un resumen del juicio, nombre y dirección de las personas que deban intervenir, textos de los interrogatorios y documentos necesarios para su recepción, nombre y dirección del responsable, cuando correspondiere, de los gastos procesales en el país requerido por el diligenciamiento de la prueba.

Los embargos, en cuanto a la procedencia de la medida, se regirán por las leyes y Jueces del Estado de origen, y en cuanto a la traba, su forma y la inembargabilidad de los bienes, se regirán por las leyes y Jueces del Estado de ubicación de dichos bienes (artículo 24).

En forma novedosa el Convenio establece (artículo 25) que las diligencias y trámites necesarios para el cumplimiento del exhorto, no requerirán petición expresa ni la petición de parte interesada,

debiendo ser practicados de oficio por el órgano jurisdiccional requerido, lo cual no obsta a la intervención de las Partes, por sí o mediante apoderado.

En materia de tramitación de exhortos, el Convenio acoge el principio de gratuidad recíproca, salvo el diligenciamiento de medios probatorios que ocasionen gastos en el Estado requerido, y ello sin perjuicio del beneficio o auxiliatoria de pobreza que pueda haber concedido el Estado exhortante o el Estado requerido.

El Título VI, artículo 27, trata del intercambio de información sobre materias jurídicas, estableciendo el intercambio entre los Estados Partes en cuanto a aspectos generales de sus ordenamientos jurídicos respectivos, y entre sus órganos jurisdiccionales en cuanto a aspectos jurídicos precisos, en relación a procesos existentes.

En el Título VII se plasman las disposiciones finales de esta Convención, y en el artículo 28 se dispone que la denuncia por cualquiera de las Partes de la Convención Interamericana sobre Exhortos o Cartas Rogatorias de 1975, no importará la denuncia de la presente, respecto de las disposiciones de la Convención Interamericana a las que este Convenio expresamente se remite.

Por las consideraciones expuestas, y en la seguridad de que la entrada en vigor de esta Convención será de suma utilidad, vuestra Comisión Asesora aconseja la aprobación del proyecto de ley adjunto.

ORIGINAL

Sala de la Comisión, 7 de mayo de 1997.

YAMANDU FAU
Miembro Informante
LUIS JOSE GALLO IMPERIALE
ARTURO HEBER FÜLLGRAFF
LEON MORELLI
JORGE PACHECO KLEIN
RAMON PEREIRA PABEN
CARLOS PITA
EDISON SEDARRI LUACES

9714781

008/18

ARCHIVO

1/3

Por. archivo

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

CAMARA DE REPRESENTANTES

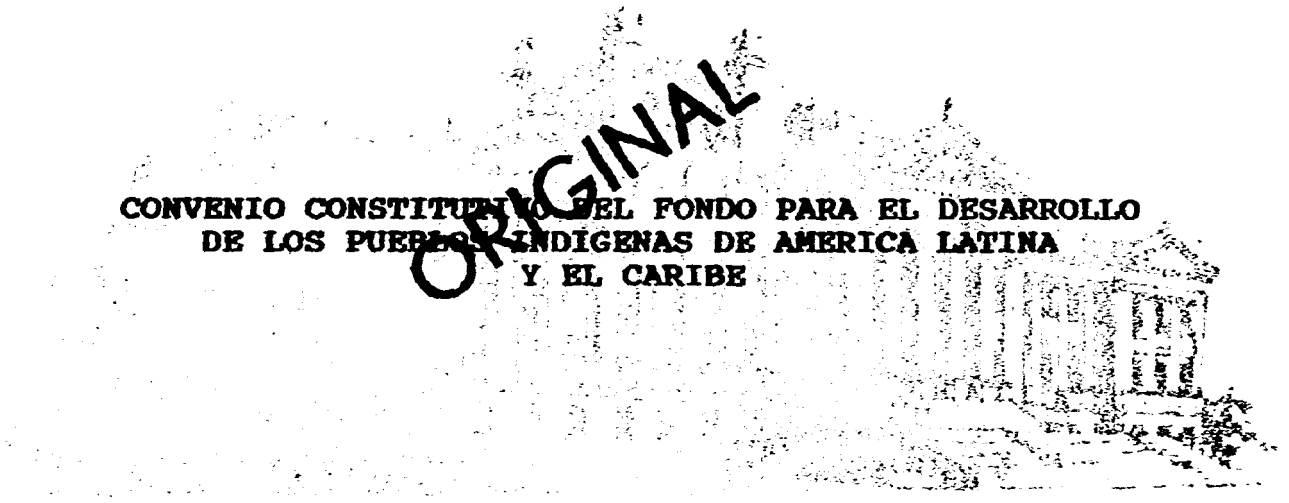
SECRETARIA

Comisión de Asuntos Internacionales. Carpeta Nº 1255 de 1996

Anexo I al
Repartido Nº 574
Junio de 1997

ORIGINAL

CONVENIO CONSTITUTIVO DEL FONDO PARA EL DESARROLLO DE LOS PUEBLOS INDIGENAS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE



Aprobación

Informe

XLIVa. Legislatura

001 1/3

9714782
16 DIC. 1997

Comisión de Asuntos
Internacionales

I N F O R M E

Señores Representantes:

El presente Convenio de Constitución del Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y El Caribe, fue suscrito en julio de 1992, en el marco de la Segunda Cumbre de los Estados Iberoamericanos.

Tiene como objeto el establecimiento de un mecanismo de apoyo a los procesos de autodesarrollo de los pueblos, comunidades y organizaciones indígenas de América Latina y El Caribe.

El artículo 1º del Convenio establece que para lograr la realización de dicho objetivo el Fondo Indígena "tendrá las siguientes funciones básicas:

A) Proveer una instancia de diálogo para alcanzar la concertación en la formulación de políticas de desarrollo, operaciones de asistencia técnica, programas y proyectos de interés para los Pueblos Indígenas, con la participación de los Gobiernos de los Estados de la región, Gobiernos de otros Estados, organismos proveedores de recursos y los mismos Pueblos Indígenas.

B) Canalizar recursos financieros y técnicos para los proyectos y programas prioritarios, concertados con los Pueblos Indígenas, asegurando que contribuyan a crear las condiciones para el autodesarrollo de dichos Pueblos.

C) Proporcionar recursos de capacitación y asistencia técnica para apoyar el fortalecimiento institucional, la capacidad de gestión, la formación de recursos humanos y de información y asimismo la investigación de los Pueblos Indígenas y sus organizaciones".

El artículo 2º define los recursos del Fondo Indígena estableciendo que el mismo se compondrá de contribuciones (que podrán ser en efectivo, en asistencia técnica o en especie) de los Estados Miembros; de aportes de otros Estados u organismos y de las donaciones y los ingresos netos generados por inversiones.

9714782

esa

002

La Comisión de Asuntos Internacionales aconseja la ratificación del presente Convenio, que tiene como antecedentes la Declaración Universal de Derechos Humanos y el Convenio de la OIT sobre Pueblos Indígenas, entendiendo que su aprobación constituirá un importante avance para el desarrollo de los pueblos indígenas de la región.

Sala de la Comisión, 18 de junio de 1997.

CARLOS PITA
Miembro Informante
YAMANDU FAU
LUIS JOSE GALLO IMPERIALE
LEON MORELLI
RAMON PEREIRA PABEN

ORIGINAL

003/3 9714782

ARCHIVADO

esa

ARCHIVO

Blog C.M.J

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

CAMARA DE REPRESENTANTES

SECRETARIA

Comisión de Constitución, Códigos, Legislación General y Administración. Carpeta Nº 1882 de 1997

Repartido Nº 796
Junio de 1997

ORIGINAL

ASESINATO DE TRES CIUDADANOS PALESTINOS EN LA CIUDAD DE JERUSALEM

CORREGIDO
12/2/98
Inic.:
SM

C o n d e n a

—

XLIVa. Legislatura

9714783
30 DIC. 1997

PROYECTO DE DECLARACION

La Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay ha tomado conocimiento del asesinato en Jerusalem y Ramala de tres ciudadanos palestinos, y el intento de secuestro de un cuarto.

La circunstancia vinculante de los hechos es que, desoyendo advertencias de altos funcionarios de la Autoridad Palestina, los cuatro habían realizado transacciones de inmuebles con ciudadanos israelíes. Tres de ellos, además, eran titulares de documentos de identidad emitidos por el Estado de Israel.

Estos hechos desestabilizan el proceso de paz en Medio Oriente, el que sólo tendrá éxito si existe confianza y cooperación entre los pueblos palestino y de Israel.

ORIGINAL

Por lo expuesto, la Cámara de Representantes condena los referidos crímenes, y exhorta a la Autoridad Palestina a un rápido esclarecimiento de los hechos y castigo de los culpables.

Resuelve, asimismo, dar cuenta de esta declaración a la Unión Interparlamentaria y al Parlamento Latinoamericano, solicitando se expidan al respecto.

Montevideo, 18 de junio de 1997.

LEON MORELLI
Representante por Montevideo

002 9714783

FECHA 15/01/98 INICIAL TE
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

sav

EXPOSICION DE MOTIVOS

El proceso de paz en Medio Oriente, en las últimas semanas, ha sido nuevamente desestabilizado.

Tres ciudadanos palestinos fueron asesinados en las áreas de Jerusalem y Ramala. Los tres asesinatos tuvieron lugar en circunstancias similares, y dos de los cuerpos fueron hallados muy cerca entre sí. Poco después, la policía israelí logró frustrar el secuestro de otra persona, hecho que seguramente evitó que los muertos fueran cuatro.

Estos actos criminales tienen un vínculo común: las cuatro víctimas han realizado transacciones de bienes inmuebles con ciudadanos israelíes, y tres de los palestinos eran portadores de documentos de identidad expedidos por Israel.

Estos hechos fueron precedidos por numerosas declaraciones públicas de altos funcionarios de la Autoridad Palestina, en las que condenaban como traición las ventas de terrenos a israelíes, y proclamaban castigos -incluso la pena de muerte- a quienes las realizaran. Estas declaraciones constituyen, sin duda, una clara legitimación moral de ulteriores secuestros y asesinatos.

Los hechos reseñados socavan los fundamentos mismos del proceso de paz. La confianza mutua y la cooperación entre palestinos e israelíes es requisito indispensable para que los esfuerzos pacificadores culminen con éxito.

La opinión pública mundial sigue con ansiedad y expectativa la situación que se vive en la región. Nuestra Cámara de Representantes, que siempre ha mantenido como principio rector de su política la defensa de los derechos humanos, no puede permanecer indiferente ante los sucesos expuestos.

Estas son las razones por las que presento el proyecto de declaración adjunto.

Montevideo, 18 de junio de 1997.

LEON MORELLI
Representante por Montevideo

003/3

9714783

sav

SECRETO

ORIGINAL

BIOG MIL.

Hoja de
Copia de

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Montevideo, 31 de Diciembre de 1997.-

Doc. ilegible

MEMORANDUM Nro. 9714784 /BUS/97
DE: Señor Jefe del Departamento III
PARA: Señor Jefe del Departamento I
ASUNTO: INFORMACION SOBRE EL RESTAURANT "CARLOS"
REFERENCIA:

TEXTO:

- Habiéndose recibido información de que el día 26 de los corrientes se habrian reunido algunos Ex-Oficiales de las FF.AA. recientemente pasados a Situación de Retiro, en el Restaurante "CARLOS" sito en Constituyente y Salto.

ORIGINAL

- Realizada la Busqueda de información correspondiente se obtuvo lo siguiente:

- El Restaurante se encuentra ubicado en Constituyente 1527 en el bajo de Pizzeria y Parrillada, bajo el nombre de "DON CARLOS". Posee el Número de R.U.C. 212516430013, su razón social es " RICARDITO CHEF SRL "

- Se encuentra nombre de los siguientes Asociados:

- PEDREIRA, Carlos
- CABRERA, Miriam
- CHEFF, Ricardo

9714784
31 DIC. 1997

001/1

DISTRIBUCION : Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III
- Archivo Sección Busqueda

FECHA 15 01, 98 INICIAL TE

Procesad... DEX

OBSERVACIONES

CORREGIDO
F 17/2/98
Inic.:
SM

SECRETO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N°- 1706 (SI)

ACTA DE CIERRE DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 22 de julio de 1998.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1997.

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. Nº 9714784 Ref. a: MEMORANDUM Nº 9714784 /BUS/97. Fs. 01/01.

OPERARIO/S: Cbo. 2da. Sonia Mello y Sdo. 1ra. Marlene Silva.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el cierre del acta, se da por finalizada la// microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de// este Rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación

S.O.M.

Efraín Silva

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.

Cnel.

Derval D. Rodríguez

C

A

IMAGE EVALUATION TEST TARGET (MT-1)

3 L/MM

SHOULD MEASURE .20" AT DESIRED REDUCTION

12x 16x 20x 24x 28x 30x

Photographic Sciences Corporation

23 WEST MAIN STREET
WEBSTER, N.Y. 14580
(716) 872-4503

10SQ/IN

D

B

FIN

ROLLO

1706

ANEXO AL ROLLO 1706

IMAGE EVALUATION TEST TARGET (MT-1)

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
1234567890$¢£/%#½¼¾—=+×°@*
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ1234567890
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz$¢£/%#½¼¾—=+×°@*
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ1234567890
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz$¢£/%#½¼¾—=+×°@*

Photographic Sciences Corporation
23 WEST MAIN STREET
WEBSTER, N.Y. 14580
(716) 872-4503

SHOULD MEASURE
.20" AT DESIRED REDUCTION

0 12x 16x 20x 24x 28x 30x

3 L/MM

10 SQ/IN

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

A C T A D E A P E R T U R A

ANEXO AL ROLLO Nº 1706 (SI)

LUGAR DE MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 11 de agosto de 1998.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1997. R.E. 9714276, 9714428,9714432, 9714531,9714532, 9714548,9714586.

IDENTIFICACION DEL PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. 9714276 Ref. a: Crisis asiática, caída de las bolsas. Fs. 01/19.

OPERARIO/S: Cbo. 2da. Sonia Mello y Sdo. 1ra. Marlene Silva.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: ////////////////////

PREPARACION DOCUMENTAL:

CONTROL: Personal del A.G.I.I.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del Acta, se procede a la iniciación de la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsa-/ble y la Dirección de la oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación

S.O.M.

Efraín Silva

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.

Cnel.

Dorval D. Rodríguez

DOCUMENTOS

D.G.I.D

AÑO 1997

Nº DOCUMENTO 9714276
TITULO CRISIS ASIATICA
PROCEDENCIA 180990
FECHA DE PRODUCCION 31/09/97
VINCULACIONES 11876
501667
65941
507408
507618

CAIDA DE LAS BOLSAS

10034 11161
501595
514643
501593
501638

■ EL MILAGRO ASIÁTICO SE DESVANECE

Inestabilidad financiera golpea a Malasia

La falta de confianza de los inversores en el mercado malayo tras la brusca caída de su moneda determinó una progresiva huida de capitales que afecta sus perspectivas de crecimiento económico

POR MARIELA MARTINEZ
de la redacción de EL OBSERVADOR

Tras lograr en los últimos diez años espectaculares niveles de crecimiento y un lugar privilegiado entre los "tigres del sudéste asiático", la economía malaya atraviesa hoy por una aguda crisis financiera a raíz de la desconfianza de los inversores internacionales en los mercados cambiarios de toda Asia.

La espiral bajista en que están envueltas las monedas de la región desde mediados de julio

El ringgit malayo perdió 27% de su valor y la Bolsa bajó 40% en lo que va del año

cuando el *baht* tailandés fue el primero en sucumbir ante la presión del mercado –especialmente tras la decisión del gobierno de liberar su moneda–, alentó la retirada de los capitales golondrina frente a la percepción de que el milagro asiático está llegando a su fin.

La crisis tailandesa marcó la dirección de los mercados asiáticos y a la debilidad de su moneda le siguió la caída del peso, el *ringgit* de Malasia, el dólar de Singapur y la *rupia* de Indonesia, lo que hundió a la región en un verdadero caos financiero.

Si bien la "crisis del arroz" golpeó fuerte a las economías asiáticas, la malaya muestra algunos signos de solidez, pero, según analistas económicos, este estado de bonanza no se prolongará por mucho tiempo.

Los mercados financieros están anunciando la antesala de un enlentecimiento de las tasas de crecimiento económico que en los últimos años resultaron superiores al 8% de crecimiento anual del Producto Bruto Interno (PBI), y la única interrogante es si ésta será más o menos aguda.

La economía malaya es muy vulnerable a factores externos ya que depende críticamente de mercados internacionales y de la inversión extranjera, dependencia que se remonta por lo menos a diez años atrás.

A lo largo de la década de 1980, Malasia vivió –al igual que sus pares de la región–, el denominado "milagro económico" del sudéste asiático que se plasmó en elevadas tasas de crecimiento sustentadas en crecientes tasas de ahorro interno y fuerte ingreso de capitales externos gracias a la confianza de los inversores internacionales.

Hoy la retirada de los capitales golondrina puede jugarle a Malasia una mala pasada.

Como indicador, cabe evaluar la evolución de inversiones extranjeras en el período enero-julio de 1997 frente al mismo período de 1996. Este indicador es claramente negativo, registrando 6.285 millones de *ringgits* en el primer semestre de 1997, frente a 17.056 millones de ringgits en igual período de 1996, es decir, una caída del 63%.

Ya en 1996 la tasa de inversión privada abandonó bruscamente las tasas de incremento superiores al 25% que venían caracterizando a esta economía situándose en un 7%.

En lo que va del año, el ringgit se devaluó 27% con respecto al dólar, al tiempo que en el mercado de valores, el índice compuesto de la Bolsa de Kuala Lumpur (la mayor del ASEAN, compuesto por Indonesia, Brunei, Vietnam, Laos, Camboya, Myadmar, Filipinas y Singapur, y la cuarta de Asia tras Tokio, Hong Kong y Taiwan) cayó desde marzo más de 40%.

Las medidas adoptadas por el primer ministro Mahathir Mohamad para hacer frente a la depreciación del *ringgit* –amenazas a los especuladores, eliminación de las restricciones de la venta de valores adquiridos mediante préstamo y suspensión de proyectos de infraestructura (estas dos últimas eliminadas en setiembre)–, no recibieron el apoyo de los inversores.

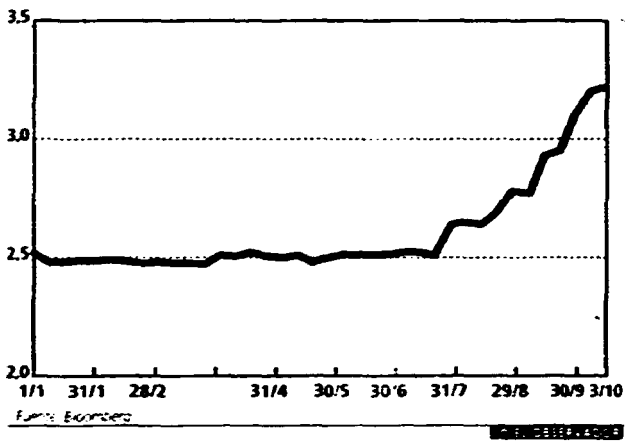
Estos catalogaron las medidas como mucho más procupantes para la evolución futura de la economía malaya que el ajuste, anticipado, de determinadas variables macroeconómicas.

Sin embargo, las intenciones del gobierno de poner orden a los desequilibrios macroeconómicos abren una ventana de optimismo en un momento crítico.

Para la mayoría de los economistas, Malasia puede recuperar una senda de crecimiento estable –se maneja una tasa de crecimiento de PBI en el entorno de 7% para 1997, frente al 8,4% de 1996– gracias a que, conjuntamente con Singapur, la malaya, es una de las economías más sólidas del continente asiático.

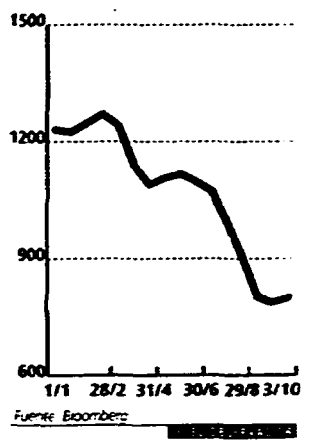
Para lograrlo, Malasia deberá recuperar la confianza de los capitales externos y eliminar la especulación del mercado cambiario, lo que es todo un desafío.

RINGGIT POR DOLAR 1997



Fuente: Bloomberg

BOLSA DE KUALA LUMPUR



Fuente: Bloomberg

Doc. parcialmente ilegible

9714276

01-19

Tailandia y Filipinas anuncian medidas para frenar la crisis

BANGKOK, 14 (EFE y AFP).- El Gobierno de Tailandia aprobó este martes un recorte presupuestario de 2.800 millones de dólares para tratar de cumplir con las condiciones impuestas por el Fondo Monetario Internacional (FMI) para otorgar su ayuda financiera

Al término de la reunión del gabinete se anunció también que, como medida adicional, se elevarán los impuestos a los productos de importación considerados de lujo, lo que puede suponer unos ingresos de cerca de 1.000 millones de dólares para las arcas estatales.

Para cumplir con las condiciones impuestas por el FMI tras la concesión de los 17.200 millones de dólares de apoyo económico, Tailandia tiene que lograr un superávit presupuestario equivalente al uno por ciento del Producto Interior Bruto (PIB).

Menos drásticas fueron las medidas anunciadas por el Gobierno con el objetivo de revitalizar la crítica situación del sector financiero, una de las cuestiones que más preocupa a los inversores extranjeros.

En este sentido, el Gobierno indicó que se crearán dos agencias nacionales encargadas de la protección de los acreedores y ahorradores, y además, se ha comprometido a modificar la actual legislación sobre la quiebra.

Tailandia adeuda más de 90.000 millones de dólares a la banca extranjera, de los cuales el 70 por ciento corresponde a créditos obtenidos por el sector privado.

Ante la situación de crisis, el Gobierno tailandés ordenó el pasado mes de agosto la suspensión de las operaciones de 58 entidades financieras declaradas insolventes.

Por su parte, el Banco Nacional de Tailandia ha hecho público su deseo de disponer de facultades adicionales para poder sustituir a los gestores y responsables de algunas entidades financieras que considera carecen de conocimientos suficientes.

Filipinas

EP 1870

El Banco Central filipino anunció este martes un endurecimiento del control de las transacciones de divisas efectuadas por los bancos del archipiélago, con el fin de limitar la especulación con el peso.

El vicegobernador de la autoridad monetaria, Alberto Reyes, señaló que los bancos deberán comprometerse a aceptar un inventario de todos sus contratos a plazo, incluyendo las transacciones anuladas.

La anulación ficticia de contratos a plazo ha sido utilizada con profusión por los bancos filipinos para poder comprar dólares sin superar, en su contabilidad, los topes legales de fondos en divisas extranjeras.

02

97142761

REPERCUSIONES EN LA BOLSA DE BUENOS AIRES

Una semana signada por el TEMBLOR ASIÁTICO

El recinto porteño no escapó al comportamiento adverso del resto de los mercados del globo

Por Rolando Holz

Un comportamiento adverso mostraron los papeles privados en el recinto de negociación, a lo largo de la semana última. El índice Merval acumuló un retroceso del 4,31% en el período, al tiempo que el Burcap, mostrando un comportamiento totalmente diferente respecto de las semanas precedentes, cedió el 6,08 por ciento.

Esta situación confirma una vez más que la divisoria de aguas entre los dos indicadores es clara y por otra parte hasta permite suponer que las especies que solamente cotizan en el mercado doméstico, operan como una reacción, respecto de lo que sucede en el principal mercado del mundo. En los momentos cuando Wall Street, operó con solidez, las ADR argentinas fueron las que lideraron las mejoras. En las últimas cinco ruedas, en cambio, las especies que cotizan en Nueva York fueron las más perjudicadas. En consecuencia, los papeles que solamente cotizan en el mercado doméstico fueron una mejor cobertura.

La explicación de este fenómeno hay que buscarla en los inversores que muestra cada especie. En general, podría suponerse que las acciones que únicamente operan en la Bolsa porteña están en manos de inversores locales, sin importar su magnitud. Ellos se resistieron a desprenderse de sus tenencias en momentos de fuertes bajas. En cuanto al volumen de los negocios, hay que señalar que el mismo no se contrajo en una proporción como era de esperarse; por el contrario, el jueves último se observó un muy alto volumen de negocios en la operatoria asistida por computadora (Sinac).

Desde el punto de vista de los resultados individuales de las empresas, es difícil evaluar cuál tuvo un buen comportamiento y cuál no.

En general, sólo se puede hacer mención a que las menores bajas se produjeron en las acciones que solamente cotizan en Buenos Aires.

Onda expansiva

El mercado bursátil argentino fue nuevamente víctima, al igual que hace tres años con el efecto tequila, de un hecho que sucedió en otro país, en este caso una región: El sudeste de Asia. El mundo presenta una sobreliquidez y ello ha provocado que los inversores de los mercados centrales salgan de allí, para intentar obtener una renta mayor en otra región del planeta.

El mayor inconveniente es que cuando alguna situación imprevista afecta a algún país, la orden de venta se produce en la mayoría de los mercados denominados emergentes.

A diferencia de cuando se desató el tequila, hoy en día los fondos acumulados entre las administradoras de jubilación privada y los fondos comunes de inversión superan los $ 15.000 millones. Ello es una cifra considerable como para ponerle el pecho al mercado, en caso de ser necesario. La pregunta del millón será determinar si los diferentes agentes del mercado estarán dispuestos a socorrer al mercado de capitales.

La mayoría de los banqueros ha dicho que en este momento el sistema financiero argentino está verdaderamente sólido como para hacer frente a un eventual "tequilazo". Todo indica que ha llegado el momento de verificarlo. Lo sucedido en la semana última en Hong Kong no debe ser considerado como un hecho aislado en sí mismo. Ello es el rebote de lo que sucedió hace dos meses con las crisis de otras naciones de la región, como Tailandia y Filipinas. Japón fue uno de los países que auxilió a a sus "vecinos", pero la economía nipona está lejos de atravesar por su mejor momento. Por otro lado, Hong Kong parecería estar "pagando" el costo de la transferencia de dominio de Gran Bretania hacia China.

Cuando se desata la crisis, los inversores salen de acciones (equities) y rápidamente buscan la cobertura en los bonos norteamericanos. Por ese motivo se produjo una simultánea baja de las Bolsas con alza en el precio de los bonos y, por ende, baja en la tasa implícita. El mayor inconveniente será determinar hasta qué punto seguirá avanzando la "onda expansiva". Con lo que se vio hasta ahora es difícil determinar cuál es el punto actual de la crisis.

En momentos como éste, lo más recomendable es no dejarse llevar por el pánico y tratar de operar en forma racional. Asimismo, hay que tener en cuenta que la estrategia que seguramente desarrollen los grandes inversores, los institucionales y los fondos, es totalmente diferente respecto del pequeño inversor.

Los operadores más experimentados recomiendan comprar cuando todos venden, pero ello sólo es válido para los más grandes que, generalmente, tienen "resto" para promediar hacia abajo. En el caso del inversor de pequeña dimensión, lo aconsejable sería permanecer quieto, tanto si está comprado, así como también si está líquido. En momentos de alta turbulencia como la actual, es más fácil hacer una mala operación que una buena, por tal motivo debe prevalecer la cautela y el raciocinio, antes que el primer impulso.

LN 2610

03

9714276

EL COLUMNISTA INVITADO

CRISIS EN ASIA: CORREGIR EL RUMBO Y CERRAR FILAS

Por José Luis Machinea

PARA LA NACION

El contexto internacional se ha presentado favorable para la Argentina en los últimos años. Prueba de ello son la abundante liquidez, el elevado crecimiento del producto y del comercio internacional, las relativamente bajas tasas de interés nominales y, finalmente, una considerable mejora en los términos del intercambio de la Argentina, superior al 20% entre 1990 y 1996. Hasta hace unos meses era razonable prever que este escenario se mantendría más allá de lo que nos queda de este siglo. Si bien éste sigue siendo el escenario más probable, hay algunos hechos que han generado cierta incertidumbre en los últimos meses y en particular en la última semana, y que tienen, al menos, una cosa en común: su ubicación en el sudeste asiático.

Por un lado, a pesar de las perspectivas levemente optimistas de comienzos de año, Japón no consigue salir de la recesión en la que se debate desde principios de esta década; por el otro, el resto de los países del sudeste asiático, desde el 2 de julio, cuando Tailandia devaluó el baht por presiones especulativas, ha tenido -con escasas excepciones- que devaluar sus monedas en un contexto de fuertes bajas de sus mercados de capitales, de aumento de las tasas de interés y de dificultades en los sistemas financieros. La "ola" llegó a países relativamente cercanos, como Nueva Zelanda, ejemplo de reformas estructurales y elevado superávit fiscal, que tuvo que devaluar alrededor de un 10% en los últimos meses.

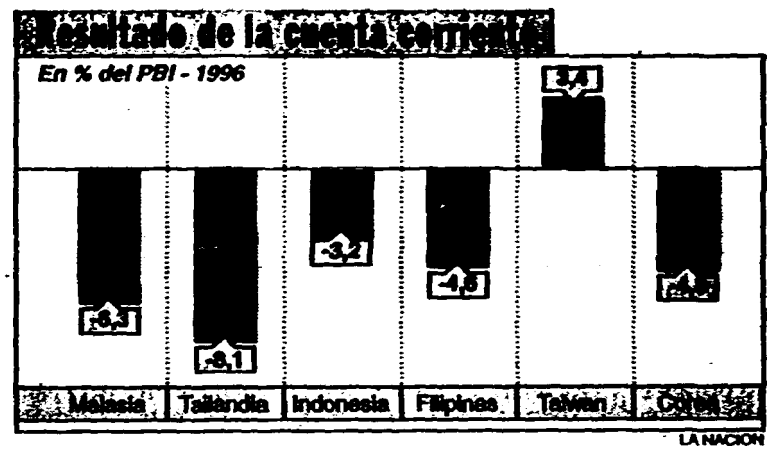
Es evidente que los problemas en algunos de estos países se explican por la fuerte interrelación de sus economías, de manera tal que la caída de alguna de sus monedas tiene claro impacto sobre los otros. Más allá de esta interrelación, nos interesa evaluar si hay elementos comunes que puedan explicar ese comportamiento y qué experiencia podemos obtener para el caso argentino.

Algo en común

Rasgos comunes de estas economías: a) altas tasas de crecimiento durante muchos años (la tasa promedio ponderada de crecimiento de Malasia, Tailandia, Indonesia, Filipinas, Taiwan y Corea entre 1980 y 1996 fue del 7,4% anual); b) elevados déficit en cuenta corriente, con excepción de Taiwan (ver gráfico); c) precio alto de las propiedades como consecuencia de una especulación en el mercado inmobiliario financiada con crédito hipotecario, y d) superávit en las cuentas públicas, nuevamente con excepción de Taiwan.

En la última semana, Hong Kong, que quedó con una moneda apreciada respecto de las de sus vecinos, también sufrió un embate especulativo hasta ahora resistido mediante un fuerte aumento de las tasas de interés.

Durante la última semana, la especulación afectó las bolsas de Europa, Estados Unidos y América latina, en este último caso en especial las del Brasil, la Argentina y México, en ese orden. Mientras que para explicar la caída de las bolsas del mundo desarrollado, la interrelación de estas economías con el sudeste asiático parece haber sido un factor más relevante que el puro "efecto contagio", lo inverso es cierto en el caso de América latina. Prueba de ello es que, tal como lo mencionáramos, mientras en los países desarrollados la caída en el precio de las acciones se daba juntamente con el aumento en el precio de los bonos, en América latina y, en especial, en los tres países mencionados, disminuía tanto el precio de las acciones como el de los bonos. La contrapartida de este movimiento fue que los fondos se movieron hacia activos financieros más seguros ("flight to quality"), básicamente los bonos del Tesoro de los países desarrollados.



Antes de evaluar en qué situación esto puede afectar la economía argentina, permítasenos hacer unas consideraciones respecto de lo que estamos presenciado en el sudeste asiático. En primer lugar, es claro que pueden darse fuertes déficit en la cuenta corriente con equilibrio o superávit de las cuentas públicas (Chile en 1981 y el caso del sudeste asiático en la actualidad); en segundo lugar, el superávit fiscal, si bien ayuda, no evita las especulaciones en el mercado de cambios; en tercer lugar, cuanto mejor la situación en la cuenta corriente, menor el riesgo de corrida cambiaria (véase el caso de Taiwan, que sólo devaluó el 3% en los últimos meses). Respecto de este último tema, y más allá de la discusión que podamos tener los economistas, lo que es claro es que, de acuerdo a quienes forman opinión en los mercados, el déficit en cuenta corriente importa, por lo cual decir que "los que hablan de la importancia del déficit en cuenta corriente no entienden nada", más allá de mostrar intolerancia, es intentar pelearse con una realidad incontrastable.

Finalmente, es evidente que la posición de quienes creyeron ver en los problemas del sudeste asiático una oportunidad para América latina -recordando aquella apreciación de que la enfermedad de la "vaca loca" iba a favorecer la exportación de carne argentina- es totalmente equivocada. En este sentido, el "flight to quality" parece ser más un vuelo directo a Estados Unidos que al resto de los mercados emergentes.

¿Cómo está la economía argentina en este escenario? Por un lado, se puede argumentar que: a) no tenemos una burbuja en el mercado inmobiliario comparable con la de Asia, ya que en la Argentina los precios de las propiedades no experimentaron un aumento muy importante; b) la competitividad -si bien todavía insuficiente- ha mejorado en los últimos años como consecuencia del aumento de la productividad y la reducción de los impuestos al trabajo; c) el déficit en cuenta corriente es preocupante, pero no lleva años como en el sudeste asiático; d) aunque mucho es lo que queda para progresar en términos de supervisión bancaria, como muestra la experiencia del Banco Crédito Provincial, el sistema financiero está más sólido en términos de instituciones y entidades financieras que hace tres años; e) la Bolsa argentina subió durante el año la mitad de la mexicana y un tercio de la brasileña y no parece sobrevaluada.

Preocupa el déficit fiscal

Por otro lado, es preocupante que en un contexto de fuerte recuperación del nivel de actividad el déficit fiscal sea superior al 1,6% del producto y, en especial, que tengamos un déficit en cuenta corriente alto y creciente. Aquí importa más la tendencia que el nivel y, al respecto, estamos proyectando un déficit en cuenta corriente de 3,7% del producto para este año y del 4,5% para el año que viene.

Volviendo al comienzo de esta nota, es probable que los acontecimientos del sudeste asiático no lleguen a alterar las grandes tendencias de la economía internacional, pero, en todo caso, es evidente que la volatilidad de los mercados será parte del mundo que nos tocará vivir en los próximos años. Para enfrentar esa realidad es necesario, de una vez y finalmente, adoptar las medidas apropiadas para tener una economía menos vulnerable.

Además, es necesario seguir detenidamente los acontecimientos en Hong Kong, teniendo en cuenta que ésta es una de las pocas economías en el mundo con un sistema de convertibilidad como el argentino, de manera tal que si llegara a haber una alteración cambiaria -aunque no creo que ése sea el escenario más probable- los ojos del mundo financiero se moverán hacia nuestro país. Si ése llegara a ser el caso, será necesario cerrar filas en defensa de la estabilidad, que hoy por hoy significa convertibilidad.

El autor es economista y consultor de empresas.

9714276

04

Tokio también cayó 2,4%. Analistas anticipan un derrumbe de 25% esta semana

Con un fuerte derrumbe de 4% abrió ayer la Bolsa de Hong Kong, augurando otra jornada difícil en los mercados mundiales. Tokio cayó 2,4% arrastrado por las preocupaciones sobre la crisis que se extiende en el sudeste asiático. Los analistas anticipan una semana complicada, con bajas de hasta 25% en las acciones en Hong Kong, que podrían extenderse a las Bolsas asiáticas y europeas. En Wall Street, tras una caída de 4% en dos días, los inversores esperan con ansiedad los datos sobre el costo laboral, y el discurso de Alan Greenspan el miércoles.

Con fuerte baja de 4% abrió ayer la Bolsa de Hong Kong

Hong Kong (Reuters, EFE) - Con una fuerte baja de 4% abrió hoy la Bolsa de Hong Kong, en medio de una jornada marcada por la incertidumbre y el temor luego del terremoto de la semana pasada. Los analistas pronostican que esta semana continuará el derrumbe en todas las Bolsas del sudeste asiático.

Los vaticinios fueron también confirmados por el desempeño del principal índice de la Bolsa de Tokio, el Nikkei, que comenzó negociándose en baja a 2,4 por ciento. La caída de Hong Kong desde el denominado «jueves negro» -región considerada anteriormente una isla de estabilidad- ha desencadenado una sensación de incertidumbre en todos los mercados internacionales y especialmente en los emergentes, que podrían ser los nuevos blancos.

BALANCE

	Jueves	Viernes	Acumulado
Hong Kong	-10,4	+6,9	-4,2
San Pablo	-6,1	-3,0	-11,2
Buenos Aires	-4,9	-4,2	-9,3
Francfort	-4,6	+1,8	-2,8
México	-4,5	-2,7	-7,4
París	-3,4	-0,3	-3,7
Londres	-3,1	-0,4	-3,5
Tokio	-3,0	+1,2	-1,8
Wall Street	-2,3	-1,7	-4,0

• Perspectivas

Asimismo, las perspectivas para esta semana siguen siendo pesimistas en Hong Kong, que inició un derrumbe en las acciones de todos los mercados del mundo el jueves, cuando el principal índice de región cerró con una baja de ,41 por ciento.

Los analistas prevén una semana complicada para las acciones en Hong Kong y vaticinan pérdidas de hasta 25 por ciento.

El secretario del Tesoro de Estados Unidos, Robert Rubin, descartó ayer una asistencia a las economías asiáticas lideradas por su país, tal como lo hiciera durante la crisis de México, enfatizando en cambio un trabajo junto con los gobiernos asiáticos, al igual que con el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial. Aseguró que juntos desarrollarán un paquete para aliviar la crisis financiera de la región.

«En México teníamos un programa de apoyo que dependía principalmente de los Estados Unidos. Eso no sucederá en este caso. Los participantes clave serán el FMI y el Banco Mundial», dijo ayer por la cadena de televisión ABC.

A pesar de la recuperación técnica del índice Hang Seng en la última sesión del viernes, en la que cerró con una suba de más de 6%, el temor se mantiene entre los inversores.

Para algunos expertos, la rápida intervención del viernes con una masiva entrada de capital -aumentando los intereses para mantener la paridad de 7,8 dólares hongkoneses por dólar estadounidense-, no ha logrado evaporar la preocupación.

«Lo más probable es que el Hang Seng caiga entre 20% y 25%, siguiendo la tónica de los mercados emergentes», manifestó Marc Faber, agente de Bolsa especializado en la región asiática.

Faber cree que la Bolsa de Hong Kong caerá al menos 3.000 puntos en las próximas sesiones.

«La recuperación es temporaria, sólo hay que fijarse en la debilidad que están mostrando los valores del sector inmobiliario», señaló Faber.

Como consecuencia de la caída durante el «jueves negro», hay vaticinios aun más pesimistas, como las que apuntan que el Hang Seng se establecerá en el nivel de los 8.000 puntos, justamente la mitad del que tenía antes del inicio de la fiebre vendedora y los ataques al dólar hongkonés.

Los mercados asiáticos continuaban perturbados por la alta volatilidad, incluyendo a Tokio, donde los exportadores están preparándose para una mayor caída a causa de nuevos trastornos en Hong Kong.

Los pronósticos indican que la tendencia negativa seguirá a lo largo de toda esta semana.

Los estrategas de inversiones opinan además que el fantasma de un contagio mundial acosa nuevamente a los mercados emergentes.

En América latina, el índice brasilelio Bovespa cayó 11,2% en dos días y el país parece estar listo para unos días tumultuosos, según Ian Campbell, jefe de economía de mercados emergentes de ABN AMRO Hoare Govett, en Amsterdam.

Algunos analistas advirtieron el fin de semana que si la paridad del dólar de Hong Kong con la moneda de Estados Unidos se rompe, la Argentina podría enfrentar serios problemas.

«La Argentina tiene un sistema cambiario similar y será un blanco atractivo para los especuladores», dijo Charles Blitzer, jefe de mercados emergentes de Donaldson Luftkin & Jenrette.

Los pronósticos se vieron confirmados durante la apertura de la Bolsa de Japón hoy, cuando el índice principal, el Nikkei, perdía más de 2 por ciento.

El promedio de Nikkei estaba abajo en 430,37 -2,48%-, negociándose a 16.933,37, apenas comenzada la sesión; arrastrado debido a la incertidumbre en Asia y a la caída del viernes en el índice industrial Dow Jones en Nueva York.

Wall Street no cree que sea el fin de la fiesta

Escribe
Philip Bonnfil
Especial de
Bloomberg

Nueva York - El derrumbe de los mercados asiáticos no parece presentar una amenaza al récord de 15 años de alza en Wall Street, pero analistas e inversores esperan un mercado de acciones más volátil en los próximos días.

Las noticias desde Asia coincidirían con la difusión mañana del índice de costos laborales en el tercer trimestre, que analistas prevén habrá crecido cerca de 0,8 por ciento. Ambos factores aumentan la ansiedad de los mercados frente al discurso que el titular de la Reserva Federal estadounidense, Alan Greenspan, dará el miércoles para evaluar la marcha de la economía y el comportamiento de las tasas de interés.

«¿Es éste el fin del mercado alcista? Definitivamente, no», opina Byron Wien, director de estrategia de portfolio en Estados Unidos de Morgan Stanley, Dean Witter, Discover & Co. «Pero una volatilidad extrema no es un buen signo. No podría decir si se trata de una dosis de confusión o un sentimiento realmente negativo», concluyó.

En Estados Unidos las acciones cayeron la semana pasada después de que la crisis en Hong Kong aumentara el temor de un «crack» bursátil global, y los inversores también sospecharon que la debilidad asiática pueda influir en los pronósticos de ganancias de las empresas informáticas, que venden en Asia muchos de sus productos.

El Dow Jones cayó 4 por ciento, la mayor caída desde la crisis que siguió al «lunes negro» de 1987, cuando el Dow registró bajas de hasta 100 puntos.

Pero a pesar de las turbulencias algunos inversores se mantienen optimistas.

«Estaremos a salvo, de eso no hay duda», dice Bill O' Hearn, un administrador de fondos de McKinley Capital Management. «La razón por la cual la gente vende sus acciones es porque se vuelve emocional.»

• Camino libre

Analistas creen que la tormenta desatada en Hong Kong comenzará a los inversores de que la Reserva Federal no subirá las tasas este año, dejando el camino libre a los bonos. Además, la crisis de las monedas asiáticas reducirá la presión inflacionaria de Estados Unidos -principal preocupación de Greenspan- debido a una previsible caída de sus exportaciones.

Pero el Departamento de Trabajo espera un aumento en los costos laborales en los últimos tres meses de 0,8 por ciento, el mismo aumento que el registrado en el trimestre anterior, lo que resultaría en una proyección de 2,9 por ciento anual. Hace pocas semanas, Greenspan había advertido que dada la fortaleza del mercado laboral y, las inevitables presiones salariales, la economía de EE.UU. parecía estar en una vía insostenible.

TENSION POR EL TEQUILA ASIATICO

Para la ex colonia, la crisis recién empieza

Escribe
Philip Bowring
Herald Tribune
para Ambito Financiero

Hong Kong - La crisis que recién comienza a desarrollarse en Hong Kong será una severa prueba para medir el nivel de cohesión interna y su autonomía financiera con respecto a Pekín.

La paridad cambiaria entre el dólar de Hong Kong y la moneda estadounidense puede resistir al igual que el peso argentino con el mismo sistema de convertibilidad resistió la debacle financiera de México. Pero el costo será mucho más alto de lo que la mayoría de los ciudadanos más ricos de Hong Kong están dispuestos a pagar.

Mientras tanto, China parece tener puntos de vistas encontrados con respecto a la difícil situación de Hong Kong.

Esta crisis no es sorpresiva ni irracional. Hong Kong no tiene un déficit en su cuenta corriente, pero tiene todos los demás problemas que socavaron las monedas y los mercados del sudeste asiático -especialmente el excesivo crecimiento del crédito a los sectores financieros e inmobiliarios, alimentados por el ingreso masivo de capital-.

Siete años de crecimiento en el crédito a un nivel que duplica el crecimiento del Producto Bruto Interno llevó a los precios de propiedades en Hong Kong a niveles que excedían los picos de Japón.

Una mayor presión sobre la oferta coincidiendo con un aumento en el crédito significó que más de 5% del PBI fuera directamente a los bolsillos de un grupo de inversores inmobiliarios.

Las nuevas autoridades se dan cuenta de que Hong Kong no sólo enfrenta el problema de una caída en los precios de los activos. A raíz de las devaluaciones en el sudeste asiático, la economía enfrenta ahora nuevos riesgos por un exceso de los costos. El turismo cayó precipitadamente y muchas industrias de servicios podrían trasladarse a Singapur, Tokio, Shanghai, Sydney, Bangkok y cualquier lugar donde los costos son mucho menores.

Hong Kong debe desinflarse. La única pregunta es si lo logrará abandonando el sistema de convertibilidad o manteniéndolo por medio de tasas de interés más altas y una masiva reducción en los precios de las acciones.

• Burbuja

Pekín está en una encrucijada. Parece reconocer que Hong Kong ha tenido una burbuja que necesitaba desinflarse, es consciente de los fracasos en todas partes por defender a las monedas y estaría renuente a comprometer sus propios recursos para defender la riqueza de su pequeño enclave, que goza de autonomía financiera. Por otra parte, abandonar el sistema de cambio fijo tan pronto después de recuperar la región afectaría gravemente su imagen.

Pekín estará más involucrado en los asuntos de Hong Kong, quiera o no. Si mantiene el tipo de cambio fijo, será en parte atribuido al apoyo de las propias reservas de China. Si libera la moneda, se asumirá que lo hizo bajo la aprobación de Pekín.

De todas formas, es la gente de Hong Kong, y no los inversores bursátiles quienes tendrán la decisión en sus manos con respecto a la moneda.

Si cae la convertibilidad debemos prepararnos para ver masivas pérdidas de los bancos internacionales. Si no, veremos el derrumbe de los inversores inmobiliarios.

Hong Kong podría gozar de un breve interludio de paz, ayudado por la visita del presidente chino Jiang Zemin a Estados Unidos. Pero hasta ahora, sólo hemos visto el primer acto de la obra.

9714276

El "efecto dragón" volvió a azotar ayer a los mercados

Hong Kong tuvo otro día negro al caer 6%; fuertes bajas en Bolsas regionales

La Bolsa de Hong Kong volvió ayer a sufrir una nueva fuerte caída, del 5,8%, que arrastró a los demás mercados asiáticos y europeos, así como Wall Street. Las ruedas bursátiles latinoamericanas también sintieron el impacto, y registraron importantes bajas.

En Hong Kong, el índice Hang Seng —principal indicador bursátil— perdió 646,14 puntos a 10.498,20, debido a la preocupación sobre la solidez de la paridad fija del dólar local con el dólar norteamericano. Con esta nueva caída, la Bolsa de la ex colonia clausuró la sesión a un nivel cercano al del "jueves negro" de la semana pasada, cuando perdió 10,4 % en una sola jornada.

Según analistas como Simon Tam, de Sansoon Securities, "es muy difícil prever cuál será la evolución del Hang Seng, pero puede caer a 9.000, 8.000 e incluso 7.000 puntos".

En la Bolsa de Tokio, ya deprimida por el mal desempeño del viernes en Wall Street, la baja fue del .9% y los inversores seguían desalentados por la persistencia de la crisis de los mercados asiáticos y el escándalo de las comisiones pagadas a la mafia nipona por ciertas empresas cotizadas en la Bolsa.

En Corea del Sur reinaba el pesimismo. La Bolsa de Seúl cerró en baja de 3,28%, a pesar de los esfuerzos del presidente Kim Young-Sam para tranquilizar a los medios económicos. En sus tres últimas sesiones, Seúl ha perdido el 12,48%. Por otra parte, la moneda surcoreana, el won, sufrió una fuerte caída, terminando la jornada a 939,90 por un dólar norteamericano, contra 920,30 al comenzar la sesión.

Las bolsas europeas fueron hoy de nuevo víctimas de la tempestad monetaria que está azotando el sudeste asiático a raíz de la nueva caída de la bolsa de Hong Kong. París, Bruselas, Madrid, Francfurt, Milán y Londres operaban todas en baja, influidas por la situación asiática pero también por la flexión del viernes en Wall Street.

El nerviosismo reinó ayer en la mayoría de los mercados, particularmente en los brasileños, donde las caídas marcaron nuevos récords.

Wall Street y las Bolsas regionales

Diez años y diez días después, la Bolsa de Nueva York volvió ayer a sufrir una fuerte caída, enmarcada en la corriente de acomodamientos y corridas desatadas por la Bolsa de la isla asiática que semanas atrás volviera al dominio chino. Sin embargo, a diferencia del 19 de octubre de 1987, cuando la Bolsa se desmoronó 22,6%, las nuevas reglas de interrupción de operaciones limitaron la caída a sólo el 7,18 por ciento, y el nuevo "crash" suscitó preocupación pero no alarma.

Al superar una caída de 550 puntos, las autoridades de la Bolsa de Nueva York (NYSE) suspendieron por segunda en el mismo día las operaciones y el índice Dow Jones se fijó en 554,26 puntos, con una caída del 7,18%, que lo situó en 7.161, 15 puntos. La nueva suspensión por una hora decidida por las autoridades de la NYSE significó un tácito cierre de los negocios bursátiles del lunes.

Es la primera vez que se recurre al mecanismo de las suspensiones desde que la regla se adoptó a continuación de la pesadilla del lunes negro de octubre de 1987, cuando el Dow Jones cayó 508 puntos, un 22,6 por ciento, a 1.738,74 puntos.

El vocero de la Casa Blanca, Mike McCurry, informó en el lapso entre la primera y la segunda interrupción de la Bolsa de Nueva York que el presidente había sido informado sobre la evolución de los mercados por el secretario del Tesoro, Robert Rubin. McCurry dijo que "el presidente estuvo viendo los mercados y analizó las evoluciones (bursátiles) del día. El presidente confía en la sólida base de la economía norteamericana (...) y pienso que hay que mantener la calma", agregó. Las Bolsas latinoamericanas acompañaron también las bajas en un clima de nerviosismo.

El índice líder Merval de la Bolsa de Buenos Aires sufrió ayer la pérdida más grave desde que se implantó el Plan de Convertibilidad en 1991, al caer 13,73%, arrastrado por la crisis bursátil internacional. El indicador de capitalización quebró en descenso la barrera psicológica de los 700 puntos, al cerrar en 680 puntos, envuelto en una ola de ventas impulsada por el nerviosismo de los operadores.

Otros mercados emergentes, como México y Santiago de Chile, sufrieron severas bajas, las más importantes desde las crisis de 1987. En el caso de la primera, la pérdida de valores ascendió al 13,34%, y algo más moderada fue la chilena, aunque dio igualmente lugar a tildar como "lunes negro" la jornada de ayer.

También las Bolsas brasileñas cerraron con fuertes bajas: mientras Río de Janeiro perdió un 13,1%, São Paulo cayó 14,97%.

La Bolsa uruguaya operó sin recibir a la calma rutinaria

Lejos de acusar repercusiones por las fuertes caídas de las cotizaciones en los principales mercados de valores mundiales registradas ayer, las operaciones en la Bolsa de Valores de Montevideo (BVM) quedaron al margen de cualquier sacudón. Mientras el nerviosismo primó en la víspera en los principales mercados bursátiles mundiales, para la rueda tradicional uruguaya el de ayer "fue simplemente un día más", graficó Edgardo Núñez, gerente general de la BVM, en declaraciones a LA REPUBLICA.

El jerarca de la Bolsa señaló, aludiendo a la pequeñez del mercado de valores uruguayo y al origen de los títulos que en él se negocian, que es muy difícil que las agitaciones [illegible] en los principales mercados [illegible] alguna forma las operaciones [illegible]

Las operaciones [illegible] una cifra total cercana [illegible] que surje de un [illegible] en Bonos del Tesoro [illegible] 1.150.000, Bonos [illegible] Obligaciones [illegible] US$ 42.900 y Obligaciones [illegible] más de US$ 3.000.

96

9714276

XA5487

U ECOBT 10-28 00454
icx mun exg

BOLSA-CHINA
CHINA VE PELIGRAR SU ECONOMIA POR CRISIS HONG KONG

Pekín, 28 oct (EFE).- Las empresas chinas que tenían previsto empezar a cotizar en la Bolsa de Hong Kong han decidido retrasar su entrada, dada la volatilidad actual de este mercado de valores, informó hoy el periódico "China Daily".

La Corporación Nacional de Aviación de China (CNAC), uno de los gigantes del país, la carbonera Yanzhou, la química Sichuan y la China World Trade Center, entre otras, han pospuesto su proceso de capitalización, ya que "es un mal momento para nuevas entradas", señaló al periódico Shanel Wang, del Banco de Valores Chinos de Ultramar.

La decisión se produce apenas dos días después de que el presidente chino, Jiang Zemin, en la víspera de su viaje a Estados Unidos, restase importancia a las fluctuaciones de la Bolsa hongkonguensa.

Jiang, que calificó de "naturales" los vaivenes que Hong Kong ha sufrido desde el pasado "jueves negro", en que perdió en un solo día 1.211 puntos en una caída sin precedentes, dijo también que "ningún inversor sensato debería perder su confianza en el futuro económico de China o de Hong Kong, sólo por las fluctuaciones temporales de sus mercados".

Pero el optimismo oficial, que ha querido transmitir la idea de que los desequilibrios del Sudeste Asiático nunca afectarían a la China del imparable crecimiento económico, no ha predicado con el ejemplo y parece dispuesto a dejar que su gallina de los huevos de oro se le escape de las manos.

De hecho, según analistas extranjeros, a China podría interesarle hasta cierto punto que Hong Kong perdiese protagonismo, dejando así paso al surgimiento de nuevos centros financieros, cuyo bastión sería Shanghai, un logro cien por cien chino.

Ayer, tras una ligera recuperación el pasado viernes, el índice Hang Seng volvió a cerrar en límites cercanos a los del jueves, en los 10.498,20 puntos, con unas pérdidas del 5.6 por ciento frente al viernes. El desplome de la Bolsa ha provocado un ligero efecto dominó que llega hasta Europa o incluso Estados Unidos, donde Madrid y Nueva York registraron notables descensos.

La crisis financiera asiática alcanza en mal momento a Pekín, tras un XV Congreso del Partido Comunista que tuvo como uno de sus ejes centrales la reforma de las empresas estatales chinas.

Jiang dijo entonces que su gobierno daría paso a una serie de cambios en la estructura empresarial que contemplarían entre otras fórmulas la capitalización de las firmas a través de su entrada en Bolsa.

Si la crisis en Hong Kong se prolonga, como lo ha hecho en otros países del sudeste asiático desde el pasado verano, los problemas podrían extenderse a otros muchos campos de la economía y China tendría que tomar decisiones a las que está poco acostumbrada, demostrando la viabilidad de su propuesta de "un país, dos sistemas", ideada por Deng Xiaoping y ofertada a Taiwán para la reunificación. EFE
BR/IB/FG

07

9714276

XU6765

B ECOBT 10-28 00634
mun exg icx

BOLSA-HONG KONG (Previsión)
NUEVA CAIDA HISTORICA DEL HANG SENG, QUE BAJA 13,7 POR CIENTO

Por Ilaria María Sala

Hong Kong, 28 oct (EFE).- La bolsa de valores de Hong Kong registró una nueva caida histórica con un descenso del 13,7 por ciento al cerrar hoy, martes, en 9.059 puntos tras unas pérdidas de 1.439 puntos respecto a la sesión del lunes.

Pese a que Hong Kong había sobrepasado la barrera de los 9.000 puntos antes de la interrupción para el descanso de media mañana, el índice Hang Seng se recuperó algo y terminó levemente por encima de los 9.000 puntos.

Las pérdidas acumuladas por el índice Hang Seng en lo que va de mes rondan el 30 por ciento. El volumen de intercambios fue de 25.236 millones de dólares honkongueses, unos 3.277 millones de dólares.

Los analistas habían anunciado fuertes bajas para esta semana, incluso superiores al 20 por ciento en el índice Hang Seng, y el desplome del lunes en Wall Street y los demás mercados han corroborado la tendencia a la baja en el Sudeste Asiático.

Aunque el jefe del gobierno de esta región, Tung Chee-hwa, defendió hoy la fortaleza de la economía honkonguesa y dijo que "no hay razones para el pánico", esta plaza no ha recuperado la confianza.

Tung Chee-hwa convocó hoy a su gabinete para examinar el comportamiento de la bolsa, que al cierre se recuperó un poco, aunque el pánico apresó a los corredores, que vendieron masivamente.

"Creo que los mercados van para arriba y para abajo. Lo que ha ocurrido el martes es una reacción a lo que pasó ayer en el resto del mundo, sobre todo en Nueva York", señaló Tung Chee-hwa.

El dirigente honkongués expresó su convencimiento en que lo que está sucediendo sea pasajero e indicó: "No hay razones para el pánico. La economía va bien en Hong Kong. La economía va muy bien en China".

Una de las principales cuestiones es dilucidar los efectos que sobre la economía de China puede tener la devaluación del dólar de Hong Kong, máxime cuando algunos expertos consideran que la moneda china, el yuan, está por debajo de su valor real, lo que favorece las exportaciones.

Por el contrario, las exportaciones de Hong Kong se han visto perjudicadas por la depreciación de las monedas de los países vecinos, cuyos precios resultan más atractivos que los de la divisa honkonguesa, sobre cuya devaluación ya se han pronunciado los analistas.

No obstante, Tung Chee-hwa afirmó que "de devaluación ni hablar", y añadió que los ataques especulativos contra la moneda de Hong Kong han terminado.

El sector que mayores pérdidas acumuló hoy fue el bancario, con unas pérdidas del 16,21 por ciento que los analistas atribuyen a los altos tipos de interés.

El índice de empresas chinas "Acciones-H" cerró a 719 puntos, 87 menos que en la jornada anterior, con unas pérdidas del diez por ciento.

Las "fichas rojas" de empresas chinas afiliadas a la bolsa de

Hong Kong cerraron hoy a 1.665 puntos, 295 puntos por debajo de la última sesión y con un descenso del 15 por ciento.

El dólar se compró a 7,727 y se vendió a 7,737 en el mercado de divisas honkongués.

A pesar de las perspectivas al comienzo de esta jornada -la de mayores pérdidas en la historia del índice Hang Seng-, el secretario de Finanzas, Donald Tsang, había asegurado que en Hong Kong no sucedería lo mismo que en el mercado de Nueva York, cuya actividad se interrunpió el lunes en dos ocasiones.

El presidente de la bolsa de Hong Kong, Edgar Chan, advirtió hoy: "Como ustedes saben, nuestro mercado es un mercado abierto, nosotros aprendimos la lección de hace diez años. Lo que ha sucedido en Nueva York es diferente. Su sistema es especial".

Por ello -añadió-, "no hay razón para cerrar el mercado de valores".

Todos los analistas han coincidido en calificar el día de hoy como una jornada de pánico y han destacado las repercusiones de los mercados internacionales en esta fiebre vendedora.

Howard Georges, de "South China Brokerages", dijo que los corredores han anticipando "más sangre en Wall Street, razón por la que Hong Kong está tan débil". EFE

ims/Alf/fp/pz/dv

10/28/11-29/97

09

9714276

XU6764

U ECOBT 10-28 00234
mun exg

BOLSAS-CHINA/HONG KONG
CHINA REITERA HONG KONG RESOLVERA CRISIS BOLSA POR SU CUENTA

Pekín, 28 oct (EFE).- China reiteró, hoy, martes que no acudirá en ayuda de Hong Kong para resolver la crisis financiera y superar el desplome de su bolsa, desencadenada la semana pasada, y que arrastró a los principales mercados de valores del mundo.

El portavoz del ministerio de Asuntos Exteriores, Tang Guoqiang, afirmó hoy, en una rueda de prensa, en Pekín, que las subidas y bajadas de los precios de las acciones son "normales" en todas las bolsas del mundo.

"Las bases económicas de Hong Kong son estables, su administración financiera es buena y sus reservas de divisas son suficientes" para superar la crisis, añadió.

La Bolsa de Valores de Hong Hong registró un nuevo descenso hoy, de un margen de 12 por ciento, y se situó por debajo de la barrera de los 10.000 puntos, en una situación más grave aún que la del "jueves negro" de la semana pasada, cuando comenzó el desplome perdiendo 1.211 puntos en un solo día.

"Creemos que la Región Administrativa Especial de Hong Kong es capaz de mantener la prosperidad de la región y la estabilidad del mercado financiero", dijo Tang, reiterando lo manifestado por Pekín el jueves pasado, apenas comenzada la crisis.

Diversas empresas chinas que tenían previsto empezar a cotizar sus acciones en la Bolsa de Hong Kong han decidido retrasar su entrada, dada la volatibilidad de este mercado de valores, según medios de prensa oficiales. EFE

pg/cg/dv

10/28/11-16/97

9714276

El análisis de la noticia

Qué significa esta crisis

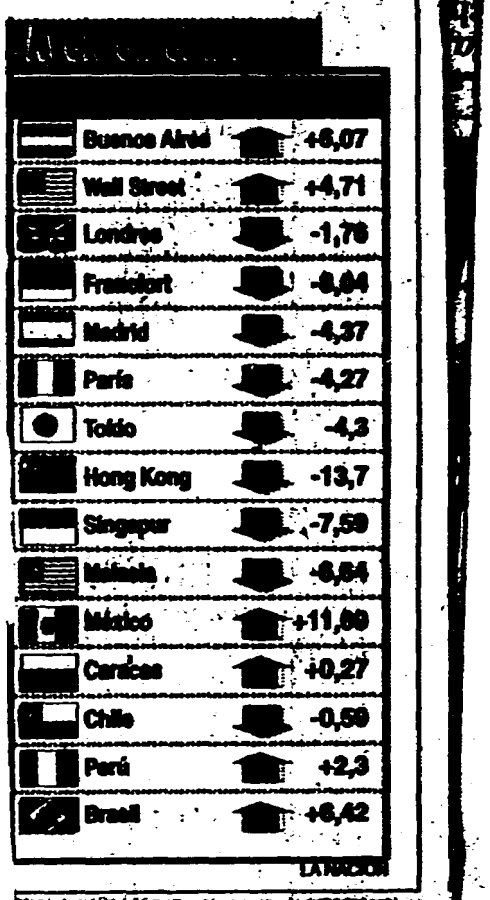
Por Germán Sopeña

Lo que sucede de Tokio a Londres y de Nueva York a Buenos Aires es, probablemente, la primera gran crisis mundial de la economía globalizada.

Así lo describieron ayer a LA NACION varios banqueros extranjeros de primera línea, en clara evidencia de la preocupación que se transmite, con la inmediatez de las pantallas electrónicas, a cualquier rincón del mundo en el cual se toman decisiones económicas.

La inquietud supera situaciones coyunturales, circunstancias electorales, gobiernos liberales o socialdemócratas y hasta urgencias políticas locales. Como un típico huracán, el viento que arrancó en

Continúa en Econ., Pág. 3, Col. 1



2910

9714276

11

Qué significa esta crisis

Continúa de la Pág. 1, Col. 4

la sorpresiva debilidad de los mercados asiáticos sacude a todo el mundo aumentando la sensación de que no hay, como sí sucede con los pronósticos meteorológicos, fotos satelitales que permitan precaverse contra la intensidad de lo que se viene.

Los principales analistas económicos de todo el mundo respiraron algo ayer, cuando Wall Street se hizo eco del firme mensaje de confianza de Bill Clinton y levantó arrastrando en su movimiento alcista a la mayoría de las bolsas latinoamericanas, Buenos Aires incluida.

Pero ninguno de ellos ha perdido la incómoda sensación que deriva de encontrarse frente a esa primera gran crisis mundial con las incógnitas que produce todo lo que es nuevo.

"Esta crisis es más profunda de lo que pensábamos -dijo ayer a LA NACION Mike Smith, titular en Buenos Aires del banco más grande del mundo, el Hong Kong Shanghai Banking Corp (HSBC), testigo clave del terremoto- porque es de las que ponen tan nervioso a todo el mundo que los argumentos racionales vuelan por la ventana".

Otro banquero consultado ayer por LA NACION, que prefirió mantener el anonimato, sostuvo que "lo de México en el '94 fue apenas un anticipo de lo que puede suceder ahora si esto sigue por unos días más".

Después de ayer

Todos los agentes económicos y los dirigentes de gobierno del mundo entero esperan que el respiro de Wall Street de ayer haya marcado un retorno a una calma más duradera. Pero nadie arriesga en este momento pronósticos de tipo racional porque advierten que el mundo globalizado enfrenta con nerviosismo lo que parece ser un ajuste de valores bursátiles e inmobiliarios cuya sobrevaluación es difícil de medir.

Donde todos coinciden es en señalar como un hecho incontestable que los precios del metro cuadrado de construcción en Hong Kong habían alcanzado niveles desmesurados y que parecen haber sido el origen de este nuevo episodio de turbulencias en Asia que terminó por adquirir características de problema mundial.

El ciclo de ascenso y caída de los valores se resume, así, en el siguiente encadenamiento básico:

- Durante años de progreso económico, los precios de los inmuebles -favorecidos por el escaso terreno disponible en Hong Kong, como en Tokio, Singapur, Taiwan o Corea del Sur- crecieron sin cesar.
- La abundante liquidez de capital internacional, que se mueve hoy por el mundo con la rapidez de una tecla oprimida en la computadora, se destinó, en gran medida, a financiar más y más inversiones especulativas en activos inmobiliarios.
- Ante la percepción de una sobrevaluación inmobiliaria, la ruptura del ciclo produce un achicamiento brutal del crédito disponible, con la consecuente suba de las tasas de interés -más de cinco veces en pocas horas en Hong Kong- y el temor a una devaluación de la moneda que, a su vez, produce más salida de fondos hacia el exterior.

Visto desde aquí

Muchos analistas ven en este nuevo ejemplo la repetición cíclica de un fenómeno que ya se vivió en Estados Unidos. "Es lo mismo que se produjo en los años '80 con la especulación inmobiliaria de ahorro y préstamo (*savings and loans*) que terminó en un gigantesco agujero bancario absorbido por toda la economía", recordó ayer el banquero y ex embajador argentino en la UN Emilio Cárdenas.

Otro banquero, con voz más crítica, sostuvo que "los bancos siguen prestando dinero en forma irresponsable cuando abunda la liquidez".

Semejantes temblores no son desconocidos en la historia argentina anterior a la hiperinflación.

Lo que en el mundo asombra y preocupa, en la Argentina era una práctica casi común. Pero erradicadas esas malas costumbres desde la puesta en marcha de la ley de convertibilidad, una crisis de este tipo -como sucedió con el efecto tequila- puede tener siempre un particular impacto en la Argentina por la rigidez de su esquema del peso atado al dólar.

Mike Smith, del HSBC, cree, empero, que la Argentina está en una posición relativa bastante buena. "No es Hong Kong porque aquí los activos no están sobrevaluados, ni los inmobiliarios ni los bursátiles".

La misma impresión tiene Enrique Ruete Aguirre, del Banco Roberts: "En realidad, toda esta crisis se debe a una sobrevaluación de valores inmobiliarios en Asia y de valores accionarios en Wall Street. Ese no es el problema de la Argentina y, por lo tanto, lo que sucede aquí es sólo el reflejo de la inquietud mundial. Yo creo que hoy Wall Street dio una respuesta positiva y que Hong Kong debería seguir mañana (por hoy) esta tendencia".

Pero la Argentina no está al abrigo de sobresaltos derivados de la escena económica mundial.

Así, uno de los mejores indicios que pudieron escucharse, sólo horas después de una elección, provino del secretario de Hacienda del Gobierno de Buenos Aires, Adalberto Rodríguez Giavarini, que aconsejó mantener un canal de consulta permanente entre el gobierno argentino y el brasileño frente al panorama mundial.

Además de la buena noticia que llegó desde Washington indicando que el FMI había acordado con la Argentina, el verdadero complemento de largo plazo sería, para todos los observadores económicos, saber que gobierno y oposición pudieran acelerar las numerosas reformas pendientes que se necesitan para eliminar los flancos débiles de la economía.

9714276

■ HONG KONG FUE EL ÚLTIMO TIGRE ASIÁTICO EN SUCUMBIR ANTE LA CRISIS

Claves para entender qué pasó en Asia

La inestabilidad financiera que se inició tras la devaluación del baht tailandés desató una corrida en las bolsas asiáticas e imprimió un duro golpe a las principales plazas mundiales

CRONOLOGÍA DEL SUDESTE ASIÁTICO

JULIO

(2) Confrontada desde unas semanas antes a una grave crisis económica, Tailandia decide dejar flotar su moneda, el bath, que se devalúa en un 18% en los mercados financieros extranjeros.

(11) Filipinas deja a su vez flotar el peso, después de que éste cayera en un 6,4%, a 28,08 pesos por dólar.

(29) El primer ministro malayo, Mahathir Mohamad, acusa al financiero estadounidense George Soros de manipular entre bastidores los movimientos especulativos causantes de la caída de las monedas locales.

(29) Dimite el gobernador del Banco Central tailandés, Rerngchai Marakanond.

AGOSTO

(2) Tailandia y el Fondo Monetario Internacional (FMI) concluyen un acuerdo sobre un plan de saneamiento económico y financiero. El FMI desbloquea un fondo de emergencia de 17.200 millones de dólares.

(11) El ringgit malayo toca fondo alcanzando su nivel más bajo (-3,5%) desde 41 meses antes.

(12) El dólar singapurí cae a su nivel más bajo en tres años frente al dólar estadounidense.

(14) Indonesia se ve obligada a su vez a renunciar a defender la paridad de la rupia con el dólar.

SETIEMBRE

(20) Acogida reservada del G7 a la iniciativa japonesa de instalación de un mecanismo especificamente asiático para contrarrestar eventuales nuevas crisis monetarias.

(28) La rupia indonesia alcanza el más bajo nivel histórico al cotizarse a 3,125 unidades por dólar.

OCTUBRE

(1) Indonesia se coloca voluntariamente bajo tutela del FMI.

(14) El dong vietnamita queda devaluado de facto en cerca de 5%.

(19) Dimisión del ministro de Finanzas tailandés, Thanong Bidaya.

(20) Empiezan manifestaciones diarias reclamando la renuncia del primer ministro de Tailandia, Chavalit Yongchaiyudh.

(23) El índice Hang Seng, principal indicador de la Bolsa de Hong Kong, registra su mayor baja en diez años (-10,4%) arrastrando en su caída las bolsas del sudeste asiático (Sydney, Singapur, Tokio) y las bolsas europeas (Londres -3%, Francfort -4,66%, París -3,42%, Madrid -2,49%).

(24) En la Bolsa de Hong Kong, el índice Hang Seng se inscribe promediada la jornada en alza de 4,5%, mientras que en Singapur el índice Strait Times limita sus nuevas pérdidas a 0,9% (14,62 puntos).

La bolsa de Tokio cierra en alza de 1,2% progresando el índice Nikkei en 212,19 puntos.

Promediada la jornada, la Bolsa de Sydney registra una baja de 3,2% y la de Kuala Lumpur de 1,1%.

En Bangkok, la Bolsa retrocede en 2,8% durante la primera parte de la sesión.

(27) El índice Hang Seng vuelve a caer, esta vez 5,8%, y arrastra en baja a las restantes Bolsas del mundo. Wall Street cae 7,18%, México 13,34%, San Pablo 15% y Buenos Aires 13,73%.

La volatilidad en el mercado bursátil y un abrupto incremento de las tasas de interés en el mercado monetario para contener la especulación contra la moneda local fueron las dos vías por las cuales se hizo explícita en Hong Kong la crisis monetaria del sudeste asiático, en cuyo marco el índice bursátil Hang Seng perdió cerca de un tercio de su valor a lo largo de las siete últimas sesiones.

En medio de una profunda preocupación por el sistema cambia-

La Bolsa hongkonesa perdió más de un tercio de su valor en las últimas siete sesiones

rio que vincula el dólar de Hong Kong (HK$) con el billete verde de Estados Unidos, los inversores sufrieron grandes pérdidas.

Hong Kong es la única economía de la región cuya moneda está anclada a la de EEUU. La crisis financiera de 1983 impulsó a las autoridades de la que en ese momento era colonia británica –en julio de 1997 pasó a órbita china– a establecer un sistema de tipo de cambio fijo de su moneda frente al dólar estadounidense.

A lo largo de la década de 1980, Hong Kong junto con el resto de los países del sudeste asiático vivió el denominado "milagro económico", que se plasmó en elevadas tasas de crecimiento sustentadas en crecientes tasas de ahorro.

A excepción de Filipinas (cuya única alternativa para obtener capitales era el financiamiento del FMI y del BM, debido a la incertidumbre política de la época), los restantes países asiáticos sustentaron su crecimiento en base al fuerte ingreso de capitales y a las elevadas tasas de ahorro interno.

Pero en los últimos meses, la percepción de que el milagro asiático está llegando a su fin provocó descalabros en las economías de la región. La espiral bajista en que están envueltas las monedas asiáticas- lo que incrementa el peso de la deuda pública en dólares- hipoteca su crecimiento económico futuro.

ATAQUES ESPECULATIVOS

La semana pasada, la divisa de Hong Kong fue blanco de ataques especulativos que llevaron al gobierno a tomar medidas que catapultaron al alza las tasas de interés, tras lo cual se derrumbaron los valores bursátiles.

Según los analistas, para superar la crisis será necesario que la divisa hongkonesa se libere de las presiones especulativas que exigen al gobierno mantener las tasas de interés más elevadas que en el resto de la región.

El gobierno de Hong Kong puso de manifiesto su compromiso respecto al sistema cambiario. "No tenemos ninguna necesidad política ni económica para dar término a la fijación del dólar nacional", aseguró el secretario de Asuntos Financieros, Donald Tsang.

Estos argumentos fueron respaldados desde los más diversos sectores. El financista George Soros, defensor de los regímenes de tasa fija, dijo que el hecho de mantener la confianza es prioridad número uno en un centro de servicios financieros como Hong Kong.

Chi Lo, economista de Deutsche Morgan Grenfell opinó que "si se rompiera el vínculo monetario, este lugar se convertiría en un castillo de naipes".

En tanto, el gobernador de Hong Kong, Tung Chee-hwa, dijo que los especuladores que atentaron contra la moneda local –factor desencadenante de la caída bursátil– se han replegado. Con esta base, Tung reforzó su actitud optimista respecto a la Bolsa de Hong Kong, y dijo que "no hay razones para el pánico".

"La volatilidad del mercado de Hong Kong se produjo a causa de los mercados extranjeros, y se trata de un factor temporal e inevitable", dijo ayer Tung en rueda de prensa. "De hecho, los que vinieron a especular contra nuestra moneda en el mercado de divisas más bien se están retirando, así que ahora la divisa se puede estabilizar", agregó el mandatario.

El gobernador de Hong Kong también se mostró partidario del tipo de cambio fijo, que "fue sumamente útil para nosotros durante los últimos 14 años".

LA ECONOMÍA EXPUESTA

Pero si la crisis en Hong Kong se prolonga, como viene sucediendo en otros países del sudeste asiático, los problemas podrían extenderse a otros muchos campos de la economía.

"Hong Kong estuvo muy expuesta y su competitividad se vio mitigada por las devaluaciones que tuvieron lugar en la región", dijo un estratega bancario. "Hay un problema de tipo estructural, ya que la economía esta cada vez más atada a China y a la región", agregó.

Así mismo, los sectores inmobiliario y bancario –pilares básicos de la economía– se han convertido en una verdadera amenaza para Hong Kong. Las fluctuaciones del mercado inmobiliario debilitan la solidez del sistema bancario. Del total de préstamos otorgados por la ban-

Los sectores inmobiliario y bancario se convirtieron en una amenaza para la economía

ca, más de la mitad está destinada a la compra de vivienda.

Por lo pronto, los bancos han reducido sus pronósticos de crecimiento para este año al 5% o incluso menos, en comparación con los anteriores pronósticos del 5,5%. Así mismo, los economistas anticipan menos compras de viviendas y menores gastos de consumo.

Las empresas chinas que tenían previsto empezar a cotizar en la Bolsa de Hong Kong han decidido retrasar su entrada, dada la volatilidad actual de este mercado de valores, informó ayer el periódico "China Daily".

La Corporación Nacional de Aviación de China, la carbonera Yanzhou, la química Sichuan y la China World Trade Center, entre otras, han pospuesto su proceso de capitalización, ya que "es un mal momento para nuevas entradas", señaló Shanel Wang, del Banco de Valores Chinos de Ultramar. *(Producción: Eva Szafman)*

EE 2910

13

Q714276

DP8228

U ECOBT 10-30 00300
icx mun exg

SUDESTE ASIATICO-CRISIS
TAILANDIA ADVIERTE EXPANSION REGIONAL CRISIS SI EEUU NO APOYA

Bangkok, 30 oct (EFE).- El Gobierno tailandés advirtió hoy jueves que la expansión mundial de la crisis financiera que afecta al sudeste asiático dependerá, en gran medida, del apoyo que Estados Unidos y la Unión Europea presten a la región.

El viceprimer ministro de Tailandia, Virabongsa Ramangkura, dijo hoy que "Estados Unidos debe apoyar más al sudeste asiático si quiere evitar que la crisis afecte a Wall Street y también a Europa".

Varios gobiernos sudasiáticos han calificado de "pobre" la respuesta de Estados Unidos y la Unión Europa a la crisis monetaria que comenzó el pasado dos de julio cuando Tailandia optó por dejar fluctuar su moneda nacional, el bat.

"Los Estados Unidos y el Grupo de las Siete Naciones Industrializadas se protegerán de los problemas financieros si cambian su actitud respecto a los problemas que estamos viviendo en esta región", preciso Virabongsa.

Experto economista y responsable del desarrollo de las medidas impuestas a Tailandia por el Fondo Monetario Internacional (FMI), Virabongsa consideró que "si la economía de la región se viene abajo, todos sufrirán las consecuencias".

El viceprimerministro tailandés instó también a los Estados Unidos y la UE a brindar su apoyo para la creación de un Fondo Monetario Asiático, aunque Washington y Bruselas consideran que su creación podría entrar en conflicto con las funciones del FMI. "Quizá como una región exportadora, pero lo cierto es que también
como una región exportadora, pero lo cierto es que también
importamos gran cantidad de sus productos y servicios" indicó Ramangkura.

Durante la última reunión del FMI, celebrada el pasado mes de septiembre en Hong Kong, Tokio propuso la creación de un fondo regional de 100.000 millones de dólares para recuperar la estabilidad financiera en esta zona del mundo. EFE
mfr/ams/Alf/pz/jdl

10/30/09-33/97

14

97142761

Las bolsas asiáticas levantaron cabeza

Tras dos fuertes caídas los mercados de Asia retomaron la senda alcista, pero los analistas no aseguran que las subas se prolonguen por mucho tiempo

Desde Tokio hasta Sydney, los mercados de valores asiáticos comenzaron ayer a recuperarse de la golpiza que recibieron entre el lunes y el martes y, siguiendo los pasos alcistas de Wall Street, experimentaron fuertes ganancias encabezadas por el avance de 18,82% en el índice de la Bolsa de Hong Kong.

Esta vez en sentido positivo, la Bolsa hongkonesa comandó la tendencia de las bolsas asiáticas. Tras avanzar más que nunca en su historia, el índice Hang Seng culminó a 10.765,30 unidades ayer, revirtiendo las pérdidas por 13% que acumuló la jornada previa.

Los ánimos en la Bolsa se calmaron al apreciar la mejora de los valores en Nueva York. Los especialistas atribuyeron la escalada del Hang Seng a los precios ascendentes de influyentes acciones, como las de la compañía HSBC y la inmobiliaria Cheung Kong.

A excepción del mercado de Bangkok (amenazado por los problemas políticos que atraviesa Tailandia y por la intensa depreciación de su moneda, el bath), las restantes bolsas del sudeste asiático siguieron la trayectoria de Hong Kong.

Los inversores asiáticos, al borde de la sonrisa

Aunque el índice Nikkei de Tokio no pudo recuperar totalmente las pérdidas por 4,26% que sufrió el martes, el indicador de los 225 principales valores japoneses –apuntalado por el alza del Dow Jones y el Hang Seng y por las ganancias de las acciones del sector bancario– terminó ayer 3,34% en alza a 16.857,04 unidades.

Los analistas subrayaron que la recuperación de la víspera fue un movimiento de ajuste técnico, que no puede ser interpretado como un automático fortalecimiento del mercado.

La debilidad bursátil está ligada a la preocupación por la marcha de la economía nipona que, luego de haber entrado en una fase de recuperación en febrero de 1996, enlenteció su ritmo en abril del presente año a raíz del aumento del impuesto al consumo.

Japón, cuyo desempeño económico está ligado a sus exportaciones, se verá afectado si la crisis financiera de la región se prolonga por un período de tiempo mayor, dijeron los especialistas.

A pesar del satisfactorio resultado bursátil de ayer, el primer ministro nipón, Ryutaro Hashimoto, declaró estar preocupado por las repercusiones negativas de la agitación bursátil sobre la economía.

En tanto, en Sydney la Bolsa cerró 6,2% en alza a 2.442,8 puntos.

La Bolsa de Manila terminó la sesión ganando 4,3%, la de Singapur escaló 3,59% y la de Kuala Lumpur lo hizo 2,34%.

FUTURO INCIERTO

Sin embargo, entre los inversores cundió un clima de cautela sobre la sustentabilidad de las ganancias bursátiles del sudeste asiático, luego del derrumbe de las sesiones previas.

La posibilidad de un rebrote especulativo contra el dólar hongkonés también mantiene abatido el ánimo de los agentes financieros.

"Debido a la incertidumbre que pesa sobre el sector bancario y a los ataques contra el dólar de Hong Kong no existen garantías de estabilidad en la región", señaló el director de cuentas de una empresa de valores europea.

9714276

XA5686

U ECOBT 10-31 00545
icx mun exg

BOLSAS-HONG KONG/CHINA
CHINA REITERA DESPLOME BOLSAS ES UN FENOMENO TEMPORAL

Pekín, 31 oct (EFE).- Destacados economistas chinos reiteraron hoy que el desplome de la Bolsa de Hong Kong, que volvió a abrir esta mañana con una nueva caída de 240,15 puntos, es un fenómeno temporal y que esa región está "más sólida que antes".

"Aunque el dólar de Hong Kong se ha visto afectado por los especuladores durante la semana pasada, el desplome de la Bolsa es sólo un fenómeno pasajero y la región se va a fortalecer con el desarrollo económico del interior de China", dijo en Pekín Alexander Au Siu-kee, vicepresidente y jefe ejecutivo del Banco de Hang Seng.

Para Au Siu-kee "la economía de Hong Kong se mantiene sana desde su devolución a China el pasado primero de julio, y la posición de la Región Administrativa Especial (RAEHK), es incluso ahora más importante como centro de finanzas internacionales, ya que 80 de los 100 principales bancos del mundo siguen operando ahí".

El economista, recientemente nombrado profesor honorario de la Universidad de China en Pekín, afirmó que las "reformas económicas que tienen lugar en este país consolidarán, sin duda, la posición financiera de Hong Kong, que se beneficia también de su situación geográfica".

"No sólo Hong Kong saldrá adelante de esa tormenta pasajera, sino que contribuirá a que China represente cada vez un papel más importante en el mundo de las finanzas", agregó.

Las declaraciones de Au Siu-kie coinciden con las realizadas ayer, jueves, por el prestigioso economista chino Xiao Zhouji, quien achacó "a influencias exteriores el desplome de mercados de valores de Hong Kong".

Para este experto, de la Universidad de Pekín, "no hay ninguna razón interna para que China y Hong Kong tengan fuertes caídas en sus bolsas. Las graves fluctuaciones de los últimos días son anormales e irracionales", agregó.

Recordó Xiao que Hong Kong "está blindada" para superar cualquier tormenta en sus bolsas y que su principal seguro son sus 80.000 millones de dólares en divisas.

"Estas influencias son simplemente un fenómeno temporal y el mercado sin duda resurgirá, basándose en el crecimiento de Hong Kong y a sus estrechos vínculos económicos con el resto de China", subrayó.

Ambos economistas coinciden con los pronósticos del presidente chino, Jiang Zemin, quien señaló poco antes de iniciar su visita a Estados Unidos (del 26 de octubre al 2 de noviembre), que "una de las prioridades de su Gobierno será fomentar las relaciones comerciales con Hong Kong".

"La cooperación económica entre Pekín y Hong Kong es de suma importancia para consolidar la política de un país, dos sistemas, aplicada en esa región", dijo Jiang, en un seminario celebrado en Pekín.

Hong Kong es el principal inversor del mundo en Pekín. El año pasado esa región destinó una partida de 10.000 millones de dólares para el desarrollo de 5.181 proyectos en esa capital, de los que una parte importante fueron a parar a infraestructuras y al sector

inmobiliario.

Por su parte, China, que está convencida de que Hong Kong resolverá la crisis por su propia cuenta, alcanzó un volumen de intercambios comerciales con el exterior de 227.300 millones de dólares durante los primeros nueve meses de este año, lo que representa un incremento del 13,7 por ciento respecto al mismo periodo de 1996.

Las exportaciones fueron en ese periodo de 128.900 millones de dólares mientras que las importaciones se situaron en los 98.400 millones de dólares. EFE

FJC/IB/PG

10/31/04-00/97

9714276

TD0290

R VARBT 10-31 00581
icx mun exg

SUDESTE ASIATICO-CRISIS (Crónica)
¿EXISTIO EL MILAGRO ECONOMICO ASIATICO O FUE UN ESPEJISMO?

Por Miguel F. Rovira
Bangkok, 31 oct (EFE).- Durante décadas muchos jefes de Estado del sudeste asiático han recitado la letanía de que "nuestra región no puede permitirse lujos como la democracia y los derechos políticos y humanos".

"El desarrollo económico es nuestra prioridad", han repetido una y otra vez el presidente Suharto de Indonesia y los primeros ministros de Malasia y Singapur, Mahathir Mohamad y Goh Chok Thong, respectivamente.

Ahora afloran serios problemas económicos y no son pocos los que se preguntan si en el sudeste asiático se ha producido el milagro económico del siglo XX o simplemente los llamados "tigres asiáticos" han perdido sus colmillos.

El espectacular crecimiento económico alcanzado por esta región entre los años ochenta y mitad de los noventa ha intrigado a expertos en política y economía.

Para algunos, la clave de ese crecimiento ha sido la tendencia hacia los regímenes autoritarios combinada con una genuina cultura empresarial y la explotación de su enorme fuerza laboral.

"El rechazo de los gobiernos de la región a proteger a su gente es, a mi juicio, la principal explicación de porqué las economías del sudeste asiático han crecido rápidamente", dijo Jim Rower, autor del libro "Asia Rising".

Otros analistas han argumentado que lo sucedido en el sudeste asiático no es más que el resultado de la intervención y el buen planteamiento económico de sus gobiernos.

Pero ahora que se ha agudizado la crisis también existe la teoría de que lo ocurrido es un fenómeno natural.

"El crecimiento económico de estos países se debe simplemente al hecho de que estaban demasiado subdesarrollados y a la gran expansión de las economías ricas durante la década de los 80", señaló Steven Charles, un economista de Bangkok.

La recesión económica de Occidente a mediados de la pasada década obligó a muchas compañías a buscar un abaratamiento de los costos en los países del sudeste asiático, donde la abundante y disciplinada mano de obra suponía un gran atractivo.

Las economías del sudeste asiático comenzaron el año pasado a dar señales de desaceleración económica.

El Banco Asiático para el Desarrollo (BAD) pronosticó este mismo mes que en 1997 Tailandia crecerá un 1,6 por ciento y el país que más lo hará llegará a un 5,7 por ciento, porcentajes aún altos en comparación a los registrados en Occidente.

A medida que las economías de la región ceden y en los mercados de valores se intuye que ha finalizado la era del vertiginoso crecimiento, la atención se vuelca sobre los cimientos económicos, particularmente sobre la deuda que han contraído.

"El escenario no es de color rosa porque resulta obvio que una gran parte del crecimiento de esta zona se ha apoyado sobre su masiva deuda", apuntó un analista económico de una misión diplomática europea en Bangkok.

La deuda externa de Tailandia se sitúa en torno a los 90.000 millones de dólares mientras que la de Indonesia se calcula que

/8 9714276

asciende a unos 55.000 millones, cifras que muchos analistas consideran muy altas.

El pasado mes de julio los mercados de divisas dijeron basta. La moneda tailandesa, el bat, cayó en picado y arrastró consigo a la de Filipinas, Indonesia, Malasia e, incluso, a la de Singapur.

Tailandia ha tenido que solicitar al FMI ayuda económica por valor de 17.200 millones de dólares, Malasia ha suspendido la mayor parte de sus proyectos de infraestructura e Indonesia recibirá asistencia económica para poner en orden su devastada economía.

"En tres años, más o menos, sabremos si el milagro económico fue realmente un espejismo", apuntó Rowner en su libro.- EFE

mfr/ams/lm

10/31/09-26/97

19-19

9714276

Nº. DOCUMENTO 9714428
TITULO Líderes del MST visita Montevideo.
PROCEDENCIA 150018
FECHA 971002
VIA 507482
500596
11851
507466

Doc. en su totalidad poco legible

01-04

9714428

Cuando tenga la tierra

Invitados por los trabajadores de la alimentación, visitaron Montevideo integrantes del Movimiento de los Sin Tierra y el ex prefeito de Porto Alegre Olivio Dutra (PT). Mate Amargo dialogó con Ailton Croda miembro de la dirección estadual del movimiento en Rio Grande Do Sul.

La lucha por la tierra en el país-continente viene de lejos. En el pasado, como en el presente, su posesión desencadenó episodios de heroísmo popular y represión estatal. En su defensa los indios ofrendaron sus vidas. Ese continuo batallar, con suerte diversa, es recogido por la historia que recuerda, entre otros eventos, la entrega hecha por movimientos como el nordestino, en las primeras décadas del 900, encabezado por el patriota Lampiao.

La creciente concentración —hoy, Uruguay y Brasil son los países que presiden la lista— es un fuerte obstáculo para el desarrollo de políticas productivas.

Algunos datos son elocuentes. El 1 por ciento de los propietarios rurales posee el 46 por ciento de las tierras. Empresas multinacionales disponen de 30 millones de hectáreas y 46 grupos económicos tienen 22 millones. Esta explosiva situación tiene su correlato en 4,5 millones de hombres sin tierra, 8 millones de pequeños propietarios (de 5 a 100 hectáreas) y 100 millones de hectáreas improductivas. A lo que habría que agregar la constante emigración campo-ciudad, uno de los factores que amplía los cinturones de miseria en torno a las urbes. Datos aportados por el Movimiento de los Sin Tierra (MST) destacan que en el medio rural existen 23 millones de trabajadores. Capítulo aparte merecerían las condiciones de vida en el campo. Cualquier indicador que se utilice revelaría —con matices según las regiones— el grado de exclusión que esos contingentes humanos padecen. Tal precariedad impacta, adicionalmente, en la mujer y los niños. Ambos sufren extenuantes jornadas y el machismo reinante obvia cualquier sutileza. El sometimiento de los asalariados y sus familias a la voluntad de los fazenderos no es del todo captado por la sensibilidad de los autores de las telenovelas en boga...

Ailton Croda es hijo de un pequeño productor poseedor de una parcela de 60 hectáreas, a unos 150 quilómetros de Rondiha, municipio de Jóia. En aquel asentamiento, que se extiende en 4.198.750 hectáreas, Ailton convive con 233 familias. De sus cinco hermanos, dos son mujeres. Todos están casados y uno vive con el padre. La pequeña propiedad no daba y, *"no da para sustentarnos,* confiesa. De su trayectoria expresa: *"milité siempre en el movimiento sindical, después en la Pastoral juvenil de la Iglesia Católica. Luego volví al movimiento sindical y de ahí me integré al MST"*.

Al igual que en el '92 y '93 hoy es uno de los dirigentes de la dirección estadual de Rio Grande.

Brasil agrario

Con las ocupaciones de las estancias Macali y Brilhante —en Río Grande do Sul—, realizada por 340 familias en 1979, surge el MST. Desde su fundación han ocupado unos 1.200 latifundios —algo más de 7 millones de hectáreas— afincando 150 mil familias. Al momento, 30 mil personas están acampadas aguardando conseguir tierras. Riendóse, Ailton exclama: *"somos los mayores propietarios"*.

Dando cuenta de la heterogeneidad del movimiento, Ailton explicó a **Mate Amargo** que no hay contradicción, a la hora del trabajo conjunto, entre pequeños productores sin tierra y asalariados rurales. *"El asalariado no aspira a conquistar un mejor salario, un pedazo de tierra, sus derechos. Su aspiración es tener un caballo con apero como los fazendeiros. Cuando se integra al campamento comienza a discutir y comprender el porqué de la reforma agraria. En el campamento él define las prioridades. El proceso cuesta ya que se habituó a ser mandado"*.

No obstante ello, surgen dificultades a la hora de implementar el trabajo colectivo. Ailton marca que los contratiempos tienen que ver con factores culturales, educativos. *"Somos individualistas. Cuando la gente va a la tierra cree que conquistó su tierra y eso, en los grupos colectivos, causa algún trastorno"*. Relató que integra un grupo de 16 familias con un grado tal de integración que cada uno sabe cómo produce el de al lado, qué piensa. Aunque cuando llegaron a la tierra *"seis compañeros querían administrar sus parcelas"*.

Lo cotidiano

En un grupo colectivo hay varios sectores. Uno que planta, por ejemplo soja, arroz, etcétera. Otro, *"de agroindustria"*, que hace embutidos, quesos, morcillas, vende carne, y un tercero sobre horti-fruticultura. Luego está la cocina colectiva, *"comemos todos juntos"* explicó. *"Tenemos tres formas de trabajo: el cooperativo, el asociativo —familias que se unen, por ejemplo, para comprar maquinaria— y el individual"*.

Como parte del crecimiento y pujanza del MST, en 1992 nace la CONCRAB (Confederación de Cooperativas de Reforma Agraria de Brasil) con el propósito de respaldar lo formativo y apoyar la búsqueda de créditos, particularmente estatales. Este organismo coordinador intenta ser soporte de la comercialización, *"que tiene dificultades"* aclara el dirigente. En el caso de Rio Grande Do Sul, debido a que los asentamientos están bastante distantes (alrededor de 150 quilómetros) unos de otros, los fletes encarecen la comercialización. En cambio en el municipio de Jóia 411 familias crearon una cooperativa regional. *"ahí hay mejores condiciones para la comercialización. La cooperativa central de Rio Grande intenta revertir la situación"*.

En cuanto a las vinculaciones con sus vecinos, en ciertos casos *"son fuertes, sobre todo con pequeños productores. Se sienten fortalecidos con el MST. En Rio Grande se cuenta con una cooperativa de crédito, un puesto de salud, un frigorífico, maquinaria"*.

Luego de acampado, cuando se está asentado, se conquistó la tierra, la gente continúa participando en el MST para fortalecer la lucha.

Aprendizajes

Croda está convencido, no sólo de la justeza de la lucha, sino que la reforma agraria va a beneficiar más a los trabajadores de las ciudades: se van a producir alimentos baratos y se generarán nuevos empleos. Además crecerá la economía municipal. *"Muchas veces el* prefeito (intendente en nuestra organización) *pide asentamientos en sus municipios debido a que genera una nueva dinámica. En Brasil sin reforma agraria no acaba la violencia, la miseria y no hay democracia, hay una farsa muy grande"*.

Dentro del MST hay dos sectores vincula-

"Ustedes no están locos"

La bulla que hizo el gobierno —y sus aliados— por la proximidad de un grupo de los ST que se asentaron a unos 50 quilómetros de la frontera, en una estancia asignada por el INCRA, determinó que el Movimiento se entrevistara en Porto Alegre con Federico Xiviller Vila, cónsul general del Uruguay. Croda partícipe de la misma recordó que el funcionario *"estaba más tranquilo que nosotros. Eso* (la invasión) *hacía no va a acontecer porque ustedes no están locos"*. En carta entregada ese día a Vila el MST reiteró que *"la soberanía nacional es un principio del MST, descartando cualquier actitud que tenga a herir ese principio"* y que *"...nuestra acción política en la lucha por la tierra se realiza en territorio brasileño"*. ¡¡Albricias, ahora podremos dormir tranquilos!!.

02

9714428.

9714428

dos a la educación y a los aspectos políticos-ideológicos. *"El Instituto Técnico de capacitación rural forma técnicos agrícolas. Hay cuarenta días de aula y cuarenta de experiencia. Luego se brinda un curso de segundo grado para cuestiones administrativas; aquí hay cuarenta días de teoría y cuarenta días de práctica. También existe un Centro de Formación que da cursos sobre los porqué de los Sin Tierra, situación del país, su miseria, los compromisos con el FMI del gobierno de Fernando Henrique Cardoso. La gente debe saber que debe mudar las estructuras agrarias para tener una vida digna"*. Ailton fustigó la política sanitaria, educativa y agrícola de Cardoso. En cuanto a la última, informó que el gobierno crea programas para acceder a la tierra. Verbigracia: *"te da un crédito para comprar un pedazo de tierra a otro pequeño agricultor. El primero queda sin tierra y el segundo no tiene créditos ni logra sobrevivir"*. En Rio Grande, 400 mil pequeñas propiedades de hasta 50 hectáreas, producen entre el 50 y el 70 por ciento de alimentos de todo el país. *"Es difícil que sobrevivan sin una política agrícola"*.

Más adelante señaló que un censo del estatal Instituto de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) y de la Universidad brasileña arrojó que los asentamientos de Rio Grande son los que tienen el nivel de vida más igualitario: *"allí 15 por ciento de las familias tiene tractor cuando a nivel nacional tan solo el 2 por ciento dispone de dicha maquinaria. El 60 por ciento dispone de energía eléctrica, en el resto del país el porcentaje no supera el 20 por ciento. El índice de analfabetos es del 7 por ciento, en Brasil es del 35"*. Ailton aclaró que en el Norte existen muchas dificultades debido *"a la mayor concentración de tierras y a que los gobiernos son muy contras"*. Destacó que en los estados de Paraná y Santa Catarina, principalmente en el primero, hay movimientos que no son los ST. *"Son luchas desoladas. Además usan la violencia. Nosotros queremos la reforma agraria sin violencia, aunque nos parece bien que haya movimientos que luchen por ella. El gobierno no quiere la reforma e intenta discriminar al MST y dice que detrás tiene un partido político. Todos los partidos que quieren la reforma agraria nos van a apoyar. Quienes queremos transformaciones vamos a estar juntos"*.

Efectuando algunos comentarios sobre el MerCoSur dijo que *"no hay una integración de culturas, de experiencias. Hay una económica que va a beneficiar a las grandes empresas. Rio Grande va a perder porque Argentina, Uruguay y Paraguay producen más. Producir una tonelada de trigo en Argentina cuesta 103 dólares, en Brasil 206. El MerCoSur trae más desempleo, violencia y miseria. El pueblo no va a mejorar con él. La integración fue pensada por una elite"*. concluyó. ■

Darío Rodríguez

El programa en pocas palabras

1- Modificar la estructura de propiedad de la tierra.
2- Subordinar propiedad a la justicia social, necesidades del pueblo y objetivos de la sociedad.
3- Garantizar que la producción agropecuaria esté volcada a satisfacer las demandas de alimentación.
4- Apoyar, con precios compensados, créditos y seguros agrícolas a la producción familiar cooperativizada.
5- Llevar agroindustrias e industrialización al interior del país, buscando el desenvolvimiento armónico de las regiones y garantizando la generación de empleos, especialmente juvenil.
6- Aplicar un programa especial para las regiones semi-áridas.
7- Extender tecnología adecuada a cada realidad. [illegible] recuperar, implementando [illegible]a autosustentable, los re- [illegible]esta que garantice mejo- [illegible]ida, educación y cultura [illegible]

trab[illegible]

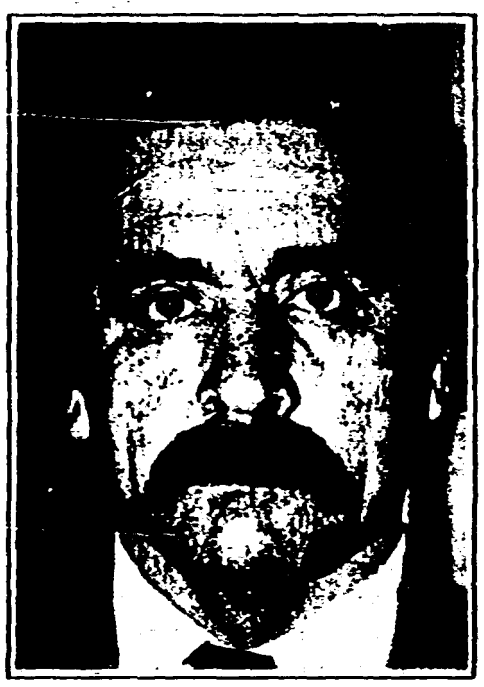
mate ami[illegible]

Parte doblada en la fotocopia.

03

9714428

Olivio Dutra: "El problema es ser absorbido..."



En Conventuales, centro de actividades de la delegación del MST, Aílton Croda comentó que en ocasión de una movilización del movimiento hacia Porto Alegre el gobierno federal había ordenado reprimir. La decidida acción del Prefeito, que no era otro que Olivio Dutra, evitó las refriegas.

Olivio, luego de señalar su alegría por estar en Uruguay, comenzó relatando que fue para su partido todo un aprendizaje el dominio del aparato público. "*el aprendizaje en algunos casos fue traumático*", como sucedió en San Pablo durante la gestión de Erundina.

—¿Cómo definiría el caso de Erundina?

—Erundina es un gran cuadro del campo democrático popular. *No pudimos*, ni ella ni nosotros, construir relaciones que armonizaran el papel del gobernante, su relación con el partido y con el movimiento social. No se supo trabajar con las distinciones necesarias. Además tuvo un cerco muy grande de la derecha.

Al no poder recuperar una relación terminó saliendo del partido. En cambio en Porto Alegre inauguramos una experiencia muy importante. Soy el primer prefeito (89-92) en esta sucesión de prefeitos del PT. Por ejemplo antes de entrar al gobierno entendíamos que el servicio de transporte de pasajeros debía ser estatizado. La municipalidad disponía de una de las 15 empresas que brindaban el servicio. Tratamos de hacer funcionar bien nuestra empresa para luego exigir a los permisarios. De a poco fuimos sacándonos de la cabeza la idea original. Debíamos definir políticas claras y control público. Tuvimos que intervenir 6 concesionarias ya que a los 40 días de nuestra asunción decretaron un lock-out. *Eso dio* elementos para un mejor gerenciamiento. El desgaste ante la opinión pública fue notorio. Así nuestro error fue demorar, aunque fueron muy importantes, las intervenciones. Nuestro gobierno se apropió de las formas de gerenciar, de construcción de costos, etcétera. Proceso en donde la ciudadanía participó a través de un consejo municipal del transporte.

Las prioridades fueron el saneamiento y la fiscalización del transporte urbano. Los adversarios aprendieron a respetarnos.

La maquinaria pública hay que hacerla funcionar para beneficio de la ciudadanía. El proyecto neoliberal pone al aparato, la burocracia, al servicio del interés privado. El Estado que tenemos no es el mejor pero puede y debe ser democrático.

—¿El acoso de la derecha no permitió la gestión? (queda pensativo).

—Nosotros de elección en elección aumentamos el porcentaje de votos. El gobierno de San Pablo fue trasparente, participativo. Creó una relación calificada con las comunidades barriales. Fue una propuesta que sanó las finanzas municipales. El saldo fue muy positivo aunque no lo capitalizamos electoralmente. No conseguimos vencer el cerco, seguramente por limitaciones nuestras y por la confusión entre gobierno— partido y viceversa. También por la demanda de los funcionarios sobre la máquina. Había muchas demandas acumuladas para ser solucionadas. Nuestra victoria generó muchas expectativas.

—¿Cómo actuó la derecha?

—Endureció su posición en la cámara de ediles. Nunca tuvimos una mayoría, quedando en dificultades para hacer transitar nuestros propósitos.

También hubo un cerco del gobierno federal. Sobre todo en cuanto a los retornos a la municipalidad. El gran empresariado realizaba un discurso terrorista. La disputa ideológica fue muy fuerte. Además San Pablo siempre fue un reducto de la derecha populista. Ahora está Maluff.

Administrar un espacio más grande que un municipio requiere cierta reflexión. En el Estado de Espíritu Santo tenemos problemas. Allí un compañero fundador del PT fue electo en una coalición bastante indefinida. Los problemas no se superaron y el compañero Víctor acabó separándose del partido.

Hay que ver cómo se articula el crecimiento con la institucionalidad. El problema es ser absorbido por ella. Nuestra presencia en el movimiento social tiene que ser calificada, mayor, decidida.

—¿Actualmente como está conformado el PT?

- No hay hegemonía de ninguna corriente. Prácticamente ha habido un consenso en las cuestiones más críticas. La mayoría, en relación a la minoría ,tiene un 2 por ciento de diferencia. El partido tiene una rica vida interior. Un partido de izquierda, socialista, transformador tiene que tener vida interior y construir sus políticas en el debate. Construir su unidad en la diversidad.

04-04

9714428

Nº DOCUMENTO 9714432
TITULO Uruguayo procesado en Brasil tendría conexion con Mercobanda.
PROC 150007
FECH 7/11/97
VI 507482
11163
11338
11851
507466

Doc. oscuro

01-02 9714432

Sería conocido asaltante de bancos de la década de los ochenta

URUGUAYO PROCESADO EN BRASIL CON NOMBRE FALSO

El pistolero uruguayo capturado por la policía brasileña, acusado de cometer casi una docena de asaltos a bancos en el país norteño, habría sido procesado bajo un nombre falso y en realidad sería un conocido maleante, con antecedentes por este tipo de asaltos y homicidio en nuestro país.

El uruguayo que lideraba na organización de asal-ntes de bancos en el Esta-o de Rio Grande do Sul Brasil) cuya conexión con Mercobanda se investiga, abría sido procesado en rritorio norteño bajo un ombre falso. Las últimas diagaciones indican que en alidad es un sujeto de alti-ma peligrosidad muy co-cido de la policía urugua- en la década del 80, que especializó precisamente asaltos a bancos, y con-ba también con antece-ntes por homicidio.

Por otra parte, se estable-o que el sujeto, que enca-zaba una banda que inte-aban brasileños y otros uguayos (entre ellos, uno procesado conocido co-mo "Orlando") residía ulti-mamente en Porto Alegre, pero cometían la mayoría de los delitos en el sur del estado, especialmente en la ciudad de Pelotas. Según declaró a las autoridades, llegaba dos días antes de cometer el asalto, contrata-ba algún conductor entre elementos de mal vivir y luego del "golpe" desapare-cía inmediatamente. Varios de sus compinches sin em-bargo, tenían su escondite en un establecimiento rural de la afueras de Pelotas, donde fueron finalmente capturados.

De esta forma consuma-ron por lo menos una doce-na de asaltos en el presente año en territorio brasileño.

Cuando la policía capturó al pistolero, se le conocieron por lo menos tres nombres distintos, uno de ellos bajo el cual finalmente se le pro-cesó, que responde a las iniciales **F.N.G.B.**, de 51 años. Sin embargo, la iden-tidad nunca quedó comple-tamente aclarada y nuevos datos recogidos, entre ellos el testimonio de la esposa del procesado, domiciliada en Porto Alegre, indican que en realidad se trataría de un sujeto de iniciales **W.J.A.R.**, de 45 años de edad, que durante los años 80 y principios de los 90, consumó asaltos a bancos tanto en nuestro país como en Brasil.

***URUGUAYO.** El pistolero detenido por liderar una banda de asaltantes de bancos que sacudió todo Río Grande do Sul desde octubre del año pasado*

■ CONTACTOS

La Policía de Montevideo está realizando contactos con sus pares brasileños a efectos de determinar en pri-mera instancia la filiación correcta de todos los deteni-dos uruguayos en el vecino país, y una vez concretado dicho extremo se dispondrá una serie de chequeos aduaneros en procura de determinar si alguna de és-tas personas entró o salió de nuestro país en las fe-chas de entorno de los asal-tos a bancos, bajo alguna de sus múltiples identidades, aunque se maneja el con-cepto de que es bastante fá-cil pasar ilegalmente la fron-tera seca.

Sin embargo, las baterías apuntan ahora al detenido por la Delegación de Pelotas.

9714432

DOCUMENTO 971453
TITULO Sin Techo realizan la mayor invasión del año en San Pablo.
PROCEDENCIA 50724
FECHA DE PROCEDENCIA 4/11/97
VINCULACIONE 507492
1165
Sin Techo
Vivienda

Sem-teto fazem maior invasão

Duas mil pessoas ocuparam imóvel do INSS no centro da capital

EDUARDO NUNOMURA

Uma grande festa. Esse foi o código utilizado pelos líderes de sem-teto na ocupação de um prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por volta das 23 horas de anteontem, 2 mil pessoas coordenadas pelo Fórum dos Cortiços entraram nos três blocos do imóvel da Avenida 9 de Julho, 584, centro, para promover a maior invasão do ano na cidade e a maior ocupação realizada pela entidade até hoje.

Para o Fórum dos Cortiços, a ação é uma forma de pressão contra a falta de políticas habitacionais dos governos federal e estadual para os moradores de cortiços da cidade. Segundo o movimento, somente a Prefeitura de São Paulo apresentou até agora um programa específico para eles.

Sigilo – A ocupação vinha sendo planejada havia dois meses e mantida em sigilo pelos líderes para evitar uma ação policial. Algumas das 600 famílias que se reuniram anteontem foram cadastradas nos últimos dias, ou até mesmo ontem, pagando R$ 1,00 por uma carteira de identificação. Os 36 coordenadores do movimento realizaram visitas a cortiços da capital para tentar engrossar o número de interessados na ocupação.

Cadastradas pelo Fórum dos Cortiços, as 956 famílias que pretendem mudar-se para o prédio do INSS vêm de várias regiões da capital. A entidade tem hoje 36 coordenadorias em bairros da cidade. Mas o INSS informou que vai entrar com um pedido de reintegração de posse do prédio na Justiça Fede-

Doc. oScuro

ESP 4/11

do ano em SP

ral. A Polícia Federal vai ser acionada para participar da desocupação, caso ela ocorra.

Pressionar – "Não viemos para morar, mas para ocupar e pressionar o governo federal a liberar verbas para os programas de cortiços", afirmou a coordenadora do Fórum dos Cortiços, Verônica Krolll. Segundo ela, a Caixa Econômica Federal (CEF) poderia abrir linhas de crédito específicos para pessoas de baixa renda. Para Donizete Fernandes, da União dos Movimentos por Moradia (UMM) – uma das entidades que auxiliou na ocupação –, o poder público não tem um programa para os moradores de cortiços. "Se o governo federal *não fizer propostas*, vai haver novas ocupações", garantiu.

Os movimentos já possuem uma lista com 59 imóveis desocupados que poderiam ser novos alvos dos sem-teto.

01-04

971453

HABITAÇÃO

Krahenbuhl diz que ficou surpreso com invasão

ESP 4/11

Secretário municipal da Habitação afirma que movimentos descumpriram acordo firmado com a Prefeitura de não invadir prédios públicos; projeto para cortiços está parado, à espera de verbas

ROGÉRIO WASSERMANN

O secretário municipal da Habitação, Lair Krahenbuhl, disse ontem estar surpreso com a ocupação do prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no centro pelos movimentos de moradores de cortiços. "Fizemos um trato com eles para que não houvesse mais invasão de prédios públicos", reclamou. Ele disse acreditar que "as pessoas estão com as expectativas frustradas" com a demora na liberação de verbas, pelos governos federal e estadual, para o projeto da Prefeitura para os cortiços do centro. "A invasão é uma forma de pressão, mas não acho que seja a mais correta."

O projeto prevê a formação de cooperativas de sem-teto, que receberiam verbas para a compra e reforma de imóveis vagos na região do centro expandido da cidade. Segundo Krahenbuhl, a continuidade do projeto só depende da confirmação da Caixa Econômica Federal ou do Ministério do Planejamento para financiamentos solicitados, pois a Prefeitura não tem recursos para a execução do projeto.

"A Prefeitura já fez a sua parte, que foi a identificação dos imóveis a ser ocupados e a pesquisa sobre o perfil do morador de cortiço, feita pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)", afirmou.

A coordenadora do Fórum dos Cortiços, Verônica Kroll, elogia o programa. "Embora não haja recursos, politicamente a Prefeitura deu um bom exemplo de como pode ser uma solução para os cortiços", resumiu a líder dos sem-teto.

"Ficaínhas" – Krahenbuhl disse acreditar que a demora na liberação de verbas não se deve a problemas políticos, agravados com a proximidade das eleições gerais de 1998. "O problema [illegible] em ano eleitoral."

Krahenbuhl evitou fazer alguma estimativa do número de famílias que poderiam ser atendidas pela Prefeitura nos próximos anos, mas disse acreditar que o Plano de Ação em Cortiços (PAC), do governo estadual, que prevê o atendimento de cerca de 12 mil famílias em cinco anos, está muito aquém das necessidades nessa área. O número representa apenas 10% do total de famílias vivendo em cortiços na cidade de São Paulo.

PROJETO DO GOVERNO ESTADUAL ATENDERIA 10%

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), órgão estadual, pretende iniciar ainda este ano a construção de 320 unidades habitacionais no Pari, no centro, no que está sendo chamado de Projeto Pulmão. "Esse prédio vai permitir a transferência de moradores de cortiços de outros locais para que façamos intervenções neles", afirmou a coordenadora-técnica do PAC, Maria Cláudia da Costa Brandão Amazonas. O Estado pretende ainda iniciar em breve uma reforma no Cinema da Mooca, ocupado por 112 famílias. (Colaborou Eduardo Nunomura)

9714531

Por causa do crime, colegas fecharam diversas ruas e pararam tráfego na zona leste

Um motorista de ônibus foi baleado por um perueiro durante uma briga de trânsito ontem à tarde na zona leste da capital. Por causa da agressão, motoristas de quatro empresas de ônibus que operam na região interromperam o trânsito em diversas ruas.

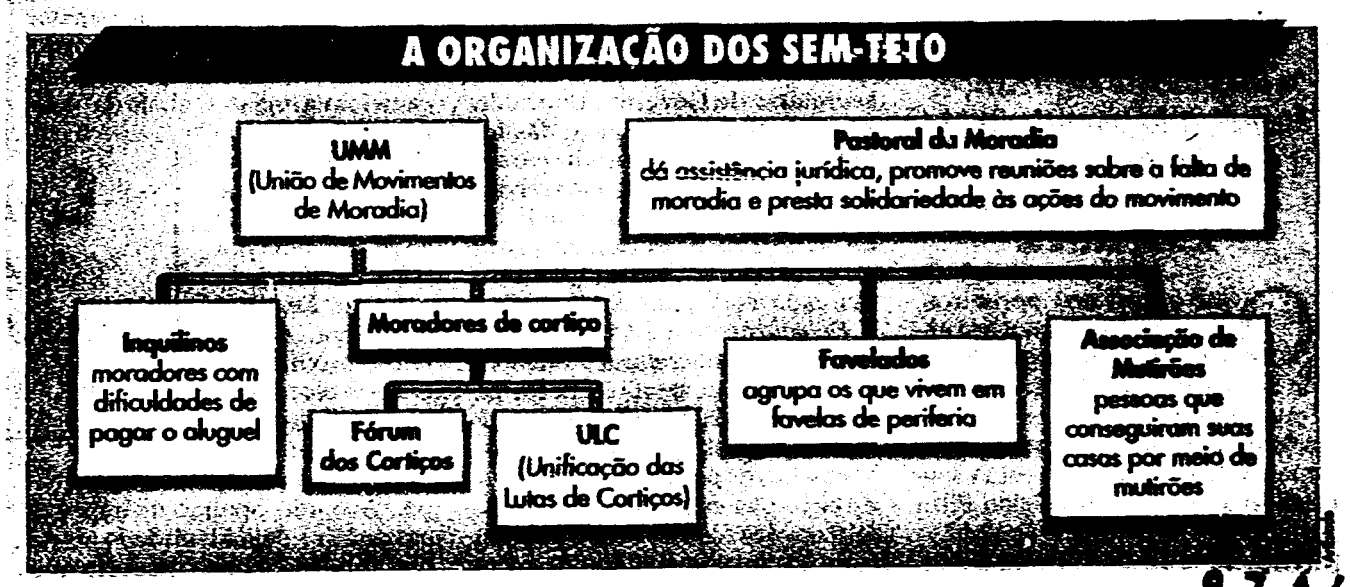
O incidente ocorreu às 12h40, na Estrada Iguatemi, em Guainases. O motorista do ônibus, Adeir Paiva Moreno, da Auto Viação Vitória, teria discutido com um perueiro depois de ter tido o coletivo atingido na traseira pela Kombi placa OHP-4390.

A discussão teria ocorrido quando o motorista intimou o perueiro a registrar ocorrência no distrito policial. O perueiro teria se negado. Quando Moreno voltava para o ônibus, recebeu dois tiros pelas costas, que o atingiram no tórax e no abdome. Ele foi levado ao pronto-socorro do Hospital Geral de Guainases, onde permanece internado em observação.

Segundo estimativa da Comando de Policiamento de Trânsito (CPTran) cerca de 300 ônibus participaram da manifestação. Já a São Paulo Transportes (SPTrans), empresa que gerencia o sistema na cidade, afirmou que o número de ônibus variou entre 80 e 100. Os motoristas só aceitaram retirar os ônibus, às 18 horas, depois que conseguiram agendar uma reunião com o comando do 19.º Batalhão de Polícia para pedir mais segurança na área. A Avenida Inácio Monteiro e a Estrada do Iguatemi, na zona leste, também ficaram com trânsito complicado.

O clima entre os motoristas era de revolta. "Agora, além de tirar os nossos empregos, os perueiros

Sem-teto no prédio do INSS: movimentos por moradia popular adotam invasões para pressionar CDHU



9714531

Invasores vivem em escola há 85 dias

Famílias que invadiram prédio público foram deixadas em unidade escolar desativada

ROSA BASTOS

Em junho, 63 famílias de moradores em cortiços invadiram um antigo casarão da Secretaria da Fazenda, na Rua do Carmo, no centro. Ficaram 52 dias, até o despejo, por ordem judicial. Essas pessoas estão vivendo, há 85 dias, em uma escola estadual, na zona leste, que estava desativada. Duas, três e até quatro famílias ocupam as salas de aula, separadas por tapumes feitos de lençóis. Não há água e os banheiros estão entupidos.

Comparadas com o espaço que tinham anteriormente, nos cubículos que repartiam com outras famílias em casarões deteriorados, as salas de aula são uma beleza: amplas, claras e ventiladas. "Mas a gente não tem nenhuma privacidade como casal", queixa-se Oliveiro Luiz Alves Neto, que vive com a mulher, Dalvina, e o filho, Flávio, de 9 anos, com mais três famílias.

A água para lavar roupa, banho e cozinhar é tirada de uma torneira que fica no jardim da escola e levada em baldes para as "casas". Apesar disso, são todas limpas e bem-cuidadas. "Aqui tem pulga e pernilongo demais", reclama Roseli da Cruz, enquanto prepara a mamadeira do seu bebê. "O pior de tudo são quatro botijões funcionando na mesma sala."

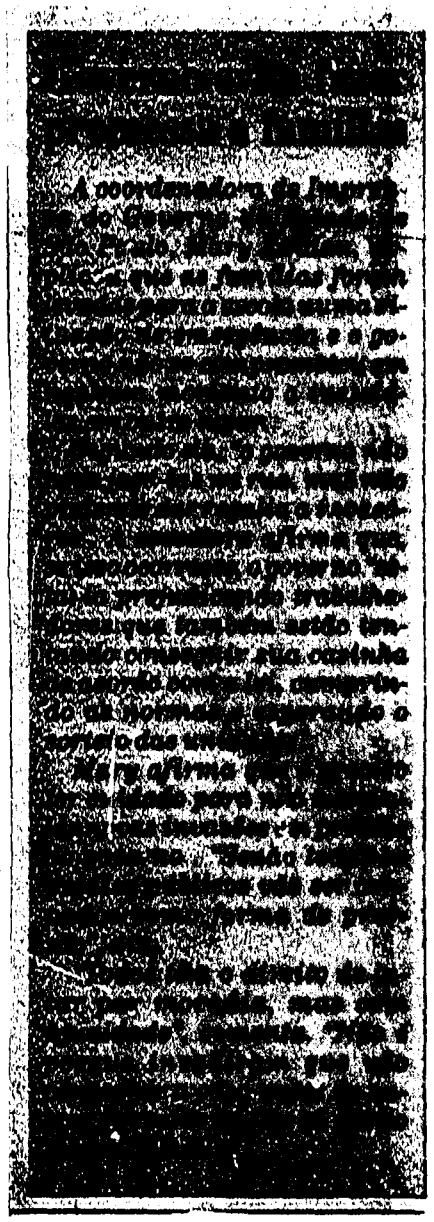
As histórias dos moradores são parecidas. Todos pagavam aluguel por quartinhos apertados, com banheiro coletivo, em casas e sobrados da região central da cidade. Filiaram-se ao movimento Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), que organizou a ocupação do prédio da Secretaria da Fazenda. "Tantos prédios vazios e a gente tendo de dividir um espaço mínimo e ainda pagando por isso!", protestou Dalvina.

ESPAÇO É MAIOR, MAS NÃO HÁ PRIVACIDADE

Eles alegam ter feito um acordo com o governo do Estado para sair do prédio. "Disseram que a gente ia ficar só três dias na escola enquanto arrumavam outro alojamento", conta Juracy Venâncio, de 23 anos, pai de duas crianças pequenas. "Pelo visto, vamos ficar para sempre." Desempregado há cinco meses, Venâncio diz que, morando tão longe, fica muito difícil arrumar trabalho. "Lá no centro, pelo menos um bico a gente fazia."

Sorte – Cristina Silva de Melo, de 16 anos, mãe de Wesley Eduardo, de 1 ano e 1 mês, morava com a mãe em um cortiço no Brás. A mãe inscreveu-se na ULC e participou da ocupação do prédio da Fazenda, mas cedeu a vaga para a filha. Cristina mora em uma das salas da escola com o marido, Miller, lavador de carros e com a irmã, de 17, que tem dois filhos. "Tivemos sorte."

Segundo a Assessoria de Imprensa da Secretaria da Educação, a Escola Francisca Teixeira de Camargo, na Rua Bento Quirino, 467, onde as famílias estão vivendo, foi desativada porque tinha um número de alunos muito inferior a sua capacidade. Os alunos foram remanejados para escolas próximas e o prédio ficou sem uso, assim como outros da rede escolar.



04-04

9714531-

Nº DOCUMENTO 9714532

TITULO Cardoso lidera encuesta sobre preferencia electoral

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE REFERENCIA 6/11/97

VINCULACIÓN 507482

11165

Encuestas de opinión

11437

IBOPE

Presidente lidera pesquisa

Desemprego é a maior preocupação da população

OLÍMPIO CRUZ NETO

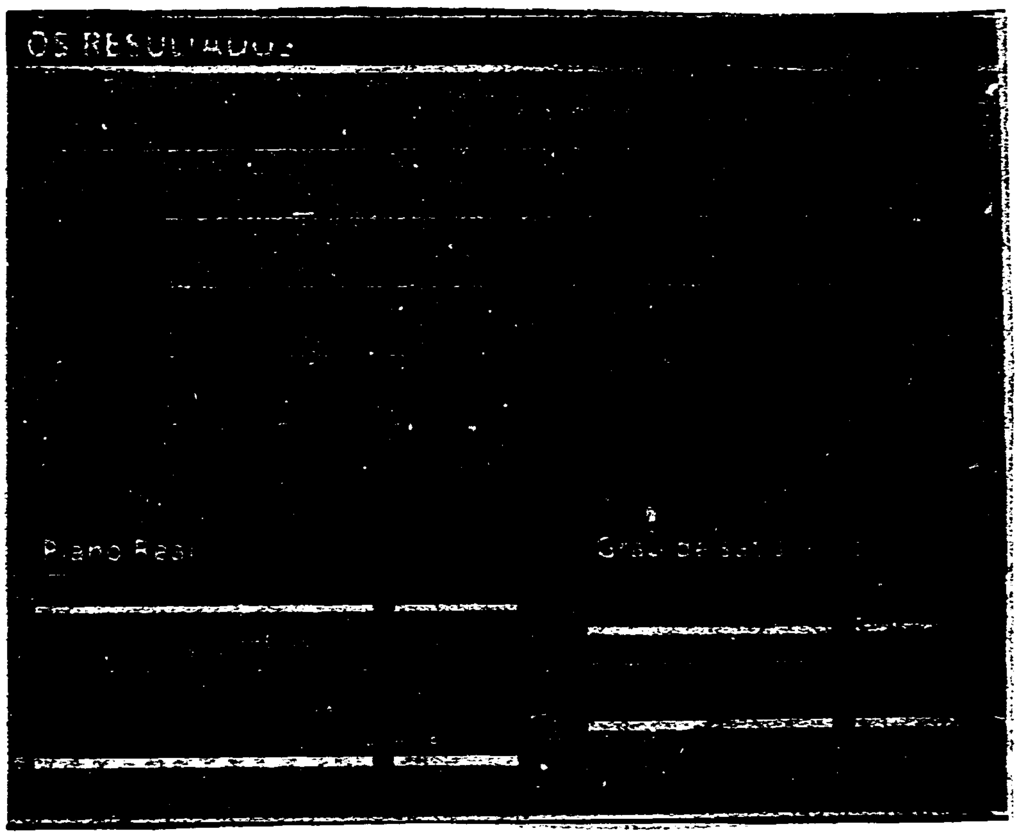
Sucursal/Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso e seu governo estão sendo vistos com bons olhos pela população brasileira de uma maneira geral. Uma pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e realizada pelo Ibope entre os dias 15 e 22 de outubro mostra que Fernando Henrique venceria a eleição presidencial com 41% das intenções de voto. Seus adversários somariam 43%. Os resultados foram divulgados ontem pela CNI, mas não contemplam os efeitos da crise provocada pela queda das bolsas de valores. A pesquisa também foi realizada antes do anúncio dos juros, determinado pelo governo.

Conforme a pesquisa, 63% dos brasileiros acreditam que o maior problema a ser enfrentado pelo [illegible] desemprego. Esse é o maior [illegible] para o futuro, segundo [illegible] entrevistados pelo [illegible] maior problema é a saúde [illegible] do do salário dos [illegible]

Curiosamente, o [illegible] que, para a parcela da [illegible] melhor para de [illegible] é o problema mais grave. A [illegible] ensino foi citada por [illegible] 57% dos [illegible] dos (com 7 [illegible]) acordo com o Ibope, [illegible] o desemprego [illegible]

Doc. oscuro



01-03

9714532

XM2085

R POXBT 11-05 00466
mun exg icx

BRASIL-ELECCIONES
CARDOSO LIDERA ENCUESTA SOBRE PREFERENCIA ELECTORAL

Brasilia, 5 nov (EFE).- El presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, lidera, con el 41 por ciento, las intenciones de voto para las elecciones presidenciales del año próximo, según una encuesta divulgada hoy por la Confederación Nacional de Industria (CNI).

La consulta, efectuada por el Instituto Brasileño de Opinión Pública y Estadísticas (IBOPE) entre el 15 y el 22 de octubre pasado, revela que si las elecciones fuesen hoy, Cardoso obtendría el 41 por ciento de los sufragios, contra el 43 por ciento de los votos sumados de todos sus potenciales rivales.

Ese posible resultado obligaría a Cardoso a disputar una segunda vuelta electoral, en caso de que realmente pretenda presentarse a la reelección.

Cardoso, del Partido Social Demócrata Brasileño (PSDB), no ha oficializado su candidatura presidencial, pero ni él ni sus asesores ocultan esa aspiración desde junio pasado, cuando fue aprobada la enmienda constitucional que permite la reelección de los cargos ejecutivos del país, incluido el de presidente de la República.

Los resultados de la consulta muestran que el segundo candidato más votado después de Cardoso sería el presidente de honor del opositor Partido de los Trabajadores (PT, socialista), el líder sindical Luiz Inacio Lula da Silva, quien obtiene un 16 por ciento de las preferencias.

En tercer lugar quedó el ex presidente José Sarney, del mayoritario Partido Movimiento Democrático Brasileño (PMDB, centro), con el 9 por ciento, seguido por el ex alcalde de Sao Paulo, Paulo Maluf, del Partido Progresista Brasileño (PPB, conservador), con el 8 por ciento.

Maluf anunció hoy que no se presentará a las elecciones presidenciales de octubre de 1998, debido a que su intención es ser candidato a gobernador del estado de Sao Paulo, el más rico e industrializado del país.

El quinto lugar en la preferencia electoral de los brasileños lo ocupa el ex presidente Itamar Franco, también del PMDB, con el 6 por ciento, y en el sexto puesto aparece el ex ministro de Hacienda Ciro Gomes, del Partido Popular Socialista (PPS), con el 4 por ciento.

La encuesta revela también que, entre Cardoso y cualquier otro candidato, el 46 por ciento de los brasileños votaría por el actual presidente, mientras que el 37 por ciento apoyaría a su potencial adversario.

El IBOPE advirtió que en los días en que se efectuó la encuesta no había comenzado la crisis de las bolsas de valores, lo que podría afectar el grado de aceptación de los candidatos, especialmente de Cardoso.

La semana pasada, el presidente brasileño tuvo que introducir drásticas medidas económicas para evitar la devaluación del real, la moneda nacional.

El real, base del programa de estabilización económica de Brasil, se ha mantenido casi a la par con el dólar desde julio de 1994, cuando fue introducido por el gobierno del presidente Itamar

9714532

Franco, del cual Cardoso fue ministro de Hacienda.
JOC/cm/lpd/pgl

11/05/18-30/97

9714532

Nº DOCUMENTO 9714548
TÍTULO Escenarios para o eleccoes 1998 es difuso.
150029
971109
507482
11164
11302
11161
11304
11837 grave.
11437
01-02
9714548

EFEITOS DA CRISE

Cenário para a eleição de 98 é nebuloso

Fernando Henrique faz barulho para abafar os ataques de parte da oposição à política econômica de seu governo

Doc. oscuro

Na tarde de sexta-feira, o metalúrgico Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da CUT, pronunciou o discurso-padrão dos oposicionistas do governo para avaliar o terremoto provocado pela queda nas bolsas. "Estamos assistindo a mais uma demonstração de fragilidade do governo, que preferiu adotar uma política de dependência do capital externo, preocupado apenas com a âncora cambial", disse Vicentinho. Não era o jargão do sindicalismo. Era a reprise do discurso adotado por Luiz Inácio Lula da Silva, virtual candidato do PT à Presidência, desde que trocou o silêncio dos primeiros dias da crise pela tática do ataque aos pontos vulneráveis do governo.

Para evitar que a oposição crescesse na carona do furacão asiático, o presidente Fernando Henrique Cardoso achou por bem pedir pessoalmente aos brasileiros para não entrarem em pânico. Escolheu a fórmula da entrevista coletiva, convencido de que a repercussão seria bem maior do que a de um sisudo pronunciamento à Nação. Desde o início da semana, FH procurou tranqüilizar agentes econômicos e consumidores/eleitores, assegurando que a alta dos juros é apenas uma medida temporária.

As promessas parecem ter tranqüilizado a opinião pública, mas não o mercado. O presidente deu garantias de que não quer prejudicar a sociedade e se dispôs a cortar a própria carne para manter o Real a salvo. Só que o mercado esperava mais do que sorrisos e boa conversa. Sem o ajuste fiscal, os reflexos da nova queda das bolsas asiáticas assumiram contornos de tragédia no mercado financeiro do Brasil.

No final de outubro, quando a crise eclodiu, Lula e os principais opositores do governo [illegible] presidente Fernando Henrique Cardoso nos primeiros dias, tratavam como a oposição argentina, que ao sugir de [illegible] se poupou o presidente Carlos Menem de um desgaste perigoso para a estabilidade da economia. As semelhanças de comportamento param por aí. Recém-saídos de uma eleição vitoriosa, os oposicionistas argentinos não precisam usar a crise como palanque.

Passado o momento mais tenso, os oposicionistas brasileiros vislumbraram no episódio a chance de melhorar posição no ranking das pesquisas eleitorais e soltaram o verbo. Lula passou a chamar a atenção para a fragilidade do Plano Real, e o ex-governador Leonel Brizola (PDT) apelou para uma saída radical: sugeriu a renúncia de Fernando Henrique. Paulo Maluf, o nome mais conhecido do PPB, e que ultimamente passa mais tempo no Exterior do que no Brasil, reapareceu em grande estilo para alfinetar o governo. Em tom dramático, apresentou-se como a salvação da pátria quebrada.

Lula não perde oportunidade para atacar os pontos frágeis do governo e Sarney volta a admitir a candidatura

Diante das câmeras, Maluf esmerou-se em comunicar ao país o que teria feito se fosse presidente no meio de uma crise como essa. Antes da queda de sexta-feira, já tinha passado para o lado do Palácio do Planalto, atraído pela perspectiva de ter o apoio, pelo menos discreto, de FH em sua campanha para se eleger governador de São Paulo. O senador Roberto Freire (PPS-PE) sugere [illegible] se entusiasme com o discurso de [illegible] é um oportunista, e se a crise se agravar, sai [illegible] presidente", alertou Freire.

[illegible] crise [illegible] do Real", o ex-ministro da [illegible] Cruz Gomes (PPB) desembarcou em Porto Alegre na noite de sexta-feira tomando o cuidado para não colocar mais lenha na fogueira. Em palestra para estudantes da Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas, Ciro evitou colocar mais lenha na fogueira. O senador Roberto Freire, que acompanha o provável candidato de seu partido à Presidência, justificou a cautela. "Tem gente que pensa que quanto pior melhor", disse, referindo-se ao PT. "Nós estamos convencidos de que, quanto pior, pior. É por isso que não queremos saber de ampliar as dimensões dessa crise, que tem origem em fatos fora do nosso controle."

A perspectiva de ver o favoritismo de FH desabar com o crash das bolsas animou outro possível adversário. O ex-presidente José Sarney, que no auge da crise telefonou dos Estados Unidos para FH, se solidarizando, reassumiu a postura de candidato. Para surpresa do Palácio do Planalto, Sarney mandou um deputado federal espalhar que ele é candidato. Oficialmente, a mudança de projeto foi uma resposta ao ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que teria ameaçado não liberar verbas para o Maranhão enquanto Sarney não formalizasse a desistência em concorrer.

No mesmo dia em que o mercado vivia um de seus dias mais tensos, a oposição, capitaneada pelo PT, deu o pontapé inicial numa campanha nacional pelo emprego, na sexta-feira à noite, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A campanha foi lançada logo depois de uma pesquisa do Ibope ter mostrado que o desemprego é a maior preocupação dos brasileiros. Diante de cerca de 250 trabalhadores, Lula fez um apelo para que as pessoas se mobilizem e saiam às ruas.

O tema desemprego vai ser levado para todas as capitais pelos petistas, liderados por Lula. Irritado com as críticas do presidente Fernando Henrique Cardoso à oposição, Lula deu o tom do discurso que a esquerda vai adotar na campanha eleitoral. "Antigamente, bastava as empresas mandarem dois empregados embora que os trabalhadores faziam uma greve que durava semanas", lembrou. "Hoje as empresas [illegible] milhares embora e os sindicatos e trabalhadores acham normal."

(Reportagem de Oliveira e Olímpio Cruz Neto)

9714548
02-02

Nº DOCUMENTO 9714586
TITULO Hidrovia en noviembre/97
PROCEDENCIA 150090
FECHA 16-11-97
VINCULO 11767

Doc. ilegible

9714586

01-03.

Fuertes impactos sociales y ambientales generaría la Hidrovía Paraguay-Paraná

■ Es un proyecto de más de 3.400 Km, financiado por el BID y el Banco Mundial, y afectará severamente el Humedal más grande del mundo ■ También se verán afectados los pobladores nativos de esas regiones, así como la flora y la fauna ■ Sobre esto fue consultado el Hidrológo de los EE.UU. Glenn Switkes

«La Hidrovía Paraguay-Paraná es un proyecto que se propone -a través de 230 costosas y permanentes obras de ingeniería- abrir un canal más profundo de los ríos Paraguay-Paraná para que puedan pasar convoyes de hasta 20 barcazas durante los 365 días del año y durante las 24 horas del día».

Es decir que el proyecto comprende la construcción de una vía industrial navegable apta para embarcaciones de 3,3 metros de calado, en un tramo fluvial de aproximadamente 3.400 Km desde Cáceres en Brasil, hasta Nueva Palmira en nuestro país. La obra atraviesa Brasil, Paraguay, Argentina y Uruguay y se comunica con Bolivia a través del Canal Tamengo. Su área de influencia cubre una superficie de unos 720 mil Kms cuadrados y abarca una ploblación de 40 millones de habitantes. En este marco consultamos al Director de Programas para Latinoamérica de la Red Ríos Vivos, Glenn Switkes quien se refirió a los impactos sociales y ambientales del proyecto, así como también describió la gestación de esta obra, entre otras cosas.

Plantación beneficia únicamente a productores

«Lo que no se dice con respecto a la plantación de soja, -sostuvo Glenn Switkes- es que la producción de soja (principal producto a ser transportado) es una producción que requiere agroquímicos y fertilizantes altamente tóxicos para los suelos y el medio ambiente».

Tampoco se dice que es una actividad que no genera mano de obra a la región, ya que esta producción se encuentra en la actualidad, altamente mecanizada. Con la producción de soja se verán beneficiados los grandes hacendados, los cuales recibirán, con una producción de 40 millones de toneladas, cerca de 10 millones de dólares, con una ganancia líquida superior a los 3 mil millones. Los trabajadores de la soja, por su parte, reciben en Brasil un salario, en el periodo de producción, que representa apenas el 13% del costo total de la producción, es decir 1,30 dólares por bolsa producida. Mientras que en este país (el Brasil), los productores facturan 5.700 millones de dólares con la venta de soja.

Gestación del proyecto

A fines de la década de los ochenta los gobiernos de Brasil, Bolivia, Paraguay, Argentina y Uruguay, impulsan el proyecto. En 1990 se creó el Intergubernamental de la Hidrovía (CHI), integrado por representantes de los Gobiernos de los cincos paises mencionados. Asimismo el PUND (Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo) y el BID (Banco Interamericano de Desarrollo), financiaron los estudios de viabilidad del proyecto y de los impactos ambientales y sociales que pudieran provocar las obras.

«Contrariamente con lo que muchos preveían, -explicó el experto extranjero- el proyecto pretende que la Hidrovía llegue hasta la ciudad de Cáceres». Por esa razón, el tramo del río Paraguay que atraviesa el Pantanal matogrossense (el humedal más grande del mundo y el regulador de las inundaciones río abajo) será integramente afectado por las obras.

Los trabajos de ingeniería para mejorar la navegación incluyen rectificación de curvas del río, eliminación de rocas que afloran en diversos puntos, dragados de los lechos de los ríos, canalización de los ríos, señalización y terminales portuarias. En este sentido el hidrólógo norteamericano expresó que, «como ya ha sucedido en otros casos similares, (Mississipi, el Rin o el Danubio), las obras que al inicio serían pequeñas, terminaron requiriendo alteraciones permanentes y cada vez myores de los ríos con impactos y costos también superiores a los previstos».

La actividad pesquera y los pobladores serán los más afectados

¿Quiénes son los interesados en la Hidrovía?

Los interesados en este proyecto, en primer lugar son los grandes cultivadores de soja de Bolivia, Paraguay y Brasil, cuya producción -la que se ha visto en los ultimos años multiplicada- se verá profundamente beneficiada con el abaratamiento del transporte del grano. El sector minero de esos países (hierro, manganeso, etc.) y también están interesados en la construcción de la Hidrovía, los exportadores madederos, «los que aumentarán la desforestación de bosques naturales».

«Otras grandes empresas utilizan su influencias políticas -expresó el integrante de Ríos Vivos- para lograr que el proyecto se concrete». Se trata de firmas dedicadas a la construcción de grandes obras de insfrestructura, al dragado o transnacionales agroindustriales dedicadas al comercio del grano. La privatización de las terminales portuarias sobre los ríos Paraguay y Paraná, es algo que incide directamente y es lo que permitirá a estas multinacionales el control de puntos claves en la Hidrovía. Finalmente las empresas de transporte fluvial también presionan para que se lleve a cabo el proyecto, pues sus negocios serían fuertemente subsidiados.

Impactos sociales y ambientales del proyecto

En este sentido Glenn Switkes señaló que aunque los estudios de factibilidad realizados por el BID y el PNUD sostengan que el proyecto es viable y los impactos serán escasos y controlables, «los costos de este proyectos serán muy altos no sólo en lo ambiental sino también en lo social».

Tanto es así -explicó- que estos mismos estudios admiten que en un área de entre 2,9 y el 9,6% del total del pantanal, se verá afectado por la sequía. También habrá impactos severos en la calidad del agua de estos ríos, afectando incluso el agua potable consumida por varias ciudades paraguayas, brasileñas y bolivianas. Asimismo se afectará de forma irreversible la flora y la fauna de estos lugares, especialmente la del Pantanal brasileño. Pero la mayor parte afectada se concentrará en la actividad de pesca y caza de las poblaciones indígenas de la región.

La mayor parte de estudios independientes coinciden que las construcciones de la Hidrovía alterarían el ciclo hidrológico de la cuenca del Plata, que a su vez provocaría una disminución de la zona inundada del pantanal y el deterioro de toda la cadena de humedales que siguen a los ríos Paraguay y Paraná.

«La importancia de alterar -aseguró el experto extranjero- el equilibrio hídrico del Pantanal se vincula no solo con el deterioro del hábitat de la variadísima fauna que allí vive, sino que también con el hecho de que el pantanal regula el ciclo de inundaciones río abajo».

El efecto combinado de las obras de ingeniería provocaría la erosión del lecho del río con sus severas consecuencias para todo el ciclo hidrológo de la cuenca. A la vez que el permanente paso de barcazas (calculándose que en época de zafra de la soja recorrerá la Hidrovía un tren de barcazas cada 90 minutos durantes 24 horas del día) y el deterioro de la calidad del agua, atentará contra la riqueza ictícola de los ríos, principal medio de subsistencia de las poblaciones ribereñas, y aumentará el riesgo de derrames y accidentes. Los estudios mencionados sañalan que los mayores impactos sociales negativos que derivarán del desarrollo inducido que nesesariemente seguirá a la construcción de la Hidrovía serán: desomposición de los estilos tradicionales de vida en la región, extensión de la frontera agrícola con la consiguiente presión sobre las tierras de los pueblos indígenas, migración hacia las ciudades que carecen de los servicios necesarios para recibir corrientes migratorias, incremento de determinadas enfermedades y reducción de actividades turísticas. Para finalizar cabe destacar que las proyectadas obras de dragado en el canal Tamengo, (que une el territorio boliviano con el río Paraguay), afectarán el suministro de agua potable de decenas de miles de habitantes de pobladores aledaños.

Costos serán pagados por el pueblo

Las previsiones oficiales los sitúan, incluyendo las obras y los gastos de mantenimiento durante los primeros 20 años, en alrededor de 500 millones de dólares. Se acepta, sin embargo, que con las obras necesarias para contrarrestar los daños al ecosistema y la inversiones para mejorar la flota navjera, los costos superarán largamente los 1.000 millones de dólares. Con todo, los estudios de las consultoras contratadas por el BID y el PNUD sostienen que en el caso de que se concretase la construcción del ferroporte (vía férrea que uniría el Sur y Mato Grosso con los puertos atlánticos de Brasil) en algunos tramos de la hidrovía, el transporte terrestre sería más económico y que el fluvial.

Entre las opciones que se barajan para financiar el proyecto se cuentan los préstamos de bancos multilaterales, como el BID y el Banco Mundial, o la concepción de empresas privadas que cobrarían peaje a los usuarios. No es una exageración concluir que serán los ciudadanos de los países involucrados los que terminarían pagando el proyecto. Porque los préstamos de los organismos internacionales se otorgan a los Estados y se devuelven con impuestos pagados por todos y por que todos los costos ambientales derivados del deterioro de los recursos naturales (que a todos pertenecen) no fueron incluidos en los costos del proyecto.

9714586

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCE
FECH
VINCU

SOCIEDAD

El impacto ambiental de la Hidrovía Paraná-Paraguay será incontrolable, denuncian organizaciones ecologistas

■ Uno de los temas de debate en el Encuentro Internacional inaugurado ayer en la UMM abarca el entorno de cuatro países del Cono Sur ■ Los estudios realizados por organismos independientes difieren de los pronósticos optimistas de los gobiernos acerca de las consecuencias del mega proyecto

Durante la realización de la conferencia internacional «Volver al Futuro» sesionarán distintos paneles de prensa en los que se abordarán distintos temas.

Las grandes represas y sus consecuencias; los efectos de la explotación minera; la hidrovía Paraná-Paraguay y un panel sobre los cambios climáticos que estudiosos y activistas de distintas partes del mundo se desarrollan durante la Asamblea General Anual de Amigos de la Tierra Internacional.

Uno de los mega proyectos sobre el cual se viene debatiendo en el cono sur latinoamericano es la Hidrovía Paraná- Paraguay. Sobre el tema expondrán Silvia Ribeiro, de REDES y representante de la misma en «Ríos Vivos», coalición que reúne a más de 300 organizaciones *no gubernamentales* ecologistas, movimientos sociales, indigenistas e indígenas de Argentina, Brasil, Bolivia, Paraguay, Uruguay y también de América del Norte y Europa. Glenns Switkes, de la red internacional Ríos Vivos y Elías Díaz Peña, de Sobrevivencia -Amigos de la Tierra Paraguay y representante de dicha organización en la red internacional «Ríos Vivos».

El proyecto Hidrovía Paraná-Paraguay comprende la construcción de una vía industrial navegable apta para embarcaciones de hasta 3,3 metros de calado, en un tramo fluvial de aproximadamente 3.400 kilómetros desde Cáceres en Brasil hasta Nueva Palmira en Uruguay. La obra atraviesa Brasil, Paraguay, Argentina y Uruguay y se comunica con Bolivia a través del Canal Tamengo. Su área de influencia cubre una superficie de unos 720 kilómetros cuadrados y abarca una población de 40 millones de habitantes.

Si bien el tramo mencionado es una vía fluvial natural, hacerlo navegable en las condiciones nombradas hará necesarias, además de obras de balizamiento y señalización, modificaciones de alto grado de impacto ambiental, como la rectificación de meandros para evitar el desarmado de trenes de barcazas, profundización del lecho de los ríos y varias partes, remoción de rocas que afloran en diversos puntos y cierre de afluentes laterales para mantener el volúmen de aguas en el cauce principal.

Como la razón principal que justifica el proyecto es el aumento de la producción con fines de exportación extracontinental, consecuentemente serán necesarias modificaciones para la adaptación de la infraestructura portuaria, de provisión de energía y vías de transporte aledañas y relacionadas.

Los interesados en el proyecto son, en primer lugar, los grandes cultivadores de soja de Bolivia, Paraguay y Brasil, cuya producción son ha multiplicado en los últimos años, y que desean exportar en condiciones más ventajosas hacia los mercados europeo y asiático. El sector minero de esos países (hierro, manganeso, etc.) y los grandes ganaderos también están interesados en la construcción de la Hidrovía, así como los exportadores de productos madereros, lo que aumentará la desforestación de bosques naturales.

Se señala que otras grandes empresas utilizan sus influencias políticas para lograr que el proyecto se concrete. Se trata de firmas dedicadas a la construcción de grandes obras de infraestructura, al dragado o transnacionales agroindustriales dedicadas al comercio de granos. La privatización de las terminales portuarias sobre los ríos Paraguay y Paraná a la vez permitirá a estas multinacionales controlar puntos clave de la Hidrovía. Asimismo, las empresas de transporte fluvial también presionan para que se lleve a cabo el proyecto, pues sus negocios serían fuertemente subsidiados.

En su resumen informativo sobre el tema, los organizadores del encuentro internacional de los defensores activos de la ecología señalan que los estudios de factibilidad e impacto ambiental financiados por el Banco Interamericano de Desarrollo y el Proyecto de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente sostienen que el proyecto es viable y que los impactos serán escasos y controlables. Sin embargo, admiten que podría llegar a secarse un área de entre 2,9 y 9,6% del total del Pantanal matograndense -el humedal más grande del mundo-; que habrá impactos severos sobre la calidad del agua de los ríos -incluyendo la del agua potable que se consumen en varias ciudades paraguayas, brasileñas y bolivianas-, en las áreas de desove de los peces y sobre la riquísima fauna del Pantanal. Igualmente, los informes de las consultoras sostienen que el principal impacto de las obras lo sufrirán las actividades de las poblaciones indígenas de la región (caza y pesca).

Otros estudios independientes muy serios sostienen que los impactos serán mucho más graves. La mayor parte de éstos coinciden en que las obras de la Hidrovía alterarían el ciclo hidrológico de la cuenca del Plata, que a su vez provocaría una disminución del área inundada del Pantanal y el deterioro de toda la cadena de humedales que siguen los ríos Pargauay y Paraná. La importancia de alterar el equilibrio hídrico del Pantanal se vincula no solamente con el deterioro del habitat de la variadísima fauna que allí vive; sino también con el hecho de que el Pantanal regula el ciclo de inundaciones río abajo.

El miércoles a las 19:30 concierto «Por la vida y por la tierra»

El próximo miércoles, en el cierre de la Conferencia Internacional «Volver al Futuro» -organizada por REDES (Red de Ecología Social)- Amigos de la Tierra, Red Juvenil Latinoamericana por un Desarrollo Sustentable -REJUDELS- y Amigos de la Tierra Internacional, se realizará un concierto público en la Explanada Municipal de Montevideo bajo el título «Por la Vida y por la Tierra». En el mismo actuarán Rubén Olivera, Marcos Velázquez y Arlette Fernández. Con el concierto se le rinde homenaje a los activistas ecologistas perseguidos y asesinados.

Los organizadores del encuentro, difundieron mediante profuso material de prensa, algunos de los nombres de los activistas asesinados por su militancia ecologista:

Chico Mendes, uno de los mayores defensores de la selva amazónica, asesinado en 1988.

Oscar Fallas, María del Mar Cordero, Jaime Bustamante y David Madariaga, integrantes de la Asociación Ecologista Costarricense; los tres primeros murieron el 7 de diciembre de 1994 en un incendio de sombrío origen, y el último fue encontrado muerto a principios de agosto de 1995 luego de una misteriosa desaparición de tres semanas.

Ken Saro Wiwa y otros ocho luchadores ecologistas de la minoría étnica ogoni, ejecutados el 10 de noviembre de 1995 por el gobierno dictatorial de Nigeria. Saro Wiwa era un escritor y militante, fundador del Movimiento por la Sobrevivencia del Pueblo Ogoni, principal organización que enfrenta la degradación producida por la explotación petrolera de la Shell, corporación responsable de aproximadamente el 70% de los ingresos del gobierno militar nigeriano.

Alberto Alonso Salmeron, presidente de la Sociedad «Juchari Uinapacua» de Paracho, Michoacán, México, miembro de la Coordinación Nacional UNORCA, integrante de la Red Mexicana de Organizaciones Forestales y de la Coordinadora Nacional de la Red de Organizaciones y Pueblos Indígenas. Su cuerpo fue hallado el 10 de julio pasado en una celda de la cárcel de su poblado, con señales de haber sido golpeado, arrastrado y, con heridas de bala en la espalda.

Fulgencio Manoel Da Silva, fundador, junto con otros, del Movimiento de Afectados por Represas Hidroeléctricas, de Brasil, y uno de los 40 mil desplazados de sus hogares por la construcción, diez años atrás, de la represa de Itaparatica en el nordeste brasileño. Fue asesinado con varios balazos el 16 de octubre último.

9714586

03-03

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

A C T A D E C I E R R E

ANEXO AL ROLLO N° 1706
(SI)

LUGAR DE MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 11 de agosto de 1998.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1997.

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: 9714586 Ref. a: Hidrovía Paraguay-Paraná en noviembre de 1997. Fs. 03/03.

OPERARIO/S: Cbo. 2da. Sonia Mello y Sdo. 1ra. Marlene Silva.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contienen el último documento microfilmado en el Cierre del Acta, se da por finalizada la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable/ y la Dirección de la oficina, como aval de la autenticidad de este// Rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación
S.O.M.
Efraín Silva

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.
Cnel.
Dorval D. Rodríguez

FIN
ANEXO
AL
ROLLO
1706